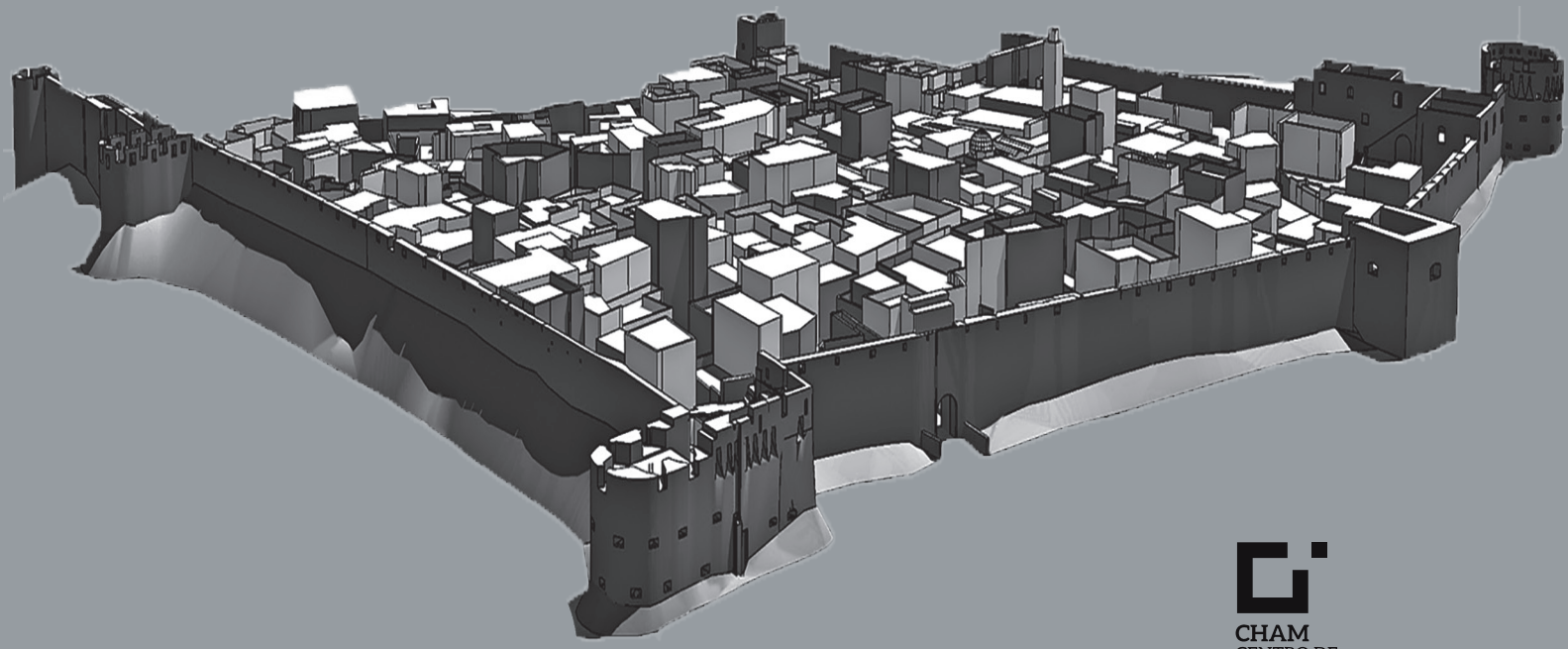
PORTUGAL E O SUL DE MARROCOS: CONTACTOS E CONFRONTOS (SÉCULOS XV-XVIII)

VOL. I – ESTUDOS

LE PORTUGAL ET LE SUD DU MAROC : CONTACTS ET CONFLITS (XV^{E}-XVIII^{E} SIÈCLES)

VOL. I – ÉTUDES



CHAM
CENTRO DE HUMANIDADES
NOVA FCSH–UAc

lab2pt Laboratório de Paisagens, Património e Território

ARQUEOARTE

COLECÇÃO ARQUEOARTE

1 *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna* / *Old and New Worlds. Studies on Early Modern Archaeology*

2 *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)* / *Le Portugal et le Sud du Maroc : contacts et conflits (XV^e^-XVIII^e^ siècles)*

3 *Uma Casa Pré-Pombalina na Baixa de Lisboa. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*

4 *Entre ciência e cultura: Da interdisciplinaridade à transversalidade da arqueologia. Actas das VIII Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica*

5 *Entre les deux rives du Détroit de Gibraltar : Archéologie de frontières aux 14-16^e^ siècles* / *En las dos orillas del Estrecho de Gibraltar: Arqueología de fronteras en los siglos XIV-XVI*

6 *De Macau a Lisboa – Na Rota das Porcelanas Ming*

7 *A Península Ibérica e o Norte de África (séculos XV a XVII). História e Património* / *The Iberian Peninsula and North Africa (15^th^ to 17^th^ centuries)*

PORTUGAL E O SUL DE MARROCOS: CONTACTOS E CONFRONTOS (SÉCULOS XV-XVIII)

LE PORTUGAL ET LE SUD DU MAROC : CONTACTS ET CONFLITS (XV^{E}-XVIII^{E} SIÈCLES)

PORTUGAL E O SUL DE MARROCOS: CONTACTOS E CONFRONTOS (SÉCULOS XV-XVIII)

VOL. I – ESTUDOS

LE PORTUGAL ET LE SUD DU MAROC : CONTACTS ET CONFLITS (XV^{E}-XVIII^{E} SIÈCLES)

VOL. I – ÉTUDES

CHAM
CENTRO DE HUMANIDADES
NOVA FCSH–UAc

lab2pt Laboratório de Paisagens, Património e Território

TÍTULO / TITRE

Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII), Vol. I – Estudos

Le Portugal et le Sud du Maroc: contacts et conflits (XV^e^-XVIII^e^ siècles), Vol. I – Études

COORDENADORES / COORDINATEURS

Maria Augusta Lima Cruz, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

André Teixeira, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

AUTORES / AUTEURES

Ahmed Boucharb, professeur émérite de l'Université Hassan II, Casablanca

Ana Lopes, Lab2PT, Universidade do Minho; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

André Teixeira, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

António Manuel Lázaro, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho; Lab2PT, Universidade do Minho; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

Azzeddinne Karra, Direction Régionale de Culture de Rabat - Salé - Kénitra

Bernard Rosenberger, professeur émérite de l'Université de Paris VIII

Edite Martins Alberto, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

Joana Bento Torres, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

João de Figueiroa-Rego, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

Jorge Correia, Escola de Arquitetura, Arte e Design da Universidade do Minho; Lab2PT, Universidade do Minho

José Alberto R. da Silva Tavim, Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa (CH-ULisboa)

José Damião Rodrigues, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa)

Maria Augusta Lima Cruz, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

Maria Leonor García da Cruz, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa)

Maria Marta Lobo de Araújo, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho; Lab2PT, Universidade do Minho

Patrícia Carvalho, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

Rafael Moreira, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

Rui Henriques, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

Rui Manuel Loureiro, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes

Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa (CH-ULisboa)

TRADUÇÃO / TRADUCTION

Elisabete Conceição

Fernanda Andade

EDIÇÃO / ÉDITION

CHAM – Centro de Humanidades

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores

Av. de Berna, 26C

1069-061 Lisboa

Lab2PT – Laboratório de Paisagens, Património e Território | Universidade do Minho

Escola de Arquitetura, Arte e Design

Universidade do MInho

Campus de Azurém

4800-058 Guimarães

Laboratório de Paisagens, Património e Território

COLECÇÃO / COLLECTION

ArqueoArte 2

DEPÓSITO LEGAL

493676/21

ISBN

978-989-8492-81-4

E_ISBN

978-989-8492-82-1

GRAFISMO / CONCEPTION GRAPHIQUE

Canto Redondo

www.cantoredondo.eu / geral@cantoredondo.eu

PAGINAÇÃO E IMPRESSÃO / MISE EN PAGE ET IMPRESSION

Publito – Estúdio de Artes Gráficas, Lda. – Braga

DATA DE EDIÇÃO / DATE D'ÉDITION

Dezembro 2021 / Décembre 2021

Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0)

PATROCINADORES / SPONSORS

Os artigos são da exclusiva responsabilidade dos autores. Os textos e imagens desta publicação não podem ser reproduzidos por qualquer processo digital, mecânico ou fotográfico.
Publicação subsidiada ao abrigo do projecto «Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)», financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/HAH/71027/2006).
Esta obra teve o apoio do CHAM (NOVA FCSH-UAc), através dos projectos estratégicos financiados pela FCT (UID/HIS/04666/2019, UIDB/04666/2020 e UIDP/04666/2020).

Les articles relèvent de la seule responsabilité de l'auteur. Aucun extrait de cette publication ne peut être reproduit sous quelque forme ou par quelque procédé que ce soit, numérique, mécanique ou photographique. Publication subventionnée dans le cadre du projet «Portugal and South Morocco: contacts and clashes (15th-18th Centuries)», financée par la Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/HAH/71027/2006). Ce livre a été soutenu par le CHAM, projets stratégiques financés par la FCT (UID/HIS/04666/2019, UIDB/04666/2020 e UIDP/04666/2020).

© CHAM, Lab2PT e Autores

ÍNDICE / INDICE

9 **Introdução**
Introduction
Maria Augusta Lima Cruz, André Teixeira

25 **Parte I – Entre Portugal e o Sul de Marrocos: estratégias, interacções e mutações**
Partie I –Entre le Portugal et le Sud du Maroc : stratégies, interactions et mutations

27 O Suz na história de Marrocos (finais do século XV – inícios do século XVI)
Le Sous dans l'histoire du Maroc (fin du XV^e – début du XVI^e siècle)
Bernard Rosenberger

99 A relevância da Duquela no império comercial português a partir das «*cartas de quitação de D. Manuel I*»
La place de Doukkala dans l'empire commercial portugais à partir des « cartas de quitação de D. Manuel I »
Ahmed Boucharb

113 A intervenção portuguesa na zona rural de Duquela (Marrocos): o caso de algumas aldeias fortificadas
L'intervention portugaise dans la campagne de Doukkala (Maroc) : cas de quelques villages fortifiés
Azzeddinne Karra

125 A presença portuguesa nas imediações do rio dos Sáveis: Aguz
La présence portugaise dans les environ du fleuve des Aloses : Agûz
António Manuel Lázaro

169 O eixo insular. Açores e Marrocos: relações sociais e económicas (séculos XV-XVIII)
L'axe insulaire. Açores et Maroc : relations sociales et économiques (XV^e-XVIII^e siècles)
José Damião Rodrigues

191 As Misericórdias de Marrocos na época moderna: contributo para o seu estudo
Les *Misericórdias* du Maroc à l'époque moderne : contribution à l'étude
Maria Marta Lobo de Araújo

205 As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África
Les controverses au temps de D. Jean III sur la politique portugaise en Afrique du Nord
Maria Leonor García da Cruz

269 Anthony Sherley, António de Saldanha e a *Crónica de Almançor, Sultão de Marrocos*
Anthony Shirley, António de Saldanha et la *Chronique d'Al-Mansour*, sultan du Maroc
Rui Manuel Loureiro

295 Judeus de Marrocos em viagem pela Europa, Oriente e Novo Mundo (séculos XVI-XVII): o exemplo de Mazagão como «porto de passagem»
Les Juifs du Maroc en voyage à travers l'Europe, l'Orient et le Nouveau Monde (XVI[e]-XVII[e] siècles). L'exemple de Mazagan comme « port de passage »
José Alberto Rodrigues da Silva Tavim

323 Mazagão e os resgates gerais de cativos de 1689, 1718 e 1729
Mazagan et les rachats généraux de captifs de 1689, 1718 et 1729
Edite Martins Alberto

359 O tesouro de Mazagão
Le trésor de Mazagan
Rafael Moreira

377 **Parte II – A cidade de Azamor sob domínio português: história e património**
Partie II – La ville d'Azemmour sous domination portugaise : histoire et patrimoine

379 Azamor medieval: uma aproximação arqueológica
Azemmour médiévale : une approche archéologique
André Teixeira, Azzedinne Karra, Patrícia Carvalho, Joana Bento Torres

465 A propósito da conquista de Azamour: do discurso eufórico à realidade
À propos de la conquête d'Azemmour : du discours euphorique à la réalité
Maria Augusta Lima Cruz

485 Azamor entre 1513 e 1541: arquitectura e urbanismo
Azemmour entre 1513 et 1541 : architecture et urbanisme
Jorge Correia, Ana Lopes

539 Organização militar e práticas de guerra dos portugueses em Azamor
L'organisation militaire et les pratiques de guerre des portugais à Azemmour
Vítor Luís Gaspar Rodrigues

559 Azamor e serviço régio: tenças, mercê e nobilitação (1513-1541)
Azemmour et le service régalien : subsides, grâces et anoblissement (1513-1541)
João de Figueiroa-Rego

573 Os capitães de Azamor e Mazagão (1513-1541)
Les capitaines d'Azemmour et de Mazagan (1513-1542)
Rui Henriques

595 Os moradores de Azamor
Les *moradores* d'Azemmour
Maria Augusta Lima Cruz

651 Judeus de Azamor e Mazagão: um diálogo permanente
Juifs d'Azemmour et de Mazagan : un dialogue permanent
José Alberto R. Silva Tavim

Introdução
Introduction

Maria Augusta Lima Cruz, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa
André Teixeira, Departamento de História e CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

O presente livro decorre do projecto «Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)», financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/HAH/71027/2006). O seu ponto de partida foi o colóquio de história luso-marroquina, que ocorreu em Casablanca e em El Jadida em 2005, por impulso do Centro Cultural Português do Instituto Camões em Rabat, então liderado por Jorge Forjaz, cujo papel no estabelecimento de laços académicos e culturais entre os dois países foi decisivo. Extraordinariamente importante foi a ligação a dois investigadores marroquinos que trabalhavam há muito temáticas luso-marroquinas, Ahmed Bouchab no domínio da história e Azzeddine Karra na área da arqueologia e património, anfitriões deste primeiro encontro na Université Hassan II e no Centre d'Études du Patrimoine Maroco-Lusitanienne, respectivamente. As relações de proximidade científica e de amizade surgidas a partir deste evento levaram à criação deste projecto. Do lado português logo se agregaram uma série de investigadores do CHAM, unidade de investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, bem como do Instituto de Ciências Sociais e da Escola de Arquitetura, Arte e Design da Universidade do Minho.

Estava assim formada uma equipa envolvendo os dois países, a que se vieram a juntar naturalmente investigadores de outras nacionalidades e instituições, que impulsionaram estas pesquisas nos últimos anos. Estas foram em parte apresentadas nos colóquios de história luso-marroquina, que se sucederam alternadamente em Marrocos e Portugal, como uma plataforma de contacto entre investigadores: em 2006 em Lagos, autarquia que colaborou continuamente connosco nesta temática; em 2007 em Marraquexe, parceria com a Université Mohamed V de Rabat; em 2008 em Lisboa, numa organização deste projecto envolvendo um número maior e mais diverso de investigadores; em 2009 novamente em El Jadida, envolvendo a Direction Régionale de la Culture de la Région Doukkala-Abda; em 2010, regressando a Lagos e ao apoio da sua autarquia; em 2013, em Fez, envolvendo a sua academia e instituição regional de cultura; em 2014, em Mértola, em associação com o seu emblemático Campo Arqueológico; em 2017, em Arzila, assumido pela autarquia local, no momento em que se desenvolvia já outro projecto financiado referente ao Norte de Marrocos; e em 2018 em Guimarães, a décima e última destas realizações. De referir que, além do apoio destas instituições, foi

Cet ouvrage est issu du projet « Le Portugal et le sud du Maroc : contacts et conflits (XV^e^-XVIII^e^ siècles) », financé par la Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/HAH/71027/2006). Il a pour origine le *Colloque d'Histoire Maroco-Portugaise*, qui a eu lieu à Casablanca et El Jadida en 2005, à l'initiative du Centre Culturel Portugais de l'Instituto Camões à Rabat, alors dirigé par Jorge Forjaz. Le rôle de cet évènement dans la mise en place de relations académiques et culturelles entre les deux pays a été décisif. Le lien avec deux chercheurs marocains, hôtes de cette première rencontre, qui travaillaient depuis longtemps sur des thèmes maroco-portugaises a été extrêmement important : Ahmed Bouchab dans le domaine de l'histoire, à l'Université Hassan II, et Azzeddine Karra dans celui de l'archéologie et du patrimoine, au Centre d'Études du Patrimoine Maroco-Lusitanienne. Les relations de proximité scientifique et d'amitié nées de cet événement ont conduit à la création de ce projet. Du côté portugais, des chercheurs s'y sont aussitôt alliés, provenant aussi bien du CHAM, unité de recherche de la Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de l'Universidade Nova de Lisboa que de l'Instituto de Ciências Sociais et de l'Escola de Arquitetura, Arte e Design de l'Universidade do Minho.

Ainsi, une équipe s'est constituée engageant les deux pays, à laquelle se sont naturellement associés des chercheurs d'autres nationalités et institutions, qui ont dynamisé ces dernières années la recherche sur ce sujet. Celle-ci a été en partie présentée lors des colloques d'histoire maroco-portugaises, qui se sont déroulés au Maroc et au Portugal, servant de plateformes de contact entre chercheurs : en 2006 à Lagos, dont la mairie n'a cessé de collaboré avec nous sur ce thème ; en 2007 à Marrakech, en partenariat avec l'Université Mohamed V de Rabat ; en 2008 à Lisbonne, dans une organisation du projet impliquant un nombre plus important et diversifié de chercheurs ; en 2009 de nouveau à El Jadida, avec la Direction Régionale de la Culture de la Région Doukkala-Abda ; en 2010 de nouveau à Lagos, avec le soutien de la mairie ; en 2013 à Fès, avec son académie et son institution culturelle régionale ; en 2014 à Mértola, en association avec son emblématique Campo Arqueológico ; en 2017 à Asilah, pris en charge par sa mairie, au moment où un autre projet financé lié au Nord du Maroc était en cours ; et en 2018 à Guimarães, lors de la dixième et dernière édition de ces colloques. En plus du soutien des institutions, nous avons pu de compter sur le financement de missions, grâce à

ainda possível contar com financiamento de missões através do acordo de cooperação científica bilateral entre o Centre National de la Recherche Scientifique et Technique e a Fundação para a Ciência e Tecnologia no biénio 2010-2011, sob o título «Le Portugal et le Maroc (Doukkala-Abda) du XV^e^ au XVIII^e^ siècle».

O projecto procurou dar um novo fôlego aos estudos sobre as relações entre Portugal e Marrocos e sobre o legado patrimonial delas decorrentes. De facto, depois de um período de interesse pelo Norte de África em Portugal no âmbito de uma escola positivista entre finais de Oitocentos e primeiras décadas da centúria seguinte – com a publicação de colectâneas documentais, fontes narrativas e estudos, por autores como David Lopes, Pedro de Azevedo, António Baião, Laranjo Coelho ou Durval Pires de Lima –, a que se associou o interesse de vários arabistas franceses pelas relações luso-marroquinas, como Pierre de Cenival, Robert Ricard ou Chantal de la Véronne – de que resultou a monumental *Sources Inédites pour l'Histoire du Maroc*, entre muitos outros trabalhos de referência – o tema voltou a ser suscitado com outras abordagens na segunda metade do século XX, por autores como Bernard Rosenberger ou António Dias Farinha, além daqueles que atentaram à realidade marroquina procurando sobretudo as causas do início da expansão portuguesa, como Vitorino Magalhães Godinho ou Luís Filipe Thomaz.

Efectivamente, o movimento expansionista português para o Norte de África, surgido na continuidade da «Reconquista», marcou também o arranque da expansão ultramarina, uma ambivalência que, aliada à circunstância da região junto ao Estreito de Gibraltar se ter perfilado no discurso oficial como um espaço de eleição da Cruzada, despojado de interesses mercantis, contribuiu para imprimir uma carga mítica a esta vertente da expansão; ela manteve-se por séculos, cruzando-se intimamente com os próprios destinos do reino de Portugal. Contudo, uma análise mais fina do processo permite afirmar que, apesar de na linha de continuidade e de integração do projecto português no Norte de África, o movimento expansionista no Sul Marrocos revestiu-se de singularidades que o demarcam da zona do Estreito de Gibraltar, justificando e fundamentando o seu tratamento à parte. Assuma-se que, quando falamos do Sul de Marrocos, estamos a fazê-lo a partir de uma visão essencialmente portuguesa, já que estes olharam para este espaço de forma dual, distinguindo o

l'accord bilatéral de coopération scientifique entre le Centre National de la Recherche Scientifique et Technique et la Fundação para a Ciência e Tecnologia au cours des années 2010-2011, sous le titre « Le Portugal et le Maroc (Doukkala-Abda) du XV^e^ au XVIII^e^ siècle ».

Le projet avait pour ambition de donner un nouvel élan aux études sur les relations entre le Portugal et le Maroc et sur l'héritage patrimonial qui en résulte. En effet, on constate une période marquée par un intérêt pour l'Afrique du Nord au Portugal, dans le cadre de l'école positiviste de la fin des années 1800 aux premières décennies du siècle suivant, avec la publication de recueils de manuscrits, de sources narratives et d'études menées par des auteurs tels que David Lopes, Pedro de Azevedo, António Baião, Laranjo Coelho ou Durval Pires de Lima. A cette période s'est associé l'intérêt pour les relations luso-marocaines de plusieurs arabisants français tels que Pierre de Cenival, Robert Ricard ou Chantal de la Véronne, puis le monumental ouvrage *Sources Inédites pour l'Histoire du Maroc* a vu le jour, parmi de nombreux autres livres de référence. Le thème a été repris selon d'autres approches dans la seconde moitié du XX^e^ siècle par des auteurs tels Bernard Rosenberger ou António Dias Farinha, en plus de ceux qui se sont intéressés aux sujets marocains, en cherchant principalement les causes du début de l'expansion portugaise, tels que Vitorino Magalhães Godinho ou Luís Filipe Thomaz.

En fait, le mouvement expansionniste portugais vers l'Afrique du Nord, dans le cadre de la continuité des conquêtes des royaumes chrétiens dans la péninsule Ibérique, a également marqué le début de l'expansion portugaise outre-mer. Cette ambivalence, au-delà du fait que la région le long du détroit de Gibraltar ait été présentée dans le discours officiel comme l'espace choisi pour la Croisade, dépouillé de ses intérêts commerciaux, a contribué à conférer une dimension mythique à cet aspect de l'expansion. Celle-ci est demeurée intimement liée au destin du royaume du Portugal pendant des siècles. Cependant, une analyse plus fine de ce processus permet d'affirmer que, bien que prolongeant et intégrant le projet portugais en Afrique du Nord, le mouvement expansionniste au sud du Maroc s'est revêtu de singularités qui le démarquent de la zone du détroit de Gibraltar, justifiant une analyse indépendante. Ainsi, lorsque nous parlons du sud du Maroc, nous le faisons dans une perspective essentiellement portugaise, car il s'agit toujours d'un

Norte, basicamente coincidente com o antigo reino oatácida de Fez, e o Sul, correspondente ao emirado hintata de Marraquexe e à região onde emergiu o xerifado sádida.

Assim, o projecto abarcou a presença portuguesa nas actuais regiões marroquinas da Duquela, Abida e Suz (muito recentemente objecto de novo desenho territorial). Aquando do seu início existiam já uma série de monografias sobre algumas das cidades conquistadas pelos portugueses nesta área, como a de Joseph Goulven sobre Mazagão (1917), a de Durval Pires de Lima sobre Safim (1930), a de Joaquim Figanier sobre Santa Cruz do Cabo de Gué, hoje Agadir (1945), a de Maria Augusta Lima Cruz sobre Azamor (1967), a de António Dias Farinha novamente sobre Mazagão (1970), tal como a de Augusto Ferreira do Amaral (1989). A maior parte destes estudos, produzidos há largas décadas, privilegiaram aspectos militares e políticos e apresentam visões cronológicas parcelares. Avultava também o trabalho de Ahmed Boucharb (1984), que fez um dos raros estudos de conjunto para esta região, realçando aspectos económicos e as relações entre portugueses e marroquinos. Mais recentemente novas abordagens tinham explorado aspectos particulares, nomeadamente de carácter social, como as de José Alberto Rodrigues Tavim sobre as relações entre judeus e portugueses, de Isabel Drumond Braga sobre cativos e renegados, ou de Matthew T. Racine com uma nova tentativa de visão global desta região enquanto sociedade de fronteira.

Ainda assim, no domínio económico e numa perspectiva de história geral da presença portuguesa no sul de Marrocos, temas como o dos interesses particulares no comércio ou nas razias, saques e contrabando estavam ainda assaz inexplorados, assim como no que se refere à história institucional e política, onde embora se conhecesse o quadro geral, pouco se sabia da lógica de funcionamento no terreno e sobre as clivagens entre agentes locais, faltando biografias de pelo menos parte dos envolvidos. Saliente-se também o campo praticamente vazio da história religiosa, ou das instituições de assistência. Ainda a referir que, das investigações mencionadas, muito raras ultrapassaram os séculos XV e XVI, o período de maior fulgor da presença portuguesa no Norte de África. Pode, pois, dizer-se que a escolha desta região marroquina para estudo justificava-se, não só pela singularidade do processo de ocupação portuguesa aí desenvolvido, como também pela escassez de produ-

double regard sur cet espace, qui distingue le Nord, coïncidant avec l'ancien royaume wattasside de Fès, du sud, correspondant à l'émirat hintata de Marrakech et à la région où le shérif sadien est apparu.

C'est pourquoi le projet a étudié la présence portugaise dans les régions marocaines actuelles de Doukkala, Abda et Sous (très récemment objet d'un nouveau découpage territorial). Il existait déjà une série de monographies sur certaines des villes conquises par les portugais dans cette région, dont celle de Joseph Goulven sur Mazagan (1917), celle de Durval Pires de Lima sur Safi (1930), celle de Joaquim Figanier sur *Santa Cruz de Cabo de Gué*, aujourd'hui Agadir (1945), celle de Maria Augusta Lima Cruz sur Azemmour (1967), celle d'António Dias Farinha à nouveau sur Mazagan (1970), ainsi que celle d'Augusto Ferreira do Amaral (1989). La plupart de ces études, produites il y a de nombreuses décennies, ont privilégié les aspects militaires et politiques et présenté des vues chronologiques partielles. Ahmed Boucharb (1984) se démarque avec l'une des rares études sur l'ensemble de cette région, favorisant les aspects économiques et les relations entre portugais et marocains. Plus récemment, de nouvelles approches avaient exploré des sujets particuliers, comme celle de José Alberto Rodrigues Tavim sur les relations entre juifs et portugais, celle d'Isabel Drumond Braga sur les captifs et les renégats, ou celle de Matthew T. Racine avec une nouvelle tentative de vision globale sur cette région, appréhendée comme une société frontalière.

Cependant, dans le domaine économique et dans la perspective de l'histoire générale de la présence portugaise dans le sud du Maroc, certains thèmes demeuraient largement inexplorés. C'est le cas des intérêts privés dans le commerce ou les razzias, le pillage et la contrebande. En ce qui concerne l'histoire institutionnelle et politique, même si le cadre général était connu, il existait peu de connaissances sur les logiques de fonctionnement du terrain et sur les clivages entre les agents locaux, faute de biographies consacrées à tout du moins une partie des personnes impliquées. Il convient également de mentionner le champ pratiquement vide de l'histoire religieuse ou des institutions d'assistance. Il faut aussi considérer que, parmi les études signalées, très rares sont celles qui ont survécu après le XV^{e} et le XVI^{e} siècle, période de l'apogée de la présence portugaise en Afrique du Nord. On peut donc dire que le choix de l'étude de cette région marocaine était justifié, non seulement par la singularité du processus d'occupation portu-

ção historiográfica nas décadas anteriores. Havia uma certa consciência da necessidade de reforçar os elos entre os dois países do ponto de vista científico, além de promover o conhecimento mútuo das duas sociedades, já que, no caso português, o Norte de África quase passara despercebido do ciclo comemorativo das derradeiras décadas do século XX.

No que toca ao património material subsistente deste passado, o campo estava ainda mais em aberto. Das contribuições pioneiras de Vergílio Correia, Paul Évain e Robert Ricard sobre aspectos relacionados com as arquitecturas e os espaços urbanos de origem portuguesa nesta região meridional de Marrocos, às mais recentes abordagens de Rafael Moreira e Pedro Dias, o conhecimento sobre o impacto das apropriações portuguesas de medinas islâmicas preexistentes permanecia por aprofundar, mau grado o estudo de Jorge Correia sobre esta matéria, dado à estampa já no âmbito deste projecto. Refiram-se ainda as iniciativas neste domínio realizadas a partir de Marrocos pelo Centre d'Études et de Recherches sur le Patrimoine Maroco-Lusitanien, centrado em El Jadida, ou por investigações académicas sobre a região de Safim, como a de Yassir Benhima. Antes dos trabalhos desenvolvidos neste projecto no domínio da arqueologia, o único trabalho de maior fôlego numa antiga cidade portuguesa magrebina devia-se à missão marroco-americana chefiada por Charles L. Redman em Alcácer Ceguer, num quadro em que a arqueologia de épocas medieval e moderna ainda despertava pouco entusiasmo, mau grado a atenção que lhe dispensou Joudia Hassar-Benslimane, impulsionadora e primeira directora do Institut National des Sciences de l'Archéologie et du Patrimoine, de Marrocos.

Naturalmente que este projecto, de que se dá à estampa agora a última publicação, esteve longe de suprir as carências historiográficas assinaladas. Foi assumido que a abordagem do tema deveria ser feita numa perspectiva transdisciplinar, congregando uma equipa de historiadores, arqueólogos, arquitectos e especialistas de história da arte. Paralelamente, definiram-se como áreas prioritárias a pesquisa, inventário, estudo e divulgação do património subsistente daquele processo histórico nas suas diversas vertentes, incluindo fontes escritas, iconográficas e cartográficas, legado arquitectónico e arqueológico.

Assim, foi feita investigação arquivística em acervos diversos, procurando informação acerca das cidades

gaise qui s'y est développé, mais aussi par la rareté de la production historiographique au cours des décennies précédentes. Il y avait également une conscience de la nécessité de renforcer les liens entre les deux pays d'un point de vue scientifique, ainsi que d'encourager la connaissance mutuelle des deux sociétés, puisque dans le cas portugais, l'Afrique du Nord était presque passée inaperçue dans le cycle de commémorations des dernières décennies du XX^{e} siècle.

En ce qui concerne le patrimoine matériel qui reste de ce passé, le champ était encore plus ouvert. Des contributions pionnières de Vergílio Correia, Paul Évain et Robert Ricard sur les aspects liés aux architectures et aux espaces urbains d'origine portugaise dans cette région sud-marocaine, aux approches plus récentes de Rafael Moreira et Pedro Dias, la connaissance de l'impact de l'appropriation portugaise des médinas islamiques préexistantes demeuraient à explorer, et ce malgré l'étude de Jorge Correia sur cette question, publié dans le cadre de ce projet. Il nous faut aussi mentionner les initiatives dans ce domaine menées, du côté marocain, par le Centre d'Études et de Recherches sur le Patrimoine Maroco-Lusitanien à El Jadida, ou les recherches académiques sur la région de Safi, telles que celle de Yassir Benhima. Avant les travaux menés dans le cadre de ce projet dans le domaine de l'archéologie, le seul travail majeur ayant porté sur une ancienne ville portugaise au Maroc était celui de la mission maroco-américaine dirigée par Charles L. Redman à El-Ksar es-Seghir ; ceci dans un contexte où l'archéologie des époques médiévale et moderne suscitaient encore peu d'enthousiasme, malgré l'attention que leur accordait Joudia Hassar-Benslimane, promotrice et première directrice de l'Institut National des Sciences de l'Archéologie et du Patrimoine du Maroc.

Naturellement, ce projet, dont la dernière publication est maintenant éditée, était loin de combler les lacunes historiographiques constatées. Nous avons déterminé que, d'une manière générale, le thème devait être abordé selon une perspective transdisciplinaire, réunissant une équipe d'historiens, d'archéologues, d'architectes et de spécialistes de l'histoire de l'art. En même temps, la recherche, l'inventaire, l'étude et la diffusion du patrimoine subsistant à ce processus historique dans ses divers aspects ont été définis comme des domaines prioritaires, y compris pour les sources écrites, iconographiques et cartographiques et pour l'héritage architectural et archéologique.

de Azamor, Safim, Mazagão (El Jadida) e Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir), bem como outros espaços referentes às relações entre portugueses e comunidades rurais nos territórios circunvizinhos. O inventário documental foi reunido numa base de dados, disponibilizada em linha[1], procurando-se também transcrever códices inéditos do fundo «Núcleo Antigo» do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, dado o seu ineditismo, o estado de conservação e a pertinência para as tarefas centrais do projecto, procedendo-se à sua publicação no segundo volume deste livro[2]. Cumpre registar que a pesquisa acabou por incidir na cidade de Azamor, numa conjugação com os trabalhos desenvolvidos no domínio da arquitectura e arqueologia, acabando por privilegiar a mencionada cronologia dos séculos XV e XVI. Além disso, verificando-se que grande quantidade da documentação publicada em colectâneas documentais sobre a temática do projecto se concentrava na obra *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, optou-se por canalizar todos os esforços na disponibilização em linha desta obra, de difícil acesso[3], a fim de estimular a continuidade das investigações no futuro.

Ao mesmo tempo foi implementada uma missão arqueológica e de estudo arquitectónico nesta região, sustentada por um protocolo entre a Direction du Patrimoine Culturel, o CHAM da Universidade Nova de Lisboa e a Escola de Arquitetura, Arte e Design da Universidade do Minho, que visava o levantamento, investigação e valorização do património de origem portuguesa nas cidades de Azamor, Safim, El Jadida e no sítio de Aguz (Souira Qedima). Aquela instituição do governo marroquino, então liderada por Abdallah Alaoui, foi decisiva na prossecução deste empreendimento, dando o melhor acolhimento ao projecto. Como referido, a investigação concentrou-se bastante em Azamor, onde se fez um detalhado levantamento de ruas, praças e casas de todo o centro histórico muralhado da cidade, além de estruturas mais notáveis, como as muralhas e a Casa dos Capitães, realizando-se também diversas sondagens arqueológicas.

1. No sítio internet do CHAM – Centro de Humanidades.

2. *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII*. Vol. II – *Documentos*.

3. Numa parceria com o Centro de História do Instituto de Investigação Científica Tropical, fez-se a digitalização das séries referentes aos arquivos e bibliotecas de Portugal e de Espanha, já que as dos demais países já se encontravam disponíveis na biblioteca digital Gallica ou na Internet Archives. Todo o acervo foi disponibilizado no sítio internet do CHAM – Centro de Humanidades.

Ainsi, des recherches archivistiques ont été menées sur diverses collections, avec le but d'obtenir des informations sur les villes d'Azemmour, Safi, Mazagan (El Jadida) et *Santa Cruz do Cabo de Gué* (Agadir), ainsi que sur des espaces liés aux relations entre les portugais et les communautés rurales dans la campagne alentour. L'inventaire des sources historiques a été rassemblé dans une base de données mise en ligne[1]. Nous avons aussi entrepris la transcription, publiées dans le deuxième volume de ce livre[2], des codex inédits du fonds « Núcleo Antigo » de l'Arquivo Nacional da Torre do Tombo à Lisbonne, sachant qu'ils restaient encore inédits, et compte tenu de leur état de conservation et de leur pertinence pour les tâches centrales du projet. Notons que la recherche archivistique s'est concentrée sur la ville d'Azemmour, conjuguant les travaux développés dans les domaines de l'architecture et de l'archéo-logie. Notre regard a fini par privilégier la chronologie des XV^e^ et XVI^e^ siècles, que nous avons mentionnée. Par ailleurs, constatant qu'une grande partie de la documentation publiée sur le thème du projet était concentrée dans l'ouvrage *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, nous avons décidé de canaliser nos efforts pour rendre cet ouvrage accessible en ligne[3], afin d'encourager de futures recherches.

Parallèlement, une mission d'étude archéologique et architecturale a été mise en place dans cette région, soutenue par un protocole entre la Direction du Patrimoine Culturel, le CHAM de l'Universidade Nova de Lisboa et l'Escola de Arquitetura, Arte e Design de l'Universidade do Minho, qui visait le développement des relevés, de la recherche et de la mise en valeur du patrimoine d'origine portugaise dans les villes d'Azemmour, Safi, El Jadida et du site d'Agûz (Souira Qedima). Cetteinstitution du gouvernement marocain, alors dirigée par Abdallah Alaoui, a été décisive dans la poursuite de cette entreprise, donnant le meilleur accueil au projet. Comme nous l'avons mentionné, l'enquête s'est surtout concentrée sur Azemmour, où une étude détaillée des rues, des places et des maisons de tout le centre historique fortifié de

1. Voir le site internet du CHAM – Centro de Humanidades.

2. *Le Portugal et le Sud du Maroc : contacts et conflits (XV^e^-XVIII^e^ siècles)*. Vol. II – *Ducuments*.

3. La série relative aux archives et bibliothèques du Portugal et d'Espagne a été numérisée en partenariat avec le Centro de História de l'Instituto de Investigação Científica Tropical, une fois que celles concernant d'autres pays étaient déjà disponibles dans la bibliothèque numérique Gallica ou dans les Internet Archives. L'ensemble de la collection est disponible sur le site internet du CHAM – Centro de Humanidades.

Fez-se também o levantamento e estudo da arquitectura militar de Safim e do castelo de Aguz. Ressalve-se o claro propósito de preservação, valorização e divulgação deste património comum, através do registo aturado das realidades urbanas e arquitectónicas, a par das intervenções arqueológicas de diagnóstico ou preventivas, em medinas que conhecem profundas mutações, parte delas tendentes a apagar rapidamente algumas marcas do passado.

Por fim, o projecto integrou formação académica e uma vertente editorial e de divulgação. No primeiro caso, concluíram-se três teses de doutoramento[4] e quatro dissertações de mestrado[5], cujos resultados em parte são visíveis nesta publicação. No segundo, além de várias comunicações em reuniões científicas e de artigos em revistas da especialidade, registe-se a publicação de cinco livros, em edição da responsabilidade das instituições do projecto ou com o seu apoio, dois deles em edição bilingue português e francês. Foram publicados os livros de João de Figueirôa-Rêgo, *O Algarve e as Praças Marroquinas nos Livros de Portarias e de Matrícula da Casa Real (séculos XVI a XVIII)*, pela Câmara Municipal de Lagos, em 2007; de Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XVI / Implantation de la ville Portugaise en Afrique du Nord: de la prise de Ceuta jusqu'au milieu du XV^ème^ siècle*, editado com o apoio do projecto pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, em 2008; os *Estudos de História Luso-Marroquina*, coordenados por Maria Augusta Lima Cruz e Rui Manuel Loureiro, numa edição da Câmara Municipal de Lagos em 2010 que reuniu textos dos dois primeiros colóquios referidos; e *Portugal e o Magrebe: Actas 4.º colóquio de História Luso-Marroquina / Portugal et le Maghreb : Actes do IV Colloque d'Histoire Marroco-Lusitanienne*, editado em 2011 pelas instituições signatárias do projecto[6].

4. João de Figueirôa-Rêgo, *«A Honra alheia por um fio»: os estatutos de limpeza de sangue nos espaços de expressão ibérica (séculos XVI-XVIII)*, em 2009; Edite Alberto, *Um negócio piedoso: o resgate de cativos em Portugal na época Moderna*, em 2010; Luís Serrão Gil, *Arquitectura militar portuguesa em Safim (1508-1542)*, em 2019.

5. Ana Catarina Gonçalves Lopes, *(A)cerca de Azamor. Estruturas militares manuelinas*, em 2009; Ana Sara Centeno, *(Re)desenhar memórias: da arquitectura religiosa portuguesa em Safim durante o século XVI*, em 2011; Susana Tomaz, *Habitar Azamor: de meados do século XVI à actualidade*, em 2011; Rui Jorge Ferreira Henriques, *«Quão grande trabalho é viver!». António Leite – Circuitos da nobreza portuguesa no sul de Marrocos*, em 2012.

6. Foi também publicado um volume de actas do 3.º colóquio de história luso-marroquina, que ocorreu em Marraquexe, numa

la ville a été réalisée, en plus de celles des structures plus notables, telles que les remparts et la capitainerie ; des sondages archéologiques ont également été faites dans différents endroits de la ville. Nous avons aussi étudié l'architecture militaire de Safi et du château d'Agûz. Remarquons la finalité de préservation, de mise en valeur et de divulgation de ce patrimoine commun, à travers le relevé détaillé de réalités urbaines et architecturales, parallèlement aux sondages archéologiques de diagnostique ou préventifs dans des médinas qui connaissent de profonds changements et dont certaines tendent à effacer rapidement les marques de leur passé.

Enfin, le projet a intégré une formation académique et un volet éditorial et de diffusion. Dans le premier cas, trois thèses de doctorat[4] et quatre mémoires de maîtrise[5] ont été achevés, dont les résultats sont en partie visibles dans cette publication. Dans le second, outre plusieurs communications dans des rencontres scientifiques et des articles parus dans des revues spécialisées, cinq livres ont été publiés, éditions sous la responsabilité des institutions faisant partie du projet ou avec leur soutien, dont deux en portugais et en français : João de Figueirôa-Rêgo, *O Algarve e as Praças Marroquinas nos Livros de Portarias e de Matrícula da Casa Real (séculos XVI a XVIII)*, par la mairie de Lagos, en 2007 ; Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XVI / Implantation de la ville Portugaise en Afrique du Nord: de la prise de Ceuta jusqu'au milieu du XV^ème^ siècle*, édité avec le soutien du projet par la Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, en 2008 ; les *Estudos de História Luso-Marroquina*, coordonné par Maria Augusta Lima Cruz et Rui Manuel Loureiro, dans une édition de la mairie de Lagos en 2010, qui a rassemblé des textes des deux premiers colloques mentionnés ; et *Portugal e o Magrebe: Actas 4.º colóquio de História Luso-Marroquina / Portugal et le Maghreb : Actes du IV Colloque d'Histoire Marroco-Lusitanienne*, publié en 2011 par les institutions signataires du projet.

4. João de Figueirôa-Rêgo, *«A Honra alheia por um fio»: os estatutos de limpeza de sangue nos espaços de expressão ibérica (séculos XVI-XVIII)*, en 2009 ; Edite Alberto, *Um negócio piedoso: o resgate de cativos em Portugal na época Moderna*, en 2010 ; Luís Serrão Gil, *Arquitectura militar portuguesa em Safim (1508-1542)*, en 2019.

5. Ana Catarina Gonçalves Lopes, *(A)cerca de Azamor. Estruturas militares manuelinas*, en 2009 ; Ana Sara Centeno, *(Re)desenhar memórias: da arquitectura religiosa portuguesa em Safim durante o século XVI*, en 2011 ; Susana Tomaz, *Habitar Azamor: de meados do século XVI à actualidade*, en 2011 ; Rui Jorge Ferreira Henriques, *«Quão grande trabalho é viver!». António Leite – Circuitos da nobreza portuguesa no sul de Marrocos*, en 2012.

O quinto volume é o que o leitor tem em mãos. Relativamente a ele, a primeira coisa que cumpre registar é o enorme atraso da sua publicação. Constrangimentos vários relacionados com as tarefas de tradução, de revisão, entre outras questões administrativas, explicam este lapso de anos entre o termo do projecto e a publicação do volume. Assim, deve alertar-se que grande maioria dos textos aqui publicados foi entregue entre 2011 e 2013, pelo que não se pode assacar aos autores qualquer responsabilidade por uma eventual desadequação ou carência bibliográfica. Alguns textos tinham mesmo sido objecto de apresentação nos referidos colóquios de história luso-marroquina de 2009 e 2010. Infelizmente, a evolução dos estudos sobre esta temática não foi grande, pelo que julgamos que os textos aqui apresentados mantêm toda a actualidade e são valiosos contributos para o conhecimento sobre estes séculos de relações luso-marroquinas em torno das regiões meridionais daquele país. Fica o nosso profundo reconhecimento a todos os autores, bem como as nossas desculpas pela enorme demora.

Assim, a colectânea de estudos que agora se publica estrutura-se em duas partes: uma primeira, intitulada «Entre Portugal e o Sul de Marrocos: estratégias, interacções e mutações», em que se reúnem textos que têm como referente um campo geográfico que abarca *grosso modo* as regiões da Duquela, Abida e Suz e as antigas praças portuguesas que aí situadas; uma segunda, de carácter mais monográfico, designada «A cidade de Azamor sob o domínio português: história e património», que dá expressão ao enfoque primordial que se lhe deu durante o projecto.

No primeiro bloco, são publicados onze estudos que se passam a enumerar.

A situação económica, social e política da região do Suz é objecto de detalhada análise no artigo «**O Suz na história de Marrocos (finais do século XV – inícios do século XVI)**», com destaque para as suas potencialidades económicas, complexidade do seu tecido social e conturbados fenómenos políticos, não esquecendo o impacto das interferências e rivalidades ibéricas (castelhanas e portuguesas). É uma espécie de

edição independente do projecto intitulada *La Présence Portugaise au Maroc et les relations actuelles entre les deux pays*, coordenada por Mohammed Salhi e editada pela Faculté des Lettres et des Sciences Humaines de Rabat – Université Mohammed V, Agdal, em 2009.

Le cinquième volume est celui que le lecteur a en main. Quant à celui-ci, notons d'abord l'énorme retard de sa publication. Différentes contraintes liées aux tâches de traduction, de relecture, parmi d'autres questions administratives, expliquent le long laps de temps entre la fin du projet et la publication du volume. Ainsi, il faut noter que la grande majorité des textes publiés ici ont été livrés entre 2011 et 2013, les auteurs ne peuvent donc être tenus pour responsables de toute lacune concernant la bibliographie plus récente. Certains textes avaient même fait l'objet de présentations lors des colloques d'histoire luso-marocaine en 2009 et 2010. Malheureusement, l'évolution des études sur ce sujet n'a pas été significative. Nous pensons donc que les textes présentés ici sont toujours d'actualité et qu'ils constituent des contributions précieuses pour la connaissance de ces siècles de relations portugaises-marocaines autour des régions méridionales de ce pays. Nous sommes profondément reconnaissants à tous les auteurs, à qui nous présentons nos excuses pour cet énorme retard.

Le recueil d'études ici publié est structuré en deux parties : une première, intitulée « Entre le Portugal et le Sud du Maroc : stratégies, interactions et mutations », dans laquelle sont rassemblés des textes ayant un champ géographique de recherche situé *grosso modo* dans les régions de Doukkala, Abda et Sous et les anciennes villes portugaises qui s'y trouvent ; une seconde, plus monographique, intitulée « La ville d'Azemmour sous domination portugaise : histoire et patrimoine », titre qui reflète l'angle principal adopté par ce projet.

Le premier bloc regroupe les onze études suivantes.

La situation de la région de Sous fait l'objet d'une analyse détaillée dans l'article « **Le Sous dans l'histoire du Maroc (fin du XV^e^ – début du XVI^e^ siècle)** », mettant l'accent sur son potentiel économique, la complexité de son tissu social et ses phénomènes politiques troublés, sans oublier l'impact d'interférences et de rivalités ibériques (espagnoles et portugaises) abordés par l'auteur. C'est une sorte d'arrière-plan qui ouvre la voie à la compréhension de l'émergence du pouvoir des sadiens dans la région, déjà à l'aube du XVI^e^ siècle.

Trois études portent sur la région de Doukkala-Abda, située plus au nord. Pour commencer, l'article intitulé « **La place de Doukkala dans l'empire commer-**

pano de fundo que abre caminho à compreensão da emergência do poder dos sádidas na região, já nos alvores do século XVI.

No que respeita à Duquela-Abida, situada mais a Norte, três estudos incidem sobre esta região. A começar, o que se intitula «**A relevância da Duquela no império comercial português a partir das "*cartas de quitação de D. Manuel I*"**», no qual, através das verbas, mercadorias e outros produtos, consignados nas referidas cartas, conclui que, nos finais do século XV e inícios do século XVI, esta região, através dos portos de Safim e de Azamor, foi integrada nos circuitos comerciais do império português, adquirindo um peso importante nas trocas estabelecidas entre três pólos deste império: Índia, Guiné e Flandres. Já no quadro da sua paisagem rural, no artigo «**A intervenção portuguesa na zona rural de Duquela (Marrocos): o caso de algumas aldeias fortificadas**» apresentam-se resultados de trabalho de campo, orientado em grande parte nos documentos portugueses do século XVI. Localizaram-se cinco sítios com vestígios de povoados fortificados, que viviam na sombra, tanto das grandes cidades, como dos grupos tribais dominantes, sofrendo as consequências nefastas do clima de guerra que se viveu na região naquele século. No seu conjunto, estes sítios representam uma ínfima parte do sistema e do modo de vida que animaram a paisagem rural de Duquela desde a Idade Média. Mais a sul, em trabalho sobre «**A presença portuguesa nas imediações do rio dos Sáveis: Aguz**», são dadas novas achegas para a história da presença portuguesa na foz do rio *Tansift*, questionando-se, corrigindo-se e dando-se continuidade ao trabalho desenvolvido por outros investigadores, não só através do recurso a documentos inéditos, que se publicam em apêndice, como da releitura de outros já conhecidos. Analisam-se determinados aspectos da histórica de Aguz enquanto lugar sob domínio português defendido por fortalezas, numa primeira fase o «castelo velho» (1508-1518), posteriormente o designado «castelo Mascarenhas» (1519-1525).

Num arco espácio-temporal mais lato se desenvolve a reflexão sobre «**O eixo insular. Açores e Marrocos: relações sociais e económicas (séculos XV-XVIII)**», onde são analisados os apoios militares e os abastecimentos em cereais açorianos – primeiro o trigo, depois também o milho – para as praças portuguesas magrebinas, detalhando-se os ritmos das exportações e aquele complexo circuito mercantil tendencial portugais à partir des "***cartas de quitação* de D. Manuel I"** » conclut, à travers l'analyse des sommes d'argent, des marchandises et d'autres produits consignés dans ces lettres, qu'à la fin du XV^e^ et au début du XVI^e^ siècle, cette région fut intégrée dans les circuits commerciaux de l'empire portugais à travers les ports de Safi et d'Azemmour, acquérant un poids important dans les échanges établis entre trois pôles de cet empire : l'Inde, la Guinée et la Flandre. Puis, dans l'article « **L'intervention portugaise dans la campagne de Doukkala (Maroc) : cas de quelques villages fortifiés** » sont présentés les résultats des travaux de terrain, largement guidés par des documents portugais du XVI^e^ siècle. Cinq sites ont été trouvés avec des vestiges d'habitats ruraux fortifiés, qui vivaient dans l'ombre des grandes villes et des groupes tribaux dominants, subissant les conséquences néfastes du climat de guerre que vivait la région au cours de ce siècle. Pris dans leur ensemble, ces sites représentent une infime partie du système et du mode de vie qui animent le paysage rural de la Doukkala depuis le Moyen Âge. En troisième lieu, dans le texte sur « **La présence portugaise dans les environs du fleuve des Aloses : Agûz** », de nouvelles perspectives sont données sur l'histoire de la présence portugaise à l'embouchure de l'Oued Tensift, questionnant, corrigeant et poursuivant les travaux développés par d'autres chercheurs, non seulement à travers l'utilisation de documents inédits, qui sont publiés en annexe, mais aussi à travers la relecture d'autres documents connus. Certains aspects de l'histoire d'Agûz sont analysés comme lieux sous domination portugaise défendus par des forteresses, dans une première phase le « *castelo velho* » (1508-1518), puis, plus tard, le « *castelo Mascarenhas* » (1519-1525).

La réflexion sur « **L'axe insulaire. Açores et Maroc : relations sociales et économiques (XV^e^-XVIII^e^ siècles)** » se développe dans un arc d'espace-temps plus large. Le soutien militaire et l'approvisionnement en céréales açoriennes – d'abord le blé, puis aussi le maïs – vers les villes fortifiées portugaises en Afrique du Nord est étudié, détaillant les rythmes des exportations de ce circuit commercial complexe, qui a eu tendance à être unidirectionnel depuis plus de trois siècles. Au niveau institutionnel, dans « **Les *Misericórdias* du Maroc à l'époque moderne : contribution à l'étude** », le rôle important de ces institutions dans la structuration et la consolidation des sociétés et des pouvoirs locaux est examiné, en l'occurrence, à Azemmour, Mazagan, Safi et *Santa Cruz du Cap de*

cialmente unidireccional ao longo de mais de três séculos. No plano institucional, em «**As Misericórdias de Marrocos na época moderna: contributo para o seu estudo**» é focado o papel de relevo destas instituições na estruturação e consolidação das sociedades e poderes locais, no caso, em Azamor, Mazagão, Safim e Santa Cruz do Cabo de Guer. Apesar da parca documentação existente, exceptuando para Ceuta e, de certa forma, para Mazagão, onde a presença portuguesa foi mais duradoura, tiram-se ilações sobre os sectores tradicionais da assistência, com destaque para socorro hospitalar, em especial dos soldados feridos. Não é esquecida a misericórdia de Marraquexe que, no rescaldo da batalha de Alcácer Quibir, desenvolveu uma gama variada de actividades e deu apoio sobretudo aos cativos portugueses e de outras origens europeias aí estantes.

Em «**As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África**» é feita uma análise das conjunturas nacional e internacional com que D. João III se confrontou e consequente retracção das posições portugueses no Norte de África: abandono de Safim e Azamor em 1541 e de Alcácer Ceguer e Arzila, em 1549/1550. Prova-se que, subjacente a estas decisões, esteve uma longa reflexão e debate, entre finais da década de 1520 a sensivelmente meados do século, que envolveu conselheiros e várias personalidades consultadas pelo monarca português sobre a política a seguir no Norte de África. As controvérsias geradas, que inclusivamente alargaram o debate a outros espaços do império, são exaustivamente analisadas numa perspectiva comparativa, apresentando-se no final uma listagem, cronologicamente ordenada, com sínteses das diferentes posições assumidas.

No artigo «**Anthony Sherley, António de Saldanha e a *Crónica de Almançor, Sultão de Marrocos***» são narrados, quase em paralelo, os percursos de dois homens. Por um lado, Anthony Sherley, célebre aventureiro inglês que viajou longamente pela Europa e pela Ásia e, depois de breve incursão por Marrocos, terminou os seus dias em Espanha, ao serviço de Filipe III; por outro, António Saldanha, militar português e filho do bem conhecido Aires de Saldanha, cativado durante escaramuça nas proximidades de Tânger. Os percursos de ambos cruzam-se quando, em 1606, Sherley negociou em Marraquexe a libertação de um grupo de prisioneiros, entre os quais Saldanha. A longa experiência de catorze anos de cati-

Guer. Malgré la rareté de la documentation existante – à l'exception de Ceuta et, dans une certaine mesure, de Mazagan, où la présence portugaise a été plus longue – l'auteur tire des conclusions sur les fonctions traditionnelles d'assistance sociale des *Misericórdias*, en mettant l'accent sur l'aide hospitalière, en particulier pour les soldats blessés. La *Miséricordia* de Marrakech n'est pas oubliée : elle a développé une grande diversité d'activités et a apporté son soutien principalement aux prisonniers portugais et d'autres origines européennes au lendemain de la bataille d'El-Ksar el-Kebir.

Dans « **Les controverses au temps de D. Jean III sur la politique portugaise en Afrique du Nord** », une analyse est faite sur les conjonctures nationales et internationales auxquelles ce roi a été confronté et à la réduction consécutive des positions portugaises en Afrique du Nord : l'abandon de Safi et Azemmour en 1541 et de El-Ksar es-Seghir et Asila en 1549/1550. Il est prouvé que, à la base de ces décisions, il y eut une longue réflexion et des débats, entre la fin des années 1520 et vers le milieu du siècle, qui impliquèrent des conseillers et plusieurs personnalités, consultés par le monarque portugais sur la politique à suivre en Afrique du Nord. Les controverses générées, qui ont même étendu le débat à d'autres espaces de l'empire portugais, sont analysées de manière exhaustive selon une perspective comparative. Une liste chronologiquement ordonnée des résumés des différentes positions prises se trouve à la fin de l'étude.

Dans l'article « **Anthony Shirley, António de Saldanha et la *Chronique d'Al-Mansour, sultan du Maroc*** », le parcours des deux hommes est raconté, presque en parallèle. D'une part, Anthony Sherley, le célèbre aventurier anglais qui a beaucoup voyagé en Europe et en Asie et qui, après une brève incursion au Maroc, a terminé ses jours en Espagne au service de Philippe III ; de l'autre, António Saldanha, militaire portugais, fils du célèbre Aires de Saldanha et qui a été emprisonné lors d'une escarmouche près de Tanger. Leurs chemins se croisent lorsqu'en 1606 Sherley a négocié, à Marrakech, la libération d'un groupe de prisonniers dont l'un était Saldanha. Sa longue expérience de quatorze ans en captivité, au cours desquelles il a bénéficié d'une certaine liberté de mouvements dans cette ville, lui a permis de recueillir de nombreuses informations sur la vie sociale, politique, militaire et culturelle du royaume chérifien. Des années plus tard, au Portugal, ces informations

veiro deste, durante o qual pôde desfrutar de relativa liberdade de movimentos naquela cidade, permitiu-lhe recolher abundantes notícias sobre a vida social, política, militar e cultural do reino xarifino. Anos mais tarde, já em Portugal, estas informações foram coligidas, dando corpo a uma obra que só nos finais do século XX foi publicada, sob título *Crónica de Almançor Sultão de Marrocos (1578-1603)*, hoje uma fonte fundamental para a história marroquina e para a história das interacções políticas, militares e culturais entre a Europa e o Magrebe.

Por fim, Mazagão, cidade-fortaleza que permaneceu sob domínio português até 1769, é o eixo em torno do qual se estruturam os três últimos estudos desta parte I deste livro. No artigo «**Judeus de Marrocos em viagem pela Europa, Oriente e Novo Mundo (séculos XVI-XVII)**» é realçado o papel de Mazagão enquanto porto de passagem de judeus marroquinos para Portugal e daí para vários países do «mundo cristão». Particularizam-se modos de actuação, estratégias de conversão utilizadas e destinos seguidos, no contexto de uma constante deambulação iniciada em Marrocos, que passou a ser a sua forma de vida "picaresca". Neste sentido, são carreados importantes informes para o estudo da essencialidade destes judeus convertidos, realçando a sua mobilidade como um factor primordial e que «resistiu à anterior gramática civilizacional em que tinham vivido quando em situação estável, não sendo portanto correspondida, em muitos casos, por uma mobilidade ontológica». Segue-se «**Mazagão e os resgates gerais de cativos de 1689, 1718 e 1729**», estudo em que se patenteia toda a complexidade do processo de preparação e realização destes resgates, relevando a importância estratégica de Mazagão. Sob os auspícios dos Trinitários, são detalhados os preparativos no Reino até à chegada a esta praça marroquina, base logística a partir da qual se desenvolviam as negociações com a Corte de Mequinez, até à fase final em que, novamente em Mazagão, se procedia à libertação dos cativos cristãos a troco de dinheiro ou da troca com cativos muçulmanos na posse de portugueses. São operações que envolvem centenas de resgatados, dos quais são dadas preciosas informações, como nome, sexo, naturalidade, filiação, estado civil, idade e preço por que cada um foi resgatado. Por fim, poder-se ia dizer que esta parte fecha com chaves de ouro e prata, no texto **«O tesouro de Mazagão».** O seu desvendamento é precedido de uma narrativa dramática sobre a transladação da população de Mazagão,

ont été collectées, donnant lieu à la publication d'un ouvrage qui n'a été publié qu'à la fin du XX^{e} siècle, sous le titre *Chronique d'al-Mansour, Sultan du Maroc (1578-1603)*. C'est aujourd'hui une source fondamentale pour l'histoire du Maroc et des interactions politiques, militaires et culturelles entre l'Europe et le Maghreb.

Enfin, Mazagan, ville-forteresse restée sous domination portugaise jusqu'en 1769, est l'axe autour duquel s'articulent les trois dernières études de la première partie de ce livre. Dans l'article « **Les Juifs du Maroc en voyage à travers l'Europe, l'Orient et le Nouveau Monde (XVI^{e}-XVII^{e} siècles)** » on souligne le rôle de Mazagan comme port de passage des juifs marocains vers le Portugal et, de là, vers divers pays du « monde chrétien ». On y examine des façons de procéder, des stratégies de conversion et des destinations suivies, dans le contexte d'une errance constante, amorcée au Maroc et devenue un mode de vie « picaresque ». En ce sens, l'article constitue un apport important pour l'étude de l'essentialité de ces juifs convertis, soulignant leur mobilité comme facteur primordial. On y conclut que « dans cette mobilité géographique, la grammaire civilisationnelle précédente, dans laquelle ils [les juifs] ont vécu lors de situations stables, a résisté, mais sans correspondre, dans de nombreux cas, à une mobilité ontologique ». Vient ensuite « **Mazagan et les rachats généraux de captifs de 1689, 1718 et 1729** », une étude qui révèle la complexité du processus de préparation et de réalisation de ces rachats, soulignant l'importance stratégique de Mazagan. Sous les auspices des Trinitaires, les préparatifs au Portugal sont détaillés jusqu'à l'arrivée dans cette ville marocaine, base logistique d'où les négociations avec la Cour de Meknès se sont déroulées, jusqu'à la phase finale durant laquelle, toujours à Mazagan, les captifs chrétiens sont libérés en échange d'argent ou de captifs musulmans détenus par les portugais. Ce sont des opérations qui impliquaient des centaines de personnes rachetées, sur lesquelles on donne de précieuses informations, telles que leur nom, leur genre, leur lieu de naissance, leur affiliation, leur état civil, leur âge et le prix auquel ils ont été rachetés. Cette première partie s'achève avec le texte « **Le trésor de Mazagan** ». Celui-ci est précédé d'un récit dramatique sur le transfert de la population de Mazagan, qui a commencé en mars 1769, lorsque toute la population a été obligée d'abandonner la ville marocaine, et qui s'est terminé, après un passage par Lisbonne et Belém do Pará, par son

iniciada em Março de 1769, quando a população foi coagida a abandonar em bloco a cidade-fortaleza marroquina, teve escalas em Lisboa e Belém do Pará e que terminou com a sua fixação em Vila Nova de Mazagão (hoje Mazagão Velha), núcleo urbano fundado na floresta amazónica, no Brasil. A odisseia, que implicou radical e violenta mudança de clima, de paisagem e de modos de vida, justificou-se pelo desejo pombalino de «reciclar antigos combatentes anti-Islão em novos agentes de civilização em plena floresta virgem». Foi nessa vila, hoje praticamente esquecida, que o autor veio a descobrir em 1995, nos armários da sacristia da igreja, um conjunto de valiosas peças litúrgicas em ouro, prata e prata dourada oriundo da velha cidade de Mazagão em Marrocos.

O segundo bloco que compõe esta colectânea incide em Azamor, cidade marroquina que esteve sob domínio português durante 28 anos (1513-1541), estruturando-se neste eixo temático oito estudos, cujos conteúdos passamos a sistematizar.

O texto «**Azamor medieval: uma aproximação arqueológica**» incide sobre parte dos trabalhos de campo desenvolvidos no âmbito deste projecto, visando interpretar os vestígios materiais referentes ao período anterior à ocupação portuguesa. Depois de uma síntese sobre a história da cidade, analisam-se essencialmente dois conjuntos patrimoniais, correspondentes a duas etapas desta evolução histórica: por um lado, restos de muralhas, uma área de armazenamento de cereais e espaços de produção oleira identificados a Sul da actual medina e datados dos séculos XII a XIV; por outro, as construções essencialmente militares do actual centro histórico muralhado, dos séculos XIV e XV e que sofreram acção por parte dos portugueses no início da centúria seguinte.

No trabalho intitulado «**A propósito da conquista de Azamor: do discurso eufórico à realidade**», mais do que esmiuçar o acto de conquista em si pelos portugueses, a tónica é posta na forma como este sucesso, nos seus preparativos, aparato e divulgação, foi utilizado como instrumento de propaganda política com contornos mediáticos, dentro e fora de Portugal. Neste particular, relevam-se os ecos desse triunfalismo na produção literária e artística da época, bem como a sua projecção internacional nas iniciativas promovidas pela Santa Sé. Foi uma onda de optimismo que alimentou as ambições do rei D. Manuel I de conquista de todo o território marroquino, mas

implantation à Vila Nova de Mazagão (aujourd'hui Mazagão Velha), ville fondée dans la forêt amazonienne, au Brésil. L'odyssée, qui impliquait un changement radical et violent de climat, de paysage et de modes de vie, était justifiée par la volonté du marquis de Pombal de « recycler des vieux combattants anti-Islam en nouveaux agents de civilisation en pleine forêt vierge ». C'est dans ce village, aujourd'hui pratiquement oublié, que l'auteur a découvert, en 1995, dans les coffres de la sacristie de l'église, un ensemble de pièces liturgiques en or, argent et argent doré, provenant de la vieille ville de Mazagan au Maroc.

Le deuxième bloc qui compose ce livre se concentre sur Azemmour, ville marocaine sous domination portugaise pendant 28 ans (1513-1541). Cet axe thématique rassemble huit études dont nous systématisons le contenu.

Le texte « **Azemmour médiévale : une approche archéologique** » se concentre sur une partie du travail de terrain développé dans le cadre de ce projet, visant à interpréter les vestiges matériels de la période antérieure à l'occupation portugaise. Après une synthèse de l'histoire de la ville, deux ensembles patrimoniaux sont analysés, correspondant à deux étapes de cette évolution historique d'Azemmour. Il s'agit, d'une part, des vestiges de murailles, d'une zone de stockage de céréales et d'espaces de production de poterie du XII^{e} au XIV^{e} siècles, identifiés au sud de l'actuelle médina et, d'autre part, des constructions essentiellement militaires de l'actuel centre historique fortifié, datant du XIV^{e} et du XV^{e} siècles, qui ont subi des interventions opérées par des portugais au début du siècle suivant.

Dans le texte intitulé « **À propos de la conquête d'Azemmour : du discours euphorique à la réalité** », plus que d'examiner l'acte de conquête en soi par les portugais, l'accent est mis sur la manière dont son succès, à travers ses préparatifs, son apparat et sa diffusion a été utilisé comme un instrument de propagande politique aux contours médiatiques, à l'intérieur et à l'extérieur du Portugal. À cet égard, l'article met en évidence les échos de ce triomphalisme dans la production littéraire et artistique de l'époque, ainsi que sa projection internationale dans les initiatives promues par le Saint-Siège. Cette une vague d'optimisme a alimenté les ambitions de conquête de tout le territoire marocain de la part du roi D. Manuel I, frustrées à court terme face aux défis rencontrés sur le terrain.

que, a breve prazo, sairiam frustradas face aos desafios encontrados no terreno.

A partir da descrição anterior à conquista, no artigo «**Azamor entre 1513 e 1541: arquitectura e urbanismo**» é-nos fornecido informação sobre o processo de apropriação desta cidade pelos portugueses. No tecido urbano então construído, por via de regra em articulação com o preexistente medieval, analisam-se várias estruturas: o sistema defensivo, incluindo muralhas, baluartes e portas, dando-se especial atenção ao processo de atalho; a vila portuguesa e sua morfologia urbana, abarcando a «vila nova» com seus equipamentos mercantis, religiosos e civis (a casa do capitão), e a «vila velha». Como remate, uma chamada de atenção para a retórica simbólica subjacente a esta apropriação: ostentação de baluartes decorados por bandeiras, onde figuravam as armas reais e a cruz de Cristo, confirmando, enfatizando e reclamando para a Coroa portuguesa os direitos sobre territórios conquistados.

Tal como o título indica, o trabalho sobre a «**Organização militar e práticas de guerra dos portugueses em Azamor**» desdobrava-se em duas partes. Na primeira é objecto de análise a organização militar de Azamor: número de efectivos da guarnição, evolução dos corpos militares que a compunham (inicialmente integrando companhias de ordenança e fixando-se depois no modelo de organização militar senhorial tradicional), estrutura orgânica e apoio, ainda que temporário, de contingentes dos chamados «mouros de pazes». Na segunda parte são estudadas as práticas guerra: à excepção da batalha campal nas proximidades de Bulauão, conhecida como a «batalha dos alcaides», sobressai o que ao tempo se designava por «guerra guerreada», uma sucessão de entradas e almogavarias e um quotidiano marcado por um complexo sistema de escutas, atalaias e vigias para segurar os campos em redor da cidade. Conclui-se que, embora a população de Azamor vivesse em contínuo sobressalto, em especial a partir da conquista de Marraquexe pelos xarifes em 1524, na verdade poucas vezes foi cercada ou alvo de operações de assédio muito prolongadas.

No artigo «**Azamor e serviço régio: tenças, mercê e nobilitação (1513-1541)**» carreiam-se exemplos comprovativos de que as acções militares nas praças portuguesas do Norte de África foram trampolim para os seus protagonistas construírem os seus *cursi*

L'article « **Azemmour entre 1513 et 1541 : architecture et urbanisme** » examine, à partir de la description avant la conquête, le processus d'appropriation de cette ville par les portugais. Dans le tissu urbain alors construit, généralement en articulation avec celui qui existait à l'époque médiévale, plusieurs structures sont analysées : les fortifications, comprenant les remparts, les bastions et les portes, avec une attention particulière au processus de réduction de son périmètre ; la ville portugaise et sa morphologie urbaine, englobant la « *vila nova* », avec ses équipements commerciaux, religieux et civils (la capitainerie), et la « *vila velha* ». On y attire en outre l'attention sur la rhétorique symbolique qui sous-tend cette appropriation : l'ostentation de bastions ornés de drapeaux, où apparaissent les armoiries royales et la croix du Christ, confirmant, soulignant et revendiquant pour la Couronne portugaise les droits sur les territoires conquis.

Comme son titre l'indique, l'article sur « **L'organisation militaire et les pratiques de guerre des portugais à Azemmour** » est divisé en deux parties. La première analyse l'organisation militaire d'Azemmour : nombre de troupes de garnison, évolution des corps militaires qui la composent (intégrant initialement des compagnies d'ordonnance, puis se fixant sur le modèle d'organisation militaire seigneuriale traditionnelle), structure organique et soutien, bien que temporaires, des contingents des soi-disant « maures de la paix ». Dans la seconde partie, les pratiques de guerre sont étudiées : à l'exception de la bataille champêtre dans les environs de Bou-l-A'ouan, connue sous le nom de « bataille des *alcaides* », il ressort ce que l'on appelait à l'époque « guerre combattue », une succession d'entrées et d'incursions ainsi qu'un quotidien marqué par un système complexe de veilleurs, de sentinelles et de guetteurs qui sécurisaient les champs autour de la ville. L'article conclut que même si la population d'Azemmour a vécu en état de soubresauts permanent, surtout après la conquête de Marrakech en 1524 par les chérifs elle n'a en réalité que rarement été assiégée ou soumise à de très longues opérations d'invasion.

Dans le texte « **Azemmour et le service régalien : subsides, grâces et anoblissement (1513-1541)** » on donne plusieurs exemples pour montrer que les actions militaires dans les villes portugaises en Afrique du Nord ont été utilisées par leurs protagonistes afin d'établir leurs *cursi honorum* et de lutter pour conquérir une place parmi les privilégiés. On en conclut

honorum e pugnarem pela conquista de um lugar entre os privilegiados. Conclui-se que acções guerreiras nesta região «foram pretexto para fornadas de novos cavaleiros, na sua grande maioria "angariados" para a Casa Real, mas sem intervenção directa desta». Assim, no respeitante a Azamor, a procura de mercês iniciou-se logo após 1513 e intensificou-se nos anos seguintes. São avançados vários exemplos de indivíduos que não se fixaram nesta cidade, servindo aí apenas temporariamente, e cuja descendência nada teve que a ligasse a Azamor; dá-se especial destaque ao estudo de caso da parentela de Francisco do Rego, por se considerar ser ilustrativo do género de vivência marroquina comum à pequena nobreza de serviço.

Tendo como propósito traçar uma breve análise do seu perfil social, em «**Os capitães de Azamor e Mazagão (1513-1541)**» são revisitados os percursos destes homens no governo destas cidades, desde a conquista da primeira praça até ao seu abandono. A perspectiva é a de os localizar na pirâmide social do seu tempo, respondendo a questões como estatutos nobiliárquicos, ligações a alcaides-mores, ligações palatinas ou a titulares em Portugal. Averigua-se também em que condições chegaram ao governo das respectivas praças e, sabendo-se que o Algarve ocupou um lugar central na história da presença portuguesa em Marrocos, que relação tiveram com esta região. A análise comparativa dos dados apurados é complementada por quadros finais em que são discriminadas as diferentes situações.

Já no estudo intitulado «**Os moradores de Azamor**» começa-se por caracterizar e situar a figura de morador no espectro social da cidade, atestando-se que, no colectivo da população cristã, os moradores funcionavam como corpo social à parte. É a consciência de pertença a um corpo com estatuto próprio que transparece, ainda que sem sinais de continuidade, em iniciativas de grupo como a formação de uma espécie de conselho municipal, constituído por doze eleitos. No respeitante ao seu número, são avançados dados aproximados, não esquecendo as mulheres e outros membros do núcleo familiar, fundamentais para o enraizamento e reprodução na terra, bem como dos agregados domésticos, com significativa presença de cativos e escravos. A listagem de doações régias de casas e chãos, envolvendo cerca de 37 moradias e 7 terrenos, fornece indicadores sobre a tipologia das habitações, bem como sobre determinadas áreas da malha urbana, permitindo concluir que o aglome-

que les actions de guerre dans cette région ont servi de « prétexte pour de nouvelles fournées de chevaliers, la plupart d'entre eux 'recrutés' pour servir la Maison Royale, mais sans que celle-ci n'intervienne directement ». Ainsi, en ce qui concerne Azemmour, la quête de grâces commença peu après 1513 et s'intensifia les années suivantes. L'article cite plusieurs exemples d'individus qui ne se sont pas installés dans cette ville, n'y servant que temporairement, et dont les descendants n'avaient rien à voir avec Azemmour. Il accorde une importance particulière à l'étude de cas de la parenté de Francisco do Rego, car elle est considérée comme emblématique du type d'expérience marocaine commune à la petite noblesse de service.

Avec le but de retracer une brève analyse de leur profil social, l'article « **Les capitaines d'Azemmour et de Mazagan (1513-1541)** » revisite les parcours de ces hommes dans le gouvernement de ces villes pendant la période entre la conquête de la première jusqu`à son abandon. La perspective adoptée les situe dans la pyramide sociale de leur temps, répondant à des questions telles que le statut de noblesse, les liens avec des *alcaides-mores*, les relations palatines ou avec les membres de la noblesse titrée du Portugal. L'article renseigne également sur les conditions dans lesquelles ces hommes sont arrivés au gouvernement des villes mentionnées. Sachant que l'Algarve a occupé un rôle central dans l'histoire de la présence portugaise au Maroc, la relation de ces capitaines avec cette région portugaise est aussi explorée. L'analyse comparative des données collectées est complétée par des tableaux finaux, dans lesquels les différentes situations sont détaillées.

Dans l'étude intitulée « **Les *moradores* d'Azemmour** », le statut des membres de ce groupe est décrit et replacé dans le spectre social de la ville, attestant que, dans le collectif de la population chrétienne, ils ont fonctionné comme un corps social à part. L'article met en évidence la conscience de l'appartenance à un groupe doté de son propre statut, bien que sans signes de continuité, dans des initiatives de groupe comme la formation d'une sorte de conseil municipal composé de douze élus. Des données approximatives sont avancées concernant leur nombre, y compris celui des femmes et d'autres membres du noyau familial indispensables à l'enracinement et à la reproduction locale, ainsi celui des serviteurs domestiques, révélant une présence significative de captifs et d'esclaves. La liste des dons royaux, portant sur environ 37 maisons et 7 terrains, fournit des indicateurs sur la

rado populacional se concentrou na chamada «vila nova». Por último, fornecem-se informação acerca dos modos de vida, ocupações e principais actividades desenvolvidas pelos moradores de Azamor.

Por fim, no texto «**Judeus de Azamor e Mazagão: um diálogo permanente**», que se estende desde os finais do século XV até à actualidade, reconstitui-se o percurso de judeus que, após a sua expulsão de Portugal, se estabeleceram naquelas duas praças. A excepcionalidade desta comunidade em Azamor pode ser constatada pela carta de privilégio que lhe foi concedida em 1514 e pelas importantes missões e actividades que desenvolveu. No que respeita às relações entre os judeus de Azamor e de Mazagão, distinguem-se dois períodos. No primeiro, antes do abandono de 1541, são avançados exemplos do investimento de judeus de Azamor na praça vizinha. No segundo, constata-se uma notável influência da comunidade judaica da Azamor islâmica sobre a comunidade conversa da Mazagão portuguesa, destacando-se a acção de Samuel Arroyo, que foi arauto do movimento do intitulado "Messias" Shabbati Zevi. A partir de finais do século XVIII assistiu-se a um declínio da comunidade hebraica de Azamor, certamente relacionado com o seu crescimento em El Jadida.

Como nota final, deve sublinhar-se que os conteúdos dos artigos são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores. No respeitante a topónimos e antropónimos de origem marroquina, denotam-se por vezes oscilações ortográficas difíceis de resolver, dada a variedade de opções seguidas pelos autores, quer em língua francesa quer em língua portuguesa. Por isso, apesar dos esforços feitos no sentido de imprimir uma certa uniformização às transcrições latinizadas desses nomes, nem sempre tal objectivo foi plenamente alcançado. Julgamos que tal facto não prejudica sobremaneira a leitura.

Nota:

O presente volume de estudos é complementado por documentação reunida num 2.º volume, que está disponível em edição *online* de acesso aberto.

typologie des logements, ainsi que sur certaines zones du tissu urbain, permettant de conclure que l'agglomération s'est concentrée dans ladite « *vila nova* ». Enfin, des informations sont fournies sur les modes de vie, les métiers et les principales activités exercées par les *moradores* d'Azemmour.

Enfin, dans le texte « **Juifs d'Azemmour et Mazagan : un dialogue permanent** », dialogue qui s'étend de la fin du XV^e^ siècle jusqu'à nos jours, le voyage des juifs qui, après leur expulsion du Portugal, se sont installés dans ces deux villes, est reconstitué. Le caractère exceptionnel de cette communauté d'Azemmour se reflète dans la lettre de privilège qui lui a été donnée en 1514 et dans les importantes missions et activités qu'elle a menées. En ce qui concerne les relations entre les juifs d'Azemmour et de Mazagan, on distingue deux périodes. Dans la première, on donne des exemples d'investissement des juifs d'Azemmour dans la ville voisine avant son abandon en 1541. Dans la seconde, on constate une influence notable de la communauté juive d'Azemmour islamique sur la communauté des convertis de la Mazagan portugaise, particulièrement visible à travers l'action de Samuel Arroyo, héraut du mouvement du « Messie » Shabbati Zevi. A partir de la fin du XVIII^e^ siècle, il y a un déclin de la communauté hébraïque d'Azemmour, certainement lié à sa croissance à El Jadida.

En guise de note finale, il convient de souligner que le contenu des articles relève de la seule responsabilité de leurs auteurs respectifs. Concernant les toponymes et anthroponymes d'origine marocaine, les oscillations orthographiques sont parfois difficiles à résoudre, compte tenu de la variété des options suivies par les auteurs, tant en français qu'en portugais. Pour cette raison, malgré les efforts déployés pour donner une certaine uniformisation aux transcriptions latinisées de ces noms, cet objectif n'a pas toujours été pleinement atteint. Nous pensons que ce fait ne nuit pas à leur lecture.

Note :

Ce volume d'études est complété par documentation rassemblée dans un 2^e^ volume, qui est disponible dans une édition *online* en libre accès.

Parte I
Entre Portugal e o Sul de Marrocos: estratégias, interacções e mutações

Partie I
Entre le Portugal et le Sud du Maroc : stratégies, interactions et mutations

O Suz na História de Marrocos (finais do século XV – inícios do século XVI)

Le Sous dans l'Histoire du Maroc (fin du XV^e – début du XVI^e siècle)

Bernard Rosenberger, professeur émérite de l'Université de Paris VIII

A dinastia habitualmente designada por Sádida, que conduziu Marrocos a uma posição de destaque no plano internacional, emergiu no início do século XVI de uma região peculiar de Marrocos: o Suz (*Sûs al-Aqsâ*). Para melhor compreender as razões do êxito inicial de Abu Abdalá Mohamede Abderamão [Muhammad ben 'Abderrahmân] e dos seus filhos é necessário clarificar as condições nas quais os fundadores da dinastia actuaram, como se desenvolveram certas dinâmicas a partir de circunstâncias peculiares. Por conseguinte, importa conhecer a situação económica, social e política do Suz no final do século XV e nos primeiros anos do século XVI, antes de tentar decifrar alguns eventos que nos são dados a conhecer através das fontes que temos à disposição. Estas limitam-se a trechos de três crónicas árabes[1], uma espanhola[2], uma portuguesa[3] e, especialmente, às passagens que respeitam a esta região na *Descrição de África* de Leão Africano[4], um testemunho directo, complementado por vezes pelo de Luis del Marmol[5]. Os parcos documentos de arquivos espanhóis ou portugueses que foram publicados são particularmente valiosos por serem raros[6]; as suas referências serão indicadas adiante. Tendo

1. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*, tradução de O. Houdas, 2 vols., Paris, Ernest Leroux, 1889; R. Le Tourneau, «Histoire de la dynastie sa'dide. Extraits de Al-Turgûman al-Mu'rib 'an duwal al-Mashriq wal Maghrib d'Abû al-Qâsim ben Ahmad ben 'Ali ben Ibrahim al-Zayyânî», *Revue des mondes musulmans et de la Méditerranée*, n.º 23, 1977, pp. 7-109; E. Fagnan, *Extraits inédits relatifs au Maghreb*, Argel, Ancienne Maison Bastide-Jourdain, 1924.

2. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes y del estado de los reinos de Marruecos, Fez y Tarudante*, ed. estudo, índices e notas de Mercedes García-Arenal, Madrid, Siglo XXI, 1980.

3. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du cap de Gué (Agadir)*, Paris, Paul Geuthner, 1934.

4. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*, tradução de A. Epaulard, 2 vols., Paris, Librairie d'Amérique et d'Orient Adrien--Maisonneuve, 1956.

5. Luis del Marmol, *L'Afrique de Marmol de la traduction de Nicolas Perrot sieur d'Ablancourt*, tomo II, Paris, Louis Billaine, 1667.

6. Nomeadamente, *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc* (*SIHM*), *Première série – Dynastie sa'dienne, Archives et bibliothèques de Portugal,* Paris, Paul Geuthner, tomo I, 1934 e tomo II, 1939.

La dynastie que l'on a coutume d'appeler Sa'dienne, qui a porté le Maroc à une place de premier plan sur la scène internationale, est sortie au début du XVI^e siècle d'une région bien précise du Maroc, le Sous (*Sûs al-Aqsâ*). Pour mieux comprendre les raisons du succès initial de Muhammad ben 'Abderrahmân et de ses fils, il faut essayer d'éclairer les conditions dans lesquelles les fondateurs de la dynastie ont agi, comment une dynamique s'est développée à partir de circonstances particulières. Il paraît donc nécessaire de connaître la situation économique, sociale, politique, du Sous à la fin du XV^e siècle et dans les premières années du XVI^e, avant d'essayer de démêler un certain nombre d'événements, tels qu'ils nous sont connus par les sources dont nous disposons. Elles se bornent aux passages de trois chroniques arabes[1], d'une espagnole[2], d'une portugaise[3] et surtout de ceux qui concernent la région dans la *Description de l'Afrique* de Jean-Léon l'Africain[4], qui est d'un témoin direct, parfois complété par Luis del Marmol[5]. Les quelques documents d'archives espagnoles ou portugaises qui ont été publiés[6] sont d'autant plus précieux qu'ils sont rares. Leurs

1. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*, traduction O. Houdas, 2 vols., Paris, Ernest Leroux, 1889; Le Tourneau, « Histoire de la dynastie sa'dide. Extraits de Al-Turgûman al-Mu'rib 'an duwal al-Mashriq wal Maghrib d'Abû al-Qâsim ben Ahmad ben 'Ali ben Ibrahim al-Zayyânî », *Revue des mondes musulmans et de la Méditerranée*, nº 23, 1977, pp. 7-109; E. Fagnan, *Extraits inédits relatifs au Maghreb*, Alger, Ancienne Maison Bastide-Jourdain, 1924.

2. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes y del estado de los reinos de Marruecos, Fez y Tarudante*, éd., estudio indices y notas de Mercedes García-Arenal, Madrid, Siglo XXI, 1980.

3. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du cap de Gué (Agadir)*, Paris, Paul Geuthner, 1934.

4. Jean-leon L'Africain, *Description de l'Afrique*, traduction A. Epaulard, 2 vols., Paris, Librairie d'Amérique et d'Orient Adrien-Maisonneuve, 1956.

5. Luis del Marmol, *L'Afrique de Marmol de la traduction de Nicolas Perrot sieur d'Ablancourt*, tome II, Paris, Louis Billaine, 1667.

6. En particulier dans les *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc* (*SIHM*), *Première série – Dynastie sa'dienne, Archives et bibliothèques de Portugal*, Paris, Paul Geuthner, tome I, 1934, et tome II, 1939.

em conta que algumas destas fontes já foram utilizadas, a presente abordagem focar-se-á em reavaliar os documentos com um olhar crítico, não retomando as interpretações anteriores. O livro antigo de Auguste Cour, apesar de um certo interesse, apresenta uma visão ultrapassada e não dispensa a consulta das fontes[7]. Pareceu-nos inútil levar em consideração o capítulo de D. Jacques-Meunié consagrado ao início da época sádida[8], dado que muitas das suas afirmações são pouco rigorosas, a sua cronologia é falsa e muitas interpretações são fantasiosas. O estudo dos empreendimentos espanhóis de António Rumeu de Armas é minucioso, ainda que seja viciado por uma perspectiva nacionalista; os documentos que publicou são extremamente úteis[9].

Em primeiro lugar, examinaremos as potencialidades naturais da região. Depois remontaremos ao final do califado almóada, quando o Suz se autonomizou, permanecendo a partir daí amplamente à margem do reino merínida. Na verdade, foi aparentemente no decurso deste período agitado que se estabeleceram as características particulares da sua organização social. Ao longo do século XV verificamos a entrada em cena de marinheiros e comerciantes europeus vindos da Península Ibérica. Os problemas regionais agravaram-se, especialmente porque estes estrangeiros dependiam de dois reinos distintos e, frequentemente, opostos. Esta região rica, atormentada por conflitos, despertou a cobiça dos europeus. As coroas de Portugal e de Castela, concorrentes na região, procuraram estabelecer pontos de apoio, através de intervenções armadas ou de intrigas diplomáticas, com vista a obter a aliança ou a submissão de determinados grupos populacionais. Terão estes eventos desempenhado um papel relevante na decisão de Abu Abdalá Mohamede de entrar na vida política? Terão exercido uma influência significativa no processo que conduziu à tomada do poder por parte dos *chourfas* sádidas?

É difícil responder claramente a estas questões, na medida em que a documentação que temos à nossa disposição é limitada e provém, na sua esmagadora maioria, de fontes europeias. Se, por um lado, estas nos permitem conhecer, num dado momento, a atitude de determinadas personalidades ou grupos populacionais em relação a Castela ou a Portugal, por

7. A. Cour, *L'établissement des dynasties des Chérifs au Maroc et leur rivalité avec les Turcs de la Régence d'Alger, 1509-1830*, Paris, Éditions E. Leroux, 1904 [reed. 2004].

8. D. Jacques-Meunié, *Le Maroc saharien des origines à 1670*, Paris, Klincksieck, 1982, pp. 424-449.

9. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa atlántica*, 2 vol., Madrid, C.S.I.C., 1956-1957.

références seront données à la suite. Une partie de ces sources ayant déjà été utilisée, notre démarche sera ici de laisser de côté les interprétations qui en ont été faites pour reprendre les documents avec un regard critique. Le livre ancien d'Auguste Cour, malgré un certain intérêt, est marqué par une vision périmée et ne dispense pas de se reporter dans tous les cas aux sources[7]. Il a semblé inutile de tenir compte du chapitre consacré par D. Jacques-Meunié aux débuts de l'époque sa'dienne[8], trop de ses affirmations sont hasardeuses, sa chronologie est fausse et beaucoup de ses interprétations fantaisistes. L'étude des entreprises espagnoles par António Rumeu de Armas est minutieuse, mais entachée d'un point de vue nationaliste ; les documents qu'il a publiés sont très utiles[9].

Nous examinerons d'abord les potentialités naturelles de la région, puis nous serons conduits à remonter jusqu'à la fin du califat almohade, moment où le Sous s'en détache et reste ensuite assez largement en marge du royaume mérinide. Il semble en effet que c'est au cours de la vie agitée qu'il a eu alors que des traits particuliers de son organisation sociale se sont mis en place. Au XV^e siècle, on note l'entrée en scène de marins et de commerçants européens venus de la péninsule ibérique. Les problèmes régionaux en ont été compliqués, d'autant que ces étrangers relevaient de deux royaumes différents et le plus souvent opposés. Cette région riche, en proie aux désordres, suscite la convoitise des Européens. Les couronnes de Portugal et de Castille concurrentes sur le terrain ont cherché à y installer des points d'appui par des interventions armées ou par des intrigues diplomatiques, qui visaient à obtenir l'alliance ou la soumission de certains groupes humains. Ont-elles joué sur la décision de Muhammad ben 'Abderrahmân d'entrer dans l'arène politique ? Ont-elles pu avoir une influence significative dans le processus qui a conduit à la prise du pouvoir des *Shurfâ*' sa'diens ?

Il est difficile de répondre clairement à ces questions dans la mesure où la documentation limitée dont nous disposons provient en quasi-totalité de sources européennes. Si elles nous permettent de connaître, à un moment donné, l'attitude de certains personnages ou groupes de population vis-à-vis de la Castille ou du Portugal, elles nous laissent ignorer le plus souvent leurs éventuels changements ultérieurs et

7. A. Cour, *L'établissement des dynasties des Chérifs au Maroc et leur rivalité avec les Turcs de la Régence d'Alger, 1509-1830*, Paris, Éditions E. Leroux, 1904 [rééd. 2004].

8. D. Jacques-Meunie, *Le Maroc saharien des origines à 1670*, Paris, Klincksieck, 1982, pp. 424-449.

9. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa atlántica*, 2 vols., Madrid, C.S.I.C., 1956-1957.

outro, deixam-nos geralmente na ignorância quanto às suas eventuais mudanças de posição, bem como os seus motivos. As crónicas árabes que relatam a origem e os inícios dos Sádidas não retratam o seu aparecimento com o mesmo ponto de vista. O confronto com as crónicas europeias é decepcionante e só clarifica alguns detalhes. A informação mais relevante sobre a situação do país no momento do estabelecimento do poder Sádida provém de Leão Africano, enviado em missão para junto deles pelo sultão oatácida de Fez. Diego de Torrès, que dadas as suas funções enquanto redentor de cativos poderia ter-se relacionado com os responsáveis pelo novo poder e recolhido algumas informações sobre as suas origens, limita-se a reproduzir as informações de Luis del Marmol, que, por sua vez, se baseia em Leão Africano. Felizmente possuímos alguns documentos de arquivos de grande interesse, que serão examinados no momento oportuno. Contudo, torna-se difícil, a partir dos elementos de que dispomos, avançar mais do que meras conjecturas.

Condições naturais favoráveis

A sudoeste de Marrocos, o Suz estende-se desde o Alto Atlas Ocidental em direcção ao Sul até ao curso inferior do rio Drá (fig. 1). É limitado a Oeste pelo Oceano Atlântico, mas é mais difícil de delimitar a Este, visto que o vale médio do Drá constitui uma entidade distinta, embora economicamente bem conectada às regiões que constituem o *Sûs al-Aqsâ*. Nesta zona localizam-se montanhas altas: o Alto Atlas, o Anti-Atlas e os maciços vulcânicos de Siroua e de Sargho, situadas nas proximidades do mar e, portanto, bastante irrigadas, alimentando numerosos cursos de água. Alguns destes rios desaguam no Atlântico, como o Suz e o Meça, que são perenes, ainda que o seu caudal seja extremamente variável, e o rio Não, o mais meridional, cujo fluxo se interrompe uma parte do ano. Outros, como os rios Tamanart, Akka, Tata, Tissint, etc., fluem em direcção ao Sul; em determinados pontos estes rios podem unir-se ao rio Drá, mas frequentemente perdem-se antes de o alcançar. No entanto, os seus vales dão vida a oásis, como os de Akka e Tata, que, devido à sua localização bastante meridional e à sua natureza de centros populacionais, constituem portos para as caravanas que rumam em direcção à África subsariana.
Entre o Atlas e o Anti-Atlas, uma planície aluvial, que se alarga a Oeste, é atravessada pelo rio Suz, bem alimentado por afluentes vindos dos relevos que o enquadram, constituindo uma verdadeira rede

les raisons de ceux-ci. Les chroniques arabes qui rapportent l'origine et les débuts des Sa'diens ne présentent pas leur avènement d'un même point de vue. La confrontation avec les chroniques européennes est décevante, elle n'apporte d'éclaircissements que sur quelques points de détail. La meilleure information sur la situation du pays, au moment où les Sa'diens y établissent leur pouvoir, vient de Jean-Léon l'Africain envoyé en mission auprès d'eux par le sultan Wattâsside de Fès. Diego de Torrès, qui aurait pu, en raison de ses fonctions de rédempteur de captifs, fréquenter des responsables du nouveau pouvoir et recueillir sur leurs débuts quelques renseignements de leur part, se contente de reproduire les informations de Luis del Marmol, lui-même très redevable à Jean-Léon. On a heureusement quelques pièces d'archives d'un grand intérêt, qui seront examinées en temps et en lieu. Mais il est bien difficile à partir des éléments dont nous disposons de faire plus que de risquer des hypothèses.

Des conditions naturelles favorables

Au sud-ouest du Maroc, le Sous s'étend depuis le Haut Atlas occidental vers le sud jusqu'au cours inférieur de l'oued Dr'â (fig. 1). Il est bordé à l'ouest par l'océan Atlantique, mais il est plus difficile à délimiter à l'est, car la moyenne vallée du Dr'â constitue une entité distincte, quoique bien reliée économiquement aux régions qui constituent le *Sûs al-Aqsâ*. Il se trouve dans celui-ci des montagnes élevées : le Haut Atlas, l'Anti-Atlas et les massifs volcaniques du Siroua et du Sargho. Situées non loin de la mer, de ce fait relativement arrosées, elles alimentent de nombreux cours d'eau. Les uns se jettent dans l'Atlantique, comme les oueds Sous et Massa, qui sont pérennes, même si leur débit est extrêmement variable, et l'oued Noun, le plus méridional, dont le flux s'arrête une partie de l'année. Les autres, comme l'oued Tamanart, l'oued Akka, l'oued Tata, l'oued Tissint, etc., coulent vers le sud ; ils peuvent rejoindre à certains moments l'oued Dr'â, mais le plus souvent, ils se perdent avant d'y parvenir. Toutefois leurs vallées donnent vie à des oasis, comme Akka et Tata, qui, en raison de leur position très méridionale et leur nature de centres habités, constituent des ports caravaniers en direction de l'Afrique subsaharienne.
Entre l'Atlas et l'Anti-Atlas, une plaine alluviale, qui s'élargit à l'ouest, est parcourue par l'oued Sous, bien alimenté par des affluents venus des reliefs qui l'encadrent et qui constituent un véritable réseau. Les aptitudes agricoles de cette plaine sont souvent célé-

hidrográfica. As aptidões agrícolas desta planície são amiúde enaltecidas. A sul do Anti-Atlas, até ao Drá, sucedem-se às planícies litorais os relevos orientados de sudoeste para nordeste, cujo elemento mais marcante é, a Este de Tata, o Jebel Bani. O Jebel Ouarkziz, sensivelmente paralelo ao rio Drá, na sua margem esquerda, mantém a mesma orientação ao longo de centenas de quilómetros; é uma *cuesta* majestosa que fecha a Sul o horizonte das terras habitáveis pelas populações sedentárias. A partir daí abre-se a imensidão do deserto, através do qual é possível, à custa de esforço considerável e por itinerários reconhecidos, alcançar o *Bilâd Sûdân.*

O clima, de afinidade tropical, caracteriza-se por uma grande irregularidade. O cultivo de cana-de-açúcar, comprovado desde o século X na planície do Suz, manteve-se até ao século XVI graças à irrigação[10]. A aridez aumenta em direcção ao Sul e no interior. As encostas das montanhas viradas ao oceano recebem as águas da chuva, permitindo, de forma aleatória, o cultivo de cereais e de árvores de fruto, oliveiras e amendoeiras, mais resistentes à seca. O Atlântico confere uma certa frescura, devido à presença da corrente fria das Canárias e de uma humidade que, sob a forma de orvalho, possibilita a existência de uma vegetação espinhosa e cactiforme até mais a Sul na faixa costeira. A altitude implica a estratificação da flora por zonas climáticas. A argânia, uma árvore preciosa, é característica de grande parte desta região. Este tipo particular de vegetação espinhosa, quando densa, cria uma paisagem de floresta clara e oferece aos habitantes os recursos da sua madeira, dos seus frutos – de onde se extrai um óleo apreciado –, e das suas folhas – que servem de pasto às cabras e aos camelos. As montanhas, o Anti-Atlas e a sua fronteira meridional em particular, bastante mineralizadas, encerram riquezas exploradas desde há muito tempo. As principais são o cobre e a prata, cujo minério é frequentemente associado ao chumbo[11]. O cobre e a prata são trabalhados por artesãos locais e fornecem a matéria das exportações para a África Negra. As necessidades de combustível por parte da metalurgia provocaram uma redução da arborização natural e, consequentemente, uma erosão dos solos. Este fenómeno agravou

brées. Au sud de l'Anti-Atlas, jusqu'au Dr'â, succèdent aux plaines littorales des reliefs orientés du sud-ouest au nord-est, dont l'élément le plus remarquable est, à l'est de Tata, le Jebel Bani. Le Jebel Ouarkziz parallèle en gros à l'oued Dr'â, sur sa rive gauche, garde la même orientation sur plusieurs centaines de kilomètres, c'est une *cuesta* majestueuse qui ferme au sud l'horizon des terres habitables par des sédentaires. Au-delà s'ouvre l'immensité du désert à travers lequel il est possible, au prix de durs efforts et par des itinéraires reconnus, de parvenir au *Bilâd Sûdân*.

Le climat d'affinité tropicale est caractérisé par une grande irrégularité. La culture de la canne à sucre signalée dès le X^e siècle dans la plaine du Sous, s'est maintenue grâce à l'irrigation jusqu'au XVI^e siècle[10]. L'aridité croit vers le sud et dans l'intérieur. Les versants des montagnes tournés vers l'océan reçoivent des pluies qui permettent, de façon aléatoire, la culture de céréales et d'arbres fruitiers, oliviers et amandiers plus résistants à la sécheresse. L'océan Atlantique apporte une certaine fraîcheur due à la présence du courant froid des Canaries et une humidité qui, sous forme de rosée, permet jusque très au sud l'existence dans la bande littorale d'une végétation d'épineux et de cactoïdes. L'altitude entraîne un étagement de la végétation. L'arganier, arbre relique, est caractéristique d'une bonne partie de cette région. Cette végétation particulière d'épineux, lorsqu'elle est assez fournie, crée un paysage de forêt claire et offre aux habitants la ressource de son bois, de ses fruits, dont on tire une huile appréciée, et de ses feuilles broutées par les chèvres et les chameaux.

Les montagnes, l'Anti Atlas et sa bordure méridionale en particulier, très minéralisées, recèlent des richesses exploitées depuis longtemps. Les principales sont le cuivre et l'argent, dont le minerai est le plus souvent associé au plomb[11]. Cuivre et argent sont travaillés sur place par des artisans et fournissent la matière d'exportations vers l'Afrique Noire. Les besoins de combustible de la métallurgie ont entraîné un recul du boisement naturel et par conséquent une érosion des sols. Ce phénomène a aggravé la désertification qui progresse depuis le néolithique.

10. P. Berthier, *Un épisode de l'histoire de la canne à sucre: les anciennes sucreries du Maroc*, 2 vols., Rabat, Imprimeries Française et Marocaines, 1966; B. Rosenberger, «La production de sucre au Maroc au XVI^e siècle. Aspects techniques et sociaux», *in* A. Malpica (ed.), *Agua, trabajo y azúcar. Actas del sexto seminario internacional sobre la caña de azúcar. Motril, 19-23 sept. 1994*, Granada, Deputación Provincial de Granada, 1996, pp. 147-179.

11. B. Rosenberger, «Les vieilles exploitations minières et les anciens centres métallurgiques du Maroc. Essai de carte historique», *Revue de Géographie du Maroc*, n° 17, 1970, pp. 71-108 e n° 18, 1970, pp. 59-102, carta h. t.

10. P. Berthier, *Un Épisode de l'histoire de la canne à sucre : les anciennes sucreries du Maroc*, 2 vols, Rabat, Imprimeries Française et Marocaines, 1966; B. Rosenberger, « La production de sucre au Maroc au XVI^e siècle. Aspects techniques et sociaux », *in* A. Malpica (éd.), *Agua, trabajo y azúcar. Actas del sexto seminario internacional sobre la caña de azúcar. Motril, 19-23 sept. 1994*, Grenade, Deputación Provincial de Granada, 1996, pp. 147-179.

11. B. Rosenberger, « Les vieilles exploitations minières et les anciens centres métallurgiques du Maroc. Essai de carte historique », *Revue de Géographie du Maroc*, n° 17, 1970, pp. 71-108 et n° 18, 1970, pp. 59-102, carte h. t.

a desertificação, que tem avançado desde o Neolítico. A costa oferece alguns abrigos para as embarcações de pequena dimensão e praias onde estas podem atracar, especialmente a Norte, onde as montanhas do Atlas caem abruptamente no mar. As fontes assinalam alguns lugares cujos topónimos, diversamente transcritos nos portulanos do século XV, atestam a sua frequência pelos europeus (figs. 1 e 2). A norte do Cabo de Guer encontramos Tafedna ou Tafetana, perto do Cabo Tafelney, e Zebedech ou Zebedique; deste Cabo ao rio Suz temos Teracuco, Tamaraque ou Tamarate (actualmente Tamrakht) e Porto Meseguina, no local onde será edificado o Castelo de Santa Cruz do Cabo de Guer; a sul do rio Suz pontua a enseada de *Tifnit*, mas sobretudo Meça, na foz do rio homónimo, e *Aguilo,* actualmente Aglou. Podemos supor que a pesca, praticada até hoje apesar dos perigos do Oceano, e a colecta de moluscos proporcionavam alguns recursos para os habitantes do litoral. Parece ter existido uma navegação de cabotagem durante os séculos XI-XII[12], sendo provável que tenha continuado posteriormente. Alguns habitantes do Suz têm experiência de navegação, mesmo que limitada, e sobretudo é claro que o Oceano não impede as ligações com regiões afastadas.

Como se constata, a natureza oferece aos habitantes recursos importantes. Pela sua localização, o Suz constitui também uma encruzilhada favorável à actividade económica, um ponto de encontro de comerciantes. Os que vêm do Norte atravessam o Alto Atlas Ocidental através dos desfiladeiros de Bibaun e de Tizi n'Test, menos elevados e menos íngremes que os situados mais a Este, permitindo articular o Suz e a região de Marraquexe. A Sul os trilhos transarianas conduzem aos vales dos rios Drá e Não, ou aos oásis a estes ligados através da montanha do Anti-Atlas. Os comerciantes também podem chegar por mar: a partir do século XI, os navios aportavam a Meça, onde existia «um *ribât* muito frequentado com uma feira que reúne grande número de pessoas»[13]. No século XVI, esta realizava-se aqui durante dois meses, entre os Guezula[14].

La côte offre, surtout au nord, où la montagne de l'Atlas tombe abruptement dans la mer, quelques abris à des embarcations de faible volume et des plages où elles peuvent s'échouer. Les sources signalent quelques lieux dont les noms diversement transcrits sur des portulans du XV^e^ siècle attestent une fréquentation par des Européens (figs. 1 et 2). On trouve au nord du cap Ghîr (le Cap de Gué) : *Tafedna* ou *Tafetana*, près du cap Tafelney, *Zebedech* ou *Zebedique* ; puis du cap à l'oued Sous : *Tarkuku* ou *Turucuco*, *Tamaraque* ou *Tamarate* (aujourd'hui Tamrakht), ou *Porto Meseguina*, à l'emplacement où sera édifié le Castelo de Santa Cruz do Cabo de Gué ; au sud de l'oued Sous : la crique de *Tifnit*, mais surtout Massa, à l'embouchure de l'oued du même nom, et *Aguilo,* aujourd'hui Aglou. On peut supposer que la pêche, pratiquée jusqu'à nos jours en dépit de la dangerosité de l'Océan, et la cueillette de mollusques apportaient quelques ressources aux habitants du littoral. Une navigation de cabotage semble avoir existé aux XI^e^-XII^e^ siècle[12], il n'est pas impossible qu'elle se soit maintenue par la suite. Retenons que certains habitants du Sous ont une pratique de la navigation, aussi limitée soit-elle, et surtout que l'Océan n'empêche pas des relations avec d'autres contrées qui peuvent être éloignées.

La nature, on le voit, offre aux habitants des ressources importantes. Le Sous est aussi par sa situation un carrefour favorable à l'activité économique, un lieu de rencontre pour des commerçants. Ceux venus du nord traversent le Haut Atlas occidental par les cols de Bibaûn et du Tizi n'Test, moins élevés et moins difficiles que ceux situés plus à l'est ; ils permettent d'articuler le Sous avec la région de Marrakech. Du sud, des pistes transsahariennes aboutissent à la vallée du Dr'â, à celle de l'oued Noun ou à des oasis en relation à travers la montagne de l'Anti Atlas avec la plaine du Sous. Les commerçants peuvent aussi venir par la mer : dès le XI^e^ siècle, des navires ont atteint les rivages de Massa où se trouve « un *ribât* très fréquenté où se tient une foire qui réunit beaucoup de monde »[13]. Au XVI^e^ siècle, il s'en tient une grande qui dure deux mois chez les Guezoula[14].

12. C. Picard, *L'océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade*, Paris, Maisonneuve et Larose, 1997, partic., pp. 148-150.

13. Al-Bakri, *Description de l'Afrique septentrionale par Abou-Obeïd-el-Bekri*, trad. de Slane, Paris, Librairie d'Amérique et d'Orient Jean Maisonneuve, 1965 (reedição), p. 306; Al-Idrîsî, *Description de l'Afrique et de l'Espagne*, trad. R. Dozy e M. de Goeje, Leiden, Brill, 1968 (reedição), pp. 83-84.

14. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique…* cit., p. 116.

12. C. Picard, *L'océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade*, Paris, Maisonneuve et Larose, 1997, partic. pp. 148-150.

13. Al-Bakri, *Description de l'Afrique septentrionale par Abou-Obeïd-el-Bekri*, trad. de Slane, Paris, Librairie d'Amérique et d'Orient Jean Maisonneuve, 1965 (réédition) p. 306 ; Al-Idrîsî, *Description de l'Afrique et de l'Espagne*, trad. R. Dozy et M. de Goeje, Leyde, Brill, 1968 (réédition), pp. 83-84.

14. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique…* cit., p. 116.

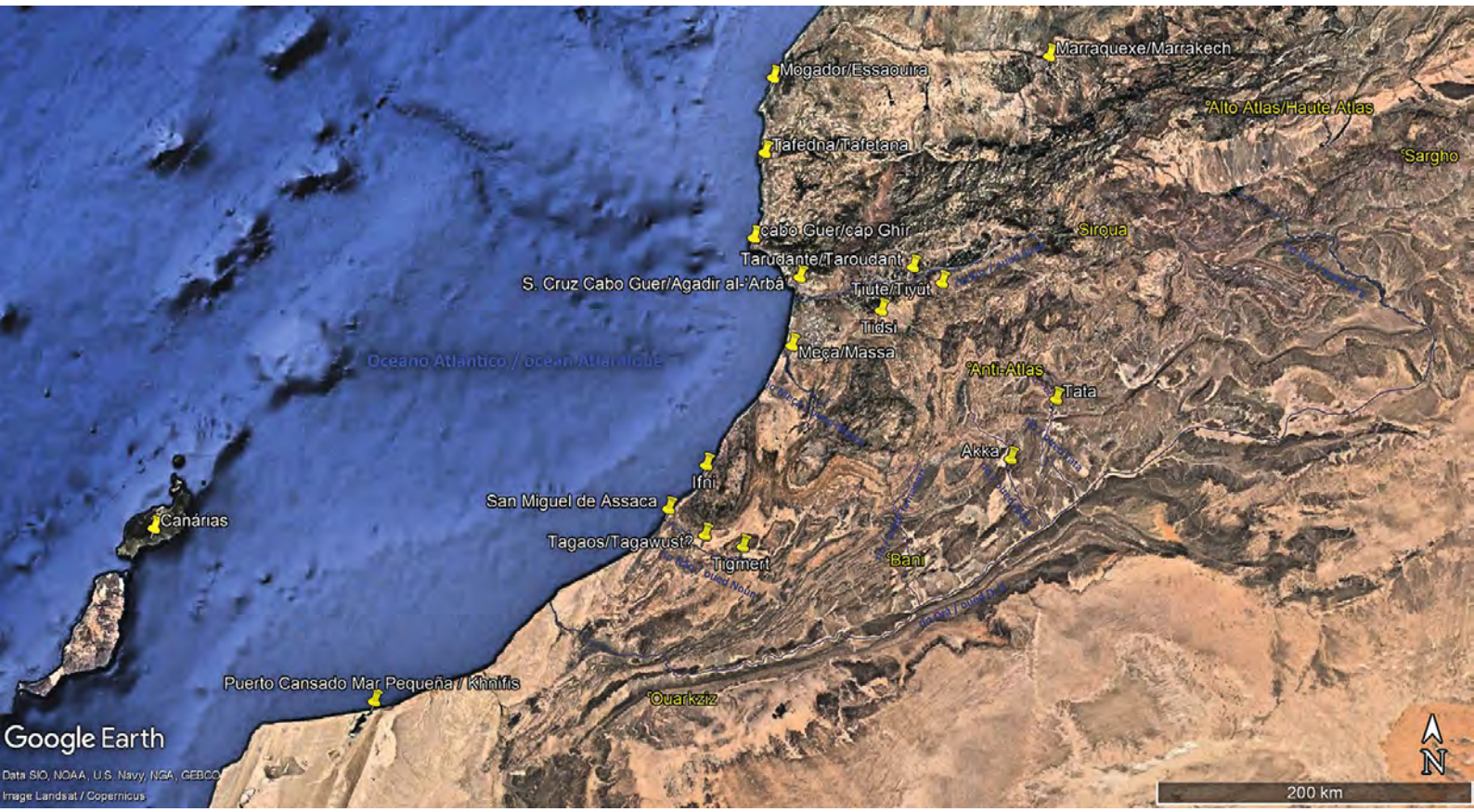

Marraquexe/Marrakech
Mogador/Essaouira
'Alto Atlas/Haute Atlas
Tafedna/Tafetana
'Sargho
cabo Guer/cap Ghir
'Siroua
Tarudante/Taroudant
S. Cruz Cabo Guer/Agadir al-'Arbâ
Tiute/Tiyût
Tidsi
Meça/Massa
Oceano Atlantico / océan Atlantique
'Anti-Atlas
Tata
Akka
Ifni
San Miguel de Assaca
Canárias
Tagaos/Tagawust?
Tigmert
'Bani
Puerto Cansado Mar Pequeña / Khnifis
'Ouarkziz
Google Earth
Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO
Image Landsat / Copernicus
200 km
N

Fig. 1

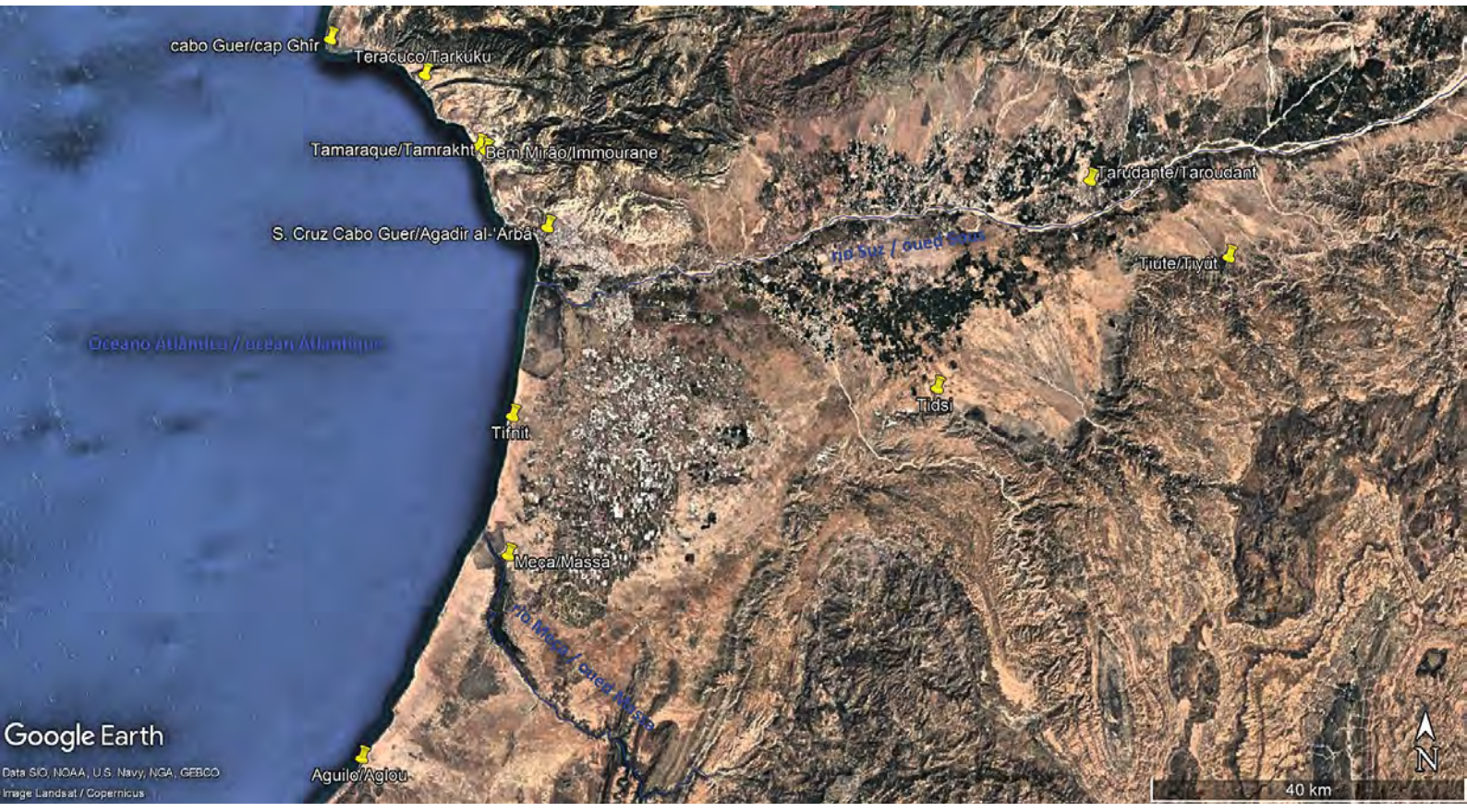

cabo Guer/cap Ghir
Teracuco/Tarkuku
Tamaraque/Tamrakht
Bem Mirão/Immourane
Tarudante/Taroudant
S. Cruz Cabo Guer/Agadir al-'Arbâ
Rio Suz / oued Sous
Tiute/Tiyût
Oceano Atlantico / océan Atlantique
Tidsi
Tifnit
Meça/Massa
Rio Massa / oued Massa
Google Earth
Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO
Image Landsat / Copernicus
Aguilo/Aglou
40 km
N

Fig. 2

Uma evolução à margem do poder de Fez durante dois séculos

Na segunda metade do século XV a situação do Suz é conturbada, como resultado de uma história prévia, apenas conhecida em traços gerais, sobre a qual é necessário recorrer às páginas esclarecedoras de M. Kably[15].

Aquando da crise do califado Almóada, no século XIII, o Suz é uma das regiões que escapa à sua autoridade. ʻAlî ibn Yedder, próximo do vizir Abû Muhammad Ibn Yûnus – que o penúltimo califa al-Murtadâ fez cair em desgraça em 650H/1252-53 – foi procurar refúgio no Suz, onde não tardou a revoltar-se, atitude frequente de quem espera punição. Para conquistar as fortalezas mantidas pelos Sanhaja pediu apoio aos árabes Maʻqil, que segundo Ibn Khaldoun habitavam então as regiões áridas entre o Rife e o Moluia[16]. Na realidade, é possível que estes árabes já tivessem penetrado no Suz a partir de Sul antes de meados do século XIII[17]. Apesar dos ataques do califa al-Murtadâ em 1254 e 1261-62, Ibn Yedder conseguiu resistir. De acordo com Ibn Khaldoun este «adquiriu então uma influência relevante no Suz ; ele recrutou para o servirem os árabes Chabanât e Dawî Hassan e submeteu os Guezula, bem como os Lamta, os Zegguen, os Lakhès e os Sanhaja. Os impostos recebidos das suas novas conquistas forneceram-lhe o meio de recrutar soldados e de organizar um corpo de milícia composto, segundo é dito, de mil cavaleiros. Aquando dos numerosos combates contra os Guezula quase sempre conquistou a vitória, graças ao apoio dos Dawî-Hassan»[18]. Abû Dabbûs, o último califa almóada, teve mais sucesso em 665H/1266-67, contudo a submissão do rebelde foi efémera.

Ibn Yedder aproveitou a tomada de poder pelos Merínidas, em 668H/1269, para se apoderar da governação do Suz, submetendo Tarudante e as restantes praças-fortes. Logrou então criar um reino que os primeiros Merínidas não souberam, ou não quiseram, aniquilar. As expedições do sultão Abû Yûsuf – a que enviou em 1269 e a que dirigiu em 1272 – não obtiveram resultados duradouros. É possível que os zianidas de Tremecém tenham incentivado e apoiado a resistência ao poder de Fez. Após a morte do sultão merínida Abû Yaʻqûb diante de Tremecém em 1307 e a crise que se seguiu, o Suz dos Beni Yedder era independente de facto. Contudo, os nómadas uniram-se a Abû ʻAlî quando este, após se ter revoltado contra o

15. M. Kably, *Société, pouvoir et religion au Maroc à la fin du Moyen Age*, Paris, Maisonneuve et Larose, 1986.

16. Ibn Khaldoun, *Histoire des Berbères*, tomo II, p. 276.

17. M. Kably, *Société, pouvoir et religion au Maroc*... cit., p. 244.

18. Ibn Khaldoun, *Histoire des Berbères*... cit., p. 277.

Une évolution en marge du pouvoir de Fès depuis deux siècles

Dans la seconde moitié du XV[e] siècle, la situation du Sous apparaît troublée. C'est l'aboutissement d'une histoire antérieure connue seulement dans ses grandes lignes, sur laquelle il faut recourir aux pages éclairantes de M. Kably[15].

Lors de la crise du califat almohade, au XIII[e] siècle, c'est une des régions qui échappent à son autorité. ʻAlî ibn Yedder, proche du vizir Abû Muhammad Ibn Yûnus disgracié en 650H/1252-53 par le calife al-Murtadâ, alla chercher refuge dans le Sous où il ne tarda pas à se révolter, attitude fréquente chez ceux qui craignent un châtiment. Pour s'emparer de forteresses tenues par des Sanhâja, il fit appel à des Arabes Maʻqil qui, selon Ibn Khaldoun vivaient alors dans les régions arides entre le Rif et la Moulouya[16]. En fait ces Arabes avaient peut-être déjà pénétré dans le Sous depuis le sud, avant le milieu du XIII[e] siècle[17]. En dépit des attaques d'al-Murtadâ, l'avant denier Almohade, notamment en 1254, puis en 1261-62, Ibn Yedder a su se maintenir. Selon Ibn Khaldoun « il acquit alors une grande influence dans le Sous; il prit à son service les Arabes Chabanât et Dawî Hassan et soumit les tribus guezouliennes ainsi que les Lamta, les Zegguen, les Lakhès, tribus lamtiennes et les Sanhâja. Les contributions qu'il perçut dans ses nouvelles conquêtes lui fournirent le moyen d'enrôler des soldats et d'organiser un corps de milice composé, dit-on, de mille cavaliers. Dans de nombreuses rencontres avec les Guezoula, il remporta presque toujours la victoire, grâce à l'appui des Dawî-Hassan »[18]. Abû Dabbûs, le dernier calife almohade, a eu plus de succès en 665H/1266-67, mais la soumission du rebelle a été éphémère.

Ibn Yedder a profité de la prise du pouvoir par les Mérinides en 668/1269 pour s'emparer du gouvernement du Sous, soumettre Taroudant et les autres places fortes. Il a ainsi pu créer un royaume que les premiers Mérinides n'ont pas su ou pas voulu réduire. L'expédition qu'Abû Yûsuf a envoyée en 1269 puis celle qu'il a dirigée en 1272 n'ont pas obtenu de résultats durables. Il est possible que les Zayânides de Tlemcen aient encouragé et soutenu la résistance au pouvoir de Fès. Après la mort, en 1307, devant Tlemcen d'Abû Yaʻqûb et la crise qui s'ensuivit, le Sous des Beni Yedder se trouvait indépendant en fait. Mais les nomades se sont ralliés à Abû ʻAlî, lorsque celui-ci, après s'être

15. M. Kably, *Société, pouvoir et religion au Maroc à la fin du Moyen Age,* Paris, Maisonneuve et Larose, 1986.

16. Ibn Khaldoun, *Histoire des Berbères*, tome II, p. 276.

17. M. Kably, *Société, pouvoir et religion au Maroc*... cit., p. 244.

18. Ibn Khaldoun, *Histoire des Berbères*... cit., p. 277.

pai, o sultão Abû Sa'id, herdou a autoridade sobre um vasto território a sul de Marrocos. Em conjunto com aqueles, Abû 'Alî eliminou os últimos Beni Yedder a partir de Tarudante e dominou como que uma zona-tampão entre Tremecém e Fez. Os árabes passaram então para a tutela do seu irmão, o sultão Abû-l-Hassan, que lhes distribuiu *iqtâ'*, isto é, que os incumbiu de cobrar os impostos mediante a sua repartição. Sozinho, e sob esta condição, o maior sultão da dinastia pôde estender a sua autoridade à região do Suz. Depois dele, os beduínos tornaram-se a única autoridade. Ibn Khaldoun escreve no alvorecer do século XV: «Actualmente, esta província permanece ainda à margem da acção governamental; os árabes apropriam-se dos seus rendimentos e repartem entre si as populações tributáveis»[19]. É evidente que a utilização das tribos árabes por parte de poderes rivais lhes conferiu um papel preponderante. Desde então, as lutas entre as suas facções geraram perturbações, comprometendo a prosperidade da região, nomeadamente da planície do Suz, vizinha de Tarudante, e da própria cidade. Segundo Diego de Torres, a região teria sido arruinada e despovoada, facto que a descrição de Leão Africano desmente, assinalando, porém, as relações delicadas com os árabes da vizinhança[20]. Provavelmente com o intuito de assegurar uma certa estabilidade, as populações organizaram-se em grandes ligas, os *leff*-s, que integraram berberes e árabes. Geralmente opunham-se os Ahoggwa ou Sektana aos Guezula (*Iguizulen*)[21].

O colapso do poder dos Beni Yedder deixou um país desagregado em pequenas unidades politicamente independentes, cujas relações nos são, frequentemente, indiscerníveis. As fontes mencionam numerosos conflitos abertos entre vizinhos no seio das tribos ou nas cidades e o recurso frequente ao auxílio externo. É neste contexto que, no vale do Drá, na periferia da região do Suz, dois potentados (*mizwâr*-s) da mesma família disputam a primazia e, para a conquistar, um deles conta com a aliança do sultão de Fez[22].

19. Ibn Khaldoun, *Histoire des Berbères*... cit., tomo I, p. 133. Luis del Marmol, *L'Afrique*... cit., p. 40, assinala que a cidade de Tidsi, livre antes de ser subjugada pelos Beni Marin, tendo reencontrado a sua liberdade «no declínio do seu império, pagava apenas aos árabes do campo, o dízimo dos seus cereais e legumes».

20. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*... cit., p. 65: «*en todo este espacio avía un solo lugarejo poblado de obra de dozientos vezinos, cercado de tapias, llamado Tarudante*». Cf. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., pp. 91-92: «Tarodant é uma grande cidade construída pelos antigos africanos. Esta possui cerca de 3 000 fogos».

21. Sobre a origem destes *leff*s: M. Kably, *Société, pouvoir et religion au Maroc*... cit., pp. 247-249; Justinard, «Notes sur l'histoire du Suz au XVI^e siècle», *Archives Marocaines*, vol. XXIX, 1933, pp. 64-67; A. Dziubinski, «Les Chorfa Saadiens dans le Suz et à Marrakech jusqu'en 1525», *Africana Bulletin*, n.º 10, 1964, pp. 31-52.

22. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., pp. 136-140.

soulevé contre son père Abû Sa'id, a eu en partage l'autorité sur un vaste domaine au sud du Maroc. Avec eux, il a depuis Taroudant éliminé les derniers Beni Yedder et dominé une sorte de zone tampon entre Tlemcen et Fès. Puis les Arabes sont passés sous l'autorité de son frère Abû-l-Hassan qui leur distribua des *iqtâ'*, c'est-à-dire qu'il les chargea du recouvrement des impôts moyennant un partage. Seul, et à cette condition, le plus grand sultan de la dynastie a pu étendre son autorité à la région du Sous.

Après lui, les Bédouins devinrent les seuls maîtres. Ibn Khaldoun écrit à l'aube du XV^e siècle : « Encore aujourd'hui, cette province est en dehors de l'action du gouvernement : les Arabes s'en approprient les revenus et se partagent les populations imposables »[19]. On voit bien que l'utilisation par les pouvoirs rivaux des tribus arabes leur a conféré un rôle majeur. Dès lors, les luttes entre leurs fractions ont eu pour conséquence des troubles qui ont porté atteinte à la prospérité de la région, en particulier de la plaine du Sous voisine de Taroudant et de cette ville, au point qu'elle aurait été, selon Diego de Torres, ruinée et dépeuplée, ce que la description de Jean-Léon dément, mais signale ses rapports délicats avec des Arabes du voisinage [20]. C'est probablement pour assurer une certaine stabilité que les populations se sont organisées en grandes ligues, les *leff*-s qui ont intégré Berbères et Arabes. On oppose en général les Ahoggwa ou Sektana aux Guezoula (*Iguizulen*)[21].

L'effondrement du pouvoir des Beni Yedder a laissé un pays émietté en petites unités politiquement indépendantes, leurs relations nous sont le plus souvent indiscernables. Nos sources mentionnent de nombreux conflits ouverts entre voisins ou au sein des tribus et des villes et le recours fréquent à une aide extérieure. C'est ainsi que dans la vallée du Dr'â, à la périphérie de la région du Sous, deux potentats (*mizwâr*-s) de la même famille se disputent la primauté et, pour l'emporter l'un d'eux compte sur l'alliance du sultan de Fès[22].

19. Ibn Khaldoun, *Histoire des Berbères*... cit., tome I, p. 133. Luis del Marmol, *L'Afrique*... cit., p. 40, signale que la ville de Tidsi, libre avant d'être prise par les Beni Marin, ayant retrouvé sa liberté « dans le déclin de leur empire, payoit seulement aux Arabes de la campagne, la disme de ses bleds et de ses légumes ».

20. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*... cit., p. 65: « *en todo este espacio avía un solo lugarejo poblado de obra de dozientos vezinos, cercado de tapias, llamado Tarudante* ». Cf. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., pp. 91-92 : « Tarodant est une très grande ville bâtie par les anciens Africains. Elle fait environ 3 000 feux ».

21. Sur l'origine de ces *leff*s : M. Kably, *Société, pouvoir et religion au Maroc*... cit., pp. 247-249 ; Justinard, « Notes sur l'histoire du Sous au XVI^e siècle », *Archives Marocaines*, vol. XXIX, 1933, pp. 64-67 ; A. Dziubinski, « Les Chorfa Saadiens dans le Sous et à Marrakech jusqu'en 1525 », *Africana Bulletin*, n° 10, 1964, pp. 31-52.

22. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., pp. 136-140.

Uma sociedade vigorosa e complexa

O povoamento, que permanece na sua maioria berbere e é caracterizado pelos dialectos *tachelhit*, pertence ao grupo dos Masmouda. Nas planícies e nas encostas das montanhas adjacentes os agricultores sabem recorrer a técnicas simples, geralmente engenhosas e eficazes. As populações que habitam nas montanhas complementam os seus recursos através da transumância. Durante o século XI, os Sanhaja nómadas, oriundos do Sara, irromperam no Suz juntamente com os Almorávidas. Eram eles que controlavam então os eixos de comunicação em direcção ao *Bilâd Sûdân*, um conjunto de vias que constituem o que designamos *Trîq lamtûnî*. Integraram-se a tal ponto que, com o passar do tempo, passaram a ser considerados autóctones. Conservaram, contudo, o seu duro modo de vida pastoral, graças ao qual impuseram, aqui como noutras áreas, a sua autoridade aos sedentários. Distinguimos tradicionalmente dois grupos, os Lamta e os Guezula: os primeiros nomadizavam em direcção ao Sara, os segundos sobretudo para Norte. Mais a Este, uma outra via transariana leva ao vale do Drá e ao Tafilete e conduz a Fez. Esta suplantou as rotas ocidentais desde que a capital política deixou de ser Marraquexe, o que teve indubitavelmente repercussões na economia regional, ademais afectada por conflitos[23]. As tribos árabes Ma'qil, que irromperam pelo Sara vizinho, como já foi mencionado, tomaram o controlo dos itinerários que conduziam ao Suz e ao Drá. Estas tribos exigiam o pagamento de tributos, justificados pela protecção que forneciam às caravanas, cuja segurança era efectiva, excepto se estas tribos competissem pelos lucros dos comerciantes. É difícil afirmar em que medida estas restrições perturbavam o comércio com a África Negra e, sobretudo, discernir as fases de maior ou menor actividade antes da conquista do poder pelos Sádidas. A islamização é antiga, mas correntes heterodoxas persistentes no século XI[24] podem ter deixado alguns vestígios, permanecendo tradições anteriores mais ou menos misturadas com a religião dominante. Assim, na foz do rio Meça, um *ribât* gozava de grande prestígio. A crença popular é que Jonas foi vomitado aí pela baleia e que o *Mahdî* sairia deste lugar. Ibn Khaldoun relato-o a partir de outras fontes[25], comprovando-se em Leão Africano que esta crença estava ainda bem viva nos primeiros anos do século XVI[26]. Existia, pois,

23. M. Kably, *Société, pouvoir et religion au Maroc*... cit., pp. 245-246.

24. Al-Bakri, *Description de l'Afrique septentrionale*... cit., pp. 304-305.

25. Ibn Khaldoun, *Histoire des Berbères*... cit., tomo II, pp. 279-280.

26. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., p. 88.

Une société vigoureuse et complexe

Le peuplement resté en grande majorité berbère, caractérisé par les parlers *tachelhit*, appartient au groupe des Masmouda. Dans des plaines et sur les versants des montagnes adjacentes, des cultivateurs savent recourir à des techniques simples, souvent ingénieuses et efficaces. Les montagnards complètent leurs ressources par un élevage transhumant. Au XIe siècle, des Sanhâja nomades, originaires du Sahara, ont pénétré dans le Sous avec les Almoravides. Ce sont eux qui contrôlaient alors les axes de communication vers le *Bilâd Sûdân*, un ensemble de pistes qui constituent ce qu'on appelle le *Trîq lamtûnî*. Ils se sont intégrés au point d'être, avec le temps, considérés comme autochtones, mais ils ont gardé leur rude genre de vie pastoral grâce auquel ils ont, là comme ailleurs, pu imposer leur autorité aux sédentaires. On distingue traditionnellement deux groupements, les Lamta et les Guezoula. Les premiers nomadisent vers le Sahara, les seconds plutôt vers le nord. Plus à l'est, une autre voie transsaharienne aboutit à la vallée du Dr'â et au Tafilalt et conduit à Fès. Elle l'a emporté, depuis que la capitale politique n'est plus Marrakech, sur les routes occidentales, ce qui a sans doute eu des répercussions dans l'économie régionale par ailleurs touchée par des désordres[23]. Les tribus arabes Ma'qil, qui ont fait irruption, comme il a été dit, dans le Sahara proche, ont pris le contrôle des itinéraires aboutissant au Sous et au Dr'â. Ils exigent le paiement de taxes qu'ils justifient par la protection qu'ils fournissent aux caravanes dont la sécurité est effective, sauf si ces tribus se disputent les profits tirés des marchands. Il est difficile de dire dans quelle mesure ces contraintes gênent le commerce avec l'Afrique Noire et encore plus de discerner des phases de plus ou moins grande activité avant la prise de pouvoir des Sa'diens.

L'islamisation est ancienne, mais des courants hétérodoxes présents au XIe siècle[24] ont pu laisser des traces même s'ils n'ont pas subsisté tels, et des traditions antérieures ont persisté, plus ou moins mêlées à la religion dominante. C'est ainsi qu'à l'embouchure de l'oued Massa, un *ribât* jouit d'un grand prestige. La croyance commune est que Jonas y a été vomi par la baleine et que le *Mahdî* sortira de ce lieu. Ibn Khaldoun, après d'autres, s'en fait l'écho [25] et Jean-Léon l'Africain atteste dans les premières années du XVIe siècle qu'elle était bien vivante[26]. Il existe donc

23. M. Kably, *Société, pouvoir et religion au Maroc*... cit., pp. 245-246.

24. Al-Bakri, *Description de l'Afrique septentrionale*... cit., pp. 304-305.

25. Ibn Khaldoun, *Histoire des Berbères*... cit., tome II, pp. 279-280.

26. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., p. 88.

uma espera escatológica cujo peso na sociedade não podemos avaliar, mas que pode ter tido influência no sucesso da propaganda de Abu Abdalá Mohamede e dos seus filhos, de tom claramente *mahdista*.

A multiplicação das *zâwaya* é impressionante. Resultará da necessidade de islamizar a população? Estará relacionada com as divisões e os conflitos que opuseram os habitantes? Junto ao túmulo de fundadores místicos (em árabe, *murâbit* ou em berbere, *agurram*), os seus descendentes continuavam a transmitir a sua doutrina, recebiam os peregrinos, asseguravam actividades caritativas, aconselhavam tanto humildes como poderosos, respondendo às questões que podiam surgir sobre a interpretação das regras da Suna. As *zâwaya* eram ricas: recebiam numerosas ofertas, possuíam terras e participavam nas actividades económicas. Eram impelidas pela inércia dos poderes do Estado a intervir em diversas áreas.

No final do século XV e início da centúria seguinte a mais famosa e mais influente era a de Aqqâ, onde se destacava a figura de Abu Abdalá Mohamede ben Almobáreque [Sidî Muhammad ben Mubârak], que se voltou para Abu Abdalá Mohamede, o Sádida, apoiando-o. Este santo, a quem são atribuídos diversos milagres[27], conseguiu impor a esta sociedade belicosa o respeito de uma trégua de vários dias por mês, de acordo com o seu biógrafo, ou de três dias por semana, de acordo com Ifrânî[28]. Os «dias de Abu Abdalá Mohamede ben Almobáreque» levam-nos a pensar na «Trégua de Deus» da Idade Média europeia. A ele se atribui a reconciliação dos habitantes de três *qsûr* de Aqqâ que se haviam tornado inimigos, permitindo, assim, que se repovoassem: «Esta personagem tornou-se senhor de Accha»[29]. Os mestres de outras *zâwaya* também têm reputação, como Cid Baracate [Sidî Barakât] de Tidsi, envolvido no resgate de prisioneiros aos cristãos[30]. Muitas destas personalidades seguiram a doutrina de Cide Mohâmede Aljazuli [Muhammad ben Slimân al-Jazûlî], *sûfî* renovador da *tarîqa shadhîliya*, ou dos seus primeiros discípulos, como Tabbâ' ou Ghazwânî, que demonstram interesse pela *jihâd* e exercem uma acção social e política[31]. O sucesso da obra de Aljazuli, *al-Dalâ'il al-Khayrat*,

27. Ibn 'Askar, *Dawhat al-Nashir*, tradução de A. Graulle, Paris, Leroux, 1913 [reed. 1980], pp. 193-195, dedica-lhe uma nota na qual afirma que «os prodígios de Ibn al-Moubârak não se podem contar».

28. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., pp. 23-24.

29. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., p. 422.

30. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., p. 21.

31. V. J. Cornell, «Mystical doctrine and political action *in* moroccan sufism: the role of the exemplar *in* the *tarîqa al-jazûliyya*», *Al Qantara*, tomo XIII, 1992, pp. 201-231; M. García Arenal, «Mahdî, murabit, sharîf, l'avènement de la dynastie sa'dienne», *Studia Islamica*, tomo LXXI, 1990, pp. 77-114.

une attente eschatologique dont on ne peut évaluer le poids dans la société, mais qui a pu avoir une influence dans le succès de la propagande de Muhammad ben 'Abderrahmân et de ses fils, dont le ton est clairement *mahdiste*.

La multiplication des *zâwaya* est frappante. Résulte-t-elle de la nécessité d'islamiser la population ? Est-elle en rapport avec des divisions et des conflits qui ont pu opposer les habitants ? Auprès du tombeau d'un mystique fondateur (arabe *murâbit* ou berbère *agurram*), ses descendants continuent son enseignement, reçoivent les pèlerins, assurent des activités charitables, conseillent des humbles comme des puissants en répondant aux questions qui peuvent se poser sur l'interprétation des règles de la *Sunna*. Les *zâwaya* sont riches : elles reçoivent de nombreuses offrandes, elles ont des terres et participent à des activités économiques. Elles sont poussées par l'atonie des pouvoirs de l'État à intervenir dans de nombreux domaines.

La plus renommée et la plus influente, en cette fin du XV^e et au début du XVI^e siècle, est celle d'Aqqâ où rayonne la figure de Sidî Muhammad ben Mubârak, qui va se tourner vers Muhammad ben 'Abderrahmân, le Sa'dien et le soutenir. Ce santon, auquel de nombreux miracles sont attribués[27], a réussi à imposer à cette société belliqueuse l'observation d'une trêve plusieurs jours par mois selon son biographe, ou trois jours par semaine selon Ifrânî[28]. Les « jours de Sayyidî Mouhammad ben al-Moubârak » font penser à la « Trêve de Dieu » du Moyen Âge européen. Si c'est de lui dont il s'agit, il aurait réconcilié les habitants de trois *qsûr* d'Aqqâ devenus ennemis et ainsi permis qu'ils se repeuplent : « Ce personnage est devenu seigneur d'Accha »[29]. Les maîtres d'autres *zâwaya* sont réputés, comme Sidî Barakât de Tidsi, qui s'entremet pour le rachat de prisonniers aux Chrétiens[30]. Beaucoup de ces personnalités ont suivi l'enseignement de Muhammad ben Slimân al-Jazûlî, *sûfî* rénovateur de la *tarîqa shadhîliya*, ou de ses premiers disciples, comme Tabbâ' ou Ghazwânî, qui se préoccupent de *jihâd* et ont une action sociale et politique[31]. Le succès

27. Ibn 'Askar, *Dawhat al-Nashir*, trad. A. Graulle, Paris, Leroux, 1913 [rééd. 1980], pp. 193-195, lui consacre une notice dans laquelle il dit que : « les prodiges d'Ibn al-Moubârak ne peuvent se compter ».

28. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., pp. 23-24.

29. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., p. 422.

30. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., p. 21.

31. V. J. Cornell, « Mystical doctrine and political action *in* moroccan sufism : the role of the exemplar *in* the *tarîqa al-jazûliyya* », *Al Qantara*, tome XIII, 1992, pp. 201-231; M. García Arenal, « Mahdî, murabit, sharîf, l'avènement de ladynastie sa'dienne », *Studia Islamica*, tome LXXI, 1990, pp. 77-114.

desenvolvendo a devoção ao Profeta, contribuiu para engrandecer o respeito pelos seus descendentes, os chourfas, e a ideia de que estes são os mais dignos para exercer o poder.

Seria a influência destes numerosos centros religiosos justificação para o carácter militante de determinados membros da população? É extraordinário que, aquando do cerco de Ceuta pelos muçulmanos em 1418, um pregador tenha ido ao território longínquo dos Guezula recrutar uma centena de cavaleiros e mil peões («hum cento de cavallo e hum milheiro de pee») para conduzi-los ao combate[32] e que os defensores mais determinados de Málaga, sitiada pelos Reis Católicos em 1488-1489, tenham sido os Guezula (*Gazules*, de acordo com a fonte espanhola). Enquanto a sua população se mostrava, em grande parte, favorável a uma capitulação, certamente para obter melhores condições, estes voluntários lutaram obstinadamente até ao fim. Não será decerto incorrecto pensar que este seu exemplo possa ter incentivado a resistência aos cristãos que tentavam estabelecer-se no país. Os habitantes desta região são considerados combativos por Leão Africano[33].

A irregularidade das colheitas levou a população, desde tempos remotos, a armazenar cereais, trigo e, sobretudo, cevada, sorgo ou milho-miúdo e até sementes como os chícharos. Tal como em outras regiões de Marrocos, podemos encontrar silos subterrâneos (*tasraft*, pl. *tiserfin*). Contudo, o modo de armazenamento característico das populações sedentárias do Suz é o celeiro fortificado (*agadir*, pl. *igudar*), geralmente construído num local naturalmente defensável, próximo da aldeia. Esta instituição foi alvo de estudos, que revelaram as suas características originais: alguns regulamentos que se preservaram mostram um equilíbrio entre regras comunitárias e individualismo[34]. Os víveres são acondicionados em compartimentos arejados, que são propriedade individual; estes com-

32. Gomes Eanes de Zurara, *Chronica do conde D. Pedro de Meneses* (J. Correa da Serra, *Colecção de livros ineditos de historia portugueza*, 1792), parte II, cap. 2, pp. 486-487: «nas terras de Gazulla que sam muy alongadas».

33. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., p. 116.

34. Citemos: R. Montagne, *Un magasin collectif de l'Anti-Atlas, l'agadir des Ikounka*, Paris, Larose, 1930; D. Jacques-Meunié, *Greniers citadelles au Maroc*, tomo LII, 2 vol., Paris, Publ. de I. H. E. M., 1951; J. Despois, «Les greniers fortifiés de l'Afrique du Nord», *Les Cahiers de Tunisie*, tomo I, 1953, pp. 36-60; C. Lefébure, «Réserves céréalières et société: l'ensilage chez les Marocains», *in Les techniques de conservation des grains à long terme*, 3, fasc. 1, 1985, pp. 211-236; B. Rosenberger, «Réserves de grains et pouvoir dans le Maroc précolonial», *in Les techniques de conservation*... cit., pp. 237-258, retomado em *Société, pouvoir et alimentation. Nourriture et précarité au Maroc précolonial*, Rabat-Ryad, Alizés, 2001, pp. 53-100; S. Naji, *Greniers collectifs de l'Atlas, patrimoine du sud marocain*, Casablanca, La Croisée des Chemins, 2006, publicou a carta (*lûh*) de Tigfert, que data de 911/1506, pp. 252-253.

du recueil de Jazûlî *al-Dalâ'il al-Khayrat*, en développant la dévotion au Prophète, a contribué à agrandir le respect pour ses descendants, les *Shurfâ'*, et l'idée qu'ils sont les plus dignes d'exercer le pouvoir.

Est-ce l'influence de ces nombreux centres religieux qui pourrait expliquer le caractère militant de certains éléments de la population ? Il est assez remarquable que, lors du siège de Ceuta par les Musulmans en 1418, un prédicateur soit allé dans les terres des Guezoula qui sont très éloignées recruter une centaine de cavaliers et un millier de fantassins (« *hum cento de cavallo e hum milheiro de pee* ») pour les amener à participer au combat[32] et que les défenseurs les plus résolus de Malaga assiégée par les Rois Catholiques en 1488-1489 ont été des Guezoula (*Gazules* selon la source espagnole). Alors que sa population inclinait en grande partie vers une reddition, afin sans doute d'obtenir de meilleures conditions, ces volontaires ont lutté avec acharnement jusqu'au bout. Il n'est pas interdit de penser que l'exemple qu'ils avaient donné a pu encourager la résistance aux Chrétiens qui tentaient de s'établir dans le pays. Les habitants de cette contrée sont considérés par Jean-Léon l'Africain comme batailleurs[33].

L'irrégularité des récoltes a poussé depuis des temps très reculés les populations à constituer des réserves de céréales, du blé, mais surtout de l'orge, du sorgho ou du mil et même des graines comme les gesses. Comme dans d'autres régions du Maroc, on peut trouver des silos souterrains (*tasraft* pl. *tiserfin*), mais le mode de stockage caractéristique des sédentaires du Sous est le grenier fortifié (*agadir* pl. *igudar*), généralement construit sur un site naturellement défendu, à proximité du village. Cette institution a été l'objet d'études qui ont montré les traits originaux : un dosage de règles communautaires et d'individualisme, que l'on observe dans les quelques chartes qui ont été conservées[34]. Les denrées sont serrées dans

32. Gomes Eanes de Zurara, *Chronica do conde D. Pedro de Meneses* (J. Correa da Serra, *Colecção de livros ineditos de historia portugueza*, 1792), partie II, chap. 2, pp. 486-487 : « *nas terras de Gazulla que sam muy alongadas* ».

33. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., p. 116.

34. Citons : R. Montagne, *Un magasin collectif de l'Anti-Atlas, l'agadir des* Ikounka, Paris, Larose, 1930; D. Jacques-Meunie, *Greniers citadelles au Maroc*, tome LII, 2 vol., Paris, Publ. de l'I. H. E. M., 1951 ; J. Despois, « Les greniers fortifiés de l'Afrique du Nord », *Les Cahiers de Tunisie*, tome I, 1953, pp. 36-60 ; C. Lefébure, « Réserves céréalières et société : l'ensilage chez les Marocains », *in Les techniques de conservation des grains à long terme*, 3, fasc. 1, 1985, pp. 211-236 ; B. Rosenberger, « Réserves de grains et pouvoir dans le Maroc précolonial », *in Les techniques de conservation*... cit., pp. 237-258 (repris dans *Société, pouvoir et alimentation. Nourriture et précarité au Maroc précolonial*, Rabat-Ryad, Alizés, 2001, pp. 53-100) ; S. Naji, *Greniers collectifs de l'Atlas, patrimoine du sud marocain*, Casablanca, La Croisée des Chemins, 2006, a publié la charte (*lûh*) de Tigfert, datant de 911/1506, pp. 252-253.

partimentos podem organizar-se em andares de dois ou mais níveis e, por vezes, são acessíveis por escadas e escadotes rústicos externos. Um porteiro assalariado, que vive no local permanentemente, assegura a vigilância de tudo do conjunto, controla as entradas, caça os roedores, etc. A loja de um barbeiro ou de um ferreiro constitui um local para sociabilizar. A defesa do edifício, solidamente construído em pedra ou em taipa, é assegurada em caso de ameaça pelo conjunto dos beneficiários, que se podem também refugiar aqui. Não se trata apenas de armazenar os alimentos, mas também de os defender contra as tentativas de roubo. Provavelmente foi a situação conturbada dos séculos XIV e XV que justificou a sua generalização. Estes *igudar* ou *igidar* asseguravam a segurança alimentar de numerosas comunidades das zonas montanhosas e materializavam a sua independência.

Nesta região, onde a agricultura dificilmente alimenta uma população relativamente numerosa, as trocas têm uma importância vital. Algumas produções apreciadas atraem os compradores (ver fig. 1). Em Tiute [Tiyût], onde cresce uma quantidade importante de cana-de-açúcar, «numerosos comerciantes vêm de Fez, de Marraquexe e do País dos Negros para comprar açúcar», apesar de este ter uma cor negra, por não se saber cozer correctamente o caldo de cana nem clarificá-lo. Nesta cidade também se prepara «o belo cordovão que se designa marroquim em Itália»; o preço local de uma dúzia destas peles duplica em Fez[35]. Em Tagaos [Tagaoust] «existem muitas lojas de comerciantes e de artesãos no centro da cidade» e o mercado (*sûq*) ocorre duas vezes por semana; fabricam-se pequenas peças de tecido de lã em grande quantidade, exportando-se para o País dos Negros[36]. Em Ifrane, os habitantes são relativamente ricos, dado que traficam com os portugueses, adquirindo-lhes tecidos grosseiros, panos, etc., que transportam até ao País dos Negros, com os vasos de cobre que os numerosos artesãos fabricam, de venda fácil nestas regiões[37]. Antes de comerciar com os portugueses de *Gartguessem*, ou seja, Santa Cruz, a população de Ifrane encontrava-os certamente no mesmo local, onde decorria um mercado de quarta-feira (*al-'Arbâ'*), ou em Meça.

Será que a violência das relações sociais constituiu um entrave à vida económica? As instituições originais que procuraram impor um travão a esse tipo de conflitos despertaram a atenção de Leão Africano. Na região de *Guzzula*, bastante povoada e onde os homens rudes estão frequentemente divididos e

35. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., pp. 89-90.
36. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., pp. 93-94.
37. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., p. 421.

des chambres aérées qui sont des propriétés individuelles ; ces pièces peuvent s'étager sur deux niveaux et plus et sont accessibles parfois par des escaliers et des échelles rustiques extérieurs. Un portier salarié, qui vit là à demeure, assure la surveillance de l'ensemble, contrôle les entrées, chasse les rongeurs, etc. L'échoppe d'un barbier ou d'un forgeron en fait un lieu de socialisation. La défense de l'édifice solidement construit en pierre ou en pisé est assurée, en cas de menace, par l'ensemble des bénéficiaires, qui peuvent aussi y trouver refuge. Il ne s'agit pas seulement de stocker des vivres, mais de les défendre contre les tentatives de s'en emparer. C'est très probablement la situation troublée des XIV^e et XV^e siècles, qui explique leur généralisation. Ces *igudar* ou *igidar* assurent la sécurité alimentaire de très nombreuses communautés des zones montagneuses et matérialisent leur indépendance.

Dans cette région, où l'agriculture peine à nourrir une population relativement nombreuse, les échanges ont une importance vitale. Certaines productions estimées attirent des acheteurs (voir fig. 1). À Tiyût, où il pousse beaucoup de canne à sucre, « de nombreux marchands viennent de Fez, de Marrakech et du Pays des Nègres acheter du sucre », malgré qu'il soit de couleur noire car on ne sait pas bien cuire le jus de canne ni le clarifier. Dans cette ville, on prépare aussi « le beau cordouan qu'on appelle maroquin en Italie » ; le prix sur place de la douzaine de ces peaux double à Fès[35]. À Tagawust, « il y a beaucoup de boutiques de marchands et d'artisans au milieu de la ville », et le marché (*sûq*) se tient deux fois par semaine, on fabrique beaucoup de petites pièces d'étoffe de laine qu'on exporte au Pays des Noirs[36]. À Ifrane, les habitants sont relativement riches car ils trafiquent avec les Portugais, ils leur prennent des étoffes grossières, de la toile, etc. qu'ils transportent au Pays des Noirs, avec des vases de cuivre de bonne vente dans ces contrées, que fabriquent de nombreux artisans[37]. Avant de commercer avec les Portugais de *Gartguessem*, autrement dit Santa Cruz, les gens d'Ifrane les rencontraient sans doute au même endroit, où se tenait un marché du mercredi (*al-'Arbâ'*) ou à Massa.

La violence qui marque les rapports sociaux entrave-t-elle la vie économique ? Des institutions originales qui proposent des freins aux conflits ont attiré l'attention de Jean-Léon l'Africain. Dans la région de *Guzzula*, très peuplée, où les hommes grossiers sont souvent

35. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., pp. 89-90.
36. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., pp. 93-94.
37. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., p. 421.

em guerra – segundo ele porque não têm um líder e governam-se a si próprios –, existem tréguas três dias por semana, o que permite viajar e comerciar, ainda que «fora esses dias, matam-se como animais», pois circulam armados com punhais e espadas. As tréguas são determinadas por um eremita com reputação de santo. A grande feira anual, que se inicia no dia da natividade do Profeta (12 do mês de *rabîʿ* I), dura dois meses. A sua organização suscitou a admiração de Leão Africano, que refere aí ter passado quinze dias por bel-prazer em 920H/1514-1515. Muitos estrangeiros afluem aí e, para garantir a segurança das transacções, fazem-se tréguas que cada chefe de facção se compromete a cumprir rigorosamente, recorrendo para tal a patrulhas armadas[38]. Ifrânî, por sua vez, atribui ao grande santo de Aqqâ o mérito de ter «definido para cada mês três dias por semana durante os quais era proibido transportar armas e guerrear entre as tribos. Quem transgredisse esta prescrição teria a garantia de um castigo imediato», evidentes perante os poderes sobrenaturais de Mohamede ben Almobáreque[39].

Os judeus têm o seu lugar na sociedade. São artesãos, ferreiros e ourives em Tidsi[40], numerosos em Tiute. É notável que não estejam sujeitos a qualquer tributo, «devem simplesmente oferecer pequenos presentes aos nobres»[41]. Numa ocasião, a população de Meça reclamou a Santa Cruz um judeu que fora raptado, considerando-o como um dos seus, acabando a família por o resgatar[42].

A produção artesanal consiste essencialmente no trabalho de matérias-primas locais, como metais, peles, lã e terra para a olaria. Os metais, como o ferro e o cobre, providenciam os objectos de uso corrente. O minério é processado no próprio local de extracção e pode, de seguida, ser moldado em diversos lugares, como referido. A ourivesaria é a especialidade dos judeus. A tecelagem providencia a roupa, sendo certamente uma actividade doméstica em larga medida, pelo que não desperta a atenção dos autores, excepto quando alimenta um mercado remoto na África Negra. Os vários produtos enumerados num excerto da *Crónica de Santa Cruz* dão-nos uma ideia da diversidade[43]. Todavia, vestir tecidos importados é um

38 Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., pp. 115-116. Deve ter estado presente no mês de Maio, de 1514, com o «Príncipe Xarife».

39. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*… cit., pp. 23-24.

40. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., p. 93. Segundo Marmol, *L'Afrique*… cit., p. 40: «Existe um grande bairro de comerciantes e de artesãos judeus, bastante ricos».

41. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., p. 91.

42. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. XXXIX bis, pp. 244-245.

43. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*… cit.

divisés et en guerre entre eux, selon lui parce qu'ils n'ont pas de seigneur et se gouvernent eux-mêmes, il y a toutefois des trêves trois jours dans la semaine, ce qui permet de se déplacer et de commercer, même si « en dehors de ces jours, ils se tuent comme des bêtes », car ils circulent armés de poignards et de sabres. L'ordonnateur des trêves est un ermite qui a une réputation de sainteté. La grande foire annuelle, qui commence le jour de la nativité du Prophète, le 12 du mois de *rabîʿ* I, dure deux mois. Son organisation suscite l'admiration de Jean-Léon qui dit y avoir passé quinze jours pour son plaisir en l'an 920 H. (1514-1515). Beaucoup d'étrangers affluent et, pour assurer la sécurité des transactions, on conclut une trêve que chaque chef de parti s'engage à faire respecter avec la plus extrême rigueur par des patrouilles armées[38]. Ifrânî, de son côté, porte au crédit du grand saint d'Aqqâ le fait d'avoir « fixé pour chaque mois trois jours de la semaine pendant lesquels il était interdit de porter les armes et de guerroyer de tribu à tribu. Quiconque enfreignait cette prescription était assuré d'un prompt châtiment » évidemment dû aux pouvoirs surnaturels de Muhammad ben Mubârak[39].

Les Juifs ont leur place dans la société. Ils sont artisans. Forgerons et orfèvres à Tidsi[40], nombreux à Tiyût, fait notable ils ne sont soumis à aucun tribut, « ils sont simplement tenus de faire quelques petits présents aux gentilshommes »[41]. Les gens de Massa réclament à Santa Cruz comme un des leurs un Juif qui a été enlevé et que les siens ont fini par racheter[42].

La production artisanale consiste essentiellement dans le travail des matières premières locales, métaux, peaux et laine, terre pour la poterie. Les métaux comme le fer, le cuivre, fournissent des objets d'un usage courant. Le minerai est traité là où il est extrait, le métal peut ensuite être façonné en divers lieux, comme on l'a vu. Le travail de l'argent et de l'or est la spécialité des Juifs. Le tissage fournit des vêtements, c'est une activité certainement en grande partie domestique, pour cette raison elle a peu retenu l'attention des auteurs, sauf si elle alimente en Afrique Noire un marché lointain. Les différents produits énumérés dans un passage de *la Chronique de Santa Cruz*

38. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., pp. 115-116. Il a dû s'y trouver en mai 1514, avec le « Prince Chérif ».

39. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*… cit., pp. 23-24.

40. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., p. 93. Selon Marmol, *L'Afrique*… cit., p. 40 : « Il y a un grand quartier de marchans et d'artisans luifs, fort riches ».

41. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., p. 91.

42. *SIHM, Portugal*, tome I, doc. XXXIX bis, pp. 244-245.

sinal de distinção, o que explica a importância deste comércio. O curtume e o trabalho do couro servem as necessidades da produção de arreios, sapatos, etc., mas também fornecem exportações de qualidade, como o marroquim, muito apreciado na Europa. Os fornos dos oleiros deviam ser numerosos, todavia não são mencionados em nenhuma fonte.

As transacções fazem-se, em larga escala, por troca directa. O uso de moeda não parece generalizado. Assim, em Tiute, uma cidade animada por uma forte actividade comercial, «a única moeda corrente é o ouro nativo. Os locais também utilizam como meio de pagamento pequenas peças de tecido do valor de um ducado». A prata não é convertida em moeda, servindo unicamente para produzir jóias usadas pelas mulheres. Em vez de pequenas moedas de cobre «empregam-se pedaços de ferro com o peso aproximativo de uma onça»[44].

Cidades e tribos no início do século XVI

Vários documentos indicam que a região possui um importante número de habitantes (ver fig. 1). De acordo com uma nota anónima portuguesa, sem dúvida enviada de Meça ao rei: esta montanha, de Marraquexe a Meça e até ao Drá, é povoada por tantas pessoas que é impossível contá-las, não existe uma meia légua sem aldeias ou casas e, ainda: de Meça ao Drá são sete dias (de viagem), todos através das aldeias. Os tratados assinados entre os Reis Católicos e as entidades do *Reino de la Butata* arrolam um número relevante de lugares habitados, cujos nomes persistiram em parte até hoje. Por exemplo, no vale do rio Tamanart, o documento enumera várias vilas fortificadas («villas çercadas») e «otros mill logares çercados, grandes e pequeños». Nas margens do rio Não, o coração do território de Ifrane (*Ufran*), o documento conta trinta e oito *logares*[45].

A leitura de Leão Africano, na parte da *Descrição de África* consagrada a esta região, fornece informações valiosas colhidas nas observações feitas aquando da sua estadia, em 1513-1514. O país estaria povoado, encontrando-se aí aglomerados de verdadeiro carácter urbano, com muralhas, mesquita e mercado. Alguns eram compostos por núcleos separados, como é o caso de Meça, de Tagaos e de Ifrane. Estes centros evidenciavam prosperidade, com actividades económicas, artesanato e comércio. Tarudante possuía

44. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., pp. 89-90.

45. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tomo 2: *Documentos*, 1957, doc. XXXI, pp. 73-74. A nota anónima portuguesa enumera 44.

donnent une idée de leur variété[43]. Mais se vêtir de tissus importés est une marque de distinction, ce qui explique l'importance de ce commerce. La tannerie et le travail du cuir répondent à des besoins en harnachements, chaussures, etc., mais aussi fournissent des exportations de qualité, par exemple le « maroquin » très prisé en Europe. Les fours de potiers devaient être nombreux, mais aucune source n'en fait mention.

Les échanges se font en grande partie par le troc. L'usage de la monnaie ne semble pas très répandu. Ainsi à Tiyût, ville pourtant très commerçante « La seule monnaie qui ait cours est l'or natif. Les gens du pays emploient aussi comme moyen de paiement de petites pièces d'étoffe de la valeur d'un ducat ». L'argent n'est pas monnayé, il sert uniquement à faire des bijoux portés par les femmes. Au lieu de petites monnaies de cuivre « on emploie des morceaux de fer du poids d'environ une once »[44] .

Villes et tribus au début du XVI^e siècle

Plusieurs documents indiquent que la région compte de nombreux habitants (voir fig. 1). Selon une note anonyme portugaise, sans doute envoyée de Massa au roi : cette montagne, de Marrakech à Massa et jusqu'au Dr'â est peuplée de tant de gens qu'on ne peut les compter, il n'y a pas une demi lieue sans village ou maisons, et encore : de Massa au Dr'â ce sont sept journées (de voyage) toutes à travers des villages. Les traités signés par les Rois Catholiques avec les entités du *Reino de la Butata* énumèrent un grand nombre de lieux habités dont on retrouve certains noms jusqu'à nos jours. Par exemple, dans la vallée de l'oued Tamanart, le document compte plusieurs bourgs fortifiés et « mille autres villages fortifiés, grands et petits ». De part et d'autre de l'oued Noun, cœur du domaine d'Ifrane (*Ufran*), le document compte trente-huit lieux habités[45].

La lecture de Jean-Léon l'Africain, dans la partie de la *Description de l'Afrique* consacrée à cette région, apporte des informations de valeur par ce qu'il a pu constater lors de sa présence en 1513-1514. Le pays paraît peuplé, on y trouve des agglomérations qui ont un vrai caractère urbain, avec rempart, mosquée,

43. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*... cit.

44. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., pp. 89-90.

45. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tome 2 : *Documentos*, 1957, doc. XXXI, pp. 73-74. La note anonyme portugaise en dénombre 44.

3.000 fogos, ou seja 10 a 15.000 habitantes e numerosos artesãos[46]. Tiute (*Teijeut*, em Leão Africano) era um centro bastante activo de artesanato e comércio[47]. Tagaos «é uma cidade grande, a mais importante que se encontra no Suz. Possui 8.000 fogos»[48], isto é 30 a 40.000 mil habitantes. «Tidsi é uma cidade grande que possui 4.000 fogos. Aí encontram-se pessoas que comerciam com o País dos Negros. Existem, nesta cidade, muitos trabalhadores judeus, tais como ourives, ferreiros, etc.»[49]; Marmol esclarece que decorre aqui um mercado todas as segundas-feiras, «onde acorrem os árabes e os berberes desta região, com gado, lã, couros e manteiga que trocam, por sua vez, pela compra de tecidos de lã, panos, sapatos, ferragens, arreios de cavalo e o resto de que necessitam»[50]. Tidsi seria então mais povoada que Tarudante, antes desta se tornar a residência das autoridades sádidas. Em determinadas cidades, o poder constitui motivo para lutas, por vezes violentas. Em Tiute os habitantes «por natureza temíveis vivem num estado de guerra permanente entre si». Em Tagaos existe um frágil entendimento: «a população está dividida em três facções que se combatem a maior parte do tempo. Uma das facções pede auxílio aos árabes contra outra, concedendo estes ajuda aos dois lados da contenda, dependendo dos subsídios que recebem». Contudo, esta situação não parece muito prejudicial para o comércio, dado que o mercado acontece duas vezes por semana[51].

A administração de certas cidades é colegial, representativa da diversidade da população e tendo em consideração a sua organização tribal, com a preocupação de evitar a instauração de poderes pessoais ou clânicos. Assim, em Tiute «cada uma das três partes da cidade tem um chefe e esses três chefes governam-na em conjunto, mas a sua magistratura não dura mais de três meses», devido às violências. Em Tarudante a cidade é «governada por senhores que, em conjunto de quatro, tomam sucessivamente o poder que não conservam mais de seis meses»[52]. Em Tidsi «os homens são civilizados e honestos. Governam-se em república: o poder está nas mãos de seis pessoas escolhidas aleatoriamente e que se substituem a cada seis meses»[53].

46. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., p. 91.
47. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., pp. 90-91.
48. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., p. 93.
49. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., p. 93. Estas estimativas parecem exageradas.
50. Luis del Marmol, *L'Afrique*… cit., p. 40.
51. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., pp. 93-94.
52. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., p. 91. É difícil precisar o sentido que ele atribui a «gentis-homens».
53. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., p. 93.

marché. Certaines se composent de noyaux séparés, c'est le cas de Massa, de Tagawust, d'Ifrane. Elles montrent des signes de prospérité avec des activités économiques, artisanat et commerce. Taroudant a 3.000 feux, soit 10 à 15.000 habitants, et de nombreux artisans[46]. Tiyût (*Teijeut*) est un centre très actif d'artisanat et de commerce[47]. Tagawust « est une grande ville, la plus importante qu'on trouve au Sous. Elle fait 8.000 feux »[48], soit 30 à 40.000 mille habitants. « Tidsi, est une grande ville qui fait 4.000 feux. On y trouve des gens qui font du commerce avec le pays des Noirs. Il y a dans cette ville beaucoup d'ouvriers juifs, tels qu'orfèvres, forgerons, etc. »[49] ; Marmol précise qu'il s'y tient un marché tous les lundis, « où se rendent les Arabes et les Bérébères de ces contrées, avec du bestail, de la laine, des cuirs et du beurre, en échange de quoy ils achètent du drap, de la toile, des chaussures, des ferremens, des harnois de chevaux et le reste dont ils ont besoin »[50]. Tidsi serait à ce moment plus peuplée que Taroudant, avant que celle-ci devienne la résidence des autorités sa'diennes. Au sein de certaines cités, le pouvoir est un enjeu de luttes, qui peuvent être violentes. À Tiyût, les habitants « par nature redoutables vivent constamment en guerre entre eux ». À Tagawust aussi la bonne entente fait défaut : « la population est divisée en trois partis qui se battent entre eux la plupart du temps. L'un des partis appelle à son secours contre l'autre les Arabes qui accordent l'aide tantôt à l'un tantôt à l'autre, suivant les subsides qu'ils reçoivent ». Mais cette situation ne paraît pas être très préjudiciable au commerce, puisque le marché a lieu deux fois par semaine[51].

L'administration de certaines cités est collégiale, représentative de la diversité de la population et tenant compte de son organisation tribale, avec la préoccupation d'éviter l'installation d'un pouvoir personnel ou clanique. Ainsi à Tiyût, « chacune des trois parties de la ville a un chef et ces trois chefs réunis la gouvernent, mais leur magistrature ne dure pas plus de trois mois », à cause des violences. À Taroudant, la ville est « gouvernée par les gentilshommes dont quatre ensemble prennent successivement le pouvoir qu'ils ne conservent pas plus de six mois »[52]. À Tidsi, « les hommes sont civils et honnêtes. Ils se gouvernent en république : le pouvoir y est

46. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., p. 91.
47. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., pp. 90-91.
48. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., p. 93.
49. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., p. 93. Ces évaluations paraissent exagérées.
50. L. del Marmol, *L'Afrique*… cit., p. 40.
51. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., pp. 93-94.
52. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*… cit., p. 91. Il est difficile de préciser le sens qu'il donne à « gentilshommes ».

A *Crónica de Santa Cruz*, que relata os ataques contra as pequenas cidades na sua vizinhança, mostra que estas são protegidas por recintos muralhados e que as portas são fechadas durante a noite e reabertas de madrugada, para permitir aos habitantes laborar os campos e pascentar o gado nas redondezas. As cidades conservam um carácter rural e uma forte ligação com os campos envolventes. Esta situação e o número de «logares cercados» são indicadores de uma insegurança reinante.

A actividade económica traduz-se, pois, na existência de cidades. Porém, certas regiões onde estas não existem possuem igualmente produções comercializadas, mercados importantes e actividades artesanais. No mundo das tribos também existem tensões e violências. No território dos Guezula «existem várias minas de cobre e de ferro, também fabricam numerosos utensílios de cobre que levam para diversos países». No entanto, como estes indivíduos «de espírito grosseiro» não têm senhor, governam-se a eles mesmos «de tal modo que, frequentemente, se encontram divididos e em guerra entre si». Não obstante esta situação anárquica, realiza-se no seu território uma grande feira anual que dura dois meses, onde acorrem comerciantes de toda a região, incluindo do País dos Negros[54]. No território dos Ilalen (*Ilalem*), os habitantes «nobres e corajosos fazem constantemente a guerra entre si por causa de uma mina de prata situada na montanha. O vencedor usufrui dos lucros da mina»[55]. As montanhas e os vales pré-sarianos constituem o território das populações sedentárias, aldeões, agricultores minuciosos e jardineiros nos oásis. Vivem nos *qsûr,* aglomerados populacionais protegidos por recintos amuralhados de terra ou de tijolo cru: um documento espanhol refere *logares çercados* no vale do rio Tamanart.

As áreas montanhosas são frequentemente mais povoadas do que as de planície: «Na parte do território de *Teijeut* [Tiute], situada do lado do Atlas para Sul, os arredores são povoados por numerosas aldeias e aldeolas, porém para Sul este território está inabitado pois é uma planície controlada pelos árabes»[56]. À semelhança do que acontece nas planícies atlânticas, como na Duquela, as populações permaneceram pastoras, conservando o seu modo de vida semi-nómado. Compromissos entre populações sedentárias e nómadas podem evitar os conflitos abertos.

54. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique…* cit., pp. 115-116.

55. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique…* cit., pp. 94-95. De que mina se trata? Certamente não é a de Tamdult. Será realmente uma mina de prata? Podemos supor que se trata da mina grande de cobre de Tazalaght.

56. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique…* cit., p. 90.

aux mains de six personnes tirées au sort et que l'on remplace tous les six mois »[53].

La *Chronique de Santa Cruz*, qui relate des attaques menées contre des petites cités voisines, montre qu'elles sont protégées par une enceinte et que les portes fermées la nuit sont rouvertes tôt le matin, pour permettre aux habitants de travailler aux champs et au bétail d'aller paître aux alentours. Elles gardent un caractère rural et ont un lien fort avec la campagne environnante. Ce fait et le nombre de « bourgs fortifiés » indiquent que l'insécurité règne.

L'activité économique se traduit, comme on le voit, par l'existence de villes, toutefois certaines parties du pays qui en sont dépourvues ont des productions commercialisées et des marchés importants, on y trouve des activités artisanales. Dans le monde des tribus, il existe aussi des tensions et des violences. Chez les Guezoula, « il y a plusieurs mines de cuivre et de fer, aussi fabriquent-ils de nombreux ustensiles de cuivre qu'ils portent dans divers pays ». Mais comme ces gens « d'esprit grossier » n'ont pas de seigneur, ils se gouvernent eux-mêmes « si bien qu'ils sont souvent divisés et en guerre entre eux ». Malgré cette situation anarchique, il se tient tout de même chez eux une très grande foire annuelle qui dure deux mois, où viennent des marchands de toute la région, même du pays des Noirs[54]. Chez les Ilalen (*Ilalem*), les habitants « nobles et vaillants se font constamment la guerre entre eux pour une mine d'argent située dans la montagne. Le vainqueur jouit des revenus de la mine »[55]. Les montagnes et les vallées présahariennes sont le domaine de sédentaires, villageois, agriculteurs minutieux, jardiniers dans les oasis. Ils vivent là dans des *qsûr,* agglomérations protégées par une enceinte de terre ou de briques crues : un document espagnol parle de *logares çercados* dans la vallée de l'oued Tamanart.

Les parties montagneuses sont souvent plus peuplées que la plaine : « Dans la partie du territoire de *Teijeut* (Tiyut) située du côté de l'Atlas vers le sud, les environs sont garnis de nombreux villages et hameaux, mais vers le sud ce territoire est inhabité parce que c'est une plaine aux mains des Arabes »[56]. Comme dans les plaines atlantiques, en Doukkala par exemple, ils sont restés des pasteurs, ont gardé leur genre de vie semi-nomade. Entre sédentaires et nomades, des compromis peuvent éviter les conflits ouverts. Par exemple, la population de Taroudant paie un tribut aux Arabes, qui occupent des territoires proches de la ville, comme

53. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique…* cit., p. 93.

54. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique…* cit., pp. 115-116.

55. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique…* cit., pp. 94-95. De quelle mine s'agit-il ? Certainement pas celle de Tamdult. Est-ce même une mine d'argent ? On peut pencher pour la grande mine de cuivre de Tazalaght.

56. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique…* cit., p. 90.

Por exemplo, a população de Tarudante paga um tributo aos árabes que ocupam territórios próximos da cidade, pelos seus terrenos agrícolas «e para que eles assegurem a segurança dos caminhos»[57]. As nossas fontes assinalam a existência de outros árabes nas regiões de planície ou próximas do litoral: os Awlad Amar, que os espanhóis submetem em 1499 e incorporam artificialmente no reino de *Butata*[58], são vizinhos de Meça e de Santa Cruz[59]. Nas imediações, a *Crónica* refere a tribo de *Izarel*, sem dúvida Zirara, fracção dos Ma'qil, cujo chefe é aliado dos portugueses[60].

Observamos, através dos casos de Tiute, Tarudante e de Tagaos, que o poder das tribos árabes é considerável. Controlam o comércio com a África subsariana. Podem simplesmente limitar-se a arrecadar taxas, mas também arbitram conflitos, oferecendo o seu auxílio aos mais generosos. Alguns árabes não hesitam em raptar crianças para vendê-las aos cristãos. Estes árabes são vistos como desordeiros, ou mesmo vagabundos. Aparentemente optaram por uma aliança com os cristãos na medida em que ambos fazem das razias uma verdadeira caça aos escravos. No discurso atribuído, por Zayyânî a Abu Abdalá Mohamede, aquando da sua investidura, cremos discernir uma condenação face aos seus danos: «os direitos são desconhecidos, os caminhos são obstruídos, o poderoso aproveita-se do fraco e as prescrições legais já não têm valor».

Marinheiros e comerciantes da Península Ibérica

Desde o século XIII, os barcos cristãos navegavam até Safim[61] e provavelmente mais para Sul. Os testemunhos da presença de marinheiros castelhanos e portugueses na costa do Suz, no final do século XIV, são escassos mas indiscutíveis. Esta costa tornou-se o limite das navegações europeias no início do século seguinte. Efectivamente, as trocas entre produtos europeus e da África Negra podem aí realizar-se mais facilmente que pela via continental, de Sijilmassa a Fez e ao Mediterrâneo. Os portulanos e os mapas contêm uma série de topónimos transcritos com variantes[62], mas que atestam um sólido conhecimento

57. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., pp. 91-92.

58. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tomo 2, p. 78, trata-se de *vando*.

59. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*... cit..

60. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*... cit., p. 28 e n. 4.

61. Ch. E. Dufourcq, *L'Espagne catalane et le Maghreb aux XIII^e et XIV^e siècles*, Paris, Presses Universitaires de France, 1966, p. 159 e nota 10.

62. Por exemplo, as de Angelino Dulcert, Cresques, Viladestes, o Atlas Catalão, o Anónimo de Florença, etc. Conferir Yoro K. Fall,

redevance pour ses terrains de culture « et pour qu'ils assurent la sécurité des chemins »[57]. Nos sources signalent d'autres Arabes dans les régions de plaine ou proches du littoral : les Awlad Amar, que les Espagnols soumettent en 1499 et rattachent artificiellement au royaume de *Butata*[58], sont voisins de Massa et de Santa Cruz[59]. Proche de celle-ci, la *Chronique* parle de la tribu d'*Izarel*, sans doute Zirara, fraction des Ma'qil, dont le chef est l'allié des Portugais[60] .

On voit à travers le cas de Tiyût et ceux de Taroudant et de Tagawust que le pouvoir des tribus arabes est considérable. Elles contrôlent le commerce avec l'Afrique subsaharienne. Elles peuvent se contenter d'empocher des redevances, mais aussi arbitrer des conflits en offrant leur soutien au plus généreux. Certains Arabes n'hésitent pas à enlever des enfants pour les vendre aux Chrétiens. Ils apparaissent comme des fauteurs de troubles, voire des gens sans aveu. Il semble qu'ils aient opté pour une alliance avec les Chrétiens, dans la mesure où les uns et les autres font des razzias, une vraie chasse aux esclaves. Dans le discours prêté par Zayyânî à Muhammad ben 'Abderrahmân lorsqu'il sollicite l'investiture, on croit discerner une condamnation de leurs méfaits, lorsqu'il dit : « les droits sont méconnus, les chemins sont coupés, le fort mange le faible et les prescriptions légales n'ont plus de valeur ».

Marins et marchands de la péninsule ibérique

Déjà depuis le XIII^e siècle, des navires chrétiens allaient jusqu'à Safi[61] et probablement plus au sud. Les témoignages de la présence de marins castillans et portugais sur les côtes du Sous à la fin du XIV^e siècle sont assez peu nombreux mais indiscutables. Elles sont devenues le terme de navigations européennes au début du siècle suivant. En effet, les échanges entre des produits européens et des produits originaires d'Afrique Noire peuvent s'y faire plus facilement que par la voie continentale de Sijilmassa à Fès et à la Méditerranée. Les portulans et les cartes[62]

57. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., pp. 91-92.

58. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tome II, p. 78, il est question de *vando*.

59. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*... cit..

60. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*... cit., p. 28 et note 4.

61. Ch. E. Dufourcq, *L'Espagne catalane et le Maghreb aux XIII^e et XIV^e siècles*, Paris, Presses Universitaires de France, 1966, p. 159 et note 10.

62. Par exemple, celles d'Angelino Dulcert, de Cresques, de Viladestes, l'Atlas catalan, l'Anonyme de Florence, etc. Voir Yoro K. Fall, *L'Afrique à la naissance de la cartographie moderne (14^ème/ 15^ème siècles : les cartes majorquines*), Paris, Karthala, 1982.

mento e uma presença assídua. A ligação com a descoberta e a exploração das Canárias é evidente. As ilhas do arquipélago mais próximas da costa africana, Lanzarote e Fuerteventura, foram as primeiras reconhecidas por genoveses e catalães. Atraíram a cobiça de diversos aventureiros, incluindo normandos. Os portugueses, cujos navios empreendiam a exploração da costa africana, quiseram aí estabelecer-se, dado que o Infante D. Henrique tencionava torná-las numa base útil à progressão para o Sul. No entanto, como o normando Jean de Bethencourt se tornou vassalo de Castela[63], foi este reino que assumiu a colonização das ilhas. A rivalidade das duas coroas é, desde logo, um factor de maior importância nesta costa e na região.

É necessário sublinhar, igualmente, que a colonização dos arquipélagos das Canárias e da Madeira, assim como o repovoamento e a valorização do sul da Península, incitaram à procura de uma mão-de-obra servil. As fontes documentais revelam que o comércio de homens, fonte de grandes lucros, atrai ao Suz embarcações vindas da Península. A oferta de escravos no local é relevante. Por volta de 1475, alguns habitantes de Palos e de Huelva «*llevaban al cabo de Alguer productos prohibidos comprando a la vez ciertos moros*»; dedicados à pirataria, apoderam-se de embarcações que regressam da região carregadas de «*moros y esclavos*»[64]. Os Negros chegam do sul do Sara a mercados como o de Tagaos, onde Leão Africano refere ter comprado «escravas negras no ano de 919» (1513-1514)[65]. O Infante D. Henrique, desiludido pela debilidade do comércio no Rio de Ouro, recentemente descoberto, volta-se em 1447 para Meça, onde os comerciantes castelhanos já negociavam. Um deles, Marcos Cisfontes, adquire aí negros em troca de muçulmanos cativos, prática do resgate muito comum em Espanha e no Magrebe[66]. O Infante encarrega alguns dos seus servidores de fazer o mesmo:

l'Afrique à la naissance de la cartographie moderne (14ème/15ème siècles: les cartes majorquines), Paris, Karthala, 1982.

63. Durante a Guerra dos Cem Anos, Castela é aliada de França, a quem provê o auxílio de uma marinha poderosa, enquanto Portugal apoia Inglaterra.

64 B. Rosenberger, «Relations économiques de la basse Andalousie avec le Maroc atlantique (milieu du XV^e-milieu du XVI^e siècle)», *Meridies*, 1, 1964, p. 96. Consultar sobre este assunto: A. Rumeu de Armas, *Cadiz metropoli del comercio con África en los siglos XV y XVI*, Cádiz, Caja de Ahorros de Cadiz, 1976; J. Sanchez Herrero, «Cadiz plaza del comercio de esclavos a finales del siglo XV», *Gades*, tomo V, 1980, pp. 77-85.

65. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., p. 94.

66. É o resgate de cativos através do pagamento de uma soma determinada ou através de uma troca. Um comerciante chamado Cifuentes é conhecido: talvez seja o mesmo homem que Zurara menciona.

portent une série de toponymes transcrits avec des variantes, mais qui attestent une bonne connaissance et une fréquentation soutenue. Le lien est évident avec la découverte et l'exploitation des Canaries. Les îles de l'archipel les plus proches de la côte africaine, Lanzarote et Fuerteventura, ont été les premières reconnues par des Génois et des Catalans. Elles ont attiré les convoitises de divers aventuriers, y compris de Normands. Les Portugais dont les navires entreprenaient l'exploration de la côte africaine, ont voulu y prendre pied lorsque le prince Henrique envisageait d'en faire une base utile dans la progression vers le sud. Mais comme le Normand Jean de Bethencourt s'était fait vassal de la Castille[63], c'est ce royaume qui a pris en main la colonisation des îles. La rivalité des deux couronnes est dès lors un fait majeur sur cette côte et dans la région.

Il faut souligner aussi que la colonisation des archipels, Canaries et Madère, comme le repeuplement et la mise en valeur du sud de la Péninsule poussent à la recherche d'une main d'œuvre servile. Les sources révèlent que le commerce des hommes, source de gros profits, attire dans le Sous des navires venus de la péninsule ibérique. L'offre d'esclaves y est importante. Vers 1475, certains habitants de Palos et de Huelva portaient au Cap de Gué des marchandises prohibées et achetaient en même temps des Maures (« *llevaban al cabo de Alguer productos prohibidos comprando a la vez ciertos moros* »). Adonnés à la piraterie, ils s'emparent de navires qui en reviennent chargés de « maures et d'esclaves »[64]. Des Noirs arrivent du sud du Sahara sur des marchés comme celui de Tagawust, où Jean-Léon l'Africain dit avoir acheté « des négresses esclaves en l'an 919 » (1513-1514)[65]. L'Infant Henrique, déçu par l'atonie du trafic dans le Rio de Ouro récemment découvert, se retourne en 1447 vers Massa, où des marchands castillans étaient en affaires avant cette date. L'un d'eux, Marcos Cisfontes, par la pratique très habituelle en Espagne et au Maghreb du *resgate*[66], y obtient des Noirs en échange de captifs musulmans. L'Infant charge cer-

63. Pendant la Guerre dite de Cent Ans, la Castille est l'alliée de la France à qui elle fournit l'aide d'une marine puissante, tandis que le Portugal soutient l'Angleterre.

64 B. Rosenberger, « Relations économiques de la basse Andalousie avec le Maroc atlantique (milieu du XV^e-milieu du XVI^e siècle) », *Meridies*, 1, 1964, p. 96. V. sur ce sujet : A. Rumeu de Armas, *Cadiz metropoli del comercio con África en los siglos XV y XVI*, Cadix, Caja de Ahorros de Cadiz, 1976 ; J. Sanchez Herrero, « Cadiz plaza del comercio de esclavos a finales del siglo XV », *Gades*, tome V, 1980, pp. 77-85.

65. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., p. 94.

66. C'est le rachat de captifs par paiement d'une somme déterminée ou par échange. Un marchand du nom de Cifuentes est connu : c'est peut-être le même homme dont parle Zurara.

trocam 18 *mouros* por 51 *guinéus* (negros)[67]. Este procedimento assenta na afirmação da inferioridade destes últimos[68]. Ademais, desde há muito que os comerciantes sabem que, aquando das fomes periódicas no Magrebe, seres humanos são vendidos ou trocados por cereais[69]. O rapto de crianças vendidas aos europeus é revelado através de documentos de Valência[70], onde o comércio dos escravos é regulamentado pelas autoridades da coroa de Aragão; os raptos são atribuídos aos *Alarps*, isto é, nómadas que se dedicam ao banditismo e ignoram os mandamentos do Islão. Tais práticas perpetuam-se nos arredores de Santa Cruz do Cabo de Guer[71]. Estes factos revelam um clima de violência ligado às lutas entre as comunidades, que a procura europeia de escravos só pode ter instigado.

Os cristãos são também, e sobretudo, atraídos pela possibilidade de encontrar ouro. Ignoram a sua proveniência exacta, mas sabem que as mercadorias que trazem podem ser pagas neste metal. As cartas do feitor de Santa Cruz do Cabo de Guer, de 1513 e 1514[72], dão-nos indicações sobre como seria anteriormente o comércio nos diferentes pontos desta costa. Os artigos de melhor venda são os tecidos fabricados na Europa. Os bordates, tecidos de algodão muito solicitados, já não vêm do Egipto, foram imitados, provavelmente em Itália. Os tecidos de lã ingleses, que se importam em Portugal dados os fortes laços económicos com a Inglaterra, têm uma boa relação qualidade/preço. Os compradores preferem peças de pequena dimensão (*pecetas* ou *quoartilhas*) de cor azul ou vermelha. Gostam igualmente de panos de diversas proveniências: Irlanda, Normandia, Países Baixos. Em troca os comerciantes cristãos trazem, entre outros produtos, couros, peles em bruto, amêndoas e ouro. Segundo os agentes do rei de Portugal, a melhor maneira de obter o ouro, tendo em consideração o câmbio bastante vantajoso que se pratica nesta

67. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. XCIII.

68. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. XVI, «E aqui haveis de notar que estes negros, posto que sejam Mouros como os outros, são porem servos daqueles por antigo costume». A causa de tal situação seria a maldição lançada por Noé sobre o seu filho Cam e sobre a sua descendência.

69. Ch. E. Dufourcq, na sua tese complementar, que permanece inédita, divulgou documentos que atestam esta realidade no século XIV. Conferir abaixo as cartas dos feitores de Santa Cruz, em 1514 e 1518.

70. V. Cortés, *La esclavitud en Valencia durante el reinado de los Reyes Catolicos* (1479-1516), Valência, Archivo Municipal de Valencia, 1964.

71. Os habitantes de Meça dão um exemplo, na sua carta para o rei D. Manuel: *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. XXXIX, p. 236 (árabe) e XXXIX bis, p. 243 (tradução).

72. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. LXXXVI, pp. 470-476, doc. CXXI, pp. 611-618.

tains de ses serviteurs de faire de même ; ils troquent 18 maures pour 51 noirs[67]. Cette procédure repose sur l'affirmation de l'infériorité de ces derniers[68]. En outre, depuis longtemps déjà des commerçants savent que, lors des famines périodiques au Maghreb, des êtres humains sont vendus, ou échangés contre des céréales[69]. Le vol d'enfants vendus aux Européens est révélé par des documents de Valence[70], où le marché des esclaves est réglementé par les autorités de la couronne d'Aragon ; dans les enlèvements sont mis en cause des *Alarps*, c'est-à-dire des nomades qui se livrent au brigandage et se soucient très peu des commandements de l'islam. De telles pratiques se poursuivent autour de Santa Cruz do Cabo de Gué[71]. Ces faits révèlent une atmosphère de violences liée à des luttes entre communautés, que la demande européenne d'esclaves ne peut qu'attiser.

Les Chrétiens sont aussi et surtout attirés par la possibilité de se procurer de l'or. Ils n'en connaissent pas l'origine exacte, mais savent que des marchandises qu'ils apportent peuvent être payées en métal jaune. Les lettres du facteur de Santa Cruz do Cabo de Gué en 1513 et 1514[72], donnent des indications sur ce que pouvait être antérieurement le commerce sur différents points de cette côte. Les articles de meilleure vente sont des tissus fabriqués en Europe. Les *bordats*, cotonnades très demandées, ne viennent plus d'Égypte, elles ont été imitées, probablement en Italie. Les draps anglais, importés au Portugal, dont les liens économiques avec l'Angleterre sont forts, sont d'un bon rapport. Les acheteurs préfèrent des pièces de petite dimension (*pecetas* ou *quoartilhas*) de couleur bleue ou rouge. Ils aiment aussi des toiles de plusieurs provenances, Irlande, Normandie, Pays-Bas. En échange les marchands chrétiens emportent, entre autres produits, des cuirs, des peaux brutes, des amandes, de l'or.

67. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica dos feitos de Guiné*, chap. XCIII.

68. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica dos feitos de Guiné*, chap. XVI : « *E aqui haveis de notar que estes negros, posto que sejam Mouros como os outros, são porem servos daqueles por antigo costume* ». La cause serait la malédiction lancée par Noé sur son fils Cham et sa descendance.

69. Ch. E. Dufourcq, dans sa thèse complémentaire restée inédite, a publié des documents qui l'attestent au XIV[e] siècle. Voir ci-dessous les lettres des *feitores* de Santa Cruz en 1514 et 1518.

70. V. Cortés, *La esclavitud en Valencia durante el reinado de los Reyes Catolicos* (1479-1516), Valence, Archivo Municipal de Valencia, 1964.

71. Un exemple est donné par les habitants de Massa dans leur lettre au roi D. Manuel : *SIHM, Portugal,* tome I, doc. XXXIX, p. 236 (arabe) et XXXIX bis, p. 243 (traduction).

72. *SIHM, Portugal*, tome I, doc. LXXXVI, pp. 470-476, doc. CXXI, pp. 611-618.

região, era importando prata, como já se fazia antes da Coroa controlar o comércio em Santa Cruz. Estes solicitam com insistência ao seu soberano que lhes envie o metal branco, dado que, todos os dias, acorrem ao local xeques e comerciantes importantes da região que trazem ouro para trocar por prata: «Nom sabemos porque Vosalteza nom mamda prata apropriada pera se trocar per ouro», como enviava para Meça e outros lugares[73]. Tal pedido advém de uma taxa de câmbio bastante favorável à prata na África Negra, onde este metal é mais raro que o ouro. Provavelmente este também é o motivo da escassez da prata em Tiute, onde as mulheres usam a pouca quantidade que aí existe como jóias[74]. As minas do Suz produzem prata, mas esta não permanece no país. Visto que a doutrina dos príncipes europeus é a de não permitir a saída de metais preciosos, se esta permuta prossegue é através do contrabando.

A partir de Sevilha e Cádis, súbditos de Castela e genoveses – que desde longa data aí se encontram em grande número – vêm negociar na costa do Suz, provocando o descontentamento das autoridades portuguesas, que pretendem tornar África num território reservado. Estas amparam-se nas decisões da corte pontifical para denunciar uma actividade que consideram ilegal e não hesitam em recorrer à força para as fazer cessar. Os comerciantes genoveses frequentam locais a sul do Cabo de Guer, como Teracuco, uma praia estreita no sopé de uma escarpa, no topo da qual se encontra, segundo Valentim Fernandes, um aglomerado populacional, que conservou o nome até aos nossos dias (ver fig. 2). O mesmo autor refere que, em Meça, existem comerciantes genoveses («aqui estam genoveses mercadores»)[75], o que os moradores confirmam, numa carta endereçada ao rei D. Manuel[76]. Os genoveses trocam o que trazem, sobretudo tecidos e talvez também armas (são disso acusados), por ouro, cera, couros, anil, amêndoas e tâmaras[77]. Evitam assim pagar taxas e submeterem-se a um controlo sobre a natureza do seu comércio. Alguns genoveses permanecem ainda algum tempo no país: conhecemos o caso de

73. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. CXXI, p. 615.

74. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., pp. 89-90.

75. P. de Cénival e Th. Monod, *Description de la côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal par V. Fernandes (1506-1507)*, Paris, Larose, 1938, p. 38.

76. *SIHM, Portugal,* tomo I, doc. XXXIX bis (tradução do francês), p. 245: «O rumor espalhou-se entre os mercadores genoveses, que estão no país, e os muçulmanos de que o rei não tinha nem o poder nem a autoridade sobre a casa (Santa Cruz do Cabo de Gué)».

77. Valentim Fernandes, a propósito de Meça: «por este rio abaixo vem muyto ouro, cera corame de vacas e bodes, laccar e anyll». A presença de laca (*laccar*) surpreende, não se trataria antes de goma?

La meilleure façon d'obtenir de l'or, compte tenu du change très avantageux qui se pratique dans cette région, serait d'importer de l'argent, disent les agents du roi de Portugal, comme cela se faisait antérieurement à la prise en main du commerce par la monarchie à Santa Cruz. Ils réclament avec insistance à leur souverain qu'il leur envoie du métal blanc, parce que chaque jour du monde, viennent ici cheikhs et marchands, notables de cette terre qui apportent de l'or pour le troquer contre de l'argent : « Nous ne savons pas pourquoi Votre Altesse n'envoie pas d'argent qui convienne à un échange contre de l'or, de la manière que Votre Altesse avait coutume d'en envoyer à Massa et d'autre lieux »[73]. Cette demande provient d'un taux de change très favorable à l'argent en Afrique Noire, où il est plus rare que l'or. C'est sans doute aussi la raison de la rareté de l'argent à Tiyut, où les femmes portent en bijoux le peu qu'on y trouve[74]. Les mines du Sous en produisent, mais il ne reste pas dans le pays. Comme la doctrine des princes européens est de ne pas laisser sortir les métaux précieux, si ce troc continue, c'est en contrebande.

Depuis Séville et Cadiz, des sujets de la Castille et des Génois, qui depuis longtemps y sont nombreux, viennent faire du commerce sur la côte du Sous, ce qui mécontente les autorités portugaises, qui veulent faire de l'Afrique un domaine réservé. Elles s'appuient sur des décisions de la cour pontificale pour dénoncer une activité jugée illégale et n'hésitent pas à employer la force pour essayer de la faire cesser. Des commerçants génois fréquentent des sites au sud du cap Ghîr, comme Tarkûkû, qui n'offre qu'une plage étroite au pied d'un abrupt au sommet duquel, selon Valentim Fernandes, se trouve une agglomération dont le lieu a conservé le nom jusqu'à nos jours (voir fig. 2). Le même auteur dit de Massa qu'il y a ici des marchands génois[75], ce que confirment dans une lettre au roi D. Manuel les habitants du lieu[76]. Ils troquent ce qu'ils ont apporté, surtout des tissus, peut-être des armes ce dont ils sont accusés, contre de l'or, de la cire, des cuirs, de l'indigo des amandes, des dattes[77]. Ils évitent ainsi de devoir payer des droits et

73. *SIHM, Portugal*, tome I, doc. CXXI, p. 615 : « *porque cada dia do mundo vem aqui xeques e mercadores principaes desta terrae trazem ouro pera trocar por prata* » et plus loin « *nom sabemos porque Vosalteza nom mamda prata apropriada pera se trocar per ouro* » ... « *asy que, pois Vosalteza soya mamdar a Meça e a outra partes* ».

74. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., pp. 89-90.

75. P. de Cénival, Th. Monod, *Description de la côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal par V. Fernandes (1506-1507)*, Paris, Larose, 1938, p. 38.

76. *SIHM, Portugal,* tome I, doc. XXXIXbis (traduction de l'arabe), p. 245 : « Le bruit s'est répandu chez les marchands génois qui sont dans le pays et chez les Musulmans que le roi n'avait ni pouvoir ni autorité sur la maison (Santa Cruz do Cabo de Gué) ».

77. Valentim Fernandes à propos de Massa : « *por este rio abaixo*

um comerciante que, tendo seduzido a filha de um notável, foi obrigado a converter-se ao Islão e a desposá-la; o filho deste homem viria a desempenhar um papel importante ao serviço do xarife, sob o nome de *caid Mumen*[78].

Competição entre castelhanos e portugueses[79]

No século XIV, catalães e genoveses conseguiram chegar ao Cabo Não, dado que este aparece registado nos portulanos maiorquinos e italianos. Paralelamente, pescadores castelhanos e portugueses frequentaram zonas piscatórias próximas da costa e do arquipélago das Canárias. Aparentemente estas actividades não suscitaram uma intervenção estatal antes de meados do século XV. A exploração do litoral a sul do Cabo Não deveu-se à acção de indivíduos ao serviço do Infante D. Henrique. A sua preocupação consistia em «saber por que maneira entrariam no trauto de mercaderia». Sabemos de que forma Gil Eanes, Afonso Baldaia e Nuno Tristão alcançaram Arguim entre 1434 e 1443. Este avanço é pontuado por expedições de reconhecimento ao interior, que por vezes tomaram a forma de ataques surpresa, destinados a obter informações dos prisioneiros. D. Henrique tentou instalar-se nas Canárias e obter do papa a sua suserania, o que provocou a réplica do rei de Castela, Henrique IV, formulada por Alonso de Cartagena, bispo de Burgos. O Infante obtém, em 1443, do seu irmão Pedro, então regente, o monopólio do comércio nesta zona[80]. Contudo, o avanço até aos *rios de Guiné* revela riquezas maiores do que as esperadas nesta costa sariana, que assim passa a ser negligenciada.

No dia 25 de Fevereiro de 1449, D. Afonso V concede a D. Henrique o monopólio da navegação e do comércio entre o Cabo Cantin e o Cabo Bojador[81]. A réplica castelhana é célere. Atendendo ao pedido de D. Juan de Guzmán, duque de Medina-Sidonia – que evoca um território recentemente descoberto além-mar diante das ilhas Canárias, delimitado por dois rios, um dos quais designado *Mar Pequeña*, onde existe

78. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz*… cit., pp. 90-91.

79. O estudo antigo de Pierre de Cénival («Le partage des conquêtes entre l'Espagne et le Portugal au Maroc et sur la côte sud du Maroc», *in SIHM, Portugal*, tomo I, pp. 203-212) pode servir-nos de base, devendo ser corrigido em determinados pontos. Da mesma maneira, é necessário ter em consideração o livro bastante deta-lhado de Rumeu de Armas sobre as conquistas espanholas, *España en el Africa Atlántica*… cit.

80. J. Martins da Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, tomo I, Lisboa, Edição do Instituto para a Alta Cultura, 1944, pp. 435-436.

81. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*… cit., tomo II, doc. II, pp. 2-3.

de subir un contrôle sur la nature de leur commerce. Certains Génois séjournent, au moins un temps, dans le pays. On a ainsi l'exemple de ce marchand qui ayant séduit la fille d'un notable, fut obligé de se convertir à l'islam et de l'épouser. Le fils de cet homme allait jouer un rôle important au service du *Sharîf*, sous le nom de *caid Mumen*[78].

Compétition entre Castillans et Portugais[79]

Catalans et Génois ont pu au XIV^e^ siècle aller jusqu'au cap Noun, puisqu'il est noté sur des portulans majorquins ou italiens. D'autre part des pêcheurs castillans et portugais ont fréquenté les eaux poissonneuses proches de la côte et de l'archipel canarien. Ces activités n'ont pas, semble-t-il, entraîné d'intervention étatique avant le milieu du XV^e^ siècle. L'exploration du rivage au sud du cap Noun est le fait de serviteurs du prince Henrique. Sa préoccupation est de savoir de quelle façon les habitants peuvent entrer dans la voie du commerce. On sait comment, de 1434 à 1443, Gil Eanes, Afonso Baldaia et Nuno Tristão sont parvenus jusqu'à Arguin. Cette progression est ponctuée par des expéditions de reconnaissance vers l'intérieur, qui ont pris parfois la forme de coups de main destinés à se procurer des informations par des prisonniers. D. Henrique a essayé de s'installer aux Canaries et d'en obtenir du pape la suzeraineté, ce qui a donné lieu à la réplique du roi de Castille Enrique IV formulée par Alonso de Cartagena, évêque de Burgos. L'Infant obtient en 1443 de son frère Pedro, alors régent, le monopole du trafic dans cette zone[80]. Mais l'avance vers les *rios de Guiné* révèle des richesses plus grandes que celles attendues de cette côte saharienne, dès lors négligée.

Le 25 février 1449, D. Afonso V octroie à D. Henrique le monopole de la navigation et du commerce entre le cap Cantin et le cap Bojador[81]. La riposte castillane est rapide. À la demande de D. Juan de Guzmán, duc de Medina Sidonia, qui évoque une terre qui a été

vem muyto ouro, cera corame de vacas e bodes, laccar e anyll ». La présence de laque (*laccar*) surprend, ne s'agirait-il pas plutôt de gomme ?

78. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz*… cit., pp. 90-91.

79. L'étude ancienne de Pierre de Cénival (« Le partage des conquêtes entre l'Espagne et le Portugal au Maroc et sur la côte sud du Maroc », *in SIHM, Portugal,* tome I, pp. 203-212) peut nous servir de base, mais doit être corrigée sur certains points. Il faut aussi tenir compte du livre très détaillé de Rumeu de Armas sur les entreprises espagnoles, *España en el Africa Atlántica*… cit.

80. J. Martins da Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, tome I, Lisbonne, Edição do Instituto para a Alta Cultura, 1944, pp. 435-436.

81. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*… cit., tome II, doc. II, pp. 2-3.

uma grande quantidade de pesca e se pode conquistar a terra interior –, D. João II de Castela doa-lhe, a 8 de Julho de 1449, o conjunto dos mencionados mar e terra, desde o Cabo de Guer até à «Terra Alta» e ao Cabo Bojador, incluindo todos os rios, pescas, «*resqates*» com terras interiores, quintos e todos os outros direitos e taxas, a justiça e a jurisdição alta e baixa[82]. Este grande senhor da Andaluzia interessava-se, desde data que não podemos determinar, pelas actividades dos seus súbditos que pescavam nesta zona e que se dedicam ao comércio, eventualmentre a razias, especialmente na envolvência de *Mar Pequeña*, isto é, a laguna de Khnifis, confundida com a foz de um rio (ver fig. 1). Os seus interesses prevalecem aparentemente sobre os dos seus vizinhos canarinos. As duas coroas permanecerão, de certa forma, ligadas aos limites territoriais definidos nesta data. No decurso das negociações que foram abertas em Roma para resolver o conflito sobre as Canárias e a Guiné, o papado tenta manter um equilíbrio entre as coroas. Posteriormente, a 8 de Janeiro de 1454, através da bula *Romanus Pontifex*, Nicolau V confirma para Portugal a posse de Ceuta e das conquistas feitas e a realizar nos seus arredores, bem como a costa de África desde os cabos Bojador e Não até à Guiné. Esta bula, considerada por Portugal como a carta dos seus direitos, privilegia este país, dada a delimitação bastante setentrional da sua zona guineense. Contudo, dado o desconhecimento da geografia africana pela chancelaria pontifical ou devido a um erro de redacção, os cabos Não e Bojador, distando aproximadamente 60 quilómetros, são mencionados por ordem inversa. Em consequência, todos os documentos diplomáticos posteriores retomam os mesmos limites e cada uma das coroas interpreta o texto da maneira que lhe é mais favorável sobre a suserania entre estes dois pontos. A 13 de Março de 1456, Calisto III concede à Ordem de Cristo portuguesa a jurisdição espiritual sobre estes territórios: o seu estandarte confere às conquistas um carácter de cruzada.

D. Afonso V, por diversos motivos que não iremos aqui analisar, tentou unir as coroas de Portugal e de Castela. Os seus esforços não são bem-sucedidos por causa do casamento entre D. Isabel de Castela e D. Fernando de Aragão, em 1474. O rei português

82. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tomo I, p. 73, tomo II, doc. III, pp. 3-4: «*cierta tierra que agora nuevamente se ha descubierta allende de la mar al través de las Canarias... con dos rios en su terrmo, el uno llamado la Mar Pequeña donde hay muchas pesquerias e se puede conquistar la tierra adentro*»; «*de toda la dicha mar e tierra desde el cabo de Aguer hasta la Tierra Alta y cabo de Bojador, con todos los rios e pesquerias e resqates, e con la tierra adentro, e los quintos e todos los otros derechos e pechos e la justicia e la jurisdicción alta e baja*».

récemment découverte au-delà de la mer, en face des îles Canaries, délimitées par deux fleuves, l'un nommé la *Mar Pequeña* où il y a de nombreuses pêcheries et où l'on peut conquérir la terre à l'intérieur, Juan II de Castille lui fait donation, le 8 juillet 1449, de l'ensemble des dites mer et terre depuis le cap de Gué jusqu'à la « Haute Terre » et au cap Bojador, avec tous les fleuves, les pêcheries, les échanges, avec la terre à l'intérieur, les quints et tous les autres droits et taxes, droits de justice et la haute et basse justice[82]. Ce grand seigneur d'Andalousie est intéressé aux activités de ses sujets qui vont pêcher dans cette zone, depuis un temps qu'on ne peut préciser, et qui se livrent au commerce, éventuellement à des razzias, principalement autour de la *Mar Pequeña*, c'est-à-dire la lagune de Khnifis, prise pour l'embouchure d'une rivière (voir fig. 1). Ses intérêts semblent primer sur ceux éventuels des Canariens voisins. Les deux couronnes vont demeurer plus ou moins attachées aux limites territoriales définies à cette date.

Dans les négociations qui se sont ouvertes à Rome pour résoudre leur conflit sur les Canaries et la Guinée, la papauté essaie de garder une balance égale entre elles, puis Nicolas V confirme au Portugal, le 8 janvier 1454, par la bulle *Romanus Pontifex*, la possession de Ceuta et des acquisitions faites et à faire dans le voisinage, ainsi que la côte d'Afrique depuis les caps Bojador et Noun jusqu'à la Guinée. Cette bulle considérée par le Portugal comme la charte de ses droits, l'avantage par la délimitation très septentrionale de sa zone guinéenne. Mais à cause de la méconnaissance de la géographie africaine par la chancellerie pontificale ou d'une erreur de rédaction, les caps Noun et Bojador distants d'environ 60 kilomètres sont cités dans l'ordre inverse. De ce fait, tous les actes diplomatiques ultérieurs reprennent les mêmes termes et chacune des deux couronnes interprète le texte de la façon qui lui est la plus favorable sur la suzeraineté entre ces deux points, Calixte III, le 13 mars 1456, concède à l'Ordre du Christ portugais la juridiction spirituelle sur ces territoires : sa bannière confère aux conquêtes un caractère de croisade.

D. Alfonso V, pour diverses raisons, qu'on n'analysera pas ici, a tenté d'unir les couronnes de Portugal et de Castille. Ses efforts n'aboutissent pas du fait du mariage de Doña Isabel de Castille et D. Fernando

82. *Id.*, tome I, p. 73, tome II, doc. III, pp. 3-4 : « *cierta tierra que agora nuevamente se ha descubierta allende de la mar al través de las Canarias... con dos rios en su terrmo, el uno llamado la Mar Pequeña donde hay muchas pesquerias e se puede conquistar la tierra adentro* »; « *de toda la dicha mar e tierra desde el cabo de Aguer hasta la Tierra Alta y cabo de Bojador, con todos los rios e pesquerias e resqates, e con la tierra adentro, e los quintos e todos los otros derechos e pechos e la justicia e la jurisdicción alta e baja* ».

perde a guerra na Península e vê-se forçado a assinar a paz em Toledo em 1479, ratificada em Alcáçovas em 1480. Entre 1475 e 1478, Castela quis infligir um golpe duro a Portugal numa zona onde este país tinha interesses estratégicos, penetrando na Guiné; contudo, também se efectuaram *entradas* em Marrocos[83].

A partir das Canárias, o primeiro estabelecimento criado em território africano foi edificado em 1478, na lagoa de Khnifis (*Puerto Cansado,* nos mapas)[84]: era uma torre simples, cuja localização foi identificada por Paul Pascon[85]. Posto de observação ou feitoria? É difícil determinar. O facto de a iniciativa ter sido do senhor de Lanzarote, Diego García de Herrera, provavelmente incentivado pela rainha, leva-nos a pensar que este queria ter aqui um ponto de apoio para as cavalgadas que empreendia no interior com o fito de fazer prisioneiros, dado que a economia canarina necessitava de mão-de-obra escrava. Através da operação do *rescate* é possível trocar-se prisioneiros por escravos negros e também por mercadorias apreciadas – tapetes, couros, etc. – e, mais raramente, por ouro. Trata-se de uma actividade lucrativa mas sujeita a riscos, necessitando de meios substanciais e de vários participantes[86]. A partir deste ponto, próximo da rota ocidental para o *Bilâd Sudân* por Wadan, Tichit, Walata, será que ele também pretendia desviar uma parte do tráfego, especialmente o do ouro? Tal acção foi um fracasso.

A partir de 1479 foi necessário socorrer esta posição ameaçada. Podemos supor, com alguma consistência, que a recusa em caçar escravos pode ter sido o motivo do ataque. Trata-se do primeiro conflito armado sério na região entre autóctones e cristãos, ainda que seja totalmente erróneo atribuí-lo à intervenção de *el Jarife* que, nesta data, estava ainda bem longe de começar a *jihâd* enquanto líder de milhares de combatentes[87]. Os espanhóis, de acordo com A. Rumeu de Armas, retaliaram («*castigo*») em 1480. Guiados por um indígena convertido, Juan Camacho, atacaram um

d'Aragon en 1474. Il perd la guerre dans la péninsule et doit signer la paix à Tolède en 1479. Elle est ratifiée à Alcáçovas en 1480. De 1475 à 1478, la Castille a voulu en pénétrant en Guinée, porter au Portugal un coup sensible dans une zone où il avait des intérêts importants. Mais des expéditions (*entradas*) ont été faites aussi au Maroc[83].

À partir des Canaries, le premier établissement créé sur le sol africain fut celui édifié en 1478 sur la lagune de Khnifis (*Puerto Cansado* sur les cartes)[84]. C'était une simple tour, dont Paul Pascon a retrouvé l'emplacement[85]. Poste d'observation ou comptoir ? Il est difficile d'en décider. Le fait que l'initiative ait été celle du seigneur de Lanzarote, Diego García de Herrera, qui a peut-être été encouragé par la reine, donne à penser qu'il voulait avoir là un point d'appui pour les *cavalgadas* qu'il entreprenait dans l'intérieur des terres pour faire des prisonniers, car l'économie canarienne a besoin de main d'œuvre esclave. Par l'opération du *rescate*, il est possible d'échanger des prisonniers contre des esclaves noirs, mais aussi des marchandises appréciées – tapis, cuirs, etc. – plus rarement de l'or. Il s'agit d'une activité qui peut être profitable mais n'est pas sans risque. Elle nécessite des moyens importants et beaucoup de participants[86]. De ce point proche de la route occidentale vers le *Bilâd Sudân* par Wadan, Tichit, Walata espérait-il aussi détourner une partie du trafic, particulièrement celui de l'or ? Ce fut un échec.

Il fallut dès 1479 secourir cette position menacée. On peut supposer, non sans raison, que le refus de la chasse aux esclaves a pu être le motif de l'attaque. Il s'agit dans la région du premier affrontement armé sérieux des autochtones contre des Chrétiens, même s'il est totalement erroné de faire intervenir *el Jarife*, qui à cette date était bien loin d'avoir commencé le *jihâd* à la tête de milliers de combattants[87]. Les Espagnols, selon A. Rumeu de Armas, ont usé

83. M. Jimenez de La Espada, «La guerra del Moro a fines del siglo xv», *Boletin de la Real Academia de la Historia*, tomo XXV, 1884, pp. 171-212. Le *Memorial de la guerra de Allende*, publicado pp. 174-181, relata os ataques surpresa (*barajadas*) dos cavaleiros de Jerez de la Frontera na costa atlântica de Marrocos.

84. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tomo 1, 1956, pp. 107-140.

85. P. Pascon, *Les ruines d'Agouitir de Khnifis, province de Tarfaya (Santa Cruz de Mar Pequeña)*, Rabat, 1963. A. Rumeu de Armas afirma que a localização de Santa Cruz se encontra na foz do rio Chebika, a norte da lagoa (o que coincide com uma localização incorrecta de Ifni).

86. M. Lobo Cabrera, «Rescates canarios en la costa de Berberia», *in Relaciones de la Peninsula iberica con el Maghreb (siglos XIII-XVI)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas-Instituto de Filología, 1988, pp. 591-621.

87. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., vol. 1, pp. 134-135. Erro explicado pelo autor, nas páginas indicadas.

83. M. Jimenez de la Espada, « La guerra del Moro a fines del siglo xv », *Boletin de la Real Academia de la Historia*, tome XXV, 1884, pp. 171-212. Le *Memorial de la guerra de Allende* publié, pp. 174-181, relate des coups de main (*barajadas*) des chevaliers de Jerez de la Frontera sur la côte atlantique du Maroc.

84. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tome 1, 1956, pp. 107-140.

85. P. Pascon, *Les ruines d'Agouitir de Khnifis, province de Tarfaya (Santa Cruz de Mar Pequeña)*, Rabat, 1963. A. Rumeu de Armas affirme que l'emplacement de Santa Cruz se trouve à l'embouchure de l'oued Chebika, au nord de la lagune (ce qui coïncide avec un emplacement erroné d'Ifni).

86. M. Lobo Cabrera « Rescates canarios en la costa de Berberia », *in Relaciones de la Peninsula iberica con el Maghreb (siglos XIII-XVI)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas-Instituto de Filología, 1988, pp. 591-621.

87. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tome 1, pp. 134-135. Erreur expliquée ici par cet auteur.

aduar e capturaram 158 mouros, incluindo homens, mulheres e crianças («*158 moros y moras y niños*») que trouxeram para *Mar Pequeña*. Várias outras entradas foram empreendidas: Camacho vangloriava-se de ter conduzido, pessoalmente, mais de quarenta e seis[88]. É impossível afirmar em que data a torre senhorial de *Mar Pequeña* foi tomada ou abandonada, mas é um facto que os Reis Católicos ordenaram, em 1495, a sua reconstrução. Valentim Fernandes afirma, a propósito de Mar Pequeno, que aí existe um rio grande onde a pesca é abundante e que os castelhanos tinham construído um castelo que o rei D. João mandou demolir[89]. Esta afirmação é contestada por A. Rumeu de Armas, que considera tratar-se de uma confusão com a fortaleza que os espanhóis tentaram construir em *Gavelarba*, em 1502, atacada, por ordem de D. Manuel, pelos seus aliados de Meça[90]. A clarificação que é dada acerca da importância da pesca neste local impede-nos de pensar que possa ter ocorrido um erro na sua localização. Se D. João II ordenou, de facto, a destruição da torre, terá sido a operação realizada pelos seus súbditos ou pelos aliados desta região?

A paz de Toledo-Alcáçovas confirmou o direito de conquista de Portugal sobre o reino de Fez. Portugal renuncia às suas pretensões sobre as Canárias e Castela cede-lhe a Guiné e as ilhas ao longo desta costa de África. O estatuto da porção do território entre o Cabo de Guer e o Cabo Bojador permanece pendente, uma vez que a questão dos limites do reino de Fez não está resolvida. Enquanto os Reis Católicos conduziam a sua guerra contra Granada, Portugal conseguiu consolidar as suas posições no reino de Fez e a sul do Sara. D. João II decide, em 1481, desde o início do seu reinado efectivo, construir o Castelo de São Jorge da Mina e o prosseguimento da exploração da rota para a Índia. Contudo, a conquista de Granada e, em simultâneo, a descoberta de Colombo alteraram a situação. Mais uma vez, as duas coroas solicitaram o arbítrio do papa. O tratado de Tordesilhas, datado de 7 de Junho de 1494, que define a fronteira entre os territórios respectivos a 370 léguas a Oeste das ilhas de Cabo Verde, pode efectivamente ser considerado uma partilha do mundo. Todavia, não resolve o pro-

88. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., vol. 1, pp. 140-143 et 147-152. Este Juan Camacho, designado *adalid*, tem vários rivais em Arzila, o que é amplamente tratado nos *Anais de Arzila* de Bernardo Rodrigues. O *adalid*, com um bom conhecimento do terreno, frequentemente um muçulmano convertido, guia as expedições de razia. Por este motivo, é bastante apreciado.

89. P. de Cénival e Th. Monod, *Description de la côte d'Afrique*... cit., pp. 40-41: «tem huum ryo grande de muyta pescaria, onde os Castellanos tinham feito huum castelo ho qual mandou el rey Dom Joham derribar».

90. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tomo I, p. 385.

de représailles (« *castigo* ») en 1480. Guidés par un indigène converti, Juan Camacho, ils ont assailli un douar et capturé 158 Maures, hommes femmes et enfants (« *158 moros y moras y niños* ») qu'ils ont ramenés à la *Mar Pequeña*. Bien d'autres *entradas* ont été entreprises : Camacho lui-même se vantait d'en avoir conduit plus de quarante-six[88].

Il est impossible de dire à quelle date la tour seigneuriale de la *Mar Pequeña* a été prise ou abandonnée, mais il est certain que les Rois Catholiques ont ordonné en 1495 de la reconstruire. Valentim Fernandes dit à propos de *Mar Pequeno* qu'il y a là une grande rivière où la pêche est abondante ; les Castillans avaient bâti un château que le roi Dom João fit démolir[89]. Cette affirmation est contestée par A. Rumeu de Armas qui voit là une confusion avec la forteresse que les Espagnols ont tenté de construire à *Gavelarba* en 1502, attaquée sur l'ordre de D. Manuel par ses alliés de Massa[90]. La précision donnée sur l'importance de la pêche dans ce lieu interdit de penser qu'il ait pu y avoir erreur sur la localisation. Si D. João II a bien ordonné la destruction de la tour, l'opération a-t-elle été effectuée par ses sujets ou par des alliés de cette région ?

La paix de Tolède-Alcaçovas a confirmé le droit de conquête du Portugal sur le royaume de Fès. Il renonce à ses prétentions sur les Canaries et la Castille lui laisse la Guinée et les îles le long de cette côte d'Afrique. Le statut de la portion de territoire entre le cap Ghîr et le cap Bojador reste en suspens, dans la mesure où la question de la limite du royaume de Fès n'est pas tranchée. Pendant que les Rois Catholiques ont mené leur guerre contre Grenade, le Portugal a pu consolider ses positions dans le royaume de Fès et au sud du Sahara. D. João II décide en 1481, dès le début de son règne effectif, la fondation du *Castelo de São Jorge da Mina*, et la poursuite de l'exploration de la route de l'Inde. Mais la prise de Grenade et au même moment la découverte de Colomb ont modifié la donne. Là encore les deux couronnes ont sollicité l'arbitrage du pape. Le traité de Tordesillas du 7 juin 1494, qui fixe la limite entre les domaines à 370 lieues à l'ouest des îles du Cap Vert, peut effectivement être vu comme un

88. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tome 1, pp. 140-143 et 147-152. Ce Juan Camacho, nommé *adalid*, a plusieurs émules à Azila, dont il est abondamment question dans les *Anais de Arzila* de Bernardo Rodrigues. L'*adalid*, bon connaisseur du terrain, souvent un Musulman converti, guide les expéditions de razzia. À ce titre, il est très apprécié.

89. P. de Cénival et Th. Monod, *Description de la côte d'Afrique*... cit., pp. 40-41 : « *tem huum ryo grande de muyta pescaria, onde os Castellanos tinham feito huum castelo ho qual mandou el rey Dom Joham derribar* ».

90. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tome I, p. 385.

blema da área disputada a sul do reino de Fez, cujo limite meridional continua em discussão[91]. Uma comissão deveria investigar tal situação, nomeadamente em Fez, e um arbítrio deveria ser entregue num prazo de três anos. Durante este período, os Reis Católicos comprometem-se a não empreender a menor conquista nem ocupar nenhuma cidade até Meça, incluindo este burgo. Não há reciprocidade para Portugal, excepto a restituição caso a comissão tome uma decisão favorável à Espanha. Não há indícios que a comissão se tenha reunido. Castela e Portugal optam pela política do primeiro ocupante e do facto consumado na zona em litígio.

Santa Cruz de Mar Pequeña e Meça: à procura do ouro

De acordo com Damião de Góis, D. Manuel, que ascendeu ao trono de Portugal em 1495, desejava actuar em Marrocos impelido pelo seu espírito de cruzada, sendo contudo impedido[92]. Castela – coroa que gere a questão africana – empreende, nesse mesmo ano, por intermédio de Diego de Cabrera, negociações com as tribos e as cidades na zona onde reclama ter direitos, com o objectivo de legitimar a sua suserania. Castela decide, igualmente, reconstruir a torre de *Mar Pequeña*, confiando a tarefa, em 29 de Março de 1496, a Alonso Fajardo, governador da Grã-Canária. A partir do arquipélago, cujo processo de conquista foi concluído, reúnem-se materiais e homens que são desembarcados na costa africana, a 30 de Agosto. No início do mês de Novembro a construção da torre fica concluída. Uma guarnição de dezassete homens é deixada no local após a retirada dos trabalhadores. O estabelecimento não é um posto militar, mas acima de tudo uma *factoria* que se destina ao comércio, visto que as *cabalgadas* são interditas e que se estabelecem relações pacíficas até ao curso inferior do rio Drá[93]. Alonso Fajardo morre de doença durante uma estadia em *Mar Pequeña,* no final do ano de 1497, o que provoca conflitos decorrentes de pretensões de senhores canarinos sobre o local. Após ter conquistado Tenerife, Alonso de Lugo desembarca com reforços importantes, aparentemente para

91. «*Porque agora no se sabe cierto por dónde parte la raya e limite del dicho reino de Fez*».

92. Damião de Góis, *Crónica do Felicissimo Rei Dom Manuel*, I, 10 e 11; R. Ricard, *Les Portugais au Maroc de 1495 à 1521*, Rabat, Institut des Hautes Études Marocaines, 1937, pp. 1-2.

93. Acerca destes acontecimentos: A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tomo I, pp. 221-239. O documento que concerne a fundação real está publicado, tomo 2, 1957, doc. XXIX, pp. 69-70.

partage du monde, mais ne règle pas le problème de la zone contestée au sud du royaume de Fès, dont la limite méridionale reste en discussion ; on ne sait pas de façon certaine où elle se situe[91]. Une commission devrait enquêter, notamment à Fès, sur celle-ci et un arbitrage devrait être rendu dans un délai de trois ans. Pendant ce temps, les Rois Catholiques s'engagent à ne pas faire la moindre conquête ni occuper aucune ville jusqu'à Massa y compris. Il n'y a pas de réciprocité pour le Portugal, sauf à les restituer si la commission décide en faveur de l'Espagne. Il ne semble pas qu'elle se soit réunie. La Castille et le Portugal optent pour la politique du premier occupant et du fait accompli dans la zone litigieuse.

Santa Cruz de Mar Pequeña et Massa : à la recherche de l'or

Selon Damião de Góis, D. Manuel monté en 1495 sur le trône de Portugal veut agir au Maroc poussé par son esprit de croisade, mais il en est empêché[92]. La Castille – c'est elle qui gère le dossier africain – entreprend cette même année, par l'intermédiaire de Diego de Cabrera, des négociations avec des tribus et des cités dans la zone sur laquelle elle affirme avoir des droits, en vue de faire reconnaître sa suzeraineté. Elle décide aussi de reconstruire la tour de la *Mar Pequeña* et en confie le 29 mars 1496 l'exécution à Alonso Fajardo, gouverneur de la Grande Canarie. Depuis l'archipel, dont la conquête est achevée, du matériel et des hommes sont réunis et débarqués sur la côte africaine le 30 août. Au début du mois de novembre, la construction de la tour est achevée. Une garnison de 17 hommes y est laissée après l'évacuation des ouvriers. L'établissement n'est pas un poste militaire, mais avant tout une *factoria*. Il est destiné au commerce, puisque les *cabalgadas* sont interdites et que des relations pacifiques sont nouées jusque sur le cours inférieur de l'oued Dr'â [93]. Alonso Fajardo meurt de maladie lors d'un séjour à la *Mar Pequeña* à la fin de l'année 1497, ce qui entraîne des conflits nés de prétentions de seigneurs canariens sur le site. Alonso de Lugo, après avoir conquis Tenerife, y débarque avec des forces importantes pour, semble-t-il, y construire une seconde forteresse. Mais Iñès Peraza, qui estime

91. « *Porque agora no se sabe cierto por dónde parte la raya e limite del dicho reino de Fez* ».

92. Damião de Góis, *Crónica do Felicissimo Rei Dom Manuel*, I, 10 et 11; R. Ricard, *Les Portugais au Maroc de 1495 à 1521*, Rabat, Institut des Hautes Études Marocaines, 1937, pp. 1-2.

93. Sur ces événements : A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tome I, pp. 221-239. Le document concernant la fondation royale est publié, tome 2, 1957, doc. XXIX, pp. 69-70.

aí construir uma segunda fortaleza. Contudo, Iñès Peraza, que se considera lesada, envia o seu genro português Diogo da Silva com forças consideráveis para combatê-lo e desalojá-lo[94]. Este episódio mostra a que ponto as famílias nobres dispõem de meios para fazer valer os seus próprios interesses, sem terem em particular consideração os do seu soberano. O novo governador designado da Grã-Canária, Lope Sánchez de Valenzuela, é investido de autoridade sobre a torre, na qual coloca um alcaide escolhido por si[95].

A construção da torre de *Mar Pequeña*, no território reconhecido a Castela, em frente das Canárias orientais, está de acordo com o Tratado de Tordesilhas. D. Manuel, afirmando que Meça se localiza no espaço que lhe pertence, e que Castela contesta, decide consolidar a sua posição no local. As negociações com os notáveis locais conduzem, em Dezembro de 1496, ao envio de uma delegação a Portugal e à assinatura de um tratado, em 11 de Janeiro de 1497. Os habitantes de Meça (*Ahl Mâssa*) deveriam pagar como tributo simbólico da sua submissão dois cavalos, acolher um feitor (a quem deveriam facilitar a instalação), atribuir uma casa e garantir a sua segurança, enquanto a construção prevista de uma fortaleza, com a ajuda dos habitantes, não estivesse concluída. Em contrapartida, beneficiariam da protecção real e de privilégios para comerciar e ir a Portugal em navios portugueses[96]. O conteúdo deste acordo é semelhante ao que fora anteriormente estabelecido com Safim e Azamor. Os seus pontos mais relevantes são o lugar atribuído ao comércio e a protecção concedida aos habitantes das três aglomerações que constituem Meça. Teriam estes motivos para temer os vizinhos ou é a ameaça espanhola que está em questão? Em Safim, em 1498, Portugal julga efectivamente necessário intervir por causa de uma intriga que se teria formado para favorecer a Espanha[97].

Num documento não datado, mas que parece situar-se neste período, sobressai que Meça, cujo porto é medíocre, oferece principalmente a vantagem de abrir vias para o interior do país e para além do Sara. Esta anotação de um autor desconhecido, possivelmente o feitor, descreve ao rei os caminhos de Meça a Tombuctu, os lugares habitados que aí se encontram,

94. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tomo I, pp. 249-255.

95. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tomo I, pp. 255- 258.

96. Texto da carta de D. Manuel em *SIHM, Portugal*, I, doc. IV, pp. 31-35.

97. *SIHM, Portugal,* tomo I, doc. V, p. 38: Diogo Borges «soube como elles detriminavam de darem esta terra a El-Rey Dom Fernando».

ses droits bafoués, envoie son gendre portugais Diogo da Silva, avec des forces considérables, le combattre et le déloger[94]. Cet épisode montre à quel point les familles nobiliaires disposent de moyens pour faire triompher leurs propres intérêts, sans tenir autrement compte de ceux de leur souverain. Le nouveau gouverneur désigné de la Grande Canarie, Lope Sánchez de Valenzuela, est investi de l'autorité sur la tour, où il place un *alcayde* de son choix[95].

L'édification de la tour de la *Mar Pequeña*, dans le territoire reconnu à la Castille, en face des Canaries orientales, est conforme à la lettre du traité de Tordesillas. D. Manuel affirmant que Massa se trouve dans l'espace qui lui appartient, mais que conteste la Castille, décide d'y consolider sa position. Des négociations avec les notables du lieu aboutissent en décembre 1496 à l'envoi d'une délégation au Portugal et à un traité signé le 11 janvier 1497. Les habitants de Massa (*Ahl Mâssa*) devraient payer comme tribut symbolique de leur soumission deux chevaux, accueillir un *feitor* à qui ils devraient faciliter l'installation, donner une maison, garantir sa sécurité, tant que la construction prévue d'une forteresse avec l'aide des habitants, ne serait pas achevée. En contrepartie, ils bénéficieraient de la protection royale, auraient des facilités pour commercer et venir au Portugal sur des navires portugais[96]. Le contenu de cet accord, est voisin de celui qui a été passé antérieurement avec Safi ou Azemmour. Les points importants en sont la place donnée au commerce et la protection accordée aux habitants des trois agglomérations qui constituent Massa. Ont-ils à craindre des voisins, ou est-ce la menace espagnole qui est en cause ? À Safi, en 1498, le Portugal juge en effet nécessaire d'intervenir en raison d'une intrigue qui se serait nouée en faveur de l'Espagne[97].

D'un document non daté, mais qui semble se situer à ce moment, il ressort que Massa, dont le port est médiocre, offre surtout l'intérêt d'ouvrir des voies vers l'intérieur du pays et jusqu'au-delà du Sahara. Cette note d'un auteur inconnu, peut être le *feitor*, décrit pour le roi les chemins de Massa à Tombouctou et les lieux habités qui s'y trouvent et ceux autour de Massa[98]. Elle énumère les localités et les tribus voisines

94. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tome 1, pp. 249-255.

95. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tome 1, pp. 255- 258.

96. Texte de la lettre de D. Manuel dans *SIHM, Portugal*, I, doc. IV, pp. 31-35.

97. *SIHM, Portugal,* tome I, doc. V, p. 38 : Diogo Borges «*soube como elles detriminavam de darem esta terra a El-Rey Dom Fernando* ».

98. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartas dos Vice reis da India*, n° 117, publicado por A. Teixeira da Mota, A *malograda viagem de Diogo Carreiro a Tombuctu em 1565* (*Boletim Cultural da Guiné*

bem como os que existem nas imediações de Meça[98]. Enumera as localidades e as tribos vizinhas de Meça e as que se atravessam para alcançar em oito etapas o vale do Drá, de onde parte a via para Tombuctu. Oferece-nos também uma informação surpreendente, embora enigmática, acerca da diplomacia portuguesa na região. Ao terceiro dia, em direcção ao Drá, caminha-se no território de uma tribo (*gente*) designada *Tahella*, «honde está Cyde Mafamede Hombarqua que está a Voso servjço, amigo de christãos, que he o sãto em que os mouros crem», isto é, a quem obedecem»[99]. Portugal tem, portanto, como aliado, a três etapas de Meça, um santo venerado a quem os habitantes obedecem. Veremos, mais adiante, se é possível relacioná-lo com uma personagem conhecida nas fontes árabes.

De acordo com o mesmo documento, atravessa-se seguidamente o território de tribos cujo nome, pouco adulterado, é reconhecível: Yçy (Issi), Idav Ballul (Ida û Blal), Ida cõ Çuçuz (Ida û Kensûs) e Idav Zell (Ida û Zal). Todavia, a sua localização actual num mapa levanta alguns problemas, devido à ordem pela qual são enumeradas neste documento. No oitavo dia entra-se na tribo dos Avled Çellem (Awlad Sallam), com mais de cem aduares, que são árabes, como o seu modo de vida o demonstra. São «todos mercadores que tratam em Tambucutue sam junto de Dara»[100]. O seu vale oferece, em mais de cinquenta léguas, palmeirais e *povorações*. Este está sob a autoridade de dois senhores: *Moley Aytemãa* e *Moley Mafamed*e, sobre os quais o documento não fornece informações, ao contrário de Leão Africano e de Marmol, que insistem na hostilidade recíproca apesar do parentesco. A fonte esclarece que as caravanas que se dirigem para Tombuctu partem do vale do Drá. Neste local reúnem-se comerciantes de numerosas regiões que partem juntos no mesmo dia («e todos partem em hum dya jumtos»). Chegam de Tremecém, de Fez, de Guatagara[101], de Gaeta (Garet)[102], de Debdou, de Garçyaluyll (Garselwîn), do Tafilete, de Skoura, de Marraquexe, do Tamesna, da Duquela e de Safim, de Hea, de Aqqâ, de Massa et celles que l'on traverse pour rejoindre en huit étapes la vallée du Dr'â, d'où part la piste vers Tombouctou. Elle apporte aussi une information étonnante sur la diplomatie portugaise dans la région, mais énigmatique. Au troisième jour, en direction du Dr'â, on marche dans le territoire d'une tribu (*gente*) appelée *Tahella*, « où se trouve Cyde Mafamede Hombarqua, qui est à Votre service, ami des chrétiens, il est le saint auquel les Maures croient », c'est à dire à qui ils obéissent[99]. Le Portugal a donc, à trois étapes de Massa, comme allié un santon vénéré qui est obéi des habitants. Nous verrons plus loin s'il est possible de l'identifier à un personnage connu dans les sources arabes.

On traverse ensuite, selon le même document, le territoire de tribus dont on peut reconnaître le nom à peine déformé : Issi (*Yçy*), Ida û Blal (*Idav Ballul*), Ida û Kensûs (*Ida cõ Çuçuz*), Ida û Zal (*Idav Zell*). Mais leur situation actuelle sur une carte pose quelque difficulté en raison de l'ordre dans lequel elles sont énumérées dans ce document. Le huitième jour, on entre dans la tribu des Awlad Sallam (*Avled Çellem*) forte de plus de cent douars, des Arabes, comme l'indique leur mode de vie. Ce sont « tous des marchands qui commercent à Tombouctou et ils vivent près du Dr'â »[100]. Sa vallée offre sur plus de cinquante lieues des palmeraies et des lieux habités (*povorações*). Elle est sous l'autorité de deux seigneurs : *Moley Aytemãa* et *Moley Mafamed*e, sur lesquels le document ne donne pas d'information, à la différence de Jean-Léon et de Marmol qui insistent sur leur hostilité en dépit de leur parenté. Il précise que les caravanes vers Tombouctou partent de la vallée du Dr'â. Là se réunissent des marchands de nombreuses régions qui partent tous ensemble le même jour (« *e todos partem em hum dya jumtos* »). Il en vient de Tlemcen, de Fès, de *Guatagara* [101], de Garet[102] (*Gaeta*), de Debdou, de Garselwîn (*Garçya luyll*), du Tafilalt, de Skoura, de Marrakech, du Tamesna, de Doukkala et de Safi, de Haha, d'Aqqâ, de Guezoula, de « *Temelt*, où se trouve la mine de cuivre

98. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartas dos Vice reis da India*, n.º 117, publicado por A. Teixeira da Mota, A *malograda viagem de Diogo Carreiro a Tombuctu em 1565* (*Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XXV, Janeiro 1970, pp. 173-175), Separata verde do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, n.º LVII (1970), pp. 20-22: «Estes sã os caminhos de Meça pera Tambucutue os lugares que sam nelles e os lugares derredor de Meça».

99. A. Teixeira da Mota, *A malograda viagem de Diogo Carreiro*... cit., p. 21.

100. A. Teixeira da Mota, *A malograda viagem de Diogo Carreiro*... cit., p. 21.

101. Trata-se de *Guraigura* de Leão Africano? Isto é Tigrigra?

102. Segundo Jean-Léon l'Africain, Garet é uma província do reino de Fez, que dá sobre o Mediterrâneo, na parte oriental do Rife, entre os rios Nkor e Moluia.

Portuguesa, vol. XXV, Janeiro 1970, pp. 173-175), Separata verde do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, nº LVII, 1970, pp. 20-22 : « *Estes sã os caminhos de Meça pera Tambucutu e os lugares que sam nelles e os lugares derredor de Meça* ».

99. A. Teixeira da Mota, *A malograda viagem de Diogo Carreiro*... cit., p. 21.

100. A. Teixeira da Mota, *A malograda viagem de Diogo Carreiro*... cit., p. 21.

101. S'agit-il de *Guraigura* de Jean-Léon l'Africain ? C'est-à-dire le Tigrigra ?

102. Chez Jean-Léon, le Garet est une province du royaume de Fès sur la Méditerranée, dans la partie orientale du Rif, entre l'oued Nkor et la Moulouya.

Guezula, de «Temelt, dondestá a mjna de cobre, que sã de Meça xb legoas»[103] e duas aldeias de Meça.

As cidades e as regiões mencionadas são economicamente importantes neste período. Para identificar e localizar a mina de cobre de Temelt, a quinze léguas de Meça, não hesitamos entre a grande mina de Tazalaght, cujos vestígios impressionantes são visíveis na tribo dos Aït 'Abdallâh mas fora deste itinerário, e a mina de Tâmdûlt ou Tâmdelt, cujo nome Tamelt é semelhante. Esta é amiúde considerada uma mina de prata, mas sabemos que muitos depósitos marroquinos são compósitos[104]. Sublinhe-se que este local é o ponto de partida de comerciantes que levariam carregamentos de cobre, um metal relevante nas trocas com o *Bilâd Sûdân*. Note-se, igualmente, que os habitantes de duas aglomerações, num total de três que se contam em Meça, ocupam um lugar na caravana que parte à procura do ouro, o que explica e confirma a atracção dos comerciantes portugueses por Meça, porta de acesso, da região do Suz, para Aqqâ e Guezula e também para a Duquela, Safim e Hea. Aquele texto esclarece ainda que, para a viagem, se reúnem na tribo dos Awlad Sallam oitocentos cavaleiros, por vezes mil ou mil e duzentos, e entre cinco a seis mil camelos, por vezes dez mil. A maioria transporta mercadorias dos países cristãos e cobre e vão buscar sal a Taghaza, que se alcança em quinze etapas; desse ponto para Tombuctu efectuam-se outro tanto. Estes dados estão de acordo com outros documentos. O conteúdo desta nota ao rei faz-nos compreender o interesse de D. Manuel por Meça.

O agrupamento de todos estes comerciantes no itinerário do Drá a Tombuctu por uma via no interior do território retira importância a outra rota mais longa, mais próxima da costa atlântica, através de Tagaos (que se alcança após três etapas a partir de Meça) e que passa em seguida por Wadan, Tishit, Walata e alcança Tombuctu. Ao longo do percurso, as tribos são todas árabes («todos Alarves»). Nas proximidades de Meça encontram-se os Auled Damaar (Awlad Amar), uma grande tribo («gram gente») de quem Espanha conseguiu obter a submissão em 1499, como veremos. Neste itinerário encontram-se igualmente: os Arrahamana (Rahâmna), outra tribo importante; os Avled Leyme (Awlad Dlîm), menos poderosos; os Albetemyx ou Alboremyx (Brabish)[105] e os Ludea

103. A. Teixeira da Mota, *A malograda viagem de Diogo Carreiro*... cit., p. 22.

104. B. Rosenberger, «Tamdoult cité minière et caravanière présaharienne, IX^e-XIV^e s.», *Hesperis-Tamuda*, tomo XI, 1970, pp. 13-139, 2 anexos; B. Rosenberger, «Les vieilles exploitations minières et les centres métallurgiques du Maroc: essai de carte historique», *Revue de Géographie du Maroc*, 17, 1970, pp. 71-108 et 18, 1970, pp. 59-102.

105. Identificação duvidosa que se apoia na proximidade com outras tribos Dawi Hassan, como as enumera Leão Africano (*Description de l'Afrique*... cit., p. 27).

à quinze lieues de Massa »[103], enfin deux villages de Massa.

Les villes ou les régions citées sont économiquement importantes à cette époque. Pour identifier et localiser la mine de cuivre de *Temelt* à quinze lieues de Massa, on n'hésite guère entre la grande mine de Tazalaght, dont des vestiges impressionnants sont visibles dans la tribu des Aït 'Abdallâh, hors de cet itinéraire, et la mine de Tâmdûlt, ou Tâmdelt, dont le nom ici de *Tamelt* est proche. Elle est donnée le plus souvent comme une mine d'argent, mais on sait que bien des gisements marocains sont composites[104]. Il faut relever que ce lieu est le point de départ de commerçants qui, à n'en pas douter, emportent des charges de cuivre, métal qui tient une place importante dans les échanges avec le *Bilâd Sûdân*. À noter aussi que des gens de deux agglomérations, sur les trois que compte Massa, prennent place dans la caravane qui va à la recherche de l'or, ce qui explique et confirme l'attrait des marchands portugais pour Massa, porte de la région du Sous avec Aqqâ et Guezoula et aussi pour la Doukkala, Safi et le Haha.

Pour le voyage, précise encore le même texte, se réunissent dans la tribu des Awlad Sallam huit cents cavaliers, parfois mille, parfois mille deux cents, et cinq à six mille chameaux et parfois dix mille, la plupart portent des marchandises des pays chrétiens et du cuivre et vont prendre du sel à Taghaza, qu'on atteint en quinze étapes et de là Tombouctou en quinze autres étapes. Ces données sont conformes à celles d'autres documents. Le contenu de cette note au roi fait comprendre l'intérêt de D. Manuel pour Massa.

Le regroupement de tous ces marchands sur l'itinéraire du Dr'â à Tombouctou, par une piste dans l'intérieur des terres, laisse moins d'importance à une autre route plus longue, mais plus proche de la côte atlantique, par Tagawust, qu'on rejoint en trois étapes depuis Massa, puis elle passe par Wadan, Tishit, Walata et atteint Tombouctou. Sur ce chemin, les tribus sont toutes arabes (*todos Alarves*). Proches de Massa sont les Awlad Amar (*Auled Damaar*), une grande tribu (*gram gente*) dont l'Espagne parvient à obtenir la soumission en 1499, comme nous allons le voir. Se trouvent aussi sur cet itinéraire : les Rahâmna (*Arrahamana*) autre grande tribu, les Awlad Dlîm

103. A. Teixeira da Mota, *A malograda viagem de Diogo Carreiro*... cit., p. 22.

104. B. Rosenberger, « Tamdoult cité minière et caravanière présaharienne, IX^e-XIV^e s. », *Hesperis-Tamuda*, tome XI, 1970, pp. 13-139, 2 planches photos; B. Rosenberger, « Les vieilles exploitations minières et les centres métallurgiques du Maroc : essai de carte historique », *Revue de géographie du Maroc*, 17, 1970, pp. 71-108 et 18, 1970, pp. 59-102.

(Udaya), também tribos relevantes, especialmente esta última, bastante rica em ouro. As tribos não produzem pão e nenhuma cultiva («nom semeam»), excepto os árabes de Meça, que estariam em vias de se tornar sedentários. Os grandes nómadas árabes do Sara aqui referidos serão introduzidos em Marrocos pelos Sádidas no decurso do século XVI, desempenhando um papel cada vez mais importante enquanto tribos militares (*guich*).

É uma parte do tráfego desta segunda via que, aparentemente, a torre de Santa Cruz de *Mar Pequeña* procura captar. Provavelmente, a sua actividade comercial não foi tão relevante como esperado[106], pelo que não é surpreendente a procura de melhores posições a Norte deste porto por parte dos Reis Católicos, sobretudo nos arredores da foz do Drá e para além deste. Além do mais, estes alegavam ter direitos sobre a região que se estende do cabo Bojador – dependendo dos momentos – até ao Cabo de Guer.

Os actos diplomáticos e militares espanhóis

Os *factores comerciales* castelhanos estabeleceram indubitavelmente, por necessidade, relações com Tagaos, Meça e o litoral próximo do Cabo de Guer, tornando favorável a actividade de canarinos[107] e andaluzes. À semelhança de Portugal, também Castela procura estabelecer uma presença política e militar a partir das relações comerciais.

Lopo Sánchez de Valenzuela encontra-se em solo africano em Novembro-Dezembro de 1498, para encetar negociações com as autoridades de Tagaos, com vista a submeter esta cidade e as tribos vizinhas. Em Fevereiro de 1499 uma delegação estava pronta a partir de Las Palmas[108]. Pouco depois obteve a submissão do que os documentos espanhóis designam *el Reino de la Butata*. Desconhece-se a origem deste nome, talvez do seu fundador[109]. Seria um derradeiro avatar do reino dos Beni Yedder. Os textos dos tratados assinados, entre 15 de Fevereiro e 23 de Março de 1499 «*en la ciudad de Tagaos, cabeça que es del reyno de la*

106. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., vol. 1, p. 275 escreve que, entre 1496 e 1500, «*la torre de Santa Cruz de la Mar Pequeña fué una de las factorias comerciales más importantes del Occidente africano*». Enumera escravos, gado, couros, *orchilla*, mel, cera, etc., mas não menciona ouro.

107. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., pp. 276-277: alguns documentos atestam uma frequentação de Tagaos, pelo rio Assaca (foz do rio Não).

108. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., pp. 278-283.

109. P. de Cénival e F. de La Chapelle, «Possessions espagnoles sur la côte occidentale d'Afrique: Santa Cruz de Mar Pequena et Ifni», *Hesperis*, tomo XXI, 1933, pp. 55-58 e 76.

(*Avled Leyme*) moins puissants, les Brabish[105] (*Albetemyx* ou *Alboremyx*) et les Udaya (*Ludea*), qui sont aussi de grandes tribus. Cette dernière l'est plus que toutes et très riche en or. Ils n'ont pas de pain et aucune de ces tribus ne fait de labour (*nom semeam*), sauf les Arabes de Massa, qui seraient donc en voie de sédentarisation. Les grands nomades arabes sahariens énumérés ici vont être introduits au Maroc par les Sa'diens dans le courant du XVI[e] siècle et jouer un rôle de plus en plus important par la suite comme tribus militaires (*guich*).

C'est le trafic de cette seconde piste dont apparemment la tour de *Santa Cruz de Mar Pequeña* cherche à capter une partie. Le commerce n'y a sans doute pas été aussi important qu'on l'attendait[106], aussi n'est-il pas étonnant que les Rois Catholiques aient cherché de meilleures positions au nord de ce point, au voisinage de l'embouchure du Dr'â et au-delà. Ils prétendent du reste avoir des droits sur la région qui s'étend du cap Bojador – selon les moments – jusqu'au cap Ghîr.

Les actions diplomatiques et militaires espagnoles

Les *factores comerciales* castillans ont sans doute et par nécessité noué des relations avec Tagawust, Massa et la côte proche du cap Ghîr, favorisé l'activité de Canariens[107] et d'Andalous. Tout comme le Portugal, la Castille cherche à partir des relations commerciales à asseoir une présence politique et militaire.

Lopo Sánchez de Valenzuela se trouve sur le sol africain en novembre-décembre 1498 pour entreprendre des négociations avec les autorités de Tagawust en vue de la soumission de cette ville et de tribus voisines. En février 1499, une délégation était prête à partir de Las Palmas[108]. Elle a obtenu peu après la soumission de ce que les documents espagnols appellent *el Reino de la Butata*. On ne sait pas bien d'où provient ce nom, peut-être est-ce celui de son fondateur[109]. Ce serait un

105. Identification douteuse, mais appuyée sur leur proximité avec les autres tribus Dawi Hassan, telles que les énumère Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., p. 27.

106. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tome 1, p. 275, écrit qu'entre 1496 et 1500 « *la torre de Santa Cruz de la Mar Pequeña fué una de las factorias comerciales más importantes del Occidente africano* ». Il énumère esclaves, bétail, cuirs, *orchilla*, miel, cire, etc., mais ne mentionne pas l'or.

107. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., pp. 276-277 : des documents attestent une fréquentation de Tagawust par l'oued Assaka (embouchure de l'oued Nûn).

108. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., pp. 278-283.

109. P. de Cénival et F. de La Chapelle, « Possessions espagnoles sur la côte occidentale d'Afrique : Santa Cruz de Mar Pequena et Ifni », *Hesperis*, tome XXI, 1933, pp. 55-58 et 76.

Vutata», detalham numerosos topónimos identificáveis que permitem localizá-lo entre os rios Drá e Meça, mais precisamente em torno do eixo que constitui o vale do rio Não.

O documento recapitulativo redigido pelo notário real Gonçalo de Burgos[110] transcreve, por esta ordem, os actos de submissão da cidade de Ifrane e do seu vale («*Ufran y su valle*»): a vassalagem dos habitantes de Ifni, a submissão do vale de Tamanart («*el valle de Temenarte*») e da senhoria de Tigmert («*Tagamarte*»), a ratificação de obediência dos representantes de Ifrane, a vassalagem de *Tagaos, Agaos* e *Tiçigunen*[111], a submissão da tribo árabe dos Awlad Amar («*la capitania de Auladamar*»), que parece arbitrariamente anexada a *Butata*, e, por fim, a ratificação de obediência dos representantes de Ifni. Os Reis Católicos prometem a todos, em troca dos direitos habitualmente pagos «*a los reys antepasados*», uma justiça eficiente e protecção contra quem os tentassem prejudicar[112]. Assumiam, assim, o controlo de uma região estratégica, o contraforte meridional do Anti-Atlas, local de passagem obrigatório entre o Suz e a África Negra, no qual Tagaos era ponto de convergência de numerosos comerciantes[113]. Ao proceder desta forma com os habitantes de Ifrane – que o documento anónimo português situa a quinze léguas de Meça – e com a tribo árabe Awlad Amar – que lhe é vizinha (*sobre Meça*) – aqueles reis penetravam numa região que Portugal considerava território seu. Efectivamente, no documento anónimo português, Ifrane (*Ofaraã*), aparentemente bem conhecido, é descrito como «hum rio» com 44 localidades nas duas margens, ao longo de três léguas[114]. Indubitavelmente, os Reis Católicos procuram subtrair este território à influência portuguesa.

A rivalidade entre as duas coroas ibéricas oferece aos poderes locais oportunidades para obter diversas vantagens, possibilitando claramente negociar protecção, subsídios, ou a presença de agentes ligados ao comércio, aumentando assim o número de mercadores e o volume das trocas. Contudo, é também importante ressaltar que, ao mobilizarem-se grupos humanos do Suz para favorecer uma potência externa

110. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tomo 2, doc. XXXI, pp. 73-79. O notário, converso, teve que responder perante a Inquisição acerca de frases judaizantes proferidas em Marrocos.

111. Estas são as três partes que constituem Tagaos. Cf. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., p. 93.

112. «*Les prometió de los mantener en justiçia e de los defender e amparar contra todas las personas que los quisieten enojar contra derecho y justicia*».

113. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., pp. 93-94.

114. Uma fonte espanhola enumera 38.

dernier avatar du royaume des Beni Yedder. Les textes des traités signés du 15 février au 23 mars 1499 dans la cité de Tagawust, qui est la capitale du royaume *de la Butata* (*en la ciudad de Tagaos, cabeça que es del reyno de la Vutata*), détaillent de nombreux toponymes identifiables qui permettent de le situer entre l'oued Dr'â et l'oued Massa, plus précisément autour de l'axe que constitue la vallée de l'oued Noun.

Le document récapitulatif rédigé par Gonçalo de Burgos, notaire royal[110], transcrit dans l'ordre suivant les actes de soumission de la cité d'Ifrane et sa vallée (*Ufran y su valle*), du vasselage des habitants d'Ifni, de la soumission de la vallée de Tamanart *(el valle de Temenarte*), de la seigneurie de Tigmert (*Tagamarte*), de la ratification d'obédience des représentants d'Ifrane», du vasselage de *Tagaos, Agaos y Tiçigunen* »[111], de la soumission de la tribu arabe des Awlad Amar (*la capitania de Auladamar*), qui semble rattachée arbitrairement à la Butata, et enfin de la ratification d'obédience des représentants d'Ifni. En échange des droits accoutumés payés antérieurement aux anciens rois (*a los reys antepasados*), les Rois Catholiques promettent à tous bonne justice et leur protection contre ceux qui tenteraient de leur faire tort[112]. Ils prennent ainsi le contrôle d'une région stratégique, le piémont méridional de l'Anti Atlas, lieu de passage obligé du Sous à l'Afrique Noire, carrefour où Tagawust attire de nombreux marchands[113]. En procédant ainsi avec les gens d'Ifrane, que le document anonyme portugais situe à quinze lieues de Massa, et la tribu arabe d'Awlad Amar, qui est sa voisine (*sobre Meça*), ils pénètrent dans une région que le Portugal considère comme son domaine. En effet, dans le document anonyme portugais, Ifrane (*Ofaraã*), qui semble bien connu, y est décrit comme une vallée (*hum rio*) avec 44 localités de part et d'autre de la rivière sur une distance de trois lieues[114]. Il ne fait pas de doute que les Rois Catholiques cherchent à soustraire ce territoire à l'influence portugaise.

La rivalité des deux couronnes ibériques offre aux pouvoirs locaux des moyens d'obtenir divers avantages, car on voit bien qu'elle peut permettre de marchander une protection, des subsides, la présence d'agents commerciaux qui accroît le nombre des mar-

110. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tome 2, doc. XXXI, pp. 73-79. Le notaire, *converso*, a dû répondre devant l'Inquisition de propos judaïsants tenus au Maroc.

111. Ce sont les trois fractions qui composent Tagawust. Cf. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., p. 93.

112. « *Les prometió de los mantener en justiçia e de los defender e amparar contra todas las personas que los quisieten enojar contra derecho y justicia* ».

113. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., pp. 93-94.

114. Une source espagnole en compte 38.

contra outra, reavivam-se os antagonismos existentes entre eles.

A sequência lógica destes tratados é a construção de fortalezas para tomada de posse efectiva das terras que se estendem desde o Cabo de Guer até ao Cabo Bojador[115]. É esta a decisão dos Reis Católicos em Outubro de 1499, aquando da sua estadia em Granada, onde delegações das populações recém-submetidas vêm jurar fidelidade[116]. Três fortalezas são planeadas: uma em Tagaos, outra na foz do rio Não, também designado Assaca, e a última no Cabo Bojador. A execução é confiada a Alonso Fernández de Lugo, aureolado pela sua recente conquista das ilhas de la Palma e de Tenerife, com plena autonomia de recursos. Designado *Capitan General de Africa*, efectua preparativos na Andaluzia, apoiado por mercadores e financeiros que prevêem lucros nestas operações. Os soberanos nomeiam-lhe um adjunto, o *veedor* Antonio de Torres, que tinha participado na segunda viagem de Cristóvão Colombo, incumbido de os representar perante Alonso Fernández de Lugo e de controlar a sua gestão. O plano inicial foi visivelmente alterado, mas desconhece-se de que forma e por quem. A ideia das três fortalezas mantém-se, incluindo a de Assaca, *San Miguel de Saca*, abandonando-se os projectos de Tagaos, difícil de manter no interior, e do Bojador. Ao invés, visam-se locais mais susceptíveis de produzirem resultados económicos, provavelmente por instigação de investidores: *Gavelarba del Cabo de Aguer* e a foz do rio Drá, onde seria edificada a fortaleza que designada de *San Bartolomé*.

A expedição de *San Miguel de Saca*, cuidadosamente preparada em Tenerife e na Grã-Canária, ocorreu entre Agosto e Dezembro de 1500. Os homens, os cavalos e o material são desembarcados na foz do rio Não; todavia falha o auxílio esperado dos que haviam reconhecido a suserania espanhola. Uma primeira fortificação pequena é construída com dificuldade e efectuam-se trabalhos em redor do acampamento. Mas tudo é destroçado num grande ataque, mais de 300 espanhóis são mortos, incluindo alguns familiares do *Capitan General*, que ficou ferido. A retirada para os navios, que permaneceram a curta distância de terra, é desastrosa. O ensejo redunda num fracasso retumbante. Como explicar a mudança de atitude dos autóctones? Um testemunho de 1504 acusa um feitor do rei de Portugal de ter acirrado os mouros contra Alonso de Lugo com comentários escandalosos[117].

115. «*De las tierras que están desde el cabo de Aguer fasta el cabo de Boguedor*».

116. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., pp. 313-315.

117. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., pp. 337-360, efectua um relato detalhado, a partir das fontes dispo-

chands et le volume des échanges. Mais il importe aussi de faire ressortir que, en mobilisant des groupes humains du Sous en faveur d'une puissance extérieure contre une autre, les antagonismes existants entre eux sont avivés.

La suite logique de ces traités est la construction de forteresses pour une prise de possession effective des terres qui s'étendent du cap de Gué jusqu'au cap Bojador[115]. C'est ce que les Rois Catholiques décident en octobre 1499, lors de leur séjour à Grenade, où des délégations des populations récemment soumises viennent faire allégeance[116]. Trois forteresses sont projetées : une à Tagawust, une à l'embouchure de l'oued Noun, appelé aussi Assaka, et une au cap Bojador. L'exécution en est confiée à Alonso Fernández de Lugo, auréolé de sa conquête récente des îles de la Palma et de Tenerife, avec une pleine autonomie de moyens. Nommé *Capitan General de Africa*, il fait des préparatifs en Andalousie soutenu par des marchands et des financiers qui escomptent des bénéfices de ces opérations. Les souverains lui adjoignent un *veedor*, Antonio de Torres, qui avait pris part au second voyage de Christophe Colomb, chargé de les représenter auprès de lui et de contrôler sa gestion. Le plan initial a visiblement été modifié, mais on ne sait ni comment ni par qui. On garde l'idée de trois forteresses, dont celle d'Assaka, *San Miguel de Saca*, mais on abandonne le projet de Tagawust, trop difficile à maintenir dans l'intérieur, et celui de Bojador. On vise, probablement à l'instigation des bailleurs de fonds, des lieux plus susceptibles de produire des résultats économiques : *Gavelarba del Cabo de Aguer* et l'embouchure de l'oued Drʿâ, où serait édifiée celle appelée *San Bartolomé*.

L'expédition de *San Miguel de Saca*, soigneusement préparée à Tenerife et à la Grande Canarie, a lieu entre août et décembre 1500. Les hommes, les chevaux et le matériel sont débarqués à l'embouchure de l'oued Assaka (ou Noun), mais l'aide attendue de ceux qui ont reconnu la suzeraineté espagnole fait défaut. Une première petite fortification est construite à grand peine et quelques ouvrages autour du campement. Tout est emporté dans une large attaque, plus de 300 Espagnols sont tués, dont des parents du *Capitan General*, qui blessé sauve sa vie. La retraite vers les navires restés à peu de distance de la terre est désastreuse. La tentative se solde par un échec retentissant. Comment expliquer le changement d'attitude des autochtones ? Un témoignage de 1504, de peu

115. *De las tierras que están desde el cabo de Aguer fasta el cabo de Boguedor.*

116. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., pp. 313-315.

A acusação, que não pode ser averiguada, não é improvável. Talvez vise o feitor de Meça, a quem D. Manuel pode ter incumbido instigar a população da zona, considerada parte integrante da sua «conquista», contra os intrusos. O feitor é um João Lopes, que contudo não parece ser o fundador da fortaleza de Santa Cruz do Cabo de Guer, em 1505.

O segundo local apontado por Alonso de Lugo, no *Cabo de Aguer*, próximo da foz do Suz, mas a norte desta, é designado com nomes diversos, o que cria confusão. Nas fontes espanholas encontramos *Gavelarba*, uma formulação semelhante à *Agoa de Narba* dos documentos portugueses[118]. A presença de uma fonte abundante justifica em parte este topónimo, mas a explicação para o nome da *Crónica de Santa Cruz* – derivada de Narba, notável do lugar, rico proprietário de rebanhos que bebem na fonte – é insustentável[119]. O topónimo árabe presente numa carta dos habitantes de Meça a D. Manuel de 1510, *Agadir al-'Arba* – o celeiro colectivo ou fortaleza (*agadir*) de quarta-feira (*'arba'*) – indica a existência neste local de um mercado (*sûq*) à quarta-feira, como bem ajuíza Pierre de Cénival. Corresponde à actual localização da cidade de Agadir. «Agoa de Narba» aparece nos mapas a partir de 1480, substituindo *Porto Meseguinam* ou *Porto Mesegina* dos mapas anteriores, derivado do nome da tribo berbere dos Mesguina, que permanece na margem direita do Suz. Leão Africano designa o local, já sob domínio português, como *Gartguessem*, devido à tribo vizinha dos Ksima. Era, pois, um sítio conhecido e frequentado antes por navegadores cristãos, devido às vantagens que oferecia: a presença de uma fonte e de um mercado à saída do rico vale do rio Suz. Valentim Fernandes refere, em 1506 ou 1507, que é uma vila de mouros (*Agonarba villa de Moros*)[120]; menciona igualmente a criação do posto de Santa Cruz por João Lopes de Sequeira, mas localiza-o no «cabo de Guer». Este engano pode explicar-se pelo facto dos autores não conhecerem então a localização precisa do Cabo de Guer nem as suas características com exactidão. É necessário reter a existência de uma aglomeração indígena, da tribo dos Ksima, que um trecho da carta dos habitantes de Meça parece confirmar, quando mencionam a casa de Agadir al-'Arbâ', com a qual entraram em guerra por causa de Alonso de Lugo[121].

níveis «*un fator del señor rey de Portugal, el cual alborotó toda la morisma sobre él (Alonso de Lugo) con palabras bien escandalosas*».

118. Damião de Góis refere-se a *Guadanabar* (R. Ricard, *Les Portugais au Maroc*… cit., p. 235).

119. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*… cit., pp. 20-22 e nota 1, na qual nos inspiramos.

120. P. de Cénival e Th. Monod, *Description de la côte d'Afrique*… cit., p. 38.

121. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. XXXIX bis, p. 243.

postérieur, met en cause un facteur du roi de Portugal qui a soulevé tous les Maures contre Alonso de Lugo par des propos scandaleux[117]. L'accusation, qui ne peut être vérifiée, n'est pas invraisemblable. Elle vise peut-être le *feitor* de Massa que D. Manuel a pu charger d'animer les habitants de la région qu'il considère comme faisant partie de sa «conquête» contre des intrus. Celui-ci est un João Lopes qui ne semble pas toutefois être le fondateur de la forteresse de Santa Cruz do Cabo de Gué en 1505.

Le second endroit visé par Alonso de Lugo, au *Cabo de Aguer*, proche de l'embouchure du Sous, mais au nord de celle-ci, est désigné sous plusieurs noms, ce qui crée une certaine confusion. On trouve dans les sources espagnoles *Gavelarba*, forme voisine de *Agoa de Narba* de documents portugais[118]. La présence d'une source abondante justifie en partie ce toponyme, mais l'explication donnée dans la *Chronique de Santa Cruz* par le nom d'un notable du lieu, Narba, riche propriétaire de troupeaux qui s'abreuvent à la source, ne tient pas[119]. Le toponyme arabe donné dans une lettre des habitants de Massa à D. Manuel en 1510, *Agadir al-'Arba'* – c'est-à-dire le grenier collectif ou la forteresse (*agadir*) du mercredi (*'arba')* – indique, comme le pense avec raison Pierre de Cénival, l'existence en ce lieu d'un marché (*sûq*) du mercredi. C'est l'emplacement de la ville actuelle d'Agadir. « *Agoa de Narba* » apparaît sur les cartes à partir de 1480 et remplace *Porto Meseguinam* ou *Porto Mesegina* des cartes antérieures, du nom de la tribu berbère des Mesguina, restée en place sur la rive droite du Sous. Jean-Léon l'Africain nomme l'endroit, lorsqu'il est occupé par les Portugais, *Gartguessem*, de la tribu voisine des Ksima. Le lieu était donc connu et fréquenté antérieurement par des navigateurs chrétiens en raison des avantages qu'il offre : la présence d'une source, d'un marché, au débouché de la riche vallée de l'oued Sous. Valentim Fernandes dit, en 1506 ou 1507, que c'est un bourg de Maures (*Agonarba villa de Moros*)[120] ; il mentionne aussi la création du poste de Santa Cruz par João Lopes de Sequeira, mais le situe au *cabo de Guer*. Cette erreur peut s'expliquer par le fait que l'emplacement exact du cap Ghîr et sa nature ne sont pas alors connus des auteurs avec certitude. Il faut

117. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*… cit., pp. 337-360, fait un récit détaillé, à partir des sources disponibles, « *un fator del señor rey de Portugal, el cual alborotó toda la morisma sobre él (Alonso de Lugo) con palabras bien escandalosas* ».

118. Damião de Góis parle de *Guadanabar* (R. Ricard, *Les Portugais au Maroc*… cit., p. 235).

119. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*… cit., pp. 20-22 et note 1, dont nous nous inspirons ici.

120. P. de Cénival et Th. Monod, *Description de la côte d'Afrique*… cit., p. 38.

A expedição de *Gavelarba,* em 1502, não foi melhor sucedida que a precedente. O rei D. Manuel, prevenido dos preparativos de Alonso de Lugo, enviou a Granada um mensageiro para relembrar aos Reis Católicos a sua posição sobre a delimitação da sua «conquista», realizada no tempo de D. João II: numa clara advertência, pedia que Lugo, *adelantado* das ilhas Canárias, não interviesse nos assuntos de Agadir al-'Arba e de Meça, dado que esta conquista pertencia aos seus reinos[122]. D. Manuel faz apelo também aos seus vassalos de Meça, ordenando-lhes que se oponham a Lugo, qualificado de violador de tratados («quebrantador das pazes»)[123]. Apesar disto, os Reis Católicos atribuem, a 12 de Junho de 1501, todos os poderes aos seus governador e *veedor* para requisitarem navios a fim de edificarem torres e outras construções no Cabo de Guer[124]. Após reunir as armas, o material de construção, os víveres e um número suficiente de homens, a expedição parte entre meados de Agosto e meados de Novembro, época mais favorável e costumeira para este tipo de acções. O desembarque acontece sem qualquer dificuldade, dado que a tribo dos Ksima não demonstra hostilidade, mas os espanhóis são atacados pela população de Meça, que sofrem perdas importantes – como realçam em carta dirigida ao rei D. Manuel, em 1510[125]. Após este primeiro ataque, Alonso de Lugo tentou atraí-los para o seu lado com promessas de grandes riquezas, mas estes recusam, mantendo-se fiéis ao seu compromisso – como assinalaram naquela missiva. Os espanhóis fortificam-se, escavam fossos e erguem muros, mas são obrigados a interromper os trabalhos e abandonar o local por «una cédula real» transmitida pelo capitão de um navio[126]. Possivelmente, os soberanos espanhóis tiveram que ceder às pressões, quiçá às ameaças portuguesas; além disso, também puderam constatar que a dissidência de *Butata* tornava inútil e perigosa a manutenção desta posição. Terão encetado negociações, incluindo também os limites dos respectivos territórios a norte de Marrocos, após o fracasso da tentativa portuguesa em Mazalquibir.

122. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tomo 1, p. 374, cita Jerónimo Zurita nos seus *Anales de la Corona de Aragón*: «*que se proveyese que Alonso de Lugo, adelantado de Canaria, no se entrometiese en las cosas de Angoa Narba y de Meça, pues pertenecia aquella conquista a sus Reynos*».

123. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tomo 1, p. 375.

124. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tomo 2, doc. XLVI: «*haser hedificar çiertas torres e haser otros edificios en el cabo de Aguer*».

125. *SIHM, Portugal,* tomo 1, doc. XXXIX, pp. 233-239 em árabe, pp. 240-247 tradução.

126. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tomo 1, pp. 379-384.

retenir l'existence d'une agglomération indigène, de la tribu des Ksima, ce qu'un passage de la lettre des habitants de Massa semble confirmer, lorsqu'ils parlent de la maison d'Agadir al-'Arbâ' avec laquelle ils sont entrés en guerre à cause d'Alonso de Lugo[121]. L'expédition de *Gavelarba* en 1502 n'a pas eu plus de succès que la précédente. Le roi D. Manuel, prévenu des préparatifs d'Alonso de Lugo, a envoyé à Grenade un messager rappeler aux Rois Catholiques sa position sur la délimitation de sa « conquête » faite du temps de D. João II, et demander de faire en sorte qu'Alonso de Lugo, *adelantado* des îles Canaries, n'intervienne pas dans les affaires d'Agadir al-'Arba et de Massa, car cette conquête faisait partie de ses royaumes[122]. C'est clairement une mise en garde, aussi D. Manuel a-t-il fait appel à ses vassaux de Massa en leur enjoignant de s'opposer à Alonso de Lugo qualifié de « violeur des traités »[123]. Les Rois Catholiques n'en ont pas moins donné, le 12 juin 1501, à leur gouverneur et leur *veedor* tous pouvoirs pour réquisitionner des navires en vue de faire construire certaines tours et d'autres constructions au cap d'Aguer[124]. Après avoir réuni les armes, le matériel de construction, des vivres, un nombre d'hommes suffisant, l'expédition part entre la mi-août et la mi-novembre, période la plus favorable pendant laquelle la plupart des entreprises de ce type se sont déroulées. Le débarquement se fait sans difficulté particulière, la tribu des Ksima ne montrant pas d'hostilité, mais les Espagnols sont attaqués par les gens de Massa, qui subissent des pertes importantes, comme ils le font ressortir dans leur lettre de 1510 au roi D. Manuel[125]. Alonso de Lugo, après cette première attaque, a essayé de les attirer à sa cause par des promesses de grandes richesses, ce qu'ils ont refusé, assurent-ils, fidèles à leur engagement. Les Espagnols se fortifient, creusent des fossés, élèvent des murs mais doivent interrompre ces travaux et abandonner la place sur un « ordre royal » transmis par le patron d'un navire[126]. On peut supposer que les souverains espagnols ont dû céder

121. *SIHM, Portugal*, tome I, doc. XXXIX bis, p. 243.

122. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tome 1, p. 374, cite Jeronimo Zurita dans ses *Anales de la Corona de Aragón* : « *que se proveyese que Alonso de Lugo, adelantado de Canaria, no se entrometiese en las cosas de Angoa Narba y de Meça, pues pertenecia aquella conquista a sus Reynos* ».

123. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tome 1, p. 375.

124. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., tome II, doc. XLVI : « *haser hedificar çiertas torres e haser otros edificios en el cabo de Aguer* ».

125. *SIHM, Portugal,* tome I, doc. XXXIX, pp. 233-239 en arabe, pp. 240-247 traduction.

126. A. Rumeu de Armas, *España en el Africa Atlántica*... cit., pp. 379-384.

Caminha-se, pois, para um acordo entre as duas monarquias, concretizado através de um tratado assinado em Sintra,em 1509[127].

A réplica portuguesa: Santa Cruz do Cabo de Guer

Num momento em que uma política portuguesa bastante activa triunfa em Marrocos, não podemos considerar o que aí acontece sem ter em conta o grande êxito obtido na Índia: os primeiros retornos trazem a Lisboa a glória e a promessa de grandes riquezas. No entanto, em 1500, a paz com o sultão de Fez rompe-se e o alcaide de Safim, Abderramão, vê os seus poderes reduzidos[128]. D. Manuel adopta claramente uma atitude ofensiva. Desconhecem-se os argumentos que as autoridades portuguesas usaram para instigar a população de Meça contra os espanhóis e, em simultâneo, contra os Ksima, que os tinham acolhido; contudo, a sua lealdade custou-lhes numerosos mortos. Os próprios afirmam ter retirado vantagens da protecção portuguesa e ganho respeito dos seus vizinhos[129]. É nesta perspectiva que, neste ano de 1502, alguns notáveis de Almedina, da tribo dos *Mashanzâya*, colocam o seu território sob a protecção do rei[130] e que o emir hintata de Marraquexe, Nacer Ben Yusuf, sente-se tentado a estreitar relações com Portugal[131]. Heha Ziate [Yahyâ al-Zayyât], exilado de Safim, oferece-se para aí construir uma fortaleza se for nomeado alcaide, enquanto um garante (*alforma*) de Pero Mendes, enviado para comprar trigo a Mazagão, apresenta a mesma proposta se lhe dessem presentes para os notáveis do país (para incitá-los a virem estabelecer as suas tendas junto ao porto), uma pensão anual e o cargo de a*lforma* da fortaleza e dos navios portugueses[132]. João Lopes de Sequeira pôde, em 1505, construir a sua fortaleza, dado que os Ksima, no início hostis, tinham sido apaziguados pelos presentes da população de Meça – que veio a lembrar esta acção ao rei para defender os seus méritos[133]. Portugal, rico e poderoso, aparece portanto, neste momento, como um aliado desejável para muitos dos potentados do litoral, bem como do interior. Todavia, esta dinâmica não irá durar, invertendo-se sem que possamos apontar claramente as causas. Certamente

127. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. XXXIV, pp. 213-220, excerto do tratado de Sintra.

128. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. IX, pp. 57-62.

129. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. XXXIX bis, pp. 240-247.

130. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. XIII, pp. 70-7. Cidade de Duquela, vizinha de Safim.

131. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. XVII, pp. 79-82.

132. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. XVII, pp. 79-82.

133. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. XXXIX bis, p. 243.

aux pressions, peut-être aux menaces portugaises, et aussi qu'ils ont pu juger que la dissidence de *la Butata* rendait inutile et dangereux le maintien de cette position. Il n'est pas douteux qu'il y a eu des négociations portant en même temps sur les limites des domaines respectifs au nord du Maroc, sans doute après l'échec de la tentative portugaise sur Mers el-Kébir. On s'achemine ainsi vers un accord entre les deux monarchies, concrétisé par un traité signé à Sintra en 1509[127].

La riposte portugaise : Santa Cruz do Cabo de Gué

Au moment où la politique portugaise très active marque des points au Maroc, on ne peut pas considérer ce qui s'y passe sans tenir compte du succès éclatant remporté dans l'Inde : les premiers retours apportent à Lisbonne la gloire et la promesse de grandes richesses. Or en 1500, la paix est rompue avec le sultan de Fès et le *qâ'id* de Safi, 'Abderrahmân, voit ses pouvoirs réduits[128]. D. Manuel est visiblement dans une attitude offensive. On ne sait pas quels arguments les autorités portugaises ont avancé pour lancer les gens de Massa contre les Espagnols et en même temps contre les Ksima par qui ils avaient été accueillis, mais ces alliés ont manifesté leur loyauté, au prix de nombreux morts. Ils disent avoir tiré de la protection portugaise des avantages et une considération de la part du voisinage[129]. C'est dans cette perspective qu'en cette année 1502 des notables de Madînat-al-Gharbiya, de la tribu des *Mashanzâya*, offrent de placer son territoire sous la sauvegarde du roi[130] et que l'émir Hintâtî de Marrakech, al-Nâsr ben Yûsuf, est tenté par un rapprochement avec le Portugal[131]. Yahyâ al-Zayyât, évincé de Safi, offre d'y construire une forteresse, s'il y est établi *qâ'id*, tandis qu'un garant (*alforma*) de Pero Mendes envoyé pour acheter du blé à Mazagan, fait la même proposition si on lui donne des présents pour les notables du pays, afin de les inciter à venir planter leurs tentes à proximité du port, une pension annuelle et la charge d'*alforma* de la forteresse et des navires portugais[132]. João Lopes de Sequeira a pu en 1505 construire sa forteresse, car les Ksima d'abord hostiles avaient été

127. *SIHM, Portugal,* tome I, doc. XXXIV, pp. 213-220, extrait du traité de Sintra.

128. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. IX, pp. 57-62.

129. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. XXXIX bis, pp. 240-247.

130. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. XIII, pp. 70-71. Ville de Dukkala, voisine de Safi.

131. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. XVII, pp. 79-82.

132. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. XVII, pp. 79-82.

é necessário levar em consideração a ruptura da paz com Fez, seguida de operações militares do Oatácida contra as praças portuguesas do Norte, que origina novas condições de relacionamento com as populações exteriores a esta região de Marrocos.

D. Manuel está empenhado na construção de fortalezas na costa marroquina, como no restante território de África ou na Índia, como meio de estender a sua influência e o comércio. O rei insiste junto dos líderes de Safim para obter a sua aprovação. O projecto bastante vago de Mazagão não se concretizou em 1502, talvez devido às dificuldades que uma má colheita provoca a Portugal, mas a ideia não é abandonada e, em 1505, o rei autoriza um vassalo fiel, Jorge de Melo, a construir no local, a expensas próprias, uma fortaleza que lhe doa[134]. Mas o beneficiário não deu seguimento à missiva real[135]. Ao mesmo tempo, um outro «fidalgo d'el rey de Portugal», João Lopes de Sequeira, irá, com as mesmas condições jurídicas, construir um castelo no local designado *Agoa de Narba*[136], exactamente onde os espanhóis tinham empreendido pouco tempo antes uma tentativa frustrada. De acordo com Damião de Góis, D. Manuel «quisera fazer outra em Tagaoz, no porto de Sacam junto de Meça (...)»[137], ou seja, substituir-se e suceder aos espanhóis. Se, em 1502, João Lopes de Sequeira fosse o feitor de Meça[138], compreender-se-ia melhor a escolha de um local que ele conhecia; contudo o facto de, nesse momento, um outro feitor, Fernão de Loronha, ter sido incumbido das duas localidades de Meça e de Água de Narba demonstra que as potencialidades comerciais desta última já eram conhecidas. Marmol apresenta uma curiosa justificação sobre a fundação de uma fortaleza neste local: «Esta praça deve os seus inícios a um fidalgo português que aí construiu, às suas próprias expensas, um castelo de madeira para a segurança da pesca do bacalhau e de outro peixe que se captura em quantidade nesta costa»[139]. Certamente, o mar é rico em pescaria e os pescadores da Península puderem encontrar refúgio

134. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. XXI, pp. 109-113. Carta patente de 21 de Maio de 1505. A prática da doação foi amplamente utilizada para repovoar os territórios conquistados no Algarve, na Madeira e nos Açores e, mais tarde, no Brasil.

135. *SIHM, Portugal*, tomo I, pp. 103-107 («Les origines de Mazagan»).

136. Damião de Góis, *Crónica*... cit., tomo I, 94; R. Ricard, *Les Portugais au Maroc*... cit., p. 24: «com o consentimento e por ordem do rei, João Lopes de Sequeira fez uma fortaleza em Guadanabar, do outro lado do cabo de Guer, quando se vai na direcção de Aguilo».

137. Damião de Góis, *Crónica*... cit., tomo IV, 85; R. Ricard, *Les Portugais au Maroc*... cit., pp. 235-236. O autor enumera aquelas que ele realizou e algumas que ele desejaria efectuar.

138. *SIHM*, doc. XVI, pp. 77-78. Nesta carta anterior a 6 de Dezembro de 1502, menciona-se o «vosso feytor de Meçe, João Lopez».

139. Luis del Marmol, *L'Afrique*... cit., p. 34.

amadoués par les cadeaux des gens de Massa, qui le rappellent au roi, pour faire valoir leurs mérites[133]. Le Portugal riche et puissant apparaît donc à ce moment comme un allié désirable pour beaucoup de potentats du littoral mais aussi de l'intérieur. Toutefois cette dynamique ne va pas durer et même s'inverser, sans qu'on puisse clairement en voir les causes. Il faut certainement tenir compte de la rupture de la paix avec Fès suivie d'opérations militaires du Wattâsside contre les places portugaises du nord, ce qui crée des conditions nouvelles dans les relations avec les populations au delà de cette région du Maroc.

D. Manuel tient beaucoup à la construction de forteresses sur la côte marocaine comme en Afrique ou dans l'Inde, moyen de développer son influence et son commerce. Il insiste auprès des dirigeants de Safi pour obtenir leur accord. Le projet assez vague de Mazagan ne s'est pas concrétisé en 1502, peut-être en raison des difficultés que provoque au Portugal une très mauvaise récolte, mais l'idée n'est pas abandonnée et, en 1505, le roi autorise un vassal fidèle, Jorge de Melo, à y construire à ses frais une forteresse dont il lui fait donation[134]. Mais le bénéficiaire n'a pas donné suite à la lettre royale[135]. En même temps un autre gentilhomme portugais, João Lopes de Sequeira, va dans les mêmes conditions juridiques construire un château au lieu dit *Agoa de Narba*[136], là où les Espagnols ont fait peu auparavant une tentative qui a tourné court. Selon Damião de Góis, D. Manuel « aurait voulu en faire une autre à Tagaoz, au port de Sacam près de Meça »[137], ce qui signifierait une volonté de prendre leur suite. Si João Lopes de Sequeira avait été le *feitor* de Massa en 1502[138], on comprendrait mieux ce choix pour un endroit qu'il connaissait, mais le fait que, vers ce moment, un autre *feitor*, Fernão de Loronha, a eu en charge les deux localités de Massa et d'Agoa de Narba montre qu'on connaissait les possibilités commerciales de cette dernière.

133. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. XXXIX bis, p. 243.

134. *SIHM, Portugal*, tome I, doc. XXI, pp. 109-113. Lettre patente du 21 mai 1505. Cette pratique de la *doação* a été abondamment utilisée pour repeupler les terres conquises en Algarve, à Madère et aux Açores, plus tard au Brésil.

135. *SIHM, Portugal*, tome I, pp. 103-107 (« Les origines de Mazagan »).

136. Damião de Góis, *Crónica*... cit., tome I, 94, R. Ricard, *Les Portugais au Maroc*... cit., p. 24 : « avec le consentement et sur l'ordre du Roi, João Lopes de Sequeira fit une forteresse à Guadanabar, de l'autre côté du cap de Guer, quand on va vers Aguilo ».

137. Damião de Góis, *Crónica*... cit., tome IV, 85; R. Ricard, *Les Portugais au Maroc*... cit., pp. 235-236. Il énumère celles qu'il a faites et qu'il aurait voulu faire.

138. *SIHM*, *Portugal*, doc. XVI, pp. 77-78 Dans cette lettre antérieure au 6 décembre 1502, il est question de « *vosso feytor de Meçe, João Lopez* ».

junto à fortaleza. Contudo, é difícil acreditar que este fosse o único objectivo de D. Manuel. A *Crónica de Santa Cruz do Cabo de Guer* relembra, no seu início: «E vendo João Lopez [Girão] a fonte de tão boa agoa, fez ali assento e armou ali hum castelo de páo que levava já ordenado e feito; pos lhe artelheria e fez logo ao deredor do castelo outro muito forte de pedra e cal, em que se meteo a fonte dentro, e com artelharia defendia aos mouros que lhe não impedissem a obra»[140]. Este era o procedimento habitual: os espanhóis tinham feito o mesmo no rio Assaca e, inclusive, em Água de Narba. Duarte Pacheco Pereira, no seu *Esmeraldo de Situ Orbis*, afirma que o fidalgo encontrou resistência e não hesita – para exaltar esta fundação «em país de berberes inimigos da nossa Santa Fé Católica» – em referir um «tão grande número de inimigos que seria difícil contá-los»[141]. A população de Meça, que tinha outra versão, esclarece que os portugueses conseguiram a aprovação dos Ksima através da corrupção[142]. Como em outras ocasiões, a artilharia portuguesa triunfou sobre populações desprovidas de armas de fogo, ou simplesmente dissuadiu-as de atacar. O brevíssimo relato da *Crónica de Santa Cruz* deixa em aberto a questão da relação entre o «castelo e a villa de Mouros de Agoa de Narba», que não poderia ter desaparecido, tal como as construções inacabadas dos espanhóis, que nenhum documento menciona claramente de seguida.

Após estas obras, a crónica prossegue: «E tanto que o acabou, foi-sse fazer outro castelo, sobre huma rocha que estava apartada da terra de fronte de huma villa de Mouros que se chama Tamaraque, a qual rocha arodeava e batia o mar, a qual chamavam Bem Mirão, o qual lhe tomarão os Mouros por treição (...)»[143]. Os seus vestígios, algumas fundações, tinham sido assinalados por Armand Luquet[144] e foram recentemente reconhecidos por Jorge Correia, que explica o nome de Bem Mirão relacionando-o ao de Immourane, que designa a praia que está defronte[145]. Numa carta datada de um 23 de Maio, sem indicação do ano, João Lopes de Sequeira menciona, de facto, as

140. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz*... cit., pp. 22-23. João Lopes de Sequeira é, erradamente, chamado João Lopes Girão.

141. R. Ricard, «La côte atlantique du Maroc au début du XVI^e siècle d'après des instructions nautiques portugaises», *Hesperis*, tomo VII, 1927, p. 252.

142. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. XXXIX bis, p. 243: «os habitantes desta região recusaram de (deixar) construir neste local».

143. Tamaraque localiza-se a 12 quilómetros a norte de Agadir.

144. A. Luquet, «Prospection punique de la côte atlantique du Maroc», *Hesperis*, tomo XLIII, 1956, pp. 117-132: Pude constar pessoalmente, por volta de 1970, a presença de fundações de muros de um pequeno edifício neste ilhéu rochoso, junto a uma praia.

145. Jorge Correia, *L'implantation de la ville portugaise en Afrique du Nord. De la prise de Ceuta jusqu'au milieu du XVI^e siècle*, Porto, Facultade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008, p. 332.

Marmol a une curieuse justification de la fondation d'une forteresse en ce lieu : « Cette place doit ses commencemens à un Gentilhomme Portugais qui y bastit à ses dépens un chasteau de bois pour la seureté de la pesche des moruës et d'autre poisson qui se prend en quantité sur cette coste »[139]. Certes la mer est poissonneuse et des pêcheurs de la péninsule ont pu trouver refuge près de la forteresse, mais il est difficile de croire que là se limitait le but de D. Manuel. La *Chronique de Santa Cruz do Cabo de Gué* rappelle à son début comment « João Lopes (Girão) voyant que l'eau de la source était si bonne, s'installa auprès et y construisit un château de bois qu'il apportait tout préparé ; il y plaça de l'artillerie et, autour de ce château, il en bâtit aussitôt un autre, très fort, de pierre et chaux, à l'intérieur duquel la source se trouvait enclose. Avec l'artillerie il empêchait les Maures de s'opposer à ses travaux »[140]. C'est la façon habituelle de procéder, les Espagnols à l'oued Assaka ou au lieu même d'Agoa de Narba n'ont pas fait autrement. Duarte Pacheco Pereira dans son *Esmeraldo de Situ Orbis* prétend qu'il a rencontré une résistance et n'hésite pas pour magnifier cette fondation « en pays de Berbères ennemis de notre Sainte Foi Catholique » à parler d'une « si grande multitude d'ennemis qu'on aurait eu peine à les compter »[141]. Les gens de Massa, qui ont une autre version, précisent qu'ils ont gagné l'accord des Ksima par la corruption[142]. Ici comme en d'autres occasions, l'artillerie portugaise a pu avoir raison de gens dépourvus d'armes à feu, ou simplement les dissuader d'attaquer. Le trop bref récit de la *Chronique de Santa Cruz* laisse en suspens la question du rapport entre le *castelo* et la *villa de Mouros* d'*Agoa de Narba* qui ne saurait avoir disparu, pas plus que les constructions inachevées des Espagnols, dont aucun document ne fait clairement mention ensuite.

Après ces travaux, la chronique poursuit : « Quand ils furent achevés, il s'en alla bâtir un autre château sur un rocher séparé de la terre en face d'un bourg de Maures appelé *Tamaraque* (Tamrakht). Ce rocher, entouré et battu par la mer, portait le nom de *Bem Mirão*. Les Maures le lui prirent par trahison »[143]. Ses vestiges, quelques fondations, avaient été signalés par Armand Luquet[144] et ont été reconnus récemment

139. Luis del Marmol, *L'Afrique*... cit., p. 34.

140. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz*... cit., pp. 22-23. João Lopes de Sequeira est appelé à tort João Lopes Girão.

141. R. Ricard, « La côte atlantique du Maroc au début du XVI^e siècle d'après des instructions nautiques portugaises », *Hesperis*, tome VII, 1927, p. 252.

142. *SIHM, Portugal*, tome I, doc. XXXIX bis, p. 243 : « les habitants de ce pays refusèrent de (laisser) construire en cet emplacement.».

143. Tamrakht se trouve à 12 kilomètres au nord d'Agadir.

144. A. Luquet, « Prospection punique de la côte atlantique du Maroc », *Hesperis*, tome XLIII, 1956, pp. 117-132. J'ai moi-même,

suas fortalezas («mynhas fortalezas»)[146]. Ao construir esta segunda fortificação neste local bem conhecido dos comerciantes, bastante próximo de Santa Cruz, queria impedir um comércio concorrencial. É impossível saber em que data exacta perdeu esta posição. De acordo com a *Crónica*: «(...) e com esta paixão e enfadamento se veo a Portugal a el-Rey Dom Manoel e vendeo-lhe o castelo do Cabo de Gué d'Agoa de Narba». Esta venda efectua-se no dia 25 de Janeiro de 1513, em Évora[147]. A perda de Bem Mirão é anterior, mas precede ou segue-se a um ataque contra Santa Cruz, repelido em Agosto de 1511? Temos conhecimento deste evento através de uma patente de cavalaria, na qual João Lopes de Sequeira recompensa um João Pessoa pela sua conduta contra os mouros aquando do cerco da praça[148]. D. Manuel não queria abandonar esta posição, para cuja fundação tinha ajudado João Lopes de Sequeira, ao permitir-lhe o empréstimo de armas, munições e de um castelo de madeira aos arsenais reais, por um valor de 347.251 réis[149]. Como refere Marmol, «o Rei D. Manuel, vendo a importância deste posto para a navegação destes mares e para a conquista de África, compra-o e manda ampliá-lo e encerrar de muros e avenidas de pedra, como uma boa cidade, e aí coloca um cavaleiro português em serviço com um certo número de tropas e de artilharia»[150].

Seriam os atacantes de 1511 chefiados pelo xarife Abu Abdalá Mohamede? É bastante provável, como veremos. Terá sido no seguimento deste fracasso e das dissensões entre os seus partidários que se teria retirado para Tagmadert, no Drá, de onde era originário. Aí tinha ensinado e usufruía de uma grande consideração. Todos os autores estão de acordo sobre o local de chegada dos seus antepassados de Yanbo, nos séculos XIII ou XIV.

A entrada em jogo dos Sádidas: a *jihâd*

As nossas fontes não são unânimes sobre as circunstâncias – brevemente narradas – que levaram à emergência política dos chourfas sádidas. É por isso necessário examinar cada uma separadamente, para expor a sua perspectiva particular e as suas razões.

As informações de Diego de Torres acerca dos primeiros passos dos Sádidas são frequentemente retomadas por Jorge Correia, qui explique le nom de *Bem Mirão* en le rapprochant de celui d'Immourane, qui désigne la plage devant laquelle il se trouve[145]. Dans une lettre d'un 23 mai, sans indication d'année, João Lopes de Sequeira parle en effet de ses forteresses (« *mynhas fortalezas* »)[146]. En construisant cette seconde fortification dans ce lieu bien connu des marchands, très proche de Santa Cruz, il voulait empêcher un commerce concurrent. Il est impossible de savoir précisément à quelle date il a perdu cette position. Selon la *Chronique* : « Avec cet ennui et cette malchance, il s'en vint au Portugal auprès du roi Dom Manuel et lui vendit le château du Cap de Gué d'Agoa de Narba ». Cette vente s'est faite le 25 janvier 1513 à Evora[147]. La perte de *Bem Mirão* est antérieure mais précède-t-elle, ou suit-elle une attaque contre Santa Cruz repoussée en août 1511 ? On la connaît par un brevet de chevalerie par lequel João Lopes de Sequeira récompense un certain João Pessoa pour sa conduite contre des *Mouros* lors du siège de la place[148]. D. Manuel ne voulait pas abandonner cette position pour la fondation de laquelle il avait aidé João Lopes de Sequeira en le laissant emprunter des armes, des munitions et un château de bois aux arsenaux royaux pour une valeur de 347.251 *réis*[149]. Comme le dit Marmol, « le Roy Dom Manuel voyant l'importance de ce poste pour la navigation de ces mers et pour la conqueste de l'Afrique, l'acheta et le fit eslargir et enfermer de murs et de boulevarts de pierre comme une bonne ville, et y mit un chevalier portugais en garnison avec quantité de troupes et d'artillerie »[150].

Les assaillants en 1511 avaient-ils à leur tête le *Sharîf*, Muhammad ben 'Abderrahmân ? C'est assez vraisemblable, comme nous le verrons. Ce serait à la suite de cet échec et des dissensions dans les rangs de ses partisans qu'il se serait retiré à Tagmadert, dans le Dr'â, d'où il était originaire. Il y avait enseigné et jouissait d'une grande considération. Tous les auteurs s'accordent sur le lieu où sont arrivés ses ancêtres de Yanbo au XIII^e^/XIV^e^ siècle.

146. *SIHM*, *Portugal*, tomo I, doc. XXV, p. 135.

147. *SIHM*, *Portugal*, tomo I, doc. LXVI, pp. 374-377.

148. *SIHM*, *Portugal*, tomo I, doc. LVIII, p. 334. A crónica não menciona este cerco, focando-se no período em que Santa Cruz esteve sob a autoridade do rei.

149. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. LXVI, pp. 374-377.

150. L. del Marmol, *L'Afrique*... cit., p. 34.

vers 1970, constaté la présence de bases de murs d'un petit édifice sur cet îlot rocheux proche d'une plage.

145. Jorge Correia, *L'implantation de la ville portugaise en Afrique du Nord. De la prise de Ceuta jusqu'au milieu du XVI^e^ siècle*, Porto, Facultade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008, p. 332.

146. *SIHM*, *Portugal*, tome I, doc. XXV, p. 135.

147. *SIHM*, *Portugal*, tomo I, doc. LXVI, pp. 374-377.

148. *SIHM*, *Portugal*, tomo I, doc. LVIII, p. 334. La chronique ne mentionne pas ce siège; elle se dédie à la période pendant laquelle Santa Cruz a été sous l'autorité du roi.

149. *SIHM, Portugal*, tome I, doc. LXVI, pp. 374-377.

150. L. del Marmol, *L'Afrique*... cit., p. 34.

madas. Estas provêm, contudo, de Marmol, que talvez as tenha extraído directamente, já que esteve cativo ao serviço de Ahmede Aláreje [Ahmed el-'Arej] durante alguns anos[151]. Abu Abdalá Mohamede, qualificado de «*gran nigromántico y hechizero*», convencido de que os seus filhos estavam destinados a tornar-se senhores poderosos, envia-os em peregrinação a Meca em 1506. O mais velho, Ahmede, apelidado *al-A'raj* (aláreje, o coxo), nascido em 891 (7 de Janeiro – 27 de Dezembro de 1486), teria 26 anos; o seu irmão Mohamede, apelidado *al-Shaykh* (xeque), depois *al-Mahdî* (madi), nascido em 893 (17 de Dezembro de 1487 – 4 de Dezembro de 1488), teria 24 anos[152]. De regresso, «*onrados y estimados*», o seu comportamento de rigorosa e demonstrativa piedade – evidentemente julgado hipócrita por Torres – confere-lhes grande reputação na região. São então enviados pelo pai a Fez, ao sultão Oatácida, que os acolhe bem. Em virtude da sua sabedoria religiosa, o mais velho obtém um lugar de professor da «*la cátedra del colegio*» – seria a Qayrawyin? –, o outro é nomeado «*maestro y ayo*» dos filhos do sultão. Esta parte da narrativa parece pouco credível, a menos que se vislumbre nestas nomeações a vontade de conciliação com os chourfas, bem na linha praticada pelo Oatácida.

Abu Abdalá Mohamede pede então ao sultão que conceda aos seus filhos «*un atabal y una vandera*» e uma guarda de alguns cavaleiros, para defenderem a lei islâmica contra os cristãos e reporem no bom caminho os muçulmanos que se haviam aliado a estes, tornando assim estas províncias seguras. Como a autoridade do sultão é-lhes necessária, pedem para serem nomeados «Alcaides en aquellas partes», nomeação que seria materializada pelo tambor, pelo estandarte e por aquela guarda armada. Não obstante a advertência do seu irmão Mulei Nacer [Mawlây al-Nâsir], o sultão Mulei Mafamede [Mawlây Muhammad al-Burtukâlî] acede a estes pedidos, temendo a reacção dos seus súbditos em caso de recusa. Os dois irmãos vão, então, guerrear nas «*fronteras*» de Tânger e Arzila[153], onde naturalmente adquirem a legitimidade conferida pela *jihâd*.

Através desta descrição, Torres acentua uma delegação de poderes correcta e adequada, o que não se encontra, de forma alguma, nas crónicas em árabe de Ifrânî, nas quais a legitimação é dada através do apoio de personalidades religiosas de renome e pela *bay'a*,

151. Mercedes García-Arenal demonstrou isso mesmo, na introdução ao texto de Diego de Torres (*Relación del origen y suceso de los xarifes*... cit., p. 11), quando se acreditava que era o inverso.

152. Datas atribuídas por Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., pp. 36 e 44. Ele insiste na ciência religiosa do mais novo.

153. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*... cit., pp. 41-43.

Entrée en lice des Sa'diens : le *jihâd*

Nos sources ne concordent pas sur les circonstances, du reste brièvement rapportées, dans lesquelles s'est produite l'émergence politique des *Shurfâ'* sa'diens. C'est pourquoi il nous faut examiner chacune d'elles à son tour pour découvrir son point de vue particulier et les raisons de celui-ci.

Les informations de Diego de Torres sur les premiers pas des Sa'diens sont souvent reprises, or elles proviennent de Marmol, qui les a peut-être puisées à la source, puisqu'il a été captif au service d'Ahmad al-A'raj pendant quelques années[151]. Muhammed ben 'Abderrahmân, qualifié de « *gran nigromántico y hechizero* », convaincu que ses fils étaient destinés à devenir de puissants seigneurs, les envoya en 1506 à La Mecque faire le pèlerinage. L'aîné, Ahmad, surnommé *al-A'raj*, le boiteux, né en 891 (7 janvier – 27 décembre 1486) aurait eu 26 ans, son frère Muhammad surnommé *al-Shaykh*, puis *al-Mahdî*, né en 893 (17 décembre 1487 – 4 décembre 1488), aurait eu 24 ans[152]. De retour, « honorés et estimés », leur comportement d'une rigoureuse et démonstrative piété, évidemment jugé hypocrite par Torres, leur vaut une grande réputation dans la contrée. Ils sont envoyés par leur père à Fès auprès du sultan Wattâsside, qui leur fait bon accueil. Forts de leur science religieuse, l'aîné obtient un poste d'enseignant à « la chaire du collège » – est-ce la Qayrawyin ? –, l'autre est nommé précepteur des fils du sultan. Cette partie du récit paraît peu vraisemblable, à moins de voir dans ces nominations le désir de se concilier des *Shurfâ'*, qui est bien dans la ligne du Wattâsside.

Leur père fait demander à celui-ci de leur accorder un tambour et un étendard et une garde de quelques cavaliers, afin de défendre la loi musulmane en s'opposant aux Chrétiens et remettre dans le droit chemin les Musulmans qui se sont alliés à eux et, de cette façon, rendre sûres ces provinces. Comme l'autorité du sultan leur est nécessaire, ils demandent à y être nommés « *qâ'id*-s de ces endroits », ce que concrétisent le tambour, l'étendard et une garde armée. Malgré la mise en garde de son frère Mawlay Nasr, le sultan Muhammad surnommé *al-Burtughâlî* accède à ces demandes par peur de la réaction de ses sujets en cas de refus. Les deux frères vont alors guerroyer sur les « *fronteras* » de Tanger et Asilah[153],

151. C'est ce que démontre Mercedes García-Arenal, dans l'introduction au texte de Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*... cit., p. 11, alors qu'on a cru l'inverse.

152. Dates données par Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., pp. 36 et 44. Il insiste sur la science religieuse du cadet.

153. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*... cit., pp. 41-43.

um acto de fidelidade ritualizado. Esta, no relato de Zayyânî, reveste claramente o carácter de uma insurreição contra o poder do sultão. As duas versões parecem incompatíveis. A minha interpretação é que a versão relatada por Diego de Torres, de acordo com Marmol, foi-lhe confiada pelo poder sádida ou no seu círculo por motivos evidentes: dominando este uma grande parte de Marrocos pouco antes de meados do século XVI, sem ainda ter conseguido eliminar os oatácidas, não lhe convinha expor uma tomada de poder de origem contestável.

No entanto a *Chronique Anonyme Sa'dienne*, certamente redigida em Fez num círculo pouco favorável à nova dinastia, está em determinados pontos em consonância com Torres. Em primeiro lugar, note-se que esta só menciona Mohamede Xeque [Muhammad el-Shaykh] e o seu irmão Ahmede Aláreje, silenciando a actuação do pai de ambos. O primeiro teria sido pressagiado de um elevado destino: enquanto estava na escola, um galo pousou-lhe na cabeça. Se o cronista se interessa particularmente por este irmão, isso deve-se evidentemente ao facto dele ter sido o conquistador de Fez. Dada a longa inércia daqueles que o autor ainda designa por Merínidas, «a guerra santa surge contra o território cristão do Suz, conduzida de forma contínua pelos indígenas que recebiam dos Merínidas auxílio em dinheiro e em provisões. Estas hostilidades já duravam há muito tempo quando Mulei Mohamede Xeque e o seu irmão vieram participar; declararam ser originários do Suz, afirmando que apenas uma parte dos seus antepassados pertencera ao Drá; e reivindicando esta origem, proclamaram-se Xarifes».

Não existe nenhuma bondade nestas linhas, segundo as quais a população do Suz não esperou os dois irmãos para conduzir a luta a que estes aderiram, mentindo sobre as suas origens: «Os dois irmãos acabaram assim por figurar entre os chefes dos combatentes para a guerra santa e as circunstâncias concederam-lhes o poder». O enunciado é voluntariamente vago, visto querer evitar pronunciar-se sobre a forma como tomaram o poder: «Eles foram ter com o Merínida que os recebeu bem e mostrou-lhes benevolência por causa da guerra santa que conduziam, o que se traduziu na doação de abundantes provisões e cavalos. Eles retornaram às suas lutas mas voltaram depois, uma segunda vez, para encontrá-lo e foram tratados como tinham sido anteriormente e, então, retiraram-se». O que Ifrânî e Zayyânî omitem, sobre as boas relações com o sultão de Fez, é mencionado aqui com insistência, como forma de realçar a ingratidão que revelaram, posteriormente, ao combatê-lo. O autor anónimo prossegue: «Entre eles e os crisoù bien entendu ils acquièrent la légitimité que leur confère le *jihâd*.

Par cette présentation, Torres met l'accent sur une délégation de pouvoirs en bonne et due forme, qui ne se retrouve nullement dans la chroniques en arabe d'Ifrânî, où la légitimation est donnée par le soutien de personnalités religieuses de renom et par la *bay'a*, un acte d'allégeance ritualisé. Celle-ci, dans le récit qu'en fait Zayyânî, revêt clairement le caractère d'une insurrection contre le pouvoir sultanien. Les deux versions paraissent incompatibles. Mon interprétation est que celle rapportée par Diego de Torres d'après Marmol lui a été donnée par le pouvoir sa'dien ou dans l'entourage de celui-ci, pour des raisons évidentes : parvenu à dominer une grande partie du Maroc peu avant le milieu du XVI^e^ siècle, sans avoir pu encore éliminer les Wattâssîdes, il ne lui seyait pas de mettre à nu une prise de pouvoir à l'origine contestable.

Or la *Chronique Anonyme Sa'dienne*, sans doute rédigée à Fès, dans un milieu peu favorable à la nouvelle dynastie, est sur certains points en accord avec Torres. Il faut noter en premier lieu qu'elle ne parle que de Muhammad al-Shaykh et de son frère Ahmad al-A'raj et passe sous silence leur père. Le premier aurait été pressenti à une haute destinée par un présage : alors qu'il était à l'école, un coq vint se poser sur sa tête. Si le chroniqueur s'intéresse particulièrement à lui, c'est évidemment parce qu'il a conquis Fès. En raison de la longue inertie de ceux que l'auteur appelle encore les Mérinides, « la guerre sainte surgit contre le territoire chrétien du Soûs, menée d'une façon continue par les indigènes qui recevaient des Mérinides de l'aide en argent et en approvisionnements. Ces hostilités duraient depuis longtemps quand Moulay Mohammed ech-Cheykh et son frère vinrent y participer ; ils se dirent originaires du Soûs, prétendant qu'ils n'avaient eu au Der'a qu'un seul échelon de leurs ancêtres et en revendiquant cette origine, ils se dirent Chérifs ».

Il n'y a aucune bienveillance dans ces lignes selon lesquelles les gens du Sous n'ont pas attendu les deux frères pour mener le bon combat, auquel ceux-ci ont adhéré en mentant sur leurs origines. « Les deux frères finirent ainsi par figurer parmi les chefs des combattants pour la guerre sainte, et les circonstances leur donnèrent le pouvoir». La formule est volontairement vague, car il s'agit de ne pas se prononcer sur la manière dont ils l'ont pris. « Ils se rendirent auprès du Mérinide qui les accueillit bien et leur témoigna de la bienveillance à raison de la guerre sainte qu'ils menaient, ce qu'il traduisit par le don d'abondants approvisionnements et de chevaux. Ils retournèrent à leurs combats, mais revinrent ensuite une seconde

tãos, ocorreram vários combates que deram a conhecer o seu nome e, desde então, endereçaram apelos escritos às tribos para que estas viessem apoiar a sua causa; eles foram ter novamente com o Merínida para solicitar-lhe tambores, estandartes e provisões e os seus pedidos foram acolhidos: o príncipe não via isto com bons olhos, contudo queria recompensá-los pelo objectivo que perseguiam». O apelo à *jihâd* é por direito reservado ao detentor legal do poder e talvez seja por este motivo que eles reclamam a sua delegação. Esta parte da narrativa coincide com a leitura de Diego de Torres no que respeita a estas insígnias do poder de alcaidaria. Contudo, a explicação diverge, dado que o Merínida – como o designa o nosso autor – mostra-se generoso por causa do combate que conduzem, embora desconfiando. Todavia, é notório que o seu objectivo é a conquista do poder: «Os irmãos acabaram assim por tomar o território cristão e atingiram os resultados que perseguiam: as tribos vieram unir-se a eles e prestar-lhes ajuda para as regiões reconquistadas aos infiéis, um importante número de homens juntaram-se a eles em grupos numerosos».

Este autor não se preocupa minimamente com a cronologia, visto que só em 1541, quando a tomada de Santa Cruz foi seguida do abandono de Safim e de Azamor, é que se pode considerar que a reconquista de posições aos portugueses teve algum sucesso, embora ainda de forma parcial. O cronista passa quase imediatamente para a batalha do rio Dernâ, na qual o Merínida foi vencido, dado que lhe interessa mostrar que «o resultado que eles perseguiam» era a conquista do poder e da sua sede em Fez[154]. Teria razão em apontar a ambição dos Sádidas? A verdade é que procura desacreditá-los, apresentando-os como oportunistas, ingratos para com o sultão de Fez que os recebeu e ajudou, chegando ao ponto de duvidar da sua qualidade de chourfas. Como tal, não é uma fonte muito útil para nos informar sobre os primeiros passos dos Sádidas no Suz.

É, pois, necessário escrutinar também o que nos dizem as outras fontes árabes sobre os inícios de Abu Abdalá Mohamede e seus filhos, intimamente associados ao seu projecto. O relato de Ifrânî está embebido de uma tradição quase hagiográfica, que recolheu nomeadamente em Ibn 'Askar, autor de *Dawhat al-Nâshir*. Antes de mais, reafirma a origem xarifina da linhagem, pois esta foi contestada pelos seus sucessores Alauitas. Abu Abdalá Mohamede, aquando da sua peregrinação aos Lugares Santos, foi pressagiado de um futuro brilhante para os seus filhos. Após o

154. E. Fagnan, *Extraits inédits relatifs au Maghreb*... cit., XIII, pp. 361-363.

fois le trouver et furent traités comme ils l'avaient été précédemment, puis se retirèrent ». Ce qu'Ifrânî et Zayyânî taisent, sur les bonnes relations avec le sultan de Fès est dit ici avec insistance, comme pour faire ressortir l'ingratitude qu'ils ont manifestée ensuite en le combattant.

L'auteur inconnu poursuit : « Entre eux et les chrétiens il y eut de nombreuses rencontres qui firent connaître leur nom, et ils se mirent alors à adresser aux tribus des appels écrits de venir soutenir leurs efforts ; ils se rendirent encore auprès du Mérinide pour lui réclamer des tambours, des étendards et des approvisionnements et leurs demandes furent accueillies : le prince ne voyait pas cela d'un bon œil, mais voulait leur tenir compte du but qu'ils poursuivaient ». L'appel au *jihâd* est en droit réservé au détenteur légal du pouvoir, ce peut être pourquoi ils réclament une délégation. Cette partie du récit recoupe ce que nous avons lu de Diego de Torres au sujet de ces insignes du pouvoir caïdal, mais l'éclairage diffère, car le Mérinide, comme l'appelle notre auteur, bien que méfiant envers eux, se montre généreux en raison du combat qu'ils mènent. Il apparaît bien toutefois que leur objectif est la prise du pouvoir. « Les frères finirent ainsi par s'emparer du territoire chrétien et arrivèrent au résultat qu'ils poursuivaient : les tribus vinrent les rejoindre et prêter leur aide pour les régions reconquises sur les infidèles, une grande quantité d'hommes se rendirent auprès d'eux en bandes nombreuses ».

L'auteur ne se soucie guère de chronologie, puisque c'est seulement en 1541, quand la prise de Santa Cruz fut suivie de l'abandon de Safi et d'Azemmour, que l'on a pu considérer que la reconquête de positions portugaises avait abouti, mais encore en partie seulement. Il passe presque aussitôt à la bataille de l'oued Dernâ où le Mérinide fut vaincu, car il lui importe de montrer que « le résultat qu'ils poursuivaient » est la conquête du pouvoir et de son siège à Fès[154]. L'auteur anonyme pointe l'ambition des Sa'diens, mais n'a-t-il pas raison sur ce point ? Il cherche à les déconsidérer en les présentant comme des opportunistes, des ingrats envers le sultan de Fès qui les a accueillis et aidés, et il va jusqu'à douter de leur qualité de *Shurfâ'*. Telle quelle, ce n'est pas une source très utile pour nous renseigner sur leurs premiers pas dans le Sous.

Il faut donc aussi scruter ce que nous disent les autres sources arabes sur les débuts de Muhammad ben 'Abderrahmân et de ses fils étroitement associés à son projet. Ce que rapporte Ifrânî baigne dans la tradition quasi hagiographique qu'il a recueillie

154. E. Fagnan, *Extraits inédits relatifs au Maghreb*... cit., XIII, pp. 361-363.

seu regresso, «perseguido por esta ideia, repetia em todas as assembleias que os seus filhos reinariam sobre o Magrebe onde desempenhariam um papel relevante. Ninguém contestava esta asserção. O príncipe não cessa de repetir estas afirmações até ao ano de 915 (Abril de 1509 – Abril de 1510), altura em que se assumiu como pretendente ao poder»[155]. Podemos observar, uma vez mais, o papel importante das profecias nas narrativas das origens dinásticas.

De acordo com a tradição dos historiadores magrebinos, Ifrânî cita de seguida vários autores segundo os quais a situação do Suz – entregue a si mesmo e ameaçado pelos cristãos – forçou os seus habitantes a procurarem um líder. Segundo uma fonte, estes solicitam auxílio a Mohamede ben Almobáreque de Aqqa, a quem propõem «de se agruparem à sua volta e de lhe prestarem o juramento de obediência»; este recusa e aconselha-os a dirigirem-se ao xarife, que se encontra em Tagmadert, no vale do Drá. De acordo com outro testemunho, os habitantes apresentam a mesma proposta a Cid Baracate, que intervinha no resgate de prisioneiros aos cristãos, e, seguidamente, ao xeque dos Ksima (*Djesima*), que tinha feito justiça a comerciantes espoliados por membros da sua tribo. Estas duas personagens também os remetem ao xarife do Drá.

Realce-se que a liderança é sempre proposta a uma personalidade exterior. Esta atitude, de que se encontram outros exemplos entre os berberes, parece ter por objectivo evitar que um indivíduo, ou um grupo enraizado na área, se sobreponha aos demais. «Foi então que a população do Suz foi ter com esse xarife, levaram-no para a sua região e atribuíram-lhe uma soma de dinheiro suficiente para o seu sustento e o das suas crianças. O xarife permaneceu entre eles combatendo o inimigo que ocupava o seu território até ao dia em que o seu destino se cumpriu»[156]. Tudo isto é pouco preciso. Ifrânî acrescenta, segundo «uma personalidade eminente», que Cid Baracate, apelidado *al-Tidsî*, teria introduzido os Sádidas no Suz no ano de 917 (31 de Março de 1511 - 18 Março de 1512)[157]. É certo que este xeque da azóia de Tidsi desempenhou um papel importante, dado que foi no seu território que o acto fundador da *bay'a* teve lugar[158]. Teria passado algum tempo entre o momento em que o xarife se assumiu como pretendente e quando recebeu a *bay'a*, o que é lógico.

155. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., pp. 19-20. Por Magrebe, entenda-se Marrocos actual.

156. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., pp. 21-22.

157. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., pp. 20-22.

158. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., p. 32. Existe igualmente no Drá uma localidade designada Tidsi, que também é considerada como o berço da família sádida (Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., p. 15).

notamment chez Ibn 'Askar, l'auteur de la *Dawhat al-Nâshir*. Il réaffirme d'abord l'origine sharîfienne de la lignée, car elle a été contestée par les 'Alawites, leurs successeurs. Muhammad ben 'Abderrahmân, lors de son pèlerinage aux Lieux Saints, s'est vu prédire un avenir brillant pour ses fils. Dès son retour « poursuivi par cette idée, (il) répétait dans toutes les assemblées que ses fils règneraient sur le Maghreb où ils joueraient un rôle considérable. Nul ne contestait cette assertion. Le prince ne cessa de tenir ces propos jusqu'en l'année 915 (avril 1509- avril 1510), époque à laquelle il fit acte de prétendant au pouvoir »[155]. On peut voir là encore le rôle important des prophéties dans les récits des origines dynastiques.

Ifrânî cite ensuite, selon la coutume des historiens maghrébins, plusieurs auteurs selon lesquels la situation du Sous livré à lui-même et menacé par les Chrétiens a contraint ses habitants à se chercher un chef. Ils sollicitent, selon l'un Muhammad ben Mubârak d'Aqqâ à qui ils offrent « de se grouper autour de lui et de lui prêter serment d'obéissance », mais il refuse et leur conseille de s'adresser à un *sharîf* qui se trouve à Tagmadert, dans la vallée du Dr'â. Ils font la même proposition selon un autre à Sidî Barakât, qui s'entremettait pour racheter des prisonniers aux Chrétiens, puis au *shaykh* des Ksima (*Djesima*), qui avait rendu une bonne justice à des marchands spoliés par des membres de sa tribu : ces deux personnages aussi les adressent au *Sharîf* du Dr'â.

On remarquera que le commandement est proposé chaque fois à une personnalité extérieure. Cette attitude dont on trouve d'autres exemples chez les Berbères, paraît avoir pour but d'éviter qu'un individu ou un groupe enraciné sur place ne l'emporte sur les autres. « Ce fut alors que les gens du Sous se rendirent auprès de ce chérif, l'emmenèrent dans leur pays et lui assignèrent une somme d'argent suffisante pour son entretien et celui de ses enfants. Le chérif resta au milieu d'eux combattant l'ennemi qui occupait leur territoire jusqu'au jour où son destin s'accomplit »[156]. Tout ceci manque de précision. Ifrânî ajoute, selon « un personnage éminent », que Sidî Barakât ben Muhammad ben Abû Bakr surnommé al-Tidsî aurait introduit les Sa'diens dans le Sous en l'année 917 (31 mars 1511 – 18 mars 1512)[157]. Il est vrai que ce *shaykh* de la *zâwiya* de Tidsi, a joué un rôle important, puisque c'est chez lui que l'acte fondateur de la *bay'a* a eu lieu[158]. On voit

155. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., pp. 19-20. Par Maghreb il faut entendre ici le Maroc actuel.

156. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., pp. 21-22.

157. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., pp. 20-22.

158. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., p. 32. Il existe également dans le Dr'â une localité du nom de Tidsi, qui est aussi donnée comme le berceau de la famille sa'dienne (Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., p. 15).

Ifrânî menciona Abu Abdalá Mohamede ben Almobáreque, xeque da azóia de Aqqâ, como o principal apoio do xarife, Abu Abdalá Mohamede, que já designa *al-Qâ'im* (Alcaime, nas fontes portuguesas), apesar dele ainda não ter tomado o *laqab* (apelido do reinado) de *al-Qâ'im bî amrillâh* (Alcaime biamri'llab), o que não tardará a fazer ao receber a *bay'â*, o juramento de obediência. Os dois homens ter-se-iam encontrado «no ano de 915 (1509-1510)», nesta localidade de Aqqâ: «Após uma reunião com o xeque, Elqâïm retorna à sua província do Drá onde possuía a sua residência»[159]. Ora, é no ano seguinte, em 916 (10 de Abril de 1510 – 31 de Março de 1511), prossegue Ifrânî, que «os jurisconsultos dos Masmouda e os chefes das tribos enviaram uma delegação a Elqâïm, solicitando-lhe que os liderasse, oferecendo colocar em suas mãos o cuidado de todos os seus negócios. Cedendo às solicitações, Elqâïm rendeu-se ao seu desejo e combinou encontrar-se com eles numa vila designada Tedsi, junto de Tarudante: aí recebeu o juramento de fidelidade do povo que, desde então, se encontrou unido de coração com ele e unanimemente disposto a empreender a guerra santa»[160]. Ifrânî acrescenta – o que é importante – que, em 918, Elqâïm também pediu que a *bay'a* fosse concedida a Ahmede Aláreje, que ele designa seu presumível herdeiro[161].

É neste contexto que retomamos o mencionado *Cyde Mafamed Hombarqua*, personalidade respeitada ao serviço de Portugal, amigo dos cristãos[162], segundo o autor anónimo acima referido. Como outros, este pode ter sido atraído pelos expectáveis benefícios da aliança com Portugal. Como sugerido pela semelhança do nome e pela sua qualidade de santo venerado, tratar-se-ia do grande personagem mencionado na *Nuzha*? Se foi esse o caso, como explicar duas atitudes tão contraditórias num curto espaço de tempo, de santo a *shaykh*? Não abordamos aqui a identidade deste amigo dos cristãos. A verdade é que mesmo um *murâbit* pode predispor-se, num determinado momento, em favor de Portugal e não apenas os notáveis, chefes das tribos.

Para tentar esclarecer este aspecto das relações com Portugal é necessário atentar ao que se passa noutras zonas de Marrocos, nas quais se manifesta uma resistência crescente, consequência da ruptura da paz com Fez. O sultão oatácida vem atacar Tânger e Arzila

159. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., pp. 31-32. Ele afirma ter obtido esta informação de Ibn al-Qâdî, autor de diversas obras bastante conhecidas, incluindo *al-Muntaqâ al-maqsûr 'alâ ma'âthir khilâfat al-Mansûr*, *Durrat al-hijal fî asma' al-rijâl*, *Jadwat al-iqtibâs fî man hall min al-a'lâm madînat Fâs*.

160. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., p. 32.

161. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., p. 36.

162. «Está a Voso servjço, amygo de christãos».

qu'un peu de temps se serait écoulé entre le moment où le *Sharîf* a fait acte de prétendant et celui où il a reçu la *bay'a*, ce qui est logique.

Ifrânî donne Abû 'Abdallâh Muhammad ben Mubârak, *shaykh* de la *zâwiya* d'Aqqâ, comme le principal soutien du *Sharîf*, Muhammad ben 'Abderrahmân, qu'il appelle déjà *al-Qâ'im*, alors qu'il n'a pas encore pris le *laqab* (surnom de règne) d'*al-Qâ'im bî amrillâh*, ce qu'il ne tardera pas à faire, en recevant la *bay'â*, le serment d'obédience. Les deux hommes auraient eu, « en l'année 915 (1509-1510) », une entrevue dans cette localité d'Aqqâ. « Après un entretien avec le cheikh, Elqâïm retourna dans la province du Draâ où il avait sa résidence »[159]. Or c'est l'année suivante, en 916 (10 avril 1510-31 mars 1511), poursuit Ifrânî, que « les jurisconsultes des Masmouda et les chefs des tribus adressèrent une députation à Elqâïm, le priant de se mettre à leur tête et lui offrant de remettre entre ses mains le soin de toutes leurs affaires. Cédant à leurs sollicitations, Elqâïm se rendit à leur désir et prit rendez-vous avec eux dans un bourg nommé Tedsi, près de Taroudant : là il reçut le serment de fidélité du peuple qui se trouva dès lors uni de cœur avec lui et unanimement disposé à faire la guerre sainte »[160]. Ifrânî ajoute, ce qui est important, qu'il a demandé aussi, en 918, que la *bay'a* soit accordée à Ahmad al-A'raj, dont il fait son héritier présomptif[161].

C'est dans ce contexte qu'il faut revenir à *Cyde Mafamed Hombarqua*, personnage entouré de respect, au service du Portugal, ami des chrétiens[162], selon ce qu'écrit l'auteur anonyme de la note dont il a été question plus haut ? Il a pu, ainsi que d'autres, être attiré par les avantages escomptés d'une alliance avec le Portugal. Comme le suggèrent la ressemblance du nom et sa qualité de *santo* vénéré, pourrait-il s'agir du grand personnage mentionné dans la *Nuzha* ? S'il en était bien ainsi, comment expliquer deux attitudes si opposées en peu de temps du *santo*, du *shaykh* ? On s'abstiendra de conclure sur l'identité de cet ami des Chrétiens. Il reste que même un *murâbit* a pu incliner un temps vers le Portugal et pas seulement des notables, chefs de tribus.

Pour tenter d'éclaircir cet aspect de la question des relations avec le Portugal, il faut être attentif à ce qui se passe ailleurs dans le Maroc, où se manifeste une

159. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., pp. 31-32. Il dit tenir cette information d'Ibn al-Qâdî, l'auteur de plusieurs ouvrages bien connus, dont *al-Muntaqâ al-maqsûr 'alâ ma'âthir khilâfat al-Mansûr*, *Durrat al-hijal fî asma' al-rijâl*, *Jadwat al-iqtibâs fî man hall min al-a'lâm madînat Fâs*.

160. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., p. 32.

161. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., p. 36.

162. «*Está a Voso servjço, amygo de christãos*».

a partir de 1501[163]. Azamor rebela-se pouco depois e exime-se a pagar o seu tributo durante algum tempo[164]. Para vencer a resistência do seu vassalo Abderramão, alcaide de Safim, ao projecto de construir uma fortaleza, D. Manuel manda edificar, em 1506, o Castelo Real de Mogador, a certa distância para sul da cidade. É Diogo de Azambuja, fundador e antigo capitão de São Jorge da Mina, o incumbido do projecto, o que confere grande importância a esta decisão. Do local é enviado um emissário a Marraquexe e, pouco depois, é fornecida assistência aos conspiradores que assassinaram o alcaide de Safim. Os distúrbios que se seguem levam D. Manuel a conquistar a cidade, em Agosto de 1508[165]. A repercussão deste evento é grande na região. Um amplo movimento de tribos fomentado pelo emir de Marraquexe, sob o lema da *jihâd,* conduz ao cerco da cidade nos últimos dias de 1510, pouco depois da perda do Castelo Real, ocorrida em circunstâncias desconhecidas. Ora, foi aproximadamente na mesma altura que a *bay'a* a favor de Abu Abdalá Mohamede Alcaime ocorreu, «no ano de 916 (10 de Abril de 1510 – 30 de Março de 1511», refere Zayyânî[166]. O ataque a Santa Cruz seguiu-se em Agosto de 1511, como já vimos. Segundo Ifrânî, após ter recebido o juramento de fidelidade «numa vila designada Tedsi, junto a Tarudante», Abu Abdalá Mohamede «incitou imediatamente as populações a investir contra os cristãos e a expulsá-los do porto de *Teftent*; numerosos contingentes responderam à sua chamada, marcharam contra o inimigo e atacaram-no. Deus decidiu a vitória de Elqâïm; ele reduziu a migalhas os membros da infidelidade com as garras do triunfo; expulsou do seu covil a serpente do engano e fez regressar os desviados da religião à sua pátria»[167]. Na minha opinião, a expressão empregue indica não tanto uma vitória sobre os cristãos, mas antes sobre os muçulmanos que se tornaram seus aliados. Além disso, a identificação, por Houdas, de *Teftent* com *Founti*, «fonte e aldeia junto a Agadir ou Santa Cruz», não é satisfatória. Efectivamente, mesmo se a palavra portuguesa «fonte», que designa a fonte abundante de Água de Narba, tivesse tomado uma forma berbere *Tafuntit*, não poderia designar

163. Damião de Góis, *Crónica*... cit., tomo I, 49-50; R. Ricard, *Les Portugais au Maroc*... cit., pp. 8-11.

164. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. XX, pp. 92-94 e XX bis, texto árabe mais detalhado, pp. 95-98, XX ter, tradução, pp. 99-102.

165. Sobre estes eventos, consultar B. Rosenberger, «Yahyâ û Tâ'fuft (1506-1518), des ambitions déçues», *Hesperis-Tamuda*, tomo XXXI, 1993, pp. 21-28 e «Retour sur la conquête de Safi par le Portugal en 1508», *in Portugal e o Magrebe, Actas do 4.º Colóquio de História Luso-Marroquina / Actes do IV Colloque d'Histoire Maroco-Lusitanniene*, Lisboa-Braga, CHAM-CITCEM, 2011, pp. 83-97.

166. R. Le Tourneau, *Histoire de la dynastie sa'dide*... cit., p. 9.

167. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., p. 32 e nota 1.

résistance grandissante, conséquence de la rupture de la paix avec Fès. Le sultan Wattâsside vient attaquer Tanger et Asilah dès 1501[163]. Azemmour se rebelle peu après et cesse quelque temps de payer son tribut[164]. D. Manuel, pour vaincre la résistance de son vassal, Abderrahmân le *qâ'id* de Safi, au projet de construction d'une forteresse, fait édifier en 1506 le *Castelo Real de Mogador*, à quelque distance au sud de la ville. C'est Diogo de Azambuja, fondateur et ancien capitaine de celui de São Jorge da Mina, qui en est chargé, ce qui confère toute son importance à cette décision. De là, aussitôt un émissaire est envoyé à Marrakech et, peu après, une aide est apportée aux conjurés qui ont assassiné, le *qâ'id* de Safi. Les désordres qui s'ensuivent décident le roi à conquérir la ville en août 1508[165]. Le retentissement est grand dans la région. Un large mouvement de tribus suscité par l'émir de Marrakech sous le mot d'ordre du *jihâd* aboutit au siège de la ville dans les derniers jours de 1510, peu de temps après la perte du *Castelo Real* survenue dans des circonstances inconnues.

Or c'est à peu près au même moment que la *bay'a* en faveur de Muhammad ben 'Abdarrahmân al-Qâ'im eut lieu, « en l'année 916 (10 avril 1510-30 mars 1511) », dit Zayyânî[166], L'attaque de Santa Cruz a suivi en août 1511, comme on l'a vu. Selon Ifrânî, après avoir reçu le serment de fidélité « dans un bourg nommé Tedsi, près de Taroudant », Muhammad ben 'Abderrahmân « convia aussitôt les populations à marcher contre les chrétiens et à les chasser du port de *Teftent* ; de nombreux contingents répondirent à son appel, on marcha à l'ennemi et on l'attaqua. Dieu décida de la victoire en faveur d'Elqâïm ; il mit en pièces les membres de l'infidélité avec les griffes du triomphe ; il chassa de son repaire le serpent de l'erreur et fit rentrer dans leur patrie les égarés de la religion »[167]. L'expression employée n'indique pas tant, à mon sens, une victoire sur des Chrétiens, que plutôt sur des Musulmans devenus leurs alliés. De plus, l'identification par Houdas de *Teftent* avec *Founti*, « source et village près d'Agadir ou Santa Cruz », n'est pas satisfaisante. En effet, même si le mot portugais *fonte*, qui désigne la source abon-

163. Damião de Góis, *Crónica*... cit., tome I, pp. 49-50; R. Ricard, *Les Portugais au Maroc*... cit., pp. 8-11.

164. *SIHM, Portugal*, tome I, doc. XX, pp. 92-94 et XX bis, texte arabe plus détaillé, pp. 95-98, XX ter, sa traduction, pp. 99-102.

165. Sur ces événements, B. Rosenberger, « Yahyâ û Tâ'fuft (1506-1518), des ambitions déçues », *Hesperis-Tamuda*, tome XXXI, 1993, pp. 21-28 et « Retour sur la conquête de Safi par le Portugal en 1508 », *in Portugal e o Magrebe, Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina / Actes do IV Colloque d'Histoire Maroco-Lusitanniene*, Lisbonne-Braga, CHAM-CITCEM, 2011, pp. 83-97.

166. R. Le Tourneau, *Histoire de la dynastie sa'dide*... cit., p. 9.

167. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., p. 32 et note 1.

então o pequeno castelo de João Lopes de Sequeira fundado em 1505[168], dado que o uso do nome *Fûnti* para designar a pequena «villa» portuguesa no sopé da colina[169] é posterior ao seu abandono em 1541[170]. Existe uma razão mais séria para duvidar desta identificação: Ifrânî sabe que não foi Alcaime, falecido em 1517, que tomou Santa Cruz, mas o seu filho Mohamede, em 1541[171]. Um último argumento pode ser extraído de Marmol, no seu capítulo sobre o Cabo de Guer: o fidalgo português nomeou a sua fundação «o castelo de Santa Cruz e os mouros, Dar Rumia, isto é, casa do cristão»[172].

Portanto, poderá tratar-se de *Tifnit*? Este lugar próximo a sul de Agadir é um porto medíocre que figura em mapas antigos. Duarte Pacheco Pereira menciona-o no seu *Esmeraldo de Situ Orbis* como Tefinete. Nenhuma outra das nossas fontes o refere. Contudo, segundo a tradição, aí se registara presença portuguesa[173]. Será o *castillejo* de que os partidários dos Sádidas se apoderaram numa noite, de surpresa, como Diego de Torres relata[174]? Ainda que o situe «*junto al rio Aguz*», isto é, na margem do Tensift, portanto bastante a norte do Cabo de Guer, esclarece que a notícia da sua conquista causou grande emoção aos habitantes do Cabo de Aguer: «*lo sintieron en estremo por ser de Moros sus encomendados*». Se, de facto, esta era uma praça próxima pertencendo a aliados autóctones, a formulação de Ifrânî fica mais clara. Este êxito desmentia, segundo Torres, a ideia difundida de que era impossível conquistar uma fortificação a cristãos ou aos seus aliados. A novidade

168. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*… cit., p. 22 : «E vendo João Lopez (Girão) a fonte de tão boa agoa, fez ali assento e armou ali hum castelo de páo que levava já ordenado e feito; pos lhe artelheria e fez logo ao deredor do castelo outro muito forte de pedra e cal, em que se meteo a fonte dentro». Girão é colocado por engano para designar Sequeira.

169. Este designa, até à actualidade, um antigo bairro de Agadir especialmente afectado aquando do sismo de 1961. Charles de Foucauld, em 1884, observou que «Founti é uma aldeola miserável, algumas cabanas de pescadores», ao pé da muralha branca de Agadir que lhe dá um ar de cidade (*Reconnaissance au Maroc*, Paris, Challamel et C^ie Éditeurs, 1888, p. 185).

170. Zayyânî, autor do século XVIII (nascido em 1734-1735) refere uma «vila de Fûntî em baixo de Agadir» que os cristãos tinham construído. Segundo ele, foi Muhammad ben 'Abdarrahmân quem fundou a fortaleza onde se instalavam os guerreiros «e que ele designou Agadir, o que significa casa em língua berbere». Contudo, a *qasba* actualmente destruída, que dominava a *villa* portuguesa, é obra do seu filho.

171. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*… cit., p. 76.

172. Luis del Marmol, *L'Afrique*… cit., p. 34.

173. Recolhida no local por Jean Leblanc que foi agente de autoridade do Protectorado Francês, junto das autoridades locais marroquinas de Inezgane. «Tifnite la Portugaise», artigo assinado por ele num jornal local.

174. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*… cit., pp. 63-64.

dante d'Agoa de Narba, pourrait avoir pris une forme berbère, *Tafuntit* ne saurait désigner alors le petit château de João Lopes de Sequeira fondé en 1505[168], car l'usage du nom de *Fûnti* pour désigner l'agglomération portugaise au pied de la colline[169] ne peut-être que postérieur à son abandon en 1541[170]. Il y a une autre raison plus sérieuse pour douter de cette identification : Ifrânî sait que ce n'est pas al-Qâ'im, mort en 1517, qui a pris Santa Cruz, mais son fils Muhammad en 1541[171]. Un dernier argument peut être tiré de Marmol dans son chapitre du Cap d'Aguer : le gentilhomme portugais nomma sa fondation « le chasteau de Sainte Croix et les Maures, Dar Rumia, c'est à dire maison du Chrestien »[172].

Dès lors peut-il s'agir de *Tifnit* ? Ce lieu non loin d'Agadir, au sud, est un port médiocre qui figure sur certaines cartes anciennes, Duarte Pacheco Pereira le mentionne dans son *Esmeraldo de Situ Orbis* sous la forme *Tefinete*. Aucune autre de nos sources n'y fait référence, mais une tradition y situe une présence portugaise[173]. Est-ce le *castillejo* que les partisans des Sa'diens ont enlevé de nuit par surprise, comme Diego de Torres le relate[174] ? Bien qu'il le situe « au bord de l'oued Tensift », donc très au nord du cap Ghîr, il précise que la nouvelle de sa prise causa une grande émotion à ceux du Cabo de Gué : « ils l'ont vivement ressenti car il était à des Maures leurs alliés ». S'il s'agit bien d'une place proche appartenant à des alliés autochtones, la formulation d'Ifrânî s'éclaire. Ce succès démentait, selon Torres, l'idée répandue qu'il était impossible de s'emparer d'une fortification appartenant à des Chrétiens ou à leurs alliés. La nouvelle qui se répandit dans

168. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*… cit., p. 22 : « *E vendo João Lopez (Girão) a fonte de tão boa agoa, fez ali assento e armou ali hum castelo de páo que levava já ordenado e feito; pos lhe artelheria e fez logo ao deredor do castelo outro muito forte de pedra e cal, em que se meteo a fonte dentro* ». Girão est mis par erreur pour Sequeira.

169. Il désigne jusqu'à nos jours un quartier ancien d'Agadir particulièrement éprouvé lors du séisme de 1961. Charles de Foucauld, en 1884, a vu que « Founti est un hameau misérable, quelques cabanes de pêcheurs », au pied de l'enceinte blanche d'Agadir qui lui donne un air de ville (*Reconnaissance au Maroc*, Paris, Challamel et Cie Éditeurs, 1888, p. 185).

170. Zayyânî, auteur du XVIII^e siècle (né en 1734-1735) parle de « la ville de Fûntî au bas d'Agadir » que les Chrétiens avaient construite. Pour lui, c'est Muhammad ben 'Abdarrahmân qui a fondé la forteresse où s'installaient les guerriers « et qu'il nomma Agadir, ce qui signifie maison en langue berbère ». Or la *qasba* aujourd'hui détruite, qui dominait la *villa* portugaise est l'œuvre de son fils.

171. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*… cit., p. 76.

172. L. del Marmol, *L'Afrique*… cit., p. 34.

173. Recueillie sur place par Jean Leblanc qui fut contrôleur civil d'Inezgane. « Tifnite la Portugaise », article signé par lui dans un journal local.

174. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*… cit., pp. 63-64.

espalhou-se pela Berbéria e «*hinchió a todos de admiración y esperança*». Esta vitória, considerada como uma prova do apoio de Deus e do seu Profeta ao xarife e aos seus filhos, vale-lhes «*gran reputación*». A localização do *castillejo* junto do Tensift força-nos a questionar se não se trata do Castelo Real de Mogador, cuja queda ocorreu em 1510, em circunstâncias desconhecidas. Em Safim tal facto provocou natural inquietação, visto ser considerado um prelúdio de um ataque geral[175]. Embora estes dois lugares estivessem afastados e o Castelo Real fosse protegido por uma guarnição portuguesa, não podemos excluir que, no que é narrado a seguir por cronistas pouco rigorosos, possa ter existido certa confusão entre acontecimentos significativos ocorridos quase em simultâneo, entre os quais, obviamente, está a conquista de Bem Mirão, defronte de Tamaraque.

O facto é que, a partir deste êxito, criou-se um movimento favorável a Abu Abdalá Mohamede e aos seus filhos, tal como referem as nossas fontes.

toute la Berbérie et « tous furent emplis d'admiration et d'espoir ». Cette victoire apparue comme preuve d'un soutien de Dieu et de son Prophète au *Sharîf* et ses fils, leur vaut « *gran reputación* ». La localisation du *castillejo* près du Tensift oblige toutefois à se demander s'il ne s'agit pas de du *Castelo Real de Mogador*, dont la chute s'est produite en 1510 dans des circonstances inconnues. À Safi elle a naturellement causé de l'inquiétude, l'on y a vu le prélude à une attaque générale[175]. Bien que ces deux lieux soient éloignés et que le *Castelo Real* ait été tenu par une garnison portugaise, on ne peut exclure que, dans ce qui est rapporté par la suite par des chroniqueurs peu soucieux d'exactitude, une certaine confusion ait pu se produire entre des événements significatifs qui ont eu lieu presque au même moment et parmi eux, bien sûr, la prise de la position de *Bem Mirão* devant Tamrakht.

Toujours est-il qu'à partir de ce succès, un mouvement s'est créé en faveur de Muhammad ben 'Abderrahmân et de ses fils, ainsi que le notent nos sources.

Os chourfas a caminho do poder

Diego de Torres oferece-nos uma perspectiva interessante sobre o movimento que coligou forças sob a autoridade dos chourfas. A eles associaram-se numerosas figuras religiosas («*muchos Alfaquies*»), vassalos e amigos, o que os determina a empreender a guerra contra as praças portuguesas: recorde-se a referência acima de que estes tinham ido atacar as praças fronteiras de Tânger e Arzila[176]. Os seus feitos, ainda que não tenham obtido êxito, atraem muitos árabes e berberes disseminados pelo país sem chefe nem rei, de tal forma que começam a atacar os que são favoráveis aos cristãos. Visto que a multidão de partidários aumenta, para os poder alimentar, eles pedem àqueles que os seguem, pelo amor de Deus e do seu Profeta, que lhes entreguem «*los diezmos que pertenecian a Dios*», com vista a apoiar as guerras contra os cristãos, pagando a voluntários[177]. O conteúdo desta passagem difere um pouco do relato de Ifrânî, que afirma que «a população do Suz foi ter com este xarife, conduziram-no ao país deles e atribuíram-lhe uma soma de dinheiro suficiente para o seu sustento e o dos seus filhos»[178]. Este relato está em conso-

Les *Shurfâ'* en marche vers le pouvoir

Diego de Torres apporte un éclairage intéressant sur le mouvement qui a coalisé des forces sous l'autorité des *Shurfâ'*. Ils sont rejoints par de nombreux personnages religieux (« *muchos Alfaquies* »), des obligés et des amis, ce qui les détermine à faire la guerre aux places portugaises : l'auteur a dit plus haut qu'ils étaient allés attaquer les places frontières de Tanger et Asilah[176]. Leurs actions, encore qu'elles n'aient pas de succès, attirent à eux beaucoup d'Arabes et de Berbères disséminés dans le pays, sans chef ni roi, si bien qu'ils commencent à attaquer ceux qui sont favorables aux Chrétiens. Et comme la foule de leurs partisans augmente, pour pouvoir les nourrir, ils demandent pour l'amour de Dieu et de son Prophète à ceux qui les suivent de leur donner « les dîmes qui appartiennent à Dieu », afin de soutenir les guerres contre les Chrétiens en payant les volontaires[177]. Le contenu de ce passage diffère un peu de celui d'Ifrânî dans lequel il est dit que « les gens du Sous se rendirent auprès de ce chérif, l'emmenèrent dans leur pays et lui assignèrent une somme d'argent suffisante pour son entretien et celui de ses enfants »[178]. Il s'accorde

175. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. XLIII, pp. 259-264.

176. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*… cit., p. 63.

177. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*… cit., p. 64: «*se juntaron con ellos muchos Alárabes y Bárbaros, que andavan derramados por la tierra y sin caudillo ni rei*».

178. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*… cit., p. 22.

175. *SIHM, Portugal*, tome I, doc. XLIII, pp. 259-264.

176. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*… cit., p. 63.

177. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*… cit., p. 64 : « *se juntaron con ellos muchos Alárabes y Bárbaros, que andavan derramados por la tierra y sin caudillo ni rei* ».

178. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*… cit., p. 22.

nância com o que Zayyânî escreve quando Abu Abdalá Mohamede incita as tribos que aderiram à sua causa, a darem-lhe a *zakât* e o *ashûr*. O contributo de Torres permite alargar a visão relativamente à estratégia sádida: ao atacarem os aliados de Portugal enfraquecem este campo e levam alguns a mudar de campo. Teria sido esta a razão da reviravolta do santo amigo dos cristãos, se este for o xeque de Aqqâ, cuja aliança com Abu Abdalá Mohamede data de 915 (21 de Abril de 1509 – 9 de Abril de 1510)? Mas será que, efectivamente, é o mesmo homem? É impossível ter a certeza.

Convém também mencionar que a atitude dos representantes locais de Portugal pode estar na origem de algumas deserções. Ela parece estar na origem da ruptura da população de Meça. Na sua extensa carta a D. Manuel, de 6 de Julho de 1510, os habitantes expressam a sua decepção e ressentimento. Não só não beneficiaram da protecção prometida quando perderam, para piratas espanhóis, mercadorias embarcadas num navio português vindo de Safim, como se queixam sobretudo dos responsáveis de Santa Cruz, que encobrem os actos daqueles que raptam membros das suas tribos para fazer deles escravos e que, em vez de deferir as suas reclamações, os tratam com desprezo. Devido ao apoio que ofereceram a João Lopes de Sequeira para a construção do seu castelo, indispuseram-se com os Ksima e os árabes: «eles efectuam incursões ao nosso território e raptam as nossas crianças e João Lopes compra-as. Enviámos-lhe alguns cavaleiros com o xeque Ba 'Azzî, para lhe pedir que não comprasse as pessoas de Meça: tal dar-nos-ia entre os muçulmanos glória e tornar-nos-ia ilustres. Ele recusou e nós tornámo-nos motivo de riso. Nós não obtemos nenhum lucro em servir-vos». Além disso, apesar das instruções régias, João Lopes não mudou de atitude: recusou entregar um escravo negro que lhes pertencia e enviou-o para a Madeira. Os seus servidores capturaram um judeu, notável de Meça, e mataram o muçulmano que o acompanhava. Para conseguir a sua liberação, uma delegação foi ter com João Lopes arvorando o estandarte real e exibindo o *dahîr* escrito pelo rei[179]. Na ausência de João Lopes, respondem-lhes que a casa pertence-lhe e que «o rei não tem aí nem autoridade nem meio de agir». Quem se expressa desta forma é um judeu, o que lhes é ainda mais insuportável[180].

bien avec ce que Zayyânî écrit lorsque Muhammad ben 'Abderrahmân incite les tribus qui ont adhéré à sa cause à lui donner la *zakât* et l'*ashûr*. L'apport de Torres est d'un autre intérêt sur la stratégie sa'dienne : en s'en prenant aux alliés du Portugal, ils l'affaiblissent et ils amènent certains à changer de camp. Serait-ce la raison de la volte-face du *santo* ami des Chrétiens, s'il est bien le *shaykh* d'Aqqâ, dont le ralliement à Muhammad ben 'Abderrahmân se situe en 915 (21 avril 1509 – 9 avril 1510) ? Mais est-ce bien le même homme ? Il est impossible de s'en assurer.

Il faut dire aussi que l'attitude des représentants locaux du Portugal peut être en cause dans certaines défections. Elle paraît être à l'origine de la rupture des gens de Massa. Dans leur longue lettre du 6 juillet 1510 à D. Manuel, ils expriment leur déception et leur ressentiment. Non seulement ils n'ont pas bénéficié de la protection promise lorsqu'ils ont perdu, du fait de pirates espagnols, des marchandises embarquées sur un navire portugais venant de Safi, mais surtout ils se plaignent des responsables de Santa Cruz qui couvrent les agissements de ceux qui prennent des membres de leur tribu pour en faire des esclaves et qui, au lieu de faire droit à leurs réclamations, les traitent avec mépris. À cause de l'appui qu'ils ont offert à Joâo Lopes de Sequeira pour la construction de son château, ils se sont brouillés avec les Ksima et des Arabes : « ils font des incursions chez nous et enlèvent nos enfants, et João Lopes les achète. Nous lui avons envoyé quelques cavaliers avec le cheikh Ba 'Azzî, pour lui demander de ne pas acheter les gens de Massa : cela nous donnerait parmi les Musulmans gloire et illustration. Il a refusé et nous sommes devenus un objet de risée. Nous ne retirons aucun profit à vous servir ». De plus, malgré les instructions du roi, João Lopes n'a pas changé d'attitude, il a refusé de rendre un esclave noir leur appartenant et l'a envoyé à Madère. Ses gens ont capturé un Juif, notable de Massa, et tué le Musulman qui l'accompagnait. Pour obtenir sa libération, une délégation est venue arborant la bannière royale et exhibant le *dahîr* écrit par le roi[179]. En l'absence de João Lopes, on leur répond que la maison lui appartient et que « le roi n'y a ni autorité ni moyen d'action » ; celui qui s'exprime ainsi est un Juif, ce qui leur est d'autant plus insupportable[180].

179. Ou seja, as cartas-patente do rei, documento oficial concedendo-lhes protecção.

180. Ele chamava-se Ben Zamirûn e seria membro dessa poderosa família de Safim. Sobre o assunto, ver: J. A. Rodrigues da Silva Tavim, *Os Judeus na expansão portuguesa em Marrocos durante o século XVI*, Braga, APPACDM Distrital de Braga, 1997.

179. C'est-à-dire les lettres patentes du roi, document officiel leur accordant protection.

180. Il est appelé Ben Zamirûn. Ce serait un membre de cette puissante famille de Safi, sur laquelle J. A. Rodrigues da Silva Tavim, *Os Judeus na expansão portuguesa em Marrocos durante o século XVI*, Braga, APPACDM Distrital de Braga, 1997.

O final da carta deixa pairar a ameaça da ruptura próxima: «O nosso irmão Ba 'Azzî informar-vos-á do resto. Ele irá levar-vos o vosso estandarte, a vossa carta-patente e as chaves da casa[181] que possuís no nosso país: fazei disso o que quiserdes»[182]. A aliança poderá sobreviver se o rei satisfizer os seus pedidos, caso contrário será rompida: «se vós nos rechaçais, louvor a Deus! Separemo-nos sem mal. Esta casa, de que vos somos devedores, entregai-a a quem quiserdes ou vendei-a; ela é vosso bem e propriedade. Quanto a nós, procuraremos o que necessitamos junto de quem tem força e poder, seja ele um judeu ou outro qualquer». Lê-se claramente neste documento a decepção bastante viva dos vassalos leais[183], o seu orgulho, a sua rejeição da humilhação. Ao invés do aumento de prestígio esperado sob tutela portuguesa, foram zombados e ridicularizados. Não retiraram benefícios da submissão. A sua sensibilidade à questão dos escravos é evidente. Contudo, como a maioria das comunidades da região, precisavam de um protector, fosse judeu ou *dhimmî*! A formulação provocante anuncia que estão dispostos a uma mudança profunda. Esta não deve ter tardado muito, dado que o capitão de Santa Cruz, Francisco de Castro, escreve ao rei a 19 de Agosto de 1516, ordenando este uma expedição a Meça[184]. A cidade havia acabado de passar, a bem ou a mal, para o campo dos chourfas. Outras cidades da região tinham-na precedido. Quando Leão Africano foi em missão ao Suz em 1514[185], observou que Tarudante «revoltou-se contra os árabes e que se submeteu ao Príncipe Xarife no ano de 920 (26 de Fevereiro de 1514 – 14 de Fevereiro de 1515)». Os seus habitantes, «pessoas pacíficas que nunca ofendem os seus vizinhos»[186], viram nessa aliança o meio de escapar à pesada tutela dos árabes. Marmol fornece detalhes bastante interessantes acerca desta submissão: «No ano de 1511, os Xarifes, tendo obtido da população de Tarudante que lhes mantivessem quinhentos cavalos para acabar com as incursões dos cristãos do Cabo de Aguer e dos seus aliados, graças a estas hostes e dos Zaraganes e outras comunidades da facção deles, tornaram-se senhores da cidade, após terem ganho os princi-

181. Trata-se, sem dúvida, da feitoria, dado que, aparentemente, o castelo não tinha sido construído.

182. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. XXXIX bis, pp. 241-245.

183. Podemos comparar o tom da carta dos de Massa à de Bentafufa ao rei: expressa o mesmo orgulho ferido (*SIHM, Portugal*, tomo II, doc. XXIX, pp. 100-105).

184. *SIHM, Portugal*, tomo II, doc. VI, p. 28 e nota 4.

185. B. Rosenberger, «Une carrière politique au service du sultan de Fès», *in* F. Pouillon (dir.), *Léon l'Africain*, Paris, IISMM-Karthala, 2009, pp. 53-56.

186. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique…* cit., pp. 91-92.

La fin de la lettre laisse planer la menace d'une rupture prochaine : « Notre frère Ba 'Azzî vous mettra au courant du reste. Il vous apportera votre bannière, votre acte et les clefs de la maison[181] que vous possédez dans notre pays : faites en ce que bon vous semblera »[182]. L'alliance pourra survivre si le roi satisfait leurs demandes, dans le cas contraire elle sera rompue : « si vous nous repoussez, louange à Dieu ! Séparons nous sans mal. Cette maison dont nous vous sommes redevables, donnez la à qui vous voudrez ou vendez-là ; elle est votre bien et votre propriété. Quant à nous, nous rechercherons ce qu'il nous faut auprès de qui a force et puissance, fût-il un Juif, ou tout autre ». On lit clairement dans ce document la déception très vive de vassaux loyaux[183], leur fierté, leur refus de l'humiliation. Alors qu'ils attendaient un surcroît de prestige de la tutelle portugaise, ils ont été moqués, ridiculisés. Ils n'ont pas tiré de bénéfice de leur soumission. Leur sensibilité à la question des esclaves est évidente. Mais, comme presque toutes les communautés de cette région, ils ont besoin d'un protecteur, fût-il un Juif ! Un *dhimmî* ! La formule provocante annonce qu'ils sont prêts à un revirement complet. Il n'a pas dû tarder beaucoup, puisque le capitaine de Santa Cruz, Francisco de Castro, écrit au roi le 19 août 1516 qu'il a ordonné une expédition à Massa[184]. La ville venait de passer, de gré ou de force, dans le camp des *Shurfâ*' .

D'autres cités de la région l'avaient précédée. Lorsque Jean-Léon est venu en mission dans le Sous en 1514[185], il a vu que Taroudant « s'est révoltée contre les Arabes et s'est soumise au Prince Chérif en l'an 920 (26 février 1514 – 14 février 1515) ». Ses habitants, « des gens pacifiques qui n'offensent jamais leurs voisins »[186], ont pu voir dans ce ralliement le moyen d'échapper à la tutelle pesante des Arabes. Marmol apporte des précisions très intéressantes sur cette soumission : « L'an 1511, les Chérifs ayant obtenu de ceux de Taroudant qu'ils leur entretiendroient cinq cens chevaux pour arrester les courses des Chrestiens du Cap d'Aguer et de leurs alliez, à la faveur de ces troupes et des Zaraganes et autres communautez de leur party, ils se rendirent maistres de la ville, après avoir gagné

181. Il s'agit sans doute de la factorerie, car il ne semble pas que le château ait été construit.

182. *SIHM, Portugal*, tome I, doc. XXXIX bis, pp. 241-245.

183. On peut rapprocher le ton de la lettre des Ahl Massa de celle de Yahyâ û Ta'fuft au roi : elle exprime la même fierté blessée (*SIHM, Portugal*, tome II, doc. XXIX, pp. 100-105).

184. *SIHM, Portugal*, tome II, doc. VI, p. 28 et note 4.

185. B. Rosenberger, « Une carrière politique au service du sultan de Fès», *in* F. Pouillon (dir.), *Léon l'Africain*, Paris, IISMM-Karthala, 2009, pp. 53-56.

186. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique…* cit., pp. 91-92.

pais moradores e, a seguir, de todas as províncias vizinhas»[187]. Tidsi entregou-se, igualmente, em 920 ao xarife, «que aí estabeleceu a sua chancelaria»[188]. É pouco provável que estas cidades tenham conseguido conservar, a partir de então, a autonomia da sua organização municipal[189].

Tagaos, onde Leão Africano permaneceu treze dias «com o chanceler do Xarife, a fim de aí comprar escravas negras para o serviço deste príncipe, no ano de 919» (9 de Março de 1513 - 25 de Fevereiro de 1514)[190], parece já pertencer ao Sádida. Nesta data, no território dos Hea, a autoridade xarifina é amplamente reconhecida[191]. Leão Africano foi, em 919, «com o Príncipe Xarife», a diversas localidades: *Ileusugaghen*, *Tesegdelt*, *Tefethn*e. Contudo, a região é uma zona de guerra, várias aldeias ou pequenas cidades foram destruídas pelos portugueses e pelos seus aliados, incluindo Bentafufa, especialmente activo. Além disso, 'Umâr al-Sayyâf, discípulo fanático do grande místico Cide Mohamede Aljazuli, que conserva o corpo do seu mestre como talismã, está entrincheirado com os seus partidários que vivem do banditismo numa fortaleza que os portugueses, de quem é aliado, designam *Castelo dos Moradys* e Leão Africano *Culeihat Elmuridin*[192]. Portanto, para se defenderem dos portugueses e dos seus aliados, escapar à desordem, as populações fazem apelo ou aceitam a autoridade daquele que se apresente como um recurso. É desta forma que Zayyânî apresenta Abu Abdalá Mohamede. No estado em que se encontrava o Suz, abandonado pelo poder central, «ele foi daqueles a quem se podia recorrer: as pessoas procuravam-no em caso de assuntos importantes devido à sua sabedoria, à sua piedade, ao seu ardor pela guerra santa e à sua fidelidade à linha de conduta dos seus virtuosos antepassados que recomendavam o bem e se opunham ao mal»[193]. Esta exortação para fazer o bem e combater o mal não é nada banal. Com efeito é importante relembrar que esta se deve a personagens que, como o *Mahdî* Ibn Tumârt e outros, aspiram a um papel político ou aí são conduzidos com base no

187. L. del Marmol, *L'Afrique*... cit., p. 33. Esta tribo dos Zaraganes não pôde ser identificada.

188. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., p. 93.

189. L. del Marmol, *L'Afrique*... cit., p. 40, atribui a data de 1511. «Ela passou voluntariamente para o poder dos Xarifes que a tornaram bastante ilustre e que aí estabeleceram um Tribunal... e, como costume, um governador, que tem quatrocentos cavalos».

190. L. del Marmol, *L'Afrique*... cit., p. 94.

191. L. del Marmol, *L'Afrique*... cit., pp. 77-84.

192. L. del Marmol, *L'Afrique*... cit., pp. 81- 82. Bentafufa refere: «som muito meus amyguos e muito emmyguos do Xharyfe» (*SIHM, Portugal*, tomo II, doc. XIX, p. 71).

193. R. Le Tourneau, *Histoire de la dynastie sa'dide*... cit., p. 7.

les principaux habitants et ensuite de toutes les provinces voisines »[187]. Tidsi s'est donnée aussi en 920 au *Sharîf* « qui y a établi sa chancellerie»[188]. Il est douteux que ces villes aient pu, à partir de ce moment, garder l'autonomie de leur organisation municipale[189].

Tagawust, où Jean-Léon est resté treize jours « avec le chancelier du Chérif afin d'y acheter des négresses esclaves pour le service de ce prince, en l'an 919» (9 mars 1513 – 25 février 1514)[190], semble bien déjà appartenir au Sa'dien. À cette date, chez les Haha, l'autorité sharifienne est assez largement reconnue[191]. Jean-Léon est allé en 919 « avec le Prince Chérif » dans plusieurs localités : *Ileusugaghen*, *Tesegdelt*, *Tefethn*e. Mais la région est une zone de guerre, plusieurs bourgades ou petites villes ont été détruites par les Portugais et leurs alliés, dont Yahyâ û Ta'fuft particulièrement actif. De plus, 'Umâr al-Sayyâf, disciple fanatique du grand mystique Muhammad ben Slimân al-Jazûlî, qui garde comme un talisman le corps de son maître, est retranché avec ses partisans qui vivent de brigandage dans une forteresse que les Portugais, dont il est l'allié, appellent *Castelo dos Moradys* et Jean-Léon *Culeihat Elmuridin*[192]. Dès lors, pour se défendre contre les Portugais et leurs alliés, échapper au désordre, des populations font appel ou acceptent l'autorité de celui qui se présente comme un recours.

C'est bien ainsi que Zayyânî fait apparaître Muhammad ben 'Abderrahmân. Dans la situation où se trouvait le Sous, abandonné du pouvoir central, « il fut de ceux à qui l'on avait recours : les gens allaient le trouver en cas d'affaires importantes à cause de sa science, de sa piété, de son ardeur à la guerre sainte et de sa fidélité à la ligne de conduite de ses vertueux ancêtres qui recommandaient le bien et s'opposaient au mal »[193]. Cette exhortation à faire le bien et à combattre le mal n'a rien de banal, il faut se souvenir qu'elle est le fait de personnages qui, comme le *Mahdî* Ibn Tumârt et d'autres, aspirent à un rôle politique ou y sont conduits sur la base de leur appel à un retour aux valeurs de la foi. À l'occasion d'une fête, sans

187. L. del Marmol, *L'Afrique*... cit., p. 33. Cette tribu des Zaraganes n'a pas pu être identifiée.

188. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., p. 93.

189. L. del Marmol, *L'Afrique*... cit., p. 40, donne la date de 1511. « Elle passa volontairement au pouvoir des Chérifs qui l'ont rendue fort illustre et y ont établi un Tribunal... et d'ordinaire un gouverneur, qui a quatre cens chevaux ».

190. L. del Marmol, *L'Afrique*... cit., p. 94.

191. L. del Marmol, *L'Afrique*... cit., pp. 77-84.

192. L. del Marmol, *L'Afrique*... cit., pp. 81- 82. Yahyâ û Ta'fûft dit : « *som muito meus amyguos e muito emmyguos do Xharyfe* » (*SIHM, Portugal*, tome II, doc. XIX, p. 71).

193. R. Le Tourneau, *Histoire de la dynastie sa'dide*... cit., p. 7.

seu apelo a um retorno aos valores da fé. Por ocasião de uma festa, sem dúvida uma festa religiosa, provavelmente um «mussem» (*mawsim*), o xarife convidou para um banquete, de acordo com a tradição berbere, os xeques e os notáveis das tribos do Suz. Seguidamente, reuniu-os num lugar descoberto, fez com eles uma oração canónica «e proferiu perante eles um sermão maravilhoso em língua berbere no qual lhes dirigiu advertências e exortações e os incitou à guerra santa». A utilização da língua das tribos, por parte de Abu Abdalá Mohamede, demonstra que estava bem integrado nesta sociedade. Se confiarmos em Zayyânî, ele já exercia uma autoridade sobre aqueles que faziam sentinela diante da praça portuguesa de Santa Cruz, punia com multa quem faltasse ao seu turno de vigia, impunha uma contribuição e fazia-se obedecer pelos xeques das tribos.

Tendo cumprido o ritual social e religioso que se espera de uma personalidade como a sua, passa ao seu verdadeiro objectivo: persuadir aqueles que reuniu a ousarem designar um líder. «Este governo (os Oatácidas) já não é capaz de estender a sua autoridade até ao nosso país: os direitos são ignorados, os caminhos são obstruídos, o mais forte aproveita-se do mais fraco e as prescrições legais já não têm valor»[194]. Em suma, o mal deriva da ausência de governo legítimo: «Vós não tendes o direito de vos desinteressar desta situação e de deixar a população viver na anarquia e sem líder. Vós só sereis verdadeiros muçulmanos quando designardes um líder. Vamos! Actuai para o bem do vosso país, visto que Deus vos livrou do governo e da sua injustiça[195]; designai entre os vossos notáveis um homem que se consagre ao bem do vosso país, faça justiça ao oprimido pela opressão, torne os vossos caminhos livres, receba os vossos tributos da *zakât* e do *'ashûr* e os gaste para o bem do vosso país; estas somas servirão para sustentar aqueles que, de entre vós, colaborarem com ele e o que restar será gasto na guerra santa»[196]. Na essência, o discurso que Zayyânî atribui ao xarife corresponde ao que ele pode ter proferido, acentuando a desordem reinante, as violências, a ausência de regras, a neglicência das obrigações canónicas em termos de imposto. Mais do que a necessidade de combater o Infiel, insiste no dever de restaurar uma ordem islâmica justa numa sociedade à deriva, sendo a *jihâd* sua expressão lógica. Os notáveis concertam-se e, claro, oferecem a liderança a Abu Abdalá Mohamede, estando esta proposta subentendida na retórica do seu discurso e

194. R. Le Tourneau, *Histoire de la dynastie sa'dide*... cit., p. 8.

195. O tema da injustiça e da corrupção do governo é recorrente nos *sûfî*--*s* e, em particular, nos da *tarîqa jazûliya*.

196. R. Le Tourneau, *Histoire de la dynastie sa'dide*... cit., p. 8.

doute une fête religieuse, peut-être un moussem (*mawsim*), le *Sharîf* a convié à un festin, conformément à la coutume berbère, les *shaykh*-s et notables des tribus du Sous. Puis il les réunit dans un lieu découvert, fit avec eux une prière canonique « et prononça devant eux un merveilleux sermon en langue berbère dans lequel il leur adressa des avertissements et des exhortations et les incita à la guerre sainte ». L'usage de la langue des tribus par Muhammad ben 'Abderrahmân montre qu'il était bien intégré dans cette société. Si l'on en croit Zayyânî, il exerçait déjà une autorité sur ceux qui prenaient la garde devant la place portugaise de Santa Cruz, punissait d'amende celui qui manquait son tour de garde, imposait une contribution et se faisait obéir des *shaykh*-s des tribus. Ayant ainsi accompli le rituel social et religieux attendu d'un personnage tel que lui, il passe à ce qui est son véritable but, persuader ceux qu'il a réunis de faire un pas qu'ils n'ont pas encore osé en désignant un chef. « Ce gouvernement (les Wattâssides) n'est plus capable d'étendre son autorité jusqu'à notre pays : les droits sont méconnus, les chemins sont coupés, le fort mange le faible et les prescriptions légales n'ont plus de valeur »[194]. En somme le mal résulte de l'absence d'un gouvernement légitime : « Vous n'avez pas le droit de vous désintéresser, de cette situation et de laisser les populations vivre dans l'anarchie et sans chef. Vous ne serez de vrais musulmans que si vous désignez un chef. Allons ! agissez pour le bien de votre pays, puisque Dieu vous a débarrassés du gouvernement et de son injustice[195] ; désignez parmi vos notables un homme qui se consacre au bien de votre pays, fasse rendre justice à l'opprimé par l'oppression, rende vos chemins libres, perçoive vos redevances de la *zakât* et de l'*'ashûr* et les dépense pour le bien de votre pays ; ces sommes serviront à l'entretien de ceux d'entre vous qui collaboreront avec lui et ce qui restera sera dépensé pour la guerre sainte »[196]. Sur le fond, le discours que Zayyânî prête au *Sharîf* correspond à ce qu'il a pu dire, en mettant l'accent sur le désordre régnant, les violences, l'absence de règle, la négligence des obligations canoniques en matière d'impôt. Plus que la nécessité de combattre l'Infidèle, il insiste sur le devoir, dans cette société qui va à la dérive, de restaurer un ordre islamique juste, dont le *jihâd* sera l'expression logique. Les notables se concertent et, bien évidemment, offrent le commandement à Muhammad ben 'Abder-

194. R. Le Tourneau, *Histoire de la dynastie sa'dide*... cit., p 8.

195. Le thème de l'injustice et de la corruption du gouvernement est récurrent chez les *sûfî*--s, et en particulier chez ceux de la *tarîqa jazûliya*.

196. R. Le Tourneau, *Histoire de la dynastie sa'dide*... cit., p. 8.

visto repugnar aos chefes das tribos conceder proeminência a um dos seus[197]. O eleito impõe, então, que cada tribo envie dez notáveis para junto dele: eles «levantar-se-ão quando eu me levantar, sentar-se-ão quando eu me sentar». Agentes do novo poder nas suas tribos, estes serão sustentados pelos tributos canónicos e, assim, «não irão impor a ninguém nenhuma contribuição». Esta medida, bastante importante, visa evitar os impostos, as multas arbitrárias (*ghârama*) que os pequenos chefes locais têm o costume de recolher para seu benefício sob vários pretextos, mas que Abu Abdalá Mohamede, ele próprio, infligia àqueles que não cumpriam as suas obrigações perante Santa Cruz! Estes delegados formam um conselho (*shûrâ* ou *majlis*), ou melhor, uma guarda, embrião de uma força armada: «Quando aí se encontravam, ele inscreveu-os num registo – eles eram quinhentos –, bem como as suas armas e as suas montadas». O registo é o *diwân al jaysh*.

Ao realizar actos que possuem profundo significado simbólico, segue os passos dos predecessores insignes, o Profeta e o *Mahdî* Ibn Tumart[198], talvez imitando conscientemente estes prestigiados modelos. «De seguida, ele foi com eles para um local descoberto (*msalla*), realizou uma prece de dois *rak'a*-s e pronunciou perante eles e na sua língua um sermão, no qual lhes dirigiu advertências e exortações, dizendo-lhes: «Vós sois os primeiros pioneiros da guerra santa. Levantai-vos e pronunciai a *bay'a*... Eles pronunciaram a *bay'a* a seu favor um após outro e ele fê-los jurar-lhe obediência até à morte»[199]. Zayyânî conclui a narrativa pela data deste acontecimento: 916 (10 de Abril de 1510 – 30 de Março de 1511). Trata-se de um acto de insurreição que torna, efectivamente, Abu Abdalá Mohamede em *al-Qâ'im bi amrillâh* (Alcaime biamri'llab), aquele que se eleva por ordem de Deus, ante a impotência do poder de Fez.

Poder-se-ia pensar que esta narrativa bastante viva é duma testemunha ocular, o que parece minimamente credível. Contudo, Zayyânî passa muito rapidamente desta cerimónia para a organização, por *al-Qâ'im*, do seu poder, como se os acontecimentos se tivessem sucedido pacificamente a partir de então. No entanto, vimos que o ataque de Santa Cruz, em Agosto de 1511, falhou. Leão Africano, na passagem que consagra a *Guartguessem*, tem em consideração este fracasso e o seu testemunho recolhido no local deve reter a nossa atenção, merecendo aqui longa citação.

197. R. Le Tourneau, *Histoire de la dynastie sa'dide*... cit., p. 8, nota 20.

198. A tal ponto que se pode falar em neo-almoadismo dos Sádidas.

199. R. Le Tourneau, *Histoire de la dynastie sa'dide*... cit., p. 8.

rahmân, puisque la proposition était sous entendue dans la rhétorique du discours et que les chefs de tribus répugnent viscéralement à accorder la prééminence à un des leurs[197]. L'élu impose alors que chaque tribu envoie dix notables auprès de lui : ils « se lèveront quand je me lèverai, s'assiéront quand je m'assiérai ». Agents du pouvoir nouveau dans leurs tribus, ils seront entretenus par les redevances canoniques et, de ce fait, « n'imposeront à personne aucune contribution ». Cette dernière mesure très importante vise à éviter les taxes, amendes arbitraires (*ghârama*) qu'ont l'habitude de prélever à leur profit, sous divers prétextes, les petits chefs locaux, mais que Muhammad ben 'Abderrahmân lui-même infligeait à ceux qui étaient défaillants dans leurs obligations devant Santa Cruz ! Ces délégués forment un conseil (*shûrâ* ou *majlis*), ou plutôt une garde, embryon d'une force armée : « Quand ils furent là, il les inscrivit sur un registre – ils étaient au nombre de cinq cents – ainsi que leurs armes et leurs montures ». Le registre c'est le *diwân al jaysh*.

En accomplissant des actes qui ont une profonde signification symbolique, il suit les traces de prédécesseurs insignes : le Prophète, le *Mahdî* Ibn Tumart[198]. C'est peut-être une imitation consciente de ces prestigieux modèles. « Puis il se rendit avec eux dans un lieu découvert (*msalla*), fit avec eux une prière de deux *rak'a*-s et prononça devant eux et dans leur langue un sermon dans lequel il leur adressa avertissements et exhortations, leur disant : « Vous êtes les premiers pionniers de la guerre sainte. Levez-vous et prononcez la *bay'a*... Ils prononcèrent la *bay'a* en sa faveur l'un après l'autre et il les fit jurer de lui obéir jusqu'à la mort »[199]. Zayyânî conclut son récit par la date de cet événement, 916 (10 avril 1510 – 30 mars 1511). C'est un acte insurrectionnel, qui fait bien de Muhammad ben 'Abderrahmân *al-Qâ'im bi amrillâh*, celui qui se lève sur l'ordre de Dieu, devant l'impuissance du pouvoir de Fès.

On croirait que ce récit très vivant est d'un témoin oculaire, et on est tenté d'y ajouter foi, au moins pour l'essentiel. Mais Zayyânî enchaîne très rapidement de cette cérémonie à l'organisation par al-Qâ'im de son pouvoir, comme si les événements s'étaient déroulés sans heurts à partir de ce moment. Or nous avons vu que l'attaque de Santa Cruz en août 1511 a échoué. Jean-Léon l'Africain, dans le passage qu'il consacre à *Guartguessem*, tient compte de cet échec et son témoignage recueilli sur place doit retenir

197. R. Le Tourneau, *Histoire de la dynastie sa'dide*... cit., p. 8, note 20.

198. Si bien qu'on a pu parler de néo-almohadisme des Sa'diens.

199. R. Le Tourneau, *Histoire de la dynastie sa'dide*... cit., p. 8.

Esta fortaleza «tem à sua volta excelentes terrenos de cultivo que há vinte anos foram tomados pelos portugueses». O seu escrito data de cerca de 1525 e Santa Cruz havia sido fundada em 1505. Não se deve depreender que os ocupantes do Castelo tivessem por objectivo principal apoderar-se dos terrenos agrícolas, ainda que os possam ter cultivado e criado algum gado nos arredores. Contudo, pelo que conhece das razias efectuadas pelos membros da guarnição, uma extensão considerável de terras havia-se tornado inutilizável[200]. «Também as populações de Hea e do Suz concertaram-se a fim de se apoderarem desta fortaleza e numerosos combatentes a pé vieram de regiões longínquas para ajudá-los. Eles escolheram como capitão-geral um fidalgo que era xarife, isto é, nobre da família de Maomé. Ele cercou o castelo durante vários dias. Houve muitos mortos entre os combatentes de fora do país, pelo que estes últimos abandonaram a conquista e regressaram ao seu território. Mas alguns permaneceram com o Xarife com a intenção de continuar a fazer a guerra aos cristãos. A população do Suz limitou-se a dar ao Xarife a quantia necessária para o sustento de quinhentos cavaleiros. Este, quando recebeu quantias importantes para pagamento desta tropa e adquiriu conhecimento do país, declarou-se independente e instaurou-se ditador. Quando abandonei a corte deste Xarife ele tinha mais de três mil cavaleiros e um número infinito de soldados, bem como um importante tesouro de guerra», conclui Leão Africano[201]. O autor da *Chronique de Santa Cruz* confirma que, em 1514, ele tinha três mil cavaleiros além de muitos combatentes a pé armados de azagaias e alguns besteiros, mas em número reduzido[202]. Os seus homens são numerosos mas não dispõem ainda de um armamento comparável ao dos portugueses.

O testemunho de Leão Africano confirma alguns pontos de outras fontes. O falhanço do ataque ao Castelo de Santa Cruz foi seguido da deserção de um número considerável daqueles que, vindos de longe, se haviam aliado a Abu Abdalá Mohamede, o que pode ter provocado uma crise de autoridade. Talvez seja a esta situação que Ifrânî faz alusão ao mencionar um diferendo com a população de Tidsi, levando-o a retirar-se para o Drá, de onde teria retornado a instâncias de personalidades como Cid Baracate. Leão Africano confirma a constituição de uma força

200. L. del Marmol, *L'Afrique*... cit., p. 34: «A partir daí os portugueses realizando incursões por toda a parte, acompanhados de alguns árabes e africanos que se tinham tornado seus vassalos, tornaram-se senhores do país».

201. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., p. 92.

202. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*... cit., p. 25.

notre attention. Il mérite d'être largement cité. Cette forteresse « a dans son circuit d'excellents terrains de culture qui voilà vingt ans de cela furent pris par les Portugais ». Il écrit vers 1525, et Santa Cruz a été fondée en 1505. Il ne faudrait pas comprendre que le but des occupants du *Castelo* était de s'emparer de terres agricoles, même s'ils ont pu pratiquer quelque cultures et élever un peu de bétail alentour de celui-ci. Mais, étant donné ce que l'on sait des razzias effectuées par des membres de la garnison, une étendue considérable de terres était de ce fait devenue inutilisable[200]. « Aussi la population du Hea et celle du Sus s'entendirent-elles pour reprendre cette forteresse et de nombreux combattants à pied vinrent-ils de lointaines régions pour les y aider. Ils prirent comme capitaine général un gentilhomme qui était chérif, c'est-à-dire noble de la famille de Mahomet. Il mit le siège devant le château pendant plusieurs jours. Il y eut beaucoup de tués parmi les combattants étrangers au pays, aussi ces derniers abandonnèrent-ils l'entreprise et rentrèrent-ils chez eux. Mais certains restèrent avec le Chérif dans l'intention de continuer à faire la guerre aux Chrétiens. La population du Sus se contenta de donner au Chérif la somme nécessaire à l'entretien de cinq cents cavaliers. Celui-ci, quand il eut touché pour la solde de cette troupe des sommes importantes et qu'il eut acquis l'expérience du pays, se déclara indépendant et s'instaura dictateur. Quand j'ai quitté la cour de ce Chérif, il avait plus de trois mille cavaliers et un nombre infini de fantassins et aussi un important trésor de guerre », conclut Jean-Léon l'Africain[201]. L'auteur de la *Chronique de Santa Cruz* confirme qu'en 1514 il avait trois mille cavaliers outre beaucoup de gens de pied armés de zagaies et quelques arbalétriers, mais en petit nombre[202]. Ses hommes sont nombreux mais ne disposent pas encore d'un armement comparable à celui des Portugais.

Le témoignage de Jean-Léon confirme certains points vus par ailleurs. L'échec de l'attaque du *Castelo de Santa Cruz* a été suivi d'une défection d'un nombre considérable de ceux qui, venus de loin, avaient rallié Muhammad ben 'Abderrahmân, ce qui a pu provoquer une crise d'autorité. C'est peut-être ce à quoi Ifrânî fait allusion en parlant d'un différend avec les gens de Tidsi, qui l'aurait conduit à se retirer dans le Dr'â, d'où il serait revenu à l'appel de certains personnages, dont Sidî Barakât. Jean-Léon confirme la constitution d'une force de cinq cents cavaliers entretenus

200. L. del Marmol, *L'Afrique*... cit., p. 34 : « De là les Portugais faisant des courses partout, en la compagnie de certains Arabes et Africains qui s'estoient faits leurs vassaux, se fussent rendus maistres du pays ».

201. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., p. 92.

202. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*... cit., p. 25.

de quinhentos cavaleiros mantidos com impostos pagos pela população do Suz e a decisão deste xarife em declarar-se independente de Fez. Estabelecer-se ditador significa, na Itália onde vive Leão Africano quando escreve, atribuir-se poderes plenos a partir do momento em que estão reunidos meios suficientes em homens e recursos. O autor acrescenta uma elucidação que não deve ser negligenciada: quando «ele tinha adquirido o conhecimento do país». Com efeito, o xarife veio do vale do Drá, uma área vizinha e ligada ao Suz, mas exterior.

A *Chronique Anonyme Sa'dienne* evoca, à sua maneira, esta dificuldade. Sabemos que a sua família estava aí bem estabelecida desde há muito e que tinha influência: como outras respeitadas pela ciência da religião, desempenhava um papel de conselho, de arbitragem. Assim, não podemos pensar que esta, no passado, tivera que intervir entre os dois *mizwar*-s inimigos? Se Abu Abdalá Mohamede foi levado a regressar ao Drá, não seria também, ou sobretudo, porque sérios motivos aí o chamavam? Podemos conectá-la com o facto de que o *mizwar* do Drá, segundo a breve observação de Marmol, pediu ajuda aos portugueses por causa da hostilidade que nutria pelo outro, o que favoreceu os Sádidas, que assim impuseram a sua autoridade[203]. Uma última informação que podemos extrair do texto de Leão Africano é o rápido crescimento das forças do xarife entre 1511 e 1514, data em que o autor deixou o Suz, onde tinha ido a mando do Oatácida pedir ajuda contra os portugueses, que então ameaçavam apoderar-se de Marraquexe, na sequência da conquista de Azamor[204]. Era necessário, todavia, que todo o Suz obedecesse aos Sádidas: na montanha mais elevada, os *Hanchisa* (actualmente, Nguisa), habitantes berberes deste meio hostil recusaram submeter-se e resistiam ainda quando Leão Africano aqui se encontrava[205]. Paralelamente, as tribos são apoiadas pela guarnição de Santa Cruz para se oporem aos chourfas: uma guerra de ataques surpresa desenvolve-se então durante alguns anos, narrada pela *Crónica* desta praça. Contudo, através deste documento não se obtém um retrato satisfatório do que se passa na região, sendo necessário aprofundar o tema. Os Sádidas solidamente instalados no país dos Hea vão ajudar na defesa de Marraquexe, ao lado do emir Hintata e de um alcaide do sultão de Fez, quando os portugueses e os seus aliados, em Abril de 1515, tentam aí penetrar e são repelidos[206]. Com efeito, podemos então avaliar o caminho percorrido.

203. L. del Marmol, *L'Afrique*... cit., p. 125.

204. B. Rosenberger, «Une carrière politique ...» cit., p. 51.

205. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., p. 94.

206. Acerca desta tentativa: Damião de Góis, *Crónica*... cit., tomo III, 74; R. Ricard, *Les Portugais au Maroc*... cit., pp. 143-147;

par des impôts payés par la population du Sous et la décision de ce *Sharîf* de se déclarer indépendant de Fès. S'instaurer dictateur, c'est dans l'Italie où vit alors Jean-Léon quand il écrit, s'attribuer les pleins pouvoirs à partir du moment où sont réunis des moyens suffisants en hommes et en ressources. L'auteur ajoute une précision qui n'est pas à négliger : quand « il eut acquis l'expérience du pays ». Le *Sharîf* est en effet venu de la vallée du Dr'â, un milieu voisin du Sous, en relation avec lui, mais extérieur.

La *Chronique Anonyme Sa'dienne* évoque, à sa façon, cette difficulté. Nous savons que sa famille y était bien installée depuis longtemps et qu'elle y avait de l'influence. Elle jouait là, comme d'autres respectées pour leur science religieuse, un rôle de conseil, d'arbitrage. Ne peut-on pas penser, de ce fait, qu'elle aurait eu dans le passé à intervenir entre les deux *mizwar*-s ennemis ? Si Muhammad ben 'Abderrahmân a été amené à retourner dans le Dr'â, ne serait-ce pas aussi ou plutôt parce que des raisons sérieuses l'y appelaient ? On peut être tenté de faire le lien avec le fait que le *mizwar* du Dr'â, selon la brève remarque de Marmol, a fait appel aux Portugais par hostilité à l'autre, ce qui a fait le jeu des Sa'diens qui ont ainsi imposé leur autorité[203].

Une dernière information qu'on peut tirer du texte de Jean-Léon est la rapide croissance des forces du *Sharîf* de 1511 à 1514, date à laquelle l'auteur a quitté le Sous, où il était venu de la part du Wattâsside solliciter une aide contre les Portugais, qui menaçaient alors de s'emparer de Marrakech à la suite de la conquête d'Azemmour[204]. Il s'en fallait toutefois que tout le Sous obéît aux Sa'diens : dans la montagne la plus élevée, les *Hanchisa* (aujourd'hui Nguisa), Berbères habitants de ce milieu très rude, ont refusé de se soumettre et résistaient encore quand Jean-Léon se trouvait dans le pays[205]. D'autre part, des tribus trouvent l'appui de la garnison de Santa Cruz pour s'opposer aux *Shurfâ'* : une guerre de coups de main se déroule alors pendant quelques années, racontée par la *Chronique* de cette place. Mais à travers ce document on ne peut avoir une idée suffisante de ce qui se passe dans la région, il faut regarder au-delà. Les Sa'diens solidement installés dans le pays des Haha vont aider à la défense de Marrakech aux côtés de l'émir Hintâtî et d'un *qâ'id* du sultan de Fès lorsque les Portugais et leurs alliés, en avril 1515, ont tenté d'y pénétrer et ont été repoussés[206]. On peut en effet à ce moment mesurer le chemin parcouru.

203. L. del Marmol, *L'Afrique*... cit., p. 125.

204. B. Rosenberger, «Une carrière politique ...» cit., p. 51.

205. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., p. 94.

206. Sur cette tentative : Damião de Góis, *Crónica*... cit., tome III, p. 74 ; R. Ricard, *Les Portugais au Maroc*... cit., pp. 143-147 ; Diego

Oposição aos Sádidas

O ano de 1513 é crucial. D. Manuel decidiu conquistar Azamor, cuja obediência, incerta desde o início da sua vassalagem, devia ser reiterada firmemente tendo em vista projectos ambiciosos. O acontecimento, que teve lugar a 3 de Setembro, é celebrado no reino e em Roma como um acto de cruzada. Este surge como promessa de vitórias futuras: a seguinte seria a tomada de Marraquexe, cujas míticas maçãs de ouro da Kutûbiya faziam sonhar mais que um fidalgo português[207]. D. Manuel visa dominar uma grande parte de Marrocos e elabora planos contra o sultão de Fez. O rei devia estar a par de que uma nova força havia surgido oriunda do Sul.

Como a submissão do Suz não estava concluída, os líderes dos Hea e dos Xiatima pedem auxílio aos Sádidas: «Tendo conhecimento da boa conduta de Elqâïm e do triunfo das suas armas, foram ter com ele e queixaram-se dos prejuízos que lhes causava a presença do inimigo no seu território e os fortes ataques que lhes eram infligidos. Em consequência, eles rogaram ao príncipe viajar para o seu país e trazer o seu filho, o presumível herdeiro. Elqâïm acedeu ao seu pedido; acompanhado do seu filho, partiu com eles e foi estabelecer-se no local designado Foughal [Afûghal], na província de Hea»[208]. A escolha do lugar é significativa, visto aí se encontrar o túmulo de Cide Mohamede Aljazuli, importante figura do sufismo, inspirador de várias personalidades que pediram auxílio aos Sádidas.

A partir daí, dispondo de uma força militar apreciável, puderam intervir nas lutas complexas pelo domínio das tribos que habitam na área a sul de Safim, entre o Tensift e a montanha. Os combates sucedem-se entre os portugueses, o emir Hintata de Marraquexe e Bentafufa. Este último é suspeito de actuar mais em proveito próprio que em benefício dos portugueses. Góis relata que o capitão de Safim Nuno Fernandes quis atacar Tednest, onde, segundo Diego de Torres, Abu Abdalá Mohamede se teria estabelecido e mandado construir um palácio com jardins e tanques de água[209]. Parece que o capitão teve vontade de a tomar, visto ter pedido auxílio ao seu homólogo de Azamor. Porém, «com cobiça de ser toda a honra sua», foi à frente com quatrocentas lanças, a que se juntou Bentafufa, liderando uma tropa de dois mil cavaleiros

Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*… cit., pp. 58-61; uma boa síntese em *SIHM, Portugal*, tomo I, pp. 687-692.

207. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. CXXXVI, p. 678.

208. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*… cit., p. 33.

209. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*… cit., p. 69. Esta asserção parece duvidosa.

Résistances aux Sa'diens

L'année 1513 est cruciale. D. Manuel a décidé de procéder à la conquête de la ville d'Azemmour dont l'obéissance incertaine dès le début de sa vassalité doit être affirmée avec force en vue de projets ambitieux. L'événement, qui a eu lieu le 3 septembre, est célébré dans le royaume et à Rome comme un acte de croisade. Il apparaît comme la promesse d'autres victoires. La prochaine serait la prise de Marrakech, dont les mythiques pommes d'or de la Kutûbiya font rêver plus d'un gentilhomme portugais[207]. D. Manuel vise à ce moment la domination d'une large partie du Maroc, prépare des plans contre le sultan de Fès. Le roi doit aussi savoir qu'une force nouvelle est apparue venant du sud.

Bien que la soumission du Sous ne soit pas achevée, les Sa'diens ont été appelés à l'aide par les chefs des Haha et des Shiadhma : « Ayant appris la belle conduite de Elqâïm et le triomphe de ses armes, (ils) se rendirent auprès de lui et se plaignirent de la situation que leur créaient la présence de l'ennemi sur leur territoire et les vives attaques qu'ils avaient à en subir. En conséquence ils prièrent le prince de se transporter dans leur pays et d'y amener son fils, l'héritier présomptif. Elqâïm accéda à leur requête ; accompagné de son fils il se mit en route avec eux et alla s'établir à l'endroit dit Foughal (Afûghal) dans la province de Haha »[208]. Le choix du lieu est significatif, c'est là qu'est la tombe de Muhammad ben Slimân al-Jazûlî, grande figure du soufisme, l'inspirateur de plusieurs des personnages qui ont fait appel aux Sa'diens.

De là, disposant d'une force militaire appréciable, ils peuvent intervenir dans des luttes complexes pour la domination des tribus qui vivent dans l'espace au sud de Safi entre le Tensift et la montagne. Elles se déroulent entre les Portugais, l'émir Hintâtî de Marrakech et Yahyâ û Tâ'fuft. Ce denier est en effet soupçonné d'agir plus pour son propre intérêt que celui des Portugais. Góis rapporte que le capitaine de Safi voulut attaquer Tednest où, selon Diego de Torres, Muhammad ben 'Abderrahmân se serait établi et aurait fait construire un palais avec des jardins et des bassins[209]. Il semble qu'il ait eu le désir de s'en em-parer puisqu'il avait demandé l'aide de son homologue d'Azemmour. Mais comme « il convoitait la gloire pour lui seul », il partit de l'avant avec quatre cents lances, rejoint par

de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*… cit., pp. 58-61; bonne synthèse dans *SIHM, Portugal*, tome I, pp. 687-692.

207. *SIHM, Portugal*, tome I, doc. CXXXVI, p. 678.

208. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*… cit., p. 33.

209. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*… cit., p. 69. Cette assertion paraît douteuse.

e setecentos soldados de infantaria das tribos de Abida e Garbia. Assim, «(...) veo o Serife ao encontro com quatro mil de cavallo em hum campo raso, dezoito léguas de Çafim, com quem Çide Iheabentatuf com os seus travou a batalha. Estando Nuno Fernandez quedo sem mover sua gente (...)». Apesar desta atitude, cujas razões questionamos, o aliado indígena dos portugueses obteve uma vitória absoluta, a 26 de Fevereiro de 1514. O saque de animais de pequeno e grande porte e de camelos foi enorme. «Desbaratado o Serife, Nuno Fernandez entrou pacifico na cidade de Tednest»[210]. Segundo Leão Africano, esta teria sido abandonada antes pelos seus habitantes, em 918 (19 de Março de 1512 – 8 de Março de 1513), dado que os vizinhos árabes tinham acordado com o capitão de Safim entregá-la aos cristãos. Quando o autor aí passou, em 920 (26 de Fevereiro de 1514 – 14 de Fevereiro de 1515), «ela só estava habitada por corvos e corujas»[211]. Ainda que as razões da ruína de Tednest não sejam muito claras, os Sádidas sofreram nas imediações uma séria derrota. Poder-se-ia pensar que estavam enfraquecidos, mas continuavam temíveis. Será que D. Manuel foi levado a retomar a posição de Santa Cruz do Cabo de Guer para vigiar este adversário, ao mesmo tempo que desenvolvia comércio frutuoso nesta região de possibilidades conhecidas e aliciantes? Na sequência da compra, em Janeiro de 1513, da pequena fortaleza de João Lopes de Sequeira, o rei enviou aí um capitão-governador, D. Francisco de Castro «com muita gente e officiaes, para fazer no castelo huma boa villa, como fez, muito forte e com sete cubelos ao redor dos muros, em os quaes estava muita artelharia grossa e de toda sorte (...)»[212]; este ocupa o cargo em Maio. Em Dezembro chega o feitor Afonso Rodrigues, que relata o estado da praça ao rei. Santa Cruz é insuficientemente abastecida de mercadorias procuradas pelos locais, pelo que estes iam a Tamaraque negociar com os comerciantes de Cádis. Esta constatação confirma que João Lopes de Sequeira tinha razão em querer neutralizar este sítio. Os edifícios e as fortificações de Santa Cruz, em péssimo estado, tornam urgentes obras de reparação. Quanto ao pessoal ao serviço da fortaleza – intérprete, médico e meirinho – não é satisfatório. No entanto, aparecem alguns elementos encorajantes: os xeques dos Ksima tinham proposto estabelecer-se junto à praça e continuar a assegurar o seu abasteci-

210. Damião de Góis, *Crónica*... cit., tomo III, p. 49; R. Ricard, *Les Portugais au Maroc*... cit., pp. 114-115.

211. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., p. 75. Ele dirigia-se então para o Suz, para se juntar aos Sádidas.

212. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*... cit., p. 24.

Yahyâ û Tâ'fuft à la tête d'une troupe de deux mille cavaliers et sept cents fantassins des tribus de 'Abda et Gharbiya. « Le Chérif vint à leur rencontre en rase campagne, à dix-huit lieues de Safi, avec quatre mille cavaliers, et Çide Iheabentatuf avec les siens engagea la bataille, tandis que Nuno Fernandes (le capitaine de Safi) restait tranquille sans faire bouger ses hommes ». En dépit de cette abstention, sur les raisons de laquelle on s'interroge, son allié indigène remporta à la tête des siens une victoire complète le 26 février 1514. Le butin de gros et petit bétail et de chameaux fut énorme. « Le Chérif mis en fuite, Nuno Fernandes entra pacifiquement dans la ville de Tednest »[210]. Il semble qu'elle avait été auparavant abandonnée par ses habitants, selon Jean-Léon en 918 (19 mars 1512 – 8 mars 1513), parce que leurs voisins arabes s'étaient entendus avec le capitaine de Safi pour livrer la ville aux Chrétiens. Lorsque l'auteur y est passé en l'an 920 (26 février 1514 – 14 février 1515) « elle n'était plus habitée que par les corneilles et par les chouettes »[211]. Même si les raisons de la ruine de Tednest ne sont pas très claires, les Sa'diens ont subi à proximité une sérieuse défaite. On pouvait penser qu'ils étaient affaiblis, mais ils restaient menaçants. Est-ce que D. Manuel a été poussé à reprendre la position de Santa Cruz do Cabo de Gué afin de surveiller cet adversaire, tout en développant un fructueux commerce dans cette région dont les possibilités étaient connues et encourageantes ? À la suite du rachat en janvier 1513 de la petite forteresse de João Lopes de Sequeira, le roi y a envoyé un capitaine-gouverneur, D. Francisco de Castro « avec beaucoup de gens de guerre et d'artisans, pour faire dans le château un bon bourg avec sur le pourtour sept bastions où il y avait beaucoup d'artillerie lourde et de toute sorte »[212]. Il y est en fonction au mois de mai suivant, et un *feitor* arrivé en décembre, Afonso Rodrigues, rend compte au roi de la situation de la place.

Santa Cruz est mal approvisionnée des marchandises que demandent les gens du pays, de sorte qu'ils vont à Tamrakht traiter avec des marchands de Cadix. Cette constatation confirme que João Lopes de Sequeira avait raison de vouloir neutraliser ce site. Les bâtiments et les fortifications de Santa Cruz en piètre état rendent urgents des travaux de réfection. Quant au personnel au service de la forteresse – interprète, médecin, huissier – il ne donne pas satisfaction. Mais des éléments encourageants apparaissent : des

210. Damião de Góis, *Crónica*... cit., tome III, p. 49 ; *Les Portugais au Maroc*... cit., pp. 114-115.

211. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*... cit., p. 75. Il se rendait alors dans le Sous auprès des Sa'diens.

212. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*... cit., p. 24.

mento e segurança dos caminhos, em troca da ajuda dos espingardeiros e dos cavaleiros em caso de ataque do xarife; segundo o costume, entregariam reféns de valor para confirmar o acordo[213].

Por seu lado, a *Crónica de Santa Cruz* destaca a aliança de um chefe de tribo árabe: «lhe mandou dizer [a Dom Francisco] hum alcaide por nome Bam Mileque[214], que tinha guerra com o Xarife, que se lhe quizesse dar lugar a junto da villa, debaxo das bombardas, onde armasse tendas e fizesse cazas, que elle se viria para elle com toda sua gente e poder e que o ajudaria a fazer guerra ao Xarife para se vingar d'elle, e lhe seria tão leal como adiante se veria»[215].

Constatamos que habitantes vizinhos da fortaleza procuram a protecção portuguesa, nomeadamente a proporcionada pelas armas de fogo, que então lhes proporcionavam indiscutível superioridade. Os dois grupos têm motivações diferentes. Os Ksima permanecem fiéis aos compromissos assumidos com João Lopes de Sequeira, conservando assim as relações comerciais vantajosas com Santa Cruz. A tribo árabe de Bam Mileque toma o partido dos portugueses pois está em guerra com o xarife e quer vingar-se de um dano que este lhe teria causado, cuja natureza desconhecemos. Assim, sendo a vingança uma força bastante poderosa nesta sociedade, o louvor à lealdade do alcaide feito pelo cronista faz sorrir: efectivamente, «(...) lhe seria tão leal como adiante se veria, como sempre foi enquanto viveo, não como Mouro que elle era, mas como se fora christão». Este é um bom exemplo da clássica oposição retórica entre o muçulmano traiçoeiro e o cristão leal.

Este líder da tribo de Zirara (*Yzarel* ou *Hizarara*), fracção do conjunto árabe dos Ma'qil bem representado no Suz de então, veio estabelecer-se junto da fortaleza com uma centena de cavaleiros e setecentos ou oitocentos peões, equipados com zagaias e algumas bestas, o seu armamento habitual, «muita boa gente da cabilda d'Yzarel, que erão grandes cavaleiros». A tradição guerreira destes árabes serve na perfeição o capitão: envia-os para espiar o país, assumem a segurança da região e, sobretudo, efectuam com eles grandes razias, devastando o território a tal ponto que ninguém ousa enfrentá-los nas zonas rurais, excepto o xarife em pessoa. Este tenta desligar o alcaide da aliança portuguesa através de ofertas aliciantes: se lhe entregasse o capitão faria dele o seu principal adjunto. Contudo, Bam Mileque, como prova

213. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. LXXXVI, pp. 470-476.

214. Nos documentos em árabe da Torre do Tombo, este assina Malîk ben Dâwud.

215. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*... cit., p. 28.

shaykh-s des Ksima sont venus proposer de s'établir auprès de la place, de continuer à assurer son ravitaillement et la sécurité des chemins en échange de l'aide d'arquebusiers et de cavaliers en cas d'attaque du *Sharîf*. Selon la règle, pour confirmer l'accord, ils donneraient de bons otages[213].

La *Chronique de Santa Cruz* fait état de son côté du ralliement d'un chef de tribu arabe « un caïd nommé Bam Mileque[214], qui était en guerre avec le Chérif, fit dire à Dom Francisco que s'il voulait lui donner un endroit près du bourg, sous la protection des bombardes, où il pût dresser ses tentes et édifier des maisons, il viendrait auprès de lui avec tous ses gens et toutes ses forces et l'aiderait à faire la guerre au Chérif pour se venger de lui, et lui serait loyal, comme il le verrait plus tard »[215].

On voit que certains habitants du voisinage de la forteresse recherchent la protection portugaise, en particulier celle des armes à feu dont elle dispose, qui font, à ce moment, son indiscutable supériorité. Les motivations des deux groupes sont différentes. Les Ksima restent fidèles aux engagements conclus avec João Lopes de Sequeira et conservent ainsi les profitables relations commerciales avec Santa Cruz. La tribu arabe de Malîk ben Dâwud (*Bam Mileque*) prend le parti portugais parce qu'elle est en guerre avec le *Sharîf* et veut se venger d'un tort qu'il lui aurait causé et dont on ignore la nature. La vengeance est dans cette société un moteur très puissant, aussi l'éloge par le chroniqueur de la loyauté du *qâ'id* fait sourire : « en effet il le fut toujours, tant qu'il vécut, non comme un Maure qu'il était, mais comme s'il eût été Chrétien». C'est un bel exemple de l'opposition rhétorique classique entre le Musulman fourbe et le Chrétien loyal.

Ce chef de la tribu de Zirara (*Yzarel* ou *Hizarara*), fraction de l'ensemble arabe des Ma'qil bien représenté dans le Sous à cette époque, est venu s'établir près de la forteresse avec une centaine de cavaliers et sept ou huit cents gens de pied armés de sagaies et de quelques arbalètes, leur armement habituel, de « très bons gens de guerre » qui étaient « d'excellents cavaliers ». La tradition guerrière de ces Arabes sert à merveille le capitaine. Il les envoie épier le pays, ils assurent la sécurité de la région et surtout ils font avec lui de grandes razzias. Ils ravagent le territoire à tel point que personne n'ose leur tenir tête dans la campagne, sauf le *Sharîf* en personne. Celui-ci tente

213. *SIHM, Portugal*, tome I, doc. LXXXVI, pp. 470-476.

214. Dans des documents en arabe de la Torre do Tombo, il signe Malîk ben Dâwud.

215. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*... cit., p. 28.

da sua lealdade, mostra-lhe o salvo-conduto do xarife. A concorrência do pequeno porto de Teracuco causa prejuízo aos negócios de Santa Cruz. O feitor encarregue de fomentá-los não é bem abastecido e queixa-se desta situação ao rei, em Junho de 1514. Os comerciantes do país não se dirigem a Santa Cruz, indo a outros locais comprar o que trazem os navios de Cádiz. Perante a notícia da chegada a Teracuco de dois ou três navios carregados de mercadorias, o governador e o feitor decidem enviar aí uma caravela, que, finalmente, traz os tecidos solicitados. Esta, ainda que mal apetrechada, não corria muitos riscos perante navios não armados e face às obsoletas peças de artilharia deste porto. Quando a caravela chegou ao local, um navio já tinha sido descarregado e o comerciante tinha-se refugiado em terra. Mas um segundo foi apreendido, a tripulação e o capitão do navio genovês feitos prisioneiros e enviados a Portugal, para que o rei decidisse a punição adequada, dado que se propunha realizar trajectos de ida e volta entre Cádis e Teracuco com mercadorias para arruinar o comércio de Santa Cruz. Assim, segundo o feitor, era necessário enviar contra este porto uma caravela bem armada para fazer cessar esta concorrência[216]. Com efeito, Portugal considera África como um espaço que lhe era reservado, baseando-se nos tratados sancionados pelo papado para se opor a uma actividade que julga ilegal, não hesitando em empregar a força para a fazer cessar.

O feitor tem ainda outras preocupações: por um lado, tarda a venda de trigo pelos muçulmanos vizinhos; por outro lado, falta-lhe dinheiro, materiais e mão-de-obra para edificar a vila requerida pelo rei. Ao contrário da vontade do capitão, que a queria construir de raiz, o feitor defendia o aproveitamento dos materiais existentes, efectuando reparações do lado da «mouraria», onde se poderiam encontrar pedras. Trata-se da antiga aglomeração indígena de Agadir al-'Arba' ou das casas daqueles que se vieram instalar junto à fortaleza? Será que pretende aproveitar materiais das ruínas das construções espanholas? O oficial termina a sua longa carta sugerindo que seria mais lucrativo o resgate de «tres peças de spravas» pelas respectivas famílias que enviá-las a Portugal, uma indicação sobre os lucros que se tiravam dos prisioneiros obtidos nas entradas. Finalmente, anuncia que a população de Meça fornecerá trigo e que lhe trouxeram amostras de cobre («dous pães de cobre»), que enviava para o rei examinar[217]. Este metal é-lhe proposto a

216. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. CVIII, pp. 563-565.

217. Estes lingotes de cobre são designados por *tangult* no país: B. Rosenberger, «Les vieilles exploitations minières…» cit., pp. 59-102.

de détacher le *qâ'id* de l'alliance portugaise par des offres alléchantes : s'il lui livrait le capitaine, il ferait de lui son principal adjoint. Mais Malîk ben Dâwud, pour preuve de sa loyauté, lui montre le sauf-conduit du *Sharîf*.

La concurrence du petit port de Tarkûkû, fait tort aux affaires de Santa Cruz. Le *feitor* chargé de les développer n'est pas assez approvisionné, et s'en plaint au roi en juin 1514. Les marchands du pays ne viennent pas ou vont ailleurs acheter ce qu'apportent des navires de Cadix. À l'annonce de l'arrivée à Tarkûkû de deux ou trois navires chargés de marchandises, le gouverneur et le *feitor* ont décidé d'y envoyer la caravelle qui avait enfin apporté des tissus demandés. Bien que mal armée, elle ne courrait pas beaucoup de risques en face de navires qui ne l'étaient pas et des mauvaises pièces d'artillerie de ce port. Lorsqu'elle y est arrivée, un vaisseau était déjà déchargé et le marchand s'était réfugié à terre. Mais un second a été saisi, l'équipage et le maître du navire génois faits prisonniers ont été envoyés au Portugal, afin que le roi décide du châtiment opportun, car ils se proposaient d'aller et venir entre Cadix et Tarkûkû avec des marchandises, afin de ruiner le commerce de Santa Cruz. Il faudrait envoyer contre ce port une caravelle très bien armée pour faire cesser cette concurrence[216]. Le Portugal en effet, considère l'Afrique comme son domaine réservé, il s'appuie sur des traités, qui ont la sanction de la papauté, pour s'opposer à une activité jugée illégale et n'hésite pas à employer la force pour la faire cesser.

Le *feitor* a encore d'autres soucis, d'une part la vente de blé par les Musulmans voisins tarde, d'autre part, il manque d'argent, de matériaux, de main d'œuvre pour l'édification du bourg demandée par le roi. Aussi aimerait-il, à la différence du capitaine qui veut bâtir du neuf, utiliser ce qui existe en faisant des réparations du côté de la *mouraria*, où l'on pourrait trouver des pierres. S'agit-il de l'ancienne agglomération indigène d'Agadir al-'Arba' ou des maisons de ceux qui sont venus s'installer près de la forteresse ? Compte-t-il tirer des matériaux des vestiges des constructions espagnoles ? Il termine sa longue lettre en suggérant qu'il serait plus profitable de procéder au rachat par leur famille de « trois femmes captives » que de les envoyer au Portugal, c'est une indication sur les profits qu'on tire des prisonniers faits lors des *entradas*. Il annonce enfin que les gens de Massa fourniront du blé et qu'on lui a porté des échantillons de cuivre (*dous pães de cobre*) qu'il envoie à l'examen du roi[217].

216. *SIHM, Portugal*, tome I, doc. CVIII, pp. 563-565.

217. Ces lingots de cuivre sont appelés *tangult* dans le pays : B. Rosenberger, « Les vieilles exploitations minières… » cit., pp. 59-102.

um preço que parece elevado devido à proibição do xarife[218], mas Portugal poderia adquiri-lo para a sua artilharia. Nesta carta constatamos já a dificuldade de Santa Cruz em obter víveres com os seus vizinhos: «até o presemte nom nos querem dar triguo, até vyr Almançor [um notável] do Xarife, em que elles ainda crem», dito de outra forma, a quem obedecem ainda; se era necessário presenteá-los para os incentivar a ignorar as ordens do xarife, a situação seria precária[219]. Uma carta posterior do capitão D. Francisco de Castro versa igualmente a concorrência de Teracuco[220]. Os comerciantes de Cádiz, que vieram encontrá-lo em Santa Cruz, aceitariam negociar aí caso os direitos de 20% exigidos não fossem excessivos. O capitão não pode decidir diminuí-los por iniciativa própria, mas defende uma taxa intermédia para atrair os comerciantes de todos os países e, em particular, estes que frequentam habitualmente aquele porto e que «sam os propeos moradores de Taracuco»; efectivamente, ele encontra-os todas as vezes que aí vai em expedição. Estes temem que o rei queira destruir esta praça e desejam colocar-se sob a sua protecção. Segundo o capitão, é necessário favorecê-los a fim de retirar ao xarife os rendimentos que obtém destes comerciantes: «tam grande remda como tem nelles, com que se faz muito forte pera ca e contra Çafim»[221]. O capitão pressiona o rei a deliberar rapidamente sobre este assunto em seu proveito. Uma guerra económica é, com efeito, empreendida contra o Sádida, dado que nesta altura Meça caiu sob a sua alçada e o capitão ordenou uma entrada contra esta cidade. Embora seja um porto medíocre é, ainda assim, um lugar suplementar onde se pode desenvolver um comércio que escapa ao controlo português. Neste ano de 1516, os Sádidas concentram-se em melhorar as suas posições. Mohamede Xeque, *«el menor»*, prossegue os desbravamentos para criar plantações de cana-de-açúcar em torno de Tarudante e ampliar esta cidade. Ahmede Aláreje, o irmão «*mayor*», desloca-se ao Drá, onde ganha novos partidários concedendo presentes e promessas. Concilia-se também com «*los Alcaides y gentes de Teguriri comarcanos de Dará*»[222]; o controlo do oásis de Gourara, não muito próximo do Drá mas no eixo principal do comércio com o *Bilâd Sudan*, reforça e completa o seu domínio. Este não parece, contudo,

Ce métal lui est proposé à un prix qui paraît élevé en raison de l'interdiction du *Sharîf*[218], mais le Portugal peut en être acquéreur pour ses pièces d'artillerie. Dans cette lettre, on voit déjà la difficulté pour Santa Cruz de se procurer des vivres chez ses voisins: « jusqu'à ce jour, ils ne veulent pas nous fournir du blé, tant que Almançor (un notable) n'est pas revenu de chez le Sharîf en qui ils ont encore foi » – autrement dit : à qui ils obéissent encore. S'il faut leur faire des cadeaux pour les encourager à passer outre aux ordres du *Sharîf*, c'est une situation précaire[219].
Une lettre un peu postérieure du capitaine D. Francisco de Castro a aussi pour objet la concurrence de Tarkûkû[220]. Des marchands de Cadix, qui sont venus le trouver à Santa Cruz, accepteraient d'y commercer si les droits de 20 pour cent exigés n'étaient pas excessifs. Le capitaine ne peut décider de sa propre autorité de les baisser, mais plaide pour un taux modéré afin d'attirer les marchands de tous les pays et en particulier ceux-ci qui fréquentent ordinairement Tarkûkû, « dont ils sont les véritables habitants », chaque fois qu'il y a été en expédition il les y a trouvés. Ils craignent que le roi veuille détruire cette place et désirent se mettre sous sa sauvegarde. Il faut les favoriser afin d'enlever au *Sharîf* les revenus qu'il tire de ces marchands, « si grands qu'il devient très fort contre nous et contre Safi »[221]. Le capitaine presse le roi, dans son intérêt même, de décider rapidement sur ce point. Une guerre économique est en effet engagée avec le Sa'dien, puisque à cette date Massa est passée sous sa coupe et le capitaine a fait faire une *entrada* contre elle. Port médiocre, c'est tout de même un lieu de plus où un commerce échappant au contrôle portugais peut se développer.
En cette année 1516, les Sa'diens s'attachent à améliorer leurs positions. Muhammad Shaykh, « le plus jeune », poursuit des défrichements en vue de faire des plantations de canne à sucre autour de Taroudant et l'extension de cette ville. Son frère aîné (*el mayor*), Ahmad al-A'raj se rend dans le Dr'â où il gagne par des présents et des promesses de nouveaux partisans et de la même façon se concilie les qâ'id-s et les habitants du Gourara, voisin du Dr'â[222]. La prise de contrôle de cette oasis, qui n'est pas toute proche du Dr'â, sur l'axe majeur du commerce avec le *Bilâd Sudan*, renforcerait et complèterait leur maîtrise. Mais elle ne paraît

218. *SIHM, Portugal*, tomo I, pp. 566-568.

219. *SIHM, Portugal*, tomo I, p. 565.

220. Data de dia 19 de Agosto de 1516: *SIHM, Portugal*, tomo II, doc. VI, pp. 27-29.

221. *SIHM, Portugal*, tomo II, parte I, p. 28.

222. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*... cit., pp. 67-68.

218. *SIHM, Portugal*, tome I, pp. 566-568.

219. *SIHM, Portugal*, tome I, p. 565.

220. Elle date du 19 août 1516 : *SIHM, Portugal*, tome II, doc. VI, pp. 27-29.

221. *SIHM, Portugal*, tome II, p. I, p. 28.

222. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*... cit., pp. 67-68.

adquirido. Enquanto os dois irmãos estão absorvidos nestas tarefas de futuro, os chourfas parecem abandonar Santa Cruz. Além disso, em 1517, o seu pai, Abu Abdalá Mohamede, morre. É enterrado em Afughal «defronte do mausoléu do bem-aventurado patrono, o pólo brilhante, o mestre do caminho certo, a fonte da verdade, Abou Abdallah Sidi Mohammed ben Seliman Eldjezoûlî, autor do *Delâïl elkheirât*», até que os dois corpos sejam levados para Marraquexe, quando esta se tornar a capital sádida[223]. A seguir à morte do pai, Ahmede Aláreje «de modo imediato, dedica-se plenamente a organizar os seus Estados, em reunir tropas e em acantoná-las em praças-fortes»[224]. Eram as medidas habituais que tomava o herdeiro do poder para assegurar e prevenir oposições, que geralmente se manifestavam nestas circunstâncias. Certamente advertido da situação por espiões, D. Francisco de Castro planeia ausentar-se e pede ao rei a permissão para ir a Portugal em 1517, para resolver alguns assuntos.

Contudo, os Sádidas querem impedir as populações das imediações de Santa Cruz de comerciar livremente, nomeadamente vendendo-lhe trigo. Aproveitando a ausência do capitão, atacam as suas tribos aliadas: em Maio vêm queimar as colheitas «dos que eram vassalos e tributários do rei D. Manuel». Atacam especialmente um parente do alcaide Bam Mileque, que Góis designa Çaide Boagaz Maho (Sa'îd bû 'Uthmân?). Após um primeiro embate sangrento, o xarife combate-o, ajudado por numerosos combatentes de um dos seus irmãos, e vence-o. Torres explicita que aquele que ele designa por xarife é Mohamede Xeque («*el hermano segundo Mahamet Xarife*») a quem um jovem irmão prestou auxílio. Os dois irmãos «lhe tomaram a villa de Tuyl [ou Tul] que era sua, e arasarão per terra da qual vinha muito cobre ao castelo de Sancta Cruz (...)»[225]. Três anos após o feitor ter assinalado a possibilidade do comércio este produto, este havia-se tornado relevante, dado que também chegava em grande quantidade de Teracuco, com cera e prata, ainda que o xarife «entam stevesse senhor do campo e tevesse tomado todolos caminhos de Teracuco, que era huma villa em que entam resedião muitos mercadores, entre os quaes havia Castelhanos, e genoeses, e outras nações de

223. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., p. 35.

224. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., p. 37.

225. Damião de Góis, *Crónica*... cit., tomo IV, 21; R. Ricard, *Les Portugais au Maroc*... cit., pp. 171-172. Tuyl não é identificada. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*... cit., p. 84, refere que «*fue antiguamente mui poblada y rica porque ai en ella una mina de donde se solía traer mucho cobre y latón a Europa y por codicia della a sido destruida y conquistada muchas vezes*». Retoma assim L. del Marmol, *L'Afrique*... cit., p. 35.

pas encore acquise. Pendant qu'ils sont absorbés par ces tâches porteuses d'avenir, les *Shurfâ*' semblent délaisser Santa Cruz. En outre, en 1517 Muhammad ben 'Abderrahmân, leur père, décède. Il est enterré à Afughal « vis à vis du mausolée du bienheureux patron, le pôle brillant, le maître dans la voie droite, la source de vérité, Abou Abdallah Sidi Mohammed ben Seliman Eldjezoûlî, l'auteur du *Delâïl elkheirât* », en attendant que les deux corps soient transportés à Marrakech, quand elle sera devenue la capitale sa'dienne[223]. Après la mort de son père, Ahmad al-A'raj « mit aussitôt tous ses soins à organiser ses États, à réunir des troupes et à les cantonner dans des places fortes »[224]. Ce sont les mesures habituelles que prend l'héritier du pouvoir pour s'en assurer et prévenir les oppositions qui, en général, se manifestent en ces circonstances. Certainement averti de la situation par des espions, D. Francisco de Castro envisage de s'absenter et demande au roi la permission de se rendre au Portugal en 1517 pour régler quelques affaires.

Mais les Sa'diens veulent empêcher les populations environnantes de faire librement du commerce avec Santa Cruz, en particulier lui vendre du blé. Profitant de l'absence du capitaine, ils s'attaquent aux tribus alliées. Ils viennent au mois de mai brûler les récoltes « de ceux qui étaient vassaux et tributaires du roi D. Manuel ». Ils s'en prennent particulièrement à un parent du *qâ'id* Malîk ben Dâwud, que Góis appelle « Çaide Boagaz Maho » (Sa'îd bû 'Uthmân ?). À la suite d'une première rencontre sanglante, le *Sharîf* lui livre bataille aidé de nombreux combattants d'un de ses frères et le vainc. Torres précise que celui qu'il appelle le *Sharîf* est Muhammad Shaykh (*el hermano segundo Mahamet Xarife*) à qui un jeune frère a prêté main-forte. « Ils (les deux frères) lui prirent la place de Tuyl ou Tul qui lui appartenait et la rasèrent complètement. Il venait de cette place beaucoup de cuivre au château de Santa Cruz »[225]. Trois ans après que le *feitor* eut signalé la possibilité de ce commerce, il avait pris de l'importance, puisque de Tarkûkû également il en venait en quantité, avec de la cire et de l'argent, bien que le *Sharîf* « fût alors maître du territoire et qu'il eût occupé tous les chemins de Teraququo, qui était une place où résidaient alors beaucoup de

223. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., p. 35.

224. Ifrânî, *Nuzhat al-Hâdi*... cit., p. 37.

225. Damião de Góis, *Crónica*... cit., tome IV, 21; R. Ricard, *Les Portugais au Maroc*... cit., pp. 171-172. Tuyl n'est pas identifié. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*... cit., p. 84, dit que «*fue antiguamente mui poblada y rica porque ai en ella una mina de donde se solía traer mucho cobre y latón a Europa y por codicia della a sido destruida y conquistada muchas vezes*». Il reprend L. del Marmol, *L'Afrique*... cit., p. 35.

Christãos (...)»[226]. Este excerto de Góis deixa pairar uma dúvida sobre como se efectuaria o comércio entre as duas praças vizinhas: sendo a via marítima aparentemente a única concebível, como é que a concorrência dos comerciantes estrangeiros a Portugal era admitida? Entre os «cristãos de outras nações» existiam franceses? Sabemos que corsários desta nação actuavam nas águas próximas da costa marroquina e das Canárias[227].

Mas a nossa atenção prende-se sobretudo na passagem que precede: «o que sabendo el Rei de Dara [a destruição de Tuyl], pela paz, e amizade que tinha com el Rei dom Emanuel, mandou offerecer aho capitam [interino] que ficara no dito castelo do Cabo de Guer, e a Meleque xeque da cabilda de Hizarara quatrocentas lanças, e por capitão delas hum seu sobrinho, ho que lhe elles agradeceram muito, excussandosse por entam da tal ajuda, porque esperavam cada dia dom Francisco de Castro com duzentas lanças [ou seja, duzentos cavaleiros], com que, e com os mouros de pazes, poderião fazer guerra ao Serife (...)», ainda que ele dominasse, então, o território[228]. A aliança de Portugal com um *mizwar* do Drá é igualmente mencionada por Marmol, que dá como justificação a sua hostilidade ao Sádida[229]. Trata-se provavelmente do senhor que domina parte do vale que Leão Africano designa *Tensita* e que ele havia visitado, um amigo do sultão de Fez e inimigo mortal daquele que domina o vale a montante, o *Tenueues*. É ele que controla a região de onde partem as caravanas para Tombuctu, de onde trazem ouro. Podemos conjecturar que os Sádidas pretendem impor-lhe o seu poder e que ele resista. Ahmede Aláreje e o seu irmão devem combater este adversário e, em simultâneo, os portugueses e os seus aliados no Suz, mas também na região dos Hea, onde Bentafufa é um adversário especialmente feroz[230].

Em carta de 30 de Julho de 1517 a D. Manuel[231], o alcaide Bam Mileque menciona de que forma, na ausência de D. Francisco de Castro, efectuou, com o capitão interino, uma expedição contra Teracuco com o objectivo de aí fazer prisioneiros e destruir as zavras, pequenas embarcações que transbordam as mercadorias dos navios demasiado grandes para

226. R. Ricard, *Les Portugais au Maroc*... cit., p. 172.

227. O corsário normando Jean Fleury é indicado por diversas vezes: em 1523 e em 1524 (*SIHM, Portugal*, tomo II, doc. LXXXIII, p. 330 e nota 1).

228. R. Ricard, *Les Portugais au Maroc*... cit., p. 172.

229. L. del Marmol, *L'Afrique*... cit., p. 34.

230. B. Rosenberger, «Yahyâ û Tâ'fuft...» cit., pp. 41-50, *passim*.

231. *SIHM, Portugal*, tomo II, doc. XXXVI, pp. 129-131. A carta está assinada com o seu nome: Malîk ben Dâwud.

marchands, parmi lesquels il y avait des Castillans, des Génois et des Chrétiens d'autres nations »[226]. Ce passage de Góis laisse subsister un doute sur la façon dont pouvait se faire le commerce entre les deux places voisines : la voie maritime étant apparemment la seule envisageable, comment la concurrence des marchands étrangers au Portugal était-elle acceptée ? Parmi les « Chrétiens d'autres nations » y avait-il des Français ? On sait que des corsaires de cette nation agissaient dans les eaux proches de la côte marocaine et des Canaries[227].

Mais surtout l'attention est retenue par le passage qui précède : « Sachant cela (la destruction de Tuyl), le roi de Dara, à cause de la paix et de l'amitié qu'il avait avec le roi D. Manuel, fit offrir au capitaine (intérimaire) qui était resté dans ledit château du Cap de Guer et à Meleque chikh de la tribu de Hizarara, quatre cents lances, commandées par un de ses neveux, dont ils lui furent très reconnaissants, mais ils déclinèrent pour lors ce secours, car ils attendaient incessamment D. Francisco de Castro avec deux cents lances (c'est-à-dire deux cents cavaliers) avec lesquelles ainsi qu'avec les Maures alliés, ils pourraient faire la guerre au Chérif, bien qu'il fût alors maître du territoire»[228]. L'alliance du Portugal avec un *mizwar* du Dr'â est également mentionnée par Marmol qui en donne comme explication son hostilité au Sa'dien[229]. Il s'agit probablement du seigneur maître de la partie de la vallée que Jean-Léon appelle *Tensita*, auquel il avait rendu visite, ami du sultan de Fès et ennemi mortel de celui qui domine la vallée en amont, le *Tenueues*. C'est lui qui contrôle la région d'où partent les caravanes vers Tombouctou d'où elles rapportent l'or. On peut supposer que les Sa'diens cherchent à lui imposer leur pouvoir et qu'il résiste. Ahmad al-A'raj et son frère doivent combattre cet adversaire et même temps les Portugais et leurs alliés dans le Sous, mais aussi dans la région des Haha où Yahyâ û Ta'fûft est un adversaire particulièrement acharné[230].

Le *qâ'id* Malîk ben Dâwud dans une lettre du 30 juillet 1517 au roi D. Manuel[231], rapporte comment, en l'absence de D. Francisco de Castro, il est allé avec le capitaine intérimaire faire une expédition contre Tarkûkû dans le but d'y faire des prisonniers et de

226. R. Ricard, *Les Portugais au Maroc*... cit., p. 172.

227. Le corsaire normand Jean Fleury est signalé à plusieurs reprises : en 1523, en 1524 (*SIHM, Portugal*, tome II, doc. LXXXIII, p. 330 et note 1).

228. R. Ricard, *Les Portugais au Maroc*... cit., p. 172.

229. L. del Marmol, *L'Afrique*... cit., p. 34.

230. B. Rosenberger, « Yahyâ û Tâ'fuft... » cit., pp. 41-50, *passim*.

231. *SIHM, Portugal*, tome II, doc. XXXVI, pp. 129-131. La lettre est signée de son nom : Malîk ben Dâwud.

atracar na praia. Tinham encontrado apenas duas destas embarcações, que queimaram, enquanto os seus homens combatiam desordenadamente junto à vila. Um outro ataque bastante mais lucrativo permitiu que se apoderassem de uma caravana nas imediações de Meça, enquanto os seus homens dissimulados nas plantações preparavam um ataque contra esta vila que, recordemos, havia rompido a sua aliança com Portugal. Mais de cem camelos foram apreendidos, vinte e nove membros da escolta capturados, treze ou catorze outros mortos. No entanto, o calor extremo desse mês de Julho foi o motivo pelo qual somente dezasseis prisioneiros e setenta e seis camelos sobreviveram. O alcaide refere, porém, que esta expedição foi um bom negócio, pois o xarife enviava esta caravana aos Rahâmna «resgatar ouro»[232]. É certamente motivado por este êxito que se permite a pedir ao rei para reenviar D. Francisco de Castro com reforços necessários «pera abryr estes caminhos do cobree e do ouro». Está confiante de que, com estes reforços e a ajuda do seu familiar Çayde Bogozmão (Sa'îd Bû, 'Uthmân?), os conseguirão «abryr e a destroyr este Xarifee». Para concluir, pede a D. Manuel para substituir três cavalos perdidos contra o xarife quando este veio destruir as suas colheitas, dado que, como refere, «somos provees e aquelles que hos perderam nam teem pera comprar outros». Finalmente, solicita a permissão para ir beijar a mão do rei. Este documento ilustra bem o carácter económico da guerra que opõe os Sádidas aos portugueses e seus aliados. A destruição das colheitas, procedimento habitual nas guerras de fronteira subsequentes à de Granada, deve ter sido um golpe especialmente duro, dado que o ano de 1517 é marcado por uma seca seguida de fome[233].

A *Crónica de Santa Cruz* narra as expedições que partem desta praça, infelizmente sem as datar, como feitos. No momento em que o capitão e o seu aliado tinham planeado ir pilhar Mascordão, localidade situada no sopé do Atlas, na estrada principal que liga Tarudante a Marraquexe, a seis léguas de Santa Cruz, caem numa emboscada preparada por forças bastante superiores[234], visto que Bam Mileque tinha sido traído. Escapam por pouco, mas não sem baixas, encontrando refúgio dentro das muralhas da fortaleza, onde os homens do xarife não ousam atacá-los «com temor das bombardas, que fogião d'ellas como

232. Já vimos que esta poderosa tribo encontra-se então no caminho entre Meça e Tombuctu e pode controlar o fluxo de ouro…

233. B. Rosenberger e H. Triki, «Famines et épidémies», *Hesperis-Tamuda*, n.º 14, 1973, pp. 117-118.

234. O Xarife teria do seu lado 4 000 cavaleiros (pp. 32-35). Se a estimativa está correcta, os seus efectivos teriam aumentado desde 1514-1515.

détruire les *zavras*, petites embarcations qui transbordent les marchandises depuis les navires trop gros pour s'échouer sur la plage. Ils n'en ont trouvé que deux qu'ils ont brûlées, pendant que leurs hommes combattaient en désordre au pied de la bourgade. Un autre coup de main beaucoup plus profitable a permis de s'emparer d'une caravane près de Massa, alors que ses hommes dissimulés dans les cultures préparaient une attaque contre cette bourgade, qui, on s'en souvient, avait rompu son alliance avec le Portugal. Plus de cent chameaux ont été pris, vingt-neuf membres de l'escorte capturés, treize ou quatorze autres tués. Mais la chaleur extrême de ce mois de juillet a été la cause que seuls seize prisonniers et soixante-seize chameaux ont survécu. Cette expédition a néanmoins été une bonne affaire, dit-il, car le *Sharîf* envoyait cette caravane chez les Rahâmna « se procurer de l'or »[232]. C'est sans doute fort de ce succès qu'il s'autorise à demander au roi de renvoyer D. Francisco de Castro avec des renforts très nécessaires « pour ouvrir ces chemins du cuivre et de l'or ». Il est confiant qu'avec ces renforts et l'aide de son parent « Çayde Bogozmão » (Sa'd Bû, 'Uthmân ?) ils parviendront à « les ouvrir et détruire ce *Sharîf* ». Pour finir il demande à D. Manuel de remplacer trois chevaux perdus contre le *Sharîf* lorsqu'il est venu détruire leurs moissons, parce que, dit-il, « nous sommes pauvres et ceux qui les ont perdus n'ont pas de quoi pour en acheter d'autres ». Enfin il sollicite la permission de venir baiser la main du roi. Ce document illustre bien le caractère économique de la guerre qui oppose les Sa'diens aux Portugais et leurs alliés. La destruction des moissons, procédé habituel des guerres de frontière depuis celle de Grenade, devait être un coup d'autant plus sensible que l'année 1517 est marquée par la sécheresse et une disette s'en est suivie[233].

La *Chronique de Santa Cruz* rapporte comme des exploits, malheureusement sans les dater, des expéditions au départ de cette place. Alors que le capitaine et son allié avaient projeté d'aller piller Ameskhrud, localité située au pied de l'Atlas, sur la grande route de Taroudant à Marrakech, à six lieues de Santa Cruz, ils tombent dans une embuscade sur des forces bien supérieures[234], parce que Malîk avait été trahi. Ils échappent de justesse, non sans pertes, et trouvent

232. Nous avons vu que cette puissante tribu se trouve à ce moment sur le chemin de Massa à Tombouctou et peut contrôler le flux d'or.

233. B. Rosenberger et H. Triki, « Famines et épidémies », *Hesperis-Tamuda*, nº 14, 1973, pp. 117-118.

234. Le Sharîf aurait eu avec lui 4 000 cavaliers (pp. 32-35). Si l'évaluation est bonne, leurs effectifs avaient augmentés depuis 1514-1515.

do diablo»[235]. No entanto, esta insolente superioridade da artilharia portuguesa terminaria anos mais tarde[236].

Para compensar esta derrota, Bam Mileque propõe pilhar Teracuco. Assim que os habitantes abriram as portas da vila, de manhã, os assaltantes lançaram-se sobre eles e apoderaram-se das portas. Entraram na pequena cidade, levaram tudo e «se vingarão a vontade». Houve muitos mortos e prisioneiros. Eles «fizerão grande preza e mui riqua de Mouros e Mouras, e moços e moças, cavalos e muito gado de toda sorte até camelum mui grão quantidade e muito fato de toda maneira»[237]. Saliente-se a peculiar violência motivada pelo desejo de vingança desta cidade concorrente.

Poucos dias depois, Bam Mileque decidiu ir com o capitão infligir a mesma sorte a Tafetana, a cerca de 75 quilómetros de Santa Cruz para norte, além do Cabo de Guer, bastante mais longe que as outras praças visadas pelas expedições, o que demonstra a audácia dos saqueadores, atraídos pela riqueza das localidades mercantis. Da mesma maneira, assim que os habitantes saíram, «entrarão dentro, estroiarão todo, matarão os mais dos Mouros porque se defendião e cativarão muitas molheres, e moças e moços, alguns Mouros e gados de toda a sorte e cavalos e fatto e tomarão dous Christãos mercadores que hai estavão vendendo mercadorias, e trouxerão-nos pera a villa e todas as mercadorias e quanto avia na villa; não deixarão nella nada»[238]. O destino dos habitantes é a morte para os que se defendem e a escravidão para os restantes. A captura de comerciantes castelhanos e genoveses[239] coloca um problema a Francisco de Castro, pois os habitantes de Santa Cruz pretendem vendê-los, tal como os muçulmanos entre os quais viviam e aos quais são acusados de fornecer armas. Leão Africano menciona ter ido a Tafetana «com o Príncipe Xarife» e ter aí permanecido três dias em 1514. Descreve este pequeno porto dos Hea como uma cidade próspera graças ao seu comércio: as receiрefuge sous les murs de la forteresse où les hommes du *Sharîf* n'osent pas les attaquer, « par peur des bombardes, qu'ils fuyaient comme le diable »[235]. Mais cette insolente supériorité de l'artillerie portugaise allait prendre fin quelques années plus tard[236].

Pour compenser cet échec, Malîk ben Dâwud propose d'aller piller Tarkûkû. À peine les habitants eurent-ils ouvert les portes du bourg le matin, que les assaillants se jetèrent sur eux, s'emparèrent des portes. Ils entrèrent dans la petite cité, prirent tout et « se vengèrent à loisir ». Il y eut beaucoup de morts et de captifs. Ils « firent une grande et riche prise de Maures et de Mauresques, de jeunes garçons et de jeunes filles, de chevaux, de bestiaux de toute sorte et même d'une grande quantité de chameaux et de beaucoup d'habits de toute espèce »[237]. Il faut noter la particulière violence motivée par le désir de vengeance de cette cité concurrente.

Peu de jours après Malîk ben Dâwud décida d'aller avec le capitaine faire subir le même sort à Tafetna, à environ 75 kilomètres de Santa Cruz, vers le nord, au-delà du cap Ghîr, beaucoup plus loin que les autres places visées par des expéditions, ce qui montre l'audace des pillards, attirés par la richesse de localités commerçantes. De la même façon, dès que les habitants furent sortis, « ils pénétrèrent dans le bourg, pillèrent tout, tuèrent la plupart des Maures parce qu'ils se défendaient, capturèrent beaucoup, de femmes et d'enfants des deux sexes, quelques Maures, de bestiaux de toute sorte, des chevaux et des vêtements et firent captifs deux marchands chrétiens »[238]. Le sort des habitants est la mort pour ceux qui se défendent, l'esclavage pour les autres. La capture de marchands castillans et génois[239] pose un problème à Francisco de Castro, car les habitants de Santa Cruz prétendent les vendre, comme les Musulmans parmi lesquels ils vivaient et auxquels ils sont accusés de procurer des armes.

Jean-Léon dit être allé à Tafetna « avec le Prince Chérif », y avoir séjourné trois jours en 1514. Il décrit ce

235. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*… cit., pp. 30-34.

236. Em 1533, os Sádidas conseguiram instalar canhões no Pico, a colina onde se encontra a *qasba* actual. Os elementos vindos da Madeira, para prestar socorro, conseguiram apoderar-se dos mesmos. Sem a intervenção deles a praça teria sucumbido. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*… cit., p. 78, nota 1.

237. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*… cit., pp. 36-37.

238. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*… cit., p. 36.

239. Damião de Góis, *Crónica*… cit., tomo IV, p. 51; R. Ricard, *Les Portugais au Maroc*… cit., pp. 215-216. L. del Marmol, *L'Afrique*… cit., p. 35, assegura que eles «se encontravam aí com salvo-condutos dos Xarifes para o comércio da cera e dos couros não curtidos».

235. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*… cit., pp. 30-34.

236. En 1533 les Sa'diens réussirent à installer des canons sur le *Pico*, la colline sur laquelle se trouve la *qasba* actuelle. Des secours venus de Madère sont parvenus à s'en emparer. Sans leur intervention la place aurait succombé. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*… cit., p. 78, note 1.

237. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*… cit., pp. 36-37.

238. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*… cit., p. 36.

239. Damião de Góis, *Crónica*… cit., tome IV, p. 51; R. Ricard, *Les Portugais au Maroc*… cit., pp. 215-216. L. del Marmol, *L'Afrique*… cit., p. 35, assure qu'ils « s'y trouvaient avec sauf-conduits des Chérifs pour le trafic de la cire et des cuirs non conroyez ».

tas aduaneiras são partilhadas entre todos os homens aptos para a defesa. A visita do xarife demonstra que se situa em território sob o seu controlo: segundo uma carta do feitor de Santa Cruz, de 11 de Setembro de 1514, o xarife acabara de a tomar[240]. Se Leão Africano menciona comerciantes portugueses, estaria a fazer referência à situação anterior, ou tratar-se-ia de um lapso? Poderia ser gente que queria escapar às taxas aduaneiras elevadas exigidas em Safim ou Santa Cruz[241], motivo pelo qual os castelhanos e os genoveses preferiam esse local perto do cabo Tafelney. Góis e Marmol assinalam – mas nas narrativas do ataque a Teracuco – a captura de todos os comerciantes cristãos que residiam no local[242]. Este comércio fraudulento é favorecido pelos Sádidas por razões evidentes: fora do controlo dos portugueses é possível adquirir o que estes interditariam, como por exemplo armas, ou que eles tributariam. Aparentemente, esta é a razão da visita do xarife a esse porto.

Insaciáveis, os dois cúmplices atacaram, pouco tempo depois, a grande vila de Azero [Azrû], na margem esquerda do rio Suz, envolvida de aduares disseminados em redor. Tal como anteriormente, esperaram escondidos no leito do rio que as portas fossem abertas e os rebanhos trazidos para fora. Precipitaram-se então para o interior, mataram muitos moradores às lançadas e apoderam-se da vila com tudo o que esta encerrava: «trouxerão muitos Mouros e Mouras, moços e moças e gados e fazenda de toda sorte». O cronista enumera complacentemente o que foi apreendido nas casas: tapetes, albornozes, *beden*-s, *khenif*-s, *haïk*-s, *marlotas*, *ghonbaz*[243], véus de mulheres e outras roupas, além de armas, cavalos selados e arreados, éguas, bestas de carga, burros e mulas, variadas espécies de outros animais, trigo, cevada, tâmaras, amêndoas e muitas outras frutas que encontraram nos camelos carregados[244]. Esta enumeração revela a riqueza deste aglomerado agrícola, onde uma parte dos alimentos da colheita são armazenados e destinados ao lucrativo comércio.

240. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. CXXI, p. 613 «a tomou e roubou os principaes d'ela e lhe tomou filhos». Pouco tempo depois, um notável desta «aldea de quinhentos vezynhos» veio pedir ajuda a Safim para reparar as torres do recinto a fim de se defender contra o xarife (*SIHM, Portugal*, tomo I, doc. CXXXII, p. 669, de 27 de Dezembro).

241. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique…* cit., pp. 83-84.

242. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué…* cit., p. 36, nota 2.

243. O *beden* é uma espécie de túnica curta sem mangas, o *khenif* é um casaco de lã com capuz, o *haïk* é uma peça de tecido de lã na qual as mulheres se envolvem. A marlota (árabe *malluta*) é um casaco curto com capuz, o *ghonbaz* é uma espécie de vestido.

244. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué…* cit., pp. 36-37.

petit port des Haha comme une cité prospère à cause de son commerce : les revenus de la douane sont partagés entre tous les hommes aptes à la défense. La visite du *Sharîf* montre qu'elle est alors dans le territoire dont il a le contrôle : selon une lettre du *feitor* de Santa Cruz du 11 septembre 1514, il venait de s'en emparer[240]. Si Jean-Léon parle de marchands portugais, fait-il référence à la situation antérieure, ou serait-ce par erreur ? À moins qu'il s'agisse de gens qui veulent échapper aux droits de douane élevés exigés à Safi ou à Santa Cruz[241], raison pour laquelle Castillans et Génois préfèrent ce lieu proche du cap Tafelney. Góis et Marmol signalent, mais c'est dans leur récit de l'attaque de Tarkûkû, la prise de tous les marchands chrétiens qui y résidaient[242]. Ce commerce interlope est favorisé par les Sa'diens pour des raisons évidentes : hors du contrôle des Portugais, il est possible de se procurer ce qu'ils interdiraient, par exemple des armes, ou qu'ils taxeraient. C'est, semble-t-il, la raison de la visite du *Sharîf* à ce port.

Insatiables, les deux complices s'attaquèrent peu après au gros bourg d'Azrû, sur la rive gauche de l'oued Sous, entouré de douars disséminés autour de lui. Comme précédemment, ils attendirent cachés dans le lit de la rivière que les portes soient ouvertes, les troupeaux sortis. Ils se ruent alors à l'intérieur, tuent beaucoup d'habitants à coups de lance et prennent le bourg avec tout ce qu'il contient. Ils « en ramenèrent beaucoup de Maures et de Mauresques, de jeunes garçons et de jeunes filles, de troupeaux et de marchandises de toute sorte ». Le chroniquer énumère avec complaisance ce qui a été pris dans les maisons : tapis, burnous, *beden*-s, *khenif*-s, *haïk*-s, *marlotas*, *ghonbaz*[243], voiles de femmes et autres vêtements, en outre des armes, des chevaux sellés et harnachés, des juments, des bêtes de somme, des mulets et des mules, toutes sortes d'autres animaux, du blé de l'orge, des dattes, des amandes et beaucoup d'autres fruits dont ils trouvèrent des chameaux chargés[244]. Cette énumération révèle la richesse de ce bourg agricole où une partie

240. *SIHM, Portugal*, tome I, doc. CXXI, p. 613 : « *a tomou e roubou os principaes d'ela e lhe tomou filhos* ». Peu après, un notable de cette « *aldea de quinhentos vezynhos* » est venu demander une aide à Safi pour réparer des tours de l'enceinte afin de se défendre contre le *Sharîf* (*SIHM, Portugal*, tome I, doc. doc. CXXXII, p. 669, du 27 déc.).

241. Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique…* cit., pp. 83-84.

242. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué…* cit., p. 36, note 2.

243. Le *beden* est une sorte de tunique courte sans manches, le *khenif* un manteau de laine à capuchon, le *haïk* une pièce de tissu de laine dans laquelle les femmes s'enveloppent. La marlote (arabe *malluta*) est un manteau court à capuchon, le *ghonbaz* une sorte de robe.

244. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué…* cit., pp. 36-37.

A conclusão do cronista, que segue esta narrativa, merece ser, pela sua clareza, inteiramente citada: «(...) donde enriqueceo Dom Francisco de Castro, que quando se veo para o reino a cazar sua filha, dizião os antigos que trazia hua arqua encourada chea de moedas d'ouro e de tibar [pó de ouro] que ganhou nestas cavalgadas que fazião, que forão muitas, que não lhe ficou seis legoas ao redor da villa do Cabo de Gué, villas, aldeas, lugares e povoados, por cima da serra e por baixo, que não tomasse e estroisse, que até os moradores estavão riquos e abastados e com escravos e escravas que os sirvião, e o Alcaide e seus Mouros o mesmo, que tambem levavão, e tudo em dinheiro e fazenda, que não tomavão Mouros, que não podião ter por cativos por serem Mouros.»[245]. Sem qualquer embaraço, assumia-se que os portugueses e os seus aliados viviam da rapina.

Os escravos constituíam um elemento essencial do saque para os primeiros; após se proverem amplamente de criados, é provável que vendessem boa parte dos prisioneiros, especialmente os jovens, bastante apreciados, como se observa pelas compras massivas aquando da fome de 1521, em Azamor[246]. Uma carta do adail de Santa Cruz, Fernão Taveira, de 28 de Maio de 1518, é bastante clara sobre a relevância do comércio de humanos. Lamenta que os muçulmanos aliados (Mouros de pazes) vizinhos de Santa Cruz tenham mudado de comportamento: anteriormente, iam trinta ou quarenta «a saltear hos camynhos» e vinham vender «ha feytoyia» todos aqueles que tinham capturado; agora, partem em expedição com um cristão, o que faz com que o capitão retenha o quinto do saque e o restante seja vendido «em leylam». Neste caso, as duas partes que fixavam o acordo tinham maior lucro, mas comprometia-se o futuro. O feitor pede ao rei para intervir, dado que lhe parece que se se continuar por esta via nunca mais viriam escravos para a feitoria, sendo este o principal lucro régio que aí se obtinha. Como a miséria reina entre os habitantes da região, ele está decidido a vender cevada aos aliados. O rei deveria igualmente enviar trigo ao feitor, Bastião Gonçalves, para que ele o vendesse em troco de escravos («que ho vendese haos Mouros em troqo de escravos»)[247]. A procura constante de escravos, certamente relacionada com a ligação privilegiada desta praça com

245. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*... cit., pp. 38-39.

246. B. Rosenberger e H. Triki, « Famines et épidémies»... cit., pp. 131-133.

247. *SIHM, Portugal*, tomo II, doc. XLIX, pp. 185-187: «porque me parece que leva camynho pera numqua vyr espravo a feytorya; porque este era o pryncvypall proveyto que V. A. aquy tynha».

des denrées d'une campagne productive est stockée pour faire l'objet d'un commerce lucratif.

La conclusion du chroniqueur qui suit ce récit, mérite pour sa clarté d'être entièrement citée : « Dom Francisco de Castro en fut enrichi à tel point que lorsqu'il s'en vint dans le royaume pour marier sa fille, les anciens disaient qu'il apportait un coffre de cuir plein de monnaie d'or et de poudre d'or, qu'il avait gagnées dans ces razzias qu'on faisait fréquemment, en sorte que dans un rayon de six lieues autour du Cap de Gué il ne resta pas de bourgs, villages, hameaux ou lieux habités, en haut ou en bas de la montagne, qu'il n'eût pris ou pillés, si bien que tous, jusqu'aux simples habitants du bourg, étaient riches et bien pourvus, avec des esclaves des deux sexes pour les servir, et le Caïd et ses Maures de même, qui avaient aussi leur part, et tout en argent et en marchandises, car ils ne prenaient pas de Maures, ne pouvant pas les avoir pour esclaves, étant, Maures »[245]. Sans aucune gêne, il dit que les Portugais et leurs alliés vivaient de rapine.

Les esclaves constituaient un élément essentiel du butin pour les premiers ; après s'être largement pourvus de serviteurs, il est bien probable qu'ils vendaient une bonne partie des prisonniers, surtout les jeunes, très appréciés, comme on le voit par des achats massifs lors de la famine en 1521 à Azemmour[246]. Une lettre de l'*adail* de Santa Cruz, Fernão Taveira, du 28 mai 1518 est très claire sur l'importance du commerce des hommes. Il déplore que les Musulmans alliés (*Mouros de pazes*) voisins de Santa Cruz aient changé de comportement : auparavant ils allaient à trente ou quarante couper les chemins et ils venaient vendre tous ceux qu'ils avaient capturés « à la factorerie »; maintenant ils partent en expédition avec un Chrétien, ce qui fait que le capitaine prélève le quint sur leur prise et ceux qui restent sont vendus « à l'encan », c'est un meilleur profit des deux parties qui ont fait cet arrangement, mais il compromet l'avenir. Le *feitor* demande au roi d'intervenir, parce qu'il lui semble qu'en suivant cette voie, il ne viendra plus jamais d'esclave à la factorerie; or c'était le principal profit que Votre Altesse avait ici. Comme la disette sévit chez les habitants de la région, il est décidé à vendre de l'orge aux alliés, Le roi devrait aussi envoyer du blé au *feitor*, Bastião Gonçalves, « pour qu'il le vende aux Maures contre des esclaves »[247].

245. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*... cit., pp. 38-39.

246. B. Rosenberger et H. Triki, « Famines et épidémies »... cit., pp. 131-133.

247. *SIHM, Portugal*, tome II, doc. XLIX, pp. 185-187 : « *porque me parece que leva camynho pera numqua vyr espravo a feytorya ; porque este era o pryncvypall proveyto que V. A. aquy tynha* ».

a Madeira, exerce forte influência no relacionamento com as populações que não aceitaram o domínio português. Esta violência deve incitá-los a tomar partido contra essa submissão. Os únicos fiéis são os que vivem do banditismo, essencialmente árabes. Os portugueses, apesar de alguns êxitos, são submetidos à pressão crescente dos Sádidas. Estes instauram um bloqueio rígido à volta da praça de Santa Cruz. A sua actividade militar é limitada. Dado que a única via possível para efectuar uma entrada é o mar, nos primeiros dias de 1519 o capitão enviou em barcos alguns arcabuzeiros e besteiros portugueses, com cerca de cinquenta mouros aliados, atacar um aduar junto à costa. Contudo, uma tempestade violenta perseguiu-os até Puerto de Santa Maria, na Andaluzia, onde as autoridades espanholas aprisionaram os mouros e confiscaram as armas[248]. Na medida em que as tribos aliadas são vencidas e subjugadas, o comércio e o abastecimento são impossibilitados. A *Crónica* expõe-o deste modo: «Tomou o Xarife toda a terra per manha, e como a teve sogigada, começou a cortar cabeças d'alcaides e xequez por lhe tomar as riquezas, de que lhe tomarão grande medo e o temião grandemente; e d'esta maneira sogigou e pacificou tudo a sua vontade das cabildas que avia, que cá chamão comonidades e alevantamentos, e ficou senhor e socegou tudo».

É nessa altura que o capitão Francisco de Castro decide retirar-se. A data da sua partida é posterior a Abril de 1521: «O Capitão, como se vio cheo d'ouro e riquezas, quis ir descansar sua velhisse. Fez capitão a seu cunhado Simão Gonçalvez, irmão de sua molher, e antes que se fosse poucos dias matarão os Mouros de guerra ao alcaide Bam Meleque, que foi perda, o que o Capitão e cavaleiros sentirão muito a perda d'este Mouro, que era muito leal e amigo dos Christãos e bom cavaleiro de sua pessoa»[249]. A morte do principal chefe aliado, o alcaide Bam Mileque, num combate entre Santa Cruz e Tamaraque, no qual a ajuda portuguesa lhe faltou, assinala o fim de uma época. «E como se vio sem o Alcaide, [D. Francisco] logo se foi, deixando o cunhado em seu lugar, o qual esteve por capitão pouco tempo». As frutuosas entradas findaram, dado que com o sucessor de Bam Mileque, considerado pouco fiável, era difícil ser tão eficaz. A praça sobrevive desde então com dificuldades crescentes, nomeadamente de abastecimento. Um novo capitão, António Leitão de Gamboa, designado em 1524, consegue concluir, em 1527, uma

La recherche insistante d'esclaves, sans doute à mettre en relation avec une relation privilégiée de la place avec Madère, pèse lourdement dans les relations avec des populations qui n'ont pas accepté la domination portugaise. Cette violence doit les pousser à prendre parti contre elle. Les seuls fidèles sont ceux qui vivent de brigandage, essentiellement des Arabes.

Les Portugais, malgré quelques succès, ont à subir la pression croissante des Sa'diens. Ceux-ci instaurent un blocus strict autour de la place de Santa Cruz. Son activité militaire est limitée. Comme la seule voie possible pour faire une *entrada* reste la mer, dans les premiers jours de 1519, le capitaine a envoyé sur des bateaux quelques arquebusiers et arbalétriers portugais, avec une cinquantaine de Maures alliés, attaquer un douar proche de la côte. Mais une violente tempête les a chassés jusqu'au Puerto de Santa Maria en Andalousie, où les autorités espagnoles ont emprisonné les Maures et confisqué les armes[248]. Dans la mesure où les tribus alliées sont vaincues et soumises, commerce et approvisionnement sont interdits. La *Chronique* s'exprime ainsi : « Le Chérif s'empara de tout le pays par ses manœuvres et quand il l'eut conquis, il commença par couper les têtes de caïds et de cheikhs, pour leur prendre leurs biens, ce qui leur inspira à tous beaucoup de crainte et ils avaient grand peur de lui. De cette manière il soumit et pacifia tout à sa volonté dans les *cabildas*, ce qui est le nom que l'on donne ici aux groupements et communautés, et il resta le maître et tranquillisa tout ».

C'est à ce moment que le capitaine Francisco de Castro décide de se retirer. La date de son départ est postérieure à avril 1521 : « Quand il se vit plein d'or et de richesse, il voulut aller reposer sa vieillesse. Il fit capitaine son beau-frère Simão Gonçalves, frère de sa femme et, et peu de jours avant qu'il s'en allât, les Maures de guerre tuèrent le caïd *Bem Meleque*. Ce fut une grande perte, que le Capitaine et les chevaliers ressentirent vivement, car il était loyal, ami des Chrétiens et bon cavalier »[249]. La mort du principal chef allié, le *qâ'id* Malîk ben Dâwud, dans un combat entre Santa Cruz et Tamrakht, où l'aide portugaise lui fit défaut, marque la fin d'une époque. « Quand il se vit sans le Caïd, D. Francisco s'en fut aussitôt, laissant son beau frère à sa place, lequel resta capitaine peu de temps ». Les fructueuses *entradas* sont finies car avec le successeur de Malîk jugé peu fiable il est difficile d'être aussi efficace. La place survit dès lors avec des

248. *SIHM, Portugal*, tomo II, doc. LIX, pp. 234-236.

249. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*... cit., pp. 38-40.

248. *SIHM, Portugal*, tome II, doc. LIX, pp. 234-236.

249. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*... cit., pp. 38-40.

trégua de dois anos com os Sádidas. O alcaide Nacer, sucessor de Bam Mileque, «vendo que avia pazes (…) detreminou de fazer hua treição»[250]. No final da trégua, em 1529, uma conspiração conduz à morte do capitão, sem todavia conseguir apoderar-se da fortaleza[251].

Livres de Bentafufa, assassinado em 1518[252], os Sádidas tornam-se senhores de Marraquexe, o mais tardar em 1524, mas mais provavelmente a partir de 1521, aquando da fome. Ahmede Aláreje estabelece a sede do seu poder nesta cidade, enquanto o seu irmão Mohamede Xeque assegura a governação do Suz. Ainda que não tenha concebido o projecto, é este que desenvolve o cultivo da cana-de-açúcar nos arredores de Tarudante. Diego de Torres atribui a data de 1516 para o início dos trabalhos. Realiza a esse respeito uma narrativa, que parece uma fábula, segundo a qual os Sádidas teriam desbravado a floresta envolvente de Tarudante para caçar os leões, fazendo assim um grande bem ao país e dando a entender que eram capazes de expulsar as feras das suas propriedades e, ainda mais, os cristãos[253]. Temos dificuldade em acreditar que existissem tantos leões nos campos envolventes da cidade, como descreve Leão Africano, contudo há uma mitologia deste animal que simboliza a força brutal, a natureza selvagem: vencê-lo está reservado aos santos e aos sultões[254]. Ao mesmo tempo que lançaram as bases da nova cidade de Tarudante, com área tão extensa quanto a de Sevilha – afirma Torres –, os Sádidas plantaram na região muita cana-de-açúcar e construíram um engenho essencial para continuar o povoamento. Acrescenta o cronista que estes pareciam mais pedreiros e lavradores que guerreiros, pois todos se sentiam estimulados pela expectativa do lucro[255].

Este projecto de intensificar o cultivo da cana e a produção de açúcar terá nascido no caminho da pere-

250. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*… cit., pp. 42-43.

251. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*… cit., pp. 46-47.

252. Damião de Góis, *Crónica*… cit., tomo IV, p. 64; R. Ricard, *Les Portugais au Maroc*… cit., pp. 179-182.

253. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*… cit., p. 66: «*harian gran provecho a la tierra y darian a entender a los Cristianos que eran ombres para echar de su casa a los leones, quanto más a ellos*».

254. B. Rosenberger, «Lions, saints et sultans au Maroc», *in* E. Mornet, F. Morenzoni (dir.), *Mélanges Robert Delort, Milieux naturels, espaces sociaux. Études offertes à R. Delort,* Paris, Publications de la Sorbonne, 1997, pp. 219-227.

255. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*… cit., p. 66. Quando chegou, em 1546, como alfaqueque (redentor de cativos), ficou impressionado pelo número de engenhos de açúcar. Talvez esta seja a razão pela qual ele aceita ficar: «*y juntamente plantaron por la comarca muchas cañas de açúcar y hicieron un ingenio que fue el fundamento de perseverar en aquella población*».

difficultés croissantes, notamment de ravitaillement. Un nouveau capitaine, Antonio Leitão de Gamboa, nommé en 1524, en arrive à conclure en 1527 une trêve avec les Sa'diens pour deux ans. Le *qâ'id* Nâsr, successeur de Malîk ben Dâwud, « voyant la paix conclue, se décida à trahir »[250]. À la fin de la trêve, en 1529, une conspiration aboutit au meurtre du capitaine, sans toutefois réussir à prendre la forteresse[251].

Les Sa'diens, débarrassés de Yahyâ û Tâ'fuft, assassiné en 1518[252], deviennent maîtres de Marrakech, au plus tard en 1524, plus certainement dès 1521, lors de la famine. Ahmad al-A'raj établit le siège de son pouvoir dans cette ville, tandis que son frère Muhammad Shaykh assure le gouvernement du Sous. C'est lui, même s'il n'en a pas conçu le projet, qui développe la culture de la canne à sucre dans les environs de Taroudant. Diego de Torres date de 1516 le début des travaux. Il fait à ce propos un récit, qui paraît une fable, selon lequel les Sa'diens auraient défriché la forêt autour de Taroudant pour en chasser les lions, faisant ainsi un grand bien au pays et donnant à comprendre qu'ils étaient capables d'expulser les lions de leurs demeures à plus forte raison les Chrétiens[253]. On a peine à croire qu'il y ait eu tant de lions dans la campagne aux alentours de la ville que décrit Jean-Léon, mais il y a une mythologie de cet animal qui symbolise la force brutale, la nature sauvage : le vaincre est réservé aux saints ou aux sultans[254]. En même temps qu'ils jettent les bases de la nouvelle ville de Taroudant, d'une aussi grande superficie que Séville, prétend Torres, les Sa'diens ont planté dans la contrée beaucoup de cannes à sucre, construit un pressoir qui a été le fondement pour poursuivre le peuplement. Et il ajoute qu'ils paraissaient alors plus maçons et laboureurs que guerriers, car tous étaient stimulés par l'espoir du profit qu'ils en attendaient[255]. Ce projet d'intensifier la culture de la canne et la

250. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*… cit., pp. 42-43.

251. P. de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*… cit., pp. 46-47.

252. Damião de Góis, *Crónica*… cit., tome IV, p. 64; R. Ricard, *Les Portugais au Maroc*… cit., pp. 179-182.

253. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*… cit., p. 66 : « *harian gran provecho a la tierra y darian a entender a los Cristianos que eran ombres para echar de su casa a los leones, quanto más a ellos* ».

254. B. Rosenberger, « Lions, saints et sultans au Maroc », *in* E. Mornet, F. Morenzoni (dir.), *Milieux naturels, espaces sociaux. Études offertes à R. Delort*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1997, pp. 219-227.

255. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*… cit., p. 66. À son arrivée, en 1546, comme *alfaqueque* (rédempteur de captifs), il a été impressionné par le nombre de moulins à sucre. C'est peut-être la raison pour laquelle il l'accepte : « *y juntamente plantaron por la comarca muchas cañas de açúcar y hicieron un ingenio que fue el fundamento de perseverar en aquella población* ».

grinação, aquando da passagem pelo Egipto, onde esta actividade assumia um papel importante no financiamento do poder dos mamelucos. Terá sido sugerido ou incitado por genoveses, que dominavam o comércio do açúcar e que não o conseguiam em quantidade suficiente nas Canárias para satisfazer a procura crescente na Europa. Podemos igualmente pensar no papel dos granadinos refugiados em Marrocos, especialistas desta cultura e da refinação do açúcar, ou nos trânsfugas portugueses, nomeadamente os conversos. Era necessário encontrar um produto atractivo além do ouro, dado que os Sádidas queriam conservá-lo para financiar os seus projectos ambiciosos, portanto era indispensável que os compradores pudessem aceder a portos fora do controlo português. Segundo Torres, esta terá sido a razão que incentivou à conquista de Santa Cruz: precisavam de um porto seguro onde os estrangeiros pudessem vir comprá-lo[256]. Efectivamente, a partir da conquista desta praça a produção aumentou consideravelmente, permitindo o acesso a produtos bastante procurados na Europa, especialmente armas. Desconhecemos, no entanto, de que forma a produção possa ter sido organizada entre 1516 e 1541 para que sete moinhos ou «*ingenios*» rendessem cada um 7.500 *mithqal*-s de renda e 15.000 *mithqal*-s de açúcar[257]. É provável que, tal como no reinado de Ahmed Almançor, os rendeiros das fábricas de açúcar fossem já judeus, alguns de origem espanhola[258].

As causas do sucesso dos Sádidas

O centro, onde o poder merínida sobrevive aos seus herdeiros oatácidas, parece incapaz de ultrapassar as dificuldades, de encontrar as soluções adequadas, inovadoras e, em simultâneo, respeitadoras do passado. Ora, muito frequentemente, é nas periferias que nascem a inovação e a invenção, sobretudo quando as especificidades são aí evidentes. Não é por acaso que a nova dinastia xarifina é oriunda do Suz.

O Suz é uma encruzilhada complexa, uma zona de contacto entre populações sedentárias e nómadas, entre o mundo mediterrâneo e o mundo africano negro. Teve a sua própria evolução desde o século XIII, frequentemente à margem do poder de Fez. Após ter conhecido alguma unidade sob a dinastia dos Beni

256. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*... cit., p. 110: «*tenían necessidad de puerto seguro donde los estrangeros viniessen a comprarlo*».

257. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*... cit., p. 148.

258. B. Rosenberger, «La production de sucre...» cit.

production de sucre, est peut-être né sur le chemin du pèlerinage, lors du passage en Égypte, où cette activité jouait un grand rôle pour financer le pouvoir des mamlouks. Il a pu être suggéré ou encouragé par les Génois qui dominaient le commerce du sucre et n'en trouvaient plus assez dans les Canaries pour satisfaire la demande croissante en Europe. On peut penser aussi au rôle de Grenadins réfugiés au Maroc, experts de cette culture et du raffinage du sucre, ou de transfuges portugais, de *conversos* notamment. Il fallait trouver un produit attractif autre que l'or, puisque les Sa'diens voulaient le garder pour financer leurs projets ambitieux, donc que les acheteurs puissent accéder à des ports hors du contrôle portugais. Ce serait, selon Torres, ce qui aurait poussé à la prise de Santa Cruz : il leur fallait un port sûr où les étrangers puissent venir l'acheter[256]. Et c'est un fait qu'à partir de la conquête de Santa Cruz la production a beaucoup augmenté, offrant ainsi la possibilité d'obtenir de l'Europe des produits très demandés, en particulier des armes. On ne sait pas toutefois comment la production a pu être organisée de 1516 à 1541 pour qu'alors sept moulins ou pressoirs rapportent chacun 7.500 *mithqal*-s de fermage et 15.000 *mithqal*-s de sucre[257]. Il est probable que déjà, comme on le voit sous le règne d'Ahmad al-Mansur, les fermiers des sucreries aient été des Juifs, certains d'origine espagnole[258].

Les causes de la réussite des Sa'diens

Le centre, où le pouvoir mérinide survit dans ses héritiers wattâssides, semble incapable pour faire face aux difficultés de trouver les solutions adéquates, novatrices en même temps que respectueuses du passé. Or très souvent c'est des périphéries que naissent l'innovation, l'invention, bien plus encore lorsque les particularités y sont évidentes. Ce n'est pas un hasard que la nouvelle dynastie sharîfienne soit sortie du Sous.

Le Sous est un carrefour complexe, une zone de contact entre sédentaires et nomades, entre le monde méditerranéen et le monde africain noir. Il a eu son évolution propre depuis le XIII^e siècle, en marge du pouvoir de Fès le plus souvent. Après avoir connu une certaine unité sous la dynastie des Beni Yedder, le pays s'est morcelé en de nombreux organismes auto-

256. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*... cit., p. 110 : « *tenían necessidad de puerto seguro donde los estrangeros viniessen a comprarlo* ».

257. Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes*... cit., p. 148.

258. B. Rosenberger, « La production de sucre... » cit.

Yedder, fragmentou-se em diversos organismos autónomos de dimensão variada, confederações, tribos e cidades. Efectivamente, o apelo às tribos árabes por parte destas dinastias e seu adversário merínida, depois por numerosos concorrentes a fim de assegurar a vitória, introduziu um factor de instabilidade, ao fazer destes imigrantes os árbitros das lutas pelo poder. A violência das relações entre os agentes políticos, independentemente da sua dimensão, pode ser em parte reprimida e limitada pelas autoridades religiosas, mas também por aqueles que tinham interesse em manter um mínimo de ordem necessária aos negócios.

A chegada precoce de marinheiros e comerciantes cristãos ao litoral teve uma influência incontestável na evolução da região, dado que os efeitos desta presença não se limitaram à zona costeira. O comércio foi estimulado e até um certo ponto transformado pela procura e oferta de produtos de venda fácil para além do Sara, até então disponíveis em quantidades limitadas. A rota transariana do Oeste, a antiga *trîq lamtûnî*, que tinha perdido muita da sua importância, foi reanimada, apesar da concorrência da via marítima: as caravelas não eliminaram as caravanas, ao contrário do que se pode pensar. A avidez dos recém-chegados e a suas rivalidades motivaram a perturbação das relações entre agentes locais. Entre estes, alguns aproveitaram-se do apoio que conseguiam obter junto de uma ou outra das monarquias ibéricas. Parece que as tribos árabes viram nesta situação um meio de reforçar o seu peso. Os seus hábitos predatórios conseguiram compatibilizar-se com o gosto do lucro e o desejo de domínio dos cristãos. Contudo, esta tendência em privilegiar a violência nas relações contrariou os interesses daqueles que apostavam no trabalho e no comércio, isto é, as populações sedentárias, que eram a base do povoamento da região. As tensões internas e as contradições aumentaram, a tal ponto que houve que procurar soluções. Algumas comunidades hesitaram sobre o caminho a seguir, mudaram de opinião e de campo, procurando alianças no jogo tradicional das sociedades segmentárias[259]. Mas, perante o agravamento dos conflitos, um movimento de renascimento islâmico, iniciado por Cide Mohamede Aljazuli, interveio com uma força crescente. Os seus discípulos, numerosos no Suz, preocupados em preservar

259. Sobre esta teoria que suscitou discussões: E. E. Evans-Pritchard, *The Nuer: A Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People,* Oxford, Clarendon Press, 1940 e *The Sanusi of Cyrenaica*, Oxford, Clarendon Press, 1969; E. Gellner, *Saints of the Atlas*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1969. Ponto de vista crítico de A. Hammoudi, «Segmentarité, stratification sociale, pouvoir politique et sainteté», *Hesperis-Tamuda*, XVI, 1974 (1977), pp. 147-180.

nomes de taille variée, confédérations, tribus, cités. En effet, l'appel aux tribus arabes par ces dynastes et leur adversaire Mérinide, ensuite par de nombreux compétiteurs pour s'assurer la victoire, a introduit un facteur de désordre en faisant de ces immigrés les arbitres des luttes pour le pouvoir. La violence des rapports entre les acteurs politiques, quelle que soit leur taille, a pu être en partie endiguée, limitée par des autorités religieuses, mais aussi par ceux qui avaient intérêt à maintenir un minimum d'ordre nécessaire aux affaires.

L'arrivée précoce de marins et de marchands chrétiens sur les côtes a eu une influence certaine sur l'évolution du pays, car les effets de cette présence ne se sont pas limités au littoral. Le commerce a été stimulé et jusqu'à un certain point transformé par leur demande et par leur offre de produits de bonne vente au-delà du Sahara, jusque-là disponibles en quantité limitée. La route transsaharienne de l'ouest, l'ancien *trîq lamtûnî*, qui avait perdu beaucoup de son importance, s'est trouvée revivifiée, malgré la concurrence de la voie maritime : les caravelles n'y ont pas éliminé les caravanes comme on a pu le croire. L'avidité des nouveaux venus, leurs rivalités ont eu pour effet de perturber les relations entre les acteurs locaux. Parmi eux, certains ont tiré parti de l'appui qu'ils pouvaient trouver auprès de l'une ou l'autre des monarchies ibériques. Il semble bien que des tribus arabes ont vu là un moyen d'accroître le poids de leur présence. Leurs habitudes prédatrices ont pu s'accorder avec le goût du lucre et le désir de domination des Chrétiens. Mais cette tendance à privilégier la violence dans les relations a contrarié les intérêts de ceux qui misent sur le travail et le commerce, c'est-à-dire les populations sédentaires, qui sont le socle du peuplement de la région. Les tensions internes, les contradictions ont été accrues, si bien que des solutions ont dû être recherchées. Certaines communautés ont hésité sur la voie à suivre, ont changé d'avis et de camp, recherchant des alliances dans le jeu traditionnel de la segmentarité[259]. Mais devant l'aggravation des troubles, est intervenu avec une force grandissante un mouvement de renaissance islamique initié par Muhammad ben Slimâm al-Jazûlî. Ses disciples nombreux dans le Sous, soucieux de préserver la paix sociale et de favoriser l'économie, ont préparé en profondeur par leur action

259. Sur cette théorie qui a suscité des discussions : E. E. Evans-Pritchard, *The Nuer : A Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People,* Oxford, Clarendon Press, 1940 et *The Sanusi of Cyrenaica*, Oxford, Clarendon Press, 1969 ; E. Gellner, *Saints of the Atlas*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1969. Point de vue critique de A. Hammoudi, « Segmentarité, stratification sociale, pouvoir politique et sainteté », *Hesperis-Tamuda*, XVI, 1974 (1977), pp. 147-180.

a paz social e favorecer a economia, prepararam aprofundadamente, através da sua militância, o advento de uma família. A origem desta foi considerada uma garantia para reformar a sociedade, restabelecer uma ordem mais conforme aos valores do Islão, combatendo ao mesmo tempo os cristãos, considerados culpados de o perturbar e desejosos de o destruir. O êxito desta família xarifina, vivendo até então de forma modesta, pode explicar-se por um conjunto variado de factores. Em primeiro lugar, beneficiaram das ricas potencialidades naturais do *Sûs al-Aqsâ*. Puderam apoiar-se numa economia sólida e diversificada, estimulada pelos europeus. Apesar dos conflitos que dividiam a sociedade, lograram contar com parte dela, ávida de escapar à tutela onerosa dos árabes e seus saques. Sobretudo, a rede dos marabutos *jazûlites* explorou habilmente o carisma dos descendentes do Profeta: vimos de que forma algumas personalidades religiosas respeitadas levaram para o seu campo os que procuravam uma autoridade capaz de colocar fim às desordens.

Com efeito, o estado da sociedade demandava soluções. A partir de múltiplas fontes, constatamos que o peso das exacções dos árabes era cada vez mais difícil de suportar pelos citadinos que, a exemplo dos de Tarudante ou Tidsi, obedeceram desde logo aos chourfas. Era também necessário restabelecer a segurança dos caminhos, que bandidos obstruíam livremente, raptando os transeuntes para vendê-los ou pedir um resgate. A caça aos escravos pôde enfim terminar quando a cooperação entre os militares da guarnição de Santa Cruz e algumas fracções das tribos árabes se desfez. Os comerciantes foram tranquilizados, as trocas puderam efectuar-se mais facilmente e em maior quantidade. É claro que a reposição da ordem, ainda que obtida através de uma força por vezes brutal, favoreceu a prosperidade. As zonas rurais, sobre as quais temos escassas informações, beneficiaram desta situação e participaram neste movimento: não é por acaso que foi alcaide de Azero, que havia sido pilhada, que matou Bam Mileque. Os árabes vencidos aderiram de seguida ao novo poder, demonstrando o seu realismo habitual, bem como as tribos sarianas – Rahâmna, Brabish, Udaya – até então independentes, estabelecidas na rota do Oeste e que encontraremos incorporadas no aparelho estatal sádida.

Enquanto combatiam a desordem, Abu Abdalá Mohamede e os seus filhos estabeleceram as bases de um poder regional, criando uma dinâmica que cedo os conduziu para fora do território limitado do Suz. A vontade de Alcaime de associar os filhos ao seu projecto mostra claramente que não o limitava a uma militante l'avènement d'une famille dont l'origine est apparue comme une garantie pour réformer la société, ramener un ordre plus conforme aux valeurs de l'islam, tout en combattant les Chrétiens jugés coupables de le perturber et désireux de le détruire. Le succès de cette famille sharîfienne, vivant jusqu'alors plutôt modestement, peut s'expliquer par la conjonction de plusieurs facteurs. En premier lieu, ils ont bénéficié des riches potentialités naturelles du *Sûs al-Aqsâ*. Ils ont pu s'appuyer sur une économie solide, diversifiée, stimulée par les Européens. Malgré les conflits qui divisaient la société, ils ont pu compter sur une partie de celle-ci qui était désireuse d'échapper à la tutelle onéreuse des Arabes, si ce n'est à leurs rapines. Surtout le réseau des marabouts *jazûlites* a exploité habilement le charisme de descendants du Prophète : on a vu comment des personnalités religieuses respectées ont orienté vers eux ceux qui étaient à la recherche d'une autorité susceptible de mettre fin aux désordres.

L'état de la société appelait en effet des remèdes. À travers plusieurs sources, on voit que le poids des exactions des Arabes était de plus en plus difficile à supporter par les citadins qui, comme ceux de Taroudant ou de Tidsi, ont obéi très tôt aux *Shurfa*'. Il fallait rétablir la sûreté des chemins que des brigands coupaient à leur guise, enlevant des passants pour les vendre ou en tirer une rançon. La chasse aux esclaves a pu prendre fin quand l'association des militaires de la garnison de Santa Cruz avec des fractions de tribus arabes a été brisée. Les marchands ont été rassurés, les échanges ont pu se faire plus facilement et en plus grande quantité. Il est certain que la remise en ordre, même obtenue par une force parfois brutale, a favorisé la prospérité. Les campagnes, sur lesquelles on a peu de renseignements, en ont bénéficié et ont participé au mouvement : ce n'est pas un hasard si c'est le *qâ'id* d'Azrû, dont le bourg avait été pillé, qui a tué Malîk ben Dâwud. Les Arabes vaincus sont entrés ensuite, en faisant preuve de leur réalisme habituel, au service du nouveau pouvoir, ainsi que des tribus sahariennes – Rahâmna, Brabish, Udaya – jusqu'alors indépendantes, établies sur la route de l'ouest, et qu'on retrouve ultérieurement incorporées dans l'appareil d'État sa'dien.

Tout en combattant le désordre, Muhammad ben 'Abderrahmân et ses fils ont jeté les bases d'un pouvoir régional, créé une dynamique qui les a poussés très tôt hors du territoire limité du Sous. La volonté d'al-Qâ'im d'associer ses fils à son projet montre clairement qu'il ne le limitait pas à une prise de pouvoir personnelle dont l'avenir serait limité,

conquista de poder pessoal, de futuro limitado, mas antes que tinha uma visão a longo prazo. Os chourfas, ao proclamarem princípios rígidos, demonstram um grande realismo na sua estratégia. Assim, a *jihâd* não significa a luta contra todos os cristãos indistintamente. No seu território, para pôr fim ao monopólio comercial a que Portugal queria arrogar-se, os chourfas atraem todos os que procuram escapar aos pesados direitos aduaneiros e ao controlo das cargas por parte dos agentes portugueses: genoveses e espanhóis oriundos dos portos da Andaluzia, mas também súbditos de D. Manuel que se dedicam ao contrabando. Em variados pontos do litoral do Suz que a isso de prestam, um comércio ilícito organiza-se. A guarnição de Santa Cruz e os seus aliados árabes, depois de alguns êxitos, foram impossibilitados de o perturbar através das suas expedições terrestres. A intervenção por mar contra esta actividade revelou-se impraticável, dado que era necessário dispor em permanência de vários navios para vigiar uma grande extensão de faixa costeira, entre a foz do rio Tensift e a do rio Meça. Esta liberdade de comércio permitiu aos Sádidas reforçar-se, como sublinha o capitão D. Francisco de Castro, na sua carta endereçada ao rei, datada de 19 de Agosto de 1516: no plano financeiro, pela cobrança de impostos sobre as transacções; no plano económico, pelo aumento das trocas, que estimulou a produção; no plano militar, pela possibilidade de adquirir armamento susceptível de rivalizar com o do seu adversário[260]. Globalmente, é um resultado politicamente vantajoso.

As falhas do empreendimento português permitiram aos Sádidas só consagrar uma parte das suas forças no seu combate directo, mantendo meios importantes para estender a sua autoridade sobre o país. Uma primeira fraqueza nasce da incerteza dos objectivos: podemos observar que em Santa Cruz, para se obterem lucros, se hesita entre o interesse pelos assuntos que requerem a paz e a procura de despojos através das razias, que na verdade também têm como fito obter submissões que levem ao pagamento de páreas. Esta ambiguidade não é específica do Suz, encontramo-la nas planícies atlânticas em torno de Safim e Azamor. A escolha do monarca entre as duas opções não é clara e, sobretudo, este não fornece os meios reclamados pelos feitores para que o comércio pudesse prosperar, como por exemplo os tecidos que melhor se vendem, esses bordates tão apreciados. Para aproveitar o câmbio extremamente vantajoso entre a prata e o ouro, os feitores reclamam também o metal branco, com o qual ganhariam tanto como

260. *SIHM, Portugal*, tomo II, doc. VI, p. 28.

mais qu'il a eu une vision à long terme. Tout en proclamant des principes stricts, les *Shurfâ*' font preuve d'un grand réalisme dans leur stratégie. C'est ainsi que le *jihâd* ne signifie pas la lutte contre tous les Chrétiens indistinctement. Dans leur domaine, pour briser le monopole commercial que le Portugal voulait s'arroger sur le Maroc, les *Shurfa*' attirent tous ceux qui cherchent à échapper aux droits de douane élevés et au contrôle des cargaisons par les agents portugais : Génois et Espagnols venus des ports d'Andalousie, mais aussi sujets de D. Manuel qui se livrent à la contrebande. Sur de nombreux points de la côte du Sous qui s'y prêtent, un commerce interlope s'organise. La garnison de Santa Cruz et ses alliés arabes, après quelques succès, ont été empêchés de le perturber par leurs expéditions terrestres. L'intervention par mer contre cette activité s'est avérée impraticable, car il aurait fallu disposer en permanence de plusieurs navires pour surveiller une grande étendue de côte de l'embouchure de l'oued Tensift à celle de l'oued Massa. Cette liberté de commerce a permis aux Sa'diens de se renforcer, comme le souligne dans sa lettre au roi du 19 août 1516, le capitaine D. Francisco de Castro : sur le plan financier, par la perception de droits sur les transactions, sur le plan économique par un accroissement des échanges qui a stimulé la production et accru une aisance dont on pouvait leur savoir gré, du point de vue militaire par la possibilité de se procurer un armement de nature à rivaliser avec celui de leur adversaire[260]. Globalement c'est un résultat politiquement favorable.

Les failles dans l'entreprise portugaise ont permis aux Sa'diens de ne consacrer qu'une partie de leurs forces à la combattre directement et de garder des moyens importants pour étendre leur autorité dans le pays. Une première faiblesse naît de l'incertitude des buts : on voit bien comment à Santa Cruz, pour faire des profits, on balance entre le souci des affaires qui demande la paix et la recherche du butin par des *entradas*, qui ont aussi, il est vrai, pour objectif d'obtenir des soumissions entraînant le paiement de *parias*. Cette ambiguïté n'est pas particulière au Sous, on la retrouve dans les plaines atlantiques autour de Safi et Azemmour. Le choix du souverain entre les deux options n'est pas clair et surtout il n'accorde pas les moyens demandés par les *feitores* pour que le commerce puisse prospérer. Ils manquent par exemple des tissus qui se vendent le mieux, ces bordats si appréciés. Pour profiter du change extrêmement avantageux entre l'argent et l'or, ils réclament du métal blanc, sur lequel ils gagneraient autant que sur la vente des bordats. À Lisbonne un *mithqal* vaut

260. *SIHM, Portugal*, tome II, doc. VI, p. 28.

na venda dos bordates: em Lisboa, um *mithqal* vale 450 réis, em Santa Cruz só vale 360: o ganho é de 90 réis. Era necessário enviar de Portugal 200.000 ou 300.000 réis. Todos os dias os notáveis trazem ouro para trocá-lo por prata e quando lhes é respondido que na fortaleza não há este metal, partem descontentes[261]. Embora Afonso Rodrigues não o refira nesta carta de 1514 ao rei, é evidente que estes se diriam a outros sítios. O feitor solicita igualmente dinheiro para as construções e para pagar os soldados e os funcionários, *leitmotiv* da correspondência das autoridades de Santa Cruz e das outras praças marroquinas nos anos que se seguem.

Se o sonho existiu em Lisboa, jamais os meios duma conquista foram concedidos aos capitães-governadores. Marmol considera que os Portugueses e os seus aliados «se teriam tornado senhores do país, sem a descoberta das Índias, que lhes parecia mais rentável. Tal situação contribuiu bastante para o engrandecimento dos Xarifes, que teriam tido mais dificuldade em estabelecer os seus impérios se os portugueses tivessem prosseguido as suas conquistas»[262]. É certo que os círculos dirigentes portugueses estavam divididos entre os partidários da aventura marroquina e os defensores do projecto das Índias. Os nobres que tinham lugares de responsabilidade em Marrocos onde enriqueciam, como D. Francisco de Castro o fez, e pensavam ademais em obter mercês e recompensas do rei, não queriam renunciar a este terreno de caça. Realçavam a honra, a defesa da Santa Fé Católica com mais ardor que os próprios bispos, como o demonstram as respostas à consulta, efectuada por D. João III em 1534, sobre a eventualidade do abandono de Safim e Azamor[263]. Safim, cercada pouco tempo antes pelos Sádidas, tinha sido salva apenas à custa de grandes esforços. Azamor, dificilmente acessível no estuário do rio Morbeia, não poderia ser socorrida em caso de ataque. Sobretudo, as finanças reais não conseguiam suportar mais os esforços demasiado importantes em Marrocos e na Índia. Era necessário escolher.

Ao examinar o encadeamento dos acontecimentos nesta região do Suz, apesar das suas singularidades, apercebemo-nos da sua semelhança com o resto de Marrocos. A ruptura da paz entre o sultão de Fez e D. Manuel endurece as relações entre os portugueses e as populações locais. Pudemos constatar, por exemplo, que o ataque das tribos contra Safim no final de Dezembro de 1510, conduzidas pelo emir Hintata de

261. *SIHM, Portugal*, tomo I, doc. CXXI, p. 615.

262. L. del Marmol, *L'Afrique*... cit., p. 24.

263. Questionário do rei: *SIHM, Portugal*, tomo II, doc. CLXIV, pp. 637-639 e respostas a partir do doc. CLXVIII, p. 649.

450 *réis*, à Santa Cruz, il n'en vaut que 360 : le gain est de 90 *réis*. Il faudrait envoyer du Portugal 200.000 ou 300.000 *réis*. Chaque jour des notables apportent de l'or pour le changer contre de l'argent et quand on leur répond qu'on n'en a pas, ils s'en vont mécontents[261]. Afonso Rodrigues ne dit pas au roi, dans cette lettre de 1514, qu'ils vont ailleurs, mais c'est l'évidence. Il réclame aussi de l'argent pour les constructions, pour payer les soldats et les fonctionnaires. C'est le *leitmotiv* de la correspondance des autorités de Santa Cruz et des autres places au Maroc dans les années qui suivent.

Jamais, si le rêve en a existé à Lisbonne, les moyens d'une conquête n'ont été accordés aux capitaines-gouverneurs. Marmol considère que les Portugais et leurs alliés « se fussent rendus maistres du pays, sans la découverte des Indes, qui leur estoit à leur advis plus fructueuse. Cela contribua beaucoup à l'agrandissement des Chérifs qui eussent eu bien plus de peine à establir leur Empire, si les Portugais eussent continué leurs conquestes »[262]. Il est vrai que les cercles dirigeants portugais ont été partagés entre partisans de l'aventure marocaine et défenseurs du plan des Indes. Les nobles qui avaient des postes de responsabilité au Maroc où ils s'enrichissaient, comme D. Francisco de Castro l'a fait, et pensaient de plus obtenir la faveur du roi et des récompenses, n'entendaient pas renoncer à ce terrain de chasse. Ils mettaient en avant l'honneur, la défense de la Sainte Foi Catholique avec plus d'ardeur que les évêques eux-mêmes, comme le montrent les réponses à la consultation entreprise par D. João III en 1534 sur l'éventualité de l'abandon de Safi et Azemmour[263]. Safi assiégée peu de temps auparavant par les Sa'diens n'avait pu être sauvée qu'au prix de grands efforts. Azemmour difficilement accessible dans l'estuaire de l'Oum er-Rbia ne pourrait pas être secourue en cas d'attaque. Surtout les finances royales ne pouvaient plus soutenir des efforts trop importants au Maroc et dans l'Inde. Il fallait choisir.

En examinant l'enchaînement des événements dans cette région du Sous, malgré ses particularités, on s'aperçoit que ce qui s'y passe est en résonance avec le reste du Maroc. La rupture de la paix entre le sultan de Fès et le D. Manuel durcit les relations entre les Portugais et les populations locales. On a pu remarquer, par exemple, que l'attaque des tribus contre Safi à la fin de décembre 1510 menées par l'émir Hintâtî de Marrakech, qui avait lancé le mot d'ordre du *jihâd*,

261. *SIHM, Portugal*, tome I, doc. CXXI, p. 615.

262. L. del Marmol, *L'Afrique*... cit., p. 24.

263. Questionnaire du roi : *SIHM, Portugal*, tome II, doc. CLXIV, pp. 637-639 et réponses à partir du doc. CLXVIII, p. 649.

Marraquexe – que havia lançado a palavra de ordem do *jihâd* –, foi seguido meses depois por outro contra Santa Cruz. Imediatamente após a conquista de Azamor os Sádidas passaram para o norte do Atlas para participar na luta contra os portugueses e os seus aliados e ajudaram na defesa de Marraquexe. Solidamente enraizados no Suz, estes não confinaram as suas actividades a este território. É notório que, ainda antes de porem termo à presença portuguesa, em 1541, os Sádidas tinham combatido os Oatácidas, num embate junto a Animay (actualmente Sidî Rahal) em 1528, bastante incerto, ou no rio el-'Abîd em 1536, onde estes foram vencidos. Terá sido o Suz apenas um trampolim? Esta hipótese é válida principalmente para Mohamede Xeque, que aí permaneceu até 1544, onde se fortaleceu de tal forma que pôde vencer o seu irmão mais velho.

Se em muitas circunstâncias o Suz vive em uníssono com o resto de Marrocos, também está integrado num espaço oceânico que inclui a Europa, a África e, cada vez mais, a América. Nesta importante fase de mundialização, caracterizada pela abertura do Atlântico, o Suz, situado na sua orla, está necessariamente implicado. O que aí ocorre pode ter repercussões sobre o seu destino. Por enquanto, o projecto dos chourfas Sádidas é favorecido. Desde os primeiros anos do seu empreendimento compreenderam as vantagens a retirar da nova conjuntura[264]. A concorrência dos países europeus abre-lhes possibilidades económicas e políticas que eles vão rentabilizar de forma hábil. É neste contexto que a nova dinastia irá desenvolver o seu poder, derrubar o dos Oatácidas, escapar à tutela otomana e transformar Marrocos numa potência que ocupará até ao início do século seguinte um lugar incontestável a nível internacional[265].

a été suivie quelques mois plus tard de celle tentée contre Santa Cruz. Très vite après la conquête d'Azemmour, les Sa'diens sont passés au nord de l'Atlas pour participer à la lutte contre les Portugais et leurs alliés, et ils ont aidé à la défense de Marrakech. Solidement ancrés dans le Sous, ils n'y ont pas confiné leurs actions. Il est visible qu'avant même de mettre fin à la présence portugaise, en 1541, des affrontements avaient eu lieu avec le Wattâsside, l'un près d'Animay (aujourd'hui Sidî Rahal) assez incertain en 1528, l'autre sur l'oued el-'Abîd en 1536, où il avait été vaincu. Le Sous n'aurait-il été qu'un tremplin ? C'est vrai surtout pour Muhammad Shaykh qui y est demeuré jusqu'en 1544 et où il s'est si bien renforcé qu'il a pu vaincre son frère aîné.

Si en bien des circonstances le Sous vit à l'unisson du reste du Maroc, il est aussi englobé dans un espace océanique qui concerne l'Europe, l'Afrique et de plus en plus l'Amérique. Dans cette phase importante de mondialisation caractérisée par une ouverture de l'Atlantique, le Sous qui en est riverain est nécessairement impliqué. Ce qui s'y passe peut avoir des retentissements sur son sort. Pour l'heure, le projet des *Shurfâ'* Sa'diens s'en trouve favorisé. Dès les premières années de leur entreprise, ils ont compris le parti qu'ils pouvaient tirer de la nouvelle conjoncture[264]. La concurrence des pays européens leur ouvre des possibilités économiques et politiques qu'ils vont mettre à profit de façon adroite.

Et c'est dans ce contexte que la nouvelle dynastie va développer son pouvoir, renverser celui des Wattassides, échapper à la tutelle ottomane et faire du Maroc une puissance qui tient jusqu'au début du siècle suivant un rang incontestable sur la scène internationale[265].

264. B. Rosenberger, «Les Sa'diens et l'Atlantique au XVI^{e} siècle», *Mésogéios*, tomo 7, pp. 201-222.

265. Como quis mostrar na obra *Le Maroc au XVI^{e} siècle, au seuil de la modernité*, Séville, Fondation des Trois Cultures, 2008. Este livro é difícil de encontrar nas livrarias em Marrocos.

264. B. Rosenberger, « Les Sa'diens et l'Atlantique au XVI^{e} siècle », *Mésogéios*, tome VII, pp. 201-222.

265. Ainsi que j'ai voulu le montrer dans *Le Maroc au XVI^{e} siècle, au seuil de la modernité*, Séville, Fondation des Trois Cultures, 2008. Ce livre ne se trouve que difficilement en librairie au Maroc.

A relevância da Duquela no império comercial português a partir das «*cartas de quitação de D. Manuel I*»

La place de Doukkala dans l'empire commercial portugais à partir des « *cartas de quitação de D. Manuel I* »

Ahmed Boucharb, professeur émérite de l'Université Hassan II, Casablanca

Afonso de Albuquerque, vangloriando-se das suas façanhas nas guerras que conduzia contra os comerciantes muçulmanos no Oceano Índico, comunicou a D. Manuel I que os egípcios haviam abandonado as cidades comerciais da Índia e que estas eram então apenas frequentadas por comerciantes «mouros de là, desas partes de çafim» e de outras cidades magrebinas. Este testemunho, datado de 30 de Novembro de 1513, deve ser tomado em consideração. O seu autor, que conhecia bem Marrocos, não citava esta cidade marroquina sem motivo aparente, tanto mais que afirmava ter encontrado em Calecute alguns desses comerciantes magrebinos. Albuquerque salienta, inclusive, que tinha questionado estes comerciantes acerca dos motivos que os tinham impulsionado a empreender uma viagem tão longa e a arriscar a sua vida e o seu dinheiro na travessia de regiões assoladas por guerras terrestres e marítimas[1].

Se estas deslocações aconteceram de facto foram certamente empreendidas antes da ocupação de Safim, em 1508, o que significa que esta cidade já estava integrada nos circuitos comerciais ligados às especiarias e às drogas asiáticas e que esses comerciantes tinham motivos prementes para se interessarem por uma região tão longínqua. Em todo o caso, consideramos que Albuquerque não mencionou por acaso Safim, em vez de Orão, Tremecém ou Tunes. Com efeito, uma documentação abundante indica que esta cidade se tornara, ainda antes do final do século XV, um importante centro de distribuição em Marrocos dos produtos expedidos da Ásia. João Lopes de Alvim, o feitor de D. Manuel I nessa cidade, numa carta datada de 25 de Dezembro de 1507, comunicou ao rei que a quantidade de goma-laca desembarcada seria ime-

1. Raymundo António de Bulhão Pato, *Cartas de Affonso de Albuquerque, seguidas de documentos que as elucidam*, I, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1898, p. 126.

Vantant ses exploits dans les guerres qu'il menait dans l'Océan Indien contre les commerçants musulmans, Afonso de Albuquerque annonça à D. Manuel I que les Égyptiens quittèrent les villes commerciales de l'Inde, et que celles-ci n'étaient plus fréquentées que par des commerçants « *mouros de là, desas partes de çafim* » [« des Maures de là-bas, des côtés de Safi »] et d'autres villes maghrébines. Ce témoignage daté du 30 novembre 1513 est à prendre à la lettre. Son auteur, qui connaissait bien le Maroc, ne pouvait pas citer cette ville marocaine sans raison, d'autant plus qu'il affirme avoir rencontré quelques-uns de ces commerçants maghrébins à Calicut. Il précise même qu'il leur avait demandé les raisons qui les poussèrent à entreprendre un si long voyage, et à risquer leur vie et leur argent en traversant des régions connaissant des guerres terrestres et maritimes[1].

Si ces déplacements eurent effectivement lieu, ils furent certainement entrepris avant l'occupation de la ville en 1508, ce qui signifie que la ville était déjà intégrée dans les circuits commerciaux liés aux épices et aux drogues asiatiques, et que ses commerçants avaient des mobiles pressants pour s'intéresser à une région si lointaine. Quoi qu'il en soit, nous pensons qu'Afonso de Albuquerque n'a pas placé sans raison Safi avant Oran, Tlemcen et Tunis. En effet, une documentation abondante montre que cette ville était devenue, dès avant la fin du XV^e^ siècle, un centre principal de distribution au Maroc des produits acheminés d'Asie. João Lopes de Alvim, le représentant commercial de D. Manuel dans cette ville (*feitor*) lui annonça, dans une lettre datée du 25 décembre 1507, que la quantité de gomme-laque débarquée sera immédiatement envoyée à Marrakech « *numa cafylla… que aqui esta* » [« dans un caravansérail qui se trouve ici »].

1. Raymundo António de Bulhão Pato, *Cartas de Affonso de Albuquerque, seguidas de documentos que as elucidam*, I, Lisbonne, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1898, p. 126.

diatamente enviada para Marraquexe «numa cafylla… que aqui esta». Informou-o, igualmente, acerca do desapontamento dos comerciantes que esperavam fornecimentos mais avultados, dado que a cidade conseguia distribuir todas as quantidades trazidas da Índia. O feitor solicitou, inclusivamente, que se restringisse a oferta dessa mercadoria unicamente em Safim, que se tornara capaz de distribuir por todo o país a laca desembarcada: «porque nam pode vyr tamto da India que sse mays aqui nam gaste e com mais proveito de V.A que em outras partes». Do mesmo modo, pediu para «mandar que nam sse vendesse allaqre nenhuum, ssenam que todo vyesse a este cydade, pera que de todas partes ho vyessem aqui buscar»[2].

Safim não se contentava com este papel. O desenvolvimento do comércio que os portugueses haviam estabelecido nas feitorias abertas na África Negra dependia directamente da capacidade desta cidade para garantir as mercadorias propostas em troca do ouro e dos escravos. Na carta acima mencionada, o mesmo feitor informou D. Manuel I que tinha ordenado o fabrico de «llambeys que V. A. quer que aquy se façam e a mym me parece, senhor, que V. A. pode d'aquy fornecer todo o trauto da Mina e Arguym, e com mais proveito de V. A.»[3]. Este representante comercial, que conhecia bem o mercado de Safim, é categórico: a cidade podia, em exclusividade, prover todas as necessidades deste comércio. Esta ligação entre o comércio da Guiné e os tecidos de lã (designados «roupa de Arguim») comprados em Safim, como também em Azamor, é atestada pela literatura de viagem portuguesa[4] e pela documentação abundante publicada por P. de Cenival[5]. Ora, para adquirir estes produtos necessários ao comércio da Guiné, os portugueses encaminhavam para Safim, além das especiarias e das drogas asiáticas, uma grande variedade de tecidos adquiridos na Flandres ou em Inglaterra. A aquisição destes tecidos para o porto de Safim interessava o próprio rei. Com efeito, o seu secretário pessoal comunicou-lhe, em Fevereiro de 1510, que «Vosalteza m'escpreveo que, do dinheiro da pimenta molhada que tem em Framdes, queria mamdar vyr d'Imgraterra huum milham de reais em panos, pera se venderem em çafy e Berberia[6]». No seguimento, mencionou os tecidos mais procura-

Il l'informa aussi de la déception des marchands qui s'attendaient à des livraisons plus importantes, car la ville était capable de distribuer toutes les quantités apportées d'Inde. Il alla jusqu'à demander de limiter l'offre de cette marchandise uniquement à Safi, devenue capable de distribuer à travers le pays toute la laque débarquée : [« car on pourrait vendre ici toutes les quantités qu'on pourrait importer d'Inde, tout en garantissant à Votre Majesté les meilleurs profits que nulle part ailleurs »]. Aussi le pria-t-il de [« ordonner que l'on limite la vente de la gomme-laque à Safi exclusivement pour qu'on y vienne la chercher de partout »][2]. Safi ne se contentait pas de ce rôle. L'essor du commerce que les Portugais avaient instauré dans les comptoirs commerciaux ouverts en Afrique Noire dépendait directement de sa capacité de lui assurer les marchandises proposées contre l'or et les esclaves. Dans la lettre susmentionnée, le même feitor informa D. Manuel qu'il avait ordonné la fabrication des [« hanbels dont Votre Majesté a ordonné la confection ici, il me semble, que V. M. peut à partir d'ici couvrir tous les besoins du commerce de Lamina et Arguin, tout en assurant à votre Majesté les meilleurs profits de bénéfices pour votre V. M. »][3]. Ce représentant commercial, qui connaissait parfaitement le marché de Safi, est catégorique : la ville pouvait, à elle seule, subvenir à tous les besoins de ce commerce. Ce lien entre le commerce de Guinée et les tissus en laine (appelés *roupa de Arguim*) achetés à Safi – et à Azemmour – est confirmé par la littérature de voyage portugaise[4], et par l'abondante documentation publiée par P. de Cenival[5]. Or pour acquérir ces produits nécessaires au commerce de Guinée, les Portugais exposaient à Safi, outre les épices et les drogues asiatiques, une grande variété de tissus acquis en Flandre ou en Angleterre. L'achat de ces tissus pour le port de Safi intéressait le roi en personne. Son secrétaire personnel l'informa en février 1510 que [« Votre altesse m'a écrit qu'avec l'argent du piment que vous avez en Flandres, vous vouliez faire venir d'Angleterre un million de réaux en tissus pour qu'ils soient vendus à Safi et en Berbérie »][6]. Il mentionna ensuite les tissus les plus demandés à Safi et les quantités qui pourraient y être écoulées.

2. *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc, Première Série, dynastie Sa'dienne*, tomo I, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 147.

3. *Sources Inédites…* cit., vol. I, p. 147.

4. Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, ed. Damião Peres, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1988; P. de Cenival e Th. Monod, *Description de la Côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal par Valentin Fernandez, 1506-1507*, Paris, Librairie Larose, 1938.

5. Cf. *Sources Inédites…* cit.

6. *Sources Inédites…* cit., vol. I, pp. 223-224.

2. *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc, Première Série, dynastie Sa'dienne*, tome I, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 147.

3. *Sources Inédites…* cit., vol. I, p. 147.

4. Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, éd. Damião Peres, Lisbonne, Academia Portuguesa da História, 1988; P. de Cenival et Th. Monod, *Description de la Côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal par Valentin Fernandez, 1506-1507*, Paris, Librairie Larose, 1938.

5. Cf. *Sources Inédites…* cit.

6. *Sources Inédites…* cit., vol. I, pp. 223-224.

dos em Safim e as quantidades que aí poderiam ser escoadas.

Acabámos de observar que Safim é mencionada, ainda antes da sua ocupação militar, como placa giratória do império comercial português e que estava solidamente integrada nos circuitos comerciais estabelecidos entre os três pilares deste império: Índia, Guiné e Flandres. Como se explica esta situação ímpar em Marrocos?

R. Ricard foi o primeiro a demonstrar que a região de Duquela, já bastante cobiçada por Portugal pela sua produção cerealífera e pelos seus cavalos, tornou-se ainda mais apetecível após a organização do comércio nas feitorias abertas, primeiro em Arguim e, depois, em Axem e na Mina[7]. Posteriormente, os estudos de V. M. Godinho confirmaram esta tese[8]. Demonstrámos, quanto a nós, a influência dessa importância comercial na política adoptada na região, de modo a desviar a cobiça estrangeira e de preservar as suas potencialidades económicas e comerciais[9].

Tentaremos, nas páginas seguintes, determinar o nível de integração da região nos circuitos comerciais portugueses através da actividade dos seus dois portos principais, Safim e Azamor, baseando-nos nas «Cartas de quitação», documentos que consignam as somas de dinheiro, as mercadorias e os outros produtos que os representantes do rei receberam durante o seu serviço. Dezasseis desses documentos referentes ao reinado de D. Manuel I respeitam a Safim, para o período que decorre entre 1491 e 1522 (*sic*), enquanto outros seis concernem a cidade de Azamor, entre 1486 e 1519.

As «cartas de quitação» de Safim foram entregues a onze feitores, a dois almoxarifes, a um contador, a um vedor das obras e, finalmente, a um judeu encarregue da compra de «roupa d'Arguym», o que sugere uma clara superioridade da documentação de natureza comercial. Os seis documentos de Azamor encontram-se distribuídos por três «feitores», dois «almoxarifes» e um «contador». Estes documentos abrangem um período relativamente longo, englobando os períodos de protectorado sobre as duas cidades (até 1508, para Safim, e 1513, para Azamor) e uma parte do período da sua ocupação militar, até à morte de D. Manuel I, em 1521.

Sabe-se que estes documentos apenas consignam as mercadorias e os capitais do rei. Do mesmo modo, não

7. Robert Ricard, «Le commerce de Berbérie et l'organisation économique de l'empire portugais aux XV^e^ et XVI^e^ siècles» *in Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1955, pp. 81-107.

8. Cf. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. I, Lisboa, Arcádia, 1963.

9. Ahmed Boucharb, *Doukkala sous Domination Portugaise (Avant 1481-Octobre 1541)*, Casablanca, Dar Attakafa, 1984 (em árabe).

Nous venons de voir que Safi est citée, avant même son occupation militaire, comme plaque tournante dans l'empire commercial portugais, et qu'elle était fortement intégrée dans les circuits commerciaux établis entre les trois piliers de cet empire : l'Inde, la Guinée et la Flandre. Comment expliquer une telle situation unique au Maroc ?

R. Ricard fut le premier à démontrer que la région des Doukkala, déjà très convoitée par le Portugal pour sa production céréalière et ses chevaux, le devint davantage après l'organisation du commerce dans les comptoirs ouverts à Arguin d'abord, à Axim et à Mina ensuite[7]. Les travaux de V. M. Godinho[8] confirmèrent plus tard cette thèse. Nous avons montré à notre tour l'influence de cette importance commerciale sur la politique adoptée dans la région afin d'en éloigner les convoitises étrangères et de préserver ses potentialités économiques et commerciales[9].

Nous essayerons dans les pages qui suivent de déterminer le degré d'intégration de la région dans les circuits commerciaux portugais à travers l'activité de ses deux principaux ports, Safi et Azemmour, en nous basant sur les « *Cartas de quitação* », documents consignant les sommes d'argent, les marchandises et les autres produits que les représentants du roi reçurent durant leur service. Seize de ces documents se rapportant au règne de D. Manuel concernent Safi pour la période allant de 1491 à 1522 (*sic*), alors que six autres se rapportent à la ville d'Azemmour entre 1486 et 1519. Les « *cartas de quitação* » de Safi furent remises à onze *feitores*, à deux *almoxarifes*, à un *contador*, à un superviseur de travaux et enfin à un Juif chargé de l'achat de « *roupa d'Arguym* », ce qui laisse entrevoir une nette supériorité des documents à caractère commercial. Les six documents d'Azemmour sont répartis entre 3 *feitores*, 2 *almoxarifes* et un *contador*. Ces documents couvrent une période relativement longue, englobant les périodes de protectorat sur les deux villes (jusqu'en 1508 pour Safi, et 1513 pour Azemmour) et une partie de celle de leur occupation militaire, et ce, jusqu'à la mort de D. Manuel en 1521.

Il est connu que ces documents ne consignent que les marchandises et les capitaux du roi. Aussi, ne permettent-ils pas de suivre les opérations effectuées par les

7. R. Ricard, « Le commerce de Berbérie et l'organisation économique de l'empire portugais aux XV^e^ et XVI^e^ siècles » *in Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Coïmbre, Universidade de Coimbra, 1955, pp. 81-107.

8. Cf. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. I, Lisbonne, Arcádia, 1963.

9. Ahmed Boucharb, *Doukkala sous Domination Portugaise (Avant 1481-Octobre 1541)*, Casablanca, Dar Attakafa, 1984 (en arabe).

permitem seguir as operações realizadas pelos comerciantes que trabalhavam por conta própria, o que nos impede de ter uma visão global das trocas comerciais nos dois portos. No entanto, as operações realizadas em prol do rei eram a mais importantes, não apenas no plano quantitativo, mas também ao nível dos montantes envolvidos, visto que a Coroa monopolizava a compra e venda dos produtos que se transacionavam mais rapidamente e que garantiam os maiores lucros. Assim, o rei era, simultaneamente, o principal comprador de trigo e de tecidos de lã, o único importador de produtos asiáticos e o principal negociante de tecidos europeus em Safim e em Azamor.

Antes de comentar os valores contidos nesses documentos e de formular determinadas observações, relativamente à natureza das relações que ligavam a região a Portugal, vamos apresentar as quantidades de mercadorias de maior interesse para o rei de Portugal.

Sabemos que Duquela foi, em conjunto com a vizinha Enxovia, uma das regiões onde habitualmente os portugueses se abasteciam de trigo, com vista a colmatar o défice crónico da produção nacional. A necessidade de garantir esta produção foi uma das causas que impulsionaram Portugal a impor um protectorado na zona, antes de ocupar militarmente as suas cidades principais. As cartas de quitação de Safim mencionam as seguintes quantidades de trigo:

commerçants travaillant pour leurs propres comptes, ce qui nous empêche d'avoir une vision globale des échanges commerciaux dans les deux ports. Cependant, les opérations réalisées au profit du roi étaient les plus importantes, non seulement sur le plan quantitatif, mais aussi au niveau des sommes engagées, du moment que la couronne monopolisait l'achat et la vente des produits qui se vendaient le plus rapidement, et qui garantissaient les meilleurs profits. C'est ainsi que le roi était à la fois le principal acquéreur de blé et de tissus en laine, l'unique importateur de produits asiatiques, et le principal marchand de tissus européens à Safi et à Azemmour.

Avant de commenter les chiffres contenus dans ces documents et de formuler certaines remarques concernant les types de rapports ayant lié la région au Portugal, nous allons d'abord présenter les quantités des marchandises ayant le plus intéressé le roi de Portugal.

Nous savons que la région des Doukkala fut, avec la Chaouia voisine, une des régions où les Portugais avaient l'habitude de s'approvisionner en blé afin de combler le déficit chronique de la production nationale. Le besoin de se garantir la production de cette denrée fut une des causes qui poussèrent le Portugal à lui imposer un protectorat avant d'occuper militairement ses principales villes. Les « *cartas de quitação* » de Safi mentionnent les quantités de blé suivantes :

Doc. 1	Doc. 7	Doc. 8	Doc. 9	Doc. 10	Doc. 11	Doc. 13
07/1491-06/1495	1508-1511	06/1510-07/1512	03/03/1515-02/1516	10/1513-06/1519	07/1516-08/1519	08/1517-03/1521
45 moios / muids	1539 moios / muids	762 moios / muids	1636 moios / muids	6201 moios / muids	91 moios / muids	2636 moios / muids
	31 alqueires / boisseaux	34,5 alqueires / boisseaux	34,5 alqueires / boisseaux	14 alqueires / boisseaux	30 alqueires / boisseaux	34 alqueires / boisseaux

As quantidades de cevada foram menores do que as de trigo: 6836 moios e 15 alqueires, distribuídos da seguinte forma:

Les quantités d'orge furent moindres que le blé : 6836 muids et 15 boisseaux répartis comme suit :

Doc. 1	Doc. 7	Doc. 8	Doc. 9	Doc. 10	Doc. 14
	1508-1511				09/1519-07/1522
5 moios	700 moios / muids 13 alqueires / boisseaux	230 moios / muids 35 alqueires / boisseaux	120 moios / muids 12 alqueires / boisseaux	4991 moios / muids 15 alqueires / boisseaux	789 moios / muids 30 alqueires / boisseaux

Estes documentos só consignam as quantidades de cereais enviadas pelo rei e aquelas adquiridas sob a sua ordem, o que não reflecte a evolução da oferta e da procura em ambas as cidades. Com efeito, sabemos que os comerciantes portugueses pagavam um imposto de 10 % para poder comprar trigo em Safim[10] e que foram, a partir de Março de 1514, forçados a pagar cem reais

Ces documents ne consignent que les quantités de céréales envoyées par le roi et celles achetées sur sa demande, ce qui ne reflète pas l'évolution de l'offre et de la demande dans les deux villes. En effet, nous savons que les commerçants portugais payaient une taxe de 10% pour pouvoir acheter du blé à Safi[10] et qu'ils furent, à partir de mars 1514, contraints de

10. *Sources Inédites*... cit., I, p. 311.

10. *Sources Inédites*... cit., I, p. 311.

por cada moio de trigo comprado e cinquenta para a cevada. Os comerciantes estrangeiros deviam pagar o dobro[11]. Esta medida visava, certamente, desencorajar estes comerciantes e diminuir a concorrência que estes faziam aos representantes do rei.

Do mesmo modo, estes documentos nem sempre especificam a origem das quantidades consignadas. Logo, seria indispensável acompanhar a evolução político-militar da região para sabermos se se tratava de importação ou exportação. No entanto, a origem dos 700 moios, 13 alqueires de cevada e dos 1539 moios, 31 alqueires de trigo, recebidos pelo «almoxarife» Bastião Lopes (Agosto de 1508 – Janeiro de 1511), é registada de modo detalhado. Uma parte importante era importada para prover as necessidades da praça de Safim, que havia sido recentemente ocupada e que, consequentemente, vivia em estado de guerra com as tribos da região até ao fracasso do grande cerco, em Dezembro de 1510. A lista contendo os nomes das pessoas e serviços intervenientes incide sobre um dos aspectos da burocracia portuguesa.

Estes documentos não reflectem a realidade do grau de sangramento da região. Para termos uma ideia acerca das quantidades drenadas da região é necessário recorrer aos registos de impostos[12] e a algumas crónicas portuguesas[13]. Estes documentos não mencionam a compra de trigo em Azamor e Mazagão. A ausência de uma referência à compra desta mercadoria, ainda que as duas cidades estivessem rodeadas (o caso de Bulauão, por exemplo) ou próximas de regiões cerealíferas muito ricas (Enxovia), deve-se certamente ao facto desta missão ser confiada aos judeus ricos de Safim[14].

No que diz respeito às moedas, as cartas mencionam o real português e a dobra local de Safim e Azamor. A presença desta última corresponde ao período de protectorado português sobre as duas cidades. Os montantes incluídos nos registos dos representantes do rei, em Safim, são os seguintes:

s'acquitter de cent réaux pour chaque muid de blé acheté et de cinquante pour l'orge. Les commerçants étrangers devaient payer le double[11]. Cette disposition visait certainement à décourager ces commerçants et à réduire la concurrence qu'ils faisaient aux représentants du roi.

De même, ces documents ne précisent pas toujours l'origine des quantités consignées. Il faudrait alors suivre l'évolution politico-militaire de la région pour savoir s'il s'agissait d'importation ou d'exportation. Cependant, l'origine des 700 muids, 13 boisseaux d'orge et des 1539 muids, 31 boisseaux de blé reçus par l'*almoxarife* Bastião Lopes (août 1508 – janvier 1511) est consignée dans le détail. Une part importante était importée pour subvenir aux besoins de la place de Safi qui venait d'être occupée, et qui, de ce fait, vivait en état de guerre avec les tribus de la région jusqu'à l'échec du grand siège de décembre 1510. La liste des noms des personnes et des services intervenants reflète un des aspects de la bureaucratie portugaise.

Ces documents ne reflètent pas la réalité du degré de saignement de la région. Pour se faire une idée sur les quantités drainées de la région, il faut recourir aux registres d'impôts[12] et à certaines chroniques portugaises[13]. Ces documents ne mentionnent pas d'achat de blé à Azemmour et à Mazagan. L'absence d'allusion à l'achat de cette denrée, même si les deux villes étaient entourées (cas de Boulaouane par exemple) ou proches de régions céréalières très riches (Chaouia), est certainement due au fait que cette mission était confiée aux riches juifs de Safi[14].

En ce qui concerne les monnaies, les *cartas* mentionnent le *real* portugais et la *dobra* locale de Safi et d'Azemmour. La présence de cette dernière correspond au protectorat portugais sur les deux villes. Les quantités contenues dans les registres des représentants du roi à Safi se présentent comme suit :

11. *Sources Inédites*... cit., I, p. 500, nota 1.

12. ANTT, *Núcleo Antigo*, doc. n.º 869. «Livro dos tributos reais com que os mouros e alarves da cidade de Medina, toda a Duquela e a terra de Xiatima com seus castelos», transcrição de Rui Henriques, publicada no 2.º volume desta obra.

13. Damião de Góis, *Chronica do Felicíssimo rei Dom Emanuel*, parte III, cap. 14.

14. José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Os Judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos Durante o Século XVI*, Braga, APPACDM Distrital de Braga, 1997, pp. 210, 274-279.

11. *Sources Inédites*... cit., I, p. 500, note 1.

12. ANTT, *Núcleo Antigo*, doc. nº 869. «Livro dos tributos reais com que os mouros e alarves da cidade de Medina, toda a Duquela e a terra de Xiatima com seus castelos», transcrption de Rui Henriques, publiée au 2e volume de cet ouvrage.

13. Damião de Góis, *Chronica do Felicíssimo rei Dom Emanuel*, partie III, chap. 14.

14. José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Os Judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos Durante o Século XVI*, Braga, APPACDM Distrital de Braga, 1997, pp. 210, 274-279.

Cartas de quitação	Moeda portuguesa / Monnaie portugaise	Moeda local / Monnaie locale	Prata / Argent
Doc. 1	814 250 reais	206 794 dobras	1395 marcos / marks 5,5 oitavas / huitièmes
Doc. 2 (08/1495-02/1498)		907 377 dobras, 1/8	213 marcos / marks 6 onças / onces 6 oitavas / huitièmes
Doc. 3 (1501)	1 212 000 reais		947 marcos / marks 7 onças / onces + 1/8
Doc. 4 (02/1498-09/1500)		79 886 dobras 2 1/8	20 marcos / marks
Doc. 5 (12/1504)	716 871 reais		217 marcos / marks 1/2 onça / once 18 grãos / grains
Doc. 6	5 490 654 reais		
Doc. 7 (1508-1511)	786 530 reais		748 marcos / marks 2 onças / onces
Doc. 8	856 660 reais		
Doc. 9	870 176 reais		
Doc. 10	9 317 199 reais		
Doc. 11	17 381 494 reais		
Doc. 12 (09/1517-08/1518)	11 848 684 reais		
Doc. 13	10 288 reais		
Doc. 14	5 689 143 reais		
Doc. 15 datado de / daté de 26/06/1524	5 888 608 reais		
Doc. 16 (03/1508-01/1513)	5 084 364 reais		
Total	**76 244 840 reais**	**1 084 057 dobras**	**3 540 marcos / marks** **15,5 onças / onces**

Estas cartas não mencionam ouro, ainda que este tenha continuado a chegar, no mínimo até 1526, a Safim[15]. Os representantes do rei receberam, em Azamor, os seguintes montantes:

Ces quittances ne mentionnent pas d'or malgré qu'il ait continué, jusqu'en 1526 au moins, à arriver à Safi[15]. Les représentants du roi reçurent à Azemmour les sommes suivantes :

Doc. 1	Doc. 2	Doc. 3	Doc. 4
07/1486 - 02/1501	1509-1510	01/1514 - 03/1517	10/1515 - 10/1517
89 920 dobras	101 924 dobras	11 931 734 reais	5 416 947 reais

Como esperado, a utilização da moeda local cessou após a ocupação de Safim, em 1508. Os problemas crónicos de tesouraria em Portugal reflectiram-se nos montantes registados nestes documentos. O Estado continuava a não enviar os montantes solicitados pelos seus representantes. Do mesmo modo, estes não cessavam de reclamar. O «contador» Nuno de Gato informou o rei que estava muito endividado e que já não se atrevia a sair da sua casa[16]. Para mitigar este problema o rei enviava mercadorias cujo preço de venda permitia comprar as quantidades pretendidas. Para o pagamento dos salários e o resgate de cativos

Comme il fallait s'y attendre, l'utilisation de la monnaie locale cessa après l'occupation de Safi en 1508. Les problèmes chroniques de trésorerie au Portugal se répercutèrent sur les sommes consignées dans ces documents. L'État n'envoyait pas toujours les sommes demandées par ses représentants. Aussi, n'avaient-ils pas cessé de se plaindre. Le *contador* Nuno de Gato annonça au roi qu'il était très endetté, et qu'il n'osait plus sortir de chez lui[16]. Pour pallier ce problème, le roi envoyait des marchandises dont le prix de vente permettait d'acheter les quantités voulues. Pour le payement des soldes et le rachat des captifs, on procédait

15. *Sources Inédites*... cit., II, p. 378.
16. *Sources Inédites*... cit., I, p. 300.

15. *Sources Inédites*... cit., II, p. 378.
16. *Sources Inédites*... cit., I, p. 300.

procedia-se do mesmo modo. O rei encarregava igualmente judeus, dispondo de capitais suficientes, da compra de determinadas mercadorias.

Uma parte dos montantes monetários consignados nesses documentos provinha de receitas locais: venda de mercadorias, de casas, de cavalos, de impostos, etc. A aduana de Safim proporcionou as seguintes receitas:

de la même manière. Le roi chargeait aussi des Juifs disposant de capitaux suffisants d'acheter certaines marchandises.

Une partie des sommes d'argent consignées dans ces documents provenait de recettes locales : vente de marchandises, de maisons, de chevaux, taxes, etc. Les douanes de Safi permirent les recettes suivantes :

Doc. 8	Doc. 9	Doc. 10	Doc. 11	Doc. 13	Doc. 14
1510-1512	03/03/1515 - fin 02/1516	10/1513 - fin 06/1519	07/1516-08/1519	08/1517 - 03/1521	09/1519 - 07/1522
568 416 reais	2 247 444 reais	457 946 reais (1518) 165 000 reais (1520)	3 214 713 reais (1516, 1517, 1518, 11/02/1519-23/08/1519)	112 000 reais	1 574 519 reais

Uma outra parte destes montantes era enviada por altos funcionários, como os tesoureiros do Reino. Tal era efectuado em caso de dificuldade de abastecimento ou de revolta de tribos, etc. O destinatário era, neste caso, o almoxarife da cidade. As «casa da India» e «casa da Mina» enviavam, igualmente, somas de dinheiro para a compra de mercadorias locais necessárias às suas actividades comerciais. Outros montantes eram ainda enviados pela «Santa Cruzada» ou por responsáveis eclesiásticos para o funcionamento e manutenção das igrejas.

Além do trigo e do dinheiro, estes documentos informam-nos acerca das mercadorias que o rei enviava aos seus representantes, em Safim e em Azamor, e acerca daquelas que estes representantes compravam sob as suas ordens. Os tecidos ocupavam um lugar de destaque, entre essas mercadorias. Eram de dois tipos: ou locais ou importados.

Os tecidos de lã marroquinos alimentavam o comércio português nas feitorias abertas na África Negra («roupa de Arguim»), nomeadamente os famosos *hanbels* (lambéis) e *haïks* (alquicés). Eram adquiridos pelos representantes do rei de Portugal ou produzidos segundo os modelos que este lhes enviava. Apesar da conhecida importância destes tecidos para o comércio português na África Negra, os documentos que nos interessam apenas registam quantidades insignificantes, que sofreram um declínio progressivo. É necessário recorrer a outros documentos portugueses para explicar esta situação. Este decrescimento é explicado pelo recurso à celebração de contratos com judeus ricos de Safim, dispondo da liquidez necessária que os representantes do rei não dispunham. Foi neste contexto que a produção e a compra de *haïks* e de *hanbels* ficaram a cargo, em primeiro lugar, do rabino Abrãao Benzamerro e, posteriormente, do seu irmão

Une autre partie de ces sommes d'argent était envoyée par de hauts fonctionnaires comme le receveur général du royaume. Ils le faisaient en cas de difficulté d'approvisionnement ou de révolte de tribus, etc. Le destinataire était dans ce cas l'*almoxarife* de la ville. Les *casa da India* et *Casa da Mina* envoyaient, elles aussi, des sommes d'argent pour l'achat de marchandises locales nécessaires à leurs activités commerciales. D'autres sommes étaient encore envoyées par la « *Santa Cruzada* » ou par des responsables ecclésiastiques pour le fonctionnement et l'entretien des églises.

Outre le blé et l'argent, ces documents nous renseignent sur les marchandises que le roi envoyait à ses représentants à Safi et à Azemmour et sur celles que ceux-ci achetaient sur son ordre. Les tissus occupaient une place de choix parmi ces marchandises. Ils étaient de deux sortes, des tissus locaux et d'autres importés. Les tissus de laine marocains : ils alimentaient le commerce portugais dans les comptoirs ouverts en Afrique Noire (*roupa de Arguim*), et notamment les fameux *hanbels* (lambéis) et *haïks* (alquicés). Ils étaient achetés par les représentants du roi du Portugal ou produits selon les modèles que celui-ci leur envoyait. Malgré l'importance que nous connaissons de ces tissus pour le commerce portugais en Afrique Noire, les documents qui nous intéressent n'enregistrent que des quantités dérisoires qui connurent une baisse progressive. Il faut recourir à d'autres documents portugais pour expliquer cette situation. Cette régression s'explique par le recours à des contrats signés avec de riches Juifs de Safi disposant des liquidités nécessaires que les représentants du roi n'avaient pas. C'est ainsi que la production et l'achat des *haïks* et *hanbels* furent confiés au rabbin Abraham ben Zamirou, d'abord, et à son frère Juda ensuite. Celui-ci était associé avec un

Juda. Este último era sócio de um outro judeu, Maïr Lévi[17]. Aparentemente, as quantias que estes deviam adiantar eram insuficientes, visto que o feitor investiu, em Dezembro de 1512, 900000 reais na compra de «roupa pera Arguim»[18]. Os dois judeus que produziam os *hanbels* de acordo com os modelos enviados pelo rei recorreram, por vezes, à produção das regiões vizinhas. Foi neste contexto que Maïr Levi comprou, na região de Marraquexe, o equivalente a 300 onças de «roupa d'Arguym», apesar de já ter entregado ao feitor, durante o mesmo mês, 1000 *haïks* e 200 *hanbels*[19]. Um novo contrato foi celebrado, em 1519, com judeus que se comprometeram a fornecer, durante três anos, 9000 *haïks*, ou seja, 3000 por ano[20]. Parece que estes judeus seriam membros da família Benzamerro, dado que a «carta de quitação» que abrange o período 1513-1519 assinala que eles monopolizavam a produção e a compra destes tecidos. Um contrato semelhante foi celebrado, por razões políticas evidentes, com o alcaide do Tadula, Amet Latar[21]. O quadro seguinte sintetiza as quantidades adquiridas em Safim:

autre Juif, Maïr Lévi[17]. Il semble que les quantités qu'ils devaient avancer étaient insuffisantes puisque le *feitor* investit en décembre 1512 dans l'achat de « *roupa pera Arguim* » 900 000 réaux[18]. Les deux Juifs qui produisaient des *hanbels* selon les modèles envoyés par le roi recoururent parfois à la production des régions avoisinantes. C'est ainsi que Maïr Levi acheta dans le Haouz l'équivalent de 300 onces de « *roupa d'Arguym* », alors qu'il avait remis au *feitor,* au cours du même mois, 1000 *haïks* et 200 *hanbels*[19]. Un nouveau contrat fut signé, en 1519, avec des Juifs qui s'engagèrent à fournir durant trois années 9000 *haïks*, c'est-à-dire 3000 par an[20]. Il semble que ces juifs soient membres de la famille Ben Zamirou car la « *carta de quitação* », couvrant la période 1513-1519, signale qu'ils monopolisaient la production et l'achat de ces tissus. Un contrat semblable fut signé pour des raisons politiques évidentes avec le caïd du Tadla, Ahmed al-Attar[21]. Le tableau suivant résume les quantités acquises à Safi :

Produto / Produit	Doc. 1	Doc. 2	Doc. 3	Doc. 4	Doc. 5	Doc. 6	Doc. 8	Doc. 13	Total
Hanbels	2455	602	17	7325	101	972	9700	137	21409
Haïks	7477	8265	9781	3273		293+900000 reais		26930	58019
Jilabas / Jellabas	12220	10460	3232					104	26016
Albornozes / Burnus	1		19						20
Chapéus locais / Bonnets locaux		2085	12452	132			934		15603

Os documentos relativos a Azamor assinalam quantidades irrisórias. A carta que diz respeito ao período entre Julho de 1486 e Fevereiro de 1501 menciona 115 «varas» de *haïks* e 20 *hanbels*. O documento que abrange o período entre Janeiro de 1514 e o final de Março de 1517 assinala, por seu lado, 430 *haïks*.

Quanto aos tecidos importados, estes permitiam ao rei pagar uma parte dos salários e de cobrir uma parte das suas compras. Rapidamente determinados tecidos tornaram-se uma espécie de moeda, com a qual se pagavam os salários. A importância que D. Manuel I concedia a estes tecidos é notória através dos exemplos que se seguem.

Além da ordem que enviou ao seu representante comercial na Flandres, no sentido de reservar uma parte das vendas da pimenta para a compra de teci-

Les documents relatifs à Azemmour ne signalent que de très faibles quantités. La quittance relative à la période allant de juillet 1486 à février 1501 mentionne 115 « *varas* » de *haïks* et 20 *hanbels*. Le document couvrant la période allant de janvier 1514 à la fin de mars 1517 signale, quant à lui, 430 *haïks*.

Les tissus importés permettaient au roi de payer une partie des salaires et de couvrir une partie de ses achats. Certains tissus devinrent rapidement une sorte de monnaie avec lesquels on payait les salaires. L'importance qu'accordait le D. Manuel à ces tissus apparaît à travers les deux exemples suivants.

Outre l'ordre qu'il envoya à son représentant commercial en Flandre de réserver une partie des ventes du poivre à l'achat de tissus anglais pour les marchés

17. *Sources Inédites*... cit., I, pp. 367, 653, 655-656.
18. *Sources Inédites*... cit., I, p. 367.
19. *Sources Inédites*... cit., I, p. 653. A carta enviada por este judeu a D. Manuel data de 14 de Novembro de 1514.
20. *Sources Inédites*... cit., II, p. 242, n.º 3.
21. *Sources Inédites*... cit., II, pp. 544-548.

17. *Sources Inédites*... cit., I, pp. 367, 653, 655-656.
18. *Sources Inédites*... cit., I, p. 367.
19. *Sources Inédites*... cit., I, p. 653. La lettre envoyée par ce juif à D. Manuel est datée du 14 novembre 1514.
20. *Sources Inédites*... cit., II, p. 242, n° 3.
21. *Sources Inédites*... cit., II, pp. 544-548.

dos ingleses, para os mercados de «çafy e Berberia[22]», solicitou, igualmente, aconselhamento junto de um comerciante, habituado a frequentar o mercado de Safim, sobre os tecidos mais procurados nesta cidade[23]. Os bordates eram os tecidos mais cobiçados em Safim. Estes vendiam-se rapidamente e garantiam um lucro maior, visto tratar-se de um monopólio régio[24]. Contudo, as quantidades apresentadas continuavam a ser insuficientes, o que levou o feitor a solicitar ao rei para que renunciasse ao monopólio desta mercadoria para evitar que os comerciantes fossem buscá-la aos portos de Salé e Meça[25]. As «cartas de quitação» referentes a Safim indicam as seguintes quantidades:

de « *çafy e Berberia*[22] », il demanda conseil à un commerçant habitué à fréquenter le marché de Safi sur les tissus les plus demandés dans cette ville[23].

Les bordats étaient les tissus les plus prisés à Safi. Ils se vendaient rapidement et garantissaient les meilleurs bénéfices, car c'était un monopole royal[24]. Mais les quantités exposées étaient toujours insuffisantes, ce qui poussa le *feitor* à demander au roi d'abandonner le monopole de cette marchandise pour éviter que les marchands n'aillent la chercher dans les ports de Salé et de Massa[25]. Les *cartas de quitação* relatives à Safi en consignent les quantités suivantes :

Unidade / Unité	Doc. 1	Doc. 2	Doc. 3	Doc. 4	Doc. 8	Doc. 9	Doc. 11	Doc. 12	Doc. 15
Peças / Pièces	4316	4560	616	3731	6316	7985	10419	10080	10397
Varas		129							

As quantidades registadas na feitoria de Azamor foram inferiores.

Depois dos bordates, seguiam-se os tecidos ingleses, sendo o mais célebre e solicitado o «Antona», importado de Southampton. Os habitantes de Duquela apreciavam bastante os pintados a azul. Do mesmo modo, estes tecidos permitiam lucros que se aproximavam dos 100%[26].

As «cartas de quitação» assinalam, igualmente, a importação de diferentes especiarias e drogas asiáticas em Safim. A venda de goma-laca, o principal destes produtos, constituía um monopólio do rei[27]. Em Safim a procura era de tal forma relevante que alguns acreditavam que a cidade seria capaz de escoar todas as quantidades importadas da Índia[28]. Além disso, o rei transformou-a numa «mercadoria-moeda», com a qual pagava os soldos e as suas compras em Safim.

O quadro seguinte sintetiza as quantidades de goma-laca importada para Safim:

Les quantités enregistrées dans la *feitoria* d'Azemmour furent moindres.

Après les bordats venaient les tissus anglais dont le plus célèbre et le plus demandé était l'*Antona*, importé de Southampton. Les Doukkalis raffolaient de ceux peints en bleu. Aussi permettaient-ils des bénéfices approchant les 100%[26].

Les *cartas de quitação* signalent aussi l'importation à Safi de différentes épices et drogues asiatiques. La vente de la gomme-laque, qui en était la principale, était monopolisée par le roi[27]. La demande était à Safi tellement importante que certains crurent qu'elle était capable d'écouler toutes les quantités importées d'Inde[28]. Aussi, le roi en fit-il une « marchandise-devise » avec laquelle il payait les soldes et ses achats à Safi.

Le tableau suivant résume les quantités de gomme-laque importée à Safi :

Unidade / Unité	Doc. 1	Doc. 2	Doc. 3	Doc. 4	Doc. 5	Doc. 6	Doc. 8	Doc.9	Doc. 10	Doc. 11	Doc. 15
Quintais	26	2	34	19	140	96	272	368	4,5	574	128
Arrobas	33		3	3	3	1	1				
Arráteis	1	9	17	19				2		4	3

22. *Sources Inédites*... cit., I, p. 224; cf. também p. 333.
23. *Sources Inédites*... cit., I, pp. 224 e 333.
24. «porque esta he a principall mercadoria d'esta terra». *Sources Inédites*... cit., I, p. 332.
25. *Sources Inédites*... cit., I, p. 368.
26. *Sources Inédites*... cit., I, pp. 224-225.
27. *Sources Inédites*... cit., I, p. 366.
28. *Sources Inédites*... cit., I, p. 147.

22. *Sources Inédites*... cit., I, p. 224; cf. aussi p. 333.
23. *Sources Inédites*... cit., I, pp. 224 et 333.
24. « *porque esta he a principall mercadoria d'esta terra* ». *Sources Inédites*... cit., I, p. 332.
25. *Sources Inédites*... cit., I, p. 368.
26. *Sources Inédites*... cit., I, pp. 224-225.
27. *Sources Inédites*... cit., I, p. 366.
28. *Sources Inédites*... cit., I, p. 147.

As mesmas cartas estabelecem, igualmente, as quantidades de especiarias desembarcadas no porto de Safim:

Les mêmes quittances consignent aussi les quantités d'épices débarquées dans le port de Safi :

Especiaria / Épice	**Unidade / Unité**	**Doc. 1**	**Doc. 2**	**Doc. 4**	**Doc. 5**	**Doc. 6**	**Doc. 8**	**Doc. 9**	**Doc. 11**	**Doc. 12**
Pimenta / Poivre	Quintais		1		1	4	6	30	39	82
	Arrobas					1,5				3
	Arráteis						22		26	
Malagueta / Malaguette	Quintais	10	8	7		4	4		4	
	Libras		1							
	Arrobas			1		22,5			1	
	Arráteis	27		24			20		20	
Cravo-da-índia / Clou de girofle	Quintais					5	7		7	
	Arrobas						1			
	Arráteis					29,5	5,5		21	

As quantidades de cravo-da-índia, de canela e de gengibre foram mínimas: 19 quintais para a primeira especiaria, 11 para a segunda e apenas 2 para a terceira.

A leitura desses documentos permite-nos tirar algumas conclusões.
Os portugueses assumiram em Marrocos o papel dos genoveses, catalães e franceses, continuando a apresentar os mesmos produtos que os ditos comerciantes já forneciam anteriormente. No entanto, os portugueses provocaram, através da conquista do norte do país, uma mudança no que diz respeito ao peso económico dos portos marroquinos. Foi desta forma que Safim e Azamor substituíram, nas últimas décadas do século XV, Ceuta e Arzila, integrando-se, ao mesmo tempo, no império comercial português e tornando-se um elemento incontornável do mesmo. Eram os portos da Duquela que forneciam as feitorias da África Negra, que colmatavam o défice de produção cerealífera de Portugal e que representavam um dos mercados relevantes para a goma-laca e para os tecidos. Os benefícios para Portugal deste desenvolvimento comercial em Safim não tardaram a aparecer. De acordo com o almoxarife de Safim, as vendas de mercadoria permitiram-lhe pagar, até Dezembro de 1512, os soldos e as pensões e de responder às necessidades dos habitantes da cidade, o que se elevou a 600 000 reais por trimestre. Estas receitas ainda possibilitaram a corrupção dos notáveis das tribos, com 200 000 reais, e a entrega do montante de 700 000 reais ao contador da cidade para financiar os trabalhos de construção, ao mesmo tempo que consagrava outros 900 000 reais para a compra dos «tecidos de Arguim»[29].

29. *Sources Inédites*... cit., I, p. 367.

Les quantités de clou de girofle, de cannelle et de gingembre furent minimes : 19 quintaux pour la première épice, 11 pour la seconde et 2 seulement pour la troisième.

La lecture de ces documents nous permet de tirer quelques conclusions.
Les Portugais se substituèrent au Maroc aux Génois, aux Catalans et aux Français, tout en continuant à exposer les mêmes produits que lesdits commerçants avaient l'habitude d'exposer. Ils ont cependant provoqué par la conquête du nord du pays un changement dans le poids économique des ports marocains. C'est ainsi que Safi et Azemmour se substituèrent lors des dernières décennies du XV[e] siècle à Ceuta et Asilah, tout en s'intégrant dans l'empire commercial portugais et en y devenant un élément incontournable. C'étaient les ports de Doukkala qui fournissaient les comptoirs d'Afrique Noire, qui comblaient le déficit de la production céréalière du Portugal et qui représentaient un des marchés importants pour la gomme-laque et les tissus. Les bienfaits sur le Portugal de cet essor commercial de Safi ne tardèrent pas à apparaître. Selon l'*almoxarife* de Safi, les ventes de marchandises lui permirent jusqu'à décembre 1512 de payer les soldes et les pensions et de subvenir aux besoins des habitants de la ville, ce qui s'éleva à 600 000 réaux par trimestre. Ces mêmes recettes permirent de corrompre les notables des tribus avec 200 000 réaux et de remettre la somme 700 000 réaux au comptable de la ville pour financer les travaux de construction, tout en consacrant 900 000 autres réaux à l'achat des « tissus d'Arguin »[29].

29. *Sources Inédites*... cit., I, p. 367.

No entanto, a integração da região nestes novos circuitos comerciais não foi espontânea, não resultou de uma evolução interna. Pelo contrário, foi uma das consequências do domínio político-militar português. Nestas condições, a região foi integrada em circuitos que não lhe eram vantajosos. Do mesmo modo, a região foi forçada a exportar, numa escala nunca antes vista, produtos de primeira necessidade e a receber, em contrapartida, produtos de luxo ou supérfluos. Como consequência, a Duquela, o celeiro de trigo do país, foi mais afectada do que as outras regiões marroquinas pela fome de 1521, que forçou dezenas de milhares de pessoas a rumar a Espanha ou a Portugal para escapar à morte. Neste contexto, a região foi forçada, após ter entregado os seus cereais e o seu gado, a vender as suas forças produtivas.

Os quadros precedentes permitem-nos entrever um período de desenvolvimento comercial, correspondendo à última década do século XV, que deu lugar, posteriormente, a um período de crise, que se prolongou durante a primeira década do século XVI, devido às guerras civis a que cidade assistiu antes da sua ocupação e do estado de guerra que se instalou contra as tribos vizinhas e que perdurou até ao malogro do cerco de Dezembro de 1510. Do mesmo modo, a cidade recebeu importantes quantias de dinheiro, quantidades de cereais relevantes, biscoito e vinho, armas e munições. O documento que abrange o período de 1513-1519 denuncia uma situação análoga após o falecimento do capitão Nuno Fernandes de Ataíde, em 1516. A análise destas cartas sugere que os períodos de expansão comercial em Safim foram limitados e de curta duração.

Estes mesmos documentos permitem discernir uma evolução bastante esclarecedora da oferta e da procura. No decurso do período que precedeu a ocupação de Safim, os portugueses forneciam uma grande variedade de produtos (cf. o caso dos tecidos, por exemplo). Compravam, igualmente, variados produtos locais, como o anil, a lã, as alcaparras, entre outros. Após a ocupação, deixaram de importar os produtos que se vendiam pouco e de comprar determinados produtos locais. A oferta dos produtos mais apreciados conheceu um incremento bastante acentuado, nomeadamente determinadas especiarias e drogas. Em relação à goma-laca, o aumento das quantidades indicadas na nona «quitação» foi de 2200%, quando comparada com a primeira. O mesmo se verificou em relação à pimenta, que aumentou, ao longo do mesmo período, 3900%. A oferta da malagueta aumentou 700%. Nenhum destes produtos era português.

Cependant l'intégration de la région dans ces nouveaux circuits commerciaux ne fut pas spontanée, n'a pas découlé d'une évolution interne. Elle fut au contraire une des conséquences de la domination politico-militaire portugaise. Dans ces conditions, la région fut intégrée dans des circuits qui n'étaient pas, dès le début, à son avantage. Aussi fut-elle obligée d'exporter, dans une échelle jamais atteinte, des produits de première nécessité et de recevoir en contrepartie des produits de luxe ou superflus. C'est ainsi que Doukkala, le grenier à blé du pays, souffrit plus que les autres régions marocaines de la famine de 1521 qui contraignit des dizaines de milliers de personnes à prendre le chemin de l'Espagne ou du Portugal pour échapper à la mort. C'est ainsi qu'elle fut obligée, après avoir livré ses céréales et son bétail, à vendre ses forces productrices.

Les précédents tableaux permettent de discerner une période d'essor commercial correspondant à la dernière décennie du XV^e^ siècle, qui fit place ensuite à une période de crise, qui s'étendit durant toute la première décennie du XVI^e^ siècle, à cause des guerres civiles que connut la ville avant son occupation et de l'état de guerre qui s'installa avec les tribus avoisinantes jusqu'à l'échec du siège de décembre 1510. Aussi, la ville reçut-elle d'importantes sommes d'argent, de grandes quantités de céréales, du biscuit et du vin, des armes et des munitions. Le document, couvrant la période 1513-1519, trahit pour Safi une situation analogue, suite à la mort du capitaine Nuno Fernandes de Ataíde en 1516. L'analyse de ces quittances permet d'affirmer que les périodes d'essor commercial à Safi furent limitées et de courte durée.

Ces mêmes documents permettent de discerner une évolution très nette de l'offre et de la demande. Au cours de la période précédant l'occupation de Safi, les Portugais exposaient une grande variété de produits (cf. le cas des tissus par exemple). Ils achetaient aussi divers produits locaux comme l'anil, la laine, les câpres, etc. Après l'occupation, ils cessèrent d'importer les produits se vendant mal et d'acheter certains produits locaux. L'offre des produits prisés connut un accroissement très net, notamment pour certaines épices et drogues. Pour la gomme-laque, l'accroissement des quantités consignées dans la neuvième quittance est de 2200% par rapport à la première. Il en fut de même pour le poivre qui connut au cours de la même période une augmentation de 3900%. L'offre de la malaguette augmenta de 700%. Aucun de ces produits n'était portugais.

Estes documentos não nos informam acerca de uma outra actividade comercial florescente em Safim e em Azamor: o comércio de cativos. Além dos raptos e das razias (aquando destas últimas, os cativos pertenciam aos portugueses[30], enquanto o saque era dividido entre os seus aliados, os «mouros das pazes»), os portugueses compraram, durante o ano de 1521, dezenas de milhares de habitantes famintos da Duquela. Bernardo Rodrigues, que viajou desde Arzila para aproveitar essa benesse, deixou-nos um testemunho intenso acerca desta deslocação maciça de jovens famintos para a Península Ibérica[31].

O desequilíbrio das trocas entre Portugal e a região que nos interessa é denunciado pela natureza dos produtos trocados: enquanto esta última entregava produtos de primeira necessidade (cereais, gado, homens, tecidos de lã), era forçada a receber em contrapartida produtos de luxo, inclusivamente fúteis, como as pequenas quinquilharias de vidro, que são contabilizadas nas primeiras quitações em grãos e nas ulteriores em quintais. O quadro seguinte ilustra bem esta realidade:

Ces documents ne nous renseignent pas sur une autre activité commerciale florissante à Safi et à Azemmour : le commerce des captifs. Outre les rapts et les razzias (lors des razzias, les captifs revenaient aux Portugais[30], alors que le butin était réparti entre leurs alliés, les « *mouros das pazes* » [Maures de paix]), les Portugais achetèrent durant l'année 1521 des dizaines de milliers de Doukkalis affamés. B. Rodrigues, qui se déplaça d'Asilah pour profiter de cette aubaine, nous laissa un témoignage saisissant sur ce déplacement massif de jeunes affamés vers la Péninsule ibérique[31].

Le déséquilibre des échanges entre le Portugal et la région qui nous intéresse est trahi par la nature des produits échangés : alors qu'elle livrait des produits de première nécessité (céréales, bétail, hommes, tissus en laine), elle fut obligée de prendre en contrepartie des produits de luxe, voire même futiles. Les verroteries, qui sont comptabilisées dans les premières quittances par grains, sont consignées dans les quittances ultérieures en quintaux. Le tableau suivant illustre bien cette situation :

Doc. 1	Doc. 2	Doc. 4	Doc. 5	Doc. 6	Doc. 8	Doc. 9	Doc. 11	Doc. 12
11 000 grãos	162 400 grãos	170 000 grãos	977 000 grãos	4 quintais 20 *arrobas*	16 quintais 22,5 *arráteis*	6 quintais 6,5 *arráteis*	17 quintais 2 *arrobas* 26 *arráteis*	222 976 reais de venda

Em suma, atendendo ao que foi acima exposto, podemos afirmar que Portugal lucrou consideravelmente com o domínio da região de Duquela: esta fornecia-lhe produtos agrícolas, permitia retirar lucros das feitorias abertas na África Negra e representava um mercado vasto para os produtos provenientes da Ásia e da Europa. A região adquiriu rapidamente um lugar de destaque no império comercial português. Safim tornou-se, ainda antes do final do século XV, um centro importante nas trocas comerciais estabelecidas entre os três pólos deste império comercial: Índia, Guiné e Flandres. Uma política diferente daquela adoptada nos presídios do norte foi então implementada, inicialmente em Safim e Azamor e, posteriormente, nas regiões vizinhas. No entanto, a partir do momento em que a região mergulhou numa grave crise económica, no início dos anos vinte, e que o contexto político-militar se alterou por completo, na mesma época, João III

En fin, de ce qui précède, nous pouvons affirmer que le Portugal profita énormément du contrôle de la région des Doukkala : elle le fournissait en produits agricoles, lui permettait de tirer profit des comptoirs ouverts en Afrique Noire et représentait un vaste marché pour les produits drainés d'Asie et d'Europe. La région acquiert rapidement une place de choix dans l'empire commercial portugais. Safi devint, dès avant la fin du XV[e] siècle, un centre important dans les échanges établis entre les trois pôles de cet empire commercial : l'Inde, la Guinée et les Flandres. Une politique, différente de celle adoptée dans les présides du nord, fut alors expérimentée à Safi et Azemmour d'abord, puis dans les régions environnantes. Mais, dès que la région sombra dans une grave crise économique au début des années vingt, et que les données politico-militaires y changèrent complètement à la même époque, João III pensa sérieusement à évacuer les deux cités qui ne l'inté-

30. O número dos cativos assinalados por Damião de Góis (*Chrónica do Felícissimo*... cit.) e Luís de Sousa (*Annaes del-rei dom João Terceiro*) ultrapassa os 9200, embora esses autores não tenham indicado o número de cativos obtidos no seguimento das numerosas razias.

31. Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*, ed. D. Lopes, tomo I, Coimbra, Academia das Sciencias de Lisboa, 1915, pp. 326-329.

30. Les nombres des captifs signalés par D. de Góis (*Chrónica do Felícissimo*... cit.) et Luís de Sousa (*Annaes del-rei dom João Terceiro*) dépassent les 9 200, alors que ces auteurs n'ont pas indiqué le nombre des captifs obtenus à la suite de nombreuses razzias.

31. Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*, éd. D. Lopes, tome I, Coïmbre, Academia das Sciencias de Lisboa, 1915, pp. 326-329.

ponderou seriamente evacuar as duas cidades, que só lhe interessavam pelo seu dinamismo comercial. Esta decisão foi sendo adiada até 1541, devido à gravidade de uma tal opção política e à oposição da nobreza que contribuiu, consideravelmente, para a ruína da região.

ressaient que par leur dynamisme commercial. Cette décision ne fut reportée jusqu'en 1541 que par la gravité d'un tel choix politique, et par la résistance de la noblesse qui contribua énormément à la ruine de la région.

A intervenção portuguesa na zona rural de Duquela (Marrocos): o caso de algumas aldeias fortificadas

L'intervention portugaise dans la campagne de Doukkala (Maroc) : cas de quelques villages fortifiés

Azzeddine Karra, Direction Régionale de Culture de Rabat – Salé – Kénitra

1. Introdução

A região histórica de Duquela, cujo limite norte se situa a aproximadamente 90 km a sul de Casablanca, é delimitada geograficamente pelos rios Morbeia e Tensift, na costa atlântica marroquina. É uma das zonas agrícolas mais ricas de Marrocos, reputada pelas suas planícies férteis em cereais, apesar dos ciclos de seca que podem ocasionalmente alterar a sua produtividade. No início do século XVI esta região caiu sob o domínio militar português. Os seus principais núcleos históricos costeiros, nomeadamente Safim, Azamor e Mazagão, conheceram uma ocupação directa, reforçada pela construção de fortificações, que transformaram completamente a sua configuração urbana. Além disso, o controlo da zona rural constituiu um verdadeiro desafio para os portugueses, visto que tiveram que se adaptar a áreas amplas, que encerravam múltiplos desafios militares, apesar do flagrante desequilíbrio na relação de forças. Acrescente-se a isso, os modos de vida contraditórios que reinavam entre os nómadas que sulcavam as planícies e os sedentários que ocupavam as pequenas cidades e localidades fortificadas nesta zona[1].

No presente estudo, pretendemos clarificar alguns aspectos da presença portuguesa na zona rural de Duquela, em particular na zona sul designada Abida. Através de uma pesquisa de campo orientada e baseada, em grande parte, nos documentos portugueses do

1. Damião de Góis, *Les portugais au Maroc de 1495 à 1521*, trad. Robert Ricard, Rabat, Ed. Felix Moncho, 1937, p. 105.

1. Introduction

La région historique de Doukkala dont la limite nord se trouve à environ 90km au sud de Casablanca est définie géographiquement entre le fleuve de l'Oum er-Rbia et l'oued Tensift sur la côte Atlantique marocaine. C'est l'une des zones agricole les plus riches du Maroc, réputée par ses plaines fertiles et généreuse en céréales malgré des cycles de sécheresses qui peuvent de temps à autres altérer sa productivité. Au début du XVI[ème] siècle, cette région est tombée sous l'occupation militaire portugaise. Ses principaux centres historiques côtiers, en l'occurrence Safi, Azemmour et Mazagan, ont connu une occupation directe, renforcée par des travaux de fortifications qui ont complètement bouleversé la configuration urbaine de ces centres. Par ailleurs, la maitrise de la compagne, avait posé aux portugais un véritable défi, puisqu'il fallait non seulement composer avec de vastes terrains qui renfermaient de multiples surprises militaires malgré des rapports de force en flagrant déséquilibre. S'ajoute à cela, les modes de vie contradictoires qui régnaient, entre les nomades qui sillonnaient les plaines et les sédentaires qui occupaient les petites villes et localités fortifiées dans cette compagne[1].

Dans cette étude, nous souhaitons mettre la lumière sur quelques aspects de la présence portugaise dans la compagne de Doukkala, en particulier dans sa zone sud connue actuellement sous le nom de 'Abda. A travers une prospection de terrain ciblée et basée en

1. Damião de Góis, *Les portugais au Maroc de 1495 à 1521*, trad. Robert Ricard, Rabat, Ed. Felix Moncho, 1937, p. 105.

século XVI e, especialmente, nos textos dos tributos impostos às cidades e localidades da área em estudo entre 1510 e 1512, tentaremos localizar ou revisitar sítios e aldeias fortificadas pouco conhecidos na área rural de Duquela contemporânea[2] (fig. 1).

grande partie sur les documents portugais du XVI[ème] siècle, et surtout les textes des tributs imposés aux villes et localités de la zone d'étude entre 1510 et 1512. Nous tenterons de localiser ou de revisiter des sites et villages fortifiés peu connus sur le territoire de la compagne actuelle de Doukkala[2] (fig. 1).

Fig. 1 – Mapa de localização dos sítios estudados. / Carte de situation des sites étudiés.

2. O sítio de Cernu

O local, actualmente conhecido sob o topónimo de Sernou, situa-se numa planície de terrenos agrícolas, a aproximadamente 19 km a nordeste da cidade de Safim. No século XIII foi referenciada como uma locali-

2. Le site de Sernou

Ce site se trouve sur une plaine dans des terrains agricoles à environs 19 km au nord-est de la ville de Safi. Il est actuellement connu sous le toponyme de Sernou. Ce site était connu au XIII[ème] siècle comme une localité

2. Os dados deste trabalho são, em grande medida, retirados da tese de doutoramento de 3.º ciclo defendida em 2002 no INSAP, em Marrocos, em árabe, com o título: *Os sítios arqueológicos islâmicos da Abida, entre os textos históricos e a investigação de terreno: contributo para uma carta arqueológica da região* [inédita].

2. Les données de ce travail sont en grande partie tirés de la thèse de doctorat de troisième cycle, soutenue en 2002 à l'INSAP au Maroc en arabe, sous le titre, *Les sites archéologiques islamiques dans la zone de Abda entre le texte historique et l'étude de terrain : contribution à une carte archéologique de la région* [inédite].

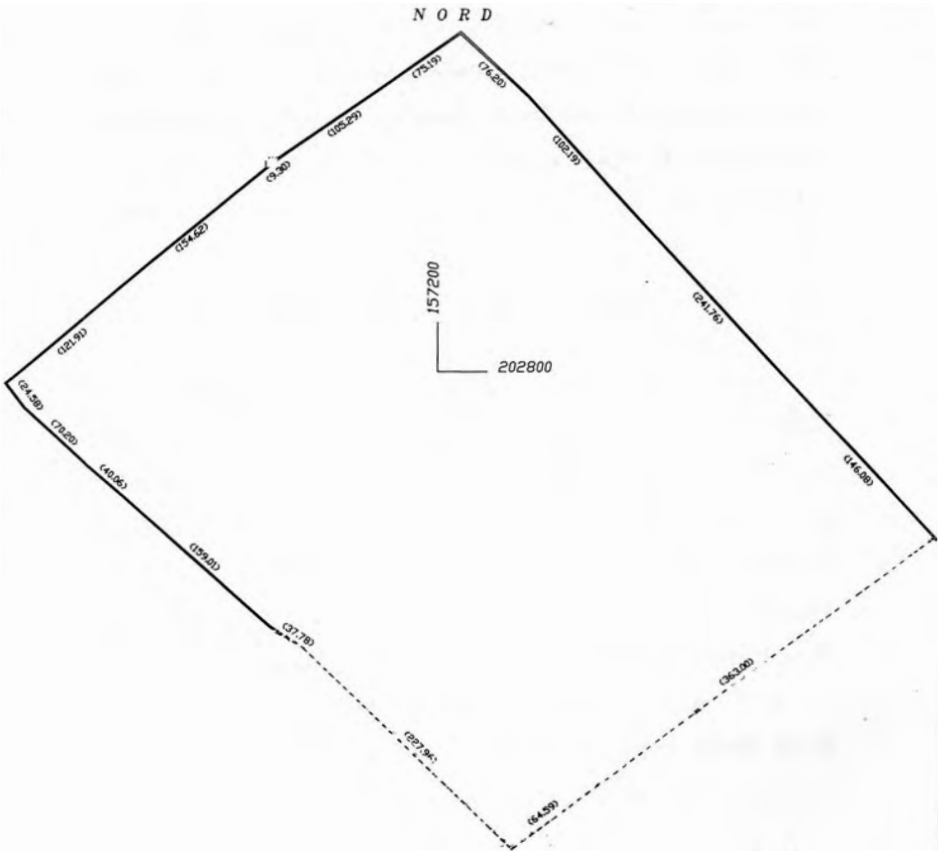


Fig. 2 – Levantamento do traçado das muralhas de Cernu. / Plan relevé du tracé des murailles de Sernou.

dade do território de Duquela[3], mas a sua história deve remontar à época pré-islâmica. De facto, segundo o autor de «Al ansab», o conquistador Oqba Ibn Nafi conduziu uma batalha feroz contra os seus habitantes, na sequência de uma emboscada que estes lhe haviam urdido[4]. Após esta data, os documentos são omissos sobre a sua história e é apenas no início do século XVI que ressurge, quando se tornou o local de residência da família do homem forte da Duquela, o Bentafufa das fontes portuguesas. Trata-se do líder dos dignitários de Cernu que assinou o acordo de submissão com o capitão português de Safim em 1510[5].

A localização de Cernu não é problemática, o seu topónimo ainda existe nas cartas topográficas da região. Doutté, na sua passagem por estes lugares em 1906, deixou-nos uma pequena descrição: «É no lugar

dans le territoire du Doukkala[3], mais son histoire doit remonter à l'époque préislamique. En effet d'après l'auteur de « Al ansab » le conquérant Oqba Ibn Nafii avait mené une rude bataille contre ses habitants à la suite d'une embuscade qu'ils lui avaient tendus[4]. Par la suite, les textes restent muets sur son histoire et ce n'est qu'au début du XVI^{ème} siècle que nous le retrouvons resurgir avec force sur la scène de l'histoire, puisque ce site fut le lieu de résidence de la famille de l'homme fort de Doukkala : Yahyâ û Ta'fûft. Ce dernier était à la tête des dignitaires de Sernou qui avaient signé l'accord de soumission avec le capitaine portugais de Safi en 1510[5].

La localisation du site de Sernou ne pose aucun problème, son toponyme existe toujours sur les cartes topographiques de la région, E. Doutté dans son pas-

3. At-Tadili (1220), *Attachawwuf ila rijal attasawwuf, vie des saints du sud Marocain des V^{ème}-VI^{ème}-VII^{ème} siècles de l'hégire*, edição anotada de Ahmed Toufiq, Rabat, Faculté des Lettres de Rabat, 1984, p. 319.

4. Ibn Abdilhalim (século XIV), *Kitab al ansab*, manuscrito da Bibliothèque Générale de Rabat, n.º k 1275, p. 42.

5. «O Livro de tributos reas com os Mouros e alarves da cidade de Almedina, toda a duqella e terra de xiatima con seus castellos contribuyam aos reyes deste reyno, os quaes com começaram a pagar nos annos de 1510-1512», manuscrito dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, *Núcleo Antigo*, n.º 869, publicado por A. Boucharb, *Doukkala wa al isti'mar al burturali ila sanat ikhla' Asfi wa Azammur*, Casablanca, Ed. Dar Attaqafa, 1984, p. 495. O original, em português, transcrito por Rui Henriques, é publicado no 2.º volume desta obra.

3. At-Tadili (1220), *Attachawwuf ila rijal attasawwuf, vie des saints du sud Marocain des V^{ème}-VI^{ème}-VII^{ème} siècles de l'hégire*, établie et annoté par Ahmed Toufiq, Rabat, Faculté des Lettres de Rabat, 1984, p. 319.

4. Ibn Abdilhalim (XIV^{ème} siècle), *Kitab al ansab*, manuscrit dans la Bibliothèque Générale de Rabat, n° k1275, p. 42.

5. « Livro de tributos reas com os Mouros e alarves da cidade de Almedina, toda a duqella e terra de xiatima con seus castellos contribuyam aos reyes deste reyno, os quaes com começaram a pagar nos annos de 1510-1512 », manuscrit de l'Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Núcleo Antigo*, n° 869, publié par A. Boucharb, *Doukkala wa al isti'mar al burturali ila sanat ikhla' Asfi wa Azammur*, Casablanca, Ed. Dar Attaqafa, 1984, p. 495. L'original, en portugais, transcrit par Rui Henriques, est publiée au 2^{e} volume de cet ouvrage.

designado por El Mers que se localizam as ruínas de Cernu; aí existe um recinto em taipa, espesso, que era, evidentemente, susceptível de ser defendido e que encerra um quadrado de cerca de 12 hectares. No interior estão escavados centenas de silos, actualmente todos abandonados; o solo está, por assim dizer, arruinado... aqui e ali; existem vestígios de torres localizadas exteriormente e distando entre si 60 metros aproximadamente...»[6].

O sítio estende-se sobre uma superfície rectangular de aproximadamente 22 há (fig. 2)[7]. Actualmente, os vestígios das muralhas construídas em taipa rica em cal são dificilmente visíveis. Os restos de concentração de cal no interior do perímetro, bem como a presença de silos e de uma cisterna espalhados pelo terreno, constituem os testemunhos mais claros do seu passado glorioso (fig. 3). De acordo com o documento de submissão aos portugueses, mencionado anteriormente, Cernu abrigava em 1510 aproximadamente 77 casas[8]. Em 1514, a localidade foi atacada por uma força marroquina dirigida por Mulei Nacer [Mawlây al-Nâsir][9]. Bentafufa tinha, então, ordenado a evacuação de Cernu e a destruição dos seus silos e poços[10]. Após a retirada das forças de Mulei Nacer, terá sido levada a cabo uma infrutífera tentativa de repovoamento[11]. Contudo, a morte de Bentafufa em 1518 foi, indubitavelmente, a data definitiva de abandono do local[12].

Fig. 3.1 – Vestígios da muralha de Cernu. / Traces de la muraille de Sernou.

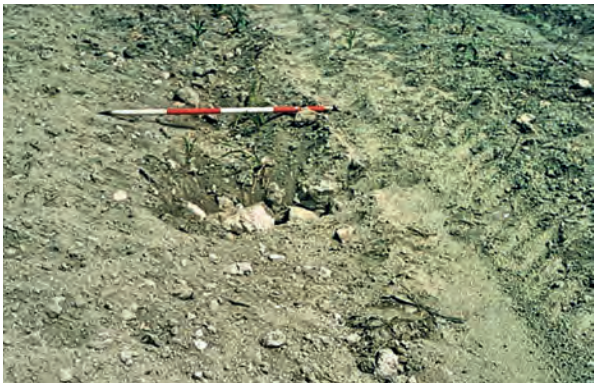


Fig. 3.2 – Exemplo de um silo descoberto no sítio de Cernu. / Exemple d'un silo découvert sur le site de Sernou.

6. E. Doutte, *Merrakech*, Paris, Comité du Maroc, 1905, p. 186.

7. Os levantamentos topográficos deste estudo foram realizados pelo engenheiro topógrafo A. Benali, de Safim.

8. A. Boucharb, *Doukkala*... cit., p. 495.

9. Mulei Nacer era irmão do rei de Fez à época, o oatácida Mulei Mafamede [Mawlây Muhammad al-Burtukâlî].

10. C. Marmol (final do século XVI), *Ifriqia*, trad. M. Hajji *et al.*, tome 2, Rabat, Ed. Dār al-Ma'rīfa, 1989, p. 29.

11. *SIHM, Portugal*, tomo 1, p. 601.

12. Marmol refere-se a um repovoamento da cidade depois da retirada total dos portugueses (*Ifriqia*... cit., p. 29). Embora tal seja possível, o contexto da época não permitiria o desenvolvimento, ou pelo menos restabelecimento das antigas estruturas, capazes de garantir a perenização do sítio.

sage dans ces lieux en 1906 nous en a fait une brève description. « C'est à l'endroit nommé El Mers que se trouvent les ruines de Sernou ; il y a là une enceinte en pisé, épaisse, qui était évidemment susceptible d'être défendue et qui enferme un carré d'environ 12 hectares. A l'intérieur sont creusées des centaines de silos aujourd'hui tous abandonnés ; le sol en est pour ainsi dire miné... çà et là ; il y a des traces de borjs qui étaient situés en dehors et distants entre eux de 60 mètres environ... »[6].

Sur le terrain, le site s'étend sur une surface rectangulaire d'environ 22 ha (fig. 2)[7]. Les traces des murailles sont actuellement à peine visibles. Elles sont construites en un pisé riche en chaux. Des traces de concentration de chaux à l'intérieur du périmètre du site ainsi que la présence de silos et citerne éparpillées sur son sol, témoignent toujours de son passé glorieux (fig. 3). D'après le texte de l'accord de soumission aux portugais déjà cité, Sernou abritait en 1510 environs 77 maisons[8]. En 1514 la ville a été attaquée par une force marocaine dirigée par Moulay en-Naser[9]. Yahyâ û Ta'fûft avait alors ordonné l'évacuation de Sernou tout en détruisant ses silos et puits[10]. Une vaine tentative de son repeuplement aurait était mené après le retrait des forces de Moulay en-Naser[11]. Mais la mort de Yahyâ û Ta'fûft en 1518 était sans doute la date définitive de l'abandon du site[12].

6. E. Doutte, *Merrakech*, Paris, Comité du Maroc, 1905, p. 186.

7. Les relevés topographiques de cette étude ont été réalisés par l'ingénieur topographe A. Benali, exerçant à Safi.

8. A. Boucharb, *Doukkala*... cit., p. 495.

9. Moulay en-Naser était le frère du Roi de Fès à l'époque, le Wattasside Ibn Abdi Allah.

10. C. Marmol (fin XVI[ème] siècle), *Ifriqia*, trad. M. Hajji *et al.*, tome 2, Rabat, Ed. Dār al-Ma'rīfa, 1989, p. 29.

11. *SIHM, Portugal*, tome 1, p. 601.

12. Marmol parle d'un repeuplement de la ville après le retrait total des portugais (*Ifriqia*...cit., p. 29). C'est possible mais le contexte de l'époque ne permettait plus l'épanouissement ou au moins le rétablissement des anciennes règles, capables de garantir la pérennisation du site.

3. O sítio de Oherez (Ouirs)

Este local situa-se aproximadamente a 16 km a Este do cabo de Cantim e é designado sob o topónimo de «*Ferme de Ouirs*» na respectiva carta topográfica. Historicamente não encontrámos qualquer referência escrita citando o local antes do século XVI. No entanto, é conhecido nos arquivos portugueses como tendo sido a primeira aldeia a assinar um acordo de obediência à autoridade portuguesa de Safim, a 3 de Junho de 1510[13].

No terreno, localizámos Oherez das fontes portuguesas a partir do topónimo Ouirs, que ainda hoje existe nos mapas. E. Doutté, aquando da sua passagem pela região, relata-nos que «não longe do acampamento, indicaram-lhe a presença de uma antiga cidade que se chamava Ouirs»[14]. O local encontra-se hoje maioritariamente num terreno sob a autoridade dos serviços de águas e florestas, abrigando um viveiro de plantas. As actividades agrárias exercidas intensamente no seu solo acentuaram, infelizmente, a degradação dos vestígios. Somente são visíveis no terreno uma parte da muralha em taipa, bem como uma torre. A taipa apresenta uma cor amarelada rica em cal, similar à identificada no sítio de Cernu. A sua espessura é de aproximadamente 1,5 m. A torre apresenta uma forma rectangular possuindo, aproximadamente, 3,30 m de largura e 5,80 m de comprimento (fig. 4.1).

A uma pequena distância, a Norte, estende-se um antigo cemitério numa superfície de cerca de 500 m², localizando-se ao centro um pequeno compartimento rectangular que parece corresponder a um mausoléu (fig. 4.2).

3. Le site d'Ouirs

Ce site se trouve à environ 16 km à l'est de cap Cantin. Il porte le toponyme de « Ferme de Ouirs » sur la carte topographique. Historiquement, nous n'avons trouvé aucune indication textuelle le citant avant le XVI[éme] siècle. Pourtant, il est connu dans les archives portugaises comme étant le premier village à avoir signé un accord d'obéissance à l'autorité portugaise de Safi le 03 juin 1510[13].

Sur le terrain nous avons pu localiser Ouirs à partir de son toponyme qui existe toujours sur les cartes. E. Doutté dans son passage dans la région nous rapporte que « non loin de leur campement on lui avait indiqué la présence d'une ancienne ville qui s'appelait Ouirs »[14].

Le site se trouve actuellement en grande partie sur un terrain sous l'autorité des services des eaux et forêts. Il abrite une pépinière. Les activités agraires exercées intensément sur son sol ont malheureusement accentué la dégradation de ses vestiges. Seule les traces d'une partie de la muraille en pisé ainsi que les restes d'une tour sont encore visibles sur le terrain. Il s'agit d'un pisé de couleurs jaunâtre riche en chaux similaire à celui repéré sur le site de Sernou, son épaisseur avoisine le 1,5 m. La tour épouse une forme rectangulaire d'environ 3,30 m de largeur et 5,80 m de longueur (fig. 4.1). A une petite distance au nord, un vieux cimetière s'étend sur une superficie d'environ 500 m², au centre duquel, une petite pièce rectangulaire semble correspondre à l'emplacement d'un mausolée (fig. 4.2).

Fig. 4.1 – Vestígios da muralha de Ouirs. / Traces de la muraille d'Ouirs.

Fig. 4.2 – Mausoléu no centro do cemitério de Ouirs. / Mausolée au milieu du cimetière d'Ouirs.

A riqueza de Oherez advém-lhe do seu lençol freático, caracterizado pela abundância e boa qualidade das suas águas. No terreno identificámos três poços cujo

Le site d'Ouirs tire sa richesse de sa nappe phréatique marquée par l'abondance et la bonne qualité de ses eaux. Sur le terrain nous avons repéré trois puits dont

13. A. Boucharb, *Doukkala*... cit., p. 493.
14. E. Doutte, *Merrakech*... cit., p. 189.

13. **A. Boucharb,** *Doukkala*... cit., p. 493.
14. **E. Doutte,** *Merrakech*... cit., p. 189.

nível de água está a aproximadamente a 15 m de profundidade. O local também é marcado pela presença de uma pedreira de boa qualidade, cuja exploração parece ter persistido bastante tempo após o abandono do sítio.

A aldeia de Oherez parece ter sido, na Idade Média e até ao início do século XVI, uma pequena aglomeração fortificada de aproximadamente 60 casas, cujos ocupantes viviam, essencialmente, das suas actividades agrárias. A rapidez dos seus habitantes em assinar o tratado de submissão com o governador português de Safim pode explicar-se pelos efeitos do ataque que este empreendeu contra uma povoação vizinha, imediatamente após a ocupação de Safim em 1508; este ataque resultou na destruição de toda essa povoação[15].

le niveau des eaux se trouve à environ 15 m de profondeur. Le site est également marqué par la présence d'une bonne carrière de pierre de taille dont l'exploitation semble avoir persisté bien après l'abandon du site.

Le village d'Ouirs semble être au moyen âge et jusqu'au début du XVI[ème] siècle une petite agglomération fortifiée d'environ 60 maisons dont les occupants vivaient essentiellement de leurs activités agraires. Par ailleurs, la question de la précipitation de ses habitants à signer le traité d'obéissance avec le Gouverneur portugais de Safi s'expliquerait par l'effet de l'attaque menée par ce dernier sur un village voisin à Ouirs immédiatement après l'occupation de Safi en 1508. Cette attaque qui s'est d'ailleurs soldée par la dévastation de tout ce village[15].

4. O sítio de *Sidi 'Aznati* (Mouro Santo)

Este sítio localiza-se a aproximadamente 24 km a Norte de Safim, no território dos Rnimiyyines[16], sendo designado pelos habitantes como «a aldeia de *Sidi 'Aznati*», «*qaryat sidi 'Aznati*» ou simplesmente «*al qarya*», que significa «a aldeia» em árabe.

Não possuímos nenhuma indicação documental sobre este sítio, mas a sua existência no território da tribo dos Rnimiyyines, considerados chorfas hostis à presença portuguesa e dedicados à *jihad*, bem como o seu topónimo, que invoca a santidade *sidi*, permite-nos conjecturar a sua correspondência ao sítio de «Mouro Santo» mencionado por Damião de Góis no seu relato sobre os desenvolvimentos da ocupação de Safim[17]. Esta hipótese torna-se ainda mais plausível se considerarmos que a localização de «Mouro Santo» a cinco léguas de Safim corresponde ao posicionamento actual de *Sidi 'Aznati*[18].

No terreno podemos assinalar os vestígios das bases de uma muralha com forma relativamente rectangular, construída em taipa rica em cal. O sítio espraia-se numa superfície de cerca de 0,77 ha (fig. 5). A sul estende-se um cemitério numa área de aproximadamente 400 m², indicado pela presença do mausoléu de «*Sidi 'Aznati*», um compartimento de forma rectangular construído inteiramente em pedra talhada.

4. Le site de Sidi 'Aznati (Le Saint Maure)

Ce site se trouve à environ 24 km au nord de Safi dans le territoire des Rnimiyyines[16]. Il est appelé par les habitants : « le village de Sidi 'Aznati », « qaryat sidi 'aznati » ou tout simplement « al qarya », qui signifie « le village » en langue arabe.

Nous ne possédons aucune indication textuelle sur ce site, mais nous croyons que son existence sur le territoire de la tribu des Rnimiyyines, réputés comme des chourfas hostiles à la présence portugaise et dévoués au *jihad*, ainsi que son toponyme, qui invoque la sainteté « *sidi* », nous laisse présager sa correspondance au site du « Saint Maure » cité par Damião de Góis au cours de sa relation du déroulement de l'opération de l'occupation de Safi[17]. Cette hypothèse est d'autant plus plausible si l'on connait que la situation du site du « Saint Maure » précisée à cinq lieux de Safi correspond à la situation actuelle du site de Sidi 'Aznati[18].

Sur le terrain, nous pouvons remarquer les restes des bases d'une muraille qui épousent une forme relativement rectangulaire, construite en un pisé riche en chaux. Le site s'étend sur une superficie d'environ 0,77 ha (fig. 5). Au sud, un cimetière s'étend sur environ 400 m², marqué par la présence du mausolée de « Sidi 'Aznati » qui est une pièce de forme rectangulaire construite entièrement en pierre taillée.

15. Ver a nota 17.

16. Sobre os Rnimiyyines veja-se Ahmed Al Ouarit, «Al jazouli wa ta'tiruhu fi asafi wa badiyyatuha», *in Histoire de la province de Safi*, Casablanca, Ed. Fondation Doukkala Abda, 2000, p. 239.

17. Trata-se da casa e do castelo de «Mouro Santo», que se localizava a cinco léguas de Safim (cf. Damião de Gois, *Les portugais*... cit., p. 60).

18. Cinco léguas correspondem a cerca de 30 km.

15. Voir la note 17.

16. Sur les Rnimiyyines voir Ahmed Al Ouarit, « Al jazouli wa ta'tiruhu fi asafi wa badiyyatuha », *in Histoire de la province de Safi*, Casablanca, Ed. Fondation Doukkala Abda, 2000, p. 239.

17. Il s'agit de la maison et le château du « Saint Maure » qui se trouvait à cinq lieux de Safi (cf. Damião de Gois, *Les portugais*... cit., p. 60).

18. Cinq lieux correspondent à environs 30 km.

Fig. 5 – Vista geral do sítio de *Sidi 'Aznati.* / Vue générale sur le site de Sidi 'Aznati.

5. O sítio de Ayer

O sítio de Ayer, conhecido actualmente sob a designação de «*kasbah d'Ayyir*», situa-se a 60 km a Norte da cidade de Safim, na estrada costeira entre Safim a El Jadida. O topónimo Ayer foi utilizado nos textos do século XVI, tanto para designar a fortificação, como a actual lagoa de Oualidia[19]. No entanto, é conhecido desde a Alta Idade Média, dado que no século X foi o local de refúgio de um dos antepassados dos Amghariyine, construtores do ribat de Tite[20]. No início do século XVI, Ayer era uma pequena povoação, obrigada em 1510 a assinar um acordo com a autoridade portuguesa de Safim[21].

A fortificação de Ayer estende-se sobre uma falésia com uma superfície de aproximadamente 2 ha. Esta falésia domina terrenos agrícolas ricos e produtivos, proporcionados por um lençol freático. A construção possui uma muralha em blocos de pedra, guarnecida por duas torres, que protegem os seus dois acessos. A porta principal localiza-se a Sul, enquanto a secundária situa-se a Oeste. Esta última, talhada em parte nas rochas da falésia, estava claramente reservada para o acesso aos terrenos agrícolas situados no sopé (fig. 6).

19. C. H. de Castries, *Une Description du Maroc sous le règne de Moulay Ahmed Mansour (1596) d'après un manuscrit de la Bibliothèque Nationale*, Paris, E. Leroux, 1909, p. 94.

20. Foi em 1026 (417 da Hégira), segundo Ibn Abdiladhim al Azemmouri (século XIV), *Bahjat Annadhirin…*, manuscrito privado, cópia de Tit, p. 84.

21. «Livro de tributos reas…», publicado por A. Boucharb, *Doukkala…* cit., p. 499.

5. Le site d'Ayyir

Le site d'Ayyir, connu actuellement sous le nom de la kasbah d'Ayyir, est situé à 60 km au nord de la ville de Safi, sur la route côtière reliant Safi à El Jadida. Le toponyme d'Ayyir est utilisé dans les textes du XVI[ème] siècle aussi bien pour désigner la kasbah que la lagune actuelle d'Oualidiya[19]. Cependant, le site est connu depuis le haut moyen âge, puisqu'il fut au X[ème] siècle le lieu de refuge de l'un des ancêtres des amghariyyine, bâtisseurs du ribat de Tit[20]. Au début du XVI[ème] siècle, Ayyir était un petit village qui fut obligé en 1510 de signer un accord avec l'autorité portugaise de Safi[21].

Sur le terrain, la kasbah d'Ayyir s'étend sur une falaise d'une superficie d'environ 2 ha. La falaise domine des terrains agricoles où la nappe phréatique favorise une agriculture riche et prospère. La kasbah est dotée d'une muraille en moellons floquée de deux tours qui protègent les deux accès à la kasbah. La porte principale est située au sud, tandis que la secondaire est située à l'ouest. Taillée en partie dans les roches de la falaise, cette dernière porte était visiblement réservée à l'accès aux champs agricoles situés en bas de la falaise (fig. 6).

19. C. H. de Castries, *Une Description du Maroc sous le règne de Moulay Ahmed Mansour (1596) d'après un manuscrit de la Bibliothèque Nationale*, Paris, E. Leroux, 1909, p. 94.

20. C'était en 1026 (417 de l'Hégire), d'après Ibn Abdiladhim al Azemmouri (XIV[ème] siècle), *Bahjat Annadhirin…*, manuscrit privé, copie de Tit, p. 84.

21. « Livro de tributos reas… », publié par A. Boucharb, *Doukkala…* cit., p. 499.

Fig. 6.1 – Porta principal de Ayer, dominada por uma grande torre. / Porte principale d'Ayyir dominée part une grande tour.

Fig. 6.2 – Porta secundária de Ayer. / Porte secondaire d'Ayyir.

Actualmente o local conserva algumas habitações antigas, cuja datação é dificilmente anterior ao século XVIII. No entanto, os vestígios de cisternas e silos no solo são testemunho da antiguidade da ocupação. A existência de uma pequena mesquita fora do recinto do lado sul, datada segundo a tradição oral da época almorávida, assim como a técnica de construção da muralha com blocos de pedra rudemente afeiçoados unidos por terra misturada com cal de má qualidade, levam-nos a pensar que o sítio conheceu uma reconstrução tardia. Esta hipótese é reforçada pela existência de vestígios de paredes de taipa sob as paredes da torre da porta principal.

Durante a ocupação portuguesa, este local tinha uma importância sensivelmente idêntica à de Aguz[22]. Ayer teria sido evacuada no contexto das guerras do início do século XVI. No entanto, a sua situação estratégica, dominando terrenos agrícolas férteis e irrigáveis, além do potencial que o seu litoral e lagoa oferecem, terão sido factores que contribuíram para o seu repovoamento. Estas mesmas razões são, indubitavelmente, a causa da antiguidade da sua ocupação.

Le site abrite actuellement quelques vieilles maisons, dont la date la plus ancienne ne dépasse guère le XVIII[ème] siècle. Cependant des traces de citernes et silos sur le sol du site témoignent de l'ancienneté de son occupation. L'existence d'une petite mosquée en dehors de l'enceinte du côté sud, datée selon la tradition orale de l'époque almoravide, ainsi que le mode de construction de la muraille en moellons généralement dégrossis ayant un liant en terre mélangée avec une chaux d'une mauvaise qualité, nous font penser que le site a connu une reconstruction tardive. Cette hypothèse peut être renforcée par l'existence de traces de murs en pisé sous les murs de la tour de la porte principale.

Sous l'occupation portugaise, le site avait une importance relativement similaire à celle du site d'Agouz[22]. Le site d'Ayyir aurait été évacué dans le contexte des guerres du début de XVI[ème] siècle ; mais sa situation stratégique qui domine des terrains agricoles fertiles et irrigables par-dessus son potentiel halieutique qu'offrent ses côtes et sa lagune, seraient des facteurs parmi d'autres qui ont contribué à son repeuplement. Ces mêmes raisons étaient sans doute à l'origine de l'ancienneté de son occupation.

6. O sítio de Anga

Anga localiza-se a aproximadamente a 37 km a Sul da cidade de Safim, no sopé das montanhas de Mouissat, no antigo território da tribo Benimagre[23]. Não obstante a hostilidade reconhecida desta tribo face à ocupação portuguesa, o sítio de Anga encon-

6. Le site d'Anga

Anga se trouve à environ 37 km au sud de la ville de Safi, au pied des montagnes de « Mouissat » sur l'ancien territoire de la tribu Benimaguer[23]. Malgré l'hostilité reconnue de la tribu Benimaguer face à l'occupation portugaise, le site d'Anga se trouve paradoxalement

22. Damião de Góis colocou-os no mesmo grupo, junto com outro sítio que denomina como «*Namer*», talvez a origem do castelo de Oualidia (cf. *Les portugais*... cit., p. 75).

23. Sobre esta tribo vejam-se, entre outros, Ibn Al Khatib, *Muchahadat fi biladi al marhrib wa al andalus*, ed. Moukhtar al Abbadi, Alexandria, Ed. Faculté d'Alexandrie, 1958, p. 145, e C. Marmol, *Ifriqia*... cit., p. 104.

22. Damião de Góis les a mis au même rond à côté d'un autre site qui s'appelait Namer et qui serait l'origine de l'actuelle kasbah d'Oualidia (cf. *Les portugais*... cit., p. 75).

23. Sur la tribu de Benimaguer voir, entre autres, Ibn al Khatib, *Muchahadat fi biladi al marhrib wa al andalus*, annoté par Moukhtar al Abbadi, Alexandrie, Ed. Faculté d'Alexandrie, 1958, p. 145 et C. Marmol, *Ifriqia*... cit., p. 104.

tra-se, paradoxalmente, entre as aldeias que celebraram um acordo com os portugueses em 1511[24]. No que concerne a antiguidade deste sítio, dispomos de parcas informações, ainda que este território tenha sido percorrido por Ibn al Khatib no século XIV[25]. Além disso, de acordo com Renou, este sítio foi o palco de uma batalha perdida pelos portugueses em 1517[26]. Anga ocupa o cimo de uma colina de cerca de 520 m de altitude. A muralha, construída em taipa rica em cal, é parcialmente visível, estendendo-se numa área quase quadrada por 0,38 ha (fig. 7). Os panos de

parmi les villages qui ont conclu un accord avec les portugais en 1511[24]. Sur l'ancienneté de ce site, nous ne possédons que peu d'informations bien que ce territoire fut sillonné par Ibn Al Khatib au XIV[ème] siècle[25]. Par ailleurs, selon Renou, ce site était la scène où s'est déroulée une bataille perdue par les portugais en 1517[26]. Sur le terrain, Anga occupe le sommet d'une colline d'environ 520 m d'altitude. La muraille, construite en un pisé riche en chaux, est partiellement visible sur le terrain. Elle s'étend sur une superficie de 0,38 ha, sur une surface presque carrée (fig. 7). Les courtines sont

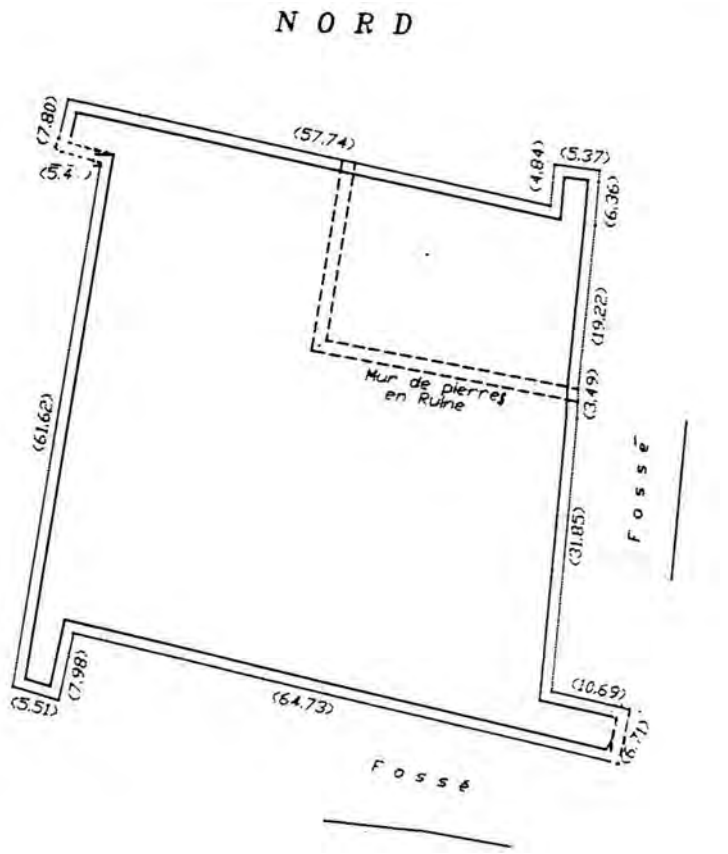


Fig. 7 – Levantamento da planta de Anga. / Plan relevé du site d'Anga.

muralha prolongam-se nos quatro cantos do sítio por torres rectangulares. O sistema defensivo é reforçado pela presença de um fosso, que contorna a muralha nos lados Este e Sul (fig. 8). A defesa do lado Oeste encontra-se fortalecida pela topografia acidentada do terreno. A área extramuros do lado Norte alberga um vasto cemitério, marcado pela presença de um mausoléu de um santo designado *Sidi Zemmouri al Maghri*.

prolongées sur les quatre coins du site par des tours rectangulaires. Le système défensif du site est renforcé par la présence d'un fossé qui longe la muraille sur les côtés est et sud (fig. 8). La défense du côté ouest est renforcée par la topographie accidentée du terrain, tandis que la zone extramuros du côté nord abrite un vaste cimetière marqué par la présence du mausolée d'un saint appelé « Sidi Zemmouri al Maghri ».

24. «Livro de tributos reas...», publicado por A. Boucharb, *Doukkala...* cit., p. 496.

25. **Ibn al Khatib,** *Muchahadat...* cit., p. 145. Segundo o Prof. Benchrifa, Anga seria um dos sítios descritos neste território por Ibn al Khatib (cf. M. Benchrifa, «Al Magriyyun», *in Abu Muhammad Salih, Al manaqibu wa attarikh*, Rabat, Faculté des Lettres de Rabat, 1990, p. 34).

26. **E. Renou,** *Description géographique de l'empire de Maroc*, Paris, Imprimerie Royale, 1852 [1846], p. 206.

24. « Livro de tributos reas...», publié par **A. Boucharb,** *Doukkala...* cit., p. 496.

25. **Ibn al Khatib,** *Muchahadat...* cit., p. 145. D'après le professeur Benchrifa, Anga serait l'un des sites décrit dans ce territoire par Ibn al Khatib (cf. M. Benchrifa, « Al Magriyyun », *in Abu Muhammad Salih, Al manaqibu wa attarikh*, Rabat, Faculté des Lettres de Rabat, 1990, p. 34).

26. **E. Renou,** *Description géographique de l'empire de Maroc*, Paris, Imprimerie Royale, 1852 [1846], p. 206.

Fig. 8.1 – Vista da muralha de Anga. / Vue sur la muraille d'Anga.

Fig. 8.2 – Detalhe da base da muralha de Anga. / Détail de la base de la muraille d'Anga.

Não obstante a comprovada importância do sítio e o zelo empregue na sua concepção e da sua arquitectura defensiva, as informações acerca do seu abandono permanecem obscuras. No entanto, parece-nos que se trata do sítio descrito por Ibn al Khatib no século XIV, dado que é o único local importante que identificámos nesta área. Anga terá conhecido o mesmo destino da maioria das localidades da região, evacuadas no contexto das perturbações e guerras da primeira vintena do século XVI.

Malgré l'importance avérée du site et le soin apporté à sa conception et son architecture défensive, nos informations sur les circonstances de son abandon demeurent obscures. Cependant il nous semble qu'il s'agit ici du site décrit par Ibn al Khatib au XIV^{ème} siècle, puisqu'il est le seule site de valeur que nous avons relevé dans cette zone. Anga aurait connu le même sort de la plupart des sites de la région, évacués dans le contexte des troubles et guerres de la première vingtaine du XVI^{ème} siècle.

7. Conclusão

O estudo destes casos de aldeias fortificadas na zona sul de Duquela demonstra-nos o carácter incontornável dos dados existentes nos arquivos portugueses para o conhecimento da história desta zona de Marrocos. Efectivamente, antes do século XVI a região não tinha merecido uma descrição tão alargada, nem um particular interesse, sobretudo as pequenas localidades que viviam frequentemente na sombra, tanto das grandes cidades, como dos grupos tribais dominantes. Os cinco sítios localizados e aqui descritos representam apenas uma ínfima parte do sistema e do modo de vida que animaram a paisagem rural de Duquela desde a Idade Média. Perante este cenário, seria necessário desenvolver os estudos, tanto no sentido

7. Conclusion

L'étude de ces cas de villages fortifiés dans la zone sud de Doukkala nous démontre à quel point les détails que renferment les archives portugaises sont incontournables dans la connaissance de l'histoire locale de cette zone du Maroc. En effet, la région n'avait jamais connue avant le XVI^{ème} siècle une aussi large couverture en matière de description et d'intérêt, porté à des petite localités qui vivaient souvent à l'ombre aussi bien des grandes villes que des groupements tribaux dominants.
Les cinq sites localisés et décrits ici, ne représentent certes qu'une partie infime du système et mode de vie qui animait le paysage rurale de Doukkala depuis au moins le haut moyen âge. Paysage dans lequel il fau-

da localização de outros sítios assinalados pelos documentos escritos, como na compreensão das relações que existiam entre esta rede de pequenas aldeias e as cidades e tribos da região.

Apesar do número reduzido dos sítios estudados podemos, ainda assim, distinguir dois tipos. O primeiro, representado unicamente pelo sítio de Cernu, distingue-se pela sua superfície excedendo os 20 ha e pela sua importância política. Trata-se, na realidade, de uma pequena cidade fortificada, que ultrapassa o estatuto de aldeia, não se enquadrando, contudo, no perfil de uma cidade no verdadeiro sentido do termo, como era o caso de Safim ou de Almedina. O segundo tipo, que é o maioritário, corresponde às pequenas aldeias cuja área dificilmente ultrapassa os 2 ha, tratando-se de pequenas aglomerações protegidas por um recinto, frequentemente em taipa, ao lado do qual foi construído um cemitério em redor do mausoléu de um santo.

Exceptuando Ayer, todos estes sítios sofreram as consequências nefastas deste período de guerras, quando estavam, de acordo com Douttée, «em face dos beligerantes numa posição singular; independentemente do partido que tomassem, eram devastados alternadamente por um ou pelo outro»[27].

drait pousser les études, aussi bien dans le sens de la localisation des autres sites signalés par les écrits, que de comprendre les relations qui existaient entre ce réseau de petits villages et les villes et tribus de la région.

Malgré le nombre peu exhaustif des sites étudiés, nous pouvons tout de même distinguer entre deux types. Le premier, représenté uniquement par le site de Sernou, se distingue par sa superficie dépassant les 20 ha et par son importance politique. Il s'agit là, en réalité, d'une petite ville fortifiée qui surpasse le stade de village mais sans pour autant rentrer dans le profil d'une ville au vrai sens du terme, comme c'était par exemple le cas de Safi ou d'al Gharbia. Le deuxième type, qui est majoritaire, est celui des petits villages dont la superficie ne dépasse guère les 2 ha. Il s'agit de petites agglomérations protégées par une enceinte souvent en pisé, à côté de laquelle un cimetière est aménagé autour du mausolée d'un saint.

A l'exception d'Ayyir, tous ces sites ont subi les conséquences néfastes de cette périodes de guerres où ils se trouvaient, selon Doutté, « vis-à vis des belligérants dans une singulières position ; quelque parti qu'ils prissent ils étaient alternativement ravagées par l'un et l'autre »[27].

27. E. Doutte, *Merrakech*... cit., p. 186.

27. E. Doutte, *Merrakech*... cit., p. 186.

A presença portuguesa nas imediações do rio dos Sáveis: Aguz*

La présence portugaise dans les environs du fleuve des Aloses : Agûz*

António Manuel Lázaro, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho; Lab2PT, Universidade do Minho; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

A cerca de dois quilómetros ao norte da foz do rio dos Sáveis ou rio de Aguz, como lhe chamam as fontes portuguesas do século XVI, quer dizer, do rio *Tansift*, e a cerca de trinta quilómetros ao sul de Safim (*Aṣfī*), na atual província marroquina da *Dukkāla-ʿAbda*, erguem-se, ainda hoje, numa superfície rochosa junto do mar, os vestígios de uma fortaleza portuguesa, a de Aguz (fig. 1). Esta fortaleza, sobre a qual diz a tradição popular ter sido construída em apenas uma noite e nela estarem escondidos fabulosos tesouros[1], encontra-se, nos nossos dias, perto de Soeira Quedima (*al-Ṣuwayra al-Ḳadīma*), centro urbano cuja designação significa, na verdade, *velha fortaleza*[2].

À environ deux kilomètres au nord de l'embouchure du fleuve des Aloses ou fleuve d'Agûz, tel qu'il est nommé dans les sources portugaises du XVI[e] siècle, autrement dit, du fleuve Tansîft, et à approximativement trente kilomètres au sud de Safi (*Aṣfī*), dans l'actuelle province marocaine du *Dukkāla-ʿAbda,* s'érigent, encore aujourd'hui, sur une surface rocheuse près de la mer, les vestiges d'un château fort portugais, celui d'Agûz (fig. 1). Ce château fort, qui selon la tradition populaire a été construit en une seule nuit et dans lequel sont cachés de fabuleux trésors[1], est situé actuellement près de Souira Qdima (*al-Ṣuwayra al-Ḳadīma*), un centre urbain dont la désignation signifie, en fait, *vieux château fort*[2].

O repertório documental da presença portuguesa em Aguz

A propósito de Aguz, o notável historiador e arabista português, David Lopes, em *Os Portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel*, publicado em 1931, escreveu o seguinte:

> Nos historiadores portugueses êste forte tem o nome de Aguz. Êste nome é antigo: já ocorre em Becri. ¿Quem o edificou? Não sabemos. Foi Diogo de Azambuja o seu primeiro capitão. Não cremos, todavia, que o fizesse êle, porque os diplomas que

Les sources documentaires de la présence portugaise à Agûz

À propos d'Agûz, David Lopes, le fameux historien et arabiste portugais, a écrit dans *Os Portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel*, publié en 1931, ce qui suit :

> [Pour les historiens portugais, ce château fort a le nom d'Agûz. Ce nom est ancien : il apparait déjà dans Becri. ¿ Qui l'a construit ? Nous ne le savons pas. Son premier capitaine a été Diogo de Azambuja. Nous ne croyons pas, néanmoins, qu'il l'ait fait construire

* Agradeço ao colega e amigo, Francisco de Azevedo Mendes, a leitura e as valiosas sugestões, tal como à Câmara Municipal de Montemor-o-Velho ter facilitado o acesso à igreja do convento de Nossa Senhora dos Anjos.

1. Cf. Edmond Doutté, *Missions au Maroc: En Tribu*, Paris, Librairie Paul Geuthner, 1914, pp. 374-375.

2. Cf. Edmond Doutté, *Missions au Maroc…* cit., p. 373. David Lopes sugere uma tradução semelhante, *antigo fortim*, cf. «Capítulo V – Os Portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel», *in* Damião Peres e Eleutério Cerdeira (dir.), *História de Portugal*, Volume III, Barcelos, Portucalense Editora, L.da, 1931, p. 541. Mais recentemente, com alguma pertinência, José Pedro Machado faz uma tradução ligeiramente diferente, *pequena muralha antiga*, cf. José Pedro Machado, *Factos, Pessoas e Livros – Comentários através dos tempos*, Volume IV, Lisboa, Livraria Portugal, 1991, p. 1684.

* Je remercie mon collègue et ami, Francisco de Azevedo Mendes, pour sa lecture et ses précieuses suggestions, ainsi qu'à la marie de Montemor-o-Velho avoir facilité l'accès à l'église du couvent de Nossa Senhora dos Anjos.

1. Cf. Edmond Doutté, *Missions au Maroc : En Tribu*, Paris, Librairie Paul Geuthner, 1914, pp. 374-375.

2. Cf. Edmond Doutté, *Missions au Maroc…* cit., p. 373. David Lopes suggère une traduction semblable, *ancien fortin*, cf. « Chapitre V – Os Portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel », *in* Damião Peres e Eleutério Cerdeira (dir.), *História de Portugal*, Volume III, Barcelos, Portucalense Editora, L.da, 1931, p. 541. Plus récemment, avec quelque pertinence, José Pedro Machado fait une traduction légèrement différente, *petite muraille ancienne*, cf. José Pedro Machado, *Factos, Pessoas e Livros – Comentários através dos tempos*, Volume IV, Lisbonne, Livraria Portugal, 1991, p. 1684.

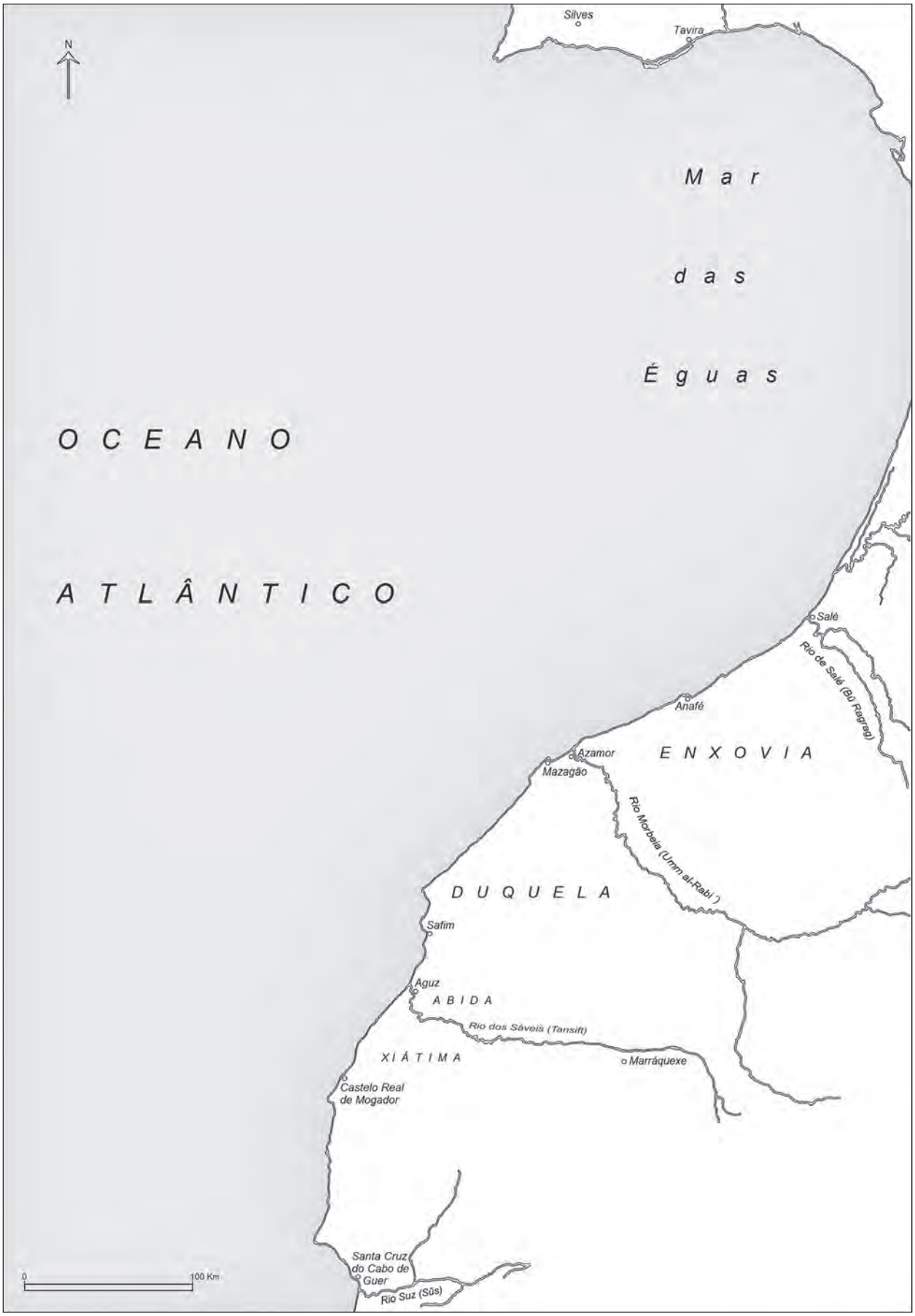


Fig. 1 – Portugal e o sul de Marrocos. / Le Portugal et le sud du Maroc.

> vamos utilizar, falando de Aguz, de S. Jorge da Mina, do Castelo-Real e de Safim, dizem que fez êstes e não dizem o mesmo daquele, como seria natural ao conceder-se também a sua capitania. ¿Quando foi edificado? Também não sabemos, mas foi antes de Agosto de 1508. É de 25 de Agosto dêste ano a carta de nomeação de Azambuja de capitão de Safim e no mesmo diploma se lhe faz doação, de juro e herdade, para êle e seu filho da capitania do castelo de Aguz[3].

Um pouco mais à frente, depois de, por um lado, fazer menção a um outro diploma, de janeiro de 1510, no qual se previa a possibilidade de Diogo de Azambuja, não sendo as rendas de Aguz suficientes para dar satisfação ao quantitativo que lhe fora concedido com a referida capitania, retirar o remanescente da alfândega de Safim e, por outro lado, aludir à *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, de Damião de Góis, onde se refere que, em 1512, aí estava por capitão de 50 besteiros um tal Francisco Mendes[4], David Lopes acrescentava:

> Não conhecemos mais notícias dêste castelo até 1520 e 1521. De 11 de Outubro de 1520 temos de D. Manuel um alvará e sua confirmação pelos quais o soberano concede ao seu capelão Duarte Fogaça o priorado da igreja de Aguz nestes termos: «... nós temos mandado edificar o castelo de Aguz e povoar e assi mandamos [¿deve ler-se mandámos?] nêle fazer igreja em que os cristãos que nêle estiverem ouçam os ofícios divinos... o apresentamos ora ao priorado da dita igreja de Aguz...».
>
> Do teor dêste passo parece depreender-se que a igreja era de edificação recente ou ia edificar-se e não contemporânea do primitivo forte. Assim parece também de um documento de 22 de Maio do ano seguinte[5].

Ao transcrever alguns trechos do documento de 22 de maio de 1521, uma carta de D. Nuno de Mascarenhas, capitão de Safim, na qual este alude à *obra de Aguz* e aos benefícios daí decorrentes, cotejando a documentação, David Lopes confrontava-se com uma perturbadora encruzilhada:

> Não sabemos conciliar êstes dois documentos com a existência anterior do castelo. Teria sido êste abandonado após o Castelo-Real ou após os sucessos da

3. David Lopes, «Os Portugueses em Marrocos...» cit., p. 541.
4. David Lopes, «Os Portugueses em Marrocos...» cit., p. 541.
5. David Lopes, «Os Portugueses em Marrocos...» cit., p. 541.

> lui-même, car les diplômes que nous allons utiliser parlent d'Agûz, de *São Jorge da Mina*, du *Castelo-Real* et de Safi, ces derniers disent qu'il a fait ceux-ci, mais ne disent pas cela de l'autre, ce qui aurait pu avoir lieu naturellement lors de l'octroi de sa capitainerie. Quand a-t-il été construit ? Nous ne le savons pas non plus, mais il a été construit avant août 1508. La lettre de nomination d'Azambuja en tant que capitaine de Safi date du 25 août de la même année et c'est dans ce diplôme qu'une donation, de transmission libre et héréditaire, de la capitainerie du château fort d'Agûz, lui est faite, pour lui et pour son fils[3].]

Un peu plus loin, après avoir, d'une part, mentionné un autre diplôme de janvier 1510, dans lequel on prévoyait que Diogo de Azambuja, étant donné que les rentes d'*Agûz* n'étaient pas suffisantes pour compléter le montant qui lui avait été accordé avec ladite capitainerie, puisse déduire la part restante de la douane de Safi et, d'autre part, après avoir fait référence à la *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, de Damião de Góis, où il est dit que, en 1512, un certain Francisco Mendes[4] s'y trouvait comme capitaine avec 50 arbalétriers, David Lopes ajoutait :

> Nous n'avons pas d'autres informations sur ce château fort jusqu'en 1520 et 1521. Nous avons un *alvara* de D. Manuel et sa confirmation du 11 octobre 1520 par lequel le souverain accorde le prieuré de l'église d'Agûz à son aumônier Duarte Fogaça en ces termes : «... nous avons ordonné de construire et de peupler le château fort d'Agûz et nous l'ordonnons ainsi [¿ doit se lire avons ordonné ?] d'y bâtir une église où les chrétiens qui s'y trouveront écoutent les offices divins... nous le présentons maintenant au prieuré de ladite église d'Agûz...»
>
> Il ressort de la teneur de cet extrait que l'église était de construction récente ou qu'elle allait être construite et non contemporaine du château fort primitif. Un document du 22 mai de l'année suivante contient également la même information[5].

En retranscrivant quelques passages du document du 22 mai 1521, une lettre de D. Nuno de Mascarenhas, capitaine de Safi, dans laquelle celui-ci fait allusion *à l'ouvrage d'Aguz* et aux bénéfices qui en découlent, David Lopes se voyait confronté à un troublant dilemme en faisant le rapprochement des documents :

> Nous ne parvenons pas à lier ces deux documents à l'existence précédente du château fort. Aurait-il été abandonné après le *Castelo-Real* ou après le succès

3. David Lopes, « Os Portugueses em Marrocos... » cit., p. 541.
4. David Lopes, « Os Portugueses em Marrocos... » cit., p. 541.
5. David Lopes, « Os Portugueses em Marrocos... » cit., p. 541.

> morte de Ataíde e de Bentafufa? Talvez; e ter-se-á querido restaurar depois. Mas, se a obra estava por fazer em 1521, como é que se nomeava Duarte Fogaça prior da sua igreja em 1520? Não temos elementos para responder[6].

Num trecho cujo significado se afigura algo obscuro, recorrendo à mencionada obra de Edmond Doutté, de 1914, o autor, deslocando o seu ponto de mira, acabaria por observar:

> A 5 quilómetros ao sul do estuário do Tencifte existem as ruínas de um castelo que não parece de construção europeia, «Dar Ahmadux»: «Ce n'est plus ici un petit fortin – como Aguz – mais une forteresse de grandes dimensions»[7].

Como se depreende destes excertos, a informação fornecida pelas fontes disponíveis, no que concerne à presença portuguesa nas imediações do rio dos Sáveis, nos primórdios do século XVI, é escassa e fragmentada e daí as inúmeras dúvidas que a matéria suscitou e, de certa forma, ainda suscita[8].
Com efeito, as fontes cartográficas, roteiros e descrições, anteriores ou coevos dessa presença, pura e simplesmente omitem qualquer referência a Aguz e limitam-se a fazer menção ao rio dos Sáveis[9].

> de la mort d'Ataíde et de Tâ'fuft ? Peut-être ; et on aurait voulu le restaurer par la suite. Mais, si l'ouvrage n'était pas encore construit en 1521, comment pouvait-on nommer Duarte Fogaça prieur de son église en 1520 ? Nous n'avons pas d'éléments pour répondre[6].

Dans un passage dont le sens paraît un peu obscur, ayant recours audit ouvrage d'Edmond Doutté, de 1914, l'auteur, déplaçant son point de mire, finirait par constater :

> À 5 kilomètres au sud de l'estuaire du Tencifte se trouvent les ruines d'un château fort qui ne semble pas être de construction européenne, « Dar Alimadux » : « Ce n'est plus ici un petit fortin – comme Agûz –, mais une forteresse de grandes dimensions »[7].

Ainsi qu'il ressort de ces extraits, les informations fournies par les sources disponibles, quant à la présence portugaise dans les environs du fleuve des Aloses au début du XVI[e] siècle, sont insuffisantes et fragmentées, d'où les innombrables doutes que la matière a suscités et suscite encore d'une certaine façon[8].
En effet, les sources cartographiques, les itinéraires et les descriptions, précédents ou contemporains de cette présence, omettent purement et simplement toute référence à Agûz, ne mentionnant que le fleuve des Aloses[9].

---

6. David Lopes, «Os Portugueses em Marrocos…» cit., p. 542.
7. David Lopes, «Os Portugueses em Marrocos…» cit., p. 542.
8. Em particular, no que toca às origens e à cronologia da presença portuguesa na região, veja-se, mais recentemente, a reafirmação das mesmas dúvidas em autores como, por exemplo, Pedro Dias, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos (1415-1769)*, Lisboa, Minerva, 2000, p. 189, e Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África – Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008, pp. 346-348. Aliás, estou certo que é precisamente por isso que duas obras de referência da historiografia portuguesa contemporânea, refiro-me ao *Dicionário de História de Portugal* e ao *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, ou dizem muito pouco ou nada dizem sobre o assunto, cf. Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Volume I, Porto, Livraria Figueirinhas, [1985], p. 70 e Luís de Albuquerque (dir.) e Francisco Contente Domingues (coord.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Volume I, s. l., Caminho, [1994], pp. 31 e 105.
9. Entre as representações cartográficas disponíveis, cf. Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, reprodução fac-similada da edição de 1960 com apresentação e introdução de Alfredo Pinheiro Marques, 6 volumes e um apêndice, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987. Veja-se, a título de exemplo, de 1492, a carta náutica de Jorge de Aguiar (*Beinecke Rare Book and Manuscript Library, University of Yale*), cf. *http://beinecke.library.yale.edu/dl_crosscollex/brbldl/oneITEM.asp?pid=2005107&iid=1027151&srchtype=*; o *Planisfério de 1502* ou *Planisfério de Cantino* (*Biblioteca Estense Universitaria*, Módena), cf. *http://bibliotecaestense.beniculturali.it/info/img/i-mo-beu-c.g.a.2.html*; de cerca de 1513, a representação da África Ocidental no *Livro de Francisco Rodrigues*, fólio 19 (*Bibliothèque de l' Assemblée Nationale*), cf. *http://archives.assemblee-nationale.fr/bibliotheque/manuscrits/002/index.html;* de cerca de 1519, a carta do Mediterrâneo incluída no *Atlas Miller*, fólio 6v (*Bibliothèque Nationale de France*), cf. *http://*

6. David Lopes, « Os Portugueses em Marrocos… » cit., p. 542.
7. David Lopes, « Os Portugueses em Marrocos… » cit., p. 542.
8. En particulier, sur les origines et la chronologie de la présence portugaise dans la région, voir, plus récemment, la confirmation des mêmes doutes dans des auteurs comme, Pedro Dias, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos (1415-1769)*, Lisbonne, Minerva, 2000, p. 189, et Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África – Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008, pp. 346-348. D'ailleurs, je suis sûr que c'est précisément la raison pour laquelle deux ouvrages de référence de l'historiographie portugaise contemporaine, je me réfère au *Dicionário de História de Portugal* et au *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, ne disent rien ou très peu de choses sur le sujet, cf. Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Volume I, Porto, Livraria Figueirinhas, [1985], p. 70 et Luís de Albuquerque (dir.) et Francisco Contente Domingues (coord.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Volume I, s. l., Caminho, [1994], pp. 31 et 105.
9. Parmi les représentations cartographiques disponibles, cf. Armando Cortesão et Avelino Teixeira da Mota, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, reproduction facsimilée de l'édition de 1960 avec présentation et introduction d'Alfredo Pinheiro Marques, 6 volumes et un appendice, Lisbonne, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987. Voir, à titre d'exemple, la carte marine de Jorge de Aguiar de 1492 (*Beinecke Rare Book and Manuscript Library, University of Yale*), cf. *http://beinecke.library.yale.edu/dl_crosscollex/brbldl/oneITEM.asp?pid=2005107&iid=1027151&srchtype=* ; o *Planisfério de 1502* ou *Planisfério de Cantino* (*Biblioteca Estense Universitaria*, Módena), cf. *http://bibliotecaestense.beniculturali.it/info/img/i-mo-beu-c.g.a.2.html*; d'environ 1513, la représentation de l'Afrique Occidentale dans le *Livro de Francisco Rodrigues*, folio 19 (*Bibliothèque de l'Assemblée Nationale*), cf. *http://archives.assemblee-nationale.fr/bibliotheque/manuscrits/002/index.html ;* d'environ 1519, la carte de la Méditerranée incluse dans l'*Atlas Miller*, folio 6v (*Biblio-*

As fontes narrativas, como é o caso da *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, de Damião de Góis, do *De Rebus Emmanuelis*, de D. Jerónimo Osório, e dos *Anais de D. João III*, de Frei Luís de Sousa, para além da breve notícia, identificada antes, sobre a presença de um tal Francisco Mendes como capitão em Aguz, e de vagas alusões a movimentações militares nas proximidades do dito rio, são omissas em relação a tudo o resto[10].

Os diplomas régios – como é o caso da carta de nomeação de Diogo de Azambuja como capitão de Safim, onde se inclui uma outra, de doação da capitania de Aguz, de Sintra, a 25 de agosto de 1508; de uma carta pela qual el-Rei define os termos e limites da jurisdição da capitania de vila e castelo de Aguz, de Almeirim, a 18 de janeiro de 1515; de uma carta de apresentação de Duarte Fogaça para o priorado da igreja do «Castelo Novo» de Aguz, de Évora, a 11 de outubro de 1520; ou ainda de uma carta de quitação a Luís Gonçalves, feitor e recebedor de Safim, de Évora, a 18 de março de 1525 - são escassos e fornecem informação fragmentada[11].

Finalmente, muito embora possamos identificar inúmeras missivas, como, entre outras, as de Nuno Fernandes de Ataíde ou de D. Nuno Mascarenhas, capitães de Safim, para o rei, onde constam alusões

gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b59011484/f1.zoom e, no que diz respeito aos roteiros e descrições, a obra de Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo De Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira (Edition critique et commentée)*, ed. Joaquim Barradas de Carvalho, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p. 77 e o *Códice Valentim Fernandes*, leitura paleográfica, notas e índice por José Pereira da Costa, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 13.

10. Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Nova edição, conforme a primeira de 1566, organizada por David Lopes, Parte III, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1954, pp. 50-51, 63, 135, 142-143, 185 e 193; Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Nova edição, conforme a primeira de 1566, organizada por David Lopes, Parte VI, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1955, pp. 121, 123 e 233; D. Jerónimo Osório, *De Rebvs Emmanvelis Regis Lvsitaniae invictissimi virtvte et avspicio gestis Libri Dvodecim*, Lisboa, Oficina de António Gonçalves, 1571, p. 314 ou, na tradução portuguesa, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, tradução pelo Padre Francisco Manuel do Nascimento, edição actualizada e prefaciada por Joaquim Ferreira, Volume II, Porto, Livraria Civilização-Editora, p. 78, e, finalmente, Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, prefácio e notas de Manuel Rodrigues Lapa, Volume I, Lisboa, Livraria Sá da Costa – Editora, 1938, p. 81, ou Luiz de Sousa, *Les Portugais et L'Afrique du Nord de 1521 à 1557 (*Extraits des *Annales de Jean III)*, tradução, introdução e comentários de Robert Ricard, Lisboa, Portugália, 1940, pp. 23-24.

11. Cf. os documentos, pela ordem identificada, nas seguintes obras: Pierre de Cenival, *Les Sources Inédites de L'Histoire du Maroc*, Première Série – Dynastie Saʿdienne, Archives et Bibliothèques de Portugal, Tomo I, Paris, Paul Geuthner, 1934, pp. 169-173 e pp. 672-675 (*SIHM*, I); Pierre de Cenival, David Lopes e Robert Ricard, *Les Sources Inédites de L'Histoire du Maroc*, Première Série – Dynastie Saʿdienne, Archives et Bibliothèques de Portugal, Tomo II, I Parte, Paris, Paul Geuthner, 1939, pp. 280-281 (*SIHM*, I); por último, Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *in* Anselmo Braamcamp Freire (dir.), *Arquivo Histórico Português*, Volume IX, Lisboa, 1914, pp. 452-453.

Outre la brève information identifiée précédemment sur la présence d'un certain Francisco Mendes comme capitaine à Agûz, et les vagues allusions à des mouvements militaires dans les proximités dudit fleuve, les sources narratives telles que la *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, de Damião de Góis, le *De Rebus Emmanuelis*, de *D. Jerónimo Osório*, et les *Anais de D. João III*, de *Frei* Luís de Sousa, font défaut concernant tout le reste[10].

Les diplômes royaux – comme c'est le cas de la lettre de nomination de Diogo de Azambuja comme capitaine de Safi et d'une autre, de donation de la capitainerie d'Agûz, de Sintra, du 25 août 1508 ; d'une lettre par laquelle le roi définit les termes et les limites de la juridiction de la capitainerie de la ville et du château fort d'Agûz, d'Almeirim, 18 janvier 1515 ; d'une lettre de présentation de Duarte Fogaça pour le prieuré de l'église du « Château fort nouveau » d'Agûz, d'Évora, 11 octobre 1520 ; ou encore d'une lettre de quittance à Luís Gonçalves, facteur et récepteur de Safi, d'Évora, 18 mars 1525 – sont peu nombreux et fournissent des informations fragmentées[11].

Finalement, bien que de nombreuses lettres adressées au roi puissent être identifiées, comme, entre autres, celles de Nuno Fernandes de Ataíde ou de D. Nuno Mascarenhas, capitaines de Safi, contenant des allu-

thèque Nationale de France), cf. *http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b59011484/f1.zoom* et, sur les itinéraires et les descriptions, l'ouvrage de Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo De Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira (Édition critique et commentée)*, ed. Joaquim Barradas de Carvalho, Lisbonne, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p. 77 et le *Códice Valentim Fernandes*, lecture paléographique, notes et indice de José Pereira da Costa, Lisbonne, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 13.

10. Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Nouvelle édition, conformément à la première de 1566, organisée par David Lopes, Partie III, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1954, pp. 50-51, 63, 135, 142-143, 185 et 193 ; Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Nouvelle édition, conformément à la première de 1566, organisée par David Lopes, Partie VI, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1955, pp. 121, 123 et 233 ; D. Jerónimo Osório, *De Rebvs Emmanvelis Regis Lvsitaniae invictissimi virtvte et avspicio gestis Libri Dvodecim*, Lisbonne, Oficina de António Gonçalves, 1571, p. 314 ou, dans la traduction portugaise, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, traduction du Père Francisco Manuel do Nascimento, édition mise à jour préfacée par Joaquim Ferreira, Volume II, Porto, Livraria Civilização-Editora, p. 78, et, finalement, Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, préface et notes de Manuel Rodrigues Lapa, Volume I, Lisbonne, Livraria Sá da Costa – Editora, 1938, p. 81, ou Luiz de Sousa, *Les Portugais et L'Afrique du Nord de 1521 à 1557 (*Extraits des *Annales de Jean III)*, traduction, introduction et commentaires de Robert Ricard, Lisbonne, Portugália, 1940, pp. 23-24.

11. Cf. les documents, dans l'ordre identifié, dans les œuvres : Pierre de Cenival, *Les Sources Inédites de L'Histoire du Maroc*, Première Série – Dynastie Saʿdienne, Archives et Bibliothèques de Portugal, Tome I, Paris, Paul Geuthner, 1934, pp. 169-173 et pp. 672-675 (*SIHM*, I) ; Pierre de Cenival, David Lopes et Robert Ricard, *Les Sources Inédites de L'Histoire du Maroc*, Première Série – Dynastie Saʿdienne, Archives et Bibliothèques de Portugal, Tome II, Ire Partie, Paris, Paul Geuthner, 1939, pp. 280-281 (*SIHM*, II), et, pour finir, Anselmo Braamcamp Freire, « Cartas de Quitação del Rei D. Manuel », *in* Anselmo Braamcamp Freire (dir.), *Arquivo Histórico Português*, Volume IX, Lisbonne, 1914, pp. 452-453.

à presença portuguesa em Aguz ou a acções militares na região, tais peças, de um modo geral, não só veiculam um olhar marginal sobre a referida presença como não permitem suprir lacunas significativas no conhecimento da matéria[12].

No repertório conhecido, assinale-se, não consta qualquer documento lavrado em Aguz ou por alguém que, tendo aí exercido funções, se refira explicitamente ao assunto. No decurso da investigação efetuada, foi possível ampliar a documentação disponível, resgatando, precisamente, um rol de alardo, produzido no local, e um pedido de mercê de um antigo capitão que sustenta a sua pretensão nos serviços aí prestados. Neste texto, proponho-me, não só dar a conhecer documentos até agora inéditos como, recorrendo a estes e a uma outra leitura de outros já conhecidos, questionar e dar continuidade ao trabalho desenvolvido por alguns autores sobre determinados aspetos que considero relevantes para a compreensão histórica de Aguz, enquanto fortaleza portuguesa.

sions à la présence portugaise à Agûz ou à des actions militaires dans la région, ces pièces véhiculent, d'une manière générale, non seulement un regard marginal sur ladite présence, mais empêche également de colmater des lacunes importantes quant à la connaissance de la matière[12].

À noter que, dans le répertoire connu, aucun document rédigé à Agûz ou par quelqu'un y ayant exercé des fonctions ne se rapporte explicitement au sujet. Au cours de la recherche effectuée, il a été possible d'agrandir les documents disponibles, en sauvant, précisément, une liste de gens d'arme, élaborée sur le lieu, et une demande de tolérance d'un ancien capitaine qui appuie sa demande sur les services qu'il y a fournis. Dans ce texte, je me propose, non seulement de faire connaître des documents jusqu'à présent inédits, mais également, en recourant à ceux-ci et à une autre lecture de certains documents déjà connus, de questionner et de poursuivre le travail développé par quelques auteurs sur des aspects que je considère importants pour comprendre l'histoire d'Agûz, en tant que château fort portugais.

A implantação estratégica em Aguz

Apesar da escassez de fontes, de então para cá, quer dizer, desde o início da década de 30, algo mudou radicalmente. Com efeito, ao publicar, em 1967, o artigo intitulado «Note sur Kouz, un ancien port à l'embouchure de l'oued Tensift»[13], Bernard Rosenberger, recorrendo às aludidas fontes, aos geógrafos árabes e a um profundo conhecimento do terreno, logrou esclarecer grande parte das dúvidas que, anos antes, haviam perturbado David Lopes e que, em qualquer caso, perduraram até aos nossos dias.

O grande contributo deste brilhante investigador, esclarecendo todo o imbróglio, concretizou-se, desde logo, na identificação do antigo porto de *Ḳūz*, porto de importância regional cuja prosperidade, indissociável da prosperidade de *Aghmāt,* se estendeu entre os séculos XI e XIII e que, com reduzido significado, apesar de tudo, sobreviveu até aos primórdios do século XVI[14]. A partir de então ficou claro que *Ḳūz*

12. Cf. a correspondência mencionada nas seguintes obras: *SIHM*, I, pp. 271-296, 356-361, 619-629, 693-694, 721-725 e 736-758; *SIHM*, II, pp. 144-149, 195-201, 221-224, 243-247, 250-254, 280--281, 294-299, 308-311 e 323- 328; Pierre de Cenival, David Lopes e Robert Ricard, *Les Sources Inédites de L'Histoire du Maroc*. Première Série – Dynastie Saʿdienne, Archives et Bibliothèques de Portugal, Tomo II, II Parte, Paris, Paul Geuthner, 1946, pp. 521-525 (*SIHM*, II).

13. Cf. Bernard Rosenberger, «Note sur Kouz, un ancien port à l'embouchure de l'oued Tensift», *Hespéris-Tamuda*, VIII, 1967, pp. 23-66.

14. Cf. Bernard Rosenberger, «Note sur Kouz…» cit., pp. 28-32.

L'implantation stratégique à Agûz

Malgré le manque de sources depuis lors, autrement dit, depuis le début de la décennie de 30, quelque chose a changé radicalement. En effet, en publiant, en 1967, l'article intitulé *Note sur Kouz, un ancien port à l'embouchure de l'oued Tensift*[13], Bernard Rosenberger, en recourant aux sources susmentionnées, aux géographes arabes et à une profonde connaissance du terrain, a contribué à éclaircir une grande partie des doutes qui, quelques années auparavant, avaient perturbé David Lopes et qui, dans tous les cas, ont perduré jusqu'à nos jours.

La contribution majeure de ce brillant chercheur, qui a éclairci tout cet imbroglio, s'est concrétisée, dès lors, dans l'identification de l'ancien port de *Ḳūz*, un port d'importance régionale dont la prospérité, indissociable de la prospérité de Aghmât, s'est maintenue entre les XIe et XIIIe siècles et qui, bien que de moindre importance, a survécu jusqu'au début du XVIe siècle[14]. À partir de ce moment-là, il est devenu clair que *Ḳūz*

12. Cf. la correspondance mentionnée dans les œuvres suivantes : *SIHM*, I, pp. 271-296, 356-361, 619-629, 693-694, 721-725 et 736-758 ; *SIHM*, II, pp. 144-149, 195-201, 221-224, 243-247, 250-254, 280-281, 294-299, 308-311 et 323-328 ; Pierre de Cenival, David Lopes et Robert Ricard, *Les Sources Inédites de L'Histoire du Maroc*. Première Série – Dynastie Saʿdienne, Archives et Bibliothèques de Portugal, Tome II, IIe Partie, Paris, Paul Geuthner, 1946, pp. 521-525 (*SIHM*, II).

13. Cf. Bernard Rosenberger, « Note sur Kouz, un ancien port à l'embouchure de l'oued Tensift », *Hespéris-Tamuda*, VIII, 1967, pp. 23-66.

14. Cf. Bernard Rosenberger, « Note sur Kouz… » cit., 28-32.

ou, por outras palavras, o *ribāṭ* do mesmo nome[15], se situara no local onde o referido autor identificou um conjunto de vestígios materiais, ou seja, na margem direita do rio dos Sáveis, a cerca de três quilómetros da sua foz[16].

Ao proceder a esta identificação, do ponto de vista do conhecimento daquilo que foi a presença portuguesa na região, este autor não só tornou claro que foi precisamente nesse lugar que uma primitiva fixação portuguesa ocorreu como a distinguiu do local onde, algum anos mais tarde, junto do mar, foi erguida a fortaleza de que hoje se podem ver os vestígios (fig. 2)[17]. Para além disso e não menos importante, Bernard Rosenberger conseguiu ainda reconstituir uma cronologia da presença portuguesa, fixando-a para o «Castelo Velho»[18] entre cerca de 1508 e 1518 e no que concerne ao *Castelo Mascarenhas* ou, dito de outra forma, «Castelo Novo», entre 1519 e 1525[19].

ou, en d'autres mots, le *ribāṭ* du même nom[15], se situait dans le lieu où ledit auteur a identifié un ensemble de vestiges matériels, c'est-à-dire, sur la rive droite du fleuve des Aloses, à environ trois kilomètres de son embouchure[16].

En procédant à cette identification, du point de vue de la connaissance de ce qu'a été la présence portugaise dans la région, cet auteur a non seulement bien démontré que c'est précisément à cet endroit qu'une fixation portugaise primitive s'est produite, mais il l'a également distinguée du lieu où a été érigé, quelques années plus tard, près de la mer, le château fort dont les vestiges peuvent encore être vus aujourd'hui (fig. 2)[17]. En outre, et non moins important, Bernard Rosenberger a également réussi à reconstituer une chronologie de la présence portugaise, en la fixant dans le « Château fort vieux[18]» entre environ 1508 et 1518 et, en ce qui concerne le *Castelo* [Château fort]

15. Como assinalou Bernard Rosenbeger, a mais antiga menção a Aguz, sob a forma de *ribāṭ Ḳūz*, deve-se a *al-Bakrī,* cf. «Note sur Kouz...» cit., p. 30, e El-Bekri, *Description de l'Afrique septentrionale*, tradução de Mac Guckin de Slane, Argel, Typographie Adolphe Jourdain, 1913, pp. 292-293. A esse propósito, recentemente, Yassir Benhima, recorrendo ao trabalho de Émile Laoust, notou que a mencionada identificação é confirmada pela etimologia de *Ḳūz*, palavra de origem berbere, de *agawz*, que significa «lieu d'où l'on veille», claramente indissociável do termo árabe *ribāṭ*, cf. Yassir Benhima, *Safi et son territoire: Une ville dans son espace au Maroc (11e-16e siècle)*, Paris, L´Harmattan, 2008, p. 77; Émile Laoust, «Contribution à une étude de la toponymie du Haut Atlas», *Revue des Études Islamique*, fasc. II-IV, 1939, pp. 273-274. O termo *ribāṭ*, como é sabido, assumiu, ao longo do tempo e em diferentes contextos geográficos, significados distintos, designando, por exemplo, uma construção fortificada ou, neste caso, uma vila fortificada, cf. Lucien Golvin, «Note sur le mot ribât' (terme d'architecture) et son interprétation en Occident musulman», *Revue de l'Occident musulman et de la Méditerranée*, 6, 1969, pp. 95-101 e J. Chabbi e Nasser Rabbat, «Ribāṭ», *in* C. E. Bosworth, E. van Donzel, H. A. R. Gibb, W. P. Heinrichs, J. H. Kramers, G. Lecomte, E. Lévi-Provençal, B. Lewis, V. L. Menaje, Ch. Pellat, J. Schacht, *The Encyclopaedia of Islam,* nova edição, Volume VIII, Leiden, Brill, 1995, pp. 493-506.

16. Cf. Bernard Rosenberger, «Note sur Kouz...» cit., pp. 28 e 35-40.

17. Em rigor, muito embora pareça ter passado desapercebida, tal distinção já havia sido assinalada alguns anos antes por Pierre de Cenival (*SIHM*, I, pp. 171-172) e por Vitorino Magalhães Godinho, *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Terra-Editora, 1947, p. 95.

18. Não creio, ao contrário de Bernard Rosenberger, que a expressão «vila e castelo» seja uma mera «clause de style» dos diplomas régios e que o dito castelo – entenda-se, aquilo a que chamei o «Castelo Velho» – nunca tenha existido, cf. Bernard Rosenberger, «Note sur Kouz...» cit., pp. 59-60. Na verdade, não só a insistente alusão nos diplomas régios sugere precisamente o contrário como, mais importante ainda, não se esgota nos mesmos, senão veja-se, por exemplo, a menção explícita ao «quastello» numa carta de D. Nuno Mascarenhas a el-rei D. Manuel, datada de Safim, 30 de junho de 1518, cf. documento 5, em anexo, ou, o mesmo, na obra *SIHM*, II, p. 200. Contudo, não havendo notícia de Diogo de Azambuja aí ter construído uma fortaleza, estou certo que a designação de castelo foi usada para um conjunto de estruturas pré-existentes, de construção local, a que foi dado esse uso, o que poderá, eventualmente, ser confirmado, no campo, por arqueólogos.

19. As fontes disponíveis, com exceção de uma carta de quitação passada a Luís Gonçalves, feitor e recebedor na cidade de Safim,

15. Comme l'a signalé Bernard Rosenbeger, la plus ancienne mention à Agûz, sous la forme de *ribāṭ Ḳūz*, est due à *al-Bakrī*, cf. « Note sur Kouz... » cit., p. 30, et El-Bekri, *Description de l'Afrique septentrionale*, traduction de Mac Guckin de Slane, Alger, Typographie Adolphe Jourdain, 1913, pp. 292-293. À ce propos, Yassir Benhima, ayant eu récemment recours au travail d'Émile Laoust, a constaté que ladite identification est confirmée par l'étymologie de *Ḳūz*, mot d'origine berbère, de *agawz*, qui signifie « lieu d'où l'on veille », clairement indissociable du terme arabe *ribāṭ*, cf. Yassir Benhima, *Safi et son territoire : Une ville dans son espace au Maroc (11e-16e siècle)*, Paris, L´Harmattan, 2008, p. 77 et Émile Laoust, « Contribution à une étude de la toponymie du Haut Atlas », *Revue des Études Islamique*, fasc. II-IV, 1939, pp. 273-274. Le terme *ribāṭ*, comme on le sait, assume, au fil du temps et dans différents contextes géographiques, des significations distinctes, désignant, par exemple, une construction fortifiée ou, dans ce cas précis, une ville fortifiée, cf. Lucien Golvin, « Note sur le mot ribât' (terme d'architecture) et son interprétation en Occident musulman », *Revue de l'Occident musulman et de la Méditerranée*, 6, 1969, pp. 95-101 et J. Chabbi et Nasser Rabbat, « Ribāṭ », *in* C. E. Bosworth, E. van Donzel, H. A. R. Gibb, W. P. Heinrichs, J. H. Kramers, G. Lecomte, E. Lévi-Provençal, B. Lewis, V. L. Menaje, Ch. Pellat, J. Schacht, *The Encyclopaedia of Islam,* Nouvelle Édition, Volume VIII, Leiden, Brill, 1995, pp. 493-506.

16. Cf. Bernard Rosenberger, « Note sur Kouz... » cit., pp. 28 et 35-40.

17. En toute rigueur, bien qu'elle semble être passée inaperçue, cette distinction avait déjà été signalée quelques années auparavant par Pierre de Cenival (*SIHM*, I, pp. 171-172) et Vitorino Magalhães Godinho, *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, Lisbonne, Terra-Editora, 1947, p. 95.

18. Je ne crois pas, à l'inverse de Bernard Rosenberger, que l'expression [ville et château fort] soit une simple « clause de style » des diplômes royaux et que ledit château fort – entendons ici, ce que j'ai appelé « *Château fort vieux* » – n'ait jamais existé, cf. Bernard Rosenberger, « Note sur Kouz... » cit., pp. 59-60. En vérité, non seulement l'insistante allusion dans les diplômes royaux suggère précisément le contraire mais, plus important encore, elle ne s'épuise pas dans ceux-ci, sinon voyons, par exemple, la mention explicite au *quastello* dans une lettre de D. Nuno Mascarenhas adressée au roi D. Manuel, datée de Safi, 30 juin 1518, cf. document 5, en annexe, ou, de même, dans l'ouvrage *SIHM*, II, p. 200. Néanmoins, n'existant pas d'information sur le fait que Diogo de Azambuja y ait construit une château fort, je suis certain que la désignation de château fort a été utilisée pour un ensemble de structures préexistantes, de construction locale, qui ont eu une fonction similaire, ce qui pourra, éventuellement, être confirmé, sur le terrain, par des archéologues.

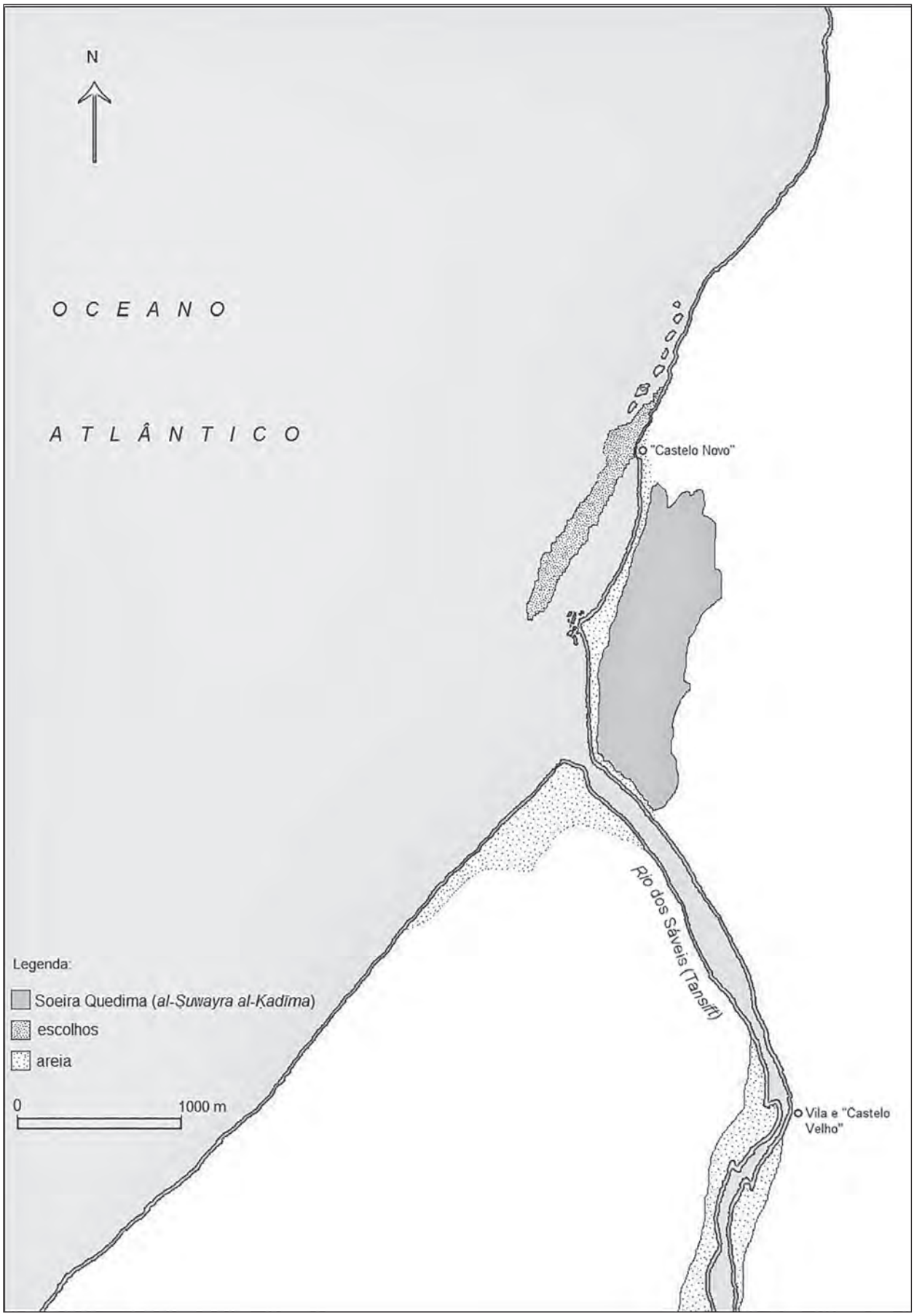


Fig. 2 – Aguz / Agûz.

A propósito deste assunto, a presença portuguesa em Aguz, convirá desde logo esclarecer que, no essencial, partilho das conclusões a que chegou Bernard Rosenberger. Aliás, não só partilho da maior parte das asserções deste autor como daquelas que, na esteira deste, mais recentemente, Yassir Benhima enunciou na sua obra[20]. Há, no entanto, aqui ou ali, aspetos de pormenor ou certas conclusões que merecem alguma atenção.

A mais antiga alusão das fontes portuguesas a Aguz – entenda-se à vila e «Castelo Velho» –, como integrando a área de influência da coroa portuguesa, consta, de forma implícita, de uma carta régia, datada de Almeirim, a 30 de janeiro de 1510, na qual se inclui o traslado de uma outra, datada de Sintra, a 25 de agosto de 1508, pela qual Diogo de Azambuja foi nomeado capitão e governador de Safim e, simultaneamente, recebeu a doação da dita vila e castelo[21].

Em rigor, tal reivindicação de domínio não pode deixar de estar intimamente relacionada com uma anterior fixação no Castelo Real de Mogador (*al-Ṣuwayra*), desde 1506, e com uma outra, mais a norte, em Safim, sob efetivo domínio português desde 1508. Mais, se é certo que semelhante reivindicação decorre da pressão militar portuguesa, exercida a partir das posições antes mencionadas, a integração de Aguz na aludida área de influência acontece, como notou Bernard Rosenberger, graças ao apoio e colaboração local, designadamente à ação desenvolvida por Bentafufa (*Yahiā Ū Ta'fūft*)[22]. Aliás, como também já notou o referido autor, não deixa de ser interessante a notável coincidência de o despejo da mencionada vila e castelo – entenda-se o dito «Castelo Velho» –, ocorrido algures em 1518, ter acontecido precisamente após a morte do célebre caudilho[23].

Mas, como se exprimiu a presença dos interesses portugueses nas margens do rio dos Sáveis entre 1508 e 1518? A este propósito, como já foi assinalado, as fontes disponíveis sugerem com clareza que, ao longo do período mencionado, os habitantes da referida vila

datada de Évora, 18 de março de 1525, cf. Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel»... cit., Volume IX, p. 453, na qual se faz menção a «Duarte Taveira, capitã do castello Mascarenhas», não atribuem diferente designação aos castelos mencionados e, quer para um quer para outro, fazem apenas referência ao castelo de Aguz. Assim, tendo em atenção tal facto e, por outro lado, atendendo a que a designação de *Castelo Mascarenhas* não parece ter-se fixado, adoptou-se, aqui, com o objetivo de os distinguir, a designação de «Castelo Velho» e «Castelo Novo».

20. Yassir Benhima, *Safi et son territoire*... cit., pp. 77-79 e 254-256.

21. Cf. Bernard Rosenberger, «Note sur Kouz...» cit., p. 31 e, em anexo, o documento 5.

22. Cf. Bernard Rosenberger, «Note sur Kouz...» cit., p. 55.

23. Cf. Bernard Rosenberger, «Note sur Kouz...» cit., p. 32.

Mascarenhas, autrement dit, le « Château fort nouveau » entre 1519 et 1525[19].

À propos de la présence portugaise à Agûz, il serait dès lors utile de clarifier que je partage, pour l'essentiel, les conclusions de Bernard Rosenberger. D'ailleurs, non seulement je suis d'accord avec la plupart des affirmations de cet auteur comme avec celles que, dans la lignée de celui-ci, plus récemment, Yassir Benhima a énoncées dans son œuvre[20]. Il y a, néanmoins, ici ou là, certains aspects de détail ou certaines conclusions qui méritent quelque attention.

La plus ancienne allusion des sources portugaises à Agûz – entendons ici au sens de ville et de « Château fort vieux » –, comme intégrant le secteur d'influence de la couronne portugaise, figure, implicitement, dans une lettre royale, datée d'Almeirim, 30 janvier 1510, dans laquelle est incluse la retranscription d'une autre, datée de Sintra, 25 août 1508, par laquelle Diogo de Azambuja fut nommé capitaine et gouverneur de Safi ayant reçu, simultanément, la donation de ladite ville et dudit château fort[21].

Strictement parlant, une telle revendication de domination ne peut être qu'étroitement liée à une antérieure fixation dans le *Castelo Real de Mogador* (*al-Ṣuwayra*), depuis 1506, et à une autre, plus au nord, à Safi, sous domination portugaise effective depuis 1508. De plus, s'il est vrai qu'une telle revendication découle de la pression militaire portugaise, exercée à partir des positions susmentionnées, l'intégration d'Agûz dans ladite zone d'influence a lieu, comme le fait remarquer Bernard Rosenberger, grâce au soutien et à la collaboration locale, c'est-à-dire à l'action développée par Yahyâ û Tâ'fuft (*Yahiā Ū Ta'fūft*)[22]. D'ailleurs, comme l'a déjà également souligné cet auteur, il est tout de même intéressant de noter la remarquable coïncidence de l'abandon de ladite ville et dudit château fort – qu'on entend ici par « Château fort vieux » par les habitants – , qui a eu lieu au alentour de 1518, précisément après la mort du célèbre chef de guerre[23]. Mais, comment la présence des intérêts portugais s'est-elle exprimée sur les rives du fleuve des Aloses

19. Les sources disponibles, à l'exception d'une lettre de quittance délivrée à Luís Gonçalves, facteur et récepteur dans la ville de Safi, datée d'Évora, 18 mars 1525, cf. Anselmo Braamcamp Freire, « Cartas de Quitação del Rei D. Manuel »... cit., Volume IX, p. 453, dans laquelle il est fait mention à [«Duarte Taveira, capitaine du Château fort *Mascarenhas*»], n'attribuent pas différentes désignations aux châteaux forts mentionnés et, soit pour l'un soit pour autre, ils ne font référence qu'au château fort d'Agûz. Ainsi, tenant compte de ce fait et, d'autre part, attendu que la désignation de Château fort *Mascarenhas* ne semble pas s'être fixée, on a adopté ici, dans l'objectif de les distinguer, la désignation de « Château fort vieux » et « Château fort nouveau ».

20. Yassir Benhima, *Safi et son territoire*... cit., pp. 77-79 et 254-256.

21. Cf. Bernard Rosenberger, « Note sur Kouz... » cit., p. 31 et, en annexe, le document 5.

22. Cf. Bernard Rosenberger, « Note sur Kouz... » cit., p. 55.

23. Cf. Bernard Rosenberger, « Note sur Kouz... » cit., p. 32.

e termo se encontravam, formalmente, submetidos à autoridade portuguesa[24]. Com efeito, por um lado, a submissão dos aludidos habitantes está, de certo modo, implícita nas exações fiscais que, por sucessivas cartas régias, foram concedidas ou confirmadas a Diogo de Azambuja, nomeadamente em 1508, 1510, 1513 e 1515[25]. Por outro lado, não só Damião de Góis alude, vagamente, à submissão de vários lugares, entre os quais podemos incluir Aguz, na sequência da ocupação de Safim, cerca de 1510[26], como faz menção, explicitamente, ao *tributo e páreas* que, algures em 1511, os referidos habitantes pagavam, dizendo: «Item, Hos de Aguz, Acher, & Namer, que eram do conto destas cabildas, & lugares, pagauã ho que lhes mõtaua soldo e liura, & mais quatro falcões girifaltes primas»[27]. Aliás, a condição de vila tributária da coroa portuguesa, a que alude Damião de Góis, também é confirmada pela menção, no *Livro dos tributos reaes com que os mouros e alarves da cidade de Almedina, toda a Duquela, e a terra da Xiatima com os seus castelos contribuíram aos reys deste reino, os quaes começaram a pagar nos anos de 1510 e 1512*[28], ao acordo estabelecido, a 28 de outubro de 1510, entre os habitantes *daguz e dos castelleios* e Nuno Fernandes de Ataíde, pelo qual, os ditos habitantes se obrigaram, em certas condições, a pagar, por ano, ao capitão de Safim, 80 camelos de cevada, 20 de trigo, um cavalo e um falcão[29].

Em qualquer caso, nenhum dos documentos mencionados nos diz se, para além da submissão formal dos seus habitantes e de uma intenção de ocupação, existiu, efetivamente, uma presença portuguesa no dito «Castelo Velho», em que termos, desde quando e durante quanto tempo. Na verdade, recorrendo às fontes disponíveis até agora, podíamos apenas afirmar como certo que a vila e castelo de Aguz haviam sido doados a Diogo de Azambuja, por carta régia datada de Sintra, a 25 de agosto de 1508[30]; que algures no fim do ano de 1512, sob o comando de um tal Francisco Mendes, aí se encontravam 50 besteiros[31]

24. Cf. Bernard Rosenberger, «Note sur Kouz…» cit., pp. 55-57.

25. Cf., em anexo, os documentos 4, 5, 6 e 7.

26. Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*… cit., Parte III, pp. 50, 62 e 185.

27. Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*… cit., Parte III, p. 63.

28. «Livro dos tributos reaes com que os mouros e alarves da cidade de Almedina, toda a Duquela, e a terra da Xiatima com os seus castelos contribuíram aos reys deste reino, os quaes começaram a pagar nos anos de 1510 e 1512», transcrição de Rui Henriques, publicada no 2.º volume desta obra.

29. Cf. *Livro dos tributos reaes*… cit., p. 14.

30. Cf. documento 5.

31. Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*… cit., Parte III, p. 142.

entre 1508 et 1518 ? À cet égard, comme cela a déjà été souligné, les sources disponibles indiquent clairement, au cours de la période mentionnée, que les habitants de cette ville et de ses limites se trouvaient formellement soumis à l'autorité portugaise[24]. En effet, d'une part, la soumission de ces habitants est, en quelque sorte, implicite dans les exactions fiscales qui, par lettres royales successives, ont été accordées ou confirmées à Diogo de Azambuja, en particulier en 1508, 1510, 1513 et 1515[25]. D'autre part, non seulement, Damião de Góis évoque vaguement, la soumission de divers lieux, parmi lesquels nous pouvons inclure Agûz, suite à l'occupation de Safi, vers 1510[26], mais il fait également mention, explicitement, aux tributs et aux contributions que ces habitants payaient au alentour de 1511, en disant : [« *Item*, ceux d'Agûz, d'*Acher* et de *Namer*, qui faisaient partie de ces tribus et lieux, payaient leurs redevances de façon obligatoire en plus de quatre faucons gerfauts femelles »[27]]. D'ailleurs, la condition de ville tributaire de la couronne portugaise, à laquelle fait référence Damião de Góis, est aussi confirmée par la mention, dans le *Livro dos tributos reaes com que os mouros e alarves da cidade de Almedina, toda a Duquela, e a terra da Xiatima com os seus castelos contribuíram aos reys deste reino, os quaes começaram a pagar nos anos de 1510 e 1512*[28], de l'accord établi le 28 octobre 1510, entre les habitants d'Agûz, des petits châteaux forts et Nuno Fernandes de Ataíde, par lequel, lesdits habitants se sont engagés, dans certaines conditions, à payer, chaque année, au capitaine de Safi, 80 chameaux d'orge, 20 de blé, un cheval et un faucon[29].

Dans tous les cas, aucun des documents mentionnés ne nous révèle si, outre la soumission formelle de ses habitants et d'une intention d'occupation, il y a eu effectivement une présence portugaise dans ledit « Château fort vieux », dans quelles conditions, depuis quand et pendant combien de temps. En vérité, en recourant aux sources disponibles jusqu'à nos jours, les seules informations avérées sont celles selon lesquelles la ville et le château fort d'Agûz avaient été donnés à Diogo de Azambuja, par lettre royale datée de Sintra, 25 août 1508[30] ; qu'au alentour de la fin de

24. Cf. Bernard Rosenberger, « Note sur Kouz… » cit., pp. 55-57.

25. Cf., en annexe, les documents 4, 5, 6 et 7.

26. Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*… cit., Partie III, pp. 50, 62 et 185.

27. Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*… cit., Partie III, p. 63.

28. «Livro dos tributos reaes com que os mouros e alarves da cidade de Almedina, toda a Duquela, e a terra da Xiatima com os seus castelos contribuíram aos reys deste reino, os quaes começaram a pagar nos anos de 1510 e 1512», transcription de Rui Henriques, publiée au 2e volume de cet ouvrage.

29. Cf. *Livro dos tributos reaes*… cit., p. 14.

30. Cf. document 5.

e, por último, que o lugar foi despejado, em algum momento, antes de 30 de junho de 1518[32]. Para além disto, a propósito da doação da referida vila e castelo a Diogo de Azambuja e da sua eventual ocupação, convirá também assinalar que, a julgar por outras doações semelhantes, como foi o caso da doação de Anafé (*Anfā*)[33], Larache (*al-ʿAraʿiš̲h*)[34] e Mazagão (*al-D̲jadīda*)[35], nas quais, na sequência da respetiva doação, não houve lugar a uma efetiva ocupação, tal também poderia ter sucedido em Aguz. Por tudo o que foi dito é que Yassir Benhima, referindo-se à natureza da presença portuguesa em Aguz, afirma: «Il semble que les fortifications originelles du site n'aient pas accueilli de présence permanente des Portugais» [36]. Ora bem, alguns dos documentos agora identificados sugerem, claramente, pelo contrário, que essa ocupação tenha existido logo após a sua doação. Antes de mais uma ordem de pagamento de Diogo de Azambuja, capitão e governador de Safim, para Heitor Gonçalves, feitor, pagar a Isaac Benzamerro cerca de 10000 reais por 100 alqueires de trigo que lhe mandou comprar para fazer biscoito destinado a Aguz, datada de 27 de novembro de 1508[37]; depois, outra, do mesmo capitão ao dito feitor, para este pagar às *vyuvas d agũz* 30 arrobas de trigo, datada de 20 de janeiro de 1509[38]; e, finalmente, uma ordem de pagamento de D. Pedro de Azevedo, capitão de Safim, para o referido feitor pagar 480 reais aos moradores de Aguz que haviam trazido os doentes que aí se encontravam, datada de 23 de outubro de 1509[39]. Se é certo que a referência, no segundo documento, às *vyuvas d agũz* e a um pagamento «p*orque* lhe matara*m* seus marjdos e*m* serujço d el Rey noso s*enho*r»[40] pode ser entendida como dizendo respeito ao universo dos mouros de pazes, as alusões, nos restantes, tanto ao envio de biscoito para esse lugar como ao pagamento devido aos

32. A propósito do despejo de Aguz, veja-se Bernard Rosenberger, «Note sur Kouz…» cit., p. 58 e a carta de D. Nuno de Mascarenhas, capitão de Safim, para D. Manuel, datada de Safim, 30 de junho 1518, publicada nas *SIHM*, II, p. 200.

33. A carta de doação da cidade e termo de Anafé a D. João, duque de Viseu e de Beja, datada de Óbidos, 3 de julho de 1472, pode ver-se, por exemplo, em João Martins da Silva Marques (publ. e pref.), *Descobrimentos Portugueses: Documentos para a sua História*, Volume III, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1971, p. 115.

34. Como no caso anterior, a carta de doação de Larache a D. Fernando, duque de Guimarães, datada de Lisboa, 10 de setembro de 1473, pode ver-se, por exemplo, em João Martins da Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*… cit., p. 133.

35. A carta de doação de Mazagão a Jorge de Melo, datada de Santarém, 21 de maio de 1505, pode ver-se nas *SIHM*, I, pp. 108- 113.

36. Yassir Benhima, *Safi et son territoire*… cit., p. 254.

37. Cf. documento 1.

38. Cf. documento 2.

39. Cf. documento 3.

40. Documento 2, em anexo.

l'année 1512, sous le commandement d'un certain Francisco Mendes, s'y trouvaient 50 arbalétriers[31] et, finalement, qu'à un moment donné les habitants avaient quitté cet endroit avant le 30 juin 1518[32]. En outre, à propos de la donation de cette ville et de ce château fort à Diogo de Azambuja et son éventuelle occupation, il conviendrait également de signaler, à en juger par d'autres donations similaires, comme ce fut le cas des donations d'Anfa (*Anfā*)[33], de Larache (*al-ʿAraʿish*)[34] et de Mazagan (*al-D̲jadīda*) [35], dans lesquelles, que suite à la donation respective, il n'y a pas eu une réelle occupation, ce qui aurait pu aussi être le cas à Agûz. C'est à la lumière de tout ce qui précède que Yassir Benhima, en se référant à la nature de la présence portugaise à Agûz a affirmé : [« Il semble que les fortifications originelles du site n'aient pas accueilli de présence permanente des Portugais »[36]].

Or, certains documents identifiés à ce jour suggèrent au contraire, clairement, que cette occupation aurait existé peu de temps après sa donation. Tout d'abord, un ordre de paiement de Diogo de Azambuja, capitaine et gouverneur de Safi, adressé à Heitor Gonçalves, facteur, afin que celui-ci paie à Isaac Benzamerro environ 10 000 réaux pour 100 boisseaux de blé, qu'il lui a demandé d'acheter pour faire des galettes destinées à Agûz, daté du 27 novembre 1508[37] ; ensuite, un autre ordre de paiement du même capitaine adressé audit facteur afin que celui-ci paie aux « *veuves d agũz* » 30 arrobes de blé, daté du 20 janvier 1509[38] ; et, finalement, un ordre de paiement de D. Pedro de Azevedo, capitaine de Safi, adressé audit facteur afin que celui-ci paie 480 réaux aux habitants d'Agûz qui avaient apporté les malades qui s'y trouvaient, daté du 23 octobre 1509[39]. S'il est vrai que la référence, dans le second document, aux « *veuves d agũz* » et à un paiement [« parce qu'ils ont tué leur mari qui étaient au service du roi notre seigneur »[40]], peut être entendue

31. Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*… cit., Partie III, p. 142.

32. À propos de l'évacuation d'Agûz, voir Bernard Rosenberger, « Note sur Kouz… » cit., p. 58 et la lettre de D. Nuno de Mascarenhas, capitaine de Safi, à D. Manuel, datée de Safi, 30 juin 1518, publiée dans les *SIHM,* II, p. 200.

33. La lettre de donation de la ville et des limites d'Anfa à D. João, duc de Viseu et de Beja, datée de Óbidos, 3 juillet 1472, peut être vue, par exemple, dans João Martins da Silva Marques (publ. et préf.), *Descobrimentos Portugueses : Documentos para a sua História*, Volume III, Lisbonne, Instituto de Alta Cultura, 1971, p. 115.

34. Comme dans le cas précédent, la lettre de donation de Larache à D. Fernando, duc de Guimarães, datée de Lisbonne, 10 septembre 1473, peut être vue, par exemple, dans João Martins da Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*… cit., p. 133.

35. La lettre de donation de Mazagan à Jorge de Melo, de Santarém, du 21 mai 1505, peut être vue dans l'œuvre *SIHM*, I, pp. 108-113.

36. Yassir Benhima, *Safi et son territoire*… cit., p. 254.

37. Cf. document 1.

38. Cf. document 2.

39. Cf. document 3.

40. Document 2, en annexe.

seus moradores pelo transporte dos doentes que aí estavam, apontam, indubitavelmente, no sentido de uma efetiva presença de portugueses na dita vila desde 1508.

Então, se é certo que essa presença existiu, entre o final do ano de 1508 e o de 1509, e se, como também já assinalámos, em 1512, aí encontramos 50 besteiros[41], a menção na carta régia pela qual D. Manuel define os termos da jurisdição de Diogo de Azambuja como capitão de Aguz, datada de Almeirim, a 18 de janeiro de 1515, a cristãos, tanto a propósito da definição do termo de Aguz como da necessidade de regular um eventual conflito entre estes e «allguu*m* mouro de cafim [*sic*] ou da t*e*rra das pazes de cafy [*sic*]»[42], aponta, de igual modo, para que essa presença existisse em 1515. Mais ainda, se ao que foi dito acrescentarmos a alusão, numa carta de D. Nuno Mascarenhas, capitão de Safim, a el-rei D. Manuel, datada de 30 de junho, presumivelmente de 1518, ao despejo de Aguz, algures em data próxima, não podemos deixar de ser induzidos a pensar que essa presença existisse, de facto, no momento em que tal decisão foi tomada[43]. Comparando com outras doações, refiro-me às doações de Anafé, Larache e Mazagão, lugares cujos destinos foram colocados, por completo, nas mãos dos seus donatários, não deixa de ser interessante assinalar que, no caso de Aguz, a respetiva carta de doação tenha incluído uma clara limitação à autoridade do respetivo donatário, ao salvaguardar-se que «emquanto ho dicto seu filho nam for em hidade pera poder seruir e estar na dicta capitania do dicto castello d aguz nos poeremos em elle quem nos aJa de serujr»[44]. Na verdade, ao inserir semelhante cláusula, de uma forma ou de outra, a coroa portuguesa parece revelar, neste caso particular, uma clara vontade em manter algum controlo sobre a ocupação do lugar. E, sem mais, se isso não bastasse para daí inferirmos que a coroa portuguesa não pode ter deixado de garantir uma efetiva presença militar no dito «Castelo Velho», a queda do Castelo Real de Mogador, algures em 1510, reforçando a importância estratégica de uma posição nas margens do rio dos Sáveis, tornou, certamente, inconcebível tal opção.

41. Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*... cit., Parte III, p. 142 e D. Jerónimo Osório, *De Rebvs Emmanvelis Regis Lvsitaniae invictissimi virtvte et avspicio gestis Libri Dvodecim*, Lisboa, Oficina de António Gonçalves, 1571, p. 314 ou, na tradução portuguesa, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, tradução pelo Padre Francisco Manuel do Nascimento, edição atualizada e prefaciada por Joaquim Ferreira, Volume II, Porto, Livraria Civilização-Editora, p. 78.

42. Cf. documento 7.

43. Cf. *SIHM*, II, p. 200.

44. Cf. documento 5.

comme concernant l'univers des « Maures de paix », les allusions, dans les autres documents, tant à l'envoi de galettes à cet endroit qu'au paiement dû à ses habitants pour le transport des malades qui y vivaient, vont, sans aucun doute, dans le sens d'une présence réelle de Portugais dans ladite ville depuis 1508.

Donc, s'il est vrai que cette présence a existé, entre la fin de l'année 1508 et l'année 1509, et si, comme nous l'avons déjà signalé nous y trouvons, en 1512, 50 arbalétriers[41], la mention dans la lettre royale, par laquelle D. Manuel définit les limites de la juridiction de Diogo de Azambuja comme capitaine d'Agûz, datée d'Almeirim, 18 janvier 1515, à des chrétiens, tant à propos de la définition des limites d'Agûz qu'à l'égard de la nécessité de réglementer un conflit éventuel entre ceux-ci et [« quelques Maures de Safi ou du territoire des Maures de paix de Safi »[42]], indique, pareillement, que cette présence existait en 1515. De plus, si à ce qui a été dit nous ajoutons l'allusion, dans une lettre de D. Nuno Mascarenhas, capitaine de Safi, adressée au roi D. Manuel, datée du 30 juin, vraisemblablement de 1518, à l'abandon d'Agûz, au alentour de cette date, nous sommes forcément induits à penser que cette présence existait effectivement au moment où cette décision fût prise[43].

Si on la compare à d'autres donations, je me réfère aux donations d'Anfa, de Larache et de Mazagan, des lieux dont les destins ont été placés entièrement dans les mains de leurs donataires, il est intéressant de noter que, dans le cas d'Agûz, la lettre de donation respective a inclus une claire limitation de l'autorité de son donataire, pour garantir que [« tant que son fils ne sera pas en âge de pouvoir servir et d'être dans ladite capitainerie dudit château fort, nous y mettrons ceux qui seront en mesure de nous servir »[44]]. En vérité, en introduisant une telle clause, d'une manière ou d'une autre, la couronne portugaise semble révéler, en l'occurrence, une réelle volonté de maintenir un contrôle sur l'occupation du lieu. Et, de plus, si cela ne suffisait pas pour en déduire que la couronne portugaise a garanti une présence militaire dans ledit « Château fort vieux », la chute du *Castelo Real de Mogador*, vers 1510, renforçant l'importance stratégique d'une position dans les marges du fleuve des Aloses, a certainement rendu inconcevable une telle option.

41. Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*... cit., Partie III, p. 142 et D. Jerónimo Osório, *De Rebvs Emmanvelis Regis Lvsitaniae invictissimi virtvte et avspicio gestis Libri Dvodecim*, Lisbonne, Oficina de António Gonçalves, 1571, p. 314 ou, en version portugaise, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, traduction du prêtre Francisco Manuel do Nascimento, édition mise à jour et introduite par Joaquim Ferreira, Volume II, Porto, Livraria Civilização-Editora, p. 78.

42. Cf. document 7.

43. Cf. *SIHM*, II, p. 200.

44. Cf. document 5.

Em suma, apesar da escassez de provas documentais, creio que os indícios recolhidos são suficientes para entendermos que, para além de uma submissão formal dos seus habitantes, não pode ter deixado de existir uma efetiva presença portuguesa, de forma mais ou menos contínua, entre 1508 e 1518.

Diogo de Azambuja, capitão da vila e castelo de Aguz

O único autor que, até hoje, dedicou alguma atenção a Diogo de Azambuja, construindo uma biografia desse fidalgo das *Sete Partidas*, sustentada numa prévia recolha de documentação, foi Luciano Cordeiro[45]. O autor em causa, historiador e político, entre tantas outras coisas, deixou-nos uma obra notável a todos os níveis, porém, aqui ou ali, portadora de algumas fragilidades. Entre estas, de alguma forma relacionadas com a história da presença portuguesa nas proximidades do rio dos Sáveis, destacam-se duas ou três asserções que, muito embora infundadas, sobreviveram até aos nossos dias.

A primeira destas asserções consubstanciou-se na identificação de Diogo de Azambuja como capitão de Santa Cruz do Cabo de Guer (*Agādīr*), o que, para todos os efeitos, não passa de um erro. Na verdade, não obstante Luciano Cordeiro ter publicado, junto do seu texto, uma versão da carta de doação da vila e castelo de Aguz a Diogo de Azambuja, na qual se lê, mais que uma vez, o dito topónimo e onde se faz menção, de modo explícito, à «villa e castello daaguz que he no rio dos savees jumto em a dita cidade de çaffy»[46], inexplicavelmente, o autor entendeu converter *aguz* em *Aguer* e, este último, em *Santa Cruz do Cabo de Guer*[47]. Assim, Luciano Cordeiro não podia deixar de concluir, sem apelo nem agravo, que o «Capitão de Safim, do Mogador e de Santa Cruz do Cabo de Guer, Diogo da Azambuja ficava sendo governador de tôda a ocupação e conquista do litoral marroquino para o sul do Cabo de Cantim, que em

45. Apresentado como uma comunicação no *Congresso Internacional dos Orientalistas*, realizado em Lisboa, em 1892, o estudo foi publicado, sob a forma de um pequeno opúsculo e, posteriormente, reunida numa coletânea de estudos do mesmo, cf. Luciano Cordeiro, *Diogo d'Azambuja: descoberta e descobridores*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892 e «II – Diogo de Azambuja», *in* Luciano Cordeiro, *Questões Histórico-Coloniais*, Volume II, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1936, pp. 88-174.

46. Luciano Cordeiro, «II – Diogo de Azambuja»... cit., p. 168.

47. Como é sabido, várias são a formas usadas na época para designar esse lugar, entre as quais, uma delas é, precisamente, a mais próxima da palavra berbere que a designa, *Aguer*, cf. David Lopes, «Capítulo V – Os Portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel», *in* Damião Peres e Eleutério Cerdeira (dir.), *História de Portugal...* cit., Volume III, p. 454.

En bref, bien que peu de preuves documentaires soient disponibles, je crois que les preuves recueillies sont suffisantes pour comprendre que, outre une soumission formelle de ses habitants, une réelle présence portugaise, plus ou moins continue, a sûrement dû exister, entre 1508 et 1518.

Diogo de Azambuja, capitaine de la ville et du château fort d'Agûz

Le seul auteur qui a consacré, jusqu'à présent, une certaine attention à Diogo de Azambuja, en construisant une biographie de ce gentilhomme des *Sept parties du Monde*, fondée sur un recueil préalable de documents, a été Luciano Cordeiro[45]. L'auteur, historien et homme politique, entre autres choses, nous a légué une œuvre remarquable à tous les niveaux, mais laissant cependant apparaître, ci et là, quelques faiblesses. Parmi celles-ci, en quelque sorte liées à l'histoire de la présence portugaise à proximité du fleuve des Aloses, on souligne deux ou trois affirmations qui, bien que non fondées, ont survécu jusqu'à nos jours.

La première de ces affirmations est l'identification de Diogo de Azambuja, comme capitaine de *Santa Cruz do Cabo de Guer* (*Agādīr*), ce qui, dans tous les cas, constitue une erreur manifeste. En effet, bien que Luciano Cordeiro ait publié, avec son texte, une version de la lettre de donation de la ville et château fort d'Agûz à Diogo de Azambuja, dans laquelle on peut lire, plus d'une fois, ledit toponyme et où l'on mentionne explicitement, la [« ville et le château fort d'Agûz qui se situent dans le fleuve des Aloses près de ladite ville de Safi »[46]], l'auteur a décidé, de façon inexplicable, de convertir *aguz* en *Aguer* et, ce dernier, en *Santa Cruz do Cabo de Guer*[47]. Ainsi, Luciano Cordeiro ne pouvait que conclure, sans réserve, que le [« Capitaine de Safi, de Mogador et de *Santa Cruz do Cabo de Guer*, Diogo da Azambuja serait désormais gouverneur de toute l'occupation et de la conquête du littoral marocain vers le sud du Cap de Cantin, qu'il avait faite en grande

45. Présenté sous la forme d'une communication au Congrès International des Orientalistes, tenu à Lisbonne en 1892, l'étude a été publiée, sous la forme d'une petite brochure et, par la suite, réunie dans une collection d'études de celui-ci. cf. Luciano Cordeiro, *Diogo d'Azambuja : descoberta e descobridores*, Lisbonne, Imprensa Nacional, 1892 et « II – Diogo de Azambuja », *in* Luciano Cordeiro, *Questões Histórico-Coloniais*, Volume II, Lisbonne, Agência Geral das Colónias, 1936, pp. 88-174.

46. Luciano Cordeiro, « II – Diogo de Azambuja »... cit., p. 168.

47. Comme chacun le sait, il existait de nombreuses formes à l'époque pour désigner ce lieu, parmi lesquelles l'une d'elles est, précisément, la plus proche du mot berbère qui désigne, *Aguer*, cf. David Lopes, « Capítulo V – Os Portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel », *in* Damião Peres e Eleutério Cerdeira (dir.), *História de Portugal...* cit., Volume III, p. 454.

grande parte fizera»[48]. O problema destes lapsos é que, de modo inusitado, perduram por muito tempo... Efetivamente, alguns são os textos, mesmo de autores de um rigor inquestionável, como é o caso de Luís de Albuquerque, que continuaram a veicular semelhante informação[49].

Num dos raros trabalhos que se debruçaram sobre a feitoria portuguesa de Arguim, sem sombra de dúvida, ainda hoje, uma obra de referência, a sua autora, Florinda Alves Marques Azinhaga, cometeu um lapso cujos efeitos também chegaram até aos nossos dias[50]. A única diferença é que, desta vez, não se tratou de uma desapropriada interpretação daquilo que estava, efetivamente, registado numa fonte mas, tão simplesmente, de uma errada leitura daquilo que aí estava lavrado. Florinda Azinhaga, entre os documentos que incluiu no apêndice do seu trabalho, transcreveu um, datado de Almeirim, a 18 de janeiro de 1515, o qual intitulou: «A Diogo dazãbuja limitação de quomo ha de usar da sua capitania daguim»[51]. Na realidade, ao proceder à transcrição do topónimo identificado, tanto no título como noutros lugares, possivelmente induzida em erro pelo registo que consta do respetivo instrumento de descrição[52], em lugar daquilo que lá está, ou seja, *aguz*, leu *aguim*[53]. Nestas circunstâncias, não tardou que a referida autora convertesse *aguim* em Arguim e, naturalmente, não obstante a ausência de outros testemunhos documentais, Diogo de Azambuja em capitão de Arguim[54]. Como antes, tal lapso perpetuou-se até aos nossos dias, tanto mais quanto, também como no caso anterior, o mesmo foi reproduzido por um dos grandes vultos da historiografia

48. Luciano Cordeiro, «II – Diogo de Azambuja»... cit., p. 142. O mesmo foi dito, reproduzindo o autor mencionado antes, numa obra com ampla difusão internacional e cujas reimpressões chegaram até aos nossos dias, cf. Edgar Prestage, *The Portuguese Pioneers*, Londres, A. & C. Black Ldt., 1933, pp. 204-205 e, no que diz respeito à edição portuguesa, Edgar Prestage, *Descobridores Portugueses*, tradução de Francisco Eduardo Baptista, Porto, Edições da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934, p. 194.

49. Cf. Luís de Albuquerque, «Diogo de Azambuja», *in Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses*, Volume I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1987, pp. 56-57.

50. Florinda Alves Marques Azinhaga, *A Feitoria de Arguim e a Expansão Portuguesa*, Dissertação de licenciatura em História, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1965.

51. O documento a que se faz menção, retirado da *Chancelaria de D. João III*, *Doações, Ofícios e Mercês*, Livro 47, fólio 127, foi transcrito por Florinda Alves Marques Azinhaga, *A Feitoria de Arguim*... cit., pp. 225-227, antes disso, numa leitura correta, fora publicado nas *SIHM*, I, pp. 672-675 e, enfim, corresponde ao documento 7.

52. Cf. Torre do Tombo, *Chancelaria Régia: Índices Próprios e Comuns*, [c. 1760], L 47, fólio 13v.

53. Florinda Alves Marques Azinhaga, *A Feitoria de Arguim*... cit., pp. 225-227.

54. Cf. Florinda Alves Marques Azinhaga, *A Feitoria de Arguim*... cit., pp. 119-120 e 174-175.

partie »[48]]. Le problème de ces inadvertances est que, de façon inhabituelle, elles ont perduré pendant longtemps... Effectivement, certains textes, même ceux des auteurs dont la rigueur est incontestée, comme dans le cas de Luís de Albuquerque, ont continué à véhiculer une information similaire[49]. Dans l'une des rares études qui se sont penchées sur la factorerie portugaise d'Arguin, aujourd'hui encore, sans l'ombre d'un doute, un ouvrage de référence, son auteure, Florinda Alves Marques Azinhaga, a commis une erreur dont les effets sont également arrivés jusqu'à nos jours[50], à la seule différence que cette fois-ci il ne s'agit pas d'une interprétation inappropriée de ce qui était de fait enregistré dans une source, mais, tout simplement, d'une lecture erronée de ce qui y était écrit. Parmi les documents qu'elle a inclus dans l'appendice de son travail, Florinda Azinhaga en a retranscrit un, daté d'Almeirim, le 18 janvier 1515, qu'elle a intitulé : [« À Diogo de Azambuja indication de comment il doit utiliser sa capitainerie d*aguim* »[51]]. En fait, en procédant à la retranscription du toponyme identifié, tant dans le titre que dans d'autres endroits, peut-être induite en erreur par le registre qui figure dans l'instrument de description respectif[52], au lieu de ce qui y est écrit, c'est-à-dire, *aguz*, elle a lu *aguim*[53]. Dans ces circonstances, l'auteure mentionnée aura tôt fait de convertir *aguim* en *Arguim* et, naturellement, nonobstant l'absence d'autres témoignages documentaires, Diogo de Azambuja en capitaine d'Arguin[54]. À l'instar de ce qui s'est produit auparavant, cette inadvertance s'est perpétuée jusqu'à nos jours, d'autant plus que, comme dans le cas pré cédent, cela a été reproduit par l'une des grandes

48. Luciano Cordeiro, « II – Diogo de Azambuja... » cit., p. 142. Cela a également été souligné, en reproduisant l'auteur mentionné auparavant, dans un ouvrage de grande diffusion internationale et dont les réimpressions sont arrivées jusqu'à nos jours, cf. Edgar Prestage, *The Portuguese Pioneers*, Londres, A. & C. Black Ldt., 1933, pp. 204-205 et, en ce qui concerne l'édition portugaise, Edgar Prestage, *Descobridores Portugueses*, traduction de Francisco Eduardo Baptista, Porto, Edições da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934, p. 194.

49. Cf. Luís de Albuquerque, « Diogo de Azambuja », *in Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses*, Volume I, Lisbonne, Círculo de Leitores, 1987, pp. 56-57.

50. Florinda Alves Marques Azinhaga, *A Feitoria de Arguim e a Expansão Portuguesa*, Dissertation de licence en Histoire, Lisbonne, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1965.

51. Le document auquel nous référons, extrait de la *Chancelaria de D. João III*, *Doações, Ofícios e Mercês*, Livre 47, folio 127, a été retranscrit par Florinda Alves Marques Azinhaga, *A Feitoria de Arguim*... cit., pp. 225-227, avant cela, il avait été publié, avec une lecture correcte, par Pierre de Cenival, *SIHM,* I, pp. 672-675 et, enfin, correspond au document 7.

52. Cf. Torre do Tombo, *Chancelaria Régia : Índices Próprios e Comuns*, [c. 1760], L 47, folio 13v.

53. Florinda Alves Marques Azinhaga, *A Feitoria de Arguim*... cit., pp. 225-227.

54. Cf. Florinda Alves Marques Azinhaga, *A Feitoria de Arguim*... cit., pp. 119-120 et 174-175.

portuguesa contemporânea, António Henrique de Oliveira Marques[55].

Mas, voltemos a Luciano Cordeiro e à sua biografia de Diogo de Azambuja. O autor, depois de distinguir o relevante papel desempenhado por Diogo de Azambuja no que à conquista de Safim diz respeito, num texto profundamente emotivo, onde não passam desapercebidas algumas mágoas e um certo desalento sentidos pelo cidadão e político oitocentista, acrescenta:

> Mas estava realmente velho e tinha direito de vir descansar e morrer na Pátria.
> No govêrno de Safim o mandou D. Manuel, ainda em 1509, substituir por Nuno Fernandes de Ataíde e não seria apenas a consideração da idade que motivaria esta substituição apressada.
> O ilustre capitão teve realmente razão em observar – «que el-rei o achara moço para conquistar a cidade, e velho para a defender»
> Percebe-se no malicioso reparo a dorida compreensão de uma fraqueza ou de uma injustiça na deliberação Real, e a carta dos partidários do Tafufa revela nìtidamente a existência de uma intriga que desafoga triunfante e rancorosa.
> Nem ela havia de ser apenas de mouros despeitados e rijamente punidos.
> Diogo de Azambuja tinha realmente adquirido o triste direito à inveja, à malsinação, à intriga, porque servira, honrada e lealmente, o Rei e a Pátria.
> E não faltam nunca, em volta dos reis os que parecem ter por sinistro fadário traí-los e comprometê-los perante as consciências rectas e a justiça da história.
> Não se está vendo isto todos os dias?!
> Declinou, pois, Diogo de Azambuja, em breve, êsse trabalho e difícil senhorio, essa grande capitania militante da costa sul marroquina, pois que em 20 de janeiro de 1510, outro diploma, compensando-o do direito que tinha sôbre os rendimentos de Aguer e Safim até à tença dos 150 mil reais, por ter – «deixado» – ao rei as praças aludidas, manda que êsse dinheiro lhe seja pago no Reino pelo almoxarifado Real de Coimbra, e integralmente, não só a êle como aos descendentes.
> Diogo da Azambuja era ainda do conselho de Rei e – «veador-mor da artelharia», – mas a sua longa e extraordinária vida pública findara[56].

Num texto eivado de ressonâncias poéticas, próximo de concluir a sua biografia, o que faz transcrevendo a inscrição que ainda hoje se encontra junto do

55. Cf. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, 12.ª edição, Volume I, Lisboa, Palas Editores, 1985, p. 379.

56. Luciano Cordeiro, «II – Diogo de Azambuja»... cit., pp. 142-143.

figures de l'historiographie portugaise contemporaine, António Henrique de Oliveira Marques[55].

Mais, revenons à Luciano Cordeiro et à sa biographie de Diogo de Azambuja. Après avoir souligné le rôle important de Diogo de Azambuja en ce qui concerne la conquête de Safi, dans un texte profondément émotif, où quelques amertumes et un certain désarroi ressenti par le citoyen et politicien du XIX[e] siècle ne passent pas inaperçus, l'auteur ajoute :

> Mais il était réellement vieux et avait le droit de venir se reposer et mourir dans La Patrie.
> Toujours en 1509, D. Manuel ordonna qu'on le remplace par Nuno Fernandes de Ataíde dans le gouvernement de Safi et l'âge n'aurait pas été la seule raison qui aurait motivé cette substitution précipitée.
> L'illustre capitaine fit remarquer à juste titre – que le roi l'a trouvé jeune pour conquérir la ville et vieux pour la défendre.
> On décèle dans ces propos narquois la douloureuse compréhension d'une faiblesse ou d'une injustice dans la délibération royale, et la lettre des partisans de Tâ'fuft révèle clairement l'existence d'une intrigue qui libère de façon triomphante et rancunière.
> Elle ne devait pas être seulement celle de Maures dépités et durement punis.
> Diogo de Azambuja avait réellement acquis le triste droit à l'envie, à la malveillance, à l'intrigue, parce qu'il avait servi, de façon honorable et loyale, le roi et La Patrie.
> Et ils ne manquent jamais, autour des rois ceux qui semblent avoir le sinistre sort de les trahir et de les compromettre par-devant les consciences droites et la justice de l'histoire.
> N'est-ce pas cela que l'on voit tous les jours ? !
> Diogo de Azambuja, se retira donc, bientôt, de ce travail et de ce domaine difficiles, cette grande capitainerie militante de la côte sud-marocaine, car le 20 janvier 1510, un autre diplôme, le compensant du droit qu'il avait sur les rentes d'Aguer et de Safi jusqu'à une pension de 150 mille réaux, pour avoir – « laissé » – au roi les places mentionnées, ordonne que cet argent lui soit payé dans le Royaume par l'*almoxatif* de Coimbra, et intégralement, non seulement à lui, mais aussi à sa descendance.
> Diogo de Azambuja faisait encore partie du conseil du roi et était – « *veador-mor* de l'artillerie », – mais sa longue et extraordinaire vie publique prit fin[56].

Dans un texte parsemé de résonances poétiques, alors qu'il s'apprêtait à conclure sa biographie, ce qu'il fait en retranscrivant l'inscription qui figure aujourd'hui

55. Cf. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, 12.ª edição, Volume I, Lisbonne, Palas Editores, 1985, p. 379.

56. Luciano Cordeiro, « II – Diogo de Azambuja »… cit., pp. 142-143.

túmulo de Diogo de Azambuja (fig. 3 e 4)[57], Luciano Cordeiro acabará por rematar o esboço da seguinte forma:

> Em 1512 encontrámo-lo já, em Montemor-o-Velho, – nas casas que foram do Dr. João Pinheiro, deão que foi da «capela de el-rei», – recompondo e reivindicando com singular cuidado a pequena casa paterna de que, na maior parte, era depositária a irmã, a Isabel da Azambuja, e subsistindo entre os dois, parece, como entre êle e os mais parentes, as mais afectuosas relações. Era já viúvo, se realmente fôra casado, pois que não se fala da mulher.
>
> Ali se deixou ficar, naturalmente, e terá sido então que, não podendo já construir fortalezas, fundou o convento de Nossa Senhora dos Anjos, e fêz construir, talvez, o próprio mausoleu[58].

encore près de la tombe de Diogo de Azambuja (fig. 3 et 4)[57], Luciano Cordeiro finira par terminer l'ébauche de la manière suivante :

> En 1512, nous le retrouvons à Montemor-o-Velho, – dans les maisons qui ont appartenu à João Pinheiro, le doyen de la « chapelle du roi » –, reconstruisant et revendiquant avec grand soin la petite maison paternelle, dont sa sœur Isabel de Azambuja était en grande partie dépositaire, subsistant entre les deux, semble-t-il, comme entre lui et ses autres parents, les relations les plus affectueuses. Il était déjà veuf, pour autant qu'il ait vraiment été marié, car on ne parle pas de sa femme.
>
> Et il y resta, tout naturellement, et c'est alors que, ne pouvant plus déjà construire de châteaux forts, il fonda le couvent de Notre Dame des Anges et fit bâtir, probablement, son propre mausolée[58].

Fig. 3 – Pormenor da estátua jacente de Diogo de Azambuja (igreja do convento de Nossa Senhora dos Anjos, Montemor-o-Velho). / Detaille de la statue gisant de Diogo de Azambuja (église du couvent de Notre Dames des Anges, Montemor-o-Velho).

Convém, antes de mais, esclarecer um pequeno equívoco, fruto do que me parece ter sido, de novo, uma leitura apressada de um dos documentos que inclui em anexo, refiro-me, mais concretamente, a

Il convient, avant tout, de clarifier un petit malentendu, fruit de ce qui me semble avoir été, de nouveau, une lecture précipitée d'un des documents que j'ai inclus en annexe, je me rapporte, plus concrè-

57. Na verdade, o autor transcreveu a mencionada inscrição utilizando para o efeito uma cópia elaborada na época por Simões de Castro (cf. Luciano Cordeiro, «II – Diogo de Azambuja»... cit., p. 150) e Augusto Mendes Simões de Castro, *Guia Historico do Viajante em Coimbra e Arredores*, Coimbra, Imprensa da Universidade, s. d. [1867], p. 319.

58. Luciano Cordeiro, «II – Diogo de Azambuja»... cit., p. 149.

57. En vérité, l'auteur a retranscrit l'inscription mentionnée en utilisant à cet effet une copie élaborée à l'époque par Simões de Castro (cf. Luciano Cordeiro, « II – Diogo de Azambuja »... cit., p. 150) et Augusto Mendes Simões de Castro, *Guia Historico do Viajante em Coimbra e Arredores*, Coimbra, Imprensa da Universidade, s. d. [1867], p. 319.

58. Luciano Cordeiro, « II – Diogo de Azambuja »... cit., p. 149.

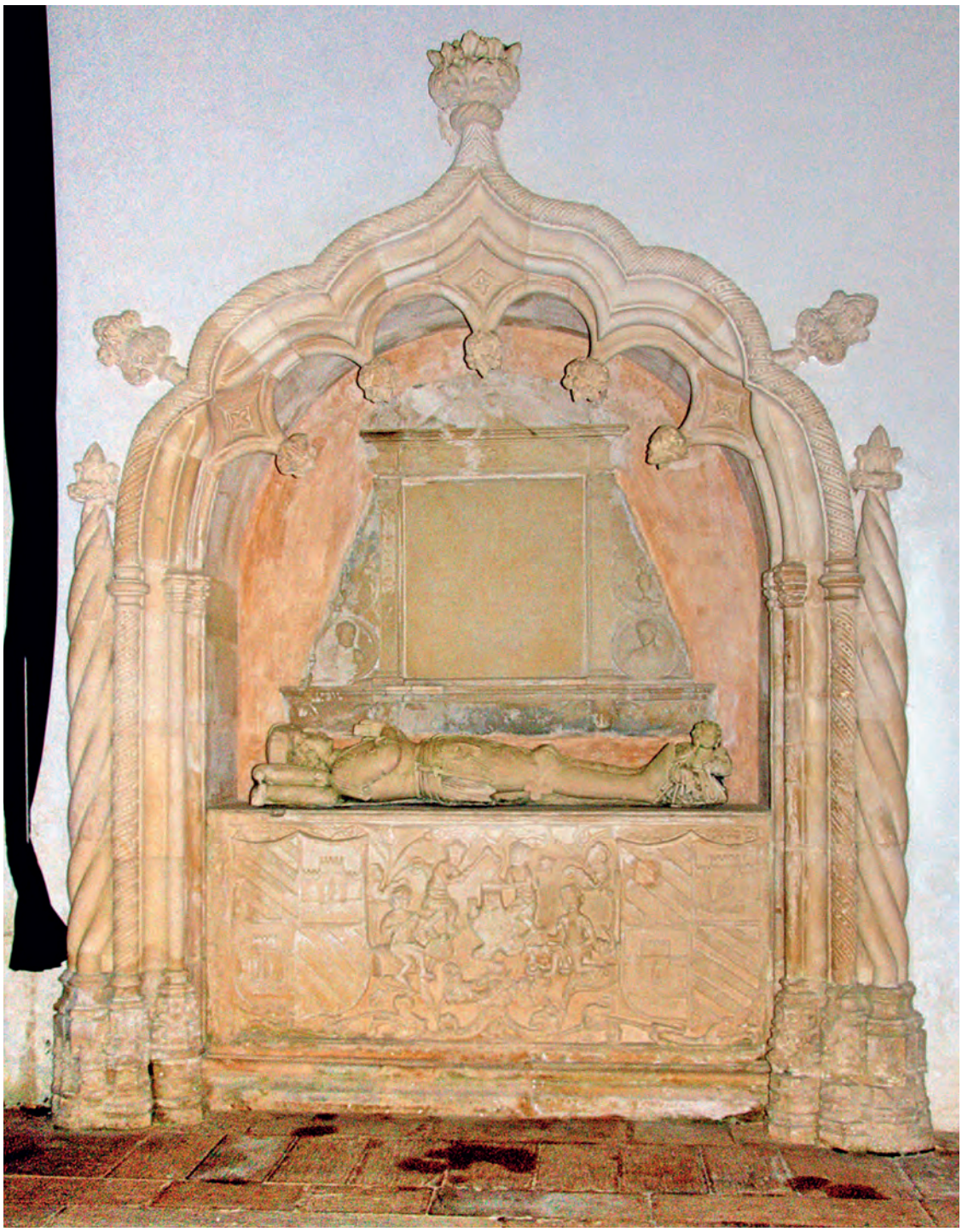


Fig. 4 – Túmulo de Diogo de Azambuja (igreja do convento de Nossa Senhora dos Anjos, Montemor-o-Velho). / Tombe de Diogo de Azambuja (église du couvent de Notre Dames des Anges, Montemor-o-Velho).

um diploma, datado de Almeirim, a 20 de janeiro de 1510, o qual tem um traslado da carta de doação da vila e castelo de Aguz, datada de Sintra, a 18 de agosto de 1508[59]. Com efeito, como se pode ler num dos excertos já citados, o autor, a dado momento, faz menção a que Diogo de Azambuja, em 1510, abandonou a capitania de Safim e de Aguz, recebendo por isso uma compensação paga pelo almoxarifado

tement, à un diplôme, daté d'Almeirim, 20 janvier 1510, qui contient une retranscription de la lettre de donation de la ville et du château fort d'Agûz, datée de Sintra, 18 août 1508[59]. En effet, comme on peut le lire dans l'un des extraits déjà cités, l'auteur fait mention, à un moment donné, au fait que Diogo de Azambuja, en 1510, a abandonné les capitaineries de Safi et d'Agûz, recevant à cet effet une compensation payée

59. Cf. Luciano Cordeiro, «II - Diogo de Azambuja»... cit., pp. 168--169. Note-se que o teor do diploma em causa, não sendo igual, não é muito diferente daquilo que podemos observar no documento 4, em anexo.

59. Cf. Luciano Cordeiro, « II – Diogo de Azambuja »... cit., pp. 168-169. Il est à noter que la teneur du diplôme en question, bien que n'étant pas identique, n'est cependant pas très différente de ce que nous pouvons observer dans le document 4, en annexe.

de Coimbra[60]. Na verdade, em nenhum momento o diploma assinalado faz menção a que Diogo de Azambuja, na data em causa, abandonara ao monarca *Aguer* – entenda-se Aguz – e Safim mas, tão-somente, Castelo Real de Mogador e Safim[61]. Mais ainda, o diploma é explícito ao salvaguardar para ele e seus descendentes «cento e cimquoenta mil reaes de juro pelas ditas rrendas daaguz quer elas rendam quer nom»[62], caso em que as mesmas – isso sim – lhe deixavam de ser pagas pela alfândega de Safim e passavam a sê-lo pelo almoxarifado de Coimbra[63].

Qual é a ideia fundamental que perpassa pela biografia de Luciano Cordeiro, no que concerne ao que se passou com Diogo de Azambuja após este ter deixado a capitania de Safim? No essencial, a ideia que o autor veicula é a de que Diogo de Azambuja, em 1510, estava «realmente velho e tinha direito de vir descansar e morrer na Pátria»[64], razão pela qual e fruto de intrigas palacianas fora afastado da capitania de Safim e «a sua longa e extraordinária vida pública findara»[65]. Nestas circunstâncias, tendo regressado para junto da sua família, em Montemor-o-Velho, aí se deixou ficar e «não podendo já construir fortalezas, fundou o convento de Nossa Senhora dos Anjos, e fêz construir, talvez, o próprio mausoleu»[66].

Naturalmente, não creio que as palavras de Luciano Cordeiro, ao referir-se a Diogo de Azambuja – ao tempo, tudo indica, um septuagenário – como *realmente velho*, suscitem qualquer tipo de apreensão[67].

60. O mesmo havia já sido registado por Gabriel Pereira, ao elaborar o sumário do documento mencionado, cf. Gabriel Pereira, «Évora e o Ultramar: 2.ª parte», *in* Gabriel Pereira, *Estudos Eborenses*, 2.ª edição, Volume III, Évora, Edições Nazareth, 1951, p. 122 e, mais recentemente, foi reproduzido por Octávio Pais de Carvalho, «Diogo de Azambuja», *in* Luís de Albuquerque (dir.) e Francisco Contente Domingues (coord.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, s. l., Caminho, [1994], p. 105.

61. Cf. Luciano Cordeiro, «II – Diogo de Azambuja»... cit., p. 169.

62. Cf. Luciano Cordeiro, «II – Diogo de Azambuja»... cit., p. 169.

63. Cf. Luciano Cordeiro, «II – Diogo de Azambuja»... cit., p. 169.

64. Luciano Cordeiro, «II – Diogo de Azambuja»... cit., p. 142.

65. Luciano Cordeiro, «II – Diogo de Azambuja»... cit., p. 143.

66. Luciano Cordeiro, «II – Diogo de Azambuja»... cit., p. 149.

67. A generalidade dos autores que se debruçaram sobre este fidalgo, recorrendo ou não à obra de Luciano Cordeiro, fixou a sua existência de acordo com o epitáfio que se encontra, num letreiro, junto do seu túmulo, na igreja do convento de Nossa Senhora dos Anjos, em Montemor-o-Velho. A leitura do epitáfio foi publicada, como dissemos antes, por Luciano Cordeiro, reproduzindo aquela que havia sido feita por Simões de Castro e, posteriormente, por vários outros autores, cf. Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Volume V, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1875, p. 514; *Boletim da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 22, dezembro de 1940, pp. 11-12, o qual reproduz a obra mencionada antes, Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal (Distrito de Coimbra)*, Volume IV, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1953, p. 135. Mais recentemente, Teresa da Cunha Matos procedeu a uma outra leitura do mesmo epitáfio, a qual, por reconhecer como mais rigorosa, transcrevo de seguida: AQVI • IAZ

par le l'*almoxarif* de Coimbra[60]. En vérité, le diplôme désigné ne mentionne à aucun moment que Diogo de Azambuja, à la date en question, ait abandonné *Aguer* – entendu ici par Agûz – et Safi au monarque, mais uniquement le *Castelo Real de Mogador* et Safi[61]. Plus encore, le diplôme est explicite, car il sauvegarde pour lui et pour ses descendants [« cent cinquante mille réaux d'intérêt pour lesdites rentes d'Agûz, qu'elles soient rentables ou non »[62]], dans ce cas, celles-ci cesseraient de lui être payées par la douane de Safi et seraient désormais payées par l'*almoxarif* de Coimbra[63].

Quelle est l'idée fondamentale qui effleure la biographie de Luciano Cordeiro, en ce qui concerne ce qui s'est passé avec Diogo de Azambuja après qu'il a quitté la capitainerie de Safi ? Pour l'essentiel, l'idée que l'auteur véhicule ici est l'idée selon laquelle, en 1510, Diogo de Azambuja était [« réellement vieux et avait le droit de venir se reposer et mourir dans La Patrie»][64], raison pour laquelle et fruit d'intrigues de palais, il fut démis de ses fonctions de capitaine de Safi et [«sa longue et extraordinaire vie publique s'acheva »[65]]. Dans ces circonstances, étant retourné rejoindre sa famille, à Montemor-o-Velho, il y resta et [« ne pouvant plus déjà construire de châteaux forts, il fonda le couvent de Notre Dame des Anges et fit bâtir, probablement, son propre mausolée »[66]].

Naturellement, je ne crois pas que les mots de Luciano Cordeiro, lorsqu'il se réfère à Diogo de Azambuja – à cette époque-là tout indique qu'il était septuagénaire – comme étant « réellement vieux », suscitent quelque appréhension que ce soit[67]. En réalité, non seulement

60. Cela avait déjà été enregistré par Gabriel Pereira, lors de l'élaboration du sommaire du document mentionné, cf. Gabriel Pereira, « Évora e o Ultramar : 2.ª parte », *in* Gabriel Pereira, *Estudos Eborenses*, 2.ª edição, Volume III, Évora, Edições Nazareth, 1951, p. 122 et, plus récemment, il a été reproduit par Octávio Pais de Carvalho, « Diogo de Azambuja », *in* Luís de Albuquerque (dir.) et Francisco Contente Domingues (coord.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, s. l., Caminho, [1994], p. 105.

61. Cf. Luciano Cordeiro, « II – Diogo de Azambuja »... cit., p. 169.

62. Cf. Luciano Cordeiro, « II – Diogo de Azambuja »... cit., p. 169.

63. Cf. Luciano Cordeiro, « II – Diogo de Azambuja »... cit., p. 169.

64. Luciano Cordeiro, « II – Diogo de Azambuja »... cit., p. 142.

65. Luciano Cordeiro, « II – Diogo de Azambuja »... cit., p. 143.

66. Luciano Cordeiro, « II – Diogo de Azambuja »... cit., p. 149.

67. La majorité des auteurs qui se sont penchés sur ce gentilhomme, ayant eu recours ou non à l'œuvre de Luciano Cordeiro, ont fixé son existence conformément à l'épitaphe qui figure sur un écriteau, près de sa tombe, dans l'église du couvent de Notre Dame des Anges à Montemor-o-Velho. La lecture de l'épitaphe a été publiée, comme nous l'avons dit plus haut, par Luciano Cordeiro, reproduisant celle qui avait été faite par Simões de Castro et, ultérieurement, par plusieurs autres auteurs, cf. Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Volume V, Lisbonne, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1875, p. 514 ; *Boletim da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 22, décembre 1940, pp. 11-12, qui reproduit l'œuvre suscitée, et Vergílio Correia et A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal (Distrito de Coimbra)*, Volume IV, Lisbonne, Academia Nacional de Belas Artes, 1953, p. 135. Plus récemment, Teresa da Cunha Matos a procédé à une autre lecture de la même épitaphe, que je retranscris ci-après, car elle me

Na verdade, esta constatação não só é uma evidência nos nossos dias como, podemos dizê-lo, com toda a certeza, algo ainda mais peculiar na época e, por isso mesmo, uma evidência ainda maior. Tal perceção é corroborada pelo testemunho de uma carta régia, datada precisamente do mesmo mês e ano que o diploma utilizado pelo referido autor, onde se lê, preto no branco, que «por folgaremos [*sic*] delle vir repoussar e descansar dos trabalhos e seruiços passados assi como he Razam auendo respecto a sua hidade e dispossiçam»[68]. Contudo, em relação a tudo o resto, ou seja, quanto a Diogo de Azambuja ter terminado a sua *vida pública* e a não mais ter abandonado Montemor-o-Velho, desde 1512 até ao fim dos seus dias, por razões de vária ordem, entre as quais posso distinguir o facto de se tratar de uma mera suposição, não sustentada do ponto de vista documental, não creio que possamos, de forma alguma, partilhar da interpretação de Luciano Cordeiro.

Alguns anos depois da morte de Luciano Cordeiro[69], Pierre de Cenival, ao publicar o primeiro tomo da

cette constatation est une évidence de nos jours comme elle est également, nous pouvons le dire en toute certitude, quelque chose d'encore plus singulier à l'époque et, donc, une évidence encore plus grande. Cette perception est corroborée par le témoignage d'une lettre royale, datée précisément des mêmes mois et de la même année que le diplôme utilisé par cet auteur, sur lequel on peut lire noir sur blanc, que [« nous nous réjouissons qu'il puisse [*sic*] venir se reposer et se délasser des travaux et des services fournis en raison de son âge et de son état de santé »[68]]. Néanmoins, concernant tout le reste, c'est-à-dire, le fait que Diogo de Azambuja ait terminé sa *vie publique* et qu'il n'ait pas abandonné Montemor-o-Velho, depuis 1512 jusqu'à la fin de ses jours, pour plusieurs raisons, parmi lesquelles je peux souligner le fait qu'il ne s'agisse là que d'une simple supposition, car elle ne s'appuie sur aucun document, je ne pense pas que l'on puisse, en aucune manière, partager l'interprétation de Luciano Cordeiro.

Quelques années après la mort de Luciano Cordeiro[69], lors de la publication de son premier volume de la série

• DIOGVO • D'AZAMBVIA • DO • CONSELHO / DEL• REI • CAVALEIRO • DA ORDEM • DAVIS • COMENDADOR / DE CABECA • DE VIDA • E • ALTEL • PEDROSO • O • QOAL • NAS / GVERAS • DE • CASTELA • POR • EL-REI • DOM • AFONSO TOMOV / • AOS • CASTELHANOS • A • VILA • DALEGRETE • ONDE • LHE / QVEBRARAN • HVA • PERNA • E • FEZ • O CASTELO • DE • SAM / IORGE • DA MINA • E • SVGIGOV • TODA • AQVELLA • TERRA • E / FEZ • O CASTELLO • REAL • EM • AFRICA • E • TOMOV • A CIDADE / DE • CAFIM • AOS • MOVROS • POR • SVA • SOO • INDVSTRIA / E • VALENTIA • E • ASI • FEZ • OVTRAS • MVITAS • COVSAS / DINAS • DE • MEMORIA • E • LOVVOR • EM • TENPO DOS / REIS • DOM • AFOMSO • E • DOM • IOAM • O SEGVNDO / E • DOM • MANVEL • O PRIMEIRO • COMO • EM • SVAS / • CRONICAS • SE • PODE • VER • E • FEZ • ESTE • MOSTEIRO / • DE • NOSA • SENHORA • DOS • ANIOS • FALECEO • DE / • 86 • ANNOS • DIA • DE • NOSA • SENHORA • DAGOSTO / DA • ERA • DE • 1518, cf. Teresa da Cunha Matos, *Nossa Senhora dos Anjos de Montemor-o-Velho: Um Caso Exemplar da Evolução do Gótico Flamejante ao Manuelino*, Dissertação em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1996, pp. 47-48. Como se depreende da leitura da inscrição, Diogo de Azambuja, tendo falecido no dia de Nossa Senhora da Assunção de 1518, ou seja, no dia 15 de agosto, com 86, terá então nascido, muito provavelmente, em 1432, o que quer dizer que o referido fidalgo, em 1510, teria já, de facto, uma provecta idade. Contudo, ainda a propósito da sua idade, convirá assinalar que duas cartas régias, datadas de Lisboa, 2 de março de 1517, contrariando o que está lavrado na inscrição mencionada – a qual, note-se, é claramente mais tardia – já o dão como morto ao tempo, cf. documentos 8 e 9, em anexo. A única forma que me ocorre para resolver a discrepância assinalada, tanto mais que a referida inscrição é nitidamente mais tardia, passa por, apesar de tudo, fazer fé no dia fixado para o seu falecimento, tal como consta da mesma e, por outro lado, por fixar, no que diz respeito ao ano, aquele que se infere dos documentos coevos. Assim, posso então alvitrar, como hipótese, que Diogo de Azambuja tenha morrido no dia 15 de agosto de 1516.

68. A carta régia em causa, um diploma cujo teor tem similitudes com aquele que foi publicado por Luciano Cordeiro, datada de Almeirim, a 30 de junho de 1510, corresponde ao documento 5, em anexo.

69. Sobre a vida e obra de Luciano Cordeiro veja-se, por exemplo, José Timóteo Montalvão Machado, «Luciano Cordeiro», *in Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série n.º 98, 1980, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, pp. 135-151.

semble plus rigoureuse : [«CI • GÎT • DIOGO • D'AZAMBUJA • DU • CONSEIL/DU • ROI • CHEVALIER • DE L'ORDRE • D'AVIS • COMMANDATEUR/DE CABEÇO • DE VIDE • ET • D'ALTER • PEDROSO • • LEQUEL • LORS/DES GUERRES • DE • CASTILLE • PAR • LE ROI • DOM • AFONSO A PRIS/ • AUX • CASTILLANS • LA • VILLE • D'ALEGRETE • OÙ • ILS/LUI ONT CASSÉ • UNE • JAMBE • ET • A FAIT • LE CHÂTEAU FORT • DE • SAINT JORGE • DE LA MINE • ET • A SUBJUGUÉ• TOUTE • CETTE • TERRE • ET/ A FAIT • LE CASTELO • REAL • EN • AFRIQUE • ET • A PRIS • LA VILLE/DE • SAFI • AUX • MAURES • PAR • SA • SEULE • CAPACITÉ /ET • VAILLANCE • ET • AINSI • IL A FAIT • D'AUTRES • NOMBREUSES • CHOSES/DIGNES • DE • MÉMOIRE • ET DE • LOUANGES • AU • TEMPS DES/ROIS • DOM • AFONSO • ET • DOM • JOÃO • LE DEUXIÈME/ET • DOM • MANUEL • LE PREMIER • COMME • DANS • SES/ • CHRONIQUES • ON • PEUT • LE VOIR • ET • IL A FAIT • CE • MONASTÈRE/ • DE • NÔTRE • DAME • DES • ANGES • IL EST DÉCÉDÉ • À L'ÂGE DE/ • 86 • ANS • LE JOUR • DE • NÔTRE • DAME • DAOÛT/DE • L'ÈRE• DE •1518 »], cf. Teresa da Cunha Matos, *Nossa Senhora dos Anjos de Montemor-o-Velho: Um Caso Exemplar da Evolução do Gótico Flamejante ao Manuelino*, Dissertation en Histoire de l'Art par la Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1996, pp. 47-48. Ainsi qu'il ressort de la lecture de l'inscription, Diogo de Azambuja, étant décédé le jour de Notre Dame de l'Assomption en 1518, c'est-à-dire, le 15 août, à l'âge de 86 ans, il serait donc né, très probablement, en 1432, ce qui veut dire que ledit gentilhomme, aurait déjà, de fait, en 1510, un âge avancé. Néanmoins, toujours à propos de son âge, il conviendrait de signaler que deux lettres royales, datées de Lisbonne, le 2 mars 1517, contrariant ce qui est rédigé dans l'inscription mentionnée – laquelle est nettement plus tardive – le considère mort à ce moment-là, cf. documents 8 et 9, en annexe. La seule solution qui me vient à l'esprit pour résoudre la divergence signalée, d'autant plus que ladite inscription est clairement plus tardive, passe, malgré tout, par croire que le jour fixé pour son décès et celui qui fait foi, tel que cela figure dans ladite inscription et, en ce qui concerne l'année, d'autre part, fixer, celle qui se déduit des documents contemporains. Ainsi, je peux donc suggérer, en tant qu'hypothèse, que Diogo de Azambuja est mort le 15 août 1516.

68. La lettre royale en question, un diplôme dont la teneur a des similitudes avec celle qui a été publiée par Luciano Cordeiro, datée d'Almeirim, 30 juin 1510, correspond au document 5, en annexe.

69. Sur la vie et l'œuvre de Luciano Cordeiro voir, par exemple, José Timóteo Montalvão Machado, « Luciano Cordeiro », *in Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série n.º 98, 1980, Lisbonne, Sociedade de Geografia de Lisboa, pp. 135-151.

série dedicada às bibliotecas e arquivos de Portugal, da monumental obra intitulada *Les Sources Inédites de L'Histoire du Maroc*, incluiu vários documentos relativos a Diogo de Azambuja, até então inéditos[70]. Entre esses documentos, consta uma carta régia pela qual el-rei D. Manuel define os termos e limites da jurisdição de Diogo de Azambuja como capitão de Aguz, datada de Almeirim, a 18 de janeiro de 1515[71], junto da qual Cenival lavrou a seguinte nota:

> Nous avons vu *supra*, p. 173, note 1, que Diogo de Azambuja, fondateur du Castello Real de Mogador et de Safi, lorsqu'il avait rendu au Roi, le 10 janvier 1510, les gouvernement de ces deux places en échange d'une pension annuelle de 250 000 reis, avait conserve le gouvernement d'Agouz et la rente de 150 000 reis qui y était attachée. Il était rentré, dans les premiers mois de l'année 1510, en Portugal, où il mourut, âge de 86 ans, le 15 août 1518 (L. Cordeiro, *Diogo d'Azambuja*, Lisbonne, 1892, pp. 61-62), sans être revenu au Maroc. Il s'agit ici d'un de ses fils, nomée comme lui Diogo (*ibid*., p. 59), auquel il avait dù céder, avec le consentement du Roi, ses droits sur Agouz. On retrouvera celui-ci *infra*, p. 722, en août 1515, comandante un poste de combat sur les murailles de Safi, en prévision d'une ataque de la ville par le roi de Fès. D'après Luiz de Sousa, *Annaes de D. João III* (p. 55), ce prince, en l'année 1522, confirma Diogo de Azambuja dans son gouvernement d'Agouz[72].

Como consequência disto, desde então e até aos nossos dias, notáveis investigadores como Robert Ricard[73], Bernard Rosenberger[74] e Yassir Benhima[75], confiando no proverbial rigor de Pierre de Cenival, assumiram como certo que o Diogo de Azambuja que consta do documento não era o mesmo que erguera o Castelo Real de Mogador mas, antes, um seu filho com o mesmo nome.

Ora bem, a carta régia pela qual D. Manuel define os termos e limites da jurisdição de Diogo de Azambuja como capitão de Aguz, pelo contrário, não podia ser mais clara a respeito do assunto em análise. O fidalgo desse nome que, em 1515, «po*r* se*r*uir a de*u*s e a nos se vay ora pe*r*a o dito lugar d agũz de que he noso capita*m* pe*r*a nelle no*s* serujr na dicta

70. Cf. *SIHM*, I, pp. 128-129, 145-150, 169-176, 672-675 e 693-694.

71. Cf. *SIHM*, I, pp. 672-675 ou, em anexo, o documento 7.

72. *SIHM*, I, pp. 672-673.

73. Cf. Luiz de Sousa, *Les Portugais et L'Afrique du Nord de 1521 à 1557 (Extraits des «Annales de Jean III)*, tradução, introdução e comentários de Robert Ricard, Lisboa, Portugália, 1940, pp. 23-24.

74. Cf. Bernard Rosenberger, «Note sur Kouz…» cit., pp. 31-32 e 57.

75. Cf. Yassir Benhima, *Safi et son territoire*… cit., p. 254.

consacrée aux bibliothèques et archives de Portugal, du monumental ouvrage intitulé *Les Sources Inédites de L'Histoire du Maroc*, Pierre de Cenival inclut plusieurs documents relatifs à Diogo de Azambuja, jusqu'alors inédits[70]. Parmi ces documents, figure une lettre royale par laquelle le roi D. Manuel définit les termes et les limites de la juridiction de Diogo de Azambuja comme capitaine d'Agûz, datée d'Almeirim, 18 janvier 1515[71], sur laquelle Cenival écrit la note suivante :

> Nous avons vu *supra*, p. 173, note 1, que Diogo de Azambuja, fondateur du *Castello Real de Mogador* et de Safi, lorsqu'il avait rendu au roi, le 10 janvier 1510, les gouvernements de ces deux places en échange d'une pension annuelle de 250 000 réaux, avait conservé le gouvernement d'Agouz et la rente de 150 000 réaux qui y était attachée. Il était rentré, dans les premiers mois de l'année 1510, en Portugal, où il mourut, âgé de 86 ans, le 15 août 1518 (L. Cordeiro, *Diogo d'Azambuja*, Lisbonne, 1892, pp. 61-62), sans être revenu au Maroc. Il s'agit ici de l'un de ses fils, Diogo, portant le même nom que lui (*ibid*., p. 59), auquel il avait dû céder, avec le consentement du Roi, ses droits sur Agûz. On retrouvera celui-ci *infra*, p. 722, en août 1515, commandant un poste de combat sur les murailles de Safi, en prévision d'une attaque de la ville par le roi de Fès. D'après Luiz de Sousa, *Annaes de D. João III (*p. 55), ce prince, en l'année 1522, confirma Diogo de Azambuja dans son gouvernement d'Agûz[72].

Il résulte que, depuis lors et jusqu'à aujourd'hui, d'éminents chercheurs tels que Robert Ricard[73], Bernard Rosenberger[74] et Yassir Benhima[75], faisant confiance à la rigueur proverbiale de Pierre de Cenival, ont pris pour acquis que le Diogo de Azambuja qui figure dans le document n'était pas le même que celui qui avait érigé le *Castelo Real de Mogador* mais, plutôt, l'un de ses fils portant le même nom.

Or, la lettre royale par laquelle D. Manuel définit les termes et les limites de la juridiction de Diogo de Azambuja, en tant que capitaine d'Agûz, ne pouvait, bien au contraire, pas être plus claire sur le sujet à l'étude. Le gentilhomme de ce nom qui, en 1515, [« pour servir Dieu et pour nous servir part maintenant vers ladite place d'Agûz, dont il est notre capitaine, afin de nous

70. Cf. *SIHM*, I, pp. 128-129, 145-150, 169-176, 672-675 et 693-694.

71. Cf. *SIHM*, I, pp. 672-675 ou, en annexe, le document 7.

72. *SIHM*, I, pp. 672-673.

73. Cf. Luiz de Sousa, *Les Portugais et L'Afrique du Nord de 1521 à 1557* (Extraits des *Annales de Jean III*), traduction, introduction et commentaires de Robert Ricard, Lisbonne, Portugália, 1940, pp. 23-24.

74. Cf. Bernard Rosenberger, « Note sur Kouz… » cit., pp. 31-32 et 57.

75. Cf. Yassir Benhima, *Safi et son territoire*… cit., p. 254.

capitanja»[76] não só é explicitamente mencionado como aquele que recebera «m*er*çe d juro e herdade da capitanja d aguz seguumdo co*m*pridamente he co*n*teudo na carta q*ue* da dicta capitania lhe dem*os*»[77] como, mais ainda, é tratado como *membro do nosso conselho*[78], uma elevada condição de que gozou o velho capitão e não, com toda a certeza, o seu filho, alguém que, largos anos mais tarde, ao receber a sua moradia, é identificado apenas como fidalgo da Casa Real[79].

Em qualquer caso, podemos evocar ainda outros argumentos que, em meu entender, contribuem para qualificar a hipótese de Pierre de Cenival, definitivamente, como inverosímil. Senão vejamos.

Se é certo que a carta régia pela qual, a 25 de agosto de 1508, Diogo de Azambuja recebeu a doação da vila e castelo de Aguz lhe faz a «pura irreuogauel doaçam de Juro e de herdade pera elle e todos seus filhos decemde*n*tes per linha dereicta masculina»[80], também outros diplomas, como é o caso, por exemplo, de um datado de 10 de janeiro de 1510, são claros ao enunciar que, da renda, tença, soldo e mantimento inerentes à aludida doação «per falleçimento do dicto diogo d azambuJa daremos e fazeremos merçee a huu*m* seu filho mayor que a hora de sua morte ficar de cinquemta mjll rr*eai*s destes dereictos pera hos auer de nos e*m* cada huu*m* anno«[81]. Aliás, quase seria desnecessário dizê-lo, mesmo esquecendo uma situação semelhante, como é a da doação de Mazagão a Jorge de Melo, a 21 de maio de 1505, em cuja carta se lê, explicitamente, que «per seu faleçimento vira aho seu filho mayor barãao lidimo que aho tempo de seu falecimento ficar d'elle per linha dereicta a sua dereita

y servir dans ladite capitainerie »[76]] y est non seulement explicitement mentionné comme celui qui a reçu [« une grâce d'un titre de transmission libre et héréditaire de la capitainerie d'Agûz respectant intégralement le contenu de la lettre que nous lui avons donnée concernant ladite capitainerie »[77]], mais y est également traité comme *membre de notre conseil*[78], un haut statut dont a bénéficié le vieux capitaine et non pas, de toute évidence, son fils, qui, bien des années plus tard, lorsqu'il a reçu sa pension annuelle versée par le roi, est identifié simplement comme gentilhomme de la *Casa Real* [Maison royale][79].

Dans tous les cas, nous pouvons encore évoquer d'autres arguments qui contribuent, à mon avis, à qualifier l'hypothèse de Pierre Cenival, définitivement, comme invraisemblable. Voyons pourquoi.

S'il est vrai que la lettre royale, par laquelle le 25 août 1508 Diogo de Azambuja a reçu la donation de la ville et du château fort d'Agûz, lui fait la [«pure et irrévocable donation d'un titre de transmission libre et héréditaire pour lui et pour tous ses enfants descendants masculins en ligne directe »[80]], d'autres diplômes, comme c'est le cas, par exemple, d'un diplôme daté du 10 janvier 1510, sont clairs lorsqu'ils énoncent que, en ce qui concerne la rente, la pension, le solde et les vivres de la donation mentionnée [« en cas de décès dudit Diogo d'Azambuja, nous donnerons et ferons grâce à son fils aîné, qu'il laissera au moment de sa mort, de cinquante mille réaux de ces droits que nous lui verserons chaque année »[81]]. D'ailleurs, il serait presque inutile de le dire, même en oubliant une situation similaire, comme le cas de la donation de Mazagan à Jorge de Melo, le 21 mai 1505, dont la lettre énonce, explicitement, que [« à sa mort, il reviendra à son fils aîné

76. Documento 7, em anexo ou *SIHM*, I, p. 673.

77. Documento 7, em anexo ou *SIHM*, I, pp. 672-673

78. Documento 7, em anexo ou *SIHM*, I, p. 672. A este propósito, note-se que Diogo de Azambuja já aparece identificado como tal na carta de acrescentamento de brasão de armas que lhe foi concedida por D. João II, datada de Beja, 17 de março de 1485, cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armaria Portuguesa*, s. l., s. d., p. 48.

79. A menção a «fidalgos de minha casa», aludindo a Diogo de Azambuja e Jorge de Azambuja, pode ler-se num alvará de el-rei D. João III para Manuel Velho, tesoureiro das moradias, entregar ao almoxarife de Estremoz 32 760 reais para este pagar as respetivas moradias, relativas ao ano de 1531, diploma datado de Évora, 4 de novembro de 1534, cf. Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 54, documento 3. Luciano Cordeiro, a propósito deste filho de Diogo de Azambuja, assinala que os «genealogistas» – presumo que se refere a Jacinto Leitão Manso de Lima cuja obra, *Famílias de Portugal*, direta ou indiretamente, usou, cf. Gabriel Pereira, «Évora e o Ultramar: 2.ª parte»... cit., p. 125 – o dão como morto na Índia em 1536 mas que ele, afinal, encontrou uma notícia que o dá como moço fidalgo, recebendo 1000 reais, por mês, de moradia, em 1539, 1540 e 1541, cf. Luciano Cordeiro, «II – Diogo de Azambuja»... cit., p. 147.

80. Documento 5, em anexo.

81. Documento 4, em anexo.

76. Document 7, en annexe ou *SIHM*, I, p. 673.

77. Document 7, en annexe ou *SIHM*, I, pp. 672-673.

78. Document 7, en annexe ou *SIHM*, I, p. 672. À cet égard, notons que Diogo de Azambuja apparaît déjà identifié comme tel dans la lettre d'ajout de blason d'armes qui lui a été accordé par le roi João II, datée de Beja, 17 mars 1485, cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armaria Portuguesa*, s. l., s. d., p. 48.

79. La mention à des [gentilshommes de ma maison], qui se réfère à Diogo de Azambuja et Jorge de Azambuja, peut être lue dans un *alvara* du roi D. João III qui ordonne que Manuel Velho, trésorier des pensions annuelles données par le roi, remette à l'*almoxarife* d'Estremoz 32 760 réaux afin qu'il paie les pensions respectives, relatives à l'année 1531, diplôme daté d'Évora, 4 novembre 1534, cf. Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte I, maço 54, document 3. À propos de ce fils de Diogo de Azambuja, Luciano Cordeiro signale que les [généalogistes] – je présume qu'il se réfère à Jacinto Leitão Manso de Lima dont il a utilisé l'œuvre, *Famílias de Portugal*, directement ou indirectement, cf. Gabriel Pereira, « Évora e o Ultramar : 2.ª parte »... cit., p. 125 – le déclare mort en Inde, en 1536, mais qu'il a trouvé, en effet, une nouvelle qui le déclare *moço-fidalgo* (3e degré de la noblesse), recevant 1000 réaux de pension, par mois, en 1539, 1540 et 1541, cf. Luciano Cordeiro, « II – Diogo de Azambuja »... cit., p. 147.

80. Document 5, en annexe.

81. Document 4, en annexe.

socessam»[82], a *Lei Mental* é muito clara em relação a esta matéria. Efetivamente, como é sabido, a referida lei é perentória ao afirmar que «todas as Terras, Bens, e Herdamentos da Coroa de Nossos Reynos, que per Nós ou per os Reys foram, ou forem dadas e doadas a quaesquer pessoas, de qualquer estado que sejam, pera eles, e todos seus descendentes, ou seus herdeiros, e socessores, fiquem sempre inteiramente (per morte do possuidor dos taes Bens e Terras) ao seu filho legitimo baram mayor que delle ficar»[83]. Nestas circunstâncias, se acrescentarmos que existem provas documentais que atestam, por um lado, que não só Diogo de Azambuja, filho, não era, com toda a certeza, o filho mais velho do velho capitão, lugar que cabia a Jorge de Azambuja[84], mas antes, provavelmente, o último[85] e, por outro, que qualquer um dos seus irmãos estava, ao tempo, de boa saúde[86], então não podemos deixar de concluir que a proposta erguida por Pierre de Cenival e seguida por outros não é, definitivamente, aceitável.

Neste contexto, como se explica então a referência de Frei Luís de Sousa, nos *Anais de D. João III*, a que o referido príncipe, no primeiro ano do seu reinado, ou seja, em 1522, «proveu a Diogo d'Azambuja da capitania de Aguez, com seu regimento»[87]? Na verdade, pelas razões já apontadas e porque sabemos que nessa data não só o dito «Castelo Velho» já havia sido despejado como o «Castelo Novo» fora, entretanto, doado a Duarte Taveira, estou certo que tal referência não passa, afinal, de um equívoco.

Por tudo o que ficou dito, se quem manifestou vontade de, nos primeiros dias de janeiro de 1515, «por seruir a deus e a nos»[88], se dirigir a Aguz «pera nelle nos serujr na dicta capitanja»[89] não foi outro senão Diogo de Azambuja, cavaleiro da ordem de Avis, comenda-

82. *SIHM*, I, p. 110.

83. *Ordenações Manuelinas*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1797, Livro II, Título XVII, p. 67.

84. Cf. documento 9, em anexo.

85. Para além de Luciano Cordeiro, que o sustenta recorrendo ao testemunho de Jacinto Leitão Manso de Lima, os restantes autores consultados, como é o caso de Cristóvão Alão de Morais e de Felgueiras Gaio, ou dizem o mesmo ou omitem a existência de Diogo de Azambuja, filho, cf. Luciano Cordeiro, «II – Diogo de Azambuja»... cit., p. 147; Cristóvão Alão de Morais, *Pedadura Lusitana (Nobiliário de Famílias de Portugal)*, publicado por Alexandre António Pereira de Miranda Vasconcellos, António Augusto Ferreira da Cruz e Eugénio Eduardo Andréa da Cunha e Freitas, Tomo III, Volume I, Porto, Livraria Fernando Machado, 1945, p. 218 e Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Familias de Portugal*, edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araujo Affonso, Tomo III, Braga, 1933, p. 92.

86. Cf., em anexo, os documentos 8 e 9.

87. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, 2.ª edição, Volume I, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1951, p. 81.

88. Documento 7, em anexo.

89. Documento 7, em anexo.

légitime qu'il laissera à sa mort en tant que successeur légitime en ligne directe »[82]], la *Lei Mental* est très claire à ce sujet. En effet, comme cela est bien connu, cette loi est péremptoire lorsqu'elle affirme que [« toutes les terres, les biens et les successions de la Couronne de nos Royaumes qui, par nous ou par les rois, soient cédés et donnés à toute personne, de quelque État que ce soit, à elle et à tous ses descendants ou ses héritiers et successeurs, reviennent toujours entièrement (par décès du possesseur de ces biens et de ces terres) au fils aîné légitime qu'elle aura laissé »[83]]. Pour ces raisons, si l'on ajoute qu'il existe des preuves documentaires qui démontrent, d'une part, que non seulement Diogo de Azambuja, fils, n'était, de toute évidence, pas le fils aîné de l'ancien capitaine, une place qui revenait à Jorge de Azambuja[84], mais plutôt, probablement, le dernier[85] et, d'autre part, que tous ses frères étaient à l'époque, en bonne santé[86], alors nous ne pouvons que conclure que la proposition soulevée par Pierre de Cenival et suivie par d'autres n'est, définitivement, pas acceptable.

Dans ce contexte, comment expliquer alors la référence de *Frei* Luís de Sousa, dans les *Anais de D. João III*, au fait que ledit prince, dans la première année de son règne, c'est-à-dire, en 1522, [« a pourvu Diogo d'Azambuja de la capitainerie d'Agûz, de son régiment »[87] ?] En vérité, pour les raisons déjà évoquées et parce que nous savons qu'à cette date ledit « Château fort vieux » avait déjà été vidé de ses habitants à l'instar de ce qui s'était passé auparavant avec le « Château fort nouveau », qui avait été donné, entre-temps, à Duarte Taveira, je suis certain que cette référence n'est, après tout, rien d'autre qu'un malentendu.

Si, compte tenu de tout ce qui a été dit, celui qui a manifesté la volonté, dans les premiers jours de janvier 1515 [« de servir Dieu et de nous servir à nous »[88]], de se rendre à Agûz [« pour y servir dans ladite capi-

82. *SIHM*, I, p. 110.

83. *Ordenações Manuelinas*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1797, Livro II, Título XVII, p. 67.

84. Cf. document 9, en annexe.

85. Outre Luciano Cordeiro, qui le soutient en s'appuyant sur le témoignage de Jacinto Leitão Manso de Lima, les autres auteurs consultés, comme c'est le cas de Cristóvão Alão de Morais et de Felgueiras Gaio, disent la même chose ou omettent l'existence de Diogo de Azambuja, fils, cf. Luciano Cordeiro, « II – Diogo de Azambuja »... cit., p. 147 ; Cristóvão Alão de Morais, *Pedadura Lusitana* (*Nobiliário de Famílias de Portugal*), publié par Alexandre António Pereira de Miranda Vasconcellos, António Augusto Ferreira da Cruz et Eugénio Eduardo Andréa da Cunha e Freitas, Tome III, Volume I, Porto, Livraria Fernando Machado, 1945, p. 218 et Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Familias de Portugal*, édition de Agostinho de Azevedo Meirelles et Domingos de Araujo Affonso, Tome III, Braga, 1933, p. 92.

86. Cf., en annexe, les documents 8 et 9.

87. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, préface et notes de M. Rodrigues Lapa, 2e édition, Volume I, Lisbonne, Livraria Sá da Costa, 1951, p. 81.

88. Document 7, en annexe.

dor de Cabeço de Vide e de Alter Pedroso, então não podemos deixar de concluir que é esse mesmo que aí encontramos em maio do dito ano[90]. O mesmo direi daquele que, um pouco mais tarde, encontramos em Safim, desta feita sob o comando de Nuno Fernandes de Ataíde, a defender uma das estâncias da cidade face à possibilidade de um ataque inimigo, nomeadamente, de Mulei Mafamede (*Mawlāy Muḥammad al-Burtuḳālī*), rei de Fez[91]. Na realidade, num momento de clara viragem da história da presença portuguesa no Norte de África[92], em que a pressão militar sentida pelos ditos portugueses é cada vez maior – refiro-me, em particular, à pressão militar exercida pelos xarifes Sádidas (*Banū Saʿd*) por toda a Xiátima (*Shiyāḍma*) e, para além do rio dos Sáveis, na Duquela (*Dukkāla*) –, dir-se-ia que a presença de Diogo de Azambuja em Safim, parece antecipar, de certo modo, a opção que será tomada pouco depois, algures nos primeiros meses de 1518, isto é, a de despejar a vila e castelo de Aguz.

O despejo do «Castelo Velho» e a segunda vida de Aguz

A despeito da documentação disponível ser omissa em relação às razões que levaram ao despejo do «Castelo Velho», afigura-se inegável que tal aconteceu num momento de retração da influência portuguesa na região. Com efeito, entre 1515 e 1518, sucedem-se os episódios que fragilizaram essa influência: o desastre da Mamora (*al-Maʿmūra*), mais a norte, nas margens do rio do mesmo nome (*Sabū*); a morte em combate do célebre capitão de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde; o assassinato de Bentafufa (*Yahiā Ū Taʿfūft*). É notório o aumento da pressão militar inimiga, designadamente na Xiátima e na Duquela, tanto por parte dos Oatácidas (*Banū Waṭṭās*) como, em particular, dos Sádidas, naturalmente, em prejuízo de uns e benefício de outros[93]. Aliás, nesse mesmo sentido e,

90. Cf. carta de Nuno Fernandes de Ataíde, capitão de Safim, a el-rei D. Manuel, datada de Safim, 3 de maio de 1515, publicada nas *SIHM*, I, pp. 692-693.

91. Cf. carta de Nuno Fernandes de Ataíde a el-rei D. Manuel, datada de Safim, 4 de agosto de 1515, publicada nas *SIHM*, I, p. 722.

92. Cf. António Dias Farinha, *Os Portugueses em Marrocos*, s. l., Instituto Camões, 1999, p. 55 e Bernard Rosenberger, *Le Maroc au XVIe siècle – Au Seuil de la Modernité*, s. l., Fondation des Trois Cultures, 2008, pp. 81-85.

93. Veja-se, no que diz respeito ao significado destes episódios, Bernard Rosenberger, *Le Maroc au XVIe siècle*… cit., pp. 84-85; Maria Augusta Lima Cruz, «Mouro para os Cristãos e Cristão para os Mouros», *Anais de História de Além-Mar*, III, 2002, pp. 61-62; André Pinto S. D. Teixeira, «Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca está

tainerie »[89]] n'était autre que Diogo de Azambuja, chevalier de l'Ordre d'Avis, commandeur de Cabeço de Vide et d'Alter Pedroso, alors nous ne pouvons que conclure que c'est celui-là même que nous y trouvons en mai de ladite année[90]. Il en va de même pour celui que nous trouvons un peu plus tard à Safi, cette fois-ci sous le commandement de Nuno Fernandes de Ataíde, défendant l'un des pans de muraille de la ville face à une éventuelle attaque ennemie, notamment, de Muhammad al-Burtughâlî (*Mawlāy Muḥammad al-Burtuḳālī*), roi de Fès[91]. En effet, dans un tournant décisif dans l'histoire de la présence portugaise en Afrique du Nord[92], où la pression militaire ressentie par lesdits Portugais est de plus en plus forte – je me rapporte, en particulier, à la pression militaire exercée par les Chérifs sa'adiens dans toute la Shiâdma et, au-delà du fleuve des Aloses, dans la Dukkâla, on pourrait dire que la présence de Diogo de Azambuja à Safi, semble anticiper, en quelque sorte, l'option qui sera retenue peu après, dans les premiers mois de 1518, autrement dit, celle de vider la ville et le château fort d'Agûz de ses habitants.

Le « Château fort vieux » vidé de ses habitants et la seconde vie d'Agûz

Bien que les documents disponibles fassent l'impasse sur les raisons qui ont conduit à vider le « Château fort vieux » de ses habitants, il est indéniable que cela a eu lieu dans un moment de rétraction de l'influence portugaise dans la région. En effet, entre 1515 et 1518, une succession d'épisodes ont affaibli cette influence : le désastre de la Mamora (*al-Maʿmūra*), plus au nord, sur les rives du fleuve du même nom (*Sabū*) ; la mort au combat du célèbre capitaine de Safi, Nuno Fernandes de Ataíde ; l'assassinat de Yahyâ û Tâ'fuft. L'augmentation de la pression militaire ennemie est notoire, notamment dans la Shiâdma et dans la Dukkâla, tant de la part des Wattâssides que, en particulier, des Sa'adiens, naturellement, au détriment des uns et au bénéfice des autres[93]. C'est d'ailleurs, d'une

89. Document 7, en annexe.

90. Cf. lettre de Nuno Fernandes de Ataíde, capitaine de Safi, adressée au roi D. Manuel, datée de Safi, 3 mai 1515, publiée dans les *SIHM*, I, pp. 692-693.

91. Cf. lettre de Nuno Fernandes de Ataíde adressée au roi D. Manuel, datée de Safi, 4 août 1515, publiée dans les *SIHM*, I, p. 722.

92. Cf. António Dias Farinha, *Os Portugueses em Marrocos*, s. l., Instituto Camões, 1999, p. 55 et Bernard Rosenberger, *Le Maroc au XVIe siècle – Au Seuil de la Modernité*, s. l., Fondation des Trois Cultures, 2008, pp. 81-85.

93. Voir, en ce qui concerne la signification de ces épisodes, Bernard Rosenberger, *Le Maroc au XVIe siècle*… cit., pp. 84-85 ; Maria Augusta Lima Cruz, « Mouro para os Cristãos e Cristão para

de certa forma, explicando o abandono do «Castelo Velho», as fontes parecem sugerir que o lugar tenha constituído, precisamente durante esse período, um alvo privilegiado de sucessivas ações militares empreendidas pelos ditos inimigos[94], quiçá suscitadas pela identificação da sua fragilidade do ponto de vista defensivo. Não obstante tratar-se apenas de uma hipótese, estou certo que a morte de Diogo de Azambuja, donatário da vila e castelo de Aguz, algures por essa altura, ao implicar uma perda de eficácia da aludida doação e um vazio, não pode ter deixado de contribuir para a decisão de despejar o lugar.

A segunda fase da presença portuguesa em Aguz desenrolou-se, entre 1519 e 1525, após o abandono da velha povoação, e teve como cenário o «Castelo Novo» ou *Castelo Mascarenhas* (fig. 5)[95]. A propósito desta fase, Bernard Rosenberger afirma: «Le castelo d'Aguz

certaine manière, dans ce même sens, que les sources, en expliquant l'abandon du « Château fort vieux », semblent suggérer que l'endroit a constitué, précisément au cours de cette période, une cible privilégiée des actions militaires successives menées par lesdits ennemis[94], peut-être fomentées par son apparente fragilité du point de vue défensif. Bien qu'il ne s'agisse que d'une hypothèse, je suis certain que la mort de Diogo de Azambuja, donataire de la ville et du château fort d'Agûz, aux alentours de cette date, entraînant une perte d'efficacité de la donation mentionnée et un vide, a certainement contribué à la décision d'évacuer la place.

La seconde phase de la présence portugaise à Agûz a eu lieu entre 1519 et 1525, après l'abandon de la vieille localité, et a eu pour scénario le « Château fort nouveau » ou le Château fort *Mascarenhas* (fig. 5)[95]. À propos de cette phase, Bernard Rosenberger a

Fig. 5 – O "*Castelo Novo*" de Aguz (Soeira Quedima, Marrocos). / Le "Château fort nouveau" d'Agûz (Souira Qdima, Maroc).

quedo, capitão de Safim», *in* João Paulo Oliveira e Costa (coord.), *A Nobreza e a Expansão – Estudos Biográficos*, Cascais, Patrimonia, 2000, pp. 177-197, e, no que toca à aludida pressão militar, a correspondência de Nuno Fernandes de Ataíde, Álvaro do Tojal e D. Nuno Mascarenhas, enviada a D. Manuel, entre 1515 e 1518, publicada nas *SIHM*, I, pp.722-725, 741-744 e 755-758 e *SIHM*, II, pp. 148-149 e 197-201.

94. Cf., como anteriormente, a correspondência de Lopo Barriga, Nuno Fernandes de Ataíde e D. Nuno Mascarenhas, *SIHM*, I, pp. 746-749 e 755-758 e *SIHM*, II, pp. 197-201.

95. Este castelo, no que diz respeito à sua tipologia, corresponde, de forma simplificada, ao que Rafael Moreira designa como forte costeiro, cf. Rafael Moreira, «A época manuelina», *in* Rafael Moreira (dir.), *Portugal no Mundo – História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 133. O mesmo, construído de pedra e cal, possui dimensões reduzidas, com pouco mais de trinta e cinco metros de lado, apresenta uma forma quadrangular, com apenas uma entrada no lado nascente e dois baluartes cilíndricos colocados nos ângulos noroeste e sudeste, onde estariam instaladas bocas de fogo, cf. Jorge Correia, «Souira Qedima [Aguz] (Marrocos)», *in* José Mattoso (dir.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo: Arquitetura e Urbanismo – África, Mar Vermelho e Golfo Pérsico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 110-111.

os Mouros », *Anais de História de Além-Mar,* III, 2002, pp. 61-62 ; André Pinto S. D. Teixeira, « Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca está quedo, capitão de Safim » ?, *in* João Paulo Oliveira e Costa (coord.), *A Nobreza e a Expansão – Estudos Biográficos*, Cascais, Patrimonia, 2000, pp. 177-197, et, en ce qui concerne la pression militaire précitée, la correspondance de Nuno Fernandes de Ataíde, Álvaro do Tojal et D. Nuno Mascarenhas, envoyée à D. Manuel, entre 1515 et 1518, publiée par Pierre de Cenival, *op. cit.*, Tome I, pp. 722-725, 741-744 et 755-758, et dans les *SIHM*, II, pp. 148-149 et 197-201.

94. Cf., comme précédemment, la correspondance de Lopo Barriga, Nuno Fernandes de Ataíde et D. Nuno Mascarenhas, *SIHM*, I, pp. 746-749 et 755-758 et *SIHM*, II, pp. 197-201.

95. Pour ce qui à trait à sa typologie, ce château fort correspond, de façon simplifiée, à ce que Raphael Moreira désigne comme fort côtier, cf. Rafael Moreira, « A época manuelina », *in* Rafael Moreira (dir.), *Portugal no Mundo – História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisbonne, Publicações Alfa, 1989, p. 133. Celui-ci, construit en pierre et chaux, possède des dimensions réduites, avec à peine plus de trente cinq mètres de côté, il présente une forme quadrangulaire, avec une seule entrée du côté est et deux bastions cylindriques placés aux angles nord-ouest et sud-est, où seraient installées des bouches à feu, cf. Jorge Correia, « Souira Qedima [Aguz] (Marrocos) », *in* José Mattoso (dir.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo : Arquitetura e Urbanismo – África, Mar Vermelho e Golfo Pérsico*, Lisbonne, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 110-111.

Fig. 6 – Armas dos Mascarenhas e, em baixo, do lado esquerdo, lápide que assinala o lugar onde foi sepultado D. Nuno de Mascarenhas, capitão de Safim (capela-mor da Igreja do Convento de Santo António, Alcácer do Sal). / Blason des Mascarechas et, en bas à gauche, pierre tombale de D. Nuno Mascarenhas, capitan de Safi (chœur de l´église du couvent de Saint Antoine, Alcácer do Sal).

a été construit en pure perte»[96] e, noutro momento, caracterizando a sua ocupação, «La garnison du castelo d'Aguz fut rapidement réduite à la défensive et malmenée. Mise dans une situation intenable, il fallut se résigner à l' évacuer»[97].

Efetivamente, olhando para trás, afigura-se inegável que a construção do «Castelo Novo», em 1519, pelo então capitão de Safim, D. Nuno Mascarenhas (fig. 6), se desenrolou num contexto de retração da influência portuguesa na região[98]. Não negando que esse recuo

affirmé : « Le Château fort d'Aguz a été construit en pure perte »[96] et, à un autre moment, lors de la caractérisation de son occupation « La garnison du Château fort d'Aguz fut rapidement réduite à la défensive et malmenée. Mise dans une situation intenable, il fallut se résigner à l'évacuer» [97].

En effet, si l'on regarde en arrière, il semble indéniable que la construction du « Château fort nouveau », en 1519, par l'alors capitaine de Safi, D. Nuno Mascarenhas (fig. 6), a eu lieu dans un contexte de rétraction de l'influence portugaise dans la région[98]. Sans pour

96. Bernard Rosenberger, «Note sur Kouz…» cit., p. 62.

97. Bernard Rosenberger, «Note sur Kouz…» cit., p. 61.

98. Veja-se, a propósito da construção desta fortaleza, a carta de D. Nuno Mascarenhas a el-rei D. Manuel, datada de Safim, a 22 de maio de 1519; a do bispo de Safim ao mesmo, datada de Azamor, a 11 de agosto de 1519; a de D. Manuel ao bispo de Safim, datada de Évora, a 11 de outubro de 1520 e, finalmente, a de D. João Mascarenhas, filho de D. Nuno Mascarenhas, sobre os serviços de seu pai, sem data mas, com toda a segurança, posterior a 1522, publicadas nas *SIHM*, II, respetivamente, nas pp. 244-247, 251-254,

96. Bernard Rosenberger, « Note sur Kouz… » cit., p. 62.

97. Bernard Rosenberger, « Note sur Kouz… » cit., p. 61.

98. Voir à propos de la construction de ce château fort, la lettre de D. Nuno Mascarenhas adressée au roi D. Manuel, datée de Safi, 22 mai 1519 ; celle de l'évêque de Safi à celui-ci, datée d'Azemmûr, 11 août 1519 ; celle de D. Manuel à l'évêque de Safi, datée d'Évora, 11 octobre 1520 et, finalement, celle de D. João Mascarenhas, fils de D. Nuno Mascarenhas, sur les services de son père, non datée mais,

possa ter sido identificado na época, não me parece, no entanto, razoável que a decisão de erguer uma fortaleza, nas proximidades do rio dos Sáveis, tenha assentado numa perceção que antecipasse aquilo que – sabemos nós hoje – foi o destino da presença portuguesa na região. Aliás, antes pelo contrário, a decisão de erguer uma fortaleza, a pouca distância da anterior, junto do mar e sem as fragilidades do ponto de vista defensivo do dito «Castelo Velho», só pode ter sido determinada, como me parece que foi, pela perceção de que a construção da mesma poderia contribuir decisivamente para a reaquisição do controlo da região pela coroa portuguesa[99].

Em rigor, se é certo que a presença portuguesa nesta fortaleza foi, de facto, curta e, com toda a certeza, difícil, atendendo às circunstâncias e à pequenez da mesma, também é notório que pouco sabemos sobre o assunto. Na realidade, até agora, para além de uma notícia relativa ao «dano que nelle fez a gente do Xarife»[100], algures antes de junho ou julho de 1523, de vagas alusões à possibilidade de o dito castelo ser derrubado, no quadro de um acordo entre as autoridades portuguesas e os Sádidas[101], de uma referência a «Duarte Taveira capitã do castello Mascarenhas»[102], numa carta de quitação passada a Luís Gonçalves, feitor e recebedor na cidade de Safim, datada de Évora, a 18 de março de 1525, e, finalmente, de um apontamento, tardio, que nos dá conta do seu abandono[103], nada mais a documentação nos diz sobre a matéria. Nestas circunstâncias, não só não causa qualquer estranheza como se afigura como a única leitura possível aquilo que Bernard Rosenberger entendeu afirmar sobre a ocupação desta fortaleza portuguesa no Norte de África, curiosamente a última a ser construída e a primeira a ser abandonada. Afinal, o que o autor fez não foi mais que inferir do contexto e da escassa informação oferecida pelas fontes que a ocupação dessa fortaleza não pode ter sido muito diferente daquilo que é veiculado pela célebre imagem de

autant nier que ce recul a peut-être été identifié à l'époque, il ne me semble cependant pas raisonnable de considérer que la décision d'ériger un château fort, dans les proximités du fleuve des Aloses, s'inscrive dans une perception qui aurait pu anticiper ce qu'a été – nous le savons aujourd'hui – le destin de la présence portugaise dans la région. Au contraire, la décision d'ériger un château fort, à peu de distance du précédent, près de la mer et sans les fragilités du point de vue défensif dudit « Château fort vieux », n'a pu être déterminée, comme il semble que ce fut le cas, que par la constatation selon laquelle la construction de celui-ci pourrait contribuer de manière décisive à la récupération du contrôle de la région par la couronne portugaise[99].

Si, en toute rigueur, il est vrai que la présence portugaise dans ce château fort a été, de fait, courte et, de toute évidence, difficile, attendu les circonstances et la petitesse de celle-ci, il est également manifeste que nous savons très peu de choses à ce sujet. En réalité, à ce jour, outre une nouvelle concernant le [« ravage que les gens du Chérif y ont fait »[100]], aux alentours de juin ou juillet 1523, quelques vagues allusions à la possibilité que ledit château fort soit détruit, dans le cadre d'un accord entre les autorités portugaises et les Sa'adiens[101], une référence à [« Duarte Taveira capitaine du Château fort *Mascarenhas* »[102]], dans une lettre de quittance délivrée à Luís Gonçalves, facteur et récepteur dans la ville de Safi, datée d'Évora, 18 de mars 1525, et, finalement, une note, tardive, qui nous apprend son abandon[103], les documents ne nous apportent rien de plus à ce sujet. Dans ces circonstances, non seulement cela n'est pas surprenant, mais, de plus, ce que Bernard Rosenberger a affirmé sur l'occupation de ce château fort portugais en Afrique du Nord, curieusement le dernier à avoir été construit et le premier à avoir été abandonné, s'avère également la seule lecture possible. Après tout, l'auteur n'a fait qu'inférer le contexte et les rares informations

280-281 e 296-297. No caso daquela que D. Manuel enviou ao bispo de Safim, publicada, parcialmente, na obra mencionada antes, veja-se, a totalidade do documento, em anexo.

99. Cf. carta de D. Nuno Mascarenhas a D. Manuel, datada de Safim, a 22 de maio de 1519, publicada nas *SIHM*, II, pp. 244-247.

100. Carta de el-rei D. João III a Gonçalo Mendes Sacoto, sem indicação de local nem data mas, presumivelmente, de um dos meses e ano mencionados antes, publicada nas *SIHM*, II, p. 309.

101. Cf. carta enviada por vários cativos portugueses a D. João III, sem local nem data mas, presumivelmente, posterior a 10 de setembro de 1523, publicada nas *SIHM*, II, p. 326.

102. Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel»… cit., Volume IX, p. 453.

103. Cf. memória de Gonçalo Mendes Sacoto, provavelmente de maio ou junho de 1530, publicada nas *SIHM*, II, p. 524.

en toute certitude, postérieure à 1522, publiées dans les *SIHM*, II, respectivement, pp. 244-247, 251-254, 280-281 et 296-297. Dans le cas de celle que D. Manuel a envoyée à l'évêque de Safi, publiée, partiellement, dans l'œuvre mentionnée ci-dessus, voir, l'intégralité du document, en annexe.

99. Cf. lettre de D. Nuno Mascarenhas à D. Manuel, datée de Safi, 22 mai 1519, publiée dans les *SIHM*, II, pp. 244-247.

100. Lettre du roi D. João III à Gonçalo Mendes Sacoto, sans indication de lieu et de date mais, probablement, d'un des mois et de l'année mentionnés supra, publiée dans les *SIHM*, II, p. 309.

101. Cf. lettre envoyée par plusieurs captifs portugais à D. João III, sans indication de lieu et de date mais, probablement, postérieure au 10 setembre 1523, publiée dans les *SIHM*, II, p. 326.

102. Anselmo Braamcamp Freire, « Cartas de Quitação del Rei D. Manuel »… cit., Volume IX, p. 453.

103. Cf. mémoire de Gonçalo Mendes Sacoto, datée probablement de mai ou juin 1530, publié dans les *SIHM*, II, p. 524.

Oliveira Martins, «que as praças da Africa eram pontões immoveis, ancorados, constantemente batidos pelas vagas da mourama tempestuosa»[104].

Ora bem, se é mais que certo que a breve ocupação desta fortaleza foi marcada por uma forte pressão militar, pois de outra forma não se explicaria o seu despejo, dois documentos agora revelados sugerem que a mesma não se reduziu, afinal, a uma mera condição defensiva.

O primeiro documento, um rol dos homens de armas que estavam em Aguz, em março de 1523, mostra-nos que, nesse preciso momento, quer dizer, antes ou durante um ataque perpetrado pelos Sádidas[105], o «Castelo Novo» contava com uma guarnição manifestamente reduzida[106]. Mais ainda, a referida guarnição, constituída tão-somente por 30 homens de armas, entre os quais, o capitão, o único homem a cavalo, vários besteiros e espingardeiros, contava, então, apenas com um bombardeiro. Em qualquer caso, podemos depreender, tanto da dimensão da fortaleza como da pequenez da guarnição, que a sua capacidade para enfrentar aquele ataque, revelada precisamente nesse ano, sugere, de algum modo, que essa ameaça não era, pelo menos por então, tão grave quanto era apregoado.

O segundo, uma petição de Duarte Taveira, donatário do «Castelo Novo», documento sem data mas, com toda a certeza, anterior a 1533, revelou-se ainda mais interessante. O aludido documento, desde logo, permitiu-nos não só identificar o primeiro e último donatário desse castelo, Duarte Taveira, como reconstituir alguns aspectos do seu percurso em Marrocos, desde 1510, passando pelo momento em que D. João III *lho mandou derribar*[107], até à sua presença em Safim, depois desse episódio[108]. Para além disso,

104. J. P. de Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 265.

105. Cf. carta de el-rei D. João III a Gonçalo Mendes Sacoto, sem indicação de local nem data mas, provavelmente, de junho ou julho de 1523, publicada nas *SIHM*, II, p. 309.

106. Cf. documento 11, em anexo.

107. Documento 12, em anexo.

108. As fontes disponíveis, às quais podemos agora acrescentar esta petição, sugerem-nos que este Duarte Taveira, tendo servido em Marrocos desde 1510, é o mesmo que, em 1515, vemos a acompanhar Manuel de Noronha, filho de João Gonçalves da Câmara, 2.º capitão-donatário do Funchal, quando este foi em socorro de Safim, ao que tudo indica, à frente dos 30 homens de armas que Diogo Taveira, seu tio, corregedor na ilha da Madeira, fornecera para o dito socorro e, finalmente, aquele a que faz menção Damião de Góis, a propósito de uma entrada que fez D. Nuno Mascarenhas, cf. carta de Nuno Fernandes de Ataíde, capitão de Safim, a el-rei D. Manuel, datada de Safim, a 4 de agosto de 1515, publicada nas *SIHM*, I, p. 723; Jerónimo Dias Leite, *Descobrimento da Ilha da Madeira e Discurso da Vida e Feitos dos Capitães da dita Ilha*, edição de João Franco Machado, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1947,

offertes par les sources selon lesquelles l'occupation de ce château fort n'a pas pu être si différente de ce qui est véhiculé par la célèbre image d'Oliveira Martins, [« que les places d'Afrique étaient des pontons immobiles, ancrés, constamment frappés par des vagues de Maures impétueux provenant de ce territoire »[104]].

Ainsi, s'il est plus que certain que la brève occupation de ce château fort a été marquée par une forte pression militaire, sans quoi on ne pourrait pas expliquer qu'il a été vidé de ses habitants, deux documents maintenant révélés suggèrent que cette occupation ne s'est pas limitée, après tout, à une simple condition de défense.

Le premier document, une liste d'hommes d'armes qui étaient à Agûz, en mars 1523, nous montre que, à ce moment précis, autrement dit, avant ou pendant une attaque perpétrée par les Sa'adiens[105], le « Château fort nouveau » comptait une garnison manifestement restreinte[106]. En outre, ladite garnison, constituée uniquement de 30 hommes d'armes, parmi lesquels se trouvait le capitaine, le seul homme à cheval, plusieurs arbalétriers et espingardiers, comptait alors seulement un bombardier. Dans tous les cas, cela nous permet de conclure à partir de la taille du château fort et de la petitesse de la garnison, que sa capacité à faire face à cette attaque, révélée précisément cette année-là, suggère, en quelque sorte, que cette menace n'était pas, tout du moins, à ce moment précis, aussi grave que d'aucuns le disaient.

Le second, une pétition de Duarte Taveira, donataire du « Château fort nouveau », document non daté, mais, de toute évidence, antérieur à 1533, s'est révélé encore plus intéressant. Le document mentionné, nous permet dès lors, non seulement d'identifier le premier et le dernier donataire de ce château fort, Duarte Taveira, mais également de reconstruire certains aspects de son parcours au Maroc, depuis 1510, en passant par le moment où D. João III *lui demanda de le détruire*[107], jusqu'à sa présence à Safi, après cet épisode[108]. En outre, lorsqu'il demande une grâce, en

104. J. P. de Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Lisbonne, Imprensa Nacional, 1891, p. 265.

105. Cf. lettre du roi D. João III à Gonçalo Mendes Sacoto, sans indication de lieu et de date mais, probablement, de juin ou juillet 1523, publiée dans les *SIHM*, II, p. 309.

106. Cf. document 11, en annexe.

107. Document 12, en annexe.

108. Les sources disponibles, auxquelles nous pouvons maintenant ajouter cette pétition, nous suggèrent que ce Duarte Taveira, ayant servi à l'Afrique du Nord depuis 1510, est le même qui, en 1515, accompagne Manuel de Noronha, fils de João Gonçalves da Câmara, 2e capitaine-donataire de Funchal, quand celui-ci est allé secourir la ville de Safi, tout semble indiquer, qu'il était à la tête de 30 hommes d'armes que Diogo Taveira, son oncle, corrégidor dans l'île de Madère, aurait fournis pour ledit secours et, finalement, celui auquel fait mention Damião de Góis, à propos d'une entrée faite

ao pedir uma mercê, sustentando-a nos serviços que prestara e nas perdas que sofrera ao serviço do rei, o requerente fornece-nos dados particularmente interessantes sobre a vida na fortaleza durante o período em análise. Com efeito, ao mencionar que, estando na dita fortaleza, aí perdera 600 cabeças de gado miúdo, 30 bois e vacas, 14 camelos, 80 porcos, etc., o aludido capitão e donatário sugere claramente que, durante a sua estada no local, se mantivera a prática habitual das razias, o que, aliás, é confirmado num outro trecho em que o mesmo se refere explicitamente ao assunto[109]. A estas perdas, acrescenta ainda Duarte Taveira, podem também somar-se os 25 escravos que lhe morreram de peste, um barco e redes de pesca que lhe destruíram e, finalmente, as sementeiras de trigo e cevada que lhe queimaram[110].

Como é óbvio, de tudo o que foi dito depreende-se, em meu entender, que não podemos reduzir os últimos dias da presença portuguesa em Aguz a uma mera condição defensiva. Na verdade, creio que a presença portuguesa nas imediações do rio dos Sáveis, no essencial, não terá mudado muito desde os seus primórdios, na vila e castelo de Aguz, até às vésperas do despejo do *Castelo Mascarenhas* ou, por outras palavras, estou certo que essa presença, quer num

pp. 37-38 e Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*... cit., Parte IV, p. 122. Ao tempo deste último capitão, D. Nuno Mascarenhas, o mesmo Duarte Taveira surge empenhado em diligências em torno da construção do dito *Castelo Mascarenhas*, após o que, por mercê régia, lhe terá sido feita doação do referido castelo, cf. carta de D. Nuno Mascarenhas a D. João III, datada de Safim, a 22 de maio de 1519, publicada nas *SIHM*, II, pp. 244-245 e documento 12, em anexo. Enfim, ainda no que concerne à presença de Duarte Taveira no Norte de África, para além de uma menção ao mesmo como «capitã do castello Mascarenhas», a qual consta de uma carta de quitação a Luís Gonçalves, feitor e recebedor na cidade de Safim, este também nos surge, em 1526, agora em Safim, não só a propósito do alardo feito por Garcia de Melo, capitão da mesma cidade, como a receber uma mercê régia, designadamente, «hunas casas com sus logias que estam na minha feytoria velha da çidade de cafim» [*sic*], cf. Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel»... cit., Volume IX, p. 453; carta de Garcia de Melo, capitão de Safim, a D. João III, datada de Safim, 5 de outubro de 1526, publicada nas *SIHM*, II, pp. 378 e 380 e carta de mercê a Duarte Taveira, cavaleiro da Casa Real, de umas casas em Safim, de Almeirim, a 10 de fevereiro de 1526, a qual se conserva, inédita, na *Chancelaria Régia*, D. João III, *Doações, Ofício e Mercês*, Livro 36, fólio 30v. Na sequência dos inúmeros serviços prestados no Norte de África e, muito provavelmente, dando satisfação aos pedidos do referido cavaleiro, encontramo-lo, mais tarde, entre 1527 e 1540, incumbido de outras tarefas ou a receber mercês régias, cf. carta de brasão de armas, datada de Lisboa, a 13 de abril de 1527; carta de privilégio de fidalgo, na qual se faz menção a que se preparava para partir, em serviço de el-rei, para a Guiné, de Évora, a 17 de outubro de 1533 e, por fim, carta de mercê da capitania da fortaleza da Costa da Malagueta, de Lisboa, 16 de agosto de 1540, documentos que, inéditos, se encontram na *Chancelaria Régia*, D. João III, *Doações, Ofícios e Mercês*, pela ordem indicada, respetivamente, no Livro 2, fólio 57v., Livro 46, fólios 71-72 e Livro 40, fólio 217.

109. Documento 12, em anexo.

110. Documento 12, em anexo.

alléguant les services rendus et les pertes subies pendant qu'il était au service du roi, le requérant nous fournit des données particulièrement intéressantes sur la vie dans le château fort au cours de la période à l'étude. En effet, en faisant allusion au fait qu'il perdit, dans ce château fort, 600 têtes de menu bétail, 30 bœufs et vaches, 14 chameaux, 80 porcs, etc., ledit capitaine et donataire indique clairement qu'au cours de son séjour dans ce lieu, les razzias restaient une pratique courante, ce qui, d'ailleurs, est confirmé dans un autre passage dans lequel il aborde explicitement le sujet[109]. Duarte Taveira déclare, par ailleurs, qu'à ces pertes s'ajoutent 25 esclaves qui sont morts de la peste, un bateau et des filets de pêche qu'ils lui ont détruits et, finalement, les ensemencements de blé et d'orge qu'ils lui ont brûlés[110].

Dans cette perspective, il est clair, à mon avis, qu'on ne peut pas réduire les derniers jours de la présence portugaise à Agûz à une simple condition défensive. En vérité, je crois que la présence portugaise dans les environs du fleuve des Aloses n'aura pas, pour l'essen-

par D. Nuno Mascarenhas, cf. lettre de Nuno Fernandes de Ataíde, capitaine de Safi, adressée au roi D. Manuel, datée de Safi, 4 août 1515, publiée dans les *SIHM*, I, p. 723 ; Jerónimo Dias Leite, *Descobrimento da Ilha da Madeira e Discurso da Vida e Feitos dos Capitães da dita Ilha*, édition de João Franco Machado, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1947, pp. 37-38 et Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*... cit., Partie IV, p. 122. À l'époque de ce dernier capitaine, D. Nuno Mascarenhas, ce même Duarte Taveira apparaît occupé dans des démarches autour de la construction dudit Château fort *Mascarenhas*, après quoi, celui-ci lui aurait été donné en guise de grâce royale, cf. lettre de D. Nuno Mascarenhas à D. João III, datée de Safi, le 22 mai 1519, publiée dans les *SIHM*, II, pp. 244-245 et document 12, en annexe. Finalement, toujours en ce qui concerne la présence de Duarte Taveira en Afrique du Nord, outre une mention à celui-ci, comme [« capitaine du Château fort *Mascarenhas* »], qui figure dans une lettre de quittance adressée à Luís Gonçalves, facteur et récepteur dans la ville de Safi, celui-ci nous apparaît également, en 1526, cette fois-ci à Safi, non seulement à propos de la parade faite par Garcia de Melo, capitaine de cette même ville, mais recevant une grâce royale, notamment, [« de quelques maisons avec leurs loggias qui se trouvaient dans ma vieille factorerie de la ville de Safi »], cf. Anselmo Braamcamp Freire, « Cartas de Quitação del Rei D. Manuel »... cit., Volume IX, p. 453 ; lettre de Garcia de Melo, capitaine de Safi, adressée à D. João III, datée de Safi, 5 octobre 1526, publiée dans les *SIHM*, II, pp. 378 et 380 et lettre de privilège à Duarte Taveira, chevalier de la *Casa Real*, de quelques maisons à Safi, datée d'Almeirim, 10 février 1526, laquelle se conserve, inédite, dans la *Chancelaria Régia, D. João III, Doações, Ofício e Mercês*, Livre 36, folio 30v. Suite aux innombrables services fournis en Afrique du Nord et, très probablement, pour satisfaire les demandes dudit chevalier, nous le retrouvons, plus tard, entre 1527 et 1540, chargé d'autres tâches ou recevant des grâces royales, cf. lettre de blason d'armes, datée de Lisbonne, 13 avril 1527 ; lettre de privilège de gentilhomme, dans laquelle il est dit qu'il s'apprêtait à partir, au service du roi, en Guinée, d'Évora, 17 octobre 1533 et, finalement, une lettre de privilège de la capitainerie de la forteresse de la *Côte de la Malaguette*, de Lisbonne, 16 août 1540, ces documents inédits se trouvent dans la *Chancelaria Régia*, *D. João III, Doações, Ofícios e Mercês*, dans l'ordre indiqué, respectivement, dans le Livre 2, folio 57v., Livre 46, folios 71-72 et Livre 40, folio 217.

109. Document 12, en annexe.

110. Document 12, en annexe.

quer noutro lugar, assumiu contornos semelhantes. Em qualquer um dos casos, tratou-se de uma presença profundamente marcada pela pequenez dos lugares, lugares fixados na fronteira entre a Duquela e a Xiátima, cuja sobrevivência esteve, desde sempre, vinculada ao apoio da população autóctone, designadamente dos chamados Abida (*ʿAbda*). Nestas circunstâncias, o seu abandono, em 1525, ou seja, no ano em que os xarifes Sádidas, Mulei Amete Aláreje (*Mawlāy Aḥmad al-Aʿraḏj*) e seu irmão Mulei Mafamede Xeque (*Mawlāy Muḥammad al-Shaykh*), se apoderaram de Marráquexe (*Marrākush*) e em que o primeiro se converteu em rei de Marrocos[111], não podia deixar de ser entendido como a única solução possível, face ao aumento da pressão Sádida e à consequente perda do apoio local.

Alguns anos após ter sido derribado o «Castelo Novo», algures em maio ou junho de 1530, Gonçalo Mendes Sacoto registou numa memória o seguinte: «E lembra-me que, quando me Vossa Alteza mandou derribar Aguz, disse o Xarife que quem desfazia o seu, não tomaria o alheio»[112]. Na verdade, como já assinalou com notável perspicácia Bernard Rosenberger, o abandono da última fortaleza portuguesa construída em Marrocos «marque le début d'une ère nouvelle et apparaît comme un tournant dont l'importance n'a pas été suffisamment marquée: plusieurs textes pourtant disent nettement que c'est dès ce moment-là que les Chérifs n'ont plus craint le Portugal»[113].

Na sequência do despejo de Aguz, quer dizer, entre 1526 e 1529, D. João III empreendeu várias diligências no sentido de identificar qual era, afinal, a situação das praças portuguesas no Norte de África, do ponto de vista financeiro e militar[114]. Ao tempo e nos anos que se seguiram, designadamente entre 1529 e 1541[115], D. João III procedeu a consultas, junto de uns poucos fidalgos e prelados, auscultando-os, entre outras coisas, sobre os destinos da presença portuguesa no Norte de África, sem que, sobre o assunto, se chegasse a algum consenso[116]. Em 1532, D. João III

111. Cf. Pierre de Cenival, «Marrākush», *in* C. E. Bosworth *et alii*, *The Encyclopaedia of Islam,* nova edição, Volume VI, Leiden, Brill, 1991, p. 594.

112. *SIHM*, II, p. 524.

113. Bernard Rosenberger, «Note sur Kouz…» cit., p. 62.

114. Cf. Maria Leonor García da Cruz, «As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África», *Mare Liberum*, XIII, Junho de 1997, p. 132 e 134.

115. Em rigor, a controvérsia em torno do projeto de expansão portuguesa no Norte de África não só remonta aos primórdios do século XV como se prolongou, com particular vigor, pela segunda metade do século XVI e, de alguma forma, até ao fim da presença portuguesa na região, ou seja, no século XVIII.

116. Para além do artigo mencionado antes, veja-se, a propósito deste assunto, Maria Leonor García da Cruz, «As controvérsias ao

tiel, beaucoup changé depuis ses débuts, dans la ville et le château fort d'Agûz, jusqu'à la veille de l'abandon du Château fort *Mascarenhas* par ses habitants ou, en d'autres termes, je suis sûr que cette présence a pris, dans un lieu comme dans l'autre, des contours similaires. Dans les deux cas, il s'est agi d'une présence profondément marquée par la dimension réduite des lieux, fixés à la frontière entre la Dukkâla et la Shiâdma, dont la survie a été, depuis toujours, liée au soutien de la population autochtone, notamment des dénommés ʿAbda. Dans ces circonstances, son abandon, en 1525, soit l'année où les chérifs saʿadiens Ahmad al-Aʿraj (*Mawlāy Aḥmad al-Aʿraḏj*) et son frère Muhammad Shaykh (*Mawlāy Muḥammad al-Shaykh*), se sont emparés de Marrakech et où le premier s'est converti en roi du Maroc[111], était inévitablement compris comme la seule solution possible, au vu de la pression grandissante des Saʿadiens et de la perte conséquente du soutien local.

Quelques années après avoir démoli le « Château fort nouveau », autour du mois de mai ou juin 1530, Gonçalo Mendes Sacoto a enregistré dans un mémoire ce qui suit : [« Et je me souviens que, lorsque Votre Altesse m'a ordonné de démolir Agûz, le Chérif a dit que celui qui détruirait le sien ne prendrait pas celui de l'autre »[112]]. En fait, comme l'a perspicacement fait remarquer Bernard Rosenberger, l'abandon du dernier château fort portugais construit au Maroc [« marque le début d'une ère nouvelle et apparaît comme un tournant dont l'importance n'a pas été suffisamment marquée : plusieurs textes pourtant disent nettement que c'est dès ce moment-là que les Chérifs n'ont plus craint le Portugal »[113]].

Suite à l'évacuation de la ville d'Agûz, c'est-à-dire, entre 1526 et 1529, D. João III entreprit plusieurs démarches pour déterminer quelle était, en fin de compte, la situation des places portugaises en Afrique du Nord, d'un point de vue financier et militaire[114]. Dans la période et les années qui ont suivi, notamment entre 1529 et 1541[115], D. João III a procédé à des consultations, auprès de quelques gentilshommes et prélats, en recueillant, entre autres choses, leurs opinons sur le

111. Cf. Pierre de Cenival, « Marrākush », *in* C. E. Bosworth *et alii*, *The Encyclopaedia of Islam,* nouvelle édition, Volume VI, Leiden, Brill, 1991, p. 594.

112. *SIHM*, II, p. 524.

113. Bernard Rosenberger, « Note sur Kouz… » cit., p. 62.

114. Cf. Maria Leonor Garcia da Cruz, « As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África », *Mare Liberum*, XIII, Juin 1997, p. 132 et 134.

115. Strictement parlant, la controverse autour du projet d'expansion portugaise en Afrique du Nord remonte non seulement aux débuts du XV[e] siècle mais s'est prolongée, avec une vigueur particulière, tout au long de la seconde moitié du XVI[e] siècle et, d'une certaine façon, jusqu'à la fin de la présence portugaise dans la région, autrement dit, jusqu'au XVIII[e] siècle.

solicita licença à Santa Sé para derrubar alguns lugares, designadamente Safim, Azamor (*Azammūr*) e Alcácer Ceguer (*al-Ḳaṣr al-Ṣaghīr*), pedido que, como é sabido, só obteve resposta, positiva, largos anos depois, em 1541, pela bula *Licet Apostolicae Sedis*, de 8 de novembro[117].

Entretanto, os acontecimentos precipitam-se. Depois de um longo cerco, entre setembro de 1540 e março do ano seguinte, inesperadamente, Santa Cruz do Cabo de Guer caiu nas mãos de Mulei Mafamede Xeque (*Mawlāy Muḥammad al-Shaykh*). Depois de semelhante tragédia, não tardou que D. João III, sem delongas, ordenasse o abandono de Safim e de Azamor. Como no caso de Aguz, anos antes.

destin de la présence portugaise en Afrique du Nord, sans parvenir toutefois à un quelconque consensus sur ce sujet[116]. En 1532, D. João III demanda la permission au Saint-Siège de détruire quelques places, en particulier Safi, Azemmûr et Qsar Sghîr, cette demande, comme on le sait, n'obtiendra une réponse positive que de nombreuses années plus tard, en 1541, par la bulle *Licet Apostolicae Sedis*, du 8 novembre[117].

Entre-temps, les événements se précipitèrent. Après un long siège, entre septembre 1540 et mars de l'année suivante, inopinément, *Santa Cruz do Cabo de Guer* tomba entre les mains de Muhammad Shaykh. Après une telle tragédie, D. João III, ne tarda pas à ordonner l'abandon de Safi et d'Azemmûr. Comme dans le cas d'Agûz, quelques années auparavant.

tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África: compilação de documentos», *Mare Liberum*, XIV, Dezembro de 1997, pp.117-198, artigo que, refundido, também é publicado na presente obra, e Otília Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na época de D. João III: abandono ou permanência?*, Dissertação de licenciatura em História, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1966, publicada com o mesmo título, cf. *Portugal em Marrocos na época de D. João III: abandono ou permanência?*, Funchal, Ed. Secretaria Regional do Turismo e Cultura/Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998.

117. Cf. Luís Augusto Rebelo da Silva, *Corpo Diplomático Português*, Volume II, Lisboa, Real Academia das Ciências, 1865, p. 343 e Luís Augusto Rebelo da Silva, *Corpo Diplomático Português*, Volume IV, Lisboa, Real Academia das Ciências, 1870, pp. 374-376.

116. Outre l'article susmentionné, voir sur ce sujet, Maria Leonor Garcia da Cruz, « As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África : compilação de documentos », *Mare Liberum*, XIV, décembre 1997, pp. 117-198, un article qui, refondu, est également publié dans cet ouvrage, et Otília Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na época de D. João III : abandono ou permanência ?,* dissertation de licence en Histoire, Lisbonne, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1966, publiée avec le même titre, cf. *Portugal em Marrocos na época de D. João III : abandono ou permanência ?,* Funchal, Ed. Secretaria Regional do Turismo e Cultura/Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998.

117. Cf. Luís Augusto Rebelo da Silva, *Corpo Diplomático Português*, Volume II, Lisboa, Real Academia das Ciências, 1865, p. 343 et Luís Augusto Rebelo da Silva, *Corpo Diplomático Português*, Volume IV, Lisbonne, Real Academia das Ciências, 1870, pp. 374-376.

ANEXO

Nota prévia

Na transcrição dos documentos que se seguem, manifestamente conservadora, adoptaram-se os seguintes critérios:

– Desdobraram-se as abreviaturas, com excepção dos numerais, indicando as letras omissas em itálico, conforme o modo de escrita adoptado no mesmo documento ou, na sua falta, o uso da época;
– Manteve-se o uso do *i*, *j*, *u*, *v*, *c*, *ç*, *y*, *g*, *m*, *n*, *R* e de consoantes duplas;
– Manteve-se o til, por exemplo, em *hũa*, *nenhũa* ou *algũa* conforme o uso na época;
– Manteve-se o uso de maiúsculas e minúsculas, tal como consta no original;
– Manteve-se a pontuação;
– Manteve-se, quando tal acontece no original, a apresentação dos títulos, dos sublinhados e de outros sinais, como por exemplo, +, ¶, *X*, ou *o*;
– Separaram-se as palavras que se encontravam juntas ou reuniram-se os elementos dispersos de cada palavra;
– Assinalou-se entre parêntesis rectos as letras ou números riscados, dentro dos mesmos, recorrendo a linhas de pontos, as palavras ilegíveis ou as lacunas do suporte e ainda, em itálico, qualquer interpolação da minha responsabilidade, quer os erros do texto, com *sic*, quer tudo aquilo que foi possível reconstituir;
– Registou-se, entre parêntesis angulares, todas as palavras entrelinhadas;
– Adoptou-se a apresentação do texto em linha contínua, com excepção de um rol, caso em que foi mantida uma apresentação semelhante ao original, e das notas, caso em que se manteve a sua distribuição individualizada;
– Delimitou-se com dois traços oblíquos, seguidos do número atribuído ao fólio findo, entre parêntesis rectos, seguidos novamente por dois traços oblíquos, o fim de cada fólio e, de modo semelhante, limitado apenas por um traço oblíquo, o fim de cada coluna;
– Finalmente, muito embora a maior parte dos documentos que se seguem sejam inéditos, decidiu-se, pela sua relevância, incluir alguns que já haviam sido publicados anteriormente, neste caso, registou-se tal informação em nota de rodapé.

ANNEXE

Remarque préliminaire

Dans la retranscription des documents présentés ci-après, manifestement conservatrice, les critères suivants ont été adoptés :

– Les abréviations ont été dédoublées, à l'exception des chiffres, pour indiquer les lettres manquantes en italique, selon le mode d'écriture adopté dans le même document ou à défaut, conformément à l'usage de l'époque ;
– L'usage de *i, j, u, v, c, ç, y, g, m, n, R* et des consonnes doubles a été maintenu ;
– Le tilde a été maintenu, par exemple, dans *hũa, nenhũa* ou *algũa* ; conformément à l'usage de l'époque ;
– L'usage de majuscules et de minuscules a été maintenu conformément à ce qui figure dans l'original ;
– La ponctuation a été maintenue ;
– La présentation des titres, des soulignés, et d'autres signes, tels que +, ¶, *X*, ou *o* a été maintenue telle qu'elle apparaît dans l'original ;
– Les mots assemblés ont été séparés et les éléments épars de chaque mot ont été réunis ;
– Les lettres ou les nombres rayés ont été signalés entre crochets, dans ceux-ci, les mots illisibles ou les lacunes du support ont été signalés à l'aide de lignes de points et, en italique, toute interpolation relevant de ma responsabilité que ce soit les erreurs du texte, avec *sic*, ou tout ce qui a été possible de reconstituer ;
– Tous les mots interlignés ont été enregistrés entre chevrons ;
– La présentation du texte a été adoptée en une ligne continue, à l'exception d'une liste, dans laquelle une présentation semblable à l'original a été maintenue, les notes ont également gardé leur distribution individualisée ;
– La fin de chaque folio a été délimitée par deux traits obliques suivis du numéro attribué au folio terminé, entre crochets, suivis de nouveau par deux traits obliques, et de la même façon, la fin de chaque colonne a été délimitée par une seule barre oblique ;
– Finalement, même si la plupart des documents présentés ci-après sont inédits, il a été décidé, compte tenu de leur importance, d'inclure certains de ceux qui avaient déjà été publiés auparavant, dans ce cas, cette information a été signalée en note de bas de page.

1

Mandado de Diogo de Azambuja, capitão e governador de Safim, para Heitor Gonçalves, feitor, pagar a Isaac Benzamerro 10$160 reais, por 100 alqueires de trigo que lhe mandou comprar para fazer biscoito, o qual foi enviado para Aguz.
S. l. [Safim], 27 de novembro de 1508.
Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Parte II, Maço 15, Doc. 156.[1]

+

d*iog*o d azambuja do co*n*selho d el Rej noso S*enh*or e capitão e*m* esta çydade de çafy*m* c*etera* man*d*o a vos eytor g*onçall*v*e*z feytor e*m* a dycta cydade da p*ar*te do dycto s*enh*or q*ue* pagejs a Jsaq*ue* bezamero m*er*cador aquj esta*n*te dez mjll e ç*en*to e sesemta r*eai*s de ç*em* allq*ueire*s de tr*i*go q*ue* lhe man*d*ey co*m*prar e fazer byzcoyto q*ue* man*d*ey a gũuz a reza*m* de hoyte*n*ta r*eai*s allqu*ei*re e q*ue* se mo*n*tou ao dic*t*o p*re*ço hoyto mjll r*eai*s e os dous mjll e ç*en*to e sese*n*ta r*eai*s de moe*n*da e feytyo do byzcoyto e asy fazem hos dy*ct*os x̄ ce*n*to lx r*eai*s e p*er* vos sera lleuado e*m* co*n*ta por*que* asy ho ey po*r* Serujço de sua allteza e eu chr*ist*ouam d allm*ei*da spr*iu*am q*ue* esto espr*e*uj hoJe xxbij de noVe*m*bro de qujnhe*n*tos e oyto añnos c*etera*

a) Diego d aza*m*buja /

out*ra* he e*m* despesa e o t*itul*o fica pera lho leuar p*er* este // [*fol. 1*] //

+

Conheçeo / e co*n*fesou Jsaque bezamero / Reçeber / d eytor g*onçall*v*e*z feytor e*m* esta çydade de çafym / dez mjll e ç*en*to / e sesenta reais neste man*d*ado *con*teudos e po*r* çertyda*m* dello lhe deu este c*onhecimen*to p*or* mj [*sic*] chr*ist*ouam d allm*ei*da esp*riu*am fejto e asynado p*or* a*m*bos hoje xxbij de nov*embr*o de b[c] biij añnos

a) Ch*rist*ouam d alm*ei*da .//.
a) Ysaq*ue* aben zamerro //

Parte 2.ª
Maço 15. Docum. 156. N.º suc. 2272.
Mandado de Diogo d'Azambuja, Capitão na Cidade de Cafim [*sic*], para que Heitor Gonçalves Feitor em a d*ict*a Cidade, pague a Izac Bezamerro Mercador, 10$160 r*eai*s de cem alqueires de trigo q*ue* se lhe comprarão para fazer biscouto: na forma que no mesmo se declara.

27 de Novembro de 1508 // [*fol. 1 v.]* //

1. Este documento, até agora inédito, foi já utilizado, noutras circunstâncias, por José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Os Judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos durante o século XVI*, Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga, 1997, p. 210.

1

Ordre de Diogo de Azambuja, capitaine et gouverneur de Safi, à Heitor Gonçalves, facteur, afin qu'il paie à Isaac Benzamerro 10$160 réaux, pour 100 boisseaux de blé qu'il lui a demandé d'acheter pour faire des biscuits, lequel a été envoyé à Agûz.
S. l. [Safi], le 27 novembre 1508.
Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Parte II, Maço 15, Doc. 61.[1]

1. Ce document, jusqu'à présent inédit, a déjà été ultilisé, dans d'autres circonstances, par José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Os Judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos durante o século XVI*, Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga, 1997, p. 210.

2

Mandado de Diogo de Azambuja, capitão de Safim, para Heitor Gonçalves, feitor, pagar uma certa quantia aos mouros de Abida *e às viúvas de Aguz.*
S. l. [Safim], 20 de janeiro de 1509.
Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Parte II, Maço 16, Doc. 61.

2

Ordre de Diogo de Azambuja, capitaine de Safi, à Heitor Gonçalves, facteur, pour payer une certaine somme aux Maures 'Abda et aux veuves d'Agûz.
S. l. [Safi], 20 janvier 1509.
Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Parte II, Maço 16, Doc. 61.

+

Eytõr g*onçallvez* feytor / ho capitão d*iog*o d aza*m*buja c*etera* vos ma*n*do q*ue* deys aos mouros d abÿda [*sic*] p*or* huu*m* boye [*sic*] q*ue* trouxera*m* e co*m* elles se gastou *jtem* çy*n*quo o*nza*s e m*ei*a de trezen*tos* e vy*n*te r*eais* o*nza* e asy vos ma*n*do q*ue* deys e pagejs a darde*i*ro p*or* try*n*ta farrobas de t*ri*guo q*ue* ma*n*dey dar as vyuvas d agũz tres mjll e seyçen*tos* [*sic*] r*eais* a rreza*m* de çen*t*o e vy*n*te r*eais* p*or* allqueyre e p*or* este meu asynado vos sera*m* lleuados e*m* co*n*ta ho quoall lhe ma*n*dey dar p*orque* lhe matara*m* seus marjdos e*m* serujço d el Rey noso s*enh*or e eu chr*ist*ou*am* d allm*ei*da esp*ri*u*am* q*ue* esto esp*re*uj hoje xx d*ias* de Jan*ei*ro de b^{c} ix añnos c*etera*

a) Diego d aza*m*buja /

a) / n*un*o gato

[*na margem esquerda: / en marge gauche :*] xxx q*ue* sa*m* ij moios [*e, um pouco mais abaixo: / et un peu plus bas :*] ij alq*ueire*s me*i*o faroba [*sic*] // [*fl. 1*] //

+

Conheçeo e co*n*fesou mose darde*i*ro rreçeber d eytor g*onçalvez* feytor estes dynheyros // neste ma*n*dado do capita*m* co*n*teudos q*ue* ssa*m* / çy*n*quo o*nza*s e m*ei*a de prata de trezen*tos* e vy*n*te p*or* o*nza* e tres mjll e seyçen*tos* [*sic*] r*eais* e p*or* ver*d*ade lhe deu este p*or* mj*m* chr*ist*ou*am* d alm*ei*da esp*ri*u*am* feyto e asynado p*or* a*m*bos hoje xxij de Jan*ei*ro de b^{c} ix añnos

a) Ch*rist*ou*am* d almeida

a) mose dardejro

este t*rigo* lhe hey de Leuar e*m* despesa

+

ma*n*dado do capyta*m* de b o*nza*s m*ei*a de prrata [*sic*] e xxx harrobas de tryguo de d*ynhey*ro
L*ivro* do alm*oxarifad*o

b̄ iij^{c} Lx r*eais* // [*fl.1v.*] //

Parte 2.ª
Maço 16. Doc. 61. N.º suc. 233[...] [*ilegível*]
Ordem porque o Capitão Diogo d aZambuja, mandou dar a Eytor Gonçalves, a certos Mouros 3$600 reis, e huns marcos de prata

A 20 de Janeiro de 1509

+

ma*n*dado do capyta*m* de b o*nza*s m*ei*a xxx hahorobas [*sic*] de trygo // [*fl. 2*] //

3

Mandado de D. Pedro de Azevedo, fidalgo da Casa Real, capitão e governador de Safim, para Heitor Gonçalves, feitor, pagar 480 reais aos moradores de Aguz que trouxeram doentes que aí estavam.

S. l. [Safim], 23 de outubro de 1509.
Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Parte II, Maço 19, Doc. 21.

3

Ordre de D. Pedro de Azevedo, gentilhomme de la Maison royale, capitaine et gouverneur de Safi, adressé à Heitor Gonçalves, facteur, afin qu'il paie 480 réaux aux habitants d'Agûz qui ont ramené des malades qui s'y trouvaient.
S.l. [Safim], le 23 octobre 1509
Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Parte II, Maço 19, Doc. 21.

+

dom pedro d azeuedo fydallgo da casa d el Rey noso senhor capitão e gouernador em esta sua çydade de çafym / mando a vos eytõr gonçalvez feytor que pagẽys d alluger aos mo[*rado*]r[*es*] que trouxeram hos doentes que estavam em aguz em ssuas bestas quoatroçentos e oytenta reais e per este mando aos contadores que vos sejam llevados em conta fẽyto [*sic*] per mjm christouam d allmeida hoje xxiij d oytubro de b^{c} ix cetera

a) N*u*no gato

a) // dom p*e*dro // // [*fl. 1*] //

+ Conto de iiij^{c} reais dos qoua*tros*entos [*sic*] oytenta que fezerom por todos iiij^{c} lxxx reais

Parte 2.ª
Maço 19. Doc. 21. N.º suc. 2806.
Mandado de D. Pedro de Azevedo Fidalgo da Caza d' El Rey, e Governador de Çafim para se darem 480 reais; a quem trouxe os doentes que estavão em Aguz

A 23 de Outubro de 1509 // [*fl. 1 v.*] //

4

Carta de mercê pela qual el-rei D. Manuel permite a Diogo de Azambuja, estando este no reino, conservar a renda de duzentos e treze mil reais e vinte moios de trigo por ano, relativa às capitanias de Safim e Aguz.

Almeirim, 10 de janeiro de 1510.
Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro das Ilhas, fl. 127-127v.

4

Lettre de grâce par laquelle le roi D. Manuel permet à Diogo d'Azambuja, qui se trouvait dans le royaume, de conserver le revenu de deux cent treize mille réaux et vingt muids de blé par an, concernant les capitaineries de Safi et d'Agûz.
Almeirim, le 10 janvier 1510.
Torre do Tombo, *Leitura Nova,* Livro das Ilhas, fl. 127-127v.

¶ diogo d azambuja doaçam de juro e herdade da capitania da villa d aguz com cemto cinquenta mjll reais em cada huum anno.[2]

Dom manuel e cetera. A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que esguardando nos ahos merecimentos de diogo d azambuJa do nosso comselho e ahos mujtos e estremados seruiços que a nos e ahos nossos regnos e assi ahos reys passados nossos antecessores tinha feictos e em especiall aho seruiço que nos hora fez quando a deus graças a nossa cidade de çafim veo a nossa maao [*sic*] e poder e bem assi no fazimento de nosso castello Reall que por nosso mandado foy fazer queremdo nos agalardoar e satisfazer lhe fazemos doaçam e merçee de

2. O título está registado a vermelho no original.

2. Le titre est écrit en rouge dans l'original.

juro e d herdade da capitania da nossa villa d anguz [*sic*] com çemto e çinque*n*ta mjll rr*eai*s em cada huu*m* anno com tall emtendimento e decraraçam que se em sua uida nom Remdesse tamto por que elle podesse auer hos dictos cemto e ci*n*que*n*ta mjll rr*eai*s ou parte delles que ho q*ue* fallecesse atee comprimento de cem mjll rr*eai*s hos ouuesse pellas Remdas da nossa alfandega da dicta cidade de cafi [*sic*] e per seu fallecimento seus herdeiros que a dicta capitania herdassem ouuessem hos dictos çemto e cinquoenta mjll rr*eai*s pello Rendimento da dicta uilla d anguz [*sic*] soomente Remdesse segundo em sua doaçam mais compridamente he co*n*teudo e assi lhe fazemos merçee da capitanja / [*col. A*] / da dicta cidade com ho hordenado que ha*m* hos outros capitaaes [*sic*] dos outros nossos lugares d alem que sam çemto e treze mjl rr*eai*s em dinheiro e vimte moyos de trigo em cada huu*m* anno. E hora por folgaremos de elle se asemtar e descamsar dos trabalhos e seruiços passados auendo respecto a sua hidade a lhe nisso fazeremos aquella homrra e mercee que elle mereçe e he Razam que lhe fazamos temos por bem e nos praz que hos dictos duzemtos e treze mjll rr*eai*s e hos dictos vimte moyos de trigo que asi la auija pella maneira sobredicta com has dictas capitanias .sc*ilicet*. çemto e treze mjll rr*eai*s e vimte moyos de triguo com a de çafim e cem mjll com ha d arguz [*sic*] que auia d aver çertos e seguros quer as rremdas da dicta uilla rendessem quer nam como dicto he seruindo nos e estamdo nos dictos lugares elle hos tenha e aja de nos nestes regnos em sua cassa em dias de sua vida. E esto des p*ri*meiro dia de Janeiro que hora passou da era presemte da quinhentos e dez em dia*n*te hos quãaes lhe seram asemtados em os liuros de nossa fazenda e dos dictos vi*n*te moyos de triguo tirara em cada huu*m* an*n*o carta pera hos auer em as nossas Jugadas de samtarem omde avemos por bem que lhe seiam pagos. E hos dictos duze*n*tos e treze mjll rr*eai*s que lhe seiam asemtados e pagos em ho noso almoxarifado de coimbra per esta nossa carta sem mais tirar outra de nossa fazemda pagos pello re*n*dimento das nossas sisas de montemor o velho e de tauarede ahos quartees do an*n*o per imteiro sem quebras. E porem mandamos aho nosso almoxarife ou Recebedor do nosso almuxarifado [*sic*] de coimbr*a* que hora he e aho diamte for e aho escp*ri*uam de seu ofiçio que des ho dicto prime*iro* dia de Janeiro em diamte em cada huu*m* anno como dicto he lhe de e pague hos dit*os* duze*n* // [*fl.* cxxbij] // tos e treze mjll rr*eai*s pello Remdimento das dictas sissas de montemoor e tauarede asi ahos quartees por inteiro sem q*ue*bra e per o trellado desta que sera registado no liuro do dicto almoxarifado pello dicto esp*ri*uam e conhecimemto do dicto diogo d azambuJa mandamos ahos nossos contadores que lhos leuem em comta. Empero porquamto esta satisfaçam e merçee emtram hos cem mjll rr*eai*s que lhe demos com ha dicta capitania d arguz [*sic*] que elle auia d auer quer has re*n*das della ho remdessem quer nam e hos leua em cheo por esta carta tudo ho que a dicta villa d arguz [*sic*] Remder em sua uida delle dicto diogo d azambuJa se arecadara la pera nos por nossos ofiçiaes e depois aueram seus descemdemtes a dicta capitania segundo forma de sua doaçam como em çima faz memçam. E bem assi nos praz per falleçimento do dicto diogo d azambuJa daremos e fazeremos merçee a huu*m* seu filho mayor que a hora de sua morte ficar de cinquemta mjll rr*eai*s destes dereictos pera hos auer de nos e*m* cada huu*m* anno. E ysso meesmo n*os* praz lhe dar e fazer merçee aho dicto seu filho do oficio de veador moor da nossa artelharia que elle de nos tem. E por a dicta satisfaçam que lhe assi damos elle nos leixou as dictas capitanias de çafim e do castello rreall pera dellas fazermos ho que nossa mercee for e has cartas que dellas tinha foram rrotas aho asignar desta. em testemunho e por firmeza de todo lhe mandamos dar esta carta p*er* nos asignada e aseellada do nosso seello pemdemte. Dada em almeirim. ahos dez dias de Janeiro gaspar rro*drigue*z a fez de mjll e quinhemtos e dez annos.

5

Carta régia, na qual se inclui o traslado da carta de mercê pela qual Diogo de Azambuja foi feito capitão e governador de Safim e recebeu a doação de Aguz, concedendo-lhe uma certa renda pela capitania de Safim, a qual deixou, e confirmando-lhe, a si e à sua descendência, a doação de Aguz.

Almeirim, 30 de janeiro de 1510.

Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro 2.º de Reis, fl. 212v-213v.[3]

3. Este documento, agora publicado na totalidade, foi parcialmente publicado nas *SIHM*, I, pp. 169-173.

5

Lettre royale incluant une copie de la lettre patente par laquelle Diogo de Azambuja a été fait capitaine et gouverneur de Safi et reçu la donation d'Agûz, lui concédant une certaine rente pour la capitainerie de Safi, qu'il a laissée, et lui confirmant, à lui ainsi qu'à sa descendance, la donation d'Agûz.

Almeirim, le 30 janvier 1510

Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro 2.º de Reis, fl. 212v-213v.[3]

3. Ce document, publié maintenant dans son intégralité, a déjà été partiellement publié dans les *SIHM*, I, pp. 169-173.

¶ A el Rey declaraçam como deu a dioguo d azambuja satisfaçam pella capitania de çafi no almoxarifado de coimbra com as decraraçõoes e limitaçooes [*sic*] aqui declaradas e *cetera*.[4]

Dom manuel. e *cetera* A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que nos temos fecto huua [*sic*] doaçam e mercee a dioguo d azambuJa do nosso comselho da quall ho teor he este que se segue. ¶ Dom manuell per graca [*sic*] de deus Rey de portugall e dos algarues d aquem e dalem mar em africa senhor de guinee e da comquista nauegaçam comerçio d etiopia arabia e persia e da imdia a quantos esta carta virem fazemos saber que esguardando nos hos muitos seruiços que diogo d azambuJa do nosso comselho e capitam do nosso castello rreall do mogador tem fectos a ell Rey dom afomso meu tio e a ell Rey dom Joham meu primo que sancta gloria aja e a nossos regnos assi no fazimento do castello da cidade de sam Jorge da mina de que tamto seruiço e proueito Redondou a nosos Regnos e senhorios com aJuda de nosso senhor pera sempre / [*col. A*] / Redondara como ysso mesmo em outros mujtos serujcos [*sic*] asy de paz como de guerra em que semdo emcarregado pllos [*sic*] dictos Reys nosos antecessores deu de sy sempre tall comta como perteecia [*sic*] a esforcado [*sic*] e homrrado caualleiro e leall criado e vassallo de seu Rey esguardamdo como semdo elle enujado por nos conhecendo ser elle muyto aucto pera nos semelhante carreguos como per esperiençia elle sempre mostrou a fazer a fortaleza do castello Reall do mogador elle a fez com todo esforço cujdado siso e diligençia como a nosso serujço e bem de nosos Regnos cumpria. auendo respecto ysso mesmo como nos ho emuiamos a fazer hũua fortaleza nas nossas cassas da nossa çidade de çafim e estando dentro em ella hos mouros da dicta cidade vieram sobre elle e ho cercaram nas dictas cassas tendo elle comsiguo pouca gente e hos mouros semdo mujtos elle semdo assy cercado se pos em tall horde [*sic*] que não soomente se defemdeo de que alguus [*sic*] pareçiam que tinham rrazam de se concertar mais aimda saio a pellejar com hos dictos mouros o que foy fecto assi esforcadamente [*sic*] e co [*sic*] tall rrecado delle e de nossa gemte e criados nossos que com elle estauam que desbaratara hos dictos mouros e em tall maneira que lhes conueo emtregarem logo a elle dicto dioguo d azambuJa em nosso nome a fortaleza chaues das portas Justiça e Remdas da dicta çidade pera daquelle dia por diamte em que se acabou de ganhar como em lugar nosso e como tem e como em cada huum de nossos Regnos mandaremos de todo usar como louuores a nosso senhor em todas as outras cousas se faz pello quall auendo nos respecto a todos hos dictos seruicos [*sic*] e como sam dignos de mujta merçee por serem em cossas [*sic*] principallmente que foram e sam acrecentamento de nossos regnos e com ajuda de nosso senhor o frujto delles pera sempre em nossos regnos durara queremdo hos em parte agalardoar como a nos cabe fazer aaquelles que nos assi be [*sic*] // [*fl. 212v.*] // e homrradamente seruem e por lhe fazermos graça e merçee temos por bem e fazemo llo capitam e regedor in solido da dicta nosa çidade de cafi [*sic*] e damos lhe pera ello todo nosso liure comprido inteiro poder asi e tam compridamente como nos temos e mandamos a todos aquelles que na dicta cidade de çafim forem e em ella viuerem e esteuerem de qualquer estado e comdiçam que seiam asy cristiãos [*sic*] como mouros que façam e cumpram todo aquello que per elle lhe for mandado e lhe seiam em todo obedientes assi e tam compridamente como ho fariam e deuem fazer se nos presente fossemos e que por nos lhe fosse mandado. E queremos e mandamos que se algum fidalguo capitam caualleiro escudeiro e quaaesquer outras pessoas de qualquer estado e priminençia que seiam lhe forem desobedientes a seus mandados ho que nom esperamos que fazam ou fezerem ho que nom deuem que elle dicto capitam hos possa apenar nos corpos e fazemdas assy e tam compridamente como ho nos fariamos se presente fossemos. E outorgamos lhe pera ello e damos lhe pera ello todo nosso comprido e perfecto poder e toda nossa Jurdiçam çiuell e crime alta e baixa mero misto imperio e queremos que elle possa apenar cada huum dos sobredictos fazemdo ho que nom deuem em todo casso que lhe bem pareçer assi e pella guissa que ho nos fariamos se presemte fosemos assy nos corpos como nos beens e ate morte naturall inclusiuell sem delle auer apellaçam nem agrauo pera nenhũua parte. mas todo queremos e nos praz que faca [*sic*] em elle fim. Outrosi temos por bem e queremos e nos praz que elle dicto dioguo d azambuJa nosso capitam da dicta çidade aJa os quintos das caualgadas e pressas do mar e da terra que se fezerem. Outrosi queremos que aJa outra tamta temça soldo e mantimento de sua pessoa como a cada huum dos nossos capitães dos nossos lugares d allem e que lhe se / [*col. A*] / Ja paguo na dicta cidade naquella forma modo e maneira que per nosa hordenança se paga mesmo aos nossos capitãaes nos dictos lugares. Outrosi porque ho dicto dioguo d azambuJa aJa de nos e Receba mais mercee e fiqu<e> em mayor lembrança hos asinados serujços que nas coussas sobredictas delle temos Recebidos. Temos por bem e per esta presente carta lhe fazemos ysso mesmo pura irreuogauel doaçam de Juro e de herdade pera elle e todos seus filhos decemdentes per linha dereicta masculina da capitania do nosso castello d arguz com todollos poderes Jurdicam [*sic*] e alçada que lhe

4. O título está lavrado a vermelho no original.

4. Le titre est écrit en rouge dans l'original.

damos e outorgam*os* com a capitania da dicta cidade de cafi [*sic*] da quall em todo e por todo elle e seus soccessores a que esta merçee dereictame*n*te vier husaram como e*m* cima he contheudo. E quanto aa rremda temça soldo e mantymento de sua pessoa que auera ho dicto dioguo d azambuJa e aquelles q*ue* a dicta capitania da aguz socederem este decraramos per outra nossa carta e aquello q*ue* per ella lhe hordenamos averam segu*n*do que em ella he comtheudo e decrarado e mais nam. Porem o noteficamos assy todo e mandamos ahos veadores da nossa fazemda comtador da dicta cidade e a todos os outros nossos officiaaes della Juizes fidalgos caualleiros escudeiros moradores e pouo da dicta cidade e do dicto castello d aguz e a quaesq*ue*r outros a que esta nossa carta for mostrada e o conhecimento della perteeçer [*sic*] per qualq*ue*r guisa Que seJa que aho dicto dioguo d azambuJa leixem em todo e por todo usar da capitania e rregedoria Della. E assi do dicto castello da aguz e a todos seus socessores com todollos poderes Jurdiça*m* e alçada e p*ri*mine*n*cias que por esta com as dictas capitanias e regedorias lhe damos e outorgamos e lha cumpra*m* e guardem e lha faca*m* [*sic*] co*m*prir e guardar sem mi*n*guoame*n*to algu*um* porq*ue* asi he nossa merçee. E praze nos e ma*n*damos que por esta nossa carta soomente sem mais outr*a* // [*fl.* ccxiij] //auctoridade possa tomar e tome da dicta capitania Regedoria gouuerna*n*ça poderes e cousas aqui decraradas e pessue e de todo usse como aqui he decrarado. Dada em simtra a vimte e cinco dias do mes d agosto añno de nosso senhõr [*sic*] ih*es*u chr*ist*o de mjll e quinhe*n*tos e oyto. E emquanto ho dicto seu filho nam for em hidade pera poder seruir e estar na dicta capitania do dicto castello d aguz nos poeremos em elle quem nos aJa de serujr. Porem sem embargo do dicto diogo d azambuJa nem o dicto seu filho seruirem per ssi a dicta capitania queremos que aJa a temça q*ue* aa dicta capitania d aguz temos hordenada. E hora por folgaremos [*sic*] delle vir repoussar e descansar dos trabalhos e seruiços passados assi como he Razam auendo respecto a sua hidade e dispossiçam nos prouue de lhe satisfazermos e daremos p*e*lla dicta capitania e regedoria da dicta cidade que de nos tinha e nos leixou pera fazermos de todo ho que nossa merçee fosse certa Remda em cada huu*m* anno de nossa fazemda asemtada em noso almoxarifado de coimbra. o quall ouue nossa carta pera lhe per ella seer paga e ma*n*damos peramte nos romper a dicta doaçam e dar estoutra nossa carta p*er*a soomente per ella husar da merçee que lhe tem*os* fecta da Jurdiçam da capitania da dicta uilla d aguz pella guissa e maneira q*ue* em çima he conteudo e decrarado na doaçam da dicta capitania de çafi que nos assi leixou e*m* que se comtem hos poderes e Jurdiçam q*ue* elle e seus descemde*n*tes ha de ter e dos que ha*m* de hussar na dicta villa d aguz hos quães queremos e mandam*os* que inteirame*n*te cu*m*pra*m* e guardem quanto aho que toca a dicta villa e castello d aguz porq*ue* a dicta capitania de çafi sera satisfecto como dicto he. Dada em almeirim a xxx dias de Janeiro an*n*o de nosso senhõr [*sic*] ih*es*u chr*ist*o de mjll e quinhentos e dez annos. Damiam diaz a fez / [*col. A*] /

6

Carta régia, na qual se inclui o traslado de uma carta de mercê a Diogo de Azambuja, relativa às capitanias de Safim e Aguz, confirmando-lhe uma renda de duzentos e treze mil reais e sancionando a venda e trespasse de vinte moios de trigo a Nuno da Cunha.
Almeirim, 13 de novembro de 1513.
Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro das Ilhas, fl.140-141.

6

Lettre royale incluant une copie de la lettre patente adressée à Diogo de Azambuja, relative aux capitaineries de Safi et d'Agûz, lui confirmant une rente de deux cent treize mille réaux et acceptant la vente et le transfert de vingt muids de blé à Nuno da Cunha.
Almeirim, le 13 novembre 1513
Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Livro das Ilhas, fl.140-141.

¶ A diogo d azambuJa padram de duzentos e treze mjll rr*eai*s em dias de sua vida co*m* as declaraçoes [*sic*] nella co*n*teudas.s*cilicet*. do que fica a seu filho mayor. E assi de vi*n*te moyos de trigo que vemdeo a nuno da cunha. e c*etera* [5]

Dom manuel c*etera*. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que diogo d azambuJa do nosso comselho tinha huua [*sic*] carta per nos asignada e asseellada do nosso seello pemdemte do quall o / [*col. A*] / teor de verbo a verbo e ho seguinte. Dom manuell e c*etera*. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que esguardando nos ahos mereçimentos de diogo d aza*m*buJa do nosso comselho e hos mujtos estremados seruiços que em nossos regnos e asi aos rreis passados nossos antecessores tinha feictos e em espeçiall aho seruiço que nos hora

5. O título está lavrado a vermelho no original.

5 Le titre est écrit en rouge dans l'original.

fez quando a d*eu*s graças a nossa cidade de çafim veyo a nossa mãao e poder E bem assi no fazimento do nosso castello Reall que por nosso mandado foy fazer e queremdo nos agalardoar e satisfazer lhe fazemos doaçam e merçee de Juro e d erdade da capitania da nossa villa d aguz com çemto e cinque*n*ta mjll rr*eai*s de Remda em cada huu*m* añno [*sic*] com tall e*n*tendimento e decraraçam que se em sua vida nam Remdesse tamto per q*ue* elle podesse auer hos dictos çemto e çinquenta mjll rr*eai*s ou parte delles que ho que fallecesse tee co*m*primento de çem mjll rr*eai*s hos ouuesse pellas Remdas da nossa alfamdega da dicta çidade de çafim e por seu fallecimento se*os* herdeiros que a dicta capitania herdassem ouuessem hos dictos çemto e çinquenta mjll rr*eai*s pello Rendimento da dicta villa d arguz [*sic*] somente rremdesse segumdo em sua doaçam mais compridamente he co*n*teudo. E assi lhe fezemos merçee da capitania da dicta çidade com hordenado que am hos capitãaes dos outros nossos lugares d allem que sam çemto e treze mjll rr*eai*s em dinheiro e vimte moyos de trigo em cada huu*m* añno [*sic*] e hora por folgarmos delle se assemtar e descamssar dos trabalhos e seruiços avemdo respeito a ssua ydade e a lhe nisso fazermos aquella homrra e merçee que elle mereçe e he Razam q*ue* lhe façamos temos por bem e nos praz que os dictos duzemtos e treze mjll rr*eai*s e vinte moyos de trigo que assi la auia pella maneira sobredicta com as dictas capita //[*fl.* cR] // nias .s*cilicet*. Cemto e xiij mjl rr*eai*s e vimte moyos de trigo com a de çafim. E cem mjll rr*eai*s com a d aguz q*ue* auia d auer certos e seguros quer as Remdas da dicta villa Remdessem quer nam como dicto he seruindo nos e estamdo nos dictos lugares elle hos tenha e aJa de nos em estes regnos em sua cassa em dias de sua vida. E esto des o p*ri*meiro dia de Janeiro que hora passou da era presemte de quinhentos e dez em diante os quãaes lhe seram asemtados em hos liuros da nossa fazemda. he dos dictos vimte moyos de trigo tirar em cada huu*m* anno carta pera hos auer nas nossas Jugadas de santarem omde auemos por bem que lhe seiam pagos. E hos dictos duzemtos e treze mjll rr*eai*s que lhe seiam asemtados he pagos em ho nosso almoxarifado de coimbra per esta nossa carta sem mais tirar outra carta da nossa fazemda pagos pellos Rendime*n*tos das nossas sissas de montemor ho velho e de tauarede ahos quartees do an*n*o per enteiro e sem quebra. pore*m* mandamos aho nosso almoxarife ou rrecebedor do dicto noso almoxarifado de coimbra q*ue* hora he e ao diamte for e o escp*ri*uam de seu oficio que des o dicto p*ri*meiro dia de Janeiro que pasou em diamte em cada huu*m* an*n*o como dicto he lhe dee e pague os dictos duzemtos e treze mjll rr*eai*s pello Rendimento das dictas sisas de montemoor e tauarede assi ahos quartees por inteiro e sem quebra e por o trellado desta que sera registada no liuro do dicto almoxarifado por ho dicto escp*ri*u*am* com conhecimento do dicto diogo d aza*m*buJa mandamos ahos nossos contadores q*ue* lhes leuem em comta. Empero porquanto em esta satisfaçam e merçee e*n*tram hos cem mjll rr*eai*s que lhe demos co*m* a dicta capitania d aguz que elle avia d auer q*ue*r as Remdas della ho Remdessem quer nam com*m*o [*sic*] dicto e hos leua em cheo per esta carta todo ho que a dicta villa d aguz / [*col. A*] / Remder em sua vida delle diogo d aza*m*buJa rrecadara la pera nos per nossos ofiçiaaes e depois aueram seus decemdemtes a dicta capitania segundo forma de sua doaçam como em çima faz memça*m* e bem assi nos praz por falleçimento do dicto diogo d aza*m*buJa darmos e fazermos merçee a huu*m* seu f*ilh*o mayor que a hora de sua morte ficar de ci*n*quemta mjll rr*eai*s destes dinheiros por hos auer de nos em cada huu*m* añno [*sic*]. E ysso mesmo nos praz lhe dar e fazer merçee aho dicto seu filho de oficio de veedor moor de nossa artalharia que elle de nos tem e por a dicta satisfaçam que lhe assi damos elle nos leixou as dictas capitanjas de çafi e do castello rreall e pera dellas fazermos o que nossa merçee for e as cartas que dellas tinha foram rrotas aho asignar deste. E em testemunho e por firmeza de todo lhe ma*n*damos dar esta carta per nos asignada e assellada do nosso seello pemdemte. Dada em almeirim. a x. dias do mes de Janeiro gaspar rro*drigue*z a fez anno do naçimento de noso senhor ih*es*u chr*ist*o de mjll e quinhentos e dez. E porquanto ho dicto diogo d azambuJa per nosso prazer e comsentime*n*to vemdeo e trespassou desy a temça dos dict*os* vimte moyos de trigo em nuno da cunha fidalgo de nossa cassa lhos deu em pagamento de duas mjll dobras que deuia a seu Jamrro martim da silueira sogro do dicto nuno da cunha a que foy dado padram dellos per nos asinado pera os aver de Janeiro que vem de quinhemtos e xiiij° em diamte. mandamos romper amte nos a dicta carta e dar esta per nos asignada e assellada do nosso seello pemdemte aho dicto diogo d azambuJa per a quall q*ue*rem*os* e nos praz que elle tenha e aJa de nos os dictos duzemtos e treze mjll rr*eai*s q*ue* ficam e*m* dias de sua vida assi e na maneira q*ue* na dicta carta he comteudo e lhe outorgamos e conçedemos todo mais q*ue* se // [*fl. 14ov.*] // nella comtem tiramdo soomente hos vinte moyos de trigo que asi vemdeo aho dicto nuno da cunha como dicto he mandamos aho dicto almoxarife ou rreçebedor do dicto almoxarifado de coimbra que hora he ou a qualquer outro que aho diamte for que em cada huu*m* anno lhe dee e pague hos dictos duzemtos e treze mjll rr*eai*s pellas sisas dos dictos lugares assi he na maneira q*ue* em çima faz memçam. Dada em almeirim ahos xiij dias de nouembro. Dieg<o> Vaaz a fez de mjll e quinhemtos e treze.

7

Carta régia pela qual D. Manuel define os termos e limites da jurisdição de Diogo de Azambuja como capitão de Aguz.
Almeirim, 18 de janeiro de 1515.
Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João III*, Doações, Ofícios e Mercês, Liv. 47, fl. 127.[6]

7

Lettre royale, par laquelle D. Manuel définit les termes et les limites de la juridiction de Diogo de Azambuja en tant que capitaine d'Agûz.
Almeirim, le 18 janvier 1515
Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João III*, Liv. 47, fl. 127.[6]

[*No canto superior esquerdo, lê-se: / Dans le coin supérieur gauche, on lit :*] Jlhas

A diogo d aza*m*buya limitação de quomo ha de uzar da sua capitania d aguz[7]

Dom [Joham] [*riscado*] <manuell c*etera*> a quamtos esta nosa carta vire*m* fazem*os* sabẽr [*sic*] que nos po*r* os m*ui*tos serujcos [*sic*] q*ue* temos r*ecebid*os de dj*eg*o d azambuya do noso comselho lhe fazemos m*er*çe d juro e herdade da capitanja d aguz seguumdo co*m*pridamente he co*n*teudo na carta q*ue* da dic*t*a capitania lhe dem*os* e po*rque* o dic*t*o dj*eg*o d azambuja po*r* se*r*uir a d*eu*s e a nos se vay ora p*er*a o dito lugar d agũz de que he noso capita*m* p*er*a nelle n*os* serujr na dic*t*a capitanja po*rque* se nam movesem duujdas ne*m* debates d antre ele e o capitam da nosa cidad*e* de çaffim e ele dito dj*eg*o d azambuja soubese a manejra e*m* q*ue* ha dic*t*a Capitanja ha de se*r*ujr lhe mandam*os* asemtar nesta carta a mane*i*ra e*m* q*ue* avem*os* po*r* be*m* q*ue* ha dicta capitanja syrua e o que co*m* hela ha de ter de jurdica*m* [*sic*] co*m* todalas outras declaracoes [*sic*] q*ue* nos pareçera*m* necesarja[*s*] as quaãaes sam as segujntes / *Jtem* o dito dj*eg*o d azambuja tera jurdica*m* [*sic*] poder e alcada [*sic*] sobre os mou[*ros*] q*ue* vyuerem dentro no dito llugar d aguz e e*m* seus arabaldes se nos ditos arabaldes do lugar allgu*n*s vyuere*m* e*m* todos os cas*os* asy ciues como crimẽs [*sic*] e ate mort*e* naturall Jmclusyue sem dele av*er* apelaca*m* [*sic*] ne*m* agrauo asy como a dic*t*a jurdica*m* [*sic*] tem os nos*os* capitaaes [*sic*] dos nos*os* lugares d afriqua j*tem* nos p*raz* outorgar e de fejto outorgam*os* ao dito lugar d aguz de lymyte mea legoa de te*r*a e*m* Redomdo do dito lugar p*er*a se aprovejtare*m* os moradores do dito lugar asy chr*ist*ãaos como mojr*os* e*m* suas lavouras e criacoes [*sic*] e no que lhe bem vyer co*m* declaraca*m* [*sic*] q*ue* daquela p*ar*te q*ue* do dito lymit*e* na*m* aprovejtarem aqueles que no dito lugar vyverem se poderam aprovejtar e aprovejtara*m* os mojros d abida em suas criacoes [*sic*] e lavouras e no q*ue* lhe bem vyer como d a*n*tes fazia*m* / jt*em* lhe outorgam*os* q*ue* ho dito djego d aza*m*buja posa fazer gerra aos lugares e ge*n*tes q*ue* esteuere*m* de geraa co*m* safim / Jt*em* lhe outorgam*os* q*ue* hos lugares e te*r*as q*ue* n*os* em xyetema ganhar e trouxer a nosa pãaz o dito diego d aza*m*buja fyque*m* da jurdica*m* [*sic*] d aguz e sogejtos a gente delas ao dito lugar como cousa de sua jurdica*m* [*sic*] semdo pore*m* a tall pãz e asento q*ue* sobre ela for feyto pelo dito dieguo d aza*m*buja aprovado e co*n*fyrmado po*r* n*os* e e*m* outra mane*i*ra na*m* ave*r*a isto lugar *Jtem* o dito dieguo d azambuja na*m* emte*n*dera e*m* cousa algũa sobre mojr*os* de pazes q*ue* ate aguora seja*m* asentad*os* ou ao dia*n*te fore*m* pel*os* Capitãaes das nosas cydades de cafim [*sic*] e d azamor e*m* q*ua*lq*ue*r p*ar*te em q*ue* po*r* eles ou cada hu*m* deles for asentada pãaz ne*m* sobre eles tera mamdo nem jurdicam [*sic*] allgũa porque asy o avem*os* po*r* bem das cousas de noso serujço *Jtem* o dito djeguo d azambuja do e*n*caramen*to* [*sic*] q*ue* hos mojr*os* d abida fezere*m* do dito lugar d aguz e q*u*aaesq*ue*r outros q*ue* aly e*n*carare*m* [*sic*] na*m* levara dj*nheir*o allgu*m* e os ditos mojr*os* teram liberdad*e* p*er*a lyvreme*n*te aly e*n*carare*m* [*sic*] como sempre o fezera*m* sem po*r* iso lhe ser levado d*ere*jto nem d*ere*jto [*sic*] allguu*m* a*n*tes lhe e*n*comendamos e ma*n*dam*os* q*ue* p*er*a seu e*n*caramen*to* [*sic*] aly fezere*m* dee toda ajuda e fauor q*ue* lhe neçesarja for po*r*que de asy lhe s*er* fejto seremos m*ui*to seruido *Jtem* declaram*os* q*ue* qua*n*do allguu*m* mouro de cafim [*sic*] ou da te*r*ra das pazes de cafy [*sic*] se aqueixar d alguu*m* chr*ist*ão d aguz conheca [*sic*] diso dieguo d aza*m*buja p*er*a ouujr o tall mojro co*m* ho chr*ist*ão d aguz de que se quejxar e fazer justica antre eles como po*r* d*ere*jto lhe parecer po*r*que po*r* *ser* o chr*ist*ão da jurdica*m* [*sic*] d aguz q*ue*rem*os* q*ue* asy se faca [*sic*] e qua*n*do allguu*m* chr*ist*ão d aguz se aquejxar de mojro da te*r*ra e paaz de cafy [*sic*] conhecera diso o capita*m* de cafy [*sic*] p*er*a fazer diso justiça como co*m* d*ere*jto lhe pareçer

6. Este documento foi já publicado por Pierre de Cenival nas *SIHM*, I, pp. 672-675 e por Florinda Alves Marques Azinhaga, *A Feitoria de Arguim*... cit., pp. 225-227. Contudo, apesar de já ter sido publicado na íntegra, atendendo à sua relevância para o assunto em análise e a algumas divergências de leitura, entendemos agora oportuno voltar a publicá-lo.

6. Ce document a déjà été publié dans les *SIHM*, I, pp. 672-675 et par Florinda Alves Marques Azinhaga, *A Feitoria de Arguim*... cit., pp. 225-227. Cependant, bien qu'il ait déjà été publié dans son intégralité, compte tenu de son importance pour la question à l'étude et des quelques divergences de lecture, nous estimons qu'il est opportun maintenant de le publier de nouveau.

com as quaaes declaracoes [*sic*] e lymitacoes [*sic*] mandamos ao dito djego d azambuja que huze de sua capitanja do dito lugar d aguz e em todo cumpra o que por esta mandamos sem outra allgũa cousa mais pasar porque todo o mais que fezer e em que emtemder avemos por nhum e de nhum vigor nem força nem queremos que ho poder de sua capitanja A mais se estenda nem em mais aja lugar do que aquy he declarado porque asy o sentymos por muito noso serjco [*sic*] e bem do dito lugar d aguz e do teor desta nosa carta mandamos fazer outra tall a qual mandamos Registar em nosos contos de cafim [*sic*] pera sempre se saber o que nisto temos detremjnado e asentado dada em a nosa vjla d allmejrim a xbiij^{o} de janeiro Antonio stevez a fez ano de v^{c} xb e nom seja duujda honde diz dom manuell porque se fez por verdade.

[*Na margem esquerda:*] D*iego* d azambuja
merce
*concerta*do

8

Carta de mercê de trinta mil reais a António de Azambuja, filho de Diogo de Azambuja.
Lisboa, 2 de março de 1517.
Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel*, Liv. 10, fl. 10v.

8

Lettre de grâce de trente mille réaux à António de Azambuja, fils de Diogo de Azambuja.
Lisbonne, le 2 mars 1517
Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel*, Liv. 10, fl. 10v.

[*Na margem esquerda, lê-se: / Dans la marge gauche on lit :*] ant*oni*o d azanbuja padra*m*

Dom manoell c*etera* a quantos Esta carta vire*m* fazemos saber que avendo Nos RespeJto aos mujtos se*r*ujços que a nos e aos nosos Regnos e asy aos Reyx pasados nosos antececores [*sic*] fez d*iog*o d azanbujaa que de*us* per*d*oe e asy os que ao diante esperamos que fara ant*oni*o d azambujaa seu f*ilh*o he querendo lhe ffazer graça e m*er*çe temos po*r* bem e nos p*raz* que elle tenha e aja de nos de tença [*sic*] e*n*quanto nosa m*er*çe for trinta mjll r*eai*s dos $\overline{ij}^{c}$ $\overline{xiij}$ que de nos tinha o dito d*iog*o d azanbujaa seu pay de tença .*scilicet*. $\overline{Cxiij}$ polla capitanja de çafim por*que* os xx m*oi*os de t*rig*o vendeo a nuno da cunha po*r* nossa L*icen*ça e os $\overline{C}$ que avia com a d agũz E porem mandamos aos vedores de nossa fazenda que lhos fação assentar e*m* os nossos liuros e dar delles carta e*m* cada hu*m* an*n*o pera lugar onde lhe sejam bem paguos e po*r* firmeza delle lhe mandamos dar esta nossa carta de padrão po*r* nos asynada e aselada de nosso sello pendente dada e*m* lix*bo*a aos dous dias de março Vicente [*riscado*] Vicente ff*ernand*ez a fez de $\bar{j}$ b^{c} xbij anos /

9

Carta de mercê de setenta mil reais a Jorge de Azambuja, filho primogénito de Diogo de Azambuja.
Lisboa, 2 de março de 1517.
Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel*, Liv. 10, fl. 10v.

9

Lettre patente de soixante-dix mille réaux adressée à Jorge de Azambuja, fils aîné de Diogo de Azambuja.
Lisbonne, le 2 mars 1517
Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel*, Liv. 10, fl. 10v.

[*Na margem esquerda, lê-se: / Dans la marge gauche on lit :*] Jorge d azanbuja padram

Dom manoell c*etera* A quantos Esta nosa carta vire*m* fazemos saber que avendo nos Respejto aos mujtos seruicos [*sic*] que a nosos Regnos e asy aos Rex pasados nosos anteceçores fez d*iog*o d azanbujaa que de*us* per*d*oe e asy aos que ao diante estperamos [*sic*] que faça Jorge d azanbujaa seu f*ilh*o majs velho E querendo lhe fazer graça e m*er*çe temos po*r* bem e nos p*raz* que elle tenha e aja de nos de merçe e*m* cada hu*m* ano deste Jane*i*ro que pasou dest ano p*er*sente [*sic*] de quinhe*n*tos e dez e sete e*m* diante e*n*quanto nosa mçe [*sic*] for setenta mil r*eai*s .*scilicet*.

L̄ que lhe ao dito seu paj tinhamos por*m*etidos [*sic*] pe*r*a hu*m* seu f*ilh*o major dos ij^{c} xiij r*eai*s que de nos o dito d*iog*o d azanbuja seu pay tinha de merce e*m* cada hu*m* an*n*o .*scilicet*. Cxiij polla capitanja de çafim por*que* os xx mojos de trigo vemdeo a nuno da Cunha po*r* nosa L*icen*ca [*sic*] e os C̄ que avia com a capitanja d aguz E os xx r*eai*s que lhe ora majs damos dos dito*s* ij^{c} xiij alem dos dito*s* L̄ que lhe pello padra*m* do dito seu pai tinhamos por*m*etidos [*sic*] E asy auera os ditos lxx r*eai*s como dito he E porem mandamos aos Veadores de nosa faze*n*da que lhos mande*m* asentar e*m* os nosos liuros della e dar carta delles e*m* cada hu*m* ano pe*r*a onde lhe seja*m* bem paguos E po*r* firmeza dello lhe mandamos dar esta carta padra*m* p*er* nos asynada e aselada com o noso sello pendente dada e*m* a nosa cidade de li*x*bo*a* aos ij d*ias* de março manoell de moura a fez ano de mjll b^{c} xbij an*n*os e o padrão dos ditos ij^{c} xiij r*eai*s que o dito d*iog*o d azanbujaa seu paj tinha foy Roto ao asynar deste /

10

Carta de apresentação de Duarte Fogaça ao bispo de Safim, relativa ao priorado da igreja do «Castelo Novo» *de Aguz.*
Évora, 11 de outubro de 1520.
Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel*, Liv. 35, fl. 80.[7]

[*No canto superior esquerdo, lê-se: / Dans la marge gauche on lit :*] escrita
padroados
*concerta*da
[*Na margem esquerda, lê-se: / Dans la marge gauche on lit :*] d*uar*te fogaça //

comffirmaça*m* da Jgreja do castello de aguz e*m* afriqua a duarte fogaça e c*etera*

Dom manuell e c*etera* A vos Reueremdo Jm chr*ist*o padre dom Joham b*is*po da nosa cidade de çafim em africa do nosso *con*selho e proueador moor do noso spr*i*tall de todollos samt*os* da nosa cidade de li*x*bo*a* e ao voso loguo temte saude e imtera deleiçam p*raz*a v*os* a sab*er* q*ue* nos temos ma*n*dado edeficar o castello d aguz e pouoar e asy ma*n*damos nelle fazer JgreJa e*m* que os chr*ist*ãos q*ue* nelle esteuerem ouçam os ofiçios devinos e Reçebam os sa*n*tos sacrame*n*t*os* e por as JgreJas de todos os lugares q*ue* novame*n*t*e* tomamos aos mouros e edefycamos as ap*re*semtações das JgreJas delles e padroados p*er*temçe*m* Jm solido a nos e nos podemos dellas prouer que*m* ouuermos por bem E ora comfiamdo de duart*e* fogaça noso capellam q*ue* he tall q*ue* nesto s*er*ujra noso s*enh*or o apresemtamos ora ao p*ri*orado da dic*t*a Jgreja d aguz e avemos po*r* bem q*ue* elle aJa com o p*ri*orado da dita JgreJa os dous terços da Remda q*ue* a dic*t*a Jgreja Remder e todo o pee do altar e a out*r*a terça p*ar*te sera p*er*a Vos / E nos poderemos por nas ditas duas p*ar*tes da Remda os Raçoeiros q*ue* nos parecer s*er*ujço de d*eu*s e bem da JgreJa E esta merçe lhe fazemos p*er* v*irr*tude [*sic*] de huu*m* noso alu*ar*a q*ue* p*er*a ello de nos ouue de que o trelado he o segujnt*e* ¶ chamçeler moor amyguo nos temos ma*n*dado hedeficar o castello d aguz e pouoar e asy ma*n*damos nelle fazer Jgreja em que os chr*ist*ãos q*ue* nelle esteuerem ouçam os ofiçios diujnos e Reçebam os samtos sacrame*n*tos e por as Jgrejas de todolos llugares q*ue* novame*n*t*e* tomamos aos mouros e edeficamos as ap*re*semtações das JgreJas delles e padroados p*er*temcem Jm solido a nos e nos podemos delles prouer que*m* ouuermos po*r* bem confiamdo de duarte fogaça noso capellam q*ue* he tall p*ess*oa q*ue* nyso s*er*ujra noso s*enh*or n*os* p*raz* o ap*re*semtarmos ao p*ri*orado da dita JgreJa co*m* o q*ua*ll elle avera os dous terços da remda q*ue* a dic*t*a JgreJa remder e todo o pee do altar e a out*r*a terça parte s*er*ia do b*is*po de cafim [*sic*] e*m* cuJo b*is*pado o dic*t*o lugar esta / noteficamos vo llo asy e ma*n*damos q*ue* lhe ma*n*des fazer sua carta d ap*re*semtaca*m* [*sic*] e*m* forma na q*ua*ll decrarares como a dic*t*a JgreJa he Jn solido da dic*t*a ap*re*semtaça*m* stp*ri*t*a* e*m* eu*or*a a ix d*ias* de out*ubr*o amdre pi*res* a fez de mjll e b^{c} xx / e nos poderemos po*r* nas ditas duas p*ar*tes da Remda os Reçoeyros q*ue* n*os* pareçer s*er*ujço de d*eu*s e bem da Jgreja E Porem v*os* Rogamos e e*n*come*n*damos q*ue* comfirmes no p*ri*orado da dita JgreJa ao dic*t*o d*uar*te fogaça e lhe des diso vosas letras de comfirmaça*m* nas qua*a*es faça exp*re*sa me*n*çam como a nosa ap*re*semtaça*m* he por Vos

7. Este documento, agora publicado na totalidade, foi parcialmente publicado por Pierre de Cenival nas *SIHM*, II, pp. 280-281.

10

Lettre de présentation de Duarte Fogaça à l'évêque de Safi, concernant le prieuré de l'église du « Château fort nouveau » d'Agûz.
Évora, le 11 octobre 1520
Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel*, Liv. 35, fl. 80.[7]

7. Ce document, publié maintenant dans son intégralité, a déjà été partiellement publié dans les *SIHM*, II, pp. 280-281.

comfirmado na dicta Jgreja po*r* ser Jm solido da nosa ap*re*semtaç*am* dada e*m* a nosa cidade d evora aos xj d*ias* do mes d out*ubr*o el Rey o man*d*ou pelo L*icencia*do Ruy da graa [*sic*] do seu *con*selho e ch*ancel*er mõor de seus Regnos e s*enho*rios p*er*o gomez a fez añno de noso s*enh*or Jh*es*uu chr*ist*o de mjll b^{c} xx a*n*nos

11

Alardo que o contador fez no «Castelo Novo» *de Aguz.*

Aguz, março de 1523.
Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Parte II, Maço 107, Doc. 1.

11

Parade que le récepteur a faite dans le « Château fort nouveau » d'Agûz.

Agûz, mars 1523.
Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Parte II, Maço 107, Doc. 1.

[*Em cima, em letra moderna, lê-se: / En haut, en lettres modernes, on lit :*] Castelo d' Aguz

+

Alardo q*ue* ho comtador fez no castelo d aguz deste mes de março de b^{c} xxiij

i*tem* ho senn*h*or capitam – a caValo) ——————————— a c*ava*lo

i*tem* amtonjo seu

o i*tem* al[r][*riscado*]uoro dyas de prroemça [*linha riscada*]

i*tem* Joham da moja bombard*e*jro

i*tem* frr*ançis*co rrod*rigue*z bombard*e*jro [*linha riscada*] partyram

i*tem* Johane seu fylho [*linha riscada*]

o i*tem* Joham de torres b*ombarde*jro [*linha riscada*]

i*tem* manuel py*re*z [Ve][*riscado*] X [*na margem esquerda:*] veyo aguora

i*tem* manuel d*in*jz X

i*tem* frr*ançis*co g*or*yzo X

i*tem* alv*a*rro py*re*z X

i*tem* g*onçal*o diaz X

i*tem* fernan*d* eanes X

i*tem* tome ferr*nande*z X [*na margem esquerda:*] da pora

i*tem* Joham gomez X

i*tem* Joham da barqua X

i*tem* bertolameu gomez X

i*tem* amryque d azeuedo X

i*tem* a*fons*o m*artjn*z anadell X // [*fl. 1*] //

i*tem* gyll esteuẽs X

i*tem* lamçarote d alcoutym X

i*tem* Joham de sousa X

i*tem* amdre a*fons*o de covilhã X

o i*tem* Joham fernandez do crato [*riscado*] X

i*tem* dioguo cordeyrro X

i*tem* loys rryquo X

i*tem* perro [*sic*] de matos X

item frr*ançisc*o de ssalama*n*qua X

os espymgardeyros q*ue* aguora vyeram

i*tem* saquavem

i*tem* amtonjo fernandez o o

i*tem* amtonjo d*in*jz o o

i*tem* a*fons*o pyrez o o

os besteyros

i*tem* bras alu*are*z o o

i*tem* bastyam a*fons*o o o

i*tem* p*er*o a*fons*o dos casos novos o o // [*fl. 1v*.] //

i*tem* aluoro py*re*z e lamçarote d alcoỹtỹm

hũa peça de fyguos i*tem* majs p*er*a aluoro py*re*z hũa aroba d azeyte

i*tem* djoguo cord*ey*rro hũa peça de fygos e hũa aroba d azeyte

i*tem* g*onçal*o djas mea aroba d azeyte e hũa peça de fygos

i*tem* fernan*d* eanes meya aroba d azeyte

i*tem* fernand eanes hũa peça de fygos com Joham ferrnandez de crato

i*tem* Joham ferrnandez do crato meja aroba d azeyte

i*tem* manuel pyrez meja aroba d azeyte

i*tem* frr*an*cisco de salamanqua hũa peça de fygos e hũa aroba d azeyte

i*tem* p*er*o de matos meja aroba d azejte

i*tem* loys rryquo hũa aroba d azeyte e hũa peça de fygos

item frr*ançisc*o ro*drygue*z bombard*ej*ro meja aroba d azeyte

i*tem* frr*an*çisco garcya meja aroba d azeyte

i*tem* o[…] d[…][*tinta trespassada*] hũa peça de fygos // [*fl. 2*] //

Parte 2.ª
Maço 107 Docum*en*to .1. N.º sucessivo [1..185] [*riscado*] 19185
Rol de varias pessoas com o Titulo de Alardo que fazia o Contador do Castello de Agus

Março de 1523

42 // [*fl. 2 v.*] //

12

Petição de Duarte Taveira, último donatário do "Castelo Novo« *de Aguz, descrevendo os seus serviços e solicitando uma mercê régia.*
S. l. [?], s. d. [posterior a 1525 e anterior a 1533[8]].
Torre do Tombo, *Fragmentos*, Caixa 6, maço 1, doc. n.º 10.

12

Pétition de Duarte Taveira, dernier donataire du « Château fort nouveau » d'Agûz décrivant ses services et demandant une grâce royale.
S. l. [?], s. d. [postérieure à 1525 et antérieure à 1533[8]].
Torre do Tombo, *Fragmentos*, Caixa 6, maço 1, doc. n.º 10.

*senh*or

diz duarte tau*ei*ra que temdo lhe el Rey vosso padre q*ue* samta gl*or*ia aJa ffeita mercẽe do castello d aguuz assy por seus seruicos [*sic*] como po*r* temdo em elle despessa sua fazemda por lhe parecer q*ue* fazia em cousa sua v*ossa* a*lteza* lho ma*n*dou derribar o q*ue* foy causa de ficar pobre e necessitado e per cima de tudo lhe morrero*m* nelle xxb pecas [*sic*] d escrauos de peste / omde em o tempo q*ue* esteue gastou muyto em dar de comer ao capitam e toda sua gemte todas as vezes q*ue* hya e vinha das cauallgadas sem nu*n*ca em elle lhe matarem nem catiuarem homem. /
i*tem* outrosy no seg*un*do dia de seu catiueiro correrom os mouros ao dito castello e lhe matarom hũa escraua e lhe leuarom huu*m* escrauo com bj^{c} cabecas [*sic*] de gado meudo e trimta e tamtos bois e vaquas e xiiij camellos / e lhe matar*om* lxxx porcos e lhe leuarom duas egoas / e huu*m* poldro e huu*m* Semd*ei*ro / e certas burras e asy lhe queimarom hum barco e Redes e lhe destroyrom e queymarom tres moyos e meo de triguo e ceuada q*ue* tinha Semeado Seg*un*do v*ossa* a*lteza* pode v*er* pollas Jmquiricoes [*sic*] q*ue* laa mandou tirar q*ue* sam em poder do *con*de do vimyoso /.
i*tem* outrosy Seus Seruicos [*sic*] q*ue* forom de muyta sustancia e calidade q*ue* fez na guerra dos mouros de ix do mes d outubro do Añno de mill b^{c} e dez a esta p*ar*te em muitas pelejas e batalhas campaees q*ue* Se desbarataro*m* em q*ue* foy per muitas vezes ferido e cauallos mõrtos [*sic*] omde Sempre de sy deu m*uy*to boa comta como he notoreo. /
i*tem* que ora per derrad*ei*ro os mouros lhe destroirom hũuas ortas q*ue* tinha em cafy [*sic*] que em cada hum añno lhe Remdião dez doze mill r*eai*s
i*tem* per cima de tudo lhe leuarom ora huu*n*s p*rop*rios q*ue* ouue co*m* sua molher em cassamemto põllo [*sic*] que fiqua o maes p*er*dido homem destes Regnos Pede a v*ossa* A*lteza* q*ue* em satisfacam [*sic*] deste castello e de seus Seruicos [*sic*] e dos mujtos gastos q*ue* tem f*ec*tos e perdas de sua faz*en*da Recebid[*a*] lhe faca [*sic*] mercẽ d alcaidarija moor da mina por seis Añnos / ou d[*a*] capitanija d arguim por outros tantos / ou lhe ponha o ordenado d[*o*] dito castello em temca [*sic*] ./ ou lhe dobre seu cassam*en*to e lhe ponha a moradija [...][*rasgado*] em temca [*sic*] e q*ue* vaa por elle a mina / ou lhe faca [*sic*] merce dhũua come*n*da [...] [*rasgado*] q*ue* xiij ou xiiij añnos ha q*ue* tem seruida de q*ue* tem sua cãrta e certida[*m*] e em cada hũua destas cousas Recebera mercẽ / // [*fl. 1*] //

8. Este documento, não estando datado, é com toda a certeza posterior a 1525, ou seja, ao ano em que, com toda a certeza, foi abandonado o «Castelo Novo» e, por outro lado, anterior a 8 de Setembro de 1533, data de uma carta de D. João III a D. António de Ataíde, conde da Castanheira, na qual se faz menção a uma «provisão de Duarte Taveira que lhe mandey pasar pera ir servir a sua capitania da caravela pera a Mina», cf. *Letters of John III, King of Portugal (1521-1557)*, ed. J. D. M. Ford, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1931, p. 135, o que, aliás, também é confirmado pela documentação da *Chancelaria Régia*, designadamente por uma carta de privilégio de fidalgo na qual se faz referência a que o dito Duarte Taveira estava prestes a partir para a Guiné, datada de Évora, 17 de outubro de 1533, cf. *Chancelaria de D. João III*, *Doações, Ofícios e Mercês*, Livro 46, fls. 71-72.

8. Ce document, non daté, est de toute évidence, postérieur à 1525, c'est-à-dire, à l'année où probablement, le « Château fort noveau » a été abandonné, et d'autre part, antérieur au 8 septembre 1533, date d'une lettre de D. João III à D. António de Ataíde, comte de Castanheira, dans laquelle on y mentionne une « provisão de Duarte Taveira que lhe mandey pasar pera ir servir a sua capitania da caravela pera a Mina », cf. *Letters of John III, King of Portugal (1521-1557)*, ed. J. D. M. Ford, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1931, p. 135, ce qui, d'ailleurs, est également confirmé par la documentation de la *Chancelaria Régia*, notamment par une lettre de privilège d'un gentilhomme dans laquelle il est mentionné que ledit Duarte Taveira s'apprêtait à partir en Guinée, datée d'Évora, 17 octobre 1533, cf. *Chancelaria de D. João III, Doações, Ofícios e Mercês*, Livro 46, fls. 71-72.

O eixo insular. Açores e Marrocos: relações sociais e económicas (séculos XV-XVIII)*

L'axe insulaire. Açores et Maroc : relations sociales et économiques (XV^e-XVIII^e siècles)*

José Damião Rodrigues, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa)

1. No contexto do *Mediterrâneo Atlântico*, os arquipélagos da Madeira e dos Açores desenvolveram estreitas relações com o Magrebe no âmbito da presença portuguesa em Marrocos. Para além das gentes da Madeira e dos Açores que participaram de forma activa, desde finais do século XV e ao longo de toda a primeira metade da centúria seguinte, com um epílogo no final do reinado de D. Sebastião, nas acções de conquista e ocupação e, depois, de defesa dos territórios norte-africanos, as ilhas desempenharam igualmente um importante papel no aprovisionamento das praças, com destaque para o arquipélago açoriano. Nesta exposição apresentaremos alguns dados relativos às relações sociais e económicas que se teceram entre os Açores e Marrocos no período que se estende de finais do século XV a meados do século XVIII.

2. Se a expansão portuguesa em Marrocos constituiu um prolongamento natural da Reconquista e se o objectivo perseguido pela monarquia e pela nobreza era a conquista total dos territórios magrebinos[1], o facto é que, não obstante todos os esforços e investi-

1. Dans le contexte de la *Méditerranée Atlantique*, les archipels de Madère et des Açores ont développé d'étroites relations avec le Maghreb dans le cadre de la présence portugaise au Maroc. Outre la population de Madère et des Açores qui a participé activement aux actions de conquête et d'occupation et, ensuite, de défense des territoires d'Afrique du Nord, depuis la fin du XV^e siècle et durant la première moitié du siècle suivant, avec un épilogue à la fin du règne de D. Sebastião, les îles ont également joué un rôle important dans l'approvisionnement des places fortes, en particulier l'archipel des Açores. Dans cet exposé nous présenterons quelques données sur les relations sociales et économiques qui se sont tissées entre les Açores et le Maroc dans la période qui s'étend de la fin du XV^e siècle jusqu'au milieu du XVIII^e siècle.

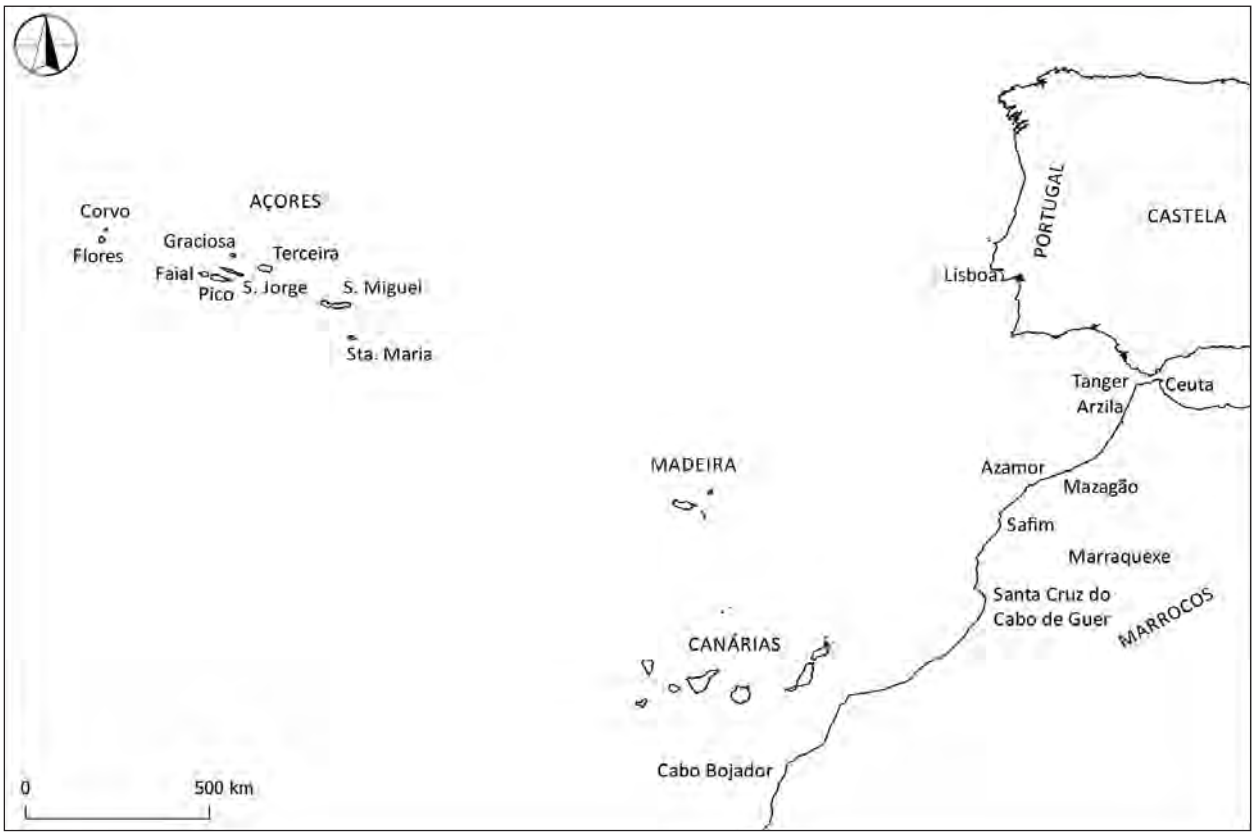
2. Si l'expansion portugaise au Maroc a été un prolongement naturel de la Reconquête et si l'objectif poursuivi par la monarchie et par la noblesse a été la conquête totale des territoires maghrébins[1], le fait est que, malgré tous les efforts et les investissements, l'occupation militaire de l'arrière-pays n'a pas été

* Este texto integra-se no Projecto PTDC/HAH/71027/2006, *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e integra dados obtidos no âmbito do Projecto M2.1.2/I/010/2006, *Nobreza insular e dinâmicas imperiais (século XVI) – NIDI*, do Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores, projecto coordenado pelo autor e financiado pela Direcção Regional da Ciência e Tecnologia (DRCT).

1. Sobre o projecto de conquista de Marrocos e o início da expansão portuguesa, ver Luís Filipe Thomaz, «Le Portugal et l'Afrique au XV^e siècle: les débuts de l'expansion», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXVI, 1989, pp. 161-256 [versão corrigida e aumentada: «A evolução da política expansionista portuguesa na primeira metade de Quatrocentos», *in De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, pp. 43-147].

* Cette texte fait partie du projet PTDC/HAH/71027/2006, *Portugal e o Sul de Marrocos : contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)*, financé par la Fondation pour la science et la technologie (FCT) et intègre des données obtenues dans le cadre du projet M2.1.2/I/010/2006, *Nobreza insular e dinâmicas imperiais (século XVI) – NIDI*, du Centre d'Études Gaspar Frutuoso de l'Université des Açores, ce projet a été coordonné par l'auteur et financé par la Direction Régionale de la science et de la technologie (DRCT).

1. Sur le projet concernant la conquête du Maroc et le début de l'expansion portugaise, voir Luís Filipe Thomaz, « Le Portugal et l'Afrique au XV^e siècle : les débuts de l'expansion », *Archives du Centre Culturel Portugais*, vol. XXVI, 1989, pp. 161-256 [version corrigée et augmentée : « A evolução da política expansionista portuguesa na primeira metade de Quatrocentos », *in De Ceuta a Timor*, Lisbonne, Difel, 1994, pp. 43-147].



mentos, não foi possível concretizar a ocupação militar do *hinterland*. Deste modo, os Portugueses ficaram limitados a um domínio restrito do litoral e a cadeia de cidades-fortalezas conquistadas, encravadas em território hostil, configurou-se como uma fronteira[2].

Apesar das actividades económicas desenvolvidas nas praças luso-marroquinas e da, por vezes, forte presença de mercadores (castelhanos da Andaluzia ou genoveses), o esforço militar e financeiro da coroa portuguesa e a clareza do problema defensivo[3] são bem a demonstração de que nos encontramos perante cidades de fronteira. Quanto ao estatuto dos que viviam nas praças magrebinas, a sua classificação é, a este respeito, elucidativa. Existiam duas catego-

possible. Ainsi, les Portugais se sont limités à une zone restreinte le long du littoral, et la chaîne des villes-forteresses conquises, isolées en territoire hostile, a été configurée comme une frontière[2].

Nonobstant les activités économiques développées sur les places fortes luso-marocaines et la forte présence des marchands (des Castillans d'Andalousie ou des Genevois), l'effort militaire et financier de la Couronne portugaise et la clarté du problème défensif[3] sont bien la preuve que nous sommes en présence de villes frontalières. En ce qui concerne le statut de ceux qui vivaient dans les places fortes maghrébines, leur classification est, à cet égard, éclairante. Il y avait deux catégories principales : les résidents qui étaient les habitants de la ville et constituaient sa population

2. Sobre a expansão portuguesa em Marrocos, ver Robert Ricard, *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1955 [21 artigos publicados originalmente entre 1933 e 1954]; David Lopes, *A Expansão em Marrocos*, Lisboa, Editorial Teorema, 1989 [edição original: 1937]; António Dias Farinha, *História de Mazagão durante o período filipino*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, com um apêndice de 81 documentos (pp. 161-297), e, do mesmo autor, as sínteses «O interesse pelo Norte de África» e «Características da presença portuguesa em Marrocos», *in Portugal no Mundo*, dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, vol. 1, pp. 101-124. As páginas que Fernand Braudel dedicou aos presídios castelhanos na África do Norte podem igualmente ser consultadas com proveito (*O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984, vol. II, pp. 220-229 [edição original: 1966; 4.ª ed., revista e corrigida: 1979].

3. Cf. Robert Ricard, «A propos de «rebato». Note sur la tactique militaire dans les places portugaises du Maroc», *in Études*...cit., pp. 345-355.

2. Sur l'expansion portugaise au Maroc, voir Robert Ricard, *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Coïimbre, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1955 [21 articles publiés à l'origine entre 1933 et 1954] ; David Lopes, *A Expansão em Marrocos*, Lisbonne, Editorial Teorema, 1989 [édition originale : 1937] ; António Dias Farinha, *História de Mazagão durante o período filipino*, Lisbonne, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, avec un appendice de 81 documents (pp. 161-297), et, du même auteur, les synthèses « O interesse pelo Norte de África » et « Características da presença portuguesa em Marrocos », *in Portugal no Mundo*, dir. Luís de Albuquerque, Lisbonne, Publications Alfa, 1989, vol. 1, pp. 101-124. Les pages que Fernand Braudel a consacrées aux prisons castillanes en Afrique du Nord peuvent aussi être utilement consultées (cf. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II*, Lisbonne, Publications Dom Quixote, 1984, vol. II, pp. 220-229 [édition originale : 1966 ; 4e éd., revue et corrigée : 1979].

3. Cf. Robert Ricard, « A propos de "rebato". Note sur la tactique militaire dans les places portugaises du Maroc », *in Études*... cit., pp. 345-355.

rias principais: os *moradores*, isto é, os habitantes da cidade, que constituíam a sua população fixa; e os *fronteiros*, ou seja, os soldados e os nobres que serviam nas praças durante um período de tempo que podia ir até aos quatro anos, esperando poder regressar ao reino e requerer ao rei uma mercê pelos serviços prestados. Em diversas ocasiões, o número dos *fronteiros* ultrapassou o dos *moradores*[4]. Era uma consequência da guerra na fronteira, sobretudo após a conquista de novas posições no Sul durante o reinado de D. Manuel I (1495-1521) e o aumento posterior da pressão contra as posições portuguesas.

No presente estádio dos nossos conhecimentos, não estão ainda identificados todos os açorianos que prestaram serviço militar em Marrocos no período cronológico aqui considerado, embora os dados recolhidos no âmbito de diversos projectos permitam definir uma primeira etapa de crítica e cruzamento de informação, visando ultrapassar algumas das limitações impostas pelas fontes consultadas até ao momento e que aqui comentaremos brevemente.

Desde logo, com base na crónica do sacerdote micaelense Gaspar Frutuoso (1522-1591), *Saudades da Terra*[5], registamos 93 naturais de São Miguel que estiveram no Norte de África, muitos tendo prestado serviço militar em mais de uma praça (quadro 1). A pri-

permanente ; et les frontaliers, c'est-à-dire, les soldats et les nobles qui servaient dans les places fortes pendant une période de temps qui pouvait aller jusqu'à quatre ans, dans l'espoir de revenir au royaume et de demander au roi une grâce pour les services fournis. À plusieurs reprises, le nombre de frontaliers a dépassé celui des résidents[4]. C'était une conséquence de la guerre à la frontière, en particulier après la conquête de nouvelles positions dans le Sud durant le règne du roi Manuel I[er] (1495-1521) et de l'augmentation subséquente de la pression contre les positions portugaises.

À ce stade de nos connaissances, les Açoriens qui ont effectué le service militaire au Maroc, pendant la période chronologique considérée ici, n'ont pas encore tous été identifiés, bien que les données collectées dans le cadre de divers projets permettent de définir une première étape de critiques et de croisements d'information visant à surmonter certaines des limites imposées par les sources consultées à ce jour et que nous commenterons brièvement ici.

Dès lors, à partir de la chronique du prêtre de São Miguel, Gaspar Frutuoso (1522-1591), *Saudades da Terra*[5], nous avons enregistré 93 Açoréens nés à São Miguel qui ont été en Afrique du Nord, bon nombre d'entre eux ayant effectué leur service militaire dans plus d'une place forte (tableau 1). La première obser-

	Século XV XV[e] siècle	**Manuel I** Manuel I[er]	**João III**	**Sebastião**	**Filipe II**	**?**
"África" / Afrique	—	4	—	—	—	37
Ceuta	1	—	—	—	1	1
Tânger / Tanger	—	32	—	—	—	—
Alcácer Ceguer / Ksar Seghir	—	—	—	—	—	1
Arzila / Asilah	1	1	—	—	—	3
Azamor / Azemmour	—	—	—	—	—	—
Mazagão / Mazagan	—	—	—	1	—	—
Safim / Safi	—	1	—	—	—	—
Cabo de Gué / Cap de Gué	—	—	3	—	—	—
Alcácer Quibir / Ksar Kebir	—	—	—	6	—	—

Quadro 1 – Micaelenses em Marrocos, segundo Gaspar Frutuoso (séculos XV-XVI). Fontes: Gaspar Frutuoso, *Livro Quarto das Saudades da Terra* 2.ª ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1977-1985, 3 vols.; Rodrigo Rodrigues, *Genealogias de São Miguel e Santa Maria*, Lisboa, DisLivro Histórica, s.d. [2008], 6 vols.; Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD), Livraria Ernesto do Canto (LEC), Manuscritos, Livro 133-A.

Tableau 1 – Personnes originaires de São Miguel au Maroc selon Gaspar Frutuoso (XV[e]-XV[e] siècles). Sources : Gaspar Frutuoso, *Livro Quarto das Saudades da Terra* (cf. *supra*, note 5); Rodrigo Rodrigues, *Genealogias de São Miguel e Santa Maria*, Lisbonne, DisLivro Histórica, s. d. [2008], 6 vols. ; Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD), Livraria Ernesto do Canto (LEC), Manuscritos, Livre 133-A.

4. Cf. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, «Documentos inéditos para a história dos Portugueses em Azamor», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, 1970, pp. 104-179, *maxime* pp. 113-114; António Dias Farinha, *História de Mazagão*... cit., pp. 54-58.

5. Cf. Gaspar Frutuoso, *Livro Quarto das Saudades da Terra*, 2.ª ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1977-1985, 3 vols.

4. Cf. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, « Documentos inéditos para a história dos Portugueses em Azamor », *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, 1970, pp. 104-179, *maxime* pp. 113-114 ; António Dias Farinha, *História de Mazagão*... cit., pp. 54-58.

5. Cf. Gaspar Frutuoso, *Livro Quarto das Saudades da Terra*, 2[e] éd., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1977-1985, 3 vols.

meira observação que se impõe respeita ao número de indivíduos – 37 – que estiveram em «África», ou seja, no Norte de África em período e em local desconhecidos. Trata-se de um conjunto de actores históricos que viveram sobretudo na viragem de Quatrocentos para Quinhentos, a maior parte dos quais falecidos já quando o cronista recolheu os elementos para a composição da obra, pelo que a informação se resume a uma breve alusão à sua experiência norte-africana. Merecem igualmente referência o número de combatentes em Tânger durante o reinado manuelino, muitos dos quais integrados na companhia do quinto capitão de São Miguel, Rui Gonçalves da Câmara, e a ausência de referências a Azamor.

A acção de diversos indivíduos nomeados por Gaspar Frutuoso situa-se em conjunturas precisas. Assim, 27 dos 32 açorianos que serviram em Marrocos no reinado de D. Manuel I acompanharam voluntariamente o capitão da ilha, Rui Gonçalves da Câmara, na sua ida à corte em 1510, seguindo depois com o capitão para Tânger e, daí, para Arzila, defendendo esta cidade e participando em várias entradas; os três associados a Santa Cruz do Cabo de Gué no reinado de D. João III estiveram todos presentes, sob o comando do capitão de São Miguel Manuel da Câmara, no cerco de 1540-1541, ao qual se seguiu a perda da praça[6]; e os seis falecidos em Alcácer Quibir combateram nas hostes de D. Sebastião. Alguns dos protagonistas de episódios incluídos na narrativa frutuosiana figuram inclusive em obras editadas no século XVI, como a *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, de Damião de Góis[7]. Porém, de um modo geral, os nomes que encontramos nas *Saudades da Terra*, apesar da nobreza de vários e da projecção que uns quantos conseguiram atingir, permaneceram desconhecidos da maior parte dos autores quinhentistas.

Importa ainda acrescentar que, quando Gaspar Frutuoso pôde ter acesso a fontes de informação mais ricas, a sua crónica elucida-nos acerca das trajectórias dos actores, em particular os naturais de São Miguel.

6. Certamente muitos outros naturais das ilhas açorianas e, em particular, de São Miguel terão participado na defesa de Santa Cruz do Cabo de Gué, mas somente uma busca atenta nas fontes relativas a Marrocos existentes no Núcleo Antigo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo permitirá confirmar esta suspeita.

7. Assim acontece, por exemplo, com elementos da família Câmara, capitães de São Miguel, ou com o menos conhecido Pedro da Costa, filho de João Gonçalves, que serviu em Arzila (cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel composta por Damião de Góis*, nova edição conforme a primeira de 1566, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, Parte II, 1953, p. 61 – erradamente, Damião de Góis designa Diogo Nunes [da Câmara] como Diogo Mendes, embora refira expressamente que era «irmão do capitam da ilha de sam Miguel» – e 97, e Parte III, 1954, p. 35).

vation qui s'impose concerne le nombre de personnes – 37 – présentes en « Afrique », ou plus précisément, en Afrique du Nord dans un temps et dans un lieu inconnus. Il s'agit d'un ensemble d'acteurs historiques qui ont principalement vécu au virage du XV^e^ siècle, dont la plupart étaient décédés au moment où le chroniqueur a recueilli les éléments pour la composition de l'ouvrage, raison pour laquelle l'information se résume à une brève allusion à son expérience en Afrique du Nord. Il convient également de mentionner le nombre de combattants à Tanger sous le règne de Manuel I^er^, dont beaucoup sont intégrés dans la compagnie du cinquième capitaine de São Miguel, Rui Gonçalves da Câmara, ainsi que l'absence de références à Azemmour.

L'action de plusieurs personnes mentionnées par Gaspar Frutuoso se situe dans des conjonctures précises. Ainsi, 27 des 32 Açoriens qui ont servi au Maroc sous le règne de Manuel I^er^ ont accompagné, de leur plein gré, le capitaine de l'île, Rui Goncalves da Câmara, lorsqu'il s'est rendu à la Cour en 1510, poursuivant ensuite son chemin avec le capitaine vers Tanger et de là vers Asilah, défendant la ville et participant à plusieurs assauts ; les trois, associés à Santa Cruz du Cap de Gué au cours du règne du roi João III, étaient tous présents sous le commandement du capitaine de São Miguel, Manuel da Câmara, lors du siège de 1540-1541, qui a été suivi par la perte de la place[6] ; les six étant décédés à El-Ksar el-Kebir et ayant combattu dans les rangs de Dom Sebastião. Certains des protagonistes des épisodes inclus dans le récit de *frutuosien* figurent également dans des ouvrages publiés au XVI^e^ siècle, comme la *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, de Damião de Gois[7]. Cependant, en général, les noms que nous trouvons dans *Saudades da Terra*, malgré la noblesse de plusieurs d'entre eux et la projection sociale que quelques-uns sont parvenus à atteindre, sont restés inconnus à la plupart des auteurs du XVI^e^ siècle.

Il faut également ajouter que, lorsque Gaspar Frutuoso a pu avoir accès à des sources d'informations plus riches, sa chronique nous éclaircit sur les tra-

6. Certes, beaucoup d'autres originaires des îles des Açores, en particulier de São Miguel auraient participé à la défense de Santa Cruz du Cap de Gué, mais seule une recherche attentive dans les sources relatives au Maroc qui se trouvent dans le Núcleo Antigo de l'Arquivo Nacional da Torre do Tombo confirmera ce soupçon.

7. C'est ce qui arrive, par exemple, à des membres de la famille Câmara, des capitaines de São Miguel, ou au moins connu Pedro da Costa, fils de João Gonçalves, qui a servi à Asilah (cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel composta por Damião de Góis*, nova edição conforme a primeira de 1566, Coïmbre, Acta Universitatis Conimbrigensis, Partie II, 1953, p. 61 – Damião de Góis désigne à tord Diogo Nunes [da Câmara] comme Diogo Mendes, bien qu'il mentionne expressément qu'il était le [« frère du capitaine de l'île de São Miguel »] – et 97, et Partie III, 1954, p. 35).

Ficamos assim a saber que vários foram aqueles que serviram como *fronteiros*, sobretudo durante o reinado do *Venturoso*, engrossando o número das guarnições[8]; que dois ou três irmãos podiam encontrar-se ao serviço na mesma praça, à sua custa ou a expensas da fazenda paterna[9]; e que o desempenho de alguns lhes valeu o serem armados cavaleiros. Todavia, a ausência de referências cronológicas precisas, a apresentação de versões diferentes e a confusão entre alguns actores históricos são algumas das dificuldades que nos coloca esta crónica, problemas agravados pela ausência ou rarefacção de documentos arquivísticos e, concomitantemente, pela névoa que recobre determinados processos ou momentos[10].

Contudo, alguns silêncios são difíceis de compreender, pois envolvem figuras conhecidas e de indiscutível projecção social nos Açores de Quinhentos, personagens para as quais não se colocava sequer o problema de ter acesso a fontes de informação. A este respeito, o exemplo mais flagrante é o de Pêro Anes do Canto, natural de Guimarães, mas residente na ilha Terceira desde inícios do século XVI, que serviu o rei em Arzila e Azamor, sendo recompensado com o ofício de provedor das armadas, criado cerca de 1527[11]. Acerca da experiência militar de Pêro Anes do Canto em Marrocos, base da sua promoção social, Gaspar Frutuoso nada nos diz, embora se refira por diversas vezes ao homem, ao seu património e a alguns descendentes. E, também de forma paradoxal, face ao que, na primeira metade da centúria de Quinhentos, representava ser-se armado cavaleiro por feitos de armas em Marrocos, no seguimento de uma ideologia com raízes no século anterior – apesar de «alguns sinais

8. Sobre esta questão, ver, entre outros, Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, «Documentos inéditos... cit.», pp. 104-179, *maxime* pp. 111 e 113-114.

9. Estão nesta situação, entre outros exemplos, os irmãos João Jorge e Pedro Jorge, filhos de Jorge Velho e de África Anes; Rui Tavares, Henrique Tavares e Gonçalo Tavares, filhos de Fernão de Anes Tavares e de Isabel Gonçalves de Morais, que serviram em Arzila; e João de Sousa e Gaspar Vaz de Sousa, filhos de Iresa de Sousa (cf. Gaspar Frutuoso, *Livro Quarto das Saudades da Terra*... cit., vol. I, 1977, pp. 101, 167, 173 e 271).

10. Estas não são as únicas críticas que se podem fazer à crónica frutuosiana. A propósito da história da ilha do Faial, ver José Damião Rodrigues, «Gaspar Frutuoso e as dinâmicas sociais e políticas no século XVI», *in História da Ilha do Faial (das origens à época de elevação da Horta a cidade)*, coord. Mário Viana, vol. 1: *Património histórico e literário*, Horta, Câmara Municipal da Horta, 2008, pp. 296-303.

11. Sobre Pêro Anes do Canto, ver Jorge Pamplona Forjaz, *O Solar de Nossa Senhora dos Remédios (Canto e Castro)*, 2.ª ed., revista e aumentada, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1996, pp. 136-143, e sobretudo Rute Dias Gregório, *Pero Anes do Canto: Um homem e um património (1473-1556)*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001.

jectoires des acteurs, en particulier sur ceux qui sont nés à São Miguel. Nous savons ainsi qu'ils ont été nombreux à servir de frontaliers, surtout pendant le règne de Manuel I[er] dit *le Fortuné*, venant grossir le nombre des garnisons[8] ; deux ou trois frères pouvaient se retrouver affectés dans la même place forte, à leurs frais ou aux frais du foyer paternel[9] ; et que la performance de certains d'entre eux leur a valu d'être faits chevaliers. Cependant, le manque de références chronologiques précises, la présentation de versions différentes et la confusion entre certains acteurs historiques sont quelques-unes des difficultés que nous pose cette chronique, ces problèmes sont aggravés par l'absence ou la rareté des documents d'archives et, concomitamment, par le voile qui recouvre certains processus ou périodes[10].

Toutefois, certains silences sont difficiles à comprendre, car ils impliquent des figures connues de projection sociale indiscutable dans les Açores du XVI[e] siècle, des personnages pour lesquels la question de l'accès aux sources d'information ne se posait pas. À cet égard, l'exemple le plus frappant est celui de Pêro Anes do Canto, né à Guimarães, mais résidant dans l'île de Terceira depuis le début du XVI[e] siècle, qui a servi le roi à Asilah et à Azemmour et a été récompensé avec le métier de fournisseur des armées, créé vers 1527[11]. Concernant l'expérience militaire de Pêro Anes du Canto au Maroc, base de sa promotion sociale, Gaspar Frutuoso ne nous dit rien, bien qu'il se rapporte à plusieurs reprises à l'homme, à son patrimoine et à quelques descendants.

Mais alors que, dans la première moitié du XVI[e] siècle on le présentait comme ayant été fait chevalier suite à des faits d'armes au Maroc, poursuivant une idéologie qui avait pris racine dans le siècle précédent

8. Sur cette question, voir, entre autres, Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, « Documentos inéditos... cit. », pp. 104-179, *maxime* pp. 111 et 113-114.

9. On retrouve, entre autres exemples, dans cette même situation les frères João Jorge et Pedro Jorge, fils de Jorge Velho et de África Anes ; Rui Tavares, Henrique Tavares et Gonçalo Tavares, fils de Fernão de Anes Tavares et de Isabel Gonçalves de Morais, qui ont servi à Asilah ; et João de Sousa et Gaspar Vaz de Sousa, fils de Iresa de Sousa (cf. Gaspar Frutuoso, *Livro Quarto das Saudades da Terra*... cit., vol. I, pp. 101, 167, 173 et 271).

10. Ce ne sont pas les seules critiques qui peuvent être faites aux chroniques de Gaspar Frutuoso à propos de l'histoire de l'île du Faial, voir José Damião Rodrigues, « Gaspar Frutuoso e as dinâmicas sociais e políticas no século XVI », *in História da Ilha do Faial (das origens à época de elevação da Horta a cidade)*, coordination scientifique de Mário Viana, vol. 1 : *Património histórico e literário*, Horta, Câmara Municipal da Horta, 2008, pp. 296-303.

11. Sur Pêro Anes do Canto, voir Jorge Pamplona Forjaz, *O Solar de Nossa Senhora dos Remédios (Canto e Castro)*, 2[e] éd., revue et augmentée, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1996, pp. 136-143, et surtout Rute Dias Gregório, *Pero Anes do Canto : Um homem e um património (1473-1556)*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001.

de decadência» assinalados por Fernanda Olival[12] –, a crónica frutuosiana não é muito rica em relação a este aspecto, sendo até mesmo lacunar. De facto, a consulta de outras fontes permite-nos alargar o elenco dos açorianos que serviram em Marrocos com os nomes dos que foram armados cavaleiros ou que receberam brasão de armas ou comendas nos anos compreendidos entre 1514 e 1551 (quadro 2). Entre aqueles que foram armados cavaleiros, os quatro que receberam carta de confirmação em 1514 – um terceirense e três micaelenses – participaram na conquista de Azamor, em 1513[13]. Todos os demais que receberam cartas de confirmação prestaram serviço militar em diversas praças, mas já em período posterior ao fim das conquistas manuelinas, nomeadamente por ocasião de entradas em território mouro ou de cercos inimigos[14].

O conjunto de documentos que permitiu a elaboração do Quadro 2 inclui ainda uma carta de privilégios e outra de brasão de armas ao já citado Pêro Anes do Canto[15] e duas cartas de mercê de comenda, ambas a filhos do provedor das armadas: a primeira

(malgré [« certains signes de décadence »] signalée par Fernanda Olival[12]), la chronique de Gaspar Frutuoso n'est paradoxalement pas très riche à cet égard, voire incomplète. En fait, la consultation d'autres sources nous permet d'étendre la liste des Açoréens qui ont servi au Maroc avec les noms de ceux qui ont été faits chevaliers ou qui ont reçu des armoiries ou des commanderies entre les années 1514 et 1551 (tableau 2). Parmi ceux qui ont été faits chevaliers, les quatre qui ont reçu la lettre de confirmation en 1514 – un de Terceira et trois de São Miguel – ont participé à la conquête d'Azemmour en 1513[13]. Tous ceux qui ont reçu des lettres de confirmation ont effectué leur service militaire dans plusieurs places fortes, mais déjà dans la période qui a suivi la fin des conquêtes manuélines, en particulier lors de l'entrée en territoire maure ou lors des sièges ennemis[14].

L'ensemble des documents qui a permis l'élaboration du tableau 2 comprend également une lettre de privilège et une autre lettre portant une armoirie, adressées audit Pêro Anes do Canto[15] et deux lettres de grâce de commanderie, toutes deux adressées aux

	São Miguel	Terceira	Graciosa
Ceuta	—	1	—
Tânger / Tanger	3	—	—
Arzila / Asilah	1	1	—
Azamor / Azemmour	3	2	—
Mazagão / Mazagan	1	—	—
Safim / Safi	2	—	1
S. C. do Cabo de Gué / S. C. du cap de Gué	1	1	—
?	—	1	—

Quadro 2 – Açorianos armados cavaleiros e que receberam comendas. Fontes: *Arquivo dos Açores [A. A.]*, reprodução facsimilada da edição original, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, vol. IV, 1981, pp. 124-142.

Tableau 2 – Açoréens ayant été faits chevaliers et reçu des commanderies. Sources : *Arquivo dos Açores [A. A.], reproduction en fac-similé de la version originale*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, vol. IV, 1981, pp. 124-142.

12. Cf. Fernanda Olival, «Norte de África ou Índia? Ordens Militares e serviços (século XVI)», *in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental – Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Lisboa, Edições Colibri-Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 769-795, *maxime* pp. 792-793.

13. Cf. *A. A.*, vol. IV, 1981, pp. 124-126.

14. A única referência a Ceuta respeita a João da Silva do Canto, filho do segundo casamento de Pêro Anes do Canto. João da Silva do Canto nasceu no termo de Lisboa, a 10 de Março de 1518, mas terá ido muito novo para a Terceira. Cf. Rute Dias Gregório, «Canto, João da Silva do», *in Enciclopédia Açoriana*, Centro de Conhecimento dos Açores [URL: http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/index.aspx]. A fonte consultada indica que é natural de São Miguel, mas, considerando, a sua ascendência e a ligação à ilha Terceira, registamo-lo como terceirense.

15. Cf. *A. A.*, vol. IV, 1981, pp. 131-133.

12. Cf. Fernanda Olival, « Norte de África ou Índia ? Ordens Militares e serviços (século XVI) », *in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental – Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Lisbonne, Edições Colibri-Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 769-795, *maxime* pp. 792-793.

13. Cf. *A. A.*, vol. IV, 1981, pp. 124-126.

14. La seule référence à Ceuta concerne João da Silva do Canto, fils du second mariage de Pêro Anes do Canto. João da Silva do Canto est né dans les environs de Lisbonne, le 10 mars 1518, mais il serait parti encore très jeune à Terceira. Cf. Rute Dias Gregório, « Canto, João da Silva do », *in Enciclopédia Açoriana*, Centro de Conhecimento dos Açores [URL : http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/index.aspx]. La source consultée indique qu'il est originaire de São Miguel, mais, compte tenu de son ascendance et de ses liens avec l'île de Terceira, nous l'avons enregistré comme provenant de cette île.

15. Cf. *A. A.*, vol. IV, 1981, pp. 131-133.

a João da Silva do Canto, que servira dois anos em Ceuta à sua custa, e a segunda a António Pires do Canto, que renunciou a uma comenda em que estava provido para poder receber a nova mercê[16]. Se exceptuarmos Pêro Anes do Canto e os seus dois filhos, dos restantes nomes apresentados somente um pertencia à nobreza, ainda que ao seu escalão inferior, pois é dado como sendo escudeiro. Confirmamos assim o que escreveu João Cordeiro Pereira: estamos perante elementos do terceiro estado a quem o «estágio marroquino», por via do serviço da monarquia, permitiu aceder ao estatuto de cavaleiros[17].

Ainda a propósito dos dados apresentados no Quadro 2, convirá acrescentar que Gaspar Frutuoso também apresentou exemplos, embora escassos, de açorianos que serviram em Marrocos buscando alcançar uma comenda ou que receberam mesmo a mercê de uma, caso de João Rodrigues da Câmara, filho de Pedro Rodrigues da Câmara e de D. Margarida de Bettencourt, que serviu em África com o irmão, Manuel da Câmara, recebendo pelos seus serviços uma comenda na Beira, perto da Serra da Estrela, de valor superior a cem mil reais[18]. Porém, de um modo geral, assinalamos a relativa escassez de dados relativamente a açorianos que foram cavaleiros das Ordens Militares e que receberam comendas, pelo que esta questão se configura como uma vertente a explorar pela historiografia, nomeadamente por via da pesquisa em fundos relacionados com a Ordem de Cristo.

A consulta de uma outra crónica, esta relativa à ilha Terceira e posterior às *Saudades da Terra* em cerca de um século – falamos da *Fenix Angrence*, do padre Manuel Luís Maldonado (1644-1711)[19] –, permite confirmar o tipo de problemas que enfrentamos ao tratar este tipo de fontes. Texto riquíssimo em detalhes, sobretudo para as décadas finais do século XVI e para o conjunto do século XVII, fundamenta-se numa efectiva exploração dos arquivos locais e é muito seguro em matéria de genealogias. Porém, em matéria tocante ao assunto que vimos explorando, revela também lacunas que não conseguimos explicar.

16. Cf. *A. A.*, vol. IV, 1981, pp. 141-142. Sobre João da Silva do Canto e António Pires do Canto, para além da referência anterior, ver Jorge Pamplona Forjaz, *O Solar…* cit., pp. 143-145 e 147-150.

17. Cf. João Cordeiro Pereira, «A Estrutura Social e o seu Devir», *in* João José Alves Dias (coord.), *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, vol. V da *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 277-336, *maxime* pp. 299-300.

18. Cf. Gaspar Frutuoso, *Livro Quarto das Saudades da Terra…* cit., vol. I, 1977, p. 265.

19. Cf. Manuel Luís Maldonado, *Fenix Angrence*, transcrição e notas de Helder Fernando Parreira de Sousa Lima, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989-1997, 3 vols.

fils du fournisseur des armées : la première à João da Silva Canto, qui avait servi deux ans à Ceuta, à ses frais, et la deuxième à António Pires do Canto qui a renoncé à une commanderie dont il avait été pourvu pour pouvoir recevoir la nouvelle grâce[16]. Si parmi les autres noms présentés nous excluons Pêro Anes Canto et ses deux fils, un seul d'entre eux appartenait à la noblesse car, bien qu'ayant un rang inférieur, il était présenté comme écuyer. Ainsi, nous confirmons ce qu'a écrit João Cordeiro Pereira : nous sommes face à des éléments du tiers état auxquels le [« stage marocain »] a permis d'accéder, par le biais du service de la monarchie, au statut de chevalier[17].

Toujours à propos des données présentées dans le tableau 2, il convient d'ajouter que Gaspar Frutuoso a également, bien que très rarement, présenté des exemples d'Açoréens qui ont servi au Maroc dans le but d'obtenir une commanderie ou qui en ont été gracié d'une, ce fut le cas de João Rodrigues da Câmara, fils de Pedro Rodrigues da Câmara et de Margarida de Bettencourt, qui a servi en Afrique avec son frère, Manuel da Câmara, recevant pour ses services une commanderie à Beira, près de la Serra da Estrela (Montagne de l'étoile), d'une valeur supérieure à cent mille réaux[18]. Néanmoins, d'une manière générale, on note la relative rareté de données concernant des Açoréens qui ont été chevaliers des ordres militaires et qui ont reçu des commanderies, raison pour laquelle cette question apparaît comme un aspect à exploiter par l'historiographie, notamment par l'intermédiaire de la recherche dans des fonds liés à l'Ordre du Christ.

L'analyse d'une autre chronique, celle-ci relative à l'île Terceira et ultérieure d'environ un siècle à *Saudades da Terre* – nous nous référons à *Phoenix Angrence*, du prêtre Manuel Luís Maldonado (1644-1711)[19] –, nous permet de confirmer le genre de problèmes auxquels nous sommes confrontés lorsque nous devons traiter ce type de sources.

Texte riche en détails, en particulier pour les dernières décennies du XVI[e] siècle et pour l'ensemble du XVII[e] siècle, il est fondé sur une exploitation efficace des

16. Cf. *A. A.*, vol. IV, 1981, pp. 141-142. Sur João da Silva do Canto et António Pires do Canto, outre la référence précédente, voir Jorge Pamplona Forjaz, *O Solar…* cit., pp. 143-145 et 147-150.

17. Cf. João Cordeiro Pereira, « A Estrutura Social e o seu Devir », *in* João José Alves Dias (coord.), *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, vol. V de la *Nova História de Portugal*, sous la direction de Joel Serrão et de A. H. de Oliveira Marques, Lisbonne, Editorial Presença, 1998, pp. 277-336, *maxime* pp. 299-300.

18. Cf. Gaspar Frutuoso, *Livro Quarto das Saudades da Terra…* cit., vol. I, p. 265.

19. Cf. Manuel Luís Maldonado, *Fenix Angrence*, transcription et commentaires de Helder Fernando Parreira de Sousa Lima, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989-1997, 3 vols.

O exemplo mais esclarecedor é, de novo, fornecido pela casa Canto e Castro. Embora se refira que Pêro Anes do Canto se fixou na Terceira e foi premiado pelo monarca com o ofício de provedor das armadas, nada é dito acerca da sua participação no empreendimento militar em Marrocos, ao contrário do filho, Francisco do Canto da Silva, que esteve igualmente no Norte de África: em 1546, antes de partir, recebeu uma promessa de comenda da Ordem de Cristo e tendo servido dois anos em Ceuta «á sua conta, e despesa» obteve a mercê de uma comenda por carta de 27 de Fevereiro de 1553[20].

Estes exemplos permitem confirmar que, apesar de as crónicas constituírem um repositório de grande importância no que respeita à identificação de personagens e ao delinear das respectivas trajectórias vitais, as narrativas cronísticas apresentam alguns problemas. Em síntese, só o prosseguir de um cruzamento nominativo de fontes, com o recurso a documentação manuscrita, permitirá contornar as dificuldades elencadas na reconstituição do quadro humano que, dos Açores, viajou até Marrocos nos séculos XV e XVI.

A concluir esta breve apresentação da presença açoriana em Marrocos, convirá recordar ainda que a inclusão ou a exclusão de nomes de indivíduos nas fontes, sobretudo narrativas, de Quinhentos e de períodos posteriores não dependia apenas da espessura documental dos actores, mas também dos valores sociais, da proximidade em relação ao poder e da honra, o que tendia a excluir da arena discursiva os indivíduos humildes, sem «qualidade» de nascimento. A presença de plebeus está assinalada em documentos de teor administrativo, pois dificilmente mereceriam que o seu nome fosse incluído em crónica, a não ser que se tivessem destacado por um feito heróico. É assim que em rol dos fronteiros de Safim e seus acompanhantes, relativo aos pagamentos devidos pelo serviço prestado nos últimos três meses de 1511, para além de gentes da Madeira, encontramos naturais dos Açores: Pêro Jorge, de Santa Maria, homem da ordenança, e João Pires, de São Jorge, homem de pé[21]. E em outro livro de assentos que regista os pagamentos efectuados à gente da ordenança e aos trabalhadores das obras da cidade e do castelo de Azamor nos anos 1514-1516 de novo detectamos alguns naturais das ilhas açorianas: um de Santa Maria, cinco de São Miguel, três da Terceira e um da Graciosa, divi-

20. Manuel Luís Maldonado, *Fenix Angrence*... cit., vol. 1, 1989, pp. 170-172 e 177; vol. 3, 1997, pp. 28 e 31-33 (carta de comenda).

21. Cf. João Cosme, *A guarnição de Safim em 1511*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Centro de História, 2004, pp. 66, 110, 148 e 153.

archives locales et est très fiable en matière de généalogie. Toutefois, en ce qui concerne la question que nous exploitons ici, il révèle des lacunes que nous ne sommes pas en mesure d'expliquer. L'exemple le plus éclairant est, une fois de plus, fourni par la maison Canto e Castro. Bien qu'il mentionne que Pêro Anes do Canto s'est installé dans l'île de Terceira et qu'il a été récompensé par le monarque qui lui a attribué le métier de fournisseur des armées, rien n'est dit au sujet de son implication dans l'entreprise militaire au Maroc, contrairement à son fils, Francisco do Canto da Silva, qui a également été en Afrique du Nord : en 1546, avant de partir, il reçut une promesse de chevalier de l'Ordre du Christ et, ayant servi deux ans à Ceuta [« à son compte et à ses frais »], il obtint la grâce d'une commanderie par lettre datée du 27 février 1553[20]. Bien que les chroniques constituent un référentiel d'une grande importance pour l'identification des personnes et la délimitation des parcours de vie respectifs, ces exemples permettent de confirmer que les récits des chroniqueurs présentent quelques problèmes. En résumé, seule la continuité d'un croisement nominatif des sources et l'utilisation de la documentation manuscrite permettront de surmonter les difficultés énumérées dans la reconstitution du cadre humain qui a voyagé des Açores jusqu'au Maroc au cours des XV^e^ et XVI^e^ siècles.

Pour conclure cette brève présentation de la présence açorienne au Maroc, il convient de rappeler également que l'inclusion ou l'exclusion de noms de personnes dans les sources, notamment des récits, du XV^e^ siècle et des périodes ultérieures ne dépendait pas seulement de l'épaisseur documentaire concernant les acteurs, mais aussi de leur rang social, de leur proximité au pouvoir et de leur honneur, ce qui tendait à exclure de l'arène discursive les personnes humbles, dépourvues de « qualité » de naissance. La présence de roturiers n'est indiquée que dans des documents administratifs, car ils méritaient difficilement de voir leur nom inscrit dans une chronique, à moins de s'être distingué par un acte héroïque. C'est ainsi que dans la liste des frontaliers de Safi et de leurs accompagnateurs concernant les paiements dus pour le service rendu au cours des trois derniers mois de 1511, outre les gens de Madère, nous trouvons des personnes nées aux Açores : Pêro Jorge, de Santa Maria, homme de l'*Ordenança* (armée territoriale de troisième ligne), et João Pires, de São Jorge, fantassin[21]. Dans un autre livre qui enregistrait les paiements effectués aux gens

20. Manuel Luís Maldonado, *Fenix Angrence*... cit., vol. 1, 1989, pp. 170-172 et 177 ; vol. 3, 1997, pp. 28 et 31-33 (lettre de commanderie).

21. Cf. João Cosme, *A guarnição de Safim em 1511*, Lisbonne, Universidade de Lisboa, Centro de História, 2004, pp. 66, 110, 148 et 153.

didos entre as ordenanças, os oficiais de pedreiro, os trabalhadores e os servidores[22]. Talvez existam outros açorianos entre os róis conhecidos para as primeiras décadas de Quinhentos, mas somente uma análise mais detalhada, com o cruzamento de fontes nominativas e o despiste das homonímias, permitirá esclarecer este aspecto.

3. Encravadas em território hostil, incapazes de assegurar o auto-abastecimento, as praças luso-marroquinas conheciam uma existência difícil. A este propósito, recordemos as palavras de Robert Ricard: «[circundadas de um território por vezes pobre e geralmente, as praças portuguesas de Marrocos não podiam viver e manter-se pelos seus próprios recursos. À excepção de raros momentos [...], elas tinham que fazer vir tudo do exterior, não somente os reforços, as armas, as munições, os materiais de construção, mas até os víveres de consumo corrente, como o trigo, a farinha, o biscoito]»[23].

O reino português detinha uma posição central no tocante à prestação de auxílio militar e económico às cidades luso-marroquinas. Mas Portugal tinha uma produção cerealífera insuficiente para garantir o seu sustento e ainda o das praças no Norte de África. Neste contexto, as ilhas portuguesas da Madeira, até à década de 1470, e dos Açores, depois, afirmaram-se como centro abastecedor por excelência quer de Lisboa, quer das praças que Portugal manteve no Magrebe até ao abandono de Mazagão.

Já em 1488, D. João II pedia aos Açores que enviassem 1.200 moios de cereal para Marrocos[24]. No início do século XVI, o projecto imperial manuelino reforçou a presença portuguesa no Norte de África, mas, simultaneamente, a ambição do rei de Portugal contribuiu para o aumento das dificuldades relativas ao abastecimento das cidades-fortaleza. A compra e distribuição do trigo tornou-se mais difícil e, apesar das lutas intestinas em Marrocos, a partir de 1515 os Portugueses passaram de uma guerra ofensiva para uma guerra defensiva, com encargos cada vez mais pesados, sobretudo nas praças do Sul, as mais distantes e ameaçadas pelos Xerifes Sa'dianos: Azamor, Mazagão, Safim e Santa Cruz do Cabo de Gué. E, após

22. Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Núcleo Antigo*, 765, fls. 4, 9, 9v, 19v, 25v, 47v, 48, 55, 73, 82, 82v e 108v, transcrição de Rui Henriques, publicada no 2.º volume desta obra.

23. Cf. Robert Ricard, «Les places luso-marocaines et les îles portugaises de l'Atlantique», *in Études*... cit., pp. 311-324, *maxime* p. 311.

24. Robert Ricard, «Les places luso-marocaines et les îles portugaises de l'Atlantique», *in Études*... cit., pp. 311-324, *maxime* p. 312; A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, 3.ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1978, p. 254.

de l'*Ordenança* ainsi qu'aux travailleurs réalisant les ouvrages de la ville et du château d'Azemmour dans les années 1514-1516, nous en détectons à nouveau quelques-uns originaires des Açores : un de Santa Maria, cinq de São Miguel trois de Terceira et un de Graciosa, distribués parmi les ordonnances, les officiers de maçon, les travailleurs et les serviteurs[22]. Il existe peut-être d'autres Açoréens dans les listes connues concernant les premières décennies du XVI[e] siècle, mais seule une analyse plus détaillée, avec le croisement de sources nominatives et le dépistage des homonymies, permettra de clarifier cet aspect.

3. Enclavées en territoire hostile, incapables d'assurer leur autosuffisance, les places fortes luso-marocaines connaissaient une existence difficile. À cet égard, nous rappelons les mots de Robert Ricard : « Entourées d'un pays souvent pauvre et généralement hostile, les places portugaises du Maroc ne pouvaient vivre et se maintenir par leurs propres ressources. Sauf à de rares moments [...], il fallait tout faire venir de l'extérieur : non seulement les renforts, les armes, les munitions, les matériaux de construction, mais jusqu'aux vivres de consommation courante, comme le blé, la farine, le biscuit »[23].

Le royaume portugais détenait une position centrale par rapport au soutien militaire et économique aux villes luso-marocaines. Mais le Portugal avait une production de céréales insuffisante pour subvenir à ses besoins et à celui des places fortes d'Afrique du Nord. Dans ce contexte, les îles portugaises de Madère, jusqu'à la décennie de 1470, et ensuite celles des Açores, se sont affirmées en tant que centre d'approvisionnement d'excellence à la fois de Lisbonne et des places que le Portugal a maintenues au Maghreb jusqu'à l'abandon de Mazagan.

Déjà en 1488, João II demandait aux Açores d'envoyer 1200 muids (du lat *modius*, un *muid* étant équivalent à soixante boisseaux) de céréales au Maroc[24]. Au début du XVIe siècle, le projet impérial manuélin a renforcé la présence portugaise en Afrique du Nord, mais, simultanément, l'ambition du roi de Portugal a contribué à l'augmentation des difficultés liées à l'approvisionnement des villes-forteresses. L'achat et la distribution du blé sont devenus plus difficiles et, malgré les luttes intestines au Maroc, les Portugais sont passés à partir de 1515 d'une guerre offensive à une guerre

22. Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Núcleo Antigo*, 765, fls. 4, 9, 9v, 19v, 25v, 47v, 48, 55, 73, 82, 82v et 108v, transcription de Rui Henriques, publiée au 2[e] volume de cet ouvrage.

23. Cf. Robert Ricard, « Les places luso-marocaines et les îles portugaises de l'Atlantique », *in Études*... cit., pp. 311-324, *maxime* p. 311.

24. Robert Ricard, « Les places luso-marocaines et les îles portugaises de l'Atlantique », *in Études*... cit., pp. 311-324, *maxime* p. 312 ; A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, 3[e] éd., Lisbonne, Edições Cosmos, 1978, p. 254.

a fome e a epidemia de 1521-1522, a situação tornou-se ainda mais grave[25].

Neste contexto e até ao fim da presença militar portuguesa, as fontes publicadas ou as já estudadas comprovam a importância e a regularidade da exportação do cereal açoriano – primeiro, o trigo; depois, também o milho – para as praças magrebinas. Entre outros exemplos, assinalamos, na primeira metade de Quinhentos, carregamentos de trigo açoriano com destino a Alcácer Ceguer, Azamor, Safim e Santa Cruz do Cabo de Gué em 1516, 1523, 1533, 1538, 1539, 1540 e 1547[26]. No caso de Santa Cruz do Cabo de Gué, em 1523 a cidade foi abastecida com trigo da Terceira e, em 1538, a mesma ilha remeteu 105 moios de trigo para Azamor, 70 para Mazagão, 403 para Safim e 195 de novo para Santa Cruz do Cabo de Gué[27].

A compra e o transporte do cereal para as cidades-fortaleza portuguesas estavam nas mãos de contratadores, mercadores encarregados do abastecimento das praças, que tinham a protecção do rei e que gozavam [«em Lisboa mesmo e nos Açores de prioridades para levar os cereais]»[28]. Nos Açores, os contratadores estavam representados por procuradores e estes procuravam executar a respectiva missão com a colaboração dos senados concelhios e dos oficiais régios. É assim que podemos encontrar em 1516, 1519 e 1520 João do Outeiro, António Borges e João Procell comprando trigo nos Açores. Todos tinham cartas de D. Manuel I e, nestes documentos, o rei pedia a cooperação das câmaras das ilhas[29]. Em relação a António Borges, para além do *regimento* de 21 de Junho de 1519, outro diploma, datado de 16 de Agosto de 1520,

25. Sobre a fome e a epidemia de 1521-1522, ver Fr. Luiz de Sousa, *Les Portugais et l'Afrique du Nord de 1521 à 1557. Extraits des «Annales de Jean III»*, traduction française avec introduction et commentaire par Robert Ricard, Lisboa, Institut Français au Portugal, 1940, pp. 25-28; Robert Ricard, «Les places portugaises du Maroc et le commerce d'Andalousie», *in Études…* cit., pp. 143-175, *maxime* pp. 156-157.

26. Cf. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir), 1505-1541*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, pp. 129-130 e 278-279, nota 63; SIHM, *Portugal*, tomo IV, pp. 237-238; Robert Ricard, «Les places luso-marocaines et les îles portugaises de l'Atlantique», *in Études…* cit., pp. 311-324, *maxime* p. 313.

27. Cf. Robert Ricard, «Les places portugaises du Maroc et le commerce d'Andalousie», *in Études…* cit., pp. 143-175, *maxime* p. 171, nota 2; Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, «Documentos inéditos… cit.», pp. 104-179, *maxime* p. 121 e Quadros II e III; Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz…* cit., pp. 129-130 e 278-279, nota 63.

28. Cf. Frédéric Mauro, *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVII^e Siècle, 1570-1670. Étude Économique*, 2.ª ed., Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1983, p. 351 [edição original: 1960].

29. Cf. *A. A.*, vol. III, 1981, pp. 327-330, *regimento* de António Borges, Évora, 21 de Junho de 1519, e 330-334, *regimento* de João Procell, Évora, 12 de Abril de 1520; *A. A.*, vol. V, 1981, pp. 122-123, *regimento* de João do Outeiro, Lisboa, 27 de Junho de 1516.

défensive, avec des charges de plus en plus lourdes, en particulier dans les places fortes du Sud, les plus éloignées et menacées par les chérifs sa'diens : Azemmour, Mazagan (al-Jadida), Safi et Santa Cruz du Cap de Gué (Agadir). La situation s'étant davantage aggravée après la famine et l'épidémie de 1521-1522[25].

Dans ce contexte et jusqu'à la fin de la présence militaire portugaise, les sources publiées ou déjà étudiées démontrent l'importance et la régularité de l'exportation de la céréale açoréenne – d'abord le blé, puis également le maïs – vers les places fortes maghrébines. Parmi d'autres exemples, nous signalons dans la première moitié du XVI^e siècle, les chargements de blé açoréen à destination d'El- Ksar es-Seghir, d'Azemmour, de Safi et de Santa Cruz du Cap de Gué en 1516, 1523, 1533, 1538, 1539, 1540 et 1547[26]. Dans le cas de Santa Cruz du Cap de Gué, en 1523, la ville était approvisionnée de blé provenant de l'île de Terceira et en 1538, cette même île expédiait 105 muids de blé vers Azemmour, 70 vers Mazagan, 403 vers Safi et de nouveau 195 vers Santa Cruz du Cap de Gué[27].

L'achat et le transport du grain vers les villes-forteresses portugaises étaient entre les mains d'exploitants, de marchands chargés de l'approvisionnement des places fortes qui avaient la protection du roi et jouissaient « à Lisbonne même et aux Açores des priorités pour l'enlèvement des grains »[28]. Aux Açores, les exploitants étaient représentés par des intermédiaires qui cherchaient à exécuter la mission respective avec la coopération des sénats municipaux et des agents royaux. C'est ainsi que nous retrouvons en 1516, 1519 et 1520 João do Outeiro, António Borges et João Procell achetant du blé aux Açores. Tous avaient des lettres de Manuel I^er et dans ces documents, le roi demandait la coopération des municipalités des îles[29].

25. Sur la famine et l'épidémie de 1521-1522, voir Fr. Luiz de Sousa, *Les Portugais et l'Afrique du Nord de 1521 à 1557. Extraits des « Annales de Jean III »*, traduction française avec introduction et commentaire de Robert Ricard, Lisbonne, Institut Français au Portugal, 1940, p. 25-28 ; Robert Ricard, « Les places portugaises du Maroc et le commerce d'Andalousie », *in Études…* cit., pp. 143-175, *maxime* pp. 156-157.

26. Cf. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir), 1505-1541*, Lisbonne, Agência Geral das Colónias, 1945, pp. 129-130 et 278-279, note 63 ; SIHM, *Portugal*, tome IV, pp. 237-238 ; Robert Ricard, « Les places luso-marocaines et les îles portugaises de l'Atlantique », *in Études…* cit., pp. 311-324, *maxime* p. 313.

27 Cf. Robert Ricard, « Les places portugaises du Maroc et le commerce d'Andalousie », *in Études…* cit., pp. 143-175, *maxime* p. 171, note 2 ; Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, « Documentos inéditos… cit. », p. 104-179, *maxime* p. 121 et tableaux II et III ; Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz…* cit., pp. 129-130 et 278-279, note 63.

28. Cf. Frédéric Mauro, *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVII^e Siècle, 1570-1670. Étude Économique*, 2^e éd., Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1983, p. 351 [édition originale : 1960].

29. Cf. *A. A.*, vol. III, 1981, pp. 327-330, *Règlement* d'António Borges, Évora, du 21 juin 1519, et 330-334, *Règlement* de João Procell, Évora,

concedia que efectuasse três viagens para abastecer as praças de Azamor, Mazagão, Safim e Santa Cruz do Cabo de Gué[30].

A propósito de João do Outeiro, cremos que se justificam algumas linhas. De acordo com os documentos relativos à sua missão, em 1516, era cavaleiro do rei, do mesmo modo que o seu escrivão, e ambos permaneceram em São Miguel durante três meses para garantir a compra do trigo[31]. Ora, segundo Gaspar Frutuoso, João do Outeiro havia sido feitor e criado de Rui Vaz Gago, por alcunha «do Trato», «por ser homem rico e poderoso, e tratar com el-Rei na Mina, Cabo Verde, e outras partes, onde mandava seus navios.»[32] Após a morte inesperada de Rui Vaz Gago, João do Outeiro casou com a viúva, Catarina Gomes Raposa, e assegurou deste modo uma rápida, que não isenta de críticas, promoção social, que lhe permitiu certamente conseguir o contrato para fornecimento de trigo às praças de África, nomeadamente Safim e Azamor, por regimentos de 12 de Junho de 1515 e de 27 de Junho de 1516[33].

Mas, apesar dos pedidos régios de colaboração e da acção de contratadores e das autoridades locais, as comunicações no interior do espaço atlântico português e nomeadamente o socorro militar e económico às praças portuguesas em Marrocos dependia de diversos factores. As tempestades, as crises frumentárias que atingiam as ilhas produtoras e a acção de corsários e piratas no *Mediterrâneo Atlântico* impediam, com alguma frequência, o carregamento e o transporte do desejado cereal. Em Agosto de 1523, D. João III enviou sete navios a São Miguel com o objectivo de obter trigo, 300 moios por navio. Todavia, a presença de corsários nas águas açorianas e o medo de tempestades retardou a viagem de regresso até ao Verão de 1524[34]. Por fim, é preciso não esquecer que, apesar dos Açores terem sido considerados o «celeiro do império», as estruturas económicas das ilhas ao longo do período moderno foram as de uma economia tradicional de Antigo Regime, pelo que os microcosmos insulares conheceram também a ameaça da fome e da miséria. Em conjunturas de crise, as populações e as autoridades locais denunciaram amiúde que as exportações cerealíferas para Marrocos faziam

30. Cf. Manuel Luís Maldonado, *Fenix Angrence…* cit., vol. 1, 1989, pp. 181 e 189.

31. Cf. *A. A.*, vol. V, 1981, pp. 122-123 e 123-124.

32. Cf. Gaspar Frutuoso, *Livro Quarto das Saudades da Terra…* cit., vol. I, 1977, p. 132.

33. Cf. *A. A.*, vol. V, 1981, pp. 122-123.

34. Cf. *A. A.*, vol. I, 1980, pp. 228-229, ordem régia dada a António Borges, Tomar, 16 de Agosto de 1523.

Concernant António Borges, outre le Règlement du 21 juin 1519, un autre diplôme, daté du 16 août 1520, lui accordait d'effectuer trois voyages afin d'approvisionner les places fortes d'Azemmour, de Mazagan, de Safi et de Santa Cruz du Cap de Gué[30].

Quant à João do Outeiro, nous estimons que quelques lignes s'imposent. Selon les documents relatifs à sa mission en 1516, c'était un chevalier du roi, de même que son registraire, tous deux étant restés à São Miguel durant trois mois afin d'assurer l'achat du blé[31]. Or, selon Gaspar Frutuoso, João do Outeiro avait été fait intendant et serviteur de Rui Vaz Gago, de son sobriquet [« du Traité »], [« car c'était un homme riche et puissant, et traitait avec le roi à Mina, au Cap-Vert, et ailleurs, où il envoyait ses navires »][32]. Après la mort inattendue de Rui Vaz Gago, João do Outeiro épousa sa veuve, Catarina Gomes Raposa, assurant ainsi une rapide, toutefois critiquée, promotion sociale, qui lui permis inévitablement d'obtenir le contrat pour l'approvisionnement de blé aux places fortes d'Afrique, notamment celles de Safi et d'Azemmour, par les Règlements du 12 juin 1515 et du 27 juin 1516[33].

Mais, malgré les demandes royales de collaboration et de l'action des exploitants et des autorités locales, les communications à l'intérieur de l'espace atlantique portugais et notamment l'aide militaire et économique aux places fortes portugaises au Maroc dépendaient de plusieurs facteurs. Les tempêtes, les crises frumentaires qui atteignaient les îles productrices et l'action des corsaires et des pirates dans la *Méditerranée Atlantique* empêchaient assez fréquemment le chargement et le transport du grain convoité. En août 1523, João III envoya sept navires à São Miguel pour obtenir du blé, à raison de 300 muids par navire. Toutefois, la présence de pirates dans les eaux des Açores et la peur des tempêtes retardèrent le voyage de retour jusqu'à l'été 1524[34]. Finalement, il ne faut pas oublier que, bien que les Açores aient été considérées comme le « grenier à blé de l'empire », les structures économiques des îles tout au long de la période moderne ont été celles d'une économie traditionnelle de l'ancien régime, de sorte que les microcosmes insulaires ont connu aussi la menace de la faim et de la misère. Dans des conjonctures de crise, les gens et les autori-

du 12 avril 1520 *A. A.*, vol. V, 1981, pp. 122-123, *Règlement* de João do Outeiro, Lisbonne, le 27 juin 1516.

30. Cf. Manuel Luís Maldonado, *Fenix Angrence…* cit., vol. 1, 1989, pp. 181 et 189.

31. Cf. *A. A.*, vol. V, 1981, pp. 122-123 et 123-124.

32. Cf. Gaspar Frutuoso, *Livro Quarto das Saudades da Terra…* cit., vol. I, p. 132.

33. Cf. *A. A.*, vol. V, 1981, p . 122-123.

34. Cf. *A. A.*, vol. I, 1980, p . 228-229, ordre royal donné à António Borges, Tomar, le 16 août 1523.

subir os preços, verificando-se, por vezes, o confisco do trigo destinado ao Norte de África por parte das câmaras para responder aos apelos dos povos.

O abandono da maior parte das praças ocupadas por Portugal em meados da centúria de Quinhentos representou a perda de um importante mercado para o cereal dos Açores. No entanto, este continuou a fluir em direcção ao Norte de África. Com efeito, até 1769, quando a cidade-fortaleza de Mazagão, após cerco, foi abandonada, o cereal açoriano alimentou os habitantes daquela praça marroquina. De um modo geral, o circuito mercantil que se realizava entre os Açores, de um lado, e a praça de Mazagão, do outro, era tendencialmente unidireccional, isto é, consistia predominantemente no envio de cereais açorianos para a praça marroquina[35]. Um indicador importante que confirma o papel secundário que esta rota tinha no contexto do comércio açoriano é o papel desempenhado pelos Ingleses como intermediários, ligando Lisboa às ilhas e a Mazagão[36].

Como se tratava de uma rota pouco atractiva para mercadores e produtores açorianos, a coroa procurou sempre assegurar o abastecimento da cidade, escrevendo aos oficiais das câmaras dos Açores, recordando-lhes a solidariedade que devia existir entre as diferentes partes do senhorio de Portugal e solicitando a máxima colaboração na arrecadação e envio de trigo para Mazagão. Mas o abastecimento da praça marroquina não estava apenas dependente da boa vontade das oligarquias locais. Perante um cenário de escassez nas ilhas, as prioridades eram redefinidas e o trigo inicialmente destinado a Mazagão podia ser retido, em parte ou na totalidade, para alimento das populações concelhias.

4. No decurso dos séculos XVII e XVIII, coube essencialmente às ilhas de São Miguel e Terceira garantir o alimento dos moradores nas praças norte-africanas, com relevo para Mazagão. Durante o período filipino, a actuação dos contratadores seguiu, nas suas linhas gerais, as práticas anteriores, mas as dificuldades colocadas pelas diversas frentes de guerra em que

35. «[Ao contrário, as exportações directas de Marrocos para as ilhas não parecem ter sido apreciáveis]» (cf. Robert Ricard, «Les places luso-marocaines et les îles portugaises de l'Atlantique», *in Études…* cit., pp. 311-324, *maxime* p. 313).

36. Sobre esta questão, ver H. E. Stephen Fisher, *De Methuen a Pombal. O Comércio Anglo-Português de 1700 a 1770*, Lisboa, Gradiva, 1984, p. 191 [edição original: 1971]; Joaquim Romero Magalhães, *O Algarve Económico (1600-1773)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988, p. 305; José Damião Rodrigues, «De mercadores a terratenentes: percursos ingleses nos Açores (séculos XVII-XVIII)», *Ler História*, n.º 31: *Açores: peças para um mosaico*, Lisboa, 1996, pp. 41-68, *maxime* pp. 44 e 63, nota 22.

tés locales se plaignaient souvent que les exportations vers le Maroc faisaient monter les prix des céréales, le blé destiné à l'Afrique du Nord étant parfois confisqué par les municipalités pour répondre à demande de la population.

L'abandon de la plupart des places fortes occupées par le Portugal vers le milieu du XVI^e^ siècle a représenté la perte d'un marché important pour la céréale des Açores. Toutefois, elle a continué à s'écouler vers l'Afrique du Nord. En effet, jusqu'en 1769 lorsque, après un siège, la ville-forteresse de Mazagan a été abandonnée, la céréale açoréenne a nourri les habitants de cette place marocaine. D'une manière générale, le circuit de commercialisation qui a eu lieu entre les Açores, d'une part, et la place de Mazagan, d'autre part, était tendanciellement unidirectionnel, c'est-à-dire, qu'il s'agissait essentiellement d'envoyer des céréales açoréennes vers la place marocaine[35]. Un indicateur important qui confirme le rôle secondaire de cette route dans le contexte du commerce de l'archipel des Açores est le rôle joué par les Britanniques en tant qu'intermédiaires, reliant Lisbonne aux îles et à Mazagan[36].

Comme il s'agissait d'une route peu attrayante pour les commerçants et les producteurs açoréens, la Couronne a toujours cherché à assurer l'approvisionnement de la ville, en écrivant aux autorités municipales des Açores, afin de leur rappeler la solidarité qui devrait exister entre les différentes parties de la seigneurie du Portugal et solliciter leur collaboration maximale lors de la collecte et de la livraison du blé à Mazagan. Mais l'approvisionnement de la place marocaine ne dépendait pas seulement de la bonne volonté des oligarchies locales. Face à un scénario de pénurie dans les îles, les priorités ont été redéfinies et le blé initialement destiné à Mazagan pouvait être conservé, en partie ou en totalité, pour nourrir la population des municipalités.

4. Au cours des XVII^e^ et XVIII^e^ siècles, ce sont surtout les îles de São Miguel et de Terceira qui ont été tenues d'assurer la sécurité alimentaire des habitants des places fortes d'Afrique du Nord, en particulier celle de

35. « En revanche, les exportations directes du Maroc sur les Îles ne semblent pas avoir été appréciables » (cf. Robert Ricard, « Les places luso-marocaines et les îles portugaises de l'Atlantique », *in Études…* cit., pp. 311-324, *maxime* p. 313).

36. Sur cette question, voir H. E. Stephen Fisher, *De Methuen a Pombal. O Comércio Anglo-Português de 1700 a 1770*, Lisbonne, Gradiva, 1984, p. 191 [édition originale : 1971] ; Joaquim Romero Magalhães, *O Algarve Económico (1600-1773)*, Lisbonne, Editorial Estampa, 1988, p. 305 ; José Damião Rodrigues, « De mercadores a terratenentes: percursos ingleses nos Açores (séculos XVII-XVIII) », *Ler História*, n.º 31 : *Açores : peças para um mosaico*, Lisbonne, 1996, pp. 41-68, *maxime* pp. 44 e 63, note 22.

se encontrava envolvida a Monarquia Hispânica obrigavam, por vezes, a que se encontrassem soluções complementares. Exemplo do que acabamos de dizer é a provisão de 12 de Outubro de 1607, pela qual os contratadores das alfândegas das ilhas deviam entregar 16 contos de réis para garantir o provimento das praças de África[37].

Após 1640, em contexto de guerra, a preocupação da nova dinastia brigantina com o abastecimento dos «lugares de África» – Tânger, até 1658, e Mazagão – manifestou-se, como nos períodos anteriores, em conceder o provimento das praças a contratadores, informando os oficiais régios presentes nos Açores e as câmaras das ilhas produtoras da necessidade de prestarem todo o auxílio à carga e transporte do cereal com destino a Marrocos, o qual teria prioridade sobre todos os outros tratos, não podendo haver saída de navios dos portos açorianos com trigo antes de satisfeitas as condições do contrato[38]. Mas a obediência às condições dos contratos, com a primazia concedida ao envio do cereal para os destinos determinados pela coroa portuguesa, conduzia, ocasionalmente, a conflitos entre as próprias estruturas da monarquia. Um episódio ocorrido na Terceira na década de 1670 serve de ilustração.

Pedro Álvares Caldas era, desde 1672, o contratador da praça de Mazagão e conseguiu, alguns anos mais tarde, que fosse imposta uma consignação no contrato de provimento daquela praça sobre os sobejos dos almoxarifados da Terceira no valor de 8.075.061 réis, prejudicando, entre outros, o castelo de São João do Monte Brasil. O conflito estalou entre o contratador e outras entidades, mas Pedro Álvares Caldas contava com o apoio e a protecção do provedor da Fazenda Real, que, como se lê em fonte coeva, era «do sequito do Caldas». Esta situação, que prejudicava os interesses da própria coroa, só foi resolvida em meados da década seguinte, com a sentença de 8 de Agosto de 1685, que decidiu contra o contratador[39].

De igual modo, a exportação de cereal potenciava o espectro da escassez em caso de colheitas menos propícias, pelo que os senados locais buscaram responder ao temor dos povos com o controlo da exportação ou

37. Cf. Manuel Luís Maldonado, *Fenix Angrence…* cit., vol. 2, 1990, pp. 19-20.

38. Cf. *Livro do Tombo da Câmara da Vila da Praia (1450-1666)*, edição de José Guilherme Reis Leite e Manuel Augusto Faria, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2005, pp. 327-328, traslado do alvará de 12 de Junho de 1644, e 345-347, traslado do alvará de 18 de Julho de 1656.

39. Cf. Manuel Luís Maldonado, *Fenix Angrence…* cit., vol. 2, 1990, pp. 388-389, 392, 556 e 576-577.

Mazagan. Pendant la période philippine, l'action des exploitants a suivi, en termes généraux, les pratiques précédentes, mais les difficultés posées par les différents fronts de guerre, dans lesquels la monarchie hispanique se trouvait engagée, les obligeaient parfois à trouver des solutions complémentaires. Un exemple de ce que nous venons de dire est la provision du 12 octobre 1607, pour laquelle les exploitants de la douane des îles devaient remettre 16 000 réaux pour assurer l'approvisionnement des places fortes en Afrique[37].

Après 1640, en contexte de guerre, la préoccupation de la nouvelle dynastie brigantine avec l'approvisionnement des « places d'Afrique » (Tanger, jusqu'en 1658, et Mazagan) s'est manifestée, comme dans les périodes précédentes, accordant l'approvisionnement des places fortes à des exploitants, informant les agents royaux présents aux Açores et les municipalités des îles productrices de la nécessité de prêter toute l'aide au chargement et au transport de la céréale à destination du Maroc, celui-ci ayant la priorité sur tous les autres traitements, aucun navire ne pouvant quitter les ports açoréens avec du blé avant que les conditions du contrat ne soient satisfaites[38]. Mais le respect des conditions des contrats, avec la priorité accordée à l'envoi de la céréale vers les destinations déterminées par la Couronne portugaise, conduisait parfois à des conflits entre les structures elles-mêmes de la monarchie. Un épisode survenu à Terceira dans les années 1670 sert ici d'illustration.

Pedro Álvares Caldas, exploitant de la place de Mazagan depuis 1672, fit en sorte, quelques années plus tard, qu'une consignation soit imposée dans le contrat d'approvisionnement de cette place sur les excédents des entrepôts de Terceira d'une valeur 8 075 061 réaux, portant ainsi préjudice, entre autres, au château de São João do Monte Brasil. Le conflit éclata alors entre l'exploitant et les autres entités, mais Pedro Álvares Caldas avait le soutien et la protection du fournisseur du Trésor royal, qui, comme nous pouvons le lire dans des sources de ce temps-là, faisait partie [« du cortège de Caldas »]. Cette situation, qui nuisait aux intérêts de la Couronne elle-même, ne fut résolue qu'au milieu de la décennie suivante, avec le jugement du 8 août 1685, qui fut prononcé contre l'exploitant[39].

37. Cf. Manuel Luís Maldonado, *Fenix Angrence…* cit., vol. 2, 1990, p. 19-20.

38. Cf. *Livro do Tombo da Câmara da Vila da Praia (1450-1666)*, édition de José Guilherme Reis Leite et Manuel Augusto Faria, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2005, pp. 327-328, copie de la licence du 12 juin 1644, et 345-347, copie de la licence du 18 juillet 1656.

39. Cf. Manuel Luís Maldonado, *Fenix Angrence…* cit., vol. 2, 1990, pp. 388-389, 392, 556 et 576-577.

a venda do cereal já destinado a Marrocos. Um exemplo é-nos fornecido pela câmara da vila da Praia, na Terceira. A 17 de Maio de 1700, os oficiais camarários decidiram colocar à venda uma parte dos 300 moios de trigo que deveriam seguir para provimento de Mazagão, «por haver grande falta de trigo e de milho, em razão do excesso com que se tinha facultado a licença para os outros concelhos, e ilhas de baixo»[40]. Mas também em Angra se manifestou a preocupação com as possíveis consequências da exportação de cereal para Mazagão e, de modo sintomático, em vereação de 11 de Junho de 1731, a propósito da petição de António de Sousa Pinto, que pretendia transportar 150 moios de trigo para aquela praça, tendo sido concedida a dita licença, foi contudo ressalvado que «ao menos avesse mister p*ar*a Consumo dos moradores desta Capitania»[41]. Notemos, de passagem, que os oficiais da câmara de Angra não falaram unicamente em nome da cidade e sua jurisdição, mas no da capitania, ampliando assim a força da sua reserva. Nos Açores, a ilha economicamente dominante e produtora por excelência era São Miguel. Não obstante, também aí, em finais de Seiscentos e ao longo de Setecentos, se sentiram os efeitos das crises[42]. Os anos terminais da primeira década de Setecentos foram particularmente gravosos. A 11 de Junho de 1708, teve lugar em Ponta Delgada uma junta de câmaras, convocada pelo governador, devido à falta de mantimentos na ilha e à necessidade de se reverem os preços dos cereais, porque, segundo afirmava aquele oficial, os pobres não chegavam aos géneros e observava-se «hua total Ruina». Nessa junta, foi acordado um preço de 10.000 réis para o moio de trigo[43]. Apesar das dificuldades, não se interditou a exportação cerealífera para os mercados tradicionais e, desse modo, em 1708 saíram para Mazagão 1.441 moios e 30 alqueires de trigo, para Lisboa, Madeira e Faial 1.618 moios e 44 alqueires e, dos sobejos, exportaram-se para o castelo de São João Baptista, em Angra, 144 moios de trigo[44]. A sucessão de maus anos agrícolas, todavia, fez sentir os seus efeitos nefastos e a associação entre colheitas

40. Cf. Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, reimpressão fac-similada da edição de 1850-1864, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981, vol. II, p. 224.

41. Cf. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo (BPARAH), *Arquivo da Câmara de Angra do Heroísmo* (ACAH), *Acórdãos*, Livro 18 (1724-1734), fls. 238v-239, *maxime* fl. 238 .

42. Cf. José Damião Rodrigues, *São Miguel no século XVIII: casa, elites e poder*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003 [2004], vol. I, pp. 280-291.

43. Cf. BPARPD, *Arquivo da Câmara de Ponta Delgada* (ACPD), Livro 11, fls. 47v-48.

44. BPARPD, *Arquivo da Câmara de Ponta Delgada* (ACPD), Livro 11, fls. 81-83v, junta de câmaras de 1 de Setembro de 1709.

De même, l'exportation de céréales faisait augmenter le spectre de la pénurie en cas de récoltes moins propices, de sorte que les sénats locaux ont cherché à répondre à la crainte de la population en contrôlant l'exportation ou la vente de la céréale déjà destinée au Maroc. Un exemple nous est fourni par la mairie de la ville de Praia, à Terceira. Le 17 mai 1700, les agents municipaux décidèrent de mettre en vente une partie des 300 muids de blé qui devaient suivre pour approvisionner Mazagan, [« parce qu'il y a une grande pénurie de blé et de maïs, en raison de l'excès de licence donner aux autres communes, et aux îles d'en bas »][40]. Cette préoccupation sur les éventuelles conséquences de l'exportation de la céréale à Mazagan s'est également manifestée à Angra et, de manière symptomatique, le conseil municipal du 11 juin 1731, concernant la pétition d'António de Sousa Pinto qui voulait transporter 150 muids de blé vers cette place, ladite licence lui fut accordée, mais on lui souligna, toutefois, qu'il [« fallait au moins pallier les besoins de consommation des habitants de cette capitainerie »][41]. Notons au passage que les officiers du conseil d'Angra ne parlent pas seulement au nom de la ville et de leur juridiction, mais au nom de la capitainerie, étendant ainsi la force de leur réserve.

Aux Açores, São Miguel était l'île économiquement dominante et productrice par excellence. Néanmoins, là aussi, à la fin du XVII^e siècle et tout au long du XVIII^e siècle, les effets des crises se sont fait ressentir[42]. Les dernières années de la première décennie du XVIII^e siècle ont été particulièrement difficiles. Le 11 juin 1708, à Ponta Delgada, une assemblée de commune, convoquée par le gouverneur en raison du manque de provisions dans l'île et de la nécessité de réviser les prix des céréales, car, selon cet agent, les pauvres ne parvenaient pas à obtenir les denrées et on constatait [« une ruine totale »]. Lors de cette assemblée, il fut convenu que le prix d'un muid de blé serait de 10 000 réaux[43]. En dépit des difficultés, les exportations de céréales vers les marchés traditionnels ne furent pas interdites et ainsi, en 1708, 1441 muids et 30 boisseaux de blé sortirent vers Mazagan, 1618 muids et 44 boisseaux à destination de Lisbonne, Madère et Faial, les excédents ayant été exportés vers le château de

40. Cf. Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, réimpression fac-similée de l'édition de 1850-1864, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981, vol. II, p. 224.

41. Cf. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo (BPARAH), *Arquivo da Câmara de Angra do Heroísmo* (ACAH), *Acórdãos*, Livre 18 (1724-1734), fls. 238v-239, *maxime* fl. 238v.

42. Cf. José Damião Rodrigues, *São Miguel no século XVIII: casa, elites e poder*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003 [2004], vol. I, pp. 280-291.

43. Cf. BPARPD, *Arquivo da Câmara de Ponta Delgada* (ACPD), Livre 11, fls. 47v-48.

deficitárias e exportação de géneros agudizou a crise. As receitas da coroa em São Miguel caíram de forma acentuada: o dízimo de 1708, que ficara nos 1.055 moios e 40 alqueires de trigo, desceu no ano seguinte para 747 moios e 15 alqueires[45].

Nestes anos, destaquemos a intervenção do governador da ilha, nomeado pela coroa na ausência do conde-donatário[46], que vem colocar em destaque a importância que os poderes superiores atribuíam ao abastecimento das populações, prática paralela às que encontramos na França da mesma época, embora sem grande sucesso[47]. Perante a adversidade e a miséria dos povos, coroa e municípios davam as mãos na tentativa de evitar o agravamento da crise.

Entre todos os concelhos de São Miguel, o de Vila Franca do Campo parece ter sido um dos mais atingidos, senão mesmo aquele que sentiu de modo mais intenso os efeitos da escassez frumentária. Dada a recorrência das crises cerealíferas naquela vila e seu termo, com frequência foram invocados argumentos que colocam em evidência a exportação do trigo para Mazagão. As populações de Vila Franca do Campo e sua jurisdição foram particularmente atingidas pela fome em 1710-1711. Em Janeiro de 1711, a gravidade da situação levou a que os oficiais do concelho convocassem uma junta geral com os estados da vila, isto é, o clero e a nobreza locais[48]. Tratava-se, segundo os edis, de «atender a multidam dos cazais como ha deles grandisima pobreza q*ue* pela maior parte sam pesoas q*ue* uzam sus // sustentar suas familias com mantimentos e sustentos comprados», pelo que pretendiam que fosse decidido se colocariam à venda o cereal existente nos celeiros[49]. Como já se tinha destinado uma parte do cereal para a praça de Mazagão e enviado 50 moios de trigo para a ilha da Madeira, foi acordado que não se concedesse mais nenhuma licença para exportação de trigo e milho e que o cereal ainda armazenado na vila fosse destinado ao sustento dos povos dela[50].

45. Ibidem.

46. Sobre esta questão, ver José Damião Rodrigues, *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas: Ponta Delgada no Século XVII*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994, pp. 299-309.

47. Cf. Judith A. Miller, *Mastering the Market: The State and the Grain Trade in Northern France, 1700-1860*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999, pp. 8-10.

48. Cf. Arquivo da Câmara de Vila Franca do Campo (ACVFC), Vila Franca do Campo, *Livro de Acórdãos (1703-1711)*, fls. 249v-253, vereação de 19 de Janeiro de 1711.

49. ACVFC, Vila Franca do Campo, *Livro de Acórdãos (1703-1711)*, fls. 250-250v.

50. ACVFC, Vila Franca do Campo, *Livro de Acórdãos (1703-1711)*, fls. 250v-251v.

Saint-Jean-Baptiste à Angra, soit 144 muids de blé[44]. La succession de mauvaises années agricoles fit toutefois ressentir ses effets néfastes et l'association entre les récoltes déficitaires et l'exportation de denrées aggrava la crise. Les recettes de la Couronne à São Miguel diminuèrent fortement : la dîme de 1708, qui avait été de 1055 muids et 40 boisseaux de blé baissa l'année suivante vers 747 muids et 15 boisseaux[45].

Soulignons, au cours de ces années, le travail du gouverneur de l'île nommé par la Couronne en l'absence du comte donataire[46], qui vient mettre en évidence l'importance que les pouvoirs supérieurs attribuaient à l'approvisionnement des populations, une pratique parallèle à celle que nous trouvons en France à la même époque, bien que sans grand succès[47]. Face à l'adversité et à la misère des peuples, la Couronne et les municipalités s'entraidaient pour tenter d'éviter une aggravation de la crise.

Parmi toutes les municipalités de São Miguel, celle de Vila Franca do Campo semble avoir été l'une des plus durement touchées, celle qui sentit plus intensément les effets de la rareté frumentaire. Compte tenu de la récurrence des crises céréalières dans cette ville et ses limites, des arguments mettant en exergue l'exportation de blé à Mazagan ont souvent été invoqués. La population de Vila Franca do Campo et sa juridiction ont été particulièrement touchées par la famine en 1710-1711. En janvier 1711, la gravité de la situation fit en sorte que les officiers du comté convoquent une assemblée générale avec les états de la ville, c'est-à-dire, le clergé et la noblesse locaux[48]. Il s'agissait selon les conseillers municipaux de [« répondre au grand nombre de couples qui vivaient dans une extrême pauvreté et dont la plupart utilisent, pour subvenir aux besoins de leurs familles, des provisions et de la nourriture achetées »], raison pour laquelle ils voulaient que l'on décide s'ils devaient mettre en vente la céréale existante dans les greniers[49]. Étant donné qu'une partie de la céréale avait déjà été destinée à la place de Mazagan et que 50 muids de blé avaient été envoyés vers l'île de Madère, il fut convenu de ne

44. BPARPD, *Arquivo da Câmara de Ponta Delgada* (ACPD), Livre 11, fls. 81-83v, conseil municipal du 1er septembre 1709.

45. Ibidem.

46. Sur cette question, voir José Damião Rodrigues, *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas : Ponta Delgada no Século XVII*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994, pp. 299-309.

47. Cf. Judith A. Miller, *Mastering the Market : The State and the Grain Trade in Northern France, 1700-1860*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999, pp. 8-10.

48. Cf. Arquivo da Câmara de Vila Franca do Campo (ACVFC), Vila Franca do Campo, *Livro de Acórdãos (1703-1711)*, fls. 249v-253, conseil municipal du 19 janvier 1711.

49. ACVFC, Vila Franca do Campo, *Livro de Acórdãos (1703-1711)*, fls. 250-250v.

Anos mais tarde, a 14 de Junho de 1731, dirigiram-se à câmara de Vila Franca do Campo sacerdotes, elementos da nobreza local e do povo e declararam aos oficiais concelhios presentes que havia uma grande falta de mantimentos na jurisdição, pelo que «a tres dias andam m*ui*tos povos com os sacos as costas p*ar*a conprarem triguos p*ar*a seos sustento [*sic*] dos coais tinham e aviam conpaicham por nam acharem o d*it*o mantimento e os verem em mizerauel estado por cauza da fome q*ue* esprementavam»[51]. Constando haver nos granéis municipais 70 a 80 moios de trigo prontos para serem embarcados e afirmando a legislação régia que se deviam evitar as faltas de alimento para os povos e as carestias, «como de prezente se ue por falta da novidade dos milhos q*ue* ouue em toda esta ilha q*ue* he o do q*ue* mais os pouos se valiam», entendiam que o trigo devia ser vendido ao povo necessitado[52].

A isto, responderam os oficiais camarários que o trigo em questão tinha sido comprado pelos procuradores dos assentistas da praça de Mazagão, juntamente com mais 260 moios que já tinham sido enviados para a dita praça, e que, havendo cereal na vila pertencente aos privilegiados – padres da Companhia de Jesus, religiosos de Nossa Senhora da Graça e de São Francisco, Santa Casa da Misericórdia –, os referidos procuradores não lhes compravam o trigo, mas sim «custumam conprar pelos pouos a seu arbitrio sem q*ue* o fizesem a saber a eles d*it*os ofisiais da camera», de que resultava ficarem os oficiais do senado «vechados» por não conseguirem impedir a compra e exportação do frumento. Ora, tendo já enviado 260 moios para aquela cidade norte-africana, os representantes dos contratadores de Mazagão haviam reservado para vender aos povos de Vila Franca do Campo e do Nordeste, «pela mizeria em q*ue* tanbem se acham», a quantia existente nos granéis da vila, que os senadores mandaram fosse colocado à venda nos dias por eles especificados[53].

A partir de meados do século, mantendo-se as preocupações com a exportação dos géneros alimentícios, é o milho que parece merecer mais atenção por parte dos elencos camarários. Por essa altura, o milho suplantara há muito o trigo como sustento principal das populações e, por isso, cabia às vereações vigiar mais atentamente a sua circulação. Nem mesmo os dizimeiros e contratadores da coroa poderiam fazer

51. Cf. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1722-1732)*, fls. 329v-331, vereação de 14 de Junho de 1731, *maxime* fl. 329v para a citação.

52. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1722-1732)*, fls. 329v-330.

53. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1722-1732)*, fls. 330-330v.

plus concéder de licence pour l'exportation du blé et du maïs et que la céréale encore stockée dans la ville devait être destinée à sa population[50].

Quelques années plus tard, le 14 juin 1731, des prêtres et des membres de la noblesse locale et du peuple se sont adressés à la municipalité de Vila Franca do Campo, et ont déclaré aux agents municipaux présents qu'il y avait une grande pénurie de nourriture dans le territoire, de sorte que [« depuis trois jours une grande partie de la population marchent, sacs au dos, pour acheter du blé pour se nourrir [sic] et que cela leur faisait de la peine, car ils ne trouvaient pas ladite provision et de voir l'état si misérable dans lequel ils se trouvaient à cause de la faim qu'ils souffraient »][51]. Sachant qu'il devait y avoir 70 à 80 muids de blé prêts à être embarqués et que la législation royale affirmait que les pénuries de denrées alimentaires pour les personnes et la famine devaient être évitées, [« comme nous le voyons à présent faute de nouveau maïs dans toute cette île qui constituait l'alimentation principale pour ces populations »], ils considérèrent que le blé devrait être vendu aux personnes nécessiteuses[52].

À cela, les travailleurs officiels de la ville ont répondu que le blé en question avait été acheté par les intermédiaires des étapiers de la place de Mazagan, avec plus de 260 muids déjà envoyés vers ladite place, et qu'il y avait dans la ville des céréales appartenant aux privilégiés – les prêtres de la Compagnie de Jésus, les religieux de Notre-Dame da Graça et de São Francisco, la Santa Casa da Misericórdia – les intermédiaires mentionnés ne leur achetaient pas le blé, mais [« ils avaient l'habitude de l'acheter à la population de leur libre arbitre sans en informer lesdits officiers de la mairie »], ce qui « vexait » les officiers du sénat qui ne pouvaient empêcher l'achat et la vente de ce froment. Or, après avoir déjà envoyé 260 muids à cette ville d'Afrique du Nord, les représentants des exploitants de Mazagan avaient réservé pour vendre à la population de Vila Franca do Campo et du Nord-Est, [« vu la misère dans laquelle ils se trouvaient aussi »], la quantité qu'il y avait dans les greniers de la ville que les sénateurs avaient ordonnée de mettre en vente les jours qu'ils indiqueraient[53].

À partir du milieu du siècle, les préoccupations quant à l'exportation des denrées alimentaires persistaient, mais c'est le maïs qui semble mériter plus d'attention de la part des responsables municipaux. À ce moment-

50. ACVFC, Vila Franca do Campo, *Livro de Acórdãos (1703-1711)*, fls. 250v-251v.

51. Cf. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1722-1732)*, fls. 329v-331, conseil municipal du 14 juin 1731, *maxime* fl. 329v pour la citation.

52. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1722-1732)*, fls. 329v-330.

53. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1722-1732)*, fls. 330-330v.

sair os milhos dos termos concelhios sem a devida autorização do senado.

Serve de exemplo o sucedido na Ribeira Grande, em vereação de 14 de Janeiro de 1754. Os oficiais da câmara, tendo sido informados que os dizimeiros da vila e seu termo transportavam os milhos que tinham para fora do concelho «e por cer este munto preçizo pera sustento do povo asim de que nam expremen-tem fome como exprementaram estes des annos preteritos», acordaram que ninguém vendesse milho por preço superior a 6 vinténs o alqueire e trigo por preço superior a 200 réis o alqueire, sob pena de 6.000 réis, e que não fosse levado milho, trigo, favas e outros géneros para fora da jurisdição sem licença da câmara, sob pena de lhos tomarem[54].

Mas, apesar do controlo que as autoridades municipais exerciam sobre as exportações de géneros, havia situações em que dificilmente poderiam impedir a saída dos cereais. Se uma desinteligência entre câmaras e procuradores do contrato podia acontecer[55], era sempre possível chegar a um acordo entre as partes, de modo a que nem os concelhos se vissem privados de alimento, nem a coroa fosse prejudicada[56]. De qualquer modo, caso a fome se instalasse, o alimento das populações era prioridade indiscutível[57].

54. Cf. Arquivo da Câmara da Ribeira Grande (ACRG), Ribeira Grande, *Livros de Acórdãos*, 12, fls. 11-12.

55. Na reunião de 22 de Junho de 1711, os oficiais da câmara de Vila Franca do Campo acordaram que os 30 moios de trigo pretendidos pelo procurador do contrato da praça de Mazagão seriam vendidos a quem os desejasse comprar. O motivo para esta decisão residiu no facto do representante dos assentistas querer a dita quantidade, que poderia sobrar do cereal destinado ao provimento popular, mas não estar disposto a pagar o preço de 13.200 réis por moio (cf. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1703-1711)*, fls. 262v-263v).

56. Quando, a 18 de Outubro de 1720, o tenente José Godinho Camelo, procurador dos assentistas da praça de Mazagão, compareceu na câmara de Vila Franca do Campo, dizendo que no porto da vila estava um barco pronto a embarcar trigo e que, não havendo falta nem carestia deste género, os oficiais concelhios não deveriam embargar a exportação do cereal, os senadores acordaram em conceder-lhe licença para exportar 70 moios de trigo das rendas do conde da Ribeira Grande e ainda outros 30 moios que o mesmo tenente comprara na vila (cf. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1716-1722)*, fls. 159-159v). Ver ainda ACVFC, *Livro de Acórdãos (1739-1752)*, fls. 33-33v, vereação de 18 de Novembro de 1740: antes de ser concedida autorização ao procurador da praça de Mazagão para embarcar o trigo que havia no granel do conde, os oficiais da câmara efectuaram uma vistoria aos granéis da vila e, após auscultação das diversas partes – religiosas de Santo André, procurador do concelho, Santa Casa da Misericórdia, procurador da praça de Mazagão –, concederam ao representante dos contratadores 70 moios de trigo para exportação. Assinalemos, por fim, a respeito do envio de trigo para Mazagão, a troca de correspondência entre o sargento-mor António Borges de Bettencourt, comandante-geral de São Miguel, e a câmara de Vila Franca do Campo em 1764 (cf. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1760-1768)*, fls. 105v-106v). Para a Ribeira Grande, ver ACRG, *Livros de Acórdãos*, 13, fls. 32v, 28 de Janeiro de 1768, 50, 8 de Agosto de 1768, e 51, 18 de Agosto de 1768: providências sobre o fornecimento de trigo à praça de Mazagão.

57. Cf. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1752-1760)*, fls. 129-129v, vereação de 13 de Abril de 1757.

là, le maïs avait supplanté depuis longtemps le blé comme le principal moyen de subsistance des populations, il incombait donc aux conseils municipaux de surveiller plus attentivement sa circulation. Ni même les dîmeurs et les exploitants de la Couronne ne pouvaient faire sortir le maïs des limites municipales sans être dûment autorisés par le Sénat.

En exemple, citons ce qui s'est passé à Ribeira Grande lors du conseil municipal du 14 janvier 1754. Les officiers de la mairie, ayant été informés que les dîmeurs de la ville et de ses limites transportaient le maïs qu'ils avaient en dehors de la municipalité [« et parce que celui-ci est très précieux pour alimenter la population afin qu'elle ne souffre pas de la faim comme elle a souffert ces dernières années »], se sont accordés pour que personne ne puisse vendre le maïs à un prix supérieur à six sous par boisseau et le blé a plus de 200 réaux le boisseau, sous peine de 6000 réaux d'amende, et qu'aucun maïs, blé, fève et toute autre denrée ne pouvait sortir en dehors de la juridiction, sans autorisation de la mairie, sous peine de se les voir confisquer[54].

Mais malgré le contrôle que les autorités municipales exerçaient sur les exportations de denrées alimentaires, il y avait des situations où cela s'avérait difficile d'empêcher la sortie des céréales. Si une mésintelligence entre les municipalités et les exploitants se produisait[55], il était toujours possible de parvenir à un accord entre les parties, faisant en sorte que les municipalités ne se trouvent pas privées de nourriture et que la Couronne ne soit pas pénalisée[56]. Quoi qu'il

54. Cf. Arquivo da Câmara da Ribeira Grande (ACRG), Ribeira Grande, *Livros de Acórdãos*, 12, fls. 11-12.

55. Lors de la réunion du 22 juin 1711, les officiers de la mairie de Vila Franca do Campo ont convenu que les 30 muids de blé que le procureur du contrat de la place de Mazagan souhaitait, seraient vendus à ceux qui voudraient bien les acheter. La raison de cette décision réside dans le fait que le représentant des fournisseurs voulait ladite quantité, soit l'éventuel excédent de la céréale destinée à l'approvisionnement populaire, mais n'était pas disposé à payer le prix de 13 200 réaux par muid (cf. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1703-1711)*, fls. 262v-263v).

56. Lorsque le 18 octobre 1720, le lieutenant José Godinho Camelo, représentant des étapiers de la place de Mazagan, s'est rendu à Vila Franca do Campo, en disant qu'il y avait un bateau dans le port de la ville prêt à embarquer du blé et que vu qu'il n'y avait ni manque ni carence de cette denrée, les responsables du conseil local ne devraient pas empêcher l'exportation de la céréale, les sénateurs ont convenu de lui accorder une licence d'exportation pour 70 muids de blé provenant des rentes du comte de Ribeira Grande ainsi que 30 autres muids que ce même lieutenant avait achetés dans la ville (cf. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1716-1722)*, fls. 159-159v). Voir aussi ACVFC, *Livro de Acórdãos (1739-1752)*, fls. 33-33v, conseil municipal du 18 novembre 1740 : avant que l'autorisation ne soit accordée au représentant de la place de Mazagan pour embarquer le blé qui se trouvait dans le grenier du comte, les agents de la municipalité ont effectué une inspection aux greniers de la ville et après consultation des différentes parties – les religieuses de Saint-André, le procureur du comté, la *Santa Casa da Misericórdia*, le représentant de la place de Mazagan – ils concédèrent au représentant des contractants

5. O fornecimento de cereal a Mazagão, a partir dos Açores ou do reino, estava a cargo de contratadores. Estes tinham no arquipélago os seus representantes, que gozavam de preferência quanto ao cereal que se podia exportar. Um processo relativo ao capitão Tomás Brum da Silveira Porras Taveira, morador na ilha do Faial, mas com rendas em São Miguel, lança alguma luz sobre o modo como se entrechocavam os interesses de contratadores e os de particulares[58].

Em finais de 1724, o capitão Tomás Brum da Silveira Porras Taveira apresentou na câmara de Ponta Delgada uma petição para exportar certos géneros das suas rendas, que possuía em São Miguel, «para gasto de sua Caza e familia»: 50 moios de trigo, dois sacos de favas, três sacos de feijão, 60 pedras de linho e alguns panos, duas jarras de azeite «e outras miudezas». A licença para embarcar os referidos bens fora-lhe concedida a 18 de Novembro desse ano, mas não o fizera, porque João Gonçalves da Silva, procurador dos administradores da praça de Mazagão, dissera que queria o trigo do capitão e, portanto, negara-lhe a licença para exportar o cereal para a ilha do Faial. Perante esta situação, o capitão Tomás Brum alegou que os administradores da praça de Mazagão, por seus procuradores, deviam ter os trigos da estação prontos no início de Setembro e pelos preços ajustados com os donos, sendo-lhes dada a preferência do saque; ora, não era correcto fazer esperar os senhorios até finais do ano, como sucedia no presente caso. Deste modo, o capitão Tomás Brum apresentou à câmara uma nova súplica, que foi atendida: foi-lhe concedida a licença para embarcar para o Faial os trigos e demais géneros, considerando que João Gonçalves da Silva não quisera tomar o cereal por sua conta.

Mas a canalização de cereais para Mazagão não era feita unicamente pelos assentistas ou pelos seus representantes. De igual modo, os senhorios podiam transportar grão para a praça luso-marroquina, obtendo assim lucro com o produto das suas rendas, o que nem sempre foi reconhecido pelas câmaras. De entre os vários senhorios, merece destaque, pela sua excepcionalidade, a casa dos marqueses de Castelo Rodrigo. Na sequência do golpe palaciano de 1 de Dezembro de 1640, D. Manuel de Moura Corte Real optou por permanecer em Castela. Deste modo, os bens da casa, entre os quais as capitanias de Angra e da Praia, foram confiscados pela coroa portuguesa, permanecendo desde então sob administração régia.

58. Cf. BPARPD, ACPD, Livro 12, fls. 226-227v, 9 de Dezembro de 1724.

en soit, si la faim venait à s'installer, l'alimentation des populations restait une priorité indiscutable[57].

5. L'approvisionnement de céréale à Mazagan, à partir des Açores ou du royaume, était à charge des exploitants. Ceux-ci avaient dans l'archipel leurs représentants qui jouissaient du privilège de pouvoir choisir la céréale qui pouvait être exportée. Un processus concernant le capitaine Tomás Brum da Silveira Porras Taveira, habitant dans l'île de Faial, mais avec des revenus à São Miguel, nous éclaire sur les intérêts contradictoires entre exploitants et particuliers[58].

À la fin de 1724, le capitaine Tomás Brum da Silveira Porras Taveira présenta à la mairie de Ponta Delgada une pétition visant à exporter certaines denrées provenant des rentes qu'il possédait à São Miguel, [« pour les dépenses de sa maison et de sa famille »] : 50 muids de blé, deux sacs de fèves, trois sacs de haricots, 60 pierres à lin et quelques tissus, deux pots d'huile [« et autres menus objets »]. La licence pour expédier lesdites marchandises lui sera accordée le 18 novembre de cette même année, mais il ne put le faire, car João Gonçalves da Silva, procureur des administrateurs de la place de Mazagan, déclara qu'il voulait le blé du capitaine et refusa de lui donner la licence pour exporter les céréales vers l'île de Faial. Face à cette situation, le capitaine Thomas Brum fit valoir que les administrateurs de la place de Mazagan, par le biais de leurs procureurs, devaient avoir le blé de la saison prêt au début du mois de septembre et au prix convenu avec les propriétaires et qu'ils étaient prioritaires quant à cette fourniture ; or, il n'était pas de bon ton de faire attendre les propriétaires jusqu'à la fin de l'année, comme ce fut le cas ici. Ainsi, le capitaine Thomas Brum présenta à la mairie une nouvelle pétition qui aboutira finalement : il obtint donc la permission d'embarquer le blé et autre denrée alimentaire vers l'île de Faial, considérant que João Gonçalves da Silva n'avait pas voulu prendre les céréales sous sa responsabilité.

Mais l'acheminement des céréales vers Mazagan n'a pas été fait uniquement par les fournisseurs ou par leurs représentants. Les propriétaires pouvaient, de la même façon, transporter le grain vers la place luso-

70 muids de blé pour l'exportation. Notons, pour finir, à propos de l'envoi de blé à Mazagan, l'échange de correspondance entre le sergent-major António Borges de Bettencourt, commandant général de São Miguel, et la mairie de Vila Franca do Campo en 1764 (cf. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1760-1768)*, fls. 105v-106v). Pour Ribeira Grande, voir ACRG, *Livros de Acórdãos*, 13, fls. 32v, du 28 anvier 1768, 50, du 8 août 1768, et 51, du 18 août 1768 : mesures sur la fourniture de blé à la place de Mazagan.

57. Cf. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1752-1760)*, fls. 129-129v, conseil municipal du 13 avril 1757.

58. Cf. BPARPD, ACPD, Livre 12, fls. 226-227v, du 9 décembre 1724.

Ora, no século XVIII, encontramos nas vereações da câmara de Angra diversos pedidos de licença para se embarcarem para a praça de Mazagão trigos das rendas do marquês de Castelo Rodrigo. Assim acontece entre 1727 e 1731, quando os administradores das rendas, por si ou pelos seus procuradores, requerem as devidas licenças, relativas a quantidades que oscilaram entre os 40 e os 380 moios de trigo[59]. Três são os nomes que se destacam neste circuito: Francisco da Silva de Carvalho, José Coelho da Costa e António de Sousa Pinto, este igualmente associado a outros negócios da Fazenda Real nos Açores, o que nos remete para a diversificação da acção dos agentes mercantis presentes nas ilhas[60].

Já em São Miguel, era a casa dos condes da Ribeira Grande que se evidenciava. Sinal evidente do seu poder e prestígio seria o alvará de 2 de Dezembro de 1710, pelo qual D. João V concedeu ao conde da Ribeira Grande, D. José Rodrigo da Câmara, a liberdade de exportação para Lisboa dos trigos de suas rendas, sem que qualquer pessoa ou oficial camarário o impedisse, deixando em São Miguel a terça parte dessas rendas, sendo necessário para provimento do povo[61]. Poucos anos depois, a carta régia de 6 de Junho de 1714 concederia ao conde a possibilidade de exportar nesse ano os trigos das suas rendas «pera sostentar a sua Caza, e famillia nesta Corte, e juntamente assistir a seu filho Conde na de fransa p*ar*a onde foi por embaichador extr*aordinari*o», sem depender das licenças concedidas pelos oficiais das câmaras[62]. Deste modo, a casa podia exportar o cereal das suas rendas, livre do constrangimento e vigilância das autoridades municipais da ilha.

No entanto, apesar dos privilégios concedidos à casa dos condes, as câmaras de São Miguel procuraram, sempre que possível, limitar o seu alcance, pelo que, ao entrarmos na segunda metade do século XVIII, o problema da articulação entre a quantidade de cereal que devia permanecer na ilha e a livre exportação das rendas da casa da Ribeira Grande continuava em aberto. No período da capitania geral, o máximo representante da coroa no arquipélago foi chamado a arbitrar os conflitos que surgiram entre os oficiais

59. Cf. BPARAH, ACAH, *Acórdãos*, Livro 18 (1724-1734), fls. 109v, vereação de 8 de Outubro de 1727, 130v, vereação de 14 de Abril de 1728, 149, vereação de 9 de Novembro de 1728, 179, vereação de 31 de Agosto de 1729, 184, vereação de 26 de Outubro de 1729, 212-212v, vereações de 2 e 16 de Setembro de 1730, e 238v-239, vereação de 11 de Junho de 1731.

60. Cf. José Damião Rodrigues, *São Miguel no século XVIII*... cit., vol. I, pp. 126-128.

61. Cf. ACVFC, *Livro do Registo (1677-1712)*, fls. 208-209.

62. Cf. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1711-1716)*, fl. 109v.

marocaine et obtenir ainsi un profit avec le produit de leurs rentes, ce qui n'a pas toujours été reconnu par les municipalités. Parmi les divers propriétaires, soulignons, par son caractère exceptionnel, la maison du marquis de Castelo Rodrigo. Après la révolution du palais, le 1er décembre 1640, Manuel de Moura Corte Real choisit de rester à Castille. Ainsi, les biens de la maison, y compris les capitaineries d'Angra et de Praia, furent confisqués par la Couronne portugaise, restant depuis lors sous administration royale.

Or, au XVIIIe siècle, nous trouvons dans les conseils municipaux d'Angra plusieurs demandes d'octroi de licence pour embarquer le blé des rentes du Marquis de Castelo Rodrigo vers la place de Mazagan. C'est ce qui arriva entre 1727 et 1731, lorsque les administrateurs des rentes par leur biais ou celui de leur représentant requirent les licences appropriées, relatives à des quantités qui oscillaient entre les 40 et 380 muids de blé[59]. Trois noms se détachent dans ce circuit : Francisco de Carvalho da Silva, José Coelho da Costa et António Pinto de Sousa, celui-ci étant également associé à d'autres affaires du Trésor royal aux Açores, ce qui nous renvoie à la diversification des activités des agents commerciaux présents sur les îles[60].

À São Miguel, la maison qui se distinguait le plus était celle des comtes de Ribeira Grande. Signe évident de leur pouvoir et de leur prestige, la licence du 2 décembre 1710, accordée par João V au comte de Ribeira Grande, José Rodrigo da Câmara, lui donne la liberté d'exporter le blé de ses rentes à Lisbonne, sans qu'aucune personne ou autorité municipale puisse l'en l'empêcher, laissant à São Miguel la tierce partie de ces rentes, car elle était nécessaire à l'approvisionnement de la population[61]. Quelques années plus tard, la lettre royale du 6 juin 1714 accorderait au comte la possibilité d'exporter cette même année le blé provenant de ses rentes [« pour subvenir au besoin de sa maison et de sa famille dans cette Cour, et pour soutenir son fils en France où il avait été envoyé comme ambassadeur exceptionnel »] sans dépendre des licences accordées par la municipalité[62]. Ainsi, la maison pouvait exporter le grain de ses rentes, libre de toute contrainte et de la surveillance des autorités municipales de l'île.

Cependant, malgré les privilèges concédés à la maison des comtes, les municipalités de São Miguel

59. Cf. BPARAH, ACAH, Arrêtés, Livre 18 (1724-1734), fls. 109v, conseil municipal du 8 octobre 1727, 130v, conseil municipal du 14 avril 1728, 149, conseil municipal du 9 novembre 1728, 179, conseil municipal du 31 août 1729, 184, conseil municipal du 26 octobre 1729, 212-212v, conseil municipal du 2 et 16 septembre 1730, et 238v-239, conseil municipal du 11 juin 1731.

60. Cf. José Damião Rodrigues, *São Miguel no século XVIII*... cit., vol. I, pp. 126-128.

61. Cf. ACVFC, *Livro do Registo (1677-1712)*, fls. 208-209.

62. Cf. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1711-1716)*, fl. 109v.

dos concelhos e os senhorios, com decisões que, por vezes, beneficiaram os últimos.

Em Vila Franca do Campo, na vereação de 17 de Novembro de 1767, foi lida uma carta de D. Antão de Almada, capitão-general dos Açores, dirigida aos oficiais daquela câmara, acerca de uma petição da condessa da Ribeira Grande. A condessa pretendia armazenar nos seus celeiros 75 moios de trigo das rendas que possuía, que correspondiam às duas partes que podia exportar livremente – a terça parte fora já guardada nos granéis dos exames – e se destinavam a Mazagão, pois tinha vendido esse cereal aos procuradores da praça luso-marroquina. Os vereadores e o juiz de fora de Vila Franca do Campo recusavam-se a autorizar o embarque dos 75 moios, alegando que os procuradores da praça de Mazagão não tinham apresentado o documento comprovativo emanado da Casa de Ceuta, justificando a respectiva exportação. Todavia, perante a petição da condessa, o capitão-general autorizou o embarque dos trigos[63].

Acerca das quantidades de cereal exportadas nestes anos para a praça de Mazagão, um documento datado de 1767 esclarece-nos quanto aos montantes exportados e à sua distribuição quantitativa pelos concelhos micaelenses e pela ilha de Santa Maria[64]. José Rebelo, administrador dos tabacos da ilha de São Miguel e procurador dos contratadores da praça de Mazagão, dirigiu uma petição ao capitão-general dos Açores, informando-o de que comprara 125 moios de trigo em Vila Franca do Campo, além do cereal pertencente à Companhia de Jesus e à Santa Casa da Misericórdia da mesma vila, e ainda 40 moios na Ribeira Grande, destinando-se todo o grão ao aprovisionamento de Mazagão. Porém, os oficiais das câmaras das duas citadas vilas e também os da cidade de Ponta Delgada haviam impedido o embarque do trigo, alegando que este era necessário para sustento dos povos. O procurador, argumentando que era notória a abundância de milhos e que a praça de Mazagão era privilegiada, requeria ao capitão-general que este ordenasse aos oficiais dos concelhos em questão que não impedissem o embarque do cereal, antes colaborassem nesse desígnio.

O traslado desta petição tem em anexo a ordem do capitão-general e um rol dos trigos comprados e embarcados pelo procurador José Rebelo. Somos assim informados que, em Setembro e Novembro de 1767, José Rebelo já havia carregado 696 moios e

63. Cf. ACVFC, *Livro do Registo (1718-1819)*, fls. 150-150v.

64. ACVFC, *Livro do Registo (1718-1819)*, fls. 153v-155, petição de José Rebelo, sem data, ordem de D. Antão de Almada, de 7 de Dezembro de 1767, e relação do cereal exportado para Mazagão, sem data (finais de 1767).

ont cherché tant bien que mal à limiter leur champ d'action, de telle sorte qu'en entrant dans la seconde moitié du XVIII^e^ siècle le problème de l'articulation entre la quantité des céréales qui devait rester sur l'île et la libre exportation des rentes de la maison de Ribeira Grande persistait. Au cours de la capitainerie générale, le représentant suprême de la Couronne dans l'archipel fut appelé à arbitrer les conflits qui ont surgi entre les agents des municipalités et les propriétaires, prenant des décisions qui, de temps en temps, ont bénéficié à ces derniers.

Lors du conseil municipal du 17 novembre 1767 à Vila Franca do Campo, on procéda à la lecture d'une lettre de Antão de Almada, capitaine général des Açores, adressée aux officiers de cette mairie, concernant une pétition de la comtesse de Ribeira Grande. La comtesse souhaitait conserver dans ses granges 75 muids de blé provenant des rentes qu'elle possédait, ce qui correspondait à deux parts qu'elle pouvait librement exporter – la tierce partie avait déjà été gardée dans les greniers des examens – et qui étaient destinées à Mazagan, car elle avait vendu cette céréale aux procureurs de la place luso-marocaine. Les conseillers municipaux et le juge extérieur de Vila Franca do Campo se refusaient à autoriser l'embarquement des 75 muids, alléguant que les procureurs de la place de Mazagan n'avaient pas présenté le document rédigé par la Maison de Ceuta, confirmant cette exportation. Toutefois, face à la pétition de la comtesse, le capitaine général autorisa l'envoi du blé[63].

En ce qui concerne la quantité de céréales exportées ces dernières années vers la place de Mazagan, un document daté de 1767 nous informe quant aux quantités exportées et à leur distribution quantitative entre les municipalités de São Miguel et l'île de Santa Maria[64]. Toutefois, les responsables municipaux des deux villes citées, mais aussi ceux de la ville de Ponta Delgada, avaient empêché l'embarquement du blé, en faisant valoir que celui-ci était nécessaire pour nourrir la population. Le procureur, alléguant que l'abondance de maïs était évidente et que la ville de Mazagan était privilégiée, demandait au capitaine général d'ordonner aux agents des municipalités de ne pas interdire l'embarquement de la céréale, mais plutôt de collaborer à ce dessein.

La copie de cette pétition contient en annexe l'ordre du capitaine général et une liste des blés achetés et embarqués par le procureur José Rebelo. Ainsi, nous sommes informés qu'en septembre et novembre 1767,

63. Cf. ACVFC, *Livro do Registo (1718-1819)*, fls. 150-150v.

64. ACVFC, *Livro do Registo (1718-1819)*, fls. 153v-155, pétition de José Rebelo, sans date, ordre de D. Antão de Almada du 7 décembre 1767, et liste de la céréale exportée à Mazagan, sans date (fin de l'année 1767).

9 alqueires de trigo em três navios. Para carregar, tinha ainda 230 moios, distribuídos da seguinte forma: 60 em Santa Maria, 118 em Ponta Delgada (63 do granel da condessa da Ribeira Grande, 40 do granel do Colégio dos Jesuítas, 5 do de Francisco Cordeiro, 3 do de Agostinho Barros Lobo e 7 do granel do próprio José Rebelo) e 12 na Lagoa, estes também da casa da Ribeira Grande. Restavam, para completar o lote, 40 moios. Quanto aos 125 moios adquiridos em Vila Franca do Campo, pertenciam 80 à casa condal, 20 ao prioste geral, 10 ao capitão Agostinho de Barros Lobo, 10 ao capitão Simão José, 4 ao prior do convento de Nossa Senhora da Graça, de Ponta Delgada, e um a Manuel Machado Leão[65].

Os privilégios concedidos pela monarquia a nobres e religiosos, autorizando-os a transportarem cereais e outros géneros para fora dos concelhos, obstaculizavam o controlo das exportações por parte das câmaras[66]. A exportação de cereais só podia efectuar-se após a concessão da respectiva licença camarária. Uma vez dada esta autorização, um oficial do senado – por exemplo, o escrivão da câmara – ou outro agente concelhio – o medidor do concelho – devia inspeccionar e medir o grão a exportar, de modo a garantir que a terça parte do mesmo ficasse na terra[67]. As referências à terça parte do cereal que devia permanecer nas terras – no final de Setecentos, refere-se quer a terça parte, quer a sexta[68] – são algo frequentes na documentação consultada e alguns documentos revelam ainda a resistência dos poderes locais à exportação dos dois terços dos senhorios.

José Rebelo avait déjà chargé 696 muids et 9 boisseaux de blé dans trois navires. Il devait encore charger 230 muids, répartis comme suit : 60 à Santa Maria, 118 à Ponta Delgada (63 du grenier de la comtesse de Ribeira Grande, 40 du grenier du collège des Jésuites, 5 de celui de Francisco Cordeiro, 3 de celui de Agostinho Barros Lobo et 7 du grenier de José Rebelo) et 12 à Lagoa, ceux-ci provenant aussi de la maison de Ribeira Grande. Il restait pour compléter le lot, 40 muids. Quant aux 125 muids acquis à Vila Franca do Campo, 80 appartenaient à la maison comtale, 20 au collecteur général, 10 au capitaine Agostinho de Barros Lobo, 10 au capitaine Simon José, 4 au prieur du couvent de Notre-Dame da Graça de Ponta Delgada, et un à Manuel Machado Leão[65].

Les privilèges accordés par la monarchie à des nobles et à des religieux, qui leur permettaient de transporter des céréales et d'autres denrées en dehors des municipalités, entravaient le contrôle des exportations des municipalités[66]. L'exportation des grains ne pouvait être effectuée qu'après l'octroi d'une licence municipale. Une fois cette autorisation accordée, un officier du Sénat – par exemple, le greffier de la municipalité – ou un autre agent municipal – le mesureur municipal – devait inspecter et mesurer le grain pour l'exportation, afin de s'assurer que la tierce partie de celui-ci restait sur le territoire[67]. Les références à la tierce partie de la céréale qui devait rester sur le territoire (à la fin du XVIII[e] siècle, on mentionne aussi bien la tierce partie que la sixième[68]) sont assez fréquentes dans la documentation consultée et certains documents révèlent également la résistance des pouvoirs locaux à l'exportation des deux tiers des propriétaires.

---

65. ACVFC, *Livro do Registo (1718-1819)*, fl. 154v.

66. A concessão de privilégios neste campo datava do século XVI e, nos séculos seguintes, os agraciados relembraram pontualmente aos poderes municipais a sua situação de excepção. É assim que vemos, no começo de Setecentos, ser novamente copiada no livro de registos da câmara de Ponta Delgada a sentença que os ministros eclesiásticos haviam alcançado em 7 de Março de 1606 contra os vereadores do senado da cidade, pela qual eram autorizados a embarcarem os trigos das suas ordinárias (cf. BPARPD, ACPD, 115, fls. 339v-343v).

67. Um acórdão da câmara da Ribeira Grande refere expressamente que só se exportariam para fora do concelho «duas partes das rendas dos Senhorios das terras, q*ue* sam moradores em diversas jurisdiçoens» (cf. ACRG, *Livros de Acórdãos*, 13, fl. 103, vereação de 19 de Agosto de 1769). Ver ainda, sobre o mesmo assunto, ACVFC, *Livro de Acórdãos (1768-1779)*, fl. 260, vereação de 1 de Outubro de 1774. Em tempos de aflição, os senados ordenavam aos medidores que não efectuassem qualquer medição dos géneros alimentícios, como meio de impedir o transporte dos mesmos para fora da jurisdição (cf. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1722-1732)*, fl. 179v, vereação de 20 de Maio de 1727).

68. Ver, a título de exemplo, ACVFC, *Livro de Acórdãos (1779-1790)*, fls. 222-223, vereação de 19 de Agosto de 1786 (terça parte do trigo), e *Livro de Acórdãos (1791-1817)*, fls. 31v, vereação de 18 de Novembro de 1793 (sexta parte do milho), e 44v-45, vereação de 29 de Outubro de 1794 (terça parte do milho).

65. ACVFC, *Livro do Registo (1718-1819)*, fl. 154v.

66. La concession de privilèges dans ce domaine remonte au XVI[e] siècle et dans les siècles suivants, les graciés rappelaient ponctuellement aux pouvoirs municipaux leur situation d'exception. Voilà comment nous voyons au début du XVIII[e] siècle, encore une fois, être copié, dans le registre de la municipalité de Ponta Delgada, le jugement que les ministres ecclésiastiques avaient obtenu le 7 mars 1606 contre les conseillers municipaux du Sénat de la ville, grâce auquel ils étaient autorisés à embarquer le blé de leurs pensions (cf. BPARPD, ACPD, 115, fls. 339v-343v).

67. Un arrêté de la municipalité de Ribeira Grande stipule expressément que seules seraient exportées en dehors de la municipalité « deux parts des rentes des seigneurs des terres qui habitent dans diverses juridictions » (cf. ACRG, *Livros de Acórdãos*, 13, fl. 103, conseil municipal du 19 août 1769). Voir également, sur le même sujet, ACVFC, *Livro de Acórdãos (1768-1779)*, fl. 260, conseil municipal du 1er octobre 1774. En période de crise, les Sénats ordonnaient aux mesureurs de n'effectuer aucune mesure concernant les denrées alimentaires, comme moyen d'empêcher le transport de celles-ci en dehors de la juridiction (cf. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1722-1732)*, fl. 179v, conseil municipal du 20 mai 1727).

68. Voir à titre d'exemple, ACVFC, *Livro de Acórdãos (1779-1790)*, fls. 222-223, conseil municipal du 19 août 1786 (tierce part du blé), et *Livro de Acórdãos (1791-1817)*, fls. 31v, conseil municipal du 18 novembre 1793 (sixième part du maïs), et 44v-45, conseil municipal du 29 octobre 1794 (tierce part du maïs).

Existindo rotas que se configuravam como prioritárias no quadro do sistema atlântico português, caso da rota Açores-Mazagão, o centro político procurou evitar que o cereal embarcado fosse desviado para o estrangeiro, contando, para esse fim, com a colaboração dos oficiais das câmaras açorianas. Em sessão camarária realizada na vila da Lagoa, em São Miguel, em Julho ou Agosto de 1757, o procurador do concelho apresentou um requerimento aos juízes ordinários e vereadores, «por ser conveniente ao bem comum dos moradores e pouo desta uilla e seu termo e evitar a fome, e carestia dos mantimentos, e o que he mais para milhor observação do decretto de Sua Magestade fidelissima que Deos g*oar*de digo Deos nosso Senhor g*oar*de»[69].

No seu requerimento, o procurador do concelho abordou o problema da exportação de cereais para Mazagão, pelo que dispomos assim de uma informação segura quanto à forma como se devia processar o controlo da exportação cerealífera. Estando determinado, por decreto régio, que se não embarcasse trigo e outros mantimentos para os reinos estrangeiros, no caso das exportações para Mazagão e Lisboa o procurador do concelho requereu que, nas petições, se declarasse para onde ia o navio, qual o seu nome e o do respectivo capitão e qual a nação, sob uma fiança de 300.000 réis e três meses de prisão; por outro lado, para evitar que os navios, depois de carregados, viajassem para portos estrangeiros, reclamou o mesmo oficial que «se obrigue aprezentarem certidam da d*itt*a praça de Mazagam ou da Corte e Ci*da*de de L*ixbo*a em como o d*itt*o Navio ou embarcaçam nos dittos portos descarregou toda a ditta carga»[70].

Com a criação da capitania geral dos Açores, em 1766, caberia ao capitão-general superintender no provimento da praça de Mazagão, ordenando às câmaras que organizassem a recolha dos géneros e facilitassem o seu transporte. A coroa negociaria ainda com particulares o abastecimento da praça em 1768, mas o abandono da mesma, no ano seguinte, terminou com este circuito que, para os naturais das ilhas, não apresentava um valor comercial face a mercados mais atractivos[71].

Vu qu'il existait des routes qui apparaissaient comme prioritaires dans le cadre du système atlantique portugais, comme c'est le cas de la route des Açores-Mazagan, le centre politique chercha à éviter que la céréale soit détournée vers l'étranger, en comptant, à cet effet, avec la collaboration des agents des municipalités açoréennes. En réunion du conseil municipal tenue dans la ville de Lagoa, à São Miguel, en juillet et août 1757, le procureur de la municipalité déposa une requête aux juges ordinaires et conseillers municipaux, [« pour convenir au bien commun des habitants et des gens de cette ville et de ses limites et afin d'éviter la faim, et le manque de provisions, et pour un plus grand respect du décret de Sa Majesté fidélissime que Dieu la garde voire que Dieu notre Seigneur la garde »][69].

Dans sa requête, le procureur de la municipalité aborda le problème de l'exportation de céréales à Mazagan, ce qui nous permet de disposer d'informations crédibles sur la façon dont le contrôle des exportations de céréales était fait. Ayant été déterminé, par décret royal, que le blé et d'autres provisions ne devaient pas être embarqués vers les royaumes étrangers, le procureur de la municipalité exigea, dans le cas des exportations vers Mazagan et Lisbonne, que la destination du navire, son nom et celui du capitaine respectif ainsi que la nation, soient déclarés dans les requêtes sous peine d'une amende de 300 000 réaux et de trois mois d'emprisonnement ; d'autre part, pour éviter que les navires, une fois chargés, voyagent vers des ports étrangers, le même agent demanda que [« l'on oblige à présenter le certificat de ladite place de Mazagan ou de la Cour et ville de Lisbonne qui prouve que ledit navire ou embarcation desdits ports a déchargé toute ladite cargaison »][70].

Avec la création de la capitainerie générale des Açores, en 1766, il incombait au capitaine général de superviser l'approvisionnement de la place de Mazagan, en ordonnant aux municipalités d'organiser la collecte des denrées et de faciliter leur transport. La Couronne négocia également, en 1768, l'approvisionnement de la place avec des particuliers, mais l'abandon de celle-ci l'année suivante acheva ce circuit qui, pour les insulaires, ne représentait pas une valeur commerciale face à des marchés plus attrayants[71].

69. Cf. Arquivo da Câmara da Lagoa (ACL), Lagoa, *Livro de Acórdãos (1733-1761)*, fls. 156v-159, entre 16 de Julho e 13 de Agosto de 1757 (a sessão camarária não está datada).

70. ACL, *Livro de Acórdãos (1733-1761)*, fl. 158.

71. Cf. José Guilherme Reis Leite, «Administração, sociedade e economia dos Açores, 1766-1793», *Arquivo Açoriano. Enciclopédia das Ilhas dos Açores*, vol. 16.º, Parte 3.ª (e última), Fascículos 24 a 35, 1972, pp. 369-475, *maxime* p. 411. Sobre esta questão, ver ainda Avelino de Freitas de Meneses, *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, vol. II: *Economia*, 1995, pp. 183-189.

69. Cf. Arquivo da Câmara da Lagoa (ACL), Lagoa, *Livro de Acórdãos (1733-1761)*, fls. 156v-159, entre le 16 juillet et le 13 août 1757 (la session du conseil municipal n'est pas datée).

70. ACL, *Livro de Acórdãos (1733-1761)*, fl. 158.

71. Cf. José Guilherme Reis Leite, « Administração, sociedade e economia dos Açores, 1766-1793 », *Arquivo Açoriano. Enciclopédia das Ilhas dos Açores*, vol. 16.º, 3^e^ Partie (et dernière), Fascicules 24 à 35, 1972, pp. 369-475, *maxime* p. 411. Sur cette question, voir également Avelino de Freitas de Meneses, *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, vol. II: *Economia*, 1995, pp. 183-189.

As Misericórdias de Marrocos na época moderna: contributo para o seu estudo*

Les *Misericórdias* du Maroc à l'époque moderne : contribution à l'étude*

Maria Marta Lobo de Araújo, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho; Lab2PT, Universidade do Minho

O movimento de criação das Misericórdias ocorreu em finais do século XV e conheceu um ritmo muito acelerado de expansão que levou estas confrarias a toda a metrópole e ao império. Foi num profundo ambiente de renovação espiritual que em 1498 nasceu a Misericórdia de Lisboa. Depois do Concílio de Trento, e por toda a Europa do Sul, assistiu-se à renovação das confrarias. O seu crescimento foi tão rápido, que se encontram rastreadas cerca de 70 destas instituições para o reinado de D. Manuel I. Aquando da morte deste monarca, as Misericórdias já se encontravam espalhadas nas terras conquistas e nas regiões descobertas. Em 1502 as Misericórdias estavam já implantadas nas praças marroquinas de Alcácer Ceguer, Arzila, Ceuta e Tânger. Em 1519 estabelece-se uma em Goa[1]. No Brasil, há conhecimento de oito ainda no século XVI: Olinda, Santos, Espírito Santo, Salvador, São Paulo, Ilhéus, Rio de Janeiro e Paraíba[2]. Contudo, se o efeito foi de propagação, nem sempre estas confrarias se conseguiram manter e muitas acabaram mesmo por sucumbir, enquanto outras se reedificaram.

Em virtude da escassez de fontes para a análise das Misericórdias de Marrocos e das conhecidas terem já sido maioritariamente trabalhadas por Isabel Sá, o nosso trabalho pretende somente contribuir para um melhor conhecimento destas instituições, dando, por ventura, a conhecer alguns aspectos do seu funcionamento menos trabalhados.

Criadas pela Coroa, as Misericórdias eram instituições leigas, reconhecidas pelo Concílio de Trento

La création du mouvement des *Misericórdias* date de la fin du XV[e] siècle et a grandi à un rythme très rapide, amenant ces confréries à toute la métropole et à l'empire. Ce fut dans un environnement de profond renouveau spirituel qu'est née en 1498 la *Misericórdia* de Lisbonne. Après le Concile de Trente, et à travers toute l'Europe du Sud, on assista à la rénovation des confréries. Leur croissance fut si rapide que l'on compte environ 70 de ces institutions rien que pour le règne de D. Manuel I. À la mort de ce monarque, les *Misericórdias* étaient déjà disséminées sur les terres conquises et dans les régions découvertes. En 1502, elles se trouvaient déjà implantées sur les places fortes marocaines El-Ksar es-Seghir, Asilah, Ceuta et Tanger. En 1519, une autre est créée à Goa[1]. Au Brésil, on en connait huit au XVI[e] siècle : Olinda, Santos, Espírito Santo, Salvador, Sao Paulo, Ilhéus, Rio de Janeiro et Paraíba[2]. Cependant, si l'effet a été celui de la propagation des *Misericórdias*, ces confréries n'ont pas toujours été en mesure de se maintenir et beaucoup ont fini par succomber, tandis que d'autres ont été reconstruites.

En raison de la rareté des sources pour l'analyse des *Misericórdias* du Maroc et du fait que celles qui sont déjà connues ont déjà été largement travaillées par Isabel Sá, notre travail ne vise qu'à contribuer à une meilleure compréhension de ces institutions, en donnant, éventuellement, à connaître quelques aspects moins travaillés de leur fonctionnement.

Créées par la Couronne, les *Misericórdias* étaient des institutions laïques reconnues par le Concile de Trente comme des confréries *de protection royale immédiate*, fait qui les exemptait de la visite de

* Agradeço aos colegas Maria Augusta Lima Cruz e António Lázaro toda a ajuda prestada na elaboração deste trabalho.

1. Confira-se C. R. Boxer, *O império marítimo português 1415-1825*, Lisboa, Ed. 70, 2001, p. 267; José Pedro Paiva (dir.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 3, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa – União das Misericórdias Portuguesas, 2004, pp. 357-384.

2. Em 1582, há indícios da existência de um hospital no Rio de Janeiro que provavelmente era administrado pela Misericórdia local. Todavia, confirmação segura da sua existência só é possível a partir de 1605.

* Je remercie les collègues Maria Augusta Lima Cruz et António Lázaro pour toute leur aide dans la préparation de ce travail.

1. Voir C. R. Boxer, *O império marítimo português 1415-1825*, Lisbonne, Ed. 70, 2001, p. 267; José Pedro Paiva (dir.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 3, Lisbonne, Centro de Estudos de História Religiosa-União das Misericórdias Portuguesas, 2004, pp. 357-384.

2. En 1582, il y a des preuves de l'existence d'un hôpital à Rio de Janeiro qui était probablement administré par la *Misericórdia* locale. Cependant, la confirmation fiable de son existence n'est possible qu'à partir de 1605.

como confrarias de *imediata protecção régia,* facto que as isentava da visita do Ordinário, que apenas tinha acesso aos seus locais de culto[3]. As Santas Casas desdobraram a sua acção na ajuda aos presos e condenados, no amparo aos pobres, na libertação de cativos, na assistência à doença, na criação de expostos, no casamento de raparigas órfãs, na assistência a órfãos, no enterro aos mortos, na ajuda a pobres envergonhados, a entrevados, a viúvas e no auxílio a peregrinos. Mas o seu papel não se confinou ao campo da assistência. Tiveram uma função de relevo na estruturação e consolidação da sociedade e na rede de poderes locais. Formaram conjuntamente com os Municípios as duas grandes plataformas de poder local onde actuavam as principais elites da terra.

Eram confrarias de homens, embora, nos começos, algumas destas instituições inscrevessem também mulheres[4]. Mas se, no início, as Misericórdias mostraram certa flexibilidade na sua constituição, rapidamente deixaram de a ter e passaram a aceitar apenas homens[5]. Em Évora, era ainda facultada a entrada de agregados familiares «onde se incluíam os escravos»[6]. Esta realidade está ainda pouco trabalhada e é nosso entendimento que só com mais estudos de caso se poderá apreender melhor o funcionamento das Santas Casas nos seus primórdios e conhecer mais eficazmente os seus membros.

A rapidez com que as Misericórdias se implantaram esteve associada à «eficácia dos esforços da Coroa, mas também [...] ao facto de as comunidades locais

3. Apesar desta condição, em muitas localidades os agentes da Igreja procuraram introduzir a sua jurisdição nestas confrarias, facto que originou veementes protestos delas junto da Coroa. Deve ainda esclarecer-se que as Misericórdias mantinham uma forte ligação à Igreja não apenas porque desempenhavam serviços religiosos, mas também porque precisavam de interagir com ela para construir capelas ou igrejas, para benzer os locais de enterramento dos pobres, normalmente os pátios, para benzer os altares, para poderem celebrar e ainda para realizarem procissões. O clero integrava as Misericórdias, ocupando muitos lugares dos irmãos nobres.

4. Na Vila da Feira, chegou mesmo a existir uma provedora. Veja-se Francisco Ribeiro da Silva, «A Misericórdia de Santa Maria da Feira. Breve notícia histórica», *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. XII, 1995, p. 361.

5. A Misericórdia da Póvoa de Varzim constitui um caso menos comum. Fundou-se em meados do século XVIII (1756), a partir das confrarias dos Santos Passos e do Nome de Jesus. Por isso, a Misericórdia integrou inicialmente os irmãos das duas instituições que desejaram, quer fossem homens, quer mulheres, mas rapidamente o provedor e os irmãos se apressaram a vedar a entrada de outras mulheres. Leia-se Paula Carolina Ramos Dionísio, *A Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim. Assistência e caridade numa vila piscatória (1756-1806),* Porto, Faculdade de Letras, 2000, pp. 45-85 (dissertação de mestrado policopiada. Esta obra foi publicada em 2005).

6. Sobre a realidade da Misericórdia de Évora nos começos confira-se Laurinda Faria dos Santos Abreu, «A especificidade do sistema de assistência português. Linhas estruturantes», *Arquipélago. História*, 2.ª série, VI, 2002, p. 424.

l'Ordinaire qui n'avait accès qu'à leurs lieux de culte[3]. Les *Santas Casas* ont déployé leurs actions dans l'aide aux prisonniers et aux condamnés, dans le soutien aux pauvres, dans la libération des captifs, dans l'assistance à la maladie et aux enfants abandonnés, dans le mariage des filles orphelines, dans l'assistance aux orphelins, aux enterrements des morts, dans l'aide aux pauvres désemparés, aux estropiés, aux veuves et dans l'aide aux pèlerins. Mais leur rôle ne se limite pas au domaine de l'assistance. Elles ont eu un rôle majeur dans la structuration et la consolidation de la société et dans le réseau des pouvoirs locaux. Elles ont formé conjointement avec les municipalités les deux grandes plates-formes du pouvoir local où opéraient les principales élites de la terre.

C'étaient des confréries d'hommes, même si au début, certaines de ces institutions ont inscrit aussi des femmes[4]. Mais si, au départ, les *Misericórdias* ont montré une certaine souplesse dans leur constitution, elles l'ont rapidement abandonnée et n'ont désormais accepté que des hommes[5]. À Évora, l'entrée des ménages « dans laquelle étaient inclus les esclaves » était également permise[6]. Cette réalité est encore peu travaillée et, à notre sens, ce n'est qu'avec des études de cas supplémentaires que l'on pourra mieux saisir le fonctionnement des *Santas Casas* à leurs débuts et connaitre plus efficacement leurs membres.

La rapidité avec laquelle les *Misericórdias* se sont implantées a été associée à l'« efficacité des efforts de la Couronne, mais aussi [...] au fait que les communautés locales n'ont eu, pour norme, aucune

3. Malgré cette condition, dans de nombreuses localités les agents de l'Église ont cherché à introduire leur juridiction dans ces confréries, ce fait donna lieu à de véhémentes protestations de leur part auprès de la Couronne. Il convient également de préciser que les *Misericórdias* maintenaient une forte liaison à l'Église non seulement parce qu'elles effectuaient des services religieux, mais aussi parce qu'elles avaient besoin d'interagir avec elle pour construire des chapelles ou des églises, pour bénir les lieux d'enterrement des pauvres, normalement les patios, pour bénir les autels, pour pouvoir célébrer et encore pour réaliser des processions. Le clergé intégrait les *Misericórdias*, occupant ainsi de nombreuses places des frères nobles.

4. À Vila da Feira, il y eut même une directrice. Voir Francisco Ribeiro da Silva, « A Misericórdia de Santa Maria da Feira. Breve notícia histórica », *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. XII, 1995, p. 361.

5. La *Misericórdia* de Póvoa de Varzim est un cas moins fréquent. Elle a été fondée au milieu du XVIII[e] siècle (1756), à partir des confréries Santos Passos et Nome de Jésus, raison pour laquelle la *Misericórdia* a d'abord intégré les frères des deux institutions qui l'ont souhaité, qu'ils soient hommes ou femmes, puis le proviseur et les frères se sont empressés de fermer l'entrée à d'autres femmes. Voir Paula Carolina Ramos Dionísio, *A Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim. Assistência e caridade numa vila piscatória (1756-1806),* Porto, Faculdade de Letras, 2000, pp. 45-85 [dissertation de master polycopiée. Cet ouvrage a été publié en 2005].

6. À propos de la réalité de la *Misericórdia* d'Évora à ses débuts voir Laurinda Faria dos Santos Abreu, « A especificidade do sistema de assistência português. Linhas estruturantes », *Arquipélago. História*, 2[e] série, VI, 2002, p. 424.

não terem tido, por norma, qualquer relutância em dotar-se a si próprias de uma destas confrarias, bem como de acatar a sugestão da sua fundação a partir do centro»[7]. A vontade surgiu um pouco por todo o lado e para além do incentivo régio directo através de carta, como se passou no Porto em 1499, D. Manuel I enviou ainda emissários pelo Reino para entusiasmar as populações e, muito particularmente, o poder local a criar Misericórdias. O périplo de Álvaro da Guarda pelo Sul do país (existe conhecimento da sua presença em Elvas, no Alandroal e em Beja) teve também esse propósito.

Em algumas localidades, foi o poder local o impulsionador deste movimento. Foi assim, por exemplo, em Penela, em 1559[8], em Azurara, em 1566[9], em Grândola, em 1568[10], locais onde os juízes, vereadores e homens-bons dos concelhos pediram ao rei a instalação destas confrarias. Outras saíram da vontade de pessoas ilustres das terras, que desejavam ver a sua localidade provida de uma instituição prestigiada, onde eles próprios pudessem militar e servir[11]. O argumento utilizado era sempre o de ajudar os pobres. Contudo, as Misericórdias cumpriam outras funções para além da ajuda material e espiritual aos mais desfavorecidos.

Monarcas, particulares e religiosos moveram esforços para edificar e beneficiar estas confrarias. Todavia, como referimos, houve casos pontuais que não conseguiram vingar e algumas foram reactivadas com novos incentivos[12].

Sabe-se pouco sobre os primórdios das Misericórdias. Não abundam, por exemplo, informações referentes às suas formas de financiamento, embora se conheça

7. Leia-se Isabel dos Guimarães Sá e José Pedro Paiva, «Introdução», *in Portugaliae Monumenta Misericordiarum*... cit., vol. 3, p. 13.

8. Mário Nunes, *Misericórdia de Penela, 1559-1999: servir e amar*, Penela, Santa Casa da Misericórdia de Penela, 1999, p. 61.

9. Confira-se Eugénio de Andrade da Cunha e Freitas, «A Misericórdia de Azurara: passado e presente», *in V Centenário do nascimento da Rainha D. Leonor. Actas do IV Congresso das Misericórdias*, vol. I, Lisboa, Comissão Nacional das Comemorações-Escolas Profissionais Salesianas, 1959, pp. 369-371.

10. Germesindo Silva, *A fundação da Santa Casa de Grândola*, s. l., s. n., 1988, pp. 55-57.

11. Para a Ericeira leia-se Maria da Conceição Coelho dos Reis, *A Santa Casa da Misericórdia da Ericeira: dotes, dotadas e percursos da instituição (1729-1830),* trabalho apresentado no seminário «Família e ciclo de vida», no âmbito do Mestrado de História das Populações, Braga, Universidade do Minho, 2001, p. 6 (policopiado). Para Mesão Frio, veja-se António Gonçalves Dias, *Monografia simplificada da Misericórdia de Mesão Frio e apostilada no final com pedaços da história deste concelho*, Mesão Frio, Santa Casa da Misericórdia, 1993, p. 7. Para Macau consulte-se Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1968, p. 705.

12. A propósito dos casos pontuais de desfalecimento, veja-se A. de Magalhães Basto, *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. 1, Porto, Santa Casa da Misericórdia, 1934, pp. 219-236.

réticence à se doter elles-mêmes de l'une de ces confréries et à accepter la suggestion de leur fondation à partir du centre »[7]. La volonté est apparue un peu partout et outre l'incitation royale directe à travers une lettre, comme cela s'est passé à Porto en 1499, D. Manuel I a envoyé également des émissaires à travers le Royaume pour encourager les populations et, en particulier, le pouvoir local à créer des *Misericórdias*. Le périple d'Álvaro da Guarda par le sud du pays (il existe des preuves de sa présence à Elvas, Alandroal et Beja) a eu aussi cette intention.

Dans quelques localités, ce fut le pouvoir local le stimulateur de ce mouvement. Ce fut ainsi à Penela, en 1559[8], à Azurara, en 1566[9], à Grândola, en 1568[10], des lieux où les juges, conseillers municipaux et hommes bons des communes ont demandé au roi l'installation de ces confréries. D'autres sont sorties de la volonté de personnes illustres des terres, qui souhaitaient voir leur localité dotée d'une prestigieuse institution, où ils pourraient eux-mêmes lutter et servir[11]. L'argument utilisé était toujours celui d'aider les pauvres. Toutefois, outre l'aide spirituelle et matérielle envers les plus défavorisés les *Misericórdias* remplissaient d'autres fonctions.

Des monarques, des particuliers et des religieux ont fait des efforts pour construire et bénéficier ces confréries. Néanmoins, comme nous le mentionnons plus haut, dans certains cas ponctuels elles n'ont pas réussi à se maintenir et quelques-unes ont été réactivées avec de nouvelles incitations[12].

On en sait peu sur les débuts des *Misericórdias*. Par exemple, les informations concernant leurs sources de financement sont rares, même si l'on sait que certaines se sont développées avec l'aumône et dons des frères. Un autre aspect moins connu concerne

7. Voir Isabel dos Guimarães Sá et José Pedro Paiva, « Introdução », *in Portugaliae Monumenta Misericordiarum*... cit., vol. 3, p. 13.

8. Mário Nunes, *Misericórdia de Penela, 1559-1999 : servir e amar*, Penela, Santa Casa da Misericórdia de Penela, 1999, p. 61.

9. Voir Eugénio de Andrade da Cunha e Freitas, « A Misericórdia de Azurara : passado e presente », *in V Centenário do nascimento da Rainha D. Leonor. Actas do IV Congresso das Misericórdias*, vol. I, Lisbonne, Comissão Nacional das Comemorações-Escolas Profissionais Salesianas, 1959, pp. 369-371.

10. Germesindo Silva, *A fundação da Santa Casa de Grândola*, s. l., s. n., 1988, pp. 55-57.

11. Pour Ericeira lire Maria da Conceição Coelho dos Reis, *A Santa Casa da Misericórdia da Ericeira : dotes, dotadas e percursos da instituição (1729-1830),* travail présenté lors du séminaire « Família e ciclo de vida », dans le cadre du Master d'Histoire des Populations, Braga, Universidade do Minho, 2001, p. 6 (polycopié). Pour Mesão Frio, voir António Gonçalves Dias, *Monografia simplificada da Misericórdia de Mesão Frio e apostilada no final com pedaços da história deste concelho*, Mesão Frio, Santa Casa da Misericórdia, 1993, p. 7. Pour Macau, consulter Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, Lisbonne, Livraria Civilização Editora, 1968, p. 705.

12. À propos des cas ponctuels de défaillance, voir A. de Magalhães Basto, *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. 1, Porto, Santa Casa da Misericórdia, 1934, pp. 219-236.

que algumas cresceram com as esmolas e legados dos irmãos. Outro aspecto menos conhecido refere-se aos homens que as compunham e que as governaram. O mesmo desconhecimento estende-se à maioria das Santas Casas de Marrocos, embora sobre estas as informações sejam ainda menores. Quem as instituiu e quando? Quem eram os seus membros? Que serviços prestavam às populações? Quando foram extintas e que motivos ditaram o seu encerramento? A única excepção é a Misericórdia de Ceuta que se manteve em actividade e preservou o seu arquivo.

Ainda durante o reinado de D. Manuel I, as Misericórdias começaram a integrar outros estabelecimentos de assistência que estavam desactivados. Por todo o Reino e sobretudo nos reinados seguintes, confrarias, hospitais e gafarias foram incorporadas nas Misericórdias, possibilitando-lhes aumentar o seu património, ao mesmo tempo que garantiam um começo menos penoso e mais apoiado.

Em 1561, as Misericórdias foram autorizadas a constituir património[13], facto que as tornou em instituições ricas e poderosas, embora com muitas e pesadas responsabilidades. Por gozarem de popularidade e serem muito prestigiadas, as Santas Casas foram receptoras de importantes fortunas e obrigaram-se a cumprir legados, enquanto o mundo durasse. Recorreram ainda a peditórios para fortalecer as suas finanças, gozando da prerrogativa régia de poderem ter mamposteiros e fazerem empréstimos de dinheiro para rentabilizar os seus capitais.

Foram ainda importantes na promoção do culto religioso. Apesar das igrejas das Misericórdias não serem igrejas paroquiais, algumas desempenharam essas funções[14], mas todas investiram no sector religioso, tendo igrejas e sacristias muito recheadas. Dispunham de um corpo de capelães, tantos quantos fossem necessários para dar cumprimento aos legados instituídos.

Houve por parte da Monarquia uma forte vontade política de tornar estas confrarias «num denominador comum institucional em todo o Reino» e nas terras recentemente conquistadas e/ou descobertas e incorporadas no território português[15]. A protecção régia que lhes foi dispensada expressa-se desde logo

13. Para esta matéria consulte-se Laurinda Faria dos Santos Abreu, «Misericórdias: patrimonialização e controle régio (séculos XVI-XVII)», *Ler História*, 44, 2003, p. 13.

14. Embora, de facto não o fossem, em algumas localidades, devido a condições particulares, desempenharam esses serviços temporariamente.

15. Sobre este assunto veja-se Isabel dos Guimarães Sá, «A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu (1490--1600)», *Cadernos do Noroeste. Misericórdias, caridade e pobreza em Portugal no Período Moderno,* vol. 11 (2), 1998, p. 51.

les hommes qui les ont composées et administrées. Le même manque de connaissance s'étend à la plupart des *Santas Casas* du Maroc, bien que les informations sur celles-ci soient encore plus rares. Qui et quand les a établies ? Qui étaient leurs membres ? Quels services rendaient-elles aux populations ? Quand ont-elles été éteintes et quelles ont été les raisons qui ont dicté leur fermeture ? La seule exception est la *Misericórdia* de Ceuta qui est restée en activité et a préservé ses archives.

Toujours pendant le règne de D. Manuel I, les *Misericórdias* ont commencé à intégrer d'autres établissements d'assistance qui étaient désamorcés. Dans tout le Royaume et surtout dans les règnes suivants, les confréries, les hôpitaux et les léproseries furent incorporés dans les *Misericórdias*, leur permettant d'augmenter leur patrimoine et simultanément leur garantissant un commencement moins pénible et plus soutenu.

En 1561, les *Misericórdias* étaient autorisées à constituer un patrimoine[13], ce qui en fera des institutions riches et puissantes, mais avec de nombreuses et lourdes responsabilités. Parce qu'elles étaient populaires et très prestigieuses, les *Santas Casas* recevaient des fortunes importantes et étaient contraintes à gérer des héritages, tant que le monde dure. Elles ont également eu recours à des quêtes pour renforcer leurs finances, elles jouissaient de la prérogative royale pouvant ainsi avoir des procureurs, et ont fait des prêts d'argent pour rentabiliser leurs capitaux.

Elles ont également joué un rôle important dans la promotion du culte religieux. Bien que les églises des *Misericórdias* n'étaient pas des églises paroissiales, certaines ont cependant exercé ces fonctions[14], toutes investissant dans le secteur religieux et ayant des églises et des sacristies très fournies. Elles disposaient d'un corps d'aumôniers, en nombre toujours suffisant pour respecter les legs établis.

La monarchie avait une forte volonté politique de faire de ces confréries « un dénominateur commun institutionnel dans tout le Royaume » et dans les terres récemment conquises et/ou découvertes et incorporées dans le territoire portugais[15]. La protection royale qui leur a été accordée s'exprime dès lors dans l'envie de les faire réussir, en les dotant de l'engagement de la *Misericórdia* de Lisbonne et

13. Sur cette matière consulter Laurinda Faria dos Santos Abreu, « Misericórdias : patrimonialização e controle régio (séculos XVI-XVII) », *Ler História*, 44, 2003, p. 13.

14. Bien qu'en fait elles ne le soient pas, dans certaines localités, en raison de conditions particulières, elles ont prêté ces services temporairement.

15. Sur ce sujet voir Isabel dos Guimarães Sá, « A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu (1490-1600) », *Cadernos do Noroeste. Misericórdias, caridade e pobreza em Portugal no Período Moderno,* vol. 11 (2), 1998,. p. 51.

na vontade de as fazer vingar, dotando-as do compromisso da Misericórdia de Lisboa e de importantes privilégios. Os tempos eram favoráveis à implementação destas instituições. Os proventos vindos das «conquistas, navegação e comércio» possibilitaram a afirmação do Estado dentro e além-fronteiras[16].

Quando se formava uma nova Misericórdia, os confrades pediam ao rei o envio do regimento da Santa Casa da capital e, mais tarde, os privilégios inicialmente dados à confraria de Lisboa. A dotação do primeiro compromisso à Misericórdia de Lisboa, impresso em 1516, conferiu-lhe uma actuação enquadrada em determinações explícitas, dando-lhe credibilidade e eficácia em termos operacionais. Este regimento foi reformado em 1577 e em 1619 foram publicados novos estatutos.

Estas regras eram enviadas, sempre que solicitadas e com a menção sucinta de que se aplicassem naquilo que fosse possível. Ou seja, os irmãos agiam com uma margem de liberdade na aplicação do compromisso da Misericórdia da capital à sua instituição. Esta ressalva era necessária e conveniente, uma vez estarmos em face de instituições com dimensões e valências distintas, onde não cabiam nem faziam sentido alguns capítulos do compromisso da Santa Casa da capital. O facto destas confrarias serem de criação régia e se governarem pelo mesmo regimento tornou-as semelhantes e com uma filosofia de actuação comum, muito embora existissem particularidades entre elas, decorrentes, muitas vezes, dos contextos em que estavam inseridas, as quais não devem ser esquecidas[17]. Houve também casos em que algumas Misericórdias usufruíram da prerrogativa de obter regalias próprias, como aconteceu em Évora, que por sua vez gozou da faculdade de as poder enviar a outras Misericórdias locais[18]. Estas benfeitorias expressavam, pois, a vontade política e pessoal dos monarcas de fazerem vingar estas instituições, destacando-as das demais confrarias existentes e criando-lhes mecanismos facilitadores de acção e de engrandecimento.

Para executar as obras de caridade, as Misericórdias foram normalmente autorizadas pela Coroa a pedir

16. Para uma melhor compreensão do reinado de D. Manuel I veja-se Joaquim Romero de Magalhães, «D. Manuel, rei de muitas fortunas», *in Actas do III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua época,* vol. III, Braga, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 430-431.

17. Ivo Carneiro de Sousa vê nesta «larga estabilidade regulamentar» o sucesso destas instituições. Veja-se Ivo Carneiro de Sousa, *Da descoberta da Misericórdia à fundação das Misericórdias,* Porto, Granito Livreiros e Editores, 1999, p. 184.

18. A Misericórdia de Portel passou em data por nós desconhecida a usar os privilégios da Santa Casa de Évora, que a própria lhe enviou depois de autorizada pela Coroa. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Portel, *Este livro ha de servir para se tresladarem nelle todos os previllegios e liberdades que estam concedidas aos irmãos, confrades e offeciaes da Santa Casa 1758.*

d'importants privilèges. Les temps étaient favorables à la mise en œuvre de ces institutions. Les recettes venues des « conquêtes, navigation et commerce » ont permis l'affirmation de l'État à l'intérieur et outre frontière[16].

Lorsqu'une nouvelle *Misericórdia* était formée, les confrères demandaient au roi l'envoi du règlement de la *Santa Casa* de la capitale et, plus tard, les mêmes privilèges que ceux initialement donnés à la confrérie de Lisbonne. La dotation concernant le premier engagement envers la *Misericórdia* de Lisbonne, imprimée en 1516, lui conféra une action encadrée dans des déterminations explicites, en lui accordant une crédibilité et une efficacité en matière opérationnelle. Ce règlement fut réformé en 1577 et en 1619 de nouveaux statuts furent publiés.

Ces règles étaient envoyées sur demande accompagnée d'une brève annotation pour qu'elles soient appliquées à toutes fins utiles. Autrement dit, les frères agissaient avec un certain degré de liberté dans la mise en œuvre de l'engagement de la *Misericórdia* de la capitale envers son institution. Cette indication était nécessaire et appropriée puisqu'il s'agissait d'institutions ayant différentes dimensions et valences, où certains chapitres n'avaient pas de sens ni ne s'inscrivaient dans ce qu'était l'engagement de la *Santa Casa* de la capitale. Ces confréries étant de création royale et régies par les mêmes règlements, bien qu'il existe des caractéristiques particulières entre elles qui ne doivent pas être oubliées découlant très souvent des contextes dans lesquels elles étaient insérées, sont devenues semblables et ont eu une philosophie d'action commune[17]. Certaines *Misericórdias* ont eu le privilège d'obtenir des avantages propres, comme cela fut le cas pour celle d'Évora qui eut à son tour la possibilité de les envoyer à d'autres *Misericórdias* locales[18]. Ces améliorations, exprimaient, donc, la volonté politique et personnelle des monarques de faire réussir ces institutions, en les dissociant des autres confréries existantes et en leur créant des mécanismes facilitateurs d'action et d'agrandissement.

Pour exécuter les œuvres de charité, les *Misericórdias* furent normalement autorisées par la Couronne à faire

16. Pour une meilleure compréhension du règne de D. Manuel I, voir Joaquim Romero de Magalhães, « D. Manuel, rei de muitas fortunas », *in Actas do III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua época,* vol. III, Braga, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 430-431.

17. Ivo Carneiro de Sousa voit dans cette « large stabilité réglementaire » le succès de ces institutions. Voir Ivo Carneiro de Sousa, *Da descoberta da Misericórdia à fundação das Misericórdias,* Porto, Granito Livreiros e Editores, 1999, p. 184.

18. La *Misericórdia* de Portel a commencé à utiliser, à une date que nous ignorons, les privilèges de la *Santa Casa* d'Évora, qu'elle lui a elle-même envoyés après avoir été autorisée par la Couronne. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Portel, *Este livro ha de servir para se tresladarem nelle todos os previllegios e liberdades que estam concedidas aos irmãos, confrades e offeciaes da Santa Casa 1758.*

num espaço onde não houvesse outras Santas Casas. Contudo, essa situação nem sempre era respeitada e, frequentemente, intrometiam-se em áreas de peditório das congéneres. Os mesmos problemas rebentavam quando se erigia uma nova Misericórdia[19]. Todas as Santas Casas usavam esta estratégia para aumentar as suas receitas[20]. Para algumas destas confrarias, estes peditórios constituíam mesmo a única fonte de rendimento capaz de assegurar certas práticas de caridade[21]. As Misericórdias passaram, ainda em finais do século XVI (1593), a gozar da prerrogativa do monopólio dos enterros.

Os privilégios estendiam-se também ao direito que os confrades tinham de serem atendidos em primeiro lugar nos açougues das vilas e cidades e à repartição dos panos falsos aprisionados. Os mesários estavam isentos dos cargos concelhios, de dar aposentadoria e do pagamento de empréstimos e fintas. Esta prerrogativa que isentava os mesários dos cargos concelhios e do pagamento de alguns impostos foi várias vezes posta em causa pelos oficiais dos poderes locais e pelo Exército, facto que levou os irmãos a protestos junto da Coroa. Normalmente, o rei dava razão aos queixosos, ordenando o cumprimento dos privilégios. Os confrades eram muito ciosos dos seus direitos, quer os que se referiam às suas pessoas, quer os que diziam respeito aos seus bens, argumentando servirem naquele ano na Mesa[22].

As Misericórdias usufruíam também da prerrogativa de poderem manter correspondência directa com a Coroa, facto que se tornava numa grande vantagem e facilitava a resolução de muitos problemas surgidos

la quête dans un espace où il n'y avait pas d'autres *Santas Casas*. Néanmoins, cette situation n'était pas toujours respectée et elles interféraient fréquemment dans les zones de quête des congénères. Les mêmes problèmes surgissaient, lorsqu'on érigeait une nouvelle *Misericórdia*[19]. Toutes les *Santas Casas* utilisaient cette stratégie pour augmenter leurs recettes[20]. Pour certaines de ces confréries, ces quêtes constituaient l'unique source de revenus capable d'assurer certaines pratiques de charité[21]. À partir de la fin du XVI[e] siècle (1593) les *Misericórdias* commencèrent à jouir de la prérogative du monopole des enterrements.

Les privilèges s'étendaient aussi au droit que les confrères avaient d'être servis en premier lieu dans les boucheries des petites et grandes villes et de distribuer les faux tissus qui avaient été saisis. Les membres de la confrérie étaient exemptés des fonctions municipales, de donner des retraites et du paiement des prêts et des impôts. Cette prérogative qui exemptait les membres des fonctions municipales et du paiement de quelques impôts fut mise en cause à plusieurs reprises par les agents des pouvoirs locaux et par l'armée, fait qui amena les frères à protester auprès de la Couronne. Normalement, le roi donnait raison aux plaignants, en ordonnant le respect des privilèges. Les confrères étaient très attentifs à leurs droits, que ce soit à ceux qui se rapportaient à leur personne ou à ceux qui concernaient leurs biens, en faisant valoir qu'ils servaient cette année-là à la Table de la *Misericórdia*[22]. Les *Misericórdias* avaient aussi l'usufruit de la prérogative de pouvoir maintenir une correspondance directe avec la Couronne, fait qui devenait un grand avantage et facilitait la résolution de beaucoup de problèmes

19. Quando se erigiu a Misericórdia de Arrifana do Sousa, a Santa Casa do Porto procurou inviabilizar a sua criação, alegando a diminuição de receitas e a sua dificuldade de prover os pobres que tinha à sua responsabilidade. Leia-se Abílio Moreira, *História da Misericórdia de Penafiel*, Penafiel, s. n., 1987, pp. 10-12.

20. A Misericórdia de Braga servia-se de uma vasta rede destes agentes credenciados para angariar esmolas numa área alargada. Veja-se Maria de Fátima Castro, *A Misericórdia de Braga*, vol. II, Braga, Autora e Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2003, pp. 537-542. A Santa Casa de Torres Vedras enviava mamposteiros para todas as freguesias do arcebispado. Consulte-se Rafael Salinas Calado, *Origem e vida da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras*, Torres Vedras, Sociedade Progresso Industrial, 1936, p. 6. Para a Misericórdia de Aveiro confira-se Manuel Barreira*, Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. Poder, pobreza e solidariedade*, Aveiro, Santa Casa da Misericórdia, 1998, p. 100.

21. Em Melgaço, sem o peditório efectuado na Quaresma, a Santa Casa não poderia realizar a festa dos Passos. Maria Marta Lobo de Araújo, «Pedir para distribuir: os peditórios e os mamposteiros da Misericórdia de Melgaço na Época Moderna»*, Boletim Cultural de Melgaço,* n.º 4, 2005, pp. 75-90.

22. Isabel dos Guimarães Sá, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 39; Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus*: *as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII),* Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa – Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, p. 83.

19. Lorsque la *Misericórdia* d'Arrifana do Sousa fut érigée, la Santa Casa de Porto chercha à rendre sa création non viable, en alléguant la diminution de recettes et sa difficulté à pourvoir aux besoins des pauvres qu'elle avait sous sa responsabilité. Lire Abílio Moreira, *História da Misericórdia de Penafiel*, Penafiel, s. n., 1987, pp. 10-12.

20. La *Misericórdia* de Braga se servait d'un vaste réseau de ces agents autorisés à demander l'aumône dans une zone étendue. Voir Maria de Fátima Castro, *A Misericórdia de Braga*, vol. II, Braga, Autora e Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2003, pp. 537-542. A Santa Casa de Torres Vedras enviava mamposteiros para todas as freguesias do arcebispado. Consulter Rafael Salinas Calado, *Origem e vida da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras*, Torres Vedras, Sociedade Progresso Industrial, 1936, p. 6. Pour la *Misericórdia* d'Aveiro, voir Manuel Barreira*, Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. Poder, pobreza e solidariedade*, Aveiro, Santa Casa da Misericórdia, 1998, p. 100.

21. À Melgaço, sans la collecte réalisée pendant le Carême, la *Santa Casa* ne pouvait pas réaliser la fête des Passos. Maria Marta Lobo de Araújo, « Pedir para distribuir : os peditórios e os mamposteiros da Misericórdia de Melgaço na Época Moderna *», Boletim Cultural de Melgaço,* nº 4, 2005, pp. 75-90.

22. Isabel dos Guimarães Sá, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisbonne, Livros Horizonte, 2001, p. 39 ; Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus* : *as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII),* Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa – Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, p. 83.

na gestão quotidiana[23]. Esta faculdade era muito útil às Misericórdias, mas era sobretudo de grande poder simbólico junto das populações das localidades em que estavam inseridas. Foram ainda agraciadas pela Coroa com muitos outros benefícios, contribuindo para a consolidação e engrandecimento destas instituições. Sempre que precisavam de ajuda, as Misericórdias pediam ao rei. Era assim que, para dentro e para fora do Reino, se despachavam esmolas, benefícios que envolviam desde dinheiro, géneros (açúcar), bens móveis e outras benfeitorias[24].

Para além desta relação formal que a Coroa tinha com as Misericórdias, existiam outros laços de ligação da família real. Muitos elementos da Casa Real eram membros de várias Santas Casas e, em Lisboa, os monarcas costumavam assistir a algumas das suas realizações festivas, marcando presença em momentos de grande simbolismo para a instituição[25].

Se a Coroa fez uma aposta forte nestas confrarias e as manteve sempre debaixo da sua protecção, elas foram-lhe também muito úteis, estabelecendo-se uma relação de conveniência recíproca. Quando a Coroa necessitou de recorrer a estas instituições para o tratamento de militares, quase todas as Misericórdias se mostraram disponíveis para este serviço, numa manifestação clara de apoio a uma situação de dificuldade nacional e de agrado ao rei. Numa altura em que não existiam ainda hospitais para soldados, foi à porta das Santas Casas que a Coroa bateu para através da assinatura de contratos, os militares serem tratados nos seus institutos hospitalares. Nos locais onde as Misericórdias não possuíam estas instituições ou as que tinham não apresentavam condições para a prestação deste serviço, a Coroa montou hospitais

qui apparaissaient dans la gestion quotidienne[23]. Cette faculté était très utile aux *Misericórdias*, mais elle avait surtout un grand pouvoir symbolique auprès des populations des localités où elles étaient insérées. D'autres bénéfices leur furent également accordés par la Couronne, contribuant ainsi à la consolidation et à l'agrandissement de ces institutions. Dès qu'elles avaient besoin d'aide, les *Misericórdias* demandaient au roi. On envoyait ainsi, vers l'intérieur et l'extérieur du Royaume, des aumônes, des bénéfices qui impliquaient de l'argent, des denrées alimentaires (sucre) et d'autres bienfaisances[24].

Outre cette relation formelle que la Couronne entretenait avec les *Misericórdias*, il existait d'autres liens avec la famille royale. De nombreux éléments de la Maison Royale étaient des membres de plusieurs *Santas Casas* et, à Lisbonne, les monarques avaient l'habitude d'assister à certaines de leurs festivités, en marquant, par leur présence, un moment de grand symbolisme pour l'institution[25].

S'il est vrai que la Couronne a fortement parié sur ces confréries et les a toujours maintenues sous sa protection, il est également vrai que celles-ci lui ont été aussi très utiles, s'établissant dès lors une relation d'utilité réciproque. Quand la Couronne a eu besoin de faire appel à ces institutions pour le traitement de militaires, presque toutes les *Misericórdias* se sont montrées disponibles pour prêter ce service, dans une manifestation claire de soutien à une situation de difficulté nationale et d'affabilité au roi. À une époque où il n'existait encore pas d'hôpitaux pour des soldats, c'est aux portes des *Santas Casas* que la Couronne a frappé pour que les militaires, à travers la signature de contrats, soient soignés dans leurs institutions hospitalières. Dans les lieux où les *Misericórdias* ne possédaient pas ces institutions, ou lorsque celles qu'elles avaient ne présentaient pas de conditions pour la

23. O estudo da correspondência das Misericórdias encontra-se em Maria Antónia Lopes, «As comunicações nas Misericórdias», *in* Margarida Neto (coord.), *As comunicações na Idade Moderna*, Lisboa, Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005, pp. 178-210.

24. Para o estudo destas esmolas nas Misericórdias de Além-Mar consulte-se Isabel dos Guimarães Sá, «As Misericórdias no Império Português [1500-1800]», *in 500 Anos das Misericórdias Portuguesas. Solidariedade de geração em geração,* Lisboa, Comissão para a Comemoração dos 500 anos das Misericórdias, 2000, p. 105. Sobre os benefícios recebidos da Coroa pela Misericórdia da Praia da Vitória, nos Açores, veja-se Valdemar Mota, *Misericórdia da Praia da Vitória. Memória Histórica 1498-1998,* Maia, Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, 1998, p. 34. A Santa Casa de Ponta Delgada recebia em 1623, 3 200 réis para suportar os gastos com as cerimónias da semana santa. Jacinto Monteiro, «Misericórdias nos Açores», *Boletim do Instituto da Ilha Terceira*, vol. XLV, 1988, p. 620. Para o caso da Misericórdia de Lagos, confira-se Fernando Calapez Corrêa, *Elementos para a história da Misericórdia de Lagos,* Braga, Santa Casa da Misericórdia de Lagos, 1998, pp. 160-164.

25. Na Misericórdia da capital, era frequente os reis assistirem à festa de Santa Isabel. Veja-se Joaquim Veríssimo Serrão, *A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos anos de História. Quinhentos Anos de História,* Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 128.

23. La correspondance des *Misericórdias* est étudiée par Maria Antónia Lopes, « As comunicações nas Misericórdias », *in* Margarida Neto (coord.), *As comunicações na Idade Moderna*, Lisbonne, Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005, pp. 178-210.

24. Pour l'étude de ces aumônes dans les *Misericórdias* d'Outre-mer consulter Isabel dos Guimarães Sá, « As Misericórdias no Império Português [1500-1800] », *in 500 Anos das Misericórdias Portuguesas. Solidariedade de geração em geração,* Lisbonne, Comissão para a Comemoração dos 500 anos das Misericórdias, 2000, p. 105. Sur les bénéfices reçus de la Couronne par les *Misericórdias* de Praia da Vitória, aux Açores, voir Valdemar Mota, *Misericórdia da Praia da Vitória. Memória Histórica 1498-1998,* Maia, Santa Casa da Misericórdia de Praia da Vitória, 1998, p. 34. La *Santa Casa* de Ponta Delgada recevait 1623, 3 200 réaux pour supporter les dépenses avec les cérémonies de la semaine sainte. Jacinto Monteiro, « Misericórdias nos Açores », *Boletim do Instituto da Ilha Terceira*, vol. XLV, 1988, p. 620. Pour le cas de la *Misericórdia* de Lagos, voir Fernando Calapez Corrêa, *Elementos para a história da Misericórdia de Lagos,* Braga, Santa Casa da Misericórdia de Lagos, 1998, pp. 160-164.

25. Dans la *Misericórdia* de la capitale, les rois assistaient souvent à la fête de Sainte Isabelle. Voir Joaquim Veríssimo Serrão, *A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos anos de História. Quinhentos Anos de História,* Lisbonne, Livros Horizonte, 1998, p. 128.

de campanha – os hospitais reais ou hospitais d'el rei – para funcionarem, enquanto fosse necessário. Eram normalmente desmantelados após o cumprimento da missão e, em alguns casos, os bens materiais reverteram para as Misericórdias locais.

Mas que razões levaram as estratégias do poder local a incluírem as Misericórdias? Desde logo as funções que exerciam. Toda a sua acção estava imbuída de um profundo sentimento de protecção às populações pobres e de serviço aos outros. Uma das características destas instituições assentava na preocupação que demonstravam com o exterior. Neste sentido, assumiam responsabilidades que, de alguma forma, aliviavam os poderosos nas suas obrigações morais. No entanto, todos deviam praticar a caridade em termos individuais[26].

A data da fundação das Misericórdias de Marrocos não é conhecida para a maioria dos casos. As de Alcácer Ceguer, Arzila, Ceuta e Tânger não têm uma data atribuída para o seu nascimento, embora se saiba que nos primeiros anos de Quinhentos foram agraciadas pelo rei D. Manuel I com esmolas, o que prova estarem em funcionamento[27]. Sobre a Santa Casa de Azamor paira a mesma dúvida, sabendo-se apenas também que em 1520 foi beneficiada com uma esmola de açúcar, enviada pelo mesmo monarca[28]; esta confraria estava localizada numas casas, perto da igreja matriz[29]. Relativamente à de Safim é provável que a sua criação se tenha verificado em 1519[30]. Nesta cidade, a Santa Casa possuía um hospital que se encontrava localizado no castelo, onde estava situada a igreja de S. Salvador e o mosteiro de S. Sebastião[31]. Também a Misericórdia de Tânger se encontrava situada no centro religioso da cidade, perto da catedral de Nossa Senhora da Conceição e do mercado[32].

Para além das Misericórdias referidas antes, terão existido pelo menos mais duas: uma em Mazagão, dotada de um hospital e localizada, junto à cisterna, na zona do primitivo castelo e onde se encontravam

26. *Bíblia Sagrada*, Coimbra, Difusora Bíblica, 1999, p. 1326.

27. Leia-se Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800),* Lisboa, Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 267; *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*... cit., vol. 3, pp. 362-363.

28. *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*... cit., vol. 3, p. 377.

29. Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008, p. 309.

30. Isabel dos Guimarães Sá, «As Misericórdias da fundação à União Dinástica», *in Portugaliae Monumenta Misericordiarum*... cit., vol. 1, p. 29.

31. Confira-se a propósito Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*... cit., p. 326.

32. Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*... cit., pp. 247-248.

prestation de ce service, la Couronne montait des hôpitaux de campagne — les hôpitaux royaux ou les hôpitaux du roi — qu'elle faisait fonctionner, tant que cela était nécessaire. Ils étaient normalement démolis après l'accomplissement de la mission et, dans quelques cas, les biens matériels revenaient aux *Misericórdias* locales.

Mais pour quels motifs les stratégies du pouvoir local ont-elles été amenées à inclure les *Misericórdias* ? Ce furent d'emblée les fonctions qu'elles exerçaient. Toute leur action était imprégnée d'un profond sentiment de protection aux populations pauvres et de service rendu aux autres. Une des caractéristiques de ces institutions était basée sur la préoccupation qu'elles démontraient envers l'extérieur. En ce sens, elles assumaient des responsabilités qui, d'une certaine façon, soulageaient les pouvoirs dans leurs obligations morales. Néanmoins, tous devaient pratiquer la charité en termes individuels[26].

La date de la fondation des *Misericórdias* du Maroc n'est pas connue pour la majorité des cas. Celles d'El-Ksar es-Seghir, Asilah, Ceuta et Tanger n'ont pas une date attribuée pour leur naissance, bien que l'on sache que les premières années du XVI[e] siècle des aumônes leur aient été accordées par le roi D. Manuel I, ce qui prouve qu'elles étaient en fonctionnement[27]. Le même doute plane sur la *Santa Casa* d'Azemmour, nous savons juste qu'en 1520 une aumône de sucre lui aurait été donnée, envoyée par le même monarque[28] ; cette confrérie était localisée dans des maisons, près de l'église matrice[29]. Par rapport à celle de Safi, il est probable que sa création ait eu lieu en 1519[30]. Dans cette ville, la *Santa Casa* possédait un hôpital qui se trouvait localisé dans le château, où était située l'église de S. Salvador et le monastère de S. Sebastião[31]. La *Misericórdia* de Tanger se trouvait elle aussi située dans le centre religieux de la ville, près de la cathédrale de Notre Dame de La Conception et du marché[32].

Outre les *Misericórdias* mentionnées auparavant, au moins deux autres auraient existé : une à Mazagan, dotée d'un hôpital et localisée près de la citerne, dans

26. *Bíblia Sagrada*, Coimbra, Difusora Bíblica, 1999, p. 1326.

27. Voir Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o rico se faz pobre : Misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800),* Lisbonne, Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 267 ; *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*... cit., vol. 3, pp. 362-363.

28. *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*... cit., vol. 3, p. 377.

29. Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008, p. 309.

30. Isabel dos Guimarães Sá, « As Misericórdias da fundação à União Dinástica », *in Portugaliae Monumenta Misericordiarum*... cit., vol. 1, p. 29.

31. Confira-se a propósito Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*... cit., p. 326.

32. Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*... cit., pp. 247-248.

outros equipamentos[33] e outra em Marraquexe. Esta última confraria terá resultado do empreendimento dos trinitários e do embaixador Francisco da Costa, provavelmente devido à situação em que se encontravam os cativos e às necessidades que padeciam. A Misericórdia de Marraquexe terá servido principalmente para curar os «cativos doentes e muitos arrenegados», embora tratasse também de muitos outros pobres e doentes. Esta Santa Casa possuía um hospital com 100 camas, gerido com esmolas ofertadas pelos cristãos, mas também com outras receitas. Os mais de três mil cruzados de renda que tinha provinham das rendas de três moinhos e de muitas terras que lhe associara «el-rei xarife»[34]. Como se constata, tratava-se de um grande hospital, facto que atesta a enorme procura que dele se fazia sentir. Embora este hospital tivesse capacidade para internar 100 doentes, por vezes, recebia muitos mais, havendo notícia de que chegou a ter 150, em 1582, facto que terá levado frei Inácio Tavares a solicitar ajuda ao provedor da Misericórdia de Lisboa[35]. Embora saibamos muito pouco sobre a orgânica interna desta instituição, é conhecido que nela «se assentaram por irmãos todos os cativos»[36].

A acção do embaixador D. Francisco de Costa é digna de registo no tocante ao auxílio corporal e espiritual dos cativos, logo após a batalha de Alcácer Quibir. Depois de ter conseguido erguer uma capela na embaixada, organizou, com a ajuda de vários frades, ofícios religiosos para os cristãos que aí se encontravam, missas diárias e semanais, rezadas e cantadas, orações e sermões, os quais eram celebrados com regularidade. A oração do rosário era outra prática seguida a miúdo. Na Quaresma intensificavam-se as cerimónias religiosas, principalmente durante a Semana Santa, através dos ofícios celebrados, mas também das procissões[37]. A integração de flagelantes nas procissões de quinta e sexta-feira, mas principalmente na de quinta-feira, era muito frequente,

la zone du château primitif où se trouvaient d'autres équipements[33] et une autre à Marrakech. Cette dernière confrérie aurait été créée à l'initiative des trinitaires et de l'ambassadeur Francisco da Costa, probablement due à la situation dans laquelle se trouvaient les captifs et aux nécessités qu'ils éprouvaient. La *Misericórdia* de Marrakech aura servi principalement à guérir les « captifs malades et beaucoup de renégats », bien qu'elles s'occupent aussi de beaucoup d'autres pau-vres et de malades. Cette *Santa Casa* possédait un hôpital avec 100 lits, géré avec des aumônes offertes par les chrétiens, mais aussi avec d'autres recettes. Plus de trois mille *cruzados* de revenu qu'elle possédait provenaient des revenus de trois moulins et de nombreuses terres que lui avait associées « *el-rei xarife* »[34]. Il s'avère qu'il s'agissait d'un grand hôpital, un fait qui certifie qu'il soit énormément recherché. Bien que cet hôpital ait la capacité d'accueillir 100 malades, il en aurait eu, d'après une information, jusqu'à 150 en 1582, ce qui aurait amené le frère Inácio Tavares à solliciter de l'aide au proviseur de la *Misericórdia* de Lisbonne[35]. Bien que nous possédions très peu d'informations sur l'organisation interne de cette institution, nous savons néanmoins que « tous les captifs s'y sont établis comme frères »[36].

L'action de l'ambassadeur D. Francisco da Costa en ce qui concerne l'aide corporelle et spirituelle aux captifs juste après la bataille d'El-Ksar el-Kebir est digne d'être mentionnée. Après avoir réussi à ériger une chapelle dans l'ambassade, il organisa, avec l'aide de plusieurs moines, des offices religieux pour les chrétiens qui étaient là, des messes quotidiennes et hebdomadaires, priées et chantées, des oraisons et des sermons, lesquels étaient célébrés avec régularité. La prière du rosaire était une autre pratique très courante. Pendant le Carême, les cérémonies religieuses s'intensifiaient, en particulier, pendant la Semaine sainte, à travers des offices célébrés, mais aussi des processions[37]. L'intégration de flagellants dans les processions du jeudi et du vendredi, mais surtout dans celle du jeudi était très fréquente, à l'instar

33. Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*... cit., pp. 414-415.

34. Esta informação encontra-se em António Saldanha, *Crónica de Almançor, sultão de Marrocos (1578-1603)*, estudo crítico, introdução e notas de António Dias Farinha, Lisboa, Instituto de Investigação Ciência Tropical, 1997, pp. 83, 309.

35. Devido ao número elevado de doentes internado, foi-lhe solicitada ajuda em dinheiro, conservas e medicinas, embora este pedido não tenha sido atendido. Confira-se D. Francisco Costa, *Cancioneiro chamado de D. Maria Henriques*, introdução e notas de Domingos Maurício Gomes dos Santos S. J., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1956, p. LXXXVIII.

36. Veja-se D. Francisco Costa, *Cancioneiro chamado de D. Maria Henriques*... cit., p. LXXXVII, nota 326.

37. A procissão de quinta-feira das Endoenças integrava flagelantes. Veja-se D. Francisco Costa, *Cancioneiro chamado de D. Maria Henriques*... cit., p. LXXXVII.

33. Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*... cit., pp. 414-415.

34. Cette information se trouve dans António Saldanha, *Crónica de Almançor, sultão de Marrocos (1578-1603),* étude critique, introduction et notes d'António Dias Farinha, Lisbonne, Instituto de Investigação Ciência Tropical, 1997, pp. 83, 309.

35. En raison du nombre élevé de patients hospitalisés, une aide en argent, des conserves et des médicaments lui furent sollicités, cette demande ne fut toutefois pas satisfaite. Voir D. Francisco Costa, *Cancioneiro chamado de D. Maria Henriques*, introduction et notes de Domingos Maurício Gomes dos Santos S. J., Lisbonne, Agência Geral do Ultramar, 1956, p. LXXXVIII.

36. Voir D. Francisco Costa, *Cancioneiro chamado de D. Maria Henriques*... cit., p. LXXXVII, note de bas de page 326.

37. La procession des Endoenças du jeudi intégrait des flagellants. Voir D. Francisco Costa, *Cancioneiro chamado de D. Maria Henriques*... cit., p. LXXXVII.

à semelhança do que se passava no mundo católico. Mortificar o corpo para alcançar a purificação da alma em praça pública constituía um acto que publicitava o sofrimento enquanto mecanismo de redenção[38]. No domingo de Páscoa reproduziam-se cenas bíblicas através de teatros que o próprio embaixador apoiou. As datas da comemoração de Nossa Senhora da Conceição e do Natal eram igualmente celebradas. Com a reprodução de práticas religiosas em contextos hostis, procurava-se que os cativos não renegassem a sua fé e abraçassem a religião muçulmana.

Estas manifestações religiosas tinham também como suporte várias confrarias. Promotoras de muitas festividades, as irmandades comemoravam os padroeiros, mas igualmente outros dias relevantes do calendário religioso. As confrarias do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora do Rosário e de outros Santos promoviam actos de culto, sendo responsáveis pela realização de festas que integravam procissões. Algumas destas realizações eram efectuadas à custa de peditórios que suportavam celebrações pomposas e realizadas com solenidade. Prestavam ainda socorro aos irmãos na doença e na morte[39]. Também a Misericórdia auxiliava os mais pobres com esmolas, acompanhando-os na morte e assistindo-os na doença.

O papel desempenhado por D. Francisco da Costa conjuntamente com os frades trinitários foi relevante e não se circunscreveu a estes cristãos. Muitos pobres beneficiaram igualmente da sua ajuda. O aparelho de assistência corporal e espiritual servia de conforto aos que se encontravam em território hostil, mas também procurava impedir que estes deixassem o credo cristão e se convertessem ao islamismo[40].

Segundo Laurinda Abreu a implantação das Misericórdias no império conheceu «dois modelos distintos: o que foi seguido nas ilhas atlânticas, Norte de África e Oriente, e o que foi posto em prática no Brasil e na costa africana»[41] e decorreu, no nosso entender, das circunstâncias de cada contexto, mas também das dinâmicas que lhe estiveram associadas. No caso do Norte de África a sua duração esteve quase sempre associada à presença portuguesa no território, embora a Santa Casa de Ceuta sobrevivesse para lá do domínio

38. Michael P. Carroll, *Penitenste brotherhood Patriarchy and Hispano-Catholicism in New Mexico*, Baltimor and London, Johns Hopkins, 2004, pp. 168, 176-177.

39. D. Francisco Costa, *Cancioneiro chamado de D. Maria Henriques*... cit., p. LXXXVIII.

40. Para maior aprofundamento deste assunto consulte-se Edite Maria da Conceição Martins Alberto, *Um negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna,* Braga, Universidade do Minho, 2010 (dissertação de doutoramento policopiada).

41. Consulte-se Laurinda Abreu, «O papel das Misericórdias dos " dos lugares de além-mar " na formação do Império português», *História, Ciências, Saúde*, vol. VIII (3), p. 596.

de ce qui se passait dans le monde catholique. Mortifier le corps en public pour atteindre la purification de l'âme constituait un acte qui affichait la souffrance comme un mécanisme de rédemption[38]. Le dimanche de Pâques, des scènes bibliques étaient reproduites à travers des théâtres que l'ambassadeur lui-même avait subventionnés. Les dates de la commémoration de Notre Dame de la Conception et de Noël étaient également célébrées. Avec la reproduction de pratiques religieuses dans des contextes hostiles, on cherchait à faire en sorte que les captifs ne renoncent pas à leur foi et n'embrassent pas la religion musulmane.

Ces manifestations religieuses étaient appuyées financièrement par plusieurs confréries. Promotrices de nombreuses festivités, ces confréries commémoraient les patrons, mais également d'autres jours importants du calendrier religieux. Les confréries du Saint Sacrement, de Notre-Dame-du-Rosaire et d'autres Saints promouvaient des actes de culte est étaient responsables de l'organisation des festivités qui intégraient des processions. Certaines de ces réalisations étaient effectuées grâce à des collectes qui étayaient des célébrations pompeuses et réalisées avec solennité. Elles prêtaient également assistance aux frères lors d'une maladie et d'un décès[39]. La *Misericórdia* assistait aussi les plus pauvres avec des aumônes, en les accompagnant lors de leur décès et en les assistant dans la maladie.

Le rôle joué par D. Francisco da Costa conjointement avec les moines trinitaires a été important et ne s'est pas limité à ces chrétiens. De nombreux pauvres ont également bénéficié de son aide. L'appareil d'assistance corporelle et spirituelle servait de réconfort à ceux qui se trouvaient en territoire hostile, mais servait également à empêcher ceux-ci de laisser le credo chrétien et de se convertir à l'islamisme[40].

Selon Laurinda Abreu, l'implantation des *Misericórdias* dans l'empire a connu « deux modèles distincts : celui suivi dans les îles atlantiques, en Afrique du Nord et en Orient, et celui mis en pratique au Brésil et sur la côte africaine »[41] et a découlé, en notre sens, des circonstances de chaque contexte, mais aussi des dynamiques qui lui ont été associées. Dans le cas de l'Afrique du Nord sa durée a été presque toujours

38. Michael P. Carroll, *Penitenste brotherhood Patriarchy and Hispano-Catholicism in New Mexico*, Baltimore et Londres, Johns Hopkins, 2004, pp. 168, 176-177.

39. D. Francisco Costa, *Cancioneiro chamado de D. Maria Henriques*... cit., p. LXXXVIII.

40. Pour approfondir ce sujet, consulter Edite Maria da Conceição Martins Alberto, *Um negócio Piedoso : o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna,* Braga, Universidade do Minho, 2010 (dissertation de doctorat polycopiée).

41. Consulter Laurinda Abreu, « O papel das Misericórdias dos " dos lugares de além-mar " na formação do Império português », *História, Ciências, Saúde*, vol. VIII (3), p. 596.

português. A este facto não terão sido alheios os contextos locais, mas também as circunstâncias políticas. Segundo Jorge Correia, em Marrocos, os portugueses serviram-se dos edifícios existentes para neles instalarem as novas estruturas, como conventos, igrejas e Misericórdias[42], dotando-os de outras funcionalidades.

A protecção da Coroa portuguesa relativamente às Misericórdias expressou-se de variadas formas e adquiriu diferentes modalidades. Com o envio de esmolas sob diversos formatos, a Coroa procurou a sua viabilização, fazendo-se ao mesmo tempo presente nos mais distintos territórios do império[43]. Todavia, o seu significado era mais lato e assumia importância em termos reais, porquanto significava receitas num momento de arranque e de falta de outros ingressos que ajudassem a suportar as despesas em crescimento. Os recorrentes pedidos efectuados pelas diversas Misericórdias ao rei atestam, por um lado, a sua actividade e, por outro, o sentimento de que a Coroa devia contribuir para a sua manutenção e funcionamento. O envio de esmolas respondia a pedidos efectuados pelas diversas confrarias e diziam respeito a múltiplas situações: realização de obras, apetrecho da igreja, envio de dádivas a pobres, atendimento aos doentes, pagamento de salários, etc. Tal como as da metrópole, também as Misericórdias do império foram alvo de medidas promotoras de desenvolvimento. Esta postura da Coroa verificou-se igualmente no que diz respeito a outras instituições, como, por exemplo, conventos, igrejas, ou confrarias.

Para além dos benefícios já analisados[44], as confrarias instaladas pelos portugueses em Marrocos foram agraciadas ainda com outras benfeitorias. A Santa Casa de Arzila recebeu um alvará em Julho de 1503 onde se determinava que Lourenço Godinho entregasse a Bento Morais uma alcatifa para servir no altar da sua capela[45] e a Misericórdia de Alcácer Ceguer recebeu em Maio de 1516 autorização para o seu procurador cobrar as suas dívidas e ainda certa quantia que o rei lhe dava[46]. Esta Misericórdia estava localizada numas casas da rua Direita, onde também se encontrava a sua igreja (que invocava São Sebastião),

42. Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*... cit., p. 387.

43. Este assunto encontra-se desenvolvido em Isabel dos Guimarães Sá, «As Misericórdias do Império Português [1500-1800]», *in 500 Anos das Misericórdias Portuguesas*... cit., pp. 117-118.

44. Isabel dos Guimarães Sá, «As Misericórdias do Império Português [1500-1800]», *in 500 Anos das Misericórdias Portuguesas*... cit., p. 105.

45. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Corpo Cronológico,* parte I, mç. 4, n.º 29.

46. ANTT, *Corpo Cronológico,* parte I, mç. 82, n.º 129.

associée à la présence portugaise sur le territoire, bien que la *Santa Casa* de Ceuta ait survécu au-delà de la domination portugaise. Les conditions locales et les circonstances politiques n'auront certainement pas été étrangères à ce fait. Au Maroc, d'après Jorge Correia, les Portugais se sont servis des bâtiments existants pour y installer les nouvelles structures, comme des couvents, des églises et des *Misericórdias*[42], en leur attribuant d'autres fonctions.

La protection de la Couronne portugaise à l'égard des *Misericórdias* s'est exprimée de plusieurs façons et a connu différentes modalités. Avec l'envoi d'aumônes sous divers formats, la Couronne a cherché sa viabilisation, en se faisant en même temps présente sur les territoires les plus distincts de l'empire[43]. Néanmoins, leur signification était plus large et assumait de l'importance en termes royaux, puisque cela signifiait des recettes à un moment de démarrage et de manque d'autres entrées d'argent qui aideraient à supporter les dépenses en croissance. Les demandes récurrentes effectuées par les diverses *Misericórdias* au roi témoignent, d'une part, de leur activité et, d'autre part, du sentiment que la Couronne devait contribuer à leur maintenance et à leur fonctionnement. L'envoi d'aumônes répondait à des demandes effectuées par les diverses confréries et concernait plusieurs situations : la réalisation d'ouvrages, les ustensiles pour l'église, l'envoi de dons aux pauvres, le service aux malades, le paiement de salaires, etc.. À l'instar des *Misericórdias* de la métropole, celles de l'empire ont fait, elles aussi, l'objet de mesures promotionnelles de développement. Cette posture de la Couronne a également été constatée envers d'autres institutions, comme, les couvents, les églises, ou les confréries.

Outre les bénéfices déjà analysés[44], d'autres bienfaisances ont été accordées aux confréries installées par les Portugais au Maroc. La *Santa Casa* d'Asilah reçut une licence en juillet 1503 où il était dit que Lourenço Godinho devait remettre à Bento Morais une moquette destinée à l'autel de sa chapelle[45] et que la *Misericórdia* d'El-Ksar es-Seghir avait reçu en mai 1516 l'autorisation pour que son mandataire recouvre ses dettes ainsi qu'une certaine somme que le roi lui donnait[46]. Cette *Misericórdia* était située dans des maisons de la *Rua Direita*, où se trouvait également

42. Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*... cit., p. 387.

43. Ce sujet est développé dans Isabel dos Guimarães Sá, « As Misericórdias do Império Português [1500-1800] », *in 500 Anos das Misericórdias Portuguesas*... cit., pp. 117-118.

44. Isabel dos Guimarães Sá, « As Misericórdias do Império Português [1500-1800] », *in 500 Anos das Misericórdias Portuguesas*... cit., p. 105.

45. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Corpo Cronológico,* parte I, mç. 4, nº 29.

46. ANTT, *Corpo Cronológico,* parte I, mç. 82, nº 129.

no centro da vila portuguesa e perto do castelo e da Porta de Ceuta[47].

A cobrança das dívidas constituiu sempre uma preocupação das Misericórdias. Quando sentiam essa dificuldade e percebiam a incapacidade de sozinhas levar os devedores a cumprirem o que deviam, dirigiam-se ao rei na tentativa de alcançar a graça de as cobrarem mais facilmente. No caso da Misericórdia de Arzila, o seu procurador viu o seu poder reforçado ao estar autorizado pelo monarca a executar as dívidas. Em simultâneo, D. Manuel I agraciou ainda a confraria com uma esmola.

Para a Misericórdia de Santa Cruz do Cabo de Guer seguiram também vários benefícios. Em 1517 o monarca mandou que Afonso Rodrigues, seu feitor em Santa Cruz, vendesse búzios «que vierem da India» na feitoria e entregasse o seu rendimento à Misericórdia, bem como mais 20 arráteis de incenso[48]. Esta Santa Casa foi ainda objecto de oferta de pescadas entre 1518 e 1519, destinadas aos doentes do seu hospital. A quantidade do peixe variou, provavelmente de acordo com o número de enfermos internados, sendo em Abril de 1518 de 19 dúzias e cinco pescadas e cerca de 20 dúzias em Julho, descendo em Outubro do mesmo ano para cinco dúzias e quatro pescadas. No ano seguinte, o volume destes peixes subiu para 34 dúzias, pressentindo-se um maior número de internados[49]. O hospital teve nesse ano de 1518 como mordomo Nuno Martins e como escrivão Francisco Lopes. Esta unidade de cuidados de saúde curava, para além de civis, muitos militares, encontrando-se em 1533 «cheio de soldados feridos». Em 1536 mantinha-se ainda em funcionamento[50].

A assistência à saúde e a necessidade de tratar militares feridos nas lutas contra os inimigos ou com outras doenças terão constituído motivos de peso para que a Coroa impulsionasse a criação destas instituições e apostasse na sua sustentabilidade em terras de além-mar. Ao mesmo tempo, o tratamento de militares serviu a estas confrarias de pretexto para alcançarem benefícios régios, possibilitando à Coroa manter os respectivos militares em actividade e às Misericórdias a continuação de um serviço fundamental às populações.

Como mencionámos, estas dádivas decorriam de pedidos dirigidos pelas Misericórdias ao rei e reforson église (qui invoquait Saint Sébastien), dans le centre de la ville portugaise, près du château et de la *Porta de Ceuta*[47].

Le recouvrement des dettes a toujours été une préoccupation pour les *Misericórdias*. Lorsqu'elles ressentaient cette difficulté et s'apercevaient de leur incapacité d'amener elles-mêmes les débiteurs à respecter leur engagement, elles s'adressaient au roi dans la tentative d'obtenir la grâce de les recouvrer plus facilement. Dans le cas de la *Misericórdia* d'Asilah, son mandataire vit son pouvoir renforcé lorsqu'il fut autorisé par le monarque à procéder au recouvrement des dettes. D. Manuel I accorda également, simultanément, une aumône à la confrérie.

Plusieurs bénéfices furent pareillement attribués à la *Misericórdia* de Santa Cruz du Cap de Gué. En 1517 le monarque ordonna à Afonso Rodrigues, son administrateur à Santa Cruz, de vendre des buccins « qui étaient venus de l'Inde » dans la factorerie et de remettre l'argent provenant de leur vente à la *Misericórdia*, ainsi que plus de 20 livres d'encens[48]. Cette *Santa Casa* fit également l'objet d'offre de merlus entre 1518 et 1519, destinées aux malades de son hôpital. La quantité de poisson a varié, probablement selon le nombre de patients hospitalisés. En avril 1518, 19 douzaines et cinq merlus et environ 20 douzaines en juillet, passant en octobre de cette même année à cinq douzaines et quatre merlus. L'année suivante, le volume de ces poissons passa à 34 douzaines, augurant un plus grand nombre de patients hospitalisés[49]. L'hôpital eut cette année de 1518 comme maître d'hôtel Nuno Martins et comme registraire Francisco Lopes. Cette unité de soins de santé guérissait, outre des civils, beaucoup de militaires, se trouvant en 1533 « remplie de soldats blessés ». En 1536 elle se maintenait encore en fonctionnement[50].

L'assistance à la santé et la nécessité de soigner les soldats blessés lors de combats contre les ennemis ou ayant d'autres maladies auront constitué des raisons de poids pour que la Couronne encourage la création de ces institutions et parie sur leur développement durable dans les terres d'outre-mer. En même temps, le traitement des militaires aura servi à ces confréries de prétexte pour atteindre des bénéfices royaux, permettant à la Couronne de maintenir les militaires respectifs en activité et aux *Misericórdias* la continuation d'un service fondamental aux populations.

47. Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*... cit., pp. 167-168.

48. ANTT, *Corpo Cronológico,* parte I, mç. 22, n.º 74.

49. ANTT, *Corpo Cronológico,* parte II, mç. 77, n.º 125; parte II, mç. 75, n.º 176; parte II, mç. 78, n.º 28; parte II, mç. 82, n.º 100.

50. Para este assunto confira-se Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué,* Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946, pp. 76, 175.

47. Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*... cit., pp. 167-168.

48. ANTT, *Corpo Cronológico,* parte I, mç. 22, nº 74.

49. ANTT, *Corpo Cronológico,* parte II, mç. 77, nº 125 ; parte II, mç. 75, nº 176 ; parte II, mç. 78, nº 28 ; parte II, mç. 82, nº 100.

50. À ce sujet voir Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué,* Lisbonne, Agência Geral das Colónias, 1946, pp. 76, 175.

çavam as ligações da monarquia portuguesa com as instituições das diferentes regiões do império. Como gozavam da prerrogativa de comunicarem directamente com a Coroa, as Santas Casas usavam dessa faculdade por diferentes motivos e nem sempre para pedir. A carta enviada pelo provedor da Misericórdia de Ceuta a D. Catarina em 1559 dava conta das desordens existentes na localidade e acusava os governadores de privilegiarem o divertimento e de se ocuparem a «usurpar» o que podiam[51]. A acusação era grave e apresenta uma face menos conhecida destas instituições: isto é, a intromissão em aspectos da governação que aparentemente não lhes diziam respeito, mas que assumiam grande relevo para a monarquia.

As esmolas enviadas pela Coroa constituíram apenas uma parcela do que estas confrarias receberam. A acção dos particulares também deve ser sublinhada, muito embora as informações que possuímos não abundem. Sabemos que alguns as beneficiaram através dos seus testamentos[52], enquanto outros as protegeram com a dádiva de dinheiro[53].

Os serviços que as Misericórdias marroquinas prestaram à população são, com excepção da de Ceuta, pouco conhecidos. O mesmo se diga relativamente às elites que as compunham. A Santa Casa de Ceuta desenvolveu uma intensa actividade no combate à pobreza local, particularmente no caso das mulheres, através da distribuição de dotes de casamento a jovens pobres e desamparadas, quase sempre em estado de orfandade[54].

A assistência praticada por esta confraria foi, todavia, diversificada, à semelhança do verificado com a maioria das suas congéneres e teve como alvos principais as crianças abandonadas, na vida e na morte, os órfãos, os doentes, os quais recebiam principalmente ajuda através do hospital que administrava, os presos,

Comme nous l'avons mentionné, ces dons découlaient de demandes adressées par les *Misericórdias* au roi et renforçaient les liens entre la monarchie portugaise et les institutions des différentes régions de l'empire. Vu qu'elles jouissaient du privilège de communiquer directement avec la Couronne, les *Santas Casas* utilisaient cette possibilité pour différentes raisons et pas toujours pour demander. La lettre envoyée par le proviseur de la *Misericórdia* de Ceuta à D. Catarina en 1559 rendait compte des désordres existant dans la localité et accusait les gouverneurs de privilégier le divertissement et de s'occuper à « usurper » ce qu'ils pouvaient[51]. L'accusation était grave et présente une facette moins connue de ces institutions : c'est-à-dire, l'intromission dans des aspects de la gouvernance qui bien qu'apparemment ne les concernant pas, assumaient néanmoins une grande importance pour la monarchie.

Les aumônes envoyées par la Couronne n'ont constitué qu'une parcelle de ce que ces confréries ont reçu. L'action des particuliers doit également être soulignée, bien que nous possédions peu d'informations à ce sujet. Nous savons que quelques-uns les ont bénéficiées à travers leurs testaments[52], tandis que d'autres les ont protégées avec des dons en argent[53].

Les services que les *Misericórdias* marocaines ont prêtés à la population sont, à l'exception de celle de Ceuta, peu connus. Il en va de même à l'égard des élites qui les composaient. La *Santa Casa* de Ceuta a développé une intense activité dans le combat à la pauvreté locale, en particulier dans le cas des femmes, à travers la distribution de dots de mariage à de jeunes filles pauvres et abandonnées, presque toujours orphelines[54].

L'assistance pratiquée par cette confrérie a été, néanmoins, diversifiée, à l'instar de ce qui se passait avec la majorité de ses congénères et a eu comme cibles principales les enfants abandonnés, dans la vie et dans la mort, les orphelins, les malades, qui recevaient principalement de l'aide par l'entremise de l'hôpital qui

51. ANTT, *Corpo Cronológico,* parte I, mç. 103, n.º 127.

52. Apesar de não termos conhecimento de testamentos que beneficiaram as Misericórdias de Marrocos, sabemos que outras Misericórdias do Norte de África receberam bens e dinheiro de portugueses que aí morreram. Reportamo-nos a documentação que se encontra espalhada por alguns arquivos de Misericórdias portuguesas.

53. Isabel Drumond Braga relata um caso de um cativo que na Quaresma deu uma esmola a uma Misericórdia de Marrocos. Leia-se Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Entre a Cristandade e o Islão (séculos XV-XVIII). Cativos e Renegados nas Franjas de duas Sociedades em Confronto*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceitís, 1998, p. 67.

54. A análise da distribuição de dotes de casamento desta confraria entre 1580 e 1640 foi efectuada por Isabel Drumond Braga, «A Misericórdia de Ceuta e a protecção às donzelas (1580-1640)», *in Congresso Internacional de História da Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas,* vol. III, Braga, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses – Fundação Evangelização e Culturas, 1993, pp. 455-463.

51. ANTT, *Corpo Cronológico,* parte I, mç. 103, nº 127.

52. Bien que nous n'ayons aucune connaissance de testaments ayant bénéficié les *Misericórdias* du Maroc, nous savons que d'autres *Misericórdias* d'Afrique du Nord ont reçu des biens et de l'argent de la part de Portugais qui y sont morts. Nous nous reportons à la documentation dispersée dans quelques archives des *Misericórdias* portugaises.

53. Isabel Drumond Braga signale le cas d'un captif qui à l'époque du Carême a donné une aumône à une *Misericórdia* du Maroc. Lire Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Entre a Cristandade e o Islão (séculos XV-XVIII). Cativos e Renegados nas Franjas de duas Sociedades em Confronto*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceitís, 1998, p. 67.

54. L'analyse de la distribution des dots de mariage de cette confrérie, entre 1580 et 1640, a été effectuée par Isabel Drumond Braga, « A Misericórdia de Ceuta e a protecção às donzelas (1580-1640) », *in Congresso Internacional de História da Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas,* vol. III, Braga, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses – Fundação Evangelização e Culturas, 1993, pp. 455-463.

incluindo os condenados à morte, os defuntos, os soldados e os que se encontravam de passagem[55]. As informações sobre Ceuta são em geral mais abundantes e não se circunscrevem apenas à sua Misericórdia, a qual foi objecto de um estudo circunstanciado. Também são mais alargadas as notícias sobre o seu aparelho religioso e permitem constatar a existência de vários conventos e igrejas onde estavam erectas confrarias. Na cidade existia ainda o recolhimento de trinitárias[56].

Apesar dos conhecimentos sobre as Misericórdias de Marrocos, com excepção do caso de Ceuta, serem diminutos, a sua actuação parece manter-se nos sectores tradicionais de assistência, onde talvez o auxílio aos soldados tenha ganho algum destaque.

administrait, les prisonniers, y compris les condamnés à mort, les défunts, les soldats et ceux de passage[55]. Les informations sur Ceuta sont en général plus abondantes et ne se limitent pas uniquement à sa *Misericórdia*, laquelle a fait l'objet d'une étude détaillée. Aussi les observations sur son appareil religieux sont-elles plus élargies permettant de constater l'existence de plusieurs couvents et d'églises où étaient érigées des confréries. Dans la ville, il y avait également le recueillement des trinitaires[56].

Bien que les connaissances sur les *Misericórdias* du Maroc, à l'exception du cas de Ceuta, soient relativement limitées, leur action semble se maintenir dans les secteurs traditionnels de l'assistance, où l'aide aux soldats a peut-être gagné en importance.

55. Para um estudo mais aprofundado do seu desempenho social consulte-se Manuel Cámara del Rio, *Beneficencia y asistencia social: La Santa y Real Hermandad, Hospital y Casa de Misericordia de Ceuta*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutís, 1996.

56. Para este assunto veja-se Visconde de Paiva Manso, *Historia Ecclesiastica Ultramarina*, I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872, pp. 14-15.

55. Pour une étude plus approfondie de son rôle social consulter Manuel Cámara del Rio, *Beneficencia y asistencia social : La Santa y Real Hermandad, Hospital y Casa de Misericordia de Ceuta*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutís, 1996.

56. Sur ce sujet voir Visconde de Paiva Manso, *Historia Ecclesiastica Ultramarina*, I, Lisbonne, Imprensa Nacional, 1872, pp. 14-15.

As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África[1]

Les controverses au temps de D. João III sur la politique portugaise en Afrique du Nord[1]

Maria Leonor García da Cruz, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa)

Questionado por dificuldades internas conjugadas no Norte de África com uma crescente ofensiva externa xarifina e com determinadas circunstâncias económicas, sociais e religiosas que se interligam com as políticas e as militares, Portugal confronta-se também, ao tempo de D. João III (1521-1557), com condicionantes que ultrapassam o quadro nacional e marroquino, decorrentes da extensão e choque de poderes no território europeu, na área mediterrânica, no Atlântico e no Oriente.

Tudo parece requerer uma observação e avaliação contínuas, por parte do monarca português e em coordenação com ele por infantes, grandes nobres e prelados, conselheiros, gente experimentada. Refiro-me à Expansão portuguesa em África, no Oriente, no Brasil, bem como aos diferentes interesses regionais e internacionais que interferem e ameaçam esse empreendimento.

Na verdade, a política portuguesa conjuga-se com a expansão e as iniciativas do império turco em diversas áreas e as suas ligações com Argel e os potentados do Norte de África, com a extensão e pluralidade de interesses e intervenções do império de Carlos V, com as lutas e movimentações de outros Estados europeus e, particularmente, a actuação da França ameaçadora dos interesses portugueses.

1. Estudo originalmente publicado em 1997 em língua portuguesa pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, na revista *Mare Liberum* n.º 13, Junho 1997, pp. 123-199 (reed. *CD-ROM*), com *Compilação de Documentos* no n.º 14 de *Mare Liberum*, Dez. 1997, pp. 117-198. Estudo e documentos compilados foram posteriormente impressos em conjunto, numa separata com numeração própria: Maria Leonor García da Cruz, *As Controvérsias ao Tempo de D. João III sobre a Política portuguesa no Norte de África* (Separata Especial *Mare Liberum*), Lisboa, CNPCDP, 1998, 164 pp. Apenas o estudo se publica agora em língua francesa, com ligeiras adaptações e numerando-se os testemunhos que se destacam em *Algumas posições...* Sempre que oportuno, remete-se o leitor para a referida *Compilação de Documentos* dado que nela encontra fontes pela primeira vez publicadas ou com transcrições cuidadosamente revistas dos originais.

Contesté en raison de difficultés internes en Afrique du Nord conjuguées avec une offensive externe croissante chérifienne et certaines circonstances sociales, économiques et religieuses liées aux conditions politiques et militaires, le Portugal est, à l'époque du roi D. João III (1521-1557), également confronté aux contraintes qui dépassent le cadre national et marocain et qui découlent de l'extension et du choc des pouvoirs sur le territoire européen dans la zone méditerranéenne, dans l'Atlantique et en Orient.

Tout semble exiger une observation et une évaluation continues de la part du monarque portugais et, en coordination avec celui-ci, de la part des infants, des grands nobles et prélats, des conseillers et des gens expérimentés. Nous nous référons à l'Expansion portugaise en Afrique, en Orient, au Brésil, ainsi qu'aux divers intérêts régionaux et internationaux qui interfèrent et menacent cette entreprise.

En vérité, la politique portugaise va de pair à la fois avec l'expansion et les initiatives de l'empire turc dans plusieurs domaines, ses liens avec Alger et les potentats d'Afrique du Nord, avec l'étendue et la diversité des intérêts et des interventions de l'empire de Charles V, avec les luttes et les mouvements d'autres États européens et, en particulier, avec les actions de la France qui menacent les intérêts portugais.

Il est impératif pour le Portugal, dans diverses circonstances, de répondre et d'agir. Dans une réflexion qui s'étend parfois jusqu'à l'orientation politique des der-

1. Étude publiée à l'origine, en 1997, en langue portugaise par la Commission nationale pour les commémorations des découvertes portugaises, dans la revue *Mare Liberum* nº 13, juin 1997, pp. 123-199 (rééd. *CD-ROM*), avec une compilation de documents dans le nº 14 de *Mare Liberum*, déc. 1997, pp. 117-198. L'étude et les documents compilés ont ensuite été imprimés ensemble, dans une édition à part avec une numérotation propre : Maria Leonor García da Cruz, *As Controvérsias ao Tempo de D. João III sobre a Política portuguesa no Norte de África* (édition spéciale *Mare Liberum*), Lisbonne, CNPCDP, 1998, 164 pp. L'étude est publiée maintenant en français avec des adaptations mineures et une numérotation de témoignages mis en exergue dans *Quelques positions...* Le cas échéant, nous renvoyons le lecteur à la *Compilação de Documentos,* car il peut y trouver des sources publiées pour la première fois ou ayant des transcriptions soigneusement révisées à partir des originaux.

Impõe-se a Portugal, em diversas circunstâncias, dar uma resposta, agir. Numa reflexão por vezes alargada à orientação política das últimas décadas, ou mesmo ao tempo de D. Manuel I, avaliam-se cooperações com Castela e com o imperador, relações com os potentados marroquinos, ligações entre estes, aproximação e tipos de colaboração que com eles têm castelhanos, franceses, outros europeus, argelinos e turcos.

Torna-se imperioso cada vez mais a Portugal uma política de defesa, pela neutralidade nos conflitos europeus, por tratados ou acordos não apenas políticos mas também económicos, pela presença militar reforçada ou pela intervenção aberta. Ameaçados estão alguns objectivos ultramarinos da Coroa portuguesa, áreas de domínio e rotas, do Brasil ao Oriente, a navegação atlântica proveniente da costa africana, da Índia e da América, o Mediterrâneo ocidental, o próprio território peninsular.

Os rumos ou direcções da Expansão ultramarina portuguesa, assim como as características que distinguem zonas de presença ou de domínio e épocas diferenciadas numa mesma área, decorrem assim de múltiplos factores condicionantes e também de quadros conjunturais. Nas controvérsias e na elaboração de projectos sopesam-se prioridades e, por vezes, propositadamente ou não, acaba por valorizar-se uma entre outras vertentes que, na sua globalidade, justificam e configuram o empreendimento expansionista, seja a política e militar, a geoestratégica, a religiosa ou a económica.

Na verdade, em épocas nas quais ressalta a necessidade de uma reorientação da política portuguesa em Marrocos, Portugal avalia, com base na sua capacidade real, objectivos, estratégias e meios de acção, balançando nas decisões entre uma manutenção de posições, uma intervenção bélica decisiva ou uma retirada estratégica. Não define por vezes qualquer solução definitiva, antes, numa tremenda expectativa, observa atentamente as alterações do quadro internacional e regional. Mas, seja em que tempo for, em diferentes projectos e argumentações que visam consolidar o domínio português naquela, ou noutra área, com a caracterização da luta política – alimentada, conforme se frisa, na força ideológica, no poder militar, na capacidade financeira – continuam (desde Ceuta) a conjugar-se interesses geoestratégicos e económicos.

Política régia e divergência de opiniões

Desde Ceuta que a Expansão ultramarina portuguesa foi sempre acompanhada, nas suas etapas fundamentais, de reflexões, a par da demorada preparação de

nières décennies, voire jusqu'à l'époque de D. Manuel I, on évalue des coopérations avec la Castille et l'empereur, les relations avec les potentats marocains, les liens entre ceux-ci, le rapprochement et les types de collaboration que les français, les castillans, les autres européens, les turcs et les algériens ont avec ces derniers.

Il devient de plus en plus pressant pour le Portugal d'adopter une politique de défense par la neutralité dans les conflits européens, moyennant des traités ou des accords non seulement politiques, mais également économiques, avec une présence militaire renforcée ou une intervention ouverte. Certains des objectifs de la couronne portugaise en outre-mer, les zones de domination et les routes, du Brésil jusqu'en Orient, la navigation atlantique provenant de la côte de l'Afrique, de l'Inde et de l'Amérique, la Méditerranée, occidentale et le territoire péninsulaire lui-même, sont menacés.

Les voies ou les directions de l'Expansion portugaise d'outre-mer, ainsi que les caractéristiques qui distinguent les zones de présence ou de domination et les temps différenciées dans une même zone, découlent de maints facteurs de conditionnement, mais aussi de contextes conjoncturels. Dans les polémiques et lors de l'élaboration de projets on évalue les priorités et parfois, délibérément ou non, on finit par valoriser un aspect entre autres aspects qui, dans leur intégralité, justifient et configurent l'entreprise expansionniste, que ce soit les aspects politique et militaire, géostratégique, religieux ou économique.

En effet, dans les périodes marquées par la nécessité d'une réorientation de la politique portugaise au Maroc, le Portugal, fondé sur ses capacités réelles, évalue les objectifs, les stratégies et les moyens d'action, tergiversant sur des décisions entre un maintien des positions, une intervention militaire décisive ou un retrait stratégique. Une solution définitive n'est néanmoins toujours pas définie, il observe plutôt attentivement, dans une longue attente, les modifications du cadre international et régional. Mais quelle que soit l'époque, dans les différents projets et arguments visant à consolider la domination portugaise dans ce domaine ou dans tout autre domaine, avec la caractérisation de la lutte politique – nourrie, comme nous le soulignons, par la force idéologique, la puissance militaire, la capacité financière – il persiste (depuis Ceuta) une combinaison d'intérêts économiques et géostratégiques.

Politique royale et divergence d'opinions

Depuis Ceuta, l'Expansion portugaise d'outre-mer a toujours été accompagnée, dans ses étapes fondamentales, de réflexions allant de pair avec la longue préparation de certains projets et débats plus ou moins élargis à l'entourage du monarque et occasion-

certos projectos, e de debates mais ou menos alargados a círculos em redor do monarca e ocasionalmente até às próprias Cortes[2]. Razões, ocasião e meios, tipo de actuação, conservação ou abandono, novas estratégias, alterações na direcção do empreendimento ultramarino, constituem interrogações que desde cedo provocam tomadas de posição com maior ou menor impacto e divisões de opinião.

Ao tempo de D. João III vive-se, contudo, uma fase distinta da presença portuguesa em Marrocos, um período que remonta aos últimos anos do reinado de D. Manuel I e que se poderá considerar de decadência nesta área, facto que inevitavelmente condiciona as decisões régias e toda a controvérsia que se gera em torno de uma situação extremamente agravada.

Desde finais da década de 20, na verdade, critica-se ou justifica-se D. Manuel I por ter seguido no Norte de África uma política de domínio disperso e litoral, sem internamento no sertão marroquino, e até de ter desviado para a Índia grande parte do esforço nacional, comprometendo com isso a conquista dos reinos de Fez e de Marrocos. Além disso, diverge também o julgamento sobre a política régia manuelina no que respeita a acordos firmados com Castela que reservavam o direito de conquista a Portugal em zonas ou portos que, no entanto, D. Manuel I – e na sua continuidade D. João III – não conquistou nem permitiu a Castela, ou ao imperador, que conquistasse.

Impõe-se, todavia, uma reflexão alargada, também no tempo, sobre a política portuguesa seguida no Norte de África desde o seu início e em termos estratégicos, tanto do ponto de vista de afirmação política e militar, inclusivamente mediante o interesse estrangeiro – no contexto ibérico confirmada pelo Tratado de Alcáçovas em 1479 –, como do ponto de vista económico.

Daí decorre uma fixação justificada no Norte e na zona do Estreito e um estado de guerra contínuo, enquanto as potencialidades económicas do Sul conduzem a um diálogo fundamentalmente de ordem comercial, acentuado a partir de meados do século XV, com a

2. Essa contínua reflexão e choque de opiniões que acompanha a Expansão ultramarina é mencionada nos anos 40 em dois pareceres anónimos, embora com interpretações assaz diferentes acerca do que se discutia entre os conselheiros desde o tempo de D. João I – v. posições [41] e [42]. Trata-se, em qualquer dos discursos, de orientar a argumentação de forma a justificar uma perspectiva. Seja como for, a controvérsia existiu desde o começo da Expansão e no tempo de D. João III, particularmente em épocas de maiores dificuldades, quase continuamente o Rei consulta diversas individualidades, com funções, experiência e pareceres diversificados. Alguns salientam mesmo as vantagens que daí decorrem para uma reflexão mais aprofundada e valorizam o conselho de homens de guerra. Outros temem-se de maus conselhos e piores conselheiros... Enquanto isso, figuras há que sugerem ao monarca a reunião de Cortes de forma a auxiliar à definição de soluções e a garantir o apoio/ajudas da globalidade do Reino.

nellement aux Cours elles-mêmes[2]. Raisons, occasion et moyens, type d'actions, conservation ou abandon, nouvelles stratégies, modifications dans la direction de l'entreprise d'outre-mer, constituent des points d'interrogation qui très tôt provoquent des prises de position avec plus ou moins d'impact ainsi que des divisions d'opinions.

Au temps de D. João III on vit, néanmoins, une phase distincte de la présence portugaise au Maroc, une période qui remonte aux dernières années du règne de D. Manuel I et que l'on pourra considérer comme une période de décadence dans ce domaine, ce fait conditionne inévitablement les décisions royales et toute la controverse qui se produit autour d'une situation extrêmement aggravée.

En fait, depuis la fin de la deuxième décennie, D. Manuel I est critiqué ou justifié pour avoir suivi une politique de domination dispersée et littorale en Afrique du Nord sans avoir exploré l'arrière-pays marocain et détourné vers l'Inde une grande partie de l'effort national, compromettant ainsi la conquête des royaumes de Fès et du Maroc. En outre, le jugement sur la politique royale manuéline est également divergeant quant aux accords conclus avec la Castille qui réservaient le droit de conquête au Portugal dans des zones ou des ports qu'entretemps, D. Manuel I – et dans sa continuité D. João III – n'avait ni conquis ni permis à Castille, ou à l'empereur de les conquérir. Cependant, une réflexion prolongée s'impose aussi sur l'époque, sur la politique portugaise en Afrique du Nord depuis ses débuts et en termes stratégiques, tant du point de vue de l'affirmation politique et militaire, y compris moyennant l'intérêt étranger – dans le contexte ibérique confirmée par le traité d'Alcáçovas en 1479 – que du point de vue économique.

Il s'ensuit une fixation justifiée dans le Nord et dans le Détroit et un état de guerre permanent, tandis que les potentialités économiques du Sud conduisent à un dialogue essentiellement d'ordre commercial, accentué à partir du milieu du XV^e siècle, avec la fréquentation de ports comme Safi et Azemmour et la fixation d'agents et de comptoirs. Les luttes et l'instabilité à Fès permettront, en outre, dans des zones périphériques, en particulier dans celles du Sud, l'établisse-

2. Cette constante réflexion et le choc des opinions qui accompagnent l'Expansion d'outre-mer sont mentionnés dans les années 40 dans deux opinions anonymes, mais avec des interprétations très différentes sur ce qui était en discussion entre les conseillers depuis l'époque du roi D. João I – v. positions [41] et [42]. Il s'agit, quel que soit le discours, d'orienter l'argumentation pour justifier un point de vue. Peu importe, la controverse a existé depuis le début de l'Expansion et à l'époque du roi D. João III, en particulier, dans des périodes de plus grandes difficultés, le roi consulte presque continuellement diverses personnalités, ayant des fonctions, des expériences et des opinions diversifiées. Certains soulignent les avantages qui en découlent pour une réflexion plus approfondie et valorisent le conseil des hommes de guerre. D'autres craignent de mauvais conseils et de pires conseillers... Pendant ce temps, certains suggèrent au monarque la réunion de Cours afin d'aider à la définition de solutions et d'assurer le soutien/aide de l'ensemble du royaume.

frequência de portos como os de Azamor e Safim e a fixação de agentes e feitorias. As lutas e a instabilidade em Fez irão, além disso, proporcionar nas zonas periféricas, particularmente nas do Sul, o estabelecimento de acordos vantajosos com os portugueses e uma busca de «protecção» por parte dos habitantes das cidades costeiras. Interesses convergentes interligam, aliás, a fixação em Marrocos meridional com o desenvolvimento do comércio português na costa ocidental africana e a exploração económica das ilhas atlânticas. Outros interesses económicos se juntam, desde o saque, o corso, os resgates, até às trocas comerciais de produtos, não só de Marrocos como do Sudão e do Oriente.

Se as intervenções militares portuguesas se dão, sobretudo, no Norte ao longo do século XV, nos começos do século XVI, contudo, o projecto de domínio político acentua-se também no Sul. Aberta a Rota do Cabo e a do Brasil, D. Manuel I procura, na verdade, investir também em Marrocos, inclusivamente, como já D. João II o pretendera, em pessoa. Essa reorientação da política portuguesa liga-se também a uma contínua atenção às pretensões de Castela a expandir-se no Norte (recorde-se, entre outras, posições como a de Melila em 1497 e Pinhão de Beles em 1508), bem como ao longo da costa atlântica, angariando vassalos e tentando fixar-se em locais fortificados, ou atacando e saqueando. Se em Tordesilhas em 1494 se adia o estabelecimento de limites entre as duas Coroas no reino de Fez e no Sul de Marrocos, será em 1509 pelo Tratado de Sintra que Portugal, muito embora recuando no litoral mediterrânico, ganha direitos na costa sul atlântica, consolidando posições.

Assim, é D. Manuel I quem inicia a fase «imperialista» da presença portuguesa[3]. A fixação portuguesa irá repercutir-se na Duquela e na Enxovia provocando deslocações de população, inclusive, o despovoamento de centros abastecedores como Almedina e Tite e uma necessária política de atracção de mouros tributários. Contra esta zona irão investir tanto o rei de Fez (1514) como o xarife do Suz em anos sucessivos. Mais a sul Teracuco e Meça, atraindo mercadores muçulmanos e cristãos (castelhanos, genoveses, etc.), representaram interesses desfavoráveis a Santa Cruz e ao comércio com os naturais, realizado pelos mouros de paz.

ment d'accords avantageux avec les portugais et une recherche de « protection » de la part des habitants des villes côtières. Des intérêts convergents relient la fixation dans le Maroc méridional au développement du commerce portugais sur la côte occidentale africaine et à l'exploitation économique des Îles atlantiques. D'autres intérêts économiques viennent se greffer ici, du pillage, à la piraterie, en passant par les rachats de prisonniers, jusqu'aux échanges commerciaux de produits, non seulement du Maroc, mais aussi du Soudan et de l'Orient.

Si tout au long du XV[e] siècle les interventions militaires portugaises ont lieu surtout dans le Nord, toutefois, au début du XVI[e] siècle, le projet de domination politique s'accentue aussi dans le Sud. Une fois la route du Cap et du Brésil ouverte, D. Manuel I cherche, en fait, à investir également au Maroc, y compris, comme D. João II l'avait souhaité lui-même, en personne. Cette réorientation de la politique portugaise est également liée à une attention constante portée aux prétentions de la Castille à se développer dans le Nord (rappelons, entre autres, des positions comme celles de Melilla en 1497 et de Peñón de Vélez en 1508), ainsi qu'au long de la côte atlantique, en collectant des sujets et en essayant de se fixer dans des lieux fortifiés, ou alors en attaquant et en pillant. Si à Tordesilhas en 1494 l'établissement de limites entre les deux couronnes dans le royaume de Fès et dans le sud du Maroc est reporté, ce ne sera qu'en 1509, par le Traité de Sintra, que le Portugal, bien que se retirant dans le littoral méditerranéen, conquerra des droits dans la côte sud atlantique et consolidera des positions.

Ainsi, c'est D. Manuel I qui initiera la phase « impérialiste » de la présence portugaise[3]. La fixation portugaise se reflétera dans les provinces de Doukkala et de Chaouia provoquant des déplacements de population, y compris le dépeuplement de centres d'approvisionnement comme ceux d'El-Mdina et de Tit, ainsi que la mise en œuvre d'une politique nécessaire d'attraction de maures tributaires. Pendant plusieurs années successives le roi de Fès (1514) et le chérif du Sous investiront contre cette zone. Plus au Sud, Tarkoukou et Massa, attirant des négociants musulmans et chrétiens (castillans, génois, etc.) ont représenté des intérêts défavorables pour Santa Cruz et pour le commerce réalisé avec les natifs par des maures de paix.

Le monarque réussit à maintenir une vaste zone de maures de paix autour de Safi et d'Azemmour dans

3. Desta forma a define António Dias Farinha nos capítulos que elaborou para a obra *Portugal no Mundo* (dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, vol. I/Selecções do Reader's Digest, 1993, pp. 101-136), muito esclarecedores e de grande auxílio à presente exposição. Na verdade, nesses estudos encontra-se a caracterização de fases distintas da presença portuguesa no Norte de África, considerando-se, aliás, marcado no seu início pelo desastre de Mamora em 1515, o período que se segue, de decadência.

3. C'est ainsi qu'António Dias Farinha la définit dans les chapitres qu'il a rédigés pour l'ouvrage le *Portugal no Mundo* (dir. Luís de Albuquerque, Lisbonne, Alfa, 1989, vol. I/Selecções do Reader's Digest, 1993, pp. 101-136), très instructifs et utiles pour cet exposé. En fait, dans ces études se trouve la caractérisation des phases distinctes de la présence portugaise en Afrique du Nord, considérant, par ailleurs, la période qui suit, marquée au début par la catastrophe de la Mamora en 1515, comme une période de décadence.

O monarca consegue manter uma vasta zona de mouros de paz em torno de Safim e Azamor, em regiões férteis, entre Marraquexe e o litoral, mouros esses integrados no exército e tributários (assegurando abastecimento e comércio). Trata-se também de uma época de assinalados feitos bélicos até às portas de Marraquexe, de intervenções conjuntas de capitães, de alguns sonhos de conquista desta cidade[4], e de grande exaltação do espírito de combate aos muçulmanos.

O espírito de cruzada continua, aliás, a fundamentar do ponto de vista ideológico a intervenção em Marrocos e a garantir o apoio do Papado e o usufruto de importantes rendas eclesiásticas e de outros benefícios, com vantagens para a Coroa e para os grupos sociais envolvidos. O servir em África proporciona cada vez mais, ao tempo de D. Manuel I, benefícios materiais e promoção social através de comendas, títulos, cargos militares e civis, moradias…[5].

4. A grande iniciativa e êxitos dos capitães portugueses das diversas praças do Norte de África são significativamente e com profusão salientadas num dos pareceres anónimos dos anos 40 – Anónimo I, posição [41] – ao argumentar sobre a capacidade das forças lusas fazerem recuar as xarifinas e das vantagens de serem comandadas por capitães de cidades e fortalezas em lugar de reis ou príncipes. A época de figuras marcantes como Nuno Fernandes de Ataíde, capitão de Safim, motiva, aliás, extensas narrações seja na *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* de Damião de Góis (ed. David Lopes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1949-1955), ou nos *Anais de Arzila* de Bernardo Rodrigues (ed. D. Lopes, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1919) em cartas trocadas com Roma (ver *Corpo Diplomático Português*, Lisboa, Real Academia das Ciências de Lisboa), ou no discurso literário, reflectida em prosa ou em verso, seja no *Cancioneiro Geral* compilado por García de Resende (ed. A. Crabbé Rocha, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1973), em obras deste ou de Gil Vicente (ed. M. Leonor Carvalhão Buescu, 1984). David Lopes, ao longo dos capítulos que elaborou para a *História de Portugal* (dir. Damião Peres, Barcelos, Portucalense Editora, vol. III, 1931, caps. IV e V, pp. 433-544 e vol. IV, 1932, cap. II, pp. 78-129), ao debruçar-se sobre a actuação nos séculos XV-XVI desses homens que lutaram na defesa dos lugares portugueses e várias vezes investiram pelo interior até Marraquexe, salienta os projectos de conquista de alguns deles. Transcreve por isso excertos de cartas dirigidas ao rei D. Manuel I por D. João de Meneses (18 de Fevereiro de 1514) e por Rui Barreto (21 de Fevereiro de 1514) onde este propõe a conquista de Salé pensando através dela vir a transformar Marrocos em tributário de Portugal – ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo / Lisboa), *Carta dos Governadores de Africa,* n.os 422 e 114. Ainda em 1534-1535 a acção heróica daqueles homens e as potencialidades das suas iniciativas servem de reflexão a pareceres dados a D. João III sobre a conquista dos reinos do Norte de Africa. Sobre as comunidades no espaço marroquino senhoreado pelos portugueses, v. também M. Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor (1513-1541),* diss. licenciatura, Lisboa, FLUL, 1967, e «Documentos inéditos para a história dos Portugueses em Azamor» *in Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, 1970, pp. 104-179, assim como A. Dias Farinha, *História de Mazagão durante o período filipino*, Lisboa, CEHU, 1970.

5. Nem sempre, contudo, os benefícios concedidos para retribuir ou incentivar serviços prestados na guerra do Norte de África atingem esse objectivo. Os pareceres de 1534-1535 que respondem a D. João III sobre o serviço que os súbditos podem com melhor vontade desempenhar na manutenção dos lugares de Africa, são disso reveladores. Leigos e prelados pronunciam-se sobre a capacidade de nobres, vilas e cidades, gente de cabedal, conforme a sua

des régions fertiles, entre Marrakech et le littoral, ces maures étaient intégrés dans l'armée et payaient des impôts (assurant approvisionnement et commerce). Il s'agit aussi d'une époque marquée par d'importants faits de guerre jusqu'aux portes de Marrakech, par des interventions conjointes de capitaines, par quelques-uns des rêves de conquête de cette ville[4], ou encore par une grande exaltation de l'esprit de combat aux musulmans.

L'esprit de croisade continue par ailleurs à soutenir, du point de vue idéologique, l'intervention au Maroc et à assurer le soutien de la papauté et la jouissance d'importantes pensions ecclésiastiques et d'autres privilèges, avec des avantages pour la Couronne et pour les groupes sociaux concernés. À l'époque de D. Manuel I, servir en Afrique engendre de plus en plus de bénéfices matériaux et une promotion sociale par le biais de commanderies, de titres, d'emplois civils et militaires et de pensions…[5]

4. La grande initiative et les succès des capitaines portugais des diverses places d'Afrique du Nord sont de manière significative et abondamment mis en évidence dans l'un des avis anonymes des années 40 – Anonyme I, position [41] – lorsqu'il mentionne la capacité des forces lusitaniennes à faire reculer les forces chérifiennes et les avantages d'être commandées par des capitaines de villes et de forteresses plutôt que par des rois ou des princes.
L'époque de figures emblématiques telles que Nuno Fernandes de Ataíde, capitaine de Safi, motive, par ailleurs, de vastes récits que ce soit dans *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* de Damião de Góis (éd. David Lopes, Coïmbre, Imprensa da Universidade, 1949-1955), dans *Anais de Arzila* de Bernardo Rodrigues (éd. D. Lopes, Lisbonne, Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1919), dans des lettres échangées avec Rome (voir *Corpo Diplomático Português*, Lisbonne, Real Academia das Ciências de Lisboa), dans le discours littéraire, écrit en prose ou en vers, dans le *Cancioneiro Geral* compilé par Garcia de Resende (éd. A. Crabbé Rocha, Lisbonne, Centro do Livro Brasileiro, 1973), dans les œuvres de celui-ci ou de Gil Vicente (éd. M. Leonor Carvalhão Buescu, 1984). David Lopes, tout au long des chapitres qu'il a rédigés pour *História de Portugal* (dir. Damião Peres, Barcelos, Portucalense Editora, vol. III, 1931, chaps. IV et V, pp. 433-544 et vol. IV, 1932, chap. II, pp. 78-129), en se penchant sur l'action, aux XVe-XVIe siècles, de ces hommes qui ont combattu pour la défense des places portugaises et ont investi à plusieurs reprises par l'intérieur jusqu'à Marrakech, il met l'accent sur les projets de conquête de certains d'entre eux. Il retranscrit, pour cela, des extraits de lettres adressées au roi D. Manuel I par D. João de Meneses (18 février 1514) et par Rui Barreto (21 février 1514) dans lesquelles celui-ci propose la conquête de Salé en pensant qu'à travers elle il transformerait le Maroc en un tributaire du Portugal – ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo / Lisbonne), *Carta dos Governadores de Africa,* nº 422 et 114. Toujours en 1534-1535, l'action héroïque de ces hommes et le potentiel de leurs initiatives servent à la réflexion de certaines opinions données à D. João III sur la conquête des royaumes d'Afrique du Nord.
Sur les communautés dans l'espace marocain gouverné par les portugais, voir également M. Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor (1513-1541),* mémoire de licence, Lisbonne, FLUL, 1967 et « Documentos inéditos para a história dos Portugueses em Azamor », *in Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, 1970, pp. 104-179, ainsi que A. Dias Farinha, *História de Mazagão durante o período filipino*, Lisbonne, CEHU, 1970.

5. Cependant, les avantages accordés pour récompenser ou encourager des services rendus pendant la guerre en Afrique du Nord n'atteignent pas toujours cet objectif. Les opinions de 1534-1535 qui répondent à D. João III sur le service que les sujets peuvent, moyennant une plus grande volonté, prêter pour le maintien des places d'Afrique en sont révélatrices. Les laïcs et les prélats se prononcent

Faltava assegurar posições intermédias, na zona central de Marrocos, o que é tentado em 1515 mediante a construção de uma fortaleza em Mamora, junto à foz do Cebu – em vão, devido aos ataques muçulmanos. A este desastre, de forte impacto junto das forças inimigas, seguir-se-á, em pouco tempo, o desaparecimento do glorioso capitão de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde (†1516) e, depois, do influente alcaide dos mouros de paz da Duquela, Bentafufa (†1519), ficando a influência portuguesa seriamente abalada. O projecto de construir uma outra fortaleza em Anafé cai por terra.

Se com D. Manuel I se alargou em extensão e em fama o poder do rei de Portugal no Norte de África, neste mesmo reinado se inicia, de facto, o declínio da intervenção portuguesa, seriamente comprometida também com a actuação xarifina a partir do Suz desde 1510, atraindo populações contra os cristãos, unificando forças e assenhoreando-se paulatinamente da região sul do Tensift até conseguir uma vitória política decisiva em 1524 com a conquista da cidade de Marraquexe.

Com redobrada atenção se acompanha desde então nas praças portuguesas e a nível de agentes internados no sertão marroquino as movimentações e lutas entre o rei de Fez e o novo senhor de Marrocos, assim como as preocupações e projectos debatidos internamente, os auxílios desejados e os apoios garantidos, a existência ou não de facções políticas e de contestações, as reacções de diferentes outros poderes, a ameaça que tudo isso podia representar para os lugares portugueses. Tais informações – quanto possível ajustadas à realidade – chegadas à Corte, sobre a situação interna em Marrocos, juntam-se a muitas outras vindas por diferentes vias. Estas dão novas do acontecido no contexto do Mediterrâneo e do Atlântico e dos confrontos que nas áreas marítimas e na Europa se desenvolvem, bem como das vicissitudes do império português noutras áreas, seja no Oriente, onde se confronta com poderes indígenas e muçulmanos e com o império turco em expansão, seja com o corso e a concorrência comercial e política por parte

influência e rendas, poder enviar homens para combater. Nomeiam o Papado e o clero, chamando-os a contribuir mais ainda nas despesas de uma guerra ao infiel. São contudo os indivíduos inteiramente ligados a ordens religiosas militares, recebendo rendas que ao serviço militar no Norte de África obrigam, os que, com maior relevo se mencionam. Violentas críticas atingem aqueles que não cumprem o serviço na totalidade, enviam outrem em seu lugar ou nem sequer o concretizam. Deverá o rei obrigá-los a cumprir e, na sua política de distribuição de mercês e honras, cuidar de compensar os que de facto o servem… As advertências atingem, assim, o próprio monarca, particularmente D. Manuel I, revelando situações criticadas abundantemente no discurso literário da época. Ver *Algumas posições…*

Il fallait encore assurer des positions intermédiaires dans la zone centrale du Maroc, ce qui sera tenté en 1515 moyennant la construction d'une forteresse à Mamora près de l'embouchure du Sebou – en vain, dû aux attaques maures. Ce désastre, ayant eu un fort impact auprès des forces ennemies, il sera peu de temps après suivi par la disparition du glorieux capitaine de Safi, Nuno Fernandes de Ataíde (†1516) et, ensuite, de l'influent caïd des maures de paix de Doukkala, Yahyâ Ou Ta'fouft (†1519), l'influence portugaise étant sérieusement ébranlée. Le projet de construire une autre forteresse à Anfa tombe à l'eau.

Si avec D. Manuel I le pouvoir du roi de Portugal en Afrique du Nord a grandi en étendue et en notoriété, c'est en fait, sous le même règne que commence le déclin de l'intervention portugaise qui, depuis 1510, est également sérieusement compromise par l'action chérifienne à partir du Sous, attrayant des populations contre les chrétiens, unifiant des forces et prenant progressivement possession de la région sud de Tensift jusqu'à l'obtention d'une victoire politique décisive en 1524 avec la conquête de la ville de Marrakech. On accompagne depuis lors, avec une attention accrue, sur les places portugaises et au niveau des agents introduits dans l'arrière-pays marocain, les mouvements et les luttes entre le roi de Fès et le nouveau seigneur du Maroc ainsi que les préoccupations et les projets discutés à l'intérieur, les aides souhaitées et les soutiens garantis, l'existence ou non de factions politiques et de contestations, les réactions d'autres pouvoirs différents, la menace que tout cela pourrait représenter pour les places portugaises. Lorsque ces informations concernant la situation interne du Maroc – ajustées autant que possible à la réalité – arrivaient à la Cour, elles venaient s'ajouter à de nombreuses autres provenant de différentes sources. Celles-ci racontaient ce qui se passait dans le contexte de la Méditerranée et de l'Atlantique et des affrontements qui avaient lieu dans les zones maritimes et en Europe ainsi que les vicissitudes de l'empire portugais dans d'autres zones, soit en Orient, où il était confronté aux pouvoirs autochtones et musulmans et à l'empire turc en expansion, soit avec la piraterie et la concurrence commerciale et politique

sur la capacité des nobles, des petites et grandes villes, des gens riches, selon l'influence et les biens de tout un chacun, de pouvoir envoyer des hommes au combat. Il nomme la papauté et le clergé, les appelant à contribuer davantage aux coûts d'une guerre contre les infidèles. Ce sont néanmoins les individus entièrement liés aux ordres militaires religieux, percevant des revenus en raison du service militaire effectué en Afrique du Nord, qui sont mentionnés de manière plus proéminente. De violentes critiques atteignent ceux qui ne font pas le service militaire dans son intégralité envoyant un autre à leur place ou ne le font même pas. Le roi devra donc les y obliger et, dans sa politique de distribution des grâces et des honneurs, prendre soin de récompenser ceux qui le servent vraiment… Les avertissements atteignent par conséquent, le monarque lui-même, en particulier D. Manuel I, révélant des situations abondamment critiquées dans le discours littéraire de l'époque. Voir *Quelques positions…*

de cristãos também no Oriente, no Brasil ou em África.
Se data de Fevereiro de 1529 um dos documentos onde mais cedo se pondera no reinado de D. João III a situação das praças portuguesas de Marrocos, tendo em vista avaliar vantagens e desvantagens de uma retirada ou de uma concentração de forças – atendendo à situação depauperada da fazenda régia – outras fontes revelam já em anos anteriores a preocupação de ordem financeira do monarca português.
Na verdade, D. João III com o trono herdou também em 1521 uma série de encargos e dificuldades, alguns acumulados de reinados anteriores, outros contraídos ao tempo de D. Manuel I e por este deixados em testamento, a que se aliam obrigações para com membros da família real, exigências decorrentes da política de alianças matrimoniais prosseguida com o novo monarca, a canalização de recursos para a manutenção, crescimento e reorganização de uma complexa aparelhagem político-administrativa e financeira no Reino e fora dele, bem como para garantir uma política de distribuição de mercês e honras, também ela necessária à paz social e ao fortalecimento do poder régio.
Junta-se a tudo isto os débitos de origem comercial e o uso de mecanismos financeiros de forma a desenvolver um comércio lucrativo com o Oriente, os gastos sucessivos no abastecimento em trigo não apenas dos lugares de Marrocos mas do próprio Reino devido às frequentes esterilidades que o atingem, às perdas de navios e de mercadorias de que tanto se queixa D. João III ao Papa em 1532 e que quantas vezes se devem ao corso europeu.
A estagnação que afecta os proventos da Guiné, nomeadamente o ouro da Mina, desde o tempo de D. Manuel I – ao mesmo tempo que escasseia a prata da Europa central necessária ao comércio oriental –, continua a impelir os portugueses, ao longo do reinado de D. João III e ainda posteriormente, a procurar minas e canais de proveniência do metal precioso, seja no continente africano, tanto no litoral como em explorações para o interior, no Oriente ou no Brasil[6], e a procurar obter prata proveniente da América espanhola.
Recorde-se ainda que, além de riscos e ameaças que algumas posições portuguesas sofrem nos anos 20 no Oriente e Extremo Oriente por parte de poderes

6. O Autor anónimo que nos anos 40 emite um parecer favorável à conquista do Norte de África – posição [41] –, reflecte essa mesma preocupação, uma vez que considera na definição de Reino rico a importância de possuir minas de metal, precioso e sem ser precioso, de útil aplicação tanto no comércio como na guerra e na paz. Ora, segundo ele, Marrocos não só promete minas de ouro (não exploradas pela negligência dos mouros), como possui muitas de prata, cobre e ferro.

des chrétiens également en Orient, au Brésil ou en Afrique.
Bien que, sous le règne du roi D. João III, le mois de février 1529 soit la date de l'un des premiers documents dans lequel on pondère la situation des places portugaises du Maroc, afin d'évaluer les avantages et les inconvénients d'un retrait ou d'une concentration de forces – étant donné l'état d'épuisement du Trésor royal – d'autres sources révèlent néanmoins qu'il y avait déjà, dans les années précédentes, une préoccupation d'ordre financière de la part du monarque portugais.
En fait, en héritant le trône en 1521, D. João III a également hérité une série de charges et de difficultés, certaines accumulées dans les règnes précédents, d'autres contractées au temps de D. Manuel I et laissées en testament par ce dernier. À celles-ci s'ajoutent des obligations envers des membres de la famille royale, des exigences découlant de la politique d'alliances matrimoniales menée par le nouveau monarque, la canalisation de ressources à la fois pour la maintenance, la croissance et la réorganisation d'un complexe appareillage politico-administratif et financier dans le Royaume et en-dehors de celui-ci et pour assurer une politique de distribution de privilèges et d'honneurs, elle aussi nécessaire à la paix sociale et au renforcement du pouvoir royal.
À tout cela s'ajoutent les dettes d'origine commerciale et l'utilisation de mécanismes financiers destinés à développer un commerce rentable avec l'Orient, les dépenses successives pour l'approvisionnement en blé non seulement des places du Maroc mais aussi de celles du Royaume lui-même en raison des fréquentes infertilités qui l'atteignent, les pertes de navires et de marchandises dont se plaint si souvent D. João III auprès du Pape en 1532, la plupart d'entre elles étant dues à la piraterie européenne.
La stagnation qui affecte les recettes de la Guinée, y compris l'or de Mina, depuis l'époque de D. Manuel I – tandis que l'argent de l'Europe centrale nécessaire au commerce oriental se fait rare –, continue à encourager les portugais, sous le règne du roi D. João III et bien plus tard encore, à chercher des mines et des canaux de provenance du métal précieux, que ce soit sur le continent africain ou sur la côte ou encore dans les exploitations à l'intérieur des terres en Orient ou au Brésil[6], et à obtenir l'argent provenant de l'Amérique espagnole.
Rappelons également qu'outre les risques et les menaces que certaines positions portugaises souf-

6. L'auteur anonyme qui, dans les années 40, émet une opinion favorable sur la conquête de l'Afrique du Nord – position [41] – reflète cette même préoccupation, car il considère, dans la définition de royaume riche, l'importance de posséder des mines de métal précieux et non précieux, utile à la fois au commerce, à la guerre et à la paix. Or, pour lui, le Maroc promet non seulement des mines d'or (non exploitées de par la négligence des maures), mais il possède aussi beaucoup de mines d'argent, de cuivre et de fer.

locais, a pressão do comércio muçulmano e a influência turca ameaçadora na zona de Cambaia exigem sucessivas intervenções de forças portuguesas ao longo desta e da década seguinte nesta zona, ao mesmo tempo que se prossegue a penetração no Mar Vermelho (exploração em 1541) e a fixação no Golfo Pérsico (Baçorá conquistada precisamente em 1529), muito embora numa política condicionada na década de 20 por rivalidades de interesses e problemas internos na governação da Índia.

Com a China mantêm-se os contactos comerciais apesar de cortadas até 1554 as relações oficiais sino-lusas (estabelecimento em Macau em 1557). Atinge-se o Japão em 1543. Quanto às ilhas Molucas, a presença castelhana a partir da viagem de circum-navegação de Magalhães obriga desde D. Manuel I a marcar posições (fortaleza em Ternate em 1522) e constante observação, atitudes de hostilidade e negociações que conduzirão finalmente em 1529 ao Tratado de Saragoça que, mediante compensações, reconhece a Portugal o direito de navegação e de comércio exclusivo naquelas partes.

Mais de metade dos rendimentos da Coroa portuguesa provêm do comércio ultramarino e qualquer contracção neste ou quebra no mercado internacional – motivados por guerras ou pelo corso, pela concorrência económica e política – logo se reflecte na sua situação financeira. Mas por esse mesmo motivo, porque é o grande empreendimento ultramarino – comercial e apoiado necessariamente pelo esforço militar – a fonte de receitas fundamental para suportar uma situação financeira deficitária, é preciso investir e manter a importância comercial de produtos como os das Ilhas e garantir o crescimento do tráfego das especiarias asiáticas, fazer respeitar o monopólio régio e encontrar e explorar novos mercados.

Várias crises (quiçá mundiais, conforme as caracterizou Magalhães Godinho) afectam, contudo, Portugal e o seu império com diferentes amplitudes e duração, tendo que recorrer-se a expedientes, a múltiplas formas de crédito, a empréstimos obtidos junto de mercadores e homens de cabedal, contraindo-se dívidas na Flandres (em 1549 encerrada a feitoria de Antuérpia) e nas feiras de Castela, sofrendo-se juros elevadíssimos que se acumulam. Nos anos 30 e 40 é nítido para alguns ser a Índia a área por excelência onde se deve gastar mais para acudir como remédio a todas as outras despesas (1534? Conde da Castanheira, 1543, Anónimo II – v. *Algumas posições*...).

Os lugares portugueses em África, dependentes cada vez mais de abastecimentos do exterior – devido a calamidades naturais, à guerra contínua e à ameaça xarifina –, ressentem-se necessariamente das dificul-

frent dans les années 20, en Orient et en Extrême-Orient, de la part de certains pouvoirs locaux, la pression du commerce musulman et l'influence turque menaçante dans la zone de Cambay exigent des interventions successives de la part des forces portugaises au cours de cette décennie et de la décennie suivante dans cette zone, en même temps que se poursuivent la pénétration dans la Mer Rouge (exploration en 1541) et la fixation dans le Golfe Persique (Bassora conquise précisément en 1529), bien que dans une politique conditionnée dans la deuxième décennie par des conflits d'intérêts et des problèmes internes à la gouvernance de l'Inde.

Bien que les relations officielles sino-lusitaniennes aient été rompues jusqu'en 1554, le Portugal a continué de maintenir des contacts d'affaires avec la Chine (établissement à Macao en 1557). On atteint le Japon en 1543. Quant aux îles Moluques, la présence castillane à partir du voyage de la circumnavigation de Magellan oblige, dès l'époque de D. Manuel I, à marquer des positions (forteresse de Ternate en 1522) et à une observation constante, à des attitudes d'hostilité et à des négociations qui conduiront finalement au traité de Saragosse en 1529, lequel, par compensation, reconnait au Portugal le droit de navigation et de commerce exclusif dans ces régions.

Plus de la moitié des revenus de la Couronne portugaise proviennent du commerce d'outre-mer et toute contraction de celui-ci ou rupture dans le marché international – motivées par des guerres ou par la piraterie, par la compétition économique et politique – se reflète aussitôt dans sa situation financière. Mais pour cette même raison, parce qu'il s'agit de la grande entreprise d'outre-mer et commerciale inévitablement appuyée par l'effort militaire – la principale source de revenus pour soutenir une situation financière déficitaire – il est nécessaire d'investir et de maintenir l'importance commerciale de produits comme ceux des Îles, d'assurer la croissance du trafic des épices asiatiques, de faire respecter le monopole royal et de trouver et d'exploiter de nouveaux marchés. Cependant, plusieurs crises (peut-être mondiales, telles que les a caractérisées Magalhães Godinho) affectent le Portugal et son empire avec des amplitudes et des durées différentes, devant pour cela recourir à des ressources, à de multiples formes de crédit, à des prêts obtenus auprès de marchands et d'hommes riches, contractant des dettes en Flandre (fermeture du comptoir d'Anvers en 1549) et dans les foires de la Castille, souffrant des intérêts énormes qui s'accumulent. Dans les années 30 et 40, il est clair pour certains que l'Inde est la zone par excellence dans laquelle il faut dépenser davantage pour faire face, à titre de réparation, à toutes les autres dépenses. (1534 ? Comte de Castanheira, 1543 Anonyme II – voir *Quelques positions*...).

De plus en plus dépendantes des approvisionnements extérieurs – en raison de catastrophes naturelles,

dades do Reino. Ainda em 1525-1526 persistem em Arzila situações de carência devido a flagelos do início da década. O monarca luta com dificuldades financeiras para saldar dívidas respeitantes a pagamentos não efectuados nos lugares setentrionais, enquanto aumentam as despesas no aprovisionamento em trigo[7]. Com as ameaças crescentes às praças do Sul (a que se somam internamente abusos de poder e irregularidades nos pagamentos, denunciados em 1530) aumenta a necessidade dos socorros, inclusive em víveres[8].

Tendo havido quebras nas relações comerciais das praças portuguesas com os poderes do interior, inclusivamente no Norte, tomam-se nesses anos medidas de ordem comercial com vista a preservar os interesses régios a nível de direitos alfandegários, apreensão de mercadorias proibidas, preço dos resgates, procurando recuperar rendimentos através da vigilância de navios de mercadorias e aliciamento de mercadores[9]. Nota-se, fundamentalmente, por parte de D. João III em 1526 e nos anos imediatos uma preocupação em inventariar situações geradas e acumuladas de anos anteriores, avaliar a verdadeira situação dos quatro lugares setentrionais, situados no reino de Fez, do ponto de vista financeiro e militar e, através de um agente real, tudo registar desde os efectivos das praças e as dívidas respeitantes a rações e soldos, até à quantidade e qualidade da artilharia e munições e ao próprio estado das fortalezas no que respeita à necessidade de obras e reparações. Importava confrontar informações e detectar e corrigir irregularidades. Parte deste inventário é, aliás, sigiloso e seguem-se-lhe medidas de restrição e controlo que a todos atingem[10]. Trata-se de fenómenos que continuarão a verificar-se, originando em anos futuros não só este

7. Carta de D. João III, de 24 de Agosto de 1526, ao capitão de Arzila, António da Silveira – BNP (Biblioteca Nacional de Portugal / Lisboa), *Fundo Geral,* cod. 8163, f. 26. Cenas de fome e peste em Arzila, em 1522, descritas por Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila…* cit., t. I, liv. II, caps. LXXXIX e XC, pp. 370-374 e cap. XCI, pp. 376-377.

8. Carta de Vicente Rodrigues Evangelho, de 18 de Março de 1530, a D. João III – ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 44, D. 113. Ver David Lopes em *História de Portugal…* cit., t. IV, cap. II.

9. Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila…* cit., t. I, liv. II, cap. XXIX, p. 497. As cartas de D. João III a António da Silveira, de Setembro e Novembro de 1526, Janeiro e Junho de 1527 e Janeiro de 1528, revelam uma continuidade na atenção a estas matérias – BNP, *Fundo Geral,* cod. 8163, ff. 21, 27, 28, 30 e 34. Estas e outras cartas do Rei ao capitão de Arzila foram publicadas, embora sem indicação do fundo documental, por Gabriel Pereira, numa transcrição nem sempre cuidada, no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (17.ª série, n.º 8, 1898-1899), Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, pp. 391-420.

10. Carta de D. João III, de 9 de Janeiro de 1526, a António da Silveira – BNP, *Fundo Geral,* cod. 8163, f. 14. O rei conhece já o conteúdo do inventário das diversas praças setentrionais em Agosto desse ano (carta de 16 de Agosto, cod. 8163, f. 23).

de la guerre continue et de la menace chérifienne permanente – les places portugaises en Afrique ressentent nécessairement les effets des difficultés du Royaume. Toujours en 1525-1526 et en raison des fléaux qui ont eu lieu au début de la décennie, il existe encore à Asilah des situations de pénurie. Alors que les dépenses avec l'approvisionnement en blé augmentent[7], le monarque est aux prises avec des difficultés financières pour rembourser des dettes relatives à des paiements non effectués dans les places septentrionales. Avec les menaces croissantes qui pèsent sur les places du Sud (à cela s'ajoute internement des abus de pouvoir et des irrégularités dans les paiements dénoncés en 1530) augmente le besoin d'aide, y compris de nourriture[8].

Des ruptures ayant eu lieu dans les relations commerciales des places portugaises avec les pouvoirs de l'intérieur, notamment dans le Nord, des mesures commerciales sont prises ces années-là en vue de préserver les intérêts royaux au niveau des droits de douane, de la saisie de marchandises interdites et du prix des rachats, cherchant à recouvrer des revenus grâce à la surveillance des navires de marchandises et à la séduction des marchands[9].

On remarque, en 1526 et dans les années immédiatement suivantes, essentiellement de la part de D. João III, sa préoccupation de faire l'inventaire des situations produites et accumulées les années précédentes et d'évaluer, du point de vue financier et militaire, la véritable situation des quatre places septentrionales situées dans le royaume de Fès. Des effectifs des places en passant par les dettes relatives aux salaires et aux rations jusqu'à la quantité et qualité de l'artillerie et des munitions et à l'état même des forteresses quant à leur nécessité de travaux et de réparations tout devait être enregistré par un agent royal. Il importait de confronter des informations, de détecter et de corriger des irrégularités. Une partie de cet inventaire est, d'ailleurs, confidentielle et il s'ensuivra des mesures de restriction et de contrôle dont tout le monde sera concerné[10]. Ces phénomènes continue-

7. Lettre de D. João III, du 24 août 1526, au capitaine d'Asilah, António da Silveira – BNP (Biblioteca Nacional de Portugal / Lisbonne), *Fundo Geral,* cod. 8163, f. 26. Scènes de famine et de peste à Asilah en 1522 décrites par Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila…* cit., t. I, liv. II, chaps. LXXXIX et XC, pp. 370-374 et chap. XCI, pp. 376-377.

8. Lettre de Vicente Rodrigues Evangelho, du 18 mars 1530, à D. João III – ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 44, D. 113. Voir David Lopes *in História de Portugal…* cit., tome IV, chap. II.

9. Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila…* cit., tome I, liv. II, chap. XXIX, p. 497. Les lettres de D. João III à António da Silveira, septembre et novembre 1526, janvier et juin 1527 et janvier 1528, montrent une continuité dans l'attention portée à ces questions – BNP, *Fundo Geral,* cod. 8163, ff. 21, 27, 28, 30 et 34. Bien que sans indication des documents de référence, ces lettres ainsi que d'autres lettres du roi adressées au capitaine d'Asilah ont été publiées par Gabriel Pereira, dans une retranscription pas toujours très soignée, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (17e série, nº 8, 1898-1899), Lisbonne, Imprensa Nacional, 1901, pp. 391-420.

10. Lettre de D. João III, du 9 janvier 1526, à António da Silveira – BNP, *Fundo Geral,* cod. 8163, f. 14. Le roi connaît déjà le contenu de

mesmo tipo de preocupação como novas medidas de correcção[11].

Do ponto de vista político procurava-se, através de um maior rigor nos controlos dos efectivos militares e civis dos diferentes lugares de África e da sua operacionalidade, garantir a presença e união dos seus componentes numa defesa efectiva das praças em ocasiões de maior risco. Particularmente em 1529, e a despeito das dificuldades manifestas do erário régio, pretende D. João III que se proceda a um inventário completo de artilharia, pólvora, munições, bem como do estado das fortalezas[12]. Pretende esses lugares seguros e envia a África nesse mesmo ano um arquitecto, Duarte Coelho, e um engenheiro, mestre das obras do rei, João de Castilho, a fim de visitar as fortificações, estudar as condições para as obras e calcular as despesas.

Atento a esta iniciativa se revela o duque de Bragança quando em 1529 reflecte sobre a orientação política a seguir no Norte de África[13], tornando prioritário o objectivo de reduzir os gastos do erário régio e, portanto, adiar qualquer iniciativa de abandono de praças ou concentração numa delas. Observa, contudo, objectivamente, a incapacidade em termos de recursos humanos e financeiros de Portugal conquistar o reino de Fez e considera a possibilidade de no futuro se abandonarem os lugares mediante um estudo prévio e num processo paulatino.

Tudo leva a crer, através do seu discurso, que as suas opiniões e posições por ele assumidas diferiam drasticamente da orientação seguida por D. Manuel I e apoiada por muitos conselheiros, quer do ponto de vista estratégico (só Azamor e Safim tinham potencialidades, segundo ele, para se conservarem de forma lucrativa), como nas relações e nos acordos estipulados com Castela. As praças do Norte deveriam ter sido asseguradas, na sua perspectiva, por quem detivesse recursos e muitos prejuízos se teriam evitado e ainda se evitariam se Tetuão tivesse sido ocupada, mediante autorização e ajuda de D. Manuel I, por Fernando de Aragão[14]. Desde 1522, com a tomada de Rodes pelos

11. Recorde-se, a título exemplificativo, a acção de D. Aleixo de Meneses em 1535, enquanto provedor e visitador dos lugares de África, quando visita Arzila e corrige certas irregularidades – Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila…* cit., t. II, liv. IV, cap. LXXI, p. 275.

12. Cartas de D. João III, de 18 de Março e 27 de Junho de 1529, a António da Silveira – BNP, *Fundo Geral,* cod. 8163, ff. 43 e 47. Ver também o comentário de Sousa Viterbo no seu *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou ao servico de Portugal,* Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, vol. I, n. 135, pp. 215-216.

13. Cartas do duque de Bragança, D. Jaime, de 8 de Janeiro e de 12 de Fevereiro de 1529 a D. João III – v. posições [1] e [2].

14. Também Carlos I de Espanha insistia em vão em 1520 em construir uma fortaleza na foz do rio de Tetuão, caso o não fizesse D. Manuel I, isto no mesmo ano em que D. Pedro de Mascarenhas

ront de se produire, engendrant dans les années à venir, non seulement le même type de préoccupation, mais aussi de nouvelles mesures de corrections[11].

D'un point de vue politique on cherchait à assurer, moyennant une plus grande rigueur dans le contrôle des effectifs militaires et civils des différentes places d'Afrique et de leur opérationnalité, la présence et l'union de ses éléments dans une défense efficace des places à des périodes de plus grands risques. En particulier en 1529, et en dépit des difficultés manifestes du trésor royal, D. João III souhaite que l'on procède à un inventaire complet de l'artillerie, de la poudre des munitions ainsi qu'à l'état des forteresses[12]. Souhaitant consolider la sureté de ces lieux, il envoie cette même année en Afrique l'architecte Duarte Coelho et l'ingénieur João de Castilho, maître des œuvres du roi, afin de visiter les fortifications, d'étudier les conditions en vue des travaux et d'en calculer les coûts.

Lorsqu'en 1529 le duc de Bragance réfléchit sur l'orientation politique à suivre en Afrique du Nord[13] il se révèle attentif à cette initiative et donne la priorité à la réduction des dépenses du trésor royal, retardant ainsi toute initiative visant à abandonner les places ou à les concentrer en une seule. Il note, néanmoins, objectivement, l'incapacité du Portugal, en termes de ressources humaines et financières, de conquérir le royaume de Fès et envisage, à l'avenir, la possibilité d'abandonner les places moyennant une étude préalable et un processus graduel.

Tout porte à croire, dans son discours, que les opinions et les positions qu'il a assumées différaient radicalement de l'orientation suivie par D. Manuel I et soutenue par de nombreux conseillers, tant d'un point de vue stratégique (seuls Azemmour et Safi avaient, selon lui, un potentiel pour se maintenir rentables), que du point de vue des relations et des accords stipulés avec la Castille. Les places du Nord auraient dû être entretenues, en son sens, par ceux qui détenaient des ressources et beaucoup de dommages auraient été évités et pourraient encore l'être si, moyennant l'autorisation et l'aide de D. Manuel I, Tétouan avait été occupée par Fernando d'Aragon[14]. Depuis 1522, avec

l'inventaire des différentes places septentrionales en août de cette même année (lettre du 16 août, cod. 8163, f. 23).

11. Rappelons, à titre d'exemple, l'action de D. Aleixo de Meneses en 1535, en tant que *provedor* et visiteur des places d'Afrique, lorsqu'il visite Asilah et corrige certaines irrégularités – Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila…* cit., t. II, liv. IV, chap. LXXI, p. 275.

12. Lettres de D. João III, du 18 mars et du 27 juin 1529 à António da Silveira – BNP, *Fundo Geral,* cod. 8163, ff. 43 et 47. Voir également le commentaire de Sousa Viterbo dans son *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou ao servico de Portugal,* Lisbonne, Imprensa Nacional, 1899, vol. I, n. 135, pp. 215-216.

13. Lettre du duc de Bragança, D. Jaime, du 8 janvier et du 12 février 1529 à D. João III – v. positions [1] et [2].

14. Charles I[er] d'Espagne insistait également en vain, en 1520, sur la construction d'une forteresse à l'embouchure de la rivière de Tétouan, au cas où D. Manuel I ne le ferait pas, ceci dans la même

turcos, que se procurou instalar a Ordem dos Hospitalários em território neutral não comprometido nem com o imperador nem com o rei de França. Porque não – considera o duque – instalá-la em Ceuta e em Alcácer Ceguer, passando a caber-lhe, através de armadas, o controlo do Estreito e o combate ao corso e garantindo as bases de uma futura conquista?

No Norte vive-se nos anos 20 e 30, de facto, uma situação de ameaça constante: por terra, saques e capturas (fundamentalmente pelos alcaides de Alcácer Quibir e Xexuão) e, por mar, o corso proveniente do acolhimento de navios em Larache e dos portos de Beles e de Tetuão, cuja importância cresce mediante a colaboração com Argel, sob protecção do Turco desde 1518 e por ele financiado a partir de 1534.

O interesse régio por Larache em Julho de 1529, num pedido de informação urgente e sigiloso ao capitão de Arzila, sobre navios, contingentes, fortalezas e sistema de vigilância, visaria ocupar este porto de abrigo de navios muçulmanos, de comércio concorrente e porta de acesso às regiões mais interiores de Arzila e Alcácer Quibir[15], ou apenas pretendia uma melhor avaliação da situação de Arzila?

Também no Sul se repercutem as preocupações régias. Ainda em 1529 em Azamor – tal como acontece em Santa Cruz do Cabo de Guer – António Leite[16], salientando a guerra permanente que se vive naquela zona, procede ao inventário da gente de cavalo apta a servir e alerta o rei para irregularidades e fenómenos que o prejudicam seriamente do ponto de vista militar e económico (perda de direitos alfandegários), desde a correspondência não autorizada com poderes muçulmanos, negócios internos irregulares, trocas comerciais em portos como o de Larache e Salé, com venda de armas e de outras mercadorias proibidas, até con-

la prise de Rhodes par les turcs, on chercha à installer l'Ordre des Hospitaliers en territoire neutre, n'étant ni compromis avec l'empereur ni avec le roi de France. Pourquoi ne pas – fit observer le duc – l'installer à Ceuta et à El-Ksar es-Seghir, leur incombant désormais, à travers des armées, le contrôle du Détroit et le combat à la piraterie tout en garantissant les bases d'une future conquête ?

On vit, de fait, dans le Nord dans les années 20 et 30, une situation de menace constante : par terre, les pillages et les captures (fondamentalement par des caïds d'El-Ksar el-Kebir et de Chechaouen) et, par mer, la piraterie provenant de l'accueil de navires à Larache et des ports de Vélez et de Tétouan, dont l'importance grandit grâce à la collaboration avec Alger, sous la protection des turcs depuis 1518 et financée par celui-ci à partir de 1534.

L'intérêt royal pour Larache en juillet 1529 lors d'une demande d'information urgente et confidentielle au capitaine d'Asilah, sur les navires, les contingents, les forteresses et sur le système de surveillance, viserait-il à occuper ce port d'abri de navires maures, de commerce concurrent et porte d'accès aux régions les plus intérieures d'Asilah et d'El-Ksar el-Kebir[15], ou souhait-il juste une meilleure évaluation de la situation d'Asilah ?

Les préoccupations régaliennes se reflètent également dans le Sud. Toujours en 1529 à Azemmour – comme cela arrive à Santa Cruz du Cap de Gué – António Leite[16], soulignant la guerre permanente qui se vit dans la région, procède à l'inventaire des gens à cheval capables de servir et avise le roi au sujet d'irrégularités et de phénomènes qui pourront sérieusement le nuire du point de vue économique et militaire (perte de droits de douane), de la correspondance non autorisée avec les pouvoirs maures, des affaires intérieures irrégulières, des échanges commerciaux dans les ports, comme Larache et Salé avec la vente

sondava essa possibilidade. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel…* cit., p. IV, cap. XLVIII, pp. 133-135.

15. Carta de D. João III, de 3 de Julho de 1529, a António da Silveira – BNP, *Fundo Geral,* cod. 8163, f. 49. Descrição de Larache de Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila…* cit., t. I, liv. II, cap. CXXIX, p. 469.

16. Destaco denúncias e pareceres de António Leite expressos a D. João III a 10 de Setembro, a 14 de Outubro de 1529 e a 6 de Abril de 1530 – v. posições [3] a [5]. As suas informações sobre as características e sistema de defesa de Salé-o-Velho parecem pouco fundamentadas se, na verdade, correspondem antes a Rabat ou Salé-o-Novo, cf. *SIHM, Portugal*, t. II – p. II, p. 478, n. 1. Além disso, a estratégia militar e política proposta ao monarca parece pouco consistente uma vez que muda radicalmente nos anos seguintes quando estabelece tréguas com o alcaide de Salé. Propõe então uma ofensiva bem mais a Sul.
De Santa Cruz do Cabo de Guer escreve Simão Gonçalves da Costa a D. João III a 15 de Setembro de 1529 (ano calculado) – ANTT, *Cartas dos Governadores de África,* n.º 439, publicada por Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir). 1505-1541,* Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, pp. 325-327. Por esta carta e pela que de Azamor escreve a 10 de Setembro de 1529 António Leite, confirma-se a presença de Duarte Coelho e de João de Castilho em Azamor e Safim.

année où D. Pedro de Mascarenhas émettait cette possibilité. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel…* cit., p. IV, chap. XLVIII, pp. 133-135.

15. Lettre de D. João III, du 3 juillet 1529, à António da Silveira – BNP, *Fundo Geral,* cod. 8163, f. 49. Description de Larache de Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila…* cit., tome I, liv. II, chap. CXXIX, p. 469.

16. Nous soulignons les plaintes et les opinions d'António Leite exprimées à D. João III le 10 septembre, le 14 octobre 1529 et le 6 avril 1530 – v. positions [3] à [5]. Ses informations sur les caractéristiques et le système de défense de Salé-le-vieux semblent peu fondées si, en fait, elles correspondent plutôt à Rabat ou Salé-le-neuve, cf. *SIHM*, *Portugal*, t. II, p. II, p. 478, n. 1. En outre, la stratégie militaire et la politique proposées au monarque semblent peu consistantes attendu qu'elles changent radicalement au cours des années suivantes lorsqu'il établit une trêve avec le caïd de Salé. Il propose alors une offensive bien plus au Sud.
Simão Gonçalves da Costa écrit depuis Santa Cruz du Cap de Gué à D. João III le 15 septembre 1529 (année calculée) – ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, nº 439, publiée par Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir). 1505-1541*, Lisbonne, Agência Geral das Colónias, 1945, pp. 325-327. Par la présente lettre et par celle qu'il écrit depuis Azemmour le 10 septembre 1529 António Leite, confirme la présence de Duarte Coelho et de João de Castilho à Azemmour et à Safi.

tactos comerciais de castelhanos com os xarifes[17]. Segundo ele, o rei pouparia os gastos que pensava fazer com as fortificações do Norte se interviesse militarmente em Salé no reino de Fez (cujas divisões internas havia que incentivar) ou, dada a mudança de circunstâncias em 1530, em terras dos xarifes.

O fervor militar e religioso de alguns homens estantes no Norte de África, como Gonçalo Mendes Sacoto, parece atingir em 1530 maior exaltação com a perspectiva de uma intervenção pessoal do infante D. Luís naquelas terras (em cuja determinação vê a vontade de Deus) e com a intenção que julga descortinar em D. João III – «todos sabemos que esta he sua Vertuosa entenção»[18]. Em Azamor, Safim e Santa Cruz do Cabo de Guer vê Sacoto as chaves e as portas para a conquista e nos povos sujeitos à tirania do xarife predisposição para aceitar um novo senhorio e conduzir o rei de Fez à vassalagem. Numa linha próxima, e na mesma época – face a uma possibilidade concreta de se abandonar ou reduzir Santa Cruz –, defende Simão Gonçalves da Costa a posição estratégica deste lugar

d'armes et d'autres marchandises prohibées, jusqu'à des contacts d'affaires de castillans avec les chérifs[17]. Selon lui, si le roi intervenait militairement à Salé dans le royaume de Fès (dont les divisions internes devaient être encouragées) ou compte tenu de l'évolution de la situation en 1530, sur les terres des chérifs, celui-ci pourrait éviter les dépenses qu'il envisageait pour les fortifications du Nord.

La ferveur religieuse et militaire de quelques hommes résidant en Afrique du Nord, comme Gonçalo Mendes Sacoto, semble atteindre une plus grande exaltation en 1530 dans la perspective d'une intervention personnelle de l'infant D. Luís sur ces terres (détermination dans laquelle il voit la volonté de Dieu) et dans l'intention qu'il juge déceler dans D. João III – « nous savons tous que telle est sa vertueuse intention »[18]. Sacoto voit dans Azemmour, Safi et Santa Cruz du Cap de Gué les clés et les portes pour la conquête et dans les populations soumises à la tyrannie du chérif une prédisposition pour accepter un nouveau seigneur et pour conduire le roi de Fès à sa vassalité. Dans la proche lignée et à la même époque, face à la possibi-

17. Há, de facto, durante todo o período em estudo actos nítidos de colaboração entre Portugal e Espanha (cujos interesses específicos nem sempre coincidem com os do império de Carlos V) – cláusulas em acordos de Portugal com o reino de Fez ou com Marrocos e o Suz extensivos aos súbditos do imperador, socorros em gente armada e em abastecimento provenientes da Andaluzia mas independentes de requisições oficiais, diálogo permanente e até por vezes cooperativo, particularmente em conjunturas de maior ameaça (1541, 1547, 1548-1550), a nível de Coroas e de responsáveis políticos, de cidades e de lugares fortificados. Há, todavia, também uma prejudicial concorrência comercial em Fez e em Marrocos e, sobretudo, um contrabando no Sul relacionado com a guerra e com metais como o ferro e o cobre (Teracuco e Tafetana). Trata-se de uma situação continuamente denunciada e que, embora persista, ocasiona alguns inquéritos e por vezes se coloca em destaque na correspondência oficial em épocas de necessária negociação, dada a existência de ameaças comuns às posições estratégicas do Norte de África, às costas peninsulares e às rotas do Mediterrâneo e, sobretudo, do Atlântico: turcos, Argel, corso local a partir de portos mediterrânicos e com acolhimento em portos atlânticos (crescendo de gravidade com a gradual unificação política de Marrocos e com as ligações estabelecidas com aqueles poderes), intervenções francesas...

É elucidativa a abundante documentação publicada nas *SIHM* de Espanha e de Portugal e em *Documentos para el estudio del abastecimiento y auxilio de las plazas portuguesas en Marruecos desde el sur de España* (ed. Bejarano Robles, Tânger, Instituto General Franco, 1941) e trabalhos como os de Robert Ricard, alguns publicados em *Études sur l'histoire des Portugais au Maroc* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1955), de Rumeu de Armas, *España en la Africa Atlántica* (Madrid, Instituto de Estudios Africanos, 1956-1957), de Fernández Álvarez sobre *La España del Emperador Carlos V (História de Espana,* dir. Manéndez Pidal, Madrid, Espasa Calpe, 1966, t. XVIII) e Fernand Braudel, O *Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II* (Lisboa, D. Quixote, 1983-1984).

18. Carta de Gonçalo Mendes Sacoto, de Maio/Junho de 1530 a D. João III – v. posição [6]. Refere que quando se abandonou Aguz (1525) o xarife teria comentado «que qem desfazia ho seu, nom tomaria o alheo» (p. 524), afirmação que, segundo Sacoto, deveria fazer reflectir e agir. Também Simão Gonçalves da Costa, posição [7], em carta de 16 de Maio de 1530, menciona a reacção do xarife, conhecida através de mercadores, e como concluíra, de facto, «que quem derruba nam tomara».

17. Il existe, en effet, tout au long de la période à l'étude des actes clairs de collaboration entre le Portugal et l'Espagne (dont les intérêts particuliers ne coïncident pas toujours avec ceux de l'Empire de Charles V) – des clauses dans les accords entre le Portugal et le royaume de Fès ou le Maroc et le Sous qui s'étendaient aux sujets de l'empereur, des secours comprenant des gens armés et l'approvisionnement venant de l'Andalousie, mais indépendants de demandes officielles, de dialogues permanents, voire parfois coopératifs, en particulier, dans les situations de plus grande menace (1541, 1547, 1548-1550), au niveau des couronnes et des responsables politiques, des villes et des places fortes. Il y a, cependant, également une concurrence commerciale néfaste à Fès et au Maroc, et, par-dessus tout, une contrebande dans le Sud liée à la guerre et aux métaux comme le fer et le cuivre (Tarkoukou et Tafetna). Il s'agit d'une situation dénoncée continuellement et qui, bien qu'elle persiste, engendre certaines enquêtes et est parfois mise en exergue dans des correspondances officielles en cas de besoin aux fins de négociation, étant donné l'existence de menaces communes envers les positions stratégiques en Afrique du Nord, les côtes péninsulaires et les routes de la Méditerranée et, surtout, de l'Atlantique : les turcs, Alger, la piraterie locale à partir des ports de la Méditerranée et avec des accueils dans des ports atlantiques (croissance de la gravité avec la progressive unification politique du Maroc et avec les liens établis avec ces pouvoirs), interventions françaises...

L'abondante documentation publiée dans les *SIHM* d'Espagne et du Portugal et dans *Documentos para el estudio del abastecimiento y auxilio de las plazas portuguesas en Marruecos desde el sur de España* (ed. Bejarano Robles, Tanger, Instituto General Franco, 1941) et les travaux comme ceux de Robert Ricard, certains publiés dans *Études sur l'histoire des Portugais au Maroc* (Coïmbre, Imprensa da Universidade, 1955), de Rumeu de Armas, *España en la Africa Atlántica* (Madrid, Instituto de Estudios Africanos, 1956-1957), de Fernández Álvarez sur *La España del Emperador Carlos V (História de Espana,* dir. Manéndez Pidal, Madrid, Espasa Calpe, 1966, t. XVIII) et Fernand Braudel, O *Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II* (Lisbonne, D. Quixote, 1983-1984) sont très instructifs.

18. Lettre de Gonçalo Mendes Sacoto, mai / juin 1530 adressée à D. João III – v. position [6]. Il mentionne que lorsqu'Agouz [*Souiria Kedim*] a été abandonnée (1525) le chérif aurait commenté « *que qem desfazia ho seu, nom tomaria o alheo* » (p. 524), affirmation qui selon Sacoto, devrait faire réfléchir et agir. Simão Gonçalves da Costa, position [7] a lui aussi dans une lettre du 16 mai 1530, mentionné la réaction du chérif, connue par le biais de marchands, et comment il avait, de fait, conclu, « *que quem derruba nam tomara* ».

para futura intervenção no Suz. São reacções particularmente sentidas nas praças meridionais e opiniões que se afastam tremendamente do parecer do duque de Bragança.

Por uma carta do infante D. Fernando, de Outubro de 1534, deduz-se, todavia, que se D. Luís passasse a África como constava em 1530 (a notícia despertou aliás sério alarme nos diversos poderes locais) não seria com objectivos de conquista, mas sim para concentrar forças provenientes dos lugares de África a abandonar, embora – note-se – deixando fortalezas roqueiras, pois assim o assentara o monarca[19]. Lamenta D. Fernando que o não tenha concretizado, poupando com isso muito esforço posterior. Este testemunho revela, desta forma, que a decisão régia de deixar certas posições e concentrar-se noutras estaria já bem definida no início da década, correspondendo a intenções bem distintas das idealizadas por alguns capitães.

As instruções de 1532 de D. João III ao seu embaixador Brás Neto sobre as questões do Norte de África apenas confirmam aquela informação. Agravado com grandes despesas de uma guerra contínua, o propósito expresso pelo monarca – embora não seja o de desvincular-se de uma missão ideologicamente honrosa (que reafirma e reafirmará sempre) – é, porém, o de seleccionar posições, abandonando as desfavoráveis (pela configuração da terra ou do porto) a uma defesa eficaz e ao transporte fácil de gente, mantimentos e artilharia, isto é, Azamor, Safim e Alcácer Ceguer. Reduzindo a área de Ceuta (demasiado exposta às armadas de mouros e turcos), em Tânger e Arzila concentraria as forças portuguesas (para isso estivera D. Luís em vias de passar a África no ano anterior) para um combate contínuo e eficaz ao rei de Fez.

Do Papa pretende bulas e provisões, distintas – note-se – para cada uma das praças, com autorização para derrubar lugares sagrados, impedindo assim que os muçulmanos os profanem e utilizem. Conforme o testemunho de Brás Neto, o Sumo Pontífice terá dado as suas indicações nesse sentido entre Maio e Junho desse mesmo ano[20].

19. Carta do infante D. Fernando (parecer), de 6 de Outubro de 1534, a D. João III – v. posição [9].

20. Instruções de D. João III a Brás Neto (minuta s. d.) – ANTT, *Cartas Missivas,* M. 2, D. 138, pub. *Corpo Diplomático Português…* cit. (1865), t. II, pp. 344-348. David Lopes e outros autores consideram que Roma não respondeu ao pedido do Rei. Torquato de Sousa Soares em «Algumas Observações sobre a Política Marroquina da Monarquia Portuguesa», *Revista Portuguesa de História,* t. X, 1962, pp. 545-546, n. 121, chamou, contudo, a atenção para uma carta de Brás Neto a D. João III, datada de 3 de Junho de 1532 e que reza o seguinte: «mando por este [correio] a Vosa Alteza o breue que o papa escreue ao nuncio, que jaa ha dias que pera laa partyo, pera fazer o que V. Alteza quer das Igrejas e moesteyros dos logares d'africa» – ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 49, D. 10, pub. *Corpo Diplomático Português…* cit., t. II, pp. 395-398.

lité concrète d'abandonner ou de réduire Santa Cruz, Simão Gonçalves da Costa défend la position stratégique de cette place pour de futures interventions dans le Sous. Ce sont des réactions particulièrement ressenties dans les places méridionales et des opinions différant considérablement de l'avis du duc de Bragance.

Nous pouvons déduire, toutefois, de la lettre de l'infant D. Fernando, d'octobre 1534, que si D. Luís passait à l'Afrique comme cela s'était avéré en 1530 (la nouvelle a d'ailleurs suscité de sérieuses préoccupations pour les diverses autorités locales) ce ne serait pas avec des objectifs de conquête, mais plutôt pour concentrer les forces provenant des places d'Afrique qui devaient être abandonnées, bien que, – soulignons-le – laissant des forteresses en pierre ainsi que l'avait établi le monarque[19]. D. Fernando déplore qu'il ne l'ait pas concrétisé, ce qui par la suite aurait permis d'épargner de nombreux efforts. Ce témoignage révèle, par conséquent, que la décision régalienne de quitter certaines positions et de se concentrer sur d'autres était déjà bien définie au début de la décennie, correspondant à des intentions bien différentes de celles idéalisées par certains capitaines.

Les instructions de 1532 de D. João III à son ambassadeur Brás Neto sur les questions concernant l'Afrique du Nord viennent juste confirmer cette information. Aggravée par les grandes dépenses d'une guerre continue, l'intention exprimée par le monarque – bien que ce ne soit pas celle de se détacher d'une mission idéologiquement honorable (qu'il réaffirme et réaffirmera toujours) – est, cependant, l'intention de sélectionner des positions, abandonnant celles qui sont défavorables (selon la configuration de la terre ou du port) à une défense efficace et au transport facile de gens, de fournitures et d'artillerie, c'est-à-dire Azemmour, Safi et El-Ksar es-Seghir. En réduisant la zone de Ceuta (trop exposée aux armées maures et turques) à Tanger et Asilah il concentrerait les forces portugaises (pour cela D. Luis était sur le point de passer à l'Afrique l'année précédente) pour un combat continu et efficace contre le roi de Fès.

Du Pape il ne veut que des bulles et des dispositions, distinctes et – notons-le – pour chacune des places, avec la permission de renverser des lieux saints, empêchant ainsi les musulmans de les profaner et de les utiliser. Selon le témoignage de Brás Neto, le souverain pontife aurait donné ses instructions à cet effet entre mai et juin de cette même année[20].

19. Lettre de l'Infant D. Fernando (avis), du 6 octobre 1534, adressée à D. João III – v. position [9].

20. Instructions de D. João III à Brás Neto (minute s. d.) – ANTT, *Cartas Missivas,* M. 2, D. 138, pub. *Corpo Diplomático Português*… cit. (1865), t. II, pp. 344-348. David Lopes et d'autres auteurs considèrent que Rome n'a pas répondu à la demande du roi. Torquato de Sousa Soares dans « Algumas Observações sobre a Política Marroquina da Monarquia Portuguesa », *Revista Portuguesa de História,* t. X, 1962, pp. 545-546, n. 121, a néanmoins, attiré l'attention à propos d'une lettre de Brás Neto à D. João III, datée du 3 juin 1532 où on peut lire ce qui suit : « *mando por este* [correio] *a Vosa Alteza*

Nos despachos que leva o novo embaixador a Roma, D. Martinho de Portugal (Maio de 1532), D. João III insiste, em muitas passagens desse documento[21], nos objectivos espirituais da gesta portuguesa em Africa e no Oriente, na conversão dos povos e aumento da Cristandade, objectivos esses que, segundo afirma, orientaram os Descobrimentos e continuavam no seu tempo a sustentar e a alimentar a guerra e as conquistas e o contacto com reinos distantes. Tratava-se de um serviço inestimável a Deus pelo grande esforço e sacrifício que representava para o Reino na perda de gente e de navios e nas despesas contínuas – alimentadas, aliás, pelos proventos da Índia, conforme declara –, tanto na manutenção de forças militares como na necessária importação de trigo para seu abastecimento.

Significativa me parece esta insistência de D. João III junto do Papa no carácter de guerra santa também na Índia, onde se combate o Turco, uma vez que persistem testemunhos de que não se trata de uma interpretação unanimemente aceite. Ainda em 1537, perante a iminência de um ataque turco e pretendendo D. João III utilizar o serviço de muitos fronteiros na Índia, a Mesa de Consciência, consultada, faz prevalecer a distinção entre a Índia, como descoberta para comércio e trato, da África ou de qualquer outra terra de combate aos muçulmanos[22].

Na verdade, e apesar da exaltação que se faz da gesta ultramarina, que enobrece e glorifica o nome do rei de Portugal e o seu povo, ideologicamente justificada na expansão da Cristandade – através da evangelização ou da guerra ao infiel (muçulmano ou turco) –, são frequentes, particularmente no discurso literário do século XVI, mas também nos escritos de Castanheda ou de Gaspar Correia, as referências de crítica moral aos objectivos que animam de facto aqueles que partem para o Oriente[23]. Seja qual for o grupo social

Dans les ordonnances qui amènent le nouvel ambassadeur D. Martinho de Portugal en mai 1532 à Rome, D. João III insiste, dans de nombreux passages du document[21], sur les objectifs spirituels de l'action portugaise en Afrique et en Orient, sur la conversion des peuples et sur l'accroissement de la chrétienté, objectifs qui, selon lui, ont guidé les découvertes et continuent en son temps à soutenir et à alimenter la guerre, les conquêtes et le contact avec les royaumes lointains. C'était un service inestimable rendu à Dieu en raison des grands efforts et sacrifices que cela représentait pour le Royaume en pertes humaines, en navires et en dépenses continues – alimentées, d'ailleurs, par le revenu de l'Inde, comme il le dit – tant dans le maintien des forces militaires comme dans les importations de blé nécessaires à leur approvisionnement.

Cette insistance de D. João III auprès du pape nous semble importante par la nature de la guerre sainte également en Inde, où l'on combat les turcs, car il existe encore des témoignages dans lesquels cette interprétation n'est pas unanimement acceptée. Toujours en 1537, face à l'imminence d'une attaque des turcs, D. João III, souhaitant utiliser le service de nombreux frontaliers en Inde et après avoir consulté la *Mesa de Consciência*, celle-ci fait prévaloir la distinction entre l'Inde, comme découverte pour le commerce et les relations d'affaires, et l'Afrique ou toutes autres terres de combat contre les musulmans[22].

En effet, malgré l'exaltation de l'action d'outre-mer qui ennoblit et glorifie le nom du roi de Portugal et de son peuple, idéologiquement justifiée par l'expansion de la chrétienté – à travers l'évangélisation ou la guerre à l'infidèle (musulman ou turc) – les références à la critique morale concernant les objectifs qui, en réalité, animent ceux qui partent en Orient sont fréquentes, en particulier dans le discours littéraire du XVI[e] siècle, mais aussi dans les écrits de Castanheda ou de Gaspar Correia[23]. Quel que soit le groupe social auquel ils

21. Despachos de D. Martinho de Portugal, de 20 de Maio de 1532, pub. *Corpo Diplomático Português…* cit., t. II (349-392), pp. 350-351, 355-359 e 379.

22. Para haver conquista é preciso que seja lícito, mas para a defesa todas as leis humanas e divinas permitem gastar fazendas e vidas – afirmou-o Manuel de Sousa ao rei no seu parecer sobre a manutenção dos lugares de África, a 1 de Janeiro de 1535 – v. posição [26]. É um dos autores da década de 30 que considera a Expansão, de D. João I a D. João III, um empreendimento que nos seus vectores – aumento de domínios, descobrimentos e conversão – serve a república e a cristandade. A guerra ao infiel, seja em África ou na Ásia, honra o monarca e o reino. Numa caracterização próxima se situa o visconde de Vila Nova da Cerveira a 5 de Novembro de 1534 – v. posição [17] – ao encarar o projecto ultramarino como um meio de expansão da Fé, da Paz, do Reino e serviço de Deus, desenvolvido por D. Manuel I em África e na India.

23. Desenvolvi esta temática em trabalhos inseridos na *História de Portugal* (dir. João Medina, Lisboa, Ediclube, 1.ª ed. 1993) – «Gil Vicente e o Império» (vol. IV, pp. 333-340), «Reflexões sobre os «Fumos da Índia»» com «Antologia» (vol. V, pp. 265-376) –, e em «Luzes e Sombras na Expansão Portuguesa – um equacionar de

o breue que o papa escreue ao nuncio, que jaa ha dias que pera laa partyo, pera fazer o que V. Alteza quer das Igrejas e moesteyros dos logares d'africa » – ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 49, D. 10, pub. *Corpo Diplomático Português…* cit., t. II, pp. 395-398.

21. Ordonnances de D. Martinho de Portugal, du 20 mai 1532, pub. *Corpo Diplomático Português…* cit., t. II (349-392), pp. 350-351, 355-359 et 379.

22. Pour qu'il y ait conquête il faut que cela soit licite, mais pour la défense toutes les lois humaines et divines permettent de dépenser le Trésor et des vies – c'est ce qu'a affirmé Manuel Sousa au roi dans son avis sur le maintien des places en Afrique, le 1[er] Janvier 1535 – voir position [26]. Il est l'un des auteurs de la troisième décennie qui considère l'Expansion de D. João I à D. João III, une entreprise qui dans ses vecteurs – accroissement de dominations, découvertes et conversion – sert la république et la chrétienté. La guerre à l'infidèle, que ce soit en Afrique ou en Asie, honore le monarque et le royaume. Dans une caractérisation proche se place le vicomte de Vila Nova de Cerveira le 5 novembre 1534 – voir position [17] – lorsqu'il envisage le projet d'outre-mer comme un moyen d'expansion de la Foi, de la Paix, du Royaume et du service à Dieu, développé par D. Manuel I en Afrique et en Inde.

23. Nous avons développé ce thème dans des travaux intégrés dans *História de Portugal* (dir. João Medina, Lisbonne, Ediclube, 1[ère] éd.

a que pertençam – do nobre ao vilão que se torna soldado –, a cobiça de riqueza obtida pelo «roubo» ou pela «chatinagem» parece sobrepor-se em muitos a qualquer ideal (do *Auto da India* de Gil Vicente de 1509 à *Comédia Eufrosina,* escrita em 1542-1543 e publicada em 1555, até ao *Soldado Prático* de Diogo do Couto, do final do século).

Mesmo referindo-se aos benefícios materiais da Coroa que engradecem Portugal – através do comércio do Oriente –, é uma constante nesses autores os incentivos à sua aplicação produtiva, útil, na Expansão enquanto empreendimento unitário e de nobres ideais. Revelam posições de certo modo próximas do intuito régio e assumidas ao longo de Quinhentos, mas também denunciam quanto, na prática, abundam as fugas e transgressões a esse mesmo objectivo.

Reflexo de tudo isto será a dicotomia que se acentua na década de 40 a nível de tomadas de posição entre conselheiros e pessoas que o rei consulta sobre a política a seguir no Norte de África, defendendo uns a guerra santa em Marrocos e outros a lucrativa Índia. Procuraria o rei alterar esta imagem a fim de congregar esforços, o apoio dos súbditos e do Papa, no investimento que lhe dá maiores rendimentos – legitimando-o porque garante proveitos a aplicar na defesa do seu reino e da Cristandade – e conseguir assim, defender e manter, em qualquer das áreas, os seus domínios?

A controvérsia nos anos 40 parece, na verdade, cada vez incidir mais em temas de ordem prática, traduzindo uma preocupação fundamental: conservar a área de domínio que traga melhores receitas ao Reino e se sustente com menor esforço[24]. Há pois preocu-

motivações, perdas e ganhos, em fontes literárias do século XVI», comunicação ao *II Congresso Luso-Espanhol sobre Descobrimentos e Expansão Colonial* / Actas pubs. no n.º 10 de Dezembro 1995 de *Mare Liberum* (CNPCDP), pp. 157-171.

24. Fruto de exposições e de troca de opiniões em Almeirim, junto do Rei, os pareceres anónimos que dato de 1543 – ver *Problemas de datação*... e posições [41] e [42] – revelam uma nova fase na presença portuguesa no Norte de África: o contexto pós-queda de Santa Cruz do Cabo de Guer, abandono de Azamor e Safim, crescente instabilidade nas terras de Marrocos meridional (problemas económicos, guerra entre xarifes e alcaides do Suz e de Marrocos) bem como no reino de Fez onde se alimentam facções e altas figuras junto de Mulei Ahmed se mostram hostis a Portugal, lavram movimentos de autonomia que actuam, sem sanção, contra os interesses portugueses. O aumento das tensões internas e da pressão ideológica dos cacizes (marabutos) pregando a guerra santa contra os cristãos, e as contínuas propostas de paz do xarife de Marrocos ao Rei de Fez, conduzirão ao rompimento do tratado com Portugal em Setembro/Outubro desse ano depois de vários poderes regionais o terem feito (entre os quais Tetuão), agravando-se o clima de instabilidade nos lugares portugueses quer em relação a alcaides do interior, como o de Alcácer Quibir, quer em relação à defesa da costa.

Para os conselheiros do rei, não se trata de abandonar um projecto de expansão e de conquista, mas determinar qual a melhor área de investimento. Os maiores problemas parecem vir do Norte de

appartiennent – du noble au vilain qui devient soldat – l'avidité pour la richesse obtenue par le « vol » ou par le « trafic » semble, pour bon nombre d'entre eux, prévaloir sur tout idéal (de l'*Auto da India* de Gil Vicente de 1509 à la *Comédia Eufrosina,* écrite en 1542-1543 et publiée en 1555, jusqu'au *Soldado Prático* de Diogo do Couto, à la fin du siècle).

Même s'ils se réfèrent aux bénéfices matériels de la Couronne qui glorifient le Portugal – grâce au commerce de l'Orient – les exhortations à leur application productive, utile à l'Expansion en tant qu'entreprise unitaire et ayant de nobles idéaux est une constante chez ces auteurs. Ils révèlent d'une certaine manière des positions proches de l'intention régalienne et assumées tout au long du XVI[e] siècle, mais dénoncent aussi combien abondent, dans la pratique, les fuites et les transgressions à ce même objectif.

La dichotomie qui s'accentuera dans la quatrième décennie au niveau des prises de position entre les conseillers et les personnes que le roi consulte sur la politique à suivre en Afrique du Nord sera le reflet de tout ceci, certains défendant une guerre sainte au Maroc et d'autres la lucrative Inde. Le roi aurait-il cherché à modifier cette image afin de combiner des efforts, l'aide des sujets et celle du Pape, dans l'investissement qui lui apporterait les plus grands revenus – en le légitimant parce qu'il garantirait des avantages qui seraient appliqués dans la défense de son royaume et de la chrétienté – parvenant ainsi, à défendre et à maintenir ses dominations dans toutes ces zones ?

La controverse dans les années 40 semble, en vérité, se centrer davantage sur des questions pratiques, reflétant une préoccupation fondamentale : garder la zone de domination qui apporte les meilleures recettes au Royaume et qui requière un moindre effort de maintenance[24]. Il y a donc des préoccupations com-

1993) – « Gil Vicente e o Império » (vol. IV, pp. 333-340), « Reflexões sobre os « Fumos da Índia » avec « Antologia » (vol. V, pp. 265-376) –, et dans « Luzes e Sombras na Expansão Portuguesa – um equacionar de motivações, perdas e ganhos, em fontes literárias do século XVI », communication lors du *II Congresso Luso-Espanhol sobre Descobrimentos e Expansão Colonial* / Actas pubs. dans le n° 10 décembre 1995 de *Mare Liberum* (CNPCDP), pp. 157-171.

24. Fruit d'expositions et d'échanges d'opinions à Almeirim, auprès du roi, les avis anonymes que nous datons de 1543 – voir *Problèmes de datation*... et les positions [41] et [42] – révèlent une nouvelle phase dans la présence portugaise en Afrique du Nord : le contexte qui a suivi la chute de Santa Cruz du Cap de Gué, l'abandon d'Azemmour et de Safi, la croissante instabilité dans les terres du Maroc méridional (problèmes économiques, guerre entre les chérifs et les caïds du Sous et du Maroc) ainsi que dans le royaume de Fès où sont alimentées des factions et de hautes figures auprès d'Ahmed al-Wattassi se montrent hostiles au Portugal, cultivent des mouvements d'autonomie qui agissent, impunément, contre les intérêts portugais. L'aggravation des tensions internes et de la pression idéologique des marabouts prêchant la guerre sainte contre les chrétiens, et les constantes propositions de paix du chérif du Maroc au roi de Fès, conduiront à la rupture du traité avec le Portugal en septembre/octobre de cette même année après que plusieurs pouvoirs régionaux l'aient fait (parmi lesquels Tétouan), le climat d'instabilité s'aggravant dans les places portugaises que ce soit par rapport aux caïds de l'intérieur, comme celui d'El-Ksar el-Kebir, ou par rapport à la défense de la côte.

pações comuns e, portanto, questões em torno das quais se pretende não só fundamentar a opção escolhida como, ao mesmo tempo, destruir as bases da argumentação contrária.

Será que o empreendimento se funda numa causa justa? Se a guerra e a conquista em África contra o infiel toma o carácter de «reconquista» (Anónimo I, posição [41]) e encontra uma cobertura ideológica mais do que consolidada[25], para as atitudes bélicas e de conquista da Índia a justificação parece de facto mais controversa. Que causas e objectivos levam os capitães a fazer tantas guerras por essa Índia? – pergunta-se nos anos 40 como já se perguntava em 1509 no *Auto da India* e se continuará a questionar nos finais do século em relação aos verdadeiros intuitos de todos aqueles que partem para o Oriente[26].

A Índia, em oposição a África, representará apenas um intento de ganhar riqueza? Opondo o conceito de «honra» ao de «cobiça», ou Fez relativamente à Índia, como faz Francisco Pereira em fins de 1534, facilmente cairíamos na dicotomia vicentina português / genovês (*Exortação da Guerra*, 1514) e no discurso moralizador de tantos outros autores deste século. O «português» também é para ele o que serve a Deus e ao seu rei e glorifica Portugal num serviço que é a

África, mas não derivarão as dificuldades de domínio que Portugal enfrenta de uma dispersão de forças a favor da Índia?

Que solução? Deixar posições em África e os «inimigos à porta» para guerreá-los na Índia e no Extremo Oriente? Ou combatê-los, investir na conquista de Fez e de Marrocos? Com que meios? (posição [41]). A Índia será mais fácil de conquistar e trará maiores benefícios materiais? Os pareceres revisitam questões fundamentais como a segurança do reino e dos meios que lhe fornecem rendimento, estratégias e meios de domínio (conquista para povoar ou conquista para garantir comércio – posição [42]?), vantagens e desvantagens em termos de proveito material e de comportamento social.

25. Parecer do Anónimo I (pós-Março 1543) – posição [41]. Conselheiros e homens de guerra que se pronunciam em 1530, como Mendes Sacoto ou Simão Gonçalves da Costa, exaltam ao máximo o espírito de guerra santa (ou de santa conquista), qual «alanpada que esta ardendo diante de Deos» (Sacoto), tal como em 1534 o serviço de Deus e o do Rei (e a honra do Reino) se colocam como duas obrigações unidas no discurso de Cristóvão de Távora (5 Out.) – posição [8], de João de Melo Barreto (18 Out.) – posição [13], do visconde de Vila Nova da Cerveira (5 Nov.) – posição [17], do bispo de Coimbra (6 Dez.) – posição [20], entre outros. Nesta linha se insere também Francisco Pereira (finais de 1534) – posições [23] e [24] – ao fazer decorrer do cumprimento da guerra ao infiel a própria dignidade régia, pretendendo que o Rei de Portugal seja «exemplo e espelho» dos reis cristãos e o português se conduza pela «honra» (onde o serviço de Deus se mistura com a glória de Portugal). Para este autor, como para Gil Vicente e tantos contemporâneos, os verdadeiros portugueses eram capitaneados por Cristo e vocacionados a obter uma «honrada fama».

26. De «cavaleiros esforçados» os portugueses transformaram-se em «mercadores cobiçosos e viciosos» – afirma-o Jorge Ferreira de Vasconcelos na *Comédia Eufrosina* (ed. com. Eugenio Asensio, Madrid, CSIC, 1951) e reafirma-o Diogo do Couto n'*O Soldado Prático* (ed. do Segundo por Manuel Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa, 1937).

munes et, de ce fait, des questions autour desquelles on prétend non seulement fonder l'option choisie, mais en même temps, détruire les bases de l'argumentation contraire.

L'entreprise est-elle fondée sur une juste cause ? Si la guerre et la conquête en Afrique contre l'infidèle prennent le caractère de « reconquête » (Anonyme I – position [41]) et trouvent une couverture idéologique plus que consolidée[25], pour les attitudes belliqueuses et la conquête de l'Inde, la justification semble, de fait, plus controversée. Quelles causes et quels objectifs amènent les capitaines à faire tant de guerres à travers cette Inde ? – la question se pose dans les années 40 comme elle se posait déjà en 1509 dans l'*Auto da India* et se posera toujours à la fin du siècle concernant les vraies intentions de tous ceux qui partent en Orient[26]. Par opposition à l'Afrique, l'Inde ne représenterait-elle que l'intention d'acquérir de la richesse ? En opposant le concept d'« honneur » à celui de « cupidité » ou Fès par rapport à l'Inde, comme le fait Francisco Pereira à la fin de l'année 1534, nous tomberions facilement dans la dichotomie vicentine portugais/génois (*Exortação da Guerra*, 1514) et dans le discours moralisateur de bien d'autres auteurs de ce siècle. Le « Portu-

Pour les conseillers du roi, il ne s'agit pas d'abandonner un projet d'expansion et de conquête, mais de déterminer quel est le meilleur secteur d'investissement. Les plus grands problèmes semblent venir d'Afrique du Nord, mais les difficultés de domination auxquelles le Portugal est confronté ne proviendraient-elles pas d'une dispersion de forces en faveur de l'Inde ?

Quelle est la solution ? Laisser des positions en Afrique et les « ennemis sur le pas de la porte » pour les combattre en Inde et en Extrême-Orient ? Ou les combattre, investir dans la conquête de Fès et du Maroc ? Avec quels moyens ? (position [41]). L'Inde serait-elle plus facile à conquérir et apporterait-elle de plus grands bénéfices matériels ? Les avis revisitent des questions fondamentales comme la sécurité du royaume et des moyens qui lui apportent des revenus, des stratégies et des moyens de domination (conquête pour peupler ou conquête pour garantir le commerce – position [42] ?), avantages et inconvénients en matière de profit matériel et de comportement social.

25. Avis de l'Anonyme I (post-mars 1543) – position [41]. Les conseillers et hommes de guerre qui se prononcent en 1530, comme Mendes Sacoto ou Simão Gonçalves da Costa, exaltent au maximum l'esprit de guerre sainte (ou de sainte conquête), telle une « *alanpada que esta ardendo diante de Deos* » (Sacoto), tel que se placent, en 1534, le service de Dieu et du roi (et l'honneur du royaume) comme deux obligations unies dans le discours de Cristóvão de Távora (5 oct.) – position [8], de João de Melo Barreto (18 oct.) – position [13], du vicomte de Vila Nova da Cerveira (5 nov.) – position [17], de l'évêque de Coïmbre (6 déc.) – position [20], entre autres. Dans cette ligne s'insère aussi Francisco Pereira (fin 1534) – positions [23] et [24] – en faisant découler la dignité royale elle-même de l'accomplissement de la guerre à l'infidèle, en souhaitant que le roi de Portugal soit « exemple et miroir » des rois chrétiens et que le portugais soit conduit par l'« honneur » (où le service de Dieu se mélange avec la gloire du Portugal). Pour cet auteur, comme pour Gil Vicente et pour autant d'autres contemporains, les vrais portugais étaient commandés par le Christ et voués à obtenir une « honorable notoriété ».

26. De « vaillants chevaliers » les portugais se transforment en « cupides et vicieux marchands » – c'est ce qu'affirme Jorge Ferreira de Vasconcelos dans la *Comédia Eufrosina* (éd. com. Eugenio Asensio, Madrid, CSIC, 1951) et réaffirme Diogo do Couto dans *O Soldado Prático* (éd. à partir du second par M. Rodrigues Lapa, Lisbonne, Sá da Costa, 1937).

guerra ao infiel[27]. Isso lhe dá «honra» e torna desprezível o «desleal christão» / «meo homem», conforme as suas definições. Responde-se que na Índia se trata de uma guerra de defesa e justificada porque pela espada se alcança a segurança do comércio contra a tirania daqueles que o impedem (atitude contrária ao direito natural e das gentes). O objectivo da conquista decorre, assim, de uma necessidade de assegurar as escalas de um «justo» comércio (Anónimo II, posição [42]).

Os portugueses desenvolvem a sua actividade simultaneamente mercantil e militar, granjeando além da fama de esforçados (honra e glória) e o apoio de alguns poderes vizinhos, a abertura ao comércio em portos de inimigos. Se não, as mesmas armadas portuguesas que garantem a segurança e o proveito da actividade comercial, servem para impedir (justificadamente) que naus de mercadores passem aos portos hostis[28].

Mas será que o objectivo de uma conquista deva ser apenas o comércio ou os tributos? Para o anónimo defensor da conquista de África (posição [41]) este é apenas um beneficio secundário ou mesmo acidental, quiçá efémero. Assegurado o monopólio da venda das drogas, não se transformarão os portugueses em fracos como aconteceu com os outros povos mercadores que antes senhoreavam a Índia? A paz e as delícias, os «mimos» da India, não os debilitarão? Teme que no futuro haja «grande mudança nas couzas», que os portugueses se pervertam[29].

gais » est aussi, pour lui, celui qui sert Dieu et son roi et glorifie le Portugal dans un service qui consiste à faire la guerre contre les infidèles[27]. Cela lui apporte « honneur » et rend méprisable « le chrétien déloyal »/ « à moitié homme », selon ses définitions. La réponse est qu'en Inde, il s'agit d'une guerre de défense et qu'elle est justifiée, car par l'épée on atteint la sécurité du commerce contre la tyrannie de ceux qui l'entravent (attitude contraire au droit naturel et au droit des gens). L'objectif de la conquête découle donc d'un besoin d'assurer les échelles d'un commerce « équitable » (Anonyme II – position [42]).

Les portugais développent leur activité à la fois marchande et militaire récoltant outre la notoriété (honneurs et gloires), aide de quelques pouvoirs voisins et également l'ouverture au commerce dans des ports ennemis. Autrement dit, les mêmes armées portugaises qui garantissent la sécurité et le produit de l'activité commerciale servent à empêcher (à juste titre) que des navires marchands passent par des ports hostiles[28].

Mais le but d'une conquête ne devrait-il être que le commerce ou les impôts ? Pour le défenseur anonyme de la conquête de l'Afrique (position [41]) cet avantage est juste un avantage secondaire ou accidentel, voire éphémère. Le monopole de la vente des drogues étant assuré, les portugais ne deviendront-ils pas faibles comme cela est arrivé à d'autres peuples marchands qui auparavant gouvernaient l'Inde ? La paix et les délices, les « gâteries » de l'Inde, ne les débiliteront-elles pas ? Il craint qu'à l'avenir il y ait un « grand changement dans les choses », que les portugais se pervertissent[29].

27. Em África morre em combate e com esse mesmo espírito o filho de Sá de Miranda, em 1553 em Ceuta – «Elegia a António Ferreira» *in Obras Completas* de Sá de Miranda (ed. Marques Braga), Lisboa, Sá da Costa, 1937, vol. II, pp. 16-21 –, assim como morrera o de D. Afonso de Ataíde em Santa Cruz do Cabo de Guer em 1541 – Carta deste ao bispo de Coimbra, a 7 de Abril de 1541, existente na BPE (Biblioteca Pública de Évora), CIII/2-20, f. 149v, pub. Figanier, *História de Santa Cruz*... cit., pp. 345-346. O combate pela fé, porque caminho agro e perigoso, exige fidelidade a Deus e ao rei / pátria e é nisso que se fundamenta a honra individual.

28. Parecer do Anónimo II, posição [42], posterior a Março de 1543, reflectindo uma postura assumida em Almeirim e de contestação à que defendia o prosseguimento da conquista do Norte de África. Note-se que Otília Rodrigues Fontoura chamou a atenção para os pareceres que agora se comentam de Francisco Pereira (finais de 1534) – posições [23] e [24] – e do Anónimo I e do Anónimo II (1543) – posições [41] e [42] –, incluindo-os na sua diss. licenciatura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III. Abandono ou permanência?,* Lisboa, FLUL, 1966. Para a publicação pela primeira vez destes documentos em 1997 (*Mare Liberum* 14) e em 1998 (Separata Especial), em Maria Leonor García da Cruz, *Controvérsias. Compilação de Documentos* – VIII e IX, XIII e XIV, procedi a nova transcrição do manuscrito original, resultando uma versão mais completa e corrigida.

29. São diversas as vozes que se elevam acerca das mudanças de comportamento ou alteração de costumes na sociedade portuguesa e que as ligam ao desenvolvimento da Expansão ultramarina. Em 1534 insiste-se que os vassalos de D. João III detêm prata, ouro, jóias, tapeçarias, pinturas, casas, isto é, suficiente riqueza mal utilizada e que deveria ser proveitosamente canalizada para servir os interesses do Rei e do Reino, como já em 1514 insistira Gil Vicente

27. En Afrique et avec ce même esprit est mort au combat le fils de Sá de Miranda, en 1553 à Ceuta – « Elegia a António Ferreira » *in Obras Completas* de Sá de Miranda (éd. Marques Braga), Lisbonne, Sá da Costa, 1937, vol. II, pp. 16-21 – et c'est ainsi qu'est mort le fils de D. Afonso de Ataíde à Santa Cruz du Cap de Gué en 1541 – Lettre de celui-ci à l'évêque de Coïmbre, du 7 avril 1541, qui se trouve à la BPE (Biblioteca Pública de Évora), CIII/2-20, f. 149v, pub. Figanier, *História de Santa Cruz*... cit., pp. 345-346. Parce que le chemin est pénible et dangereux, le combat pour la foi exige fidélité à Dieu et au roi/patrie et c'est dans cela que l'honneur individuel se fonde.

28. Avis de l'Anonyme II position [42], ultérieur à mars 1543, reflétant une prise de position à Almeirim et de contestation contre celle qui défendait la poursuite de la conquête de l'Afrique du Nord.
Il est à noter qu'Otilia Rodrigues Fontoura a attiré l'attention sur les opinions de Francisco Pereira (fin 1534) qui sont maintenant commentées – positions [23] et [24] – et sur celles de l'Anonyme I et de l'Anonyme II (1543) – positions [41] [42]-, dans son mémoire de licence, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III. Abandono ou permanência?*, Lisbonne, FLUL, 1966. Pour la première publication de ces documents en 1997 (*Mare Liberum* 14) et en 1998 (édition spéciale), Maria Leonor García da Cruz, *Controvérsias. Compilação de Documentos* – VIII et IX, XIII et XIV, nous avons procédé à la retranscription du manuscrit original, résultant en une version plus complète et corrigée.

29. De nombreuses voix s'élèvent concernant les changements de comportement ou de modification de coutumes dans la société portugaise associés au développement de l'Expansion d'outre-mer. En 1534, on insiste sur le fait que les vassaux de D. João III détiennent de l'argent, de l'or, des bijoux, des tapisseries, des peintures et des maisons, c'est-à-dire, assez de richesse mal utilisée et qui

Fala, por outro lado, este mesmo autor, dos riscos do domínio. Não poderá faltar o comércio e até mesmo o abastecimento, pela deslocação dos mercadores e alteração dos pontos de descarga das mercadorias ou pela guerra movida por poderes locais? Evidentemente que há sempre exemplos pontuais (neste caso da década de 20 do século XVI, seja em Ormuz ou em Malaca) para fundamentar a argumentação. O objectivo primordial é, todavia, o de salientar as debilidades da Índia em comparação com as potencialidades de África, considerando nesta os grandes reinos de Fez e de Marrocos. No Oriente, nas áreas de fixação portuguesa, os naturais, segundo este parecer, não possuem praticamente produtos da terra que os sustentem, a mercadoria vem de fora. Em confronto com a riqueza de Fez ou de Marrocos, trata-se de uma riqueza «fantástica», isto é, não natural e, portanto, investimento pouco seguro.

Antes do comércio e dos rendimentos – questiona o mesmo autor – não será a segurança do Estado e o controlo sobre poderes vizinhos o objectivo primordial de uma conquista? Há, de facto, que avaliar as maiores ou menores facilidades de conquista mas também, face a riscos e ameaças, a capacidade de manter o conquistado e as vantagens ou prejuízos dessa conservação[30].

Tudo deve ser avaliado, no entendimento destes observadores do século XVI, mesmo o comporta-

Le même auteur parle également des risques de la domination. Le commerce et même l'approvisionnement ne pourraient-ils pas venir à manquer, en raison du déplacement des marchands et du changement des points de déchargements des marchandises ou à cause de la guerre menée par les autorités locales ? Certes, il y a toujours des exemples ponctuels (dans ce cas la deuxième décennie du XVI[e] siècle, que ce soit à Ormuz ou Malacca) pour étayer l'argumentation. L'objectif principal est néanmoins, celui de signaler les faiblesses de l'Inde par rapport aux potentialités en Afrique, en considérant parmi celles-ci les grands royaumes de Fès et du Maroc. En Orient, selon cet avis, dans les zones où les portugais se sont fixés, les autochtones ne possèdent pratiquement pas de produits issus de la terre pouvant subvenir à leurs besoins, la marchandise vient de l'extérieur. Par rapport à la richesse de Fès ou du Maroc, il s'agit d'une richesse « fantastique », c'est-à-dire non naturelle et, par conséquent, d'un investissement à risque.

Le même auteur demande si l'objectif principal d'une conquête ne serait-il pas la sécurité de l'état et le contrôle des pouvoirs voisins plutôt que le commerce et les revenus ? Il faut, en effet, évaluer si la conquête est difficile ou aisée, mais aussi, compte tenu des risques et des menaces, évaluer la capacité à garder ce qui est conquis et les avantages ou les préjudices d'une telle conservation[30].

---

na *Exortação da Guerra*. Em lugar disso, gasta-se inutilmente rendas e dinheiro em vez de criar gente capaz de ir combater ou de ajudar a fortalecer os lugares do Norte de África. Além do mais, tudo isto significa que os portugueses assim desvirtuados não possuem capacidade sequer para defender o próprio Reino (Manuel de Sousa, posição [26], 1 de Janeiro de 1535).

Terão sido a Índia e a prática comercial (oposta à dura guerra em África que forma o carácter dos cavaleiros) as responsáveis por essa alteração? O Anónimo I – posição [41] – insere-se com as suas observações num tipo de crítica moralizadora que se encontra na literatura portuguesa ao longo de todo o século XVI, de Gil Vicente a Francisco Rodrigues Silveira. Chega, com Diogo do Couto, a recear a concretização de uma profecia dos mouros que dizia terem os portugueses vencido a Índia como cavaleiros e que a perderiam como mercadores. Este tipo de discurso opõe as práticas comerciais e usurárias ao espírito do nobre, do cavaleiro, do guerreiro valente e esforçado, considerando os que as praticam espíritos débeis e viciosos, vivendo e propagando a ociosidade. É fundamentalmente uma mensagem morigeradora que se pretende veicular com tais críticas ou revela apenas uma concepção nobiliárquica da sociedade? Tal dicotomia mercador / nobre, logo à partida, afasta-se da realidade... Ver notas 23 e 26. O Anónimo II – posição [42] –, ao invés, salienta que o dinheiro é o «nervo da guerra» e na Índia se combate.

30. Não é só o Norte de África com a sua extensão e múltiplas forças inimigas poderosas, nem a Índia distante e com uma fixação portuguesa ainda mais dispersa e frequentemente ameaçada por poderes regionais, que são chamados à discussão. Também o Brasil é envolvido nela sobretudo porque já atrai muita gente útil a outras regiões e nele os portugueses ficam no litoral expostos a ataques e incursões de piratas. Ver posições [41] e [42] e a propósito deste assunto o estudo de Jorge Couto, *A Construção do Brasil. Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos,* Lisboa, Edições Cosmos, 1995.

devrait être utilement canalisées pour servir les intérêts du roi et du royaume, sujet sur lequel en 1514 Gil Vicente dans *Exortação da Guerra* avait déjà insisté. Au lieu de cela, on dépense inutilement des rentes et de l'argent plutôt que de créer des gens capables d'aller combattre ou d'aider à fortifier les places d'Afrique du Nord. En outre, tout ceci signifie que les portugais, ainsi dépréciés, sont incapables de défendre leur propre royaume (Manuel de Sousa, position [26], 1[er] janvier 1535).

L'Inde et la pratique commerciale (opposée à la dure guerre en Afrique qui forme le caractère des chevaliers) auront-elles été les responsables de cette modification ? L'Anonyme I – position [41] – s'insère avec ses commentaires dans un type de critique moralisatrice qui se trouve dans la littérature portugaise tout au long du XVI[e] siècle, de Gil Vicente à Francisco Rodrigues Silveira. Il en arrive, avec Diogo de Couto, à craindre la concrétisation d'une prophétie des maures qui disait que les portugais avaient vaincu l'Inde en tant que chevaliers, mais qu'ils la perdraient en tant que négociants. Ce type de discours oppose les pratiques commerciales et usuraires à l'esprit du noble, du chevalier, du guerrier courageux et appliqué, considérant ceux qui les pratiquent des esprits faibles et vicieux, qui vivent et propagent l'oisiveté. Est-ce fondamentalement un message moralisateur que l'on prétend véhiculer avec de telles critiques ou cela révèle-t-il juste d'une conception nobiliaire de la société ? Telle dichotomie négociant/noble, s'éloigne, d'emblée de la réalité... Voir les notes 23 et 26. L'Anonyme II – position [42] –, à l'inverse, fait ressortir que l'argent est le « nerf de la guerre » et qu'en Inde on combat.

30. Ce n'est pas seulement l'Afrique du Nord avec son étendue et ses puissantes et multiples forces ennemies, ni l'Inde lointaine avec une fixation des portugais encore plus dispersée et souvent menacée par les pouvoirs régionaux, qui sont appelés à la discussion. Le Brésil est lui aussi impliqué dans celle-ci principalement parce qu'il attire déjà beaucoup de gens utiles à d'autres régions et là les portugais restent sur la côte exposée aux attaques et aux incursions des pirates. Voir les positions [41] [42] et à ce propos l'étude de Jorge Couto, *A Construção do Brasil. Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos,* Lisbonne, Edições Cosmos, 1995.

mento da população do Reino e as repercussões que nela pode ter o empreendimento ultramarino, conforme seja para África, para as Ilhas, para a Índia ou para o Brasil. Não apenas o aspecto migratório se coloca e os eventuais efeitos na economia de Portugal continental (sobretudo a nível da agricultura)[31], mas sopesa-se também com insistência o comportamento moral dos portugueses.

Quando em 1534 – dada a impossibilidade financeira do erário régio em manter todas as posições portuguesas em Marrocos – D. João III, uma vez mais, coloca em questão a continuidade de domínio nas zonas mais expostas às ameaças xarifinas – e embora a sua decisão estivesse definida pelo menos desde 1530 –, esperava decerto garantir um comprometimento por parte das principais figuras do reino. Esse compromisso a assumir (fosse qual fosse o resultado da consulta), antes de tudo político, incluiria subtilmente uma promessa de auxílio pelos súbditos em homens e recursos[32].

A condicionantes *a)* de ordem externa: o poder crescente xarifino que recentemente ameaçara Santa Cruz do Cabo de Guer (1533) e cercara Safim (Maio/Junho 1534) e as movimentações da armada turca de Barba-Roxa que, embora em parte pudessem ser dificultadas pelas forças imperiais, não deixavam de colocar em alerta as praças do Norte e, sobretudo, Ceuta, exigindo futuros reforços; juntavam-se condicionantes *b*) internas que a conjuntura agravou: diversas frentes

31. Nas posições [41] e [42], da década de 40, considera-se a migração para fora do Reino até salutar, uma vez que evita tensões sociais por excesso de gente desocupada. Todavia, «... disem que o Reyno se despovoa ao cheiro da canella ...», lê-se, à maneira de Sá de Miranda, no parecer do Anónimo II, que defende o investimento na Índia. Mas se a terra no Reino continua a cultivar-se, as armadas a partirem providas, as cidades e vilas a crescerem, a população a aumentar, porquê culpar a Índia, segundo ele? Há outras áreas de povoamento, as Ilhas, o Brasil... O Norte de África, na projectada conquista por alguns, não exigiria muito mais gente do que o Oriente, uma vez que para conservar a ocupação no interior marroquino seria indispensável um povoamento? Mas, pergunta o Anónimo I, não será a terra de Santa Cruz, mais do que a conquista do Norte de África, dada a sua imensidão, a corresponsável – juntamente com a partida anual de naus para a Índia cheias de gente e com poucos retornos – do despejo de meio reino, de gente necessária ao cultivo dos campos e à defesa da pátria? A argumentação é inesgotável...

32. Carta escrita entre 13 e 28 de Setembro de 1534, a solicitar pareceres fundamentados sobre a política a seguir no Norte de África. Sobre a carta dirigida a Cristóvão de Távora (com data de 13 de Setembro), v. *infra* nota 39. Indo decerto ao encontro da vontade do monarca, muitas das personalidades consultadas não só oferecem a sua vida e os seus bens, como consideram legítimo o rei exigir de todos os súbditos ajuda. Alguns falam em Cortes; outros num particular contributo dos nobres e da gente de dinheiro para o sustento de homens na guerra; um maior comprometimento por parte do clero secular e regular, das ordens militares, dos possuidores de comendas (v. nota 5); o serviço dos que permanecem na Corte excedentariamente e levando uma vida ociosa e perdulária; o contributo de cidades e vilas. É preciso despertar o Reino para as armas. Ver *Algumas posições...*

Tout doit être évalué, au sens de ces observateurs du XVI[e] siècle, même le comportement de la population du Royaume et les répercussions que peut avoir sur celle-ci l'entreprise d'outre-mer, selon qu'il s'agisse de l'Afrique, des Îles, de l'Inde ou du Brésil. Ce n'est pas uniquement la question de l'aspect migratoire et les éventuels effets dans l'économie du Portugal continental (surtout au niveau de l'agriculture)[31] qui est soulevée mais on soupèse aussi avec insistance le comportement moral des portugais.

Lorsque, en 1534 – vu l'incapacité financière du trésor royal à maintenir toutes les positions portugaises au Maroc – D. João III remet une nouvelle fois en question la continuité de la domination dans les zones les plus exposées aux menaces chérifiennes – et bien que sa décision ait été définie au moins depuis 1530 – il attendait, certainement, une garantie d'engagement de la part des principales figures du Royaume. Cet engagement à prendre, quel que soit le résultat de la consultation qui reste avant tout politique, inclurait subtilement une promesse d'aide par les sujets en hommes et en ressources[32].

Aux contraintes externes, *a*): le pouvoir grandissant des chérifs qui avait récemment menacé Santa Cruz du Cap de Gué (1533) et assiégé Safi (mai/ juin 1534) et les mouvements de l'armée turque de Barberousse qui, bien que pouvant être en partie entravée par les forces impériales ne pouvaient empêcher de mettre en état d'alerte les places du Nord et, par-dessus tout, Ceuta, qui nécessitait des renforts supplémentaires ;

31. Les positions [41] et [42], dans la décennie de 40, considèrent la migration hors du Royaume comme une attitude saine, car elle évite des tensions sociales provoquées par des gens sans occupation. Cependant, « ... ils disent que le royaume se dépeuple à l'odeur de la cannelle... », on lit, à la manière de Sá de Miranda, dans l'avis de l'Anonyme II, qu'il défend l'investissement en Inde. Mais si les terres du Royaume continuent d'être cultivées, les armées partent approvisionnées, les petites et grandes villes grandissent, la population augmente, pourquoi accuser l'Inde, d'après celui-ci ? Il y a d'autres zones de peuplement, les Îles, le Brésil... L'Afrique du Nord, dans la conquête projetée par certains, ne nécessiterait-elle pas beaucoup plus de gens qu'en Orient, étant donné que pour conserver l'occupation dans l'intérieur marocain un peuplement serait indispensable ? Mais, demande l'Anonyme I, la terre de Santa Cruz ne serait-elle pas, plus que la conquête de l'Afrique du Nord, compte tenu de son immensité, la coresponsable – avec le départ annuel de navires vers l'Inde emplis de gens et peu de retour – du dépeuplement de la moitié du Royaume, de gens nécessaires pour la culture des champs et la défense de la patrie ? L'argument est inépuisable...

32. Lettre écrite entre le 13 et le 28 septembre 1534, demandant un avis fondé sur la politique à suivre en Afrique du Nord. Sur la lettre adressée à Cristovão de Távora (en date du 13 septembre), v. *infra* note 39.
Répondant certainement à la volonté du monarque, un bon nombre des personnes consultées offrent non seulement leur vie et leurs biens, mais estiment également légitime que le roi exige de l'aide à tous ses sujets. Certains parlent des Cours ; d'autres d'une contribution particulière des nobles et des gens riches pour la subsistance des hommes à la guerre ; un plus grand engagement de la part du clergé séculier et régulier, des ordres militaires, des propriétaires de commanderies (voir note 5) ; le service de ceux qui restent exagérément à la Cour menant une vie oisive et prodigue ; la contribution des grandes et petites villes. Il est nécessaire de réveiller le royaume pour prendre les armes. Voir *Quelques positions...*

de combate, no Oriente, no Atlântico e no Mediterrâneo, requerendo contínuos esforços e despesas, na defesa de posições e de rotas e no combate ao corso; dispersão no Norte de África de lugares ameaçados, tanto no litoral mediterrânico (por mar e por terra) como na costa Atlântica; necessidade de contínuos socorros a lugares meridionais distantes e com acesso dificultado ou mesmo impossibilitado, como são Azamor e Safim, em permanente risco; incapacidade da fazenda real, com gastos recentes avultados e na perspectiva de mais despender em Ceuta, de assegurar à sua custa a conservação dessas praças.

Em contrapartida, realça D. João III, uma vez mais, a obrigação do combate a mouros e turcos em defesa da cristandade e da fé – luta que, aliás, reúne nesta conjuntura as forças do imperador, as da Santa Sé e as das ordens militares[33]. Mais ainda, a honra do rei compromete-o a uma conquista iniciada por D. João I e que D. Manuel I fez progredir. Apesar de referir a decisão de nada determinar sem primeiro muito reflectir e tomar conselho, na verdade o monarca português já decidira recuar em determinadas áreas, embora – justificação que até ideologicamente se lhe impunha[34] – para concentrar forças noutras zonas, estrategicamente favoráveis, e futuramente reiniciar a conquista dos reinos de Marrocos.

Disso estão conscientes em 1534 alguns conselheiros como Cristóvão de Távora e o visconde de Vila Nova da Cerveira. Outros sugerem ainda maior reflexão com homens conhecedores do ofício da guerra (bispo do Algarve a 15 de Outubro e Nuno Rodrigues Barreto a 1 de Novembro) ou cautela nos conselhos que recebe – Deus não permita «que venha esprito mentirozo na boca de seus conselheiros» (Manuel de Sousa, – s'ajoutaient des contraintes internes *b*) aggravées par la conjoncture : divers fronts de combat, en Orient, dans l'Atlantique et dans la Méditerranée, exigeant des efforts et des dépenses continus pour défendre des positions et des routes et pour le combat contre les corsaires ; en Afrique du Nord, une dispersion de places menacées tant dans le littoral méditerranéen (par mer et par terre) que sur la côte Atlantique ; la nécessité d'une aide continue sur les places méridionales éloignées à l'accès difficile, voire impossible, comme le sont Azemmour et Safi, en risque constant ; l'incapacité du trésor royal avec de lourdes dépenses récentes et ayant en perspective de dépenser davantage à Ceuta et d'assurer à ses frais la conservation de ces places.

En revanche, D. João III souligne, une fois de plus, l'obligation de combattre les maures et les turcs pour la défense de la chrétienté et de la foi – une lutte qui, d'ailleurs, réunit dans cette conjoncture les forces de l'empereur, celles du Saint-Siège et celles des ordres militaires[33]. Par ailleurs, l'honneur du roi l'engage à une conquête commencée par D. João I et que D. Manuel I fera progresser. Bien qu'il évoque la décision de ne rien déterminer sans avoir au préalable mûrement réfléchi et pris conseil, le monarque portugais avait déjà, en vérité, décidé de se retirer dans certaines zones, – une justification qui s'imposait idéologiquement à lui[34] – pour concentrer des forces dans d'autres zones, stratégiquement favorables et pour redémarrer plus tard la conquête des royaumes du Maroc.

En 1534, quelques conseillers comme Cristóvão de Távora et le vicomte de Vila Nova de Cerveira en sont bien conscients. D'autres suggèrent également une plus grande réflexion avec des hommes connaisseurs du métier de la guerre (l'évêque de l'Algarve le 15 octobre et Nuno Rodrigues Barreto le 1er novembre)

33. Recorde-se que nesse ano de 1534 foi intensa a actividade de Barba-Roxa, almirante da frota turca, obrigando os Estados mediterrânicos a uma vigilância contínua. Temia-se o seu avanço no Mediterrâneo ocidental, qualquer ingerência turca ou argelina (cada vez se confunde mais a proveniência dos navios…) no Estreito de Gibraltar que facilmente conseguiria acolhimento nos portos atlânticos de Fez e negociar nos de Marrocos. V. nota 17.
É por diversas vias que D. João III recebe notícias das movimentações dos turcos e de Barba-Roxa. Cerca de um mês depois de receber as informações do imperador (entre 13 e 28 de Setembro de 1534) a respeito da ameaça que aquele representava para os Estados italianos, incluindo o Papado, e, provavelmente, segundo outras fontes, para Ceuta, chega-lhe de Roma uma carta de D. Henrique de Meneses (13 de Outubro) relatando-lhe a reacção aí sentida por Barba-Roxa ter tomado Tunes. A armada do imperador organizava-se e provavelmente chegaria um pedido de caravelas a Portugal – ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 53, D. 123, pub. *Corpo Diplomático Português*… cit., t. III, pp. 119-120.
Será no ano seguinte, em 1535, que Carlos V, passando pessoalmente a África, conseguirá com uma forte armada que conta com a colaboração de Portugal (e a que se junta a conhecida iniciativa do infante D. Luís) desapossar Barba-Roxa da Goleta e, depois, de Tunes.

34. Justificação ou «desculpa» apontada no parecer do Marquês de Vila Real (30 de Outubro) – v. posição [14].

33. Rappelons que cette année de 1534 l'activité de Barberousse, l'amiral de la flotte turque, a été intense forçant la surveillance continue des États de la Méditerranée. Il était à craindre qu'il n'avance dans la Méditerranée occidentale, toute ingérence turque ou algérienne (l'origine des navires étant de plus en plus difficile à discerner…) dans le détroit de Gibraltar pourrait facilement être accueillie dans les ports atlantiques de Fès et négocier dans ceux du Maroc. Voir note 17.
C'est à partir de différentes sources d'information que D. João III reçoit des nouvelles des mouvements des turcs et de Barberousse. Environ un mois après avoir reçu des informations de l'empereur (entre le 13 et le 28 septembre 1534) sur la menace que celui-ci représentait pour les États italiens, y compris pour la papauté, et probablement, selon d'autres sources pour Ceuta, il reçut une lettre de Rome, de D. Henrique de Meneses (13 octobre), rapportant la réaction que l'on y ressentait vis-à-vis de la prise de Tunis par Barberousse. L'armée de l'empereur s'organisa et en vint, probablement, à demander des caravelles au Portugal – *Corpo Cronológico,* P. I, M. 53, D. 123, pub. *Corpo Diplomático Português*… cit., t. III, pp. 119-120.
Ce ne sera que l'année suivante, en 1535, que Charles V, en passant personnellement par l'Afrique, réussira, avec une forte armée qui compte avec la collaboration du Portugal (et qui se joint à l'initiative bien connue de l'Infante D. Luís), à exproprier Barberousse de La Goulette puis de Tunis.

34. Justification ou « excuse » indiqué dans l'avis du marquis de Vila Real (30 octobre) – voir position [14].

1535)[35]. Há, portanto, de novo divergências e até desconfiança ou inimizade relativamente aos auxiliares directos do rei, ou então, subtileza de discurso numa oposição directa às decisões do rei.

Seja como for, a questão maior para o monarca é garantir apoios e, nomeadamente contornar, sem desprestígio político a nível interno nem internacional, as dificuldades financeiras, assegurando a sua imagem. Ele tem os seus auxiliares directos, os seus agentes, dispõe de informações e dados que só agora – e sigilosamente – transmite às pessoas consultadas, ao chegar a um ponto de ruptura. Define secretamente a situação financeira, a sua realidade, o campo de hipóteses e os seus propósitos. De certo modo canaliza a reflexão e, quiçá, condiciona as respostas.

Em 1541, num contexto extremamente agravado, haverá de novo a preocupação de informar os conselheiros de uma situação explosiva – o cerco e ameaça a Safim e Azamor – e de pedir reflexão sobre a melhor solução a tomar, particularmente após a queda de Santa Cruz do Cabo de Guer. Ostensivamente, então, abstém-se de revelar a sua vontade e pede pareceres fundamentados[36].

Finalmente as praças portuguesas de Safim e Azamor acabam por ser evacuadas em Outubro de 1541, concretizando este abandono um projecto de pelo menos onze anos. Decorrerão mais cerca de oito anos até à decisão final de evacuar Alcácer Ceguer e Arzila. Não teria havido suficiente reflexão e ponderação por parte do monarca, uma observação atenta de factores de ordem interna e externa, diálogo com homens de diversificado saber e experiência, até se chegar a este tipo de solução?

ou de prendre des précautions par rapport aux conseils qu'il reçoit – Dieu nous préserve « que vienne un esprit menteur dans la bouche de ses conseillers » (Manuel de Sousa, 1535)[35]. Il y a donc à nouveau des divergences allant jusqu'à la méfiance ou l'inimitié à l'égard des assistants directs du roi, ou alors, une subtilité dans le discours qui s'oppose directement aux décisions de ce dernier.

Quoi qu'il en soit, l'enjeu majeur pour le monarque est d'assurer le soutien et, en particulier de contourner, sans discrédit politique dans les affaires intérieures ou internationales, les difficultés financières tout en préservant son image. Il a ses assistants directs, ses agents, il dispose d'informations et de données qu'il ne transmet que maintenant – et confidentiellement – aux personnes consultées, lorsqu'il atteint un point de rupture. Il définit secrètement la situation financière, sa réalité, le champ des hypothèses d'actions et ses objectifs. D'une certaine manière, il canalise la réflexion et conditionne, probablement, les réponses.

En 1541, dans un contexte extrêmement aggravé, il aura à nouveau la préoccupation d'informer les conseillers d'une situation explosive – le siège et la menace à Safi et Azemmour – et de solliciter une réflexion sur la meilleure solution à adopter, notamment après la chute de Santa Cruz du Cap de Gué. Ostensiblement, il s'abstient alors de révéler sa volonté et demande des avis fondés[36].

Finalement, les places portugaises de Safi et Azemmour finissent par être évacuées en octobre 1541, leur abandon concrétisant un projet d'il y a au moins onze ans. Huit ans environ se seront écoulés jusqu'à la décision finale d'évacuer El-Ksar es-Seghir et Asilah. Y aurait-il eu un manque de réflexion et de pondération de la part du monarque, d'observation attentive des facteurs d'ordre interne et externe, de dialogue avec des hommes ayant divers savoirs et expériences pour en arriver à ce type de solution ?

35. Ver *Algumas posições…* [8], [17], [12], [16] e [26].

36. Carta do Rei, impressa por Álvaro Pires de Távora na sua *Historia de Varoens illvstres do appellido Tavora,* Paris, 1648, p. 10, publicada por Maria Leonor García da Cruz, *Controvérsias. Compilação de Documentos* – XI, p. 163 (1997) e p. 129 (1998), datando-a de finais de Março ou começos de Abril de 1541. Segundo Frei Luís de Sousa nos *Anais de D. João III* (ed. Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa, 1938, vol. II, pp. 208-209), o monarca ouviu em 1541 os pareceres de infantes e de muitos fidalgos velhos e experimentados que concordaram na conveniência de deixar as duas praças meridionais, facto que o rei sabia há anos. Foi esta, portanto, uma matéria bem discutida e assentada. Ver também Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III* (Porto, Lello & Irmão-Editores, 1976, p. II, cap. LXXXX, pp. 567-569), que embora datando o acontecimento erradamente de 1542, afirma também ter sido do parecer de todos os conselheiros e de muitos homens práticos nas coisas da guerra e de príncipes cristãos que o monarca teria consultado.

Não é possível por ora conhecer a fundo as diversas posições, uma vez que até agora poucos pareceres escritos desta data foram localizados.

35. Voir *Quelques positions…* [8], [17], [12], [16] et [26].

36. Lettre du roi, imprimée par Álvaro Pires de Távora dans son *Historia de Varoens illvstres do appellido Tavora,* Paris, 1648, p. 10, publiée par Maria Leonor García da Cruz, *Controvérsias. Compilação de Documentos* – XI, p. 163 (1997) et p. 129 (1998), la datant de fin mars ou début avril 1541. Selon Frei Luís de Sousa dans les *Anais de D. João III* (éd. Rodrigues Lapa, Lisbonne, Sá da Costa, 1938, vol. II, pp. 208-209), en 1541 le monarque a entendu les opinions des infants et celles de nombreux nobles âgés et expérimentés qui ont convenu de l'opportunité de laisser les deux places méridionales, un fait que le roi savait depuis des années. Il s'agissait donc d'une question bien discutée et réglée. Voir aussi Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III* (Porto, Lello & Irmão-Editores, 1976, p. II, cap. LXXXX, pp. 567-569), qui bien que datant, à tort, l'événement de 1542, affirme également que cela aurait été l'avis de tous les conseillers et de nombreux hommes experts dans les choses de la guerre et des princes chrétiens que le monarque aurait consultés. Il n'est pas possible pour l'instant de connaître en profondeur les différentes positions, car jusqu'à présent très peu d'avis écrits concernant cette date ont été trouvés.

Os mouros à porta: uma situação instável. Que estratégia?

É abundante a correspondência régia trocada em 1534 com numerosos conselheiros a propósito da situação no Norte de África mesmo antes da carta-padrão de Setembro desse ano. Podemos verificá-lo através de algumas respostas[37]. O próprio rei envia uma carta – por portador – expondo a situação e acompanhada de uma folha com informações sigilosas de ordem financeira, antecipando a missiva acima referida[38].

37. Nuno Rodrigues Barreto a 1 de Novembro de 1534 afirma já ter dado parecer anterior sobre Ceuta e o bispo de Lamego pede a 7 de Outubro que se leia um outro parecer que já dera a pedido do rei sobre essas matérias, do qual envia cópia – ver posições [16] e [10].

38. D. João III enviou uma carta a diversas personalidades, acompanhada de um «papel de fora» de âmbito sigiloso sobre assuntos da fazenda. Esse «apontamento», «folha» ou «memorial», como lhe chamam alguns conselheiros, que continha as despesas e rendimentos do Reino, Ilhas, Índia e demais comércio, é por certo o que Frei Luís de Sousa refere nos *Anais de D. João III*... cit., vol. II, p. 241, identificado no que respeita a valores ao documento do ANTT, pub. Elaine Sanceau, *Colecção de São Lourenço,* Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973, I, pp. 38-42. Quanto ao conteúdo e forma da carta, onde coloca as questões fundamentais que recolocará no pedido de pareceres de 13 de Setembro de 1534, trata-se de uma minuta dirigida ao Mestre e sem data, existente no ANTT, *Gaveta* II, 7-1 (e em cópia na BNP), pub. *SIHM, Port*., t. II – p. II, pp. 637-639 e n'As *Gavetas da Torre do Tombo,* Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, t. I, pp. 827-829 e ainda copiado por A. Meyrelles do Souto, «O Abandono das praças do Norte de África», *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 285-287.
Importa, contudo, a sua análise uma vez que inclui uma lista de nomes a quem a carta se deveria dirigir, com as respectivas fórmulas de saudação. Quanto às respostas, conhece-se o parecer de alguns dos contactados que assinalarei com * no rol que se segue e cujos resumos introduzi em *Algumas posições*... Existem cópias de respostas na BNP, *Fundo Geral,* Ms. 18, ff. 298v-338 e traduções de algumas nas *SIHM, França*, t. I. Das restantes menções subsistem muitas dúvidas na identificação quando a informação no documento é demasiado simplificada, dado que se detectam múltiplos homónimos contemporâneos.
Rol: 1. Mestre * (da Ordem de Santiago, D. Jorge, filho natural de D. João II, duque de Coimbra); 2. Marquês, filho do anterior (de Torres Novas, D. João de Lencastre, futuro duque de Aveiro); 3. Marquês de Vila Real * (D. Pedro de Meneses, conde de Alcoutim e de Valença, capitão hereditário de Ceuta); 4. Conde de Penela (D. João de Vasconcelos e Meneses); 5. Conde de Linhares (D. António de Noronha); 6. Bispo de Coimbra * (bispo conde D. Jorge de Almeida); 7. Bispo da Guarda (D. Jorge de Melo); 8. Bispo de Lamego * (D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, futuro arcebispo de Lisboa); 9. Bispo de Silves * (ou do Algarve, D. Fernando Coutinho); 10. Tristão da Cunha (do Conselho de D. Manuel I, embaixador ao Papa em 1514, pai de Nuno da Cunha governador da Índia); 11. Governador (da Casa do Cível, D. Fernando de Castro); 12. Vasqu'Eanes Corte Real (alcaide-mor de Tavira, capitão da ilha de S. Jorge); 13. Aires de Sousa (eclesiástico?); 14. António de Saldanha (capitão-mor da armada a Tunes em 1535); 15. João de Saldanha (capitão-mor de naus da Índia, experiência em Tânger e Tunes 1535); 16. João Rodrigues de Sá * (de Meneses, alcaide-mor do Porto); 17. Jorge de Melo (do Conselho, monteiro-mor?); 18. Almirante António de Azevedo (filho de Lopo Vaz de Azevedo); 19. Capitão da ilha (da Madeira, João Gonçalves da Câmara?); 20. D. Afonso de Ataíde (3.º conde de Atouguia, alcaide-mor de Coimbra, pai de D. Luís de Ataíde vice-rei da Índia); 21. Visconde * (de Vila Nova da Cerveira, D. Rodrigo de Lima); 22. D. João de Castro (Tunes 1535, Oriente, futuro vice-rei da Índia); 23. D. João de Meneses (alferes-mor do Reino?); 24. Diogo Lopes de Lima (do Conselho, alcaide-mor de Guimarães?).

Les maures sur le pas de la porte : une situation instable. Quelle stratégie ?

La correspondance royale en 1534 avec de nombreux conseillers à propos de la situation en Afrique du Nord, avant même la lettre type de septembre de cette année-là, est abondante. Nous pouvons le constater à travers quelques réponses[37]. Le roi lui-même envoie une lettre – par messager – en exposant la situation, accompagnée d'un feuillet contenant des informations confidentielles d'ordre financier, anticipant la lettre susmentionnée[38]. Celle-ci fut, à son tour,

37. Nuno Rodrigues Barreto, le 1er novembre 1534, affirme avoir déjà donné précédemment un avis sur Ceuta et l'évêque de Lamego demande le 7 octobre qu'on lise un autre avis qu'il avait déjà donné à la demande du roi sur ces questions, dont il envoie la copie – voir positions [16] et [10].

38. D. João III a envoyé une lettre à diverses personnalités, accompagnée d'un « papier non » à caractère confidentielle sur les questions de finances. Cette « note », « feuille » ou « mémorial », comme certains conseillers l'on appelé, contenant les dépenses et les revenus du Royaume, des Îles, de l'Inde et des autres commerces, est certainement ce que Frei Luís de Sousa mentionne dans *Anais de D. João III*... cit., vol. II, p. 241, identifié, en ce qui concerne les valeurs, au document des ANTT, pub. Elaine Sanceau, *Colecção de São Lourenço,* Lisbonne, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973, I, pp. 38-42.
Quant au contenu et à la forme de la lettre, où il pose les questions fondamentales qu'il reposera dans la demande d'avis du 13 septembre 1534, il s'agit d'un libellé adressé au Maître et non datée, qui se trouve dans les ANTT, *Gaveta* II, 7-1 (et une copie dans la BNP), pub. *SIHM, Port*., t. II, p. II, pp. 637-639 et dans *As Gavetas da Torre do Tombo,* Lisbonne, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, t. I, pp. 827-829 et également copié par A. Meyrelles do Souto, « O Abandono das praças do Norte de África », *Studia*, nº 33, Dez. 1971, pp. 285-287.
Cependant, son analyse est importante puisqu'elle comprend une liste de noms auxquels la lettre devait s'adresser, avec les formules de salutation respectives. Quant aux réponses, on connait l'avis de certains des contacts que nous signalerons avec un * dans la liste qui suit et dont nous avons introduit les résumés dans *Quelques positions*... Il existe des copies des réponses à la BNP, *Fundo Geral,* Ms. 18, ff. 298v-338 et des traductions de certaines d'entre elles dans *SIHM*, *France*, t. I. Dans les autres mentions, de nombreuses questions restent à déterminer quant à l'identification lorsque l'information dans le document est trop simplifiée, car on détecte de multiples homonymes contemporains.
Liste : 1. Maître * (de l'Ordre de Saint-Jacques, D. Jorge, fils naturel de D. João II, duc de Coïmbre) ; 2. Marquis, fils du précédent (de Torres Novas, D. João de Lencastre, futur duc d'Aveiro) ; 3. Marquis de Vila Real * (D. Pedro de Meneses, comte d'Alcoutim et de Valença, capitaine héréditaire de Ceuta) ; 4. Comte de Penela (D. João de Vasconcelos e Meneses) ; 5. Comte de Linhares (D. António de Noronha) ; 6. Évêque de Coïmbre * (*Bispo conde* D. Jorge de Almeida) ; 7. Évêque de Guarda (D. Jorge de Melo) ; 8. Évêque de Lamego * (D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, futur archevêque de Lisbonne) ; 9. Évêque de Silves * (ou de l'Algarve, D. Fernando Coutinho) ; 10. Tristão da Cunha (du Conseil de D. Manuel I, ambassadeur auprès du Pape en 1514, père de Nuno da Cunha gouverneur de l'Inde) ; 11. Gouverneur (de la *Casa do Cível*, D. Fernando de Castro) ; 12. Vasqu'Eanes Corte Real (*alcaide-mor* de Tavira, capitaine de l'île de S. Jorge) ; 13. Aires de Sousa (ecclésiastique ?) ; 14. António de Saldanha (*capitão-mor* de l'armée à Tunis en 1535) ; 15. João de Saldanha (*capitão-mor* de navires de l'Inde, expérience à Tanger et Tunis 1535) ; 16. João Rodrigues de Sá * (de Meneses, *alcaide-mor* de Porto) ; 17. Jorge de Melo (du Conseil, monteiro-mor ?) ; 18. Almirante António de Azevedo (fils de Lopo Vaz de Azevedo) ; 19. Capitaine de l'Île (de Madère João Gonçalves da Câmara ?) ; 20. D. Afonso de Ataíde (3e comte de Atouguia, *alcaide-mor* de Coïmbre, père de D. Luís de Ataíde vice-roi de l'Inde) ;

Esta, por seu turno, sofreu uma elaboração faseada, interrompida a 13 de Setembro e concluída a 28 do mesmo mês, nela se acrescentando notícias recentemente recebidas do imperador sobre o Turco[39]. Foram decerto cerca de quinze dias de alerta a qualquer informação que ajudasse a clarificar a situação de Marrocos e do Mediterrâneo.

Das cerca de trinta e oito entidades que sabemos terem sido contactadas sobre este assunto, conhece-se o texto escrito apenas de dezoito, o que não permite conclusões definitivas[40]. Tiveram acesso, como atrás referi, a conhecimentos de âmbito sigiloso sobre

élaborée de manière progressive, interrompue le 13 septembre et terminée le 28 du même mois, ajoutant des nouvelles récemment reçues de l'empereur sur le Turc[39]. Ce furent certainement environ quinze jours d'alerte pour toutes informations qui puissent aider à clarifier la situation du Maroc et de la Méditerranée.

Parmi les environ trente-huit personnalités dont nous savons qu'elles ont été contactées à ce sujet, nous ne connaissons le texte écrit que de dix-huit d'entre elles, ce qui ne nous permet pas de tirer des conclusions définitives[40]. Elles ont eu accès, comme nous

---

39. Esta carta de D. João III pedindo pareceres sobre a política a seguir no Norte de África e sobre o futuro de Safim e Azamor, começada em Évora a 13 de Setembro de 1534, conforme consta da cópia dirigida a Cristóvão de Távora, sofreu um aditamento terminado a 28 de Setembro, segundo uma outra cópia dirigida ao Mestre de Santiago. A primeira foi publicada por Távora, *Historia de Varoens*... cit., pp. 6-8, e a partir dessa impressão copiada nas *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 640-644. Dela fiz nova transcrição em Maria Leonor García da Cruz, *Controvérsias*. *Compilação de Documentos,* I, pp. 121-123 (1997) e pp. 87-89 (1998). A segunda referida, que terá servido de minuta a diversas epístolas, encontra-se no ANTT, *Gaveta* XV, 14-24, pub. nas *Gavetas,* t. IV, 1964, pp. 469-471 e cop. *Studia,* n.º 33, Dezembro de 1971, pp. 287-289.

Próxima da primeira cópia, embora datada de 25 de Novembro de 1534, é a carta que o Rei dirigiu aos «Vereadores, procurador e procuradores dos mesteres» da cidade de Lisboa – *Liv. II de D. João III,* f. 157, pub. por Eduardo Freire de Oliveira nos *Elementos para a História do Município de Lisboa,* Lisboa, Typographia Universal, 1887, p. I, t. I, pp. 534-537, havendo ainda outras cópias, incluindo uma dirigida ao bispo de Coimbra – ANTT, *Gaveta* II, 7-44. Ver BNP, *Fundo Geral,* cx. 199, n.º 38 e ms. 18, ff. 214v-218.

Nesta carta onde o Rei volta a colocar as mesmas questões e a pedir um parecer fundamentado, embora aduzindo novas das movimentações de Barba-Roxa, dos preparativos das forças cristãs e das medidas tomadas para a defesa de Ceuta, refere uma vez mais o acesso sigiloso das pessoas consultadas a uma folha sobre a fazenda.

Note-se, contudo, que a carta dirigida ao Mestre, existente na *Gaveta,* XV, 14-24, apesar de minuta, intitulada «Nota da carta que se spreveo aos do Conselho sobre o negocio de Çafym e Azamor», contém referências personalizadas ausentes da versão dirigida a Cristóvão de Távora. Não só menciona o destinatáno, «Honrado mestre», como acrescenta, ao mostrar-se determinado a nada decidir sem primeiro muito reflectir e tomar conselho: «e muy em special sem o voso que ey por muy certo que com muyto amor e boa vontade mo dares e olhares e consirares como tamanho caso o requere e sera tam fiel e verdadeiro como a meu serviço compre» (pub. *Gavetas*, IV, p. 470). Tirando estas diferenças, pode-se dizer que em quase tudo o resto, com pequenas divergências de ortografia ou sintaxe, o conteúdo das duas versões coincide.

40. Além dos nomes assinalados com * na nota 38, conhecem-se mais alguns indivíduos que responderam com um parecer à carta de D. João III: 1. Cristóvão de Távora (do Conselho de D. Manuel I e de D. João III); 2. Infante D. Fernando (irmão de D. João III e duque da Guarda); 3. João de Melo Barreto; 4. D. Francisco Lobo (alcaide-mor de Campo Maior, futuro embaixador junto de Carlos V); 5. Nuno Rodrigues Barreto (do Conselho, alcaide-mor de Faro); 6. João Mendes de Vasconcelos (do Conselho, senhor do Morgado de Esporão); 7. Fernão Vaz de Sampaio (do Conselho); 8. Francisco Pereira (Pestana? experiência em África e na Índia); 9. Conde da Castanheira (D. António de Ataíde); 10. Manuel de Sousa (do Conselho e alcaide-mor de Arronches); 11. D. Fradique Manuel (alcaide-mor de Alvor). D. Francisco de Castelo Branco (do Conselho e camareiro-mor) terá também dado um parecer ao Rei, em Setembro de 1534, cf. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*... cit., vol. II, p. 240.

21 Vicomte * (de Vila Nova da Cerveira, D. Rodrigo de Lima) ; 22. D. João de Castro (Tunis 1535, Orient, futur vice-roi de l'Inde) ; 23. D. João de Meneses (*alferes-mor* du Royaume ?) ; 24. Diogo Lopes de Lima (du Conseil, *alcaide-mor* de Guimarães ?).

39. Cette lettre de D. João III demandant des avis sur la politique à suivre en Afrique du Nord et sur l'avenir de Safi et d'Azemmour, commencée à Évora le 13 septembre 1534, tel qu'indiqué sur la copie adressée à Cristóvão de Távora, a eu un ajout qui a terminé le 28 septembre, conformément à une autre copie adressée au maître de Santiago. La première a été publiée par Távora, *Historia de Varoens*... cit., pp. 6-8 et a été copiée, à partir de cette impression, dans les *SIHM, Port.*, t. II, p. II, pp. 640-644. Nous avons fait une nouvelle retranscription dans Maria Leonor García da Cruz, *Controvérsias*. *Compilação de Documentos,* I, pp.121-123 (1997) et pp. 87-89 (1998).

La seconde mentionnée, qui aura servi de libellé à divers épîtres, se trouve dans l'ANTT, *Gaveta* XV, 14-24, pub. dans *Gavetas,* t. IV, 1964, pp. 469-471 et cop. *Studia,* n° 33, décembre 1971, pp. 287-289.

Bien que datée du 25 novembre 1534, la lettre que le roi adresse aux « *vereadores*, procureur et aux procureurs des métiers » de la ville de Lisbonne, est proche de la première copie – *Liv. II de D. João III,* f. 157, pub. par Eduardo Freire de Oliveira dans *Elementos para a História do Município de Lisboa,* p. I, t. I, Lisbonne, Typographia Universal, 1887, pp. 534-537, et il existe encore d'autres copies, dont une adressée à l'évêque de Coïmbre – ANTT, *Gaveta* II, 7-44. Voir BNP, *Fundo Geral,* Cx. 199, n° 38 et ms. 18, ff. 214v-218.

Dans cette lettre, où le roi pose de nouveau les mêmes questions et demande un avis fondé, tout en donnant des nouvelles des mouvements de Barberousse, des préparatifs des forces chrétiennes et des mesures prises pour la défense de Ceuta, il mentionne une fois de plus l'accès confidentiel des personnes consultées concernant un feuillet relatif au Trésor du royaume.

Notons, cependant que la lettre adressée au Maître qui se trouve dans la *Gaveta*, XV, 14-24, bien qu'il s'agisse d'un libellé, intitulé « *Nota da carta que se spreveo aos do Conselho sobre o negocio de Çafym e Azamor* » il contient des références personnalisées absentes dans la version adressée à Cristóvão de Távora. Non seulement il mentionne le destinataire, « *Honrado mestre* », mais il ajoute également, pour montrer qu'il est déterminé à ne rien décider sans avoir d'abord bien réfléchi et demander conseil : « *e muy em special sem o voso que ey por muy certo que com muyto amor e boa vontade mo dares e olhares e consirares como tamanho caso o requere e sera tam fiel e verdadeiro como a meu serviço compre* » (pub. *Gavetas*, IV, p. 470). En dehors de ces différences, nous pouvons dire que dans presque tout le reste, avec des différences mineures d'orthographe ou de syntaxe, le contenu des deux versions coïncide.

40. Outre les noms signalés par un* dans la note 38, nous connaissons quelques autres personnes qui ont répondu, en donnant leur avis, à la lettre de D. João III : 1. Cristóvão de Távora (du Conseil de D. Manuel I et de D. João III) ; 2. L'infant D. Fernando (frère de D. João III et duc de Guarda) ; 3. João de Melo Barreto ; 4. D. Francisco Lobo (*alcaide-Mor* de Campo Maior, futur ambassadeur auprès de Charles V) ; 5. Nuno Rodrigues Barreto (du Conseil, *alcaide-mor* de Faro) ; 6. João Mendes de Vasconcelos (du Conseil, senhor do Morgado de Esporão) ; 7. Fernão Vaz de Sampaio (du Conseil) ; 8. Francisco Pereira (Pestana ? expérience en Afrique et en Inde) ; 9. Comte da Castanheira (D. António de Ataíde) ; 10. Manuel de Sousa (du Conseil et *alcaide-mor* de Arronches) ; 11. D. Fradique Manuel (*alcaide-mor* de Alvor). D. Francisco de Castelo Branco

que deveriam reflectir auxiliando-se também da informação «notória» que facilmente obteriam a respeito da situação no Norte de África. Ocupando posições diferenciadas em termos de escala social, de função e de experiência, é também variável a visão que têm do mosaico político de Marrocos ou das características das praças portuguesas e, caso conheçam essa realidade, fica por determinar até que ponto estão familiarizados com outras áreas do império ultramarino, sua definição, objectivos e dificuldades, conseguindo a partir de uma perspectiva global sopesar o problema específico que lhes é colocado.

Seja como for, em 1534 reflectem a pedido do monarca sobre uma determinada grelha de questões interligadas, fundamentalmente de ordem política e estratégica: abandonar ou não Safim e Azamor; em alternativa deixar nesses lugares fortalezas roqueiras; quando se conseguirem condições financeiras para a conquista do Norte de África, por onde começar essa intervenção, por Fez ou por Marrocos? São, portanto, questões que exigem uma perspectiva diacrónica da presença portuguesa nessa área e conhecimentos actualizados, de forma a conseguir projectar a política futura.

Em 1541, pela análise da documentação da época e do conteúdo dos poucos pareceres conhecidos (apenas cinco, sendo pelo menos três de individualidades que em 1534 já haviam dado opinião escrita)[41], depara-se-nos uma situação de emergência. Ao saber do cerco xarifino a Santa Cruz do Cabo de Guer e percebendo as necessidades e ameaças dos outros lugares meridionais, o rei ainda em Almeirim tomou as primeiras providências para socorrer os sitiados e Mazagão[42], após o que partiu para Lisboa (a 9 de Março?) a fim de, com a maior brevidade, tomar as decisões que se impunham. Segundo os *Anais de D. João III*[43] reuniu Conselho geral para estudar o auxílio a Azamor e Mazagão. De facto, terá escrito por essa época uma primeira carta sobre providências tomadas e pedindo parecer[44].

41. Pareceres do bispo de Coimbra (20 Março 1541), Cristóvão de Távora (entre meados e finais de Abril), o conde da Feira, D. Manuel Pereira (25 Abr.), o visconde de Vila Nova da Cerveira (30 Abr.), o conde da Castanheira (pós-queda de Santa Cruz) – v. posições [31] a [34] e [40].

42. Carta de D. João III, de 7 de Março de 1541 (Almeirim) ao conde da Castanheira, pub. J. D. M. Ford, *Letters of John III. King of Portugal. 1521-1557,* Cambridge-Massachusetts, Harvard University Press, 1931, pp. 365-366.

43. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III,* vol. II, pp. 179-180.

44. Respondeu-lhe a 20 de Março de 1541 o bispo de Coimbra que nesse dia recebera a carta e também a ela se refere o visconde de Vila Nova da Cerveira. Este quando lhe chegou a carta já sabia da queda de Santa Cruz (*v. supra*, nota 41).

l'avons dit plus haut, à des informations à caractère confidentiel sur lesquelles elles devaient réfléchir en s'appuyant également sur des renseignements « notoires » qu'elles obtiendraient facilement concernant la situation en Afrique du Nord. La vision qu'elles ont de la mosaïque politique du Maroc ou des caractéristiques des places portugaises varie également selon les positions distinctes qu'elles occupent en termes d'échelle sociale, de fonction et d'expérience. Il reste à déterminer, dans le cas ou elles connaîtraient cette réalité, dans quelle mesure elles sont familiarisées avec d'autres régions de l'empire d'outre-mer, avec leur définition, leurs objectifs et leurs difficultés, parvenant, dans une perspective globale, à évaluer le problème spécifique qui leur est posé.

Quoi qu'il en soit, en 1534 elles réfléchissent, à la demande du monarque, sur une certaine grille de questions interconnectées, essentiellement d'ordre politique et stratégique : l'abandon ou non, de Safi et d'Azemmour ; en alternative, laisser sur ces lieux des places fortes ; lorsqu'on obtiendrait des conditions financières pour la conquête de l'Afrique du Nord, par où devrait-on commencer cette intervention, par Fès ou par le Maroc ? Ce sont, donc, des questions qui exigent une perspective diachronique de la présence portugaise dans ce secteur et des connaissances mises à jour, capables d'œuvrer à l'élaboration d'une future politique viable.

En 1541, d'après l'analyse de la documentation de l'époque et du contenu des quelques avis connus (seulement cinq, trois d'entre eux étant d'individualités qui en 1534 avait déjà donné leur avis par écrit)[41], nous sommes face à une situation d'urgence. En apprenant le siège chérifien à Santa Cruz du Cap de Gué et prenant conscience des besoins et des menaces qui pesaient sur les autres places méridionales, le roi, qui se trouvait encore à Almeirim, fit les premiers pas pour venir en aide aux assiégés et à Mazagan[42], après quoi il partit vers Lisbonne (le 9 mars ?), afin de prendre, dans les plus brefs délais, les décisions nécessaires. Selon les *Anais de D. João III*[43] il réunit le Conseil général pour étudier l'aide à Azemmour et Mazagan. De fait, il aurait écrit à cette époque une première lettre à propos des mesures qui avaient été prises et pour demander des avis[44].

(du Conseil et *camareiro-mor*) aurait également donné un avis au roi, en septembre 1534, cf. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*... cit., vol. II, p. 240.

41. Avis de l'évêque de Coïmbre (le 20 mars 1541), Cristóvão de Távora (vers le milieu et la fin avril), le comte de Feira, D. Manuel Pereira (le 25 avr.), le vicomte de Vila Nova da Cerveira (le 30 avr.), le comte de Castanheira (après la chute de Santa Cruz) – v. positions [31] à [34] et [40].

42. Lettre de D. João III, du 7 mars 1541 (Almeirim) au comte de Castanheira, pub. J. D. M. Ford, *Letters of John III. King of Portugal. 1521-1557,* Cambridge-Massachusetts, Harvard University Press, 1931, pp. 365-366.

43. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*... cit., vol. II, pp. 179-180.

44. L'évêque de Coïmbre ayant reçu la lettre, à laquelle se réfère également le vicomte de Vila Nova da Cerveira, le 20 mars 1541 lui

A notícia sobre a queda de Santa Cruz rapidamente conhecida em Lisboa, por via de Safim e das caravelas que estiveram junto da praça sitiada, em finais de Março, conforme o refere Frei Luís de Sousa, levou D. João III, segundo apurei, a escrever uma segunda carta pedindo novos pareceres e dando conta dos socorros efectuados a Azamor e Mazagão, como fora discutido com os conselheiros anteriormente[45]. Convocou de novo, nessa mesma ocasião, o Conselho e expôs-lhe a nova situação. As palavras que proferiu, registadas por Sousa[46], coincidem com toda a probabilidade com uma terceira carta a que responderam conselheiros como Cristóvão de Távora entre meados e finais de Abril (posição [32]) e o conde da Feira a 25 desse mês (posição [33]). É pois, após afincada troca de reflexões, que o monarca irá patentear intuitos de conquista em Marrocos, despertando forte repercussão em todo o Norte de África[47], e enviar ao rei de Fez, em finais de Maio de 1541, um embaixador.

Em 1534-1535, respondendo às questões que D. João III colocara, o bispo de Coimbra abstém-se, embora em 1541 incentive o rei ao socorro das praças meridionais (serviço de Deus) e ofereça recursos materiais e humanos, seus e do bispado. Das restantes dezassete respostas conhecidas de 1534-1535, nove admitem a necessidade de se abandonar os lugares de Safim e Azamor – Cristóvão de Távora, o infante D. Fernando (só Azamor), o bispo de Lamego (também Cabo de Guer), o Mestre de Santiago (também outros lugares mais fracos), o Marquês de Vila Real (adiando), D. Francisco Lobo, João Mendes de Vasconcelos (adiando), o conde da Castanheira, Francisco Pereira –,

La nouvelle concernant la chute de Santa Cruz, rapidement connue à Lisbonne à travers Safi et des caravelles qui se trouvaient près de la place assiégée, à la fin mars, comme le rapporte Frei Luis de Sousa, amena D. João III, selon les informations que nous avons recueillies, à écrire une seconde lettre pour demander de nouveaux avis et présenter un compte rendu relatif aux aides qui avaient été apportées à Azemmour et Mazagan, comme cela avait été préalablement discuté avec les conseillers[45]. À cette même occasion, il convoqua de nouveau le Conseil et lui exposa la nouvelle situation. Les paroles qu'il a prononcées, enregistrées par Sousa[46], coïncident très probablement avec la troisième lettre à laquelle ont répondu des conseillers comme Cristóvão de Távora (position [32]) entre le milieu et la fin du mois d'avril et le comte de Feira le 25 de ce même mois (position [33]).

Par conséquent, après un persévérant échange de réflexions, le monarque présenta des intentions de conquête au Maroc, suscitant de fortes répercussions dans toute l'Afrique du Nord[47] et envoya fin mai 1541 un ambassadeur au roi de Fès. En 1534-1535, dans la réponse aux questions posées par D. João III, l'évêque de Coïmbre s'abstînt, même si en 1541 il encouragea le roi à venir en aide aux places méridionales (au service de Dieu) et fournit ses propres ressources humaines et matérielles et celles de l'évêché. Des dix-sept autres réponses connues de 1534-1535, neuf admettent la nécessité d'abandonner les places de Safi et d'Azemmour – Cristóvão de Távora, l'infant D. Fernando (seulement Azemmour), l'évêque

45. Recebem-na a 12 de Abril o visconde, cuja resposta data de 30 desse mês, e o conde da Feira que responde a 22 de Abril (*v. supra*, nota 41).

46. Ver *supra,* nota 36. Frei Luís de Sousa terá tido acesso a uma versão muito próxima numas Memórias de Lourenço Pires de Távora (de certo o mesmo original que serviu à compilação da *Historia de Varoens*... cit.), transcrevendo-a nos seus *Anais*... cit., vol. II, p. 180. Desse comentário deduzi a datação e tratar-se de um registo oral.

47. Inácio Nunes Gato ao escrever de Safim a 30 de Maio de 1541 a D. João III – posição [35] –, transmitindo-lhe informações obtidas por intermédio de um judeu vindo de Marraquexe, revela diversas reacções ocorridas a nível de governantes e populações dos diferentes poderes do Norte de África, em relação à história recente dos lugares portugueses. A queda de Santa Cruz do Cabo de Guer e o reforço militar de D. João III a Azamor, a par da imobilidade do Rei de Fez, fazem recuar o xarife de Marrocos para a sua cidade temendo uma intervenção conjunta dos dois soberanos. Esse medo, que se propagou entre a população, estendeu-se ao Suz.
Também o contador de Safim, D. Henrique de Noronha, escreve ao monarca português a 4 de Junho desse ano – posição [36] –, salientando a mesma instabilidade no Norte de África e o terror que tanto o xarife de Marrocos quanto o do Suz patenteiam face a uma iminente passagem do Rei de Portugal a África.
Qualquer destes informadores de D. João III crê, dadas as circunstâncias, que, agindo rapidamente, com facilidade o rei de Portugal submeteria alcaides e alarves de Marrocos ou ocuparia lugares abandonados no Suz.

répondit ce même jour. Lorsque la lettre lui est parvenue celui-ci avait déjà été informé sur la chute de Santa Cruz (v. *supra*, note 41).

45. Elle est reçue le même jour, le 12 avril, par le vicomte dont la réponse date du 30 du dit mois et par le comte de Feira qui répond le 22 avril (v. *supra*, note 41).

46. Voir *supra*, note 36. Frei Luís de Sousa aurait eu accès à une version très proche dans des Mémoires de Lourenço Pires de Távora (probablement le même original qui a servi à la compilation de *Historia de Varoens*... cit.), la transcrivant dans ses *Anais*... cit., vol. II, p. 180. Nous en avons déduit, à partir de ce commentaire, la datation et qu'il s'agissait d'un registre oral.

47. Lorsque le 30 mai 1541 Inácio Nunes Gato écrit de Safi à D. João III – position [35] –, pour lui transmettre des informations obtenues par l'intermédiaire d'un juif de Marrakech, il révèle plusieurs réactions des gouvernants et des populations des différents pouvoirs d'Afrique du Nord, par rapport à l'histoire récente des places portugaises. La chute de Santa Cruz du Cap de Gué et le renforcement militaire de D. João III à Azemmour, simultanément avec l'immobilité du roi de Fès, font reculer le chérif du Maroc vers sa ville de crainte d'une intervention conjointe des deux souverains. Cette crainte, qui s'est répandue parmi la population, s'est étendue au Sous.
Le conteur de Safi, D. Henrique de Noronha, écrit également le 4 juin de cette année au roi portugais – position [36], soulignant la même instabilité en Afrique du Nord et la terreur que les deux chérifs, du Maroc et du Sous, démontrent face au passage imminent du roi du Portugal en Afrique.
Tous les informateurs de D. João III estiment, dans ces circonstances, qu'en agissant rapidement facilement le roi du Portugal soumettrait *alcaides* et *alarves* au Maroc ou occuperait des lieux abandonnés dans le Sous.

brevemente, segundo opinião da maioria e porque tais praças não tinham capacidade de defesa nem qualquer proveito material ou de honra[48]. No Sul, deveria ser fortalecido Mazagão porque com mais facilidade receberia socorro (bispo de Lamego).

Os que se opõem ao abandono evocam razões e planejam estratégias. Mesmo que para os conservar se gastem até à exaustão vidas e fazendas e/ou se procure deter com «oufania e prezunção» bastante o avanço xarifino (Manuel de Sousa), salvaguardava-se a segurança dos outros lugares e da Península Ibérica. De facto teme-se que os mouros, fortalecidos com o abandono de Safim e Azamor, redobrem as investidas e, uma vez conseguido o acesso a portos onde possam construir navios, venham atacar o Algarve e o Sul de Espanha, tornando impraticável qualquer futura recuperação portuguesa. Daí a insistência do bispo do Algarve na atenção devida a Sagres e, à vista de um cerco a Azamor ou Mazagão, preparar além de forças também embarcações apropriadas. Propõe, além disso, o fortalecimento de Aguz e da barra de Azamor.

A solução encontrada – apesar dos graves condicionalismos – é o reforço das duas praças com fortes guarnições e bons capitães (que na defesa se possam eventualmente conjugar) e bem abastecidas. Quanto à estratégia para combater o xarife apontam-se hipóteses, desde a destruição contínua dos campos ao

48. Não coincide a minha interpretação com a de Otília Rodrigues Fontoura em *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*... cit., que no quadro de pareceres de 1534-1535 (p. 162) inclui apenas cinco posições favoráveis ao abandono dos lugares de África, doze desfavoráveis e uma abstenção. Nas posições que admitem deixar-se aquelas praças encontrei nove nomes, isto é, além do bispo de Lamego (7 Out.), do Mestre (8 Out.), de D. Francisco Lobo (30 Out.) e de Francisco Pereira (finais do ano) que Fontoura igualmente inclui – discordo de se colocar o bispo do Algarve (15 Out.) –, somei os nomes de Cristóvão de Távora (5 Out.), do infante D. Fernando (6 Out.) e do conde da Castanheira (pós-queda de Santa Cruz, posição não introduzida no quadro referido) e ainda do Marquês de Vila Real (30 Out.) e de João Mendes de Vasconcelos (6 Nov.), porque, embora aconselhando o adiamento do projecto, estes dois conselheiros não deixam de admitir o abandono.
Colocando de parte a abstenção do bispo de Coimbra (6 Dez.), restam, desta forma, não doze mas oito pareceres que se opõem à ideia de abandono, ou nove, dado que o bispo do Algarve apresenta dois testemunhos (15 Out. e 20 Dez.). Contam-se, assim, entre estes, além do citado bispo do Algarve os nomes de João de Melo Barreto (18 Out.), de Nuno Rodrigues Barreto (1 Nov.), do visconde de Vila Nova da Cerveira (5 Nov.), de Fernão Vaz de Sampaio (15 Nov.), de João Rodrigues de Sá Meneses (23 Dez.), de Manuel de Sousa (1 Jan. 1535) e de D. Fradique Manuel (7 Jan.). Ver *Algumas posições*...
No que respeita às posições de D. António de Ataíde, conde da Castanheira, um dos Vedores da Fazenda de D. João III, posições [25] e [40], saliento em particular a informação obtida de Frei Luís de Sousa a partir de uma Relação de memórias que, embora não datada, terá revelado conteúdo esclarecedor para a dedução das datas de dois pareceres, o de 1534 (?) e o de 1541. Ver Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*... cit., vol. II, pp. 210-211, 314-317 e 276.

de Lamego (le Cap de Gué également), le maître de Santiago (également d'autres places plus faibles), le marquis de Vila Real (ajournant), D. Francisco Lobo, João Mendes de Vasconcelos (ajournant), le comte de Castanheira, Francisco Pereira – rapidement, selon l'opinion de la majorité et parce que ces places n'avaient aucune capacité de défense ni aucun avantage matériel ou d'honneur[48]. Dans le Sud, Mazagan devrait être renforcé, car elle pourrait plus facilement recevoir de l'aide (évêque de Lamego).

Ceux qui s'opposent à l'abandon évoquent des raisons et planifient des stratégies. Même si pour les conserver il fallait dépenser jusqu'à épuisement des vies et de l'argent et/ou si l'on cherchait à retarder avec assez de « fierté et de présomption » l'avancée chérifienne (Manuel de Sousa), on préserverait la sécurité des autres places et de la péninsule ibérique. De fait, il est à craindre que les maures, encouragés par l'abandon de Safi et d'Azemmour, redoublent leurs attaques et, qu'après l'accès aux ports où ils peuvent construire des navires, ils attaquent l'Algarve et le sud de l'Espagne, rendant impraticable toute future récupération portugaise. D'où l'insistance de l'évêque de l'Algarve d'accorder une attention adéquate à Sagres et de préparer, dans l'imminence d'un siège d'Azemmour ou de Mazagan, outre des forces également des navires appropriés. Il propose, par ailleurs, le renforcement d'Agouz et de la côte d'Azemmour.

La solution trouvée – en dépit de contraintes sévères – est celle de renforcer les deux places avec de fortes

48. Notre interprétation diffère de celle d'Otilia Rodrigues Fontoura dans *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*... cit.) qui, dans le tableau des avis de 1534-1535 (p. 162), n'inclut que cinq positions favorables à l'abandon des places d'Afrique, douze défavorables et une abstention. Dans les positions qui admettent l'abandon de ces places nous avons trouvé neuf noms, c'est-à-dire, outre l'évêque de Lamego (7 octobre), le maître (8 octobre), D. Francisco Lobo (30 oct.) et Francisco Pereira (fin de l'année) que Fontoura inclut également – nous ne sommes pas d'accord d'y inclure l'évêque de l'Algarve (15 oct.) –, nous avons ajouté les noms de Cristóvão de Távora (5 oct.), de l'infant D. Ferdinand (6 oct.) et celui du comte de Castanheira (après la chute de Santa Cruz, position non introduite dans le tableau mentionné) et également ceux du marquis de Vila Real (30 oct.) et de João Mendes de Vasconcelos (6 nov.) parce que, bien qu'ayant conseillé l'ajournement du projet, ces deux conseillers admettent néanmoins leur abandon.
Si l'on met de côté l'abstention de l'évêque de Coïmbre (6 déc.), il ne nous reste donc, non pas douze, mais huit avis qui s'opposent à l'idée d'abandon, voire neuf, étant donné que l'évêque de l'Algarve présente deux témoignages (15 oct. et 20 déc.). Nous comptons, par conséquent, parmi ceux-ci, en plus de l'évêque de l'Algarve mentionné, les noms de João de Melo Barreto (18 oct.), Nuno Rodrigues Barreto (1er nov.), celui du vicomte de Vila Nova da Cerveira (5 nov.), Fernão Vaz de Sampaio (15 nov.), João Rodrigues de Sá Menezes (23 déc.), Manuel de Sousa (1er janv. 1535) et celui de D. Fradique Manuel (7 janv.). Voir *Quelques positions*...
En ce qui concerne les positions de D. António de Ataíde, comte de Castanheira, l'un des intendants du Trésor (*vedores da Fazenda*) de D. João III, positions [25] et [40], nous soulignons en particulier l'information obtenue de Frei Luís de Sousa à partir d'une Relation de mémoires qui, bien que non datée, aurait révélé un contenu clarifiant pour la déduction des dates de deux avis, celui de 1534 (?) et celui de 1541. Voir Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*... cit., vol. II, pp. 210-211, 314-317 et 276.

redor de Marraquexe até à política de aliciamento de mouros sob o seu jugo, permitindo aos alarves cultivar e comerciar nos campos de Safim e de Azamor e levando-os também a combater o seu actual senhor[49].
Quanto a Marrocos setentrional, e dados os perigos imediatos que podem representar as movimentações da armada do senhor de Argel, somando-se aos contínuos ataques de corsários e de alcaides de Fez, coloca-se a muitos, como prioritário, o fortalecimento de Ceuta – porque visada directamente pelo Turco, segundo informações da época, e sobretudo pelo significado que teria do ponto de vista estratégico e ideológico, tanto para Portugal como para toda a cristandade. A concentração de forças militares e de gastos no Norte é, por outro lado, o que projectam os defensores do abandono de lugares meridionais. Deveriam também reforçar-se Alcácer Ceguer, Tânger e Arzila, atendendo aos contínuos prejuízos causados pelos acólitos de Fez.
Se os pareceres se dividem quanto a abandonar Azamor e Safim, o que D. João III projectava há anos, no que respeita à construção de fortalezas roqueiras, que estaria igualmente nos projectos reais desde a mesma altura (segundo o testemunha o infante D. Fernando, único a considerar positivamente a hipótese), trata-se de um tema que não desperta qualquer simpatia, antes suscita sérias dúvidas sobre o seu benefício, na verdade colocadas à partida pelo próprio monarca em 1534.

49. Se no parecer do bispo do Algarve em 1534 sobrelevam-se as razões de ordem política nesta estratégia, para outros ela representa fundamentalmente proveito económico, um passado a recuperar, o dos mouros de paz tributários que permitiam o comércio e o abastecimento das praças. Nos anos 40 ao discutir-se a melhor área ultramarina de investimento da Coroa, avaliam-se rendimentos, a sua natureza, as potencialidades dos diferentes domínios. A Índia, que na altura parece ser a que proporciona maiores rendimentos é, todavia, alvo de um olhar crítico mesmo por parte dos que contrariam a conquista do Norte de África (posição [42]). Apontam-se na empresa falhas que decorrem das peças humanas da sua engrenagem: tanto o modo como se aparelham as armadas como a cobiça que anima os detentores de ofícios, ou, devido a má governação, a fuga de gente que vai povoar as terras orientais, inclusive de outros reis, deixando por vezes o serviço de soldados e tornando-se mercadores.
Os defensores da conquista de África (posição [41]) consideram, todavia, que as mercadorias do comércio da Índia são uma riqueza «fantástica», isto é, não natural e passível de falhar, além do prejuízo que provocam nos costumes dos portugueses. Em contrapartida, nos reinos de Fez e de Marrocos Portugal encontraria trigo bastante para se abastecer e comerciar, gados e muitos produtos da terra, além do beneficio da existência de minas e, tudo isto, bem mais perto do Reino. Aliás, já em 1530 e 1534 homens com experiência na guerra de África, como Gonçalo Mendes Sacoto e Francisco Pereira, salientavam quanto pela conquista do Sul de Marrocos ou pela do reino de Fez se obteriam mantimentos como trigo e outros produtos naturais que permitiriam ao Reino auto-abastecer-se, acabando com as importações e a sujeição a estrangeiros. Ver *Algumas posições…* [6, 23 e 24] e *supra*, notas 18, 24 e 25.

garnisons et de bons capitaines (qui puissent éventuellement s'allier lors de la défense) et de bien les approvisionner. Quant à la stratégie à adopter pour combattre le chérif certaines hypothèses sont retenues, de la destruction continue des champs autour de Marrakech jusqu'à la politique de séduction des maures sous son joug, en permettant aux alarves de cultiver et de commercer sur les terres de Safi et d'Azemmour, mais en les obligeant à combattre également leur seigneur actuel[49].
Quant au Maroc septentrional, et compte tenu des dangers immédiats que peuvent représenter les mouvements de l'armée du seigneur d'Alger, qui viennent s'ajouter aux attaques continues des corsaires et des caïds de Fès, le renforcement de Ceuta – parce qu'elle est visée directement par les turcs, selon des informations de l'époque, et surtout par la signification qu'elle aurait d'un point de vue stratégique et idéologique, à la fois pour le Portugal et pour l'ensemble de la chrétienté – est perçu par beaucoup comme étant une priorité. D'autre part, les défenseurs de l'abandon des places méridionales projettent la concentration de forces militaires et de dépenses dans le Nord. El-Ksar es-Seghir, Tanger et Asilah, devraient également être renforcées compte tenu des dommages continus causés par les acolytes de Fès.
Si les avis sont partagés quant à l'idée d'abandonner Azemmour et Safi, comme le prévoyait D. João III depuis des années, en ce qui concerne la construction de forteresses bastionnées qui faisait également

49. Si dans l'avis de l'évêque de l'Algarve en 1534 les raisons d'ordre politiques l'emportent dans cette stratégie, pour d'autres elle représente essentiellement un avantage économique, un passé à récupérer, celui des maures de paix tributaires qui permettaient le commerce et l'approvisionnement des places. Dans les années 40 lorsqu'on discute à propos de la meilleure zone d'investissements d'outre-mer de la Couronne, on évalue les revenus, leur nature, les potentialités des différentes dominations. L'Inde, qui à l'époque semble être celle qui fournit les plus grands revenus est, cependant, la cible d'un regard critique même de la part de ceux qui sont contre la conquête de l'Afrique du Nord (position [42]). On souligne des failles dans cette entreprise découlant des éléments humains de son engrenage : tant sur la manière d'équiper les armées que sur la cupidité qui motive les détenteurs de métiers, ou à cause de la mauvaise gouvernance, la fuite des gens qui vont peupler les terres orientales, y compris celles d'autres rois, laissant parfois le métier de soldat pour devenir des négociants.
Les partisans de la conquête de l'Afrique (position [41]) considèrent, toutefois, qu'en plus des dégâts qu'elles engendrent dans les coutumes des portugais, les marchandises issues du commerce de l'Inde sont une richesse « fantastique », c'est-à-dire, non naturelle et qu'elles sont susceptibles de faillir. En revanche, dans les royaumes de Fès et du Maroc le Portugal pourrait y trouver suffisamment de blé pour son approvisionnement et pour le commerce, de bovins et de nombreux produits de la terre, en plus de l'avantage de l'existence de mines et tout ceci beaucoup plus proche du Royaume. D'ailleurs, déjà en 1530 et 1534 des hommes ayant une expérience dans la guerre en Afrique, comme Gonçalo Mendes Sacoto et Francisco Pereira, soulignaient qu'avec la conquête du sud du Maroc, ou du royaume de Fès, on obtiendrait des aliments tels que le blé et d'autres produits naturels qui permettraient au Royaume d'être autosuffisant, mettant ainsi fin aux importations et à l'assujettissement aux étrangers. Voir *Quelques positions…* [6, 23 e 24] et *supra*, note, 18, 24 et 25.

Ao debruçarem-se sobre um outro assunto necessariamente abordado por D. João III, o da conquista, ou seja, da possibilidade de uma forte intervenção militar portuguesa no Norte de África quando os recursos o permitissem, tornam-se os discursos de 1534-1535 bem mais eloquentes e reveladores do pensamento destes homens. O próprio monarca, ao consultá-los, apontara a necessidade de uma reflexão alargada ao abordar o tema do abandono de lugares no Norte de África, pois este estaria intimamente ligado a outro: o da área pela qual deveria iniciar-se a guerra – Fez ou Marrocos –, implicando uma estratégia baseada no conhecimento das condições das terras (inclusive para abastecimento do exército) e dos poderes em questão.

Segundo o testemunho de D. Fradique Manuel a 7 de Janeiro de 1535 (posição [27]), havia uma opinião generalizada da necessidade de atacar por onde fosse maior o poder mouro e de lutar em Marrocos mais do que através das armas, pela construção de uma imagem e por uma política que motivasse a surpresa e inspirasse o temor.

Continua a colocar-se para Francisco Pereira como para o Mestre de Santiago o problema do poder português demasiado repartido, porque, segundo este último «as cousas tam espalhadas nom se podem bem conservar»[50], referência que tanto se aplicava ao império ultramarino como apenas ao Norte de África.

Continuam também as críticas a D. Manuel I, seja por esse motivo (Pereira) ou por ter conservado os lugares conquistados em vez de os destruir (bispo de Lamego) ou ainda, por não conseguir através de um relacionamento amistoso com os mouros do Sul garantir sempre o abastecimento e evitar a escolha por eles de outro senhor para rei (bispo do Algarve, 15 de Outubro). Por outro lado, a hipótese de vir a estabelecer a paz com os mouros, interpretava-a Pereira como uma manifestação de fraqueza, enquanto que para o infante D. Fernando representaria uma manobra útil possibilitando a preparação de fortalezas roqueiras a Sul e, quiçá, a passagem a África do rei que, por questões de segurança, não deveria tardar. Difícil se torna, na verdade, estabelecer um plano definido dada a falta de recursos materiais para tão grandes despesas e, conforme o salienta o visconde de Vila Nova da Cerveira, o resultado ser incerto. De facto, avaliar qual dos poderes é mais forte nem sempre se consegue, divergindo as opiniões, quando as há.

Os que indicam o Sul como melhor início para a conquista atendem à potencialidade dos territórios de

50. Carta (parecer) do Mestre de Santiago, de 8 de Outubro de 1534, a D. João III – posição [11]. Ver *Algumas posições…*, entre as quais, a de Francisco Pereira – posição [23].

partie des projets royaux depuis cette époque (comme le témoigne l'infant D. Fernando, le seul à envisager favorablement l'hypothèse), le thème ne suscite aucune sympathie, mais soulève plutôt de sérieux doutes sur ses avantages, ces doutes avaient d'ailleurs été d'emblée émis par le monarque en 1534.

En se penchant sur un autre sujet nécessairement abordé par D. João III, celui de la conquête, c'est-à-dire, la possibilité d'une forte intervention militaire portugaise en Afrique du Nord lorsque les ressources le permettraient, les discours de 1534-1535 deviennent bien plus éloquents et révélateurs de la pensée de ces hommes. Lorsqu'il les a consultés et a abordé la question de l'abandon des places en Afrique du Nord, le monarque a lui-même souligné la nécessité d'une réflexion plus approfondie à ce sujet, car cet abandon serait étroitement lié à l'autre : celui de la zone à partir de laquelle la guerre devait commencer – Fès ou Maroc, ce qui impliquait une stratégie basée sur la connaissance des conditions du terrain (y compris pour l'approvisionnement de l'armée de terre) et des pouvoirs en question.

Selon le témoignage de D. Fradique Manuel du 7 janvier 1535 (position [27]), il existait une opinion généralisée selon laquelle il fallait attaquer là où la puissance mauresque était supérieure et lutter au Maroc plus que par les armes, par la construction d'une image et par une politique qui motiverait la surprise et inspirerait la crainte.

La trop grande dispersion de la puissance portugaise demeurait un problème pour Francisco Pereira et pour le maître de Santiago, vu que, selon ce dernier « les choses si dispersées ne peuvent pas bien se conserver »[50], référence que s'applique tant à l'empire d'outre-mer que juste à l'Afrique du Nord.

D. Manuel I continue d'être critiqué soit pour cette raison (Pereira), soit parce qu'il a gardé les places conquises au lieu de les détruire (l'évêque de Lamego), ou soit encore parce qu'il n'est pas parvenu, à travers une relation amicale avec les maures du Sud, à maintenir l'approvisionnement et à éviter qu'ils choisissent un autre seigneur pour leur roi (l'évêque de l'Algarve, le 15 octobre). D'autre part, Pereira interprétait l'hypothèse d'établir la paix avec les maures, comme une manifestation de faiblesse, tandis que pour l'infant D. Fernando ce serait une manœuvre utile permettant la construction de forteresses bastionnées dans le Sud et, peut-être même, le passage du roi vers l'Afrique qui, pour des raisons de sécurité, ne devrait pas tarder.

En vérité, étant donné le manque de ressources matérielles pour de si grandes dépenses il devient difficile d'établir un plan défini et, comme le souligne le vicomte de Vila Nova da Cerveira, pour un résultat incertain. En effet, il n'est pas toujours possible de déterminer lequel des pouvoirs est le plus fort, les opinions divergent, lorsqu'il y en a.

50. Lettre (avis) du maître de Santiago, le 8 octobre 1534, à D. João III – position [11]. Voir *Quelques positions…*, parmi lesquelles, celle de Francisco Pereira – position [23].

Safim e Azamor para atrair de novo os alarves e conseguir através das revoltas destes destruir o xarife (bispo do Algarve), bem como à inimizade para com ele manifestada pelo rei de Fez durante o recente cerco de Safim (ou receio, dada a vizinhança de Portugal e Espanha, segundo Nuno Rodrigues Barreto). Assim, o bispo do Algarve considera a hipótese nessa fase inicial de uma mútua ajuda, secreta, entre Portugal e Fez, embora o objectivo final seja conquistar igualmente este reino. Para isso utilizar-se-ia de novo a «manha» ao conquistar Salé de surpresa, num ataque simultâneo por terra e por mar, construindo uma fortaleza no Rio de Mamora, em lugar apropriado (de novo crítica a D. Manuel I) e garantindo, como no Sul, campo seguro aos mouros de forma a virá-los contra o rei de Fez e facilitando a sua expulsão. A conquista pelo Sul parece mais fácil a Manuel de Sousa (posição [26]), assim como a Nuno Rodrigues Barreto (posição [16]), pois – segundo este último – nesta área o xarife não é, como o rei de Fez, senhor por direito e tem a sua gente submetida à força, além de não poder contar com o auxílio daquele reino.

Fez é, contudo, considerada por maior número de conselheiros a área mais favorável à intervenção (seja por Arzila, Tânger, Salé, ou pela Mamora), em virtude da existência de campos e cidades e, escolhendo a época apropriada, melhores condições de abastecimento. Também são focadas facilidades que derivam de divisões internas em Fez e, caso seja este poder, apesar de tudo, superior ao do xarife, a sua conquista garantiria maior segurança, como atrás se viu, relativamente à prossecução da conquista em terras do Sul, impedindo, além do mais, o socorro turco.

São, na verdade, muitas as divergências de opinião sobre o relacionamento dos três poderes (Fez, Marrocos, Suz) em caso de intervenção portuguesa. Atacando Marrocos meridional combateríamos com êxito o xarife, ou, derrotados, passaríamos a suportar ataques conjuntos no Norte? Atacando Fez, não viriam os xarifes em defesa deste rei contra os cristãos, tendo os portugueses que enfrentar em vez de um três adversários? Há que atender a várias condições antes de encarar tal iniciativa, isto é, verificar, como o salienta o Marquês de Vila Real (posição [14]), se a conjunção é favorável, sopesando os recursos financeiros, a situação na Índia e a política internacional.

Quanto aos turcos, temem-se ataques na Índia (conde da Castanheira, 1534?) e o avanço da armada de Barba-Roxa em 1534 no Mediterrâneo ocidental. Recordam-se acontecimentos recentes, seja a ocupação por André Doria em 1532 de Coron da Moreia (conde da Castanheira), seja o seu abandono pelo imperador,

Ceux qui indiquent le Sud en tant que meilleur départ pour la conquête tiennent compte de la potentialité des territoires de Safi et d'Azemmour pour attirer à nouveau les alarves et parvenir à travers les révoltes de ces derniers à détruire le chérif (l'évêque de l'Algarve), ainsi que de l'inimitié qu'a manifestée envers lui le roi de Fès lors du récent siège de Safi (ou de la crainte, étant donné que le Portugal et l'Espagne sont voisins, selon Nuno Rodrigues Barreto). Ainsi, dans cette phase initiale, l'évêque de l'Algarve considère l'hypothèse d'une aide mutuelle, secrète, entre le Portugal et Fès, bien que l'objectif soit aussi celui de conquérir ce royaume. Pour cela, on se servirait de nouveau du « matin » pour conquérir Salé par surprise lors d'une attaque simultanée par terre et par mer, en construisant une forteresse sur le fleuve Mamora, dans un endroit approprié (nouvelle critique à D. Manuel I) et en assurant, comme dans le Sud, une zone de sécurité pour les maures, afin de les retourner contre le roi de Fès et de faciliter son expulsion. Pour Manuel de Sousa la conquête par le Sud semble plus facile (position [26]), ainsi que pour Nuno Rodrigues Barreto (position [16]), parce que – d'après ce dernier – dans cette zone le chérif n'est pas, comme le roi de Fès, un seigneur de plein droit, il a soumis son peuple par la force et, de plus, il ne peut pas compter sur l'aide de ce royaume.

Cependant, la plupart des conseillers considèrent Fès comme étant la zone la plus favorable pour l'intervention (soit par Asilah, Tanger, Salé ou par Mamora), grâce à l'existence de campagnes et de villes et, en choisissant bien la saison, en raison de meilleures conditions d'approvisionnement. D'autres facilités sont également soulignées dérivant de divisons internes à Fès et, si ce pouvoir est, malgré tout, supérieur à celui du chérif, sa conquête assurerait une plus grande sécurité, comme nous l'avons vu plus haut, par rapport à la poursuite de la conquête dans les terres du Sud, empêchant, en outre, que les turcs lui viennent en aide. Il y a, en vérité, beaucoup de divergences d'opinions sur la relation entre les trois pouvoirs (Fès, Maroc, Sous) dans le cas d'une intervention portugaise. En attaquant le Maroc méridional combattrait-on le chérif avec succès, ou vaincus, passerait-on à subir des attaques conjointes par le Nord ? En attaquant Fès, les chérifs ne viendraient-ils pas défendre ce roi contre les chrétiens, les portugais devant faire face à trois adversaires au lieu d'un seul ? On doit tenir compte de plusieurs conditions avant d'entreprendre une telle initiative, autrement dit, comme le souligne le marquis de Vila Real (position [14]), il faut vérifier, en évaluant les ressources financières, la situation en Inde et la politique internationale, si la conjoncture est favorable. Quant aux turcs, on craint des attaques en Inde (comte de Castanheira, 1534?) et l'avancée de la flotte de Barberousse en 1534, en Méditerranée occidentale. On rappelle des événements récents, que ce soit l'occupation par André Doria en 1532 de Coron en

política essa festejada pelo bispo de Lamego, embora condenada pelo do Algarve, em Outubro desse ano. A propósito dos objectivos de Barba-Roxa e da capacidade das forças imperiais (enumeradas por D. João III) de detê-lo, tecem-se considerações de interesse sobre as relações de Portugal com Carlos V (dar ou não colaboração através de uma armada portuguesa)[51], tal como ao tratar-se da conquista de Fez se salienta a necessidade de informar o imperador dessa iniciativa apenas para que da sua parte impeça auxílios do exterior aos mouros de Fez.

De maior independência relativamente aos objectivos bélicos de Carlos V mostra-se notoriamente Cristóvão de Távora, enquanto o bispo do Algarve nutre uma séria desconfiança sobre as verdadeiras intenções do imperador, no que diz respeito a auxílios no Norte de África (baseado na sua experiência do tempo de D. Manuel I). Os socorros imperiais poderão ser interpretados no futuro, conforme alerta, como compra de direitos sobre domínios portugueses, difíceis de recuperar.

O Papa, por seu turno, é com frequência citado dada a sua condição de chefe espiritual da cristandade, podendo conceder – directamente ou através da Igreja nacional[52] – maiores benefícios para a guerra aos infiéis que o rei de Portugal desejava prosseguir em Marrocos.

Quanto a ameaças do exterior, note-se reflectido nalguns pareceres, uma vez mais, quanto Portugal tinha que acautelar-se relativamente aos ataques da França. O bispo do Algarve, a 15 de Outubro de 1534, é quem mais se debruça sobre o tema insistindo na necessidade de Portugal utilizar na guerra de defesa do mar caravelas maiores com bombardas. É, na verdade, o corso francês um dos grandes responsáveis por perdas de navios e de mercadorias no Atlântico, apesar dos protestos junto da Coroa francesa e de iniciativas nesta década de 30 para solucionar um problema que se agravou nos finais da década anterior. Persistirão, contudo, – e com maior gravidade de novo nos anos 40 – as visitas francesas com grande incidência, sobretudo, na Mina e no Brasil[53]. Tal como

51. Ver *supra*, notas 17 e 33.

52. Ver *supra*, notas 5, 25 e 32.

53. Desde 1529 que se agravara a guerra de corso movida por franceses e se procurava solucionar a questão das presas. Vem a concretizar-se a partir de 1537 em Baiona a reunião de juízes das duas nações, até nova crise se despoletar na década de 40. Ver a propósito entre as obras de Joaquim Veríssimo Serrão, «Notas sobre a Embaixada de Honorato de Cais em Portugal», *Arquivos do Centro Cultural Português,* vol. I, 1969, pp. 161-195 e *A Embaixada em França de Brás de Alvide (1548-1554),* Paris, F. C. Gulbenkian--Centro Cultural Português, 1969; Ruy de Albuquerque, *As Represálias. Estudo de História do Direito Português (sécs. XV e XVI),* 2 vols., Lisboa, Faculdade de Direito – Universidade de Lisboa, 1972, Ana

Morée (comte de Castanheira), ou son abandon par l'empereur, politique, bien que célébrée par l'évêque de Lamego, condamnée par l'évêque de l'Algarve en octobre de la même année. À propos des objectifs de Barberousse et de la capacité des forces impériales (énumérées par D. João III) à l'arrêter, certaines considérations d'intérêts sont faites au sujet des relations entre le Portugal et Charles V (collaborer ou non avec une armée portugaise)[51], comme pour la conquête de Fès on souligne la nécessité d'informer l'empereur de cette initiative dans le seul but d'empêcher les maures de Fès d'avoir recours à des aides extérieures.

Cristóvão de Távora montre de façon notoire une plus grande indépendance à l'égard des objectifs militaires de Charles V tandis que l'évêque de l'Algarve, basé sur son expérience avec D. Manuel I, nourrit une sérieuse méfiance par rapport aux véritables intentions de l'empereur en ce qui concerne l'aide en Afrique du Nord. À l'avenir, l'aide impériale pourrait être interprétée, prévient l'évêque, comme l'achat de droits sur des dominations portugaises, difficiles à récupérer.

Le pape est, à son tour, souvent mentionné en raison de sa condition de chef spirituel de la chrétienté, car il pouvait accorder – directement ou par l'intermédiaire de l'Église nationale[52] – de plus grands avantages dans cette guerre contre les infidèles que le roi du Portugal souhaitait poursuivre au Maroc.

Quant aux menaces de l'étranger, notons, une fois de plus, qu'il émane de certains avis combien le Portugal devait se protéger contre les attaques de la France. L'évêque de l'Algarve est celui qui, le 15 octobre 1534, se concentre davantage sur le sujet, insistant sur la nécessité pour le Portugal d'utiliser de plus grandes caravelles armées avec plus de *bombardas* pour pouvoir se défendre dans la guerre sur mer. En vérité, les corsaires français sont l'un des responsables des pertes de navires et de marchandises dans l'Atlantique, malgré les protestations auprès de la couronne française et les prises d'initiatives dans cette troisième décennie pour résoudre un problème qui s'est aggravé à la fin de la dernière décennie. Cependant, les visites françaises de grande envergure ont persisté – et plus gravement encore dans les années 40 – en particulier à Mina et au Brésil[53]. À l'instar des anglais, les français développeront eux aussi au Maroc, avec

51. Voir *supra*, notes 17 et 33.

52. Voir *supra*, notes 5, 25 et 32.

53. Depuis 1529 l'attaque corsaire perpétrée par les français a augmenté et on cherche à régler la question des captifs. La réunion de juges des deux nations ne se concrétisa qu'à partir de 1537 à Bayonne jusqu'à ce qu'une nouvelle crise ait été déclenchée dans la décennie de 40. Voir à ce propos parmi les œuvres de Joaquim Veríssimo Serrão, « Notas sobre a Embaixada de Honorato de Cais em Portugal », *Arquivos do Centro Cultural Português,* vol. I, 1969, pp. 161-195 et *A Embaixada em França de Brás de Alvide (1548-1554),* Paris, F. C. Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1969 ; Ruy de Albuquerque, *As Represálias. Estudo de História do Direito Português (sécs. XV e XVI),* 2 vols., Lisbonne, Faculdade de Direito – Universidade de Lisboa, 1972 ; Ana Maria P. Ferreira, *Problemas marí-*

os ingleses também os franceses irão desenvolver em Marrocos, com objectivos económicos e políticos, relações comerciais com o Suz.

Considera-se, aliás, muito importante, em diversos pareceres formulados desde 1530, avaliar previamente as repercussões da política portuguesa junto dos outros poderes – sejam muçulmanos, turcos ou cristãos –, evitando o desprestígio do rei de Portugal e as consequências que daí decorreriam inclusivamente sobre as diversas áreas do império ultramarino[54].

Ora, após a queda de Santa Cruz do Cabo de Guer, em Março de 1541, é precisamente o prestígio dos portugueses e a imagem política do rei de Portugal que fica comprometida em terras do Norte de África. É necessário responder ao desastre com brevidade e de forma a não mostrar recuo na guerra nem na defesa. Compartilham desta mesma opinião Cristóvão de Távora e o visconde de Vila Nova da Cerveira (posições [32] e [34]), no que expõem em Abril desse ano. Note-se igualmente que as repercussões a considerar são não apenas as ocasionadas nos poderes locais,

Maria P. Ferreira, *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI,* Redondo, Patrimonia, 1995.

Tem muito a ver com a penetração francesa no Brasil e a maior intensidade do corso no Atlântico a partida para aquela região de Martim Afonso de Sousa em 1530 (*v. supra*, nota 30). Desenvolverá uma luta intensa contra a presença francesa, incentivando-se também a partir de então a exploração do litoral brasileiro e a colonização através de um sistema de capitanias acompanhando a exploração produtiva (depois alterado com a maior intervenção da Coroa através de um governo-geral instituído em 1548), bem como, ainda na década de 50, num esforço crescente, a penetração no sertão. A ocupação em 1555 da região do Rio de Janeiro por franceses motivará, durante a década de 60, diversas expedições portuguesas com o objectivo de expulsão.

Extremamente prejudiciais se mostram os ataques de franceses e ingleses a navios que transportam trigo a Lisboa para abastecimento do Reino e lugares de África, responsáveis por perdas consideráveis materiais e humanas frequentemente mencionadas na documentação coeva (*v. infra*, nota 55).

54. São vários os testemunhos da época que referem, como o faz o visconde de Vila Nova da Cerveira (5 Nov. 1534), e já o fizera em 1530 Gonçalo Mendes Sacoto, a cobiça que muitas nações estrangeiras têm do esforço e valentia dos portugueses e do aumento dos extensos domínios do Rei de Portugal bem como da exaltação da fé que acompanha a Expansão portuguesa. Sobre o tema da «guerra santa» empreendida pelos cristãos, ver, entre outros trabalhos de Martim de Albuquerque, *A Expressão do Poder em Luís de Camões,* Lisboa, IN-CM, 1988.

Importante se torna atender à conservação e consolidação – face a todos os poderes, incluindo cristãos e Papado, turcos, argelinos e marroquinos – de uma imagem de um Rei/Reino poderoso, baluarte do cristianismo (*v. supra*, nota 5) e da Igreja Católica numa época de acesas controvérsias mesmo entre príncipes e povos cristãos e em que era preciso obter benefícios da Santa Sé.

Abandonar posições no Norte de África seria abalar seriamente esses propósitos e mostrar ao inimigo fraqueza política e ideológica e falta de recursos. Face à guerra santa promovida em torno da figura do xarife, representaria um desprestígio e perda política ainda maior, tanto mais que se repercutiria certamente em diversas áreas do domínio ultramarino. Segundo Manuel de Sousa (1 Jan. 1535), Portugal, ao abandonar lugares no Sul de Marrocos, desencadearia ofensivas sobre Arzila e Tânger por parte de Fez, sobre Ceuta por parte de Barba-Roxa, sobre a Índia por parte do Turco.

des objectifs économiques et politiques, des relations commerciales avec le Sous.

Il s'avère d'ailleurs très important, dans plusieurs avis formulés depuis 1530, d'évaluer préalablement les répercussions de la politique portugaise auprès des autres pouvoirs – qu'ils soient musulmans, turcs ou chrétiens –, évitant ainsi de discréditer le roi de Portugal et les conséquences qui en découleraient inclusivement sur les différentes zones de l'empire d'outre-mer[54].

Or, après la chute de Santa Cruz du Cap de Gué, en mars 1541, c'est précisément le prestige des portugais et l'image politique du roi de Portugal qui sont compromis sur les terres d'Afrique du Nord. Il est nécessaire de répondre de toute urgence à ce désastre tout en se préservant de montrer tout recul dans la guerre ou dans la défense. Cristóvão de Távora et le vicomte de Vila Nova da Cerveira (positions [32] et [34]) partagent également cette opinion, d'après ce qu'ils exposent en avril de cette même année. Notons également

timos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI, Redondo, Patrimonia, 1995.

Le départ de Martim Afonso de Sousa en 1530 vers cette région (voir ci-dessus, note 30) est étroitement lié à la pénétration française au Brésil et à augmentation de l'attaque des corsaires dans l'Atlantique. On développera une lutte intense contre la présence française, encourageant également depuis lors l'exploration et la colonisation de la côte brésilienne par un système de capitaineries qui accompagnait une exploitation productive (modifié plus tard en raison d'une plus grande intervention de la Couronne avec un gouvernement général établi en 1548) et toujours dans les années 50, dans un effort croissant pour pénétrer dans l'arrière-pays. L'occupation de la région de Rio de Janeiro en 1555 par les français motivera dans la décennie de 60 plusieurs expéditions portugaises à des fins d'expulsion.

Responsables des pertes matérielles et humaines souvent mentionnées dans les documents de l'époque (voir ci-dessous, note 55), les attaques des français et des anglais aux navires transportant du blé à Lisbonne pour l'approvisionnement du Royaume et des places d'Afrique se révèlent extrêmement préjudiciables.

54. Plusieurs témoignages de l'époque rapportent, comme le fait le vicomte de Vila Nova da Cerveira (le 5 novembre 1534) et comme l'avait déjà fait en 1530 Gonçalo Mendes Sacoto, la convoitise de nombreuses nations étrangères de l'effort et du courage des portugais et de l'augmentation des vastes dominations du roi de Portugal, ainsi que de l'exaltation de la foi qui accompagne l'Expansion portugaise. Sur le thème de la «guerre sainte» menée par les chrétiens, voir, parmi d'autres œuvres de Martin de Albuquerque, *A Expressão do Poder em Luís de Camões,* Lisbonne, IN-CM, 1988.

Il est important de répondre à la conservation et à la consolidation – par rapport à tous les pouvoirs, y compris par rapport aux chrétiens et à la papauté, aux turcs, algériens et marocains – d'une image d'un Roi / Royaume puissant bastion du christianisme (voir ci-dessus, note 5) et de l'Église catholique à un moment de vives controverses, même parmi les princes et les peuples chrétiens, où il était nécessaire d'obtenir des bénéfices du Saint-Siège.

Abandonner les positions en Afrique du Nord porterait gravement atteinte à ces objectifs et démontrerait à l'ennemi une certaine faiblesse politique et idéologique ainsi qu'un certain manque de ressources. Face à la guerre sainte encouragée par le chérif, cela représenterait une perte de prestige et une perte politique encore plus grande, d'autant plus que cela se répercuterait certainement dans plusieurs zones de la domination d'outre-mer. Selon Manuel de Sousa (le 1er janvier 1535), l'abandon des places au sud du Maroc par le Portugal déclencherait des offensives sur Asilah et Tanger de la part de Fès, sur Ceuta de la part de Barberousse, sur l'Inde de la part du Turc.

isto é, movimentações favoráveis aos xarifes, mas também entre cristãos – basta recordar a presença prejudicial de genoveses e franceses a vender armas em Tafetana, conforme lembra o visconde, concorrência económica que também é necessário travar[55]. Apesar do esforço que venha a representar em custos, impõe-se salvaguardar a honra do rei e do Reino, proclamar «vingança» (no dizer de Cristóvão de Távora) a cristãos e mouros, impedir outras afrontas e cercos. Abandonar lugares, retirar gente sem substituí-la ou apenas utilizar estrangeiros representaria, pelo contrário, uma perda desastrosa, pondo em risco os domínios portugueses e, no futuro, o próprio Algarve[56].

Se os dois conselheiros estão de acordo em que é necessário por parte de Portugal uma intervenção de força, divergem por vezes de outros pareceres na melhor solução para a sua concretização:

– Enviar um grande exército para destruir o xarife? Não se sabe se daria batalha campal, para salvaguardar o crédito junto dos alarves (Cristóvão de Távora), ou, retirando-se, levaria as forças portuguesas a internar-se no sertão sem mantimentos (conde da Feira, posição [33]);

– Ou, em alternativa, colocar uma força de cerca de duas mil lanças na fronteira do xarife, bem apetrechada e com mantimentos (conde da Feira)? Para Cristóvão de Távora esta seria a solução do momento, embora com a ajuda de Fez.

que les répercussions, dont on doit tenir compte, sont non seulement celles occasionnées dans les pouvoirs locaux, c'est-à-dire, des mouvements favorables aux chérifs, mais également parmi les chrétiens – il suffit de rappeler la présence néfaste des génois et des français qui vendaient des armes à Tafetna, comme le rappelle le vicomte, une concurrence économique qu'il est également nécessaire de freiner[55]. Malgré l'effort que cela viendrait à représenter au niveau des coûts, il importe de sauvegarder l'honneur du roi et du Royaume, de proclamer « vengeance » (selon les mots de Cristóvão de Távora) pour les chrétiens et les maures, d'empêcher tout autre affrontement et tout autre siège. Abandonner des places, retirer des gens sans les remplacer ou n'utiliser que des étrangers représenterait, au contraire, une perte désastreuse, mettant en péril les dominations portugaises et, à l'avenir, l'Algarve lui-même[56].

Si les deux conseillers s'accordent sur le fait que le Portugal a besoin d'une force d'intervention, ils diffèrent parfois quant à la meilleure solution pour sa mise en œuvre :

– Envoyer une grande armée pour détruire le chérif ? On ne sait pas si cela ne se traduirait pas en une bataille champêtre, pour sauvegarder le crédit parmi les alarves (Cristóvão de Tavora), ou, battant en retrait, les forces portugaises seraient amenées à s'engager dans l'arrière-pays sans provisions (comte de Feira – position [33]) ;

– Ou, en guise d'alternative, placer une force d'environ deux mille lances, bien équipée et avec des vivres, à

55. Do comércio, inclusivamente de armas e mercadorias proibidas que, sem pagar direitos ao Rei de Portugal, se efectua com os reinos do interior, através de portos como os de Tafetana, Teracuco e Cabo de Guer, que é preciso vigiar através de navios da armada portuguesa que corram a costa atlântica de Marrocos, também escreve em Junho de 1541 o contador de Safim, D. Henrique de Noronha, a D. João III – posição [36].
Se os interesses da França em negociar com o xarife de Marrocos ficarão bem testemunhados em 1543 com a presença no Suz de Jean Pacquelon (ao que parece dada a necessidade de cobre para os canhões de Francisco I), na verdade este é bem conhecido de Luís de Loureiro desde pelo menos 1537. O capitão de Mazagão chega a persegui-lo em 1543 numa época em que transaccionou não só a carga de trigo de um navio português, como também os portugueses capturados foram trocados por cativos franceses. Ver Robert Ricard, «Jean Pacquelon (1543)» *in SIHM, Port.*, t. IV, pp. 133-135. Pretende Luís de Loureiro a 26 de Julho de 1544 – dado que recebeu avisos provenientes de Tarudante e de Marraquexe acerca de Pacquelon estar para chegar a Cabo de Guer com navios bem armados e fornecidos de armas, por contrato com o xarife em troca de cobre –, que D. João III lhe envie uma armada para ele actuar – ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 75, D. 36, pub. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 155-160.
Continuará documentada a presença de mercadores franceses no Suz, motivando sérios protestos a D. João III e incentivando-o a actuar junto do próprio Rei de França (L. Loureiro, 1546). Dominando o xarife o reino de Fez, logo os franceses surgirão a comerciar também em portos como o de Larache – ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 84, D. 73 – Carta de D. Pedro de Meneses a D. João III, de 13 de Junho de 1550 (Tânger), pub. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 396-398 (v. *supra*, nota 53).

56. Ver também a opinião do conde da Castanheira por essa mesma época – posição [40].

55. Le conteur de Safi, D. Henrique de Noronha, écrit également en juin 1541 à D. João III - position [36] - à propos du commerce, y compris des armes et des marchandises prohibées qui, sans payer des redevances au roi de Portugal, a lieu avec les royaumes de l'intérieur, à travers des ports tels que Tafetna, Tarkoukou et Cap de Gué, qui doit être surveillé par des navires de guerre portugais qui parcourent la côte atlantique du Maroc.
Si les intérêts de la France dans la négociation avec le chérif du Maroc en 1543 sont bien témoignés par la présence de Jean Pacquelon dans le Sous (apparemment en raison de la nécessité de cuivre pour les canons de François Ier), en fait celui-ci est bien connu de Luís de Loureiro, au moins depuis 1537. Le capitaine de Mazagan vient le poursuivre en 1543 à un moment où il négociait non seulement la cargaison de blé d'un navire portugais, mais aussi les captifs portugais en échange de captifs français. Voir Robert Ricard, « Jean Pacquelon (1543) », *SIHM*, *Port.*, t. IV, pp 133-135. Le 26 juillet 1544, Luis de Loureiro souhaite – étant donné qu'il avait reçu des avertissements de Taroudant et de Marrakech à propos de Pacquelon qui était sur le point d'atteindre le Cap de Gué avec des navires bien armés et chargés d'armes, qu'il allait commercer avec le chérif en échange de cuivre – , que D. João III lui envoie une armée pour qu'il puisse intervenir – ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 75, D. 36, pub. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 155-160.
La présence de marchands français dans le Sous continuera d'être documentée, suscitant de sérieuses protestations à D. João III l'encourageant à agir auprès du roi de France lui-même (L. Loureiro, 1546). Si le chérif domine le royaume de Fès, les Français viendront bientôt également commercer dans les ports, comme Larache ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 84, D. 73 – Carta de D. Pedro de Meneses a D. João III, de 13 de Junho de 1550 (Tanger), pub. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 396-398 (v. *supra*, note 53).

56. Voir aussi l'opinion du comte de Castanheira vers cette même époque - position [40].

– A intervenção convinha dar-se contra o xarife de Marrocos? Uma vez destruído, deveria entregar-se a cidade ao rei de Fez, garantindo uma guerra contínua deste com o xarife do Suz e afastando-se, assim, o perigo de uma hegemonia (Cristóvão de Távora)?
– Ou a intervenção deveria ser em terras do xarife do Suz (bons portos perto do Cabo de Guer e a poucas léguas de Tafetana), impedindo-se o socorro deste por parte do xarife de Marrocos através de acções de cavaleiros de Safim e Azamor (visconde)?
Está, portanto, em causa também o futuro relacionamento com Fez. Cristóvão de Távora acolhe as ofertas deste reino a Portugal em auxílio militar e mantimentos (e garantia em reféns) para o combate ao poder xarifino, pensando até numa política estratégica de estímulo à guerra entre mouros. É, todavia, com desconfiança, que o conde da Feira encara essa paz, tal como, aliás, o visconde de Vila Nova da Cerveira. Para este, Fez mantê-la-á só enquanto lhe convier e Portugal deverá utilizá-la para se preparar para a guerra. Do ponto de vista do conde, D. João III nunca deverá emparceirar-se com o rei de Fez a comandar um grande exército (o rei de Portugal é par do imperador)[57], nem confiar na lealdade de mouros[58].

57. Em pareceres dos anos 40 – posições [41] e [42] – continuar-se-á a discutir as vantagens e desvantagens da passagem de um forte exército português comandado pelo Rei. Alguns consideram-no estritamente necessário para conquistar reinos no Norte de África extremamente populosos e interiores, iniciativa esta que antevêem vir a ser desastrosa em termos de gastos e incapacidade de conservação. Para outros, inclusivamente partidários dessa conquista, preferível seria confiar as intervenções a capitães experimentados nas guerras do Norte de África, evitando falsos conselhos (de lisonjeadores), atitudes temerárias de cavaleiros, demasiada gente inútil e inexperiente nas hostes, gastos supérfluos e precauções dos mouros em se juntarem com mais reforços. Deveria contar-se nessa conquista com a experiência de capitães, a existência de lugares fortificados que, por isso, não se deveriam abandonar, e com as divisões internas dos poderes locais cujas facções poderiam facilitar a intervenção portuguesa. Depois, através de alguns expedientes, de presídios e de colónias, senhorear totalmente os vassalos conquistados.

58. António Leite afirmava em carta ao monarca português de 14 de Outubro de 1529 – posição [4] – que os «Mouros… sam muy mudaveis, e estimam pouco nam fazerem o que devem, e mais em casos que lhes parece que salvam a alma, e com mortes e cativeiros dos christãos que d'elles se poderiam fiar soldaria toda a sua amizade com el rey de Fez». Quanto maior for o aumento do poder xarifino, a sua pressão no combate a cristãos portugueses e espanhóis, a existência de facções políticas junto de Mulei Ahmed, as guerras intestinas, os desastres e/ou reforços das posições portuguesas, mais o Rei de Fez procurará movimentar-se no xadrez dos poderes em presença, quantas vezes desenvolvendo uma política por demais equívoca devido à sua duplicidade.
Note-se, a propósito, que grande número de turcos e renegados, hábeis no assédio e no uso de artilharia, incorporam tanto os exércitos dos xarifes como os do Rei de Fez em intervenções contra Portugal (1536, 1537, 1539, 1541 Santa Cruz). Há «inteligências» (como se lê num documento de 1539) entre estas forças. Para lá da cooperação em actos de pirataria, teme-se sempre o maior apoio dos turcos nos contingentes xarifinos quando se estabelecem acordos de paz ou tréguas entre o imperador e o Turco. Foi o que aconteceu após a vã tentativa de Carlos V de tomar Argel em

la frontière du chérif (comte de Feira) ? Pour Cristóvão de Távora ce serait la solution du moment, mais avec l'aide de Fès.
– L'intervention devrait-elle avoir lieu contre le chérif du Maroc ? Une fois détruite, la ville devrait-elle être livrée au roi de Fès, assurant de la sorte une guerre continue entre ce dernier et le chérif du Sous, éloignant ainsi le danger d'une hégémonie (Cristóvão de Tavora) ?
– Ou l'intervention devrait-elle avoir lieu sur les terres du chérif du Sous (de bons ports, près du Cape de Gué et à peine à quelques lieues de Tafetna), empêchant celui-ci d'avoir recours au chérif du Maroc, à travers l'intervention des chevaliers de Safi et d'Azemmour (vicomte) ?
Les futures relations avec Fès sont également ici remises en cause. Cristóvão de Távora accueille l'assistance militaire et les aliments (avec des garanties d'otages) que ce royaume offre au Portugal pour le combat contre le pouvoir chérifien, allant jusqu'à cogiter sur une politique stratégique qui stimulerait la guerre entre les maures. Néanmoins, le comte de Feira et le vicomte de Vila Nova da Cerveira envisagent cette paix avec méfiance. Pour ce dernier, Fès ne la maintiendra que jusqu'à ce que cela lui conviendra et le Portugal devra l'utiliser pour se préparer à la guerre. Du point de vue du comte, D. João III ne devrait jamais s'unir au roi de Fès dans le commandement d'une grande armée (le roi du Portugal fait la paire avec l'empereur)[57], ni compter sur la loyauté des maures[58].

57. Dans quelques avis des années 40 - positions [41] et [42] – on poursuivra la discussion sur les avantages et les inconvénients du passage d'une forte armée portugaise commandée par le roi. Certains la considèrent comme strictement nécessaire pour conquérir des royaumes en Afrique du Nord extrêmement peuplés et situés à l'intérieur, cette initiative étant considérée dès le départ comme désastreuse en termes de dépenses et d'incapacité de conservation. Pour d'autres, y compris pour les partisans de cette conquête, il serait préférable de confier les interventions à des capitaines expérimentés dans les guerres en Afrique du Nord, en évitant de faux conseils (de flatteurs), des attitudes téméraires de chevaliers, trop de gens inutiles et inexpérimentés dans les corps d'armée, des dépenses superflues et des prises de précaution des maures qui pouvaient s'allier pour se renforcer. On devrait compter dans cette conquête sur l'expérience des capitaines, l'existence de places fortifiées qui, par conséquent, ne devraient pas être abandonnées, et sur les divisions internes des pouvoirs locaux dont les factions pourraient faciliter l'intervention portugaise. Ensuite, à travers certains dispositifs, des *presídios* et des colonies, assujettir totalement les vassaux conquis.

58. António Leite affirmait dans une lettre adressée au monarque portugais datée du 14 octobre 1529 – position [4] – que les « Maures… sont très versatiles, et n'apprécient guère de ne pas faire ce qui est correct, surtout dans les cas où ils pensent sauver leur âme, et qu'avec des morts et les captivités de chrétiens sur lesquels ils pouvaient compter il souderait toute son amitié avec le roi de Fès ». Plus le pouvoir chérifien, sa pression pour lutter contre les chrétiens portugais et espagnols, l'existence de factions politiques auprès d'Ahmed al-Wattassi, les guerres intestines, les catastrophes et/ou les renforcements des positions portugaises augmenteront, plus le roi de Fès cherchera à se déplacer dans l'échiquier des pouvoirs en présence, développant bien souvent une politique trop équivoque en raison de sa duplicité.

São, efectivamente, bem pertinentes as dúvidas a respeito do comportamento do rei de Fez, tanto no seu relacionamento com Portugal como com os xarifes e até com os turcos. Basta recordar o passado recente[59]: até ao tratado de paz de 1538 entre Portugal e Fez tinham sido constantes os ataques do rei e dos seus alcaides, quantas vezes num reflexo nítido da crescente fama dos xarifes na guerra aos cristãos; interessou-lhe propor uma aliança militar a Portugal quando em 1536 este estabelece tréguas separadas com os dois xarifes, embora o próprio rei de Fez também negocie com eles; novamente em 1537, ao renovar-se a paz entre Portugal e Marrocos e uma trégua entre Santa Cruz do Cabo de Guer e o xarife do Suz por três anos (uma vez agravada a situação das praças meridionais em 1537 com o cerco a Azamor), pretendeu Mulei Ahmed (o oatácida) tirar vantagens da conjuntura política e não só estabelece o tratado de paz de 1538 com Portugal como, desde 1539, no plano sigiloso, procura garantir um mútuo auxílio militar contra os xarifes.

Todavia, o tratado de 1538, que parecia assegurar a Portugal maior segurança em termos de posições e de navegação, incluindo igualmente cláusulas de teor económico (com alíneas revelando colaboração com o imperador), não foi respeitado. Os portos de Fez, tanto do Atlântico como do Mediterrâneo, continuaram a abrigar e a criar corsários e a permitir negócios de presas e cativos, para lá de um aumento do fluxo comercial por Salé, Mamora ou Larache e de muitos outros prejuízos para Portugal.

As tréguas ou a paz com os poderes do Norte de África nem sequer apaziguaram, na verdade, certos problemas simultaneamente políticos, económicos, sociais e até religiosos: seja a concorrência comercial com a Coroa de particulares (estrangeiros e nacionais) que prejudicava contratos com potentados locais, desviava pagamentos de direitos ao rei, desenvolvia o contrabando, inclusivamente de armas e munições,

Outubro de 1541 (e também em 1547), facto que representou uma reorientação na política do imperador virando-se mais intensamente para o Norte da Europa e que deixou a Andaluzia apreensiva quanto ao possível reforço nas ligações Turco-Argel-xarife de Marrocos, numa época em que para mais se julgava iminente o abandono por Portugal de uma posição no Norte de África, como Alcácer Ceguer. Ver além dos estudos já citados na nota 17, de Fernández Alvarez e Fernand Braudel, também Sanchez Montes, *Franceses, Protestantes, Turcos. Los Españoles ante la politica internacional de Carlos V,* Madrid, C.S.I.C., 1951, e R. B. Merriman, *Suleiman the Magnificent, 1520-1566,* Cambridge, Massachusets, Harvard University Press, 1944.

59. Desenvolvi um estudo sobre as relações de Portugal com Fez e com os restantes poderes do Norte de África, de forma alargada no que diz respeito aos anos 30 e 40 do século XVI, em Maria Leonor García da Cruz, *Lourenço Pires de Távora e a Política Portuguesa no Norte de África no Século de Quinhentos* (diss. mestr., FLUL, 1988).

Les doutes émis au sujet du roi de Fès sont en effet très pertinents, tant en ce qui concerne ses relations avec le Portugal que celles qu'il maintient avec les chérifs voire avec les turcs. Il suffit de se rappeler du passé récent [59] : jusqu'au traité de paix de 1538 entre le Portugal et Fès les attaques du roi et de ses caïds ont été constantes, constituant bien souvent, un net reflet de la notoriété grandissante des chérifs dans la guerre contre les chrétiens ; il s'est montré intéressé par une alliance militaire avec le Portugal quand celui-ci a établi en 1536 des trêves séparées avec les deux chérifs, bien que le roi de Fès lui-même vienne également à négocier avec eux ; de nouveau en 1537, lorsqu'on renouvelle la paix entre le Portugal et le Maroc et une trêve entre Santa Cruz du Cap de Gué et le chérif du Sous pour une période de trois ans (étant donné qu'en 1537, avec le siège d'Azemmour, la situation des places méridionales s'était aggravée), Moulay Ahmed al-Wattassi souhaite tirer profit de la conjoncture politique et établit non seulement le traité de paix avec le Portugal en 1538, mais cherche également depuis 1539 à garantir, sur une base confidentielle, une assistance militaire mutuelle contre les chérifs.

Cependant, le traité de 1538, qui semblait donner au Portugal une plus grande sécurité en termes de position et de navigation, comprenant également des clauses économiques (avec des alinéas révélant une collaboration avec l'empereur), n'a pas été respecté. En plus de l'augmentation du flux commercial à Salé, Mamora ou Larache et de nombreux autres dommages pour le Portugal, les ports de Fès, à la fois ceux de l'Atlantique et de la Méditerranée, ont continué à abriter et à créer des corsaires et à permettre des affaires liées aux prisonniers et aux captifs.

À noter, à ce propos, qu'un grand nombre de turcs et de renégats, habiles dans le harcèlement et dans l'utilisation de l'artillerie, intègrent simultanément les armées des chérifs comme celles du roi de Fès dans les interventions contre le Portugal (1536, 1537, 1539, 1541 Santa Cruz). Il y a des « intelligences » (comme nous avons lu dans un document de 1539) entre ces forces. Au-delà de la coopération dans des actes de piraterie, on craint toujours un plus grand soutien des turcs dans les contingents chérifiens lors de l'établissement d'accords de paix et de trêves entre l'empereur et le Turc. C'est ce qui est arrivé après une vaine tentative de Charles V de prendre Alger en octobre 1541 (et également en 1547) fait qui a représenté un changement dans la politique de l'empereur se tournant plus intensément vers l'Europe du Nord ce qui laissa l'Andalousie appréhensive quant à l'éventuel renforcement des liens entre Turc-Alger-chérif du Maroc, à une époque où l'on pensait à l'abandon imminent par le Portugal de l'une des places d'Afrique du Nord, comme El-Ksar es-Seghir. Outre les études citées ci-dessus à la note 17, de Fernández Alvarez et Fernand Braudel, voir également Sanchez Montes, *Franceses, Protestantes, Turcos. Los Españoles ante la politica internacional de Carlos V,* Madrid, C.S.I.C., 1951, et B. Merriman, *Suleiman the Magnificent, 1520-1566,* Cambridge, Massachusets, Harvard University Press, 1944.

59. Nous avons développé une étude sur les relations entre le Portugal et Fès et avec les autres puissances en Afrique du Nord, de manière approfondie en ce qui concerne les années 30 et 40 du XVI[e] siècle dans Maria Leonor García da Cruz, *Lourenço Pires de Távora e a Política Portuguesa no Norte de África no Século de Quinhentos* (mémoire de maîtrise, Lisbonne, FLUL, 1988).

seja a passagem para Marrocos de capitais e de gente conhecedora do ofício e fabrico de armas, incluindo cristãos-novos e mouriscos que se reconvertiam, o que mais ainda fortalecia os xarifes do ponto de vista militar e financeiro.

A paz de 1538 com os cristãos portugueses parece, aliás, ter funcionado em Fez como catalisadora de tensões existentes e reveladora de posições que se vão assumindo, umas inequívocas de apoio à causa xarifina, outras simpatizantes da aliança com Portugal. O rei de Fez, que luta pela inalienabilidade do seu território em relação aos xarifes, depara-se, cada vez mais, com tendências de autonomia de poderes locais, que beneficiam a causa daqueles, pela sua ambiguidade ou pela sua intencional colaboração. O poder económico escapa-se-lhe encontrando-se distribuído por grandes figuras que detêm portos e recursos cerealíferos. Não tem conselheiros com capacidade política, antes vive à mercê de facções. No apoio português vê uma salvaguarda militar mas igualmente uma possível revolta dos súbditos, dado o avanço xarifino e a pressão de cacizes ou marabutos desenvolvendo a ideia de «guerra santa»[60].

É nestas circunstâncias que Portugal precisa de agir, conhecendo os problemas internos de Fez e de Marrocos e procurando aproveitar-se das divisões e lutas entre poderes locais[61].

As negociações secretas para uma interajuda, propostas por Fez a Portugal, arrastam-se desde 1539 e só terão um desfecho na sequência da intervenção esclarecedora do embaixador do rei de Portugal, Lourenço Pires de Távora (filho de Cristóvão de Távora), enviado em Maio de 1541 àquele reino. Esta missão diplomá-

En vérité, les trêves ou la paix avec les pouvoirs d'Afrique du Nord n'ont en rien diminué certains problèmes à la fois politiques, économiques, sociaux et même religieux : la concurrence commerciale de particuliers (étrangers et nationaux) avec la Couronne, pénalisant des contrats avec les potentats locaux, détournant le paiement de redevances au roi, développant la contrebande, y compris les armes et les munitions, ou le passage de capitale et de personnes bien informées sur le métier et la fabrication d'armes vers le Maroc, inclusivement des nouveaux chrétiens et des maures convertis, renforçait davantage les chérifs du point de vue militaire et financier.

La paix de 1538 avec les chrétiens portugais semble, d'ailleurs, avoir fonctionné à Fès en tant que catalyseur des tensions existantes et révélatrices de positions qui s'assument peu à peu, certaines révélant sans équivoque un soutien à la cause chérifienne, d'autres appuyant l'alliance avec le Portugal. Le roi de Fès qui lutte pour l'inaliénabilité de son territoire par rapport aux chérifs est de plus en plus confronté aux tendances d'autonomie des pouvoirs locaux qui bénéficient la cause de ceux-ci, par leur ambiguïté ou par leur collaboration délibérée. Le pouvoir économique qui se trouve distribué par les grandes figures qui détiennent des ports et des ressources céréalières lui échappe. Ses conseillers n'ont pas de capacité politique, vivant plutôt à la merci de factions. Dans l'aide portugaise, il voit une sauvegarde militaire, mais également une éventuelle révolte des sujets, étant donné l'avancée chérifienne et la pression des *cacizes* ou des marabouts qui développent l'idée de « guerre sainte »[60].

C'est dans ces circonstances que le Portugal doit agir, connaissant les problèmes internes de Fès et du Maroc et cherchant à tirer profit des divisions et des luttes entre les pouvoirs locaux[61].

60. Sobre o assunto ver diversos trabalhos de António Dias Farinha, entre os quais «Os Marabutos e a Presença Portuguesa em Marrocos (Nótulas)» *in Colectânea de Estudos em honra do Prof. Doutor Damião Peres,* Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1974, pp. 299-307 e «Os Xarifes de Marrocos (Notas sobre a Expansão Portuguesa no Norte de África)» *in Estudos de História de Portugal,* Lisboa, Ed. Estampa, 1983, vol. II, pp. 57-68.

61. Para isso advertem diversos homens estantes em África. Da abundante documentação que o comprova, ver a título exemplificativo os testemunhos e pareceres sobre os problemas políticos dos reinos do Norte de África de Manuel Jorge de 1 de Agosto de 1538 (Fez), Bastião de Vargas de 10 de Abril de 1539 (Mequinez) e de 12 de Dezembro de 1540 (Fez), de Lopo Barriga, filho do célebre adail de Safim do tempo de Nuno Fernandes de Ataíde, quando a 29 de Junho de 1541 escreve a D. João III sobre eventuais vantagens para Portugal das calamidades naturais que atingem o Norte de África – v. posições [28] a [30] e [37]. Os problemas internos de Marrocos continuarão a sugerir propostas de intervenção na década de 40 partindo de indivíduos variados, seja o embaixador no reino de Fez, Lourenço Pires de Távora (1541), o agente comercial e político Bastião de Vargas (1544) ou o capitão de Mazagão, Luís de Loureiro, em Julho de 1544 com contactos assíduos com o filho do Rei de Marrocos deposto – v. posições [38] e [39], [43] a [45].

60. Sur le sujet, voir plusieurs travaux d'António Dias Farinha, parmi lesquels « Os Marabutos e a Presença Portuguesa em Marrocos (Nótulas) » *in Colectânea de Estudos em honra do Prof. Doutor Damião Peres,* Lisbonne, Academia Portuguesa da História, 1974, pp. 299-307 et « Os Xarifes de Marrocos (Notas sobre a Expansão Portuguesa no Norte de África) » *in Estudos de História de Portugal,* Lisbonne, Ed. Estampa, 1983, vol. II, pp. 57-68.

61. Plusieurs hommes séjournant en Afrique mettent en garde contre cela. Parmi l'abondante documentation qui le prouve, voir à titre d'exemple, les témoignages et les avis concernant les problèmes politiques des royaumes de l'Afrique du Nord de Manuel Jorge du 1er août 1538 (Fès), Bastião de Vargas le 10 avril 1539 (Meknès) et le 12 décembre 1540 (Fès), de Lopo Barriga fils du célèbre Adail de Safi de l'époque de Nuno Fernandes Ataíde, lorsque le 29 juin 1541, il écrit à D. João III du Portugal sur les éventuels avantages des catastrophes naturelles qui ont frappé l'Afrique du Nord – voir positions [28] [30] et [37]. Les problèmes internes du Maroc continueront à suggérer des propositions d'intervention dans la décennie de 40 provenant de différents individus, que ce soit l'ambassadeur du royaume de Fès, Lourenço Pires de Tavora (1541), l'agent commercial et politique Bastião de Vargas (1544) ou le capitaine de Mazagan, Luís de Loureiro en juillet 1544 avec des contacts réguliers avec le fils du roi déchu du Maroc – voir positions [38] et [39] [43] et [45].

tica[62] – ostensivamente com o objectivo de aliança política com um dos poderes muçulmanos em luta no Norte de África – prende-se intimamente com o abandono de Safim e Azamor e integra-se numa política tentada por D. João III de equilíbrio de poderes nesta área, política essa de investimento na presença portuguesa em Marrocos mas sem implicar o levantamento oneroso de meios humanos e materiais e a manutenção de posições conquistadas que uma grande intervenção bélica exigiria. Na verdade, esta embaixada não só teve como intuito esclarecer os verdadeiros propósitos de Fez – avaliando a operacionalidade de um projecto de aliança militar de Fez com Portugal e evitando a este uma mobilização precipitada – mas, inequivocamente, procurou estabelecer com aquele reino um acordo que para Portugal teria objectivos meramente defensivos.

O embaixador, seguindo um plano previamente tecido com D. João III, teve diversas audiências com o rei de Fez, Mulei Ahmed, debatendo e confirmando a paz de 1538 e discutindo os termos de uma aliança militar. Neste assunto fulcral, contrapôs significativamente a ideia de uma forte guarnição à de um grande exército (conforme aventava Mulei Ahmed) e, saliente-se, sugeriu a cedência de Azamor como garantia do acordo enquanto em Portugal estivessem os reféns mouros. Recusou naturalmente cedê-la com toda a artilharia como o rei de Fez pretendia, acabando por dar por terminadas as negociações pouco depois. A divulgação da embaixada faria temer o xarife e detê-lo por um tempo nas investidas contra Portugal e Fez. A entrega de uma praça como Azamor comprometeria definitivamente a imagem de Fez junto dos diversos poderes, exigindo por isso da parte dele uma guerra contínua ao poder xarifino. Entretanto, decidido como estava por D. João III o abandono de Safim e Azamor – provam-no a actuação de Pires de Távora e a correspondência deste trocada em cifra com o rei

Les négociations secrètes pour une aide mutuelle, proposées par Fès au Portugal, durent depuis 1539 et n'auront un dénouement qu'après l'intervention éclairante de l'ambassadeur du roi du Portugal, Lourenço Pires de Távora (fils de Cristovão de Távora), envoyé en mai 1541 à ce royaume. Cette mission diplomatique[62] – ostensiblement tournée vers l'objectif d'une alliance politique avec l'un des pouvoirs musulmans en lutte en Afrique du Nord – est étroitement liée à l'abandon de Safi et d'Azemmour et s'intègre dans une politique tentée par D. João III d'équilibrer les pouvoirs dans ce domaine. Toutefois, cette politique qui repose sur l'investissement dans la présence portugaise au Maroc n'implique pas une demande onéreuse de moyens humains et matériels ni la maintenance de positions conquises qu'une grande intervention offensive exigerait. En fait, cette ambassade avait non seulement le but de clarifier les vraies intentions de Fès – en évaluant l'applicabilité d'un projet d'alliance militaire entre Fès et le Portugal et en évitant à celui-ci une mobilisation hâtive –, mais également et de toute évidence, de chercher à établir avec ce royaume une entente qui pour le Portugal aurait des objectifs purement défensifs.

En suivant un plan préalablement élaboré avec D. João III, l'ambassadeur eut plusieurs audiences avec le roi de Fès, Ahmed al-Wattassi, pour débattre et confirmer la paix de 1538 et pour discuter des termes d'une alliance militaire. Dans ce sujet central, il opposa de manière significative l'idée d'une forte garnison à celle d'une grande armée (comme le persuadait Ahmed al-Wattassi) et suggéra, soulignons-le, la cession d'Azemmour comme garantie de l'accord tant que les otages maures se trouveraient au Portugal. Il refusa naturellement de la céder avec toute l'artillerie comme le roi de Fès le souhaitait, finissant peu après par mettre fin aux négociations. La divulgation de l'ambassade ferait craindre le chérif et le retiendrait pendant quelque temps d'investir contre le Portugal et Fès. La livraison d'une place comme Azemmour compromettrait définitivement l'image de Fès auprès des divers pouvoirs, exigeant donc de la part de celle-ci une guerre continue contre le pouvoir chérifien.

62. A análise das circunstâncias, conteúdo e objectivos da missão diplomática de Lourenço Pires de Távora em 1541 ao reino de Fez constitui o tema de um dos meus capítulos mais alargados em Maria Leonor García da Cruz, *Lourenço Pires de Távora...* cit.. Nele pesquisei uma vasta documentação e tive a oportunidade de confrontar os resultados com outras interpretações como a de David Lopes em estudos como a *História de Arzila durante o domínio português (1471-1550 e 1577-1589),* Coimbra, Academia das Ciências de Lisboa, 1924, a de Robert Ricard em diversos artigos publicados em revistas especializadas e nas *SIHM* de Portugal, e de novo em *Études sur l'histoire des Portugais au Maroc,* assim como a tese de Otília Fontoura (1966). Em Maria Leonor García da Cruz, «Portugal no Jogo de Poderes no Norte de África no segundo quartel do Século XVI» *in Cadernos Históricos*, IV, Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos, 1993 pp. 113-128, elaborei uma pequena síntese sobre algumas das conclusões a que cheguei.

62. L'analyse de la situation, du contenu et des objectifs de la mission de Lourenço Pires de Távora en 1541 concernant le royaume de Fès est le thème de l'un de nos chapitres les plus étendus dans Maria Leonor García da Cruz, *Lourenço Pires de Távora...* cit. Nous avons effectué des recherches dans une vaste documentation et avons eu l'opportunité de confronter les résultats à d'autres interprétations comme celle de David Lopes dans des études comme *História de Arzila durante o domínio português (1471-1550 et 1577-1589),* Coïmbre, Academia das Ciências de Lisboa, 1924, celle de Robert Ricard dans plusieurs articles publiés dans des revues spécialisées et dans les *SIHM* du Portugal, et de nouveau dans les *Études sur l'histoire des Portugais au Maroc,* ainsi que la thèse d'Otília Fontoura (1966). Dans Maria Leonor García da Cruz, « Portugal no Jogo de Poderes no Norte de África no segundo quartel do Século XVI » *in Cadernos Históricos,* IV, Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos, 1993 pp. 113-128, nous avons écrit un petit résumé sur certaines des conclusions auxquelles nous sommes parvenues.

de Portugal[63] –, conseguir-se-iam condições para o seu abandono e o reforço de Mazagão, numa retirada estratégica de Marrocos meridional.

Como concluiu Lourenço Pires de Távora a 6 de Setembro de 1541, Mulei Ahmed não tinha condições de manter Azamor nem de fazer qualquer aliança com cristãos. Para conservar o trono de Fez, dada a instabilidade interna do seu reino e a pressão xarifina, desejaria conservar-se neutral, em paz com Portugal e sem guerrear o xarife. De facto, o desenrolar dos acontecimentos confirmá-lo-á. Felicitando, a 1 de Outubro, D. João III pela decisão de abandonar os lugares de Azamor e Safim[64], é com boas perspectivas que encara a concentração de esforços nas posições do Norte e mais útil conquistar o reino de Fez do que atacar o de Marrocos.

Confirmando as palavras do embaixador, a oposição a Portugal e a contestação geral no reino de Fez cresceu intensamente nos anos de 1542 e 1543, proveniente de alcaides como o de Alcácer Quibir, de Xexuão e de Targa e o senhor de Tetuão, estes dois últimos ligados ao corso no Mediterrâneo e a Argel. Sucessivamente, quebram-se as pazes com Portugal e os interesses parecem aproximar-se mais do xarife marroquino, já na altura em conflito com o do Suz. Mulei Ahmed rompe com Portugal em Outubro de 1543.

Enquanto do Norte de África continua a chegar à Coroa portuguesa o resultado de uma contínua vigilância de todas estas movimentações, discute-se internamente nestes anos uma reorientação da Expansão ultramarina (Anónimo I e Anónimo II, posições [41] e [42]). Do Norte de África provêm pareceres de capitães como Luís de Loureiro sugerindo relações de amizade com poderes ou facções, como Mulei Zidão, filho do xarife de Marrocos, numa época de pleno engrandecimento territorial e político do xarife do Suz[65]. Este torna-se em 1544 também rei de Marrocos e aumenta a sua interferência no reino de Fez, diminuindo o poder territorial do rei, provocando levantamentos e captando partidários.

A D. João III se dirigem por parte de Mulei Ahmed novas propostas de paz, uma em 1545, outra em

63. Ver Maria Leonor García da Cruz, *Lourenço Pires de Távora*... cit., e um estudo prévio sobre «Portugal e o Norte de África no século XVI – a intervenção de Lourenço Pires de Távora, diplomata e homem de guerra, no problema da manutenção ou abandono das praças portuguesas», nas *1.as Jornadas de História Moderna,* Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa-Linha de História Moderna, pub. *Actas,* vol. II, pp. 1061-1073 e em Separata.

64. Cartas de Lourenço Pires de Távora, de 6 de Setembro e de 1 de Outubro de 1541 – posições [38] e [39].

65. Ver *Problemas de datação...*

Entretemps, comme D. João III avait décidé l'abandon de Safi et d'Azemmour – comme le prouvent les actions de Pires de Távora et la correspondance échangée en chiffre avec le roi du Portugal[63] – on parviendrait à réunir des conditions pour son abandon et à renforcer Mazagan, lors d'un retrait stratégique du sud du Maroc.

Comme le conclut Lourenço Pires de Távora, le 6 septembre 1541, les conditions d'Ahmed al-Wattassi, ne lui permettaient ni de maintenir Azemmour ni aucun type d'alliance avec les chrétiens. Pour conserver le trône de Fès et étant donné l'instabilité interne de son royaume et la pression chérifienne, il souhaiterait rester neutre, en paix avec le Portugal et sans faire la guerre au chérif. En effet, le cours des événements le confirmera. Félicitant D. João III le 1er octobre pour avoir pris la décision d'abandonner les places d'Azemmour et de Safi[64], c'est avec de bonnes perspectives qu'il envisage la concentration d'efforts dans les positions du Nord considérant qu'il est plus utile de conquérir le royaume de Fès que d'attaquer le royaume du Maroc.

Confirmant les paroles de l'ambassadeur, l'opposition contre le Portugal et la contestation généralisée dans le royaume de Fès grandissent énergiquement en 1542 et 1543, provenant des caïds comme celui d'El-Ksar el-Kebir, de Chéchouan et Targa et du seigneur de Tétouan, les deux derniers liés à l'attaque des corsaires en Méditerranée et en Alger. La paix avec le Portugal s'estompe peu à peu et les intérêts semblent s'approcher davantage du chérif du Maroc, qui à ce moment-là était déjà en conflit avec celui du Sous. Ahmed al-Wattassi rompt avec le Portugal en octobre 1543.

Alors qu'à partir d'Afrique du Nord la couronne portugaise continue d'être informée sur le résultat d'une surveillance continue de tous ces mouvements, une réorientation de l'Expansion d'outre-mer est internement discutée au cours de ces années (Anonyme I et Anonyme II – positions [41] et [42]). Les avis de certains capitaines comme celui de Luis Loureiro parviennent d'Afrique du Nord suggérant des relations d'amitié avec des pouvoirs ou factions, comme Moulay Zidan, fils du chérif du Maroc, à une époque de plein agrandissement territoriale et politique du chérif du Sous[65]. Ce dernier devient lui aussi roi du Maroc, en 1544, et augmente son interférence dans le royaume de Fès, réduisant le pouvoir territorial du roi, provo-

63. Voir Maria Leonor García da Cruz, *Lourenço Pires de Távora*... cit. et une étude préliminaire sur « Portugal e o Norte de África no século XVI – a intervenção de Lourenço Pires de Távora, diplomata e homem de guerra, no problema da manutenção ou abandono das praças portuguesas » dans *1.as Jornadas de História Moderna,* Lisbonne, Centro de História da Universidade de Lisboa – Linha de História Moderna, pub. *Actas,* vol. II, pp. 1061-1073 et dans une édition à part.

64. Lettres de Lourenço Pires de Távora, du 6 septembre et du 1er octobre 1541 – positions [38] et [39].

65. Voir *Problèmes de datation...*

1547[66], já depois do cerco de Fez e da libertação negociada deste rei, agora com o seu domínio drasticamente reduzido e procurando recuperar certos poderes, apoiando-se no rei de Beles e também em Mulei Zidão. Estes dois nomes, bem como, ocasionalmente, forças como Debdu, continuarão a representar a contestação ao grande poder do rei de Marrocos e do Suz que em Janeiro de 1549 se assenhoreia do trono de Fez.

Ameaça e instabilidade sentem-se em todas as posições portuguesas (e castelhanas), que se procuram reforçar e fortificar, e D. João III, que sempre procurou conhecer minuciosamente as forças em presença no Norte de África (chega a enviar com esse intuito Jorge Pimentel a Beles em 1547) procura, agora, por diversas formas, que se reflicta em colaboração com Castela sobre uma política eficaz, face a um poder que controla sucessivamente portos como Larache, Salé, Tetuão, Beles, e que pode vir a construir navios, a acolher uma grande armada como a argelina, ameaçando gravemente as posições portuguesas e o sul de Espanha, e a navegação do Estreito e da costa atlântica[67].

De novo se vive acesa controvérsia sobre o futuro dos portugueses em Marrocos, questionando-se entre 1549 e 1550 a melhor solução: reforço de todos os lugares ou redução e concentração nos mais fáceis de defender? Negociação com poderes locais? Conquista? Em jogo está, em 1549, o destino de Arzila, que se decide abandonar, o de Tânger e o de Alcácer Ceguer, que fora preservada pela fortificação do Seinal e, após estudo aturado, se pretende evacuar (Agosto de 1549), atulhando-se a entrada do rio.

Lourenço Pires de Távora, então embaixador na corte de Carlos V (1548-1551), recebe constantes instruções de D. João III e em diálogo com o imperador e seus colaboradores, também observadores atentos da evolução política no Norte de África, ganha um maior conhecimento sobre o contexto internacional e, sobretudo, acerca da disposição espanhola a respeito de Marrocos. O abandono de algumas praças parece-lhe de momento a melhor solução, mas é em termos de interesses estratégicos e económicos e do prestígio de Portugal (nação cristã) que tudo avalia. Numa troca

66. Ver artigos de Robert Ricard elaborados nas *SIHM, Port*., t. IV, pp. 167-169 e 250-252, sobre «Les négociations de 1545 entre le Portugal et le Royaume de Fès» e «La Mission de Jorge Pimentel a Velez (1547-1548)», a partir de abundante documentação.

67. Ver em Maria Leonor García da Cruz, *Lourenço Pires de Távora*... cit., capítulo «A Embaixada de 1548-1551 junto ao imperador Carlos V – Uma reflexão sobre a política portuguesa no Norte de África», pp. 300-403. Nele analiso as diferentes reacções suscitadas pelos avanços e ligações do xarife Rei do Suz e de Marrocos pela sua vitória sobre Fez, fundamentais também para a compreensão do contexto em que se abandonaram as praças de Alcácer Ceguer e Arzila.

quant des soulèvements et captant des partisans. De nouvelles propositions de paix sont adressées à D. João III de la part d'Ahmed al-Wattassi, une en 1545 et une autre en 1547[66] déjà après le siège de Fès et la libération négociée de ce roi. Son domaine étant maintenant considérablement réduit il cherchera à récupérer certains pouvoirs en s'appuyant sur le roi de Veléz et sur Moulay Zidan. Ces deux noms, et parfois, occasionnellement, des forces comme Debdou, continueront à représenter la contestation au grand pouvoir du roi du Maroc et du Sous qui, en janvier 1549, prend possession du trône de Fès.

Sentant la menace et l'instabilité, toutes les positions portugaises (et castillanes) cherchent à se renforcer et à se fortifier. Alors qu'il a toujours cherché à connaître minutieusement les forces en présence en Afrique du Nord (il en arrive même à envoyer avec cette intention Jorge Pimentel à Vélez en 1547), D. João III cherche, maintenant, de différentes manières, avec la collaboration de la Castille, à réfléchir sur une politique efficace face à un pouvoir qui contrôle successivement des ports comme Larache, Salé, Tétouan, Vélez, et qui pourrait éventuellement construire des navires, accueillir une grande armée comme l'armée algérienne, menaçant gravement les positions portugaises et le sud de l'Espagne, la navigation du Détroit et de la côte atlantique[67].

Vivant de nouveau une controverse enflammée sur l'avenir des portugais au Maroc, on s'interroge entre 1549 et 1550 sur la meilleure solution : le renforcement de toutes les places ou une réduction et concentration sur les plus faciles à défendre ? Négocier avec les pouvoirs locaux ? Conquérir ? En 1549, l'enjeu est le sort d'Asilah, que l'on décide d'abandonner, celui de Tanger et celui El-Ksar es-Seghir qui a été préservée grâce à la forteresse du Seinal et, suite à une étude approfondie, on prétend évacuer (août 1549) en jonchant l'entrée du fleuve.

Lourenço Pires de Távora, alors ambassadeur à la cour de Charles V (1548-1551), recevant des instructions constantes de D. João III et étant en dialogue avec l'empereur et ses collaborateurs, des observateurs également attentifs à l'évolution politique en Afrique du Nord, acquiert une meilleure connaissance du contexte international et, en particulier, des intentions espagnoles concernant le Maroc. L'abandon de certaines places lui semble la meilleure solution pour le moment, mais c'est en termes d'intérêts straté-

66. Voir les articles de Robert Ricard élaborés dans *SIHM, Port*., t. IV, pp. 167-169 et 250-252, sur « Les négociations de 1545 entre le Portugal et le royaume de Fès » et « La Mission de Jorge Pimentel a Velez (1547-1548) », à partir d'une abondante documentation.

67. Voir dans Maria Leonor García da Cruz, *Lourenço Pires de Távora*... cit., chapitre « A Embaixada de 1548-1551 junto ao imperador Carlos V – Uma reflexão sobre a política portuguesa no Norte de África », pp. 300-403. Nous y analysons les différentes réactions suscitées par les avancées et les liens du chérif roi du Sous et du Maroc pour sa victoire sur Fès, elles aussi également fondamentales pour comprendre le contexte dans lequel les places fortes d'El-Ksar es-Seghir et d'Asilah ont été abandonnées.

intensa de correspondência[68], acaba por reconhecer a necessidade de deixar Alcácer Ceguer (embora a sua manutenção favorecesse a Espanha e de início tivesse julgado melhores as condições de conservação desta praça). Em termos de conquista, sugere que o porto de Larache facilitaria o despejo de Arzila. A este nunca se mostrou hostil.

Onde Pires de Távora mais contribuirá para o esclarecimento e reorientação da linha política de actuação da Coroa portuguesa nas matérias do Norte de África será através de comentários críticos, pessoalizados mas de índole estratégica e militar, que troca com D. João III e outras personalidades como o infante D. Luís, acerca de um possível acordo que se pensa vir a estabelecer, evitando a perda de Arzila, já parcialmente evacuada, mediante a sua entrega a Mulei Boaçum. Trata-se, segundo Távora, de uma política de circunstância e extremamente arriscada, contrastando com a política ponderada de D. João III em 1541, aquando do abandono de Azamor e Safim. O rei de Beles não tem partidários seguros, as condições de entrega da praça podem, em caso de traição, prejudicar em muito Portugal e reforçar o inimigo, além do facto de ser desprestigiante e insensato ceder uma praça a um rei mouro e, até paradoxal, se guarnecida militarmente e com artilharia. Além disso, onde está a capacidade para mobilizar e manter importantes forças em Tânger para um ataque ao xarife e para conseguir expulsá-lo de Fez a partir dessa posição? A Espanha nunca apoiará tal projecto.

D. João III dar-lhe-á razão assim como grandes figuras da política portuguesa da época. O imperador, por seu turno, recusará, de facto, o auxílio a Boaçum. Com muita prudência e antecipando-se em parte às ordens régias, o embaixador comunica ao rei de Beles a decisão portuguesa de terminar o despejo de Arzila e omite a disposição de D. João III de continuar a auxiliá-lo a partir de Tânger.

A política portuguesa fica assim definida em 1550, o que não se traduz no término da controvérsia. O facto de se aceitar circunstancialmente o abandono de lugares no Norte de África, não significa deixar de pugnar na época e no futuro pela conservação e investimento nas restantes posições, no fortalecimento de

68. Ver *supra,* nota 67. Realizei no capítulo referido o estudo da intensa correspondência trocada entre o Embaixador, o Rei de Portugal, o infante D. Luís e outras individualidades, entre os anos de 1548 e 1550. Nela se avalia uma possível conquista de Larache, iniciativas tomadas em relação à defesa de Alcácer Ceguer e depois ao seu abandono, a decisão de deixar Arzila, negociações com Mulei Boaçum que envolvem esta praça, advertência para uma reorientação necessária da política portuguesa, considerações de ordem estratégica sobre uma futura intervenção em Marrocos, a política espanhola, as decisões finais sobre Arzila. Ver uma das intervenções marcantes de Pires de Távora, posição [47], na Carta a D. João III, de Bruxelas, 30 Nov. 1549.

giques et économiques et de prestige pour le Portugal (nation chrétienne) qu'il évalue. Suite à une intense correspondance[68], il finit par reconnaître la nécessité de laisser El-Ksar es-Seghir (bien que son maintien favorise l'Espagne et qu'il ait, au début, mieux évalué les conditions de conservation de cette place). En matière de conquête, il suggère que le port de Larache faciliterait l'évacuation d'Asilah. Il ne se montrera jamais hostile envers celui-ci.

Ce sera par le biais de commentaires critiques, personnalisés, mais de nature stratégique et militaire, échangés avec D. João III et d'autres personnalités comme l'infant D. Luís, sur un éventuel accord qu'il pense établir pour éviter la perte d'Asilah déjà partiellement évacuée, moyennant sa livraison à Moulay Bou Hassoun, que Pires de Távora contribuera le plus à la clarification et à la réorientation de la ligne politique de l'action de la couronne portugaise sur des matières concernant l'Afrique du Nord. Il s'agit, selon Távora, d'une politique de circonstance et extrêmement risquée, contrastant avec la politique pondérée de D. João III en 1541, lors de l'abandon d'Azemmour et de Safi. Le roi de Vélez n'a pas de partisans sûrs, les conditions de livraison de la place peuvent, en cas de trahison, nuire fortement le Portugal et renforcer l'ennemi, outre le fait que cela soit déshonorant et insensé de céder une place à un roi maure, voire paradoxal, si celle-ci possède une garnison militaire et une artillerie. En outre, où est la capacité à mobiliser et à maintenir d'importantes forces à Tanger pour une attaque au chérif et pour réussir à l'expulser de Fès à partir de cette position ? L'Espagne n'appuiera jamais un tel projet.

D. João III ainsi que de grandes figures de la politique portugaise de l'époque lui donneront raison. De fait, l'empereur refusera, à son tour, l'aide à Bou Hassoun. Avec une grande prudence et devançant en partie les ordres régaliens, l'ambassadeur communique au roi de Vélez la décision portugaise de terminer l'évacuation d'Asilah et omet la disposition de D. João III de continuer à lui prêter assistance à partir de Tanger.

La politique portugaise est ainsi définie en 1550, mais elle n'entraine pas la fin de la controverse. Le fait qu'en raison des circonstances on accepte l'abandon de places en Afrique du Nord cela ne signifie pas que l'on cesse de combattre à l'époque et à l'avenir pour la conservation et l'investissement dans d'autres posi-

68. Voir *supra* note 67. Nous avons réalisé dans ce chapitre l'étude de l'intense correspondance entre l'ambassadeur, le roi du Portugal, l'Infant D. Luís et d'autres individualités, entre les années 1548 et 1550. Elle évalue une possible conquête de Larache, des initiatives prises par rapport à la défense d'El-Ksar es-Seghir et ensuite par rapport à son abandon, la décision de quitter Asilah, les négociations avec Moulay Bou Hassoun concernant cette place, un avertissement pour la réorientation nécessaire de la politique portugaise, les considérations stratégiques à propos d'une future intervention au Maroc, la politique espagnole, les décisions finales sur Asilah. Voir l'une des interventions importantes de Pires de Távora, position [47], dans Lettre à D. João III, de Bruxelles, le 30 novembre 1549.

Tânger bem como em toda uma reforma do sistema defensivo das costas algarvias, da navegação e das rotas. É essa corrente que se manifesta nas Cortes em 1562-1563. É esse espírito que domina quando Mazagão precisa de ser socorrida. É esse pensamento que influenciará grandemente o governo do Cardeal Regente e a futura política de D. Sebastião.

Problemas de datação e de divulgação dos textos

Para lá de uma análise conjunta e comparativa dos diversos projectos e opiniões coevos sobre a política portuguesa a prosseguir no Norte de Africa, quantos deles manifestados directamente a D. João III e a pedido deste, importa a sua leitura individualizada.
Desses pareceres apresento neste trabalho, em capítulo distinto – *Algumas posições assumidas em época de controvérsia –,* uma síntese do conteúdo e dados sobre a localização tanto do original (ou, na falta deste, da cópia mais antiga) como da sua publicação. Alguns, por serem à data pouco divulgados ou não terem ainda saído a lume, publiquei-os em 1997 pela primeira vez, na *Compilação de Documentos* que integrou a versão original do presente estudo.
Concordantes ou antagónicos, estes pareceres são, na realidade, sempre esclarecedores de temas em discussão na época e reveladores de perspectivas pessoais ou de grupo. Alguns, porém, não se apresentam datados no original facto que, pela sua importância, tem naturalmente despertado pesquisas e – note-se – conclusões nem sempre definitivas. Para deduções e polémicas chamarei igualmente a atenção no capítulo mencionado, embora de forma sucinta, ao apresentar individualmente os diferentes escritos.
Os Anónimos I e II (posições [41] e [42]) suscitaram-me, porém, maiores dúvidas sobre a datação até hoje deduzida, levando-me a tentar um maior rigor. A sua elaboração decorre indubitavelmente de uma época de acesa controvérsia entre os conselheiros de D. João III, no grupo dos quais, todavia, o primeiro dos Autores parece não se integrar[69]. Trata-se, segundo as suas próprias palavras, de um homem experiente nas guerras do Norte de África onde teria até então servido o monarca. Em Almeirim dera o seu parecer ao rei sobre prosseguir a conquista de África e a pedido deste o escrevera fundamentando-o.
É com veemência que o Anónimo I escreve, e os múltiplos casos de luta que selecciona, como exemplo e a título comprovativo da sua argumentação, são maio-

69. «Dizem vossos conselheiros... os mais delles aconselhão a Vossa Alteza...» – BAJUDA, cod. 51-VI-36, ff. 174v-175 (Anónimo I, posição [41]). Quanto ao Anónimo II, cujo parecer se encontra no mesmo códice da Biblioteca da Ajuda, v. posição [42].

tions, dans la fortification de Tanger ainsi que dans toute réforme du système de défense des côtes de l'Algarve, de la navigation et des routes. C'est ce courant qui se manifeste dans les cours en 1562-1563. C'est cet esprit qui domine lorsque Mazagan a besoin d'être secourue. C'est cette pensée qui influencera grandement le gouvernement du Cardinal régent et la future politique de D. Sebastião.

Problèmes de datation et de divulgation des textes

Au-delà d'une analyse commune et comparative des divers projets et opinions de cette époque sur la politique portugaise à développer en Afrique du Nord, bon nombre d'entre eux manifestés directement à D. João III et à la demande de celui-ci, il est important d'en faire une lecture particularisée.
Nous présentons dans ce travail, dans un chapitre distinct – *Quelques positions assumées en temps de controverse –*, une synthèse du contenu de ces avis et des données sur la localisation tant de l'original (ou, à défaut de celui-ci, la copie la plus ancienne) que de sa publication. Certains, parce qu'ils sont jusqu'à cette date peu divulgués ou n'ont pas encore été mis en lumière, nous les avons publiés en 1997 pour la première fois, dans *Compilação de Documentos* laquelle a intégré la version originale de la présente étude.
Concordants ou antagoniques, ces avis sont, dans la réalité, toujours éclairants quant aux thèmes en discussion à l'époque et révélateurs de perspectives personnelles ou de groupe. Certains ne sont toutefois pas datés dans l'original, un fait qui par son importance a naturellement suscité des recherches et – notons-le – des conclusions pas toujours définitives. Concernant les déductions et les controverses, nous attirons également l'attention, quoique brièvement, au chapitre mentionné, lors de la présentation séparée des différents écrits.
Les Anonymes I et II (positions [41] et [42]), nous ont suscité, néanmoins, de plus grands doutes quant à la datation jusqu'à aujourd'hui déduite, nous amenant à être plus rigoureux. Leur élaboration découle indubitablement d'un temps de controverses enflammées entre les conseillers de D. João III, dans le groupe desquels, le premier des auteurs semble toutefois ne pas s'intégrer[69]. Il s'agit, d'après ces propres mots, d'un homme expérimenté dans les guerres d'Afrique du Nord où jusqu'alors il aurait servi le monarque. À Almeirim, il a donné son avis au roi pour poursuivre la conquête d'Afrique et à la demande de celui-ci il lui a écrit ses motifs.
C'est avec véhémence que l'Anonyme I écrit et les multiples cas de lutte qu'il sélectionne, comme exemple

69. «Vos conseillers disent... la plupart d'entre eux conseille Votre Altesse... » - BAJUDA, cod. 51-VI-36, ff. 174v-175 (Anonyme I, position [41]). Quant à l'Anonyme II, dont l'avis est dans le même codex de la Bibliothèque d'Ajuda, v. position [42].

ritariamente dos princípios do século XVI, do tempo de D. Manuel I, misturando-se sem preocupações de ordem cronológica. De tempos mais recentes, encontra-se neste documento uma referência (f. 194) à queda de Santa Cruz do Cabo de Guer (Março de 1541) e, no Oriente, pelo menos duas alusões que merecem maior reflexão (ambas no f. 196*v*): uma sobre a concentração de galés turcas no Suez, outra sobre o Turco em Baçorá.

Quanto ao Suez, a concentração de galés turcas motiva, aliás, nos primeiros meses de 1541 a formação de uma grande armada com fins punitivos, não alcançados, comandada por D. Estêvão da Gama. No que toca a Baçorá, contudo, só anos depois será ocupada pelo turco, no decurso de Janeiro de 1547, tornando de resto alarmante para os portugueses a crescente possibilidade dos turcos fiscalizarem o comércio do Golfo Pérsico e do Oceano Índico.

Será que o Anónimo I ao referir «o Turco em Baçorá» queria apenas salientar um perigo iminente? Na verdade, desde o insucesso da armada portuguesa em 1541, parece ter-se desencadeado um efeito adverso, verificando-se desde então com maior frequência a presença de galés turcas navegando e por vezes mesmo atacando a costa índica e arábica e os portos da entrada do Golfo Pérsico. Pelo menos desde os finais de 1545 encontramos documentada uma ameaça real a Baçorá, por parte de tropas turcas bem preparadas e apetrechadas que construíram nas proximidades, em Záquia, uma fortaleza[70]. A ocupação, contudo, só se verifica em Janeiro de 1547, já posteriormente de resto à derrota dos guzarates no segundo cerco de Diu (Novembro de 1546)[71].

Outras passagens, contudo, deste documento permitem-nos uma maior aproximação da data de redacção do parecer. A ff. 194*v*-195 ao falar das guerras civis entre naturais dos reinos do Norte de África e particularmente das discórdias entre os xarifes de Marrocos e do Suz salienta que *este ano* chegaram a vir a batalha campal, tendo o xarife do Suz prendido o irmão mais velho e *ao presente* aguardava-se com expectativa (particularmente entre os cativos de Marrocos) o futuro comportamento de Mulei Zidão, filho do xarife de Marrocos, «pela embaxada que cá quer mandar... em que pede a Vossa Alteza soccorro

70. Carta de Luís Falcão, capitão de Ormuz, ao governador, datada de 6 de Janeiro de 1546, pub. nas *Obras Completas de D. João de Castro*, ed. A. Cortesão e L. Albuquerque, Coimbra, Acad. Int. da Cultura Portuguesa, 1976, vol. III, p. 116.

71. Luís de Albuquerque, *Alguns aspectos de ameaça turca sobre a Índia por meados do século XVI* (Sep. *Biblos,* t. LIV, 1978), Coimbra, Junta de Investigação do Ultramar, 1977, e em *Estudos de História,* 1977, vol. V, pp. 351-398. Ver também «O domínio português do Índico e a resposta turca», *Vértice,* vol. XXXVI, 1976, pp. 6-18 e em *Estudos de História,* vol. V, pp. 224-246.

et à titre justificatif de ses arguments datent majoritairement des débuts du XVI[e] siècle, de l'époque de D. Manuel I et sont mélangés sans souci d'ordre chronologique. Il existe dans ce document, d'une époque plus récente, une référence (f. 194) à la chute de Santa Cruz du Cap de Gué (mars 1541) et au moins deux allusions concernant l'Orient qui méritent une plus grande réflexion (toutes deux dans le f. 196*v*) : une sur la concentration de galères turques à Suez, une autre sur le Turc à Bassora.

Quant au Suez, la concentration de galères turques motive d'ailleurs, au cours des premiers mois de 1541, la formation d'une grande armée à des fins punitives, non atteintes, commandée par D. Estêvão da Gama. En ce qui concerne Bassora, néanmoins, elle ne sera occupée par le Turc que quelques années plus tard, en janvier 1547, ce qui s'avère, d'ailleurs, inquiétant pour les portugais en raison de la possibilité croissante pour les turcs de surveiller le commerce dans le Golfe Persique et l'Océan Indien.

Lorsque l'Anonyme I se réfère « au Turc à Bassora » voulait-il juste souligner un danger imminent ? En fait, depuis l'échec de l'armée portugaise en 1541, un effet adverse semble avoir été déclenché et l'on constate depuis lors une présence plus fréquente de galères turques qui, parfois même, attaquent la côte indienne et arabe et les ports de l'entrée du golfe Persique. Nous trouvons documentée, au moins depuis la fin de 1545, une réelle menace à Bassora de la part des troupes turques bien préparées et équipées qui ont construit une forteresse à proximité de Zachée[70]. Cependant, l'occupation ne se produit qu'en janvier 1547, d'ailleurs après la défaite des gujaratis dans le second siège de Diu (novembre 1546)[71].

Toutefois, d'autres passages de ce document nous donnent une meilleure estimation de la date de rédaction de l'avis. Lorsqu'elle mentionne les guerres civiles entre les natifs des royaumes de l'Afrique du Nord et les discordes entre les chérifs du Maroc et du Sous en particulier, le ff. 194v-195 précise que cette *année*, il y aurait même eu un champ de bataille, le chérif du Sous ayant fait son frère aîné prisonnier et qu'à *présent* on attendait avec impatience (surtout parmi les captifs du Maroc) le comportement futur de Moulay Zidan, le fils du chérif du Maroc « à travers l'ambassade qu'il veut nous envoyer... et qui demande à Votre Altesse de le secourir avec sept ou huit mille hommes, des arquebusiers pour libérer son pays et rejeter l'Oncle de tout le royaume de Taroudant et du Sous

70. Lettre de Luís Falcão, capitaine d'Ormuz au gouverneur, datée du 6 janvier 1546, publiée dans *Obras Completas de D. João de Castro*, éd. A. Cortesão et L. Albuquerque, Coïmbre, Acad. Int. da Cultura Portuguesa, 1976, vol. III, p. 116.

71. Luís de Albuquerque, *Alguns aspectos de ameaça turca sobre a Índia por meados do século XVI* (Sep. *Biblos,* t. LIV, 1978), Coïmbre, Junta de Investigação do Ultramar, 1977 et dans *Estudos de História,* 1977, vol. V, pp. 351-398. Voir également « O domínio português do Índico e a resposta turca », *Vértice,* vol. XXXVI, 1976, pp. 6-18 et dans *Estudos de História,* vol. V, pp. 224-246.

de sette ou oito mil homens Arcabuseiros para hir libertar seu Pay e bottar fora o Tio de todo o Reyno de Tarudante e de Sús fazendo a Vossa Alteza todos os partidos que se podem dezejar».

Das cartas provenientes do Norte de África desde a época imediata à perda de Santa Cruz do Cabo de Guer, pode-se acompanhar, por informações mais ou menos seguras, as movimentações dos dois xarifes e dos seus partidários, juntando-se esses dados às referências da Crónica coeva anónima publicada por Pierre de Cenival[72].

Otília Fontoura, fixando em fins de 1542 este e o parecer do Anónimo II[73], faz coincidir esta com a data próxima do primeiro de dois grandes recontros verificados entre os xarifes: o de Mascordão (Amescrude), na passagem de 1542 para 1543, em que o xarife de Marrocos Mulei Ahmed Aláreje é vencido e feito prisioneiro pelo irmão. Parece de facto ser esta a batalha campal referida no documento em estudo, uma vez que, acrescente-se, no segundo grande recontro, pouco antes de Julho de 1544, em Alquerra, o rei de Marrocos sai de novo vencido mas não é capturado, conseguindo refugiar-se no vale do Tensift, na azóia de Cide Abedalá ben Seci[74], e depois em Tafilalet. Deste último recontro, de resto, resulta a tomada do poder em Marraquexe pelo xarife rei do Suz, Mulei Mahamet Xeque[75].

Creio poder aduzir mais alguns dados, a partir de informações recolhidas na documentação proveniente do Norte de África nos primeiros meses de 1543 e, sobretudo, dando atenção às referências contidas no Anónimo I respeitantes a Mulei Zidão. Este filho mais velho de Mulei Ahmed Aláreje, que se destaca pelos seus feitos bélicos contra alcaides do tio em 1542, numa época de crescente violência entre os dois xarifes[76], corresponde-se entre 1543 e 1544 com certa

72. *Chronique de Santa-Cruz du Cap de Gué (Agadir),* ed. P. Cenival, Paris, Geuthner, 1934. Cenival ao tentar identificar o seu autor a partir do texto, considera tratar-se de um cavaleiro português que viveu a guerra em Santa Cruz do Cabo de Guer e que, aquando do cerco e queda desta praça em 1541, foi feito prisioneiro, passando anos cativo em Tarudante até ser resgatado em 1546.

73. Otília Fontoura, em *Portugal em Marrocos…* cit. transcreve estes documentos a pp. 250-278 (documento VII) e 279-291 (documento VIII) e justifica a data na nota 2 da p. 251. V. *supra* nota 28.

74. Confirmando a notícia de Cenival, *Chronique…* cit., a tal se refere a 4 de Julho de 1544, escrevendo de Arzila a D. João III, Bastião de Vargas – BNP, Ms. 1758, ff. 526-527, publicado por Robert Ricard em *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 144-148.

75. Dados a partir de Cenival, *Chronique…* cit., e do estudo de Joaquim Figanier sobre a *História de Santa Cruz…* cit., pp. 62 e 239.

76. Extracto da minuta ou cópia da tradução de uma carta que o alcaide Abedala (ben Çaide) – na grafia que aparece nos documentos coevos traduzidos – escreveu a D. João III a 13 de Julho de 1542 existente no ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 12, D. 50 e publicado nas *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 68-69. Note-se que os xarifes continuavam em guerra quando o capitão de Mazagão escreve ao rei a 15 de Dezembro desse ano – ANTT, *Gaveta* II, 6 - 13 (má cópia

donnant à Votre Altesse toutes les parties que l'on peut souhaiter. »

Les déplacements des deux chérifs et de ses partisans peuvent être accompagnés à partir d'informations plus ou moins fiables figurant dans des lettres provenant d'Afrique du Nord de l'époque qui a immédiatement suivi la perte de Santa Cruz du Cap de Gué, ces données rejoignent les références de la Chronique anonyme de la même époque publiée par Pierre de Cenival[72].

En fixant cet avis et celui de l'Anonyme II[73] à la fin de 1542, Otília Fontoura fait coïncider cette date avec la date proche du premier de deux affrontements majeurs qui se sont produits entre les chérifs : celui d'Ameskroud, dans le passage de 1542 vers 1543, où le chérif du Maroc Moulay Ahmed el-'Arej fut vaincu et fait prisonnier par son frère. Il semble qu'il s'agit là, en effet, de la bataille champêtre mentionnée dans le document à l'étude, vu que, ajoutons le, dans la deuxième grande bataille, peu avant juillet 1544, à El-Kahira, le roi du Maroc sort à nouveau perdant, mais n'est pas capturé et parvient à se réfugier dans la vallée du Tensift, dans la zaouïa de Sidi 'Abd Allah ben Sasi[74] et après à Tafilalt. De ce dernier affrontement résulte, en outre, la prise du pouvoir à Marrakech par le chérif roi du Sous, Mohammed ach-Cheikh[75].

Nous pensons pouvoir ajouter quelques données, à partir d'informations recueillies dans la documentation provenant d'Afrique du Nord dans les premiers mois de 1543 et, surtout, en accordant une attention aux références contenues dans l'Anonyme I concernant Moulay Zidan. Ce fils ainé de Ahmed el-'Arej, qui se distingue par ses faits belliqueux contre des caïds de son oncle en 1542, à une époque de croissante violence entre les deux chérifs[76], échange entre 1543 et 1544 avec une certaine fréquence une correspondance avec Luís de Loureiro, capitaine de Mazagan, ou, à travers celui-ci, avec D. João III.

72. *Chronique de Santa-Cruz du Cap de Gué (Agadir),* éd. P. Cénival, Paris, Geuthner, 1934. Lorsque Cénival essaye d'identifier l'auteur du texte, il considère qu'il s'agit d'un chevalier portugais qui a vécu la guerre à Santa Cruz du Cap de Gué et qui, pendant le siège et la chute de cette place en 1541, il fut fait prisonnier, ayant passées des années en captivité à Taroudant jusqu'à son rachat en 1546.

73. Otília Fontoura, dans *Portugal em Marrocos…* cit. transcrit ces documents pp. 250-278 (document VII) et 279-291 (document VIII) et justifie la date dans la note 2 de la p. 251. V. *supra*, note 28.

74. Confirmant la nouvelle de Cenival, *Chronique…* cit., celle-ci se réfère au 4 juillet 1544, qui écrit d'Asilah à D. João III, Bastião de Vargas – BNP, Ms. 1758, ff. 526-527, publié par Robert Ricard dans *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 144-148.

75. Données fournies par Cénival, *Chronique…* cit., et par l'étude de Joaquim Figanier sur *História de Santa Cruz…* cit., pp. 62 et 239.

76. Extrait de la minute ou copie de la traduction d'une lettre que le caïd 'Abd Allah ben Sa'id a écrit à D. João III le 13 juillet 1542 existant dans l'ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 12, D. 50 et publiée par R. Ricard dans *SIHM*, *Port.*, t. IV, pp. 68-69.
On souligne que les chérifs sont toujours en guerre lorsque le capitaine de Mazagan écrit au roi le 15 décembre de cette année – ANTT, Gaveta II, 6-13 (copie de mauvaise qualité dans BAJUDA, Cod. 51-VI-40, ff. 587-596). Lettre publiée dans *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 113-119.

frequência com Luís de Loureiro, capitão de Mazagão, ou, através deste, com D. João III.

Na verdade, Loureiro recebeu em Mazagão a 24 de Março de 1543 um recado de Mulei Zidão – que significativamente designa por «rei de Marrocos» – que se apressa a enviar ao monarca. O mensageiro que chegara de Marraquexe, Fernão Leite, trouxera notícias da tomada de Tremecém pelas forças do imperador, do envio de um alcaide de Mulei Zidão ao filho do rei de Fez prometendo terras (entre as quais Fistela que de facto entrega) e pretendendo pazes, e sabia-se que a paz fora já apregoada entre os dois reinos[77].

O conteúdo deste recado de Zidão corresponde ao desejo de pedido de auxílio a D. João III mencionado pelo Anónimo I? Não se conseguiu ainda comprová-lo. Tudo indica que, entretanto, nos princípios de Março, após lutas intensas entre alcaides de um e de outro, tanto no litoral como no sertão, os xarifes se acordaram nos Montes Claros, entre Marrocos e o Suz[78]. O parecer em análise teria, assim, sido redigido pouco depois desta época, provavelmente entre Março e Abril de 1543.

Só passado um ano e alguns meses, nos inícios de Julho de 1544, voltamos a ter notícias documentadas de Mulei Zidão, desse homem «bem pratico e entendido nas cousas de Africa», como o caracteriza o Anónimo I (f. 195), e da troca de correspondência não apenas com Luís de Loureiro e com D. João III mas também com o infante D. Luís. A recente derrota de Ahmed Aláreje na batalha de Alquerra que, desta vez, leva ao poder em Marrocos o seu irmão rei do Suz, agora senhor dos dois reinos, se insufla esperança nos cativos portugueses de Marrocos[79], traz por outro lado fortes apreensões às praças portuguesas.

Em Mazagão, Luís de Loureiro apressa-se a expedir cartas ao monarca português sobre o desbarato do xarife de Marrocos e a mandar visitar Mulei Zidão. Este, ferido, impossibilitado de se deslocar, troca correspondência com o capitão de Mazagão e envia um

En fait, Loureiro reçut à Mazagan le 24 mars 1543 un message de Moulay Zidan – qu'il appelle significativement « Roi du Maroc » – qu'il s'empressa d'envoyer au monarque. Le messager Fernão Leite, qui venait d'arriver de Marrakech, avait apporté des nouvelles concernant la prise de Tlemcen par les forces de l'empereur, l'envoi d'un caïd de Moulay Zidan au fils du roi de Fès, promettant des terres (y compris Fichtala qu'il livre effectivement) et souhaitant la paix, et que la paix avait déjà été annoncée entre les deux royaumes[77]. Le contenu de ce message de Zidan correspond-il à la volonté de demander de l'aide à D. João III mentionné par l'Anonyme I ? À ce jour personne n'a réussi à le prouver. Tout indique, cependant, qu'au début du mois de mars, après des combats intenses entre leurs caïds respectifs, tant sur la côte que dans l'arrière-pays, les chérifs se sont accordés dans l'Haut Atlas (Montes Claros), entre le Maroc et le Sous[78]. L'avis en question aurait ainsi été rédigé peu de temps après cette période, probablement entre mars et avril 1543. Ce n'est qu'un an et quelques mois après, au début du mois de juillet 1544, que nous avons de nouveau des nouvelles documentées de Moulay Zidan, de cet homme « bien pratique et connaisseur des choses de l'Afrique », comme le caractérise l'Anonyme I (f. 195), et de la correspondance non seulement avec Luis Loureiro et D. João III, mais aussi avec l'infant D. Luis. Si la récente défaite d'El-Arej dans la bataille d'El-Kahira, qui cette fois-ci conduit au pouvoir au Maroc son frère, le roi du Sous, désormais seigneurs des deux royaumes, insuffle, d'une part, l'espoir pour les captifs portugais de Marrakech[79], elle apporte, d'autre part, de fortes inquiétudes pour les places portugaises.

À Mazagan, Luís Loureiro se hâte d'expédier des lettres au monarque portugais sur la déroute du chérif du Maroc et d'organiser une visite à Moulay Zidan. Ce dernier, blessé, incapable de se déplacer, correspond avec le capitaine de Mazagan et envoie un maure avec des lettres pour D. João III et pour l'infant D. Luis, des lettres qui entretemps ont été volées. Selon ce que l'on peut déduire des documents, Zidan demandait au roi une audience pour qu'ils puissent traiter de questions confidentielles, manifestant en

na BAJUDA, cod. 51-VI-40, ff. 587-596). Carta publicada em *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 113-119.

77. Carta de Mazagão, de 25 de Março de 1543, de Luís de Loureiro a D. João III, existente no ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 73, D. 66, publicado em *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 124-125.

78. Notícias enviadas de Tarudante a D. João III, a 9 de Março de 1543, por Sebastião Gonçalves, existentes no ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 73, D. 61, e publicado por Figanier na *História de Santa Cruz…* cit., pp. 359-360, e por Ricard nas *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 121-123. Corresponderiam estas às informações sobre a partilha de territórios acordada entre os dois xarifes, referida por Mármol Carvajal, *Descripción general de Affrica,* vol. I, Granada, 1573, f. 251 e Cenival, *Chronique…* cit., p. 136 e n. 2 (data inexacta de 2 Abr. 1542).

79. Carta de Marraquexe, de 1 de Julho de 1544, dos capitães cativos a D. João III, no ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 75, D. 17, publicado em *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 142-143. A expectativa descrita pelo Anónimo I (posição [41]), cerca de Março de 1543, fora assim, ao que tudo indica, gorada.

77. **Lettre de Mazagan, du 25 mars 1543, de Luís de Loureiro à** D. João III, existant dans l'ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 73, D. 66, publié dans *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 124-125.

78. **Nouvelles envoyées de Taroudant à D. João III le 9 mars de 1543** par Sebastião Gonçalves, existant dans l'ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 73, D. 61, et publiée par Figanier dans *História de Santa Cruz…* cit., pp. 359-360, et par Ricard dans *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 121-123. Celles-ci correspondraient aux informations sur le partage de territoires accordé entre les deux chérifs mentionnés par Mármol Carvajal, *Descripción general de Affrica,* vol. I, Granada, 1573, f. 251 et Cenival, *Chronique…* cit., p. 136 et n. 2 (date inexacte du 2 avr. 1542).

79. **Lettre de Marrakech, du 1er** juillet 1544, des capitaines captifs à D. João III, dans l'ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 75, D. 17, publié dans *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 142-143. Les attentes décrites par l'Anonyme I (position [41]), vers mars 1543, ont été ainsi, semble-t-il, déjouées.

mouro com cartas para D. João III e para o infante D. Luís, entretanto roubadas. Pelo que se pode depreender da documentação, Zidão solicitava ao rei uma audiência para pessoalmente tratarem de assuntos sigilosos, ao mesmo tempo que manifestava ao capitão a sua implícita aliança com o rei de Fez e a abertura de ambos a acordos com Portugal[80]. Em Outubro de 1544 continua Zidão nessa mesma disposição e insiste em obter uma resposta de D. João III e conhecer as suas intenções[81].

Como se sabe, Mulei Zidão irá manifestar sempre os seus propósitos contra o tio, Mulei Mahamet Xeque, reforçando ligações com o rei de Fez mesmo depois do cativeiro deste em 1545 e nas circunstâncias que precedem a queda de Fez em Janeiro de 1549[82]. Posteriormente a este acontecimento continuará envolvido na contestação ao xarife – movida essencialmente por Mulei Boaçum e exigindo uma observação atenta e permanente por parte de Portugal.

No que diz respeito ao Anónimo II, posição [42], o discurso é, por vezes, acentuadamente crítico, tocando até as raias do sarcasmo. Os pontos que salienta da controvérsia da época e a resposta fundamentada que procura dar a favor de uma conquista da Índia «Limitada pela razão e comodidade do comércio» (f. 215), aproxima-o do parecer do Anónimo I, embora se trate de uma argumentação visando uma política oposta. Tudo indica ter começado a escrever no próprio dia em que se discutiram estas matérias no Conselho do rei[83] e o seu objectivo primordial é responder, rebatendo, a razões invocadas a favor do prosseguimento da conquista de África. Note-se,

80. Carta de 26 de Julho de 1544 de Luís de Loureiro a D. João III, incluindo cópia da carta que Mulei Zidão lhe dirigira – ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 75, D. 35, pub. *SIHM*, *Port.*, t. IV, pp. 149-154.

81. A decisão de D. João III sobre o «caso de Azamor» merece-lhe particular atenção, cf. carta de Zidão de 31 de Outubro de 1544 e carta do alcaide *Mansour ben Ahmed* de 1 de Novembro a Luís de Loureiro – ANTT, *Cartas dos Governadores de África,* n.os 21 e 21b (traduções coevas), pubs. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 163-166. De recordar que ainda em Julho L. Loureiro, temendo que o novo xarife de Marrocos povoasse Azamor, procura quanto possível o seu derrube e retirar tijolo e madeira – ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 75, D. 36, pub. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 155-160.

82. De recordar ligações pessoais concertadas em 1546 pelo xarife de Marrocos mediante o casamento de Mulei Zidão com uma filha do Rei de Fez – carta de Bernardim de Carvalho a D. João III de 11 de Junho de 1546, no ANTT, *Cartas dos Governadores de África,* n.º 354, pub. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 189-190 – e principalmente as movimentações militares e os reforços que Zidão traz a Fez em 1548 – cartas de Ceuta e de Arzila a D. João III, de 14 de Fevereiro e de 4 de Maio de 1548, respectivamente de Jorge Pimentel e de D. Álvaro, no ANTT, *Gaveta*, V, 5-25 e *Corpo Cronológico,* P. I, M. 80, D. 103, pubs. por D. Lopes em *Anais de Arzila*... cit., vol. II, pp. 419-421 e 426-427 e R. Ricard em *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 259-260 e 265-267.

83. Só posteriormente a 12 de Maio de 1543, data do recebimento da Infanta D. Maria por esposa do príncipe D. Filipe de Castela, através do embaixador do imperador, Luís Sarmento de Mendonça, o Rei e a Corte partirão de Almeirim para Sintra. Cf. Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*... cit., p. III, cap. LXXXVIII, pp. 855-858.

même temps au capitaine son alliance implicite avec le roi de Fès et l'ouverture de tous les deux à des accords avec le Portugal[80]. En octobre 1544, Zidan continue avec cette même disposition et insiste pour obtenir une réponse de D. João III et pour connaître ses intentions[81].

Comme nous le savons, Moulay Zidan manifestera toujours ses intentions contre son oncle, Mohammed ach-Cheikh, renforçant des liens avec le roi de Fès, même après la captivité de ce dernier en 1545 et dans les circonstances qui ont précédé la chute de Fès en janvier 1549[82]. Après cet événement il continuera à s'impliquer dans l'opposition au chérif – motivé principalement par Moulay Bou Hassoun et exigeant une surveillance étroite et permanente de la part du Portugal.

En ce qui concerne l'Anonyme II – position [42], son discours est parfois fortement critique et frôle le sarcasme. Les points qu'il fait ressortir de la controverse de l'époque et la réponse fondée qu'il cherche à donner en faveur d'une conquête de l'Inde « Limitée par la raison et le confort du commerce » (f. 215) le rapprochent de l'avis de l'Anonyme I bien qu'il s'agisse d'un argument visant une politique opposée. Tout indique qu'il ait commencé à écrire le jour même où ces questions ont été discutées au sein du conseil du roi[83] et son principal objectif est de répondre, en réfutant, aux raisons invoquées pour la poursuite de la conquête de l'Afrique. Notons, cependant, qu'il se met à la disposition du monarque pour lui fournir, lorsqu'il le souhaitera, une évaluation personnelle sur les moyens de conserver l'Inde.

80. Lettre du 26 juillet 1544 de Luís de Loureiro, à D. João III, comprenant la copie de la lettre que Moulay Zidan lui adressait – ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 75, D. 35, pub. *SIHM*, *Port.*, t. IV, pp. 149-154.

81. La décision de D. João III sur le « cas d'Azemmour » mérite une attention particulière, voir la lettre de Zidan du 31 octobre 1544 et la lettre du caïd Mansour ben Ahmed du 1er novembre à Luís de Loureiro – ANTT, *Cartas dos Governadores de África,* nº 21 et 21b (traductions de l'époque), pubs. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 163-166. Rappelons que déjà en juillet L. Loureiro, craignant que le nouveau chérif du Maroc peuple Azemmour, cherche si possible à la détruire et à retirer la brique et le bois – ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 75, D. 36, pub. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 155-160.

82. Rappelons les relations personnelles combinées en 1546 par le chérif du Maroc à travers le mariage de Moulay Zidan avec une fille du roi de Fès - lettre de Bernardim de Carvalho à D. João III du 11 juin 1546, dans l'ANTT, *Cartas dos Governadores de África,* nº 354, pub. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 189-190 – et en particulier les déplacements militaires et les renforts que Zidan apporte à Fès en 1548 – lettres de Ceuta et d'Asilah à D. João III, du 14 février et du 4 mai 1548, respectivement de Jorge Pimentel et de D. Álvaro, dans l'ANTT, *Gaveta,* V, 5-25 et *Corpo Cronológico,* P. I, M. 80, D. 103, pubs. par D. Lopes dans les *Anais de Arzila*... cit., vol. II, pp. 419-421 et 426-427 et par R. Ricard dans *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 259-260 et 265-267.

83. Ce n'est qu'ultérieurement, le 12 mai 1543, date à laquelle le Prince D. Filipe de Castille reçoit comme épouse l'Infante D. Maria, par le biais de l'ambassadeur de l'empereur, Luís Sarmento de Mendonça, que le roi et la Cour quittent Almeirim pour aller à Sintra. cf. Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*... cit., p. III, chap. LXXXVIII, pp. 855-858.

contudo, a sua disposição para fornecer ao monarca, quando este o desejasse, uma avaliação pessoal sobre os meios para conservar a Índia.

Por tudo o que foi dito, e embora subsistam elementos a averiguar, fixei os dois pareceres em data posterior a Março de 1543. A evolução dos acontecimentos, não apenas em Portugal e no Norte de África, vai marcar de meados ao último quartel do século XVI novas épocas de reflexão, de controvérsia, de louvor ou de crítica, seja ao abandono de lugares como Alcácer Ceguer e Arzila em 1549-1550, seja ao reinvestimento na política africana nos primórdios e durante o reinado de D. Sebastião, e não faltarão vozes laudatórias ou condenatórias acerca da política deste monarca, após o desastre de Alcácer Quibir.

Muitas das interrogações, assim como dos argumentos, expressos nos pareceres analisados, tiveram eco inclusivamente em obras literárias, em prosa ou em verso, em opúsculos e em reflexões mais ou menos densas sobre a nossa política ultramarina, ultrapassando os finais de Quinhentos.

Sabe-se que Diogo do Couto (1542-1616) no último quartel do século, no *Diálogo do Soldado Prático que trata dos enganos e desenganos da Índia* (o Segundo) insere sem interrupções (na terceira parte, cena IV) um discurso na boca do Soldado onde toda a controvérsia acerca da política a seguir em África e na Índia é recolocada, desenvolvendo a argumentação a favor da conservação da Índia e rebatendo temas, por vezes bastante específicos, da opinião contrária. Destaco particularmente este testemunho porque não se trata de um mero reflexo de problemas debatidos na época. De facto, Couto utiliza nesta cena, ao que tudo indica, documentos, alguns dos quais decerto elaborados anteriormente e dirigidos ao monarca. Sendo, no fundo, o seu objectivo fundamentar um determinado projecto, Diogo do Couto monta um discurso argumentativo onde explana as razões da parte contrária (favorável à conquista de África) para em seguida contrariar. Ora, aquilo que podemos facilmente constatar nesta fala do Soldado é que foi sem dúvida alguma vez lido atentamente e utilizado pelo Autor d'*O Soldado Prático* o parecer do Anónimo I.

Na verdade, Couto acompanha em todo o primeiro parágrafo[84] – onde expõe as razões porque é melhor conquistar-se a África do que a Índia – todo o discurso do Autor anónimo desde a f. 176 «Supposto isto havemos de considerar que para hum Reyno ser riquissimo convem que tenha duas couzas…» até à f. 178, copiando, resumindo ou dizendo o mesmo por palavras suas. Mesmo no restante texto, quando relembra

84. Utilizo a edição d'*O Soldado Prático* de Diogo do Couto prefaciada e anotada (a partir do Segundo) por Rodrigues Lapa, na sua 3.ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1980. Ver pp. 204-205.

D'après tout ce qui a été dit, et bien qu'il y ait encore des éléments qui devront être vérifiés, nous avons fixé les deux avis à une date ultérieure à mars 1543. L'évolution des évènements, pas seulement au Portugal mais aussi en Afrique du Nord, marquera du milieu jusqu'au dernier quart du XVI[e] siècle des nouveaux temps de réflexion, de controverse, de louange ou de critique, soit concernant l'abandon d'endroits comme El-Ksar es-Seghir et Asilah en 1549-1550, soit concernant le réinvestissement d'une politique africaine au début et pendant le règne du roi D. Sebastião et des voix laudatives ou dépréciatives ne manqueront pas sur la politique de ce monarque, après le désastre d'El-Ksar el-Kebir.

Beaucoup de questions ainsi que certains arguments, exprimés dans les avis analysés ont eu écho inclusivement dans des œuvres littéraires, en prose ou en vers, dans des opuscules et dans des réflexions plus ou moins denses sur notre politique d'outre-mer, dépassant la fin du XVI[e] siècle.

Il est connu que Diogo do Couto (1542-1616) dans le dernier quart de siècle, dans *Diálogo do Soldado Prático que trata dos enganos e desenganos da Índia* (le Deuxième) insère sans interruption (dans la troisième partie, scène IV) un discours dans la bouche du soldat où toute la controverse sur la politique à suivre en Afrique et en Inde est revue, développant l'argument pour la conservation de l'Inde et réfutant des thèmes, parfois très spécifiques, de l'opinion contraire. Nous tenons à souligner, ce témoignage en particulier, car ce n'est pas un simple reflet des problèmes discutés à l'époque. En fait, il semble que Couto utilise dans cette scène des documents dont certains ont sûrement été préalablement élaborés et adressés au monarque. Son objectif étant, dans le fond, de justifier un projet donné, Couto met en place un discours argumentatif qui explique les raisons de la partie adverse (en faveur de la conquête de l'Afrique), pour le contredire juste après. Or, ce que nous pouvons facilement constater dans ce discours du soldat est que l'auteur du *O Soldado Prático* a, sans aucun doute, lu attentivement et utilisé l'avis de l'Anonyme I. En fait, Couto suis dans tout le premier paragraphe[84] – où il expose les raisons pour lesquelles il est préférable de conquérir l'Afrique plutôt que l'Inde – tout le discours de l'auteur anonyme du f. 176 « *Supposto isto havemos de considerar que para hum Reyno ser riquissimo convem que tenha duas couzas…* » jusqu'au f. 178, copiant, résumant ou disant la même chose avec ses propres mots. Même dans le reste du texte, quand il rappelle un ou l'autre des faits ou arguments exprimés par la partie adverse, il cherche à nouveau le même avis. Citons, par exemple, la référence aux

84. Nous utilisons l'édition d'*O Soldado Prático* de Diogo do Couto préfacée et annotée (à partir du Second) par Rodrigues Lapa, dans sa 3[e] édition, Lisbonne, Livraria Sá da Costa Editora, 1980. Voir pp. 204-205.

um ou outro facto ou argumento expresso pela parte contrária, volta a buscar o mesmo parecer. Cite-se, a título de exemplo, a referência às lanças portuguesas nas portas de Marraquexe e aos feitos de Nuno Fernandes de Ataíde e D. João de Meneses (f. 192) ou ao dinheiro da Índia incapaz de proporcionar aos vassalos do rei a formação de novas casas (ff. 183-183*v*) a que Diogo do Couto responde no seu texto[85]. Resta, contudo, averiguar se nesta resposta, nos argumentos que desenvolve, não estará o autor d'*O Soldado Prático* a utilizar outros pareceres a que teve acesso, favoráveis à conquista e conservação da Índia.

Seja como for, trata-se de um discurso elaborado já posteriormente a 1550 pelas referências à perda, depois da queda de Santa Cruz do Cabo de Guer, de «Azamor e outras duas ou três fortalezas»[86], e à menção a homens que governaram a Índia nas décadas de 50, 60 e 70 como D. Antão de Noronha, Francisco Barreto ou D. António de Noronha. É certo que a sua experiência no Oriente (desde c. 1559 até à morte em 1616), como militar, funcionário e depois cronista, capacitou Diogo do Couto a efectuar nesta obra uma anatomia da intervenção portuguesa no Oriente e, portanto, a construir a sua própria perspectiva sobre a política a seguir, pelo menos, nesta área.

Há, contudo, mais alguns factos a ter em conta no que diz respeito ao manuseamento e divulgação dos textos em análise. Os pareceres do Anónimo I e do Anónimo II, do códice 51-VI-36 da Biblioteca da Ajuda – onde os li numa cópia mais tardia, provavelmente do século XVII –, surgem mencionados no índice da seguinte forma: «Discurso de Manoel Severim de Faria sobre se não largarem os lugares de Africa supondo ser dado a ElRey D. João 3.º» e «Parecer em contrario do assima sobre o descobrimento e conquista da India supondo também ser dado a ElRey D. João 3.º». Ora, tratando-se de pareceres ainda da primeira metade do século XVI, como já se verificou, esta referência equívoca ao ilustre cónego e chantre da Sé de Évora, Manuel Severim de Faria (1583-1655), leva-me a colocar mais algumas hipóteses.

Dado o interesse que os reinados de D. João III, D. Sebastião e D. Henrique e épocas posteriores despertaram neste autor, a nível de diferenciadas matérias, inclusivamente de história ultramarina, não seria estranho possuir uma cópia, quiçá originais, de documentos de interesse histórico. Entre os «Papéis diversos» do seu espólio manuscrito encontravam-se estes pareceres, segundo se deduz da *Biblioteca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado. Manuel Severim de Faria mostrou, além disso, particular atenção

85. Diogo do Couto, *O Soldado Prático*... cit., pp. 207 e 212.

86. Diogo do Couto, *O Soldado Prático*... cit., p. 206.

lances portugaises sur les portes de Marrakech et aux exploits militaires de Nuno Fernandes de Ataíde et de D. João de Meneses (f. 192) ou à l'argent provenant de l'Inde incapable de fournir aux vassaux du roi la construction de nouvelles maisons (ff. 183–183v) auquel Diogo do Couto répond dans son texte[85]. Il reste, cependant, à vérifier si dans cette réponse, dans les arguments qu'il développe, l'auteur du *O Soldado Prático* n'utilise pas d'autres opinions favorables à la conquête et préservation de l'Inde auxquelles il aurait eu accès.

Quoi qu'il en soit, il s'agit d'un discours déjà préparé après 1550 en raison des références à la perte, après la chute de Santa Cruz du Cap de Gué, d'« Azemmour et deux ou trois autres forteresses »[86], et à des hommes qui ont gouverné l'Inde dans les années 50, 60 et 70 comme D. Antão de Noronha, Francisco Barreto ou D. António de Noronha. Il est vrai que son expérience en Orient (d'environ 1559 jusqu'à sa mort en 1616), comme militaire, fonctionnaire et plus tard chroniqueur, a formé Diogo do Couto pour réaliser dans cette œuvre une anatomie de l'intervention portugaise en Orient et, par conséquent, pour construire son propre point de vue sur la politique à suivre, tout au moins dans ce domaine.

Cependant, il y a d'autres faits à prendre en compte à l'égard de la manipulation et de la diffusion des textes à l'étude. Les avis de l'Anonyme I et de l'Anonyme II, du codex 51-VI-36 de la Bibliothèque d'Ajuda – où nous les avons lus dans une copie plus récente, datant probablement du XVII^e^ siècle – apparaissent mentionnés dans l'indice comme suit : « Discurso de Manoel Severim de Faria sobre se não largarem os lugares de Africa supondo ser dado a ElRey D. João 3.º » et *Parecer em contrario do assima sobre o descobrimento e conquista da India supondo também ser dado a ElRey D. João 3.º*. Or, s'agissant d'avis qui datent encore de la première moitié du XVI^e^ siècle, comme nous l'avons déjà constaté, cette référence ambiguë à l'illustre chanoine et chantre de la cathédrale d'Evora, Manuel Severim de Faria (1583-1655), nous amène à émettre encore quelques hypothèses. Compte tenu de l'intérêt que les règnes de D. João III, D. Sébastien et de D. Henrique et des époques ultérieures ont suscité chez cet auteur, concernant différents sujets, y compris l'histoire d'outre-mer, il ne serait pas étonnant qu'il possède une copie, voire des originaux, de documents d'intérêt historique. Parmi les « Papéis diversos », des documents manuscrits qu'il a laissés se trouvent ces avis, selon ce qui peut être déduit de la *Biblioteca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado. Manuel Severim de Faria a montré, en outre, une attention particulière dans ses *Discursos vários políticos* (1624) pour des figures telles que

85. Diogo do Couto, *O Soldado Prático*... cit., pp. 207 et 212.

86. Diogo do couto, *O Soldado Prático*... cit., p. 206.

nos seus *Discursos vários políticos* (1624) por figuras como Diogo do Couto, Camões e João de Barros, e nas *Notícias de Portugal* (1655), ao debruçar-se sobre problemas nacionais, discorre sobre população, agricultura, navegação e comércio, exército, diagnosticando males e preconizando soluções, temas que se interligam com os das mencionadas fontes quinhentistas. Mais significativo, porém, parece-me o facto de Manuel Severim de Faria ter mantido cordiais relações epistolares com Diogo do Couto. Que tipo de informações ou documentos terão trocado? A pesquisa terá de prosseguir.

Algumas posições assumidas em época de controvérsia

[1] 1529 Duque de Bragança, D. Jaime
Olivença, 8 de Janeiro – Carta a D. João III. Original encontrado por Frei Luís de Sousa na Torre do Tombo. Referido e citado nos *Anais de D. João III,* ed. Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa, 1938, vol. II, pp. 85-86. Advertências ao rei a propósito da ida do arquitecto Duarte Coelho com determinados engenheiros a visitar as fortificações das praças do Norte de África. Reafirma parecer, que teve desde sempre, sobre dever o rei destruir Santa Cruz do Cabo de Guer.

[2] 1529 Duque de Bragança, D. Jaime
Vila Viçosa, 12 de Fevereiro – Carta a D. João III. ANTT, *Gaveta* XVIII, 10-10. Pub. *SIHM, Portugal*, t. II – p. II, pp. 443-452.
Por Duarte Coelho e por carta do rei obtivera mais informações sobre a futura inspecção dos lugares e fora-lhe solicitado um parecer. Considera que se deve possuir apenas o que se tem capacidade de conservar. D. João III não tem poder para conquistar e povoar o sertão marroquino nem tira vantagem de certos domínios. Melhor fora terem pertencido ao imperador Ceuta, Alcácer Ceguer, Tânger e Arzila e Portugal obter proveito de Azamor e Safim. D. Manuel I devia ter cedido Tetuão e ajudado Fernando de Aragão na conquista, evitando grandes prejuízos posteriores. Uma possibilidade colocada desde a tomada de Rodes pelos turcos (1522) e ainda em aberto, seria ceder Ceuta e Alcácer Ceguer ao Mestre dos Hospitalários, evitando-se a Portugal gastos nas armadas do Estreito e os danos materiais e humanos decorrentes do corso e da guerra. De momento importa uma estratégia defensiva, evitar despesas e, portanto, apenas reduzir as forças de cavalo das praças, sem indemnizações indevidas, e não proceder nem ao abandono total dos lugares nem à concentração num deles. A realizar-se no futuro, essa política terá que ser reflectida e paulatina.

Diogo do Couto, Camões et João de Barros ainsi que dans *Notícias de Portugal* (1655), en se penchant sur des problèmes nationaux, il traite de population, d'agriculture, de navigation et de commerce, de l'armée, en diagnostiquant des maux et en recommandant des solutions, de thèmes reliés aux sources du XVI^{e} siècle mentionnées. Plus important, cependant, nous semble-t-il, est le fait que Manuel Severim de Faria ait maintenu des relations épistolaires cordiales avec Diogo do Couto. Quel genre de renseignements ou de documents auraient-ils échangés ? La recherche continuera.

Quelques positions assumées en temps de controverse

[1] 1529 Le duc de Bragança, D. Jaime
Olivença, le 8 janvier – Lettre à D. João III. Original trouvé par Frei Luís de Sousa dans la Torre do Tombo. Mentionné et cité par Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III,* ed. Rodrigues Lapa, Lisbonne, Sá da Costa, 1938, vol. II, pp. 85-86.
Avertissements au roi à propos de la visite de l'architecte Duarte Coelho accompagné de certains ingénieurs des fortifications des places fortes d'Afrique du Nord. Il réaffirme l'avis, qu'il a toujours eu sur le fait que le roi doive détruire Santa Cruz du Cap de Gué.

[2] 1529 Le duc de Bragança, D. Jaime
Vila Viçosa, le 12 février – Lettre à D. João III. ANTT, *Gaveta* XVIII, 10-10. Pub. *SIHM, Portugal*, t. II – p. II, pp. 443-452.
À travers Duarte Coelho et d'une lettre du roi il avait obtenu plus d'informations sur l'inspection des lieux et un avis lui avait été demandé. Il considère qu'on ne doit posséder que ce que l'on a la capacité de garder. D. João III n'a pas de pouvoir pour conquérir et peupler l'arrière-pays marocain ou de tirer profit de certaines zones. Il aurait été préférable que Ceuta, El-Ksar es-Seghir, Tanger et Asilah appartiennent à l'empereur et que le Portugal tire profit d'Azemmour et de Safi. D. Manuel I aurait dû donner Tétouan et aidé Ferdinand d'Aragon dans la conquête pour éviter des pertes importantes plus tard.
Une possibilité évoquée depuis la prise de Rhodes par les turcs (1522) et toujours ouverte, serait de donner Ceuta et El-Ksar es-Seghir au maître des Hospitaliers, en évitant des dépenses pour le Portugal avec les armées du Détroit ainsi que des dégâts matériels et humains découlant des attaques corsaires et de la guerre. À cet égard, il s'avère important, pour l'instant, d'adopter une stratégie défensive, éviter des dépenses et en conséquence ne réduire que les forces à cheval des places fortes, sans compensations excessives, et ne pas procéder ni à l'abandon total des places fortes ni à la concentration sur l'une d'entre elles. Si cette politique venait à se réaliser à l'avenir, elle devrait être réfléchie et progressive.

[3] 1529 António Leite
Azamor, 10 de Setembro – Carta a D. João III. ANTT, *Cartas dos Governadores de África,* n.º 64. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 475-481 (com ano deduzido a partir do conteúdo do documento).
Denuncia fenómenos internos que prejudicam os interesses militares e financeiros do rei e debruça-se particularmente sobre problemas crescentes de concorrência comercial. A sua primeira preocupação, contudo, é aconselhar a tomada de Salé, onde se acolhem mouros e turcos, para o que fornece indicações. Evitar-se-iam com isso muitos ataques originados pelo rei de Fez e poder-se-ia utilizar a ocasião criada pela presença do primo daquele rei para explorar e incentivar divisões internas nesse reino. Poupar-se-iam, ainda, as despesas em obras projectadas para os quatro lugares setentrionais.

[4] 1529 António Leite
Azamor, 14 de Outubro – Carta a D. João III. ANTT, *Cartas dos Governadores de África,* n.º 62. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 490-494.
Corrigindo um pouco as indicações do documento anterior e baseado na experiência, aconselha cautela na confiança a depositar no primo do rei de Fez, então em Portugal. Qualquer atitude de traição contra os interesses cristãos poderia servir de reconciliação aos dois mouros. Uma demonstração de poder pelos portugueses levaria, segundo crê, a uma rápida e voluntária sujeição dos súbditos do rei de Fez e o acesso de Portugal a essa costa e terra da Berberia que «he maior India que a India e menos trabalhosa de ganhar».

[5] 1530 António Leite
Azamor, 6 de Abril – Carta a D. João III. ANTT, *Cartas dos Governadores de África,* n.º 86. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 506-507 (com ano deduzido a partir do conteúdo do documento).
Tendo estabelecido tréguas com o alcaide de Salé e pretendendo negociar a paz com as forças de Fez, aconselha D. João III – caso tenha a intenção de intervir em Marrocos (quiçá na pessoa do infante D. Luís) – a fazê-lo nas terras dos xarifes.

[6] 1530 Gonçalo Mendes Sacoto
S. l., n. d., Maio/Junho – Carta a D. João III. ANTT, *Cartas dos Governadores de África,* n.º 42. Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir). 1505-1541,* Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, pp. 329-332 (com data indefinida entre 1530-1533); *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 521-525 (com data estabelecida pela referência à passagem do infante D. Luís).

[3] 1529 António Leite
Azemmour, le 10 septembre – Lettre à D. João III. ANTT, *Cartas dos Governadores de África,* n° 64. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 475-481 (année déduite du contenu du document).
Il dénonce des phénomènes internes qui affectent les intérêts militaires et financiers du roi et se concentre en particulier sur les problèmes croissants de concurrence commerciale. Sa première préoccupation, cependant, est de conseiller la prise de Salé, où les maures et les turcs sont accueillis, et pour laquelle il fournit des indications. On pourrait ainsi éviter de nombreuses attaques perpétrées par le roi de Fès et profiter de cette occasion, créée par la présence du cousin de ce roi, pour exploiter et encourager les divisions internes dans ce royaume. On éviterait également les dépenses pour les travaux prévus pour les quatre places septentrionales.

[4] 1529 António Leite
Azemmour, le 14 octobre – Lettre à D. João III. ANTT, *Cartas dos Governadores de África,* n° 62. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 490-494.
Pour corriger quelque peu les indications du document précédent et basé sur son expérience, il conseille prudence sur la confiance qui devra être déposer dans le cousin du roi de Fès, alors au Portugal. Toute attitude de trahison contre les intérêts chrétiens pourrait servir le rapprochement des deux maures. Une démonstration de pouvoir des portugais engendrerait, d'après lui, une soumission rapide et volontaire des sujets du roi de Fès et l'accès du Portugal à cette côte et à ces terres de Berberie qui « est une plus grande Inde que l'Inde elle-même et plus facile à conquérir ».

[5] 1530 António Leite
Azemmour, le 6 avril – Lettre à D. João III. ANTT, *Cartas dos Governadores de África,* n° 86. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 506-507 (année déduite du contenu du document).
Après avoir établi une trêve avec le caïd de Salé et avec l'intention de négocier la paix avec les forces de Fès, il conseille João III – s'il a l'intention d'intervenir au Maroc (peut-être en la personne de l'infant D. Luis) – de le faire dans les terres du chérif.

[6] 1530 Gonçalo Mendes Sacoto
S. l., n. d. - mai/juin - Lettre à D. João III. ANTT, *Cartas dos Governadores de África,* n° 42. Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir). 1505-1541,* Lisbonne, Agência Geral das Colónias, 1945, pp. 329-332 (avec une date indéfinie entre 1530-1533) ; *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 521-525 (date établie en référence au passage de l'infant D. Luis).

Num fervor bélico e religioso, vendo para mais em D. João III intenção de conquista e guerra santa e no infante D. Luís propósitos de intervenção pessoal em Marrocos, valoriza as condições favoráveis e os proveitos certos da conquista. Crítico em relação à política das últimas décadas, considera desonra não conservar terras onde se levantaram altares de culto e indigno de um rei não levar por diante a conquista e guerra santa. Portugal possui nas praças meridionais as necessárias entradas para territórios a senhorear politicamente, quiçá a povoar, e, sobretudo, a explorar em benefício do reino numa época de tanta necessidade de dinheiro e de mantimentos.

[7] 1530 Simão Gonçalves da Costa

Santa Cruz do Cabo de Guer, 16 de Maio – Carta a D. João III. ANTT, *Cartas dos Governadores de África,* n.º 351. Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz*… cit., pp. 328-329 (com data de 1530); *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 551-553 (com ano calculado de 1531).

Numa inequívoca oposição à política de abandono de lugares em África, admite apenas em Santa Cruz do Cabo de Guer redução de gente de cavalo mas nunca a destruição dessa posição-chave para a «santa conquista» de Marrocos, que representaria mais despesa e prejuízo que proveito.

[8] 1534 Cristóvão de Távora

Abrantes, 5 de Outubro – Carta a D. João III. Impresso por Álvaro Pires de Távora na *Historia de Varoens illvstres do appellido Tavora,* Paris, 1648, pp. 8-9. Pub. As *Controvérsias… Compilação de Documentos* – II, 1997 (*Mare Liberum* 14), pp. 125-126, e 1998 (Separata Especial), pp. 91-92 (com nova transcrição do original); *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 649-651. Ver *infra* parecer de Abril de 1541.

Considera preferível: *a*) derrubar totalmente os lugares que as circunstâncias obrigavam a abandonar; *b*) utilizar as vidas e bens de todos os vassalos, grandes e pequenos, ao serviço do rei, defendendo posições ou empreendendo a conquista contra os infiéis; *c*) deixar ao imperador a tarefa de se defender do Turco.

[9] 1534 Infante D. Fernando

Abrantes, 6 de Outubro – Carta a D. João III. ANTT, *Gaveta* II, 7-3. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 652-655; *As Gavetas da Torre do Tombo,* Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, t. I, pp. 832-834 e A. Meyrelles do Souto, *Studia,* n.º 33, Dez. 1971, pp. 290-292.

Dans une ferveur belliqueuse et religieuse, voyant d'ailleurs chez D. João III des intentions de conquête et de guerre sainte et chez l'infant D. Luis des intentions d'intervention personnelle au Maroc, il valorise les conditions favorables et les avantages exacts de la conquête. Il critique la politique des dernières décennies et considère que ne pas conserver des terres où se sont soulevés des autels de culte est un déshonneur et qu'il est indigne d'un roi de ne pas poursuivre la conquête et la guerre sainte. Le Portugal possède dans les places méridionales les entrées nécessaires pour les territoires à maitriser politiquement, voire à peupler, et, surtout, à exploiter dans l'intérêt du Royaume à une époque où les nécessités d'argent et de provisions sont si grandes.

[7] 1530 Simão Gonçalves da Costa

Santa Cruz du Cap de Gué, le 16 mai – Lettre à D. João III. ANTT, *Cartas dos Governadores de África,* n° 351. Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz*… cit., pp. 328-329 (datée de 1530) ; *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 551-553 (année calculée de 1531).

En nette opposition avec la politique d'abandon des places en Afrique, il n'admet qu'une réduction de gens à cheval à Santa Cruz du Cap de Gué, mais jamais la destruction de cette position clé pour la « sainte conquête » du Maroc, qui représenterait plus de dépenses et de pertes que d'avantages.

[8] 1534 Cristóvão de Távora

Abrantes, le 5 octobre – Lettre à D. João III. Imprimé par Álvaro Pires de Távora dans *Historia de Varoens illvstres do appellido Tavora,* Paris, 1648, pp. 8-9. Pub. As *Controvérsias… Compilação de Documentos* – II, 1997 (*Mare Liberum* 14), pp. 125-126, et 1998 (édition spéciale), pp. 91-92 (avec une nouvelle transcription de l'original) ; *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 649-651. Voir *infra* l'avis d'avril 1541.

Il considère qu'il est préférable de : *a*) détruire complètement les places que les circonstances ont contraint d'abandonner ; *b*) utiliser les vies et les biens de tous les vassaux, grands et petits, au service du roi, en défendant des positions ou en entreprenant la conquête contre les infidèles ; *c*) laisser à l'empereur la tâche de se défendre du Turc.

[9] 1534 L'infant D. Fernando

Abrantes, le 6 octobre – Lettre à D. João III. ANTT, *Gaveta* II, 7-3. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 652-655 ; *As Gavetas da Torre do Tombo,* t. I, Lisbonne, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, pp. 832-834 et A. Meyrelles do Souto, *Studia,* n° 33, Dez. 1971, pp. 290-292.

Construir fortalezas roqueiras (estabelecendo pelo tempo necessário pazes com os mouros) parece-lhe a melhor solução. Com isso impedia-se que se fortificassem em lugares abandonados por portugueses e o socorro dessas fortalezas, se necessário, tornar-se-ia menos custoso. Quanto a uma intervenção militar, guerra que à partida considera justa, parece-lhe de maiores dificuldades se começada por Safim e Azamor (com más condições para socorros), enquanto que, por Fez, resultaria mais segura e vantajosa, sobretudo se numa acção concertada com o imperador para manietar, por seu lado, diversas forças inimigas. Dando notícia aos estados (em Cortes, por exemplo) dessas suas intenções de passar a África e pedindo-lhes ajuda, bem como ao Papa, o rei contaria com auxílio necessário, inclusivamente para manter os lugares, e com serviço e ajudas nas despesas, por parte de vassalos e de grandes prelados.

[10] 1534 Bispo de Lamego

Lisboa, 7 de Outubro – Carta a D. João III. ANTT, *Gaveta* II, 7-4. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 656-661; *Gavetas,* t. I, pp. 834-838 e A. Meyrelles do Souto, *Studia,* n.º 33, Dez. 1971, pp. 292-296.

Reafirma uma posição já assumida em carta anterior. Considera maior serviço de Deus o rei abandonar totalmente Safim, Azamor e Cabo de Guer, por serem lugares sem proveito nem utilidade a uma futura conquista (por Marrocos demasiado arriscado). Mais valia empregar o dinheiro em pagamentos e mercês devidas a seus súbditos e numa conquista futura mas do reino de Fez, contando para esta com o auxílio dos vassalos. No Sul convinha fortalecer Mazagão e no Norte Ceuta, mais do que qualquer lugar, porque importa a toda a cristandade.

[11] 1534 Mestre da Ordem de Santiago

Setúbal, 8 de Outubro – Carta a D. João III. ANTT, *Gaveta* II, 7-6. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 662-664; *Gavetas,* t. I, pp. 839-841 e A. Meyrelles do Souto, *Studia,* n.º 33, Dez. 1971, pp. 296-298.

Partindo das informações e considerações que o próprio rei expressa na carta onde solicita o seu parecer, o Mestre aponta os inconvenientes de lugares ameaçados e de difícil socorro, assim como da sua fortificação. Refere-se a Azamor, Safim e outras praças mais fracas, cujas despesas se tornaram insuportáveis, havendo por isso que abandoná-las a favor de lugares que se pudessem fortalecer e com maior utilidade para o reino e a cristandade (caso de Ceuta). Embora a

Construire des forteresses de pierre (en établissant avec les maures des moments de paix nécessaires) lui semble la meilleure solution. Cela les empêcherait de se fortifier dans des places abandonnées par les portugais et l'aide à ces forteresses, si nécessaire, deviendrait moins couteuse. Quant à une intervention militaire, guerre qu'il estime au départ une guerre juste, lui semble revêtir une plus grande difficulté si elle est commencée par Safi et Azemmour (avec de mauvaises conditions d'aides), tandis que, par Fès, elle serait plus sûre et avantageuse, surtout s'il y a une action concertée avec l'empereur pour refouler, de son côté, diverses forces ennemies. Lorsqu'il informe les États (les *Cortes*, par exemple) de son intention de passer à l'Afrique et leur demande de l'aide, ainsi qu'au Pape, le roi compterait sur l'assistance nécessaire, y compris pour maintenir les places, et sur un service et des aides pour les dépenses de la part de vassaux et de grands prélats.

[10] 1534 L'évêque de Lamego

Lisbonne, le 7 octobre – Lettre à D. João III. ANTT, *Gaveta* II, 7-4. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 656-661; *Gavetas,* t. I, pp. 834-838 et A. Meyrelles do Souto, *Studia,* nº 33, déc. 1971, pp. 292-296.

Il réaffirme une position déjà assumée dans la lettre précédente. Il considère qu'en abandonnant totalement Safi, Azemmour et le Cap de Gué le roi rend un plus grand service à Dieu, car ce sont des places qui n'apportent aucun avantage ou utilité à une future conquête (par le Maroc il est trop risqué). Il vaudrait mieux dépenser de l'argent dans des paiements et des grâces dues à ses sujets et dans une future conquête, mais du royaume de Fès, comptant pour cela sur l'aide des vassaux. Dans le Sud il conviendrait de renforcer Mazagan et dans le Nord, Ceuta, plus que toute autre place car elle est particulièrement importante pour la chrétienté.

[11] 1534 Le maître de l'Ordre de Santiago

Setúbal, le 8 octobre – Lettre à D. João III. ANTT, *Gaveta* II, 7-6. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 662-664; *Gavetas,* t. I, pp. 839-841 et A. Meyrelles do Souto, *Studia,* nº 33, déc. 1971, pp. 296-298.

En utilisant les informations et les considérations que le roi lui-même exprime dans la lettre où il demande son avis, le Maître indique les inconvénients d'avoir des places menacées et difficiles à secourir, ainsi que de leur fortification. Il fait référence à Azemmour, Safi et d'autres places plus faibles, dont les coûts sont devenus insupportables c'est pourquoi on devrait les abandonner en faveur de places qu'on pourrait renforcer et qui sont plus utiles au Royaume et à la

opinião do rei fosse a mais abalizada – porque melhor informado que qualquer outro – poderia em Cortes, gerais ou não, avaliar a melhor estratégia a seguir, contando com a grande vontade dos súbditos em servi-lo com pessoas e fazendas.

[12] 1534 Bispo do Algarve

Lagos, 15 de Outubro – Carta a D. João III. ANTT, *Gaveta* XV, 14-2. Pub. *Gavetas,* t. IV (1964), pp. 449-452 e A. Meyrelles do Souto, *Studia,* n.º 33, Dez. 1971, pp. 298-301. Ver *infra* parecer de 20 de Dezembro de 1534.

Experiente como conselheiro de guerra ao tempo de D. Manuel I e conhecedor de Safim e de lugares do Estreito, reflecte e tece considerações sobre a grande necessidade dos lugares do Sul – Azamor e Safim –, que se devem manter e pacificar para proveito do Reino. Haveria que fornecer-lhes guarnição e mantimentos e, prioritariamente, agir de forma a destruir o xarife, seja dirigindo grande corpo de gente a cavalo para Safim (que influenciasse uma movimentação dos povos contra ele), seja em caso de ameaça de cerco a Azamor, o envio para esse lugar de embarcações devidamente armadas e para Mazagão centenas de lanças e um capitão exímio. No Norte há também que garantir capitães e figuras como a do Marquês de Vila Real em Ceuta, dada a posição-chave desta praça. Cuidar de Sagres como chave da costa algarvia e defender o mar com caravelas armadas de bombardas, tudo serviria para combater Barba-Roxa, assim como outros atacantes (referência à França). Entretanto o rei, os infantes e o Reino, deveriam preparar-se para a intervenção em África, levantando-se homens, armas e cavalos, para o que contribuiriam laicos e eclesiásticos.

[13] 1534 João de Melo Barreto

Ludo, 18 de Outubro – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 53, D. 134. Pub. As *Controvérsias… Compilação de Documentos* – III, pp. 127-130 (1997) e pp. 93-96 (1998) (com nova transcrição do original); *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 665-670.

Considera fora de qualquer cogitação possível o abandono de Safim e Azamor. Uma melhor guarnição dos lugares com a concorrência, em vidas e bens, de todos os vassalos e naturais, bem como uma eficaz coordenação das forças militares, modificaria a favor do rei de Portugal o comportamento dos diferentes poderes da região. No tocante a Barba-Roxa, algumas precauções bastavam.

chrétienté (cas de Ceuta). Bien que l'avis du roi soit le plus indiqué – car mieux informé que tout autre –, il pourrait lors des assemblées de *Cortes*, générales ou non, évaluer la meilleure stratégie à suivre, comptant sur la grande volonté de ses sujets pour le servir avec des personnes et des biens.

[12] 1534 L'évêque de l'Algarve

Lagos, le 15 octobre – Lettre à D. João III. ANTT, *Gaveta* XV, 14-2. Pub. *Gavetas,* t. IV (1964), pp. 449-452 et A. Meyrelles do Souto, *Studia,* nº 33, déc. 1971, pp. 298-301. Voir *infra* avis du 20 décembre 1534.

Expérimenté en tant que conseiller de guerre à l'époque de D. Manuel I et connaisseur de Safi et des places du Détroit, il réfléchit et tisse des considérations sur les grandes nécessités des places du Sud – Azemmour et Safi – qui doivent être conservées et pacifiées au profit du Royaume. Il fallait leur fournir des garnisons et des provisions et surtout agir pour détruire le chérif, soit en conduisant un grand corps de gens à cheval à Safi (lesquels influenceraient un mouvement de gens contre lui), soit, en cas de menace de siège d'Azemmour, en envoyant des navires dument armés vers cette place ainsi que des centaines de lances et un capitaine habile vers Mazagan. Il faudrait également assurer dans le Nord la présence de capitaines et de figures comme celle du marquis de Vila Real à Ceuta, étant donnée la position clé de cette place. Prendre soin de Sagres en tant que clé de la côte de l'Algarve et défendre la mer avec des caravelles armées de bombardes, tout servirait pour combattre Barberousse, ainsi que d'autres agresseurs (référence à la France). Néanmoins le roi, les infants et le Royaume, devraient se préparer pour une intervention en Afrique, en amenant des hommes, des armes et des chevaux, comptant pour cela sur la contribution des laïques et des ecclésiastiques.

[13] 1534 João de Melo Barreto

Ludo, le 18 octobre – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 53, D. 134. Pub. As *Controvérsias… Compilação de Documentos* – III, pp. 127-130 (1997) et pp. 93-96 (1998) (avec une nouvelle transcription de l'original) ; *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 665-670.

Il considère l'abandon de Safi et d'Azemmour exclu de toute cogitation possible. Un meilleur approvisionnement des places avec une affluence en vies et en biens, de tous les vassaux et natifs, ainsi qu'une coordination efficace des forces militaires, modifierait en faveur du roi de Portugal le comportement des différents pouvoirs de la région. Quant à Barberousse, il suffisait de prendre quelques précautions.

[14] 1534 Marquês de Vila Real

Caminha, 30 de Outubro – Carta a D. João III. ANTT, *Gaveta* II, 7-10. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 671-675; *Gavetas,* t. I, pp. 854-857 e A. Meyrelles do Souto, *Studia,* n.º 33, Dez. 1971, pp. 301-304.

Não bastava salientar a má disposição de certos lugares, dificuldades no socorro, os muitos gastos, e optar pelo abandono de Azamor e Safim, nem valorizar os grandes sacrifícios feitos numa guerra santa contra os mouros e decidir sustentar a todo o preço as posições. Melhor seria, conforme o parecer do Marquês, verificar sempre mais do que um vector, isto é, observar o estado da fazenda, como correm os assuntos da Índia, a feição das relações internacionais e concluir se existe ou não uma conjunção favorável a determinada acção. Por ora, considerava melhor adiar qualquer acção de abandono de lugares no Norte de África, embora nada conclua sobre a sua redução a fortalezas roqueiras. Segundo o seu parecer, seria preferível a reunião de Cortes para se discutir os diversos assuntos apresentados pelo rei e com maior fundamento solicitar ajudas a seus vassalos e naturais. Com maior justiça ainda deveria o rei pedir maiores apoios materiais e espirituais ao Papa a quem a futura conquista de Fez (seguida da de Marrocos) tanto agradaria, repercutindo-se por toda a cristandade.

[14] 1534 Le marquis de Vila Real

Caminha, le 30 octobre – Lettre à D. João III. ANTT, *Gaveta* II, 7-10. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 671-675; *Gavetas,* t. I, pp. 854-857 et A. Meyrelles do Souto, *Studia,* nº 33, déc. 1971, pp. 301-304.

Il ne suffisait pas de souligner la mauvaise disposition de certaines places, les difficultés au niveau de l'aide, les nombreuses dépenses, et d'opter pour l'abandon d'Azemmour et de Safi, ni de valoriser les énormes sacrifices qu'impliquait une guerre sainte contre les maures ni de décider de soutenir les positions à tout prix. Il serait préférable, selon l'avis du Marquis, de vérifier plus d'un vecteur, c'est-à-dire, d'examiner l'état du Trésor du Royaume, le déroulement des affaires en Inde, la configuration des relations internationales et conclure s'il existe ou non une conjoncture favorable pour une action donnée. Pour l'instant, il vaudrait mieux reporter toute action d'abandon des places en Afrique du Nord, bien qu'il ne conclue rien quant à la réduction des forteresses de pierre. D'après son avis, il serait préférable que les *Cortes* se réunissent pour discuter de diverses questions présentées par le roi et en argumentant davantage demander de l'aide à leurs vassaux et natifs. Pour être plus juste, le roi devrait demander un plus grand soutien matériel et spirituel au Pape, car la future conquête de Fès (suivi de celle du Maroc) lui apporterait une grande satisfaction et aurait des répercussions dans toute la chrétienté.

[15] 1534 D. Francisco Lobo

Campo Maior, 30 de Outubro – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. II, M. 195, D. 134. Pub. As *Controvérsias... Compilação de Documentos* – IV, pp. 131-132 (1997) e pp. 97-98 (1998) (com nova transcrição do original); *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 676-679.

Considera a mudança dos tempos, os grandes gastos e a necessidade de abandonar totalmente Safim e Azamor, incapazes de suster o poder mouro. A concentração no Norte permitiria melhor defesa, facilidade de socorros e a futura conquista de Fez. Confia na disposição dos seus compatriotas em servir o rei com fazendas e vidas.

[15] 1534 D. Francisco Lobo

Campo Maior, le 30 octobre – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. II, M. 195, D. 134. Pub. As *Controvérsias... Compilação de Documentos* – IV, pp. 131-132 (1997) et pp. 97-98 (1998) (avec une nouvelle transcription de l'original) ; *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 676-679.

Il constate que les temps changent, les grandes dépenses et la nécessité d'abandonner totalement Safi et Azemmour, incapables de freiner la puissance mauresque. La concentration dans le Nord permettrait une meilleure défense et facilité de secours et une future conquête de Fès. Il compte sur la disponibilité de ses compatriotes pour servir le roi avec des biens et des vies.

[16] 1534 Nuno Rodrigues Barreto

Quarteira, 1 de Novembro – Carta a D. João III. ANTT, *Gaveta* II, 7-11. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 680-683; *Gavetas,* t. I, pp. 857-859 e A. Meyrelles do Souto, *Studia,* n.º 33, Dez. 1971, pp. 305-307.

Cabe a todos os súbditos honrar o valor antigo dos portugueses, disponibilizando património e vida ao serviço do rei, para que não se abandone o que se

[16] 1534 Nuno Rodrigues Barreto

Quarteira, le 1er novembre – Lettre à D. João III. ANTT, *Gaveta* II, 7-11. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 680-683; *Gavetas,* t. I, pp. 857-859 et A. Meyrelles do Souto, *Studia,* nº 33, déc. 1971, pp. 305-307.

Il revient à tous les sujets d'honorer l'ancienne valeur des portugais, mettant au service du roi le patrimoine et la vie, afin de ne pas abandonner ce qui a

conquistou ao tempo de D. Manuel I, com tantos conselhos de homens conhecedores da guerra. Safim e Azamor terão que se manter sem modificações e por estes lugares deverá iniciar-se a conquista, destruindo-se o xarife, e com isso afastar-se um poder que embora menor, poderia vir a juntar-se ao de Marrocos e ao de Fez numa tripla força, caso a intervenção portuguesa se iniciasse pelo Norte. Embora avaliando os lugares de Marrocos setentrional mais seguros, inclusivamente porque próximos de Portugal e Castela, considera que Ceuta precisava de ficar bem aparelhada de gente, de artilharia e de muros, uma vez que Barba-Roxa (com pouca probabilidade, na sua perspectiva) poderia avançar sobre o Mediterrâneo ocidental. Quanto às ajudas necessárias a tão «virtuoso propósito», todos deverão contribuir e, enquanto a guerra durar, o suporte do seu custo deverá ser prioritário a muitas outras obrigações financeiras.

[17] 1534 Visconde de Vila Nova da Cerveira

Do Norte, 5 de Novembro – Carta a D. João III. ANTT, *Gaveta* II, 7-8. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 684-687; *Gavetas*... cit., t. I, pp. 843-845 e A. Meyrelles do Souto, *Studia,* n.º 33, Dez. 1971, pp. 307-309. Ver *infra* parecer de 30 de Abril de 1541.

Com base nas reflexões e razões apresentadas pelo monarca, o Visconde assume, todavia, uma posição firme pelo não abandono de Safim e Azamor. Se os reis passados, com menos rendas e com idênticos sacrifícios, aumentaram o território e conservaram-no (para garantir a paz, acrescentar reinos e fama e para servir a Deus), é obrigação do rei e dos seus leais vassalos (a quem distribui amplas mercês), dos que usufruem comendas da Ordem de Cristo, de cidades e vilas, de todo aquele que dispõe de homens e de dinheiro, servir esta causa. O Papa poderá ajudar e os estrangeiros deverão continuar a ter motivo de inveja perante o esforço e valentia dos portugueses. Mesmo que se venha a iniciar a conquista pelo reino de Fez (incerta, porque não há meios financeiros nem se conhece o resultado), continua a ser serviço de Deus manter os lugares do Sul de Marrocos. No Norte de África derramará sangue ao serviço destes propósitos, tal como o fizeram seu pai e seu avô.

[18] 1534 João Mendes de Vasconcelos

Esporão, 6 de Novembro – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 54, D. 7. Pub. As *Controvérsias... Compilação de Documentos* – V, p. 133 (1997) e p. 99 (1998) (original publicado pela primeira vez). Considera fundamental a observação atenta dos acontecimentos para agir conforme as oportunidades

été conquis à l'époque de D. Manuel I, avec tant de conseils d'hommes connaisseurs de la guerre. Safi et Azemmour devront rester inchangées et c'est par ces places que la conquête devra commencer, en détruisant le chérif, éloignant ainsi un pouvoir qui, bien que plus petit, pouvait s'allier à celui du Maroc et de Fès formant une triple force si les portugais engageaient une action par le Nord. Bien qu'estimant les places du nord du Maroc plus sûres, notamment parce que plus proches du Portugal et de la Castille, il considère que Ceuta devait être bien équipée de gens, d'artillerie et de murs, étant donné que Barberousse (avec une faible probabilité, à ses yeux) pourrait avancer dans la Méditerranée occidentale. Quant aux aides nécessaires à un si « vertueux objectif », tous devraient y contribuer, et tant que la guerre durera, le soutien de son coût devrait être prioritaire par rapport à beaucoup d'autres obligations financières.

[17] 1534 Le vicomte de Vila Nova da Cerveira

Du Nord, le 5 novembre – Lettre à D. João III. ANTT, *Gaveta* II, 7-8. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 684-687; *Gavetas*... cit., t. I, pp. 843-845 et A. Meyrelles do Souto, *Studia,* nº 33, déc. 1971, pp. 307-309. Voir *infra* avis du 30 avril 1541.

Le Vicomte assume, cependant, sur la base des considérations et des raisons invoquées par le monarque, une position ferme contre l'abandon de Safi et d'Azemmour. Si, avec moins de revenus et les mêmes sacrifices, les rois précédents ont augmenté le territoire et l'ont conservé (pour assurer la paix, augmenter les royaumes et la notoriété et pour servir Dieu), il est du devoir du roi et de ses fidèles vassaux (à qui il distribue de grandes grâces), de ceux qui jouissent de commanderies de l'Ordre du Christ, des petites et grandes villes et, de tous ceux qui ont des hommes et de l'argent, de servir cette cause. Le Pape pourra aider et les étrangers devront continuer à être envieux de l'effort et du courage des portugais. Même si la conquête commence par le royaume de Fès (pas sûr, car il n'y a pas de moyens financiers ni de connaissance de résultats), maintenir les places dans le Sud du Maroc continue d'être considéré comme un service rendu à Dieu. En Afrique du Nord, il versera son sang pour servir cette fin, comme l'ont fait son père et son grand-père.

[18] 1534 João Mendes de Vasconcelos

Esporão, le 6 novembre – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 54, D. 7. Pub. As *Controvérsias... Compilação de Documentos* – V, p. 133 (1997) et p. 99 (1998) (original publié pour la première fois). Il estime que l'observation minutieuse des événements est indispensable pour agir selon les opportu-

– seja na futura conquista pelo Norte, na actual manutenção de Safim e Azamor ou, eventualmente, no futuro abandono total destes lugares.

[19] 1534 Fernão Vaz de Sampaio
Vila da Torre, 15 de Novembro – Carta a D. João III. ANTT, *Gaveta* II, 7-7. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 688-689; *Gavetas*... cit., t. I, pp. 841-843 e A. Meyrelles do Souto, *Studia,* n.º 33, Dez. 1971, pp. 309-311.
O abandono de Safim e Azamor representaria um poder acrescido dos mouros, originando o seu avanço sobre os restantes lugares do Norte de África e até uma intervenção no Algarve e em Castela. Pelas condições do território no Sul de Marrocos e dificuldades no socorro, bem como pela necessidade de aliviar os ataques do xarife e reduzir as despesas, considera preferível começar a conquista a partir de Arzila. Se imperioso, que o rei se sirva de todos os vassalos. Entretanto, Ceuta, cidade que importa a toda a cristandade, deve manter-se bem defendida de qualquer ameaça.

[20] 1534 Bispo de Coimbra
Coimbra, 6 de Dezembro – Carta a D. João III. ANTT, *Gaveta* II, 7-5. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 690-691; *Gavetas*... cit., t. I, pp. 838-839 e A. Meyrelles do Souto, *Studia,* n.º 33, Dez. 1971, pp. 311-312. Ver *infra* parecer de 20 de Março de 1541.
Dada a sua condição de eclesiástico e de homem pouco prático nas coisas da guerra, bem como desconhecedor dos reinos de Marrocos, anula-se face ao parecer dos experientes nesses assuntos. Só pelas orações poderá servir o rei, para que se acrescente a fé e o senhorio do reino conforme o seu desejo.

[21] 1534 Bispo do Algarve
Silves, 20 de Dezembro – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 54, D. 28. Pub. As *Controvérsias... Compilação de Documentos* – VI, pp. 135-138 (1997) e pp. 101-104 (1998) (com nova transcrição do original); *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 692-699. Ver *supra* parecer de 15 de Outubro de 1534.
Considera urgente: *a)* garantir Safim e depois Azamor, para em seguida tomar Salé e através de fortalezas na Mamora aos poucos abater o poder de Fez; *b)* também subtilmente, por contactos diferentes com as populações locais, subtraí-las à influência do rei de Fez e do xarife.

[22] 1534 João Rodrigues de Sá Meneses
Porto, 23 de Dezembro – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 54, D. 33. Pub. As *Controvér-*

nités – que ce soit dans la future conquête par le Nord, dans l'actuelle maintenance de Safi et d'Azemmour ou, éventuellement, dans le futur abandon total de ces places.

[19] 1534 Fernão Vaz de Sampaio
Vila da Torre, le 15 novembre – Lettre à D. João III. ANTT, *Gaveta* II, 7-7. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 688-689 ; *Gavetas*... cit., t. I, pp. 841-843 et A. Meyrelles do Souto, *Studia,* nº 33, déc. 1971, pp. 309-311.
L'abandon de Safi et d'Azemmour représenterait une augmentation de la puissance des maures, provoquant leur avancée sur les autres places d'Afrique du Nord voire une intervention en Algarve et en Castille. En raison des conditions du territoire au Sud du Maroc et des difficultés de secours, ainsi que de la nécessité de soulager les attaques du chérif et de réduire les dépenses, il considère préférable de commencer la conquête à partir d'Asilah. S'il s'avère impératif, le roi devra se servir de tous les vassaux. Cependant, Ceuta, une ville importante pour toute la chrétienté doit continuer d'être bien défendue de toute menace.

[20] 1534 L'évêque de Coïmbre
Coïmbre, le 6 décembre – Lettre à D. João III. ANTT, *Gaveta* II, 7-5. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 690-691 ; *Gavetas*... cit., t. I, pp. 838-839 et A. Meyrelles do Souto, *Studia,* nº 33, déc. 1971, pp. 311-312. Voir *infra* avis du 20 mars 1541.
Compte tenu de sa condition d'ecclésiastique et d'homme ayant peu de pratique dans les choses de la guerre et peu connaisseur des royaumes du Maroc, il s'efface par rapport aux avis des experts en la matière. Il ne pourra servir le roi que par la prière, pour que l'on augmente la foi et le domaine du Royaume comme son désir.

[21] 1534 L'évêque de l'Algarve
Silves, le 20 décembre – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 54, D. 28. Pub. As *Controvérsias... Compilação de Documentos* – VI, pp. 135-138 (1997) et pp. 101-104 (1998) (avec une nouvelle transcription de l'original) ; *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 692-699. Voir *infra* avis du 15 octobre 1534.
Il considère urgent de : *a*) s'assurer la prise de Safi puis d'Azemmour, par la suite prendre Salé et progressivement par le biais de forteresses à Mamora briser le pouvoir de Fès ; *b*) aussi subtilement, à partir de différents contacts avec les populations locales, les soustraire à l'influence du roi de Fès et du chérif.

[22] 1534 João Rodrigues de Sá Meneses
Porto, le 23 décembre – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 54, D. 33. Pub. As *Contro-*

sias… Compilação de Documentos – VII, p. 139 (1997) e p. 105 (1998) (com nova transcrição do original); *SIHM, Port*., t. II – p. II, pp. 702-703.
Considera não se dever abandonar, seja em que situação for, Azamor e Safim, mas defender e conservar a autoridade régia pelo concurso de todos em vidas e bens.

[23] 1534 Francisco Pereira
Lisboa, finais do ano. BAJUDA (Biblioteca da Ajuda), cod. 51-VI-40, ff. 407-431 (cópia manuscrita provavelmente do século XVII). Pub. As *Controvérsias… Compilação de Documentos* – VIII, pp. 141-149 (1997) e pp. 107-115 (1998) (original publicado pela primeira vez, v. *supra* nota 28).
Em parecer escrito a D. João III, considera criticamente a política seguida então no Norte de África, tanto na guerra como na paz, classificando de excessivas e mal aplicadas as despesas feitas com as diferentes praças. Preconiza aplicação dos gastos e concentração de forças na conquista de Fez, situação que traria vantagens políticas e económicas a Portugal.

[24] 1534 Francisco Pereira
Lisboa, finais do ano. BAJUDA, cod. 51-VI-40, ff. 431--451 (cópia manuscrita provavelmente do século XVII). Pub. As *Controvérsias… Compilação de Documentos* – IX, pp. 151-157 (1997) e pp. 117-123 (1998) (original publicado pela primeira vez, v. *supra* nota 28).
Na continuação do parecer anterior, «Repartição» que fez ao expor os seus cálculos respeitantes a homens e mantimentos necessários à conquista de Fez. Especifica, diferenciando, o contributo dos corpos eclesiásticos, dos nobres, das comarcas. Soma a gente de cavalo, os peões e a gente de ordenança. Calcula os gastos.

[25] 1534 (?) Conde da Castanheira
Relação de memórias (data deduzida a partir do conteúdo do documento). Pub. ou ref. por Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*… cit., vol. II, pp. 210-211 e 314-317. Ver *infra* parecer de 1541.
Se é honroso sustentar lugares que não apenas se mostram proveitosos mas constituem igualmente base ou «esperança» para empreendimentos de maior vulto, fazê-lo em relação a lugares sem proveito, como Safim e Azamor, resume-se a «vaidade». O seu parecer é favorável a um abandono total, uma vez que não se tiram benefícios e perde-se em gente

vérsias… Compilação de Documentos – VII, p. 139 (1997) et p. 105 (1998) (avec une nouvelle transcription de l'original) ; *SIHM, Port*., t. II – p. II, pp. 702-703.
Il estime, quelle que soit la situation, qu'Azemmour et Safi ne doivent pas être abandonnées, mais qu'il faudrait préserver et défendre l'autorité royale avec la collaboration de tous en contribuant avec des vies et des biens.

[23] 1534 Francisco Pereira
Lisbonne, fin de l'année. BAJUDA (Biblioteca da Ajuda), cod. 51-VI-40, ff. 407-431 (copie manuscrite probablement du XVII^{e} siècle). Pub. As *Controvérsias… Compilação de Documentos* – VIII, pp. 141-149 (1997) et pp. 107-115 (1998) (original publié pour la première fois, v. *supra* note 28).
Dans un avis écrit adressé à D. João III, il examine, de manière critique, la politique alors suivie en Afrique du Nord, tant dans la guerre comme dans la paix, en classant d'excessives et mal appliquées les dépenses effectuées dans les différentes places. Il recommande l'application des dépenses et la concentration des forces dans la conquête de Fès, une situation qui apporterait des avantages économiques et politiques au Portugal.

[24] 1534 Francisco Pereira
Lisbonne, fin de l'année. BAJUDA, cod. 51-VI-40, ff. 431-451 (copie manuscrite probablement du XVII^{e} siècle). Pub. As *Controvérsias… Compilação de Documentos* – IX, pp. 151-157 (1997) et pp. 117-123 (1998) (original publié pour la première fois, v. *supra* note 28).
Dans le prolongement de l'avis précédent, « répartition » qu'il a fait en exposant ses calculs relatifs aux hommes et fournitures nécessaires à la conquête de Fès. Il spécifie, en différenciant, la contribution des organes ecclésiastiques, des nobles et des municipalités. Il additionne les gens à cheval, les hommes de pieds et les gens de l'ordonnance. Il calcule les dépenses.

[25] 1534 (?) Le comte de Castanheira
Liste de Mémoires (année déduite du contenu du document). Pub. ou réf. par Frei Luís de Sousa, Sousa, *Anais de D. João III*… cit., vol. II, pp. 210-211 et 314-317. Voir *infra* l'avis de 1541.
S'il est honorable de soutenir des places qui se montrent non seulement rentables, mais constituent également une base ou un « espoir » pour des projets de plus grande envergure, maintenir des places qui ne rapportent rien, comme Safi et Azemmour, se résume à de la « vanité ». Son avis est favorable à un abandon total, étant donné que l'on n'obtient aucun bénéfice

e dinheiro. Por outro lado, o não aproveitamento futuro dessas posições pelos mouros, particularmente no que toca à recolha de embarcações, à partida era garantido em Safim pela compleição do local e em Azamor com a construção de uma fortaleza na barra. Muitas despesas se verificam então não apenas em África mas também no Reino e na Índia. Da maior parte tem o Estado necessidade mas na conjuntura actual (dadas as notícias sobre o Turco) considera de melhor política o investimento de dinheiro na Índia, na sua preservação, como forma, inclusivamente, de garantir remédio a todas as outras despesas do Reino.

et que l'on perd des gens et de l'argent. D'autre part, l'impossibilité d'une future utilisation de ces positions par les maures, en particulier dans l'accueil de navires, était garantie au départ par la constitution naturelle du local de Safi et avec la construction d'une forteresse sur la côte d'Azemmour. Il y a beaucoup de dépenses, non seulement en Afrique, mais aussi dans le Royaume et en Inde. L'État a, en grande partie, besoin de tout cela mais, vu la conjoncture (compte tenu des nouvelles sur le Turc), il considère que la meilleure politique est d'investir l'argent en Inde, dans sa préservation comme un moyen de combler toutes les autres dépenses du Royaume.

[26] 1535 Manuel de Sousa

Arronches, 1 de Janeiro – Carta a D. João III. ANTT, *Gaveta* II, 7-9. Pub. *SIHM, Port.*, t. III (1948), pp. 1-14 (R. Ricard identifica como signatário Aires de Sousa); *Gavetas*... cit., t. I, pp. 845-854 e A. Meyrelles do Souto, *Studia,* n.º 33, Dez. 1971, pp. 313-321; A. A. Andrade, *Antologia do Pensamento Português,* Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Politica Ultramarina, 1965, I, pp. 221-231.

Em risco considera a consciência e a honra do rei devido a dificuldades financeiras e sobre estes temas discorre a propósito da guerra aos infiéis no Norte de África. Se problemas de diversa ordem desculpam o facto de D. João III não prosseguir a conquista, nada justifica – até à plena exaustão em fazendas e vidas dos seus vassalos – o abandono de posições, mesmo que se tenha de transformar os lugares em fortalezas roqueiras (dá, nesse ponto, a palavra aos experimentados na guerra e conhecedores das regiões). É pelo Sul que a conquista futura deverá começar, aproveitando a fraqueza do domínio do xarife ao tiranizar os povos, além de impedir o abandono de Safim e Azamor e com isto o avanço inevitável daquele sobre terras e portos e, usufruindo de navios, sobre o próprio território peninsular. Para tão honrosa guerra é preciso dinheiro e gente e para obtê-los reformar o comportamento social: cortar despesas supérfluas e empregar o dinheiro sustentando gente de armas no Norte de África, utilizando as rendas de comendas, mestrados e igrejas, para o fim último para que se instituíram; servir pessoalmente na guerra; grandes e fidalgos de novo criarem em sua casa gente, empregando utilmente as suas rendas, para disporem de homens para a guerra e de dinheiro para no reino ficarem sempre prestes a servir. É preciso, igualmente, que o rei altere a sua maneira de agraciar os súbditos de forma a incentivá-los a mudar.

[26] 1535 Manuel de Sousa

Arronches, le 1er janvier – Lettre à D. João III. ANTT, *Gaveta* II, 7-9. Pub. *SIHM, Port.*, t. III (1948), pp. 1-14 (R. Ricard identifie comme signataire Aires de Sousa); *Gavetas*... cit., t. I, pp. 845-854 et A. Meyrelles do Souto, *Studia,* nº 33, déc. 1971, pp. 313-321 ; A. A. Andrade, *Antologia do Pensamento Português,* Lisbonne, Instituto Superior de Ciências Sociais e Politica Ultramarina, 1965, I, pp. 221-231.

Il croit que la conscience et l'honneur du roi sont en danger en raison de difficultés financières et sur ces questions il discourt au sujet de la guerre aux infidèles en Afrique du Nord. Si des problèmes de toutes sortes excusent le fait que D. João III ne poursuive pas la conquête, rien ne justifie – jusqu'à épuisement complet des biens et des vies de ses sujets – l'abandon de positions, même si les places doivent être transformées en forteresse de pierre (sur ce point, il laisse la parole aux expérimentés dans la guerre et aux connaisseurs des régions). C'est par le Sud que la future conquête devra commencer, en profitant de l'affaiblissement du pouvoir de domination du chérif en intimidant les peuples, outre le fait d'empêcher l'abandon de Safi et d'Azemmour et avec ceci l'avancée inévitable de celui-ci sur des terres et des ports et, en profitant de navires, sur le territoire péninsulaire lui-même. Pour une guerre si honorable, il faut de l'argent et des gens et, pour les obtenir, il faut réformer le comportement social : sabrer les dépenses superflues et employer l'argent pour soutenir des gens d'armes en Afrique du Nord, en utilisant les revenus de commanderies, les maîtres et les églises, à la fin ultime pour laquelle elles sont destinées ; servir personnellement dans la guerre ; les grands et les nobles devant employer de nouveau des gens de leur *casa* et utiliser efficacement leurs rentes afin de disposer d'argent et d'hommes pour la guerre et d'être toujours disponible à servir le Royaume. Il faut, également, que le roi modifie sa façon de récompenser les sujets de manière à les encourager à changer.

[27] 1535 D. Fradique Manuel

Lisboa, 7 de Janeiro – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 54, D. 43. BAJUDA, cod. 51-VI-40, ff. 155-159 (cópia manuscrita com variantes, provavelmente do século XVII). Pub. As *Controvérsias… Compilação de Documentos* – X, pp. 159-161 (1997) e pp. 125-127 (1998) (com nova transcrição do original); *SIHM, Port.*, t. III, pp. 18-21.

Considera inerente à honra do rei e dos portugueses e à preservação do culto divino a conservação dos lugares de África. Com esse objectivo não há que poupar esforços nem despesas e o rei deverá contar com o serviço de todos os vassalos.

[28] 1538 Manuel Jorge

Fez, 1 de Agosto – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 62, D. 60. Pub. *SIHM, Port*., t. III, pp. 166-172.

Segundo este indivíduo – que por ser da criação do rei de Portugal alcançou um lugar de destaque no conselho do rei de Fez –, as facções políticas e militares que se digladiam intestinamente naquele reino trazem-no «aparelhado pera se perder». D. João III, com toda a sua fama de poderoso e de amante da verdade e da justiça, galvanizou partidários e, ao intervir em África, logo irá garantir novos vassalos e senhorios, o que representará ganho cristão. Um ou outro partido de Fez, mais tarde ou mais cedo, chegará mesmo ao ponto de lhe solicitar um auxílio directo e os gastos que se fizerem na altura revelar-se-ão um bom investimento.

[29] 1539 Bastião de Vargas

Mequinez, 10 de Abril – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. II, M. 228, D. 8. Pub. *SIHM, Port*., t. III, pp. 202-206.

Em Fez pretende-se estabelecer negociações com D. João III, discutindo-se o perfil do agente a enviar. Teme-se o xarife tanto quanto o rei é fraco e os súbditos (principalmente os que residem em Fez) se mostram pouco preparados para a guerra (a excepção vem dos alcaides fronteiros aos lugares portugueses). Só as relações pacíficas entre Fez e Portugal, segundo Vargas, impediram até a data a conquista do reino pelo xarife e tanto os grandes como os povos de Fez, cientes disso, desejam um acordo que os liberte daquela ameaça. Tais predisposições reflectem-se desde já em atitudes de concórdia política e comercial.

[30] 1540 Bastião de Vargas

Fez, 12 de Dezembro – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 68, D. 101. Pub. *SIHM, Port*., t. III, pp. 304-308. Ver *infra* documentos de 1544.

[27] 1535 D. Fradique Manuel

Lisbonne, le 7 janvier – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 54, D. 43. BAJUDA, cod. 51-VI-40, ff. 155-159 (copie manuscrite avec des variantes probablement du XVII[e] siècle). Pub. As *Controvérsias… Compilação de Documentos* – X, pp. 159-161 (1997) e pp. 125-127 (1998) (avec une nouvelle transcription de l'original) ; *SIHM, Port.*, t. III, pp. 18-21.

Il considère la conservation des places d'Afrique inhérente à l'honneur du roi et des portugais et à la conservation du culte divin. Dans ce but, il ne faut épargner ni efforts, ni dépenses et le roi devra compter sur le service de tous les vassaux.

[28] 1538 Manuel Jorge

Fès, le 1[er] août – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 62, D. 60. Pub. *SIHM, Port*., t. III, pp. 166-172.

Selon ce dernier – qui a atteint une place prépondérante au sein du Conseil du roi de Fès parce qu'il appartient à l'entourage du roi de Portugal, les luttes intestines des factions politiques et militaires dans ce Royaume « le conduisent à sa perte ». D. João III, avec toute sa renommée de roi puissant et amant de la vérité et de la justice, a galvanisé des partisans et, en intervenant en Afrique, il garantira bientôt de nouveaux vassaux et domaines, ce qui représentera un profit chrétien. Tôt ou tard, l'un ou l'autre parti de Fès, en arrivera au point de lui solliciter une aide directe et les dépenses qui se feront à l'occasion se révéleront un bon investissement.

[29] 1539 Bastião de Vargas

Meknès, le 10 avril – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. II, M. 228, D. 8. Pub. *SIHM, Port*., t. III, pp. 202-206.

À Fès, on souhaite établir des négociations avec D. João III, on discute à propos du profil de l'agent qui devra être envoyé. On craint le chérif ainsi que la faiblesse du roi et de ses sujets (principalement de ceux qui habitent à Fès) qui se montrent peu préparés pour la guerre (l'exception vient des caïds frontaliers aux places portugaises). Selon Vargas, seules les relations pacifiques entre Fès et le Portugal ont empêché, jusqu'à la date, la conquête du royaume par le chérif et tant les grands que les peuples de Fès, conscients de cela, désirent un accord qui les libère de cette menace. De telles prédispositions se reflètent dès lors dans des attitudes d'accords politiques et commerciaux.

[30] 1540 Bastião de Vargas

Fès, le 12 décembre – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 68, D. 101. Pub. *SIHM, Port*., t. III, pp. 304-308. Voir *infra* documents de 1544.

Sem conselheiros à altura de um Mulei Abraem, entretanto desaparecido, o rei de Fez, inapto no governo interno como na política externa, «não a de ser rrey muito tempo, que ou lhe tomarão a terra ou os seus o desporão de rrey». Mesmo acordando-se com Portugal e mediante a cedência de reféns, ele não agirá – considera Vargas –, nem se o xarife avançar sobre Safim e Azamor, nem se D. João III, intervindo em África, conquistar território. O reino de Fez será tomado por quem primeiro o cometer.

[31] 1541 Bispo de Coimbra
Coimbra, 20 de Março – Carta a D. João III. BPE (Biblioteca Pública de Évora), cod. CIII/2-20, f. 148v (cópia no Cod. CIII/2-26, f. 240). Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz*... cit., pp. 344-345. Ver *supra* parecer de 6 de Dezembro de 1534.
Face às necessidades sentidas nos lugares de África, o socorro a enviar pelo rei de Portugal deverá ser rápido e intensamente reconhecido pelos inimigos da fé. De resto, as suas virtudes e obras por aumentar o domínio cristão decerto irão despertar a misericórdia de Deus e aumentarão o amor e a lealdade dos vassalos. O bispo concorrerá, quando o rei o desejar, com sacrifícios, com a renda e os vassalos do seu bispado, com a sua própria fazenda e criados.

[32] 1541 Cristóvão de Távora
Lisboa, Abril, entre meados e finais – Carta a D. João III. Impresso por Távora, *Historia de Varoens*... cit., pp. 10--13. Pub. As *Controvérsias... Compilação de Documentos* – XII, pp. 165-167 (1997) e pp. 131-133 (1998) (com nova transcrição do original); *SIHM, Port*., t. III, pp. 379-483. Ver *supra* parecer de 5 de Outubro de 1534.
Considera como objectivo primordial vingar a ofensa à honra do rei de Portugal. Havia que aproveitar circunstâncias favoráveis, entre as quais a aliança que lhe oferecia o rei de Fez, intervir com um grande exército ou instalar de imediato uma poderosa força militar que iniciasse uma guerra sem tréguas aos xarifes. Contaria o rei com o serviço dos Povos e do Clero para destruir o poder crescente daqueles e, com isso, salvaguardar posições e travar as contínuas despesas.

[33] 1541 Conde da Feira
Aveiro, 25 de Abril – Carta a D. João III. BPE, cod. CIII/2-26, f. 241*v* (cópia). Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz*... cit., pp. 349-351.
O serviço de Deus e a honra do rei obrigam a tomar medidas enérgicas no Norte de África, para atalhar o

Sans conseillers à la hauteur d'un Moulay Ibrahim, entretemps disparu, le roi de Fès, incapable de gérer le gouvernement interne et la politique étrangère, « il ne sera pas roi pendant plus très longtemps, on lui prendra les terres ou il sera destitué par les siens ». Même en s'accordant avec le Portugal et moyennant la cession d'otages, il n'agira pas – considère Vargas –, même si le chérif avance sur Safi et Azemmour, même si D. João III, intervenant en Afrique, conquiert le territoire. Le royaume de Fès sera pris par le premier qui l'accomplira.

[31] 1541 L'évêque de Coïmbre
Coïmbre, le 20 mars – Lettre à D. João III. BPE (Biblioteca Pública de Évora), cod. CIII/2-20, f. 148v (copie dans le Cod. CIII/2-26, f. 240). Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz*... cit., pp. 344-345. Voir *supra* avis du 6 décembre 1534.
Compte tenu des besoins ressentis dans les places d'Afrique, l'aide à envoyer par le roi du Portugal devra être rapide et intensément reconnue par les ennemis de la foi. Du reste, ses vertus et œuvres pour augmenter le domaine chrétien éveilleront certainement la miséricorde de Dieu et augmenteront l'amour et la loyauté des vassaux. L'Évêque concourra, quand le roi le désirera, avec des sacrifices, avec le revenu et les vassaux de son évêché et avec son propre argent et ses serviteurs.

[32] 1541 Cristóvão de Távora
Lisbonne, entre la mi et la fin avril – Lettre à D. João III. Imprimée par Távora, *Historia de Varoens*... cit., pp. 10-13. Pub. As *Controvérsias... Compilação de Documentos* – XII, pp. 165-167 (1997) et pp. 131-133 (1998) (avec une nouvelle transcription de l'original) ; *SIHM, Port*., t. III, pp. 379-483. Voir *supra* l'avis du 5 octobre 1534.
Il considère comme objectif primordial de venger l'offense à l'honneur du roi de Portugal. Il fallait profiter des circonstances favorables, parmi lesquelles l'alliance que lui offrait le roi de Fès, intervenir avec une grande armée ou installer immédiatement une puissante force militaire qui commencerait une guerre sans trêve aux chérifs. Le roi compterait sur le service des peuples et du clergé pour détruire le pouvoir croissant de ceux-ci, sauvegardant ainsi des positions et freinant les continuelles dépenses.

[33] 1541 le comte de Feira
Aveiro, le 25 avril – Lettre à D. João III. BPE, cod. CIII/2-26, f. 241*v* (copie). Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz*... cit., pp. 349-351.
Le service de Dieu et l'honneur du roi obligent à prendre des mesures énergiques en Afrique du

poder do xarife. Reflecte sobre dois modos possíveis de o conseguir: 1) o envio de um grande exército mas não comandado pelo rei (antes pelo infante D. Luís), dada a incerteza da lealdade do rei de Fez e a inferior condição deste, caso se junte ao exército português; 2) em vez de efectuar uma batalha campal, que poderia levar o exército a internar-se no sertão sem condições de subsistência, se os mouros não dessem luta e retirassem, investir na concentração de forças bem apetrechadas em Azamor e Safim que fizessem uma guerra de fronteira (como no tempo de Nuno Fernandes de Ataíde).

[34] 1541 Visconde de Vila Nova da Cerveira

Ponte de Lima, 30 de Abril – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 69, D. 101. Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz*... cit., pp. 351-352. Ver *supra* parecer de 5 de Novembro de 1534.

A investida xarifina sobre Santa Cruz do Cabo de Guer, que levou à sua perda, deveu-se à política de retirar homens dos lugares portugueses sem substituí-los, sinal de negligência ou de fraqueza notado pelos mouros. Será necessário agora utilizar mais gente para efectuar uma forte intervenção de grande alcance, nas terras do xarife do Suz. Com esta esforçada passagem a África visar-se-ia simultaneamente vingar a afronta e destruir forças do xarife do Suz (nomeadamente Tafetana e o seu comércio, prejudicial aos interesses portugueses). Quanto aos outros poderes, havia que impedir qualquer socorro a Suz por parte do xarife de Marrocos (atraindo a sua acção com o reforço de gente de cavalo em Azamor e Safim), e desconfiar sempre de acordos de paz a realizar com o rei de Fez. Estes deveriam significar para Portugal uma oportunidade para reforço militar.

[35] 1541 Inácio Nunes

Safim, 30 de Maio – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 69, D. 114. Pub. *SIHM, Port*., t. III, pp. 406-409.

Conforme as informações de um judeu chegado de Marraquexe, as últimas movimentações do xarife – que resultaram nos cercos de Safim e Azamor – foram um meio para levantar os súbditos de Fez contra o seu rei e reforçar as suas ligações com alguns deles. Ocorrendo entretanto a perda de Santa Cruz do Cabo de Guer, e informado do socorro a Azamor, temeu o xarife que o reforço militar da praça portuguesa e a imobilidade do rei de Fez significassem uma iminente intervenção conjugada dos dois soberanos contra si. Refugiou-se por isso em Marraquexe. Esse temor propagou-se às populações, inclusivamente a Sul. O seu

Nord, pour affaiblir le pouvoir du chérif. Il réfléchit à deux manières possibles d'y parvenir : 1) l'envoi d'une grande armée, mais non commandée par le roi (plutôt par l'infant D. Luis), étant donné l'incertitude de la loyauté du roi de Fès et sa condition inférieure s'il rejoint l'armée portugaise ; 2) plutôt que de faire une bataille champêtre, qui pourrait amener l'armée à s'introduire dans l'arrière-pays sans conditions de subsistance, au cas où les maures ne lutteraient pas et battraient en retrait, il serait préférable d'investir dans la concentration de forces bien équipées à Azemmour et à Safi lesquelles feraient une guerre de frontière (comme à l'époque de Nuno Fernandes de Ataíde).

[34] 1541 Le vicomte de Vila Nova da Cerveira

Ponte de Lima, le 30 avril – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 69, D. 101. Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz*... cit., pp. 351-352. Voir *supra* avis du 5 novembre 1534.

L'assaut chérifien de Santa Cruz du Cap de Gué, qui a conduit à sa perte, est dû à la politique de retirer des hommes des places portugaises sans les remplacer, signe de négligence ou de faiblesse noté par les maures. Il faudra maintenant utiliser plus de gens pour faire une intervention de grande envergure sur les terres du chérif du Sous. Avec ce passage laborieux en Afrique on chercherait simultanément à venger l'affront et à détruire les forces du chérif du Sous (en particulier Tafetna et son commerce, préjudiciable aux intérêts portugais). Quant aux autres puissances, il fallait empêcher toute aide au Sous de la part du chérif du Maroc (attirant son action avec le renforcement de gens à cheval à Azemmour et Safi) et toujours se méfier des accords de paix à réaliser avec le roi de Fès. Ceux-ci devraient signifier pour le Portugal, l'occasion d'un renforcement militaire.

[35] 1541 Inácio Nunes

Safi, le 30 mai – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 69, D. 114. Pub. *SIHM, Port*., t. III, pp. 406-409.

Selon les informations d'un juif arrivé de Marrakech, les derniers mouvements du chérif – qui ont abouti aux sièges de Safi et d'Azemmour – ont été un moyen pour soulever les sujets de Fès contre leur roi et renforcer ses liaisons avec certains d'entre eux. Entretemps, la perte de Santa Cruz du Cap de Gué ayant eu lieu, et ayant été informé de l'aide à Azemmour, le chérif craignit que le renforcement militaire de la place portugaise et l'immobilité du roi de Fès ne signifient une intervention conjuguée imminente des deux souverains contre lui. Il se réfugia donc à Marrakech. Cette crainte se propagea aux populations, y compris

informador crê, aliás, que se houvesse uma intervenção portuguesa no Suz, Tarudante seria abandonada, bem como outros lugares. Em Marraquexe o xarife procura manietar conspirações com Portugal e fugas para Fez, enquanto judeus e mercadores residentes naquela cidade colocam a salvo, secretamente, os seus bens. Parece a Inácio Nunes ser esta conjugação, criada pelo medo, favorável à afirmação de Portugal naquelas paragens. Contudo, se o soberano português vacilar na iniciativa, logo os mouros mudarão de sentimento e, consequentemente, de atitude.

[36] 1541 D. Henrique de Noronha

Safim 4 de Junho – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 69, D. 120. Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz*... cit., pp. 353-355.

Embora não obtendo resposta do rei a cartas anteriores, continua a seu serviço esclarecendo-o sobre as movimentações e possíveis reacções dos xarifes, mediante informações recolhidas em Marraquexe (por intermédio de judeus). São propícias, segundo deduz, as condições para uma intervenção portuguesa em África. Desavindos, ambos os xarifes temem uma iminente passagem do rei de Portugal, temor esse que se estende aos seus alcaides. Considera-se possível que os alarves de Marraquexe, face a uma intervenção militar, se submetam de imediato às forças portuguesas, ajudando-as a combater o xarife seu senhor. Entrando por Safim para esta guerra, D. João III poderia também contar com a inacção do xarife do Suz, uma vez que este receia, acima de tudo, que as forças portuguesas passem pelo Cabo de Guer e avancem sobre Tarudante. Do ponto de vista não apenas militar mas também económico, havia que impedir a actividade de portos como os de Tafetana e Teracuco e o de Cabo de Guer, mediante uma apertada vigilância marítima, dado que neles prospera – sem benefício de direitos para o rei português – o comércio com os mouros, de armas e de outras mercadorias defesas.

[37] 1541 Lopo Barriga

Safim, 29 de Junho – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 70, D. 9. Pub. *SIHM, Port.*, t. III, pp. 450-451.

O ano de 1541 revela-se o melhor para fazer guerra aos xarifes dada a falta total de colheitas. A extrema miséria das populações proporciona capturas e impede investidas dos alcaides fronteiros.

[38] 1541 Lourenço Pires de Távora

Campo de Zagale, 6 de Setembro – Carta a D. João III. Impresso por Távora, *Historia de Varoens*... cit., pp. 39-43. Pub. *SIHM, Port.*, t. III, pp. 520-525.

dans le Sud. Son informateur croit, d'ailleurs, qu'en cas d'intervention portugaise dans le Sous, Taroudant serait abandonnée, ainsi que les autres places. À Marrakech, le chérif cherche à empêcher des conspirations avec le Portugal et des évasions vers Fès, tandis que les juifs et les négociants résidants dans cette ville placent secrètement leurs biens en sureté. D'après Inácio Nunes cette conjugaison, créée par la peur, est favorable à l'affirmation du Portugal dans ces parages. Néanmoins, si le souverain portugais vacille dans l'initiative, les maures changeront bientôt d'avis et, en conséquence, d'attitude.

[36] 1541 D. Henrique de Noronha

Safi, le 4 juin – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 69, d. 120. Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz*... cit., pp. 353-355.

Bien que n'ayant pas obtenu de réponse du roi à des lettres précédentes, il continue à son service l'éclaircissant sur les mouvements et les éventuelles réactions des chérifs, grâce à des renseignements recueillis à Marrakech (par l'intermédiaire de juifs). Il en déduit que les conditions pour une intervention portugaise en Afrique sont propices. Brouillés, les deux chérifs craignent un passage imminent du roi du Portugal, cette crainte s'étend à leurs caïds. Il semble possible que les alarves du Maroc, face à une intervention militaire, se soumettent immédiatement aux forces portugaises en les aidant à combattre leur seigneur le chérif. En entrant dans cette guerre par Safi, D. João III pouvait aussi compter sur l'inaction du chérif du Sous, vu que celui-ci craint, surtout, que les forces portugaises ne passent par le Cap de Gué et n'avance sur Taroudant. Du point de vue non seulement militaire mais aussi économique il fallait empêcher l'activité des ports tels que Tafetna et Tarkoukou et celui du Cap de Gué, par une étroite surveillance maritime, puisqu'il s'y développe – sans le bénéfice des droits pour le roi portugais – le commerce d'armes et d'autres marchandises interdites avec les maures.

[37] 1541 Lopo Barriga

Safi, le 29 juin – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 70, D. 9. Pub. *SIHM, Port.*, t. III, pp. 450-451.

L'année 1541 se révèle la meilleure année pour faire la guerre aux chérifs grâce à la perte totale des cultures. L'extrême pauvreté des populations fournit des captures et empêche les attaques des caïds frontaliers.

[38] 1541 Lourenço Pires de Távora

Campo de Zagale, le 6 septembre – Lettre à D. João III. Imprimée par Távora, *Historia de Varoens*... cit., pp. 39-43. Pub. *SIHM, Port.*, t. III, pp. 520-525.

Com base numa análise fundamentada das circunstâncias das negociações desenvolvidas enquanto embaixador de D. João III junto do rei de Fez, conclui acerca da inoperacionalidade de uma aliança militar entre os dois monarcas com vista a uma guerra conjunta ao poder xarifino. Crê que Mulei Ahmed nunca actuará com forças cristãs. Provavelmente já lhe constara a intenção do rei de Portugal de abandonar Azamor (da qual, aliás, D. João III pode dispor livremente) e, além disso, mostrara inclinação a estabelecer acordos de paz também com o xarife. A missão de Távora servira, deste modo, para impedir qualquer acto precipitado por parte de Portugal e demonstrar que D. João III possui fortes razões para quebrar a paz. Muito mais vantajosamente poderia guerrear e conquistar o reino de Fez. O reino de Marrocos fica longe da Península e não prejudica tanto, bastando deixar no Sul Mazagão, fortificada, como o rei pretende, para manter a presença portuguesa nessa área.

[39] 1541 Lourenço Pires de Távora

Mequinez, 1 de Outubro – Carta a D. João III. Excerto pub. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*... cit., vol. II, pp. 209. Ver *infra* parecer de 30 de Novembro de 1549.
Felicita, uma vez mais, D. João III pela orientação seguida de abandonar lugares de Marrocos meridional, isto é, cidades que, segundo ele, traziam pouco proveito e representavam muito risco em termos de honra e de fazenda sempre que ameaçadas. Atento a aspectos financeiros e de segurança, considera a manutenção das praças do Sul de Marrocos, exceptuando Mazagão (que se fortificava) um esforço que deveria ser, ao invés, investido na conquista de Fez, para descanso e desafogo do Reino, do rei e dos seus súbditos.

[40] 1541 Conde da Castanheira

Pós-queda de Santa Cruz do Cabo de Guer. Relação de memórias. Pub. ou ref. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*... cit., vol. II, p. 276. Ver *supra* parecer de 1534 (?).
Lugares de possível proveito ou desnecessários e pesados à Coroa? A resposta a esta questão deve determinar a sua sorte. Assim o considerava Ataíde em 1534 (?) e o seu parecer mantém-se na década de 40. Melhor fora, logo após a forte resistência de Safim, ter abandonado este lugar e Azamor, do que fazê-lo depois da derrota de Santa Cruz do Cabo de Guer.

[41] 1543 Anónimo I

Após Março, s. l., a partir da opinião expressa ao rei em Almeirim (data deduzida – *v. supra, Problemas de*

Basé sur une analyse raisonnée des circonstances des négociations, développées en tant qu'ambassadeur de D. João III avec le roi de Fès, il conclut sur le caractère inopérant d'une alliance militaire entre les deux monarques en vue d'une guerre conjointe contre le pouvoir chérifien. Il estime qu'Ahmed al-Wattassi n'agira jamais avec les forces chrétiennes. Il avait déjà probablement compris l'intention du roi de Portugal de renoncer à Azemmour (dont D. João III peut disposer librement) et se montrait, par ailleurs, près à conclure des accords de paix également avec le chérif. La mission de Távora servit ainsi à prévenir tout acte précipité de la part du Portugal et à démontrer que D. João III avait de fortes raisons pour rompre la paix. Il serait bien plus à l'aise pour faire la guerre et conquérir le royaume de Fès. Le royaume du Maroc est loin de la Péninsule et ne revêt donc pas une grande préoccupation, il suffit de laisser Mazagan fortifiée au Sud, comme le roi le souhaite, pour maintenir la présence portugaise dans cette zone.

[39] 1541 Lourenço Pires de Távora

Meknès, le 1er octobre – Lettre à D. João III. Excerto pub. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*... cit., vol. II, pp. 209. Voir *infra* avis du 30 novembre 1549.
Il félicite, une fois de plus, D. João III pour l'orientation suivie d'abandonner les places du Maroc méridional, c'est-à-dire, des villes qui, selon lui, apportaient peu d'avantage et représentaient beaucoup de risque en matière d'honneur et de biens chaque fois qu'elles étaient menacées. Attentif à des aspects financiers et de sécurité, il considère le maintien des places du Sud du Maroc, à l'exception de Mazagan (qui se fortifiait), un effort qui devrait plutôt être investi dans la conquête de Fès, pour rassurer et soulager le royaume, le roi et ses sujets.

[40] 1541 Le comte da Castanheira

Après la chute de Santa Cruz du Cap de Gué. Liste de mémoires. Pub. ou réf. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*... cit., vol. II, p. 276. Voir *supra* l'avis de 1534 (?).
Ces lieux représentaient-ils d'éventuels avantages ou s'avéraient-ils inutiles et lourds pour la Couronne ? La réponse à cette question doit déterminer son destin. C'est ce qu'estimait Ataíde en 1534 (?) et son avis se maintiendra dans la décennie de 40. Il aurait été préférable d'abandonner ce lieu et Azemmour juste après la forte résistance de Safi que de le faire après la défaite de Santa Cruz du Cap de Gué.

[41] 1543 Anonyme I

Après mars, s. l., à partir de l'opinion exprimée au roi à Almeirim (date déduite – v. *supra*, Problèmes de

datação e de divulgação dos textos). BAJUDA, cod. 51-VI-36, ff. 174-204 (cópia manuscrita provavelmente do século XVII). Pub. As *Controvérsias… Compilação de Documentos* – XIII, pp. 169-188 (1997) e pp. 135-154 (1998) (original publicado pela primeira vez, v. *supra* nota 28).

A pedido do rei em Almeirim, parecer de alguém experiente na guerra de África que, contrariando grande parte dos conselheiros, considera os reinos de Fez e de Marrocos, em relação à Índia, uma conquista a prosseguir porque mais proveitosa em riquezas naturais e possibilidade de tributos, mais fácil de socorrer e proporcionar um crescimento de vassalos, para lá do que significaria em termos de honra e de fé. Dever-se-ia, portanto, sustentar todas as posições e, aproveitando conjunção favorável, intervir e dominar.

[42] 1543 Anónimo II

Após Março, s. l., posição assumida em Almeirim (data deduzida a partir do documento anterior). BAJUDA, cod. 51-VI-36, ff. 204*v*-218*v* (cópia manuscrita provavelmente do século XVII). Pub. As *Controvérsias… Compilação de Documentos* – XIV, pp. 189-198 (1997) e pp. 155-164 (1998) (original publicado pela primeira vez, v. *supra* nota 28).

Numa posição assumida em Almeirim divergente da anterior, o Anónimo deste parecer, não sem um olhar crítico a aspectos do comportamento social e procurando explicar fenómenos como o do necessário escoamento de uma população crescente, valoriza o comércio e rendimentos da Índia e justifica a sua conquista. Salienta a necessidade desta para segurança do comércio e as facilidades da sua execução em confronto com as dificuldades sentidas em África.

[43] 1544 Bastião de Vargas

Arzila, 13 de Maio – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 74, D. 97. Pub. *Anais de Arzila,* Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1919, t. II, Suplemento, pp. 361-363. Ver *supra* documentos de 1539 e 1540.

Vargas insiste que Larache seria facilmente conquistado e de grande proveito para Portugal. Melhor porto que Arzila e entrada por excelência para o reino de Fez, impediria a passagem de mercadores que o vão abastecendo e prescindindo cada vez mais dos portos e lugares portugueses. Também importava destruir Tetuão.

datation et de divulgation des textes). BAJUDA, cod. 51-VI-36, ff. 174-204 (copie manuscrite probablement du XVII[e] siècle). Pub. As *Controvérsias… Compilação de Documentos* – XIII, pp. 169-188 (1997) et pp. 135-154 (1998) (original publié pour la première fois, v. *supra* note 28).

Cet avis formulé à la demande du roi à Almeirim est l'avis d'une personne expérimentée dans la guerre d'Afrique qui, tout en contrariant une grande partie des conseillers, considère les royaumes de Fès et du Maroc, par rapport à l'Inde, une conquête à poursuivre parce qu'elle est plus fructueuse quant aux richesses naturelles et à la possibilité de tributs, plus facile à sauver et à permettre une croissance des vassaux, outre ce que cela signifierait en matière d'honneur et de foi. On devrait, donc, soutenir toutes les positions et, en profitant de la conjoncture favorable, intervenir et dominer.

[42] 1543 Anonyme II

Après mars, s. l., position assumée à Almeirim (date déduite à partir du document précédent). BAJUDA, cod. 51-VI-36, ff. 204*v*-218*v* (copie manuscrite probablement du XVII[e] siècle). Pub. As *Con-trovérsias… Compilação de Documentos* – XIV, pp. 189-198 (1997) et pp. 155-164 (1998) (original publié pour la première fois, v. *supra* note 28).

Lors d'une position prise à Almeirim divergente de la précédente, l'Anonyme de cet avis, non sans jeter un regard critique sur certains aspects du comportement social et cherchant à expliquer des phénomènes tels que le flux nécessaire d'une population croissante, valorise le commerce et les revenus provenant de l'Inde et justifie sa conquête. Il souligne la nécessité de celle-ci pour la sécurité du commerce et les facilités de son exécution par rapport aux difficultés ressenties en Afrique.

[43] 1544 Bastião de Vargas

Asilah, le 13 mai – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 74, D. 97. Pub. *Anais de Arzila,* Lisbonne, Academia das Ciências de Lisboa, 1915--1919, t. II, Supplément, pp. 361-363. Voir *supra* documents de 1539 et 1540.

Vargas insiste sur le fait que le port de Larache serait facilement conquis et d'une grande utilité pour le Portugal. Il serait un meilleur port que celui d'Asilah et une entrée par excellence dans le royaume de Fès, il empêcherait le passage de marchands qui l'approvisionnent et qui progressivement délaissent les ports et les places portugais. Il était également important de détruire Tétouan.

[44] 1544 Bastião de Vargas

Arzila, 2 de Junho – Carta a D. João III. BNP, *Fundo Geral,* Ms. 1758, f. 536. Pub. *Anais de Arzila*... cit., t. II, Suplemento, pp. 364-366. Ver *infra* parecer de 15 de Novembro de 1544.

Como eficaz pressão sobre o reino de Fez, provocando mais rapidamente a submissão de Mulei Ahmed, a paz e uma vassalagem deste rei, D. João III, mais do que coarctar Alcácer Quibir através de corridas dos seus capitães, deveria proceder à conquista de Larache. Vargas sugerira-o em diversas cartas. Os mouros já temem o reforço de Ceuta em gente armada. Importava tomar Larache onde se acolhem navios mouros e saquear e destruir Tetuão.

[45] 1544 Luís de Loureiro

Mazagão, 26 de Julho – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 75, D. 35. Pub. *SIHM, Port.*, t. IV (1951), pp. 149-154.

Na sequência de outra carta, Luís de Loureiro escreve sobre a necessidade de travar o xarife do Suz, então vitorioso na guerra ao de Marrocos, e de atender à disposição manifestamente favorável a Portugal por parte de Mulei Zidão (filho do antigo xarife de Marrocos). Com ele desenvolvera correspondência e acolhera positivamente a sua vontade de contactar D. João III e o infante D. Luís a fim de negociar um acordo ou aliança – que incluísse Fez – contra aquele xarife. Luís de Loureiro oferece-se para elaborar um parecer sobre as forças, o tempo, o local e a estratégia adequados a uma intervenção com êxito. Visto tratar-se de uma empresa necessária e lucrativa (Portugal viria a usufruir das riquezas do Suz, enquanto Mulei Zidão ficaria em Marrocos), os súbditos concorreriam com toda a ajuda de que o monarca português precisasse.

[46] 1544 Bastião de Varga

Arzila, 15 de Novembro – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 75, D. 101. Pub. *Anais de Arzila*... cit., t. II, Suplemento, pp. 368-369. Ver *supra* pareceres de 13 de Maio e de 2 de Junho de 1544.

Oferece os seus serviços e a sua experiência de guerra caso D. João III mande conquistar Larache.

[47] 1549 Lourenço Pires de Távora

Bruxelas, 30 de Novembro – Carta a D. João III. Impresso por Távora, *Historia de Varoens*... cit., pp. 51-55. Pub. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 383-389; *Anais de Arzila*... cit., t. II, Suplemento, pp. 449-454. Ver *supra* pareceres de 6 de Setembro e de 1 de Outubro de 1541.

A partir das conversações tidas com Carlos V e seus estreitos colaboradores, decorrentes das recentes

[44] 1544 Bastião de Vargas

Asilah, le 2 juin – Lettre à D. João III. BNP, *Fundo Geral,* Ms. 1758, f. 536. Pub. *Anais de Arzila*... cit., t. II, Supplément, pp. 364-366. Voir *infra* l'avis du 15 novembre 1544.

Comme pression efficace sur le royaume de Fès en provoquant plus rapidement la soumission d'Ahmed al-Wattassi, la paix et une vassalité de ce roi, D. João III, plus que de se restreindre à El-Ksar el-Kebir, à travers les courses de ses capitaines, devrait plutôt passer à la conquête de Larache. Vargas le suggérait dans plusieurs lettres. Les maures craignent déjà le renforcement de Ceuta avec des gens armés. Il importait donc de prendre Larache où l'on accueille des navires maures et de piller et détruire Tétouan.

[45] 1544 Luís de Loureiro

Mazagan, le 26 juin – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 75, D. 35. Pub. *SIHM, Port.*, t. IV (1951), pp. 149-154.

Suite à une autre lettre, Luis de Loureiro écrit à propos de la nécessité de freiner le chérif du Sous, alors victorieux dans la guerre contre celui du Maroc et de répondre à la disposition clairement favorable au Portugal de la part de Moulay Zidan (fils de l'ancien chérif du Maroc). Il a développé avec ce dernier une correspondance, et salué sa volonté de contacter D. João III et l'infant D. Luis afin de négocier un accord ou une alliance – qui inclut Fès – contre ledit chérif. Luis de Loureiro se propose d'élaborer un avis sur les forces, le temps, le local et la stratégie appropriés à une intervention réussie. Puisqu'il s'agit d'une entreprise nécessaire et rentable (le Portugal bénéficierait des richesses du Sous, tandis que Moulay Zidan resterait au Maroc), les sujets concourraient avec toute l'aide dont le monarque portugais avait besoin.

[46] 1544 Bastião de Varga

Asilah, le 15 novembre – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico,* P. I, M. 75, D. 101. Pub. *Anais de Arzila*... cit., t. II, Supplément, pp. 368-369. Voir *supra* l'avis du 13 mai et du 2 juin 1544.

Il offre ses services et son expérience de la guerre, au cas où D. João III lui ordonne de conquérir Larache.

[47] 1549 Lourenço Pires de Távora

Bruxelles, le 30 novembre – Lettre à D. João III. Imprimée par Távora, *Historia de Varoens*... cit., pp. 51-55. Pub. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 383-389 ; *Anais de Arzila*... cit., t. II, Supplément, pp. 449-454. Voir *supra* avis du 6 septembre et du 1er octobre 1541.

À partir d'entretiens avec Charles V et ses proches collaborateurs, découlant de récents changements de

alterações da política portuguesa no tocante ao abandono de Alcácer Ceguer e aos acordos em negociação com o rei de Beles, Mulei Boaçum, envolvendo Arzila (onde terá empregado muita «simulaçam» junto do imperador para cumprir as instruções régias), expõe por escrito as suas dúvidas e críticas, dado que não se sente suficientemente informado para desenvolver de forma consistente uma nova argumentação. No que respeita às decisões de D. João III, Pires de Távora revela-se surpreso quanto à inutilidade da fortificação do Seinal para manter Alcácer Ceguer e céptico quanto ao negócio de Arzila. Analisando pormenorizadamente o discurso do rei de Beles e todas as capitulações (de 27 de Setembro), condena a cedência desta praça com guarnição portuguesa e artilharia, fundamentando o seu parecer pessoal em toda uma experiência política vivida no Norte de Africa e nos conhecimentos que possui das pessoas e poderes envolvidos. Expõe ao seu monarca um elaborado texto com advertências sobre previsíveis actos e reorientações políticas do rei de Beles e quanto tudo isso pode vir a afectar o prestígio de Portugal, assim como avalia ao mesmo tempo a provável política a seguir por Castela. Importantes se tornam também as suas observações respeitantes à inoperacionalidade de uma ofensiva e penetração de forças portuguesas até Fez a partir de Tânger.

la politique portugaise concernant l'abandon d'El-Ksar es-Seghir et les accords en cours de négociation avec le roi de Vélez, Moulay Bou Hassoun, à propos d'Asilah (où il aurait employé beaucoup de « simulaçam » [« simulation »] auprès de l'empereur pour respecter les instructions régaliennes), il expose par écrit ses doutes et ses critiques, car il ne se sent pas suffisamment informé pour développer systématiquement un nouvel argument. En ce qui concerne les décisions de D. João III, Pires de Távora est surprise par rapport à l'inutilité de fortifier le Seinal pour préserver El-Ksar es-Seghir et est sceptique quant à l'affaire d'Asilah. En analysant en détail le discours du roi de Vélez et toutes les capitulations (du 27 septembre), il condamne la remise de cette place avec la garnison portugaise et l'artillerie, fondant son avis personnel sur l'ensemble d'une expérience politique vécue en Afrique du Nord et sur ses connaissances au sujet des personnes et des pouvoirs impliqués. Il expose à son monarque un texte préparé avec des avertissements sur des actes prévisibles et des réorientations politiques du roi de Vélez et comment tout cela pourrait affecter le prestige du Portugal, évaluant également, en même temps, la politique susceptible d'être suivie par la Castille. Ces commentaires concernant le caractère inopérant d'une offensive et pénétration des forces portugaises jusqu'à Fès à partir de Tanger sont également importants.

Anthony Sherley, António de Saldanha e a *Crónica de Almançor, Sultão de Marrocos*

Anthony Sherley, António de Saldanha et la *Chronique d'al-Mansour, Sultan du Maroc*

Rui Manuel Loureiro, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa;
Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes

O presente texto divide-se em três breves partes, que se interrelacionam. A primeira, dedicada a Anthony Sherley, o célebre aventureiro inglês que nas últimas décadas do século XVI e primeiras décadas do século XVII viajou longamente pela Europa e pela Ásia, com uma breve incursão por Marrocos em determinado momento da sua movimentada carreira. A segunda parte, sobre António de Saldanha, um português que esteve longos anos cativo em Marrocos, basicamente no mesmo período, e que foi resgatado por Sherley. Enfim, a terceira parte, sobre a monumental crónica do famoso sultão marroquino Mulei Ahmed Almançor, que Saldanha deixou em manuscrito, na qual se encontram amplas referências ao viajante inglês[1].

A vida e a carreira de Anthony Sherley são razoavelmente bem conhecidas, sobretudo graças a estudos de historiadores anglo-saxónicos, que traçaram os seus momentos essenciais de forma assaz rigorosa, divulgando de passagem as fontes mais relevantes[2]. A aventura marroquina de Sherley, entretanto, não foi esquecida pelos editores da monumental série *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, que lhe haviam dedicado um pequeno estudo, inserido num dos volumes da série *Angleterre*[3]. Mais recentemente, a biografia de Sherley regressou à ribalta historiográfica e as ligações do aventureiro inglês com a Pérsia e com Espanha foram demoradamente abordadas por diversos investigadores ibéricos[4], que deram desta-

1. Ver a edição crítica e bilingue, [António de Saldanha] *Crónica de Almançor, Sultão de Marrocos (1578-1603) / Chronique d'al-Mansour, Sultan du Maroc (1578-103)*, ed. António Dias Farinha e trad. Léon Bourdon, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.

2. E. Denison Ross, *Sir Anthony Sherley and his Persian Adventure*, Londres, George Routledge & Sons, 1933; Boies Penrose, *The Sherleian Odyssey*, Taunton, The Wessex Press, 1938; D. W. Davies, *Elizabethans Errant*, Ithaca-Nova Iorque, Cornell University Press, 1967. Ver também Xavier-A. Flores, *Le 'Peso político de todo el mundo' d'Anthony Sherley ou un aventurier anglais au service de l'Espagne*, Paris, S.E.V.P.E.N., 1963, pp. 17-34.

3. *SIHM*, *Angleterre*, vol. II, pp. 274-383. Sobre o período marroquino da biografia de Sherley, ver também Franz Babinger, *Sherleiana*, Berlim, Gedruckt in der Reichsdruckerei, 1932, pp. 31-51.

4. Ver Luis Gil, *El imperio luso-español y la Persia safávida*, vol. I, Madrid, Fundación Universitaria Española, 2006-2009, pp. 79-253;

Ce texte est divisé en trois brèves parties reliées entre elles. La première partie est consacrée à Anthony Sherley, le célèbre aventurier anglais qui dans les dernières décennies du XVI[e] siècle et les premières du XVII[e] siècle a longtemps voyagé en Europe et en Asie, avec une brève incursion par le Maroc à un moment donné de sa carrière mouvementée. La deuxième partie concerne António de Saldanha, un portugais qui est resté pendant de nombreuses années en captivité au Maroc, essentiellement au cours de la même période et qui a été racheté par Sherley. Enfin, la troisième partie aborde la chronique monumentale du célèbre sultan marocain Moulay Ahmed al-Mansour que Saldanha a laissée en manuscrit et dans laquelle se trouvent de nombreuses références au voyageur anglais[1].

La vie et la carrière d'Anthony Sherley sont raisonnablement bien connues, surtout grâce à des études d'historiens anglo-saxons qui ont tracé ses moments essentiels de façon très rigoureuse, en divulguant au passage les sources les plus pertinentes[2]. Entretemps, l'aventure marocaine de Sherley n'a pas été oubliée par les éditeurs de la série monumentale *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc* qui lui ont consacré une courte étude insérée dans un des volumes de la série, *Angleterre*[3]. Plus récemment, la biographie de Sherley est revenue sur la scène historiographique et les liaisons de l'aventurier anglais avec la Perse et l'Espagne ont été longuement abordées par plusieurs

1. Voir l'édition critique et bilingue, [António de Saldanha], *Crónica de Almançor, Sultão de Marrocos (1578-1603) / Chronique d'al-Mansour, Sultan du Maroc (1578-103)*, éd. António Dias Farinha et trad. Léon Bourdon, Lisbonne, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.

2. E. Denison Ross, *Sir Anthony Sherley and his Persian Adventure*, Londres, George Routledge & Sons, 1933; Boies Penrose, *The Sherleian Odyssey*, Taunton, The Wessex Press, 1938; D. W. Davies, *Elizabethans Errant*, Ithaca-New York, Cornell University Press, 1967. Voir aussi Xavier-A. Flores, *Le 'Peso político de todo el mundo' d'Anthony Sherley ou un aventurier anglais au service de l'Espagne*, Paris, S.E.V.P.E.N., 1963, pp. 17-34.

3. *SIHM*, *Angleterre*, vol. II, pp. 274-383. Sur la période marocaine de la biographie de Sherley, voir également Franz Babinger, *Sherleiana*, Berlim, Gedruckt *in* der Reichsdruckerei, 1932, pp. 31-51.

que a uma enorme quantidade de fontes documentais relacionadas com este indivíduo, entre as quais diversos manuscritos conservados nos arquivos de Simancas, em Espanha. Enfim, uma obra recente de um consagrado historiador das interacções euro-asiáticas nos alvores da modernidade dedica um qualificado estudo de síntese, repleto de novas pistas de trabalho, ao movimentado percurso biográfico de Sherley e à sua produção arbitrista[5].

Anthony Sherley nasceu em 1565 e era o segundo filho de Sir Thomas Sherley, o xerife dos condados de Surrey e de Sussex, em Inglaterra, um posto administrativo de relativa importância. Depois de um percurso académico em Oxford, partiu em 1586 para os Países Baixos como homem de armas, participando durante alguns anos em numerosas campanhas militares e navais ao serviço de Inglaterra. Mantendo uma ligação estreita com o conde de Essex[6], consolidou uma certa reputação de valor guerreiro. Em 1596 encontramo-lo no Atlântico, a bordo de navios ingleses que se dedicavam ao corso, visitando sucessivamente o arquipélago de Cabo Verde, a ilha de Santo Domingo, a ilha da Jamaica e a ilha de Cuba. Muito provavelmente, durante este período terá navegado ao largo da costa atlântica de Marrocos. De regresso a Inglaterra, Anthony Sherley partiu para Itália, estanciando em Veneza, alegadamente encarregado de uma missão oficial pela Coroa britânica.

De resto, muitos dos episódios «diplomáticos» da vida de Sherley surgem associados ao termo «alegadamente», pois é muitas vezes impossível determinar com rigor a natureza das suas funções e a exacta ligação que manteve com os centros de poder ingleses. Durante a estada em Veneza, sabe-se que se comportou «de forma assaz ostentatória e vaidosa», um comportamento que irá manter ao longo de toda a sua

Vasco Resende, «'Un homme d'inventions et inconstant': les fidélités politiques d'Anthony Sherley, entre l'ambassade safavide et la diplomatie européenne», *in* Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro (ed.), *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*, Wiesbaden, Harrassowitz Verlag-Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, pp. 235-260; Ángel Alloza Aparicio, «Sir Anthony Sherley», *in* Ángel Alloza, Miguel Ángel de Bunes Ibarra e José Antonio Martínez Torres (ed.), Sir Anthony Sherley, *Peso de todo el mundo (1622), Discurso sobre el aumento de esta monarquía* (1625), Madrid, Ediciones Polifemo, 2010, pp. 15-45; e Miguel Ángel de Bunes Ibarra, «Antonio Sherley, un aventurero al servicio de Felipe III», *in* Sir Anthony Sherley, *Peso de todo el mundo (1622)*... cit., pp. 47-68.

5. Sanjay Subrahmanyam, *Three Ways to Be Alien: Travails and Encounters in the Early Modern World,* Waltham-Massachusetts, Brandeis University Press & Historical Society of Israel, 2011, pp. 73-132.

6. Sobre esta controversa figura, ver Paul E.J. Hammer, *The Polarisation of Elizabethan Politics: The Political Career of Robert Devereux, 2nd Earl of Essex, 1585-1597*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

chercheurs ibériques[4], qui ont mis en exergue une énorme quantité de sources documentaires liées à notre homme, parmi lesquelles plusieurs manuscrits conservés dans les archives de Simancas, en Espagne. Finalement, le travail récent d'un historien spécialisé dans les interactions euroasiatiques à l'aube de la modernité consacre une brillante étude de synthèse, remplie de nouvelles pistes de travail, au parcours biographique mouvementé de Sherley et à sa production arbitriste[5].

Anthony Sherley est né en 1565. Il était le second fils de Sir Thomas Sherley, le chérif des comtés du Surrey et du Sussex, en Angleterre, un poste administratif relativement important. Après un parcours universitaire à Oxford, il partit aux Pays-Bas en 1586 en tant qu'homme d'armes et participa pendant quelques années à de nombreuses campagnes militaires et navales au service de l'Angleterre. Le maintien d'un lien étroit avec le comte d'Essex[6] lui aura permis de consolider une certaine réputation de valeur guerrière. En 1596, nous le retrouvons dans l'Atlantique, à bord de navires anglais qui se consacraient aux courses, visitant successivement l'archipel du Cap-Vert, l'île de Saint-Domingue, l'île de la Jamaïque et l'île de Cuba. Il aurait, très probablement, au cours de cette période, navigué au large de la côte atlantique du Maroc. De retour en Angleterre, Anthony Sherley partit pour l'Italie, où il séjourne à Venise, car il était, soi-disant, chargé d'une mission spéciale pour la Couronne britannique.

D'ailleurs, de nombreux épisodes « diplomatiques » de la vie de Sherley apparaissent associés au mot « soi-disant », car il est souvent impossible de déterminer avec précision la nature de ses fonctions et le lien exact qu'il a maintenu avec les centres du pouvoir anglais. Pendant son séjour à Venise, on sait qu'il

4. Voir Luis Gil, *El imperio luso-español y la Persia safávida*, vol. I, Madrid, Fundación Universitaria Española, 2006-2009, pp. 79-253 ; Vasco Resende, « 'Un homme d'inventions et inconstant' : les fidélités politiques d'Anthony Sherley, entre l'ambassade safavide et la diplomatie européenne », *in* Dejanirah Couto et Rui Manuel Loureiro (éd.), *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*, Wiesbaden, Harrassowitz Verlag-Fondation Calouste Gulbenkian, 2008, pp. 235-260 ; Ángel Alloza Aparicio, « Sir Anthony Sherley », *in* Ángel Alloza, Miguel Ángel de Bunes Ibarra et José Antonio Martínez Torres (éd.), Sir Anthony Sherley, *Peso de todo el mundo (1622), Discurso sobre el aumento de esta monarquía* (1625), Madrid, Ediciones Polifemo, 2010, pp. 15-45 ; et Miguel Ángel de Bunes Ibarra, « Antonio Sherley, un aventurero al servicio de Felipe III », *in* Sir Anthony Sherley, *Peso de todo el mundo (1622)*... cit., pp. 47-68.

5. Sanjay Subrahmanyam, *Three Ways to Be Alien : Travails and Encounters in the Early Modern World,* Waltham-Massachusetts, Brandeis University Press & Historical Society of Israel, 2011, pp. 73-132.

6. À propos de ce personnage controversé, voir Paul E.J. Hammer, *The Polarisation of Elizabethan Politics : The Political Career of Robert Devereux, 2nd Earl of Essex, 1585-1597*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

carreira[7]. Simultaneamente, adopta um estilo de vida extremamente sumptuoso, sendo impossível determinar a cada momento a origem dos, quase sempre abundantes, recursos financeiros de que dispunha. Partindo de Itália, na companhia do irmão Robert Sherley, continuará depois a sua viagem através do Mediterrâneo até Alepo, para de seguida atravessar território otomano, rumo à Pérsia, que atingirá em 1598, sempre, alegadamente, ao serviço da Coroa inglesa. Na aparência, tratar-se-ia de uma missão exploratória, com o triplo propósito de conhecer a extensão dos domínios portugueses na Ásia, de lançar as bases de uma presença comercial inglesa naquelas regiões orientais e, ao mesmo tempo, de sondar o poder safávida sobre a hipótese de uma aliança anti-otomana entre a Pérsia e determinadas potências europeias.

D. Francisco da Gama, vice-rei dos estabelecimentos portugueses no Oriente – o chamado *Estado da Índia* –, graças à sua vasta rede de espionagem, recebeu de imediato em Goa notícias sobre os ingleses que estanciavam com o Xá da Pérsia. Numa carta dirigida à Coroa espanhola (que então controlava igualmente o reino de Portugal), exprimia as suas preocupações relativamente a toda esta questão, sublinhando que os interesses portugueses no Golfo Pérsico estavam seriamente ameaçados. Um pouco mais tarde, o seu sucessor como vice-rei do *Estado da Índia*, Aires de Saldanha (pai do nosso António de Saldanha, a quem regressaremos já de seguida), exprimia exactamente a mesma preocupação numa outra carta dirigida ao soberano espanhol. Como em breve se viria a constatar, ambos os vice-reis tinham razão, pois escassos anos mais tarde, mais precisamente em 1622, a queda da poderosa fortaleza portuguesa de Ormuz viria a resultar de uma conjuntural aliança militar entre ingleses e persas[8].

Mas Anthony Sherley não se demorou na Pérsia, donde partiu alguns meses mais tarde, pela rota da Moscóvia, deixando o seu irmão Robert como refém na Corte safávida. O Xá 'Abbas I tinha-o encarregado de acompanhar um embaixador persa às principais cortes europeias, nomeadamente a Praga, onde então reinava Rodolfo II (fig. 1). As complicações e as confusões diplomáticas multiplicar-se-ão, e é algo

7. Vasco Resende, «'Un homme d'inventions et inconstant'»... cit., p. 237.

8. Ver referências documentais e bibliográficas em Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro, *Ormuz, 1507-1622: Conquista e Perda*, Lisboa, Tribuna da História, 2007; e Rui Manuel Loureiro, «After the fall of Hormuz», *in Revisiting Hormuz*... cit., pp. 261-270. Ver também a análise muito sugestiva de Niels Steensgaard, *The Asian Trade Revolution of the Seventeenth Century : The East India Companies and the Decline of the Caravan Trade*, Chicago, University of Chicago Press, 1973, pp. 209-343 (que, de resto, contém abundantes informações sobre Anthony Sherley).

s'est comporté « de façon assez ostentatoire et avec vantardise », un comportement qu'il maintiendra tout au long de sa carrière[7]. En même temps, il adopte un style de vie extrêmement somptueux, étant impossible de déterminer à chaque moment l'origine des, presque toujours abondantes, ressources financières dont il disposait. Partant d'Italie, en compagnie de son frère Robert Sherley, il poursuivra ensuite son voyage à travers la Méditerranée jusqu'à Alep, puis il traversera le territoire ottoman en direction de la Perse, qu'il atteindra en 1598, toujours, soi-disant, au service de la Couronne d'Angleterre. En apparence, il s'agirait d'une mission exploratoire, avec le triple objectif de connaître l'étendue des dominations portugaises en Asie, de jeter les bases d'une présence commerciale anglaise dans ces régions orientales et, en même temps, de sonder le pouvoir safavide sur l'hypothèse d'une alliance antiottomane entre la Perse et certaines puissances européennes.

D. Francisco da Gama, vice-roi des comptoirs portugais en Orient – le dénommé *Estado da Índia* –, grâce à son vaste réseau d'espionnage, reçut immédiatement à Goa des nouvelles sur les anglais qui séjournaient avec le Shah de Perse. Dans une lettre adressée à la Couronne d'Espagne (qui contrôlait alors également le royaume de Portugal), il exprimait également ses préoccupations sur cette question et soulignait que les intérêts portugais dans le golfe Persique étaient sérieusement menacés. Un peu plus tard, son successeur en tant que vice-roi de l'*Estado da Índia*, Aires de Saldanha (père de notre António de Saldanha, auquel on reviendra tout de suite), exprimait exactement la même préoccupation dans une autre lettre adressée au souverain espagnol. Comme on le constatera très vite, les deux vice-rois avaient raison, car quelques années plus tard, plus précisément en 1622, la chute de la puissante forteresse portugaise d'Ormuz serait le résultat d'une alliance militaire conjoncturelle entre les anglais et les perses[8].

Mais Anthony Sherley ne s'attardera pas en Perse, d'où il partira quelques mois plus tard, par la route de *Moscovia*, laissant son frère Robert comme otage dans la Cour safavide. Le Shah 'Abbas I l'avait chargé d'accompagner un ambassadeur perse aux principales

7. Vasco Resende, « 'Un homme d'inventions et inconstant' »... cit., p. 237.

8. Voir les références aux documents et les références bibliographiques dans Dejanirah Couto et Rui Manuel Loureiro, *Ormuz, 1507-1622 : Conquista e Perda*, Lisbonne, Tribuna da História, 2007; et Rui Manuel Loureiro, « After the fall of Hormuz », *in Revisiting Hormuz*... cit., pp. 261-270. Voir aussi l'analyse très suggestive de Niels Steensgaard, *The Asian Trade Revolution of the Seventeenth Century : The East India Companies and the Decline of the Caravan Trade*, Chicago, University of Chicago Press, 1973, pp. 209-343 (qui contient par ailleurs d'abondantes informations sur Anthony Sherley).

Fig. 1 – Retrato de Anthony Sherley em Praga, c. 1601-1605. / Portrait de Anthony Sherley à Prague c. 1601-1605 (The British Museum, P,1.169).

difícil seguir o seu itinerário de conspirador através da Europa. Como refere o título de um artigo recente, Anthony Sherley era «um homem de invenções e inconstante», que, face à impossibilidade de regressar a Inglaterra por razões políticas e financeiras, tentava a cada momento encontrar uma posição de poder algures na Europa, graças às suas múltiplas habilitações[9]. De qualquer modo, o aventureiro inglês era um homem bastante viajado, conhecedor do mundo oriental, que tinha contactos políticos um pouco por todo o lado. Entretanto, valerá a pena lembrar que um dos seus companheiros de jornada era Uruch Beg, um dos membros da comitiva do embaixador persa, que

9. Vasco Resende, «'Un homme d'inventions et inconstant'»... cit.

cours européennes, en particulier à Prague, où régnait alors Rodolphe II (fig. 1). Les complications et les confusions diplomatiques se multiplieront et il devient quelque peu difficile de suivre son voyage de conspirateur à travers l'Europe. Comme le mentionne le titre d'un article récent, Anthony Sherley était « un homme d'inventions et inconstant » qui, face à l'impossibilité de retourner en Angleterre pour des raisons politiques et financières, essayait à chaque instant de trouver une position de pouvoir quelque part en Europe, grâce à ses multiples qualifications[9]. Quoi qu'il en soit, l'aventurier anglais était un habitué des voyages, un connaisseur du monde oriental, qui avait des contacts

9. Vasco Resende, « 'Un homme d'inventions et inconstant' »... cit.

mais tarde viria a fixar residência em Espanha, convertendo-se ao catolicismo e publicando umas curiosas *Relaciones de Don Iuan de Persia* (Valladolid, 1604), sob o seu novo nome, nas quais surgem numerosas referências a Sherley[10].

Em meados de 1605, quando, depois de um périplo por diversos centros de poder europeus, se encontrava de novo em Praga, Anthony Sherley foi encarregado pelo imperador Rodolfo II de uma missão em Marrocos[11]. Tratava-se de obter apoio junto das autoridades marroquinas para uma campanha militar contra as posições apoiadas pelos otomanos no litoral mediterrânico do Magrebe. Ou seja, continuava em cima da mesa o projecto tão debatido em certas chancelarias europeias de abrir uma nova frente de combate contra o império otomano. Ao mesmo tempo, alguns empresários austríacos encarregavam Sherley de lhes comprar cavalos marroquinos, entregando-lhe para o efeito uma substancial quantia. Enfim, era uma missão simultaneamente política e comercial, semelhante a outras em que o aventureiro inglês se tinha especializado. Ao passar por Espanha, Sherley obteve ainda o apoio tácito de Felipe III, que, evidentemente, estava também interessado na possibilidade de uma aliança anti-otomana em Marrocos. Com o seu habitual voluntarismo, o aventureiro inglês apresentou uma série de arbítrios relativos ao Magrebe, que postulavam uma maior e mais decidida intervenção espanhola naquela área geográfica. Marrocos atravessava então um período relativamente conturbado, na sequência do desaparecimento em 1603 do sultão Mulei Ahmed al-Mansur, que subira ao trono em 1578, na sequência da batalha de Alcácer Quibir, e que asse-

10. Para uma edição moderna, ver *Don Juan of Persia, A Shi'ah Catholic*, ed. e trad. Guy Le Strange, Nova Iorque e Londres, Harper & Brothers, 1926. Sobre Don Juan de Persia e o seu importante relato, ver: José Manuel Goméz-Tabanera, «Un tal don Juan de Persia entre la España y el Portugal de los Austria (1602)», *in Amar, Sentir e Viver a História: Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*, vol. II, Lisboa, Edições Colibri, 1995, pp. 637-646; José Francisco Cutillas Ferrer, «Las relaciones de don Juan de Persia: una imagen exótica de Persia narrada por un musulmán shií convertido al cristianismo a principios del s. XVII», *Sharq Al-Andalus*, n.os 16-17, 1999-2002, pp. 211-225; Luis Gil, «Tras las huellas de don Juan de Persia y otros persas», *Silva*, nº 2, 2003, pp. 111-130; e Luis Gil, «Sobre el trasfondo de la embajada al Shah Abbas I a los príncipes cristianos: Contrapunto de las *Relaciones* de don Juan de Persia», *Estudios Clasicos*, nº 28, 1985, pp. 347-377. Um curioso incidente da vida de Don Juan de Persia é registado em Tomé Pinheiro da Veiga, *Fastigimia*, ed. José Pereira de Sampaio [Bruno] e Maria de Lurdes Belchior, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009, pp. 57-59. Está disponível uma nova edição crítica deste clássico, agora com título correcto, à qual não tive acesso: Tomé Pinheiro da Veiga, *Fastigínia*, ed. Ernesto Rodrigues, Lisboa, CLEPUL – Universidade de Lisboa, 2011.

11. Ver, a propósito deste soberano, R. J. W. Evans, *Rudolf II and his World: A study in intellectual history, 1576-1612*, Londres, Thames & Hudson, 1997.

politiques un peu partout. Cependant, il est utile de rappeler que l'un de ses compagnons de voyage était Uruch Beg, l'un des membres de la délégation de l'ambassadeur perse, qui s'installera plus tard en Espagne, se convertira au catholicisme et publiera quelques curieuses *Relaciones de Don Iuan de Persia* (Valladolid, 1604), sous son nouveau nom, dans lesquelles apparaissent de nombreuses références à Sherley[10].

À la mi-1605, lorsque, après un périple dans plusieurs centres de pouvoir européens, il se retrouva à Prague, Anthony Sherley fût chargé par l'empereur Rodolphe II d'une mission au Maroc[11]. Le but était d'obtenir le soutien des autorités marocaines pour une campagne militaire contre les positions soutenues par les ottomans sur la côte méditerranéenne du Maghreb. Autrement dit, les pourparlers concernant le projet si débattu dans certaines chancelleries européennes d'ouvrir un nouveau front dans la lutte contre l'Empire ottoman se poursuivaient. Au même temps, quelques marchands autrichiens chargeaient Sherley d'acheter des chevaux marocains, lui remettant, à cet effet, une somme d'argent considérable. Enfin, il s'agissait d'une mission à la fois politique et commerciale, semblable à d'autres dans lesquelles l'aventurier anglais s'était spécialisé. En passant par l'Espagne, Sherley reçut également le soutien tacite de Philippe III qui était, bien sûr, lui aussi, intéressé par la possibilité d'une alliance antiottomane au Maroc. Avec son volontarisme habituel, l'aventurier anglais présenta une série de résolutions concernant le Maghreb, lesquelles postulaient une intervention espagnole plus importante et plus décisive dans cette zone géographique. Le Maroc traversait alors une période de troubles, suite à la disparition, en 1603, du sultan Moulay Ahmed al-Man-

10. Pour une édition moderne, voir *Don Juan of Persia, A Shi'ah Catholic*, éd. et trad. Guy Le Strange, New York-Londres, Harper & Brothers, 1926. Sur Don Juan de Perse et son important récit, voir : José Manuel Goméz-Tabanera, « Un tal don Juan de Persia entre la España y el Portugal de los Austria (1602) », *in Amar, Sentir e Viver a História : Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*, vol. II, Lisbonne, Colibri, 1995, pp. 637-646 ; José Francisco Cutillas Ferrer, « Las relaciones de don Juan de Persia : una imagen exótica de Persia narrada por un musulmán shií convertido al cristianismo a principios del s. XVII », *Sharq Al-Andalus*, n^{os} 16-17, 1999-2002, pp. 211-225 ; Luis Gil, « Tras las huellas de don Juan de Persia y otros persas », *Silva*, nº 2, 2003, pp. 111-130 ; et Luis Gil, « Sobre el trasfondo de la embajada al Shah Abbas I a los príncipes cristianos : Contrapunto de las *Relaciones* de don Juan de Persia », *Estudios Classicos*, nº 28, 1985, pp. 347-377. Un curieux incident de la vie de Don Juan de Perse est enregistré dans Tomé Pinheiro da Veiga, *Fastigimia*, éd. José Pereira de Sampaio [Bruno] et Maria de Lurdes Belchior, Lisbonne, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009, pp. 57-59. Une nouvelle édition critique de ce classique, à laquelle je n'ai pas eu accès, est maintenant disponible avec le titre correct : Tomé Pinheiro da Veiga, *Fastigínia*, éd. Ernesto Rodrigues, Lisbonne, CLEPUL – Universidade de Lisboa, 2011.

11. Voir, au sujet de ce souverain, R. J. W. Evans, *Rudolf II and his World : A study in intellectual history, 1576-1612*, Londres, Thames & Hudson, 1997.

gurara um longo período de estabilidade política[12]. Agora, diversos pretendentes digladiavam-se num clima de grande efervescência política, que, na opinião de Sherley, seria excepcionalmente favorável a uma intervenção espanhola[13].

Durante uma escala em Cádis – e trata-se de um detalhe que não tem sido devidamente destacado, mas que mereceria maior atenção –, o viajante inglês encontrou-se com o duque de Bragança, seguramente um dos mais importantes nobres portugueses da época. Aparentemente, Anthony Sherley exprimira queixas sobre a forma como fora tratado pelas autoridades gaditanas e, de imediato, Filipe III despachara D. Teodósio II para Cádis com o propósito de avaliar a situação[14]. Não se conhecem detalhes sobre este encontro, mas não é impossível que o duque de Bragança tivesse encarregado Sherley de uma outra missão, relacionada com os prisioneiros portugueses de elevado estrato social que se encontravam detidos em Marraquexe. Desde 1578, e na sequência da desastrosa derrota do rei D. Sebastião nos campos de Alcácer Quibir, um importante grupo de nobres portugueses tinha ficado cativo em Marrocos, aguardando o pagamento pelas respectivas famílias dos resgates exigidos pela sua libertação. O próprio D. Teodósio estivera anteriormente detido em Marrocos, pois acompanhara D. Sebastião na derradeira batalha, mas tinha sido libertado sem qualquer resgate[15].

Em Outubro de 1605 Anthony Sherley desembarcava em Safim, na costa ocidental de Marrocos (fig. 2), apresentando-se como embaixador do imperador

sour, qui était monté sur le trône en 1578 après la bataille d'El-Ksar el-Kebir et qui avait assuré une longue période de stabilité politique[12]. Maintenant, plusieurs prétendants se battaient dans un climat de grande agitation politique qui, selon Sherley, était exceptionnellement favorable à une intervention espagnole[13].

Lors d'une escale à Cadix – et c'est un détail qui n'a pas été dûment consigné, mais qui mérite plus grande attention – le voyageur anglais se rencontra avec le duc de Bragança, qui était, sans aucun doute, l'un des nobles portugais les plus importants de l'époque. Apparemment, Anthony Sherley avait exprimé des plaintes quant à la façon dont il avait été traité para les autorités de Cadix, puis, immédiatement, Philippe III envoya D. Teodósio II à Cadix, dans le but d'évaluer la situation[14]. Nous ne connaissons pas les détails de cette rencontre, mais il n'est pas impossible que le duc de Bragança ait chargé Sherley d'une autre mission liée aux prisonniers portugais détenus à Marrakech qui appartenaient aux hautes couches sociales. Depuis 1578 et après la désastreuse défaite do roi D. Sebastião dans les champs d'El-Ksar el-Kebir, un groupe important de nobles portugais était resté en captivité au Maroc, dans l'attente du paiement, par leurs familles, des rançons exigées pour leur libération. D. Teodósio lui-même avait été auparavant détenu au Maroc, car il avait accompagné D. Sebastião dans la bataille finale, mais avait été libéré sans une quelconque rançon[15].

En octobre 1605, Anthony Sherley débarquait à Safi, sur la côte ouest du Maroc (fig. 2), se présentant

12. Sobre o célebre sultão marroquino, ver a recente síntese de Mercedes García-Arenal, *Ahmad al-Mansur: The Beginnings of Modern Morocco*, Oxford, Oneworld Publications, 2009. Sobre a situação em Marrocos na época ver também Dahiru Yahya, *Morocco in the Sixteenth Century: Problems and Patterns in African Foreign Policy*, Nova Jérsia, Humanities Press, 1981 e, sobretudo, a obra essencial de Bernard Rosenberger, *Le Maroc au XVI*ème *siècle: Au seuil de la modernité*, Sevilha, Fondation des Trois Cultures, 2008. Relativamente ao contexto mediterrânico mais geral e à rivalidade hispano-otomana, ver o clássico de Andrew C. Hess, *The Forgotten Frontier: A History of the Sixteenth-Century Ibero-African Frontier*, Chicago, Chicago University Press, 1978.

13. Sanjay Subrahmanyam, *Three Ways to Be Alien*... cit., pp. 107--109. Sobre as relações de Sherley com o monarca espanhol, ver também Luis Gil, *El imperio luso-español y la Persia safávida*... cit., vol. I, pp. 143-253; e Miguel Ángel de Bunes Ibarra, «Antonio Sherley, un aventurero al servicio de Felipe III»... cit., pp. 47-68.

14. *SIHM, France*, vol. II, pp. 331-332.

15. Cf. D. António Caetano de Sousa, *História Genealogica da Caza Real Portuguesa*, tomo VI, Lisboa, Régia Oficina Sylviana e Academia Real, 1739, pp. 316-318. Sobre a histórica batalha, ver a obra fundamental de Weston F. Cook, Jr., *The Hundred Years War for Morocco: Gunpowder and the Military Revolution in the Early Modern Muslim World*, Boulder, Westview Press, 1994, pp. 241-272; e também Luís Costa e Sousa, *Alcácer Quibir, 1578: Visão ou Delírio de um Rei?*, Lisboa, Tribuna da História, 2009. Ver ainda Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, pp. 256-284.

12. Sur le célèbre sultan marocain, voir la récente synthèse de Mercedes García-Arenal, *Ahmed al-Mansour : The Beginnings of Modern Morocco*, Oxford, Oneworld Publications, 2009 ; sur la situation au Maroc, à l'époque, voir également Dahiru Yahya, *Morocco in the Sixteenth Century : Problems and Patterns in African Foreign Policy*, New Jersey, Humanities Press, 1981 ; et surtout l'ouvrage essentiel de Bernard Rosenberger, *Le Maroc au XVI*ème *siècle : Au seuil de la modernité*, Séville, Fondation des Trois Cultures, 2008. En ce qui concerne le contexte méditerranéen le plus général et la rivalité hispano-ottomane, voir le classique de Andrew C. Hess, *The Forgotten Frontier : A History of the Sixteenth-Century Ibero-African Frontier*, Chicago, Chicago University Press, 1978.

13. Sanjay Subrahmanyam, *Three Ways to Be Alien*... cit., pp. 107-109. Sur les relations de Sherley avec le monarque espagnol, voir aussi Luis Gil, *El imperio luso-español y la Persia safávida*... cit., vol. I, pp. 143-253 ; et Miguel Ángel de Bunes Ibarra, « Antonio Sherley, un aventurero al servicio de Felipe III »... cit., pp. 47-68.

14. *SIHM, France*, vol. II, 1909, pp. 331-332.

15. Cf. D. António Caetano de Sousa, *História Genealogica da Caza Real Portuguesa*, tome VI, Lisbonne, Régia Oficina Sylviana & Academia Real, 1739, pp. 316-318. À propos de la bataille historique, voir l'ouvrage fondamental de Weston F. Cook, Jr., *The Hundred Years War for Morocco : Gunpowder and the Military Revolution in the Early Modern Muslim World*, Boulder, Westview Press, 1994, pp. 241-272 ; et aussi Luís Costa e Sousa, *Alcácer Quibir, 1578 : Visão ou Delírio de um Rei ?*, Lisbonne, Tribuna da História, 2009. Voir aussi Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, pp. 256-284.

Fig. 2 – Safim no século XVI / Safi au XVI[e] siècle (in Georgius Braunius, Franz Hogenberg, *Civitates Orbis Terrarum*, vol. I, Coloniae Agrippinae: apud Petrum à Brachel, sumptibus auctorum, 1572).

Rodolfo II[16]. Marrocos atravessava então um conturbado período de guerra civil, que se desencadeara após a morte do sultão Ahmed Almançor em 1603, entre três dos seus filhos, Mulei Xeque (Mawlây al-Shaykh al-Ma'mum), o sucessor designado, Mulei Zidão (Mawlây Zdân) e Mulei Buferes (Mawlây Abû Fâris), todos eles possuindo importantes apoios entre as respectivas redes clientelares[17]. Durante cinco meses Sherley adoptou o seu habitual estilo de vida

16. A estada de Anthony Sherley em Marrocos está documentada em *SIHM, Angleterre*, vol. II, pp. 274-408, bem como em outras fontes aí citadas. De relevante importância é nomeadamente a relação atribuída a Robert Chambers, *A True Historicall discourse of Muley Hamets rising to the three Kingdomes of Moruecos, Fes, and Sus*, Londres, 1609, transcrita nas pp. 322-408, a qual poderá ter beneficiado de informações remetidas por Sherley para Inglaterra. Cf. *Crónica de Almançor*... cit., pp. 403-435, que apresenta uma curiosa e inédita versão dos motivos que originalmente levaram Sherley a Marrocos. Ver também E. Denison Ross, *Sir Anthony Sherley*... cit., pp. 60-67; e Boies Penrose, *The Sherleian Odyssey*... cit., pp. 129-140.

17. Sobre este período da história marroquina, ver a original perpectiva de Jacques Berque, *Ulemas, fondateurs, insurgés du Maghreb (XVII[e] siècle)*, Paris, Sinbad, 1981. Para as relações externas, ver Jerome B. Weiner, *Fitna, corsairs, and diplomacy: Morocco and the maritime states of Western Europe, 1603-1672*, dissertação de doutoramento policopiada, Nova Iorque, Columbia University, 1976.

comme l'ambassadeur de l'empereur Rodolphe II[16]. Le Maroc traversait alors une période troublée par la guerre civile qui s'était déclenchée après la mort du sultan Ahmed al-Mansour en 1603, entre trois de ses fils, Moulay ach-Cheikh al-Mamoun, le successeur désigné, Moulay Zidan et Moulay Abou Faris, tous ayant d'importants soutiens parmi les réseaux clientélistes[17]. Pendant cinq mois, Sherley adopta son habituel mode de vie ostentatoire, dépensant de grandes sommes d'argent et contractant de nouveaux

16. Le séjour d'Anthony Sherley au Maroc est documenté dans les *SIHM, Angleterre,* vol. II, pp. 274-408, ainsi que dans les autres sources qui y sont citées. Le rapport attribué à Robert Chambers est particulièrement important, *A True Historicall discourse of Muley Hamets rising to the three Kingdomes of Moruecos, Fes, and Sus* (Londres, 1609), transcrit dans les pp. 322-408, qui peut avoir bénéficié d'informations envoyées par Sherley en Angleterre. Cf. *Chronique d'al-Mansour*... cit., pp. 403-435, qui présente une version inédite et curieuse des raisons qui ont amené Sherley au Maroc. Voir aussi E. Denison Ross, *Sir Anthony Sherley*... cit., pp. 60-67; et Boies Penrose, *The Sherleian Odyssey*... cit., pp. 129-140.

17. Sur cette période de l'histoire du Maroc, voir la perspective originale de Jacques Berque, *Ulemas, fondateurs, insurgés du Maghreb (XVII[e] siècle)*, Paris, Sinbad, 1981. Pour les relations externes, voir Jerome B. Weiner, *Fitna, corsairs, and diplomacy : Morocco and the maritime states of Western Europe, 1603-1672*, thèse de doctorat polycopiée, New York, Columbia University, 1976.

ostentatório, despendendo largas somas e contraindo novos empréstimos, nomeadamente junto da comunidade judia daquele porto marroquino: «O nosso D. António tinha mesa perpétua a todos os que queriam ir comer a ela, e aos capitães dos navios faziam grandes festas e experimentavam o que neles tinha por vários caminhos todos interessados a se mostrar grande e muito rico»[18]. Um diplomata neerlandês escrevia, com alguma perplexidade: «ninguém sabe o que ele vem fazer aqui, as opiniões divergem»[19]. Na verdade, e como era seu timbre, Sherley jogava simultaneamente em vários tabuleiros, associando diversas comissões de outras tantas cortes europeias a interesses mercantis privados muito variados, além de, com toda a probabilidade, ter sido incumbido pelo duque de Bragança do resgate de prisioneiros portugueses. No mês de Março de 1606, cumprido o período de purificação tradicionalmente imposto a diplomatas estrangeiros e reunidas as necessárias condições de segurança, o aventureiro inglês viajou finalmente para Marraquexe – que era controlada por Mulei Buferes –, acompanhado de larga comitiva e também de uma escolta marroquina. As tropas locais eram comandadas por um tal *Abdalá Sincos*, renegado português de seu nome Rui Gomes, que há muito vivia em Marrocos e que, na sequência da sua captura em 1585, ascendera a um lugar de relativa importância na Corte de Almançor[20]. Alojado numa ampla residência em Marraquexe, Sherley permaneceria nesta cosmopolita cidade durante cerca de cinco meses, até Agosto do mesmo ano, mantendo idêntico tipo de vida faustosa e estabelecendo intensas relações sociais[21].

As audiências com Mulei Buferes, o filho de Almançor que obtivera o controlo das regiões meridionais de Marrocos, não tiveram qualquer desenvolvimento, uma vez que este não estava particularmente interessado nas propostas da Coroa espanhola, ou do imperador Rodolfo II, sobre eventuais alianças anti-otomanas. Antes pelo contrário, Mulei Buferes tinha

18. *Crónica de Almançor*... cit., p. 409.

19. *SIHM, Angleterre*, vol. II, p. 277.

20. Cf. *Crónica de Almançor*... cit., pp. 595-605, onde António Dias Farinha publica o seu processo na Inquisição de Lisboa (1606).

21. Uma vez que o nosso inglês recorreu a empréstimos das comunidades judaicas marroquinas, não é improvável que se tenha cruzado em Marraquexe com os irmãos Isaac e Abraham Almosnino, que ali residiam, e que anos mais tarde, na Pérsia, se viriam a relacionar com o irmão de Anthony, Robert Sherley, com quem viajariam de Goa para Lisboa em 1618, a bordo de navio português, presos pela Inquisição goesa. Ver Mercedes García-Arenal, «Entre Oriente y Occidente: los hermanos Almosnino, judios de Fez», *in* Rui Manuel Loureiro e Serge Gruzinski (ed.), *Passar as Fronteiras – II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais, Séculos XV a XVIII*, Lagos, Centro de Estudos Gil Eanes, 1999, pp. 313-338; e também Mercedes García-Arenal e Gerard Wiegers, *Entre Islam y Occidente: Vida de Samuel Pallache, judío de Fez*, Madrid, Siglo XXI Editores, 1999, pp. 69-75.

emprunts, en particulier auprès de la communauté juive de ce port marocain : « Notre Anthony avait en permanence table ouverte pour tous ceux qui voulaient s'y asseoir, et il faisait grande chère aux capitaines des navires et il sondait leurs pensées en recourant à divers moyens qui tous tentaient à le montrer très influent et très riche »[18]. Un diplomate néerlandais écrivait, avec une certaine perplexité : « Personne ne sait ce qu'il vient faire ici. Les opinions diffèrent »[19]. En effet, et comme à son habitude, Sherley jouait simultanément sur plusieurs tableaux, associant diverses commissions d'autant d'autres cours européennes à des intérêts mercantiles privés très variés ; en outre, il aurait, très probablement, été chargé par le duc de Bragança de racheter des prisonniers portugais. En mars 1606, après avoir respecté la période de purification traditionnellement imposée aux diplomates étrangers et réuni les conditions de sécurité nécessaires, l'aventurier anglais se rendit finalement à Marrakech – qui était alors contrôlée par Moulay Abou Faris – accompagné d'une grande délégation et d'une escorte marocaine. Les troupes locales étaient commandées par un certain *Abdalá Sincos*, un renégat portugais dont le nom était Rui Gomes, qui vivait depuis longtemps au Maroc et qui, suite à sa capture en 1585, avait accédé à une place relativement importante dans la Cour d'al-Mansour[20]. Logé dans une grande résidence à Marrakech, Sherley resta dans cette ville cosmopolite pendant environ cinq mois, jusqu'en août de cette même année, menant le même genre de vie fastueuse et établissant d'intenses relations sociales[21]. Les audiences avec Moulay Abou Faris, le fils d'al-Mansur qui avait obtenu le contrôle des régions méridionales du Maroc, n'ont pas eu de suite, puisque celui-ci n'était pas particulièrement intéressé par les propositions de la Couronne espagnole, ou de l'empereur Rodolphe II, sur d'éventuelles alliances antiottomanes. Bien au contraire, Abou Faris venait d'envoyer à Constantinople un précieux tribut en or comme moyen d'établir une alliance avec le sultan ottoman

18. *Chronique d'al-Mansour*... cit., p. 408.

19. *SIHM, Angleterre*, vol. II, p. 277.

20. Cf. *Chronique d'al-Mansour*... cit., pp. 595-605, où António Dias Farinha publie son procès dans l'Inquisition de Lisbonne (1606).

21. Étant donné que notre anglais a eu recours à l'emprunt des communautés juives marocaines, il n'est pas improbable qu'il se soit croisé à Marrakech, avec les frères Isaac et Abraham Almosnino qui y résidaient, et qui, des années plus tard, en Perse, viendraient à établir des relations avec le frère d'Anthony, Robert Sherley, avec lequel ils voyageraient de Goa vers Lisbonne en 1618, à bord d'un navire portugais, en tant que prisonniers de l'Inquisition de Goa. Voir Mercedes García-Arenal, « Entre Oriente y Occidente : los hermanos Almosnino, judios de Fez », *in* Rui Manuel Loureiro et Serge Gruzinski (éd.), *Passar as Fronteiras – II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais, Séculos XV a XVIII*, Lagos, Centro de Estudos Gil Eanes, 1999, pp. 313-338 ; et aussi Mercedes García-Arenal et Gerard Wiegers, *Entre Islam y Occidente : Vida de Samuel Pallache, judío de Fez*, Madrid, Siglo XXI Editores, 1999, pp. 69-75.

acabado de enviar para Constantinopla um valioso tributo em ouro, como forma de firmar uma aliança com o sultão otomano Ahmed I[22]. Entretanto, os problemas internos, na conjuntura que então se vivia em Marrocos, concentravam todas as atenções e energias de Mulei Buferes, que disputava acirradamente o poder supremo com os seus irmãos. Nestas condições, Anthony Sherley via totalmente frustrado o objectivo principal da sua jornada marroquina, pelo que se ocupou de imediato de outros assuntos que o haviam trazido a Marraquexe, a saber, o resgate de cativos portugueses e também espanhóis.

De acordo com a documentação disponível, Sherley negociou com as autoridades xarifinas a libertação de dois portugueses e de trinta espanhóis. Se nada de especial se consegue apurar sobre os espanhóis libertados, é possível identificar os dois cativos portugueses, que são mencionados pelo próprio inglês numa das suas muitas missivas: «*Thes gentlemen, wherof the one ys named Pedro Cæsar d'Essa, the other Antonyo de Saldanha*». Sherley adiantava ainda que como penhor da libertação dos dois cativos portugueses entregara às autoridades marroquinas um valiosíssimo rubi oriental, que aparentemente lhe fora entregue pelo rei de Espanha, além de uma substanciosa quantia em dinheiro. Ainda de acordo com a mesma carta, os dois cativos, António de Saldanha de Albuquerque e Pedro César de Eça, ter-se-iam comprometido por escrito, perante o seu resgatador, a restituir na íntegra as quantias despendidas pelo inglês com a sua libertação[23].

António de Saldanha de Albuquerque e o seu companheiro encontravam-se cativos desde 1592, já que nesse ano haviam sido aprisionados durante uma escaramuça nas proximidades de Tânger, praça marroquina controlada pelos portugueses, onde o pai de António, Aires de Saldanha, desempenhava então

Ahmed I[22]. Entre temps, les problèmes internes dans la situation alors vécue au Maroc concentraient toute l'attention et l'énergie d'Abou Faris qui se disputait vigoureusement le pouvoir suprême avec ses frères. Dans ces conditions, Anthony Sherley vit l'objectif principal de son voyage marocain totalement frustré, raison pour laquelle il s'occupa sans tarder d'autres sujets qui l'avaient amené à Marrakech, à savoir, le rachat de captifs portugais et aussi espagnols.

D'après la documentation disponible, Sherley aurait négocié la libération de deux portugais et de trente espagnols avec les autorités chérifiennes. Si rien de spécial ne peut être établi sur les espagnols libérés, il est cependant possible d'identifier deux captifs portugais mentionnés par l'anglais lui-même dans l'une de ses nombreuses missives : « *Thes gentlemen, wherof the one ys named Pedro Cæsar d'Essa, the other Antonyo de Saldanha* ». Sherley ajoutait également que, comme gage de libération des deux captifs portugais, il avait donné aux autorités marocaines un précieux rubis oriental qui, apparemment, lui avait été remis par le roi d'Espagne, en plus d'une importante somme d'argent. Toujours d'après cette même lettre, les deux captifs, António de Saldanha de Albuquerque et Pedro César de Eça, se seraient engagés par écrit, auprès du responsable de leur rachat, à rembourser l'intégralité des montants dépensés par l'anglais pour leur libération[23].

António de Saldanha de Albuquerque et son compagnon se trouvaient en captivité depuis 1592, car cette même année ils avaient été faits prisonniers au cours d'une escarmouche près de Tanger, une place marocaine contrôlée par les portugais où le père d'António, Aires de Saldanha, exerçait alors les fonctions de gouverneur. Plus tard, Aires de Saldanha – qui entre 1600 et 1605 serait le vice-roi de l'*Estado da Índia*, comme déjà mentionné – tenta à maintes reprises de racheter son fils, mais sans succès, bien qu'il ait recueilli

22. *SIHM*, *Angleterre*, vol. II, p. 280. Sobre o império otomano nesta época, ver Stanford Shaw, *History of the Ottoman Empire and Modern Turkey*, vol. I: *Empire of the Gazis: The Rise and Decline of the Ottoman Empire, 1280-1808*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, pp. 184 e sgs.

23. *SIHM*, *Angleterre*, vol. II, p. 295. Um médico e viajante francês que por estes anos esteve em Marrocos, e que mais tarde se cruzou com os dois cativos portugueses em Lisboa, refere que Pedro César de Eça era «*frere de Don Bastiste Fernand Sezar, proviador general de la maison des Indes; et son beau-frere le comte de Fera alloit pour vice-roy aux Indes*» (Jean Mocquet, *Voyages en Afrique, Asie, Indes Orientales et Occidentales*, liv. III, Paris, Jean de Heuqueville, 1617, p. 215). A informação está basicamente correcta, pois Pedro César de Eça era irmão de Vasco Fernandes César; este era casado com D. Ana de Menezes, que por sua vez era irmã de D. João Forjaz Pereira, 5.º conde da Feira. Este último partiu para a Índia como vice-rei em 1608, mas faleceu na viagem. Cf. www.geneall.net, com base em informações de Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, ed. Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso, 17 vols., Braga, Oficinas Gráficas da PAX, 1938-1941.

22. *SIHM*, *Angleterre*, vol. II, p. 280. Sur l'empire ottoman à cette époque, voir Stanford Shaw, *History of the Ottoman Empire and Modern Turkey,* vol. I : *Empire of the Gazis : The Rise and Decline of the Ottoman Empire, 1280-1808*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, pp. 184 et ss.

23. *SIHM, Angleterre*, vol. II, p. 295. Un médecin et voyageur français qui se trouvait au Maroc dans ces années-là et qui, plus tard, s'est croisé avec les deux captifs portugais à Lisbonne, affirme que Pedro César de Eça était « frere de Don Bastiste Fernand Sezar, proviador general de la maison des Indes; et son beau-frere le comte de Fera alloit pour vice-roy aux Indes » (Jean Mocquet, *Voyages en Afrique, Asie, Indes Orientales et Occidentales*, liv. III, Paris, Jean de Heuqueville, 1617, p. 215). L'information est fondamentalement correcte, car Pedro César de Eça était le frère de Vasco Fernandes César ; ce dernier était marié à D. Ana de Menezes qui, à son tour, était la sœur de D. João Forjaz Pereira, 5e comte de Feira. Ce dernier partit en Inde en tant que vice-roi en 1608, mais mourut pendant le voyage. Cf. www.geneall.net, à partir d'informations de Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, éd. Agostinho de Azevedo Meirelles & Domingos de Araújo Affonso, 17 vols., Braga, Oficinas Gráficas da PAX, 1938-1941.

funções de governador. Posteriormente, Aires de Saldanha – que entre 1600 e 1605 seria vice-rei do *Estado da Índia*, como referido – tentou repetidas vezes resgatar o filho, mas sem qualquer sucesso, embora tivesse reunido a quantia exigida pelas autoridades marroquinas[24]. Assim, António de Saldanha foi obrigado a viver em Marrocos, sobretudo em Marraquexe, sob cativeiro, durante longos anos. Contudo, tal como muitos outros cativos portugueses de elevado estatuto social – que haviam sido aprisionados na sequência da batalha dos Três Reis –, Saldanha pôde desfrutar de uma relativa liberdade de movimentos durante o período de cativeiro. Possuindo habitação própria, «tinha servidores em sua casa, dialogava com quem entendia e recebia correio com regularidade, algum dele com matéria confidencial, pedia e concedia empréstimos em dinheiro, em suma, beneficiava de amplas facilidades na vida quotidiana»[25]. Aliás, a sua residência tornar-se-ia num foco de atracção para muitos cativos portugueses e para outros europeus que residiam em Marrocos, alguns deles convertidos ao islamismo, ou que ali estavam de passagem em visita diplomática ou de negócios. Consequentemente, António de Saldanha pôde, ao correr dos 14 anos de cativeiro, colher abundantes notícias sobre a

24. Cf. *Crónica de Almançor*... cit., pp. 189-191, 203-205 e 287-289; e D. Fernando de Meneses, conde da Ericeira, *Historia de Tangere*, Lisboa, Oficina Ferreiriana, 1732, pp. 94-95. Os resgates enviados de Portugal, aparentemente, teriam sido interceptados por corsários ingleses e neerlandeses (cf. *SIHM, Angleterre*, vol. II, pp. 359-360). Para uma síntese da biografia de António de Saldanha, ver António Dias Farinha, «Introdução», *in Crónica de Almançor*... cit., pp. xxi-xli, onde são utilizadas e citadas as fontes pertinentes. Concretamente sobre as tentativas de resgate de Saldanha e do seu companheiro, cf. *Crónica de Almançor*... cit., pp. 203-205 e 287-289. É sabido que Almançor possuía um apreço muito especial por pedras preciosas, facto que era bem conhecido em Espanha (cf. *Crónica de Almançor*... cit., p. 43: «em gosto de pedraria ninguém igualou ao xarife Amet nunca»). Ver também Mercedes García-Arenal, *Ahmad al-Mansur*... cit., pp. 33-34. Como, aparentemente, este gosto se tinha passado para o seu filho Mulei Buferes, explica-se assim a entrega a Sherley, por Felipe III, de um valioso rubi, com o expresso propósito de com ele ser obtida a libertação de cativos portugueses. Cf. *Crónica de Almançor*... cit., p. 427: «O mesmo apetite [por pedras preciosas] herdou Mulei Buferes».

25. António Dias Farinha, «Introdução», *in Crónica de Almançor*... cit., pp. xxi-xxiii. Ver, a propósito, Fernando Rodriguéz Mediano, «Portugueses en Marruecos: Cautivos de la Batalla de Alcazarquivir», *in Passar as Fronteiras*... cit., pp. 39-62. Sobre a vida dos cativos portugueses em Marrocos, ver também a extensa «Introdução» a D. Francisco da Costa, *Cancioneiro chamado de D. Maria Henriques*, ed. Domingos Maurício Gomes dos Santos, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1956; e ainda a obra de Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Entre a Cristandade e o Islão (séculos XV-XVII): Cativos e Renegados nas Franjas de duas Sociedades em Confronto*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 1998. Para uma abordagem mais global sobre a problemática do resgate de cativos, ver José Antonio Martínez Torres, *Prisioneros de los infieles: Vida y rescate de los cautivos cristianos en el Mediterráneo musulmán (siglos XVI-XVII)*, Barcelona, Edicines Belaterra, 2004; e para o caso português, Edite Alberto, *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*, Braga, Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho, 2010.

le montant exigé par les autorités marocaines[24]. Ainsi, António de Saldanha fut forcé de vivre au Maroc, en particulier à Marrakech, en captivité, pendant de nombreuses années. Néanmoins, comme tant d'autres captifs portugais de statut social élevé – qui avaient été faits prisonniers à la suite de la bataille des trois Rois – Saldanha put profiter d'une certaine liberté de mouvement au cours de la période de captivité. Il possédait son propre logement « Il disposait de serviteurs dans sa demeure, il parlait avec qui il voulait et recevait régulièrement du courrier portant parfois sur des sujets confidentiels, il demandait et accordait des prêts en espèces, en bref, il bénéficiait d'amples facilités dans la vie quotidienne »[25]. D'ailleurs, sa résidence deviendrait un pôle d'attraction pour de nombreux captifs portugais, ainsi que pour d'autres Européens qui vivaient au Maroc, certains d'entre eux convertis à l'islamisme, ou qui s'y trouvaient de passage en visite diplomatique ou d'affaires. Par conséquent, António de Saldanha put, au cours de 14 années de captivité, collecter d'abondantes informations sur la vie sociale, politique, militaire et culturelle du royaume chérifien et sur l'histoire récente du Maroc, qu'il commencera, à un moment donné, à enregistrer par écrit. Toutefois, il convient de noter que le captif portugais a

24. Cf. *Chronique d'al-Mansour*... cit., pp. 189-191, 203-205 et 287-289 ; et D. Fernando de Meneses, comte d'Ericeira, *Historia de Tangere*, Lisbonne, Oficina Ferreiriana, 1732, pp. 94-95. Les rachats envoyés du Portugal auraient apparemment été interceptés par des corsaires anglais et néerlandais (cf. *SIHM, Angleterre*, vol. II, pp. 359-360). Pour une synthèse de la biographie d'António de Saldanha, voir António Dias Farinha, « Introdução », *in Chronique d'al-Mansour*... cit., pp. xxi-xli, où sont utilisées et citées des sources pertinentes. Plus précisément au sujet des tentatives de rachat de Saldanha et de son compagnon, cf. *Chronique d'al-Mansour*... cit., pp. 203-205 et 287-289. Il est connu qu'Ahmed al-Mansour avait un attrait particulier pour les pierres précieuses, un fait qui était bien connu en Espagne (cf. *Chronique d'al-Mansour*... cit., p. 43 : « *em gosto de pedraria ninguém igualou ao xarife Amet nunca* » ; voir aussi Mercedes García-Arenal, *Ahmed al-Mansour*... cit., pp. 33-34). Comme apparemment ce goût était passé à son fils Abou Faris on peut ainsi expliquer la remise à Sherley, par Philippe III, d'un précieux rubis dans le but exprès d'obtenir avec celui-ci la libération de prisonniers portugais Cf. *Chronique d'al-Mansour*... cit., p. 427 : « *O mesmo apetite [por pedras preciosas] herdou Mulei Buferes* ».

25. António Dias Farinha, « Introdução », *in Chronique d'al-Mansour*... cit., pp. xxi-xxiii. Voir à ce sujet, Fernando Rodriguéz Mediano, « Portugueses en Marruecos : Cautivos de la Batalla de Alcazarquivir », *in Passar as Fronteiras*... cit., pp. 39-62. Sur la vie des captifs portugais au Maroc, voir également la longue « Introdução » à D. Francisco da Costa, *Cancioneiro chamado de D. Maria Henriques*, éd. Domingos Maurício Gomes dos Santos, Lisbonne, Agência Geral do Ultramar, 1956 ; et également l'ouvrage d'Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Entre a Cristandade e o Islão (séculos XV-XVII) : Cativos e Renegados nas Franjas de duas Sociedades em Confronto*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 1998. Pour une approche plus globale sur la problématique du rachat des captifs, voir José Antonio Martínez Torres, *Prisioneros de los infieles : Vida y rescate de los cautivos cristianos en el Mediterráneo musulmán (siglos XVI-XVII)*, Barcelone, Edicines Belaterra, 2004 ; et pour le cas portugais, Edite Alberto, *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*, Braga, Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho, 2010.

vida social, política, militar e cultural do reino xarifino e sobre a história recente de Marrocos, que, em determinado momento, terá passado a registar por escrito. Entretanto, deve notar-se que o cativo português teve decerto acesso privilegiado à Corte do sultão Almançor, quer directamente, quer através de interpostos contactos.

Conseguida a libertação do referido grupo de prisioneiros, Anthony Sherley obteve autorização das autoridades marroquinas para regressar a Safim em Agosto de 1606. A sua escolta marroquina era composta por nada menos de 400 arcabuzeiros, chefiados mais uma vez pelo renegado *Abdalá Sincos*. Chegados àquele porto marroquino, o aventureiro inglês e o seu numeroso séquito embarcaram em dois navios, que haviam sido propositadamente fretados, e rumaram a Lisboa, não antes de Sherley ter tido de contrair alguns empréstimos mais, para saldar as suas dívidas mais prementes junto das comunidades mercantis de Safim. No último momento, Rui Gomes, o renegado português que comandara a escolta, decidira regressar a Portugal, embarcando também num dos navios, circunstância que provocou alguma comoção junto da população de Safim[26]. A expedição chegaria a salvamento a Portugal, sem quaisquer problemas, durante o mês de Setembro de 1606. O cônsul inglês em Lisboa, John Hugh, de imediato reportaria para Inglaterra a chegada de Anthony Sherley da Berberia, afirmando que o conhecido aventureiro trazia consigo «*dyvers Portingales, that were captives there; whereof 2 men of good accompt, whcih are to yeld hym neere 50 thousand crownes for theyr ransome*»[27].

Contudo, e mais uma vez, as coisas não corriam da melhor maneira para Anthony Sherley, já que, segundo ele próprio escrevia a partir de Lisboa nos primeiros dias de Setembro de 1606, os dois antigos cativos portugueses, António Saldanha e Pedro César de Eça, recusavam-se agora a compensá-lo dos gastos incorridos com os respectivos resgates junto de Mulei Buferes em Marraquexe: «*they doe not only deny to pay, butt persecut mee ass mutch ass they dare and canne*»[28]. O cônsul inglês, numa outra missiva, confirmava e reforçava o testemunho de Sherley, adiantando que os dois portugueses libertados alegavam que quaisquer promessas que tivessem feito em Marrocos eram inválidas, pois haviam sido pronunciadas em situação de cativeiro e em terra de gentios

26. *SIHM, Angleterre*, vol. II, p. 281. Cf. *Crónica de Almançor*... cit., pp. 429-431. A história de «Abdelacinthe» é relatada também por Jean Mocquet, *Voyages en Afrique, Asie, Indes Orientales et Occidentales*, liv. III, pp. 172-175. Cf. *SIHM, France*, vol. II, pp. 398-399.

27. *SIHM, Angleterre*, vol. II, p. 290.

28. *SIHM, Angleterre*, vol. II, pp. 294-295.

certainement eu un accès privilégié à la Cour du sultan al-Mansour, soit directement, soit par l'intermédiaire de certains contacts.

Après être parvenu à libérer le groupe de prisonniers mentionné, Anthony Sherley obtint, en août 1606, l'autorisation des autorités pour retourner à Safi. Son escorte marocaine était composée de pas moins de 400 arquebusiers commandés, là encore, par le renégat *Abdalá Sincos*. Une fois arrivés à ce port marocain, l'aventurier anglais et sa nombreuse délégation embarquèrent sur deux navires frétés à cet effet, puis se rendirent à Lisbonne, mais pas avant que Sherley n'ait contracté quelques prêts supplémentaires pour solder ses dettes les plus urgentes auprès des communautés marchandes de Safi. Au dernier moment, Rui Gomes, le renégat portugais qui commandait l'escorte, décida de retourner au Portugal et s'embarqua également dans l'un des navires, cet évènement causa une certaine émotion dans la population de Safi[26]. L'expédition arriva saine et sauve au Portugal durant le mois de septembre 1606. Le consul anglais à Lisbonne, John Hugh, fit immédiatement savoir en Angleterre l'arrivée d'Anthony Sherley de Berbérie, en précisant que le fameux aventurier amenait avec lui : « *dyvers Portingales, that were captives there ; whereof 2 men of good accompt, whcih are to yeld hym neere 50 thousand crownes for theyr ransome* »[27].

Cependant, une fois de plus, les choses n'allaient pas bon train pour Anthony Sherley puisque, d'après ce qu'il écrivait de Lisbonne dans les premiers jours de septembre 1606, les deux anciens captifs portugais, António Saldanha et Pedro César de Eça, refusaient maintenant de l'indemniser des frais encourus pour les rachats respectifs auprès d'Abou Faris à Marrakech : « *they doe not only deny to pay, butt persecut mee ass mutch ass they dare and canne* »[28]. Dans une autre missive, le consul anglais confirmait et renforçait le témoignage de Sherley et ajoutait que les deux portugais libérés alléguaient que, quelles que soient les promesses faites au Maroc, celles-ci étaient intenables, étant donné qu'elles avaient été faites en captivité et en terre païenne – « *in a heathen country* ». Il ajoutait en outre que l'aventurier anglais envisageait d'aller à Madrid pour présenter une plainte formelle à la Cour espagnole[29]. En effet, toujours dans ce même mois de septembre, Sherley voyagerait vers cette ville espagnole accompagné, comme à son habitude, d'un

26. *SIHM, Angleterre*, vol. II, p. 281. Cf. *Chronique d'al-Mansour*... cit., pp. 429-431. L'histoire de « Abdelacinthe » est également racontée par Jean Mocquet, *Voyages en Afrique, Asie, Indes Orientales et Occidentales*, liv. III, pp. 172-175. Cf. *SIHM*, *France*, vol. II, pp. 398-399.

27. *SIHM, Angleterre*, vol. II, p. 290.

28. *SIHM*, *Angleterre*, vol. II, pp. 294-295.

29. *SIHM*, *Angleterre*, vol. II, pp. 297-298.

– «*in a heathen country*». Adiantava ainda que o aventureiro inglês planeava dirigir-se a Madrid, para apresentar queixa formal na Corte espanhola[29]. De facto, ainda no mesmo mês de Setembro, Sherley viajaria para aquela cidade espanhola, acompanhado por uma larga comitiva de apaniguados, como era seu hábito. A versão de António de Saldanha não é inteiramente concordante, pois referindo-se a Sherley escreveria: «Todos chegámos a Lisboa e, depois de fazermos muitos regalos a D. Antonio, passou a Madrid, onde teve outras aventuras não menores que as de Berberia»[30]. Uma das suas primeiras iniciativas, de resto, foi apresentar a Felipe III um memorial sobre a situação na Berberia, incitando o monarca espanhol à «*justa y lícita conquista*» daquele reino, a qual seria imensamente facilitada pelos conflitos civis então em curso. O domínio de Marrocos daria a Espanha acesso livre ao ouro sudanês. De resto, os três filhos de Almançor eram totalmente desvalorizados no informe do aventureiro inglês: Mulei Buferes era apodado de «*hombre sensual, borracho, couarde y más para aRuynar un estado que para conserualo*»; Mulei Zidão, que era «*de menos partes y más apocado*», tinha-se entrincheirado «*en las montañas del sur y Taradant*»; enfim, Mulei Xeque vagueava «*como bandolero com 3.000 hombres*», dominando apenas o território por onde calhava passar, sem nenhum outro fundamento senão o seu «*próprio valor personal*»[31].

A partir de então, Anthony Sherley passará a estar permanentemente ao serviço de Felipe III, desempenhando as mais variadas funções, quase sempre ligadas a assuntos de natureza geoestratégica, precisamente aqueles em que podia fazer valer a sua ampla experiência de trota-mundos e os seus múltiplos contactos internacionais em diversas cortes europeias, muitos deles ao mais alto nível. O seu percurso «espanhol» é relativamente bem conhecido, caracterizando-se por constantes manobras político-diplomáticas de bastidores, na tentativa de alcançar uma posição de poder junto da Coroa espanhola[32]. Anos mais tarde, em 1622, entre muitas outras cartas e memoriais que produziu quase compulsivamente, Sherley redigirá uma longa relação dirigida ao poderoso conde-duque de Olivares, a que deu o título de *Peso de todo el mondo*[33] (fig. 3).

29. *SIHM, Angleterre*, vol. II, pp. 297-298.

30. *Crónica de Almançor*… cit., p. 431.

31. Luis Gil, *El imperio luso-español y la Persia safávida*… cit., vol. I, pp. 190-196 (citações na p. 193, de um memorial de Anthony Shirley conservado em Simancas, AGS E 1171, fl. 33).

32. Ver Sanjay Subrahmanyam, *Three Ways to Be Alien*… cit., pp. 116-132.

33. Estão disponíveis diversas edições desta relação, duas já citadas: Anthony Sherley, *Peso politico de todo el mundo del Conde D. Antonio Xerley*, ed. Carmelo Viñas y Mey, Madrid, Instituto 'Balmes' de Sociologia, 1961, pp. 1-107; Xavier-A. Flores, *Le 'Peso*

grand nombre de ses protégés. La version d'António de Saldanha n'est pas entièrement conforme à celle du consul, car se référant à Sherley il écrivait : « Nous arrivâmes tous à Lisbonne et, après que nous lui ayons fait nombres de présents, Anthony s'en fut à Madrid où il eut d'autres aventures non moindres que celles de Berbérie »[30]. L'une de ses premières initiatives, d'ailleurs, fut celle de présenter un mémorial à Philippe III sur la situation en Berbérie, exhortant le monarque espagnol à une « conquête juste et légitime » de ce royaume, laquelle serait grandement facilitée par les conflits civils, alors en cours. La domination du Maroc donnerait à l'Espagne un libre accès à l'or soudanais. D'ailleurs, les trois fils d'Ahmed al-Mansour étaient totalement dépréciés dans le rapport de l'aventurier anglais : Moulay Abou Faris était surnommé de « *hombre sensual, borracho, couarde y más para aRuynar un estado que para conserualo* » ; Moulay Zidan, qui était « *de menos partes y más apocado* », s'était barricadé « en las montañas del sur y Taradant » ; enfin, Moulay ach-Cheikh al- Mamoun errait « *como bandolero com 3.000 hombres* », dominant le seul territoire où il passait par hasard, sans aucun autre fondement que celui de son « *próprio valor personal* »[31]. Désormais, Anthony Sherley restera en permanence au service de Philippe III, exerçant les fonctions les plus variées, presque toujours liées à des questions de nature géostratégiques, en particulier celles qui pouvaient faire valoir sa vaste expérience de globetrotteur et ses multiples contacts internationaux dans diverses cours européennes, bon nombre d'entre eux au plus haut niveau. Son itinéraire « espagnol » est relativement bien connu, caractérisé par des manœuvres diplomatiques et politiques constantes faites en coulisse pour tenter d'obtenir une position de pouvoir auprès de la Couronne espagnole[32]. Des années plus tard, en 1622, parmi de nombreuses autres lettres et mémoriaux qu'il produisit presque compulsivement, Sherley rédigera un long rapport adressé au puissant comte-duc d'Olivares, auquel il donnera le titre de *Peso de todo el mondo*[33] (fig. 3). Il s'agissait

30. *Chronique d'al-Mansour*… cit., p. 430.

31. Luis Gil, *El imperio luso-español y la Persia safávida*… cit., vol. I, pp. 190-196 (citations p. 193, d'un mémorial d'Anthony Shirley conservé à Simancas, AGS E 1171, fl. 33).

32. Voir Sanjay Subrahmanyam, *Three Ways to Be Alien*… cit., pp. 116-132.

33. Plusieurs éditions de ce rapport sont disponibles, dont deux déjà mentionnées : Anthony Sherley, *Peso politico de todo el mundo del Conde D. Antonio Xerley*, éd. Carmelo Viñas y Mey, Madrid, Instituto 'Balmes' de Sociologia, 1961, pp. 1-107 ; Xavier-A. Flores, *Le 'Peso político de todo el mundo'*… cit., pp. 53-172 ; Sir Anthony Sherley, *Peso de todo el mundo (1622)*… cit., pp. 85-216 (l'édition la plus complète). Les deuxième et troisième éditions incluent d'importantes études sur l'auteur et l'ouvrage. Sur l'édition de Xavier-A. Flores, voir l'analyse (très) critique de Robert Ricard, « Anthony Sherley y su descripción de Berberia : A propósito de

Fig. 3 – Primeiro fólio do manuscrito *Peso politico de todo el mundo*, de Anthony Sherley. / Première page du manuscrit *Peso politico de todo el mundo*, de Anthony Sherley (British Library, 10580-81).

Tratava-se de um ambicioso memorial arbitrista, que pretendia traçar, nada mais, nada menos, do que um retrato geopolítico de «todo o mundo», elaborado de um ponto de vista europeu e, mais especificamente, espanhol, com o apoio de uma dilatada experiência internacional[34]. Traçando um panorama global das

d'un ambitieux mémorial arbitriste qui ne souhaitait esquisser, ni plus ni moins, qu'un portrait géopolitique du « monde entier » élaboré à partir d'un point de vue européen et, en particulier, espagnol, soutenu par une vaste expérience internationale[34]. Traçant un panorama global des puissances avec lesquelles l'Espagne entretenait des relations, l'arbitriste anglais ébauchait un ensemble de stratégies qui devraient permettre l'accroissement du pouvoir espagnol dans le monde. L'une des parties du *Peso de todo el mundo*

político de todo el mundo'... cit., pp. 53-172; Sir Anthony Sherley, *Peso de todo el mundo (1622)*... cit., pp. 85-216 (a edição mais completa). A segunda e a terceira edições incluem importantes estudos sobre o autor e a obra. Sobre a edição de Xavier-A. Flores, ver a recensão (muito) crítica de Robert Ricard, «Anthony Sherley y su descripción de Berberia: A propósito de una edicón reciente», *Al-Andalus*, vol. 28, 1963, pp. 221-229. Sobre Olivares, que com a sua ampla visão geoestratégica estaria especialmente receptível às propostas de Sherley, ver o estudo clássico de John H. Elliot, *The Count-Duke of Olivares: The Statesman in an Age of Decline*, Londres, Yale University Press, 1989: *«the Count-Duke was probably the first ruler of the Spanish Monarchy to think in genuinely global terms, and it is no accident that he should have felt at home with that bold adventurer Anthony Sherley, who would spin the globe with confidence and offer to reveal the secret strenghts and weaknesses of every kingdom and sultanate between the Danish Sound and the coast of Malabar»*, p. 681.

34. Para uma análise deste tratado, ver Xavier-A. Flores, *Le 'Peso político de todo el mundo'*... cit., pp. 35-48; Ángel Alloza Aparicio, «Sir Anthony Sherley»... cit., pp. 33-41; e também Sanjay Subrahmanyam, *Three Ways to Be Alien*... cit., pp. 116-132.

una edicón reciente », *Al-Andalus*, vol. 28, 1963, pp. 221-229. Sur Olivares, qui avec sa large vision géostratégique serait surtout réceptif aux propositions de Sherley, voir l'étude classique de John H. Elliot, *The Count-Duke of Olivares : The Statesman in an Age of Decline*, Londres, Yale University Press, 1989 : *« the Count-Duke was probably the first ruler of the Spanish Monarchy to think in genuinely global terms, and it is no accident that he should have felt at home with that bold adventurer Anthony Sherley, who would spin the globe with confidence and offer to reveal the secret strenghts and weaknesses of every kingdom and sultanate between the Danish Sound and the coast of Malabar »*, p. 681.

34. Pour une analyse de ce traité, voir Xavier-A. Flores, *Le 'Peso político de todo el mundo'*... cit., pp. 35-48; Ángel Alloza Aparicio, « Sir Anthony Sherley »... cit., pp. 33-41 ; et aussi Sanjay Subrahmanyam, *Three Ways to Be Alien*... cit., pp. 116-132.

potências com as quais Espanha mantinha relações, o arbitrista inglês desenhava um conjunto de estratégias que supostamente permitiriam o engrandecimento do poder espanhol a nível mundial. Evidentemente, uma das secções do *Peso de todo el mundo* era dedicada a Marrocos, ou antes, à «*Berbería*»[35]. Graças à sua visita a Marraquexe, e aos contactos que ali mantivera, Sherley pôde avaliar com rigor a complexa situação política que fora desencadeada pela morte de Mulei Ahmed Almançor, de quem, de resto, traça um retrato assaz elogioso, embora não o tivesse conhecido pessoalmente: «*para rey moro era rey muy entendido, muy sagaz, grande hombre de gobierno y gran rey, duró muchos años en el reinado*»[36].

Na sua opinião, a chave para o domínio espanhol de Marrocos estaria no controlo «*de la isla de Magador y del puerto de Veracruz en Tarudant, grandes puertos ambos dos de grande consideración y aprovechamiento, y con los cuales Su Majestad se hacía absoluto señor de la Berbería, con tener en su poder las llaves de todas sus contrataciones*»[37]. A jornada de Anthony Sherley a Marrocos permitira-lhe recolher notícias em primeira mão sobre a situação política e militar, mas não é improvável que também tivesse beneficiado de informações fornecidas por António de Saldanha, durante a viagem que efectuaram conjuntamente em Agosto e Setembro de 1606, entre Marraquexe e Safim e deste porto para Lisboa. Mas, como é sabido, os arbítrios de Sherley não foram seguidos pelo monarca espanhol, que optou antes pela ocupação de Larache (1610) e da Mamora (1614)[38]. O inglês acabaria os seus dias em Madrid, por volta de 1635, mantendo sempre a mesma pose de conspirador e idênticos hábitos de esbanjador.

Quanto a António de Saldanha de Albuquerque, após o regresso a Lisboa assumiu decerto a posse do morgadio estabelecido por seus pais anos antes, fixando residência no solar da Junqueira[39], constituindo família e assumindo depois um papel activo na vida político-militar portuguesa, da qual estivera longamente arredado. Muitos anos mais tarde, em 1640, Saldanha será um dos mais activos apoiantes de D. João, duque

35. Sir Anthony Sherley, *Peso de todo el mundo (1622)*... cit., pp. 144-148. A secção referente à Berberia foi também publicada nas *SIHM, Angleterre*, vol. II, p. 543-550.

36. Sir Anthony Sherley, *Peso de todo el mundo (1622)*... cit., p. 144.

37. Sir Anthony Sherley, *Peso de todo el mundo (1622)*... cit., p. 148. Trata-se, respectivamente, de Mogador (Essaouira) e Santa Cruz do Cabo de Guer (Agadir).

38. Ver Tomas García Figueras e Carlos Rodríguez Joulia Saint-Cyr, *Larache, datos para su historia en el siglo XVII*, Madrid, Instituto de Estudios Africanos, 1973; e Mercedes García-Arenal e Miguel Ángel de Bunes Ibarra, *Los Españoles y el Norte de Africa: Siglos XV-XVIII*, Madrid, MAPFRE, 1992.

39. Onde hoje se situa o Arquivo Histórico Ultramarino (cf. http://www.iict.pt/ahu/Home-22.html).

était, inévitablement, consacrée au Maroc, ou plutôt, à la « Berbérie »[35]. Grâce à son séjour à Marrakech et aux contacts qu'il y avait maintenus, Sherley a pu évaluer en profondeur la situation politique complexe qui avait été déclenchée par la mort de Moulay Ahmed al-Mansour, dont il dresse, d'ailleurs, un portrait très flatteur, bien qu'il ne l'ait jamais connu personnellement : « *para rey moro era rey muy entendido, muy sagaz, grande hombre de gobierno y gran rey, duró muchos años en el reinado* »[36].

Selon lui, la clé pour la domination espagnole du Maroc résiderait dans le contrôle « *de la isla de Magador y del puerto de Veracruz en Tarudant, grandes puertos ambos dos de grande consideración y aprovechamiento, y con los cuales Su Majestad se hacía absoluto señor de la Berbería, con tener en su poder las llaves de todas sus contrataciones* »[37]. Le voyage d'Anthony Sherley au Maroc lui avait permis de recueillir des informations de première main sur la situation politique et militaire, mais il n'est pas improbable qu'il ait aussi bénéficié d'informations fournies par António de Saldanha, au cours du voyage qu'ils effectuèrent ensemble en août et septembre 1606, entre Marrakech et Safi et de ce port jusqu'à Lisbonne. Mais, comme on le sait, les conseils de Sherley n'ont pas été suivis par le monarque espagnol, qui opta pour l'occupation de Larache (1610) et de Mamora (1614)[38]. L'anglais finirait ses jours à Madrid, aux alentours de 1635, adoptant toujours la même posture de conspirateur et les mêmes habitudes de gaspillage.

Quant à António de Saldanha de Albuquerque, après son retour à Lisbonne il prit certainement possession du majorat établi par ses parents quelques années auparavant, s'installant au manoir de la Junqueira[39], y fondant une famille et assumant ensuite un rôle actif dans la vie politique et militaire portugaise, de laquelle il avait été longtemps éloigné. De nombreuses années plus tard, en 1640, Saldanha sera l'un des partisans les plus actifs de D. João, duc de Bragança, lors du mouvement qui conduisit à la restauration de l'indé-

35. Sir Anthony Sherley, *Peso de todo el mundo (1622)*... cit., pp. 144-148. La section qui se rapporte à la Berbérie a également été publiée dans les *SIHM*, *Angleterre*, vol. II, p. 543-550.

36. Sir Anthony Sherley, *Peso de todo el mundo (1622)*... cit., p. 144.

37. Sir Anthony Sherley, *Peso de todo el mundo (1622)*... cit., p. 148. Il s'agit, respectivement, de Mogador (Essaouira) et de Santa Cruz du Cap de Gué (Agadir).

38. Voir Tomas García Figueras et Carlos Rodríguez Joulia Saint-Cyr, *Larache, datos para su historia en el siglo XVII*, Madrid, Instituto de Estudios Africanos, 1973 ; et Mercedes García-Arenal et Miguel Ángel de Bunes Ibarra, *Los Españoles y el Norte de Africa : Siglos XV-XVIII*, Madrid, MAPFRE, 1992.

39. Où se situe aujourd'hui l'Arquivo Histórico Ultramarino [Archives historiques d'outre-mer] (cf. http://www.iict.pt/ahu/Home-22.html).

de Bragança, no movimento que conduziu à restauração da independência de Portugal[40]. Teria esta ligação íntima à Casa de Bragança alguma relação com a entrevista que muitos anos antes D. Teodósio II concedera a Anthony Sherley em Cádis, nas vésperas da partida deste último para Marrocos? De qualquer forma, no Portugal novamente independente Saldanha continuou muito activo, nomeadamente como governador da Torre de Belém, em Lisboa. Viria a falecer em princípios de 1656 (fig. 4)[41].

pendance du Portugal[40]. Ce lien intime avec la maison de Bragança aurait-il une quelconque relation avec l'entrevue que de nombreuses années auparavant D. Teodósio II avait accordée à Anthony Sherley à Cadix, à la veille du départ de ce dernier au Maroc ? Quoi qu'il en soit, dans le Portugal de nouveau indépendant, Saldanha continua très actif, en particulier comme gouverneur de la Torre de Belém, à Lisbonne. Il viendrait à mourir au début de l'année 1656 (fig. 4)[41]. Durant les années de captivité, il semble qu'António

Fig. 4 – Retrato de António de Saldanha. / Portrait de António de Saldanha.

Durante os anos de cativeiro, segundo parece, António de Saldanha teve oportunidade de ir reunindo extensos apontamentos manuscritos sobre a sua vida em Marraquexe e também sobre a situação política e militar marroquina. Para além da sua longa experiência pessoal, teve decerto acesso a informações e relatórios orais e escritos fornecidos por outros observadores e actores da vida político-social marroquina: companheiros de cativeiro, renegados portugueses e espanhóis, viajantes, comerciantes e espiões europeus, diplomatas acreditados junto da Corte xarifina, oficiais civis e militares do sultão e membros das muitas comunidades residentes na cosmopolita cidade de Marraquexe, muçulmanos, judeus ou cristãos. Em determinado momento do seu percurso, Saldanha terá tido a ideia de escrever – ou antes, de reunir apontamentos para escrever – uma crónica do reinado do sultão *Vitorioso*: «ponho em memória alguas cousas dos vinta seis anos do reinado do xarife

de Saldanha ait eu l'opportunité de recueillir de longues notes manuscrites sur sa vie à Marrakech, ainsi que sur la situation militaire et politique marocaine. En plus de sa longue expérience personnelle, il a sûrement dû avoir accès à des informations et rapports oraux et écrits fournis par d'autres observateurs et acteurs de la vie sociopolitique marocaine : des compagnons de captivité, des renégats portugais et espagnols, des voyageurs, des commerçants et des espions européens, des diplomates accrédités auprès de la Cour chérifienne, des officiers civils et militaires du sultan et des membres de nombreuses communautés qui vivaient dans la ville cosmopolite de Marrakech, musulmans, juifs ou chrétiens. À un moment donné de son parcours, Saldanha aurait eu l'idée d'écrire – ou plutôt, de rassembler des notes pour écrire – une chronique du règne du sultan *Victorieux* : « Je remets en mémoire diverses choses relatives aux

40. Sobre a Restauração, ver Rafael Valladares, *A Independência de Portugal: Guerra e Restauração, 1640-1680*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006.

41. Ficam registados sinceros agradecimentos a António Vasconcelos de Saldanha, pela cedência de uma cópia da presente gravura.

40. Sur la Restauration, voir Rafael Valladares, *A Independência de Portugal : Guerra e Restauração, 1640-1680*, Lisbonne, A Esfera dos Livros, 2006.

41. Nous laissons ici nos sincères remerciements à António Vasconcelos de Saldanha, pour nous avoir cédé une copie de la présente gravure.

Amet»[42]. No fim de contas, tal projecto nem seria completamente peregrino para um homem como Saldanha, provavelmente culto e bom conhecedor da realidade marroquina, que teria perfeita noção do período verdadeiramente excepcional que Marrocos estava a atravessar. Com efeito, o governo de Mulei Ahmed Almançor introduziu profundas alterações na administração, que foi reorganizada, no exército, que foi modernizado e internacionalizado, nas actividades produtivas, que foram incentivadas e desenvolvidas, no urbanismo de Marraquexe, com a construção de importantes edifícios religiosos e civis (e entre estes o famoso palácio de *al-Badi'*), na política externa, com as expedições militares ao Sudão, e na diplomacia, que se tornou um poderoso instrumento de afirmação externa, com a entrada de Marrocos na arena das relações internacionais da área do Mediterrâneo[43].

Os abundantes materiais que António de Saldanha conseguiu reunir durante os anos de cativeiro marroquino, e trazer de volta para Lisboa em 1606, seriam mais tarde coligidos em forma cronística, com auxílio de um anónimo colaborador, provavelmente em inícios da década de 1630, a fazermos fé na declaração do autor, que nas palavras de abertura do seu volumoso relato manuscrito fará referência aos «sessenta anos de minha idade»[44]. A crónica preparada por António de Saldanha já depois do regresso a Portugal permaneceu inédita até há relativamente pouco tempo[45]; dela se conservam em Portugal dois manuscritos, ambos anónimos. O primeiro manuscrito encontra-se na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, catalogado como *Tratado histórico das cousas acontecidas na Berberia no reinado do xarife Malei* [sic] *Amet (sucessor de Mulei Moluco*) (fig. 5). Terá sido redigido por um secretário, com base em apontamentos preparados pelo autor; posteriormente, Saldanha corrigiria pelo seu punho, em notas marginais, os lapsos de transcrição cometidos por este amanuense – sobretudo em transcrições de palavras árabes ou berberes. Trata-se de «um volume in fólio, bem conservado, com 151 fólios e encadernado em pergaminho», como refere o catálogo da Biblioteca Nacional[46]. Sabe-se que este manuscrito pertenceu em determinada época a António Ribeiro dos Santos, bibliógrafo e erudito português que, entre outros cargos, foi cronista da Casa de Bragança e bibliotecário da Biblioteca Régia

42. *Crónica de Almançor*… cit., p. 7.
43. Ver Mercedes García-Arenal, *Ahmad al-Mansur*… cit.
44. *Crónica de Almançor*… cit., p. 3.
45. A monumental edição de António Dias Farinha data de 1997.
46. Biblioteca Nacional de Portugal, Códice nº 481. Cf. António Dias Farinha, «Introdução», *in Crónica de Almançor*… cit., pp. xcvii-xcix.

vingt-six années du règne du chérif Ahmed »[42]. En fin de compte, ce projet ne serait pas tout à fait inconcevable pour un homme comme Saldanha, sans doute cultivé et bon connaisseur de la réalité marocaine, qui avait la parfaite notion de la période exceptionnelle que le Maroc traversait. En effet, le gouvernement de Moulay Ahmed al-Mansour avait apporté de profonds changements à plusieurs niveaux : dans l'administration, qui fut alors réorganisée ; dans l'armée, qui fut modernisée et internationalisée ; dans les activités productives, qui furent encouragées et développées ; dans l'urbanisme de Marrakech, avec la construction d'importants édifices religieux et civils (parmi eux le célèbre palais d'*al-Badi'*) ; dans la politique étrangère, avec des expéditions militaires au Soudan ; et enfin dans la diplomatie, qui devint un puissant outil pour l'affirmation externe, avec l'entrée du Maroc dans l'arène des relations internationales de la région méditerranéenne[43].

L'abondant matériel qu'António de Saldanha est parvenu à rassembler au cours de ses années de captivité au Maroc, et qui a été ramené à Lisbonne en 1606, serait plus tard recueilli sous forme de chronique avec l'aide d'un collaborateur anonyme, probablement au début des années 1630, si l'on en croit les déclarations de l'auteur, qui dans les mots d'ouverture de son volumineux récit manuscrit fera référence aux « soixante années de mon âge »[44]. La chronique préparée par António de Saldanha, déjà après son retour au Portugal, est restée inédite jusqu'à une date relativement récente[45], deux de ses manuscrits sont conservés au Portugal, les deux anonymes. Le premier manuscrit se trouve à la Bibliothèque Nationale du Portugal, à Lisbonne, catalogué comme *Tratado histórico das cousas acontecidas na Berberia no reinado do xarife Malei* [sic] *Amet (sucessor de Mulei Moluco)* (fig. 5). Il aurait été rédigé par un secrétaire, à partir de notes préparées par l'auteur ; plus tard, Saldanha corrigera de sa propre main, avec des notes en marge, les erreurs de transcription commises par ce scribe – en particulier dans les transcriptions des mots arabes ou berbères. Il s'agit de « un volume in-folio, bien conservé, avec 151 feuillets et relié en vélin », comme le mentionne le catalogue de la Bibliothèque Nationale[46]. On sait qu'à un moment donné ce manuscrit a appartenu à António Ribeiro dos Santos, bibliographe et érudit portugais qui, entre autres fonctions, fut le chroni-

42. *Chronique d'al-Mansour*… cit., p. 6.
43. Voir Mercedes García-Arenal, *Ahmad al-Mansur*… cit.
44. *Chronique d'al-Mansour*… cit., p. 2.
45. L'édition monumentale d'António Dias Farinha date de 1997.
46. Biblioteca Nacional de Portugal, Codex nº 481. Cf. António Dias Farinha, « Introdução », *in Chronique d'al-Mansour*… cit., pp. xcvii-xcix.

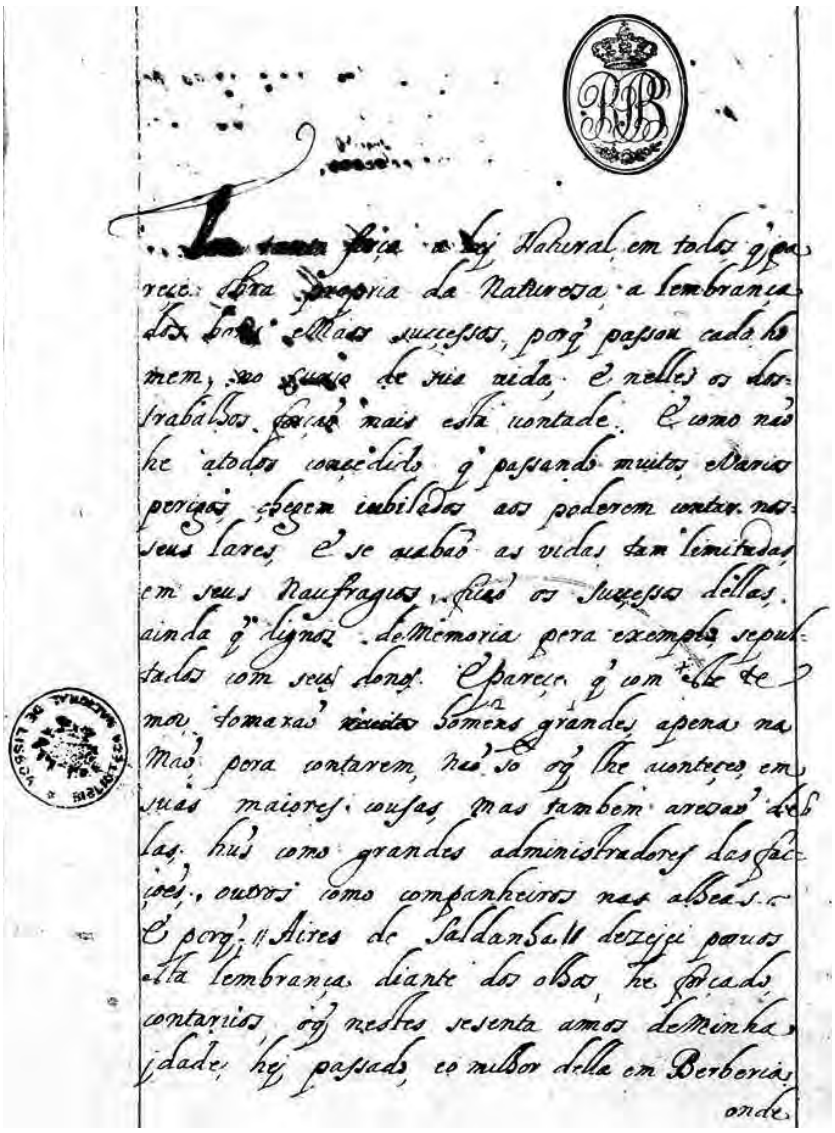


Fig. 5 – Primeiro fólio do manuscrito *Tratado histórico das cousas acontecidas na Berberia* (a *Crónica de Almançor*), de António Saldanha. / Première page du manuscrit *Tratado histórico das cousas acontecidas na Berberia* (la *Chronique d'al-Mansour*), de António Saldanha (Biblioteca Nacional de Portugal, *Reservados*, cod. 481).

na passagem do século XVIII para o século XIX[47]. O segundo manuscrito pertence aos arquivos privados da Casa Cadaval, tendo como título *História de África ou História de Marrocos*. Trata-se de um volume de 194 fólios, cuidada cópia do primeiro manuscrito referido. Sabendo-se que a Casa Cadaval tinha ligação directa à Casa de Bragança, afigura-se provável que ambos os manuscritos tenham tido alguma ligação a esta última. A monumental edição, já referida, que foi preparada a partir do manuscrito da Biblioteca Nacional, adoptou o título de *Crónica de Almançor Sultão de Marrocos (1578-1603)*, que mais se adequa ao conteúdo da obra, vindo colocar à disposição dos especialistas uma fonte de primeiríssima relevância a diversos títulos.

47. Cf. Luís Fernando de Carvalho Dias, *Inéditos de António Ribeiro dos Santos*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1976, p. 10.

queur de la Maison de Bragança et bibliothécaire de la Bibliothèque royale lors du passage du XVIII[e] au XIX[e] siècle[47]. Le second manuscrit appartient aux archives privées de la Maison Cadaval et porte le titre *História de África ou História de Marrocos*. Il s'agit d'un volume de 194 folios, une copie soigneuse du premier manuscrit mentionné. Sachant que la Maison Cadaval avait un lien direct avec la Maison de Bragança, il semble probable que les deux manuscrits aient eu un lien avec cette dernière. La monumentale édition, précitée, préparée à partir du manuscrit de la Biblioteca Nacional, a adopté le titre de *Crónica de Almançor Sultão de Marrocos (1578-1603)*, plus conforme au contenu de l'ouvrage, mettant ainsi à la disposition des spécialistes une source revêtant une grande importance à bien des égards.

47. Cf. Luís Fernando de Carvalho Dias, *Inéditos de António Ribeiro dos Santos*, Coïmbre, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1976, p. 10.

A obra de António de Saldanha constitui, de facto, uma valiosíssima fonte de informação sobre o mundo marroquino, em toda a sua complexidade, desde a época imediatamente anterior à batalha de Alcácer Quibir até ao período de turbulência que se seguiu ao desaparecimento de Almançor. Pelo caminho, fica um retrato multidimensional e portentoso do reinado do sultão *Vitorioso*, com notícias detalhadas sobre a geografia e a economia de Marrocos, a vida política e as intrigas palacianas, o incessante vai-vem dos emissários e embaixadores de múltiplos soberanos ocidentais e orientais, a composição e o funcionamento do exército, as comunidades de renegados, a vida quotidiana dos cativos, as negociações relacionadas com o resgate destes cativos, o desenvolvimento urbano de Marraquexe, o contexto internacional e as negociações das autoridades marroquinas com outras potências e assim sucessivamente. Entretanto, nas entrelinhas da *Crónica de Almançor* esboça-se uma descrição das ideias políticas fundamentais – uma teoria do poder, em suma – do sultão Almançor. António de Saldanha, no fim de contas, foi fazendo a aprendizagem das coisas políticas durante os anos de cativeiro marroquino, o que explica, decerto, a atitude muito positiva com que frequentemente se refere a aspectos da vida politica e militar marroquina, que parece reflectir a existência de um código de conduta partilhado entre homens de armas cristãos e islâmicos[48].

A construção do tratado geográfico e histórico de António de Saldanha foi demorada, pois entre o regresso a Lisboa do antigo cativo e a elaboração da «Introdução do Autor» tardam cerca de três décadas. Um tempo longo de redacção, propício à revisão e reescrita de apontamentos originais, ao seu confronto com testemunhos orais entretanto recolhidos e, sobretudo, à consulta de fontes escritas complementares, que entretanto foram surgindo em Portugal e no estrangeiro. Uma leitura atenta da *Crónica de Almançor*, com efeito, permite detectar diversos indícios de intertextualidade, com a utilização implícita ou explícita de um interessante conjunto de fontes impressas. Assim, em pelo menos duas ocasiões distintas aparece citada uma «História dos Xarifes» ou «Vida do Xarife»[49], que parece poder identificar-se com a *Relacion del origen y sucesso de los Xarifes, e del estado de los Reinos de Marruecos, Fez, Tarudãte, y los mas, que tienen usurpados*, de Diego de Torres, publicada em Sevilha em 1585[50]. O autor, que havia estado

L'ouvrage d'António de Saldanha est en effet une source précieuse d'informations sur le monde marocain, dans toute sa complexité, de la période qui a immédiatement précédé la bataille d'El-Ksar el-Kebir jusqu'à la période turbulente qui a suivi la disparition d'al-Mansour. Il nous reste donc un portrait multidimensionnel et prodigieux du règne du sultan *Victorieux,* avec des informations détaillées sur la géographie et l'économie du Maroc, la vie politique et les intrigues du palais, l'incessant va-et-vient des émissaires et des ambassadeurs des multiples souverains occidentaux et orientaux, la composition et le fonctionnement de l'armée, les communautés de renégats, la vie quotidienne des captifs, les négociations relatives au rachat de ces captifs, le développement urbain de Marrakech, le contexte international et les négociations des autorités marocaines avec d'autres puissances, et d'autres sujets. Toutefois, dans les interlignes de la *Crónica de Almançor* s'ébauche une description des idées politiques fondamentales — une théorie du pouvoir, en somme — du sultan al-Mansour. En définitive, António de Saldanha a fait l'apprentissage des choses politiques pendant ses années de captivité marocaine, ce qui explique, certainement, l'attitude très positive lorsqu'il se réfère à des aspects de la vie militaire et politique marocaine, qui semble refléter l'existence d'un code de conduite commun entre les hommes d'armes chrétiens et les musulmans[48].

La construction du traité géographique et historique d'António de Saldanha fut longue, car entre le retour à Lisbonne de l'ancien captif et l'élaboration de l'« Introduction de l'auteur » environ trois décennies se sont écoulées. Un long temps de rédaction, propice à la révision et à la réécriture de notes originales, à leur confrontation avec des témoignages oraux entre temps recueillis et, surtout, à la consultation de sources écrites complémentaires qui, pendant ce temps, ont peu à peu surgi au Portugal et à l'étranger. Une lecture attentive de la *Crónica de Almançor* permet en effet de détecter divers signes d'intertextualité, avec l'utilisation implicite ou explicite d'un ensemble intéressant de sources imprimées. Ainsi, à deux moments distincts apparaît citée une « Histoire des Chérifs » ou « Vie du Chérif »[49], qui semble être en mesure de s'identifier avec la *Relacion del origen y sucesso de los Xarifes, e del estado de los Reinos de Marruecos, Fez, Tarudãte, y los mas, que tienen usurpados*, de Diego de Torres, publiée à Séville en 1585[50]. L'auteur, qui avait été au service du roi D. João III au Maroc au milieu du XVI[e] siècle, écri-

48. Cf. *Crónica de Almançor*... cit., pp. 23, 35, 41, 43, etc.

49. *Crónica de Almançor*... cit., pp. 7 e 45.

50. Existe uma outra edição (ou será a mesma?), impressa em Sevilha em 1586. Para uma edição moderna, ver Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes e del estado de los reinos*

48. Cf. *Chronique d'al-Mansour*... cit., pp. 23, 35, 41, 43, etc.

49. *Chronique d'al-Mansour*... cit., pp. 7 e 45.

50. Il existe une autre édition (ou est-ce la même ?), imprimée à Séville en 1586. Pour une édition moderne, voir Diego de Torres, *Relación del origen y suceso de los xarifes e del estado de los reinos*

ao serviço de D. João III em Marrocos, em meados do século XVI, compôs mais tarde um tratado histórico e geográfico sobre os reinos marroquinos, abrangendo o longo período compreendido entre 1502 e 1574. Na fase final da sua vida, Diego de Torres regressou ao Norte de África, participando como conselheiro na campanha de Alcácer Quibir. A sua obra estaria certamente disponível em Lisboa, onde António de Saldanha a terá consultado, se é que não teve acesso a ela ainda em Marraquexe, durante os anos de cativeiro. Em diversas ocasiões o autor da *Crónica de Almançor* faz também referência a uma outra obra publicada em 1585, a crónica *Dell'Unione del Portogallo alla Corona de Castiglia*, da autoria de Girolamo Franchi Conestaggio, que foi impressa pela primeira vez em Génova e que conheceria um enorme sucesso editorial, com múltiplas edições e traduções em outras línguas. O autor, de origem genovesa, desempenhara funções mercantis em Lisboa, onde tivera oportunidade de recolher as notícias que registou na sua crónica. As referências de Saldanha são sempre críticas, como reacção a informações ou interpretações consideradas erróneas, como por exemplo na seguinte apreciação: «Franque que, contando a união de Portugal com Castela, conta esta batalha com alguns erros e atrevimentos»[51]. Entre os portugueses a obra não parece ter sido bem recebida, pois nela se narrava com grande detalhe a batalha de Alcácer Quibir, bem como todos os acontecimentos que se lhe seguiram e que culminaram com a perda da independência portuguesa[52]. Um dos escritores que reagiu com veemência à versão dos factos proposta por Conestaggio foi Jerónimo de Mendonça, que participara na batalha dos Três Reis e ficara cativo em Marrocos. Posteriormente, de regresso a Portugal, compusera a *Jornada de Africa [...] em a qual se responde à Jeronymo Franqui*, publicada em Lisboa em 1607, com diversas edições posteriores. António de Saldanha introduz várias referências a esta obra na sua *Crónica de Almançor*, por vezes dela discordando[53]. Saldanha dedica algum espaço a narrar a célebre história dos «Sete Mártires de Marrocos», um grupo de jovens cativos que foram executados em Marra-

vit plus tard un traité historique et géographique sur les royaumes marocains, couvrant la longue période de 1502 à 1574. Dans la phase finale de sa vie, Diego Torres retourna en Afrique du Nord et participa en tant que conseiller à la campagne d'El-Ksar el-Kebir. Son œuvre était certainement disponible à Lisbonne, où Antonio de Saldanha l'aurait semble-t-il consultée, voire peut-être même avant à Marrakech pendant ses années de captivité.

En diverses occasions, l'auteur de la *Crónica de Almançor* fait également référence à un autre ouvrage publié en 1585, la chronique *Dell'Unione del Portogallo alla Corona de Castiglia*, dont l'auteur est Girolamo Franchi Conestaggio et qui a été imprimée pour la première fois à Gênes, connaissant un immense succès éditorial, avec plusieurs éditions et traductions en d'autres langues. L'auteur, d'origine génoise, avait exercé des fonctions mercantiles à Lisbonne, où il a eu l'opportunité de collecter les informations qu'il a enregistrées dans sa chronique. Les références de Saldanha sont toujours critiques, lorsqu'il réagit à des informations ou à des interprétations considérées erronées, par exemple dans le commentaire suivant : « Franque qui en racontant l'union du Portugal avec la Castille, raconte cette bataille avec quelques erreurs et audaces »[51]. Parmi les portugais, l'ouvrage ne semble pas avoir été bien reçu, car l'on y narre avec beaucoup de détails la bataille d'El-Ksar el-Kebir, ainsi que tous les événements qui l'ont suivi et qui ont culminé avec la perte de l'indépendance portugaise[52]. Un des écrivains qui a réagi avec véhémence à la version des faits proposée par Conestaggio fut Jerónimo de Mendonça, qui avait participé à la bataille des trois Rois et était resté en captivité au Maroc. Plus tard, de retour au Portugal, il composa la *Jornada de Africa* [...] *em a qual se responde à Jeronymo Franqui,* publiée à Lisbonne en 1607, avec plusieurs éditions ultérieures. António de Saldanha introduit plusieurs références à cet ouvrage dans sa *Crónica de Almançor*, avec lequel il est parfois en désaccord[53].

Saldanha consacre un peu d'espace pour raconter la célèbre histoire des « Sept Martyrs du Maroc », un groupe de jeunes captifs qui furent exécutés à Marra-

de Marruecos, Fez, Tarudante, ed. Mercedes García-Arenal, Madrid, Siglo XXI Editores, 1980.

51. *Crónica de Almançor*... cit., p. 15.

52. Ver Giacinto Manuppella, «Um "inimigo" de Portugal: Jeronimo de Franchi Conestaggio e a sua História da união do reino de Portugal à coroa de Castela», *Boletim internacional de bibliografia luso-brasileira*, vol. 1, n.º 3, 1960, pp. 352-376; e Giacinto Manuppella, *A lenda negra de Jeronimo de Franchi Conestaggio e da sua «Unione del Regno di Portogallo alla corona di Castiglia» (Génova, 1585)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1984.

53. *Crónica de Almançor*... cit., pp. 15 e 117. Sobre Jerónimo de Mendonça, ver Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa: Doutrina e Crítica*, vol. II, Lisboa, Editorial Verbo, 1972.

de Marruecos, Fez, Tarudante, éd. Mercedes García-Arenal, Madrid, Siglo XXI Editores, 1980.

51. *Chronique d'al-Mansour*... cit., p. 15.

52. Voir Giacinto Manuppella, « Um " inimigo " de Portugal : Jeronimo de Franchi Conestaggio e a sua História da união do reino de Portugal à coroa de Castela », *Boletim internacional de bibliografia luso-brasileira*, vol. 1, nº 3, 1960, pp. 352-376 ; et Giacinto Manuppella, *A lenda negra de Jeronimo de Franchi Conestaggio e da sua « Unione del Regno di Portogallo alla corona di Castiglia » (Génova, 1585)*, Coïmbre, Universidade de Coimbra, 1984.

53. *Chronique d'al-Mansour*... cit., pp. 15 et 117. Sur Jerónimo de Mendonça, voir Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa : Doutrina e Crítica*, vol. II, Lisbonne, Editorial Verbo, 1972.

quexe em 1585[54], introduzindo de passagem algumas referências livrescas, entre as quais surge novamente o relato de Jerónimo de Mendonça[55]. Refere-se também, nesta secção, a Frei Tomé de Jesus e aos seus escritos. Estaria a aludir a uma primeira versão manuscrita dos *Trabalhos de Jesus*, conhecidíssima obra do frade agostinho, que foi postumamente publicada em Lisboa em duas partes, em 1602 e 1609, e que posteriormente conheceu um enorme sucesso editorial por toda a Europa? Frei Tomé compôs a sua obra entre 1578 e 1581, quando estava cativo em Marrocos, na sequência da batalha de Alcácer Quibir, na qual tomara parte. Tendo oportunidade de ser resgatado, recusou-a, dizendo, como escreve Saldanha, «que os bons capitães não desamparavam seus soldados nos tempos de maiores necessidades e que queria acudir aqueles cativos, companheiros com quem cativou a liberdade»[56]. Mas as indicações da *Crónica de Almançor* não são suficientemente seguras para concluir que, de facto, houve uma consulta dos escritos de Frei Tomé de Jesus. O mesmo não se passa com a *Descripção do Reyno de Portugal* de Duarte Nunes de Leão, publicada em Lisboa em 1610, que Saldanha cita explicitamente, indicando mesmo um determinado capítulo[57]. Mas esta obra do polígrafo português, que foi publicada postumamente, só poderia ter sido consultada após o regresso do antigo cativo a Portugal. Em determinada secção da *Crónica de Almançor*, como procede em outras ocasiões, Saldanha apresenta uma breve biografia de um dos cativos europeus retidos em Marrocos, nesta circunstância o «padre Frei Constâncio Magni», um dominicano originário da região de Florença, que faleceu no cativeiro em 1605[58]. Para o fazer, recorre não só às suas próprias memórias

kech en 1585[54], introduisant au passage quelques références livresques, parmi lesquelles apparaît de nouveau le récit de Jerónimo de Mendonça[55]. Il mentionne, également, dans cette section, Frei Tomé de Jesus et ses écrits. Faisait-il référence à une première version manuscrite des *Trabalhos de Jesus*, ouvrage bien connu du frère augustin qui fut publié à titre posthume à Lisbonne en deux parties, en 1602 et 1609, et qui connut par la suite un immense succès éditorial dans toute l'Europe ? Frei Tomé composa son œuvre entre 1578 et 1581, alors qu'il était captif au Maroc, suite à la bataille d'El-Ksar el-Kebir, dans laquelle il prit part. Ayant la possibilité d'être racheté, il la refusa, en disant, comme l'écrit Saldanha, « que les bons capitaines n'abandonnaient pas leurs soldats en période de grand besoin et qu'il voulait aider ces captifs, des compagnons avec lesquels il avait conquis la liberté »[56]. Mais les indications de la *Crónica de Almançor* ne sont pas suffisamment probantes pour conclure qu'en effet il y aurait eu consultation des écrits de Frei Tomé de Jesus. Il n'en est pas de même avec la *Descrição do Reyno de Portugal* de Duarte Nunes de Leão, publiée à Lisbonne en 1610, que Saldanha mentionne explicitement, en indiquant même un chapitre donné[57]. Mais cet ouvrage du polygraphe portugais, qui a été publié à titre posthume, n'aurait pu être consulté qu'après le retour de l'ancien captif au Portugal.

Dans une section donnée de la *Crónica de Almançor*, comme il fait en d'autres occasions, Saldanha présente une brève biographie de l'un des captifs européens détenus au Maroc, en l'occurrence, le « P. Frei Constâncio Magni », un dominicain originaire de la région de Florence, mort en captivité en 1605[58]. Pour ce faire, il fait appel, non seulement à ses propres souvenirs de la grande convivialité avec ledit religieux

54. Sobre este episódio, narrado na *Crónica de Almançor*... cit., pp. 107-119, ver Fr. António da Conceição, *A relação da vida e morte dos sete mártires de Marrocos*, ed. Domingos Maurício Gomes dos Santos, Coimbra, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1957; e também *Relation de la vie et de la mort de sept jeunes gens que Moule Hamet, roy du Maroc, tua parce-qu'ils étaient chrétiens*, ed. Henry Koehler, Rabat, Éditions Felix Moncho, 1937.

55. *Crónica de Almançor*... cit., p. 117.

56. *Crónica de Almançor*... cit., p. 109. Ver Francisco Leite de Faria, «Difusão extraordinária do livro de Frei Tomé de Jesus», *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2.ª série, vol. 28, 1982, pp. 165-234. Sobre os *Trabalhos de Jesus*, ver ainda António Camões Gouveia, «Dor e amor em Frei Tomé de Jesus», *in* Luís António de Oliveira Ramos, Jorge Martins Ribeiro e Amélia Polónia (ed.), *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras – Universidade do Porto, 2001, pp. 43-64.

57. *Crónica de Almançor*... cit., p. 117. Para uma edição recente, ver Duarte Nunes do Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, ed. Orlando Gama, António Borges Coelho, João Carlos Garcia, Suzanne Daveau e Amílcar Guerra, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.

58. *Crónica de Almançor*... cit., pp. 303-321 (citação na p. 303).

54. Sur cet épisode narré dans la *Chronique d'al-Mansour*... cit., pp. 107-119, voir Fr. António da Conceição, *A relação da vida e morte dos sete mártires de Marrocos*, éd. Domingos Maurício Gomes dos Santos, Coïmbre, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1957 ; et aussi *Relation de la vie et de la mort de sept jeunes gens que Moule Hamet, roy du Maroc, tua parce-qu'ils étaient chrétiens*, éd. Henry Koehler, Rabat, Éditions Felix Moncho, 1937.

55. *Chronique d'al-Mansour*... cit., p. 117.

56. *Chronique d'al-Mansour*... cit., p. 109. Voir Francisco Leite de Faria, « Difusão extraordinária do livro de Frei Tomé de Jesus », *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2e série, vol. 28, 1982, pp. 165-234. Sur les *Trabalhos de Jesus*, voir également António Camões Gouveia, « Dor e amor em Frei Tomé de Jesus », *in* Luís António de Oliveira Ramos, Jorge Martins Ribeiro et Amélia Polónia (éd.), *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras – Universidade do Porto, 2001, pp. 43-64.

57. *Chronique d'al-Mansour*... cit., p. 117. Pour une édition récente, voir Duarte Nunes do Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, éd. Orlando Gama, António Borges Coelho, João Carlos Garcia, Suzanne Daveau et Amílcar Guerra, Lisbonne, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.

58. *Chronique d'al-Mansour*... cit., pp. 303-321 (citation p. 303).

do largo convívio com aquele religioso em Marraquexe, mas também ao «livro que deixou composto o padre Frei Luís de Sousa dos santos de sua Ordem de S. Domingos»[59]. Referia-se, evidentemente, à *História de São Domingos*, que teve uma história editorial algo complicada, pois começou por ser compilada por Frei Luís de Cácegas, sendo depois continuada por Frei Luís de Sousa, que preparou três partes distintas, todas publicadas em Lisboa, a primeira em 1623 (por Fr. Luís de Sousa), a segunda em 1662 (por Fr. António da Encarnação) e a terceira em 1678 (por um anónimo dominicano); em 1733 seria publicada ainda em Lisboa uma quarta parte, da autoria de Fr. Lucas de Santa Catarina[60]. Uma vez que a história de Frei Constâncio Magni surge na terceira parte desta obra, só impressa em 1678, António de Saldanha teve decerto acesso a uma versão manuscrita da mesma. Entretanto, numa nota marginal, a *Crónica de Almançor* faz também referência, a respeito do padre florentino, a «Fr. Bernardino de S. António no "Epítome das Redenções", L. 2, C. 12, § 39». Tratava-se do *Epitome Generalium Redemptionum Captivorum, quæ a Fratribus Ordinis S.ma Trinitas sunt factæ*, escrito efectivamente pelo frade trinitário Bernardino de Santo António e publicado em Lisboa em 1624[61].

Em determinado passo da sua extensa relação, António de Saldanha alude a uma personagem que designa como «Cigala», que teria sido capturado na Sicília ainda jovem, sendo posteriormente levado para Constantinopla, onde entrou ao serviço do poder otomano; segundo adianta a *Crónica de Almançor*, «dele contam muito nossas historias de Italia»[62]. A personagem a que o nosso autor se refere é conhecida alternadamente como Scipione Cicala ou Sinan Pasha, um italiano aparentemente de origem albanesa que fora capturado na mocidade nas proximidades de Messina por corsários barbarescos, sendo depois conduzido a Tripoli e a Constantinopla, onde chegou em 1561. Seria recrutado para o *devshirme*, a instituição otomana encarregada de treinar jovens cativos como soldados e burocratas. Posteriormente haveria de ascender a postos elevados na administração otomana, vindo a falecer em inícios do século XVII, numa das campanhas que o exército otomano desen-

59. *Crónica de Almançor*… cit., p. 277.

60. Para uma edição recente, ver Fr. Luís de Sousa, *História de São Domingos*, ed. Manuel Lopes de Almeida, 2 vols., Porto, Lello & Irmão, 1977.

61. *Crónica de Almançor*… cit., p. 321. Sobre Fr. Bernardino, ver Edite Alberto, «Corsários argelinos na costa atlântica – o resgate de cativos de 1618», disponível *on-line*: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/ comunicacoes/edite_alberto.pdf.

62. *Crónica de Almançor*… cit., p. 53.

à Marrakech, mais aussi au « livre composé par le P. Frei Luís de Sousa sur les saints de l'ordre de Saint-Dominique »[59]. Il faisait allusion, de toute évidence, à *História de São Domingos*, avec une histoire éditoriale compliquée : elle fut compilée au départ par Frei Luís de Cácegas, puis continuée par Frei Luís de Sousa, qui prépara trois parties distinctes, toutes publiées à Lisbonne, la première en 1623 (par Frei Luís de Sousa), la seconde en 1662 (par Frei António da Encarnação) et la troisième en 1678 (par un anonyme dominicain) ; en 1733, une quatrième partie serait également publiée à Lisbonne, écrite par Frei Lucas de Santa Catarina[60]. Vu que l'histoire de Frei Constâncio Magni apparaît dans la troisième partie de cet ouvrage, uniquement imprimée en 1678, António de Saldanha a eu certainement accès à une version manuscrite de celle-ci. Entre-temps, dans une note en marge, la *Crónica de Almançor* fait également référence, à propos du prêtre florentin, à « Frei Bernardino de S. António dans "Epítome das Redenções" », L. 2, C. 12, § 39 ». Il s'agissait de l'*Epitome Generalium Redemptionum Captivorum, quæ a Fratribus Ordinis S.ma Trinitas sunt factæ*, écrit en effet par le frère trinitaire Bernardino de Santo António et publié à Lisbonne en 1624[61].

À un moment donné de son long rapport, António de Saldanha fait allusion à un personnage qu'il désigne comme « Cigala », qui aurait été capturé en Sicile encore jeune et emmené plus tard à Constantinople, où il serait entré au service du pouvoir ottoman ; selon ce qu'avance la *Crónica de Almançor*, « on conte sur lui beaucoup de choses dans nos histoires d'Italie »[62]. Le personnage auquel notre auteur se réfère est connu alternativement sous le nom de Scipione Cicala ou de Sinan Pacha, un italien apparemment d'origine albanaise, qui avait été capturé dans sa jeunesse près de Messine par des corsaires barbaresques, ayant ensuite été conduit à Tripoli et à Constantinople, où il est arrivé en 1561. Il serait recruté par le *devshirme,* l'institution ottomane responsable de la formation de jeunes captifs pour les faire devenir soldats et bureaucrates. Il accéderait plus tard à des postes élevés dans l'administration ottomane, venant à mourir au début du XVII[e] siècle dans l'une des campagnes déclenchées par l'armée ottomane contre la Perse[63]. Un recueil de ses

59. *Chronique d'al-Mansour*… cit., p. 276.

60. Pour une édition récente, voir Fr. Luís de Sousa, *História de São Domingos*, éd. Manuel Lopes de Almeida, 2 vols, Porto, Lello & Irmão, 1977.

61. *Chronique d'al-Mansour*… cit., p. 321. Sur Fr. Bernardino, voir Edite Alberto, « Corsários argelinos na costa atlântica – o resgate de cativos de 1618 », disponible en ligne : http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/edite_alberto.pdf.

62. *Chronique d'al-Mansour*… cit., p. 52.

63. Voir Eric R. Dursteler, *Venetians in Constantinople : Nation, Identity, and Coexistence in the Early Modern Mediterranean*, Baltimore,

cadeou contra a Pérsia[63]. Um conjunto de cartas suas foi publicado em Roma, em 1598, sob o título de *Lettere tradotte di turchesco in italiano de Sinan Bassa detto il Cicala*[64]. Mas é pouco provável que António de Saldanha conhecesse esta obra. Muito provavelmente, teria obtido informações em alguma crónica italiana relacionada com assuntos mediterrânicos, talvez *Dell'Istoria della Sacra Religione et Ill.ma Militia di San Giovanni Gierosolimitano*, da autoria de Giacomo Bosio, impressa em Roma em três volumes entre 1594 e 1602, que na sua «*Terza Parte*» se refere repetidamente a «Scipione Cicala». As relações entre Portugal e a Ordem de Malta eram na época muito fortes e esta obra estaria decerto disponível em Lisboa[65].

António de Saldanha menciona também um outro tratado que teria escrito e que seria dedicado à vida de «Leão Camelo», um dos companheiros de cativeiro dos Sete Mártires de Marrocos. As virtudes e qualidades deste homem seriam tais, que levaram o autor da *Crónica de Almançor* a «fazer dele menção assi neste tratado como noutro que só trata sua vida». Leão Camelo, alegadamente, era um extraordinário autodidacta, que, sem possuir qualquer educação formal, «veo a alcançar ser versado bastantemente na Sagrada Escritura, bom matemático e visto em todos os bons livros, o milhor contador de seu tempo, único na arte d'álgebra de que se fez ũa lembrança particular»[66]. Ou seja, Leão Camelo seria autor de uma «Álgebra» que havia sido compilada por Saldanha[67]. Nenhuma destas enigmáticas obras foi ainda localizada. Contudo, o conhecido bibliógrafo português Diogo Barbosa Machado, na sua *Bibliotheca Lusitana*, publicada em Lisboa entre 1741 e 1759, refere-se explicitamente a Leão Camelo, escrevendo que passou «largo espaço de tempo cativo em Marrocos até que cheyo igualmente de anos, que moléstias toleradas com heroica paciencia, foy resgatado por Antonio de Saldanha»[68].

lettres fut publié à Rome en 1598 sous le titre *Lettere tradotte di turchesco in italiano de Sinan Bassa detto il Cicala*[64]. Il est peu probable qu'António de Saldanha ait connu cette œuvre. Il se peut qu'il ait obtenu des informations dans une chronique italienne liée à des questions méditerranéennes, peut-être *Dell'Istoria della Sacra Religione et Ill.ma Militia di San Giovanni Gierosolimitano*, écrite par Giacomo Bosio, imprimée à Rome en trois volumes entre 1594 et 1602, qui dans sa « *Terza Parte* » se réfère à plusieurs reprises à « Scipione Cicala ». Les relations entre le Portugal et l'Ordre de Malte étaient très fortes à l'époque et cet ouvrage serait certainement disponible à Lisbonne[65]. António de Saldanha mentionne également un autre traité qu'il aurait écrit et qui serait dédié à la vie de « Leão Camelo », l'un des compagnons de captivité des sept martyrs du Maroc. Les vertus et les qualités de cet homme seraient telles qu'elles ont amené l'auteur de la *Crónica de Almançor* à « le mentionner ainsi dans ce traité comme dans d'autres qui ne traite que de sa vie ». Leão Camelo était un extraordinaire autodidacte qui, sans éducation formelle, « en vint à être très versé dans la Sainte Écriture et dans la doctrine de tous les bons ouvrages, et à devenir bon mathématicien, le meilleur calculateur de son temps, et le seul dans l'art de l'algèbre dont on ait gardé un souvenir particulier »[66]. Autrement dit, Leão Camelo serait l'auteur d'une « Algèbre » qui avait été compilée par Saldanha[67]. Aucun de ces ouvrages énigmatiques n'a encore été localisé. Toutefois, le fameux bibliographe portugais Diogo Barbosa Machado, dans sa *Bibliotheca Lusitana*, publiée à Lisbonne entre 1741 et 1759, se réfère explicitement à Leão Camelo et écrit qu'il est resté « longtemps captif au Maroc jusqu'à ce que, ayant pris de l'âge et survécu, avec une patience héroïque, à de nombreuses maladies, il fut racheté par António de Saldanha »[68].

Un nouvel élément apparait ici, car il semble évident que Saldanha, après son retour à Lisbonne, ait continué lié au Maroc, en particulier à travers la tentative de rachat d'anciens compagnons de captivité. Entre temps, nous savons, d'après une autre source, que

63. Ver Eric R. Dursteler, *Venetians in Constantinople: Nation, Identity, and Coexistence in the Early Modern Mediterranean*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2006, que cita uma obra que não pude consultar, Ilario Rinieri, *Clemente VIII e Sinan Bassà Cicala*, Roma, Civiltà Cattolica, 1898.

64. Cf. *Iberian Books / Libros Ibericos: Books Published in Spanish or Portuguese or on the Iberian Peninsula before 1601 / Libros publicados en español o portugués o en la Península Ibérica antes de 1601*, ed. Alexander S. Wilkinson, Leiden, Brill, 2010, p. 124.

65. Ver *Portugal e a Ordem de Malta: Aspectos da Europa*, ed. Martim de Albuquerque e Eugénio Andrea da Cunha Freitas, Lisboa, Telepac – CTT e TLP, 1992.

66. *Crónica de Almançor*... cit., p. 139.

67. *Crónica de Almançor*... cit., p. 117.

68. Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, fac-símile da 1.ª edição (1741-1759), vol. III, Coimbra, Atlântida Editora, 1966, pp. 2-3.

The Johns Hopkins University Press, 2006, qui cite une œuvre qu'il ne m'a pas été possible de consulter, Ilario Rinieri, *Clemente VIII e Sinan Bassà Cicala*, Rome, Civiltà Cattolica, 1898.

64. Cf. *Iberian Books / Libros Ibericos: Books Published in Spanish or Portuguese or on the Iberian Peninsula before 1601 / Libros publicados en español o portugués o en la Península Ibérica antes de 1601*, éd. Alexander S. Wilkinson, Leiden, Brill, 2010, p. 124.

65. Voir *Portugal e a Ordem de Malta: Aspectos da Europa*, éd. Martim de Albuquerque et Eugénio Andrea da Cunha Freitas, Lisbonne, Telepac – CTT et TLP, 1992.

66. *Chronique d'al-Mansour*... cit., p. 138.

67. *Chronique d'al-Mansour*... cit., p. 117.

68. Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, fac-similé de la 1ère édition (1741-1759), vol. III, Coïmbre, Atlântida Editora, 1966, pp. 2-3.

Introduz-se aqui uma novidade, pois parece evidente que Saldanha, depois do seu regresso a Lisboa, terá continuado ligado a Marrocos, nomeadamente através da tentativa de resgate de antigos companheiros de cativeiro. Entretanto, sabe-se por outra via que Leão Camelo, que era natural da vila da Horta, na ilha do Faial, regressou efectivamente a Portugal em 1613, tendo sido submetido a um processo inquisitorial sob acusação de islamizar, mas do qual, aparentemente, saiu sem quaisquer culpas ou penas[69]. Barbosa Machado acrescenta ainda que Camelo «foi muito versado na lingua Arabica, e ainda muito mais nas Artes de Arithmetica, e Algebra, em que mereceo primazia entre os professores do seu tempo». Ainda de acordo com a mesma fonte, Camelo teria escrito, «por ordem do Xarife Mahomet», uns «Commentarios sobre a Conquista do Reyno de Goga, que he no Certão dos Azenegues»[70]. Vários mistérios bibliográficos se juntam assim nesta passagem da *Crónica de Almançor*, já que nada se consegue apurar sobre esta obra, que trataria da expedição que o sultão Almançor despachou em 1591 para a conquista dos reinos de Gao e Tombuctu[71].

Enfim, uma outra menção intertextual registada por António de Saldanha respeita ao aventureiro inglês que o resgatou do cativeiro marroquino, pois quando narra as peripécias da viagem a Marrocos de Anthony Sherley, escreve numa nota marginal que dele «fez memória D. Carlos Coloma nas "Guerras de Frandes"»[72]. Tratava-se de uma curiosa referência aos primórdios da carreira do aventureiro inglês, que se reporta à obra *De las guerras de los Estados Baxos*, do militar e historiador Carlos Coloma de Saa, publicada em Cambrai em 1622, e com muitas edições posteriores. Este autor espanhol referia a dado passo da sua história das guerras que os espanhóis haviam travado na Flandres nas últimas décadas do século XVI, que em 1588 se registara «*la prision de vn cauallero Ingles, que se empeño demasiado entre las tropas de cauallos Catolicos: llamauase Don Antonio Sirley, el qual a sido*

69. Ver Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Entre a Cristandade e o Islão*… cit., p. 48.

70. Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*… cit., vol. III, pp. 2-3.

71. Sobre este episódio político-militar, ver Mercedes García-Arenal, *Ahmad al-Mansur*… cit., pp. 97-110; e também Zakari Dramani-Issifou, *L'Afrique noire dans les relations internationales au XVIe siècle: analyse de la crise entre le Maroc et le Sonrhaï*, Paris, Éditions Karthala, 1982. A conquista do Sudão Ocidental é tratada com algum detalhe na *Crónica de Almançor*… cit., pp. 149-175. Haveria aqui alguma inspiração na obra alegadamente composta por Leão Camelo sobre o assunto? Ou esta obra teria sido composta em árabe, já que o cativo português dominava com fluência esse idioma? Neste caso, o tratado de Leão Camelo poderia estar conservado na biblioteca do Escorial (cf. *infra*, nota 76).

72. *Crónica de Almançor*… cit., p. 403.

Leão Camelo, né dans la ville de Horta (île de Faial), est effectivement rentré au Portugal en 1613, après avoir été soumis à un procès inquisitorial, car il avait été accusé de prôner l'islamisme, mais dont il est apparemment ressorti sans aucune culpabilité ou peine[69]. Barbosa Machado ajoute également que Camelo « était très versé en langue arabe, et davantage dans les arts de l'arithmétique et de l'algèbre ce qui lui aura valu de figurer au premier plan parmi les professeurs de son temps ». Toujours selon la même source, Camelo aurait écrit « sur l'ordre du Chérif Mohammed » des « *Commentarios sobre a Conquista do Reyno de Goga, que he no Certão dos Azenegues* »[70]. Plusieurs mystères bibliographiques se rejoignent ainsi dans ce passage de la *Crónica de Almançor*, puisque rien ne peut être vérifié concernant cet ouvrage, qui traiterait de l'expédition envoyée par le sultan al-Mansour en 1591 pour conquérir les royaumes de Gao et de Tombouctou[71]. Enfin, une autre référence intertextuelle enregistrée par António de Saldanha concerne l'aventurier anglais qui l'a racheté de la captivité marocaine, car lorsqu'il raconte les péripéties du voyage au Maroc d'Anthony Sherley, il écrit, dans une note en marge, que « D. Carlos Coloma s'est souvenu de lui dans les "Guerras de Frandes" »[72]. Il s'agissait d'une curieuse référence aux débuts de la carrière de l'aventurier anglais, qui renvoie à l'ouvrage *De las guerras de los Estados Baxos*, du militaire et historien Carlos Coloma de Saa, publié à Cambrai en 1622, avec de nombreuses éditions ultérieures. Cet auteur espagnol disait, à un moment donné de son histoire des guerres, que les espagnols avaient combattu en Flandre dans les dernières décennies du XVIe siècle, qu'en 1588 on avait enregistré « *la prision de vn cauallero Ingles, que se empeño demasiado entre las tropas de cauallos Catolicos : llamauase Don Antonio Sirley, el qual a sido empleado despues acá en seruicio del Rey en cosas de importância ; si bien entonces se rescato por gruesa suma de dineros* »[73].

69. Voir Isabel M.R. Mendes Drumond Braga, *Entre a Cristandade e o Islão*… cit., p. 48.

70. Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*… cit., vol. III, pp. 2-3.

71. Sur cet épisode politique et militaire, consulter Mercedes García-Arenal, *Ahmad al-Mansur*… cit., pp. 97-110 ; et aussi Zakari Dramani-Issifou, *L'Afrique noire dans les relations internationales au XVIe siècle : analyse de la crise entre le Maroc et le Sonrhaï*, Paris, Éditions Karthala, 1982. La conquête du Soudan occidental est traitée avec certains détails dans la *Chronique d'al-Mansour*… cit., pp. 149-175. Y aurait-il ici une certaine inspiration dans l'ouvrage composé par Leão Camelo sur le sujet ? Ou cet ouvrage aurait-il été composé en arabe, puisque le captif portugais dominait avec aisance cette langue ? Dans ce cas, le traité de Leão Camelo pourrait être conservé dans la bibliothèque de l'Escorial (cf. *infra*, note 76).

72. *Chronique d'al-Mansour*… cit., p. 403.

73. Carlos Coloma de Saa, *De las guerras de los Estados Baxos*, Cambrai, Jean de la Rivière, 1622, p. 25. Pour une édition récente de cet

empleado despues acá en seruicio del Rey en cosas de importância; si bien entonces se rescato por gruesa suma de dineros»[73].

A *Crónica de Almançor*, como se pode verificar, reserva ainda numerosas possibilidades exegéticas, tudo dependendo da grelha de questões utilizada. Um problema assaz interessante relaciona-se com a existência e disponibilidade de livros entre a comunidade de cativos portugueses de Marraquexe. É uma investigação ainda em aberto, pois, não faltando homens de cultura entre os portugueses ali residentes, decerto existiria entre eles produção textual e circulação de obras manuscritas e impressas. A capital xarifina era, no fim de contas, uma cidade eminentemente cosmopolita e António de Saldanha poderia ali ter consultado algumas das obras que refere no seu tratado histórico, ao menos aquelas que foram impressas antes de 1606 e do seu regresso a Portugal. Entretanto, o facto de Saldanha ter utilizado fontes europeias impressas permite colocar uma outra questão: teria o autor da *Crónica de Almançor* recorrido também, na composição do seu tratado histórico, a fontes em língua árabe, neste caso manuscritas? Em caso afirmativo, teria ele aprendido a língua árabe durante os seus longos anos de cativeiro, nela adquirindo suficiente proficiência para ser capaz de a utilizar como língua de trabalho e de investigação?

É uma questão também em aberto. Mas o vocabulário de origem arábica repetidamente utilizado ao longo da sua obra é assaz significativo. E o relato de determinados episódios, como a sua entrevista com Mulei Buferes em 1606, mesmo antes de partir para Safim, parecem sugerir algum conhecimento da língua árabe[74]. Este problema entronca-se com um outro, o das bibliotecas de manuscritos árabes existentes em Marrocos, mais especificamente em Marraquexe[75]. É sabido que o sultão Almançor era um fervoroso colecionador de livros manuscritos e que, durante o seu reinado, reuniu uma impressionante biblioteca no seu complexo palaciano de *al-Badi*. Muitos desses textos, evidentemente, seriam de natureza historiográfica[76]. Haveria alguma hipótese de António de Saldanha ter consultado algum deles?

Comme on peut le constater, la *Crónica de Almançor*, réserve encore de nombreuses possibilités exégétiques, cela dépend de la grille de questions utilisées. Un problème très intéressant a trait à l'existence et à la mise à disposition de livres au sein de la communauté des captifs portugais de Marrakech. Cette recherche reste ouverte, car il ne manquait pas d'hommes de culture parmi les portugais qui y résidaient et il devait certainement exister entre eux une production textuelle et une circulation d'œuvres manuscrites et imprimées. La capitale chérifienne, en fin de compte, était une ville éminemment cosmopolite et António de Saldanha aurait pu y consulter quelques-unes des œuvres qu'il mentionne dans son traité historique, tout du moins celles qui ont été imprimées avant 1606 et avant son retour au Portugal. En attendant, le fait que Saldanha ait utilisé des sources européennes imprimées nous permet de poser une autre question : l'auteur de la *Crónica de Almançor* aurait-il également eu recours, dans la composition de son traité historique, à des sources en langue arabe, en l'occurrence manuscrite ? Si tel est le cas, aurait-il appris la langue arabe durant ses longues années de captivité et acquis une compétence suffisante pour être en mesure de l'utiliser comme langue de travail et de recherche ?

Cette question reste également ouverte. Mais le vocabulaire d'origine arabe utilisé à plusieurs reprises au cours de son travail est hautement significatif. Le récit de certains épisodes, tels que son entrevue avec Abou Faris en 1606, avant même de partir à Safi, semble indiquer une certaine connaissance de la langue arabe[74]. Toutefois, ce problème s'inscrit dans un autre, celui des manuscrits des bibliothèques arabes qui existent au Maroc, en particulier à Marrakech[75]. Il est connu que le sultan al-Mansour a été un ardent collectionneur de livres manuscrits et qu'au cours de son règne il a rassemblé une impressionnante bibliothèque dans son complexe palatial d'*al-Badi*. Nombre de ces textes seraient, bien évidemment, de nature historiographique[76]. Y aurait-il une quelconque possibilité qu'António de Saldanha ait consulté la bibliothèque du sultan au cours de sa période de captivité dans la

73. Carlos Coloma de Saa, *De las guerras de los Estados Baxos*, Cambrai, Jean de la Rivière, 1622, p. 25. Para uma edição recente desta obra, ver Carlos Coloma de Saa, *La Guerra de los Estados Bajos*, ed. Antonio Cortijo Ocaña, Madrid, Ministerio de Defensa, 2010.

74. *Crónica de Almançor*... cit., p. 431.

75. Para uma abordagem genérica desta questão, ver Houari Touati, *L'armoire à sagesse: Bibliothèques et collections en Islam*, Paris, Aubier, 2003.

76. A biblioteca de Almançor foi herdada por seu filho Mulei Zidão, que em 1616, após a sua fuga de Marraquexe, a embarcou em Safim num navio francês, para ser transportada para o norte de Marrocos. Mas esta embarcação foi capturada por navios espanhóis e a grande colecção de manuscritos árabes acabaria por ser

ouvrage, voir Carlos Coloma de Saa, *La Guerra de los Estados Bajos*, éd. Antonio Cortijo Ocaña, Madrid, Ministerio de Defensa, 2010.

74. *Chronique d'al-Mansour*... cit., p. 431.

75. Pour une approche générique de cette question, voir Houari Touati, *L'armoire à sagesse : Bibliothèques et collections en Islam*, Paris, Aubier, 2003.

76. La bibliothèque d'Ahmed al-Mansour a été héritée par son fils Moulay Zidan, qui en 1616, après son évasion de Marrakech, l'a embarquée à Safi dans un navire français, afin qu'elle soit transportée vers le nord du Maroc. Mais cette embarcation fut prise en mer par des navires espagnols et la vaste collection de manuscrits arabes finirait par être déposée dans la bibliothèque de l'Escorial en Espagne, où elle y est conservée encore aujourd'hui (voir Mercedes García-Arenal, *Ahmad al-Mansur*... cit., pp. 37-38). Voir Aurora Cano

danha ter consultado a biblioteca do sultão durante o período de cativeiro na capital xarifina? Interrogações que, de momento, têm de ficar sem resposta, mas que ilustram de forma clara possíveis caminhos de exploração da *Crónica de Almançor* e realçam a extraordinária importância desta fonte, não só para a história marroquina, mas também para a história das interacções políticas, militares e culturais entre a Europa e o Magrebe. O encontro de Anthony Sherley com António de Saldanha em Marrocos, nos primeiros anos do século XVII, ilustra de forma singular o processo de globalização então em curso, com a formação de amplas redes de circulação de pessoas, ideias, técnicas e bens transacionáveis, que, como vemos, se estendem à escala mundial[77].

capitale chérifienne ? Des questions qui, pour l'instant, doivent rester sans réponse, mais qui illustrent clairement d'éventuels chemins d'exploitation de la *Crónica de Almançor* et qui soulignent l'extraordinaire importance de cette source, non seulement pour l'histoire marocaine, mais aussi pour l'histoire des interactions politiques, militaires et culturels entre l'Europe et le Maghreb. La rencontre d'Anthony Sherley avec António de Saldanha au Maroc dans les premières années du XVII[e] siècle illustre, de façon unique, le processus de mondialisation alors en cours, avec la formation de vastes réseaux de circulation de personnes, d'idées, de techniques et de biens négociables, qui, comme nous le constatons, s'étendent à l'échelle mondiale[77].

depositada na biblioteca do Escorial, em Espanha, onde ainda hoje se conserva (ver Mercedes García-Arenal, *Ahmad al-Mansur*... cit., pp. 37-38). Ver Aurora Cano Ledesma, *Indización de los manuscritos árabes de El Escorial*, 3 vols., San Lorenzo de El Escorial, Ediciones Escurialenses, 1996-2004. A relevante bibliografía, digitalizada, pode ser consultada em: http://rbme.patrimonionacional.es/home/Bibliografia/Manuscritos/Arabes.aspx.

77. E, sobre esta temática, ver a obra fundamental de Serge Gruzinski, *Les quatres parties du monde : Histoire d'une mondialisation*, Paris, Éditions de La Martinière, 2004.

Ledesma, *Indización de los manuscritos árabes de El Escorial*, 3 vols., San Lorenzo de El Escorial, Ediciones Escurialenses, 1996-2004. L'importante bibliographie, numérisée, peut être consultée sur : http://rbme.patrimonionacional.es/home/Bibliografia/Manuscritos/Arabes.aspx.

77. Et, sur cette thématique, voir l'ouvrage fondamental de Serge Gruzinski, *Les quatre parties du monde : Histoire d'une mondialisation*, Paris, Éditions de La Martinière, 2004.

Judeus de Marrocos em viagem pela Europa, Oriente e Novo Mundo (séculos XVI-XVII): O exemplo de Mazagão como «porto de passagem»

Les juifs du Maroc en voyage à travers l'Europe, l'Orient et le Nouveau Monde (XVI^{e}-XVII^{e} siècles) : L'exemple de Mazagan comme « port de passage »

José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa (CH-ULisboa)

1. A título de introdução: judeus de estrela vermelha ou chapéu amarelo

Não obstante a expulsão dos judeus de Portugal em 1497, o prolongamento da sua existência legal nas praças portuguesas em Marrocos – facto que levou à constituição de bairros judaicos nas grandes urbes como Safim (1512) e Azamor (1514) – foi o primeiro passo para uma continuidade da sua presença no território continental. Esta presença era precária e estava subjacente a objectivos precisos, como uma actividade comercial ou de cariz diplomático. Mas o facto de personalidades que lideravam as referidas comunidades entrarem com frequência no reino – caso dos Rute e dos Benzamerro de Safim, e dos Adibe de Azamor – e até outras oriundas do território islâmico como Jacob Rosales, levou a que após o estabelecimento da Inquisição em Portugal (1536) fosse estabelecida uma norma para o seu reconhecimento e vigilância[1].

Assim, em 1537, D. João III ordenou o uso imprescindível de um sinal para todos os judeus que entrassem em Portugal: uma estrela de pano vermelho, cosida na capa ou no pelote, de seis pernas e «grandura de quatro dedos»[2]. O motivo fundamental para esta «vigilância» apertada é o reconhecimento pela Inquisição

* Texto escrito no âmbito do Projecto de Investigação PTDC/HIS-HEC/104546/2008, «Muçulmanos e Judeus em Portugal e na Diáspora: Identidades e Memórias (séculos XVI-XVII)», financiado pela FCT e pelo FEDER.

1. *Vide* José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos durante o século XVI. Origens e actividades duma comunidade*, Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga, 1997.

2. Duarte Nunes de Leão, *Leis Extravagantes e Reportório das Ordenações* (reprodução fac-símile da edição «princeps» das *Leis Extravagantes*, impressa em 1569), notas de apresentação de Júlio de Almeida Costa, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, Quarta Parte, tít. V, lei VII – «Dos judeus e mouros que andão sem sinal» – fol. 122.

1. À titre d'introduction : les juifs à l'étoile rouge ou au chapeau jaune

Malgré l'expulsion des juifs du Portugal en 1497, l'extension de leur existence légale dans les places portugaises au Maroc – un fait qui a conduit à la création de quartiers juifs dans les grandes villes comme Safi (1512) et Azemmour (1514) – a été la première étape du maintien de leur présence sur le territoire continental. Cette présence était précaire et sous-jacente à des objectifs précis, comme une activité commerciale ou de nature diplomatique. Mais l'entrée fréquente de certains dirigeants desdites communautés dans le royaume – le cas de Rute et des Benzamerro de Safi et d'Adibe d'Azemmour – ainsi que d'autres, originaires du territoire islamique comme Jacob Rosales, fit en sorte qu'une norme soit établie pour leur reconnaissance et leur surveillance après l'établissement de l'Inquisition au Portugal (1536)[1].

Ainsi, en 1537, D. João III ordonna l'utilisation d'un signe indispensable pour tous les juifs qui entreraient au Portugal : une étoile de tissu rouge, d'une « grandeur de quatre doigts » à six rayons devait être cousue sur la cape ou sur la pelisse[2]. La raison fondamentale de cette « surveillance » serrée est que l'Inquisition savait qu'il existait des relations secrètes et

* Texte écrit dans le contexte du Project de Recherche PTDC/HIS-HEC/104546/2008, « Muçulmanos e Judeus em Portugal e na Diáspora : Identidades e Memórias (séculos XVI-XVII) », cofinancé pour la Fondation pour la Science et la Technologie et par le FEDER.

1. Cf. José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos durante o século XVI. Origens e actividades duma comunidade*, Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga, 1997.

2. Duarte Nunes de Leão, *Leis Extravagantes e Reportório das Ordenações* (fac-similé de l'édition « princeps » des *Leis Extravagantes*, imprimée en 1569), notes de présentation de Júlio de Almeida Costa, Lisbonne, Fondation Calouste Gulbenkian, 1987, partie IV, titre V, loi VII – « Dos judeus e mouros que andão sem sinal » – fol. 122.

de relações escusas e indesejáveis entre cristãos-novos e estes judeus, que mantinham aqueles actualizados em termos de permanência na fé judaica (indicação das festividades e orações, cedência de livros ou de extractos impressos) e os ajudavam nos seus projectos de fuga para o Norte de África. Não será por acaso que a Lei de 1537 foi emitida no mesmo ano do explosivo processo inquisitorial contra Leonor Mendes, amante de Abraão Benzamerro, que este comprovadamente pretendeu tirar da prisão e levar para Marrocos, com ajuda de amigos em Portugal e de parentes neste último país, que a encaminhariam e lhe dariam guarida no processo de fuga[3].

O segundo Regimento da Inquisição, de 1613, regulamentava ainda com mais severidade acerca «Do que se deve fazer quando algum judeu de synal vier a estes Reynos». Sabemos assim que quando o judeu chegava ao reino devia ser convocado pelos inquisidores e informado sobre as regras da sua estada, assim como acerca da utilização compulsiva do chapéu amarelo distintivo, e do acompanhamento permanente por um familiar do Santo Ofício, a quem devia pagar ajudas de custo. Também seria informado que só podia contactar as pessoas necessárias para os seus negócios e à noite devia recolher-se a uma casa, onde pernoitaria sob vigilância[4].

Contudo, estas insistências do Santo Ofício revelam uma continuidade da presença destes homens, patente na documentação compulsada no Tribunal. Alguns destes judeus de Marrocos «em viagem» têm percursos complexos e originais, frequentemente fora dos circuitos portugueses ou marginais a estes. Muitos, contudo, entraram em «meios portugueses».

Recordemos, apenas a título de exemplo, o caso de rabi Isaac Uziel, de Fez, que foi *haham* da comunidade Bet Jacob, em Amesterdão, e mestre aí do rabi de origem portuguesa Menasseh ben Israel (nascido Manuel Dias Soeiro)[5]. Este exemplo revela que, tal como os rabis vindos da Turquia e da Itália, os letrados marroquinos também faziam parte do corpo da circu-

indésirables entre les nouveaux chrétiens et ces juifs qui leur permettaient de continuer à vivre leur foi juive (indication de festivités et de prières, prêt de livres ou extraits imprimés) et les aidaient dans leurs projets d'évasion vers l'Afrique du Nord. Ce n'est pas par hasard que la loi de 1537 a été publiée la même année que l'explosive procédure inquisitoriale contre Leonor Mendes, maîtresse d'Abraham Benzamerro. Ce dernier avait voulu, preuve à l'appui, la sortir de prison et l'emmener au Maroc, avec l`aide d'amis qu`il avait au Portugal et de parents établis dans le nord de l`Afrique, qui l'accompagneraient et l'abriteraient lors du processus d'évasion[3].

Le deuxième règlement de l'Inquisition de 1613 statuait encore plus sévèrement de la façon suivante : « Que faire lorsqu'un juif qui porte le signe distinctif vient dans ces royaumes ? » Nous savons ainsi que lors de son arrivée au royaume le juif devait être convoqué par les inquisiteurs et informé quant aux règles de son séjour, ainsi que sur l'utilisation obligatoire du chapeau jaune distinctif et être accompagné en permanence par un membre du Saint-Office, auquel il devait payer des indemnités journalières. Il était également informé qu'il ne pouvait contacter que les personnes indispensables pour régler ses affaires et le soir il devait se retirer dans une maison, où il passerait la nuit sous surveillance[4].

Néanmoins, ces insistances du Saint-Office révèlent une continuité de la présence de ces hommes, que l'on retrouve dans les documents examinés au Tribunal. Certains de ces juifs du Maroc « en voyage » ont des parcours complexes et originaux, fréquemment en dehors des circuits portugais ou marginaux à ceux-ci. Cependant, beaucoup sont entrés dans les « milieux portugais ».

Rappelons, juste à titre d'exemple, le cas du rabbin Isaac Uziel, de Fès, qui a été *Haham* de la communauté Bet Jacob, à Amsterdam, puis y a été maître du rabbin d'origine portugaise Menasseh ben Israël (né Manuel Dias Soeiro)[5]. Cet exemple montre, à l'instar des rabbins venant de Turquie et d'Italie, que les maro-

3. Sobre o caso de Abraão Benzamerro *vide* o nosso artigo «Abraão Benzamerro, ´judeu de sinal`, sem sinal, entre o Norte de África e o reino de Portugal», *in Mare Liberum*, nº 6, Dezembro de 1993, pp. 115-141.

4. *Regimento do Santo Officio da Inquisiçam dos Reynos de Portugal, Recopilado por Mandado do Illustrissimo, & Reverendíssimo Senhor Dom Pedro de Castilho, Bispo Inquisidor Geral & Visorey dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1613, tít. V, cap. XIII, p. 27.

5. *Vide* Abraham David, «Uziel, Isaac ben Abraham», *in Encyclopaedia Judaica*, vol. 16, Jerusalém, Keter Publishing, 1971, pp. 42-43; Herman Prins Salomon, «Introdução», *in* Saul Levi Mortera, *Tratado da Verdade da Lei de Moisés escrito pelo próprio punho em português em Amesterdão 1659-1660*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1988, pp. XLIV-XLV; e Henri Méchoulan e Gérard Nahon, «Introduction», *in* Menasseh ben Israel, *Espérance d`Israël*, Paris, Vrin, 1979, p. 39.

3. Sur le cas Abraão Benzamerro, voir notre article « Abraão Benzamerro, ´judeu de sinal`, sem sinal, entre o Norte de África e o reino de Portugal », *in Mare Liberum*, n.º 6, décembre 1993, pp. 115-141.

4. *Regimento do Santo Officio da Inquisiçam dos Reynos de Portugal, Recopilado por Mandado do Illustrissimo, & Reverendíssimo Senhor Dom Pedro de Castilho, Bispo Inquisidor Geral & Visorey dos Reynos de Portugal*, Lisbonne, Pedro Craesbeeck, 1613, titre V, cap. XIII, p. 27.

5. Cf. Abraham David, « Uziel, Isaac ben Abraham », *in Encyclopaedia Judaica*, vol. 16, Jérusalem, Keter Publishing, 1971, pp. 42-43 ; Herman Prins Salomon, « Introdução », *in* Saul Levi Mortera, *Tratado da Verdade da Lei de Moisés escrito pelo próprio punho em português em Amesterdão 1659-1660*, Coïmbre, Universidade de Coimbra, 1988, pp. XLIV-XLV ; et Henri Méchoulan et Gérard Nahon, « Introduction », *in* Menasseh ben Israël, *Espérance d'Israël*, Paris, Vrin, 1979, p. 39.

lação de homens sábios, requeridos por comunidades naquele tempo ainda «recentes»[6]. Relativamente a personagens multifacetadas, como homens de negócios e simultaneamente assumindo papéis fundamentais nos meandros da diplomacia, recordemos a título de exemplo o extenso clã dos Palache, com Samuel Palache à cabeça, homens fundamentais na arquitectura negocial entre os xarifes de Marrocos e as recentemente independentes Províncias Unidas – e que já foi alvo de um estudo importante de Mercedes Garcia-Arenal e Gerard Wiegers[7].

Outros alcançaram paragens mais distantes, aliciados pela aventura e pelo negócio: é o caso famoso dos Almosnino – Isaac e Abraão – presos pela Inquisição de Goa em 1617, sob a acusação de blasfémia, e transportados para Lisboa onde continuaram sob a custódia do Santo Ofício até 1620. Os inquisidores apuraram que tinham vindo de Marrocos na sequência da crise que despoletou após morte de Mawlay Ahmad al-Mansur (1578-1603, o Mulei Ahmed Almançor das fontes portuguesas), colocando-se ao serviço de Robert Sherley e viajando com ele pela Pérsia até alcançarem Goa, onde o inglês se apresentou como embaixador daquele país. Verificando-se em Lisboa que eram judeus de nascimento foram devolvidos ao Norte de África. Curiosamente, embora se verificasse o seu transporte em caravela para Safim, a Inquisição pretendia que fossem antes levados para o «porto de passagem», de Mazagão[8].

Neste estudo vamos analisar alguns casos de outros judeus viajantes – muitos de origem mais humilde – que pretendiam viajar pela Europa. Alguns, em número significativo, utilizaram Mazagão como «porto de passagem». Como o fizeram, ou seja, que estratégias utilizaram para entrar no «Mundo cristão», quais foram os seus propósitos e destinos, é o objectivo desta abordagem.

cains instruits faisaient également partie du corps de circulations des sages, requis par des communautés encore « récentes »[6] à cette époque-là. Concernant les personnages à multiples facettes, comme les hommes d'affaires assumant simultanément des rôles clés dans les méandres de la diplomatie, rappelons à titre d'exemple le vaste clan des Palache, avec Samuel Palache à la tête, des individus fondamentaux dans l'architecture commerciale entre les chérifs du Maroc et les Provinces-Unies récemment indépendantes – et qui a déjà été l'objet d'une étude importante de Mercedes Garcia-Arenal et de Gerard Wiegers[7].

D'autres ont atteint des lieux plus éloignés, attirés par l'aventure et par les affaires : c'est le célèbre cas des Almosnino – Isaac et Abraham – arrêtés par l'Inquisition de Goa en 1617 accusés de blasphème et transportés à Lisbonne où ils sont restés sous la bonne garde du Saint-Office jusqu'en 1620. Les inquisiteurs ont établi qu'ils étaient venus du Maroc suite à la crise qui y avait eu lieu après la mort de Moulay Ahmed al-Mansur (1578-1603) en se mettant au service de Robert Sherley et voyageant avec lui à travers la Perse pour atteindre Goa, où l'anglais s'est présenté comme l'ambassadeur de ce pays. Ayant été constaté à Lisbonne qu'ils étaient juifs de naissance, ils furent renvoyés en Afrique du Nord. Curieusement, bien que leur transport soit habituellement fait par caravelle vers Safi, l'Inquisition souhaita qu'ils soient plutôt conduits vers le « port de passage » de Mazagan[8].

Dans cette étude, nous analyserons quelques cas d'autres voyageurs juifs – dont beaucoup d'origines plus modestes – qui voulaient voyager à travers l'Europe. L'objectif de cette approche est de montrer comment certains, en nombre significatif, ont utilisé Mazagan comme « port de passage ». Comment l'ont-ils fait, c'est-à-dire, quelles stratégies ont-ils adopté pour entrer dans le « monde chrétien », quelles ont été leurs intentions et leurs destinations ?

6. Cf. Évelyne Oliel-Grauz, «La diaspora séfarade au XVIII[e] siècle: communication, espace, réseaux», *in Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XLVIII: *La Diaspora des Nouveaux-Chrétiens*, 2004, pp. 67-70; Miriam Bodian, «Amsterdam, Venice, and the Marrano Diaspora *in* the Seventeenth Century», *in* Jozeph Michman (ed.), *Dutch Jewish History*, vol. 2, Jerusalém, The Institute for Research on Dutch History, 1989, pp. 47-74; e Herman Prins Salomon, «Introdução»... cit., nota 5.

7. Mercedes García-Arenal e Gerard Wiegers, *Un hombre en tres mundos. Samuel Pallache, un judío marroquí en la Europa protestante y en la católica*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 2006.

8. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Inquisição de Lisboa*, procs. 5393 e 12799; e o estudo de Mercedes Garcia-Arenal, «Los judíos de Fez a través del proceso inquisitorial de los Almosnino (1621)», *in* Mercedes Garcia-Arenal (ed.), *Entre el Islam y Occidente. Los judíos magrebíes en la Edad Moderna*, Madrid, Casa de Velázquez, 2003, pp. 153-187.

6. Cf. Évelyne Oliel-Grauz, « La diaspora séfarade au XVIII[e] siècle : communication, espace, réseaux », *in Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XLVIII : *La Diaspora des Nouveaux-Chrétiens,* 2004, pp. 67-70 ; Miriam Bodian, « Amsterdam, Venice, and the Marrano Diaspora in the Seventeenth Century », *in* Jozeph Michman (éd.), *Dutch Jewish History*, vol. 2, Jérusalem, The Institute for Research on Dutch History, 1989, pp. 47-74 ; et Herman Prins Salomon, « Introdução »... cit., note 5.

7. Mercedes García-Arenal et Gerard Wiegers, *Un hombre en tres mundos. Samuel Pallache, un judío marroquí en la Europa protestante y en la católica*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 2006.

8. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Inquisição de Lisboa*, procs. 5393 et 12799 ; et l'étude de Mercedes Garcia-Arenal, « Los judíos de Fez a través del proceso inquisitorial de los Almosnino (1621)», *in* Mercedes Garcia-Arenal (éd.), *Entre el Islam y Occidente. Los judíos magrebíes en la Edad Moderna*, Madrid, Casa de Velázquez, 2003, pp. 153-187.

2. A passagem para o Reino

No caso dos intentos de passagem devemos sempre interrogar-nos acerca dos relatos apresentados perante o Santo Ofício, sob a pressão do «julgamento» religioso, e verificar se algo pode transparecer como verdadeira motivação[9]. Em alguns casos, como veremos, sob o pretexto inicial da veracidade da adesão a uma outra fé, observam-se propósitos muito mais materialistas e de «necessário» oportunismo.

Na realidade, a vontade de adesão à fé cristã e, consequentemente, a inserção no Portugal Católico (em escala mais vasta, a mobilidade para a Espanha e outros países) estavam facilitadas devido à reconhecida existência de instituições cujo objectivo era a recepção, acolhimento, doutrinação, protecção e até empregabilidade dos «infiéis» que se pretendiam converter. As primeiras instâncias sucederam-se de forma precária, ou seja, sem edifício próprio. Sabemos que já no ano de 1578 se verificaram no Colégio de Santo Antão, da Companhia de Jesus, em Lisboa, a catequização e o baptismo de dois turcos, dois mouros e um judeu que veio de «África»[10]. No ano seguinte catequizaram-se ainda na «Casa Professa de São Roque em Lisboa» vinte mouros vindos de «África», que depois acabariam por receber o baptismo[11].

Segundo o padre Balthazar Telles, uma Casa dos Catecúmenos teve a primeira pedra em 1579, por instâncias do jesuíta Pêro da Fonseca, sendo rei de Portugal D. Henrique (1578-1580). O objectivo da sua criação, ainda segundo Telles, foi providenciar instrução a catorze mouros que «vieram da Berberia, movidos por Deus, a pedir o santo baptismo». O padre acrescenta que os jesuítas buscaram esmolas para os sustentar, doutrinaram-nos e depois verificou-se o baptismo[12]. Estas pistas remetem claramente para o grupo de marroquinos que viviam em Portugal juntamente com Mawlay Muhammad ech-Cheikh (1566-1621, o Mulei Xeque das fontes portuguesas), filho de Mawlay Muhammad al-Maslûkh (1557-1578, Mulei Mahamet, o Xarife dos portugueses), candidato

9. Sobre a questão da «veracidade» das mensagens transmitidas nos processos inquisitoriais *vide* Ellis Rivkin, «The Utilization of Non-Jewish Sources for Jewish History», *in The Jewish Quarterly Review*, vol. 48, 1957-1958, pp. 182-203; e Herman P. Salomon, «Les procès de L'Inquisition Portugaise comme documents littéraires ou du bon usage du Fonds Inquisitorial de la Torre do Tombo», *in Estudos Portugueses. Homenagem a António José Saraiva,* Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990, pp. 151-164.

10. ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 690 (Cartas Anuais dos Jesuítas, 1571-1629), fol. 39v°.

11. ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 690 (Carta Anual de 1579), fol. 63.

12. Balthazar Telles, *Chronica da Companhia de Jesus na Província de Portugal*, Lisboa, Paulo Craesbeeck Parte 2, 1674, p. 183.

2. Le passage vers le Royaume

Dans le cas des tentatives de passage, nous devons toujours nous interroger sur les récits présentés au Saint-Office, sous la pression du « jugement » religieux et rechercher quelles étaient leurs réelles motivations[9]. Dans certains cas, comme nous allons le voir, sous le prétexte initial de la véracité de l'appartenance à une autre foi, il existe des fins bien plus matérialistes et d'un opportunisme « nécessaire ».

En fait, le désir d'adhésion à la foi chrétienne et, par conséquent, l'insertion dans le Portugal catholique (à plus grande échelle, la mobilité vers l'Espagne et les autres pays) ont été facilités grâce à l'existence reconnue d'institutions dont l'objectif était la réception, l'accueil, l'endoctrinement et la protection voire l'employabilité des « infidèles » que l'on voulait convertir. Les premiers cas se sont succédé de manière précaire, c'est-à-dire sans un bâtiment approprié. Nous savons que, déjà en 1578, deux turcs, deux maures et un juif provenant d'« Afrique » ont été catéchisés et baptisés au collège de Santo Antão de la compagnie de Jésus, à Lisbonne[10]. L'année suivante, vingt maures provenant d'« Afrique » ont été catéchisés dans la « Casa professa de São Roque à Lisbonne » et ont fini quelque temps après par recevoir le baptême[11].

Selon le prêtre Balthazar Telles, une maison des catéchumènes avait reçu, par les instances du jésuite Pêro da Fonseca, la première pierre en 1579, D. Henrique (1578-1580) étant le roi du Portugal à ce moment-là. Le but de sa création toujours selon Telles, était d'offrir une éducation à quatorze maures : « ils sont venus de Berberie touchés par Dieu, pour demander le saint baptême ». Le prêtre ajoute que les jésuites ont cherché des aumônes pour subvenir à leur besoin, ils leur ont enseigné la doctrine et les ont baptisés[12]. Ces pistes désignent clairement le groupe de Marocains, qui vivait au Portugal avec Moulay Mohammed ach-Cheikh (1566-1621), fils de Moulay Mohammed al-Meslouk, candidat au trône en 1574-1576 soutenu par le roi Sebastião (1557-1578) et qui se réfugia dans la métropole portugaise après la défaite des deux rois lors de la bataille d'El-Ksar el-Kebir (1578). Le prêtre jésuite Simão Cardoso, dans des lettres datées de

9. Sur la question de la « véracité » des messages transmis dans les procès inquisitoriaux voir Ellis Rivkin, « The Utilization of Non-Jewish Sources for Jewish History », *in The Jewish Quarterly Review*, vol. 48, 1957-1958, pp. 182-203 ; et Herman P. Salomon, « Les procès de l'Inquisition portugaise comme documents littéraires ou du bon usage du Fonds Inquisitorial de la Torre do Tombo », *in Estudos Portugueses. Homenagem a António José Saraiva,* Lisbonne, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990, pp. 151-164.

10. ANTT, *Manuscritos da Livraria*, nº 690 (chartes annuelles des Jésuites, 1571-1629), fol. 39v°.

11. ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 690 (charte annuelle de 1579), fol. 63.

12. Balthazar Telles, *Chronica da Companhia de Jesus na Província de Portugal*, partie 2, Lisbonne, Paulo Craesbeeck, 1674, p. 183.

ao trono em 1574-1576 apoiado por D. Sebastião, e que se refugiou na metrópole portuguesa após a derrota de ambos os reis na batalha de Alcácer Quibir (1578). O padre jesuíta Simão Cardoso, em cartas de Março e Abril de 1588, informa com precisão acerca desses baptizados. Sabemos, assim, que o «mouro parente do xarife» seria o «Xeque Abdalá», que pertencia à linhagem real[13]. Este fenómeno da fundação da Casa vai, a princípio, emprestar-lhe um cariz especial: os seus catecúmenos são pessoas provenientes do mundo islâmico, sobretudo de Marrocos. A propagação do conhecimento da sua existência vai aliciar a vinda e conversão também de um número razoável de judeus marroquinos.

Para acudir a tanta procura, e igualmente com objectivos de incidência proselitista, os jesuítas conseguiram que D. Filipe I de Portugal (1580-1598) os incumbisse de criar um Regimento para a instituição e também que o governo e a superintendência da Casa fossem assegurados pela Mesa da Consciência e Ordens, que elegia provedor, capelão e escrivão. Assim, os jesuítas continuaram a sua obra espiritual de evangelização, mas remeteram para a Coroa todos os gastos da gestão da instituição e do sustento dos catecúmenos, talvez devido a uma percepção da precariedade da vivência destes homens no Reino. Em 1584, a «Casa dos Catecúmenos» foi por isso transformada em «Real Colégio dos Catecúmenos de Lisboa»[14], emitindo o rei no mesmo ano um alvará em que dava como mercê a cada catecúmeno 100 réis por dia[15].

O Real Colégio dos Catecúmenos de Lisboa foi assim fundado segundo o exemplo romano[16]. Foram o empe-

13. Simão Cardoso, «Cartas dos meses Janeiro a Março desta Casa de São Roque da Companhia de Jesus de 1589», *in* Biblioteca da Ajuda (Lisboa) (BA), *54-XI-38*, fols. 22v°-23; e «Cartas dos meses de Maio e Junho nesta Casa de São Roque da Companhia de Jesus [1588]»; BA, *54-XI-38*, fol. 10, transcrição por Liam Brockey, «O Alcazar do Ceo: The Professional House at Lisbon *in* 1588», *in Archivum Historicum Societatis Iesu*, vol. 75 (149), 2006, p. 24. *Vide*, ainda, a síntese de Liam Brockey em «Jesuit Pastoral Theater on an Urban Stage: Lisbon, 1588-1593», *in Journal Early Modern History*, vol. 9 (1), 2005, p. 43.

14. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), *Reservados,* cod. 145 – «História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa», pub. por Durval Pires de Lima, *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, tomo 1, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950, pp. 322-324.

15. BNP, *Reservados*, cod. 6502, fol. 7-7v°.

16. ANTT, *Ministério do Reino, 4.ª Repartição – Colégios e Recolhimentos –*, maço 2078, n.º 10 – Colégio dos Catecúmenos [sem paginação]. A Casa dos Catecúmenos de Roma foi estabelecida em 1543, por Inácio de Loyola. Cf. Attilio Milano, «L`impari lotta della Cominità di Roma contro la Casa dei catecumeni», *in La Rassegna Mensile d`Israel*, vol. 16 (11-12), 1950, pp. 5-28; Lance Gabriel Lazar, «Negotiating Conversions: Cathecumenous and the Family *in* Early Modern Italy», *in* Marc R. Forster e Benjamin J. Kaplan (ed.), *Piety and Family in Early Modern Europe. Essays in Honour of Steven Ozment*, Aldershot, Ashgate, 2005, pp. 152-177. Sobre a mobilidade social proporcionada pela Casa dos Catecúmenos de Roma *vide*

mars et d'avril 1588, nous donne des informations précises sur ces baptisés. Ainsi, nous savons que le « maure un membre de la famille du chérif » serait « Cheikh Abdala », qui appartenait à la lignée royale[13]. Ce phénomène de fondation de la Maison va, au début, lui donner un caractère spécifique : ses catéchumènes sont des gens issus du monde islamique, et en particulier du Maroc. La propagation de la connaissance de son existence encouragera à la fois l'entrée et la conversion d'un nombre raisonnable de juifs marocains.

Pour répondre à tant de demandes, mais aussi dans un but de prosélytisme, les jésuites firent en sorte que D. Filipe I du Portugal (1580-1598) les incombent de créer un règlement pour l'institution et que la gouvernance et la surveillance de la Maison soient assurées par le Bureau de la *Mesa da Consciência e Ordens* qui élisait le proviseur, l'aumônier et le greffier. Les jésuites poursuivirent, ainsi, leur travail spirituel d'évangélisation, mais renvoyèrent à la Couronne tous les frais de gestion de l'institution et d'alimentation des catéchumènes, peut-être en raison d'une perception de la précarité dans laquelle ces hommes vivaient dans le Royaume. En 1584, la « Maison des catéchumènes » fut, à cet effet, transformée en « Collège Royal des catéchumènes de Lisbonne »[14], le roi envoya cette même année une charte dans laquelle il donnait, en guise de grâce, à chaque catéchumène 100 réaux par jour[15].

Le Collège Royal des catéchumènes de Lisbonne fut ainsi fondé selon l'exemple romain[16]. Ce furent l'enga-

13. Simão Cardoso, « Cartas dos meses de Janeiro a Março desta Casa de São Roque da Companhia de Jesus de 1589 », Biblioteca da Ajuda (Lisboa) (BA), *54-XI-38*, fol. 22v°-23 ; et « Cartas dos meses de Maio e Junho nesta Casa de São Roque da Companhia de Jesus [1588] » ; BA, *54-XI-38*, fol. 10, retranscrites par Liam Brockey, « O Alcazar do Ceo: The Professional House at Lisbon in 1588 », *in Archivum Historicum Societatis Iesu*, vol. 75 (149), 2006, p. 24. Voir également la synthèse de Liam Brockey dans « Jesuit Pastoral Theater on an Urban Stage: Lisbon, 1588-1593 », *in Journal Early Modern History*, vol. 9 (1), 2005, p. 43.

14. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), *Reservados,* cod. 145 – « História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa », pub. par Durval Pires de Lima, *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, tome 1, Lisbonne, Câmara Municipal de Lisboa, 1950, pp. 322-324.

15. BNP, *Reservados*, cod. 6502, fol. 7-7v°.

16. ANTT, *Ministério do Reino, 4.ª Repartição – Colégios e Recolhimentos –*, maço 2078, n.º 10 – Colégio dos Catecúmenos (sans pagination). La maison des catéchumènes à Rome a été fondée en 1543 par Inácio de Loyola. Cf. Attilio Milano, « L`impari lotta della Cominità di Roma contro la Casa dei catecumeni », *in La Rassegna Mensile d`Israël*, vol. 16 (11-12), 1950, pp. 5-28 ; Lance Gabriel Lazar, « Negotiating Conversions : Cathecumenous and the Family in Early Modern Italy », *in* Marc R. Forster et Benjamin J. Kaplan (éd.), *Piety and Family in Early Modern Europe. Essays in Honour of Steven Ozment*, Aldershot, Ashgate, 2005, pp. 152-177. Sur la mobilité sociale accordée par la maison des catéchumènes de Rome voir Marina Caffiero. *Battesimo forzati : Storie di ebrei, cristiani e convertiti nella Roma dei papi*, Rome, Viella, 2005 ; et Kim Siebehnüner, « Conversion, mobility and the Roman Inquisition in Italy and around 1600 », *Past and Present*, nº 200, août 2008, pp. 5-35.

nhamento e protecção régias que passaram a estar à frente de toda esta obra de acolhimento, embora a infracção religiosa levasse o pretendente a claudicar sob a actividade do Santo Ofício, pois o rei pretendia evidenciar o cariz iminentemente religioso da sua governação[17]. Por isso, um converso judeu ou muçulmano que se afastasse da pretendida conduta católica cairia imediatamente sob a alçada punitiva dos tribunais religioso.

Se é certo que ainda não conhecemos as proporções exactas entre catecúmenos muçulmanos e judeus na Casa dos Catecúmenos de Lisboa, sabemos que estes últimos não foram ocasionais. Só nos processos levantados contra o judeu converso Diogo da Cunha, vindo de Marraquexe e baptizado em Lisboa, no ano de 1607, por frei Jerónimo de Gouveia, bispo de Ceuta e director do Real Colégio[18], surgem os nomes de catorze judeus catequizados nesta instituição e também vindos do Norte de África[19]. De facto, o seu número foi de tal forma elevado, e conotado com a passagem por Mazagão, que D. Manuel Mascarenhas, capitão desta praça, seria acusado em 1609 de autorizar David, rabi de Azamor, de vir ali «perverter» dois judeus que se haviam convertido à fé católica, tirando-os à mão armada do cárcere em que estavam presos. O problema principal que aqui aflora, no caso da intervenção da autoridade local, é o resgate dos cativos, pois nesse mesmo ano D. Manuel Mascarenhas seria acusado de pretender cativar alguns mouros e judeus que vinham fazer-se cristãos a Mazagão[20]. Mas a intervenção do rabi de Azamor revela também que havia uma «hemorragia» de homens de fé judaica para o outro lado do Estreito, que aquele pretendia evitar de forma drástica.

Nem todos estes judeus eram catequizados na instituição de Lisboa. Podemos tomar como exemplo o caso de António de Barcelos ou Jacob Jaén, judeu de

Marina Caffiero. *Battesimo forzati: Storie di ebrei, cristiani e convertiti nella Roma dei papi*, Roma, Viella, 2005; e Kim Siebehnüner, «Conversion, mobility and the Roman Inquisition *in* Italy and around 1600», *in Past and Present*, n.º 200, Agosto de 2008, pp. 5-35.

17. Para uma contextualização da política centralizadora de D. Filipe II de Portugal, que deu um novo Regimento Régio ao Colégio em 1604, assim como acerca do funcionamento do Real Colégio dos Catecúmenos de Lisboa *vide* o nosso artigo «Educating the Infidels within: Some Remarks on the College of the Catechumens of Lisbon (XVI-XVII centuries)», *in Annali della Scuola Normale Superior di Pisa. Classe di Lettere e Filosofia*, série 5, ½, 2009, pp. 445-472.

18. Sobre frei Jerónimo de Gouveia pode ler-se de Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. 2, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1968, p. 689.

19. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, *Confissões*, livro 13, fols. 83-84; ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5948, 1.ª e 2.ª vias.

20. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, *Confissões*, livro 223 (Século XVII, *Cadernos do Promotor*, n.º 23), fols. 411-464; e ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 13260, extracto reproduzido por Pedro de Azevedo, em «A Inquisição em Mazagão em 1607 e 1609», *in Revista de História*, vol. 5 (20), 1916, p. 331.

gement et la protection royale qui passèrent, désormais, devant tout ce travail d'accueil, car le roi voulait mettre en évidence le caractère éminemment religieux de sa gouvernance[17]. Par conséquent, un converti juif ou musulman qui s'éloignerait du comportement catholique souhaité tomberait immédiatement sous le coup des sanctions des tribunaux religieux. S'il est vrai que nous ne connaissons pas encore les proportions exactes entre les catéchumènes musulmans et les catéchumènes juifs de la maison des catéchumènes de Lisbonne, nous savons que ces derniers n'ont pas été occasionnels. Par exemple, dans les actions intentées contre le juif converti Diogo da Cunha, venant de Marrakech et baptisé à Lisbonne, en 1607, par le frère Jerónimo de Gouveia, évêque de Ceuta et directeur du Collège Royal[18], apparaissent les noms de quatorze juifs catéchisés dans cette institution et provenant également d'Afrique du Nord[19]. En fait, leur nombre était si grand et marqué par le passage par Mazagan que D. Manuel Mascarenhas, capitaine de cette place, sera accusé, en 1609, d'avoir autorisé le séjour de David, rabbin d'Azemmour, venu « pervertir » deux juifs qui s'étaient convertis à la foi catholique et de les aider à s'évader, à main armée, de la prison où ils étaient enfermés. Le principal problème qui se pose ici, dans le cas de l'intervention de l'autorité locale, est le rachat des captifs, car cette même année D. Manuel Mascarenhas serait accusé de vouloir capturer des maures et des juifs qui étaient venus à Mazagan pour devenir chrétiens[20]. Mais l'intervention du rabbin d'Azemmour révèle qu'il y avait également, de l'autre côté du détroit, une « hémorragie » d'hommes de confession juive qu'il voulait à tout prix éviter.

Ces juifs n'étaient pas tous catéchisés par l'institution de Lisbonne. Nous pouvons prendre l'exemple d'António de Barcelos ou de Jacob Jaén, juif de Marrakech lié à la libération et à l'arrivée au Portugal de D. Teodósio, duc de Bragança, tous deux étant arrivés au Royaume en 1580 et partis ensuite à Vila Viçosa. Connaissant les prières chrétiennes, il fut baptisé cette même année à Monsaraz, sur l'ordre du capitaine du duc, Manuel

17. Pour une contextualisation de la politique centralisatrice de Filipe II de Portugal, qui a donné un nouveau règlement au Collège Royal en 1604, ainsi que sur le fonctionnement du Collège Royal des catéchumènes de Lisbonne voir notre article « Educating the Infidels within : Some Remarks on the College of the Catechumens of Lisbon (XVI-XVII centuries) », *Annali della Scuola Normale Superior di Pisa. Classe di Lettere e Filosofia*, série 5, ½, 2009, pp. 445-472.

18. Sur le frère Jerónimo de Gouveia dit Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. 2, Porto-Lisbonne, Librairie Civilização, 1968, p. 689.

19. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, *Confissões*, livre 13, fol. 83-84 ; ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5948, 1^re^ et 2^e^ exemplaires.

20. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, *Confissões*, livre 223 (XVII^e^ siècle, *Cadernos do Promotor*, nº 23), fol. 411-464 ; et ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 13260, extrait reproduit par Pedro de Azevedo, dans « A Inquisição em Mazagão em 1607 et 1609 », *in Revista de História*, vol. 5 (20), 1916, p. 331.

Marraquexe, relacionado com a libertação e chegada a Portugal de D. Teodósio, duque de Bragança, pois ambos chegaram ao Reino em 1580, partindo depois para Vila Viçosa. Sabendo as orações cristãs, foi nesse mesmo ano baptizado em Monsaraz por ordem do capitão do duque, Manuel Pessanha, sob o pretexto que, adoecendo, esteve em perigo de vida[21]. Mas os candidatos à conversão também podiam ser instruídos e baptizados nas próprias praças portuguesas do Norte de África: é o caso de Jacob, judeu de Marraquexe, instruído e baptizado em Mazagão na Páscoa de 1609, como o nome de Martinho Mascarenhas, protegido e afilhado de D. Martinho Mascarenhas, governador desta praça[22].

Após a batalha de Alcácer Quibir há uma notória diversidade de origem destes potenciais conversos, equivalente à área de dispersão dos cativos portugueses, da sua manutenção e do seu resgate: os novos cristãos vinham não só de Marraquexe mas também de Fez, Mequinez e Alcácer Quibir. Como concluímos anteriormente, estes conversos que viajaram até Portugal eram pessoas que, devido ao seu auxílio no resgate dos prisioneiros portugueses, ficaram por vezes numa situação precária em contexto marroquino; houve mesmo quem se convertesse e singrasse até Portugal, com o intuito de mais facilmente recuperar as dívidas que os resgatados lhes deviam[23].

A partir do início do século XVII surge outra vaga de potenciais conversos, já não relacionados com o longo processo do resgate dos cativos de Alcácer Quibir. De facto, a situação meridional de Mazagão fez dela um alvo de atenção dos judeus de Marraquexe que, a partir daí, pretendiam alcançar Portugal e outros países europeus, através da estratégia da conversão. Na verdade, nem todos vinham desta urbe: através do processo de Diogo da Cunha, sabemos que um tal João, baptizado em Lisboa mas que passou a Sevilha, viera de Fez; também desta urbe eram Afonso Bravo, solteiro e baptizado em Lisboa[24], e Manuel de Mendonça[25]. António de Portugal, que servia Francisco Freire de Andrade, contador do Reino, era oriundo de Larache[26]. Francisco Barreto, por sua vez, viera de Alcácer Quibir[27]. Cristóvão Soares provinha de Tetuão[28]. Já João de Meneses era originário de Salé, sendo casado

21. José Alberto Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 166-167.

22. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 8811.

23. José Alberto Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 341-356.

24. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5948, 2.ª via, fols. 89v° e 97v°.

25. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fol. 45v°.

26. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5948, 1.ª via, fol. 21v°.

27. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5948, 2.ª via, fol. 98v°.

28. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fol. 57v°.

Pessanha, sous prétexte qu'étant tombé malade sa vie avait été en danger[21]. Mais les candidats à la conversion pourraient également être instruits et baptisés dans les propres places fortes portugaises d'Afrique du Nord : c'est le cas de Jacob, un juif de Marrakech, instruit et baptisé à Mazagan à Pâques, en 1609, avec le nom de Martinho Mascarenhas, le protégé et filleul de D. Martinho Mascarenhas, gouverneur de cette place forte[22].

Après la bataille d'El-Ksar el-Kebir, il existe une diversité notoire quant à l'origine de ces potentiels convertis, correspondant à la zone de dispersion, d'entretien et de récupération des captifs portugais : les nouveaux chrétiens venaient non seulement de Marrakech, mais aussi de Fès, de Meknès et d'El-Ksar el-Kebir. Comme nous l'avons conclu plus haut, ces convertis qui ont voyagé jusqu'au Portugal étaient des gens qui, en raison de leur aide lors du rachat de prisonniers portugais, se sont parfois retrouvés dans une situation précaire dans le contexte marocain. Certains se sont même convertis et ont hissé les voiles en direction du Portugal afin de récupérer plus facilement les dettes dues par ceux qu'ils avaient rachetés[23].

Depuis le début du XVII[e] siècle surgit une nouvelle vague de convertis potentiels qui n'étaient déjà plus liés au long processus de rachat des captifs d'El-Ksar el-Kebir. De fait, la situation méridionale de Mazagan en a fait une cible d'intérêt des juifs de Marrakech qui, à partir de là et grâce à la stratégie de conversion, voulaient atteindre le Portugal et les autres pays européens. En réalité, ils ne provenaient pas tous de cette ville : nous savons à partir du procès de Diogo da Cunha, qu'un certain dénommé João, baptisé à Lisbonne, mais qui est passé par Séville, était venu de Fès ; et qu'Alfonso Bravo, célibataire et baptisé à Lisbonne[24], ainsi que Manuel de Mendonça[25], provenaient également de cette ville. António de Portugal, qui était au service de Francisco Freire de Andrade, *contador* du Royaume, était originaire de Larache[26]. Francisco Barreto venait d'El-Ksar el-Kebir[27] et Cristovão Soares de Tétouan[28]. João de Meneses venait de Salé et était marié avec Maria, qui provenait de Meknès[29]. António de Melo et son épouse Maria

21. José Alberto Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 166-167.

22. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 8811.

23. José Alberto Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 341-356.

24. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5948, 2[e] exemplaire, fol. 89v° et 97v°.

25. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fol. 45 v°.

26. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5948, 1[er] exemplaire, fol. 21v°.

27. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5948, 2[e] exemplaire, fol. 98v°.

28. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fol. 57v°.

29. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fol. 45v°.

com Maria, vinda de Mequinez[29]. António de Melo e sua mulher Maria vieram de Azamor e, antes de se tornarem cristãos, haviam-se convertido ao islamismo[30]. A verdade é que, como pode ser atestado pelos exemplos já assinalados, há uma grande concentração de judeus oriundos de Marraquexe: é o caso do próprio Diogo da Cunha, de seu primo Fernando da Silva, antes Jacob, e do seu companheiro de viagem até Mazagão, Jacob de Leão, depois baptizado com o nome de António de Saldanha[31] e ligado ao resgate, em 1606, de António de Saldanha[32] (identificado por Dias Farinha como o anónimo autor de uma obra não intitulada e publicada com o título de *Crónica de Almançor, sultão de Marrocos*)[33]. Sabemos ainda que António de Melo, baptizado em Mazagão, devia ser desta cidade[34], assim como Domingos Brandão, casado com a mourisca Violante de Carvalho (cativa de Diogo Lopes de Carvalho, capitão de Mazagão) e Manuel das Povoas, casado com a cristã-velha Leonor Ferreira, Luís de França, casado com uma mulata, e ainda António dos Reis[35].

Os motivos da sua vinda não são muitas vezes inteligíveis, embora os processados pela Inquisição nos dêem algumas pistas. Já vimos que o caso de Jacob de Leão, ou seja, António de Saldanha, se pode inserir no esquema clássico de aliciamento por estar ligado ao resgate de um cativo. Mas o seu companheiro de viagem Fernando da Silva dizia que eram impelidos por outro motivo, também singelo, mas não menos importante: o desejo de viajarem facilmente pela Europa, nomeadamente Portugal, Espanha e Itália. Chegaram a Mazagão asseverando que vinham fugidos para Portugal e, passados dois meses, aproveitaram a chegada de uma embarcação para alcançarem Lisboa[36].

3. A viagem na Europa

Fernando da Silva foi um destes convertidos que empreendeu uma das mais extraordinárias viagens pela Europa, frequentando meios judaicos «próximos». Através do seu processo, levantado pela Inquisição de Lisboa, sabemos que, depois de catequizado e baptizado em Lisboa, na igreja de S. Roque, em 1610,

29. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fol. 45v°
30. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5948, 2.ª via, fol. 111v°.
31. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fol. 26.
32. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fol. 56.
33. [António de Saldanha], *Crónica de Almançor, sultão de Marrocos (1578-1603)*, estudo crítico, introdução e notas de António Dias Farinha, tradução francesa de León Bourdon, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.
34. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5948, 1.ª via, fol. 23.
35. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fol. 29.
36. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fols. 26v°-27.

étaient venus d'Azemmour et s'étaient convertis à l'Islam avant de devenir chrétiens[30].

Il est vrai, comme nous pouvons le constater dans les exemples ci-dessus, qu'il existe une grande concentration de juifs de Marrakech : le cas de Diogo da Cunha lui-même ; de son cousin Fernando da Silva, auparavant appelé Jacob ; de son compagnon de voyage à Mazagan, Jacob de Leão, baptisé ensuite avec le nom d'António de Saldanha[31], lié à la libération en 1606 d'António de Saldanha[32] (identifié par António Dias Farinha comme l'auteur anonyme d'une œuvre non intitulée et publiée avec le sous-titre *Chronique d'Al-Mansour, Sultan du Maroc*)[33]. Nous savons également qu'António de Melo, baptisé à Mazagan, devait être de cette ville[34], comme l'étaient Domingos Brandão, marié à la mauresque Violante de Carvalho (captive de Diogo Lopes de Carvalho, capitaine de Mazagan), Manuel das Povoas, marié avec la *cristã-velha* Leonor Ferreira, Luís de França, marié avec une mulâtre, e António dos Reis[35].

La plupart des raisons de sa venue ne sont pas claires, bien que celles traitées par l'Inquisition nous révèlent quelques indices. Nous avons déjà vu le cas de Jacob de Leão, c'est-à-dire António de Saldanha, que l'on peut inscrire dans le schéma classique de séduction, car il peut être lié au rachat d'une captive. Mais son compagnon de voyage Fernando da Silva affirme qu'ils ont été chassés pour un autre motif, également simple, mais non moins important : le désir de voyager facilement à travers l'Europe, y compris au Portugal, en Espagne et en Italie. Arrivés à Mazagan, ils ont affirmé qu'ils entreprenaient une fuite vers le Portugal et auraient profité deux mois plus tard de l'arrivée d'un navire pour atteindre Lisbonne[36].

3. Le voyage en Europe

Fernando da Silva a été l'un de ces convertis qui ont entrepris l'un des voyages les plus extraordinaires à travers l'Europe, fréquentant des milieux juifs « proches ». Grâce à son procès, dressé par l'Inquisition de Lisbonne, nous savons qu'après avoir été catéchisé et baptisé à Lisbonne, dans l'église de S. Roque, en 1610, il a entamé une tournée qui comprenait Madrid, Séville, Tolède, Valladolid et la France, où il est resté huit mois. En compagnie de Joseph de Sá, également

30. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5948, 2^e exemplaire, fol. 111v°.
31. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fol. 26.
32. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fol. 56.
33. [António de Saldanha], *Crónica de Almançor, sultão de Marrocos (1578-1603)*, étude critique, introduction et notes de António Dias Farinha, traduction française de León Bourdon, Lisbonne, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.
34. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5948, 1^er exemplaire, fol. 23.
35. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fol. 29.
36. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fol. 26v°-27.

enveredou por um périplo que incluiu Madrid, Sevilha, Toledo, Valladolid e França, onde permaneceu oito meses. Em companhia de Joseph de Sá, também catecúmeno, vindo de Salónica, visitou Avinhão, então cidade papal[37], onde permanecia uma importante comunidade judaica, mas sobretudo Saint-Jean-de-Luz, cuja população de origem portuguesa descreve. Foi ali que o Licenciado Ferraz, já transformado no judeu David, lhes comunicou a sua fé judaica, levando-os a uma sinagoga escondida no sótão de António dos Reis, judeu natural de Marrocos, segundo Fernando (a que voltaremos). Era na casa deste que se encontrava também uma «livraria de judeus» e a comunidade pagava ao senhor da terra – um herege – um tributo de 4.000 escudos, para consentir aquela vivência, dissimuladamente. Da comunidade faziam parte os conversos António Vaz, de Guimarães, Álvaro da Fonseca, Luís da Fonseca, Manuel Nunes, Gregório Henriques, Diogo Dias Ulhoa, de Lisboa, Jorge Pereira, o Doutor Soares, Manuel Rodrigues, de Vila Flor, os irmãos João de Leão e Rodrigo de Leão, Baltazar Fernandes, de Valladolid, Francisco Bocarro, Manuel da Veiga, de Lisboa, e António Mendes, de Santa Comba Dão, todos com suas famílias comemorando o *sabbat* na sinagoga do ex-catecúmeno marroquino. Nessas reuniões, estando os homens em baixo e as mulheres assistindo na varanda, como era habitual, Fernando da Silva prontificava-se a ler um livro da Bíblia em hebraico, explicando alguns pontos daquele, ao mesmo tempo que os elucidava sobre as cerimónias que haviam de fazer. Mas a própria comunidade espontânea já tinha arrendado os serviços de um rabi de Istambul, que circuncidava e ensinava. Fernando prestava-se a auxiliar o rabi nesta tarefa de elucidação, recebendo em troca um estipêndio de 4 reais por dia[38].

Na verdade, desde o século XVI que os reis de França permitiam a permanência de conversos de origem portuguesa no sul de França, emitindo cartas-patentes e de privilégio que, se não reconheciam abertamente a especificidade religiosa dos beneficiados, também não emitiam parecer expressamente negativo sobre aqueles. De tal forma que em 1615, ou seja, um ano depois da visita de Fernando da Silva, a confraria da Santa Companhia de Dotar Órfãs e Donzelas, da comunidade portuguesa de Amesterdão[39], possuía entre os seus correspondentes pessoas de Saint-Jean-de-Luz. A comunidade beneficiava da protecção do duque de Gramont, governador hereditário de Baiona e do

37. *Vide* René Moulins, *Les Juifs du Pape*, Paris, Albin Michel, 1992.

38. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fols. 4vº-5 e 28-30.

39. *Vide* Miriam Bodian, «The ´Portuguese` Dowry Societies *in* Venice and Amsterdam: A Case Study *in* Communal Differentiation Within the Marrano Diaspora», *in Italia*, n.º 6, 1986, pp. 30-61.

catéchumène qui venait de Thessalonique, il a visité Avignon, alors ville papale[37], où il y avait encore une importante communauté juive, mais surtout Saint-Jean-de-Luz, dont il décrit la population d'origine portugaise. C'est là que le diplômé Ferraz, déjà converti en juif David, leur a communiqué sa foi juive, les conduisant à une synagogue cachée dans le grenier d'António dos Reis, un juif né au Maroc, selon Fernando (nous y reviendrons). C'était également chez celui-ci qu'il y avait une « librairie de juifs » et la communauté payait au seigneur de la terre – un hérétique – un tribut de 4.000 escudos pour consentir secrètement ce mode de vie. Dans cette communauté ont été convertis António Vaz, de Guimarães ; Álvaro da Fonseca ; Luís da Fonseca ; Manuel Nunes ; Gregório Henriques ; Diogo Dias Ulhoa, de Lisbonne ; Jorge Pereira ; le docteur Soares ; le cordonnier Álvaro Vaz ; Manuel Rodrigues, de Vila Flor ; João Fernandes Pais et son fils Francisco Rodrigues; les frères João de Leão et Rodrigo de Leão ; Baltazar Fernandes, de Valladolid ; le cordonnier Pêro Vaz ; le confiseur António Lopes ; António Dias, de Madrid ; Francisco Bocarro ; Manuel Drago ; Manuel da Veiga, de Lisbonne ; et António Mendes, de Santa Comba Dão, tous avec leur famille et tous célébrant le jour du *sabbat* dans la synagogue de l'ex-catéchumène marocain. Lors de ces réunions, tandis que les hommes étaient en bas et les femmes assistaient depuis le balcon, comme l'exige la coutume, Fernando da Silva se proposait de lire un livre de la Bible en hébreu et expliquait certains passages, tout en les élucidant sur les cérémonies qu'ils devaient faire. Mais la communauté avait elle-même, spontanément, déjà loué les services d'un rabbin d'Istanbul qui circoncisait et enseignait. Fernando aidait le rabbin dans cette tâche d'instruction et recevait, en retour, une rémunération de 4 réaux par jour[38].

En fait, depuis le XVI[e] siècle les rois de France permettaient la permanence de convertis d'origine portugaise dans le sud de la France et émettaient des lettres patentes et de privilège qui, ne reconnaissant pas ouvertement la spécificité religieuse des bénéficiaires, n'émettaient pas non plus d'avis expressément négatif sur ceux-ci. De telle sorte qu'en 1615, c'est-à-dire un an après la visite de Fernando da Silva, la confrérie de la *Santa Companhia de Dotar Órfãs e Donzelas* [compagnie pour la concession de dots aux orphelines et demoiselles pauvres] de la communauté portugaise d'Amsterdam[39], avait parmi ses correspondants des personnes de Saint-Jean-de-Luz. La communauté bénéficiait de la protection du duc de

37. Voir René Moulins, *Les Juifs du Pape*, Paris, Albin Michel, 1992.

38. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fol. 4v-5 et 28-30.

39. Voir Miriam Bodian, « The ´Portuguese` Dowry Societies in Venice and Amsterdam : A Case Study in Communal Differentiation Within the Marrano Diaspora », *in Italia*, nº 6, 1986, pp. 30-61.

Labourd, e uma parte importante dos seus membros dependia do comércio com a Espanha[40], servindo como elementos de charneira, não só com o Norte da Europa, como também com o Novo Mundo[41]. Entre os produtos negociados encontravam-se as roupas que o Licenciado Ferraz negociava em Madrid, mas este caudal de trato atingia outras terras de Espanha: por exemplo, Baltazar Fernandes continuava a negociar em Valladolid e Manuel da Veiga em Ciudad Rodrigo. Outros mantinham negócios em Portugal[42]. Esta comunidade teria um fim trágico pouco depois da visita de Fernando da Silva. Em 1619, uma anciã portuguesa, Catarina Fernandes, seria acusada pelo prior da igreja de esconder a hóstia em vez de a engolir. O prior não deixou ainda de amotinar a população, que assassinaria Catarina Fernandes de uma forma atroz. Antes da sua expiação a comunidade portuguesa deixou a cidade. Seria então o tempo de crescimento de outras comunidades menos ameaçadas, como as de Labastide-Clairance, Peyrehorade, Bidache, Baiona e sobretudo Bordéus[43].

Mas voltemos aos judeus de Marrocos envolvidos com a comunidade de Saint-Jean-de-Luz. O designado António dos Reis está longe de ser um desconhecido. Trata-se de um dos muitos judeus que se converteu em Portugal na sequência do resgate dos cativos de Alcácer Quibir. Era de facto originário de Marraquexe, mas pertencia à família Arroyo, de Mequinez. João de Arroyo tinha sido persuadido pelo cativo D. Martim de Castro para vir a Mazagão e daí passar ao Reino para se tornar cristão. Baptizou-se em Santarém antes que falecesse o cardeal D. Henrique (1580), sendo seus padrinhos de baptismo D. António, prior do Crato, e o tesoureiro deste, Francisco Lopes. Não obstante a tença que lhe fora outorgada por D. Filipe I de Portugal não se encontrava satisfeito. De

Gramont, gouverneur héréditaire de Bayonne et du Labourd, et une partie importante de ses membres dépendait du commerce avec l'Espagne[40], servant d'éléments charnières, non seulement avec l'Europe du Nord, mais aussi avec le Nouveau Monde[41]. Parmi les produits échangés, il y avait les vêtements que le diplômé Ferraz négociait à Madrid, mais ce flux d'affaires atteignait d'autres terres en Espagne : par exemple, Baltazar Fernandes continuait à négocier à Valladolid et Manuel da Veiga à Ciudad Rodrigo. D'autres maintenaient des affaires au Portugal[42]. Cette communauté aura un fin tragique peu après la visite de Fernando da Silva. En 1619, une portugaise d'un âge avancé, Catarina Fernandes, serait accusée par le prieur de l'église de cacher l'hostie au lieu de l'avaler. Le prieur n'empêcha pas la population de se rebeller et d'assassiner Catarina Fernandes de façon atroce. Avant son expiation, la communauté portugaise quitta la ville. C'est alors que commencera la croissance d'autres communautés moins menacées, comme celles de Labastide-Clairance, Peyrehorade, Bidache, Bayonne et celle de Bordeaux, en particulier[43]. Mais revenons aux juifs du Maroc qui fréquentaient la communauté de Saint-Jean-de-Luz. Le dénommé António dos Reis est bien loin d'être un inconnu. C'est l'un des nombreux juifs qui se sont convertis au Portugal après le rachat des captifs d'El-Ksar el-Kebir. Il était, de fait, originaire de Marrakech, mais appartenait à la famille Arroyo, de Meknès. João d'Arroyo avait été convaincu par le captif D. Martin de Castro de venir à Mazagan, puis de passer au Portugal à partir de là, afin de devenir chrétien. Il s'est fait baptiser à Santarém avant la mort du cardinal D. Henrique (1580), ses parrains de baptême ayant été D. António, prieur du Crato, et son trésorier, Francisco Lopes. En dépit de la pension qui lui avait été accordée par le roi D. Filipe I de Portugal, il ne semblait pas satisfait. En fait, nous savons qu'il était venu au Portugal

40. *Vide* Gérard Nahon, «Communautés espagnoles et portugaises de France (1492-1992)», *in* Henry Méchoulan (ed.), *Les Juifs d'Espagne. Histoire d'une diaspora, 1492-1992*, Paris, Liana Levi, 1992, pp. 112-115.

41. *Vide* Jonathan Israel, «Crypto-Judaism *in* 17th century France: an economic and religious bridge between the Hispanic World and the Sephardic Diaspora», *in Diasporas within a Diaspora. Jews, Crypto-Jews and the World Maritime Empire (1540-1740)*, Leiden, Brill, 2002, pp. 245-268.

42. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fols. 28vº-30.

43. Gerard Nahon, «Communautés espagnoles…» cit., pp. 115-119. Sobre Bordéus *vide* o seu livro *Juifs et Judaïsme à Bordeaux*, Bordéus, Mollat, 2003. Acerca da hipótese da expulsão dos cristãos-novos de Saint-Jean-de-Luz estar relacionada com uma acusação de bruxaria, que atingiu sectores sociais importantes da idade, num contexto oportuno de centralização régia, *vide* o nosso artigo «Amesterdão em terras de França? Judeus de Marrocos em Saint-Jean-de-Luz», *in* Francisco Contente Domingues, José da Silva Horta e Paulo David Vicente (ed.), *D'Aquém, d'Além e d'Ultramar. Homenagem a António Dias Farinha*, Lisboa, Centro de História – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015, vol. 1, pp. 319-335.

40. Voir Gérard Nahon, « Communautés espagnoles et portugaises de France (1492-1992) », *in* Henry Méchoulan (éd.), *Les Juifs d'Espagne. Histoire d'une diaspora, 1492-1992*, Paris, Liana Levi, 1992, pp. 112-115.

41. Voir Jonathan Israel, « Crypto- Judaism in 17th century France : an economic and religious bridge between the Hispanic World and the Sephardic Diaspora », *in Diasporas within a Diaspora. Jews, Crypto-Jews and the World Maritime Empire (1540-1740)*, Leiden, Brill, 2002, pp. 245-268.

42. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fol. 28vº-30.

43. Gerard Nahon, « Communautés espagnoles… » cit., pp. 115-119. Sur Bordeaux consultez son livre *Juifs et Judaïsme à Bordeaux*, Bordeaux, Mollat, 2003. Sur l'hypothèse que l'expulsion des nouveaux-chrétiens de Saint-Jean-de-Luz est liée à une accusation de sorcellerie, qui a frappé les principaux secteurs sociaux de l'époque, dans un contexte appro-prié de centralisation royale, consultez notre article « Amesterdão em terras de França ? Judeus de Marrocos em Saint-Jean-de-Luz », *in* Francisco Contente Domingues, José da Silva Horta e Paulo David Vicente (éd.), *D'Aquém, d'Além e d'Ultramar. Homenagem a António Dias Farinha*, Lisbonne, Centro de História – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015, vol. 1, pp. 319-335.

facto, sabemos que viera a Portugal para arrecadar o dinheiro do resgate que lhe devia D. Francisco de Portugal, conde de Vimioso, que além disso também assumira a dívida de outros cativos. Porém, D. Francisco seguiu no Reino o partido do prior do Crato e, mesmo depois da sua morte, os bens patrimoniais da Casa de Vimioso só foram entregues à família, por precaução, em 1604. Mas um ano após a instauração do processo a António dos Reis, ou seja, em 1590, o irmão sobrevivente de D. Francisco, D. Luís, recebera já o dote de D. Joana de Mendonça, filha do conde de Basto, avaliado em 40.000 cruzados. Portanto, a permanência de João de Arroyo no Reino está explicitamente relacionada com a cobrança da enorme quantia que a família Portugal lhe devia. Temos conhecimento, também, que António dos Reis chegou a cantar o *Shema Israel* nos cárceres da Inquisição[44] e que saiu no auto-de-fé de 17 de Junho de 1590, sendo dispensado do cárcere e hábito penitencial só em 26 de Janeiro de 1598[45]. Não sabemos ainda como alcançou Saint-Jean-de-Luz, mas com a vida desfeita em Portugal não teria sido estranho o facto de enveredar por esse caminho. Tal corresponde à ideia transmitida por Fernando da Silva sobre o papel de António dos Reis na comunidade de Saint-Jean-de-Luz. Como vimos, o próprio Fernando era um judeu letrado, que devido aos seus conhecimentos era pago pela comunidade de conversos. As provas adensam-se sobre a sua verdadeira pertença. Por exemplo, o converso Francisco Moniz diria que, depois do baptismo, Fernando da Silva estava tão judeu como quando vivia em Marrocos. De facto, sabemos que não acreditava que o Messias já tinha vindo, que considerava idolatria o culto das imagens e que tinha uma Bíblia em Hebraico. Aliás, falando do pagamento no valor de 4 reais diários, efectuado pelos conversos de Saint-Jean-de-Luz, asseverava que este era feito àqueles que sabiam hebraico. Em Portugal também entregou a certos conversos um traslado de uns contos em língua hebraica. Era normal que assim sucedesse, pois parece ter apenas assinado em português o seu nome: na realidade, quando se dirigiu pessoalmente aos inquisidores, falando da sua confissão, honestidade e conversão ao catolicismo, fê-lo em aljamiado de português com caracteres hebraicos, pedindo no mesmo texto que lhe traduzissem a missiva para português – ou seja, português em caracteres latinos[46].

44. José Alberto Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 168-169.

45. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 7632, fol. 68-68vº.

46. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 7632, fols. 15-16vº, 21vº, 31, 36vº e 60-60vº. Agradeço a Dov Cohen, do Ben-Zvi Institute (Jerusalém), a elucidação sobre a carta em caracteres hebraicos.

pour récupérer l'argent de la rançon que lui devait D. Francisco de Portugal, comte de Vimioso, qui avait, en outre, également assumé la dette d'autres captifs. Néanmoins, D. Francisco a soutenu au Portugal le parti du prieur du Crato et, même après sa mort, les biens patrimoniaux de la Maison de Vimioso n'ont été remis à la famille, par mesure de précaution, qu'en 1604. Mais une année après l'instauration du procès à António dos Reis, c'est-à-dire en 1590, le frère survivant de D. Francisco, D. Luís, avait déjà reçu la dot de D. Joana de Mendonça, fille du comte de Basto, évaluée à 40.000 *cruzados*. Par conséquent, le séjour de João d'Arroyo dans le royaume est explicitement lié au recouvrement de l'énorme somme que la famille Portugal lui devait. Nous savons, également, que António dos Reis a chanté la *Shema Israël* dans les prisons de l'Inquisition[44] et qu'il en est sorti lors de l'autodafé du 17 juin 1590, n'étant libéré de prison et de l'habit de pénitence que le 26 janvier 1598[45]. Nous ne savons pas encore comment il a atteint Saint-Jean-de-Luz, mais sa vie ayant été défaite au Portugal, il ne serait pas étrange qu'il se soit engagé dans cette.

Cela correspond à l'idée véhiculée par Fernando da Silva sur le rôle de António dos Reis dans la communauté de Saint-Jean-de-Luz. Comme nous l'avons vu, Fernando était lui-même un juif lettré qui, en raison de ses connaissances, était payé par la communauté des convertis. Les preuves s'accumulent sur sa vraie appartenance. Par exemple, le converti Francisco Moniz dira qu'après son baptême Fernando da Silva était aussi juif que lorsqu'il vivait au Maroc. De fait, nous savons qu'il ne croyait pas que le Messie était déjà venu, qu'il considérait le culte des images comme de l'idolâtrie et qu'il avait une Bible en hébreu. D'ailleurs, à propos du paiement d'une valeur de 4 réaux par jour, effectué par les convertis de Saint-Jean-de-Luz, il s'avérait que celui-ci n'était fait qu'à ceux qui connaissaient l'hébreu. Au Portugal il a également remis à certains convertis une traduction de quelques « contes » en hébreu. Il était normal que ce soit le cas, parce qu'il semble avoir tout juste signé son nom en portugais : en réalité, lorsqu'il s'est adressé personnellement aux inquisiteurs pour parler de sa confession, de son honnêteté et de sa conversion au catholicisme, il l'a fait en une *aljamia* (mélange) de portugais avec des caractéristiques hébraïques demandant dans le même texte que l'on traduise sa missive en portugais – c'est-à-dire, en portugais avec des caractères latins[46].

Nous pouvons voir que ces savants juifs nord-africains, ainsi que les autorités rabbiniques comme le

44. José Alberto Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 168-169.

45. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 7632, fol. 68-68vº.

46. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 7632, fol. 15-16vº, 21vº, 31, 36vº et 60-60vº. Je remercie monsieur le rabbin Dov Cohen, du Ben-Zvi Institute (Jérusalem), pour l'éclaircissement du contenu de la lettre en caractères hébreux.

Podemos verificar que estes judeus letrados norte-africanos, a par das entidades rabínicas como o já citado rabi Uziel, tiveram um papel fundamental na conservação de uma identidade judaica entre alguns conversos peninsulares, mas sobretudo quando em viagem, na clarificação do judaísmo conforme a *Hala`ah* (a Lei) entre conversos que pretendiam constituir-se como comunidade judaica, como a de Saint-Jean-de-Luz. Isto porque, para usar as palavras de David Graizbord[47], personagens itinerantes como António dos Reis, Fernando da Silva e outros combinavam comportamentos normativos e não normativos que lhes permitiam serem pilares fundamentais de comunidades judaicas incipientes, como as do sul de França, ao mesmo tempo que, na Península Ibérica, agiam em favor de conversos que se sentiam ainda como verdadeiros judeus, mantendo para o exterior, até certos limites, em Portugal ou Espanha, a face de «verdadeiros» catecúmenos.

Mas há provas que muitos perseveravam no judaísmo, partindo do pretexto que a Lei Judaica é perene. Por exemplo, em 1619, os catecúmenos João de Meneses, de Salé, sua esposa Maria, de Mequinez, Agostinho de Mendonça, de Fez, e Fernando da Silva, de Marraquexe, anunciaram mutuamente que ainda acreditavam e viviam na Lei de Moisés, «que era perdurável», e que a dos cristãos não era boa. Tal como Fernando, o sargento Agostinho era solteiro e João e Maria eram casados mas ambos judeus. Por isso, Agostinho invocaria o exemplo de D. Paulo de Santa Maria, que era perito nas cerimónias da Lei de Moisés e preceitos positivos dela, não querendo por isso casar com cristã por ser «defeso» na referida lei o consórcio com gentios[48]. Ao invocarem D. Paulo de Santa Maria estavam de facto a exorcizar a memória de um correligionário que passava nos meios católicos como o exemplo máximo de um judeu de Marrocos transformado em abnegado cristão: Moisés Benzamerro, que se havia convertido em Lisboa com o nome de Manuel de Noronha. Moisés pertencia ao poderoso clã da família Benzamerro, com lugar de destaque na Safim portuguesa, e depois no reino dos xarifes Sádidas[49]. Moisés Benzamerro, judeu de Fez, foi um dos deponentes em Lisboa, no ano de 1584, perante a Inquisição, acerca do amortalhamento dos judeus em Marrocos[50]. Foi o

47. David Graizbord, «A historical contextualization of Sephardi apostates and self-styled missionaries of the seventeenth century», *in Jewish History*, vol. 19, n.º 3-4, 2005, p. 297.

48. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fols. 45v°-46.

49. *Vide* José Alberto Tavim, «Abraão Benzamerro», *in Mare Liberum*, n.º 6, Dezembro de 1993, pp. 115-141.

50. «Moisés Benzamerro, Abraão Gibre, Santo Bibas, Salomão Benamy, Abraão Vilhalon e António de Barcelos são interrogados pelo Santo Ofício, em Lisboa», Lisboa, 16.8.1584, *in* ANTT, *Inqui-*

précité rabbin Uziel, ont joué un rôle clé dans la préservation d'une identité juive parmi certains convertis péninsulaires, mais surtout lors de voyages, dans la clarification du judaïsme conformément à la *Hala'ah* (la Loi) entre convertis qui voulaient se constituer en une communauté juive comme celle de Saint-Jean-de-Luz. Ceci parce que, pour reprendre les termes de David Graizbord[47], des personnages itinérants comme António dos Reis, Fernando da Silva et bien d'autres combinaient des comportements normatifs et non normatifs qui leur permettaient simultanément d'être les piliers fondamentaux des communautés juives naissantes, comme celle du sud de la France, d'agir dans la Péninsule Ibérique en faveur des convertis, qui se sentaient encore de vrais juifs, et d'essayer de montrer, extérieurement, dans une certaine limite, au Portugal ou en Espagne, l'apparence de « véritables » catéchumènes.

Mais les indices montrent que beaucoup d'entre eux, sous prétexte que la Loi juive est pérenne, persévéraient dans le judaïsme. Par exemple, en 1619, les catéchumènes João de Meneses, de Salé, son épouse Maria, de Meknès, Agostinho de Mendonça, de Fès et Fernando da Silva, de Marrakech, ont annoncé mutuellement qu'ils croyaient et vivaient encore selon la Loi de Moïse, « qu'elle était durable », et que celle des chrétiens n'était pas bonne. Comme Fernando, le sergent Agostinho était célibataire et João et Maria mariés, étaient tous les deux juifs. Ainsi, Agostinho invoquerait l'exemple de D. Paulo de Santa Maria, qui était expert, dans les cérémonies, des préceptes positifs de la Loi de Moïse, ne voulant donc pas se marier avec une chrétienne, car ladite loi « interdisait », qu'il s'assemble avec des païens[48]. De fait, en invoquant D. Paulo de Santa Maria, ils exorcisaient la mémoire d'un coreligionnaire qui dans les milieux catholiques était considéré comme l'exemple ultime d'un juif du Maroc converti en chrétien dévot : Moisés Benzamerro qui s'était converti à Lisbonne avec le nom de Manuel de Noronha. Moisés appartenait au puissant clan de la famille Benzamerro, ayant une place de choix dans la Safi portugaise et par la suite dans le royaume des chérifs Sa'diens[49]. Moisés Benzamerro, un juif de Fès, fut l'un des déposants à Lisbonne en 1584, par-devant l'Inquisition, concernant l'ensevelissement des juifs au Maroc[50]. C'était la première étape vers une entrée défi-

47. David Graizbord, « A historical contextualization of Sephardi apostates and self-styled missionaries of the seventeenth century », *in Jewish History*, vol. 19, n° 3-4, 2005, p. 297.

48. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fols. 45v°-46.

49. Voir José Alberto Tavim, « Abraão Benzamerro », *in Mare Liberum*, n° 6, décembre 1993, pp. 115-141.

50. « Moisés Benzamerro, Abraão Gibre, Santo Bibas, Salomão Benamy, Abraão Vilhalon et António de Barcelos sont interrogés par le Saint-Office, à Lisbonne », Lisbonne, 16.8.1584, *in* ANTT, *Inquisição de Lisboa, Cadernos do Promotor*, livro 14 (201), fols. 190-192v°

primeiro passo para uma entrada definitiva no universo católico, vindo a baptizar-se no Escorial, em 3 de Abril de 1589, com o nome de Paulo de Santa Maria[51], sendo elevado a conselheiro régio[52]. Portanto, na reunião dos quatro resistentes, o ilustre Moisés Benzamerro, intitulado de Dom[53] para realçar o seu estatuto, ao ser lembrado como pessoa que continuava a seguir escrupulosamente a sua religião ancestral, servia de exemplo para a resistência destes correligionários e de corolário comprovativo da perdurabilidade da Lei de Moisés.

Na verdade esta incidência em não casar fora do grupo estrito pode ter como fundo social o fenómeno da sua verdadeira exclusão como recentes convertidos: muitos deles só conseguiam consorciar-se com mulheres de baixa condição social, como ex-escravas, mouriscas e prostitutas[54]. Sabemos também que, contra as intenções iniciais dos seus protectores eclesiásticos e nobres, a maior parte ficou na dependência da Coroa. Alguns conseguiram empregos em prol desta última. Vimos que Agostinho de Mendonça era sargento. Mas muitos trabalhavam na alfândega, ou em profissões paralelas, como Martinho de Mascarenhas, corretor dos arménios[55]. Mesmo pessoas como António de Portugal, que servia o contador dos Contos, Francisco Freire de Andrade, e João Lobo, que andava num barco passando gente para Almada e outros locais, deviam depender dos réditos da alfândega. Na verdade, muitos dependiam da tença régia, vendendo pelas ruas ou pedindo esmola para seu sustento. No primeiro caso temos o exemplo de João de Meneses e do sargento Agostinho de Mendonça. No segundo eis Diogo da Cunha, a quem nunca é apontada profissão e que em 1610-1611 partiu para Sevilha na companhia de Sebastião Lobo, também hebreu converso, a

nitive dans l'univers catholique, ayant été baptisé à Escorial, le 3 avril 1589, avec le nom de Paulo de Santa Maria[51], il sera élevé à la dignité de conseiller du roi[52]. Par conséquent, lors de la réunion des quatre résistants, l'illustre Moïse Benzamerro, intitulé de « Don »[53] pour souligner son statut, lorsqu'on se souviendrait de lui comme d'une personne scrupuleusement fidèle à sa religion ancestrale, servait à la fois d'exemple à ces coreligionnaires lors de leur résistance et de corollaire justificatif à la pérennité de la Loi de Moisés.

En réalité, cette incidence de ne pas se marier à l'extérieur du groupe restreint peut avoir comme fond social le phénomène de sa véritable exclusion en tant que récents convertis : beaucoup d'entre eux ne parvenaient à s'unir qu'avec des femmes de basse condition sociale, telles que d'anciennes esclaves, des maures et des prostituées[54]. D'autre part nous savons aussi que, contre les intentions initiales de leurs protecteurs nobles et ecclésiastiques, la majorité est restée sous la dépendance de la Couronne, auprès de laquelle quelques-uns ont réussi à avoir des emplois. Nous avons vu que Agostinho de Mendonça était sergent. Mais beaucoup travaillaient à la douane ou avaient des professions parallèles, comme Martinho de Mascarenhas qui était courtier des arméniens[55]. Même des gens comme António de Portugal, qui servait de *contador dos Contos* Francisco Freire de Andrade, et João Lobo, qui emmenait dans un bateau des gens vers Almada et d'autres lieux, devaient dépendre des recettes des douanes. En effet, beaucoup dépendaient de la rente royale, en vendant dans les rues ou en demandant l'aumône pour leur subsistance. Dans le premier cas, nous avons l'exemple de João de Meneses et du sergent Agostinho de Mendonça. En second lieu, nous trouvons Diogo da Cunha, pour lequel aucune profession n'est indiquée et qui est parti pour Séville en 1610-1611 en compagnie de Sebastião Lobo, un autre

sição de Lisboa, Cadernos do Promotor, livro 14 (201), fols. 190-192vº e 193vº-194, pub. por José Alberto Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 577-579.

51. Robert Ricard, «Baptême d`un Juif de Fès a l`Escorial (1589)», *in Hespéris*, tomo 44, 1º-2 semestres, 1937, p. 136.

52. *Vide* David Corcos, «Benzamerro», *in* Cecil Roth *et al.* (ed.), *Encyclopaedia Judaica*, vol. 4, Jerusalém. Keter Publishing, 1971, p. 572.

53. Embora Manuel Ferrer-Chivite considere que a adopção do título de «Don» por famílias conversas de Espanha, com o objectivo de inserção nos escalões mais altos da sociedade, tenha levado a uma proliferação abusiva daquele, denunciada por muitos cronistas da época, devemos realçar que aqui se trata do caso excepcional de um judeu recentemente convertido – *vide* o artigo de Manuel Ferrer-Chivite, «El factor judeo-converso en el proceso de consolidación del título de `Don´», *in Sefarad*, vol. 45, fasc. 1, 1985, pp. 131-173.

54. *Vide* José Alberto Tavim, «Negociação de identidades – o jogo dos afectos. Judeus do Mediterrâneo em Portugal e seu Império (séculos XVI-XVII)», *in* Maria Filomena Barros e José Hinojosa Montalvo (ed.), *Minorias Étnico-Religiosas na Península Ibérica (Período Medieval e Moderno)*, Évora-Lisboa, CIDEHUS-Colibri, 2008, pp. 356-357.

55. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 8811, fol. 151vº.

e 193vº-194, pub. par José Alberto Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 577-579.

51. Robert Ricard, « Baptême d`un Juif de Fès à l`Escorial (1589) », *in Hespéris*, tome 44, 1er-2e semestres, 1937, p. 136.

52. Voir David Corcos, « Benzamerro », *in* Cecil Roth *et al.* (éd.), *Encyclopaedia Judaica*, vol. 4, Jérusalem, Keter Publishing, 1971, p. 572.

53. Bien que Manuel Ferrer-Chivite considère que l'adoption du titre « Don » par des familles converties de l'Espagne, dans un objectif d'insertion dans les plus hautes sphères de la société, a conduit à une prolifération abusive de ce dernier, dénoncée par de nombreux chroniqueurs de l'époque, nous soulignons qu'il s'agit ici du cas exceptionnel d'un juif récemment converti – voir l´article de Manuel Ferrer-Chivite, « El factor judeo-converso en el proceso de consolidación del título de `Don´ », *in Sefarad*, vol. 45, fasc. 1, 1985, pp. 131-173.

54. Voir José Alberto Tavim, « Negociação de identidades – o jogo dos afectos. Judeus do Mediterrâneo em Portugal e seu Império (séculos XVI-XVII) », *in* Maria Filomena Barros et José Hinojosa Montalvo (éd.), *Minorias Étnico-Religiosas na Península Ibérica (Período Medieval e Moderno)*, Évora-Lisbonne, CIDEHUS-Colibri, 2008, pp. 356-357.

55. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 8811, fol. 151vº.

pedir esmolas. Presume-se que teriam autorização da Mesa da Consciência e Ordens para assim procederem, como pode ser atestado pelo caso de Francisco de Paula[56].

Uma desestruturação social provocada pelo estigma da sociedade envolvente vai torná-los rapidamente dissidentes, voluntária ou involuntariamente. Tomemos primeiro o caso de Diogo da Cunha, oriundo de Marraquexe, filho de Salomão Mercador e de Maria Zaguri, baptizado em Lisboa pelo bispo de Ceuta e director da Casa dos Catecúmenos, frei Jerónimo de Gouveia, a 18 de Novembro de 1607 (como constava do *Livro dos Catecúmenos*, fol. 8v°). A 6 de Maio de 1614 veio apresentar-se de espontânea vontade à Casa do Despacho da Santa Inquisição, em Lisboa. Informou que havia recebido a cristã-velha Margarida Lopes em face da igreja de Nossa Senhora do Loreto, dois anos após a sua conversão, e que após um ano de casamento esta havia fugido com aquele que ele designa um «Mouro de Nação». Sendo informado que Margarida havia falecido, casou em segundas núpcias na igreja de São Pedro, em Torres Vedras, com outra cristã-velha: Catarina Antunes. Porém, outros conversos informariam Diogo que haviam avistado Margarida em Madrid: Agostinho de Mendonça, Manuel Dias de Meneses, Francisco de Castro e o seu próprio primo Fernando da Silva. Os inquisidores, ciosos de averiguar a verdade da situação, disseram-lhe que não se afastasse da casa em que morava[57].

Este episódio marca o destino nefasto do novo cristão Diogo da Cunha. Logo em 23 de Abril de 1614, ou seja, cerca de um mês após a sua confissão, foi abrangido pela ordem régia de retirar a tença aos catecúmenos que não vivessem bem – o que significa que ficou privado da sua principal fonte de subsistência. Em Agosto de 1616, Diogo da Cunha entraria nos cárceres da Inquisição de Lisboa. O início do processo revela de imediato que os inquisidores tinham à sua disposição um conjunto de judeus que se haviam catequizado, alguns dos quais moravam próximo do local onde tinham recebido a instrução régia, ou seja, a Casa dos Catecúmenos. Verifica-se, igualmente, que estes homens deambulavam com frequência entre Lisboa, Sevilha e Madrid. Uma das testemunhas era António de Castro, morador na Rua dos Calafates mas deslocado em Madrid. António de Pina, António da Cunha, Francisco de Castro e Domingos Brandão testemunharam perante o Santo Ofício que tinham visto a primeira mulher de Diogo da Cunha em Madrid. Francisco da

56. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5948, 1.ª via, fols. 17v°-27v° e 52; e 3.ª via, fols. 16v° e 39v°.

57. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, livro 13 – *Confissões* – «Confissão de Diogo da Cunha, Hebreu de Nação», Lisboa, 6.3.1614, fols. 83-84.

converti qui demandait l'aumône. On peut supposer qu'ils avaient l'autorisation de la *Mesa da Consciência e Ordens* pour le faire, comme le montre le cas de Francisco de Paula[56].

Une déstructuration sociale provoquée par le stigmate de la société environnante les rendra, volontairement ou involontairement, rapidement dissidents. Examinons tout d'abord le cas de Diogo da Cunha, originaire de Marrakech, fils de Salomão Mercador et de Marie Zaguri et baptisé à Lisbonne par le frère Jerónimo de Gouveia, évêque de Ceuta et directeur de la maison des catéchumènes, le 18 novembre 1607 (tel que cela figurait dans le *Livro dos Catecúmenos*, fol. 8v°). Le 6 mai 1614, il vint se présenter volontairement à la *Casa do Despacho* de la Sainte Inquisition à Lisbonne déclarant qu'il avait épousé la *cristã-velha* Margarida Lopes à l'église de Notre-Dame-de-Lorette deux ans après sa conversion et qu'après un an de mariage elle s'était enfuie avec celui qu'il désigne de « Maure de Nation ». Ayant appris que Margarida était morte, il épousa en second noce, à l'église Saint-Pierre, à Torres Vedras, une autre *cristã-velha*: Catarina Antunes. Cependant, d'autres convertis informeraient Diogo qu'ils avaient aperçu Margarida à Madrid : Agostinho Mendonça, Manuel Dias de Meneses, Francisco de Castro et son cousin Fernando da Silva lui-même. Les inquisiteurs, soucieux d'établir la vérité sur la situation, lui dirent de ne pas s'éloigner de la maison où il vivait[57].

Cet épisode marque le triste sort du nouveau chrétien Diogo da Cunha. Dès le 23 avril 1614, soit environ un mois après ses aveux, il fut concerné par l'ordonnance royale qui retirait la rente aux catéchumènes qui n'adoptaient pas un bon comportement – ce qui signifie qu'il fut privé de sa principale source de subsistance. En août 1616, Diogo da Cunha entrait dans les prisons de l'Inquisition de Lisbonne. Le début du procès révèle d'emblée que les inquisiteurs avaient à leur disposition un certain nombre de juifs qui avaient été catéchisés et dont certains vivaient à proximité de l'endroit où ils avaient reçu l'instruction royale, c'est-à-dire, près de la maison des catéchumènes. On constate également que ces hommes déambulaient souvent entre Lisbonne, Séville et Madrid. L'un des témoins était António de Castro, un résident de la rue des Calafates, mais qui avait déménagé à Madrid. António de Pina, António da Cunha, Francisco de Castro et Domingos Brandão ont témoigné devant le tribunal du Saint-Office qu'ils avaient vu la première épouse de Diogo da Cunha, à Madrid. Francisco da Cunha et Domingos Brandão ont également précisé que Francisco de Paula, le nouveau mari de Margarida Lopes, était un Juif baptisé à Séville – et plus précisé-

56. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5948, 1^er^ exemplaire, fol. 17v°-27v° et 52 ; et 3^e^ exemplaire, fol. 16v° et 39v°.

57. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, livre 13, *Confissões*, « Confissão de Diogo da Cunha, Hebreu de Nação », Lisbonne, 6.3.1614, fol. 83-84.

Cunha e Domingos Brandão clarificaram também que Francisco de Paula, o novo marido de Margarida Lopes, era um judeu baptizado em Sevilha – mais propriamente na Igreja Maior, segundo Domingos Brandão. Em Madrid, a Francisco da Cunha, foi o próprio Francisco de Paula que referiu que era casado com a mulher de Diogo da Cunha. Agostinho de Mendonça viu Francisco de Paula, mas em Sevilha, o qual sabia ter casado com a primeira mulher de Diogo da Cunha. Também em Sevilha, foi Francisco de Paula que disse a Manuel Dias de Meneses, a Domingos Brandão e a um Sebastião Lobo – que anda em Castela – como estava casado com Margarida Lopes[58].

O que se retira destes depoimentos é que a estigmatização social e a precariedade económica forçavam, de qualquer forma, à deambulação. E que a deambulação passou a ser a sua forma de vida «picaresca»[59], iniciada em Marrocos. A passagem pela Casa dos Catecúmenos que pressuporia, teoricamente, uma integração e uma estabilização no universo católico, revelou-se, em muitos casos, uma mera etapa transitória, que cauc-ionou as pretensões primeiras de muitos deles, ou seja, um trânsito facilitado pela Península Ibérica e outras partes da Europa.

Segundo aspecto, e também bastante interessante: que muito da sua vida social externa se tornou tanto mais instável quanto, devido ao estigma social, tomavam consciência da perdurabilidade da sua identidade primeira. A sua vida social fê-los aceitar casamentos artificiais: Margarida Lopes é um bom exemplo de como havia um grupo de mulheres de baixa condição prontas a adaptarem-se a uma vida «marital» errante. Outros conversos nem se casavam e viviam em casa de outro catecúmeno ou de um senhor e passaram a escolher lugares sociais duvidosos correspondentes à sua desintegração. Era nestes lugares que um outro tempo social também aflorava – o da dissidência face à ordem social exterior. Por exemplo, em 1613, Diogo da Cunha acompanhou o mourisco Lourenço de Melo à casa das prostitutas Maria de Aguiar e Maria da Rosa, na Rua do Conde, para confirmarem a superioridade das suas religiões face ao catolicismo – e, para as mulheres não entenderem, exprimiam-se em «língua mourisca»[60]. Num domingo do mesmo ano verificou-se um diálogo reflexivo bastante contundente, entre os «judeus» Diogo da Cunha, João da Silva e Francisco da Cunha, numa taberna em que iam tomar vinho, sita na Rua Direita da Porta de Santa Catarina, pertencente

58. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5948, 1.ª via.

59. Sobre a questão da vivência «picaresca» dos judeus em Espanha, mas no século XV, *vide* Carlos Carrete Parrondo e Yolanda Moreno Koch, «De pícaros y picaresca en el judaísmo castellano», *in Sefarad*, n.º 61, fasc. 2, 2001, pp. 287-297.

60. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5948, 3.ª via, fols. 96 e 103v°.

ment dans l'*Iglesia Mayor*, d'après Domingos Brandão. À Madrid, c'est Francisco de Paula lui-même qui a dit à Francisco da Cunha qu'il était marié avec la femme de Diogo da Cunha. Agostinho de Mendonça avait vu Francisco de Paula, mais à Séville, celui-là savait qu'il avait épousé la première femme de Diogo da Cunha. Toujours à Séville, c'est Francisco de Paula qui a dit à Manuel Dias de Meneses, à Domingos Brandão et à Sebastião Lobo – qui se trouvait à Castille – qu'il s'était marié avec Margarida Lopes[58].

Ce qui ressort de ces témoignages est que la stigmatisation sociale et la précarité économique forçaient, d'une certaine façon, à la déambulation. Et que celle-ci était devenue leur mode de vie « picaresque »[59] commencé au Maroc. Le passage par la maison des catéchumènes qui supposait, en théorie, une intégration et une stabilisation dans l'univers catholique s'est révélé, dans de nombreux cas, une simple étape de transition qui, pour un bon nombre d'entre eux, a effectivement cautionné les premières revendications, c'est-à-dire, un transit facilité par la Péninsule Ibérique et par d'autres parties de l'Europe.

Un deuxième aspect, tout aussi intéressant, est celui de constater qu'en raison de la stigmatisation sociale, une grande partie de leur vie sociale externe devenait beaucoup plus instable lorsqu'ils prenaient conscience de la persistance de leur identité première. Leur vie sociale leur fit accepter les mariages artificiels : Margarida Lopes est un bon exemple de la façon dont un groupe de femmes de basse condition étaient prêtes à s'adapter à une vie « maritale » errante ; bon nombre d'entre eux ne se mariaient pas et vivaient dans la maison d'un autre catéchumène ou d'un seigneur, commencèrent à fréquenter des lieux suspects correspondant à leur désintégration. C'est en ces lieux qu'un nouveau temps social a également émergé – celui de la dissidence par rapport à l'ordre social extérieur. Par exemple, en 1613, Diogo da Cunha accompagna le maure Lourenço de Melo à la maison des prostituées Maria de Aguiar et Maria da Rosa, dans la rue do Conde, afin de confirmer la supériorité de leur religion au regard du catholicisme – et pour que les femmes ne puissent les comprendre ils se sont exprimés en « langue mauresque »[60]. Un dimanche de la même année il y eut également un dialogue de réflexion très blessant, entre les « juifs » Diogo da Cunha, João da Silva et Francisco da Cunha, dans une taverne, où ils allaient boire du vin, située dans la rue Direita de la porte de Santa Catarina, et appartenant à une femme qui était connue, de manière caractéris-

58. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5948, 1e exemplaire.

59. Sur la question du vécu « picaresque » des juifs en Espagne, mais au XVe siècle, voir Carlos Carrete Parrondo et Yolanda Moreno Koch, « De pícaros y picaresca en el judaísmo castellano », *in Sefarad* nº 61, fasc. 2, 2001, pp. 287-297.

60. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5948, 3e exemplaire, fol. 96 et 103v°.

a uma mulher que era conhecida, sintomaticamente, como a «Madalena». Vendo passar no exterior as irmandades das confrarias, entre as quais a dos pretos, Diogo da Cunha avançou que naquelas eram todos cristãos, independentemente da cor. Assim, não tendo João e Francisco confraria, tal significava que não eram judeus, nem cristãos, nem muçulmanos. Logo Francisco questionou porque havia de formar uma confraria se nela ia um santo de pau e uma santa de pedra. João anuiu com Francisco e, por isso, aquele mandou distribuir outra rodada de vinho. O mais interessante neste caso é uma total consciência da marginalidade, assumindo espessuras diferentes: Diogo configurava o vazio religioso destes homens que passaram de um mundo a outro sem assumirem os seus parâmetros – e daí o facto de não conseguirem enquadrar-se institucionalmente dentro daqueles, ou sejam não tinham confraria; Francisco tomava como assente, para uma exclusão de pertença ao universo religioso vigente, a clássica profanação da simbologia máxima do catolicismo[61]; todos consagraram o espaço da discórdia como espaço social da sua marginalidade ao comemorarem a sua reflexão com vinho. O veículo de comunicação foi de novo o seu vernáculo, que sobressaía sobre uma língua que não sentiam como sua e que continuava a ser, como o árabe, um veículo maior da sua dissidência social: exprimiram-se entre si em hebraico[62].

Mas a exclusão assumia-se mesmo dentro dos parâmetros alargados do seu universo religioso, dentro da Península Ibérica. Os cristãos-novos afastavam-se destes judeus recentemente convertidos, em termos de inclusão social, com algumas excepções. Por exemplo, Jacob, judeu convertido com o nome de Martinho Mascarenhas, já mencionado atrás, acabaria por se consorciar no seio de uma família de conversos do Porto – sua esposa era Clara Rodrigues de Chaves e seu sogro João Rodrigues Valença, escrivão naquela urbe, sendo todos enredados na teia do Santo Ofício. Mas os primeiros contactos de Martinho Mascarenhas com o Santo Ofício datam de 1674, para denunciar conversas de Mazagão relacionadas com o movimento do Messias Místico Sabbatai Zvi, no Médio Oriente[63] –

61. *Vide* Daniel J. Laskier, *Jewish Philosophical Polemics against Christianity in the Middle Ages*, Oxford, The Littman Library of Jewish Civilization, 2007.

62. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5948, 3.ª via, fols. 93v°-94.

63. *Vide* Gershom Scholem, *Sabbatai Tsevi. Le Messie Mystique, 1626-1676*, trad. De Marie-José Jolivet e Alexis Nous, Paris, Verdier, 1983; Elisheva Carlebach, *The Pursuit of Heresy. Rabbi Moses Hagiz and the Sabbatean Controversies*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1999; Matt Goldish, *The Sabbatean Prophets*, Cambridge, Harvard University Press, 2004; Moshe Idel, *Messianic Mystics*, New Haven e Londres, Yale University Press, cap. 4; Zvi Werblowsky, «Sabbatai Sebí», *in* Haim Beinart (ed.), *Moreset Sefarad: El legado*

tique, sous le nom de « Madeleine ». En voyant passer dehors les fraternités des confréries, parmi lesquelles se trouvaient celles des noirs, Diogo da Cunha dit que dans celles-ci tous étaient chrétiens, indépendamment de la couleur. João et Francisco n'ayant pas de confrérie, cela signifiait donc qu'ils n'étaient ni juifs, ni chrétiens, ni musulmans. Francisco s'interrogea alors sur la raison pour laquelle il devait former une confrérie si, dans celle-ci, il y avait un saint en bois et une sainte en pierre ? João était d'accord avec Francisco et demanda, donc, une nouvelle tournée de vin. Le plus intéressant dans ce cas c'est que l'on observe une prise de conscience totale de leur marginalité, reconnue à plusieurs niveaux : Diogo configurait le vide religieux de ces hommes qui étaient passés d'un monde à l'autre sans en assumer les paramètres – et de là, le fait qu'ils ne parviennent pas à s'inscrire institutionnellement à l'intérieur de ceux-ci, autrement dit, ils n'avaient pas de confrérie ; il semblait évident pour Francisco que l'exclusion d'appartenance à l'univers religieux en vigueur provenait de la profanation classique de la symbologie maximale du Catholicisme[61] ; tous acclamèrent l'espace de la discorde comme l'espace social de leur marginalité et célébrèrent sa réflexion avec du vin. Une de fois de plus, le véhicule de la communication fut leur langue vernaculaire – qui ressortit par rapport à une langue qu'ils ne ressentaient pas comme la leur – et qui a persisté, comme l'arabe, un véhicule majeur de leur contestation sociale : ils s'exprimèrent entre eux en hébreu[62]. Mais l'exclusion s'assumait aussi à l'intérieur des paramètres étendus de son univers religieux, dans la Péninsule ibérique. Les nouveaux chrétiens s'éloignaient de ces juifs récemment convertis en termes d'intégration sociale, à quelques exceptions près. Par exemple, Jacob, un juif converti du nom de Martinho Mascarenhas, déjà mentionné auparavant, finirait par s'insérer au sein d'une famille de convertis de Porto – sa femme était Clara Rodrigues de Chaves et son beau-père João Rodrigues Valença, écrivain dans cette même ville, ayant tous été pris dans la toile du Saint-Office. Mais les premiers contacts de Martinho Mascarenhas avec le Saint-Office eurent lieu en 1674, pour dénoncer des conversations entendues à Mazagan concernant le mouvement du mystique Messie Sabbataï Zvi, au Moyen-Orient[63] – Joana Pereira et ses filles Maria de

61. Voir Daniel J. Laskier, *Jewish Philosophical Polemics against Christianity in the Middle Ages*, Oxford, The Littman Library of Jewish Civilization, 2007.

62. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5948, 3^e exemplaire, fol. 93v°-94.

63. Voir Gershom Scholem, *Sabbatai Tsevi. Le Messie Mystique, 1626-1676*, trad. de Marie-José Jolivet et Alexis Nous, Paris, Verdier, 1983 ; Elisheva Carlebach, *The Pursuit of Heresy. Rabbi Moses Hagiz and the Sabbatean Controversies*, New York, Columbia University Press, 1999 ; Matt Goldish, *The Sabbatean Prophets*, Cambridge, Harvard University Press, 2004 ; Moshe Idel, *Messianic Mystics*, New

Joana Pereira e suas filhas, Maria de Leão e Brites de Leão, que lhe perguntaram se rabi Samuel Arroyo, de Azamor, havia dado algumas esmolas, pois ordenara um jejum naquela cidade, que elas acompanhavam a partir de Mazagão. Isto acontecera no tempo que se dizia que vinha «o Messias pellas partes de Constantinopla, e por esse respeito o dito rabino havia recebido muitas cousas dos cristãos-novos»[64]. Trata-se de um dos ecos do movimento de Sabbatai em Marrocos, de que rabi Samuel foi ao nível local um grande propagandista[65]. Toda a família se deslocou para Lisboa, e daí para a Holanda, talvez como uma forma mais fácil de ir ao encontro do Messias esperado. Contudo, a incidência na pessoa de Brites de Leão, que ele acusaria de ter mandado vir umas orações judaicas de Salé, deve-se certamente ao facto desta o ter repudiado como futuro marido.

A cunhada de Martinho Mascarenhas, Mariana de Chaves, no processo que lhe foi movido pela Inquisição de Lisboa, em 1703, acusa-o de referir que a gente de Portugal, ou seja, os conversos, não eram nem cristãos, nem mouros, nem judeus, mas que viviam a Lei da Natureza, pois em Portugal não se podia observar bem a Lei de Moisés. O próprio Martinho acabaria por confessar ter avisado Manuel Lopes Samera e sua esposa que os judeus de Portugal viviam com embustes e gentios[66]. Esta atitude revela que os judeus

Leão et Brites de Leão lui avaient demandé si le rabbin Samuel Arroyo d'Azemmour avait donné quelques aumônes, car il avait ordonné un jeûne dans cette ville – qu'elles accompagnaient depuis Mazagan. Cela s'est produit au moment où l'on prévoyait la venue « du Messie de Constantinople et, à cet égard, les nouveaux chrétiens avaient donné audit rabbin de nombreuses choses »[64]. Il s'agit d'un des échos du mouvement de Sabbataï au Maroc, dont le rabbin Samuel a été, au niveau local, un grand propagandiste[65]. Toute la famille s'installera à Lisbonne, puis aux Pays-Bas, peut-être comme un moyen plus facile d'aller à la rencontre du « Messie » attendu. Néanmoins, les répercussions sur la personne de Brites de Leão, qu'ils accusent de faire venir de Salé des oraisons judaïques sont certainement dues au fait que celle-ci l'ait répudié comme futur mari.

Dans la procédure que l'Inquisition de Lisbonne lui intenta, en 1703, la belle-sœur de Martinho Mascarenhas, Mariana de Chaves, l'accuse de rapporter que les gens du Portugal, autrement dit, les convertis, n'étaient ni chrétiens, ni maures, ni juifs, mais qu'ils vivaient selon la Loi de la Nature, car au Portugal la Loi de Moïse ne pouvait pas être respectée. Martinho, lui-même, finirait par admettre qu'il avait bel et bien informé Manuel Lopes Samera et sa femme du fait que les juifs du Portugal vivaient parmi les escrocs et les gentils[66]. Cette attitude révèle que les juifs néophytes

---

de Sefarad, vol. II, Jerusalém, Editorial Universitária Magnes, 1993, pp. 214-233; Jacob Barnai, «La diffusion du mouvement sabbatian aux XVII[e]-XVIII[e] siècles», *in* Shmuel Trigano (ed.), *La Société Juive à travers l`Histoire*, vol. III, Paris, Fayard, 1993, pp. 309-328; *idem*, «The spread of the Sabbatean mouvement *in* the seventeenth and eighteenth centuries», *in* Sophie Menache (ed.), *Communication in the Jewish Diaspora. The Pre-Modern World*, Leiden, Brill, 1996, pp. 325-357; Jetteke van Wijk, «The Rise and Fall of Shabbatai Zevi as Reflected *in* Contemporary Press Reports», *in Studia Rosenthaliana*, vol. 33, 1999, pp. 7-27.

64. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, livro 248 (Século XVII – *Caderno do Promotor*, n.º 51), fols. 136-140.

65. Sobre o movimento de Sabbatai em Marrocos e Espanha *vide* Bernardo J. López Belinchón, «Los Criptojudíos Españoles y Sabbatai Zevi», *in* Alfredo Alvar Ezquerra *et al*. (ed.), *Política y Cultura, en la Época Moderna (Cambios dinásticos. Milenarismos, mesianismos y utopías)*, Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá, 2004, pp. 697-704; Mercedes Garcia-Arenal, «Attentes messianiques au Maghreb et dans la péninsule Ibérique: du nouveau sur Sabbatai Zvi», *in Lucette Valensi à l`œuvre. Une histoire anthropologique de l`Islam méditerranéen*, Paris, Editions Bouchene, 2002, pp. 225-242; *idem*, «'Un réconfort pour ceux qui sont dans l`attente`. Prophétie et millénarisme dans la péninsule Ibérique et au Maghreb (XVI[e]-XVII[e] siècles)», *in Revue de l`histoire des religions*, vol. 220, n.º 4, pp. 445-486 ; *idem*, «Expectativas messianicas en el Magreb y la Peninsula Iberica: entre David Reubeni y Sabbatai Sevi», *in* Mery Ruah (ed.), *Os Judeus sefarditas entre Portugal Espanha e Marrocos*, Lisboa, Colibri, pp. 53-85. Especificamente sobre o caso de Mazagão *vide* José Alberto Tavim, «Revisitando uma carta em português sobre Sabbatai Zvi», *in Sefarad*, vol. 67, n.º 1, pp. 153-190.

66. Sobre o caso de Martinho de Mascarenhas *vide* o nosso artigo «Negociação de identidades», *in Minorias Étnico-Religiosas*... cit., pp. 355-357 e 361-362.

Haven-Londres, Yale University Press, chap. 4; Zvi Werblowsky, « Sabbatai Sebí », *in* Haim Beinart (éd.), *Moreset Sefarad : El legado de Sefarad*, vol. II, Jérusalem, Editorial Universitária Magnes, 1993, pp. 214-233 ; Jacob Barnai, « La diffusion du mouvement sabbatian aux XVII[e]-XVIII[e] siècles », *in* Shmuel Trigano (éd.), *La Société Juive à travers l`Histoire*, vol. III, Paris, Fayard, 1993, pp. 309-328 ; *idem*, « The spread of the Sabbatean mouvement in the seventeenth and eighteenth centuries », *in* Sophie Menache (éd.), *Communication in the Jewish Diaspora. The Pre-Modern World*, Leiden, Brill, 1996, pp. 325-357; Jetteke van Wijk, « The Rise and Fall of Shabbatai Zevi as Reflected in Contemporary Press Reports », *in Studia Rosenthaliana*, vol. 33, 1999, pp. 7-27.

64. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, livre 248 (Século XVII – *Caderno do Promotor*, nº 51), fol. 136-140.

65. Sur le mouvement de Sabbataï au Maroc et en Espagne, voir Bernardo J. López Belinchón, « Los Criptojudíos Españoles y Sabbatai Zevi », *in* Alfredo Alvar Ezquerra *et al*. (éd.), *Política y Cultura, en la Época Moderna (Cambios dinásticos. Milenarismos, mesianismos y utopías)*, Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá, 2004, pp. 697-704 ; Mercedes Garcia-Arenal, « Attentes messianiques au Maghreb et dans la Péninsule ibérique : du nouveau sur Sabbataï Zvi », *in Lucette Valensi à l`œuvre. Une histoire anthropologique de l`Islam méditerranéen*, Paris, Éditions Bouchene, 2002, pp. 225-242 ; *idem*, « Un réconfort pour ceux qui sont dans l`attente. Prophétie et millénarisme dans la Péninsule ibérique et au Maghreb (XVI[e]-XVII[e] siècles) », *in Revue de l`histoire des religions*, vol. 220, nº 4, pp. 445-486 ; *idem*, « Expectativas messianicas en el Magreb y la Peninsula Iberica : entre David Reubeni y Sabbatai Sevi », *in* Mery Ruah (éd.), *Os Judeus sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*, Lisbonne, Colibri, pp. 53-85.Sur le cas de Mazagan en particulier, voir José Alberto Tavim, « Revisitando uma carta em português sobre Sabbatai Zvi », *in Sefarad*, vol. 67, nº 1, pp. 153-190.

66. Sur le cas de Martinho de Mascarenhas, voir notre article « Negociação de identidades », *in Minorias Étnico-Religiosas*... cit., pp. 355-357 et 361-362.

neófitos consideravam os conversos seres híbridos e imperfeitos, que não podiam assumir plenamente a sua identidade sócio-religiosa. Daí o facto de alguns se terem deslocado a terras, como Saint-Jean-de-Luz, onde aqueles mais facilmente poderiam ser «perfeitos», na sequência do seu auxílio. E daí também a estratégia de alguns destes catecúmenos em continuarem solteiros ou só se casarem com mulheres também judias. Por sua vez denota-se que a maior parte da sociedade católica os considerava suspeitos na sua hibridez. Os próprios cristãos-novos parecem ter receado a sua inclusão, numa vivência secular de segregação, com «segredos sociais» assumidos em termos endogâmicos, e sobretudo não estavam interessados em «colar-se» à sua marginalidade[67]. O caso do casamento de Martinho Mascarenhas aponta-se como excepcional, devido à sua também excepcional origem social e ser apaniguado pelo rei. Sabemos que era, na origem, um mercador de grande fortuna; que o capitão de Mazagão o enlevou junto do rei; que D. Pedro, além de lhe conceder o cargo de corretor dos arménios, lhe fez mercê de 1 tostão por dia; e que, passados três anos, essa mercê subiu para 1 tostão e meio[68]. De facto, os outros «novos cristãos» mantiveram-se num limiar de sociabilidade equivalente ao espaço escuso da taverna, bebendo vinho entre si, enquanto o exterior era o palco colectivo das manifestações religiosas que enquadravam o todo social.

4. O regresso a si mesmos?

A falta de enquadramento social vai forçar ainda mais o móbil da necessidade premente de partida, que foi o motivo fundamental do início da sua deslocação, espelhando situações de instabilidade social em Marrocos. Já vimos que Fernando da Silva e Agostinho de Mendonça tentaram a sorte de uma vida integralmente judaica em Saint-Jean-de-Luz, mas por motivos escusos tiveram que regressar a Portugal. Outros acabaram de forma mais trágica. Diogo da Cunha, primo de Fernando da Silva, encerrado nos calabouços do Santo Ofício, acabou por realizar dentro destes a mesma viagem de encontro consigo próprio que aquele e outros catecúmenos puderam usufruir no exterior: ao verificar que a sua existência «material» estava

67. Sobre o universo específico dos cristãos-novos, nomeadamente as suas estratégias sociais de se descolarem das «imagens» dos antigos judeus ibéricos, que lhes não eram convenientes, *vide* Natalia Muchnik, «Being against, being with: *Marrano* self-identification *in* inquisitorial Spain (Sixteenth-Eigteenth Centuries). An essay», *in Jewish History*, vol. 25, n.º 2, 2011, pp. 153-174.

68. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso VI. Doações*, livro 41, fol. 3-3vº («Mercê de Lisboa, 18.3.1670»); livro 46, fols. 74vº-75 («Mercê de Lisboa, de 21.6.1673»).

considéraient les convertis comme des êtres hybrides et imparfaits qui ne pouvaient assumer entièrement leur identité sociale et religieuse. Ce qui explique que certains de ses juifs néophytes se soient déplacés vers d'autres lieux, tels que Saint-Jean-de-Luz, où les convertis pouvaient plus facilement être « parfaits », en raison de leur aide. Et, par conséquent, la stratégie de certains de ces catéchumènes de rester célibataires ou simplement d'épouser des femmes également juives. On remarque ici qu'une grande partie de la société catholique les considérait comme suspects en raison de leur hybridité. Les nouveaux chrétiens, eux-mêmes, semblent avoir craint leur inclusion dans une expérience de vie séculaire de ségrégation, avec des « secrets sociaux » assumés en termes endogamiques et ils n'étaient surtout pas intéressés « à se mêler » à leur marginalité[67]. Le cas du mariage de Martinho Mascarenhas est vu comme exceptionnel dû en partie à son origine sociale, tout aussi exceptionnelle, mais également parce qu'il était protégé par le roi. Nous savons qu'il était, à l'origine, un marchand de grande fortune ; que le capitaine de Mazagan l'a introduit auprès du roi ; que Dom Pedro, outre le fait de lui donner la fonction de courtier des arméniens, l'a gracié d'un sou *tostão* par jour ; et que, trois ans plus tard, cette grâce est passée à 1 sou et demi[68]. De fait, les autres « nouveaux chrétiens » sont restés dans un seuil de sociabilité correspondant à l'espace isolé de la taverne, buvant du vin ensemble, alors qu'à l'extérieur se déroulait le scénario collectif des manifestations religieuses qui encadraient le tout social.

4. Le retour à eux-mêmes ?

Le manque d'encadrement social forcera encore davantage le mobile de la nécessité pressante de départ, laquelle a été la raison fondamentale du début de leur déplacement, reflétant des situations d'instabilité sociale au Maroc.
Nous avons déjà vu que Fernando da Silva et Agostinho de Mendonça ont tenté leur chance pour parvenir à une vie intégralement judaïque à Saint-Jean-de-Luz, mais, pour des raisons que l'on ignore, ils ont dû retourner au Portugal. D'autres juifs ont eu un destin aussi tragique. Diogo da Cunha, cousin de Fernando da Silva, enfermé dans les cachots du Saint-Office, finira par réaliser, à l'intérieur de celui-ci, le même

67. Sur l'univers spécifique des nouveaux-chrétiens, en particulier leurs stratégies sociales pour s`éloigner des « images » des anciens juifs ibériques, qui ne leur convenaient pas, voir Natalia Muchnik, « Being against, being with: Marrano self-identification in inquisitorial Spain (Sixteenth-Eigteenth Centuries). An essay », *in Jewish History*, vol. 25, nº 2, 2011, pp. 153-174.

68. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso VI. Doações*, livre 41, fol. 3-3vº (« Grâce de Lisbonne, du 18.3.1670 »); livre 46, fol. 74vº-75 (« Grâce de Lisbonne, du 21.6.1673 »).

perdida no Reino, iniciou um processo de catarse, ou seja, de identificação regressiva e inabalável com o passado judaico, que era o que restava da sua vivência plena. O expoente da sua negação do presente foi dizer a Francisco Ribeiro, cristão-velho da Arruda, que pretendia morrer como seu primo Fernando, que morreu queimado e estava no Céu, e que ele, Diogo da Cunha, o queria ver ali, assim como a seus parentes, ou seja, como ele próprio diz, «perder o corpo para salvar a alma (…)». De facto, num processo de anulação da vontade de viver, que chegou à demência, Diogo da Cunha morreu de inanição. Ao ordenar a queima dos seus ossos, os Inquisidores assumiram para a posteridade que afinal este catecúmeno estava deslocado do universo católico[69].

Outros porém assumiram errâncias pessoais menos dramáticas. Para o outro lado da fronteira, Pilar Huerga Criado e Bernardo J. López Belinchón dão conta de comportamentos similares.

Pilar Huerga Criado relata um caso exemplar: o de Luís de Acosta, Cristóbal ou David Cohen, vindo de Fez e, de facto, baptizado em Lisboa antes de vogar para Espanha, como tantos outros já mencionados. Mas sabemos que também viajou por França (Bordéus, Toulouse, Montpellier, Marselha e Baiona), Flandres, Amesterdão, Veneza e Livorno, fazendo assim o circuito das principais comunidades de judeus ibéricos da Europa (excepto Hamburgo). Luís de Acosta foi aprisionado em Cartagena e levado aos cárceres do Santo Ofício em Múrcia, nos anos vinte do século XVII, pois verificou-se que se havia baptizado de novo em Antequera e recebia esmolas sob o pretexto que se queria baptizar nas terras por onde passava ou que pretendia alcançar. Como salienta a autora, também como em alguns casos por nós analisados, era uma pessoa sem profissão fixa, que fazia de tudo um pouco, viajante e aventureiro[70].

Bernardo J. López Belinchón aponta também o caso de oito conversos judeus de origem norte-africana, em Málaga, nos anos de sessenta e setenta do século XVII, revelando que eram pessoas que procuravam melhorar a sua precária vida económica. Entre estes destacamos os casos de Diego Felipe, que se baptizou

voyage de rencontre avec lui-même que les autres catéchumènes ont réalisé à l'extérieur : constatant que son existence « matérielle » était perdue dans le Royaume, il initia un processus de catharsis, c'est-à-dire, d'identification régressive et inébranlable avec le passé judaïque qui était ce qui restait de tout son vécu. Le point culminant de sa négation du présent fut celui de dire à Francisco Ribeiro, vieux chrétien d'Arruda, qu'il souhaitait mourir comme son cousin Fernando, qui était mort brûlé et était au Ciel ; et que lui, Diogo da Cunha, voulait le voir là-haut, ainsi qu'à sa famille, autrement dit, comme il le dit lui-même, « perdre le corps pour sauver l'âme (…) ». De fait, dans un processus d'annulation de l'envie de vivre, qui le conduisit à la démence, Diogo de Cunha est mort de faim. En ordonnant la combustion de ses os, les inquisiteurs ont assumé, pour la postérité, qu'après tout ce catéchumène était déplacé de l'univers catholique[69].

D'autres néanmoins ont assumé des errances personnelles moins dramatiques. De l'autre côté de la frontière, Pilar Huerga Criado et Bernardin J. López Belinchón auront des comportements similaires.

Pilar Huerga Criado signale un cas exemplaire : celui de Luís de Acosta, Cristóbal ou David Cohen, venus de Fès, et baptisés de fait à Lisbonne, avant de voguer vers l'Espagne, comme tant d'autres déjà mentionnés. Mais nous savons qu'il a aussi voyagé en France (Bordeaux, Toulouse, Montpellier, Marseille et Bayonne), en Flandre, Amsterdam, Venise et Livourne, faisant ainsi le circuit des principales communautés de juifs ibériques de l'Europe (excepté Hambourg). Luís de Acosta fut emprisonné à Carthagène et emmené dans les prisons du Saint-Office, à Murcia, dans les années vingt du XVII[e] siècle, d'après ce qui a été constaté, il aurait été de nouveau baptisé à Antequera et recevait des aumônes sous prétexte qu'il voulait être baptisé dans les territoires par où il passait ou qu'il souhaitait atteindre. Comme le soulignent l'auteur et quelques cas que nous avons analysés, il n'avait pas de profession fixe, il faisait un peu de tout, il était voyageur et aventurier[70].

Bernardin J. López Belinchón indique, aussi, le cas de huit juifs convertis d'origine nord-africaine, à Málaga, dans les années soixante et soixante-dix du XVII[e] siècle, révélant qu'ils étaient des personnes cherchant à améliorer leur vie économique précaire. Parmi eux

69. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5948, 2.ª via, fols. 6-10v°, 12-13v°, 16-18, e 21v°-22. Na realidade, Fernando da Silva saiu em auto-de-fé em 12.12.1617, com confisco de bens e relaxado à Justiça Secular.

70. Pilar Huerga Criado, «El marranismo ibérico y las comunidades sefardíes», *in Entre el Islam y Occidente*… cit., pp. 59-64. Sobre Luís de Acosta *vide* também Mercedes Garcia-Arenal, «Conexiones entre los judíos marroquíes y la comunidad de Amsterdam», *in* Jaime Contreras *et al.* (ed.), *Familia, Religión y Negocios. El sefardismo en las relaciones entre el mundo ibérico y los Países Bajos en la Edad Moderna*, Madrid, Fundación Carlos de Amberes, 2002, pp. 185-186.

69. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 5948, 2[e] exemplaire, fol. 6-10v°, 12-13v°, 16-18, et 21v°-22. En réalité, Fernando da Silva est sorti pour l'autodafé le 12/12/1617, avec confiscation des biens et est livré à la Justice séculière.

70. Pilar Huerga Criado, « El marranismo ibérico y las comunidades sefardíes », *in Entre el Islam y Occidente*… cit., pp. 59-64. Sur Luís de Acosta voir également Mercedes Garcia-Arenal, « Conexiones entre los judíos marroquíes y la comunidad de Amsterdam », *in* Jaime Contreras *et. al*. (éd.), *Familia, Religión y Negocios. El sefardismo en las relaciones entre el mundo ibérico y los Países Bajos en la Edad Moderna*, Madrid, Fundación Carlos de Amberes, 2002, pp. 185-186.

em Lisboa e em Málaga, vivendo de esmolas; e o de Juan Coitiño, que abandonou a sua cidade de Alcácer Quibir, viajou até Fez e Tânger, se converteu ao Cristianismo, e em Lisboa foi cirurgião e tradutor. Mas como não se acomodou bem em Lisboa, acabou por viajar até Málaga, onde frequentou os meios dos conversos de origem portuguesa

Algumas destas figuras, não obstante o distanciamento social, funcionaram entre as comunidades de conversos como «fornecedores» e actualizadores de informação sobre judaísmo e práticas judaicas. Juan Coitiño foi auscultado pelos conversos portugueses de Málaga, inclusivamente sobre a vinda próxima do Messias, identificado pelos rumores como Sabbatai Zvi. Mas a sua situação instável levou-o à falsa delação daqueles que consideraria «imperfeitos»: ele próprio se apresentou perante a Inquisição, em 1668, para denunciar mais de oitenta pessoas, pois sabia que a instituição já começara a prender algumas[71]. Como bem salienta Natalia Muchnik, estes «intrusos» que os inquisidores qualificavam de «mestres dogmatizadores» constituíram um vector privilegiado da «cultura judaica peninsular»: tornaram-se, devido à sua «actualidade» (informações sobre práticas judaicas, correntes messiânicos, acerca da língua e da literatura religiosas), o centro de atracção de grupos de conversos[72].

Em todos os processos por nós analisados, a par de uma predominante relação com os correligionários oriundos do Norte de África, surgem também indícios de uma comunicação com os conversos que no entanto, como já vimos, evitam por precaução a sua inclusão social.

Diogo da Cunha, por exemplo, não deixou de elucidar os inquisidores que o converso lisboeta André Alvares, cirgueiro, anuiu em emprestar-lhe mil reais em troca do ensino de «alguas cousas da Lei de Moisés», entre as quais a elucidação de como costumavam os judeus fazer a guarda do sábado, os jejuns do Yom Kipur e da Rainha Esther, de como comiam o pão e enterravam os mortos. Na sua casa, o converso conservou mesmo todas as elucidações prestadas por Diogo num papel que guardou consigo[73]. Informou ainda que o judeu catecúmeno Cristóvão da Cruz ensinava práticas judaicas a uma extensa família de conversos que morava

se trouvaient Diego Felipe qui s'est fait baptiser à Lisbonne et à Málaga, en vivant d'aumônes ; et Juan Coitiño, qui a abandonné sa ville d'El-Ksar el-Kebir, a voyagé jusqu'à Fès et Tanger, s'est converti au christianisme et a été chirurgien et traducteur à Lisbonne. Mais comme il ne s'est pas bien adapté à Lisbonne, il a fini par voyager jusqu'à Málaga où il a fréquenté les milieux des convertis d'origine portugaisMalgré l'éloignement social, quelques-unes de ces figures ont fonctionné, entre les communautés de convertis, comme « fournisseurs » et prescripteurs d'informations nouvelles sur le judaïsme et sur les pratiques juives. Juan Coitiño fut consulté par les convertis portugais de Málaga, inclusivement sur l'arrivée prochaine du Messie, identifié par les rumeurs comme Sabbataï Zvi. Mais, sa situation instable le conduisit à la fausse délation de ceux qu'il considérait « imparfaits » : en 1668, il se présenta lui-même devant l'Inquisition pour dénoncer plus de quatre-vingts personnes, parce qu'il savait que l'institution avait déjà commencé à en arrêter certaines[71]. Comme le fait bien ressortir Natalia Muchnik, ces « intrus », que les inquisiteurs qualifiaient de « maîtres dogmatiseurs », étaient un vecteur privilégié de la « culture judaïque péninsulaire » : ils sont devenus, en raison de leur « actualité » (concernant les informations sur les pratiques juives, les courants messianiques, la langue et la littérature religieuses), le centre d'attraction de groupes de convertis[72].

Dans toutes les procédures que nous avons analysées, de pair avec une relation prédominante avec les coreligionnaires d'Afrique du Nord, il y a aussi des indications d'une communication avec les convertis qui, néanmoins, comme nous l'avons vu, évitent par précaution leur inclusion sociale.

Diogo da Cunha, par exemple, ne s'est pas empêché d'informer les inquisiteurs sur le fait que le converti lisboète André Alvares, passementier, avait accepté de lui prêter mille réaux en échange d'enseignement sur « certaines choses de la Loi de Moïse », y compris sur l'élucidation des habitudes juives pour garder le sabbat, les jeûnes du Yom Kippour et de la reine Esther, leur façon de manger le pain et d'enterrer les morts. Le converti avait même chez lui, sur un papier qu'il avait gardé[73], toutes les élucidations fournies par Diogo. Il informa, également, que le juif-catéchumène Cristóvão da Cruz enseignait des pratiques juives à une grande famille de convertis qui habitait dans

71. Bernardo J. López Belinchón, «Aventureros, negociantes y maestres dogmatizadores. Judíos norteafricanos y judeoconversos en la España del siglo XVII», *in Entre el Islam y Occidente*... cit., pp. 69-99. Sobre Juan Coitiño, *vide* também Mercedes García-Arenal, «Conexiones», *in Familia, Religión y Negocios*... cit., p. 198.

72. Natalia Muchnik, «Des intrus en pays d`Inquisition : présence et activités des juifs dans l`Espagne du XVII^e siècle», *in Revue des études juives*, tomo 164, n.º 1-2, 2005, pp. 148-149.

73. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 6963, 3.ª via, fols. 101-102.

71. Bernardo J. López Belinchón, « Aventureros, negociantes y maestres dogmatizadores. Judíos norteafricanos y judeoconversos en la España del siglo XVII », *in Entre el Islam y Occidente*... cit., 2003, pp. 69-99. Sur Juan Coitiño voir également Mercedes García-Arenal, « Conexiones », *in Familia, Religión y Negocios*... cit., p. 198.

72. Natalia Muchnik, « Des intrus en pays d`Inquisition : présence et activités des Juifs dans l`Espagne du XVII^e siècle », *in Revue des études juives*, tome 164, nº 1-2, 2005, pp. 148-149.

73. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 6963, 3^e exemplaire, fol. 101-102.

na sua rua[74]. Também o mercador Simão Vaz, cristão-novo, a quem Fernando da Silva foi comprar roupa com a tença real, lhe perguntou se tratavam bem os conversos em Marrocos e em que dia «caíam» as Páscoas judaicas. Mais tarde, escrevendo Fernando em hebraico a contabilidade de certas mercadorias compradas na loja de Simão, este pediu que lhe desse uma tradução das letras. Simão chegou mesmo a dizer a Fernando da Silva e a Manuel de Saldanha que voltassem a Marrocos, que ele lhes pagaria as despesas da viagem, pois em Portugal estavam-se a «perder»[75]. Também o mercador algarvio de frutos secos, Manuel Mendes, perguntou ao catecúmeno judeu Joseph da Sá quando «caía» o jejum do Yom Kipur, pois não sabendo exactamente a data, tinha que jejuar os dez dias da Lua, para cumprir a regra[76].

Em alguns casos, os cristãos-novos consideravam que pertenciam ao mesmo grupo sócio-religioso original. Por exemplo, o contratador converso Francisco da Costa, morador em Alfama, deu um cruzado novo de esmola a Martinho Mascarenhas, confessando que vivia na Lei de Moisés e era «da mesma casta»[77]. Mas na realidade era uma permuta desigual. Como já referimos, os conversos receavam as consequências da inclusão social, no seu grupo, destes judeus recentemente convertidos. Entre essas consequências ressaltavam as suspeitas, concretizadas, que muitos claudicariam depois do baptismo e apresentariam sinais suspeitos da sua identidade passada. Os catecúmenos judeus de Marrocos providenciaram aos conversos do Reino, assim como àqueles que no exterior pretendiam assumir-se livremente como judeus, conhecimentos actualizados sobre práticas judaicas. Forneceram-lhes mesmo veículos culturais, como a escrita, e foram reconhecidos como detentores de um estatuto especial, devido à sua origem e conhecimentos, em «estado puro». Mas, correspondendo às suspeitas dos cristãos-novos, e até porque convertidos num contexto diferente daquele em que se verificaram as conversões gerais do século XV, os judeus de Marrocos desintegraram-se, progressivamente e de forma mais dramática, até porque estava latente a possibilidade da errância e da viagem. Ao se sentirem excluídos, por pressão social e reflexão pessoal, estes judeus foram ficando à margem dos mecanismos institucionalizados de integração sócio-religiosa, até porque os utilizaram para prosseguirem na sua mobilidade. Depois da necessária passagem pelos mecanismos e instituições

74. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 6963, 3.ª via, fol. 142 v°.
75. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fol. 36.
76. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fols. 37v°-38.
77. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 8811, fol. 175v°.

sa rue[74]. Le marchand Simão Vaz, nouveau chrétien auquel Fernando da Silva avait acheté des vêtements avec la pension royale lui avait, lui aussi, demandé si les convertis au Maroc étaient bien traités et sur quels jours tombaient les fêtes des Pâques juives. Plus tard, Fernando ayant écrit en hébreu la comptabilité de certaines marchandises achetées dans le magasin de Simão, celui-ci lui aurait demandé de lui fournir une traduction des paroles. Simão aurait même dit à Fernando da Silva et à Manuel de Saldanha de retourner au Maroc, qu'il prendrait en charge toutes les dépenses du voyage, car, au Portugal, ils « se perdaient »[75]. De même, le marchand de fruits secs de l'Algarve, Manuel Mendes, avait demandé à Joseph de Sá, catéchumène juif, sur quel jour tombait exactement le jeûne du Yom Kippour parce que, ne connaissant pas la date exacte, il devait, pour respecter la règle, jeûner les dix jours de la Lune[76].

Dans certains cas, les nouveaux chrétiens considéraient qu'ils appartenaient au même groupe socio-religieux d'origine. Par exemple, le contractant converti Francisco da Cunha, un résident dans l'Alfama, donna un nouveau *cruzado* d'aumône à Martinho Mascarenhas, car il avait avoué qu'il vivait selon la Loi de Moïse et qu'il appartenait « à la même caste »[77]. Mais, en réalité, c'était un échange inégal. Comme nous l'avons déjà mentionné, les convertis craignaient les conséquences de l'inclusion sociale de ces juifs récemment convertis dans leur groupe. Parmi ces conséquences émergeaient les soupçons, toutefois concrétisés, qu'après le baptême un bon nombre d'entre eux hésiteraient et présenteraient des signes suspects de leur identité passée. Les catéchumènes juifs du Maroc ont permis aux convertis du Royaume, ainsi qu'à ceux qui, à l'extérieur, souhaitaient s'assumer librement en tant que juifs, d'obtenir des connaissances mises à jour sur des pratiques juives. Ils leur ont même fourni des moyens culturels, comme l'écriture, et ont été ainsi reconnus comme les détenteurs d'un statut spécial, dû à leur origine et à « l'état pur » de leur connaissance. Mais confirmant les soupçons des nouveaux chrétiens, et aussi parce qu'ayant été convertis dans un contexte différent de celui où les conversions générales du XV[e] siècle avaient eu lieu, les juifs du Maroc se sont désintégrés progressivement et de façon plus dramatique, aussi parce que la possibilité de l'errance et du voyage était latente. Se sentant exclus, par la pression sociale et la réflexion personnelle, ces juifs sont restés peu à peu en marge des mécanismes institutionnalisés d'intégration socioreligieuse, aussi parce qu'ils les ont utilisés pour

74. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 6963, 3[e] exemplaire, fol. 142 v°.
75. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fol. 36.
76. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fol. 37v°-38.
77. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 8811, fol. 175v°.

de catequização e baptismo, muitas das outras práticas sócio-religiosas foram corrompidas: o casamento era normalmente uma farsa social e estes não integravam as organizações de socialização e integração religiosa, como as confrarias. Outros, de forma mais dramática usaram, corrompendo, um dos pilares fundamentais da sociedade cristã – o baptismo – para angariar meios de sobrevivência, ao baptizarem-se várias vezes. Ao utilizarem esta estratégia, estavam também a usar o baptismo como uma forma de suporte da sua mobilidade.

A questão da identidade religiosa mostra-se fundamental visto ser, para estes judeus, inseparável da estrita identidade humana[78]. Como realçou o próprio Martinho Mascarenhas, os cristãos-novos, «ainda que cuidassem que eram judeus, o não eram, porque nesta terra se não podia observar bem a Lei de Moisés, porque quem era nascido, criado nas terras dos Judeus, e onde publicamente se observava a Lei de Moisés, é que podia ser observante da dita Lei...»[79].

A par da questão fulcral da deficiente observância por questões de pressão social, outra é enunciada no discurso destes catecúmenos: o facto dos conversos assumirem, pelo menos exteriormente, práticas do cristianismo que aqueles consideravam impróprias dentro do universo judaico – claro que uma das mais apontadas, devido à sua visibilidade, era a veneração das imagens, considerada tradicionalmente polémica e, nas homilias judaicas, como uma prática execrável de idolatria[80].

Em alguns casos suspeita-se mesmo que, à partida, alguns (muitos?) teriam plena consciência de não puderem assumir a sua identidade judaica na Península Ibérica e que a situação de converso de origem judaica era «incompleta» e para eles inadmissível. Por

78. Sobre as opiniões diversas, mesmo das entidades religiosas judaicas, para uma definição da identidade religiosa dos conversos e sobre a questão da conversão ao catolicismo, *vide*, por exemplo, B. Netanyahu, *The Marranos of Spain. From the Late XIV^th^ to the Early XVI^th^ Century According to Contemporary Hebrew Sources*, Nova Iorque, American Academy for Jewish Research, 1966; Yosef Kaplan, *From Christianity to Judaism. The Story of Isaac Orobio de Castro*, Oxford, The Littman Library by Oxford University Press, 1989, cap. 12; *idem*, «The Travels of Portuguese Jews from Amsterdam to the ´Lands of Idolatry` (1644-1724)», *in Jews and Conversos. Studies in Society and the Inquisition*, Jerusalém, The Magnes Press-The Hebrew University, 1985, pp. 197-224; David Graizbord, *Souls in Dispute. Converso Identities in Iberia and the Jewish Diaspora, 1580-1700*, Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 2004; e Natalia Muchnik, «Being against...» cit.

79. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 8811, fol. 13v°.

80. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fol. 21v°. Sobre este aspecto da veneração das imagens pelos cristãos ser considerada entre os judeus como uma idolatria *vide* Daniel J. Laskier, *Jewish Philosophical Polemics*... cit.; Gilbert Dahan, *Les intellectuels chrétiens et les juifs au moyen age*, Paris, Cerf, 1990 e Carlos del Valle Rodriguez (ed.), *Polémica Judeo-Christiana. Estudios*, Madrid, Abhen Ezra Ediciones, 1992.

poursuivre leur mobilité. Après le passage nécessaire par les mécanismes et les institutions de catéchisation et du baptême, la plupart des autres pratiques socio-religieuses ont été corrompues : normalement, le mariage était une farce sociale et ils n'avaient pas leur place dans les organisations de socialisation et d'intégration religieuse, comme les confréries. D'autres, de façon plus dramatique, ont utilisé le baptême – en corrompant l'un des piliers fondamentaux de la société chrétienne – pour trouver des moyens de survie : ils se sont fait baptiser à plusieurs reprises. En ayant recours à cette stratégie, ils utilisaient également le baptême comme un moyen de soutenir leur mobilité.

La question de l'identité religieuse est fondamentale car, pour ces juifs, celle-ci est inséparable de la stricte identité humaine[78]. Comme l'a souligné le nouveau chrétien Martinho Mascarenhas lui-même, « même s'ils croyaient qu'ils étaient juifs, ils ne l'étaient pas, parce que dans ce pays il n'était pas possible de bien respecter la Loi de Moïse, car seul celui qui était né et élevé en territoire juif, où la Loi de Moïse était publiquement observée, pouvait obéir à ladite Loi... »[79].

Outre la question centrale d'une mauvaise observance en raison de pression sociale, un autre motif est énoncé dans le discours de ces catéchumènes : le fait que, du moins en apparence, les nouveaux chrétiens aient adopté des pratiques du christianisme que ceux-là jugeaient inappropriées au sein de l'univers judaïque – bien sûr que l'une des plus fréquemment citées, en raison de sa visibilité, était la vénération des images, traditionnellement considérée dans la polémique et dans les homélies juives comme une pratique exécrable de l'idolâtrie[80].

Dans certains cas, on soupçonne même qu'au départ, quelques-uns (beaucoup ?) auraient entièrement conscience qu'ils ne pouvaient assumer leur identité judaïque dans la Péninsule ibérique et que leur situa-

78. Sur les différentes opinions, même des entités religieuses juives, pour une définition de l'identité religieuse des convertis et sur la question de la conversion au catholicisme, voir par exemple, B. Netanyahu, *The Marranos of Spain. From the Late XIV^th^ to the Early XVI^th^ Century According to Contemporary Hebrew Sources*, New York, American Academy for Jewish Research, 1966; Yosef Kaplan, *From Christianity to Judaism. The Story of Isaac Orobio de Castro*, Oxford, The Littman Library by Oxford University Press, 1989, cap. 12 ; *idem*, « The Travels of Portuguese Jews from Amsterdam to the ´Lands of Idolatry` (1644-1724) », *in Jews and Conversos. Studies in Society and the Inquisition*, Jerusalém, The Magnes Press-The Hebrew University, 1985, pp. 197-224 ; David Graizbord, *Souls in Dispute. Converso Identities in Iberia and the Jewish Diaspora, 1580-1700*, Philadelphie, University of Pennsylvania Press, 2004; et Natalia Muchnik, « Being against... » cit.

79. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 8811, fol. 13v°.

80. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fol. 21v°. Sur cet aspect de la vénéra-tion d'images par des chrétiens vue par les juifs comme une idolâ-trie voir Daniel J. Laskier, *Jewish Philosophical Polemics*... cit. ; Gilbert Dahan, *Les intellectuels chrétiens et les Juifs au moyen age*, Paris, Cerf, 1990 ; et Carlos del Valle Rodriguez (éd.), *Polémica Judeo-Christiana. Estudios*, Madrid, Abhen Ezra Ediciones, 1992.

isso, Fernando da Silva e Manuel de Saldanha dirão que vieram baptizar-se, não porque queriam ser (verdadeiramente) cristãos, mas porque queriam ir pelas «ditas partes de cristãos [Espanha, Itália, etc.] com *seguridade* de suas pessoas»[81]. Na verdade deveremos questionar-nos se, mesmo durante a catequização, houve um regresso a si mesmos ou se nunca deixaram de ser eles próprios.

5. A mobilidade como essência

Se nunca deixaram de ser eles próprios, o que é comprovado para muitos deles, quer dizer que nunca deixaram de estar em mobilidade.

Vimos que muitos apareceram em Portugal, no contexto sequencial da batalha de Alcácer Quibir, relacionados com o resgate dos cativos e a cobrança das suas dívidas. Outra vaga posterior verificou-se após a morte de Mawlay Ahmad Al-Mansur (Mulei Ahmed Almançor), em 1603, quando Marrocos foi assolado por uma longa guerra civil (1603-1659), acompanhada de epidemias e fomes[82].

As «crónicas judaicas» não deixam de assinalar a miséria dos *mellahs*, atribuindo a adversidade das condições, de forma teleológica, à punição divina dos pecados. Por exemplo, em 1606, Saul ben David Serero noticiaria que em Fez, entre Julho de 1604 e Novembro de 1605, cerca de 800 pessoas teriam morrido de fome no *mellah* da cidade e que mais de 600 tinham apostatado. Acrescenta ainda que as estradas eram pouco seguras e as comunicações estavam suspensas, que quem pretendia continuar na cidade morria de fome, enquanto quem saía ficava sob o jugo da espada. A razão para todas estas desgraças eram os seus pecados, visto que quem se dedicava ao estudo da Lei se havia relaxado, não procurando a Ciência Religiosa[83]. Um dos comentadores deste texto, Joseph Tolédano,

81. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fol. 26-26v°.

82. Sobre esta crise *vide* Charles-André Julien, *Histoire de l`Afrique du Nord – Tunisie – Algérie – Maroc*, Paris, Payot, 1931, pp. 482-484; Henri Terrasse, *Histoire du Maroc, des origines à l`établissement du Protectorat français*, vol. II, Casablanca, Éditions Atlantides, 1950, livro 6, cap. 7; Jean Brignon *et al.*, *Histoire du Maroc*, Paris-Casablanca, Hatier-Librairie Nationale, 1967, cap. 16; Bernard Rosenberger, *Le Maroc au XVI^e siècle. Au seuil de la modernité*, s. l., Fondation des Trois Cultures, 2008, cap. 6 ; e Michel Abitbol, *Histoire du Maroc*, Paris, Perrin, 2009, pp. 216-219. Acerca das fomes e das epidemias em Marrocos, no período em causa, *vide* Bernard Rosenberger e Hamid Triki, «Famines et épidémies au Maroc aux XVI^e et XVII^e siècles», *in Hespéris Tamuda*, vol. XIV, 1973, pp. 167-175.

83. «Memórias de Saul ben David Serero (1603)», texto IX, publicado por Georges Vajda, *in Un Recueil de Textes Judéo-Marocains,* Paris, Larose, 1951, pp. 20-21. *Vide* também a informação de Ribbi Abner Hassarfaty, pub. por Y. D. Sémach, «Une Chronique Juive de Fés: Le `Yahas Fés´ de Ribbi Abner Hassarfaty», *in Hespéris*, tomo IX, fascs. 1-2, 1934, p. 92.

tion de convertis d'origine juive était « incomplète » étant, donc, pour eux, inadmissible. Pour cette raison, Fernando da Silva et Manuel de Saldanha diront qu'ils sont venus se faire baptiser non pas parce qu'ils voulaient être (vraiment) des chrétiens, mais parce qu'ils voulaient aller dans « lesdites régions chrétiennes [Espagne, Italie, etc.] en toute sécurité pour leur personne »[81]. En vérité, nous devrons nous interroger sur si, même pendant la catéchisation, il y eut un retour sur soi ou s'ils n'ont jamais cessé d'être eux-mêmes.

5. La mobilité comme essence

S'ils n'ont jamais cessé d'être eux-mêmes, ce qui est prouvé pour beaucoup d'entre eux, c'est parce qu'ils n'ont jamais cessé d'être en déplacement.

Nous avons vu que bon nombre apparaissent au Portugal, suite à la bataille d'El-Ksar el-Kebir, liés au rachat des captifs et au recouvrement de leurs dettes. Plus tard, une autre vague aura eu lieu après la mort de Moulay Ahmed al-Mansour, en 1603, quand le Maroc sera été frappé par une longue guerre civile (1603-1659), accompagnée d'épidémies et de famines[82].

Les « chroniques juives » ne manquent pas de souligner la misère des *mellahs* et attribuent, de manière téléologique, l'adversité des conditions à la punition divine des péchés. Par exemple, en 1606, Saul ben David Serero informait, qu'entre juillet 1604 et novembre 1605, environ 800 personnes étaient mortes de faim dans les *mellahs* de la ville et que plus de 600 avaient apostasié. Il ajoute que les routes étaient dangereuses, que les communications avaient été suspendues, que ceux qui avaient voulu rester dans la ville étaient morts de faim et que ceux qui étaient sortis étaient restés sous le joug de l'épée. La raison de tous ces malheurs était leurs péchés, car ceux qui se consacraient à l'étude de la Loi s'étaient assouplis et n'avaient pas cherché la science religieuse[83]. Un des commentateurs de ce texte, Joseph

81. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 2412, fol. 26-26v°.

82. Sur cette crise, voir Charles-André Julien, *Histoire de l`Afrique du Nord – Tunisie – Algérie – Maroc*, Paris, Payot, 1931, pp. 482-484 ; Henri Terrasse, *Histoire du Maroc, des origines à l`établissement du Protectorat français*, vol. II, Casablanca, Éditions Atlantides, 1950, livre 6, cap. 7 ; Jean Brignon *et al., Histoire du Maroc*, Paris-Casablanca, Hatier-Librairie Nationale, 1967, chap. 16 ; Bernard Rosenberger, *Le Maroc au XVI^e siècle. Au seuil de la modernité*, s.l., Fondation des Trois Cultures, 2008, chap. 6 ; et Michel Abitbol, *Histoire du Maroc*, Paris, Perrin, 2009, pp. 216-219. Sur les famines et les épidémies au Maroc, dans la période en question, voir Bernard Rosenberger et Hamid Triki, « Famines et épidémies au Maroc aux XVI^e et XVII^e siècles », *in Hespéris Tamuda*, vol. XIV, 1973, pp. 167-175.

83. « Memórias de Saul ben David Serero (1603) », texte IX, publié par Georges Vajda, *in Un Recueil de Textes Judéo-Marocains,* Paris, Larose, 1951, pp. 20-21. Voir aussi l'information de Ribbi Abner Hassarfaty, pub. par Y. D. Sémach, « Une Chronique Juive de Fès : Le `Yahas Fés´ de Ribbi Abner Hassarfaty », *in Hespéris*, tome IX, fascs. 1-2, 1934, p. 92.

não deixa de salientar que os cenários de seca e de fome se verificaram durante este período de anarquia em 1614-1616, 1621-1622 e em 1624. Acrescenta que foram estes ciclos de guerra e de fome que levaram à migração de judeus marroquinos para os países do Oriente e para a Terra Santa. Foi assim que se formaram em Jerusalém e no Egipto importantes comunidades magrebinas, que conservaram a lembrança das suas origens[84]. Na verdade, Joseph Tolédano está a chamar a atenção para uma mobilidade ideal, quando este trabalho mostra outra mobilidade: para o Ocidente e, de forma escusa, para a Ibéria católica.

Foram acontecimentos extraordinários, de repercussões mais ou menos vastas, que provocaram alterações na vida quotidiana destes judeus, de tal forma que, sentindo necessidade de partir, aquela ficará irreparavelmente perdida. Estes judeus catecúmenos têm que abandonar a sua casa, a sua comunidade, o seu país de origem e, por vezes, a própria família. Ao conseguirem enveredar numa viagem para um contexto sócio-religioso diferente e adverso, mesmo que aproveitando as benesses régias e religiosas, sociais e institucionais, estes judeus marroquinos estavam a apostar «em partir», numa forma de errância radical que passou a ser a sua opção ou necessidade de sobrevivência.

Até agora, a mobilidade dos judeus tem sido focada no âmbito dos enquadramentos institucionalizados ou institucionalizáveis: por exemplo, a mobilidade dos rabinos ou das populações pobres, que não podiam ser sustentadas pelas comunidades locais («despachados»)[85]. Outras vezes a mobilidade é analisada em termos de correspondência – pessoal, de ideias, de grupos ou de movimentos religiosos, dentro da comunidade[86] ou fora dela[87]. Mas é sobretudo em termos de diáspora – económica e social – que a mobilidade dos judeus é focada[88]. E também aqui se coloca a tónica no estudo deste fenómeno da mobilidade, em

84. Joseph Tolédano, *Le temps du Mellah. Une Histoire des Juifs du Maroc racontée à travers les annales de la communauté de Meknès*, Jerusalém, Edition Ramtol, 1982, p. 30.

85. Évelyne Oliel-Grauz, «La diaspora séfarade au XVIIIe siècle…» cit., pp. 55-71; Tirtsah Levi Bernfield, *Poverty and Welfare among the Portuguese Jews of Early Modern Amsterdam*, Oxford, Littman Library of Jewish Civilization, 2011; *idem,* «Caridade Escapa da Morte: Legacies to the Poor *in* Sephardi wills from Seventeenth-Century Amsterdam», *in* Joszeph Michman (ed.), *Dutch Jewish History. Proceedings of the Fifth Symposium on the History of the Jews in the Netherlands*, Assen-Maastricht, Van Gorcum-The Institute for Research of Jerusalem, 1993, pp. 179-204.

86. *Communication in The Jewish Diaspora. The Pre-Modern World*, ed. Sophia Menache, Leiden, E. J. Brill, 1996.

87. Ver, por exemplo, J. van den Berg e Ernestine G.E. van der Wall (ed.), *Jewish-Christian Relations in the Seventeenth Century. Studies and Documents*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 1988.

88. *Vide* a obra de Jonathan Israel, citada na nota 41.

Tolédano, fait remarquer que les scénarios de sécheresse et de famine se sont produits au cours de cette période d'anarchie en 1614-1616, 1621-1622 et 1624. Il ajoute, par ailleurs, que ce sont ces cycles de guerre et de famine qui ont conduit à la migration juive marocaine vers les pays d'Orient et vers la Terre Sainte. C'est ainsi que se sont formées à Jérusalem et en Égypte d'importantes communautés maghrébines, qui ont conservé le souvenir de leurs origines[84]. En fait, Joseph Tolédano attire l'attention sur une mobilité « idéale », alors que cette étude montre une autre mobilité vers l'Ouest et, dans celle-ci, de manière dissimulée vers l'Ibérie catholique.

Ce furent des événements extraordinaires, ayant des répercussions plus ou moins grandes, qui ont provoqué des changements dans la vie quotidienne de ces juifs, de sorte que, ressentant le besoin de partir, celle-ci se retrouva irrémédiablement perdue. Ces juifs-catéchumènes devaient quitter leur foyer, leur communauté, leur pays d'origine et parfois même leur famille. Lorsqu'ils parvenaient à embarquer dans un voyage vers un contexte socioreligieux différent et défavorable, même s'ils profitaient des grâces royales et religieuses, sociales et institutionnelles, ces juifs marocains pariaient « sur partir » sous la forme d'une errance radicale qui devint, désormais, leur option ou leur nécessité de survie.

Jusqu'à présent, la mobilité des juifs a été axée au sein des cadres institutionnalisés ou institutionnalisables : par exemple, la mobilité des rabbins ou des populations pauvres, qui ne pouvaient pas être soutenues par les collectivités locales (les *despachados*)[85]. D'autres fois la mobilité est analysée en matière de correspondance – personnelles, des idées, de groupes ou de mouvements religieux au sein de la communauté[86], ou en dehors de celle-ci[87]. Mais c'est surtout en termes de diaspora – économique et sociale – que la mobilité des juifs est abordée[88]. Et ici, l'accent est également mis sur l'étude du phénomène de la mobilité, par

84. Joseph Tolédano, *Le temps du Mellah. Une Histoire des Juifs du Maroc racontée à travers les annales de la communauté de Meknès,* Jérusalem, Édition Ramtol, 1982, p. 30.

85. Évelyne Oliel-Grauz, «La diaspora séfarade au XVIIIe siècle…» cit., pp. 55-71; Tirtsah Levi Bernfield, *Poverty and Welfare among the Portuguese Jews of Early Modern Amsterdam*, Oxford, Littman Library of Jewish Civilization, 2011 ; *idem,* « Caridade Escapa da Morte : Legacies to the Poor in Sephardi wills from Seventeenth-Century Amsterdam », *in* Joszeph Michman (éd.), *Dutch Jewish History. Proceedings of the Fiftth Symposium on the History of the Jews in the Netherlands*, Assen-Maastricht, Van Gorcum-The Institute for Research of Jerusalem, 1993, pp. 179-204.

86. *Communication in The Jewish Diaspora. The Pre-Modern World*, éd. Sophia Menache, Leiden, E. J. Brill, 1996.

87. Voir par exemple J. van den Berg et Ernestine G.E. van der Wall (éd.), *Jewish-Christian Relations in the Seventeenth Century. Studies and Documents*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 1988.

88. Voir l'œuvre de Jonathan Israël, déjà citée *supra*, note 41.

comparação com as diásporas de outros grupos[89], ou ainda em conexão com outros grupos minoritários[90].

Esta mobilidade «especial», de judeus para o universo católico, e sobretudo para a Península Ibérica – ou seja, aquilo que as autoridades designavam as «terras de idolatria», pois em nenhum destes territórios, ao contrário do que acontecia em Itália, se podia observar o judaísmo – tem sido alvo de estudos esporádicos, desde Antonio Domínguez Ortiz[91] e Julio Caro Baroja[92]. Mais recentemente, alguns autores tentaram perscrutar os motivos que presidiram a esta mobilidade dos judeus para o universo ibérico: interesses negociais, penúria, pretensões instrutivas de pendor religioso (entrega de calendários, textos litúrgicos, etc.) e, ainda, entroncando com todos os aspectos anteriores, o facto de fazerem de uma vivência descentrada do núcleo das comunidades judaicas um *leitmotiv* que lhes permitia uma deslocação facilitada para as «terras de idolatria». São exemplos destes estudos, os artigos já assinalados de Joseph Kaplan, relativamente ao caso de Amesterdão[93] e de Hamburgo[94], e os de Mercedes García-Arenal[95] e de Natalia Muchnik[96], mais direccionados para os judeus do Mediterrâneo.

Com este texto tentámos contribuir para o estudo da essencialidade destes judeus convertidos, realçando a mobilidade como um factor primordial. Avançámos que, afinal, nesta mobilidade geográfica resistiu a anterior gramática civilizacional em que tinham vivido

89. *Vide* Jonathan Israel, «Diasporas Jewish and non-Jewish and the World Maritime Empires», *in* Ina Baghdiantz *et al*. (ed.), *Diasporas Entrepreneurial Networks. Four Centuries of History*, Oxford, Berg, 2005, pp. 3-26.

90. *Vide*, por exemplo, Francesca Trivellato, *The Familiarity of Strangers. The Sephardic Diaspora, Livorno, and Cross-Cultural Trade in the Early Mordern Period*, New Haven, Yale University Press, 2009; *idem,* «Juifs de Livourne, Italiens de Lisbonne et Hindous de Goa: réseaux marchands et échanges interculturels à l`époque moderne», *in Annales. Histoire, Sciences Sociales*, vol. 58, n.º 3, 2003, pp. 581-603; *idem*, «Les juifs d`origine portugaise entre Livourne, le Portugal et la Méditerranée (1650-1750)», *in Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XLVIII: *La Diaspora des Nouveaux-Chrétiens*, 2004, pp. 171-182; *idem*, «Sephardic Merchants *in* the Early Modern Atlantic and Beyond. Toward a Comparative Historical Approach to Business Cooperation», *in* Richard L. Kagan e Philip D. Morgan (ed.), *Atlantic Diasporas. Jews, Conversos and Crypto-Jews in the Age of Mercantilism, 1500-1800*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2009.

91. *Vide* «Judíos en la España de los Austrias», *in Nueva Revista de Filología Hispánica*, tomo 30, n.º 2, 1981, pp. 609-616

92. *Los Judíos en la España Moderna y Contemporánea*, vol. 1, Madrid, Ediciones Istmo, 1986, pp. 539-546.

93. *Vide supra*, nota 78; e ainda «Amsterdam, The Forbidden Lands, and the dynamics of the Sephardi Diaspora», *in* Yosef Kaplan (ed.), *The Dutch Intersection: The Jews and the Netherlands in Modern History*, Leiden, Brill, 2008, pp. 33-62.

94. «The Place of Herem *in* the Sefardic Community of Hamburg during the Seventeenth Century», *in* Michael Studemmund-Halévy e Peter Koj (ed.), *Die Sefarden in Hamburg*, Hamburgo, Helmut Buske Verlag, 1994, pp. 63- 88.

95. *Vide supra*, nota 66.

96. *Vide supra*, nota 72.

rapport à la diaspora d'autres groupes[89] ou liée à d'autres groupes minoritaires[90].

Cette mobilité « spéciale » des juifs dans le monde catholique et, en particulier, vers la Péninsule ibérique – c'est-à-dire, vers ce que les autorités désignaient « terres d'idolâtrie », car dans aucun de leurs territoires, contrairement à ce qui se passait en Italie, on ne pouvait observer le judaïsme – a été la cible d'études sporadiques depuis Antonio Domínguez Ortiz[91] et Julio Caro Baroja[92]. Plus récemment, certains auteurs ont tenté d'analyser les raisons qui ont présidé à cette mobilité des juifs vers l'univers ibérique : intérêts d'affaires, pauvreté, prétentions instructives à tendances religieuses (remise de calendrier, textes liturgiques, etc.), mais aussi, convergeant avec tous les aspects précédents, le fait de faire d'un vécu décentré du noyau des communautés juives un *leitmotiv* qui leur permettaient de se déplacer plus facilement vers une « terre d'idolâtrie ». Les articles déjà mentionnés de Joseph Kaplan, concernant le cas d'Amsterdam[93] et d'Hambourg[94], sont des exemples de ces études, ainsi que ceux de Mercedes García-Arenal[95] et de Natalia Muchnik[96], davantage consacrés aux juifs de la Méditerranée.

Avec ce texte, nous avons essayé de contribuer à l'étude du caractère essentiel des juifs convertis, mettant l'accent sur la mobilité en tant que facteur clé. Nous avons avancé que, finalement dans cette mobilité géographique la grammaire civilisationnelle

89. Voir Jonathan Israël, « Diasporas Jewish and non-Jewish and the World Maritime Empires », *in* Ina Baghdiantz *et al.* (éd.)*, Diasporas Entrepreneurial Networks. Four Centuries of History*, Oxford, Berg, 2005, pp. 3-26.

90. Voir, par exemple, Francesca Trivellato, *The Familiarity of Strangers. The Sephardic Diaspora, Livorno, and Cross-Cultural Trade in the Early Mordern Period*, New Haven, Yale University Press, 2009 ; *idem*, « Juifs de Livourne, Italiens de Lisbonne et Hindous de Goa : réseaux marchands et échanges interculturels à l`époque moderne », *in Annales. Histoire, Sciences Sociales*, vol. 58, nº 3, 2003, pp. 581-603 *; idem*, « Les Juifs d`origine portugaise entre Livourne, le Portugal et la Méditerranée (1650-1750) », *in Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XLVIII : *La Diaspora des Nouveaux chrétiens*, 2004, pp. 171-182 ; *idem*, « Sephardic Merchants in the Early Modern Atlantic and Beyond. Toward a Comparative Historical Approach to Business Cooperation », *in* Richard L. Kagan et Philip D. Morgan (éd.), *Atlantic Diasporas. Jews, Conversos and Crypto-Jews in the Age of Mercantilism, 1500-1800*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2009.

91. Voir « Judíos en la España de los Austrias », *in Nueva Revista de Filología Hispánica*, tome 30, nº 2, 1981, pp. 609-616

92. *Los Judíos en la España Moderna y Contemporánea*, vol. 1, Madrid, Ediciones Istmo, 1986, pp. 539-546.

93. Voir *supra*, note 78 ; et également « Amsterdam, The Forbidden Lands, and the dynamics of the Sephardi Diaspora », *in* Yosef Kaplan (éd.), *The Dutch Intersection : The Jews and the Netherlands in Modern History*, Leiden, Brill, 2008, pp. 33-62.

94. « The Place of Herem in the Sefardic Community of Hamburg during the Seventeenth Century », *in* Michael Studemmund-Halévy et Peter Koj (éd.), *Die Sefarden in Hamburg*, Hambourg, Helmut Buske Verlag, 1994, pp. 63- 88.

95. Voir *supra*, note 65.

96. Voir *supra,* note 72.

quando em situação estável, não sendo portanto correspondida, em muitos casos, por uma mobilidade ontológica. Yosef Kaplan, nos seus estudos, chegou à mesma conclusão acerca dos judeus que viveram como católicos na Ibéria e nos seus territórios, em períodos mais curtos ou mais longos, regressando depois a Amesterdão ou Hamburgo.

Podemos, assim, acentuar que, a par da emigração dos conversos para as comunidades estabelecidas em Itália, Amesterdão, sul de França e Hamburgo, e da mobilidade de rabis, negociantes, órfãs e pobres entre as comunidades judaicas, se observou a passagem de outros homens para os territórios católicos, também por motivos negociais mas sobretudo para «visitarem» a Europa.

Por vezes a mobilidade é tão desmesurada, que a própria vida interna da personagem parece um espelho em que se reflectem várias vezes identidades diferentes. No fim, a máquina inquisitorial comprova que a identidade primeira resistiu. O exemplo mais conhecido é o de Francisco de Santo António, ou Abraão Rúven como judeu. Oriundo de Fez, onde nasceu em 1579 ou 1580, partiu dali em 1604, um ano após a morte de Mawlay Ahmad al-Mansur e, como mercador, deambulou por Livorno, Cairo, Istambul, Alexandria, Grécia, Hungria, Polónia, Alemanha e Holanda. Em Amesterdão desempenhou o cargo de leitor numa sinagoga e de professor, com um salário de 500 florins por ano. Sendo acusado de pedofilia, foi-lhe retirada a possibilidade de ensinar e o salário, fugindo para Antuérpia, onde se converteu ao catolicismo em 1616. Regressou ao judaísmo em Amesterdão, mas os judeus proibiram que se falasse com ele. Alistou-se então como soldado em Bruxelas e, daí, veio até ao Porto e Lisboa, onde informou Heitor Mendes Bravo que pretendia viajar até Itália e daí a Damasco ou Jerusalém, para se penitenciar de haver deixado a Lei de Moisés. Heitor descreve-o como um homem desintegrado, que não tinha «que gastar», e arrependido de ter deixado «o certo pelo duvidoso». Incitou também aquele a dizer a pessoas conhecidas que lhe entregassem esmolas, invocando o seu estatuto de «Rabino na Ley». Em Lisboa ensinou hebraico e cerimónias judaicas à «gente de nação». Foi processado, em 1618, e expulso de Portugal, em 1621, mas continuou a divulgar a religião judaica em Espanha. Nesse mesmo ano converteu-se de novo na capela real, perante a rainha, mas acabou condenado pelo Tribunal de Toledo, em 1625, a seis anos nas galés. Enquanto permaneceu em Madrid transportava um abecedário com caracteres hebraicos muito grandes, com o nome da letra ao lado, em caracteres castelhanos, assim como um caderno, também impresso naquela língua, em que elucidava como realizar ritos e cerimónias. Estes

précédente, dans laquelle ils ont vécu lors de situations stables, a résisté, mais sans correspondance dans de nombreux cas avec une mobilité ontologique. Dans ses études, Yosef Kaplan est parvenu à la même conclusion sur les juifs qui vivaient comme chrétiens dans la Péninsule ibérique et sur ses territoires, dans des périodes plus courtes ou plus longues, retournant plus tard à Amsterdam ou à Hambourg.

Nous pouvons donc souligner que, de pair avec l'émigration des convertis vers des communautés établies en Italie, à Amsterdam, dans le sud de la France et à Hambourg, et avec la mobilité des rabbins, des commerçants, des orphelines et des pauvres parmi les communautés juives, nous avons constaté le passage d'autres hommes vers des territoires catholiques, également pour des raisons d'affaires, mais surtout pour « visiter » l'Europe.

Parfois la mobilité est si disproportionnée que la vie intérieure du personnage, lui-même, semble un miroir qui reflète plusieurs fois des identités différentes. À la fin, la machine inquisitoriale prouve que l'identité première a toujours résisté. L'exemple le plus connu est celui de Francisco de Santo António ou Abraham Rúven comme juif. Originaire de Fès, où il est né en 1579 ou en 1580 et d'où il est parti, en 1604, un an après la mort de Moulay Ahmed al-Mansour, a déambulé, en tant que commerçant, par Livourne, le Caire, Istanbul, Alexandrie, la Grèce, la Hongrie, la Pologne, l'Allemagne et les Pays-Bas. À Amsterdam il fut lecteur dans une synagogue et enseignant avec un salaire de 500 florins par an. Accusé de pédophilie, il fut empêché d'enseigner et son salaire lui fut retiré. Il s'enfuit à Anvers, où il se convertit au catholicisme, en 1616. Il retourna au judaïsme à Amsterdam, mais les juifs interdirent toute personne juive de lui parler. Il s'engagea, alors, comme soldat à Bruxelles. Delà il partit à Porto et Lisbonne, où il informa Heitor Mendes Bravo qu'il voulait se rendre en Italie pour atteindre ensuite Damas et Jérusalem et pour se pénitencier d'avoir laissé la Loi de Moïse. Heitor le décrit comme un homme désintégré, qui n'avait rien à « dépenser » et attristé d'avoir laissé « le certain pour l'incertain ». Il a également incité celui-ci à dire aux gens qu'il connaissait de lui livrer des aumônes, citant son statut de « Rabbin dans la Loi ». À Lisbonne il enseigna l'hébreu et les cérémonies juives au « peuple de la nation ». Il fut inculpé en 1618 et expulsé du Portugal en 1621, mais il continua à promouvoir la religion juive en Espagne. Il se convertit à nouveau cette même année dans la chapelle royale, par-devant la reine, mais finit par être condamné six ans aux galères par la Cour de Tolède, en 1625. Tant qu'il est resté à Madrid, il portait avec lui un abécédaire avec de gros caractères hébreux et le nom de la lettre sur le côté, en castillan, ainsi qu'un cahier également imprimé dans cette même langue où il expliquait comment réaliser

documentos, apensos ao seu processo castelhano, eram alugados por 30 reais por mês e, segundo Natalia Muchnik, a decoração do abecedário parece apontar a proveniência de uma tipografia italiana[97]. Ensinava e escrevia também orações em hebraico e acabou por confessar em Espanha que aí se reconvertera apenas para receber as esmolas régias entregues aos neófitos e conseguir, assim, um pecúlio que lhe permitisse o retorno à Holanda[98].

Outro destes famosos «pseudo-rabinos» é Jacob Benefahy ou Belchior de Bragança, oriundo de Marraquexe e baptizado na igreja de S. Roque, em Lisboa. Homem culto, foi leitor de hebraico e caldaico na Universidade de Alcalá de Henares. Pretendia regressar a Marrocos depois de angariar esmolas em comunidades de conversos no centro e norte de Portugal. Foi preso e sentenciado pela Inquisição de Coimbra em 1607[99]. Em 1618, quando o licenciado Marcos Teixeira, ao serviço da Inquisição de Lisboa, visitou o Brasil, Belchior encontrava-se na Baía, acusado de assassinar um homem. Através de certas denúncias de cristãos-novos locais sabemos que, não somente continuava a sustentar-se à custa das suas esmolas, tal como acontecia no Reino, ostentando a sua condição de homem douto, como aqueles tinham a opinião que ele «desamparara a Lei de Moisés» apenas por necessidade[100].

Estes exemplos extremos – um mais voluntário e outro mais pressionado – são uma prova cabal que, entre

97. Natalia Muchnik, «Des intrus…» cit., p. 150, nota 95.

98. Além dos seus processos, ANTT, *Inquisição de Lisboa*, 3995, e Arquivo Historico Nacional (Madrid), legajo 134, n.º 18; *vide* Haim Beinart, «A rota dos judeus de Marrocos até Espanha no início do século XVII» (em hebraico), *in* Saul Lieberman (ed.), *Salo Wittmayer Baron Jubilee Volume on the Occasion of his Eightieth Birthday*, vol. 3, Jerusalém, American Academy for Jewish Research, 1974, pp. 15-39; Cecil Roth, «The Strange Case of Hector Mendes Bravo», *in Hebrew Union College Annual*, vol. 18, 1943-1944, pp. 223-225; Julio Caro Baroja, *Los Judíos en la España*… cit., vol. 1, pp. 543-544; José Alberto Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*… cit., p. 520; Claude B. Stuczinsky, «Apóstatas marroquíes de origen judío en Portugal en los siglos XVI-XVII. Entre la misión y la Inquisición», *in* Mercedes García-Arenal (ed.), *Entre el Islam y Occidente. Los judíos magrebíes en la Edad Moderna*, Madrid, Casa de Velásquez, 2003, pp. 130 e 135-136; Mercedes Garcia-Arenal, «Los judíos de Fez…» cit., pp. 176-177; David Graizbord, «A historical contextualization of Sefardi apostates and self-styled missionaries of the seventeenth century», *in Jewish History*, vol. 19, n.º 3-4, 2005, pp. 287-313; e Natalia Muchnik, «Des intrus…» cit., pp. 149-150.

99. Além do seu processo, ANTT, *Inquisição de Coimbra*, proc. 3995, *vide* José Alberto Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*… cit., pp. 169-170; Claude B. Stuczinsky, «Apóstatas marroquíes de origen judío…» cit., pp. 129 e 135; e especialmente *idem*, «Subsídios para um estudo de dois modelos paralelos de ´catequização` dos judeus em Portugal», *in* Nachman Falbel *et al*. (org.), *Em Nome da Fé. Estudos in Memoriam de Elias Lipiner*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1999, pp. 173-201.

100. «Livro das Denúncias que se fizeram, na Visitação do Santo Ofício à Cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil, no ano de 1618. Inquisidor e Visitador o Licenciado Marcos Teixeira», *in Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 49, 1936, pp. 97-101 e 131.

des rites et des cérémonies. Ces documents, annexés à son procès inquisitorial espagnol, étaient loués pour 30 réaux par mois et, selon Natalia Muchnik, la décoration de l'abécédaire semble indiquer qu'il provient d'une typographie italienne[97]. Il enseignait et écrivait aussi des oraisons en hébreu et il finira par avouer, en Espagne, qu'il ne s'y était converti que pour recevoir les aumônes royales remises aux néophytes et pour pouvoir, ainsi, obtenir une somme d'argent qui lui permettrait de retourner aux Pays-Bas[98].

Un autre de ces célèbres « pseudorabbins » est Jacob Benefahy ou Belchior de Bragança, originaire de Marrakech et baptisé à l'église de S. Roque, à Lisbonne. Homme cultivé, il a été lecteur d'hébreu et de chaldéen à l'Université d'Alcalá de Henares. Il ambitionnait de retourner au Maroc après avoir collecté des aumônes dans les communautés de convertis dans le centre et le nord du Portugal. Il fut arrêté et condamné par l'Inquisition de Coïmbre en 1607[99]. En 1618, lorsque le licencié Marcos Teixeira, au service de l'Inquisition de Lisbonne, visita le Brésil, Belchior se trouvait à Bahia, accusé d'avoir assassiné un homme. Nous savons donc, à travers certaines dénonciations de nouveaux chrétiens locaux, que non seulement il continuait à subvenir à ses besoins grâce aux aumônes, affichant sa condition d'homme savant, mais aussi que ceux-ci pensaient qu'il « avait abandonné la Loi de Moïse » juste par nécessité[100].

Ces exemples extrêmes – un plus volontaire et un autre sous la pression – sont une preuve claire que

97. Natalia Muchnik, « Des intrus… » cit., p. 150, note 95.

98. Outre ses procès, l'ANTT, *Inquisição de Lisboa*, 3995, et Archivo Historico Nacional (Madrid), legajo 134, nº 18 ; voir Haim Beinart, « A rota dos judeus de Marrocos até Espanha no início do século XVII » (en hébreux), *in* Saul Lieberman (éd.), *Salo Wittmayer Baron Jubilee Volume on the Occasion of his Eightieth Birthday*, vol. 3, Jérusalem, American Academy for Jewish Research, 1974, pp. 15-39 ; Cecil Roth, « The Strange Case of Hector Mendes Bravo », *in Hebrew Union College Annual*, vol. 18, 1943-1944, pp. 223-225 ; Julio Caro Baroja, *Los Judíos en la España*… cit., vol. 1, pp. 543-544 ; José Alberto Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*… cit., p. 520 ; Claude B. Stuczinsky, « Apóstatas marroquíes de origen judío en Portugal en los siglos XVI-XVII. Entre la misión y la Inquisición », *in* Mercedes García-Arenal (éd.), *Entre el Islam y Occidente. Los judíos magrebíes en la Edad Moderna*, Madrid, Casa de Velásquez, 2003, pp. 130 e 135-136 ; Mercedes Garcia-Arenal, « Los judíos de Fez… » cit., pp. 176-177 ; David Graizbord, « A historical contextualization of Sefardi apostates and self-styled missionaries of the seventeenth century », *in Jewish History*, vol. 19, nº 3-4, 2005, pp. 287-313 ; et Natalia Muchnik, « Des intrus… » cit., pp. 149-150.

99. Outre son procès, l'ANTT, *Inquisição de Coimbra*, proc. 3995, voir José Alberto Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*… cit., pp. 169-170 ; Claude B. Stuczinsky, «Apóstatas marroquíes de origen judío…» cit., pp. 129 et 135 ; et, en particulier, *idem*, « Subsídios para um estudo de dois modelos paralelos de ´catequização` dos judeus em Portugal », *in* Nachman Falbel *et al*. (org.), *Em Nome da Fé. Estudos in Memoriam de Elias Lipiner*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1999, pp. 173-201.

100. « Livro das Denúncias que se fizeram, na Visitação do Santo Ofício à Cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil, no ano de 1618. Inquisidor e Visitador o Licenciado Marcos Teixeira », *in Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 49, 1936, pp. 97-101 et 131.

estes judeus, a mobilidade não foi apenas um factor necessário para ultrapassar as condições em que viveram, em conjunturas sócio-económicas difíceis em Marrocos. Posteriormente, tornou-se um elemento imprescindível da sobrevivência de quem, à margem dos circuitos facilitados dos grandes rabinos e diplomatas, pretendia continuar a usufruir de ser o mesmo, utilizando os «meios» à sua disposição nos países escolhidos como terras de salvação. Esses meios eram: as apetências e os interesses dos antigos conversos e as apetências e os interesses das instituições dos países católicos que aspiravam pelo fim da sua mobilidade, como seres «completamente» católicos, após a catequização e o baptismo. Depois do salto para a Europa Católica, através das praças portuguesas do Norte de África, como Mazagão, esperava-se que imergissem profundamente no glorioso Universo Católico. Escondidos nas tabernas, de um Mundo e de uma religião de que entendiam apenas formalismos superficiais, estavam prontos a utilizá-los para prolongarem, em novos contextos, a sua essência.

parmi ces juifs la mobilité n'a pas été seulement un facteur nécessaire pour surmonter les conditions dans lesquelles ils vivaient dans des conjonctures socio-économiques difficiles au Maroc. Plus tard, cette mobilité est devenue un élément essentiel de la survie de ceux qui, en marge des circuits facilités des grands rabbins et des diplomates, voulaient continuer d'être les mêmes, en utilisant les « moyens » à leur disposition, dans les pays choisis comme terres de salut. Ces moyens étaient : les appétences et les intérêts des anciens convertis ; et les appétences et les intérêts des institutions des pays catholiques qui aspiraient à la fin de leur mobilité, comme des êtres « entièrement » catholiques, après la catéchisation et le baptême. Après le saut dans l'Europe catholique, à travers les places fortes portugaises en Afrique du Nord, comme Mazagan, on espérait qu'ils s'immergent profondément dans le « glorieux » univers catholique. Cachés dans les tavernes, d'un Monde et d'une religion dont ils ne comprenaient que des formalismes superficiels, ils étaient prêts à les utiliser pour prolonger, dans de nouveaux contextes, leur essence.

Mazagão e os resgates gerais de cativos de 1689, 1718 e 1729

Mazagan et les rachats collectifs de captifs de 1689, 1718 et 1729

Edite Martins Alberto, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

Introdução

A apreensão de indivíduos, fruto dos conflitos entre cristãos e muçulmanos, caracterizou o quotidiano das populações e incrementou políticas de resgate de ambos os lados do Mediterrâneo[1]. O cativeiro efectivava o culminar das diferenças entre a religião cristã e muçulmana – ambas legitimando a apreensão dos infiéis – com fim à conversão e consequente integração nas normas vigentes da comunidade onde se inseriam. Não sendo possível a conversão, o prisioneiro era utilizado como objecto de venda ou de troca por outros cativos.

Na sequência de políticas expansionistas e da acção de piratas e corsários, grande número de portugueses foi apreendido e transportado para terras de Magrebe. Aprisionados no mar ou fruto de investidas nas costas marítimas portuguesas, eram levados para a corte de Mequinez ou para as cidades de Argel, Tunes ou Trípoli, onde se inseriam na sociedade através da conversão ao islamismo ou, mantendo-se cristãos, aguardavam o possível resgate[2].

Neste estudo centramo-nos na análise dos resgates de cativos organizados a partir da praça portuguesa de Mazagão, como modo de entrada na Corte de Mequinez. Com a subida ao poder do sultão Mulei Ismael[3], e o incremento da apreensão de cativos, os

1. Desde o movimento de Reconquista Cristã da Península Ibérica até 1812, data do último resgate de cativos portugueses de Argel, a apreensão e o resgate de indivíduos sucedeu com regularidade entre os portos do norte de África.

2. Sobre o resgate de cativos cristãos no Magrebe nos séculos XVII e XVIII consultar José Antonio Martínez Torres, *Prisioneros de los Infieles – Vida y rescate de los cautivos en el Mediterráneo musulmán,* Barcelona, Bellaterra, 2004; Maximiliano Barrio Gozalo, *Esclavos y Cautivos. Conflito entre la Cristandad y el Islam en el siglo XVIII*, Valladolid, Junta de Castilla y León, 2006.

3. O sultão Mulei Ismael sucedeu ao irmão, Mulei Rachid, em 1672, tendo governado até 1727. No manuscrito anónimo intitulado *Historia chronologica dos varões illustres que tem havido na pro-*

Introduction

Fruit des conflits entre chrétiens et musulmans, la capture d'individus a caractérisé le quotidien des populations et développé des politiques de rachats dans les deux rives de la Méditerranée[1]. La captivité accomplissait le point culminant des différences entre la religion chrétienne et musulmane – les deux légitimant l'appréhension des infidèles – aux fins d'une conversion et d'une intégration conséquente dans les normes existantes dans la communauté où ils étaient insérés. La conversion n'étant pas possible, le prisonnier était utilisé comme objet de vente ou d'échange contre d'autres captifs.

Faisant suite à des politiques expansionnistes et à l'action des pirates et des corsaires, un grand nombre de Portugais furent capturés et transportés vers les terres du Maghreb. Faits prisonniers en mer ou fruits d'attaques sur les côtes maritimes portugaises, ils étaient emmenés à la Cour de Meknès ou dans les villes d'Alger, de Tunis ou de Tripoli, où ils s'inséraient dans la société par le biais de la conversion à l'Islam ou, se maintenant chrétiens, ils attendaient un éventuel rachat[2].

Dans cette étude, nous nous concentrons sur l'analyse des rachats de captifs organisés à partir de la place portugaise de Mazagan, comme un moyen d'entrer dans la Cour de Meknès. Avec la montée au pouvoir du sultan Moulay Ismaïl[3], et l'accroissement de la prise

1. Du mouvement de la reconquête chrétienne de la péninsule Ibérique jusqu'en 1812, date du dernier rachat de captifs portugais à Alger, la capture et le rachat d'individus ont eu lieu régulièrement entre les ports d'Afrique du Nord.

2. Sur le rachat de captifs chrétiens au Maghreb aux XVII[e] et XVIII[e] siècles consulter José Antonio Martínez Torres, *Prisioneros de los Infieles – Vida y rescate de los cautivos en el Mediterráneo musulmán,* Barcelone, Bellaterra, 2004; Maximiliano Barrio Gozalo, *Esclavos y Cautivos – Conflito entre la Cristandad y el Islam en el siglo XVIII*, Valladolid, Junta de Castilla y León, 2006.

3. Le sultan Moulay Ismaïl succéda à son frère, Moulay Rachid, en 1672, et régna jusqu'en 1727. Dans le manuscrit anonyme intitulé *Historia chronologica dos varões illustres que tem havido na pro-*

monarcas portugueses tentam empreender meios a fim de promover a libertação dos nacionais pelo resgate em dinheiro ou através da troca por muçulmanos cativos em Portugal. As vicissitudes ocorridas nas tentativas de resgate dos anos de 1689 e de 1718, e depois na efectivação em 1729, já no reinado do sucessor de Mulei Ismael, demonstram bem toda a complexidade do processo de preparação e realização de um resgate cativos. A importância estratégica de Mazagão está inerente a todo este processo (fig. 1). Nesta praça, para além da organização de meios para

de captifs, les monarques portugais essaient de trouver des moyens pour promouvoir la libération de leurs compatriotes à travers le rachat en espèces ou contre l'échange de prisonniers musulmans qui se trouvaient en captivité au Portugal. Les vicissitudes qui se produisirent lors des rachats des années 1689 et 1718, et plus tard dans leur exécution effective en 1729, déjà sous le règne du successeur de Moulay Ismaïl, démontrent bien toute la complexité de la procédure de préparation et de réalisation d'un rachat de captifs. L'importance stratégique de Mazagan est inhérente à toute cette procédure (fig. 1). Dans cette place, outre l'orga-

Fig. 1 – A praça-forte de Mazagão. / La place fort de Mazagan.

a deslocação e entrada na Corte de Mequinez, era na área controlada pela sua artilharia que se processava o pagamento do resgate e troca dos cativos cristãos por muçulmanos.

Em 1689, 1718 e 1729 empreenderam-se resgates *gerais* de cativos, procedimento defendido pela legislação nacional, em detrimento de resgates de caracter particular[4]. Aqueles eram autênticas actividades diplomáticas, sob aval régio, organizados em conjunto pelos religiosos da Ordem da Santíssima Trindade

nisation de moyens pour le déplacement et l'entrée dans la Cour de Meknès, c'était dans la zone contrôlée par son artillerie qu'étaient réalisés le paiement du rachat et l'échange des captifs chrétiens contre des musulmans.

Des rachats collectifs de captifs furent entrepris en 1689, 1718 et 1729, cette procédure ayant été appuyée par la législation nationale, au détriment des rachats à caractère particulier[4]. Il s'agissait d'authentiques activités diplomatiques sous approbation royale,

vincia de Portugal da Ordem da Santissima Trindade..., vol. III, fl. 106--112, o autor apresenta uma extensa e pormenorizada biografia de Mulei Ismael (ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 565). Ver também C. R. Pennell, *Marruecos del Imperio a la Independencia*, Madrid, Alianza Editorial, 2006, pp. 150-164; e Jean Brignon *et al.*, *Histoire du Maroc*, Casablanca, Librairie Nationale, 1986, pp. 240-256.

4. Apesar de definido por contrato régio, celebrado entre D. Sebastião e a Ordem da Santíssima Trindade, determinando a posição de primazia da Ordem na libertação de cativos (Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da SS.ma Trindade...*, tomo I, Lisboa, Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789-1794, pp. 440-445), o estudo sistemático dos resgates ocorridos a partir desse reinado evidencia a realização de resgates realizados à margem dos trinitários, por particulares, principalmente favorecendo nobres, militares ou altos cargos ligados ao mar.

vincia de Portugal da Ordem da Santissima Trindade..., vol. III, fl. 106-112, l'auteur présente une biographie longue et détaillée de Moulay Ismaïl (ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 565). Voir également C. R. Pennell, *Marruecos del Imperio a la Independencia*, Madrid, Alianza Editorial, 2006, pp. 150-164 ; et Jean Brignon *et al.*, *Histoire du Maroc,* Casablanca, Librairie Nationale, 1986, pp. 240-256.

4. Bien que défini par un contrat royal conclu entre D. Sebastião et l'Ordre de la Sainte Trinité, déterminant la position de primauté de l'Ordre lors de la libération de captifs (Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da SS.ma Trindade...*, tome I, Lisbonne, Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789-1794, pp. 440-445), l'étude systématique des rachats qui ont eu lieu à partir de ce règne met en lumière la réalisation de rachats effectués en marge des Trinitaires, par des particuliers, favorisant en particulier des nobles, des militaires ou de hauts postes liés à la mer.

e pelo tribunal da Mesa da Consciência e Ordens[5]. A riquíssima documentação produzida por estas duas instituições, actuando em conjunto através da Provedoria dos Cativos, com destaque para as notícias escritas pelos padres redentores relatando as vicissitudes ocorridas durante o processo de resgate, constituem a base documental deste estudo[6].

Mazagão: via de entrada nos domínios do sultanato

Com a conquista pelos muçulmanos de Santa Cruz do Cabo de Guer, em 1541, e do abandono de Safim e Azamor, no reinado de D. João III, a praça de Mazagão permaneceu nas mãos dos portugueses como a única fortaleza que possuíam na costa sul de Marrocos. Mais tarde com a cedência de Tânger aos ingleses, em 1661, e de Ceuta à Coroa espanhola pelo tratado assinado em 1668, Mazagão passou a ser o único espaço português em toda a costa magrebina. Esta praça, rodeada por uma forte muralha e defendida por um fosso que a separava do resto do continente, persistiu em posse portuguesa até 1769 (fig. 2)[7].

Até à cedência de Tânger e de Ceuta, os resgates gerais de cativos faziam-se a partir destas praças do norte de África. O resgate geral ocorrido em 1655, o primeiro após a subida ao trono português de D. João IV, e depois de mais de dez anos de preparação, organizara-se a partir de Tânger. Desta praça os padres redentores viajaram para Tetuão, local onde negoorganisées conjointement par les religieux de l'Ordre de la Sainte Trinité et par le tribunal de la *Mesa da Consciência e Ordens*[5]. La très riche documentation produite par ces deux institutions, agissant conjointement à travers la *Provedoria dos Cativos* (Bureau des captifs), et notamment les nouvelles écrites par les pères rédempteurs relatant les vicissitudes qui eurent lieu pendant la procédure de rachat constituent la base documentaire de cette étude[6].

Mazagan : voie d'entrée dans les domaines du sultan

Avec la conquête de Santa Cruz du Cap de Gué par les musulmans en 1541 et l'abandon de Safi et d'Azemmour sous le règne du roi João III, la place de Mazagan était la seule forteresse que les Portugais possédaient sur la côte sud du Maroc. Plus tard, avec la cession de Tanger aux Anglais, en 1661, et de Ceuta à la Couronne d'Espagne, par le traité signé en 1668, Mazagan devient le seul espace portugais sur toute la côte maghrébine. Cette place, entourée d'une forte muraille et défendue par un fossé qui la séparait du reste du continent, est restée portugaise jusqu'en 1769 (fig. 2)[7].

Jusqu'à la cession de Tanger et de Ceuta, les rachats de captifs étaient réalisés à partir de ces places d'Afrique du Nord. Le rachat collectif de 1655, le premier après la montée au trône portugais de D. João IV et après plus de dix ans de préparation, fut organisé à

5. A Ordem da Santíssima Trindade foi fundada em França, em 1198, por S. João da Mata e S. Félix de Valois, com o principal objectivo de dar apoio e resgatar cristãos cativos em terras muçulmanas. Fixou-se em Portugal pouco depois, em 1207, no reinado de D. Sancho I, onde a partir dos conventos de Santarém e Lisboa, exerceu o exclusivo do resgate de cativos até D. Afonso V. Este monarca chama à Coroa todo o processo através da fundação do Tribunal da Rendição dos Cativos, que passa a controlar todos os resgates. Apesar das súplicas constantes aos sucessivos monarcas e ao papado, os trinitários só voltam a ter papel primordial nos resgates com D. Sebastião, no entanto exercendo a sua função a par com a Mesa da Consciência e Ordens, através da Provedoria dos Cativos. Este organismo passa a controlar o *Cofre dos Cativos* através de funcionalismo próprio, nomeadamente, dos mamposteiros que tinham a seu cargo a recolha, pelo reino, dos fundos, doados para os resgates. A partir de 1696, pertencia também à Mesa da Consciência e Ordens a selecção, através de concurso público, de dois oficiais – um tesoureiro e um escrivão – que acompanhavam os religiosos às terras do Magrebe nos resgates gerais.

6. Para a efectivação de um Resgate Geral de Cativos estava inerente a nomeação de dois padres professos na Ordem da Santíssima Trindade, geralmente escolhidos entre os mais cultos e/ou entre os que ocupavam cargos mais elevados na hierarquia religiosa, que tomando o nome de «Padres Redentores». Estes organizavam no reino e, depois, nas terras norte africanas todas as actividades inerentes ao resgate dos cativos.

7. Sobre a construção arquitectónica da praça de Mazagão consultar Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África – Da tomada de Ceuta a meados do século XV,* Porto, FAUP Publicações, 2008, pp. 395-419.

5. L'Ordre de la Sainte Trinité a été fondé en France en 1198, par S. Jean de Matha et S. Félix de Valois, avec l'objectif principal de soutenir et de racheter des captifs chrétiens en terre musulmane. Il s'installera au Portugal peu de temps après, en 1207, pendant le règne du roi D. Sancho I[er], où à partir des couvents de Santarém et Lisbonne, il exercera l'exclusivité du rachat des captifs jusqu'au règne de D. Afonso V. Ce monarque ramène à la Couronne l'ensemble du processus par le biais de la fondation du Tribunal de la rédemption des captifs qui contrôle désormais tous les rachats. Malgré les supplications constantes faites aux monarques successifs et à la papauté, les trinitaires n'auront de nouveau un rôle important dans les rachats qu'avec D. Sebastião, exerçant néanmoins leur fonction au même titre que la *Mesa da Consciência e Ordens* par l'entremise de la *Provedoria dos Cativos*. Cet organisme contrôlera désormais le *Coffre des captifs* à travers un fonctionnalisme particulier notamment des *mamposteiros* (quêteurs) qui étaient chargés de collecter dans le royaume des fonds, versés pour les rachats. À partir de 1696, il incombera également à la *Mesa da Consciência e Ordens*, à travers un appel d'offres public, de choisir deux officiers – un trésorier et un greffier – qui accompagneront les religieux sur les terres du Maghreb lors des rachats collectifs.

6. La nomination de deux prêtres profès de l'Ordre de la Sainte Trinité était inhérente à la concrétisation d'un rachat collectif de captifs. Ces prêtres étaient, généralement, choisis parmi les plus instruits et/ou parmi ceux qui occupaient de hauts postes dans la hiérarchie religieuse, prenant le nom de « Pères rédempteurs », ils organisaient dans le royaume, et par la suite sur les terres d'Afrique du Nord, toutes les activités inhérentes au rachat des captifs.

7. Sur la construction architectonique de la place de Mazagan consulter Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África – Da tomada de Ceuta a meados do século XV,* Porto, FAUP Publicações, 2008, pp. 395-419.

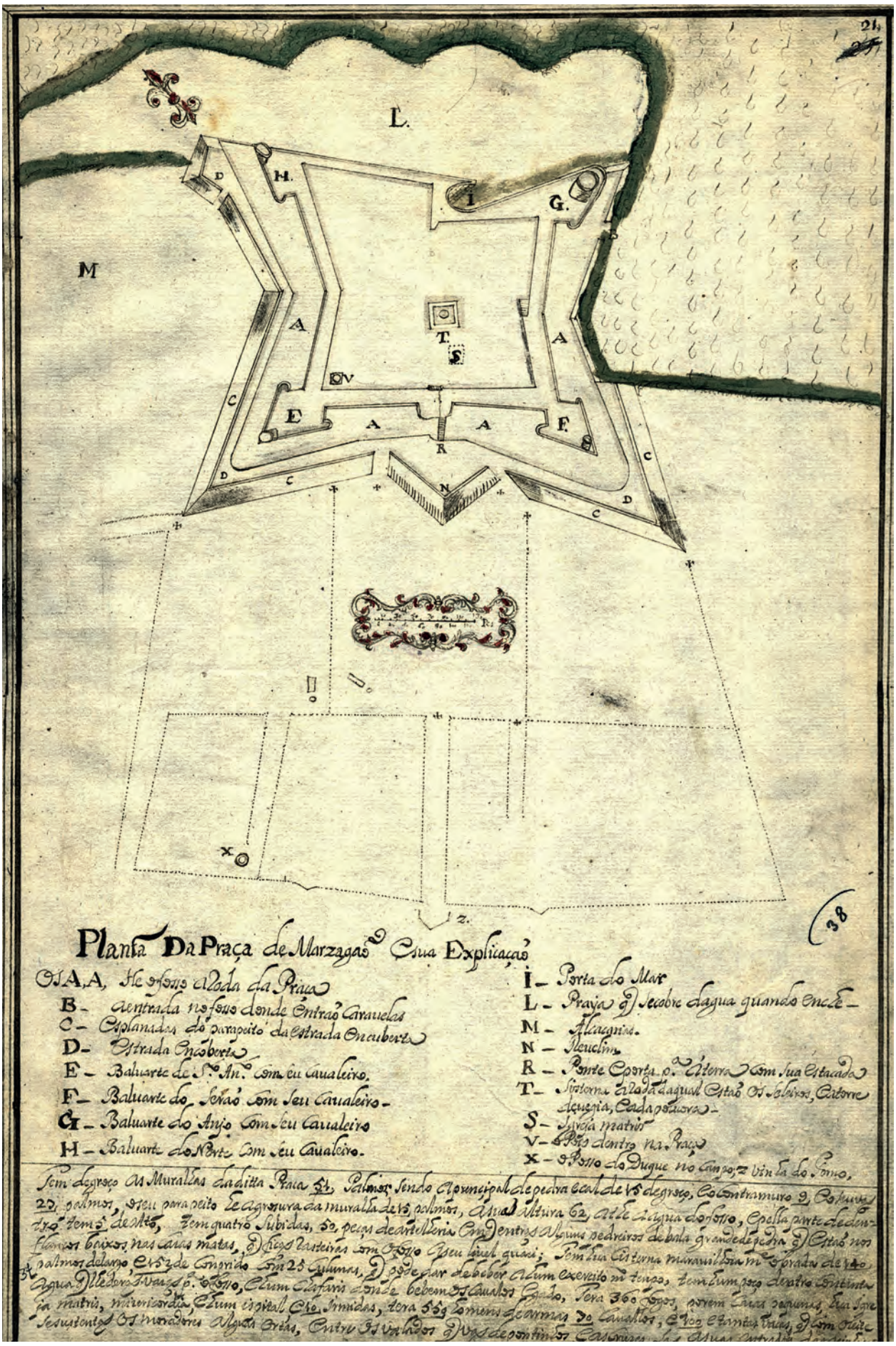


Fig. 2 – A praça-forte de Mazagão. / La place fort de Mazagan (João Tomás Correia, *Livro de varias plantas deste Reino e de Castela* [entre 1699 e 1743], fl. 21. Biblioteca Nacional de Portugal, http://purl.pt/12158).

ciaram o resgate de cento e vinte e dois cativos[8]. Na ausência destes locais, Mazagão passou a funcionar como base logística para tratar dos resgates, numa altura em que esta negociação passa a assentar em pressupostos diferentes. Até ao sultanato de Mulei Ismael, os cativos eram distribuídos por particulares de quem dependiam. A libertação era negociada individualmente com cada proprietário, com o qual os redentores acordavam o montante necessário para o resgate. Com a subida ao poder de Mulei Ismael este monopoliza todos os assuntos relativos a cativos. Após a apreensão pelos corsários, os prisioneiros eram encaminhados para a Corte em Mequinez, passando a pertencer ao sultão: dele dependiam e com ele passava a ser tratada qualquer tentativa de resgate[9].

Em 1689, passados mais de trinta anos após o resgate geral anterior, ocorrido em 1655, foi possível, através da intercepção de alguns mercadores de Salé, conseguir parecer favorável de Mulei Ismael para entrar nos seus domínios, a fim de negociar o resgate do elevado número de cativos portugueses que se sabia estarem em Mequinez[10]. Neste ambiente favorável, os redentores partiram para Mazagão para, naquela praça, aguardar o passaporte e a carta de seguro para poderem percorrer as sessenta léguas que os separavam de Mequinez[11]. Recebidos os documentos, viajaram para a Corte do sultão onde foram recebidos, de início, com grande deferência, «contudo de sua entrada não rezultou outra couza mais que a despeza de gastos excessivos e o repetido sobresalto de continuados sustos vendo se a cada passo em manifesto perigo de perderem a vida ou pelo menos a liberdade» – sintetiza um dos cronistas da Ordem da Santíssima Trindade[12]. A licença de regresso a Mazagão também se caracterizou por algumas complicações pois coincidiu com a rendição da praça de Larache e a chegada dos cristãos aprisionados a Mequinez. Esta situação contribuiu para fortalecer o interesse de Mulei Ismael

8. Cf. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, pp. 208-209 e ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 565, «Historia chronologica dos varões illustres que tem havido na provincia de Portugal da Ordem da Santissima Trindade...», vol. III, fls. 91v-95.

9. Cf. Edite Alberto, *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna,* tese de doutoramento defendida na Universidade do Minho, 2011, pp. 121-146 (http://hdl.handle.net/1822/13440).

10. Sobre a preparação do resgate geral de 1689 consultar no ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 565, fls. 106v-111.

11. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Carta dos Padres Redentores, frei Roque do Espírito Santo e frei José de Azevedo, para D. Pedro II, escrita em Mazagão a 30 de Janeiro de 1690, narrando as ocorrências do resgate. Ver Apêndice documental, doc. n.º 1.

12. ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 565, fl. 111.

partir de Tanger. De cette place les pères rédempteurs voyagèrent vers Tétouan où ils négocièrent le rachat de cent vingt-deux captifs[8]. En l'absence de ces lieux, Mazagan servit désormais de base logistique pour traiter les rachats, à un moment où cette négociation commence à reposer sur des postulats différents. Jusqu'au sultanat de Moulay Ismaïl, les captifs étaient distribués parmi des particuliers dont ils dépendaient. La libération était négociée individuellement avec chaque propriétaire, avec lequel les rédempteurs accordaient le montant nécessaire pour le rachat. Avec la montée au pouvoir de Moulay Ismaïl celui-ci monopolise sur lui toutes les questions relatives aux captifs. Après la prise par les corsaires, les prisonniers étaient emmenés à la Cour à Meknès et appartenaient désormais au sultan : dépendant de ce dernier, c'est avec lui que toute tentative de rachat devait dorénavant être négociée[9].

En 1689, plus de trente ans après le rachat collectif précédent qui eut lieu en 1655, il fut possible, grâce à l'intervention de quelques marchands de Salé, d'obtenir un avis favorable de Moulay Ismaïl pour entrer dans ses domaines afin de négocier le rachat du grand nombre de captifs portugais qui, on le savait, se trouvaient à Meknès[10]. Dans cette ambiance favorable, les pères rédempteurs partirent pour Mazagan et y attendirent la licence et le sauf-conduit afin de parcourir les soixante lieues qui les séparaient de Meknès[11].

Une fois les documents reçus, ils voyagèrent vers la Cour du sultan où ils furent reçus, dans un premier temps, avec grande déférence, « cependant leur entrée n'a résulté en rien d'autre qu'en des dépenses de frais excessives, des sursauts répétés de paniques se voyant à tout moment sur le point de perdre la vie ou tout du moins la liberté », résume l'un des chroniqueurs de l'Ordre de la Sainte Trinité[12]. La licence pour le retour à Mazagan est caractérisée aussi par quelques complications, car elle coïncida avec l'abandon de la place de Larache et l'arrivée à Meknès de

8. Cf. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, pp. 208-209 ; et ANTT, *Manuscritos da Livraria*, nº 565, «Historia chronologica dos varões illustres que tem havido na provincia de Portugal da Ordem daSantissima Trindade...» cit., vol. III, fls. 91v-95.

9. Cf. Edite Alberto, *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna,* thèse de doctorat soutenue à l'Université du Minho, 2011, pp. 121-146 (http://hdl.handle.net/1822/13440).

10. Sur la préparation du rachat collectif de 1689 consulter les ANTT, *Manuscritos da Livraria*, nº 565, fls. 106v-111.

11. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Lettre des pères rédempteurs, Frei Roque do Espírito Santo et Frei José de Azevedo, à D. Pedro II, écrite à Mazagan le 30 janvier 1690, racontant comment s'était déroulé le rachat. Voir annexe documentaire, nº 1.

12. ANTT, *Manuscritos da Livraria*, nº 565, fl. 111.

no afastamento definitivo da presença de europeus das suas terras, anexando Mazagão. Nesta ordem de ideias exigiu, como condição para a libertação dos cativos portugueses, o abandono da praça. Os padres redentores, como única via possível para conseguirem sair de Mequinez, prometem tratar da cedência com o monarca português. O sultão ainda tenta retê-los como reféns, contra a entrega da praça, mas os seus enviados não conseguem deter os padres, que entretanto já se tinham recolhido em Mazagão[13].

Junto com a informação detalhada dos factos ocorridos nesta incursão à Corte de Mequinez, os padres redentores, de acordo com o capítulo terceiro do regimento do resgate de 1689, apresentam um rol dos portugueses que se encontravam cativos[14]. Assim, pela *Lista dos escravos portuguezes q*ue *estão em Mequinez, vassalos da Serenissima Mag*est*ade d´elRey D. Pedro nosso Senhor Mag*est*ade,* fica-se a saber que se encontravam em Mequinez cento e vinte e um cativos portugueses, não contando com doze que se encontravam fora desta cidade, nos campos. A este número juntavam-se os dezoito soldados portugueses que chegaram à cidade em conjunto com os habitantes de Larache[15].

Face ao fracasso ocorrido com esta tentativa de resgate, e mantendo-se o mesmo sultão no trono, só

chrétiens faits prisonniers. Cette situation contribua à renforcer l'intérêt de Moulay Ismaïl d'un éloignement définitif de la présence des Européens de ses terres, en annexant Mazagan. Dans cet ordre d'idées, il exigea comme condition pour la libération des captifs portugais, l'abandon de la place. Les pères rédempteurs, considérant que c'était le seul moyen de pouvoir sortir de Meknès, promirent de traiter ladite cession avec le monarque portugais. Le sultan essaya tout de même de les retenir en otage contre la livraison de la place, mais ses envoyés ne parvinrent pas à arrêter les pères qui entre-temps étaient déjà retournés à Mazagan[13].

Avec l'information détaillée des événements qui se produisirent lors de cette incursion à la Cour de Meknès, les pères rédempteurs, en vertu du troisième chapitre du Règlement du rachat de 1689, présentent une liste des Portugais qui avaient été faits captifs[14]. Ainsi, par la « Liste des esclaves portugais qui sont à Meknès, vassaux de la Sérénissime Majesté El-Rei Dom Pedro Notre Majesté », on apprend qu'il y a cent vingt et un captifs portugais à Meknès, sans compter douze autres qui se trouvaient à l'extérieur de cette ville, à la campagne. À ce nombre s'ajoutent dix-huit soldats portugais qui venaient d'arriver dans la ville conjointement avec les habitants de Larache[15].

Face à l'échec de cette tentative de rachat par les pères rédempteurs, et étant donné que le même

13. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Carta dos Padres Redentores de 30 de Janeiro de 1690. Ver Apêndice Documental, doc. n.º 1.

14. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – «Regimento dado aos padres redentores que vão fazer o resgate geral de cativos de Mequinez», 22 de Agosto de 1689.

15. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Documento anexo à carta de frei Roque do Espírito Santo e frei José de Azevedo de 30 de Janeiro de 1690: «Lista dos escravos Portuguezes que estão em Mequinez, vassalos da Serenissima Magestade delRey D. Pedro nosso Senhor Magestade» «Portuguezes que erão soldados em Larache, os quaes vierão pera Mechinez escravos com a demais gente que erão mil e oitocentos homens, e trinta molheres e quatro raparigas de dez annos pera onze de idade e duas mais de treze annos»; «Mais doze Portuguezes que mandarão trabalhar duas legoas de Mechinez, aquem não pude saber os nomes, porque por todos, erão trinta os que vierão, e derão por disculpa que os colherão em Castela por força, e os levarão prezos a Larache, fora dez que matarão nos ataques da Praça que morrerão valerozamente. E dos mil e oitocentos Castelhanos que vierão prizioneiros, ficavão ja renegados, quando partimos de Mechinez, que foy vespera de Nossa Sra. da Comceipção que se contarão sete de Dezembro quatrocentos, e trinta e sete, e hirião renegando todos, porque houve dia de trinta, e tantos que renegarão: e quando foy da Mamora arenegarão tantos que foy necessario mandar El Rey, por goardas nas Mesquitas, pera que os não deixassem entrar, porque hião renegando todos; e dos Portuguezes, sendo a mayor parte rapazes, como consta deste rol, não renegou thé gora nenhum pela Mizericordia de Senhor fazendolhe a muitos destes rapazes os mayores martirios que ja mais se virão, e em nossa prezensa apertarão a hum de doze annos, que respondeo que senão cansassem com elle que era Portuguez, e que não deixava a Fé de Cristo, nem friginadoo em huã frigideira, e não há mais arenegado em Mechinez que hum indio que veyo do Maranhão».

13. **ANTT,** *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Lettre des pères rédempteurs du 30 janvier 1690. Voir annexe documentaire, doc. nº 1.

14. **ANTT,** *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – «Regimento dado aos padres redentores que vão fazer o resgate geral de cativos de Mequinez», le 22 août 1689.

15. **ANTT,** *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Document annexé à la lettre des pères Roque do Espirito Santo et José de Azevedo du 30 janvier 1690 : « Lista dos escravos Portuguezes que estão em Mequinez, vassalos da Serenissima Magestade delRey D. Pedro nosso Senhor Magestade » ; « Portuguezes que erão soldados em Larache, os quaes vierão pera Mechinez escravos com a demais gente que erão mil e oitocentos homens, e trinta molheres e quatro raparigas de dez annos pera onze de idade e duas mais de treze anos » ; « Mais doze Portuguezes que mandarão trabalhar duas legoas de Mechinez, aquem não pude saber os nomes, porque por todos, erão trinta os que vierão, e derão por disculpa que os colherão em Castela por força, e os levarão prezos a Larache, fora dez que matarão nos ataques da Praça que morrerão valerozamente. E dos mil e oitocentos Castelhanos que vierão prizioneiros, ficavão ja renegados, quando partimos de Mechinez, que foy vespera de Nossa Sra. da Comceipção que se contarão sete de Dezembro quatrocentos, e trinta e sete, e hirião renegando todos, porque houve dia de trinta, e tantos que renegarão: e quando foy da Mamora arenegarão tantos que foy necessario mandar El Rey, por goardas nas Mesquitas, pera que os não deixassem entrar, porque hião renegando todos ; e dos Portuguezes, sendo a mayor parte rapazes, como consta deste rol, não renegou thé gora nenhum pela Mizericordia de Senhor fazendolhe a muitos destes rapazes os mayores martirios que ja mais se virão, e em nossa prezensa apertarão a hum de doze annos, que respondeo que senão cansassem com elle que era Portuguez, e que não deixava a Fé de Cristo, nem friginadoo em huã frigideira, e não há mais arenegado em Mechinez que hum indio que veyo do Maranhão ».

em 1706 – na sequência da apreensão por corsários de Salé de uma embarcação, com todos os seus passageiros e tripulação, que navegava entre as ilhas de Santa Maria e de São Miguel – volta a surgir documentação apelando à necessidade de se resgatarem os portugueses em posse do sultão. Para tal efeito contribuiu, também, a chegada à Corte portuguesa de um dos cativos, João Dias, em nome dos cerca de cento e sessenta portugueses então aprisionados em Mequinez, transportando uma carta de Mulei Ismael para o monarca português.

A preparação do resgate caracterizou-se por trocas consecutivas de documentos e apelos por parte dos religiosos trinitários junto do monarca português. O rei D. Pedro II pretendia efectuar o resgate através de mercadores ingleses, argumentando que o sultão pretendia, como contrapartida para o resgate dos cativos, o fornecimento de pólvora e armas, bens que os cristãos não podiam transportar para terras muçulmanas[16]. Deste modo, através de mercadores europeus «se obrigárão, que dando-se-lhes 360 patacas, por cada cativo, e meio mouro, ou em falta delle 50 patacas, a todos darião a liberdade, e se haverião com Mulley Ismael nos generos, que pedia por elles»[17].

Com o passar dos anos, o desempenho irregular dos mercadores e o falecimento de D. Pedro II, o novo monarca – D. João V – concordou com as afirmações do procurador-geral dos cativos e mandou deferir um novo resgate, a efectuar pelos padres trinitários[18]. No entanto, as negociações teriam que ser feitas através de um embaixador do rei português, segundo exigência imposta por Mulei Ismael, que não queria negociar com religiosos. Esta função diplomática de representação régia recaiu no tesoureiro Pedro da Fonseca Neves, escolhido pela Mesa de Consciência e Ordens, para este resgate. Já em terras muçulmanas, e apesar das negociações anteriormente efectuadas, o tesoureiro viu-se surpreendido com a alteração das condições anteriormente definidas por Mulei Ismael. O sultão, com base no facto do embaixador não ter levado consigo cativos muçulmanos para trocar pelos

16. ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 565, fl. 125-125v. O cronista refere que este resgate extraordinário seria efectuado «por via dos inglezes, os quaes com menos escrupulozos bem poderião dar-lhe os generos que pedia». Sobre a dualidade entre resgates gerais de cativos e resgates por particulares ver nota 4.

17. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, p. 430.

18. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 55, maço 16 – Parecer do padre procurador geral dos cativos a pedido da Mesa da Consciência e Ordens sobre petição de Estevão Pillet, mercador francês, e Mameram Xeque, maior dos judeus, de 23 de Novembro de 1709.

sultan se maintenait sur le trône, ce n'est qu'en 1706, suite à la capture par des corsaires d'une embarcation de Salé qui naviguait entre les îles de Santa Maria et de São Miguel avec tous ses passagers et ses membres d'équipage, qu'émerge de nouveau des documents appelant à la nécessité de racheter les Portugais en possession du sultan. L'arrivée à la Cour portugaise de l'un des captifs, João Dias, qui apportait une lettre de Moulay Ismaïl au monarque portugais, au nom des environ cent soixante Portugais emprisonnés à l'époque, à Meknès, a également contribué à cet effet.

La préparation de ce rachat fut caractérisée par des échanges de documents et des appels successifs des trinitaires religieux auprès du monarque portugais. Le roi D. Pedro II voulait réaliser le rachat par l'entremise de marchands anglais, alléguant que le sultan voulait en contrepartie du rachat des captifs, être approvisionné en armes et en poudre à canon, ces marchandises ne pouvant être transportées par des chrétiens vers des terres musulmanes[16]. De cette façon, par l'intermédiaire de marchands européens « ils s'engagent à donner 360 *patacas*, pour chaque captif et un demi-Maure ou en l'absence de Maures à échanger 50 *patacas* et à leur rendre à tous la liberté et à traiter avec Moulay Ismaïl quant aux denrées qu'il demandait en échange de ceux-ci. »[17].

Au fil des années, avec les performances irrégulières des marchands et la mort de D. Pedro II, le nouveau monarque – D. João V – souscrivit aux déclarations du procureur général des captifs et accepta un nouveau rachat qui devait être réalisé par les pères trinitaires[18]. Toutefois, les négociations devaient être faites à travers un ambassadeur du roi portugais conformément à ce qu'exigeait Moulay Ismaïl, qui refusait de négocier avec des religieux. Pour ce qui est de ce rachat, cette fonction diplomatique de représentation royale reviendra au trésorier Pedro da Fonseca Neves, choisi par la *Mesa de Consciência e Ordens*. Déjà sur les terres musulmanes et malgré les négociations effectuées précédemment, le trésorier fut surpris par le changement des conditions préalablement définies par Moulay Ismaïl. Le sultan n'autorisera pas le rachat, au motif que l'ambassadeur n'avait pas apporté avec

16. ANTT, *Manuscritos da Livraria*, nº 565, fl. 125-125v. Le chroniqueur mentionne que ce rachat exceptionnel serait effectué « par l'entremise des Anglais, lesquels ayant moins de scrupules pourraient bien obtenir de leur part les denrées qu'il demandait ». Sur la dualité entre les rachats collectifs de captifs et les rachats collectifs effectués par des particuliers, voir la note 4.

17. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit.,II, p. 430.

18. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 55, maço 16 – Avis du prêtre procureur général des captifs à la demande de la *Mesa da Consciência e Ordens* sur requête d'Estêvão Pillet, marchand français et du cheikh Mameram, le plus important des Juifs, du 23 novembre 1709.

cristãos, não autorizaria o resgate[19]. Desta vez, Mulei Ismael não pretendia dinheiro ou bens mas resgate por troca, acusando mesmo os portugueses de enviarem os cativos muçulmanos para o Brasil a fim de não lhes concederem a sua liberdade. Apesar da não efectivação deste resgate, o tesoureiro vê-se obrigado a deixar parte do presente que levava para ofertar o sultão e a Corte, regressando a custo à praça de Mazagão.

No ano de 1729, depois do falecimento de Mulei Ismael, o seu filho e sucessor, Mulei Ahmet, solicita o resgate de todos os portugueses, em troca dos muçulmanos cativos em Portugal. Pela primeira vez, em muitos reinados, o pedido de resgate parte do sultão que mantém as condições propostas pelo seu pai, para o resgate de 1718. Nesta ordem de ideias, os deputados da Mesa da Consciência e Ordens solicitam, a D. João V, a cedência dos muçulmanos que se encontravam nas galés e os que estavam em posse de particulares, a fim de serem trocados por cativos portugueses.

«E por constar que nas Galés estão dezouto mouros de Salé e nesta cidade e outras e lugares do reino estão mais vinte e seis; e que senão fossem todos pera a troca do resgate poderia el rey de Maquinez faltar em dar lugar a todos os portuguezes».

«Pareçeo, que mandando Magestade fazer o resgate deve ser servido ordenar pella parte a que toca, a que os Mouros que estiverem nas Galés saletinos vassalos del Rey de Maquines se entreguem a seu tempo aos officiais do resgate: e pello que toca aos outros mouros de particulares, que estes sejão obrigados a aceitar por qualquer mouro salitino hum da Galé, pois a cauza publica do resgate deve prevalecer a parte do dominio do senhor que o comprou ou quando Vossa Magestade não seja servido dar os mouros da Galé pera o dito troco que seus senhores sejão obrigados a vende los pello que se arbitrar justo fazendo a avaliação ou o Mamposteiro Mor dos Captivos; ou quem Vossa Magestade ordenar»[20].

19. ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 565, fl. 128v-129v, e Frei Jerónimo de São José, *op. cit*., II, p. 435-436.

20. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Consulta da Mesa da Consciência e Ordens de 16 de Fevereiro de 1728, «Sobre os Mouros vassalos del Rey de Maquines, que devem levar os Redemptores, e officiais da Redempção que o dito Rey offerece». Com despacho régio favorável, de 11 de Março 1728, pelo qual disponibiliza os muçulmanos que se encontram nas galés e que se troquem ou comprem os que estão em posse de particulares.

lui des captifs musulmans pour les échanger contre des chrétiens[19]. Cette fois-ci, Moulay Ismaïl ne voulait ni argent ni marchandises, mais un rachat en échange, accusant même les Portugais d'envoyer les captifs musulmans au Brésil pour ne pas leur donner la liberté. Bien que ce rachat ne se soit pas concrétisé, le trésorier s'est vu contraint de laisser une partie du cadeau qu'il apportait pour offrir au sultan et à sa Cour, retournant tant bien que mal à la place de Mazagan.

En l'an 1729, après la mort de Moulay Ismaïl, ce sera son fils et successeur Moulay Ahmed qui demandera le rachat de tous les Portugais en échange de tous les prisonniers musulmans qui se trouvaient au Portugal. Pour la première fois, au cours des nombreux règnes, la demande de rachat surgissait du sultan qui proposait de maintenir les conditions présentées par son père lors du rachat de 1718. Dans cet ordre d'idées, les membres de la *Mesa da Consciência e Ordens* demandèrent à D. João V de céder les musulmans qui se trouvaient dans les galères et ceux qui appartenaient à des particuliers, afin d'être échangés contre des captifs portugais.

« Et parce que nous savons que dans les galères il y a dix-huit Maures de Salé et que dans cette ville et dans d'autres places du royaume il y en a vingt-six autres et que s'ils n'étaient pas tous destinés à l'échange lors du rachat, le roi de Meknès courrait le risque de ne pas pouvoir garantir le rachat de tous les Portugais. »

«Il nous est apparu, selon les ordres de Votre Majesté, concernant le rachat, que vous pouvez l'effectuer selon votre souhait et que les Maures qui seront dans les galères salétines vassaux du roi de Meknès soient livrés en temps voulu aux officiers du rachat. Quant aux autres Maures qui appartiennent à des particuliers, que ces derniers soient obligés d'accepter en échange d'un Maure salétin un autre de la galère, car l'intérêt public du rachat doit prévaloir sur l'intérêt du seigneur qui l'a acheté ou lorsque Votre Majesté ne voudra pas les Maures pour ledit prix demandé par leurs seigneurs que ces derniers soient obligés de les vendre au prix qui sera jugé convenable, l'évaluation devant être faite par le Mamposteiro Mor des captifs ou par toute autre personne que Votre Majesté ordonnera[20].»

19. ANTT, *Manuscritos da Livraria*, nº 565, fls. 128v-129v et Frei Jerónimo de São José, *op. cit*., II, pp. 435-436.

20. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Consultation de la *Mesa da Consciência e Ordens* du 16 février 1728, « Sobre os Mouros vassalos del Rey de Maquines, que devem levar os Redemptores, e officiais da Redempção que o dito Rey oferece ». Avec une décision royale favorable, du 11 mars 1728, par le biais de laquelle elle met à disposition les musulmans qui se trouvent dans les galères et demande que soit échangés ou achetés ceux qui appartiennent à des particuliers.

Face ao despacho favorável do monarca, começa-se a fazer o levantamento por todo o reino, junto dos corregedores das diversas comarcas, dos cativos naturais de Mequinez, para além dos que se sabia estarem na Galé[21]. Os proprietários receberiam o valor monetário correspondente ao muçulmano ou um cativo argelino em troca. Os muçulmanos deveriam ser remetidos à Coroa, em Lisboa, para se preparar o resgate geral[22]. Entretanto, providenciava-se, junto da Secretaria de Estado, a preparação para a viagem da nau de guerra *Nossa Senhora de Lampadosa*, capitaneada por D. Manuel Henriques. Esta nau fora escolhida em detrimento do frete de um navio de mercadores visto que, devido ao importante número de muçulmanos a bordo, se temia pela segurança dos padres redentores e dos oficiais régios, bem como pelos bens que constituíam o presente a ofertar ao sultão[23]. Neste resgate foram libertos cento e treze portugueses, alguns com mais de quarenta anos de cativeiro e outros já nascidos em Mequinez. No total, foram trocados quarenta e cinco muçulmanos pelos cativos portugueses.

Depois desta breve retrospectiva pelos três resgates gerais, organizados a partir de Mazagão para a Corte de Mequinez, passamos a explanar, com mais pormenor, como ocorria a sua organização e como a praça portuguesa servia de porta de entrada e de saída do reino de Marrocos.

a) Mazagão: preparação das negociações de resgate

No Regimento para o Resgate Geral de 1689 encontrava-se definido que os padres redentores ficariam em Mazagão, o tempo necessário para concluir o resgate, e da praça tratariam dos meios mais convenientes para o fazer[24]. Esta determinação manteve-se

21. Sobre este assunto vd. Edite Alberto, «No contexto de um resgate geral de cativos: Diogo Correia da Mota – embaixador de D. João V na Corte de Marrocos (1728-1729)», *in Portugal e o Magrebe. Actas do 4.º Colóquio de História Luso-Marroquina / Actes du IV Colloque d'Histoire Maroco-Lusitanienne*, Lisboa / Braga, CHAM e CITCEM, pp. 311-319.

22. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Carta do corregedor da comarca de Lagos solicitando que os mouros possam ser entregues aos oficiais de justiça evitando-se a deslocação onerosa dos proprietários à Corte, de 31 Julho 1728. Com parecer favorável da Mesa da Consciência e Ordens de 12 de Agosto 1728.

23. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Consulta da Mesa sobre a expedição de algumas coisas necessárias para o resgate geral de Mequinez, de 30 de Agosto de 1728. Os deputados da Mesa solicitam ao rei a cedência de uma das naus de guerra, devido ao elevado número de muçulmanos a transportar.

24. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Regimento do Resgate geral de cativos de Mequinez, de 22 de Agosto de 1689.

Compte tenu de l'ordonnance favorable de la part du monarque, une enquête fut faite dans tout le royaume auprès des corrégidors des différents comtés, des captifs nés à Meknès, mais également auprès de ceux qui, on le savait, étaient dans la galère[21]. Les propriétaires recevaient en échange la valeur monétaire correspondant au musulman ou un captif algérien. Les musulmans devaient être remis à la Couronne, à Lisbonne, afin que l'on puisse préparer le rachat collectif[22]. Entretemps, des mesures étaient prises auprès du Secrétariat d'État en vue de préparer le voyage d'un navire de guerre le *Nossa Senhora de Lampadosa*, commandé par le capitaine D. Manuel Henriques. Ce navire fut choisi au détriment du fret d'un navire de marchands, en raison du grand nombre de musulmans à bord, car l'on craignait pour la sécurité des pères rédempteurs et des officiers royaux, ainsi que pour les biens qui composaient le cadeau que l'on comptait offrir au sultan[23].

Cent treize Portugais furent libérés lors de ce rachat, certains ayant plus de quarante ans de captivité et d'autres étant déjà nés à Meknès. Au total, quarante-cinq musulmans furent échangés contre des Portugais en captivité.

Après cette brève rétrospective sur les trois rachats collectifs organisés à partir de Mazagan vers la Cour de Meknès, nous expliquons maintenant, plus en détail, comment ils étaient organisés et comment la place portugaise servait de porte d'entrée et de sortie du Royaume du Maroc.

a) Mazagan : préparation des négociations de rachat

Dans le Règlement pour le rachat collectif de 1689, il était stipulé que les pères rédempteurs resteraient à Mazagan le temps nécessaire pour conclure le rachat et, qu'à partir de cette place, ils prendraient les mesures les plus convenables pour le faire[24]. Cette

21. Sur ce sujet, voir Edite Alberto, «No contexto de um resgate geral de cativos: Diogo Correia da Mota – embaixador de D. João V na Corte de Marrocos (1728-1729)», *in Portugal e o Magrebe. Actas do 4.º Colóquio de História Luso-Marroquina / Actes du IV Colloque d'Histoire Maroco-Lusitanienne*, Lisbonne / Braga, CHAM e CITCEM, pp. 311-319.

22. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Lettre du corrégidor du district de Lagos sollicitant que les Maures puissent être livrés aux officiers de justice évitant ainsi le déplacement onéreux des propriétaires à la Cour, datée du 31 juillet 1728. Avec avis favorable de la *Mesa da Consciência e Ordens* du 12 août 1728.

23. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Consultation de la *Mesa* sur l'expédition de certains éléments nécessaires pour le rachat collectif de Meknès, du 30 août 1728. Les députés de la *Mesa* demandent au roi de leur céder l'un des navires de guerre, en raison du nombre élevé de musulmans à transporter.

24. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Règlement du rachat collectif des captifs de Meknès, du 22 août 1689.

Resgates Rachats	**Padres redentores** Pères rédempteurs	**Oficiais** Officiers
1689	Frei José de Azevedo Frei Roque do Espírito Santo	Escrivão Padre Vieira Machado
1718	Frei Simão de Brito Frei José de Paiva	Tesoureiro Pedro da Fonseca Neves Escrivão Capitão Francisco da Nóbrega
1729	Frei José de Paiva Frei Pedro de Melo	Tesoureiro Diogo Correia da Mota Escrivão Vicente Francisco Cardoso

Quadro 1 – Padres redentores e oficiais dos resgates gerais de Mequinez.

Tableau 1 – Pères rédempteurs et officiers des rachats collectifs de Meknès.

(Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., I e II).

para os resgates gerais de 1718 e 1729. A comitiva constituída de início pelos padres redentores, um sacerdote para os apoiar no registo das transações monetárias e um criado, passou, a partir do resgate de 1718, a incluir um tesoureiro e um escrivão, nomeados pela Mesa da Consciência e Ordens, e respectivos criados[25].

Nos dois últimos resgates referidos, dos anos de 1718 e de 1729, o sultão exigiu que a negociação dos cativos fosse feita através de um embaixador do monarca português e não de religiosos. Deste modo, na tentativa de resolver a exigência, sem encarecer monetariamente a preparação do resgate, a Corte portuguesa determinou acrescer às responsabilidades do tesoureiro as de embaixador. Assim, no resgate geral de 1718, o tesoureiro Pedro da Fonseca Neves assume as competências de embaixador do rei português, tal como Diogo Correia da Mota, em 1729[26].

A chegada da *redenção*, nome dado à comitiva de negociação de um resgate geral, a Mazagão era marcada por cerimónias de boas-vindas. Em 1718, os padres redentores, o tesoureiro e o escrivão foram recebidos pelo governador e capitão geral, D. Manuel Rolim de Moura, com honras militares, salvas e formatura de infantaria[27]. O carácter religioso e solene de um resgate marcava toda a comunidade pois, para

25. A partir de 1696, aquando da preparação de um resgate geral para Argel, passam a ser nomeados pela Mesa de Consciência e Ordens, dois oficiais para provimento das funções de tesoureiro e de escrivão, através de concurso público. Esta situação manter-se-á para todos os resgates a partir desta data: colocação de editais, análise das candidaturas, emissão de pareceres para aprovação do monarca, selecção de dois candidatos, um para tesoureiro e outro para escrivão do resgate.

26. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Consulta da Mesa sobre o traje e apresentação do embaixador na viagem de Mazagão a Mequinez, de 19 Agosto 1728. Sobre a actuação de Diogo Correia da Mota vd. Edite Alberto, «No contexto de um resgate geral de cativos: Diogo Correia da Mota...» cit., pp. 311-319.

27. ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 565, fl. 127v e Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, p. 433.

résolution se maintiendra pour les rachats collectifs de 1718 et 1729. La délégation composée au début des pères rédempteurs, d'un prêtre pour les soutenir lors de l'enregistrement des transactions monétaires et d'un domestique, inclura désormais, à partir du rachat de 1718, un trésorier et un greffier nommé par la *Mesa da Consciência e Ordens,* et leurs serviteurs respectifs[25].

Au cours des deux derniers rachats mentionnés, des années 1718 et 1729 en l'occurrence, le sultan exigea que la négociation des captifs fût faite par l'entremise d'un ambassadeur du monarque portugais et non par des religieux. Ainsi, pour tenter de respecter cette exigence sans alourdir financièrement la préparation du rachat, la Cour portugaise décida d'ajouter aux responsabilités de trésorier celles d'ambassadeur. Ainsi, lors du rachat collectif de 1718, le trésorier Pedro da Fonseca Neves assume les compétences d'ambassadeur du roi portugais tel que Diogo Correia da Mota, en 1729[26].

L'arrivée de la *Rédemption* à Mazagan, nom donné à la délégation pour la négociation d'un rachat collectif, fut marquée par des cérémonies de bienvenue. En 1718, les pères rédempteurs, le trésorier et le greffier furent reçus par le gouverneur et capitaine général D. Manuel Rolim de Moura avec des honneurs militaires, des salves et une formation de l'infanterie[27].

25. À partir de 1696, lors de la préparation d'un rachat collectif pour Alger, deux officiers étaient désormais nommés par *la Mesa de Consciência e Ordens* pour remplir les fonctions de trésorier et de greffier, à travers un appel d'offres public. Cette situation se maintiendra pour tous les rachats à partir de cette date : affichage d'ordonnance, analyse des candidatures, émission d'avis pour l'approbation du monarque, sélection de deux candidats, un pour remplir la fonction de trésorier et un autre pour assurer la fonction de greffier du rachat.

26. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Consultation de la *Mesa* sur le costume et la présentation de l'ambassadeur lors du voyage de Mazagan à Meknès, du 19 août 1728. Sur l'action de Diogo Correia da Mota *vd.* Edite Alberto, « No contexto de um resgate geral de cativos: Diogo Correia da Mota... » cit., pp. 311-319.

27. ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n° 565, fl. 127v et Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, p. 433.

além da possibilidade de cativeiro constituir um perigo iminente para qualquer cristão, a colaboração nas cerimónias religiosas dos resgates gerais proporcionava/propiciava, aos participantes, a concessão de benesses e benefícios espirituais[28].

Após as formalidades de chegada e instalação na praça, procedia-se ao cumprimento das orientações do regimento que referia que «logo, que chegarem a Mazagão fação entender a el rey de Maquines se achão naquella praça pera effectuarem o resgate, na forma que se tem ajustado [...] sem resposta destes avizos não sahirá o thezoureiro de Mazagão»[29]. Em caso de alteração das condições anteriormente definidas entre o rei português e o sultão, o regimento permitia à *redenção* resolver os diferendos, em conjunto com o governador da praça, nomeadamente no que respeitasse ao preço dos resgates. Na mesma tarde se mandou chamar *alfaqueque no Campo das Areias*, explica-nos o cronista «que vem a ser: ir o cavalleiro que serve de lingua, cravar no dito campo huma astea com bandeira branca, para virem os mouros à falla, com o pretexto de paz, a tratar de algum negocio que se offerece.»[30].

Os muçulmanos apareceram com brevidade, vindos de Azamor, e foi-lhes comunicado que a *redenção* tinha chegado com uma carta de passaporte do sultão. Cumpridas as negociações com alguns muçulmanos e judeus, preparou-se a deslocação para Mequinez. Padres e oficiais decidiram retirar do cofre 600 moedas, de que fez termo o escrivão do resgate, assinado por todos, juntamente com o governador da praça. Este dinheiro foi entregue ao tesoureiro destinando-se à supressão das despesas relacionadas com a viagem, condução do presente ao sultão, pagamento de direitos e tudo o mais que fosse necessário enquanto representante de D. João V. O tesoureiro, com as funções de embaixador, partiu com os muçulmanos para Mequinez com o intuito de tratar do resgate, permanecendo os padres redentores em Mazagão[31].

A presença da *redenção* em Mazagão e todas as despesas efectuadas em terras muçulmanas eram

Le caractère solennel et religieux d'une opération de rachat marquait l'ensemble de la communauté, car outre le fait que la possibilité d'être en captivité constituait un danger imminent pour tout chrétien, la collaboration lors des cérémonies religieuses de rachats collectifs permettait aux participants d'obtenir certains bénéfices et avantages spirituels[28].

Après les formalités d'arrivée et d'installation dans la place, l'on procédait au respect des dispositions du règlement qui mentionnait que « dès leur arrivée à Mazagan, ils préviennent le roi de Meknès qu'ils se trouvaient dans cette place pour effectuer le rachat, sous la forme convenue [...] le trésorier ne sortira pas de Mazagan sans avoir une réponse après ces avertissements »[29]. Le règlement permettait, en cas de modification des conditions précédemment définies, entre le roi portugais et le sultan, que la *Rédemption* décide avec le gouverneur de la place, en particulier, du prix des rachats. Dans l'après-midi même on fit appeler « l'*alfaqueque no Campo das Areias* » le chroniqueur explique « cela revient à dire : que le chevalier qui traduit la langue plante dans ledit terrain un bâton avec un drapeau blanc afin que les Maures viennent dialoguer, sous prétexte de paix, pour faire quelques affaires qu'on leur propose »[30]. Les musulmans venant d'Azemmour firent leur apparition, leur ayant été dit que la *Rédemption* était arrivée avec un sauf-conduit du sultan. Une fois les négociations avec certains musulmans et juifs terminées, on prépara le déplacement à Meknès. Les pères et les officiers décidèrent de retirer du coffre 600 pièces de monnaie, à propos desquelles le greffier du rachat dressa un acte qui fut signé par tous, conjointement avec le gouverneur de la place. Cet argent fut remis au trésorier, pour les frais de voyage, transport du cadeau jusqu'au sultan, paiement de droits et pour tout ce qui s'avérerait nécessaire en tant que représentant de D. João V. Le trésorier, qui avait les fonctions d'ambassadeur, partit avec les musulmans à Meknès afin de s'occuper de la rédemption, alors que les pères rédempteurs restèrent à Mazagan[31].

La présence de la *Rédemption* à Mazagan et toutes les dépenses encourues sur les terres musulmanes étaient supportées par le Coffre des captifs. Une opération de rachat collectif impliquait le paiement de

28. Cf. Edite Alberto, *Um Negócio Piedoso*... cit., pp. 65-68, 117-120 e 218-222. (http://hdl.handle.net/1822/13440).

29. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Consulta da Mesa sobre o regimento para o resgate geral, datada de 21 de Maio de 1717.

30. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, pp. 433-434

31. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Consulta da Mesa sobre o regimento para o resgate geral, datada de 21 de Maio de 1717.

28. Cf. Edite Alberto, *Um Negócio Piedoso*... cit., pp. 65-68, 117-120 et 218-222. (http://hdl.handle.net/1822/13440).

29. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Consultation de la *Mesa* sur le Règlement pour le rachat collectif, datée du 21 mai 1717.

30. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, pp. 433-434.

31. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Consultation de la *Mesa* sur le Règlement pour le rachat collectif, datée du 21 mai 1717.

suportadas pelo Cofre dos Cativos. A um resgate geral estava inerente o pagamento da alimentação e ajudas de custo aos padres redentores e oficiais; o transporte de ida e volta ao reino, caso este não fosse assegurado pela marinha portuguesa; a compra dos presentes a ofertar ao sultão, bem como a compra dos alimentos para os resgatados, enquanto aguardavam em Mazagão a viagem de regresso e para a travessia marítima para Lisboa. Em 1689, os padres redentores transportavam um cofre com 22 000 *patacas de lei*, com três chaves diferentes, uma para cada religioso e a terceira para o padre Vieira Machado que os acompanhava com as funções de escrivão[32]. Como ajuda de custo, os padres receberam da Provedoria dos Cativos dois tostões por dia, para cada um, que começavam a vencer assim que saíssem de Lisboa até ao regresso. O mesmo valor era pago ao sacerdote que os acompanhava. O criado que levavam para lhes prestar apoio recebia um tostão por dia[33]. Na fragata que os transportou para Mazagão, capitaneada pelo capitão-de-mar-e-guerra Tristão de Mendonça, o rei mandou embarcar dez moios de trigo ensacado para mantimento dos cativos resgatados, durante o tempo que estivessem em Mazagão. No caso de sobrar algum cereal, este deveria ser entregue ao almoxarife da praça e dessa entrega deveriam trazer comprovativo *em forma* para se requerer satisfação da sua importância no Conselho da Fazenda, para a consignação aplicada àquela praça[34].

Em 1718, a bordo da fragata *Nossa Senhora da Assunção*, para além do dinheiro necessário para o resgate, foram transportados mais sete contos de reis, para as quebras que poderiam ocorrer no câmbio da moeda, bem como para despesas relativas a direitos e conduções. Em Mazagão seriam entregues ao tesoureiro 480$000 réis para as despesas da jornada,

32. O dinheiro do Cofre dos Cativos provinha de doações, de penas e juízos do reino doados pelos diversos monarcas, recolha dos mamposteiros, dotes da Santa Casa da Misericórdia e doações de particulares principalmente familiares de cativos. Para a organização dos resgates o monarca solicitava por carta enviada as câmaras do reino contribuição monetária para resgates (Carta régia de D. Pedro II de 2 de Janeiro de 1695, *Livro VII de consultas e decretos d´el-rei D. Pedro II,* fl. 196v; e carta régia de D. João V de 21 de Junho de 1707, *Livro I de consultas e decretos d´el-rei D. João V,* fl. 186, transcritas por Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa,* vol. IX, Lisboa, Typographia Universal, 1896, pp. 377-378 e vol. X, 1899, pp. 361-362, respectivamente). A necessidade de aumentar as receitas foi constante durante o século XVIII, tanto por falta de meios como pela incúria das instituições na sua recolha.

33. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Regimento do Resgate geral de cativos de Mequinez, 1689, cap. 16.

34. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Regimento… cit., 1689, cap. 19.

la nourriture et une aide pour les dépenses aux pères rédempteurs et aux officiers, le transport aller-retour vers le Royaume dans le cas où celui-ci ne serait pas assuré par la marine portugaise, l'achat de cadeaux à offrir au sultan ainsi que l'achat de nourriture pour les captifs rachetés pendant qu'ils attendaient, à Mazagan, le voyage de retour et pour leur traversée de la mer jusqu'à Lisbonne. En 1689, les pères rédempteurs transportaient un coffre avec 22 000 *patacas de lei* ayant trois clés différentes, une pour chaque religieux et la troisième pour le père Vieira Machado qui voyageait avec eux et assurait les fonctions de greffier[32]. Comme allocations, les pères reçurent chacun, du Bureau des captifs, deux *tostões* par jour lesquels commençaient à porter des intérêts dès leur sortie de Lisbonne jusqu'à leur retour ; une somme identique était versée au père qui les accompagnait. Le domestique qu'ils emmenaient pour les aider recevait un *tostão* par jour[33]. Dans la frégate qui les transporta vers Mazagan, commandée par le capitaine Tristão de Mendonça, le roi ordonna d'y embarquer dix muids de blé, en sacs, pour nourrir les captifs rachetés pendant la période où ils se trouveraient à Mazagan. En cas d'excédent de céréales, il devait le remettre au gouverneur de la place et rapporter des justificatifs de cette livraison en bonne et due forme afin de pouvoir requérir la somme équivalente au sein du Conseil des finances pour la consignation appliquée à cette place[34].

En 1718, à bord de la frégate *Nossa Senhora da Assunção*, hormis l'argent nécessaire au rachat, ils transportaient en plus sept mille réaux pour les chutes qui pouvaient survenir dans le change de la monnaie, ainsi que pour des dépenses relatives à des droits et à des démarches. À Mazagan, 480$000 réaux seraient remis au trésorier pour les frais de voyage, l'acheminement du cadeau et pour le paiement des gratifica-

32. L'argent du Coffre des captifs provenait de donations, de peines et de jugements provenant du royaume donnés par les divers monarques, de la collecte des quêteurs, de dons de la *Santa Casa da Misericórdia* et de donations de particuliers et principalement de la part de membres de la famille des captifs. Pour l'organisation des rachats, le monarque sollicitait par lettre, envoyée aux chambres du royaume, une contribution monétaire pour des rachats (Lettre royale de D. Pedro II du 2 janvier 1695, *Livro VII de consultas e decretos d´el-rei D. Pedro II*, fl. 196v ; et lettre royale de D. João V du 21 juin 1707, *Livro I de consultas e decretos d´el-rei D. João V*, fl. 186, transcrites par Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, vol. IX, Lisbonne, Typographia Universal, 1896, pp. 377-378 et vol. X, 1899, pp. 361-362, respectivement). La nécessité d'augmenter les recettes a été constante pendant le XVIII[e] siècle tant par manque de moyen que par la négligence des institutions concernant la collecte.

33. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Règlement du rachat collectif de captifs de Meknès, 1689, chap. 16.

34. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Règlement… cit., 1689, chap. 19.

condução do presente e pagamento das gratificações que tivesse que dar durante a jornada[35]. O regimento do resgate definia que o cofre teria três chaves diferentes, uma para os padres redentores, outra para o tesoureiro e a terceira para o escrivão que, em Mazagão, a deveria entregar ao governador da praça. Estava também definido que o governador deveria estar presente em todas as transações monetárias que se fizessem, e que o cofre deveria ser guardado nos seus aposentos. Terminado o resgate «dara conta o governador pello navio em que vierem de como este negocio se procedeo remetendo a chave»[36]. O regimento determinava, ainda, que o escrivão deveria passar comprovativos das despesas, que deveriam ser assinados pelos padres e pelos oficiais do resgate[37]. Acrescentava, ainda, em relação aos dois cativos de Mequinez que tinham vindo a Portugal apelar ao resgate, que lhes deveria «dar reção na viagem, e estada de Mazagão, e aos doentes, e velhos que vierem se lhe deve assistir com o necessario pera a jornada»[38]. Neste resgate cada padre redentor e oficial recebeu de ajudas de custo cinquenta mil réis, para além do mantimento quotidiano. Este montante manteve-se no resgate de 1729. No entanto, Diogo Correia da Mota, tesoureiro, e Vicente Francisco Cardoso, escrivão, pediram uma ajuda de custo extraordinária, visto terem de levar a carta e o presente ao sultão, para além da ajuda e mantimento quotidiano.

«O Thezoureiro vá condecorado no tratamento pera que por elle tenha aceitação e estimação como se levasse o caracter que ha de reprezentar, e que pera isto não só se lhe de ajuda de custo extraordinaria ao escrivão que ha de acompanha lo pera fazerem huns vestidos limpos e asseados, mas se mandem fazer quatro vestidos pera quatro soldados dos que forem do reino e asistem em Mazagão e acompanharem como pagens pera asim hirem à prezença d´el rey de Mequinez quando levarem a carta de Vossa Magestade e o prezente que está preparado»[39].

35. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Regimento… cit., 1869, cap. 7.

36. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Regimento… cit., 1869, cap. 2.

37. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Regimento… cit., 1869, cap. 3.

38. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Consulta da Mesa com base na petição do tesoureiro Pedro da Fonseca Neves que solicitara o regimento para o resgate geral, de 21 de Maio 1717.

39. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Consulta da Mesa sobre a expedição de algumas coisas necessárias para o resgate geral de Mequinez, de 30 de Agosto de 1728.

tions qu'il devait éventuellement donner au cours de celui-ci[35].

Le règlement du rachat définissait que le coffre aurait trois clés différentes, une pour les pères rédempteurs, une autre pour le trésorier et la troisième pour le greffier, lesquelles devraient être remises au gouverneur de la place dès leur arrivée à Mazagan. Il était également établi que le gouverneur devait être présent dans toutes les transactions monétaires qui seraient effectuées, et que le coffre devait être gardé dans sa demeure. Après le rachat « le gouverneur devra envoyer un compte-rendu, par le navire dans lequel ils viendront, sur la manière dont l'affaire s'est déroulée et rendre la clé »[36].

Le règlement stipulait aussi que le greffier devait fournir des pièces justificatives des dépenses et qu'elles devraient être signées par les pères et les officiers du rachat[37]. Il ajoutait également, concernant les deux captifs de Meknès qui étaient venus au Portugal solliciter le rachat, qu'ils devraient leur « donner une ration pendant le voyage et un endroit pour séjourner à Mazagan et prêter assistance aux malades et aux vieux dans tout ce qui leur serait nécessaire pendant le voyage »[38]. Pour ce rachat, outre l'alimentation quotidienne, chaque père rédempteur et officier reçut une allocation de cinquante mille réaux. Ce montant se maintiendra pour le rachat de 1729. Cependant, en plus des allocations et de l'alimentation quotidienne, le trésorier Diogo Correia da Mota et le greffier Vicente Francisco Cardoso demandèrent une allocation supplémentaire vu qu'ils devaient remettre la lettre et le cadeau au sultan.

« Le trésorier devra être sublimement vêtu afin que, de la sorte, il soit accepté et estimé comme s'il amenait le caractère qu'il doit représenter, et qu'en vue de cela on donne non seulement une allocation extraordinaire au greffier, qui doit l'accompagner, pour faire des tenues propres et soignées, mais que l'on fasse faire quatre tenues pour quatre soldats originaires du royaume et qui servent à Mazagan et que ceux-ci l'accompagnent en tant que pages pour se présenter devant le roi de Meknès quand ils emmèneront la lettre de Votre Majesté et le cadeau qui est préparé »[39].

35. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Règlement… cit., 1869, chap. 7.

36. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Règlement… cit., 1869, chap. 2.

37. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Règlement… cit., 1869, chap. 3.

38. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Consultation de la *Mesa* à partir de la pétition du trésorier Pedro da Fonseca Neves qui avait sollicité le Règlement pour le rachat collectif, du 21 mai 1717.

39. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Consultation de la *Mesa* sur l'expédition de quelques éléments nécessaires pour le rachat collectif de Meknès, du 30 août 1728.

A Mesa propõe 300 mil réis para o tesoureiro e 200 mil réis para o escrivão como ajuda de custo extraordinária, justificando com a necessidade de rigor na apresentação do tesoureiro «para bem do resgate e por representar o rei português»[40]. O monarca concorda com o montante proposto e concede mais 30 mil réis para as vestimentas do tesoureiro, bem como a cedência de duas barracas para pernoita na jornada para Mequinez. Dá também ordem para se fazerem vestes adequadas para os quatro mazaganistas que acompanhariam o tesoureiro/embaixador à Corte do sultão[41].

Depois de dois resgates não efectivados, para a organização do resgate de 1729 foi fundamental a intervenção do governador de Mazagão, João Jaques de Magalhães, numa altura de grande instabilidade política causada pelos descendentes de Mulei Ismael. Enquanto no reino se fazia o levantamento dos cativos muçulmanos, para troca pelos portugueses, chegou a carta do governador avisando a Corte portuguesa das alterações ocorridas no trono – Mulei Abdelmeleque declarara guerra a seu irmão Mulei Ahmet e fora aclamado rei de Mequinez. O governador informava também que escrevera ao novo sultão e que este se mostrara propício à realização do resgate dos portugueses, anteriormente combinado com o irmão, solicitando a presença de um embaixador de D. João V para o efectivar.

Chegados a Mazagão, os padres redentores e oficiais tiveram conhecimento de nova alteração no trono: Mulei Ahmet investira contra o irmão, atacando e saqueando a cidade de Mequinez. Aqueles aguardaram na praça o desenrolar dos acontecimentos, aproveitando a espera para solicitarem a D. João V nova carta, pois a que levavam era dirigida a Mulei Abdelmeleque[42].

Com o parecer do governador de Mazagão resolveram escrever ao valido do sultão a fim de pedir informação sobre os cativos, «e que como os caminhos não estavão com aquella segurança necessaria, seria maes conveniente pera a concluzão deste negocio mandar

La *Mesa* proposa 300 mille réaux pour le trésorier et 200 mille réaux pour le greffier comme allocation supplémentaire, justifiant la nécessité d'une tenue vestimentaire rigoureuse du trésorier « pour le bien du rachat et parce qu'il représentait le roi portugais »[40]. Le monarque accepta le montant proposé et concéda 30 000 réaux supplémentaires pour les vêtements du trésorier et céda également deux tentes pour qu'il puisse y passer la nuit pendant le voyage à Meknès. Il ordonna pareillement que l'on fasse des vestes appropriées pour les quatre habitants de Mazagan qui accompagneraient le trésorier/ambassadeur à la Cour du sultan[41].

Après deux rachats non concrétisés, pour l'organisation du rachat de 1729 l'interception du gouverneur de Mazagan, João Jaques de Magalhães, fut fondamentale, à un moment de grande instabilité politique causée par les descendants de Moulay Ismaïl. Alors que dans le royaume on dressait la liste des captifs musulmans pour les échanger contre des Portugais, il arriva une lettre du gouverneur, avertissant la Cour portugaise au sujet des changements qui s'étaient produits dans le trône – Moulay Abdelmalek avait déclaré la guerre à son frère Moulay Ahmed et avait été acclamé roi de Meknès. Le gouverneur signalait également qu'il avait écrit au nouveau sultan et que ce dernier s'était montré favorable à la réalisation du rachat des Portugais précédemment accordé avec son frère, demandant la présence d'un ambassadeur de D. João V pour sa concrétisation.

Une fois arrivés à Mazagan, les pères rédempteurs et les officiers furent informés du nouveau changement sur le trône : Moulay Ahmed avait investi contre son frère, attaqué et pillé la ville de Meknès. Ils attendirent dans la place la suite des événements, profitant de cette attente pour demander à D. João V une nouvelle lettre, car celle qu'ils avaient emmenée était adressée à Moulay Abdelmalek[42].

Avec l'avis du gouverneur de Mazagan, ils décidèrent d'écrire au protégé du sultan afin d'obtenir des renseignements sur les captifs, « et que, comme les chemins n'offraient pas ladite sécurité nécessaire il serait plus judicieux, pour conclure cette affaire, d'envoyer une personne de toute sa confiance et satisfaction pour-

40. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Consulta da Mesa sobre as ajudas de custo que pedem o tesoureiro e o escrivão, 30 de Agosto de 1728.

41. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Despacho régio, de 2 de Setembro, na consulta da Mesa sobre a expedição de algumas coisas necessárias para o resgate geral de Mequinez, de 30 de Agosto de 1728.

42. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – *Sobre a conta que deram de Mazagão os Padres Redentores*, 21 de Setembro de 1728. Sobre a crise dinástica, ver Ms. 565, fls. 155-158, e Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, pp. 449-456.

40. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Consultation de la *Mesa* sur des allocations sollicitées par le trésorier et le greffier, du 30 août 1728.

41. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Ordonnance royale, du 2 septembre, de la Consultation de la *Mesa* sur l'expédition de quelques éléments nécessaires pour le rachat collectif de Meknès, du 30 août 1728.

42. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Sur le compte-rendu que les pères rédempteurs ont fait sur Mazagan, du 21 septembre 1728. Sur la crise dynastique, voir Ms. 565, fls. 155-158, et Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit. II, pp. 449-456.

hua pessoa de toda a sua confiança e satisfação com poderes de ajustar o resgate, trazendo consigo todos os captivos portuguezes pera debaixo da artelharia desta praça os recebermos e lhe entregarmos os mouros, dinheiro e prezente»[43]. Simultaneamente, os padres escreveram ao guardião do convento de São Francisco de Mequinez, a fim de solicitarem informações sobre a situação em que se encontrava a cidade[44]. As cartas foram entregues a muçulmanos de Azamor que as fariam chegar a Mequinez, no entanto estes regressaram no dia seguinte pedindo cartas para Mulei Ahmet, pois era este que estava a governar Mequinez e que consigo conservava os cativos. O novo sultão, Mulei Ahmet, envia a Mazagão o alcaide de Azamor e soldados da sua guarda para conduzirem a embaixada portuguesa à sua Corte. Os muçulmanos cativos e o dinheiro do resgate aguardariam na praça portuguesa o regresso dos cristãos resgatados, para então se proceder à troca e pagamentos devidos.

Entre os cativos muçulmanos que haviam sido transportados de Portugal encontravam-se agora mais oito que estavam na praça de Mazagão[45]. Tal como acontecera no reino, foi comunicado aos proprietários que, para o resgate dos cativos portugueses, eram necessários os muçulmanos cativos que estavam na praça. Para tal foi necessário proceder à sua avaliação na forma da lei «e que estes todos deviam ser avaliados conforme o valor comum e geral estimação e não segundo afeição particular havendo respeito a sua idade saber, costumes, serviço, disposição, arte e oficio e outra qualquer qualidade por bem da qual devem valer mais ou menos»[46].

vue des pouvoirs délégués pour ajuster le rachat, amenant avec lui tous les captifs portugais pour les recevoir sous l'artillerie de cette place et pour remettre les Maures, l'argent et le cadeau »[43].

Simultanément, les pères écrivirent au gardien du couvent de São Francisco de Meknès pour demander des informations sur la situation dans laquelle la ville se trouvait[44]. Les lettres furent remises à des musulmans d'Azemmour qui devaient les faire parvenir à Meknès, mais ils revinrent le lendemain demander des lettres adressées à Moulay Ahmed, car c'était désormais ce dernier qui gouvernait Meknès et qui avait les captifs en sa possession. Le nouveau sultan, Moulay Ahmed, envoya à Mazagan l'alcade d'Azemmour et des soldats de sa garde pour conduire l'ambassade portugaise jusqu'à sa Cour. Les captifs musulmans et l'argent resteraient dans la place portugaise en attendant le retour des chrétiens rachetés, pour procéder alors à l'échange et aux paiements convenus.

Parmi les captifs musulmans qui avaient été transportés du Portugal, il y en avait maintenant huit autres qui se trouvaient dans la place de Mazagan[45]. À l'instar de ce qui s'était passé dans le royaume, on communiqua aux propriétaires que pour le rachat des captifs portugais il leur fallait les captifs musulmans qui se trouvaient dans la place. Pour cela, il était nécessaire, conformément à la loi, de procéder à leur évaluation, « et que tous devaient être évalués selon la valeur commune et une estimation générale et non pas selon une affection particulière et qu'il fallait tenir compte de leur âge, connaissances, coutumes, service, disposition, art et métier et toute autre qualité qui puisse leur attribuer une plus grande ou moindre valeur »[46].

---

43. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – *Sobre a conta que deram de Mazagão os Padres Redentores*, 21 de Setembro de 1728.

44. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – *Sobre a conta*... cit., 21 de Setembro de 1728.

45. Sobre o levantamento dos muçulmanos cativos em Portugal consultar no ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – *Sobre os mouros vassalos del rey de Maquines que devem levar os Redemptores e officiaes da Redempção que o dito rey offerece.* Neste maço de documentos pode-se consultar a carta do ouvidor e procurador da comarca de Faro sobre os cativos existentes na cidade, do corregedor da comarca de Lagos, certidões de avaliação dos cativos, carta do governador do Algarve o conde de Unhão manifestando a seu parecer desfavorável à troca de muçulmanos pelos cristãos pois os que estão no Algarve conhecem a costa e poderão dar informações sobre os melhores locais de desembarque e portos com menos defesa, inclui ainda a lista dos cativos originários de Salé em Portugal.

46. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Documentos referentes à avaliação dos muçulmanos cativos em Mazagão. A avaliação foi realizada na casa do ouvidor e auditor geral, João Barroso Pereira, com a presença do capitão Sebastião da Fonseca Zuzarte, do ajudante Diogo de Gil Pinho, e dos almotacés Afonso Leitão de Pinho e Francisco Rodrigues Cabral.

43. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Sur le compte-rendu que les pères rédempteurs ont fait sur Mazagan, du 21 septembre 1728.

44. NTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Sur le compte-rendu... cit., 21 septembre 1728.

45. Sur la liste des musulmans captifs au Portugal, consulter l'ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – «Sobre os mouros vassalos del rey de Maquines que devem levar os Redemptores e officiaes da Redempção que o dito rey oferece». Dans cette liasse de documents nous pouvons y consulter la lettre du médiateur et juge du district de Faro sur les captifs existant dans la ville, celle du corrégidor du district de Lagos, des certificats de l'évaluation des captifs, la lettre du gouverneur de l'Algarve, comte d'Unhão, où il manifeste son avis défavorable à l'échange de musulmans contre des chrétiens, d'après lui, ceux qui étaient en Algarve connaissaient la côte et pouvaient donner des informations sur les meilleurs lieux de débarquement et sur les ports ayant une plus faible défense, nous y trouvons également la liste des captifs originaires de Salé au Portugal.

46. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Documents afférents à l'évaluation des musulmans captifs à Mazagan. L'évaluation a été réalisée chez le médiateur et juge, João Barroso Pereira, en la présence du capitaine Sebastião da Fonseca Zuzarte, de l'assistant Diogo de Gil Pinho, et des échevins Afonso Leitão de Pinho et Francisco Rodrigues Cabral.

Proprietário Propriétaires		**Avaliação** Évaluation	**Valor** Valeur
Capitão de Infantaria Manuel de Azevedo Coutinho	Bovy, 25		132$000
Doutor António Colaço, médico	Moura, 15	«boa serviçal, parente dos xerifes» « bonne domestique, de la famille des Chérifs »	130$000
Feitor Bernardino da Fonseca Zuzarte	Manuel, 20	«bom serviçal», «pessoa principal em Marrocos» « bon domestique », « personne importante au Maroc »	144$000
Capitão da Guarda Manuel de Almeida Coutinho	António, 26	«bom serviçal» « bon domestique »	135$000
Adaíl Mateus Valente	Embarla, 20	«de bom serviço» « rend un bon servisse »	134$400
	Mancera, 25	«Parteira de bom serviço» « sage-femme », « rend un bon service »	135$000
General	Amete, 18	«boa estatura e serviço», «dos principais de Azamor» « bonne stature et service », « des plus importants d'Azemmour »	144$000
Domingos Brito	Mouro, 18	«de boa estatura e bom serviçal», «e que lhe dava todos os dias seis vintães era dos mais serviçais que havia na praça» « de bonne stature et bon domestique », « et qu'il lui donnait tous les jours six *vintães*, l'un des plus serviables de ceux qui se trouvaient dans la place »	134$400

Quadro 2 – Avaliação dos cativos muçulmanos de Mazagão.

Tableau 2 – Évaluation des captifs musulmans de Mazagan.

(ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13)

No *Livro do resgate de 1729 em Maquines*, onde se encontram registadas todas as despesas e receitas do resgate, o escrivão anotou o montante despendido com as indemnizações dadas aos proprietários de cativos. Os vinte e quatro muçulmanos provenientes do reino foram avaliados em 924$000 réis e os oito de Mazagão em 936$400 réis. Como os treze cativos que estavam nas Galés foram cedidos pelo rei, o Cofre dos Cativos despendeu, no total, 1 880$000 réis com as avaliações dos cativos[47].

b) Entre Mazagão e Mequinez: um percurso atribulado

Em 1689, os padres redentores saíram de Mazagão, quando os muçulmanos chegaram com os camelos e meios necessários à jornada. Junto a Azamor, que dista três léguas de Mazagão, acamparam numa tenda fora das muralhas «pera que não soubessemos

47. ANTT, *Convento da Trindade de Lisboa*, «Livro do resgate geral de 1729 em Maquines», fl. 24v.

Dans le « Livre du rachat de 1729 à Meknès » où sont enregistrées toutes les dépenses et recettes du rachat, le greffier y a noté le montant dépensé pour les compensations accordées aux propriétaires des captifs. Les vingt-quatre musulmans provenant du royaume ont été évalués à 924$000 réaux et les huit de Mazagan à 936$400 réaux. Les treize captifs qui se trouvaient dans les galères ayant été cédés par le roi, le Coffre des captifs ayant dépensé au total 1 880$000 réaux pour l'évaluation des captifs[47].

b) Entre Mazagan et Meknès : un parcours tourmenté

En 1689, les pères rédempteurs quittèrent Mazagan lorsque les musulmans arrivèrent avec les chameaux et les moyens nécessaires pour le voyage. Près d'Azemmour, qui est à trois lieues de Mazagan, ils campèrent dans une tente à l'extérieur des murs « pour éviter que nous sachions par où entrer dans

47. ANTT, *Convento da Trindade de Lisboa* – « Livro do resgate geral de 1729 em Maquines », fl. 24v.

por onde se podia entrar naquella villa»[48]. Passados dois dias, com a guarda de dez muçulmanos de cavalo, continuaram a viagem para Mequinez. Em treze dias de caminho, percorreram cerca de 300 quilómetros, não encontrando qualquer povoado até Salé. Neste porto ficaram dia e meio, aproveitando para visitar a igreja, onde confessaram e deram comunhão a dois cativos portugueses e a alguns franceses. Continuaram caminho «por aquelles desertos, ouvindo, e vendo todas as horas leoens e tigres» que os acometiam, fazendo-os estar alerta, tal como «pelos ladrões que não faltão por aquellas campanhas»[49].

Em 1718, chegando a Salé, o tesoureiro soube que o sultão se arrependera da autorização para o resgate e desfizera o contrato, não tendo prosseguido a jornada para Mequinez.

No resgate de 1729, os padres redentores e os oficiais aguardaram, na praça de Mazagão, o desenrolar dos acontecimentos. Quando o sultão lhes envia o alcaide de Azamor, com soldados para os acompanharem, iniciam o trajecto para Mequinez[50]. Enquanto isso, Mulei Ahmet encontrava-se no cerco da cidade de Fez lutando contra alguns rebeldes, partidários do seu irmão.

A jornada de Mazagão a Mequinez foi atribulada pelas chuvas constantes e por não haver estalagens fora de Azamor e Salé, ficando a comitiva em barracas no campo. Estas barracas, levadas pelos portugueses, haviam sido emprestadas pela Junta dos Três Estados, a pedido da Mesa da Consciência e Ordens[51].

A chuva caiu com tal intensidade que obrigou a *redenção* a permanecer duas semanas em Salé. Um dos cronistas da Ordem, descrevendo este resgate, salienta um facto curioso, relacionado com o tratamento que os padres redentores receberam de alguns muçulmanos. Como nestas terras se ansiava por chuva, alguns autóctones trataram os religiosos como santos, pela simultaneidade da sua presença com

48. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Carta dos Padres Redentores, frei Roque do Espírito Santo e frei José de Azevedo de 30 de Janeiro de 1690. Ver Apêndice Documental, doc. n.º 1.

49. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Carta... cit., de 30 de Janeiro de 1690. Ver Apêndice Documental, doc. n.º 1.

50. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, p. 451.

51. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Consulta da Mesa sobre despesas de apresentação e deslocação do embaixador e pedido de barracas para pernoitar na viagem para Mequinez, de 19 de Agosto de 1728; Consulta da Mesa sobre a expedição de algumas coisas necessárias para o resgate geral de Mequinez, de 30 de Agosto de 1728; e Despacho régio de 2 de Setembro na mesma consulta.

cette ville »[48]. Au bout de deux jours, gardés par dix musulmans à cheval ils poursuivirent leur chemin vers Meknès. En treize jours de marche, ils parcoururent environ 300 kilomètres, ne trouvant aucun village jusqu'à Salé. Ils restèrent un jour et demi dans ce port et en profitèrent pour visiter l'église où pour confesser et donner la communion à deux prisonniers portugais et à quelques Français. Ils continuèrent leur route « par ces déserts, écoutant et voyant à tout moment des lions et des tigres » qui les assaillaient, les obligeant à être vigilants, mais aussi « des voleurs qui ne manquent pas dans ces parages »[49].

En 1718, en arrivant à Salé, le trésorier apprit que le sultan avait regretté de donner l'autorisation pour le rachat, qu'il avait défait le contrat, n'ayant pas poursuivi le voyage vers Meknès.

Lors du rachat de 1729, les pères rédempteurs et les officiers attendirent le déroulement des événements dans la place de Mazagan. Lorsque le sultan leur envoya l'alcade d'Azemmour avec des soldats pour les accompagner, ils commencèrent le voyage vers Meknès[50]. Pendant ce temps-là, Moulay Ahmed faisait le siège de la ville de Fès, étant aux prises avec certains rebelles, partisans de son frère.

Le voyage de Mazagan à Meknès fut pénible en raison des pluies constantes et du manque d'auberges en dehors d'Azemmour et de Salé, la délégation resta dans des tentes dans la campagne. Ces tentes, amenées par les Portugais, avaient été prêtées par la *Junta dos Três Estados*, à la demande de la *Mesa da Consciência e Ordens*[51].

L'intensité des averses obligea la *Rédemption* à rester deux semaines à Salé. L'un des chroniqueurs de l'Ordre souligne, en décrivant ce rachat, le fait curieux concernant la façon dont les pères rédempteurs avaient été reçus par certains musulmans. Comme dans ces terres l'on attendait anxieusement la pluie, certains autochtones prirent les religieux pour des Saints, en raison de la simultanéité de leur présence et des fortes pluies[52].

48. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Lettre des pères rédempteurs, frère Roque do Espírito Santo et frère José de Azevedo du 30 janvier 1690. Voir annexe documentaire doc. nº 1.

49. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Lettre... cit., du 30 de Janeiro de 1690. Voir annexe documentaire doc. nº 1.

50. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, p. 451.

51. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Consultation de la *Mesa* concernant des dépenses de présentation et de déplacement de l'ambassadeur et demande de tentes pour gîter pendant le voyage pour Meknès, du 19 août 1728 ; consultation de la *Mesa* sur l'expédition de quelques éléments nécessaires pour le rachat collectif de Meknès, du 30 août 1728 ; et décision royale du 2 septembre de cette même consultation.

52. ANTT, *Manuscritos da Livraria*, nº 565, fl. 158.

as fortes chuvadas[52]. Uma menção comum aos três relatos é a ausência de locais de estadia ou pernoita entre Mazagão e Mequinez, com excepção de Azamor e de Salé. Fora destas localidades acampavam nos campos, protegidos pelos guardas muçulmanos. Ademais, a aridez e o exotismo da paisagem são atestadas por intermédio das missivas dos padres redentores.

c) Em Mequinez: a negociação do resgate

O regimento de cada um dos três resgates gerais de Mequinez estipulava o modo como os padres redentores e os oficiais régios deveriam actuar aquando do resgate de cativos. Em 1689, segundo o regimento, os padres deveriam fazer o levantamento detalhado de todos os portugueses, para depois procederem às negociações do resgate. Na lista deveria constar o nome do cativo; naturalidade; idade; tempo de cativeiro; rendimentos que detinha no reino; como e onde fora feito cativo, se ao serviço do rei ou na sua ocupação; e, finalmente, se já beneficiara de esmola do Cofre dos Cativos[53]. Nas negociações não se deveriam fiar nos judeus «por que estes, pelas vilidades que disso tirão, são sempre interessados nos resgates particulares e pede a razão que semelhantes deligencias as façaes com gente e por pessoas sem sospeita e de que possais ter por certo vos terão segredo, no que com ellas tratardes»[54]. Aquando do resgate deveriam dar primazia aos cativos em risco de apostasia, nomeadamente os jovens e as mulheres, começando pelas mais novas[55].

Se ficassem portugueses por resgatar, os redentores deveriam fazer todas as diligências para deles ter notícia, tanto os de Mequinez como de outros locais, fazendo uma lista dos seus nomes e qualidades, para com «a maior clareza que puderdes alcançar, por estas noticias se terem por de muita importância para o adiante avendo lugar se lhes procurar liberdade». Os religiosos deveriam ainda noticiar os muçulmanos e judeus proprietários de cativos portugueses, «que não haveria descuido em se tratar dos resgates, pelos preços convenientes, e isto com a intenção que os não enviem pela terra dentro ou para Constantinopla»[56].

52. ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 565, fl. 158.

53. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Regimento do Resgate geral de cativos de Maquines, 1689.

54. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Regimento… cit., 1689, cap. 4.

55. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Regimento… cit., 1689, caps. 5, 6 e 7.

56. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Regimento… cit., 1689, cap. 14.

La mention concernant l'absence d'endroit pour séjourner ou pour passer la nuit entre Mazagan et Meknès apparait dans les trois rapports, à l'exception d'Azemmour et de Salé. À l'extérieur de ces localités, ils campaient dans la campagne, protégés par les gardes musulmans. L'aridité et l'exotisme du paysage sont démontrés dans les missives des pères rédempteurs.

c) À Meknès : la négociation des pères rédempteurs

Le règlement de chacun des trois rachats collectifs de Meknès stipulait la façon dont les pères rédempteurs et les officiers royaux devaient agir lors du rachat des captifs. En 1689, conformément au règlement, les pères devaient faire une liste détaillée de tous les Portugais, en vue de procéder aux négociations du rachat. La liste devait contenir le nom du captif, le lieu de naissance, l'âge, la durée de captivité, les revenus qu'il percevait dans le royaume, comment et où il avait été capturé, si au service du roi ou lors de son occupation, et s'il avait déjà bénéficié d'une aumône du Coffre des captifs[53]. Lors des négociations, ils ne devaient pas se fier aux Juifs « parce que ces derniers, par les velléités qu'ils en retirent, sont toujours intéressés par les rachats particuliers et la raison veut que de telles démarches soient effectuées para des personnes sans soupçon et dont vous serez sûrs qu'elles garderont vos secrets concernant les affaires que vous traiterez avec elles »[54]. Lors du rachat, ils devraient donner la priorité aux captifs en risque d'apostasie, notamment aux jeunes et aux femmes, en commençant par les femmes les plus jeunes[55].

S'il restait encore des Portugais à racheter, les rédempteurs devraient faire toutes les démarches pour avoir des nouvelles de ces derniers, tant concernant ceux de Meknès comme ceux d'autres lieux, faisant une liste de leurs noms et qualités avec « la plus grande clarté possible, car ces informations sont considérées essentielles pour que l'on puisse ultérieurement leur garantir la liberté ». Les religieux devraient également signaler aux musulmans et aux Juifs propriétaires des captifs portugais que lors des rachats ils veilleraient à ce que ceux-ci soient effectués avec des prix très avantageux, et ce, avec l'intention qu'ils ne les envoient pas dans l'arrière-pays ou à Constantinople[56].

53. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Règlement du rachat collectif de captifs de Meknès, 1689.

54. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Règlement… cit., 1689, chap. 4.

55. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Règlement… cit., 1689, chap. 5, 6 et 7.

56. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Règlement… cit., 1689, chap. 14.

De acordo com a carta escrita pelos padres redentores, em 1689, chegados a Mequinez foram levados para a casa do alcaide Amette Xadrem, onde permaneceram num pátio, tendo os guardas levado todos os bens que transportavam para o rei. Passado algum tempo, foram informados que o resgate seria tratado com o alcaide. Acordaram o preço de 200 patacas por cativo, 400 patacas por cada um dos quatro cativos mais importantes e 1 000 patacas por cada um dos quatro religiosos. No dia seguinte, o alcaide pediu 100 patacas para levar o assunto ao sultão. Os padres e oficiais referiram que não podiam pagar, pois o dinheiro ficara na praça de Mazagão e só no regresso poderia ser entregue[57].

Enquanto se processavam estas negociações, ocorreu a queda da praça de Larache, com a entrada em Mequinez de quase dois milhares de cristãos rendidos, entre eles dezoito portugueses que estavam na praça espanhola. Neste contexto, o sultão, que pretendia alargar os seus domínios, por via da anexação de Mazagão, impõe a sua cedência como condição para proceder ao resgate dos cativos[58].

Nos resgates seguintes, de 1718 e 1729, o preço dos cativos estava previamente definido, sendo idêntico para todos os resgatados, qualquer que fosse o seu ofício ou condição social. As negociações, mencionadas no regimento de 1689, perdem relevância na corte de Mequinez. No entanto, continuaram a verificar-se nos resgates gerais em Argel, nos quais os padres redentores ainda tinham que negociar o preço dos cativos com os proprietários, num trabalho árduo entre interesses monetários[59].

Como anteriormente referido, o resgate de cativos de 1718 não se efectivou pois o sultão preferiu a troca de cativos ao resgate em dinheiro. Em 1729, o tesoureiro do resgate geral, Diogo Correia da Mota, apresentou-se na Corte de Mequinez como embaixador de D. João V, com vestuário próprio e escolta, felicitando o sultão pela vitória e referindo o prazer que os portugueses sentiam em vê-lo restituído no trono, entregando-lhe a carta de D. João V[60].

57. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Carta dos Padres Redentores, frei Roque do Espírito Santo e frei José de Azevedo de 30 de Janeiro de 1690. Ver Apêndice Documental, doc. n.º 1.

58. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Carta... cit., de 30 de Janeiro de 1690. Ver Apêndice Documental, doc. n.º 1.

59. O porto de Argel constituiu, nos séculos XVI e XVIII, um autêntico centro comercial de cativos, onde religiosos e particulares iam resgatar os seus nacionais. Cf. Edite Alberto, *Um Negócio Piedoso*... cit. (http://hdl.handle.net/1822/13440).

60. Sobre os preparativos da embaixada e biografia de Diogo Correia da Mota ver Edite Alberto, «No contexto de um resgate geral de cativos: Diogo Correia da Mota...» cit., pp. 311-319.

Conformément à la lettre écrite par les pères rédempteurs en 1689, une fois arrivés à Meknès, ils furent amenés chez le caïd Amette Xadrem, où ils restèrent, dans une cour, les gardes ayant emporté tous les biens qu'ils transportaient pour le roi. Après un certain temps, ils furent informés que le rachat serait traité avec le caïd. Ils s'accordèrent sur le prix de 200 *patacas* par captif, 400 *patacas* pour les quatre captifs les plus importants, et 1 000 *patacas* pour chacun des quatre religieux. Le lendemain, le caïd demanda 100 *patacas* pour faire parvenir l'affaire au sultan. Les pères et les officiers lui dirent qu'ils ne pouvaient pas payer, car l'argent était resté dans la place de Mazagan et qu'ils ne pouvaient le lui remettre que lors du retour[57].

La chute de la place forte de Larache eut lieu pendant le déroulement de ces négociations, avec l'entrée à Meknès de presque deux mille chrétiens qui s'étaient rendus, dont dix-huit Portugais qui étaient dans la place espagnole. Le sultan voulait étendre ses domaines en annexant Mazagan dont il exigeait la cession comme condition pour procéder au rachat des captifs[58].

Lors des rachats suivants de 1718 et 1729, le prix des captifs, préalablement défini, était le même pour tous les captifs rachetés quelle que soit leur profession ou condition sociale. Les négociations que le Règlement de 1689 mentionnait n'avaient plus raison d'être dans la Cour de Meknès. Elles continuèrent, cependant, à être effectuées lors des rachats collectifs à Alger, dans lesquels les pères rédempteurs devaient négocier le prix des captifs avec les propriétaires dans un travail ardu entre intérêts monétaires[59].

Comme mentionné précédemment, le rachat des captifs de 1718 ne fut pas concrétisé, car le sultan préféra l'échange de prisonniers au rachat en argent. En 1729, le trésorier du rachat collectif Diogo Correia da Mota se présenta à la Cour de Meknès, en tant qu'ambassadeur de D. João V, avec des vêtements appropriés et une escorte, félicita le sultan pour sa victoire, fit référence à la satisfaction que les Portugais éprouvaient de le voir de nouveau sur le trône et lui remit la lettre de D. João V.[60]

57. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Lettre des pères rédempteurs, Frei Roque do Espírito Santo et Frei José de Azevedo du 30 janvier 1690. Voir annexe documentaire doc. n° 1.

58. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Lettre... cit., du 30 janvier 1690. Voir annexe documentaire, doc. n° 1.

59. Aux XVI[e] et XVIII[e] siècles, le port d'Alger fut un véritable centre commercial de captifs, où les religieux et les particuliers allaient racheter leurs ressortissants. Cf. Edite Alberto, *Um Negócio Piedoso*... cit. (http://hdl.handle.net/1822/13440).

60. Sur les préparatifs de l'ambassade et la biographie de Diogo Correia da Mota, voir Edite Alberto, « No contexto de um resgate geral de cativos: Diogo Correia da Mota... » cit., pp. 311-319.

«Logo que o Embaxador e Padres sahirão da sua prezença entrou o prezente que se lhe offereceo em nome de El Rei de Portugal, que pela variedade de peças e riqueza de todo elle teve hum grande lugar na estimação daquelle barbaro o qual lendo a Carta de ElRey que hia para seo Irmão, por ser este o que reinava ao fazer della, foi necessario emmendar na sua tradução os nomes e termos que não hião como devião, atentar as novas circunstancias do prezente governo, e fazendo as peitas quanto foi possivel para que se não estranhasse a industria, elle a estimou tanto que admirado do bem que hia lançada disse publicamente que nunca imaginara havia da outra banda gente de tão bom entendimento.»[61]

Após a primeira audiência foi entregue o presente que se prepara na Corte portuguesa para obsequiar Mulei Ahmet[62]. Houve também a necessidade de entregar alguns donativos ao paxá e a alguns filhos do sultão, pelo que foi necessário mandar comprar, em Salé, mais alguns panos e brocados «e juntamente para fazer segundo obséquio ao Rei, a quem senão fallava, sem que se lhe levasse algum mimo»[63].
O sultão entregou todos os cativos portugueses que detinha na sua posse e alguns castelhanos que estavam casados com portuguesas, num total de cento e treze pessoas. O preço praticado foi o ajustado com o seu pai, «de 360 patacas e meio mouro ou na falta de mouros para troca, mais 50 patacas por cada cabeça», sem distinção entre categoria social ou ofício[64]. Satisfeito, afirmando que se houvesse mais cativos entregá-los-ia também, regozijou-se por ver na sua Corte um embaixador do rei de Portugal, o que manifestou na carta que escreveu ao rei português[65].

d) De Mequinez a Mazagão: o trajecto de regresso

O retorno de Mequinez a Mazagão também tinha que ser preparado, pois a instabilidade política que se vivia em Marrocos e os conflitos entre tribos tornavam

61. ANTT, *Manuscritos da Livraria,* n.º 565, tomo III, fl. 158 v.

62. ANTT, *Convento da Trindade de Lisboa*, «*Livro do resgate geral de 1729 em Maquines*», fls. 6-17v.

63. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit. II, p. 453.

64. Custo do resgate: 44 476$800 réis = 46 330 patacas. Na negociação deste resgate cada moeda de ouro portuguesa foi avaliada em 5 patacas (1 pataca = 960 réis, logo 1 moeda de ouro = 4$800 réis). O valor do resgate somou 46 330 patacas, que corresponde a 9 266 moedas de ouro, 111 192 cruzados, ou 44 476$800 réis (ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Relação das pessoas resgatadas do cativeiro de Mequines, 1729).

65. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit. II, pp. 453--454. Sobe as vicissitudes deste resgate, cf. cartas dos padres redentores no Apêndice documental, doc. 2 e 3.

« Dès que l'ambassadeur et les prêtres sortirent de sa présence on fit entré le cadeau qu'on lui offrit au nom du roi de Portugal, lequel par la variété des pièces et de la richesse causa grande impression à ce Barbare qui en lisant la lettre du roi adressée à son frère, car c'est ce dernier qui régnait lorsqu'elle fut rédigée, il fallut donc amender dans sa traduction les noms et les termes qui n'étaient pas en bonne et due forme, attendu les nouvelles circonstances du nouveau gouvernement, et faire les subornations nécessaires afin que cet arrangement ne paraisse pas étrange, il l'apprécia tellement qu'admiré par son contenu il dit publiquement qu'il n'aurait jamais imaginé qu'il y avait de l'autre côté des gens aussi compréhensifs. »[61]

Après la première audience et afin de faire plaisir à Moulay Ahmed, le cadeau préparé par la Cour portugaise lui fut remis[62]. On ressentit également le besoin d'offrir certains dons au pacha et à quelques-uns des enfants du sultan, raison pour laquelle il s'avéra nécessaire de faire acheter, à Salé, quelques tissus et brocarts supplémentaires « tout cela, pour rendre hommage au roi, à qui on ne pouvait parler sans qu'on ne lui apportât une petite gâterie »[63].
Le sultan délivra tous les captifs portugais qu'il avait en sa possession et, avec eux, quelques Castillans qui étaient mariés à des Portugaises, soit au total cent treize personnes. Le prix pratiqué fut celui qui avait été convenu avec son père, « de 360 *patacas* et un demi-Maure ou en l'absence de Maures à échanger, 50 *patacas* supplémentaires par tête », sans distinction entre catégorie sociale ou métier[64]. Satisfait, affirmant que s'il y avait eu d'autres captifs il les leur aurait également donnés, il se réjouit de voir dans sa Cour un ambassadeur du roi de Portugal, c'est d'ailleurs ce qu'il exprima dans la lettre qu'il écrivit au roi de Portugal[65].

d) De Meknès à Mazagan : le trajet de retour

Le retour de Meknès vers Mazagan devait lui aussi être préparé, car l'instabilité politique vécue au Maroc et les conflits entre tribus mettaient en danger le voyage des chrétiens sur les terres du Maroc. Dans

61. ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n° 565, tome III, fl. 158v.

62. ANTT, *Convento da Trindade de Lisboa* – «Livro do resgate geral de 1729 em Maquines», fls. 6-17v.

63. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, p. 453.

64. Coût du rachat : 44 476$800 réaux = 46 330 *patacas.* Dans la négociation de ce rachat, chaque pièce d'or portugaise a été évaluée à 5 *patacas* (1 *pataca* = 960 réaux, donc 1 pièce d'or = 4$800 réaux). La valeur du rachat s'est élevée à 46 330 *patacas*, autrement dit, à 9 266 pièces d'or, 111 192 cruzados, ou 44 476$800 réaux (ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Liste des personnes rachetées de captivité à Meknès, 1729).

65. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, pp. 453-454. Sur les vicissitudes de ce rachat, cf. les lettres des pères rédempteurs dans l'annexe documentaire, doc. 2 et 3.

perigosa a jornada de cristãos nas terras de Marrocos. No regimento de 1689 recomendava-se aos padres redentores que «enquanto tratarem do resgate façam toda a diligência para ter salvo conduto do rei para segurança dos cativos que trouxerem»[66]. O que não foi necessário pois o resgate não foi efectivado, apesar dos problemas que os padres tiveram na obtenção da autorização de regresso que estaria dependente da entrega da praça de Mazagão.

Em 1718, foi necessário deixar ficar parte do presente, que seria para ofertar o sultão, pois os muçulmanos diziam que «não consentião que sahisse das suas terras, o que tinha entrado para El Rei»[67]. Um dos filhos do sultão ameaçou de morte o tesoureiro Pedro da Fonseca Neves, caso este lhe não desse uma gratificação. Salvou a vida com a entrega de 80 moedas e algumas caixas de vários doces, desculpando-se por não ter mais dinheiro, pois o cofre ficara em Mazagão. A saída de Salé fez-se à custa de outras gratificações solicitadas pelos alcaides para seu sustento e dos cavalos, dadas também aos guardas que acompanharam o tesoureiro a Mazagão[68].

No resgate geral de 1729, o clima de instabilidade política e social, que caracterizava a região nesta época, faz-se sentir junto da comitiva portuguesa, durante a viagem de regresso para Mazagão. Os padres redentores e os oficiais partiram de Mequinez em direcção a Salé com os portugueses resgatados, na companhia do alcaide de Azamor, como condutor e responsável pelos guardas que os acompanhavam e pela cobrança do dinheiro referente aos cativos, que ficara em Mazagão.

Em Salé souberam que o sultão não entregara todos os cativos portugueses e que, dos cento e catorze resgatados, dois haviam falecido. Os padres redentores referem que «em Larache se acharão dous que se mandarão buscar, e athe hoje ainda não são chegados a Salle aonde a sinco dias estamos esperando por elles e por dous que ficarão em Maquines os quaes servem a el rey e este dise que tinha que falar com elles antes que partisem e nos prosuadimos a que estes taes não virão»[69].

Na comitiva encontrava-se uma cativa grávida, resgatada perto do tempo do parto. Em Anafé deu à luz um menino durante a noite, que veio a levantar problemas na *redenção*. O alcaide considerava que se lhe

66. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Regimento do Resgate geral de cativos de Maquines, 1689, cap. 17.

67. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, p. 437.

68. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, p. 438.

69. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Carta dos padres redentores e oficiais do resgate, de 31 de Janeiro de 1729. Apêndice documental, doc. n.º 2.

le Règlement de 1689, l'on recommandait aux pères rédempteurs que « au moment du rachat ils devraient effectuer toutes les démarches pour avoir la protection du roi afin de garantir la sécurité des captifs qu'ils remmèneraient »[66]. Cela ne fut pas nécessaire, car le rachat ne se concrétisa pas en dépit des problèmes que les pères avaient eus pour obtenir l'autorisation de retour et qui dépendait de la livraison de la place de Mazagan.

En 1718, il fallut laisser une partie de l'offrande qui était destinée au sultan, les musulmans ayant considéré que « qu'ils ne consentaient point que puisse sortir de leurs terres ce qui était entré pour le roi »[67]. L'un des fils du sultan menaça de mort le trésorier Pedro da Fonseca Neves, si celui-ci ne lui donnait pas une gratification. La remise de 80 pièces de monnaie et quelques boîtes de confiseries lui sauvèrent la vie, il s'excusa de ne plus avoir d'argent, car le coffre était resté à Mazagan. La sortie de Salé eut lieu grâce à d'autres gratifications sollicitées par les caïds, pour leur subsistance et celle de leurs chevaux, et données également aux gardiens qui avaient accompagné le trésorier à Mazagan[68].

Lors du rachat collectif de 1729, le climat d'instabilité politique et sociale, qui caractérisait la région à cette époque, est senti par la délégation portugaise pendant le voyage de retour à Mazagan. Les pères rédempteurs et les officiers quittèrent Meknès, en direction de Salé, avec les Portugais rachetés, en compagnie du caïd d'Azemmour qui servait de guide et était responsable des gardes qui les accompagnaient. Il lui incombait également de recouvrer l'argent des captifs qui était resté à Mazagan.

À Salé, on apprit que le sultan n'avait pas donné tous les captifs portugais et que des cent quatorze captifs rachetés, deux d'entre eux étaient morts. Les pères rédempteurs mentionnent que « à Larache on en trouva deux que l'on fit chercher, mais jusqu'à aujourd'hui ils ne sont toujours pas arrivés à Salé, où nous les attendons depuis cinq jours, ainsi que deux autres qui sont restés à Meknès et qui sont au service du roi qui a dit qu'il devait leur parler avant qu'ils ne partent, mais nous sommes persuadés que ces derniers ne viendront pas »[69].

Il y avait une captive enceinte dans la délégation, rachetée alors qu'elle était sur le point d'accoucher. À Anfa, elle donna naissance à un petit garçon pendant la nuit, ce qui souleva des problèmes pour la

66. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Règlement du rachat collectif des captifs de Meknès, 1689, chap. 17.

67. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, p. 437.

68. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, p. 438.

69. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Lettres des pères rédempteurs et des officiers du rachat, du 31 janvier 1729. Annexe documentaire, doc. nº 2.

devia pagar o menino que tinha nascido, por ser fora do ajuste, enquanto os padres defendiam que o rei lhes tinha dado aquela cativa como estava, pelo preço que se tinha ajustado. Estes conflitos só foram apaziguados com algumas dádivas[70].

Junto a Azamor foram atacados pelos habitantes, que punham em causa a decisão do sultão de conceder liberdade a cristãos. Apesar de defendidos pelos guardas que levavam, durante três dias sofreram grandes atribulações e dificuldade em conseguir os víveres necessários ao sustento de todo o grupo, cerca de centena e meia de pessoas. Na tentativa de resolver a situação optou-se por deixar o embaixador, Diogo Correia da Mota, e o escrivão, em Azamor, enquanto os padres redentores se dirigiam para Mazagão. A entrega far-se-ia junto à praça portuguesa, quer dos muçulmanos aí reféns, quer do dinheiro do resgate e, somente após a sua concretização, regressariam os oficiais que haviam permanecido em Azamor.

Chegados, redentores e cativos, à «casa branca, distante da nossa praça meia legoa, aonde se acha huma grande casa, em que a guarda do campo se accomoda, e toda a cavallaria», foram roubados pelos mouros que os acompanhavam, fingindo ser «alarbes camponezes, e das montanhas». Levaram dezassete vacas, toda a roupa dos redentores, vestes dos cativos, e tudo quanto podiam furtar[71].

Continuaram a jornada, o padre frei José de Paiva entra na praça com o alcaide para finalizarem o negócio, enquanto que frei Pedro de Melo fica com os cativos, aguardando, fora das muralhas. Então, são novamente atacados, perante o olhar dos artilheiros portugueses que evitavam ripostar com medo de ferir algum resgatado e de colocar em causa a integridade física dos dois oficiais que permaneciam em Azamor aguardando o termo do negócio.

A viagem de retorno não se caracterizaria unicamente por atribulações e conflitos com os autóctones. Os padres redentores registam também ocorrências que os surpreendiam, como o avistamento de um cometa surgido nos inícios do mês de Dezembro de 1689: «apareçeo hum horrendo cometta sobre o palaçio del rey de Mechines, o qual comecava pellas duas horas depois da meya noitte, e acabava com a manha [...] e emquanto caminhamos o vimos todas as noittes»[72].

70. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, p. 455.

71. Sobre o resgate geral de 1729, ver ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 565, tomo III, fls. 155-162 e Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, pp. 449-456.

72. *Idem.* Os padres redentores viram o cometa durante todos os dias da viagem de regresso a Mazagão, entre 8 e 20 de Dezembro de 1689.

Rédemption. Le caïd estimait qu'on devait lui payer le nouveau-né, car il n'avait pas été pris en compte lors de la négociation, tandis que les pères alléguaient que le roi leur avait donné cette captive en l'état où elle se trouvait et pour le prix qu'ils avaient convenu. Ces conflits ne furent dissipés qu'avec certains dons[70].

Près d'Azemmour, ils sont attaqués par les habitants qui remettent en cause la décision du sultan concernant la mise en liberté des chrétiens. Bien qu'ayant été défendus par les gardes qui les accompagnaient, pendant trois jours ils souffrirent de grandes tribulations et éprouvèrent de grandes difficultés pour obtenir les denrées nécessaires pour subvenir au besoin de l'ensemble du groupe, environ une centaine et demie de personnes. Pour tenter de résoudre la situation, on décida de laisser l'ambassadeur, Diogo Correia da Mota et le greffier à Azemmour pendant que les pères rédempteurs se dirigeaient vers Mazagan. La remise des musulmans aurait lieu près de la place portugaise, ou ils se maintiendraient en otage, de même que l'argent du rachat, les officiers qui étaient restés à Azemmour ne reviendraient qu'après cela.

Les rédempteurs et les captifs étant arrivés à « la maison blanche qui se trouvait à une demi-lieue de notre place, où il y a une grande maison, dans laquelle le garde du camp s'y était établi et toute la chevalerie ». Ils furent volés par les Maures qui les accompagnaient, en se faisant passer pour des « Arabes paysans et des montagnes ». Ils emportèrent dix-sept vaches, tous les vêtements des rédempteurs, les vestes des captifs et tout ce qu'ils avaient pu voler[71].

Ils poursuivirent le voyage, le P. Frei José de Paiva pénétra dans la place avec le caïd pour conclure l'affaire, tandis que Frei Pedro de Melo resta avec les captifs et l'attendirent à l'extérieur des murailles. Ici, ils furent de nouveau attaqués, et cela même devant les yeux des artilleurs portugais qui évitaient de riposter de crainte de blesser certains rachetés ou de remettre en cause l'intégrité physique des deux officiers qui étaient restés à Azemmour jusqu'à la fin de l'affaire.

Il n'y eut pas que des tribulations et des conflits avec les autochtones pendant le voyage de retour. Les pères rédempteurs enregistrèrent également des occurrences qui les avaient surpris, comme l'observation d'une comète qui est apparue au début du mois de décembre 1689 : « une horrible comète est apparue sur le palais du roi de Meknès, laquelle avait commencé deux heures après minuit et finissait au petit matin [...] et tandis que nous marchions nous l'avons vue toutes les nuits »[72].

70. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, p. 455.

71. Sur le rachat collectif de 1729, voir ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n° 565, tome III, fls. 155-162 et Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, pp. 449-456.

72. *Idem.* Les pères rédempteurs virent tous les jours la comète pendant leur voyage de retour à Mazagan, entre le 8 et le 20 décembre 1689.

e) A conclusão do resgate geral

No resgate geral de 1689, os padres redentores, de acordo com o capítulo terceiro do regimento do resgate de 1689, apresentam a lista dos portugueses que se encontravam cativos[73]. Assim, pela «Lista dos escravos portuguezes que estão em Mequinez, vassalos da Serenissima Magestade d´elRey D. Pedro nosso Senhor Magestade», ficamos a saber que entre os cativos se encontravam oitenta e três marinheiros, vinte militares, quatro religiosos, três comerciantes, dois mestres/capitães de embarcações, dois pilotos, dois contramestres, dois grumetes, um carpinteiro e um calafate, para além de dezanove cativos sobre os quais os padres não especificam o ofício.

Estamos perante um grupo de «gente do mar» ou cativa ao serviço da guarda das praças de Mazagão ou Larache. A grande maioria dos cativos era natural de Cascais ou de Lisboa (36), os outros eram provenientes de cidades portuárias como Alvor, Faro, Lagos ou Tavira no Algarve, Setúbal, Viana do Castelo, Vila do Conde, Porto, ilhas açorianas, mas também de Chaves ou Guimarães. A maior parte dos cativos, setenta e sete, estavam em Mequinez havia menos de quatro anos[74]. Tendo em conta que o resgate não se concretizou, sabemos que este número foi aumentando com o decorrer do tempo, nomeadamente com a apreensão por corsários de Salé de uma embarcação que navegava entre as ilhas de Santa Maria e de São Miguel, com todos os seus passageiros e tripulação. O resgate seguinte, organizado em 1718, também não se concretizou. O desinteresse da Corte é atestado pelo facto dos padres redentores e dos oficiais régios terem aguardado mais de três meses pela viagem de regresso a Lisboa[75].

73. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – «Regimento dado aos padres redentores que vão fazer o resgate geral de cativos de Mequinez», 22 de Agosto de 1689.

74. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Documento anexo à carta de frei Roque do Espirito Santo e frei José de Azevedo de 30 de Janeiro de 1690.

75. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Consulta da Mesa da Consciência e Ordens, de 19 de Novembro de 1718: «Como chegou noticia de se não haver conseguido o resgate dos cativos de Maquines, fis diligencia pera que a nao de guerra que esta preparada pera sair acorrer a costa, e conduzir as frotas que se esperão do Brazil, fosse mandada em direitura á praça de Mazagão a tomar o cofre do dinheiro da Redempção, e os Padres Redemptores, e officiais do resgate antes de entrar maior inverno que impossibilite a dita diligencia. E como V. Magestade foi servido ordenar que a dita nao vá comboyar as frotas, e não manda que va logo a Masagão; me pareceu fazer presente a V. Magestade que será perciso socorrer com alguns mantimentos aos ditos Redemptores, thezoureiro e escrivão e seus criados que são sete ou oito pessoas porque segundo o aviso que fes o thezoureiro em carta de 22 de Setembro os mantimentos que hião pera os captivos se distribuirão pelos moradores da praça por estarem com algum principio de corrupção».

e) La conclusion du rachat collectif

Lors du rachat collectif de 1689, les pères rédempteurs présentent, conformément au chapitre du Règlement du rachat de 1689, la liste des Portugais qui se trouvaient en captivité[73]. Ainsi, grâce à la « *Lista dos escravos portuguezes que estão em Mequinez, vassalos da Serenissima Magestade d´elRey D. Pedro nosso Senhor Magestade* », nous apprenons que parmi les captifs se trouvaient quatre-vingt-trois marins, vingt militaires, quatre religieux, trois commerçants, deux maîtres/capitaines d'embarcation, deux pilotes, deux contremaîtres, deux moussaillons, un charpentier et un calfat, outre les dix-neuf captifs à propos desquels les pères ne précisent pas les métiers.

Nous sommes ici en présence d'un groupe de « gens de la mer » ou en captivité au service des gardes des places de Mazagan ou de Larache. La grande majorité était originaire de Cascais ou de Lisbonne (36 captifs), les autres captifs provenaient des villes portuaires comme Alvor, Faro, Lagos ou Tavira en Algarve, Setúbal, Viana do Castelo, Vila do Conde, Porto, des îles des Açores, mais aussi de Chaves ou de Guimarães. La plupart des captifs, soixante-dix-sept, se trouvaient à Meknès depuis moins de quatre ans[74]. Le rachat ne s'étant pas concrétisé, nous savons que ce nombre a progressivement augmenté au fil des années, et en particulier avec la prise d'une embarcation, par des corsaires de Salé, avec tous ses passagers et membres d'équipage qui naviguaient entre les îles de Santa Maria et São Miguel.

Le rachat suivant, organisé en 1718, n'a pas été concrétisé. L'indifférence de la Cour à l'égard de cette matière est démontrée par le fait même que les pères rédempteurs et les officiers royaux ont attendu plus de trois mois pour effectuer le voyage de retour à Lisbonne[75].

73. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Règlement remis aux pères rédempteurs qui feront le rachat collectif de captifs à Meknès, du 22 août 1689.

74. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Document annexé à la lettre de Frei Roque do Espirito Santo et de Frei José de Azevedo du 30 janvier 1690.

75. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Consultation de la *Mesa da Consciência e Ordens*, du 19 novembre 1718 : « Como chegou noticia de se não haver conseguido o resgate dos cativos de Maquines, fis diligencia pera que a nao de guerra que esta preparada pera sair acorrer a costa, e conduzir as frotas que se esperão do Brazil, fosse mandada em direitura á praça de Mazagão a tomar o cofre do dinheiro da Redempção, e os Padres Redemptores, e officiais do resgate antes de entrar maior inverno que impossibilite a dita diligencia. E como V. Magestade foi servido ordenar que a dita nao vá comboyar as frotas, e não manda que va logo a Masagão ; me pareceu fazer presente a V. Magestade que será perciso socorrer com alguns mantimentos aos ditos Redemptores, thezoureiro e escrivão e seus criados que são sete ou oito pessoas porque segundo o aviso que fes o thezoureiro em carta de 22 de Setembro os mantimentos que hião pera os captivos se distribuirão pelos moradores da praça por estarem com algum principio de corrupção ».

Em 1729, depois da atribulada viagem entre Mequinez e Mazagão, o padre redentor frei José de Paiva entra na praça com o alcaide para finalizarem o negócio, enquanto frei Pedro de Melo fica com os cativos portugueses, aguardando fora das muralhas. Aqui foram novamente atacados perante o olhar dos artilheiros portugueses que evitavam ripostar com medo de ferir algum resgatado e de colocar em causa a integridade física dos dois oficiais que haviam ficado em Azamor aguardando o *terminus* do negócio. Feridos alguns cativos e o padre redentor, a quem roubaram o hábito, conseguem fugir, entrando numa barca e contornando parte da cava da praça, a fim de entrarem pela porta da muralha, virada ao mar[76].

«E foi tal o labyrinto dos Mouros, que até o habito tirarão ao P. Redemptor, e a murros o maltratarão, e fizerã oandar por baixo dos pés das bestas, bem proximo a morrer. [...] Só um Mazaganista que vio da muralha roubar, aos ameaços de huma faca, disparou a sua arma com tal successo, que matou logo ao Mouro, ficando livre o pobre Cativo. Isento então de oppressão tanta, foi elle o que despio ao Mouro, approveitando-se do que trazia, para recuperar o damno, e parte da perda que tivera»[77].

Saindo alguns cativos feridos deste combate, foram transportados pelo padre para a cava da muralha. A notícia do que estava sucedendo levou a que, saindo da praça o alcaide de Azamor com o dinheiro e os muçulmanos cativos, um renegado espanhol, que servira de língua na *redenção*, apostatou o islamismo. Tal como um mouro negro que vinha na comitiva, que depois acompanhou os redentores para Portugal[78]. Os redentores deram conhecimento do sucedido aos ministros da Mesa da Consciência e Ordens, dos quais tiveram ordem para fretar um navio inglês, do capitão Jorge Coimbes, para os conduzir a Lisboa[79].
Neste resgate foram libertados cento e treze cativos, enumerados na «Relação das Pessoas Resgatadas do cativeiro de Mequines, que por ordem d´El Rey nosso

En 1729, après le voyage mouvementé entre Meknès et Mazagan, le père rédempteur, Frei José de Paiva, entra dans la place avec le caïd pour conclure l'affaire, alors que Frei Pedro de Melo resta avec les captifs portugais et l'attendirent à l'extérieur des murailles. Ici, ils furent de nouveau attaqués devant les yeux des artilleurs portugais qui évitaient de riposter de crainte de blesser certains captifs rachetés et de compromettre l'intégrité physique des deux officiers qui étaient restés à Azemmour jusqu'au *terminus* de l'affaire. Certains captifs et le père rédempteur, à qui on vola l'habit, ayant été blessés parviennent à s'échapper, entrant dans un bateau et contournant une partie de la fosse de la place afin d'entrer par la porte de la muraille qui se trouvait face à la mer[76].

« Et la confusion des Maures fut elle, qu'ils finirent même par ôter l'habit du père rédempteur le maltraitant à coup de poing et le faisant marcher sous les bêtes, frôlant presque la mort. [...] Seul un Mazaganais qui assistait à un vol depuis la muraille tira de son arme avec un tel succès qu'il tua aussitôt le Maure, le pauvre captif recouvrant de nouveau sa liberté et étant libre maintenant de toute cette oppression dépouilla à son tour le Maure profitant de ce qu'il portait afin de récupérer le dommage et une partie de la perte qu'il avait subie »[77].

Certains captifs blessés lors du combat furent transportés par le père rédempteur, blessé lui aussi et sans habit, vers la fosse de la muraille. La nouvelle de ce qui se passait fit en sorte que, pendant que le caïd d'Azemmour sortait de la place avec l'argent et les captifs musulmans, un renégat espagnol qui avait servi d'interprète lors de la rédemption, renia l'islam ainsi qu'un Maure nègre qui faisait partie de la délégation et qui accompagna ensuite les pères rédempteurs jusqu'au Portugal[78]. Les rédempteurs firent savoir aux ministres de la *Mesa da Consciência e Ordens* ce qui était arrivé, lesquels leur ont donné l'ordre de fréter un navire anglais, celui du capitaine Jorge Coimbes, afin de les conduire à Lisbonne[79].
Cent treize captifs, énumérés dans la « Liste des personnes rachetées de la captivité de Meknès, furent libérés lors de ce rachat sur l'ordre d'*El Rey* notre

76. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Carta dos padres redentores e oficiais do resgate, de 1 de Março de 1729. Apêndice documental, doc. n.º 3. Sobre o resgate geral de 1729, ver ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 565, fl. 155-162 e Frei Jerónimo de São José, II, pp. 449-456.

77. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, p. 456.

78. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, p. 456.

79. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, p. 456.

76. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Lettre des pères rédempteurs et des officiers du rachat, datée du 1er mars 1729. Annexe documentaire, doc. nº 3. Sur le rachat collectif de 1729, voir ANTT, *Manuscritos da Livraria*, nº 565, fls. 155-162 et Frei Jerónimo de São José, *op. cit.*, II, pp. 449-456.

77. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, p. 456.

78. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, p. 456.

79. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica*... cit., II, p. 456.

Senhor Dom João V Rey de Portugal...»[80]. Nesta enumeração é referido o nome, o estado civil, a filiação, a naturalidade, a idade, os anos de cativeiro e o preço por que cada cativo fora resgatado (fig. 3).

Entre os cativos libertos encontrava-se a família Vasconcelos, de Alcácer do Sal, incluindo avó, filha e netos: D. Felipa de Vasconcelos de 43 anos e 11 de cativeiro, casada com João de Torres de Málaga de 48 anos e 27 de cativeiro; resgatados com os dois filhos, Manuel de Vasconcelos de 13 anos e D. Ana de Vasconcelos de 15, 11 de cativeiro, casada com Lourenço do Rio, natural da Galiza, de 22 anos e 10 de cativeiro; do mesmo modo, foi resgatada a filha deste casal, D. Leonor de Vasconcelos de 2 anos, nascida em Mequinez.

Foram também libertos Maria Faleira, da Ilha de Santa Maria, viúva de 61 anos de idade e 38 de cativeiro e a filha Jerónima Dias, de 21 anos, nascida em Mequinez, casada com José Boquer, francês, de 50 anos e 30 de cativeiro, bem como os filhos deste casal, todos nascidos em Mequinez: Teresa Maria de 4 anos, Afonso Martins de 9 anos, João Baptista António de 2 anos e Diogo Correia de 10 meses.

Comparando os dados apresentados na lista de cativos de 1689 e na lista dos portugueses resgatados em 1729, podemos concluir, facilmente, o aumento quer da idade quer do tempo de cativeiro. Acrescente-se que, num período de 40 anos sem resgate geral, encontramos sete cativos que foram libertos em 1729 e que já estavam cativos em 1689.

António Gonçalves, natural de Chaves, 55 anos de idade, 41 de cativeiro

Francisco Jerónimo, natural de Chaves, 66 anos de idade, 42 de cativeiro (faleceu depois de resgatado)

José Pinto, natural de Lisboa, 57 anos, 42 de cativeiro

João Cabrita, natural de Faro, 65 anos, 42 de cativeiro

Jorge Costa, natural da ilha de S. Tomé, de 60 anos, 41 de cativeiro

Luís Nogueira, natural de Lisboa, 63 anos, 42 de cativeiro

Manuel Gomes Cabeça, natural de Cascais, 68 anos, 44 de cativeiro

80. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – «Relação das pessoas resgatadas do cativeiro de Mequines, que por ordem d´ElRey nosso Senhor Dom João V Rey de Portugal fizeram os Padres Redemptores da Santissima Trindade deste Reyno no anno de 1729»; *Relação das pessoas resgatadas do cativeiro de Mequines, que por ordem d´ElRey nosso Senhor Dom João V Rey de Portugal fizeram os Padres Redemptores da Santissima Trindade deste Reyno no anno de 1729*, Lisboa Occidental, Officina de Musica, 1729. ANTT, *Convento da Trindade de Lisboa*, livro 29, «Livro de resgates de Salé de 1728 pera 1729».

Seigneur Dom João V de Portugal... »[80]. Cette énumération mentionne le nom, l'état civil, l'affiliation, le lieu de naissance, l'âge, le nombre d'années de captivité et le prix payé pour le rachat de chaque captif (fig. 3).

Parmi les captifs libérés se trouvait la famille Vasconcelos d'Alcácer do Sal, y compris la grand-mère, la fille et les petits-enfants : D. Felipa de Vasconcelos âgée de 43 ans dont 11 en captivité, mariée à João de Torres de Malaga âgé de 48 ans dont 27 en captivité ; rachetés avec leurs deux enfants, Manuel de Vasconcelos, âgé de 13 ans, et D. Ana de Vasconcelos de 15 ans dont 11 en captivité, mariée à Lourenço do Rio, originaire de Galice, âgé de 22 ans dont 10 en captivité ; la fille de ce couple, D. Leonor Vasconcelos âgée de 2 ans, née à Meknès, a également été rachetée.

Ont également été libérés, Maria Faleira de l'île de Santa Maria, veuve, âgée de 61 ans dont 38 en captivité et sa fille Jerónima Dias âgée de 21 ans née à Meknès, mariée à José Boquer, français, âgé de 50 ans dont 30 en captivité, ainsi que les enfants de ce couple tous né à Meknès : Teresa Maria âgée de 4 ans, Afonso Martins de 9 ans, João Baptista António de 2 ans et Diogo Correia de 10 mois.

Si l'on compare les données présentées dans la liste des captifs de 1689 et la liste des Portugais rachetés en 1729, nous pouvons facilement conclure de l'augmentation de l'âge et de la durée de captivité des captifs. Ajoutons qu'en 40 ans sans rachat collectif, nous trouvons sept captifs qui ont été libérés en 1729 et qui étaient déjà captifs en 1689.

António Gonçalves, né à Chaves, 55 ans, dont 41 en captivité

Francisco Jerónimo, né à Chaves, 66 ans, dont 42 en captivité (mort après le rachat)

José Pinto, né à Lisbonne, 57 ans, dont 42 en captivité

João Cabrita, né à Faro, 65 ans, dont 42 en captivité

Jorge Costa, né dans l'île de S. Tomé, 60 ans, dont 41 en captivité

Luís Nogueira, né à Lisbonne, 63 ans, dont 42 en captivité

Manuel Gomes Cabeça, né à Cascais, 68 ans, dont 44 en captivité

80. **ANTT,** *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – «Relação das pessoas resgatadas do cativeiro de Mequines, que por ordem d´ElRey nosso Senhor Dom João V Rey de Portugal fizeram os Padres Redemptores da Santissima Trindade deste Reyno no anno de 1729» ; *Relação das pessoas resgatadas do cativeiro de Mequines, que por ordem d´ElRey nosso Senhor Dom João V Rey de Portugal fizeram os Padres Redemptores da Santissima Trindade deste Reyno no anno de 1729*, Lisboa Occidental, Officina de Musica, 1729. ANTT, *Convento da Trindade de Lisboa*, livre 29, «Livro de resgates de Salé de 1728 pera 1729».

RELAÇAÕ
DAS
PESSOAS RESGATADAS
DO CATIVEIRO DE MEQUINES,
que por ordem d'ElRey nosso Senhor
DOM JOAÕ V.
REY DE PORTUGAL
FIZERAM OS PADRES REDEMPTORES DA SANtissima Trindade deste Reyno no anno de 1729.

PArtiraõ os Padres Redemptores deste Porto de Lisboa para a praça de Mazagaõ em 6. de Setembro, e assistiraõ nella até o dia primeiro de Dezembro de 1728. em que vencidas as difficuldades, que havia por causa das parcialidades, e guerras, em que andavaõ os Mouros, entráraõ na Barbaria, e depois de continuadas molestias, que lhes occasionou o rigor do tempo, e 60. legoas de caminho, chegáraõ á Corte de Mequines a 24. de Dezembro, aonde resgatáraõ a 113. Portuguezes, que alli acháraõ cativos. Voltando a Mazagaõ em 25. de Janeiro, acrescêu ao trabalho do caminho o da infidelidade dos Mouros, que os acompanhavaõ, os quaes sahindo de Azamor, e depois no fim da jornada roubàraõ os Cativos, e maltratàraõ muito aos Redemptores, rasgando a hum delles, e despindo-lhe o sagrado habito, levando tudo quanto pertencia a seu uso.

Entráraõ finalmente todos os Cativos despojados, e alguns feridos, na praça de Mazagaõ no dia 9. de Fevereiro deste presente anno aõde postos já os Cativos em liberdade, entregue o dinheiro aos Mouros, e destrocados os refens, hum Renegado Hespanhol, q tinha sido lingua aos Portuguezes, a quem sempre acompanhou, tirou publicamente o Turbante, e o lançou em terra, abjurando livremente a seita de Mafoma, e protestando a Ley de Christo. O mesmo fez hum Mouro, talvez movido da hostilidade, com que se houveraõ os barros, e da paciencia, com que os soffreraõ os cativos. De tudo se dará particular noticia. Custou cada hum dos Cativos sem distincçaõ de pessoas 360. patacas, e meyo Mouro, que se reputa por 50. e fazem por todas 410. como se expressa em seus numeros.

O Doutor Fr. Pedro de Mello Ex-Provincial; e o Prégador geral Frey Jozè de Payva da Ordem da Santissima Trindade, Redempçaõ de Cativos da Provincia de Portugal, de que foy Escrivaõ Vicente Francisco Cardozo, e Thesoureiro Diogo Correa da Mata, sendo Presidente do Tribunal da Mesa da Consciencia, e Ordens o Excellentissimo Duque Estribeiro mor, Presidente da Provincia o Mestre Fr. Joaõ Tavares, Qualificador do Santo Officio, Procurador geral da Redempçaõ de Cativos o Presentado Fr. Damaso de S. Jozè, e Promotor Procurador geral da fazenda dos mesmos Cativos o Doutor Manoel de Tavora Correa.

MULHERES.

1 DONA Felipa de Vasconcellos, natural de Alcacere do Sal, cazada com Joaõ de Torres, que vay na Redempçaõ, de 43. annos de idade, e 11. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

2 D. Anna de Vasconcellos, filha de D. Felipa de Vasconcellos, natural de Alcacere do Sal, que vay na Redempçaõ, e cazada com Lourenço do Rio, que vay na Redempçaõ, de idade de 15. annos, e de cativeiro 11. por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

3 D. Leonor de Vasconcellos, filha da dita D. Anna de Vasconcellos, de idade de 2. annos, nacida em Mequinès, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

4 Maria Falcira, viuva de José Dias, natural da Ilha de Santa Maria, de 61. annos de idade, e 38. de cativeiro, por 360. patacas. e meyo Mouro. 360

5 Jeronyma Dias, filha da dita Maria Faleira, cazada com José Boquer, que vay na Redempçaõ, de 21. annos de idade, nacida em Mequinès, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

6 Tereza Maria, filha da dita Jeronyma Dias, de 4. annos de idade, nacida em Mequinès, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

7 Athanasia da Costa, mulher preta, viuva, natural de Cabo Verde, de 34. annos de idade, e 16. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

MENINOS.

8 AFfonso Martins, filho da dita Jeronyma Dias, de 9. annos de idade, nacido em Mequinès, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

João Baptista Antonio, filho da dita Jeronyma Dias, de 2. annos de idade, nacido em Mequinès, por 360 patacas, e meyo Mouro. 360

10 Diogo Correa, filho da dita Jeronyma Dias, de 26. dias de idade, nacido em Darbeida, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

11 Manoel de Vasconcellos, filho da dita D. Felipa de Vasconcellos, natural de Alcacere do Sal, de 13. annos de idade, e 11. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

HOMENS.

A

12 AGostinho Pinto, solteiro, natural da Villa do Souro, Comarca de Lamego, de 46. annos de idade, e 27. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

13 Antonio Rodrigues Indiatico, cazado com Antonia Rodrigues, natural de Sizimbra, de 60. annos de idade, e 20. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

14 Antonio Rodrigues, solteiro, natural da Villa de Grijò, de 41. annos de idade, e 20. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

15 Antonio Lopes, solteiro, natural de Villa longa, de 35. annos de idade, e 14. de cativeiro por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

16 Antonio Gonsalves Soeiro, cazado com Ursula de Araujo, natural de Vianna de Caminha, de 48. annos de idade, e 3. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

17 Antonio Gomes, solteiro, natural de Ribafria, Termo de Alenquer, de 30. annos de idade, e 14. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro 360

18 Agostinho de Payva, natural de Maçarelos, Comarca do Porto, de 50. annos de idade, e 38. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. *Faleceu.* 360

19 Antonio da Sylva, cazado com Catharina de Pontes, natural de Lisboa, de 40 annos de idade, e 8. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

20 Agostinho da Sylva, cazado com Maria dos Santos, natural de Sezimbra, de 65. annos de idade, e 20. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

21 Amaro Dias viuvo, natural de Villanova de Portimaõ, de 46. annos de idade, e 23. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

22 Antonio de Lima, solteiro, natural da Ilha da Madeira, de 48. annos de idade, e 33. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

23 Antonio Gonsalves, solteiro, natural de Chaves, de 55. annos de idade, e 41. de cativeiro, por 360. Patacas, e meyo Mouro. 360

24 Antonio Vicente, cazado com Magdalena Maria, natural de Sizimbra, de 50. annos de idade, e 21. de cativeiro, por 410. patacas, por naõ haver meyo Mouro. 410

25 Antonio Martins, solteiro, natural da Ilha Graciosa, de 48. annos de idade, e 27. de cativeiro, por 410. patacas 410

26 Antonio de Oliveira, solteiro, natural do lugar de Belem, de 40. annos de idade, e 7. de cativeiro, por 410. patacas. 410

27 Amaro da Costa, cazado com Esperança do Espirito Santo, natural da Ilha de Saõ Miguel, de 65. annos de idade, e 36. de cativeiro, por 410. patacas. 410

28 Affonso Garcia, natural da Cidade de Tavira, de 49. annos de idade, e 23. de cativeiro, por 410. patacas. 410

29 Affonso Vieira, natural de Saõ Pedro de Torres, Bispado do Algarve, de 30. annos de idade, e 18. de cativeiro, por 410. patacas. 410

B

30 Bartholomeu Manso, cazado com Antonia Maria, natural de Cascaes, de 52. annos de idade, e 23. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

C

31 Custodio Cardim, cazado com Saturninha Barbosa, natural de Setuval, de 25. annos de idade, e 2. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

32 Custo-

32 Custodio Rabelo, cazado com Luiza da Costa, natural da Cidade de Braga, de 55. annos de idade, e 28. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

D

33 Diogo Preto, solteiro, natural de Sizimbra, de 45. annos de idade, e 26. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

34 Domingos Fernades, solteiro, natural de Vianna de Caminha, de 19. annos de idade, e 3. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

35 Domingos Madeira, solteiro, natural da Ilha da Madeira, de 52. annos de idade, e 36. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

36 Domingos Fernandes Ferro, solteiro, natural de Villanova de Portimaõ, de 42. annos de idade, e 23. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

37 Domingos Jorge, solteiro, natural do Trucifal, de 48. annos de idade, e 22. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

38 Domingos da Costa, solteiro, natural da Ilha de Saõ Miguel, de 47. annos de idade, e 14. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

39 Domingos de Araujo, solteiro, natural de Villanova de Famelicaõ, Comarca de Barcellos, de 60. annos de idade, e 27. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

40 Diogo da Sylva, homem preto, cazado com Isabel da Sylva, natural de Angola, de 50. annos de idade, e 15. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

E

41 Estevaõ Gomes, solteiro, natural da Povoa, Comarca do Porto, de 45. annos de idade, e 35 de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

F

42 Francisco Correa, cazado com Violante do Rosario, natural da Ilha do Fayal, de 38. annos de idade, e 14. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

43 Felix Ribeiro, cazado com Angela Vicente, natural de Vianna de Caminha, de 27. annos de idade, e 3. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

44 Francisco Jeronymo, solteiro, natural de Chaves de 66. annos de idade, e 42. de cativeiro, por 410. patacas. *Faleceu.* 410

G

45 Gabriel Fernandes, natural da Freguesia de Toguilho, Comarca de Villa do Conde, de 30. annos de idade, e 14. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

46 Gualter Pereira, cazado com Benta Gonsalves, natural da Cidade do Porto, de 40. annos de idade, e 13. de cativeiro, por 360. Patacas, e meyo Mouro. 360

47 Gregorio Luiz solteiro, natural da Aldea de Alfundaõ, termo de Bèja, de 40

de 40. annos de idade, e 14. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

48 Gualter Pereira, cazado com Maria Magdalena, natural de Vianna de Caminha, de 25. annos de idade, e 3. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

I

49 O Capitaõ Josè da Sylva, cazado com Marianna Quaresma, natural da Villa de Peniche, de 29. annos de idade, e 2. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

50 Jorge Martins, solteiro, natural de Cascaes, de 38. annos de idade, e 22. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

51 Josè Pinto, solteiro, natural de Lisboa, de 57. annos de idade, e 42. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

52 Joaõ Cabrita, solteiro, natural da Cidade de Faro, de 65. annos de idade, e 41. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

53 Joaõ Francisco, viuvo, natural de Villanova de Portimaõ, de 66. annos de idade, e 22. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

54 Joaõ Alveres, natural de Villanova de Portimaõ, de 46. annos de idade, e 22. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

55 Josè Rodrigues o Santo, natural de Setuval, solteiro, de 50. annos de idade, e 34. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

56 Joaõ Gonsalves o Seis dedos, solteiro, natural de Vianna de Caminha, de 25. annos de idade, e 3. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

57 Joaõ Antonio, solteiro, natural de Monforte, de 45. annos de idade, e 5. de cativeyro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

58 Joaõ Dias, solteiro, filho de Maria Faleira, que vay na Redempçaõ, de 29. annos de idade, nacido em Mequinès, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

59 Joaõ Boquer, Francez, cazado com Jeronyma Dias, que vay na Redempçaõ, de 50. annos de idade, e 30. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

60 Joaõ de Torres, natural de Malaga, cazado com D. Felipa de Vasconcellos, que vay na Redempçaõ, de 48. annos de idade, e 27. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

61 Josè da Sylva, solteiro, natural de Lisboa, de 32. annos de idade, e 14. de cativeyro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

62 Josè Mestre, cazado com Marianna Pinheira, natural de Lisboa, de 45. annos de idade, e 13. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

63 Josè de Andrade, solteiro, natural da Ilha de Santa Maria, de 38. annos de idade, e 26. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

64 Josè Gonsalves, cazado com Angela Garcia, natural da Freguezia de Santa Maria de Emes, Comarca de Chaves, de 60. annos de idade, e 11. de cativeiro, por 410. patacas. 410

65 Jorge da Costa, solteiro, natural da Ilha de S. Thomè, de 60. annos de idade, e 41. de cativeyro, por 410 patacas. 410

66 Joaõ Rodrigues, solteiro, natural de S. Tiago de Villafecca, Arcebispado de Braga, de 46. annos de idade, e 25. de cativeiro, por 410. patacas. 410

67 Joaõ Duarte cazado com Anna da Cruz, natural de Saõ Sebastiaõ de Queiles, de 67. annos de idade, e 19. de cativeyro, por 410. patacas. 410

68 Joaõ Nunes, cazado com Maria Vicente, natural de Cascaes, de 55. annos de idade, e 30. de cativeiro, por 410. patacas. 410

69 Luiz

L

69 Luiz Martins cazado com Domingas de Araujo, natural de Vianna de Caminha, de 38. annos de idade, e 3. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

70 Luiz Rodrigues solteiro, natural de Sizimbra, de 32. annos de idade, e 20. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

71 Lourenço do Rio natural do Reyno de Galiza, cazado com Dona Anna de Vasconcellos, que vay na Redempçaõ, de 22. annos de idade, e 10. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

72 Luiz da Costa viuvo, natural de Lamego, de 50. annos de idade, e 20. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

73 Luiz Gonsalves solteiro, natural de Vianna de Caminha, de 25 annos de idade, e 23. de cativeiro, por 410. patacas. 410

74 Luiz Nogueira solteiro, natural de Lisboa, de 63. annos de idade, e 42. de cativeyro, por 410. patacas. 410

M

75 Manoel Peyxoto, solteyro, natural de Sines, de 48. annos de idade, e 39. de cativeyro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

76 Manoel Delgado, solteyro, natural de Sizimbra, de 46. annos de idade, e 20. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

77 Manoel Vaz, solteiro, natural de Vianna de Caminha, de 18. annos de idade, e 2. de cativeyro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

78 Manoel Fernandes, solteyro, natural de Chaves, de 31. annos de idade, e 15. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

79 Mattheus Luiz Barrozo, solteiro, natural da Ilha Terceira, de 57. annos de idade, e 37. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

80 Manoel Cabral, solteiro, natural da Ilha de Santa Maria, de 37. annos de idade, e 23. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

81 Manoel Paes, solteiro, natural da Ilha Graciosa, de 40. annos de idade, e 26. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

82 Manoel de Souza, viuvo de Maria da Conceyçaõ, natural da Cidade do Porto, de 60. annos de idade, e 40. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

83 Manoel Martins, solteiro, natural da Villa de Barcellos, de 45. annos de idade, e 14. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

84 Manoel Gonsalves, solteiro, natural de Vianna de Caminha, filho de Antonio Gonsalves Soeiro, que vay na Redempçaõ, de 17. annos de idade, e 3. de cativeyro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

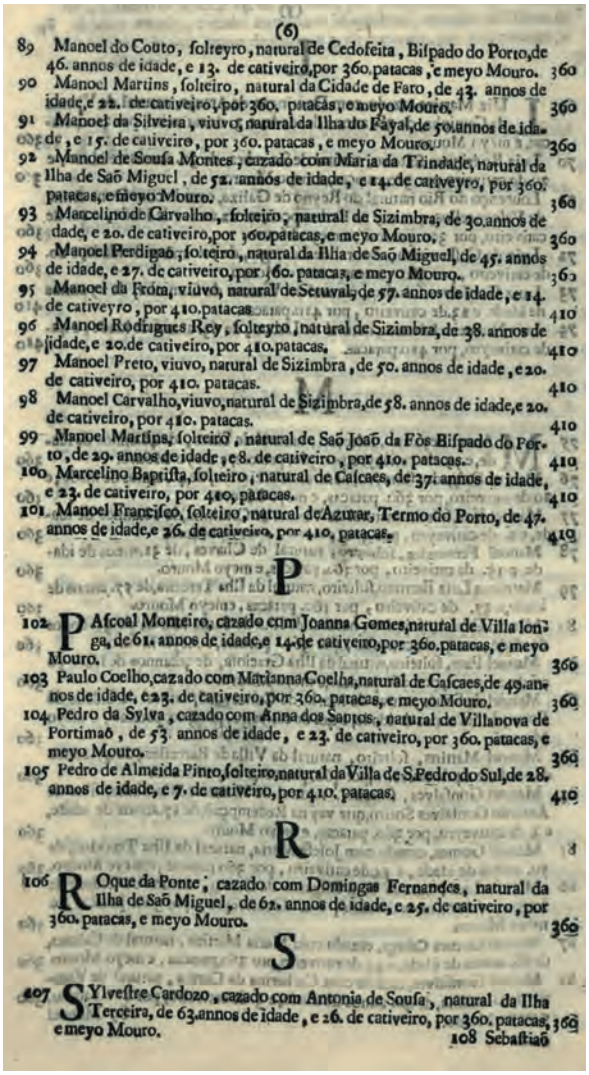
85 Manoel Gomes, cazado com Josefa Maria, natural da Ilha Terceira, de 50. annos de idade, e 14. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

86 Mathias Leal, cazado com Eugenia da Cunha, natural da Cidade de Lagos, de 26. annos de idade, e 2. de cativeyro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

87 Manoel Gomes Cabeça, cazado com Maria Martins, natural de Cascaes, de 68. annos de idade, e 44. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro 360

88 Manoel Gonsalves, cazado com Catharina da Cunha, natural de Vianna de Caminha, de 40. annos de idade, e 3. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

89 Manoel



(6)

89 Manoel do Couto, folteyro, natural de Cedofeita, Biſpado do Porto, de 46. annos de idade, e 13. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360
90 Manoel Martins, folteiro, natural da Cidade de Faro, de 43. annos de idade, e 22. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360
91 Manoel da Silveira, viuvo, natural da Ilha do Fayal, de 50. annos de idade, e 15. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360
92 Manoel de Souſa Montes, cazado com Maria da Trindade, natural da Ilha de Saõ Miguel, de 52. annos de idade, e 14. de cativeyro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360
93 Marcelino de Carvalho, folteiro, natural de Sizimbra, de 30. annos de dade, e 20. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360
94 Manoel Perdigaõ, folteiro, natural da Ilha de Saõ Miguel, de 45. annos de idade, e 27. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360
95 Manoel da Fróta, viuvo, natural de Setuval, de 57. annos de idade, e 14. de cativeyro, por 410. patacas. 410
96 Manoel Rodrigues Rey, folteyro, natural de Sizimbra, de 38. annos de jidade, e 20. de cativeiro, por 410. patacas. 410
97 Manoel Preto, viuvo, natural de Sizimbra, de 50. annos de idade, e 20. de cativeiro, por 410. patacas. 410
98 Manoel Carvalho, viuvo, natural de Sizimbra, de 58. annos de idade, e 20. de cativeiro, por 410. patacas. 410
99 Manoel Martins, folteiro, natural de Saõ Joaõ da Fòs Biſpado do Porto, de 29. annos de idade, e 8. de cativeiro, por 410. patacas. 410
100 Marcelino Baptiſta, folteiro, natural de Caſcaes, de 37. annos de idade, e 23. de cativeiro, por 410. patacas. 410
101 Manoel Franciſco, folteiro, natural de Azurar, Termo do Porto, de 47. annos de idade, e 26. de cativeiro, por 410. patacas. 410

P

102 PAſcoal Monteiro, cazado com Joanna Gomes, natural de Villa longa, de 61. annos de idade, e 14. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360
103 Paulo Coelho, cazado com Marianna Coelha, natural de Caſcaes, de 49. annos de idade, e 23. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360
104 Pedro da Sylva, cazado com Anna dos Santos, natural de Villanova de Portimaõ, de 53. annos de idade, e 23. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360
105 Pedro de Almeida Pinto, folteiro, natural da Villa de S. Pedro do Sul, de 28. annos de idade, e 7. de cativeiro, por 410. patacas. 410

R

106 ROque da Ponte, cazado com Domingas Fernandes, natural da Ilha de Saõ Miguel, de 62. annos de idade, e 25. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

S

107 SYlveſtre Cardozo, cazado com Antonia de Souſa, natural da Ilha Terceira, de 63. annos de idade, e 26. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

108 Sebaſtiaõ

(7)

108 Sebaſtiaõ Luiz, folteiro, natural de Vianna de Caminha, de 29. annos de idade, e 13. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

T

109 THomaz Vidal, folteiro, natural de Villanova de Portimaõ, de 27 annos de idade, e 8. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360
110 Thomaz Gonſalves, folteiro, natural de Vianna de Caminha, de 20. annos de idade, e 3. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360
111 Thomaz Vieira, folteiro, natural de Sagres no Reino do Algarve, de 60, annos de idade, e 37. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360
112 Thomaz da Sylva, folteiro, natural da Ilha do Fayal, de 36. annos de idade, e 14. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

V

113 VIcente Gomes, cazado com Joſefa dos Santos, natural da Atouguia, de idade de 60. annos, e 26. de cativeiro, por 360. patacas, e meyo Mouro. 360

FIM.

Fig. 3 – Biblioteca Nacional de Portugal, *Relaçaõ das pessoas resgatadas do cativeiro de Mequines, que por ordem d' ElRey nosso Senhor Dom João V. Rey de Portugal fizeram os Padres Redemptores da Santissima Trindade deste Reyno no anno de 1729.* [s.l.] : [s.n.], [1729]. – [4], 7 p.; 2º (30 cm). http://purl.pt/28549.

Em relação aos outros cativos inscritos na lista de 1689, não nos chegou informação sobre o seu destino: resgataram-se por conta própria, converteram-se ao islamismo, faleceram, são hipóteses plausíveis mas que não podemos confirmar. No entanto, os cativos militares ou detentores de altos cargos na hierarquia marítima, eram muitas vezes favorecidos pelo monarca, facilitando o seu resgate por particulares. Outro dado de relevo na análise dos cativos resgatados em 1729 é o facto de oitenta e nove já se encontrarem cativos em Mequinez em 1718, visto que estavam cativos havia mais de dez anos.

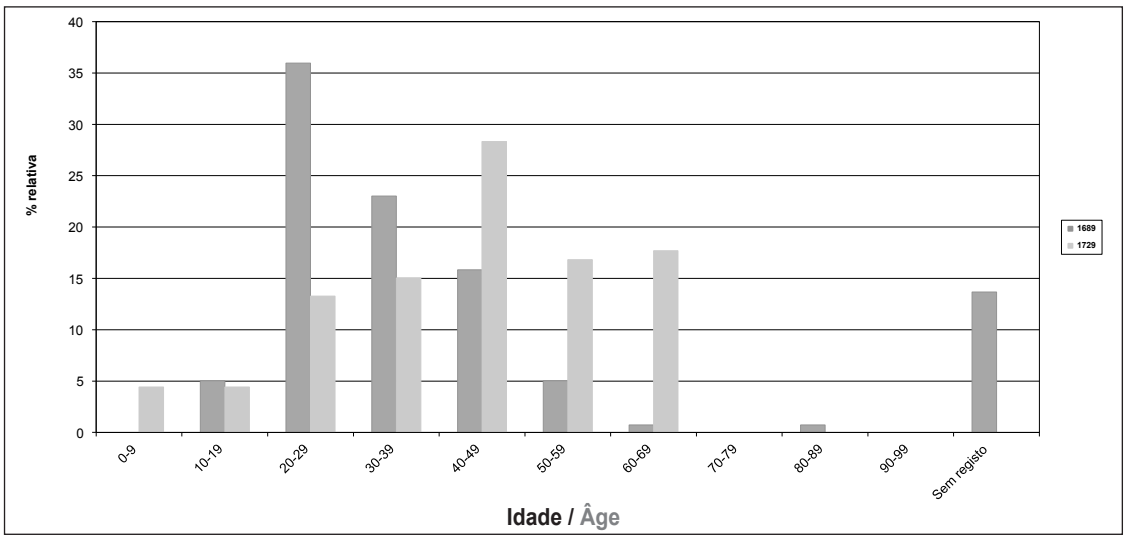
Síntese conclusiva

O resgate geral de 1729 decorreu em plena época de conturbação política e de conflitualidade constante. Mesmo assim Mulei Ahmet foi favorável à sua realização – aparentemente a primeira concedida a uma nação europeia – e mostrou-se reconhecido pelo

Concernant les autres captifs inscrits sur la liste de 1689, nous n'avons aucune information sur leur sort : ils se rachetèrent par leurs propres moyens, se convertirent à l'islam, décédèrent, ce sont des hypothèses plausibles, mais que nous ne sommes pas en mesure de confirmer. Toutefois, les captifs militaires ou ayant de hautes fonctions dans la hiérarchie maritime ont souvent été favorisés par le monarque, en facilitant leur rachat par des particuliers.
Une autre donnée importante dans l'analyse des captifs rachetés en 1729 est le fait que quatre-vingt-neuf se trouvaient déjà en captivité à Meknès en 1718, car ils ont plus de dix ans de captivité.

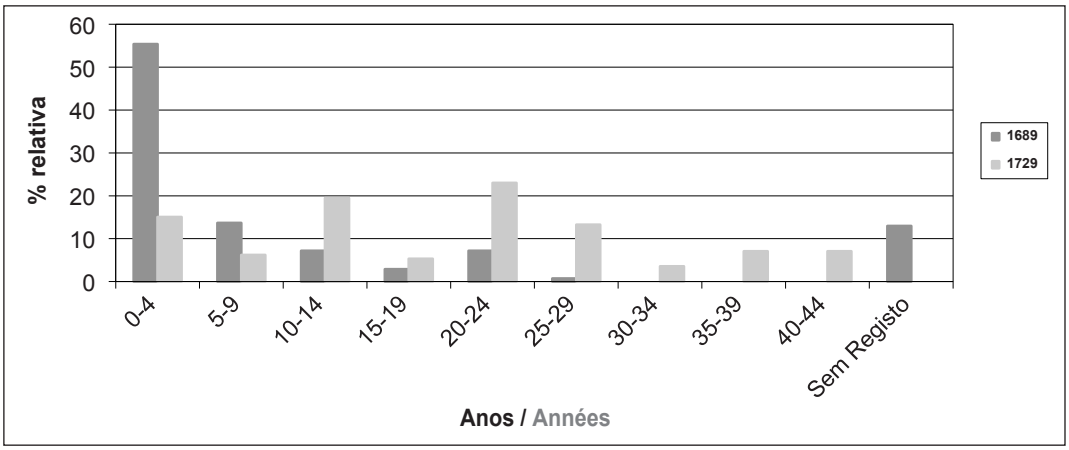
Synthèse conclusive

Le rachat collectif de 1729 eut lieu en pleine époque d'agitation politique et de conflits constants, néanmoins Moulay Ahmed fut favorable à sa réalisation qui semble avoir été la première à être permise à une nation européenne, et se montra très reconnaissant



Quadro 3 – Comparação da idade dos cativos: 1689 e 1729.
Tableau 3 – Comparaison de l'âge des captifs : 1689 et 1729.

(ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13)



Quadro 4 – Comparação do tempo de cativeiro: 1689 e 1729.

Tableau 4 – Comparaison de la durée de captivité : 1689 et 1729.

(ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13)

modo como foi tratado pela embaixada portuguesa. Posteriormente, com a morte de Mulei Ahmet, é colocado no trono outro filho de Mulei Ismael, Mulei Abdalá, que governará até 1757. Durante este novo sultanato manteve-se a instabilidade política, causada por diversas facções, encabeçadas por outros filhos de Mulei Ismael. Será o filho de Mulei Abdalá, Sidi Mohammed, que irá reunificar Marrocos, que se encontrava praticamente dividido em dois países – o norte e o sul. O governo deste sultão marcará o fim de uma crise iniciada com a morte do seu avô, Mulei Ismael, e restabelecerá a ordem, a autoridade xarifina e procederá à reconstrução do país[81].

81. Jean Brignon *et al.*, *Histoire du Maroc*... cit., pp. 256-257. O autor considera a época após a morte de Mulei Ismael e a aclamação de Sidi Mohammed (1727--1757) como a crise mais grave da história de Marrocos.

envers la manière dont il a été reçu par l'ambassade portugaise. Plus tard, avec la mort de Moulay Ahmed, un autre fils de Moulay Ismaïl – Moulay Abdallah, qui gouvernera jusqu'en 1757 est placé sur le trône. Pendant ce nouveau sultanat, l'instabilité politique provoquée par les différentes factions, conduite par d'autres fils de Moulay Ismaïl, se maintiendra. Ce sera le fils de Moulay Abdallah, Sidi Mohammed, qui réunifiera le Maroc pratiquement divisé en deux pays – le Nord et le Sud. Le gouvernement du sultan marquera la fin d'une crise qui avait commencé avec la mort de son grand-père, Moulay Ismaïl, et rétablira l'ordre, l'autorité chérifienne et procédera à la reconstruction du pays[81].

81. Jean Brignon *et al.*, *Histoire du Maroc*... cit., pp. 256-257. L'auteur considère la période qui a suivi la mort de Moulay Ismail et l'acclamation de Sidi Mohammed (1727-1757) comme étant la plus grave crise de l'histoire du Maroc.

A par deste período de instabilidade, em Portugal, a Coroa debatia-se com o problema de providenciar a libertação de cinco padres jesuítas que haviam ficado cativos pelos corsários de Salé, ao largo da cidade do Porto, quando viajavam para os colégios ultramarinos da Companhia de Jesus, numa embarcação de bandeira inglesa.

O rei D. João V ordena que sejam resgatados pelos redentores trinitários, aproveitando-se a ocasião para resgatar outros portugueses que, desde o último resgate de 1729, tinham sido aprisionados. Os padres redentores, frei Simão de Brito e frei José de Paiva, acompanhados pelo tesoureiro José António Soares e pelo escrivão José Coutinho de Faria, partem para Gibraltar, numa nau inglesa capitaneada por Filipe Vicente[82]. Neste porto, enquanto recolhem informação sobre as condições mais favoráveis, para se organizar o resgate, recebem a notícia, que um dos jesuítas, o padre Francisco Coutinho, chegara a Lisboa, sob fiança, com uma carta do sultão Mulei Ali[83].

O resgate de 1735 será feito por Salé. Uma nova situação política e económica assim o determina, possibilitando uma viagem muito mais curta do que por Mazagão. Gibraltar torna-se base de apoio, substituindo a praça portuguesa na negociação de entrada. Este será o último resgate geral de cativos, levado a efeito pela Ordem da Santíssima Trindade em terras de Marrocos.

Em 1760, o intercâmbio de cativos entre Portugal e Marrocos é realizado no âmbito da preparação do tratado de paz, não se englobando nos resgates gerais efectuados pelos redentores trinitários. A partir de então torna-se um assunto político, tratado pelos oficiais do estado. O resgate de cativos, um assunto que preocupava os monarcas desde os primeiros anos da nacionalidade, deixa de ter a condição de guerra religiosa para passar a um acordo entre nações[84].

Parallèlement à cette période d'instabilité au Portugal, la Couronne était aux prises avec le problème de pourvoir à la libération de cinq prêtres jésuites qui avaient été capturés par les corsaires de Salé au large de la ville de Porto lorsqu'ils voyageaient à l'étranger vers les collèges d'outre-mer de la Compagnie de Jésus dans une embarcation qui portait le drapeau anglais.

Le roi D. João V ordonna qu'ils soient rachetés par les rédempteurs trinitaires, profitant de cette occasion pour racheter d'autres Portugais qui avaient été faits prisonniers depuis le dernier rachat de 1729. Les pères rédempteurs, Frei Simão de Brito et Frei José de Paiva, accompagnés par le trésorier José António Soares et par le greffier José Coutinho de Faria, partirent pour Gibraltar dans un navire anglais commandé par Filipe Vicente[82]. Dans ce port, tout en recueillant des informations sur les conditions les plus favorables pour organiser le rachat, ils reçoivent la nouvelle que l'un des jésuites, le prêtre Francisco Coutinho, était arrivé à Lisbonne sous caution, avec une lettre du sultan Moulay Ali[83].

Le rachat de 1735 se fera par Salé. Une nouvelle situation politique et économique ainsi l'exige, permettant un voyage beaucoup plus court que par Mazagan. Gibraltar deviendra une base de soutien et remplacera la place portugaise dans les négociations d'entrée. Ce sera le dernier rachat collectif de captifs réalisé par l'Ordre de la Sainte Trinité sur les terres du Maroc.

En 1760, l'échange de prisonniers entre le Portugal et le Maroc est réalisé dans le cadre de la préparation du traité de paix sans englober les rachats collectifs faits par les rédempteurs trinitaires. Il s'agit maintenant d'une question politique, traitée par les officiers de l'État. Le rachat de captifs, une question qui préoccupe les monarques dès les premières années de la nationalité, cesse d'avoir le statut de guerre de religion et passe désormais par un accord entre les nations[84].

---

82. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Consulta da Mesa da Consciência e Ordens sobre a nomeação dos padres redentores pelo provincial da Ordem da Santíssima Trindade, 28 Janeiro 1735.

83. ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 565, fl. 182v. Carta transcrita por Fr. Jerónimo de S. José, *op. cit.*, II, pp. 462-463.

84. Sobre os resgates de cativos portugueses ocorridos em 1760 e anos seguintes, até assinatura do Tratado de Paz, consultar a tese de Maria Joana Miranda de Carvalho Neto, *Portugal e Marrocos. Diplomacia e Comércio (1760-1783)*, tese de mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa, 2 vols., Lisboa, Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, 1996, com importante apêndice documental.

82. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13 – Consultation de la *Mesa da Consciência e Ordens* sur la nomination des Rédempteurs de l'Ordre de la Sainte Trinité – 28 janvier 1735.

83. ANTT, *Manuscritos da livraria*, nº 565, fl. 182 v. Lettre rédigée par Frei Jerónimo de S. José, *op. cit.*, II, pp. 462-463.

84. Sur le rachat des captifs portugais qui ont eu lieu en 1760 et les années suivantes, jusqu'à la signature du Traité de paix, consulter la thèse de Maria Joana Miranda de Carvalho Neto, *Portugal e Marrocos. Diplomacia e Comércio (1760-1783)*, Master en Histoire de l'Expansion des Portugais et des découvertes, 2 vols., Lisbonne, Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, 1996.

APÊNDICE DOCUMENTAL / ANNEXE DOCUMENTAIRE

DOCUMENTO 1 / DOCUMENT 1

Carta dos padres redentores frei José de Azevedo e frei Roque do Espírito Santo
Lettre des pères rédempteurs frei José de Azevedo et frei Roque do Espírito Santo
ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13

Mazagão, 30 de Janeiro de 1690 / Mazagan, le 30 janvier 1690

Senhor
Ja demos conta a Vossa Magestade em como partiamos desta praça em 8 de outubro, e a [...] vindo nos aos rebolens dellas os moiros com os camellos e mais carruagem nescessaria pera a nossa jornada, que com efeito se pos em execucão; e chegados a Azamor que dista tres legoas desta praça nos deixarão ficar fora em hũa tenda, pera que não soubessemos por onde se podia entrar naquella villa, aonde nos detiverão dois dias; e depois nos remetterão com dez moiros de cavalo a Machines, sem haver em trese dias que puzemos no caminho mais povoado que Sale, aonde estivemos dia e meo para visitarmos aquella igreja, comfessarmos a dois cattivos portuguezes que aly estão e lhe demos a cumunhão e a alguns franceses, e nos pusemos a caminho por aquelles desertos, ouvindo, e vendo todas as horas leoens e tigres, que nos acometião que a [...] nos derão tam grande guarda, e juntamente pellos ladrões que não faltão por aquellas campanhas. [1v.] E chegados a Machines nos levarão pera Casa do Alcaide Amette Xadrem que nos mandou meterem hum patio descubertto sem camas, nem comer; e a tudo quanto levavamos mandou metter de baixo de chave, e passadas 24 horas nos mandou levar, a hũa logea de catorze palmos de largo, e outto de comprido; roubando nos tudo quanto haviamos levado, disendo nos que tudo era pera el Rey; nesta logea a modo de cisterna pella agoa que fazia, nos teve dois meses e outo dias, e em [...] elles nos vinhão os moiros atirar pedradas, e dar de bofetadas deu nos a entender que el Rey nos não queria fallar por nos não levarmos carta de Vossa Magestade mas que tinha ordem do seu rey pera se ajustar comnosco no resguate; e depois de varias conferencias [...] a concluir que por cada cattivo dariamos duzentas pataquas, e por quatro que aly estão de mais contta, dariamos quatroçentas patacas, por cada hum; e pellos dois frades e dois clerigos dariamos mil patacas por cada hum, quizeram acresentarnos que haviamos de dar propinas respondemos que dariamos as que fosem justas e as que deu a Redemção de Espanha que havia feito haveria 7 annos, nesta forma ficamos ajustados o dia 29 de Outubro disendo o alcaide que daria conta ao seu emperador: Fomos ao outro dia a saber a reposta [fl. 2] e nos disse que não fallar, e nos pediu çem pataquas pera hũa dilegencia; a que respondemos que as não tinhamos porque o dinheiro ficara todo na nossa Praça de Mazagão; mas que nos as buscariamos, por [...] do Padre Perfeito que aly assistia, dia de todos os Santos lhe juramos as pataquas elle respondeo que aquella noite averiguaria o negocio, e que dentro de outo dias nos poderiamos partir com os escravos; ao dia dos defuntos fomos saber se falara: e quizerão os nossos peccados que os de Larache comesarão a fazer pazes pera se entreguarem vergonhozamente e pera este efeito mandarão hum frade franciscano, com hum alferes a concertar partidos; deu lhe el rey liberdade ao governador e a çem pessoas mais que elle nomease; e a nos mandou dizer pello renegado secretario del rey, que com esta tomada de Larache senão podia fallar a el rey em este negocio que tivesemos pasciensia, porque agora ficava mais façil o resguate, visto virem tantos cattivos pera Machines, e desta sortte nos foy entretendo todo o mes, de Novembro indo lhe nos fallar todos os dias marcados por pedradas que todos nos atiravão, em que nos res [...] paravamos por ser este o nosso offiçio, no principio de Dezembro entrarão em Machines os rendidos que erão mil e outocentos, e entre elles trinta portugueses, que me diserão forão presos em Castella e lavados per força aquela praça: este dia foi o de juiso contra nos naquella infernal [fl.2v.] corte e ficou aquelle rey tam soberbo que logo mandou a marchar o exercito pera Mazagão; nos vendo a miseria com que estava a praça fomos ao alcaide; e lhe dicesemos que sua Magestade o mandava marchar a elle com o exercito de Larache pera Mazagão que advertise a el rey que [...] devia de escrever a Vossa Magestade pois nos tinha mandado aly e que se Sua Magastade não tivese esta reposta que a todo o tempo podia mandar exercito e que se nos queria dar os cattivos nos iriamos com elles por Septa: foi o alcaide a el rey com este haviso e el rey respondeo que escreveria e que nos ficasemos aly ate vir a resposta; que os cativos

não havião de ter liberdade emquanto elle não fosse senhor de Mazagão; e que nos queria fallar; fomos a hũa campanha na lagoa de Machines, aonde el rey estava a cavalo, com dois mil negros de sua guarda de doze ate trese annos, com espengardas que tinha rodeado toda a campanha e aly nos fez muitas preguntas e nos disse que elle escrevia a Vossa Magestade e que nos ficasemos ate vir a reposta, replicamos que a reposta da carta nos mesmos, a haviamos de traser a mão de Sua Magestade e pera isto nos ajuda e mamdou nos dar hum passaporte, pera podermos tornar a suas terras todas as veses que quisesemos; e nos despedimos delle; ao outro dia nos entregarão a carta com o seguro e nos pusemos a caminho vespora de nossa Senhora da Conceipção e nessa noitte apareçeo hum horrendo cometta sobre o palaçio del rey de Mechines, o qual comecava pellas duas horas depois da meya noitte, e acabava com a manha: e era hum grande [...], e emquanto caminhamos o vimos todas as noittes chegamos a esta praça a vinte de Dezembro e fasemos este haviso a Vossa Magestade pera que disponha como for servido de nos so Deos a real pessoa de Vossa Magestade pera amparo de seus reynos e vasalos
Mazagão em 30 de Janeiro de 1690
(assinaturas:) Fr. Roque do Espirito Sancto / Fr. Joseph de Azevedo

DOCUMENTO 2 / DOCUMENT 2

Carta dos padres redentores frei Pedro de Melo e frei José de Paiva e oficiais do resgate
Lettre des pères rédempteurs frei Pedro de Melo et frei José de Paiva et des officiers du rachat
ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13

Salé, 31 de Janeiro de 1729 / Salé, le 31 janvier 1729

Conta dos Redemtores, e officiaes do resgate de Salle
Em 30 de Novembro do anno passado quando partimos pera Mazagão demos conta a Vossa Magestade do que em the emtão tinhamos hobrado e por cartas do governador de Mazagão que recebemos em Salle tivemos a noticia de que a nossa carta se tinha remetido pera Lixboa: Agora damos a Vossa Magestade contas que chegamos a Maquines em 24 de Dezembro do mesmo anno, e fomos aquartellados em o palacio do Baxa Micely aonde no mesmo pella manhan tinha chegado prezo Muley Abdemeleque, e em 28 do dito mes chegou el rey Muley Ameti a Maquines donde fomos logo comprementados delle e pasados outo dias nos deu audiencia com grandes demostrasois de agrado mandadonos emtregar todos os captivos portuguezes que são por todos cento e quatorze dos quaes falecerão ja dous: Em Larache se acharão dous que se mandarão buscar, e athe hoje ainda não são chegados a Salle aonde a sinco dias estamos esperando por elles e por dous que ficarão em Maquines os quaes servem a el rey e este dise que tinha que falar com elles antes que partisem e nos prosuadimos a que estes taes não virão.
As nossas moedas tiverão huma grande perda porque as não quizerão tomar senão a sinco patacas cada huma e allem desta perda a tivemos tambem de se acharem em Maquines muitos baxas que vierão com el rey do emzercito a quem foi presizo dar regalos pera o que se comprarão [fl.1v.] em Salle panos, borcados, e bertanhas, e cambraias, e tomar algum dinheiro pera suprir as excessivas despezas que se tem feito, porque so em Salle importarão os genoros que se comprarão em 4.214$400 reis de que asignamos letra pera se pagar em Lixboa que vão em seis letras, e não tomamos mais dinheiro pera acabar de pagar o resgate dos captivos, em Mazagão por não acharmos que nolo quizese dar e queira Deos que em Mazagão se possa remediar esta falta pera o que avizamos ja o governador.
Em Maquines tomamos tambem 1.200$000 reis com obrigação de os pagarmos em Mazagão e como o dinheiro que ficou no Cofre não basta pera satisfacão do resgate dos captivos escrevemos a governador de Mazagão nos tivese pronptas mil e duzentas moedas asim pera acabar de pagar o resgate dos captivos como o que tomamos em Maquines porque em Salle não ouve quem quizesse dar mais dinheiro queira Deos que na prasa de Mazagão se possa remediar esta falta porque a não ser asim ficaremos em refens athe se acabar de satisfazer.
Na prasa de Mazagão se achão nove mouros os quaes se hão de avaliar e pagaremse a seus donos pera o que he neceçario dinheiro e pera o sustento desta gente e mais gastos que são precizos fazerem se: nos partimos hoje pera Mazagão donde pella [fl. 2] gavarra daremos conta a Vossa Magestade mais miudamente das violencias que nesta

Berberia temos experimentado, de sorte que hoie estivemos pera partir outra ves pera Maquines obrigados das que nos querião fazer querendo que o dinheiro dos captivos se fosse emtregar na prasa de Azemor e que nos obrigasemos a que mandasemos vir hum mouro que estava em Espanha e que tambem nos obrigasemos a mandar vir todos os Mouros que estivesem no Brazil ou na India, e que por isto havião de ficar por fiadores os mercantes de Salle, e os relegiozos, porem isto se serenou com diligencia e custo que he o fim a que se inclinão todas as violencias destes Barbaros, sendo tal o hodio que tem aos cristãos que nem sal querem vender em sabendo que he pera elles nem alugar lhe bestas.

Este mercante que em Salle nos acudio com este dinheiro e estas fazendas asim suas como de outros não he homem de grandes cabedaes porque nesta cidade não ha muitos e como agora he o tempo de comprarem as seras que he o genoro que aqui ha nos custou muito aalcansar delle o valer nos neste aperto o que fes obrigado de lhe segurarmos que em chegando a letra a Lixboa seria logo satisfeita na qual vay ja incluida os avansos resiunaveis supondo o bom pagamento a qual vay passada sobre o thezoureiro geral da rendição Thomas Correa Monsão ou quem seu cargo servir, e auzente ao procurador geral dos captivos [fl.2v.] de que damos conta a Vossa Magestade em suma e o faremos com mais individuação pella gavarra em chegando a Mazagão a vista do que Vossa Magestade mandara o que for servido.

Salle 31 de Janeiro de 1729

(assinaturas:) Diogo Correa da Motta / Doutor. Fr. Pedro de Mello / Fr. Jozeph de Paiva / Vicente Francisco Cardoso

DOCUMENTO 3 / DOCUMENT 3

Carta dos padres redentores frei Pedro de Melo e frei José de Paiva e oficiais do resgate

Lettre des pères rédempteurs frei Pedro de Melo et frei José de Paiva et les officiers du rachat

ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens – Cativos*, caixa 52, maço 13

Mazagão, 1 de Março de 1729 / Mazagan, le 1er mars 1729

Senhor

De Salle demos conta a Vossa Magestade aseleradamente pellas vechasios em que nos viamos assim de termos chegado ali com os cativos como tambem dos panos, borcados, cambraias, bertanhas, que tomamos pera os prezentes, e do dinheiro da terra que tomamos que suposta levassemos muedas de ouro pellas não reputarmos em ordem a se nos tomarem propeso competente as não quizemos trocar que tudo importou com o cambio e avansa 4.214$400 reis de que pasamos letras e com a presa esqueceo a relação dellas que agora remetemos.

Chegamos a Azemor aonde nos demoramos alguns dias em rezão em que se achavão as cavillas (?) das vizinhansas desta prasa com algumas difirensas e depois de nos dizer o nosso condutor que estas estavam ajustadas e de nos fazer dispender com os cabos dellas cento e vinte ducados rezolveo que fossemos os redemptores com os captivos athe a prasa de Mazagão e ficando os cativos fora della e emtrando hum delles na dita prasa com elle se contaria o dinheiro e que emtregue este a hum mouro que estivesse de sentinella a elle emtrarião os cativos na prasa e que depois sahiria della o dinheiro com os mouros, e que no outro dia emtraria o thezoureiro e escrivão com os seus criados e mais cometiva na prasa, e sahirião della os refens.

Com efeito no dia 8 de Fevereiro sahimos os redemptores com os cativos da prasa de Azemor e chegando a caza branca sitio que avista meia legoa da prasa de Mazagão [fl.1v.] ordenou ficassem ali os cativos com hum dos redemptores e vir o dito condutor com o Padre Frey Jozeph de Paiva a esta prasa a contar lhe o dinheiro e chegando não so avista mas sim debaixo da artelharia della veio a cavilla dos marues a cortar nos o caminho, que com escopetas e alfanges procurarão estrovar a emtrada na prasa o que conseguirão, roubando nos dozasete rezes que vinhão pera o comestivel dos cativos e algumas cargas em que vinhão camas e baus e noventa e seis ducados que vinhão distinados pera se darem aos outo refens que se achavam nesta prasa, e a escapar com vida com dous criados e dous cativos que vinhão na sua cometiva foi grande merce de Deos e asim roubados tornamos pera a dita caza branca aonde pasamos a noite com grande susto e cuidado: no dia 9 tornamos outra ves avir pera

a dita prasa com os cativos e chegando a ella emtramos a contar o dinheiro dos resgates ficando com os cativos no campo o padre Frey Pedro de Mello.

Estandosse contando o dinheiro em caza do governador lhe chegarão a dar a noticia de que os marves vinhão como no dia antecedente, e disse ao alcayde Alarbi nosso condutor mandasse recolher os cativos na courasa pellos livrar de alguma emvazão; ordenoo asim o dito alcaide [...] dosse ja os ditos cativos recolhendosse pera a courasa chegando os marves e carregando sobre elles os comesarão [fl.2] a roubar, e dispir, e quis Deos estivese a mare vazia pera que os cativos se podesem lansar ao fosso da prasa, e delle a gavarra socedendo neste meio tempo que hum soldado que se achava em a cortina da prasa vendo a hum mouro com huma faca sobre hum christão pera que lhe larga se a garupa lhe atirou a espingarda com tão bom suceso que dando lhe em huma fonte ficou logo morto, o que visto pellos mouros paresendo que a artelharia da prasa desparava contra elles se retirarão dando lugar que os cativos se recolhesem todos a gavarra principalmente as pobres mulheres que foão as que exprimentarão mayor infurtunio neste insulto, de que não escapou o padre Frey Pedro de Mello, que roubada a capa, chapeo, e resgado o habito, se refugiou na mesma cava, e gavarra.

Recolhidos os cativos, contado o dinheiro e emtregues os mouros, duvidou o alcayde Alarbi levar consigo o dinheiro e asim sahio da prasa com os mouros e os mandou pera Azemor os quaes no mesmo instante em que sahirão da prasa tiverão a mesma furtuna que os cristãos porque como se o fosem os dispirão tambem, o que visto pello alcaide Alarbi publicou que se não hia da prasa nem levava o dinheiro de el rey, sem que lhe mandasem huma boa escolta de negros que o acompanhase, ou que queria levar o dinheiro por mar a Salle de que timidos os marves lhe mandarão dizer que podia sahir seguramente com o dinheiro porque para isso querião deichar quatro refens da sua [fl. 2v.] cavilla, e aseitados estes pello dito alcaide rezolveo que não queria hir e que os refens ficavão pera maior seguransa do thezoureiro e escrivão e mais cometiva pera que não experimentasem o mesmo que ja tinha socedido, que elle levava o dinheiro por mar, e que se podiam hir embora: retirados os mouros pellas outo horas da noite sahio com o dinheiro que repartio pellos seus confidentes despois destes terem registado todo o campo e lhe certeficarem estava seguro de mouros a todo correr dos cavallos, se recolheo a Azemor pella meia noite com o fundamento de que queria no dia 10 trazer o thezoureiro, e escrivão, e os criados da sua cometiva e quatro cativos que ficarão com elles.

No Domingo 13 de Fevereiro chegarão todos a vista desta prasa e emtrando todos nella sahirão della os refens e foi tal o aperto em que se achou o nosso condutor que não quis emtrar na prasa tendo ainda algumas contas nella que ajustar.

Todo este santo negocio tem sido milagrozo pello que temos exprimentado mostrando Deos com toda avidencia que o queria puzetivamente o que bem se exprimentou neste ultimo suceso e no grande empenho com que Mulei Amete mostrou o queria que a não ser isso não se chegava a conseguir, pois por toda a parte por onde passavamos com os cativos se admiravão de que el rey concentise com similhante couza por senão ter visto ainda na Berberia tirar se huma nação emteira [fl. 3] principalmente os de Azemor que como araianos desta prasa nos tem odio contranhavel, e dezião que el rey estava tonto e que este negocio os tinhão feito os Baxas por dinheiro que lhe tinhamos dado, e como em Azemor não ha algum que não deiche de chorar a morte de pay marido, filho, ou parente morto pella artelharia da nossa prasa forão os que mais sentirão a concluzão deste resgate o que senão efeitoara senão fora o grande zello e actividade do capitam geral desta prasa a quem esta redempção deve huma grande parte não só no grande cuidado e diligencia com que no principio deste negocio procurou os refens que ficarão nesta prasa mas ultimamente o finalizou com as outocentas e sincoenta moedas de ouro que com suma diligencia procurou pera se acabarem de pagar os resgastes de sorte que podemos justamente dizer que se nos fomos os redemptores dos cativos elle foi o nosso redemtor.

Dos 4.080$000 reis que o capitam geral ouve desta prasa vão em letras pera essa cidade 1.891$200 reis por dizerem seos donos querião em Lixboa este dinheiro e faltão pera satisfação do resto 2.188$800 reis e asim mais [fl. 3v.] se ha de pagar ao Mestre Pedro João Leonardo 1.154$250 reis com que nos asistio em Maquines aonde lhe pasamos letra pera lhe pagarmos nesta prasa: nella se achavão outo mouros e na forma de ordem de Vossa Magestade avizamos ao cappitam geral della pedindo lhe ordenase ao doutor ouvidor os manda se avaliar judicialmente pera se pagarem a seus donos na forma que se tinha feito em Lixboa diligencia mui sencivel pera os moradores desta prasa pella grande falta que lhe fazião os taes escravos por não haver nesta praça gente de serviso, mas reconhecendo todos ser este o gosto de Vossa Magestade com toda a vontade se sacreficarão a larga los offeresendo pera a concluzão deste resgate não só o dinheiro com que por emprestimo comcorrerão pera elle sem emtereses mas ainda com os escravos de que pricizamente necessitavão com efeito se fes a dita avaliação pello doutor ouvidor João Barrozo Pereira e se avaliarão

todos em 1.088$800 reis como se ve das avaliasois incluzas com que importão as parcelas do que se esta devendo nesta prasa 4.4314850 reis alem de algum trigo sevada legumes, azeite, que ja se deve e se vai tomando pera sustento desta gente não sendo de menor atencão a despeza que se vai fazendo com [fl. 4] os duentes e ja dos cativos que trousemos pera esta prasa faleceo ontem hu, e asim pera satisfação de tudo que devemos e se vai gastando são necessarios 5.000 reis os quaes podem vir na Nao de Guerra que nos vierem buscar.

Remetemos a Vossa Magestade a lista dos cativos que por todos fazem 113, emtrando hu naseo em Lardela vindo de Salle pera Azemor que por milagre de Deos escapou a may, mais o filho, e tres que falecedores em Maquines, e hum em Mazagão não emtrando neste numero dous que ficarão em Maquines porque suposto el rey disse nolos dava todos comtudo lhe disse a elles que tinha que lhe falar antes que se fossem porque lhe queria dar passaporte pera poderem hir a Portugal e vir a seu Reyno o que nos fes logo disconfiar da sua libradade valendosse deste surtefugio pera lha não permitir pellos ter criados desde meninos e lhe querer muito athe o prezente não são chegados a esta prasa se vierem ja temos feito alguma diligencia por dinheiro pera satisfarmeos o seu resgate.

As mais sircunstancias que ouve neste negocio he o poderem reduzir imposivel por papel e muito [fl. 4v.] menos as exececivas despezas que nelle se tem feito sendo a de maior ponderacão a da quebra das moedas de ouro que por mais diligencia que fizemos as não quizerão tomar por mais de sinco patacas que se isto não fora não nos viramos nos apertos que em elle aqui temos exprimentado de que demos conta a Vossa Magestade que mandara o que for servido.

Mazagão o primeiro de Marco de 1729.

(assinaturas:) Fr. Pedro de Mello Redentor / Pregador geral Fr. Jozeph de Paiva Redentor geral / Diogo Correa da Motta / Vicente Francisco Cardoso

O tesouro de Mazagão

Le trésor de Mazagan

Rafael Moreira, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

A história da fundação do pequeno castelo manuelino no porto de Mazagão – ou *Mazighan,* palavra que em berbere significa «água do céu» e que designava um poço aberto na rocha destinado a recolher a chuva – em 1514; a sua transformação, em 1541, numa grandiosa cidade fortaleza, a primeira «cidade ideal» do Renascimento edificada fora da Europa (declarada, em 2004, «Património mundial» da Humanidade pela UNESCO e a única possessão portuguesa que se conservou na costa atlântica de Marrocos); o seu abandono, em 1769, após quase dois séculos e meio de vida determinados por lutas, guerras e trocas comerciais, sob a ameaça de um cerco total estabelecido pelo célebre rei de Marrocos Muhammad ben Abdalá; meio século de ruínas vazias; e o seu repovoamento e rápida transformação numa cidade nova, a actual metrópole de El Jadida («a Nova»), aproximadamente em 1820 – actualmente, o principal porto do continente africano aberto ao comércio –; esta é uma história bem conhecida e estudada: parece, portanto, dispensável alongarmo-nos sobre a mesma. Remeto o leitor para a inúmera bibliografia respectiva[1].

Prefiro concentrar-me no seu último momento «português»: em 11 de Março de 1769 – um Sábado (e, certamente, não é por acaso...) –, o dia em que toda a população de Mazagão foi, pela força, coagida a abandonar a cidade e a embarcar de volta a Lisboa, uma cidade que a maioria nem sequer conhecia. Houve protestos populares, movimentos de revolta e até mesmo motins quando se soube da má notícia, tão-somente uma semana antes da partida. O povo clamava contra a obediência das ordens do Rei e que preferia morrer defendendo a sua terra. A população reuniu-se na praça em frente do palácio do Governador, ameaçando-o de morte. Alguns soldados atiraram as suas armas ao mar como sinal de revolta. Porém, a decisão já havia sido tomada desde Janeiro, até ao ínfimo pormenor, pelo omnipotente primeiro-ministro Marquês de Pombal, de acordo com a vontade do Rei. Não havia outra opção.

Pombal havia tecido as malhas da operação com a sua astúcia habitual e no maior secretismo. Já em 1760,

1. Ver Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão. A epopeia portuguesa em Marrocos,* Lisboa, Tribuna, 2007.

L'histoire de la fondation du petit château manuélin sur le port de Mazagan – ou *Mazighan,* mot berbère signifiant « eau du ciel », qui désignait un puits ouvert dans la roche destiné à recueillir la pluie – en 1514 ; sa transformation en 1541 en une grandiose ville-forteresse, la première « ville idéale » de la Renaissance bâtie en dehors de l'Europe (déclarée en 2004 « Patrimoine mondial » de l'Humanité par l'UNESCO, et le seul établissement portugais qui est resté sur la côte atlantique du Maroc) ; son abandon en 1769 après presque deux siècles et demi de vie de combats, de guerres et d'échanges, sous la menace d'un siège total mis par le célèbre roi du Maroc Mohammed ben Abdallah ; un demi-siècle de ruines vides ; et son repeuplement et sa rapide transformation en une ville nouvelle, l'actuelle métropole d'El Jadida (« La Nouvelle ») vers 1820 – aujourd'hui le premier port du continent africain ouvert au commerce –; tout ceci est une histoire bien connue et étudiée : il ne semble donc pas nécessaire de s'y attarder. Je renvoie le lecteur à l'immense bibliographie respective[1].

Je préfère me concentrer sur son dernier moment « portugais » : le 11 mars 1769 – un samedi (et ce n'est pas par hasard, sans doute...) –, le jour où toute la population de Mazagan fut, par la force, obligée d'abandonner la ville et d'embarquer de retour pour Lisbonne, une ville que la plupart ne connaissait même pas. Il y eut des protestations populaires, des mouvements de révolte, voire des émeutes lorsqu'on apprit la mauvaise nouvelle, rien qu'une semaine d'avance. Le peuple criait à la désobéissance aux ordres du Roi, et qu'ils préféraient mourir en défendant leur terre. Ils se rassemblèrent sur la place face au palais du Gouverneur en le menaçant de mort. Des soldats jetèrent leurs armes à la mer en signe de révolte. Mais la décision avait déjà été prise dès janvier, jusqu'au moindre détail, par le tout-puissant premier ministre Marquis de Pombal, à l'instar de la volonté du Roi. Il n'y avait aucune autre option possible.

Pombal avait tissé les fils de l'opération avec son habituelle astuce, et dans le plus grand des secrets. Dès 1760 il avait fait nommer son frère cadet, Fran-

1. Voir Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão. A epopeia portuguesa em Marrocos,* Lisbonne, Tribuna, 2007.

Pombal havia designado o seu irmão mais novo, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ex-governador do novo Estado do Grão-Pará e Maranhão no norte do Brasil, como ministro da Marinha e do Ultramar e, juntos, delinearam o seu grande plano antijesuíta para a conquista portuguesa da Amazónia: um jogo de xadrez contra Espanha, em que o abandono de Mazagão desempenhou um papel de simples peão. Em 1763, substituíram o governador da praça-forte marroquina, o bravo e antigo militar Vasques da Cunha, pelo próprio sobrinho, Dinis de Melo e Castro de Mendonça, jovem em quem depositavam plena confiança. E, decorridos cinco anos, em Dezembro de 1768, a oportunidade apareceu-lhes: o rei de Marrocos declarou a *Jihad,* a Guerra Santa contra o escândalo de uma cidade inimiga, no seio do território, que tentava dividir os árabes urbanos das tribos berberes, ameaçando, desta forma, a unidade do reino. Por conseguinte, enviou um exército para sitiá-la, composto por 120 mil homens, apoiado por engenheiros militares franceses especializados nas novas tácticas para conquistar cidades, aperfeiçoadas pelo Marechal de Vauban, o engenheiro de Luís XIV.

Os portugueses de Mazagão – os *mazaganistas* – acostumados a lutar, prepararam-se para resistir como habitualmente. Porém, desta vez, a situação foi diferente. O governador impediu-os de sair da fortaleza, certamente para se proteger; o Marquês de Pombal enviou um presente ao «imperador de Marrocos» (um título que este nunca utilizou); o seu sobrinho, o Governador, embarcou rapidamente toda a família e o mobiliário do seu palácio, sob o pretexto que o auxílio viria mais depressa se a sua esposa falasse com o Rei; e nem se dignou a responder ao «ultimato» de Mulei Muhammad que, a 30 de Janeiro, enviou dois mensageiros para pedir as chaves da cidade como condição para se evitar a guerra.

Um historiador do início do século XX, Oliveira Martins, manifestou algumas desconfianças acerca da atitude bastante suspeita de Pombal relativamente a este episódio, imaginando negociações – indirectas, naturalmente – entre o Governador e os emissários de Mulei Muhammad[2]. Contudo, tal não foi necessário, os interesses mútuos e secretos eram tanto estratégicos como tácitos. O destino de Mazagão estava selado.

Dia 1 de Março chegava ao seu porto uma pequena frota, que havia zarpado de Lisboa a 3 de Janeiro, composta por 14 embarcações: três navios de guerra com militares, quatro navios de transporte e sete barcas. Porém, ao invés de trazer o auxílio tão aguardado pelos habitantes, o tenente que comandava as tropas – efectivamente destinadas a garantir a evacuação –

2. F. Oliveira Martins, *Portugal e Marrocos no Século XVIII,* Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1937, p. 67.

cisco Xavier de Mendonça Furtado, ex-gouverneur du nouvel État de Grão-Pará e Maranhão dans le nord du Brésil, comme ministre de la Marine et d'Outre-mer, et ils établirent ensemble leur grand plan antijésuite pour la conquête portugaise de l'Amazonie : un jeu d'échecs contre l'Espagne, dans lequel l'abandon de Mazagan joua le rôle d'un simple pion. En 1763, ils avaient remplacé le gouverneur de la place forte marocaine, le brave et vieux militaire Vasques da Cunha, par leur propre neveu Dinis de Melo e Castro de Mendonça, jeune homme sur lequel ils déposaient leur totale confiance. Et cinq ans après, en décembre 1768, l'occasion s'offrit à eux : le roi du Maroc déclara la *Djihad,* la Guerre Sainte contre le scandale d'une ville ennemie en plein territoire qui essayait de diviser les Arabes urbains des tribus berbères, menaçant ainsi l'unité du royaume. Il envoya donc une armée l'assiéger, composée de 120 mille hommes appuyée par des ingénieurs militaires français spécialisés dans les nouvelles tactiques de prendre une ville, mises au point par le Maréchal de Vauban, l'ingénieur de Louis XIV.

Les Portugais de Mazagan — les *mazaganistes* — habitués au combat, se préparèrent à résister comme à leur habitude. Mais cette fois-ci les choses tournèrent différemment. Le gouverneur les empêcha de sortir de la forteresse ne serait-ce que pour se défendre ; le Marquis de Pombal envoya un cadeau à l'« empereur du Maroc » (un titre qu'il n'a jamais employé) ; son neveu le Gouverneur fit rapidement embarquer toute la famille et le mobilier de son palais, sous le prétexte que le secours viendrait plus vite si sa femme parlait au Roi ; il ne daigna pas répondre à l'« ultimatum » de Moulay Mohammed qui, le 30 janvier, envoya deux messagers demander les clés de la ville contre la guerre.

Un historien du début du XX[e] siècle, Oliveira Martins, a émis des soupçons sur l'attitude très suspecte de Pombal concernant cet épisode, en imaginant des pourparlers – indirects, bien sûr – entre lui et les émissaires de Moulay Mohammed[2]. Mais cela ne fut pas nécessaire, les intérêts mutuels et secrets étaient tant stratégiques que tacites. Le sort de Mazagan était scellé.

Le premier mars arrivait à son port une petite flotte, partie de Lisbonne le 3 février, composée de 14 embarcations : trois vaisseaux de guerre avec des militaires, quatre navires de transport et sept barques. Mais au lieu d'apporter le secours si attendu par les habitants, le lieutenant qui commandait les troupes – destinées,

2. F. Oliveira Martins, *Portugal e Marrocos no Século XVIII,* Lisbonne, Parceria António Maria Pereira, 1937, p. 67.

trazia uma carta selada para o Governador, que este apenas leria em público (e parcialmente) alguns dias mais tarde. Tratava-se das instruções para o abandono da cidade.

Em primeiro lugar, as tréguas deviam ser estabelecidas com os sitiantes, o próprio rei: o que aconteceu no dia seguinte, 9 de Março, entrando em vigor três dias depois, mas sem qualquer indicação de prazos ou de acordo formal. As hostilidades deviam cessar por prazo indefinido, o que foi imediatamente aceite; um evento estranho, que nos dá a clara impressão que Mulei sabia, efectivamente, o que iria acontecer a seguir.

Os rumores já circulavam mas só se soube da nova quando a carta foi lida à população. O seu preâmbulo excitou ainda mais os espíritos: a justificação para o abandono da praça era tão-somente a «salvaguarda» dos pobres mazaganistas contra a «barbárie dos mouros» – ignorando que estes haviam resistido durante quase três séculos e em situações bem piores... – para que pudessem viver longe destes perigos constantes e «com abundancia», num país melhor do que aquele. Pior que esquecer a lenda quase mítica de «Mazagão a heróica», esta justificação era a mais cruel das insolências, quase cínica. A revolta estalou. Nada sabemos acerca dos tumultos que se seguiram. Os documentos apenas apresentam a versão oficial; não existe nem um único testemunho da opinião pública, das paixões ou sentimentos da população. Apenas possuímos a recordação, bastante tardia, de um militar que havia integrado a companhia de artilharia aquando da missão de 1769, o coronel Carlos Julião, que numa memória remetida ao Rei (1800), em que pede uma promoção, relembra que havia participado na expedição contra essa «sociedade contagiosa» – assim era vistos os mazaganistas... – de onde regressou «sem esperança de vida» durante muito tempo: certamente, bastante ferido pela multidão[3]. A sequência dos eventos foi demasiado rápida para que a ideia de conspiração, ou de traição, e o tumulto popular se pudessem disseminar: era necessário agir com celeridade. Em primeiro lugar, procedeu-se ao embarque das mulheres e das crianças, e, a seguir, os inválidos, os enfermos e os jovens. Nas barcas colocou-se, seguindo a ordem estabelecida pela carta do Marquês de Pombal: «Em primeiro lugar as imagens sagradas, a prata e os ornamentos das Igrejas; em segundo lugar os vestidos, e roupas e couzas similhantes, porque cadeiras, bofetes e cousas de volume sera impossivel que caiba nos transportes». Eis um ponto fundamental para o seguimento do nosso texto.

3. Valéria Piccoli G. da Silva, *Carlos Julião e o mundo colonial português,* tese de doutoramento em História da Arte, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2010, pp. 84-85.

en effet, à assurer l'évacuation – apportait une lettre cachetée au Gouverneur, qu'il ne lirait publiquement (et partiellement) que quelques jours plus tard. Il s'agissait des instructions pour l'abandon de la ville. Tout d'abord, des trêves devaient être établies avec les assiégeants, le roi en personne : ce qui fut fait le jour suivant, le 9 mars, pour commencer à entrer en vigueur trois jours après, mais sans aucune indication de délai ni d'accord formel. Les hostilités ne devaient cesser qu'à terme indéterminé, ce qui fut tout de suite accepté ; un fait étrange, qui nous donne la très nette impression que Moulay savait bel et bien tout ce qui allait se passer ensuite.

Des rumeurs couraient déjà, mais on ne l'apprit qu'une fois la lettre lue à la population. Son préambule excita davantage les esprits : la justification pour l'abandon de la place n'était autre que « la sauvegarde » des pauvres mazaganistes contre « la barbarie des Maures » – ignorant qu'ils avaient résisté pendant presque trois siècles, et dans des situations bien pires... – pour qu'ils puissent vivre loin de ces dangers constants et « avec abondance », dans un meilleur pays que celui-là. Pire que d'oublier la légende quasi mythique de « Mazagan-l'héroïque », c'était la plus méchante des insolences, presque cynique. La révolte éclata.

On ne sait rien au sujet des émeutes qui suivirent. Les documents ne gardent que la voix officielle du pouvoir ; pas un seul témoignage de l'opinion publique, des passions et sentiments du peuple. On n'a que le souvenir très tardif d'un militaire qui avait fait partie de la compagnie d'artillerie lors de la mission de 1769, le colonel Carlos Julião, qui dans un mémoire au Roi (1800) où il demande une promotion, rappelle qu'il avait participé à l'expédition contre cette « contagieuse société » – c'est ainsi qu'étaient vus les mazaganistes... – d'où il est retourné « sans espoir de vie » pendant longtemps : sans doute très blessé par la populace[3].

La suite des évènements fut trop rapide pour que l'idée de complot ou de trahison et le tumulte populaire puissent se répandre : il fallait faire vite. On embarqua d'abord les femmes et enfants, puis les invalides, les malades et les jeunes. Dans les barques on mit, suivant l'ordre établi par la lettre du Marquis de Pombal : « En premier lieu les images sacrées, l'argenterie et les ornements des églises ; en second lieu les vêtements, les robes et les choses semblables, car les chaises, les tables et les choses volumineuses ne pourront pas être transportées ». Voilà un point très important pour la suite de notre texte.

3. Valéria Piccoli G. da Silva, *Carlos Julião e o mundo colonial português,* thèse de doctorat en Histoire de l'art, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2010, pp. 84-85.

As carroças e as carruagens deveriam ser queimadas, os canhões de ferro e as munições deveriam ser atiradas ao mar; e, numa carta pessoal endereçada ao sobrinho, o Marquês escrevia-lhe para que explodisse a maior parte das muralhas bem como a maioria dos edifícios, «para que os Mouros não achem senão ruinas». Assim o fizeram. Durante todo o dia do 8 de Março, enquanto se discutiam as tréguas, o embarque efectuou-se à pressa através da pequena Porta do Mar – o grande arco que actualmente possui esta designação é posterior à reocupação da cidade em 1820, de realização árabe –, em primeiro lugar, as mulheres, as crianças e os idosos, a seguir as imagens das igrejas, as pratas sagradas, os livros de contabilidade e os registos das paróquias. A população válida, numa verdadeira fúria devastadora, arrancava as portas, empilhava os móveis na rua e ateava-lhes o fogo, destruía as fachadas e os telhados das cerca de 500 casas que constituíam a cidade, matava os cavalos – existiam cerca de 200 em Mazagão, em 1769 – enquanto o regimento de artilharia enviado de Lisboa se encarregava de colocar rolos de pólvora nas muralhas (especialmente no Baluarte do Governador, que era a única porta utilizável na cidade) com um rasto longo para facultar tempo para a fuga, com o objectivo de explodir a ponte levadiça e de impedir a entrada, retardando assim o avanço inimigo e o saque que se seguiria – uma pilhagem insignificante, dado que mesmo os sinos haviam sido lançados ao mar[4].

Finalmente, na noite seguinte, foi a vez dos habitantes, os homens válidos, num grande silêncio, e dos soldados vindos vigiar a evacuação. No dia 11 de Março, cerca das 6 horas da manhã, embarcaram, em pose triunfal, o Governador e o chefe da guarnição – os últimos a abandonar a cidade, que não tardou a explodir em pedaços. Tudo estava destruído, excepto a Cisterna, deveras resistente, e os armazéns envolventes, o Palácio do Governador – que seria transformado em mesquita –, a igreja de Nossa Senhora da Assunção cujas paredes principais permaneceram de pé; e um ou outro edifício, especialmente da administração militar (como a Vedoria Geral, infelizmente demolida para dar lugar a um hotel... em 1998!).

Desta forma, concluía-se, de um dia para o outro, literalmente, o abandono – ou «transporte», como

4. Laurent Vidal, *Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico. Do Marrocos para a Amazónia (1769-1783)*, Lisboa, Teorema, 2007 (ed. francesa, Flammarion, 2005), pp. 39-41, é a melhor reconstituição dos acontecimentos. Mas, ver também J. Manuel Azevedo e Silva, *Mazagão, uma cidade luso-marroquina deportada para a Amazónia,* Viseu-Coimbra, Palimage/Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2007, e General Silvino da Cruz Curado, *Mazaganistas, de heróicos guerreiros em Marrocos a forçados agricultores na Amazónia, sep. Laços históricos-militares luso-magrebinos: perspectivas de valorização. XII Colóquio de História Militar*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003.

Les chars et charrettes devraient être brûlés, les canons en fer et les munitions devaient être jetés à la mer ; et dans une lettre personnelle au neveu, le Marquis lui disait de faire exploser la plus grande partie des murailles ainsi que la plupart des édifices, « pour que les Maures n'y trouvent que des ruines ». C'est ce qu'ils firent. Pendant toute la journée du 8 mars, pendant que l'on discutait les trêves, l'embarquement se fit à la hâte à travers la petite Porte de la Mer – la grande arche qui porte ce nom aujourd'hui est postérieure à la réoccupation de la ville en 1820, de facture arabe –, d'abord les femmes, les enfants et les vieillards, ensuite les images des églises, l'argenterie sacrée et les livres de comptes et les registres des paroisses. Dans une vraie furie dévastatrice, la population capable de travail arrachait les portes, entassait les meubles dans la rue et leur mettait le feu, détruisait les façades et les toits des environ 500 maisons qui composaient la ville, tuait les chevaux – il y en avait près de 200 à Mazagan en 1769 – tandis que le régiment d'artillerie envoyé de Lisbonne se chargeait d'entasser des saucissons de poudre tout au long des murs (surtout dans le Bastion du Gouverneur, qui était la seule porte utilisable dans la ville), avec une longue traînée pour laisser du temps pour la fuite, afin de faire sauter le pont-levis et d'empêcher l'entrée, retardant ainsi l'avancée ennemie et le pillage qui s'ensuivrait – un pillage de rien, car même les cloches avaient été lancées en mer[4].

Enfin, la nuit suivante ce fut le tour des habitants, des hommes valides, en grand silence, et des soldats venus surveiller l'évacuation. Vers les 6 heures du petit matin du 11 mars, ils embarquèrent, en pose triomphale, le Gouverneur et le chef de la garnison – les derniers à abandonner la ville, qui ne tarda pas à éclater en pièces. Tout était détruit, sauf la très résistante Citerne et les magasins autour, le Palais du Gouverneur – qui serait adapté en mosquée –, l'église Notre Dame de l'Assomption dont l'essentiel des murs resta debout ; et un ou autre édifice, surtout de l'administration militaire (comme la *Vedoria Geral*, malheureusement démolie pour faire place à un hôtel... en 1998 !). Ainsi se concluait, littéralement d'un jour à l'autre, l'abandon – ou « transportation », comme on préférait

4. Laurent Vidal, *Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico. Do Marrocos para a Amazónia (1769-1783)*, Lisbonne, Teorema, 2007 (éd. française, Flammarion, 2005), pp. 39-41, est la meilleure reconstitution des évènements. Mais voir aussi J. Manuel Azevedo e Silva, *Mazagão, uma cidade luso-marroquina deportada para a Amazónia,* Viseu-Coimbra, Palimage/Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2007, et General Silvino da Cruz Curado, *Mazaganistas, de heróicos guerreiros em Marrocos a forçados agricultores na Amazónia, sep. Laços históricos-militares luso-magrebinos: perspectivas de valorização. XII Colóquio de História Militar*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003.

oficialmente se preferia designar – da última cidade portuguesa da costa atlântica de Marrocos. No total, 460 famílias, 31 soldados solteiros e 4 padres, perfazendo quase 2.100 pessoas, embarcaram para Lisboa, sem terem a mínima ideia do que lhes iria acontecer. Mazagão tornava-se *El-Mahduma,* «a destruída», permanecendo vazia durante 50 anos. Foi apenas por volta de 1820 que alguns comerciantes judeus pediram autorização para aí se instalarem, que o Rei se interessasse pela sua reconstrução e a vida retomasse: como uma fénix, a cidade renascia das suas cinzas, sob a nova designação de *El Jadida,* «a Nova». Muito em breve, tornar-se-ia um dos portos mais movimentados de todo o Magrebe (substituída por Casablanca, no decurso do «protectorado» francês de 1912) e a capital da província de Duquela.

Mazagão fora uma cidade bastante moderna, apesar dos seus três séculos de existência: uma verdadeira cidade-modelo, de acordo com os princípios da «cidade ideal» do Renascimento à italiana, edificada num tempo recorde inferior a dois anos, entre 1541--1542[5]. Apesar das suas cinco igrejas – cuja mais antiga e importante, a única que ainda subsiste actualmente, era a igreja paroquial de Nossa Senhora da Assunção, que se situa na praça, ao lado do Palácio e da Cisterna – e oito pequenas capelas, de que se ocupavam quinze padres, era essencialmente uma cidade militar, com fortificações desmesuradas: muralhas com doze metros de largura.
A maior parte dos seus quase 2000 habitantes – cerca de três quartos – eram soldados, a maioria vivendo com as suas famílias. Mas também havia colonos agricultores, oriundos dos Açores, que cultivavam trigo, vinhas (em determinados vinhedos contabilizavam-se mais de 1000 pés), muitos melões e, sobretudo, os célebres feijões, conhecidos por toda a Europa e até nos Estados Unidos – os *Mazagan beans,* que manuais de cozinha, publicados em Londres ou em Boston a partir de 1720, consideravam como os «melhores feijões do mundo» –, nos terrenos agrícolas e hortas das terras férteis dos arredores, as «quintas».
Na cidade também existiam comerciantes, especialmente do norte da Europa (no início do século XVIII existia um consulado inglês e um cônsul da Dinamarca); um número importante de judeus que fugiam da Inquisição em Portugal; alguns artesãos (pedreiros, carpinteiros, padeiros, alfaiates, sapateiros), diversos médicos e enfermeiras no Hospital da Misericórdia, pelo menos um «professor» e um pintor; muitos «degredados» em exílio e algumas dezenas de deportados.

5. Rafael Moreira, *A construção de Mazagão: cartas inéditas, 1541--1542*, Lisboa, IPPAR-UNESCO, 2001 (trads. francesa e árabe).

l'appeler officiellement – de la dernière ville portugaise de la côte atlantique du Maroc. En total 460 familles, 31 soldats célibataires et 4 prêtres, totalisant presque 2.100 personnes, s'embarquèrent pour Lisbonne, sans avoir la moindre idée de ce qu'ils allaient devenir.
Mazagan devenait *El-Mahduma,* « La détruite », en restant complètement vide pendant 50 ans. Ce ne fut que vers 1820 que des commerçants juifs ont demandé l'autorisation de s'y installer, le Roi s'intéressa à sa reconstruction, la vie reprit : tel un phénix, la ville renaissait de ses cendres, sous le nouveau nom d'*El Jadida,* « La Nouvelle ». Très bientôt elle deviendrait l'un des ports les plus actifs de tout le Maghreb (remplacé par Casablanca sous le « protectorat » français de 1912) et la capitale de la province des Doukkala.

Mazagan avait été une ville très moderne, malgré ses trois siècles d'âge : une vraie ville-modèle, selon les principes de la « cité idéale » à l'italienne de la Renaissance, bâtie en un temps record de moins de deux ans, en 1541-42[5]. Malgré ses cinq églises – dont la plus ancienne et importante, la seule qui subsiste encore aujourd'hui, était l'église paroissiale de Notre-Dame de l'Assomption, qui se trouve dans la place à côté du Palais et de la Citerne – et huit petites chapelles, dont s'occupaient quinze prêtres, c'était surtout une ville militaire, aux fortifications démesurées : douze mètres de largeur rien que pour les murs.
La grande partie de ses presque 2000 habitants – environ les trois quarts – étaient des soldats, la plupart avec leurs familles. Mais il y avait aussi des colons agriculteurs, venus des Açores, qui cultivaient du blé, des vignes (on comptait plus de 1000 pieds dans certains vignobles), beaucoup de melons et, surtout, les célèbres haricots, connus dans toute l'Europe voire même aux États-Unis – les *Mazagan beans,* que des manuels de cuisine, publiés à Londres ou à Boston dès 1720, considéraient comme « les meilleurs haricots du monde » – dans les terroirs et jardins potagers des terres fertiles de l'alentour, les « *quintas* » (fermes).
Il y avait également des commerçants, surtout du nord de l'Europe (au début du XVIII[e] siècle il y avait même un consulat anglais et un consul du Danemark) ; un assez grand nombre de juifs fuyant l'Inquisition au Portugal ; quelques artisans (des maçons, charpentiers, boulangers, tailleurs, cordonniers), divers médecins et infirmières à l'Hôpital de la Miséricorde, au moins un « maître d'enfants » et un peintre ; et beaucoup de « degredados » en exil et quelques dizaines de déportés.

5. Rafael Moreira, *A construção de Mazagão: cartas inéditas, 1541--1542*, Lisbonne, IPPAR-UNESCO, 2001 (trads. française et arabe).

Além destes, não esqueçamos os autóctones, os chamados «mouros de paz»: árabes ou berberes, tanto escravos como convertidos. Excepto em períodos de guerra, que eram sazonais e bastante frequentes mas de forma alguma permanentes, como se presume, as relações entre as duas religiões não eram necessariamente conflituosas: muitos mazaganistas falavam árabe e as caravanas de Azamor, e até as de Marraquexe, frequentavam as feiras de Mazagão, onde vinham vender os seus produtos ou adquirir trigo em períodos de seca. Em 1649, o rei Mulei Zidão solicitava auxílio militar ao Governador, aquando de uma revolta berbere e estes trocavam presentes entre si. Médicos e jardineiros portugueses eram frequentemente enviados para servirem o rei marroquino. Portugueses e magrebinos tinham aprendido a conhecer-se e a respeitar-se, apesar da retórica de guerra.

Esta sociedade heterogénea constituía, pois, uma comunidade cosmopolita, mas muito fechada sobre si, com um forte sentido de identidade e uma personalidade muito particular, consolidada por séculos de vizinhança, de casamentos, de entreajuda em caso de perigo e por uma vida bastante distanciada da metrópole, quase abandonada a si mesma: eram simplesmente os *mazaganistas* – um grupo à parte, muito orgulhoso do seu passado. O grupo era fortalecido por uma história comum, uma vida e toda uma memória épica de acções de valentia e de esforços contínuos de luta e de sobrevivência: é a «lenda de Mazagão», forjada a partir do primeiro grande cerco de 1562 e mantida através dos séculos. Nas suas casas, menos de 600, de um andar com terraço (para não ultrapassar a altura das muralhas), estas famílias formavam uma única e grande família, alimentada por um espírito de sobrevivência e de heroísmo, a todo o custo. Eles formavam um corpo com as muralhas, cuja defesa era a sua razão de viver.

Esta unidade foi brutalmente quebrada dia 11 de Março de 1769: por um lado, as pessoas, a sociedade; por outro, o seu enquadramento, a cidade-fortaleza que foi o berço deixado em ruínas, abandonado. Quando as dez embarcações chegaram a Lisboa, após onze dias de viagem sem conhecer o seu destino, o desespero e a revolta deram lugar a um sentimento de expectativa, porventura até de confiança: o Rei teria certamente em conta os serviços prestados à pátria por todas aquelas gerações valorosas.

O destino dos mazaganistas havia já sido traçado, desde há muito, pelo Marquês de Pombal, no maior dos secretismos. Desde 1765, fez substituir o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão por um outro sobrinho, Fernando da Costa de Ataíde e Teive: uma outra peça do grande jogo. Mazagão era um

Et n'oublions pas les autochtones, ceux qu'on appelait les *mouros de paz* (maures de paix) : des Arabes ou des Berbères, soit esclaves ou convertis. Sauf dans les périodes de guerre, qui étaient saisonnières et très fréquentes mais pas du tout permanentes, comme on le suppose, les rapports entre les deux religions n'étaient point forcément conflictuels : beaucoup de mazaganistes parlaient l'arabe et les caravanes d'Azemmour, et même celles de Marrakech, fréquentaient les foires de Mazagan où ils venaient y vendre leurs produits ou acheter du blé lors des sécheresses. En 1649 le roi Moulay Zidan demandait du secours militaire au Gouverneur lors d'une révolte berbère et ils échangeaient des cadeaux. Des médecins ou jardiniers portugais étaient fréquemment envoyés au service du roi marocain. Ils avaient appris à se connaître et à se respecter, malgré la rhétorique de guerre.

Cette société bigarrée formait donc une communauté cosmopolite, mais très fermée sur soi, avec un fort sens de l'identité et une personnalité très particulière, consolidée par des siècles de voisinage, d'intermariages, d'entraide en cas de danger et d'une vie très éloignée de la métropole, presque livrés à eux-mêmes : ils étaient tout simplement *les mazaganistes* – un groupe à part, très fier de son passé. Il était renforcé par une histoire commune, une vie et toute une mémoire épique d'actions de vaillance et d'efforts continuels de luttes et de survivance : c'est la « légende de Mazagan », forgée dès le premier grand siège en 1562, et maintenue à travers les siècles. Dans leurs pas plus de 600 maisons à un étage et terrasse (pour ne pas dépasser la hauteur des murs), ces familles ne formaient qu'une seule et grande famille, nourrie d'un esprit de survie et d'héroïsme à tout prix. Ils faisaient corps avec leurs murs, dont la défense était leur raison de vivre.

C'est cette unité qui fut brutalement rompue le 11 mars 1769 : d'un côté les gens, la société ; de l'autre leur cadre, la ville-forteresse qui fut le berceau laissé en ruines, abandonné. Quand les dix bateaux arrivèrent à Lisbonne après onze jours de voyage sans rien connaître de leur destin, le désespoir et la révolte avaient fait place à un sentiment d'attente, peut-être même de confiance : le Roi aurait sans doute pris en compte les services prêtés à la patrie par toutes ces vaillantes générations.

Le destin des mazaganistes avait déjà été fixé, depuis longtemps, par le Marquis de Pombal, dans le plus grand des secrets. Dès 1765 il avait fait remplacer le gouverneur de l'État du Grão-Pará e Maranhão par un autre neveu, Fernando da Costa de Ataíde e Teive : une autre pièce du grand jeu. Mazagan était un gouffre d'argent pour la Couronne, qui ne servait à rien ; par

sorvedouro de dinheiro para a Coroa, que não servia para nada; pelo contrário, o norte do Brasil, essa Amazónia – de onde, recentemente, se haviam expulsado as missões dos jesuítas sob o pretexto que estes pretendiam criar aqui um país independente adquirido a Espanha através do Tratado de Madrid (1750) – era uma imensa região vazia, habitada por tribos de índios selvagens, que era preciso «civilizar» através da criação de cidades. O plano era pois bastante claro: transferir Mazagão de Marrocos para o norte do Brasil e reciclar os seus colonos de antigos combatentes anti-Islão em novos agentes de civilização em plena floresta virgem. Tão simples – e tão lógico – quanto isto.

Mas a odisseia dos mazaganistas não foi assim tão simples. O Marquês contava enviá-los para o novo destino num prazo máximo de quinze dias. Mas, após uma espera de seis meses, alojados de qualquer maneira nos armazéns do Mosteiro dos Jerónimos em Belém, sob uma vigilância estrita, aperceberam-se que tinham sido praticamente esquecidos. Como malfeitores, estes pobres exilados – que em Lisboa eram chamados de modo depreciativamente «os africanos» – não recebiam nem o soldo que lhes era devido, nem podiam sair dos seus alojamentos; os oficiais nobres não eram, nem eles, recebidos no Palácio para beijar a mão do Rei. Enfim, eram tratados como condenados perpétuos e não como os corajosos colonos de uma cidade que se criava para civilizar o Novo Mundo.

Foi apenas no dia 15 de Setembro que partiram do porto de Belém – 1642 pessoas distribuídas por dez barcos – para uma outra Belém : a cidade de Belém do Pará, a nova capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão no norte do Brasil, na embocadura do Amazonas. Deveriam aí aguardar o final da construção da nova cidade fundada por Ataíde e Teive, no local escolhido por Mendonça Furtado: na margem do rio Mutuacá, um afluente do Amazonas, no interior da floresta amazónica, a cerca de 60 km da vila mais próxima, Macapá, fundada sobre uma antiga missão jesuíta no canal norte do grande rio em 1761 (actualmente, uma grande metrópole, capital do Estado brasileiro de Amapá). Com efeito, em 1770, Ataíde e Teive tinha enviado, desde o mês de Janeiro, engenheiros para observarem as margens do rio, que mal se conheciam, na esperança que fossem boas para a criação de gado, e o italiano Domingo Sambuceti desenhava no terreno a planta, bastante simples e regular, da nova cidade. Os trabalhos iniciaram-se imediatamente, sendo oficialmente fundada pelo Governador em 1771, que a designou – «Vila Nova de Mazagão». Era um símbolo, mais um desejo do que uma realidade[6].

6. Renata Malcher de Araújo, *As cidades da Amazónia no Século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão,* tese de Mestrado, Departamento de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa, Porto, FAUP, 1998, pp. 265-290.

contre, le nord du Brésil, cette Amazonie – d'où l'on venait d'expulser les missions des Jésuites sous le prétexte qu'ils prétendaient y créer un pays indépendant et l'acquérir à l'Espagne par le Traité de Madrid (1750) – était une immense région vide, habitée par des tribus d'Indiens sauvages, qu'il fallait « civiliser » par la création de villes. Le plan était donc très clair : transférer Mazagan du Maroc vers le nord du Brésil et recycler ses colons de vieux combattants anti-Islam en nouveaux agents de civilisation en pleine forêt vierge. Si simple – et si logique – que cela.

Mais l'odyssée des mazaganistes ne fut pas si simple. Le Marquis comptait les envoyer vers leur nouveau destin dans pas plus de quinze jours. Mais, après une attente de six mois, logés tant bien que mal dans les magasins du Monastère des Jéronimos à Belém, sous la plus stricte vigilance, ils se rendirent compte qu'ils avaient été à peu près oubliés. Tels des malfaiteurs, ces pauvres exilés – qui à Lisbonne étaient appelés dérisoirement « les Africains » – ne recevaient ni la solde qui leur était due, ni ne pouvaient sortir de leurs logements ; les officiers nobles n'étaient pas, eux non plus, reçus au Palais pour baiser la main du Roi. Ils étaient traités comme des condamnés à vie et non pas comme de braves colons d'une ville que l'on créait pour aller civiliser le Nouveau Monde.

Ce ne fut que le 15 septembre qu'ils laissèrent le port de Belém – 1642 personnes distribuées par dix bateaux – pour une autre Belém : la ville de Belém du Pará, la nouvelle capitale de l'État du Grão-Pará e Maranhão dans le nord du Brésil, dans les bouches de la rivière de l'Amazone. Ils devraient y attendre la fin de l'édification de la nouvelle ville fondée par Ataíde e Teive, dans la place choisie par Mendonça Furtado : la rive du fleuv CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa e Mutuacá, un affluent de l'Amazone, à l'intérieur de la forêt amazonienne, à environ 60 km du village le plus proche, Macapá, fondée sur une ancienne mission jésuite dans le canal nord de la grande rivière en 1761 (aujourd'hui une grande métropole, capitale de l'état brésilien de l'Amapá). En effet, en 1770, Ataíde e Teive avait envoyé dès janvier des ingénieurs voir les marges du fleuve, que l'on connaissait mal, en espérant qu'elles seraient bonnes pour l'élevage du bétail, et l'italien Domingo Sambuceti dessinait au sol le plan, très simple et régulier, de la nouvelle ville. Les travaux commencèrent tout de suite, le Gouverneur la fondant officiellement en 1771 et la dénommant « Vila Nova de Mazagão » [Mazagan-la-Nouvelle]. C'était un symbole, un désir plus qu'une réalité[6].

6. Renata Malcher de Araújo, *As cidades da Amazónia no Século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão,* mémoire de Master en Histoire de l'Art de l'Universidade Nova de Lisboa, Porto, FAUP, 1998, pp. 265-90.

Os pobres mazaganistas (muitos dos quais tinham perecido durante a longa viagem) iriam ainda esperar um ano e meio em Belém do Pará antes de começarem a ocupar as suas casas, construídas em madeira e taipa, de Vila Nova de Mazagão. Instalados em Belém em casas privadas pagas pela Coroa, conservavam os laços espirituais que os uniam: apesar de estarem divididos por toda a cidade e arredores, compunham uma única paróquia, Nossa Senhora da Assunção, como em Marrocos, mas estabelecida na antiga igreja jesuíta de Santo Alexandre. Havia nesta comunidade mestiça muitas viúvas, antigos combatentes, crianças, judeus e até árabes ou berberes convertidos: como, por exemplo, um homem jovem de 20 anos, José de Deus, «mouro de nação e reduzido a fé catholica», assim como outros, certamente. Todas as «imagens, ornamentos, prata que forão das igrejas da praça de Mazagão» permaneciam conservados «em decente arrecadação». Estas peças tinham sido transportadas no galeão *Nossa Senhora da Glória* e um documento, datado de 6 de Setembro, que se conserva no Arquivo Histórico Ultramarino, fornece a lista completa: quadros, inúmeros candelabros, «huma costodia antiga de coluna de prata dourada com quatro campainhas» com cruzes, cálices, uma pequena pia de água benta, um tabernáculo, incensários, castiçais de óleo, toalhas de altar, casulas e livros de missa. Entre as imagens a de Nossa Senhora da Assunção, com uma cruz de prata, vinha em primeiro lugar, a seguir muitas outras: o Cristo morto, Jesus crucificado, São Pedro, São Miguel Arcanjo, São Francisco, Santo António, Santa Bárbara, Nossa Senhora da Misericórdia, Nossa Senhora da Conceição, Santa Ana[7]. Estas devoções contribuíam indubitavelmente para manter vivo o espírito de uma comunidade espiritual, bem como material, ainda que os objectos não estivessem visíveis.

Entretanto, tinham ocorrido mortes, deserções, um número considerável de matrimónios, casos de comerciantes bem-sucedidos que solicitavam autorização para partir para outras cidades do Brasil, de proprietários urbanos que queriam permanecer em Belém, onde tinham comprado casas para alugar: a «tribo» mazaganista desagregava-se. No entanto, a partir de 1771 as primeiras famílias começaram a partir: até ao dia 12 de Maio de 1772, 114 famílias foram estabelecidas em Vila Nova de Mazagão, perfazendo um total de 410 pessoas. Estas não representavam mais do que uma pequena fracção de um total de quase 400 famílias e 2000 pessoas desembarcadas em Belém do Pará. Os primeiros que se instalaram, longe de encorajar aqueles que permaneciam à espera do seu novo lar, faziam precisamente o oposto: em Belém, um

7. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, *Pará,* cx. 64, doc. 5575 (cit. *in* Laurent Vidal, *op. cit.*, p. 91).

Les pauvres mazaganistes (dont beaucoup étaient morts pendant le long trajet) devaient attendre un an et demi à Belém du Pará avant de commencer à occuper leurs maisons, bâties en bois et en pisé, de Mazagan-la-Nouvelle. Installés à Belém dans des maisons privées payées par la Couronne, ils maintenaient les liens spirituels qui les unissaient : même en étant divisés par toute la ville et les alentours, ils ne formaient qu'une seule paroisse, Notre-Dame de l'Assomption, telle qu'au Maroc, mais établie dans l'ancienne église jésuite de St Alexandre. Il y avait dans cette communauté métisse beaucoup de veuves, d'anciens combattants, des enfants, des juifs, même des Arabes ou des Berbères convertis : tel un jeune homme de 20 ans José de Deus, « maure de nation réduit à la foi catholique », ainsi que d'autres sûrement. Toutes les « images, objets liturgiques et argentières qui existait aux églises de la ville de Mazagan », restaient gardés « dans en espace propre ». Elles avaient été transportées dans le galion *Nossa Senhora da Glória* et un document, daté du 6 septembre, qui se conserve dans l'Arquivo Histórico Ultramarino en donne la liste complète : des tableaux, de nombreux chandeliers, « un ostensoir ancien avec une colonne en argent doré avec quatre clochettes » avec des croix, des calices, un petit bénitier, un tabernacle, des encensoirs, des chandelles à l'huile, des nappes d'autel, des chasubles et des livres de messe. Parmi les images, celle de Notre-Dame de l'Assomption avec une croix en argent venait en première place, puis beaucoup d'autres : le Christ mort, Jésus sur la croix, St Pierre, l'Archange St Michel, St François, St Antoine, Sainte Barbare, Notre-Dame de la Miséricorde, Notre-Dame de La Conception, Sainte-Anne[7]. Ces dévotions contribuaient, sans doute, à maintenir vivant l'esprit d'une communauté spirituelle, aussi bien que matérielle, même si les objets n'étaient pas visibles.

Il y avait eu des morts, des désertions, beaucoup de mariages, des commerçants ayant réussi qui demandaient l'autorisation de partir pour d'autres villes du Brésil, des propriétaires urbains voulant rester à Belém où ils avaient acheté des maisons à louer : la « tribu » mazaganiste se désagrégeait. Pourtant, dès 1771 les premières familles commencèrent à partir : jusqu'au 12 mai 1772, 114 familles étaient établies à Vila Nova de Mazagão, dans un total de 410 personnes. Mais ce n'était qu'une très faible partie d'un total de presque 400 familles et 2000 personnes débarquées à Belém du Pará. Les premiers qui se sont installés, loin d'encourager ceux qui restaient dans l'attente de leur nou-

7. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisbonne, *Pará,* cx. 64, doc. 5575 (cit. *in* Laurent Vidal, *op. cit.*, p. 91).

número importante de mazaganistas desconfiava desta nova vila no meio da floresta – eles, que vinham do deserto! – e uma pessoa que tinha ido ao local dizia a todos «ser esta villa incapaz de se abitar...». Em 1775, decorridos mais de cinco anos após a sua chegada, 68 famílias ainda aguardavam em Belém. Na verdade, a «deportação» tinha sido um fiasco, um fracasso em relação ao que era esperado.

As obras da nova cidade prosseguiam. Começou-se pela igreja – o maior monumento do local e o único em pedra e cal – onde, ainda em Maio de 1777, o Governador proibia o comandante de Mazagão de retirar os índios empregues na sua reparação[8]. Esta tinha sido realizada à pressa, coberta por palha, de forma a poder ser utilizada desde o início enquanto centro da vida social da comunidade, defronte da praça principal da cidade: desde logo, em 1772, recebia as peças religiosos conservadas em Belém, nomeadamente as imagens de culto, como forma de atracção. Contudo, a chuva intensa provocou danos e decorridos cinco anos a igreja foi interdita, dado que as suas paredes ameaçavam ruir. Apesar das reparações, considerou-se o seu abandono e a construção de uma nova igreja (1779), mas esta resistiu por mais de um século, praticamente reconstruída, graças à sua localização: era a única cujo som do sino poderia ser ouvido por toda a cidade.
De acordo, com o plano neoclássico «pombalino» de Sambuceti, a cidade foi ordenada num largo quadrado, com mais de 200 metros de lado, dividido por um quadriculado ortogonal perfeito, destinado a acolher as 371 famílias vindas de Marrocos, ou seja, cerca de 2000 pessoas. Tratava-se, portanto, da reformulação do plano matricial de Mazagão marroquina, traduzido no novo estilo do classicismo, em vez daquele do Renascimento, mas com uma profunda diferença: não existiam muralhas. Não só não eram necessárias neste Novo Mundo, onde os próprios índios trabalhavam por uma pequena quantia em obras de beneficência (estando a sua liberdade assegurada pela Lei desde 1755), como a sua ausência deixava espaço para que a cidade se pudesse expandir com o tempo. Em oposição a uma cidade fechada sobre si, confinada a quatro muros e a amplos fossos, nesta nova Idade das Luzes e da Razão deixa-se bastante espaço para o seu crescimento. Fundamentalmente, tratava-se de uma questão de «imagem» e de propaganda da Coroa portuguesa e da sua capacidade para dominar um ambiente tão hostil como o da Amazónia: uma aposta no futuro.

8. *Anais do Arquivo Público do Pará,* vol. 2, tomo I, Belém, 1996, p. 26.

veau foyer, faisaient exactement le contraire : il y avait à Belém beaucoup de mazaganistes qui se méfiaient de ce nouveau village au milieu de la forêt – eux, qui venaient du désert ! – et une personne qui y était allée disait à tout le monde « cette ville est incapable d'être habitée ». En 1775, plus de cinq ans après leur arrivée, il y avait encore 68 familles qui attendaient à Belém. À vrai dire, la « déportation » avait été un fiasco, un échec par rapport à ce que l'on espérait.

Les travaux de la nouvelle ville avançaient. On commença par l'église – le plus grand monument du lieu et le seul en pierre et chaux – où, encore en mai 1777, le Gouverneur défendait au commandant de Mazagan de retirer les Indiens qui étaient occupés à la réparer[8]. Elle avait été faite en toute hâte, couverte de paille, de façon à pouvoir être utilisée dès le début comme le centre de la vie sociale de la communauté, devant la place principale de la ville : déjà en 1772 elle recevait les pièces religieuses déposées à Belém, dont les images de culte en guise d'attraction. La pluie intense a néanmoins provoqué des dégâts et, cinq ans après, elle fut interdite, car ses murs menaçaient ruine. En dépit des réparations, on pensa à l'abandonner et à faire une nouvelle église (1779), mais celle-ci résista encore plus d'un siècle, pratiquement reconstruite, grâce à sa position : c'était la seule dont le son de la cloche pouvait être entendu dans toute la ville.
Selon le plan néoclassique « pombalin » de Sambuceti, la ville s'ordonna dans un large carré de plus de 200 mètres de côté divisé en un carrelage orthogonal parfait, destiné à accueillir les 371 familles venues du Maroc, c'est-à-dire à peu près 2 000 personnes. C'était, donc, la reformulation du plan matriciel de la Mazagan marocaine, traduit dans le nouveau style du classicisme, au lieu de celui de la Renaissance, mais avec une profonde différence : il n'y avait pas de murailles. Non seulement elles n'étaient pas nécessaires dans ce Nouveau Monde, où les Indiens eux-mêmes travaillaient pour une petite solde dans les œuvres de bienfaisance (leur liberté étant assurée par la Loi depuis 1755), mais leur absence laissait bien de la place pour que la ville puisse s'élargir avec le temps. Contre une ville fermée sur soi, entre quatre murs et de très larges fossés, dans ce nouvel âge des Lumières et de la Raison on laisse assez d'espace pour sa croissance. C'était surtout une question d'« image » et de propagande de la Couronne portugaise et de sa capacité à maîtriser un environnement aussi hostile que celui de l'Amazonie : un pari sur le futur.

8. *Anais do Arquivo Público do Pará,* vol. 2, tomo I, Belém, 1996, p. 26.

Porém, nem tudo foi assim tão fácil quanto o Poder pretendia aparentar. Antes de mais, devido às enormes distâncias a percorrer neste labirinto aquático e no meio da floresta: eram necessárias duas semanas de viagem em canoa, conduzida por índios, para viajar de Belém até Vila Nova de Mazagão. Esta foi, provavelmente, a principal causa do abrandamento na instalação dos colonos na sua nova cidade; bem como, das voltas e reviravoltas e sucessivos episódios da sua história atormentada.

Neste país equatorial, o clima é senhor absoluto. Basta uma estação de chuvas um pouco mais intensas para que toda a paisagem se transforme, que rios desapareçam, que pântanos e ilhas nasçam onde nada existia antes. Tal foi o que aconteceu em Mutuacá e com toda a topografia de Vila Nova de Mazagão. O desconhecimento dos colonos em relação à agricultura – e, nomeadamente, no que diz respeito à Amazónia – provocou uma diminuição gradual do volume das águas do rio e o completo desaparecimento de um dos seus afluentes. A cidade havia ficado demasiado afastada do curso de água que era o seu principal elo de ligação com a Amazónia e o mundo civilizado, ou seja, Belém do Pará e Macapá. Os habitantes que não tinham partido – o índice de abandono ao longo do século XIX foi enorme – aproximaram, por conseguinte, as suas casas cada vez mais da margem do Mutuacá, abrindo aí uma ampla praça, que não estava prevista no plano de Sambuceti. A igreja permaneceu, evidentemente, tão afastada que quase mais ninguém a frequentava. Toda a cidade se moveu para a beira do rio, a cerca de 1 km ou mesmo mais.
Finalmente, a antiga igreja foi abandonada – apenas se conservam algumas partes de parede ainda visíveis, no meio da floresta – e uma nova, porém provisória, foi construída em madeira, em face do Mutuacá. Com a Independência do Brasil, em 1822, a cidade foi fortemente afectada por acontecimentos políticos locais, dos quais nunca mais se recuperou. Perante a sua decadência insanável, decidiu-se, em 1915, transferi-la para a beira do Amazonas, a cerca de 100 km do local, onde já morava um número considerável de famílias: a cidade mudou o nome para *Mazaganópolis* e tornou-se a capital municipal. O antigo burgo, reduzido aproximadamente a uma dezena de casas e menos de 500 habitantes, recebeu ironicamente a designação de «Velha Mazagão». Em 1956, construiu-se a igreja actual, em betão, mas desprovida de qualquer vestígio de estilo arquitectónico, onde foram depositadas as imagens e os ornamentos das precedentes.
Actualmente, ainda aqui se celebra, a 25 de Julho, a festa de Santiago, o santo patrono da velha Mazagão marroquina, reunindo dezenas de milhares de mora-

Mais les choses ne furent pas aussi faciles que le pouvoir voulait bien le présenter. Tout d'abord, à cause des immenses distances à parcourir dans ce dédale aquatique et au milieu de la forêt : il fallait deux semaines de voyage en canoë, conduit par des Indiens, pour aller de Belém jusqu'à Vila Nova de Mazagão. Ce fut peut-être la principale cause du ralentissement de la fixation des colons dans leur nouvelle ville ; et aussi des tours et détours et successifs épisodes de leur histoire tourmentée.

Dans ce pays équatorial, le climat est seigneur absolu. Il suffit d'une saison de pluies un peu plus fortes pour que tout le paysage change, des fleuves disparaissent, des marécages et des îles naissent là où il n'y avait rien. C'est ce qui s'est passé avec le Mutuacá et toute la topographie de Vila Nova de Mazagão. L'ignorance des colons concernant l'agriculture – et surtout ce qui a trait à l'Amazonie – engendra une diminution graduelle du volume des eaux du fleuve et la complète disparition de l'un de ses affluents. La ville était restée trop loin du cour d'eau qui était son principal lien de contact avec l'Amazonie et le monde civilisé, c'est-à-dire Belém du Pará et Macapá. Les habitants qui n'étaient pas partis – l'indice de désertion à travers le XIX^{e} siècle fut énorme – rapprochèrent, donc, leurs maisons de plus en plus de la rive du Mutuacá, en y ouvrant une large place, qui n'était pas prévue dans le plan de Sambuceti. L'église resta donc si éloignée que presque plus personne n'y allait. Toute la ville se déplaça vers le bord du fleuve, à 1 km ou même plus. La vieille église fut enfin abandonnée – il ne reste que quelques tronçons de mur encore visibles, au milieu de la forêt – et une nouvelle, mais provisoire, fut construite en bois, face au Mutuacá. Avec l'Indépendance du Brésil, en 1822, la ville a beaucoup souffert, en raison d'évènements politiques locaux, dont elle ne se rétablira jamais. Devant son irrémédiable décadence, on décida, en 1915, de la transférer au bord de l'Amazone, à environ 100 km de là, où beaucoup de familles habitaient déjà : elle changea son nom pour *Mazaganópolis* et devint la capitale municipale. L'ancienne place, réduite à peu près à une dizaine de maisons et à pas plus de 500 habitants, reçut ironiquement le nom de « Velha Mazagão » (Mazagan-la-Vieille). En 1956, on construisit l'actuelle église, en béton, mais sans aucune trace de style architectonique, où furent déposées les images et parures des précédentes.
C'est toujours là que se célèbre chaque 25 juillet la fête de Saint Jacques, le saint patron de la vieille Mazagan marocaine, rassemblant des dizaines de milliers d'habitants des villages autour de l'Amazone.

dores das vilas em torno do Amazonas. Entre cerimónias meio cristãs, meio marroquinas – um verdadeiro *moussem,* que dura uma semana – o auge é o combate a cavalo (que é antes uma coreografia ou «fantasia») entre quatro cavaleiros «mouros» de vermelho e quatro «cristãos» de branco que desfilam, precedidos das imagens de Santiago e São Jorge, vestidos com fitas coloridas, e ao som de tambores, disparos, foguetes de fogo-de-artifício e de sinos, representando cavalgadas arrebatadas que terminam invariavelmente com a vitória dos «cristãos». Todas as noites há bailes, dançados entre o *rock* e o samba pelos mais jovens, onde os pretensos (ou verdadeiros...) descendentes de muçulmanos convertidos se reúnem de forma discreta para, a seguir, se misturarem com a multidão. Uma missa solene, no exterior da igreja, termina o festival, onde só participam homens e da qual os habitantes de Mazaganópolis são excluídos. Segundo o que me foi transmitido, a primeira festa data de 1777. Porém, esta memória mestiça que atravessou o Atlântico, do Magrebe até à Amazónia, está em vias de mudar de natureza devido à infiltração da política e do interesse turístico das autoridades do Estado de Amapá (criado em 1958), que vêem uma fonte de rendimentos em tudo o que lhes recorde a suas origens «africanas». «Nós, cujos antepassados vieram de África...»: assim se iniciam todos os discursos dos representantes da comunidade originária, os descentes dos mazaganistas.

Visitei a Velha Mazagão, pela primeira vez, em 1995, acompanhado pelo Secretário de Estado da Cultura e do Turismo de Amapá, depois de uma viagem intrépida de três horas, num Land-Rover, desde Macapá, em que tivemos de atravessar de jangada dois afluentes do Amazonas, por um caminho de terra que unicamente o condutor distinguia, entre o entrelaçado das árvores, dos troncos retorcidos e da selva de lianas. Após uma hora de viagem, através de campos alagados, cobertos de papiros, entrámos na floresta pré-amazónica e, de seguida, na orla da verdadeira floresta onde se encontra a Velha Mazagão. Então, de repente, parámos: à esquerda, entre as árvores, lá estavam as ruínas da igreja do século XVIII: duas porções de parede ainda erguidas, que todos respeitam, mas das quais ninguém se aproxima por causa dos «espíritos». Estas foram recentemente escavadas com desvelo por um bom arqueólogo do Recife, o professor Marcos Albuquerque, que revelou o seu traçado primitivo e sob os ladrilhos de argila do pavimento – não existe pedra na Amazónia –, cobertos pela vegetação densa, inumações de velhos homens feridos, apresentando à volta do pescoço correntes com a cruz de Malta e moedas de 1778 e 1790: as sepulturas dos primeiros colonos

Entre des cérémonies mi-chrétiennes, mi-marocaines – c'est un vrai *moussem,* qui dure une semaine – le point haut est le combat à cheval (plutôt une chorégraphie ou « fantasia ») entre quatre chevaliers « maures » en rouge et quatre « chrétiens » en blanc, qui défilent précédés des images de St Tiago et St George, vêtus de rubans colorés, et au son de tambours, de fusillades, de fusées d'artifice et de cloches, jouant des folles chevauchées qui finissent toujours par la victoire des « chrétiens ». Chaque nuit il y a des bals, dansés entre des rocks et des sambas par les plus jeunes, où les supposés (ou vrais...) descendants de musulmans convertis se réunissent de façon discrète, pour ensuite se mêler à la foule. Une messe solennelle à l'extérieur de l'église termine le festival, où ne participent que des hommes et d'où les habitants de Mazaganópolis sont exclus. D'après ce que l'on m'a dit, la première fête date de 1777. Mais cette mémoire métisse qui a traversé l'Atlantique, du Maghreb jusqu'en Amazonie, est en train de changer de caractère par l'infiltration de la politique et de l'intérêt touristique des autorités de l'État d'Amapá (crée en 1958), qui y voient une source de revenus dans ce qui rappelle leurs origines *africaines.* « Nous, dont les ancêtres sont venus d'Afrique... » : c'est ainsi que commencent tous les discours des représentants de la communauté d'origine, les descendants des mazaganistes.

J'ai visité Mazagan-la-Vieille une première fois en 1995, accompagné du Secrétaire d'État de la Culture et du Tourisme de l'Amapá, après un voyage aventureux en Land-Rover de trois heures depuis Macapá où l'on a dû traverser en radeau deux affluents de l'Amazone, par une route en terre que seul le chauffeur voyait parmi l'entrelacé d'arbres, de troncs tordus et la jungle de lianes. Après une heure de parcours à travers des champs inondés, couverts de papyrus, on est entré dans la forêt pré-amazonienne, et puis dans la lisière de la vraie forêt où se trouve la « Velha Mazagão ». Puis, soudain on s'arrêta, il y avait à gauche, au milieu des arbres, les ruines de l'église du XVIII^{e} siècle : deux morceaux de murs encore debout, que tout le monde respecte, mais desquels personne ne s'approche à cause des « esprits ». Ils ont été récemment fouillés avec soin par un bon archéologue de Recife, le professeur Marcos Albuquerque, qui a découvert son tracé primitif et sous les dalles en argile du pavement – il n'y a pas de pierre en Amazonie – recouvertes par la dense végétation, des enterrements de vieux hommes blessés, ayant autour du cou des cordons avec la croix de Malte et des monnaies de 1778 et 1790 : les sépultures des premiers colons venus de Mazagan du Maroc morts sur place. On rassembla leurs ossements et l'on

oriundos de Mazagão de Marrocos aqui falecidos. As suas ossadas foram reunidas e ergueu-se no centro da cidade um mausoléu onde estes foram colocados, aquando da grande festa de 2001, perante a presença dos embaixadores de Portugal e de Marrocos.

A poucas centenas de metros de distância, a entrada da vila actual é assinalada por uma placa de «Bemvindo a Mazagão-Velho, terra de Santiago». Seguem-se as cinco ou seis ruas em terra, com as suas pequenas casas que não excedem a centena – todas do século XIX – o mercado, a nova igreja em betão despido, o porto e a grande praça pública onde se realizam as festas: o único lugar onde se pode respirar um certo ar de civilização, na margem do rio. Foi de decurso de uma visita à igreja que tive a enorme sorte – ou antes o choque – de encontrar as antigas imagens mencionadas nos documentos do século XVIII que eu conhecia, levadas das igrejas da Mazagão marroquina, actual El Jadida. Além disto, ainda mais: desperto por um candeeiro em prata num canto da sacristia, no qual observava gravada a data de «1641», perguntei se, por acaso, não existiriam outras peças similares. Após um momento de silêncio embaraçoso, o sacristão – certamente forçado pela presença da autoridade de quem dependem as festas – confirmou e abriu-me dois grandes armários de metal, fechados à chave. Uma a uma, começou, ainda que com alguma teimosia, a retirar os objectos: de ouro, prata e prata dourada, acumuladas nas gavetas de um armário de madeira e que eu fotografava à pressa e com uma sensação de irrealidade, como se fosse um sonho. Tratava-se do segredo dos segredos, o Tesouro!

Diante dos meus olhos tinha as mais belas peças de ourivesaria, cuja maioria era litúrgica, trazidas em 1769 das igrejas e palácios de Mazagão, em Marrocos, aquando do seu abandono. A quem pertenciam? À comunidade mazaganista que as havia pagado, encomendado em Lisboa e utilizado durante mais de dois séculos, antes de embarcá-las de volta e de escondê-las na longínqua Vila Nova de Mazagão? Ou, então, à cidade material, o seu local de origem, a actual El Jadida? Eram estas questões que eu me colocava, enquanto as peças desfilavam diante da minha máquina fotográfica.

Soube, a seguir, que não haviam sido mostradas a ninguém. O Secretário de Cultura do Estado estava, também ele, estupefacto. O arqueólogo, que aí tinha trabalhado durante dois anos, nunca tinha ouvido falar das mesmas. Segundo a lenda, era o segredo de Mazagão que eu acabava de descobrir.

O primeiro objecto (Fig. 1), muito danificado – já não tem o seu tubo de prata onde se enfiava a vela de cera – possui, na sua parte inferior, uma inscrição

érigea au centre de la ville un mausolée où ils furent placés, lors de la grande fête de 2001, avec la présence des ambassadeurs du Portugal et du Maroc.

À quelques centaines de mètres de là, l'entrée du village actuel est signalée par une plaque de « Bienvenue à Mazagão-Velho, terre de St Tiago ». Suivent les cinq ou six rues en terre avec leurs petites maisons qui ne dépassent pas la centaine – toutes du XIX^{e} siècle –, le marché, la nouvelle église en béton nu, le port et la grande place publique où se réalisent des fêtes : le seul lieu où l'on peut respirer un certain air de civilisation, au bord du fleuve. Et c'est en visitant l'église que j'ai eu l'énorme chance – ou plutôt le choc – de trouver les vieilles images, dont parlent les documents du XVIII^{e} siècle que je connaissais, emportées des églises de la Mazagan marocaine, l'actuelle El Jadida. Et davantage encore : éveillée par une lampe en argent dans un coin de la sacristie, où je voyais gravée la date de « 1641 », j'ai demandé si par hasard il n'y en aurait pas d'autres semblables. Après un moment de silence embarrassé, le sacristain – sans doute forcé par la présence de l'autorité dont dépendent les fêtes – a dit oui et m'a ouvert deux grandes armoires en métal, fermées à clé. Une à une, il commença, non sans un certain acharnement, à en retirer des objets : en or, en argent et en argent doré, qu'il accumulait sur les tiroirs d'un meuble en bois et que je photographiais avec hâte et une sensation d'irréalité, comme dans un rêve. C'était le secret des secrets, le Trésor!

J'avais sous mes yeux les plus belles pièces d'orfèvrerie, dont la plupart religieuses, apportées en 1769 des églises et palais de Mazagan au Maroc lors de leur abandon. À qui appartenaient-elles ? À la communauté mazaganiste qui les avait payées, commandées à Lisbonne et utilisées pendant plus de deux siècles avant de les embarquer de retour et de les cacher dans la lointaine Ville Nouvelle de Mazagan ? Ou bien à la ville matérielle, son lieu d'origine, l'actuelle El Jadida ? Ce sont les questions que je me posais, à mesure qu'elles défilaient devant ma caméra.

J'ai su par la suite qu'on ne les avait jamais montrées à personne. Le Secrétaire de la Culture de l'État était lui aussi ébahi. L'archéologue, qui y avait travaillé pendant deux ans, n'en avait jamais entendu parler. Après la légende, c'était le secret de Mazagan que je venais de découvrir.

La première pièce (Fig. 1), très endommagée – n'a plus son tube en argent où l'on enfilait le cierge de cire – porte dans la partie inférieure une inscription gravée, bien lisible : « *ESTES C(astiçais?) SÃO DA MIZERICORDIA* [Ces chandelles appartiennent à la Miséricorde – *ANO 1641* »] ; le sacristain m'a dit qu'il y en avait

gravada, perfeitamente legível: «ESTES C(astiçais?) SÃO DA MIZERICORDIA – ANO 1641»; o sacristão disse-me que existiam mais dez ou doze, mas só me mostrou quatro (Fig. 2). Provavelmente, serviam para iluminar as divisões do Hospital, aquando das cirurgias de urgência. A sua aparência lisa e prática, fácil de transportar, tornava-os objectos ideais para esta função.

Em seguida, dois candelabros de prata polida e um aspersor de bronze dourado (Fig. 3) que tinham, certamente, pertencido a uma igreja, que se desconhece, dado que não possuem qualquer inscrição. Contudo, a sua aparência, mais simples e certamente do início do século XVIII, convence-nos que não deveria ser a paróquia de Nossa Senhora da Assunção. Duas coroas fechadas de prata, uma das quais sobre um prato e acompanhada de uma vara prateada, parecem indicar o culto do Divino Espírito Santo, cuja existência em Mazagão era desconhecida, mas bastante provável (Figs. 4 e 5).

Uma vara comprida, revestida de folha de prata, chama-nos a atenção. Numa decoração de rendas e folhagens muito delicada, uma cartela desenvolve-se à sua volta com a inscrição gravada «FOI DADA POR IOA (ilegível) A SANTA CAZA DA MIZERICORDIA ANNO DE 1722». Tratava-se de uma «vara», ou para ser segurada na mão por um director daquela instituição de caridade ou para apoiar um dossel com mais três outras, o que me parece mais provável (Fig. 6), dado que existe outra similar mas sem inscrição.

Além dos numerosos cálices, pequenos sinos e campainhas, pratos e patenas, a grande Cruz processional (Fig. 7) – uma magnífica peça com nós e um Cristo acentuadamente barrocos, datando do primeiro quartel do século XVIII –, também havia: um objecto digno de pertencer à igreja paroquial, um candeeiro de prata, bastante trabalhado, de meados desse século, sustentado por três cordões de filigrana (Fig. 8); uma auréola circular esplêndida, também de prata maciça, formada por raios, por quatro grupos de quatro; uma cruz grega (Fig. 8a), que servia, provavelmente, como pano de fundo do belíssimo Cristo na Cruz de madeira, esculpido e policromado, mencionado na lista de 1769 (Fig. 9).

Finalmente, a obra-prima: uma custódia com cerca de um metro de altura, dourada, apresentando uma cúpula com pontas de diamante e duas volutas na extremidade do nó, de onde pendiam certamente as quatro campainhas mencionadas no documento de 1769, desaparecidas (Fig. 10), que se pode datar, com segurança, dos inícios do século XVII. Pela sua riqueza e datação certamente integrou os objectos de culto da igreja de Nossa Senhora da Assunção, visto que as restantes igrejas são mais tardias. Trata-se de uma

dix ou douze, mais il ne m'en a montré que quatre (Fig. 2). Probablement, servaient-elles à illuminer les salles de l'Hôpital, lors des chirurgies d'urgence. Leur aspect lisse et pratique, facile à transporter, les rendait idéales pour cette fonction.

Ensuite, deux candélabres en argent poli et un aspersoir en bronze doré (Fig. 3) qui avaient sans doute appartenu à une église, que l'on ignore, car ils ne portent aucune inscription. Mais leur apparence, plus simple et certainement du début du XVIII^e^ siècle, nous convainc que ce ne devait pas être la paroissiale de Nossa Senhora da Assunção. Deux couronnes fermées en argent, l'une d'elles sur un plat et accompagnée d'un bâton argenté, semble pointer vers le culte du Divin Saint-Esprit, dont l'existence à Mazagan était ignorée, mais très probable (Figs. 4 et 5).

Un long bâton couvert de feuille d'argent attire le plus grand intérêt. Dans un décor de lacets et de feuillage très délicat, une bande court tout autour avec l'inscription gravée *FOI DADA POR IOA* (illisible) *A SANTA CAZA DA MIZERICORDIA ANNO DE 1722* [« A été donnée par João… à la Sainte Maison de la Miséricorde. L'an de 1722 »]. C'était une *vara,* soit pour être tenue dans la main par un directeur de cette maison de charité, soit pour soutenir un dais avec trois autres, ce qui me parait le plus probable (Fig. 6), car il y en a une autre semblable, mais sans inscription.

Outre de nombreux calices, de petites sonnettes et clochettes, des plats et des patènes, la grande Croix de procession (Fig. 7) – qui était une superbe pièce avec des nœuds et un Christ bien baroques, datant du premier quart du XVIII^e^ siècle –, il y avait également : une pièce digne d'appartenir à l'église paroissiale, une lampe en argent, très ouvragée, du milieu de ce siècle, soutenue par trois cordons en filigrane (Fig. 8) ; une splendide auréole circulaire, elle-aussi en argent massif, formée de rayons, par quatre groupes de quatre et une croix grecque (Fig. 8a), qui servait peut-être de fond au très beau Christ sur la Croix en bois, sculpté et polychromé, dont nous parle la liste de 1769 (Fig. 9).

Enfin, le chef-d'œuvre : un ostensoir d'environ un mètre de haut, doré, avec une coupole en pointes-de-diamant et deux volutes à l'extrémité du nœud d'où pendaient sans doute les quatre clochettes dont nous parle le document de 1769, disparus (Fig. 10), que l'on peut dater avec certitude du début du XVII^e^ siècle. Par sa richesse comme par sa date, il a sûrement fait partie des objets de culte de l'église Notre-Dame de l'Assomption, car les autres églises sont plus tardives. C'est une vraie pièce de musée, d'influence espagnole. J'ai compté vingt-six pièces au total ; mais elles doivent être beaucoup plus nombreuses. Non seulement

verdadeira peça de museu de influência espanhola. Enumerei vinte e seis objectos no total, mas o seu número deve ser mais elevado. Não só havia uma quantidade de pequenos objectos que não me foi mostrada, escondidos no fundo do armário ou disseminados um pouco por todo o lado, como também desconfio que os mais preciosos não estivessem lá, mas antes guardados em casas privadas, em lugar seguro.

Apenas uma pequena parte deste tesouro sai do seu esconderijo em dias de festa, aquando das celebrações importantes, e é quase imperceptível para os fiéis – que sabem da sua existência mas calam-se, preferindo manter um pacto secreto acerca da presença destes objectos na Velha Mazagão, certamente para não suscitar a inveja (ou os direitos) dos habitantes de Mazaganópolis, capital do distrito. É uma maneira de preservar a identidade dos genuínos mazaganistas, aqueles que se mantiveram fiéis ao local que lhes foi atribuído pelo Rei há dois séculos e meio.

É um tesouro totalmente desconhecido e inesperado, quase absurdo, levado da velha cidade fortaleza de Mazagão em Duquela, Marrocos – a actual El Jadida, a sua descendente e herdeira directa – e escondido nas suas riquezas dos olhos de todos, nos armários de uma sacristia de igreja numa vila esquecida do Estado de Amapá, no extremo norte do Brasil, no meio da floresta amazónica. Um episódio único na História – a transladação de uma cidade inteira através do Atlântico – adquire, assim, um interesse renovado que deve suscitar novos estudos por parte dos investigadores, em estatuária e ourivesaria, e reforçar os laços diplomáticos e culturais entre Portugal, Marrocos e o Brasil.

il y avait une quantité de petits objets qu'on ne m'a pas fait voir – cachés au fond de l'armoire, ou éparpillés un peu partout –, mais aussi je soupçonne que les plus précieux n'étaient pas là, mais gardés dans des maisons privées, en lieu sûr.

Seule une petite partie de ce trésor sort de sa cachette les jours de fête, lors des plus grandes célébrations, et est presque invisible aux fidèles – qui connaissent son existence, mais se taisent, préférant maintenir un pacte secret sur sa présence à Mazagan-la-Vieille, sans doute pour ne pas susciter l'envie (ou les droits) des habitants de Mazaganópolis, le chef-lieu du district. C'est une façon de préserver l'identité des vrais mazaganistes, ceux qui se sont maintenus fidèles dans la place qui leur fut assignée par le Roi il y a deux siècles et demi.

C'est un Trésor totalement inconnu et inattendu, presque absurde, enlevé de la vieille ville-forteresse de Mazagan dans les Doukkala au Maroc – l'actuelle El Jadida, sa descendante et héritière directe – et caché dans ses richesses des yeux de tous, dans les armoires d'une sacristie d'église dans un village oublié de l'État d'Amapá à l'extrême nord du Brésil, en plein milieu de la forêt amazonienne. Un épisode unique dans l'Histoire – la translation d'une ville entière à travers l'Atlantique – gagne ainsi un renouveau d'intérêt, qui doit susciter de nouvelles études de la part d'experts, en sculpture et orfèvrerie, et renforcer les liens diplomatiques et culturels entre le Portugal, le Maroc et le Brésil.

Fig. 1

Fig. 2

Fig. 3

Fig. 4

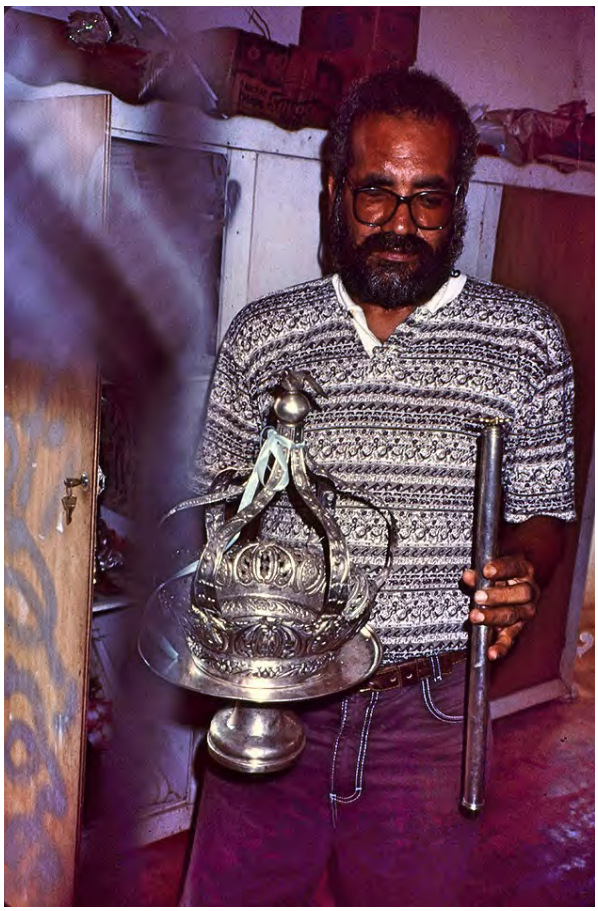


Fig. 5

Fig. 6

Fig. 7

Fig. 8

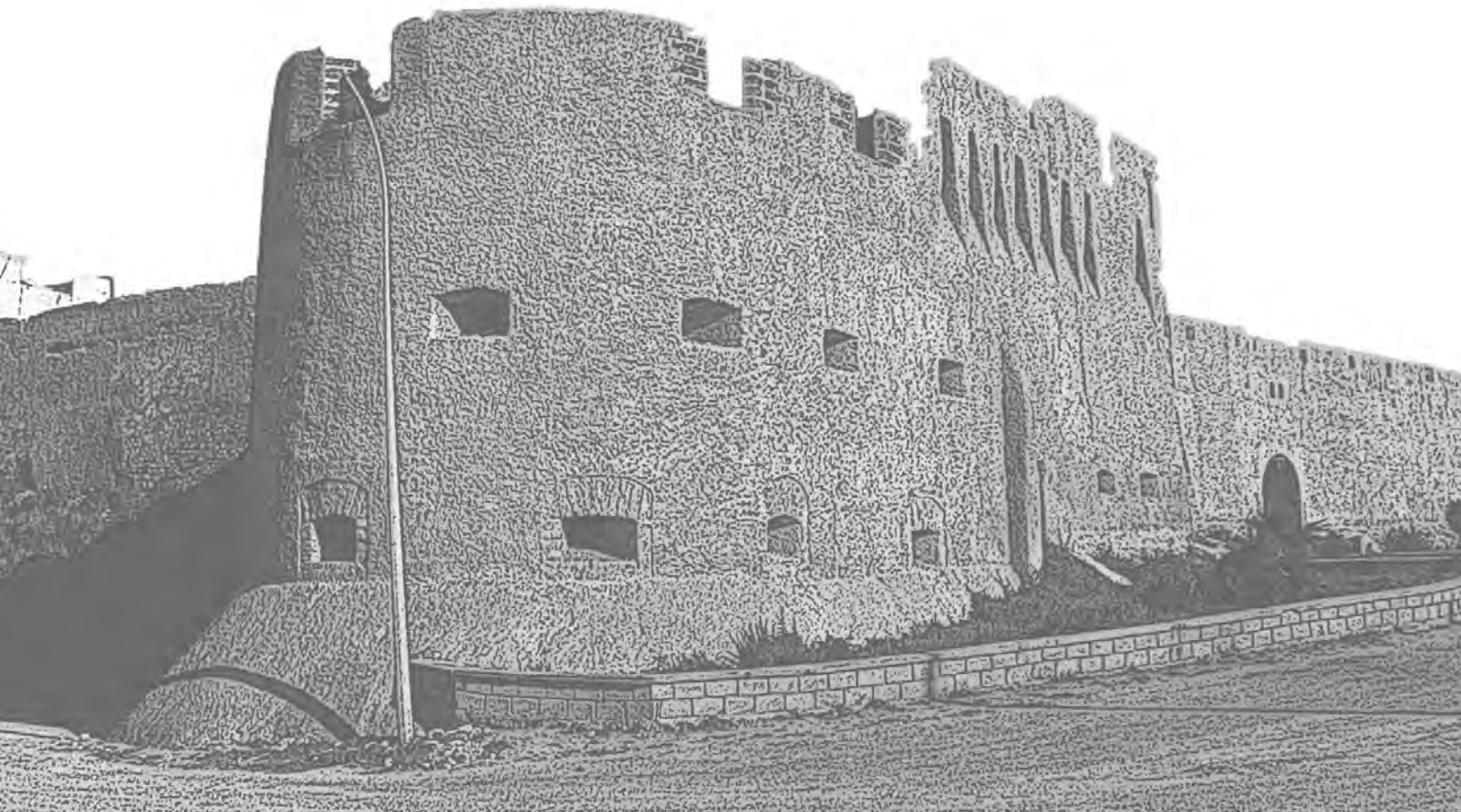
Fig. 8A

Fig. 9

Fig. 10

Parte II
A cidade de Azamor sob domínio português: história e património

Partie II
La ville d'Azemmour sous domination portugaise : histoire et patrimoine



Azamor medieval: uma aproximação arqueológica

Azemmour médiévale : une approche archéologique

André Teixeira, Azzedinne Karra, Patrícia Carvalho, Joana Bento Torres

1. Introdução

O presente texto visa publicar os resultados dos trabalhos arqueológicos realizados em Azamor, no quadro do protocolo estabelecido entre a Direction du Patrimoine Culturel, de Marrocos, o Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores e a Escola de Arquitetura, Arte e Design da Universidade do Minho, de Portugal, a 20 de Abril de 2009. O objectivo deste acordo foi o desenvolvimento da cooperação nos domínios da investigação arqueológica, do estudo arquitectónico, da preservação e da valorização do património de origem portuguesa em Marrocos, nomeadamente na região da Duquela-Abida e, mais particularmente, nas cidades ou sítios de Azamor, Safim, El Jadida e Aguz. Estes trabalhos inscreveram-se igualmente no projecto «Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)», financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, de Portugal, entre 2007 e 2011. As investigações foram igualmente suportadas pelo acordo de cooperação científica entre o Centre National de la Recherche Scientifique et Technique (Marrocos) e a Fundação para a Ciência e Tecnologia, no quadro do projecto «Portugal e Marrocos (Duquela-Abida) dos séculos XV a XVIII», da Direction Régionale de la Culture de la Région Doukkala-Abda e do referido Centro de História de Além-Mar, em 2010 e 2011. O objecto destes projectos era o estudo das relações entre marroquinos e portugueses no Norte de África, um fenómeno histórico que deriva, para além dos contactos marítimos seculares, da intervenção portuguesa nas costas atlânticas magrebinas durante aqueles séculos. Deu-se especial atenção à pesquisa, inventário, estudo e divulgação do património subsistente desta fase histórica, nas suas diversas facetas.

Entre as áreas de investigação esteve a arqueologia. Neste âmbito definiu-se como espaço prioritário de intervenção a cidade de Azamor, aproveitando-se o facto de estarem em curso uma série de operações de

1. Introduction

Ce texte a pour objectif de publier les résultats des travaux archéologiques réalisés à Azemmour dans le cadre du protocole d'accord entre la Direction du Patrimoine Culturel du Maroc, le Centro de História de Além-Mar relevant de la Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de l'Universidade Nova de Lisboa et de l'Universidade dos Açores et l'Escola de Arquitetura, Arte e Design de l'Universidade do Minho, du Portugal, le 20 avril 2009. L'objectif de ce protocole a été le développement de la coopération dans les domaines de la recherche archéologique, de l'étude architecturale, de la préservation et de la mise en valeur du patrimoine d'origine portugaise au Maroc, notamment dans la région Doukkala-Abda et plus particulièrement dans les villes ou sites d'Azemmour, Safi, El Jadida et Agouz.

Ces travaux se sont inscrits aussi dans le projet *Le Portugal et le Sud du Maroc : contacts et affrontements (XV^e^ au XVIII^e^ siècle)*, soutenu par la Fundação para a Ciência e a Tecnologia, du Portugal, entre 2007 et 2011. Les recherches ont été aussi financées par l'accord de coopération scientifique entre le Centre National de la Recherche Scientifique et Technique et la Fundação para a Ciência e a Tecnologia, dans le cadre du projet *Le Portugal et le Maroc (Doukkala-Abda) du XV^e^ au XVIII^e^ siècle*, de la Direction Régionale de la Culture de la Région Doukkala-Abda et du Centro de História de Além-Mar susmentionné, en 2010 et 2011. Le but de ces projets était l'étude des rapports entre marocains et portugais en Afrique du Nord, un phénomène historique qui dérive, au-delà des contacts maritimes séculaires, de l'intervention portugaise sur les côtes atlantiques magrébines, tout au long de ces siècles. Ils ont attaché une importance particulière à la recherche, l'inventaire, l'étude et la divulgation du patrimoine subsistant de cette phase historique, dans ses diverses facettes.

Parmi les axes de recherche figurait l'archéologie. Dans ce domaine, la ville d'Azemmour a été choisie comme zone d'intervention prioritaire, profitant du fait qu'une série d'opérations d'aménagement urbain

reabilitação urbana[1]. Tratava-se, igualmente, de um espaço mais pequeno que os restantes aglomerados urbanos referidos, portanto de gestão mais fácil por uma equipa limitada e perante o ineditismo do programa de trabalhos que se propunha executar[2].

A investigação arqueológica concentrou-se muito na zona da medina, o espaço circundado por muralhas e que corresponde ao centro histórico actual de Azamor. Esta foi a área ocupada pelos portugueses durante os seus anos de controlo da cidade, entre 1513 e 1541[3]. O projecto estava vocacionado para a compreensão da presença portuguesa em Azamor, menos de meio século que deixou vestígios muito relevantes, sobretudo ao nível da arquitectura militar, numa época de grandes alterações deste tipo de estruturas, pela massificação das armas de fogo nos combates[4]. Em todo o caso, uma das questões iniciais do projecto era o aspecto geral da cidade medieval, bastante desconhecido[5], mas fundamental para entender a própria presença portuguesa.

1. As etapas de colaboração entre estas equipas ao nível da investigação arqueológica e arquitectónica foram descritas no artigo André Teixeira e Jorge Correia, «O património arquitectónico e arqueológico de origem portuguesa no Norte de África: projectos de investigação e valorização (2008-2016)», *in* Joaquim Rodrigues dos Santos (ed.), *Preservar o Património Português Além-Mar. Portugueses e a Salvaguarda do Património Edificado Português no Mundo*, Lisboa, Caleidoscópio, 2017, pp. 197-223.

2. As escavações arqueológicas em cidades e outros espaços com ocupação portuguesa no Norte de África eram à época muito limitadas, destacando-se os casos de Alcácer Ceguer e de Ceuta. Ver Charles L. Redman, *Qsar es-Seghir: an Archaeological view of medieval life*, Nova Iorque, Academic Press, 1986, e Fernando Villada Paredes, José Manuel Hita Ruiz e José Suárez Padilla, «Vestigios arqueológicos del periodo portugués (1415-1668) en Ceuta», *in Portugal e o Magrebe: Actas do 4.º Colóquio de História Luso-Marroquina*, Lisboa e Braga, CHAM e CITCEM, 2011, pp. 131-163. Mesmo a época medieval nesta região era ainda muito pouco desenvolvida, como se pode ver em Abdallah Fili, «La céramique médiévale du Maroc, état de la question», *Caetaria. Revista del Museu Municipal de Algeciras*, n.º 4-5, 2004-2005, pp. 231-246.

3. As muralhas da medina de Azamor são classificadas como património nacional desde 1927 (Dahir de 9 de Novembro de 1927, B.O n.º 790 de 17 de Novembro de 1927, p. 719), assim como as ruínas da cidadela (Dahir de 9 de Novembro de 1927, B.O n.º 790 de 17 de Novembro de 1927, p. 719) e os antigos fossos e terreno no entorno das muralhas de Azamor (Dahir de 2 de Maio de 1931, B.O nº 970 de 29/5/1931, p. 646).

4. Jorge Correia, *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África: da conquista de Ceuta até mediados do século XVI*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008, pp. 294-303; Ana Lopes, *(A)cerca de Azamor: estruturas militares ao manuelino,* dissertação de mestrado policopiada, Guimarães, Universidade do Minho, 2009; André Teixeira, Ana Lopes, Jorge Correia, Azzeddine Karra, «As fortificações portuguesas de Azamor: contributo para a actualização do seu conhecimento», *in* Isabel Cristina F. Fernandes (coord.), *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magrebe (séculos VI a XVI)*, Lisboa, Edições Colibri e Campo Arqueológico de Mértola, 2013, vol. II, pp. 627-638.

5. Não existia mais que um plano esquemático geral e uma breve descrição da cidade, como assinalado por Patrice Cressier, «La fortification islamique au Marc: éléments de bibliographie», *Archéologie islamique*, n.º 5, 1995, p. 170. Azamor não é mencionada nas densas descrições de Basilio Pavón Maldonado, «Planimetría de ciudades

était en cours[1]. C'était également un espace plus petit que les autres villes mentionnées, plus facile à gérer par une équipe limitée et compte tenu du caractère pionnier du programme de travail qui était proposé de réaliser[2].

La recherche archéologique s'est beaucoup concentrée sur la médina, l'espace encerclé par des remparts et qui correspond au centre historique de la ville actuelle. Celle-ci a été la zone occupée par les portugais pendant ces années de contrôle de la ville, entre 1513 et 1541[3]. Le but du projet était comprendre la présence portugaise à Azemmour, qui a duré moins d'un demi-siècle mais qui a laissé des vestiges très importants, surtout au niveau de l'architecture militaire, à une époque des grands changements dans ce type de structures par la massification des armes à feu dans les combats[4]. De toute façon, une des questions initiales du projet était l'aspect général de la ville à l'époque médiévale, très méconnue[5], mais fondamentale pour évaluer la présence portugaise elle-même.

1. Les étapes de collaboration entre ces équipes au niveau des recherches archéologiques et architectoniques ont été décrit dans l'article André Teixeira et Jorge Correia, « O património arquitectónico e arqueológico de origem portuguesa no Norte de África : projectos de investigação e valorização (2008-2016) », *in* Joaquim Rodrigues dos Santos (éd.), *Preservar o Património Português Além-Mar. Portugueses e a Salvaguarda do Património Edificado Português no Mundo*, Lisbonne, Caleidoscópio, 2017, pp. 197-223.

2. Les fouilles archéologiques sur les villes et d'autres espaces avec occupation portugaise au nord d'Afrique étaient à l'époque très limitées, se distinguant les cas de Ksar Seghir et de Ceuta. Voir Charles L. Redman, *Qsar es-Seghir : an Archaeological view of medieval life*, New York, Academic Press, 1986, et Fernando Villada Paredes, José Manuel Hita Ruiz et José Suárez Padilla, « Vestigios arqueológicos del periodo portugués (1415-1668) en Ceuta », *in Portugal e o Magrebe : Actas do 4.º Colóquio de História Luso-Marroquina*, Lisboa et Braga, CHAM et CITCEM, 2011, pp. 131-163. Même l'archéologie de l'époque médiévale était encore très peu développée dans cette région, selon Abdallah Fili, « La céramique médiévale du Maroc, état de la question », *Caetaria*, nº 4-5, 2004-2005, pp. 231-246.

3. Les remparts de la médina d'Azemmour sont classés comme patrimoine national depuis 1927 (Dahir du 9 novembre 1927, portant classement, B.O nº 790 du 17 novembre 1927, p. 719), comme les ruines de la citadelle (Dahir du 9 novembre 1927, portant classement, B.O nº 790 du 17 novembre 1927, p. 719) et les anciens fossés et terrains entourant les remparts d'Azemmour (Dahir du 2 mai 1931, portant classement, B.O nº 970 du 29/5/1931, p. 646).

4. Jorge Correia, *Implantation de la ville portugaise en Afrique du Nord : de la prise de Ceuta jusqu'au milieu du XVI*ème *siècle*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008, pp. 294-303 ; Ana Lopes, *(A)cerca de Azamor : estruturas militares ao manuelino,* dissertation de master polycopiée, Guimarães, Universidade do Minho, 2009 ; André Teixeira, Ana Lopes, Jorge Correia, Azzeddine Karra, « As fortificações portuguesas de Azamor : contributo para a actualização do seu conhecimento », *in* Isabel Cristina F. Fernandes (coord.), *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magrebe (séculos VI a XVI)*, Lisbonne, Edições Colibri et Campo Arqueológico de Mértola, 2013, vol. II, pp. 627-638.

5. Il n'existait qu'un plan schématique général et une brève description de la ville, comme signalé par Patrice Cressier, « La fortification islamique au Marc : éléments de bibliographie », *Archéologie islamique*, nº 5, 1995, p. 170. Azemmour n'est pas mentionnée dans les denses descriptions de Basilio Pavón Maldonado, « Planimetría de ciudades y fortalezas árabes del Norte de África. Murallas, torres

Desenvolveram-se assim missões arqueológicas em Azamor entre 2008 e 2012, sob a direcção de dois de nós (Azzeddine Karra e André Teixeira), como acções de investigação, mas também como operações de salvamento arqueológico. Não obstante os recursos humanos e materiais limitados, estes trabalhos permitiram fornecer novos dados sobre a configuração e características desta cidade em época medieval, o tema que nos ocupa neste texto.

Antes do início deste projecto, já tinham sido conduzidas por um de nós (Azzeddine Karra) prospecções arqueológicas em torno da medina de Azamor, com vista a uma compreensão mais global da sua evolução urbana e da relação com o território envolvente. Estes trabalhos levaram à descoberta de importantes vestígios arqueológicos numa zona a Sul da cidade. Por um lado, detectaram-se panos de muralha em taipa numa área até 500m a Sul da actual medina. Por outro, localizaram-se uma série de silos cortados pelo desaterro realizado aquando da construção da ponte que atravessa o rio Morbeia neste sector. Por fim, reconheceram-se vestígios de um forno de olaria, bem como fragmentos de cerâmicas com defeitos de cozedura relacionados com este processo. Estes achados foram classificados como pertencendo à época medieval, levantando-se a hipótese da cidade possuir então um perímetro claramente maior que a medina actual, englobando-a, mas estendendo-se para Sul e para Oeste[6].

No quadro das actividades do nosso projecto, durante a terceira e quarta campanha, em 2010 e 2011, foi feita uma prospecção mais intensa da área a Sul da medina actual e fez-se o levantamento topográfico dos troços de muralha e torres detectadas[7]. Foram também realizadas duas sondagens arqueológicas (S100 e S101), que permitiram recuperar um conjunto de cerâmica medieval muito significativo, não apenas pela sua quantidade, mas também pelo facto de confirmarem uma actividade oleira local[8]. Paralelamente,

Des missions archéologiques se sont déroulées à Azemmour entre 2008 et 2012, sous la direction de deux d'entre nous (Azzeddine Karra et André Teixeira), comme des actions de recherche, mais aussi des opérations de sauvetage. Malgré les ressources financières et matérielles limitées, ces travaux ont permis de fournir des nouvelles données sur la configuration et les caractéristiques de cette ville à l'époque médiévale. C'est ce sujet que nous approcherons dans ce texte.

Avant le début de ce projet, des prospections archéologiques avaient été déjà menées par l'un de nous (Azzeddine Karra) autour de la médina d'Azemmour, afin d'aboutir à une compréhension plus globale de son évolution urbaine et de ses relations avec le territoire environnant. Ces travaux ont conduit à la découverte de vestiges archéologiques importants au sud de la ville. D'une part, des murailles en pisé ont été détectées, couvrant une longueur de 500m au sud de l'actuelle médina. D'autre part, une série de silos ont été localisés, tronqués lors de la construction du pont sur l'oued Oum er-Rbia dans ce secteur. Enfin un four de production céramique et des tessons de ratés de cuissons ont été aussi découverts. Ces trouvailles ont été classées comme appartenant à l'époque médiévale, en formulant l'hypothèse que la ville possédait alors un périmètre clairement plus grand que la médina actuelle, l'englobant, mais s'étendant vers le sud et l'ouest[6].

Dans le cadre des activités de notre projet, pendant la troisième et la quatrième mission, en 2010 et 2011, une prospection plus intense de la zone au sud de la médina a été menée et nous avons procédé au relevé topographique des sections de la muraille et des tours trouvées[7]. Deux sondages archéologiques ont été fait à coté de cette enceinte (S100 et S101) ; ils ont permis la récupération d'un ensemble céramique médiévale significatif, non seulement par sa quantité, mais surtout parce qu'il confirme l'existence d'une production potière locale[8]. En même temps, pendant les fouilles

y fortalezas árabes del Norte de África. Murallas, torres y puertas. Estado de la cuestión y avances», *Cuadernos del Archivo Municipal de Ceuta*, n.º 9, 1996, pp. 17-162.

6. Azzeddine Karra e Abdelaziz Touri, «L'occupation portugaise et le souci de la maîtrise de l'espace: approche archéologique des villes de Safi et d'Azemmour», *in La Présence Portugaise au Maroc et ses Vestiges. Actes du Colloque*, Rabat, Académie Royale du Maroc, 2006 pp. 171-192; Abdallah Fili e Azzeddine Karra, «Evolution urbaine de la Médina d'Azemmour d'après les sources historiques et les données archéologiques», *in Azemmour Hadiratou Doukkala. Actes du colloque organisé au sein de la Faculté des Lettres d'El Jadida*, El Jadida, Université Chouaib Doukkali, 2007, pp. 79-90.

7. Azzeddine Karra e André Teixeira, «Fouilles archéologiques à Azemmour: questions historiques et premières constatations», *in Portugal e o Magrebe. Actas do 4.º Colóquio de História Luso-Marroquina*, Lisboa e Lagos, CHAM e CITCEM, 2011, pp. 180-182.

8. Uma primeira aproximação a este espólio arqueológico foi feita por André Teixeira, Azzeddine Karra e Patrícia Carvalho, «La céramique médiévale d'Azemmour (Maroc): données préliminaires sur des

y puertas. Estado de la cuestión y avances », *Cuadernos del Archivo Municipal de Ceuta*, nº 9, 1996, pp. 17-162.

6. Azzeddine Karra et Abdelaziz Touri, « L'occupation portugaise et le souci de la maîtrise de l'espace : approche archéologique des villes de Safi et d'Azemmour », *in La Présence Portugaise au Maroc et ses Vestiges. Actes du Colloque*, Rabat, Académie Royale du Maroc, 2006 pp. 171-192 ; Abdallah Fili et Azzeddine Karra, « Évolution urbaine de la Médina d'Azemmour d'après les sources historiques et les données archéologiques », *in Azemmour Hadiratou Doukkala. Actes du colloque organisé au sein de la Faculté des Lettres d'El Jadida*, El Jadida, Université Chouaib Doukkali, 2007, pp. 79-90.

7. Azzeddine Karra et André Teixeira, « Fouilles archéologiques à Azemmour : questions historiques et premières constatations », *in Portugal e o Magrebe. Actes du IV Colloque d'Histoire Maroco-Lusitanienne*, Lisbonne et Lagos, CHAM et CITCEM, 2011, pp. 180-182.

8. Une première approche de ce mobilier a été faite par André Teixeira, Azzeddine Karra et Patrícia Carvalho, « La céramique médiévale d'Azemmour (Maroc) : données préliminaires sur des

durante as escavações arqueológicas realizadas no extremo Noroeste da medina, no interior do baluarte do Raio (Bastião de Sidi Ouadoud), em 2009, 2010 e, sobretudo, em 2011, identificámos também vestígios medievais nos níveis inferiores daquela estrutura militar; estes trabalhos são aqui abordados de forma sumária, dado que a sua complexidade exigiria outro espaço, além de em parte corresponder a períodos que não nos ocupam neste texto. A importância destes achados deve-se essencialmente à raridade de estudos arqueológicos nesta região marroquina, onde a arqueologia medieval e moderna está ainda a dar os primeiros passos[9]. Eles revelam também que o património histórico e arqueológico de Azamor se estende bem além da actual medina, nomeadamente a Sul e Sudoeste, tornando urgente a sua protecção, estudo e conservação.

Em suma, neste artigo apresentam-se os resultados dos trabalhos arqueológicos realizados em Azamor que testemunham a ocupação pré-portuguesa desta cidade. Depois de um sintético esboço histórico sobre este período, analisam-se os vários aspectos suscitados pelos trabalhos arqueológicos, nomeadamente a descoberta de fortificações, de estruturas de armazenamento e de vestígios de olaria e espaços de habitat.

2. Síntese histórica

O nome de Azamor parece provir da palavra berbere *zemmur*, que designa a oliveira brava, seguramente abundante no seu entorno[10]. A cidade situa-se na província da Duquela[11], junto à fronteira com as planícies da Enxovia, uma região de terrenos férteis e ricos na produção de cereais[12]. Implanta-se na margem esquerda do rio Morbeia, a cerca de 3 km da foz (fig. 1),

vestiges de production potière», *in* Maria José Gonçalves e Susana Gómez Martinez (ed.), *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Silves e Mértola, Câmara Municipal de Silves e Campo Arqueológico de Mértola, 2015, pp. 819-830.

9. Abdallah Fili, «La céramique médiévale du Maroc…» cit., pp. 234-235.

10. Belkacem Daouadi, *«Kanz al-asrâr wa lawâqih al-afkâr». Le trésor des secrets et des idées fécondes du Qâdî Azmûr al-Shahîr bi al-Sanhâjî*, tese de doutoramento apresentada à Université Jean Moulin Lyon 3, 2006, p. 40. As palavras portuguesas zambujo ou azambuja têm a mesma origem, segundo José Pedro Machado, *Vocabulário Português de Origem Árabe*, Lisboa, Editorial Notícias, 1991, p. 79.

11. Região entre o rio Morbeia e o rio Tensift, assim designada desde o século XI, segundo Yassir Benhima, *Safi et son territoire: Une ville dans son espace au Maroc (11e-16e siècles)*, Paris, Harmattan, 2008, pp. 71-71.

12. A fertilidade desta província está documentada nos séculos XII-XIII; terá sido um dos factores da escolha do local de implantação de Marraquexe, segundo Pascal Buresi e Mehdi Ghouirgate, *Histoire du Maghreb Médiéval (XIe-XVe siècle)*, Paris, Armand Colin, 2014, p. 71.

archéologiques effectuées à l'extrême nord-ouest de la médina, à l'intérieur du bastion du *Raio* (aujourd'hui bordj Sidi Ouadoud), en 2009, 2010 et surtout en 2011, nous avons identifié aussi des vestiges médiévaux dans les niveaux inférieurs de cette structure militaire ; ces travaux sont ici abordés de manière sommaire, étant donné que leur complexité exigerait plus d'espace et, de plus, ils ne correspondent qu'en partie à des périodes qui sont traitées dans ce texte. L'importance de ces trouvailles est essentiellement due à la rareté des études archéologiques dans cette région marocaine, où l'archéologie médiévale et moderne en est encore au début[9]. Les résultats ont révélé aussi que le patrimoine historique et archéologique d'Azemmour s'étend bien au-delà de la médina actuelle, notamment au sud et sud-ouest, rendant urgente sa protection, son étude et sa conservation.

En résumé, cet article présente les résultats des travaux archéologiques réalisés à Azemmour qui témoignent de l'occupation pré-portugaise de cette ville. Après un aperçu historique synthétique de cette période, les différents aspects soulevés par les travaux archéologiques sont analysés, à savoir la découverte de fortifications, des structures de stockage et de vestiges d'un atelier de potier et d'espaces d'habitat.

2. Aperçu historique

Le nom d'Azemmour semble provenir du mot berbère *zemmur*, qui désigne l'olivier sauvage, certainement abondant dans cet environnement[10]. La ville se situe dans la province de Doukkala[11], à côté de sa frontière avec les plaines de Chaouia, dans une région aux terrains fertiles et riches par la production de céréales[12]. Elle est implantée sur la rive gauche de l'oued Oum er-Rbia, à environ 3 km de l'embouchure (fig. 1), ce

vestiges de production potière », *in* Maria José Gonçalves et Susana Gómez Martinez (éd.), *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Silves et Mértola, Câmara Municipal de Silves et Campo Arqueológico de Mértola, 2015, pp. 819-830.

9. Abdallah Fili, « La céramique médiévale du Maroc… » cit., pp. 234-235.

10. Belkacem Daouadi, *« Kanz al-asrâr wa lawâqih al-afkâr ». Le trésor des secrets et des idées fécondes du Qâdî Azmûr al-Shahîr bi al-Sanhâjî*, thèse de doctorat présentée à l'Université Jean Moulin Lyon 3, 2006, p. 40. Les mots portugais *zambujo* ou *azambuja* ont la même origine, selon José Pedro Machado, *Vocabulário Português de Origem Árabe*, Lisbonne, Editorial Notícias, 1991, p. 79.

11. Région entre l'oued Oum er-Rbia et l'oued Tensift, nommé comme ça depuis l'XIe siècle, selon Yassir Benhima, *Safi et son territoire : Une ville dans son espace au Maroc (11e-16e siècles)*, Paris, Harmattan, 2008, pp. 71-71.

12. La fertilité de cette province est documentée au XIIe-XIIIe siècle ; cela aura été l'un des facteurs de choix du lieu d'implantation de Marrakech, selon Pascal Buresi et Mehdi Ghouirgate, *Histoire du Maghreb Médiéval (XIe-XVe siècle)*, Paris, Armand Colin, 2014, p. 71.

Fig. 1 – Vista de Azamor a partir de Sul. Vue d'Azemmour depuis le sud.

facto que determinou a sua activa função portuária até ao século XVI[13].

A importância de Azamor na Idade Média está documentada pelo menos a partir do século XI, quando a tribo sanhaja se instalou na região[14]. No entanto, na descrição da costa atlântica marroquina feita por Albacri, referindo-se a meados desta centúria e numa rota que segue de Sul para Norte, não se cita o nome de Azamor, passando-se de Kouz (Aguz) e Safim para el-Beida e para a região do Bu Regreg[15]. Já no relato de Idrisse, finalizado cerca de um século depois, a [«cidade do Morbeia»] aparece referida como tendo dimensão [«considerável»] e [«grande prosperidade»], resultante da sua produção agrícola (trigo e legumes) e dos lacticínios. Curiosa é a descrição do bosque de tamargueira e olmos, [«entrelaçados por hera»], que existia nas redondezas e que servia de covil para os leões[16], uma ameaça que é referida até à época portuguesa[17]. Em todo o caso, parece que a

13. *Villes et Tribus du Maroc,* 2ème reprise, Casablanca, Éditions Frontispice, 2002, vol. XI (Région des Doukkala), tomo II (Azemmour et sa Banlieue), pp. 23-27.

14. *Villes et Tribus…* cit., vol. XI, tomo II, pp. 44-46.

15. El Bekri, *Description de l'Afrique Septentrionale*, ed. Mac Guckin de Slane, Paris, Imprimerie Impériale, 1859, p. 202.

16. Edrîsî, *Description de l'Afrique et de l'Espagne*, ed. R. Dozy et M. J. de Goeje, Leiden, E. J. Brill, 1866, pp. 81-82. Azamor é também citada no *Kitab al-Istibçar*, compilação de informações geográficas terminada em 1191, como o extremo oeste do Magrebe ulterior. Ver *L'Afrique Septentrionale au XIe siècle de Notre Ère: description extraite du* Kitab al-Istibçar, ed. E. Fagnan, Constantina, Imprimerie-Librairie Adolphe Braham, 1900, p. 120.

17. Ver a carta de António Leite, capitão de Mazagão, au rei, de 15 de Janeiro de 1527, publicada nas *SIHM*, *Portugal*, II-2, pp. 389-390.

qui a déterminé sa fonction portuaire active jusqu'au XVIe siècle[13].

L'importance d'Azemmour au Moyen Âge est documentée au moins à partir du XIe siècle, quand la tribu sanhaja s'est installée dans la région[14]. Cependant, dans la description de la côte atlantique marocaine faite par el-Bekri, se référant au milieu de ce siècle et dans un itinéraire qui va du sud au nord, le nom d'Azemmour n'est pas mentionné, passant de Kouz (Agouz) et Safi à El-Beida et à la région du Bou Regreg[15]. Au contraire, dans le récit d'al-Idrissi, achevé environ un siècle plus tard, le « bourg de Oum er-Rbia » est déjà cité comme ayant une dimension « considérable » et une « grande prospérité », résultat de sa production agricole (le blé et les légumes) et des laitages. Curieuse est la description du bois de tamaris et d'ormes « entrelacées par la lierre » qui existait à côté de la ville et qui servait de repaire aux lions[16], un danger qui est invoqué jusqu'à l'époque portugaise[17]. En tout cas, il semble que la ville a été fondée

13. *Villes et Tribus du Maroc,* 2ème reprise, Casablanca, Éditions Frontispice, 2002, vol. XI (Région des Doukkala), tome II (Azemmour et sa Banlieue), pp. 23-27.

14. *Villes et Tribus…*cit., vol. XI, tome II, pp. 44-46.

15. El Bekri, *Description de l'Afrique Septentrionale*, ed. Mac Guckin de Slane, Paris, Imprimerie Impériale, 1859, p. 202.

16. Edrîsî, *Description de l'Afrique et de l'Espagne*, ed. R. Dozy et M. J. de Goeje, Leyde, E. J. Brill, 1866, pp. 81-82. Azemmour est aussi cité dans le *Kitab al-Istibçar*, compilation d'informations géographiques terminée en 1191, comme l'extrême ouest du Maghreb ultérieur : voir *L'Afrique Septentrionale au XIe siècle de Notre Ère : description extraite du* Kitab al-Istibçar, ed. E. Fagnan, Constantine, Imprimerie-Librairie Adolphe Braham, 1900, p. 120.

17. Voir la lettre de António Leite, capitan de Mazagan, au roi, de 15 janvier 1527, publiée dans les *SIHM*, *Portugal*, II-2, pp. 389-390.

cidade se terá fundado em época almorávida, no quadro da [«política de integração do território através do fenómeno urbano»] desta dinastia, documentada pela construção de mesquitas e de fortificações[18]. Esta região atlântica era anteriormente dominada pelos berguatas, um aguerrido reino independente, assente numa doutrina religiosa particular que, embora se inspirasse no Islão, era considerada herética pelos sunitas. Os almorávidas tiveram grandes dificuldades em neutralizar este potentado, acabando por perecer nesta luta, em 1059, Abdalá Ibne Yassin, o fundador do movimento e seu primeiro imã. A conquista da região pelos almorávidas não neutralizou os berguatas, que só foram eliminados por completo sob a dinastia almóada[19].

Assim, o porto de Azamor apenas despontou ao nível comercial a partir do século XII, recebendo navios de média tonelagem. A cidade serviu como porto de escoamento de produtos de todo o vale do rio Morbeia, nomeadamente o trigo produzido nesta planície atlântica. A sua comunidade mercantil ligava esta região a outras escápulas magrebinas, mas também com diversos portos da Península Ibérica, como Cádis, Sevilha ou Niebla, abastecendo-os daquele cereal[20]. Azamor serviu também de conexão entre as cidades interiores, como Marraquexe, e os outros centros de poder almóada, como Rabat e Sevilha, sendo um local de passagem de dignitários políticos e militares. Era, pois, uma capital regional, dotada de governador pelo menos a partir do segundo quartel do século XIII. Foi neste contexto que ocorreu o engrandecimento e prosperidade de Azamor, uma cidade muitas vezes referida em textos geográficos, jurídicos e biográficos desta época[21].

18. Ahmed Saleh Ettahiri, Bulle Tuil Leonetti, Abdallah Fili e Claire Déléry, «Basculement berbère et naissance d'un art marocain», *in Le Maroc médiéval. Un empire de l'Afrique à l'Espagne*, Paris, Hazan e Musée du Louvre, 2014, p. 149. Ver o resumo bibliográfico feito por Patrice Cressier, «Arqueología del Magreb almorávide. Elementos de bibliografía», *in* Rafael Azuar Ruiz (ed.), *Arqueología de al-Andalus Almorávide*, Alicante, Museo Arqueológico de Alicante e Diputación de Alicante, 2020, pp. 43-58.

19. Jean Brignon, Abdelaziz Amine, Brahim Boutaleb, Guy Martinet e Bernard Rosenberger, *Histoire du Maroc*, Casablanca, Librairie Nationale, 1967, pp. 80-82 et 89.

20. A abundância da produção de trigo no espaço rural de Azamor é destacada por João Leão Africano, *Description de l'Afrique*, ed. A. Épaulard, Paris, Librairie d'Amérique et d'Orient, 1981, vol. I, p. 125. Luis del Mármol Carvajal chama-lhe «*la madre del pan*», *in Descripción general de África, sus guerras y vicisitudes, desde la fundación del mahometismo hasta el año 1571*, Granada, René Rabut, 1573, fl. 53.

21. Christophe Picard, *L'océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*, Paris, Éditions Maisonneuve & Larose, 1997, pp. 119-120, 156-157 e 172-173; Christophe Picard, *La Mer et les musulmans d'Occident au Moyen Age, VIII-XIIII siècle*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 90-94 e 176.

à l'époque almoravide, dans le cadre de la « politique d'intégration du territoire par le fait urbain » de cette dynastie, témoignée par la construction de mosquées et de fortifications[18].

Cette région atlantique était auparavant dominée par les berghouata, un royaume indépendant guerrier, basé sur une doctrine religieuse particulière qui, bien qu'inspirée par l'Islam, était considérée comme hérétique par les sunnites. Les almoravides ont eu de grandes difficultés à neutraliser ce potentat, Abdallah ben Yasin, le fondateur du mouvement et son premier imam décédant dans cette lutte, en 1059. La conquête de la région par les almoravides n'a pas neutralisé les berghouata, qui n'ont été complètement éliminés que sous la dynastie almohade[19].

Ainsi, le port d'Azemmour n'est devenu actif au niveau commercial que depuis le XII^e^ siècle, abritant des navires de moyen tonnage. La ville a alors servi de port pour l'écoulement des produits de toute la vallée de l'oued Oum er-Rbia, notamment le blé produit dans cette plaine atlantique. Sa communauté marchande reliait la région à d'autres endroits du Maghreb, mais aussi aux divers ports de la péninsule Ibérique, notamment Cadix, Séville ou Niebla, en leur fournissant le blé[20]. Azemmour a également joué le rôle de point de connexion entre les villes de l'intérieur, comme Marrakech, et d'autres centres de pouvoir almohade, comme Rabat et Séville, étant un lieu de passage de dignitaires politiques et militaires. Elle était, ainsi, une capitale régionale, avec son gouverneur au moins depuis le deuxième quart du XIII^e^ siècle. Dans ce contexte, on assiste à la croissance et à la prospérité d'Azemmour, ville souvent mentionnée dans les textes géographiques, juridiques et biographiques de cette époque[21].

18. Ahmed Saleh Ettahiri, Bulle Tuil Leonetti, Abdallah Fili et Claire Déléry, « Basculement berbère et naissance d'un art marocain », *in Le Maroc médiéval. Un empire de l'Afrique à l'Espagne*, Paris, Hazan et Musée du Louvre, 2014, p. 149. Voir le résumé bibliographique fait par Patrice Cressier, « Arqueología del Magreb almorávide. Elementos de bibliografía », *in* Rafael Azuar Ruiz (ed.), *Arqueología de al-Andalus Almorávide*, Alicante, Museo Arqueológico de Alicante et Diputación de Alicante, 2020, pp. 43-58.

19. Jean Brignon, Abdelaziz Amine, Brahim Boutaleb, Guy Martinet et Bernard Rosenberger, *Histoire du Maroc*, Casablanca, Librairie Nationale, 1967, pp. 80-82 et 89.

20. La richesse de la production de blé dans la campagne d'Azemmour est soulevée par Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*, ed. A. Épaulard, Paris, Librairie d'Amérique et d'Orient, 1981, vol. I, p. 125. Luis del Mármol Carvajal l'appelle comme [« la mère du pain »], *in Descripción general de África, sus guerras y vicisitudes, desde la fundación del mahometismo hasta el año 1571*, Grenade, René Rabut, 1573, fl. 53.

21. Christophe Picard, *L'océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*, Paris, Éditions Maisonneuve & Larose, 1997, pp. 119-120, 156-157 et 172-173 ; Christophe Picard, *La Mer et les musulmans d'Occident au Moyen Age, VIII-XIIII siècle*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 90-94 et 176.

Foi, pois, sob a dinastia almóada que Azamor teve o seu apogeu[22]. Foi um tempo em que a própria dimensão marítima do ocidente muçulmano conheceu particular incremento, tornando-se as frotas [«parte integrante do dispositivo militar»] da dinastia, vitais para assegurar as ligações entre domínios deste potentado, de Marrocos ao al-Andaluz[23]. As cidades portuárias conheceram um grande desenvolvimento, desempenhando um papel importante na estratégia almóada, nomeadamente ao nível da sua intervenção na Península Ibérica, mas também das conexões económicas entre as regiões atlânticas e o ocidente mediterrâneo. A construção de grandes muralhas, mesquitas e palácios, bem como o crescimento dos quarteirões residenciais, artesanais e comerciais, são um bom testemunho deste processo. Estão documentados trabalhos de construção de fortificações, muralhas urbanas e mesquitas nas cidades litorais atlânticas, nomeadamente em Azamor[24].

Depois Azamor sofreu a conflituosidade política e militar aquando da transição de poder entre as dinastias almóada e merínida, um período de verdadeira «rebelião» nesta zona, animada pelas disputadas entre as tribos *khlot* (ou *khult*, colotos em português), *haskura* e *sofyan*[25]. A cidade é referida sempre como uma «fortificação» onde se acoitam facções em disputa, ou para onde são enviados prisioneiros os cabecilhas derrotados de uma contenda[26]. Assim, o califa almóada Abu Arraxide enfrentou os *khlot* em 1234-1235, apoiando-se nos seus rivais *sofyan*, derrotando-os em batalha junto ao rio Morbeia nos inícios deste último ano; dois dos chefes revoltosos foram encarcerados em Azamor[27]. No ano seguinte o califa

22. Parece que Azamor teve um papel importante na submissão da região ao poder almóada. O próprio califa Abde Almumine teria permanecido na cidade com as suas tropas antes da conquista de Marraquexe em 1147, segundo Al-Baydhaq, *Akhbar al-Mahdi ibn Tumart*, publicado nos *Documents Inédits D'Histoire Almohade: fragments manuscrits du «legajo» 1919 du fonds arabe de l'Escurial*, ed. E. Lévi-Provençal, Paris, Paul Geuthner, 1928, pp. 167-168. Ver Yassir Benhima, *Safi et son territoire*... cit., p. 93, e Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion au Maroc à la fin du «Moyen-Âge» (XIVe-XVe siècles)*, Paris, Maisonneuve et Larose, 1986, p. 229.

23. Christophe Picard, *La Mer et les musulmans*... cit., p. 79.

24. Pascal Buresi e Mehdi Ghouirgate, *Histoire du Maghreb Médiéval*... cit., p. 49.

25. Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion*... cit., pp. 24-33; Yassir Benhima, *Safi et son territoire*... cit., pp. 124-127. Segundo as *Villes et Tribus*... cit., vol. XI, tomo II, p. 46, nestas contendas a cidade parece ter-se mantido em geral fiel aos almóadas.

26. Esta ideia é veiculada por Victoria Aguilar Sebastián, *Tribus árabes en el Magreb en época almohade, 1152-1269*, tese de doutoramento apresentada à Universidad Complutense de Madrid, 2012, p. 478.

27. Ibn Khaldun, *Histoire des Berbères et des dynasties musulmanes de l'Afrique Septentrionale*, trad. de M. Le Baron de Slane, Argel, Imprimerie du Gouvernement, 1852, vol. I, p. 66. Ver Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion*... cit., p. 37.

C'était donc sous les almohades qu'Azemmour a eu son apogée[22]. Au cours de cette période, la dimension maritime de l'occident musulman s'est amplifiée, les flottes devenant une « partie intégrante du dispositif militaire », essentielles pour assurer les liens entre les domaines de cette dynastie, du Maroc à l'Andalous[23]. Les villes portuaires ont connu un grand développement, jouant un rôle important dans la stratégie almohade, notamment au niveau de l'intervention politique dans la péninsule Ibérique, mais aussi dans les connexions économiques entre les régions atlantiques et l'occident de la Méditerranée. La construction des grandes murailles, des mosquées et des palais, ainsi que la croissance des quartiers résidentiels, artisanaux et commerciaux, sont un bon témoignage de ce processus. Des travaux de construction de fortifications, d'enceintes et de mosquées sont documentés dans les villes côtières atlantiques, notamment à Azemmour[24].

Ensuite Azemmour a souffert des conflits politiques et militaires de la transition de pouvoir entre les dynasties almohades et mérinide, une période de véritable « rébellion » dans cette région, poussée par les antagonismes entre les tribus khlot/khult, haskura et sofyan[25]. La ville est alors toujours considérée comme une « fortification » où des factions en litige se réfugient, ou dans laquelle sont faits prisonniers les vaincus d'un conflit[26]. Ainsi, le calife almohade Abou Ar Rachid a fait face aux khlot en 1234-1235, s'appuyant sur ses rivaux sofyans, les vainquant dans un combat près de l'oued Oum er-Rbia au début de cette dernière année ; deux des chefs rebelles ont été emprisonnés à Azemmour[27]. L'année suivante, le calife a dû faire face au chef des haskura, Ibn Wakarit, qui a cherché

22. Il semble qu'Azemmour a eu un rôle important dans la soumission de la région au pouvoir almohade. Le calife Abd el Moumen lui-même semble être resté dans la ville avec ses troupes avant la conquête de Marrakech en 1147, selon Al-Baydhaq, *Akhbar al-Mahdi ibn Tumart*, publié en *Documents Inédits D'Histoire Almohade : fragments manuscrits du « legajo » 1919 du fonds arabe de l'Escurial*, ed. E. Lévi-Provençal, Paris, Paul Geuthner, 1928, pp. 167-168. Voir Yassir Benhima, *Safi et son territoire*... cit., p. 93, et Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion au Maroc à la fin du « Moyen-Âge » (XIVe-XVe siècles)*, Paris, Maisonneuve et Larose, 1986, p. 229.

23. Christophe Picard, *La Mer et les musulmans*... cit., p. 79.

24. Pascal Buresi et Mehdi Ghouirgate, *Histoire du Maghreb Médiéval*... cit., p. 49.

25. Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion*... cit., pp. 24-33 ; Yassir Benhima, *Safi et son territoire*... cit., pp. 124-127. D'après *Villes et Tribus*... cit., vol. XI, tome II, p. 46, dans ces disputes, la ville semble être restée généralement fidèle aux almohades.

26. Cette idée est défendue par Victoria Aguilar Sebastiá, *Tribus árabes en el Magreb en época almohade, 1152-1269*, thèse de doctorat présentée à l'Universidad Complutense de Madrid, 2012, p. 478.

27. Ibn Khaldun, *Histoire des Berbères et des dynasties musulmanes de l'Afrique Septentrionale*, trad. de M. Le Baron de Slane, Alger, Imprimerie du Gouvernement, 1852, vol. I, p. 66. Voir Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion*... cit., p. 37.

teve que fazer face ao chefe dos *haskura*, Ibne Wacarit, que a partir da Península Ibérica procurou atacar Salé, acabando também preso em Azamor[28]. Já em 1244--1245, o novo califa Abu Saíde mandou desterrar vários elementos da Corte nesta cidade, entre os quais um dos dignitários decisivos para a sua coroação, Abu Muhammad ben Wanudin, que ainda assim acabou por fugir apoiado pelos *sofyan*[29]. A complacência do novo soberano face aos *khlot* e a reinstalação desta tribo na região levou os *sofyan* a revoltar-se contra os almóadas, aliando-se aos merínidas, que então desafiavam o poder de Abu Saíde; nesta querela, os *sofyan* atacaram e conquistaram episodicamente Azamor, aproveitando a escassez dos seus defensores e cometendo extorsões junto da comunidade estrangeira e judia da cidade, acabando por ser repelidos e refugiar-se junto dos merínidas[30]. Para aqui retrocedeu também o califa seguinte, Abu Almortada, aquando da sua derrota face aos merínidas em 1255[31]. Enfim, em 1265-1266 a cidade acabou por ser palco dos conflitos entre os dois derradeiros califas almóadas, cujo poder estava já circunscrito a Marraquexe. Nesse ano o referido Almortada foi desapossado do trono por Abu Dabus e refugiou-se em Azamor, onde acabou por ser morto pelo novo monarca, apoiado pelos *khlot*, pelos *haskura* e por facções dos sanhajas estabelecidos em torno da cidade, beneficiando de uma aliança circunstancial com os merínidas[32]. Escassos três anos depois estes tomaram o poder em Marraquexe, pondo fim aos almóadas.

A prosperidade da cidade parece ter prosseguido sob os merínidas. Azamor terá retomado rapidamente a sua actividade comercial, registando-se a presença de mercadores europeus no seu porto a partir

28. Ambrosio Huici Miranda, *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista, vol. III, Al-Bayān Al-Mubrib fi Ijtisār Ajbār Muluk Al-Andalus wa Al-Magrib, por 'Iḍārī Al-Marrākušī, tomo II, Los Almohades (traducción española)*, Tetuão, Editora Marroquí, 1954, pp. 119-121.

29. Ibn Khaldun, *Histoire des Berbères…* cit., vol. II, p. 244; Ambrosio Huici Miranda, *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista, vol. III, Al-Bayān…* cit., pp. 162 e 165-168. Ver Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion…* cit., pp. 43-44.

30. Ibn Khaldun, *Histoire des Berbères…* cit., vol. I, p. 62, e vol. II, p. 244; Ambrosio Huici Miranda, *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista, vol. III, Al-Bayān…* cit., pp. 173-174. Ver Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion…* cit., p. 44, e Yassir Benhima, *Safi et son territoire…* cit., pp. 127-128.

31. Ambrosio Huici Miranda, *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista, vol. III, Al-Bayān…* cit., pp. 241-243. Ver Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion…* cit., p. 51.

32. Ibn Khaldun, *Histoire des Berbères…* cit., vol. II, p. 252; Ambrosio Huici Miranda, *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista, vol. III, Al-Bayān…* cit., pp. 303-306 ; Ambrosio Huici Miranda, *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista, tomo I, "Al-Hulal al Mawŝiyya". Crónica Árabe de las Dinastías Almorávide, Almohade y Benimerín (traducción española)*, Tetuão, Editora Marroquí, 1952, p. 196. Ver Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion…* cit., pp. 58-59.

à attaquer Salé à partir de la péninsule Ibérique ; il a aussi fini ses jours à Azemmour[28]. Déjà en 1244-1245, le nouveau calife Abou As Saïd a écroué quelques éléments de la Cour dans cette ville, parmi lesquels l'un des dignitaires décisifs pour son couronnement, Abou Ben Wanudin ; dans ce cas, celui-ci a pu s'enfuir, soutenu par les sofyans [29]. La complaisance du nouveau souverain face aux khlot et la réinstallation de cette tribu dans la région ont même conduit les sofyans à se révolter contre les almohades, qui à cette époque menaçaient le pouvoir d'Abou As Saïd ; dans cette opposition, les sofyans ont attaqué et conquis épisodiquement Azemmour, profitant de la pénurie de ses défenseurs et commettant des extorsions auprès de la communauté étrangère et juive de la ville, finissant par être repoussés et obligés à chercher protection auprès les mérinides[30]. Azemmour a été aussi l'endroit de refuge du calife suivant, Abou Al Mourtada, après sa défaite contre les mérinides en 1255[31]. Enfin en 1265-1266 la ville a été lieu de confrontation entre les deux derniers califes almohades, dont le pouvoir à cette époque ne dépassait pas Marrakech et ses alentours. En cette année, Al Mourtada a été écarté du trône par Abou Debbous et s'est réfugié à Azemmour, où il a fini par être tué par le nouveau monarque, soutenu par les khlot, les haskura et les factions des sanhajas établies autour de la ville, bénéficiant d'une alliance circonstancielle avec les mérinides[32]. Seulement trois ans plus tard, ceux-ci ont pris le pouvoir à Marrakech, mettant fin aux almohades. La prospérité de la ville semble avoir continué sous les mérinides, car elle aura rapidement repris son activité commerciale. La présence de commerçants européens est enregistrée dans son port à partir de

28. Ambrosio Huici Miranda, *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista, vol. III, Al-Bayān Al-Mubrib fi Ijtisār Ajbār Muluk Al-Andalus wa Al-Magrib, por 'Iḍārī Al-Marrākušī, tomo II, Los Almohades (traducción española)*, Tétouan, Editora Marroquí, 1954, pp. 119-121.

29. Ibn Khaldun, *Histoire des Berbères…* cit., vol. II, p. 244 ; Ambrosio Huici Miranda, *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista, vol. III, Al-Bayān…* cit., pp. 162 et 165-168. Voir Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion…* cit., pp. 43-44.

30. Ibn Khaldun, *Histoire des Berbères…* cit., vol. I, p. 62, et vol. II, p. 244 ; Ambrosio Huici Miranda, *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista, vol. III, Al-Bayān…* cit., pp. 173-174. Voir Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion…* cit., p. 44, et Yassir Benhima, *Safi et son territoire…* cit., pp. 127-128.

31. Ambrosio Huici Miranda, *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista, vol. III, Al-Bayān…* cit., pp. 241-243. Voir Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion…* cit., p. 51.

32. Ibn Khaldun, *Histoire des Berbères…* cit., vol. II, p. 252 ; Ambrosio Huici Miranda, *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista, vol. III, Al-Bayān…* cit., pp. 303-306 ; Ambrosio Huici Miranda, *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista, tomo I, "Al-Hulal al Mawŝiyya". Crónica Árabe de las Dinastías Almorávide, Almohade y Benimerín (traducción española)*, Tétouan, Editora Marroquí, 1952, p. 196. Voir Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion…* cit., pp. 58-59.

desta época[33]. A descrição da cidade feita por Ibne Alcatibe aquando do seu primeiro exílio no Norte de África, seguramente feita na viagem que empreendeu pelo território em 1360[34], dá uma imagem de uma cidade próspera: [«Azamor, vizinha do rio e do campo, casada com a Primavera e o Outono, tem uma implantação agradável. Varandas e vigias estão viradas ao rio como estrelas numa constelação. Ela tira os seus produtos da terra e nos intervalos dos seus edifícios vislumbra-se o rio próximo e o seu oceano cheio de peixes. É um país que guarda os alimentos em silos e deleita os sentidos. As suas terras são férteis, o seu sabor são as carnes vermelhas e brancas. Os habitantes são prósperos, as roupas são aqui tecidas, o casario é agradável e os sáveis incomparáveis. Em contrapartida, é do trabalho e colheitas dos seus habitantes que se constitui a sua economia. Eles não conhecem descanso, nem oração encorajadora»][35]. Noutra obra produzida no mesmo contexto, Ibne Alcatibe insistiu na importância para a cidade da actividade agrícola, referindo-se os habitantes que vivem na zona plana[36].

Nesta época o impulso do sufismo marroquino constitui-se cada vez mais como um movimento comunitário, com o surgimento nesta região de múltiplas confrarias, bem conectadas ao poder da dinastia[37]. A cidade conheceu este processo, sendo descritos os seus marabutos de forma elogiosa: «*En Azamor a los que allí están y que son destacadísimos, y a los de la costa de Azamor y sus alrededores, que es lugar de santos*»[38]. Um dos mais venerados era Mulei Buchaib,

33. Jean Brignon, Abdelaziz Amine, Brahim Boutaleb, Guy Martinet e Bernard Rosenberger, *Histoire du Maroc*… cit., pp. 138 e 155. O cosmopolitismo de Azamor antes da conquista portuguesa é recordado por Luis del Mármol Carvajal, *Descripción general de África*… cit., fl. 52v. Vejam-se as referências à presença de mercadores em Azamor para compra de trigo, oriundos, por exemplo, de Maiorca desde pelo menos 1330, em Antonio Ortega Villoslada, *El reino de Mallorca y el mundo Atlántico (1230-1349): Evolución político-mercantil*, La Coruña, NETBIBLO e UNED, 2008, pp. 174 e 184-185.

34. Segundo o itinerário estabelecido por Laila M. Jreis Navarro, *Entre las dos orillas: el viaje de exilio de Ibn al-Jatīb a través de su obra* Nufādat al-ŷirāb fī ʻulālat al-igtirāb, tese de doutoramento apresentada à Universidad de Granada, 2016, p. 128.

35. Descrição da sua obra *Miʻyâr al-ikhtiyâr fi dhikr al-maʻâhid wa al-diyâr*, a que não tivemos acesso. Utilizámos a tradução para francês de Belkacem Daouadi, *«Kanz al-asrâr wa lawâqih al-afkâr»*… cit., p. 42, um estudo que analisa a obra do *Qâdî Azmûr al-Shahîr bi al-Sanhâjî*, alcaide desta cidade em meados do século XIV, que aqui se avistou com Ibne Alcatibe. A riqueza e fertilidade da planície da Duquela foi descrita também por Ibn Qunfud, que foi alcaide neste território durante a sua estadia em Marrocos entre 1358 e 1374 (ver Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion*… cit., p. 160).

36. Laila M. Jreis Navarro, *Entre las dos orillas*… cit., p. 235.

37. Yassir Benhima, *Safi et son territoire*… cit., pp. 129-132.

38. Descrição feita por Ibn Marzūq al-Tilimsānī, *El Musnad: hechos memorables de Abū L-Hasan, sultán de los Benimerines*, ed. María J. Viguera, Madrid, Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 1977, p. 142,

cette époque[33]. La description de la ville faite par Ibn al-Khatib pendant son premier exil en Afrique du Nord, certainement faite lors de son voyage à travers le territoire en 1360[34], donne une image d'une ville prospère : « Azemmour, voisine de l'oued et de la campagne […], épousée du printemps et de l'automne, est d'un rang estimable. Des balcons en observatoire, pareils à des étoiles constellées, donnent sur son oued. Elle tira de la terre ses biens et dans les parages de ses bâtis on trouve sa rivière proche et son océan poissonneux. C'est un pays qui met en silo ses denrées et qui réjouit les sens. Sa terre est fertile, sa sauce est de viande rouge et blanche. L'habitant est aisé, l'habit y est tissé, l'habitat est agréable et son alose n'a pas sa pareille. En revanche, ses habitants c'est leur labour et leur moisson qui constituent leur économie [sic]. Ils ne connaissent pas de répit, ni d'oraison […] exaltante »[35]. Dans un autre ouvrage réalisé dans le même contexte, Ibn al-Khatib a insisté sur l'importance de l'activité agricole pour la ville, se référant à ses habitants qui vivent dans la zone de plaine[36].

Pendant cette époque l'impulsion du soufisme marocain s'est constitué de plus en plus comme un mouvement communautaire, avec l'essor de plusieurs confréries dans cette région, bien connectées au pouvoir de la dynastie[37]. La ville a vécu ce processus, et ses marabouts ont été décrits de façon louable : [« à Azemmour, ceux qui sont là et qui sont très importants, et ceux de la côte d'Azemmour et ses environs, qui est un lieu des saints »][38]. L'un des plus vénérés

33. Jean Brignon, Abdelaziz Amine, Brahim Boutaleb, Guy Martinet et Bernard Rosenberger, *Histoire du Maroc*… cit., pp. 138 et 155. Le cosmopolitisme d'Azemmour avant la conquête portugaise est rappelé par Luis del Mármol Carvajal, *Descripción general de África*… cit., fl. 52v. Voir les références à la présence de marchands à Azemmour pour l'approvisionnement en blé, en provenance, par exemple, de Majorque depuis au moins 1330, en Antonio Ortega Villoslada, *El reino de Mallorca y el mundo Atlántico (1230-1349) : Evolución político-mercantil*, La Coruña, NETBIBLO et UNED, 2008, pp. 174 e 184-185.

34. Selon l'itinéraire établi par Laila M. Jreis Navarro, *Entre las dos orillas : el viaje de exilio de Ibn al-Jatīb a través de su obra* Nufādat al-ŷirāb fī ʻulālat al-igtirāb, thèse de doctorat présentée à l'Universidad de Granada, 2016, p. 128.

35. Description faite dans son ouvrage *Miʻyâr al-ikhtiyâr fi dhikr al-maʻâhid wa al-diyâr*, à laquelle nous n'avions pas accès. Nous utilisons la traduction en français de Belkacem Daouadi, *« Kanz al-asrâr wa lawâqih al-afkâr »*… cit., p. 42, une étude qui analyse l'œuvre du *Qâdî Azmûr al-Shahîr bi al-Sanhâjî*, caïd de cette ville vers la moitié du XIVe siècle et qui a été vu ici avec Ibn Khatib. La richesse et la fertilité de la plaine de Doukkala a été mentionnée aussi par Ibn Qunfud, qui a été caïd dans ce territoire pendant son séjour au Maroc entre 1358 et 1374 (voir Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion*… cit., p. 160).

36. Laila M. Jreis Navarro, *Entre las dos orillas*… cit., p. 235.

37. Yassir Benhima, *Safi et son territoire*… cit., pp. 129-132.

38. Description faite par Ibn Marzūq al-Tilimsānī, *El Musnad: hechos memorables de Abū L-Hasan, sultán de los Benimerines*, ed. María J. Viguera, Madrid, Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 1977, p. 142, récit écrit à un moment où l'auteur, un ancien protégé de ce sultan mérinide, était loin de la Cour de Fès, en 1371. Le susmentionné Ibn

ainda hoje patrono da cidade, falecido em Azamor em 1166. Atribui-se-lhe grande sentido de justiça no uso e distribuição dos recursos e na protecção dos inocentes, além de grande piedade na sua vivência e na defesa dos crentes (nomeadamente face aos cristãos), através de uma série de episódios em que se relatam os seus milagres[39].

A este período corresponde também uma passagem enigmática, publicada num pequeno estudo monográfico sobre Azamor, sem indicação da fonte histórica, mas que se revela da maior importância para a história desta cidade. Refere o seguinte: [«em 1434 (837 da hégira), os habitantes, que não podiam viver mais neste aglomerado, abandonaram-no e reconstruíram a sua cidade onde ela está actualmente. Para manifestar o seu contentamento, o califa Abu Inane fez edificar em 1451 (854 da hégira) três mesquitas e enviou à cidade alfaquis e ulemas. Dez anos mais tarde fez fortificar a cidade. Os trabalhos foram empreendidos sob a direcção de *Abdelazziz ben Battan Cenhadji*»][40]. O texto é contraditório, já que aquele monarca merínida, que se intitulou califa, reinou entre 1348 e 1358. Noutras ocasiões tomámos aquela data como correcta e reflectimos, não sem alguma estranheza, sobre um processo de amuralhamento no termo da dinastia merínida, em plena convulsão política em Marrocos e com o poder dos sultões muito diminuído[41]. Pensamos hoje que o autor se enganou na indicação dos anos em que ocorreu aquele processo e que devemos antes atribuir a obra àquele soberano, precisamente uma centúria antes, em meados do século XIV.

É sabido que, entre as dinastias islâmicas da Península Ibérica e do Magrebe, a merínida foi das mais activas na fundação de cidades e na construção de equipamentos públicos. Várias destas novas urbes duplicaram cidades preexistentes, um fenómeno que se interpreta como uma forma de distanciamento e afirmação de poder por parte da dinastia; estas não

um relato redigido num momento em que o autor, antigo protegido deste sultão merínida, estava longe da Corte de Fez, em 1371. O supramencionado Ibn Qunfud testemunhou a força dos grupos místicos na região a Sul do rio Morbeia e, particularmente, um em Azamor, os *Suaybiyun*, herdeiros do mestre *Suayb as-Sanhagi* (ver Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion*… cit., pp. 306-307).

39. Ibn al-Zayyat al-Tadili, *Tashawwuf ila rijal at-tasawwuf. Regards sur le temps des soufis: Vie des saints du sud marocain des V^e^, VI^e^, VII^e^ siècles de l'hégire*, ed. Maurice de Fenoyl e A. Toufiq, Casablanca, EDDIF/UNESCO, 2008, pp. 141-145.

40. Jean Darlet, «Monographie de la ville et de l'école franco-musulmane d'Azemmour», *Bulletin de l'Enseignement Public au Maroc*, n.º 225, 1953, p. 26.

41. André Teixeira, Ana Lopes, Jorge Correia e Azzeddine Karra, «As fortificações portuguesas de Azamor…» cit., p. 628; André Teixeira, Azzeddine Karra e Patrícia Carvalho, «La céramique médiévale d'Azemmour…» cit., pp. 827-829.

était le Moulay Bouchaib, encore aujourd'hui le patron de la ville, décédé à Azemmour en 1166. Lui-sont attribués un grand sens de la justice dans l'utilisation et la distribution des ressources et dans la protection des innocents, en plus d'une grande piété dans sa vie et dans la protection des croyants (notamment contre les chrétiens), à travers une série d'épisodes dans lesquels ses miracles sont rapportés[39].

À cette période correspond un passage énigmatique publié dans une courte étude monographique sur Azemmour, sans indications de sources historiques. Elle mentionne ce qui suit : « en 1434 (837 de l'hégire), les habitants qui ne pouvaient plus vivre dans cette agglomération l'abandonnent et reconstruisent leur ville là où elle est actuellement. Pour manifester son contentement, le Calife Abbou Aïnan fit édifier en 1451 (854 de l'hégire) trois mosquées et envoya dans la cité des fqihs et des oulémas. Dix ans plus tard, il faisait fortifier la ville. Les travaux furent entrepris sous la direction d'Abdelazziz ben Battan Cenhadji »[40]. Le texte est contradictoire, puisque ce sultan mérinide a régné entre 1348 et 1358. En d'autres occasions, nous avons pris la date indiquée comme correcte et nous avons réfléchi, non sans quelques doutes, sur un processus de fortification à la fin de la dynastie mérinide, en plein bouleversement politique du Maroc et avec le pouvoir des sultans considérablement diminué[41]. Nous pensons aujourd'hui que l'auteur s'est trompé en indiquant les années au cours desquelles ce processus s'est déroulé et qu'il faut d'abord attribuer les travaux de construction à ce souverain, précisément cent ans avant, au milieu du XIV^e^ siècle.

On sait que, parmi les dynasties islamiques de la péninsule Ibérique et du Maghreb, la mérinide a été l'une des plus actives dans la fondation de villes et dans la construction d'équipements publics. Plusieurs de ces nouvelles villes ont doublé des villes préexistantes, phénomène qui est interprété comme une forme de distance et d'affirmation de pouvoir de la dynastie ; celles-ci ne se limitaient pas à des complexes auliques, ayant toutes les fonctions et activités urbaines. Il est également documenté l'implication directe dans ce processus de la part de presque tous

Qunfud a témoigné la force des groupes mystiques dans la région au sud de l'Oum er-Rbia et particulièrement un à Azemmour, les Suaybiyun, héritiers du maître Suayb as-Sanhagi (voir Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion*… cit., pp. 306-307).

39. Ibn al-Zayyat al-Tadili, *Tashawwuf ila rijal at-tasawwuf. Regards sur le temps des soufis: Vie des saints du sud marocain des V^e^, VI^e^, VII^e^ siècles de l'hégire*, ed. Maurice de Fenoyl et A. Toufiq, Casablanca : EDDIF/UNESCO, 2008, pp. 141-145.

40. Jean Darlet, « Monographie de la ville et de l'école franco-musulmane d'Azemmour », *Bulletin de l'Enseignement Public au Maroc*, nº 225, 1953, p. 26.

41. André Teixeira, Ana Lopes, Jorge Correia et Azzeddine Karra, « As fortificações portuguesas de Azamor… » cit., p. 628; André Teixeira, Azzeddine Karra et Patrícia Carvalho, « La céramique médiévale d'Azemmour… » cit., pp. 827-829.

se limitavam a ser complexos áulicos, tendo todas as funções e actividades urbanas. Está também documentada a implicação directa neste processo por parte de quase todos os soberanos do primeiro século da dinastia, precisamente até Abu Inane, dado o ensejo de ostentação do poder pessoal. Estão neste caso as obras em Salé (1260), Fez (1276, a Fez nova), Algeciras (1285), Alcácer Ceguer (1287), Tremecém (1299-1307), Ceuta (1328) e, com o sultão Abu Hassan, a conclusão das obras de Ceuta, a recuperação de Tremecém (1335) e construções em Sidjilmassa (1332--1333) e Rabat (1339, a Chela), atribuindo-se ao califa Abu Inane as fundações em meio rural de Almedina e de *al-Qahira*[42].

Naturalmente estas fundações não excluem toda uma série de outras construções e reformulações em cidades preexistentes. No que toca ao período em causa, o sultão Abu Hassan, que reinou entre 1331 e 1348, aparece associado àquelas fundações urbanas, mas também à construção de torres marítimas, mesquitas, madraças, azóias, hospitais, pontes e fontes. Entre as madraças que mandou erguer com grande esplendor arquitectónico está, precisamente, uma em Azamor[43], que poderá corresponder a uma das acima referidas, embora se atribua a sua fundação ao sucessor, Abu Inane[44]. Cumpre referir que esta época corresponde de alguma forma ao apogeu e, ao mesmo tempo, ao início do colapso da dinastia, plasmada nas conquistas efémeras de Abu Hassan na zona do Estreito de Gibraltar e no Magrebe Central e no seu fim trágico, desapossado do poder pelo filho, o referido Abu Inane, também ele incapaz de segurar os seus vastos domínios norte-africanos. Foi também o tempo da peste negra, que provocou enorme mortandade em Marrocos, sendo algumas cidades descritas como parcialmente arruinadas e despovoadas nestes meados do século XIV, incluindo Marraquexe[45]. Enfim,

42. Patrice Cressier, «Los sultanes meriníes, fundadores de ciudades», *in* Ángela Muñoz Fernández e Francisco Ruiz Gómez (ed.), *La ciudad medieval: nuevas aproximaciones*, Cádis, Editorial de la Universidad de Cádiz, 2020, pp. 57-77.

43. Ibn Marzūq al-Tilimsānī, *El Musnad*... cit., pp. 335-326. Veja-se a versão francesa desta passagem por E. Lévi-Provençal, «Un nouveau texte d' histoire mérinide: Le *Musnad* d'Ibn Marzuk», *Hespéris. Archives Berbères et Bulletin de l'Institut des Hautes-Études Marocaines*, tomo V, 1925, p. 69 (30).

44. Deve referir-se que a obra de Ibn Marzūq al-Tilimsānī, *El Musnad*... cit., foi redigida em 1371, quatro anos após o falecimento do sultão Abu al-Hassan, mas foi composta num momento político de exaltação daquele soberano propiciada pelo seu filho Abu Faris, que assumiu o poder após Abu Inane, o irmão que desapossara o pai do trono e que chegou a proibir que este fosse evocado, cf. M. J. Viguera Molins, «'Vida ejemplar' de Abu l-Hasan, sultán de los Benimerines», *Erebea. Revista de Humanidades y Ciencias Sociales*, 3, 2013, p. 55.

45. Jean Brignon, Abdelaziz Amine, Brahim Boutaleb, Guy Martinet e Bernard Rosenberger, *Histoire du Maroc*... cit., pp. 149-154; Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion*... cit., pp. 128-165.

les souverains du premier siècle de la dynastie, précisément jusqu'à Abou Inan, étant donné sa volonté d'afficher un pouvoir personnel. Sont dans ce cas les travaux à Salé (1260), à Fès (1276, la Fès-Jdid), à Algésiras (1285), à El-Ksar es-Seghir (1287), à Tlemcen (1299-1307), à Ceuta (1328) et, avec le sultan Abou Hassan, la fin des travaux à Ceuta, la reprise de ceux de Tlemcen (1335) et les constructions à Sijilmassa (1332-1333) et à Rabat (1339, la Chella), étant attribuées au calife Abou Inan les fondations en milieu rural d'El-Mdina et El-Qahira[42].

Naturellement ces fondations n'excluent pas toute une série d'autres constructions et rénovations dans les villes préexistantes. Concernant la période en question, le sultan Abou Hassan, qui régna entre 1331 et 1348, apparaît associé à ces fondations urbaines, mais aussi à la construction de tours maritimes, mosquées, madrassas, zaouias, hôpitaux, ponts et fontaines. Parmi les madrassas qu'il a ordonné d'ériger, avec une grande splendeur architecturale, il y en a précisément une à Azemmour[43], qui peut correspondre à l'une des mentionnées ci-dessus, bien que sa fondation soit attribuée à son successeur, Abou Inan[44]. Il est à noter que cette époque correspond, en quelque sorte, à l'apogée et, en même temps, au début de l'effondrement de la dynastie, témoigné par les conquêtes éphémères d'Abou Hassan dans la région du détroit de Gibraltar et au Maghreb central et à sa fin tragique, dépossédé du pouvoir par son fils, Abou Inan, qui a été également incapable de sécuriser ses vastes territoires nord-africains. C'était aussi l'époque de la peste noire, qui a causé un nombre énorme de morts au Maroc, avec certaines villes décrites comme partiellement ruinées et dépeuplées au milieu du XIV[e] siècle, y compris Marrakech[45]. Enfin, si le passage précité concernant Azemmour se réfère au mouvement des habitants ou à la réduction de la ville dans le deuxième quart du XIV[e] siècle, il n'indique pas les

42. Patrice Cressier, « Los sultanes meriníes, fundadores de ciudades », *in* Ángela Muñoz Fernández et Francisco Ruiz Gómez (éd.), *La ciudad medieval : nuevas aproximaciones*, Cadix, Editorial de la Universidad de Cádiz, 2020, pp. 57-77.

43. Ibn Marzūq al-Tilimsānī, *El Musnad*... cit., pp. 335-326. Voir la version française de ce texte en E. Lévi-Provençal, « Un nouveau texte d'histoire mérinide : Le *Musnad* d'Ibn Marzuk », *Hespéris. Archives Berbères et Bulletin de l'Institut des Hautes-Études Marocaines*, tome V, 1925, p. 69 (30).

44. Il faut remarquer que l'ouvrage d'Ibn Marzūq al-Tilimsānī, *El Musnad*... cit., a été écrit en 1371, quatre ans après la mort du sultan Abu al-Hassan, mais il a été composé dans un moment politique d'exaltation de ce souverain pendant le règne de son fils Abou Faris. Celui-ci a pris le pouvoir après Abou Inane, son frère qui avait dépossédé le père du trône et qui avait même interdit des évocations de sa mémoire, cf. M. J. Viguera Molins, « 'Vida ejemplar' de Abu l-Hasan, sultán de los Benimerines », *Erebea. Revista de Humanidades y Ciencias Sociales*, 3, 2013, p. 55.

45. Jean Brignon, Abdelaziz Amine, Brahim Boutaleb, Guy Martinet e Bernard Rosenberger, *Histoire du Maroc*... cit., pp. 149-154 ; Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion*... cit., pp. 128-165.

se a supracitada passagem relativa a Azamor refere a movimentação dos habitantes ou a redução da cidade no segundo quartel do século XIV, não indica as razões que teriam estado na origem deste processo. Não parece, porém, que estejamos face ao referido processo de duplicação de uma cidade preexistente, realizado por motivações de afirmação política.

Quanto à nova fortificação de Azamor por meados da centúria, cumpre retomar a questão da fundação de Almedina, na zona meridional da Duquela, 35km a Nordeste de Safim e 90km a Sudoeste de Azamor. O relato sobre a sua fundação deve-se novamente a Ibne Alcatibe, que por aqui passou aquando do referido primeiro exílio em Marrocos. Descreve uma região densamente povoada e com grande riqueza de gado, mas em que os seus habitantes estavam constantemente ameaçados por ataques e saques levados a cabo por certas tribos árabes inimigas. Este facto teria levado Abu Inane, [«apaixonado pela construção e edificação de monumentos»], a mandar erguer a cidade de Almedina, com seus fossos, muralhas de terra, torres, portas e silos, a fim de proteger a população. Na verdade, interpreta-se esta acção do soberano como uma forma de firmar a autoridade da dinastia nesta região, já que esta tendia a escapar ao seu controlo efectivo, pela autonomização dos Hintatas de Marraquexe, cujo mando se estendia nesta época ao rio Morbeia. A obra acabou então por não se concluir, pela morte prematura de Abu Inane, assassinado por um dos seus vizires[46].

Enfim, não obstante a escassez de referências, somos tentados e incluir a fortificação de Azamor, a que alude o mencionado texto, nesta mesma tentativa de controlo da região, desencadeada pelo soberano merínida no intuito de estancar a desintegração do seu domínio. É claro que Azamor era nesta época o limite entre os territórios efectivamente controlados pelos merínidas, designado nas crónicas coevas por reino de Fez, e o emergente emirado autónomo de Marraquexe[47]. Estão documentados vários casos em

46. Yassir Benhima, «Al-Madina, ville mérinide de la région de Dukkala (Maroc)», *Caetaria. Revista del Museu Municipal de Algeciras*, n.º 4-5, pp. 222-224. Ver o artigo de Azzeddine Karra neste livro, «L'intervention portugaise dans la campagne de Doukkala (Maroc): cas de quelques villages fortifiés». O referido excerto relativo à fundação de Almedina pode ler-se em espanhol em Laila M. Jreis Navarro, *Entre las dos orillas…*, pp. 228-229. Segundo o secretário Ibn Djozay, [«uma das acções mais conhecidas do nosso mestre, ou seja, o sultão Abu Inane e o seu primeiro-ministro Abu Ziyan ibn Wadrar, é que eles fizeram fortificações de guerra ao longo da costa e fizeram grandes provisões de tudo o que tivesse a ver com a marinha, nos tempos de paz e de tréguas»], segundo Abdelkader Timoule, *Le Maroc à travers les chroniques maritimes*, Casablanca, Impr. Sonir, 1989, p. 174.

47. Segundo Ibn Khaldun, *Histoire des Berbères…* cit., vol. IV, p. 411, em 1374-1375 foi assinado um tratado de paz entre os dois poderes,

raisons qui auraient été à l'origine de ce processus. Néanmoins, il ne semble pas que l'on soit face au processus susmentionné de duplication d'une ville préexistante, mené pour des raisons d'affirmation politique.

Quant à la nouvelle fortification d'Azemmour au milieu du siècle, il faut revenir sur la question de la fondation d'El-Mdina, dans la zone sud de Doukkala, à 35km au nord-est de Safi et à 90km au sud-ouest d'Azemmour. Le récit de sa fondation est à nouveau dû à Ibn al-Khatib, qui est passé ici lors de son premier exil au Maroc. Il décrit une région densément peuplée, riche en bétail, mais dans laquelle ses habitants sont continuellement menacés par les attaques et les pillages perpétrés par certaines tribus arabes ennemies. Ce fait aurait conduit Abou Inan, « qui était passionné par la construction et l'édification de monuments », à faire ériger la ville d'El-Mdina, avec ses fossés, ses murailles de terre, ses tours, ses portes et ses silos, afin de protéger la population. En fait, cette action du souverain est interprétée comme un moyen de consolider l'autorité de la dynastie dans cette région, puisqu'elle tendait à échapper à son contrôle effectif, à travers l'autonomie des Hintatas de Marrakech, dont le pouvoir s'étendait à cette époque à l'oued Oum er-Rbia. Les travaux n'ont pas pu être achevés, en raison de la mort précoce d'Abou Inan, assassiné par l'un de ses vizirs[46].

Quoi qu'il en soit, malgré la rareté des références, nous sommes tentés d'inclure la fortification d'Azemmour, à laquelle le texte précité fait allusion, dans cette même tentative de contrôle de la région, déclenchée par le souverain mérinide afin d'arrêter la désintégration de ses domaines. Il est clair qu'Azemmour était à cette époque la limite entre les territoires effectivement contrôlés par les mérinides – désignés dans les chroniques de l'époque comme le royaume de Fès – et l'émirat autonome émergent de Marrakech[47]. Plusieurs cas sont documentés dans lesquels cette ville a de nouveau fonctionné comme un refuge pour

46. Yassir Benhima, « Al-Madina, ville mérinide de la région de Dukkala (Maroc) », *Caetaria. Revista del Museu Municipal de Algeciras*, nº 4-5, pp. 222-224. Voir l'article d'Azzeddine Karra « L'intervention portugaise dans la campagne de Doukkala (Maroc) : cas de quelques villages fortifiés », dans ce livre. L'extrait faisant référence à la fondation d'El-Medina peut être lu en espagnol en Laila M. Jreis Navarro, *Entre las dos orillas…*, pp. 228-229. D'après le secrétaire Ibn Djozay, « une des actions les plus connues de notre maître, c'est à dire le sultan Abou Inan, et son premier ministre Abou Ziyan Ibn Quedrân, c'est qu'ils firent des forteresses de guerre tout le long des côtes et qu'ils firent grande provision de tout ce qui avait quelque rapport avec la marine, dans le temps de paix et de trêves », selon Abdelkader Timoule, *Le Maroc à travers les chroniques maritimes*, Casablanca, Impr. Sonir, 1989, p. 174.

47. Selon Ibn Khaldun, *Histoire des Berbères…* cit., vol. vol. IV, p. 411, en 1374-1375 un traité de paix a été signé entre les deux pouvoirs, par lequel « la ville d'Azemmour devait marquer le point de séparation entre le royaume de Fez et celui de Maroc ».

que esta cidade funcionou novamente como refúgio de personalidades ou grupos desavindos destes dois poderes, além de confrontos entre eles[48], reforçando a ideia de ser um espaço de fronteira. Uma obra escrita em 1381-1382, embora num panegírico ao então senhor de Marraquexe Abu Abderraman, refere que nesta época «*los asuntos de Azammur se mejoran y su situación se endereza. El río Umm Rabi vuelve a ser un mercado de compra y venta*»[49], no que parece ser um testemunho de um tempo recente instável. Parece, contudo, que a cidade acabou por manter a tutela do rei de Fez[50]. Quanto ao director dos trabalhos de fortificação supracitado, *Ben Battan Cenhadji*, era membro de uma linhagem que governou Azamor durante a época merínida[51]. Em todo o caso, é bem provável que, como no caso de Almedina, a obra apenas tenha sido concluída nos anos seguintes à morte de Abu Inane. Nos decénios seguintes estão documentadas grandes perturbações em várias regiões de Marrocos, com a destruição de aldeias e cidades, o despovoamento de vastas áreas, mesmo onde os merínidas detinham tradicionalmente controlo. A instabilidade implicou fortes movimentos populacionais, com a deslocação de tribos apoiadas por várias facções do poder central, agora em verdadeiro colapso[52]. Na região da Duquela operaram-se profundas transformações na composição social das áreas rurais, com a afluência de numerosas tribos árabes. Junto a Azamor agruparam-se os Oled bo Aziz e os Oled Frej, pertencentes à confederação da Xerquia. Paralelamente, cidades como Azamor e Safim conheceram uma situação política nova, dominadas por oligarquias locais interessadas na crescente actividade comercial, nomeadamente com os europeus, gozando de uma autonomia significativa face ao poder central de Fez ou ao de Marraquexe[53].

As fortes tensões entre o centro político e os poderes regionais no século XV acabaram por dar espaço a interferências externas, que beneficiaram da ausência de autoridade[54]. Às conquistas portuguesas na zona do Estreito de Gibraltar, seguiu-se o estabelecimento

pelo qual [«a cidade de Azamor devia marcar o ponto de separação entre o reio de Fez e o de Marraquexe»].

48. Ibn Khaldun, *Histoire des Berbères…* cit., vol. IV, pp. 419-422.

49. Ambrosio Huici Miranda, *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista, tomo I, "Al-Hulal al Mawŝiyya". Crónica Árabe de las Dinastías Almorávide, Almohade y Benimerín (traducción española)*, Tetuão, Editora Marroquí, 1952, p. 211.

50. *Villes et Tribus…*cit., vol. XI, tomo II, pp. 47-48.

51. Ibn Khaldun, *Histoire des Berbères…* cit., vol. II, p. 123.

52. Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion*… cit., pp. 237-243 e 254.

53. Yassir Benhima, *Safi et son territoire…* cit., pp. 142-148.

54. Bernard Rosenberger, *Le Maroc au XVI siècle. Au seuil de la modernité*, Casablanca, Fondationdes Trois Cultures, 2008, pp. 28-29 ; Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion*… cit., pp. 254-255.

des personnalités ou des groupes en désaccord avec ces deux pouvoirs, à part des confrontations entre eux[48], renforçant l'idée d'être un espace de frontière. Un texte écrit en 1381-1382, bien que dans un panégyrique au seigneur de Marrakech Abou Abd er-Rahman, fait référence qu'à cette époque [« les affaires d'Azemmour se sont améliorées et sa situation s'est redressée. L'oued Oum er-Rbia est à nouveau un marché d'achat et de vente »], dans ce qui semble être un témoignage d'une période instable récente[49]. Il semble cependant que la ville ait fini par maintenir la tutelle du roi de Fès[50]. Le susmentionné directeur des travaux de fortification, Ben Battan Cenhadji, quant à lui, était membre d'une lignée qui gouvernait à Azemmour pendant l'époque mérinides[51]. De toute façon, il est fort probable que, comme à El-Mdina, les travaux de fortification n'ont été achevés que pendant les années suivant la mort d'Abou Inan.

Dans les décennies qui ont suivi des perturbations majeures sont relatées dans diverses régions du Maroc, avec la destruction de villages et de villes, le dépeuplement de vastes zones, même là où les mérinides avaient traditionnellement un contrôle. L'instabilité impliquait de forts mouvements de population, avec le déplacement de tribus soutenus par diverses factions du pouvoir central, alors en véritable effondrement[52]. Dans la région de Doukkala de profondes transformations ont eu lieu dans la composition sociale des zones rurales, avec l'afflux de nombreuses tribus arabes, au détriment de communautés berbères préexistantes. À côté d'Azemmour, se sont regroupées les Ouled Bou'Aziz et les Ouled Fredj, appartenant à la confédération de Sharqiyya. En même temps des villes comme Azemmour ou Safi ont connu une situation politique nouvelle, dominées par des oligarchies locales intéressées par l'activité commerciale croissante, notamment avec les européens, jouissant d'une autonomie significative par rapport au pouvoir central de Fès ou celui de Marrakech[53].

Les tensions extrêmes entre le centre politique et les pouvoirs régionaux au XV[e] siècle ont donné l'occasion à de interférences externes, qui ont profité d'un vide d'autorité[54]. C'est ainsi que les portugais, déjà

48. Ibn Khaldun, *Histoire des Berbères…* cit., vol. IV, pp. 419-422.

49. Ambrosio Huici Miranda, *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista, tomo I, "Al-Hulal al Mawŝiyya". Crónica Árabe de las Dinastías Almorávide, Almohade y Benimerín (traducción española)*, Tétouan, Editora Marroquí, 1952, p. 211.

50. *Villes et Tribus…*cit., vol. XI, tomo II, pp. 47-48.

51. Ibn Khaldun, *Histoire des Berbères…* cit., vol. II, p. 123.

52. Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion*… cit., pp. 237-243 et 254.

53. Yassir Benhima, *Safi et son territoire…* cit., pp. 142-148.

54. Bernard Rosenberger, *Le Maroc au XVI siècle. Au seuil de la modernité*, Casablanca, Fondation des Trois Cultures, 2008, pp. 28-29 ; Mohamed Kably, *Société, Pouvoir et Religion*… cit., pp. 254-255.

da suserania sobre os habitantes de Azamor. O contrato assinado em 1486 previa o pagamento anual à Coroa portuguesa de um tributo de 10.000 sáveis, pescados com abundância nas águas do rio Morbeia, além de privilégios comerciais e da autorização para o estabelecimento de uma feitoria na cidade[55]. Os europeus estavam, claro, empenhados em colher a riqueza que fizera outrora a prosperidade de Azamor. O estabelecimento deste acordo consagrou uma dupla política portuguesa no Norte de África, de afirmação de soberania a Norte, alcançada por D. Afonso V (1432--1481) através do tratado com Mulei Xeque, o Oatácida (1472-1504), e de suserania e parceria comercial a Sul, tanto em Azamor como em Safim[56].

No início do século XVI estas últimas cidades vassalas dos portugueses tenderam a romper os laços anteriormente firmados, na justa medida em que as relações entre Portugal e o reino de Fez se degradaram. Diversos partidos se afrontaram, uns contra, outros a favor, dos portugueses[57]. Assim, depois de uma expedição de reconhecimento em 1507 e de uma tentativa de conquista frustrada em 1508, Azamor acabou por cair em mãos portuguesas em 1513[58]. A expedição vitoriosa motivou discursos eufóricos sobre a capacidade militar portuguesa no Norte de África. Contudo, se nesta época o feito consolidou a confederação de tribos aliadas na Duquela, permitindo uma grande vitória sobre o rei de Fez no ano seguinte, a cidade acabou por se revelar difícil de manter a longo prazo, dadas as fragilidades económicas e ameaças militares[59]. Deve referir-se que a função portuária de Azamor estava então perturbada pelo assoreamento do acesso ao mar a partir do rio Morbeia[60]. Na verdade, a cidade não deixou de ser um enclave português num território que estes não controlavam, salvo na conjuntura muito específica de finais da primeira e inícios da segunda década do século XVI[61]. Noutras

55. Maria Augusta Lima Cruz, «Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, pp. 105-106. Este comércio anual foi descrito por João Leão Africano, que destaca os sáveis como a grande riqueza de Azamor nesta época. Cf. *Description de l'Afrique…* cit., pp. 125-126.

56. António Dias Farinha, *Portugal e Marrocos no Século XV,* tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, 1990, vol. I, p. 310.

57. Bernard Rosenberger, *Le Maroc au XVI siècle…* cit., pp. 74-76.

58. Maria Augusta Lima Cruz, «Documentos Inéditos…» cit., pp. 105-106.

59. Maria Augusta Lima Cruz, «La conquête portugaise d'Azemmour: du discours euphorique à la réalité», *in* Mohammed Salhi (ed.), *La Présence Portugaise au Maroc et les relations actuelles entre les deux pays*, Rabat, Faculté des Lettres et des Sciences Humaines – Rabat, 2009, pp. 45-54. Veja-se também o artigo desta mesma autora na presente publicação sobre o assunto.

60. *Villes et Tribus…* cit., vol. XI, tomo II, pp. 24-24.

61. Bernard Rosenberger, *Le Maroc au XVI siècle…* cit., pp. 82-87; André Teixeira, «Nuno Fernandes de Ataíde et l'intervention portu-

présents dans plusieurs villes de la région du détroit de Gibraltar, ont réussi à gagner la suzeraineté des habitants d'Azemmour. Le contrat signé en 1486 prévoyait le versement annuel à la Couronne portugaise d'un tribut de 10.000 aloses, pêchées en abondance dans l'oued Oum er-Rbia, au-delà de privilèges commerciaux et de l'autorisation de l'établissement d'un comptoir dans la ville[55] ; les portugais étaient, bien entendu, résolus à tirer parti de la richesse qui avait fait auparavant la prospérité d'Azemmour. L'établissement de cet accord a mis en place une politique double du Portugal à l'égard de l'Afrique du Nord : au nord, l'affirmation de la souveraineté, acquise par le roi D. Afonso V (1432-1481), à travers le traité avec Moulay Cheikh el Watassi (1472-1504); au sud, de suzeraineté et de partenariat commercial, avec les gouverneurs des villes d'Azemmour et de Safi[56].

Dans les débuts du XVI[e] siècle ces dernières villes vassales des portugais ont commencé à couper les liens précédemment établis, en même temps que les relations entre le Portugal et le royaume de Fès se détérioraient. Plusieurs partis se sont affrontés, les uns contre, les autres en faveur des portugais[57]. Ainsi, après une expédition de reconnaissance en 1507 et d'une tentative de conquête manquée en 1508, Azemmour est finalement tombée aux mains des portugais en 1513[58]. L'expédition victorieuse a inspiré des discours euphoriques sur le potentiel militaire portugais en Afrique du Nord. Mais si à l'époque cette réalisation a consolidé la confédération des tribus alliées en Doukkala, permettant une grande victoire sur le roi de Fès l'année suivante, la ville s'est avérée difficile à maintenir sur le long terme, en raison des faiblesses économiques et des menaces militaires[59]. Il faut remarquer que la fonction portuaire séculaire d'Azemmour était alors perturbée par l'ensablement de l'accès à la mer à partir de l'oued Oum er-Rbia[60]. En réalité la ville n'a pas cessé d'être une enclave des portugais dans un territoire qu'ils ne contrôlaient pas, sauf dans la conjoncture très spécifique de la fin

55. Maria Augusta Lima Cruz, « Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor », *Arquivos do Centro Cultural ortuguês*, vol. II, pp. 105-106. Ce commerce annuel a été décrit par Jean-Léon l'Africain, qui met en évidence les aloses comme la grande richesse d'Azemmour à cette époque, en *Description de l'Afrique…* cit., pp. 125-126.

56. António Dias Farinha, *Portugal e Marrocos no Século XV,* thèse de doctorat, Universidade de Lisboa, 1990, vol. I, p. 310.

57. Bernard Rosenberger, *Le Maroc au XVI siècle…* cit., pp. 74-76.

58. Maria Augusta Lima Cruz, « Documentos Inéditos… » cit., pp. 105-106.

59. Maria Augusta Lima Cruz, « La conquête portugaise d'Azemmour : du discours euphorique à la réalité », *in* Mohammed Salhi (éd.), *La Présence Portugaise au Maroc et les relations actuelles entre les deux pays*, Rabat, Faculté des Lettres et des Sciences Humaines – Rabat, 2009, pp. 45-54. Voir aussi l'article de la même auteure dans la présente publication.

60. *Villes et Tribus…* cit., vol. XI, tome II, pp. 24-24.

palavras, Azamor e as outras possessões portuguesas na região foram sempre espaços de fronteira, um conceito que não remete apenas para divisão e guerra, mas também para permeabilidades e contactos, embora sempre num contexto de instabilidade[62].

3. As fortificações e a forma urbana

Os trabalhos que realizámos em Azamor permitiram documentar vestígios arqueológicos importantes em dois espaços. Por um lado, a Sul da actual medina, correspondendo a um momento de ocupação mais antigo da cidade, remontando pelo menos à época almóada e terminando na merínida. Por outro, na própria fortificação da medina actual, onde se revelaram ocupações de época oatácida e portuguesa. Analisemos, pois, cada um destes espaços e cronologias.

3.1. O espaço a Sul da medina

Os vestígios de muralha em taipa localizam-se numa área de planalto, em zona de cota média superior à da medina, entre os 25 e os 30m, onde o acesso ao rio se faz mais dificilmente (fig. 2). Assinale-se, porém, que provavelmente parte desta configuração do terreno resulta da acumulação de sedimentos antrópicos ao longo de séculos, como a disposição das muralhas e torres reveladas parece indiciar. Trata-se de uma zona muito escassamente urbanizada, mantendo-se como um espaço com algum aproveitamento agrícola.
O troço de muralha visível arranca cerca de 150m a Sul do torreão Sudeste da muralha da medina (fig. 3), tendo uma configuração rectilínea, paralela ao curso fluvial. É possível que aquele torreão e a cortina agora descoberta possam ter estado unidas, protegendo o acesso ribeirinho. A destruição desse troço teria sido provocada pela abertura do fosso em época portuguesa, perpendicular ao rio neste quadrante. Trata-se de uma zona que foi porto fluvial até ao século XX, precisamente na intersecção entre a zona de cota mais baixa da medina e o espaço meridional da cidade em cota mais elevada e que aqui analisamos (fig. 4). Bem próximo deste troço conserva-se ainda uma das torres que protegia o perímetro defensivo, bastante

gaise à l'intérieur des terres du Maroc», *in* Maria Augusta Lima Cruz e Rui Manuel Loureiro (ed.), *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp. 101-116.

62. Mathew Racine, *"A most opulent Iliad". The Portuguese Occupation of Southern Morocco (1505-1542): the fortunes of a Frontier Society*, tese de doutoramento, University of California em Santa Barbara, 2003. O mesmo conceito foi utilizado com nuances em André Teixeira, «Introduction», *in* André Teixeira (ed.), *Entre les deux rives du Détroit de Gibraltar: Archéologie de frontières aux 14-16e siècles*, Lisboa, CHAM, 2016, pp. 11-15.

de la première et du début de la deuxième décennie du XVIe siècle[61]. En d'autres termes, Azemmour et les autres possessions portugaises dans la région ont été toujours des espaces frontaliers, un concept qui ne fait pas seulement référence à la division et à la guerre, mais aussi aux perméabilités et aux contacts, quoique toujours dans un contexte d'instabilité[62].

3. Les fortifications et la forme urbaine

Le travail que nous avons effectué à Azemmour nous a permis de documenter des vestiges archéologiques importants dans deux espaces. D'une part, au sud de l'actuelle médina, correspondant à un moment d'occupation plus ancienne de la ville, remontant au moins à la période almohade et se terminant à la mérinide. D'autre part, dans le rempart de la médina actuelle, où se sont révélés des occupations de la période wattasside et portugaise. Analysons donc chacun de ces espaces et chronologies.

3.2. L'espace au sud de la médina

Les vestiges d'une enceinte en pisé se trouvent sur un plateau, dans un espace au-dessus de l'altitude moyenne de la médina, entre 25 et 30m, où l'accès au fleuve se trouve plus difficile (fig. 2). Soulignons, toutefois, qu'une partie de la configuration du terrain est probablement le résultat de l'accumulation de sédiments anthropiques au cours des siècles, comme la disposition des courtines et tours révélées semblent l'indiquer. Il s'agit d'une zone à peine urbanisée, constituant un espace d'utilisation agricole.
La section de l'enceinte visible commence à environ 150m au sud de la tour sud-est du rempart de la médina (fig. 3), avec une configuration rectiligne parallèle au cours du fleuve. Il est possible que cette tour et l'enceinte maintenant découverte aient été réunies, protégeant l'accès au bord de la rivière. La destruction de cette section aurait été causée par l'ouverture du fossé à l'époque portugaise, perpendiculaire à la rivière dans ce quadrant. C'est une zone qui fut le port fluvial jusqu'au XXe siècle, précisément à l'intersection entre la zone la plus basse de la médina et l'espace sud plus haut que nous analysons ici (fig. 4).

61. Bernard Rosenberger, *Le Maroc au XVI siècle…* cit., pp. 82-87 ; André Teixeira, « Nuno Fernandes de Ataíde et l'intervention portugaise à l'intérieur des terres du Maroc », *in* Maria Augusta Lima Cruz et Rui Manuel Loureiro (éd.), *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp. 101-116.

62. Mathew Racine, *"A most opulent Iliad". The Portuguese Occupation of Southern Morocco (1505-1542): the fortunes of a Frontier Society*, thèse de doctorat, University of California à Santa Barbara, 2003. Le même concept, avec des nuances, a été utilisé en André Teixeira, « Introduction », *in* André Teixeira (éd.), *Entre les deux rives du Détroit de Gibraltar : Archéologie de frontières aux 14-16e siècles*, Lisbonne, CHAM, 2016, pp. 11-15.

Fig. 2 – Vista de Azamor a partir de Norte, vendo-se ao fundo a zona arborizada onde foram realizados os achados arqueológicos medievais.
Vue d'Azemmour depuis le nord ; au fond l'endroit arborisé où les découvertes archéologiques médiévales ont été effectuées.

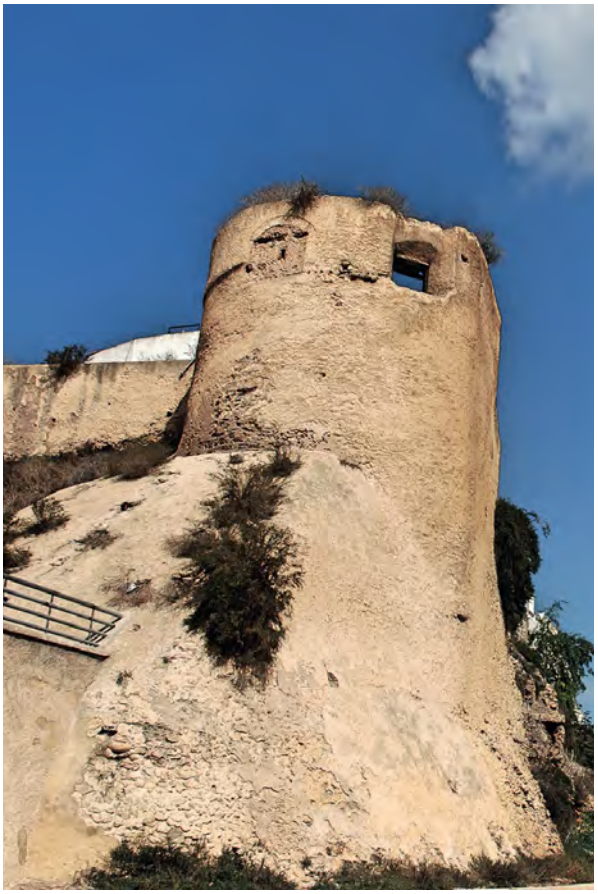


Fig. 3 – Torreão Sudeste da muralha da medina. Tour sud-est du rempart de la médina.

Fig. 4 – Porto fluvial de Azamor no início do século XX. Port fluvial d'Azemmour au début du XX^{e} siècle.
© http://azama2.free.fr/galerie/picture.php?/637/category/5.

arruinada e em perigo de colapso pelo esboroamento em direcção ao rio do solo onde assenta (fig. 5). Tem formato quadrangular e cerca de 5m de lado, apresentando dois corpos: uma base espessada, fabricada maioritariamente com alvenaria de pedra pequena a média, incluindo também tijolo, agregada por argamassa; e um corpo superior mais estreito, exclusivamente em taipa. Toda a estrutura era revestida por argamassa de cal. A torre está algo avançada face ao trajecto visível da cortina, parecendo que se ligaria a este através de um passadiço. A confirmar-se esta hipótese podemos aventar que se trata de uma torre albarrã, solução militar muito difundida sob os almóadas[63]. No entanto, a acumulação de sedimentos no interior do perímetro, soterrando quase por completo a estrutura, impede a confirmação clara desta hipótese. A Sul desta área, a muralha foi amputada pela construção da ponte e estrada de acesso ao centro da cidade. Detectam-se indícios da sua continuidade mais a Sul, a sensivelmente 450m da cerca da medina, onde novos troços em taipa, preservados em cerca de 1m de altura, confirmam a continuidade da estrutura militar, já com trajecto curvilíneo na direcção Oeste

À proximité de cette section, l'une des tours qui protégeait l'enceinte est encore préservée, plutôt vétuste et en danger d'effondrement à cause du glissement vers la rivière du terrain sur lequel elle est assise (fig. 5). D'une forme carrée, avec environ 5m de côté, elle présente deux corps : une base épaissie construite en maçonnerie de pierre de petites à moyennes dimensions et, plus rarement, de la brique, liée au mortier ; un corps supérieur plus étroit, exclusivement en pisé, revêtu d'enduit et de chaux. La tour est légèrement avancée par rapport au tracé visible de la courtine et semble être reliée à celle-ci par un passage étroit. Si cette hypothèse se confirme, nous pourrons parler ici de l'existence une tour *albarrana*, solution militaire très diffusée sous les Almohades[63]. Cependant, l'accumulation de sédiments à l'intérieur du périmètre, recouvrant presque la totalité de la structure, empêche la confirmation de cette proposition. Au sud de ce secteur, l'enceinte a été coupée par la construction du pont et la route menant au centre-ville. Sa continuité est attestée plus au sud, à environ 450m du rempart de la médina, où de nouvelles courtines en pisé, préservées sur environ 1m de hauteur, confirment la continuité de la structure militaire, déjà

Fig. 5 – Torre da muralha em taipa sobre o rio Morbeia. Tour de la muraille en pisé sur l'oued Oum er-Rbia.

63. Samuel Márquez Bueno e Pedro Gurriarán Daza, «Recursos formales y constructivos en la arquitectura militar almohade de al-Andalus», *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 5, 2008, pp. 121-123.

63. Samuel Márquez Bueno et Pedro Gurriarán Daza, « Recursos formales y constructivos en la arquitectura militar almohade de al-Andalus », *Arqueología de la Arquitectura*, nº 5, 2008, pp. 121-123.

(fig. 6). Nesta secção destaca-se uma nova torre quadrangular, ainda menos bem conservada que a anterior, mas que segue o mesmo modelo construtivo, embora a base não pareça ser reforçada (fig. 7). Esta torre marca alguma inflexão no traçado da cortina, então já claramente orientada para Oeste, bem como um menor declive entre as faces interior e exterior (fig. 8). A muralha desaparece junto à actual Boulevard Moulay Al-Hassan, em zona já totalmente urbanizada.

Relativamente às técnicas construtivas desta estrutura, além do que se anotou acerca das torres, cumpre referir que toda a cortina foi erguida com recurso à taipa militar, ou *tabiya*, tendo os panos de muralha grande resistência (fig. 9). Estes obtiveram-se pela mescla de sedimento argiloso e arenoso, por um lado, e cascalho, por outro – materiais existentes com abundância nas proximidades –, a uma boa percentagem de cal, seguramente também produzida localmente[64], fundamental para conferir solidez à estrutura. Em certos segmentos observam-se orifícios de um lado a outra na largura das cortinas, correspondentes às travessas de madeira (naturalmente desaparecidas) que suportavam os taipais, base do sistema de cofragem desta técnica da taipa[65].

Ao contrário do que sucede com a torre a Este, virado ao rio e possível albarrã, não se detecta qualquer base pétrea nos panos de muralha, como é comum nas construções militares almóadas[66]. A verdade, contudo, é que a base das estruturas não foi atingida nas escavações realizadas no paramento interior, nem o terreno se encontrava tão erodido que se pudesse ver no exterior. Com efeito, o pano de muralha mais bem conservado, entre as duas torres atrás referidas e onde se fez uma sondagem arqueológica, preserva-se numa altura de 7m, medidos no paramento externo (fig. 10). Neste troço, apesar do referido paramento externo se encontrar assaz erodido, é possível detectar as linhas de separação entre as diversas fiadas de taipais, com uma altura de pouco mais de 80cm (equivalentes a dois côvados *ma' munî*), na linha do que tem sido observado noutras construções militares

64. Antes da conquista de Azamor pelos portugueses existiam aí vários produtores de cal, que pediram autorização ao novo poder para voltar à cidade e retomar as suas actividades, cf. Maria Augusta Lima Cruz, «Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, 1970, pp. 112-113 e 115.

65. Sobre este assunto veja-se Pedro Gurriarán Daza e J. Sáez Rodríguez, «Tapial o fábricas de encofradas en recintos urbanos andalusíes», *in* Antonio Torremocha Silva e Virgilio Martínez Enamorado (ed.), *Actas del II Congreso Internacional: La Ciudad en Al-Andalus y el Magreb (Algeciras)*, Granada, Fundación El Legado Andalusí, 2002, pp. 562-569 e 584-587.

66. Pedro Gurriarán Daza e J. Sáez Rodríguez, «Tapial o fábricas de encofradas…» cit., p. 576.

avec un tracé curviligne orienté vers l'ouest (fig. 6). Dans cette section on observe une autre tour quadrangulaire, encore moins bien conservée que la précédente, mais qui suit le même modèle constructif, bien que sa base ne semble pas être renforcée (fig. 7). Cette tour marque une inflexion dans le contour de la courtine, déjà tendanciellement orientée vers l'ouest, ainsi qu'une déclivité moins accentuée entre ses faces intérieure et extérieure (fig. 8). L'enceinte disparaît près de l'actuel Boulevard Moulay Al-Hassan, dans une zone déjà totalement urbanisée.

En ce qui concerne les techniques de construction de cette structure, en plus de ce qui a été noté sur les tours, il faut repérer que tout la muraille a été battue avec du pisé militaire, ou *tabiya*, les murs ayant une grande résistance (fig. 9). Ceux-ci ont été fabriqués en mélangeant des sédiments argileux et sableux, d'une part, et du gravier, d'autre part – matériaux existants en abondance à proximité – avec un bon pourcentage de chaux, certainement aussi produite localement[64], fondamentale pour rendre la structure solide. Dans certains segments, on observe des trous d'un côté à l'autre dans la largeur des courtines, correspondant aux traverses en bois (naturellement absentes) qui supportaient les banches, base du système de coffrage de cette technique du pisé[65].

Contrairement à ce qui se passe avec la tour est, face à la rivière et possible *albarrana*, aucune base en pierre n'est détectée dans les murs, comme cela est courant dans les structures militaires almohades[66]. La vérité, cependant, est que la base des structures n'a pas été atteinte lors des fouilles effectuées à côté de la face interne du mur et le terrain n'était pas non plus si érodé qu'elle pouvait être vue de l'extérieur. En effet, la partie de la muraille la mieux préservée, entre les deux tours mentionnées ci-dessus et où un sondage archéologique a été mené, se conserve à une hauteur de 7m, mesurés dans la face extérieure du mur (fig. 10). Dans cette section, bien que la face extérieure susmentionnée soit assez érodée, il est possible de détecter les lignes de séparation entre les différentes rangées de banches, d'une hauteur d'un peu plus de 80cm (correspondants à deux coudées *ma 'munî*),

64. Avant la conquête d'Azemmour par les portugais il y avait plusieurs producteurs de chaux, qui ont demandé autorisation au nouveau pouvoir pour revenir à la ville et reprendre leurs activités, cf. Maria Augusta Lima Cruz, « Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor », *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, 1970, pp. 112-113 et 115.

65. Sur ce sujet voir Pedro Gurriarán Daza et J. Sáez Rodríguez, « Tapial o fábricas de encofradas en recintos urbanos andalusíes », *in* Antonio Torremocha Silva et Virgilio Martínez Enamorado (éd.), *Actas del II Congreso Internacional : La Ciudad en Al-Andalus y el Magreb (Algeciras)*, Granada, Fundación El Legado Andalusí, 2002, pp. 562-569 et 584-587.

66. Pedro Gurriarán Daza et J. Sáez Rodríguez, « Tapial o fábricas de encofradas… » cit., p. 576.

Fig. 6 – Troço da muralha em taipa a Sudeste. Section de la muraille en pisé à sud-est.

Fig. 7 – Torre da muralha em taipa a Sudeste. Tour de la muraille en pisé à sud-est.

Fig. 8 – Troço da muralha em taipa a Sul, junto à Boulevard Moulay Al-Hassan. Section de la muraille en pisé au sud, près de la Boulevard Moulay Al-Hassan.

Fig. 9 – Detalhe de um troço da muralha em taipa. Detaille d'une section de la muraille en pisé.

Fig. 10 – Paramento externo do troço mais bem conservado da muralha em taipa. Surface externe de la partie de la muraille en pisé la mieux préservée.

coevas[67]. Neste mesmo troço observa-se também uma marca oblíqua na estrutura, que corresponderá a uma paragem diária no trabalho de construção, como tem sido observado noutros locais[68].

Ainda neste segmento de muro é possível observar que a fortificação é composta na realidade por duas cortinas acopladas, fabricadas com técnicas idênticas. A interior será mais antiga, já que a última fiada da exterior parece sobrepor-se-lhe, como que agregando as duas estruturas. Apesar da sua erosão é possível avançar que as duas cortinas teriam cerca de 0,9m de largura cada uma, embora a externa possa ser ligeiramente mais espessa. Coloca-se a hipótese de estarmos face a dois momentos construtivos, com uma primitiva muralha interior, cuja ruína teria levado à construção de nova cortina exterior, optando-se por agregar as duas construções, obtendo uma fortificação de grande espessura. Note-se que, usando esta técnica da taipa, seria difícil reparar convenientemente a muralha em caso de ruína, não fazendo sentido derrubá-la para erguer uma nova, já que isso desguarneceria por completo a cidade. Os eventuais problemas estruturais do pano de muralha mais antigo, nomeadamente no paramento exterior, ficavam assim anulados dentro da nova cortina. Esta solução de acoplamento de muralhas em operações de reparação é muito comum e está profusamente documentada na Península Ibérica[69].

Por fim, cumpre referir que subsistem ainda vestígios do reboco que protegia as superfícies desta construção em taipa, naturalmente mais bem conservados na área escavada que nas áreas onde os paramentos estão sujeitos aos agentes erosivos. O reboco era uniforme, encontrando-se em desagregação mesmo na superfície interna, onde parece ter-se destacado em linhas horizontais, eventualmente correspondentes à altura das diversas tábuas que constituíam os taipais (fig. 11). Os escassos vestígios de reboco nos paramentos externos impedem-nos de indagar sobre a existência de [«falsas juntas de grande aparelho decorando por vezes muralhas e torres»] (fig. 12), uma imagem claramente relacionada com as fortificações e a propaganda almóada (independentemente da

67. Leopoldo Torres Balbás, *Ciudades Hispanomusulmanas*, Madrid, Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 1970, tomo II, p. 560; Pedro Gurriarán Daza e J. Sáez Rodríguez, «Tapial o fábricas de encofradas…» cit., pp. 570-571. Além dos esclarecimentos fornecidos pelas suas publicações, estamos reconhecidos às preciosas sugestões que nos foram feitas sobre este assunto por Pedro Gurriarán Daza.

68. Pedro Gurriarán Daza e J. Sáez Rodríguez, «Tapial o fábricas de encofradas…» cit., p. 574.

69. Estamos reconhecidos pelas preciosas sugestões que nos foram feitas sobre este assunto por Miguel Ángel Hervás e Pedro Gurriarán Daza.

comme il a été observé dans d'autres structures militaires de la même époque[67]. Dans cette même partie de la muraille, il y a aussi une marque oblique sur la structure, qui doit correspondre à un arrêt d'un jour dans les travaux de construction, comme cela a été considéré à d'autres endroits[68].

Toujours dans cette section de courtine, il est possible d'observer que la fortification est en fait composée de deux murs couplés, fabriqués avec la même technique de construction. L'intérieur doit être plus ancien, puisque la dernière rangée de l'extérieur semble se chevaucher, comme si elle agrégeait les deux structures. Malgré son érosion, il est possible d'avancer que chacun des deux murs avaient une largeur d'environ 0,9m, bien que l'extérieur puisse être légèrement plus épais. L'hypothèse est que nous sommes confrontés à deux moments de construction, avec un mur intérieur primitif, dont la ruine aurait conduit à la construction d'un nouveau mur extérieur, en choisissant d'agréger les deux constructions, obtenant une fortification très épaisse. Notez qu'en utilisant cette technique du pisé, il serait difficile de réparer correctement un mur en cas de ruine ; il n'aurait aucun sens de le démolir pour en construire un nouveau, car cela rendrait la ville complètement sans protection. Les possibles problèmes structurels de la face extérieure du mur plus ancien ont ainsi été résolus avec la construction du nouveau mur. Cette solution de couplage des murs dans les opérations de réparation est très courante et est abondamment documentée dans la péninsule Ibérique[69].

Dernièrement, il est à noter qu'il existe encore des traces de l'enduit qui protégeait les surfaces de cette construction en pisé, naturellement mieux conservées dans la zone qui a été fouillée que dans les zones où les murs sont soumis à des agents érosifs. Le plâtre était uniforme, étant en désagrégation même sur la surface interne, où il semble s'être détaché en lignes horizontales, correspondant peut-être à la hauteur des différentes banches qui composaient les parois latérales (fig. 11). Les quelques traces de plâtre sur les murs extérieurs nous empêchent de nous renseigner sur l'existence de [« faux-joints de grande appareille décorant souvent les murs et les tours »] (fig. 12), une image clairement connectée aux fortifications et à la propagande almohade (indépendamment de sa chro-

67. Leopoldo Torres Balbás, *Ciudades Hispanomusulmanas*, Madrid, Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 1970, tomo II, p. 560 ; Pedro Gurriarán Daza et J. Sáez Rodríguez, « Tapial o fábricas de encofradas… » cit., pp. 570-571. En plus des éclaircissements de ses publications, nous sommes reconnaissants des précieuses suggestions qui nous ont été faites à ce sujet par Pedro Gurriarán Daza.

68. Pedro Gurriarán Daza et J. Sáez Rodríguez, « Tapial o fábricas de encofradas… » cit., p. 574.

69. Nous sommes reconnaissants aux suggestions qui nous ont été faites à ce sujet par Miguel Ángel Hervás et Pedro Gurriarán Daza.

Fig. 11 – Paramento interno do troço mais bem conservado da muralha em taipa, na sondagem arqueológica. Surface interne de la partie de la muraille en pisé la mieux préservée, dans le sondage archéologique.

Fig. 12 – Detalhe do paramento externo do troço mais bem conservado da muralha em taipa, vendo-se o seu reboco. Detaille de la surface externe de la partie de la muraille en pisé la mieux préservée, s'observant le plâtre.

sua cronologia exacta), muito presente na Península Ibérica, mais raramente no Magrebe[70].

Em suma, estes achados levantam dois problemas básicos de interpretação: por um lado, a datação, por outro, o traçado da fortificação. Estas duas questões articulam-se com uma outra: a da relação das fortificações agora reveladas com as que circundam a actual medina. Os trabalhos arqueológicos que realizámos permitem lançar algumas hipóteses de trabalho, sem contudo lhe dar resposta satisfatória a estas questões. No que toca à fundação destas estruturas não dispomos de dados estratigráficos, já que as sondagens arqueológicas que realizámos perto desta muralha (descritas abaixo), entre as suas torres mencionadas, não atingiram os seus alicerces. Está documentada uma intensa actividade de construção de fortificações pelos almorávidas, erguendo estruturas em taipa com base em pedra e torres quadrangulares. Se entre as obras que se lhes atribuem não figura Azamor[71], deve recordar-se as dificuldades de domínio desta região pela dinastia, face à resistência dos berguatas, um cenário que lhes terá levado a uma posição de força. Do ponto de vista das características estruturais já tivemos oportunidade de enunciar alguns elementos que concorrem para lhe atribuir uma origem almóada, sem sustentar absolutamente esta proposta. A utilização da taipa em construções militares foi comum ao longo de toda a Idade Média, embora generalizando-se sobretudo a partir dos almorávidas e dos almóadas, nomeadamente no Magrebe[72]. A grande resistência das cortinas de Azamor agora descobertas, dada pela alta percentagem de cal na sua composição, sugere uma cronologia mais recente e uma pertença aos programes militares daquelas dinastias magrebinas. Relativamente às torres albarrãs, como

70. Pedro Gurriarán Daza e J. Sáez Rodríguez, «Tapial o fábricas de encofradas…» cit., pp. 578-582, citando Henri Terrasse relativamente a esta última questão da decoração das muralhas e torres. Ver: Rafael Azuar Ruiz, «Aspectos simbólicos de la arquitectura militar almohade. El falso despiece de sillería y las bóvedas de arcos entrecruzados», *in* Patrice Cressier, Maribel Fierro e Luis Molina (ed.), *Los almohades: problemas y perspectivas*, Madrid, CSIC, 2005, vol. I, pp. 123-147; Samuel Márquez Bueno e Pedro Gurriarán Daza, «Recursos formales y constructivos…» cit., pp. 117-121; Rafael Azuar Ruiz e Isabel Cristina Ferreira Fernandes, «La fortificación del califato almohade», *in* Patrice Cressier e Vicente Salvatierra (ed.), *Las Navas de Tolosa. 1212-2012. Miradas Cruzadas*, Jaén, Universidade de Jaén, 2013, pp. 403-405.

71. Ahmed Saleh Ettahiri, Bulle Tuil Leonetti, Abdallah Fili e Claire Déléry, «Basculement berbère…» cit., p. 149.

72. Leopoldo Torres Balbás, *Ciudades Hispanomusulmanas…* cit., tomo II, pp. 560-562; Pedro Gurriarán Daza e J. Sáez Rodríguez, «Tapial o fábricas de encofradas…» cit., pp. 589-620; Rafael Azuar Ruiz, «Técnicas constructivas y fortificación almohade en al-Andalus», *in* Magdalena Valor Piechotta, José Luis Villar Iglesias e José Ramírez del Río (coord.), *Los almohades: su Patrimonio Arquitectónico y Arqueológico en el Sur de al-Andalus*, Sevilha, Consejería de Relaciones Institucionales – Junta de Andalucia, 2004, p. 63.

nologie exacte), très présente dans la péninsule Ibérique, plus rarement au Maghreb[70].

Somme toute ces découvertes soulèvent deux problèmes fondamentaux d'interprétation : d'une part la datation, d'autre part le tracé de la fortification. Ces deux questions sont liées à une autre : la relation entre ces fortifications maintenant révélées et celles qui entourent la médina actuelle. Les travaux archéologiques que nous avons réalisés permettent de lancer quelques hypothèses de travail, sans toutefois donner une réponse tout à fait satisfaisante à ces questions. En ce qui concerne la fondation des structures nous ne disposons pas de donnés stratigraphiques, une fois que les sondages archéologiques que nous avons fait tout près de cette muraille (décrits ci-dessous), entre les deux tours mentionnées, n'ont pas atteint la base de l'enceinte. Une intense activité de construction de fortifications par les almoravides a été documentée, érigeant des structures en pisé sur des soubassements en moellons et de tours carrées. Si parmi les œuvres qui leur sont attribuées Azemmour ne figure pas[71], il faut rappeler les difficultés de dominer cette région par la dynastie, face à la résistance des berghouata, scénario qui les aurait poussés à une position de force. Du point de vue des caractéristiques architecturales nous avons déjà cité quelques éléments qui soutiennent une origine almohade, sans prouver avec certitude cette proposition. L'utilisation du pisé en constructions militaires a été générale pendant tout le Moyen Âge, bien qu'elle s'ait diffusé particulièrement sous les almoravides et les almohades, notamment au Maghreb[72]. La grande résistance des courtines d'Azemmour maintenant découvertes, donné par le haut pourcentage de chaux dans sa composition, suggère une chronologie plus récente et une appartenance aux programmes militaires de ces dynasties

70. Pedro Gurriarán Daza et J. Sáez Rodríguez, « Tapial o fábricas de encofradas… » cit., p. 578-582, citant Henri Terrasse pour cette dernière question de la décoration des murs et des tours. Voir : Rafael Azuar Ruiz, « Aspectos simbólicos de la arquitectura militar almohade. El falso despiece de sillería y las bóvedas de arcos entrecruzados », *in* Patrice Cressier, Maribel Fierro et Luis Molina (éd.), *Los almohades : problemas y perspectivas*, Madrid, CSIC, 2005, vol. I, pp. 123-147; Samuel Márquez Bueno et Pedro Gurriarán Daza, « Recursos formales y constructivos… » cit., pp. 117-121 ; Rafael Azuar Ruiz et Isabel Cristina Ferreira Fernandes, « La fortificación del califato almohade », *in* Patrice Cressier et Vicente Salvatierra (éd.), *Las Navas de Tolosa. 1212-2012. Miradas Cruzadas*, Jaén, Universidade de Jaén, 2013, pp. 403-405.

71. Ahmed Saleh Ettahiri, Bulle Tuil Leonetti, Abdallah Fili et Claire Déléry, « Basculement berbère… » cit., p. 149.

72. Leopoldo Torres Balbás, *Ciudades Hispanomusulmanas…* cit., tomo II, pp. 560-562 ; Pedro Gurriarán Daza et J. Sáez Rodríguez, « Tapial o fábricas de encofradas… » cit., pp. 589-620 ; Rafael Azuar Ruiz, « Técnicas constructivas y fortificación almohade en al-Andalus », *in* Magdalena Valor Piechotta, José Luis Villar Iglesias et José Ramírez del Río (coord.), *Los almohades: su Patrimonio Arquitectónico y Arqueológico en el Sur de al-Andalus*, Séville, Consejería de Relaciones Institucionales – Junta de Andalucia, 2004, p. 63.

poderia ser o caso da estrutura subsistente no flanco Este dos vestígios agora encontrados, virada ao rio, também constitui um elemento que aponta para uma cronologia almóada, época em que estas construções tiveram enorme difusão[73].

Assim, no que toca à datação das estruturas, é possível que Azamor tenha conhecido trabalhos de fortificação durante as dinastias almorávida e almóada, correspondentes às muralhas agora encontradas. Eventualmente poderemos estar face a uma primitiva fortificação almorávida[74], que, ante a ruína, foi objecto de nova campanha pelos almóadas, que terão acoplado nova muralha à antiga cortina, erguendo novas torres. Trata-se apenas de uma hipótese, já que também é possível que as duas cortinas datem de época almóada. Neste último caso é plausível que uma das fases das construções de Azamor seja coeva da de Safim, comprovadamente da segunda metade do século XII ou dos primeiros decénios da centúria seguinte[75], uma época de florescimento destas cidades costeiras e de uma política sistemática dos almóadas de construção de cercas urbanas em taipa com portas monumentais em pedra[76].

Relativamente à data de abandono desta área da cidade, as duas sondagens arqueológicas que realizámos proporcionaram uma grande quantidade de material cerâmico: por um lado, vestígios de uma oficina de produção oleira, por outro, cerâmicas de utilização doméstica com semelhanças às detectadas em outros sítios arqueológicos do Norte de Marrocos, do século XIV ou inícios da centúria seguinte (detalhadas abaixo). Esta data marcará, pois, o período de abandono desta parte sul de Azamor, precedendo assim mais de um século a chegada dos portugueses. É, pois, tentador fazer coincidir este facto com a referência histórica acima apontada, o abandono da cidade no segundo quartel do século XIV e sua recons-

73. Leopoldo Torres Balbás, *Ciudades Hispanomusulmanas*... cit., tomo II, p. 590; Samuel Márquez Bueno e Pedro Gurriarán Daza, «Recursos formales...» cit., pp. 121-123; Rafael Azuar Ruiz e Isabel Cristina Ferreira Fernandes, «La fortificación del califato almohade» cit., p. 406.

74. Os dados sobre as cercas urbanas construídas pelos almorávidas no Magrebe são ainda muito escassos, circunscrevendo-se por agora ao caso de Marraquexe, segundo Patrice Cressier, «Arqueología del Magreb almorávide...» cit., p. 50, muito embora se considere que o papel desta dinastia como construtora e reformadora de cidades é subestimado pela historiografia (p. 46).

75. Yassir Benhima, *Safi et son territoire*... cit., p. 112.

76. Sergio Martínez Lillo, «La continuidad de la arquitectura beréber en el Magreb. Ciertos ejemplos en lo militar y religioso», *in* Rafael López Guzmán (coord.), *La Arquitectura del Islam Occidental*, Madrid, Sierra Nevada '95 – El legado Andalusí e Lunwerg Editores, 1995, pp. 152-153. Ver Patrice Cressier, «Les portes monumentales urbaines almohades: symboles et fonctions», *in* Patrice Cressier, Maribel Fierro e Luis Molina (ed.), *Los almohades...* cit., vol. I, pp. 149-187.

magrébines. Quant aux tours *albarranas*, comme pourrait être le cas de la structure qui subsiste sur le flanc est des vestiges maintenant retrouvés face au fleuve, elles constituent aussi un élément qui pointe vers une chronologie almohade, une époque où ces constructions ont eu une énorme diffusion[73].

Ainsi, lorsqu'il s'agit de dater les structures, il est possible qu'Azemmour ait connu des travaux de fortification sous les dynasties almoravide et almohade, correspondants aux deux murs couplés qui viennent d'être retrouvés. Finalement, nous pourrions être confrontés à une fortification almoravide primitive[74], qui tombant en ruine a fait l'objet d'une nouvelle campagne sous les almohades, qui auront ajouté un nouveau mur à l'ancienne, érigeant de nouvelles tours. Ce n'est qu'une hypothèse, car il est également possible que les deux murs datent de la période almohade. Dans ce dernier cas, il est vraisemblable qu'une des phases des constructions d'Azemmour soit de la même époque de celle de Safi, surement de la seconde moitié du XII[e] siècle ou des premières décennies du siècle suivant[75], époque d'apogée de ces villes côtières et d'une politique systématique des almohades de construction d'enceintes urbaines en pisé avec des portes monumentales en pierre[76].

En ce qui concerne la date de l'abandon de cet endroit, les deux sondages archéologiques effectués ont livré une grande quantité de mobilier céramique : d'une part, des vestiges d'un atelier de production potière, d'autre part, de céramiques d'utilisation domestique présentant des ressemblances avec celles trouvées dans d'autres sites archéologiques au Nord du Maroc du XIV[e] siècle ou début du siècle suivant (détaillées ci-dessous). Cette date marquera donc la période d'abandon de cette partie sud d'Azemmour, précédant donc plus d'un siècle l'arrivée des portugais. Il est ainsi tentant de faire coïncider ce fait avec la référence historique susmentionnée : l'abandon de la ville au deuxième quart du XIV[e] siècle et sa recons-

73. Leopoldo Torres Balbás, *Ciudades Hispanomusulmanas*... cit., tomo II, p. 590 ; Samuel Márquez Bueno et Pedro Gurriarán Daza, « Recursos formales... » cit., pp. 121-123 ; Rafael Azuar Ruiz et Isabel Cristina Ferreira Fernandes, « La fortificación del califato almohade » cit., p. 406.

74. Les donnés sur les enceintes urbaines construites par les almoravides au Maghreb sont encore très faibles, pour le moment circonscrites au cas de Marrakech, selon Patrice Cressier, « Arqueología del Magreb almorávide... » cit., p. 50, même si le rôle de cette dynastie comme bâtisseur et réformateur de villes est sous-estimé par l'historiographie (p. 46).

75. Yassir Benhima, *Safi et son territoire*... cit., p. 112.

76. Sergio Martínez Lillo, « La continuidad de la arquitectura beréber en el Magreb. Ciertos ejemplos en lo militar y religioso », *in* Rafael López Guzmán (coord.), *La Arquitectura del Islam Occidental*, Madrid, Sierra Nevada '95 – El legado Andalusí et Lunwerg Editores, 1995, pp. 152-153. Voir Patrice Cressier, « Les portes monumentales urbaines almohades : symboles et fonctions », *in* Patrice Cressier, Maribel Fierro et Luis Molina (éd.), *Los almohades*... cit., vol. I, pp. 149-187.

trução noutro lugar[77]. Na verdade, a própria tradição popular aponta que [«a 500m das muralhas, sempre a Sul, subsistem os vestígios de uma muralha a que chamamos Azamor el-Hadar, e que terá sido o local de implantação primitivo da cidade»][78]. Trata-se, contudo, de um processo que merece ser mais bem documentado.

Quanto à configuração de Azamor antes do século XV, os vestígios não nos permitem ter por agora uma ideia clara (fig. 13). Se a muralha desaparece junto à actual Boulevard Moulay Al-Hassan, como referido, a configuração da Boulevard Ahmed Choufani, que liga este espaço ao santuário de Mulei Buchaib[79] – o referido marabuto patrono da cidade –, poderá coincidir com o traçado do antigo dispositivo defensivo, que assim teria deixado profunda marca no tecido urbano. A curvatura desta artéria, que aliás prossegue um pouco a Norte deste espaço religioso na Route Doukkala, parece apontar para um circuito tendencialmente circular, na continuidade dos vestígios preservados de muralha em taipa, que encerraria esta parte da cidade na Idade Média.

Já no que toca ao sector setentrional da cidade colocam-se muitas dúvidas. Colegas arquitectos propõe que a Boulevard Mohamed V marque a continuidade do traçado da cerca, que se conectaria com a muralha da medina actual através de uma grande porta, de que ainda se vêem vestígios em fotografias antigas[80]. Antes disso, um de nós havia proposto que a cidade poderia mesmo englobar uma parte a Noroeste daquela artéria[81]. Cumpre-nos registar que no extremo Nordeste da actual medina, em escavações arqueológicas no interior do baluarte do Raio (denominado *bordj Sidi Ouadoud*) – adiante afloradas – identificámos vestígios de materiais medievais, pelo que esta parte da cidade seria então certamente ocupada. Enfim, naquela primeira hipótese, a cidade teria um perímetro fortificado de cerca de 3200m e uma área a rondar os 50ha. São dimensões bem inferiores aos grandes centros urbanos almóadas, como Marraquexe, Fez, Rabat ou Sevilha, mas também de

77. Jean Darlet, «Monographie de la ville…» cit., p. 26.

78. *Villes et Tribus…* cit., vol. XI, tomo II, p. 22.

79. Mausoléu que, segundo a tradição, foi erguido à morte do santo em 1166 sobre ruínas romanas, um facto nunca comprovado. Ver Belkacem Daouadi, *«Kanz al-asrâr wa lawâqih al-afkâr»…* cit., p. 42.

80. Proposta que publicámos em André Teixeira, Ana Lopes, Jorge Correia e Azzeddine Karra, «As fortificações portuguesas de Azamor…» cit., pp. 627-628, e Jorge Correia, André Teixeira e Maria Augusta Lima Cruz, «Building and performing: early sixteenth--century Portuguese presence in Azammūr», *The Journal of North African Studies*, 19:1, 2014, pp. 94-95.

81. Abdallah Fili e Azzeddine Karra, «Evolution urbaine…» cit., p. 85.

truction dans un autre endroit[77]. En réalité, la tradition populaire elle-même indique que « à 500m des remparts, toujours au sud, subsistent les vestiges d'une enceinte que l'on appelle Azemmour el-Hadar, et qui aurait été l'emplacement primitif de la ville »[78]. C'est pourtant un processus qui mérite d'être mieux documenté.

Pour la configuration d'Azemmour avant le XV^e^ siècle, les vestiges ne permettent pas d'avoir, à l'heure actuelle, une idée claire (fig. 13). Si l'enceinte disparaît près de l'actuel Boulevard Moulay Al-Hassan, comme signalé, la configuration du Boulevard Ahmed Choufani, qui relie celui-ci au mausolée de Moulay Bouchaib[79] – le saint protecteur de la ville susmentionné –, pourrait coïncider avec le tracé de l'ancien dispositif militaire, qui aurait laissé une profonde marque dans le tissu urbain. La courbure de cette artère, qui d'ailleurs continue au nord de cet espace religieux sur la Route Doukkala, semble indiquer un circuit tendanciellement circulaire, dans la continuité des murs de pisé préservés, qui fermait ainsi cette partie de la ville au Moyen Âge.

Le secteur septentrional de la ville, quant à lui, pose de nombreux doutes. Certains de nos collègues architectes proposent que le Boulevard Mohamed V représente la continuité du tracé de l'enceinte, qui serait reliée à l'actuel rempart de la médina par une grande porte, dont on peut encore apercevoir les vestiges sur d'anciennes photographies[80]. Avant ça, un de nous avait proposé que la ville pouvait même inclure une zone au nord-ouest de cette avenue[81]. Notons qu'à l'extrême nord-ouest de la médina actuelle, au cours des fouilles archéologiques à l'intérieur du bastion du *Raio* (nommé bordj Sidi Ouadoud) – mentionnées ci-dessous – nous avons identifié du mobilier archéologique médiéval. Cela nous permet de dire que cette partie de la ville était alors certainement occupée.

Enfin, dans cette première hypothèse, la ville avait un périmètre fortifié d'environ 3200m et une surface d'environ 50ha. Ce sont des dimensions bien inférieures aux grands centres urbains almohades, comme Marrakech, Fès, Rabat ou Séville, mais aussi d'autres villes importantes, comme Almería, Grenade,

77. Jean Darlet, « Monographie de la ville… » cit., p. 26.

78. *Villes et Tribus…* cit., vol. XI, tome II, p. 22.

79. Mausolée qui, selon la tradition, a été élevé à la mort du saint en 1166 sur des ruines romaines, un fait jamais prouvé. Voir Belkacem Daouadi, *« Kanz al-asrâr wa lawâqih al-afkâr »…* cit., p. 42.

80. Proposition qu'on a publiée en André Teixeira, Ana Lopes, Jorge Correia, Azzeddine Karra, « As fortificações portuguesas de Azamor…» cit., pp. 627-628, et Jorge Correia, André Teixeira et Maria Augusta Lima Cruz, « Building and performing : early sixteenth-century Portuguese presence in Azammūr », *The Journal of North African Studies*, 19:1, 2014, pp. 94-95.

81. Abdallah Fili et Azzeddine Karra, « Evolution urbaine… » cit., p. 85.

Fig. 13 – Planta de Azamor, com a muralha da medina a Norte (linha negra a cheio) e troços preservados (linha cinza a cheio) ou hipotéticos (linha cinza a tracejado) da muralha mais antiga a Sul. Plan d'Azemmour, avec le rempart de la médina au nord (ligne noir continue) et des sections préréservées (ligne gris continue) et présumées (ligne gris pointillée) de la muraille plus ancienne au sud.

outras cidades importantes, como Almeria, Granada, Maiorca ou Badajoz. Azamor teria a dimensão de uma cidade média, como Ecija, Valencia, Jerez de la Frontera, ou Tânger[82].

3.2. A medina

Independentemente da configuração e dimensões que Azamor atingiu na Idade Média, o que é evidente é que este grande circuito muralhado já não se encontrava povoado à chegada dos portugueses no início do século XVI, devendo a cortina estar então bastante destruída.

Um documento português de 1513, escrito após a conquista da cidade, afirma que Azamor «é muito pouco menos de Évora e tão chão»[83]. Esta cidade portuguesa teria então um perímetro fortificado de cerca de 3800m, mas uma área bastante superior, em torno a 95ha. Contudo, parece que esta passagem é mais um exagero tendente a exacerbar o feito militar acabado de realizar, que uma descrição fiel da realidade. Outro português da época, o geógrafo Valentim Fernandes, assinala que Azamor tinha uma população de cerca de 1000 habitantes à chegada dos portugueses, sublinhando que antes ela albergava 12.000 pessoas, segundo informações fornecidas pelos habitantes[84]. Parece-nos estes autores portugueses fazem referência àquele passado de maior esplendor, numa época em que este espaço a Sul da medina estaria já abandonado, embora não se exclua que algumas construções fossem ainda visíveis.

A célebre gravura de Azamor publicada no *Civitates Orbis Terrarum*[85] (fig. 14), provavelmente copiada do desenho desaparecido de Duarte de Armas realizado aquando da expedição de reconhecimento em 1507[86], representa a imagem da cidade antes da conquista portuguesa. O desenho evidencia uma cerca urbana rectangular, ao longo do rio e em zona plana, incluindo múltiplas torres. Este contorno parece corresponder sensivelmente à actual muralha da medina (fig. 15). Esta associação é ainda mais clara se tivermos em conta as obras realizadas aqui pelos portugueses.

82. Vejam-se os números de Leopoldo Torres Balbás, *Ciudades Hispanomusulmanas*... cit., tomo II, p. 106, e de Magdalena Valor Piechota, «Algunos ejemplos de construcciones defensivas almohades en la provincia de Sevilla», *in* Magdalena Valor Piechotta, José Luis Villar Iglesias e José Ramírez del Río (coord.), *Los almohades*... cit., p. 147.

83. Carta de D. João de Meneses ao rei, de Azamor, 01-09/12/1513, publicada nas *SIHM*, I, pp. 459-467.

84. Valentim Fernandes, *Description de la côte d'Afrique de Ceuta au Sénegal*, ed. Pierre de Cenival e Théodore Monod, Paris, Larose, 1938, p. 28.

85. Georgius Braunius e Franciscus Hogenbergius, *Civitates Orbis Terrarum*, Coloniae Agrippinae, Petrum à Brachel, 1572, vol. I, 57v.

86. Jorge Correia, *Implantação da cidade*... cit., p. 292.

Majorque ou Badajoz. Azemmour était dans la dimension de villes moyennes, comme Ecija, Valencia, Jerez de la Frontera, ou Tanger[82].

3.2. La médina

Indépendamment de la configuration et des dimensions qu'Azemmour atteignit au Moyen Âge, ce qui est évident c'est que ce grand circuit fortifié n'était plus peuplé à l'arrivée des portugais au début du XVI[e] siècle, l'enceinte probablement étant déjà assez détruite à cette époque.

Un document portugais de 1513, écrit après la conquête de la ville, atteste qu'Azemmour [« est beaucoup moins qu'Évora et si plane »][83]. Cette ville portugaise avait alors un périmètre fortifié d'environ 3800m, mais une surface beaucoup plus importante, autour de 95ha. Mais il semble que ce passage est plus une exagération tendant à exacerber le fait militaire qui vient d'être réalisé, qu'une description authentique de la réalité. Un autre auteur portugais de l'époque, le géographe Valentim Fernandes, signale qu'Azemmour avait une population d'environ 1000 habitants à l'arrivée des portugais, soulignant qu'avant elle hébergeait 12.000 personnes selon les informations données par les habitants[84]. Il nous semble que ces auteurs portugais font référence à ce passé d'une plus grande splendeur, à une époque où cet espace au sud de la médina était déjà abandonné, bien qu'il ne soit pas exclu que certains bâtiments étaient encore visibles.

La célèbre gravure d'Azemmour publiée dans le *Civitates Orbis Terrarum*[85] (fig. 14), probablement copiée du dessin disparu de Duarte de Armas ébauché pendant l'expédition de reconnaissance de 1507[86], représente l'image de la ville avant la conquête portugaise. Le dessin met en évidence une enceinte urbaine rectangulaire, toute au long du fleuve en zone plaine, comprenant plusieurs tours. Ce contour semble correspondre plus au moins à l'actuel rempart de la médina (fig. 15). Cette association est encore plus claire si l'on tient compte des travaux faits à cet endroit par les portugais.

82. Voir les chiffres de Leopoldo Torres Balbás, *Ciudades Hispanomusulmanas*... cit., tomo II, p. 106, et de Magdalena Valor Piechota, « Algunos ejemplos de construcciones defensivas almohades en la provincia de Sevilla », *in* Magdalena Valor Piechotta, José Luis Villar Iglesias et José Ramírez del Río (coord.), *Los almohades*... cit., p. 147.

83. Lettre de D. João de Meneses au roi, d'Azemmour, 01-09/12/1513, publiée dans les *SIHM*, I, pp. 459-467.

84. Valentim Fernandes, *Description de la côte d'Afrique de Ceuta au Sénegal*, ed. Pierre de Cenival et Théodore Monod, Paris, Larose, 1938, p. 28.

85. Georgius Braunius et Franciscus Hogenbergius, *Civitates Orbis Terrarum*, Coloniae Agrippinae, Petrum à Brachel, 1572, vol. I, 57v.

86. Jorge Correia, *Implantation de la ville*... cit., p. 294.

Fig. 14 – Vista de Azamor publicada no *Civitates Orbis Terrarum*, de 1572, vol. I, fl. 57v (a partir de Norte). Vue d'Azemmour publiée dans le *Civitates Orbis Terrarum*, de 1572, vol. I, fl. 57v (depuis le nord).

Fig. 15 – Muralhas da medina de Azamor a partir de Norte. Remparts de la médina d'Azemmour depuis le nord.

As primeiras obras começaram logo no ano da conquista, em 1513[87]. As muralhas existentes eram consideradas fracas, visto que a taipa se desfazia em alguns sectores[88]. Os trabalhos centraram-se no actual quarteirão do Kasbah-Mellah, onde se localizava a antiga alcáçova medieval, denominada pelos portugueses de castelo e cuja configuração é impossível precisar (ver fig. 13). A documentação é clara na indicação de que as obras, que duraram até meados de 1514, consistiram essencialmente na reparação e reforço do antigo castelo islâmico com alvenaria de pedra[89],

87. Ver em André Teixeira, Ana Lopes, Jorge Correia e Azzeddine Karra, «As fortificações portuguesas de Azamor…» cit., pp. 629-636.

88. Cartas de D. João de Meneses e de Francisco e Diogo de Arruda ao rei, de Azamor, 01-09/12/1513 e 31/03/1514, publicadas nas *SIHM*, vol. I, pp. 461 e 526 (página citada).

89. Cartas de Nuno Gato, Vasco de Pina e Francisco e Diogo de Arruda ao rei, de Azamor, 18/12/1513, 30/03/1514 e 31/03/1514, publicadas nas *SIHM*, vol. I, pp. 468, 522-523 e 526-527.

Les premiers travaux ont commencé dès l'année de la conquête, en 1513[87]. Les murailles existantes étaient considérées fragiles, car le pisé se désagrégeait dans certains secteurs[88]. Les travaux se sont concentrés sur l'actuel quartier Kasbah-Mellah, où se trouvait l'ancienne kasbah médiévale, nommée par les portugais comme château et dont la configuration est impossible à préciser (voir fig. 13). La documentation indique clairement que les travaux, qui ont duré jusqu'au milieu de 1514, ont essentiellement consisté à réparer et à renforcer l'ancien château islamique avec de la maçonnerie en pierre[89], une solution critiquée par

87. Voir en André Teixeira, Ana Lopes, Jorge Correia, Azzeddine Karra, « As fortificações portuguesas de Azamor… » cit., pp. 629-636.

88. Lettres de D. João de Meneses et Francisco et Diogo de Arruda au roi, d'Azemmour, 01-09/12/1513 et 31/03/1514, publiées en *SIHM*, vol. I, pp. 461 e 526 (cité).

89. Lettres de Nuno Gato, Vasco de Pina et Francisco et Diogo de Arruda au roi, d'Azemmour, 18/12/1513, 30/03/1514 et 31/03/1514, publiées en *SIHM*, vol. I, pp. 468, 522-523 et 526-527.

uma solução criticada por alguns, defendendo «que é menos trabalho e custo fazer-se de novo que remediar coisas velhas e podres»[90]. Foram também lançadas obras na cerca da medina[91], pelo reforço da muralha com alvenaria de pedra, dando-lhe um perfil semelhante ao do castelo, em trabalhos que, contudo, não foram muito substanciais. Logo após a conquista iniciou-se também a escavação de um fosso em torno do castelo, hoje pouco reconhecível, mas visível em fotografias antigas; o trabalho foi suspenso pela dificuldade da tarefa em zona «de pedra tão endiabrada» e escassez de meios[92], vindo a concluir-se anos depois[93].

Assim, não é crível que o actual perímetro muralhado de Azamor resulte de obra portuguesa: se a documentação é taxativa em afirmar que estes apenas consolidaram as muralhas do castelo preexistentes, no actual bairro do Kasbah-Mellah, não é lógico que tivessem construído de novo a cerca da medina. Além disso, em diversos lanços da fortificação observa-se que as cortinas são compostas por um muro interior em taipa, certamente pertencente à cerca preexistente, a que foi adossado pelos portugueses um paramento em alvenaria de pedra, bem como o pronunciado alambor, como assumido pela documentação da época[94]. A análise métrica da estrutura revela ainda a sua concepção unitária, nomeadamente nos ângulos das inflexões da muralha, evidenciando um programa único, à excepção da zona ribeirinha, modificada pelos portugueses[95]. Em suma, a obra quinhentista nas muralhas de Azamor limitou-se ao reforço estrutural de uma fortificação preexistente, seguramente aquela que foi construída em meados do século XIV sob os merínidas, nomeadamente o califa Abu Inane, conforme a referência acima citada.

O actual perímetro da medina é, pois, composto por um paramento interno em taipa, erguido por certo naquela época, com uma extensão de cerca de 1500m e abrangendo uma área de 10ha. Há vestígios claros

90. Carta de Nuno Gato ao rei, de Azamor, 31/03/1514, publicada nas *SIHM*, vol. I, p. 532.

91. Carta de Francisco e Diogo de Arruda ao rei, de Azamor, 31/03/1514, publicada nas *SIHM*, vol. I, pp. 527-528.

92. Cartas de Nuno Gato, de Francisco e Diogo de Arruda e, novamente, de Nuno Gato ao rei, de Azamor, 05/12/1513 a primeira, e 31/03/1514 as duas últimas, publicada nas *SIHM*, vol. I, pp. 455, 527 e 531.

93. A carta de Vicente Rodrigues Evangelho ao rei, de Azamor, 10/04/1530, publicada nas *SIHM*, vol. II, p. 511, prova a existência de um fosso sob a casa dos capitães.

94. Numa carta ao rei, de Azamor, 18/04/1520, publicada nas *SIHM*, vol. II, p. 274, D. Álvaro de Noronha informava que «o muro deste castelo e por não ser reparado a lugares, porque me, Senhor, parece que foi, Senhor, aquafelado a lugares que ficava uma obra debaixo (...), caiu um pedaço».

95. Ana Lopes, *(A)cerca de Azamor...* cit., pp. 148-149.

certains qui considéraient [« qu'il y a moins de travail et de coûts à faire de nouveau que de réparer des choses vieilles et pourries »][90]. Des travaux ont également commencé sur le rempart de la médina[91], en renforçant la muraille avec de la maçonnerie en pierre, lui donnant un profil similaire à celui du château, une action pourtant peu substantielle. Peu de temps après la conquête, la fouille d'un fossé autour du château a commencé, actuellement à peine reconnaissable, mais visible sur des photographies anciennes ; les travaux ont été suspendus en raison de la difficulté de la tâche dans une zone [« d'une pierre si diabolique »] et de manque de moyens[92], s'achevant des années plus tard[93].

Ainsi, il n'est pas crédible que le périmètre fortifié actuel d'Azemmour résulte des travaux portugais : si la documentation est catégorique en affirmant que les portugais n'ont consolidé que le mur du château préexistant, dans l'actuelle quartier du Kasbah-Mellah, il n'est pas logique qu'ils aient bâti de nouveau le rempart de la médina. En outre, dans plusieurs sections de la fortification on observe que les courtines sont composées d'un mur intérieur en pisé, appartenant certainement à la muraille préexistante, à laquelle les portugais ont adossé un mur de maçonnerie en pierre, en plus d'un talus accentué, comme témoignent les documents de l'époque[94]. L'analyse métrique de la structure révèle également sa conception unitaire, notamment dans les angles des courtines, démontrant un programme unique, à l'exception de la zone riveraine, modifiée par les portugais[95]. En somme les travaux du XVI^e siècle sur les murailles d'Azemmour se sont limités aux renforcements structurels sur une fortification déjà existante, vraisemblablement celle qui a été bâtie au milieu du XIV^e siècle sous les mérinides, notamment le calife Abu Inan, selon la référence citée ci-dessus.

L'actuelle périmètre de la médina est donc composé d'un mur intérieur en pisé, certainement érigé pendant cette époque, ayant une extension d'environ 1500m et couvrant une surface de 10ha. Il y a des traces

90. Lettre de Nuno Gato au roi, d'Azemmour, 31/03/1514, publiée en *SIHM*, vol. I, p. 532.

91. Lettre de Francisco et Diogo de Arruda au roi, d'Azemmour, 31/03/1514, publiée en *SIHM*, vol. I, pp. 527-528.

92. Lettres de Nuno Gato, de Francisco et Diogo de Arruda et, encore, de Nuno Gato au roi, d'Azemmour, 05/12/1513 la première et 31/03/1514 les deux dernières, publiées en *SIHM*, vol. I, pp. 455, 527 et 531.

93. La lettre de Vicente Rodrigues Evangelho au roi, d'Azemmour, 10/04/1530, publiée en *SIHM*, vol. II, p. 511, témoigne l'existence d'un fossé sous la capitainerie.

94. Dans une lettre au roi, d'Azemmour, 18/04/1520, publiées en *SIHM*, vol. II, p. 274, D. Álvaro de Noronha informait que [« une partie de la muraille de ce château est tombé, car elle n'a pas été restaurée entièrement ; il semble qu'elle a été recouverte en laissant une construction au-dessous »].

95. Ana Lopes, *(A)cerca de Azamor...* cit., pp. 148-149.

desta estrutura nas cortinas Norte e Sul, sobrepostas por alvenaria de pedra de época portuguesa, como mencionado (figs. 16 e 17). A composição da taipa é distinta da que fora utilizada nas fortificações anteriores ao sul da medina, detendo muito menor percentagem de cal e maior quantidade de terra, apresentando uma coloração castanha e uma constituição menos sólida. A dimensão dos caixotões rondará os 80cm, embora esta medida deva ser tomada com precaução, já que o acesso aos panos de muralha foi limitado.

Segundo a vista de Azamor de inícios do século XVI, o perímetro era pontuado por múltiplas torres quadrangulares, figurando-se cinco na cortina Norte, além das duas de canto, e quatro na frente ribeirinha Este, às quais se somavam três cubelos sobre a orla fluvial,

évidentes de cette structure dans les courtines nord et sud des remparts, recouverts de maçonnerie en pierre portugaise, comme mentionné (figs. 16 et 17). La composition du pisé est différente de celle utilisée dans les fortifications précédentes au sud de la médina, ayant un pourcentage beaucoup plus faible de chaux et une plus grande quantité de terre, présentant une couleur brune et une constitution moins solide. La taille des banques sera d'environ 80cm, bien que cette mesure soit à prendre avec précaution, car l'accès aux murs a été limité.

Selon l'image d'Azemmour du début du XVI^{e} siècle, le périmètre était ponctué de plusieurs tours quadrangulaires, dont cinq sur la courtine nord, en plus des deux d'angle, et cinq autres sur le front de la rivière à l'Est, en plus des trois cubes ronds sur le bord de la rivière, deux d'entre eux placés au bout de deux

Fig. 16 – Troço Norte da muralha da medina, com superfície externa e alambor em alvenaria de pedra e núcleo em taipa. Section nord du rempart de la médina, avec la surface externe et le talus en maçonnerie de pierre et le noyau en pisé.

Fig. 17 – Troço Sul da muralha da medina, com superfície externa e alambor em alvenaria de pedra e núcleo em taipa. Section sud du rempart de la médina, avec la surface externe et le talus en maçonnerie de pierre et le noyau en pisé.

dois deles colocados no termo de dois espigões[96]. Esta imagem, que pode ser uma idealização, levaria a que os tramos entre torres da cortina Norte fossem de cerca de 25m, ao passo que na Este seriam de 100m. A diferença justificar-se-ia pelo facto da frente ribeirinha ser menos susceptível a ataque por parte de inimigos, o que se enquadra no contexto histórico acima mencionado, de uma cidade cada vez mais aberta ao comércio externo, mas que tinha que fazer face a perturbações que marcavam o território circunvizinho. Uma nota ainda para a representação das torres naquela imagem, algumas elevando-se em dois pisos, como a do canto mais próximo da foz do rio, outras constituindo as portas ribeirinhas da cidade, com imponentes arcos em ferradura.

A par das obras na muralha do castelo, está documentada a construção de quatro baluartes nos primeiros

96. Na imagem publicada por Georgius Braunius e Franciscus Hogenbergius, *Civitates Orbis Terrarum*… cit., vol. I, 57v.

pointes. Cette image, qui peut être une idéalisation, signifierait que les sections entre les tours de la courtine nord étaient d'environ 25m, alors qu'à l'est elles seraient de 100m[96]. La différence serait justifiée par le fait que le côté riverain était moins susceptible d'être attaqué par des ennemis, ce qui s'inscrit dans le contexte historique évoqué plus haut, d'une ville de plus en plus ouverte au commerce extérieur, mais qui a dû faire face aux perturbations existantes dans le territoire environnant. A noter également dans la représentation des tours dans cette image, certaines s'élevant sur deux étages, comme celle la plus proche de l'embouchure de la rivière, d'autres constituant les portes fluviales de la ville, avec d'imposantes arches outrepassées.

Outre les travaux signalés sur la muraille du château, des mentions à la construction de quatre bastions

96. Dans l'image publiée par Georgius Braunius et Franciscus Hogenbergius, *Civitates Orbis Terrarum*… cit., vol. I, 57v.

anos da presença portuguesa em Azamor. Dois deles são destacados na documentação da época, os de São Cristóvão e do Raio, por serem considerados os elementos mais robustos do sistema defensivo[97]. Os baluartes estão preservados, não havendo dúvidas quanto à classificação da estrutura Noroeste da muralha como o baluarte do Raio, já que dispomos da sua minuciosa descrição[98]. A designação actual, bastião de *Sidi Ouadoud*, remontará à época moderna e parece justificar-se pelo facto de, a partir dele, se avistar o santuário de *Sidi Ouadoud*, localizado perto da desembocadura do rio Morbeia[99]. A estrutura foi interpretada como das «realizações de maior qualidade que nos legou a época de D. Manuel», o rei que ordenou a sua construção. É considerada uma das formas mais evoluídas da denominada arquitectura militar de transição em contexto português, pelo seu grau de adaptação aos novos desafios bélicos da artilharia[100]. No entanto, as escavações arqueológicas que efectuámos aqui revelaram uma utilização extensiva das construções preexistentes, assim como a ocupação deste espaço desde períodos mais recuados da Idade Média.

As escavações arqueológicas no baluarte do Raio fornecem-nos assim dados acerca da configuração de uma destas torres pré-portuguesas (fig. 18). Antes do início dos trabalhos distinguiam-se claramente duas partes deste baluarte: por um lado, uma secção quadrangular a Sul, com paramentos evidenciando uma diversidade de momentos construtivos e um solo entulhado com sedimentos e detritos muito recentes, de onde afloravam dois muros em taipa orientados sensivelmente de Norte para Sul (fig. 19); por outro, uma plataforma de extremidade arredondada a Norte, com um solo composto por silhares a cota muito superior à parte anterior, onde jaziam quatro peças de artilharia (fig. 20). Embora consolidado e renovado no exterior, o baluarte estava em ruínas na parte interior, sendo que no início do século XX já aqui estavam aqueles canhões sem uso, excepto um que marcava a aurora e a quebra do jejum no mês do Ramadão[101], o que ainda assim mostra um espaço de alguma forma utilizado.

A escavação incidiu quase exclusivamente na referida parte Sul do interior do baluarte e implicou a remo-

97. Carta de Rui Barreto ao rei, de Azamor, 21/02/1514, publicadas nas *SIHM*, vol. I, pp. 496-497.

98. Carta de Nuno Gato ao rei, de Azamor, 31/03/1514, publicada nas *SIHM*, vol. I, p. 531.

99. *Villes et Tribus…*cit., vol. XI, tome II, p. 3.

100. Rafael Moreira, «A época manuelina», *in* Rafael Moreira (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 130-131.

101. *Villes et Tribus…*cit., vol. XI, tome II, p. 3.

sont faites dans les premières années de la présence portugaise à Azemmour. Deux de ces bastions sont mis en évidence dans la documentation de l'époque, ceux de *São Cristóvão* et du *Raio*, considérés comme les éléments les plus robustes du système défensif[97]. Les bastions sont aujourd'hui préservés et il n'y a aucun doute quant à la classification de la structure nord-ouest du rempart comme le bastion du *Raio*, puisque nous avons sa description détaillée[98]. La désignation actuelle, bastion de Sidi Ouadoud, remonte à l'époque moderne et semble se justifier par le fait que, de là, on aperçoit le sanctuaire de Sidi Ouadoud, situé près de l'embouchure de l'oued Oum er-Rbia[99]. La structure a été considérée comme faisant partie des « réalisations de meilleure qualité que nous a légué l'époque de D. Manuel », le roi portugais qui a ordonné sa construction. Elle est considérée comme une des formes les plus évoluées de l'architecture militaire de transition dans le contexte portugais, en raison de son degré d'adaptation aux nouveaux défis militaires de l'artillerie[100]. Cependant, les fouilles archéologiques que nous avons effectuées ici ont révélé une utilisation extensive des constructions préexistantes, ainsi qu'une occupation de cet espace depuis des temps plus reculés du Moyen Âge.

Les fouilles archéologiques au bastion du *Raio* nous fournissent ainsi des données sur la configuration de l'une de ces tours pré-portugaises (fig. 18). Avant le début des travaux, deux parties de ce bastion étaient clairement distinguées : d'une part, une section quadrangulaire au sud, avec des murs présentant une diversité d'éléments de différentes périodes de construction et un sol rempli de sédiments et de débris très récents, dont deux des murs en pisé s'élevaient, orientés plus ou moins nord-sud (fig. 19) ; d'autre part, une plateforme avec une pointe arrondie au nord, avec un sol composé de pierres de taille à un niveau beaucoup plus élevé que la partie précédente, où reposaient quatre pièces d'artillerie (fig. 20). Bien que consolidé et rénové à l'extérieur, le bastion était en ruines à l'intérieur. Au début du XX^e^ siècle, ces canons hors d'usage étaient déjà là, à l'exception d'un qui tonnait encore pour annoncer l'aurore et la rupture du jeune pendant le mois du Ramadan[101], ce qui montre que l'espace avait encore une certaine utilisation.

La fouille s'est concentrée presque exclusivement sur la partie sud de l'intérieur du bastion et a impli-

97. Lettre de Rui Barreto au roi, d'Azemmour, 21/02/1514, publiée dans les *SIHM*, vol. I, pp. 496-497.

98. Lettre de Nuno Gato au roi, d'Azemmour, 31/03/1514, publiée dans les *SIHM*, vol. I, p. 531.

99. *Villes et Tribus…*cit., vol. XI, tome II, p. 3.

100. Rafael Moreira, « A época manuelina », *in* Rafael Moreira (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisbonne, Publicações Alfa, 1989, pp. 130-131.

101. *Villes et Tribus…*cit., vol. XI, tome II, p. 3.

Fig. 18 – Exterior do baluarte do Raio. Extérieur du bastion du Raio ou de Sidi Ouadoud.

Fig. 19 – Interior sul do baluarte do Raio no início dos trabalhos. Intérieur sud du bastion du Raio au début des travaux.

Fig. 20 – Interior norte do baluarte do Raio no início dos trabalhos. Intérieur nord du bastion du Raio au début des travaux.

ção de uma espessa camada de sedimentos contendo materiais contemporâneos. A área de trabalho foi dividida em quatro sectores, correspondentes ao canto Sudoeste (BR1), canto Noroeste (BR2N) e parte central Oeste (BR2) e Este/Sudeste (BR3) do recinto, tendo em conta que toda a parte nascente e Nordeste desta secção do baluarte não foi intervencionada (fig. 21).

qué l'enlèvement d'une épaisse couche de sédiments contenant des matériaux contemporains. La zone de travail a été divisée en quatre secteurs, correspondant à l'angle sud-ouest (BR1), à l'angle nord-ouest (BR2N) et à la partie centrale ouest (BR2) et centrale est/sud-est (BR3) de l'espace, en tenant compte du fait que les parties est et nord-est du bastion n'ont pas été objets de notre intervention archéologique (fig. 21).

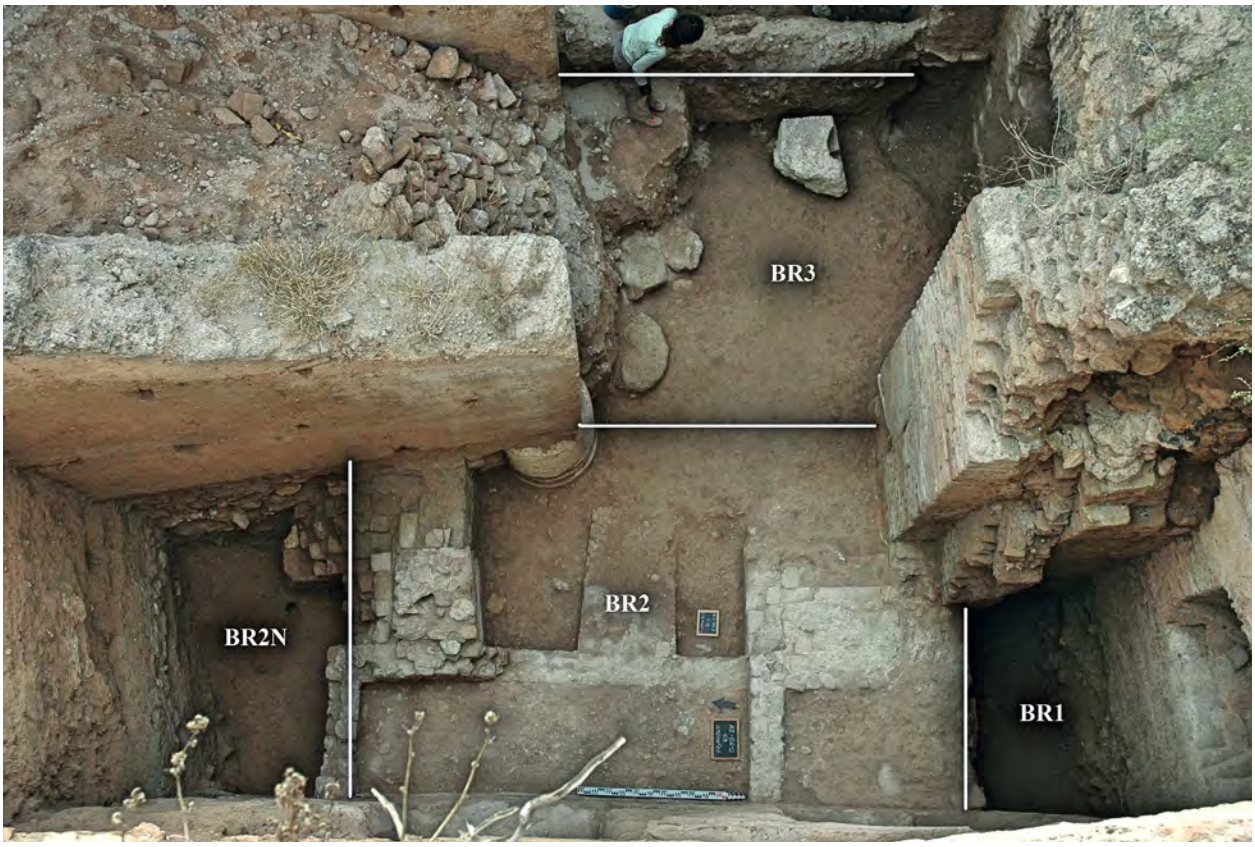


Fig. 21 – Sondagens arqueológicas no interior sul do baluarte do Raio. Sondages archéologiques dans l'intérieur sud du bastion du Raio.

O momento mais antigo foi detectado na base da sondagem BR2N, onde foram detectados dois muros paralelos em taipa, não necessariamente pertencentes a construções militares, mas cuja funcionalidade é impossível determinar atendendo à reduzida área sondada, associados a muito poucos materiais de época almóada (fig. 22).

Sobre estes níveis foram erguidas as paredes da torre, construídas em taipa e fazendo uso de tijolo para arcos de sustentação e abóbadas, num esquema técnico e formal muito similar ao das construções merínidas a que se aludiu e às que adiante se descrevem. Naquela sondagem BR2N esta época está representada por um pilar em tijolo que sustentaria a abóbada, reforçado em algum momento através de um espessamento com tijolos efectuado algo toscamente, assente num dos muros mais antigos para maior solidez (fig. 22.1). Na sondagem BR1 detectou-se a provável base da torre, assente em grandes

Le moment le plus ancien a été identifié dans la base du sondage BR2N, où deux murs parallèles en pisé ont été détectés, n'appartenant pas forcément à des constructions militaires ; sa fonctionnalité est impossible à déterminer, compte tenu de la faible superficie étudiée. Ils sont associés à très peu de matériaux de la période almohade (fig. 22).

Sur ces niveaux, les murs de la tour ont été édifiés. Ils sont construits en pisé, en utilisant de la brique pour soutenir les arcs et les voûtes, dans un schéma technique et formel très similaire à celui des bâtiments mérinides mentionnés et ceux décrits ci-dessous. Dans ce sondage BR2N, cette période est représentée par un pilier en brique, qui soutiendrait la voûte ; il a été renforcé à un moment donné par un épaississement avec des briques, fait un peu grossièrement, basé sur l'un des murs les plus anciens pour avoir plus grande solidité (fig. 22.1). Dans le sondage BR1, la base probable de la tour a été détectée, avec de gros

Fig. 22 – Nível inferior da sondagem BR2N no baluarte do Raio, vendo-se muro em taipa sobreposto por pilar de tijolo (22.1) e por sedimento (22.2). Niveau inférieur du sondages BR2N au bastion du Raio, s'observant le mur en pisé superposé par le pilier en brique (22.1) et par le sédiment (22.2).

blocos de pedra disformes, a partir dos quais se elevaram os arcos de sustentação em tijolo (fig. 23); a escassez de materiais não permite atribuir cronologia de forma conclusiva, mas é segura uma datação pré-portuguesa. No paramento Oeste e no canto Sudoeste é possível observar as paredes em taipa, bem como os arcos fundacionais em tijolo e o arranque de abóbada de canhão no mesmo material (fig. 24). Na parede Sul vislumbra-se, num plano afastado, outro arco de tijolo fundacional da torre, a que se adossou um arco em ferradura para arranque de uma abóbada hemisférica, que constituiria o centro desta torre (fig. 25). Parece-nos, pois, poder avançar-se que estamos face a uma torre que terá tido alguma notoriedade, dado o cuidado de alguns apontamentos arquitectónicos, a exemplo de outra torre de canto figurada na gravura de inícios do século XVI, aquela que estava mais próxima da foz do rio, já citada.

Seguiu-se o período de apropriação portuguesa deste espaço. Em termos estruturais regista-se a perfuração das paredes em taipa ao nível térreo para criação de bombardeiras, em localizações desfasadas dos elementos arquitectónicos preexistentes, como o mencionado arco em ferradura (fig. 25). Além disso, revestiram-se as paredes com reboco (na parede Sul) ou tijolo (na parede Este) (fig. 24). As referidas abóbadas foram destruídas, adossando-se um grosso pilar à parede Sul, erguido numa amálgama pouco cuidada de tijolos, silhares e argamassa, para sustentação de

blocs de pierre déformés, à partir desquels les arcs de soutien en brique ont été fondés (fig. 23). La rareté des matériaux ne permet pas une attribution chronologique définitive, mais la datation pré-portugaise est sûre. Dans le mur ouest et dans l'angle sud-ouest, il est possible d'observer les murs en pisé, ainsi que les arcs de fondation en brique et le départ de la voûte cylindrique dans le même matériau (fig. 24). Dans le mur sud, à un plan éloigné, on peut voir un autre arc de fondation de la tour, auquel un arc outrepassé a été ajouté pour supporter une voûte sphérique, qui constituerait le centre de cette tour (fig. 25). Il nous semble donc pouvoir avancer que nous sommes face à une tour qui aura eu une certaine notoriété, compte tenu de ses particularités architecturales. C'est peut-être le même cas d'une autre tour d'angle figurée dans la gravure du début du XVI^{e} siècle, celle plus proche de l'embouchure du fleuve, déjà citée.

Vient ensuite la période d'appropriation portugaise de cet espace. En termes structurels, les murs en pisé ont été troués au niveau du sol pour créer des canonnières, dans des emplacements désuets des éléments architecturaux préexistants, comme l'arc outrepassé susmentionné (fig. 25). En plus, les murs ont été recouverts de plâtre (sur le mur sud) ou de brique (sur le mur est) (fig. 24). Les voûtes susmentionnées ont été détruites, s'ajoutant un pilier épais au mur sud, construit dans un amalgame mal entretenu de briques, de pierres taillées et de mortier, pour

Fig. 23 – Provável base da torre na sondagem BR1 do baluarte do Raio. Base probable de la tour au sondage BR1 du bastion du Raio.

Fig. 24 – Muros em taipa, arco de fundação em tijolo e arranque da abóbada de canhão em tijolo da torre, no paramento Oeste e canto Sudoeste do baluarte do Raio. Murs en pisé, arcs de fondation en brique et départ de la voûte cylindrique en brique de la tour, dans le mur ouest et dans l'angle sud-ouest du bastion du Raio.

Fig. 25 – Arco de fundação (plano afastado) e arco ultrapassado de sustentação da abóbada (plano próximo) da torre, no paramento Sul do baluarte do Raio. Arc de fondation (plan éloigné) et arc outrepassé de soutien de la voûte (plan proche) de la tour, dans le mur sud du bastion du Raio.

um piso superior (fig. 26); este tem uma orientação ligeiramente desalinhada da parte inferior. A configuração deste é, pois, ainda hoje bastante devedora da época portuguesa, como evidenciado pelos suportes de bandeira ornados com a estética do rei D. Manuel I (fig. 27)[102], o que não exclui que alguma compartimentação interna seja posterior (fig. 28). Ao nível do solo, os portugueses terão estabelecido uma escada e rampa de acesso às bombardeiras da parede Oeste

soutenir un étage supérieur (fig. 26) ; celui-ci a une orientation légèrement désalignée de la partie inférieure. La configuration de celui-ci est donc un héritage de l'époque portugaise, comme en témoignent les supports de drapeaux décorés de l'esthétique du roi D. Manuel I (fig. 27)[102], ce qui n'exclut pas qu'une certaine compartimentation interne soit postérieure (fig. 28). Au niveau du sol, les portugais auront mis en place une échelle et une rampe d'accès aux canon-

Fig. 26 – Pilar encostado ao paramento Sul do baluarte do Raio. Pilier appuyé sur le mur sud du bastion du Raio.

102. Ver Ana Lopes, *(A)cerca de Azamor…* cit., p. 135, André Teixeira, Ana Lopes, Jorge Correia e Azzeddine Karra, «As fortificações portuguesas de Azamor…» cit., pp. 629-630, e o artigo de Jorge Correia e Ana Lopes neste volume.

102. Voir Ana Lopes, *(A)cerca de Azamor…* cit., p. 135, André Teixeira, Ana Lopes, Jorge Correia et Azzeddine Karra, « As fortificações portuguesas de Azamor… » cit., pp. 629-630, et l'article de Jorge Correia et Ana Lopes dans ce livre.

Fig. 27 – Suportes para bandeiras no piso superior do baluarte do Raio. Supports de drapeaux dans l'étage supérieur du bastion du Raio.

Fig. 28 – Paramento Oeste do baluarte do Raio, com detalhe dos vestígios de compartimentação interna do piso superior. Mur ouest du bastion du *Raio*, avec le détail des vestiges de compartimentation interne de l'étage supérieur.

(identificada na sondagem BR2), aliás bem articuladas com aquele pilar (fig. 29). Esta estrutura de tijolo, pequenas pedras e argamassa foi relativamente improvisada, assentando em sedimento (como se vê na sondagem BR2N, fig. 22.2). Apenas sobre esta estrutura e à mesma cota na zona central do baluarte (na sondagem BR3), que teria um solo em terra batida (fig. 30), é que foram recolhidos materiais arqueológicos de época portuguesa, misturados com outros mais recentes, interpretando-se como remobilizações de sedimentos que aqui ocorreram nos últimos séculos. Por fim, é indubitavelmente obra portuguesa o prolongamento para Norte de toda esta área quadrangular que foi objecto do nosso trabalho, numa plataforma arredondada que permitia flanquear as cortinas, além da introdução de múltiplos dispositivos de tiro de artilharia (figs. 18 e 20); esta não mereceu senão uma limpeza da nossa parte, confirmando-se apenas que o coroamento é por certo obra posterior aos portugueses (fig. 31).

Outros elementos estruturais posteriores ao século XVI são os dois muros em taipa existentes no centro do recinto, fabricos com grande percentagem de cal e, por isso, muito resistentes (fig. 29). Assentam em terra, numa base de coluna ou em pedras de mó reaproveitadas. Têm uma orientação distorcida da base

nières du mur ouest (identifié dans le sondage BR2), bien reliées à ce pilier (fig. 29). Cette structure de brique, de petites pierres et de mortier a été relativement improvisée, déposée sur des sédiments (comme le montre la coupe du sondage BR2N, fig. 22.2). Uniquement sur cette structure et au même niveau de la zone centrale du bastion (dans le sondage BR3), qui aurait un sol en terre (fig. 30), des matériaux archéologiques de l'époque portugaise ont été collectés, mélangés à d'autres plus récents. On les interprète comme originaires de remobilisations de sédiments qui se sont produites ici au cours des derniers siècles. Enfin, c'est sans doute une œuvre portugaise le prolongement vers le nord de toute cette zone carrée qui a fait l'objet de nos travaux ; elle a donné lieu à une plate-forme arrondie qui permettait de flanquer les remparts, en plus de la mise en place de multiples dispositifs de tir d'artillerie (fig. 18 et 20). Cela ne méritait rien d'autre de notre part qu'un nettoyage, confirmant seulement que le l'achèvement est certainement plus récent que l'époque portugaise (fig. 31).

D'autres éléments structurels postérieurs au XVI^{e} siècle sont les deux murs en pisé battu au centre de la tour, fabriqués avec un pourcentage élevé de chaux et, par conséquent, très résistants (fig. 29). Ils reposent sur terre, sur une base de colonne ou sur des meules réutilisées. Ils ont une orientation différente de celle

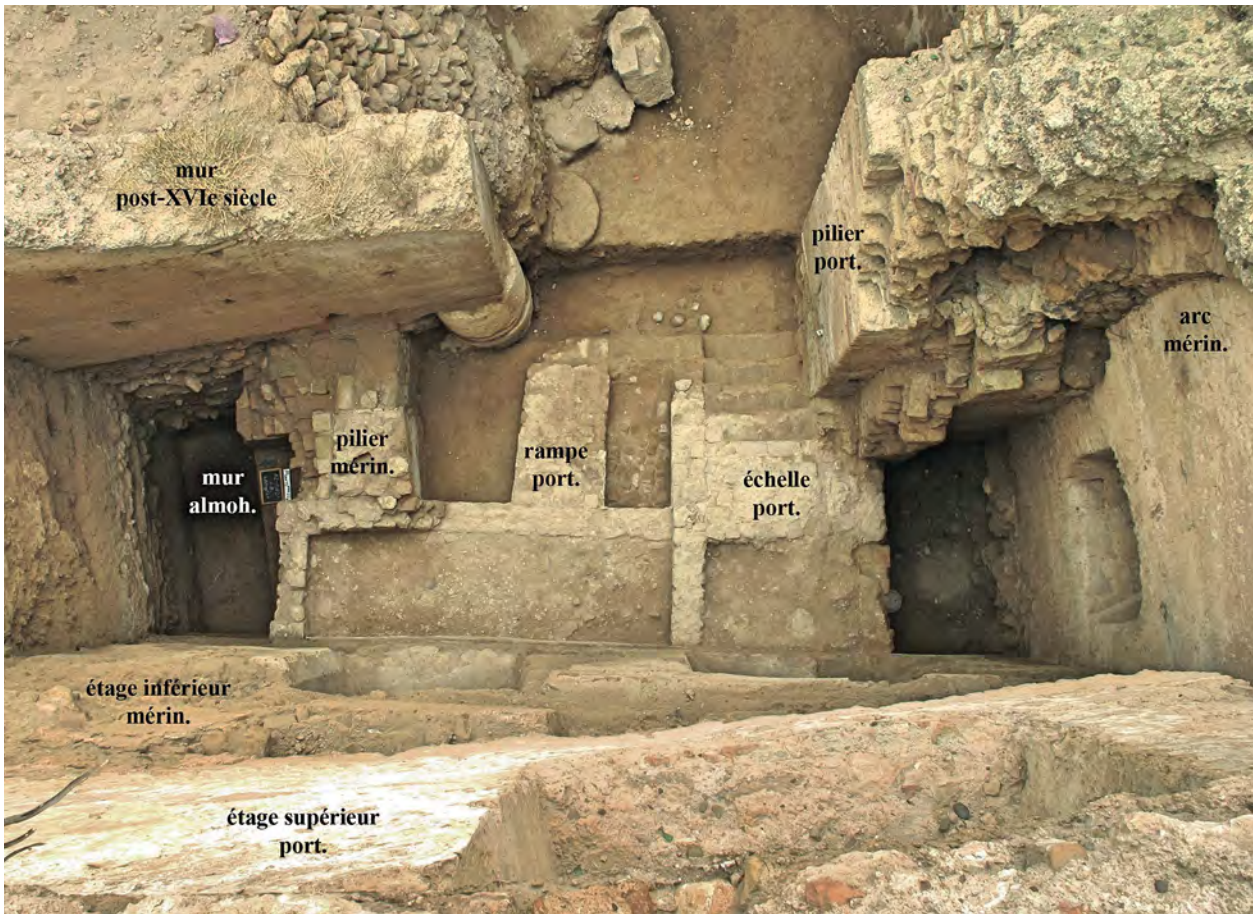


Fig. 29 – Escada e rampa de acesso às bombardeiras do paramento Oeste do baluarte do Raio (identificadas na sondagem BR2). Échelle et rampe d'accès aux canonnières du mur ouest du bastion du *Raio* (identifiées dans le sondage BR2).

Fig. 30 – Solo em terra batida de época portuguesa do baluarte do Raio (identificado na sondagem BR3). Sol de terre battue de l'époque portugaise du bastion du *Raio* (identifiées dans le sondage BR3).

Fig. 31 – Coroamento da parte arredondada Norte do baluarte do Raio, vendo-se canhoneira posterior à construção portuguesa. Achèvement de la plate-forme arrondie nord du bastion du *Raio*, s'observant une embrasure postérieure à la construction portugaise.

da torre, mas também do referido pilar de suporte do piso superior. Deverá, contudo, ter constituído uma remodelação ou reforço deste último.

Em suma, a intervenção arqueológica permitiu constatar que a estrutura primordial da parte quadrangular do baluarte do Raio remonta ao período medieval, nomeadamente à muralha da medina que anteriormente descrevemos e sobre a qual nos alongaremos

de la base de la tour, mais aussi du pilier de support de l'étage supérieur. Cependant, il devrait s'agir d'un remodelage ou d'un renforcement de ce dernier.

En résumé, l'intervention archéologique a permis de constater que la structure primordiale de la partie quadrangulaire du bastion du *Raio* remonte à la période médiévale ; elle a fait partie du rempart de la médina que nous avons décrit précédemment

um pouco mais de seguida. A semelhança técnica e formal com este perímetro defensivo, a existência de elementos estranhos à tradição construtiva portuguesa, a posterior colocação de elementos seguramente portugueses de forma desfasada face à restante estrutura e a existência de espólio arqueológico de clara cronologia medieval fazem-nos concluir que as obras portuguesas reaproveitaram muito extensivamente a estrutura preexistente, alongada, sobrelevada e perfurada para adaptação ao uso de artilharia.
A torre merínida quadrangular, correspondente à área que intervencionámos no baluarte do Raio, teria pois cerca de 10m de lado, dimensões que deveriam ser superiores às das demais que existiam na cortina merínida. Noutros dois casos em que ocorreu reaproveitamento de torres quadrangulares prévias para transformação em baluartes calculam-se dimensões originais de 7,3 e 8,25m, respectivamente nos baluartes do Rio e de Nordeste (fig. 13)[103]. As transformações operadas pelos portugueses impedem, porém, aferir de forma mais cabal a configuração destas torres quadrangulares preexistentes. Nos demais casos, tudo leva a crer que os portugueses terão arrasado boa parte destas estruturas. Além de terem reaproveitado as referidas três para as transformar em baluartes alongados e de extremidade arredondada, talvez o tenham feito também para o baluarte de São Cristóvão, de forma redonda e implantado junto à casa dos capitães (fig. 32). Terão ainda conservado outras duas torres quadrangulares nos dois ângulos mais avançados da cortina virada a terra, a Oeste (fig. 13); contudo, o seu actual aspecto deve-se a época posterior ao abandono português (fig. 33), pelo que não podem ser usadas para determinar a configuração da fortificação merínida[104]. Parece evidente que, dada a concentração do poder de fogo nos baluartes por parte dos portugueses, boa parte das pequenas torres preexistentes foram consideradas um empecilho ao bom uso da artilharia, levando à sua demolição[105].
A concepção do dispositivo defensivo merínida de Azamor que descrevemos tem paralelo noutras fortificações coevas, como al-Mansura ou al-Afrag, em Ceuta, erguida em 1328-1329 por ordem do sultão Abu Said e terminada sob Abu Hassan nos anos seguintes. Embora as torres que se conservam deste perímetro sejam menores, com 6,55m de lado, observa-se o mesmo tipo de muralha ritmada por torres quadrangulares ocas, sobrelevadas face à cor-

103. Ana Lopes, *(A)cerca de Azamor…* cit., pp. 127-141 e 155-159.

104. Recentes escavações arqueológicas em Azamor, coordenadas por Aboulkacem Chebri, evidenciaram estruturas mais antigas no interior destas torres. Agradeço esta informação a Abdallah Fili.

105. Rafael Moreira, «A época manuelina»… cit., pp. 126-132.

et sur lequel nous allons nous pencher ci-dessous. La similitude technique et formelle avec ce périmètre défensif, l'existence d'éléments étrangers à la tradition constructive portugaise, le placement ultérieur d'éléments certainement portugais en décalage avec le reste de la structure et l'existence de matériaux archéologiques de claire chronologie médiévale nous font conclure que les œuvres portugaises ont largement réutilisé la structure préexistante, qui a été allongée, surélevée et trouée pour s'adapter à l'utilisation de l'artillerie.
La tour quadrangulaire mérinide, correspondant à la zone où nous sommes intervenus au bastion du *Raio*, aurait donc environ 10m de côté, des dimensions qui devraient être plus élevées que celles des autres tours qui existaient dans le rempart mérinide. Dans deux autres cas de réutilisation d'anciennes tours carrées pour leur transformation en bastions, les dimensions d'origine de 7,3 et 8,25m ont été calculées, respectivement dans les bastions du *Rio* et du nord-est (fig. 13). Cependant, les transformations effectuées par les portugais empêchent une évaluation plus approfondie de la configuration de ces tours préexistantes[103]. Dans tous les autres cas, tout porte à croire que les portugais auront détruit une bonne partie de ces structures.
En plus d'avoir réutilisé ces trois tours pour les transformer en bastions allongés à extrémité arrondie, ils l'ont peut-être aussi fait pour le bastion de São Cristóvão, de forme ronde et implanté à côté de la capitainerie (fig. 32). Ils auront également conservé deux autres tours carrées dans les deux angles les plus avancés de la courtine face à la terre, à l'ouest (fig. 13). Cependant, son aspect actuel est dû à la période qui a suivi l'abandon portugais (fig. 33 ; elles ne peuvent donc pas être utilisées pour déterminer la configuration de la fortification mérinide[104]. Il semble évident que, compte tenu de la concentration de la puissance de feu dans les bastions par les portugais, la plupart des petites tours préexistantes ont été considérées comme un obstacle au bon usage de l'artillerie, conduisant à leur démolition[105].
On peut faire le parallèle entre la conception du dispositif défensif mérinide qui vient d'être décrit et d'autres fortifications contemporaines, comme *al-Mansura* ou *al-Afrag*, à Ceuta, érigée en 1328-1329 par ordre du sultan Abou Saïd et terminée sous Abou Hassan dans les années suivantes. Bien que les tours qui sont conservées de ce périmètre soient plus petites, avec 6,55m de côté, le même type de muraille est observé, rythmé par des tours carrées creuses, surélevées sur

103. Ana Lopes, *(A)cerca de Azamor…* cit., pp. 127-141 et 155-159.

104. De fouilles récentes à Azemmour, coordonnées par Aboulkacem Chebri, ont montré des structures plus anciennes à l'intérieur de ces tours. Je remercie cette information à Abdallah Fili.

105. Rafael Moreira, «A época manuelina»… cit., pp. 126-132.

Fig. 32– Casa dos capitães e baluarte de São Cristóvão vistos do exterior. Capitainerie et bastion de São Cristóvão vus de l'extérieur.

Fig. 33 – Torre quadrangular na cortina Oeste no quarteirão do Kasbah-Mellah. Tour carrée dans la courtine ouest du quartier Kasbah-Mellah.

tina, ali a espaços de 20m entre cada uma, idênticos ao cálculo para a cortina Norte de Azamor. Como em Ceuta, também em Azamor se observa a ausência de dispositivos poliorcéticos de reforço comuns nesta época, como torres albarrãs, barbacãs ou fossos, apenas se notando a existência de dois espigões culminados em torres redondas nas duas extremidades da frente marítima, dispositivo idêntico ao do sistema defensivo medieval da cidade do Estreito[106]. De resto, também no que toca às técnicas construtivas se verificam similitudes, sendo construções quase exclusivamente levantadas em taipa, com caixotões de 70-85 cm de altura, fazendo uso limitado da cal e sem aparente sapata de fundação em pedra, ou seja, com [«uma pobreza material e construtiva evidente»][107]. Se esta circunstância é clara para Ceuta, grande metrópole do Estreito, é-o ainda mais para Azamor. Preservam-se ainda em Azamor mais duas estruturas pertencentes muito provavelmente ao perímetro defensivo merínida. Ambas se localizam no quarteirão do Kasbah-Mellah, a meia distância nos panos de muralha em que se inserem (fig. 13, ver portas): a Oeste, entre uma das torres quadrangulares subsistentes e o baluarte do Raio; a Norte, entre os baluartes do Raio e o existente a Nordeste.

A primeira constitui-se como um torreão rectangular adossado pelo interior ao pano de muralha Oeste, revestido por alvenaria de pedra no exterior, seguramente a obra de época portuguesa acima referida. Era, pois, composto por três muros que encostam a um troço de 9,78m da cortina: um a Norte, com 4,34m de comprimento, outro a Este, com 9m de comprimento, e outro a Sul, com dimensão idêntica ao primeiro, estando cimentado no exterior. Em conjunto formava-se, pois, um recinto com cerca de 39m² de área. Os muros têm uma espessura de cerca de 0,8m e foram inteiramente erguidos em taipa, muito idêntica à que serviu para construir a cortina, verificando-se os orifícios das travessas de madeira que suportavam os taipais, bem como as marcas de separação entre as suas fiadas, com uma altura de 70cm (fig. 34). Vêem-se em altura sete destas fiadas, sendo a última culminada por uma abóbada de canhão inteiramente erguida em tijolo, demarcada do corpo inferior por

106. José Manuel Hita Ruiz e Fernando Villada Paredes, «A propósito de las puertas y corachas islámicas y lusitanas del frente occidental de las fortificaciones del istmo de Ceuta», *in Congreso Internacional Ceuta, 1415: Los orígenes de la expansión europea*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, tomo I, pp. 59-103.

107. Pedro Gurriarán Daza, «Las murallas de al-Manşūra : análisis constructivo», *in* Fernando Villada Paredes e Pedro Gurriarán Daza (ed.), *al- Manşūra. La ciudad olvidada*, Ceuta, Ciudad Autónoma de Ceuta, 2013, pp. 45-51 (citação da última página traduzida do espanhol).

la courtine, à des espaces de 20m entre chacune, identiques au calcul pour la courtine nord d'Azemmour. Comme à Ceuta, également à Azemmour on observe l'absence de dispositifs poliorcétiques de renforcement habituels à cette époque, tels que les tours *albarranas*, les barbacanes ou les fossés ; on ne remarque que l'existence de deux pointes culminant en tours rondes aux deux extrémités du front de mer, un dispositif identique à celui du système défensif médiéval de la ville du détroit[106]. En outre, les similitudes en ce qui concerne les techniques de construction sont claires, avec des constructions presque exclusivement élevées en pisé, avec des banques de 70 à 85cm de hauteur, une utilisation limitée de la chaux et sans fondation apparente en pierre, c'est à dire, d'une [« faiblesse matérielle et constructive évidente »][107]. Si cette circonstance est claire pour Ceuta, la grande métropole du détroit, elle l'est encore plus pour Azemmour.

Deux autres structures qui appartiennent très probablement au périmètre défensif mérinide sont conservées à Azemmour. Toutes deux sont situées dans le quartier Kasbah-Mellah, à mi-chemin des courtines dans lequel elles sont insérées (fig. 13, voir portes) : à l'ouest, entre l'une des tours quadrangulaires restantes et le bastion du *Raio* ; au nord, entre le bastion du *Raio* et celui existant au nord-est.

La première est une tourelle rectangulaire accolée par l'intérieur au rempart ouest ; celui-ci est recouvert de maçonnerie en pierre à l'extérieur, certainement l'œuvre de la période portugaise mentionnée ci-dessus. Elle était donc composée de trois murs qui s'appuyaient contre une section de 9,78m de la courtine : un au nord, avec 4,34m de long, un autre à l'est, de 9m de long, et un autre au sud, de même dimension que le premier, étant cimenté à l'extérieur. Ensemble, donc, ces murs composent une enceinte avec une surface d'environ 39m². Les murs ont une épaisseur d'environ 0,8m et ont été entièrement érigés en pisé, très identique à celui utilisé pour construire la muraille ; les trous des traverses en bois qui soutenaient les banques, ainsi que les marques de séparation entre les rangées, d'une hauteur de 70cm, sont observables (fig. 34). Sept de ces rangées sont visibles en hauteur, la dernière aboutissant à une voûte cylindrique entièrement érigée en brique, délimitée latéra-

106. José Manuel Hita Ruiz et Fernando Villada Paredes, « A propósito de las puertas y corachas islámicas y lusitanas del frente occidental de las fortificaciones del istmo de Ceuta », *in Congreso Internacional Ceuta, 1415: Los orígenes de la expansión europea*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, tomo I, pp. 59-103.

107. Pedro Gurriarán Daza, « Las murallas de al-Manşūra : análisis constructivo », *in* Fernando Villada Paredes et Pedro Gurriarán Daza (ed.), *al- Manşūra. La ciudad olvidada*, Ceuta, Ciudad Autónoma de Ceuta, 2013, pp. 45-51 (citation de la dernière page traduite de l'espagnole).

uma linha de tijolos dispostos lateralmente em cutelo (fig. 35). A construção tem evidentes afinidades com o baluarte do Raio. Todo o espaço era, assim, coberto, estando hoje parte da abóbada colapsada. Sobre esta existia um terraço ao nível do adarve (fig. 36). No exterior subsistem ainda vestígios de reboco de argamassa de cal (fig. 37), observando-se diversos orifícios abertos em época moderna ou contemporânea a vários níveis. O espaço é hoje um anexo de uma habitação, acedendo-se a ele através de um destes pequenos orifícios ao nível do primeiro piso. De referir que, conservando-se 7,9 m de altura máxima, o nível actual do solo encontra-se vários metros acima daquele que seria o da base da muralha, pelo que é evidente que a estrutura agora revelada está muito soterrada.

A segunda estrutura desenvolve-se a partir da muralha Norte e parece ter uma configuração idêntica à anterior, embora de maiores dimensões. Restam apenas os arranques de dois muros a partir de um troço da face interna da cortina com 12,68 m de comprimento: a Oeste com 2 m, a Este com 2,85, estando os seus topos ao nível do adarve (fig. 38). Pelos vestígios deste último muro parece que seriam mais espessos que os da estrutura acima, embora não tenha sido possível medi-los com rigor. Entre os dois muros e junto à cortina observa-se o arranque de uma abóbada semelhante à descrita (fig. 39), que fecharia um espaço idêntico, com terraço ao nível do adarve. A estrutura parece ter usado os mesmos materiais e técnicas construtivas. Hoje está inteiramente integrada numa habitação encostada a este pano de muralha. Destaca-se, porém, uma particularidade importante, não observada no caso anterior: pela derrocada do alambor no exterior desta mesma área da muralha, foi possível observar os restos de um arco em tijolo (fig. 40), que claramente permitia a comunicação entre o espaço extramuros e este torreão antes das obras portuguesas de inícios do século XVI.

A nosso ver, estas duas estruturas correspondem a duas portas da antiga cerca merínida. Tinham uma localização equidistante face às torres que protegiam os panos de muralha Este e Norte ou as suas inflexões (fig. 13). Os acessos foram certamente entaipados pelos portugueses, cobrindo o exterior pelo capeamento da muralha de taipa com alvenaria de pedra e pelo levantamento de pronunciados alambores, no âmbito das obras atrás referidas. Restringiam-se assim os acessos ao sector Norte da cidade, local de implantação do castelo e onde se veio a estabelecer o principal núcleo de povoamento português na cidade. Não foram, porém, destruídas as estruturas internas destas portas, certamente reaproveitadas para outro fim, como o de local para armazenamento de armas,

lement de la partie inférieure de ce bâtiment par une ligne de briques disposées latéralement (fig. 35). Il a des affinités constructives évidentes avec le bastion du *Raio*. Toute la structure était ainsi couverte, étant une partie de la voûte aujourd'hui effondrée. Il y avait une terrasse au niveau du chemin de ronde (fig. 36). A l'extérieur, il y a encore des traces de mortier d'enduit à base de chaux (fig. 37). On observe plusieurs trous ouverts à l'époque moderne ou contemporaine à différents niveaux. Aujourd'hui, l'espace a été intégré comme annexe d'une habitation, accessible par l'un de ces petits trous au niveau du premier étage. Il est à noter que, en maintenant une hauteur maximale de 7,9 m, le niveau actuel du sol est de plusieurs mètres au-dessus de celui de la base de la structure ; il est évident que la tourelle ici révélée est très enterrée.

La deuxième structure se développe à partir de la courtine nord et semble avoir une configuration identique à la précédente, bien qu'avec des dimensions plus importantes. Il n'est conservé que les départs de deux murs à partir d'une section de la face intérieure de la muraille de 12,68 m de long : à l'ouest avec 2 m, à l'est avec 2,85 m, ses sommets se situant au niveau du chemin de ronde (fig. 38). D'après les vestiges de ce dernier mur, il semble qu'ils devaient être plus épais que ceux de la structure au-dessus, bien qu'il n'ait pas été possible de les mesurer avec précision. Entre les deux murs et à côté de la muraille, on aperçoit une voûte similaire à celle décrite (fig. 39), qui fermerait un espace identique, avec une terrasse au niveau du chemin de ronde. La structure semble avoir utilisé les mêmes matériaux et techniques de construction. Aujourd'hui, elle est entièrement intégrée dans une habitation adossée à cette partie de la muraille. Cependant, une caractéristique importante est à noter, non observée dans le cas précédent : par l'effondrement du talus à l'extérieur dans cette même zone, il a été possible d'observer les restes d'un arc en brique (fig. 40), qui clairement a permis la communication entre l'espace extra-muros et cette tourelle avant les travaux portugais du début du XVI^{e} siècle.

À notre avis, ces deux structures correspondent à deux portes de l'ancien rempart mérinide. Elles avaient un emplacement équidistant entre les tours qui protégeaient les courtines est et nord ou leurs inflexions (fig. 13). Les accès ont certainement été bouchés par les portugais, obstrués à l'extérieur en couvrant le mur en pisé avec de la maçonnerie en pierre et en soulevant des talus prononcés, dans le cadre des travaux précités. Ainsi, l'accès au secteur nord de la ville était restreint, ce qui peut se justifier par le fait qu'ici se trouvait le château et l'endroit où le principal noyau de la colonie portugaise dans la ville a été établi. Cependant, les structures internes de ces portes n'ont pas été détruites et ont été certainement réutilisées à une

Fig. 34 – Paramento interno Sul da estrutura adossada pelo interior à muralha Oeste no quarteirão Kasbah-Mellah. Surface interne sud de la structure accolée par l'intérieur au rempart ouest dans le quartier Kasbah-Mellah.

Fig. 35 – Abóbada e paramento interno Norte da estrutura adossada pelo interior à muralha Oeste no quarteirão Kasbah-Mellah. Voûte et surface interne nord de la structure accolée par l'intérieur au rempart ouest dans le quartier Kasbah-Mellah.

Fig. 37 – Paramento externo Este da estrutura adossada pelo interior à muralha Oeste no quarteirão Kasbah-Mellah. Surface externe est de la structure accolée par l'intérieur au rempart ouest dans le quartier Kasbah-Mellah.

Fig. 36 – Terraço ao nível do caminho de ronda da estrutura adossada pelo interior à muralha Oeste no quarteirão Kasbah-Mellah. Terrasse au niveau du chemin de ronde de la structure accolée par l'intérieur au rempart ouest dans le quartier Kasbah-Mellah.

Fig. 38 – Paramento interno da estrutura adossada pelo interior à muralha Norte no quarteirão Kasbah-Mellah. Surface interne de la structure accolée par l'intérieur au rempart nord dans le quartier Kasbah-Mellah.

Fig. 39 – Abóbada e paramento interno Este da estrutura adossada pelo interior à muralha Norte no quarteirão Kasbah-Mellah. Voûte et surface interne est de la structure accolée par l'intérieur au rempart nord dans le quartier Kasbah-Mellah.

Fig. 40 – Paramento externo da estrutura adossada pelo interior à muralha Norte no quarteirão Kasbah-Mellah, observando-se parte de um arco. Surface externe de la structure accolée par l'intérieur au rempart nord dans le quartier Kasbah-Mellah, s'observant une partie d'un arc.

já que constituíam construções de alguma solidez[108]. A configuração destas antigas portas merínidas de Azamor obrigava, pois, os transeuntes a fazer um ângulo recto para entrar na cidade, num sistema típico de porta em cotovelo simples. Seguiam protótipos comuns nesta época, como o citado exemplo de al-Mansura ou al-Afrag, em Ceuta. Escavações arqueológicas na parte interior da Porta de Fez, a principal desta fortificação, revelaram uma estrutura idêntica à de Azamor, com um recinto interno destinado a assegurar aquele trajecto em ângulo recto, coberto por abóbada em tijolo. O exemplo de Ceuta, onde se conserva o arco da porta com o esplendor de outras realizações urbanas merínidas, tem dimensões maiores (6,7×10,75m) que os de Azamor, já que aqui elas seriam portas secundárias. Note-se que, tal como

autre fin, comme un lieu de stockage des armes, car il s'agissait de constructions d'une certaine solidité[108]. La configuration de ces anciennes portes mérinides d'Azemmour obligeait les passants à faire un angle droit pour entrer dans la ville, dans un système typique de porte coudée simple. Elles ont suivi des prototypes courants à cette époque, comme l'exemple précité d'*al-Mansura* ou *al-Afrag*, à Ceuta. Les fouilles archéologiques à l'intérieur de la porte de Fès, la principale de cette fortification, ont révélé une structure identique à celle d'Azemmour, avec une enceinte interne conçue pour assurer ce chemin à angle droit, recouverte d'une voûte en brique. L'exemple de Ceuta, où l'arche de la porte est préservée avec la splendeur d'autres réalisations urbaines mérinides, a des dimensions plus grandes (6,7×10,75m) que celles d'Azemmour, puisqu'ici il s'agirait de portes secondaires.

108. Ana Lopes, *(A)cerca de Azamor…* cit., pp. 142-143 e 157-158. Em 1932 a estrutura abobadada deste tipo no lado Oeste era chamada de *khazîn dar el-baroud*, ou seja, a paiol, segundo *Villes et Tribus…* cit., vol. XI, tome II, p. 3.

108. Ana Lopes, *(A)cerca de Azamor…* cit., pp. 142-143 et 157-158. En 1932 la structure voûtée de ce type dans le côté ouest était appelée de *khazîn dar el-baroud*, c'est-à-dire, la poudrière, selon *Villes et Tribus…* cit., vol. XI, tome II, p. 3.

na *Bab Fas* da cidade do Estreito[109], só nesta parte da fortificação merínida de Azamor intervêm outros materiais que não a taipa, nomeadamente os tijolos para fabrico de abóbadas e arcos, realidade visível nestas portas, mas também na torre que deu origem ao baluarte do Raio. Outros paralelos coevos podem ser apontados, nomeadamente as da cidade-necrópole de Chela, em Rabat, erguida em 1339: o acesso nas duas portas principais faz-se em cotovelo simples, de forma muito idêntica a de Azamor no caso da *Bab Ayn Aganna*, a segunda em termos de importância em todo o recinto[110].

4. Uma área subterrânea de armazenamento alimentar

Embora não tenha sido objecto dos nossos estudos, é evidente a importância dos silos (matamorras) detectados na zona a Sul da medina actual, já há muito referenciados pela bibliografia[111], mas que continuam sem o devido levantamento e conservação.
Estes vestígios distribuem-se ao longo da estrada de acesso à ponte que atravessa o rio Morbeia, numa extensão de cerca de 150m (fig. 13). As estruturas foram criadas através de escavação no substrato geológico calcário e o seu interior foi revestido por uma espessa camada de reboco de impermeabilização, certamente destinada a garantir uma boa estanquidade e isolamento dos alimentos armazenados. Os silos mais completos apresentam uma abertura bastante estrangulada, um corpo alongado e uma base aplanada, denominando-se por vezes como tendo forma troncocónica ou de ampola (fig. 41). Esta forma é a mais comum em todo o mundo e também no ocidente islâmico medieval, nomeadamente para o armazenamento de cereais[112]. A sua função em

A noter que, comme à la *Bab Fas* dans la ville du détroit[109], ce n'est que dans cette partie de la fortification mérinide d'Azemmour qu'interviennent d'autres matériaux que le pisé, à savoir des briques pour la fabrication de voûtes et d'arcs, réalité visible dans ces portes, mais aussi dans la tour qui est à l'origine du bastion du *Raio*. D'autres parallèles contemporains peuvent être relevés, à savoir ceux de la nécropole de Chella, à Rabat, construite en 1339 : l'accès aux deux portes principales se fait par de simples coudes, de manière très identique à celle d'Azemmour dans le cas de *Bab Ayn Aganna*, le deuxième en termes d'importance dans toute l'enceinte[110].

4. Une zone de stockage alimentaire souterraine

Bien que cela n'ait pas fait l'objet de nos études, il est évident que l'importance des silos (*matmura*) détectés dans la zone au sud de l'actuelle médina, qui sont déjà référencés dans la bibliographie depuis longtemps[111], mais qui continuent sans étude et conservation digne. Ces vestiges se distribuent le long de la route d'accès au pont qui traverse l'oued Oum er-Rbia, sur une extension d'environ 150m (fig. 13). Les structures ont été créées par creusement dans le substrat géologique calcaire et leur intérieur a été couvert d'un épais enduit d'imperméabilisation, certainement afin de garantir une bonne étanchéité pour isoler les aliments stockés. Les silos les plus complets présentent une ouverture assez étranglée, un corps allongé et une base aplanie, étant quelque fois dénommés comme en forme tronconique ou d'ampoule (fig. 41). Cette configuration est la plus courante dans tout le monde et aussi dans l'occident islamique médiéval, particulièrement pour l'emmagasinage des céréales[112]. Leur fonction à Azemmour serait, précisément, le stockage

109. Pedro Gurriarán Daza, «Las murallas de al-Manşūra…» cit., p. 49, e Fernando Villada Paredes e José Suárez Padilla, «Investigación arqueológica en el Afrag de Ceuta», *in* Fernando Villada Paredes e Pedro Gurriarán Daza (ed.), *al-Manşūra. La ciudad olvidada*… cit., pp. 75-80.

110. Patrice Cressier, «Les portes urbaines post-almohades du Maroc (XIII[e]-XIX[e] siècles)», in Thomas G. Schattner e Fernando Valdés Fernández (ed.), Stadttore: Bautyp und Kunstform / Puertas de ciudades: tipo arquitectónico y forma artística, Mainz, Deutsches Archaologisches Institut, Diputación Provincial de Toledo e Real Fundación de Toledo, 2006, pp. 464-465.

111. Denise Valéro, *Petite Histoire des Ruines Portugaises au Maroc*, Casablanca, Presses des Imp. de France, 1952, pp. 51-52.

112. Josep Miret i Mestre, *Sistemes tradicionals de conservació dels aliments en fosses i sitges: un enfocament multidisciplinar*, 2009, pp. 54, 68 et 70-71 (documento não publicado disponível em https://www.academia.edu/820033/Sistemes_tradicionals_de_conservaci%C3%B3_dels_aliments_en_fosses_i_sitges_Un_enfocament_multidisciplinar_Traditional_systems_for_preserving_food_in_pits_and_in_silos_A_multidisciplinary_approach). Mohamed Meouak, «Graneros y silos en las fuentes árabes del occidente islámico medieval», *in Anaquel de Estudios Árabes*, n.º 12, 2001, p. 446.

109. Pedro Gurriarán Daza, « Las murallas de al-Manşūra… » cit., p. 49, et Fernando Villada Paredes et José Suárez Padilla, « Investigación arqueológica en el Afrag de Ceuta », *in* Fernando Villada Paredes et Pedro Gurriarán Daza (ed.), *al-Manşūra. La ciudad olvidada*… cit., pp. 75-80.

110. Patrice Cressier, « Les portes urbaines post-almohades du Maroc (XIII[e]-XIX[e] siècles) », *in* Thomas G. Schattner e Fernando Valdés Fernández (éd.), *Stadttore : Bautyp und Kunstform / Puertas de ciudades : tipo arquitectónico y forma artística*, Mainz, Deutsches Archaologisches Institut, Diputación Provincial de Toledo et Real Fundación de Toledo, 2006, pp. 464-465.

111. Denise Valéro, *Petite Histoire des Ruines Portugaises au Maroc*, Casablanca, Presses des Imp. de France, 1952, pp. 51-52.

112. Josep Miret i Mestre, *Sistemes tradicionals de conservació dels aliments en fosses i sitges: un enfocament multidisciplinar*, 2009, pp. 54, 68 et 70-71 (document non publié disponible en https://www.academia.edu/820033/Sistemes_tradicionals_de_conservaci%C3%B3_dels_aliments_en_fosses_i_sitges_Un_enfocament_multidisciplinar_Traditional_systems_for_preserving_food_in_pits_and_in_silos_A_multidisciplinary_approach). Mohamed Meouak, « Graneros y silos en las fuentes árabes del occidente islámico medieval », *in Anaquel de Estudios Árabes*, nº 12, 2001, p. 446.

Fig. 41 – Silo junto à estrada de acesso à ponte sobre o rio Morbeia. Silo à côté de la route d'accès au pont sur l'oued Oum er-Rbia.

Azamor seria, precisamente, o armazenamento da produção agrícola, nomeadamente o trigo produzido em abundância na região, dado que as suas características permitiam assegurar a sua perenidade face aos agentes climatéricos e à presença de animais[113]. Se a escavação de silos subterrâneos para armazenamento de alimentos é uma realidade desde a pré-história em todo o mundo[114], desenvolveu-se grandemente no período medieval em toda a Europa ocidental[115]. A sua utilização está profusamente documentada no al-Andalus, como também no Norte de

de la production agricole, notamment le blé produit en abondance dans la région, étant donné que leurs caractéristiques permettaient d'assurer leur pérennité face à des conditions climatiques et à la présence d'animaux[113].

Si le creusement de silos souterrains pour l'emmagasinage d'aliments est une réalité depuis la préhistoire partout dans le monde[114], il a connu un grand développement pendant la période médiévale dans toute l'Europe occidentale[115]. Son utilisation est amplement documentée en al-Andalus, ainsi qu'en Afrique

113. As dúvidas levantadas por certos autores sobre a funcionalidade deste tipo de estruturas não parecem poder colocar-se neste caso, precisamente devido às características do solo onde os silos foram abertos e ao tratamento que foi dado às suas superfícies. Ver Antonio Malalana Ureña, Jorge Morín de Pablos e Rafael Barroso Cabrera, «Acerca de la funcionalidad de los denominados "silos-basureros": una propuesta metodológica para el estudio de la agricultura andalusí en época califal y taifa», *in Archeologia Medievale*, vol. XL, 2013, p. 346.

114. Josep Miret i Mestre, *Sistemes tradicionals de conservació…* cit., pp. 9-15 e 19-20. Ver François Sigaut, *Les réserves de grains à long terme. Techniques de conservation et fonctions dans l'histoire*, Lille, Maison des Sciences de l'Homme et Université de Lille III, 1978, pp. 13-43.

115. Ver A. Fernández Ugalde, «El almacenamiento subterráneo y la conquista feudal en la Península Ibérica: aportaciones de la arqueología», *in* Guy de Boe e Frans Verhaeghe (ed.), *Rural Settlements in Medieval Europe. Papers of the "Medieval Europe Brugge 1997"*, Zellik, I.A.P., 1997, vol. 6, pp. 283-289, e Alfonso Vigil-Escalera Guirado, Giovanna Bianchi e Juan Antonio Quirós (ed.), *Horrea, barns and silos. Storage and incomes in Early Medieval Europe*, Bilbao, Universidad del País Vasco, 2004.

113. Les doutes soulevés par certains auteurs sur la fonctionnalité de ce type de structures ne semblent pas pouvoir se poser dans cette situation, précisément en raison des caractéristiques du sol où les silos ont été ouverts et du traitement qui a été donné à leurs surfaces. Voir Antonio Malalana Ureña, Jorge Morín de Pablos et Rafael Barroso Cabrera, « Acerca de la funcionalidad de los denominados "silos-basureros" : una propuesta metodológica para el estudio de la agricultura andalusí en época califal y taifa », *in Archeologia Medievale*, vol. XL, 2013, p. 346.

114. Josep Miret i Mestre, *Sistemes tradicionals de conservació…* cit., pp. 9-15 et 19-20. Voir François Sigaut, *Les réserves de grains à long terme. Techniques de conservation et fonctions dans l'histoire*, Lille, Maison des Sciences de l'Homme et Université de Lille III, 1978, pp. 13-43.

115. Voir A. Fernández Ugalde, « El almacenamiento subterráneo y la conquista feudal en la Península Ibérica : aportaciones de la arqueología », *in* Guy de Boe et Frans Verhaeghe (éd.), *Rural Settlements in Medieval Europe. Papers of the "Medieval Europe Brugge 1997"*, Zellik, I.A.P., 1997, vol. 6, pp. 283-289, et Alfonso Vigil-Escalera Guirado, Giovanna Bianchi, Juan Antonio Quirós (éd.), *Horrea, barns and silos. Storage and incomes in Early Medieval Europe*, Bilbao, Universidad del País Vasco, 2004.

África, onde era a solução mais utilizada para armazenamento de cereal, tanto nas planícies atlânticas, como no interior do país. A sua vigilância era rigorosamente observada pelos poderes urbanos e a sua existência valorizava os terrenos onde se encontravam. De facto, além dos aspectos relacionados com a conservação dos alimentos, deve sublinhar-se que estas estruturas se justificavam com a necessidade de conferir segurança às reservas alimentares, o que está relacionado com um tipo de organização económica e social na qual os seus possuidores ganhavam riqueza, meios de acção e poder[116]. A importância deste tipo de estruturas está confirmada ao longo da Idade Moderna, inclusive na região da Duquela[117], conservando-se ainda etnograficamente em zonas rurais de Marrocos, como no Rif[118].

A datação destas estruturas de Azamor é impossível de determinar no actual estado do nosso conhecimento. A sua criação deverá datar da época de maior esplendor da cidade, nos séculos XII a XIV, quando é referida como porto exportador de produtos do seu entorno rural. Recordemos que, em meados desta última centúria, Ibne Alcatibe glosava a fertilidade e grande produção agrícola da região, registando que [«É um país que guarda os alimentos em silos e deleita os sentidos»][119]. Devemos, pois, enquadrar aqui a utilização destas estruturas no quadro de [«sociedades baseadas nas trocas comercias, predominando o armazenamento de grão a longo prazo (mais de um ano) sem abertura dos silos»], nas quais o [«silo funciona como um acumulador de alimentos»][120]. A extensão dos vestígios permite mesmo colocar a hipótese desta zona constituir um campo de silos, zona aberta não construída da cidade cheia de fossas deste tipo, destinadas à sua venda em larga escala através do comércio marítimo. Na região da Duquela, o mesmo tipo de vestígios foi detectado na cidade de Safim e nas povoações rurais de Almedina e de Aguz, onde as diferentes tribos da região armazenavam os

116. Bernard Rosenberger, «Réserves de grains et pouvoir dans le Maroc précolonial», *in* M. Gast, F. Sigaut, C. Beutler (ed.), *Les techniques de conservation des grains à long terme*, tome 3, fasc. 1, Paris, C.N.R.S., 1985, pp. 237-239; Mohamed Meouak, «Graneros y silos…» cit., pp. 445-447.

117. Bernard Rosenberger, «Réserves de grains et pouvoir…» cit., p. 244.

118. Ver Leonor Peña-Chocarro, Jesús Emilio González Urquijo, Juan José Ibáñez e Lydia Zapata, «Técnicas de almacenamiento de alimentos en el mundo rural tradicional: experiencias desde la etnografía», *in* Alfonso Vigil-Escalera Guirado, Giovanna Bianchi e Juan Antonio Quirós (ed.), *Horrea, barns and silos…* cit., pp. 214-215.

119. Descrição feita na sua obra *Mi'yâr al-ikhtiyâr fi dhikr al-ma'âhid wa al-diyâr*, a partir da tradução para francês de Belkacem Daouadi, *«Kanz al-asrâr wa lawâqih al-afkâr»*… cit., p. 42.

120. Josep Miret i Mestre, *Sistemes tradicionals de conservació…* cit., pp. 63-64 e 175.

du Nord, où il était la solution la plus utilisée pour le stockage des céréales, soit dans les plaines atlantiques, soit à l'intérieur du pays. Leur surveillance était strictement observée par les pouvoirs urbains et leur existence valorisait le terrain où ils se trouvaient. En effet, outre les aspects liés à la conservation des aliments, il faut souligner que ces structures étaient justifiées par la nécessité d'assurer la sécurité des réserves alimentaires, liée à un type d'organisation économique et sociale dans laquelle leurs propriétaires assureraient leur richesse, leurs moyens d'action et leur puissance[116]. L'importance de ce type de structures est confirmée tout au long de la période moderne, y compris dans la région de Doukkala[117]. Elles sont encore conservées ethnographiquement dans des zones rurales du Maroc, comme dans le Rif[118].

La datation de ces structures d'Azemmour est impossible de déterminer dans l'état actuel de nos connaissances. Leur création devrait dater de la période d'apogée de la ville, du XII[e] au XIV[e] siècle, lorsqu'elle est qualifiée comme port d'exportation des produits de son environnement rural. Rappelons-nous qu'au milieu de ce dernier siècle, Ibn al-Khatib a loué la fertilité et la grande production agricole de la région, notant que « c'est un pays qui met en silo ses denrées et qui réjouit les sens »[119]. Il faut donc concevoir l'utilisation de ces structures ici comme appartenant à des « sociétés basées sur l'échange commercial prévaut le stockage du grain à long terme (plus d'un an), sans ouvrir les silos », dans lesquelles le « silo fonctionne comme un accumulateur de denrées »[120]. L'extension des vestiges soulève l'hypothèse que cette zone a été même un champ de silos, zone ouverte non bâtie de la ville, pleine de fosses de ce type, destinées à leur vente à grande échelle par le commerce maritime. Dans la région de Doukkala, le même type de vestiges a été détecté dans la ville de Safi et dans les villages ruraux d'El-Mdina et d'Agouz, où les différentes tribus

116. Bernard Rosenberger, « Réserves de grains et pouvoir dans le Maroc précolonial », *in* M. Gast, F. Sigaut, C. Beutler (éd.), *Les techniques de conservation des grains à long terme*, tome 3, fasc. 1, Paris, C.N.R.S., 1985, pp. 237-239 ; Mohamed Meouak, « Graneros y silos… » cit., pp. 445-447.

117. Bernard Rosenberger, « Réserves de grains et pouvoir… » cit., p. 244.

118. Voir Leonor Peña-Chocarro, Jesús Emilio González Urquijo, Juan José Ibáñez et Lydia Zapata, « Técnicas de almacenamiento de alimentos en el mundo rural tradicional : experiencias desde la etnografía », *in* Alfonso Vigil-Escalera Guirado, Giovanna Bianchi, Juan Antonio Quirós (éd.), *Horrea, barns and silos…* cit., pp. 214-215.

119. Description faite dans son ouvrage *Mi'yâr al-ikhtiyâr fi dhikr al-ma'âhid wa al-diyâr*, dans une traduction en français de Belkacem Daouadi, *« Kanz al-asrâr wa lawâqih al-afkâr »*… cit., p. 42.

120. Josep Miret i Mestre, *Sistemes tradicionals de conservació…* cit., pp. 63-64 et 175.

seus víveres, que serviam igualmente para o comércio com a Península Ibérica[121].

Mais difícil ainda é aferir a data de inutilização destes silos de Azamor. Este espaço poderia ter sido abandonado na mesma época de toda a zona a Sul da actual medina, em meados do século XIV, ou seja, pouco depois do registo de Ibne Alcatibe. Lembre-se que, com a construção das actuais muralhas da medina na segunda metade desta centúria, esta área ficou em espaço extramuros, portanto à mercê de ataques inimigos, embora muito próximo do seu limite meridional. No entanto, é também possível que a área tenha continuado a ser utilizada com esta função após esta data, já que existem numerosos casos de campos de silos no exterior, embora próximo, das cercas das medinas medievais islâmicas. Os portugueses procuraram, aliás, controlar as reservas de cereais desta região no início do século XVI, a fim de dominar as suas tribos, inclusive procurando-as persuadir a guardar o seu cereal em Azamor[122]. O assunto só poderia ser cabalmente esclarecido com trabalhos de prospecção e levantamento nesta área.

5. Vestígios de habitat e de uma oficina oleira

Os testemunhos de habitat e de produção oleira na zona a Sul da medina de Azamor foram obtidos através da realização de duas sondagens (S100 e S101), junto ao troço mais bem conservado da muralha almóada em taipa a que nos referimos acima (fig. 42). São vestígios muito limitados, compostos quase exclusivamente por cerâmicas, embora encerrem um grande potencial de investigação no futuro, através da realização de trabalhos arqueológicos de maior fôlego.

Na S100 obtivemos uma sucessão estratigráfica que corresponde basicamente a quatro momentos de ocupação (fig. 43).

O mais antigo, na base da sondagem, inclui quatro estratos delimitados entre si por interfaces compactos, diferenciando-se também pelas cores ligeiramente distintas dos sedimentos, entre o castanho (C6), o castanho-acinzentado (C5), novamente o castanho (C4) e o castanho-acinzentado (C3) (fig. 44). Os quatro estratos são humoso-arenosos medianamente compactos, com grande quantidade de cerâmica medieval, parte dela correspondente a vestígios de produção oleira. Na análise destas cerâmicas

121. Bernard Rosenberger, «Réserves de grains et pouvoir…» cit., pp. 241 e 249.

122. Bernard Rosenberger, «Réserves de grains et pouvoir…» cit., pp. 256-257.

de la région stockaient leurs vivres, également utilisés pour le commerce avec la péninsule Ibérique[121].

Il est encore plus difficile d'évaluer la date de désactivation de ces silos d'Azemmour. Cet espace aurait pu être abandonné en même temps de toute la zone au sud de l'actuelle médina, au milieu du XIVe siècle, c'est-à-dire peu de temps après le témoignage d'Ibn al-Khatib. Rappelons qu'avec la construction des remparts de l'actuelle médina dans la seconde moitié de ce siècle, cette zone est restée dans un espace extramuros, donc menacée par des attaques ennemies, bien qu'à côté de sa limite au sud. Cependant, il est également possible que la zone ait continué à être utilisée avec cette fonction après cette date, car il existe de nombreux cas de camps de silos à l'extérieur, bien que proches des enceintes des médinas islamiques médiévales. Les portugais ont cherché même à contrôler les réserves céréalières de cette région au début du XVIe siècle, afin de dominer leurs tribus, notamment en essayant de les persuader de conserver leurs céréales à Azemmour[122]. La question ne peut être pleinement élucidée que par des travaux de prospection et de relevé dans cette zone.

5. Vestiges d'habitat et d'un atelier de potier

Les vestiges d'habitat et de production de poterie dans la zone au sud de la médina d'Azemmour ont été découverts par la fouille de deux sondages archéologiques (S100 et S101), situés à côté de la section la mieux conservée de la muraille almohade en pisé mentionnée ci-dessus. Ce sont des vestiges très limités, composés presque exclusivement de céramiques, bien qu'ils contiennent un grand potentiel de recherche à l'avenir, par la réalisation de travaux archéologiques plus importants.

Dans le S100 nous avons obtenu une succession stratigraphique qui correspond essentiellement à quatre moments d'occupation.

Le plus ancien, dans la base du sondage archéologique, comprend quatre strates, délimités par des interfaces compactes et avec des couleurs de sédiment légèrement distinctes, entre le marron (C6), le marron-gris (C5), à nouveau le marron (C4) et le marron-gris (C3). Les quatre strates correspondent à des sédiments sableux-organiques moyennement compacts, avec une grande quantité de céramiques médiévales, dont une partie sont des vestiges de production de poterie. Dans l'analyse de ces céramiques, nous avons réalisé des collages entre les couches 3-4

121. Bernard Rosenberger, « Réserves de grains et pouvoir… » cit., pp. 241 et 249.

122. Bernard Rosenberger, « Réserves de grains et pouvoir… » cit., pp. 256-257.

Fig. 42 – Sondagem arqueológica 100, junto à cerca em taipa mais antiga. Sondage archéologique 100, à côté de l'enceinte en pisé plus ancienne.

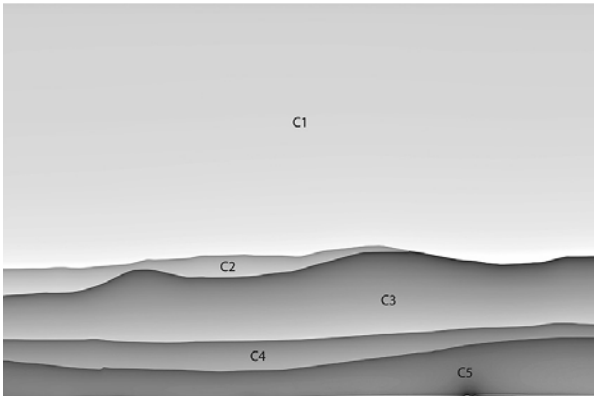


Fig. 43 – Corte estratigráfico Oeste da S100. Coupe stratigraphique ouest du S100.

Fig. 44 – Interfaces estratigráficos das camadas 1A, 3, 4 e 5 da S100. Interfaces stratigraphiques des couches 1A, 3, 4 et 5 du S100.

fizemos colagens entre as camadas 3-4 e 4-5, o que significa que todas fazem parte do mesmo momento de deposição, ou um tempo relativamente próximo. A sua interpretação é de que resultam de despejos de uma olaria que existiria nas redondezas, mas também de detritos de espaços habitacionais vizinhos. Neste particular, cumpre referir dois aspectos: por um lado, que as olarias tradicionais implicam sempre a existência de espaços onde se amontoam desperdícios de produção, muitas vezes sob níveis de compactação de sedimento, além das próprias estruturas de forno e tratamento da argila; por outro, que a coexistência de áreas de fabrico e de habitação dos oleiros vem sendo verificada em vários pontos do ocidente medi-

et 4-5, ce qui signifie qu'elles font toutes parties du même moment de dépôt ou d'une période relativement proche. Leur interprétation est qu'elles résultent des déchets d'un atelier de potiers qui aurait existé dans les environs, mais aussi de débris d'habitat domestique. À cet égard, deux aspects doivent être mentionnés : d'une part, que les ateliers de potiers traditionnels impliquent toujours, en plus des structures du four et du traitement de l'argile, l'existence d'espaces où les déchets de production sont accumulés, souvent sous des niveaux de compactage des sédiments ; d'autre part, que la coexistence des zones de production et d'habitat des potiers a été vérifiée dans plusieurs régions de la Méditerranée occiden-

terrâneo, já que estas unidades tinham então um carácter essencialmente doméstico[123].

Um segundo momento de ocupação corresponde a um fino estrato (C2) de sedimento castanho-claro, argiloso-humoso e compacto, com raro material arqueológico. Interpreta-se como nível de anulação da ocupação anterior (em momento imediatamente posterior), regularizando o terreno num possível piso de circulação (fig. 45).

O terceiro momento (C1) corresponde a um estrato muito potente, com 1,5m de altura, de sedimento castanho-claro, humoso e muito solto, com grande quantidade de material arqueológico medieval e muito raras pequenas pedras (fig. 45). Foi o primeiro nível de escavação, mas o material contemporâneo era muito escasso e concentrado somente à superfície. Interpreta-se não como o resultado do colapso de qualquer estrutura, dada a inexistência de materiais de construção, mas como uma operação de aterro de sedimentos que continham restos de ocupações domésticas, seguramente bastante remobilizados. É de sublinhar, contudo, que a semelhança de algumas cerâmicas com as dos estratos mais antigos permite defender que a produção oleira na cidade persistiu, provavelmente nesta mesma área de Azamor, embora num espaço algo afastado do local específico onde realizámos as sondagens arqueológicas.

tale, ces unités de production ayant alors un caractère essentiellement domestique[123].

Un deuxième moment d'occupation correspond à une fine strate (C2) de sédiment marron clair, argileux-organique et compact, avec un rare mobilier archéologique. Il est interprété comme un niveau d'annulation de l'occupation précédente (faite juste après), régularisant le terrain pour créer un possible sol de circulation (fig. 45).

Le troisième moment (C1) correspond à une strate très épaisse, haute de 1,5m, de sédiment marron clair organique et très meuble, avec une grande quantité de matériel archéologique médiéval et de très rares petites pierres (fig. 45). C'était le premier niveau de fouille, mais le matériel contemporain était très rare et concentré uniquement en surface. Il n'est pas interprété comme le résultat de l'effondrement d'une structure, compte tenu du manque de matériaux de construction, mais comme une opération de décharge de sédiments qui contenaient des restes d'occupations domestiques, certainement assez remobilisées. Il faut noter, cependant, que la similitude de certaines céramiques avec celles des couches plus anciennes nous permet d'argumenter que la production de poterie dans la ville a persisté, probablement dans ce même quartier d'Azemmour, bien que dans un espace quelque peu éloigné d'où nous avons effectué les sondages archéologiques.

Fig. 45 – Interfaces estratigráficos das camadas 1, 1A e 2 da S100. Interfaces stratigraphiques des couches 1, 1A et 2 du S100.

O derradeiro momento corresponde a um estrato (C1A) concentrado ao longo da muralha a Este desta sondagem, uma vala aberta nas camadas anteriormente referidas até à C5. Composta por sedimento

Le dernier moment correspond à une strate (C1A) concentrée tout au long de la muraille à l'Est de ce sondage, une fosse ouverte dans les couches mentionnées ci-dessus jusqu'à C5. Composée de sédiment

123. Ver María Mercedes Delgado Pérez (ed.), *Más allá de las murallas. Contribución al estudio de las dinámicas urbanas en el sur de al-Andalus*, Madrid, La Ergástula, 2020. No caso de Ceuta, veja-se Fernando Villada Paredes, André Teixeira, Joana Bento Torres, André Bargão, Cristóvão Fonseca e Gonçalo C. Lopes, «Um complexo oleiro na Ceuta merínida: o sítio arqueológico de Llano de la Dama», in *Actas del VI Congreso de Arqueología Medieval (España-Portugal)*, no prelo.

123. Voir María Mercedes Delgado Pérez (éd.), *Más allá de las murallas. Contribución al estudio de las dinámicas urbanas en el sur de al-Andalus*, Madrid, La Ergástula, 2020. Il faut noter le cas de Ceuta, où quelques-uns de nous sommes en train d'étudier le site de Llano de la Dama, en Fernando Villada Paredes, André Teixeira, Joana Bento Torres, André Bargão, Cristóvão Fonseca et Gonçalo C. Lopes, « Um complexo oleiro na Ceuta merínida: o sítio arqueológico de Llano de la Dama », in *Actas del VI Congreso de Arqueología Medieval (España-Portugal)*, sous presse.

castanho claro, humoso e ainda mais solto que o anterior, revelou grande quantidade de material cerâmico, semelhante ao detectado na C1.
Na S101 apenas se escavou o nível superior, correspondente ao terceiro momento de ocupação deste espaço na outra sondagem.

5.1. Os fabricos cerâmicos

Globalmente, verifica-se uma grande homogeneidade dos materiais arqueológicos em todos os estratos, embora na camada 1 se registem um bom número de tipos cerâmicos que não se detectam nas camadas inferiores. Simultaneamente, os vestígios de produção oleira, como os fragmentos de peças cerâmicas falhadas, deformadas, fissuradas e queimadas, os nódulos de argila cozidos, os vestígios de vidrado nas fracturas dos fragmentos e as trempes ou separadores anulares (fig. 46), são visíveis essencialmente abaixo da camada 2.
Todas as cerâmicas encontradas foram divididas em dois grandes grupos, o das cerâmicas não vidradas e o das cerâmicas vidradas, subdividindo-se estes em subgrupos segundo as características de fabrico e de tratamento de superfície.
Assim, na cerâmica não vidrada, submetida a apenas uma cozedura, por isso também designada cerâmica em biscoito, foram considerados sete subgrupos de fabrico:
A) pasta bege/amarela ou laranja, com superfícies beges/amarelas, com poucos desengordurantes de pequena dimensão, manipulação a torno, muitas vezes com pintura a vermelho ou negro nas superfícies.

marron clair, organique et encore plus meuble que le précédent, elle a livré une grande quantité de mobilier céramique, similaire à ce qui a été détecté dans la C1.
Dans le S101, seul le niveau supérieur a été fouillé, correspondant au troisième moment d'occupation de cet espace dans l'autre sondage.

5.1. Les groupes de fabrication céramiques

En général, il a une grande homogénéité des matériaux archéologiques dans toutes les couches, même s'il y a un bon nombre de types de céramiques dans la couche 1 que l'on ne trouve pas dans les couches inférieures. En même temps, les vestiges de production potière, comme les morceaux des pièces céramiques ratées, déformées, cassées et brulées, les nodules d'argile cuit, les vestiges de glaçure dans les fractures des tessons et les pernettes ou séparateurs annulaires (fig. 46), sont visibles fondamentalement au-dessus de la couche 2.
Toutes les céramiques trouvées ont été réparties en deux grands groupes, celui des céramiques non-glaçurées et celui des céramiques glaçurées, en les subdivisant en sous-groupes selon les caractéristiques de fabrication et de traitement de surface.
Ainsi, dans la céramique non-glaçurée, soumise seulement à une cuisson et également appelée biscuit, on a considéré sept sous-groupes de fabrication :
A) pâte beige/jaune ou orange, avec les surfaces beiges/jaunes, comportant peu de dégraissants de grain petit ; céramiques tournées, fréquemment avec décoration peinte en rouge ou noir.
B) pâte et surfaces jaunes à oranges claires, comportant moyenne quantité de dégraissants de grain de petite à moyenne dimension ; céramiques tournées,

Fig. 46 – Nódulos de argila cozidos (AZ100-221, AZØ100-333), trempes (AZ100-335) e separadores anulares (AZ100-216). Nodules d'argile cuit (AZ100-221, AZ100-333), pernette (AZ100-335) et séparateur annulaire (AZ100-216).

B) pasta e superfícies amarelas a laranjas-claras, com média quantidade de desengordurantes de pequena a média dimensão, manipulação a torno, por vezes com as superfícies engobadas, raramente com pintura a vermelho.
C) pasta e superfícies laranjas a vermelhas, com média quantidade de desengordurantes de pequena a média dimensão, manipulação a torno e, em alguns casos, superfícies engobadas e brunidas.
As peças dos subgrupos A e B têm quase sempre cozeduras oxidantes, ao passo que as do subgrupo C registam ocasionalmente variações redutoras-oxidantes. Nos casos em que não há aplicação de engobe nas superfícies é provável que as diferenças de coloração entre estas e o núcleo se deva a alterações na atmosfera do forno durante as cozeduras, o que também poderá justificar a existência de exemplares com cozeduras mistas[124].
D) pasta e superfícies laranjas/vermelhas, com muitos desengordurantes de pequena a grande dimensão, manipulação a torno ou torneta, frequentemente com decoração de bandas de linhas incisas horizontais ou onduladas; muitos exemplares apresentam vestígios de contacto com o fogo.
E) pasta cinzenta e superfícies castanhas, com muitos desengordurantes de pequena a grande dimensão, manipulação a torneta, frequentemente com decoração de bandas de linhas incisas horizontais ou onduladas e, mais raramente, estampilhas; alguns exemplares apresentam vestígios de contacto com o fogo.
F) pasta e superfícies castanhas claras, com média quantidade de desengordurantes de pequena a média dimensão, manipulação a torneta, frequentemente com decoração de linhas incisas e estampilhas.
G) pasta laranja e superfície castanha clara, com muitos desengordurantes de pequena a grande dimensão, manipulação a torneta, com bandas de linhas incisas e excisões.
Relativamente aos tipos de cozedura destes quatro subgrupos, se as cerâmicas de F e G foram cozidas essencialmente em ambientes oxidantes e E em ambientes redutores-oxidantes, no caso de D verificam-se cozeduras diversificadas, ora oxidantes ora redutoras-oxidantes.
No grupo das cerâmicas revestidas de vidrado plumbífero ou estanífero, todas fabricadas a torno, registámos os seguintes subgrupos:

124. Rute Correia Chaves, Augusta Lima, João Coroado, André Teixeira, Márcia Vilarigues, Nuno Leal, Azzeddine Karra e António M. Monge Soares, «Medieval and early modern ceramics from Azemmour (Morocco) – Textural, mineralogical and chemical analysis», *Journal of Archaeological Science: Reports*, n.º 21, 2018, p. 1160.

quelques fois avec les surfaces engobées, rarement avec décoration peinte en rouge.
C) pâte et surfaces oranges à rouges, comportant une quantité moyenne de dégraissants de grain de petite à moyenne dimension ; céramiques tournées, parfois avec les surfaces engobées et brunies.
Les céramiques des sous-groupes A et B ont eu presque toujours des cuissons oxydantes, tandis que celles du sous-groupe C ont eu des variations réductrices-oxydantes. Dans les cas où il n'y a pas l'application d'engobe sur les surfaces, il est probable que les différences de couleur entre le noyau et les surfaces soient dues à des changements d'atmosphère du four pendant la cuisson, ce qui peut également justifier l'existence de tessons à cuisson mixtes[124].
D) pâte et surfaces oranges/rouges, comportant beaucoup de dégraissants de grain de petite à grande dimension ; céramiques faites au tour ou à la tournette, fréquemment avec décoration de bandes de lignes incisées horizontales ou ondulées ; nombreux tessons présentent des traces de contact avec le feu.
E) pâte grise et surfaces marrons, comportant beaucoup de dégraissants de grain de petite à grande dimension ; céramiques faites à la tournette, fréquemment avec décoration de bandes de lignes incisées horizontales ou ondulées et, plus rarement, avec estampilles ; quelques tessons présentent des traces de contact avec le feu.
F) pâte et surfaces marrons claires, comportant moyenne quantité de dégraissants de grain de petite à moyenne dimension ; céramiques faites à la tournette, fréquemment avec décoration de lignes incisées et estampilles.
G) pâte et surfaces marrons claires, comportant beaucoup de dégraissants de grain de petit à grand dimension ; céramiques faites à la tournette, avec décoration de bandes de lignes incisées et excisées.
Concernant les types de cuisson de ces quatre sous-groupes, si les céramiques de F et G ont été cuites essentiellement en milieu oxydant et E en milieu réducteur-oxydant, dans le cas de D on observe différents types de cuissons, parfois oxydantes et parfois réductrices-oxydantes.
Dans l'ensemble de la céramique revêtue avec de la glaçure de plomb ou l'émail d'étain, toutes fabriquées au tour, nous avons considéré les sous-groupes suivants :
H) pâte beige/orange claire à orange, comportant peu de dégraissants de grain de petite dimension, bien que de grands éléments apparaissent parfois. Les surfaces

124. Rute Correia Chaves, Augusta Lima, João Coroado, André Teixeira, Márcia Vilarigues, Nuno Leal, Azzeddine Karra et António M. Monge Soares, « Medieval and early modern ceramics from Azemmour (Morocco) – Textural, mineralogical and chemical analysis », *Journal of Archaeological Science: Reports*, nº 21, 2018, p. 1160.

H) pasta bege/laranja clara a laranja, com poucos desengordurantes de pequena dimensão, surgindo ocasionalmente elementos de grande dimensão, com as superfícies revestidas de vidrado plumbífero verde, por vezes com manchas amarelas (possivelmente por um deficiente controlo do processo de vitrificação)[125], apresentando por vezes decoração digitada no bordo e estampilhada na superfície interna;
I) pasta laranja, com poucos desengordurantes de grão pequeno, sendo as superfícies vidradas de cores amarelo e laranja, por vezes com decoração pintada a castanho e estampilhada na superfície interna;
J) pasta laranja a vermelha, com frequentes desengordurantes de grão pequeno, tendo as superfícies vidradas de cor laranja a castanho, por vezes esverdeadas;
K) pasta bege a laranja, com poucos desengordurantes de grão pequeno, e superfícies revestidas de vidrado estanífero com motivos decorativos pintados a azul cobalto, azul turquesa e reflexo metálico.
L) pasta laranja com poucos desengordurantes de grão pequeno, com as superfícies aparentemente engobada internamente e coberta de vidrado plumbífero.
Estes subgrupos incluem cerâmicas de produção local e regional, largamente maioritárias, e cerâmicas importadas de outras partes do Norte de África e da Península Ibérica, muito mais circunscritas. A distinção das cerâmicas fez-se por observação macroscópica, ainda que relativamente às primeiras tenham sido realizadas análises químicas[126]. Embora todo o material cerâmico da S100 tenha sido considerado no estudo, não foi realizada qualquer quantificação, sendo os diversos tipos apresentados através da selecção dos exemplares mais significativos, que foram inventariados. No caso da S101 apenas foram consideradas peças pontuais.
Neste texto, os materiais cerâmicos são analisados em dois grupos, em função da estratigrafia: por um lado, as camadas 1 da S100 e da S101; por outro, as camadas 2 a 6 da S100. Isolam-se, assim, os dois principais momentos de ocupação do sítio.

5.2. Cerâmicas da camada 1 (S100 e S101)

Nas camadas 1 das sondagens 100 e 101 verificou-se grande heterogeneidade do conjunto cerâmico, estando presentes todos os subgrupos acima mencionados.

125. Vidrado obtido pela junção dos óxidos de cobre e ferro, segundo Rute Correia Chaves, Augusta Lima, João Coroado, André Teixeira, Márcia Vilarigues, Nuno Leal, Azzeddine Karra e António M. Monge Soares, «Medieval and early modern…» cit., p. 1160.

126. Rute Correia Chaves, Augusta Lima, João Coroado, André Teixeira, Márcia Vilarigues, Nuno Leal, Azzeddine Karra e António M. Monge Soares, «Medieval and early modern…» cit., pp. 1152-1162.

ont été revêtues de la glaçure plombifère verte, parfois avec des taches jaunes, probablement en raison d'un mauvais contrôle du processus de vitrification[125].
Les céramiques présentent parfois une décoration digitée sur le bord et estampée sur la surface interne.
I) pâte orange, comportant peu de dégraissants de grain de petite dimension, avec les surfaces glaçurées de couleurs jaune et orange, quelque fois avec décoration peinte en marron et estampillé dans la surface interne.
J) pâte orange à rouge, comportant de fréquents dégraissants de grain de petite dimension, avec les surfaces glaçurées de couleurs orange à marron, quelques fois verdâtre.
K) pâte beige à orange, avec peu de dégraissants de grain de petite dimension ; les surfaces ont été recouvertes de glaçure stannifère, avec des motifs décoratifs peints en bleu cobalt, bleu turquoise et lustre métallique doré.
L) pâte orange comportant peu de dégraissants de grain de petite dimension, avec les surfaces apparemment engobées intérieurement et recouvertes de glaçure de plomb.
Tous ces sous-groupes comprennent, d'une part, des céramiques de production locale et régionale et, d'autre part, des céramiques qui doivent avoir été importées d'autres zones de l'Afrique du Nord et de la péninsule Ibérique, en quantité beaucoup plus réduite. La distinction des céramiques a été faite par observation macroscopique, bien que dans le cas des céramiques produites localement et régionalement, des analyses chimiques ont été effectuées[126]. Bien que tout l'ensemble céramique du S100 ait été pris en compte dans l'étude, aucune quantification n'a été effectuée, les différents types étant présentés à travers la sélection des exemplaires les plus significatifs, qui ont été inventoriés. Dans le cas du S101, seuls des tessons ponctuels ont été pris en compte.
Dans ce texte, les matériaux céramiques sont analysés en deux groupes, en fonction de la stratigraphie : d'une part, les couches 1 du S100 et du S101 ; d'autre part, les couches 2 à 6 du S100. Ainsi, les deux principaux moments d'occupation du site sont isolés.

5.2. Les céramiques de la couche 1 (S100 et S101)

Dans les couches 1 des sondages 100 et 101, nous avons observé une grande hétérogénéité de l'ensemble céramique, avec la présence de tous les sous-groupes susmentionnés.

125. Glaçure obtenue par assemblage d'oxydes de cuivre et de fer, selon Rute Correia Chaves, Augusta Lima, João Coroado, André Teixeira, Márcia Vilarigues, Nuno Leal, Azzeddine Karra et António M. Monge Soares, « Medieval and early modern… » cit., p. 1160.

126. Rute Correia Chaves, Augusta Lima, João Coroado, André Teixeira, Márcia Vilarigues, Nuno Leal, Azzeddine Karra et António M. Monge Soares, « Medieval and early modern… » cit., pp. 1152-1162.

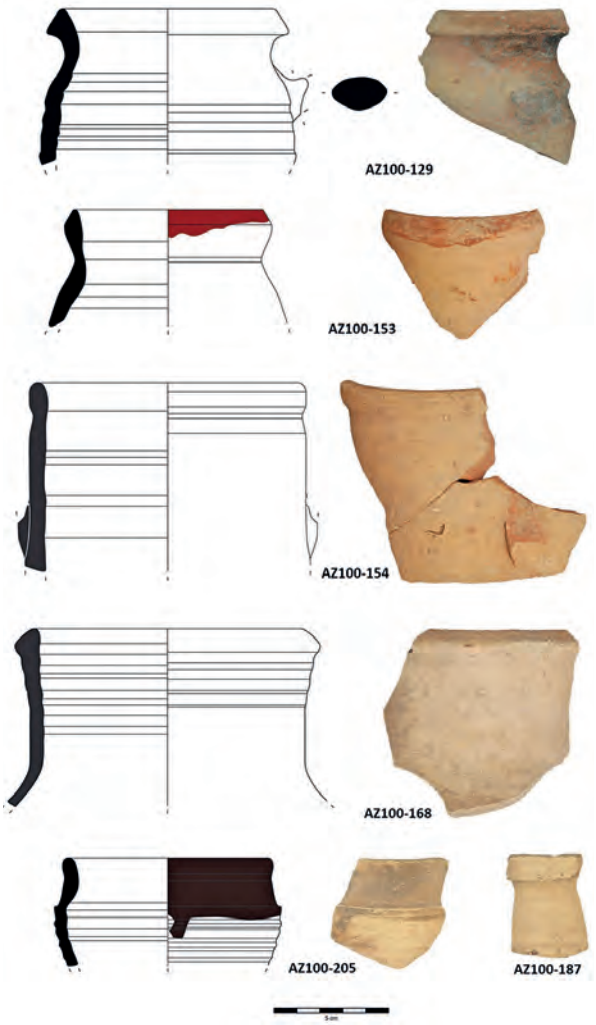


Fig. 47 – Cântaros/Crouches: AZ100-129 (Ø9 cm), AZ100-153 (Ø8 cm), AZ100-154 (Ø12 cm), AZ100-168 (Ø12 cm), AZ100-205 (Ø9 cm), AZ100-187 (Ø6 cm).

O subgrupo A integra sobretudo formas para conservação, armazenamento e transporte de produtos, como os cântaros (fig. 47) e as jarras; estas são por vezes pintadas com uma banda concêntrica no bordo, a vermelho ou negro (fig. 48). Surgem também tigelas hemisféricas e cónicas e pratos para consumo de alimentos à mesa, além de pequenas bacias. Menos frequentes são as candeias, ou os coadores, possivelmente associando-se a cuscuzeiras (fig. 49), com similitudes às produções de Rirha, datadas *grosso modo* do século XIV e com paralelos formais noutras localizações norte-africanas, como Banasa, Chefchaouen ou Ceuta durante o período merínida[127].

No subgrupo B as peças são de maiores dimensões e mais robustas, o que justifica a introdução de mais

Le sous-groupe A comprend surtout des formes pour la conservation, l'emmagasinage et le transport de produits, tels que les cruches (fig. 47) et les jarres ; celles-ci sont parfois peintes avec une bande concentrique sur le bord, en rouge ou noir (fig. 48). On reconnait aussi la vaisselle de table, comme les coupes hémisphériques et tronconiques et les plats, en plus des petites bassines. Moins fréquentes sont les lampes à huile pour allumer, ou les passoires éventuellement associées à des couscoussières (fig. 49), celles-ci présentant une similitude avec les productions de Rirha, datées grosso modo du XIV[e] siècle et avec une comparaison formelle avec d'autres sites nord-africains, comme Banasa, Chefchaouen ou Ceuta pendant la période mérinide[127].

127. Jaume Coll Conesa, Laurent Callegarin, Jacques Thiriot, Abdallah Fili, Mohamed Kbiri Alaoui e Abdelfattah Ichkhakh, «Première approche de l'implantation islamique à Rirha (Sidi Slimane)», *Bulletin d'Archéologie Marocaine*, XXII, 2012, p. 338; Jacques Thiriot, Jaume Coll Conesa e Thierry Julien, «La céramique médiéval: production et échanges», *in* Laurent Callegarin, Mohamed Kbiri Alaoui, Abdelfattah Ichkhakh e Jean-Claude Roux (eds.), *Rirha: site antique et médiéval du Maroc*, IV, Madrid, Casa de Velázquez, 2016, p. 115.

127. Jaume Coll Conesa, Laurent Callegarin, Jacques Thiriot, Abdallah Fili, Mohamed Kbiri Alaoui et Abdelfattah Ichkhakh, « Première approche de l'implantation islamique à Rirha (Sidi Slimane) », *Bulletin d'Archéologie Marocaine*, XXII, 2012, p. 338 ; Jacques Thiriot, Jaume Coll Conesa et Thierry Julien, « La céramique médiéval : production et échanges », *in* Laurent Callegarin, Mohamed Kbiri Alaoui, Abdelfattah Ichkhakh et Jean-Claude Roux (éd.), *Rirha: site antique et médiéval du Maroc*, IV, Madrid, Casa de Velázquez, 2016, p. 115.

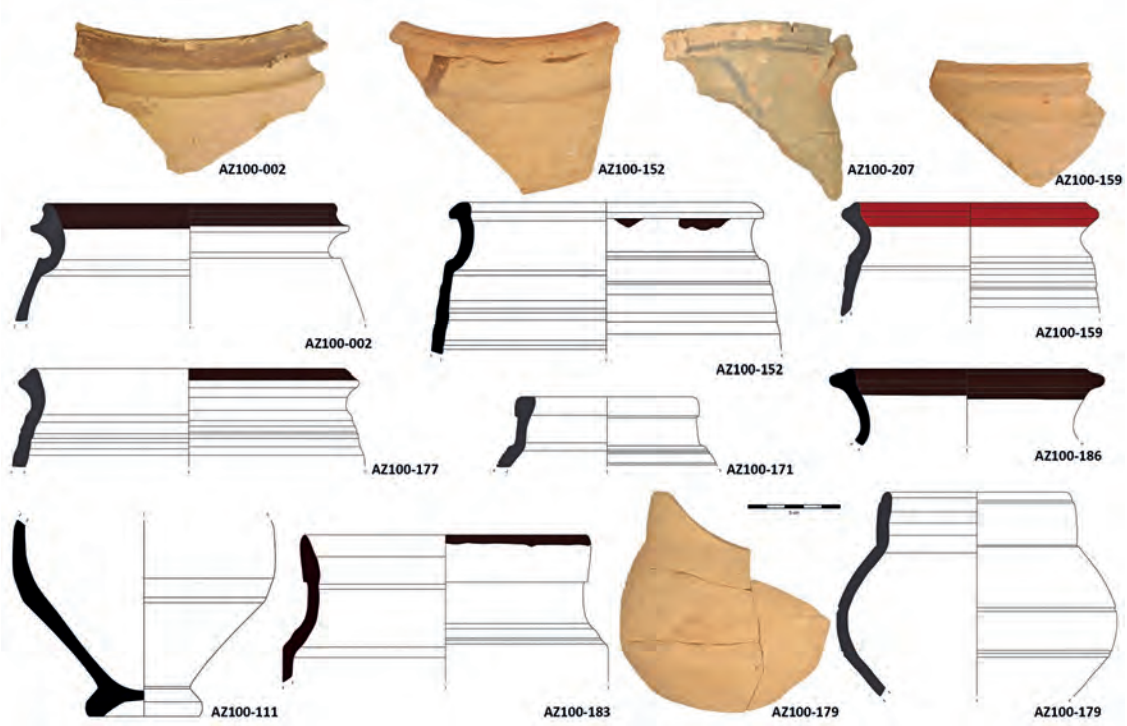


Fig. 48 – Jarras / Jarres: AZ100-002 (Ø16cm), AZ100-152 (Ø17cm), AZ100-159 (Ø12,5cm), AZ100-171 (Ø9,5cm), AZ100-177 (Ø17cm), AZ100-179 (Ø10cm), AZ100-186 (Ø13cm), AZ100-111, AZ100-183 (Ø16cm). AZ100-207 é um vestígio de produção deformado. AZ100-207 est un vestige de production déformé.

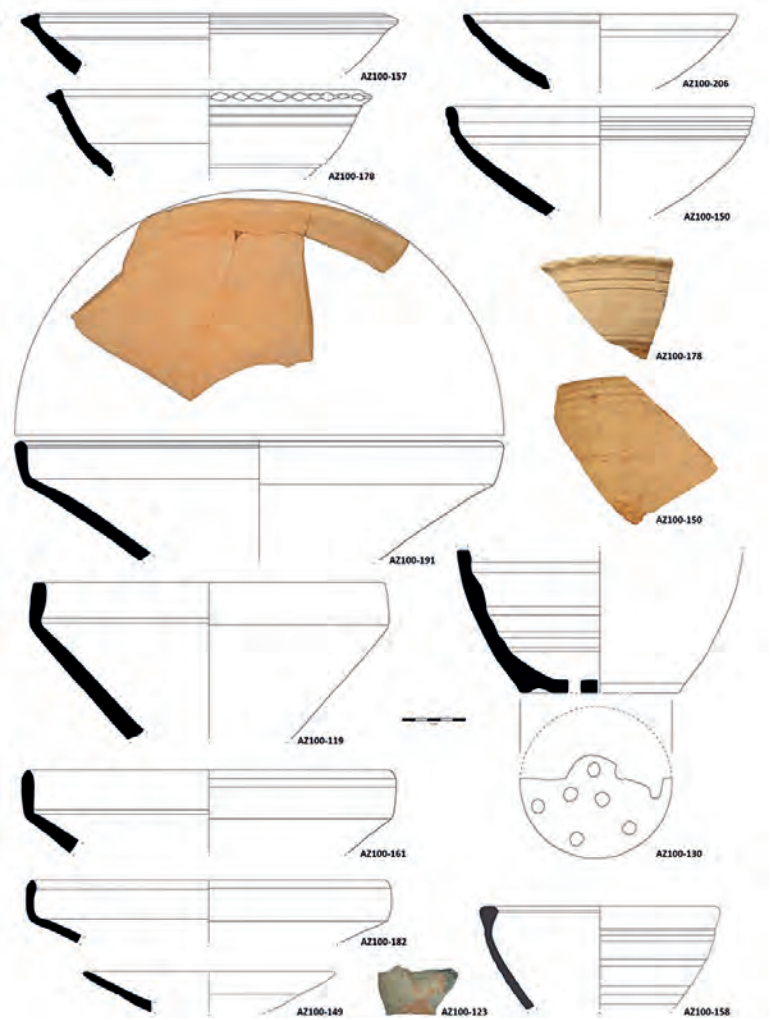


Fig. 49 – Tigelas hemisféricas / Coupes hémisphériques: AZ100-157 (Ø28cm), AZ100-178 (Ø24cm), AZ100-206 (Ø22cm). Tigelas cónicas / Coupes tronconiques: AZ100-119 (Ø34cm), AZ100-150 (Ø25cm), AZ100-161 (Ø29cm), AZ100-182 (Ø28cm), AZ100-191 (Ø38cm). Prato / Plat: AZ100-149 (Ø20cm). Bacia / Bassine: AZ100-158 (Ø18,5cm). Candeia / Lampe à huile: AZ100-123. Cuscuzeira / Couscoussière: AZ100-130.

e maiores desengordurantes. Identificam-se sobretudo alguidares, com funções muito polivalentes, por vezes revestidos com engobe bege e com decoração esquemática pintada a vermelho ou negro (fig. 50); têm paralelo em ocupações do século XIV dos sítios de Kouass[128] e Lixus[129]. Registaram-se também tigelas de grandes dimensões. Destacamos a descoberta singular de uma forma de pão-de-açúcar cónica com

Dans le sous-groupe B, on observe des objets de plus grande dimension et plus robustes, ce qui justifie l'introduction des dégraissants plus nombreux et plus grands. Nous identifions surtout des bassins, avec des fonctions très polyvalentes, parfois avec un engobe beige dans les surfaces et un décor schématique peint en rouge ou noir (fig. 50) ; ils ont des parallèles dans les occupations du XIVe siècle de Kouass[128] e de Lixus[129].

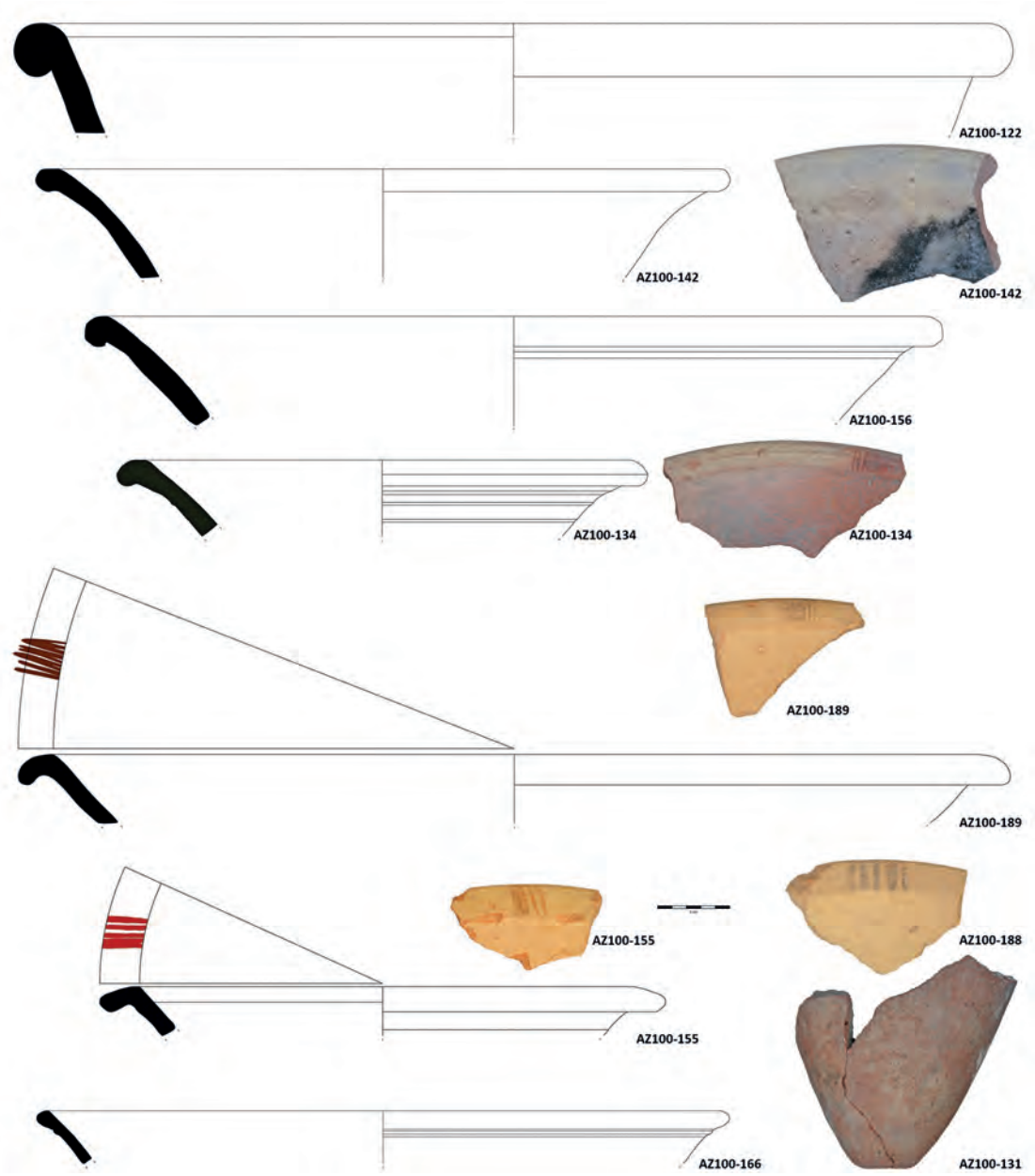


Fig. 50 – Alguidares / Bassins: AZ100-122 (Ø67,5cm), AZ100-142 (Ø43cm), AZ100-156 (Ø58cm), AZ100-134 (Ø24cm), AZ100-189 (Ø38cm), AZ100-155 (Ø36cm), AZ100-188 (Ø40cm). Tigela / Coupe: AZ100-166 (Ø47cm). Forma de pão-de-açúcar / Forme sucrière: AZ100-131.

128. Thierry Jullien, Mohamed Kbiri Alaoui, Virginie Bridoux, Abdelfattah Ichkhakh, Emeline Grisoni, Céline Brun, Séverine Leclercq, Hicham Hassini e Halima Naji, «Les céramiques mérinides de Kouass (Asilah-Briech, Maroc)», *in* Maria José Gonçalves e Susana Gómez Martínez (ed.), *Actas do X Congresso Internacional*... cit., vol. 2, pp. 796, 799 e 800.

129. Jaume Coll Conesa e Virgilio Martínez Enamorado, «La ocupación medieval», *in* M. Habibi e C. Aranegui (dir.), *Lixus-2 Ladera Sur. Excavaciones arqueológicas marroco-españolas en la colonia fenicia. Campañas 2000-2003* (Saguntum, Extra 6), Valencia, Universitat de València, 1995, pp. 44 e 57.

128. Thierry Jullien, Mohamed Kbiri Alaoui, Virginie Bridoux, Abdelfattah Ichkhakh, Emeline Grisoni, Céline Brun, Séverine Leclercq, Hicham Hassini et Halima Naji, « Les céramiques mérinides de Kouass (Asilah-Briech, Maroc) », *in* Maria José Gonçalves et Susana Gómez Martínez (éd.), *Actas do X Congresso Internacional*... cit., vol. 2, pp. 796, 799 et 800.

129. Jaume Coll Conesa et Virgilio Martínez Enamorado, « La ocupación medieval », *in* M. Habibi et C. Aranegui (dir.), *Lixus-2 Ladera Sur. Excavaciones arqueológicas marroco-españolas en la colonia fenicia. Campañas 2000-2003* (Saguntum, Extra 6), Valencia, Universitat de València, 1995, pp. 44 e 57.

um orifício na extremidade, de 1,9cm de diâmetro (fig. 50), uma peça essencial na purga do suco extraído da cana. No contexto da cerâmica açucareira de Marrocos, ainda pouco conhecida e centrada no sítio de Chichaoua, situado no Suz e datado do século XVI, este exemplar integra-se num conjunto de formas de maiores dimensões, utilizadas para a primeira fase de depuração do produto[130]. Por fim, embora seja pouco comum, mencione-se o aparecimento de fragmentos de talhas estampilhadas, revestidas a engobe bege e com bandas epigrafadas, para a conservação de água (fig. 51). A sua decoração estampilhada encontra paralelo, por exemplo, nos «*losanges en frises*» de exemplares de meados do século XIV na madraça *al-Bu'Inâniyya* de Fez[131]. Outro exemplar de Azamor apresenta uma banda epigrafada em letra cúfica, onde se lê *al-mulk* (o poder), ainda que com

On trouve aussi des coupes de grandes dimensions. Il faut souligner la découverte singulière d'une forme sucrière conique avec un trou à l'extrémité de 1,9cm de diamètre (fig. 50), un élément essentiel dans le raffinage du jus extrait de la canne à sucre. Dans le contexte de la céramique sucrière du Maroc, qui est encore méconnue et centrée sur le site de Chichaoua, situé dans la région du Sous et daté du XVI^e siècle, cet exemplaire s'intègre dans le groupe des formes plus grandes, approprié pour le premier raffinage du produit[130]. Peu fréquent est l'apparition de fragments des grandes jarres estampées, recouvertes d'engobe beige et avec des bandes épigraphiées, pour contenir de l'eau (fig. 51). Son décor estampillé trouve son parallèle, par exemple, dans les « losanges en frises » des grandes jarres trouvées à la madrasa al-Bu'Inâniyya de Fès, du milieu du XIV^e siècle[131]. Un autre frag-

Fig. 51 – Talhas estampilhadas / Grandes jarres estampées: AZ101-002, AZ101-011.

falhas na escrita, a par de uma estrela de sete pontas em relevo (AZ101-011). Esta palavra e o mesmo tipo de estrela reproduz-se em exemplares merínidas de Algeciras, entre o último quartel do século XIII e a primeira metade do XIV[132]. As estampilhas com a inscrição *al-mulk* aplicadas em talhas surgem igualmente

ment d'Azemmour présente une bande épigraphiée en écriture coufique, qui bien que tronquée correspond au mot *al-mulk* (le pouvoir), en plus d'une étoile à sept branches en relief (AZ101-011). Ce mot et le même type d'étoile sont reproduits dans des jarres mérinides d'Algésiras, du dernier quart du XIII^e et de la première moitié du XIV^e siècle[132]. Les estampilles avec

130. Adela Fábregas García e Alberto García Porras, «Un aspecto de la producción azucarera marroquí. La cerámica del azúcar de Chichaoua», *Arqueología y Territorio Medieval*, nº 5, 1998, pp. 156-157.

131. Abdallah Fili, «Le décor de la céramique de Fès à l'époque mérinide, typologie et statistiques», *in* Maria José Gonçalves e Susana Gómez Martínez (ed.), *Actas do X Congresso Internacional*... cit., vol. 2, p. 755.

132. Antonio Torremocha e Yolanda Oliva, *La cerámica muçulmana de Algeciras. Producciones estampilladas. Estudio y Catálogo. Algeciras* (Caetaria Monografías, 1), Algeciras, Ayuntamiento de Algeciras, 2002, p. 77; Antonio Torremocha Silva, Ildefonso Navarro Luengo e Juan Bautista Salado Escaño, «La cerámica de época meriní en Algeciras», *in Cerámica Nazarí y Mariní* (Transfretana Monografías, 4), Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 2000, pp. 342 e 359.

130. Adela Fábregas García et Alberto García Porras, « Un aspecto de la producción azucarera marroquí. La cerámica del azúcar de Chichaoua», *Arqueología y Territorio Medieval*, nº 5, 1998, pp. 156-157.

131. Abdallah Fili, « Le décor de la céramique de Fès à l'époque mérinide, typologie et statistiques », *in* Maria José Gonçalves et Susana Gómez Martínez (éd.), *Actas do X Congresso Internacional*... cit., vol. 2, p. 755.

132. Antonio Torremocha et Yolanda Oliva, *La cerámica muçulmana de Algeciras. Producciones estampilladas. Estudio y Catálogo. Algeciras* (Caetaria Monografías, 1), Algésiras, Ayuntamiento de Algeciras, 2002, p. 77 ; Antonio Torremocha Silva, Ildefonso Navarro Luengo et Juan Bautista Salado Escaño, « La cerámica de época meriní en Algeciras », *in Cerámica Nazarí y Mariní* (Transfretana Monografías, 4), Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 2000, pp. 342 et 359.

em níveis almóadas de Lorca (Múrcia)[133], Calatrava la Vieja (Ciudad Real)[134] e Jaén[135].

O subgrupo C contempla formas abertas, geralmente alguidares, mas também tigelas hemisféricas e cónicas; as suas superfícies internas estão por vezes revestidas com engobe e brunidas, surgindo raramente linhas e padrões incisos (fig. 52). Tal como no grupo precedente, os alguidares têm paralelo em exemplares de Lixus[136], em níveis do século XIV. Detectaram-se também pequenos azulejos (5,3cm de lado), idênticos aos de múltiplas construções merínidas norte-africanas. Mais singular é o achado de uma talha com decoração incisa (fig. 52).

l'inscription *al-mulk* appliquée dans des grandes jarres ont été aussi découvertes dans les niveaux almohades de Lorca (Murcie)[133], Calatrava la Vieja (Ciudad Real)[134] et Jaén[135].

Le sous-groupe C comprend des formes ouvertes, généralement des bassins, ou des coupes hémisphériques ou coniques ; les surfaces internes sont parfois enduites d'engobe et brunies, étant rares les lignes et les motifs incisés (fig. 52). Comme dans le groupe précédent, les bassins ont des parallèles dans les niveaux du XIVe siècle de Lixus[136]. De petits zelliges carreaux ont également été détectés (5,3cm de longueur), identiques à ceux de plusieurs constructions

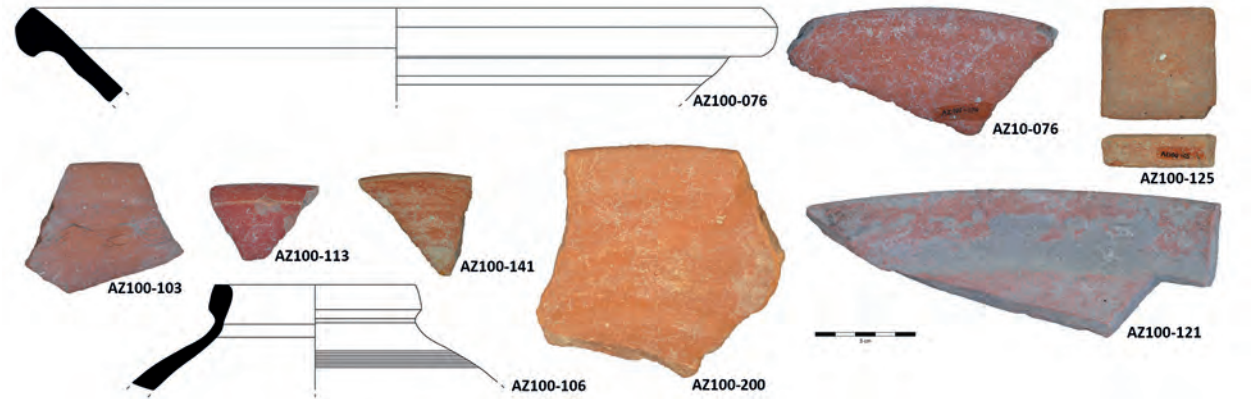


Fig. 52 – Alguidares / Bassins: AZ100-076 (Ø38cm), AZ100-103 (Ø34cm), AZ100-113. Tigelas hemisféricas / Coupes hémisphériques: AZ100-141 (Ø32cm), AZ100-200 (Ø44,5cm). Tigela cónica / Coupe tronconique: AZ100-121 (Ø32cm). Azulejo / Zellige: AZ100-125. Talha / Grande jarre: AZ100-106 (Ø12cm).

Já os subgrupos D, E, F e G incluem fundamentalmente objectos utilizados na confecção alimentar ao fogo, como se atesta pelas marcas nas superfícies de algumas delas. No subgrupo D registam-se panelas, caçoilas (fig. 53), pratos de pão, fogareiros e bacias; um fragmento foi afeiçoado para tampa, desconhecendo-se a forma correspondente a um bico vertedor encontrado (fig. 54). O subgrupo E inclui formas muito similares, sobretudo as panelas, menos no caso das bacias e das caçoilas; refira-se o achado singular de uma tigela cónica feita à torneta (fig. 55). Os subgrupos F e G têm menor diversidade formal e menor representatividade, pertencendo seguramente a uma

mérinides d'Afrique du Nord. Plus singulière est la découverte d'une grande jarre avec un décor incisé. Les sous-groupes D, E, F et G, quant à eux, comprennent fondamentalement des objets utilisés dans la cuisson d'aliments au feu, comme en témoignent les marques sur les surfaces de certains d'entre eux. Dans le sous-groupe D, on considère des marmites, des casseroles (fig. 53), des plats à pain, des braseros et des bassines ; un fragment a été taillé comme un couvercle et un bec versoir modelé appartient à une forme inconnue (fig. 54). Le sous-groupe E comprend des formes très similaires, en particulier des marmites, les ressemblances étant moins évidentes dans le cas des bassines et des casseroles ; on doit faire mention aussi de la découverte singulière d'une coupe

133. Julio Navarro Palazón, *La cerámica islámica en Murcia*, I, Murcia, Ayuntamiento de Murcia, 1986, p. 67.

134. Rubén Pérez López e Manuel Retuerce Velasco, «Tinajas impresas bajomedievales con caligrafía procedentes de Calatrava la Vieja», *in* Juan Zozaya, Manuel Retuerce, Miguel Ángel Hervás e Antonio de Juan (eds.), *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica*... cit., vol. 2, pp. 1009 e 1011.

135. Encarnación Motos Guirao, «La cerámica almohade al sur de Jaén», *in Cerámicas islâmicas y cristianas a finales de la Edad Media. Influencias e intercâmbios*, Ceuta, Museo de Ceuta, 2003, pp. 101 e 137.

136. Jaume Coll Conesa e Virgilio Martínez Enamorado, «La ocupación medieval», *in* M. Habibi e C. Aranegui (dirs.), *Lixus-2 Ladera Sur*... cit., pp. 44 e 57.

133. Julio Navarro Palazón, *La cerámica islámica en Murcia*, I, Murcie, Ayuntamiento de Murcia, 1986, p. 67.

134. Rubén Pérez López et Manuel Retuerce Velasco, « Tinajas impresas bajomedievales con caligrafía procedentes de Calatrava la Vieja », *in* Juan Zozaya, Manuel Retuerce, Miguel Ángel Hervás et Antonio de Juan (éd.), *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica*... cit., vol. 2, pp. 1009 e 1011.

135. Encarnación Motos Guirao, « La cerámica almohade al sur de Jaén », *in Cerámicas islâmicas y cristianas*... cit., pp. 101 e 137.

136. Jaume Coll Conesa et Virgilio Martínez Enamorado, « La ocupación medieval », *in* M. Habibi et C. Aranegui (dir.), *Lixus-2 Ladera Sur*... cit., pp. 44 e 57.

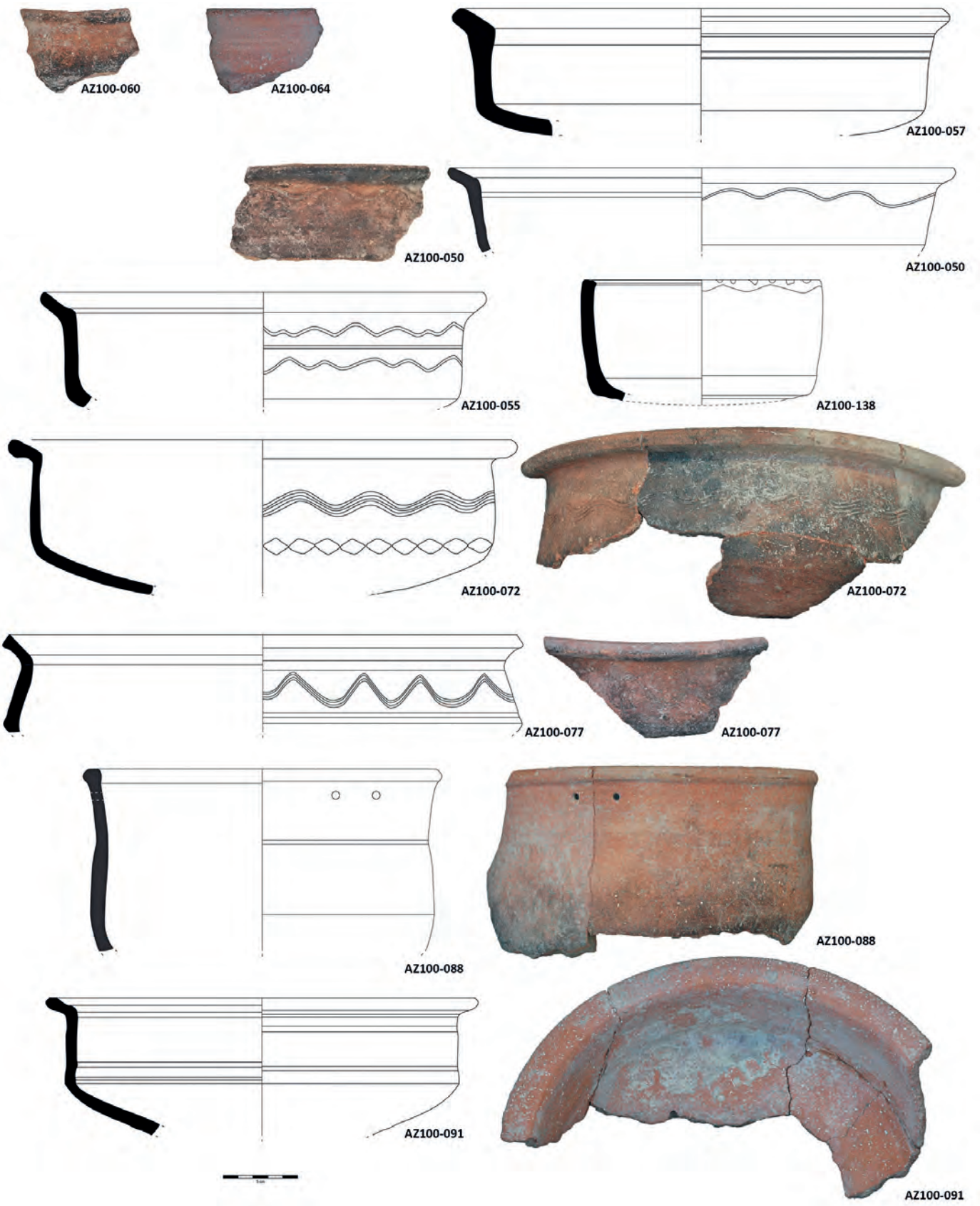


Fig. 53 – Panelas / Marmites: AZ100-060 (Ø16cm), AZ100-064 (Ø15cm). Caçoilas / Casseroles: AZ100-050 (Ø34cm), AZ100-055 (Ø30cm), AZ100-057 (Ø26cm), AZ100-072 (Ø30cm), AZ100-077 (Ø34cm), AZ100-088 (Ø24cm), AZ100-091 (Ø29cm), AZ100-138 (Ø18cm).

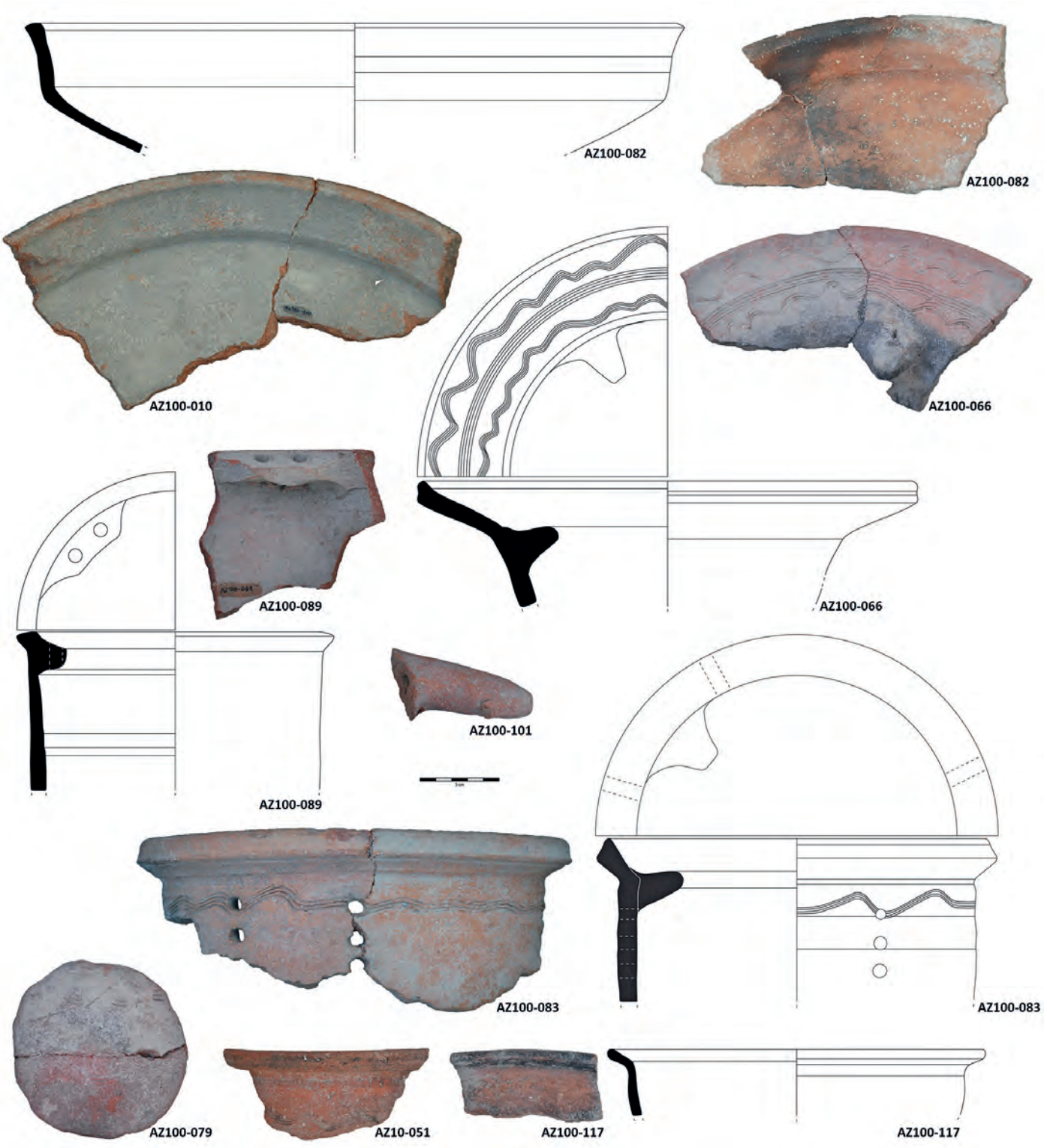


Fig. 54 – Pratos de pão / Plats à pain: AZ100-010, AZ100-082 (Ø42cm). Fogareiros / Braseros: AZ100-066 (Ø32cm), AZ100-083 (Ø24cm), AZ100-089 (Ø20cm). Bacias / Bassines: AZ100-051 (Ø32cm), AZ100-117 (Ø24cm). Tampa / Couvercle: AZ100-079 (Ø10cm). Bico vertedor / Bec versoir: AZ100-101.

tradição oleira distinta; o primeiro integra panelas, caçoilas e fogareiros, ao passo que o segundo inclui apenas panelas e caçoilas (fig. 56).

No que toca às cerâmicas vidradas destes estratos mais superficiais das duas sondagens registaram-se quase todos os subgrupos acima mencionados.

O subgrupo H contempla essencialmente objectos para o serviço de mesa, como tigelas cónicas[137] ou hemisféricas, estas em parte com digitações no bordo, além de jarros, por vezes com motivos decorativos abstractos pintados com vidrado verde (AZ100-181). Surgem também candeias para iluminação, com ou sem pé (fig. 57). Entre os vestígios de produção verifica-se uma variabilidade na qualidade e homogeneidade da cor do vidrado verde, nalguns casos com manchas de amarelo (por exemplo AZ100-33 e AZ100-045, fig. 57). Embora com idêntica coloração, distinguimos claramente um alguidar vidrado com diferenças técnicas face aos demais (pasta e vidrado) (fig. 58), podendo tratar-se de uma importação; tem paralelos próximos em Algeciras, entre finais do século XIII e meados da centúria seguinte[138], em Cártama (Málaga), do último terço do século XIV[139], e em Ceuta[140] e Belyounesh[141], do século XIV.

No subgrupo I registamos tigelas cónicas e hemisféricas, vidradas em metades a melado e castanho ou apenas a melado, algumas com elementos decorativos em castanho, por vezes com uma linha incisa a demarcar o fundo ou estampilhas na superfície interna[142]. Detectaram-se também pequenos jarros vidrados a laranja em ambas as superfícies, com decoração estampilhada, e candeias com pé, vidradas em melado (fig. 59).

137. A tigela AZ100-030 é um resto de produção deste tipo de forma; parece ter sido sujeita a temperaturas excessivas e contacto directo com o fogo pós fractura; restam apenas alguns vestígios dos vidrados melado/laranja e verde, eventualmente escorrimentos no forno.

138. Rafael Jiménez-Camino Álvarez e Darío Bernal Casasola, «La Villa Nueva o al-Bunayya en época bajo-medieval. La ocupación islámica y castellana del entorno de las factorías romanas de salazón de la calle San Nicolás (1282-1379)», *in* Darío Bernal Casasola e Rafael Jiménez-Camino Álvarez (dirs.), *Las cetariae de Ivlia Tradvcta. Resultados de las excavaciones arqueológicas en la calle San Nicolás de Algeciras (2001-2006)*, Cádis, Editorial UCA, 2018, pp. 753-754.

139. Francisco Melero García, «La cerámica de época nazarí del vertedero medieval de Cártama (Málaga)», *@rqueología y Territorio*, 9, 2012, pp. 164-165.

140. José Manuel Hita Ruiz, José Suárez Padilla e Fernando Villada Paredes, «Catálogo. Cerámicas», *in* José Manuel Hita Ruiz, José Suárez Padilla e Fernando Villada Paredes (coord.), *Comer en Ceuta en el siglo XIV*, Ceuta, Ciudad Autónoma de Ceuta, 2009, p. 170.

141. Micheline Grenier Cardenal, «Recherches sur la céramique médiévale marocaine», *in* M.ª Gabrielle D`Archibaud e M. Maurice Picon (ed.), *La céramique médiévale en Méditerranée occidentale X-XV siècles*, Paris, C.N.R.S., 1980, pp. 234 e 236.

142. AZ100-038 parece ser um caso de deficiente aplicação do vidrado melado/laranja com decoração a castanho.

conique faite à la tournette (fig. 55). Les sous-groupes F et G ont moins de diversité formelle et moins de représentativité, appartenant certainement à une tradition de poterie différente ; le premier comprend des marmites, des casseroles et des braseros, tandis que le second inclue uniquement des marmites et des casseroles (fig. 56).

En ce qui concerne les céramiques glaçurées de ces couches plus superficielles des deux sondages, presque tous les sous-groupes susmentionnés ont été reconnus.

Le sous-groupe H comprend essentiellement des objets pour le service de table, tels que des plats coniques[137] ou hémisphériques, ceux-ci en partie avec des empreintes digitales sur le bord, ainsi que des petites jarres, parfois avec motifs décoratifs abstraits peints avec glaçure verte (AZ100-181). Des lampes à huile apparaissent également, avec ou sans pied (fig. 57). Parmi les vestiges de production potière, il y a une variabilité dans la qualité et l'homogénéité de la couleur de la glaçure verte, dans certains cas avec des taches jaunes (par exemple AZ100-33 et AZ100-045, fig. 57). Bien qu'avec une couleur identique, on distingue clairement un bassin glaçuré avec des différences techniques évidentes par rapport aux autres objets de ce sous-groupe (au niveau de la pâte et de la glaçure) (fig. 58), ce qui nous conduit à le classifier comme une importation ; il y a des éléments similaires à Algésiras, entre la fin du XIII[e] siècle et le milieu du siècle suivant[138], à Cártama (Málaga), dans le dernier tiers du XIV[e] siècle[139], et à Ceuta[140] et Belyounesh[141], du XIV[e] siècle.

Dans le sous-groupe I on intègre des coupes troconiques et hémisphériques, glaçurées moitié-moitié en couleur miel et marron, ou juste en miel ; quelques-unes ont des éléments décoratifs en brun, ou une

137. La coupe AZ100-030 est un vestige de production de ce type de forme ; il semble avoir été soumis à des températures excessives et au contact direct avec le feu après avoir être brisé ; il ne reste que quelques vestiges de glaçure miel/orange et verte, éventuellement dégoulinant dans le four.

138. Rafael Jiménez-Camino Álvarez et Darío Bernal Casasola, « La Villa Nueva o al-Bunayya en época bajo-medieval. La ocupación islámica y castellana del entorno de las factorías romanas de salazón de la calle San Nicolás (1282-1379) », *in* Darío Bernal Casasola et Rafael Jiménez-Camino Álvarez (éd.), *Las cetariae de Ivlia Tradvcta. Resultados de las excavaciones arqueológicas en la calle San Nicolás de Algeciras (2001-2006)*, Cadix, Editorial UCA, 2018, pp. 753-754.

139. Francisco Melero García, « La cerámica de época nazarí del vertedero medieval de Cártama (Málaga) », *@rqueología y Territorio*, 9, 2012, pp. 164-165.

140. José Manuel Hita Ruiz, José Suárez Padilla et Fernando Villada Paredes, « Catálogo. Cerámicas », *in* José Manuel Hita Ruiz, José Suárez Padilla et Fernando Villada Paredes (éd.), *Comer en Ceuta en el siglo XIV*, Ceuta, Ciudad Autónoma de Ceuta, 2009, p. 170.

141. Micheline Grenier Cardenal, « Recherches sur la céramique médiévale marocaine », *in* M.ª Gabrielle D`Archibaud et M. Maurice Picon (éd.), *La céramique médiévale en Méditerranée occidentale X-XV siècles*, Paris, C.N.R.S., 1980, pp. 234 e 236.

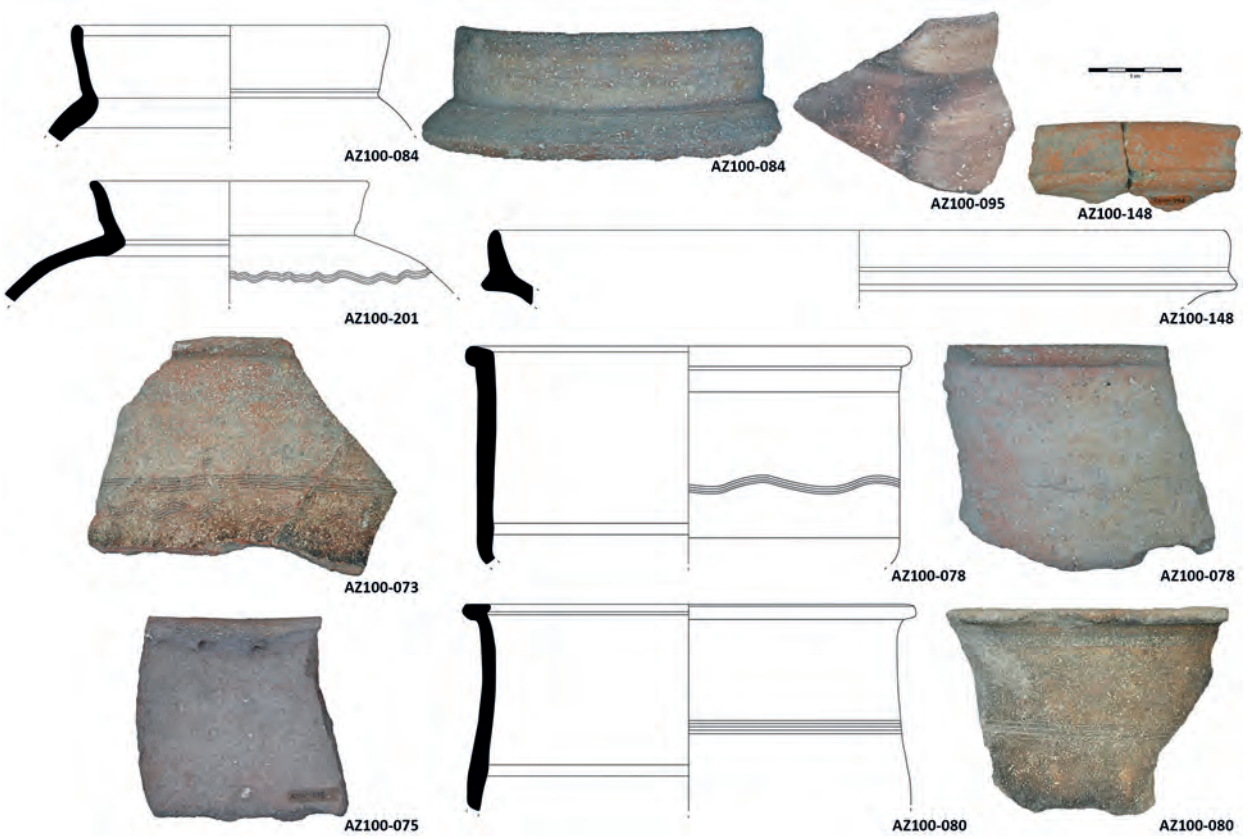


Fig. 55 – Panelas / Marmites: AZ100-084 (Ø17cm), AZ100-095 (Ø18cm), AZ100-201 (Ø15cm). Bacias / Bassines: AZ100-073 (Ø24cm), AZ100-078 (Ø24cm), AZ100-080 (Ø24cm). Caçoila / Casserole: AZ100-075 (Ø24cm). Tigela cónica / Coupe tronconique: AZ100-148 (Ø42cm).

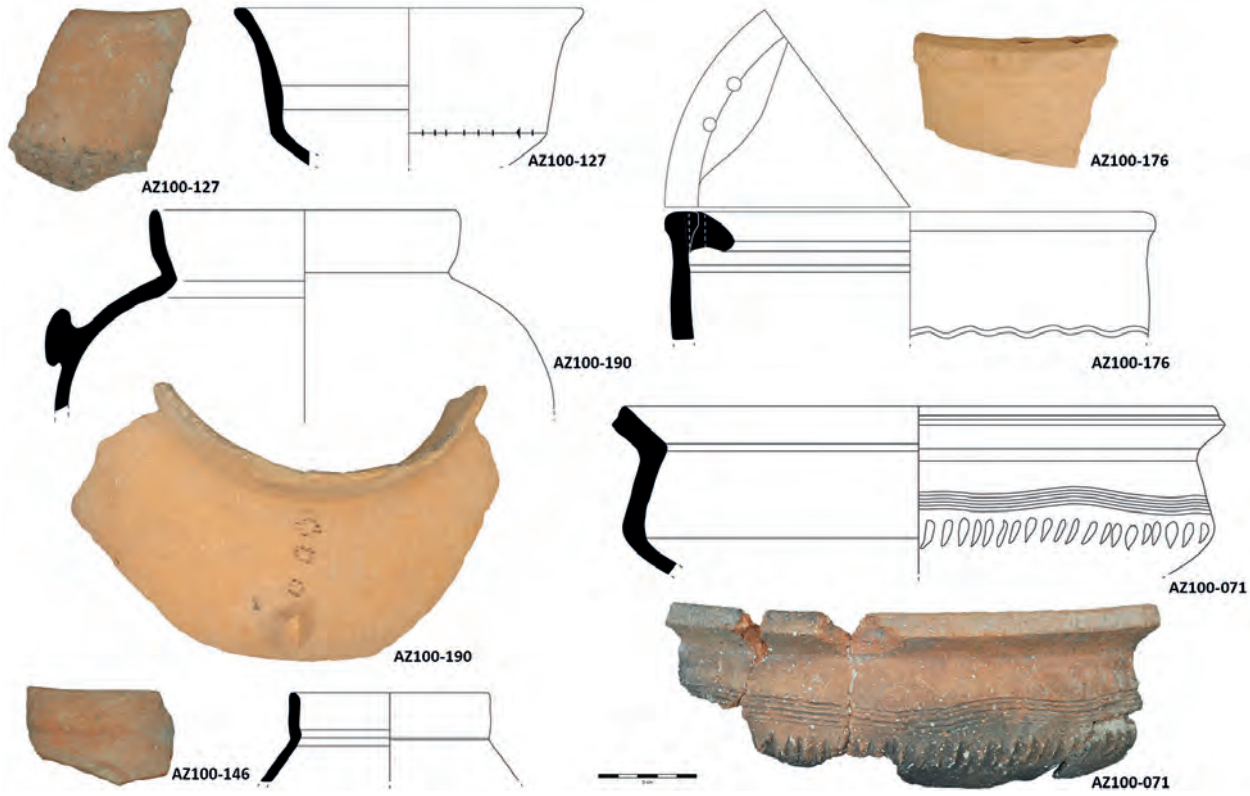


Fig. 56 – Subgrupo F / Sous-groupe F [Panela / Marmites: AZ100-190 (Ø15,5cm). Caçoila / Casserole: AZ100-127 (Ø22cm). Fogareiro / Brasero: AZ100-176 (Ø24cm)]. Subgrupo G / Sous-groupe G [Panela / Marmite: AZ100-146 (Ø10cm). Caçoila / Casserole: AZ100-071 (Ø30cm)].

Fig. 57 – Tigelas cónicas / Coupes tronconiques: AZ100-019, AZ100-029 (Ø22cm), AZ100-039, AZ100-048, AZ100-124 (Ø26cm), AZ101-005, AZ101-009, AZ100-030. Tigelas hemisféricas / Coupes hémisphériques: AZ100-024 (Ø25cm), AZ100-033 (Ø30cm), AZ101-001. Jarros / Petites jarres: AZ100-004, AZ100-181. Candeias / Lampes à huile: AZ100-036, AZ100-045.

Fig. 58 – Alguidar / Bassin: AZ100-021.

Entre os materiais dos subgrupos H e I constam peças produzidas localmente, seguramente no primeiro, mais duvidoso no segundo, mas também outras importadas, como adiante se detalhará. Ainda assim, as características formais e decorativas destas peças permitem-nos estabelecer paralelos com exemplares dos séculos XIII e XIV do Norte da África, nomeadamente

ligne incise à démarquer le fond, ou des estampilles dans la surface interne[142]. On a observé aussi des petites jarres glaçurées en orange sur les deux faces, avec décor estampillé, et lampes à huile avec pied, glaçurées en couleur miel (fig. 59).

142. AZ100-038 semble s'agir d'un cas de déficient application de la glaçure miel/orange avec décoration brune.

Fig. 59 – Tigelas cónicas / Coupes tronconiques: AZ101-009, AZ100-027, AZ100-043, AZ100-046, AZ101-006. Tigelas hemisféricas / Coupes hémisphériques: AZ100-038 (Ø18cm), AZ100-049 (Ø20cm). Pequeno jarro / Petite jarre: AZ101-004. Candeia / Lampe à huile: AZ100-022.

damente de Ceuta[143], de Belyounesh[144], de Alcácer Ceguer[145] ou de outras localidades mediterrâneas magrebinas[146], mas também do sul da Península

143. José Manuel Hita Ruiz e Fernando Villada Paredes, «Una aproximación al estudio de la cerámica en la Ceuta mariní», *in Cerámica Nazarí y Mariní* (Transfretana Monografías, 4), Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 2005, pp. 302-305.

144. Micheline Grenier Cardenal, «Recherches sur la céramique…» cit., p. 234.

145. Charles L. Redman, «Late medieval ceramics from Qsar es-Seghir», *in* M.ª Gabrielle D`Archibaud e M. Maurice Picon (eds.), *La céramique médiévale*… cit., pp. 254-255; J. Emlen Myers e M. James Blackman, «Conical Plates of the Hispano-Moresque Tradition from Islamic Qsar es-Seghir: Petrographic and Chemical Analyses», *in La Ceramica Medievale nel Mediterraneo Occidentale*, Florença, Edizioni All Insegna del Giglio, 1986, pp. 55-68.

146. André Bazzana e Yves Montmessin, «Quelques aspects de la céramique médiévale du Maroc du Nord», *in Actes du 5ème Colloque sur la Céramique Médiévale*, Rabat, Institut National des Sciences de l'Archéologie et du Patrimoine, 1991, pp. 241-259.

Parmi les matériaux des sous-groupes H et I, il y a des céramiques produites localement – surement dans le premier cas, plus douteusement dans le second –, mais aussi d'autres importées, comme détaillé ci-dessous. Malgré cela, les caractéristiques formelles et décoratives de ces pièces permettent de faire des comparaisons avec d'autres sites archéologiques du XIIIe et du XIVe siècle en Afrique du Nord, à savoir Ceuta[143], Belyounesh[144], al-Ksar el-Seghir[145] ou d'autres endroits côtiers méditerranéens maghré-

143. José Manuel Hita Ruiz et Fernando Villada Paredes, « Una aproximación al estudio de la cerámica en la Ceuta mariní », *in Cerámica Nazarí y Mariní*… cit., pp. 302-305.

144. Micheline Grenier Cardenal, « Recherches sur la céramique… » cit., p. 234.

145. Charles L. Redman, « Late medieval ceramics from Qsar es-Seghir », *in* M.ª Gabrielle D`Archibaud et M. Maurice Picon (éd.), *La céramique médiévale*… cit., pp. 254-255 ; J. Emlen Myers

Ibérica[147]. Estas comparações são um dos elementos de que dispomos para balizar um período para a produção e utilização destas cerâmicas de Azamor. Incluímos neste âmbito diversas formas. No caso das candeias de pé, apesar de serem transversais desde a segunda metade do século XII, parecem tornar-se maioritárias a partir do século XIV, tendo paralelos norte-africanos em Kouass[148], Ceuta[149] e outros localidades ribeirinhas mediterrâneas[150], a cidade de Fez[151], ou mesmo Algeciras[152]. No que toca às tigelas hemisféricas, como a AZ100-038 (fig. 59), refiram-se os exemplares merínidas de Ceuta[153] e de Algeciras[154]. Os motivos decorativos estampilhados apresentam também paralelos, embora em cronologia lata. O elemento vegetalista no fundo da tigela cónica AZ100-048 (fig. 57) tem semelhanças com tigelas almóadas de Silves[155], mas também em talhas de Algeciras dos séculos XII e XIV, onde se coloca a hipótese de serem representações de folhas de cardo[156]. O motivo vegetalista de quatro folhas da estampilha AZ101-009 (fig. 57) também é idêntico ao de talhas almóadas de Silves[157]. A estampilha em forma de espiga oval ou folha de palmeira encontra-se em tigelas cónicas desde período emiral[158]. Pelo contrário, a peça AZ101-004 tem linhas de motivos florais (fig. 59), com paralelo nas "rosetas" de peças nasridas de Los Velez[159]. Por fim, a impressão geométrica da peça AZ101-001

147. Juan Zozaya, «Aperçu général sur la céramique espagnole», *in* M.ª Gabrielle D`Archibaud e M. Maurice Picon (eds.), *La céramique médiévale*... cit., pp. 283-287.

148. Thierry Jullien, Mohamed Kbiri Alaoui, Virginie Bridoux, Abdelfattah Ichkhakh, Emeline Grisoni, Céline Brun, Séverine Leclercq, Hicham Hassini e Halima Naji, «Les céramiques mérinides de Kouass...» cit., pp. 802 e 805.

149. José Manuel Hita Ruiz e Fernando Villada Paredes, «Una aproximación al estudio...», pp. 302 e 327.

150. André Bazzana e Yves Montmessin, «Quelques aspects...» cit., p. 245.

151. Abdallah Fili, «La céramique de la madrasa mérinide al-Bu'inaniyya de Fès», *in Cerámica Nazarí y Mariní*... cit., pp. 263 e 277.

152. Antonio Torremocha Silva, «La cerámica musulmana estampillada de los siglos XIII y XIV hallada en Algeciras», *Revista EPCCM*, 17, 2015, pp. 343 e 362.

153. José Manuel Hita Ruiz e Fernando Villada Paredes, «Una aproximación al estudio...» cit., pp. 303 e 324.

154. Antonio Torremocha Silva, Ildefonso Navarro Luengo e Juan Bautista Salado Escaño, «La cerámica de época meriní...» cit., pp. 339 e 359.

155. Rosa Varela Gomes, «Cerâmicas almóadas do castelo de Silves», *in A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1991, p. 396 (motivo 4, figura 14).

156. Antonio Torremocha Silva, «La cerámica muçulmana...» cit., pp. 373-374.

157. Rosa Varela Gomes, «Cerâmicas almóadas...», p. 398 (motivo F2, figura 22).

158. Juan Zozaya, «Aperçu général...» cit., pp. 266-267.

159. Encarnación Motos Guirao, «La cerámica nazarí de Los Vélez. Aproximación a su estudio», *in Cerámica Nazarí y Mariní*... cit., pp. 187-188 e 208.

bins[146], mais aussi du sud de la péninsule Ibérique[147]. Ces comparaisons sont l'un des éléments dont nous disposons pour déterminer une période de production et d'utilisation de ces céramiques d'Azemmour. Nous avons considéré dans ce contexte plusieurs formes. Dans le cas des lampes à huile avec pied, bien que très présentes dans des contextes archéologiques depuis la deuxième moitié du XII^{e} siècle, elles semblent devenir majoritaires à partir du XIV^{e} siècle, ayant des parallèles nord-africains à Kouass[148], Ceuta[149] et d'autres lieux riverains méditerranéens[150], mais aussi à la ville de Fès[151] et même à Algésiras[152]. En ce qui concerne les coupes hémisphériques, tels que AZ100-038 (fig. 59), nous devrons remarquer les similitudes avec celles de Ceuta[153] et d'Algésiras[154] mérinide. Les motifs décoratifs estampés ont également des parallèles, bien que dans une large chronologie. L'élément végétal au fond de la coupe conique AZ100-048 (fig. 57) présente des affinités avec les pièces almohades de Silves[155], mais aussi les grandes jarres d'Algésiras du XII^{e} et du XIV^{e} siècles, où l'hypothèse est qu'il s'agit de représentations de feuilles de chardon[156]. Le motif végétal à quatre feuilles de l'estampille AZ101-009 (fig. 57) est également identique à celui des grandes jarres almohades de Silves[157]. Les estam-

et M. James Blackman, « Conical Plates of the Hispano-Moresque Tradition from Islamic Qsar es-Seghir : Petrographic and Chemical Analyses », *in La Ceramica Medievale nel Mediterraneo Occidentale*, Florence, Edizioni All Insegna del Giglio, 1986, pp. 55-68.

146. André Bazzana et Yves Montmessin, « Quelques aspects de la céramique médiévale du Maroc du Nord », *in Actes du 5ème Colloque sur la Céramique Médiévale*, Rabat, Institut National des Sciences de l'Archéologie et du Patrimoine, 1991, pp. 241-259.

147. Juan Zozaya, « Aperçu général sur la céramique espagnole », *in* M.ª Gabrielle D`Archibaud et M. Maurice Picon (éd.), *La céramique médiévale*... cit., pp. 283-287.

148. Thierry Jullien, Mohamed Kbiri Alaoui, Virginie Bridoux, Abdelfattah Ichkhakh, Emeline Grisoni, Céline Brun, Séverine Leclercq, Hicham Hassini et Halima Naji, « Les céramiques mérinides de Kouass... » cit., pp. 802 e 805.

149. José Manuel Hita Ruiz et Fernando Villada Paredes, « Una aproximación al estudio... » cit., pp. 302 et 327.

150. André Bazzana et Yves Montmessin, « Quelques aspects... » cit., p. 245.

151. Abdallah Fili, « La céramique de la madrasa mérinide al-Bu'inaniyya de Fès », *in Cerámica Nazarí y Mariní*... cit., pp. 263 e 277.

152. Antonio Torremocha Silva, « La cerámica musulmana estampillada de los siglos XIII y XIV hallada en Algeciras », *Revista EPCCM*, 17, 2015, pp. 343 et 362.

153. José Manuel Hita Ruiz et Fernando Villada Paredes, « Una aproximación al estudio... » cit., pp. 303 et 324.

154. Antonio Torremocha Silva, Ildefonso Navarro Luengo et Juan Bautista Salado Escaño, « La cerámica de época meriní... » cit., pp. 339 e 359.

155. Rosa Varela Gomes, « Cerâmicas almóadas do castelo de Silves », *in A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1991, p. 396 (motivo 4, figura 14).

156. Antonio Torremocha Silva, « La cerámica muçulmana... » cit., pp. 373-374.

157. Rosa Varela Gomes, « Cerâmicas almóadas... », p. 398 (motivo F2, figura 22).

(fig. 57) deve corresponder à detectada numa talha medieval de Taza, embora a de Azamor esteja danificada, encontrando-se apenas três das quatro marcas em forma de pirâmide quadrangular[160].

O subgrupo J inclui peças para confeccionar alimentos, mostrando sinais de intensa utilização ao fogo, nomeadamente caçoilas de tendência hemisférica e bordos bífidos, panelas globulares e tampas troncocónicas que se ajustam para cobrir ambos os recipientes (fig. 60). O vidrado é aplicado no interior e bordo de caçoilas e panelas e no exterior e bordo das tampas; a sua cor é laranja, mas pode adquirir tonalidades de castanho e esverdeado, devido à sua composição química, à cor da pasta e ao ambiente de cozedura aquando da sua produção. Mais uma vez, estas formas têm similitudes com exemplares merínidas do Norte de África: por um lado, as caçoilas com as *cazuelas* merínidas de Ceuta[161], as *casseroles* merínidas de Alcácer Ceguer[162], as *casseroles* 1A do século XIV de Kouass[163], as do século XIII a meados da centúria seguinte de Tigisas[164], ou os *plats creux* do século XIV de Belyounesh[165]; por outro, as panelas com as merínidas de Ceuta[166] e de Alcácer Ceguer[167], as do século XIV de Málaga[168], as de meados desta centúria de Almería[169], as de tipo 11 de Cártama do último quartel

160. Prospert Ricard e Alexandre Delpy, «Spécimens de céramique marocaine du Moyen Âge», *Hespéris*, t. XIII, 1931, p. 228 (planche IV).

161. José Manuel Hita Ruiz e Fernando Villada Paredes, «Una aproximación al estudio…», pp. 303 e 320.

162. André Teixeira, Abdelatif El-Boudjay, Joana Bento Torres, Antonia González tinturé, Kaoutar El-Baljani e Sónia Gabriel, «L'evolution de l'habitat domestique à Ksar Seghir à la fin du Moyen Âge. Étude archéologique et conservation d'une maison mérinide», *in* André Teixeira (ed.), *Entre les deux rives du Détroit de Gibraltar. Archéologique de fronteires aux 14-16e siècles,* Lisboa, CHAM, 2016, pp. 70-71.

163. Thierry Jullien, Mohamed Kbiri Alaoui, Virginie Bridoux, Abdelfattah Ichkhakh, Emeline Grisoni, Céline Brun, Séverine Leclercq, Hicham Hassini e Halima Naji, «Les céramiques mérinides de Kouass…», pp. 794-795 e 802.

164. André Bazzana e Yves Montmessin, «Quelques aspects…», pp. 242 e 254.

165. Micheline Grenier Cardenal, «Recherches sur la céramique…», pp. 230 e 234.

166. José Manuel Hita Ruiz e Fernando Villada Paredes, «Una aproximación al estudio…», pp. 303 e 322.

167. André Teixeira, Abdelatif El-Boudjay, Joana Bento Torres, Antonia González Tinturé, Kaoutar El-Baljani e Sónia Gabriel, «L'evolution de l'habitat… » cit., pp. 70-71.

168. Juan Bautista Salado Escaño, Antonio Rambla Torralvo e José Mayorga Mayorga, «Nuevas aportaciones sobre cerámica de época nazarí en la ciudad de Málaga», *in Cerámica Nazarí y Mariní…* cit., pp. 232 e 247.

169. Isabel Flores Escobosa e M.ª del Mar Muñoz Martín, «Cerámica nazarí (Almería, Granada y Málaga). Siglos XIII-XIV», in Chris Gerrad, Alejandra Gutiérrez e Alan Vince (ed.), *Spanish medieval ceramics in Spain and the British Isles* (BAR International Series, 610), Oxford, Archeopress, 1995, pp. 268-269; M.ª del Mar Muñoz Martín, Manuel Dominguez Bedmar e José Ramón Ramos Díaz, «Hisn Nisar (Nijar): la cerâmica de los siglos XIII-XVI», *in Almería entre culturas (siglos XIII-XVI)*, Almería, Instituto de Estudios Almerienses, 1990, vol. 1, pp. 122-123.

pilles ovales avec un épi ou une feuille de palmier se trouvent dans des coupes coniques depuis la période émirale[158]. Au contraire, la céramique AZ101-004 (fig. 59) a des lignes de motifs floraux semblables aux « rosaces » présentes dans les pièces nasrides de Los Velez[159]. Enfin, l'impression géométrique du tesson AZ101-001 (fig. 57) doit correspondre à celle détectée dans une grande jarre médiévale de Taza[160], bien que celle d'Azemmour soit endommagée, avec seulement trois des quatre marques en forme de pyramide carrée.

Le sous-groupe J comprend les céramiques destinées à la préparation d'aliments, présentant des signes d'utilisation au feu, à savoir les casseroles hémisphériques avec des bords bifides, les marmites globulaires et les couvercles tronconique conçus pour couvrir les deux autres contenants (fig. 60). La glaçure est appliquée à l'intérieur et sur les bords des casseroles et des marmites et à l'extérieur et sur les bords des couvercles ; sa couleur est orange, mais elle peut acquérir des nuances de marron et de verdâtre, soit par sa composition chimique, soit par la couleur de la pâte, soit aussi par le type de cuisson lors de sa production. Encore une fois, ces formes ont des similitudes avec les céramiques mérinides d'Afrique du Nord : d'une part, avec les *cazuelas* mérinides de Ceuta[161], les casseroles mérinides d'al-Ksar el-Seghir[162], les casseroles 1A de Kouass du XIVe siècle[163], celles du XIIIe au milieu du XIVe siècle de Tigisas[164], ou les plats creux du XIVe siècle de Belyounesh[165] ; d'autre part, avec les marmites mérinides de Ceuta[166] et d'al-Ksar

158. Juan Zozaya, « Aperçu général… » cit., pp. 266-267.

159. Encarnación Motos Guirao, « La cerámica nazarí de Los Vélez. Aproximación a su estudio », *in Cerámica Nazarí y Mariní…* cit., pp. 187-188 e 208.

160. Prospert Ricard et Alexandre Delpy, « Spécimens de céramique marocaine du Moyen Âge », *Hespéris*, XIII, 1931, p. 228 (planche IV).

161. José Manuel Hita Ruiz et Fernando Villada Paredes, « Una aproximación al estudio… » cit., pp. 303 et 320.

162. André Teixeira, Abdelatif El-Boudjay, Joana Bento Torres, Antonia González tinturé, Kaoutar El-Baljani et Sónia Gabriel, « L'evolution de l'habitat domestique à Ksar Seghir à la fin du Moyen Âge. Étude archéologique et conservation d'une maison mérinide », *in* André Teixeira (éd.), *Entre les deux rives du Détroit de Gibraltar. Archéologique de frontières aux 14-16e siècles,* Lisbonne, CHAM, 2016, pp. 70-71.

163. Thierry Jullien, Mohamed Kbiri Alaoui, Virginie Bridoux, Abdelfattah Ichkhakh, Emeline Grisoni, Céline Brun, Séverine Leclercq, Hicham Hassini et Halima Naji, « Les céramiques mérinides de Kouass… », pp. 794-795 et 802.

164. André Bazzana et Yves Montmessin, « Quelques aspects… » cit., pp. 242 et 254.

165. Micheline Grenier Cardenal, « Recherches sur la céramique… » cit., pp. 230 et 234.

166. José Manuel Hita Ruiz et Fernando Villada Paredes, « Una aproximación al estudio… » cit., pp. 303 et 322.

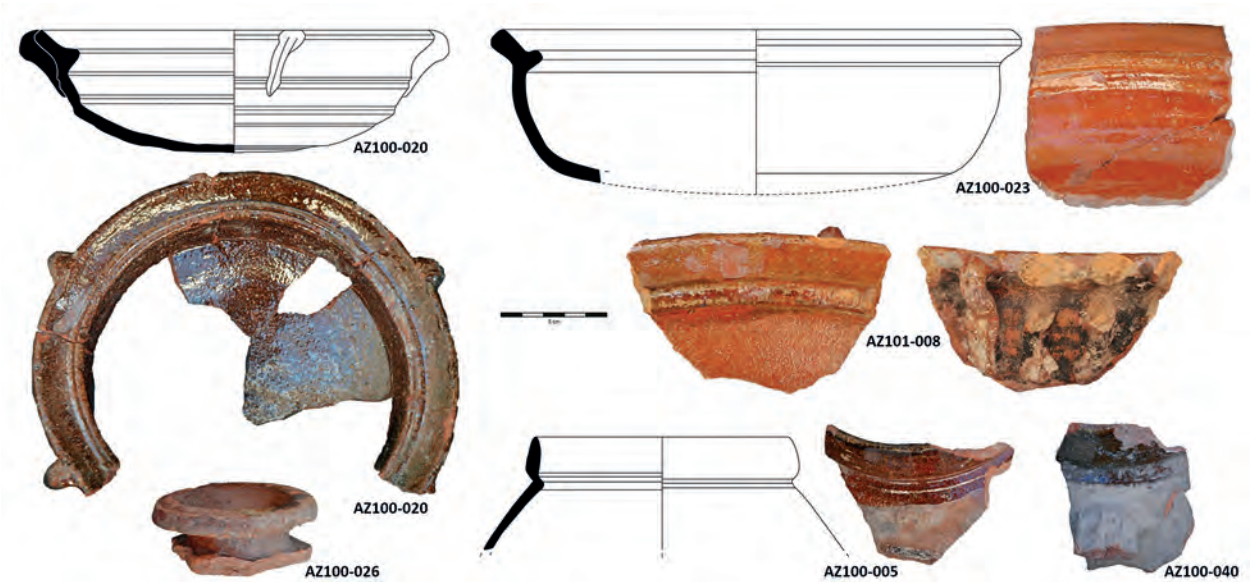


Fig. 60 – Caçoilas / Casseroles: AZ100-020 (Ø19cm), AZ100-023 (Ø26cm), AZ101-008. Panelas / Marmites: AZ100-005 (Ø12cm), AZ100-040. Tampa / Couvercle: AZ100-026.

do século XIV à primeira década do século XV[170], ou as *marmites* 1A do século XIV de Kouass[171]. As panelas de Azamor são, pois, características do século XIV, ainda que possam recuar ao período almóada[172].

Finalmente, o subgrupo K integra essencialmente objectos utilizados para o serviço à mesa, como tigelas cónicas, tigelas hemisféricas, pratos e pequenos jarros, além de candeias de pé (fig. 61). Estas peças são esmaltadas em ambas as superfícies e decoradas com pintura a azul cobalto, turquesa e reflexo metálico. A coloração da pasta e os motivos decorativos apontam para que sejam importações nasridas. O fragmento AZ100-013 tem paralelo nos exemplares granadinos em azul e dourado do século XIV[173]. Os fragmentos AZ100-195 e AZ100-199, com pintura a azul e dourado, também se enquadram em produções nasridas do século XIV ou XV, conforme exemplares semelhantes encontrados em Ceuta[174].

5.3. Cerâmicas das camadas 2 a 6 (S100)

As cerâmicas recuperadas nos níveis inferiores da sondagem 100 apresentam muitas semelhanças com

170. Francisco Melero García, «La cerámica de época...» cit., pp. 166-167.

171. Thierry Jullien, Mohamed Kbiri Alaoui, Virginie Bridoux, Abdelfattah Ichkhakh, Emeline Grisoni, Céline Brun, Séverine Leclercq, Hicham Hassini e Halima Naji, «Les céramiques mérinides de Kouass...», pp. 794-795 e 802.

172. Isabel Flores Escobosa e M.ª del Mar Muñoz Martín, «Cerámica nazarí...» cit., p. 269.

173. Isabel Flores Escobosa e M.ª del Mar Muñoz Martín, «Cerámica nazarí...» cit., pp. 251-252.

174. Emilio Fernandez Sotelo, *Sala Municipal de Arqueología – Ceuta. Guía – Catálogo*, Ceuta, Museo Municipal, 1980, p. 97 (est. LIV).

el-Seghir[167], celles du XIVe siècle de Malaga[168], celles du milieu de ce siècle à Almería[169], celles du type 11 de Cártama du dernier quart du XIVe à la première décennie du XVe siècle[170], ou les marmites 1A du XIVe siècle de Kouass[171]. Les marmites d'Azemmour sont donc caractéristiques du XIVe siècle, bien qu'elles puissent remonter à la période almohade[172].

Enfin, le sous-groupe K intègre essentiellement des objets pour le service de table, comme des coupes tronconiques et hémisphériques, des plats, des petites jarres et des lampes à huile avec pied (fig. 61). Ces céramiques sont émaillées sur les deux surfaces et décorées avec une peinture en bleu cobalt, turquoise et lustre métallique doré. La coloration de la pâte et les motifs décoratifs indiquent que la plupart sont

167. André Teixeira, Abdelatif El-Boudjay, Joana Bento Torres, Antonia González Tinturé, Kaoutar El-Baljani et Sónia Gabriel, « L'evolution de l'habitat... » cit., pp. 70-71.

168. Juan Bautista Salado Escaño, Antonio Rambla Torralvo et José Mayorga Mayorga, « Nuevas aportaciones sobre cerámica de época nazarí en la ciudad de Málaga », *in Cerámica Nazarí y Mariní*... cit., pp. 232 et 247.

169. Isabel Flores Escobosa et M.ª del Mar Muñoz Martín, « Cerámica nazarí (Almería, Granada y Málaga). Siglos XIII-XIV », *in* Chris Gerrad, Alejandra Gutiérrez et Alan Vince (éd.), *Spanish medieval ceramics in Spain and the British Isles* (BAR International Series, 610), Oxford, Archeopress, 1995, pp. 268-269 ; M.ª del Mar Muñoz Martín, Manuel Dominguez Bedmar et José Ramón Ramos Díaz, « Hisn Nisar (Nijar) : la cerâmica de los siglos XIII-XVI », *in Almería entre culturas (siglos XIII-XVI)*, Almería, Instituto de Estudios Almerienses, 1990, vol. 1, pp. 122-123.

170. Francisco Melero García, « La cerámica de época... » cit., pp. 166-167.

171. Thierry Jullien, Mohamed Kbiri Alaoui, Virginie Bridoux, Abdelfattah Ichkhakh, Emeline Grisoni, Céline Brun, Séverine Leclercq, Hicham Hassini et Halima Naji, « Les céramiques mérinides de Kouass... », pp. 794-795 et 802.

172. Isabel Flores Escobosa et M.ª del Mar Muñoz Martín, « Cerámica nazarí... » cit., p. 269.

Fig. 61 – Tigela cónica / Coupes tronconiques: AZ100-007. Tigelas hemisféricas / Coupes hémisphériques: AZ100-018, AZ100-199, AZ101-003. Jarros / Jarres: AZ100-013, AZ100-195. Candeia / Lampe à huile: AZ101-010.

as acima referidas, como mencionado. Dividindo-se novamente nos dois grupos de cerâmica não-vidrada e vidrada, regista-se uma menor diversidade de subgrupos representados, além de formas distintas e uma maior percentagem de peças com defeitos de fabrico.

O subgrupo A integra sobretudo formas para conservação, armazenamento e transporte de produtos, como as jarras[175], os cântaros e os pequenos jarros, por vezes decorados com linhas ou bandas concêntricas pintadas no bordo a vermelho ou negro (fig. 62). Destaque para o fragmento AZ100-235, que poderá pertencer ao bojo de um pequeno jarro pintado a negro, do tipo *jarritas esgrafiadas*, ainda que não seja visível a decoração incisa (fig. 62); o seu padrão

175. AZ100-298, AZ100-314 e AZ100-228 com são claros vestígios de produção.

probablement des importations nasrides. Le fragment AZ100-013 a un parallèle avec des objets bleu et doré du XIVe siècle à Grenade[173]. Les tessons AZ100-195 et AZ100-199, peints en bleu et doré, s'intègrent aussi dans les productions nasrides du XIVe ou XVe siècle, selon les exemples similaires trouvés à Ceuta[174].

5.3. Les céramiques des couches 2 à 6 (S100)

Les céramiques découvertes dans les niveaux inférieurs du sondage 100 présentent de nombreuses similitudes avec celles mentionnées ci-dessus. En se répartissant à nouveau entre les deux groupes de céramiques non-glaçurées et glaçurées, on observe

173. Isabel Flores Escobosa et M.ª del Mar Muñoz Martín, « Cerámica nazarí… » cit., pp. 251-252.

174. Emilio Fernandez Sotelo, *Sala Municipal de Arqueología – Ceuta. Guía – Catálogo*, Ceuta, Museo Municipal, 1980, p. 97 (est. LIV).

Fig. 62 – Jarras / Jarres: AZ100-254 (Ø19cm), AZ100-318 (Ø17cm), AZ100-326 (Ø17cm), AZ100-298 (Ø16cm), AZ100-314, AZ100-223 (Ø16cm), AZ100-215 (Ø15cm), AZ100-283 (Ø15cm), AZ100-228. Cântaros / Cruches: AZ100-255 (Ø8,5cm), AZ100-297 (Ø9,5cm). Pequenos jarros / Petites Jarros / Jarres: AZ100-300 (Ø8,5cm), AZ100-319, AZ100-236 (Ø5,2cm), AZ100-270 (Ø7,5cm).

decorativo tem, contudo, paralelo no tipo IX de Ceuta, datado desde o último terço do século XIII até finais do século XIV[176], bem como em exemplares de Granada do século XIII, de Almería dos séculos XIII a XIV[177] ou de Belyounesh desta última centúria[178]. A exemplo do que sucede nos níveis superiores, surgem também formas de mesa, como tigelas hemisféricas e cónicas, além de pratos (fig. 63)[179]. Deve mencionar-se que as tigelas, as jarras e os pequenos jarros deste subgrupo constituem, em alguns casos, cerâmica em biscoito que não chegou a ser vidrada, dada a sua semelhança com exemplares do subgrupo H. Estão ainda representados os coadores, que associamos a cuscuzeiras, as candeias, os testos de pequena dimensão, que deveriam servir para tapar cântaros ou pequenos jarros, e os alcatruzes (fig. 63)[180], próximos dos encontrados em Sevilha e datados dos séculos XII e XIII[181].

No subgrupo B as peças são tendencialmente mais robustas e de maiores dimensões. Incluem-se sobretudo alguidares, tigelas e bacias, tendo os primeiros e as segundas por vezes decoração esquemática pintada a vermelho ou negro (fig. 64). Surge ainda um pequeno recipiente feito a torno que poderá ser um copo com pega, semelhante a formas encontradas num centro produtor oleiro do século XIV de Ceuta[182]. O subgrupo C apresenta alguidares, parte deles com as superfícies internas engobadas e brunidas. Foi também considerado neste grupo um exemplar singular de bacia, tendo decoração incisa no exterior e brunido no interior (fig. 65).

Os subgrupos D e E concentram objectos utilizados para a confecção alimentar, como se atesta, nalguns casos, pelas marcas de fogo nas suas superfícies. Os motivos decorativos centram-se na criação de padrões com linhas incisas. Genericamente, as formas têm grande semelhança com as do estrato superior, embora o primeiro grupo esteja muito menos repre-

176. José Manuel Hita Ruiz e Fernando Villada Paredes, «Producción y comercialización de la cerámica esgrafiada y pintada en el ámbito del Estrecho de Gibraltar. El caso de Ceuta», *Almoraima*, 42, 2011, pp. 225-226; José Manuel Hita Ruiz, Carlos Posac Mon e Fernando Villada Paredes, «La cerámica esgrafiada y pintada del museo de Ceuta», in *Transferències i comerç de cerâmica a l'Europa mediterrânia*, Maiorca, Institut d'Estudis Baleárics, 1997, pp. 61-62 e 68.

177. Isabel Flores Escobosa e M.ª del Mar Muñoz Martín, «Cerámica nazarí...» cit., pp. 247-249.

178. Micheline Grenier Cardenal, «Recherches sur la céramique...» cit., pp. 246-249.

179. AZ100-281 e AZ100-316 são claros vestígios de produção.

180. AZ100-275 é um claro vestígio de produção.

181. Manuel Vera Reina e Pina López Torres, *La cerámica medieval sevillana*... cit., pp. 111-112.

182. José Manuel Hita Ruiz e Fernando Villada Paredes, «Una aproximación al estudio...» cit., pp. 304 e 315.

moins de diversité des sous-groupes représentés, de formes distinctes et d'un pourcentage plus élevé de pièces présentant des défauts de fabrication.

Le sous-groupe A comprend surtout des formes pour la conservation, l'emmagasinage et le transport de produits, tels que les jarres[175], les cruches et les petites jarres, parfois décorées avec des lignes ou des bandes sur le bord, peintes en rouge ou noir (fig. 62). Il faut distinguer le fragment AZ100-235, qui peut appartenir à une panse d'une petite jarre peinte en noir du type *jarritas esgrafiadas*, bien que le décor incisé ne soit pas visible (fig. 62) ; cependant, son motif décoratif a un parallèle dans le type IX de Ceuta, daté du dernier tiers du XIII^e^ siècle jusqu'à la fin du XIV^e^ siècle[176], ainsi que dans les céramiques de Grenade du XIII^e^ siècle, d'Almería du XIII^e^ aux XIV^e^ siècles[177], ou de Belyounesh de ce dernier siècle[178]. Comme dans les niveaux supérieurs du sondage, ici sont aussi présentes des formes utilisées à table, telles que les coupes hémisphériques ou tronconiques et les plats (fig. 63)[179]. Il faut mentionner que les coupes, les jarres et les petites jarres de ce sous-groupe constituent, dans certains cas, de la céramique en biscuit qui n'a pas été encore glaçurée, compte tenu de leur similitude avec les tessons du sous-groupe H. Nous contemplons également des passoires, que nous associons à des couscoussières, des lampes à huile, des petits couvercles, qui devraient être utilisés pour couvrir des cruches ou des petites jarres, et des godets de noria (fig. 63)[180], semblables à ceux qui ont été trouvés à Séville et datant des XII^e^-XIII^e^ siècles[181].

Dans le sous-groupe B, on observe des objets de plus grande dimension et plus robustes. Nous identifions surtout des bassins, les coupes et des bassines, les premiers et les deuxièmes ayant parfois une décoration schématique peinte en rouge ou noire (fig. 64). On identifie aussi un petit récipient fait au tour, qui pourrait être un verre avec une aile, similaire aux

175. AZ100-298, AZ100-314 et AZ100-228 sont des vestiges évidents de production.

176. José Manuel Hita Ruiz et Fernando Villada Paredes, « Producción y comercialización de la cerámica esgrafiada y pintada en el ámbito del Estrecho de Gibraltar. El caso de Ceuta », *Almoraima*, 42, 2011, pp. 225-226 ; José Manuel Hita Ruiz, Carlos Posac Mon et Fernando Villada Paredes, « La cerámica esgrafiada y pintada del museo de Ceuta », in *Transferències i comerç de cerâmica a l'Europa mediterrânia*, Majorque, Institut d'Estudis Baleárics, 1997, pp. 61-62 e 68.

177. Isabel Flores Escobosa et M.ª del Mar Muñoz Martín, « Cerámica nazarí... » cit., pp. 247-249.

178. Micheline Grenier Cardenal, « Recherches sur la céramique... » cit., pp. 246-249.

179. AZ100-281 et AZ100-316 sont des vestiges évidents de production.

180. AZ100-275 est un vestige évident de production.

181. Manuel Vera Reina et Pina López Torres, *La cerámica medieval sevillana*... cit., pp. 111-112.

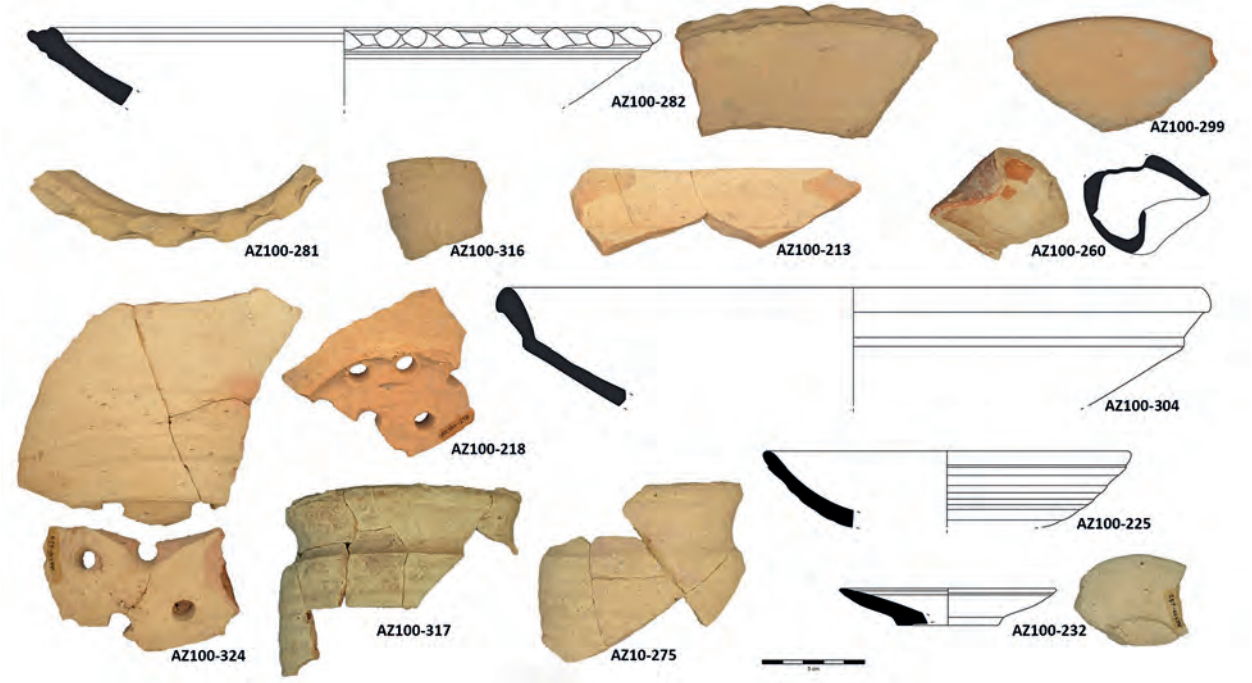


Fig. 63 – Tigelas hemisféricas / Coupes hémisphériques: AZ100-282 (Ø29cm), AZ100-299 (Ø20cm), AZ100-281, AZ100-316. Tigelas cónicas / Coupes tronconiques: AZ100-213 (Ø26cm), AZ100-304 (Ø34cm). Prato / Plat: AZ100-225 (Ø19cm). Cuscuzeiras / Cous-coussières: AZ100-218, AZ100-231, AZ100-324. Candeia / Lampe à huile: AZ100-260 (Ø5,6cm). Tampa / Couvercle: AZ100-232 (Ø10,5cm). Alcatruzes / Godets de noria: AZ100-275 (Ø10cm), AZ100-317.

sentado que o segundo. Distinguem-se panelas, caçoilas, bacias e fogareiros no subgrupo D e panelas, caçoilas e fogareiros no subgrupo E; neste último caso registe-se um elemento modelado que não lográmos classificar (fig. 66).

No que reporta à cerâmica vidrada das camadas 2 a 6 da sondagem 100, notam-se alterações face aos níveis superiores. Desde logo, surgiram apenas os subgrupos H, J e K, com as mesmas características acima mencionadas, identificando-se uma peça totalmente diferente, que constituiu o subgrupo L.

O subgrupo H integra tigelas hemisféricas, algumas com digitações no bordo, tigelas cónicas[183] (fig. 67), cântaros e jarras, parte delas semelhantes aos *cruches* do século XIV de Belyounesh (AZ100-273)[184], outras com perfil similar a formas almóadas (AZ100-320)[185] (fig. 68). A pequena jarra AZ100-249 distingue-se dos demais exemplares pelos motivos pintados a negro, complementados por elementos vidrados a verde, enquadrando-se na técnica da corda seca parcial (fig. 68). Como mencionado, algumas destas formas têm semelhanças com exemplares do subgrupo A. O subgrupo J inclui panelas de forma globular e bordo

183. AZ100-240 é o único fragmento claro de uma tentativa de produção de tigela cónica neste nível mais antigo. AZ100-258 é um vestígio de produção de tigela hemisférica ou cónica.

184. Micheline Grenier Cardenal, «Recherches sur la céramique…» cit., pp. 236 e 238.

185. Juan Zozaya, «Aperçu général…» cit., pp. 283-284.

formes trouvées dans un centre de production de poterie du XIV[e] siècle à Ceuta[182].

Le sous-groupe C comprend des bassins, dont une partie avec les surfaces internes engobées et brunies. Un tesson unique de bassine a également été considéré dans cet ensemble, ayant une décoration incisée à l'extérieur et brunissage à l'intérieur (fig. 65).

Les sous-groupes D et E concentrent les objets utilisés à la cuisine, comme en témoignent, dans certains cas, les marques de feu sur leurs surfaces. Les motifs décoratifs sont limités à des motifs aux lignes incisées. D'une manière générale, les formes sont très proches de celles de la couche supérieure, bien que le premier groupe soit beaucoup moins représenté que le second. On considère des marmites, des casseroles, des bassines et des braseros dans le sous-groupe D et des marmites, des casseroles et des braseros dans le sous-groupe E ; dans ce dernier cas, il y a un élément modelé que nous n'avons pas pu classer (fig. 66).

En ce qui concerne les céramiques glaçurées des couches 2 à 6 du sondage 100, on remarque des différences par rapport aux niveaux supérieurs : seuls les sous-groupes H, J et K sont représentés, avec les mêmes caractéristiques mentionnées ci-dessus, en identifiant une pièce totalement différente, qui constituait le sous-groupe L.

Le sous-groupe H comprend des coupes hémisphériques (certains avec des empreintes digitales sur le

182. José Manuel Hita Ruiz et Fernando Villada Paredes, « Una aproximación al estudio… » cit., pp. 304 e 315.

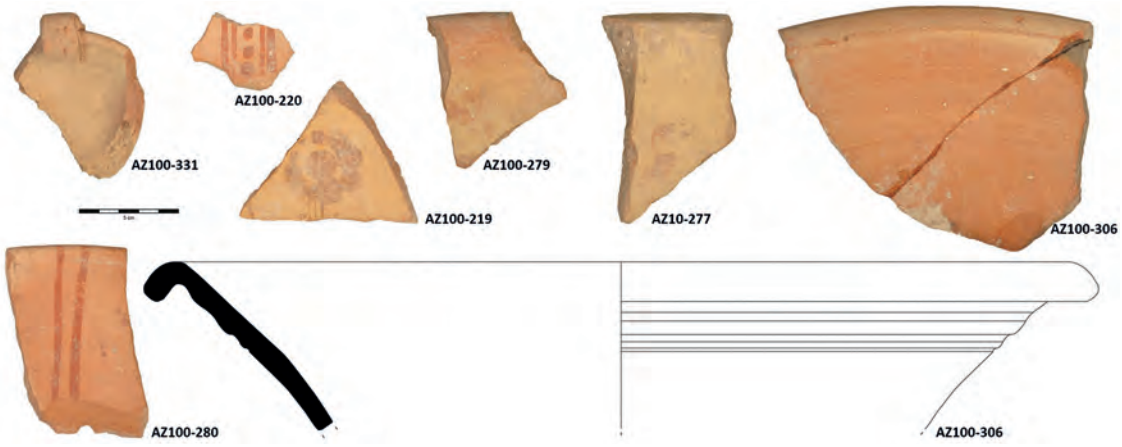


Fig. 64 – Alguidares / Bassins: AZ100-219, AZ100-220, AZ100-279, AZ100-306 (Ø48cm). Bacia / Bassine: AZ100-277. Tigela / Coupe: AZ100-280 (Ø30cm). Copo / Gargoulette: AZ100-331.

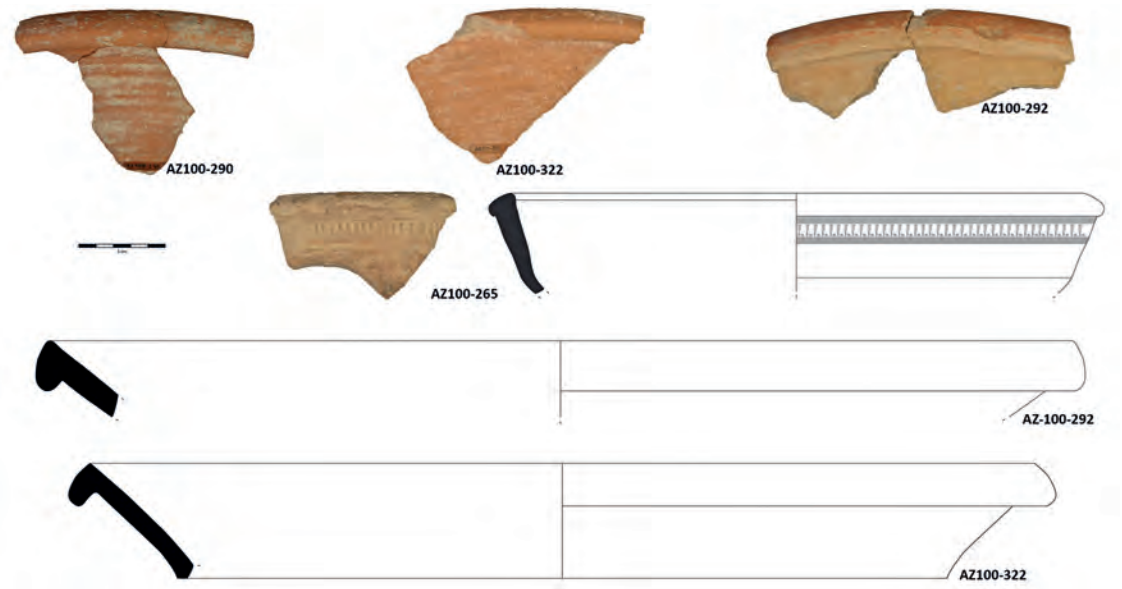


Fig. 65 – Alguidares / Bassins: AZ100-290 (Ø39cm), AZ100-292 (Ø59cm), AZ100-322 (Ø54cm). Bacia / Bassine: AZ100-265 (Ø33cm).

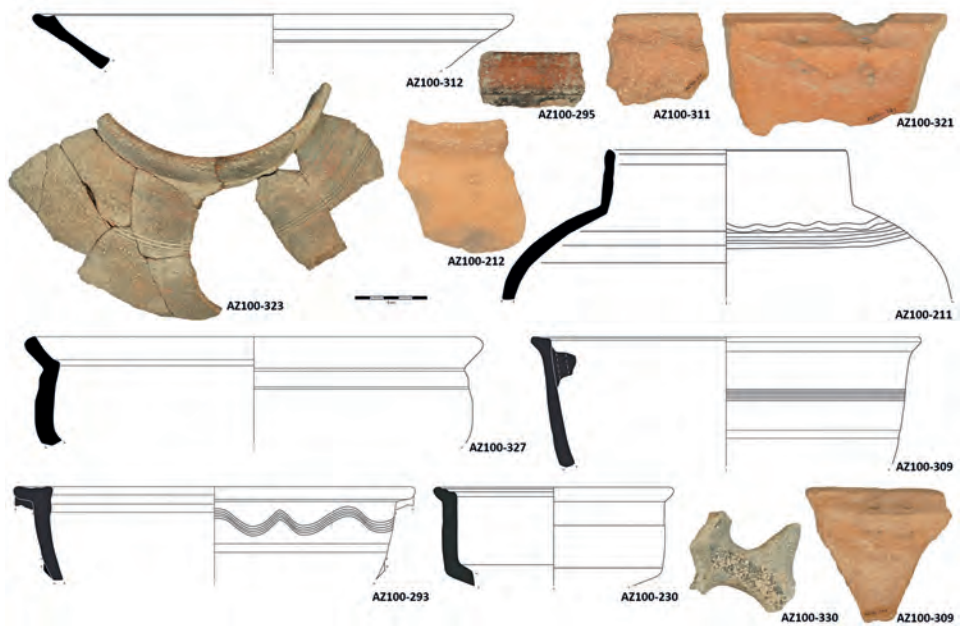


Fig. 66 – Subgrupo D / Sous-groupe D [Panela / Marmite: AZ100-295. Bacia / Bassine: AZ100-311 (Ø29,5cm). Caçoila / Casserole: AZ100-312 (Ø33,5cm). Fogareiro / Brasero: AZ100-321 (Ø28cm)]. Subgrupo E / Sous-groupe E [Panelas / Marmites: AZ100-211 (Ø16,5cm), AZ100-212 (Ø15cm), AZ100-323 (Ø17cm). Caçoila / Casseroles: AZ100-327 (Ø31,5cm), AZ100-293 (Ø28cm), AZ100-230 (Ø21cm). Fogareiro / Brasero: AZ100-309 (Ø20cm). Indeterminado / Indéterminé: AZ100-330].

curto e caçoilas de tendência hemisférica e bordo bífido de onde partem pequenas asas verticais, peças vidradas internamente e na zona do bordo a laranja, castanho ou esverdeado, tendo sinais de intensa utilização ao fogo (fig. 69). Estas formas são semelhantes às encontradas em contextos merínidas do Norte de África, como os *plats creux* e as *marmites* trecentistas de Belyounesh[186], as *cazuelas* merínidas de Ceuta[187] e as *casseroles 1A* do século XIV de Kouass[188].

No que toca ao subgrupo K registou-se apenas uma redoma com vidrado estanífero na superfície externa, sobre o qual se pintaram motivos azuis e outros, já pouco visíveis, em reflexo dourado (fig. 70), peça com paralelo em níveis do século XIV de Málaga[189].

Finalmente, o subgrupo L inclui somente uma tigela (AZ100-247) de difícil classificação (fig. 70). Não parece que se utilize vidrado estanífero, mas antes um engobe bege/branco na superfície interna, revestindo-se posteriormente toda a peça com um vidrado plumbífero; isto justificaria o tom amarelado que o vidrado apresenta na superfície externa (onde não se aplicou o engobe bege/branco). A decoração de linhas concêntricas em castanho terá sido feita por cima do engobe, o que poderia explicar o seu tom baço na superfície interna, por oposição à coloração mais escura que apresenta um escorrimento na superfície externa. Esta peça poderá corresponder a proto-majólicas do final do século XIII e inícios do XIV da região da Ligúria e da Toscana[190], uma hipótese que lançamos com grandes reservas.

5.4. Olaria e habitat: testemunhos cerâmicos

O conjunto detectado nas sondagens 100 e 101, junto à muralha em taipa na zona a Sul da medina actual,

186. Micheline Grenier Cardenal, «Recherches sur la céramique…» cit., pp. 230, 234 e 238.

187. José Manuel Hita Ruiz e Fernando Villada Paredes, «Una aproximación al estudio…», pp. 303 e 320.

188. Thierry Jullien, Mohamed Kbiri Alaoui, Virginie Bridoux, Abdelfattah Ichkhakh, Emeline Grisoni, Céline Brun, Séverine Leclercq, Hicham Hassini e Halima Naji, «Les céramiques mérinides de Kouass…», pp. 794-795 e 802.

189. Isabel Flores Escobosa e M.ª del Mar Muñoz Martín, «Cerámica nazarí…» cit., pp. 264-265.

190. Luigi Di Cosmo, Federico Marazzi e Silvia Santorelli, «Rupe Canina (S. Angelo di Alife – CE): dal villagio incastellato alla roca signorile? Primi dari per una valutazione archeologica», *Archeologia Medievale*, XXXIII, 2006, p. 368; Gaetana Liuzzi, «La ceramica da Monte Santa Croce», *in* Caelo Ebanista e Marcello Rotili (coord.), *Territorio, Insediamenti e Necropoli fra Tarda Antichità e Alto Medioevo*, Nápoles, Rogiosi Editore, 2016, pp. 618-620; Nicola Busino e Gaetana Liuzzi, «La ceramica da Monte Santa Croce (Piana di Monte Verna, CE): indicatori cronologici e sociali di un complesso religioso di area campana», *in* Margherita Ferri, Cecilia Moine e Lara Sabbionesi (coord.), *In&Around. Ceramiche e comunità. Secondo convegno temático dell'AIECM3*, Florença, All'Insegna del Giglio, 2016, p. 178.

bord), des coupes coniques[183] (fig. 67), des cruches et des jarres, dont une partie avec parallèle aux cruches de Belyounesh[184], autre avec un profil similaire aux formes almohades[185] (fig. 68). La petite jarre AZ100-249 se distingue des autres tessons par les motifs peints en noir, complétés par des éléments glaçurés verts, s'encadrant dans la technique de la *cuerda seca parcial* (fig. 68). Comme mentionné, certaines de ces formes présentent des similitudes avec ceux du sous-groupe A.

Le sous-groupe J intègre des marmites globulaires et avec bords courts et des casseroles hémisphériques et de bords bifides avec petites ailes verticales ; elles sont glaçurées à l'intérieur et sur les bords en orange, brune ou verdâtre, avec des marques d'utilisation intense au feu (fig. 69). Ces formes sont similaires à celles trouvées dans des contextes mérinides en Afrique du Nord, tels que les plats creux et les marmites du XIV[e] siècle de Belyounesh[186], les *cazuelas* mérinides de Ceuta[187] et les casseroles XIV[e] siècle 1A de Kouass[188].

Concernant le sous-groupe K nous avons considéré seulement une *redoma* couverte-avec glaçure stannifère à l'extérieur, sur laquelle des motifs bleus et dorés ont été peintes (ces derniers à peine visibles) (fig. 70), une céramique avec des parallèles dans des niveaux du XIV[e] siècle de Malaga[189].

Enfin, le sous-groupe L comprend une seule coupe (AZ100-247) difficile à classer (fig. 70). Il ne semble pas que la glaçure stannifère ait été utilisée, mais plutôt un engobe beige/blanc appliqué sur la surface interne, après quoi toute la céramique a été enduite d'une glaçure de plomb ; cela justifierait le ton jaunâtre que la glaçure présente sur la surface externe (là où l'engobe n'a pas été appliqué). Le décor de lignes concentriques brunes aura été réalisé sur l'engobe, ce qui pourrait expliquer l'apparence pâle sur la surface intérieure, par opposition à la couleur plus foncée qui présente un ruissellement sur la surface extérieure. Cette pièce peut correspondre à des proto-majoliques

183. AZ100-240 est le seule tesson évident d'un essai de production de coupe tronconique dans ce niveau plus ancienne. AZ100-258 est un vestige de production de coupe hémisphérique ou tronconique.

184. Micheline Grenier Cardenal, « Recherches sur la céramique… » cit., pp. 236 e 238.

185. Juan Zozaya, « Aperçu général… » cit., pp. 283-284.

186. Micheline Grenier Cardenal, « Recherches sur la céramique… » cit., pp. 230, 234 et 238.

187. José Manuel Hita Ruiz et Fernando Villada Paredes, « Una aproximación al estudio… », pp. 303 et 320.

188. Thierry Jullien, Mohamed Kbiri Alaoui, Virginie Bridoux, Abdelfattah Ichkhakh, Emeline Grisoni, Céline Brun, Séverine Leclercq, Hicham Hassini et Halima Naji, « Les céramiques mérinides de Kouass… », pp. 794-795 e 802.

189. Isabel Flores Escobosa et M.ª del Mar Muñoz Martín, « Cerámica nazarí… » cit., pp. 264-265.

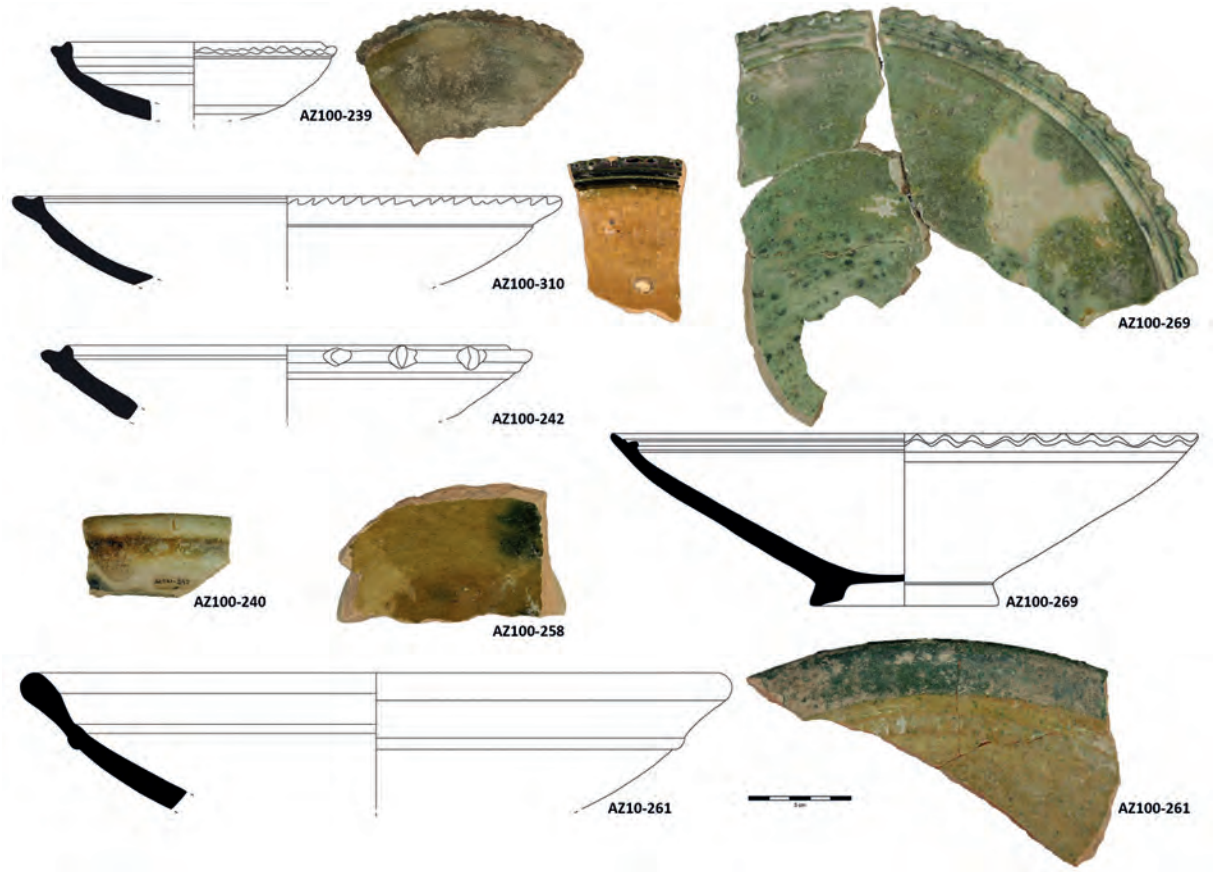


Fig. 67 – Tigelas hemisféricas / Coupes hémisphériques: AZ100-239 (Ø12,5cm), AZ100-242 (Ø21,5cm), AZ100-261 (Ø34cm), AZ100-269 (Ø28,5cm), AZ100-310 (Ø26,5cm). Tigela cónica / Coupe tronco-nique: AZ100-240 (Ø30cm). Tigela / Coupe: AZ100-258.

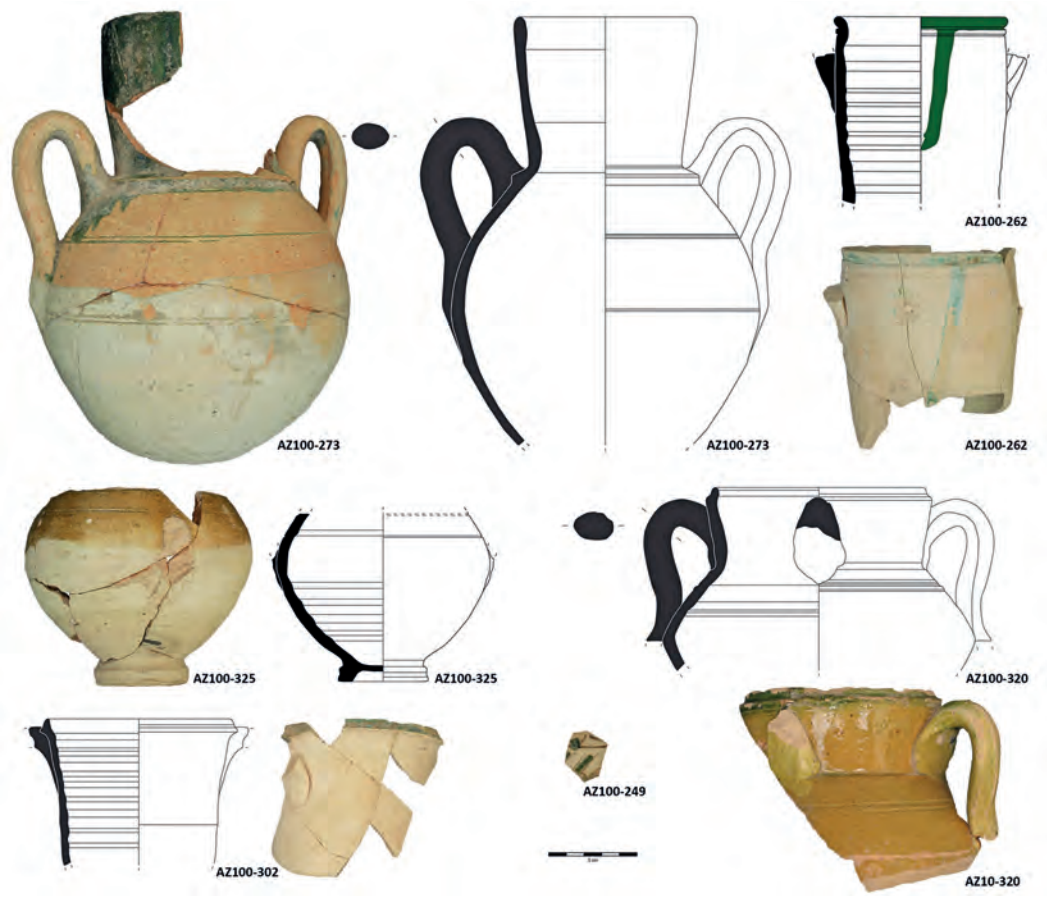


Fig. 68 – Jarras / Jarres: AZ100-273 (Ø8,5cm), AZ100-325 (Ø5cm), AZ100-320 (Ø12cm). Cântaros / Cruches: AZ100-262 (Ø8cm), AZ100-302 (Ø10,5cm). Pequena jarra / Petite jarre: AZ100-249.

Fig. 70 – Redoma: AZ100-248. Tigela / Coupe: AZ100-247.

permitiu reconhecer cerâmicas com diversas proveniências, embora por vezes os dados sejam escassos e as classificações não mais que hipóteses.
Em primeiro lugar, identificaram-se cerâmicas produzidas nas imediações da área intervencionada, correspondentes seguramente aos subgrupos A e H. Foram reconhecidos inúmeros exemplares deformados ou com outras imperfeições de muitas das suas formas, tanto em biscoito como vidradas, o que mostra que são refugo de uma actividade oleira existente nas proximidades. Esta realidade está igualmente documentada pela recolha nestas sondagens de utensílios de forno, como trempes triangulares e circulares, ou pedaços de argila cozida. Destaque-se ainda a semelhança destas cerâmicas com as que foram recolhidas no interior de um forno oleiro que se situava nas proximidades e hoje desaparecido, reconhecido por um de nós no âmbito de um trabalho de prospecção anterior[191]; estes permaneciam inéditos, razão pela qual os reproduzimos aqui (fig. 71).
As peças fabricadas neste local de Azamor têm cores claras, entre o bege e o amarelo, ou um pouco mais escuras, entre o bege e o laranja. Segundo os resultados laboratoriais, independentemente destas variações, estas pastas são idênticas; caracterizam-se por serem calcárias e as suas inclusões mais visíveis e comuns serem os elementos de calcite e quartzo, tendo sido cozidas a temperaturas superiores a

191. Abdallah Fili e Azzeddine Karra, «Evolution urbaine…» cit.

Fig. 69 – Panela / Marmite: AZ100-229. Caçoila / Casserole: AZ100-263 (Ø28 cm).

de la fin du XIII[e] et du début du XIV[e] siècle fabriquée dans la région de la Ligurie et de la Toscane[190], hypothèse que nous proposons avec de grands doutes.

5.4. Poterie et habitat : vestiges céramiques

La recherche sur les céramiques découvertes dans les sondages 100 et 101, à côté de la muraille en pisé dans la zone sud de la médina actuelle, indique leurs différentes origines, même si parfois les données sont rares et les classifications ne sont que des hypothèses. Un premier groupe correspond à des céramiques produites à proximité de la zone fouillée. Les sous-groupes A et H s'intègrent sûrement dans cet ensemble. De nombreux tessons déformés ou avec d'autres imperfections de plusieurs formes ont été reconnus, soit en biscuit, soit glaçurés, ce qui montre qu'ils sont des déchets d'une activité de poterie existante à proximité. Cette réalité est également documentée par la collecte dans ces sondages d'ustensiles de four de potier, tels que les pernettes, triangulaires et circulaires, ou les morceaux d'argile cuite. Il faut aussi noter la similitude de ces formes céramiques avec celles qui ont été trouvées à l'intérieur d'un four de potier situé à proximité et aujourd'hui disparu, reconnu par l'un de nous pendant un travail de prospection antérieur[191] ; ces matériaux sont restés inédits, ce qui nous a conduit à les reproduire ici (fig. 71).
Les céramiques fabriquées dans ce lieu d'Azemmour ont des couleurs claires, entre le beige et le jaune, ou un peu plus foncé, entre le beige et l'orange. D'après les résultats du laboratoire, quelles que soient ces variations, ces pâtes sont identiques ; elles sont calcaires et leurs inclusions les plus visibles et les plus courantes sont les éléments de calcite et de

190. Luigi Di Cosmo, Federico Marazzi et Silvia Santorelli, « Rupe Canina (S. Angelo di Alife – CE) : dal villagio incastellato alla roca signorile ? Primi dari per una valutazione archeologica », *Archeologia Medievale*, XXXIII, 2006, p. 368 ; Gaetana Liuzzi, « La ceramica da Monte Santa Croce », *in* Caelo Ebanista et Marcello Rotili (éd.), *Territorio, Insediamenti e Necropoli fra Tarda Antichità e Alto Medioevo*, Napoli, Rogiosi Editore, 2016, pp. 618-620 ; Nicola Busino et Gaetana Liuzzi, « La ceramica da Monte Santa Croce (Piana di Monte Verna, CE) : indicatori cronologici e sociali di un complesso religioso di area campana », *in* Margherita Ferri, Cecilia Moine et Lara Sabbionesi (éd.), *In&Around. Ceramiche e comunità. Secondo convegno temático dell'AIECM3*, Florence, All'Insegna del Giglio, 2016, p. 178.

191. Abdallah Fili et Azzeddine Karra, « Évolution urbaine… » cit.

800º[192]. Os objectos foram realizados a torno, sendo a grande maioria utilizada à mesa, ou em menor número na conservação e transportes de alimentos, incluindo tigelas (cónicas e hemisféricas), pratos, pequenos jarros, jarras e cântaros, além de alcatruzes e candeias. Destacam-se as peças com vidrado verde ou vidrado amarelo/melado e verde na mesma peça, uma conjugação cromática pouco comum noutros contextos arqueológicos coevos, mas que ainda assim ocorre, por exemplo no *vertedero* de Cártama (Málaga), datado entre o terceiro quartel do século XIII e o primeiro da centúria seguinte[193]. De um modo geral, todas estas cerâmicas carecem de paralelos, devido à escassez de escavações arqueológicas sistemáticas para o período medieval nesta região marroquina. Por esta razão, apoiamo-nos em semelhanças meramente formais, acima referidos, que apenas nos permitem apontar uma cronologia aproximada. Assim, notam-se semelhanças de muitos modelos locais com peças de arqueossítios merínidas, sobretudo do século XIV, embora por vezes mantendo tradições estéticas e tecnológicas almóadas. A concentração de comparações com sítios da orla mediterrânea ou do Garbe resulta essencialmente da maior actividade arqueológica nesta região para esta época. No actual estado dos nossos conhecimentos é impossível avaliar a dimensão e alcance desta produção oleira de Azamor. Situando-se numa zona periférica da cidade almóada e merínida, como habitual nos núcleos urbanos coevos, poderia servir apenas para seu auto-abastecimento, mas também exportar para outras localidades, a exemplo do que sucede noutras casos[194]. É assunto sobre o qual não temos, por ora, quaisquer dados. Registamos apenas a existência de uma tradição oleira nesta cidade, patente em dados arqueológicos e levantamentos etnográficos, ambos pontuais. No que toca à arqueologia, detectámos contextos bem preservados com cerâmicas dos séculos XVII e XVIII noutras escavações da medina de Azamor, que nos permitiram apresentar uma pri-

192. Rute Correia Chaves, Augusta Lima, João Coroado, André Teixeira, Márcia Vilarigues, Nuno Leal, Azzeddine Karra e António M. Monge Soares, «Medieval and early modern…» cit., pp. 1157--1159. Um testemunho etnográfico de meados do século XX refere que os oleiros ainda activos reconheciam aqui [«os veios de argila amarela que aparecem nas abóbadas das cavidades a delimitar placas de barro vermelho»], o que mostra a existência de argilas com tonalidades diversas. Ver Nicole A. Martinez, «Notes sur la poterie et les potiers d'Azemmour», *Journal de la Société des Africanistes*, tome 35, fascicule 2, 1965, p. 253.

193. Francisco Melero García, «La cerámica de época…» cit., pp. 163-164.

194. Abdallah Fili, «La céramique médiévale du Maroc…» cit., p. 240.

quartz, ayant été cuites à des températures supérieures à 800º[192]. Les objets ont été fabriqués au tour, la grande majorité étant utilisée à table, ou en moindre quantité dans la conservation et le transport des aliments, y compris des coupes coniques et hémisphériques, des plats, des petites jarres, des jarres et des cruches, en plus des godets de noria et des lampes à huile. On détache les céramiques glaçurées en vert ou jaune/miel et vert, ces dernières constituant une combinaison chromatique inhabituelle dans d'autres contextes archéologiques de la même époque, mais présente dans quelques endroits, comme le *vertedero* de Cártama (Malaga), daté entre le troisième quart du XIII[e] et le premier quart du XIV[e] siècle[193]. En général, toutes ces céramiques manquent de parallèles, en raison de la rareté des fouilles archéologiques systématiques pour la période médiévale dans la région autour d'Azemmour. Pour cette raison, nous nous appuyons sur des similitudes purement formelles, mentionnées ci-dessus, qui ne permettent que d'indiquer une chronologie approximative. Ainsi, il existe des ressemblances de nombreux modèles locaux avec des pièces de sites archéologiques mérinides, en particulier du XIV[e] siècle, bien que parfois conservant des traditions esthétiques et technologiques almohades. Les nombreuses comparaisons avec des sites de la côte méditerranéenne ou du Gharb résultent essentiellement de la plus grande activité archéologique de cette région pour cette période.

Dans l'état actuel de nos connaissances, il est impossible d'évaluer l'extension et diffusion de cette production potière d'Azemmour. Située dans une zone périphérique de la ville almohade et mérinide, comme d'habitude dans les centres urbains de la même époque, elle pouvait servir seulement à son propre approvisionnement, mais elle pourrait aussi avoir été exportée vers d'autres endroits, comme c'est le cas d'autres productions[194]. C'est une question sur laquelle nous n'avons pas de données pour le moment. On remarque seulement l'existence d'une tradition potière dans cette ville, évidente par les données archéologiques et les enquêtes ethnographiques, toutes deux ponctuelles. Concernant l'archéo-

192. Rute Correia Chaves, Augusta Lima, João Coroado, André Teixeira, Márcia Vilarigues, Nuno Leal, Azzeddine Karra et António M. Monge Soares, « Medieval and early modern… » cit., pp. 1157--1159. Un témoin ethnographique du milieu du XX[e] siècle mentionne que les potiers encore actifs ici reconnaissaient « les veines de glaise jaune qui apparaissent sur les voûtes des cavités délimitent des plaques d'argile rouge », ce qui montre l'existence d'argiles aux couleurs différentes. Voir Nicole A. Martinez, « Notes sur la poterie et les potiers d'Azemmour », *Journal de la Société des Africanistes*, tome 35, fascicule 2, 1965, p. 253.

193. Francisco Melero García, « La cerámica de época… » cit., pp. 163-164.

194. Abdallah Fili, « La céramique médiévale du Maroc… » cit., p. 240.

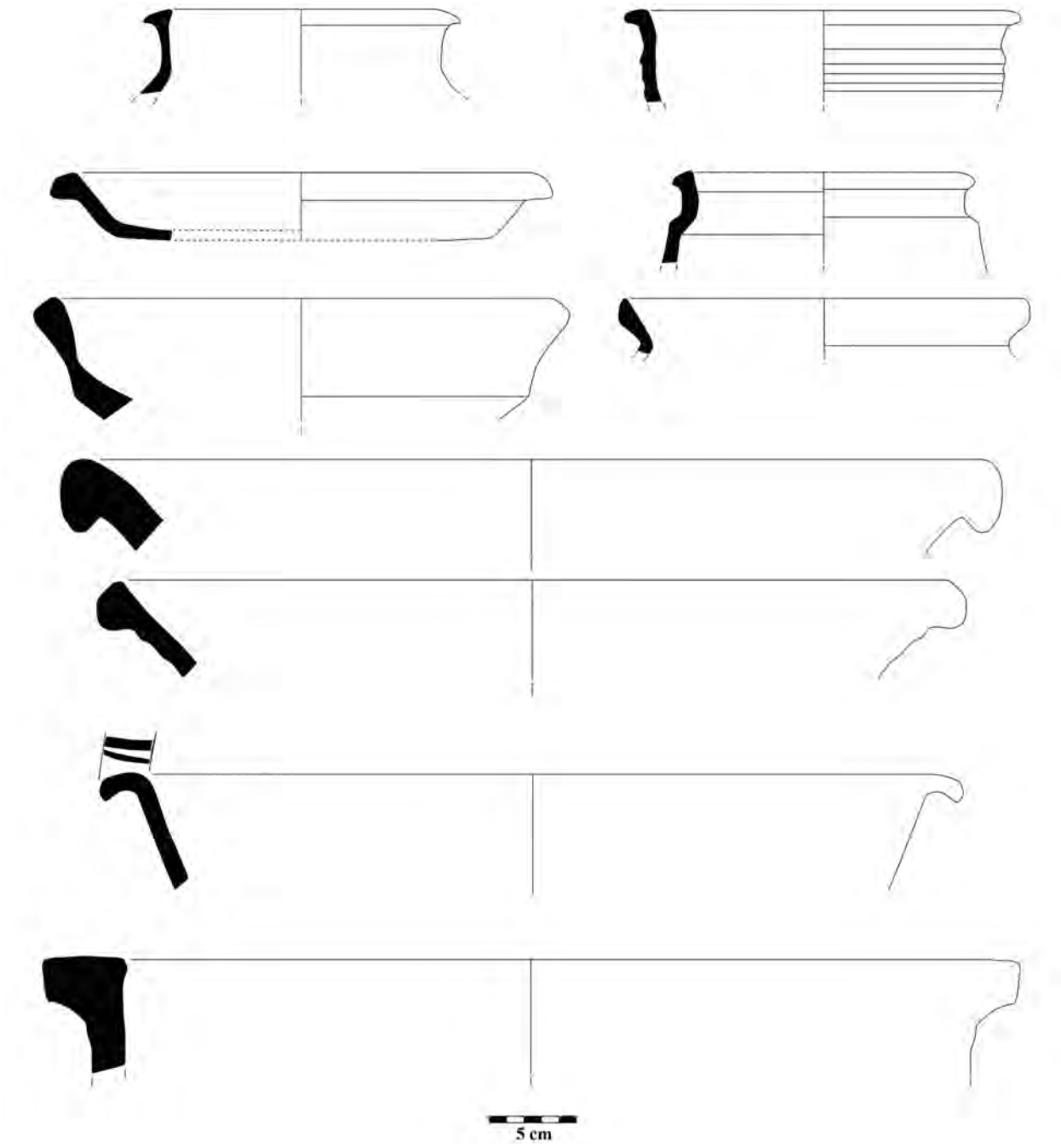


Fig. 71 – Cerâmicas recolhidas no interior de um forno oleiro situado nas proximidades da sondagem 100, durante trabalhos de Azzeddine Karra e Abdallah Fili. Céramiques qui ont été trouvées à l'intérieur d'un four de potier situé à proximité du sondage 100, pendant un travail d'Azzeddine Karra et Abdallah Fili.

meira tipologia para este período[195]. Análises químicas revelaram que estes materiais foram produzidos com argilas e seguindo técnicas de fabrico muito idênticas aos de época medieval que aqui apresentamos, não apenas estes subgrupos A e H, como também os subgrupos D, E, F e G, a que voltaremos adiante. Assim, independentemente do que sucedeu durante os decénios de domínio português no século XVI, a

195. André Teixeira, Azzeddine Karra e Patrícia Carvalho, «Le quotidien de la ville d'Azemmour à l'époque moderne: étude des contextes archéologiques», *Arqueologia Medieval*, n.º 13, 2016, pp. 176-189.

logie, nous avons détecté des contextes bien préservés avec des céramiques du XVII[e]-XVIII[e] siècle dans d'autres fouilles de la médina d'Azemmour, ce qui nous a permis de présenter une première typologie pour cette période[195]. Les analyses chimiques ont révélé que ces matériaux ont été produits avec des argiles et suivant des techniques de fabrication très proches de celles de l'époque médiévale que nous présentons ici, non seulement ces sous-groupes

195. André Teixeira, Azzeddine Karra et Patrícia Carvalho, « Le quotidien de la ville d'Azemmour à l'époque moderne : étude des contextes archéologiques », *Arqueologia Medieval*, nº 13, 2016, pp. 176-189.

actividade oleira foi seguramente retomada nesta cidade e região após a sua partida, em moldes muito idênticos aos do período medieval[196]. A etnografia mostra-nos que esta actividade perdurou já em época contemporânea, existindo em meados do século XIX 180 oleiros ou seus aprendizes, fabricando-se jarros, tijolos, telhas e, sobretudo, alcatruzes para noras[197]. Os barreiros situavam-se para montante, nas margens do rio Morbeia, na direcção da área que intervencionámos. A actividade caiu muito significativamente graças à industrialização, existindo em 1932 apenas 19 oleiros na cidade, caracterizados por fazerem pequenos tambores (*tarija*), usados em cerimónias religiosas. Ao longo do século XX a actividade extinguiu-se, mau grado a sua antiguidade, tradição e até carga mítica, derivada do facto de ter sido aqui fundada por Sidi Ouadoud, um dos mais importantes santos da cidade, ele próprio um oleiro[198].

Um segundo conjunto de cerâmicas corresponde aos subgrupos B e C, de objectos não-vidrados, de que não temos qualquer testemunho da sua produção em torno daquelas sondagens arqueológicas, dada a ausência de fragmentos deformados *in situ*. Em todo o caso, algumas das suas características levam-nos a ponderar o seu fabrico em Azamor, ou pelo menos nas regiões circunvizinhas, classificando-os como produções locais ou regionais. Verificam-se também semelhanças com os referidos objectos recolhidos por um de nós no interior de um forno oleiro nas proximidades, resultando de prospecção anterior (fig. 71). Assim, os objectos do subgrupo B apresentam visualmente muitas similitudes com os do subgrupo A, nomeadamente ao nível do seu fabrico, embora as formas sejam mais grosseiras, com maior incorporação desengordurantes nas pastas, incluindo grandes recipientes, como alguidares, bacias e tigelas. O subgrupo C tem características similares, incluindo também formas como alguidares e tigelas, mas distingue-se porque o cerne e, sobretudo, a superfície das pastas são mais escuras, surgindo muitos exemplares brunidos. Não é clara a origem desta produção. No que toca aos subgrupos D, E, F e G estamos face a uma realidade distinta. Tratam-se de peças de confecção alimentar ao fogo, montadas à torneta, usando pastas com muitos desengordurantes, remetendo para outro contexto de produção. De facto, em termos gerais, é clara a divisão da cerâmica tradicional marroquina em dois grupos: as cerâmicas

196. Rute Correia Chaves, Augusta Lima, João Coroado, André Teixeira, Márcia Vilarigues, Nuno Leal, Azzeddine Karra e António M. Monge Soares, «Medieval and early modern…» cit., pp. 1160-1161.

197. *Villes et Tribus…* cit., vol. XI, tomo II, pp. 38-41.

198. Nicole A. Martinez, «Notes sur la poterie…» cit., pp. 251-256.

A et H, mais aussi les sous-groupes D, E, F et G, sur lesquels nous reviendrons plus tard. Ainsi, indépendamment de ce qui s'est passé pendant les décennies de domination portugaise au XVI[e] siècle, l'activité de la poterie dans cette ville et région a été certainement repris après son départ de manière très similaire à celle de la période médiévale[196]. L'ethnographie nous montre que cette activité a perduré à l'époque contemporaine. Au milieu du XIX[e] siècle il y avait 180 potiers ou leurs apprentis, fabriquant des jarres, des briques, des tuiles et surtout des godets de noria[197]. Les blocs de boue étaient situés en amont sur les rives de l'oued Oum er-Rbia, en direction de la zone où nous avons fait les sondages archéologiques. L'activité a diminué très significativement grâce à l'industrialisation ; en 1932 il n'y avait que 19 potiers dans la ville, caractérisés par la fabrication de petits tambourins (*tarija*), utilisés dans les cérémonies religieuses. Au cours du XX[e] siècle, l'activité s'est éteinte, malgré son antiquité, sa tradition et même sa charge mythique, dérivée du fait qu'elle a été fondée ici par Sidi Ouadoud, l'un des saints les plus importants de la ville, lui-même un potier[198].

Un deuxième ensemble céramique correspond aux sous-groupes B et C, d'objets non-glaçurés. Nous n'avons aucun témoignage de leur production autour des sondages archéologiques, compte tenu de l'absence de fragments déformés *in situ*. En tout cas, certaines de ses caractéristiques nous amènent à envisager sa fabrication à Azemmour, ou du moins dans les régions environnantes. On remarque également leurs similitudes avec les objets collectés par l'un de nous dans le four de potier situé à proximité, mentionné ci-dessus, résultant de prospections antérieures (fig. 71). Ainsi, les objets du sous-groupe B présentent visuellement de nombreuses similitudes avec ceux du sous-groupe A, notamment en termes de fabrication, bien que les formes soient plus grossières, avec une plus grande incorporation de dégraissants dans les pâtes, y compris les grands récipients, tels que les bassins, les bassines et les coupes. Le sous-groupe C a des caractéristiques similaires, y compris des formes telles que les bassins et les coupes ; il se distingue parce que le noyau et, surtout, les surfaces des pâtes sont plus foncées, s'observant de nombreux tessons avec brunissage. L'origine de cette production n'est pas claire.

Les sous-groupes D, E, F et G, quant à eux, correspondent à une réalité différente. Il s'agit d'objets de confection d'aliments au feu, montés à la tournette et fabriqués avec des pâtes ayant de nombreux

196. Rute Correia Chaves, Augusta Lima, João Coroado, André Teixeira, Márcia Vilarigues, Nuno Leal, Azzeddine Karra et António M. Monge Soares, « Medieval and early modern… » cit., pp. 1160-1161.

197. *Villes et Tribus…* cit., vol. XI, tome II, pp. 38-41.

198. Nicole A. Martinez, « Notes sur la poterie… » cit., pp. 251-256.

não-culinárias, que utilizam pastas calcárias claras, são montadas a torno por mão masculina e são cozidas a temperaturas elevadas em fornos com alguma dimensão e complexidade construtiva, em grandes áreas de produção de carácter urbano; e as cerâmicas de ir ao fogo, que empregam argilas não-calcárias com muitos desengordurantes, são montadas a torneta ou manualmente e são cozidas a menores temperaturas, comummente em soenga, no quadro de unidades de produção domésticas espalhadas em áreas rurais, com forte presença do trabalho feminino. As primeiras são particularmente habituais nas planícies costeiras do noroeste marroquino, ao passo que as segundas abundam na região do Rif. A qualidade destas últimas para resistir ao contacto directo com o fogo é indiscutível, constituindo-se como uma boa opção ante a carência de argilas adequadas a este tipo de recipientes, como sucede em vastas áreas do país[199]. Esta mesma dualidade está comprovada para alguns sítios arqueológicos merínidas, relacionando-se com questões tecnológicas (como a disponibilidade de argilas) e com aquele [«quadro socioeconómico da produção»][200]. Por exemplo, em Fez regista-se no século XIV abundante presença de cerâmica não-culinária de pasta clara feita a torno nas olarias da cidade, a par de objectos de cozinha de produção manual e tradição berbere, provavelmente fabricadas nos espaços rurais circunvizinhos[201]. No século XVI, a par da exuberância das produções não-culinárias de Fez, que faziam uso da argila calcária disponível localmente, afluíam à cidade cerâmicas proveniente de um entorno rural até 50km de distância[202].

Enfim, julgamos que estes subgrupos D, E, F e G das cerâmicas de Azamor se relacionam com esta dimensão técnica e socioeconómica da cerâmica de cozinha: se a área oleira que existia na zona onde escavámos produzia peças não-culinárias com pastas calcárias, outras zonas circunvizinhas abasteceriam a cidade de contentores de fogo, correspondendo eventualmente estes quatro subgrupos a unidades de produção distintas. A sua localização é, contudo, impossível

199. Maurice Picon, «Pour une relecture de la céramique marocaine: caractéristiques des argiles et des produits, techniques de fabrication, facteurs économiques et sociaux», *in* André Bazzana e Marie-Christine Delaigue (ed.), *Ethno-archéologie Méditerranéenne*, Madrid, Casa Velázquez, 1995, pp. 141-158; Maurice Picon e Rahma El Hraiki, «Cuissons et structures de cuissons des céramiques au Maroc, entre ethnographie et l'archéologie», *in Actas das 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*, Porto, Câmara Municipal de Tondela, 2003, pp. 358-366.

200. Abdallah Fili, «La céramique médiévale du Maroc…» cit., pp. 237-238.

201. Abdallah Fili, «La céramique de la madrasa mérinide al-Bu'inãniyya de Fès», *in Cerámica Nazarí y Mariní*… cit., p. 262.

202. Abdallah Fili, «La céramique de tradition amazighe», *Asinag*, 6, 2011, p. 24.

dégraissants, qui doivent être intégrés dans un autre contexte de production. En fait, en termes généraux, il existe une division claire de la céramique marocaine traditionnelle en deux groupes : les céramiques non culinaires, qui utilisent des pâtes calcaires claires, sont faites au tour par des hommes et cuites à hautes températures dans des fours d'une certaine taille et complexité, dans des grandes ateliers urbains ; et les céramiques culinaires, qui utilisent des argiles non calcaires avec de nombreux dégraissants, sont modelées ou fabriquées à la tournette et sont cuites à des températures plus basses, généralement en cuissons vive à l'aire, dans le cadre de petites ateliers domestiques réparties en milieu rural, avec un forte présence du travail féminin. Les premiers sont particulièrement répandus dans les plaines côtières du nord-ouest marocain, tandis que les seconds abondent dans la région du Rif. La qualité de ces derniers pour résister au contact direct avec le feu est incontestable, constituant une bonne option vu le manque d'argiles adaptées à ce type de contenants, comme c'est le cas dans de vastes régions du pays[199]. Cette dualité est observable dans certains sites archéologiques mérinides, liée à des enjeux technologiques (comme la disponibilité des argiles) et au « cadre socio-économique de la production »[200]. Par exemple, au XIVe siècle, il avait à Fès une présence abondante de céramiques non culinaires de pâtes claires fabriquées au tour dans les ateliers de la ville, ainsi que des objets de cuisine modelés de tradition berbère, probablement fabriqués dans la campagne environnante[201]. Au XVIe siècle, en plus de la profusion des productions non culinaires de Fès, qui utilisaient l'argile calcaire disponible localement, coulaient ici les céramiques d'un milieu rural jusqu'à 50 km[202].

Enfin, nous pensons que ces sous-groupes D, E, F et G de la céramique d'Azemmour sont liés à cette dimension technique et socio-économique de la céramique de cuisine : si la zone de poterie qui existait dans les environs des sondages archéologiques produisait des pièces non culinaires avec des pâtes calcaires, d'autres aux alentours fournissaient à la ville des contenants

199. Maurice Picon, « Pour une relecture de la céramique marocaine : caractéristiques des argiles et des produits, techniques de fabrication, facteurs économiques et sociaux », *in* André Bazzana et Marie-Christine Delaigue (éd.), *Ethno-archéologie Méditerranéenne*, Madrid, Casa Velázquez, 1995, pp. 141-158 ; Maurice Picon et Rahma El Hraiki, « Cuissons et structures de cuissons des céramiques au Maroc, entre ethnographie et l'archéologie », *in Actas das 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval : Métodos e Resultados para o seu Estudo*, Porto, Câmara Municipal de Tondela, 2003, pp. 358-366.

200. Abdallah Fili, « La céramique médiévale du Maroc… » cit., pp. 237-238.

201. Abdallah Fili, « La céramique de la madrasa mérinide al-Bu'inãniyya de Fès », *in Cerámica Nazarí y Mariní*… cit., p. 262.

202. Abdallah Fili, « La céramique de tradition amazighe », *Asinag*, 6, 2011, p. 24.

de determinar, sendo possível que tal se fizesse nas imediações de Azamor, como também em espaços rurais mais longínquos. Trabalhos etnográficos revelaram a existência de zonas de produção cerâmica em torno da cidade, parte delas certamente de tradição mais antiga[203]. Assim, a 40km a Este-Sudoeste de Azamor, perto da cidade de Settat, encontravam-se as olarias de Oulad Abbou, fabricando peças decoradas com punções em montes de cinzas. Na localidade de Sebt des Oulad Hassine, a 30km a Sudoeste de Azamor, existiam fornos em forma de poço onde se fabricavam cerâmicas sem decoração. O mesmo tipo de cerâmica era produzido em diversas localidades em torno de Had des Oulad Frej, a pouco menos de 40km a Su-sudeste da cidade, em estruturas de combustão escavadas no solo. Mais longe, a 80km a Su-sudoeste de Azamor, foram detectadas zonas de produção oleira entre Khemis des Zemamra, Tnine Rharbia e El Agagcha, com a presença de diferentes tipos de estruturas destinados à sua cozedura, dando origem a diversos tipos de cerâmicas. Era junto a esta última área que se implantava a referida cidade de Almedina, fundada pelo califa Abu Inane em meados do século XIV.

Em qualquer dos casos, estas formas cerâmicas dos subgrupos D, E, F e G de Azamor nada têm a ver com aquelas encontradas em contextos arqueológicos deste período no norte de Marrocos com este propósito culinário, nomeadamente as produções manuais[204]. Estas peças de Azamor têm especificidades ao nível técnico e formal certamente resultado de uma produção local ou regional. Na verdade, os únicos paralelos que encontramos para esses utensílios de confecção alimentar são os fragmentos descobertos durante as nossas escavações no Castelo do Mar de Safim, quase 140km a Sudoeste[205]. De referir também a sua semelhança formal e tecnológica com objectos de cozinha dos séculos XVII-XVIII de Azamor, que detectámos noutras escavações arqueológicas[206], facto comprovado através de análises químicas[207], mostrando também neste subgrupo grande

203. Rudiger Vossen e Wilhelm Ebert, *Marokkanische Topferei: Topferorte u. Zentren e. Landesaufnahme 1980 / Poterie Marocaine: Localités de Potiers et Centres de Poterie*, Bona, Habelt, 1986, pp. 214-232.

204. Abdallah Fili, «La céramique culinaire de Fès à l'époque mérinide», *in* Juan Zozaya, Manuel Retuerce, Miguel Ángel Hervás e Antonio de Juan (eds.), *Actas del VIII Congreso*... cit., pp. 515-521.

205. Ainda inéditas.

206. André Teixeira, Azzeddine Karra e Patrícia Carvalho, «Le quotidien de la ville d'Azemmour à l'époque moderne: étude des contextes archéologiques», *Arqueologia Medieval*, n.º 13, 2016, pp. 176-189.

207. Rute Correia Chaves, Augusta Lima, João Coroado, André Teixeira, Márcia Vilarigues, Nuno Leal, Azzeddine Karra e António M. Monge Soares, «Medieval and early modern...» cit., pp. 1160-1161.

allant au feu, ces quatre sous-groupes correspondant peut-être à différents ateliers de production. L'emplacement de cette zone de poterie est cependant impossible à déterminer, car cela pourrait être à proximité d'Azemmour, ainsi que dans des espaces ruraux plus éloignés. Des travaux ethnographiques ont révélé l'existence de zones de production de céramique autour de la ville, dont une partie certainement de tradition plus ancienne[203]. Ainsi, à 40km à l'est-sud-ouest, à proximité de la ville de Settat, se trouvaient les poteries d'Oulad Abbou, fabriquant des pièces ornées de crevaisons en tas de cendres. Dans la ville de Sebt des Oulad Hassine, à 30km au sud-ouest, il y avait des fours en forme de puits où la poterie sans décoration était fabriquée. Le même type a été produit en plusieurs endroits autour de Had des Oulad Frej, un peu moins de 40 km au sud-est d'Azemmour, dans des structures de cuisson creusées dans le sol. Plus loin, à 80 km au sud-ouest de la ville, des zones de production de poterie ont été détectées entre Khemis des Zemamra, Tnine Rharbia et El Agagcha, avec la présence de différents types de structures destinées à la cuisson, donnant lieu à différents types de céramiques. C'est à côté de cette dernière zone qu'a été établie la ville d'El-Mdina, mentionnée au-dessus, fondée par le calife Abu Inan au milieu du XIV[e] siècle.

En tous cas, ces formes céramiques des sous-groupes D, E, F et G d'Azemmour n'ont rien à voir avec celles qui ont été trouvées dans des contextes archéologiques de cette époque au nord du Maroc avec cette fonction culinaire, notamment les exemplaires modelés[204]. Ces céramiques d'Azemmour ont des spécificités au niveau technique et des formes, surement résultat d'une production locale ou régionale. En effet, les seuls parallèles que l'on trouve pour ces ustensiles d'usage culinaire sont les tessons découverts pendant nos fouilles au château de mer de Safi, environ 140km à Sud-ouest[205]. Il faut aussi mentionner leur similitude formelle et technologique avec les objets de cuisine du XVII[e]-XVIII[e] siècles d'Azemmour, que nous avons détectés dans d'autres fouilles archéologiques ici[206], une observation confirmée par des analyses chimiques[207], montrant également dans

203. Rudiger Vossen et Wilhelm Ebert, *Marokkanische Topferei : Topferorte u. Zentren e. Landesaufnahme 1980 / Poterie Marocaine : Localités de Potiers et Centres de Poterie*, Bonne, Habelt, 1986, pp. 214-232.

204. Abdallah Fili, « La céramique culinaire de Fès à l'époque mérinide », *in* Juan Zozaya, Manuel Retuerce, Miguel Ángel Hervás et Antonio de Juan (éd.), *Actas del VIII Congreso*... cit., pp. 515-521.

205. Encore inédits.

206. André Teixeira, Azzeddine Karra et Patrícia Carvalho, « Le quotidien de la ville d'Azemmour... » cit., pp. 176-189.

207. Rute Correia Chaves, Augusta Lima, João Coroado, André Teixeira, Márcia Vilarigues, Nuno Leal, Azzeddine Karra et António M. Monge Soares, « Medieval and early modern... » cit., pp. 1160-1161.

continuidade da produção cerâmica entre as épocas medieval e moderna.

Questões diferentes são levantadas pelo subgrupo J, que inclui também cerâmica de cozinha, mas neste caso vidrada. Retomando novamente o caso de Fez em época merínida, deve referir-se que, além dos dois grupos acima referidos – um de cerâmica não-culinária feita a torno e outro de cerâmica culinária manual –, se distinguiu um terceiro conjunto, também de recipientes de fogo, mas fabricados a torno, revestidos internamente com vidrado laranja a castanho; a sua origem é incerta, mas documenta-se em numerosos sítios junto ao Estreito de Gibraltar e à costa mediterrânea de Marrocos, calculando-se que daí tenha rumado à capital merínida[208]. Estão efectivamente documentadas áreas oleiras nestas regiões, produzindo cerâmica não-culinária e culinária vidrada, que parecem ter alcançado ampla difusão[209], destacando-se claramente neste processo a cidade de Ceuta[210]. No caso de Azamor, os paralelos deste subgrupo apontam para a zona do Estreito ou até do Garbe, nomeadamente Ceuta, Belyounesh e a ocupação medieval de Kouass.

Nestes sítios, noutros destas mesmas regiões e no extremo sul da Península Ibérica sob mando merínida encontram-se também paralelos formais para as peças do subgrupo I de Azamor, abrangendo objectos vidrados pertencentes ao serviço de mesa, como tigelas e pequenos jarros, além de candeias. Contudo, deve admitir-se que, neste caso, as características técnicas, sobretudo ao nível da pasta, divergem face às conhecidas produções norte-magrebinas, pelo que podemos estar face a outro centro produtor que ainda não conhecemos. Somos aliás cautelosos na atribuição de uma origem forânea a todos estes objectos do subgrupo I, pelas semelhanças de alguns fragmentos com fabricos comprovadamente de Azamor, bem como a existência de exemplares que comprovam a tentativa de mimetização de uma produção de vidra-

ce sous-groupe une grande continuité de la production céramique entre les temps médiéval et moderne.

Différentes questions sont soulevées par le sous-groupe J, qui comprend également la céramique de cuisine, mais dans ce cas glaçurée. Reprenant le cas de Fès à l'époque mérinide, il faut noter qu'en plus des deux groupes mentionnés ci-dessus – l'un des céramiques non culinaires tournées et l'autre des céramiques culinaires modelées –, un troisième ensemble a été aussi considéré, également de contenants allant au feu, mais fabriqués au tour, revêtus intérieurement de glaçure orange à brune ; son origine est incertaine, mais il est documenté dans de nombreux endroits du détroit de Gibraltar et sur la côte méditerranéenne du Maroc, d'où il pourrait avoir été transporté à la capitale mérinide[208]. En fait, des ateliers de poterie ont été documentés dans ces régions, produisant des céramiques non culinaires et culinaires glaçurées, qui semblent avoir atteint une large diffusion[209] ; la ville de Ceuta se démarque dans ce processus[210]. Dans le cas d'Azemmour, les parallèles de ce sous-groupe pointent vers le détroit ou même le Gharb, à savoir Ceuta, Belyounesh et les contextes médiévaux de Kouass. Dans ces mêmes endroits, dans d'autres de ces mêmes régions et de la partie sud de la péninsule Ibérique sous pouvoir mérinide, on remarque également des parallèles formels aux céramiques du sous-groupe I d'Azemmour, comprenant des objets glaçurés qui appartiennent au service de table, tels que des coupes et des petites jarres, en plus des lampes à huile. Cependant, il faut admettre que, dans ce cas, les caractéristiques techniques, notamment les pâtes, sont différentes de celles des productions connues du nord du Maghreb ; il faut donc accepter qu'elles découlent d'un autre centre de production que nous ne connaissons pas encore. Nous sommes d'ailleurs prudents dans l'attribution d'une origine exogène à tous ces objets du sous-groupe I, en raison des similitudes de certains fragments avec ceux des ateliers éprouvés d'Azemmour, ainsi que de l'existence d'objets qui semble copier les productions glaçurées

208. Abdallah Fili, «La céramique de la madrasa…» cit., pp. 262-263.

209. Abdallah Fili, «La céramique médiévale du Maroc…» cit., p. 240.

210. Veja-se o trabalho sobre Ceuta de José Manuel Hita Ruiz e Fernando Villada Paredes, «Una aproximación al estudio…», pp. 297-302, além do recente de Fernando Villada Paredes, André Teixeira, Joana Bento Torres, André Bargão, Cristóvão Fonseca e Gonçalo C. Lopes, «Um complexo oleiro na Ceuta merínida…» cit. Sobre as demais localidades mediterrâneas norte-africanas veja-se André Bazzana, Micheline de Cardenal-Breton, Patrice Cressier e Abd el-Aziz Touri, «Un four de potier dans le Nord du Maroc», *in Fours de potiers et «testares» médiévaux en Mediterranée occidentale*, Madrid, Casa de Velázquez, 1990, pp. 93-105, e André Bazzana e Yves Montmessin, «Quelques aspects…» cit., pp. 241-247, a par da síntese feita por Abdallah Fili, «Le facies céramologique du nord du Maroc durant le XIVe siècle», *in* André Teixeira (ed.), *Entre les deux rives du Détroit de Gibraltar*… cit., pp. 335-345.

208. Abdallah Fili, « La céramique de la madrasa… » cit., pp. 262-263.

209. Abdallah Fili, « La céramique médiévale du Maroc… » cit., p. 240.

210. Voir l'étude sur Ceuta de José Manuel Hita Ruiz et Fernando Villada Paredes, « Una aproximación al estudio… », pp. 297-302, en plus du récent Fernando Villada Paredes, André Teixeira, Joana Bento Torres, André Bargão, Cristóvão Fonseca et Gonçalo C. Lopes, « Um complexo oleiro na Ceuta merínida… » cit. Concernant les autres endroits méditerranéens nord-africaines voir André Bazzana, Micheline de Cardenal-Breton, Patrice Cressier et Abd el-Aziz Touri, « Un four de potier dans le Nord du Maroc », *in Fours de potiers et «testares» médiévaux en Mediterranée occidentale*, Madrid, Casa de Velázquez, 1990, pp. 93-105, et André Bazzana et Yves Montmessin, « Quelques aspects… » cit., pp. 241-247, a par la synthèse faite par Abdallah Fili, « Le facies céramologique du nord du Maroc durant le XIVe siècle », *in* André Teixeira (éd.), *Entre les deux rives du Détroit de Gibraltar*… cit., pp. 335-345.

dos locais. Para esclarecê-lo seriam necessárias mais análises e um estudo arqueológico mais aturado nesta cidade.

Por fim, o subgrupo K envolve escassos objectos esmaltados de mesa correspondentes a produções nasridas do século XIV, que acabam por ser um dos mais importantes elementos de atribuição cronológica. Mais hipotética é a classificação italiana da peça do subgrupo L. A presença das primeiras está largamente testemunhada em várias localidades norte-africanas, sendo muito menos clara relativamente às segundas, não obstante a intensidade do comércio destas regiões itálicas com o Magrebe, como se assinalou inicialmente.

Uma reflexão final é necessária sobre as diferenças de registo cerâmico nos dois contextos estratigráficos identificados. De um modo geral, parece haver alguma alteração no padrão tipológico entre a C1 e as C2-C6. Em relação à cerâmica vidrada plumbífera há um aumento da cerâmica dita culinária, muito pouco representada nos contextos mais antigos. Também a cerâmica vidrada a melado ou a melado/castanho é inexistente nas C2-C6, em contraponto com os exemplares na C1. Do mesmo modo, as formas vidradas alteram-se no estrato mais recente, surgindo alguidares, candeias e tigelas cónicas, praticamente inexistentes nas C2-C6, mas diminuindo significativamente o número de pequenos jarros e jarras. Na C1 há também um número muito superior de cerâmicas vidradas importadas, o que contrasta radicalmente com a sua ténue presença nos estratos C2-C6. Relativamente à cerâmica não-vidrada, observa-se também muito maior diversidade no nível superior, tanto no que reporta aos contentores de fogo feitos à torneta, como às demais formas. As cerâmicas de ir ao lume são mais escassas nas C2-C6, ao contrário do que sucede na C1.

Como referimos inicialmente, tudo leva a crer que os níveis mais antigos correspondam a uma área de despejo de olaria, com um grande peso da cerâmica não-culinária produzida nas imediações, embora tendo vestígios da diversidade habitual dos contextos domésticos. Os níveis mais recentes possuem claramente esta multiplicidade de objectos correspondente a uma zona de habitat, sendo ao contrário residual o número de peças deformadas. Os dados apurados permitem-nos datar os estratos C2-C6 entre os finais do século XIII e a primeira metade do século XIV. Já o facto do estrato C1 ser constituído por uma grande maioria de cerâmicas enquadráveis no século XIV e muito poucos fragmentos no século XV, faz-nos apontar para que o processo de deposição tenha ocorrido nesta viragem de século, o que é compatível com o processo de abandono desta área

locales. Pour clarifier cela, une analyse plus approfondie et une étude archéologique plus élargie dans cette ville seraient nécessaires.

Enfin, le sous-groupe K comprend peu d'objets de table émaillés, correspondant aux productions nasrides du XIV^{e} siècle. Elles sont pourtant l'un des éléments les plus importants de l'attribution chronologique. Plus hypothétique est la classification italienne du tesson du sous-groupe L. La présence des premières est largement constatée dans plusieurs sites d'Afrique du Nord, tandis que les deuxièmes sont beaucoup moins claire, malgré l'importance du commerce de ces régions italiques avec le Maghreb, comme noté initialement.

Une dernière réflexion s'impose sur les différences de registre céramique dans les deux contextes stratigraphiques identifiés. En général, il semble y avoir un certain changement dans le schéma typologique entre la C1 et les C2-C6. Concernant les céramiques glaçurées plombifères, on note une augmentation des céramiques dites culinaires, très peu représentées dans les contextes plus anciens. De plus, la céramique glaçurée en miel/marron est absente dans les C2-C6, contrairement à ce qui se passe dans la C1. De même, les formes glaçurées changent dans la couche la plus récente, avec l'apparition des bassins, des lampes à huile et des coupes coniques, presque inexistantes dans les C2-C6, mais le nombre de petites jarres et de jarres se réduisant considérablement. En C1 il y a aussi un nombre beaucoup plus élevé de céramiques glaçurées importées, ce qui contraste fortement avec leur peu de présence dans les C2-C6. En ce qui concerne les céramiques non-glaçurées, la diversité est également beaucoup plus grande dans les niveaux supérieurs, soit les formes culinaires faites à la tournette, soit les autres formes. Les céramiques de feu sont plus rares en C2-C6, contrairement à ce qui se passe en C1.

Comme nous l'avons mentionné au début, tout suggère que les niveaux les plus anciens se rapportent à une zone de déchet de la poterie, avec un poids important de céramiques non-culinaires produites à proximité ; néanmoins il y a aussi des vestiges de la diversité habituelle dans des contextes domestiques. Les niveaux les plus récents, quant-à-eux, présentent clairement cette multiplicité d'objets correspondant à une zone d'habitat ; au contraire, le nombre de pièces déformées est résiduel. Les données obtenues permettent de dater les strates C2-C6 entre la fin du XIII^{e} siècle et la première moitié du XIV^{e} siècle. Le fait que la strate C1 soit constituée d'une grande majorité de céramiques du XIV^{e} siècle et de très peu fragments du début du XV^{e} siècle, nous fait entrevoir que le processus de dépôt s'est produit au virage du siècle. Cela est compatible avec le processus d'abandon de cette zone de la ville et la construction d'une nou-

da cidade e construção de uma nova fortificação – a actual medina – no terceiro quartel do século XIV, pois é bem provável que o ermamento da parte excluída não tenha sido total no imediato.

6. Conclusão

O presente texto está longe de constituir um estudo detalhado sobre o passado medieval de Azamor. O seu objectivo foi apenas procurar interpretar e enquadrar os achados dos trabalhos arqueológicos realizados nesta cidade, relativos ao período anterior à ocupação portuguesa de inícios do século XVI. Foram intervenções de terreno muito pontuais, que mais do que documentar esta etapa histórica de Azamor, abriram uma janela para o seu conhecimento e chamaram a atenção para o seu potencial. Por conseguinte, são mais as interrogações que as certezas a que chegámos com este trabalho. Este é revelador de como a arqueologia destes períodos carece de investimentos continuados e com alguma dimensão para proporcionar conclusões substanciais. Em todo o caso, o balanço desta primeira experiência arqueológica luso-marroquina sobre património de influência portuguesa neste país é claramente positivo. Significativamente, os resultados mais interessantes referem-se ao período anterior à ocupação portuguesa, abordado neste artigo, bem como aos séculos que lhe seguiram, que aqui não foram tratados.

Assim, parece-nos que estas investigações arqueológicas permitiram documentar os vestígios dos primeiros séculos de ocupação da cidade de Azamor, quando esta foi rodeada por uma grande muralha de mais de 3000m, englobando a medina actual, mas também uma vasta área a Sul e a Oeste, totalizando pelo menos 50ha. A observação de duas muralhas justapostas parece apontar para dois momentos: um primeiro hipoteticamente em época almorávida, talvez sequente à difícil conquista da região face aos barghawata-s, mas que pode também ser mais tardio; um segundo de reparação e reforço do sistema, seguramente em período almóada. As características técnicas destas estruturas fabricadas em taipa apontam para momentos de construção nos séculos XII e XIII, sendo certa a obra de época almóada. A sua configuração permite apontar que Azamor era uma cidade média no ocidente medieval islâmico, época em que conheceu grande prosperidade, devido à importância do seu porto, de onde se escoava a abundante produção cerealífera de todo o vale do Morbeia. Os silos identificados nesta área a Sul da medina actual poderão corresponder precisamente a uma

velle fortification – l'actuelle médina – dans le troisième quart du XIVe siècle, car il est très probable que le dépeuplement de la partie exclue n'aura pas été immédiatement total.

6. Conclusion

Ce texte est loin de constituer une étude détaillée du passé médiéval d'Azemmour. Son objectif a été uniquement de chercher à interpréter et à encadrer les découvertes des travaux archéologiques réalisés dans cette ville, concernant la période antérieure à l'occupation portugaise du début du XVIe siècle. Il s'agissait d'interventions très ponctuelles sur le terrain qui, plus que pour documenter cette étape historique d'Azemmour, ont ouvert une fenêtre pour sa connaissance et ont attiré l'attention sur son potentiel. Par conséquent, il y a plus d'interrogations que de certitudes auxquelles nous sommes arrivés avec ce travail, révélant que l'archéologie de ces périodes manque d'investissements continus et d'une certaine dimension pour fournir des conclusions substantielles. En tout cas, le bilan de cette première expérience archéologique maroco-lusitanienne sur le patrimoine d'influence portugaise dans ce pays est clairement positif. De manière significative, les résultats les plus intéressants se réfèrent à la période antérieure à l'occupation portugaise, abordée dans cet article, ainsi qu'aux siècles qui l'ont suivi, qui n'ont pas été analysés ici.

Alors, il nous semble que ces recherches archéologiques ont permis de documenter les vestiges des premiers siècles d'occupation de la ville d'Azemmour, lorsqu'elle était entourée d'une grande muraille de plus de 3000m, englobant l'actuelle médina, mais aussi une vaste zone au sud et à l'ouest, totalisant au moins 50ha. L'observation de deux murs juxtaposés semble indiquer deux moments : un premier hypothétiquement à l'époque almoravide, peut-être suite à la difficile conquête de la région face aux barghawata-s, mais qui peut aussi être plus tardif ; un second de réparation et de renforcement du système, sûrement pendant la période almohade. Les caractéristiques techniques de ces structures en pisé indiquent des moments de construction aux XIIe et XIIIe siècles, la campagne de travaux de la période almohade étant attestée. La configuration d'Azemmour permet de considérer qu'elle était une ville de taille moyenne dans le monde islamique médiéval occidental, une époque où elle a connu une grande prospérité, en raison de l'importance de son port, d'où s'écoulait l'abondante production céréalière de toute la vallée de l'oued Oum er-Rbia. Les silos identifiés dans cette zone au sud de la médina actuelle peuvent corres-

grande área de armazenamento de provisões alimentares, não apenas para auto-sustento, mas também para exportação. Esta função parece ter-se mantido nos séculos seguintes, tendo a prosperidade da cidade ficado bem registada pela pena de Ibn al-Khatib. As sondagens arqueológicas revelaram que naquela mesma área existiu também uma actividade oleira importante, cujo alcance exacto é, porém, impossível de apurar. O significado económico dos achados cerâmicos requere uma continuidade de estudos arqueológicos na região.

Azamor viveu uma situação de instabilidade política e militar durante a segunda metade do século XIII e primeiros decénios do século XIV, no ocaso dos almóadas e ao longo do período merínida. A cidade acabou por ser reconfigurada em meados desta última centúria, com a construção de uma nova cortina em taipa com 1500m de perímetro, implicando a redução muito substancial da área urbana a 10ha, correspondente à actual medina. É um processo que não conseguimos documentar com exactidão, mas que seguramente ocorreu antes da chegada dos portugueses, levando ao despovoamento de uma parte importante da antiga urbe. A análise das fortificações da medina revelou detalhes interessantes desta fortificação, nomeadamente sobre a configuração das suas muralhas, torres e portas, muito idênticas às suas coevas no Norte de África. Fica claro, tanto pela documentação como pelos vestígios arqueológicos, que os portugueses não mais fizeram que reaproveitar e reparar este sistema defensivo prévio, revestindo com pedra as muralhas, reforçando a sua base com alambor, escavando um fosso e destruindo ou reformulando algumas torres, dotando-a de dispositivos para disparo de artilharia. Os trabalhos arqueológicos matizam, assim, o impacto da construção portuguesa em Azamor.

pondre précisément à une grande zone de stockage pour les denrées, non seulement pour la consommation locale, mais aussi pour l'exportation. Cette fonction semble avoir été maintenue au cours des siècles suivants, la prospérité de la ville étant bien enregistrée sous la plume d'Ibn al-Khatib. Des études archéologiques ont révélé qu'il y avait aussi une importante activité de poterie dans cette même zone, dont l'importance exacte est pourtant impossible à déterminer. L'évaluation de l'importance économique des découvertes céramiques demande des études archéologiques complémentaires dans cette région.

Azemmour a connu une situation d'instabilité politique et militaire au cours de la seconde moitié du XIII^{e} siècle et des premières décennies du XIV^{e} siècle, à la fin de la période almohade et pendant l'époque mérinide. La ville a été reconfigurée au milieu de ce dernier siècle, avec la construction d'un nouveau rempart en pisé de 1500m de périmètre, impliquant une réduction très substantielle de la zone urbaine à 10ha, correspondant à l'actuelle médina. C'est un processus que nous n'avons pas réussi à documenter avec précision, mais il s'est certainement produit avant l'arrivée des portugais, conduisant au dépeuplement d'une partie importante de l'ancienne ville. L'analyse des fortifications de la médina a révélé des détails intéressants de cette fortification, à savoir la configuration de ses murs, tours et portes, très proche à celles de la même époque en Afrique du Nord. Il ressort clairement de la documentation et des vestiges archéologiques que les portugais n'ont rien fait d'autre que de réutiliser et de réparer ce rempart, de le recouvrir avec de la pierre, de renforcer sa base avec des talus, de creuser un fossé et de détruire ou réformer certaines tours, en lui fournissant des dispositifs de tir d'artillerie. Les travaux archéologiques nuancent, ainsi, l'importance des constructions portugaises à Azemmour.

A propósito da conquista de Azamor: do discurso eufórico à realidade*

A propos de la conquête d'Azemmour : du discours euphorique à la réalité*

Maria Augusta Lima Cruz, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

Alicerçada no espírito de cruzada, a conquista de Azamor suscitou manifestações encomiásticas de vário tipo que deram voz a um discurso eufórico. Ousaria mesmo afirmar que o rei D. Manuel I utilizou esta conquista, desde os preparativos até à sua divulgação, como instrumento de propaganda política com contornos mediáticos, quer dentro quer fora de Portugal. Uma euforia que, a médio prazo, seria neutralizada pelo reverso da medalha, ou seja, problemas com que os portugueses se debateram em terras marroquinas, os quais, em certa medida, acabariam por contradizer o triunfalismo do discurso inicial.

Soutenue par l'esprit de croisade, la conquête d'Azemmour a suscité divers types de manifestations élogieuses qui ont donné voix à un discours euphorique. J'oserai même dire que, depuis les préparatifs jusqu'à la divulgation de la victoire, elle a été utilisée par le roi D. Manuel I comme instrument de propagande politique aux contours médiatiques, soit à l'intérieur soit en dehors du Portugal. Une euphorie qui, à moyen terme, serait neutralisée par le revers de la médaille, c'est-à-dire par les problèmes rencontrés sur le terrain lesquels en quelque sorte viendraient contredire le triomphalisme du discours initial.

1. No contexto da cruzada manuelina: o aparato da conquista de Azamor

A tomada de Azamor pelos portugueses teve lugar no dia 3 de Setembro de 1513. Pode dizer-se que ela foi o corolário de uma série de campanhas levadas a cabo pelo rei D. Manuel I contra lugares marítimos do Sul de Marrocos. Conquistas e ocupações que foram seguidas de construção de fortalezas:

- 1505, ocupação de Santa Cruz do Cabo de Guer, onde João Lopes de Sequeira constrói fortaleza;
- 1506, construção do Castelo Real em Mogador;
- 1506, provável construção de castelo em Ben Mirao por João Lopes de Sequeira;
- 1508, tomada de Safim;
- 1508, ocupação de Aguz;
- 1513, castelo de Santa Cruz do Cabo de Guer passa para a Coroa portuguesa;
- 1513, a conquista de Azamor, seguida da ocupação e fortificação de Mazagão.

* Agradeço ao amigo Francisco Azevedo Mendes a revisão e as pertinentes sugestões.

1. Dans le contexte de la croisade manuéline : l'apparat de la conquête d'Azemmour

La prise d'Azemmour par les portugais a eu lieu le 3 septembre 1513. On peut affirmer qu'elle fut le corollaire d'une série de campagnes menées par le roi D. Manuel I contre des lieux maritimes du Sud du Maroc. Conquêtes ou occupations suivies de construction de forteresses :

- 1505, occupation de Santa Cruz du cap de Gué, où João Lopes de Sequeira a bâti une forteresse;
- 1506, probable édification du château à Ben Mirao par João Lopes de Sequeira;
- 1507, construction du Castelo Real de Mogador;
- 1508, prise de Safi;
- 1508, occupation d'Agûz;
- 1513, le château de Santa Cruz du cap de Gué revient à la Couronne portugaise;
- 1513, conquête d'Azemmour suivie de l'occupation et fortification de Mazagan.

* Je remercie mon ami, Francisco de Azevedo Mendes, pour sa révision et ses pertinentes suggestions.

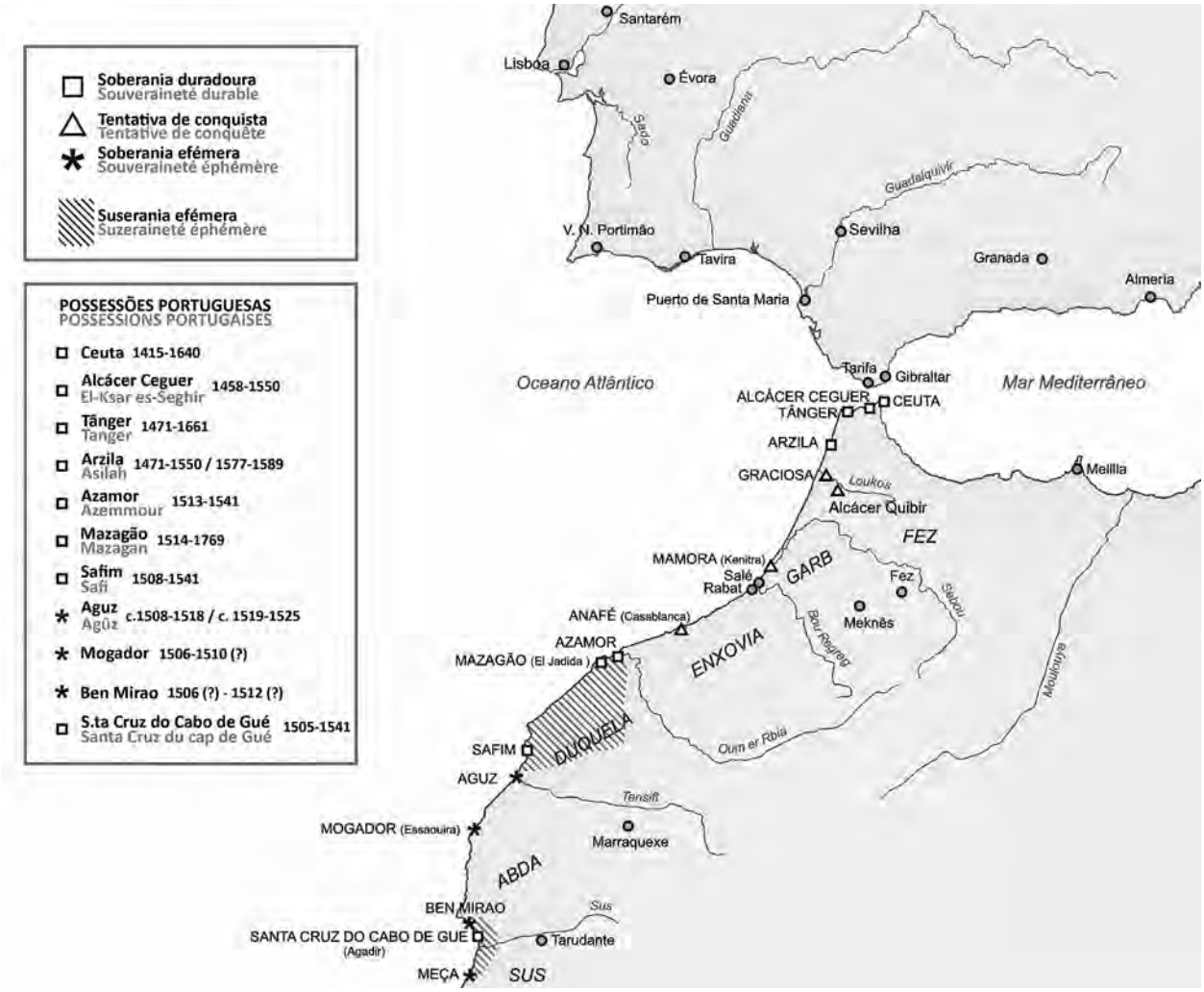


Fig. 1 – Mapa do sul da Península Ibérica e do Norte de África, assinalando os locais de expansão portuguesa, século XVI. /
Carte du sud de la Péninsule Ibérique et de l'Afrique du Nord, marquant les lieux de l'expansion portugaise, XVI[e] siècle.

Além do interesse pela tomada de lugares costeiros marroquinos, no quadro da defesa e manutenção dum império marítimo, e dos interesses económicos suscitados pelas riquezas da região (cereais, tecidos, gado, mel, cera, anil, entre outros), é evidente que com D. Manuel I assistimos a uma viragem estratégica da política expansionista portuguesa no Norte de África, sustentada pelo sonho de conquista de todo o território marroquino. Uma viragem que, como demonstrou Luís Filipe Thomaz, se inscrevia num plano imperial mais vasto de destruição do Islão, alimentado por um renovamento da ideologia de cruzada. Neste plano, segundo o mesmo historiador, distinguem-se claramente quatro vertentes: obstrução do comércio muçulmano das especiarias; ataque contra o Estado mameluco através do Mar Vermelho; expedição marítima à Terra Santa; e conquista de Marrocos[1].

Outre l'intérêt de la prise de lieux côtiers marocains, dans le cadre de la défense et du maintien d'un empire maritime, et des intérêts économiques suscités para les richesses de la région (céréales, tissus, bétail, miel, cire, indigo, entre autres), il est évident qu'on assiste, sous D. Manuel I, à un véritable tournant stratégique de la politique d'expansion portugaise dans le Nord de l'Afrique étayé par le rêve de conquête de tout le territoire marocain. Ce tournant, comme la démontré Luis Filipe Thomaz, s'inscrit dans un plan impérial plus vaste de destruction de l'Islam, soutenu par un renouement de l'idéologie de croisade, dans lequel, d'après le même historien, on distingue aisément quatre volets : obstruction au commerce musulman d'épices ; attaque contre l'État mamlouk par la Mer Rouge, expédition maritime en Terre Sainte et conquête du Maroc[1].

1. Luís Filipe Thomaz, «L'idée impériale manuéline», *in La Découverte Portugaise et l'Europe*, Actes du Colloque, Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 35-103.

1. Luís Filipe Thomaz, « L'idée impériale manuéline », *in La Découverte Portugaise et l'Europe*, Actes du colloque, Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988, Paris Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 35-103.

No que diz respeito à cruzada marroquina, D. Manuel obteve da Santa Sé uma série de bulas de cruzada que, benzendo-a, davam-lhe meios para financiar empreendimentos guerreiros na região.

Em Março/Abril de 1513, o rei envia cartas aos arcebispos de Lisboa, Braga e Évora, a vários bispos e ao grão-mestre da ordem de Santiago, anunciando a sua decisão de mandar «além-mar» uma expedição comandada pelo duque de Bragança, e requerendo-lhes participassem nesta empresa com cavaleiros equipados[2]. Pela mesma altura, foram ainda enviadas cartas a fidalgos, cavaleiros e escudeiros, convocando-os a servir o rei no mesmo empreendimento[3]. A escolha de D. Jaime, quarto duque de Bragança (1483-1532), sobrinho do rei e o mais importante senhor do Reino, como comandante da expedição, a dimensão da armada – mais de 400 navios e cerca de 25.000 combatentes, entre tripulantes a combatentes –, sem dúvida a maior armada organizada no reinado de D. Manuel I, assim como os senhores e titulares que tomaram parte nesta expedição pareciam indiciar objectivos mais vastos que a simples tomada de uma cidade, no caso a cidade de Azamor.

A partida da armada do Tejo, a 16 ou 17 de Agosto, foi precedida de um grande entusiasmo popular (festas, paradas, missa solene na sé Lisboa com bênção da bandeira). Nas vésperas da partida foi representada na Corte a tragicomédia *Exortação da Guerra* de Gil Vicente, onde o dramaturgo faz um claro apelo ao sentimento antimuçulmano e apresenta a guerra santa contra o Islão como uma vocação dos portugueses. Mais ainda, faz referência aos fins últimos da empresa: a tomada de Fez e a consagração da sua mesquita como catedral:

> Avante! Avante! Senhores!
> Que na guerra com razão
> Anda Deus por capitão
> (…)
> Sua Alteza determina
> Por acrescentar a fé,
> Fazer da mesquita sé
> Em Fez por graça divina.
> Guerra, guerra mui contina
> É sua grande tenção
> Ta la la la lão, ta la la la lão.[4]

2. Cartas datadas de Évora, 29 de Março de 1513, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), *Corpo Cronológico*, parte I, maço 12, docs. 95, 96, 97, 98 e 99. A carta dirigida ao arcebispo de Lisboa (doc. 95) foi publicada por António Baião, *Documentos do Corpo Chronológico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, pp. 54-55.

3. Minuta de carta circular, datada de Évora, 8 de Abril de 1513, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 12, doc. 107, pub. António Baião, *Documentos*… cit., p. 55.

4. Gil Vicente, *Exortação da Guerra*, pp. 215-216 da edição de *Obras de Gil Vicente*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1965.

En ce qui concerne la croisade marocaine, D. Manuel I a obtenu du Saint Siège une série de bulles de croisade qui, tout en la bénissant, lui permettaient, en plus, de financer aisément l'entreprise.

En mars/avril 1513, le roi adresse des lettres aux archevêques, évêques et grands maitres des ordres militaires leur annonçant sa décision d'envoyer « outre-mer » une expédition commandée par le duc de Bragança, tout en les invitant à prendre part à son entreprise, en fournissant des cavaliers équipés[2]. Par la même occasion, il adresse des convocations aux gentilshommes, cavaliers et écuyers du royaume afin de les sommer de se mettre au service du roi[3]. Le choix de D. Jaime, quatrième duc de Bragança (1483-1532), neveu du roi et le plus grand seigneur du royaume, comme chef de l'expédition, l'importance de l'armée – plus de 400 vaisseaux et environs 25.000 hommes, entre équipage et combattants – ainsi que les personnalités prenant part à l'expédition semblent traduire des objectifs plus vastes que la seule prise d'une ville, en l'occurrence la ville d'Azemmour.

Le départ de la flotte du Tage, le 17 août 1513, fut accompagné d'un grand enthousiasme populaire (fêtes, parades, messe solennelle et bénédiction des drapeaux) et, fait encore plus significatif, la veille, on joua à Lisbonne l'« Exortação da guerra » de Gil Vicente, tragi-comédie où le dramaturge fait un appel clair au sentiment antimusulman tout en présentant la guerre sainte contre l'Islam comme une vocation des portugais. Il y fait même référence aux buts lointains de l'entreprise : la prise de Fès et la consécration de sa mosquée comme cathédrale :

> Avante! Avante! Senhores!
> Que na guerra com razão
> Anda Deus por capitão
> (…)
> Sua Alteza determina
> Por acrescentar a fé,
> Fazer da mesquita sé
> Em Fez por graça divina.
> Guerra, guerra mui contina
> É sua grande tenção
> Ta la la la lão, ta la la la lão.[4]

2. Lettres datées d'Évora, le 29 mars 1513, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (dorénavante ANTT), *Corpo Cronológico*, parte I, maço 12, docs. 95, 96, 97, 98 e 99. La lettre adressée à l'archevêque de Lisbonne (doc. 95) pub. António Baião, *Documentos do Corpo Chronológico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. 54.

3. Minute de circulaire datée d'Évora, le 8 avril 1513, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 12, doc. 107, pub. António Baião, *Documentos*… cit., p. 55.

4. Gil Vicente, *Exortação da Guerra*, pp. 215/216 de l'édition de *Obras de Gil Vicente*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1965.

A efectiva conquista de Azamor foi levada a cabo quase sem percalços. Em virtude das dificuldades da barra do Morbeia, o rio da cidade, o desembarque fez-se no porto de Mazagão, entre 27 e 29 de Agosto, onde ocorreram algumas escaramuças. A 1 de Setembro, o exército pôs-se em marcha, por terra, para Azamor, onde assentou o seu acampamento frente à cidade. Entretanto, parte da artilharia e munições de guerra fora enviada em navios pequenos para entrar no Morbeia. A 2 de Setembro foi posto cerco à cidade, jornada em que ocorreram alguns combates envolvendo a cavalaria e bombardeamentos activos, no decurso dos quais um tiro de bombarda dos portugueses feriu mortalmente o capitão da cidade, Cide Mançor. Desencorajados por esta morte, mas sobretudo pela imponência das forças militares portuguesas, os habitantes da cidade evacuaram-na na noite de 2 para 3 de Setembro.

Assim, a 3 de Setembro, o duque de Bragança fazia a sua entrada numa cidade praticamente vazia, onde apenas permaneceram algumas comunidades judias. Como sintetizaria o próprio duque, Azamor fora conquistada «no prazo dum só dia, sem morte de algum de nós»[5].

Foi enorme a repercussão deste sucesso na região, não tanto pela tomada da cidade em si, alcançada praticamente sem resistência, mas sobretudo pelo aparato belicoso dos portugueses. Em pânico, os habitantes de Almedina, já submetidos a Portugal, e os de Tite fugiram para o interior do território.

Pode dizer-se que os objectivos da expedição estavam cumpridos, mas sem que isso se traduzisse por um grande feito militar, uma conquista resultante de um longo cerco ou de combates renhidos onde os guerreiros portugueses tivessem tido oportunidade de cometer actos de valentia ou de se notabilizar na luta contra os muçulmanos. Compreende-se, por isso, tendo em conta a envergadura da expedição, que muitos dos cavaleiros e senhores titulares nela participantes tivessem pressionado o duque de Bragança para, aproveitando o momento favorável, fazer guerra a Marraquexe, cidade que facilmente conquistaria. Um religioso franciscano, frei João de Chaves, pregando na mesquita de Azamor, já convertida em igreja, ousou mesmo censurar o duque pela sua inactividade e por deixar escapar esta oportunidade. Ao que este, porventura ciente das dificuldades disciplinares de controle dos guerreiros, sobretudo das hostes senhoriais, teria prudentemente respondido,

5. Jerónimo Osório, *Da vida e feitos d'elrey D. Manoel*, tradução para português de Francisco Manso do Nascimento, Lisboa, Impressão Régia, 1806, tomo III, vol. IX, p. 30.

La prise d'Azemmour s'est déroulée presque sans problèmes. A cause des difficultés présentées par la barre du fleuve de la ville, l'Oum er-Rbia, le débarquement a eu lieu au port de Mazagan, entre le 27 et le 28 août, où à peine quelques escarmouches se sont produites. Le 1er septembre l'armée se mit en marche, par voie de terre, vers Azemmour, établissant son camp face à la ville, alors qu'une partie de l'artillerie et des munitions avait été envoyée par des petits navires capables de franchir l'embouchure de l'Oum er-Rbia. Le 2 septembre, il y eut quelques combats engageant la cavalerie et d'actifs bombardements de la place, au cours desquels Sidi Mansour, le capitaine de la ville, a été tué par un boulet portugais.

Les musulmans, découragés par cette mort, mais surtout par les imposantes forces militaires portugaises, évacuèrent la ville dans la nuit du 2 au 3 septembre. Ainsi, le 3 septembre, le duc de Bragança a fait son entrée dans une ville presque vide, où seulement quelques communautés juives étaient restées. Comme le synthétiserait le duc lui-même, Azemmour avait été conquise « dans le délai d'un seul jour, sans qu'aucun de nous ne meure »[5].

Plus que la prise de la ville, qui s'est produite pratiquement sans résistance, ce fut surtout l'apparat belliqueux portugais qui a eu un immense retentissement dans la région : en panique, les habitants d'El-Medina el-Gharbiya, déjà soumis au Portugal, et ceux de Tite, s'enfuirent vers l'intérieur du territoire.

On peut, donc, dire que les objectifs de l'expédition avaient été accomplis, mais sans que cela ne se traduise par un grand fait militaire, une conquête résultant d'un long siège ou de combats acharnés où les guerriers portugais eussent l'occasion de commettre des actes de bravoure ou de se distinguer dans la lutte contre les musulmans.

Étant donné les expectatives et la grande envergure de l'expédition on comprend les pressions exercées par de nombreux cavaliers et gentilshommes auprès du duc de Bragança pour que, profitant de l'occasion, il marche immédiatement sur Marrakech. Un religieux franciscain, frei João de Chaves, prêchant dans la mosquée d'Azemmour, déjà convertie en église, osa même lui reprocher de rester dans l'inaction et de laisser échapper le moment si favorable. Mais le duc, probablement conscient des difficultés de contrôle disciplinaire des guerriers, surtout de ceux appartenant aux corps seigneuriaux, riposta prudemment, dans l'église-même, dont le roi lui avait donné pour

5. Jerónimo Osório, *Da vida e feitos d'elrey D. Manoel*, traduit du latin vers le portugais par Francisco Manso do Nascimento, Lisbonne, Impressão Régia, 1806, tomo III, vol. IX, p. 30.

em discurso público proferido na mesma igreja, que o rei lhe tinha dado missão de tomar Azamor e não de conquistar Marraquexe[6].

2. O triunfalismo do discurso oficial. Ecos literários e artísticos

Curiosamente, foi bem mais triunfante a imagem difundida sobre o sucesso em Portugal e na Europa. D. Manuel I, logo que recebeu a notícia da tomada de Azamor, divulgou-a no Reino como uma grande vitória. Nesse sentido foram enviadas cartas (19 de Setembro de 1513), acompanhadas de um Memorial, narrando a conquista, a várias individualidades e municipalidades[7]. Festas e procissões de acções de graças realizaram-se um pouco por todo o país. Não faltariam também as benesses aos combatentes, como atestam as inúmeras confirmações de cartas de cavalaria da chancelaria régia.

Ecos do sucesso encontram-se também na literatura portuguesa da época. O já citado dramaturgo Gil Vicente a ele se refere no *Auto da Fama*:

> Sabei em África a maior
> Flor dos mouros na batalha,
> Se se tornaram de palha
> Quando foi na d'Azamor.
> E, sem combate,
> A trinta léguas dão resgate,
> Comprando cada mês a vida;
> E a atrevida Almedina
> E Ceita se tornou parte[8].

6. Para uma síntese da conquista de Azamor, ver «La conquête d'Azemmour», *in Sources Inédites de l'Histoire du Maroc* (doravante *SIHM*), Première série – Dynastie sa'dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal, Paris, Paul Geuthner, 1.ª série, tomo I, 1934, pp. 394-402 e, para informação mais detalhada, ver Durval Pires de Lima, *Azamor. Os precedentes da conquista e a expedição do Duque D. Jaime*, Lisboa, [s.n.], 1930, e Damião Peres, *Conquista do Azamor pelo duque de Bragança D. Jaime em 1513*, Lisboa, Fundação Casa de Bragança, 1951.

7. É conhecida a minuta da carta enviada aos «vereadores, procuradores e procuradores dos mesteres» de Lisboa, bem como a que foi enviada ao arcebispo de Lisboa, Lisboa, 19 de Setembro de 1513, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 13, docs. 56 e 60, a primeira publicada por António Baião, *Documentos*... cit., pp. 56-57. Quanto ao memorial, apenso à carta endereçada ao arcebispo de Lisboa, deduz-se, com data anterior, aparece publicado em *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas*, editados por José Ramos-Coelho, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, pp. 293-294; e em *SIHM*, I, pp. 430-433.

8. Gil Vicente, *Auto da Fama*... cit. Como sublinha David Lopes («Os portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel», *in História de Portugal*, direcção de Damião Peres e Eleutério Cerdeira, Barcelos, Portucalense editora, 1931, vol. III, capítulo V, p. 518, nota 3) há nestes versos dois erros de leitura: «resgate» por «rebate» e «Ceita» por «Tite», pois, como já dito, foram as localidades

mission de s'emparer d'Azemmour et non pas de conquérir Marrakech[6].

2. Le triomphalisme du discours officieux. Échos littéraires et artistiques

Curieusement et revenant au discours officiel, bien plus triomphante fut l'image diffusée sur le succès au Portugal et en Europe.

Lorsque la prise d'Azemmour fut connue au Portugal, D. Manuel I fit répandre la nouvelle de la grande victoire dans tout le royaume. Des lettres (19 septembre 1513), accompagnées d'un long Mémorial sur la conquête ont été adressées à plusieurs personnalités et municipalités[7]. Aussitôt, des fêtes et des processions d'actions de grâces eurent lieu, un peu partout, au Portugal. Les récompenses aux combattants n'ont pas été négligées non plus, comme en témoignent les nombreuses concessions du grade de chevalier octroyées par la chancellerie royale.

On trouve aussi de nombreux échos du succès dans la littérature portugaise de l'époque. Le déjà cité dramaturge Gil Vicente lui fait référence dans l'*Auto da Fama* :

> Sabei em África a maior
> Flor dos mouros na batalha,
> Se se tornaram de palha
> Quando foi na d'Azamor.
> E, sem combate,
> A trinta léguas dão resgate,
> Comprando cada mês a vida;
> E a atrevida Almedina
> E Ceita se tornou parte[8].

6. Pour une synthèse de la conquête d'Azemmour, voir « La conquête d'Azemmour, 3 septembre 1513 », *in Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc* (dorénavant *SIHM*), Première série – Dynastie sa'dienne, Archives et Bibliothèques du Portugal, Paris, Paul Geuthner, 1934, tome I, pp. 394-402. Pour une information plus détaillée, voir Durval Pires de Lima, *Azamor. Os precedentes da conquista e a expedição do Duque D. Jaime*, Lisbonne, [s.n.], 1930, et Damião Peres, *Conquista do Azamor pelo duque de Bragança D. Jaime em 1513*, Lisbonne, Fundação Casa de Bragança, 1951.

7. On connaît la minute de la lettre envoyée aux « vereadores, procuradores e procuradores dos mesteres » de Lisbonne, et aussi celle qui a été envoyée au archevêque de Lisbonne, Lisbonne, le 19 septembre 1513, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 13, docs. 56 e 60, la première pub. António Baião, *Documentos*... cit., pp. 56-57. Quant au Mémorial, attaché à la lettre adressée à l' archevêque de Lisbonne, elle a, on déduit, une date précédente, il est publié dans *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas*, edits. par José Ramos-Coelho, Lisbonne, Imprensa Nacional, 1892, pp. 293-294; et dans *SIHM*, I, pp. 430-433.

8. Gil Vicente, *Auto da Fama*... cit. Comme le souligne David Lopes («Os portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel»,

Também no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, uma recolha de poemas, publicado em 1516, três anos depois, se encontram várias menções ao feito militar. Começando pela abertura de tonalidade heróica do poema de João Rodrigues de Sá, a propósito da ida de D. Jaime a Azamor:

> Cale-se um pouco, não tanja Tritão,
> o deus das batalhas repousa algum tanto,
> metam as armas seu medo e espanto
> à seita maldita, ó falso Alcorão![9]

Mas, sobretudo, ecoa nas trovas de Luís Henriques ao duque de Bragança, fazendo em verso uma relação pormenorizada de toda a expedição e estabelecendo uma ligação entre a tomada de Azamor, a globalidade da política expansionista manuelina e a certeza de próxima tomada da Terra Santa pelos portugueses:

> Cresce seu mando, seus reinos alarga
> per seus capitães na gente infiel,
> o gram poderio dos mouros embarga
> em gram quantidade per guerra cruel.
> Ó mui sereníssimo Rei Manuel,
> A espera[10] que trazes será triunfante,
> Se com tuas gentes passares avante,
> Ganhando a casa que foi d'Israel![11]

Anos mais tarde, ainda o mesmo Garcia de Resende, na sua *Miscelânea*, evocaria o acontecimento salientando o elevado número de cavalos integrados na expedição:

> Ho duque vimos chegar
> A Azamor, logo tomá-lo
> Vimos sobr'ele levar
> Mais de dous mil de cavalo
> Tantas léguas sobre mar;
> Non há nenhuma memória
> Nem se escreveu em história
> De tantos cavalos irem
> Sobre mar tão longe e virem
> E não falo da vitória[12].

On en trouve également plusieurs mentions dans le *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, un recueil de poèmes, paru en 1516, trois ans après de la prise d'Azemmour. Tout d'abord dans l'ouverture au ton héroïque du poème de João Rodrigues de Sá, concernant le départ de D. Jaime pour Azemmour :

> Cale-se um pouco, não tanja Tritão,
> o deus das batalhas repousa algum tanto,
> metam as armas seu medo e espanto
> à seita maldita, ó falso Alcorão![9]

Mais surtout dans les *trovas* au duc de Bragança de Luís Henriques, une narration détaillée de toute l'expédition, en vers, où l'auteur établit un rapport entre la prise d'Azemmour, et l'ensemble de la politique manuéline tout en exprimant la certitude de la proche conquête de la Terre-Sainte par les portugais :

> Cresce seu mando, seus reinos alarga
> per seus capitães na gente infiel,
> o gram poderio dos mouros embarga
> em gram quantidade per guerra cruel.
> Ó mui sereníssimo Rei Manuel,
> A espera[10] que trazes será triunfante,
> Se com tuas gentes passares avante,
> Ganhando a casa que foi d'Israel![11]

Des années plus tard, toujours le même Garcia de Resende, dans sa *Miscelânea*, évoquerait l'évènement en signalant le nombre élevé de chevaux de l'expédition :

> Ho duque vimos chegar
> A Azamor, logo tomá-lo
> Vimos sobr'ele levar
> Mais de dous mil de cavalo
> Tantas léguas sobre mar;
> Non há nenhuma memória
> Nem se escreveu em história
> De tantos cavalos irem
> Sobre mar tão longe e virem
> E não falo da vitória[12].

---

de Almedina e Tite que se despovoaram e não Ceuta que já era portuguesa.

9. Pergunta de João Rodrigues de Sá a Aires Teles, quando o Duque ia a Azamor, *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, vol. II, pp. 470-473.

10. Hoje «esfera».

11. De Luís Henriques ao duque de Bragança, quando tomou Azamor, em que conta como foi, *Cancioneiro Geral*... cit., vol. II, pp. 297-305.

12. Garcia de Resende *Miscelânea*, verso n.º 161, *in* O *livro das obras de Garcia de Resende*, edição crítica, estudo textológico e linguís-

in História de Portugal, direction de Damião Peres et Eleutério Cerdeira, Barcelos, Portucalense editora, 1931, vol. III, chapitre V, p. 518, note 3) il y a deux erreurs de lecture dans ces vers: «*resgate*» (rachat) par «*rebate*» (donner l'alarme) et «Ceita» par «Tite», car, comme nous l'avons déjà dit, ce sont les villes d'Almedina et de Tite qui se dépeuplèrent et non Ceuta qui était déjà portugaise.

9. Question de João Rodrigues de Sá à Aires Teles, quand le duc allait à Azemmour, *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, Lisbonne, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, vol. II, pp. 470-473.

10. Aujourd'hui «esfera» (sphère).

11. De Luís Henriques au duc de Bragança, quand il a pris Azemmour, où il raconte comment ça s'est passé, *Cancioneiro Geral*... cit., vol. II, pp. 297-305.

12. Garcia de Resende *Miscelânea*, vers nº 161, *in* O *livro das obras de Garcia de Resende*, édition critique, étude textologique et

A vitória foi também objecto de celebrações artísticas. Sabe-se que uma tapeçaria representando a conquista de Azamor decorava em Lisboa o palácio dos duques de Bragança. Perdeu-se no incêndio que se seguiu ao terramoto de 1755.

Sabe-se também que um fresco sobre o mesmo sucesso existia na escada da casa de Bragança em Vila Viçosa. A ele se referem dois membros da comitiva do cardeal Alexandrino, Miguel Bonelli, delegado pontifício a Espanha, Portugal e França, em 1571. Um deles é o próprio secretário desta embaixada, Giovan Battista Venturino, que, em relação sobre esta missão em terras portuguesas, ao descrever a paragem em Vila Viçosa, informa: «dentro dos paços estão pintadas muitas vitorias alcançadas pelos duques de Bragança, principalmente contra os castelhanos, e no alto da escada se vê a tomada de Azamor»[13]. O outro é o autor anónimo de carta dirigida a Jeronimo Bonelli, irmão do cardeal, que anota: «e la schalla grande, e pinta di tutti i fatti famosi che fece il Patre[14] cõ mori, cose bella da vedere...»[15] Não subsistiram, todavia, estas pinturas da antiga escadaria, desaparecidas na sequência de grande ampliação do palácio ducal iniciada por D. João I, sexto duque de Bragança (1563-1583) e desenvolvida sobretudo por seu filho D. Teodósio II, sétimo duque de Bragança (1583-1630). É no incremento então dado a novas composições decorativas que é executado o grande fresco sobre a conquista de Azamor que hoje decora os panos murários da escadaria nobre do palácio ducal. Atribuído ao pintor André Peres, supõe-se datar dos inícios do século XVII. Trata-se de uma composição que se desdobra em três painéis: à esquerda, o «Desembarque das tropas portuguesas»; ao centro, os «Preparativos do cerco»; à direita, o «Cerco e conquista da praça». No seu conjunto, é uma narrativa cénica visando acentuar o heroísmo de D. Jaime e dos protagonistas da Casa de Bragança. Segundo Vítor Serrão, a minúcia descritiva dos trechos da batalha, o rigor da composição e pormenores como as máquinas rolantes atestam os cuidados com que a composição foi concebida, «não sendo de excluir – *acrescenta* – que a leitura dos testemunhos presenciais, senão o perdido desenho

La victoire a aussi fait l'objet de célébrations artistiques. Une tapisserie représentant la conquête d'Azemmour qui décorait le palais des ducs de Bragança à Lisbonne, a disparue dans l'incendie qui suivit le tremblement de terre de 1755.

On sait également qu'une fresque représentant le même sujet existait dans les escaliers de la maison de Bragança, à Vila Viçosa. Des références à cette fresque sont faites par deux membres de l'entourage du cardinal Alexandrino, Miguel Bonelli, délégué pontifical en Espagne, au Portugal et en France, en 1571. L'un d'eux est le secrétaire de l'ambassade lui-même, Giovan Battista Venturino, qui, dans son récit sur cette mission en terres portugaises, lors de la description de l'arrêt à Vila Viçosa, informe : « à l'intérieur du palais sont peintes de nombreuses victoires remportées par les ducs de Bragança, principalement contre les castillans, et en haut de l'escalier on voit la prise d'Azemmour »[13]. L'autre est l'auteur anonyme d'une lettre adressée à Jeronimo Bonelli, frère du cardinal, qui note : « e la schalla grande, e pinta di tutti i fatti famosi che fece il Patre[14] cõ mori, cose bella da vedere... »[15].

Cependant, ces peintures de l'ancien escalier n'ont pas subsisté, suite à l'agrandissement du palais ducal entamé par D. João I, sixième duc de Bragança (1563-1583), et développé surtout par son fils D. Teodósio II, septième duc de Bragança (1583-1630). La grande fresque représentant la conquête d'Azemmour, qui orne aujourd'hui les toiles murales du noble escalier du palais ducal, et attribuée au peintre André Peres est censée dater du début du XVII[e] siècle. Elle est le fruit de l'intérêt alors manifesté pour de nouvelles compositions décoratives. Il s'agit d'une composition qui se développe en trois panneaux : à gauche, le « Débarquement des troupes portugaises » ; au centre, les « Préparatifs du siège » ; à droite, le « Siège et conquête de la place ». Pris dans son ensemble, c'est un récit scénique visant à faire ressortir l'héroïsme de D. Jaime et des protagonistes appartenant à la Maison de Bragança.

Selon Vítor Serrão, la minutie descriptive des moments de la bataille, la rigueur de la composition et des détails tels que les machines roulantes attestent du

tico por Evelina Verdelho, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 567.

13. Pub. Alexandre Herculano, «Viagem do cardeal Alexandrino», *in Opusculos*, tomo VI, Lisboa, Viuva Bertrand & C.ª Successores Carvalho & C.ª, 1884, pp. 48-93 (citação colhida na p. 59).

14. Ao tempo era sexto duque de Bragança, D. João I, que não era filho, mas neto de D. Jaime de Bragança.

15. Pub. Mário Brandão, «Carta escrita a Jeronimo Bonelli por um membro do séquito de seu irmão o cardeal Alexandrino», *in Estudos Vários*, vol. I, Coimbra, por ordem da Universidade, 1972, pp. 33-38 (citação colhida na p. 35).

linguistique par Evelina Verdelho, Lisbonne, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 567.

13. Pub. Alexandre Herculano, « Viagem do cardeal Alexandrino », *in Opusculos*, tomo VI, Lisbonne, Viuva Bertrand & C.ª Successores Carvalho & C.ª, 1884, pp. 48-93 (citation prise p. 59).

14. À l'époque, D. João I était le sixième duc de Bragança, il n'était pas le fils mais le petit-fils de D. Jaime de Bragança.

15. Pub. Mário Brandão, « Carta escrita a Jeronimo Bonelli por um membro do séquito de seu irmão o cardeal Alexandrino », *in Estudos Vários*, vol. I, Coimbra, por ordem da Universidade, 1972, pp. 33-38 (citation prise p. 35).

de Danzilho[16], houvessem inspirado o pintor»; considera ainda provável que o fresco anterior existente na escadaria tenha servido de mote inspirador ao artista André Peres[17].

soin avec lequel la composition a été conçue, « il n'est pas à exclure – *ajoute-t-il* – que la lecture des témoignages présentiels, sinon le dessin perdu de Danzilho[16], aient inspiré le peintre » ; il suppose également probable que la fresque précédente existant dans l'escalier ait servi de motif inspirateur à André Peres[17].

16. Francisco Danzilho, arquitecto (mestre de pedraria) biscainho, que na década de 1510 trabalhou em várias praças marroquinas do Norte. Nessa qualidade acompanhou D. Jaime na conquista de Azamor, o qual, em carta dirigida ao rei, dias após a conquista, referindo-se às grandes dimensões da cidade recém-conquistada e necessidade de a atalhar, escreve «irá a pintura d'isto a Vossa Alteza que mandei fazer a Francisco Dansilha» (Carta do Duque de Bragança a D. Manuel, Azamor, cerca 6 de Setembro 1513, pub. *SIHM*, I, pp. 410-429, citação colhida na p. 429). O contexto em que se insere esta informação indicia que não se tratava de pintura da batalha, mas sim de desenho da cidade. Leitura que, aliás, é feita por Sousa Viterbo, ao considerar «que a pintura não passasse de um debuxo, e que Danzilho fosse um tracista e não um pintor» (*Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros*..., livro I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, p. 275).

17. Vítor Serrão, *O fresco maneirista no Paço de Vila Viçosa (1540--1640)*, Casa de Massarelos – Caxias, Fundação da Casa de Bragança, 2008, p. 108.

16. Francisco Danzilho, architecte (maître de pierre), biscayen, qui dans les années 1510 a travaillé sur plusieurs places marocaines du Nord. À ce titre, il a accompagné D. Jaime dans la conquête d'Azemmour, celui-ci, dans une lettre adressée au roi, quelques jours après la conquête, évoquant les grandes dimensions de la ville nouvellement conquise et la nécessité de la *atalhar* (rétrécir), écrit « la peinture de cela parviendra à Votre Altesse, que j'ai fait faire à Francisco Dansilha » (Lettre du duc de Bragança à D. Manuel, Azemmour, circa le 6 Septembre 1513, pub. *SIHM*, I, pp. 410-429, citation prise p. 429). Le contexte dans lequel ces informations sont insérées indique que ce n'était pas une peinture du combat, mais un dessin de la ville. Cette lecture est, d'ailleurs, faite par Sousa Viterbo, qui considère [« que la peinture n'était rien d'autre qu'un dessin, et que Danzilho était un dessinateur et non un peintre »] (*Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros*..., livro I, Lisbonne, Imprensa Nacional, 1895, p. 275).

17. Vítor Serrão, *O fresco maneirista no Paço de Vila Viçosa (1540-1640)*, Casa de Massarelos – Caxias, Fundação da Casa de Bragança, 2008, p. 108.

Fig. 2 – Fresco representando a conquista de Azamor, por André Peres, c. 1600. Escadaria Nobre do Paço Ducal de Vila Viçosa.
Fresque représentant la conquête d'Azemmour, par André Peres, c. 1600. Noble escalier du palais ducal de Vila Viçosa.

Imagem 1 – Desembarque das tropas portuguesas. / Débarquement des troupes portugaises.
Imagem 2 – Preparativos do cerco. / Préparatifs du siège.
Imagem 3 – Cerco e conquista da praça. / Siège et conquête de la place.

3. Projecção europeia – «os campeões da Cristandade»

D. Manuel I apressou-se também a difundir a notícia da conquista na Europa. Data de 30 de Setembro de 1513 carta escrita ao papa Leão X, na qual, como era habitual nas «cartas das novas», fornece um verdadeiro relatório do sucesso. No final duma longa narrativa, mencionando todos os detalhes do empreendimento, exprime mesmo a sua convicção de que, a breve prazo, levaria a cabo a conquista de todo o reino de Marraquexe e daria um golpe mortal na religião de Maomé. É bem provável que, como era hábito, cartas similares tivessem sido enviadas também a governantes europeus, mas delas não temos testemunhos. Certa foi a divulgação da notícia por várias cortes europeias, através das redes diplomáticas sediadas na Cúria Romana. Como salienta Yves Renouard, Roma, nesta época, «est le centre postal international le plus actif d'Italie et sans doute d'Europe: des nouvelles politiques, militaires, commerciales, spirituelles y convergent et en partent par tous les moyens. (…) La Ville Éternelle est le centre le mieux informé des nouvelles de toute la chrétienté, celui aussi d'où sont également diffusées dans toutes les directions les nouvelles ainsi rassemblées»[18].

A carta de D. Manuel I ao papa Leão X foi traduzida para latim e publicada provavelmente em 1514, em Roma, sob título *Epistola Potentissimi av Inuictissimi Emanuelis Regis Portugalliae & Algarbiorum &c. De Victoriis nuper in Affrica habitis. Ad S. in christo patrem & dñm Nostrum dñm Leonem. X. Pont. Max*. Em forma abreviada, *De Victoriis nuper in Affrica habitis*. Trata-se de opúsculo, muito raro, com quatro fólios in-4.º, sem data, nem local, nem nome de impressor[19].

3. La projection européenne – « les champions de la Chrétienté »

D. Manuel I s'est également empressé de diffuser la nouvelle en Europe. Le 30 septembre 1513, il écrit une lettre au pape Léon X, dans laquelle comme c'était la coutume dans les « cartas das novas » (lettres des nouvelles), est présenté un véritable rapport du succès. Au bout d'un long récit, mentionnant tous les détails de l'entreprise, il va même exprimer sa conviction qu'à brève échéance il lui sera possible de conquérir tout le royaume de Marrakech et de porter, ainsi, le coup mortel à la religion de Mahomet. Il est très probable que, comme d'habitude, des lettres similaires aient également été envoyées aux gouvernements européens, mais nous n'en avons aucun témoignage. Il est, cependant, sûr que la nouvelle a été diffusée par plusieurs cours européennes à travers des réseaux diplomatiques basés à la Curie Romaine. Comme le souligne Yves Renouard, Rome, à ce moment-là, « est le centre postal international le plus actif d'Italie et sans doute d'Europe : des nouvelles politiques, militaires, commerciales, spirituelles y convergent et en partent par tous les moyens. (…) La Ville Eternelle est le centre le mieux informé des nouvelles de toute la chrétienté, celui aussi d'où sont également diffusées dans toutes les directions les nouvelles ainsi rassemblées »[18].

La lettre de D. Manuel I à Léon X, traduite en latin, a été publiée probablement en 1514, à Rome, sous le titre : *Epistola Potentissimi av Inuictissimi Emanuelis Regis Portugalliae & Algarbiorum &c. De Victoriis nuper in Affrica habitis. Ad S. in christo patrem & dñm Nostrum dñm Leonem. X. Pont. Max*. En titre abrégé, *De Victoriis nuper in Affrica habitis.* C'est un opuscule, très rare, de quatre folios in-4º, sans date, sans lieu d'impression ni nom d'imprimeur[19].

---

18. Yves Renouard, «Information et transmission des nouvelles», *in* Charles Samaran (dir.), *L'Histoire et ses méthodes*, Paris, Gallimmard, 1961, p. 125.

19. Texto da carta em latim pub. *SIHM*, I, pp. 434.437. Sob título «Carta das novas que el-rei D. Manuel enviou ao papa da tomada d'Azamor», conserva-se na Biblioteca Nacional de Portugal, *Manuscritos Alcobacenses*, n.º 297, ff. 112v-113r, uma versão portuguesa desta carta (pub. Afonso de Dornellas, *História e Genealogia*, tomo V, Lisboa, 1919, pp. 14-15) que Pierre de Cenival pensa tratar-se do original português da carta depois impressa em latim (*SIHM*, I, pp. 434-435, nota 1). No entanto, Luís de Matos, tendo relevado dois passos omissos desta carta relativamente ao impresso, conclui ser ela, ao invés, uma tradução da versão latina (Luís de Matos, *L'Expansion Portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p. 331, nota 35).

18. Yves Renouard, « Information et transmission des nouvelles », *in* Charles Samaran (dir.), *L'Histoire et ses méthodes*, Paris, Gallimmard, 1961, p. 125.

19. Texte de la lettre en latin publié *SIHM*, I, pp. 434-437. Sous le titre [« Lettre des nouvelles que le roi Manuel a envoyée au pape de la prise d'Azamor »], il se préserve à la Biblioteca Nacional de Portugal, *Manuscritos Alcobacenses*, nº 297, ff. 112v-113r, une version portugaise de cette lettre (pub. Afonso de Dornellas, *História e Genealogia*, tomo V, Lisboa, 1919, pp. 14-15) que Pierre de Cenival pensait être l'original portugais de la lettre imprimée plus tard en latin (*SIHM*, I, pp. 434-435, nota 1). Cependant, Luís de Matos, ayant trouvé deux passages manquants de cette lettre par rapport à l'imprimé, conclut qu'elle est plutôt une traduction de la version latine (Luís de Matos, *L'Expansion Portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*, Lisbonne, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p. 331, nota 35).

EPISTOLA
Potentissimi : ac Invictissimi
Emanuelis Regis Portugallie
t Algarbioꝝ tc. De Victoriis
nup in Affrica habitis. Ad B.
in xpo patrem t dñm nostrum
dñm Leoné. X. Pont. Max.

Fig. 3 – Carta de D. Manuel I ao papa Leão X sobre a conquista de Azamor, traduzida em latim (1514?)
Lettre de D. Manuel I au pape Léon X sur la conquête d'Azemmour, traduite en latin (1514 ?)

São conhecidas três edições em latim desta carta, as duas primeiras impressas possivelmente em Roma e a última em Basileia. Também foi traduzida em italiano, tradução que aliás ficou inédita. Numerosas são também as notícias fazendo menção à difusão desta carta na Europa. Acrescente-se ainda que ela foi utilizada, como fonte, por um número considerável de historiadores da Renascença.

Além desta divulgação através da carta manuelina, conhece-se um poemeto composto em italiano por autor anónimo, intitulado *La Victoria de lo Serenissimo et íuictissimo Emanuele Re de Portugallo &c. hauta nouanente contra Mori & la presa de Azomor & de Almedina & altre terre nel regno de Marrochia*, o qual, segundo Luís de Matos, teria sido impresso em Roma, no ano de 1514[20]. A carta de D. Manuel I ao papa

Trois éditions de cette lettre en version latine, sont connues, les deux premières probablement imprimées à Rome et la dernière à Bâle. Elle a également été traduite en italien, une traduction qui n'a jamais été publiée. Nombreuses aussi sont les notices faisant mention à la diffusion de cette lettre en Europe. Et il faut ajouter encore qu'elle a été utilisée, comme source, par un nombre considérable d'historiens de la Renaissance.

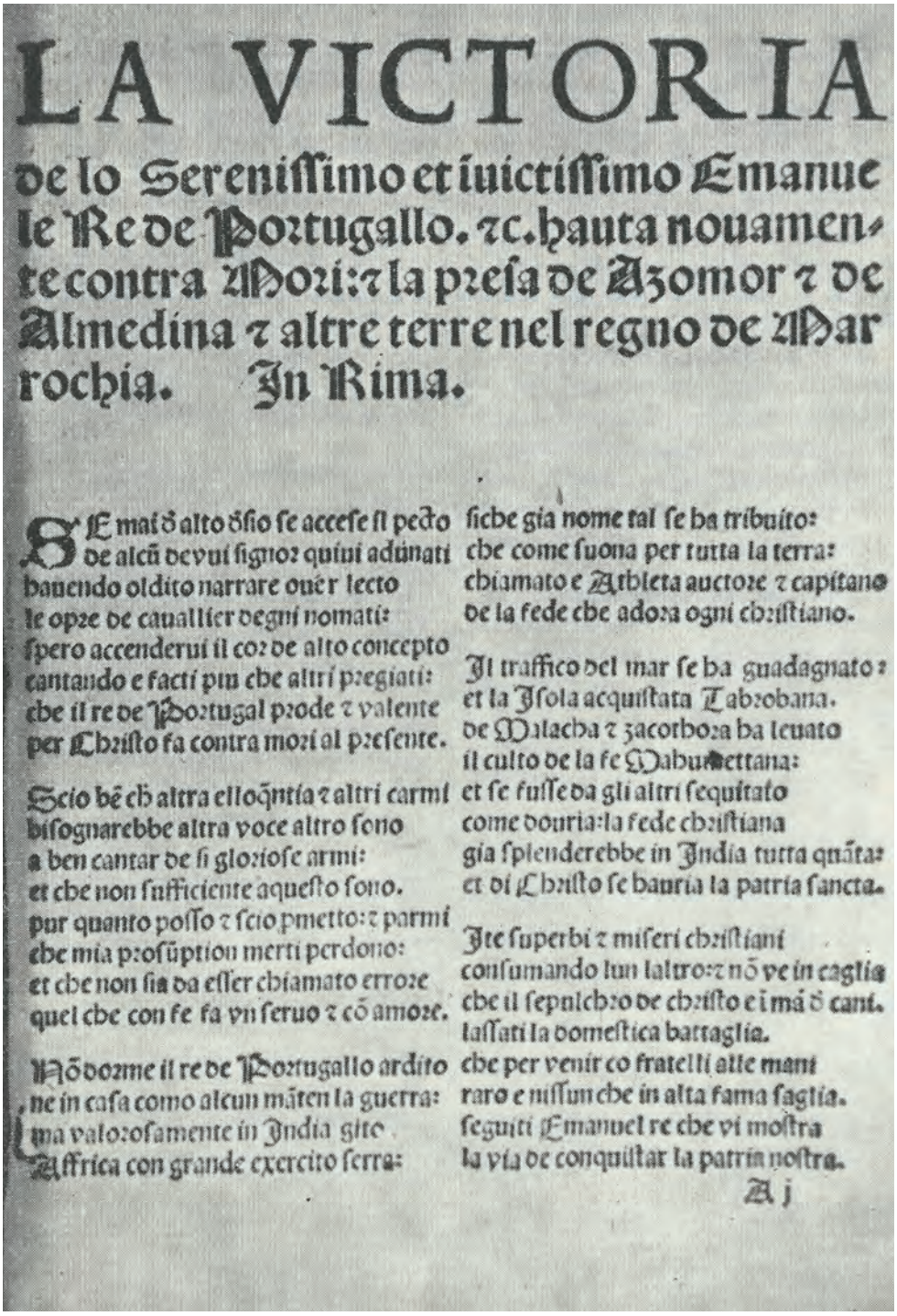
À cette divulgation par la lettre manuéline elle-même, ajoutons un poème composé en italien par un auteur anonyme et intitulé *La Victoria de lo Serenissimo et íuictissimo Emanuele Re de Portugallo &c. hauta nouanente contra Mori & la presa de Azomor & de Almedina & altre terre nel regno de Marrochia*, probablement imprimé à Rome en 1514[20]. La lettre de D. Manuel I au

20. Deste opúsculo só é conhecido um exemplar; teria sido propriedade de Fernando Colombo, filho de Cristóvão Colombo, e conserva-se na Biblioteca Colombina de Sevilha. Cf. Luís de Matos, «La Victoria contro Mori e la presa di Azimur», *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, vol. I, n.º 2 (Abril-Junho 1960), p. 217.

20. De cet opuscule, un seul exemplaire est connu; il aurait été la propriété de Fernando Colombo, fils de Christophe Colomb, et il se conserve dans la bibliothèque Colombienne de Séville. Cf. Luís de Matos, « La Victoria contro Mori e la presa di Azimur », *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, vol. I, nº 2 (Abril-Junho 1960), p. 217.

Leão X, na sua versão latina, foi a fonte em que se apoiou o poeta anónimo para compor as suas trinta e duas estrofes. Trata-se de uma espécie de crónica rimada – ao que parece uma versão popular destinada a ser cantada nas ruas – sobre a conquista de Azamor, permitindo-se o autor, além disso, traçar um retrato elogioso do rei D. Manuel I e incitar os príncipes cristãos, que se digladiavam em batalhas domésticas, a seguir o exemplo do rei português[21].

pape Léon X, dans sa version latine, fut la source où puisa le poète anonyme pour composer ses trente-deux strophes. Il s'agit d'une sorte de chronique rimée autour de la prise d'Azemmour, peut-être une version populaire destinée à être chantée dans les rues. Par ailleurs, l'auteur dresse un portrait élogieux du roi D. Manuel I et incite les princes chrétiens, qui se disputaient en batailles domestiques, à suivre l'exemple du roi portugais[21].



LA VICTORIA

de lo Sereniſſimo et iuictiſſimo Emanue
le Re de Portugallo. ꝛc. hauta nouamen-
te contra Mori: ꝛ la preſa de Azomor ꝛ de
Almedina ꝛ altre terre nel regno de Mar
rochia. In Rima.

SE mai ð alto ðſio ſe accenſe il pecto
de alcũ devui ſignor quiui adũnati
hauendo oldito narrare ouér lecto
le opze de cavallier degni nomati:
ſpero accenderui il cor de alto concepto
cantando e facti piu che altri pregiati:
che il re de Portugal prode ꝛ valente
per Chriſto fa contra mori al preſente.

Scio bẽ ch altra elloq̃ntia ꝛ altri carmi
biſognarebbe altra voce altro ſono
a ben cantar de ſi glorioſe armi:
et che non ſufficiente aqueſto ſono.
pur quanto poſſo ꝛ ſcio pmetto: ꝛ parmi
che mia proſũption merti perdono:
et che non ſia da eſſer chiamato erroze
quel che con fe fa vn ſeruo ꝛ cõ amoze.

Nõ dorme il re de Portugallo ardito
ne in caſa como alcun mãten la guerra:
ma valoroſamente in Indía gito
Affrica con grande exercito ſerra:
ſicbe gia nome tal ſe ha tribuito:
che come ſuona per tutta la terra:
chiamato e Athleta auctore ꝛ capitano
de la fede che adora ogni chriſtiano.

Il traffico del mar ſe ha guadagnato ꝛ
et la Iſola acquiſtata Tabrobana.
de Malacha ꝛ zacorbora ha leuato
il culto de la fe Mahumettana:
et ſe fuſſe da gli altri ſequitato
come douria: la fede chriſtiana
gia ſplenderebbe in Indía tutta q̃ta:
et di Chriſto ſe haurìa la patria ſancta.

Ite ſuperbi ꝛ miſeri chriſtiani
conſumando lun laltro: ꝛ nõ ve in caglia
che il ſepulchro de chriſto e i mã ð cant.
laſſati la domeſtica battaglia.
che per venir co fratelli alle mani
raro e niſſun che in alta fama ſaglia.
ſeguiti Emanuel re che vi moſtra
la via de conquiſtar la patria noſtra.

A j

Fig. 4 – Poema em italiano de autor anónimo sobre a conquista de Azamor, (1514?).
Poème en italien d'auteur anonyme sur la conquête d'Azemmour, (1514 ?).

21. Para o texto integral do poema italiano, ver Luís de Matos, «La Victoria contro Mori…» cit., pp. 214-222.

21. Pour le texte intégral du poème en italien, voir Luís de Matos, «La Victoria contro Mori…» cit., pp.214-222.

Notáveis foram as cerimónias promovidas pelo papa Leão X, em Janeiro de 1514, para celebrar o feito militar português. Assim, a 3 de Janeiro, a leitura da carta de D. Manuel I ao Colégio dos Cardeais, foi seguida de uma missa celebrada em S. Pedro pelo cardeal del Monte. No domingo, 8 de Janeiro, o papa, acompanhado pelos cardeais e embaixadores, dirigiu-se a cavalo à igreja de Santo Agostinho, para participar numa segunda missa de acção de graças, celebrada pelo cardeal Pompeo Colonna e para ouvir o cónego Capella[22] evocar as numerosas vitórias dos reis de Portugal contra os «infiéis» e, a propósito, condenar as guerras dos príncipes cristãos entre si que, segundo ele, haviam levado, além do mais, à perda de Constantinopla.

Notáveis foram também os festejos que se seguiram em Roma, promovidos pela Santa Sé: fogo de artifício, salvas de artilharia e, durante duas noites, Roma foi iluminada de tal forma que a cidade parecia arder em fogo. Testemunho ocular destas celebrações foi o «fidalgo de Chaves», servidor de D. Jaime de Bragança, que então se encontrava em Roma, e assim as descreve: «À noite acenderam luminárias per toda a cidade, assi nas torres e paços dos cardeais e grandes senhores e cidadãos como nas ruas e portas deles, queimando pipas cheias de lenha, de maneira que parecia a cidade arder em fogo. E o castelo de Santo Ângelo era cheio das ditas luminárias. E por grande espaço tirou a artilharia da qual o fumo tolhia a vista do castelo. Depois os foguetes que do castelo e dos sobreditos paços e torres lançavam eram muito espessos em todas as partes do ar»[23].

Sem dúvida, foram tempos de grande projecção da expansão portuguesa em Roma e na Europa. Nas palavras de Sylvie Deswarte, os portugueses eram então vistos como «campeões da Cristandade»[24]. A este propósito são significativas as palavras que o já citado «fidalgo de Chaves» põe na boca de frei Isidro de Viterbo, geral da ordem de Santo Agostinho: «dizia em suas pregações que não queria alcançar mais bem-aventurança neste mundo que ser natural português»[25]

De facto, e cingindo-nos aos anos de 1513-1514, Leão X, pouco após a sua elevação ao pontificado,

22. Bernardino Capella, um dos poetas da Corte de Leão X.

23. *Memórias de um fidalgo de Chaves: um olhar português sobre a Itália do Renascimento*, edição de Paulo Catarino Lopes, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia / Universidade Católica Portuguesa, 2017, p. 116.

24. Sylvie Deswarte, «Un nouvel Âge d'Or. La gloire des Portugais à Rome sous Julesll et Léon X», *in Humanismo Português na Época dos Descobrimentos*, Actas do Congresso Internacional (Coimbra, 1991), Coimbra, 1993, pp. 125-152 (citação colhida na p. 127).

25. *Memórias de um fidalgo de Chaves*... cit., p. 125.

Les cérémonies promues par le pape Léon X, en janvier 1514, pour célébrer le fait d'armes portugais ont été remarquables. Ainsi, le 3 janvier, la lecture de la lettre de D. Manuel I devant le Collège des Cardinaux a été suivie d'une messe célébrée à Saint Pierre par le cardinal del Monte. Le dimanche, 8 janvier, le pape, accompagné des cardinaux et des ambassadeurs, s'est rendu à cheval à l'église de Saint Augustin, pour participer à une seconde messe célébrée, par le cardinal Pompeo Colonna, et pour entendre le chanoine Capella[22] rappeler les nombreuses victoires des rois du Portugal sur les « infidèles », et condamner, en passant, les guerres tenues par les princes chrétiens entre eux, qui, selon lui, avaient en outre conduit à la perte de Constantinople.

Remarquables ont été aussi les festivités qui se sont suivies à Rome, promues par le Saint Siège : il y a eu des feux de joie, des salves d'artillerie et deux nuits durant lesquelles la ville a été illuminée de telle sorte qu'on dirait qu'elle avait pris feu. Un des témoins oculaires de ces célébrations fut le « *fidalgo* de Chaves », serviteur de D. Jaime de Bragança, alors à Rome, qui les décrit ainsi : « La nuit, ils allumaient des luminaires dans toute la ville, aussi bien dans les tours et les palais des cardinaux et des grands seigneurs et citoyens que dans leurs rues et leurs portes, brûlant des tonneaux remplis de bois, de sorte que la ville semblait dévorée par le feu. Et le château de Santo Ângelo était plein de ces luminaires. Et pendant un long moment l'artillerie a tiré et la fumée bloquait la vue sur le château. Ensuite, les fusées lancées du château et des palais et tours étaient très épaisses partout dans l'air »[23].

Ce furent sans doute des temps de grande projection à Rome et en Europe de l'expansion portugaise. Selon les mots de Sylvie Deswarte, les portugais étaient alors vus comme les « champions de la Chrétienté »[24]. A ce propos, les mots que le « *fidalgo* de Chaves », cité précédemment, place dans la bouche de frère Isidro de Viterbe, général de l'ordre de saint Augustin, sont significatifs : « il se plaisait à dire dans ses sermons qu'il ne désirait rien de plus en ce monde que d'être portugais »[25].

En effet et nous confinant aux années 1513-1514, Léon X, peu de temps après son élévation au ponti-

22. Bernardino Capella, un des poètes de la Cour de Léon X.

23. *Memórias de um fidalgo de Chaves: um olhar português sobre a Itália do Renascimento*, éditions de Paulo Catarino Lopes, Lisbonne, Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia / Universidade Católica Portuguesa, 2017, p. 116.

24. Sylvie Deswarte, « Un nouvel Age d'Or. La gloire des Portugais à Rome sous Jules II et Léon X », *in Humanismo Português na Época dos Descobrimentos*, Actas de congresso internacional (Coimbra, 1991), Coimbra, 1993, pp. 125-152 (citation prise p. 127).

25. *Memórias de um fidalgo de Chaves*... cit., p. 125.

recebia a primeira carta das novas de D. Manuel I, datada de 6 Junho de 1513. Nela o rei português relatava os êxitos militares de Afonso de Albuquerque no Oriente. Tinha chegado a Ormuz, tinha conquistado Goa e, mais recentemente, a «Aurea Chernonesus, chamada Malaca pelos nativos», realçando tratar-se do «mais célebre entreposto não somente de toda a sorte de especiarias, mas também de ouro, prata, pérolas e pedras preciosas». Esta carta, vulgarmente conhecida por *Epistola de victoriis habitis in India et Malaca*[26], foi logo impressa em Roma por Jacobum Mazochium, seguindo-se doze edições no espaço de quarenta anos, em Roma, Colónia, Ehrfurt, Viena, Estrasburgo, Paris e Basileia. Conhecendo-se dela duas traduções em italiano e duas outras em alemão, todas impressas[27]. Nos festejos que então se realizaram em Roma, Camilo Porzio, cónego da basílica de S. Pedro, proferiu encomiástica oração celebrando a nova conquista portuguesa.

Alguns meses depois, chegava a nova da conquista de Azamor, seguida, como referido, de grandes celebrações em Roma no início de 1514. Uma sucessão de acontecimentos felizes que culminaria com a sumptuosa e exótica embaixada portuguesa ao papa Leão X, em Março desse mesmo ano, sob a chefia de Tristão da Cunha. Na oração de obediência então proferida por Diogo Pacheco, incidindo especialmente sobre os mais recentes triunfos políticos e militares portugueses, não é esquecida a tomada de Azamor pelo duque de Bragança, no ano precedente[28].

Na verdade, o discurso eufórico em torno da conquista de Azamor, conquista assumida por D. Manuel I como ponto de partida para a do emirado hintata de Marraquexe[29], desencadeou uma onda de optimismo na Cristandade. Logo após as grandes celebrações promovidas pela Santa Sé, Leão X, em breve papal de 18 de Janeiro de 1514, felicitava o rei português pela vitória alcançada[30]. Seguir-se-iam, no mesmo ano: a 8 de Março, bula concedendo indulgência de cruficat, avait reçu la première lettre de nouvelles de D. Manuel I, datée du 6 juin 1513 racontant les succès militaires d'Afonso de Albuquerque en Orient. Il était arrivé à Ormuz, avait conquis Goa et, plus récemment, l'« Aurea Chernonesus, appelée Malacca par les indigènes », soulignant que c'est « l'entrepôt le plus célèbre, non seulement de toutes sortes d'épices, mais aussi d'or, d'argent, de perles ». Cette lettre, communément *appelée Epistola de victoriis habitis in India et Malaca*[26], fut bientôt imprimée à Rome par Jacobum Mazochium, suivie de douze éditions en l'espace de quarante ans, à Rome, Cologne, Ehrfurt, Vienne, Strasbourg, Paris et Bâle. Deux traductions en italien et deux en allemand sont connues, toutes en version imprimée[27]. Dans les festivités qui ont eu lieu ensuite à Rome, Camilo Porzio, chanoine de la basilique de S. Pedro, a prononcé une oraison laudative célébrant la nouvelle conquête portugaise.

Quelques mois plus tard, la nouvelle de la conquête d'Azemmour avait lieu, suivie, comme nous l'avons évoqué, de grandes célébrations à Rome au début de 1514. Une succession d'événements heureux qui culminerait à la somptueuse et exotique ambassade portugaise envoyée au pape Léon X, en mars de la même année, sous la direction de Tristão da Cunha. Dans le discours d'obédience alors proféré par Diogo Pacheco, se concentrant notamment sur les plus récents triomphes politiques et militaires portugais, la prise d'Azemmour par le duc de Bragança l'année précédente ne fut pas oubliée[28].

En fait, le discours euphorique autour de la conquête d'Azemmour, conquête assumée par D. Manuel I comme point de départ de celle de l'émirat hintata de Marrakech[29], a déclenché une vague d'optimisme dans la Chrétienté. Tout de suite après les grandes célébrations promues par le Saint-Siège, Léon X, par un bref pontifical du 18 janvier 1514, félicita le roi portugais de la victoire remportée[30]. Ce bref serait suivi, la même année, par : le 8 mars, bulle accordant l'indulgence

26. Título completo: *Epistola Potentissimi ac Inuictissimi Emanuelis Regis Portugaliae & Algarbiorum &c. De Victoriis habitis in India & Malacha. Ad S. in Christo Patrem & Dñm Nostrum Dñm Leonem. X. Pont. Maximum.*

27. Luís de Matos, «La Victoria contro Mori…» cit., p. 216.

28. Este discurso de obediência teria sido publicado em Roma em 1514, mas sem indicação do local, data e nome de impressor. Sobre este discurso, ver Luís de Matos, «La Victoria contro Mori…» cit., pp. 181-183.

29. O emirado de Marraquexe, frequentemente designado como reino, dependia teoricamente do reino de Fez, mas de facto actuava como independente.

30. ANTT, *Colecção de Bulas*, maço 28, n.º 8, pub., entre outros, em *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*… cit., pp. 350-351. Nas *Memórias do fidalgo de Chaves*… cit., pp. 118-120, é fornecida transcrição deste breve papal, ff. 175-176, pp. 118-120 da edição.

26. Titre complet: *Epistola Potentissimi ac Inuictissimi Emanuelis Regis Portugaliae & Algarbiorum &c. De Victoriis habitis in India & Malacha. Ad S. in Christo Patrem & Dñm Nostrum Dñm Leonem. X. Pont. Maximum.*

27. Luís de Matos, «La Victoria contro Mori…» cit., p. 216.

28. Ce discours d'obédience aurait été publié à Rome en 1514, mais sans indication du lieu d'impression, ni du nom de l'imprimeur. Sur ce discours voir Luís de Matos, «La Victoria contro Mori…» cit., pp. 181-183.

29. L'émirat de Marrakech, souvent appelé royaume, dépendait théoriquement du royaume de Fès, mais agissait en fait comme un royaume indépendant.

30. ANTT, *Colecção de Bulas*, maço 28, nº 8, pub., entre autres, *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*… cit., pp. 350-351. Dans les *Memórias de um fidalgo de Chaves*… cit., pp. 118-120, est fournie une transcription de ce bref pontifical.

zada a todos os portugueses que combatessem os «infiéis» de África (*entenda-se* «Norte de África»)[31]; a 29 de Abril, bula concedendo a D. Manuel e seus sucessores a terça parte das receitas eclesiásticas do Reino e conquistas, para continuação da guerra em África[32]; a 7 de Junho, bula submetendo à jurisdição da Ordem de Cristo todas as igrejas existindo ou a criar nos territórios do reino de Marraquexe e concedendo aos reis de Portugal o padroado delas[33]; a 17 de Junho e dando como próxima a conquista da cidade marroquina, o papa solicitava a D. Manuel I colocasse D. Martin Cabeça de Vaca na posse do respectivo bispado[34].

4. Ambições manuelinas em Marrocos

O rol de bulas e breves papais emanados na sequência da vitória de Azamor testemunha as expectativas depositadas na progressão da expansão portuguesa em Marrocos. E, de facto, Azamor perfilava-se como base estrategicamente colocada para estender o domínio português à Enxovia, região situada a Norte e cobiçada pela riqueza cerealífera das suas planícies, como aliás o atestam as várias entradas aí levadas a cabo pelos portugueses logo após a conquista da cidade. Por outro lado, Azamor constituiu-se também como importante bastião do limite setentrional da vasta área de «mouros de pazes» (tribos muçulmanas vassalas que, a troco de protecção, pagavam tributos e disponibilizavam contingentes militares aos portugueses para as suas expedições no terreno). Tratava-se de uma espécie de protectorado que, no caso, compreendia a confederação chamada Duquela, ela própria formada por três grandes tribos: Abda, Garbia e Xerquia. Constituído cerca de 1510, teve como principal obreiro o célebre Nuno Fernandes de Ataíde, capitão de Safim[35], secundado pelo não menos célede la croisade à tous les portugais qui combattrait les « infidèles » d'Afrique (*voir* « Afrique du Nord »)[31] ; le 29 avril, bulle accordant à D. Manuel I et à ses successeurs la tierce partie des revenus ecclésiastiques du royaume et conquêtes, pour la poursuite de la guerre en Afrique[32] ; le 7 juin, bulle soumettant à la juridiction de l'Ordre du Christ toutes les églises existantes ou à créer sur les territoires du royaume de Marrakech et accordant aux rois du Portugal leur patronage[33] ; le 17 juin et prenant la conquête de Marrakech comme prochaine, bref papal demandant à Manuel I de placer D. Martin Cabeça de Vaca en possession de l'évêché respectif[34].

4. Des ambitions manuélines au Maroc

La liste de bulles et de brefs émanés par le Saint Siège après la victoire d'Azemmour témoigne des expectatives qui misaient sur les progrès de l'expansion portugaise au Maroc. Et, en réalité, Azemmour se présentait comme une base stratégiquement placée pour étendre le domaine portugais à la Shâwiya, une région située au nord et convoitée par la richesse céréalière de ses plaines, comme l'attestent les différentes descentes effectuées par les portugais tout de suite après la conquête de la ville. Par ailleurs, Azemmour s'est également constitué comme un bastion important de la limite septentrionale de la vaste zone des « maures de paix » (tribus vassales musulmanes qui, en échange de protection, payaient des tributs et mettaient des contingents militaires à disposition des portugais pour leurs expéditions sur le terrain). C'était une sorte de protectorat qui, en l'occurrence, comprenait la confédération appelée Doukkala, dont faisait partie trois grandes tribus : l'Abda, la Gharbya et la Cherkiya. Constitué vers 1510, son principal promoteur fut le célèbre Nuno Fernandes de Ataíde, capitaine de Safi[35], secondé par le non moins célèbre

31. ANTT, *Colecção de Bulas*, maço 21, n.º 12, resumo pub. em *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*... cit., p. 352.

32. ANTT, *Colecção de Bulas*, maço 20, n.º 32, resumo pub. em *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*... cit., p. 356.

33. ANTT, *Colecção de Bulas*, maço 21, n.º 13, pub. em *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*... cit., pp. 358-361.

34. ANTT, *Colecção de Bulas*, maço 37, n.º 40, pub. *SIHM*, I, pp. 569-571. O bispado de Marraquexe fora criado no século XIII, mas o bispo titular não tinha senão direitos puramente teóricos.

35. Sobre a actuação deste capitão, ver André Pinto S. D. Teixeira, «Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca está quedo, capitão de Safim», *in A Nobreza e a Expansão. Estudos biográficos*, coord. de João Paulo Oliveira e Costa, Cascais, Patrimonia Historica, pp. 161-205; e Fernando Pessanha, «Nuno Fernandes de Ataíde, 'o nunca está quedo', de alcaide de Alvor a capitão e governador de Safim», *Anais do Município de Faro,* vol. XXXIX, 2017, pp. 43-59.

31. ANTT, *Colecção de Bulas*, maço 21, nº 12, résumé pub. en *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*... cit., p. 352.

32. ANTT, *Colecção de Bulas*, maço 20, nº 32, résumé pub. en *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*... cit., p. 356.

33. ANTT, *Colecção de Bulas*, maço 21, nº 13, pub. en *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*... cit., pp. 358-361.

34. ANTT, *Colecção de Bulas*, maço 37, nº 40, pub. *SIHM*, I, pp. 569-571. L 'évêché de Marrakech a été créé au XII^{ème} siècle, mais l'évêque titulaire n'avait que des droits purement théoriques.

35. Sur les actions de ce capitaine, voir André Pinto S. D. Teixeira, « Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca está quedo, capitão de Safim », *in A Nobreza e a Expansão. Estudos biográficos*, coord. de João Paulo Oliveira e Costa, Cascais, Patrimonia Historica, pp. 161-205; et Fernando Pessanha, « Nuno Fernandes de Ataíde, 'o nunca está quedo', de alcaide de Alvor a capitão e governador de Safim », *Anais do Município de Faro,* vol. XXXIX, 2017, pp. 43-59.

bre Bentafufa, alcaide desses «mouros de pazes»[36]. No sentido de estender para interior o controle português nesta região, registam-se, entre 1514 e inícios de 1515, várias incursões ofensivas dinamizadas pelos portugueses, a partir quer de Azamor quer de Safim. Chegando-se nalgumas delas às portas da própria cidade de Marraquexe. A falta de resposta do emir às referidas investidas parecia tornar fácil a tomada da cidade. Aliás, em Agosto de 1514, o emir hintata chegara a admitir submeter-se à suserania portuguesa, mas as negociações então encetadas acabariam por abortar face às pesadas exigências de D. Manuel I. Não admira, por isso, que se propagasse a convicção de que a breve prazo o emirado seria conquistado. D. Álvaro de Ataíde, em carta a D. Manuel, datada de 25 de Janeiro de 1515, após uma das referidas incursões, incitava o monarca português a passar ao Norte de África, acompanhado de um dos seus filhos, a fim de o coroar rei de Marraquexe[37].

De sublinhar ainda a capacidade de resposta das forças militares portuguesas no terreno aos ataques dos adversários marroquinos. A batalha campal, ocorrida em Bulauão a 14 de Abril de 1514, disso é um exemplo eloquente. Nela, os portugueses, congregando guerreiros de Azamor e de Safim e um significativo contingente de «mouros de pazes», conseguiram cortar o passo ao exército muçulmano que, sob o comando de dois alcaides do reino de Fez, visava atacar Azamor[38].

Sucessos que alimentaram também a ambição manuelina de conquista do reino de Fez, ao tempo a principal força política e militar muçulmana em território marroquino[39]. E, na verdade, a conjuntura parecia propícia a apertar o «cerco» a esse reino. Primeiro, porque a eventual submissão do emirado de Marraquexe, perfilando-se iminente, resultaria na formação de uma frente de pressão, a sul, contra o referido reino. Depois, porque o projecto de D. Manuel I, pelo menos desde 1507, de ocupar posições na costa da Enxovia e do Garb, preenchendo o hiato entre as pos-

Yahyā u Ta'fūft, caïd de ces « maures de paix »[36]. Afin d'étendre le contrôle portugais à l'intérieur de cette région, plusieurs incursions offensives, à partir soit d'Azemmour soit de Safi, ont été effectuées par les portugais, entre 1514 et le début de 1515, arrivant parfois aux portes de la ville de Marrakech. Le manque de réponse de l'émir à ces avancées semblait faciliter la prise de la ville. D'ailleurs, en août 1514, l'émir hintata avait même admis se soumettre à la suzeraineté portugaise, mais les négociations alors engagées finiraient par avorter à cause des lourdes exigences de D. Manuel I. Il n'est donc pas étonnant que la conviction se soit répandue que l'émirat serait bientôt conquis. D. Álvaro de Ataíde, dans une lettre à D. Manuel, datée du 25 janvier 1515, après l'une des incursions susmentionnées, incitait le monarque portugais à passer en Afrique du Nord, accompagné d'un de ses fils, afin de le couronner roi de Marrakech[37].

On peut souligner aussi la capacité de réponse des forces militaires portugaises sur le terrain face aux attaques des opposants marocains. La bataille qui s'est tenue à Bulauão, le 14 avril 1514, en est un exemple éloquent. Dans le cas, les portugais, rassemblant des guerriers d'Azemmour et de Safi et un important contingent de « maures de paix », ont réussi à couper la route à l'armée musulmane que sous le commandement de deux caïds du royaume de Fès avait l'intention d'attaquer Azemmour[38].

Ces succès ont aussi nourri l'ambition manuéline de conquérir le royaume de Fès, à l'époque la principale force politique et militaire musulmane sur le territoire marocain[39]. En effet, la situation semblait favorable à un resserrement du « siège » à ce royaume. D'abord, parce que, l'éventuelle soumission de l'émirat de Marrakech, se profilant de façon imminente, se traduirait par la formation d'un front de pression, au sud, contre ce royaume. Ensuite, parce que le projet de D. Manuel I, au moins depuis 1507, d'occuper des positions sur la côte de la Shâwiya et du Gharb, com-

36. Sobre esta controversa figura, ver Bernard Rosenberger, «Yahyâ u Tâ'fuft (1506-1518) des ambitions deçues», *Hespéris-Tamuda*, vol. XXXI (1993), pp. 21-59; Matthew T. Racine, «Service and Honor *in* Sixteenth-Century Portuguese North Africa: Yahya-u-Ta'fuft and Portuguese Noble Culture», *Sixteenth Century Journal*, n.º 32 (2001), pp. 67-90; Maria Augusta Lima Cruz, «Mouro para os cristãos e cristão para os mouros: o caso Bentafufa», *Anais de História Além-Mar*, vol. III, 2002, pp. 39-63.

37. Carta de D. Álvaro de Ataíde a D. Manuel I, Safim, 25 de Janeiro de 1515, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 17, doc. 61, pub. *SIHM*, I, pp. 677-681 (informação colhida na p. 680).

38. Sobre esta batalha, ver João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides, 1514 – No apogeu da presença portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.

39. No século XVI, este reino, abarcando o norte de Marrocos, tinha como limite meridional o rio Morbeia.

36. Sur ce personnage polémique, voir Bernard Rosenberger, « Yahyâ u Tâ'fuft (1506-1518) des ambitions déçues», *Hespéris-Tamuda*, vol. XXXI (1993), pp. 21-59; Matthew T. Racine, «Service and Honor *in* Sixteenth-Century Portuguese North Africa : Yahya-u-Ta'fuft and Portuguese Noble Culture », *Sixteenth Century Journal*, nº 32 (2001), pp. 67-90 ; Maria Augusta Lima Cruz, « Mouro para os cristãos e cristão para os mouros o caso Bentafufa », *Anais de História Além-Mar*, vol. III, 2002, pp. 39-63.

37. Lettre de D. Álvaro de Ataíde à D. Manuel I, Safi, le 25 janvier 1515, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 17, doc. 61, pub. *SIHM*, I, pp. 677-681 (information prise p. 680).

38. Sur cette bataille, voir João Paulo Oliveira e Costa et Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides, 1514 – No apogeu da presença portuguesa em Marrocos*, Lisbonne, Tribuna da História, 2007.

39. Au XVI[ème] siècle, ce royaume, englobant le nord du Maroc, avait pour limite sud la rivière 'Oum er-Rbia.

sessões portuguesas setentrionais e as meridionais, cortaria ou, pelo menos, dificultaria o acesso de Fez ao mar. Neste sentido apontava a missão, despachada em finais de Setembro de 1514, com a finalidade de estudar sítio favorável para implantação de uma fortaleza portuguesa na foz do Cebu, em Mamora, a que se seguiria uma outra em Anafé[40].

5. Ambições frustradas

Mas, o choque com a realidade acabaria por deitar por terra esse objectivo de conquista, tantas vezes abortado e adiado, que Marcel Bataillon caracterizou como «un mythe national et réligieux, un rêve de croisade hérité du XVème siècle»[41].

Com efeito, em breve as forças militares portuguesas sofreriam os seus primeiros desaires.

Em Abril de 1515, um ataque a Marraquexe resultou num insucesso. Uma expedição que contou com um significativo apoio das tropas muçulmanas aliadas, 2.500 homens, além de 550 guerreiros portugueses, todos sob o comando supremo de Nuno Fernandes de Ataíde, capitão de Safim, e de D. Pedro de Sousa, capitão de Azamor. Contrariamente à passividade do emir de Marraquexe aquando dos raides anteriores, as tropas portuguesas enfrentaram a defesa e contra-ataque aguerridos do emirado que contava com a ajuda de um dos xarifes de Suz e de um alcaide do rei de Fez com numerosas gentes de guerra. Face à imprevisível conta-ofensiva do emirado, os portugueses viram-se obrigados a retirar, ao fim de cerca de quatro horas de combate. Sem grandes baixas, é certo. No entanto, a expedição, não tendo resultado propriamente numa derrota, não deixou de ser um fracasso[42].

Mais grave seria, meses depois, em Junho/Agosto de 1515, a tentativa de concretização do projecto manuelino supracitado de construção de uma fortaleza em Mamora. Para o efeito, partiu de Portugal armada de mais de 200 velas, cerca de 8.000 homens de guerra, mais marinhagem, oficiais mecânicos e algumas famílias de moradores, sob o comando de D. António de

40. Instruções a Estêvão Rodrigues Berrio e João Rodrigues, Lisboa, 27 de Setembro de 1514, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 16, doc. 19, pub. *SIHM*, I, 638-641.

41. Marcel Bataillon, «Le rêve de la conquête de Fès et le sentiment impérial portugais au XVIe siècle», *in Mélanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival*, Lisboa / Paris, Livraria Portugália / Belles-Lettres, 1945, pp. 31-39 (citação colhida na p. 36).

42. Sobre todo este processo que culminou com a tentativa de conquista de Marraquexe, em Abril de 1515, ver a síntese «Expédition contre Marraqueche, 23 avril 1515», *in SIHM*, I, pp. 687-692.

blerait le vide entre les possessions portugaises du nord et celles du sud, coupant ou, du moins, gênant, l'accès de Fès à la mer. C'est dans ce sens qui pointe la mission, dépêchée fin septembre 1514, avec le but d'étudier un site favorable à l'implantation d'une forteresse portugaise à l'embouchure du Sebou, à La Mamora, laquelle serait suivie d'une autre à Anfa[40].

5. Des ambitions déçues

Pourtant, le choc avec la réalité finirait par anéantir cet objectif de conquête, si souvent avorté et reporté, que Marcel Bataillon l'a qualifié comme « un mythe national et religieux, un rêve de croisade hérité du XVème siècle »[41].

En effet, les forces militaires portugaises subiraient bientôt leurs premiers revers.

En avril 1515, une attaque contre Marrakech aboutit à un échec. L'expédition, sous le commandement suprême de Nuno Fernandes de Ataíde, capitaine de Safi, et de D. Pedro de Sousa, capitaine d'Azemmour, avait un soutien important des troupes musulmanes alliées, 2500 hommes, et plus de 550 guerriers portugais. Mais contrairement à la passivité de l'émir de Marrakech lors des raids précédents, les troupes portugaises ont dû faire face à la défense et à la contre-attaque aguerries de l'émirat qui avait l'aide d'un des chérifs du Sous et d'un caïd du roi de Fès ainsi que de nombreux guerriers. Devant la contre-offensive imprévue de l'émirat, les portugais furent contraints de battre en retraite après environ quatre heures de combat. Sans de grosses pertes, il est vrai. Cependant, si le bilan de l'initiative n'a pas été désastreux, il fut néanmoins un échec[42].

Bien plus grave se montrera, des mois plus tard, en juin/août 1515, le résultat de la tentative de concrétiser le projet manuélin susmentionné de construire une forteresse à La Mamora. À cette fin, une armée de plus de 200 voiles, et d'environ 8000 hommes de guerre, ainsi que de marins, d'officiers mécaniciens et de quelques familles de résidents, a quitté le Portugal sous les ordres de D. António de Noronha. Le mau-

40. Instructions à Estêvão Rodrigues Berrio et João Rodrigues, Lisbonne, le 27 septembre 1514, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço, 16, doc. 19, pub. *SIHM*, I, 638-641.

41. Marcel Bataillon, « Le rêve de la conquête de Fès et le sentiment impérial portugais au XVIe siècle», *in Mélanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival*, Lisbonne / Paris, Livraria Portugália / Belles-Lettres, 1945, pp. 31-39 (citation prise p. 36).

42. Sur ce processus qui a abouti à la tentative de conquête de Marrakech, en avril 1515, voir le résumé « Expédition contre Marraqueche, 23 avril 1515 », *in SIHM*, I, pp. 687-692.

Noronha. A má escolha do local para construção da fortaleza permitiu que as forças muçulmanas, sob o comando de Muley Nacer, irmão do rei de Fez, colocassem o corpo expedicionário português à sua mercê e controlassem a foz do rio, isolando-o do mar. A situação tornou-se, assim, insustentável, levando a uma fuga precipitada dos portugueses e resultando num verdadeiro desastre. Calcula-se que cerca de 4.000 homens portugueses nela pereceram, além de se terem perdido dezenas de navios, muita artilharia e munições. Segundo Damião de Góis, foi a maior perda de gente e de munições de guerra que o rei D. Manuel I sofreu em todo o tempo de seu reinado[43].

A derrota de Mamora abalou profundamente o prestígio dos portugueses em Marrocos, afectando o seu relacionamento com as tribos muçulmanas aliadas. Como sublinha Pierre de Cenival, «celles-ci savent désormais que les armes portugaises peuvent être vaincues et qu'elles sont incapables de défendre efficacement les vassaux du Portugal en cas d'incursion du roi de Fès sur leur territoire»[44]. Mais grave ainda, teve o condão de reanimar a resistência muçulmana contras os cristãos invasores.

Mas os desaires portugueses não se ficaram por aqui. Em Maio de 1616, na sequência de expedição punitiva aos Montes Claros (Alto Atlas), a derrota portuguesa saldou-se pela morte de muitos nobres, entre os quais Nuno Fernandes de Ataíde. E, dois anos depois, em Fevereiro de 1518, viria também a morrer Bentafufa, assassinado às mãos dos muçulmanos, depois de as suas tropas terem caído numa cilada, durante visita à tribo dos Abda na Duquela.

Todos estes insucessos coincidem com a emergência de um novo potentado muçulmano, no Sul de Marrocos: o dos xarifes sádidas. Estes, beneficiando do apoio das confrarias religiosas com grande aceitação junto das camadas populares, protagonizaram o renascer do espírito de guerra santa (*jihad*), não só contra os «infiéis» cristãos, mas também contra aqueles, como os oatácidas, reis de Fez, acusados de oferecer pouca resistência aos invasores portugueses. Numa escalada vitoriosa de sul para norte, os sádidas conquistam a cidade de Marraquexe, em 1524 e, anos mais tarde, em 1549, o xarife Mohamede Xeque apodera-se de Fez, a capital do reino oatácida, concretizando a reunificação de Marrocos.

43. Damião de Góis, *Crónica do Felicissimo rei D. Manuel*, edição anotada e prefaciada por J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, parte III, cap. LXXVI, p. 246.

44. Pierre de Cénival, «L'expédition de La Mamora (juin-août 1515», *in SHIM*, I, 695-701 (citação colhida na p. 702).

vais choix de l'emplacement pour la construction de la forteresse a permis aux forces musulmanes, commandées par Moulay En-Naser, frère du roi de Fès, de contrôler l'embouchure du fleuve, l'isolant de la mer et, de ce fait, avoir le corps expéditionnaire portugais à sa merci. La situation est ainsi devenue intenable, entraînant la fuite précipitée des envahisseurs et dégénérant en un véritable désastre. On estime qu'environ 4000 hommes portugais y ont péri. Des dizaines de navires et beaucoup d'artillerie et de munitions y ont été perdues. Selon Damião de Góis, ce fut la plus grande perte de personnes et de munitions de guerre que le roi D. Manuel I eut à souffrir pendant toute la durée de son règne[43].

La défaite de La Mamora a profondément endommagé le prestige des Portugais au Maroc, affectant leurs relations avec les tribus musulmanes alliées. Comme le souligne Pierre de Cenival, « celles-ci savent désormais que les armes portugaises peuvent être vaincues et qu'elles sont incapables de défendre efficacement les vassaux du Portugal en cas d'incursion du roi de Fès sur leur territoire »[44]. Plus grave encore, cette défaite a pu relancer la résistance musulmane contre les chrétiens envahisseurs.

Mais les revers portugais ne s'arrêteraient pas là. En mai 1616, à la suite d'une expédition punitive à Monts Clairs (Haut-Atlas), la défaite portugaise entraîna la mort de nombreux nobles, dont Nuno Fernandes de Ataíde. Et, deux ans plus tard, en février 1518, Yahyā u Ta'fūft mourra également, assassiné aux mains de musulmans, après que ses troupes ont été prises dans un guet-apens lors d'une visite à la tribu des ʿAbda à la Doukkala.

Tous ces échecs coïncident avec l'émergence d'un nouveau potentat musulman dans le sud du Maroc : celui des chérifs sa'adiens. Ceux-ci, bénéficiant du soutien des confréries religieuses et d'une grande acceptation parmi les couches populaires, ont conduit à la renaissance de l'esprit de guerre sainte (*jihad*), non seulement contre les « infidèles » chrétiens, mais aussi contre ceux, comme les Wattâssides, rois de Fès, accusés d'offrir peu de résistance aux envahisseurs portugais. Dans une ascension victorieuse du sud au nord, les Sa'adiens conquirent la ville de Marrakech, en 1524 et, des années plus tard, en 1549, le chérif Muhammad el-Shaykh s'empara de Fès, la capitale du royaume wattâsside, concrétisant la réunification du Maroc.

43. Damião de Góis, *Crónica do Felicissimo rei D. Manuel*, édition annotée et préfacée par J. M. Teixeira de Carvalho et David Lopes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, partie III, chap. LXXVI, p. 246.

44. Pierre de Cénival, « L'expédition de La Mamora (juin-août 1515 », *in SHIM*, I, 695-701 (citation prise, p. 702).

Neste processo se inscreve o progressivo isolamento das praças meridionais portuguesas, como aliás já acontecia com as do Norte, desde os alvores do século XVI, sem a base de apoio indígena fundamental para a sua manutenção e sem possibilidades de irradiar a sua influência no país. A insustentabilidade desta situação, bem cedo fora percepcionada por Estêvão Rodrigues Bérrio, homem com experiência de várias missões em Marrocos. Em 1514, ele considerava que um ataque a Marraquexe só resultaria se os guerreiros portugueses fossem ajudados pelos mouros de pazes, utilizando as suas tendas para as deslocações, «pois – *escrevia ele* – os homens não podem sofrer andar três noites no campo, nem menos os cavalos, senão nas próprias alcaimas, que são as tendas dos mouros»[45].

Na sugestiva imagem de Oliveira Martins, os portugueses ficaram nas praças marroquinas «como a bordo das nossas naus; porém as naus iam, vinham, livremente pelos mares, multiplicando a força, distribuindo o castigo; ao passo que as praças da África eram pontões imóveis, ancorados, constantemente batidos pelas vagas da mourama tempestuosa»[46].

Nestas circunstâncias, foram-se agravando os encargos da sua manutenção por parte do Reino, os quais se traduziam por constantes abastecimentos de dinheiro e cereais e de socorros militares.

A tomada de Santa Cruz do Cabo de Guer, em Março de 1541, pelas tropas do xarife Mohamede Xeque, foi o sinal que conduziu D. João III a pôr em prática um programa de retracção da presença portuguesa que vinha planificando desde os finais da década de 1520. Assim, em Outubro desse mesmo ano e para prevenir a desonra de novas derrotas, ordena o abandono de Safim e de Azamor e, mais tarde, o de Alcácer Ceguer (1549) e de Arzila (1549/1550).

No sul de Marrocos, Mazagão ficou como única posição portuguesa, até meados do século XVIII, circunstância tanto mais curiosa quanto sabemos ter sido povoação que praticamente não foi contemplada pelo discurso eufórico da época.

Quanto a Azamor, o tempo que esteve sob domínio português – 28 anos – foi bem efémero, sobretudo tendo em conta a euforia e as expectativas que a sua conquista desencadeara.

Dans ce processus s'inscrit l'isolement progressif des places portugaises du sud, comme c'était d'ailleurs le cas des places du nord depuis l'aube du XVI^e siècle, sans la base de soutien indigène fondamentale pour son maintien et sans possibilité de faire rayonner son influence dans le pays. Une situation insoutenable très tôt perçu par Estêvão Rodrigues Bérrio, un homme ayant l'expérience de plusieurs missions au Maroc. En 1514, il était d'avis qu'une attaque sur Marrakech ne résulterait que si les guerriers portugais étaient aidés par les « maures de paix », utilisant leurs tentes pour voyager, « parce que – *écrivait-il* – les hommes ne peuvent supporter trois nuits en campagne, encore moins les chevaux, si ce n'est dans les *alcaimas*, qui sont les tentes des maures »[45].

Dans l'image suggestive d'Oliveira Martins, les portugais sont restés sur les places marocaines « comme à bord de nos navires ; mais les navires allaient, venaient, librement à travers les mers, multipliant leur force, distribuant le châtiment ; alors que les places d'Afrique étaient des pontons immobiles, ancrés, constamment battus par les vagues des maures impétueux »[46].

Dans ces circonstances, les coûts d'entretien du royaume ont augmenté, ce qui s'est traduit par des approvisionnements constants en argent, en céréales et en aide militaire.

La prise de Santa Cruz du Cap de Gué, en mars 1541, par les troupes du chérif Muhammad el-Shaykh, fut le signal qui conduisit D. João III à mettre en œuvre un programme de rétraction de la présence portugaise au Maroc qu'il prévoyait depuis la fin des années 1520. Ainsi, en octobre de la même année et pour éviter le déshonneur de nouvelles défaites, il ordonne l'abandon de Safi et de Azemmour et, plus tard, celui de Ksar Seghir (1549) et d'Asilah (1549/1550).

Dans le sud du Maroc, Mazagan demeura la seule position portugaise, jusqu'au milieu du XVIII^e siècle, circonstance d'autant plus curieuse que l'on sait que c'était un lieu presque omis par le discours euphorique de l'époque.

Quant à Azemmour, la période sous domination portugaise – 28 ans – fut de très courte durée, surtout compte tenu de l'euphorie et des expectatives que sa conquête avaient suscitées.

45. Carta de Estêvão Rodrigues Bérrio a D. Manuel, Tavira, 19 de Maio de 1514, ANTT, *Corpo Cronológico*, maço 5, n.º 39, pub. A. Baião, *Documentos*... cit. pp. 90-93; *SIHM*, I, pp. 552-558.

46. J. P. Oliveira Martins, *Os filhos de D. João I*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 265.

45. Lettre de Estêvão Rodrigues Bérrio à D. Manuel, Tavira, le 19 mai 1514, ANTT, *Corpo Cronológico*, maço 5, nº 39, pub. A. Baião, *Documentos*... cit. pp. 90-93; *SIHM*, I, pp. 552-558.

46. J. P. Oliveira Martins, *Os filhos de D. João I*, Lisbonne, Imprensa Nacional, 1891, p. 265.

Azamor entre 1513 e 1542: arquitetura e urbanismo

Azemmour entre 1513 et 1542 : architecture et urbanisme

Jorge Correia, Escola de Arquitetura, Arte e Design da Universidade do Minho; Lab2PT, Universidade do Minho
Ana Lopes, Lab2PT, Universidade do Minho; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

1. Preâmbulo

No Verão de 1513, D. Jaime, duque de Bragança ao comando de um poderosa armada, conquistou Azamor. Após o desembarque das forças na baía de Mazagão, o temor pela força de guerra portuguesa provocou a fuga das gentes daquela cidade muçulmana junto à foz do rio Morbeia e de outras vizinhas, como Tite ou Almedina (fig. 1). Iniciava-se, pois, uma ocupação física de uma povoação amuralhada despejada da sua população autóctone. O processo de instalação portuguesa passaria a escrever mais uma página, aliás habitual nos desenvolvimentos após tomadas militares de praças árabes e islâmicas no Norte de África – apropriação e retórica. Tal como em tantas outras conquistas no Algarve de Além-Mar – Ceuta, Tânger ou Arzila – ou na costa atlântica mais meridional – Safim –, também em Azamor se verificou um imediato aproveitamento das principais estruturas defensáveis, com vista à implementação de um atalho, e uma conversão do espaço religioso muçulmano em cristão.

1. Préambule

À l'été de 1513, D. Jaime, duc de Bragance à la tête d'une puissante armée, conquit Azemmour. Après le débarquement des forces dans la baie de Mazagan, la peur de la force de guerre portugaise provoqua la fuite de la population de cette ville musulmane vers l'embouchure du fleuve Oum er-Rbia et vers d'autres villes voisines, comme Tite ou Almedina (fig. 1). Commençait alors une occupation physique d'une localité fortifiée vidée de sa population autochtone. Le processus d'installation portugaise écrirait désormais une nouvelle page, d'ailleurs habituel lors des développements après les prises militaires de places arabes et islamiques en Afrique du Nord – appropriation et rhétorique. Comme dans beaucoup d'autres conquêtes en Algarve d'outre-mer – Ceuta, Tanger ou Asilah – ou sur la côte atlantique la plus méridionale – Safi –, on constate également à Azemmour une exploitation immédiate des principales structures défendables, en vue de la mise en œuvre d'un *atalho* [réduit] et d'une conversion de l'espace religieux musulman en un espace chrétien.

Fig. 1 – Vista da medina de Azamor, desde o rio Morbeia. / Vue de la médina d'Azemmour, depuis le fleuve Oum er-Rbia.

2. A cidade pré-portuguesa

> «(...) e sua grandeza amostra as muitas mjzquitas grandes e honradas e de grandes edefiçios que nella ha, (...); e os muros d esta cidade sam muuy fortes, e há nelles lxxx torres de gramde alltura e forteleza (...)»[1].

Apesar de algum exagero perceptível na descrição aquando da conquista, é possível caracterizar Azamor como uma cidade alongada na margem sul do rio, a alguns quilómetros da foz, desenhando um rectângulo imperfeito, cujo contorno era definido por fortes muralhas defendidas por torreões e cujo interior era pontuado por edifícios de grande escala.

Porém, já então Azamor havia sofrido processos intensos de crescimento e redução urbanos no período pré-português. As vastas planícies cerealíferas nas duas margens do rio eram atravessadas por caravanas comerciais que aportavam vestuário e cavalos a uma cidade, que contava com cerca de mil habitantes no início do século XVI mas que havia albergado cerca de 12000 nos seus tempos de maior prosperidade[2]. Depois do período áureo entre os séculos XII e XIII, quando a cidade ocupava uma área substancialmente vasta, o seu perímetro foi reduzido antes da chegada dos portugueses. Para compreender a evolução urbana desta medina torna-se necessário observar o sistema que lhe confere a noção de organismo encerrado, ou seja, as suas muralhas.

Através de imagem aérea ou do levantamento dos vestígios sobreviventes, é possível desenhar um longo perímetro circular que circunscreve o que hoje é grande parte da extensão extra-muros da cidade e que passa junto ao mausoléu de Sidi Bou Chaib, um local de memória logicamente situado, com seu cemitério, fora de muros então (fig. 2). Simultaneamente, quer cartografia do século XX, quer fotografias antigas, provam a existência de uma grande porta islâmica em cotovelo junto à actual Porta de Almedina, na altura o acesso mais importante ao interior amuralhado e hoje ainda o principal ponto de comunicação entre os bairros intra e extra-muros.

Uma segunda fase islâmica encurtou esta superfície para um rectângulo aproximado, hoje conhecido

1. A descrição corresponde à narração efectuada na Notícia da conquista da cidade de Azamor e da sua importância..., de 1513 (ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 13, doc. 60), in *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo, ácerca das navegações e conquistas portuguezas,* Lisboa, Academia das Sciências de Lisboa / Imprensa Nacional, 1892, p. 293.

2. Número avançado pelos muçulmanos a Valentim Fernandes, *Description de la côte d'Afrique de Ceuta au Sénegal par Valentim Fernandes (1506/1507)*, Paris, Librairie Larose, 1938, p. 28.

2. La ville préportugaise

> « [(...) et sa grandeur montre les nombreuses mosquées, grandes et honorables, et les grands bâtiments qui s'y trouvent (...) ; et les murs de cette ville sont très forts et il y en a 80 tours de grande hauteur et robustesse (...)] »[1].

Malgré une certaine exagération apparente dans la description de la conquête, il est possible de caractériser Azemmour comme une ville allongée sur la rive sud du fleuve, à quelques kilomètres de l'embouchure, dessinant un rectangle imparfait, dont le contour était défini par de solides murailles défendues par des tourelles et dont l'intérieur était ponctué par des bâtiments de grande échelle.

Cependant, Azemmour avait déjà subi d'intenses processus de croissance et de réduction urbaine dans la période préportugaise. Les vastes plaines céréalières sur les deux rives du fleuve étaient traversées par des caravanes commerciales qui apportaient des vêtements et des chevaux à une ville qui comptait environ un millier d'habitants au début du XVI[e] siècle, mais qui en avait abrité environ 12 000, à son époque la plus prospère[2]. Après la période d'or, entre les XII[e] et XIII[e] siècles, lorsque la ville occupait une très vaste superficie, son périmètre fut réduit avant l'arrivée des Portugais. Pour comprendre l'évolution urbaine de cette médina il convient d'observer le système qui lui confère la notion d'organisme fermé, c'est-à-dire, ses murailles.

Grâce à une image aérienne ou à la liste des vestiges survivants, il est possible de dessiner un long périmètre circulaire qui circonscrit ce qui est aujourd'hui une grande partie de l'extension extra-muros de la ville et passe près du mausolée de Sidi Bou Chaib, un lieu de mémoire logiquement situé, avec son cimetière qui se trouvait alors à l'extérieur des murs (fig. 2). Simultanément, tant la cartographie du XX[e] siècle que les photographies anciennes prouvent l'existence d'une grande porte islamique en coude près de l'actuel *Porta de Almedina* [Porte de l'Almedina], qui constituait à l'époque l'accès le plus important à l'intérieur fortifié et qui est encore aujourd'hui le principal point de communication entre les quartiers à l'intérieur et à l'extérieur des murs.

Une deuxième phase islamique réduisit cette surface à un rectangle approximatif, connu de nos jours sous

1. La description correspond au récit de la nouvelle de la conquête de la ville d'Azemmour et à son importance..., 1513 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-13-60), in *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo, ácerca das navegações e conquistas portuguezas*, Lisbonne, Academia das Sciências de Lisboa / Imprensa Nacional, 1892, p. 293.

2. Nombre fourni par les musulmans à Valentim Fernandes, *Description de la côte d'Afrique de Ceuta au Sénegal par Valentim Fernandes (1506/1507)*, Paris, Librairie Larose, 1938, p. 28.

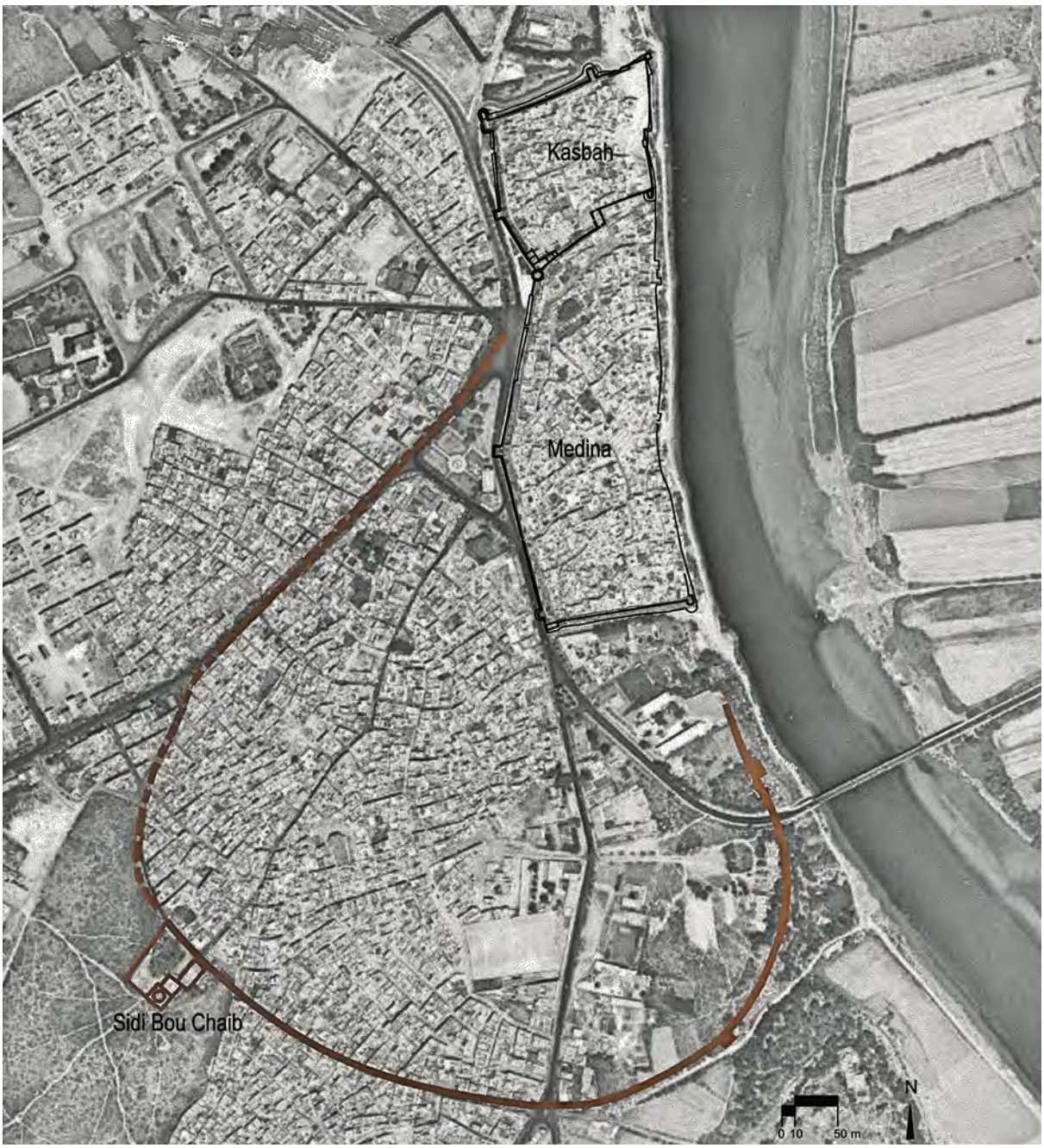


Fig. 2 – Vista aérea de Azamor (adaptada de Google Earth) com indicação do provável perímetro islâmico. / Vue aérienne d'Azemmour (adaptée du Google Earth), avec l'indication du périmètre islamique probable.

como Medina ou centro histórico de Azamor. A nova muralha seria pontuada por várias torres quadrangulares com tipologia idêntica às ainda presentes no lado ocidental.

Assim, quando os portugueses chegaram à cidade, esta era consideravelmente mais pequena que a área primitiva. Alguma perda de dinamismo de centros urbanos da região provocou o declínio da cidade, refortificada mas com dimensões muito inferiores. A única representação visual coeva é gravura de Braun da sua obra *Civitates Orbis Terrarum*[3] (fig. 3), certa-

3. Gravura do início do século XVI, in Georg Braun, Frans Hogenberg, Simon Novellanus, *Civitates Orbis Terrarum*, Colónia, Philippus Galleus, 1572.

le nom de médina ou centre historique d'Azemmour. Le nouveau mur serait jalonné de plusieurs tours quadrangulaires ayant les mêmes typologies que celles qui existent encore du côté occidental.

Ainsi, lorsque les Portugais sont arrivés dans la ville, celle-ci était beaucoup plus petite que la zone primitive. Une certaine perte de dynamisme des centres urbains de la région avait provoqué le déclin de la ville, de nouveau fortifiée, mais avec des dimensions très inférieures aux précédentes. La seule représentation visuelle contemporaine est la gravure de Braun dans son œuvre *Civitates Orbis Terrarum*[3] (fig. 3), cer-

3. Gravure du début du XVI[e] siècle, in Georg Braun, Frans Hogenberg, Simon Novellanus, *Civitates Orbis Terrarum*, Cologne, Philippus Galleus, 1572.

Fig. 3 – *Azaamurum*, no *Civitates Orbis Terrarum*, vol. I, fl. 57. / *Azaamurum*, dans le *Civitates Orbis Terrarum*, vol. I, fl. 57.

mente copiada de um original do início do século XVI, quiçá o desenho perdido que Duarte de Armas debuxou durante a expedição que acompanhou às barras de Larache, Mamora, Salé e Azamor, em 1507[4], para desenhar a foz dos rios Lucos, Cebu, Bou Regreg e Morbeia, respectivamente. Mostra uma muralha urbana interrompida por diversas torres em torno de uma cidade na qual múltiplos minaretes podem ser observados. Os ângulos da cidade voltados para o rio eram assinalados por espigões torreados na extremidade. Esta imagem representa Azamor imediatamente antes da chegada dos portugueses, contendo aproximadamente os mesmos nove hectares da actual medina. Por conseguinte, a cidade árabe, durante o período de vassalagem a Portugal a partir de 1486, obriria uma mancha sensivelmente semelhante, senão igual, à da actual medina de Azamor. Tendo a cidade um contrato de suserania com a Coroa portuguesa desde então, os portugueses detiveram uma posição privilegiada para compreender melhor o seu funcionamento e a sua disposição a partir da feitoria aí instalada então.

Depois da conquista, foi necessário intervir de modo mais impositivo na povoação, organizando-a e fortificando-a. A urgência recaía no fortalecimento de pontos defensáveis adaptando algumas das torres preexistentes e reforçando as muralhas com baluartes[5]. Ordens claras de redução do número efectivo de militares, no ano seguinte à conquista[6], cedo impuseram uma defesa compensada pela efi-

tainement copiée à partir d'un original du début du XVI[e] siècle, peut-être le dessin perdu que Duarte de Armas avait ébauché au cours de l'expédition qu'il a accompagnée aux barres de Larache, Mamora, Salé et Azemmour en 1507[4], afin de dessiner l'embouchure du Loukos, du Sebou, du Bou Regreg et de l'Oum er-Rbia, respectivement. Il présente une muraille urbaine interrompue par plusieurs tours autour d'une ville où l'on observe la présence de plusieurs minarets. Les angles de la ville tournés vers le fleuve étaient signalés par des brise-lames flanqués de tours à leur extrémité. Cette image représente Azemmour immédiatement avant l'arrivée des Portugais, contenant environ les mêmes neuf hectares de l'actuelle médina. Par conséquent, la ville arabe, au cours de la période de vassalité au Portugal, à partir de 1486, couvrirait une tache urbaine à peu près semblable, si ce n'est égal, à celle de l'actuelle médina d'Azemmour. La ville ayant, depuis lors, un contrat de suzeraineté avec la couronne portugaise, les Portugais eurent ainsi une position privilégiée pour mieux comprendre son fonctionnement et sa disposition grâce à la factorerie qui y fut alors installée.

Après la conquête, il fut nécessaire d'intervenir plus énergiquement dans la localité, en l'organisant et en la fortifiant. L'urgence était de renforcer les points défendables en adaptant quelques-unes des tours préexistantes et en renforçant les murailles avec des bastions[5]. Des ordres clairs pour réduire le nombre effectif de militaires dans l'année qui suivit la conquête[6] ont très tôt imposé une défense compensée

4. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Nova edição conforme a primeira de 1566, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1953, parte II, p. 91.

5. Robert Ricard, «Sur la chronologie des fortifications portugaise d'Azemmour, Mazagan et Safi», *in Congresso do Mundo Português*, Lisboa, [s.n.], 1940, vol. III, p. 108.

6. «Estevam Rodriguez Berrio chegou a esta cidade a oyto dias do mes de fevereiro, com recado de Vosa Alteza a Dom Joam que se fosse e que me deixasse trezentas lanças e trezentos besteiros e

4. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Nova edição conforme a primeira de 1566, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1953, parte II, p. 91.

5. Robert Ricard, « Sur la chronologie des fortifications portugaise d'Azemmour, Mazagan et Safi », *in Congresso do Mundo Português*, Lisbonne, [S.n.], 1940, vol. III, p. 108.

6. Lettre de Rui Barreto à D. Manuel I, Azemmour, le 21 février 1514 (ANTT, *Cartas dos Governadores*, nº 114), *in SIHM*, *Portugal*, vol. I, 489-501.

cácia do sistema arquitectónico a montar, sobretudo no que dizia respeito à redução da área e perímetro a manter (fig. 4).

par l'efficacité du système architectonique à monter, surtout en ce qui concerne la réduction de la superficie et du périmètre à maintenir (fig. 4).

Fig. 4 – Marcação da zona do *atalho* português na actual medina de Azamor. / L'*atalho* portugais dans l'actuelle médina d'Azemmour.

3. O atalho

«(...) faras huum muro de taipa com seu fermigao de call doyto palmos em larguo E vimte em alto o peitorill que sera de dous palmos e meio ou tres de larguo aquella altura que la bem parecer ao Capitam (...), as ameias serom de vimte palmos em larguo e tera alicerçe todo de pedra e barro ate amdar da terra e sera de boa pedra e grosa por mais fortaleza da obra. E sera o dito aliçerce de dez palmos e em çima de quall vira o dito muro doyto palmos em largo como em çima dito hee pera ficar de cada parte do muro huum palmo de Releixo pera o muro estribar e ficar mais forte»[7].

3. L'*atalho*

« [(...) Tu feras un mur en pisé avec sa maçonnerie à la chaux d'une largeur de huit empans et d'une hauteur de vingt, le parapet aura deux empans et demi ou trois de largeur avec la hauteur jugée convenable par le Capitaine (...), les créneaux auront une largeur de vingt empans, et sa fondation sera entièrement en pierre et en argile jusqu'au niveau du sol et elle aura une pierre de bonne qualité et d'une épaisseur suffisante pour une meilleure solidité de l'ouvrage. Et ladite fondation aura dix empans sur laquelle reposera ledit mur d'une largeur de huit empans, comme indiqué ci-dessus, afin de laisser de chaque côté du mur un empan saillant, pour renforcer le mur et le rendre plus fort (...)] »[7].

cem espingardeiros» - carta de Rui Barreto a D. Manuel I, Azamor, 21 de Fevereiro de 1514 (ANTT, *Cartas dos Governadores*, n.º 114), *in SIHM*, *Portugal*, vol. I, 489-501.

7. Regimento da obra do muro e atalho da cidade dezamor, 11 de Setembro de 1517 (ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 16 – Leis e Regimentos de D. Manuel, fls. 22v-23v), *in* Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, «Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor», *in Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, 1970, pp. 147-148.

7. [Règlement de l'ouvrage du mur et de l'*atalho* de la ville d'Azemmour], du 11 septembre 1517 (ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 16 – Leis e Regimentos de D. Manuel, fls. 22v-23v), *in* Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, « Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor », *in Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, 1970, pp. 147-148.

Nestas indicações podem ler-se ordens precisas para a construção do muro do atalho azamorense. Integram o «Regimento da obra do muro e atalho da cidade desamor» aprovado em Lisboa corria o ano de 1517. Porém, a questão em torno da realização de um atalho esteve em discussão desde os primeiros dias da tomada portuguesa. Ocupada no final do Verão, rapidamente o assoreamento da barra do rio se colocou como uma das principais razões que levaria a um re-equacionamento da sustentabilidade da praça tal como se apresentava à data da conquista[8].

Impunha-se um atalho, ou seja, a introdução de uma muralha secante à cidade herdada que diminuísse o seu perímetro e área. Implicaria, por conseguinte, o arrasamento da área em excesso que se passaria a denominar de vila velha e a eleição da porção para a instalação do castelo português. Francisco Danzilho participara na tomada da cidade. A sua opinião terá sido certamente válida nas primeiras propostas para a praça azamorense, devido à sua experiência noutras praças africanas[9]. Terá feito um desenho da cidade que encontraram, a mando de D. Jaime, que explicava ao rei a dificuldade em manter a cidade na sua totalidade. Solicitava que se fizesse um atalho, aliás como já acontecera noutras praças. O seu traçado e definição da área a reduzir foram alvo de discussão e de disputa de opiniões entre os responsáveis pela praça para, só em 1517, chegarem as ordens do rei.

Embora a espera pelo regimento do monarca (para decidir como se deveria proceder) e o desenho inicial de Danzilho provarem que havia comunicação entre a praça e a metrópole, acordando numa posição firme e dominante da corte, muitas eram as questões decididas no local. Seria entre os irmãos Diogo e Francisco de Arruda, mestres-de-obras, e os capitães da praça que se protagonizariam as decisões sobre a reconstrução da vila de Azamor.

Desde os finais de 1513 que D. João de Meneses, capitão do campo de Azamor, apresentara ao monarca português a proposta que vingaria como traçado do muro de atalho: «(…) Asy que, de meu comselho, nam faria o muro senam todo direito do castelo a mez-

8. «(…) Dê V. A. grande presa atalhar esta cidade, e estará aquy a gemte de melhor vomtade, porque esta barra atromenta todos, que des canto ha que aquy estamos, aimda nam ouve mais marees pêra sairem navios grandes senam hũua soo (…)» – carta do Duque de Bragança a D. Manuel I, Azamor, 30 de Setembro de 1513 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-13-62), *in Documentos do Corpo Chronologico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*, ed. António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, pp. 57-59.

9. Vergílio Correia, *Lugares Dalêm: Azemôr, Mazagão, Çafim*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1923, p. 34. Francisco Danzilho trabalhou na actualização das defesas das quatro praças portuguesas no norte de África – Ceuta, Alcácer Ceguer e Tânger no estreito de Gibraltar e ainda Arzila já na costa atlântica, entre 1511 e 1514.

Dans ces indications, on peut lire des ordres précis pour la construction du mur de l'*atalho* d'Azemmour. Elles intègrent un règlement approuvé à Lisbonne au cours de l'année 1517. Cependant, la question autour de la réalisation d'un *atalho* fut l'objet de discussions dès les premiers jours de la prise portugaise. La ville ayant été occupée à la fin de l'été, l'ensablement de la barre du fleuve est très vite apparu comme l'une des principales raisons qui conduiraient à une nouvelle analyse de la durabilité de la place telle qu'elle était à l'époque de la conquête[8].

La construction d'un *atalho* s'imposait donc, c'est-à-dire, qu'il fallait introduire une muraille sécante à la ville héritée qui diminuerait son périmètre et son aire. Cela impliquerait par conséquent, le rasement de la zone excédante que l'on appellerait désormais de vieille ville et la prise de décision quant à la portion destinée à l'installation du château portugais. Francisco Danzilho avait participé à la prise de la ville. Son avis a sans doute été pris en compte dans les premières propositions pour la place d'Azemmour, en raison de son expérience dans d'autres places africaines[9]. Il aurait fait, à la demande de D. Jaime, un dessin de la ville qu'ils ont trouvée qui expliquait au roi la difficulté de maintenir la ville dans son intégralité. Il sollicitait la réalisation d'un *atalho*, comme cela était d'ailleurs arrivé dans d'autres places. Son tracé et la délimitation de la zone à réduire firent l'objet de discussions et de conflits d'opinions entre les responsables de la place, et ce, alors que les ordres du roi ne sont arrivés qu'en 1517.

Bien que le règlement du roi (pour décider la manière dont il fallait procéder) et le dessin initial de Danzilho prouvent qu'il y avait en effet une communication entre la place et la métropole, reposant sur une position ferme et dominante de la Cour, de nombreuses questions étaient cependant résolues sur place. Les frères Diogo et Francisco Arruda, maîtres d'œuvre, et les capitaines de la place auraient été les principaux acteurs des décisions prises au sujet de la reconstruction de la ville d'Azemmour

De fait, dès la fin de l'année 1513, D. João de Meneses, capitaine du camp d'Azemmour, avait présenté au monarque portugais la proposition du tracé du mur de l'*atalho* qui finirait par être retenue : « [mon conseille c'est de ne faire qu'un mure tout droit entre le château

8. Lettre du duc de Bragança à D. Manuel I, Azemmour, le 30 septembre 1513 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-13-62), *in Documentos do Corpo Chronologico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*, éd. António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, pp. 57-59.

9. Vergílio Correia, *Lugares Dalêm: Azemôr, Mazagão, Çafim*, Lisbonne, Tipografia do Anuário Comercial, 1923, p. 34. Francisco Danzilho a travaillé sur la mise à jour des défenses des quatre places portugaises en Afrique du Nord – Ceuta, El-Ksar es-Seghir et Tanger dans le détroit de Gibraltar et aussi à Asilah sur la côte atlantique entre 1511 et 1514.

quyta ou hygreija (...)»[10] (fig. 5). Opiniões diferentes tinham Rui Barreto, capitão da vila, e Pêro Correia, enviado do rei para tratar do atalho, defendendo um muro que abarcasse ainda uma porção de casas herdadas[11]. A opção de Meneses foi a seleccionada e o novo braço do castelo estendeu-se perpendicular-

et la mosqué ou êglise] »[10] (fig. 5). Rui Barreto, capitaine de la ville, et Pêro Correia, envoyé par le roi pour traiter la question de l'*atalho,* exprimaient des opinions différentes et défendaient la construction d'un mur qui inclurait également une portion des maisons héritées[11]. L'option retenue fut celle de Meneses et

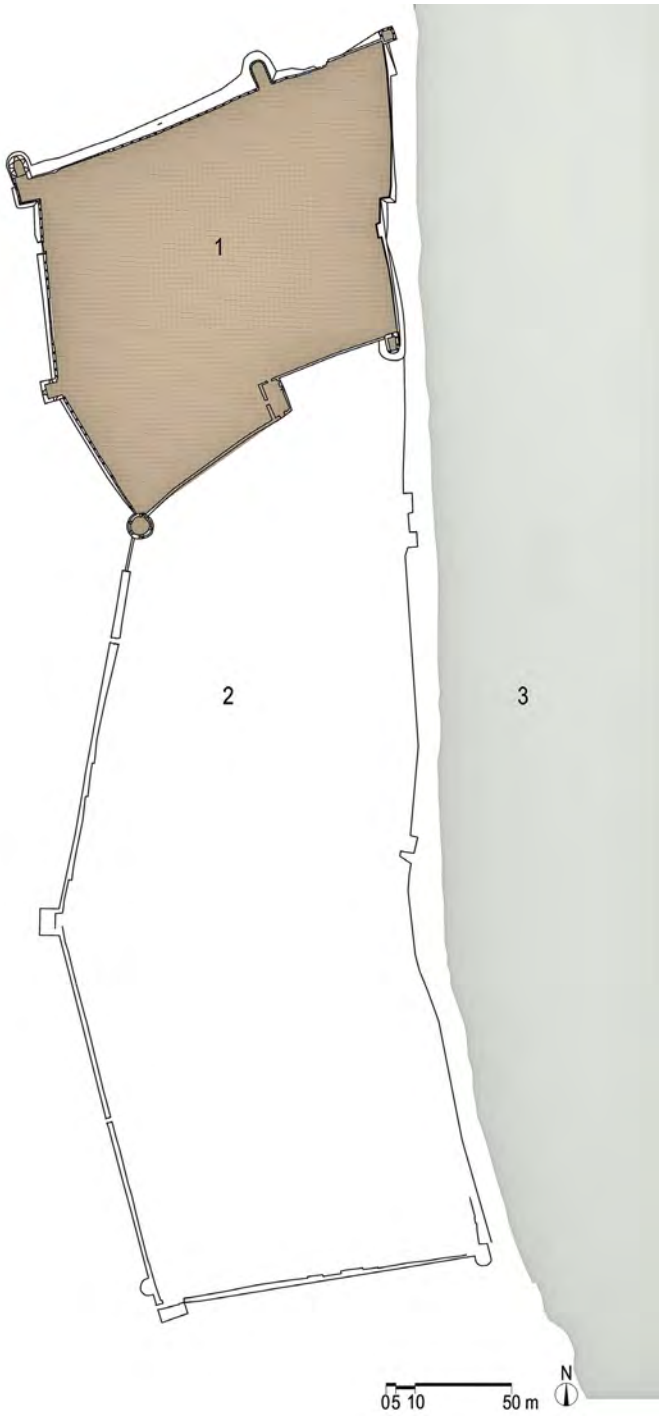


Fig. 5 – Planta de Azamor, com identificação do atalho: / Plan d'Azemmour, avec l'identification de l'atalho :
1. Castelo português – Vila nova / Château portugais – ville nouvelle ; 2. Vila velha / Vieux village; 3. Rio Morbeia / Fleuve Oum er-Rbia.

10. Carta de João de Meneses a D. Manuel I, Azamor, 1/9 de Dezembro de 1513 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-14-4), *in Documentos do Corpo Chronologico*... cit., pp. 459-467.

11. «(...) E eu, Senhor, sam a hiso muy contrario, porque o queria tam direito (...)» sublinhava D. João de Meneses na mesma carta, uma vez que implicava a construção de trinta a quarenta braças adicionais no muro do atalho para contemplar tal propósito.

10. Lettre de João de Meneses à D. Manuel I, Azemmour, le 1-9 décembre 1513 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-14-4), *in Documentos do Corpo Chronologico*... cit., pp. 459-467.

11. Dans la lettre au roi de 1-9 décembre 1513, D. João de Meneses était vraiment contraire à cette proposition, puisque cela impliquait la construction de trente à quarante brasses supplémentaires sur le mur de l'*atalho* si l'on tenait compte de ce propos.

mente à mancha urbana herdada pelos portugueses, ou seja, do campo ao rio, desenhando uma inflexão na antiga mesquita convertida em igreja. Em síntese, a escolha da zona onde se recolheriam as forças portuguesas pendeu para o topo norte da urbe islâmica encontrada, mais próxima da foz, aproveitando-se da delimitação feita pela cerca pré-existente nos segmentos leste, norte e oeste.

Enquanto as ordens para a deslocalização de gente da vila velha para o castelo, e o respectivo desmantelamento das casas, não chegassem de Lisboa, as obras avançavam no perímetro amuralhado do castelo. Na sua extremidade de terra construía-se o baluarte circular de S. Cristóvão, enquanto que o dente do atalho ficaria marcado pelo baluarte rectangular da Vila, Castelo, Sertão ou Campo, que incluía uma igualmente denominada porta. A extremidade sobranceira ao rio era rematada por outro baluarte, apontado e semicircular (fig. 6).

Se o aproveitamento de cerca de três quartos de muralha islâmica veio, essencialmente, introduzir melhorias defensivas nos seus ângulos, já a muralha do atalho era obra nova. Ainda hoje separa fisicamente o bairro da Kasbah/Mellah do resto da medina intramuros de Azamor. Os pormenores de medidas dadas pelo «Regimento da obra do muro e atalho da cidade desamor» são claros e podem ainda ser observados nas estruturas remanescentes.

Verifica-se que, planimetricamente, as larguras sugeridas pelo regimento são bastante aproximadas da obra feita, correspondendo a 1,50m para a espessura do muro, apenas menos cerca de 0,26m em relação aos 8 palmos sugeridos no *Regimento*[12]. A diferença em relação à espessura actual pode estar relacionada com alguma erosão e desgaste visíveis nas porções de muro pelo lado interior do Castelo. O mesmo acon-

le nouveau bras du château s'étendit perpendiculairement à la tache urbaine héritée par les Portugais, autrement dit, de la campagne jusqu'au fleuve, dessinant une inflexion dans la vieille mosquée transformée en église. En définitive, le choix de la zone où les forces portugaises se recueilleraient pencha vers l'extrémité nord de la ville islamique rencontrée, plus proche de l'embouchure, profitant ainsi de la démarcation faite par l'enceinte préexistante dans les segments est, nord et ouest.

Tant que les ordres pour la délocalisation de gens de la vieille ville vers le château fort et pour le démantèlement respectif des maisons n'arriveraient pas de Lisbonne, les travaux avançaient dans le périmètre fortifié du château. À l'extrémité de sa terre, on construisait le bastion circulaire de *S. Cristóvão* [Saint Christophe] tandis que la dent de l'*atalho* serait marquée par le bastion rectangulaire de la *Vila* [ville] *Castelo* [château], et *Sertão* ou *Campo* [campagne], qui comprenait également ce qu'on appelait une porte. L'extrémité qui surplombait le fleuve était pourvue d'un autre bastion, pointé et semi-circulaire (fig. 6).

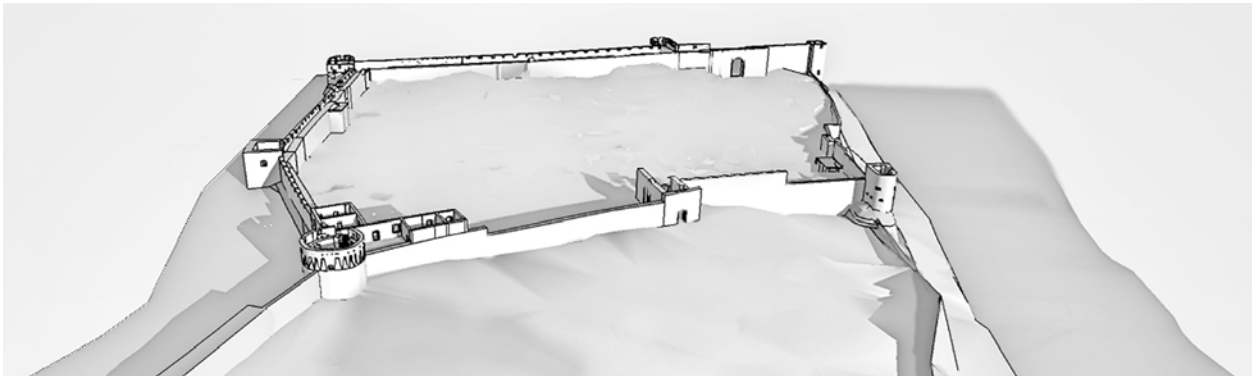


Fig. 6 – Modelo 3D do atalho português. / Modèle 3D de l'*atalho* portugais.

Si la réutilisation d'environ trois quarts de muraille islamique est venue essentiellement introduire des améliorations défensives à ses angles, la muraille de l'*atalho* était quant à elle une toute nouvelle construction. Aujourd'hui encore, elle sépare physiquement le quartier de la Kasbah/Mellah du reste de la médina intramuros d'Azemmour. Les détails des mesures données par le règlement de l'*atalho* sont clairs et peuvent encore être observés dans les structures restantes. On constate que, du point de vue planimétrique, les largeurs suggérées par le règlement sont très proches des largeurs des travaux effectués, correspondant à 1,50m pour l'épaisseur de la muraille, soit à peine environ 0,26m de moins que les huit empans figurant dans le règlement[12]. La différence par rapport

12. Utiliza-se aqui o sistema métrico craveiro: palmo (correspondente a cerca de 0,22m), vara (igual a 1,1m) e braça (2,2m). Ver Rui Maneira Cunha, *As medidas na arquitectura, séculos XIII-XVIII. O estudo de Monsaraz*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2003, p. 34.

12. Nous utilisons ici le système métrique *craveira* : empan (correspondant à environ 0,22 m), une *vara* (égal à 1,1 m) et une *braça* (brasse) (2,2 m). Voir Rui Maneira Cunha, *As medidas na arquitectura, séculos XIII-XVIII. O estudo de Monsaraz*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2003, p. 34.

tece numa avaliação do atalho em altura, visto o seu remate superior já não existir. O peitoril ameado referido no documento e que constituiria um resguardo em relação a um caminho de ronda que se crê ter existido, já não se consegue vislumbrar na ruína à qual se adossaram, entretanto, diversas construções. Apesar de algum grau de destruição e encobrimento, algumas marcas do arranque do adarve e alambor fazem crer numa distribuição uniforme da secção vertical da muralha organizada da seguinte forma, do topo para a base: peitoril servindo caminho de ronda; muro com 8 palmos de espessura e 10 de altura, de acordo com Regimento, e os 4,4 metros da estrutura sobrevivente, construído em taipa reforçada por uma argamassa de cal; base do muro com 10 palmos de espessura e outros tantos de altura, composto por pedra e argila. Desta análise resulta uma obra bastante fidedigna em relação às ordens dadas pelo rei.

Para além destas características, outras parecem ter assistido ao seu desenho em perfil. Constata-se uma subdivisão em cinco partes aproximadamente iguais numa proporção de três para dois: três porções para o extremo poente, do arranque do baluarte de S. Cristóvão até ao Baluarte da Porta da Vila, inclusivamente, e duas partes daí até ao Baluarte do Rio. Sem haver qualquer referência a esta métrica na missiva de D. Manuel I, terão sido os mestres a decidi-lo no local, demonstrando o entendimento racional que tinham em relação à obra militar que se pretendia eficaz e em estado de defesa.

O regimento vinha confirmar as primeiras propostas de traçado, continuando o plano do atalho a ser posto em marcha durante o ano seguinte de 1518, conforme corroboram os contractos do vedor das obras de então, António Fernandes[13]. O atalho deve aqui ser entendido como a total adaptação de Azamor a um castelo/vila para portugueses, e não apenas a construção do muro que separava vilas nova e velha, a porção de cidade excluída pelo processo.

4. O castelo português

O muro do atalho corresponde a apenas um dos lados do quadrilátero imperfeito mantido pelos portugueses em Azamor. O recinto do castelo português encerrava-se a ocidente por uma muralha ligeiramente flectida, nas extremidades da qual se destacavam os baluartes de S. Cristóvão e do Raio (fig. 7).

13. Receita, despesa e contratos do vedor das obras, António Fernandes (1517/1518), ANTT, *Núcleo Antigo*, cód. 751, fls. 141 e 145v, transcrição de Rui Henriques, publicada no 2.º volume desta obra.

à l'épaisseur actuelle peut être liée à une certaine érosion et une certaine usure visibles dans des portions de murailles du côté intérieur de la forteresse. Il en est de même dans une évaluation de l'*atalho* en hauteur, vu que sa finition supérieure n'existe déjà plus. Le rebord crénelé mentionné dans le document, et qui constituerait une protection pour un chemin de ronde que l'on croit avoir existé, n'est plus visible aujourd'hui dans les ruines sur lesquelles se sont entre-temps appuyées plusieurs constructions. Malgré un certain degré de destruction et d'ensevelissement, certaines marques du départ du chemin de ronde et de la partie renforcée en saillie à la base de la muraille font croire à une distribution uniforme de la section verticale de la muraille organisée comme suit, de haut en bas : un rebord desservant le chemin de ronde ; un mur avec 8 empans d'épaisseur et 10 de hauteur, conformément au Règlement, et les 4,4 mètres de la structure survivante, construit en torchis renforcé par un mortier de chaux ; la base du mur avec dix empans d'épaisseur et dix de hauteur composée de pierre et d'argile. Cette analyse montre un ouvrage très fiable par rapport aux ordres donnés par le roi.

En plus de ces caractéristiques, d'autres caractéristiques semblent avoir contribué à son dessin en profil. On constate une subdivision en cinq parties approximativement égales dans un rapport de trois pour deux, trois parties vers l'extrême ouest, au départ du bastion de *S. Cristóvão* jusqu'au bastion de la *Porta da Vila* [Porte de la ville], inclusivement, et deux parties à partir de là jusqu'au *Baluarte do Raio* [Bastion du Rayon]. Sans aucune référence à cette métrique dans la lettre de D. Manuel I, ce serait, en fait, les maîtres d'œuvre qui auraient été à l'origine de cette décision, ce qui montre la compréhension rationnelle qu'ils avaient concernant l'ouvrage militaire qui se voulait efficace et en état de défense.

Le Règlement venait confirmer les premières propositions du tracé, le plan de l'*atalho* continuant d'être exécuté au cours de l'année suivante, en 1519, comme le confirment les contrats de l'intendant des travaux d'alors, António Fernandes[13]. L'*atalho* doit être ici entendu comme l'entière adaptation d'Azemmour en un château/ville pour des Portugais, et pas seulement la construction du mur qui séparait les villes nouvelle et vieille, la portion de la ville exclue par le processus.

4. Le château fort portugais

Le mur de l'*atalho* correspond uniquement à l'un des côtés du quadrilatère imparfait maintenu par les Portugais à Azemmour. L'enceinte du château portugais se fermait à l'ouest par une muraille légèrement

13. [Recettes, dépenses et contrats de l'intendant des travaux], António Fernandes (1517/1518), ANTT, *Núcleo Antigo*, cód. 751, fls. 141 e 145v, transcription de Rui Henriques, publiée au 2e volume de cet ouvrage.

Deste último lançava-se uma cortina recta em direcção ao rio, reforçada por alambor que, por sua vez, ajudava a cavar o fosso seco. A escavação deste havia sido uma preocupação desde os primeiros planos de apropriação, tendo-se iniciado logo no mês de Dezembro de 1513[14]. A muralha norte era interrompida por um baluarte de planta em U e terminava numa torre quadrangular de arestas curvas, hoje apenas com base de origem portuguesa. Neste ponto estivera outrora o ângulo noroeste da cidade muçulmana, na extremidade do qual partia um espigão ou couraceta para o rio. A muralha setentrional portuguesa articulava-se com uma frente de rio que revia o contorno pré-existente ao introduzir duas inflexões ou dentes, menos denunciados que o Baluarte da Vila mas importantes para a protecção da Porta da Ribeira. Juntamente com a Porta da Vila, conformavam as únicas permeabilidades do novo complexo acastelado português (fig. 8).

A concentração dos esforços dos mestres Arruda recaiu, em particular, na edificação dos baluartes de S. Cristóvão e do Raio, voltados para o termo da vila e considerados suficientes para assegurar a sua defesa desde que apetrechados com bombardas poderosas[15]. O primeiro era mesmo descrito como «(...) hũa das formosas peças que no mundo pode ser (...)» pela capitão da vila. Durante o ano de 1514, os trabalhos progrediram de tal forma bem que, os dois mestres das obras puderam programar o início da edificação do castelo na vizinha Mazagão[16], três léguas a sul.

fléchie aux extrémités de laquelle apparaissaient les bastions de *S. Christóvão* et *do Raio* (fig. 7). Une courtine droite partait de ce dernier en direction du fleuve, renforcée par la contrescarpe qui, à son tour, aidait à creuser le fossé sec. L'excavation de celui-ci, qui avait commencé dès le mois de décembre 1513[14], avait été un sujet de préoccupation depuis les premiers plans d'appropriation. La muraille nord était interrompue par un bastion en U et se terminait par une tour quadrangulaire aux arêtes courbées, aujourd'hui reposant à peine sur une base portugaise. À cet endroit se trouvait autrefois l'angle nord-ouest de la ville musulmane, de l'extrémité duquel partait un brise-lames ou une *couraceta* vers le fleuve. La muraille septentrionale portugaise s'articulait avec un front de fleuve qui rectifiait le contour préexistant en introduisant deux inflexions ou dents, moins prononcées que le *Baluarte da Vila* [Bastion de la Ville], mais également importantes pour la protection de la *Porta da Ribeira* [Porte Riveraine]. Conjointement avec la *Porta da Vila*, elles formaient les seules perméabilités du nouveau complexe fortifié portugais (fig. 8).

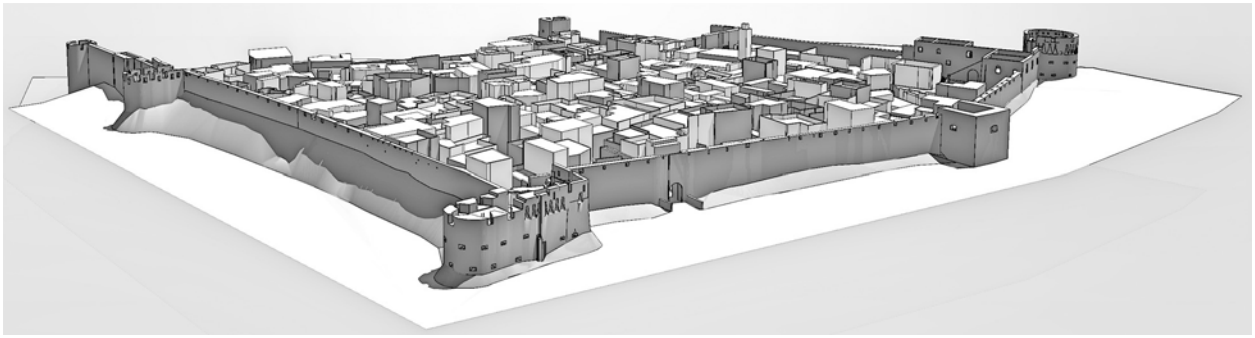


Fig. 7 – Modelo 3D da área do antigo castelo português desde o campo. / Modèle 3D de la surface de l'ancien château portugais (vue prise depuis la campagne).

La concentration des efforts des maîtres Arruda s'est focalisée, en particulier, sur la construction des bastions de *S. Cristóvão* et *do Raio,* tournés vers la limite de la ville et considérés comme suffisants pour assurer sa défense, dès lors qu'ils seraient équipés de puissantes bombardes[15]. Le premier était d'ailleurs décrit par le capitaine de la ville comme « [une des plus belles pièces que l'on peut trouver dans le monde] ». Au cours de 1514, l'avancement des travaux était tel que les deux maîtres d'œuvre ont pu programmer le début de la construction de la forteresse dans la voisine Mazagan[16] à trois lieues au sud.

14. «(...) Quynta feyra primeiro dia d'este mês, começamos a cava derrador d'alcaçova (...) – carta de Nuno Gato a D. Manuel I, Azamor, 5 de Dezembro de 1513 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-14-4), *in SIHM*, *Portugal*, vol. I, pp. 530-533.

15. Carta de Rui Barreto a D. Manuel I, Azamor, 21 de Fevereiro de 1514 (ANTT, *Cartas dos Governadores*, n.º 114), *in SIHM, Portugal*, vol. I, pp. 489-501.

16. Carta de Francisco e Diogo de Arruda a D. Manuel I, Azamor, 31 de Março de 1514 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-15-14), *in SIHM, Portugal*, vol. I, pp. 525-529.

14. Lettre de Nuno Gato à D. Manuel I, Azemmour, le 5 décembre 1513 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-14-4), *in SIHM*, *Portugal*, vol. I, pp. 530-533.

15. Lettre de Rui Barreto à D. Manuel I, Azemmour, le 21 février 1514 (ANTT, *Cartas dos Governadores*, nº 114), *in SIHM, Portugal*, vol. I, pp. 489-501.

16. Lettre de Francisco et Diogo d'Arruda à D. Manuel I, Azemmour, le 31 mars 1514 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-15-14), *in SIHM, Portugal*, vol. I, pp. 525-529.

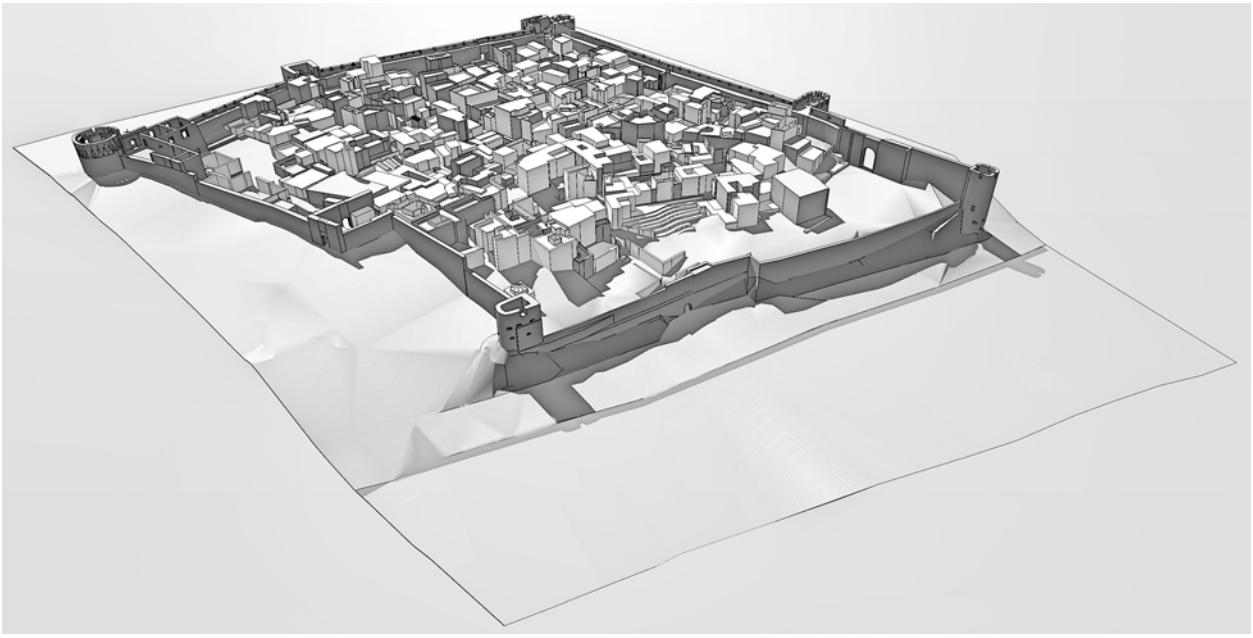


Fig. 8 – Modelo 3D da área do antigo castelo português desde o rio. / Modèle 3D de la zone de l'ancien château portugais (vue prise depuis le fleuve).

4.1 Baluartes

No total, existem sete estruturas notáveis que assinalavam inflexões ou ângulos do castelo português (fig. 9). Iniciando um périplo pela Porta da Vila, principal ponto de ligação entre vila e campo, no sentido dos ponteiros do relógio, encontra-se: o Baluarte de S. Cristóvão e o Baluarte do Raio, os únicos com denominação própria; entre os dois uma torre prismática; um baluarte norte em U; um torreão sobre o rio; um novo baluarte sobre no rio na intersecção com o muro do atalho; e o baluarte da própria Porta da Vila. Em bom rigor, são apenas quatro aqueles que se podem apelidar de baluartes, devendo-se excluir este último e o torreão ribeirinho. Baluarte é um termo comummente utilizado sem se relacionar especificamente com a sua definição mais científica. Confunde-se muitas vezes, na literatura da época, com cubelos, cubo ou qualquer estrutura que avance em relação ao plano da muralha[17].

Sendo das estruturas mais elaboradas da arquitectura militar, os baluartes são, simultaneamente, as peças de maior vulnerabilidade e destaque de uma fortificação. Evoluíram em consonância com uma rejeição consciente da neurobalística e um abraço das novas técnicas associadas à pirobalística, procurando potência de defesa activa, protagonizando uma linguagem arquitectónica mais vanguardista ao possibilitarem o uso da artilharia mais moderna. A saliência, modelo e distância entre baluartes dependia da qualidade do

17. Jorge Correia, *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África: da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, Porto, FAUP publicações, 2008, p. 362.

4.1 Les bastions

Il existe au total sept structures notables qui marquaient des inflexions ou des angles de la forteresse portugaise (fig. 9). En entreprenant un périple par la *Porta da Vila,* le principal point de connexion entre la ville et la campagne, dans le sens des aiguilles d'une montre, nous trouvons : Le *Baluarte de S. Cristóvão* et le *Baluarte do Raio*, les seuls ayant une dénomination propre ; entre les deux se trouvaient : une tour prismatique ; un bastion nord en forme de U ; une tourelle sur le fleuve, un nouveau bastion sur le fleuve à l'intersection avec le mur de l'*atalho* ; et le bastion de la *Porta da Vila* elle-même. À strictement parler, seuls quatre bastions peuvent être ainsi dénommés, ce dernier et la tourelle riveraine devant être exclus. Le terme bastion est un terme couramment utilisé, sans qu'il soit spécifiquement lié à sa définition la plus scientifique. Il est souvent confondu dans la littérature de l'époque, avec les *cubelos* (petite tour), les *cubos* (tour dans la plupart des cas en forme prismatique) ou encore avec toute autre structure saillante par rapport au plan de la muraille[17].

S'agissant des structures les plus élaborées de l'architecture militaire, les bastions sont, simultanément, les pièces les plus vulnérables est les plus visibles d'une fortification. Ils ont évolué en ligne avec un rejet conscient de la névrobalistique et avec une adhésion aux nouvelles techniques associées à la pyrobalistique, cherchant une force de défense active, jouant le rôle principal d'un langage architectural, plus avant-gardiste, en permettant l'utilisation de l'artillerie la

17. Jorge Correia, *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África: da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, Porto, FAUP publicações, 2008, p. 362.

Fig. 9 – Planta do bairro Kasbah/Mellah da medina de Azamor: / Plan du quartier Kasbah/Mellah de la médina d'Azemmour :
1. Casa do Capitão / Capitainerie; 2. Muro do *atalho* / Mur de l'*atalho*; 3. Baluarte e Porta da Vila / Bastion et Porte du Village; 4. Porta da Ribeira / Porte riveraine; 5. Baluarte de São Cristóvão / Bastion de *São Cristóvão*; 6. Baluarte do Raio / Bastion du *Raio*; 7. Baluarte N / Bastion N; 8. Baluarte R / Bastion R; 9. Torre W / Tour W; 10. Torre NE / Tour NE; 11. Rio Morbeia / Fleuve Oum er-Rbia.

armamento. Interessava a capacidade de flanqueamento, cruzamento de tiros e eliminação de ângulos mortos que facilitassem o assalto. O estudo da sua disposição numa fortaleza, bem como os processos construtivos relativos ao levantamento de muros em talude, permitiam uma resistência mais eficaz à artilharia de fogo. A construção deveria ser em camadas de terra e de pedra (com a cal como ligante) para aplacar os danos do projéctil[18]. Por isso existia grande

18. Para uma capacidade de tiro cada vez mais perfurante, era necessário um grande nível de elasticidade entre os componentes de um paramento, ou este poderia desmoronar-se. Só o recurso à pedra e cal como ligante poderia garantir uma resistência desejável. As experiências deram origem à qualidade que atingiram as alvenarias manuelinas. Conheciam-se as técnicas mediterrânicas, as de tradição berbere e árabe que, com a mistura de cal, obtinham

plus moderne. La saillie, le modèle et la distance entre les bastions dépendaient de la qualité de l'armement. Le plus important était la capacité de flanquement, le croisement des tirs et l'élimination des angles morts qui pourraient faciliter l'assaut. L'étude de sa disposition dans une forteresse ainsi que les procédés de construction pour dresser des murs sur des talus permettaient une résistance plus efficace aux tirs d'artillerie. La construction devait être effectuée avec des couches de terre et de pierre (la chaux servant de liant) afin de réduire les dégâts provoqués par le projectile[18].

18. Pour une capacité de tir chaque fois plus perforante, il était nécessaire un grand niveau d'élasticité entre les composants d'un parement, car celui-ci pouvait s'effondrer. Seule l'utilisation de la pierre et de la chaux comme liant a pu assurer une résistance souhaitable. L'expérience a engendré la qualité qui a atteint les

preocupação, por parte de mestres e construtores, em relação à natureza da pedra e da cal. As cartas que enviaram ao rei, a partir de Azamor, acompanham estas preocupações. Os mestres Arruda mencionam a construção de quatro baluartes aos quais queriam atribuir a cal vinda de Portugal, aparentemente de qualidade superior[19]. Estes quatro baluartes são, efectivamente, as quatro estruturas salientes dignas desta nomenclatura e mencionadas atrás. O baluarte norte em U e o baluarte sobre o rio são estruturas avançadas com extremidade semicircular. Quanto ao Raio e a São Cristóvão, a sua exuberância e aparente capacidade militar fez com que Rafael Moreira os caracterizasse como «duas máquinas de guerra»[20].

Feitos ao gosto de Diogo e Francisco de Arruda e seguidos de perto pelo capitão[21], os baluartes construídos em Azamor exibem o gosto pelas formas redondas (fig. 10). Terá imperado uma opinião fundamentalmente baseada nas suas experiências próprias[22], mas também na influência das instruções que vinham nos escritos de Francesco di Giorgio Martini[23]. Os seus desenhos, estudos e apontamentos foram agrupados no *Tratatto di architettura ingegneria e arte militare.* Nas soluções que propunha, Di Giorgio combinava modelos de torre tradicional com formas angulosas. A forma circular (preferida «dos antigos») era perfeita, por ser forte e de maior utilidade, permitindo o ataque a toda a volta[24]. É muito interessante perceber como Diogo de Arruda terá trabalhado na cerca de Nápoles precisamente com Francesco di

Il y avait donc une vive préoccupation des maîtres d'œuvre et des constructeurs quant à la nature de la pierre et de la chaux. Les lettres qu'ils ont envoyées au roi à partir d'Azemmour ont suivi ces préoccupations. Les maîtres Arruda mentionnent la construction de quatre bastions auxquels ils voulaient appliquer la chaux en provenance du Portugal, apparemment de meilleure qualité[19]. Ces quatre bastions sont, en effet, les quatre structures en saillie dignes de cette nomenclature et mentionnées plus haut. Le bastion nord en U et le bastion sur le fleuve sont des structures avancées avec des extrémités en demi-cercle. Quant aux bastions *do Raio* et de *São Cristóvão*, leur exubérance et leur apparente capacité militaire ont amené Rafael Moreira à les caractériser comme « deux machines de guerre »[20].

Réalisés au goût de Diogo et Francisco de Arruda et suivis de près par le capitaine[21], les bastions construits à Azemmour exhibent le goût pour les formes rondes (fig. 10). Une opinion, essentiellement fondée sur leurs propres expériences[22], mais aussi sur l'influence des instructions fournies dans les écrits de Francesco di Giorgio Martini[23], aurait prévalue. Ses dessins, ses études et ses notes ont été rassemblés dans *Tratatto di architettura ingegneria e arte militare.* Dans les solutions qu'il proposait, Di Giorgio combinait des modèles de tours traditionnelles avec des formes anguleuses. La forme circulaire (la préférée des « anciens ») était parfaite, car elle était forte et de plus grande utilité, permettant l'attaque tout autour[24]. Il est très intéressant de voir comment Diogo de Arruda a travaillé dans

alvenarias de grande plasticidade e resistência adequada (Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião da Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. João II*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, p. 208).

19. Carta de Simão Correia a D. Manuel I, Azamor, 3 de Outubro de 1516 (ANTT, Gaveta XV, maço 21, n.º 24), *in SIHM, Portugal*, vol. II, pp. 37-40.

20. Rafael Moreira, «A época manuelina», *in História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, dir. Rafael Moreira, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 130-131.

21. «(...) faz-se asy porque Vosalteza nas cousas do castelo nam taxou nada, somente o que os capitaes ordenassem de fazer.» Carta de Nuno Gato a D. Manuel I, Azamor, 31 de Março de 1514 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-15-16), *in SIHM, Portugal,* vol. I, pp. 530-533.

22. Na cerca de Portel, por exemplo, o trabalho de Francisco de Arruda com os cubelos cilíndricos indicava uma clara preferência em relação às formas rectangulares, cuja fragilidade estava nos cunhais. Se estes fossem atingidos, seriam logo dois muros contíguos a ser derrubados (Júlio Gil, *Os mais belos castelos de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1992, p. 262).

23. Personagem que se destacou como especialista de um Renascimento em florescimento na Europa. Segundo alguns autores terá sido uma das fontes de maior influência em Portugal, no que diz respeito à arte militar (consultar, por exemplo, Rafael Moreira, «A época manuelina»... cit., e Pedro Cid, *A Torre de São Sebastião*... cit., pp. 50-52).

24. Francesco di Giorgio Martini, *Tratatto di architettura ingegneria e arte militare*, Milão, Edizioni il Polifilo, 1967, vol. I, p. 7.

maçonneries manuélines. Les techniques méditerranéennes et celles des traditions berbères et arabes, qui avec le mélange de chaux obtenaient des maçonneries de grande plasticité et d'une résistance appropriée, étaient connues (Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião da Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. João II*, Lisbonne, Edições Colibri, 2007, p. 208).

19. Lettre de Simão Correia à D. Manuel I, Azemmour, le 3 octobre 1516 (ANTT, Gaveta XV, maço 21, n.º 24), *in SIHM, Portugal*, vol. II, pp. 37-40.

20. Rafael Moreira, « A época manuelina », *in História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, dir. Rafael Moreira, Lisbonne, Alfa, 1989, pp. 130-131.

21. Lettre de Nuno Gato à D. Manuel, Azemmour, le 31 mars 1514 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-15-16), *in SIHM, Portugal,* vol. I, pp. 530-533.

22. Dans l'enceinte de Portel, par exemple, le travail de Francisco de Arruda avec les petites tours cylindriques indiquait une nette préférence pour les formes rectangulaires, dont la fragilité résidait dans les angles. Si ceux-ci étaient atteints, c'était d'emblée deux murs contigus qui étaient démolis (Júlio Gil, *Os mais belos castelos de Portugal*, Lisbonne, Editorial Verbo, 1992, p. 262).

23. Personnage qui s'est distingué en tant que spécialiste d'une Renaissance en pleine floraison en Europe. Selon certains auteurs, il aura été une des sources les plus influentes au Portugal, en ce qui a trait à l'art militaire (consulter, par exemple, Rafael Moreira, « A época manuelina »... cit., et Pedro Cid, *A Torre de São Sebastião*... cit., pp. 50-52).

24. Francesco di Giorgio Martini, *Tratatto di architettura ingegneria e arte militare*, Milan, Edizioni il Polifilo, 1967, vol. I, p. 7.

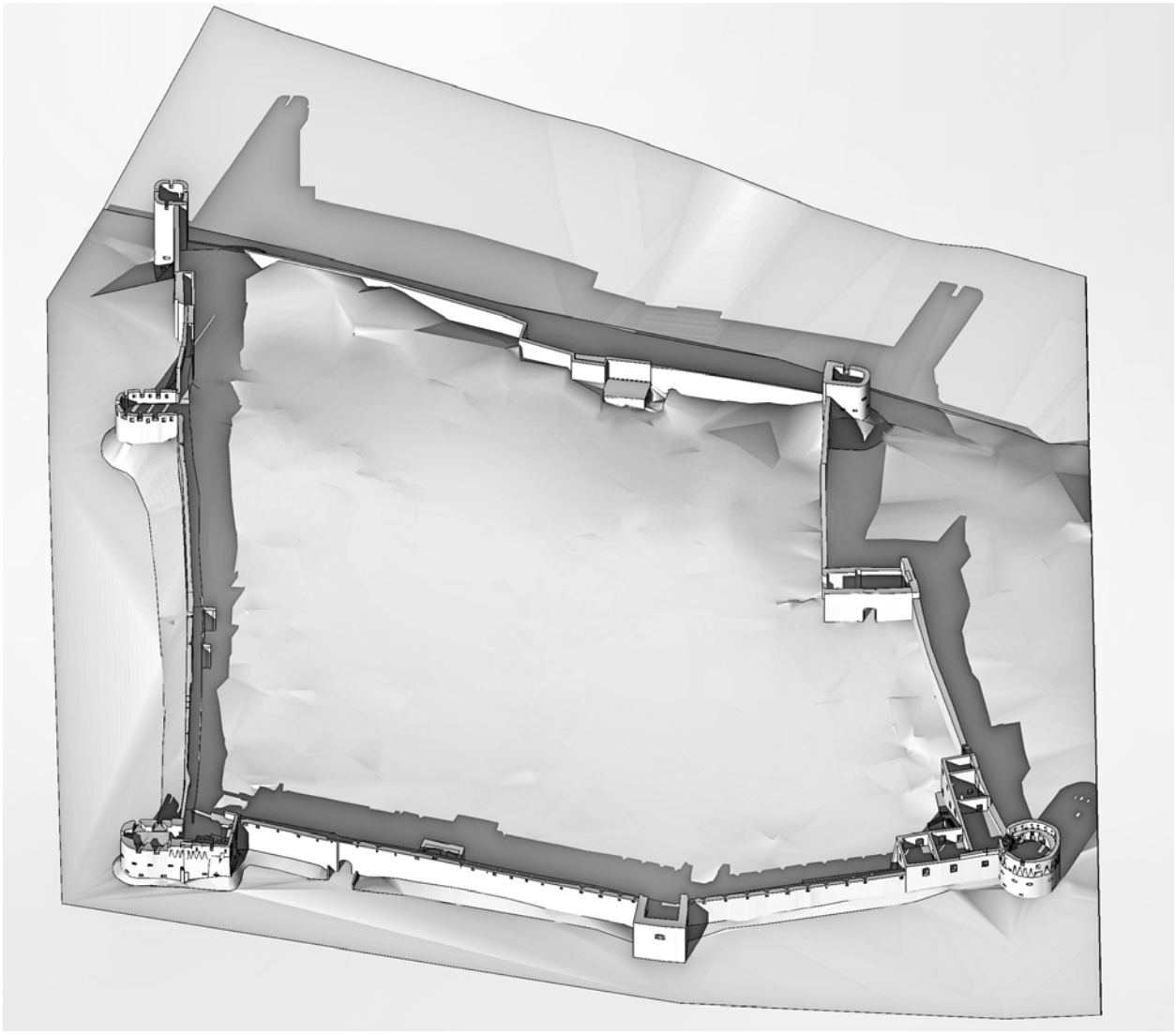


Fig. 10 –Modelo 3D do castelo português. / Modèle 3D du château portugais.

Giorgio[25]. As suas propostas arquitectónicas preocupavam-se em incluir de raiz a nova artilharia, atribuindo-lhe um lugar útil, calculado para a defesa da fortificação. As implantações eram estudadas para aproveitarem as condições naturais do sítio, articulando o papel de cada torre/baluarte para um funcionamento conjugado. Tratava-se, efectivamente, da a instalação prática dos princípios do flanqueamento mútuo. As obras de Azamor colocaram Diogo de

25. «Um caso ainda inédito, e merecedor de atenta reflexão, é o do «Maestro Diego portoghese», que em 1485-1486 estava ao serviço de Afonso II de Aragão, duque da Calábria, junto com mais outros dois engenheiros italianos (entre os quais Francesco di Giorgio Martini), remodelando a cerca de Nápoles e erguendo contra os turcos fortificações costeiras (...). Julgamos tratar-se de Diogo de Arruda.» Trata-se de uma eventual forte influência em que Rafael Moreira tem insistido pelos paralelismos que encontra entre as propostas dos Arrudas e o especialista italiano («A época manuelina»... cit., pp. 106-107). Sobre os possíveis cruzamentos pessoais ou de saberes entre Francesco di Giorgio Martini e Diogo de Arruda veja-se, ainda, Luís Costa e Sousa, *A arte na Guerra: A arquitectura dos campos de batalha no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, Tribuna da História, 2008, p. 95, e Pedro Cid, *A Torre de São Sebastião*... cit., pp. 284-285.

l'enceinte de Naples avec Francesco di Giorgio[25]. Ses propositions architecturales avaient la préoccupation d'inclure d'emblée lors de la construction la nouvelle artillerie, lui attribuant une place utile et calculée pour la défense de la fortification. Les implantations étaient étudiées dans le but de tirer parti des conditions naturelles du site, en articulant le rôle de chaque tour/bastion dans une opération combinée. Il s'agissait en effet de l'installation pratique des principes du flanquement mutuel. Les travaux d'Azemmour ont fait figurer Diogo de Arruda, conjointement avec son frère Francisco, parmi les principaux maîtres portugais

25. Il y a une référence à un « Maestro Diego portoghese » dans les travaux à Naples en 1485 et 1486, interprété par Rafael Moreira comme Diogo de Arruda ; il a insisté dans cette forte influence de Francesco di Giorgio en raison du parallélisme qu'il voit entre les propositions des Arruda et le spécialiste italien (« A época manuelina »... cit., pp. 106-107). Sur les éventuels croisements personnels ou de connaissances entre Francesco di Giorgio Martini et Diogo de Arruda voir aussi Luís Costa e Sousa, *A arte na Guerra: A arquitectura dos campos de batalha no Portugal de Quinhentos*, Lisbonne, Tribuna da História, 2008, p. 95, et Pedro Cid, *A Torre de São Sebastião*... cit., pp. 284-285.

Arruda, juntamente com seu irmão Francisco, entre os principais mestres portugueses da época de *transição* com esta intervenção e a vizinha, em Mazagão. Porém, sobre Diogo parece ter recaído o papel protagonista na empreitada azamorense, uma vez que os pagamentos pela direcção das obras lhe foram efectuados regularmente entre 1514 e 1516[26], mesmo com a ausência para orientação dos trabalhos do castelo de Mazagão. Já o seu irmão Francisco aparece apenas durante o ano 1514 no Norte de África, em ambas as obras, tendo regressado ao reino mais cedo que o irmão mais velho.

Em Azamor, todos os baluartes garantem aberturas para bombardeiras, mesmo que cada um apresente uma ideia própria na sua disposição e/ou conformação. Constante é o rasgamento desses vãos de modo abocinado, ou seja, mais largos no interior e estreitando para o exterior. Seria este o método mais aconselhado[27]. O remate superior devia fazer-se com feições curvilíneas para ajudar a repartir os esforços por todo o perfil da bombardeira, com possíveis portadas localizadas na zona mais larga e recolhida do interior. O baluarte de São Cristóvão ainda conserva aquilo que poderá ter sido um dos apoios para fixar essas portadas.

Este baluarte aparece descrito como «(...) hũa peça tam rreal esta, que sogyga toda a çydade (...)»[28] e deve ter constituído uma das peças de arquitectura militar que mais atenção mereceu dos responsáveis pela obra do castelo. Apresentava uma tipologia de tambor cilíndrico e um distintivo coroamento por sacadas para tiro mergulhante (fig. 11). Pela implantação junto à Casa dos Capitães e no arranque do muro do atalho e pela figura arquitectónica que se distingue de todos os outros baluartes, constitui um exemplar único representativo da arquitectura militar manuelina. A estrutura identifica-se com uma linguagem que recusa elementos portáteis de madeira (como os tradicionais balcões, por exemplo), sendo a alvenaria e a pedra a elevar o volume. De aspecto compacto, possui um desenho arquitectónico subtil com um grande sentido estético. Em altura não se destaca muito, articulando-se com os muros aos quais se une. A localização seria a ideal para uma

26. «Pagamentos à gente de ordenança e aos trabalhadores das obras da cidade e do castelo, 1514/1516» (ANTT, *Núcleo Antigo*, cód. 765, fls. 107, 117, 125v, 134, 154, 175, 197, 207), transcrição de Rui Henriques, publicada no 2.º volume desta obra.

27. *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata, Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, vol. I, p. 362.

28. Carta de Nuno Gato a D. Manuel I, Azamor, 31 de Março de 1514 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-15-16), *in SIHM*, *Portugal,* vol. I, pp. 530-533.

de la période de *transition* grâce à cette intervention et à l'intervention voisine, à Mazagan. Cependant, Diogo semble avoir joué un rôle prépondérant dans l'ouvrage d'Azemmour vu que les paiements pour la direction de l'ouvrage lui ont été versés de façon régulière entre 1514 et 1516[26], même lorsqu'il s'est absenté pour diriger les travaux de la forteresse de Mazagan. Quant à son frère Francisco, il n'apparaît qu'en 1514 en Afrique du Nord, dans les deux ouvrages, ayant regagné le royaume plus tôt que son frère aîné.

À Azemmour, tous les bastions garantissent les ouvertures pour les bombardes, même si chacun d'entre eux présente une idée spécifique dans sa disposition et/ou conformation. La réalisation de ces travées est constamment faite de manière surbaissée, c'est-à-dire, plus larges à l'intérieur et se rétrécissant vers l'extérieur. Ce serait la méthode la plus conseillée[27]. La finition supérieure devait être effectuée avec des formes curvilignes pour aider à répartir les efforts tout au long du profil de la canonnière, avec d'éventuelles ouvertures situées dans la zone la plus large et la plus retirée de l'intérieur. Le bastion de *São Cristóvão* conserve encore ce qui a peut-être été un support pour fixer ces ouvertures.

Ce bastion apparait décrit comme « [un élément si réel, qu'il subjugue toute la ville] »[28] et a dû être une des pièces de l'architecture militaire qui le plus retenu l'attention des responsables de la construction du château. Il présentait une typologie de tambour cylindrique et un couronnement distinctif par balcons pour le tir plongeant (fig. 11). En raison de son implantation près de la *Casa dos Capitães* [Capitainerie] et du départ du mur de l'*atalho* et parce qu'il s'agit d'une figure architecturale qui le distinguent de tous les autres bastions, il constitue un exemplaire unique et original représentatif de l'architecture militaire manuéline. La structure s'identifie à un langage qui refuse des éléments portables en bois (tels les balcons traditionnels, par exemple) la maçonnerie et la pierre étant là pour élever le volume. D'aspect compact, il a un dessin architectural subtil avec un grand sens esthétique. Il ne se distingue pas trop en hauteur, s'articulant avec les murs auxquels il s'unit. L'emplacement serait l'endroit idéal pour un donjon[29], mais la pensée de l'époque le refusait déjà.

26. [Payements aux gents de l'ordonnance est travailleurs de l'ouvrage de la vile et du château], 1514/1516 (ANTT, *Núcleo Antigo*, cód. 765, fls. 107, 117, 125v, 134, 154, 175, 197, 207), transcription de Rui Henriques, publiée au 2e volume de cet ouvrage.

27. *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata, Nuno Severiano Teixeira, Lisbonne, Círculo de Leitores, 2003, vol. I, p. 362.

28. Lettre de Nuno Gato à D. Manuel, Azemmour, le 31 mars 1514 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-15-16), *in SIHM*, *Portugal,* vol. I, pp. 530-533.

29. Voir le cas d'Asilah, dans le lien entre la *Torre de Menagem* et la *Casa do Governador* (Jorge Correia, *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África*... cit., p. 187).

Fig. 11 – Baluarte de São Cristóvão. / Bastion de *São Cristóvão*.

torre de menagem[29], mas o pensamento da época já o recusava. A função simbólica de uma dessas torres transferiu-se para os valores plásticos que definem a estrutura. Pode-se considerar um estilo próprio dos Arrudas[30], pois são premissas que vão mantendo nas suas obras.

O cilíndrico desenha-se num raio interior igual a 22 palmos (4,84 metros) e exterior de 31 palmos (6,84 metros), com centro deslocado do cruzamento dos muros concorrentes que o torna mais projectado para o exterior. Com isto, o baluarte ganha um maior alcance radial para localização de bocas-de-fogo. Articula-se, ainda assim, com a Casa dos Capitães através do seu piso intermédio e do acesso à sua plataforma superior. O piso térreo está completamente entulhado nos dias de hoje, tornando impossível a sua avaliação. Em suma, este baluarte organizava-se em três andares sobrepostos, em que os dois inferiores abrigavam bombardeiras. Apesar de algumas dificuldades de reconhecimento, acredita-se numa distri-

La fonction symbolique de l'une de ces tours a été transférée vers les valeurs plastiques qui définissent la structure. On peut considérer qu'il s'agit d'un style propre aux frères Arruda[30], car ce sont des prémisses qu'ils maintiendront dans leurs ouvrages.

Le cylindrique est dessiné dans un rayon interne égal à 22 empans (4,84 m) et extérieur à 31 empans (6,84 m), avec le centre déplacé du croisement des murs concurrents qui le projette davantage vers l'extérieur. Avec cela, le bastion gagne une plus grande portée radiale pour la localisation des bouches à feu. Il s'articule également avec la *Casa dos Capitães* grâce à son étage intermédiaire et à l'accès à sa plate-forme supérieure. Le rez-de-chaussée est actuellement entièrement remblayé, ce qui rend son évaluation impossible. En somme, ce rempart était organisé sur trois étages superposés où les deux étages inférieurs abritaient des canonnières. Malgré certaines difficultés de reconnaissance, on estime qu'il existait une distribution radiale de bouches à feu, y compris celles de tirs rasants aux pans verticaux des courtines fortifiées qui convergent vers le rempart (fig. 12).

Le dessin des canonnières, comme dans d'autres situations similaires, résulte en des dimensions

29. Veja-se o caso de Arzila, na relação entre Torre de Menagem e Casa do Governador (Jorge Correia, *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África*... cit., p. 187).

30. Rafael Moreira, «A época manuelina»... cit., p. 132.

30. Rafael Moreira, « A época manuelina »... cit., p. 132.

buição radial de bocas-de-fogo, incluindo as de tiro rasante aos panos verticais das cortinas amuralhadas que para o baluarte concorrem (fig. 12).

O desenho das bombardeiras, tal como em outras situações afins, resulta em dimensões médias para uma boca exterior de 6 palmos (1,34 metros), a interior de 7 palmos (1,55 metros) ao cruzar o modelo tipo destas bombardeiras com a espessura do muro do baluarte. Esta é calculada a partir da medida que se denota no paramento que faz a ronda mais o peitoril no remate superior do baluarte – valor este que se aproxima do avançado por Rui Barreto para a espessura da parede, ou seja, 9 palmos (1,98 metros)[31].

Acima dos dois níveis de bombardeiras, existe uma série de vãos com uma certa grandeza. São aberturas que interrompem a correnteza de sacadas rasgadas no topo do baluarte e que contrariam a ideia de fazer «huas sacadas como quaes todo a rroda»[32]. Não existe

moyennes pour une bouche extérieure de 6 empans (1,34 m), celle à l'intérieur est de 7 empans (1,55 m), si l'on compare le modèle type de ces canonnières avec l'épaisseur du mur du bastion. Celle-ci est calculée à partir de la mesure indiquée par le parement du chemin de ronde plus le rebord dans la finition supérieure du rempart – valeur qui se rapproche de celle avancée par Rui Barreto pour l'épaisseur de la paroi, c'est-à-dire, 9 empans (1,98 m)[31].

Au-dessus des deux niveaux de canonnières, il y a une série de travées d'une certaine grandeur. Ce sont des ouvertures qui interrompent la rangée de saillies déchirées au sommet du bastion et qui vont à l'encontre de l'idée de faire « [des balcons comme ceux-ci tout autour] »[32]. Il n'existe aucune description sur ces fenêtres dans les lettres échangées avec le roi, il est toutefois possible qu'elles proviennent de travaux de reconstruction ultérieurs. De fait, le couronnement serait complété et rythmé par une sorte de dents en forme de console murale, telles de grosses pierres

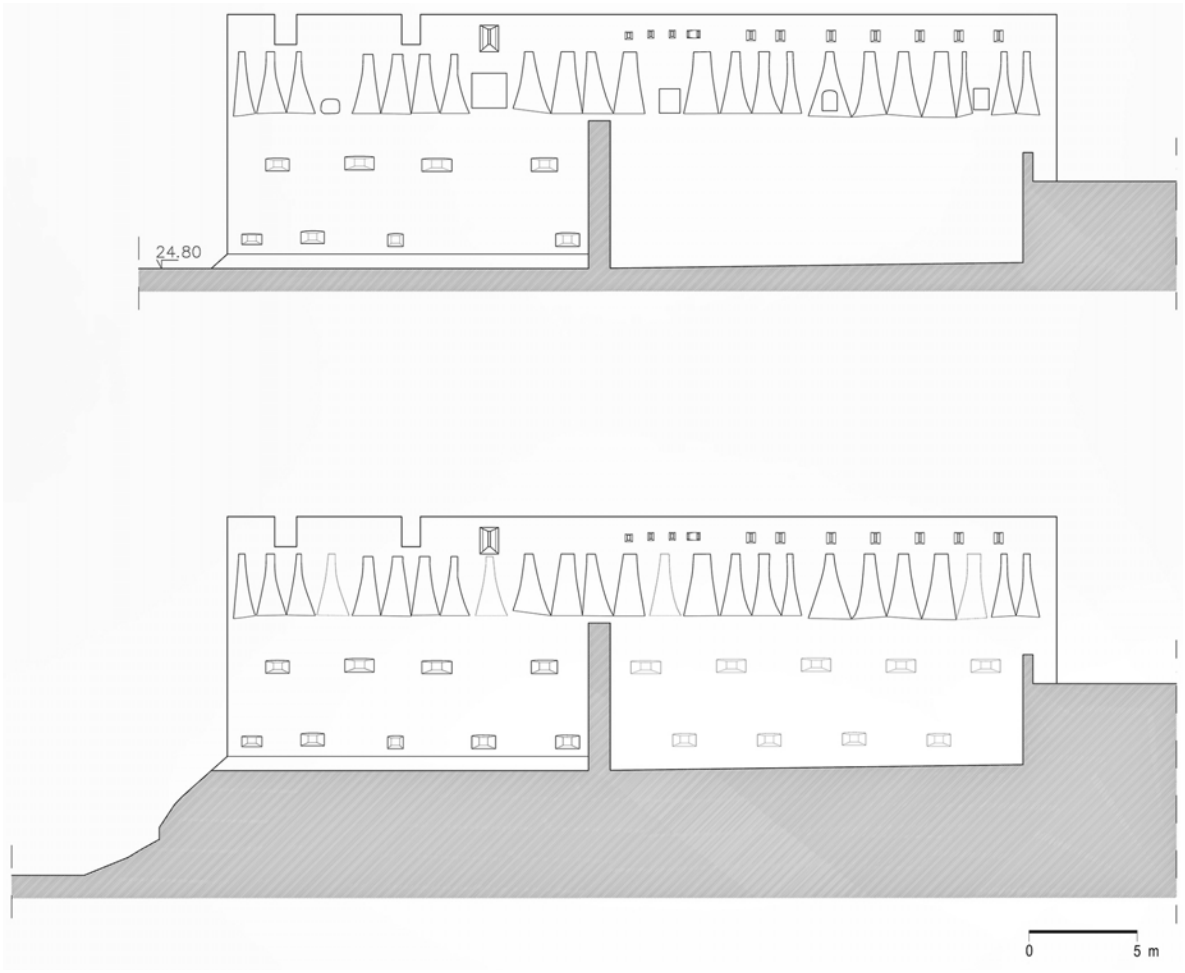


Fig. 12 – Alçados rebatidos do Baluarte de São Cristóvão. / Coupes du bastion de *São Cristóvão*.

31. «Queremos lhe fazer depois de cerrarmos as janelas por onde a de gugar artelharya grosa, que a de ir na grosura da mesma parede, que he nove palmos, e d'ahy pera cyma avemos de lançar huas sacadas como quaes todo a rroda (...)» - Carta de Nuno Gato a D. Manuel I, Azamor, 31 de Março de 1514 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-15-16), *in SIHM*, *Portugal,* vol. I, pp. 530-533.

32. *SIHM*, *Portugal,* vol. I, pp. 530-533.

31. Lettre de Nuno Gato à D. Manuel, Azemmour, le 31 mars 1514 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-15-16), *in SIHM*, *Portugal,* vol. I, pp. 530-533.

32. *SIHM*, *Portugal,* vol. I, pp. 530-533.

qualquer descrição acerca dessas janelas nas cartas trocadas com o rei, sendo possível resultarem de alguma obra de reconstrução posterior. De facto, o coroamento seria completo e ritmado por uma espécie de dentes em forma de mísulas pingadas, ao jeito de matacães esculpidos no muro e não destacados em balcão. Deste modo prevenia-se a aproximação pelo inimigo à base do baluarte através do tiro vertical. Apesar de se saber ser uma técnica de guerra já em desuso, o assalto por aproximação aos paramentos e tentativa de derrube ou escalada não estaria erradicado dos campos de guerra.

Com algumas semelhanças, nomeadamente no risco do remate superior, o Baluarte do Raio é o de maior escala e o que mais se destaca do percurso da cerca (fig. 13). Nele se reconhece o traço dos mestres Diogo e Francisco de Arruda e o seu esforço de adaptação e transformação de uma antiga torre islâmica de conformação quadrática que a arqueologia vem revelando recentemente. Desta base ortogonal parte o desenho da sua planta: dois quadrados justapostos, sendo um o pré-existente com 45 palmos de lado (9,9 metros) e um semicírculo com o mesmo diâmetro. Pelo exterior, a estrutura é amparada por um alambor com uma inclinação de 41º. Acima deste, as faces do baluarte elevam-se com uma ligeira obliquidade ao longo de um terço da altura restante. É uma superfície dissimulada mas que garante um reforço de um contorno amuralhado[33].

sculptées dans le mur et non pas en forme de balcon. On empêchait ainsi, grâce au tir vertical, que l'ennemi ne s'approche de la base du bastion. Même si l'on sait qu'il s'agissait d'une technique de guerre déjà en désuétude, l'assaut par l'approche des parements et par des tentatives de renversement ou d'escalade ne serait pas éradiqué des champs de guerre.

Avec quelques similitudes, notamment concernant le tracé de la finition supérieure, le *Baluarte do Raio* est celui à plus grande échelle et qui se démarque le plus dans le pourtour de l'enceinte (fig. 13). On y reconnait le tracé des maîtres d'œuvre Diogo et Francisco de Arruda et leur effort d'adaptation et de transformation d'une ancienne tour islamique de conformation quadratique que l'archéologie a récemment révélée. Le dessin de leur plan part de cette base orthogonale : deux carrés juxtaposés, un étant le préexistant avec 45 empans de côté (9,9 m) et un demi-cercle de même diamètre. De l'extérieur, la structure est soutenue par une contrescarpe avec une inclinaison de 41º. Au-dessus de celle-ci, les faces du bastion s'élèvent avec une légère obliquité au long de plus d'un tiers de la hauteur restante. Il s'agit d'une surface cachée, mais qui assure le renforcement d'un contour fortifié[33]. Les élévations présentent trois niveaux de tir. Les deux niveaux inférieurs sont des batteries de canonnières rectangulaires qui intercalent la position entre un étage et l'autre, favorisant une surveillance et une défense d'une très large portée par rapport à la zone environnante. La configuration du bastion résout

Fig. 13 – Baluarte do Raio. / Bastion du *Raio*.

33. Nota-se o recurso a essa estratégia em vários desenhos de Francesco di Giorgio Martini (*Tratatto di architettura ingegneria e arte militare*… cit.).

33. Nous remarquons le recours à cette stratégie dans plusieurs dessins de Francesco di Giorgio Martini (*Tratatto di architettura ingegneria e arte militare*… cit.).

Os alçados mostram três níveis de tiro. Os dois níveis inferiores são baterias de bombardeiras rectangulares que intercalam a posição entre um piso e outro, favorecendo uma vigia e defesa bastante abrangente em relação à área envolvente. A configuração do baluarte resolve o cunhal da fortificação, unindo-se a dois dos lados amuralhados e respectivo caminho de ronda. A espacialidade interior deveria estar interligada e permitir acessos entre o lado poente e norte do Castelo[34] (fig. 14).

l'angle de la fortification, rejoignant deux des côtés fortifiés et le chemin de ronde respectif. La spatialité intérieure devrait être interconnectée et permettre l'accès entre le côté ouest et le côté nord du château[34] (fig. 14).

On proposait pour le sommet un dispositif complexe constitué d'archères ou d'arbalétrières d'appui aux travées pour l'artillerie la plus lourde desservie à partir de la plate-forme supérieure. Un couronnement identique à celui de *S. Cristóvão* qui est d'ailleurs bien

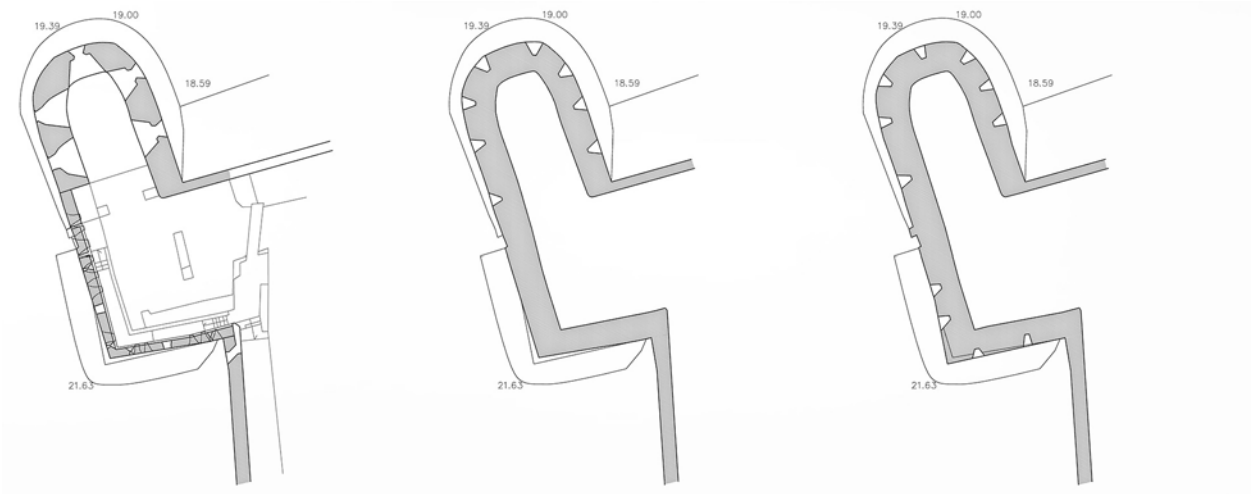


Fig. 14 – Secções horizontais do Baluarte do Raio. / Plans horizontaux du Bastion du *Raio*.

No topo, propunha-se um dispositivo de grande complexidade composto por seteiras ou besteiras de apoio a vãos para artilharia mais pesada servidos a partir da plataforma superior. Completava o arranjo um coroamento idêntico ao de S. Cristóvão, aliás bem detalhadamente descrito na epístola de Nuno Gato: «(...) que fyque hum peytoryl de dous palmos e meio de fora de toda a parede, e antre o peytoryl e a parede grosa antre quão e quão fyque hũa vysta, que nam posa nynguem chegar ao pé do baluarte (...)»[35]. De risco semelhante, o engenho dos Arrudas também aqui propõe uma solução arquitectónica inovadora, escavando os orifícios na própria volumetria do baluarte. Marcam intervalos triangulares no paramento sobre os quais assenta o parapeito que resguarda o caminho de ronda[36]. O seu desenho original

décrit en détail dans l'épître de Nuno Gato, complétait l'agencement : « [(...) qu'un rebord de deux empans et demi dépasse tout le mur, et entre le rebord et le mur épais se garde une vue, que personne ne se puisse approcher du bastion (...)] »[35]. L'ingéniosité des Arruda propose ici également une solution architecturale novatrice, dont le tracé est similaire, en creusant des trous dans la volumétrie elle-même du bastion. Ils marquent des intervalles triangulaires dans le parement sur lequel repose le parapet qui protège le chemin de ronde[36]. Son dessin d'origine dans le bastion *do Raio* emboiterait, dans les inter-

34. Desconhecem-se os meios de circulação vertical interna entre os diversos níveis – o espaço interior do baluarte encontra-se num estado bastante destruído.

35. Carta de Nuno Gato a D. Manuel I, Azamor - 31 de Março de 1514 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-15-16), *in SIHM, Portugal*, vol. I, pp. 530-533.

36. Vejam-se, uma vez mais, os desenhos de Francesco di Giorgio Martini para os remates superiores das suas propostas de fortificação (algo de semelhante a Porto de Mós, uma aplicação antecedente, mas não exactamente com a mesma conformação, que poderá ter inspirado os irmãos Arruda; aliás, a base das guaritas da Torre de Belém tem, em miniatura, o mesmo tipo de aberturas (ver Rafael Moreira, «A época manuelina»... cit., p. 131). Não se trata de

34. On ignore quels étaient les moyens de circulation verticale interne entre les divers niveaux - l'espace intérieur du bastion étant dans un état de ruine très avancé.

35. Lettre de Nuno Gato à D. Manuel, Azemmour, le 31 mars 1514 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-15-16), *in SIHM, Portugal*, vol. I, pp. 530-533.

36. Voir, une fois de plus, les dessins de Francesco di Giorgio Martini pour les finitions supérieures de ses propositions de fortification (quelque chose de similaire à Porto de Mós, une application antérieure, mais pas exactement avec la même conformation, qui a peut-être inspiré les frères Arruda ; d'ailleurs, la base des guérites de la Tour de Belem a, en miniature, le même type d'ouvertures (voir Rafael Moreira, « A época manuelina »... cit., p. 131). Il ne s'agit pas de balcons appuyés sur des consoles, mais ayant la même fonction, ils constituent une évolution de cette structure. Cependant, ils épousent le corps du bastion. De conception identique, la tour qui était à l'origine du château de Mazagan, un ouvrage des frères Arruda - la tour de Boreja, aurait un couronnement avec ce type de travées (Jorge Correia, *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África*... cit., p. 339).

no baluarte do Raio encaixaria, nos intervalos cegos, sacadas de igual dimensão às remanescentes.

Por entre o estado ruinoso do baluarte é possível identificar ainda alguns elementos de pedra encastrados junto aos vãos do nível superior (fig. 15). O desenho e articulação entre essas peças, sempre a pares e colocada uma sobre outra (a de cima perfurada no topo e em baixo, a inferior com uma concavidade voltada para cima), fazem concluir que se trataria de suportes para postes de bandeiras. São pequenas esculturas com decoração manuelina, incluindo cordoados, elementos torsos ou meias esferas. Tais vestígios encontram-se também no outro baluarte do qual nos chega um nome, o de S. Cristóvão.

valles aveugles, des saillies de même dimension que les restantes.

Au milieu de l'état de ruine du bastion, il est toujours possible d'identifier certains éléments de pierres encastrés près des travées du niveau supérieur (fig. 15). À en juger par le dessin et l'articulation entre ces parties, toujours jumelées et placées l'une sur l'autre (celle du haut perforée en haut et en bas, l'inférieure avec une concavité tournée vers le haut), il semble s'agir de support pour des poteaux destinés aux drapeaux. Ce sont de petites sculptures avec un décor de style manuélin, comprenant des cordages, des éléments torsadés ou des demi-sphères. Ces vestiges se trouvent aussi dans l'autre bastion duquel nous parvient un nom, celui de *S. Cristóvão*.

Fig. 15 – Suporte manuelino para bandeira no Baluarte do Raio. / Support manuélin pour drapeau au Bastion du *Raio*.

Outros houve que permanecem anónimos, sendo necessário anotá-los através de adjectivos de localização ou caracterização. O baluarte que interrompe a muralha Norte passar-se-á a designar por Baluarte N. Imponente estrutura saliente na muralha setentrional do castelo, ostenta unicamente a sua volumetria e um terraço no nível superior de acesso a partir do caminho de ronda (fig. 16). Intercala vãos de recorte simples e de maior dimensão para artilharia grossa com outros menores, mais delimitados e angulosos. Nestes, a área de perfuração integral é uma fresta, certamente para utilização de bestas, com faces inclinadas que apoiavam e protegiam o besteiro. A planta, reconhecida como do tipo em «U»[37], conjuga

D'autres, restés anonymes, doivent être nécessairement enregistrés à travers des adjectifs de localisation ou de caractérisation. Le bastion qui interrompe la muraille nord sera désormais dénommé Bastion N. Il s'agit d'une imposante structure qui surgit de la muraille septentrionale du château fort qui déploie uniquement sa volumétrie et une terrasse au niveau supérieur de l'accès, à partir du chemin de ronde (fig. 16). Elle intercale des travées aux coupes simples et de plus grandes dimensions pour l'artillerie lourde avec d'autres plus petites, plus définies et anguleuses. Dans celles-ci, la zone de perforation intégrale et une fente étroite, certainement pour l'utilisation d'arbalètes, avec des faces inclinées qui appuyaient et protégeaient l'arbalétrier. Le plan, reconnu comme étant de type « U »[37], combine un rectangle avec une semi-circonférence de rayon avec des valeurs très approxi-

balcões sobre cachorrada mas, tendo a mesma função, são uma evolução dessa estrutura. Porém, conformam-se de modo conjunto com o corpo do baluarte. Com desenho idêntico, a torre que esteve na origem do Castelo de Mazagão, obra dos Arrudas – Torre da Boreja, teria um coroamento com este tipo de vãos (Jorge Correia, *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África*... cit., p. 339).

37. C'est une avancée de la partie cylindrique, lui donnant plus de possibilités de surveillance et de tir. Les frères Arruda l'ont fait à Azemmour, mais aussi à Safi.

Fig. 16 – Baluarte N, na frente amuralhada norte. / Bastion N, façade nord fortifiée.

um rectângulo com uma semicircunferência de raio com valores muito aproximados dos 19 palmos. Em alçado, o exercício estabelece-se com grande simetria entre os diferentes tipos de abertura, exibindo grande equilíbrio na distribuição intercalada e dimensão dos espaçamentos. O baluarte deveria albergar diferentes níveis de fogo, como sugerem algumas marcas esbatidas pelo actual revestimento, e onde se podem ler recortes de bombardeiras.

Trata-se de um óptimo exemplo para se compreender o carácter de destaque que o alambor atribuía a estas estruturas, massificando-lhes o semblante e dificultando a aproximação física ao pano de muralha. O ângulo de inclinação da sua superfície aproxima-se do recomendado para provocar ricochete de um projéctil que o atingisse. Entre as primeiras medidas que se fizeram quando a arquitectura iniciou a sua transição e tentava dar resposta ao novo armamento, estava a acção de reforçar os muros com a construção deste tipo de taludes que provocassem um ângulo de incidência entre os 45º e os 60º, para favorecer o «rebate» do tiro atacante[38].

37. É um avanço da parte cilíndrica, dando-lhe mais possibilidades para vigia e tiro. Os Arrudas fizeram-no em Azamor, mas também em Safim.

38. Luís Mora-Figueroa, «Transformações artilheiras na fortificação tardo-medieval», *in Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*

matives de 19 empans. En hauteur, l'exercice est défini avec une grande symétrie entre les différents types d'ouvertures, affichant un grand équilibre dans la distribution intercalée et dimension des espacements. Le bastion devait abriter différents niveaux de feu, comme le suggèrent certaines marques estompées par le revêtement actuel et où nous pouvons discerner des découpures de canonnières.

Il s'agit d'un excellent exemple pour comprendre l'importance que la contrescarpe attribuait à ces structures, en massifiant leur apparence et en empêchant l'approche physique au pan de muraille. L'angle d'inclinaison de sa surface est proche de ce qui est recommandé pour faire rebondir un projectile qui l'atteindrait. Parmi les premières mesures qui ont été prises quand l'architecture a commencé sa transition et tentait de répondre au nouvel armement, il était prévu de renforcer les murs avec la construction de ce type de talus qui s'élèveraient à un angle entre 45° et 60°, afin d'atténuer le tir attaquant[38].

Finalement, le quatrième bastion digne de cette classification dans le château fort portugais d'Azemmour est la structure avancée du mur de l'*atalho* près du

38. Luís Mora-Figueroa, « Transformações artilheiras na fortificação tardo-medieval », *in Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos 2000 - Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, dir. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisbonne, Edições Colibri, 2001, p. 651.

Finalmente, o quarto baluarte digno desta classificação no castelo português de Azamor, é a estrutura avançada do muro do atalho junto ao rio, também artificialmente apelidada aqui de Baluarte R. Eleva-se e assenta sobre um alambor fundido na escarpa que funcionava como defesa natural (fig. 17). O seu piso mais baixo encontra-se a uma cota já bastante elevada em relação ao rio Morbeia. Distribui dois níveis com várias bocas-de-fogo para armas de grande calibre. O remate superior encontra-se em estado de ruína, não sendo possível compreendê-lo. Porém, pode sugerir-se uma altura total para o baluarte de 42 palmos, suficiente para rematar os vãos superiores que se encontram incompletos. Mais uma vez, a planta constitui-se pela agregação de uma forma quadrangular com cerca de 33 palmos de lado, e no fecho, um semi-círculo de 14 palmos de raio. Aponta para montante, perscrutando o curso do rio, mas reparte as bombardeiras de forma radial, algumas delas apenas observáveis pelo interior.

Recentes sondagens arqueológicas revelaram um alambor de recorte escalonado, configurando-se no intervalo de ângulos ideal para a superfície de incidência (fig. 18). A escavação permitiu a recuperação do desenho do seu entalhe mas não da profundidade da cava. Tendo como referência, mais uma vez, os conselhos de Francesco di Giorgio, que afirma que um fosso deveria garantir profundidades entre os 5,5 e os 11 metros ou então apresentar numa proporção em relação à altura da muralha adjacente de valor igual ou dois terços do mesmo[39], e a observação local, é possível induzir o negativo do fosso nesta banda do atalho. Para mais, por entre o tecido urbano nas imediações do Baluarte R, existe um muro com ligeira inclinação, solto e independente, com uma localização que poderia corresponder a uma contra-escarpa do dito fosso.

Apesar de não poderem ser considerados baluartes, na sua acessão proto-moderna, há ainda duas estruturas que ajudam a completar o sistema defensivo de Azamor. São dois torreões: uma torre prismática a oeste, entre os baluartes de São Cristóvão e do Raio, e outra no extremo nordeste da praça. Por falta de identificação própria, designar-se-ão por Torre W e

2000 – Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500), dir. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Edições Colibri, 2001, p. 651.

39. Francesco di Giorgio Martini, *Tratatto di architettura ingegneria e arte militare*... cit., vol. I, pp. 9-16. A situação dos 2/3 de muralha como medida a atribuir à profundidade do fosso é algo que se nota em outros casos do panorama português (João Gouveia Monteiro, *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, p. 36).

fleuve, dénommé aussi ici artificiellement Bastion R. Elle s'élève et s'appuie sur une contrescarpe qui se fond dans l'escarpe qui fonctionnait comme défense naturelle (fig. 17). Son étage le plus bas se situe à une cote assez élevée par rapport au fleuve Oum er-Rbia. Il distribue deux niveaux avec plusieurs bouches à feu pour des armes de gros calibre. La finition supérieure est dans un état de ruine avancé, raison pour laquelle il est impossible de l'interpréter. Toutefois, on peut suggérer une hauteur totale de 42 empans pour le bastion, une hauteur suffisante pour raccorder les travées supérieures qui sont incomplètes. Une fois de plus, le plan est constitué par l'assemblage d'une forme quadrangulaire d'environ 33 empans de côté et, pour la fermeture, un demi-cercle avec un rayon de 14 empans. Il pointe vers l'amont en scrutant le cours du fleuve, mais distribue les canonnières de façon radiale, certaines d'entre elles ne pouvant être observées que de l'intérieur.

Des fouilles archéologiques récentes ont révélé une contrescarpe découpée en quinconce, se configurant dans l'intervalle d'angles idéal pour la surface d'incidence (fig. 18). L'excavation a permis de récupérer le dessin de son entaille, mais pas celui de la profondeur de la douve. Ayant comme référence, une fois encore, les conseils de Francesco di Giorgio qui affirme qu'un fossé devrait garantir des profondeurs entre 5,5 et 11 mètres ou alors présenter une proportion, par rapport à la hauteur de la muraille adjacente, de valeur égale ou les deux tiers de celle-ci[39], et à partir de l'observation *in situ*, il est possible d'induire le négatif du fossé dans cette bande de l'*atalho*. Il y a, en outre, au milieu du tissu urbain dans les environs du Bastion R, un mur légèrement incliné, détaché et indépendant avec un emplacement qui pourrait correspondre à une contrescarpe dudit fossé.

Bien qu'elles ne puissent pas être considérées comme des bastions dans leur acception postmoderne, deux structures qui aident à compléter le système défensif d'Azemmour s'y trouvent également présentes. Il s'agit de deux tourelles : une tour prismatique à l'ouest, entre les bastions de *S. Cristóvão* et celui *do Raio* et une autre à l'extrême nord-est de la place. Faute d'une identification appropriée, elles seront désignées par tour W et tour NE. Elles seront mieux comprises lorsqu'elles seront observées dans l'ensemble de la place, entre ce que furent la nouvelle construction proposée par les frères Arruda et les légères adaptations effectuées. Les deux contiennent des ouvertures

39. Francesco di Giorgio Martini, *Tratatto di architettura ingegneria e arte militare*... cit., vol. I, pp. 9-16. La proportion des 2/3 de la muraille comme mesure de la profondeur du fossé est noté dans d'autres cas portugais de l'époque (João Gouveia Monteiro, *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Lisbonne, Edições Colibri, 1999, p. 36).

Fig. 17 – Baluarte R sobre o rio. / Bastion R sur le fleuve.

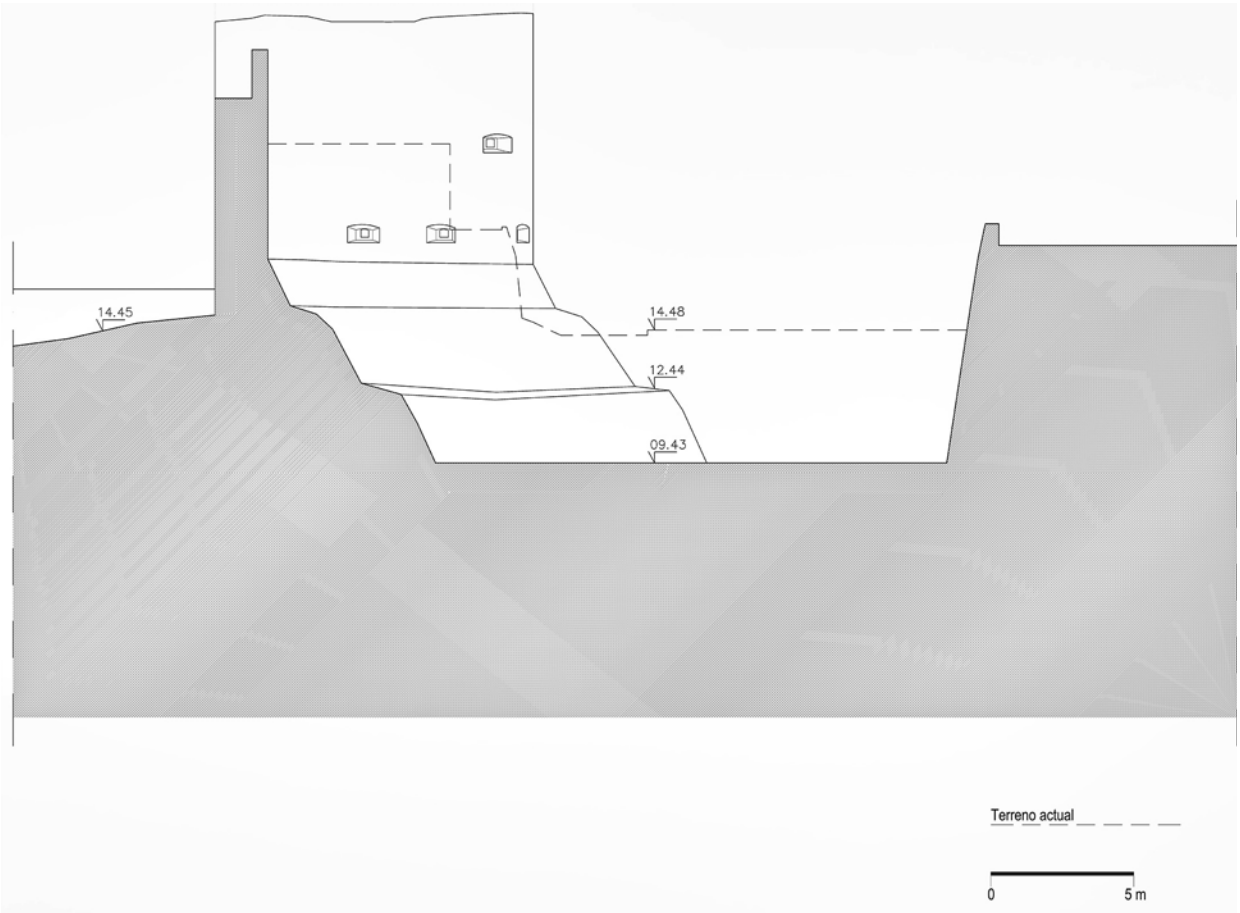


Fig. 18 – Corte pelo fosso do atalho junto ao Baluarte R. / Coupe par le fossé de l'atalho près du Bastion R.

Torre NE. Serão melhor entendidas quando observadas no conjunto da praça, entre aquilo que foi construção nova, proposta pelos Arrudas, e o que foram ligeiras adaptações. Ambas contêm aberturas para artilharia, podendo ser apenas resultado do ajuste feito pelos portugueses. A sua localização seria, certamente, já de extrema utilidade no tempo de funcionamento da cerca islâmica.

A Torre W, na inflexão da muralha a nascente, exibe apenas um grande vão em cada um dos seus três lados voltados para o exterior da fortificação, não sendo claro se se trata ou não de mais de um arranjo posterior ao período português (fig. 19). A estrutura da Torre NE teve uma profusa obra de abertura de vãos para bombardeiras, de recorte largo e mais rectilíneo, assumindo os diferentes níveis com alinhamentos intercalados, tal como nos outros baluartes do castelo. Possui planta quadrangular de cantos arredondados sobre base trapezoidal. Já Vergílio Correia questionava se esta seria uma obra «nossa»[40], já que a sua disponibilidade enquanto estrutura militar nada tem a ver com os restantes baluartes novos (fig. 20).

4.2 Portas

Como mencionado atrás, durante o processo de atalho, todas as portas da cerca em torno do espaço que se passaria a designar de «vila velha» pelos portugueses foram entaipadas. Havia, no entanto, que garantir o acesso ao castelo, quer por mar como por terra. Tal como houve apropriação de panos de muralha, também as portas podem ter sido adaptadas, nomeadamente na muralha voltada para terra (lado poente da cidade) e no contacto com o mar (através do rio).

No primeiro caso, importa mencionar uma terceira abertura, já abordada atrás: a chamada Porta do Combate, actual *Bab el Medina* (Porta da Cidade) como única abertura nos muros da cidade velha que os portugueses terão mantido[41] (fig. 21). Com o mesmo tipo de ideologia estrutural que a Porta da Vila, como evidencia o seu desenho de corte[42], põe de lado o percurso em cotovelo e compõe-se em arco de volta inteira, inserido num pequeno torreão. O aparelho e biselamento da pedra são semelhantes. As evidências levam à conclusão que se trata de uma peça pré-existente com intervenção portuguesa.

40. Jorge Correia, *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África*... cit., p. 21.

41. Jorge Correia, *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África*... cit., p. 306.

42. A arcada é dupla e permite o espaçamento para «garantir a descida ou o encaixe de um forte taipal» (Jorge Correia, *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África*... cit., p. 21).

pour l'artillerie ce qui peut être simplement le résultat de l'ajustement apporté par les Portugais. Leur emplacement serait, certainement, déjà extrêmement utile à l'époque de fonctionnement de l'enceinte islamique.

La tour W, dans l'inflexion de la muraille à l'est, affiche uniquement une grande travée dans chacun de ses trois côtés tournés vers l'extérieur de la fortification, il est difficile de déterminer s'il s'agit ou non d'une réparation postérieure à la période portugaise (fig. 19). La structure de la tour NE a eu un abondant travail d'ouverture d'espaces pour des canonnières avec une découpe large et plus rectiligne, les différents niveaux ayant des alignements intercalés, comme dans les autres bastions du château. Elle a un plan quadrangulaire aux coins arrondis sur une base trapézoïdale. Vergílio Correia se demandait déjà si c'était un ouvrage portugaise[40], puisque sa disponibilité en tant que structure militaire n'a rien à voir avec les autres nouveaux bastions (fig. 20).

4.2 Portes

Comme nous l'avons mentionné plus haut, au cours du processus d'*atalho* toutes les portes de l'enceinte, autour de l'espace qui serait désormais désigné de « vieille ville » par les Portugais, furent murées. Il fallait, néanmoins, assurer l'accès au château fort, à la fois par mer et par terre. Tout comme il y eut appropriation de pans de muraille, les portes ont peut-être elles aussi été adaptées, notamment dans la muraille tournée vers la terre (côté ouest de la ville) et en contact avec la mer (à travers le fleuve).

Dans le premier cas, il est important de mentionner une troisième ouverture, déjà abordée précédemment : la dénommée *Porta do Combate*, l'actuelle, Bab el Medina [Porte de la ville], comme l'unique ouverture dans les murs de la vieille ville que les Portugais auraient maintenue[41] (fig. 21). Avec le même type d'idéologie structurelle que celle de la *Porta da Vila,* comme en témoigne le dessin de sa coupe[42], elle met de côté le parcours en coude et se compose d'un arc en plein-cintre, inséré dans une petite tourelle. L'appareil et le biseautage de la pierre sont similaires. Les évidences permettent de conclure qu'il s'agit d'une pièce préexistante avec intervention portugaise. La *Porta da Vila* est sans aucun doute portugaise, insérée dans le bastion rectangulaire qui constitue la dent de l'*atalho*, l'une des sept structures notables qui signalaient des inflexions ou angles du château

40. Jorge Correia, *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África*... cit., p. 21.

41. Jorge Correia, *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África*... cit., p. 306.

42. L'arcade est double et permet l'espacement pour « garantir la descente ou l'emboîtement d'une forte cloison » (Jorge Correia, *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África*... cit., p. 21).

Fig. 19 – Torre W na frente amuralhada ocidental. / Tour W, façade occidentale fortifiée.

Fig. 20 – Torre NE junto ao rio. / Tour NE près du fleuve.

Fig. 21– Bab el Medina, antiga Porta do Combate. / Bab el Medina, ancienne *Porta do Combate*.

Portuguesa é, sem dúvida, a Porta da Vila inserida no baluarte rectangular que constitui o dente do atalho, uma das sete estruturas notáveis que assinalavam inflexões ou ângulos do castelo português. Seria a porta a guarnecer que maior prevenção militar requeria, visto ser a garantia de acesso ao interior do Castelo (fig. 22). O caminho de ronda do muro do atalho que descia desde S. Cristóvão continuaria na fachada sul da torre e permitiria usufruir de artilharia instalada nos dois vãos superiores que, tão distinta-

fort portugais. Ce serait la porte à garnir qui requérait une plus grande protection militaire, vu qu'elle assurait l'accès à l'intérieur du château (fig. 22). Le chemin de ronde du mur de l'*atalho* qui descendait de *S. Cristóvão* continuerait sur la façade sud de la tour et permettrait d'utiliser l'artillerie installée sur les deux travées supérieures qui symétrisent, si distinctement, cette élévation. De cette façon, tant la surveillance que l'attaque de l'ennemi qui s'approcherait étaient garanties sur le front du château.

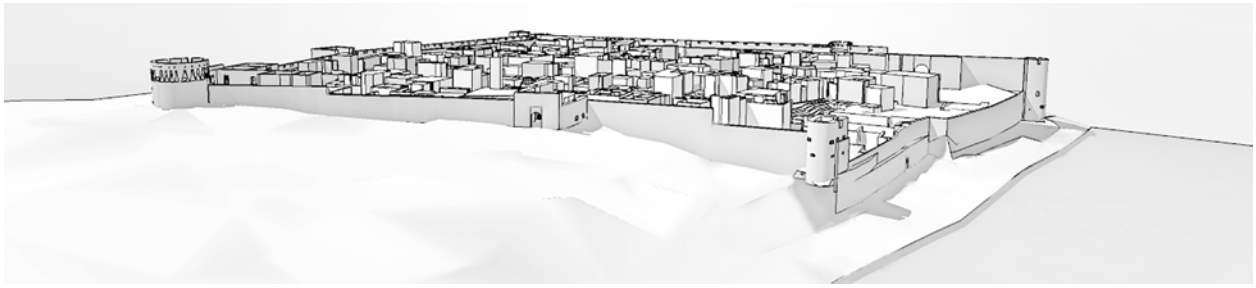


Fig. 22 – Modelo 3D do muro do *atalho* com Baluarte e Porta da Vila. / Modulation 3D du mur de l'*atalho* avec le Bastion et la Porte *da Vila*.

mente, simetrizam este alçado. Deste modo, tanto a vigilância como o ataque ao inimigo que se aproximasse ficava garantido no sentido frontal ao Castelo. O percurso interior do baluarte desenvolve-se em cotovelo, articulado com uma segunda porta disposta perpendicularmente à primeira[43], que ligaria com o sistema viário da vila portuguesa. A Porta da Vila só seria acessível pelo exterior através de um sistema de ponte levadiça reforçada por gradeamento em guilhotina, sustentado por cordas em roldanas com contrapesos. O recorte que as ombreiras fazem permitiria ainda a utilização de uma porta de batente no lado mais interior. Os dois vãos das portas do complexo da Porta da Vila são em arquivolta de pleno centro, ombreiras chanfradas e dimensões muito aproximadas. Regem-se por uma geometria que parelha meia circunferência de diâmetro igual ao lado de um quadrado que constitui o corpo de serventia do vão (2,5 varas).

Enquanto estrutura arquitectónica, o Baluarte da Porta da Vila conforma-se numa torre cuja altura se aproxima muito do que teria sido o muro do atalho (conforme já sugerido). A planta desenha-se em dois quadrados de lado igual a 40 palmos e distingue duas áreas de funcionamento: circulação entre interior/exterior do castelo; manobra de artilharia para disparo através de duas bombardeiras localizadas a nascente, de modo a proteger o troço de atalho que desce até ao rio. Menos bem conservada está, à cota baixa, uma outra bombardeira no lado sul.

Ainda de referência são dois elementos em pedra que ladeiam os vãos superiores. Serviriam para suportar algum tipo de panejamento ou mesmo bandeiras ilustrativas do novo senhor da praça.

De menores dimensões, mas garantindo também um circuito em cotovelo, define-se a Porta da Ribeira. O desgaste e erosão dos silhares é bastante, mas lêem-se as formas de arco em volta perfeita, quer no

Le parcours intérieur du bastion se développe en coude, articulé avec une seconde porte disposée perpendiculairement à la première[43], qui serait reliée au système viaire de la ville portugaise. On ne pouvait avoir accès à la *Porta da Vila* que de l'extérieur à travers un système de pont-levis renforcé par un grillage en forme de guillotine soutenu par des cordes passant par des poulies à contrepoids. La découpe des jambages permettrait également l'utilisation d'une porte à battant du côté le plus intérieur. Les deux travées des portes du complexe de la *Porta da Vila* sont des archivoltes en plein cintre, des jambages chanfreinés et de dimensions très approximatives. Elles sont régies par une géométrie qui va de pair avec une demi-circonférence de diamètre égal au côté d'un carré qui constitue le corps qui dessert la travée (2,5 *varas*).

En tant que structure architecturale, le bastion de la *Porta da Vila* prend la forme d'une tour dont la hauteur se rapproche beaucoup de ce qu'aurait été le mur de l'*atalho* (comme nous l'avons déjà suggéré). Le plan est dessiné dans deux carrés dont chaque côté est égal à 40 empans et distingue deux aires de fonctionnement : la circulation entre l'intérieur et l'extérieur du châteaut ; une manœuvre d'artillerie pour le tir à travers deux canonnières situées à l'est, afin de protéger le tronçon de l'*atalho* qui descend jusqu'au fleuve. Il existe, à cote basse et moins bien conservée, une autre canonnière du côté sud.

Il convient de mentionner deux éléments de pierre qui encadrent les travées supérieures. Ils auraient servi à soutenir une sorte de drapé voire des drapeaux illustratifs du nouveau seigneur de la place.

De plus petite dimension, mais assurant toutefois également un circuit en coude la *Porta da Ribeira* est ainsi définie. L'usure et l'érosion des pierres de taille sont importantes, mais on y lit les formes de l'arc en plein cintre, tant du côté qui est en contact avec le fleuve que dans la travée de transition vers l'intérieur du château fort. Dans le premier, la dimension de la composition de l'arc est de 6 empans et la

43. Após a passagem da primeira porta, os militares da praça poderiam atacar a um nível superior através de varandins (caminho de ronda, neste caso) massacrando o inimigo que ficaria encurralado dentro de uma torre entre duas portas (Júlio Gil, *Os mais belos castelos*... cit., p. 229).

43. Après le passage de la première porte, les militaires de la place pourraient attaquer à partir d'un niveau supérieur à travers un balcon étroit (le chemin de ronde en l'occurrence) et massacrer l'ennemi qui était pris au piège à l'intérieur d'une tour entre deux portes (Júlio Gil, *Os mais belos castelos*... cit., p. 229).

lado que contacta com o rio como no vão de transição para o interior do castelo. No primeiro, a dimensão de composição do arco é de 6 palmos e a altura livre até ao arranque da curvatura é de aproximadamente 7 palmos e meio; no segundo, comprimindo ainda mais o acesso à vila, 5 varas para a determinação do arco e 7 palmos para a altura da parte recta do vão. Salvaguarde-se o facto da cota de chão actual ter por certo subido em relação à da época, com a recente construção do passeio à beira-rio e a recente arranjo de espaço público do bairro Kasbah/Mellah. Esta porta comporta-se como um túnel marcado por diferentes coberturas e contornos nas paredes (fig. 23). São visíveis marcas de orifícios onde se fixariam espigões e outros elementos num complexo jogo de portas e estruturas de amarração.

hauteur libre jusqu'au départ de la courbure est d'environ 7 empans et demi ; dans le second, comprimant davantage l'accès à la ville, 5 *varas* pour déterminer l'arc et 7 empans pour la hauteur de la partie droite de la travée. Nous enregistrons le fait que la cote du sol actuel a certainement augmentée par rapport à celle de l'époque, avec la construction récente d'un trottoir au bord du fleuve et le récent agencement de l'espace public du quartier Kasbah/Mellah. Cette porte fonctionne comme un tunnel marqué par différents contours et couvertures sur les murs (fig. 23). Des marques d'orifices, dans lesquelles auraient été fixés des piquets et d'autres éléments dans un jeu complexe de portes et de structures d'amarrage, sont encore visibles.

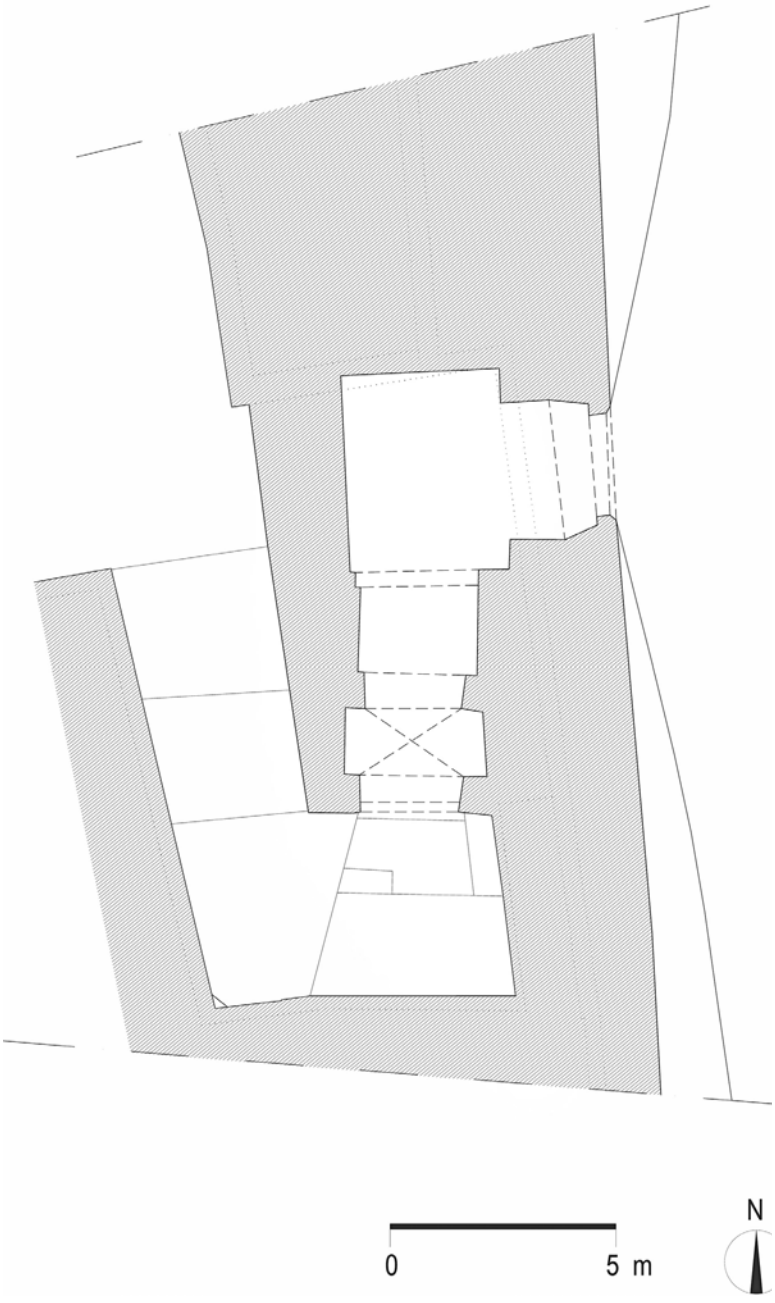


Fig. 23 – Planta da Porta da Ribeira. / Plan de la Porte riveraine.

4.3 Sistema defensivo do castelo

Conhecendo o tipo de armas usadas na época, assim como o respectivo alcance de fogo e as características de cada uma das peças construídas, é possível perceber como responderia a arquitectura do Castelo de Azamor a uma situação de ataque à época de D. Manuel I. Fundamental é, ainda, estudar o modo como a obra dos Arrudas se articulou com a muralha herdada da cidade que encontraram em 1513 aquando da conquista, analisando as aptidões geométricas sobre as quais se redesenhou o perímetro amuralhado e os baluartes já estudados.

Quando os portugueses se adaptaram às construções e traçados existentes em três dos lados da praça (o quarto é o atalho que fecha o Castelo) terão optado por se sobrepor ao que já estava assente. A delimitação da área amuralhada segue o perímetro preexistente a leste, norte e oeste, vindo o atalho a introduzir um novo fecho a sul. Entre as acções de reforço dos muros e construção de alambor, os portugueses tiveram, ainda, de seleccionar a localização dos seus baluartes estratégicos que, provavelmente, construíram sobre bases primitivas. Para além disso, a abertura de vãos para bombardeiras foi expressiva, procurando assegurar um grande poder de fogo. Cada opção terá certamente reflectido acerca da capacidade de alcance das armas que possuíam, articulada com os percursos a efectuar dentro do Castelo. Interessa então avaliar até que ponto cada uma das estruturas se conjuga com a(s) sua(s) adjacente(s) (fig. 24). Verifica-se que a maior distância de maior valor entre baluartes corresponde a cerca de 125,30 m, entre o Baluarte do Raio e o Baluarte N. As restantes extensões a percorrer estabilizam-se entre os 42,45 e os 56,90 metros, tanto na muralha sul como na poente. Assim, garantiam-se situações favoráveis de cruzamento de tiro mais próximo pela defesa activa com armas de maior calibre. A Casa dos Capitães, que protagoniza um cunhal da vila e o principal ponto de distribuição de homens e armas para o caminho de ronda do atalho e muro poente, favorece o mesmo tipo de distâncias demonstrada nos casos anteriores em relação a construções adjacentes. Ligeiramente maiores são as distâncias entre ângulos do sistema dentado na margem do rio.

A eficácia defensiva de uma praça em caso de ataque, dependia da articulação entre a disposição arquitectónica e o alcance das armas. A utilização de bombardeiras nos baluartes estava sujeita a um cuidado específico quanto ao seu dimensionamento. As aber-

4.3 Le système défensif du château fort

Connaissant le type d'armes utilisées à l'époque, ainsi que la portée de feu respective et les caractéristiques de chacune des pièces construites, il est possible de comprendre comment l'architecture du château fort d'Azemmour aurait répondu à une situation d'attaque à l'époque de D. Manuel I. Il est fondamental, également, d'étudier la façon dont l'ouvrage des frères Arruda s'est articulé avec la muraille héritée de la ville qu'ils ont trouvée en 1513 lors de la conquête, en analysant les aptitudes géométriques sur lesquelles le périmètre fortifié et les bastions déjà étudiés ont été redessinés.

Lorsque les Portugais se sont adaptés aux constructions et aux tracés existant sur les trois côtés de la place (le quatrième est l'*atalho* qui ferme le château) ils auraient opté pour se superposer à ce qui était déjà en place. La délimitation de la zone fortifiée suit le périmètre préexistant à l'est, au nord et à l'ouest, l'*atalho* venant introduire une nouvelle fermeture au sud. Parmi les actions de renforcement des murs et la construction de la contrescarpe, les Portugais, ont dû également sélectionner l'emplacement de leurs bastions stratégiques qu'ils ont, probablement, construit sur des bases primitives. En outre, l'ouverture de travées, destinées aux canonnières, a été très significative, cherchant à assurer une grande puissance de feu. Chaque option a certainement dû être pondérée par rapport à la capacité de la portée des armes qu'ils possédaient et articulée avec les parcours à effectuer à l'intérieur du château. Il convient donc d'évaluer dans quelle proportion chacune des structures se combine avec sa/ses structures adjacente(s) (fig. 24).

On constate que la distance de plus grande valeur entre les bastions correspond à environ 125,30 m, entre le *Baluarte do Raio* et le *Baluarte N*. Les autres longueurs à parcourir se stabilisent entre 42,45 et 56,90 mètres, tant dans la muraille sud que dans celle de l'ouest. On garantissait ainsi des situations favorables de croisement de tirs plus proche par la défense active avec des armes de plus gros calibre. La *Casa dos Capitães*, qui est l'élément principal d'un angle de la ville et le point le plus important de distribution d'hommes et d'armes pour le chemin de ronde de l'*atalho* et de la muraille ouest, favorise le même type de distances présentées dans les cas précédents en ce qui concerne les constructions adjacentes. Les distances entre les angles du système denté sur la rive du fleuve sont légèrement plus grandes.

L'efficacité défensive d'une place en cas d'attaque, dépendait de l'articulation entre la disposition architecturale et la portée des armes. L'utilisation de canon-

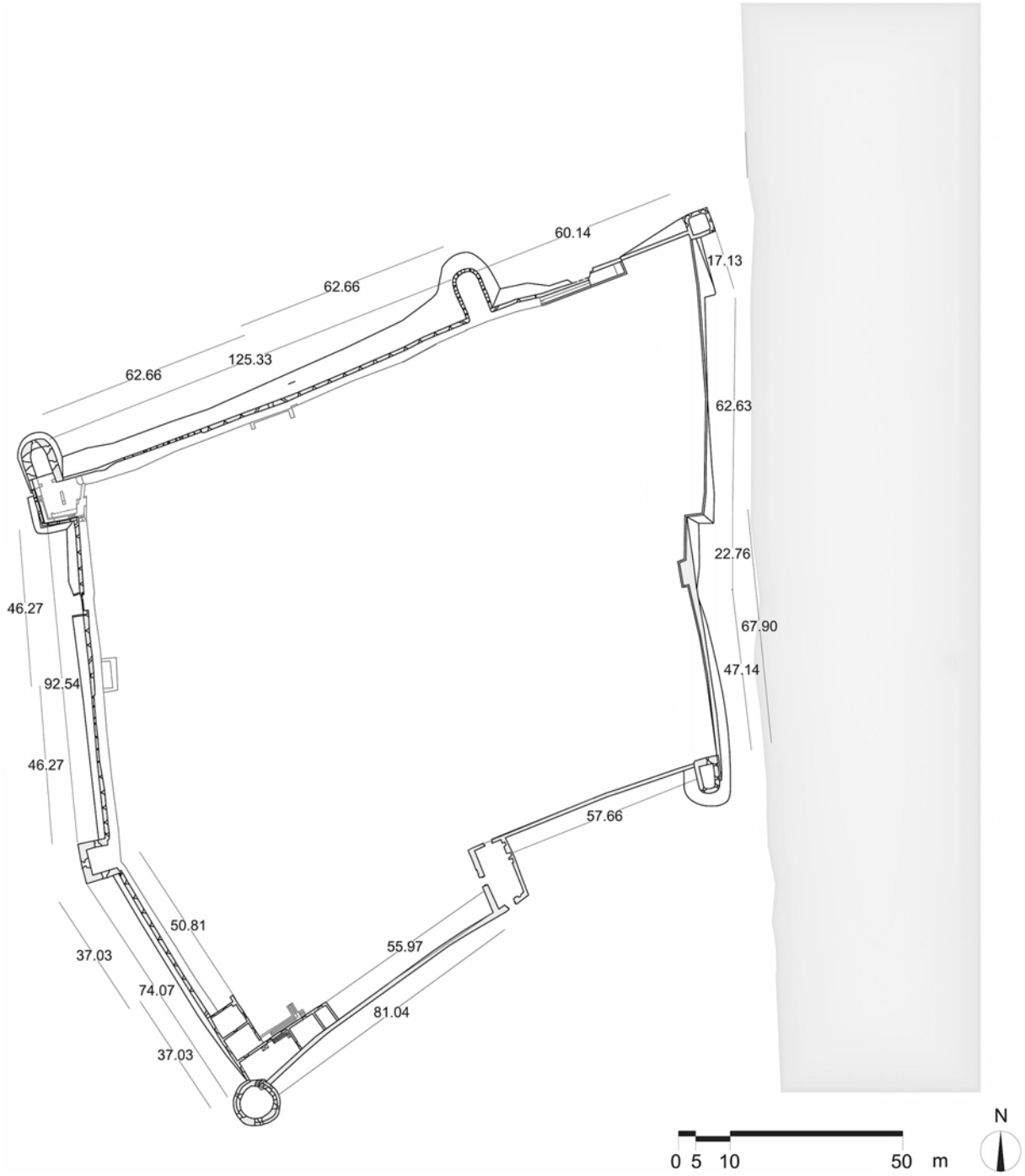


Fig. 24 – Planta do castelo português, com indicação de medidas entre estruturas notáveis. / Plan du château portugais, avec l'indication des mesures entre les structures remarquables.

turas para bocas-de-tiro não deveriam ser amplas demais, para não fragilizar o baluarte, nem expor os homens que operavam as armas. Necessitavam, ainda, de uma relação ideal entre a altura do vão exterior e a cota do piso, assim como de uma garantia sobre o ângulo de disparo óptimo para não ser necessário recorrer a dispositivos verticais para içar ou manobrar as armas[44].

Azamor possui um grande número destes vãos para bombardas cujo tiro eficaz estaria dentro de um

nières dans les bastions était soumise à un soin particulier concernant leur dimension. Les ouvertures pour les bouches de tir ne devaient pas être trop larges, pour ne pas fragiliser le bastion ni exposer les hommes qui manipulaient les armes. Elles requéraient également un rapport optimal entre la hauteur de la travée extérieure et la cote du sol et une garantie sur l'angle de tir optimale pour ne pas avoir à recourir à des dispositifs verticaux pour hisser ou manœuvrer les armes[44].

Azemmour possède un grand nombre de ces travées

44. Pedro Cid, *A Torre de São Sebastião*... cit., p. 259.

44. Pedro Cid, *A Torre de São Sebastião*... cit., p. 259.

alcance entre os 50 e os 150 metros[45]. Já as diversas aberturas para besta acautelavam a defesa a uma distância que podia atingir os 200m[46]. Porém, para uma maior eficácia e uso da sua possibilidade de fazer pontaria certeira ao inimigo, a besta seria mais válida se disparada a uma distância máxima de 100 m[47]. Na praça em estudo merece ainda destaque o tiro mergulhante a partir dos Baluartes de São Cristóvão e do Raio[48]. Com estes dados e através dos actuais levantamentos de cada boca-de-fogo existente, torna-se possível tentar uma aproximação às possibilidades de funcionamento da praça no seu expoente máximo, aplicando o cruzando de fogo sempre que possível.

A mancha alcançada pela capacidade de seteiras/besteiras é bastante ampla e pode considerar-se ter sido ainda maior (fig. 25). Todo o perfil do muro voltado a sul, onde desapareceu o parapeito do muro do atalho, constituiria um forte recurso para a utilização dessas armas. Por seu lado, os baluartes incluem algumas aberturas para besta no coroamento das suas estruturas, mesmo que com uma pequena amplitude do ângulo da boca do vão (São Cristóvão, Raio e N). As principais linhas de fogo para setas localizam-se na parte superior da muralha, localizadas a norte e a poente, desmultiplicando-se e criando áreas de alcance do tiro na direcção frontal aos muros da cerca. Convém ter em consideração que todas estas aberturas para lançamento de setas no castelo português poderão ter sido alargadas e rasgadas com base em frestas pré-existentes[49].

45. Referências sobre esta material podem ser encontradas em «Artilharia», *in Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, Verbo, 1994, vol. I, p. 90, e Mário Jorge Barroca, «Armamento Medieval», *in Nova História Militar de Portugal*... cit., vol. I, p. 139.

46. A besta é uma arma neurobalísica portátil, de madeira e/ou aço, que lançava virotes de modo muito mortífero. O arco, montado numa coronha, era muito certeiro podendo ter um alcance de 200 m. Se disparado a cerca de 75 m de distância era fatal. Permitia mirada directa e depois de montada, podia esperar o tempo que fosse necessário, dando-lhe uma utilização muito fiável (Mário Jorge Barroca, «Armamento Medieval»... cit., vol. I, p. 139). Foi provavelmente pelas suas capacidades de exactidão e rapidez de execução que esta arma continuou a ser largamente utilizada nos campos de batalha mesmo durante o século XVI (*A arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 19).

47. «Artilharia», *in Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*... cit., vol. I, p. 90.

48. Mesmo sendo uma técnica cada vez mais desnecessária aos cenários de guerra, nem os tratadístas italianos a desprezavam, aplicando as estruturas que a afiançassem em várias propostas de remate superior dos baluartes (Pedro Cid, *A Torre de São Sebastião*... cit., p. 260).

49. Refira-se que os rasgamentos do lado norte, junto ao Baluarte do Raio, são de recorte bastante primário e podem ainda ser registos da cerca islâmica herdada, pois são do mesmo tipo os

pour des bombardes dont le tir efficace serait d'une portée comprise entre 50 et 150 mètres[45]. Alors que les différentes ouvertures pour les arbalètes garantissaient la défense à une distance qui pouvait atteindre les 200 m[46]. Cependant, pour une plus grande efficacité et une meilleure utilisation de sa capacité à effectuer un tir précis sur l'ennemi, l'arbalète serait plus efficace si le tir était effectué à une distance maximale de 100 m[47]. Sur la place qui fait l'objet de notre étude, il convient également de souligner le tir plongeant à partir des bastions *de São Cristóvão* et *do Raio*[48]. Avec ces données et à partir de l'inventaire actuel de chaque bouche à feu existante, il devient possible d'essayer une approche des différentes possibilités de fonctionnement de la place dans son exposant maximal, en appliquant le croisement de feu lorsque cela est possible.

La tache atteinte par la capacité des archères ou des arbalétrières est assez vaste et on peut considérer qu'elle aurait été encore plus grande (fig. 25). Tout le profil du mur tourné vers le sud, où le parapet du mur de l'*atalho* a disparu, constituerait un fort recours pour l'utilisation de ces armes. Pour leur part, les bastions comprenaient quelques ouvertures pour des arbalètes dans le couronnement de leurs structures, même si la largeur de l'angle de la bouche de la travée est petite (*São Cristóvão, Raio* et *N*). Les principales lignes de tir pour les flèches sont situées dans la partie supérieure de la muraille, localisées au nord et à l'ouest, se démultipliant et créant des zones de portée de tirs en direction aux murs de l'enceinte. Il convient de tenir compte du fait que toutes ces ouvertures pour le lancement de flèches dans le château fort portugais ont peut-être été élargies et déchirées à partir de fentes préexistantes[49].

45. Des références sur ce matériel peuvent être trouvées dans « Artilharia », *in Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, dir. Luís de Albuquerque, Lisbonne, Verbo, 1994, vol. I, p. 90, et Mário Jorge Barroca, « Armamento Medieval », *in Nova História Militar de Portugal*... cit., vol. I, p. 139.

46. L'arbalète est une arme névrobalistique portable, en bois et/ou en acier, qui lançait des viretons de façon très meurtrière. L'arc, monté sur un fût, était très précis et pouvait avoir une portée de 200m. Son tir était fatal lorsqu'il était effectué à environ 75m de distance. Cette arme permettait une visée directe et une fois montée, on pouvait attendre aussi longtemps que nécessaire, lui donnant une utilisation très fiable (Mário Jorge Barroca, « Armamento Medieval »... cit., vol. I, p. 139). C'est probablement pour ses capacités de précision et de rapidité d'exécution que cette arme a continué à être largement utilisée sur les champs de bataille, même durant le XVIe siècle (*A arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 19).

47. « Artilharia », *in Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*... cit., vol. I, p. 90.

48. Même s'il s'agissait d'une technique de moins en moins nécessaire dans les scénarios de guerre, les auteurs italiens de traités ne la négligeaient pas, appliquant les structures qui la soutiendraient dans diverses propositions pour la finition supérieure des bastions (Pedro Cid, *A Torre de São Sebastião*... cit., p. 260).

49. Il convient de noter que les ouvertures du côté nord, près du bastion *do Raio*, présentent une découpe assez primaire et qu'il

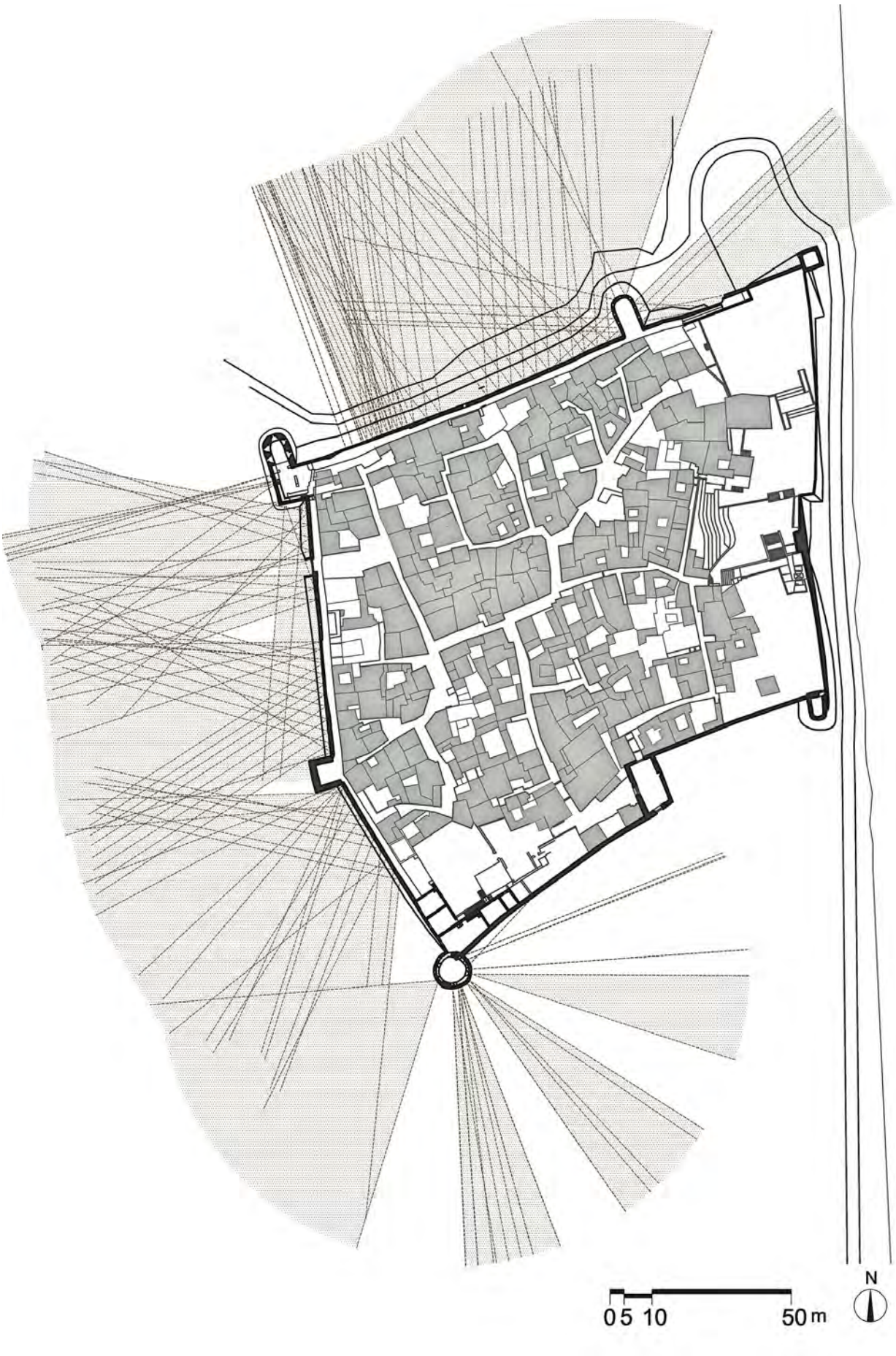


Fig. 25 – Mancha de cobertura de tiro das seteiras/besteiras do castelo. / Surface atteinte par les tirs provenant des archères/arbalétrières du château.

Quando ao poder de fogo de artilharia, há vários níveis a considerar: cota baixa, cota intermédia, coroamento de alguns baluartes ou mesmo as bombardeiras rasgadas no peitoril do caminho de ronda[50]. Toda a frente do atalho estaria completamente assegurada por tiro de bombardas, pelo cruzamento de tiro que se pode observar no nível mais baixo e ainda mais no nível intermédio (fig. 26). As zonas a norte e oeste da praça, com alcance de tiro espalhado por uma vasta área, manifestam algumas regiões a descoberto. Note-se, no entanto, que esta é das áreas com maior cobertura por tiro de besta. Com menos veemência, mas ainda assim presente e espraiando-se um pouco por toda a frente de rio, seria feita a defesa da muralha a nascente: o Baluarte R e a Torre NE têm uma distribuição radial de pontos de mira, não garantindo uma eficácia total mas mostrando a sua presença. A tarefa executada nos muros dentados seria essencial para a protecção da Porta da Ribeira. A existência de bombardeiras nos dentes da muralha do lado do rio não se consegue detectar, talvez pelas várias reconstruções, mas poder-se-á ter dado o caso de os disparos serem lançados desde o parapeito (cota superior) e não por abertura de bombardeiras. As duas estruturas com uso de artilharia de modo mais intensivo são os baluartes de maior investimento documentado por parte dos Arrudas, São Cristóvão e Raio, ainda que deixando espaços intermédios não assegurados (fig. 27). Na ala setentrional, o cruzamento de tiro com o Baluarte N resolve algumas dessas situações, tal como a Torre W na inflexão resolve outras a ocidente. Entre baluartes ou torreões, ao longo do caminho de ronda, as bombardeiras que aí se localizam garantem pontos intermédios de tiro dirigido para áreas distintas das que os baluartes alcançam

Uma situação especial e ambígua surge no Baluarte R, com um vão superior de recorte igual ao das outras bombardeiras, mas que se volta para o interior da praça. A sua função poderia ser a de um postigo ou uma janela de vigia. A ter funcionado como bombardeira, ajudaria ao cruzamento de fogo no interior do castelo português, em caso de extrema necessidade. O sistema defensivo do castelo admitia, ainda, bombardeiras cujo ângulo de abertura se dirigia demasiado para o muro adjacente, necessitando de grande perícia para dirigir o tiro sem danificar a cerca defensiva. Este facto releva o conhecimento dos homens de

vãos que se propagam na muralha voltada a poente no sector da medina.

50. Para uma avaliação do poder de fogo, não se consideram os vãos que interrompem as sacadas para tiro mergulhante do Baluarte de São Cristóvão.

En ce qui concerne la puissance de feu de l'artillerie, plusieurs niveaux doivent être pris en compte : la cote basse, la cote intermédiaire, le couronnement de certains bastions ou même les canonnières ouvertes sur le rebord du chemin de ronde[50]. Tout le front de l'*atalho* serait entièrement assuré par le tir de bombardes, par les tirs croisés qui peuvent être observés au niveau inférieur et davantage au niveau intermédiaire (fig. 26). Les zones au nord et à l'ouest de la place, avec une portée de tirs répartie sur une vaste zone, présentent certaines régions non couvertes. Il est à noter, cependant, qu'il s'agit de l'une des zones les mieux couvertes par des tirs d'arbalètes. À l'est, la défense de la muraille serait faite avec moins de véhémence, mais aurait tout de même été présente et se serait répandue un peu partout sur le front du fleuve : le bastion R et la tour NE ont une distribution radiale de points de mire qui ne garantissent pas une efficacité totale, mais montrent néanmoins leur présence. La tâche, exécutée sur les murs dentés, serait essentielle pour la protection de la *Porta da Ribeira.* L'existence de canonnières dans les dents de la muraille du côté du fleuve ne peut pas être discernée, peut-être à cause des diverses reconstitutions, mais il se peut que les tirs aient été effectués du parapet (cote supérieure) et non pas à partir de canonnières. Les deux structures qui ont le plus utilisé l'artillerie furent le bastion de *São Cristóvão* et le bastion *do Raio* qui ont d'ailleurs eu un plus grand investissement documenté de la part des frères Arruda, bien que certains espaces intermédiaires n'aient pas été assurés (fig. 27). Dans l'aile nord, les tirs croisés du Bastion N résolvent certaines de ces situations, comme la tour C dans l'inflexion en résout d'autres à l'ouest. Entre les bastions ou les tourelles, le long du chemin de ronde, les canonnières qui s'y trouvent assurent des points intermédiaires de tirs dirigés vers des zones différentes de celles que les bastions parviennent à atteindre.

Une situation particulière et ambiguë surgit dans le bastion R, avec une travée supérieure ayant une découpe semblable à celle des autres canonnières, mais tournée vers l'intérieur de la place. Son rôle pourrait être celui d'un guichet ou d'une fenêtre de guet. En supposant qu'elle ait fonctionné comme canonnière, elle aurait appuyé les tirs croisés à l'intérieur du château fort portugais, en cas d'extrême nécessité.

pourrait encore s'agir de traces de l'enceinte islamique héritée, car les travées qui se propagent dans la muraille tournée vers l'ouest dans le secteur de la médina sont du même type.

50. Pour une évaluation de la puissance de feu, nous ne tenons pas compte des travées qui interrompent les saillies pour le tir plongeant du bastion de *São Cristóvão*.

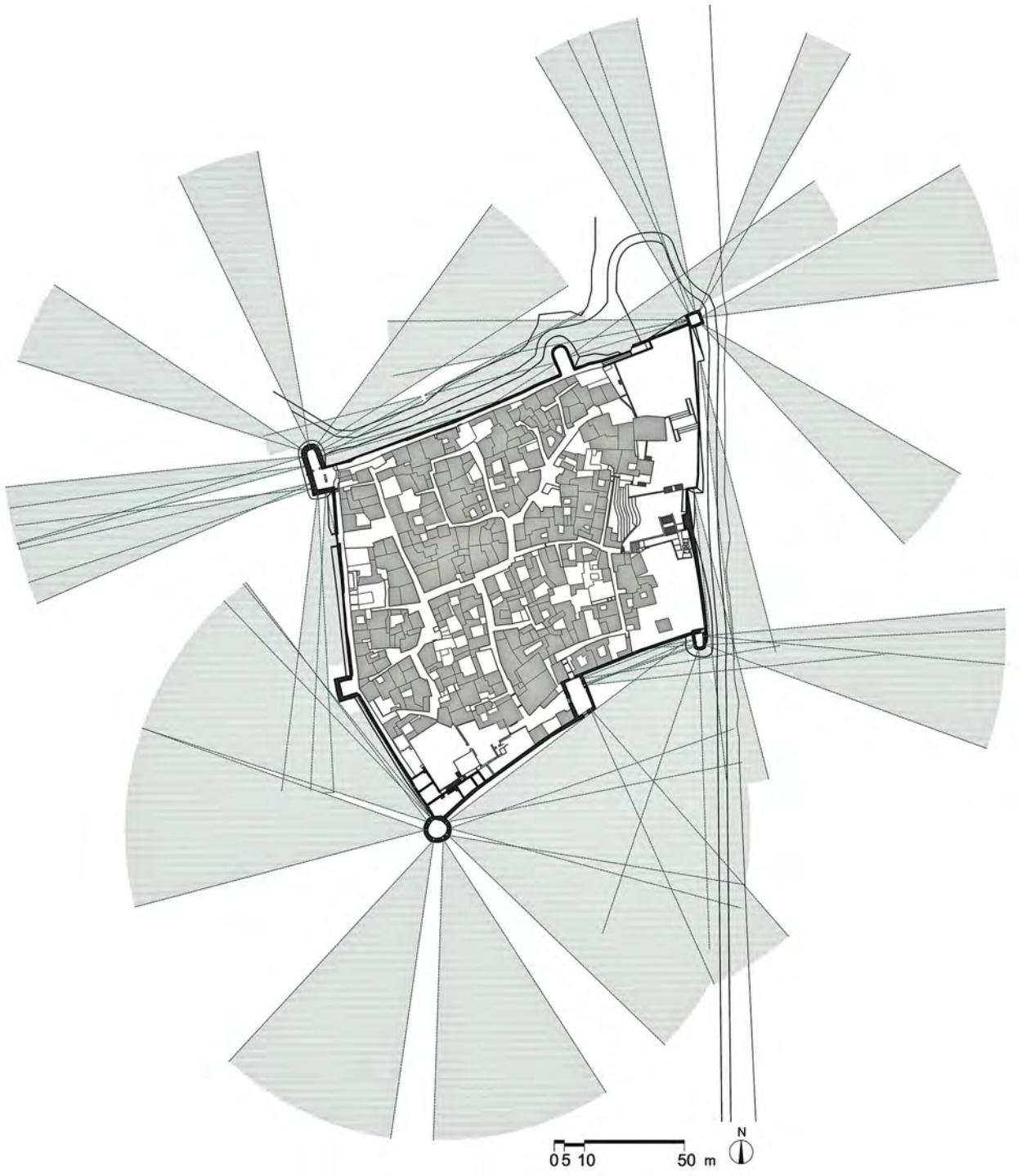


Fig. 26 – Mancha de cobertura de tiro das bombardeiras do nível inferior do castelo. / Surface atteinte par les tirs provenant des arbalétrières du niveau inférieur du château.

armas de então que as manuseavam num equilíbrio delicado entre quantidade de pólvora, qualidade do engenho e ângulo de tiro. Era de extrema importância terem pleno controlo da trajectória e alcance do projéctil, pois as distâncias cruzadas patentes em Azamor são, muitas vezes, inferior ao alcance máximo de tiro. Pode revelar inaptidão para dominar a técnica artilheira e/ou a dificuldade em lidar com aos aproveitamentos de estruturas herdadas. O facto de não ser uma construção arquitectónica de raiz pode não ter permitido colocar em prática todo o conhecimento

Le système défensif du château admettait également des canonnières dont l'angle d'ouverture était trop dirigé vers le mur adjacent, ce qui requérait une grande habileté à diriger le tir sans endommager l'enceinte défensive. Ce fait révèle la connaissance qu'avaient les hommes d'armes d'alors qui les manipulaient dans un équilibre délicat entre la quantité de poudre, la qualité de l'engin et l'angle de tir. Le contrôle total de la trajectoire et de la portée du projectile s'avéraient extrêmement importants, car les distances croisées patentes à Azemmour sont

disponível. A época era de transição entre tendências e de experiência. No entanto, as opções seriam várias e as escolhas tomadas perfazem o resultado que se formalizou no castelo português de Azamor. A cerca chega aos nossos dias denunciando alguns problemas que só as fortificações abaluartadas, no entendimento mais moderno do termo, viriam a dar resposta.

Todavia, numa visão global, e voltando à noção de que uma fortificação não funciona por partes mas antes como um conjunto interdependente, o castelo de Azamor actuaria conjuntamente através das suas bombardeiras e besteiras, articulando estrutu-

souvent inférieures à la portée maximale de tir. Cela peut révéler une certaine inaptitude à dominer la technique de l'artillerie et/ou une certaine difficulté à s'adapter à des structures héritées qui avaient été maintenues. Il se peut, car il ne s'agissait pas d'une nouvelle construction architecturale, qu'elle n'ait pas permis de mettre en pratique tout le savoir disponible. C'était une époque d'expérience et de transition entre tendances. Cependant, les options seraient nombreuses et les choix effectués complètent le résultat qui s'est formalisé dans le château fort portugais d'Azemmour. L'enceinte arrive jusqu'à nos jours

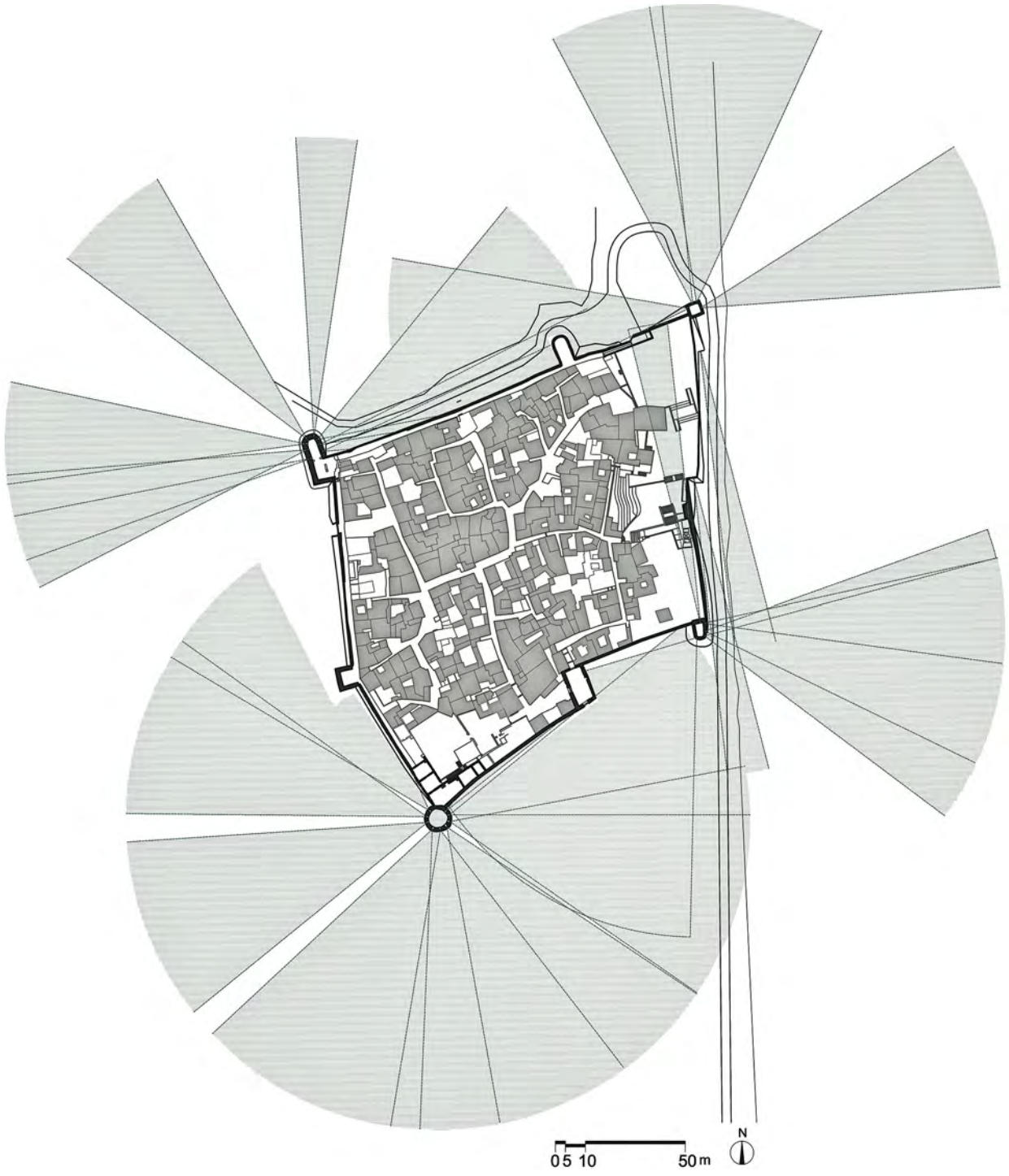


Fig. 27 – Mancha de cobertura de tiro das bombardeiras do nível intermédio do castelo. / Surface atteinte par les tirs provenant des arbalétrières à partir du niveau intermédiaire du château.

ras arquitectónicas com os diversos níveis de fogo (fig. 28). As áreas abrangidas por tiro mostram como muitas das situações imperfeitas, no que a sectores não defensáveis diz respeito, aparecem agora resolvidas. Dependendo das relações com a cota de piso para manobrar o ângulo de tiro e a possibilidade de mobilidade das armas para diferentes trajectória na mesma bombardeira, Azamor surge como organismo inexpugnável. No entanto, sabe-se que, pelo reduzido número de militares[51] e indisponibilidade de equi-

dénonçant certains problèmes auxquels seules les fortifications bastionnées, dans l'acception la plus moderne du terme, viendraient apporter une solution. Cependant, dans une vision globale et pour revenir à la notion selon laquelle une fortification ne fonctionne pas par parties, mais plutôt, comme un ensemble interdépendant, le château d'Azemmour agirait conjointement par le biais de ses canonnières et de ses arbalétrières, en articulant des structures architecturales avec divers niveaux de tir (fig. 28).

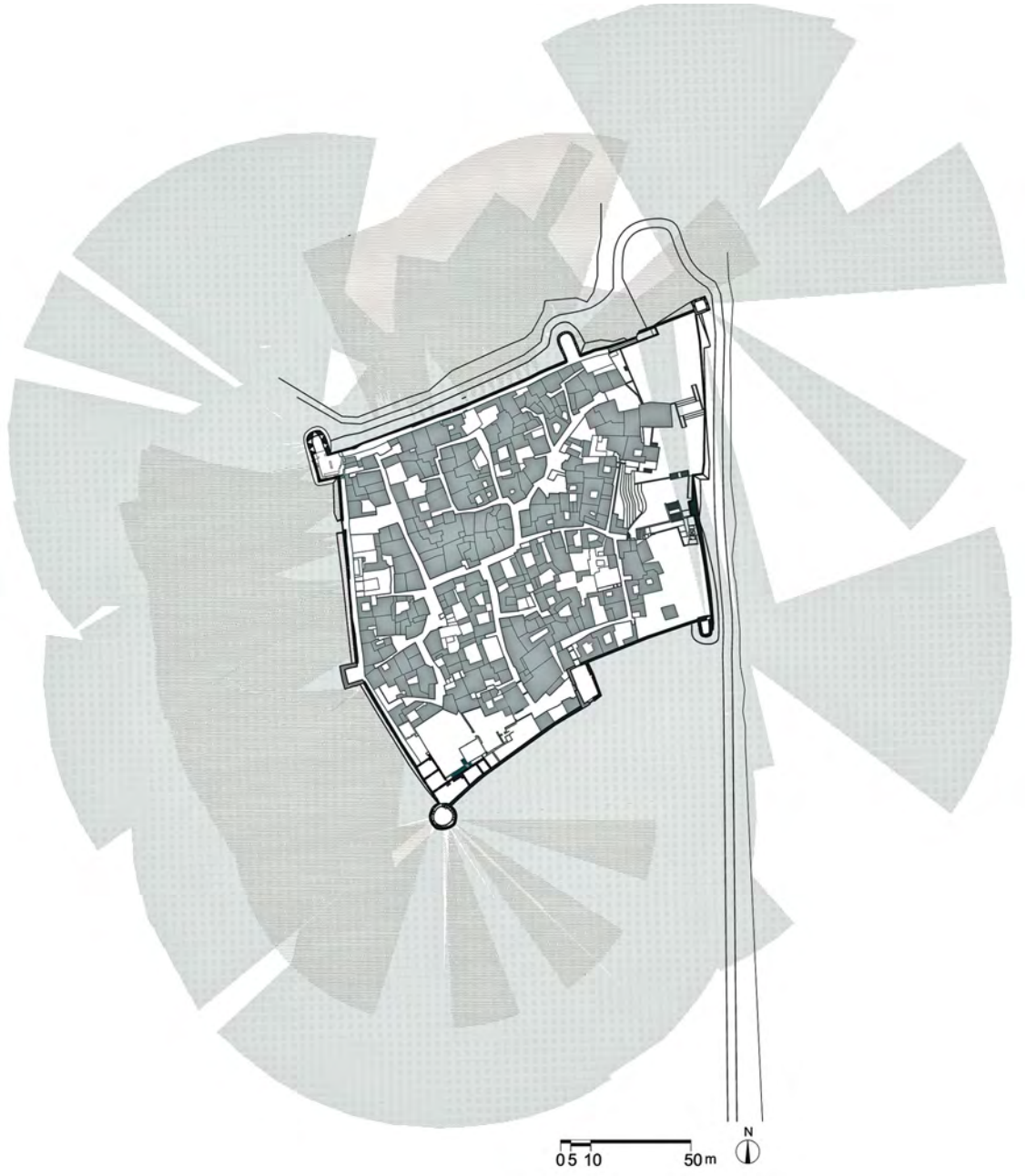


Fig. 28 – Mancha de cobertura de tiro total do castelo português. / Surface totale atteinte par les tirs provenant du château portugais.

Les zones concernées par le tir montrent comment de nombreuses situations imparfaites, en ce qui concerne les secteurs non défendables, apparaissent maintenant résolues. Dépendant des relations avec la cote du sol pour manœuvrer l'angle de tir et la possibilité de mobilité des armes pour différentes

51. Apenas cerca de 2600 homens permaneceram na guarnição militar, que juntamente com os moradores fariam um total de 3000 pessoas a habitar Azamor. Estes dados resultam da epistolografia de D. João de Menezes, relatando as ordens do rei (Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, «Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor»... cit., p. 113).

pamentos de artilharia[52], grande parte (ou mesmo a maioria) dessas bombardeiras não estariam permanentemente em estado de defesa, apesar de espingardeiros e besteiros existirem em maior número[53]. Certo é que o inimigo nunca poderia ter total consciência destes dados e a memória recente cuidava os maiores receios. A imagem que se quereria preservar era a de uma grande armada organizada pelo duque de Bragança para conquistar a cidade ou ainda a vitória portuguesa na Batalha dos Alcaides.

5. A vila portuguesa

5.1 Vila nova

Se até agora se discutiu a (con)formação do castelo português, para Azamor o termo vila também se teria aplicado. Efectivamente, castelo e vila identificam-se espacialmente em Azamor onde traçado do atalho permitia a manutenção de uma área confortável para a implantação de uma vila no seu interior e a acomodação de toda a população calculada em cerca de mil moradores. Este número corresponde a aproximadamente um terço das expectativas aquando da conquista em 1513 pois a população portuguesa, dividida entre moradores e fronteiros, rondaria apenas as seis centenas na década de 20 do século XVI[54]. A este número será necessário acrescentar uma comunidade judia constituída por umas centenas de pessoas, para além de uns quantos habitantes estrangeiros europeus, para se atingir o milhar de almas.

Entre os anos de 1513 e 1514, a estratégia passou pela construção de um castelo em Mazagão e pela concentração populacional em Azamor, apesar de algumas vozes contrárias[55]. Muito provavelmente terá partido de Simão Correia, capitão da praça a partir de 1516,

52. «Quanto a Vosa Alteza mandar hyr todalas sseis bombardas grossas e toda outra muniçam; ainda que Vosa Alteza digua por quanto a fortaleza jaa ssera forte, ainda que ho ela nom sseja, bem me parece que podemos escussar tres d'elas, (...) ainda que eu nom ssey como Vosa Alteza querera tirar de huum baluarte que se faz no canto do castelo da parte de dentro da cidade muy grande e muy fremosso, a que chamam Sam Cristovam, hum par de bonbardas grosas; e ao canto onde o muro da cidade vem entestar, onde foy o combate, se faz outro, a que chamam do Rayo (...) que, com outras duas bonbardas grosas d'aly, aja Vosa Alteza por certo que em toda a cidade, nom podera entrar nenhuma jente com estes dous baluartes, ainda que lhe abram as portas da cidade» – Carta de Rui Barreto a D. Manuel I, Azamor, 21 de Fevereiro de 1514 (ANTT, *Cartas dos Governadores*, n.º 114), *in SIHM*, *Portugal,* vol. I, pp. 489-501.

53. Ver nota 6.

54. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, «Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor»... cit., pp. 113-114.

55. Carta de João de Meneses a D. Manuel I, Azamor, 1/9 de Dezembro de 1513 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-14-4), *in Documentos do Corpo Chronologico*... cit., pp. 459-467.

trajectoires dans la même canonnière, Azemmour émerge en tant qu'organisme inexpugnable. Cependant, on sait que, par le nombre réduit de militaires[51] et par l'indisponibilité d'équipements d'artillerie[52], une grande partie (voire la majorité) de ces canonnières ne serait pas en état de défense permanente, bien qu'il existe des espingardiers et des arbalétriers en plus grand nombre[53]. Il est certain que l'ennemi ne pourrait jamais avoir pleinement conscience de ces données et que la mémoire récente suscitait les plus grandes craintes. L'image que l'on souhaitait préserver était celle d'une grande armée organisée par le duc de Bragance pour conquérir la ville ou encore la victoire portugaise lors de la Bataille des *Alcaides*.

5. La ville portugaise

5.1 La ville nouvelle

Si jusqu'à présent nous avons discuté la (con)formation du château fort portugais, pour Azemmour le terme ville a aussi été appliqué. En effet, le château et la ville s'identifient dans un même espace à Azemmour où l'*atalho* permettait le maintien d'une zone confortable pour le déploiement d'une ville à l'intérieur et l'hébergement de l'ensemble de la population estimée à près d'un millier de résidents. Ce nombre correspond à environ un tiers des attentes au moment de la conquête en 1513, car la population portugaise, divisée entre les résidents et les frontaliers, ne tournerait autour que de six centaines de personnes dans la deuxième décennie du XVI[e] siècle[54]. Il faudra ajouter à ce nombre une communauté juive constituée d'une centaine de personnes, en plus de quelques habitants étrangers européens, pour atteindre les mille âmes. Malgré certaines voix contraires[55], entre les années 1513 et 1514, la stratégie est passée par la construction d'un château fort à Mazagan et par une concentration de la population à Azemmour. Simão Correia, capitaine de la place à partir de 1516, aurait été très probablement à l'origine d'un plan d'inter-

51. Seuls environ 2600 hommes sont restés dans la garnison militaire ce qui, conjointement avec les habitants, ferait un total de 3000 personnes à habiter à Azemmour. Ces données sont le résultat de l'épistolographie de D. João de Menezes, rapportant les ordres du roi (Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, « Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor »... cit., p. 113).

52. Lettre de Rui Barreto à D. Manuel I, Azemmour, le 21 février 1514 (ANTT, *Cartas dos Governadores*, nº 114), *in SIHM*, *Portugal,* vol. I, pp. 489-501.

53. Voir note 6.

54. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, « Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor »... cit., pp. 113-114.

55. Lettre de João de Meneses à D. Manuel I, Azemmour, le 1-9 décembre 1513 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-14-4), *in Documentos do Corpo Chronologico*... cit., pp. 459-467.

um plano de intervenção à escala urbana, disposto em várias frentes de acção, com particular ênfase para a disposição interna do novo castelo atalhado: «(...) e sayba Vosa Alteza que cheo todo de casas na ordem que vam as de Vosa Alteza e as ruas aruadas e calçadas de ladrilho, de muyto que ha nesta cydade, que cada hum calçara sua porta, com que se escusaram de muyto poo e lama que qua ha, (...) eu nam sey cousa que mays fermosa podesse ser, nem mays valença pera os omens vyverem nela (...)»[56]. O discurso, nomeadamente o vocabulário utilizado, denuncia um posicionamento próximo de uma arruação regulada, denunciando um pioneiro higienismo moderno. Afastando-se dos traçados apertados construídos pelos muçulmanos que os portugueses observavam nas suas conquistas magrebinas, o urbanismo era, agora, mais atento ao espaço público e inseria-se no pensamento manuelino da época.

A profícua epistolografia enviada ao rei insistia na edificação de casas no interior do castelo e no derrube ou conservação de casas ou bairros existentes na vila velha, a zona excluída pelo atalho. A alusão à manutenção de algumas dessas casas na vila velha denuncia lentidão e inércia na criação de condições para a instalação de toda a população dentro dos muros do novo castelo/vila. Por vezes, a insistência recaía apenas no aproveitamento dos materiais despojados para novas construções na nova vila. Todas estas indicações pressupõem uma estratégia para a ocupação territorial da superfície atalhada. Uma vez que o castelo aparece descrito como «(...) ermo, ssem nenhua cousa, ssenam huas casas que hy estavam descubertas (...)»[57], não parece que o aproveitamento de casas herdadas no interior do perímetro acastelado tenha sido um recurso, com excepção da mesquita em igreja. Deste modo será verosímil a conclusão acerca de uma implantação da vila nova sobre terreno quase vazio ou com poucos condicionalismos edificados. A densidade residencial árabe da cidade à data da tomada portuguesa já se concentraria a sul da dita mesquita e, por conseguinte, do muro do atalho. Terrenos para a construção de casas no interior do castelo foram, desde cedo, solicitados pelo próprio mestre Diogo de Arruda[58]. Se Diogo, juntamente com seu irmão Francisco, havia estado presente nas decisões concernentes à implantação das casas da artivention à l'échelle urbaine disposé sur plusieurs fronts d'action avec un accent particulier sur l'aménagement interne du nouveau château réduit : « [Sachez Votre Altesse que si l'on remplit de maisons selon les ordres de Votre Altesse et si l'on trace et pave les rues, comme il y en a beaucoup dans cette ville et que chacun pave devant sa maison, on pourrait éviter beaucoup de poussière et de boue (...)] »[56]. Le discours, et en particulier le vocabulaire utilisé, dénonce un positionnement proche d'un tracé de rues régulier, dénonçant un hygiénisme moderne pionnier. En s'éloignant des tracés étroits construits par les musulmans, que les Portugais observaient dans leurs conquêtes maghrébines, l'urbanisme était maintenant plus attentif à l'espace public et s'insérait dans la pensée manuéline de l'époque.

La féconde épistolographie envoyée au roi insistait sur la construction de maisons à l'intérieur du château et sur la démolition ou la conservation de maisons ou quartiers existants dans la vieille ville, autrement dit dans la zone exclue par l'*atalho*. L'allusion au maintien de certaines de ces maisons dans la vieille ville dénonce la lenteur et l'inertie dans la création de conditions pour l'installation de l'ensemble de la population dans les murs du nouveau château/ville. Parfois, l'insistance retombait à peine sur l'utilisation d'anciens matériaux pour les nouvelles constructions dans la nouvelle ville. Toutes ces indications présupposent une stratégie pour l'occupation territoriale de la surface réduite. Étant donné que le château est décrit comme « [isolé sans aucune chose, si ce n'est quelques maisons en ruines] »[57], il ne semble pas qu'il y ait eu un recours à l'utilisation de maisons héritées à l'intérieur du périmètre fortifié, à l'exception de l'utilisation de la mosquée comme église. Ainsi la conclusion à propos de l'implantation de la ville nouvelle sur un terrain pratiquement vide ou avec peu de contraintes construites est très plausible. La densité résidentielle arabe de la ville à la date de la prise portugaise se concentrerait déjà au sud de ladite mosquée et, par conséquent, du mur de l'*atalho*.

Des terrains pour la construction de maisons à l'intérieur du château ont très tôt été demandés par maître Diogo de Arruda[58]. Si Diogo, conjointement avec son frère Francisco, avait été présent lors de la prise des décisions concernant l'implantation des maisons de l'artillerie et de la grange[59] et lors de la conception de

56. Carta de Simão Correia a D. Manuel I, Azamor, 3 de Outubro de 1516 (ANTT, Gaveta XV, maço 21, nº 24), *in SIHM*, *Portugal,* vol. II, pp. 37-40.

57. Carta de Rui Barreto a D. Manuel I, Azamor, 21 de Fevereiro de 1514 (ANTT, *Cartas dos Governadores*, nº 114), *in SIHM*, *Portugal*, vol. I, 489-501.

58. *SIHM*, *Portugal*, vol. I, 489-501.

56. Lettre de Simão Correia à D. Manuel I, Azemmour, le 3 octobre 1516 (ANTT, Gaveta XV, maço 21, nº 24), *in SIHM*, *Portugal,* vol. II, pp. 37-40.

57. Lettre de Rui Barreto à D. Manuel I, Azemmour, le 21 février 1514 (ANTT, *Cartas dos Governadores*, nº 114), *in SIHM*, *Portugal*, vol. I, 489-501.

58. *SIHM*, *Portugal*, vol. I, 489-501.

59. «(...) Senhor, quanto aos celeiros e cassa d'artelharia que Vosa Alteza manda fazer no castelo, jaa hos teemos Nuno Gato e Dioguo

lharia e celeiro[59] e no desenho de baluartes tão importantes como o de São Cristóvão e do Raio, certamente que ao ensaio urbanístico não será alheia uma contribuição dos mestres, sob os auspícios de Simão Correia. Dada a estada mais prolongada de Diogo na cidade, o conselho deste terá sido mais instruído[60]. Esta equipa terá, por conseguinte, pensado um plano urbano que correspondesse às aspirações reais para o povoamento de Azamor: «(...) Quanto as cassas que Vosa Alteza manda que sse façam no castelo, sse me parecer bem ssera muy bom fazerem-sse (...)»[61]. Os trabalhos terão tido continuidade com Antão Pires, a trabalhar como pedreiro em Azamor desde 1515[62], vindo a assumir a responsabilidade suprema das obras na praça cinco anos depois.

A vila portuguesa organizar-se-ia em dois pólos (fig. 29). À cota alta, distribuídos em torno do terreiro da vila, localizavam-se a Casa dos Capitães, a igreja matriz e o acesso à Porta da Vila. Do mesmo espaço público arrancava a rua Direita que, descrevendo um cotovelo, alcançava a Porta da Ribeira, à cota baixa. Junto à entrada fluvial foi criado outro pólo que agrupava três equipamentos de apoio mercantil – a feitoria, a casa dos contos e a alfândega[63]. O canal definido pela rua Direita fomentaria alguma regularidade de ruas paralelas e perpendiculares. A tipologia de quarteirão alongado aparece timidamente, resgatada a partir dos canais viários e parcelamento actuais. Menos de três décadas de presença portuguesa em Azamor foram suficientes para incutir rudimentos de urbanismo regulado ainda legíveis nos tecidos contemporâneos da área correspondente ao castelo português, hoje o bairro Kasbah/Mellah.

As primeiras impressões, no que à morfologia urbana deste bairro diz respeito, revelam grandes aglomerações de habitações voltadas para os seus pátios. A antiga rua Direita portuguesa pode ter sido um de dois canais ainda existentes (fig. 30). Por um lado, o

bastions aussi importants que celui de *São Cristóvão* et *do Raio*, il est certain qu'une contribution des maîtres ne serait pas étrangère à l'essai urbain, sous l'égide de Simão Correia. Compte tenu du séjour plus prolongé de Diogo dans la ville, le conseil de ce dernier aurait été plus averti[60]. Cette équipe aurait, par conséquent, pensé à un plan urbain qui correspondrait à des aspirations royales pour le peuplement d'Azemmour : « [(...) En ce qui concerne les maisons que Votre Altesse ordonne de construire dans le château, il me semble bien et cela sera très bénéfique de les faire (...)] »[61]. Les travaux se seraient poursuivis avec Antão Pires qui travaillait comme maçon à Azemmour depuis 1515[62] et qui viendrait à assumer la responsabilité suprême des travaux dans la place cinq ans plus tard.

La ville portugaise se serait organisée en deux pôles (fig. 29). À cote haute, distribués autour de la place publique de la ville, se trouvaient la *Casa dos Capitães*, l'église matrice et l'accès à la *Porta da Vila*. La *Rua Direita* [Rue Directe, ainsi appelée parce qu'elle menait directement au centre de la ville, mais n'était pas forcément droite, comme pourrait le laissé supposer la traduction littérale], qui décrivait un coude, partait de ce même espace public et rejoignait la *Porta da Ribeira*, à cote basse. Un autre pôle qui regroupait trois équipements destinés à soutenir le commerce – la factorerie, la maison des comptes et la douane[63] – fut créé près de l'entrée fluviale. Le canal défini par la *Rua Direita* fomenterait une certaine régularité de rues parallèles et perpendiculaires. La typologie de pâtés de maisons allongés apparaît timidement, récupérée par les canaux routiers et le parcellement actuels. Moins de trois décennies de présence portugaise à Azemmour furent suffisantes pour inculquer des rudiments d'urbanisme ordonné encore lisibles dans les tissus contemporains de la zone correspondante au château portugais, aujourd'hui le quartier Kasbah/Mellah.

Les premières impressions, en ce qui concerne la morphologie urbaine de ce quartier, révèlent de grandes agglomérations d'habitations tournées vers leurs patios. Il se peut que l'ancienne *Rua Direita* portugaise ait été l'un des deux canaux qui existent encore

59. «(...) Senhor, quanto aos celeiros e cassa d'artelharia que Vosa Alteza manda fazer no castelo, jaa hos teemos Nuno Gato e Dioguo d'Arruda e Francesco d'Arruda e eu asynados onde ham de ser. (...)», *in SIHM*, *Portugal*, vol. I, 489-501.

60. «Pagamentos à gente de ordenança e aos trabalhadores das obras da cidade e do castelo, 1514/1516» (ANTT, *Núcleo Antigo*, cód. 765, fls. 107, 117, 125v, 134, 154, 175, 197, 207), transcrição de Rui Henriques, publicada no 2.º volume desta obra.

61. Carta de Rui Barreto a D. Manuel I, Azamor, 21 de Fevereiro de 1514 (ANTT, *Cartas dos Governadores*, n.º 114), *in SIHM*, *Portugal*, vol. I, 489-501.

62. Francisco Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1988, vol. II, pp. 294-295. Cf. Vergílio Correia, *Lugares Dalêm*... cit., p. 36.

63. «(...) e ha porta da rybeyra feita hum cays, e a alfandega e feytoria logo pegada com ela (...)». Carta de Simão Correia a D. Manuel I, Azamor, 3 de Outubro de 1516 (ANTT, Gaveta XV, maço 21, n.º 24), *in SIHM*, *Portugal*, vol. II, pp. 37-40.

d'Arruda e Francesco d'Arruda e eu asynados onde ham de ser. (...)», *in SIHM*, *Portugal*, vol. I, 489-501.

60. [Payements aux gents de l'ordonnance est travailleurs de l'ouvrage de la vile et du château], 1514/1516 (ANTT, *Núcleo Antigo*, cód. 765, fls. 107, 117, 125v, 134, 154, 175, 197, 207), transcription de Rui Henriques, publiée au 2e volume de cet ouvrage.

61. Lettre de Rui Barreto à D. Manuel I, Azemmour, le 21 février 1514 (ANTT, *Cartas dos Governadores*, nº 114), *in SIHM*, *Portugal*, vol. I, 489-501.

62. Francisco Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, Lisbonne, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1988, vol. II, pp. 294-295. Cf. Vergílio Correia, *Lugares Dalêm*... cit., p. 36.

63. Lettre de Simão Correia à D. Manuel I, Azemmour, le 3 octobre 1516 (ANTT, Gaveta XV, maço 21, nº 24), *in SIHM*, *Portugal*, vol. II, pp. 37-40.

Fig. 29 – Planta do bairro Kasbah/Mellah da medina de Azamor: / Plan du quartier Kasbah/Mellah de la médina d'Azemmour : 1. Baluarte e Porta da Vila / Bastion et Porte du Village; 2. Porta da Ribeira / Porte riveraine; 3. Casa do Capitão / Capitainerie; 4. Terreiro / Place publique; 5. Mesquita, antiga Igreja / Mosquée, ancienne église; 6. Derb Touamia; 7. Derb Souika; 8. Derb Sidi Ben Abedallah; 9. Derb Kasbah; 10. Derb Mellah; 11. Provável localização dos equipamentos mercantis / Localisation probable des établissements commerciaux; 12. Rio Morbeia / Fleuve Oum er-Rbia.

segmento hoje descrito pelo *derb* Mellah, parte do *derb* Kasbah e *derb* Touamia assume-se como a principal espinha dorsal do sistema viário do bairro na actualidade. Por outro lado, uma observação mais atenta pode remeter para a actual *rue* Souika a herança da artéria portuguesa. Porém, quer um caso, quer outro, asseguram ainda as principais acessibilidades às ditas aglomerações centrais.

Tendo em conta séculos de reocupação islâmica após 1542, um exame atento de parcelas, cheios e vazios aponta indícios do urbanismo português estabelecido nos primeiros anos depois da conquista. Alguns canais sobrantes, entretanto interrompidos, bem como obstruções por construções oblongas, configuram traços de ruas desaparecidas. A limpeza de todos estes

aujourd'hui (fig. 30). D'une part, le segment décrit aujourd'hui par le *derb* Mellah, une partie du *derb* Kasbah et du *derb* Touamia s'assume comme la principale épine dorsale du système viaire du quartier actuel. D'autre part, une observation plus attentive peut renvoyer l'actuelle rue Souika à l'héritage de l'artère portugaise. Toutefois, quel que soit le cas, il assure également les principaux accès auxdites agglomérations centrales.

Compte tenu des nombreux siècles de réoccupation islamique après 1542, un examen attentif des parcelles, les pleins et les vides présentent des indices d'urbanisme portugais établis dans les premières années après la conquête. Certains canaux excédents, entretemps interrompus, ainsi que les obstructions par des constructions oblongues, configurent des

Fig. 30 – Planta do bairro Kasbah/Mellah com marcação da eventual Rua Direita. / Plan du quartier Kasbah/Mellah, avec l'indication de l'hypothétique *Rua Direita* : Hipótese 1 / Hypothèse 1: Derb Touamia, Derb Kasbah, Derb Mellah; Hipótese 2 / Hypothèse 2: Derb Souika.

obstáculos faz emergir um sistema de ruas que configurariam quarteirões tendencialmente rectangulares (fig. 31). Mais uma vez, ambas as hipóteses para o traçado da rua Direita concorrem para a ideia de uma disposição dos topos desses mesmos rectângulos no sentido da maior pendente, como que tentando domesticar uma topografia mais desafiante.

Corria o ano de 1516 quando se deu construção das primeiras casas, muito provavelmente concentradas entre os dois pólos da vila, reflecte o esforço edificativo que revertia para uma definição do traçado viário. Os dois quarteirões mais regulares e centrais, um que possuiria a igreja como topo e outro bordejado pelos actuais *derbs* Touamia and Sidi ben Abdallah, mostram propensão para medidas constantes de 30 braças para o lado maior e 10 para os topos. À medida que se desce para a ribeira, os módulos rectangulares tendem a ajustar-se á pendente do terreno enquanto

tracés de rues qui ont disparu. Le nettoyage de tous ces obstacles fait émerger un système de rues qui configureraient des pâtés de maisons aux tendances rectangulaires (fig. 31). Une fois de plus, les deux hypothèses pour le tracé de la rue *Direita* convergent vers l'idée d'une disposition des sommets de ces rectangles dans le sens de la plus grande inclinaison, comme si elle essayait d'apprivoiser une topographie plus provocatrice.

C'était l'année 1516, lorsqu'ont eu lieu les travaux de construction des premières maisons, très probablement concentrées entre les deux pôles de la ville et reflétant l'effort d'édification qui renvoyait à une définition du tracé viaire. Les deux pâtés de maisons plus réguliers et centraux, un ayant l'église au sommet et un autre étant bordé par les actuels *derbs Touamia and Sidi ben Abdallah*, montrent une propension pour des mesures constantes de 30 brasses vers le plus grand côté et de 10 vers les sommets. Au fur et

Fig. 31 – Planta do bairro Kasbah/Mellah com indicação dos quarteirões portugueses. / Plan du quartier Kasbah/Mellah avec l'indication des pâtés de maisons portugaises.

que quarteirões mais afastados deste centro favorecem geometrias menos rígidas, seguramente mais influenciadas pelo período árabe posterior.

Um inquérito à ancestralidade da paisagem construída comprova as diferenças de heranças urbanas entre o coração e a periferia do bairro Kasbah/Mellah, antiga recinto português. Apesar da renovação das arquitecturas residenciais, a área central ainda concentra os edifícios mais antigos, sintoma da sua renovação em primeiro lugar pela população árabe e judia a partir da segunda metade do século XVI. A marca urbana de origem portuguesa parece ainda condicionar a morfologia urbana do bairro.

Esta ideia parece ainda mais consistente quando se compara a antiga vila portuguesa com o resto da medina. Reconstruída algumas vezes, a medina estrutura-se através de uma rede viária hierárquica. De ruas principais até aos becos que conduzem a cada casa, a cultura urbana islâmica está muito mais relacionada

à mesure que l'on descend vers la rivière, les modules rectangulaires ont tendance à s'ajuster à l'inclinaison du terrain tandis que des pâtés de maisons plus éloignés de ce centre favorisent des géométries moins rigides, certainement plus influencées par la période arabe postérieure.

Une enquête à l'ancestralité du paysage bâti révèle des différences d'héritages urbains entre le cœur et la périphérie du quartier de la Kasbah/Mellah, l'ancienne enceinte portugaise. Malgré la rénovation des architectures résidentielles, la zone centrale concentre encore les bâtiments les plus anciens, un symptôme de sa rénovation en un premier lieu par la population arabe et juive à partir de la seconde moitié du XVI^{e} siècle. La marque urbaine d'origine portugaise semble encore conditionner la morphologie urbaine du quartier.

Cette idée semble encore plus consistante lorsqu'on compare la vieille ville portugaise au reste de la médina. Reconstruite à plusieurs reprises, la médina

Fig. 32 – Planta dos bairros Kasbah/Mellah e Medina de Azamor. / Plan des quartiers Kasbah/Mellah et de la Médina d'Azemmour.

com aspectos sociais de domesticidade e privacidade determinados por códigos muçulmanos que com questões geométricas de regularidade. A comparação com o actual bairro Kasbah/mellah, onde a subsequente ocupação judia ajudou a preservar este aspecto urbano, evidencia estas características (fig. 32).
A localização da judiaria, abrigo da importante comunidade negociante, não faltava ao projecto de Simão Correia. Se bem que o capitão lhe preferisse atribuir uma ou duas ruas no interior da vila, os moradores judeus optaram pela abertura «(...) de longo do muro da rybeyra duas ou três ruas, que fosem dyreytas há fortaleza, e que eles há sua custa se taypariam e se velariam, e temdo nesesydade que se recolheriam há fortaleza (...)»[64]. A zona situar-se-ia abrigada pelos baluartes R e da Vila, junto ao muro meridional do castelo, correndo as ruas paralelas àquele para fuga pela Porta da Vila em caso de necessidade.

5.2 Equipamentos

5.2.1 Casa do Capitão

A Casa do Capitão é o único edifício de origem portuguesa com uma função que não a militar que se preserva. Por conseguinte, é também aquele em que uma maior expressividade é mais eloquente. À época e em termos urbanísticos, operava como uma centralidade no interior do castelo/vila, ajudando a conformar o espaço público adjacente, o terreiro da vila e ocupando o ponto de altitude máxima no interior do castelo. Solicitada a sua construção a D. Manuel I, o risco deve ter saído das mãos dos irmãos Arruda, bastante activos em Azamor no início de 1514[65], emprestando ao debuxo das casas a linguagem manuelina corrente (fig. 33).
Tal como na Casa do Governador de Arzila, o edifício organiza-se em duas alas que se articulam a 90° num «L». Trata-se de uma estrutura de dois pisos encostada ao limite fortificado da praça, no ângulo pontuado pelo baluarte de São Cristóvão. Eleva-se em superfícies lisas onde contrastam vãos decorados ou com recortes que marcam quer as fachadas voltadas para o terreiro, quer as abertas para o termo da praça, curiosamente. Denota-se o virtuosismo das molduras que espelham uma ideia estética própria do tempo,

64. *SIHM*, *Portugal*, vol. II, pp. 37-40.

65. Cf. Carta de Rui Barreto a D. Manuel I, Azamor, 21 de Fevereiro de 1514 (ANTT, *Cartas dos Governadores*, n.º 114), *in SIHM*, *Portugal*, vol. I, 489-501: «(...) As casas do Capitam nom mandou Vossa alteza rrecado pêra sse fazerem; ainda que sse nam façam loguo, ssenam pera rrecolher no castelo cousas necesarias pêra sse comprir, sse deviam loguo fazer (...)».

est structurée par un réseau viaire hiérarchique. Des rues principales jusqu'aux impasses qui conduisent à chaque maison, la culture urbaine islamique est davantage liée aux aspects sociaux de la vie domestique et de la vie privée déterminés par des codes musulmans qu'aux questions géométriques de régularité. La comparaison avec le quartier actuel de la Kasbah/Mellah, où l'occupation ultérieure juive a aidé à préserver cet aspect urbain, met en évidence ces caractéristiques (fig. 32).
L'emplacement de la juiverie, abri de l'importante communauté marchande, ne manquait pas au projet de Simon Correia. Néanmoins, le capitaine aurait préféré lui attribuer une ou deux rues à l'intérieur de la ville, les habitants juifs choisirent l'ouverture « [(...) tout au long du mur de la rivière, deux ou trois rues qui allaient directement à la forteresse, et qu'ils, à leurs dépens, protégeraient et veilleraient et, si nécessaire, ils se retireraient vers la forteresse (...)] »[64]. La zone serait située en un lieu abrité par les bastions R et celui de la *Vila*, près du mur sud du château, les rues parallèles à celui-ci se dirigeaient vers la Porte *da Vila*, pour une éventuelle fuite en cas de nécessité.

5.2 Les équipements

5.2.1 La *Casa do Capitão* [Capitainerie]

La *Casa do Capitão* est le seul bâtiment d'origine portugaise qui a été préservé ayant eu une fonction autre que la fonction militaire. Par conséquent, c'est aussi celui dans lequel une plus grande expressivité est plus éloquente. À l'époque et en termes urbains, le bâtiment opérait comme une centralité à l'intérieur du château/ville, contribuant à façonner l'espace public adjacent, et la place publique de la ville et occupait le point d'altitude maximale à l'intérieur du château. Une fois sa construction sollicitée à D. Manuel I, le tracé a surement dû sortir des mains des frères Arruda, très actifs à Azemmour au début de l'année 1514[65] et qui ont apporté à l'ébauche des maisons le langage manuélin courant (fig. 33).
À l'instar de la maison du gouverneur d'Asilah, le bâtiment est organisé en deux ailes qui s'articulent à 90° en forme de L. Il s'agit d'une structure de deux étages appuyée contre la limite fortifiée de la place, l'angle étant ponctué par le bastion de *São Cristóvão*. Elle s'élève sur des surfaces lisses qui contrastent avec des travées décorées ou des coupes qui marquent, curieusement, soit les façades tournées vers la place publique, soit les ouvertures vers la limite de la place.

64. *SIHM*, *Portugal*, vol. II, pp. 37-40.

65. Cf. Lettre de Rui Barreto à D. Manuel I, Azemmour, le 21 février 1514 (ANTT, *Cartas dos Governadores*, nº 114), *in SIHM*, *Portugal*, vol. I, 489-501.

Fig. 33 – Ruínas da Casa do Capitão. / Ruines de la Capitainerie.

numa expressão que conjuga curvas e contracurvas e formas trilobadas em vãos de grande dimensão, parecendo pertencer a um outro programa claramente civil e nobre. No entanto, esta interpretação pode pecar por parcial. Repare-se como se molda ao percurso da muralha (ou vice-versa), examine-se a espessura das suas paredes ou prefigure-se a possibilidade de encarar tais aberturas como passíveis de receber armas-de-fogo em caso de apuro. Não se pode descurar o possível uso de postigos que permitissem encerrar cada janela quando assim se pretendesse, como em outros exemplos ligeiramente anteriores[66], ou mesmo noutras estruturas em Azamor. Serviriam sempre para visualização do campo envolvente, vigiando ao mesmo tempo que abrigava o espaço residencial. Só assim se podem compreender os ditos vãos da fachada poente, voltada para o exterior (curiosamente alinhados com um dos níveis de fogo do baluarte anexo). A sua escala e ausência de protecção directa podem ser explicadas pela confiança depositada na grande capacidade defensiva através do fogo disparado por São Cristóvão. A sensação transmitida era a de que quem habitava aquele espaço não temia um assalto inimigo. Esta fachada exterior aparece quase como substituta do papel simbólico de uma Torre de Menagem, inexistente em Azamor. De facto, devido a este aspecto, esta ala poente da Casa do

La virtuosité des cadres qui reflètent une idée esthétique propre de l'époque se révèle en une expression qui combine courbes et contre-courbes et formes trilobées dans les travées de grandes dimensions, semblant appartenir à un autre programme clairement civil et noble. Cependant, cette interprétation peut pécher para sa partialité. Remarquons comment elle épouse le parcours de la muraille (ou vice versa), examinons l'épaisseur de ses murs ou entrevoyons la possibilité d'envisager de telles ouvertures comme susceptibles de recevoir des armes à feu en cas de difficultés. Nous ne pouvons pas ignorer l'éventuelle utilisation de volets pour fermer chaque fenêtre lorsque cela s'avérait nécessaire, comme dans d'autres exemples un peu antérieurs[66], voire dans d'autres structures à Azemmour. Ils pourraient toujours servir à visualiser le terrain environnant, surveillant en même temps qu'ils abritaient l'espace résidentiel. Seulement de cette façon, nous pouvons comprendre lesdites travées de la façade ouest tournée vers l'extérieur (curieusement alignées avec l'un des niveaux de feu du bastion annexe). Son échelle et l'absence de protection directe peuvent s'expliquer par la confiance déposée en la grande capacité défensive à travers le feu tiré par *São Cristóvão*. Le sentiment transmis était que ceux qui habitaient cet espace ne craignaient pas un assaut ennemi. Cette façade extérieure apparaît presque comme pour remplacer le rôle symbo-

66. Falamos do caso da torre de São Sebastião da Caparica, onde também parece haver alguma promiscuidade entre o programa civil e militar, entre a residência e a atalaia, como sugere o autor Pedro Cid. A utilização de postigos permitiria diminuir a área exposta do interior e defender com a utilização de armas de um porte menor (*A Torre de São Sebastião*... cit., p. 222).

66. Nous parlons du cas de la tour de *São Sebastião de Caparica*, où il semble y avoir également une certaine promiscuité entre le programme civil et militaire, entre la résidence et l'échauguette, comme le suggère Pedro Cid. L'utilisation des volets permettrait de diminuer le secteur exposé de l'intérieur et de défendre en utilisant des armes plus légères (*A Torre de São Sebastião*... cit., pp. 222).

Capitão adquiria um estatuto público mais relevante, reforçado por ali se situar o janelão de comunicação das decisões régias por parte do capitão da praça à guarnição e moradores reunidos no terreiro.

Na actualidade, a Casa do Capitão vê-se envolvida por várias dependências com elementos que fazem sugerir locais de culto islâmico, o que acontece também no interior do piso térreo. Permanecem por esclarecer os espaços de dependências – armazéns, paióis – que naturalmente apoiariam a Casa, bem como um eventual aproveitamento de estruturas herdadas pelos portugueses.

Porém, um estudo atento da geometria parecem indicar uma construção de raiz (fig. 34). O seu desenho denota uma grande racionalidade e pragmatismo construtivo, através de uma trama estrutural na construção das suas «paredes mestras». Para lá das imprecisões habituais em estaleiros da época, a Casa do Capitão inscreve-se numa malha de 4,4 m × 7,7 m (4 × 7 varas ou 20 × 35 palmos) que determina o espaço interno dos salões nobres do andar acessível por escadório exterior. É também no piso superior que se

lique d'un donjon, inexistant à Azemmour. En effet, en raison de cet aspect, cette aile ouest de la *Casa do Capitão* acquérait un statut public plus important, renforcé par la présence de la grande fenêtre destinée à la communication des décisions royales par le capitaine de la place forte à la garnison et aux habitants réunis sur la place publique.

À l'heure actuelle, la *Casa do Capitão* est entourée de diverses parties annexes avec des éléments qui indiquent des lieux de culte islamiques, ce qui arrive également à l'intérieur du rez-de-chaussée. Il reste encore à clarifier les espaces des parties annexes – les entrepôts, les poudrières qui tout naturellement auraient appuyé la *Casa*, ainsi qu'une éventuelle exploitation des structures héritées par les Portugais.

Cependant, une étude attentive de la géométrie semble indiquer l'hypothèse d'une construction toute neuve (fig. 34). Son dessin dénote une grande rationalité et un grand pragmatisme constructif, à travers une trame structurelle dans la construction de ses « murs maîtres ». Au-delà des inexactitudes habituelles dans les chantiers de l'époque, la *Casa do Capitão* s'inscrit dans une maille de 4,4 m × 7,7 m (4 × 7 *varas* ou 20 × 35

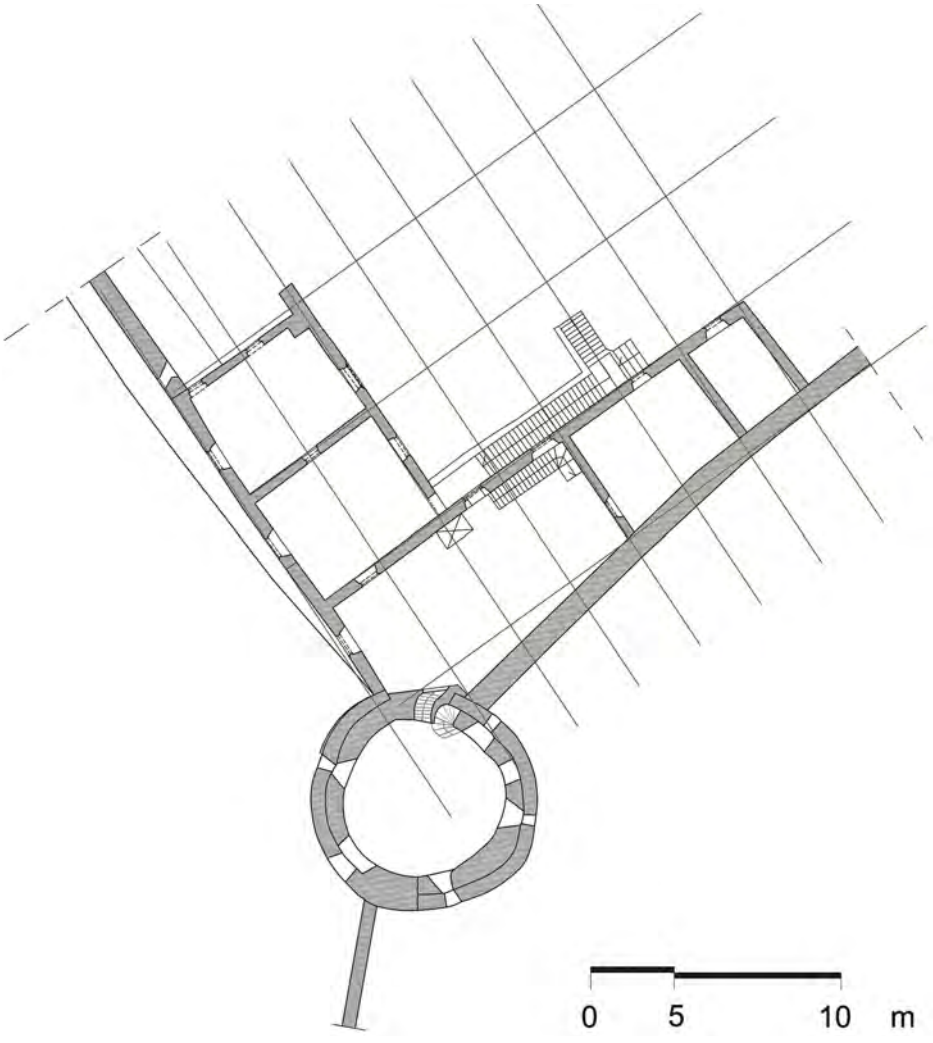


Fig. 34 – Levantamento actual e modelação da Casa do Capitão. / Relevé actuel et modélisation de la Capitainerie.

localizariam os espaços habitáveis da casa, tal como os acessos ao caminho de ronda, prolongamentos naturais das duas alas do edifício, e ao baluarte de São Cristóvão. A colocação de vãos interiores para transição entre os ditos salões é feita em sequência alinhada. A reconstituição do piso térreo parece impossível devido às alterações islâmicas posteriores, que o transformaram em local de culto.

5.2.2 Equipamentos mercantis

O segundo importante pólo de equipamentos públicos da vila portuguesa estava localizado na articulação da Porta da Ribeira com o arranque da rua Direita. Às obras nas casas da alfândega e feitoria, que decorriam desde 1514, juntaram-se os trabalhos na Casa dos Contos passados dois anos. Os edifícios da alfândega e dos contos contariam com piso térreo e sobrado enquanto a feitoria se serviria do rés-do-chão das mesmas[67]. A importância mercantil desta praça portuguesa na foz do Morbeia sublinhou-se através do *Regimento para allfamdega da cydade dezamor*, datado de 1518, que provocou a troca de andar entre alfândega e feitoria[68].

5.2.3 Arquitectura religiosa

A igreja matriz assumia-se como templo cristão mais importante da vila. Diversas vezes surge indicada como sé, mas não passava de uma colegiada na diocese de Safim[69]. Era composta por três naves[70], que em boa medida aproveitavam a disposição interna, muito provavelmente tripartida, da mesquita apropriada, tal como o minarete aproveitado para campanário (fig. 35). Com o crescimento do tecido construído foram-se estabelecendo outras instituições religiosas na vila nova, cuja escassez de referências impede um conhecimento mais aprofundado ou mesmo a sua localização. A misericórdia existiria numas casas próximas da igreja desde quase os primeiros tempos da

67. Carta de António Leite a D. Manuel, Azamor, 27 de Julho de 1514 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-15-97), *in SIHM*, *Portugal,* vol. I, pp. 575-586.

68. «Regimento para allfamdega da cydade dezamor», Lisboa, 19 de Fevereiro de 1518 (ANTT, *Leis e Regimentos de D. Manuel*, fls. 42-42v), *in* Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, «Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor»... cit., pp. 149-150.

69. Robert Ricard, « Ibero-Africana. I. L'église portugaise d'Azemmour », *Hespéris*, vol. XXXIII (1946), p. 157.

70. Ordem de António Leite, Azamor, 12 de Abril de 1541 (ANTT, *Corpo Cronológico*, II-234-131), *in SIHM*, *Portugal*, vol. III, pp. 384-385.

empans) qui détermine l'espace intérieur des salons nobles de l'étage qui est accessible par un escalier extérieur. Les espaces habitables de la maison se situeraient également à l'étage supérieur ainsi que les accès au chemin de ronde, des prolongements naturels des deux ailes du bâtiment, et au bastion de *São Cristóvão*. Le placement de travées intérieures pour les transitions entre ces salons est fait en une séquence alignée. La reconstitution du rez-de-chaussée semble impossible en raison de modifications islamiques ultérieures qui l'ont transformé en un lieu de culte.

5.2.2 Les équipements marchands

Le deuxième pôle d'équipements publics de la ville portugaise le plus important se trouvait dans l'articulation de la *Porta da Ribeira* avec le départ de la *Rua Direita*. Aux travaux dans les maisons de la douane et de la factorerie, qui avaient commencé depuis 1514, sont venus s'ajouter, deux ans plus tard, les travaux dans la *Casa dos Contos* [Maison *dos Contos*]. Les bâtiments de la douane et des comptes disposeraient d'un étage au niveau du sol et d'un premier étage tandis que la factorerie utilisait le rez-de-chaussée de ceux-ci[67]. L'importance mercantile de cette place portugaise à l'embouchure de l'Oum er-Rbia fut soulignée par le règlement de la douane de la ville, daté de 1518, qui provoqua l'échange d'étage entre la douane et la factorerie[68].

5.2.3 L'architecture religieuse

L'église matrice apparaissait comme le temple chrétien le plus important de la ville. Elle est à plusieurs reprises mentionnée en tant que cathédrale, mais elle n'était qu'une église collégiale dans le diocèse de Safi[69]. Elle était composée de trois nefs[70] qui dans une large mesure profitaient de la disposition intérieure, très probablement tripartite, de la mosquée adaptée, comme le minaret qui fut utilisé comme clocher (fig. 35). Avec l'accroissement du tissu construit, d'autres institutions religieuses s'installèrent peu à peu dans la ville nouvelle, dont le manque de références nous empêche d'en savoir davantage sur celles-ci, voire sur leur emplacement. La Miséricorde

67. Lettre d'António Leite à D. Manuel, Azemmour, le 27 juillet 1514 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-15-97), *in SIHM*, *Portugal,* vol. I, pp. 575-586.

68. [«Règlement pour la douane de la vile d'Azemmour»], 19 février 1518 (ANTT, *Leis e Regimentos de D. Manuel*, fls. 42-42v), *in* Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, « Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor »... cit., pp. 149-150.

69. Robert Ricard, « Ibero-Africana. I. L'église portugaise d'Azemmour », *Hespéris*, vol. XXXIII (1946), p. 157.

70. Ordre d'António Leite, Azemmour, le 12 avril 1541 (ANTT, *Corpo Cronológico*, II-234-131), *in SIHM*, *Portugal*, vol. III, pp. 384-385.

Fig. 35 – Mesquita do bairro Kasbah/Mellah, antiga igreja portuguesa. / Mosquée du quartier Kasbah/Mellah, ancienne église portugaise.

presença portuguesa[71], contribuindo para a definição do terreiro enquanto principal espaço público congregante de equipamentos de poder religioso e civil.

Posta de parte a instalação de três conventos intramuros devido à míngua de casas disponíveis, apesar de tudo regista-se um panorama no final da presença portuguesa. Para além da existência de um convento franciscano, a casa de Nossa Senhora da Graça convertia-se em mosteiro já em 1540[72]. O mestre das obras que comandara estas últimas empreitadas na vila terá sido Jorge Dias, transferido para Mazagão após o abandono de Azamor[73]. Aliás, este mestre surge na cidade desde 1528[74], pelo menos, emergindo

71. Carta dos doze eleitos pelo povo de Azamor a D. Manuel I, Azamor, 12 de Agosto de 1517 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-22-58), *in* Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, «Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor»... cit., pp. 145-147.

72. Carta dos cavaleiros fidalgos e moradores de Azamor a D. João III, Azamor, 20 Março de 1540 (ANTT, *Carta dos Governadores de África*, nº 88), *in SIHM*, *Portugal,* vol. III, pp. 241-242. O convento franciscano fôra dos agostinhos logo após a tomada, instalado em mesquita próxima da alcáçova, cf. carta de Rui Barreto a D. Manuel I, Azamor, 21 de Fevereiro de 1514 (ANTT, *Cartas dos Governadores*, n.º 114), *in SIHM*, *Portugal*, vol. I, p. 498). Santo Agostinho era identificado com *Sidi Bel 'Abbas es-Sebti*, patrono de Marrocos, e como tal, considerado natural da terra.

73. Francisco Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental*... cit., vol. I, pp. 278-279.

74. Pagamento aos trabalhadores das obras, 1528, ANTT, *Núcleo Antigo*, cód. 770, transcrição de Rui Henriques, publicada no 2.º volume desta obra.

aurait existé dans l'une des maisons proches de l'église pratiquement dès les débuts de la présence portugaise[71], contribuant ainsi à la définition de la place publique comme le principal espace public de rassemblement des équipements du pouvoir religieux et civil.

Mise à part l'installation de trois couvents intra-muros en raison des rares maisons disponibles, on enregistre malgré tout un panorama à la fin de la présence portugaise. Outre l'existence d'un couvent franciscain, la maison de *Nossa Senhora da Graça* [Notre Dame de la Grâce] s'était déjà convertie en monastère en 1540[72]. Le maître d'œuvre qui avait commandé ces derniers travaux dans la ville aurait semble-t-il été Jorge Dias, transféré à Mazagan après l'abandon d'Azemmour[73].

71. Lettre des 12 élus par le peuple d'Azemmour à D. Manuel I, Azemmour, le 12 aout 1517 (ANTT, *Corpo Cronológico*, I-22-58), *in* Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, « Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor »... cit., pp. 145-147.

72. Lettre des cavaliers nobles et habitants d'Azemmour à D. João III, Azemmour, le 20 mars 1540 (ANTT, *Carta dos Governadores de África*, nº 88), *in SIHM*, *Portugal,* vol. III, pp. 241-242. Le couvent franciscain avait appartenu aux Augustins juste après le siège, est était installé dans une mosquée près de la forteresse, cf. lettre de Rui Barreto à D. Manuel I, Azemmour, le 21 février 1514 (ANTT, *Cartas dos Governadores*, nº 114), *in SIHM*, *Portugal*, vol. I, p. 498). Santo Agostinho était identifié à *Sidi Bel 'Abbas es-Sebti*, patron du Maroc, et donc considéré comme étant né sur cette terre.

73. Francisco Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental*... cit., vol. I, pp. 278-279

como uma das figuras do seu panorama urbano-construtivo de maior longevidade, mesmo que acompanhando uma fase mais tranquilo e até de declínio da instalação portuguesa.

5.3 A vila velha

«(...) e a cydade velha derribada e cham e feito nela muytas vynhas e pumares e ortas, (...) e soo a torre da igreja, que esta no meo mays alta de todas, fycase pera hũa atalaya estar contynoa sobre a cydade e ortas, (...)»[75].

A menção à vila velha nesta carta de 1517 alude, com toda a clareza, à outra dimensão do atalho: o arrasamento das porções de cidade islâmica conquistada mas excluídas do sector seleccionado para instalação dos portugueses. Azamor, a última grande conquista portuguesa no Magrebe, é mais um caso que evidencia a conquista de uma superfície grande demais para garantir a sua sustentabilidade. Enquanto os trabalhos do atalho haviam sido dados como terminados em 1520, pelo governador de então, D. Álvaro de Noronha[76], o arrasamento da vila velha tinha sido dado concluído um ano antes pelo mesmo. A porção de cidade excluída pelo atalho constituía uma ameaça ao castelo, uma vez que nas suas casas ou ruas se poderiam preparar ataques ao reduto português[77]. Mas nesta cidade reside uma das excepções nas intervenções de atalho efectuadas pelos portugueses nas ocupações da costa magrebina. As muralhas pré-existentes foram, curiosamente, preservadas, tal como muros de uma quinta, funcionando como uma grande barbacã, muito embora as respectivas torres fossem desactivadas e as portas barradas (fig. 36). A única excepção correspondeu à Porta do Combate, que veio a merecer uma intervenção, exibindo arquivolta de meio ponto e ombreiras chanfradas, tão ao gosto português da época. Passaria a funcionar como a principal saída para o campo e termo de Azamor e constitui, ainda hoje, um dos principais acessos à medina intramuros, denominando-se de *Bab Medina*. Toda a restante área da vila velha seria preparada para a produção de vinho, fruta e produtos hortícolas. No seu

75. Carta de Simão Correia a D. Manuel I, Azamor, 3 de Outubro de 1516 (ANTT, Gaveta XV, maço 21, n.º 24), *in SIHM*, *Portugal*, vol. II, pp. 37-40.

76. Carta de D. Álvaro de Noronha a D. Manuel I, Azamor, 18 de Abril de 1520 (ANTT, *Carta dos Governadores de África*, n.º 45), *in SIHM*, *Portugal*, vol. II, pp. 273-274.

77. Carta de D. Álvaro de Noronha a D. Manuel I, Azamor, 18 de Maio de 1519 (ANTT, *Carta dos Governadores de África*, n.º 299), *in SIHM*, *Portugal*, vol. II, pp. 240-242.

D'ailleurs, ce maître apparaît dans la ville dès 1528[74], émergeant, tout du moins, comme l'une des figures de son panorama urbain et constructif avec la plus grande longévité, même s'il accompagne une phase plus calme et même de déclin de l'installation portugaise.

5.3 La vieille ville

« [(...) et la vielle ville brisée et aplatie en s'y faisant de nombreux vignobles et vergers et potagers, (...) et seulement la tour de l'église, la plus haute de toutes au milieu, perdurait pour qu'une tour de guet soit continuellement au-dessus de la ville et des potagers (...)] »[75].

La mention à la vieille ville dans cette lettre de 1517 évoque très clairement l'autre dimension de l'*atalho* : le rasement des portions de ville islamique conquise, mais exclues du secteur sélectionné pour l'installation des Portugais. Azemmour, la dernière grande conquête portugaise au Maghreb, est un autre cas qui met en évidence la conquête d'un espace trop grand pour permettre d'en assurer sa durabilité. Alors que les travaux de l'*atalho* avaient été considérés comme achevés en 1520, par le gouverneur d'alors, D. Alvaro de Noronha[76], le rasement de la vieille ville avait été déclaré comme achevé un an plus tôt par ce dernier. La portion de ville exclue par l'*atalho* constituait une menace pour le château, étant donné que dans ses maisons ou ses rues on pourrait y orchestrer des attaques contre la redoute portugaise[77]. Mais cette ville est l'une des exceptions des interventions de l'*atalho* effectuées par les Portugais lors des occupations de la côte du Maghreb. Les murailles pré-existantes furent curieusement préservées, ainsi que les murs d'une ferme fonctionnant comme une grande barbacane, bien que les tours respectives aient été désactivées et les portes condamnées (fig. 36). La seule exception fut la *Porta do Combate*, qui a nécessité une intervention, affichant une archivolte de demi-point et des jambages chanfreinés bien au goût de l'époque portugaise. Elle fonctionnerait désormais comme la principale sortie vers la campagne et les limites d'Azemmour et constitue, encore aujourd'hui, l'un des principaux accès à la médina intra-muros, se dénommant *Bab médina*. Tout le reste du secteur de la vieille ville serait pré-

74. Payements aux travailleurs de l'ouvrage, 1528, ANTT, *Núcleo Antigo*, cód. 770, transcription de Rui Henriques, publiée au 2e volume de cet ouvrage.

75. Lettre de Simão Correia à D. Manuel I, Azemmour, le 3 octobre 1516 (ANTT, Gaveta XV, maço 21, nº 24), *in SIHM*, *Portugal*, vol. II, pp. 37-40.

76. Lettre de D. Álvaro de Noronha à D. Manuel I, Azemmour, le 18 avril 1520 (ANTT, *Carta dos Governadores de África*, nº 45), *in SIHM*, *Portugal*, vol. II, pp. 273-274.

77. Lettre de D. Álvaro de Noronha à D. Manuel I, Azemmour, le 18 mai 1519 (ANTT, *Carta dos Governadores de África*, nº 299), *in SIHM*, *Portugal*, vol. II, pp. 240-242.

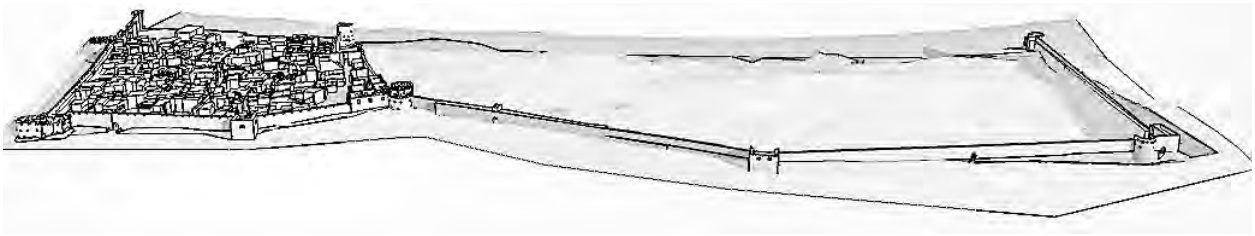


Fig. 36 – Modelo 3D com indicação da mancha construída da vila nova portuguesa e mancha vazia da vila velha. / Modèle 3D avec l'indication de la surface construite de la ville nouvelle portugaise et de la surface vide de la vieille ville.

centro geométrico, o antigo minarete foi poupado e transformado em atalaia de vigia[78].

Correspondendo a então vila velha do tempo português ao actual bairro da Medina de Azamor, torna-se particularmente evidente a centralidade que ocupa a mesquita localizada na intersecção de linhas virtuais traçadas entre as extremidades do contorno amuralhado da dita vila velha. Mesmo que estas considerações sobre uma eventual geometria planeada da cidade pré-portuguesa mereçam cautela na sua apreciação, não deixam de remeter o espaço que os portugueses tomaram em 1513 para um ordenamento em que a imposição do atalho parece lógica face à colocação dos elementos nodais da muralha islâmica.

Não deixam de ser curiosas as relações estabelecidas pelo modo como a obra dos Arrudas se articulou com a muralha da cidade que encontraram. Analisando a totalidade dos limites estabelecidos pelas muralhas, em que predomina a rectinilearidade, ressaltam duas inflexões a poente: uma onde se veio a localizar a praça portuguesa e outra semelhante no lado da actual medina, então vila velha. Os ângulos constituídos são de valor similar (155º e 154º, respectivamente), ainda que ligeiramente rodados um em relação ao outro (fig. 37).

De um modo geral, a ocupação parece seguir uma lógica baseada na apropriação das torres herdadas. A existência de torres quadrangulares, pontuando em grande número toda a linha defensiva de Azamor, faz parte do ideário visual que existe da cidade, como mencionado atrás. A observação das estruturas ainda existentes remete para uma ordenação de três escalas de construção. As torres de maior dimensão encontravam-se todas implantadas na frente amuralhada voltada para terra; as de menor dimensão pontuam a frente de rio; em pontos médios inserem-se as restantes. A implantação dos baluartes portugueses parece basear-se consistentemente nas fundações militares já predefinidas na cidade herdada. Existiriam, provavelmente, outras torres islâmicas que foram

78. Cf. carta de Simão Correia a D. Manuel I, Azamor, 3 de Outubro de 1516 (ANTT, Gaveta XV, maço 21, n.º 24), *in SIHM*, *Portugal*, vol. II, pp. 37-40.

paré pour la production de vin, de fruits et de produits horticoles. Dans son centre géométrique, l'ancien minaret fut épargné et transformé en tour de guet[78].

Si l'on considère que l'alors vieille ville de l'époque portugaise correspond à l'actuel quartier de la médina d'Azemmour, la centralité qu'occupe la mosquée située à l'intersection de lignes virtuelles tracées entre les extrémités du contour fortifié de ladite vieille ville devient particulièrement évidente. Bien que ces considérations, au sujet d'une éventuelle géométrie planifiée de la ville préportugaise, doivent être mûrement pesées, elles n'empêchent pas de renvoyer l'espace que les Portugais ont pris en 1513 à un aménagement où l'imposition de l'*atalho* semble logique par rapport à l'emplacement des éléments nodaux de la muraille islamique.

Les relations établies entre la façon dont l'ouvrage des frères Arruda s'est articulé avec la muraille de la ville qu'ils ont rencontrée sont assez curieuses. Si l'on analyse l'ensemble des limites établies par les murailles, où prédomine la rectilinéarité, deux inflexions ressortent à l'ouest : une où l'on installera la place portugaise et une autre similaire à côté de l'actuelle médina, l'alors vieille ville. Les angles formés ont une valeur similaire (155° et 154°, respectivement) bien qu'ils soient légèrement tournés l'un vers l'autre (fig. 37).

D'une manière générale, l'occupation semble suivre une logique basée sur l'appropriation des tours héritées. L'existence de tours quadrangulaires, ponctuant en grand nombre toute la ligne défensive d'Azemmour, fait partie de l'ensemble des idées visuelles qui existent de la ville, comme mentionné ci-dessus. L'observation des structures encore existantes renvoie à une disposition de trois échelles de construction. Les plus grandes tours étaient toutes déployées sur le front fortifié tourné vers la terre ; les plus petites ponctuaient le front du fleuve ; les autres s'inséraient dans les points intermédiaires. L'implantation des bastions portugais semble être basée uniformément sur les fondations militaires déjà prédéfinies dans la ville héritée. Il existerait probablement d'autres tours isla-

78. Cf. lettre de Simão Correia à D. Manuel I, Azemmour, le 3 octobre 1516 (ANTT, Gaveta XV, maço 21, nº 24), *in SIHM*, *Portugal*, vol. II, pp. 37-40.

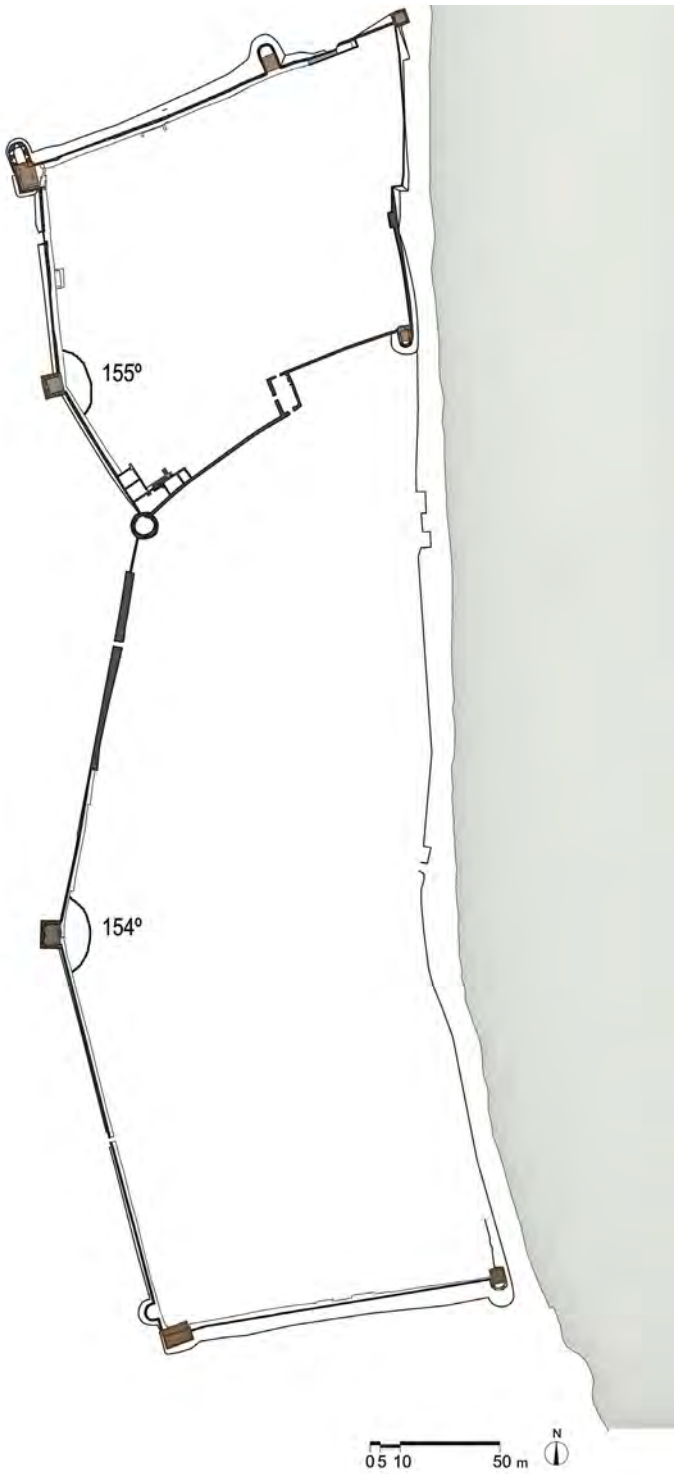


Fig.37 – Planta com sobreposição das obras portuguesas às torres quadrangulares da muralha islâmica preexistente. / Plan avec la superposition des travaux portugais aux tours quadrangulaires de la muraille islamique préexistante.

opcionalmente deixadas de lado, destruídas até. As que subsistiram, reforçadas ou reconstruídas, terão sido produto de uma selecção criteriosa para que os militares ou mestres da praça a sentissem segura e sustentável. Assim são os casos do baluarte do Raio, alongado e rematado em forma semicircular que se justapôs à torre quadrangular islâmica, ou ainda os baluartes localizados a meio da muralha norte ou no remate do muro do atalho, junto ao rio.

miques qui ont été optionnellement laissées de côté, voire détruites. Celles qui ont survécu, renforcées ou reconstruites, auront fait l'objet d'une sélection rigoureuse afin que les militaires ou les maîtres de la place la sentent sûre et durable. C'est le cas du bastion *do Raio*, allongé et terminé en forme semi-circulaire, qui s'est juxtaposé à la tour quadrangulaire islamique ou encore le cas des bastions situés au milieu de la muraille nord ou dans la finition du mur de l'*atalho*, près du fleuve.

6. O simbolismo de uma ocupação física

Para lá das inovações tecnológicas e militares, a presença portuguesa em Azamor afirmou-se através de uma retórica simbólica que muitas vezes ultrapassava a própria acção da ocupação política. Não só a mesquita se consagrava em igreja, mas todo espaço urbano divergia agora para um ambiente construído mais identificável com a metrópole. Relembre-se que esta era uma vila de portugueses para portugueses e cristãos, apesar deste poder e desta fé se circunscreverem aos limites da própria muralha.
É neste ambiente de latente, muitas vezes permanente, hostilidade que o monarca português se exibia para o termo da praça através de baluartes decorados por bandeiras onde figuravam as armas reais e a cruz de Cristo. Esta visão festiva de bandeiras esvoaçantes no topo da barreira fortificada confirmava, enfatizava e reclamava para a Coroa portuguesa as suas reivindicações e direitos cristãos sobre territórios conquistados para lá do Mediterrâneo (fig. 38).

6. Le symbolisme d'une occupation physique

Au-delà des innovations technologiques et militaires, la présence portugaise à Azemmour s'est affirmée à travers une rhétorique symbolique qui dépasse bien souvent l'action elle-même de l'occupation politique. Non seulement la mosquée se convertissait en église, mais tout l'espace urbain divergeait maintenant vers un environnement bâti plus identifiable à la métropole. Rappelons qu'il s'agissait d'une ville de Portugais pour des Portugais et des chrétiens, bien que ce pouvoir et cette foi soient délimités par la propre muraille. C'est dans ce contexte d'hostilité latente, souvent permanente, que le monarque portugais s'affichait dans les limites de la place à travers des bastions décorés de bannières où figuraient les armoiries royales et la Croix du Christ. Cette vision festive de bannières flottant au sommet de la barrière fortifiée confirmait, soulignait et réclamait pour la Couronne portugaise, ses revendications et les droits des chrétiens sur les territoires conquis au-delà de la Méditerranée (fig. 38).

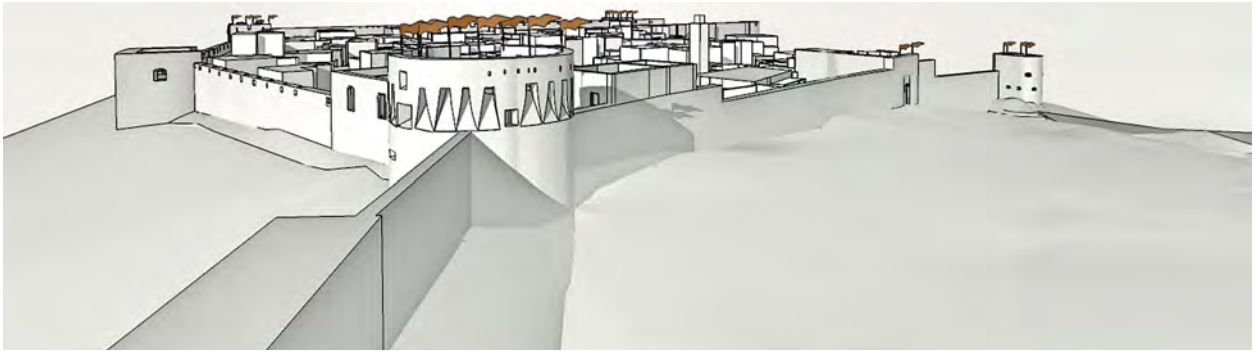


Fig. 38 – Imagem do castelo português com bandeiras desde o Baluarte de São Cristóvão. / Image du château portugais avec des drapeaux, vu depuis le Bastion de *São Cristóvão*.

No interior dos baluartes de São Cristóvão e do Raio existem ainda vestígios de pequenas esculturas com decoração manuelina (incluindo encordoados ou elementos torsos e meias esferas) que, se analisadas em conjunto quanto à sua localização, dão a entender uma distribuição contínua e ritmada de bandeiras alusivas às armas do rei ou à cristandade[79]. Seriam suportes ou anilhas de apoio a bandeiras. Existem também elementos do mesmo tipo, pelo exterior a ladear os vãos maiores, com outra forma semelhante às do exterior da Porta da Vila. Nesta lógica entra o exibicionismo da Casa do Capitão na fachada, de recorte e decoração manuelina, que se abre para o exterior do castelo, como visto atrás. Os próprios

79. Rafael Moreira refere documentação acerca das pinturas que Lourenço Fernandes fazia para Azamor, em 1517, de 8 bandeiras com as armas, 32 com cruzes de Cristo e 105 para as estâncias, «fazendo do adarve um conjunto de cores diversas e desafiadoras» («A época manuelina»... cit., p. 132).

À l'intérieur des bastions de *São Cristóvão* et *do Raio*, il existe encore des vestiges de petites sculptures au décor manuélin (y compris des cordes ou des éléments torsadés et des demi-sphères) qui, lorsqu'elles sont analysées par rapport à leur emplacement suggèrent une distribution continue et rythmée de bannières allusives aux armes du roi ou à la chrétienté[79]. Il s'agirait de supports ou d'anneaux destinés au placement de bannières. D'autres éléments du même type apparaissent du côté extérieur sur les côtés des plus grandes travées, avec une autre forme semblable à celles de l'extérieur de la *Porta da Vila*. L'exhibitionnisme de la façade de la *Casa do Capitão* s'inscrit dans cette logique, par sa découpe et son

79. Rafael Moreira fait référence à une documentation, à propos des tableaux que Lourenço Fernandes a faits pour Azemmour, en 1517, de 8 drapeaux avec les armes, 32 avec des croix du Christ et 105 pour les résidences, 'faisant de l'espace supérieur de la muraille (*adarve*) un ensemble aux couleurs provocatrices' («A época manuelina»... cit., p. 132).

nomes dos baluartes onde se verifica a existência deste aparato – São Cristóvão[80] e Raio – são sintomáticos.

O efeito de conjunto no inimigo ou sitiante seria tremendamente aterrorizador. Pode imaginar-se os efeitos psicológicos resultantes da visualização de tamanha ostentação em conjugação com a demonstração do poderia artilheiro. Um tiro de bombarda poderia ser lançado sem alvo específico, apenas para fazer ressoar o poder das armas, participando numa acção temerária que garantia o envio de uma mensagem de permanente estado de defesa. Efectivamente, de um ponto de vista estritamente funcional, as plataformas radiais de tiro eram suficientes para o controlo do campo envolvente. Por conseguinte, a articulação do coroamento por sacadas com a decoração por bandeiras revelam a mensagem simbólica que os portugueses enviavam para o exterior dos muros de Azamor (fig. 39).

décor de style manuélin qui s'ouvre vers l'extérieur du château, comme nous l'avons vu plus haut. Les noms mêmes des bastions où l'on constate la présence de cet apparat – *São Cristóvão*[80] et *Raio* – sont symptomatiques.

L'effet d'ensemble sur l'ennemi ou l'assiégeant serait extrêmement terrifiant. On peut imaginer les effets psychologiques résultant de la visualisation d'une telle ostentation en conjonction avec une démonstration de puissance de feu. La bombarde pouvait tirer sans cible précise, juste pour faire retentir la puissance des armes, en participant à une action téméraire qui garantissait l'envoi d'un message d'un état défensif permanent. En fait, d'un point de vue strictement fonctionnel, les plates-formes de tir radiales étaient suffisantes pour le contrôle de la campagne environnante. Par conséquent, l'articulation du couronnement avec des balcons décorés de bannières révèle le message symbolique que les Portugais envoyaient à l'extérieur des murs d'Azemmour (fig. 39).

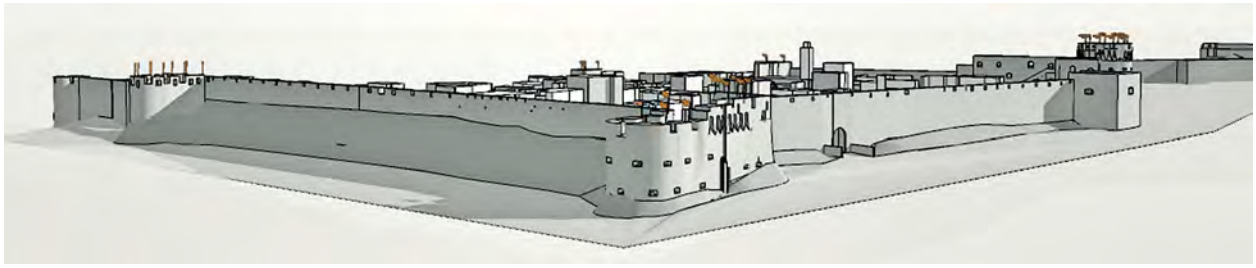


Fig.39 – Imagem do castelo português com bandeiras desde o Baluarte do Raio. / Image du château portugais avec des drapeaux, vu depuis le Bastion du *Raio*.

80. O seu nome poderá estar directamente ligado à simbologia do saber popular sobre este santo: gigante protector dos viajantes – quem fosse olhado por São Cristóvão estaria protegido, pois ele o levaria para o Céu, tornando-se o santo dos que fazem travessias pelo mundo.

80. Son nom peut être directement lié à la symbologie de la connaissance populaire au sujet de ce saint : géant protecteur des voyageurs – celui qui serait regardé par *Saint Cristóvão* serait protégé, puisqu'il le prendrait au ciel, devenant le saint de ceux qui parcouraient le monde.

Organização militar e práticas de guerra dos portugueses em Azamor

L'organisation militaire et les pratiques de guerre des portugais à Azemmour

Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa (CH-ULisboa)

1. A organização militar da praça

A expedição de 1513, comandada por D. Jaime, duque de Bragança (1479-1523), que conquistou Azamor, envolveu a maior armada organizada ao longo do reinado do V*enturoso*. Composta por mais de 400 navios, com cerca de 25 000 homens a bordo, entre tripulantes e homens de armas, dos quais 13 000 homens de pé, transportava ainda cerca de 2 000 cavalos, peça fundamental para o segurar da praça após a sua conquista[1].

A força expedicionária portuguesa, que incluía os oficiais e homens de armas que haveriam de constituir a futura guarnição, era formada por um misto de forças da Coroa, de que faziam parte não só os «criados da casa real» e um vasto número de indivíduos arregimentados nos seus domínios e senhorios, mas também a soldadesca levantada pelos concelhos, a que se somavam os homens de armas das hostes senhoriais, presentes em grande número no evento[2]. Destas destacava-se, naturalmente, a hoste da Casa de Bragança que, segundo Damião de Góis, era constituída por um contingente de cerca de 3 000 homens arregimentados nas suas terras, para além de uma força de cavalaria composta por «550 de

1. Cf. Charles Martial de Witte, «Les letters papales concernant l'expansion portugaise du XVI^e siècle», *Neue Zeitschrift für Missionswissenschaft*, n.º 40, 1984, p. 100. Veja-se ainda David Lopes, *A Expansão em Marrocos*, Lisboa, Ed. Teorema – O Jornal, 1984, p. 37.

2. Como referimos no estudo que realizámos com João Paulo Oliveira e Costa a propósito da Batalha dos Alcaides, ocorrida em 1514 após a conquista de Azamor, a única grande linhagem do reino com sangue dos Braganças que não esteve presente na conquista da praça foi a dos Menezes/Noronhas de Vila Real, detentores da capitania de Ceuta, o que se entende dada a rivalidade existente entre as duas casas no quadro da política portuguesa de então. Cf. *A Batalha dos Alcaides, 1514. No Apogeu da presença portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Tribuna da História, 2007, p. 29.

1. L'organisation militaire de la place

L'expédition de 1513, commandée par D. Jaime, duc de Bragança (1479-1523), qui conquit Azemmour, fut la plus grande armée organisée au long du règne du roi D. Manuel I. Composée de plus de 400 navires, avec environ 25 000 hommes à bord, tous membres d'équipage et hommes d'armes confondus, dont 13 000 hommes de pied, transportant également environ 2 000 chevaux, une pièce fondamentale pour le maintien de la place après sa conquête[1].

La force expéditionnaire portugaise, qui incluait les officiers et les hommes d'armes qui viendraient à constituer la future garnison, était formée d'un mélange de forces de la Couronne, dont faisaient partie non seulement les « domestiques de la maison royale » et de nombreuses personnes enrégimentées dans ses domaines et propriétés, mais aussi la soldatesque rassemblée par les municipalités, à laquelle s'ajoutaient les hommes d'armes des troupes seigneuriales, tous présents en grand nombre à l'événement[2]. Outre une force de cavalerie composée de « 550 de cheval, leurs domestiques et vassaux, dont faisait partie cent protégés »[3], le corps d'armée de la Maison de Bra-

1. Cf. Charles Martial de Witte, « Les lettres papales concernant l'expansion portugaise du XVI^e siècle », *Neue Zeitschrift für Missionswissenschaft*, nº 40, 1984, p. 100. Voir également David Lopes, *A Expansão em Marrocos*, Lisboa, Ed. Teorema – O Jornal, 1984, p. 37.

2. Tel que mentionné dans l'étude que nous avons menée avec João Paulo Oliveira e Costa sur la bataille des *Alcaides*, qui a eu lieu en 1514, après la conquête d'Azemmour, la seule grande lignée du royaume avec le sang des Bragança, absente lors de la conquête de la place, fut celle des Menezes/Noronhas de Vila Real, détenteurs de la capitainerie de Ceuta, que l'on peut comprendre étant donné la rivalité existante entre les deux maisons dans le cadre de la politique portugaise d'alors. Cf. *A Batalha dos Alcaides, 1514. No Apogeu da presença portuguesa em Marrocos*, Lisbonne, Tribuna da História, 2007, p. 29.

3. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, éd. par J. M. Teixeira de Carvalho et David Lopes, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1949-1955, partie III, chap. XLVI.

cavalo seus criados e vassalos, em que entravam cem acobertados»[3].

A exemplo do que já havia sucedido em 1508, por altura da primeira tentativa de conquista da praça[4], também agora a hoste portuguesa integrava várias companhias de ordenança, situação que atesta uma vez mais a vontade do monarca, apoiado aqui pela Casa de Bragança, em continuar a apostar num novo modelo de organização militar para todo o império, a exemplo do que vinha sendo feito por Afonso de Albuquerque no Oriente desde 1510, altura em que aí procedeu à criação desses corpos militares, tendo para o efeito recorrido então aos homens de mais baixa condição, dada a oposição generalizada da fidalguia a esse novo modelo de organização militar[5]. Ciente da necessidade de introduzir no seio da estrutura militar portuguesa uma dinâmica mais apropriada aos desafios que a nova realidade política e militar impunha, o monarca procurava, assim, através de uma maior participação dos demais extractos da sociedade portuguesa na empresa ultramarina, atenuar os efeitos negativos decorrentes de uma excessiva dependência das hostes senhoriais, apostando na criação de corpos militares que assentavam toda a sua acção numa filosofia que tinha por base conceitos totalmente diversos dos da fidalguia, a saber, a disciplina e a submissão hierárquica, e que privilegiava a movimentação colectiva em detrimento da acção individual. Essas companhias integravam não só indivíduos arregimentados nos diferentes concelhos do Reino e nos domínios da Coroa, mas também nos da Casa de Bragança, uma vez que, como Damião de Góis refere, o duque os «fez vir de suas terras, onde antes que viessem lhes mandou ensinar o modo de ordenança por Gaspar Vaz, Pêro de Morais e João Rodrigues, que ia por capitão da sua guarda»[6]. Em finais de Dezembro

3. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, ed. por J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1949-1955, parte III, cap. XLVI.

4. Sobre o assunto veja-se o nosso trabalho «As Companhias de Ordenanças em Marrocos nos reinados de D. Manuel e D. João III», *in D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*, Lisboa, CHAM e CEPCEP, 2004, pp. 185 a 195.

5. Sobre o assunto vejam-se os nossos trabalhos «As Companhias de Ordenança no Oriente durante o século XVI: ensaios de criação, razões do insucesso (1510-1580)», *Oceanos*, n.º 19-20, 1994, pp. 212 a 219; e «As Companhias de Ordenanças em Marrocos [...]»... cit., pp. 185 a 195.

6. *In* Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*... cit., parte III, cap. XLVI. Sobre o papel da Casa de Bragança na expedição veja-se o nosso estudo «A Organização Militar da Casa de Bragança no Século XVI: Um caso de Simbiose entre a Hoste Tradicional e os Corpos de Tropas de Ordenanças», apresentado no Congresso *De Todas as Partes do Mundo: O Património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I*, Lisboa, CHAM, 29 e 30 de Setembro de 2011, versão policopiada, e «A armaria da Casa de Bragança e a sua organização militar: a resposta de D. Teodósio e seu pai aos desafios impostos pela revolução da pólvora», *in* Jessica Hallet et

gança qui, selon Damião de Góis, était constitué par un contingent d'environ 3 000 hommes enrégimentés dans ses terres, se détachait, tout naturellement de celles-ci.

À l'instar de ce qui s'était déjà passé en 1508, lors de la première tentative de conquête de la place[4], le corps de l'armée portugaise comprenait également maintenant plusieurs compagnies d'ordonnances, situation qui atteste, une fois de plus, de la volonté du monarque, soutenu ici par la Maison de Bragança, de continuer à parier sur un nouveau modèle d'organisation militaire pour tout l'empire, à l'exemple de ce que faisait Afonso de Albuquerque en Orient depuis 1510, moment où il procéda à la création de ces corps militaires en recourant aux hommes de plus basse condition, compte tenu de l'opposition généralisée de la noblesse à ce nouveau modèle d'organisation militaire[5]. Conscient de la nécessité d'introduire au sein de la structure militaire portugaise une dynamique plus appropriée aux défis imposés par la nouvelle réalité politique et militaire, le monarque cherchait ainsi, grâce à une plus grande participation des autres classes sociales portugaises au projet d'outre-mer, à atténuer les effets négatifs découlant d'une dépendance excessive des troupes seigneuriales, en pariant sur la création de corps militaires qui baseraient toute leur action sur une philosophie fondée sur des concepts totalement différents de ceux de la noblesse, à savoir, la discipline et la soumission hiérarchique et qui privilégierait le déplacement collectif au détriment de l'action individuelle.

Ces compagnies intégraient non seulement des individus enrégimentés dans les différentes municipalités du Portugal et dans les domaines de la Couronne, mais aussi dans ceux de la Maison de Bragança, vu que, comme le mentionne Damião de Góis, le duc « les a fait venir de leurs terres, où avant de partir, il a demandé que leur soit dispensé l'enseignement de l'ordonnance par Gaspar Vaz, Pêro de Morais et João Rodrigues, qui allait avec eux en tant que capitaine de sa garde »[6].

4. Sur ce sujet, voir notre travail « As Companhias de Ordenanças em Marrocos nos reinados de D. Manuel e D. João III », *in D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*, Lisbonne, CHAM et CEPCEP, 2004, pp. 185 à 195.

5. Sur ce sujet, voir nos travaux « As Companhias de Ordenança no Oriente durante o século XVI : ensaios de criação, razões do insucesso (1510-1580) », *Oceanos*, nº 19-20, 1994, pp. 212 à 219 ; et « As Companhias de Ordenanças em Marrocos [...] »... cit., pp. 185 à 195.

6. *In* Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*... cit., partie III, chap. XLVI. Sur le rôle de la Maison de Bragança lors de l'expédition voir notre étude « A Organização Militar da Casa de Bragança no Século XVI : Um caso de Simbiose entre a Hoste Tradicional e os Corpos de Tropas de Ordenanças », présentée au congrès *De Todas as Partes do Mundo: O Património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I*, Lisbonne, CHAM, 29 et 30 septembre 2011, version polycopiée, et « A armaria da Casa de Bragança e a sua organização militar: a resposta de D. Teodósio e seu pai aos desafios impostos pela revolução da pólvora », *in* Jessica Hallet et

de 1514, numa altura em que uma parte significativa do contingente militar inicial havia já regressado ao Reino, o efectivo que compunha as quatro companhias de ordenanças, que se mantinham em Azamor sob o comando destes capitães e do coronel Cristóvão Leitão[7], cifrava-se ainda em 779 homens, sendo que destes apenas 200 pertenciam às forças arregimentadas pela Coroa, facto que atesta a importância do papel desempenhado pela Casa de Bragança em todo o processo inicial de instalação na cidade[8], uma vez que essas tropas foram decisivas não só para apoiar a manutenção da praça, mas também para derrotar, em 12 de Abril de 1514, junto a Bulauão (Bū al-ʿAwān), os exércitos dos alcaides de Mulei Nacer, vice-rei de Mequinez, que avançavam sobre Azamor com o intuito de atacar a cidade.

Conquistada a cidade, os responsáveis pela expedição apressaram-se a reforçar as muralhas e baluartes da cidade que, por deficiência de construção e falta de manutenção, se encontravam em muito mau estado, tendo sido enviados do Reino dois dos mais importantes arquitectos do seu tempo, os irmãos Diogo e Francisco de Arruda, protegidos do duque D. Jaime, a quem foi cometida a difícil tarefa de reconstrução[9]. Terminado o reforço das suas principais estruturas, ficou no entanto por realizar a ponte que ligaria a praça à Enxovia e a cava, peça fundamental para a defesa da cidade e que segundo aqueles fazia parte do projecto inicial[10], bem como a construção de um atalho[11], desde

Nuno Senos (coord.), *De Todas as Partes do Mundo. O património do 5.º duque de Bragança, D. Teodósio I*, vol. I, Lisboa, Tinta da China, 2018, pp. 268-280.

7. Para uma visão mais detalhada do papel por ele desenvolvido em todo o processo de criação das companhias de ordenança em Portugal veja-se o trabalho de Jean Aubin, «Le Capitaine Leitão. Un sujet insatisfait de D. João III», *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXX, 1984, pp. 88 a 95. Cristóvão Leitão fez parte também, em 1514, da guarnição de Safim. Cf. R. Ricard, «Notes Luso-Marrocaines», *Bulletin des Études Portugaises*, n.º XXIII, 1961, p. 116.

8. Cf. Ordens, de 31 de Dezembro de 1514, de D. Pedro Correia a João Porcel, pagador da gente de soldo de Azamor, para pagar os homens de ordenança que aí se encontravam. *In* ANTT, *Corpo* Cronológico, II-44-27, publicado por Maria Augusta de Abreu Lima Cruz em *Os Portugueses em Azamor (1513-1541)*, Dissertação de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1967, edição policopiada, doc. XIII.

9. Sobre a sua acção em Azamor e Safim veja-se o trabalho de Rafael Moreira, «A Época Manuelina», *in História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, dir. Rafael Moreira, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 125 e seguintes.

10. Em carta de 31 de Março de 1514, Diogo e Francisco de Arruda, informam o monarca que os trabalhos da cava, que haviam sido iniciados, se encontravam parados em virtude de o capitão D. João de Menezes ter ido para fora e levado toda a gente que nela trabalhava. Cf. ANTT, CC, I-15-14, publ. por António Baião em *Documentos do Corpo Cronológico relativos a Marrocos (1488-1514)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. 77.

11. Em carta ao rei, de 30 de Setembro de 1515, a guarnição de Azamor chamava à atenção para o grande perigo que corriam em virtude da fraqueza do muro e do castelo, de terem «huma cydade

À la fin du mois de décembre 1514, au moment où une grande partie du contingent militaire initial était déjà retournée au royaume, l'effectif qui composait les quatre compagnies d'ordonnance qui étaient restées à Azemmour sous le commandement de ces capitaines et du colonel Cristóvão Leitão[7], se chiffrait encore à 779 hommes, dont seulement 200 appartenaient aux forces enrégimentées par la Couronne, un fait qui témoigne de l'importance du rôle joué par la Maison de Bragança dans tout le processus initial d'installation dans la ville[8], vu que ces troupes ont été décisives non seulement pour soutenir le maintien de la place, mais aussi pour vaincre, le 12 avril 1514, près de Bū al-ʿAwān, les armées des caïds de Moulay en-Naser, vice-roi de Meknès, qui avançaient sur Azemmour avec l'intention d'attaquer la ville.

Une fois la ville conquise, les responsables de l'expédition s'empressèrent de renforcer les murailles et les bastions de la ville qui, par défaut de construction et par manque de maintenance, se trouvaient en très mauvais état. Les frères Diogo et Francisco de Arruda, qui étaient les protégés du duc D. Jaime et deux des plus importants architectes de leur époque, furent alors envoyés du royaume afin de procéder à la difficile tâche de reconstruction[9]. Une fois le renforcement de ses principales structures terminé, il restait encore à construire le pont qui relierait la place à la Chaouia et le fossé, pièce fondamentale pour la défense de la ville qui d'après ces derniers faisait partie du projet initial[10], ainsi que la construction d'un réduit[11], depuis

Nuno Senos (coord.), *De Todas as Partes do Mundo. O património do 5.º duque de Bragança, D. Teodósio I*, vol. I, Lisbonne, Tinta da China, 2018, pp. 268-280.

7. Pour une vision plus détaillée du rôle qu'il a développé dans l'ensemble du processus de création des compagnies d'ordonnance au Portugal voir le travail de Jean Aubin, « Le Capitaine Leitão. Un sujet insatisfait de D. João III », *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXX, 1984, pp. 88 à 95. Cristóvão Leitão a également fait partie, en 1514, de la garnison de Safi. Cf. R. Ricard, « Notes Luso-Marrocaines », *Bulletin des Études Portugaises*, nº XXIII, 1961, p. 116.

8. Cf. Ordres, du 31 décembre 1514, de D. Pedro Correia à João Porcel, payeur de ceux qui percevaient la solde à Azemmour, pour payer aux hommes de l'ordonnance qui s'y trouvaient. *In* ANTT, *Corpo* Cronológico, II-44-27, publié par Maria Augusta de Abreu Lima Cruz dans *Os Portugueses em Azamor (1513-1541)*, Dissertation de licence présentée à la Faculdade de Letras de l'Universidade de Lisboa, 1967, édition polycopiée, doc. XIII.

9. Sur son action à Azemmour et Safi, voir le travail de Rafael Moreira, « A Época Manuelina », *in História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, dir. Rafael Moreira, Lisbonne, Alfa, 1989, pp. 125 et suivantes.

10. Dans une lettre du 31 mars 1514, Diogo et Francisco de Arruda, informent le monarque que les travaux de la douve qui avaient été commencés, étaient arrêtés, car le capitaine D. João de Menezes était parti à l'extérieur et avait emmené tous ceux qui y travaillaient. Cf. ANTT, CC, I-15-14, publ. par António Baião dans *Documentos do Corpo Cronológico relativos a Marrocos (1488-1514)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. 77.

11. Dans une lettre au roi, du 30 septembre 1515, la garnison d'Azemmour attirait l'attention sur le grand danger qu'ils couraient

o início entendido como fundamental dada a grande dimensão da cidade, mas que só viria a ser concluído em princípios de 1520[12], o que contribuiu para a necessidade de manter em Azamor nos primeiros anos um efectivo militar de dimensões muito superiores às que seriam necessárias se aquelas estruturas defensivas tivessem sido edificadas de imediato[13].

A defesa da cidade e as condições de vida dos seus defensores eram ainda seriamente dificultadas pelo facto de a sua barra ser extraordinariamente perigosa durante quase todo o ano, o que impedia que aquela fosse socorrida e abastecida por mar. Como afirmou D. Jaime, «com esta barra asy se pode dizer que está em sertão», razão pela qual era necessário ter a praça muito bem provida não só de alimentos e de armamento, mas também com um grande número de soldados, sobretudo nos dois primeiros anos, após o que, depois de atalhada, poderia ser segura com 1 500 homens devidamente enquadrados por uma estrutura de comando[14].

Não obstante todas essas limitações e a oposição de alguns dos principais capitães que, como D. João de Menezes, entendiam preferível edificar uma fortaleza de raiz à reparação da muralha e dos baluartes pré-existentes[15], foram iniciadas as obras do castelo, onde foi construída uma casa para guarda da pólvora e da artilharia, e procedeu-se ao alojamento dos seus efectivos militares na cidade, tarefas que decorreram em paralelo com a criação da estrutura orgânica da praça, tendo o duque dado posse aos diferentes oficiais dos cargos para que vinham nomeados.

Decalcada no essencial da das demais fortalezas portuguesas encravadas no norte de Marrocos, essa orgânica apresentava, todavia, uma diferença significativa relativamente à daquelas, em virtude de se haver optado por uma capitania bicéfala[16]. Esta deci-

le début considéré comme fondamental en raison de la grandeur de la ville, mais qui ne serait conclu qu'au début de l'année 1520[12], ce qui contribua à la nécessité de maintenir à Azemmour, dans les premières années, un effectif militaire de dimensions très supérieures à celles qui auraient été nécessaires si ces structures défensives avaient été immédiatement construites[13].

La défense de la ville et les conditions de vie de ses défenseurs étaient encore sérieusement rendues difficiles par le fait que sa barre était extrêmement dangereuse pendant presque toute l'année, ce qui empêchait que celle-ci soit secourue et ravitaillée par mer. Comme l'a affirmé D. Jaime, « avec cette barre ainsi, on peut dire qu'on est dans arrière-pays », raison pour laquelle la place devait non seulement être très bien approvisionnée d'aliments et d'armement, mais elle devait aussi disposer d'un grand nombre de soldats, surtout dans les deux premières années, une fois réduite elle pourrait être défendue par 1 500 hommes dûment encadrés par une structure de commandement[14].

Nonobstant toutes ces limitations et l'opposition de quelques-uns des principaux capitaines qui, comme D. João Menezes, estimaient qu'il était préférable d'édifier une nouvelle forteresse que de réparer la muraille et les bastions préexistants[15], les travaux du château, où fut construite une maison pour garder la poudre à canon et l'artillerie, démarrèrent et l'on procéda à l'hébergement de ses effectifs militaires dans la ville, ces tâches s'étant déroulées en parallèle avec la création de la structure organique de la place, le duc attribua aux différents officiers les postes pour lesquels ils avaient été nommés.

Décalquée essentiellement des autres forteresses portugaises du nord du Maroc, cette organique présentait néanmoins une différence significative, car on avait opté ici pour une capitainerie bicéphale[16]. Cette déci-

---

muito grande de goardar com hos muros derrybados per muitos lugares e asy ho castelo». *In Sources Inédites de l'Histoire du Maroc (SIHM), Dynastie sa'dienne, Archives et bibliothèques de Portugal,* Paris, Paul Geuthner, 1.ª série, tomo I, 1934, p. 762.

12. Cf. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit., p. 57.

13. Em carta ao rei, de 11 de Agosto de 1519, o bispo de Safim afirmava que, a ser feita a ponte, a praça necessitaria apenas de 250 homens para a sua defesa, razão por que a sua construção chegou a estar prevista. Todavia, as obras nunca tiveram início, provavelmente por falta de dinheiro. Cf. ANTT, *CC*, I-25-10.

14. Nessa carta, de 30 de Setembro de 1513, o duque de Bragança afirma ainda a D. Manuel que o capitão do campo de Azamor considerava aquele número insuficiente para assegurar a defesa da praça naquelas condições, dado não só o grande poder militar do rei de Fez, mas também o dos xarifes. Cf. António Baião, *Documentos do Corpo Cronológico*... cit., p. 58.

15. Cf. carta ao rei, de 1 de Dezembro de 1513. António Baião, *Documentos do Corpo Cronológico*... cit.,pp. 62 e 63.

16. Para uma visão mais detalhada das competências, proes e precalços de cada um desses capitães veja-se o trabalho de Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit., pp. 109 e 110.

en raison de la fragilité du mur et du château, car ils avaient [« une très grande ville à défendre, avec des murailles en ruine à de nombreux endroits, comme au château »]. *In Sources Inédites de l'Histoire du Maroc (SIHM), Dynastie sa'dienne, Archives et bibliothèques de Portugal*, Ire série, tome I, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 762.

12. Cf. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit., p. 57.

13. Dans une lettre au roi, du 11 août 1519, l'évêque de Safi affirmait que, si un pont devait être fait, la place n'aurait besoin que de 250 hommes pour sa défense, raison pour laquelle sa construction a même été prévue. Toutefois, les travaux n'ont jamais commencé, probablement à cause du manque d'argent. Cf. ANTT, *CC*, I-25-10.

14. Dans cette lettre, du 30 septembre 1513, le duc de Bragança affirme également à D. Manuel que le capitaine du camp d'Azemmour estimait que ce nombre était insuffisant pour assurer la protection de la place dans ces conditions, étant donné, non seulement la grande puissance militaire du roi de Fès, mais aussi celle des Chérifs. Cf. António Baião, *Documentos do Corpo Cronológico*... cit., p. 58.

15. Cf. lettre au roi, du 1er décembre 1513. António Baião, *Documentos do Corpo Cronológico*... cit., pp. 62 et 63.

16. Pour une vision plus détaillée des compétences, profits et avantages de ces capitaines voir le travail de Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit., pp. 109 et 110.

são depressa se revelou altamente contraproducente para os desígnios da coroa portuguesa, em virtude dos sucessivos conflitos de competências surgidos entre o capitão da praça, Rui Barreto, que ficou com jurisdição sobre a cidade, os seus moradores e respectiva guarnição, e o capitão do campo, D. João de Menezes, responsável pela chefia de todas as acções militares fora dos muros da fortaleza, funções que, como é sabido, eram da competência dos adaís nas demais praças marroquinas. Tudo voltaria, no entanto, à normalidade a partir de 1515, altura em que com a nomeação de D. Pedro de Sousa o cargo voltou a estar unificado[17].

A capitania, contrariamente ao que sucedia no Oriente, era aqui, a exemplo da generalidade dos demais cargos militares, dada em vida e não por um período de três anos, sendo o capitão substituído pelo contador em caso de falecimento ou de impedimento. Este facto, no entanto, não impediu que ao longo dos cerca de 28 anos em que a praça se manteve sob domínio português a Coroa tivesse procedido, em virtude das constantes queixas que chegavam ao Reino, a sucessivas nomeações e destituições, tendo havido um total de 11 capitães. Destes, apenas dois estiveram à frente dos destinos de Azamor por um período superior a quatro anos, a saber, D. Álvaro de Noronha e António Leite, tendo os restantes ocupado o cargo de forma fugaz, o que atesta a grande instabilidade governativa a que fortaleza esteve sujeita.

A guarnição da fortaleza de Azamor era composta ainda por um alcaide-mor, a quem competia, com a ajuda do alcaide-menor, o policiamento e guarda do castelo e da cidade; um alcaide da torre e do «çoquo»[18] e um «alcaide do çoquo da banda da enxovia», incumbidos, para além da função de policiamento, da vigia da praça pela parte Norte; um alcaide do mar, encarregue de policiar a ribeira, abrindo e fechando as portas de acesso ao rio para evitar algum ataque lançado da banda do mar; um guarda e um porteiro das portas; um sobrerrolda, a quem competia coordenar e controlar os vigias da praça, em especial durante a noite; finalmente, um armeiro e um couraceiro, com funções muito alargadas, em que se destacavam, naturalmente, as de ferreiro e ferrador, dado o grande número de animais existentes na praça e a necessidade de se encontrarem sempre de prontidão. Compunham ainda a guarnição um condestável e os respectivos bombardeiros, que em 1530 sabemos serem

17. Sobre o assunto veja-se o quadro «Principais "funcionários" do governo português em Azamor», constante do trabalho de Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, «Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, 1979.

18. O mesmo que mercado, correspondendo ao «suq/souk» das cidades árabes e berberes.

sion se révéla très rapidement hautement contre-productive pour les desseins de la couronne portugaise en raison de plusieurs conflits de compétences qui ont surgi entre le capitaine de la place, Rui Barreto, responsable de la ville, de ses habitants et de la garnison respective, et le capitaine du camp, D. João de Menezes, responsable du commandement de toutes les actions militaires en dehors des murs de la forteresse, fonctions qui, comme nous le savons, relevaient de la compétence des *adaís* dans les autres places marocaines. Cependant, tout retournerait à la normalité à partir de 1515, au moment où, avec la nomination de D. Pedro de Sousa, la fonction sera de nouveau unifiée[17].

Contrairement à ce qui se passait en Orient, la capitainerie était ici, à l'instar de la généralité des autres fonctions militaires, attribuée à titre définitif et non pas pour une période de trois ans, le capitaine étant remplacé par le *contador* [contrôleur des finances] en cas de décès ou d'empêchement. Néanmoins, ce fait n'empêcha pas la Couronne, au long d'environ 28 ans où la place s'est maintenue sous domination portugaise, de procéder, en vertu des constantes doléances qui arrivaient au royaume, à des nominations et à des destitutions successives, il y eut au total 11 capitaines. Parmi ceux-ci, seuls deux d'entre eux furent au-devant des destinées d'Azemmour pour une période supérieure à quatre ans, à savoir, D. Álvaro de Noronha et António Leite, les autres ont occupé cette fonction de manière fugace, ce qui témoigne de la grande instabilité gouvernementale à laquelle la forteresse a été soumise.

La garnison de la forteresse d'Azemmour était composée également d'un *alcaide-mor*, auquel il incombait, avec l'aide de l'*alcaide-menor*, de surveiller et de garder le château et la ville ; un *alcaide* de la tour et du « çoquo »[18] [souk] et un « *alcaide* du souk du côté de la Chaouia », chargés, outre leurs fonctions de surveillance, de garder la place par la partie nord ; un *alcaide* de la mer, chargé de surveiller la rivière, en ouvrant et en fermant les portes d'accès au fleuve pour éviter toute attaque lancée à partir de la mer ; un gardien et un portier ; un surveillant de ronde, responsable de coordonner et de contrôler les guetteurs de la place, en particulier pendant la nuit ; puis finalement, un armurier et un cuirassier, avec des fonctions très élargies, dont se détachaient, naturellement, celles de forgeron et de maréchal-ferrant étant donné le grand nombre d'animaux qui se trouvaient dans la place et la nécessité de les maintenir toujours prêt à intervenir.

17. Sur ce sujet, voir le tableau des « Principais "funcionários" do governo português em Azamor », qui figure dans le travail de Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, « Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor », *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, 1979.

18. Le même que marché, correspondant au « suq/souk » des villes arabes et berbères.

doze, mas cujo número podia variar ao longo dos anos, sobretudo em momentos de maior aperto da praça, altura em que eram uma peça fundamental para impedir que os exércitos de Fez ou os dos xerifes se aproximassem demasiado das muralhas da cidade[19].

O adaíl e o almocadém, dois dos mais importantes cargos das fortalezas norte-africanas, eram também aqui peças decisivas da estrutura militar que vimos descrevendo, pese embora a sua actuação estivesse direccionada sobretudo para as acções militares praticadas fora das muralhas. Ao primeiro, também designado como capitão do campo, competia capitanear as tropas portuguesas que se aventuravam pelos campos e aduares[20] marroquinos sempre que o capitão da praça não participava nessas incursões. Era coadjuvado na sua tarefa pelo almocadém[21] que, conhecedor do terreno, precedia os restantes combatentes, conduzindo-os de forma a evitar que fossem alvo das ciladas e dos ataques repentinos das forças muçulmanas, tão característicos da «guerra guerreada» ou «de gaziva» praticada pelos muçulmanos e cristãos no norte de África.

A exemplo do que sucedia na generalidade das fortalezas portuguesas um pouco por todo o império, onde existia sempre uma força militar naval adstrita à praça, dependendo a sua dimensão da distância a que se encontravam de outras bases navais, ou da periculosidade dos inimigos com que tinham que se confrontar, também aqui se encontrava uma fusta no rio para apoio da fortaleza, tendo a bordo um mestre e dois auxiliares que, tal como todos os restantes homens de armas e oficiais, recebiam soldo e mantimento, devendo para o efeito estar assentes pelo escrivão dos contos nos respectivos livros[22]. Neste

La garnison était également composée d'un connétable et de ses artilleurs respectifs qui, en 1530, nous savons qu'ils étaient au nombre de douze, mais dont le nombre pouvait varier au long des années, surtout au moment d'une plus grande pression sur la place, où ils devenaient une pièce fondamentale pour empêcher les armées de Fès ou du chérif de trop s'approcher des murailles de la ville[19].

L'*adaíl* et l'*almocadém*, deux des plus importantes fonctions des forteresses d'Afrique du Nord, étaient aussi ici des pièces décisives de la structure militaire que nous venons de décrire, quoique leur action ait surtout été dirigée vers des actions militaires pratiquées en dehors des murailles. Il incombait au premier, aussi désigné par capitaine du camp, de commander les troupes portugaises qui s'aventuraient dans les champs et les douars[20] marocains chaque fois que le capitaine de la place ne participait pas à ces incursions. Il était assisté dans sa tâche par l'*almocadém*[21] qui, en fin connaisseur du terrain, précédait les autres combattants en les conduisant de manière à éviter qu'ils ne soient pris dans des embuscades et attaqués par surprise par les forces musulmanes, si caractéristiques des « guerres combattues » ou des « gazivas » pratiquées par les musulmans et les chrétiens en Afrique du Nord.

À l'instar de ce qui se passait dans la plupart des forteresses portugaises un peu partout dans l'empire, où il existait toujours une force militaire navale rattachée à la place, leur dimension dépendant de la distance par rapport à laquelle elles se trouvaient des autres bases navales, ou de la dangerosité des ennemis auxquels ils devaient faire face, on trouvait ici aussi une fuste dans le fleuve pour venir en aide à la forteresse, avec à son bord un maître et deux assistants qui, comme tous les autres hommes d'armes et officiers, recevaient une solde et de la nourriture et devaient, à cet effet, être enregistrées par le notaire des comptes dans les livres respectifs[22]. Dans ce cas particulier, il convient de

19. Cf. carta do capitão D. Pedro de Mascarenhas ao rei, de 9 de Junho de 1530, *in* ANTT, *CC*, I-45-35, publicada em *SIHM*, 1.ª série, tomo II, 2.ª parte, p. 528. Veja-se ainda o trabalho de Otília R. Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, Funchal, SRTC-CEHA, 1998, pp. 29 e seguintes.

20. Povoações temporárias erguidas pelas cabildas das três linhagens de alarves (Xerquia, Garbia e Abida), que se dedicavam sobretudo ao pastoreio, compostas por um número variável de tendas, podendo nalguns casos ultrapassar a centena.

21. As praças norte-africanas tinham, em regra, mais do que um almocadém. Como refere Otília Fontoura eram, em regra, mouriscos provenientes de tribos vizinhas, comandando cada um 25 almogavares, também eles originários da região e que por isso conheciam perfeitamente o terreno em que se movimentavam. Cf. *Portugal em Marrocos na Época*... cit., p. 27.

22. Cf. carta de nomeação de António Neiva para escrivão dos contos de Azamor, Lisboa, 27 de Agosto de 1521, *in* ANTT, *Chancelaria de D. Manuel, Livro 18*, ff. 123V e 124, *apud* Maria Augusta de Abreu Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit., p. 123. O pagamento aos homens de armas e moradores aí inscritos era efectuado pelo almoxarife dos mantimentos, responsável pelos armazéns e arsenal. Cf. carta de nomeação de António Vieira, Évora, 18 de Agosto de 1520, *in* ANTT, *Chancelaria de D. Manuel, Livro 36*, f. 67, Maria Augusta de Abreu Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit., p. 125.

19. Cf. lettre du capitaine D. Pedro de Mascarenhas au roi, du 9 juin 1530, *in* ANTT, *CC*, I-45-35, publiée dans *SIHM*, tome II, 2e partie, p. 528. Voir également le travail d'Otília R. Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, Funchal, SRTC-CEHA, 1998, pp. 29 et suivantes.

20. Localités temporaires construites par les bédouins des trois lignées d'arabes (Cherkiya, Gharbya, et Abda), qui se dédiaient principalement au pâturage, composées d'un nombre variable de tentes, pouvant dans certains cas dépasser la centaine.

21. Les places d'Afrique du Nord avaient, en règle générale, plus d'un *almocadém*. Comme le mentionne Otília Fontoura il s'agissait surtout de mauresques provenant de tribus voisines, chacune commandant près de 25 *almogavares,* eux aussi originaires de la région et connaissant, par conséquent, parfaitement le terrain sur lequel ils se déplaçaient. Cf. *Portugal em Marrocos na Época*... cit., p. 27.

22. Cf. lettre de nomination d'António Neiva au greffier des comptes d'Azemmour, Lisbonne, le 27 août 1521, *in* ANTT, *Chancelaria de D. Manuel, Livro 18*, ff. 123V et 124, *apud* Maria Augusta de Abreu Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit., p. 123. Le paiement aux hommes d'armes et aux résidents qui y étaient inscrits

particular importa referir que, logo por altura do assalto à praça, as forças portuguesas deslocaram para o rio alguns navios de menores dimensões que, equipados com artilharia, fustigaram os sitiados, contribuindo também para a rápida rendição da cidade.
Relativamente aos homens de armas que compunham a guarnição de Azamor o seu número variou, como refere Maria Augusta Lima Cruz, de forma muito significativa ao longo dos anos, sendo exponencialmente maior por altura da conquista da cidade e no momento do seu abandono.
De acordo com a carta do duque de Bragança, de Setembro de 1513, nessa altura já uma grande parte da soldadesca e dos fidalgos que participara na conquista da cidade havia regressado ao Reino, muitos deles sem licença, não só por causa das péssimas condições em que aí viviam, mas também por estes se queixarem de os soldos não serem pagos aos seus criados e aos que levavam acostados, em especial «nos que trazem xx, xxx, L homens de cavalo de suas casas, que parece sem razam nam lhes mandar V. A. pagar»[23]. Esse efectivo militar foi decrescendo, em especial por altura da partida de D. Jaime, cifrando-se em finais desse ano, segundo D. João de Menezes, em cerca de 2600 combatentes, entre homens de pé (cerca de 1800, em que entravam, naturalmente, os homens das companhias de ordenanças) e de cavalo. A este número, ordenado pelo monarca à praça, dever-se-iam ainda adicionar cerca de 400 moradores, os quais, no entanto, como ele afirma, não passavam ainda, por essa altura, de algumas dezenas, a saber, «quatro cristãos novos e alguns homens d'alguns fidalgos ou criados de Vossalteza que querem ficar aqui, que ao presente vão contados nas capitanias»[24].
Assegurada a defesa de Azamor e dos territórios que lhe ficavam adjacentes, o número de defensores baixou significativamente, situando-se a partir da década de vinte em cerca de seiscentos homens, entre moradores e fronteiros[25], na sua maioria homens a cavalo, facto que atesta a importância que a cavalaria continuaria a deter ao longo do período para «atalhar o campo e segurar a praça»[26].

23. *In* carta ao rei, de 30 de Setembro de 1513, publicada por António Baião, *Documentos do Corpo Cronológico…* cit., p. 59.

24. Cf. carta para o monarca, de 1 de Dezembro de 1513, António Baião, *Documentos do Corpo Cronológico…* cit., pp. 60 e 61.

25. Servimo-nos para o efeito dos dados apresentados por Maria Augusta Lima Cruz em «Documentos inéditos […]»… cit., p. 113. No número de moradores surgem contabilizados para este efeito apenas aqueles que se encontravam aptos para o desempenho de tarefas militares, sendo certo que as exerciam fundamentalmente no interior do recinto amuralhado.

26. Em 1525 Jorge Viegas, recém-empossado como capitão de Azamor, afirmava que esta era defendida por 190 homens de pé e 450 de cavalo, entre os quais 150 eram moços dos de cavalo, sendo necessários 100 besteiros e espingardeiros para a sua defesa.

signaler qu'au moment même de l'assaut à la place, les forces portugaises déplacèrent vers le fleuve quelques navires de moindres dimensions qui, équipés avec de l'artillerie, fustigèrent les assiégés, contribuant également à la rapide reddition de la ville.
Quant aux hommes d'armes qui composaient la garnison d'Azemmour, leur nombre a varié de manière très significative au long des années, comme le mentionne Maria Augusta Lima Cruz, étant exponentiellement plus grand lors de la conquête de la ville et au moment de son abandon.
Conformément à la lettre du duc de Bragança, de septembre 1513, à cette occasion une grande partie de la soldatesque et des nobles qui avait participé à la conquête de la ville était déjà retournée au Portugal, la plupart d'entre eux sans permission, non seulement à cause des très mauvaises conditions dans lesquelles ils y vivaient, mais aussi parce qu'ils se plaignaient que les soldes n'étaient pas payées à leurs domestiques ni à ceux qui était sous leur protection, en particulier « ceux qui portent 20, 30, 50 hommes de cheval de leurs maisons, qu'il semblerait qu'il n'y ait pas de raison pour que Votre Altesse ne leur paie pas »[23]. Cet effectif militaire diminua, en particulier à l'occasion du départ de D. Jaime, s'élevant à la fin de cette même année, selon D. João de Menezes, à environ 2 600 combattants, tous hommes de pied (environ 1800, parmi lesquels, on comptait naturellement, les hommes des compagnies d'ordonnances) et hommes de cheval confondus. À ce nombre, attribué par le monarque à la place, devaient encore s'ajouter environ 400 habitants, qui, néanmoins, comme il l'affirme, n'étaient à cette époque que quelques dizaines, à savoir, « quatre nouveaux chrétiens et quelques hommes de certains nobles ou des domestiques de Votre Altesse qui veulent rester ici, qui sont à présent comptés dans les capitaineries »[24].
Une fois la défense d'Azemmour et des territoires adjacents assurée, le nombre de défenseurs baissa de manière significative, se situant à partir de la deuxième décennie à environ six cents hommes, habitants et frontaliers confondus[25], la plupart d'entre eux des hommes de cheval, ce fait montre l'importance que la cavalerie continuerait de revêtir au long de la période

était effectué par l'*almoxarife* des vivres, responsables des entrepôts et de l'arsenal. Cf. lettre de nomination d'António Vieira, Évora, le 18 août 1520, *in* ANTT, *Chancelaria de D. Manuel, Livro 36*, f. 67, Maria Augusta de Abreu Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*… cit., p. 125.

23. *In* lettre au roi, du 30 septembre 1513, publiée par António Baião, *Documentos do Corpo Cronológico…* cit., p. 59.

24. Cf. lettre adressée au roi, du 1er décembre 1513, António Baião, *Documentos do Corpo Cronológico…* cit., pp. 60 et 61.

25. Nous nous sommes servis à cet effet des données présentées par Maria Augusta Lima Cruz dans « Documentos inéditos »… cit., p. 113. Dans le nombre de résidents sont comptés à cet effet uniquement ceux qui étaient capables d'effectuer des tâches militaires qu'ils pratiquaient, bien entendu, surtout dans l'enceinte des murs.

Relativamente às companhias de ordenança, que, como referimos atrás, foram uma peça fundamental da organização da praça nos primeiros anos, terão sido desmobilizadas em data que não podemos determinar com exactidão, mas que deverá situar-se por volta de 1516, uma vez que temos notícia das directivas enviadas ao capitão de Safim em que se ordenava o envio para o Reino das gentes de ordenança oriundas de Azamor que aí serviam sob as ordens de Rui de Sousa desde o último cerco[27].

Essa ordem, se, por um lado, marca o momento da dissolução dessas companhias em Marrocos, por outro, representa o culminar de um processo de cedência de D. Manuel I às pretensões da generalidade da nobreza e bem assim de todos os que se opunham à sua política de transformação das estruturas militares do império português. Com efeito, após um primeiro momento, ainda em 1515, em que o monarca havia extinguido as companhias de alabardeiros[28] e nomeado Lopo Soares de Albergaria para substituir Afonso de Albuquerque, uma medida que significou na prática a extinção dessas companhias no Oriente, seguir-se-ia a sua desmobilização em Marrocos, voltando as praças do Sul a estar dependentes exclusivamente do modelo de organização militar senhorial tradicional, em que os fronteiros vão passar a deter um papel de fundamental importância.

Este grupo, que incluía, como refere Robert Ricard «gentilshommes qui venaient servir temporairement dans la place pour une durée plus au moins longue et qui amenaient parfois avec eux une équipe de soldats»[29], e que ao longo do período em estudo oscilou entre os 350 e os 400 homens de armas, formava, em conjunto com os besteiros de cavalo, que desde 1514 se encontravam a cargo de Joham Soares[30], o

Cf. carta de 18 de Setembro para D. João III, *in* ANTT, *CC*, I-32-18, publ. em *SIHM*, 1.ª série, tomo II, parte I, pp. 346 e 347.

27. Nuno Gato, em carta ao rei, de 4 de Julho de 1516, refere-se a uma carta régia, de 30 de Junho desse ano, em que lhe era dada essa ordem. *In* ANTT, *CC*, I-20-71, publ. em *SIHM*, 1.ª série, tomo II, parte I, pp. 10 e seguintes. Alguns dias mais tarde, a 8 de Julho, Bastião Lopes, almoxarife de Safim, pedia ao rei que procedesse à rápida evacuação para o reino dessas tropas pois já não havia qualquer perigo de o cerco ser retomado e elas representarem uma enorme sobrecarga para as fracas finanças da cidade. *SIHM*, 1.ª série, tomo II, parte I, p. 11, nota 1.

28. Sobre o assunto veja-se o trabalho de Jean Aubin, «Le Capitaine Leitão [...]»... cit., p. 95.

29. *In Mazagan et le Maroc sous le règne du sultan Moulay Zidan (1608-1627), d'après le «Discurso» de Gonçalo Coutinho, gouverneur de Mazagan (1629)*, Paris, 1956, p. 13.

30. De acordo com as instruções régias dadas a Joham Soares, em 5 de Janeiro de 1514, este ficava ainda encarregue dos restantes besteiros e espingardeiros, que deveriam ser em número de 300, a saber, 100 espingardeiros e 200 besteiros, efectivo que, de acordo com os dados que conhecemos, nunca existiu em Azamor. Cf. António Baião, *Documentos do Corpo Cronológico...* cit., p. 74.

pour « réduire la campagne et protéger la place »[26]. En ce qui concerne les compagnies d'ordonnance qui, comme nous l'avons dit plus haut, ont été une pièce fondamentale de l'organisation de la place dans les premières années, elles auraient été démobilisées à une date que nous ne saurions préciser exactement, mais qui devrait se situer aux alentours de 1516, vu que nous avons des informations sur les directives envoyées au capitaine de Safi dans lesquelles l'ordre était donné d'envoyer vers le royaume des gens de l'ordonnance originaires d'Azemmour qui y servaient sous les ordres de Rui de Sousa depuis le dernier siège[27].

Si cet ordre marque, d'une part, le moment de la dissolution de ces compagnies au Maroc, il représente, d'autre part, le point culminant d'un processus de cession de D. Manuel I aux prétentions de la plupart des nobles et de tous ceux qui s'opposaient à sa politique de transformation des structures militaires de l'empire portugais. En effet, après une première phase, toujours en 1515, dans laquelle le monarque avait éteint les compagnies de hallebardiers[28] et nommé Lopo Soares de Albergaria pour remplacer Alphonse de Albuquerque, une mesure qui signifia dans la pratique l'extinction de ces compagnies en Orient, il s'en suivra leur démobilisation au Maroc, les places du Sud étant de nouveau exclusivement dépendantes du modèle d'organisation militaire seigneuriale traditionnelle dans lequel les frontaliers commenceront à jouer un rôle d'une importance fondamentale.

Ce groupe qui comprenait, comme le rapporte Robert Ricard, des « gentilshommes qui venaient servir temporairement dans la place pour une durée plus ou moins longue et qui amenaient parfois avec eux une équipe de soldats »[29], et qui, au long de la période à l'étude, a oscillé entre 350 et 400 hommes d'armes, formait, conjointement avec les arbalétriers à cheval, qui depuis 1514 se trouvaient à charge de Joham

26. En 1525, Jorge Viegas, récemment nommé capitaine d'Azemmour, déclarait que celle-ci était défendue par 190 hommes de pied et 450 de cheval, parmi lesquels 150 étaient les domestiques des hommes de cheval et que 100 arbalétriers et espingardiers étaient nécessaires à sa défense. Cf. Lettre du 18 septembre adressée à D. João III, *in* ANTT, *CC*, I-32-18, publ. dans *SIHM*, 1re série, tome II, partie I, pp. 346 et 347.

27. Nuno Gato, dans une lettre au roi, en date du 4 juillet 1516, mentionne une lettre royale du 30 juin de cette même année dans laquelle cet ordre lui était donné. *In* ANTT, *CC*, I-20-71, publ. dans *SIHM*, 1re série, tome II, partie I, pp. 10 et suivantes. Quelques jours plus tard, le 8 juillet, Bastião Lopes, l'*almoxarife* de Safi, demandait au roi de procéder à l'évacuation immédiate de ces troupes vers le royaume, car il n'y avait plus aucune menace de nouveau siège et que celles-ci représentaient un énorme fardeau pour les faibles finances de la ville. *SIHM*, 1re série, tome II, partie I, p. 11, note 1.

28. Sur ce sujet, voir le travail de Jean Aubin, « Le Capitaine Leitão [...]»... cit., p. 95.

29. *In Mazagan et le Maroc sous le règne du sultan Moulay Zidan (1608-1627), d'après le « Discurso » de Gonçalo Coutinho, gouverneur de Mazagan (1629)*, Paris, 1956, p. 13.

corpo principal das forças de cavalaria de Azamor, responsáveis, não só pelo «segurar do campo», mas também pelas constantes cavalgadas e almogavarias efectuadas em território inimigo, com que buscavam honra e proveito.

Quanto aos moradores, todos eles eram, com excepção das crianças, defensores potenciais da praça, estando vocacionados para apoiar a guarnição na tarefa de manter incólume o recinto amuralhado e a área que lhe ficava adjacente, onde lhes competia defender as tranqueiras, valos e revelins destinados a parar a progressão da cavalaria inimiga e a dificultar o acesso à base das muralhas da cidade[31]. Todavia, apenas os homens válidos e aptos para as tarefas militares recebiam soldo e mantimento, sendo necessário que, a exemplo do que sucedia com os fronteiros, estivessem inscritos nos livros de pagamentos da fortaleza, cifrando-se o seu número, ao longo do período, em cerca de 250 homens[32].

A guarnição da praça era, assim, composta por um efectivo que terá oscilado entre os 600 e os 650 soldados, entre peões e cavaleiros – a que se juntavam alguns, poucos, degredados[33] –, número superior ao das principais fortalezas fronteiras da Índia, a saber, Ormuz, Diu e Malaca, onde os seus efectivos militares ao longo da primeira metade de Quinhentos só excepcionalmente atingiram as seis centenas de homens de armas[34], facto que atesta o grau de periculosidade em que se encontravam as fortalezas do sul de Marrocos, dado o potencial militar dos xerifes e do próprio rei de Fez.

Esse número só viria a aumentar significativamente a partir da conquista da fortaleza de Santa Cruz do Cabo de Guer, em Março de 1541, em resultado do recrutamento anteriormente feito pela Coroa, na Andaluzia, de cerca de 3 000 homens de pé destinados a reforçar essas praças, decisão a que se opôs D. Álvaro de Noronha, por entender que seria preferível recrutar

31. Isso mesmo referem em carta ao monarca, de 14 de Abril de 1541, afirmando que «guardamos há sua cidade de dia no campo e de noite no muro». *In* ANTT, *CC*, I-49-96, publicado por Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit., doc. XXIX.

32. *In* Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, «Documentos inéditos [...]»... cit., p. 114.

33. Esses homens, em número de 10, auferiam, em 1522, pouco mais de metade do soldo auferido pelos peões, a saber, 85 reais, contra os 137 destes. Cf. ordem de D. Afonso de Noronha, capitão de Azamor, a Benito de Maça, feitor e almoxarife de Azamor, *in* ANTT, *Fundo Antigo*, pasta 132, n.º 4, publicado por Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit., doc. XXIV. Sobre os soldos aí auferidos pelos diferentes oficiais, moradores e fronteiros veja-se Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, «Documentos inéditos [...]»... cit., pp. 110 e 111.

34. Para uma análise mais detalhada da composição dessas praças vejam-se os quadros constantes do nosso trabalho *A Evolução da Arte da Guerra dos Portugueses no Oriente (1498-1622)*, Lisboa, IICT, 1998, edição policopiada, pp. 438, 440 e 470.

Soares[30], le corps principal des forces de la cavalerie d'Azemmour, responsables, non seulement de « protéger le camp », mais aussi des constantes cavalcades et *almogavarias* (incursions) effectuées sur le territoire ennemi, avec lesquelles ils cherchaient honneur et avantage.

Quant aux habitants, ils étaient tous, à l'exception des enfants, des défenseurs potentiels de la place, étant engagés à soutenir la garnison dans la tâche de maintenir intacte l'enceinte fortifiée et la zone adjacente, où il leur appartenait de défendre les palissades, les fossés et les ravelins destinés à arrêter la progression de la cavalerie ennemie et à rendre difficile l'accès à la base des murailles de la ville[31]. Néanmoins, seuls les hommes valides et aptes pour les tâches militaires recevaient une solde et de la nourriture, il était donc nécessaire, à l'exemple de ce qui se passait avec les frontaliers, qu'ils soient inscrits dans les livres de paiements de la forteresse, leur nombre s'élevant, au long de la période, à environ 250 hommes[32].

La garnison de la place était ainsi composée d'un effectif qui aurait oscillé entre 600 et 650 soldats, fantassins et cavaliers confondus – auquel se joignaient quelques, très peu, de déportés[33] –, un nombre supérieur à celui des principales forteresses frontières de l'Inde, à savoir, Ormuz, Diu et Malaca, où ses effectifs militaires, au long de la première moitié du XVI[e] siècle, n'ont atteint qu'exceptionnellement les six centaines d'hommes d'armes[34], un fait qui atteste le degré de dangerosité dans lequel se trouvaient les forteresses du sud du Maroc compte tenu du potentiel militaire des chérifs et du roi de Fès lui-même.

Ce nombre ne viendrait à augmenter de manière significative qu'à partir de la conquête de la forteresse de Santa Cruz du Cap de Gué, en mars 1541, à la suite du recrutement fait auparavant par la Couronne en

30. Selon les instructions royales données à Joham Soares, le 5 janvier 1514, celui-ci était également responsable des autres arbalétriers et espingardiers, qui devaient être au nombre de 300, soit 100 espingardiers et 200 arbalétriers, un effectif qui, d'après les données que nous connaissons, n'a jamais existé à Azemmour. Voir António Baião, *Documentos do Corpo Cronológico*... cit., p. 74.

31. C'est ce qu'ils mentionnent dans une lettre au monarque, datée du 14 avril 1541, affirmant que « guardamos há sua cidade de dia no campo e de noite no muro. » *In* ANTT, *CC*, I-49-96, publiée par Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit., doc. XXIX.

32. *In* Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, « Documentos inéditos [...] »... cit., p. 114.

33. Ces hommes, au nombre de 10, percevaient, en 1522, un peu plus de la moitié de la solde perçue par les fantassins, à savoir, 85 réaux, par rapport aux 137 réaux de ces derniers. Cf. Ordre de D. Afonso de Noronha, capitaine d'Azemmour, à Benito de Maça, feitor et almoxarife d'Azemmour, *in* ANTT, *Fundo Antigo*, pasta 132, nº 4, publié par Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit., doc. XXIV. Sur les soldes que les différents officiers, résidents et frontaliers y percevaient, voir Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, « Documentos inéditos [...] »... cit., pp. 110 et 111.

34. Pour une analyse plus détaillée sur la composition de ces places voir les tableaux qui figurent dans notre travail *A Evolução da Arte da Guerra dos Portugueses no Oriente (1498-1622)*, Lisbonne, IICT, 1998, édition polycopiée, pp. 438, 440 et 470.

no Reino uma força de cavalaria composta por 500 lanças, cuja acção seria mais eficaz por não se remeterem exclusivamente a uma guerra defensiva[35]. A praça de Azamor, de acordo com as directivas de D. João III a Fernão Peres de Andrade, deverá ter passado a contar, a partir de meados desse ano, com um efectivo global da ordem dos 2400 a 2600 soldados, a que se poderiam somar ainda, se fossem necessários para proceder à evacuação da praça, os cerca de 200 homens de armas da guarnição de Mazagão[36].

A presença portuguesa no sul de Marrocos era sustentada ainda, sobretudo na Xerquia – região dos mouros de pazes sob alçada directa de Azamor – graças ao apoio militar prestado por estes. A sua acção revelar-se-ia decisiva, em especial durante o período de 1515 a 1518, altura em que toda a Duquela, que compreendia a Xarquia, a Abida e a Garbia, esteve sob a alçada de um único alcaide, Bentafufa[37], surgindo aí como que um verdadeiro protectorado português, que abrangia uma vasta região em torno das fortalezas de Safim e Azamor. Esses alcaides mouros recebiam do rei português a bandeira real como sinal de investidura, para além de equipamento militar para as 100 lanças da sua guarda, obrigando-se a executar as ordens dos capitães portugueses e a apoiá-los militarmente nas suas cavalgadas[38]. A eles competia ainda a arrecadação dos tributos devidos pelas tribos à coroa portuguesa e o exercício da justiça segundo os seus costumes, cabendo-lhes o 1/5 dos despojos das razias efectuadas[39].

A organização defensiva da praça contava ainda com um número muito variável de indivíduos locais, em especial entre os corpos de vigias, atalaias (algumas delas de cavalo[40]) e atalhadores, bem como entre os

35. Cf. carta ao rei, de Abril de 1541, *in* ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, maço único, nº 446, *apud* Otília R. Fontoura, *Portugal em Marrocos*... cit., pp. 101 e 102.

36. Cf. carta de 13 de Abril de 1541, *in SIHM*, Iª série, tomo III, pp. 387 e 388.

37. Sobre a acção desta personagem singular veja-se o trabalho de Maria Augusta Lima Cruz, «Mouro para os Cristãos e Cristão para os Mouros – o caso Bentafufa», *Anais de História de Além-Mar. Homenagem a Luís Filipe Thomaz*, vol. III, 2002, pp. 39 a 63.

38. Para além de participarem com um número sempre muito variável de lanças mouras nas operações militares, não raro apoiavam-nas com contingente significativos de homens apeados, como sucedeu, por exemplo, em 1522, em que o alcaide Ben Haddou participou numa cavalgada capitaneada por Gonçalo Mendes Sacoto com «50 de cavalo, e 1000 homens de pé, todos de pazes». *In* Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, Porto, Lello & Irmãos, 1976, p. 78.

39. Sobre o assunto veja-se a carta patente de D. Manuel, de Julho de 1516, passada a Bentafufa, publ. em *SIHM*, 1.ª série, tomo II, parte I, pp. 6 e seguintes.

40. Cf. ordem de D. Afonso de Noronha, capitão de Azamor, a Benito de Maça, feitor e almoxarife de Azamor, para que pagasse as homens os soldos que lhes eram devidos do derradeiro semestre de 1522, discriminando a tença a que cada um tinha direito de acordo

Andalousie, d'environ 3 000 hommes de pied destinés à renforcer ces places, décision à laquelle s'opposa D. Álvaro de Noronha, car il estimait qu'il était préférable de recruter au Portugal une force de cavalerie composée de 500 lances, dont l'action serait plus efficace, car ils ne s'engageraient pas exclusivement dans une guerre défensive[35]. La place d'Azemmour, conformément aux directives de D. João III à Fernão Peres de Andrade, compta désormais, à partir du milieu de cette année, avec un effectif global de l'ordre de 2 400 à 2 600 soldats, auxquels venaient encore s'ajouter, au cas où ils seraient nécessaires pour mener à bien l'évacuation de la place, environ 200 hommes d'armes de la garnison de Mazagan[36].

La présence portugaise dans le sud du Maroc était également appuyée, surtout dans la Cherkiya – région des « maures de paix » sous juridiction directe d'Azemmour – par l'aide militaire prêtée par ceux-ci. Son action se révélerait décisive, en particulier pendant la période de 1515 à 1518, moment où toute la Doukkala, qui comprenait la Cherkiya, l'Abda et la Gharbya, était sous la juridiction d'un seul caïd, Yahyā u Ta'fūft[37], surgissant ici comme un vrai protectorat portugais, qui incluait une vaste région autour des forteresses de Safi et d'Azemmour. Ces caïds musulmans recevaient du roi portugais le drapeau royal comme signe d'investiture, en plus de l'équipement militaire pour les 100 lances de leur garde, et étaient obligés d'exécuter les ordres des capitaines portugais et à les soutenir militairement dans leurs cavalcades[38]. Ils leur appartenaient également de collecter les impôts dus par les tribus à la couronne portugaise et d'exercer la justice selon leurs habitudes, leur revenant 1/5 des butins des razzias effectuées[39].

L'organisation défensive de la place comptait encore un nombre très variable de personnes locales, en particulier les corps de garde, *atalaias* (sentinelles), certains à cheval[40], les *atalhadores* et les *almogavares*,

35. Cf. lettre adressée au roi, avril 1541, *in* ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, maço único, nº 446, *apud* Otília R. Fontoura, *Portugal em Marrocos*... cit., pp. 101 et 102.

36. Cf. lettre du 13 avril 1541, *in SIHM*, 1re série, tome III, pp. 387 et 388.

37. Sur l'action de ce personnage singulier, voir le travail de Maria Augusta Lima Cruz, « Mouro para os Cristãos e Cristão para os Mouros – o caso Bentafufa », *Anais de História de Além-Mar. Homenagem a Luís Filipe Thomaz*, vol. III, 2002, pp. 39 à 63.

38. En plus de participer avec un nombre toujours très variable de lances maures dans les opérations militaires, ils les appuyaient souvent avec un contingent important d'hommes de pied, comme cela s'est produit, par exemple, en 1522, où l'*alcaide* Ben Haddou participa à une cavalcade commandée par Gonçalo Mendes Sacoto avec « 50 de cheval et 1000 de pied, tous Maures de paix ». *In* Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, Porto, Lello & Irmãos, 1976, p. 78.

39. Sur ce point, voir la lettre patente de D. Manuel, de juin 1516, passée à Yahyā u Ta'fūft, publ. dans *SIHM*, 1re série, tome II, partie I, pp. 6 et suivantes.

40. Cf. ordre de D. Afonso de Noronha, capitaine d'Azemmour, à Benito de Maça, *feitor* et *almoxarife* d'Azemmour, afin qu'il paie

almogavares, peças fundamentais para «segurar» e «descobrir» os campos em redor da fortaleza. Por outro lado, sobressaíam ainda nessa estrutura, pela importância das funções desempenhadas, o almocadém, normalmente um homem conhecedor da região que precedia sempre os exércitos nas suas incursões, os línguas e os alfaqueques, sendo que estes últimos eram os melhores intermediários entre mouros e cristãos, tendo a seu cargo o resgate dos cativos e dispondo de uma vasta rede de informadores e espiões, cujas informações eram fundamentais para que os responsáveis da fortaleza pudessem estar preparados para suster eventuais movimentações mais significativas dos exércitos dos xerifes ou do rei de Fez, que pudessem pôr em risco a segurança da cidade ou a dos corpos expedicionários portugueses nas suas incursões por terras da Duquela e da Enxovia.

2. Práticas de guerra em Azamor

A guerra praticada pelos portugueses em Azamor ao longo do período em estudo assentou quase exclusivamente em acções de guerra de guerrilha e de cerco, sobretudo aquelas, uma vez que só muito esporadicamente e apenas na fase final da presença portuguesa na região os exércitos dos xerifes puseram a cidade em perigo através de ataques e assédios mais prolongados. Era, tal como sucedera na Península Ibérica durante a Reconquista, uma guerra guerreada que, como bem definiu João Gouveia Monteiro, recriava «as técnicas das caçadas, feita de razias, de envolvimentos e, raramente, de batalhas, onde muitos dos projectos iniciais acabavam por não se concretizar, nomeadamente porque a permissividade dos chefes militares facilitava que cada combatente, ou grupo de combatentes – frequentemente de forma incoerente e descontínua – tendesse a procurar, antes de mais, um benefício material imediato»[41].

Na verdade, ao longo de todo o período, apenas por uma vez aí teve lugar o que com propriedade se poderia considerar uma batalha campal, a Batalha dos Alcaides, travada próximo de Bulauão, na margem esquerda do rio Morbeia (Umm al-Rabīʿ), em meados de Abril de 1514, entre um misto de forças portuguesas e de «mouros de pazes» comandadas por D. João de Menezes, capitão do campo de Azamor, e os exér-

com o modo de lutar, ANTT, *Fundo Antigo*, pasta 132, n.º 4, publicado por Maria Augusta Lima Cruz em *Os Portugueses em Azamor*... cit., doc. XXIV. Aí se refere que estas já haviam sido pagas, por receberem de dois em dois meses.

41. *In A Guerra em Portugal nos finais da Idade média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p. 207.

pièces fondamentales pour « protéger » et « découvrir » les champs autour de la forteresse. D'autre part, certains se distinguaient également dans cette structure, par l'importance des fonctions qu'ils exerçaient, l'*almocadém* qui était normalement un fin connaisseur de la région et précédait toujours les armées dans leurs incursions, les interprètes et les *alfaqueques*, ces derniers étaient les meilleurs intermédiaires entre les musulmans et les chrétiens, ayant à leur charge le rachat des captifs et disposant d'un vaste réseau d'informateurs et d'espions dont les informations étaient fondamentales pour que les responsables de la forteresse puissent être préparés pour freiner d'éventuels mouvements plus significatifs des armées des chérifs ou du roi de Fès, qui pouvaient mettre en risque la sécurité de la ville ou celle des corps expéditionnaires portugais dans leurs incursions dans les terres de la Doukkala et de la Chaouia.

2. Les pratiques de guerre à Azemmour

La guerre pratiquée par les portugais à Azemmour au long de la période à l'étude s'est presque exclusivement basée sur des actions de guerres de guérilla et de siège, surtout sur celles-ci, vu que très sporadiquement et uniquement dans la phase finale de la présence portugaise dans la région, les armées des chérifs ont mis la ville en danger à travers des attaques et des sièges plus prolongés. Cela se passait comme dans la péninsule Ibérique pendant la Reconquête, une guerre combattue qui, comme l'a si bien défini João Gouveia Monteiro, recréait « les techniques de chasse, faite de razzias, d'engagements et, rarement, de batailles, où la plupart des projets initiaux finissaient par ne pas se concrétiser, notamment parce que la permissivité des chefs militaires facilitait à chaque combattant, ou groupe de combattants – souvent de manière incohérente et discontinue – la recherche, avant tout, d'un bénéfice matériel immédiat »[41].

En vérité, tout au long de cette période, une seule bataille champêtre, digne de ce nom, a été livrée à cet endroit, c'est la Bataille des *Alcaides*, qui a eu lieu proche de Bū al-ʿAwān, sur la rive gauche du fleuve Umm al-Rabī, à la mi-avril 1514, entre un mélange de forces portugaises et de « maures de paix » commandées par D. João de Menezes, capitaine du camp d'Azemmour, et les armées du caïd de Moulay en-Naser, vice-roi de Meknès, qui avançaient sur la

aux hommes les soldes du dernier semestre de 1522 qui leur étaient dues, détaillant la pension à laquelle chacun avait droit selon sa façon de lutter, ANTT, *Fundo Antigo*, pasta 132, nº 4, publié par Maria Augusta Lima Cruz dans *Os Portugueses em Azamor*... cit., doc. XXIV. Il y est dit que celles-ci avaient déjà été payées, parce qu'ils reçoivent tous les deux mois.

41. *In A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisbonne, Editorial Notícias, 1998, p. 207.

citos dos alcaides de Mulei Nacer, vice-rei de Mequinez, que avançavam sobre a cidade com o intuito de a conquistarem. Essa operação militar, que, como salientámos num trabalho realizado com João Paulo Oliveira e Costa, foi a «primeira batalha campal travada pelos portugueses em Marrocos e a única que se feriu antes da tragédia de Alcácer-Quibir»[42], ficou marcada pela presença no seio da hoste portuguesa de várias companhias de ordenanças, algumas delas formadas e capitaneadas por homens da Casa de Bragança. Essas companhias haveriam de revelar-se decisivas durante o desenrolar do combate, ao impedir que, após uma primeira ofensiva vitoriosa da cavalaria portuguesa, toda a operação militar tivesse redundado num fracasso, em virtude de muitos dos fidalgos que compunham a vanguarda do exército português se haverem desorganizado. Valeu então, para suster o contra-ataque lançado pelas forças muçulmanas, a acção concertada dos corpos de piqueiros, besteiros e espingardeiros que, movimentando-se de forma tacticamente disciplinada, destruíram uma parte significativa desses corpos de cavalaria. Igualmente decisiva para a vitória das forças portuguesas foi a presença no local da batalha de um forte parque de artilharia de campanha, que seria responsável por boa parte da destruição provocada no arraial inimigo e entre os soldados dos exércitos de Mulei Nacer ao longo dos combates[43].

Ganha a batalha, as forças portuguesas remeteram-se às praças de Safim e Azamor, retomando um quotidiano marcado pela violência das sucessivas entradas e razias das forças dos xerifes do Suz que, a partir sobretudo da segunda década de Quinhentos, vão redobrar de intensidade em resultado de um aumento exponencial, tanto em quantidade como em qualidade, do seu armamento piro-balístico, fornecido não só pelos turcos, mas também por mercadores cristãos, sobretudo genoveses, castelhanos e franceses, muito activos comercialmente na área em torno de Teracuco[44].

Em resultado do modelo de ocupação restrita que sempre caracterizou a presença portuguesa em Marrocos, decorrente da crónica falta de gente e de meios financeiros para suprir as necessidades de um império em crescimento acelerado, em Azamor adoptou-se, para defesa da área envolvente da praça, um complexo sistema defensivo que, integrando as escutas, atalaias e vigias, permitia segurar os campos em redor

ville dans le but de la conquérir. Cette opération militaire qui a été, comme nous l'avons souligné dans un travail réalisé avec João Paulo Oliveira e Costa, la « première bataille champêtre livrée par les portugais au Maroc et la seule mentionnée avant la tragédie d'El-Ksar el-Kebir »[42], a été marquée par la présence, au sein même des troupes portugaises, de plusieurs compagnies d'ordonnance, certaines d'elles formées et commandées par des hommes de la Maison de Bragança. Ces compagnies s'avéreraient décisives pendant le déroulement du combat en empêchant, après une première offensive victorieuse de la cavalerie portugaise, que toute l'opération militaire ne se solde par un échec, car la plupart des gentilshommes qui composaient l'avant-garde de l'armée portugaise s'étaient désorganisés. Ils furent sauvés par l'action concertée des corps de piquiers, d'arbalétriers et d'espingardiers qui, en se déplaçant de façon tactiquement disciplinée, enrayèrent la contre-offensive lancée par les forces musulmanes et détruisirent une partie significative de leurs corps de cavalerie. La présence d'un énorme parc d'artillerie de campagne sur le lieu de la bataille fut également décisive pour la victoire des forces portugaises, lequel aurait été responsable d'une bonne partie de la destruction engendrée dans le camp ennemi et parmi les soldats des armées de Moulay en-Naser au cours des combats[43].

Une fois la bataille gagnée, les forces portugaises regagnèrent les places de Safi et d'Azemmour, reprenant un quotidien marqué par la violence des constantes incursions et razzias des forces des chérifs du Sous qui, surtout à partir de la deuxième décennie du XVIe siècle, redoubleront d'intensité à la suite d'une augmentation exponentielle, tant en quantité qu'en qualité, de leur armement pyrobalistique, fourni non seulement par les Turcs, mais aussi par les commerçants chrétiens, surtout les Genevois, les Castillans et les Français, très actifs commercialement dans le secteur autour de Tarkoukou[44].

En conséquence du modèle d'occupation restreinte, qui a toujours caractérisé la présence portugaise au Maroc, découlant d'un manque chronique de gens et de moyens financiers pour subvenir aux besoins d'un empire en pleine croissance, Azemmour a adopté, pour la défense de la zone autour de la place, un système complexe de défense qui, en intégrant les veilleurs, les sentinelles et les guetteurs, permettait de défendre les champs autour de la forteresse, de manière à empêcher des attaques soudaines aux

42. *In A Batalha dos Alcaides*... cit., p. 8.

43. Para uma visão mais detalhada dos sucessos da batalha veja-se *A Batalha dos Alcaides*... cit., pp. 47 e seguintes.

44. Sobre o assunto veja-se o trabalho de Robert Ricard, «Contribution à l'étude du commerce génois au Maroc durant la période portugaise (1415-1550)», *in Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1955, pp. 133 e 134.

42. *In A Batalha dos Alcaides*... cit., p. 8.

43. Pour une vision plus détaillée des succès de la bataille voir *A Batalha dos Alcaides*... cit., pp. 47 et suivantes.

44. Voir sur ce sujet le travail de Robert Ricard, « Contribution à l'étude du commerce génois au Maroc durant la période portugaise (1415-1550) », *in Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, Université de Coimbra, 1955, pp. 133 et 134.

da fortaleza, de forma a impedir a ocorrência de ataques súbitos a pessoas e bens, ou que, em última análise, pudessem pôr em risco a segurança da própria cidade.

Esse sistema defensivo que, como foi salientado por Robert Ricard, já fora usado com grande sucesso na Península Ibérica quer por cristãos, quer por muçulmanos[45], foi transposto naturalmente para Marrocos, revelando-se fundamental nas praças do sul, onde, como afirma Otília Rodrigues Fontoura, «não se dava um passo fora sem descobrir o terreno»[46]. No caso concreto de Azamor baseava-se na acção concertada dos vigias da fortaleza que, postados na torre da igreja, «que está no meio mais alta de todas»[47], ou na «torre do çoquo da banda da Enxouvia» de onde vigiavam a praça pela parte norte, deviam estar em permanente contacto visual ou auditivo com as atalaias e escutas, a quem estava cometida a difícil tarefa de vigiar o campo em torno da praça, garantindo aos seus moradores que este se encontrava desimpedido de inimigos. Só depois de efectuado o reconhecimento do campo pelos escutas e de estes se haverem certificado que não havia mouros emboscados nas redondezas, ou que não estava iminente uma qualquer cilada, a população procedia às tarefas diárias de apascentamento do gado, apanha de lenha e recolha de água ou víveres.

Às atalaias, algumas delas munidas de cavalos para mais fácil e rápida locomoção, cumpria vigiar o terreno durante todo o dia, alertando os vigias da fortaleza de qualquer movimentação de forças inimigas. Recebida essa informação através de sinais sonoros, da utilização de bandeiras ou de qualquer outro meio previamente definido, era dado o alarme na praça, tocando-se os sinos a rebate e içando-se bandeiras sinalizadoras da presença de inimigos nas proximidades. De imediato as pessoas e os animais se refugiavam no interior do recinto amuralhado, após o que eram tomadas as necessárias medidas defensivas nas tranqueiras e valos que integravam o sistema defensivo da praça, encerrando-se de seguida as portas.

Embora a população de Azamor, a exemplo da de Safim, tivesse, ao longo do período em estudo, vivido

45. Cf. «A propôs de "rebato". Note sur la tactique militaire dans les places portugaises du Maroc», *in Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*... cit., pp. 345 a 355.

46. In *Portugal em Marrocos*... cit., p. 38. Sobre o assunto veja-se ainda o trabalho de António Dias Farinha, «Características da Presença Portuguesa em Marrocos», *in Portugal no Mundo*, dir. por Luís de Albuquerque, vol. I, Lisboa, Ed. Alfa, 1989, pp. 120 e 121.

47. Em carta ao rei, de 3 de Outubro de 1516, Simão Correia, capitão de Azamor, refere que essa torre ficava «para huma atalaia estar continua sobre a cidade e ortas, e assi pera o campo se ver dela». *In* ANTT, *Gavetas*, 15-21-24, publ. em *SIHM*, 1.ª série, tomo II, parte I, pp. 39 e 40.

personnes et aux biens, ou qui, en dernière analyse, pouvaient mettre en risque la sécurité de la ville ellemême.

Ce système de défense qui, comme l'a souligné Robert Ricard, avait déjà été utilisé avec grand succès dans la péninsule Ibérique soit par des chrétiens, soit par des musulmans[45], a été transposé naturellement au Maroc, se révélant fondamental dans les places du sud, où, comme l'affirme Otília Rodrigues Fontoura, « on ne faisait pas un pas à l'extérieur sans avoir découvert le terrain »[46]. Dans le cas concret d'Azemmour, il était basé sur l'action concertée des guetteurs de la forteresse qui, postés dans la tour de l'église, « celle du milieu la plus haute de toutes »[47], ou dans la « tour du souk du côté de la Chaouia » d'où ils surveillaient la place par la partie nord, ils devaient être en contact visuel ou auditif permanent avec les sentinelles et les guetteurs qui étaient chargés de la tâche difficile de surveiller le champ autour de la place, garantissant ainsi à ses habitants qu'il n'y avait pas d'ennemis. Ce n'est qu'après que les guetteurs ont fait la reconnaissance du terrain et vérifié qu'il n'y avait pas de maures cachés dans les environs ou qu'il ne s'agissait pas d'une embuscade imminente que la population vaquait aux tâches quotidiennes du pacage du bétail, du ramassage du bois et de la collecte d'eau ou de vivres.

Il incombait aux sentinelles, certaines d'elles armées de chevaux pour un déplacement plus simple et facile, de surveiller le terrain pendant toute la journée, alertant les gardes de la forteresse de tout mouvement des forces ennemies. Une fois l'information reçue à travers des signaux sonores, de l'utilisation de drapeaux ou de tout autre moyen préalablement défini, l'alarme était donnée dans la place en faisant sonner les cloches et en hissant des drapeaux qui signalaient la présence d'ennemis dans les proximités. Les personnes et les animaux se réfugiaient immédiatement à l'intérieur de l'enceinte murée, après quoi les mesures nécessaires de défense étaient prises dans les palissades et les tranchées qui intégraient le système de défense de la place, les portes étaient ensuite fermées.

Bien que la population d'Azemmour, à l'instar de celle de Safi, ait vécu tout au long de la période à l'étude

45. Cf. « À propos de "rebato". Note sur la tactique militaire dans les places portugaises du Maroc », *in Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*... cit., pp. 345 à 355.

46. In *Portugal em Marrocos*... cit., p. 38. Voir également sur ce sujet le travail d'António Dias Farinha, « Características da Presença Portuguesa em Marrocos », *in Portugal no Mundo*, dir. par Luís de Albuquerque, vol. I, Lisbonne, Ed. Alfa, 1989, pp. 120 et 121.

47. Dans une lettre au roi, du 3 octobre 1516, Simão Correia, capitaine d'Azemmour, mentionne que cette tour était [« pour qu'un garde soit toujours vigilante sur la ville et le potager et surveiller la campagne »]. *In* ANTT, *Gavetas*, 15-21-24, publ. dans *SIHM*, 1re série, tome II, partie I, pp. 39 et 40.

em contínuo sobressalto[48], em especial a partir da conquista de Marraquexe em 1524 pelos xerifes, na verdade muito poucas vezes a cidade foi cercada, não tendo sido objecto, por outro lado, de operações de assédio muito prolongadas, como as que ocorreram em Safim em 1513 e 1541. De entre as acções de maior periculosidade para a praça ressalta o ataque do exército do xerife que, por se encontrar a cidade mal defendida, em especial do ponto de vista da artilharia[49], entrou em fins de Março de 1530 «a vila velha e chegou ao muro quase senhor d'um baluarte», tendo obrigado os defensores, entre os quais se encontrava um grande número de «mouros de pazes», a refugiarem-se no castelo, ou seja, no reduto defensivo que resultara após a construção do atalho, tendo a porta de dentro sido cerrada e entaipada com pedra e barro. A desastrada condução de todo o processo por parte de António Leite só não teve repercussões ainda mais negativas porque as forças do xerife acabaram por abandonar a praça pouco depois, porventura em resultado das negociações de paz entabuladas por intermédio da comunidade judaica da cidade, que haveriam de culminar no acordo estabelecido com Mulei Idrisse, «senhor da serra e sogro do xarife», que passou pelo pagamento por parte dos portugueses de um pesado tributo[50].

Alguns anos mais tarde, em Fevereiro de 1537, Azamor foi de novo cercada pelas forças do xerife de Marraquexe, Mulei Ahmed Aláreje, que aí permaneceu durante quatro dias sem grandes resultados[51]. Levantado o cerco a praça viria depois a passar por um período de alguma acalmia, que duraria até 1540, em resultado das tréguas negociadas com aquele por D. Rodrigo de Castro, capitão de Safim. Dada a incapacidade financeira da Coroa para poder acorrer aos pedidos de reforços em homens e armamento que lhe

48. António Leite, capitão de Azamor, em carta ao rei, de 26 de Julho de 1514, afirmava encontrar-se toda a Enxovia levantada, tendo ocorrido sucessivos ataques «aos nossos fachos desta banda», com a captura de alguns cristãos, e rematava dizendo que «nunqua me tantas vezes armei nem tam a meúdo a repiques em Tangere e em Arzila, onde estive muito tempo», facto que atesta que, desde muito cedo, as praças do sul de Marrocos viveram numa situação de grande pressão militar. *In Documentos do Corpo Chronológico…* cit., pp. 113 a 115.

49. Vicente Rodrigues Evangelho, juiz dos órfãos de Azamor e almoxarife substituto em Mazagão, afirmava em carta ao rei, de 10 de Abril de 1530, que, como homem experimentado das coisas da guerra, havia aconselhado o capitão da praça a posicionar nas muralhas duas bombardas grossas, o que, a ter sido feito, evitaria o desbarato que se seguiu e o perigo em que toda a cidade esteve. *In SIHM*, 1.ª edição, tomo II, parte II, p. 512.

50. *SIHM*, 1.ª edição, tomo II, parte II, p. 513.

51. Cf. ordem de pagamento de 15 alqueires de trigo a Gil Fernandes, que o capitão de Mazagão, Manuel de Sande, enviara a Azamor, que se encontrava cercada pelas forças do xerife, para ali se inteirar da situação em que se encontravam os sitiados e de como poderiam ser socorridos. *In SIHM*, 1.ª série, vol. III, pp. 85 e 86.

au gré de continuels soubresauts[48], en particulier à partir de 1524 avec la conquête de Marrakech par les chérifs, en vérité, la ville n'a pas souvent été assiégée ni fait l'objet d'opérations de siège très prolongées, comme celles qui ont eu lieu à Safi en 1513 et 1541. Parmi les actions les plus dangereuses pour la place, on note l'attaque de l'armée du chérif qui, la ville étant mal défendue, en particulier du point de vue de l'artillerie[49], est entrée à la fin du mois de mars 1530 dans « la vieille ville et est arrivé au mur presque seigneur d'un bastion », ayant obligé les défenseurs, parmi lesquels se trouvait un grand nombre de « maures de paix », à se réfugier dans le château fort, autrement dit, dans la redoute défensive qui advenait de la construction du réduit, la porte à l'intérieur ayant été fermée et murée avec des pierres et de l'argile. Néanmoins, si les répercussions de la désastreuse conduite de tout le processus de la part d'António Leite n'ont pas été plus négatives, c'est grâce au fait que les forces du chérif aient fini par abandonner la place peu après, peut-être à la suite des négociations de paix entamées par l'intermédiaire de la communauté juive de la ville, qui devraient aboutir à l'accord établi avec Moulay Idris, « seigneur de la montagne et beau-père du chérif », qui devait inclure le paiement d'un lourd tribut de la part des portugais[50].

Quelques années plus tard, en février 1537, Azemmour fut de nouveau assiégée par les forces du chérif de Marrakech, Moulay Ahmed el-ʿArej, qui y est resté pendant quatre jours sans grands résultats[51]. Une fois le siège levé, la place connaîtrait ensuite une période d'accalmie, qui durera jusqu'en 1540, à la suite des trêves négociées entre celui-ci et D. Rodrigo de Castro, capitaine de Safi. Étant donnée l'incapacité financière de la Couronne à pouvoir répondre aux demandes de renforts en hommes et en armement qui lui parvenaient des différentes forteresses de l'Empire, en

48. António Leite, capitaine d'Azemmour, dans une lettre au roi, du 26 juillet 1514, affirmait que toute la Chaouia s'était soulevée, en raison des attaques successives [« aux nôtres flambeaux de cette rive »], avec la capture de quelques chrétiens et concluait en disant que [« je ne me suis jamais armé aussi souvent pour me battre à Tanger et à Asilah, où j'étais longtemps »], cela témoigne que, très tôt, les places du sud du Maroc ont vécu dans une situation de grandes pressions militaires. *In Documentos do Corpo Chronológico…* cit., pp. 113 à 115.

49. Vicente Rodrigues Evangelho, juge des orphelins d'Azemmour et *almoxarife* remplaçant à Mazagan, déclarait dans une lettre au roi, du 10 avril 1530, qu'en tant qu'homme expérimenté des choses de la guerre, il avait conseillé le capitaine de la place à installer sur les murailles deux grosses bombardes, ce qui, si cela avait été fait, aurait évité la déroute qui s'ensuivrait et le danger auquel toute la ville avait été exposée. *In SIHM*, 1re édition, tome II, partie II, p. 512.

50. *SIHM*, 1re édition, tome II, partie II, p. 513.

51. Cf. ordre de paiement de 15 boisseaux de blé à Gil Fernandes que le capitaine de Mazagan, Manuel de Sande, avait envoyé à Azemmour, qui était assiégée par les forces du chérif, afin qu'il prenne connaissance de la situation dans laquelle se trouvaient les assiégés et qu'il voie comment ils pourraient être sauvés. *In SIHM*, 1re série, vol. III, pp. 85 et 86.

chegavam das diferentes fortalezas do Império, em especial das do sul de Marrocos, as debilidades da fortaleza foram-se acentuando. Esta situação agravou-se ainda mais em virtude de o seu presídio ter passado a integrar um grande número de soldados recrutados na Andaluzia, por vezes enquadrados em companhias comandadas por capitães ou coronéis portugueses e espanhóis, que eram muito mais uma fonte de problemas do que a sua solução, em virtude do constante atraso no pagamento dos soldos[52], razão por que em 1541, face à iminência de um novo e, supunha-se, decisivo cerco, o capitão Luís de Loureiro solicitava ao monarca o envio de 3 000 homens com mantimentos e munições de abastança. Destes, 150 deveriam ser de cavalo, porque não os havendo seria impossível, como dizia, manter um perímetro defensivo mínimo em torno da fortaleza, vital para a manutenção dos homens e dos animais que aí se encontravam[53]. O destino da praça, no entanto, por essa altura estava já traçado, como se depreende da carta de D. João III que, ciente da impossibilidade de manter Azamor, autorizava o seu capitão a «deixar a vila e a meter-se no castelo» em caso de necessidade[54].

Ao contrário do que sucedia nas fortalezas do norte de Marrocos, onde a guerra naval praticada através de diferentes operações militares, tais como as acções de socorro a outras fortalezas, o policiamento das actividades corsárias muçulmanas ou os ataques anfíbios fulminantes lançados sobre os povoados costeiros, também conhecidos por «saltos»[55], contribuía para a afirmação do poder militar português nessa região, em Azamor a pequena frota que aí se encontrava fundeada, composta por um reduzidíssimo número de fustas e, por vezes, por alguns navios de socorro que aí estivessem ocasionalmente, como sucedeu em 1530[56],

52. Um dos episódios mais graves terá ocorrido em princípios de 1541, com os soldados oriundos da Andaluzia a amotinarem-se no interior da fortaleza de Azamor por não terem recebido o soldo. Cf. carta de D. Henrique de Noronha, capitão de Safim, que disso dá conta ao monarca, informando-o de que, pelo contrário, na sua praça os 330 soldados que ali haviam chegado sob o comando de Pero de Castro se encontravam organizados e disciplinados por este os tratar de forma muito rígida. *In* ANTT, *CC*, I-70-1, publ. em *SIHM*, 1.ª série, vol. III, pp. 446 e 447.

53. Cf. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, publ. por M. Rodrigues Lapa, vol. II, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1938, pp. 147 a 149.

54. Cf carta do rei ao capitão Luís de Loureiro, de 13 de Abril de 1541, *in SIHM*, 1.ª série, vol. III, pp. 390 a 394.

55. Assaltos repentinos efectuados a povoados costeiros com o objectivo de cativar gente e apresar animais e outros bens. Sobre o assunto veja-se Vitor Luís Gaspar Rodrigues, «Techniques et Pratiques Militaires Portugaises au Maroc: Adaptations et Innovautées», *in Portugal e o Magrebe*, Lisboa – Braga, CHAM e CITCEM, 2011, pp. 77 e seguintes.

56. Sobre o assunto veja-se David Lopes, «Os Portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel», *in História de Portugal*, dir. por Damião Peres, Barcelos, Portucalense Editora, 1931, vol. IV, p. 89.

particulier de celles du sud du Maroc, les défaillances de la forteresse se sont peu à peu accentuées. Cette situation s'aggrava davantage lorsque sa prison commença à intégrer un grand nombre de soldats recrutés en Andalousie, parfois encadrés dans des compagnies commandées par des capitaines ou des colonels portugais et espagnols qui constituaient plutôt une source de problèmes qu'une solution, dû au constant retard dans le paiement des soldes[52], raison pour laquelle en 1541, face à l'imminence d'un nouveau et supposé siège décisif, le capitaine Luís de Loureiro sollicitait au monarque l'envoi de 3 000 hommes avec des provisions et des munitions en abondance. Parmi ceux-ci, il devrait y avoir 150 hommes de cheval, car si ceux-ci venaient à manquer il serait impossible, comme il le disait, de maintenir un périmètre de défense minimal autour de la forteresse, ce qui s'avérait essentiel pour maintenir les hommes et les animaux qui s'y trouvaient[53]. Néanmoins, à ce moment-là, le destin de la place était déjà tracé, comme il ressort de la lettre de D. João III qui, informé de l'impossibilité de maintenir Azemmour, autorisait son capitaine à « laisser la ville et à s'installer dans le château fort » en cas de nécessité[54]. Contrairement à ce qui se passait dans les forteresses du nord du Maroc où la guerre navale, pratiquée dans les différentes opérations militaires telles que les actions de secours à d'autres forteresses, la surveillance des activités corsaires des musulmans ou les attaques amphibies fulminantes lancées sur les bourgades côtières, aussi connues comme « sauts »[55], contribuait à l'affirmation du pouvoir militaire portugais dans cette région, à Azemmour la petite flotte qui s'y trouvait ancrée, composée d'un nombre très restreint de fustes et, parfois, de quelques navires de secours qui étaient-là occasionnellement, comme cela arriva en 1530[56], servait juste à aider à défendre, avec son

52. L'un des épisodes les plus graves aurait eu lieu au début de 1541, avec les soldats d'Andalousie qui se seraient ameutés à l'intérieur de la forteresse d'Azemmour parce qu'ils n'avaient pas reçu leur solde. Cf. lettre de D. Henrique de Noronha, capitaine de Safi, qui en fit part au roi, l'informant que, bien au contraire, dans sa place 330 soldats, qui venaient d'arriver sous le commandement de Pero de Castro, étaient organisés et disciplinés parce que ce dernier les traitait de façon très rigide. *In* ANTT, *CC*, I-70-1, publ. dans *SIHM*, 1re série, vol. III, pp. 446 et 447.

53. Cf. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, publ. par M. Rodrigues Lapa, vol. II, Lisbonne, Livraria Sá da Costa Editora, 1938, pp. 147 à 149.

54. Cf lettre au capitaine Luís de Loureiro, du 13 avril 1541, *in SIHM*, 1re série, vol. III, pp. 390 à 394.

55. Des attaques soudaines aux bourgades côtières dans le but de capturer des gens et de saisir des animaux et d'autres biens. Sur le sujet, voir Vitor Luís Gaspar Rodrigues, « Techniques et Pratiques Militaires Portugaises au Maroc : Adaptations et Innovautées », *in Portugal e o Magrebe*, Lisbonne – Braga, CHAM et CITCEM, 2011, pp. 77 et suivantes.

56. Sur ce point, voir David Lopes, « Os Portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel », *in História de Portugal*, dir. par Damião Peres, Barcelos, Portucalense Editora, 1931, vol. IV, p. 89.

servia apenas para ajudar a defender com a sua artilharia o troço norte da muralha da praça ou para solicitar o socorro das fortalezas vizinhas, ou mesmo do Reino. Com efeito, dada a enorme periculosidade na entrada e saída da barra, fechada na maior parte dos dias do ano[57], tornava-se muito difícil operar a partir daí, razão por que Mazagão passou a concentrar, desde cedo, o grosso do potencial militar naval português na região. O quotidiano da praça ficou, assim, marcado sobretudo por operações militares que se enquadram no que a cronística portuguesa vulgarmente designa como a «guerra guerreada», tão ao gosto da fidalguia portuguesa e que foi responsável, em última análise, pelo clima de enorme conflitualidade vivido em torna da fortaleza de Azamor, contribuindo para o progressivo distanciamento das populações de «mouros de pazes» e dos seus chefes, a ponto de muitos deles terem quebrado os laços que os ligavam à coroa portuguesa. Como afirmava Bentafufa, «o capitão e os cavaleiros que cá estão não querem paz senão guerra, e isto fazem por não terem nenhum proveito da paz, nem do serviço que eu faço, por não terem que tomar nem que repartir [...], trouxe de V. A. um regimento e o capitão manda que faça cá outro. Peço a V. A. que me faça justiça, me mande dizer o que heide fazer de mim e dos meus, no que receberei muita mercê»[58].

A análise dos relatos contidos nas crónicas da época, bem como na generalidade da documentação existente para o período, permite perceber a justeza das palavras daquele que foi um dos mais importantes suportes da presença portuguesa na Duquela. Com efeito, todo o período de permanência dos portugueses em Azamor ficou marcado pelas sucessivas e constantes incursões rápidas e violentas sobre os aduares e os campos cultivados das áreas circundantes, caracterizando-se muitas delas não só pela sua extrema violência, mas também pelo seu grande raio de acção, tendo chegado mesmo, como sucedeu com a almogavaria conduzida pelo almocadém de Safim, Diogo Lopes, e pelo adail de Azamor, às portas de Marraquexe, onde terão batido com os cotos das suas lanças naquela que ficou conhecida como «a porta dos

artillerie, le tronçon nord du rempart de la place ou pour solliciter le secours d'autres forteresses voisines, voire du royaume. En effet, étant donné l'énorme danger que représentaient l'entrée et la sortie de la barre, fermée pendant la plupart des jours de l'année[57], il devenait très difficile d'opérer à partir de là, ce pourquoi Mazagan a très tôt commencé à concentrer la majeure partie du potentiel militaire naval portugais sur la région.

Ainsi, le quotidien de la place fut essentiellement marqué par des opérations militaires, qui s'inscrivent dans ce que le chroniqueur portugais désigne généralement comme la « guerre combattue » si chère à la noblesse portugaise et qui fut responsable, en dernière analyse, du climat de l'énorme conflictualité vécu autour de la forteresse d'Azemmour, contribuant par conséquent à l'éloignement progressif des populations de « maures de paix » et de leurs chefs, à tel point que la plupart d'entre eux ont fini par briser les liens qui les unissaient à la couronne portugaise. Comme l'affirmait Yahyā u Ta'fūft, « le capitaine et les chevaliers qui sont ici ne veulent pas la paix, mais la guerre, et ils le font, car il ne retire aucun avantage de la paix, ni du service que je rends, car ils n'ont rien à prendre ni à partager [...], V.A. m'a donné un règlement et le capitaine m'ordonne d'en élaborer un autre ici. Je demande à V.A. de faire en sorte que justice me soit rendue, et de me dire ce qui va advenir de moi et des miens, ce qui sera pour moi une grande grâce »[58].

L'analyse des histoires contenues dans les chroniques de l'époque, ainsi que dans la généralité de la documentation existante pour la période, permet de percevoir la justesse des mots de ce qui fut l'un des plus importants supports de la présence portugaise en Doukkala. En effet, toute la période de permanence des portugais à Azemmour a été marquée par les successives et constantes incursions rapides et violentes dans les douars et les champs cultivés des zones environnantes, la plupart d'entre elles caractérisées non seulement par leur extrême violence, mais aussi par leur grand rayon d'action, ayant même atteint, comme cela s'est produit avec l'incursion portugaise menée par l'*almocadém* de Safi, Diogo Lopes, et par l'*adaíl* d'Azemmour, les portes de Marrakech, où ils auraient frappé avec les pointes de leurs lances sur celle qui serait connue plus tard sous le nom de « la

57. O capitão de Azamor, em carta s.d. [1513 ou 1514], afirmava ao monarca não ter embarcado com os seus homens em socorro de Safim, que julgava encontrar-se cercada, por temer que no regresso não conseguisse entrar a barra, ficando a praça sem os meios humanos necessários para se defender de um eventual cerco das forças de Mulei Nacer. *In As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. IV, Lisboa, CEHU, 1964, *XV-1-52*, p. 68.

58. Cf. carta de Bentafufa ao rei, publicada por David Lopes, *Textos em aljamia portuguesa. Documentos para a História do Domínio Português em Safim, extrahidos dos originaes da Torre do Tombo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1987, pp. 63 e 65.

57. Le capitaine d'Azemmour, dans une lettre s.d. [1513 ou 1514], affirmait au roi qu'il n'avait pas embarqué avec ses hommes pour venir en aide à Safi, qu'il croyait assiégée, de crainte qu'au retour il ne puisse passer la barre, laissant ainsi la place sans moyens humains nécessaires pour se défendre contre un éventuel siège des forces de Moulay en-Naser. *In As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. IV, Lisbonne, CEHU, 1964, *XV-1-52*, p. 68.

58. Cf. lettre d'Yahyā u Ta'fūft au roi, publiée par David Lopes, *Textos em aljamia portuguesa – Documentos para a História do Domínio Português em Safim, extrahidos dos originaes da Torre do Tombo*, Lisbonne, Imprensa Nacional, 1987, pp. 63 et 65.

portugueses»[59]. Este feito, praticado por indivíduos de menor condição social, motivaria, alguns meses mais tarde, em Abril de 1515, a realização de uma entrada, capitaneada agora pelos capitães daquelas fortalezas, respectivamente Nuno Fernandes de Ataíde e D. Pedro de Sousa, que, com o apoio de um grande contingente de «mouros de pazes» formado por 600 lanças de Abida, 800 da Xerquia e 1 000 da Garbia, a que se somavam 510 lanças e 32 peões portugueses, se lançaram numa aventura absurda e inconsequente, por isso mesmo condenada ao fracasso, cujo único objectivo passou pela busca da honra e da glorificação daqueles que nela participaram e que acabaria por provocar um significativo número de baixas entre as suas hostes, para além, naturalmente, de um agravamento da tensão pré-existente em virtude do rasto de destruição deixado pela cavalgada[60].

Essas acções militares envolviam, de acordo com os objectivos previamente traçados pelos responsáveis pelas operações, um número muito variável de homens a cavalo (desde algumas, poucas, dezenas, a várias centenas), apoiados por homens apeados, fossem eles simples peões ou besteiros e espingardeiros, embora, como referimos, estes pudessem também dispor de cavalos. Recolhidas pelas escutas informações sobre os aduares ou as povoações a atacar – temos referência de algumas entradas efectuadas sobre vilas amuralhadas que obrigavam a uma logística mais complicada, dada a necessidade de deslocação de escadas e outros artefactos para o seu escalamento[61] – era então delineado em conjunto com o adail e o almocadém um plano operacional para a acção militar a realizar. As surtidas iniciavam-se, em regra, ao início da noite, sendo a movimentação do corpo principal da cavalgada comandada pelo capitão da praça, pelo adaíl, ou por um qualquer fidalgo de nomeada que ali se encontrasse a servir como fronteiro com os seus homens. Essas forças eram sempre precedidas pelo almocadém que com os seus homens ia abrindo

59. Participaram na expedição 423 mouros de pazes da Xerquia e 27 cavaleiros portugueses. Cf. Damião de Goís, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*… cit., parte III, cap. LIV.

60. Damião de Goís, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*… cit., parte III, cap. LXXIIII. Sobre o assunto veja-se ainda David Lopes, «Os Portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel»… cit., pp. 501 e seguintes.

61. Assim aconteceu em 10 de Abril de 1519, na entrada efectuada sobre a vila de Umbre, na Enxovia. «Cercada de muro e barbacã, de assaz bom tamanho e forte», os homens de D. Álvaro de Noronha tentaram primeiro escalá-la com escadas. Porque não tivessem conseguido fazê-lo, o capitão de Azamor determinou então que fossem derrubadas as portas, tendo sido cortadas «as couceiras de maneira que as portas caíram inteiras para dentro», após o que se seguiu uma curta escaramuça que terminou com a morte de alguns mouros e o apresamento de 256 cativos». *In* Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*… cit., parte III, cap. XL.

porte des portugais »[59]. Ce fait, pratiqué par des individus de moindre condition sociale, motiverait quelques mois plus tard, en avril 1515, la réalisation d'une entrée, commandée cette fois-ci par les capitaines de ces forteresses, Nuno Fernandes de Ataíde et D. Pedro de Sousa respectivement, qui, avec l'aide d'un grand contingent de « maures de paix » formé de 600 lances d'Abda, 800 de Cherkiya et 1 000 de Gharbya, auxquels s'ajoutaient 510 lances et 32 fantassins portugais, se lancèrent dans une aventure absurde et inconséquente, et donc forcément vouée à l'échec, dont le seul but adopté était la poursuite de l'honneur et de la glorification de ceux qui y participaient et qui finiraient par provoquer un nombre important de victimes parmi leurs troupes avec, en plus, naturellement, une aggravation de la tension préexistante en vertu des traces de destruction laissées par la cavalcade[60].

Ces actions militaires impliquaient, conformément aux objectifs préalablement tracés par les responsables des opérations, un nombre très variable d'hommes de cheval (de quelques dizaines à plusieurs centaines), soutenus par des hommes de pied, qui pouvaient être de simples fantassins ou des arbalétriers et des espingardiers, bien que, comme nous l'avons dit, ceux-ci pouvaient aussi disposer de chevaux. À partir des informations recueillies par les guetteurs sur les douars ou les populations à attaquer – nous avons des indications de quelques entrées effectuées sur des villes fortifiées qui obligeaient à une logistique plus complexe, étant donnée la nécessité de déplacement d'échelles et d'autres dispositifs pour leur escalade[61] – un plan opérationnel d'action militaire à réaliser était alors élaboré conjointement avec l'*adaíl* et l'*almocadém*. Les sorties commençaient, en règle générale, au début de la nuit, le mouvement du corps principal de la cavalcade était commandé par le capitaine de la place, par l'*adaíl*, ou par tout gentilhomme de renommée qui s'y trouvait en service en tant que frontalier avec ses hommes. Ces forces étaient toujours précédées par l'*almocadém* qui, avec ses hommes, ouvrait le chemin de manière à éviter que ceux-ci soient surpris par des forces ennemies supérieures en nombre, ou

59. 423 Maures de paix de la Cherkiya et 27 chevaliers portugais ont participé à l'expédition. Cf. Damião de Goís, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*… cit., partie III, chap. LIV.

60. Damião de Goís, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*… cit., partie III, chap. LXXIIII. Sur ce sujet, voir aussi David Lopes, « Os Portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel »… cit., pp. 501 et suivantes.

61. Cela s'est passé le 10 avril 1519, lors de l'entrée dans la ville d'Umbre, dans la Chaouia. « Entourée d'un mur et d'une barbacane, de très bonne taille, et forte », les hommes de D. Alvaro de Noronha essayèrent d'abord de grimper le mur avec des échelles. N'y parvenant pas, le capitaine d'Azemmour décida alors de démolir les portes et ils coupèrent « les gonds de telle sorte que les portes tombèrent tout entières à l'intérieur, » une brève escarmouche s'en suivit et s'acheva par la mort de quelques Maures et la prise de 256 captifs. *In* Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*… cit., partie III, chap. XL.

o campo, de forma a evitar que aqueles fossem surpreendidos por forças inimigas superiores em número, ou atraídos para uma qualquer emboscada, prática comummente utilizada tanto pelos muçulmanos com pelos cristãos neste tipo de guerra.

A surpresa era um elemento fundamental nestas acções, razão pela qual toda a operação decorria no maior secretismo, procurando-se evitar as vigias muçulmanas e deixar o menor rasto possível das suas movimentações. Os ataques aos aduares de tribos rebeldes eram lançados em regra ao romper da aurora, não só com o objectivo de apanhar os seus habitantes desprevenidos, diminuindo assim a sua capacidade de reacção, mas também para permitir aos atacantes um mínimo de visibilidade, fundamental para evitar que se desorganizassem durante a operação. Regra geral os elementos da cavalgada eram divididos em batalhas que avançavam separadamente sobre o alvo, como sucedeu em Março de 1519 num aduar localizado na Enxovia a dez léguas de Azamor, que foi atacado em várias frentes para evitar que a população pudesse fugir do local, refugiando-se com os animais nas cercanias[62].

Ao longo do período em estudo são inúmeras as referências a entradas e almogavarias em território mouro, de que resultava não só o apresamento de um número elevado de cativos, mas também de grandes quantidades de animais. Nalguns casos, como o ocorrido em 1522[63], os proventos daí decorrentes atingiram números extraordinariamente elevados, tendo sido cativadas 600 almas e apresados 2 000 camelos e 20 000 cabeças de gado miúdo, para além de prata, tecidos e cereais em grande quantidade, montantes que, pese embora devam ser encarados com alguma reserva, dada a sua grandeza, deixam perceber, ainda assim, quão rendosas eram para a generalidade da fidalguia e da soldadesca portuguesa estas campanhas.

Do ponto de vista militar essas grandes capturas implicavam, no momento da retirada, um esforço acrescido dos participantes, obrigados não só a defenderem-se dos contra-ataques das populações lesadas e das investidas dos que acorriam em seu socorro, mas também a ter de conduzir os animais e o saque até à fortaleza, ou a algum ponto de encontro previamente

62. A decisão foi tomada após consulta a um Simão Pires, que espiara os aduares e temia que aqueles pudessem estar avisados da presença dos portugueses. Lançado o ataque em várias frentes foram cativadas «282 almas» e tomadas mais de 5000 cabeças de gado miúdo. Damião de Goís, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*... cit., parte III, cap. XXXIX, pp. 108 e 109.

63. Trata-se da entrada capitaneada por Gonçalo Mendes Sacoto, capitão de Mazagão, que com uma força de 200 cavaleiros seus e de Azamor, a que se juntaram 50 de cavalo do «mouro Acoo e 1000 de pé, todos mouros de pazes», procedeu ao referido apresamento em Salé. Cf. Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, [...], já cit., cap. XXXII, pp. 78 a 80.

attirés dans une embuscade, une pratique communément utilisée tant par les musulmans que par les chrétiens dans ce genre de guerre.

La surprise était un élément fondamental dans ces actions, raison pour laquelle toute l'opération se déroulait dans le plus grand des secrets, en cherchant à éviter les guetteurs musulmans et en laissant la moindre trace possible de leurs déplacements. Les attaques aux douars des tribus rebelles étaient généralement lancées à l'aube, non seulement dans l'intention de prendre les habitants au dépourvu, en diminuant ainsi leur capacité de réaction, mais aussi pour permettre un minimum de visibilité aux assaillants, ce qui était fondamental pour éviter qu'ils ne se désorganisent pendant l'opération. En règle générale, les éléments de la cavalcade étaient divisés en batailles et avançaient séparément sur la cible, comme cela est arrivé en mars 1519, dans un douar localisé dans la Chaouia à dix lieues d'Azemmour qui fut attaqué sur plusieurs fronts pour éviter que la population ne s'enfuie de ce lieu, en se réfugiant avec les animaux dans les environs[62].

De nombreuses références à des entrées et à des incursions en territoire maure sont faites tout au long de la période à l'étude et dont le résultat était non seulement la prise d'un grand nombre de captifs, mais aussi d'une grande quantité d'animaux. Dans certains cas, à l'exemple de ce qui s'est passé en 1522[63], les gains qui en découlent ont atteint des nombres extraordinairement élevés, 600 âmes ont été faites captives et 2 000 chameaux et 20 000 têtes de petit bétail ont été capturés, outre l'argenterie, des tissus et des céréales en grande quantité, qui bien qu'ils doivent être considérés avec une certaine réserve, étant donné leur grandeur, laissent entrevoir, néanmoins, combien ces campagnes étaient rentables pour la généralité de la noblesse et de la soldatesque portugaise.

Du point de vue militaire, ces grandes captures impliquaient, au moment de se retirer, un effort accru des participants qui se voyaient obligés non seulement de se défendre des contre-attaques des populations lésées et des assauts de ceux qui venaient à leur secours, mais aussi de conduire les animaux et le butin jusqu'à la forteresse, ou jusqu'à un lieu de rencontre préalablement établi, où les attendaient quelques

62. La décision fut prise après consultation d'un certain Simão Pires, qui épiait les douars et craignait que ceux-ci ne soient avertis de la présence des Portugais. Après avoir lancé l'attaque sur plusieurs fronts, « 282 âmes » furent capturées ainsi que 5 000 têtes de menu bétail. Damião de Goís, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*... cit., partie III, chap. XXXIX, pp. 108 et 109.

63. Il s'agit de l'entrée commandée par Gonçalo Mendes Sacoto, capitaine de Mazagan, qui, avec une force de 200 chevaliers à lui et certains d'Azemmour, auxquels se sont joints 50 hommes de cheval du « Maure Acoo et 1000 hommes de pied, tous Maures de paix », procéda à l'emprisonnement mentionné à Salé. Cf. Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*... cit., chap. XXXII, pp. 78 à 80.

estabelecido onde os aguardavam alguns homens de armas que ali haviam permanecido, ou que de Azamor haviam saído em seu auxílio. Com efeito, só através da acção coordenada das suas forças de cavalaria com a dos seus corpos de atiradores e dos peões, que quase sempre acompanhavam as maiores entradas, era possível retirar de forma ordenada, cobrindo depois distâncias significativas que obrigavam por vezes a pernoitar no campo[64], servindo então as atalaias para proteger o acampamento não só dos ataques das forças muçulmanas, mas também dos animais ferozes, em especial dos leões. Relativamente às tropas de infantaria portuguesas que não raro participavam nessas operações, pudemos apurar ainda que estas eram, por vezes, transportadas «nas ancas dos cavalos», sobretudo quando o alvo da expedição se encontrava muito distante da fortaleza ou em locais de mais difícil acesso, ou ainda porque o capitão pretendesse simplesmente apressar a marcha da coluna sem expor esses homens a um desgaste excessivo[65].

Igualmente importantes eram ainda as razias efectuadas em terras de mouros, ora com fins meramente punitivos, que culminavam com a destruição das searas através do ateamento de fogo, ora com o intuito de procederem ao aprovisionamento de cereais, sobretudo nos períodos de maior escassez, e que tinham lugar normalmente entre fins de Abril, altura em que se ceifava o trigo, e em meados de Maio, quando se procedia à apanha da cevada. Estas acções predatórias, associadas às constantes movimentações e entradas da cavalaria dos xerifes, provocaram um progressivo afastamento dessas áreas de cultivo do perímetro da fortaleza, para zonas que na segunda metade da década de vinte distavam já 18 a 20 léguas de Azamor, com todos os inconvenientes daí decorrentes para o normal funcionamento da praça.

Contrariamente ao que era comum nas praças do norte, em especial na centúria anterior, não encontrámos em Azamor, com excepção do período inicial de conquista da praça, referência à presença de fidalgos de grande nomeada que aí se tivessem estabelecido durante algum tempo como fronteiros, levando con-

64. Damião de Góis salienta, a este propósito, o papel desempenhado em Outubro de 1519 pelos besteiros e espingardeiros portugueses durante a retirada do capitão de Azamor do aduar de Tamarroquos, que permitiu que a cavalgada tivesse percorrido as 12 léguas que distavam da fortaleza sem dela perder mais do que apenas uns bois que ali capturara. Cf. *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*... cit., parte III, cap. XL, pp. 113 e 114.

65. Assim sucedeu durante a entrada que Nuno Mascarenhas fez sobre uns aduares situados a dezasseis léguas da praça, em que deixou 20 dos peões que iam cansados numa mesquita e se partiu com os demais, tendo-os mandado «tomar todos nas ancas dos cavalos». Damião de Goís, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*... cit., parte III, cap. XLIIII, p. 121.

hommes d'armes qui y étaient restés ou qui étaient sortis d'Azemmour pour leur venir en aide. En effet, ce n'est qu'à travers l'action coordonnée de leurs forces de cavalerie avec celles de leurs corps de tireurs et de fantassins, qui accompagnaient presque toujours les plus grandes entrées, qu'il était possible de procéder au retrait de manière ordonnée, parcourant ensuite de grandes distances qui les obligeaient parfois à passer la nuit dans la campagne[64], les sentinelles servant alors à protéger le campement non seulement des attaques des forces musulmanes, mais aussi des animaux féroces, en particulier des lions. Quant aux troupes d'infanteries portugaises qui participaient souvent à ces opérations, nous avons pu établir que celles-ci étaient parfois transportées « sur la croupe des chevaux », surtout quand la cible de l'expédition se trouvait très éloignée de la forteresse ou située dans des lieux difficiles d'accès, ou encore parce que le capitaine voulait simplement hâter la marche de la colonne sans exposer ces hommes à une usure physique excessive[65].

Les razzias effectuées en territoire maure étaient également importantes, tantôt avec des fins simplement punitives, qui culminaient avec la destruction des champs cultivés en y mettant le feu, tantôt avec l'intention de procéder à l'approvisionnement de céréales, surtout dans les périodes de plus grande pénurie qui avaient lieu normalement entre la fin avril, au moment de la moisson du blé, et la mi-mai, lors de la récolte de l'orge. Ces actions prédatrices, associées aux entrées et aux déplacements constants de la cavalerie des chérifs, provoquèrent un éloignement progressif de ces zones de culture par rapport au périmètre de la forteresse, vers des zones qui, dans la seconde moitié de la deuxième décennie, se trouvaient déjà à une distance de 18 à 20 lieues d'Azemmour, avec tous les inconvénients que cela engendrait pour le fonctionnement normal de la place.

Contrairement à ce qui était commun dans les places du nord, en particulier au siècle précédent, nous n'avons pas trouvé à Azemmour, à l'exception de la période initiale de la conquête de la place, des références à la présence de gentilshommes de grande renommée qui s'y seraient établis pendant quelque temps comme frontaliers, emmenant avec eux un

64. Damião de Góis souligne, à ce propos, le rôle joué en octobre 1519 par les arbalétriers et les espingardiers portugais lors du retrait du capitaine d'Azemmour du douar de *Tamarroquos* qui a permis que la cavalcade puisse parcourir 12 lieues jusqu'à la forteresse sans perdre plus de quelques bœufs qu'ils y avaient capturés. Cf. *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*... cit., partie IV, chap. XL, pp. 113 et 114.

65. C'est ce qui s'est passé lors de l'incursion de Nuno Mascarenhas dans les douars situés à seize lieues de la place, où il laissa 20 fantassins qui étaient fatigués dans une mosquée et s'en alla avec les autres, leur ordonnant « de tous les monter sur la croupe des chevaux ».Damião de Goís, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*... cit., parte III, chap. XLIIII, p. 121.

sigo um elevado número de acostados[66]. Aqui, com efeito, a generalidade dos fronteiros tinha poucos indivíduos acostados a si, como o comprova o levantamento efectuado pelo capitão da praça D. Pedro Mascarenhas, em 1530, que refere um total de 192 homens de cavalo servindo com apenas 123 moços de pé[67], situação que não se alterou até ao abandono da praça, uma vez que nessa altura o reforço da guarnição da fortaleza foi feito com recurso a 1 000 soldados castelhanos e andaluzes, organizados segundo o modelo das ordenanças[68], e não com homens de armas pertencentes às hostes da fidalguia, naturalmente pouco interessados em participar no abandono da fortaleza, processo com o qual a maioria deles não concordava[69].

O esboço que aqui deixamos da organização militar dos portugueses em Azamor, bem como das práticas de guerra que aí desenvolveram, se por um lado revela de forma muito nítida como toda a experiência adquirida no norte de Marrocos ao longo da centúria anterior teve aqui como que o seu prolongamento natural, por outro, atesta o falhanço da política de transformação das estruturas militares que D. Manuel I e depois D. João III pretendiam aplicar a todo Império e que visava, em última análise, libertá-lo da excessiva dependência em que este se encontrava das hostes senhoriais. Dissolvidas as companhias de ordenanças tudo voltou à primitiva forma, com os fidalgos empenhados sobretudo na prática da chamada «guerra guerreada», que tão bem se articulava com a sua mentalidade cavaleiresca, adepta do combate individual travado à espada e à rodela, e que lhes permitia acumular honra e proveito, fundamentais para o acrescentamento das suas casas e senhorios.

grand nombre de leurs protégés[66]. Ici, en effet, la plupart des frontaliers avaient peu d'individus sous leur protection, comme en témoigne l'inventaire réalisé par le capitaine de la place D. Pedro Mascarenhas en 1530, qui mentionne un total de 192 hommes de cheval servant avec à peine 123 jeunes hommes de pied[67], situation qui ne s'est pas modifiée jusqu'à l'abandon de la place, vu qu'à cette occasion le renforcement de la garnison de la forteresse a été fait à l'aide de 1000 soldats castillans et andalous, organisés selon le modèle des ordonnances[68], et non pas avec des hommes d'armes appartenant aux troupes de la noblesse, naturellement peu intéressés à participer à l'abandon de la forteresse, processus avec lequel la plupart d'entre eux n'étaient pas d'accord[69].

Si d'une part, l'esquisse que nous laissons ici de l'organisation militaire des portugais à Azemmour et des pratiques de guerre qu'ils y ont développées révèle de façon très claire comment toute l'expérience acquise dans le nord du Maroc, tout au long du siècle précédent, a eu ici une sorte de prolongement naturel, d'autre part, elle témoigne également de l'échec de la politique de transformation des structures militaires que D. Manuel I et ensuite D. João III ambitionnaient d'appliquer à tout l'Empire dans le but de le libérer, en dernière analyse, de l'excessive dépendance où celui-ci se trouvait par rapport aux groupes des nobles. Une fois les compagnies d'ordonnance dissoutes tout est revenu à la forme primitive, avec les nobles engagés surtout dans la pratique de ladite « guerre combattue » qui s'articulait si bien avec leur mentalité chevaleresque adepte du combat singulier mené avec l'épée et le bouclier, et qui leur permettait d'accumuler des honneurs et des avantages fondamentaux pour l'agrandissement de leurs demeures et de leurs domaines.

66. Um dos exemplos mais significativos de que temos conhecimento foi o do castelhano Fernam d'Aires que, a convite do capitão de Arzila D. Duarte de Menezes, aí se estabeleceu durante algum tempo com uma força de 186 cavaleiros e 587 peões, tendo participado em inúmeras entradas e cavalgadas. Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Menezes*, ed. Larry King, Lisboa, UNL-FCSH, 1978, cap. CXXII e CXXVII.

67. Cf. carta do capitão ao rei, de 9 de Junho de 1530. *In* ANTT, *CC*, I-45-35, publ. em *SIHM*, 1.ª série, tomo II, parte II, p. 528.

68. Esses homens foram enviados para Azamor sob o comando de D. Fernando de Noronha, a quem coube capitanear a praça até ao momento do seu abandono, com o intuito de contribuírem para que a retirada se pudesse processar da forma mais organizada possível. Sobre o assunto veja-se Vitor Luís Gaspar Rodrigues, «As Companhias de Ordenanças em Marrocos [...]»... cit., p. 193.

69. Sobre a composição desses efectivos veja-se a carta de D. João III a Fernão Peres, de 13 de Abril de 1541, publ. em *SIHM*, 1.ª série, tomo III, pp. 386 a 389.

66. L'un des exemples les plus importants que nous connaissons et celui du castillan Fernam d'Aires qui, sur invitation du capitaine d'Asilah, D. Duarte de Menezes, s'y est installé durant un certain temps avec une force de 186 chevaliers et 587 fantassins, ayant participé à de nombreuses incursions et cavalcades. Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Menezes*, éd. par Larry King, Lisbonne, UNL-FCSH, 1978, chap. CXXII et CXXVII.

67. Cf. lettre du capitaine au roi, du 9 juin 1530. *In* ANTT, *CC*, I-45-35, publ. dans *SIHM*, 1re série, tome II, partie II, p. 528.

68. Ces hommes furent envoyés à Azemmour sous le commandement de D. Fernando de Noronha, à qui il incomba de diriger la place jusqu'au moment de son abandon afin de permettre que le retrait puisse se faire de la manière la plus organisée possible. Sur ce sujet, voir Vitor Luís Gaspar Rodrigues, « As Companhias de Ordenanças em Marrocos [...]»... cit., p. 193.

69. Sur la composition de ces effectifs, voir la lettre de D. João III à Fernão Peres, du 13 avril 1541, publ. dans *SIHM*, 1re série, tome III, pp. 386 à 389.

Azamor e serviço régio: tenças, mercês e nobilitação (1513-1541)

Azemmour et le service régalien : subsides, grâces et anoblissement (1513-1541)

João de Figueiroa-Rego, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

«Com as tenças não se deve bulir, porque essa é a vida dos fidalgos e pessoas principais de seus reinos, e muito poucas ou nenhumas há que não sejam muito bem merecidas; e, além disso, é o mais barato soldo por que se podem achar soldados, quanto mais tais pessoas como são as que as têm; e bem se viu agora em Safim, que mil soldados custaram pouco menos ou porventura mais de dez mil cruzados, e não chegaram a tempo; e portugueses foram mais de mil com cem fidalgos, que se detinham em Lisboa com tanto trabalho, como se embarcavam os soldados em Andaluzia; e isto se paga com umas poucas de tenças, e as mais delas já dantes merecidas, e fica o dinheiro no reino e em pessoas que, quando vão a servir, lhe não lembra senão o amor que têm a Vossa Alteza com que o fazem. Em moradias me parece que se pode poupar pouco, porque os fidalgos de seus reinos hão-de viver com ele. E não queira Deus que em seus dias se quebre um tão bom costume destes seus reinos. Cavaleiros, escudeiros e moços da câmara servem tanto, e em coisas para que são tão necessários, que se faz provisão em os tomar. E isto vejo eu muito bem pelo cargo que tenho, e creio que o provarei largamente, quando cumprir».

Discurso do 1.º conde da Castanheira, *in* **Frei Luís de Sousa**, *Anais de D. João III*, vol. II, com pref. e notas de M. Rodrigues Lapa, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora (Clássicos Sá da Costa), 1938, p.317.

«Aux subsides, il ne faut surtout pas y toucher, car il s'agit de la vie des nobles et des grands de vos royaumes et il y en a très peu, voire aucun qui ne soit pas très justement mérité ; et c'est, en outre, la moindre solde avec laquelle on peut trouver des soldats, et de surcroit des personnes comme celles qui les reçoivent ; nous venons bien de le voir à Safi, un millier de soldats ont coûté plus ou moins, ou peut-être plus, de 10 000 *cruzados* et ne sont pas arrivés à temps ; et les Portugais, il y en avait plus de mille dont cent nobles, se sont attardés à Lisbonne, tant il y avait de travail, parce que les soldats embarquaient en Andalousie ; et tout cela est payé par quelques subsides et la plupart d'entre eux sont déjà bien mérités et de plus, l'argent reste dans le Royaume et les personnes, quand elles vont servir, ne se souviennent qu'elles ne le font qu'en raison de l'amour qu'elles portent à Votre Altesse. Quant aux *moradias* (pensions annuelles données par le roi à certains gentilshommes), il me semble qu'il est difficile d'économiser, car les nobles de vos royaumes doivent vivre avec cet argent. Et Dieu garde qu'en vos jours une telle bonne coutume de vos royaumes soit rompue. Les chevaliers, les écuyers et les gentilhomme de la chambre royale sont si utiles, et dans des choses pour lesquelles ils s'avèrent si nécessaires, que nous envisageons de les prendre avec nous. Et cela je le vois par la fonction que j'ai, et je crois que je le prouverai largement, si nécessaire ».

Discours du 1er comte de Castanheira, *in* **Frei Luís de Sousa**, *Anais de D. João III*, vol. II, avec préface et notes de M. Rodrigues Lapa, Lisbonne, Livraria Sá da Costa Editora (Clássicos Sá da Costa), 1938, p.317.

A tomada de Ceuta, em 1415, marcou, como é sabido, o ponto de arranque para uma presença portuguesa efectiva em Marrocos. As motivações que suportaram tal desígnio foram conhecendo cambiantes, ao sabor das circunstâncias e de interesses diversos, no correr dos séculos XVI e XVII. Contudo, parece indiscutível que o serviço militar no Norte de África terá constituído um dos pólos de animação dos fenómenos de capilaridade social, em especial durante a primeira centúria.

La prise de Ceuta, en 1415, a marqué, comme chacun sait, le point de départ pour une présence portugaise effective au Maroc. Les motivations qui ont soutenu ce plan ont évolué au gré des circonstances et de divers intérêts, au cours des XVIe et XVIIe siècles. Toutefois, il semble incontestable que le service militaire en Afrique du Nord aura constitué l'un des pôles d'animation des phénomènes de capillarité sociale, en particulier durant le premier siècle.

Nesse sentido e para lá do decantado escopo de servir os propósitos da alta nobreza, logo desde início, a verdade é que não foi só aquela a tirar dividendos da presença nas praças marroquinas[1]. Outros grupos iriam fazer desse local o trampolim necessário aos seus *cursi honorum* e pugnar pela conquista de um lugar entre os privilegiados[2]. No caso de Azamor a procura de mercês iniciou-se logo após 1513 e intensificou-se nos anos seguintes[3].

O que nem sempre seria um dado adquirido. Para alguns a experiência norte-africana poderia trazer consigo o estigma da perda de estatuto, ainda que minimizado financeiramente. É o que insinua um alvará de D. João III, datado de 27 de Dezembro de 1521, dirigido ao capitão e contador de Azamor, no qual ordena pagar-se a Francisco da Costa o soldo que venceu como cavaleiro enquanto ali esteve, se de lá viesse preso e riscado do serviço real[4].

O intensificar das movimentações bélicas na centúria quinhentista não só aumentou o grau de exigência no tocante ao desempenho militar como deu origem a encargos administrativos, embrião de uma burocracia crescente[5]. Criaram-se, desse modo, condições propiciadoras de mobilidade social ascendente, a que não foi alheia certa procura de equilíbrio entre lógicas de economia de mercê e necessidade de acautelar o serviço em zonas geográficas mais problemáticas[6] ou carenciadas de servidores qualificados[7]. Por esse motivo, invocar serviço militar numa das praças

1. Abel dos Santos Cruz, *A nobreza portuguesa em Marrocos no século XV: 1415-1464,* dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.

2. Pelo que fica dito, não parece, pois, surpreendente que das 656 cartas de mercê do foro de morador da casa real, constantes na Chancelaria de D. Manuel I, cerca de ¾ reportem-se a serviço militar feito em Marrocos e, mais tarde, no Oriente, cf. Pedro de Brito, «As Cartas de Cavaleiro e Escudeiro nos Séculos XV e XVI», *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica,* n.º 1, p. 218.

3. A título de exemplo veja-se uma carta, datada de 21.03.1514, de João de Andrade pedindo ao rei a remuneração de seus serviços em Azamor, cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Corpo Cronológico,* Parte I, mç. 15, n.º 7.

4. ANTT, *Corpo Cronológico,* Parte I, mç. 27, n.º 82.

5. Um bom exemplo será, precisamente, o dos cargos referentes à regulação das moradias. Data de 13.11.1521 um conhecimento em que se declara que o almoxarife de Mazagão, Rui Coteno, recebeu 43.450 réis de Vicente Fernandes, que fora pagador dos soldos e moradias de Azamor; cf. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mç 98, n.º 133.

6. Uma carta de 30.09.1515, dirigida ao rei por Afonso Vaz de Caminha e assinada por muitos cavaleiros, punha em evidência o perigo em que estava Azamor, por falta de socorro e mantimentos, acabando por, na prática, dar maior relevo ao sacrifício daqueles que ali serviam a Coroa; cf. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 18, n.º 108.

7. Uma carta de Lançarote de Freitas para o rei, datada de 09.06.1529, relatava a falta de capitães que havia em Azamor; cf. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 42, n.º 144.

Dans ce sens et au-delà du but louable de servir les fins de la haute noblesse dès le début, la vérité est que celle-ci ne fut pas la seule à tirer profit de sa présence dans les places marocaines[1]. D'autres groupes feraient de ce lieu le tremplin nécessaire pour leur *cursus honorum* et pour œuvrer à l'obtention d'une place parmi les privilégiés[2]. Dans le cas d'Azemmour la recherche de grâces commença juste après 1513 et s'intensifia les années suivantes[3].

Ce qui ne serait pas toujours pris pour acquis. Pour certains, l'expérience nord-africaine pourrait apporter avec elle le stigmate de la perte de statut, quoique minimisé financièrement. C'est ce qu'insinue une charte du roi D. João III, en date du 27 décembre 1521, adressée au capitaine et *contador* [intendant général de la solde] d'Azemmour, dans laquelle il ordonne que soit payé à Francisco da Costa la solde qu'il avait gagnée en tant que chevalier pendant la période où il y avait été, s'il en revenait fait prisonnier et rayé du service régalien[4].

L'intensification des mouvements belliqueux au cours du XVI[e] siècle a non seulement augmenté le degré d'exigence relatif à la performance militaire, mais a également engendrer des charges administratives, embryon d'une bureaucratie croissante[5]. Des conditions favorisant la mobilité sociale ascendante ont ainsi été créées. Une certaine recherche d'équilibre, entre des logiques d'économie de grâces et la nécessité d'assurer le service dans des zones géographiques plus problématiques[6] ou manquant de serviteurs qualifiés[7], n'y aura pas été indifférente. De ce fait, invoquer le service militaire dans une des places maro-

1. Abel dos Santos Cruz, *A nobreza portuguesa em Marrocos no século XV : 1415-1464,* mémoire de Master en Histoire médiévale, présenté à la Faculdade de Letras de l'Universidade do Porto, 1995.

2. D'après ce qui est dit, il ne semble donc pas surprenant, que des 656 lettres de grâce de droit de pensionnaire de la maison royale, figurant dans la chancellerie de D. Manuel I, environ ¾ se rapportent au service militaire effectué au Maroc et, plus tard, en orient, voir Pedro de Brito, « As Cartas de Cavaleiro e Escudeiro nos Séculos XV e XVI », *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica*, nº 1, p.218.

3. À titre d'exemple voir une lettre datée du 21 mars 1514 de João de Andrade demandant au roi la rémunération de ses services à Azemmour, cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Corpo Cronológico,* Parte I, mç. 15, nº 7.

4. ANTT, *Corpo Cronológico,* Parte I, mç. 27, nº 82.

5. Un bon exemple est, précisément, celui des fonctions relatives à la régulation des *moradias*. Une reconnaissance datant du 13 décembre 1521 où l'on déclare que l'*almoxarife* (surintendant) de Mazagan, Rui Coteno, avait reçu 43 450 réaux de Vicente Fernandes, qui fut le payeur des soldes et des *moradias* d'Azemmour ; cf. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 98, nº 133.

6. Une lettre du 30 septembre 1515, adressée au roi par Afonso Vaz de Caminha et signée par de nombreux chevaliers, faisait ressortir le danger que courrait Azemmour, faute d'aide et de provisions, et finissait, dans la pratique, par accorder une plus grande importance au sacrifice de ceux qui y servaient la Couronne ; cf. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 18, nº 108.

7. Une lettre de Lançarote de Freitas pour le roi, datée du 9 juin 1529, rapportait le manque de capitaines à Azemmour ; cf. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte, I, mç. 42, nº 144.

marroquinas tornou-se argumento de relevo com eco nos tribunais[8]. Quer para conseguir dispensa de «mecanica», em qualquer das três ordens (Cristo, Avis, Santiago)[9], como para tornear máculas de sangue[10], lograr filhamentos na Casa Real, ver concedida uma carta de brasão de armas, ou o seu acrescentamento honroso[11]. Os exemplos sucedem-se, basta compulsar os livros de mercês, portarias do reino e róis de habilitações junto da Mesa da Consciência e Ordens. Ainda que não possamos extrapolar a dimensão deste tipo de ocorrências, sobretudo no complexo emaranhado do tropismo social seiscentista, a verdade é que também não podemos ignorar a sua importância. Aliás, em função de leituras que a documentação de cariz nobiliárquico vai possibilitando, seria tempo de ir refazendo certos conceitos a propósito das fronteiras entre grupos sociais. Na verdade, o meio condicionava fortemente o modo como estes se intuíam, particularmente nos territórios ultramarinos[12], impondo uma nova percepção dos próprios limites fixados pelas *Ordenações do Reino*, os quais, como se sabe, consideravam o exercício mecânico como derrogativo de nobreza.

Seja como for, a despeito das várias premissas enunciadas, teremos sempre de considerar três tópicos no que respeita a filhamentos da Casa Real com origem em praças marroquinas. Um, relativo aos serviços militares e outros obrados por gente de fora (os fronteiros) no correr de uma temporada, que poderia ter poucos

8. Uma bula de 1570 imporia servir (a título individual) no Norte de África como condição para se obterem hábitos das Ordens Militares. As ressalvas admitidas, quanto a dispensas de qualidade, iam na mesma lógica.

9. Fernanda Olival, *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar, [2001].

10. Caso do cristão-novo Duarte de Paz, que batalhou em Azamor e cujo hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo foi ganho nessas campanhas africanas, onde cegou de um olho; *Corpo Diplomático Português*, publicado por Luiz Augusto Rebello da Silva, Tomo III, Lisboa, Typographia Real das Sciencias, 1868, p. 185. Ao mesmo foi também dada a mercê do foro de cavaleiro da Casa Real; ANTT, *Chancelaria de D. João III*, Liv.º 52 fl. 130. Sobre este personagem e contexto familiar veja-se Carlos Manuel Valentim, *Uma Família de Cristãos-Novos do Entre Douro e Minho: Os Paz. Reprodução Familiar, Formas de Mobilidade Social, Mercancia e Poder (1495-1598)*, dissertação de mestrado em História Moderna, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007.

11. Caso de Vasco Fernandes César, cavaleiro-fidalgo da casa de D. João III e seu feitor e guarda-mor da carga e descarga da Casa da índia e de todas as suas armadas, a quem foi concedida, em 22 de Julho de 1539, carta de acrescentamento de brasão. Nela enumeram-se os seus muitos serviços, tanto na corte como em África, onde estivera em Azamor dois anos servindo de adail, etc.

12. João de Figueiroa-Rego, *O Algarve e as praças marroquinas nos livros de Portarias e de Matrículas de Moradores da Casa Real (Séculos XVI a XVIII),* Lagos, Câmara Municipal, 2007.

caines était devenu un argument majeur qui trouvait écho dans les tribunaux[8]. Que ce soit pour obtenir une dispense de « mécanique » (office roturier), l'un des trois ordres (Christ, Avis, Santiago)[9] ou pour dissimuler des ancetres considérées impures[10], jouir de privilège dans la Maison Royale, se voir accorder une lettre d'armoiries ou un ajout honorable[11]. Les exemples se succèdent, il suffit de compulser les livres de grâces, les arrêtés du royaume et les listes de qualifications auprès de la *Mesa da Consciência e Ordens*, le tribunal chargé de l'examen des affaires concernant le patronage ecclésiastique de la Couronne, les ordres militaires incorporés à la Couronne depuis 1551 et les universités. Si nous ne pouvons pas extrapoler sur la dimension de ce type d'occurrences, en particulier sur l'enchevêtrement complexe du tropisme social du XVII[e] siècle, la vérité est que nous ne pouvons pas non plus ignorer son importance. D'ailleurs, en fonction des lectures que la documentation de nature nobiliaire nous permet, il serait temps de redéfinir certains concepts à propos des frontières entre groupes sociaux. En vérité, le moyen conditionnait fortement la manière comme ceux-ci se pressentaient en particulier sur les territoires d'outre-mer[12], en imposant une nouvelle perception des propres limites fixées par les *Ordenações do Reino* [Ordonnances du Royaume]. Lesquelles, comme nous le savons, considéraient l'exercice roturier comme une dérogation à la noblesse. Quoi qu'il en soit, en dépit des diverses prémisses énoncées, nous aurons toujours à considérer trois points concernant les enregistrements sur les *Livros de Matrícula de Moradores da Casa Real* [Livres de

8. Une bulle de 1570 imposerait comme condition de servir (à titre individuel) en Afrique du Nord pour obtenir les habits des Ordres militaires. Les exceptions admises, quant aux dispenses de qualité, suivaient la même logique.

9. Fernanda Olival, *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisbonne, Estar, [2001].

10. Le cas du nouveau chrétien Duarte de Paz qui lutta à Azemmour et dont l'habit de chevalier de l'Ordre du Christ fut gagné lors de ces campagnes africaines dans lesquelles il perdit la vue d'un œil ; *Corpo Diplomático Português*, publié par Luiz Augusto Rebello da Silva, Tome III, Lisbonne, Typographia Real das Sciencias, 1868, p. 185. On lui accorda simultanément la grâce d'un titre de chevalier de la Maison Royale ; ANTT, *Chancelaria de D. João III*, Livro 52, fl. 130. À propos de ce personnage et de ce contexte familial voir Carlos Manuel Valentim, *Uma Família de Cristãos-Novos do Entre Douro e Minho : Os Paz. Reprodução Familiar, Formas de Mobilidade Social, Mercancia e Poder* (1495-1598), mémoire de Master en Histoire moderne, présenté à la Faculdade de Letras de l'Universidade de Lisboa, 2007.

11. Le cas de Vasco Fernandes César, chevalier-gentilhomme de la maison de D. João III et son *feitor* et garde général responsable du chargement et déchargement de la Casa da Índia et de toutes ses armées, auquel fut accordé, le 22 juillet 1539, une lettre pour un ajout de blason. On y énumérait ses nombreux services, tant à la Cour qu'en Afrique, où il avait passé deux ans à Azemmour servant en tant qu'*adail* (chef militaire), etc.

12. João de Figueiroa-Rego, *O Algarve e as praças marroquinas nos livros de Portarias e de Matrículas de Moradores da Casa Real (Séculos XVI a XVIII),* Lagos, Câmara Municipal, 2007.

anos de duração[13]. Outro, respeitante a serviços prestados por moradores já ali nascidos, o que, propiciou o surgimento de gerações familiares devotadas ao serviço da Coroa, as quais reclamavam e obtinham foros hereditários; é um facto fortemente notório no caso de Mazagão, mas não no de Azamor, uma vez que esta foi abandonada logo em 1541. Por esse motivo, os casos conhecidos de mercês logradas numa mesma parentela reflectem, essencialmente, percursos entre as praças da região da Duquela (Azamor, Safim e Mazagão)[14], ou com mobilidade geográfica mais alargada. Por último, registe-se a concessão de alvarás com base na aquisição de serviços de terceiros. Ainda que praticada noutros quadrantes do espaço ultramarino, terá sido aqui muito rara, apenas se conhecendo escassos exemplos.

Todavia, independentemente da tipologia de mercês praticada, importará sondar a mole humana e o universo numérico em que se enquadrava. Ora, as primeiras informações que se possui do numero de moradores de Azamor datam de 1521 e, tal como as subsequentes, enfermam de garantias e imprecisões, como bem notou Maria Augusta Lima Cruz. Esta autora, em estudo pioneiro de 1967, ainda hoje referente obrigatório, informa com base num rol de pagamentos coevo que existiriam nesse ano cerca de 212 moradores a pé, 15 a cavalo, 17 clérigos e frades, 8 degredados, ou seja, um total de 252 pessoas[15].

Uma listagem posterior, datada de 1522, regista somente cerca de 198 moradores a pé, 16 clérigos e frades 4 degredados, num total de 218 almas. Para 1530, apontam-se 240 moradores, 14 degredados e 12 clérigos, elevando-se o número final a 266. Para 1537-1538: moradores a cavalo 122, moradores a pé 214, clérigos 15, degredados 34, num total de 385 pessoas[16]. Segundo a autora, a não inclusão dos fronteiros a cavalo, nos róis iniciais, explicará o aparente aumento registado. De acordo com os dados arrola-

13. A título de exemplo, veja-se Ronald Bishop Smith, *D. Guterre de Monroy*, Lisboa, Tip. Silvas, 1990.

14. Rui Jorge Ferreira Henriques, *Quão grande trabalho é viver!. António Leite – Circuitos da nobreza Portuguesa no Sul de Marrocos (1513-1549)*, dissertação de Mestrado em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.

15. Maria Augusta Abreu Lima Cruz, *Os portugueses em Azamor (1523-1541)*, dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1967, p. 76 e «Documentos inéditos para a História dos portugueses em Azamor», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. III, 1979, p. 113.

16. Biblioteca Nacional de Portugal, *Fundo Geral*, ms. 1758, fl. 57, *apud* Maria Augusta Abreu Lima Cruz, *Os portugueses em Azamor...* cit., p. 76 e «Documentos inéditos para a História...» cit., p. 113.

registre des serviteurs de la Maison Royale] ayant pour origine les places marocaines. Un, concernant les services militaires et d'autres services réalisés par des gens de l'extérieur (les frontaliers) au cours d'un laps de temps qui pourrait ne durée que quelques années[13]. Un autre, concernant des services prêtés par des habitants qui y étaient déjà nés. Ce qui conduisit à l'émergence de générations de familles dévouées au service de la Couronne, lesquelles réclamaient et obtenaient des *Foros* [une sorte d'honneurs personnels, plusieurs d'entre eux ayant un caractère héréditaire]. Un fait fort notoire dans le cas de Mazagan, mais pas dans celui d'Azemmour, vu que celle-ci fut abandonnée dès 1541. Pour cette raison, les cas connus de grâces accordées dans une même parenté reflètent essentiellement des parcours entre les places de la région de Doukkala (Azemmour, Safi et Mazagan)[14], ou ayant une mobilité géographique plus élargie. Finalement, signalons la concession de *Alvarás* [chartes pour accorder un privilège, une grâce] sur la base de l'acquisition de services de tiers qui, bien que pratiquée dans d'autres quadrants de l'espace d'outre-mer, aurait été ici plutôt rare, puisque nous n'en connaissons que quelques exemples. Néanmoins, indépendamment de la typologie des grâces pratiquée, il importera d'étudier la masse humaine et l'univers numérique dans lesquels elle s'inscrivait. Or, les premières informations que l'on possède du nombre d'habitants d'Azemmour datent de 1521 et, telles que les ultérieures, souffrent également de garanties et d'imprécisions, comme l'a si bien fait remarqué Maria Augusta Lima Cruz. Dans une étude pionnière de 1967, encore aujourd'hui une référence obligatoire, cette auteure dit, à partir d'une petite liste de paiements contemporaine de l'époque, qu'il existerait, cette année-là, environ 212 habitants de pied, 15 de cheval, 17 ecclésiastiques et frères, 8 déportés, soit un total de 252 personnes[15].

Un inventaire postérieur, daté de 1522, n'enregistre qu'environ 198 habitants de pied, 16 ecclésiastiques et 4 frères déportés, soit un total de 218 âmes. Pour 1530, on indique 240 habitants, 14 déportés et 12 ecclésiastiques, portant à 266 le nombre final. Pour 1537-1538 : 122 habitants de cheval, 214 habitants de pied, 15 ecclésiastiques, 34 déportés, soit au total

13. À titre d'exemple, voir Ronald Bishop Smith, *D. Guterre de Monroy*, Lisbonne, Tip. Silvas, 1990.

14. Rui Jorge Ferreira Henriques, *Quão grande trabalho é viver! António Leite – Circuitos da nobreza Portuguesa no Sul de Marrocos (1513-1549)*, mémoire de licence en Histoire présenté à la Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de l' Universidade Nova de Lisboa, 2012.

15. Maria Augusta Abreu Lima Cruz, *Os portugueses em Azamor (1523-1541)*, mémoire de licence en Histoire présenté à la Faculdade de Letras de l'Universidade de Lisboa, 1967, p. 76 et « Documentos inéditos para a História dos portugueses em Azamor », *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. III, 1979, p. 113.

dos, a mesma fonte sugere que, em 1521, estariam em Azamor cerca de 252 moradores e 347 fronteiros, em 1522 respectivamente 218 e 403, em 1530 seriam 266 e 352 e, no rol final (1537-8), 385 e 63, número que se prefigura duvidoso. Já numa carta de Jorge Viegas a D. João III, datada de 1525, pede-se ao rei o envio de 100 besteiros e espingardeiros, porque os efectivos da praça compunham-se somente de 190 cavaleiros e 450 peões. Destes últimos, apenas 300 é que se poderiam considerar de valia, uma vez que os restantes 150, dada a sua juventude, eram inexperientes[17]. Uma outra missiva ao mesmo monarca, mas de Pedro de Mascarenhas e referente a 1530, reportando-se ao que o escrivão dos contos e o apontador da cidade haviam verificado nos seus livros, assinalava a existência naquela praça de 192 cavaleiros, 123 peões e 12 bombardeiros, também eles fracos soldados[18]. Como se constata, os números parecem divergir consoante as fontes. Todavia, integrando-se mulheres e filhos[19], mas excluindo judeus e muçulmanos, a média da população rondaria os 1000 habitantes, conhecendo picos populacionais com a chegada de fronteiros, altura em que poderia subir a 1500 almas. Para, em 1541, ano do abandono da praça, ascender às 2400 ou 2600 pessoas.

Mas, qualquer que seja o número, parece evidente tratar-se de um universo restrito. Até porque tanto Safim como Azamor terão vivido em permanente sobressalto, pela precariedade de meios de defesa, o que só alargaria as possibilidades de atribuição de tenças e moradias, dada a premência de serviço militar efectivo e a exiguidade dos contingentes disponíveis. Sublinhe-se, à margem destes considerandos, uma outra decorrência indissociável. O ter o Norte de África constituído um palco relevante, no capítulo da delegação de competências, no tocante à concessão de alvarás de confirmação, pelo menos para o século XVI. Estavam neste caso os despachados pelos capitães e governadores[20], mas também os que o eram pela

17. ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 32, doc. 18; publicado *em SIHM, Portugal,* vol. II, parte I, pp. 345-347, doc. LXXXXV.

18. ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 45, doc. 35, publicado em *SIHM, Portugal*, vol. II, Parte II, pp. 526-530 e, parcialmente, por David Lopes, *in* Damião Peres (dir.), *História de Portugal*, vol. IV, Portucalense Editora, pp. 87-88.

19. Como se sabe foram várias as famílias (de variada condição social) que se deslocaram para aquela praça. A título de exemplo: «Alvará para o contador da cidade de Azamor dar a Diogo de Melo, fidalgo da Casa, uma embarcação para se transportar com a sua mulher e às pessoas que o acompanharam a Azamor»; 15 de Junho de 1521. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 27, n.º 15.

20. A Pedro Falulo, morador em Lisboa, confirmação em 27.04.1521 de um alvará de D. Pero de Sousa do conselho real e capitão e

385 personnes[16]. Selon l'auteure, la non-inclusion des frontaliers à cheval dans les premières listes expliquerait l'apparente augmentation enregistrée. Selon les données inscrites, la même source suggère qu'en 1521 il y aurait à Azemmour environ 252 habitants et 347 frontaliers et qu'en 1522 il y en aurait 218 et 403 respectivement, en 1530 il y en aurait 266 et 352 et dans la liste finale (1537-8), 385 et 63, des nombres dont la fiabilité reste néanmoins à vérifier.

Dans une lettre de 1525, adressée par Jorge Viegas à D. João III, on y demandait déjà l'envoi de 100 arbalétriers, et ce, parce que l'effectif de la place n'était composé que de 190 chevaliers et 450 fantassins. Parmi ces derniers, seuls 300 pouvaient être utiles, attendu que les 150 autres, compte tenu de leur jeunesse, étaient inexpérimentés[17]. Une autre missive envoyée au même monarque, mais cette fois-ci de Pedro de Mascarenhas et se rapportant à 1530, référant ce que le registraire des comptes et le pourvoyeur de la ville avaient constaté dans leurs livres, signalait l'existence dans cette place de 192 chevaliers, 123 fantassins et 12 bombardiers, de faibles soldats eux aussi[18]. Comme nous pouvons le constater, les nombres semblent différer selon les sources. Toutefois, en y incluant les femmes et les enfants[19], mais en excluant des Juifs et des Musulmans, la moyenne de la population oscillerait autour de 1000 habitants, ayant connu des pics de population avec l'arrivée des frontaliers, moment où elle pouvait atteindre 1 500 âmes. Pour monter, en 1541, année de l'abandon de la place, jusqu'à 2400 ou 2600 personnes. Mais, quel que soit le nombre, il semble clair qu'il s'agit d'un univers limité, car tant Safi qu'Azemmour ont vécu dans la crainte permanente, en raison de la précarité des moyens de défense. Ce qui ne prolongerait que les possibilités d'attribution de subsides et de *Moradias*, étant donné l'urgence d'un service militaire effectif et l'insuffisance des contingents disponibles.

Soulignons, en marge de ces considérations, une autre conséquence indissociable de celle-ci, le fait que l'Afrique du Nord ait constitué une scène importante dans le chapitre de la délégation de compétences en ce qui concerne l'octroi de chartes de confirmation, en tous cas pour le XVI[e] siècle. C'est ce qui arrivait à

16. Biblioteca Nacional de Portugal, *Fundo Geral*, ms. 1758, fl. 57, *apud* Maria Augusta Abreu Lima Cruz, *Os portugueses em Azamor...* cit., p. 76 et «Documentos inéditos para a História...» cit., p. 113.

17. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 32, doc. 18, publié dans *SIHM, Portugal,* vol. II, Parte I, pp. 345-347, doc. LXXXXV.

18. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 45, doc. 35, publié dans *SIHM, Portugal*, vol. II, Parte II, pp. 526-530 et, partiellement, par David Lopes, *in* Damião Peres (dir.), *História de Portugal*, vol. IV, Portucalense Editora, pp. 87-88.

19. Comme nous le savons, plusieurs familles (de statut social varié) se sont déplacées vers cette place. À titre d'exemple : [« Charte pour que le *contador* de la ville d'Azemmour donne à Diogo de Melo, gentilhomme de la Maison, une embarcation pour se déplacer avec sa femme et les personnes qui l'ont accompagné à Azemmour »], le 15 juin 1521. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 27, nº 15.

Casa de Bragança, que tinha a especial prerrogativa de nobilitar os seus servidores[21], a exemplo do sucedido com as Casas dos Infantes[22]. «Mas todos estes candidatos, para gozarem dos privilégios da Cavalaria, deviam pedir e obter posteriormente a confirmação régia»[23]. O mesmo escreveu D. Francisco Manuel de Melo, reconhecendo ter sido a nobilitação no começo «somente atributo da regalia, depois se derivou em privilégio a príncipes e infantes, todos podiam ordenar os fidalgos da sua casa, que el-rei depois confirmava na real»[24]. Este aspecto assumia especial interesse para os grandes senhores que, dentro de uma lógica de constituição de casa, podiam promover e dinamizar redes de solidariedade clientelar, libertando-se porém dos encargos inerentes (uma vez que estes acabavam por transitar directamente para a Coroa). Com base nos róis, ainda que omissos no tocante a alguns dados, sabe-se qual o valor das tenças auferidas (os homens a cavalo venciam 350 reais cada ano), bem como o número dos fronteiros que estavam em Azamor depois da conquista, mas ainda por conta do duque, cerca de 431 homens a cavalo e 412 a pé. O número decresceria, em finais de 1513, para 246 a cavalo e 182 a pé. Em Janeiro de 1514, última referência conhecida, os seguidores do duque cifrar-se-iam em 57 homens a cavalo e 66 a pé. Para se ter noção do impacto destes, no cômputo geral da gente de guerra, diga-se que, nesse mesmo ano, os homens de ordenança rondariam os 748, a que se somavam cerca de 101 besteiros a cavalo[25].

Mas, não foi só a clientela da Casa de Bragança a beneficiar do estado de coisas atrás descrito. Na mesma

governador de Azamor, pelo qual o fizera cavaleiro. Tal se fez por ele ter provado, por um público instrumento feito e assinado por António Gomes, tabelião diante do juiz do Cível de Lisboa, ser ele de linhagem e ter servido em África com armas e cavalos; cf. ANTT, CHR/K/39/115-558V.

21. Mafalda Soares da Cunha, «Estratégias de distinção e poder social: a Casa de Bragança (1496-1640)», *Revista de História das Ideias*, vol. 19, 1988, p. 324. Veja-se ainda A. M. Hespanha, «A Nobreza nos Tratados Jurídicos dos Séculos XVI a XVIII», *Penélope,* n.º 12, 1993, p. 33.

22. Veja-se, D. António Caetano de Sousa, *Memórias Históricas, e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, Lisboa, Regia Officina Sylvianna, MDCCLV (1.ª edição, 1739), Prólogo «A quem ler».

23. «Mas todos estes candidatos para gozarem dos privilegios da Cavalleria devião pedir, e obter posteriormente a Confirmação Regia», Luís da Silva Pereira e Oliveira, *Privilégios da Nobreza e Fidalguia,* Lisboa, Officina de João Rodrigues Neves, 1806, p. 307.

24. «…sómento atributo da Regalia; despois se derivou em previlegio a Principes e Infantes, todos podião ordenar os Fidalgos da sua Caza, que ElRey despois confirmava na Real», *Tácito Português*, *Vida e Morte, Dittos e feitos de El-Rey Dom João IV*, introdução e notas de Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Pedro Calmon, Rio Janeiro, 1940, p. 40.

25. ANTT, *Núcleo Antigo*, códice 606, «Rol de pagamentos à gente de guerra de Azamor, Janeiro de 1514».

celles qui étaient envoyées par les capitaines et les gouverneurs,[20] mais aussi a celles qui étaient envoyées par la *Casa de Bragança* [maison ducale de Bragança, branche cadette de la maison royale] qui avait le privilège spécial d'anoblir ses serviteurs[21], à l'instar de ce qui s'est passé avec les *Casas dos Infantes*[22] [Maison des princes cadets de la Maison Royale]. « Mais, pour pouvoir profiter des privilèges de la chevalerie, tous ces candidats devaient demander et obtenir plus tard la confirmation royale »[23]. C'est ce qu'a également écrit D. Francisco Manuel de Melo, qui reconnaissait que la nobiliation n'avait été au début « que l'attribution d'un droit régalien, étant donné que l'attribution des privilèges n'était plus l'apanage des princes et des infants, tous pouvaient ordonner les nobles de leur maison, car le roi le confirmerait plus tard dans la Maison Royale »[24]. Cet aspect prit un intérêt particulier pour les grands seigneurs qui, dans une logique de constitution de maison, pourraient promouvoir et favoriser des réseaux de solidarité clientéliste, tout en se libérant des charges inhérentes (étant donné que celles-ci finissaient par être directement transférées à la Couronne). À partir des listes, quoique silencieuses à l'égard de certaines données, on connait la valeur des subsides perçus (les hommes de cheval percevaient 350 réaux par an) ainsi que le nombre de frontaliers qui se trouvaient à Azemmour après la conquête, mais encore au service du duc, environ 431 hommes de cheval et 412 de pieds. Le nombre diminuerait vers la fin 1513, passant à 246 hommes de cheval et 182 de pied. En janvier 1514, dernière référence connue, les partisans du duc étaient au nombre de 57 hommes de cheval et 66 de pied. Pour avoir une idée de l'impact de ceux-ci, dans l'ensemble des gens de guerre, disons que, cette même année, les hommes de l'ordonnance

20. À Pedro Falulo, résidant à Lisbonne, confirmation le 27 avril 1521 d'une charte de D. Pero de Sousa du conseil royal et capitaine et gouverneur d'Azemmour, par laquelle il l'avait fait chevalier. Cela avait été fait parce qu'il avait prouvé, par un acte public rédigé et signé par António Gomes, notaire par-devant le juge du tribunal civil de Lisbonne, qu'il était d'ascendance noble et avait servi en Afrique avec des armes et des chevaux ; cf. ANTT, CHR/K/39/115-558V.

21. Mafalda Soares da Cunha, « Estratégias de distinção e poder social : a Casa de Bragança (1496-1640) », *Revista de História das Ideias*, vol. 19, 1988, p. 324. Voir aussi A. M. Hespanha, « A Nobreza nos Tratados Jurídicos dos Séculos XVI a XVIII », *Penélope,* nº 12, 1993, p. 33.

22. Voir, D. António Caetano de Sousa, *Memórias Históricas, e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, Lisbonne, Regia Officina Sylvianna, MDCCLV (1re édition, 1739), Prologue « A quem ler ».

23. « Mas todos estes candidatos para gozarem dos privilegios da Cavalleria devião pedir, e obter posteriormente a Confirmação Regia », Luís da Silva Pereira e Oliveira, *Privilégios da Nobreza e Fidalguia,* Lisbonne, Officina de João Rodrigues Neves, 1806, p. 307.

24. « …sómento atributo da Regalia ; despois se derivou em previlegio a Principes e Infantes, todos podião ordenar os Fidalgos da sua Caza, que ElRey despois confirmava na Real », *Tácito Português*, *Vida e Morte, Dittos e feitos de El-Rey Dom João IV*, introduction et notes d'Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Pedro Calmon, Rio de Janeiro, 1940, p. 40.

malha vieram incorporar-se membros da parentela mais próxima do duque, como o marquês de Vila Real, os condes de Tentúgal, de Vimioso, de Faro, de Alcoutim e de Redondo. Todos estes, tirando partido de intervenções directas no palco bélico de Azamor em 1513, colocaram gente sua no rol dos amerceados pelo duque D. Jaime, a reconfirmar pela Coroa, embora alguns desses titulares pudessem, ocasionalmente, ter suportado os custos inerentes, como referiu Bernardo Rodrigues. Segundo aquele cronista, o conde de Vimioso, cuja acção em Azamor é conhecida[26], mantinha um corpo militar, «onde havia mui honrados fidalgos e muitos bons cavaleiros e a todos pagava todos os meses sua moradia em dinheiro», enquanto à «sua mesa comiam muitos fidalgos e fronteiros e assim muitos moradores»[27]. É um exemplo que, embora numa proporção mais modesta, seria seguido por outras franjas nobiliárquicas[28].

De qualquer modo, sabe-se que em 1515 o rei D. Manuel I mandou ao almoxarife de Azamor que entregasse a Lançarote de Freitas, feitor na dita cidade, cerca de 100.000 réis para pagamento das moradias dos moradores da Casa Real ali residentes[29]. Seria um valor relevante em função do número de matriculados ou, pelo contrário, exíguo? É que, em 17.07.1520, foi feito um mandado para se pagar a uma só pessoa, António Lopes de Sequeira, fidalgo da Casa, cerca de 14.500 réis de moradia[30].

Nesse sentido, dever-se-á notar que, para as moradias dos foros na Casa Real, era o valor monetário (e não o grau por si só) que servia de aferidor de estima social. A bitola da qualidade, inerente a cada servidor, media-se mais pela verba que vencia do que pela tipologia do foro em que fora inscrito nos livros de matrícula. O mesmo sucederia com as tenças. Facto que ajudará

26. Durval Pires de Lima, *Azamor, os precedentes da conquista e a expedição do Duque D. Jaime*, Lisboa, 1930, p. 45.

27. Bernardo Rodrigues, *Annais de Arzila – crónica inédita do século XVI*, publicados por ordem da Academia das Ciências de Lisboa, sob a direcção de David Lopes, tomo I (1508-1525), Lisboa, 1915, p. 45.

28. Alguns exemplos: «Ordem para o almoxarife das jugadas de Santarém dar a Francisco Botelho, fidalgo da Casa Real, 252 alqueires de trigo por lhe serem devidos pelos 3 homens de cavalo e 3 de pé, que com ele serviram em Azamor», 16 de Março de 1524. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 30, n.º 98 e «Mandado de António Leite, capitão de Azamor, para o almoxarife pagar a João de Ornelas, fidalgo da Casa Real, o mantimento de 4 cavalos e 7 pes-soas com que serviu naquela cidade», 06.06.1514; ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 48, n.º 17; «Provisão para se pagar a Sancho de Vasconcelos, fidalgo da Casa, 19.238 réis de soldo que se lhe deviam da gente que com ele servia em Azamor», 03/05/1515; ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 57, n.º 4.

29. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 61, n.º 67.

30. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 90, n.º 121.

seraient d'environ 748 auxquels s'ajoutaient presque 101 arbalétriers à cheval[25].

Mais la clientèle de la Maison de Bragança ne fut pas la seule à tirer profit de l'état de choses décrit plus haut. Dans la même maille vinrent s'incorporer les membres de la famille la plus proche du duc, comme le marquis de Vila Real, les comtes de Tentugal, de Vimioso, de Faro, d'Alcoutim et de Redondo. Tous ceux-ci, tirant parti de l'intervention directe sur la scène de guerre d'Azemmour en 1513, inscrivirent des gens à eux sur la liste des personnes graciées par le duc D. Jaime, et à reconfirmer par la Couronne. Encore que certains de ces titulaires eurent occasionnellement à supporter les coûts inhérents, comme le mentionne Bernardo Rodrigues. Selon ce chroniqueur, le comte de Vimioso, dont l'action à Azemmour est connue[26], maintenait un corps militaire, « où il y avait beaucoup d'honorables gentilshommes et beaucoup de bons chevaliers auxquels il payait tous les mois leur *moradia* en argent » tandis qu'à « sa table mangeaient beaucoup de gentilshommes et de frontaliers ainsi que de nombreux pensionnaires »[27]. Un exemple qui, quoique dans une proportion plus modeste, serait suivi par d'autres franges nobiliaires[28].

Nous savons, en tout cas, qu'en 1515 le roi D. Manuel I a donné l'ordre à l'*almoxarife* d'Azemmour de remettre à Lançarote de Freitas, *feitor* dans ladite ville, environ 100 000 réaux pour le paiement des *moradias* aux pensionnaires de la Maison Royale qui y résidaient[29]. Était-ce une valeur importante par rapport au nombre d'inscrits ou, au contraire, une valeur insignifiante ? Et ceci parce que le 17 juillet 1520, il fut donné l'ordre de payer à une seule personne, en l'occurrence à António Lopes de Sequeira, noble de la Maison Royale, environ 14 500 réaux correspondant à une *moradia*[30]. En ce sens, il convient de noter que pour les *moradias*

25. ANTT, *Núcleo Antigo*, codex 606, « Rol de pagamentos à gente de guerra de Azamor, Janeiro de 1514 ».

26. Durval Pires de Lima, *Azamor, os precedentes da conquista e a expedição do Duque D. Jaime*, Lisbonne, 1930, p. 45.

27. Bernardo Rodrigues, *Annais de Arzila – crónica inédita do século XVI*, publiés par ordre de l'Academia das Ciências de Lisboa, sous la direction de David Lopes, tome I (1508-1525), Lisbonne, 1915, p. 45.

28. Quelques exemples : [« Ordre pour l'*almoxarif* des arpents de Santarém de donner à Francisco Botelho, noble de la Maison Royale, 252 *alqueires* (boisseaux portugais) de blé que lui devaient les 3 hommes de cheval et 3 hommes de pied, qui avaient servi avec lui à Azemmour »], le 16 mars 1524, cf. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 30, nº 98. [« Mandement d'António Leite, capitaine d'Azemmour, pour que l'*almoxarif* paye João de Ornelas, noble de la Maison Royale, pour l'entretien de 4 chevaux et de 7 personnes avec lesquels il avait servi dans cette ville »], le 6 juin 1514, cf. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 48, nº 17. [« Disposition selon laquelle il fallait payer à Sancho de Vasconcelos, noble de la Maison, 19 238 réaux de solde qui lui étaient dus par des gens qui avaient servi avec lui à Azemmour »], le 3 mai 1515, cf. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 57, nº 4.

29. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 61, nº 67.

30. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 90, nº 121.

a entender aparentes discrepâncias, concorrendo para a dificuldade de fixar parâmetros, quando se tenta estabelecer paridades no binómio serviço/ tença[31]. Contudo, essa realidade, ao ser intuída pelos protagonistas, poderia ter consequências nefastas para o serviço régio[32].

Acções militares em Azamor (mas também em Safim, Arzila e Tânger) foram, como se depreende, pretexto para fornadas de novos cavaleiros, na sua grande maioria "angariados" para a Casa Real, mas sem intervenção directa desta[33]. Tome-se o caso de Manuel Caldeira, mais tarde poderoso contratador. Em 1522, sendo então criado do capitão de Azamor D. Álvaro de Noronha, obteve deste o foro de cavaleiro, em recompensa dos serviços prestados nessa praça durante três anos e meio com suas armas e cavalo. Caldeira viu confirmado tal privilégio por carta de D. João III[34] e, em 1559, surge na documentação já como *Cavaleiro fidalgo da Casa Real*[35]. O hábito de Cristo[36] e uma comenda na mesma ordem rematariam um percurso social bem sucedido. As mercês obtidas em remuneração de préstimos e serventias podiam configurar diferentes modelos para lá do acrescentamento nobiliárquico, logrando, desse modo, réditos pecuniários e outros mais substanciais. Por alvará de 02.10.1515 António Abreu, fidalgo da Casa, recebeu 25 cruzados de mercê pela sua acção em Azamor[37]. São situações que podiam projectar-se para lá da barreira cronológica que fixou o limite da presença portuguesa naquela praça, uma vez que, como é óbvio, os memoriais de serviços remetiam para acontecimentos anteriores, os quais eram lembrados pelos

31. «Alvará por que o rei manda ao recebedor das sisas da cidade de Lisboa que pague a Vasco Pimentel, cavaleiro que serviu em Azamor, 15 mil réis em parte de 27.710 réis que lhe são devidos pelos seus soldos», 02 Dezembro 1531. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 48, n.º 3. «Mandado de Pero Marques, capitão e governador da vila de Azamor, para Alexandre de Freitas, feitor e almoxarife da mesma vila, dar a Gaspar Gonçalves, cavaleiro dela, mil réis que lhe são devidos dos soldos dos últimos 6 meses», 02 Maio 1532, ANTT, *Corpo Cronológico*, n.º 106.

32. Carta de D. Álvaro de Abranches, datada de 26.10.1536, dando conta a D. João III que os besteiros e espingardeiros do número de Azamor pediam licença para irem para suas terras, pelo prejuízo que recebiam em sua fazenda e desamparo de suas mulheres, mandando em seus lugares a outros; ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 57, n.º 122.

33. Veja-se, a propósito, Pedro de Brito, «As Cartas de Cavaleiro e Escudeiro nos sécs. XV e XVI», *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica*, n.º 1, 2006, p. 223 e ss.

34. ANTT, *Chancelaria de D. João III*, «*Carta de privilégio a Manuel Caldeira*», Liv. 1, fl. 23.

35. Archivo General de Indias (AGI), *Patronato,* Legado 286, R. 133.

36. AGI, *Justicia,* Legado 888, N. 5.

37. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 18, n.º 109.

qui relevaient de la Maison Royale c'était la valeur monétaire (et non pas le rang en soi) qui servait d'indicateur de l'estime sociale. Le niveau de qualité inhérent à chaque serviteur était mesuré plutôt par la somme qu'il percevait que par la typologie du *Foro* [typologie du titre dans laquelle il avait été inscrit dans les livres d'enregistrement]. La même chose se produirait avec les *tenças* [subside pécuniaire attribué par la Maison Royale]. Ce fait nous aidera à comprendre les apparentes divergences qui concourent à la difficulté de définir des paramètres lorsqu'on essaie d'établir des parités dans le binôme service/subside[31]. Néanmoins, cette réalité, lorsqu'elle était pressentie par ses protagonistes, pouvait avoir des conséquences néfastes pour le service régalien[32].

Les actions militaires à Azemmour (mais aussi à Safi, Asilah et Tanger) ont été, comme on le laisse entendre, un prétexte pour de nouvelles fournées de chevaliers, la plupart d'entre eux « recrutés » pour servir la Maison Royale, mais sans que celle-ci n'intervienne directement[33]. Prenons le cas de Manuel Caldeira qui devint plus tard un puissant recruteur. En 1522, alors qu'il était serviteur du capitaine d'Azemmour, D. Álvaro de Noronha, il obtint de celui-ci le titre de chevalier en récompense de services rendus dans cette place forte durant trois ans et demi avec ses armes et chevaux. Caldeira vit ce privilège confirmé par une lettre de D. João III[34] et, en 1559, il apparaît déjà dans la documentation comme *Cavaleiro-Fidalgo da Casa Real* [*Chevalier-gentilhomme de la Maison Royale*[35]]. L'habit de Christ[36] et une commanderie dans le même Ordre viendraient conclure un parcours social réussi. Les grâces obtenues pour récompenser des mérites et des services rendus pouvaient configurer différents modèles au-delà de l'ajout nobiliaire, jouissant ainsi de revenus en argent et d'autres plus substantiels. Dans une charte du 2 octobre 1515, António Abreu,

31. [« Charte par laquelle le roi envoie le receveur des impôts de la ville de Lisbonne pour payer à Vasco Pimentel, chevalier qui a servi à Azemmour, 15 000 réaux soit une part des 27 710 réaux qui lui sont dus au titre de sa solde »], le 2 décembre 1531, cf. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 48, nº 3. [« Mandement de Pero Marques, capitaine et gouverneur de la ville d'Azemmour, pour Alexandre de Freitas, *feitor* et *almoxarif* de cette même ville, pour qu'il donne à Gaspar Gonçalves, son chevalier, mille réaux, qui lui sont dus au titre des soldes des 6 derniers mois »], le 2 mai 1532, cf. ANTT, *Corpo Cronológico*, nº 106.

32. Lettre de D. Álvaro de Abranches, datée du 26 octobre 1536, informant D. João III que les arbalétriers et les espingardiers de l'unité d'Azemmour demandaient la permission de regagner leur pays, en raison des préjudices qu'ils avaient dans leur propriété et parce que leur épouse était désemparée, et d'en envoyer d'autres à leur place, cf. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 57, nº 122.

33. Voir, à ce sujet, Pedro de Brito, « As Cartas de Cavaleiro e Escudeiro nos sécs. XV e XVI », *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica*, nº 1, 2006, p. 223 et ss.

34. ANTT, *Chancelaria de D. João III*, « Carta *de privilégio a Manuel Caldeira* », Liv. 1, fl. 23.

35. Archivo General de Indias (AGI), *Patronato,* Legado 286, R. 133.

36. AGI, *Justicia,* Legado 888, N. 5.

requerentes como argumento favorável ao despacho das suas petições. Assim, a título de exemplo, por cartas de 10 e 12 de Novembro de 1546, Francisco Tavares, cavaleiro fidalgo da Casa Real, do Conselho de El-Rei, a quem serviu em Safim e Azamor, obteve o reguengo e os direitos reais de Mira e a dízima nova do pescado de Aveiro e Esgueira, na sequência de prestação marroquina ocorrida vários anos antes[38]. Contudo, os valores pagos nem sempre se circunscreviam a serviço efectivo na praça em que se estava arrolado. As necessidades militares obrigavam a certa mobilidade geográfica e condicionavam o teatro em que se operava. Em 16.09.1523 um mandado para o contador de Azamor ordena que se pague a André Mendes, que ali era almocadém, todo o tempo que serviu na vila e castelo de Mazagão, com seus homens e cavalos, como se tivesse estado a servir na dita cidade[39]. As circunstâncias pessoais podiam ditar outras variantes sem com isso fazer perigar a retribuição devida. Em 28.08.1523 foi emitido um mandado para o contador, almoxarife e oficiais de Azamor pagarem a Álvaro Cabral, cavaleiro, morador na dita cidade, todo o seu ordenado, soldo e mantimentos, e de seus homens e cavalos, do tempo de seis meses, sem embargo de lá não ter servido por estar no reino[40].

As quantias percebidas, tanto a troco de remuneração como de tença, moradia ou mercê, serviam não só o acrescentamento financeiro dos beneficiários, como, ocasionalmente, concorriam para o acerto de dívidas e outros encargos por eles assumidos. A transferência de responsabilidade creditícia configuraria um modo de recompensa tão apetecido como os estipêndios monetários. Em 16.02.1524 é passada ordem régia para o feitor de Azamor não constranger João da Silva, cavaleiro e morador na dita cidade, por vinte cruzados, que diz dever na dita feitoria, dos quais o rei lhe faz mercê[41]. Em 19.06.1533 um mandado do rei D. João III ao feitor de Azamor ordena que, dos 70 mil réis que o mercador Francisco Gomes devia de pescado na feitoria, exclua 20 mil réis, por ser essa a quantia que lhe faz mercê em atenção aos seus serviços[42].

Os exemplos arrolados não constituem excepção nem se circunscrevem a um mesmo grupo social, mas, tal

38. *Arquivo do Distrito de Aveiro* (revista de Aveiro, 1935-1976), vol. IV, p. 282.

39. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 30, n.º 12.

40. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 30, n.º 12.

41. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 30, n.º 86.

42. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 51, n.º 58.

Fidalgo da Casa [gentilhomme de la Maison Royale] reçut 25 *cruzados* en guise de grâce pour son action à Azemmour[37]. Des situations qui pouvaient dépasser la barrière chronologique qui avait fixé la limite de la présence portugaise dans cette place. Parce que, bien entendu, les mémoriaux des services renvoyaient à des événements antérieurs qui étaient rappelés par les requérants comme un argument favorable à l'envoi de leurs requêtes. Par exemple, dans des lettres datées des 10 et 12 novembre 1546, Francisco Tavares, *Cavaleiro-Fidalgo da Casa Real*, du Conseil du roi, qu'il avait servi à Safi et Azemmour, obtint les terres et les droits régaliens de Mira et la *dízima nova* [dîme nouvelle] des produits de la pêche d'Aveiro et d'Esgueira, à la suite d'un service rendu lors de son séjour au Maroc, et qui avait eu lieu quelques années auparavant[38]. Toutefois, les montants versés ne concernaient pas uniquement les services prêtés dans la place où il était enregistré. Les nécessités militaires exigeaient une certaine mobilité géographique et conditionnaient le théâtre des opérations. Le 16 septembre 1523, un mandat pour le *contador* d'Azemmour ordonnait que soit payée à André Mendes, qui était *almocadém* [capitaine d'infanterie], toute la durée pendant laquelle il avait servi dans « la ville et dans le château fort de Mazagan », avec ses hommes et ses chevaux, comme s'il avait été en poste dans ladite ville[39]. Les circonstances personnelles pouvaient dicter d'autres variantes sans pour autant mettre en danger la rétribution due. Le 28 août 1523, un mandat fut émis pour le *contador*, l'*almoxarif* et les officiers d'Azemmour afin qu'ils paient à Alvaro Cabral, chevalier résidant dans cette ville, tout son salaire, la solde et les vivres, ainsi que ceux de ses hommes et chevaux, correspondant à une période de six mois, sans obstacle du fait de ne pas y avoir servi parce qu'il se trouvait dans le royaume[40]. Les sommes perçues au titre de rémunération, subsides, *moradia* ou grâce, servaient non seulement l'accroissement financier des bénéficiaires, mais elles concourraient aussi, occasionnellement, au règlement de dettes et d'autres charges qu'ils avaient assumées. Le transfert de responsabilité créditrice configurerait un mode de récompense aussi convoité que les contributions monétaires. Le 16 février 1524, le *feitor* d'Azemmour reçut l'ordre royal de ne pas contraindre João da Silva, chevalier et résident de cette ville, à payer vingt *cruzados*, qu'il alléguait devoir dans cette factorerie, et dont le roi lui avait fait grâce[41]. Le 19 juin 1533, un mandat du roi D. João III envoyé au *feitor* d'Azemmour ordonnait que, des 70 000 réaux que le

37. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 18, nº 109.

38. *Arquivo do Distrito de Aveiro* (revue d'Aveiro, 1935-1976), vol. IV, p. 282.

39. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 30, nº 12.

40. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 30, nº 12.

41. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 30, nº 86.

como a maioria de casos conhecidos, reportam-se a indivíduos que não se fixaram em Azamor, apenas ali serviram temporariamente e cuja descendência nada teve que a ligasse àquela, ou a outra, praça de Marrocos.

Diferente foi o sucedido com a parentela de Francisco do Rego, a qual, mercê das circunstâncias, configura um estudo de caso ilustrativo do género de vivência marroquina comum à pequena nobreza de serviço. Na verdade, embora nascido na região de Torres Vedras, Francisco do Rego vinculou ao solo marroquino o seu destino e o dos filhos. Morador em Safim, para lá teria ido numa das levas de gente de armas que passara ao Norte de África, deixando rasto na tomada da cidade de Azamor no início de Setembro de 1513. Estava, como muitos outros, ao serviço do duque de Bragança, D. Jaime, por quem seria feito cavaleiro, confirmado depois por carta de D. Manuel I, dada em Lisboa, a 29 de Agosto de 1514[43]. Neste mesmo ano, mas a 22 de Fevereiro, achava-se em Arzila, onde tomou parte no recontro junto ao porto das Pedras, que opôs os soldados de D. João Coutinho, 2º conde de Borba, aos alcaides de Alcácer Quibir, «Jazem» e Larache. Bernardo Rodrigues, assim o refere, nos *Anais de Arzila*:

A condessa velha e suas filhas, e assim a condessa nova, Dona Isabel, com as mais honradas se foram à igreja de São Bartolomeu e ordenaram uma solene procissão, rogando a Nosso Senhor Deus e a Santa Maria os guardasse e lhes desse vitória; não tardou muito que não fizessem sinal, e era Francisco do Rego que com dois homens de pé trazia o mouro cativo, o qual o conde mandou diante à vila; e, logo que o entregou à porta, se tornou com outros oito ou dez de cavalo, que na vila ficaram, ou doentes ou mancos, os quais ainda chegaram a tempo de se acharem na peleja, por ser muito perto da vila, como logo se dirá (...)»[44].

Francisco do Rego foi pai de Manuel do Rego e de Antão do Rego. O serviço das armas terá sido, inevitavelmente, o denominador comum que os uniu em terras marroquinas. Manuel do Rego assistiu na mesma acção de Arzila, de 1514, como se infere de carta do rei D. Manuel I, datada de 28 de Abril do mesmo ano, confirmando alvará de D. João de Meneses em que tivera feito cavaleiro Manuel do Rego, criado de Dom João

43. Outorga concedida a petição do beneficiário mediante a apresentação de um alvará que certificava ter sido armado cavaleiro em Azamor, por Rui Barreto, por mandado do duque de Bragança, cf. ANTT, *Chancelaria D. Manuel I*, Livro 11, fl. 53.

44. Bernardo Rodrigues, *Annais de Arzila*... cit., tomo I, pp. 120-121.

commerçant Francisco Gomes devait, concernant les produits de la pêche à la factorerie, il en supprime 20 000, étant donné qu'il lui faisait grâce de cette somme en récompense de ses services[42]. Les exemples cités ne sont pas une exception et ne se circonscrivent pas non plus à un même groupe social, mais comme dans la plupart des cas connus, ils se rapportent à des personnes qui ne se sont pas fixées à Azemmour, mais y ont juste servi temporairement et dont la descendance n'avait rien qui puisse la relier à cette place ou à une autre place du Maroc.

En revanche, un cas différent est ce qui arriva aux membres de la famille de Francisco do Rego, laquelle, par la force des circonstances, constitue une étude de cas qui illustre bien le genre d'expérience de vie marocaine commune à la petite noblesse de service. En vérité, bien que né dans la région de Torres Vedras, Francisco do Rego lia son destin et celui et de ses enfants au sol marocain. Habitant à Safi, il y serait allé, avec l'un des groupes de gens d'armes qui étaient partis en Afrique du Nord, et y aurait laissé des traces dans la prise de la ville d'Azemmour au début de septembre 1513.

Il était, comme beaucoup d'autres, au service du duc de Bragança, D. Jaime, grâce auquel il avait été fait chevalier, confirmé ensuite par une lettre de D. Manuel I, remise à Lisbonne, le 29 août 1514[43]. Cette même année, mais cette fois le 22 février, il se trouvait à Asilah où il prit part à la confrontation près du port des *Pedras*, qui opposa les soldats de D. João Coutinho, le 2e comte de Borba, aux caïds d'EL-Ksar el-Kebir, « Jazem » et de Larache. C'est ce que mentionne Bernardo Rodrigues dans les *Anais de Arzila* [annales d'Asilah] : « La vieille comtesse et ses filles, et donc la jeune comtesse Dona Isabel, s'en furent avec les plus honorées à l'église de São Bartolomeu [Saint-Barthélemy] et ordonnèrent une procession solennelle, implorant Le Seigneur Dieu et La Sainte Marie de les protéger et de leur donner la victoire ; il ne tarda pas longtemps qu'on leur fît signe, c'était Francisco do Rego qui, avec deux hommes de pied, apportait le captif maure que le comte ferait partir devant eux vers la ville, et dès qu'il le livra à la porte, il repartit avec huit ou dix autres hommes de cheval qui étaient restés dans la ville, ou malade, ou boiteux, lesquels étaient encore arrivés à temps de participer à la bataille, car cela se passait très près de la ville, comme on le dira plus tard (...) »[44].

Francisco do Rego était le père de Manuel do Rego et d'Antão do Rego. Le service des armes fut inévitable-

42. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 51, nº 58.

43. Concession accordée à la requête du bénéficiaire sur présentation d'une charte qui certifierait qu'il avait été fait chevalier à Azemmour, par Rui Barreto, sur l'ordre du duc de Bragança, cf. ANTT, *Chancelaria D. Manuel I*, Livro 11, fl. 53.

44. Bernardo Rodrigues, *Annais de Arzila*... cit., tome I, pp. 120-121.

de Mascarenhas, «por seus merecimentos quando socorreu a nossa vila d' Arzila»[45].

Quanto a Antão do Rego, foi, da tríade familiar, aquele que mais se terá distinguido, a julgar pelo rasto documental que deixou. A exemplo de seu irmão, é referido nas fontes como criado de D. João de Mascarenhas, de quem Rafael Botado, parente de sua mulher e criado de D. Álvaro de Noronha, era pajem de lança[46]. Tal como ele, também serviu em Azamor, Mazagão e Safim, mas com cavalos e armas à sua custa, tendo estado cativo dos muçulmanos por duas ocasiões. A primeira durante a capitania de D. Álvaro de Noronha em Azamor (1518-1521), a segunda em Safim no tempo do governo de D. Nuno Mascarenhas. Andaria em companhia de D. Rodrigo de Noronha e de Bentafufa, alcaide berbere fiel a Portugal, quando este foi assassinado a 16 de Fevereiro de 1518.

Antão do Rego fugiu do primeiro cativeiro, que durou cerca de um ano, não sendo, por isso, compreendido na fiança que os moradores de Azamor pagaram para o resgate dos cativos. Do segundo, remiu-o uma fiança de 200 onças, ficando por ele Lançarote de Freitas, à época feitor de Azamor. Foi, aliás, este quem, em carta ao rei, pediu que se pagasse o resgate já que, como asseverava, o cativo bem o merecia. Por esse documento vê-se que Antão do Rego era um intérprete competente, o que indicia temporalidade na estada africana. Para além de ser patente estar muito ao facto das negociações abertas entre D. João III e o rei Mohammed de Fez, por ter sido ele o redactor de todos os apontamentos remetidos para Lisboa, *alia manu*, por um enviado mandado à capital portuguesa pelo alcaide el-'Attar de Tadla, medianeiro entre os dois soberanos[47].

Antão do Rego esteve, também, com o governador de Safim, D. Nuno de Mascarenhas, na entrada que este fez em *Sidi Chiker* – povoação a 13 léguas de Safim, nas margens do rio Tensift – e a sua acção foi tal que o governador o fez "*caualeiro por ser pesoa que ho merece*", graça confirmada pelo rei, por carta datada de Tomar aos 5 de Setembro de 1525[48].

45. ANTT, *Chancelaria de D. João III*, Livro 4, fl. 15v. Cf. texto integral desta confirmação de mercê, em «Apêndice documental», doc. 1.

46. «E a Rafael botado meu a cauallo aos ditos sejs / meses ao dito Respeito de iij^{c} L cada mes dous mjll Cem reaes»; ANTT, *Núcleo Antigo,* códice 611, «Livro dos pagamentos dos feitos aos soldados que servirão na cidade de Azamor no ano 1521», fl. 2v, transcrição de Rui Henriques, publicada no 2.º volume desta obra..

47. ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 36, n.º 138. Cf. texto integral desta carta em «Apêndice documental», doc. 2.

48. ANTT, *Chancelaria D. João III*, Livro 12, fl. 104. Cf. texto integral desta confirmação de mercê, em «Apêndice documental», doc. 3.

ment le dénominateur commun qui les a unis en terre marocaine. Manuel do Rego collabora dans la même action d'Asilah de 1514, ainsi qu'il ressort de la lettre du Roi D. Manuel datée du 28 avril de la même année, confirmant la charte de D. João de Meneses dans laquelle il avait fait chevalier Manuel do Rego, serviteur de Dom João de Mascarenhas, « pour ses mérites lorsqu'il a porté secours à notre ville d'Asilah »[45].

Quant à Antão de Rego, c'est celui qui se distingua le plus des trois membres de la famille, à en juger par les traces documentaires qu'il a laissées. À l'instar de son frère, il est mentionné dans les sources comme serviteur de D. João de Mascarenhas, dont Rafael Botado, un parent de sa femme et serviteur de D. Álvaro de Noronha, était le valet d'armes[46]. Tout comme lui, il servit également à Azemmour, Mazagan et Safi, mais avec des chevaux et des armes à feu à ses frais, ayant été fait captif par les Musulmans à deux reprises. La première fois pendant la capitainerie de D. Álvaro de Noronha, à Azemmour (1518-1521), la seconde à Safi, durant la période de gouvernance de D. Nuno Mascarenhas. Il serait en compagnie de D. Rodrigo de Noronha et de Yahyâ U Ta'fûft, alcade berbère fidèle au Portugal, quand il fut assassiné le 16 février 1518. Antão de Rego s'échappa de la première captivité qui dura environ un an, celui-ci n'étant donc pas inclus dans la caution que les habitants d'Azemmour payèrent pour le rachat des captifs. Lors de la deuxième, il fut racheté grâce à une caution de 200 onces, dont Lançarote de Freitas, à l'époque *feitor* d'Azemmour, se porta garant. Ce fut, d'ailleurs, ce dernier qui, dans une lettre au roi, avait demandé que sa rançon soit payée, car, comme il le déclarait, le captif le méritait bien. Ce document nous permet de constater qu'Antão do Rego était un interprète compétent, ce qui indique une certaine temporalité dans son séjour en Afrique. De plus, il est clair qu'il était très au fait des négociations ouvertes entre D. João III et le roi Muhammad de Fès, car ce fut lui le rédacteur de toutes les notes expédiées à Lisbonne, *alia manu*, par un messager envoyé à la capitale portugaise par l'alcade el-'Attar de Tadla, médiateur entre les deux souverains.[47]

Antão do Rego était aussi avec le gouverneur de Safi, D. Nuno de Mascarenhas, lors de l'entrée de ce dernier dans Sidi Chiker – une localité à 13 lieues de Safi, sur les rives du fleuve Tensift – et son action fut telle que le gouverneur le fit « chevalier, car c'est une personne qui le mérite », cette grâce fut confirmée par le roi dans

45. ANTT, *Chancelaria de D. João III*, Livro 4, fl. 15v. Cf. de cette confirmation de grâce, dans « Appendice documentaire », doc. 1.

46. [« Et à Rafael Botado, un de mes hommes de cheval, pour les six mois, concernant les 340 de chaque mois – douze mille cent réaux »], cf. ANTT, *Núcleo Antigo,* códice 611, fl. 2 [« Livre des paiements des actions aux soldats qui ont servi dans la ville d'Azemmour au cours de l'année 1521 »], transcription de Rui Henriques, publiée au 2^{e} volume de cet ouvrage.

47. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç 36, nº 138. Cf. texte intégral de cette lettre dans « Appendice documentaire », doc. 2.

Após vários anos de serviço em terras marroquinas, Antão do Rego, detentor do foro de moço de câmara, terá passado ao Oriente, em 1538, seguindo os ventos do tempo. Tal como João Botado, parente próximo de sua mulher, que também combatera em Azamor e fora armado cavaleiro, como consta na *Crónica de D. Manuel*, de Damião de Goes (parte 4, Cap. 40). Quando da ida, Antão do Rego estaria já casado com Margarida Varela de Carvalhosa, pois, a 28 de Agosto de 1537, os frades de Alcobaça aforaram-lhe a quinta de Vale de Mendares[49], no termo de Torres Vedras, a pedido de Álvaro da Ponte, cavaleiro da Casa Real e seu sogro. Este último era sobrinho de Frei António do Turcifal, provincial da Ordem de S. Jerónimo, e irmão de Manuel da Ponte, moço de câmara da Casa Real, feito cavaleiro por D. Rodrigo de Castro, pelos seus serviços em Safim e Azamor, conforme consta do alvará de confirmação dado por D. João III em 03.05.1542[50].

une lettre envoyée de Tomar, en date du 5 septembre 1525[48].

Après plusieurs années de service en terre marocaine, Antão do Rego, détenteur du titre de *moço de câmara* [gentilhomme de chambre], serait passé à l'Asie, en 1538, se laissant emporter par les vents de l'époque. C'est ce qui est arrivé également à João Botado, un parent proche de sa femme, qui avait également combattu à Azemmour et avait été armé chevalier, comme cela figure dans la *Crónicas de D. Manuel*, de Damião de Goes (partie 4, chap. 40). À l'aller, Antão do Rego serait déjà marié avec Margarida Varela de Carvalhosa, car, le 28 août 1537, les frères d'Alcobaça lui avaient donné à cens le domaine de Vale de Mendares[49], dans les limites de Torres Vedras, à la demande de Álvaro da Ponte, chevalier de la Maison Royale et son beau-père. Ce dernier était le neveu de Frei António do Turcifal, provincial de l'Ordre de S. Jerónimo, et frère de Manuel da Ponte, gentilhomme de chambre de la Maison Royale, fait chevalier par D. Rodrigo de Castro, pour ses services à Safi et Azemmour, comme cela figure dans la charte de confirmation donnée par D. João III le 3 mai 1542[50].

48. ANTT, *Chancelaria D. João III*, Livro 12, fl. 104. Cf. texte intégral de cette confirmation de grâce, dans « Appendice documentaire », doc. 3.

49. ANTT, *Corporações religiosas,* Código B 53-137 *Livro 6 dos prazos do Mosteiro de Alcobaça*, fls. 226 a 231 (ano de 1537).

50. ANTT, *Registo Geral de Mercês, D. João III,* Liv. 32, fl. 80.

49. ANTT, *Corporações religiosas,* Codex B 53-137 *Livro 6 dos prazos do Mosteiro de Alcobaça*, fls. 226 à 231 (année 1537).

50. ANTT, *Registo Geral de Mercês, D. João III,* Livro 32, fl. 80.

APÊNDICE DOCUMENTAL

1

Carta do rei D. Manuel I confirmando alvará de D. João de Meneses pelo qual Manuel do Rego, criado de Dom João de Mascarenhas, fora feito cavaleiro pelos seus merecimentos em socorro a vila de Arzila.
Lisboa, 28 de Abril de 1514
ANTT, *Chancelaria de D. João III*, Livro 4, fl. 15v.

«D. Manuel (...), etc .a quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que por parte de manuell do Reguo cryado de dom Joham Mazcarenhas do noso conselho e noso capitam dos ginetes nos foy apresentado hum allvara de dom joham de Meneses do noso conselho porque hacertifiqua que o fez cavaleiro por seus merecimentos quando sequoreu a nosa vila darzila Pedimdonos que ouvesemos por bem e mandassemos que lhe fosem guardados os preujlegios e liberdades que tem os cavaleiros daquall cousa por lhe njso fazemos merçe nos praz porem mandamos a todolos corregedores, juizes e justiças de nosos Rejnos a que esta nosa carta for mostrada que guardem e façam jmteiramente guardar e comprir ao dicto manuell do Reguo todas as homras e priujlegjos liberdades primjnencias que tem e se guardam aos cavalejros porque asy he nosa merçe e queremos que de todo gouze sem embarguo nem comtradjçam allguã que lhe a ello seja posto dada em Lixboa a vinte e oito dabrjll damjam djas a fez de mjll e quinhentos catorze».

2

Carta de Lançarote de Freitas, feitor de Azamor, a D. João III, em que lhe dá conta do resgate dos cativos feitos no tempo de D. Álvaro de Noronha, e recomenda Antão do Rego, de quem ficou por fiador do seu resgate. Sublinha os préstimos de Antão do Rego para informar o rei sobre as coisas de Fez, porque sabia a língua da terra, e sobre a missão do alcaide de el-ʿAttar ao Reino, uma vez que fora ele que fizera todos os apontamentos que o dito alcaide levava.
Azamor, 27 de Junho de 1527.
ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 36, n.º 138.

«Senhor, os catyvuos que em tempo de dom aluaro quatyuaram vyeram aquy ter todos pela fyansa que hos moradores desta cydade lhes fizeram ho capytam jorge vyegas lhes deu carta pera Vosa Alteza e pola mayor parte deles serem cryados de dom Aluaro de noronha se partyram pera seuylha a busquar parte do seu Resgate que o dito dom Aluaro lhe tem pormetydo e porque esta pesoa que a nome antam do Rego foy quatyvo com elles e asy tambem outra vez foy catyvuo andando com dom rodryguo de loronha quando mataram aydea e esteue muyto tempo quatyvo e fugyo e por ele ser tal pesoa e ter tam seruydo Vosa Alteza como eu bem sey fyquey por seu fyador de duzentas omças em que foy resgatado porque lhe sertefyquo que ele ho merese. E asy sabera Vosa Alteza que he pesoa que se bem pode emformar das cousas do Reyno de fez porque sabe bem a lymgoa e asy sabe toda ha emformaçam com que este mouro do alcayde latar vay a Vosa Alteza porque ele fez todolos apomtamentos que leua e porque a ysto sam obrygado o escrevuo asy a Vosa Alteza noso senhor acresemte o Reall estado de Vosa Alteza a seu samto seruyso. Dazamor oje vinte sete de jun ho de quinhentos vinte seis anos. Lançarote de freytas – pera elRey noso senhor do feytor dazamor lamçaorte (sic) de freitas».

APPENDICE DOCUMENTAIRE

1

Lettre du roi D. Manuel confirmant la charte de D. João de Meneses par laquelle Manuel do Rego, serviteur de Don João de Mascarenhas, avait été fait chevalier pour ses mérites d'avoir porté secours à la ville d'Asilah.
Lisbonne, le 28 avril 1514
ANTT, *Chancelaria de D. João III*, Livre 4, fl. 15v.

2

Lettre de Lançarote de Freitas, feitor d'Azemmour, à D. João III, où il lui rend compte du rachat des captifs faits à l'époque de D. Álvaro de Noronha, et où il recommande Antão de Rego, dont il s'est porté garant de sa rançon. Il souligne les services d'Antão de Rego pour informer le roi sur les choses de Fès, parce qu'il savait la langue du pays, et sur la mission de l'alcade d'el-ʿAttar au Royaume, vu que c'était lui qui avait pris toutes les notes que ledit alcade emportait.
Azemmour, le 27 juin 1527.
ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 36, nº 138.

3

Carta D. João III, na qual se inclui traslado de alvará de Dom Nuno de Mascarenhas, capitão e governador de Safim, datado de 23/9/ 521, fazendo Antão do Rego cavaleiro pelos serviços prestados numa entrada em Sidi Chiker, *confirmando esta mercê e reforçando-a, a pedido de Antão do Rego, com base nos serviços por ele prestados e por seu pai e irmão em Safim. No que respeita ao agraciado, discrimina-se: serviço em Azamor e Mazagão com cavalo e armas durante 3 anos e dois cativeiros, um dos quais de 1 ano em Marraquexe.*
Tomar, 5 de Setembro de 1525.
ANTT, *Chancelaria D. João III*, Livro 12, fl. 104.

3

Lettre de D. João III, dans laquelle est inclus le transfert de la charte de Dom Nuno de Mascarenhas, capitaine et gouverneur de Safi, datée du 23 septembre 1521, faisant chevalier Antão de Rego pour les services prêtés dans une entrée à Sidi Chiker, confirmant cette grâce et la renforçant, à la demande d'Antão de Rego, sur la base des services rendus par lui et par son père et son frère à Safi. À l'égard du gracié, il est détaillé : service à Azemmour et Mazagan avec cheval et armes pendant 3 ans et deux captivités, dont l'une d'elles de 1 an à Marrakech.
Tomar, le 5 septembre 1525.
ANTT, *Chancelaria D. João III*, Livre 12, fl. 104.

«Dom Joam (...), etc, a quamtos esta mynha carta virem faço saber que por parte dantam do Reguo me foy apresentado hum alvara de que o teor he o seguynte – dom nuno mazcarenhas do conselho delRey noso senhor capitam e governador desta cidade de çafim faço saber que aos catorze dias do mes doutobro fiz hua entrada a xiquere que sam treze legoas desta cidade homde tiue noua que estaua o xerife com sua alhela e em amenheçendo demos em tres aduares em que matamos dozentas almas e tomamos cento e sasenta almas e quinhentos camellos e mujto despojos seis legoas do feito veo o xerife com seisçemtas lanças sobre nos honde se comtemtou de nos ver sem trauar mais comnosquo e porque neste feito se achou antam do Reguo eu o fiz caualeiro por ser pesoa que ho merece e por sua guarda e mynha lembrança lhe mandey ser feito este por mym asynado feito a vinte e tres dias de setembro gonçalo diaz o fez de quinhentos vinte e hum annos – *pedindome o dicto antam do Reguo que por quanto elle e seu pay e outro jrmão seo seruiram na mjnha cjdade de çafim mujto tempo todos com armas e cauallos e asy fora catiuo em marocos hum anno e servira em zamor e mazagão tres annos com cauallo e armas* serujmdo sempre em todallas guardas e repiques e em todallas cousas que se nella fizeram e asy fora catiuo outra vez e lhe confirmase o dicto alvara e visto tudo per mym querendolhe fazer graça e merçe o ey por bem e lho confirmo e ey por confirmado o dicto aluara e quero e me praz que elle dicto antam do Reguo goze de todallas graças, priuylegios liberdades (...)»
(*sublinhado nosso*).

Os capitães de Azamor e Mazagão (1513-1541)

Les capitaines d'Azemmour et de Mazagan (1513-1541)

Rui Henriques, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

Na senda da política de conquistas no norte de África, encetada nos princípios da dinastia de Avis, de que resultou o domínio de Ceuta, Tânger, Alcácer Ceguer e Arzila, D. Manuel I renovou a iniciativa militar nessa região. Esse esforço que mobilizou parte da nobreza portuguesa consubstanciou-se na construção e conquista de várias praças na costa atlântica meridional do que é hoje o território de Marrocos, na faixa que vai do rio Suz, a sul, até ao rio Morbeia, a norte[1].

No início, para além das motivações políticas e religiosas, os portugueses buscavam nesse espaço cereais, produzidos nas regiões da Duquela e Enxovia[2], e mercadorias para o trato com os povos do Golfo da Guiné. Consistiam estas em artefactos em cobre e têxteis, os alquicés (el-Ksa), também designados por alaques (al-hayk), os lambeis (hambels), as aljaravias

1. Sobre as conquistas portuguesas no sul de Marrocos veja-se: David Lopes, «Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel», *in* Damião Peres (dir.), *História de Portugal,* Barcelos, Portucalense Editora, 1931, vol. III, pp. 453-544; David Lopes, *A Expansão em Marrocos,* Lisboa, Teorema/Jornal DL, 1989, pp. 29-31 39-50; António Dias Farinha, *Os Portugueses em Marrocos*, Lisboa, Instituto Camões, 1999, pp. 28-40.

2. Na área compreendida entre os rios de Salé, a norte, e o Tensift, a sul. Cf. Vitorino Magalhães Godinho, «"As Guerras do Pão" em Marrocos», *in Os Descobrimentos e a Economia Mundial,* Lisboa, Presença, 1999, vol. III, pp. 245-267. Em relação à região da Duquela, situada a sul da região da Enxovia e a norte da região do Suz, Duarte Pacheco Pereira escreveu que era uma terra de grande fertilidade em pão e carne. Um anónimo português, em 1596, descrevia-a como «um campo formoso e muito chão, sem árvores nem moita; para a parte de Safim corre vinte e cinco léguas. Por cima da terra há muitas pederneiras soltas, pequenas. É um campo de muito trigo, cevada, centeio, milho e de muitas criações de gado vacum, miúdo e camelos. É este campo muito povoado de alcaimas – isto é tendas e aduares. Há nele muita cavalaria, e dizem que debaixo da terra há muitas covas a que chamam cisternas, de água das invernadas e mais de 400 poços», citado por David Lopes, «Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel»... cit., p. 484. Bernard Rosemberger tem a opinião de que a abundância cerealífera na região era irregular, o que não permitia um comércio estável, «Aspects du Commerce portugais avec le Maroc (XV-XVI siècle)», *in* Luís Filipe Thomaz (ed.), *Aquém e Além da Taprobana. Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*, Lisboa, CHAM, 2002, p. 82; «Les Techniques de Conservation des Grais et Pouvoir dans le Marroc Pré Colonial», *in* M. Gast, Fr. Sigant, C. Beutler (eds.), *Les Techniques de Conservation des Grains a Long Terme*, III, 1, Paris CNRS, 1985, pp. 237-268.

Dans la foulée de la politique de la conquête de l'Afrique du Nord, amorcée au début de la dynastie d'Avis et dont le résultat fut la domination de Ceuta, de Tanger, d'el-Ksar es-Seghir et d'Asilah, D. Manuel I renouvela l'initiative militaire dans cette région. Cet effort, qui mobilisa une partie de la noblesse portugaise, fut concrétisé par la construction et la conquête de plusieurs places de la côte atlantique méridionale de ce qui est aujourd'hui le territoire du Maroc, sur la bande qui va du fleuve Sous, au sud, jusqu'au fleuve Oum er-Rbia au nord[1].

Au début, outre les motivations politiques et religieuses, les Portugais cherchaient des céréales dans cet espace, produits dans les régions des Doukkâla et Shâwiya[2], et des marchandises pour commercer avec

1. Sur les conquêtes portugaises dans le sud du Maroc voir : David Lopes, « Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel », *in* Damião Peres (dir.), *História de Portugal,* Barcelos, Portucalense Editora, 1931, vol. III, pp. 453-544 ; David Lopes, *A Expansão em Marrocos,* Lisbonne, Teorema/Jornal DL, 1989, pp. 29-31 39-50 ; António Dias Farinha, *Os Portugueses em Marrocos*, Lisbonne, Instituto Camões, 1999, pp. 28-40.

2. Dans le secteur compris entre les fleuves Bou Regreg, au nord, et Tensift au sud. Cf. Vitorino Magalhães Godinho, « "As Guerras do Pão" em Marrocos », *in Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisbonne, Presença, 1999, vol. III, pp. 245-267. Par rapport à la région de Doukkala, située au sud de la région de la Chaouia et au nord de la région du Sous, Duarte Pacheco Pereira écrivit que c'était une terre de grande fertilité en pain et en viande. Un anonyme portugais, en 1596, la décrivait comme « [un beau champ avec beaucoup de terre, sans arbres ni buisson ; Safi se trouve à vingt-cinq lieues. Sur la terre il y a beaucoup de rochers détachés, petits. C'est un champ où il y a beaucoup de blé, d'orge, de seigle, de maïs et beaucoup d'élevage de bétail et de chameaux. Ce champ est très peuplé d'*alcaimas* – c'est-à-dire de tentes et de douars. On y trouve beaucoup de cavaleries, et ils disent que sous la terre il y a une grande quantité de cavités qu'ils appellent de citernes, d'eau des saisons d'hiver et plus de 400 puits] », cité par David Lopes, « Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel »... cit., p. 484. Selon Bernard Rosemberger l'abondance céréalière dans la région était irrégulière, ce qui ne permettait pas un commerce stable, « Aspects du commerce portugais avec le Maroc (XV-XVI siècle) », *in* Luís Filipe Thomaz (éd.), *Aquém e Além da Taprobana. Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*, Lisbonne, CHAM, 2002, p. 82 ; « Les Techniques de Conservation des Grains et Pouvoir dans le Maroc Pré Colonial », *in* M. Gast, Fr. Sigant, C. Beutler (éds.), *Les Techniques de Conservation des Grains à Long Terme*, III, 1, Paris CNRS, 1985, pp. 237-268.

(al-jalabiya ou el-djalabiya)[3], comerciados pelo tráfico caravaneiro que unia há séculos o Norte de África à África subsariana, em troca de ouro, marfim e escravos[4]. Estes produtos, tendo-se enraizado como necessidades entre as populações do Golfo da Guiné, eram fundamentais para os portugueses se apropriarem, por via marítima, das apetecíveis riquezas que antes só eram captadas pelas caravanas muçulmanas.

Num contexto de crescente interesse por essas regiões do sul da Berbéria ocidental, em virtude dos contactos comerciais e pescarias que aí se desenvolviam e num clima de disputa com outros europeus, nomeadamente castelhanos[5], os portugueses tomaram a ofensiva. João Lopes de Sequeira erigiu, por conta própria, em 1505, a posição acastelada de Santa Cruz do Cabo de Guer, na região do Suz, onde actualmente fica Agadir, posteriormente vendida ao monarca em 1513. Em 1506, D. Manuel mandou construir, mais a norte, a fortaleza de Mogador, junto onde é hoje Essaouira, abandonada em 1510. Em 1508, o monarca mandou erguer, entre Safim e Mogador, o castelo de Aguz, na foz do Tensift e, no mesmo ano, Diogo de Azambuja conquistava a cidade de Safim, no sul da Duquela[6].

3. O termo el-ksa é do árabe clássico e al-hayk é um termo do árabe dialectal. Sobre algumas características destes têxteis veja-se Bernard Rosemberger, «Aspects du Commerce portugais avec le Maroc (XV-XVI siècle)»... cit., pp. 80-81.

4. Cf. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, «Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, 1970, p. 150. Em relação ao comércio caravaneiro entre o espaço que é hoje Marrocos e a África subsariana veja-se Vitorino Magalhães Godinho, «A Tradição do Ouro e as Caravanas Saarianas», *in Os Descobrimentos...* cit., vol. I, pp. 70-74, 78-80.

5. No tratado das Alcáçovas, em 1479, tinha sido reconhecido o direito castelhano sobre as Canárias e o direito português sobre a Guiné, Cabo Verde, Açores e Madeira e conquista do reino de Fez. No entanto, no sul de Marrocos a disputa entre as duas monarquias ibéricas continuava, pois havia dúvidas quanto ao limite sul do reino de Fez e o limite norte da Guiné. Em 1494, no Tratado de Tordesilhas, ficou estabelecido o direito de Castela a Caçaça e Melilha e, em relação ao sul de Marrocos, ficou deliberado que se constituiria uma comissão luso-castelhana para estudar os limites, o que nunca veio a acontecer. Só em 1509, Portugal e Castela assinaram a Convenção de Sintra que esclareceu as dúvidas. Portugal cedeu as suas pretensões de conquista seis léguas para ocidente de Beles da Gomeira e ficou com o direito da conquista até aos Cabos Não e Bojador, com excepção do forte de Santa Cruz do Mar Pequeno que a Coroa castelhana pôde manter. Contudo, os castelhanos podiam continuar a pescar e atacar os muçulmanos nessa região. Cf. Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel I*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1954, parte II, capítulo xxx; David Lopes, «Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel»... cit., pp. 506-507.

6. Situado no sul da região da Duquela, Safim era um dos centros mais importantes do sul Marrocos. Parece que, desde D. Afonso V, esta cidade constituiu uma relação de vassalagem com a Coroa portuguesa. Um documento do reinado de D. João II, de 1488, referindo os tributos que Safim deveria pagar, confirma essa sujeição. Em 1508, a pretexto de ajudar um dos grupos que disputava o poder, Diogo de Azambuja tomou essa urbe a mando de D. Manuel. Nos seus arredores estabeleceu-se uma importante

les peuples du golfe de Guinée. Il s'agissait d'objets en cuivre et en textile, les el-Ksa (*alquicés*), également connus sous le nom d'al-hayk (*alaques*), les hambels (*lambeis*), les al-jalabiya ou el-djalabiya (*aljaravias*)[3], échangés par le commerce caravanier, qui unissait depuis des siècles l'Afrique du Nord à l'Afrique subsaharienne, contre de l'or, de l'ivoire et des esclaves[4]. Ces produits, devenus indispensables aux populations du golfe de Guinée, étaient essentiels pour que les Portugais s'approprient, par voie maritime, des richesses attractives qui auparavant étaient captées par les caravanes musulmanes.

Dans un contexte d'intérêt croissant pour ces régions du sud de la Berbérie occidentale, en raison des contacts commerciaux et de la pêche qui s'y déroulaient et dans un climat de conflit avec les autres Européens, à savoir les Castillans[5], les Portugais ont pris l'offensive. João Lopes de Sequeira érigea, par ses propres moyens, en 1505, la position fortifiée de Santa Cruz cap Ghîr (le Cap de Gué), dans la région du Sous, actuellement Agadir, vendue ensuite au monarque en 1513. En 1506, D. Manuel fit construire, plus au nord, la forteresse de Mogador, près de l'actuelle Essaouira, abandonnée en 1510. En 1508, le monarque fit construire, entre Safi et Mogador, le château d'Agouz à l'embouchure du Tensift et, cette même année, Diogo de Azambuja conquit la ville de Safi au sud de Doukkâla[6].

3. Le terme el-ksa vient de l'arabe classique et al-hayk est un terme de l'arabe dialectal. Sur certaines caractéristiques de ces textiles voir Bernard Rosemberger, « Aspects du Commerce portugais avec le Maroc (XV-XVI siècle) »... cit., pp. 80-81.

4. Cf. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, « Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor », *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, 1970, p. 150. Par rapport au commerce caravanier entre l'espace que constitue aujourd'hui le Maroc et l'Afrique sub-saharienne voir Vitorino Magalhães Godinho, « A Tradição do Ouro e as Caravanas Saarianas », *in Os Descobrimentos...* cit., vol. I, pp. 70-74, 78-80.

5. Dans le traité des Alcáçovas, en 1479, le droit des Castillans sur les Canaries et le droit des Portugais sur la Guinée, le Cap-Vert, les Açores et Madère ainsi que la conquête du royaume de Fès avaient été reconnus. Toutefois, dans le sud du Maroc, la dispute entre les deux monarchies ibériques continuait, car il subsistait des doutes quant à la limite sud du royaume de Fès et la limite nord de la Guinée. En 1494, dans le traité de Tordesillas, le droit de la Castille sur Caçaça et Melilla fut établi, et en ce qui concerne le sud du Maroc, il fut également décidé qu'un comité luso-castillan serait constitué pour étudier les limites, mais cela n'arrivera jamais. Ce n'est qu'en 1509 que le Portugal et la Castille signeront la Convention de Sintra qui clarifiera les doutes. Le Portugal cédera ses prétentions de conquête six lieues à l'ouest de Beles da Gomeira et aura le droit de conquête jusqu'aux caps Noun et Bojador, à l'exception du fort de *Santa Cruz do Mar Mequeno*, que la Couronne castillane avait pu conserver. Cependant, les Castillans pourraient continuer à pêcher et à attaquer les Musulmans dans cette région. Cf. Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel I*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1954, partie II, chapitre xxx ; David Lopes, « Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel »... cit., pp. 506-507.

6. Située dans la région sud de la Doukkala, Safi était l'un des centres les plus importants du sud du Maroc. Cette ville entretenait, semble-t-il, depuis l'époque de D. Afonso V, une relation de

Azamor, situada no extremo oposto dessa província, na margem sul do rio Morbeia, era outra cidade fundamental para os interesses portugueses. Tinha um artesanato próspero, dominava uma região cerealífera e um mar de abundantes pescarias[7]. Ao fechar a fronteira setentrional da costa da Duquela esta cidade era um ponto estratégico para o controle da zona e para a penetração na província da Enxovia, a norte, cujo projecto de conquista D. Manuel acalentou até à derrota de Mamora, nas margens do Cebu, em 1515. Depois da malograda tentativa de conquista de Azamor em Agosto de 1508, comandada por D. João de Meneses[8], D. Manuel ordenou a preparação de uma grande expedição sob o comando do seu sobrinho D. Jaime, duque de Bragança, na época o mais honrado fidalgo do Reino. Uma armada de quinhentas velas levando consigo cerca de treze mil peões e dois mil homens a cavalo[9], fora a marinhagem, fundeou a 27 de Agosto de 1513 em Mazagão, a cerca de quinze a dezasseis quilómetros a sul de Azamor. A acompanhar o duque ia um extenso séquito da fidalguia

comunidade de muçulmanos submetidos ao poder português, os denominados «mouros de pazes», liderada por Bentafufa, que durou até à sua morte, em 1518. Sobre esta personagem veja-se: Maria Augusta Lima Cruz, «Mouro para os cristãos e cristão para os mouros: o caso Bentafufa», *Anais de História de Além-Mar*, vol. III, Dezembro de 2002, pp. 39-63; Bernard Rosenberger, «Yahya U Ta'fuft (1506-1518). Des ambitions déçues», *Hespéris-Tamuda,* vol. XXXI, 1993, pp. 21-59; Mathew T. Racine, «Service and Honor *in* sixteenth-century portuguese North Africa: Yahya-u-Tafuft and portuguese noble culture», *The Sixteenth Century Journal*, n.º 32, 2001, pp. 67-90.

7. Na segunda metade do século XV é conhecida a presença de pescadores portugueses na zona. Damião de Góis referiu que esta cidade teria, na época da sua conquista, um rendimento anual de sete a oito mil cruzados, «somente das pescarias dos sáveis, cações, e outros peixes a que chamam tazartes que em levante tem a mesma valia dos atuns» (*Crónica de D. Manuel I*... cit., parte III, capítulo xlvii). Na obra *Descrição de África e das coisas notáveis que aí existem*, escrita no primeiro quartel do século XVI, Leão Africano, indicava que o rendimento destas pescarias era de seis a sete mil ducados», citado por Vitorino Magalhães Godinho, «A Pesca e o Sal», *in Os Descobrimentos*... cit., vol. IV, pp. 130-131.

8. Na retirada os portugueses perderam uma nau e outros barcos. Cf. Damião de Gois, *Crónica de D. Manuel I*... cit., parte II, capítulo xxvii. Sobre este fidalgo veja-se Teresa Lacerda, «D. João de Meneses, um retrato da nobreza portuguesa em Marrocos», *in* Maria Augusta Lima Cruz, Rui Manuel Loureiro (coord.), *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp. 117-140.

9. O grande número de cavalos, usados numa expedição tão longínqua além-mar, terá causado admiração na época. Sobre isso, Garcia de Resende escreveu na *Miscelânea*: «Ho Duque vimos chegar / A Azamor, logo tomalo, / vimos sobrelle leuar / mais de dous mil de cavallo / tantas legoas sobre mar: / non há nenhua memoria / nem se secreveo em historia / de tantos cauallos yrem / sobre mar tam longe e virem, / e nam fallo da victoria». Garcia de Resende, «Miscelânea», *in Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973, p. 359. A peça teatral de Gil Vicente, *Exortação da Guerra,* escrita para celebrar o acontecimento, foi outra obra que enalteceu este feito militar no contexto da corte portuguesa. Cf. *Obras de Gil Vicente*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1965, pp. 195-216.

Situé à l'extrémité opposée de la province, sur la rive sud du fleuve Oum er-Rbia, Azemmour était un bourg clef pour les intérêts portugais. La ville avait un artisanat prospère, dominait une région céréalière et une mer poissonneuse[7]. En fermant la frontière septentrionale de la côte de Doukkâla, cette ville était un point stratégique pour le contrôle de la zone et pour la pénétration dans la province de Shâwiya, au nord, dont le projet de conquête a été encouragé par D. Manuel jusqu'à la défaite de Mamora sur les rives du Sebou, en 1515.

Après l'échec de la tentative de conquête d'Azemmour, en août 1508, commandée par D. João de Meneses[8], D. Manuel ordonna la préparation d'une grande expédition sous le commandement de son neveu D. Jaime, duc de Bragança, à l'époque, le plus honorable gentilhomme du Portugal. Une flotte de cinq cents voiles, transportant environ treize mille piétons et deux mille hommes à cheval[9], outre les matelots, a jeté l'ancre le 27 août 1513 à Mazagan, environ quinze à seize kilomètres au sud d'Azemmour. Le duc se fait accompagner d'un vaste entourage de

vassalité avec la couronne portugaise. Un document du règne du roi D. João II, de 1488, se référant aux impôts que Safi devait payer, confirme cette sujétion. En 1508, sous le prétexte d'aider l'un des groupes qui disputaient le pouvoir, Diogo de Azambuja prit cette ville sur les ordres de D. Manuel. Dans son voisinage s'établira alors une importante communauté de Musulmans soumis à la puissance portugaise, les dénommés « [Maures de paix] », dirigée par Yahya ben Tafut et qui durera jusqu'à sa mort, en 1518. Sur ce personnage, voir : Maria Augusta Lima Cruz, « Mouro para os cristãos e cristão para os mouros : o caso Bentafufa » *Anais de História de Além-Mar*, vol. III, décembre 2002, pp. 39-63 ; Bernard Rosenberger, « Yahya U Ta'fuft (1506-1518). Des ambitions déçues », *Hespéris-Tamuda,* vol. XXXI, 1993, pp. 21-59 ; Mathew T. Racine, « Service and Honor *in* sixteenth-century portuguese North Africa : Yahya-u-Tafuft and portuguese noble culture », *The Sixteenth Century Journal*, nº 32, 2001, pp. 67-90.

7. Dans la seconde moitié du XV^e^ siècle, la présence de pêcheurs portugais dans la zone est connue. Damião de Góis a indiqué que cette ville aurait, au moment de sa conquête, un revenu annuel de sept à huit mille *cruzados*, « [seulement de la pêche des aloses, des émissoles, et d'autres poissons appelés *tazartes* qui en orient ont la même valeur des thons] » (*Crónica de D. Manuel I*... cit., partie III, chapitre xlvii. Dans l'œuvre *Description de l'Afrique et des choses remarquables qui s'y trouvent*, écrite dans le premier quart du XVI^e^ siècle, Léon, *l'Africain*, indiquait que le revenu de ces pêcheries « était de six à sept mille ducats », cité par Vitorino Magalhães Godinho, « A Pesca e o Sal », *in Os Descobrimentos*... cit., vol. IV, pp. 130-131.

8. En se retirant, les Portugais perdirent un bateau et d'autres navires. Cf. Damião de Gois, *Crónica de D. Manuel I*... cit., partie II, chapitre xxvii. Au sujet de ce noble voir Teresa Lacerda, « D. João de Meneses, um retrato da nobreza portuguesa em Marrocos », *in* Maria Augusta Lima Cruz, Rui Manuel Loureiro (coord.), *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp. 117-140.

9. Le grand nombre de chevaux, utilisés dans une expédition si lointaine outre-mer, aurait causé de l'admiration à l'époque. À ce propos, voir Garcia de Resende, « Miscelânea », *in Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisbonne, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973, p. 359. La pièce de théâtre de Gil Vicente, *Exortação da Guerra,* écrite pour célébrer l'événement est un autre ouvrage qui exaltera cet exploit militaire dans le contexte de la cour portugaise. Cf. *Obras de Gil Vicente*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1965, pp. 195-216.

portuguesa. Nele seguia o primeiro capitão da praça, Rui Barreto, provavelmente nomeado para o ofício ainda no Reino, e outros que ocuparam mais tarde esse cargo[10]. A força militar desembarcada em Mazagão, depois de ter progredido por terra, entrou na cidade de Azamor na manhã do dia 3 de Setembro, abandonada pelas forças muçulmanas, após combates no dia anterior[11].

*

O objectivo deste trabalho é traçar uma breve análise do perfil social dos capitães de Azamor e de Mazagão, desde a conquista da primeira praça até ao seu abandono (1513-1541). O estudo conjunto destas duas praças tão próximas justifica-se pela simbiose que havia entre estas durante a presença portuguesa na região, na primeira metade do século XVI. Em virtude do assoreamento do rio Morbeia, Azamor, situada a cerca de dois a três quilómetros da barra, teve sempre dificuldades em ser acedida por barcos de maior porte. Estas circunstâncias condicionaram, em 1513, o desembarque da força militar em Mazagão. Referido por D. Jaime de Bragança como «o melhor porto do mundo»[12], acabou por ser o ancoradouro que Azamor carecia. Era aí que fundeavam os barcos de maior porte que faziam os sempre tão urgentes abastecimentos. Para defender essa posição foi cons-truído uma fortaleza com o traçado dos irmãos Arruda,

10. Damião de Góis referiu uma extensa lista de nomes de nobres importantes que participaram nesse feito militar. Para além de Rui Barreto, que era na época alcaide-mor de Faro e vedor da fazenda do Algarve, destaque-se: D. João de Meneses, comandante da expedição de 1508, que ia como substituto do Duque e para ficar como capitão do campo da cidade, D. Álvaro de Noronha e João Soares que, mais tarde, foram capitães da cidade. Cf. Damião de Gois, *Crónica de D. Manuel I*... cit., parte III, capítulo xlvi.

11. O saque não terá sido o esperado, pois os moradores tinham levado o que puderam. Acharam-se cerca de vinte mil moios de trigo em silos, muitos sáveis escalados e oitenta peças de artilharia de vários calibres (cf. Damião de Gois, *Crónica de D. Manuel I*... cit., parte III, capítulos xlvi e xlvii). Perante a tomada de Azamor, os moradores de Almedina, a cerca de dezasseis léguas, e os moradores de Tite abandonaram as suas cidades com receio de um ataque português (cf. David Lopes, «Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel»... cit., vol. III, pp. 514-516). Sobre a questão da conquista de Azamor veja-se Durval Pires de Lima, *Azamor*: os *Precedentes da Conquista e a Expedição de D. Jaime,* Lisboa, Imprensa Lucas, 1930. A tomada de Azamor, assim como a de Malaca, foram celebradas no Vaticano com missas e homilias. As conquistas portuguesas da época propiciaram um grande prestígio à Coroa portuguesa. Aos olhos do Papa, D. Manuel surgia como um dos três chefes de uma possível cruzada, ao lado do Imperador e do rei de França (cf. João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I. 1469-1521. Um Príncipe do Renascimento*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 218).

12. Carta não datada de D. Jaime a D. Manuel I, publ. *in* António Baião (coord.), *Documentos do corpo chronologico relativos a Marrocos (1488 a 1514),* Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1925, pp. 57-59.

nobles portugais. Le groupe comprenait le premier capitaine de la place, Rui Barreto, probablement nommé quand il était encore au Royaume, et d'autres qui ont ensuite occupé ce poste[10]. La force militaire débarquée à Mazagan, après avoir progressée par voie de terre, est entrée dans la ville d'Azemmour le matin du 3 septembre, abandonnée par les forces musulmanes après les combats de la veille[11].

*

Le but de cet article est de présenter une brève analyse du profil social des capitaines d'Azemmour et de Mazagan, depuis la conquête de la première place jusqu'à son abandon (1513-1541). L'étude conjointe de ces deux places si proches est justifiée par la symbiose qui existait entre elles au cours de la présence portugaise dans la région, dans la première moitié du XVI[e] siècle. En raison de l'envasement du fleuve Oum er-Rbia, Azemmour, située à quelques deux ou trois kilomètres de la barre, fut toujours difficile d'accès pour les bateaux de plus grande portée. En 1513, ces circonstances conditionnèrent le débarquement de la force militaire de Mazagan. Mentionné par D. Jaime de Bragança, comme « le meilleur port au monde »[12], il finirait par être l'ancrage qui manquait à Azemmour. C'est là que s'ancraient les plus grands bateaux qui effectuaient toujours les si pressants approvisionnements. Pour défendre cette position, une forteresse, commencée vers la fin du mois de mai et terminée

10. Damião de Góis mentionna une longue liste de noms de nobles importants qui participèrent à ce fait militaire. En plus de Rui Barreto, qui était à l'époque *alcaide-mor* de Faro et *vedor da fazenda* [fonctionnaire auquel il incombait d'administrer le patrimoine royal et le trésor public] de l'Algarve, on souligne : D. João de Meneses, commandant de l'expédition de 1508, qui s'y rendait en tant que substitut du duc et pour y rester en tant que capitaine de camp de la ville, D. Álvaro de Noronha et João Soares, qui, plus tard, deviendraient capitaines de la ville. Cf. Damião de Gois, *Crónica de D. Manuel I*... cit., partie III, chap xlvi.

11. Le pillage ne fut pas celui espéré, car les habitants avaient pris ce qu'ils avaient pu. Ils y trouvèrent environ vingt mille muids de blé dans des silos, beaucoup d'aloses desséchées et quatre-vingts pièces d'artillerie de divers calibres (cf. Damião de Gois, *Crónica de D. Manuel I*... cit., partie III, chap xlvi et xlvii). Face à la prise d'Azemmour, les habitants d'Almedina, située à environ seize lieues, et les habitants de Tît, abandonnèrent leurs villes craignant une attaque portugaise (cf. David Lopes, « Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel »... cit., vol. III, pp. 514-516). Sur la question de la conquête d'Azemmour voir Durval Pires de Lima, *Azamor* : os *Precedentes da Conquista e a Expedição de D. Jaime,* Lisbonne, Imprensa Lucas, 1930. La prise d'Azemmour, ainsi que celle de Malacca, furent célébrées au Vatican avec des messes et des homélies. Les conquêtes portugaises de l'époque permirent à la couronne portugaise de jouir d'un grand prestige. Aux yeux du Pape, D. Manuel apparaissait comme l'un des trois chefs d'une éventuelle croisade, au côté de l'Empereur et du roi de France (cf. João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I. 1469-1521. Um Príncipe do Renascimento*, Lisbonne, Círculo de Leitores, 2005, p. 218).

12. Lettre non datée de D. Jaime à D. Manuel I publiée *in* António Baião (coord.), *Documentos do corpo chronologico relativos a Marrocos (1488 a 1514),* Lisbonne, Academia das Ciências de Lisboa, 1925, pp. 57-59.

que terá sido começada por volta dos fins de Maio e terminada em Agosto de 1514[13]. Deste modo, Mazagão foi até ao abandono de Azamor uma fortaleza de segunda ordem, satélite desta última. Mas se Mazagão nasceu sujeita, o tempo encarregar-se-ia de lhe dar outra função. Quando os portugueses saíram de Azamor, Mazagão engrandeceu-se com vastas obras de melhoramento, tornando-se a única praça portuguesa no sul de Marrocos, tendo sido somente abandonada em 1769[14].

Partindo da premissa que para entendermos o percurso social de um indivíduo é fundamental avaliarmos a sociedade em que se insere e o espaço que ocupa na sua hierarquia, foi necessário localizar estes indivíduos na pirâmide social do seu tempo[15]. Para tal levantaram-se as seguintes questões: qual era o seu estatuto nobiliárquico? Tinham ligações a alcaides-mores? Tinham ligações ao Palácio e a titulares?

No presente artigo também se procurou averiguar em que condições os capitães chegaram ao governo da praça e se um indivíduo nomeado pelo Rei tinha um perfil social superior ao dos capitães interinos, escolhidos para o cargo não por vontade do monarca, mas pelas «circunstâncias». Assim como, sabendo-se que o Algarve ocupou um lugar central na história da presença portuguesa em Marrocos, investigou-se qual a relação dos capitães com essa região.

*

Em Azamor foram detectadas treze capitanias ocupadas por doze capitães, uma vez que António Leite teve duas comissões nessa cidade: uma curta capitania

13. António Baião (coord.), *Documentos do corpo chronologico*... cit., pp. 75-78. Um alvará régio de 6 de Julho ordenava que o almoxarife de Azamor entregasse ao vedor da obra, Vasco Pina, entre mil a dois mil cruzados em ouro para a despesa da construção (cf. David Lopes, «Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel»... cit., p. 531). Esta fortaleza tinha sido antecedida por uma tentativa de construção de um fortim por Jorge de Melo, que para o efeito tinha pedido, em 1505, autorização a D. Manuel, que lhe concedeu, dando-lhe também a capitania de juro e herdade para todo o sempre em 1506 (cf. David Lopes, «Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel»... cit., p. 530). Jorge de Melo que foi anadel-mor dos besteiros acabou por morrer em 1506 a defender este fortim quando ainda estava em construção (cf. João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da presença portuguesa em Marrocos,* Lisboa, Tribuna da História, 2007, p. 38). Devido a estas circunstâncias o primeiro capitão de Mazagão foi Martim Afonso de Melo, filho de Jorge de Melo.

14. Sobre a História de Mazagão veja-se: Augusto Ferreira do Amaral, *História de Mazagão*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

15. Sobre a ordem social da nobreza veja-se: João Cordeiro Pereira, «A estrutura social e o seu devir», *in Nova Historia de Portugal*, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), vol. V, *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, João José Alves Dias (coord.), Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 277-283.

au mois d'août1514[13], fut construite avec le tracé des frères Arruda. Mazagan fut de cette façon, jusqu'à l'abandon d'Azemmour, une forteresse de deuxième ordre, un satellite de cette dernière. Mais si Mazagan est née soumise, le temps se chargerait de lui donner une autre fonction. Lorsque les Portugais sortirent d'Azemmour, Mazagan s'amplifia grâce à de vastes travaux d'amélioration, devenant ainsi l'unique place portugaise dans le sud du Maroc, qui ne sera abandonnée qu'en 1769[14].

À partir de la prémisse selon laquelle pour comprendre le parcours social d'un individu il est essentiel d'évaluer la société dans laquelle il s'insère et l'espace qu'il occupe dans sa hiérarchie, il nous a fallu localiser ces individus dans la pyramide sociale de leur temps[15]. À cette fin, les questions ci-après furent soulevées : quel était leur statut nobiliaire ? Entretenaient-ils des rapports avec les *alcaides-mores* [gouverneurs d'une forteresse] ? Avaient-ils des liens avec le palais et avec des titulaires ?

Cet article a également cherché à établir les conditions dans lesquelles les capitaines sont arrivés à la gouvernance de la place et à vérifier si un individu nommé par le roi avait un profil social plus élevé que celui des capitaines provisoires, choisis pour le poste, non par la volonté du monarque, mais par la force des « circonstances ». Et, sachant que l'Algarve a occupé une place centrale dans l'histoire de la présence portugaise au Maroc, nous avons cherché à comprendre quelle était la relation des capitaines avec cette région.

*

Il existait, d'après nos recherches, treize capitaineries à Azemmour, occupées par douze capitaines, vu qu'António Leite eut deux missions dans cette ville : une courte capitainerie entre 1529-1530, qui aurait

13. António Baião (coord.), *Documentos do corpo chronologico*... cit., pp. 75-78. Une charte royale du 6 juillet ordonnait à l'*almoxarife* d'Azemmour de remettre à l'intendant de l'ouvrage, Vasco Pina, entre mille à deux mille *cruzados* en or pour les frais de construction (cf. David Lopes, « Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel »... cit., p. 531). Cette forteresse avait été précédée d'une tentative de construction d'un fort par Jorge de Melo qui, à cet effet, avait demandé en 1505 l'autorisation à D. Manuel, qui la lui accorda, et lui donna également la capitainerie en intérêt et domaine pour toujours, en 1506 (cf. David Lopes, «Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel»... cit., p. 530). Jorge de Melo fut *anadel-mor* des arbalétriers et mourut en 1506 alors qu'il défendait ce fort encore en construction (cf. João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da presença portuguesa em Marrocos,* Lisbonne, Tribuna da História, 2007, p. 38). En raison de ces circonstances, le premier capitaine de Mazagan fut Martim Afonso de Melo, fils de Jorge de Melo.

14. Sur l'histoire de Mazagan voir : Augusto Ferreira do Amaral, *História de Mazagão*, Lisbonne, Publicações Alfa, 1989.

15. Sur l'hiérarchie de la noblesse voir João Cordeiro Pereira, « A estrutura social e o seu devir », *in Nova Historia de Portugal*, Joel Serrão et A. H. de Oliveira Marques (dir.), vol. V, *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, João José Alves Dias (coord.), Lisbonne, Editorial Presença, 1998, pp. 277-283.

entre 1529-1530, que terá tido um carácter provisório e da qual não se encontrou documento de nomeação formal; e outra que se prolongou de 1537 até 1541. No entanto, o capitão que ocupou o cargo durante mais tempo foi D. Álvaro de Noronha, de 1518 a 1525[16].

Em Mazagão identificaram-se cinco capitanias, mas foram contados apenas quatro capitães. Também no caso desta praça somente António Leite parece ter sido reincidente. Sabe-se que esteve com a responsabilidade do governo de Mazagão desde 1516, mas só foi nomeado oficialmente em 1520, mantendo-se aí até 1529[17]. A sua segunda capitania registou-se em 1537, por um período muito breve, antes de ser investido em Azamor[18].

Em relação a esta praça não existem referências a capitães em vários períodos. A ausência desta informação poderá ser um indício de que os governadores de Azamor, por vezes, tutelavam essa capitania e que muitos dos seus responsáveis não tinham uma nomeação oficial, tal como aconteceu com António Leite até 1520[19]. Isto vai ao encontro da ideia de uma relativa subalternização de Mazagão a Azamor na época em questão.

No panorama das capitanias observadas verifica-se que António Leite foi o capitão com ligações mais profundas e estáveis às duas praças. Este indivíduo foi introduzido nesse espaço em finais de 1513, quando nomeado contador de Azamor, Mazagão e Tite e

16. Veja-se o quadro I sobre as nomeações dos capitães de Azamor.

17. De 1516 até 1520, quando foi nomeado capitão de mazagania por carta régia, António Leite era também contador de Azamor e Mazagão, para além de responsável pela capitania de Mazagão. Cf. Rui Henriques *«Quão grande trabalho é viver». António Leite – circuitos da nobreza portuguesa no sul de Marrocos (1513-1549),* Lisboa, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, pp. 77-89.

18. Veja-se o quadro II sobre as nomeações dos capitães de Mazagão. No contexto da sua substituição em Azamor, em 1541, António Leite, em carta de 14 de Abril, invocou ao rei que a capitania de Mazagão lhe pertencia por carta de D. Manuel. Fica a dúvida se não seria uma mercê na vagante dos providos (cf. carta ao rei, de 14 de Abril de 1541, publ. *in* Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1951-1954, parte II, livro I, capítulo XIV). Em substituição da capitania de Mazagão, este capitão recebeu a alcaidaria-mor de Santo António de Arenilha, junto à foz do Guadiana, que pertencia à Ordem de Cristo. No documento desta doação é também referido que António Leite detinha antes o direito à capitania de Mazagão, por carta da chancelaria de D. João III, provavelmente uma confirmação da anterior carta de D. Manuel I (ANTT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, livro 13, fólios 375v-379v, publ. *in* Hugo Cavaco, *Revisitando Santo António de Arenilha*, Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Santo António, 1995, pp 16 e 36-37). Ver Rui Henriques, *«Quão grande trabalho é viver!»*... cit., pp. 114-115, 121-127.

19. Antes da sua nomeação régia como capitão de Mazagão, António Leite estava muito dependente do capitão de Azamor. Quando recebeu o cargo oficialmente entrou em choque com o poder desta cidade, ao afirmar a sua autonomia. Cf. Rui Henriques, *«Quão grande trabalho é viver!»*... cit., pp. 77-94.

eu un caractère provisoire et dont aucun document, concernant une nomination formelle, n'a été trouvé ; et une autre qui aurait duré de 1537 à 1541. Toutefois, le commandant qui occupa le poste le plus longtemps fut D. Álvaro de Noronha, de 1518 à 1525[16].

Cinq capitaineries ont été identifiées à Mazagan, mais seuls quatre capitaines y ont été comptés. Toujours dans cette place, seule António Leite semble y avoir été à deux reprises. On sait qu'il fut chargé de la gouvernance de Mazagan depuis 1516, mais qu'il ne fut nommé officiellement qu'en 1520, s'y maintenant jusqu'en 1529[17]. Sa deuxième capitainerie fut enregistrée en 1537, pour une très brève période, avant d'être investi à Azemmour[18].

Concernant cette place, plusieurs époques ne font aucune référence à des capitaines. Ce manque d'information peut être dû au fait que les gouverneurs d'Azemmour commandaient parfois cette capitainerie et que nombre de ses dirigeants n'avaient pas une nomination officielle, comme António Leite jusqu'en 1520[19]. Cela va dans le sens d'une subalternisation de Mazagan à Azemmour à l'époque en question.

Dans le panorama des capitaineries observées, on constate qu'António Leite fut le capitaine à avoir tissé des relations plus profondes et stables avec les deux places. Cet individu fut introduit dans cette place à la fin de 1513, lorsqu'il fut nommé *contador* [intendant-général de la solde] d'Azemmour, Mazagan et Tit et resta dans la région pendant une grande partie

16. Voir le tableau I sur les nominations des capitaines d'Azemmour.

17. De 1516 à 1520, quand il fut nommé capitaine de Mazagan par charte royale, António, Leite outre sa responsabilité concernant la capitainerie d'Azemmour, était également *contador* d'Azemmour et de Mazagan. Cf. Rui Henriques *« Quão grande trabalho é viver ». António Leite – circuitos da nobreza portuguesa no sul de Marrocos (1513-1549),* Lisbonne, mémoire de master présentée à la Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de la Universidade Nova de Lisboa, 2012, pp. 77-89.

18. Voir le tableau II sur les nominations des capitaines de Mazagan. Dans le cadre de son remplacement à Azemmour en 1541 António Leite, dans une lettre datée du 14 avril, rappela au roi que la capitainerie de Mazagan lui appartenait par lettre du roi D. Manuel. La question est de savoir s'il ne s'agissait pas là d'une grâce destinée à pourvoir une place vacante (cf. lettre au roi, du 14 avril 1541, publ. *in* Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Lisbonne, Livraria Sá da Costa, 1951-1954, partie II, livre I, chap XIV). À la place de la capitainerie de Mazagan, ce capitaine reçut l'*alcaidaria mor* de Santo António d'Arenilha, près de l'embouchure du fleuve Guadiana, qui appartenait à l'Ordre du Christ. Dans le document de cette donation, il est également signalé qu'António Leite détenait auparavant le droit à la capitainerie de Mazagan, par lettre de la chancellerie du roi João III, probablement une confirmation de la lettre précédente de D. Manuel I. (cf. ANTT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, livre 13, folios 375v-379v, publ. *in* Hugo Cavaco, *Revisitando Santo António de Arenilha*, Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Santo António, 1995, pp 16 et 36-37). Voir Rui Henriques, *« Quão grande trabalho é viver ! »*... cit., pp. 114-115, 121-127.

19. Avant sa nomination royale comme capitaine de Mazagan, António Leite dépendait beaucoup du capitaine d'Azemmour. Lorsqu'il reçut officiellement cette fonction, il entra en conflit avec le pouvoir de cette ville, lorsqu'il affirma son autonomie. Cf. Rui Henriques, *« Quão grande trabalho é viver ! »*... cit., pp. 77-94.

esteve na região grande parte do seu tempo, até ao final de 1541, quando Azamor foi abandonada.

Com base na documentação recolhida concluiu-se que a maioria dos capitães de Azamor eram fidalgos da Casa Real. Dos doze capitães detectados só se tem certeza que um deles, Lançarote de Freitas, não pertencia à fidalguia[20], desconhecendo-se o estatuto de Jorge Viegas[21]. António Leite na segunda capitania que assumiu nesta praça já possuía este foro, mas para a primeira existem dúvidas. Observou-se também que, com excepção de Gonçalo Mendes Sacoto e António Leite, que ascenderam à fidalguia a partir do foro de cavaleiro, todos os outros eram fidalgos de geração[22].

Em relação a Mazagão, no período estudado, constatou-se que o estatuto social dos seus capitães era inferior aos dos seus congéneres de Azamor. António Leite, na primeira vez que ocupou este cargo, era cavaleiro da Casa Real, no entanto, na segunda comissão provavelmente já era fidalgo. Manuel de Sande era cavaleiro, mas ascendeu à fidalguia em data indeterminada. Quanto a João Gomes não foram encontradas informações sobre o seu estatuto, mas, uma vez que foi almoxarife desta praça, tudo aponta para que o seu foro não fosse além do de cavaleiro. Assim, apenas Martim Afonso de Melo, que aí esteve como primeiro capitão, era fidalgo por transmissão familiar. Este homem pertencia a uma das mais prestigiadas famílias portuguesas do século XV[23]. O panorama social dos capitães de Mazagão, caracterizado por um estatuto nobiliárquico mais baixo em relação aos seus homólogos de Azamor, vai ao encontro da ideia da secundarização de Mazagão[24]. Reforçando esta última impressão, apurou-se que dos doze capitães de Azamor seis, ou seja, metade, pertenciam ao Conselho Régio[25].

20. Lançarote de Freitas era cavaleiro da Casa Real.

21. Através do estudo genealógico de Jorge Viegas deduz-se que este pertenceria à fidalguia, porém não foi encontrada nenhum documento que o comprovasse. Veja-se o quadro III sobre o estatuto dos capitães de Azamor.

22. Veja-se o quadro III sobre o estatuto dos capitães de Azamor.

23. Como atrás foi referido, a sua nomeação para Mazagão foi uma singularidade, que se deveu ao seu pai, Jorge de Melo, ter recebido essa capitania de juro e herdade para todo o sempre, em 1506, quando tentava construir aí um forte. Em Agosto de 1514, Martim Afonso de Melo foi nomeado capitão de Mazagão (cf. carta de D. Manuel I para António Leite notificando-o da nomeação de Martim Afonso de Melo, como capitão de fortaleza de Mazagan, feita a 10 de Agosto de 1514, ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 15, fólio 118-118v). No sul de Marrocos apenas a capitania de Aguz foi também concedida de juro e herdade, a Diogo de Azambuja em 1510. Essa doação foi-lhe depois retirada mediante compensação. Na região do norte de Marrocos a Coroa concedeu mais frequentemente este tipo de mercê, a figuras maiores do Reino.

24. Veja-se o quadro IV sobre o estatuto dos capitães de Mazagão.

25. Veja-se o quadro III sobre o estatuto dos capitães de Azamor.

de son temps, jusqu'à la fin de l'année 1541, lorsque Azemmour fut abandonnée.

À partir de la documentation recueillie, nous avons conclu que la plupart des capitaines d'Azemmour étaient des *fidalgos* da *Casa Real* [statut de noblesse de la Maison royale]. Des douze capitaines repérés, la seule certitude est que l'un d'entre eux, Lanzarote de Freitas, n'appartenait pas à la *fidalguia*[20], nous ignorons quel était le statut de Jorge Viegas[21]. Dans la seconde capitainerie qu'il a assumée dans cette place, António Leite possédait déjà ce statut, mais des doutes persistent sur la première. Nous avons également observé qu'à l'exception de Gonçalo Mendes Sacoto et d'António Leite, qui avant d'avoir accès au statut de *fidalgo* étaient *cavaleiros* [chevaliers], tous les autres étaient des *fidalgos* de génération[22].

Par rapport à Mazagan, au cours de la période étudiée, nous avons constaté que le statut social de ses capitaines était inférieur à celui de ses congénères d'Azemmour. Lorsqu'il occupa ce poste pour la première fois, António Leite était chevalier de la Maison royale, cependant, lors de sa deuxième mission, il était déjà probablement *fidalgo*. Manuel de Sande était chevalier, mais devint *fidalgo* à une date indéterminée. Quant à João Gomes aucune information sur son statut n'a été trouvée, mais étant donné qu'il fut *almoxarife* de cette place, tout indique que son statut ne dépasserait pas celui de chevalier. Ainsi, seul Martim Afonso de Melo, qui y vécut comme premier capitaine, était *fidalgo* par transmission familiale. Cet homme appartenait à l'une des plus prestigieuses familles portugaises du XV[e] siècle[23]. Le panorama social des capitaines de Mazagan, caractérisé par un statut nobiliaire plus bas par rapport à leurs homologues d'Azemmour, va dans le sens d'une secondarisation de Mazagan[24]. Cette dernière impression est renforcée par le fait, comme il a été constaté, que des douze capitaines d'Azemmour six, autrement dit la

20. Lançarote de Freitas était chevalier de la Maison royale.

21. À travers l'étude généalogique de Jorge Viegas, on en déduit qu'il appartiendrait à la *fidalguia*, cependant aucun document n'a été trouvé qui puisse le prouver. Voir le tableau III sur le statut des capitaines d'Azemmour.

22. Voir le tableau III sur le statut des capitaines d'Azemmour.

23. Comme mentionné plus haut, sa nomination à Mazagan fut une singularité qui est due au fait que son père, Jorge de Melo, avait reçu cette capitainerie par droit héréditaire pour toujours, en 1506, alors qu'il tentait d'y construire un fort. En août 1514, Martim Afonso de Melo fut nommé capitaine de Mazagan (cf. lettre de D. Manuel I à António Leite le notifiant de la nomination de Martim Afonso de Melo, comme capitaine de la forteresse de Mazagan, faite en date du 10 août 1514, ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livre 15, folio 118-118v). Dans le sud du Maroc, seule la capitainerie d'Agouz fut également concédée par droit héréditaire, à Diogo de Azambuja, en 1510. Cette donation lui fut retirée par la suite moyennant une compensation. Dans la région du nord du Maroc, la Couronne concéda plus souvent ce genre de grâce aux plus grandes figures du Royaume.

24. Voir le tableau IV sur le statut des capitaines de Mazagan.

No caso de Mazagão, apenas Martim Afonso de Melo possuía esta dignidade[26].

No Antigo Regime a posição social das pessoas dependia, à partida, do estatuto do seu grupo familiar[27]. Assim, a análise social dos capitães de Azamor e Mazagão só estaria completa com o estudo mais atento das suas genealogias. Para deslindar esta problemática investigaram-se as ligações de parentesco com os alcaides-mores, com indivíduos com cargos palatinos e com as famílias titulares. Estas categorias permitem não só definir vários níveis de estatuto, como diferentes capacidades de diálogo com a Coroa. Numa época em que a monarquia tendia a controlar socialmente a nobreza, através do monopólio da distribuição dos recursos que asseguravam esse estatuto, os vínculos que os elementos deste grupo tinham com o poder régio eram determinantes para o seu percurso social. Desta lógica resultava uma certa equivalência entre proximidade ao rei e qualidade do estatuto social.

Os alcaides-mores exerciam o poder militar, administrativo e judicial como representantes régios nos lugares para onde eram nomeados. Desde logo, estes cargos eram concedidos a sujeitos que, directa ou indirectamente, comunicavam com a Coroa. Apesar da sua essência local, estes ofícios permitiam uma considerável capacidade de interlocução com o poder régio, o que podia constituir uma vantagem para os seus trajectos sociais e dos seus parentes.

A partir da investigação desenvolvida apurou-se que oito dos doze capitães de Azamor tinham ligações a alcaides-mores. António Leite foi o único capitão que ocupou o cargo, com carta de nomeação e sem feição provisória (no seu segundo mandato), não tendo conexões familiares com alcaides-mores. Também

26. Veja-se o quadro IV sobre o estatuto dos capitães de Mazagão.

27. Sobre a questão do peso do grupo familiar na trajectória social do indivíduo veja-se António Manuel Hespanha, «Carne de uma só Carne. Para uma Compreensão dos Fundamentos Histórico--Antropológicos da Família na Época Moderna», *in Análise Social*, vol. XXVIII, n.º 123-124, 1993, pp. 957-958. Sobre a família na Idade Moderna vejam-se também as seguintes obras: António Manuel Hespanha «A família», *in História de Portugal Moderno, político e institucional,* Lisboa, Universidade Aberta, 1995, pp. 99-119; Nuno G. Monteiro, «Os sistemas familiares», *in* José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, IV vol., António Manuel Hespanha (coord.), *O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993, pp. 279-282; James Casey, *História da Família,* Lisboa, Teorema, [1991]; Jean-Louis Flandrin, *Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995; André Burguière, Christiane Klapisch-Zuber, Martine Segalen, Françoise Zanabend (dir.), *História da Família*, 3º vol., *O Choque das Modernidades: Ásia, África, América, Europa*, Lisboa, Terramar, 1998; Henry Kamen, *Early Modern European Society*, Londres-Nova Iorque, Routledge, 2000. Sobre o conceito de família alargada e seus reflexos no grupo nobiliárquico veja-se Jonathan Dewald, *The European Nobility, 1400-1800,* Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

moitié, appartenaient au Conseil royal[25]. Dans le cas de Mazagan, seul Martim Afonso de Melo avait cette dignité[26].

Dans l'ancien régime, la position sociale de tout un chacun dépendait, à priori, du statut de son groupe familial[27]. Ainsi, l'analyse sociale des capitaines d'Azemmour et de Mazagan ne serait complète qu'avec une étude plus attentive de leur généalogie. Pour résoudre cette problématique, les liens de parenté avec des *alcaides-mores*, avec des personnes exerçant des fonctions au palais et avec les familles titulaires ont fait l'objet d'une investigation. Ces catégories permettent non seulement de définir plusieurs niveaux de statut, mais aussi différentes capacités de dialogue avec la Couronne. À une époque où la monarchie tendait à contrôler socialement la noblesse, à travers le monopole de la distribution des ressources qui assuraient ce statut, les liens entretenus par les éléments de ce groupe avec le pouvoir royal étaient déterminants pour leur parcours social. De cette logique résultait une certaine équivalence entre proximité au roi et qualité du statut social.

Les *alcaides-mores* exerçaient le pouvoir militaire, administratif et judiciaire en tant que représentants du roi dans les places où ils étaient nommés. Depuis lors, ces fonctions furent accordées à des sujets qui, directement ou indirectement, communiquaient avec la Couronne. Malgré leur essence locale, ces métiers permettaient une grande capacité d'interlocution avec le pouvoir royal, ce qui pouvait constituer un avantage pour leurs parcours sociaux et pour ceux de leurs parents.

À partir de la recherche développée, il a été établi que huit des douze capitaines d'Azemmour avaient des liens avec des *alcaides-mores*. António Leite fut le seul capitaine à occuper ce poste avec une lettre de nomination et sans caractère provisoire (dans son second

25. Voir le tableau III sur le statut des capitaines d'Azemmour.

26. Voir le tableau IV sur le statut des capitaines de Mazagan.

27. Sur la question du poids du groupe familial dans la trajectoire sociale de l'individu voir António Manuel Hespanha, « Carne de uma só Carne. Para uma Compreensão dos Fundamentos Histórico-Antropológicos da Família na Época Moderna », *Análise Social*, vol. XXVIII, nº 123-124, 1993, pp. 957-958. À propos de la famille à l'Époque moderne voir également les ouvrages suivants : António Manuel Hespanha « A família », *in História de Portugal Moderno, político e institucional,* Lisbonne, Universidade Aberta, 1995, pp. 99-119 ; Nuno G. Monteiro, « Os sistemas familiares », *in* José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, IV vol., António Manuel Hespanha (coord.), *O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisbonne, Círculo dos Leitores, 1993, pp. 279-282 ; James Casey, *História da Família,* Lisbonne, Teorema, [1991] ; Jean-Louis Flandrin, *Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, Lisbonne, Editorial Estampa, 1995 ; André Burguière, Christiane Klapisch-Zuber, Martine Segalen, Françoise Zanabend (dir.), *História da Família*, 3º vol., *O Choque das Modernidades : Ásia, África, América, Europa*, Lisbonne, Terramar, 1998 ; Henry Kamen, *Early Modern European Society*, Londres-New-York, Routledge, 2000. Sur le concept de famille élargie et ses effets dans le groupe nobiliaire voir Jonathan Dewald, *The European Nobility, 1400-1800,* Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

não tinham este tipo de relação Gonçalo Mendes Sacoto e Lançarote de Freitas, que ocuparam o cargo interinamente, assim como João Soares, que teve uma nomeação com um caracter provisório, tendo estado na cidade pouco mais de dois meses. Refira-se que, em 1542, após a sua saída de Azamor, António Leite ascendeu à qualidade de alcaide-mor de Santo António de Arenilha, pelo serviço prestado em Marrocos[28].

No caso de Mazagão detectaram-se dois capitães em cinco com ligações de parentesco a alcaides-mores: Manuel de Sande e Martim Afonso de Melo[29]. Não obstante, a família do último tinha um prestígio muito superior. Enquanto em Azamor mais de metade dos capitães tinha conexões com alcaides, em Mazagão a realidade era inversa, comprovando-se mais uma vez que o espectro social dos seus capitães era mais baixo.

Os cargos palatinos caracterizavam-se pela grande proximidade em relação ao monarca, sendo que os de maior significado social eram ocupados por grandes figuras do Reino. Daqui redundava que as ligações com os detentores desses cargos permitiam não só dotar os indivíduos de maior capacidade de diálogo com a Coroa, mas representavam também um vínculo com figuras maiores da sociedade. No caso dos capitães, os que tinham ou tiveram parentes com cargos no Palácio teriam mais probabilidades de acesso aos favores régios, o que poderia ser decisivo nas suas carreiras.

Em Azamor cinco dos doze capitães tinham ligações a homens com cargos palatinos. Um deles, D. Álvaro Abranches, foi o próprio mestre-sala de D. Manuel I. Dos cinco capitães que não tinham estas conexões contam-se Pero Mascarenhas, António Leite, João Soares e os dois capitães interinos já mencionados[30]. No caso de Mazagão, nenhum dos comandantes da praça possuía familiares a servir no Palácio[31].

Dentro da hierarquia nobiliárquica, a titulação era o culminar do estatuto social. Ter um parente com um título era por si só um factor de engrandecimento. Para além do estatuto intrínseco que este parentesco podia dotar, também proporcionava, tendencialmente, uma grande capacidade de comunicação com o poder régio, uma vez que a titulação pressupunha um grau de grande proximidade com o monarca.

28. Veja-se o quadro V sobre as ligações dos capitães de Azamor a alcaides-mores. Sobre a doação da alcaidaria-mor de Santo António de Arenilha e outras merces régias a António Leite veja-se Rui Henriques *«Quão grande trabalho é viver!»*... cit., pp. 114-115, 121-127.

29. Veja-se o quadro VI sobre as ligações dos capitães de Mazagão a alcaides-mores.

30. Veja-se o quadro VII sobre as ligações dos capitães de Azamor a indivíduos com cargos palatinos.

31. Veja-se o quadro VIII sobre as ligações dos capitães de Mazagão a indivíduos com cargos palatinos.

mandat) sans liens familiaux avec des *alcaides-mores*.

Gonçalo Mendes Sacoto et Lançarote de Freitas, qui occupèrent ce poste temporairement, n'eurent pas, eux non plus, ce type de relation, ainsi que João Soares, qui obtint une nomination provisoire et resta dans la ville à peine plus de deux mois. À noter qu'en 1542, après son départ d'Azemmour, António Leite accéda à la qualité d'*alcaide-mor* de Santo António de Arenilha, pour le service prêté au Maroc[28].

Dans le cas de Mazagan, deux capitaines sur cinq ont été repérés comme ayant un lien de parenté avec des *alcaides-mores* : Manuel de Sande et Martim Afonso de Melo[29]. Nonobstant, la famille de ce dernier jouissait d'un prestige bien supérieur. Tandis qu'à Azemmour plus de la moitié des capitaines avaient des connexions avec des *alcaides*, à Mazagan la réalité était inverse, prouvant une fois de plus que le spectre social de ses capitaines était plus bas.

Les fonctions exercées au palais étaient caractérisées par la grande proximité au monarque, celles ayant une plus grande signification sociale étant occupées par de grandes figures du Royaume. Il en résultait dès lors que les liens avec les détenteurs de ces fonctions permettaient non seulement de doter les individus d'une plus grande capacité de dialogue avec la Couronne, mais représentaient aussi un lien avec les plus importantes figures de la société. Dans le cas des capitaines, ceux qui avaient ou avaient eu des parents exerçant des fonctions au palais avaient beaucoup plus de chance d'accéder aux faveurs royales, ce qui pouvait être décisif dans leur carrière.

À Azemmour cinq des douze capitaines avaient des liens avec des hommes exerçant des fonctions au Palais. L'un d'eux, D. Álvaro Abranches, fut même le maître de salle de D. Manuel I. Des cinq capitaines qui n'avaient pas ces liens, on compte Pero Mascarenhas, António Leite, João Soares et les deux capitaines provisoires déjà mentionnés[30]. Dans le cas de Mazagan, les commandants de la place n'avaient aucun parent servant dans le Palais[31].

Au sein de la hiérarchie nobiliaire, l'obtention d'un titre était le point culminant du statut social, le fait d'avoir un parent avec un titre était déjà en soi un facteur d'élévation. Outre le statut intrinsèque que ce lien de parenté pouvait fournir, il permettait aussi, tendanciellement, une grande capacité de communication avec le pouvoir royal, vu que l'obtention du

28. Voir le tableau V sur les liens des capitaines d'Azemmour avec des *alcaides-mores*. Sur la donation d'*alcaidaria-mor* de Santo António de Arenilha et d'autres grâces royales à António Leite voir Rui Henriques *«Quão grande trabalho é viver !»*... cit., pp. 114-115, 121-127.

29. Voir le tableau VI sur les liens des capitaines de Mazagan avec des *alcaides-mores*.

30. Voir le tableau VII sur les liens des capitaines d'Azemmour avec des individus exerçant des fonctions au palais.

31. Voir le tableau VIII sur les liens des capitaines de Mazagan avec des individus exerçant des fonctions au palais.

Deste modo, os nobres com títulos ou com parentes titulares poderiam ter vantagens nas suas trajectórias. Em Azamor foram encontrados seis capitães com ligações à nobreza titulada. Um deles, D. Pedro de Sousa, obteve posteriormente o título de conde de Prado, nomeadamente, pelos serviços prestados à Coroa no Norte de África, e um dos seus filhos casou com a filha do barão do Alvito[32]. No caso de Mazagão nenhum dos capitães possuía ligações directas à nobreza de primeira grandeza, se bem que Martim Afonso de Melo fosse um parente afastado do conde de Tentúgal[33].

Uma parte dos que serviam nas praças portuguesas em Marrocos tinha ligações ao Algarve. Esta ocorrência é também visível entre os capitães de Azamor, oito deles tinham ligações a esse território. António Leite, apesar de ser oriundo de uma família do Porto, também acabou por centrar os seus principais interesses no Algarve, através de doações régias que lhe foram concedidas pelo exercício das suas funções[34]. Em Mazagão esta ligação não é evidente, pelo contrário, dois capitães aparecem relacionados com outros territórios, um com Santarém e outro com Estremoz, nada se sabendo sobre João Gomes[35].

*

Comparando os atributos sociais dos capitães de Mazagão e Azamor constatam-se dois panoramas sociais diferentes. Mazagão foi até ao abandono de Azamor, em 1541, uma fortaleza de segunda ordem, satélite desta última. A sua menoridade reflectia-se no estatuto mais baixo dos seus capitães, em relação aos de Azamor. Como atrás foi sublinhado, a excepção a esta regra foi Martim Afonso de Melo.

Na comparação social entre os capitães de Azamor verificou-se que os indivíduos com a qualidade social mais baixa foram António Leite e os interinos Lançarote de Freitas e Gonçalo Mendes Sacoto. Contudo, as trajectórias destes diferiram, pois Leite e Freitas construíram o seu currículo predominantemente através do exercício administrativo, sem preponderância de feitos militares. Em contrapartida Sacoto evidenciou-

32. Veja-se em anexo o quadro IX sobre as ligações dos capitães de Azamor à nobreza titular. Sobre este indivíduo veja-se também o artigo Alexandra Pelúcia, «A baronia do Alvito e a expansão manuelina no Oriente ou a reacção organizada à política imperialista», *in* João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (org.), *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do colóquio internacional*, Lisboa, CHAM/IICT, 2004, pp. 279-302.

33. Veja-se, em anexo o quadro X sobre as ligações dos capitães de Mazagão à nobreza titular.

34. Veja-se o quadro XI sobre as ligações dos capitães de Azamor ao Algarve.

35. Veja-se o quadro XII sobre as ligações dos capitães de Mazagão ao Algarve.

titre supposait un degré de grande proximité avec le monarque. De cette façon, les nobles avec des titres ou ayant des parents avec des titres pouvaient avoir des avantages dans leurs parcours.

À Azemmour, d'après nos recherches, six capitaines avaient des liens avec la noblesse titulaire. L'un d'eux, D. Pedro de Sousa, obtint ultérieurement le titre de comte de Prado, en particulier, pour les services rendus à la Couronne en Afrique du Nord, l'un de ses fils ayant épousé la fille du baron d'Alvito[32]. Dans le cas de Mazagan, les capitaines n'avaient aucun lien direct avec la noblesse de premier plan, quoique Martim Afonso de Melo fût un parent éloigné du comte de Tentúgal[33].

Une partie de ceux qui servaient dans les places portugaises au Maroc avait des liens avec l'Algarve. Cette situation est aussi visible parmi les capitaines d'Azemmour, huit d'entre eux étant liés à ce territoire. Bien qu'issu d'une famille de Porto, António Leite finit lui aussi par centrer ses principaux intérêts en Algarve, à travers des donations royales qui lui furent accordées par l'exercice de ses fonctions[34]. À Mazagan ce lien n'est pas évident, bien au contraire, deux capitaines apparaissent liés à d'autres territoires, un lié à Santarém et l'autre à Estremoz, nous ne savons rien sur João Gomes [35].

*

En comparant les attributs sociaux des capitaines de Mazagan et d'Azemmour, nous constatons deux panoramas sociaux différents. Mazagan fut jusqu'à l'abandon d'Azemmour, en 1541, une forteresse de second ordre, un satellite de cette dernière. Son caractère mineur se reflétait dans le statut inférieur de ses capitaines, par rapport à ceux d'Azemmour. Comme nous l'avons déjà souligné, l'exception à cette règle fut Martim Afonso de Melo.

Dans la comparaison sociale entre les capitaines d'Azemmour on constate que les individus de moindre qualité sociale furent António Leite et les intérimaires Lançarote de Freitas et Gonçalo Mendes Sacoto. Néanmoins, les parcours de ceux-ci ont différé, car Leite et Freitas ont construit leur *curriculum* majori-

32. Voir en annexe le tableau IX sur les liens des capitaines d'Azemmour avec la noblesse titulaire. Sur D. Pedro de Sousa voir également l'article d'Alexandra Pelúcia, « A baronia do Alvito e a expansão manuelina no Oriente ou a reacção organizada à política imperialista », *in* João Paulo Oliveira e Costa et Vítor Luís Gaspar Rodrigues (org.), *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do colóquio internacional*, Lisbonne, CHAM/IICT, 2004, pp. 279-302.

33. Voir en annexe le tableau X sur les liens des capitaines de Mazagan avec la noblesse titulaire.

34. Voir le tableau XI sur les liens des capitaines d'Azemmour avec l'Algarve.

35. Voir le tableau XII sur les liens des capitaines de Mazagan avec l'Algarve.

-se militarmente[36]. No cotejo destes três percursos, verificou-se que os feitos militares eram certamente vantajosos, tendo sido certamente um dos factores que permitiram que Sacoto ascendesse ao Conselho Régio e ao cargo de adail-mor do Reino[37]. No entanto, para a presente análise, é mais profícuo o confronto entre os resultados obtidos por Lançarote de Freitas, feitor, e António Leite, que iniciou a sua ascensão como contador. Conclui-se que, enquanto o primeiro estagnou no posto da feitoria, tendo apenas ocupado a capitania interinamente, o segundo logrou ir mais além.

Depois do abandono de Azamor e a construção da cidadela abaluartada de Mazagão, em 1542, esta praça ganhou outra importância, que se reflectiu no estatuto dos capitães nomeados a partir de então. Lembre-se que, nestas condições, António Leite já não teve cabimento como seu capitão, tendo-lhe sido doada, em troca, a alcaidaria de Santo António de Arenilha.

Parece pertinente fazer aqui uma pequena observação sobre a diferença do estatuto social entre os capitães das praças do sul e os das praças do norte de Marrocos. Enquanto a sul predominou uma nobreza média, embora com contactos aos grandes, nas praças do norte foram muito frequentes as capitanias entregues a titulares ou a futuros titulares. Por exemplo, Arzila foi dominada pelos Coutinhos, condes de Borba, e por outros fidalgos que lhe eram próximos. Tânger foi entregue aos Meneses de Tarouca e Ceuta aos Meneses de Viana e marqueses de Vila Real. Em Alcácer Ceguer muitos dos seus governadores pertenciam à Alta Nobreza. Nas praças do norte, quando os capitães não eram titulares, eram pelo menos oriundos de famílias com títulos. A diferença

36. Quando esteve em Azamor, em 1522, Gonçalo Mendes Sacoto dirigiu uma grande entrada contra a Enxovia a duas léguas de Salé, tendo feito um saque de cerca de dois mil camelos, vinte mil cabeças de gado e seiscentos cativos entre os quais uma mulher e dois filhos do xeque (cf. Frei Luís de Sousa, *Anais…* cit., parte I, livro I, capítulo XVI; Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, Porto, Lello, 1976, capítulo XXXII). Sacoto foi, posteriormente, entre 1533 e 1536, capitão de Tânger, onde também parece ter-se evidenciado militarmente (D. Fernando de Menezes, *História de Tangere que comprehende as noticias desde a sua conquista ate sua ruina,* Lisboa, Officina Ferreiriana, 1732, pp. 63-64).

37. Carta de mercê, de 1 de Julho de 1539, de adail-mor do Reino a Gonçalo Mendes Sacoto, ANTT, *Corpo Cronológico*, II-63-131. Sacoto também fez um bom matrimónio que lhe proporcionou avanços no seu percurso social. Casou com D. Maria de Noronha, filha de D. João de Noronha, filho bastardo de D. Garcia Henriques, vedor da casa da infanta D. Guiomar, mulher do infante D. Fernando, filho de D. Manuel I. Por via materna, D. Maria de Noronha era neta de «João Fernandes de Andrade, de Arco, homem honrado, e rico da Ilha da Madeira» (cf. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Braga, Edição de Carvalhos de Basto, 1992, vol. VI, p. 108; Cristóvão Alão de Morais, *Pedatura Lusitana (Nobiliário de Famílias de Portugal)*, Porto, Livraria Fernando Machado,1943-48, tomo I, vol. II, pp 214-217).

tairement à travers l'exercice administratif, sans prépondérance de faits militaires. En contrepartie Sacoto se distingua militairement[36]. En comparant ces trois parcours, nous avons constaté que les faits militaires étaient certainement avantageux et qu'ils avaient certainement été l'un des facteurs qui permirent l'accès de Sacoto au Conseil royal et à la fonction d'*adail-mor* du Royaume[37]. Toutefois aux fins de la présente analyse, il est plus utile de confronter les résultats obtenus par Lançarote de Freitas, *feitor*, et par António Leite, qui commença son ascension en tant que *contador*. Nous en concluons que, tandis que le premier stagnait dans le poste de la factorerie, ayant juste occupé la capitainerie temporairement, le second réussit à aller plus loin.

Après l'abandon d'Azemmour et la construction de la citadelle fortifiée de Mazagan, en 1542, cette place gagna une tout autre importance, qui se reflèta dans le statut des capitaines nommés depuis lors. N'oublions pas que, dans ces conditions, António Leite n'y avait plus sa place de capitaine, et qu'il avait, en échange, l'*alcaidaria* de Santo António de Arenilha.

Il semble opportun de faire ici un petit commentaire sur la différence du statut social entre les capitaines des places du sud et ceux des places du nord du Maroc. Alors qu'au Sud une noblesse moyenne a prévalu, bien qu'ayant des contacts avec les grands, dans les places du nord les capitaineries furent souvent attribuées à des titulaires ou à de futurs titulaires. Par exemple, Asilah fut dominée par les Coutinhos, le comte de Borba, et par d'autres nobles qui lui étaient proches. Tanger fut attribuée aux Meneses de Tarouca et Ceuta aux Meneses de Viana et aux marquis de Vila Real. À El-Ksar es-Seghir nombre de ses gouverneurs appartenaient à la haute noblesse. Dans les places du nord, quand les capitaines n'étaient pas titulaires ils étaient au moins issus de familles possédant des titres. La différence des profils sociaux des capitaines

36. Lorsqu'il a été à Azemmour, en 1522, Gonçalo Mendes Sacoto commanda une grande incursion contre les Chaouias à deux lieues de Salé, ayant pillé environ deux mille chameaux, vingt mille têtes de bétail et fait six cents captifs parmi lesquels une épouse et deux enfants du Cheikh (cf. Frei Luís de Sousa, *Anais…* cit., partie I, livre I, chapitre XVI ; Francisco de Andrade, *Crónica de D. João III*, Porto, Lello, 1976, chapitre XXXII). Sacoto fut par la suite, entre 1533 et 1536, capitaine de Tanger, où il semble s'être également distingué sur le plan militaire (D. Fernando de Menezes, *História de Tangere que comprehende as noticias desde a sua conquista ate sua ruina*, Lisbonne, Officina Ferreiriana, 1732, pp. 63-64).

37. Lettre de grâce, du 1er juillet 1539, de l'*adail-mor* du Royaume à Gonçalo Mendes Sacoto, ANTT, *Corpo Cronológico*, II-63-131. Sacoto fit également un bon mariage qui lui permit de progresser dans son parcours social. Il se maria avec D. Maria de Noronha, fille de D. João de Noronha, fils bâtard de D. Garcia Henriques, *vedor* de la maison de l'Infante D. Guiomar, épouse de l'infant D. Fernando, fils de D. Manuel I. Par sa mère, D. Maria de Noronha était la petite-fille de « João Fernandes de Andrade, d'Arco, homme honorable et riche de l'île de Madère »(cf. *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Braga, Edição de Carvalhos de Basto, 1992, vol. VI, p. 108 ; Cristóvão Alão de Morais, *Pedatura Lusitana* (*Nobiliário de Famílias de Portugal*), Porto, Livraria Fernando Machado,1943-48, tome I, vol. II, pp 214-217).

dos perfis sociais dos capitães de Marrocos explica-se, em parte, pelo ambiente das épocas em que as diversas praças foram conquistadas. No norte as posições portuguesas foram tomadas durante o século XV, até ao reinado de D. Afonso V. Em muitas destas verificou-se a presença do rei ou de elementos pertencentes à família Real e a participação da maioria das grandes casas nobiliárquicas. A título de exemplo, durante o reinado de D. Afonso V, das dezasseis casas senhoriais, só duas não participaram no esforço militar na Berbéria[38]. No sul, apesar do empenhamento de D. Manuel, as conquistas que se realizaram nos primeiros anos de quinhentos, salvo o caso excepcional de Azamor, que contou com a presença de D. Jaime, duque de Bragança, não tiveram a comparência maciça das famílias maiores de Portugal.

du Maroc s'explique, en partie, par l'ambiance des époques où les diverses places ont été conquises. Dans le Nord, les positions portugaises furent prises au cours du XV[e] siècle, jusqu'au règne de D. Afonso V. Dans bon nombre d'entre elles nous avons constaté la présence du roi ou d'éléments appartenant à la famille royale et la participation de la plupart des grandes maisons nobiliaires. Par exemple, pendant le règne de D. Afonso V, des seize maisons seigneuriales, seules deux n'ont pas participé à l'effort militaire en Berbérie[38]. Dans le Sud, malgré l'engagement de D. Manuel, les conquêtes qui ont eu lieu au cours des premières années de cinq cents, excepté le cas exceptionnel d'Azemmour, qui compta avec la présence de D. Jaime, duc de Bragança, n'eurent pas la comparution massive des plus grandes familles du Portugal.

38. Sobre o assunto veja-se André Teixeira e Teresa Lacerda, «La Noblesse Titulaire et le Nord de l'Afrique», *in La Présence Portugaise au Maroc et les relations actuelles entre les deux pays*, coord. Mohammed Salhi, Rabat, Faculté des Lettres et des Sciences Humaines, Rabat – Université Mohammed V, Agdal, 2009, pp. 23-44; Abel Santos Cruz, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)*, Porto, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.

38. Sur ce sujet voir André Teixeira et Teresa Lacerda, «La Noblesse Titulaire et le Nord de l'Afrique», *in La Présence Portugaise au Maroc et les relations actuelles entre les deux pays*, coord. Mohammed Salhi, Rabat, Faculté des Lettres et des Sciences Humaines, Rabat – Université Mohammed V, Agdal, 2009, pp. 23-44; Abel Santos Cruz, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)*, Porto, mémoire de master présenté à la Faculdade de Letras de la Universidade do Porto, 1995.

I – Nomeações dos capitães de Azamor (1513-1541) / Nomination des capitaines d'Azemmour (1513-1541)

Nomeação régia	Nome / Nom	Anos no cargo / Années en charge	Nomination royale
Não se conhece nenhuma carta de nomeação. Foi deixado como capitão da cidade pelo duque de Bragança, o que muito desgostou D. João de Meneses que ficou por capitão do campo. São conhecidas as desavenças entre estes dois capitães.	Rui Barreto	1513-1514?	Aucune lettre de nomination n'est connue. Il y est resté comme capitaine de la ville grâce au duc de Bragança, ce qui déplut fortement à D. João de Menezes, qui y était resté comme capitaine du camp. Les mésententes entre les deux capitaines sont bien connues.
Não se acedeu a documento régio da sua nomeação, no entanto são referidas ordens régias para que substituísse Rui Barreto, algo a que este resistiu[39]. Esteve poucos meses na praça.	João Soares	7/1514-9/1514	Aucun document royal de sa nomination n'a pu être consulté, cependant des ordres royaux pour qu'il remplace Rui Barreto sont mentionnés, mais auxquels il résistera[39]. Ce dernier restera peu de temps dans la place.
«A dom Pedro de Sousa, do Conselho del-rei e Alcaide-mor de Beja, mercê, em dias de sua vida, de Capitão da cidade de Azamor, do reino do Algarve de Africa, com toda a jurisdição e alçada, como tinham os outros capitães dos lugares de além»[40].	D. Pedro de Sousa	1514?-1516	« [À dom Pedro de Sousa, du Conseil du roi et *alcaide-mor* de Beja, une grâce, de capitaine de la ville d'Azemmour, du Royaume de l'Algarve de l'Afrique pendant les jours de sa vie, avec toute la compétence et le ressort qu'avaient les autres capitaines des endroits d'outre-mer] »[40].
«Simão Correia, fidalgo da Casa Real, que agora vai para capitão da cidade de Azamor, autorização para que possa fazer casas à sua custa, no chão do meio da fortaleza de Azamor e levar por elas um foro justo, alugando-as a cristãos ou a judeus»[41].	Simão Correia	1516-1518	« [Simão Correia, *fidalgo* de la Maison royale, qui part maintenant pour être capitaine de la ville d'Azemmour, autorisation pour qu'il puisse faire des maisons à ses frais, sur le terrain au milieu de la forteresse d'Azemmour, et les louer pour un prix convenable à des chrétiens ou des Juifs] »[41].
«A D. Álvaro de Noronha, fidalgo da Casa Real, mercê da capitania e governança da cidade de Azamor e castelo dela, com todo o dinheiro e pão que têm os capitães dos lugares de além»[42].	D. Álvaro de Noronha	1518-1525	« [D. Álvaro de Noronha, *fidalgo* de la Maison royale, grâce de la capitainerie et de la gouvernance de la ville d'Azemmour et de son château, avec tout l'argent et le pain auxquels ont droit tous les capitaines d'outre-mer] »[42].
Não se conhece nenhuma carta de nomeação.	Gonçalo Mendes Sacoto (interino)	11/1/1522 – 31/3/1522	Aucune lettre de nomination n'est connue.
Não foi encontrada carta na Chancelaria Régia, mas tudo leva a crer que fora nomeado pelo rei.	Jorge Viegas	1525-1529	Aucune lettre n'a été trouvée dans la chancellerie royale, mais tout porte à croire qu'il aurait été nommé par le roi.
Não se conhece carta de nomeação. A primeira carta acedida que escreveu como capitão data de 10/9/1529[43].	António Leite	1529-1530	Aucune lettre de nomination n'est connue. La première lettre consultée, qu'il écrivit en tant que capitaine, date de 10/9/1529[43].
Não foi encontrada carta na Chancelaria Régia, mas tudo leva a crer que fora nomeado pelo rei.	Pero Mascarenhas	1530-1534	Aucune lettre n'a été trouvée dans la chancellerie royale, mais tout porte à croire qu'il aurait été nommé par le roi.
É apenas conhecida uma carta régia que o nomeava feitor de Azamor, datada de 1514/3/9[44].	Lançarote de Freitas (interino)	1534-1535	On sait seulement qu'une lettre royale, datée du 9 mars 1514[44], le nommait *feitor* d'Azemmour.
Não foi encontrada carta na Chancelaria Régia, mas tudo leva a crer que fora nomeado pelo rei.	D. Álvaro Abranches	1535-1537	Aucune lettre n'a été trouvée dans la chancellerie royale, mais tout porte à croire qu'il aurait été nommé par le roi.
O instrumento público de entrega da capitania é de 17/9/1537[45].	António Leite	1537-1541	L'acte de remise de la capitainerie date du 17 septembre 1537[45].
Não foi encontrada carta na Chancelaria Régia, mas tudo leva a crer que fora nomeado pelo rei.	D. Fernando de Noronha	1541	Aucune lettre n'a été trouvée dans la chancellerie royale, mais tout porte à croire qu'il aurait été nommé par le roi.

39. Carta de António Leite ao rei, de 27 de Julho de 1514, publ. *SIHM*, *Portugal*, vol. I, pp. 577-588.
40. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 15, fólio 115v, 1514/6/12.
41. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 25, fólio 159, 1516/12/3.
42. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 10, fólio 452, 1518/12/30.
43. *SIHM*, *Portugal*, vol. II, parte II, pp. 478-481.
44. Cf. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, «Documentos inéditos...» cit., pp. 131-132.
45. ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, livro 59, fólio 70.

39. Lettre d'António Leite au roi, du 27 juillet 1514, publ. dans *SIHM*, *Portugal*, vol. I, pp. 577-588.
40. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livre 15, folio 115v, 1514/6/12.
41. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livre 25, folio 159, 1516/12/3.
42. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livre 10, folio 452, 1518/12/30.
43. *SIHM*, *Portugal*, vol. II, parte II, pp. 478-481.
44. Cf. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, « Documentos inéditos... » cit., pp. 131-132.
45. ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 59, nº 70.

II – Nomeações dos capitães de Mazagão (1514-1541) / Nomination des capitaines de Mazagan (1514-1541)

Nomeação régia	Nome / Nom	Anos no cargo / Années en charge	Nomination royale
«A Martim Afonso de Melo, fidalgo da casa del--rei, mercê da capitania da fortaleza de Mazagão, com a qual haveria, em cada ano, os 1514»[46].	Martim Afonso de Melo	1514-1517	Nommé par lettre royale datée du 10 janvier 1514[46].
Só foi nomeado, por carta régia, a 20 de Janeiro de 1520[47].	António Leite	1517-1529	Il ne fut nommé, par lettre royale, que le 20 janvier 1520[47].
Não se acedeu a carta de nomeação.	Manuel de Sande	1536(?)-1537(?)	Nous n'avons pas eu accès à la lettre de nomination.
Não se conhece carta de nomeação, mas no instrumento público de entrega da capitania de Azamor de 17/9/1537, é mencionado que era capitão de Mazagão[48].	António Leite	1537(?)	Nous ne connaissons pas de lettre de nomination, mais dans l'acte de remise de la capitainerie d'Azemmour du 17 septembre 1537, il y est mentionné qu'il était capitaine de Mazagan[48].
Não se acedeu a carta de nomeação.	João Gomes	1537(?)-1541	Nous n'avons pas eu accès à la lettre de nomination.

III – Estatuto dos capitães de Azamor (1513-1541) / Statut des capitaines d'Azemmour (1513-1541)

Nomeação régia	Nome / Nom	Anos no cargo / Années en charge	Nomination royale
Fidalgo da Casa Real; Membro do Conselho do rei[49].	Rui Barreto	1513-1514	*Fidalgo* de la Maison royale ; membre du Conseil du roi[49].
Fidalgo da Casa Real[50].	João Soares	7/1514-9/1514	*Fidalgo* de la Maison royale[50].
Fidalgo da Casa Real[51]; Membro do Conselho do rei[52].	D. Pedro de Sousa	1514-1516	*Fidalgo* de la Maison royale[51] ; membre du Conseil du roi[52].
Fidalgo da Casa Real[53].	Simão Correia	1516-1518	*Fidalgo* de la Maison royale[53].
Fidalgo da Casa Real[54]; Membro do Conselho do rei[55].	D. Álvaro de Noronha	1518-1525	*Fidalgo* de la Maison royale[54]; membre du Conseil du roi[55].

46. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 15, fólio 118.
47. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I, Livro das Ilhas*, fólio 165v; ANTT, *Chancelaria de D. João III*, livro, 37, fólio. 130; ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 339.
48. ANTT, *Corpo Cronológico*, I-59-70.
49. «A Rui Barreto, fidalgo da Casa Real, pertencente ao Conselho Régio e Vedor da Fazenda, mercê da tença anual de seis mil reais». ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I,* livro 42, fólio 41.
50. Cf. Provisão, de 30 de Abril de 1515, para se pagar a João Soares, fidalgo da Casa Real cinquenta mil reais de tença. ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, livro 56, fólio 195.
51. Cf. Carta de confirmação da doação da vila e lugar de Beringel a D. Pedro de Sousa, fidalgo da Casa Real, feita a 22 de Abril de 1499. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I,* livro 41, fólio 94v.
52. Cf. Carta de nomeação de D. Pedro de Sousa, do Conselho Real e alcaide-mor da vila de Beja, para capitão de Azamor, feita em Lisboa, a 2 de Junho de 1514. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 15, fólio 155v.
53. Certidão, de 30 de Março de 1509, de Simão Correia, fidalgo da Casa Real, vedor da fazenda de Arzila, por que consta que Afonso Vaz servia na dita vila. ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, livro 16, fólio 160.
54. «Carta régia, de 30 de Dezembro de 1518, a D. Álvaro de Noronha, fidalgo da Casa Real, pela qual recebeu a mercê da capitania e governança da cidade de Azamor e castelo dela, com todo o dinheiro e pão que têm os capitães de lugares de além». ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 10, fólio 452.
55. «Carta régia, de 26 de Abril de 1520, a Nicolau Pinto, criado de D. Álvaro de Noronha, do Conselho do Rei, capitão e governador de Azamor, pela qual lhe foi confirmado o privilégio de cavaleiro, pela apresentação de um alvará de D. Álvaro de Noronha». ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 37, fólio. 86v.

46. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livre 15, folio 118.
47. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I, Livro das Ilhas*, folio 165v ; ANTT, *Chancelaria de D. João III*, livre, 37, folio 130 ; ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, nº 339.
48. ANTT, *Corpo Cronológico*, I-59-70.
49. « [À Rui Barreto, *fidalgo* de la Maison royale, appartenant au Conseil royal et au *Vedor da Fazenda*, grâce de la pension annuelle de six mille réaux] ». ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I,* livre 42, folio 41.
50. Provision, du 30 avril 1515, que soient payés à João Soares, *fidalgo* de la Maison royale cinquante mille réaux de subsides. ANTT, *Corpo Cronológico*, II-56-195.
51. Lettre de confirmation de donation du bourg et du lieu-dit de Beringel à D. Pedro de Sousa, *fidalgo* de la Maison royale, fait le 22 avril 1499. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I,* livre 41, folio 94v.
52. Lettre de nomination de D. Pedro de Sousa, du Conseil royal et l'*alcaide-mor* de la ville de Beja, comme capitaine d'Azemmour, fait à Lisbonne, le 2 juin 1514. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livre 15, folio 155v.
53. Certificat, du 30 mars 1509, de Simão Correia, *fidalgo* de la Maison royale, *vedor da fazenda* d'Asilah, car il s'avère qu'Afonso Vaz servait dans ladite ville. ANTT, *Corpo Cronológico*, II-16-160.
54. « [Lettre royale, du 30 décembre 1518, à D. Álvaro de Noronha, *fidalgo* de la Maison royale, par laquelle il reçut la grâce de la capitainerie et la gouvernance de la ville d'Azemmour et de son château, avec tout l'argent et le pain auxquels ont droit tous les capitaines des endroits d'outre-mer] ». ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livre 10, folio 452.
55. « [Lettre royale, du 26 avril 1520, à Nicolau Pinto, domestique de D. Álvaro de Noronha, du Conseil du roi, capitaine et gouverneur d'Azemmour, par laquelle il lui a été confirmé le privilège de chevalier, sur présentation d'une charte de D. Álvaro de Noronha] ». ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livre 37, folio 86v.

Nomeação régia	**Nome /** Nom	**Anos no cargo /** Années en charge	Nomination royale
Cavaleiro da Casa Real (1510)[56]; Fidalgo da Casa Real (1515)[57]; Membro do Conselho do rei (1518)[58].	Gonçalo Mendes Sacoto (interino)	11/1/1522 – 31/3/1522	Chevalier de la Maison royale (1510)[56] ; *fidalgo* de la Maison royale (1515)[57] ; membre du Conseil du roi (1518)[58].
Fidalgo?[59].	Jorge Viegas	1525-1529	*Fidalgo* ?[59]
Cavaleiro da Casa Real?	António Leite	1529-1530	Chevalier de la Maison royale ?
Fidalgo da Casa Real[60].	Pero Mascarenhas	1530-1534	*Fidalgo* de la Maison royale[60].
Cavaleiro da Casa Real[61].	Lançarote de Freitas (interino)	1534-1535	Chevalier de la Maison royale[61].
Fidalgo da Casa Real[62]; Membro do Conselho do rei[63].	D. Álvaro Abranches	1535-1537	*Fidalgo* de la Maison royale[62] ; membre du Conseil du roi[63].
Fidalgo da Casa Real[64].	António Leite	1537-1541	*Fidalgo* de la Maison royale[64].
Fidalgo da Casa Real; Membro do Conselho do rei[65].	D. Fernando de Noronha	1541	*Fidalgo* de la Maison royale ; membre du Conseil du roi[65].

56. Provisão, de 31 de Julho de 1510, para se pagar a Gonçalo Mendes Sacoto, cavaleiro da Casa Real, doze mil reais de tença. ANTT, *Corpo Cronológico*, II-22-175.
57. Provisão, de 16 de Abril de 1515, para se pagar a Gonçalo Mendes Sacoto, fidalgo da Casa Real, doze mil reais de tença com hábito. ANTT, *Corpo Cronológico*, II-56-84.
58. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida Livraria Editora, 1946--1955, tomo II, 1.ª parte, p. 448.
59. Não foi possível encontrar nenhum documento que definisse concretamente o estatuto social de Jorge Viegas. Contudo, segundo Felgueiras Gaio, este capitão de Azamor casou com D. Isabel da Cunha, filha de Álvaro da Cunha, fronteiro do Algarve e alcaide-mor de Tavira. Deste modo, pode afirmar-se que Jorge Viegas pertencia possivelmente à fidalguia. O mesmo genealogista informa que a sua filha, D. Beatriz da Cunha, casou com João de Sousa, fidalgo da casa do Rei D. João II, embaixador ao rei do Congo. Cf. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário…* cit., vol. IV, p. 162. O cunhado de Jorge Viegas, Jorge da Cunha, em 1518, era membro do Conselho do rei. Cf. António Caetano de Sousa, *Provas…* cit., tomo II, 1.ª parte, p. 445.
60. Carta régia, de 13 de Maio de 1517, pela qual Pêro Mascarenhas, fidalgo da Casa Real, recebia de tença anual sessenta mil réis. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 10, fólio 61v.
61. Carta régia, de 9 de Março de 1514, pela qual Lançarote de Freitas, cavaleiro da Casa Real, recebeu a mercê de feitor da cidade de Azamor, assim como fora de Miguel Moniz, que falecera. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 15, fólio 178.
62. Provisão, de 14 de Abril de 1524, para se pagar a D. Álvaro de Abranches, fidalgo da Casa Real, cinquenta mil reis de ordenado. ANTT, *Corpo Cronológico*, II-117-18.
63. António Caetano de Sousa, *História Genealógica…* cit., vol. III, p. 214.
64. Referido como fidalgo da Casa Real no instrumento público de entrega da capitania de Azamor a 17 de Setembro de 1537. Cf. ANTT, *Corpo Cronológico*, I-59-70.
65. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário…* cit., vol. VI, p. 682.

56. Provision, du 31 juillet 1510, pour que soient payés à Gonçalo Mendes Sacoto, chevalier de la Maison royale, douze mille réaux de subsides. ANTT, *Corpo Cronológico*, II-22-175.
57. Provision, du 16 avril 1515, pour que soient payés à Gonçalo Mendes Sacoto, *fidalgo* de la Maison royale, douze mille réaux de tributs. ANTT, *Corpo Cronológico*, II-56-84.
58. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida Livraria Editora, 1946-1955, tome II, 1re partie, p. 448.
59. Il n'a pas été possible de trouver de documents qui puissent définir concrètement le statut social de Jorge Viegas. Toutefois, selon Felgueiras Gaio, ce capitaine d'Azemmour s'est marié avec D. Isabel da Cunha, fille de Álvaro da Cunha, frontalier de l'Algarve et *alcaide-mor* de Tavira. De cette façon, on peut affirmer que Jorge Viegas était probablement *fidalgo*. Ce même généalogiste signale que sa fille, D. Beatriz da Cunha, a épousé João de Sousa, noble de la maison du roi D. João II, ambassadeur auprès du roi du Congo. Cf. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário…* cit., vol. IV, p. 162. Le beau-frère de Jorge Viegas, Jorge da Cunha, en 1518, était membre du Conseil du roi. Cf. António Caetano de Sousa, *Provas…* cit., tome II, 1re partie, p. 445.
60. Lettre royale, du 13 mai 1517, par laquelle Pêro Mascarenhas, *fidalgo* de la Maison royale, recevait un subside annuel de soixante mille réaux. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livre 10, folio 61v.
61. Lettre royale, du 9 mars 1514, par laquelle Lançarote de Freitas, chevalier de la Maison royale, a reçu la grâce de *feitor* de la ville d'Azemmour, ainsi que l'avait reçu Miguel Moniz, qui était mort. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livre 15, folio 178.
62. Provision, du 14 avril 1524, pour que soient payés à D. Álvaro de Abranches, *fidalgo* de la Maison royale, cinquante mille réaux de salaire. ANTT, *Corpo Cronológico*, II-117-18.
63. Cf. António Caetano de Sousa, *História Genealógica…* cit., vol. III, p. 214.
64. Considéré comme *fidalgo* de la Maison royale dans l'acte de remise de la capitainerie d'Azemmour, le 17 septembre 1537. ANTT *Corpo Cronológico*, I-59-70.
65. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário…* cit., vol. VI, p. 682.

IV – Estatuto dos capitães de Mazagão (1514-1541) / Statut des capitaines de Mazagan (1514-1541)

Nomeação régia	Nome / Nom	Anos no cargo / Années en charge	Nomination royale
Fidalgo da Casa Real[66]; Membro do Conselho do rei[67].	Martim Afonso de Melo	1514-1517	*Fidalgo* de la Maison royale[66] ; membre du Conseil du roi[67].
Cavaleiro da Casa Real[68].	António Leite	1517-1529	Chevalier de la Maison royale[68].
Cavaleiro da Casa Real[69]; Fidalgo da Casa Real[70].	Manuel de Sande	1536 (?)-1537 (?)	Chevalier de la Maison royale[69] ; *fidalgo* de la Maison royale[70].
Provavelmente já era fidalgo da Casa Real[71]	António Leite	1537?	Il était déjà probablement *fidalgo* de la Maison royale[71]
?[72]	João Gomes	1537(?) - 1541	?[72]

66. Carta régia, de 10 de Agosto de 1510, pela qual Martim Afonso de Melo, fidalgo da Casa Real, recebeu a mercê da capitania da fortaleza de Mazagão, com a qual havia, em cada ano, cento e catorze mil réis em dinheiro. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 15, fólio 118.
67. Cf. António Caetano de Sousa, *Provas…*, op. cit., tomo II, 1.ª parte, p. 443.
68. Cf. Carta de D. Manuel I de 20 de Janeiro de 1520. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I, Livro das Ilhas*, fólio 165v. Na carta de D. João III, feita em Évora, a 10 de Setembro de 1524, confirmando António Leite como capitão de Mazagan, António Leite era ainda referido como cavaleiro da Casa Real; ANTT, *Chancelaria de D. João III*, livro, 37, fólio 130.
69. Carta régia, de 10 de Agosto de 1514, pela qual Manuel de Sande, cavaleiro da Casa Real, recebeu a mercê de contador das obras, terças e resíduos, e de procurador dos hospitais, capelas, albergarias, confrarias e órfãos no almoxarifado de Portalegre e Estremoz, tirando os lugares de Évora Monte, Vimieiro, Cano, Sousel, Fronteira, Avis, Alandroal e Terena, com todos os seus termos, que se juntaram ao almoxarifado de Évora, para que o ofício fosse mais bem servido e com mais diligência; ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 15, fólio 116v. «Carta de quitação, de 11 de Outubro de 1520, de Manuel de Sande, cavaleiro da Casa Real e feitor que foi da cidade de São Jorge da Mina, sobre tudo o que recebeu durante dois anos, quatro meses e 27 dias»; ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 35, fólio 127.
70. Segundo Felgueiras Gaio, Manuel de Sande foi fidalgo da Casa Real e alferes-mor da Ordem de Cristo e terá tido um grande morgado em Estremoz (*Nobiliário…* cit., vol. VI, p. 134). De certa forma, as informações disponibilizadas por este genealogista vão ao encontro do material encontrado na *Chancelaria de D. Manuel I*, uma vez que as duas fontes relacionam Manuel de Sande com Estremoz. Deste modo, pode concluir-se que Manuel de Sande terá, numa fase inicial, pertencido ao grupo dos cavaleiros da Casa Real tendo, em tempo não determinado, ascendido à qualidade de fidalgo.
71. Referido como fidalgo da Casa Real no instrumento público de entrega da capitania de Azamor, a 17 de Setembro de 1537. ANTT, *Corpo Cronológico*, I-59-70.
72. A ausência de informação aponta para um estatuto social baixo. Por outro lado, sabe-se que João Gomes foi o almoxarife que fez um livro de receitas e despesas de Mazagão por volta de 1522, o que reforça a esta hipótese. ANTT, C*onto do Reino e Casa*, *Núcleo Antigo*, n.º 581.

66. Lettre royale du 10 août 1510, par laquelle Martim Afonso de Melo, *fidalgo* de la Maison royale, a reçu la grâce de la capitainerie de la forteresse de Mazagan, pour laquelle il avait, tous les ans, cent quatorze mille réaux en argent. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livre 15, folio 118.
67. António Caetano de Sousa, *Provas…* cit., tome II, 1re partie, p. 443.
68. Lettre de D. Manuel I du 20 janvier 1520. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I, Livro das Ilhas*, folio 165 v. Dans la lettre de D. João III, faite à Évora, le 10 septembre 1524, confirmant António Leite comme capitaine de Mazagan, António Leite était également désigné par chevalier de la Maison royale ; ANTT, *Chancelaria de D. João III*, livre, 37, folio 130.
69. Lettre royale du 10 août 1514, par laquelle Manuel de Sande, chevalier de la Maison royale, a reçu la grâce de *contador* des ouvrages, des tiers et des résidus, et de procureur des hôpitaux, chapelles, auberges, confréries et orphelins pour ses fonctions d'*almoxarif* de Portalegre et d'Estremoz, excepté Évora Monte, Vimieiro, Cano, Sousel, Fronteira, Avis, Alandroal et Terena, avec toutes ses limites, qui étaient désormais également à charge de l'*almoxarif* d'Évora, pour que le métier soit mieux servi et avec plus de diligence. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livre 15, folio 116v. « [*Carta de quitação*, du 11 octobre 1520, de Manuel de Sande, Chevalier de la Maison royale et ancien *feitor* de la ville de São Jorge da Mina, surtout ce qu'il a reçu pendant deux ans, quatre mois et 27 jours] », ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livre 35, folio 127.
70. Selon Felgueiras Gaio, Manuel de Sande a été un *fidalgo* de la Maison royale et *alferes-mor* de l'Ordre du Christ et aurait possédé un important majorat à Estremoz (*Nobiliário…* cit., vol. VI, p. 134). D'une certaine manière, l'information mise à disposition par ce généalogiste rejoint celle du matériel trouvé à la *Chancelaria de D. Manuel I*, car les deux sources associent le nom de Manuel de Sande à l'Estremoz. De cette façon, on peut conclure que Manuel de Sande aurait, dans une première phase, appartenu au groupe des chevaliers de la Maison royale, étant parvenu par la suite, à un moment non déterminé, à la qualité de chevalier.
71. Désigné comme *fidalgo* de la Maison royale dans l'acte de remise de la capitainerie d'Azemmour, le 17 septembre 1537. ANTT, *Corpo Cronológico*, I-59-70.
72. L'absence d'information indique un bas statut social. D'autre part, on sait que João Gomes était l'*almoxarife* qui a fait un livre sur les recettes et dépenses de Mazagan vers 1522, ce qui renforce cette hypothèse. ANTT, C*onto do Reino e Casa*, *Núcleo Antigo*, nº 581.

V – Ligações dos capitães de Azamor a alcaides-mores (1513-1541) / Liens des capitaines d'Azemmour avec des *alcaides-mores* (1513-1541)

Nomeação régia	Nome / Nom	Anos no cargo / Années en charge	Nomination royale
Sim. Rui Barreto foi alcaide-mor de Faro, tal como fora seu pai. O seu avô materno foi alcaide-mor de Serpa e o seu sogro, Manuel de Melo, alcaide-mor de Olivença[73].	Rui Barreto	1513-1514?	Oui. Rui Barreto a été *alcaide-mor* de Faro, comme son père. Son grand-père maternel était *alcaide-mor* de Serpa et son beau-père, Manuel de Melo, *alcaide-mor* d'Olivença[73].
Não foi possível construir a árvore genealógica de João Soares.	João Soares	7/1514-9/1514	Il n'a pas été possible de construire l'arbre généalogique de João Soares.
Sim. D. Pedro de Sousa foi alcaide-mor de Beja e de Alcácer. O seu avô materno, Martim Afonso de Melo, foi alcaide-mor de Olivença[74].	D. Pedro de Sousa	1514?-1516	Oui. D. Pedro de Sousa a été *alcaide-mor* de Beja et d'Alcácer. Son grand-père maternel, Martim Afonso de Melo, a été *alcaide-mor* d'Olivença[74].
Sim. O seu sogro, Antão Faria, foi alcaide-mor de Portel e Palmela[75].	Simão Correia	1516-1518	Oui. Son beau-père, Antão Faria, a été *alcaide-mor* de Portel et Palmela[75].
Sim. O seu tio, D. João de Noronha, foi alcaide-mor de Óbidos. O seu irmão, D. Garcia de Noronha, foi alcaide-mor do Cartaxo[76].	D. Álvaro de Noronha	1518-1525	Oui. Son oncle, D. João de Noronha, a été *alcaide-mor* d'Óbidos. Son frère, D. Garcia de Noronha, a été *alcaide-mor* du Cartaxo[76].
Não.	Gonçalo Mendes Sacoto (interino)	11/1/1522 – 31/3/1522	Non.
Sim. O seu sogro, Álvaro da Cunha, foi alcaide-mor de Tavira[77].	Jorge Viegas	1525-1529	Oui. Son beau-père, Álvaro da Cunha, a été *alcaide-mor* de Tavira[77].
Não.	António Leite	1529-1530	Non.
Sim. O seu tio, D. Fernão Martins Mascarenhas, foi alcaide-mor de Montemor-o-Novo e Alcácer do Sal. A sua tia, D. Isabel de Ataíde, casou com Estêvão de Góis, alcaide-mor de Mértola. Outra tia, D. Beatriz de Ataíde, casou com Rui Gomes de Azevedo, alcaide-mor de Alenquer. O seu sogro, Fernão Pereira Barreto, foi alcaide-mor de Faro[78].	Pero Mascarenhas	1530-1534	Oui. Son oncle, D. Fernão Martins Mascarenhas, a été *alcaide-mor* de Montemor-o-Novo et d'Alcácer do Sal. Sa tante, D. Isabel de Ataíde, s'est mariée avec Estêvão de Góis, *alcaide-mor* de Mértola. Une autre tante, D. Beatriz de Ataíde, s'est mariée avec Rui Gomes de Azevedo, *alcaide-mor* d'Alenquer. Son beau-père, Fernão Pereira Barreto, a été *alcaide-mor* de Faro[78].
Não.	Lançarote de Freitas (interino)	1534-1535	Non.
Sim. O seu cunhado, D. Garcia de Eça, casado com a irmã de sua mulher, foi alcaide-mor de Muge[79].	D. Álvaro Abranches	1535-1537	Oui. Son beau-frère, D. Garcia de Eça, marié avec la sœur de sa femme, a été *alcaide-mor* de Muge[79].
Não.	António Leite	1537-1541	Non.
Sim. O seu tio, D. Garcia de Noronha, foi alcaide-mor do Cartaxo[80].	D. Fernando de Noronha	1541	Oui. Son oncle, D. Garcia de Noronha, a été *alcaide-mor* du Cartaxo[80].

73. Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel I*... cit., parte II, capítulo xlviii e parte IV, capítulo v; Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. II, p. 456.
74. António Caetano de Sousa, *História Genealógica*... cit., tomo XII, parte II, 1947, pp. 125-126.
75. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. V, p. 102.
76. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, «Uma linhagem ao serviço da «Ideia Imperial Manuelina»: Os Noronhas e Meneses de Vila Real, em Marrocos e na Índia», *in* João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Alta Nobreza*... cit., p. 172 (genealogia, n.º 6).
77. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. IV, p. 162.
78. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. VI, pp. 575, 582.
79. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. VIII, p. 161.
80. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, «Uma linhagem...» cit., p.172 (genealogia, n.º 6).

73. Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel I*... cit., partie II, chapitre xlviii et partie IV, chapitre v ; Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. II, p. 456.
74. António Caetano de Sousa, *História Genealógica*... cit., tome XII, partie II, 1947, pp. 125-126.
75. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. V, p. 102.
76. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, « Uma linhagem ao serviço da "Ideia Imperial Manuelina" : Os Noronhas e Meneses de Vila Real, em Marrocos e na Índia », *in* João Paulo Oliveira e Costa et Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Alta Nobreza*... cit., p. 172 (généalogie, nº 6).
77. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. IV, p. 162.
78. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol., VI, pp. 575, 582.
79. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. VIII, p. 161.
80. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, « Uma linhagem... » cit., p. 172 (généalogie, nº 6).

VI – Ligações dos capitães de Mazagão a alcaides-mores (1514-1541) / Liens des capitaines de Mazagan avec des *alcaides-mores* (1514-1541)

Nomeação régia	Nome / Nom	Anos no cargo / Années en charge	Nomination royale
Sim. O seu pai, Jorge de Melo, foi alcaide-mor de Redondo e Pavia[81].	Martim Afonso de Melo	1514-1517	Oui. Son père, Jorge de Melo, a été *alcaide-mor* de Redondo et de Pavia[81].
Não.	António Leite	1517-1529	Non.
Sim. Casou, em segundas núpcias, com D. Teresa Juzarte, filha de Gil Fernandes Juzarte, alcaide-mor de Monforte[82].	Manuel de Sande	1536(?)-1537(?)	Oui. Il s'est marié en secondes noces avec D. Teresa Juzarte, fille de Gil Fernandes Juzarte, *alcaide-mor* de Monforte[82].
Não.	António Leite	1537?	Non.
Não.	João Gomes	1537(?)-1541	Non.

VII – Ligações dos capitães de Azamor a indivíduos com cargos palatinos (1513-1541) / Liens des capitaines d'Azemmour avec des individus exerçant des fonctions au palais (1513-1541)

Nomeação régia	Nome / Nom	Anos no cargo / Années en charge	Nomination royale
Sim. A sua filha casou com D. Henrique de Meneses, filho de D. João de Meneses, mordomo-mor de D. João II e 1.º conde de Tarouca[83].	Rui Barreto	1513-1514?	Oui. Sa fille s'est mariée avec D. Henrique de Meneses, fils de D. João de Meneses, *mordomo-mor* (*fidalgo* qui avait à sa charge la gestion du palais et de l'administration civile du territoire) de D. João II et 1er Comte de Tarouca[83].
Não foi possível construir a árvore genealógica de João Soares.	João Soares	7/1514-9/1514	Il n'a pas été possible de construire l'arbre généalogique de João Soares.
Sim. O seu pai, Rui de Sousa, foi meirinho-mor do príncipe D. João[84].	D. Pedro de Sousa	1514?-1516	Oui. Son père, Rui de Sousa, a été *meirinho-mor* (grand officier de justice au Portugal) du prince D. João[84].
Não.	Simão Correia	1516-1518	Non.
Sim. O seu tio, D. Pedro de Noronha, foi mordomo-mor de D. João II e um outro seu tio, D. Fernando de Noronha, foi governador da *Excelente Senhora*[85].	D. Álvaro de Noronha	1518-1525	Oui. Son oncle, D. Pedro de Noronha, a été *mordomo-mor* de D. João II et un autre de ses oncles, D. Fernando de Noronha, a été gouverneur de l'*Excelente Senhora*[85].
Não.	Gonçalo Mendes Sacoto (interino)	11/1/1522 – 31/3/1522	Non.
Não.	Jorge Viegas	1525-1529	Non.
Não.	António Leite	1529-1530	Non.
Não	Pero Mascarenhas	1530-1534	Non.
Não.	Lançarote de Freitas (interino)	1534-1535	Non.

81. João Paulo Oliveira e Costa, «Vasco Fernandes Coutinho, construtor do Estado da Índia e do Brasil», *in D. João III e a formação do Brasil,* Lisboa, CEPCEP, 2004, pp. 167-194. Ronald Bishop Smith, *Martim Afonso de Mello. Captain-Major of the Portuguese fleet wich sailed to China in 1522 being the Portuguese text of two unpublished letters of the national archives of Portugal*, Maryland, Decateur Press, 1972.
82. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. VI, p. 134.
83. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. II, p. 456.
84. Carta de confirmação da doação da vila e lugar de Beringel a D. Pedro de Sousa. ANTT, *Chancelaria D. Manuel I,* livro 41, fólio 94v.
85. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, «Uma linhagem...» cit., p. 172 (genealogia, n.º 6).

81. João Paulo Oliveira e Costa, « Vasco Fernandes Coutinho, construtor do Estado da Índia e do Brasil », *in D. João III e a formação do Brasil,* Lisbonne, CEPCEP, 2004, pp. 167-194. Ronald Bishop Smith, *Martim Afonso de Mello. Captain-Major of the Portuguese fleet wich sailed to China in 1522 being the Portuguese text of two unpublished letters of the national archives of Portugal*, Maryland, Decateur Press, 1972.
82. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. VI, p. 134.
83. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. II, p. 456.
84. Lettre de la confirmation de la donation du bourg et du lieu-dit de Beringel à D. Pedro de Sousa. ANTT, *Chancelaria D. Manuel I,* livre 41, folio 94v.
85. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, « Uma linhagem... » cit., p. 172 (généalogie, nº 6).

Nomeação régia	Nome / Nom	Anos no cargo / Années en charge	Nomination royale
Sim. O próprio D. Álvaro Abranches foi mestre-sala de D. Manuel I, cargo que terá herdado do seu sogro, Jorge de Melo, o *Bochechas*[86].	D. Álvaro Abranches	1535-1537	Oui. D. Álvaro Abranches a lui-même été maître de cérémonies de D. Manuel I, une fonction qu'il aurait héritée de son beau-père, Jorge de Melo, le *Bochechas*[86].
Não.	António Leite	1537-1541	Non.
Sim. O seu sogro, D. Álvaro da Costa, foi camareiro e armeiro-mor de D. Manuel I. A sua mãe, D. Violante Jácome, foi colaça do príncipe D. Afonso, filho de D. João II[87].	D. Fernando de Noronha	1541	Oui. Son beau-père, D. Álvaro da Costa, a été chambellan et grand armurier de D. Manuel I. Sa mère, D. Violante Jácome, a été la sœur de lait du prince D. Afonso, fils de D. João II[87].

VIII – Ligações dos capitães de Mazagão a indivíduos c/ cargos palatinos (1514-1541) / Liens des capitaines de Mazagan avec des individus exerçant des fonctions au palais (1514-1541)

Nomeação régia	Nome / Nom	Anos no cargo / Années en charge	Nomination royale
Sim. O próprio Martim Afonso de Melo foi camareiro-mor e guarda-mor do infante D. Duarte[88].	Martim Afonso de Melo	1514-1517	Oui. Martim Afonso de Melo avait été lui-même chambellan en chef et garde général de l'infant D. Duarte[88].
Não.	António Leite	1517-1529	Non.
Não.	Manuel de Sande	1536(?)-1537(?)	Non.
Não.	António Leite	1537?	Non.
Não.	João Gomes	1537(?)-1541	Non.

IX – Ligações dos capitães de Azamor à nobreza titular (1513-1541) / Liens des capitaines d'Azemmour avec la noblesse titulaire (1513-1541)

Nomeação régia	Nome / Nom	Anos no cargo / Années en charge	Nomination royale
Sim. A sua filha casou com D. Henrique de Meneses, filho de D. João de Meneses, 1.º conde de Tarouca. O seu filho, Francisco Barreto, casou, a primeira vez, com D. Filipa de Meneses, filha do 1.º conde de Tarouca e, segunda vez, com D. Brites de Ataíde, filha do 2.º conde de Atouguia[89].	Rui Barreto	1513-1514?	Oui. Sa fille s'est mariée avec D. Henrique de Meneses, fils de D. João de Meneses, 1er comte de Tarouca. Son fils, Francisco Barreto, s'est marié en premières noces avec D. Filipa de Meneses, fille du 1er comte de Tarouca et, en deuxièmes noces, avec D. Brites de Ataíde, fille du 2e comte d'Atouguia[89].
Não foi possível construir a árvore genealógica de João Soares.	João Soares	7/1514-9/1514	Il n'a pas été possible de construire l'arbre généalogique de João Soares.
Sim. O próprio D. Pedro recebeu o título de 1.º conde do Prado, a 1 de Janeiro de 1526[90]. O seu filho, D. Francisco de Sousa, casou com a filha do 2.º barão do Alvito[91].	D. Pedro de Sousa	1514?-1516	Oui. D. Pedro lui-même a reçu le titre de 1er comte do Prado, le 1er janvier 1526[90]. Son fils, D. Francisco de Sousa, s'est marié avec la fille du 2e baron d'Alvito[91].

86. Anselmo Braamcamp Freire, «A Gente do Cancioneiro», *Revista Lusitana,* vol. X, 1907, p. 272.
87. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. VI, pp. 681-682.
88. João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides*... cit., pp. 38-39.
89. Nuno Vila-Santa, «Barreto, Francisco (1520-1573)», *in Enciclopédia Virtual da Expansão*, em linha a 14 de Março de 2012, http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/.
90. António Caetano de Sousa, *História Genealógica*... cit., tomo XII, parte II, 1947, pp. 125-126.
91. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. VI, p. 383, vol. X, p. 542.

86. Anselmo Braamcamp Freire, «A Gente do Cancioneiro», *Revista Lusitana,* vol. X, 1907, p. 272.
87. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. VI, pp. 681-682.
88. João Paulo Oliveira e Costa et Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides*... cit., pp. 38-39.
89. Nuno Vila-Santa, « Barreto, Francisco (1520-1573) », *in Enciclopédia Virtual da Expansão*, en ligne le 14 mars 2012, http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/.
90. António Caetano de Sousa, *História Genealógica*... cit., tome XII, partie II, 1947, pp. 125-126.
91. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. VI, p. 383, vol. X, p. 542.

Nomeação régia	Nome / Nom	Anos no cargo / Années en charge	Nomination royale
Não	Simão Correia	1516-1518	Non.
Sim. Através dos casamentos das suas tias, era sobrinho do 1.º marquês de Montemor, do 2.º conde de Abrantes e do 1.º conde de Penamacor[92].	D. Álvaro de Noronha	1518-1525	Oui. À travers les mariages de ses tantes, il était le neveu du 1er marquis de Montemor, du 2e comte d'Abrantes et du 1er comte de Penamacor[92].
Não.	Gonçalo Mendes Sacoto (interino)	11/1/1522 – 31/3/1522	Non.
Não.	Jorge Viegas	1525-1529	Non.
Não.	António Leite	1529-1530	Non.
Sim. A sua filha, D. Catarina Barreto, casou com D. João Castelo Branco filho do 1.º conde de Vila Nova de Portimão[93].	Pero Mascarenhas	1530-1534	Oui. Sa fille, D. Catarina Barreto, s'est mariée avec D. João Castelo Branco fils du 1er comte de Vila Nova de Portimão[93].
Não.	Lançarote de Freitas (interino)	1534-1535	Non.
Sim. O seu avô, Álvaro Vaz de Almada, foi conde de Abranches, tendo morrido junto do infante D. Pedro, na batalha de Alfarrobeira. O seu tio, D. Fernando de Almada, foi o 2.º conde de Abranches[94].	D. Álvaro Abranches	1535-1537	Oui. Son grand-père, Álvaro Vaz de Almada, a été comte d'Abranches, étant mort conjointement avec l'infant D. Pedro, dans la bataille d'Alfarrobeira. Son oncle, D. Fernando de Almada, a été le 2e comte d'Abranches[94].
Não.	António Leite	1537-1541	Non.
Sim. As suas tias-avós casaram com o 1.º marquês de Montemor, o 2.º conde de Abrantes e o 1.º conde de Penamacor[95].	D. Fernando de Noronha	1541	Oui. Ses grands-tantes se sont mariées au 1er marquis de Montemor, au 2e comte d'Abrantes et au 1er comte de Penamacor[95].

X – Ligações dos capitães de Mazagão à nobreza titular (1514-1541) / Liens des capitaines de Mazagan avec la noblesse titulaire (1514-1541)

Nomeação régia	Nome / Nom	Anos no cargo / Années en charge	Nomination royale
Não.	Martim Afonso de Melo	1514-1517	Non.
Não.	António Leite	1517-1529	Non.
Não.	Manuel de Sande	1536(?)-1537(?)	Non.
Não.	António Leite	1537?	Non.
Não.	João Gomes	1537(?)-1541	Non.

XI – Ligações dos capitães de Azamor ao Algarve (1513-1541) / Liens des capitaines d'Azemmour avec l'Algarve (1513-1541)

Nomeação régia	Nome / Nom	Anos no cargo / Années en charge	Nomination royale
Sim. Rui Barreto foi alcaide-mor de Faro, tal como tinha sido seu pai, Nuno Barreto[96].	Rui Barreto	1513-1514?	Oui. Rui Barreto a été *alcaide-mor* de Faro, comme l'avait été son père, Nuno Barreto[96].
?	João Soares	7/1514-9/1514	?

92. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, «Uma linhagem....» cit., p. 172 (genealogia, n.º 6).
93. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. IV, p. 226; vol. VI, p. 582.
94. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. I, pp. 235, 245.
95. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, «Uma linhagem...» cit., p. 172 (genealogia, n.º 6).
96. Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel I*... cit., parte II, capítulo xlviii e parte IV, capítulo v; Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. II, p. 456.

92. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, « Uma linhagem.... » cit., p. 172 (généalogie, nº 6).
93. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. IV, p. 226; vol. VI, p. 582.
94. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. I, pp. 235, 245.
95. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, « Uma linhagem... » cit., p. 172 (généalogie, nº 6).
96. Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel I*... cit., partie II, chapitre xlviii et partie IV, chapitre v ; Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. II, p. 456.

Nomeação régia	Nome / Nom	Anos no cargo / Années en charge	Nomination royale
Sim. O seu pai, Rui de Sousa, foi senhor da vila de Sagres[97].	D. Pedro de Sousa	1514?-1516	Oui. Son père, Rui de Sousa, a été le seigneur de la ville de Sagres[97].
Sim. Fundador do convento de São Francisco, em Portimão[98].	Simão Correia	1516-1518	Oui. Fondateur du couvent de São Francisco, à Portimão[98].
?	D. Álvaro de Noronha	1518-1525	?
?	Gonçalo Mendes Sacoto (interino)	11/1/1522 – 31/3/1522	?
Sim. Desde o século XV, são conhecidas as relações da família Viegas a Tavira. Jorge Viegas casou com D. Isabel da Cunha, filha de Álvaro da Cunha, fronteiro do Algarve e alcaide-mor de Tavira[99].	Jorge Viegas	1525-1529	Oui. Depuis le XVe siècle, les liens de la famille Viegas avec Tavira sont connus. Jorge Viegas s'est marié avec D. Isabel da Cunha, fille d'Álvaro da Cunha, frontalier de l'Algarve et *alcaide-mor* de Tavira[99].
Sim. Apesar de ser oriundo do Porto, recebeu a mercê de umas casas na vila de Tavira, a terça parte da dízima nova da pesca feita por estrangeiros na «armação e pescaria» de Monte Gordo e, por fim, o senhorio de Santo António de Arenilha, no Algarve.	António Leite	1529-1530	Oui. Bien qu'originaire de Porto, il a reçu quelques maisons dans la ville de Tavira, la tierce partie de la dîme nouvelle de la pêche faite par des étrangers dans la « armação e pescaria » de Monte Gordo et, enfin, la seigneurie de Santo António de l'Arenilha, en Algarve.
Sim. Pero Mascarenhas casou com D. Maria Pereira Barreto, filha de Fernão Pereira Barreto, alcaide-mor de Faro, e sua mulher D. Catarina Sequeira[100].	Pero Mascarenhas	1530-1534	Oui. Pero Mascarenhas s'est marié avec D. Maria Pereira Barreto, fille de Fernão Pereira Barreto, *alcaide-mor* de Faro, et de sa femme D. Catarina Sequeira[100].
Sim. É, provavelmente, descendente de um seu homónimo, almoxarife do rei da vila de Lagos e, segundo Zurara, escudeiro que tinha sido «criado de moço na câmara do Infante»[101]. Em 1528, Lançarote de Freitas recebeu 12 mil reis de tença, que tinha como hábito de Cristo, «que antes tinha assentadas nas almadravas do Algarve»[102].	Lançarote de Freitas (interino)	1534-1535	Oui. Il est probablement descendant de son homonyme, l'*almoxarif* du roi de la ville de Lagos et, selon Zurara, il était écuyer et avait été « valet de chambre de l'Infant »[101]. En 1528, Lançarote de Freitas reçut 12 mille réaux de subsides, qu'il avait en tant que chevalier de l'Ordre du Christ, « qui était auparavant établi dans la madrague de l'Algarve »[102].
?	D. Álvaro Abranches	1535-1537	?
Sim. Apesar de ser oriundo do Porto, recebeu a mercê de umas casas na vila de Tavira, a terça parte da dízima nova da pesca feita por estrangeiros na «armação e pescaria» de Monte Gordo e, por fim, o senhorio de Santo António de Arnilha, no Algarve	António Leite	1537-1541	Oui. Bien qu'originaire de Porto, il a reçu quelques maisons dans la ville de Tavira, la tierce partie de la dîme nouvelle de la pêche faite par des étrangers dans la « armação e pescaria » de Monte Gordo et, enfin, la seigneurie de Santo António de l'Arenilha, en Algarve.
?	D. Fernando de Noronha	1541	?

97. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. X, p. 541.
98. Padre António Carvalho da Costa, *Corografia Portugueza: e descripçam topográfica do famoso Reyno de Porttugal,* Braga, Tipografia de Domingos Golçalves Govea, 1869, vol. III, p. 5.
99. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. IV, p. 162.
100. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. VI, p. 582.
101. Paulo Nascimento, «Lançarote», *in Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Caminho, 1994, vol. II, pp. 584-585.
102. ANTT, *Corpo Cronológico*, II-150-90.

97. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. X, p. 541.
98. Padre António Carvalho da Costa, *Corografia Portugueza : e descripçam topográfica do famoso Reyno de Porttugal,* Braga, Typographie de Domingos Golçalves Govea, 1869, vol. III, p. 5.
99. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. IV, p. 162.
100. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. VI, p. 582.
101. Paulo Nascimento, « Lançarote », *in Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisbonne, Caminho, 1994, vol. II, pp. 584-585.
102. ANTT, *Corpo Cronológico*, II-150-90.

XII – Ligações dos capitães de Mazagão ao Algarve (1514-1541) / Liens des capitaines de Mazagan avec l'Algarve (1514-1541)

Nomeação régia	Nome / Nom	Anos no cargo / Années en charge	Nomination royale
? Era oriundo de Santarém[103].	Martim Afonso de Melo	1514-1517	? Il était originaire de Santarém[103].
Sim. Apesar de ser oriundo do Porto, recebeu a mercê de umas casas na vila de Tavira, a terça parte da dízima nova da pesca feita por estrangeiros na «armação e pescaria» de Monte Gordo e, por fim, o senhorio de Santo António de Arenilha, no Algarve.	António Leite	1517-1529	Oui. Bien qu'originaire de Porto, il a reçu quelques maisons dans la ville de Tavira, la tierce partie de la dîme nouvelle de la pêche faite par des étrangers dans la « armação e pescaria » de Monte Gordo et, enfin, la seigneurie de Santo António de l'Arenilha, en Algarve.
?. Teve «um grande morgado em Estremoz»[104].	Manuel de Sande	1536 (?)- 1537 (?)	? Il a eu « [un grand majorat à Estremoz] »[104].
Sim. Apesar de ser oriundo do Porto, recebeu a mercê de umas casas na vila de Tavira, a terça parte da dízima nova da pesca feita por estrangeiros na «armação e pescaria» de Monte Gordo e, por fim, o senhorio de Santo António de Arenilha, no Algarve.	António Leite	1537 ?	Oui. Bien qu'originaire de Porto, il a reçu quelques maisons dans la ville de Tavira, la tierce partie de la dîme nouvelle de la pêche faite par des étrangers dans la « armação e pescaria » de Monte Gordo et, enfin, la seigneurie de Santo António de l'Arenilha, en Algarve.
?	João Gomes	1537(?) - 1541	?

103. João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides*... cit., pp. 38-39.
104. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. VI, p. 134.

103. João Paulo Oliveira e Costa et Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides*... cit., pp. 38-39.
104. Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário*... cit., vol. VI, p. 134.

Os moradores de Azamor

Les *moradores* d'Azemmour

Maria Augusta Lima Cruz, CHAM, FCSH, Universidade Nova de Lisboa

A condição de morador de Azamor deverá ser entendida no quadro da migração populacional de cristãos, oriundos de Portugal ou, muito pontualmente, de outros territórios europeus ou do império, para esta cidade marroquina que esteve sob domínio português uns escassos 28 anos (1513-1541)[1]. Por força de estratégias políticas e interesses comerciais na região, nela se verificou, assim como em outras praças portuguesas em Marrocos, sobretudo nas que se localizavam na região sul, a coabitação entre cristãos e praticantes de outros credos religiosos, o que já não acontecia em Portugal continental desde 1496/1497[2]. Constituiu-se assim uma sociedade pluriconfessional, em que comunidades judias e muçulmanas, apesar de dependentes e submetidas a certas obrigações fiscais, nela foram integradas. Embora, em última análise, todos fossem residentes, a designação morador/moradores aplicava-se fundamentalmente aos cristãos que nela se fixaram, por via de regra acompanhados de suas mulheres, filhos e outros familiares.

1. Um corpo social à parte

Nos autos de tomada de posse dos capitães/governadores de Azamor realizados na igreja principal,

La condition de *morador* d'Azemmour doit être considérée dans le contexte migratoire d'une population chrétienne, originaire du Portugal ou, très ponctuellement, d'autres territoires européens ou de l'empire, vers cette ville marocaine qui n'a vécu que 28 ans sous domination portugaise (1513-1541)[1]. En raison de stratégies politiques et d'intérêts commerciaux dans la région, la cohabitation entre chrétiens et pratiquants d'autres croyances religieuses s'y est développée, ainsi que sur d'autres places portugaises au Maroc, surtout celles situées dans la région Sud, ce qui n'était plus le cas au Portugal continental depuis 1496/1497[2]. Ainsi s'est formée une société multiconfessionnelle dans laquelle les communautés juives et musulmanes, bien que dépendantes et soumises à certaines obligations fiscales, ont été intégrées. Bien qu'en fin de compte tous fussent résidents, la désignation *morador/moradores* s'appliquait, essentiellement, aux chrétiens y établis, généralement accompagnés de leurs femmes, leurs enfants et d'autres membres de leur famille.

1. Un corps social à part

Dans les procès-verbaux d'investiture des capitaines/gouverneurs d'Azemmour réalisés dans l'église prin-

* Agradeço ao André Teixeira e ao António Lázaro as sugestões dadas e a revisão do presente texto, e ao Francisco Mendes a forma empenhada como acompanhou todo o seu processo de elaboração e os alvitres cuja pertinência tanto contribuiu para o aperfeiçoamento da sua forma final.

** Nas citações de trechos do século XVI insertas no texto, optou-se pela actualização ortográfica, na qual não se seguiu o novo acordo ortográfico.

1. Para uma visão global sobre a expansão e a presença portuguesas em Azamor, ver Jorge Correia, André Teixeira e Maria Augusta Lima Cruz, «Building and performing: early 16th-century Portuguese presence in Azammūr»,*The Journal of North African Studies*, vol. 19, n.º 1, 2014, pp. 93-109.

2. O Édito de Expulsão outorgado pelo rei D. Manuel, a 5 de Dezembro de 1496, determinava a expulsão de Portugal de judeus e muçulmanos, fixando como limite máximo para a sua saída do Reino o mês de Outubro do ano seguinte (1497). Só poderiam ficar em Portugal aqueles que, entretanto, se convertessem ao cristianismo, passando a designar-se «cristãos-novos». Os obstáculos e dificuldades levantados à sua saída acabaram por resultar em inúmeras conversões forçadas.

* Je tiens à remercier André Teixeira et António Lázaro pour leurs suggestions et la révision du présent texte, ainsi que Francisco Mendes pour la manière dévouée dont il a accompagné tout le processus d'élaboration et les suggestions qui ont tant contribué à l'amélioration de sa forme finale.

** À la fin de cette étude, nous présentons une liste spécifiant les fonctions correspondantes aux postes mentionnés en italique au cours du texte et dont la traduction en français s'est avérée impossible.

1. Afin d'avoir une vision d'ensemble de l'expansion et de la présence portugaises à Azemmour, voir Jorge Correia, André Teixeira et Maria Augusta Lima Cruz, « Building and performing : early 16th-century Portuguese presence in Azammūr », *The Journal of North African Studies*, vol. 19, nº 1, 2014, pp. 93-109.

2. L'Édit d'Expulsion, émis par le roi D. Manuel I, le 5 décembre 1496, a déterminé l'expulsion du Portugal des juifs et des musulmans, en fixant le mois d'octobre de l'année suivante (1497) comme la date limite pour leur départ du Royaume. Les seuls à pouvoir rester au Portugal sont ceux qui, entre-temps, se sont convertis au christianisme, les « nouveaux chrétiens ». Les obstacles et les difficultés rencontrées à leur sortie ont conduit à de nombreuses conversions forcées.

geralmente designada por «sé», assim como em correspondência régia dirigida à cidade ou em posições colectivas dos seus habitantes, as fórmulas usadas para denominar as diferentes categorias da população cristã variavam entre «cavaleiros, escudeiros, fronteiros e moradores», ou «cavaleiros, fidalgos e moradores», ou simplesmente «cavaleiros e moradores»[3]. Sinteticamente, os três grupos fundamentais dessa população estavam consignados no encargo do almoxarife de fazer «pagamentos aos moradores e fronteiros e oficiais da dita cidade de seus soldos e mantimentos»[4]. Em conclusão, neste colectivo da população cristã da cidade, os moradores funcionavam como um corpo social à parte.

Na linha do modelo de colonização praticado na Península Ibérica aquando da chamada «Reconquista cristã»[5], estes moradores eram uma espécie de colonos que asseguravam a fixação de uma população civil, sua reprodução, e o exercício de uma série de actividades, incluindo algumas menores do aparelho administrativo, fundamentais para o funcionamento da cidade. Este papel de colonos povoadores é sublinhado por Damião de Góis quando, ao enumerar a gente da armada que, em 1515, tentou a construção de uma fortaleza em Mamora, escreve que nela iam «mais de oito mil soldados, afora oficiais que haviam de fazer a fortaleza, marinheiros, e moradores para lá ficarem com suas mulheres e filhos»[6]. Neste sentido e no quadro de um sonho, ora fracassado ora adiado,

3. Veja-se, a título de exemplo, Carta dos cavaleiros e moradores de Azamor ao rei, Azamor, 30/09/1515, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), *Corpo Cronológico*, parte I, maço 18, doc. 108; pub. *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc* (doravante *SIHM*), Dynastie sa'dienne, archives et bibliothèques de Portugal, Paris, Paul Geuthner, 1.ª série, tomo I, 1934, pp. 761-763; Instrumento público de entrega da cidade de Azamor a Simão Correia, Azamor, 23/08/1516, ANTT, *Núcleo Antigo*, 878 (cota antiga, 192, n.º 2), pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor* (1513-1541), dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 1967, edição policopiada, Apêndice documental, doc. XV e, da mesma autora, sob nome Maria Augusta Lima Cruz Fagundes (doravante Maria Augusta Lima Cruz), «Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, Paris, 1979, doc. XV; e Instrumento público de entrega da cidade de Azamor a António Leite, Azamor, 17 de Setembro de 1537, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 59, doc. 70, pub. pela mesma autora «Documentos Inéditos…» cit., Apêndice documental, doc. XXVIII.

4. Carta de nomeação de Álvaro do Cadaval para almoxarife da cidade de Azamor, Lisboa, 22 de Outubro de 1513, ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 42, f. 121v, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*… cit. e «Documentos Inéditos…» cit., Apêndice documental, doc. II.

5. Sobre o modelo de colonização no quadro da Reconquista peninsular, ver José Mattoso, *História de Portugal – Antes de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, especialmente pp. 456-460.

6. Damião de Góis, *Crónica do Felicissimo rei D. Manuel*, edição anotada e prefaciada por J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, parte III, cap. LXXVI, p. 244. Sublinhado nosso.

cipale, généralement et abusivement appelée « Sé » (Cathédrale), tout comme dans la correspondance royale adressée à la ville ou dans les prises de positions collectives des habitants, les formules utilisées pour désigner les différentes catégories de la population chrétienne variaient entre « chevaliers, écuyers, frontaliers et *moradores* », ou « chevaliers, *fidalgos* et *moradores* » ou, tout simplement, « chevaliers et *moradores* »[3]. D'ailleurs, les trois groupes fondamentaux de cette population étaient synthétiquement consignés dans les attributions de l'*almoxarife* qui était chargé d'effectuer « les paiements aux *moradores* et aux frontaliers et officiers de ladite ville de leurs soldes et provisions ».[4] En conclusion, dans ce collectif de la population chrétienne de la ville, les *moradores* fonctionnaient en tant qu'un corps social à part.

Conformément au modèle de colonisation pratiqué dans la péninsule Ibérique lors de la dénommée « Reconquête chrétienne »[5], ces *moradores* étaient une sorte de colons qui assuraient la fixation d'une population civile, leur reproduction et l'exercice d'une série d'activités, y compris certaines de moindre importance dans l'appareil administratif, mais essentielles au fonctionnement de la ville. Ce rôle des colons est souligné par Damião de Góis lorsqu'il, en énumérant les membres de la flotte qui, en 1515, ont tenté de construire une forteresse à El-Mehdiya, écrit que celle-ci avait « plus de huit mille soldats, outre les officiers qui bâtiraient la forteresse, les matelots et les *moradores* pour s'y établir avec leurs femmes et leurs enfants »[6]. En ce sens et dans le cadre d'un rêve, tantôt

3. Voir, à titre d'exemple, lettre des chevaliers et des *moradores* d'Azemmour au roi, Azemmour, 30/09/1515, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ci-après dénommé ANTT), *Corpo Cronológico*, parte I, maço 18, doc. 108, pub. *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc* (ci-après dénommé *SIHM*), Dynastie sa'dienne, Archives et bibliothèques de Portugal, Paris, Paul Geuthner, 1ere série, tome I, 1934, pp. 761-763 ; Minute de livraison publique de la ville d'Azemmor à Simão Correia, Azemmour, 23/08/1516, ANTT, *Núcleo Antigo*, 878 (cote ancienne, 192, nº 2), pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azemmour (1513-1541)*, mémoire de fin d'études soumis à la Faculdade de Letras de Lisboa, 1967, édition polycopiée, Annexe Documentaire, doc. XV et, du même auteur, sous le nom Maria Augusta Lima Cruz Fagundes (ci-après dénommée Maria Augusta Lima Cruz), « Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azemmour », *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, Paris,1979, doc. XV ; et Minute de livraison publique de la ville d'Azemmour à António Leite, Azemmour, le 17 septembre 1537, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 59, doc. 70, pub. par le même auteur « Documentos Inéditos… » cit., Annexe Documentaire, doc. XXVIII.

4. Lettre de nomination d'Álvaro do Cadaval pour *almoxarife* de la ville d'Azemmour, Lisbonne, le 22 octobre 1513, ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 42, f. 121v, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*… cit. e «Documentos Inéditos…» cit., Annexe Documentaire, doc. II.

5. Sur le modèle de la colonisation dans le cadre de la *Reconquista* péninsulaire, voir José Mattoso, *História de Portugal – Antes de Portugal*, Lisbonne, Círculo de Leitores, 1992, notamment pp. 456-460.

6. Damião de Góis, *Crónica do Felicissimo rei D. Manuel*, édition annotée et préfacée par J. M. Teixeira de Carvalho et David Lopes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, parte III, chap. LXXVI, p. 244. Soulignement ajouté.

de conquista do reino de Fez e, mais tarde, de Marraquexe, que alimentou um «mito» nacional e religioso português até, pelo menos, os finais do século XVI[7], eles seriam a base de consolidação de uma expansão territorial autêntica e não de simples ocupação militar de praças fortes no litoral.

Como sublinhava D. Jaime de Bragança, o comandante da armada que conquistou Azamor, aquele empreendimento só seria possível com muitos homens «com suas casas movidas para povoar, e indo ganhando e edificando e povoando tudo junto»[8]. Todavia, tal não aconteceu por factores vários que se prenderam, entre outros, com o processo histórico que levou à unificação de Marrocos e com a escassez de meios logísticos e populacionais de Portugal, sobretudo à medida que se foram afirmando as potencialidades económicas de outros espaços do império. Estes factores explicam o fracasso destas e doutras experiências de adaptação de um velho modelo medieval. Pode afirmar-se, num balanço final, que a expansão portuguesa em Marrocos se cingiu a um pontilhado de lugares fortificados em que, efemeramente, se conseguiu senhorear, através da constituição de zonas de «mouros de pazes», os lugares e tribos muçulmanos dos territórios circundantes, mas nunca se alcançando a apropriação dos seus meios de produção, designadamente nos espaços rurais agrícolas e de pastoreio.

Por isso, a população portuguesa deslocada para Azamor e para outras praças na costa marroquina ficou praticamente confinada aos espaços urbanos, nos quais os moradores tiveram modos de estar e funções similares aos dos chamados «casados» do império asiático português[9]. Tal como estes, além de serem os garantes da vida quotidiana, tinham também obrigações militares sobretudo de defesa da cidade, guardando-a «de dia no campo e de noite no muro»[10]. Na prática, em Marrocos, as suas acções estendiam-se também às campanhas armadas extramuros, uma constante na vida das populações.

7. Cf. Marcel Bataillon, «Le rêve de la conquête de Fès et le sentiment impérial portugais au XVI siècle», in *Mélanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et de Pierre de Cénival*, Lisboa, Institut Français au Portugal, 1945, pp. 31-39.

8. Carta do duque de Bragança D. Jaime a D. João III, Vila Viçosa, 12 de Fevereiro de 1529, ANTT, *Gavetas*, gaveta 10, maço 10, doc. 10, pub. *SIHM*, II, pp. 443-452, citação colhida na p. 449.

9. Sobre o assunto, ver de Sanjay Subrahmanyam, «O mundo dos *casados*», *O império asiático português, 1500-1700 – Uma história política e económica*, Lisboa, Difel, 1995, pp. 316-325 (1.ª edição, em inglês, 1993).

10. Carta dos cavaleiros e moradores de Azamor a D. João III, Azamor, 14 de Abril de 1541, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 69, doc. 96; pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. e «Documentos Inéditos...» cit., Apêndice documental, doc. XXIX.

frustré tantôt reporté, de conquête du royaume de Fès et, plus tard, de Marrakech, qui a nourri un « mythe » national et religieux portugais jusqu'à au moins la fin du XVIe siècle[7], ils seraient le fondement de la consolidation d'une expansion territoriale authentique et non simplement d'une occupation militaire de places-fortes sur la côte.

Comme le soulignait D. Jaime de Bragança, le commandant de l'armée qui a conquis Azemmour, cette entreprise ne serait possible qu'avec de nombreux hommes « avec leurs maisons déplacées pour peupler, tout en gagnant, construisant et peuplant »[8]. Cependant, cela ne s'est pas produit, en raison de plusieurs facteurs liés, entre autres aspects, au processus historique qui a conduit à l'unification du Maroc et à l'insuffisance des moyens logistiques et démographiques au Portugal, surtout au fur et à mesure que les potentialités économiques d'autres espaces de l'empire s'affirmaient. Ces facteurs expliquent l'échec de celle-ci et d'autres expériences d'adaptation d'un vieux modèle médiéval. On peut affirmer, dans une évaluation finale, que l'expansion portugaise au Maroc s'est limitée à un certain nombre de lieux fortifiés où, éphémèrement, on a réussi à soumettre les lieux et les tribus musulmanes des territoires à l'entour, en créant des zones de « Maures de paix », mais sans jamais parvenir à s'approprier leurs moyens de production, notamment dans les zones rurales agricoles et pastorales.

Par conséquent, la population portugaise, qui s'est installée à Azemmour, et sur d'autres places de la côte marocaine, était pratiquement circonscrite aux espaces urbains, où les *moradores* avaient des habitudes et des fonctions similaires aux *casados* (mariés) de l'empire asiatique portugais[9]. Comme ceux-ci, en plus d'être les garants de la vie quotidienne, ils avaient aussi des obligations militaires surtout liées à la défense de la ville, en la protégeant « le jour dans le champ et la nuit dans les murs »[10]. En pratique, au Maroc, ses activités s'étendaient aussi aux campagnes armées à l'extérieur des murailles, une constante de la vie de cette population.

7. Cf. Marcel Bataillon, « Le rêve de la conquête de Fès et le sentiment impérial portugais au XVI siècle », in *Mélanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et de Pierre de Cénival*, Lisbonne, Institut Français au Portugal, 1945, pp. 31-39.

8. Lettre du duc de Bragança D. Jaime à D. João III, Vila Viçosa, le 12 février 1529, ANTT, *Gavetas*, gaveta 10, maço 10, doc. 10, pub. *SIHM*, II, pp. 443-452, citation de la p. 449.

9. Sur ce sujet, voir Sanjay Subrahmanyam, « O mundo dos *casados* », *in O império asiático português, 1500-1700 – Uma história política e económica*, Lisbonne, Difel, 1995, pp. 316-325 (1ère édition, en anglais, 1993).

10. Lettre des chevaliers et des *moradores* d'Azemmour à D. João III, Azemmour, le 14 avril 1541, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 69, doc. 96, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. et « Documentos Inéditos... » cit., Annexe Documentaire, doc. XXIX.

Curiosamente, a consciência de pertença a um corpo social com estatuto próprio transparece, ainda que sem sinais de continuidade, em iniciativas de grupo. De facto, em 1517, regista-se a formação de uma espécie de conselho municipal[11]. Testemunho disso é a carta escrita pelos autointitulados «doze elegidos da cidade de Azamor» a D. Manuel I. Depreende-se não ter sido a primeira, pois começa pela afirmação «Depois de termos escrito a Vossa Alteza...». Nela são feitas várias queixas ao rei sobre o funcionamento da cidade, em particular a actuação do seu almotacé perpétuo, lamentando-se não haver nela um regimento das coisas da almotaçaria. Mais: solicitam ao rei obrigue o capitão, ao tempo Simão Correia, a fazer cumprir alvará real, levado por Rui Queixada e Lourenço Gonçalves, segundo o qual se determinava que «haja os doze elegidos pelo povo e destes cada um deles sirva um mês com o dito almotacé». Pedem ainda ao rei para mandar que «nenhuma pessoa seja tão ousada que se atreva a escrever carta a Vossa Alteza por parte da cidade, somente pelos doze elegidos que tiverem o cargo do regimento dela»[12].

Não parece ter vingado tal pretensão, pois, anos adiante, mais precisamente em 1528, Mestre Rodrigo, o físico, ou seja, o médico de Azamor, sugere a D. João III criasse uma «câmara» na cidade, asseverando nela haver «doze ou quinze moradores, criados de Vossa Alteza, que se poderiam pera isso eleger». Entendia o físico que este organismo poderia requerer coisas que fossem do serviço do rei e da cidade, a fim de esta não depender de um só homem – no caso, o capitão/governador Jorge Viegas – «que ele é rei e capitão e câmara e ouvidor e almotacé e faz tudo o que quer e lhe vem a ele só bem, sem conselho de ninguém»[13].

Tudo indica ser esta categoria de morador vinculativa a uma localidade. Nesse sentido aponta a afirmação de Jorge Viegas quando, a propósito da fuga

11. Que saibamos, no caso das praças marroquinas, só para Ceuta e já sob alçada espanhola há registo de órgão de poder municipal (Isabel M. R. Mendes Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, *Ceuta portuguesa (1415-1656)*. Instituto de Estudios Ceutíes, 1998, p. 161). Com carácter informal, tal como supomos ter-se verificada em Azamor, há notícia, nas décadas de 1620 e 1630, de os «casados» de Negapatão, na Índia, terem formado um conselho deste tipo, chamado «os eleitos de Negapatão». Pretendiam, como os de Azamor, negociar directamente com poder o central, passando por cima dos capitães (Sanjay Subrahmanyam, *O império asiático*... cit., p. 329).

12. Carta dos doze eleitos pelo povo de Azamor a D. Manuel, Azamor, 12 de Agosto de 1517, ANTT *Corpo Cronológico*, parte I, maço 22, doc. 58; pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. e «Documentos Inéditos...», Apêndice documental, doc. XVII.

13. Carta de Mestre Rodrigo a D. João III, Azamor, 12 de Janeiro de 1528, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 38, doc. 83, pub. *SIHM*, II, pp. 425-428 (citação colhida na p. 427).

Il est intéressant de noter que la conscience d'appartenir à un corps social, doté d'un statut particulier, se manifeste, bien que sans signes de continuité, dans les initiatives de groupe. En effet, en 1517, on vérifie la formation d'une sorte de conseil municipal[11], comme en témoigne la lettre écrite par les autoproclamés « douze élus de la ville d'Azemmour » à D. Manuel I. Celle-ci, apparemment, ne fut pas la première puisqu'elle commence par la déclaration « Après avoir écrit à Votre Altesse... ». Dans cette lettre, plusieurs plaintes sont adressées au roi concernant le fonctionnement de la ville, en particulier la conduite du *almotacé* perpétuel, tout en regrettant l'inexistence d'un règlement des choses d'*almotaçaria*. En outre, ils demandent au roi d'obliger le capitaine, à l'époque Simão Correia, à faire appliquer la charte royale, apportée par Rui Queixada et Lourenço Gonçalves, qui déterminait que « douze élus par le peuple servent chacun un mois avec ledit *almotacé* ». Ils demandent également au roi d'ordonner que « personne n'ose écrire une lettre à Votre Altesse, de la part de la ville, à l'exception des douze élus, qui ont la charge de la régir »[12].

Apparemment, cette revendication n'a pas été satisfaite, car, des années plus tard, plus précisément en 1528, Maître Rodrigo, le physicien, autrement dit le médecin d'Azemmour, proposa à D. João III de créer une « mairie » dans la ville, affirmant qu'il y avait « douze ou quinze *moradores*, serviteurs de Votre Altesse, qui pourraient être élus ». Le physicien considérait que cet organisme pourrait demander des choses qui seraient bénéfiques au roi et à la ville, afin que celle-ci ne soit pas dépendante d'un seul homme – en l'occurrence, le capitaine/gouverneur Jorge Viegas – « qu'il est roi et capitaine et mairie et *ouvidor* et *almotacé* et fait tout ce qu'il veut et à lui ne vient que du bien, sans prendre en compte l'avis de personne »[13].

Tout nous indique que la catégorie de *morador* est liée à un lieu spécifique. Dans ce sens, on signale l'affirma-

11. À notre connaissance, dans le cas des places marocaines, et concernant seulement Ceuta déjà sous domination espagnole, il y a mention d'un organe de pouvoir local (Isabel M. R. Mendes Drumond Braga et Paulo Drumond Braga, *Ceuta portuguesa (1415-1656)*, Instituto de Estudios Ceutíes, 1998, p. 161). Les données, pour les années 1620 et 1630, nous indiquent que les *casados* de Nagapattinam, en Inde, ont formé un conseil de ce genre, de nature informelle, appelé « les élus de Nagapattinam ». Ils avaient l'intention, comme ceux d'Azemmour, de négocier directement avec le pouvoir central, en contournant les capitaines (Sanjay Subrahmanyam, *O império asiático*... cit., p. 329).

12. Lettre des douze élus par le peuple d'Azemmour à D. Manuel, Azemmour, le 12 août 1517, ANTT *Corpo Cronológico*, parte I, maço 22, doc. 58, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. et « Documentos Inéditos... » cit., Annexe Documentaire, doc. XVII.

13. Lettre de Maître Rodrigo à D. João III, Azemmour, le 12 janvier 1528, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 38, doc. 83, pub. *SIHM*, II, pp. 425-428 (citation, p. 427).

de um morador de Azamor para Mazagão, escreve ter D. Manuel I determinado que «nenhuma pessoa que estivesse assentada nesta cidade (*de Azamor*) por morador, se não pudesse ir viver nem assentar em Mazagão, nem fosse lá recebida por morador»[14].

Em conclusão, a condição de morador era uma realidade reconhecida. Assim o atesta a sua discriminação adentro do colectivo populacional da cidade, como o cuidado de mencionar essa condição em mercês régias individuais ou em documentos oficiais. Sirva de exemplo a carta de serviços prestados em Azamor por D. Rodrigo de Castro, em que, nas testemunhas aduzidas, houve o cuidado de diferenciar aquelas que eram «moradores» em Azamor das que eram simplesmente «estantes» na mesma cidade[15]. Cuidado similar teve o tabelião, redactor do instrumento público de inquirição de 1523, ao identificar as testemunhas ouvidas[16].

2. Moradores, núcleos familiares e agregados domésticos

A governança de Azamor, logo após a conquista, ficou a cargo de duas chefias: um «capitão do campo», D. João de Meneses, a quem competia o comando das tropas, as operações militares e a negociação com as tribos muçulmanas da região[17]; e um «governador da cidade», Rui Barreto, a quem competia a jurisdição sobre a cidade e sobre a população civil[18]. A experiência não teve sucesso cingindo-se a não mais de sete a oito meses, voltando-se ao modelo vigente nas restantes praças marroquinas de uma só chefia, acumulando os dois cargos e, por via de regra, intitulada «capitão e governador»[19]. Não deixa de ser sintion de Jorge Viegas lorsque, concernant la fuite d'un *morador* d'Azemmour vers Mazagan, il nous indique que D. Manuel I a déterminé que « tout personne enrégistrée dans cette ville (d'Azemmour), en tant que *morador*, ne puisse s'établir ni s'enregistrer, en tant que *morador,* à Mazagan »[14].

En conclusion, la condition de *morador* était une réalité reconnue. Cela est attesté par sa différenciation au sein de la population de la ville et le soin de mentionner cette condition dans les grâces royales individuelles ou les documents officiels. Un exemple en est la lettre des services rendus par D. Rodrigo de Castro à Azemmour, dans laquelle, concernant les témoins présentés, on a pris soin de bien différencier ceux qui étaient « *moradores* » à Azemmour de ceux qui étaient simplement « séjournants » dans la même ville[15]. Le notaire, qui a rédigé l'instrument public d'enquête de 1523, a pris le même soin, lors de l'identification des témoins entendus[16].

2. *Moradores*, noyaux familiaux et ménages

La gouvernance d'Azemmour, après la conquête, fut assurée par deux dirigeants : un « capitaine sur le terrain », D. João de Meneses, qui était en charge du commandement des troupes, des opérations militaires et des négociations avec les tribus musulmanes de la région[17]; et un « gouverneur de la ville », Rui Barreto, en charge de la juridiction de la ville et de la population civile[18]. L'expérience a échoué et n'a pas duré que sept à huit mois, ainsi, on est revenu au modèle en vigueur dans les autres places marocaines d'une autorité unique qui concentre les deux fonctions, en règle générale, intitulée « capitaine et gouverneur »[19]. Il est d'ailleurs symptomatique de

14. Carta de Jorge Viegas, capitão de Azamor, a D. João III, Azamor, 5 de Fevereiro de 1527, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 35, doc. 89, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. e «Documentos Inéditos...» cit., Apêndice Documental, doc. XXVI.

15. Certidão em forma (...) das coisas e feitos de D. Rodrigo de Castro, Azamor, 28 de Junho de 1517, ANTT, *Gavetas*, gaveta XX, maço 6, doc. 25, pub. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974, vol. X, pp. 476-478.

16. Instrumento público de inquirição, Azamor, 12 de Setembro de 1523, ANTT, *Gaveta*s, gaveta XX, maço 15, doc. 16, pub. *As Gavetas*... cit., pp. 421-424.

17. Sobre o percurso de D. João de Meneses no Norte de África, ver Teresa Lacerda, «D. João de Meneses. Um retrato da nobreza portuguesa em Marrocos», in *Estudos de História Luso-Marroquina*, coord. Maria Augusta Lima Cruz e Rui Loureiro, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp. 117-141.

18. Sobre o percurso de Rui Barreto, ver Fernando Pessanha, «A capitania do alcaide-mor de Faro em Azamor (1513-1514)», *Anais do Município de Faro*, vol. XLI, 2012, pp. 117-149.

19. Em Fevereiro de 2014, D. Manuel dava ordem a D. João de Meneses para regressar ao Reino, mas ele foi retardando a sua

14. Lettre de Jorge Viegas, capitaine d'Azemmour, à D. João III, Azemmour, le 5 février 1527, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 35, doc. 89, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. et « Documentos Inéditos... » cit., Annexe Documentaire, doc. XXVI.

15. Certificat (...) des choses et des faits de D. Rodrigo de Castro, Azemmour, le 28 juin 1517, ANTT, *Gavetas,* gaveta XX, maço 6, doc. 25, pub. in *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisbonne, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974, vol. X, pp. 476-478.

16. Instrument public d'enquête, Azemmour, le 12 septembre 1523, ANTT, *Gaveta*s, gaveta XX, maço 15, doc. 16, pub. *As Gavetas*... cit., pp. 421-424.

17. À propos du parcours de D. João de Meneses en Afrique du Nord, voir Teresa Lacerda, « D. João de Meneses. Um retrato da nobreza portuguesa em Marrocos », *in Estudos de História Luso-Marroquina*, coord. Maria Augusta Lima Cruz et Rui Loureiro, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp. 117-141.

18. À propos du parcours de Rui Barreto, voir Fernando Pessanha, « A capitania do alcaide-mor de Faro em Azemmour (1513-1514) », *Anais do Município de Faro,* vol. XLI, 2012, pp. 117-149.

19. En février 2014, le roi D. Manuel I a ordonné à João de Meneses de rentrer au Royaume, mais il a retardé son départ et est finalement mort à Azemmour le 15 mai de la même année.

tomático que alguns dos conflitos de competências entre os dois governantes tenham sido, em grande parte, motivados por polémicas envolvendo os moradores. D. João de Meneses queixava-se da desobediência de um porteiro, a ele e ao corregedor, por se recusar a entregar a um cerieiro de D. Jaime uma pipa de cera saqueada numa cavalgada, alegando ser morador, quando D. João entendia serem os intervenientes nesta querela gente da armada e não moradores. Contrapunha Rui Barreto que a alçada da justiça dos moradores lhe cabia, insistindo em ser ouvido e defendendo ser a aposentadoria uma coisa da cidade[20]. Por seu turno, também Rui Barreto contestava a actuação de D. João de Meneses, acusando-o de, no decurso de ataque a duas aldeias da Xerquia ter ficado com o quinto dos muçulmanos então cativados. Dirigindo-se ao rei e referindo-se a D. João de Meneses, escreve: «lá teve suas maneiras até agora em muitas cousas que podia fazer que os moradores não se assentassem por moradores, por eu ter pouca gente, assim para vos servir com ela, como pera os quintos, porque diz que Vossa Alteza lhe manda que eu não levasse quintos senão dos moradores assentados»[21].

Situações como estas explicam equívocos e problemas com que nos debatemos na demarcação dos moradores relativamente aos membros da guarnição, ou seja, fronteiros. Estes eram, por assim dizer, a elite guerreira que, acompanhada das suas clientelas, realizava missões de tempo variável nas praças marroquinas, entendidas como «lugares fronteiros» de um reino que se estendia além-mar. Todavia, além deles, também os moradores, assim comos os oficiais do aparelho administrativo civil, tinham, como se disse, obrigações militares. Por isso eram assentados nos róis de pagamentos da guarnição.

Os primeiros moradores de Azamor aí se teriam fixado aquando da conquista. De facto, Rui Barreto, referindo-se a um grupo de cristãos-novos moradores em Azamor, nos inícios de 1514, informa que todos eles estavam na cidade desde a sua tomada, tendo escolhido nela ficar com suas mulheres[22]. Já antes, D. João de Meneses, realçando as dificuldades de fixação de moradores, escrevia, em inícios de Dezembro

partida e acabaria por morrer em Azamor a 15 de Maio desse mesmo ano.

20. Carta de D. João de Meneses a D. Manuel, Azamor, 1-9 de Dezembro de 1513, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 14, doc. 4, pub. *SIHM*, I, pp. 459-467 (episódio narrado na p. 464).

21. Carta de Rui Barreto a D. Manuel, Azamor, 21 de Fevereiro de 1514, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.114, pub. *SIHM*, I, pp. 489-501 (citação colhida na p. 501).

22. Carta de Rui Barreto a D. Manuel, Azamor, 21 de Fevereiro de 1514, cit. na nota 21.

constater que certains des conflits de compétence entre les deux dirigeants étaient largement motivés par des polémiques impliquant les *moradores.* D. João de Meneses se plaignait de la désobéissance d'un portier, à lui et au corrégidor, qui refusait de rendre, à un cirier de D. Jaime, un tonneau de cire pillé, lors d'une cavalcade, en affirmant d'être un *morador,* tandis que D. João entendait que les personnes impliquées dans cette querelle étaient des gens de l'armée et non des *moradores*. Rui Barreto rétorquait que la juridiction des *moradores* lui appartenait, en insistant pour se faire entendre, et en soutenant que l'hébergement était une affaire de la ville[20]. Rui Barreto, pour sa part, contestait également la conduite de D. João de Meneses, l'accusant d'avoir pris, au cours d'une attaque contre deux villages de Cherquiya, le cinquième des musulmans alors mis en captivité. En s'adressant au roi, il fait référence à D. João de Meneses : « jusqu'à présent, il a agi à sa façon dans beaucoup d'affaires qui étaient à sa portée, notamment que les *moradores* ne fussent pas enregistrés en tant que *moradores* afin que j'aie peu de gens pour vous servir et aussi pour les cinquièmes car il dit que Votre Altesse lui ordonne que je ne prenne que les cinquièmes des *moradores* enregistrés »[21].

Ces situations expliquent les malentendus et les difficultés auxquelles nous sommes confrontés pour distinguer les *moradores* des membres de la garnison, autrement dit les frontaliers. Ceux-ci étaient, pour ainsi dire, l'élite guerrière qui, accompagnée de sa clientèle, effectuait des missions ponctuelles sur les places marocaines, comprises en tant que des « espaces frontaliers » d'un royaume qui s'étendait outre-mer. Nonobstant, aussi les *moradores* et les officiers de l'appareil administratif civil avaient, comme on l'a dit, des obligations militaires. Par conséquent, ils étaient inscrits sur la liste de paie de la garnison.

Les premiers *moradores* d'Azemmour s'y seraient installés lors de la conquête. En fait, Rui Barreto, en se référant à un groupe de nouveaux chrétiens *moradores* à Azemmour, au début de 1514, informe qu'ils étaient tous dans la ville depuis sa prise, ayant choisi d'y rester avec leurs femmes[22]. Déjà D. João de Meneses, en soulignant les difficultés de fixation des *moradores*, écrivait, au début du mois de décembre 1513, qu'il n'y avait que « quatre nouveaux chrétiens et quelques hommes de certains *fidalgos* ou servi-

20. Lettre de D. João de Meneses à D. Manuel, Azemmour, 1-9 décembre 1513, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 14, doc. 4, pub. *SIHM*, I, pp. 459-467 (épisode narré à la p. 464).

21. Lettre de Rui Barreto à D. Manuel, Azemmour, le 21 février 1514, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n. 114, pub. *SIHM*, I, pp. 489-501 (citation p. 501).

22. Lettre de Rui Barreto à D. Manuel, Azemmour, le 21 février 1514, cit. note 21.

de 1513, haver apenas «quatro cristãos-novos e alguns homens de alguns fidalgos ou criados de Vossa Alteza que querem ficar aqui»[23]. Estas informações suscitaram desde logo problemas decorrentes da interdição de migração de cristãos-novos (no caso, judeus, forçada ou voluntariamente, convertidos ao cristianismo). Por isso, pela mesma altura, o padre Gonçalo de Almeida, prior de Lagos, em Azamor desde a sua conquista, alertava o monarca para os muitos cristãos-novos que do Reino saíam para povoar a cidade e para os perigos dos seus contactos com os membros da comunidade judaica aí residentes, aconselhando-o a vedar a sua passagem para Azamor[24]. Estes avisos levaram D. Manuel a ordenar a Rui Barreto, enquanto responsável pela gestão dos moradores, os recambiasse, conforme se depreende por carta deste governador ao rei, datada de 21 de Fevereiro de 1514. Nela, argumentava Rui Barreto não serem os cristãos-novos mais de dez (um cerieiro, um tintureiro, dois alfaiates, um tosador, um serralheiro e, os demais, mercadores) e defendia que, à excepção dos mercadores, todos os outros deveriam ficar por não haver cristãos (*velhos, entenda-se*) capazes para o exercício destes ofícios[25], esquivando-se, assim, a cumprir as ordens régias. O certo é que os cristãos-novos continuaram a afluir à cidade. Segundo José Alberto Tavim, Azamor foi mesmo uma das praças com maior número de cristãos-novos, tendo muitos aproveitado o motivo da conquista de Azamor pelo duque D. Jaime para engrossarem o seu exército e aí ficarem estabelecidos à margem das perseguições de 1506. O mesmo historiador reconstitui os percursos de vinte cristãos-novos que, com seus familiares, escolherem esta cidade para sua residência, acrescentando ter sido o quantitativo total, com certeza, muito mais elevado[26]. De facto, apesar das disposições régias proibirem a sua entrada em Azamor como moradores, na prática houve uma certa tolerância, sendo hoje difícil identificá-los no universo dos residentes, pois a maior parte adoptara nomes cristãos após a conversão. Não admira, por isso, que o supracitado Padre Gonçalo de Almeida, agora também prior de Azamor, voltasse

23. Carta de D. João de Meneses a D. Manuel, Azamor, 1-9 de Dezembro de 1513, cit. na nota 20.

24. Carta do Padre Gonçalo de Almeida, prior de Lagos, a D. Manuel, Azamor, 3 de Dezembro de 1513, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 9, doc. 107, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. e «Documentos Inéditos...» cit., Apêndice documental, doc. V.

25. Carta de Rui Barreto a D. Manuel, Azamor, 21 de Fevereiro de 1514, cit. nota 21.

26. José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Os judeus na expansão portuguesa em Marrocos durante o século XVI – Origens e actividades duma comunidade*, Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga, 1993, pp. 225 e 228.

teurs de Votre Altesse qui veulent rester ici »[23]. Cette information a soulevé des problèmes, découlant de l'interdiction de la migration des nouveaux chrétiens (en l'occurrence des juifs, forcés ou volontaires, convertis au christianisme). Par conséquent, en même temps, le père Gonçalo de Almeida, prieur de Lagos, à Azemmour depuis sa conquête, a averti le monarque de nombreux nouveaux chrétiens, sortis du Royaume pour peupler la ville, et des dangers de leurs contacts avec les membres de la communauté juive y résidant, en lui conseillant d'interdire leur passage à Azemmour[24]. Ces avertissements ont conduit D. Manuel I à ordonner à Rui Barreto, en tant que responsable de la gestion des *moradores*, de les renvoyer, comme le témoigne une lettre de ce gouverneur au roi, datée du 21 février 1514. Dans cette lettre, Rui Barreto affirmait que les nouveaux chrétiens n'étaient pas plus de dix (un cirier, un teinturier, deux tailleurs, un tondeur, un serrurier et, les autres, des marchands) et il soutenait que, à l'exception des marchands, tous les autres devraient rester, car il n'y avait pas de chrétiens (par ce terme, on entend des *vieux*) capables d'exercer ces métiers[25], évitant ainsi d'exécuter les ordonnances royales. Ce qui est certain, c'est que les nouveaux chrétiens ont continué d'affluer dans la ville. Selon José Alberto Tavim, Azemmour a été l'une des places les plus peuplées de nouveaux chrétiens, qui ont profité de la conquête d'Azemmour, par le duc D. Jaime, pour rejoindre son armée et s'y installer en marge des persécutions de 1506. Le même historien reconstitue les parcours de vingt nouveaux chrétiens qui, avec leurs familles, ont choisi cette ville pour y vivre, en ajoutant que le nombre total était certainement beaucoup plus élevé[26]. En effet, bien que les dispositions royales interdisent leur entrée à Azemmour, en tant que *moradores*, on vérifie dans la pratique une certaine tolérance et, aujourd'hui, il devient difficile de les identifier dans l'univers des résidents, car la plupart avaient adopté des noms chrétiens après la conversion. Il n'est donc pas surprenant que le susmentionné père Gonçalo de Almeida, désormais aussi prieur d'Azemmour, revienne à la charge en 1514[27]; et

23. Lettre de D. João de Meneses à D. Manuel, Azemmour, 1-9 décembre 1513, cit. note 20.

24. Lettre du père Gonçalo dà Almeida, prieur de Lagos, à D. Manuel, Azemmour, le 3 décembre 1513, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 9, doc. 107, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. et « Documentos Inéditos... » cit., Annexe Documentaire, doc. V.

25. Lettre de Rui Barreto à D. Manuel, Azemmour, le 21 février 1514, cit. note 21.

26. José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Os judeus na expansão portuguesa em Marrocos durante o século XVI – Origens e actividades duma comunidade*, Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga, 1993, pp. 225 et 228.

27. Lettre du père Gonçalo Ribeiro de Almeida, prieur de Lagos et d' Azemmour, à D. Manuel, Azemmour, le 16 juin 1514, ANTT, *Corpo*

à carga em 1514[27]; e que, anos mais tarde, um outro prior da cidade, Estêvão Ribeiro de Almeida, denunciasse haver aí muitos convertidos ao cristianismo, de origem judaica (cristãos-novos) ou muçulmana (mouriscos), que voltavam publicamente à sua religião de origem. Dizia este prelado ter questionado o capitão da cidade, D. Álvaro Abranches, sobre estas situações escandalosas, mas este ter-lhe-ia retorquido já ter escrito ao rei e que «Vossa Alteza lhe respondera que os deixassem estar, que não bulissem neles». O prior acalentava por isso a esperança de ver o monarca enviar a Santa Inquisição[28] para estas terras em que se vivia tão dissolutamente[29].

Mas a carta de D. João de Meneses dos finais de 1513, onde ocorre este excurso sobre a presença de cristãos-novos entre os moradores de Azamor, revela um outro dado importante. Nela, afirma ter visto «um rol que Rui Barreto apresentou ao duque (*D. Jaime de Bragança*) de mais de trezentos e tantos moradores para a repartição das casas, os quais estão ainda para vir»[30]. Alguns teriam realmente ido expressamente do Reino, outros teriam saído, como dizia D. João de Meneses, da soldadesca estante em Azamor, outros ainda dos muitos trabalhadores destacados para as obras da cidade. Não teriam sido coagidos a ir ou a permanecer, segundo se deduz de afirmação de D. Jaime, ao garantir, mais tarde e de Vila Viçosa, a D. João III, referindo-se aos moradores, «não tendes nenhuma obrigação, porque não se tolhe satisfação dos serviços, somente o das fazendas, e não os mandastes lá ir, nem os mandastes edificar, antes alguns deles quisera Vossa Alteza e vosso pai mandar atalhar e, a requerimento deles, os deixastes assim estar ou não se atalharam tão pequenos como estava ordenado»[31].

No respeitante ao número de moradores em Azamor, as fontes disponíveis mais aproximadas que possuímos são os róis de pagamentos da guarnição militar, dos quais se conhecem alguns códices, datados de

que, des années plus tard, un autre prieur de la ville, Estêvão Ribeiro de Almeida, ait signalé qu'il y avait de nombreux convertis au christianisme, d'origine juive (nouveaux chrétiens) ou musulmane (morisques), qui retournaient publiquement à leur religion d'origine. Ce prélat disait qu'il avait interrogé le capitaine de la ville, D. Álvaro Abranches, sur ces situations scandaleuses, mais celui-ci lui aurait répondu qu'il avait déjà écrit au roi et que « Votre Altesse lui avait répondu qu'il fallait les laisser tranquilles, qu'il ne fallait pas les déranger ». Le prieur nourrissait donc l'espoir de voir le monarque envoyer la Sainte Inquisition[28] sur ces terres où l'on vivait si dissolument[29].

Mais la lettre de D. João de Meneses, de la fin de 1513, où il signale la présence de nouveaux chrétiens parmi les *moradores* d'Azemmour, révèle une autre donnée importante. Dans celle-ci, il affirme avoir vu « une liste que Rui Barreto a présenté au duc (*D. Jaime de Bragança*) de plus de trois cents et tant *moradores*, qui sont encore à venir, pour la distribution des maisons »[30]. Certains seraient venus expressément du Royaume, d'autres seraient, comme le disait D. João de Meneses, de la soldatesque étant à Azemmour, d'autres encore de nombreux travailleurs affectés aux travaux de la ville. Ils n'auraient donc pas été contraints d'y aller ou d'y rester, d'après l'affirmation de D. Jaime qui, plus tard et de Vila Viçosa, assure D. João III, en parlant des *moradores*, « vous n'avez aucune obligation parce que cela n'est pas nuisible à l'accomplissement des services, sauf celui des biens, et vous ne les avez pas envoyés là-bas, ni ordonné de construire ; au contraire, Votre Altesse et votre père avaient voulu réduire leur nombre et à leur demande, vous les avez laissés rester ainsi, ou ils n'ont pas été réduits si peu comme ce qui avait été ordonné[31].

En ce qui concerne le nombre de *moradores* d'Azemmour, les sources disponibles, les plus approximatives, sont les listes de paiements de la garnison militaire, dont certains codices sont connus, datées de 1521/1522 et 1537/1538, en plus des mandats mensuels détachés de 1523. Ordonnés par les capitaines/gou-

27. Carta do Padre Gonçalo Ribeiro de Almeida, prior de Lagos e de Azamor, a D. Manuel, Azamor, 16 de Junho de 1514, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte III, maço 5, doc. 57, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. e «Documentos Inéditos...» cit., Apêndice documental, doc. IX.

28. O tribunal da Inquisição foi estabelecido em Portugal pela bula papal *Cum ad nihil magis* de 28 de Maio de 1536. No entanto, nunca chegou a estabelecer-se nos territórios marroquinos sob domínio português, nem tão-pouco houve visitações.

29. Carta de Estevão Ribeiro de Almeida, prior de Azamor, a D. João III, Azamor, 16 de Janeiro de 1537, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 58, doc. 34, pub. *SIHM*, III, pp. 83-84.

30. Carta de D. João de Meneses a D. Manuel, Azamor, 1-9 de Dezembro de 1513, cit. nota 20.

31. Carta do duque de Bragança D. Jaime a D. João III, Vila Viçosa, 12 de Fevereiro de 1529, cit. *supra*, nota 8 (citação colhida na p. 447, sublinhado nosso).

Cronológico, parte III, maço 5, doc. 57, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. et « Documentos Inéditos... » cit., Annexe Documentaire, doc. IX.

28. Le tribunal de l'Inquisition a été créé au Portugal par la bulle papale *Cum ad nihil magis* du 28 mai 1536. Cependant, ce tribunal ne fut jamais établi dans les territoires marocains sous domination portugaise et il n'y a pas eu des visitations.

29. Lettre d'Estevão Ribeiro de Almeida, prieur d' Azemmour, à D. João III, Azemmour, le 16 janvier 1537, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 58, doc. 34, pub. *SIHM*, III, pp. 83-84.

30. Lettre de D. João de Meneses à D. Manuel, Azemmour, 1-9 décembre 1513, cit. note 20.

31. Lettre du duc de Bragança D. Jaime à D. João III, Vila Viçosa, le 12 février 1529, cit. *supra*, note 8 (citation, p. 447, soulignement ajouté).

1521/1522, e 1537/1538, além de mandados soltos mensais de 1523. Ordenados pelos capitães/governadores[32]; estes continham minuciosas listas de pagamento à gente de guerra, fronteiros e moradores, competências de combate (a pé ou a cavalo), elencando os respetivos nomes, tempo de serviço e, por vezes até, naturalidades. Embora lacunares, estas fontes permitem avançar com estimativas sobre o número médio de moradores e de fronteiros estantes na cidade, se as cruzarmos com informações dispersas, colhidos na correspondência trocada entre os responsáveis da praça e o rei, com destaque para as colecções «Cartas dos Governadores de África», e «Corpo Cronológico», conservadas no Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa.

Nos róis acima referidos, além dos homens a cavalo e seus a pé, dos besteiros e bombardeiros, dos pilotos e homens do batel da barra, de alguns oficiais, de frades e de clérigos, além de degredados, aparecem listados à parte os moradores; como se disse estes também tinham obrigações militares, constatando-se serem sempre muito mais os moradores combatendo a pé do que a cavalo. Para estes, note-se, nem sempre a informação é dada, ou porque não serviram nos períodos em causa, ou porque o arrolador os incluiu no conjunto dos cavaleiros da guarnição propriamente dita. Seja como for, tal como todos os arrolados, os moradores tinham direito a um pagamento em dinheiro (o soldo) e em cereais (o mantimento) que variava segundo guerreassem a pé ou a cavalo, sendo que o mantimento destes últimos, além do trigo ou biscoito, era acrescido da cevada para a manutenção do animal. Tudo indica que, inicialmente, as verbas destinadas ao pagamento dos moradores provinham dos rendimentos da feitoria, recorrendo-se ao dinheiro enviado do Reino apenas quando estas não bastassem[33]. Aliás, verifica-se nos róis de pagamentos que alguns moradores, para superar os constantes atrasos nos pagamentos, recorriam a adiantamentos, propiciados pela feitoria, maioritariamente em mercadorias, apesar da proibição régia[34], que incidia

verneurs[32], ceux-ci contenaient des listes détaillées des paiements aux gens de guerre, les frontaliers et les *moradores*, des capacités de combat (à pied ou à cheval), énumérant leurs noms, leur ancienneté et, parfois, même leur naturalité. Bien que lacunaires, ces sources permettent d'avancer avec des estimations sur le nombre moyen de *moradores* et de frontaliers de la ville, si on les confronte avec des informations dispersées, recueillies dans la correspondance échangée entre les responsables de la place et le roi, en mettant l'accent sur les collections « Cartas dos Governadores de África » et « Corpo Cronológico », conservés aux Archives Nationales de la Torre do Tombo, à Lisbonne.

Sur les listes susmentionnées – outre les hommes à cheval et à pied, les arbalétriers et les artilleurs, les pilotes et les hommes des bateaux de la barre, certains officiers, frères et clercs, ainsi que les exilés – les *moradores* sont répertoriés séparément ; comme on l'a dit, ceux-ci avaient également des obligations militaires, se vérifiant beaucoup plus des *moradores* qui combattaient à pied qu'à cheval. En ce qui concerne ces derniers, il convient de noter que l'information n'est pas toujours fournie, soit parce qu'ils n'ont pas servi pendant les périodes en question, soit parce que celui qui a procédé à l'inventaire les a inclus dans le groupe des cavaliers de la garnison proprement dite. En tout état de cause, comme tous les inscrits, les *moradores* avaient droit à un paiement en espèces (la solde) et en céréales (les vivres) qui variait, selon s'ils combattaient à pied ou à cheval, étant la provision de ces derniers, outre le blé ou le biscuit, renforcée de l'orge pour l'alimentation des animaux. Il semble que, dans un premier temps, les montants destinés au paiement des *moradores* provenaient des revenus du comptoir s'utilisant l'argent envoyé par le Royaume lorsque ces fonds étaient insuffisants[33]. D'ailleurs, on constate, sur les listes de paiement, que certains *moradores*, afin d'atténuer les retards de paiement répétitifs, ont eu recours à des paiements anticipés, assurés par le comptoir, principalement en marchandises, malgré l'interdiction royale[34], qui se centrait principalement sur la gomme-laque et les

32. Livros dos pagamentos aos soldados que serviram na cidade de Azamor, ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 611, ano de 1521 (transcrição de Rui Henriques, publicada no 2.º volume desta obra), n.º 612, ano 1522, e n.º 627, ano 1537-1538; e meses de Fevereiro, Abril e Julho de 1523, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 106, doc. 126, maço 108, doc. 143, e maço 110, doc. 38, respectivamente.

33. Regimento que levou Lançarote de Agrela quando foi a Azamor fazer os pagamentos (...), Évora, 8 de Julho de 1519, ANTT, *Livro de Registo de Leis e Regimentos de D. Manuel*, ff. 101v-103v, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. e «Documentos Inéditos...» cit., Apêndice documental, doc. XXII.

34. Sobre a proibição régia, ver Carta de D. Nuno Mascarenhas a D. Manuel, Safim, 9 de Dezembro de 1516, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 37, pub. *SIHM*, II, pp. 47-49.

32. Livres des paiements aux soldats qui ont servi dans la ville d'Azemmour, ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 611, année 1521 (transcription de Rui Henriques, publiée au 2e volume de cet ouvrage), nº 612, année 1522, et nº 627, année 1537-1538 ; et les mois de février, avril et juillet 1523, ANTT, *Corpo Cronológico,* parte II, maço 106, doc. 126, maço 108, doc. 143, et maço 110, doc. 38, respectivement.

33. Règlement apporté par Lançarote de Agrela pour faire les paiements à Azemmour (...), Évora, le 8 juillet 1519, ANTT, *Livro de Registo de Leis e Regimentos de D. Manuel*, ff. 101v-103v, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. et « Documentos Inéditos... » cit., Annexe Documentaire, doc. XXII.

34. À propos de l'interdiction royale, voir Lettre de D. Nuno Mascarenhas à D. Manuel, Safi, le 9 décembre 1516, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, nº 37, pub. *SIHM*, II, pp. 47-49.

sobretudo no lacre e nos bordates[35]. Tal situação conduzia a que alguns, no momento de receber o soldo em dívida, o vissem reverter para a feitoria como paga dos adiantamentos recebidos. Como vítimas dessa prática, mencionem-se, por exemplo, os moradores Vasco Martins, João Gonçalves, sapateiro, e Gabriel Mendes, no segundo semestre de 1521[36].

O número de moradores, listados nestes róis de pagamentos da guarnição, embora com oscilações nos anos registados, rondaria os 250[37], número que não anda muito longe de informação fornecida pelo capitão/governador D. Pêro Mascarenhas em 1530. Este, ao chegar à praça para exercer o seu cargo, perante rumores indiciando a vinda dos exércitos do rei de Fez, quis conhecer o número de indivíduos disponíveis para defesa da cidade, recorrendo para tal aos livros do apontador e escrivão dos contos. Apurou, assim, haver 618 pessoas assentadas com direito a ração, das quais 240 eram moradores, constatando serem «muitos os moços em conta de homens e os mais dos outros gente fraca»[38].

Estes valores, reportando-se exclusivamente a indivíduos do sexo masculino e, provavelmente, adultos, e referindo-se às décadas de 1520 e 1530, não devem ter variado muito durante os 28 anos em que a praça esteve sob ocupação portuguesa. As menções, nem sempre sistemáticas, às localidades de onde eram oriundos, indiciam ser a esmagadora maioria originária de Portugal continental, e, em muito menor número, provenientes de outras praças marroquinas ou da ilha de Madeira, sendo raros os originários de outras localidades europeias[39].

> Cingindo-nos aos oriundos de Portugal, os róis de pagamentos fornecem-nos por vezes informação sobre as suas terras de origem. São números bastante restritos tem em conta o universo global dos moradores. Não passam, por isso, de meros indicadores e como tal devem ser entendidos. Assim, constata-se que o Algarve foi a região donde emigraram mais moradores, que em segundo lugar vem

35. «Bordate» era um tecido em algodão, fabricado em Portugal (Lamego e Marão), mas também importado da Inglaterra, muito apreciado em Marrocos.

36. Livro dos pagamentos feitos aos soldados que serviram na cidade de Azamor no ano 1521, ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 611, ff. 52v, 57v e 66, respectivamente, transcrição de Rui Henriques, publicada no 2.º volume desta obra.

37. Dados apurados a partir do tratamento dos dados consignados nos códices citados na nota 32. Ver também Maria Augusta Lima Cruz, «Documentos Inéditos...» cit., pp. 113-114 e, da mesma autora, *Os portugueses em Azamor*... cit., p. 147.

38. Carta de D. Pêro Mascarenhas a D. João III, Azamor, 9 de Junho de 1530, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 45, doc. 35, pub. *SIHM*, II, pp. 525-530.

39. Dados apurados a partir do tratamento dos dados consignados nos códices citados na nota 32.

bordats[35]. Cette situation conduisait à que certains, au moment de recevoir la solde impayée, fussent obligés à la rendre au comptoir pour payer les avances perçues. On signale, en tant que victimes de cette pratique, par exemple, les *moradores* Vasco Martins, João Gonçalves, cordonnier, et Gabriel Mendes, au cours du deuxième semestre 1521[36].

Le nombre de *moradores*, répertoriés dans ces listes de paiements de la garnison, bien qu'avec des variations au cours des années enregistrées, serait d'environ 250[37], ce qui correspond aux informations fournies par le capitaine/gouverneur D. Pêro Mascarenhas en 1530. Lorsqu'il est arrivé sur la place pour exercer sa fonction, face aux rumeurs annonçant la venue des armées du roi de Fès, il a voulu connaître le nombre d'individus disponibles pour défendre la ville, en recourant aux livres du pointeur et greffier des comptes. Ainsi, il a constaté qu'il y avait 618 personnes inscrites ayant droit à des rations, dont 240 étaient des *moradores*, soulignant que « beaucoup étaient des jeunes garçons, répertoriés comme étant des hommes et les restants des gens faibles »[38].

Ces totaux, qui concernent exclusivement des individus masculins, et probablement des adultes, et qui se réfèrent aux années 1520 et 1530, possiblement n'ont pas beaucoup varié au cours des 28 ans de l'occupation portugaise de la place. Les références aux localités de provenance, qui ne sont pas toujours systématiques, indiquent que l'écrasante majorité est originaire du Portugal continental et, dans une moindre mesure, d'autres places marocaines ou de l'île de Madère, étant rares ceux provenant d'autres localités européennes[39].

> Les listes de paiements, concernant les personnes provenant du Portugal, fournissent parfois des informations sur les terres d'origine. Ces nombres sont tout à fait limités, compte tenu de l'univers global des *moradores*. Il ne s'agit donc que d'indicateurs qui doivent être compris en tant que tels. Ainsi, on constate que l'Algarve fut la région d'origine de la majorité des *moradores*, ensuite la région du Minho, suivi par deux régions avec la même quantité : la

35. « Bordat » était un tissu de coton, fabriqué au Portugal (Lamego et Marão), mais aussi importé d'Angleterre, très apprécié au Maroc.

36. Livre des paiements aux soldats qui ont servi dans la ville d'Azemmour, dans l'année 1521, ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 611, ff. 52v, 57v et 66, respectivement, transcription de Rui Henriques, publiée au 2e volume de cet ouvrage.

37. Des informations obtenues à partir du traitement des données des codices cités dans la note de bas de page 32. Voir aussi Maria Augusta Lima Cruz, « Documentos inéditos... » cit., pp. 113-114 et, du même auteur, *Os portugueses em Azamor*... cit., p. 147.

38. Lettre de D. Pêro Mascarenhas à D. João III, Azemmour, le 9 juin 1530, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 45, doc. 35, pub. *SIHM*, II, pp. 525-530.

39. Des informations obtenues à partir du traitement des données des codices cités dans la note 32.

o Minho, seguindo-se duas regiões com o mesmo número: uma de Aveiro a Tomar, passando por Coimbra e Torres Novas; outra que se espraia em redor de Elvas e Évora. Finalmente vem a zona de Lisboa e Setúbal e, dispersamente, locais de Trás-os--Montes e Beiras interiores.

Quatro razões podem explicar a emigração destas zonas:

– Faixas costeiras (Tavira, Porto, Aveiro, Setúbal e Lisboa), cuja população tinha um tipo de vida mais semelhante à de Azamor, e estava mais habituada às deslocações marítimas.

– Regiões mais populosas, razão válida de uma maneira geral para as faixas costeiras e também para o Minho.

– Zonas em redor das terras do duque de Bragança, Vila Viçosa e Alentejo interior, donde seria originária muita da gente de armas levada pelo duque para a conquista de Azamor, e que aí acabaria por ficar.

– Zonas em que se realizavam ou se tinham realizado recentemente grandes obras (Tomar, Évora, Beja, Braga, Lisboa) e de onde teria partido parte dos homens que trabalharia nas obras de reconstrução de Azamor; sendo provável mesmo que Francisco e Diogo de Arruda, ao serem encarregados deste trabalho, tenham levado consigo um certo número de artífices (pedreiros, carpinteiros, taipeiros) e que alguns deles teriam depois ficado em Azamor.

A média de moradores avançada remete somente para os indivíduos do sexo masculino aptos para o serviço militar. Ora, como já dito, estes viviam acompanhados de suas mulheres, filhos e outros familiares, situação que, a não se verificar, era motivo de reparo por parte dos governadores. D. Álvaro de Noronha, em 1518, ao alertar D. Manuel I para a situação irregular de certos moradores que, tendo as mulheres no Reino, não as viam há quatro ou cinco anos[40], pede--lhe dê ordens para resolver este problema que, em seu entender, não devia prolongar-se. Não sabemos se medidas régias foram tomadas.

Tendo em conta os respetivos agregados familiares, pensamos ser lícito afirmar que o universo dos moradores rondaria as cerca de 1.000 a 1.200 criaturas[41]. Estes valores, sublinhe-se, não abarcam a totalidade da população estante na cidade, pois havia outros grupos com peso significativo. Refira-se, em pri-

40. Carta de D. Álvaro de Noronha D. Manuel, Azamor, 19 de Maio de 1518, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 343, resumo pub. *SIHM*, II, p. 189, nota 1.

41. Considerando que cada núcleo familiar correspondia a um fogo, aplicou-se o coeficiente (entre 4.3 e 4.8 pessoas por fogo) para as zonas urbanas, seguido por João Alves Dias, *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, Lisboa, FCG-JICT, 1996.

première d'Aveiro à Tomar, en passant par Coimbra et Torres Novas ; une autre située autour d'Elvas et d'Évora. Enfin, Lisbonne et Setúbal et, de manière dispersée, Trás-os-Montes et Beiras intérieures.

L'émigration de ces régions peut s'expliquer par quatre raisons :

– Les zones côtières (Tavira, Porto, Aveiro, Setúbal et Lisbonne), dont la population avait un mode de vie proche de celui d'Azemmour, et était plus habituée aux voyages en mer.

– Les régions plus peuplées, une raison valable, d'une manière générale, pour les zones côtières et, aussi, pour le Minho.

– Les zones autour des terres du duc de Bragança, de Vila Viçosa et de l'intérieur de l'Alentejo, d'où proviendraient de nombreuses personnes armées, par le duc, pour la conquête d'Azemmour et qui y sont restées.

– Les zones où se réalisaient, ou avaient été réalisés récemment, de grands travaux (Tomar, Évora, Beja, Braga, Lisbonne) et d'où seraient une partie des hommes qui ont travaillé dans la reconstruction d'Azemmour ; il est donc probable que Francisco et Diogo de Arruda, qui étaient en charge de ce travail, aient emmené avec eux un certain nombre d'artisans (des maçons, des charpentiers, des piseurs) et que certains d'entre eux seraient ensuite restés à Azemmour.

La moyenne de *moradores* répertoriée ne concerne que les individus du sexe masculin, éligibles au service militaire. Or, comme mentionné auparavant, ils vivaient avec leurs femmes, leurs enfants et d'autres membres de la famille, si tel n'était pas le cas, cela était un motif de critique de la part des gouverneurs. D. Álvaro de Noronha, en 1518, lorsqu'il alerta D. Manuel I de la situation irrégulière de certains *moradores* qui, ayant des femmes dans le Royaume ne les avaient pas vues depuis quatre ou cinq ans[40], lui demanda de donner des ordres pour résoudre ce problème qui, selon lui, ne devait pas continuer. Nous ne savons pas si des mesures royales ont été prises. Compte tenu des ménages respectifs, nous pensons qu'il est juste de dire que l'univers des *moradores* serait d'environ 1 000 à 1.200 créatures[41].

On souligne que ces calculs ne couvrent pas l'ensemble de la population de la ville, car d'autres groupes avaient un poids important. Tout d'abord, on signale le personnel de la garnison militaire qui, sauf les mois exceptionnels du début et de la fin de la

40. Lettre de D. Álvaro de Noronha à D. Manuel, Azemmour, le 19 mai 1518, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, nº 343, synthèse pub. *SIHM*, II, p. 189, note 1.

41. En considérant que chaque noyau familial correspondait à un logement, il a été appliqué le coefficient pour les zones urbaines (entre 4,3 et 4,8 personnes par logement), suivi par João Alves Dias, *Gentes e Espaços (Em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, Lisbonne, FCG-JICT, 1996.

meiro lugar, o dos efectivos da guarnição militar que, excluindo os meses excepcionais no início e no final da presença portuguesa[42], seria geralmente constituído por 350 a 400 militares[43]. Considere-se, em segundo lugar, um punhado de habitantes que, embora residindo na cidade, não eram considerados moradores. Referimo-nos aos degredados (oscilando entre os 4 e os 38, nas décadas de 1520 e 1530), aos frades e religiosos (para os mesmos anos, entre 12 e 17) e às altas patentes do aparelho administrativo, nomeadamente, capitão/governador, contador, feitor e almoxarife, adail, alcaide-mor, os dois últimos nem sempre de nomeação régia. Deste grupo, excluímos os oficiais menores, nomeados pelos capitães, pelos contadores e até pelo alcaide-mor, cujo elevado número torna impossível enumerá-los na totalidade. Estamos a falar de escrivães dos diversos organismos, porteiros, medidores, recebedores, corretores, alcaides pequenos, alcaides do mar, alfaqueques, tabeliães etc., escolhidos e nomeados no terreno, e que supomos terem sido, na sua maioria, recrutados junto da população civil, ou seja, dos moradores. Saliente-se que o exercício dessas funções era remunerado com uma tença, para além do soldo devido a quantos estivessem arrolados na guarnição. A título de exemplo, refira-se o caso de Vicente Pires, morador, nomeado escrivão dos contos pelo contador António Leite, em substituição de Bastião Gonçalves[44]. Mencione-se também Afonso Pires, arrolado em 1521 como morador a pé e exercendo o cargo de porteiro dos contos[45]. Em termos quantitativos, não é fácil calcular o volume de cada um dos componentes dos agregados familiares dos moradores, ou seja, mulheres, crianças, idosos e outros parentes. Estudos pontuais sobre as diferentes praças do Norte de África avaliam o peso de mulheres e crianças em cerca de 1/3 da população global[46]. Tais estimativas, porém, referem-se ao con-

42. Os períodos excepcionais em que se atingiram picos bastante elevados foram: um, nos meses posteriores à conquista enquanto se não procedia à evacuação total das tropas que nela participaram; outro, na sequência da queda de Santa Cruz de Cabo de Guer (Março 1541) e do receio de avanço dos xarifes, nomeadamente o de Marraquexe, contra Azamor, determinando um significativo reforço das tropas estantes na cidade, além da requisição de mercenários oriundos de Andaluzia.

43. Sobre a guarnição militar e seus efetivos, ver nesta colectânea, o estudo de Vítor Luís Gaspar Rodrigues, «Organização militar e práticas de guerra dos portugueses em Azamor».

44. Carta de António Leite a D. Manuel, Azamor, 27 de Julho de 1514, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 15, doc. 97, pub. *SIHM*, I, pp. 577-586 (informação colhida na p. 581).

45. ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 611, f. 38v, transcrição de Rui Henriques, publicada no 2.º volume desta obra.

46. Matthew T. Racine, *«A most opulent Iliad»: The Portuguese occupation of Southern Morocco (1505-1541). The fortunes of a frontier society*, policopiado de dissertação de doutoramento, Universidade da Califórnia – Santa Bárbara, Junho de 2003, p. 57.

présence portugaise[42], serait généralement composé de 350 à 400 militaires[43]. On signale, deuxièmement, une poignée d'habitants qui, bien que résidant dans la ville, n'étaient pas considérés comme des *moradores*. Nous nous référons aux exilés (oscillant entre 4 et 38, dans les décennies de 1520 et 1530), aux frères et religieux (pour les mêmes années, entre 12 et 17) et aux hauts gradés de l'appareil administratif, à savoir, capitaine/gouverneur, *contador*, *feitor* et *almoxarife*, *adail*, *alcaide-mor*, les deux derniers n'étant pas toujours de nomination royale. De ce groupe, nous excluons les officiers mineurs, nommés par les capitaines, les *contadores*, et même l'*alcaide-mor*, dont le nombre élevé rend impossible l'énumération intégrale. Nous parlons des greffiers des différents organismes, des portiers, des compteurs, des récepteurs, des courtiers, des *alcaides* mineurs, des *alcaides* de la mer, des *alfaqueques*, des notaires, etc., choisis et nommés sur le terrain, étant la majorité probablement recrutée parmi la population civile, c'est-à-dire les *moradores*. Nous soulignons que l'exercice de ces fonctions était rémunéré par un subside (*tença*), en plus de la solde reçue par tous ceux qui étaient inscrits dans la garnison. À titre d'exemple, citons le cas de Vicente Pires, *morador,* nommé greffier das comptes par le *contador* António Leite, à la place de Bastião Gonçalves[44]. Nous signalons aussi Afonso Pires, enregistré en 1521 *morador* à pied et assumant la fonction de portier de la maison des comptes[45].

Sur le plan quantitatif, il n'est pas facile de calculer les valeurs de chaque composant des ménages des *moradores*, à savoir, les femmes, les enfants, les personnes âgées et des autres membres de la famille. Des études ponctuelles portant sur les différentes places d'Afrique du Nord estiment que le poids des femmes et des enfants soit environ 1/3 de la population globale[46]. Ces estimations concernent, cependant, l'ensemble des catégories de résidents, y compris ceux qui constituaient une sorte d'élite des officiers locaux et non

42. Les périodes exceptionnelles où on signale des effectifs assez importants furent : une, dans les mois suivant la conquête, alors que l'évacuation totale des troupes qui avaient participé n'était pas effectuée ; une autre, dans la séquence de la chute de Santa Cruz du Cap de Gué (mars 1541) et de la crainte de l'avancée des chérifs, notamment celui de Marrakech contre Azemmour, déterminant un renforcement important des troupes dans la ville, outre la réquisition de mercenaires originaires d'Andalousie.

43. Sur la garnison militaire et ses effectifs, voir dans cette compilation, l'étude de Vítor Luís Gaspar Rodrigues, « L'organisation militaire et les pratiques de guerre des Portugais à Azemmour ».

44. Lettre de António Leite à D. Manuel, Azemmour, le 27 de juillet de 1514, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 15, doc. 97, pub. *SIHM*, I, pp. 577-586 (information à la p. 581).

45. ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 611, f. 38v, transcription de Rui Henriques, publiée au 2e volume de cet ouvrage.

46. Matthew T. Racine, *A most opulent Iliad: The Portuguese occupation of Southern Morocco (1505-1541). The fortunes of a frontier society*, polycopié de thèse de doctorat, Université de Californie – Santa Barbara, juin 2003, p. 57.

junto de todas as categorias de residentes, incluindo aqueles que constituíam uma espécie de elite do oficialato local e não apenas à parcela representada pelos moradores. Lembre-se, a este propósito, que os oficiais com os mais altos cargos na administração da cidade, como capitães/governadores, contadores, feitores, almoxarifes, todos de nomeação régia, tinham em teoria mandatos vitalícios, quer por serem concedidos sem limites de tempo quer por nessas nomeações se declarar explicitamente serem-lhes atribuídos «em sua vida» ou «em todos os dias de sua vida»[47]. Isto em teoria, sublinhe-se, pois na prática nem sempre assim acontecia. Basta lembrar que, em 28 anos, Azamor teve 13 capitães/governadores, sendo que um ocupou duas vezes o cargo[48], o que não invalida o facto de, ao assumirem os cargos, o fazerem na expectativa de neles permanecer muito tempo, sendo por isso natural fazerem-se acompanhar de seus familiares e clientelas. No tocante a Azamor, há registos de assim ter acontecido com os capitães Simão Correia (mulher, filhos e, pelo menos, dois sobrinhos), D. Álvaro de Abranches (mulher, criados e servidores), e com o contador João Mendes (genro, sobrinhos e outros parentes)[49]. Mesmo em missões temporárias os agentes reais eram, por vezes, acompanhados de suas mulheres. Sirva de exemplo o caso de Diogo de Melo, enviado por D. Manuel I a Azamor, cerca de Outubro de 1520, para acompanhar Moleiferes que viera a Portugal prestar obediência ao rei português em nome de seu irmão Muley Benaduxera, senhor de Nemo. Diogo de Melo era uma espécie de agente de controle dos dois irmãos no terreno, para o que levou consigo 25 lanças[50]. Depois de algumas campanhas, a traição de Muley Benaduxera determinou o fim da missão de Diogo de Melo e o seu regresso a Portugal. Ora, por alvará régio datado de Lisboa,

47. Veja-se, a título de exemplo, nomeações de Álvaro Rafael para alcaide-mor de Azamor (Lisboa, 30 de Setembro de 1513) e de D. Pedro de Sousa para capitão e governador de Azamor (Lisboa, 2 de Junho de 1514), ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, livro 15, fls. 53 e 115v, respectivamente, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. e «Documentos Inéditos...» cit., Apêndice documental, docs. I e VIII.

48. Sobre o assunto, ver, nesta colectânea, o estudo de Rui Henriques, intitulado «Os capitães de Azamor e Mazagão (1513-1541)».

49. Carta de Hammou Amerkas a Simão Correia, Tite, fins de 1516/inícios de 1517, ANTT, *Casa dos Tratados. Documentos árabes*, pub. *SIHM*, II, pp. 50-53; Instrumento de entrega da capitania de Azamor por Álvaro Abranches a António Leite, Azamor 17 de Setembro de 1537, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 59, doc. 70, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. e «Documentos Inéditos...» cit., Apêndice documental, doc. XXVIII; Carta de Jorge Viegas, capitão de Azamor, a D. João III, Azamor, 5 de Fevereiro de 1527, cit. supra nota 14.

50. A lança compreendia um homem de armas a cavalo, armado de lança, e um número variável de combatentes, a cavalo ou a pé, seus dependentes.

seulement la partie représentée par les *moradores*. Nous signalons, à cet égard, que les officiers occupant les plus hautes fonctions dans l'administration de la ville, tels que les capitaines-gouverneurs, les *contadores*, *feitores*, *almoxarifes*, tous de nomination royale, avaient en théorie des mandats à vie, soit car ceux-ci sont accordés sans limitation de durée, soit parce qu'on indique explicitement qu'ils sont attribués « dans leur vie » ou « dans tous les jours de leur vie »[47]. En théorie, soulignons-le, car dans la pratique, cela n'a pas toujours été le cas. On signale qu'en 28 ans Azemmour a eu 13 capitaines/gouverneurs, dont l'un a occupé le poste à deux reprises[48], ce qui n'invalide pas le fait que, lorsqu'ils assument leurs fonctions, ils le font dans l'attente d'y rester longtemps. Ainsi, il est donc naturel qu'ils se fassent accompagner de leurs familles et de leurs clientèles. En ce qui concerne Azemmour, des documents nous indiquent que cela se vérifie avec les capitaines Simão Correia (la femme, les enfants et, au moins, deux neveux), D. Álvaro de Abranches (la femme, les domestiques et les serviteurs), et avec le *contador* João Mendes (le gendre, les neveux et d'autres parents)[49]. Même en mission temporaire, les agents royaux étaient parfois accompagnés de leurs épouses. Prenons l'exemple de Diogo de Melo, envoyé par D. Manuel I à Azemmour, vers octobre 1520, pour accompagner Molei Ferez, venu au Portugal pour rendre obéissance au roi portugais au nom de son frère Abd er-Rahman ben Hadou, seigneur d'Animai. Diogo de Melo était une sorte d'agent de contrôle des deux frères sur le terrain, raison pour laquelle il a pris 25 lances avec lui[50]. Après quelques campagnes, la trahison d'Abd er-Rahman ben Hadou a déterminé la fin de la mission de Diogo de Melo et son retour au Portugal. Or, par charte royale, datée de Lisbonne, le 15 juin 1521, le *contador*

47. Voir, à titre d'exemple, les nominations d'Álvaro Rafael pour alcaide-mor d'Azemmour (Lisbonne, le 30 septembre 1513) et de D. Pedro de Sousa pour capitaine et gouverneur d'Azemmour (Lisbonne, le 2 juin 1514), ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, livre 15, fl. 53 et 115v, respectivement, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. et « Documentos Inéditos... » cit., Annexe Documentaire, doc. I et VIII.

48. À ce sujet, voir, dans cette compilation, l'étude de Rui Henriques, intitulée « Les capitaines d'Azemmour et de Mazagan (1513-1541) ».

49. Lettre d'Hammou Amerkas à Simão Correia, Tit, fin 1516/début 1517, ANTT, *Casa dos Tratados. Documentos árabes*, pub. *SIHM*, II, pp. 50-53; Instrumento dela livraison de la capitenie d'Azemmour par Álvaro Abranches à António Leite, Azemmour, le 17 septembre 1537, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 59, doc. 70, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. et « Documentos Inéditos... » cit., Annexe Documentaire, doc. XXVIII ; Lettre de Jorge Viega, capitaine d'Azemmour, à D. João III, Azemmour, le 5 février 1527, cit. supra note 14.

50. La lance comprenait un homme d'armes à cheval, armé d'une lance, et un nombre variable de combattants, à cheval ou à pied, à sa charge.

15 de Junho de 1521, era dada ordem ao contador de Azamor para lhe dar uma embarcação e autorizá-lo a trazer para Portugal aqueles que o acompanharam, incluindo a sua mulher[51].

Se para os homens, moradores ou não, as fontes são ricas em informação, o mesmo não se poderá dizer quanto aos seus familiares. Sabemos da sua existência através sobretudo de menções colectivas e anónimas. Por exemplo, em 1517, na iminência de uma vinda do rei de Fez à Duquela, Simão Correia tomou várias disposições para defesa da praça, detalhando ter colocado dentro da fortaleza «todas a mulheres honradas e filhos dos principais e suas fazendas»[52]. Anos adiante, D. Pêro Mascarenhas perante nova ameaça do rei de Fez, entendeu dispor as forças militares por forma a cobrir uma área abarcando não só a fortaleza, mas também o atalho, por ser «a gente tanta de mulheres, meninos, judeus e mouros que caberíamos mal na fortaleza»[53].

No respeitante às mulheres de origem portuguesa estantes em Marrocos, o seu peso parece ter sido expressivo. Charles R. Boxer, na sua obra *A mulher na expansão ultramarina ibérica*, constatou que no Norte de África, à semelhança dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, a presença de mulheres portuguesas foi muito mais significativa do que a verificada noutras áreas desse império, como no Oriente, na costa da África Negra e no Brasil, em que era constante a escassez de mulheres brancas[54].

A maior parte das mulheres portuguesas estantes em Marrocos tinha a condição de casadas ou de viúvas (situação frequente devido à morte dos maridos em combate ou no cativeiro). Raramente permaneciam solteiras, registando-se em algumas praças, situações ambíguas que nos podem levar a pensar terem exercido a prostituição, ou tratar-se de degredadas não reconvertidas[55], situações para as quais não há provas documentais com respeito a Azamor. Pode, por isso,

d'Azemmour a reçu l'ordre de lui donner un bateau et de l'autoriser à amener au Portugal ceux qui l'accompagnaient, dont sa femme[51].

Si, pour les hommes, *moradores* ou non, les sources sont riches en informations, on ne peut pas en dire autant de leurs proches. Nous connaissons leur existence principalement à travers des mentions collectives et anonymes. Par exemple, en 1517, dans l'imminence d'une descente du roi de Fès à Doukkala, Simão Correia prit plusieurs mesures pour défendre la place, précisant avoir placé à l'intérieur de la forteresse « toutes les femmes honnêtes et les enfants des personnes importantes et leurs biens »[52]. Des années plus tard, D. Pêro Mascarenhas, face à une autre menace du roi de Fès, a organisé les forces militaires, afin de couvrir une zone comprenant non seulement la forteresse mais aussi le l'*atalho*, pour avoir « tellement de femmes, de garçons, de juifs et de Maures, nous aurions du mal à rentrer dans la forteresse »[53].

En ce qui concerne les femmes d'origine portugaise résidant au Maroc, leur poids semble avoir été significatif. Charles R. Boxer, dans son ouvrage *A mulher na expansão ultramarina ibérica* a constaté qu'en Afrique du Nord, à l'instar des archipels de Madère et des Açores, la présence de femmes portugaises a été beaucoup plus significative que dans d'autres régions de cet empire, car en Orient, sur la côte d'Afrique noire et au Brésil le manque de femmes blanches était constant[54].

La plupart des femmes portugaises résidant au Maroc étaient mariées ou veuves (situation fréquente en raison de la mort de leurs maris au combat ou en captivité). Rarement ces femmes restent célibataires, se signalant sur certaines places des situations ambiguës qui peuvent nous amener à penser qu'elles se sont livrées à la prostitution ou étaient des exilées non reconverties[55]. En ce qui concerne Azemmour, nous n'en disposons d'aucune preuve documentaire. On

51. Alvará de D. Manuel ao contador de Azamor, Lisboa, 15 de Junho de 1521, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 27, doc. 15, resumo pub. *SIHM*, II, p. 285, nota 2. Sublinhado nosso. De facto, acabaram por ser duas as embarcações que o transportaram com sua comitiva. Sobre o assunto, ver ainda Damião de Góis, *Crónica*... cit.., parte IV, cap. LIX, pp. 139-141.

52. Carta de Simão Correia a D. Manuel, Azamor, 20 de Maio de 1517, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 36, pub. *SIHM*, II, pp. 85-88 (citação colhida na p. 87).

53. Carta de D. Pêro Mascarenhas a D. João III, Azamor, 9 de Junho de 1530, cit. supra, nota 38.

54. Charles R. Boxer, *A mulher na expansão ultramarina ibérica*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977, pp. 13-20.

55. Ana Maria S. A. Rodrigues e Maria de Fátima Moura Ferreira, «Mulheres portuguesas em Marrocos, imagens do quotidiano feminino nos séculos XV e XVI», in *O rosto feminino da Expansão portuguesa*, Actas de Congresso Internacional, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, vol. I, p. 420.

51. Charte de D. Manuel au *contado*r de Azemmour, Lisbonne, le 15 juin 1521, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 27, doc. 15, synthèse pub. *SIHM*, II, p. 285, note 2 (soulignement ajouté). En fait, finalement, deux navires l'ont transporté, avec son entourage. Sur ce sujet, voir aussi Damião de Góis, *Crónica*... cit., parte IV, chap. LIX, pp. 139-141.

52. Lettre de Simão Correia à D. Manuel, Azemmour, le 20 mai 1517, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, nº 36, pub. *SIHM*, II, pp. 85-88 (citation de la p. 87).

53. Lettre de D. Pêro Mascarenhas à D. João III, Azemmour, le 9 juin 1530, cit. *supra*, note 38.

54. Charles R. Boxer, *A mulher na expansão ultramarina ibérica*, Lisbonne, Livros Horizonte, 1977, pp. 13-20.

55. Ana Maria S. A. Rodrigues et Maria de Fátima Moura Ferreira, « Mulheres portuguesas em Marrocos, imagens do quotidiano feminino nos séculos XV e XVI », *in O rosto feminino da Expansão portuguesa*, Actes du congrès international, Lisbonne, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, vol. I, p. 420.

afirmar-se que, ao contrário do que acontecia em outras áreas do império português – como na Índia, onde oficiosamente se promoveram uniões de portugueses com mulheres da terra, ou no Brasil, onde uniões de portugueses com mulheres de diferentes origens proliferaram espontaneamente – em Marrocos essas ocorrências foram pontuais.

Era através de casais cristãos que se fazia a reprodução natural. Com o tempo surgiriam os descendentes, de segunda geração. Foi o caso de dois irmãos, Francisco e Manuel Marreiros, estantes em Mazagão e naturais de Azamor, onde tinham seus pais[56].

No fundo, todas estas situações são reveladoras de que as mulheres funcionavam como agentes de colonização fossem casadas oriundas do Reino, criando laços de fixação de núcleos familiares e contribuindo para os alicerçar e reproduzir, fossem já nascidas em Marrocos, casando-se com homens vindos de fora, contribuindo para o seu enraizamento nas novas terras. Disso nos dão testemunho, embora mais tardiamente (primeira metade do século XVII), os registos paroquiais de casamentos de Tânger, segundo os quais 88% das noivas eram naturais ou residentes em Tânger, enquanto a percentagem dos noivos se ficava pelos 45%[57]. A este propósito são esclarecedoras as palavras de Luís Loureiro, capitão de Mazagão, em carta ao rei, datada de 1547: «e se quer que haja homens de cavalo, mande aqui quinze ou vinte fronteiros servir as comendas, e eles trazem criados que se casam na terra e ficam nela»[58]. Ou seja, é a mulher que, através do casamento, fixa o homem a uma terra, na circunstância as praças do Norte de África.

No caso de Azamor, são escassos os registos de casamentos mistos, se assim se lhes pode chamar, quer dizer casamentos entre mulheres marroquinas e homens portugueses ou de outras origens europeias. Era condição necessária para essas uniões se formalizarem que a mulher fosse mourisca, ou seja, muçulmana convertida ao cristianismo. Não é de excluir a hipótese de alguns desses enlaces passarem desapercebidos, a coberto dos nomes cristãos atribuídos aquando da mudança de religião. Exceptuando uma única situação em Santa Cruz do Cabo de Guer, pro-

56. Carta de Manuel Sande a D. João III, Mazagão, 27 de Março de 1537, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 58, doc. 72, pub. *SIHM*, III, pp. 90-95 (informação colhida na p. 94).

57. Cristina Maria Seuanes Serafim, *Elementos para o estudo da população de Tânger (1630-1639)– As estruturas sócio-demográficas através dos registos da Sé*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988/1988 (policopiado), pp. 27 e sgs.

58. Carta de Luís Loureiro a D. João III, Mazagão, 5 de Setembro de 1547, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 79, doc. 136, pub. *SIHM*, IV, pp. 233-236. Sublinhado nosso.

peut donc dire que, contrairement à d'autres régions de l'empire portugais – comme l'Inde, où officieusement l'on favorisait les unions des Portugais avec les femmes du pays, ou le Brésil, où les unions des Portugais avec des femmes de différentes origines proliféraient spontanément – au Maroc ces occurrences étaient ponctuelles.

La reproduction naturelle se faisait par les biais de couples chrétiens. Les descendants, de la deuxième génération, viendraient avec le temps. Cela a été le cas de deux frères, Francisco et Manuel Marreiros, vivant à Mazagan et originaires d'Azemmour, où étaient leurs parents[56].

Essentiellement, toutes ces situations révèlent que les femmes ont fonctionné en tant qu'agents de la colonisation, qu'elles soient des épouses originaires du royaume, en créant des liens de fixation de noyaux familiaux et en contribuant à les entretenir et à les reproduire, qu'elles soient déjà nées au Maroc en épousant des hommes venus de l'extérieur, contribuant ainsi à leur enracinement dans les nouvelles terres. Les registres paroissiaux des mariages à Tanger en témoignent, bien que plus tard (première moitié du XVII[e] siècle), selon lesquels 88% des fiancées étaient originaires de/ou résidaient à Tanger, tandis que le pourcentage des fiancés est de 45%[57]. À ce sujet, les propos de Luís Loureiro, capitaine de Mazagan, dans une lettre au roi, datée de 1547, sont éclairants : « et si vous voulez qu'il y ait des hommes à cheval, envoyez ici quinze ou vingt frontaliers pour servir les commendes et ils amènent des serviteurs qui se marient dans le pays et y restent »[58]. Autrement dit, la femme, par le mariage, fixe l'homme sur une terre, dans ce cas les places d'Afrique du Nord.

Dans le cas d'Azemmour, sont rares les enregistrements de mariages mixtes, si on peut appeler ainsi les mariages entre des femmes marocaines et des hommes portugais ou d'autres origines européennes. La condition nécessaire pour formaliser ces unions était que la femme soit morisque, c'est-à-dire musulmane convertie au christianisme. Nous n'excluons pas la possibilité que certaines de ces unions passent inaperçues, en raison de l'attribution de noms chrétiens lors du changement de religion. À l'exception

56. Lettre de Manuel Sande à D. João III, Mazagan, le 27 mars 1537, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 58, doc. 72, pub. *SIHM*, III, pp. 90-95 (information à la p. 94).

57. Cristina Maria Seuanes Serafim, *Elementos para o estudo da população de Tânger (1630-1639) – As estruturas sócio-demográficas através dos registos da Sé*, Lisbonne, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988/1988 (polycopié), p. 27 et suivantes.

58. Lettre de Luís Loureiro à D. João III, Mazagan, 5 septembre 1547, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 79, doc. 136, pub. *SIHM*, IV, pp. 233-236 (soulignement ajouté).

tagonizada pelo capitão[59], há informação, atestada para outras praças, revelando que este tipo de uniões ocorreu sobretudo com indivíduos de condição social modesta. Provavelmente assim teria também acontecido em Azamor.

Já as relações sexuais fora do casamento, embora proibidas pela Igreja e punidas pela lei, eram mais frequentes, envolvendo muitas vezes escravas muçulmanas ou mouriscas. Neste particular, releve-se o caso de D. Álvaro de Abranches, capitão/governador de Azamor entre 1535 e 1537, chamado à Corte por várias acusações, entre as quais o concubinato com uma mulher da terra, ora designada moura ora mourisca, tendo ficado dignos de memória os seus ditos jocosos a propósito dessa relação[60]

Em síntese, as referências aos membros dos agregados familiares são geralmente dadas pelo viés dos elementos masculinos: «mulher de», «filho de», «sobrinho de», etc., raramente sendo identificados pelos respectivos nomes. Isto verifica-se em ordens dos capitães de Azamor para pagamentos de soldos em dívida a mulheres cujos maridos se encontravam cativos, por vezes incluindo herdeiros, como aconteceu com as mulheres e herdeiros de Domingos Martins, e de Álvaro Vicente, ou com a mulher de João Reis[61], especificando-se por vezes, caso da mulher de João Dias, ser esse dinheiro para ajuda do resgate do marido[62]. Noutras ocorrências, tal pagamento é justificado pelo falecimento dos homens, como aconteceu com as viúvas e herdeiros de João Riscado e de Pedro Gago[63]. Só muito esporadicamente aparece o nome

59. Cf. Ana Roque, «Considerações sobre a mulher no contexto da expansão portuguesa no norte de África (as praças do sul de Marrocos)», *in O rosto feminino da Expansão portuguesa*… cit., vol. I, p. 455.

60. *Ditos Portugueses dignos de memória. História íntima do século XVI*, edição anotada e comentada por José Hermano Saraiva, Lisboa, Europa-América, n.os 314 e 315, p. 125.

61. Mandado de D. Álvaro de Noronha para pagamento à mulher e herdeiros de Domingos Martins, Azamor, 2 de Setembro de 1522, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 103, doc. 107; Mandado D. Álvaro de Noronha para pagamento à mulher e herdeiros de Álvaro Vicente, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 103, doc. 108; Mandado D. Álvaro de Noronha para pagamento à mulher de João Dias, Azamor, 13 de Maio de 1522, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 108, doc. 8.

62. Mandado de D. Álvaro de Noronha para pagamento à mulher de João Dias, que estava cativo, 3.900 réis de seu soldo, Azamor, 13 de Maio de 1523, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 108, doc. 8.

63. Mandado de D. Álvaro de Noronha para pagamento à mulher e herdeiros de João Riscado, Azamor, 30 de Setembro de 1522, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 104, doc. 45, especificando-se ter ele morrido em Azamor e sua mulher ser muito pobre e ir para Portugal; mandado de D. Álvaro de Noronha para pagamento à mulher e herdeiros de Pedro Gago (…), pelo tempo que serviu antes do seu falecimento, Azamor, 10 de Novembro de 1522, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 105, doc. 32.

d'une seule situation à Santa Cruz du cap de Gué, vécue par le capitaine[59], des informations, attestées pour d'autres places, révèlent que ce type d'unions s'est produit principalement avec des individus de condition sociale modeste. Probablement, cela a été aussi le cas à Azemmour.

Néanmoins, les relations sexuelles hors mariage, bien qu'interdites par l'Église et punies par la loi, étaient plus fréquentes, impliquant souvent des esclaves musulmanes ou morisques. Dans ce cas particulier, on signale le cas de D. Álvaro de Abranches, capitaine/gouverneur d'Azemmour, entre 1535 et 1537, présenté devant la Cour à cause des diverses accusations, parmi lesquelles le concubinage avec une femme de la terre, parfois appelée Maure parfois Morisque, occurrence dont les echos nous sont parvenus grâce au recueil des remarques railleuses du protagoniste sur cette relation[60].

En résumé, les références aux membres du ménage sont généralement données par le biais de l'élément masculin : « femme de », « fils de », « neveu de », etc., étant rarement identifiés par leur nom. C'est ce qui ressort des ordres donnés par les capitaines d'Azemmour pour le paiement des soldes dues aux femmes dont les maris étaient en captivité, y compris parfois les héritiers, comme observé avec les femmes et les héritiers de Domingos Martins et d'Álvaro Vicente, ou avec la femme de João Reis[61], parfois en précisant, le cas de la femme de João Dias, qu'il s'agit de l'argent pour aider à racheter la liberté du mari[62]. Dans d'autres cas, ce paiement est justifié par le décès des hommes, comme c'est le cas pour les veuves et les héritiers de João Riscado et de Pedro Gago[63]. Le nom de la femme

59. Cf. Ana Roque, « Considerações sobre a mulher no contexto da expansão portuguesa no norte de África (as praças do sul de Marrocos) », *in O rosto feminino da Expansão portuguesa*… cit., vol. I, p. 455.

60. *Ditos Portugueses dignos de memória. História íntima do século XVI*, édition annotée et commentée par José Hermano Saraiva, Lisbonne, Europa-América, n^{os} 314 et 315, p. 125.

61. Mandat de paiement de D. Álvaro de Noronha à la femme et héritiers de Domingos Martins, Azemmour, le 2 septembre 1522, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 103, doc. 107, Mandat de paiement de D. Álvaro de Noronha à la femme et héritiers de Álvaro Vicente, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 103, doc. 108 ; Mandat de paiement de D. Álvaro de Noronha à la femme de João Dias, Azemmour, le 13 mai 1522, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 108, doc. 8.

62. Mandat de paiement de D. Álvaro de Noronha à la femme de João Dias, qui était captif, de 3.900 *réis* de sa solde, Azemmour, le 13 mai 1523, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 108, doc. 8.

63. Mandat de paiement de D. Álvaro de Noronha à la femme et héritiers de João Riscado, Azemmour, le 30 septembre 1522, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 104, doc. 45, précisant qu'il est mort à Azemmour et que sa femme, très pauvre, est partie au Portugal ; Mandat de paiement de D. Álvaro de Noronha à la femme et héritiers Pedro Gago (…), pour le temps qu'il a servi avant sa mort, Azemmour, le 10 novembre 1522, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 105, doc. 32.

da mulher, por exemplo, Beatriz da Fonseca recebe o soldo de seu marido, João Rodrigues Estaço, no cativeiro[64]. Mais esporadicamente é-nos fornecida informação mais alargada sobre um núcleo familiar. A título de exemplo, refira-se Catarina Gonçalves, moradora em Azamor, filha de João de Vila Nova, cavaleiro morador nesta cidade, que, por falecimento de seu marido João Jorge, teve direito a receber parte da sua herança[65]. De igual modo, Catarina Dias, casada com João Dias, ambos moradores em Azamor, filha de João Dias piloto da barra, e de Guiomar Gil, também eles aí moradores, teve direito a receber dote atribuído a seu pai para casamento de um seu filho[66]. Mas, sem dúvida, os registos femininos mais personalizados que nos chegaram encontram-se nos róis de pagamentos da guarnição. Vejamos alguns casos, todos eles relativos a mulheres de moradores: Leonor Fernandes, Maria Lopes e Leonor Gonçalves, por falecimento de seus maridos, respetivamente João Gonçalves, Luís Eanes e Bastião Fernandes, recebem os soldos que lhes eram devidos[67]; Catarina Rodrigues aufere o de seu marido, João Gonçalves, ausente; Catarina Dias e Leonor Gonçalves adquirem, por procuração, os soldos de seus maridos, respectivamente João Leal e Estêvão Fernandes[68]. Respigam-se também, embora mais raramente, informações sobre outros laços familiares entre moradores: Pantaleão Dias e seu filho, ambos arrolados como moradores a pé; Francisco Torres recebe, por procuração, soldo de seu sogro João Rodrigues de Toar; e António Dias e Francisco arrecadam os soldos de seus pais, respectivamente André Dias e Fernão Rodrigues Colaço, falecidos[69].

Estes agregados domésticos de moradores, tal como os dos restantes habitantes na cidade, integravam ainda um significativo número de dependentes, sobretudo cativos e escravos. As fontes disponíveis sobre incursões levadas a cabo pelos portugueses em território muçulmano, tendo como um dos objectivos fazer cativos, fornecem-nos números elevados. Só para se ter uma ideia dos lucros dos prisioneiros obtidos nestas entradas, Damião de Góis, talvez com uma certa dose de exagero para enaltecer os feitos dos seus

64. Mandado do governador de Azamor para pagamento a Beatriz da Fonseca, mulher de João Rodrigues Estaço, Azamor, 30 de Agosto de 1531, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 170, doc. 90.

65. Mandado régio para pagamento a Catarina Gonçalves (...), Lisboa, 23 de Fevereiro de 1540, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 67, doc. 25.

66. Certidão de casamento de Catarina Dias para requerer em seu cumprimento o dote de que se lhe fizera mercê, Lisboa, 26 de Maio de 1540, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 62, doc. 61.

67. ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 611, ff. 47, 53v e 68v, transcrição de Rui Henriques, publicada no 2.º volume desta obra.

68. ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 611, ff. 51, 60v e 90.

69. ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 611, ff. 40 (2), 72v e 89.

n'apparaît que très sporadiquement, par exemple, Beatriz da Fonseca reçoit la solde de son mari, João Rodrigues Estaço, en captivité[64]. Plus sporadiquement encore, on reçoit des informations plus complètes sur un noyau familial. On peut citer, à titre d'exemple, Catarina Gonçalves, *moradora* à Azemmour, fille de João de Vila Nova, chevalier *morador* dans cette ville, que, suite au décès de son mari João Jorge, a eu droit à recevoir une partie de son héritage[65]. De même, Catarina Dias, mariée avec João Dias, les deux *moradores* à Azemmour, fille de João Dias pilote de la barre, et de Guiomar Gil, tous les deux aussi *moradores*, a eu le droit de recevoir la dot attribuée à son père pour le mariage d'un de ses enfants[66].

Mais, sans aucun doute, les registres concernant les femmes les plus personnalisés, qui nous sont parvenus, se trouvent sur la liste de paiements de la garnison. Examinons à présent quelques cas particuliers, qui concernent des femmes de *moradores* : Leonor Fernandes, Maria Lopes et Leonor Gonçalves, pour le décès de leurs maris, respectivement João Gonçalves, Luís Eanes et Bastião Fernandes, reçoivent la solde qui leur était due[67] ; Catarina Rodrigues reçoit celle de son mari, João Gonçalves, absent ; Catarina Dias et Leonor Gonçalves acquièrent, par procuration, les soldes de leurs maris, respectivement João Leal et Estevão Fernandes[68]. Des informations sur d'autres liens familiaux entre *moradores* sont également signalés, bien que plus rarement : Pantaleão Dias et son fils, tous deux inscrits comme *moradores* à pied ; Francisco Torres reçoit, par procuration, la solde de son beau-père João Rodrigues de Toar ; et António Dias et Francisco perçoivent les soldes de leurs parents, respectivement André Dias et Fernão Rodrigues Colaço, décédés[69].

Ces ménages de *moradores*, comme ceux des autres habitants de la ville, comptaient encore un grand nombre de personnes dépendantes, principalement des esclaves et des captifs. Les sources disponibles sur les incursions des Portugais en territoire musulman, dont l'un des objectifs est de faire des captifs, nous fournissent des nombres élevés. Pour avoir une idée juste des profits obtenus grâce à ces incursions,

64. Mandat de paiement du gouverneur d'Azemmour à Beatriz da Fonseca, femme de João Rodrigues Estaço, Azemmour, le 30 août 1531, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 170, doc. 90.

65. Mandat royal de paiement à Catarina Gonçalves (...), Lisbonne, le 23 février 1540, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 67, doc. 25.

66. Acte de mariage de Catarina Dias pour demander, en conformité avec son exécution, la dot qui lui avait été accordée par grâce, Lisbonne, le 26 mai 1540, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 62, doc. 61.

67. ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 611, ff. 47, 53v et 68v, transcription de Rui Henriques, publiée au 2e volume de cet ouvrage.

68. ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 611, ff. 51, 60v et 90.

69. ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 611, ff.40 (2), 72v et 89.

compatriotas, relata uma série de cavalgadas comandadas pelo capitão/governador D. Álvaro de Noronha contra aduares e povoações da Enxovia, entre Fevereiro e Outubro de 1519, cujo proveito, além de gado, cereais e outros produtos, se traduziu pela captura de mais de 1.800 almas[70]. O mesmo cronista atesta a participação e interesse dos moradores nestas investidas militares quando, a propósito de campanha similar ocorrida em Safim, escreve: «no negócio dos mouros que morreram nesta jornada coube a honra aos fronteiros, e a dos cativos aos moradores»[71].

Alguns destes cativos, os de condição mais elevada, eram reservados para obtenção de chorudos resgates, negócio onde sempre estiveram envolvidos os moradores. Por exemplo, no seguimento de incursão do capitão/governador interino Gonçalo Mendes Sacoto na Enxovia, em 1522, que rendeu 600 cativos, fez-se um projeto de acordo de paz com Ale Mune, principal alcaide da região, no qual, entre outras disposições, ficou consignada a devolução desses cativos, estabelecendo-se ser dever do monarca português ressarcir os seus proprietários. A esse propósito, informa Gonçalo Mendes Sacoto: «Pedem os moradores que haja Sua Alteza respeito ao tempo que deram de comer a estas almas comprando o trigo a cruzado o alqueire, e que bem abasta darem-nas sem resgate, que não é bem, pois não ganham que percam, que lhes deem algum tanto mais que seja satisfação de sua despesa»[72].

Dos cativos de condição mais baixa, proviam-se os habitantes de Azamor, de acordo com as suas posses, para as necessidades caseiras ou profissionais. No entanto, a grande maioria era vendida em leilões, onde eram comprados por mercadores para serem negociados em diversos mercados europeus. Em suma, cativo tornava-se sinónimo de escravo. Aliás, no ano de 1521, ano de grande fome que se abateu sobre Marrocos e não só, Azamor tornou-se um dos principais mercados de escravos da região, à custa dos infelizes enfraquecidos capturados por negociantes muçulmanos e cristãos, ou vendidos pelos seus próprios familiares. Uma caravela chegou a rumar de Arzila para Azamor expressamente para comprar escravos. Nela viajou Bernardo Rodrigues, o autor dos *Anais de Arzila*, que nos traça um quadro pungente do mercado de venda de escravos à porta do castelo de Azamor (cerca de mil almas por dia eram

70. Damião de Góis, *Crónica*... cit, parte IV, caps. XXXIX-XL, pp. 95-101.

71. Damião de Góis, *Crónica*... cit., parte IV, cap. XXIII, p. 54.

72. Apontamentos que deu Gonçalo Mendes dos mouros da Enxovia, Azamor, finais de 1522, ANTT, *Cartas dos governadores de África*, n.º 363, pub. *SIHM*, II, pp. 304-307 (citação colhida nas pp. 306-307).

Damião de Góis, peut-être avec une certaine exagération afin de faire l'éloge des réalisations des compatriotes, décrit une série de chevauchées commandées par le capitaine/gouverneur, D. Álvaro de Noronha contre des douars et des villages de Chaouia, entre février et octobre 1519, dont les profits, outre le bétail, les céréales et d'autres produits, se sont traduits par la capture de plus de 1 800 âmes[70]. Le même chroniqueur atteste la participation et l'intérêt des *moradores* pour ces incursions militaires lorsque, à propos d'une campagne similaire qui a eu lieu à Safi, il écrit : « dans l'affaire des Maures tués au cours de cette journée, l'honneur est revenu aux frontaliers, et celle des captures aux *moradores* »[71].

Certains de ces captifs, ceux d'une condition plus élevée, étaient réservés pour obtenir des rançons importantes, une activité dans laquelle les *moradores* ont toujours été impliqués. Par exemple, suite à l'incursion du capitaine/gouverneur par intérim Gonçalo Mendes Sacoto à Chaouia, en 1522, qui fit 600 captifs, un projet d'accord de paix fut conclu avec Ali Moumen, le principal caïd de la région, dans lequel, entre autres dispositions, le retour de ces captifs était consigné, s'établissant être le devoir du monarque portugais d'indemniser ses propriétaires. À cet égard, Gonçalo Mendes Sacoto signale : « Les *moradores* demandent à Son Altesse de respecter le temps qu'ils ont nourri ces âmes, en achetant du blé à *cruzado* le boisseau, étant déjà suffisamment difficile de les rendre sans rançon, que cela n'est pas correct, car les *moradores* ne gagnent pas ce qu'ils perdent et ils demandent quelque chose de plus pour compenser leurs dépenses »[72].

Les habitants d'Azemmour s'approvisionnaient en captifs de condition inférieure, selon leurs moyens, pour leurs besoins domestiques ou professionnels. Toutefois, la grande majorité était vendue aux enchères où ils étaient achetés par des marchands pour être négociés sur divers marchés européens. En résumé, un captif est devenu synonyme d'esclave. D'ailleurs, en 1521, l'année de la grande famine au Maroc et dans d'autres régions, Azemmour devient l'un des principaux marchés d'esclaves de la région, aux dépens des infortunés affaiblis, capturés par des négociants musulmans et chrétiens, ou vendus par les membres de leur propre famille. On signale qu'une caravelle se déplaça d'Asilah à Azemmour expressément pour acheter des esclaves. Bernardo Rodrigues, l'auteur des *Anais de Arzila*, a voyagé dans celle-ci.

70. Damião de Góis, *Crónica*... cit., partie IV, chap. XXXIX-XL, pp. 95-101.

71. Damião de Góis, *Crónica*... cit., partie IV, chap. XXIII, p. 54.

72. Notes données par Gonçalo Mendes sur les Maures de Chaouia, Azemmour, fin 1522, ANTT, *Cartas dos governadores de África*, nº 363, pub. *SIHM*, II, pp. 304-307 (citation des pp. 306-307).

vendidas), da cidade cheia de traficantes e do rio, o Morbeia, em que havia «bem cem navios, todos carregados de mouras moças, que mulheres e homens não havia quem desse dinheiro por eles». O próprio Bernardo Rodrigues aí comprou cinco «peças de muito boas escravas». Significativamente, uma delas foi-lhe vendida, com o seu filho, por um morador de Azamor[73]. Também o cronista Frei Luís de Sousa, ao narrar os anos de aperto da fome, nos descreve o rio de Azamor cheio de caravelas que deviam ir buscar a carga dos sáveis que ali se pescavam, mas que trocavam o objectivo e carregavam-nas de infinitos muçulmanos, moços e moças de bom parecer, para levarem a Lisboa e Sevilha; acrescentando que «no preço não houve mouro que se desaviesse com o comprador, porque muitos, só pela comida, ofereciam ser escravos e embarcar»[74].

> A vítima mais famosa de tais desventuras foi um jovem muçulmano que, já longe de Azamor e comprado por Andrés Dorantes de Carranza, acompanharia o seu amo na trágica tentativa de conquista da Florida por Pànfilo de Narváez (1527-1528). Batizado como Esteban, viria a ser um dos quatro únicos sobreviventes dessa expedição, juntamente com Carranza, Alonso del Castillo Maldonado e Álvar Núñez Cabeza de Vaca. Ficaria conhecido como Estebanico, graças ao relato em que Cabeza de Vaca registou o atribulado percurso dos quatro homens até alcançarem o noroeste do México, ao cabo de oito anos. Referindo-se a estes sobreviventes, assim termina Cabeça de Vaca a relação das suas andanças, intitulada «naufrágios»: «El cuarto se llama Estebanico; es negro alárabe, natural de Azamor»[75].

No relato das suas itinerâncias, consignado na tradição, emerge o perfil de um escravo que soube adaptar-se, aprendendo as línguas e costumes dos índios, estabelecendo caminhos de comunicação entre o novo e os velhos mundos. Tornou-se um mito, inspirador de abundante fluxo de criação artística e literária, muitas vezes de sabor popular. O cariz *naïf* da homenagem presente no cais da cidade de Azamor é disso exemplo.

Não teriam, por isso, os habitantes de Azamor dificuldades em possuir escravos, mesmo os de condição mais humilde ou menos abastada. Embora não

Il nous offre une image poignante du marché aux esclaves à la porte du château d'Azemmour (environ 1.000 âmes vendues par jour), de la ville remplie de trafiquants et du fleuve, l'Oum er Rbia, où il y avait « bien cent navires, tous chargés de jeunes femmes maures, qu'il n'y avait pas de femmes ni d'hommes qui donnaient de l'argent pour eux ». Bernardo Rodrigues, lui-même, a acheté cinq « pièces de très bonnes esclaves ». Il est significatif que l'une des esclaves lui a été vendue, avec son fils, par un *morador* d'Azemmour[73]. De la même manière, le chroniqueur Frei Luís de Sousa, en relatant les années de famine, nous décrit le fleuve d'Azemmour rempli de caravelles qui, au lieu d'aller chercher la cargaison de grandes aloses qu'y étaient pêchées, étaient remplies d'innombrables musulmans, de beaux garçons et de belles filles, pour les emmener à Lisbonne et à Séville ; en ajoutant que « en ce qui concerne le prix, il n'y avait aucun Maure en désaccord avec l'acheteur, car beaucoup, juste pour la nourriture, acceptaient de devenir des esclaves et de s'embarquer »[74].

> La victime la plus célèbre de ces mésaventures a été un jeune musulman qui, déjà loin d'Azemmour et acheté par Andrés Dorantes de Carranza, accompagnera son maître dans la tragique tentative de conquête de la Floride par Pànfilo de Narváez (1527-1528). Baptisé Esteban, il deviendra l'un des quatre survivants de cette expédition, avec Carranza, Alonso del Castillo Maldonado et Álvar Núñez Cabeza de Vaca. Il sera connu sous le nom d'Estebanico, grâce au récit de Cabeza de Vaca qui relate le voyage tourmenté des quatre hommes pour atteindre le nord-ouest du Mexique, au bout de huit ans. En se référant à ces survivants, Cabeza de Vaca termine la liste de ses errances, intitulée « naufrages », ainsi : « El cuarto se llama Estebanico ; es negro alárabe, natural de Azemmour » (Le quatrième s'appelle Estebanico ; il est noir arabe, originaire d'Azemmour)[75].

Dans le récit de ses itinérances, établies par la tradition, se dessine le profil d'un esclave qui a su s'adapter, apprendre les langues et les coutumes des Indiens, établir des voies de communication entre le nouveau et l'ancien monde. Il est devenu un mythe, inspirant un flux abondant de création artistique et littéraire, souvent avec une saveur populaire. Le caractère naïf

73. Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila. Crónica inédita do séc. XVI*, edição de David Lopes, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915, tomo I, cap. LXXV pp. 326-329.

74. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, edição com prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1938, vol. I, livro I, cap. 15, p. 88.

75. Alvar Nuñez Cabeça de Vaca, *Relación de los naufragios y comentarios*, Madrid, Librería General de Victoriano Suárez, 1906 (1.ª ed. Valladolid, 1555), tomo I, p. 144.

73. Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila. Crónica inédita do séc. XVI*, édition de David Lopes, Lisbonne, Academia das Ciências de Lisboa, 1915, tome I, chap. LXXV pp. 326-329.

74. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, édition avec préface et notes de M. Rodrigues Lapa, Lisbonne, Livraria Sá da Costa, 1938, vol. I, livre I, chap. 15, p. 88.

75. Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, *Relación de los naufragios y comentarios,* Madrid Librería General de Victoriano Suárez, 1906 (1e éd. Valladolid, 1555), tome I, p. 144.

tivessem laços de sangue ou familiares com os seus proprietários, estes escravos e cativos eram deles dependentes, vivendo sob sua alçada no agregado doméstico em sentido lato. Realizavam todo o tipo de tarefas caseiras, além de trabalhos agrícolas nas hortas, courelas e vinhas de seus senhores. Há testemunhos sugerindo terem sido também usados como «escravos de ganho» ou «escravos de aluguer»[76]. Nesse sentido aponta a listagem de pagamentos do «Livro das obras que se começaram em Azamor a 14 de Julho de 1528». Aí se regista, semana a semana, a féria paga aos servidores, agrupados em quatro secções: «pedreiros», «trabalhadores», «moços dos asnos» e «escravas/mouras de água», cabendo aos primeiros 60 réis por dia e aos restantes 30/40 réis. Para os pedreiros são-nos mesmo fornecidos os prenomes e apelidos portugueses, mas nas restantes categorias, especialmente nas duas últimas, as identificações limitam-se à indicação de um nome próprio, sem apelido, ou às vagas denominações de «mouro», «negro» ou «escravo», seguida da preposição «de», no sentido de posse, e do nome ou cargo de quem se deduz ser o seu proprietário. Por exemplo: «Tomé de João Godinho», «a moura de João Rodrigues de Toar», «o mouro do adail», «Mafamede de Gomes Fernandes», «Catarina de Francisco de Moura». Assinalem-se também duas «escravas de água» propriedade de mulheres: «a negra de Joana de Mendonça» e «Areila (?) de Catarina Bucara»[77]. Entre os cerca de quarenta proprietários elencados, como o supracitado João Rodrigues de Toar, vários eram moradores.

Este tipo de mão de obra pode ter sido também utilizado em empreendimentos de funcionamento regular, públicos ou privados, como no caneiro real, onde se procedia à saca e distribuição dos sáveis pescados no rio[78], na saboaria de fabrico e venda de sabão preto e branco[79], ou nos lagares de cera[80]. Não temos, todavia, provas documentais que atestem tais suposições.

76. Nos centros urbanos, além dos escravos que se ocupavam das tarefas domésticas nas casas dos seus senhores, podiam ainda existir aqueles que trabalhavam no pequeno comércio, na pequena indústria e na prestação de serviços. Os «escravos de ganho» deveriam dar uma percentagem dos ganhos ao seu dono, já os «escravos de aluguer» eram alugados pelos seus senhores por um valor fixo a quem se interessasse. A diferença entre uns e outros era que os primeiros tinham a possibilidade de acumular alguma poupança, ao passo que nos segundos não havia essa possibilidade.

77. ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 770 (transcrição de Rui Henriques, publicada no 2.º volume desta obra). São pagamentos semanais de 19 de Julho a 25 de Outubro de 1528, em que, semana a semana, os nomes dosservidores se vão repetindo.

78. Livro do rendimento do caneiro real, ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 575.

79. Carta de doação da saboaria de Azamor e seu termo a Jorge de Melo, Almeirim, 4 de Dezembro de 1513, ANTT, *Livro das Ilhas*, fl. 139v.

80. Ver, adiante, doação de dois lagares de cera e confrontações da casa de Pero Alonso Lopes.

de l'hommage présent sur le quai de la ville d'Azemmour en est un exemple.

Les habitants d'Azemmour n'auraient donc aucune difficulté à posséder des esclaves, même ceux d'une condition plus humble ou moins aisée. Bien qu'ils n'aient aucun lien de sang ou de famille avec leurs propriétaires, ces esclaves et captifs étaient dépendants d'eux, vivant sous leur responsabilité dans le ménage au sens large. Ils exécutaient toutes sortes de tâches à la maison, outre des travaux agricoles dans les jardins potagers, les parcelles et les vignobles de leurs maîtres. Certains témoignages suggèrent qu'ils étaient également utilisés en tant que des « esclaves de gain » ou des « esclaves de location »[76]. La liste de paiements du « Livre des travaux entamés à Azemmour le 14 juillet 1528 » va dans ce sens. Ce document comptabilise, semaine après semaine, le salaire versé aux serviteurs, regroupés en quatre sections : « maçons », « travailleurs », « garçons des ânes » et « esclaves/maures de l'eau », recevant les premiers 60 *réis* par jour et les restants 30/40 *réis*. En ce qui concerne les maçons, on nous précise même des prénoms et des noms de famille portugais, mais dans les autres catégories, notamment les deux dernières, les identifications se limitent à l'indication d'un prénom, sans nom de famille, ou à une désignation vague de « Maure », « Noir » ou « esclave », suivie de la préposition « de », au sens de possession, et le nom ou la fonction de la personne que l'on croit être son propriétaire. Par exemple : « Tomé de João Godinho », « la maure de João Rodrigues de Toar », « le maure de l'*adail* », « Mafamede de Gomes Fernandes », « Catarina de Francisco de Moura ». À noter également deux « esclaves de l'eau », appartenant à des femmes : « la noire de Joana de Mendonça » et « Areila (?) de Catarina Bucara »[77]. Parmi la quarantaine de propriétaires répertoriés, comme le susmentionné João Rodrigues de Toar, plusieurs étaient des *moradores*.

Ce type de main-d'œuvre a été possiblement utilisé dans des entreprises d'exploitation régulière, publiques ou privées, comme dans le canal royal, où les grandes aloses capturées dans la rivière étaient distribuées[78], dans la fabrication et la vente de savon noir et

76. Dans les centres urbains, en plus des esclaves qui s'occupaient des tâches domestiques chez leurs propriétaires, on signale aussi des esclaves qui travaillent dans les petits commerces, les industries et dans la prestation de services. Les « esclaves de gain » étaient censés donner un pourcentage de leurs gains à leur maître, tandis que les « esclaves de location » étaient loués par leurs maîtres, à ceux qui étaient intéressés, pour un montant fixe. La différence étant que les premiers ont la possibilité d'accumuler une certaine épargne, alors que les derniers n'ont pas cette possibilité.

77. ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 770 (transcription de Rui Henriques, publiée au 2e volume de cet ouvrage). Il s'agit de versements hebdomadaires du 19 juillet au 25 octobre 1528, dans lesquels, semaine après semaine, les noms des serviteurs se répètent.

78. Livre du revenu du canal royal, ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 575.

3. Comunidades, mouros de pazes, gente de passagem

Consideremos, agora, as comunidades judaica e muçulmana presentes em Azamor.

Para a primeira destas comunidades temos alguma informação, embora parca. Damião de Góis afirmava que, antes da conquista portuguesa, ela era constituída por 400 fogos[81]. Mais tarde, em 1517, o capitão/governador Simão Correia calculava em 800 os homens existentes na cidade para pelejar, acrescentando «afora os judeus que serão 100»[82]. Considere-se este número um mero indicador, reduzido àqueles que estariam aptos para o serviço das armas. Na verdade, a grande maioria dos elementos desta comunidade dedicava-se a outras actividades, como a diplomacia, a usura e o comércio. Se acrescentarmos o facto de viverem com os seus familiares, na sua totalidade não andariam, por isso, muito longe dos valores avançados pelo cronista[83].

Mais vagas são as informações sobre a comunidade islâmica residente em Azamor. Sabe-se que, aquando da conquista portuguesa, a população muçulmana abandonou a cidade. No entanto, nos finais de 1513 ou inícios do ano seguinte, surgiram alguns dos antigos residentes muçulmanos. É essa a ilação tirada de carta de Lud, um muçulmano de Azamor, ao monarca português, expressando-lhe a vontade de alguns desses ex-residentes regressarem à cidade. Sendo pescadores e homens que sabiam fazer cal em fornos, solicitavam instalação junto aos judeus[84]. Mas pouco sabemos sobre o seu número. Em 1530, D. Pêro Mascarenhas afirmava serem muitos os muçulmanos habitando em Azamor, assim como judeus, mulheres e crianças, de tal modo que não caberia toda esta população de não combatentes na fortaleza.[85]. Um ano antes, António Leite, então capitão/governador, alertava D. João III para o elevado número de «cristãos-novos mouriscos», que viviam sob a fé islâmica. Para evitar situações que punham a praça em perigo, dada a correspondência por eles mantida com os xarifes e o rei de Fez, sugeria ao rei os enviasse com as suas famílias para uma ilha. Uma ilha despovoada que

81. Damião de Góis, *Crónica*... cit., vol. III, cap. XLVII, p. 164.

82. Carta de Simão Correia a D. Manuel, Azamor, 20 de Maio de 1517, ATTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 36, pub. *SIHM*, II, pp. 85-88.

83. Sobre esta comunidade, ver nesta colectânea artigo de José Alberto R. Silva Tavim, «Judeus de Azamor e Mazagão: um diálogo permanente».

84. Carta de Lud a D. Manuel, c. 5 de Dezembro de 1513, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 442, pub. *SIHM*, I, pp. 457-458.

85. Carta de D. Pêro Mascarenhas a D. João III, Azamor, 9 de Junho de 1530, citada na nota 38.

blanc[79] ou dans les pressoirs à cire[80]. Cependant, nous n'avons pas de preuves documentaires pour corroborer ces hypothèses.

3. Communautés, maures de paix, gens de passage

Considérons maintenant les communautés juives et musulmanes d'Azemmour. En ce qui concerne la première, nous disposons de quelques informations, bien que rares. Damião de Góis affirmait qu'avant la conquête portugaise, elle consistait en 400 foyers[81]. Plus tard, en 1517, le capitaine/gouverneur Simão Correia estimait 800 hommes dans la ville pour combattre, en ajoutant « à part les juifs qui seront 100 »[82]. On doit considérer ce nombre comme un simple indicateur, réduit à ceux qui seraient aptes au service des armes. En fait, la majorité des membres de cette communauté se consacrait à d'autres activités, telles que la diplomatie, l'usure et le commerce. Si l'on ajoute le fait qu'ils vivaient avec leurs proches, leur nombre total ne serait donc pas trop différent des valeurs avancées par le chroniqueur[83].

Les informations sur la communauté islamique résidant à Azemmour sont encore plus vagues. On sait que lors de la conquête portugaise la population musulmane a quitté la ville. Cependant, à la fin de 1513 ou au début de l'année suivante, certains des anciens résidents musulmans sont apparus. Telle est la conclusion tirée d'une lettre de Lud, un musulman d'Azemmour, au monarque portugais, exprimant le désir de certains des anciens résidents de retourner dans la ville. En tant que pêcheurs et hommes qui savaient faire de la chaux dans les fours, ils demandaient de s'installer auprès des juifs[84]. Mais nous ne savons pratiquement rien de leur nombre. En 1530, D. Pêro Mascarenhas affirmait que de nombreux musulmans habitaient à Azemmour, ainsi que des juifs, des femmes et des enfants, de sorte qu'il n'y aurait pas de place pour toute cette population de non-combattants dans la forteresse[85]. Un an auparavant, António

79. Lettre de donation de la savonnerie d'Azemmour et de son terme à Jorge de Melo, Almeirim, le 4 décembre 1513, ANTT, *Livro das Ilhas*, fl. 139v.

80. Voir ci-dessous la donation de deux pressoirs à cire et la délimitation de la maison de Pero Alonso Lopes.

81. Damião de Góis, *Crónica*... cit., vol. III, chap. XLVII, p. 164.

82. Lettre de Simão Correia à D. Manuel I, Azemmour, le 20 mai 1517, ATTT, *Cartas dos Governadores de África*, nº 36, pub. *SIHM*, II, pp. 85-88.

83. Sur cette communauté, voir dans cette compilation l'article de José Alberto R. Silva Tavim, « Juifs d'Azemmour et Mazagan : un dialogue permanent ».

84. Lettre de Lud à D. Manuel, c. 5 décembre 1513, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, nº 442, pub. *SIHM*, I, pp. 457-458.

85. Lettre de D. Pêro Mascarenhas à D. João III, Azemmour, le 9 juillet 1530, citée dans la note 38.

eles povoariam ou uma ilha já povoada onde fossem instruídos na fé católica[86].

Em suma, todos estes grupos não incluídos na categoria de moradores elevariam a população residente em Azamor para números bem mais elevados.

Nestes totais não estão incluídos os «mouros de pazes»[87], ou seja, aqueles que viviam afora de portas nas planícies e localidades circunvizinhas e, só temporariamente, sob alçada portuguesa. Não eram, portanto, residentes em Azamor e, para eles, não há registos que permitam avaliar o seu número em termos populacionais.

Tal como em torno de outras praças portuguesas, nomeadamente na costa meridional atlântica, os «mouros de pazes» eram muçulmanos que estavam sob tutela portuguesa, tendo obrigações tributárias, geralmente em cereais (trigo e cevada), e militares nas campanhas organizadas pelos portugueses. Não estando sob administração directa das praças a que estavam associados, era através dos chamados «alcaides dos mouros de pazes» que se fazia a sua articulação com as autoridades portuguesas. No caso de Azamor, a área de influência foi a Xerquia, na região norte da Duquela, a sul do rio Morbeia, tendo havido, sem sucesso, uma tentativa de extensão à Enxovia, região que se estendia a norte do mesmo rio. A experiência, pouco duradoura, muito instável e de difícil controle, só durou até finais da década de 1520. O insucesso não ficou a dever-se apenas ao clima de constante conflitualidade existente, mas também à grande mobilidade dos seus habitantes. Com efeito, apesar da existência de algumas povoações, habitadas fundamentalmente por berberes, falamos de uma população cuja grande maioria era seminómada (árabes e berberes), organizada em tribos, vivendo em tendas e dedicando-se à cerealicultura e à pastorícia. Em suma, estes «mouros de pazes» constituíram uma espécie de protectorado que funcionou enquanto a correlação de forças no terreno foi favorável aos portugueses.

Daríamos uma imagem incorrecta da população de Azamor não referindo quem se encontrava de passagem na cidade e que, a seu modo, animava a sua vida quotidiana. Essa população flutuante era signi-

Leite, alors capitaine/gouverneur, a averti D. João III pour le grand nombre de « nouveaux chrétiens morisques » qui suivaient la foi islamique. Afin d'éviter des situations qui mettraient la place en danger, à cause de leur correspondance avec les chérifs et le roi de Fès, il encourageait le roi de les envoyer avec leurs familles sur une île. Une île inhabitée qu'ils peupleraient ou une île déjà habitée où ils seraient instruits dans la foi catholique[86].

En résumé, tous ces groupes exclus de la catégorie de *moradores* élèveraient le total de la population résidant à Azemmour. Ce total n'inclut pas les « Maures de paix »[87], à savoir ceux qui vivaient en dehors des portes, dans les plaines et les localités environnantes, seulement temporairement sous juridiction portugaise. Ils n'étaient pas résidents d'Azemmour et, ainsi, il n'existe pas de registres permettant d'évaluer leur nombre.

À l'instar d'autres endroits autour des places portugaises, notamment sur la côte méridionale atlantique, les « Maures de paix » étaient des musulmans, sous tutelle portugaise, ayant des obligations fiscales, généralement en céréales (blé et orge), et militaires dans les campagnes organisées par les Portugais. Cette population n'était pas sous l'administration directe des places, auxquelles était associée, et l'articulation avec les autorités portugaises se produisait par le biais des « caïds des Maures de paix ».

Dans le cas d'Azemmour, la zone d'influence était la Cherquiya, dans la région nord de Doukkala, au sud du fleuve Oum er Rbia, en se vérifiant une tentative infructueuse de la prolonger vers Chaouia, région qui s'étendait au nord du fleuve mentionné. L'expérience fut de courte durée, très instable et difficile à contrôler, ne durant que jusqu'à la fin des années 1520. Cet insuccès est le résultat du climat de conflit permanent et aussi de la grande mobilité de ses habitants. En effet, malgré l'existence de certains villages, habités principalement par des Berbères, il s'agit d'une population dont la grande majorité était semi-nomade (Arabes et Berbères), organisée en tribus, vivant sous des tentes et se consacrant à la culture céréalière et à l'élevage. En résumé, ces « Maures de paix » constituaient une sorte de protectorat qui a fonctionné pendant le temps que la corrélation des forces sur le terrain fut favorable aux Portugais.

86. Carta de António Leite a D. João III, Azamor, 10 Setembro de 1529, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 64, pub. *SIHM*, II, pp. 475-481 (informação colhida na p. 479).

87. Nos documentos de chancelaria de D. Afonso V estes muçulmanos aliados dos portugueses começam por ser designados «mouros tributários». A fórmula «mouros das pazes», embora utilizada por Gomes Eanes de Zurara, é mais corrente na chancelaria de D. João II. No período manuelino, além destas duas formas, encontram-se muitas outras de sentido semelhante, como: «terras das pazes», «mouros em nossa paz e serviço», «mouros assentados em nossa paz».

86. Lettre de António Leite à D. João III, Azemmour, le 10 septembre 1529, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, nº 64, pub. *SIHM*, II, pp. 475-481 (information à la p. 479).

87. Dans les documents de la chancellerie de D. Afonso V ces musulmans alliés des Portugais sont désignés en tant que « Maures tributaires ». La formule « Maures de paix », bien qu'utilisée par Gomes Eanes de Zurara, est plus courante dans la chancellerie de D. João II. À l'époque manuéline, outre ces deux formes, on trouve d'autres ayant une signification similaire, comme : « terres des paix », « Maures en notre paix et service » et « Maures enregistrés en notre paix ».

ficativa, a começar pelos estrangeiros, sobretudo mercadores, em especial castelhanos e pontualmente genoveses. Além do negócio dos sáveis, abundantes no rio de Azamor[88] – lembre-se que no período anterior à conquista, quando era vassala da Coroa portuguesa, a cidade se comprometeu ao pagamento de um tributo anual de 10.000 sáveis –, comerciavam-se produtos europeus e asiáticos, como panos de cores, lacre, especiarias, e marroquinos incluindo têxteis, nomeadamente lambéis (*hambels*), alquicés (*haiks*) e aljarvias (*djelabas*), mas também cera, anil, couros, escravos, entre outros. Nos tempos áureos da cidade, eram muitas as cáfilas de mercadores muçulmanos a afluir a Azamor. Segundo o regimento da alfândega, só após ida à feitoria para compra ou venda de mercadorias pelos oficiais régios, poderiam negociar os mercadores privados, incluindo naturalmente os estrangeiros[89]. Também estrangeiros, e também provisoriamente na cidade, eram alguns dos soldados que militavam em Azamor. A título de exemplo, em 1515, havia 50 homens da ordenança alemães e franceses[90]. Há a destacar, ainda, os mensageiros e emissários diplomáticos de potentados locais em deslocação a Azamor, onde permaneciam por vezes largos meses, como o comprovam os pagamentos a quem os albergava e alimentava, geralmente judeus. Refiram-se, por fim, as estadias de mulheres dos chefes muçulmano aliados, as quais, por via de regra, eram mantidas como reféns na cidade por períodos longos, acompanhadas de seus filhos, serviçais e escravos. Assim aconteceu com as duas mulheres de Aco, alcaide dos mouros de pazes da Xerquia até sensivelmente 1523[91]. De igual modo se registam situações em que os próprios alcaides ou xeques dos «mouros de pazes» estanciavam temporariamente em Azamor, acompanhados ou não de seus séquitos e, por vezes, de contingentes militares.

4. A «vila nova» – casas e chãos

Várias fontes da época são unânimes em asseverar ser a cidade de Azamor, antes da conquista portuguesa, bastante populosa.

88. Sabe-se que só em seis meses, de Dezembro de 1525 a Maio de 1526, recolherem-se no caneiro real 78.520 sáveis (ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 575).

89. Regimento da alfândega de Azamor, Lisboa, 19 de Fevereiro 1518, ANTT, *Livro de Registo de Leis e Regimentos de D. Manuel*, ff. 42-42v, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. e Documentos Inéditos...» cit., Apêndice documental, doc. XIX.

90. Ordem de pagamento de D. Pedro de Sousa, Azamor, 13 de Agosto de 1515, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 59, doc. 163.

91. Ordem de pagamento de D. Álvaro de Noronha, Azamor, 27 de Julho de 1523, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 109, doc. 45.

Nous présenterions une image inexacte de la population d'Azemmour si l'on ne mentionnait pas les gens de passage dans la ville et qui, à leur manière, animaient sa vie quotidienne. Cette population variable était significative, à commencer par les étrangers, surtout des commerçants, en particulier des Castillans et ponctuellement des Génois. Au-delà du commerce des aloses, abondantes dans le fleuve d'Azemmour[88] – il faut signaler que, dans la période précédant la conquête, alors que la ville était soumise à la couronne portugaise, elle s'est engagée à payer un tribut annuel de 10 000 grandes aloses –, des produits européens ou asiatiques étaient négociés, tels que les tissus de couleur, de la gomme-laque, des épices, et ainsi que des produits marocains, y compris les textiles, en particulier des *lambéis* (*hambels*), des *alquicés* (*haiks)* et des *aljarvias* (*djelabas),* mais aussi de la cire, de l'indigo, des cuirs, des esclaves, entre autres. À l'apogée de la ville, de nombreuses caravanes de marchands musulmans affluaient à Azemmour. Selon le règlement douanier, les commerçants privés, y compris les étrangers, ne pouvaient négocier avant que les officiers royaux se rendent au comptoir afin d'acheter ou vendre des marchandises[89]. De même, certains des soldats à Azemmour étaient des étrangers et se trouvaient temporairement dans la ville. À titre d'exemple, en 1515, il y avait 50 hommes d'ordonnance Allemands et Français[90].

Il faut aussi mentionner des messagers et des émissaires diplomatiques de potentats locaux se rendant à Azemmour, où ils restaient parfois pendant des mois, comme en témoignent les paiements à ceux qui les logeaient et les nourrissaient, généralement des juifs. Enfin, il convient de mentionner les séjours des femmes des chefs musulmans alliés, qui étaient généralement retenues en otage dans la ville pendant de longues périodes, accompagnées de leurs enfants, serviteurs et esclaves. Ce fut le cas des deux femmes d'Ya'koub, caïd des Maures de paix à Cherquiya jusqu'en 1523 environ[91]. De même, il faut signaler les caïds ou cheikhs des « Maures de paix » qui séjournaient temporairement à Azemmour, accompagnés ou non de leur entourage et, parfois, de contingents militaires.

88. On sait qu'en six mois seulement, de décembre 1525 à mai 1526, 78 520 grandes aloses ont été recueillies au canal royal (ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 575).

89. Règlement de la douane d'Azemmour, Lisbonne, le 19 février 1518, ANTT, *Livro de Registo de Leis e Regimentos de D. Manuel*, ff. 42-42v, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. et « Documentos Inéditos... » cit., Annexe Documentaire, doc. XIX.

90. Ordre de paiement de D. Pedro de Sousa, Azemmour, le 13 août 1515, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 59, doc. 163.

91. Ordre de paiement de D. Álvaro de Noronha, Azemmour, le 27 juillet 1523, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 109, doc. 45.

Damião de Góis, em meados do século XVI, exaltando a riqueza e grandeza de Azamor pré-portuguesa, sustenta ali haver mais de 5 mil fogos, não contando com os dos judeus que seriam uns 400[92]. Bem mais credí-veis parecem ser outros testemunhos elaborados com objetivos meramente descritivos e informativos. Assim, na «Descrição de Ceuta por sua costa de Mauritânia e Etiópia...», escrita em 1507 e inserta no *Manuscrito Valentim Fernandes*, afirma-se que, na altura, a cidade tinha cerca de mil vizinhos, e que, segundo os habitantes, «no tempo de sua prosperidade foi muito grande e poderosa e foi de doze mil vizinhos»[93]. Já Leão o Africano, viajante muçulmano que explorou a África do Norte, nos inícios do século XVI, descrevendo Azamor antes da ocupação portuguesa, afirma que ela conteria cerca de mil fogos[94].

Tal cenário alterou-se brutalmente aquando da conquista. Com efeito, na noite de 2 para 3 de Setembro de 1513, na sequência de escaramuças e bombardeamentos, a população muçulmana abandonou a cidade. Por isso, quando o exército português entrou triunfalmente em Azamor na manhã de 3 de Setembro encontrou-a praticamente vazia. Nela apenas tinham permanecido os judeus que, previamente, tinham negociado com o comandante da armada, o duque D. Jaime de Bragança, a protecção de suas pessoas e bens.

Consequência da apropriação desta nova conquista, agora sob administração directa portuguesa, foi a necessidade de dotá-la de estruturas orgânicas de gestão e dos equipamentos mais importantes para o seu funcionamento, como, entre outros, alfândega, feitoria, casa dos contos e instalações para o capitão/governador. Fizeram-se também transformações radicais ao nível do urbanismo, redução do seu perímetro e trabalhos de fortificação que imprimiram à cidade uma marca lusitana. Foram, além disso, tomadas medidas no sentido de cristianizar todo o espaço urbano, meio de legitimação religiosa da expansão territorial de entidades cristãs. Neste particular, o exemplo mais significativo, além da desactivação dos lugares de culto islâmico[95], foi o da conversão da principal mesquita em igreja cristã, baptizada com o nome de Espírito Santo[96].

92. Damião de Góis, *Crónica*... cit., vol. III, cap. XLVII, p. 164.

93. *Códice Valentim Fernandes*, leitura paleográfica, notas e índice de José Pereira da Costa, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, pp. 7-8.

94. Jean Leon African, *Description de l'Afrique*, Lyon, par Jean Temporal, 1556, tome I, livre II, p. 89.

95. Segundo um relato de conquista de Azamor, a cidade teria passante de 28 mesquitas.

96. Erradamente, as fontes da época designam esta igreja por «sé». De facto, a principal igreja de Azamor era colegial e regida

4. La « ville nouvelle » – les maisons et les terrains

Plusieurs sources de l'époque sont unanimes à affirmer que la ville d'Azemmour, avant la conquête portugaise, était assez peuplée.

Damião de Góis, au milieu du XVI[e] siècle, exaltant la richesse et la grandeur de l'Azemmour pré-portugaise, affirme qu'il y a eu plus de 5 000 foyers, sans compter ceux des juifs qui seraient environ 400[92]. Certains témoignages, à caractère simplement descriptif et informatif, semblent plus crédibles. Ainsi, dans la « Descrição de Ceuta por sua costa de Mauritânia e Etiópia... », écrite en 1507 et insérée dans le *Manuscrito Valentim Fernandes*, affirme qu'à l'époque la ville avait environ un millier d'habitants, et que, selon eux, « à l'apogée était très grande et puissante et avait douze mille habitants »[93]. Léon l'Africain, un voyageur musulman, qui a exploré l'Afrique du Nord au début du XVI[e] siècle, en décrivant Azemmour avant l'occupation portugaise, dit que la ville renfermerait environ un millier de foyers[94].

Cette réalité a brutalement changé après la conquête. En effet, dans la nuit du 2 au 3 septembre 1513, à la suite d'escarmouches et de bombardements, la population musulmane a quitté la ville. Ainsi, lorsque l'armée portugaise est entrée triomphalement à Azemmour, le matin du 3 septembre, la ville était pratiquement vide. Seulement les juifs, qui avaient négocié au préalable avec le commandant de l'armée, le duc D. Jaime de Bragança, la protection de leurs personnes et de leurs biens, y étaient restés.

La conséquence de l'appropriation de cette nouvelle conquête, désormais sous administration directe portugaise, fut la nécessité de la doter de structures de gestion organiques et des équipements indispensables à son fonctionnement, tels que, entre autres, la douane, le comptoir, la maison des comptes et des installations pour le capitaine/gouverneur. De même, on signale des changements radicaux au niveau de l'urbanisme, de la réduction de son périmètre et des travaux de fortification qui ont donné à la ville une empreinte lusitanienne. En outre, des mesures ont été prises pour christianiser l'ensemble de l'espace urbain, un moyen de légitimation religieuse de l'expansion territoriale des entités chrétiennes. À cet égard, l'exemple le plus significatif, outre la désactivation des lieux de culte islamiques[95], a été la conversion de

92. Damião de Góis, *Crónica*... cit., vol. III, chap. XLVII, p. 164.

93. *Códice Valentim Fernandes*, lecture paléographique, notes et index par José Pereira da Costa, Lisbonne, Academia Portuguesa da História, 1997, pp. 7-8.

94. Jean Leon African, *Description de l'Afrique*, Lyon, par Jean Temporal, 1556, tome I, livre II, p. 89.

95. Selon un récit de conquête d'Azemmour, la ville aurait plus de 28 mosquées.

Foi ainda necessário estabelecer ou, melhor, fixar um corpo militar que deveria estanciar na cidade para sua defesa, para controlar as regiões circundantes e para promover as projectadas e sempre abortadas conquistas para interior.

A pouco e pouco, além dos judeus já aí residentes e dos moradores portugueses que se foram fixando, surgiram também, como se viu, alguns dos antigos residentes muçulmanos. Exerciam várias profissões como pescadores, fabricantes de cal e outros ofícios mecânicos e solicitavam instalação junto aos judeus[97].

De salientar ainda os serviços destinados a colher informações no terreno, espiando as movimentações adversárias, ou a transportar mensagens, recados, ou cartas para os senhores locais ou para outras praças[98].

Os participantes destas missões raramente aparecem identificados, como também não aparecem listados nos róis de pagamentos da guarnição, ao contrário do que acontecia, embora em ínfimo número, em Safim[99].

Foram-se assim estruturando no espaço urbano de Azamor três comunidades com credos distintos – cristãos, judeus e muçulmanos – cada uma delas habitando bairros próprios.

Quanto à judiaria, o capitão Simão Correia propunha a sua acomodação dentro do castelo, em uma ou duas ruas. No entanto, teria vingado proposta dos próprios judeus para que lhes fossem concedidas «de longo do muro da ribeira duas ou três ruas, que fossem direitas à fortaleza, e que eles à sua custa se taipariam e se velariam, e tendo necessidade que se recolheriam à fortaleza»[100]. Quanto à comunidade islâmica, deduz-se ter-se estabelecido nas imediações deste bairro, tal como sugerido na carta supracitada de Lud.

Já a população cristã, incluindo os moradores, centrou-se preferencialmente na zona do castelo, se bem que na prática se tivesse também derramado por todo o espaço urbano.

As primeiras impressões dos portugueses sobre a cidade vista do exterior são extremamente elogiosas,

por um prior. A sé ou catedral encontrava-se na sede do bispado, em Safim.

97. Carta de Lud a D. Manuel, c. 5 de Dezembro de 1513, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 442, pub. *SIHM*, I, pp. 457-458.

98. Ver, a título de exemplo, mandados de pagamento de Rui Barreto e de D. Álvaro de Noronha, datados respectivamente de 16 de Julho de 1514 (ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 49, doc. 106), e de 25 de Julho de 1522 (*Corpo Cronológico*, parte II, maço 101, doc. 8).

99. João Cosme, *A guarnição de Safim em 1511*, Lisboa, Caleidoscópio / Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa, 2004, pp. 34, 39-40 e 43.

100. Carta de Simão Correia a D. Manuel, Azamor, 3 de Outubro de 1516, ANTT, *Gavetas*, Gaveta 15, maço 21, doc. 24, pub. *SIHM*, II, pp. 37-40 (citação colhida na p. 40).

la mosquée principale en église chrétienne, baptisée Saint-Esprit[96]. Il fallait également établir ou, mieux, fixer un corps militaire qui devrait rester dans la ville pour sa défense, pour contrôler les régions environnantes et pour encourager les conquêtes prévues et toujours avortées vers l'intérieur.

Progressivement, en plus des juifs qui y vivaient déjà et des *moradores* portugais qui s'y sont installés, on signale le retour d'une partie des anciens résidents musulmans. Ils exerçaient des professions diverses, en étant des pêcheurs, des producteurs de chaux, ou autres métiers mécaniques, et ils sollicitaient d'être installés auprès des juifs[97]. De même, il faut souligner les services destinés à recueillir des informations sur le terrain, en espionnant le mouvement de l'adversaire, ou à transporter des messages, des notes ou des lettres aux seigneurs locaux ou vers d'autres places[98].

Rarement on identifie les participants de ces missions et ils ne figurent pas sur la liste de paiements de la garnison, contrairement à ce qui se passait, de façon exceptionelle, à Safi[99].

Ainsi, dans l'espace urbain d'Azemmour, trois communautés de confessions distinctes – des chrétiens, des juifs et des musulmans – se sont structurées, chacune habitant ses propres quartiers.

En ce qui concerne la juiverie, le capitaine Simão Correia propose sa localisation à l'intérieur du château, dans une ou deux rues. Cependant, une autre proposition des juifs est approuvée. Ils demandaient « deux ou trois rues, le long du mur de la rivière, directement liées à la forteresse, et qu'à leurs dépens, ils se clôtureraient et se surveilleraient et, ayant besoin, ils se recueilleraient à la forteresse »[100]. Quant à la communauté islamique, on pense qu'elle s'est établie à proximité de ce quartier, comme le suggère la lettre susmentionnée de Lud.

La population chrétienne, y compris les *moradores*, se concentrait principalement sur la zone du château, bien qu'en pratique elle soit également répandue sur tout l'espace urbain.

Les premières impressions des Portugais sur la ville, observée de l'extérieur, sont extrêmement élogieuses,

96. Les sources de l'époque qualifiaient incorrectement cette église de « sé ». En fait, l'église principale d'Azemmour était collégiale et dirigée par un prieur. L'église mère ou cathédrale était située au siège de l'évêché, à Safi.

97. Lettre de Lud à D. Manuel, c. 5 décembre 1513, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, nº 442, pub. *SIHM*, I, pp. 457-458.

98. Voir, par exemple, les ordres de paiement de Rui Barreto et D. Álvaro de Noronha, datés respectivement du 16 juillet 1514 (ANTT, *Corpo Cronológico*, II, maço 49, doc. 106), et de 25 juillet 1522 (*Corpo Cronológico*, II, maço 101, doc. 8).

99. João Cosme, *A guarnição de Safi em 1511*, Lisbonne, Caleidoscópio / Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa, 2004, pp. 34, 39-40 et 43.

100. Lettre de Simão Correia à D. Manuel, Azemmour, le 3 octobre 1516, ANTT, *Gavetas*, gaveta 15, maço 21, doc. 24, pub. *SIHM*, II, pp. 37-40 (citation à la p. 40).

enaltecendo a sua formosura e a sua dimensão comparável à de Évora. Já o mesmo não diziam do seu interior, nomeadamente dos seus edifícios. O duque de Bragança, cerca de três dias após a conquista, qualificava-o de feio e sujo, não parecendo «senão o mais mal curral de cabras do mundo»[101]. Poucos dias depois, reforçando o mesmo juízo, considerava que os muçulmanos tinham «perdido a esperança na cidade, porque não reparam as casas, que na maior parte são pardieiros»[102]. Avaliação similar fazia Nuno Gato, contador em Safim exercendo provisoriamente a mesma função em Azamor, embora admitindo haver nela muitos espaços, «grandes pardieiros e chãos e monturos», para construir casas[103]. Também o governador Rui Barreto põe a tónica num castelo ermo, «sem nenhuma coisa, senão umas casas que aí estavam descobertas»[104].

É neste espaço amuralhado e em certa medida escalavrado que se vai erguendo a povoação portuguesa, a chamada «vila nova», situada adentro do castelo e do atalho posteriormente construído, demarcando-a da chamada «vila velha», ou seja, a parte da antiga cidade muçulmana deixada fora deste atalho[105].

Foi competência dos capitães/governadores distribuir, em nome da Coroa portuguesa, as casas e os chãos aos habitantes.

Rui Barreto, enquanto primeiro governador de Azamor, iniciou este processo. É nessa qualidade que atribui aos primeiros cristãos-novos, estabelecidos como moradores, «chãos para casas e dois ou três pardieiros», asseverando terem alguns já casas feitas[106]. De igual modo, teria concedido um chão para aí fazer umas casas a Diogo de Arruda, mestre de obras, ao tempo responsável, com seu irmão Francisco, pelos trabalhos no castelo.

101. Carta do duque de Bragança a D. Manuel, Azamor, cerca 6 de Setembro de 1513, Caetano de Sousa, *Provas da historia genealogica da casa real portugueza*, Lisboa, 1745, tomo IV, pp. 32-43; pub., com correções, *SIHM*, I, pp. 412-429 (citação colhida p. 429).

102. Carta do Duque de Bragança a D. Manuel, Azamor, 30 Setembro de 1513, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 13, doc. 62, pub. *SIHM*, I, pp. 438-442 (citação colhida na p. 442).

103. Carta de Nuno Gato a D. Manuel, Azamor, 18 de Dezembro de 1513, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 14, doc. 30, pub. *SIHM*, I, pp. 428-429.

104. Carta de Rui Barreto a D. Manuel, Azamor, 21 de Fevereiro de 1514, cit. nota 21 (citação colhida p. 499).

105. Sobre a estrutura urbana de Azamor, são essenciais, os trabalhos de Ana Lopes e Jorge Correia de que citamos, entre outros: Jorge Correia, *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África – Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008; Ana Lopes, *(A)cerca de Azamor: estruturas militares ao manuelino*, dissertação de mestrado, Braga, Universidade do Minho – Faculdade de Arquitectura, 2009 (acessível no RepositoriUM); ver também, nesta colectânea, o estudo de ambos intitulado «Arquitectura e urbanismo».

106. Carta de Rui Barreto citada na nota 21.

louant sa beauté et sa taille comparable à celle d'Évora. Ils ne pensaient pas la même chose de son intérieur, notamment des bâtiments. Le duc de Bragança environ trois jours après la conquête, l'a qualifié d'affreuse et de sale, ressemblant à « rien d'autre que la pire étable de chèvres du monde »[101]. Quelques jours plus tard, renforçant le même jugement, il a estimé que les musulmans avaient « perdu tout espoir dans la ville, car ils ne restauraient pas les maisons, qui étaient pour la plupart des taudis »[102]. Nuno Gato, *contador* à Safi exerçant provisoirement la même fonction à Azemmour, faisait une évaluation similaire, bien qu'en admettant qu'il y avait de nombreux espaces, « des grands taudis et des sols et des dépôts de fumier », pour construire des maisons[103]. De même, le gouverneur Rui Barreto souligne un château isolé, « avec rien d'autre que quelques maisons sans toiture »[104].

C'est dans cet espace fortifié et, dans une certaine mesure, délabré, qui commence à s'élever la colonie portugaise, dite « ville nouvelle », située à l'intérieur du château et du *atalho* construit subséquemment, la démarquant de la « vieille ville », c'est-à-dire la partie de l'ancienne ville musulmane à l'extérieur de cet *atalho*[105].

Il était de la compétence des capitaines/gouverneurs de distribuer, au nom de la Couronne portugaise, les maisons et les terrains aux habitants.

Rui Barreto, en tant que premier gouverneur d'Azemmour, a initié ce processus. En cette qualité, il attribue aux premiers nouveaux chrétiens, établis en tant que *moradores*, « des terrains pour les maisons et deux ou trois taudis », affirmant que certains ont déjà des maisons construites[106]. De même, il aurait accordé du terrain, pour s'édifier des maisons, à Diogo de Arruda, maître d'œuvre, à l'époque responsable, avec son frère Francisco, des travaux du château.

101. Lettre du duc de Bragança à D. Manuel, Azemmour, vers le 6 septembre 1513, Caetano de Sousa, *Provas da historia genealogica da casa real portugueza*, Lisbonne, 1745, tome IV, pp. 32-43, pub., avec corrections, *SIHM*, I, pp. 412-429 (citation à la p. 429).

102. Lettre du duc Bragança à D. Manuel, Azemmour, le 30 septembre 1513, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 13, doc. 62, pub. *SIHM*, I, pp. 438-442 (citation à la p. 442).

103. Lettre de Nuno Gato à D. Manuel, Azemmour, le 18 décembre 1513, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 14, doc. 30, pub. *SIHM*, I, pp. 428-429.

104. Lettre de Rui Barreto à D. Manuel, Azemmour, le 21 février 1514, cit. note 21 (citation à la p. 499).

105. En ce qui concerne la structure urbaine d'Azemmour, les travaux d'Ana Lopes et de Jorge Correia sont incontournables, entre autres : Jorge Correia, *L'implantation de la ville portugaise en Afrique du Nord. De la prise de Ceuta jusqu'au milieu du XVI^e siècle*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008 ; Ana Lopes, *(A)cerca de Azemmour : estruturas militares ao manuelino*, mémoire de Master, Braga, Universidade do Minho – Faculdade de Arquitectura, 2009 (disponible dans le RepositoriUM) ; voir aussi, dans cette compilation, l'etude conjointe intitulée « Architecture et urbanisme ».

106. Lettre de Rui Barreto citée dans la note 21.

Outras moradias teriam sido distribuídas por Rui Barreto. Assim o atesta carta régia confirmando doação feita por este governador a Jorge Fernandes, bombardeiro, morador em Azamor, de duas casinhas e um palácio pequeno com pátio e quintal, cujas confrontações com outras casas permitem concluir já haver outros prédios atribuídos[107].

Mas o grande incremento neste processo de fundação da «vila nova» foi dado por disposições régias, já nos inícios de 1516, determinando que em Azamor só houvesse a população que coubesse no castelo, e enviando Diogo Vaz para se fazerem casas dentro dele, segundo regimento que levava. Prometia-se ainda fazer mercê de casas àqueles que as quisessem fazer aí dentro e aí ficar[108]. Essa mercê traduziu-se por um financiamento inicial de 40 cruzados (16.000 réis), como atestam os registos de fiança de António Mourão e João Álvares, ambos moradores em Azamor, em troca do compromisso de fazerem as obras no prazo de três meses[109]. Esse financiamento a quem construísse casa na terra que lhe fora concedida no castelo foi posteriormente aumentado para 20.000 réis[110]. Registos de fiança aos moradores acima citados, datados respectivamente de 2 e 3 de Outubro de 1516, confirmam a sua execução[111], assim como mandado, de 18 de Setembro de 1517, do capitão Simão Correia ao almoxarife Álvaro do Cadaval para pagar ao morador João Alvares os 4.000 réis ainda devidos para completar os 20.000 réis, uma vez já ter as casas feitas. Ajunta-se o recibo de 19 de Setembro, referente ao pagamento do valor em dívida, metade em dinheiro e outra metade em materiais para «achegas» de acabamento das ditas casas[112].

Seria o capitão/governador Simão Correia a dar um grande impulso a estes trabalhos. O seu empenhamento é visível em duas cartas ao rei, escritas pouco depois da sua tomada de posse a 28 de Agosto de 1516[113]. Dá notícia do bom andamento da construção

D'autres maisons auraient été distribuées par Rui Barreto. Cela est certifié par une lettre royale confirmant une donation faite par ce gouverneur à Jorge Fernandes, artilleur, *morador* à Azemmour, de deux petites maisons et d'un petit palais, avec une cour et un jardin, dont les limites séparatives permettent de conclure que d'autres bâtiments avaient déjà été attribués[107].

Mais la grande progression dans ce processus de fondation de la « ville nouvelle » fut incitée par des dispositions royales, déjà au début de 1516, qui déterminaient qu'à Azemmour la population devrait s'installer dans le château, en s'envoyant Diogo Vaz pour faire des maisons à l'intérieur de celui-ci, selon le régiment qu'il portait. De même, on promettait d'octroyer des maisons à ceux qui voulaient y en faire et y rester[108]. Cela s'est traduit par un financement initial de 40 *cruzados* (16.000 *réis*), comme en témoignent les registres de cautionnement d'António Mourão et João Álvares, *moradores* à Azemmour, qui s'engagent à effectuer le travail dans un délai de trois mois[109]. Ce financement, pour la construction de maisons sur des terrains attribués dans le château, a ensuite été porté à 20.000 *réis*[110]. Les registres de cautionnement des *moradores* mentionnés ci-dessus, datés respectivement des 2 et 3 octobre 1516, confirment l'exécution[111], ainsi que l'ordre, du 18 septembre 1517, du capitaine Simão Correia, à l'*almoxarife* Álvaro do Cadaval, de verser au *morador* João Alvares les 4.000 *réis* encore dus, afin de compléter les 20.000 *réis*, une fois que les maisons étaient déjà terminées. Ajoutons encore le reçu, daté du 19 septembre, concernant le paiement de la somme due, moitié en espèces et moitié en matériaux pour compléter la finition desdites maisons[112].

Le capitaine/gouverneur Simon Correia a beaucoup encouragé ces travaux. Cela est visible dans deux lettres dirigées au roi, écrites peu après son investiture, le 28 août 1516[113]. Il rend compte du bon dérou-

107. Carta de confirmação de doação de D. Manuel, Lisboa, 16 de Outubro de 1514, ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 143-143v.

108. Carta de D. Manuel a António Leite, contador, Almeirim, 24 de Janeiro de 1616, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 33, doc. 69, pub. *SIHM*, I, pp. 768-769.

109. Registo das fianças que deram as pessoas que receberam 40 cruzados de mercê para fazerem casas no castelo, Azamor, 2 e 3 de Outubro de 1516, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 66, doc. 79.

110. Ordem de pagamento de António Leite, contador de Azamor, tendo como beneficiários, António Mourão e João Álvares, ambos moradores em Azamor, Azamor, 16 de Agosto de 1517, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 71, doc. 32.

111. Registos de fiança, Azamor, 2 e 3 de Outubro de 1516, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 66, doc. 79.

112. Mandado de Simão Correia, Azamor, 18 e 19 de Setembro de 1517, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 71, doc. 121.

113. Cartas de Simão Correia a D. Manuel, Azamor, 4 de Setembro e 3 de Outubro de 1516, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*,

107. Lettre de confirmation de donation de D. Manuel, Lisbonne, le 16 octobre 1514, ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 143-143v.

108. Lettre de D. Manuel à António Leite, *contador*, Almeirim, 24 janvier 1616, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 33, doc. 69, pub. *SIHM*, I, pp. 768-769.

109. Registre des cautionnements qui ont donné les gens qui ont reçu 40 *cruzados* de grâce pour faire des maisons dans le château, Azemmour, le 2 et 3 octobre 1516, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 66, doc. 79.

110. Ordre de paiement d'António Leite, *contador* d'Azemmour, en désignant bénéficiaires, António Mourão et João Álvares, les deux *moradores* à Azemmour, Azemmour, le 16 août 1517, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 71, doc. 32.

111. Registres de cautionnement, Azemmour, le 2 et 3 octobre 1516, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 66, doc. 79.

112. Ordre de Simão Correia, Azemmour, le 18 et 19 septembre 1517, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 71, doc. 121.

113. Lettres de Simão Correia à D. Manuel, Azemmour, le 4 septembre et le 3 octobre 1516, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*,

de 81 casas, graças aos 200 pedreiros e carpinteiros enviados pelo monarca português. Mais houvesse e mais edifícios se levantariam! O seu entusiamo transparece no planeamento do espaço urbano por ele gizado: «cheio todo de casas na ordem que vão as de Vossa Alteza e as ruas arruadas e calçadas de ladrilho, de muito que há nesta cidade, que cada um calçará sua porta, com que se escusarão de muito pó e lama que cá há, e na Porta da Ribeira feito um cais, a alfândega e feitoria logo pegada com ela, e a cidade velha derribada e chã e feito nela muitas vinhas e pomares e hortas»[114]. A aplicação de Simão Correia volta a estar patente quando doa a Fernão Pires de Andrade um chão, situado na rua que ia da praça para o castelo. Dando-lhe um ano para aí realizar benfeitorias, tem o cuidado de especificar que não poderá fazer balcão nem «pendurança» (pendurada), nem «remoto» (avançado) sobre a rua que façam impedimento[115].

O monarca português acompanharia e chancelaria todos estes trabalhos, pois, por alvará de 3 de Dezembro de 1516, aprova acordo feito entre Simão Correia e as pessoas a quem o rei tinha dado chãos. Estas, segundo o estipulado, em vez de construírem as suas próprias casas, cediam os chãos (terrenos) a Simão Correia que ficava com o direito exclusivo, ele e seus sucessores, de aí construir à sua custa as casas, passando os moradores a pagar-lhe aluguer ou foro[116]. Não sabemos se este projeto teve seguimento, até porque cerca de um ano depois Simão Correia seria apeado do seu cargo e substituído por D. Álvaro de Noronha.

Ao tempo destes empreendimentos D. Manuel I ainda não tomara decisão sobre a construção de um atalho, mas era uma hipótese que se aventava seriamente. Simão Correia era desfavorável ao seu levantamento, por achar o castelo suficiente para albergar a população então existente. Escrevia ele, considerando a área do castelo, «é tamanho que bem se pode chamar vila»[117]. Embora reconhecendo que alguns habitantes já haviam construído casas no quarteirão onde pensavam iria passar esse atalho, alegava não serem muitos os prejuízos decorrentes do seu derrubamento, pois

n.º 59 e *Gavetas*, Gaveta 15, maço 21, doc. 24, respectivamente, pub. *SHIM*, II, p. 38, n. 2 (resumo) e pp. 37-40.

114. Carta de 3 de Outubro citada na nota anterior (citação colhida na p. 39).

115. ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 233v.

116. Alvará de D. Manuel, Lisboa, 3 de Dezembro de 1516, ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, livro 21, fl. 159 (e *Livro das Ilhas*, f. 162), pub. Sousa Viterbo, *Trabalhos Náuticos dos Portugueses – sécs. XVI e XVII*, reprodução em fac-símile da edição da Academia das Ciências de Lisboa de 1898, Introdução de José Manuel Garcia, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, parte II, pp. 145-146.

117. Carta supracitada de Simão Correia, datada de 3 de Outubro de 1516 (ver nota 113).

lement de la construction de 81 maisons, grâce aux 200 maçons et charpentiers envoyés par le monarque portugais. S'il y avait plus de travailleurs, plus de bâtiments s'élèveraient !

Son enthousiasme se reflète dans la planification de l'espace urbain qu'il a conçu : « plein de maisons, construites selon les instructions de Votre Altesse, et les rues, carrelées et pavées, de ce qu'il y a en abondance dans cette ville, que chacun mettra à sa porte, afin d'éviter la poussière et la boue profuses ici, et à la *Porta da Ribeira*, un quai sera construit, avec la douane et le comptoir contigus et la vieille ville sera démolie et aplatie en s'y faisant de nombreux vignobles, vergers et potagers »[114].

L'engagement de Simão Correia est mis à nouveau en évidence lorsqu'il fait don à Fernão Pires de Andrade d'un terrain, situé dans la rue qui lie la place au château. En lui donnant un an pour y faire des améliorations, il prend soin de préciser qu'il ne pourra pas faire de balcon, ni de « pendurança » (des accrochages), ni de « remoto » (des constructions saillantes) » dans la rue qui produisent obstacle[115].

Le monarque portugais accompagnera et ratifiera tous ces travaux car, par charte du 3 décembre 1516, il approuve l'accord conclu entre Simão Correia et les gens à qui le roi avait donné des sols. Ceux-ci, comme stipulé, au lieu de construire leurs propres maisons, cédaient les terrains à Simão Correia qui avait le droit exclusif, lui et ses successeurs, d'y construire des maisons à ses propres frais, en étant les *moradores* obligés de lui payer un loyer ou une rente[116]. Nous ne savons pas si ce projet a été concrétisé car, environ un an plus tard, Simão Correia serait destitué de ses fonctions et remplacé par D. Álvaro de Noronha.

Au moment de ces événements, D. Manuel I n'avait pas encore pris la décision de construire un *atalho*, mais cela en était une hypothèse sérieusement envisagée. Simão Correia était défavorable à la construction, car il trouvait le château suffisant pour accueillir la population alors existante. Il a écrit, considérant la superficie du château, de « telles dimensions qu'on peut la considérer une *vila* »[117]. Tout en reconnaissant que certains habitants avaient déjà construit des maisons, sur la zone où ils pensaient que l'*atalho* serait bâti, il affirmait qu'il n'y avait pas beaucoup de

nº 59 e *Gavetas*, gaveta 15, maço 21, doc. 24, respectivement, pub. *SHIM*, II, p. 38, n. 2 (synthèse) et pp. 37-40.

114. Lettre du 3 octobre citée dans la note précédente (citation à la p. 39).

115. ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 233v.

116. Charte de D. Manuel, Lisbonne, 3 décembre 1516, ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, livre 21, fl. 159 (et *Livro das Ilhas*, f. 162), pub. Sousa Viterbo, *Trabalhos Náuticos dos Portugueses – séc. XVI e XVII*, reproduction en fac-similé de l'édition de l'Academia das Ciências de Lisboa de 1898, Introduction par José Manuel Garcia, Lisbonne, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, partie II, pp. 145-146.

117. Lettre mentionnée auparavant de Simão Correia à D. Manuel, datée du 3 octobre 1516 (voir note 113).

ainda se aproveitava a telha e a madeira, ficando somente a pedra e o barro, materiais de pouca substância[118].

Apesar de Simão Correia ser um capitão/governador benquisto pelos representantes da comunidade judaica e pelo célebre Bentafufa[119], na altura alcaide dos mouros de pazes de toda a Duquela, e pelas camadas sociais mais humildes da cidade, enfrentou animosidades por parte de certos sectores da população portuguesa, nomeadamente gente grada, que o acusou de várias irregularidades e prepotências. Entre outras, aponta-se a de, nos arrolamentos, substituir cavaleiros por trabalhadores manuais, como «hortelãos, cavouqueiros, pedreiros, carpinteiros e alfaiates que não se sabem ter num cavalo e não são pessoas para pelejar». Há também queixas sobre o modo como estava a conduzir o processo de construção de casas: «tem derribado muitas casas na cidade de pessoas que servem nela desde a tomada, por lhes tomar a madeira com a qual fez suas obras e mandou e manda hoje em dia muita à vila nova». Mais grave, se tivermos em consideração a política manuelina de bom relacionamento com os autóctones, era a acusação de mau tratamento dado a mouriscos, ora cativando-os ora mandando-os vender a Castela. Saem da pena de Duarte Rodrigues Alcoforado estas e outras acusações. Apresentando-se como homem com mais 70 anos e tendo sempre servido em todos os lugares do norte de África e conhecido todos os capitães deles, pede ao rei que mande instaurar uma inquirição para os tirar da opressão e tirania de Simão Correia[120]. Pela mesma altura, também os já referidos «doze elegidos de Azamor», entre os quais aparece listado o nome do supracitado Alcoforado, embora não atacando pessoalmente Simão Correia, se referem aos derrubamentos de casas, supomos que colectivas, para albergar gente da guarnição, uma perto da «sé», onde se

118. Carta de Simão Correia à D. Manuel, Azamor, 3 de Outubro de 1516 (mencionada acima) e carta do mesmo Simão Correia dirigida provavelmente ao secretário de Estado António Carneiro, Azamor, 27 de Maio de 1517, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 1; resumo pub. *SIHM*, II, p. 38, nota 2.

119. Ver a este propósito carta de Ahe Adibe, judeu, morador e língua de Azamor, filho de Adibe o Velho (provavelmente Jocefe Adibe), a D. Manuel, louvando a actuação de Simão Correia como governador e o seu bom relacionamento com os mouros de pazes da Duquela e da Enxovia, Azamor, 25 de Janeiro de 1517, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 12, doc, 19, pub. *SIHM*, II, pp. 59-62. E carta de Simão Correia a D. Manuel, Azamor, 10 de Agosto de 1517, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 73, pub. *SIHM*, II, pp. 150-152, tecendo grande elogio a Bentafufa, numa altura em que se acumulavam as desavenças deste alcaide com o capitão de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde.

120. Carta de Duarte Rodrigues Alcoforado a D. Manuel, Azamor, 11 de Agosto de 1517, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 2, doc. 55, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. e «Documentos Inéditos...» cit., Apêndice documental, doc. XVI.

pertes résultant de son renversement, car on pourrait encore utiliser les tuiles et le bois, ne se laissant que de la pierre et de l'argile, des matériaux de peu de substance[118].

Bien que Simão Correia soit un capitaine/gouverneur estimé par les représentants de la communauté juive et par le célèbre Yahya u Ta'fuft[119], à l'époque caïd des Maures de paix de Doukkala, et par les couches sociales plus modestes de la ville, il fait face à des animosités de certains secteurs de la population portugaise, en particulier des notables, qui l'accusent de diverses irrégularités et prépotences. Il est notamment souligné que, dans les listes, il remplace des cavaliers par des travailleurs manuels, tels que « des jardiniers, des ouvrieurs, des maçons, des charpentiers et des tailleurs qui ne savent pas monter à cheval ni combattre ». On se plaint également de la manière dont il a conduit le processus de construction des maisons : « il a démoli de nombreuses maisons dans la ville, de personnes qui y servent depuis sa prise, pour leur bois avec lequel il a fait ses travaux et qu'il a envoyé, et envoie encore aujourd'hui, vers la « ville nouvelle ». Plus grave encore, si nous prenons en considération la politique manuéline de bonnes relations avec les autochtones, était l'accusation de mauvais traitements infligés aux morisques, soit les captivant soit les vendant à Castille. Ces accusations et d'autres sont décrites par Duarte Rodrigues Alcoforado. Il se présente comme un homme de plus de 70 ans, ayant servi partout en Afrique du Nord et ayant connu tous ses capitaines, et il demande au roi l'ouverture d'une enquête pour les sortir de l'oppression et de la tyrannie de Simão Correia[120]. Dans le même temps, les « douze élus d'Azemmour » déjà mentionnés, parmi lesquels figure le nom d'Alcoforado, n'attaquent pas personnellement Simão Correia mais font référence à la démolition de maisons, nous supposons que collectives, pour abriter les gens de la garnison, une à proximité de la « cathédrale », où l'on pourrait loger 12 à 15 à cheval, ainsi

118. Lettre de Simão Correia à D. Manuel, Azemmour, 3 octobre 1516 (mentionné ci-dessus) et lettre du même Simão Correia adressée probablement au secrétaire d'État, António Carneiro, Azemmour, le 27 mai 1517, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n. 1, synthèse pub. *SIHM*, II, p. 38, note 2.

119. Voir à cet égard lettre d'Yahya Adibe, juif, *morador* et interprète d'Azemmour, fils d'Adibe le Vieil (probablement Yousof Adibe), à D. Manuel I, louant la conduite de Simão Correia comme gouverneur et sa bonne relation avec les Maures de paix de la Doukkala et de la Chaouia, Azemmour, le 25 janvier 1517, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 12, doc, 19, pub. *SIHM*, II, pp. 59-62. Et lettre de Simão Correia à D. Manuel, Azemmour, le 10 août 1517, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, nº 73, pub. *SIHM*, II, pp. 150-152, en faisant l'éloge à Yahya u Ta'fuft, à l'époque où les désaccords de ce caïd avec le capitaine de Safi, Nuno Fernandes de Ataíde, se multipliaient.

120. Lettre de Duarte Rodrigues Alcoforado à D. Manuel, Azemmour, le 11 août 1517, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 2, doc. 55, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. et « Documentos Inéditos... » cit., Annexe Documentaire, doc. XVI.

poderiam agasalhar 12 a 15 de cavalo, assim como de uma mesquita, onde pousou com muita gente Álvaro de Carvalho, um dos capitães participantes na conquista da cidade. Lamentam-se por Simão Correia, de tudo sabedor, não lhes ir à mão, quando havia em Azamor muitos homens que não tinham onde se meter e que seria melhor aposentarem-se nelas que derrubarem-se[121].

A decisão de D. Manuel I sobre a construção do atalho foi dada a conhecer, através de regimento, datado de 11 de Setembro de 1517. Dando indicações precisas sobre o seu traçado e estrutura, o monarca português nomeava o almoxarife Álvaro do Cadaval como vedor e recebedor dessa obra. No mesmo regimento, estava consignada a ordem de suspender os apoios financeiros concedidos até então para a construção de casas dentro do castelo, determinando-se que o dinheiro ainda não utilizado fosse agora aplicado na feitura do referido atalho[122]. Não vingara, pois, a ideia de Simão Correia e logo no final de 1517, a 30 de Dezembro[123], seria nomeado novo capitão/governador, D. Álvaro de Noronha que, no entanto, só tomaria posse do cargo em Março de 1518.

Foi assim D. Álvaro de Noronha quem, durante o seu mandato (de 1518 a 1525), se encarregou da feitura do atalho que, segundo o próprio, estaria concluído em Abril de 1520[124]. Simultaneamente, pretendia derrubar a «vila velha», não só, escreve ele, pelas muitas maldades que aí se faziam, como pelos perigos decorrentes da existência do casario, no caso de haver um cerco à cidade[125]. Pretensão que não teria concretizado totalmente, tendo em conta ilação aventada em recente estudo: «Azamor terá sido dos casos de espaços urbanos portugueses no Norte de África onde a destruição da área excluída pelo atalho terá sido menor»[126]. Ainda segundo D. Álvaro, manter-se-ia a cerca antiga para proteger os quintais e pomares.

121. Carta dos doze eleitos pelo povo de Azamor a D. Manuel, Azamor, 12 de Agosto de 1517, cit. *supra*, nota 12.

122. Regimento da obra do muro e atalho da cidade de Azamor, Lisboa, 11 de Setembro de 1517, ANTT, *Livro de Registo de Leis e Regimentos de D. Manuel*, ff. 22v-23v; pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. e «Documentos Inéditos...» cit., Apêndice documental, doc. XVIII.

123. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, livro 10, f. 452.

124. Carta de D. Álvaro de Noronha a D. Manuel, Azamor, 18 de Abril de 1520, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 45, pub. *SIHM*, II, pp. 273-275.

125. Carta de D. Álvaro de Noronha a D. Manuel, Azamor, 18 de Maio de 1519, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 299, pub. *SIHM*, II, pp. 240-242.

126. André Teixeira, Ana Lopes, Jorge Correia e Azzeddine Karra, «As fortificações portuguesas de Azamor: contributo para a actualização do conhecimento», *in Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, coord. de Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Edições Colibri / Campo Arqueológico de Mértola, 2013, vol. II, pp. 627-638 (citação colhida na p. 631).

qu'une mosquée où Álvaro de Carvalho, l'un des capitaines participant à la conquête de la ville, a séjourné avec de nombreuses personnes. Ils déplorent que Simão Correia, omniscient, ne préserve pas ces maisons, alors que de nombreux hommes à Azemmour n'avaient nulle part où aller et qu'il valait mieux qu'ils soient logés dans ces maisons plutôt que les détruire.[121]

La décision de D. Manuel I sur la construction du *atalho* a été communiquée, par un règlement, de 11 septembre 1517. Le monarque portugais a désigné l'*almoxarife* Álvaro do Cadaval comme l'intendant de cette œuvre, en donnant des indications précises sur sa disposition et sa structure. Le même document ordonnait la suspension du soutien financier accordé jusqu'alors pour la construction de maisons à l'intérieur du château, en stipulant que l'argent restant serait désormais appliqué aux travaux de construction de l'*atalho*[122]. Donc, l'idée de Simão Correia n'a pas été accueillie et, le 30 décembre 1517[123], D. Álvaro de Noronha serait nommé nouveau capitaine/gouverneur, mais il ne prendra ses fonctions qu'en mars 1518. Ainsi, fut D. Álvaro de Noronha qui, au cours de son mandat (de 1518 à 1525), a pris en charge la réalisation de *l'atalho* que, selon lui, serait accompli en avril 1520[124]. En même temps, il avait l'intention de faire tomber la « vieille ville », non seulement, écrit-il, en raison des nombreux méfaits qui y ont été commis, mais aussi en raison des dangers découlant de l'existence des maisons, en cas de siège de la ville[125]. Cette prétention ne fut pas entièrement concrétisée, compte tenu de la conclusion d'une étude récente : « Azemmour aura été l'un des cas d'espaces urbains portugais, en Afrique du Nord, où la destruction de la zone exclue par l'*atalho* fut moins prononcée[126]. Toujours selon D. Álvaro, l'ancienne clôture persistait afin de protéger les cours et les vergers. Ainsi, en 1521, il a ordonné le paiement à Afonso Lopes, charpentier, et à deux autres officiers, pour qu'ils fassent des nou-

121. Lettre des douze élus par le peuple d'Azemmour à D. Manuel, Azemmour, le 12 août 1517, cit. *supra*, note 12.

122. Règlement du bâtiment du mur et de l'*atalho* de la ville d'Azemmour, Lisbonne, le 11 septembre 1517, ANTT, *Livro de Registo de Leis e Regimentos de D. Manuel*, ff. 22v-23v, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. et « Documentos Inéditos... » cit., Annexe Documentaire, doc. XVIII.

123. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel,* livre 10, f. 452.

124. Lettre de D. Álvaro de Noronha à D. Manuel, Azemmour, le 18 avril 1520, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, nº 45, pub. *SIHM*, II, pp. 273-275.

125. Lettre de D. Álvaro de Noronha à D. Manuel, Azemmour, le 18 mai 1519, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, nº 299, pub. *SIHM*, II, pp. 240-242.

126. André Teixeira, Ana Lopes, Jorge Correia et Azzeddine Karra, « As fortificações portuguesas de Azemmour : contributo para a actualização do conhecimento », *in Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisbonne, Edições Colibri / Campo Arqueológico de Mértola, 2013, vol. II, pp. 627-638 (citation à la p. 631).

Assim, em 1521, ordenava o pagamento a Afonso Lopes, carpinteiro, e outros dois oficiais para fazerem portas novas na Porta do Combate, porque as existentes eram da Porta do Castelo[127]. Três anos depois eram pagos 720 réis aos carpinteiros que fizeram as portas dessa cerca, a que chama «atalho velho»[128]. Tratar-se-ia em ambos os casos da Porta do Combate, única abertura dos muros da referida cerca que não foi entaipada pelos portugueses.

Entretanto e fechando esta primeira etapa de construção e distribuição de casas, D. Manuel I, em carta expressamente dirigida aos moradores de Azamor, determinava que todos os detentores de casas, dadas até à data pelos capitães, estando em posse delas e tendo nelas feito benfeitorias, as podiam ter, lograr, vender e «fazer delas como de sua coisa própria»[129]. Este processo prosseguiria, nomeadamente no respeitante a casas e terrenos da Coroa ainda por afectar, consignando-se doravante a obrigatoriedade do registo das doações no chamado «livro das dadas de casas e chãos de Azamor», mesmo assim com o risco de se verificaram sobreposições. Dito por outras palavras, as dadas eram, em princípio, feitas pelos governadores e, meses depois, chanceladas por alvará régio. Mas, por vezes, eram despachadas directamente pelo monarca português, situações em que havia o cuidado de ressalvar: «e isto se por nós não foram dadas a outra pessoa» ou «não estando as casas todas dadas ou havendo algumas que não sejam dadas por nossas cartas». Paralelamente, verifica-se uma certa transigência nas concessões, admitindo-se acumulações. Às doações de casas por via de regra estantes no castelo, era acrescida a ressalva, «sem embargo de termos mandado que quem tiver casas na cidade as não possa ter no castelo»[130]. E, de facto, há registos posteriores de alugueres de casas por moradores, quer para albergar emissários muçulmanos quer para armazenamento de cereais, comprovando serem proprietários de mais de uma habitação[131].

127. Ordem de pagamento de D. Álvaro de Noronha, Azamor, 13 de Setembro de 1521, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 98, doc. 2.

128. Ordem de pagamento de D. Álvaro de Noronha, Azamor, 26 de Setembro de 1524, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 119, doc. 110, excerto pub. *SIHM*, II, p. 345, nota 1.

129. Carta de mercê de D. Manuel aos moradores de Azamor, Lisboa, 23 de Julho de 1518, ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, livro 28, f. 35v e *Livro das Ilhas*, f. 164, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. e «Documentos Inéditos...» cit.., Apêndice documental, doc. XX.

130. Citações colhidas nas doações elencadas no quadro abaixo.

131. Ordem de pagamento de D. Álvaro de Noronha, Azamor, 12 de Dezembro de 1529, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 93, doc. 15; e Ordem de pagamento de António Leite, Azamor, 6 de Outubro de 1537, ANTT, *Corpo Cronológico*, maço 59, doc. 84.

velles portes à *Porta do Combate*, car celles qui existaient appartennaient à la *Porta do Castelo*[127]. Trois ans plus tard, 720 *réis* ont été versés aux charpentiers qui ont fait les portes de cette enceinte, désignée « vieux *atalho* »[128]. Dans les deux cas, il s'agirait de la *Porta do Combate*, la seule ouverture dans les murs de cette enceinte qui n'ait pas été condamnée par les Portugais.

Parallèlement et pour conclure cette première étape de construction et de distribution des maisons, D. Manuel I, dans une lettre expressément adressée aux *moradores* d'Azemmour, a déterminé que tous les détenteurs de maisons, concédées à ce jour par les capitaines, étant en possession de celles-ci et y ayant apporté des améliorations, pouvaient les avoir, en bénéficier, les vendre et « en faire usage comme s'il s'agissait de leur propre chose »[129].

Ce processus se poursuivrait, notamment en ce qui concerne les maisons et les terres de la Couronne, encore à attribuer, avec l'obligation d'enregistrer les dons dans le « livro das dadas de casas e chãos de Azemmour » (livre des dons de maisons et sols d'Azemmour), même dans ce cas, avec le risque de superposition. En d'autres termes, celles qui ont été données étaient, en principe, accordées par les gouverneurs et, quelques mois plus tard, certifiées par une charte royale. Mais, parfois, les biens étaient distribués directement par le monarque portugais et, dans ces situations, on prenait soin de signaler : « et ce si les biens n'ont pas déjà été donnés à quelqu'un d'autre par nous » ou « si les maisons ne sont pas toutes distribuées ou il y en a qui ne sont pas données par nos lettres ». En même temps, on vérifie un certain degré de tolérance en matière de concessions et le cumul est autorisé. Aux dons de maisons, en règle générale, dans le château, on a ajouté la précision suivante : « bien que nous ayons ordonné que ceux qui ont des maisons dans la ville ne puissent pas les avoir dans le château »[130]. Et, en fait, il existe des enregistrements ultérieurs de locations de maisons par des *moradores*, soit pour loger des émissaires musulmans, soit pour le stockage de céréales, prouvant qu'ils possédaient plus d'un logement[131].

127. Ordre de paiement de D. Álvaro de Noronha, Azemmour, 13 septembre 1521, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 98, doc. 2.

128. Ordre de paiement de D. Álvaro de Noronha, Azemmour, 26 septembre 1524, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 119, doc. 110, extrait pub. *SIHM*, II, p. 345, note 1.

129. Lettre de grâce de D. Manuel aux *moradores* d'Azemmour, Lisbonne, 23 juillet 1518, ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, livre 28, f. 35v et *Livro das Ilhas*, f. 164, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. et « Documentos Inéditos... » cit., Annexe Documentaire, doc. XX.

130. Citations recueillies à partir des donations énumérées dans le tableau ci-dessous.

131. Ordre de paiement de D. Álvaro de Noronha, Azemmour, le 12 décembre 1529, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 93, doc. 15 ; et Ordre de paiement d'António Leite, Azemmour, le 6 octobre 1537, ANTT, *Corpo Cronológico*, maço 59, doc. 84.

No quadro adiante publicado, listámos a doações, que conseguimos localizar, de casas ou terrenos da Coroa a particulares, no tempo de D. Manuel I. É um quadro em aberto, esperando que novas fontes documentais venham a ser descobertas para seu enriquecimento. Mesmo assim reveste-se de interesse não só por nos informar sobre as diferentes parcelas das moradias, sobradadas ou térreas, os quintais adjacentes, etc., mas também porque nos fornece as respetivas confrontações, ou seja, as casas ou terrenos que confinavam com essas moradias. O detalhe das informações fornecidas quase permitiria reconstituir determinadas áreas da malha urbana da cidade. No total, nesse período, temos 22 casas e 2 chãos doados, aos quais se podem acrescentar, via confrontações, mais 15 casas com identificação dos seus proprietários e 5 chãos, alguns dos quais ainda por doar. O total cifra-se, portanto, em 37 casas e 7 chãos. Supomos pertencerem essas moradias, doadas pelo rei a particulares, na sua maioria moradores, ao lote das 81 casas cuja construção fora supervisionada por Simão Correia. Não incluíam, portanto, as casas inicialmente construídas pelos moradores com financiamentos concedidos pelo monarca. Todas se situavam no castelo.

Quadro de doações régias de casas e chãos, no reinado de D. Manuel[132]

Data Doadores	Beneficiário	Casas e chãos	Confrontações	Fontes
1514, anterior Junho (Rui Barreto) Confirmação régia: 1514, 16 Outubro	Jorge Fernandes, bombardeiro e morador	– Duas casinhas pequenas – Um palácio pequeno – Pátio e quintal	– Banda Sul, casas que deram a Rui de Ataíde para seu sogro – Casas de Fernão Vaz Madruga – Da banda norte, casas de Estêvão Rodrigues Bérrio – Rua que vai da «sé» para a praça – Serventia por outra rua	ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 143-143v
(1514-1518) (Simão Correia) Confirmação régia: 1519 (sem dia nem mês)	Bastião Leite	– Casas em que entrava sobrado que fora dos contos velhos, de que estava em posse		ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 233
1517, 3 de Agosto (D. Manuel)	Mateus Fernandes, cavaleiro, morador	No castelo: casas	– Casas de Duarte Rodrigues, escrivão da feitoria e alfândega – Casas de João Fernandes da Fonseca, alfaqueque – Junto com o outeiro do castelo	ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 230

132. A principal fonte para elaboração deste quadro foi o *Livro das Ilhas*, conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cuja digitalização está acessível no sítio desta instituição. Dele existe também publicação, sob título *Livro das Ilhas*, dir., leitura, pref. e notas José Pereira da Costa, [Angra do Heroísmo] [Funchal], Sec. Reg. da Educação e Cultura e Sec. Reg. do Turismo e Cultura, 1987.

Dans le tableau ci-dessous, nous avons répertorié les dons, que nous avons pu localiser, de maisons ou de terrains appartenant à la Couronne, à des particuliers, à l'époque du roi Manuel I. Il s'agit d'un document en progression, en attendant la découverte de nouvelles sources documentaires pour l'enrichir.
Néanmoins, il est intéressant, non seulement car il nous informe sur les différentes parcelles des habitations, à étage ou de plain-pied, les cours contiguës, etc., mais aussi car il nous fournit les délimitations respectives, c'est-à-dire les maisons ou les terrains adjacents. Le détail des informations permet presque de reconstituer certaines zones du tissu urbain de la ville. Au total, sur cette période, nous avons 22 maisons et 2 terrains concédés, auxquels nous pouvons ajouter, par le biais des délimitations des propriétés, 15 autres maisons avec l'identification de leurs propriétaires et 5 terrains, dont une partie encore à octroyer. Le total est de 37 maisons et 7 terrains. On suppose que ces maisons, concédées par le roi à des particuliers, pour la plupart des *moradores*, font partie des 81 maisons dont la construction a été surveillée par Simão Correia. Cela n'incluait pas les maisons initialement construites par les *moradores* avec un financement accordé par le monarque. La totalité des maisons se situait dans le château.

Tableau des donations royales de maisons et de terrains, sous le règne de D. Manuel I[132]

Date Donateurs	Bénéficiaire	Maisons et terrains	Délimitations des propriétés	Sources
1514, avant juin (Rui Barreto) Confirmation royale : 1514, le 16 octobre	Jorge Fernandes, artilleur et *morador*	– Deux petites maisons – Un petit palais – Un patio et potager	– Au sud, les maisons octroyées à Rui d'Ataíde pour son beau-père – Les maisons de Fernão Vaz Madruga – Au nord, les maisons d'Estêvão Rodrigues Bérrio – La rue qui relie la « cathédrale » à la place – Passage par une autre rue	ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 143-143v
(1514-1518) (Simão Correia) Confirmation royale : 1519 (sans le jour, ni le mois)	Bastião Leite	– Les maisons à étage qui a été des vieux comptes, dont il était en possession		ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 233
1517, le 3 août (D. Manuel)	Mateus Fernandes, chevalier, *morador*	Dans le château : – Des maisons	– Les maisons de Duarte Rodrigues, greffier du comptoir et de la douane – Les maisons de João Fernandes da Fonseca, *alfaqueque* – Proche de la colline du château	ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 230

132. La principale source de ce tableau est le *Livro das Ilhas*, conservé aux Archives Nationales de Torre do Tombo (ANTT) dont la numérisation est disponible sur le site Web de cette institution. Il existe également une publication intitulée *Livro das Ilhas*, dir., lecture, préface et des annotations par José Pereira da Costa, [Angra do Heroísmo] [Funchal], Sec. Reg. da Educação e Cultura, Sec. Reg. do Turismo e Cultura, 1987.

Data Doadores	Beneficiário	Casas e chãos	Confrontações	Fontes
1517, 13 Setembro (D. Manuel)	Álvaro do Cadaval, almoxarife	No castelo: – Casas com seus quintais	– Casas em que vive Vicente Pires – Casas de António Fernandes	ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 230v
1517, 10 Dezembro (Manuel)	Duarte Rodrigues, cavaleiro, escrivão do almoxarifado e feitoria	No castelo: – Casas, para viver com sua mulher e filhos		ANTT, *Chancelaria D. Manuel*, liv. 10, f. 119
1517, 16 Dezembro (Simão Correia) Confirmação régia: 1519, 10 Novembro	Fernão Pires de Andrade, cavaleiro	No castelo: – Um chão que está na rua que vai da praça para o castelo	– Chão do vigário – Rua pública – Chão de Álvaro Colaço	ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 233-233v
1518, 17 Setembro (D. Manuel)	Lançarote de Freitas, feitor	No castelo: – Casas e quintais, onde ora vive	– Casas de Martim Vaz – Hortas do rei em que estão as atafonas do capitão	ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 164
1518, 18 Setembro (D. Manuel) 1522, 14 Janeiro Cf. D. João III	Álvaro Rafael	No castelo: – Casas que foram de Moleziam, com seus palácios e circuito, onde vivia		ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 236 ANTT, *Chancelaria D. João III*, liv. 51, ff. 8v-9
1519, 9 Janeiro (D. Manuel)	Álvaro Cabral, cavaleiro	– Casas em que pousava Manuel Lopes, vedor das obras		ANTT, *Chancelaria D. Manuel*, liv. 10, f. 110
1519, 8 Março (D. Manuel)	Vicente Pires cavaleiro, morador	No castelo – Casas em que vive e tem feito benfeitorias		ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 170
1519, 6 Julho (D. Álvaro de Noronha) Confirmação régia: 1520, 21 Junho	Rui Garcia, cavaleiro, escrivão da feitoria, almoxarifado e alfândega	No castelo: – Uma casa sobradada – Outra térrea – Um quintal – Casas em que já pousava	– Casas de João da Silva – Casas e quintal de António Fernandes, apontador – Casa de Pero Lopes – Rua pública	ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 172v
1519, 30 Agosto (D. Manuel)	António Fernandes, vedor das obras, morador	No castelo: – Casas que em sua posse estiveram		ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 231
1519, 4 Outubro (D. Álvaro de Noronha) Confirmação régia: 1521, 21 Março	João Fernandes Cardenal, piloto, morador	No castelo: – Uma morada de casas, sita na rua de Rui Garcia, portas adentro: uma sobradada, uma estrebaria, um quintal	– Casas de Fernão Pinto – Casas em que pousa João Álvares Frazão – Casas entestam com as de Lançarote de Freitas – Rua pública	ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 226, pub. Sousa Viterbo, *Trabalhos náuticos*, ed. cit., II, pp. 140-141.
1519, 3 Novembro (D. Manuel)	António Lopes Sequeira	No castelo: – Casas com seu quintal, onde já estava	– Casas em que pousava João da Silva – Casas em que pousava Mateus Fernandes – Detrás das casas do feitor e de Martim Vaz	ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 234
1519, 9 Novembro (D. Manuel)[133]	Fernão Pires de Andrade, cavaleiro	No castelo: – Casas em que pousou Martim Vaz, escrivão dos contos	– Casas de João da Silva – Casas em que pousa amo do Barão	ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 233v-234

133. Anulada a 16 de Junho de 1520 (ver adiante).A

Date Donateurs	Bénéficiaire	Maisons et terrains	Délimitations des propriétés	Sources
1517, le 13 septembre (D. Manuel)	Álvaro do Cadaval, *almoxarife*	Dans le château : – Des maisons avec potager	– Les maisons où habite Vicente Pires – Les maisons d'António Fernandes	ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 230v
1517, le 10 décembre (D. Manuel)	Duarte Rodrigues, chevalier, greffier du *almoxarifado* et du comptoir	Dans le château : – Des maisons, pour vivre avec sa femme et leurs enfants		ANTT, *Chancelaria D. Manuel*, liv. 10, f. 119
1517, le 16 décembre (Simão Correia) Confirmation royale: 1519, le 10 novembre	Fernão Pires de Andrade, chevalier	Dans le château : – Un terrain qui se situe dans la rue qui relie la place au château	– Le terrain du curé – La rue publique – Le terrain d'Álvaro Colaço	ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 233-233v
1518, le 17 septembre (D. Manuel)	Lançarote de Freitas, *feitor*	Dans le château : – Des maisons et des cours, où il vit maintenant	– Les maisons de Martim Vaz – Les potagers du roi où se trouvent les moulins du capitaine	ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 164
1518, le 18 septembre (D. Manuel) 1522, le 14 janvier Cf. D. João III	Álvaro Rafael	Dans le château : – Des maisons qui appartennaient à Moleziam, avec ses palais et circuit, où il a vécu		ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 236 ANTT, *Chancelaria D. João III*, liv. 51, ff. 8v-9
1519, le 9 janvier (D. Manuel)	Álvaro Cabral, chevalier	– Des maisons où Manuel Lopes séjournait, un intendant des travaux		ANTT, *Chancelaria D. Manuel*, liv. 10, f. 110
1519, le 8 mars (D. Manuel)	Vicente Pires chevalier, *morador*	Dans le château : – Des maisons où il habite et il a fait des améliorations		ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 170
1519, le 6 juillet (D. Álvaro de Noronha) Confirmation royale : 1520, 21 juin	Rui Garcia, chevalier, greffier du comptoir, *almoxarifado* et de la douane	Dans le château – Une maison à étage – Un autre de plain-pied – Un potager – Des maisons où il séjournait déjà	– Les maisons de João da Silva – Les maisons et le potager d'António Fernandes, pointeur – La maison Pero Lopes – La rue publique	ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 172v
1519, le 30 août (D. Manuel)	António Fernandes, itendant des travaux, *morador*	Dans le château : – Des maisons qui ont été en sa possession		ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 231
1519, le 4 octobre (D. Álvaro de Noronha) Confirmation royale : 1521, le 21 Mars	João Fernandes Cardenal, pilote *morador*	Dans le château : – Une demeure de maisons, localisées dans la rue de Rui Garcia : une maison à étage, une écurie, un potager	– Les maisons de Fernão Pinto – Les maisons où João Álvares Frazão séjourne – Les maisons contiguës à celles de Lançarote de Freitas – La rue publique	ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 226, pub. Sousa Viterbo, *Trabalhos náuticos*, ed. cit., II, pp. 140-141.
1519, le 3 novembre (D. Manuel)	António Lopes Sequeira	Dans le château : – Les maisons avec jardin potager, où il était déjà	– Les maisons où João da Silva séjournait – Les maisons où Mateus Fernandes séjournait – Derrière les maisons du *feitor* et de Martim Vaz	ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 234
1519, le 9 novembre (D. Manuel)[133]	Fernão Pires de Andrade, chevalier	Dans le château : – Des maisons où Martim Vaz a séjourné, greffier des comptes	– Les maisons de João da Silva – Les maisons où séjourne le maitre du Baron	ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 233v-234
1519, le 14 novembre (D. Manuel)	Álvaro Gonçalves, serviteur de Rui Barreto	Dans le château : – Des maisons où il séjourne	– Les maisons de Pero Cardenas – Les maisons d'Álvaro du Cadaval – Les maisons où se trouve Pero Borges – La rue publique	ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 166v

133. Annulée le 16 juin 1520 (voir ci-dessous).

Data Doadores	Beneficiário	Casas e chãos	Confrontações	Fontes
1519, 14 Novembro (D. Manuel)	Álvaro Gonçalves, criado de Rui Barreto	No castelo: – Casas em que ele pousa	– Casas de Pero Cardenas – Casas de Álvaro do Cadaval – Casas em que está Pero Borges – Rua pública	ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 166v
1519, 23 Dezembro (D. Álvaro de Noronha) Confirmação régia: 1520, 1 Março	João Álvares Frazão, cavaleiro	No castelo: – Uma casa sobradada – Duas casas térreas – Um quintal – Sitas na rua de Rui Garcia	– Casas de Duarte Rodrigues, escrivão – Quintal de Vicente Pires – Casas do rei que estão por dar – Rua	ANTT, *Livro das Ilhas*, 167
1520, 21 Janeiro (D. Álvaro de Noronha) Confirmação régia: 1520, 3 Março	Pero Lopes, escudeiro	No castelo – Moradia em que ora pousa, com uma casa sobradada e uma térrea e um quintal Sita na rua de Rui Garcia	– Casa em que pousa Álvaro Gonçalves – Quintal de Álvaro do Cadaval – Rua pública	ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 166v-167
1520, 4 Fevereiro (D. Álvaro de Noronha) Confirmação régia: 1521, 27 Setembro	Fernão Pinto, cavaleiro, morador	No castelo: – Uma casa sobradada – Uma casa térrea – Um quintal	– Casas de Álvaro Cabral – Casa de João Fernandes, piloto – Entestam com casas de Lançarote de Freitas – Rua pública	ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 172-172v
1520, 14 Fevereiro (D. Manuel)	Duarte Lopes, cavaleiro	No castelo: Casas para sua morada, especificando, «havendo algumas que não sejam dadas por nossas(rei) cartas e alvarás		ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 173-173v
1520, 15 Fevereiro (D. Álvaro de Noronha) Confirmação régia: 1521, 1 Março	Vasco Pinel, cavaleiro, morador	No castelo: – Uma casa sobradada – Duas casas térreas – Um quintal	– Muro – Casas que tem Martim Vaz, escrivão dos contos – Casas de Sebastião Martins – Chão de Vicente Rebelo – Quintal de Vicente Rodrigues, sapateiro	ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 226v
1520, 4 Março (D. Álvaro de Noronha) Confirmação régia: 1520, 16 Junho[134]	Fernão Pires de Andrade, cavaleiro, morador	No castelo: – Morada de casas na rua de Rui Garcia – Duas casas e um quintal sitas na rua de Rui Garcia	– Casas de Tomé Gramaxo em que está a masmorra – Chão que está por dar – Casas de Fernão Pinto e rua pública	ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 169v-170
1520, 18 Março (D. Manuel)	Martim Teixeira, pedreiro, designado mestre de obras para a ponte projetada	Chão despejado, onde estavam os açougues dos mouros, com torre branca pegada. Para nele fazer casas	Com 15 braças em quadrado	ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 232v– 233, pub. *SIHM*, II, nota 4.
1520, 27 Setembro (D. Manuel)	Bernardo Anes, cavaleiro, morador	No castelo: Casas com seu quintal em que estava aposentado	– Casas em que vive João Fernandes, piloto – Casas em que vive Gaspar Sequeira	ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 170v

No mesmo período, há ainda duas outras doações, mas não de casas ou chãos. São elas:

– Dois lagares de cera, do tempo dos muçulmanos, a Francisco de Almeida, cavaleiro[135]. Supomos se localizariam no castelo, pois aí se situava outro lagar de cera, registado nas confrontações de casa pertencente a Pero Alonso Lopes (ver adiante).

134. «E a carta que das outras casas tinha foi perante nós (rei) rota ao assinar esta».

135. Mercê régia de dois lagares de cera (...) em Azamor, Almeirim. 20 de Dezembro de 1514, ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, livro 11, f. 2v.

Date Donateurs	Bénéficiaire	Maisons et terrains	Délimitations des propriétés	Sources
1519, le 23 décembre (D. Álvaro de Noronha) Confirmation. royale: 1520, le 1 mars	João Álvares Frazão, chevalier	Dans le château: – Une maison à étage – Deux maisons de plain-pied – Un potager – Localisation dans la rue de Rui Garcia	– Les maisons de Duarte Rodrigues, greffier – Le potager de Vicente Pires – Les maisons du roi, encore à distribuer – La rue	ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 167
1520, le 21 janvier (D. Álvaro de Noronha) Confirmation. royale: 1520, le 3 mars	Pero Lopes, écuyer	Dans le château: – La maison où il habite maintenant, avec une maison à étage et une de plain-pied et un potager Localisée dans la rue de Rui Garcia	– La maison où habite Álvaro Gonçalves – Le potager d'Álvaro do Cadaval – La rue publique	ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 166v-167
1520, le 4 février (D. Álvaro de Noronha) Confirmation royale: 1521, le 27 septembre	Fernão Pinto, chevalier, *morador*	Dans le château: – Une maison à étage – Une maison de plain-pied – Un potager	– Les maisons d'Álvaro Cabral – La maison de João Fernandes, pilote – Contigües aux maisons de Lançarote de Freitas – La rue publique	ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 172-172v
1520, le 14 février (D. Manuel)	Duarte Lopes, chevalier	Dans le château: – Des maisons pour son habitation, en précisant « si certaines ne sont pas données par nos (du roi) lettres et chartes »		ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 173-173v
1520, le 15 février (D. Álvaro de Noronha) Confirmation royale: 1521, le 1 mars	Vasco Pinel, chevalier, *morador*	Dans le château: – Une maison à étage – Deux maisons de plain-pied – Un potager	– Un mur – Les maisons appartenant à Martim Vaz, greffier comptes – Les maisons de Sebastião Martins – Le terrain de Vicente Rebelo – Le potager de Vicente Rodrigues, cordonnier	ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 226v
1520, le 4 mars (D. Álvaro de Noronha) Confirmation royale: 1520, le 16 juin[134]	Fernão Pires d'Andrade, chevalier, *morador*	Dans le château: – Une demeure de maisons situées dans la rue de Rui Garcia – Deux maisons et un potager, localisés dans la rue de Rui Garcia	– Les maisons de Tomé Gramaxo où se trouve le cachot – Un terrain à concéder – Les maisons de Fernão Pinto et la rue publique	ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 169v-170
1520, le 18 mars (D. Manuel)	Martim Teixeira, maçon, nommé maître d'œuvre du projet de pont	Un terrain vide où se trouvaient les boucheries des Maures, avec une tour blanche adjacente. Pour y faire des maisons	Avec 15 brasses carrées	ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 232v- 233, pub. *SIHM*, II, note 4.
1520, le 27 septembre (D. Manuel)	Bernardo Anes, chevalier, *morador*	Dans le château: Les maisons avec un potager où il habitait	– Les maisons où habite João Fernandes, pilote – Les maisons où habite Gaspar Sequeira	ANTT, *Livro das Ilhas*, fol. 170v

Dans la même période, on vérifie encore deux autres donations ne concernant pas des maisons ou des terrains:

– Deux pressoirs à cire, du temps des musulmans, à Francisco d'Almeida, chevalier[135]. Nous supposons qu'ils se situaient sur le château, car il y avait un autre pressoir à cire, enregistré dans les limites de la maison appartenant à Pero Alonso Lopes (voir *infra*).

134. Et la lettre que des autres maisons il en avait a été déchirée devant nous (roi) avant de signer celle-ci».

135. Grâce royale de deux pressoirs à cire (...) à Azemmour, Almeirim, le 20 décembre 1514, ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, livre 11, f. 2v.

– Uma ilha pelo rio acima, duas léguas de Azamor, para junto dela ser feito caneiro ou pescaria, a João de Freitas, cavaleiro, morador, pelo capitão/governador D. Álvaro de Noronha (Azamor, 4 de Abril de 1519), confirmada por D. Manuel I (Évora, 20 de Setembro de 1520)[136]. Dois anos depois, já no tempo de D. João III, e por falecimento de João de Freitas, sem herdeiros, foi doada de juro e herdade, com o caneiro que este «fez ou tinha para fazer», a Luís da Silveira, conselheiro real e guarda-mor, com possibilidade de vender, arrendar e receber as respetivas rendas. Deduz-se, pelo estatuto e condição social, ter sido proprietário ausente[137].

O volume de doações chanceladas por D. João III parece ter diminuído bastante, com a agravante de alguns poucos registos localizados na Chancelaria deste monarca serem ilegíveis por a tinta estar muito apagada ou totalmente coberta por borrões. Os parcos resultados obtidos apontam ou para confirmações de casas já doadas por D. Manuel (ver quadro *supra* de doação de 18 de Setembro de 1518 a Álvaro Rafael), ou para doação de vários chãos, um no castelo e outros na «cerca velha», a Pero Cardenas, cujo principal interesse decorre das circunstância de as confrontações dos terrenos situados nesta «cerca velha», concedidos ainda por D. Álvaro de Noronha (1523 e 1524) e confirmados por D. João III, testemunharem já haver aí outras parcelas distribuídas[138]. Mais tardiamente, de sublinhar dois registos. Um de doação de casas a Afonso Drago, morador, na praça da cidade, em segunda mão, por já terem pertencido a dois outros moradores até o monarca as retomar e doar [139]. Outro, não diretamente relacionada com moradores, em que D. João III ratifica a compra feita, sem licença régia, de uns chãos e pardieiros no castelo pelos frades agostinhos. Esta compra já se realizara há cerca de um ano e meio, tendo os frades edificado uma casa e igreja da devoção de Nossa Senhora da Graça e pretendendo agora acrescentar as ditas construções para aí morarem[140].

136. Mercê de ilha (…) em Azamor, Évora 20 de Setembro de 1520, ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 170v-171.

137. Mercê de ilha (…) em Azamor, Lisboa, 6 de Agosto de 1522, ANTT, *Chancelaria de D. João III*, livro 47, ff. 115-115v.

138. Confirmação de mercês de certos chãos em Azamor a Pero Cardenas, Évora, 25 de Novembro de 1524, ANTT, *Chancelaria de D. João III*, livro 36, f. 70.

139. Carta de mercê de umas casas a Afonso Drago, Évora, 26 de Abril de 1536, ANTT, *Chancelaria de D. João III*, livro 21, f. 107.

140. Carta de autorização de compra de chãos e pardieiros aos frades da Ordem de Santo Agostinho, Lisboa, 22 de Junho de 1538, ANTT, *Chancelaria de D. João III*, livro 44, f. 75. Por carta dos fidalgos e moradores de Azamor, datada de 20 de Março de 1540, conclui-se estarem finalizadas as obras do convento (ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 88, pub. *SIHM*, III, pp. 241-242).

– Une île, en amont du fleuve, à deux lieues d'Azemmour, pour y faire un canal ou pratiquer la pêche, à João de Freitas, chevalier, *morador*, par le capitaine/gouverneur D. Álvaro de Noronha (Azemmour, le 4 avril 1519), confirmée par D. Manuel I (Évora, le 20 septembre 1520)[136]. Deux ans plus tard, à l'époque de D. João III, et à la mort de João de Freitas, sans héritiers, l'île a fait l'objet d'une donation d'un titre de transmission libre et héréditaire, avec le canal qu'il « a fait ou devrait faire », à Luís da Silveira, conseiller royal et gardien majeur, avec la possibilité de vendre, louer et recevoir les loyers respectifs. Nous présumons, par son statut et sa condition sociale, qu'il fut un propriétaire absent[137].

Le volume des dons confirmés par D. João III semble avoir considérablement diminué, avec la circonstance aggravante que certains des rares documents situés dans la Chancellerie de ce monarque sont illisibles, car l'encre est très décolorée ou totalement recouverte de taches. Les résultats peu nombreux obtenus nous indiquent soit des confirmations de maisons déjà octroyées par D. Manuel I (voir tableau ci-dessus de la donation du 18 septembre 1518 à Álvaro Rafael), soit la donation de plusieurs terrains, l'un dans le château et d'autres dans l'« ancienne enceinte », à Pero Cardenas, dont l'intérêt principal découle de la circonstance que les délimitations des parcelles situées dans cette « ancienne enceinte », accordées par D. Álvaro de Noronha (1523 et 1524) et confirmées par D. João III, témoignent qu'il y avait déjà d'autres parcelles distribuées auparavant[138]. Par la suite, on souligne deux documents. Le premier concerne la donation de maisons à Afonso Drago, *morador*, dans la place de la ville. Celles-ci avaient déjà appartenu à deux autres *moradores*, jusqu'à ce que le monarque les reprenne et en fasse don[139]. Dans un autre document, non directement lié aux *moradores,* D. João III ratifie l'achat, par les frères augustins, sans licence royale, de certains terrains et taudis dans le château. Cet achat avait eu lieu environ un an et demi auparavant, les frères ayant construit une maison et une église dévouée à Notre Dame de Grâce. Maintenant, ils voulaient ajouter lesdites constructions pour y vivre[140].

136. Grâce d'île (…) à Azemmour, Évora, le 20 septembre 1520, ANTT, *Livro das Ilhas*, ff. 170v-171.

137. Grâce d'île (…) à Azemmour, Lisbonne, le 6 août 1522, ANTT, *Chancelaria de D. João III*, livre 47, ff. 115-115v.

138. Confirmation de concessions de certains terrains à Azemmour à Pero Cardenas, Évora, le 25 novembre 1524, ANTT, *Chancelaria de D. João III*, livre 36, f. 70.

139. Lettre de concessions de quelques maisons à Afonso Drago, Évora, le 26 avril 1536, ANTT, *Chancelaria de D. João III,* livre 21, f. 107.

140. Lettre d'autorisation d'achat de terrains et taudis aux frères de l'ordre de Saint Augustin, Lisbonne, le 22 juin 1538, ANTT, *Chancelaria de D. João III*, livre 44, f. 75. La lettre des *fidalgos* et des *moradores* d'Azemmour, datée du 20 mars 1540, nous indique que les

Mas, na década de 1530, o registo mais interessante sobre as casas particulares de Azamor encontra-se no processo de entrega à Fazenda Real de duas casas, ambas na posse de Pero Alonso Lopes, mercador, morador em Azamor. Uma era a sua casa de habitação, outra fora de seu irmão, Gonçalo Lopes, também ele morador. Por razões que não interessa aqui detalhar, Pero Alonso resolveu regressar a Portugal, pelo que requereu ao contador João Mendes lhe passasse certidão de entrega dessas casas. Para esse efeito, o contador fez-se acompanhar de Alexandre de Freitas, feitor e almoxarife em Azamor, Diogo de Neiva, escrivão dos seus cargos e dos contos, António Pires, porteiro dos contos, e Jorge Dias, pedreiro e mestre de obras da cidade. Vejamos, então, a descrição dessas moradias na referida certidão, remetida para o vedor da Fazenda do rei, pois fornece preciosas informações sobre a sua localização, sua estruturação interna e dependências, coberturas e materiais usados, incluindo as medidas de alguma das suas divisões. De notar ser a primeira vez em que aparece referência à rua Direita, possivelmente a anteriormente designada como rua pública.

– A casa de Pero Alonso Lopes, situada na praça da cidade, confrontava da banda norte com a praça, da banda sul com as casas descobertas dos herdeiros do almoxarife Álvaro do Cadaval, da banda oeste com as casas da mulher do falecido João Fróis, tosador, e da banda este com rua conducente ao lagar de cera de Duarte Lopes.

> «E tem da banda da praça uma casa dianteira, a saber, uma loja com um sobrado solhado de tabuado e coberta de telhado forrado de canas, e tem por dentro de vão oito côvados[141] de comprido e outros oito de largo. E além desta tem outra casa câmara, a saber, loja e sobrado solhado de tabuado também coberto de telhado e forrado de canas, o qual sobrado tem por vão de comprido nove côvados e de largo cinco e meio, e esta casa tem outra câmara com sua loja e também solhada e sobrada de tabuado e coberta de telhado forrado de canas, a qual câmara tem de comprido por dentro do vão oito côvados e de largo quatro».

– A que fora de Gonçalo Lopes, situada em a rua Direita «que vai da Porta Nova para a praça», confrontava da banda norte com as casas de Aº (Afonso ou António) Moreno, da banda sul com as casas de Martim Camacho, da banda leste com as casas dos herdeiros de Álvaro Cansado, e da banda oeste com a rua pública (?)[142].

141. Antiga medida linear correspondendo a 66 cm.

142. Leitura hipotética, trata-se de desdobramento de abreviatura

Mais dans les années 1530, le document le plus intéressant sur les maisons privées d'Azemmour se trouve dans le processus de livraison au Trésor Royal de deux maisons, toutes deux en possession du marchand Pero Alonso Lopes, *morador* à Azemmour. L'une était sa maison d'habitation, l'autre avait été de son frère, Gonçalo Lopes, aussi *morador*. Pour des raisons, sans importance pour notre étude, Pero Alonso a décidé de rentrer au Portugal et il a demandé au *contador* João Mendes de lui remettre un certificat de restitution de ces maisons. Pour cela, le *contador* fut accompagné d'Alexandre de Freitas, *feitor* et *almoxarife* à Azemmour, de Diogo de Neiva, greffier de ces fonctions et des comptes, d'António Pires, portier des comptes, et de Jorge Dias, maçon et maître d'œuvre de la ville. Examinons donc la description de ces habitations dans le certificat susmentionné, envoyé à l'intendant du Trésor du roi, car il fournit des informations importantes sur leur emplacement, leur structure interne et leurs dépendances, les revêtements et les matériaux utilisés, y compris les dimensions de certaines de leurs pièces. Il convient de noter que, pour la première fois, on invoque la *Rua Direita* (Rue Droite) probablement précédemment désignée en tant que rue publique.

– La maison de Pero Alonso Lopes, située dans la place de la ville, était délimitée au nord par la place, au sud par les maisons sans toiture des héritiers de l'*almoxarife* Álvaro du Cadaval, à l'ouest par les maisons de la femme du défunt João Fróis, tondeur, et, à l'est, par la rue menant au pressoir à cire de Duarte Lopes.

> « Et du côté de la place [la maison] a une autre devant, à savoir, un magasin à étage, planchéié en bois et couvert d'une toiture revetûe de roseaux dont l'intérieur a huit coudées[141] de longueur et huit de largeur. En plus de cela, il y a une autre maison chambre, à savoir, un magasin et un étage planchéié en bois et également couvert d'une toiture revêtue de roseaux, dont le plancher a neuf coudées de longueur et cinq et demi de largeur et cette maison a une autre chambre avec son magasin, aussi planchéié en bois et couverte d'une toiture revêtue de roseaux, dont la chambre a, à l'intérieur, huit coudées de longueur et quatre de largeur ».

– La maison qui avait appartenu à Gonçalo Lopes, située dans la *Rua Direita* « qui va de la *Porta Nova* à la place », était délimitée au nord par les maisons d'Aº (Afonso ou António) Moreno, au sud par les maisons de Martim Camacho, à l'est par les maisons des héritiers d'Álvaro Cansado, et à l'ouest par la rue publique (?)[142].

travaux du couvent seraient achevés (ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, nº 88, pub. *SIHM*, III, pp. 241-242).

141. Ancienne mesure linéaire correspondant à 66 cm.

142. Lecture hypothétique, il s'agit du développement d'une abréviation presque indéchiffrable.

> «Tem uma loja e um sobrado, coberta de telha e o sobrado de cotra[143], que tem por vão de comprido onze côvados e de largo dez, e tem uma câmara térrea coberta de cotra que tem de comprido seis côvados e de largo quatro. E tem mais um pátio que tem de comprido nove côvados e de largo sete. E tem além do pátio um quintalinho que tem seis côvados de comprido e três de largo. E além do pátio mais uma casa térrea coberta de telha que tem de comprido doze côvados e de largo cinco. E mais outro quintal descoberto que tem de comprido onze côvados e quatro de largo»[144].

Este processo, além da supracitada certidão, integra ainda dois despachos de D. João III, datados de 16 de Abril e 23 de Junho de 1535, ordenando o pagamento de 64.747 réis aos dois irmãos, e informando terem as duas casas sido derrubadas[145]. Este valor global, no pressuposto de cada casa valer cerca de 32 mil réis, não andaria muito longe do das casas construídas com os 20 mil réis de financiamento concedidos por D. Manuel I aos moradores, se tivermos em consideração que a esta verba havia a acrescentar o valor dos terrenos previamente doados pelo monarca. Quantia similar, 30.671 réis, foi paga, em 1534, aos herdeiros de Catarina Rodrigues, viúva de João Álvares Frazão, «morador que foi em Azamor», por casa que o rei lhes tomara na mesma cidade[146].

A tomada de casas aos proprietários por parte do monarca, referida também na doação supracitada a Afonso Drago, parece ter sido prática de D. João III e não pode deixar de relacionar-se com um certo desinvestimento real relativamente a Azamor e a outras praças do sul de Marrocos, a partir de inícios da década de 1530. São vários os testemunhos comprovativos de que D. João III, pressionado pelas circunstâncias adversas, considerasse premente a reorganização das praças, não pondo de lado a hipótese de abandono de algumas delas. Sinais patentes na missão de Duarte Coelho, em 1529, para, com dois engenheiros, estudar as fortificações do Norte de África, e, na mesma data, no parecer formulado pelo duque de Bragança. No caso de Azamor, são sintomáticas as instruções sigilosas dadas a D. Pêro Mascarenhas quando vai tomar posse do cargo de capitão/governador da cidade, em 1530. Segundo o próprio,

quase indecifrável.

143. Provavelmente o mesmo que crosta.

144. Certidão de entrega de casas de Pero Alonso Lopes, Azamor, 7 de Junho de 1533, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 55, doc. 17.

145. Certidão mencionada na nota anterior.

146. Alvará de D. João III, Sesimbra, 3 de Abril de 1534, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 52, doc. 103.

> « [La maison] a un magasin et un étage supérieur, couverts de tuiles et de « cotra »[143] respectivement, ayant onze coudées de longueur et dix de largeur, et possède une chambre au rez-de-chaussée couverte de croûte avec une longueur de six coudées et une largeur de quatre. Et il y a une autre cour qui fait neuf coudées de long et sept coudées de large. En plus de la cour, [la maison] possède un petit jardin potager de six coudées de long et trois coudées de large. Et au-delà du patio, il y a une autre maison de plain-pied couverte de tuiles, de douze coudées de long et cinq de large. Et une autre cour non couverte d'onze coudées de long et quatre de large »[144].

Outre le certificat susmentionné, cette procédure comprend également deux ordonnances de D. João III, du 16 avril et du 23 juin 1535, ordonnant le paiement de 64.747 *réis* aux deux frères et informant que les deux maisons ont été démolies[145]. Cette valeur globale, en supposant que chaque maison valait environ 32.000 *réis*, ne serait pas loin de celle des maisons construites avec le financement de 20.000 *réis* accordé par D. Manuel I aux *moradores,* si l'on tient compte qu'à cette somme il faut ajouter la valeur des terres précédemment octroyées par le monarque. Un montant similaire, 30.671 *réis*, fut payé, en 1534, aux héritiers de Catarina Rodrigues, veuve de João Álvares Frazão, « ancien *morador* à Azemmour », par une maison que le roi leur avait pris dans la même ville[146]. La pratique du monarque consistant à prendre des maisons à leurs propriétaires, également mentionnée dans la donation susmentionnée à Afonso Drago, semble avoir été récurrente avec D. João III et en est, probablement, le reflet d'un certain désinvestissement royal à Azemmour et dans d'autres villes du sud du Maroc, dès le début des années 1530. Plusieurs témoignages prouvent que D. João III, sous la pression de circonstances défavorables, considérait la réorganisation des places urgente, tout en ne négligeant pas la possibilité d'abandonner certaines. Les signes sont évidents dans la mission de Duarte Coelho, en 1529, pour étudier avec deux ingénieurs les fortifications de l'Afrique du Nord, et, à la même date, dans l'avis formulé par le duc de Bragança. Dans le cas d'Azemmour, les instructions secrètes données à D. Pêro Mascarenhas, lorsqu'il prend ses fonctions de capitaine/gouverneur de la ville, en 1530, sont symptomatiques. Selon lui, en portant une lettre notifiant les juges, les officiers, les *fidalgos* et les chevaliers des décisions royales, il décide, devant

143. Probablement, la même signification de croûte.

144. Certificat de restitution des maisons de Pero Alonso Lopes, Azemmour, le 7 juin 1533, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 55, doc. 17.

145. Certificat mentionné ci-dessus.

146. Charte de D. João III, Sesimbra, le 3 avril 1534, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 52, doc. 103.

sendo portador de carta notificando juízes, oficiais, fidalgos e cavaleiros de decisões régias, decide, face à iminência de investida do rei de Fez, não a entregar de imediato, para que não recebessem mais desgostos. Asseverava, no entanto, estar a dar seguimento às disposições régias, ou seja, à avaliação de casas, já tendo feito a das situadas no castelo e no atalho da praça velha. Pensava dar por concluída esta tarefa em fins de Julho e então comunicar aos habitantes a carta régia, para eles lhe indicarem quem quereria ir servir para Arzila e de tudo o mais que o rei mandava se fizesse[147].

Em conclusão, a «vila nova» de Azamor foi-se erguendo com um casario bastante cerrado, pelos menos em certos sectores, entremeado de ruas, hortas, outeiros e chãos ainda por afectar. A maior parte das casas, por certo as mais abastadas, tinha quintais e várias divisões sobradadas ou térreas. Além dos edifícios públicos, como a alfândega, a feitoria, casa dos contos e misericórdia, e dos edifícios religiosos, como a igreja matriz, os conventos dos franciscanos e dos agostinhos, pontuavam outras instalações ou equipamentos, como a masmorra (junto à casa de Fernão Pires de Andrade) ou as atafonas (junto à casa de Lançarote de Freitas), os três lagares de cera e a fábrica de sabão.

5. Modos de vida, ocupações e actividades

Como é sabido, a vida nas praças portuguesas de Marrocos foi marcada por um clima de constante conflitualidade. As almogavarias ou cavalgadas alternavam-se, ora da iniciativa dos muçulmanos ora dos cristãos. Como dizia o alcaide de Alcácer Quibir era uma «guerra que um dia era de cristãos, outro dia de mouros»[148]. Eram acções guerreiras cujo objectivo primordial era o saque de gado, trigo, cevada, mel, cera, cativos, etc., quando não a simples razia, pontuadas às vezes por iniciativas de maior vulto, como cercos e campanhas militares. Não fora a escalada combativa e sistemática dos xarifes sádidas, avançando do Suz para o Norte, dir-se-ia um diálogo armado infindável no qual ninguém tinha a última palavra.

Por essa razão, várias praças, em especial na costa meridional atlântica, como Azamor, situadas junto a planícies ricas em produção cerealífera viram-se anualmente confrontadas com as chamadas, «guerras do pão», na feliz expressão de Vitorino Magalhães

147. Carta de D. Pêro Mascarenhas a D. João III, Azamor, 20 de Junho de 1530, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 45, doc. 43, pub. *SIHM*, II, pp. 535-543 (informação colhida nas pp. 541-542).

148. Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*... cit., cap. XCVII, p. 392.

l'imminence de l'assaut imminent du roi de Fès, de ne pas la remettre immédiatement, afin d'éviter encore plus de chagrin. Il déclarait, cependant, qu'il avait donné suite aux dispositions royales, autrement dit, à l'évaluation des maisons, ayant déjà fait l'appréciation de celles situées dans le château et dans l'*atalho* de la vieille place. Il pensait terminer cette tâche à la fin du mois de juillet, puis il transmettrait la lettre royale aux habitants, afin de savoir qui serait prêt à servir à Asilah, et afin de leur transmettre tout ce que le roi avait ordonné de faire[147].

En conclusion, la « ville nouvelle » d'Azemmour s'est développée à partir d'un ensemble très dense de maisons, du moins dans certaines zones, entrecoupé de rues, de jardins potagers, de collines et de parcelles encore non attribuées. La plupart des maisons, certainement les plus aisées, avaient un jardin potager et plusieurs pièces, à étage ou de plain-pied. Outre les bâtiments publics tels que la douane, le comptoir, la maison des comptes et la miséricorde, et les bâtiments religieux comme l'église mère, les couvents des Franciscains et des Augustins, il y avait d'autres installations ou équipements tels que le cachot (à côté de la maison de Fernão Pires d'Andrade) ou les moulins (à côté de la maison de Lançarote de Freitas), les trois pressoirs à cire et la savonnerie.

5. Modes de vie, occupations et activités

Il est bien connu que la vie quotidienne sur les places portugaises du Maroc était marquée par un contexte de conflit constant. Les incursions (*almogavarias*) ou chevauchées s'alternent, parfois à l'initiative des musulmans parfois des chrétiens. L'*alcaide* de Ksar El Kébir disait qu'il s'agissait d'« une guerre qui était un jour des chrétiens, un autre jour des Maures »[148]. Il s'agissait d'une activité guerrière dont l'objectif principal était le pillage du bétail, du blé, de l'orge, du miel, de la cire, des captifs, etc., ou le simple raid, parfois ponctuée par des initiatives plus importantes, comme les sièges et les campagnes militaires. Sans l'escalade tenace et systématique des chérifs saadiens, passant du Sous vers le Nord, on aurait l'impression d'un dialogue armé interminable où nul n'aurait le dernier mot.

Pour cette raison, plusieurs places, surtout sur la côte méridionale de l'Atlantique, comme Azemmour, situées à proximité de plaines riches en production céréalière, étaient confrontées chaque année à ce qu'on appelle la « guerre du pain », selon l'heureuse

147. Lettre de D. Pêro Mascarenhas à D. João III, Azemmour, le 20 juin 1530, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 45, doc. 43, pub. *SIHM*, II, pp. 535-543 (information recueillie aux pp. 541-542).

148. Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*... cit., chap. XCVII, p. 392.

Godinho[149], as quais afectaram profundamente a produção de cereais, pois as searas eram frequentemente devastadas e pilhadas pelos senhores locais que iam «correr os campos» ou «comer os pães», sendo as populações muçulmanas obrigadas a deslocar constantemente os locais de cultura e, por vezes, a abster--se de fazer as sementeiras, com receio de possíveis investidas. Azamor conheceu o paradoxo de, frequentemente, ter tido necessidade de ser abastecida de trigo, cevada, farinha e biscoito, com proveniências diversas (do Norte da Europa, dos Açores, de Andaluzia e, por vezes, da Madeira), para pagamento das rações (mantimento) de moradores e fronteiros. Mas Azamor não foi caso único. De um modo geral, todas as praças portuguesas tiveram necessidade destes abastecimentos, nomeadamente as da região Norte[150], razão pela qual foi criada uma feitoria portuguesa na Andaluzia, com missão específica de envio de tais auxílios[151].

O clima de constante sobressalto acabaria por se tornar o normal quotidiano das populações. Bernardo Rodrigues caracteriza magistralmente este modo de estar, quando, depois de uma fase agitada em Arzila, escreve ter-se seguido um período, «no qual passámos com mais sossego e quietação, por passarmos à guerra ordenadamente»[152].

Apesar de todas estas circunstâncias adversas, Azamor propiciava condições bastante favoráveis aos seus habitantes. Pelo menos, é essa a imagem transmitida por alguns testemunhos com conhecimento da terra.

O bispo de Safim, D. João Sutil, de visita a Azamor em 1519, afirmava estar encantado com a cidade, da qual, segundo ele, só se podia dizer bem, pois estava muito acima do que dela ouvira dizer, de tal forma que, para não voltar a ela mais vezes, o rei tinha de lhe lançar ferros[153]. Também Mestre Rodrigo, cristão-novo e médico em Azamor, homem de 70 anos, com grande experiência da terra e correspondente dos reis, não lhe poupa elogios. Começando por afirmar que «o sol

149. Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, Lisboa, Editorial Presença, 1981-1983 (2.ª edição), vol. III, pp. 245-267.

150. Sobre o assunto, ver Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. e «Documentos Inéditos...» cit., pp. 82-107 e 119-123, respectivamente. Ver também da mesma autora, «O trigo açoriano em Marrocos (século XVI)», *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLI (1983), pp. 625-650.

151. Manuel Henrique Corte-Real, *A feitoria portuguesa na Andaluzia (1500-1532)*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos, 1967.

152. Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*... cit., cap. CXIV, p. 447.

153. Carta do bispo de Safim a D. Manuel, Azamor, 11 de Agosto de 1519, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 25, doc. 10, pub. *SIHM*, II, pp. 250-254.

expression de Vitorino Magalhães Godinho[149], ce qui a profondément affecté la production de céréales, car les champs étaient souvent dévastés et pillés par les seigneurs locaux qui partaient « courir les champs » ou « manger les pains », les populations musulmanes étant obligées de déplacer constamment les locaux de culture et, parfois, s'abstenant de faire les semis, par crainte d'éventuelles attaques. Azemmour a vécu le paradoxe de, souvent, nécessiter d'un approvisionnement en blé, en orge, en farine et en biscuit, de provenances diverses (Europe du Nord, Açores, Andalousie et parfois Madère) afin de payer les rations (provisions alimentaires) pour les *moradores* et les frontaliers. Mais ce ne fut pas un cas unique. En général, toutes les places portugaises ont eu besoin de ces approvisionnements, en particulier celles de la région nord[150], ce qui a conduit à la création d'un comptoir portugais en Andalousie, avec cette mission spécifique[151].

Un contexte d'incertitude constante rythmera la vie quotidienne des populations. Bernardo Rodrigues caractérise magistralement cette façon de vivre, quand, après une phase agitée à Asilah, il décrit la période qui l'a suivie comme une période « pendant laquelle nous avons vécu plus calmes et tranquilles, car nous avons commencé à faire la guerre de manière ordonnée »[152].

Malgré toutes ces circonstances défavorables, Azemmour assurait à ses habitants des conditions très favorables. Telle est l'image véhiculée par certains témoins connaisseurs du terrain.

L'évêque de Safi, D. João Sutil, en visite à Azemmour en 1519, se dit enchanté de la ville. Selon lui, on ne pouvait que faire l'éloge de la ville, car elle était meilleure que ce qu'il avait entendu dire, de sorte que, pour ne pas y revenir plus souvent, le roi serait obligé de le mettre aux fers[153]. De même, Maître Rodrigo, un nouveau chrétien et médecin à Azemmour, d'environ 70 ans, avec une grande expérience de la terre, étant un correspondant des rois, fait l'éloge de la ville. En affirmant que « le soleil ne chauffe une terre meilleure que celle-ci », il énumère ses qualités et ses merveilles : un lieu sain avec un bon air, d'innombrables gibiers de la montagne, riche en grandes aloses et en bétail, ainsi

149. Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, Lisbonne, Editorial Presença, 1981-1983 (2e édition), vol. III, pp. 245-267

150. En ce qui concerne ce sujet, voir Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. e « Documentos Inéditos... » cit., pp. 82-107 et 119-123, respectivement. Voir aussi, du même auteur, « O trigo açoriano em Marrocos (século XVI) », *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLI (1983), pp. 625-650.

151. Manuel Henrique Corte-Real, *A feitoria portuguesa na Andaluzia (1500-1532),* Lisbonne, Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos, 1967.

152. Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila* ...cit., chap. CXIV, p. 447.

153. Lettre de l'évêque de Safi à D. Manuel, Azemmour, le 11 août 1519, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 25, doc. 10, pub. *SIHM*, II, pp. 250-254.

não aquenta outra melhor terra do que ela é», enumera as suas excelências e primores: lugar sadio e de bons ares, inumerável caça do monte, riqueza em sáveis do rio, grossura de gado, mel e cera e afluência de cáfilas de mercadorias, dada a sua situação entre Marraquexe e Salé[154].

A população concentrava-se na «vila nova», mas também se espraiava pela «vila velha» e pelos campos em redor. Na «vila velha», onde ainda perduravam casas, o terreno também estava dividido em parcelas e, segundo o bispo de Safim, nela já tinham sido dadas 40 courelas em 1519, havendo outras tantas para dar, asseverando que «as uvas d'aqui é outra coisa», e que tinha aí Vicente Pires «uma que é para não crer as uvas e cachos que dá»[155]. Mais tarde, Francisco Frazão, ex-juiz dos órfãos em Azamor, já em Portugal, diz ter deixado na cidade muitas e boas casas, chãos, vinha e terras que lhe custaram muito dinheiro[156]. Também Brás Ribeiro, vivendo em Azamor desde a conquista, sempre colhia muito pão da sua sementeira[157].

Outra das ocupações dos moradores de fora de portas, pelo menos na década de 1530, era a criação de porcos e ovelhas. António Leite defendia a sua interdição pelo rei, em virtude destes animais comerem e fossarem tudo em redor da cidade, não deixando pasto para o gado vacum e cavalar, obrigando os azamorenses a levá-lo a pastar mais longe, sujeitando-se às correrias dos muçulmanos[158].

Já nos campos e no monte, a caça era a principal ocupação e lazer. Só num dia, numa ida à Enxovia, D. João Sutil gabava-se ter matado oitenta porcos, um touro bravo muito grande, gazelas e perdizes e, no dia seguinte, mais de cem porcos pelo rio acima[159]. D. Pedro de Castelo Branco, em missão em Azamor, considerava andar a gente de cidade desmandada e descuidada pelo campo, vendo mesmo algumas ocasionais vantagens em tal displicência, ao lembrar o caso de um homem que, andando a caçar a três léguas da praça, se apercebeu da iminência de um ataque inimigo, à aproximação de um grosso exército do xarife[160].

154. Carta de Mestre Rodrigo a D. João III, Azamor, 15 de Novembro de 1527, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 38, doc. 3, pub. *SIHM*, II, pp. 418-423.

155. Carta do bispo de Safim a D. Manuel, Azamor, 11 de Agosto de 1519, cit. nota 153 (citação colhida na p. 254).

156. Carta de Francisco Frazão a D. João III, Lisboa, 14 de Maio de 1542, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 71, doc. 16.

157. Carta de António Leite a D. João III, Azamor, 13 de Outubro de 1529; ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 316, pub. *SIHM*, II, pp. 488-489.

158. Carta de António Leite a D. João III, Azamor, 10 de Setembro de 1529, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 64, pub. *SIHM*, II, pp. 475-481.

159. Carta citada na nota 153.

160. Carta de D. Pedro de Castelo Branco ao rei, Azamor, 3 de Janeiro de 1532, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 48, doc. 27, pub. *SIHM*, II, pp. 558-561.

qu'en miel et en cire, avec l'affluence de caravanes de marchandises, grâce à sa situation entre Marrakech et Salé[154].

La population se concentrait dans la « ville nouvelle », mais s'étendait également à la « vieille ville » et à la campagne environnante. Dans la « vieille ville », où se trouvaient encore des maisons, le terrain était également divisé en parcelles et, selon l'évêque de Safi, 40 parcelles de terre cultivable avaient déjà été données en 1519, et d'autres devaient l'être, en assurant que « les raisins d'ici sont autre chose », et que Vicente Pires y avait une parcelle « où il y a des raisins et des grappes que vous n'y croiriez pas »[155]. Plus tard, Francisco Frazão, l'ancien juge des orphelins d'Azemmour, déjà au Portugal, dit avoir laissé dans la ville de nombreuses et bonnes maisons, des sols, des vignes et des terres qui lui ont coûté beaucoup d'argent[156]. Aussi, Brás Ribeiro, vivant à Azemmour depuis la conquête, a toujours récolté beaucoup de pain de ses semailles[157].

Une autre occupation des *moradores* à l'extérieur de la ville, au moins dans les années 1530, était l'élevage de porcs et de moutons. António Leite plaidait pour l'interdiction royale de ces activités, car ces animaux mangeaient et fossoyaient autour de la ville, ne laissant aucun pâturage pour le bétail et les chevaux. Cela obligeait les gens d'Azemmour à s'éloigner de la ville pour les emmener paître, en se soumettant, ainsi, aux incursions des musulmans[158].

Dans les champs et dans les maquis, la chasse était la principale occupation et loisir. D. João Sutil se vantait qu'un jour, lors d'un voyage à Chaouia, il avait tué quatre-vingts porcs, un très gros taureau sauvage, des gazelles et des perdrix et, le lendemain, plus d'une centaine de porcs en remontant le fleuve[159]. D. Pedro de Castelo Branco, en mission à Azemmour, considérait que les habitants de la ville se déplaçaient dans le pays de manière indisciplinée et négligente. Toutefois, il indiquait quelques avantages occasionnels provenant de ce comportement, en rappelant le cas d'un homme qui, chassant à trois lieues de la place, a perçu l'imminence d'une attaque ennemie, à l'approche d'une épaisse armée du chérif[160].

154. Lettre de Maître Rodrigo à D. João III, Azemmour, le 15 novembre 1527, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 38, doc. 3, pub. *SIHM*, II, pp. 418-423.

155. Lettre de l'évêque de Safi a D. Manuel, Azemmour, le 11 août 1519, cit. note 153 (citation à la p. 254).

156. Lettre de Francisco Frazão à D. João III, Lisbonne, le 14 mai 1542, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 71, doc. 16.

157. Lettre de António Leite à D. João III, Azemmour, le 13 octobre 1529, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, nº 316, pub. *SIHM*, II, pp. 488-489.

158. Lettre de António Leite à D. João III, Azemmour, le 10 septembre 1529, ANTT, *Cartas dos Governadores de África,* nº 64, pub. *SIHM*, II, pp. 475-481.

159. Lettre citée dans la note 153.

160. Lettre de D. Pedro de Castelo Branco au roi, Azemmour, le 3 janvier 1532, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 48, doc. 27, pub. *SIHM*, II, pp. 558-561.

A caça no monte era, aliás, o recurso dos moradores nas situações de aperto por atraso do pagamento dos soldos e rações. O já sobejamente citado Mestre Rodrigo escreve ser o rendimento dessa caça que lhes permitia comprar pão, vinho e pescado[161].

Mas nem todos os moradores chegavam a estes extremos. Alguns deles, como os «doze elegidos», tinham estatuto social e condições económicos bastantes para poderem assumir funções a nível municipal. Seriam uma espécie de «homens bons» dos concelhos existentes em Portugal e praticamente em todo império. Embora as assinaturas destes doze eleitos, muito abreviadas, sejam indecifráveis, é possível, mesmo assim, identificar alguns, como António Vaz Caminha, Rui Sande, Duarte Rodrigues Alcoforado (que se correspondia com o rei) e Rui Queixada. Este último, já referido enquanto portador, com Lourenço Gonçalves, de alvará real regimentando o funcionamento da almotaçaria, aparece, em 1516, como fiador de doações concedidas pelo rei aos moradores, para construção de casas[162]. Nos anos de 1517--1518, é identificado como «cavaleiro morador em Azamor», sendo empresário signatário de contrato de abastecimento de água e pedra para as obras a decorrer na cidade, obrigando-se «por si e por seus bens e fazenda móveis e de raiz», e dando como fiador precisamente Lourenço Gonçalves, também ele morador. Contratos similares foram feitos, para a mesma obra por outros moradores, como Garcia Vargas, Álvaro Afonso e Fernão Gonçalves, acompanhados ou não de parceiros e dos respectivos fiadores. O registo dos carregamentos feitos e seu pagamento pelo vedor das obras expressam bem a capacidade empresarial dos moradores envolvidos[163].

Por vezes, é nas categorias profissionais julgadas mais humildes que se encontram sinais de um certo desafogo financeiro. A propósito da investigação feita sobre roubo, por uma nau francesa, de mercadorias, enviadas pelo recebedor da alfândega, Francisco Gomes, para serem vendidas em Portugal ou Castela, fez-se um instrumento de inquérito em Azamor, em 1523. A testemunhas confirmaram o volume da mercadoria – 700 couros vacuns e 4 quintais[164] de anil –, valendo em Azamor, respetivamente, 400 réis cada couro e 8.000 réis cada quintal de anil. Entre essas testemunhas, Francisco Rodrigues, curtidor, morador

161. Carta citada na nota 154.

162. Cf. Registo de fiança, cit. na nota 109.

163. Receita, despesa e contratos do vedor das obras, António Fernandes (1517-1518), ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 751, transcrição de Rui Henriques, publicada no 2.º volume desta obra.

164. Quintal – Antiga medida de peso correspondendo a quatro arrobas, aproximadamente 60 quilos.

La chasse dans les buttes était, en effet, la ressource des *moradores* dans des situations de tension dues au retard de paiement des salaires et des rations. Maître Rodrigo, déjà cité, écrit que le revenu de cette chasse leur permettait d'acheter du pain, du vin et du poisson[161].

Néanmoins, les *moradores* n'ont pas tous atteint ces extrêmes. Certains d'entre eux, comme les « douze élus », bénéficiaient d'un statut social et des conditions économiques suffisants pour assumer des fonctions au niveau municipal. Ils seraient une sorte de « homens bons » des municipalités existantes au Portugal et pratiquement dans tout l'empire. Bien que les signatures de ces douze élus, très abrégées, soient indéchiffrables, il est néanmoins possible d'en identifier : António Vaz Caminha, Rui Sande, Duarte Rodrigues Alcoforado (qui correspondait avec le roi) et Rui Queixada. Ce dernier, déjà mentionné comme le porteur, avec Lourenço Gonçalves, d'une charte royale réglementant le fonctionnement de l'*almotaçaria*, apparaît, en 1516, en tant que garant des donations accordées par le roi aux *moradores*, pour la construction de maisons[162]. Dans les années 1517-1518, il est identifié comme « chevalier *morador* à Azemmour », étant un entrepreneur signataire d'un contrat pour la fourniture d'eau et de pierre pour les travaux à effectuer dans la ville, en s'engageant « par lui-même et par ses biens et sa propriété mobilière et foncière », et donnant en tant que garant précisément Lourenço Gonçalves, aussi *morador*. Des contrats similaires ont été conclus pour le même travail par d'autres *moradores*, comme Garcia Vargas, Álvaro Afonso et Fernão Gonçalves, accompagnés ou non des leurs partenaires et garants. L'enregistrement des livraisons effectuées et leur paiement par l'intendant des travaux nous indique la capacité entrepreneuriale des *moradores* concernés[163]. Parfois, c'est chez les catégories professionnelles jugées les plus modestes que l'on trouve des signes d'une certaine aisance financière. À propos d'une enquête sur le vol perprété par un navire français, des marchandises expédiées par le receveur des douanes, Francisco Gomes, pour être vendues au Portugal ou en Castille, un instrument d'enquête a été fait à Azemmour, en 1523. Les témoins ont confirmé le volume de la marchandise – 700 cuirs de bovins et 4 *quintais*[164] d'indigo –, d'une valeur, à Azemmour, de 400 *réis* chaque cuir et 8.000 *réis* chaque *quintal* d'indigo. Parmi ces témoins, Francisco Rodrigues, un tanneur *morador* à Azemmour, a déclaré qu'il avait

161. Lettre citée dans la note 154.

162. Cf. Registre des cautionnements cit. dans la note 109.

163. Revenus, dépenses et contrats de l'intendant des travaux, António Fernandes (1517-1518), ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 752, transcription par Rui Henriques, publiée au 2e volume de cet ouvrage.

164. Quintal – une ancienne mesure de poids correspondant à quatre arrobes, soit environ 60 kilos.

em Azamor, afirmou ter tido o propósito de comprar os ditos couros pelo mesmo valor, acrescentando ter havido sapateiros de Azamor a manifestar a mesma disponibilidade[165].

Outros sinais se respigam ainda sobre a capacidade pecuniária dos moradores enquanto colectivo. Em 1519, o já referido bispo de Safim, durante a sua estadia em Azamor, encontrou os habitantes da cidade e o próprio capitão/governador, D. Álvaro de Noronha, alvoroçados com o projeto, aliás nunca concretizado, de construção de uma ponte sobre o rio Morbeia, estabelecendo ligação com a Enxovia, região a norte de Azamor, para a qual os únicos meios de comunicação existentes eram as barcas da cidade ou um vau do rio a oito léguas a este de Azamor. O bispo logo se entusiasmou com o projeto e assumiu-se como seu porta-voz junto do monarca. Asseverava já ter garantido *in loco* apoios financeiros, no valor de 600 a 700 cruzados: 100 avançados por ele próprio, outros 100 pelo capitão, 150 prometidos pelos judeus. O restante, ou seja 250 a 350 cruzados, seria arcado pelos moradores que se comprometiam a participar com 3 a 5 cruzados cada um, valor não despiciendo, pois o cruzado correspondia sensivelmente a 400 réis[166]. Refira-se, por último, o pagamento por parte dos moradores de Azamor da fiança do resgate dos cativos portugueses que, em 1526, se encontravam em Fez, a maior parte deles ainda do tempo de D. Álvaro de Noronha[167].

A maioria dos moradores estava arrolada na guarnição militar como combatente a pé, exercendo sobretudo ofícios mecânicos. Só para se ter uma ideia, no rol de pagamentos do segundo semestre de 1521, os 192 nomes elencados sob o título «moradores a pé», nem sempre são acompanhados da indicação de profissão, mas aqueles em que ela é mencionada – cerca de 50 – remetem todas para o exercício de ofícios manuais. Por ordem decrescente de ocorrências, surgem, sete carpinteiros, seis sapateiros, seis pedreiros e, apenas com dois registos os ferradores, os carniceiros, os cordoeiros, os hortelãos. Nestas listas e na documentação dispersa consultada seguem-se muitas outras profissões, como adargueiro, ferrador,

165. Instrumento público de inquirição, Azamor, 12 de Setembro de 1523, ANTT, *Gavetas*, gaveta XX, maço 15, doc. 16, pub. *As Gavetas*... cit., vol. X, pp. 421-424.

166. Carta datada de 11 de Agosto de 1519, citada na nota 153. A este propósito, existe ainda uma carta de D. Álvaro de Noronha a D. Manuel, dando valores ligeiramente diferentes: a participação dos moradores situava-se entre o três e quatro cruzados, quanto aos judeus fica-se pela vaga indicação de que dariam uma boa ajuda. Azamor, 11 de Julho de 1519, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 70, pub. *SIHM*, II, pp. 248-249.

167. Carta de Lançarote de Freitas, feitor de Azamor, a D. João III, Azamor, 27 de Junho de 1526, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 36, doc. 138, pub. *SIHM*, II, pp. 354-355.

l'intention d'acheter lesdites peaux au même prix, ajoutant que des cordonniers d'Azemmour avaient exprimé la même volonté[165].

On vérifie d'autres signes de la capacité financière des *moradores,* en tant que collectif. En 1519, le susmentionné évêque de Safi, lors de son séjour à Azemmour, a trouvé les habitants de la ville et le capitaine/gouverneur lui-même, D. Álvaro de Noronha, excités par le projet, jamais concrétisé, de construire un pont sur le fleuve Oum er Rbia, établissant une connexion avec Chaouia, une région au nord d'Azemmour, où les seuls moyens de communication existants étaient les barques de la ville ou un gué à huit lieues à l'est d'Azemmour. L'évêque s'enthousiasme rapidement avec ce projet dont il se fait le porte-parole auprès du monarque. Il affirmait avoir déjà assuré *in loco* un soutien financier, de 600 à 700 *cruzados* : 100 de lui-même, 100 du capitaine et 150 promis par les juifs. Le restant, soit 250 à 350 *cruzados*, serait payé par les *moradores* qui s'engageraient à participer avec 3 à 5 *cruzados* chacun, une valeur non négligeable, car un *cruzado* correspondrait sensiblement à 400 *réis*[166]. Il convient de mentionner, enfin, le paiement par les *moradores* d'Azemmour de la caution pour le rachat des captifs portugais qui, en 1526, se trouvaient à Fès, la plupart d'entre eux depuis l'époque de D. Álvaro de Noronha[167].

La plupart des *moradores* étaient enrôlés dans la garnison militaire en tant que combattants à pied, exerçant principalement des métiers mécaniques. À titre d'exemple, sur la liste des paiements du deuxième semestre 1521, les 192 noms figurant sous la rubrique « *moradores* à pied » ne sont pas toujours accompagnés de l'indication de la profession, mais lorsque la profession est mentionnée – environ 50 – on signale toujours l'exercice de métiers manuels. Les données, présentées dans l'ordre décroissant des occurrences, sont les suivantes : sept charpentiers, six cordonniers, six maçons et, avec seulement deux cas, les maréchaux-ferrants, les bouchers, les cordiers et les horticulteurs. Dans ces listes et dans la documentation dispersée consultée, on signale de nombreuses professions différentes : le fabricant de rondaches, le

165. Instrument public d'enquête, Azemmour, le 12 septembre 1523, ANTT, *Gavetas*, gaveta XX, maço 15, doc.16, pub. *As Gavetas*... cit., vol. X, pp. 421-424.

166. Lettre du 11 août 1519, citée dans la note 153. À cet égard, il existe également une lettre de D. Álvaro de Noronha à D. Manuel, qui nous indique des valeurs légèrement différentes : la participation des *moradores* se situait entre trois et quatre *cruzados*, quant aux juifs, il n'y a qu'une vague indication qu'ils apporteraient une bonne aide. Azemmour, le 11 juillet 1519, ANTT, *Cartas dos Governadores de África,* nº 70, pub. *SIHM*, II, pp. 248-249.

167. Lettre de Lançarote de Freitas, *feitor* d'Azemmour, a D. João III, Azemmour, 27 juin 1526, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 36, doc. 138, pub. *SIHM*, II, pp. 354-355.

armeiro, calafate, latoeiro, ourives, serralheiro, tanoeiro, etc. Entre alguns registos de serviços prestados por estes profissionais, os mais curiosos são, sem dúvida, os relativos ao que se poderia designar por actividade de bandeireiro. Num lançamento mais antigo é ordenado o pagamento ao porteiro dos contos de 800 réis por cinco bandeiras, à razão de 160 réis cada uma, mandadas fazer para os «mouros de pazes», discriminando-se as tribos beneficiárias[168]. Lembre-se a este propósito a prática de, em sinal de investidura, se oferecer aos chefes islâmicos aliados uma bandeira real e um tambor. Noutro lançamento, este datado de 1515, um pagamento de 3.180 réis é feito ao pintor Lourenço Fernandes pela pintura de 106 bandeiras para colocar nas estâncias, em iminência de um ataque do rei de Fez[169]. Dois anos mais tarde, o mesmo Lourenço Fernandes ainda executaria 8 bandeiras grandes com as armas, à razão de 250 réis cada uma, e 32 com as cruzes de Cristo, à razão de 30 réis cada uma. Valor global das 40 peças: 2.960 réis[170].

Dos muitos serviços prestados, conhecidos através das respetivas notificações de pagamento, fiquemo-nos somente por alguns agrupados pelas profissões mais frequentes:

– João Gonçalves e Bartolomeu de Granada, ambos sapateiros, fazem, cada um, quatro pares de sapatos: os dois primeiros para dar a Mulei Mafamede e «aos seus quando foi para Portugal», no valor de 55 réis cada par; os dois segundos, no valor global de 200 réis, para dar a quatro mouros da Enxovia que foram a Azamor[171].

– João Gonçalves e João Lopes, ambos carpinteiros, receberam 18 vinténs (360 réis), à razão de 60 réis por dia, por fazerem as pontes para as barcas; ao segundo foram ainda pagos 400 réis, acrescidos de 60 réis para oficial que com ele andou, para pagamento de certos dias que andou corrigindo a barca de passagem[172].

– Jorge Dias, pedreiro, recebeu em 1521, 600 réis por obra que fez no portal da alfândega; mais tarde, em 1524, o mesmo e outros três pedreiros receberam 240 réis, por corrigirem as bombardas do baluarte de S. Cristóvão, e João Fernandes recebeu 800 réis para chanfrar a rocha sobre o rio, detrás das casas

168. Mandado do contador António Leite, Azamor, 26 de Julho de 1514, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 49, doc. 162.

169. Ordem de pagamento de D. Pedro de Sousa, Azamor, 19 de Julho de 1515, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 59, doc. 42, pub. parcialmente *SIHM*, I, p. 704, nota 3.

170. Ordem de Simão Correia, Azamor, 28 de Agosto de 1517, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 66, doc. 28.

171. Ordens de pagamento de D. Pedo de Sousa, Azamor, 22 de Janeiro e 22 de Fevereiro de 1515, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 54, doc. 107 e maço 55, doc. 96, respectivamente.

172. Ordens de pagamento de D. Álvaro de Noronha, Azamor, 6 de Março e 13 de Setembro de 1521, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 94, doc. 149 e maço 98, doc. 1, respectivamente.

maréchal-ferrant, l'armurier, le calfateur, le ferblantier, l'orfèvre, le serrurier, le tonnelier, etc. Parmi les registres des services assurés par ces professionnels, les plus curieux sont incontestablement ceux qui concernent l'activité de fabricant de drapeaux. Un registre plus ancien ordonne le paiement au portier des comptes de 800 *réis* pour cinq drapeaux, à 160 *réis* chacun, commandés pour les « Maures de paix », en énumérant les tribus bénéficiaires[168]. Il faut rappeler à cet égard la pratique qui consiste, en signe d'investiture, à offrir aux chefs islamiques alliés un drapeau royal et un tambour. Dans un autre registre, daté de 1515, un paiement de 3.180 *réis* est effectué au peintre Lourenço Fernandes pour la peinture de 106 drapeaux à placer dans les bastions, à l'approche d'une attaque du roi de Fès[169]. Deux ans plus tard, le même Lourenço Fernandes exécutera encore 8 grands drapeaux avec les armes, à 250 *réis* chacun, et 32 avec les croix du Christ, à 30 *réis* chacun. Valeur totale des 40 pièces : 2.960 *réis*[170].

Parmi les nombreux services fournis, connus à travers les notifications de paiement respectives, nous soulignons les professions les plus fréquentes :

– João Gonçalves et Bartolomeu de Granada, deux cordonniers, fabriquent chacun quatre paires de chaussures : les quatre premières à donner à Moulay Mohammed et « aux siens quand il s'est rendu au Portugal », d'une valeur de 55 *réis* chaque paire ; les autres, totalisant 200 *réis*, pour quatre Maures de Chaouia qui se sont rendus à Azemmour[171].

– João Gonçalves et João Lopes, les deux charpentiers, ont reçu 18 *vinténs* (360 *réis*), à raison de 60 *réis* par jour, pour la fabrication des pontons des barques ; João Lopes a également reçu 400 *réis*, plus 60 *réis* pour l'officier qui travaillait avec lui, pour payer les jours qu'il a passé à réparer la barque de passage[172].

– Jorge Dias, maçon, a reçu en 1521, 600 *réis* pour des travaux effectués sur le portail de la douane ; plus tard, en 1524, Jorge Dias et trois autres maçons ont reçu 240 *réis*, de la réparation des bombardes du bastion de S. Cristóvão, et João Fernandes a reçu 800 *réis* pour chanfreiner la roche au-dessus de la rivière, derrière les maisons d'Álvaro Cabral ; des

168. Ordre du *contador* António Leite, Azemmour, le 26 juillet 1514, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 49, doc. 162.

169. Ordre de paiement de D. Pedro de Sousa, Azemmour, le 19 juillet 1515, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 59, doc. 42, pub. partiellement *SIHM*, I, p. 704, note 3.

170. Ordre de Simão Correia, Azemmour, le 28 août 1517, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 66, doc. 28.

171. Ordres de paiement de D. Pedo de Sousa, Azemmour, le 22 janvier et le 22 février 1515, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 54, doc. 107 et maço 55, doc. 96, respectivement.

172. Ordres de paiement de D. Álvaro de Noronha, Azemmour, le 6 mars et le 13 septembre 1521, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 94, doc. 149 et maço 98, doc. 1, respectivement.

de Álvaro Cabral; pagamentos foram ainda feitos a pedreiros para quebrar pedra e fazer 60 pelouros, a 12 réis por pelouro[173].

Interminável e fastidioso seria aqui apresentar os vários pagamentos feitos a serralheiros (pregos, chaves, ferrolhos, argolas, anilhas e ferragens), telheiros (telhas), taipeiros, ferreiros, calafates, etc. Naturalmente, todas estas notificações se reportam a serviços prestados aos órgãos oficiais da cidade, sendo os respetivos pagamentos feitos por ordem dos capitães/governadores ou dos contadores, não tendo subsistido testemunhos documentais sobre contratos e encomendas entre particulares. Se bem que nas actividades mercantis os judeus se destacassem, são abundantes, ainda que dispersas, as referências a moradores exercendo este tipo de actividade. É bem provável que muitos destes moradores fossem cristãos-novos. Seja como for, encontrámo-los ligados ao comércio de sáveis (Francisco Mendes), ao negócio de cordas de esparto (Gaspar Faleiro) e de barretes vermelhos (Jerónimo Dias) e ainda aos fornecimentos de cal (Francisco Gomes), de água (Francisco Costa Colaço) e de pedra (João Rodrigues de São Lucar) para as obras da cidade[174].

Com negócios de maior vulto encontrámos Vicente Fernandes, mercador em Azamor, actuando muitas vezes em Fez, dedicando-se aparentemente ao comércio do trigo[175]. No mesmo sentido refira-se Francisco Gomes, dado sempre como morador, que ora aparece envolvido em transações comerciais enquanto recebedor da alfândega (venda de couros e anil, acima referida)[176], ora surge associado a Abraão Benzamerro, na venda de lacre em Fez[177], ora simplesmente é mencionado como mercador, em contrato

173. Ordens de pagamento de D. Álvaro de Noronha, Azamor, 25 de Maio de 1521 e 26 de Setembro de 1524, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 96, doc. 103 e maço 119, doc. 100.

174. ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 51, doc. 58 (Mandado régio a favor de Francisco Mendes, mercador, Évora, 19 de Junho de 1533); *Corpo Cronológico*, parte II, maço 110, doc. 92 (ordem de pagamento a favor de Gaspar Faleiro, mercador, Azamor 10 de Setembro de 1523); *Corpo Cronológico*, parte II, maço 233, doc. 135, (ordem de pagamento a favor de Jerónimo Dias, mercador, Azamor, 12 de Novembro de 1540); *Corpo Cronológico*, parte II, maço 112, doc. 29 (ordem de pagamento a Francisco Gomes, rendeiro, Azamor, 26 de Novembro de 1523); *Corpo Cronológico*, parte II, maço 114, doc. 66 (ordem de pagamento a Francisco da Costa Colaço, morador, Azamor 2 de Abril de 1524); *Corpo Cronológico*, parte II, maço 114, doc. 79 (ordem de pagamento a João Rodrigues de São Lucar, morador, Azamor, 6 de Abril de 1524).

175. Várias referências, desde 1517 até 1537, ano em que morre em Fez.

176. Confrontar nota 165.

177. Carta de António Leite a D. João III, Azamor, 14 de Outubro de 1529, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 62, pub. *SIHM*, II, pp. 490-494 (informação colhida na p. 493).

paiements ont également été effectués aux maçons pour fracturer la pierre et faire 60 boulets de canon, à raison de 12 *réis* par boulet[173].

Il serait interminable et fastidieux de présenter ici les différents paiements effectués aux serruriers (des clous, des clés, des verrous, des anneaux, des rondelles et de la ferronnerie), aux couvreurs (tuiles), aux maçons piseurs, aux forgerons, aux calfateurs, etc. Naturellement, ces notifications se réfèrent à des services rendus aux organismes officiels de la ville, les paiements respectifs étant effectués sur ordre des capitaines/gouverneurs ou des *contadores*, et il n'existe aucune preuve documentaire de contrats et de commandes entre particuliers.

Même si dans le secteur mercantile les juifs se détachaient, les références aux *moradores* exerçant ce type d'activités sont abondantes, quoique dispersées. Il est fort probable que beaucoup de ces *moradores* soient de nouveaux chrétiens. De toute façon, nous les retrouvons liés au commerce des grandes aloses (Francisco Mendes), au commerce des cordes d'alfa (Gaspar Faleiro) et des bonnets rouges (Jerónimo Dias) et aussi à la fourniture de chaux (Francisco Gomes), d'eau (Francisco Costa Colaço) et de pierre (João Rodrigues de São Lucar) pour les travaux de la ville[174]. Avec une activité plus importante, nous retrouvons Vicente Fernandes, commerçant à Azemmour, travaillant souvent à Fès, qui se consacre, apparemment, au commerce du blé[175]. Dans le même ordre d'idées, il convient de mentionner Francisco Gomes, signalé toujours comme *morador*, qui apparaît tantôt impliqué dans des transactions commerciales en tant que receveur des douanes (vente de cuirs et d'indigo susmentionnés)[176], tantôt comme associé d'Abraham ben Zamirou, dans la vente de gomme-laque à Fès[177], ou simplement en tant que commerçant, dans le cadre

173. Ordres de paiement de D. Álvaro de Noronha, Azemmour, le 25 mai 1521 et le 26 septembre 1524, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 96, doc. 103 et maço 119, doc. 100.

174. ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 51, doc. 58 (ordre royal en faveur de Francisco Mendes, marchand, Évora, le 19 juin 1533) ; ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 110, doc. 92 (ordre de paiement à Gaspar Faleiro, marchand, Azemmour, le 10 septembre 1523) ; ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 233, doc. 135 (ordre de paiement à Jerónimo Dias, marchand, Azemmour, le 12 novembre 1540), ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 112, doc. 29 (ordre de paiement à Francisco Gomes, locateur, Azemmour, le 26 novembre 1523) ; ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 114, doc. 66 (ordre de paiement à Francisco da Costa Colaço, *morador*, Azemmour, le 2 avril 1524) ; ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 114, doc. 79 (ordre de paiement à João Rodrigues de São Lucar, *morador*, Azemmour, le 6 avril 1524).

175. Plusieurs références de 1517 à 1537, l'année de sa mort à Fès.

176. Voir note 165.

177. Lettre de António Leite à D. João III, Azemmour, le 14 octobre 1529, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, nº 62, pub. *SIHM*, II, pp. 490-494 (information recueillie à la p. 493).

efectuado com a Fazenda Real para compra de mercadorias da Casa da Índia[178].

No tratamento dos doentes, nomeadamente dos feridos, quer em Azamor quer nas restantes praças marroquinas portuguesas, eram fundamentais os serviços prestados por profissionais como físicos (médicos), cirurgiões, boticários e até barbeiros. Embora na sua maioria fossem judeus, a sua existência no desempenho destas actividades não aparece atestada em Azamor. Os poucos registos que nos chegaram são de cristãos-novos, deduzindo-se serem por isso moradores, e de um médico espanhol ou de origem espanhola. Curiosamente, neles nada se diz sobre aquelas que seriam as suas tarefas quotidianas para o exercício das quais recebiam uma tença[179], reportando-se a maioria das informações a situações excepcionais. Assim Mestre Gonçalo, boticário em Azamor desde, pelo menos, 1515, vendeu, em 1524, mezinhas no valor de 600 réis para tratamento de Cide Mafamede, embaixador de Muley Naçar, vice-rei de Mequinez que ao tempo estava em missão em Azamor[180]. Este paciente fora tratado, no ano anterior, pelo Doutor João de la Carrera que, pelo serviço, recebera três cruzados (1.200 réis). Assinale-se que um Doutor João de la Carrera aparece arrolado como combatente a cavalo nos róis de pagamentos da guarnição da cidade em 1521[181]. A darmos crédito a cartas de D. João de Meneses e de D. Álvaro de Noronha, solicitando envio de profissional da área por não o haver em Azamor[182], o referido doutor teria sido dos primeiros físicos destacados para Azamor. Médico de Azamor foi também Mestre Francisco enviado por António Leite para Tedula para cuidar do sobrinho do alcaide de Latar, que mantinha relações amistosas com os capitães/governadores de Azamor. Em 1530,

178. Carta de D. João III sobre contrato de Francisco Gomes com Fazenda real, Lisboa, 20 de Outubro de 1530, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte 1, maço 42, doc. 2 e maço 46, doc. 2.

179. A título de exemplo, anualmente, o boticário 4.000 réis, cirurgião 3.000 réis, físico 2.600 réis.

180. Ordem de pagamento de D. Pedro de Sousa ao boticário Mestre Gonçalo de 2.000 réis, por seus de serviços, à razão de 4.000 réis por ano, Azamor, 7 de Setembro de 1515, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 60, doc. 91; Mandado de pagamento de D. Álvaro de Noronha de mezinhas ao boticário Mestre Gonçalo, Azamor, 27 de Fevereiro de 1524; ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 113, doc. 112, cit. Matthew T. Racine, *A most opulent Iliad…* cit., p. 73 (embora com engano no nome e no destino dado às mezinhas).

181. Mandado de D. Álvaro de Noronha, Azamor, 26 de Novembro de 1523, ANTT. *Corpo Cronológico*, parte II, maço 112, doc. 7; Livros dos pagamentos aos soldados que serviram na cidade de Azamor, ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 611, ano de 1521, f. 89v, transcrição de Rui Henriques, publicada no 2.º volume desta obra.

182. Carta de D. João de Meneses a D. Manuel, Azamor, 1-9 de Dezembro de 1513 e «Carta de D. Álvaro de Noronha a D. Manuel», Azamor, 18 de Abril de 1520, citadas nas notas 20 e 124, respectivamente.

d'un contrat avec le Trésor Royal pour acheter des produits de la *Casa da Índia* (Maison de l'Inde)[178].

En ce qui concerne le traitement des malades, notamment des blessés, à Azemmour et dans les autres places portugaises au Maroc, les services fournis par des professionnels tels que les physiciens (médecins), les chirurgiens, les apothicaires et, même, les barbiers étaient fondamentaux. Bien que la plupart d'entre eux soient des juifs, leur existence dans l'exercice de ces activités n'est pas attestée à Azemmour. Les rares documents qui nous sont parvenus mentionnent des nouveaux chrétiens, ce qui suggère qu'ils étaient des *moradores*, et d'un médecin espagnol ou d'origine espagnole. Curieusement, ces documents ne mentionnent pas leurs tâches quotidiennes, pour lesquelles ils recevaient une rémunération[179], et la plupart des informations concernent des situations exceptionnelles. Ainsi, Maître Gonçalo, apothicaire à Azemmour, depuis au moins 1515, a vendu, en 1524, des remèdes d'une valeur de 600 *réis* pour le traitement de Sa'id Mohammed, l'ambassadeur de Moulay en-Naser, vice-roi de Meknès qui, à l'époque, était en mission à Azemmour[180]. Ce patient avait été traité, l'année précédente, par le docteur João de la Carrera qui, pour ce service, avait reçu trois *cruzados* (1.200 *réis*). On souligne qu'un docteur João de la Carrera figure comme combattant à cheval sur le livre de paie de la garnison de la ville en 1521[181]. Si l'on en croit les lettres de D. João de Meneses et de D. Álvaro de Noronha, demandant l'envoi d'un professionnel dans la région car il n'y en avait pas à Azemmour[182], ledit médecin aurait été parmi les premiers physiciens affectés à Azemmour. Maître Francisco fut également docteur à Azemmour, envoyé par António Leite à Tadla pour s'occuper du neveu du caïd d'El-'Attar, qui avait des relations amicales avec les capitaines/gouverneurs d'Azemmour. En 1530, Maître Francisco

178. Lettre de D. João III sur le contrat de Francisco Gomes avec le Trésor Royal, Lisbonne, le 20 octobre 1530, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte 1, maço 42, doc. 2 et maço 46, doc. 2.

179. À titre d'exemple, annuellement, l'apothicaire 4.000 *réis*, le chirurgien 3.000 *réis*, le physicien 2.600 *réis*.

180. Ordre de paiement de D. Pedro de Sousa à l'apothicaire Maître Gonçalo de 2.000 *réis*, pour ses services, soit 4.000 *réis* par an, Azemmour, le 7 septembre 1515, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 60, doc. 91 ; Ordre de D. Álvaro de Noronha pour le paiement de remèdes à l'apothicaire Maître Gonçalo, Azemmour, le 27 février 1524, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 113, doc. 112, *in* Matthew T. Racine, *A most opulent Iliad …* cit., p. 73 (bien qu'incorrect, en ce qui concerne le nom et la destination des remèdes).

181. Ordre de D. Álvaro de Noronha, Azemmour, le 26 novembre 1523, ANTT. *Corpo Cronológico*, parte II, maço 112, doc. 7, Livres des paiements aux soldats qui ont servi dans la ville d'Azemmour, ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 611, année de 1521, f. 89v, transcription par Rui Henriques, publiée au 2e volume de cet ouvrage.

182. Lettre de D. João de Meneses à D. Manuel, Azemmour, 1-9 décembre 1513 et Lettre de D. Álvaro de Noronha à D. Manuel, Azemmour, le 18 avril 1520, citées dans les notes 20 et 124, respectivement.

Mestre Francisco já se encontrava na cidade por ordem de D. Pêro de Mascarenhas que o considerava portador de informações relevantes sobre movimentações das tropas do rei de Fez[183]. Por último, não podemos deixar de mencionar o já várias vezes citado Mestre Rodrigo, também ele físico. Carteava-se directamente com D. João III, que o tinha por homem de confiança para o informar dos assuntos de Azamor. Conhecem-se duas cartas suas, datadas dos finais de 1527 e inícios de 1528, em resposta a carta do rei (não localizada). Nestas missivas, contudo, não encontramos nada de esclarecedor no tocante ao seu quotidiano profissional[184].

Quanto à vida das mulheres, suas actividades e ocupações, pouco sabemos. Essa informação é praticamente ausente num acervo documental, como o de Azamor, centrado fundamentalmente na descrição de campanhas militares, nos problemas administrativos, nas conflitualidades entre agentes reais, ou marcada pela aridez das nomeações e despachos emanados pelos dirigentes locais e pelo poder central ou dos róis de pagamentos. Em relação a Azamor, falta-nos a dimensão narrativa atenta aos detalhes do quotidiano e à presença feminina existente em obras como os *Anais de Arzila* de Bernardo Rodrigues ou até, mas em menor grau, a *Crónica de Santa Cruz do Cabo de Gué* de autor anónimo[185].

Além de estudos tradicionais sobre heroicidade feminina em teatros de guerra ou pondo a tónica na acção das chamadas «capitoas», geralmente mulheres de condição mais elevada, ensaios mais recentes relevam não terem as mulheres portuguesas das praças do Norte de África, mesmo as de condição mais humilde, desenvolvido quaisquer trabalhos profissionais. Esta constatação diferencia-as das que viviam no Reino, onde as mulheres já tinham desempenhos profissionais em sectores como a agricultura, o artesanato ou o comércio de retalho. Condicionalismos vários são avançadas para explicar este modo de estar. Por um lado, a circunstância de viverem praticamente confinadas às fortalezas, devido aos perigos inerentes às deslocações para longe delas. Por outro lado, o facto de beneficiarem, mesmo nas tarefas tradicionalmente atribuídas à mulher, como as domésticas quotidianas, dos serviços de escravos/cativos. Deste contexto terá decorrido, nomeadamente para as de categoria social média ou baixa, uma oportunidade de ascensão social

183. Cartas de D. Pêro Mascarenhas, citadas nas notas 38 e 147.

184. Ver cartas citadas nas notas 13 e 154.

185. *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué (Agadir)*, Texte portugais du XVI siècle (edição bilingue), texte traduit et annoté par Pierre de Cénival, Paris, Paul Geuthner, 1934.

se trouvait déjà dans la ville, sur l'ordre de D. Pêro de Mascarenhas qui considérait qu'il portait d'informations pertinentes sur les mouvements des troupes du roi de Fès[183]. Enfin, nous ne pouvons ignorer le Maître Rodrigo, également physicien, déjà mentionné à plusieurs reprises. Il se correspondait directement avec D. João III, qui le considérait de confiance pour l'informer des affaires d'Azemmour. Deux de ses lettres sont connues, datées de fin 1527 et début 1528, en réponse à une lettre du roi (non localisée). Ces missives n'apportent cependant aucun éclairage sur son quotidien professionnel[184].

En ce qui concerne la vie des femmes, leurs activités et occupations, nous n'en connaissons pas beaucoup. Ces informations sont pratiquement absentes d'un acquis documentaire comme celui d'Azemmour, fondamentalement centré sur la description des campagnes militaires, sur les problèmes administratifs ou sur les conflits entre agents royaux, ou marqué par l'aridité des nominations et des dépêches émises par les dirigeants locaux et le pouvoir central ou les listes de paiements. Il nous manque la dimension narrative, attentive aux détails de la vie quotidienne et à la présence féminine, des *Anais de Arzila* de Bernardo Rodrigues ou, dans une moindre mesure, de la *Crónica de Santa Cruz do Cabo de Gué* d'un auteur anonyme[185]. Outre les études traditionnelles sur l'héroïsme féminin sur les théâtres de guerre ou mettant l'accent sur l'action des «*capitoas*», généralement des femmes de statut supérieur, des essais plus récents révèlent que les Portugaises des places d'Afrique du Nord, même celles de statut plus modeste, n'exerçaient aucune activité professionnelle. Cela les différencie de celles qui vivaient dans le Royaume, où les femmes exerçaient déjà des activités dans le secteur agricole et artisanal ou dans le commerce de détail. Des conditionnements, de nature diverse, sont avancés pour expliquer ce modèle d'existence. D'une part, le fait qu'elles vivaient pratiquement confinées dans les forteresses en raison des dangers inhérents à leur éloignement. D'autre part, le fait qu'elles bénéficiaient, même dans les tâches traditionnellement assignées aux femmes, comme les tâches domestiques quotidiennes, des services d'esclaves/captifs. Ce contexte aurait permis, notamment pour les femmes d'une catégorie sociale moyenne ou défavorisée, une opportunité d'ascension sociale par rapport à celles

183. Lettres de D. Pêro Mascarenhas, citées dans les notes 38 et 145.

184. Voir les lettres citées dans les notes 13 et 154.

185. *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué (Agadir)*, Texte portugais du XVI siècle (édition bilingue), texte traduit et annoté par Pierre de Cénival, Paris, Paul Geuthner, 1934.

relativamente àquelas que viviam no Reino[186]. Deduzimos que a vivência daquelas que residiam em Azamor não seria excepção. Apesar disso, encontram-se duas referências documentais relativas a profissões exercidas por mulheres em Azamor: a primeira a uma regateira e a outra a prováveis padeiras. Com efeito, em ordem de pagamento de 1515, Margarida Fernandes, regateira, recebe 550 réis, o valor de seis queijos e morcelas (?)[187]. Anos mais tarde, já após o abandono de Azamor pelos portugueses, Luís Loureiro, capitão/governador de Mazagão, informa o rei sobre a gente sem meios de subsistência aí vivendo, referindo mulheres viúvas oriundas de Safim e Azamor, que amassavam e davam de comer fiado a homens da obra e a soldados. Ora – e explicava – essas mulheres não poderiam regressar a Portugal, como o monarca pretendia, enquanto não chegasse o pagamento devido aos seus clientes[188]. A alusão a estas mulheres confecionadoras de pão é um pouco ambígua. Ficamos na dúvida de estar perante uma actividade profissional já exercida por elas em Azamor e Safim ou de um expediente de recurso assente na experiência de tarefas domésticas tradicionalmente de responsabilidade feminina.

Em actuações não propriamente profissionais, encontramos mulheres exercendo competências habitualmente masculinas, assumindo-se como cabeças de casal, por exemplo, na gestão de património e negócios familiares. Já atrás mencionámos o caso daquelas sobre quem caiu a responsabilidade de administrar os soldos dos maridos mortos em combate ou se encontravam em cativeiro, situação em que o dinheiro em dívida era concedido à mulher como forma de lhe permitir reunir meios para resgatar o respectivo cônjuge[189]. Significativo é também o papel desempenhado por certas mulheres na resolução de procedimentos legais. Assim aconteceu com Guiomar Gil que tratou junto do Desembargo Real do processo de habilitação de sua filha, Catarina Dias, ao dote a que tinha direito por via paterna[190]. Também Beatriz Nunes, viúva de Henrique Fernandes, viu favoravelmente despachado um requerimento a D. João III solicitando a sua intervenção para impedir que lhe tomassem as casas que

186. Ana Maria S. A. Rodrigues e Maria de Fátima Moura Ferreira, «Mulheres portuguesas em Marrocos…» cit., p. 424.

187. Ordem de pagamento de D. Pedro de Sousa, Azamor, 5 de Setembro de 1515, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço, 60, doc. 77. Leitura de «morcelas» hipotética, dada a dificuldade de decifração da palavra ortografada.

188. Carta de Luís Loureiro a D. João III, Mazagão, 15 de Dezembro de 1542; ANTT, *Gavetas*, gaveta 2, maço 6, doc.13, pub. *SIHM*, IV, pp. 113-119 (informação colhida na p. 115).

189. Cf. *supra* notas 61, 62 e 63.

190. Ver acima nota 66.

qui vivaient dans le Royaume[186]. Nous en concluons que les femmes qui résidaient à Azemmour ne constitueraient pas une exception. Néanmoins, on signale deux références documentaires aux professions exercées par les femmes à Azemmour : la première à une marchandeuse et l'autre, à des probables boulangères. En effet, dans un ordre de paiement de 1515, Margarida Fernandes, une marchandeuse, reçoit 550 *réis*, soit la valeur de six fromages et boudins (?)[187]. Des années plus tard, après l'abandon d'Azemmour par les Portugais, Luís Loureiro, capitaine et gouverneur de Mazagan, informait le roi de la présence de gens sans moyens de subsistance, en mentionnant les veuves de Safi et d'Azemmour, qui pétrissaient et nourrissaient à crédit les ouvriers et les soldats. Ainsi – et il soulignait – ces femmes ne pouvaient pas retourner au Portugal, comme voulait le monarque, tant que le paiement dû à leurs clients ne soit pas effectué[188]. L'allusion à ces femmes boulangères est ambiguë. Dans ce cas, nous ne savons pas s'il s'agit d'une activité professionnelle, qu'elles exerçaient déjà à Azemmour et à Safi, ou d'une ressource basée sur l'expérience des tâches domestiques traditionnellement assumées par les femmes.

Dans des activités non professionnelles, on retrouve des femmes exerçant des compétences généralement masculines, en agissant en tant que tête de famille dans la gestion du patrimoine et des entreprises familiales. Nous avons déjà mentionné le cas de celles à qui incombait la responsabilité d'administrer les soldes de leurs maris tués au combat, ou qui se trouvaient en captivité, situation où l'argent en dette était accordé à la femme afin de lui permettre de réunir les moyens de racheter l'époux respectif[189]. Le rôle de certaines femmes est aussi important, en ce qui concerne la résolution des procédures judiciaires. Ce fut le cas de Guiomar Gil qui s'est adressée à la Cour Royale de Justice à cause de la procédure de reconnaissance de la dot à laquelle sa fille, Catarina Dias, avait droit par voie paternelle[190]. De même Beatriz Nunes, veuve d'Henrique Fernandes, a reçu une décision favorable concernant une demande adressée à D. João III, dans laquelle elle sollicite son intervention pour empêcher que les maisons qu'elle possédait dans

186. Ana Maria S. A. Rodrigues et Maria Fátima Moura Ferreira, « Mulheres portuguesas em Marrocos… » cit., p. 424.

187. Ordre de paiement de D. Pedro de Sousa, Azemmour, le 5 septembre 1515, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço, 60, doc. 77. Lecture de « boudins » hypothétique, compte tenu de la difficulté à déchiffrer le mot orthographié.

188. Lettre de Luís Loureiro à D. João III, Mazagan, le 15 décembre 1542, ANTT, *Gavetas*, gaveta 2, maço 6, doc.13, pub. *SIHM*, IV, pp. 113-119 (information recueillie dans la p. 115).

189. Cf. *supra* notes 61, 62 et 63.

190. Voir note 66.

possuía no castelo de Azamor[191]. Refira-se, por último, as duas mulheres, supostamente proprietárias de escravas, listadas nos pagamentos do «Livro das obras que se começaram em Azamor a 14 de Julho de 1528» supramencionado.

Um dos temas recorrentes da literatura sobre as praças marroquinas era o sistemático atraso no pagamento dos soldos e rações devidos aos que estavam arrolados na guarnição. Diga-se, a talho de foice, não ser uma realidade específica destas praças. As mesmas queixas se verificavam nos espaços do império asiático sob administração portuguesa, ou seja, no Estado Português da Índia. Decididamente, a Coroa portuguesa era má pagadora. Azamor não era excepção, sendo as principais vítimas os moradores, como mencionado. A situação agravou-se a partir de meados da década de 1520, quando aos pagamentos em atraso se vieram juntar contratos de arrendamento maioritariamente firmados com mercadores e judeus, a quem os moradores vendiam os soldos que esperavam receber, a troco de mercadorias avançadas por aqueles. Só que esses rendeiros, «por uma condição que tinham no seu arrendamento roubaram os moradores em tanta maneira que o que valia mil réis lhes vendiam por três mil, e pelo semelhante na venda dos seus soldos, que lhos vendiam por nem migalha»[192].

Esta primeira denúncia parte do já citado Mestre Rodrigo. Pela mesma altura, também António Leite, referindo-se às rações de trigo, informava D. João III de que os rendeiros as compravam por menos de metade do estabelecido para ser pago em dinheiro e depois iam ao Reino onde elas lhes eram pagas integralmente pela Fazenda Real[193]. Denúncias similares são feitas por Vicente Rodrigues do Evangelho, juiz dos órfãos de Azamor, estendendo as acusações a alguns governadores que, conluiados com os rendeiros, davam cobertura a todas estas falcatruas[194]. Estes testemunhos são mais algumas pinceladas a acrescentar ao quadro angustiante da vida dos moradores nos momentos de maior aperto, ora tendo de recorrer à caça para se alimentar e para angariar meios com

191. Despacho régio, Lisboa, derradeiro de Março de 1522, ANTT, *Chancelaria de D. João III*, livro 51, fol. 95.

192. Carta de Mestre Rodrigo a D. João III, citada nota 154, citação colhida p. 420.

193. Carta de António Leite a D. João III, Azamor, 10 de Setembro de 1519, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 64, pub. *SIHM*, II, pp. 475-481.

194. Carta de Vicente Rodrigues Evangelho a D. João III, Azamor, 18 de Março de 1530, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 44, doc. 113, quase totalmente pub. por David Lopes, cap. II, «Os portugueses em Marrocos no tempo de D. João III: decadência do Domínio português», *História de Portugal*, vol. IV (Barcelos, Portucalense Editora, 1932), pp. 82-85.

le château d'Azemmour soient prises[191]. Signalons, enfin, les deux femmes, censées être propriétaires d'esclaves, figurant dans les paiements du « Livre des travaux entamés à Azemmour le 14 juillet 1528 » susmentionné.

L'un des thèmes récurrents de la littérature sur les places marocaines était le retard systématique de paiement des soldes et des rations dus à ceux qui étaient inscrits dans la garnison. Soit dit en passant que cela n'était pas une réalité spécifique de ces places. Les mêmes plaintes s'observent dans les espaces de l'empire asiatique sous administration portugaise, c'est-à-dire dans l'État Portugais de l'Inde. La Couronne portugaise était définitivement un mauvais payeur. Azemmour ne fut pas une exception, les principales victimes étant les *moradores*, comme mentionné. La situation s'est aggravée à partir du milieu des années 1520, lorsqu'aux retards de paiement s'ajoutent des contrats de location signés pour la plupart avec des commerçants et des juifs, auxquels les *moradores* vendent les salaires, qu'ils espèrent recevoir, en échange de marchandises avancées par ceux-ci. Mais ces créanciers « à cause d'une condition qu'ils avaient dans leur contrat, ont volé les *moradores*, de telle sorte que ce qui valait mille *réis*, ils les vendaient pour trois mille, et la même chose dans la vente de leur solde, qu'ils vendaient pour moins d'une miette »[192].

Cette première plainte provient du susmentionné Maître Rodrigo. À la même époque, António Leite, se référant aux rations de blé, informait D. João III que ces créanciers les achetaient pour moins de la moitié du montant établi, à payer en espèces, voyageant ensuite au Royaume où ces rations leurs étaient intégralement payées par le Trésor Royal[193]. Des dénonciations similaires sont formulées par Vicente Rodrigues do Evangelho, juge des orphelins d'Azemmour, étendant les accusations à certains gouverneurs qui, en concertation avec ces créanciers, ont couvert toutes ces escroqueries[194]. Ces témoignages ajoutent des informations au tableau angoissant de la vie des *moradores* dans les moments les plus difficiles où ils étaient parfois contraints de recourir à la chasse pour

191. Ordonnance royale, Lisbonne, fin mars 1522, ANTT, *Chancelaria de D. João III*, livre 51, fol. 95.

192. Lettre de Mestre Rodrigo à D. João III, cittée note 154, citation à la p. 420.

193. Lettre d'António Leite à D. João III, Azemmour, le 10 septembre 1519, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, nº 64, pub. *SIHM*, II, pp. 475-481.

194. Lettre de Vicente Rodrigues Evangelho à D. João III, Azemmour, le 18 mars 1530, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 44, doc. 113, presque entièrement pub. par David Lopes, chap. II, « Os portugueses em Marrocos no tempo de D. João III : decadência do Domínio português », *in História de Portugal*, vol. IV (Barcelos, Portucalense Editora, 1932), pp. 82-85.

que comprar pão, vinho e pescado (Mestre Rodrigo), ora vítimas de várias enfermidades, crianças incluídas, originadas pelas ervas que comiam (Vicente Rodrigues do Evangelho).

Seriam situações pontuais, é certo. Bem menos pontuais, e até constantes, eram as queixas e as lamúrias presentes na correspondência com os órgãos de poder central, quer partissem de Marrocos quer de outros espaços do império português. Poderíamos, em consequência, ser levados a pensar ser penoso morar em Azamor. Talvez fosse. Mas para os moradores estava fora de questão largar essa terra. Já enraizados, aí tinham os seus lares, os seus bens, os seus familiares. Testemunho disso é a carta de cavaleiros e moradores, com cerca de 50 assinaturas, endereçada a D. João III, escrita em Abril de 1541, um mês após a perda de Santa Cruz do Cabo de Guer. Manifestando descontentamento e tristeza face à aspereza de missiva real e ao envio de um corregedor para lhes avaliar as dívidas e para «logo nos serem vendidos nossos penhores que são as nossas camas e vestidos de nossas mulheres e filhos», enumeram todos os serviços prestados e sacrifícios sofridos, não esquecendo os dois anos de atraso nos pagamentos. E, ante pressentida decisão de abandono da cidade, terminam com apelo lancinante: «nossas mulheres e filhas é tudo uma substância, nela temos toda nossa honra, antes as degolaremos como se conta de Montemor[195], que vermo-las ir a correr ventura, onde (*em Portugal*) lhes vendemos as fazendas para as gastar aqui em vosso serviço, e lá (*Portugal*) não têm onde meter cabeça, senão se for no hospital de Todos os Santos, e por todas estas coisas haja Vossa Alteza por bem que estejam assim como estão, porque são como parede velha que, quanto mais bolem com ela, mais asinha cai»[196].

A «parede velha» acabaria inevitavelmente por cair. Seis meses depois procedia-se à evacuação da população e ao abandono de Azamor pelos portugueses.

se nourrir et trouver les moyens d'acheter du pain, du vin et du poisson (Maître Rodrigo), tombant parfois malades, les enfants compris, à cause des herbes qu'ils mangeaient (Vicente Rodrigues do Evangelho). Il s'agirait de situations occasionnelles, bien sûr. Cependant, les plaintes et les lamentations, provenant du Maroc et d'autres parties de l'empire portugais, adressées aux autorités centrales, sont moins sporadique et plus constantes. On pourrait, donc, en conclure qu'il était pénible de vivre à Azemmour. Probablement. Mais pour les *moradores*, il n'était pas question de quitter cette terre. Déjà enracinés, ils y avaient leurs maisons, leurs biens et leurs familles. Cela est corroboré par la lettre des chevaliers et des *moradores*, avec une cinquantaine de signatures, adressée à D. João III, écrite en avril 1541, un mois après la perte de Santa Cruz du cap de Gué. En exprimant leur mécontentement et leur tristesse, face à la dureté d'une lettre royale et à l'envoi d'un corrégidor pour évaluer leurs dettes et pour « bientôt nous vendre nos gages qui sont nos lits et les vêtements de nos femmes et de nos enfants », ils énumèrent tous les services rendus et les sacrifices endurés, sans oublier les deux ans de retard dans les paiements. Et, face à la décision pressentie d'abandonner la ville, ils finissent par un appel déchirant : « nos femmes et nos filles sont la source essentielle de tout notre honneur, ainsi nous préférons leur couper la gorge, comme on raconte de Montemor[195], plutôt que de les voir traverser des difficultés où (*au Portugal*) nous leur avons vendu leurs propriétés pour les dépenser ici à votre service, et là (*Portugal*) elles n'ont nulle part où mettre leur tête, sauf à l'hôpital de Todos os Santos, et pour tout cela, nous demandons à Votre Altesse de les garder telles qu'elles sont, car elles sont comme un vieux mur, qui tombera plus vite si l'on l'ébranle »[196].

Le « vieux mur » tomberait inévitablement. Six mois plus tard, la population a été évacuée et Azemmour a été abandonné par les Portugais.

195. Alusão a episódio lendário ocorrido no século IX em Montemor, hoje Montemor-o-Velho. Os habitantes, face à iminência de ataque mouro, preferiram degolar os velhos, mulheres e filhos que deixá-los cair no cativeiro. Após a inesperada vitória alcançada, deu-se um milagre: às portas da fortaleza, aguardavam-nos vivos os parentes que antes tinham sido degolados.

196. Carta dos cavaleiros e moradores de Azamor a D. João III, Azamor, 14 de Abril de 1541, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 69, doc. 96, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. e «Documentos Inéditos...» cit., Apêndice documental, doc. XXIX.

195. Allusion à un épisode légendaire qui s'est produit au IX[e] siècle à Montemor, aujourd'hui Montemor-o-Velho. Les habitants, confrontés à une attaque imminente des Maures, ont préféré décapiter les vieux hommes, les femmes et les enfants plutôt que de les laisser tomber en captivité. Après leur victoire inattendue, un miracle s'est produit : aux portes de la forteresse, leurs proches, qui avaient été décapités auparavant, les attendaient encore en vie.

196. Lettre des chevaliers et *moradores* d'Azemmour à D. João III, Azemmour, le 14 avril 1541, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 69, doc. 96, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. et « Documentos Inéditos... » cit., Annexe Documentaire, doc. XXIX.

6. O abandono de Azamor

D. João III menos inclinado que seu pai, D. Manuel I, para as campanhas militares e certamente mais pragmático, imprimiu novas orientações à política ultramarina portuguesa, quando ascendeu ao trono em 1521. Na raiz dos problemas com que se debateu, estiveram implicações decorrentes da chamada, «viragem mundial de 1517/1524»[197], agravadas pela manutenção de um império demasiado vasto e disperso para as capacidades logísticas, humanas, militares e financeiras de Portugal. Fragilidades acrescidas no Norte de África pelo aumento das concorrências europeias, pela proliferação dos corsários e pelo avanço dos turcos para o Mediterrâneo ocidental. No interior de Marrocos, crescia a ameaça dos xarifes sádidas.

> Oriundos de uma família árabe que se fixara no Drá e depois se deslocara para o Suz, os sádidas começaram por ter o apoio económico e étnico das tribos caravaneiras *maqil*, afetadas pela rota comercial marítima portuguesa da Mina. Passaram depois a ter o apoio de um povo desejoso de pegar em armas contra o estrangeiro invasor e «infiel» e contra aqueles que, como os oatácidas, reis de Fez, eram acusados de oferecer pouca resistência aos portugueses. Beneficiaram do carisma de serem considerados descendentes do profeta Maomé, e, em grande medida, do trabalho desenvolvido pelas confrarias religiosas, nomeadamente dos movimentos sufi que, dispondo de grande aceitação junto das camadas populares, protagonizaram o renascer do espírito de guerra santa (*jihâd*), alimentado pelo culto dos «santos» (marabutos), em especial dos mortos em combate contra os cristãos e entre os quais se destacavam os seguidores da doutrina de Mohâmede Aljazuli.
>
> O fundador, Abu Abdalá Mohamede (Alcaima dos portugueses) e seus dois filhos, Ahmede Aláreje, o mais velho, e Mohamede Xeque, o mais novo, surgem como líderes de uma nova força progredindo de sul para norte. Após a morte de Alcaima em 1517, os seus filhos, embora aliados, dividem as suas áreas de intervenção. Em 1524, os sádidas tornam-se senhores de Marraquexe, cidade onde o mais velho dos irmãos já tinha estabelecido a sua área de influência, sendo designado pelos portugueses rei de Marraquexe, já o mais novo passa a assegurar a governação do Suz, daí ser apelidado pelos portugueses rei desta região. Após a conquista de Santa Cruz do Cabo de Guer, em 1541, por este último, dissensões surgiram entre os dois irmãos. Com a derrota de Ahmede Aláreje, na batalha de El-Kahira, em 1544, a liderança passa para Mohamede Xeque que, na sua escalada guerreira contra

197. Vitorino Magalhães Godinho, «A viragem mundial de 1517--1524 e o império português», *Ensaios*, Lisboa, Sá da Costa, 1968, vol. II, pp. 205-221.

6. L'abandon d'Azemmour

D. João III, moins favorable que son père, Manuel I, aux campagnes militaires et certainement plus pragmatique, donne de nouvelles orientations à la politique portugaise d'outre-mer lorsqu'il accède au trône en 1521. À l'origine des problèmes rencontrés, on signale des implications de ce qu'on a désigné le « tournant mondial de 1517/1524 »[197] , aggravées par le maintien d'un empire trop vaste et dispersé pour les capacités logistiques, humaines, militaires et financières du Portugal. Ces faiblesses ont été exacerbées en Afrique du Nord par l'augmentation de la concurrence européenne, la prolifération des corsaires et l'avancée des Turcs en Méditerranée occidentale. À l'intérieur du Maroc, la menace des chérifs saadiens augmentait.

> Issus d'une famille arabe qui s'était installée dans le Dr'â puis dans le Sous, les Saadiens ont d'abord bénéficié du soutien économique et ethnique des tribus caravanières *maqil*, affectées par la route commerciale maritime portugaise de Mina. Ensuite, ils ont eu le soutien d'un peuple prêt à prendre les armes contre l'étranger envahisseur et « infidèle » et contre ceux qui, comme les Wattâssides, rois de Fès, étaient accusés d'offrir peu de résistance aux Portugais. Ils ont bénéficié du charisme d'être considérés des descendants du prophète Muhammad et, dans une large mesure, du travail des confréries religieuses, en particulier des mouvements soufis, qui avaient la faveur des couches populaires. Ils ont été les protagonistes de la renaissance de l'esprit de guerre sainte (*jihâd*), nourri par le culte des « saints » (marabouts), surtout ceux tués au combat contre les chrétiens et parmi lesquels les adeptes de la doctrine de Muhammad al-Jazûlî.
>
> Le fondateur, Muhammad ben 'Abderrahmân, appelé al-Qâ'im (*Alcaima* des Portugais) et des deux fils Ahmed el-'Arej, le plus âgé, et Muhammad el-Shaykh, le plus jeune, émergent comme les chefs d'une nouvelle force progressant du sud vers le nord. Après la mort d'al-Qâi'im, en 1517, ses fils, bien qu'alliés, partagent leurs zones d'intervention. En 1524, les Saadiens deviennent seigneurs de Marrakech, ville où l'aîné des frères avait déjà établi sa zone d'influence, étant désigné par Portugais roi de Marrakech ; le plus jeune assure la gouvernance de Sous, étant désigné par les Portugais roi de cette région. Après la conquête de Santa Cruz du cap de Gué, en 1541, par ce dernier, des divergences émergent entre les deux frères. Avec la défaite d'Ahmed el-'Arej, à la bataille d'El-Kahira en 1544, le pouvoir passe à Muhammad el-Shaykh qui, dans son esca-

197. Vitorino Magalhães Godinho, « A viragem mundial de 1517-1524 e o império português », *in Ensaios*, Lisbonne, Sá da Costa, 1968, vol. II, pp. 205-221.

os oatácidas, acaba por conquistar Fez, em 1549, e unificar o país, tomando o título de sultão de todo o Marrocos. Esta conquista de Fez e a anterior de Santa Cruz de Cabo de Guer foram determinantes para a decisão portuguesa de abandono das praças de Safim e Azamor, em 1541, de Arzila e Alcácer Ceguer, em 1549-1550.

A escalada dos sádidas originou uma crescente perda da base de apoio aos portugueses garantida pelos seus aliados muçulmanos, em especial no Sul. A breve trecho, o isolamento das praças nestas regiões acentua-se, sendo percetível nas cartas dos agentes portugueses. Aos poucos, o élan agressivo dos primeiros tempos dava lugar a uma postura de defesa e conservação do já adquirido. Num estado de guerra endémico, pontilhado por incursões sucessivas e recíprocas, para não dizer pilhagens e raides, as praças ficaram quase totalmente dependentes do apoio do Reino. Os encargos de manutenção faziam-se traduzir por constantes necessidades de abastecimentos em dinheiro e cereais e de socorros militares, enquanto se agudizava o problema de organização dos espaços ainda ocupados. Na verdade, as praças portuguesas quase não comunicavam entre si pela via terrestre, um isolamento agravado, uma vez que cada uma delas respondia directa e separadamente perante o poder central do Reino, talvez na lógica de serem, afinal, um prolongamento de Portugal além-mar. Robert Ricard, ao reflectir sobre este problema, admite ter faltado um vice-rei ou um governador-geral com a incumbência de arbitrar os diferendos entre os capitães/governadores e de lhes impor uma certa unidade de acção contra as forças autóctones[198].

Pelas razões elencadas, D. João III, desde cedo, projectou cercear a presença portuguesa em Marrocos, limitando-a àqueles lugares que ainda mantinham alguma importância do ponto de vista estratégico e cujas condições de acesso por via marítima possibilitassem um pronto socorro na eventualidade quase certa de um ataque das tropas xarifianas[199]. Este projeto começou a delinear-se cerca de 1529 /1530. Relembre-se o já citado parecer de D. Jaime de Bragança e as disposições secretas levadas por D. Pêro Mascarenhas para Azamor. Em 1532, em instruções a Brás Neto, seu emissário diplomático em Roma, D. João III exprimia a vontade de abandonar certos lugares do Norte de África que possuíam desembarcadouros mais difíceis, a saber, Azamor, Safim e

198. Robert Ricard, «Derniers remarques sur l'histoire des portugais au Maroc», *SIHM*, V, pp. IX-XVI.

199. Sobre a política marroquina de D. João III, ver Otília Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na época de D. João III. Abandono ou permanência?*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura/ Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998.

lade guerrière contre les Wattâssides, finit par conquérir Fès, en 1549, et unifie le pays en prenant le titre de sultan de tout le Maroc. Cette conquête de Fès et la précédente de Santa Cruz du cap de Gué furent déterminantes dans la décision portugaise d'abandonner les places de Safi et d'Azemmour, en 1541, d'Asilah et Ksar Seghir, en 1549-1550.

L'escalade des Saadiens a conduit à une perte croissante de la base de soutien des Portugais, garantie par leurs alliés musulmans, en particulier dans le sud. Dans un court laps de temps, l'isolement des places dans ces régions est accentué, étant perceptible dans les lettres des agents portugais. Progressivement, l'élan agressif des premiers jours fait place à une posture de défense et de conservation des acquis. Dans un état de guerre endémique, ponctué d'incursions et de raids successifs et réciproques, sans oublier les pillages, les places deviennent presque entièrement dependentes du soutien du Royaume Les coûts d'entretien se traduisent par des besoins constants pour l'approvisionnement en argent et en céréales, ainsi que d'aide militaire, tandis que le problème de l'organisation des espaces encore occupés est exacerbé. En fait, les places portugaises ne communiquaient quasiment pas entre elles par voie terrestre, un isolement aggravé, puisque chacune répondait directement et séparément devant le pouvoir central du Royaume, peut-être dans la logique d'être, après tout, une extension du Portugal outre-mer. Robert Ricard, en réfléchissant à ce problème, admet la faiblesse de l'absence d'un vice-roi ou d'un gouverneur-général, chargé d'arbitrer les différends entre capitaines/gouverneurs et de leur imposer une certaine unité d'action contre les forces autochtones[198].

Pour les raisons énumérées, D. João III a très tôt prévu de réduire la présence portugaise au Maroc, en la limitant aux endroits qui avaient encore une certaine importance d'un point de vue stratégique et dont les conditions d'accès par mer permettraient une aide rapide, dans le cas presque certain d'une attaque des troupes des chérifs[199]. Ce projet a commencé à se définir vers 1529/1530. On signale l'avis déjà mentionné de D. Jaime de Bragança et les dispositions secrètes portées par D. Pêro Mascarenhas à Azemmour. En 1532, dans les instructions données à Brás Neto, son émissaire diplomatique à Rome, D. João III exprime le désir d'abandonner certains endroits d'Afrique du Nord qui avaient des débarcadères plus

198. Robert Ricard, « Derniers remarques sur l'histoire des Portugais au Maroc », in *SIHM*. V, pp. IX-XVI.

199. Sur la politique marocaine de D. João III, voir Otília Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na época de D. João III. Abandono ou permanência?,* Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura/ Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998.

Alcácer Ceguer[200]. As constantes ameaças contra as posições portuguesas, em especial o cerco a Safim em 1534, levaram o monarca português a pedir parecer a várias individualidades, prelados, fidalgos e membros do Conselho de Estado, sobre o eventual abandono de Safim e Azamor[201]. Devido às dificuldades da sua barra, obstáculo impeditivo de um socorro urgente, Azamor perfilava-se como prioritária. Embora as opiniões se dividissem, a maioria dos consultados resistia à ideia de abandono. Os acontecimentos precipitar-se-iam com a perda de Santa Cruz do Cabo de Guer, conquistada pelas tropas do xarife de Suz, a 12 de Março de 1541, depois de seis meses de cerco. No rescaldo desta derrota, num Conselho de Estado, reunido em Almeirim, chegou a estar em debate a política ultramarina portuguesa, colocando-se a questão de saber se seria mais vantajosa para Portugal uma conquista para povoar em África ou uma conquista para comerciar no Oriente[202]. Desse debate ainda viria a fazer eco, já nos inícios do século XVII, Diogo do Couto no seu segundo diálogo *O Soldado Prático*[203]. Mas, voltando aos pareceres formulados, pode dizer-se que, de um modo geral e independentemente dos partidos tomados, a maior parte dos conselheiros e dos agentes atuando no terreno era favorável a uma acção rápida de retaliação contra os xarifes. Chegou até a admitir-se a organização de uma grande expedição conjunta com o rei de Fez, à época em paz com Portugal, contra os sádidas. No âmbito das negociações encetadas ventilou-se, inclusivamente, a hipótese de cedência de Azamor ao rei de Fez, como garantia de cumprimento de promessas de entreajuda[204]. Em todo o caso, os dados estavam lançados, e o abandono de Safim e de Azamor tornara-se inevitável.

200. Instruções a Brás Neto, (1532?), ANTT, *Cartas Missivas*, maço 2, n.º 139, pub. *Corpo Diplomático Português*, org. de Luiz Augusto Rebelo da Silva, tomo II, Lisboa Academia Real das Ciências, 1865, pp. 344-348.

201. Sobre este assunto, ver Maria Leonor García da Cruz, «As con-trovérsias no tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África», *Mare Liberum*, Junho e Dezembro de 1997, n.os 13 e 14, pp. 123-129 e 117 e 198, respectivamente; publicado também em separata (1998). Da mesma autora e sob o mesmo título, ver ainda a versão com ligeiras alterações publicada nesta colectânea.

202. Parecer que se deu a D. João III (...) em que se aconselha o abandono da Índia para que assim fosse possível não largar os lugares de África, (finais de 1542), Biblioteca da Ajuda, 51 – V – 32, ff. 174-204 e Parecer que se deu a D. João III (...) se aconselha o abandono de África e a conservação da Índia, Biblioteca da Ajuda, códice 51– V – 32, ff. 204v-218v, pub. Otília Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos...* cit., Apêndice documental, docs. VII e VIII, pp. 204-223 e 224-233, respectivamente.

203. Diogo do Couto, *O soldado prático*, texto restituído, prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1980 (3.ª edição), p. 203 e sgs.

204. Carta de Lourenço Pires de Távora a D. João III, Arzila, 5 de Agosto de 1541; pub. *SIHM*, III, pp. 492-498.

difficiles, à savoir, Azemmour, Safi et Ksar Seghir[200]. Les menaces constantes sur les positions portugaises, en particulier le siège de Safi en 1534, ont conduit le monarque portugais à demander conseil à plusieurs individus, des prélats, des *fidalgos* et aux membres du Conseil d'État, sur l'éventuel abandon de Safi et Azemmour[201]. En raison des difficultés de sa barre, un obstacle empêchant une aide urgente, Azemmour devenait une priorité. Bien que les avis soient partagés, la plupart des personnes consultées résistent à l'idée d'abandon. Les événements seraient précipités par la perte de Santa Cruz du cap de Gué, conquise par les troupes du chérif du Sous, le 12 mars 1541, après six mois de siège. À la suite de cette défaite, lors d'une réunion du Conseil d'État à Almeirim, la politique portugaise d'outre-mer fut débattue, se soulevant la question de savoir s'il serait plus rentable une conquête pour peupler l'Afrique ou une conquête pour commercer en Orient[202]. Ce débat ferait encore écho, au début du XVII[e] siècle, dans le deuxième dialogue *O Soldado Prático* de Diogo do Couto[203]. Mais, pour en revenir aux opinions formulées, on peut dire que, d'une manière générale, et indépendamment des parties en présence, la plupart des conseillers et des agents sur le terrain étaient favorables aux représailles rapides contre les chérifs. L'organisation d'une grande expédition conjointe contre les Saadiens avec le roi de Fès, qui était alors en paix avec le Portugal, a même été envisagée. Dans le cadre des négociations entamées, on propose même la possibilité de donner Azemmour au roi de Fès, comme garantie du respect des promesses de coopération[204].

En tout cas, les dés étaient jetés et l'abandon de Safi et d'Azemmour était inévitable. Mais la crainte de la progression militaire des chérifs contre ces places a

200. Instructions à Brás Neto (1532?), ANTT, *Cartas Missivas*, maço 2, nº 139, pub. *Corpo Diplomático Português*, org. de Luiz Augusto Rebelo da Silva, tome II, Lisbonne, Academia Real das Ciências, 1865, pp. 344-348.

201. En ce qui concerne ce sujet, voir Maria Leonor García da Cruz, « As controvérsias no tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África », *Mare Liberum,* juin et décembre 1997, n[os] 13 et 14, pp. 123-129 et 117 et 198, respectivement ; également en édition à part (1998). Du même auteur et sous le même titre, voir aussi la version avec de légères modifications publiée dans cette compilation, sous le titre « Les controverses au temps de D. Jean III sur la politique portugaise en Afrique du Nord ».

202. Avis donné à D. João III (...) en lui conseillant l'abandon de l'Inde, pour qu'il soit possible de garder les lieux d'Afrique (fin 1542), Biblioteca da Ajuda, 51 – V – 32, ff. 174-204 ; et Avis donné à D. João III (...) en lui conseillant l'abandon de l'Afrique et la sauvegarde de l'Inde, Biblioteca da Ajuda, codex 51– V – 32, ff. 204v-218v, pub. Otília Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos...* cit., Annexe Documentaire, docs. VII et VIII, pp. 204-223 et 224-233, respectivement.

203. Diogo do Couto, *O soldado prático*, texte restitué, preface et des annotations par M. Rodrigues Lapa, Lisbonne, Livraria Sá da Costa, 1980 (3[e] édition), p. 203 et suivantes.

204 Lettre de Lourenço Pires de Távora à D. João III, Asilah, le 5 août 1541, pub. *SIHM*, III, pp. 492-498.

Mas, o receio da progressão militar dos xarifes contra estas praças levou a um extraordinário reforço dos seus efetivos, para prevenir a desonra de novas derrotas. Para Azamor foram destacadas tropas de todo o país, além de um contingente de mercenários andaluzes. A afluência de cereais e biscoito para a manutenção dessas tropas obrigou mesmo a transformar a «sé» em armazém, ocupando três das suas naves, cujos arcos foram entaipados, e levou à requisição de casas de particulares para o mesmo efeito[205].

Tratava-se de precaver a humilhação da perda de uma posição portuguesa na região, até, pelo menos, se conseguir uma evacuação honrosa da cidade. O primeiro sinal nesse sentido é-nos dado por carta de D. João III, datada de Março-Abril de 1541, onde ordena a António Leite a evacuação, no mais breve prazo possível, de todos os judeus, com suas mulheres e filhos, mudando-os para Arzila[206]. A ordem não chegou a ser executada, talvez por, entretanto, ter sido nomeado novo capitão/governador, D. Fernando de Noronha. Será já este a receber uma nova ordem de D. João III, segundo a qual essa comunidade judaica deveria ser embarcada para Larache, Arzila, Tânger ou Ceuta. Finalmente, acabariam por ser despachados para Tânger, em quatro navios, conforme anotação, em extratexto, escrita por outra mão[207].

Nos meses seguintes, outros indicadores permitem concluir terem sido dados passos tendentes a arrumar assuntos pendentes em Azamor, nomeadamente levantamento das dívidas contraídas junto de moradores e fronteiros[208]. Ao mesmo tempo, a cidade ia-se esvaziando de mantimentos, munições, e materiais de construção, paulatinamente enviados para Mazagão. Não temos informação que nos permita determinar, com rigor, a data da evacuação de cada uma das camadas populacionais. As ordens dadas inicialmente, no sentido de enviar os moradores para Mazagão, foram alteradas a 5 de Outubro de 1541. Nessa data o monarca determina só serem enviados para esse destino os homens a cavalo julgados necessários. A restante população deveria ir para Portugal ou

205. Livro de receita e despesa de Pedro Álvares Faria, Azamor, 11 de Abril de 1541, *Núcleo Antigo*, n.º 628, ff. 201-206v (transcrição de Rui Henriques, publicada no 2.º volume desta obra); Ordem de António Leite a Pero Álvares, Azamor, 12 de Abril 1541, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 234, doc. 131, pub. *SIHM*, III, pp. 384-385.

206. Cartas de D. João III a António Leite e a D. Manuel de Mascarenhas, Lisboa, Março-Abril de 1541, Biblioteca Nacional de Portugal, *Manuscritos*, n.º 1758, ff. 53-56, pub. *SIHM*, III, pp. 352-355.

207. Carta de D. João III a D. Fernando de Noronha, Lisboa, 2 de Setembro de 1541, Biblioteca Pública de Évora, CIII/2-20, ff. 151-15v; pub. *SIHM*, III, pp. 516-517.

208. Carta do Dr. Simão Martins a D. João III, Azamor, 25 de Junho de 1541, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 70, doc. 4, pub. *SIHM*, III, pp. 448-449.

conduit à l'extraordinaire renforcement de leurs effectifs, afin d'éviter le déshonneur de nouvelles défaites. Des troupes ont été déployées à Azemmour, venues de tout le pays, en plus d'un contingent de mercenaires andalous. L'afflux de céréales et de biscuits, pour l'entretien de ces troupes, a forcé la transformation de la « cathédrale » en entrepôt, en s'occupant trois de ses nefs dont les arcs furent condamnés, et a entraîné la réquisition de maisons privées pour le même objectif[205].

Il s'agissait d'empêcher l'humiliation de la perte d'une position portugaise dans la région, en attendant une évacuation honorable de la ville. Le premier indice est une lettre du roi João III, datée de mars-avril 1541, où il ordonne à António Leite l'évacuation, le plus rapidement possible, de tous les juifs, avec leurs femmes et enfants, vers Asilah[206]. L'ordre n'a pas été exécuté, probablement car, entre-temps, un nouveau capitaine/gouverneur, D. Fernando de Noronha, fut nommé. Ce dernier recevra un nouvel ordre du roi João III, selon lequel cette communauté juive devrait être expédiée à Larache, Asilah, Tanger ou Ceuta. Enfin, ils ont finalement été envoyés à Tanger, dans quatre navires, comme indiqué, hors-texte, par une autre main[207].

Au cours des mois suivants, d'autres indicateurs ont permis de conclure que des mesures ont été prises pour régler les questions en suspens à Azemmour, notamment le recensement des dettes contractées auprès des *moradores* et des frontaliers[208]. En même temps, on vide la ville de ses approvisionnements, des munitions et des matériaux de construction, progressivement envoyés à Mazagan.

Nous ne disposons d'aucune information nous permettant de déterminer, avec certitude, la date d'évacuation de chacun des groupes de la population. Les instructions initialement transmises, d'envoyer les *moradores* à Mazagan, ont été modifiées le 5 octobre 1541. À cette date, le monarque décida de n'envoyer à cette destination que les hommes à cheval jugés nécessaires. Le reste de la population devrait aller au Portugal ou en Algarve ou « où ils veulent »[209]. D'après

205. Livre de recette et dépense de Pedro Álvares Faria, Azemmour, le 11 avril 1541, *Núcleo Antigo*, nº 628, ff. 201-206v (transcription par Rui Henriques, publié au 2e volume de cet ouvrage) ; Ordre d' António Leite à Pero Álvares, Azemmour, le 12 avril 1541, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 234, doc. 131, pub. *SIHM*, III, pp. 384-385.

206. Lettres de D. João III à António Leite et à D. Manuel de Mascarenhas, Lisbonne, mars-avril 1541, Biblioteca Nacional de Portugal, *Manuscritos*, nº 1758, ff. 53-56, pub. *SIHM*, III, pp. 352-355.

207. Lettre de D. João III à D. Fernando de Noronha, Lisbonne, le 2 septembre 1541, Biblioteca Pública de Évora, CIII / 2-20, ff. 151-15v, pub. *SIHM*, III, pp. 516-517.

208. Lettre du Dr. Simão Martins à D. João III, Azemmour, le 25 juin 1541, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 70, doc. 4, pub. *SIHM*, III, pp. 448-449.

209. Lettre de D. João III à Luís Loureiro, capitaine de Mazagan, Lisbonne, le 5 octobre 1541, Biblioteca Nacional de Portugal, *Manuscritos,* nº 1758, f. 59, pub. *SIHM*, III, pp. 534-535.

para o Algarve ou «para onde mais quiserem»[209]. Pelo «Livro de receita e despesa» de Pedro Álvares de Faria, ficámos a saber que, a meados de Outubro, já as mulheres e meninos tinham sido evacuados da cidade. Devido ao estado do tempo e da barra, tiveram de rumar a Mazagão, de onde, supõe-se, seguiram seus destinos[210]. O mesmo «Livro de receita e despesa», ao registar vários pagamentos a moradores, permite-nos concluir que o processo de abandono populacional se estendeu por todo o mês de Outubro (o último pagamento anotado é de 27 de Outubro de 1541). No início de Novembro, toda a evacuação estava concluída. De facto, a 10 de Novembro, regista-se o pagamento de 750 réis a João Fernandes pelo aluguer de uma besta requisitada pelo escrivão da feitoria para transportar, de Portimão até Alcácer e, depois, Lisboa, uma arca contendo os livros e papéis da feitoria[211].

Já no Reino, durante o ano de 1542, procedeu-se ao inventário das satisfações e reparações a dar aos moradores e fronteiros obrigados a abandonar as cidades de Safim a Azamor. Segundo Memória conservada na «Coleção de São Lourenço», no Arquivo da Torre do Tombo[212], foram despendidos 36 contos e 752.730 réis, ou seja, cerca de 92.000 cruzados, não só para pagamentos em dinheiro, como em «filhamentos» na Casa Real, feitorias, escrivaninhas, capitanias de navios, serventias de diversos cargos, dotes de casamentos, viagens, etc., valor global ligeiramente inferior aos quase 95.000 cruzados avançados por Frei Luís de Sousa, nos *Anais de D. João III*[213].

Terminava, assim, a aventura dos moradores de Azamor. Tendo vivido num espaço de convivência comum, onde se tinham fixado e esperavam viver até ao fim dos seus dias, viam-se agora desenraizados. Obrigados a recomeçar as suas vidas, perdemos-lhes o rastro na dispersão dos caminhos seguidos.

le « Livre de recette et dépense » de Pedro Álvares de Faria à la mi-octobre, les femmes et les enfants avaient déjà été évacués de la ville. En raison de l'état du temps et de la barre du port, ils ont été contraints de se diriger vers Mazagan, d'où, selon toute vraisemblance, ils sont partis vers leur destination[210]. Le même livre, en enregistrant plusieurs paiements aux *moradores*, nous permet de conclure que le processus d'abandon de la population s'est étendu tout au long du mois d'octobre (le dernier paiement date du 27 octobre 1541). Au début du mois de novembre, l'évacuation était complètement terminée. En effet, le 10 novembre, on signale le paiement de 750 *réis* à João Fernandes pour la location d'une bête sollicitée par le greffier du comptoir pour transporter, de Portimão à Alcácer et ensuite à Lisbonne, un coffre contenant les livres et les papiers du comptoir[211].

Au cours de l'année 1542, déjà au Royaume, un inventaire des compensations et des réparations à accorder aux *moradores* et aux frontaliers contraints d'abandonner les villes de Safi à Azemmour a été réalisé. Selon Mémoire conservé dans la « Collection São Lourenço », aux Archives de la Torre do Tombo[212], 36 *contos* et 752.730 *réis* ont été dépensés, soit environ 92.000 *cruzados*, pour les paiements en espèces et aussi pour les « filhamentos » (enregistrements) dans la Maison Royale, comptoirs, pour les postes de greffiers, les capitaineries de navires, les services de divers postes, les dots des mariages, les voyages, etc. – une valeur globale légèrement inférieure aux 95.000 *cruzados* avancés par Frei Luís de Sousa, dans les *Anais de D. João III*[213].

Ainsi s'achevait l'aventure des habitants d'Azemmour. Ayant vécu dans un espace de vie commun, où ils s'étaient installés et espéraient vivre jusqu'à la fin de leurs jours, ils se voyaient maintenant déracinés.

Forcés de recommencer leurs vies, nous avons perdu leur trace dans la dispersion des chemins suivis.

209. Carta de D. João III a Luís Loureiro, capitão de Mazagão, Lisboa, 5 de Outubro de 1541, Biblioteca Nacional de Portugal, *Manuscritos*, n.º 1758, f. 59, pub. *SIHM*, III, pp. 534-535.

210. Ordem de D. Fernando de Noronha para pagamento das bestas que levaram mulheres, moços e meninos, Azamor, 10 de Outubro de 1541, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 236, doc. 101, excerto pub. *SIHM*, IV, pp. 335, nota 1. Registo de pagamento efetuado a 18 de Outubro de 1541, Livro de receita e despesa de Pedro Álvares Faria, ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 628, f. 182v, transcrição de Rui Henriques, publicada no 2.º volume desta obra.

211. Receita e despesa de Pedro Álvares Faria, 10 de Novembro de 1541, ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 628, f. 183v.

212. Satisfações que foram dadas aos moradores e fronteiros de Safim e Azamor, Lisboa, 5 de Setembro de 1542, ANTT, *Coleção de S. Lourenço*, vol. I, ff. 21-24, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. e «Documentos Inéditos...» cit., doc. XXXIV.

213. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*... cit., vol. II, tomo II, parte II, livro II, cap. III, pp. 211-212.

210. Ordre de D. Fernando de Noronha pour le paiement des bêtes qui transportèrent les femmes, les garçons et les enfants, Azemmour, le 10 octobre 1541, ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 236, doc. 101, extrait pub. *SIHM*, IV, pp. 335, note 1. Enregistrement du paiement effectué le 18 octobre 1541, Livre de recette et dépense de Pedro Álvares Faria, ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 628, f. 182v, transcription par Rui Henriques, publié au 2e volume de cet ouvrage.

211. Livre de recette et dépense de Pedro Álvares Faria, le 10 novembre 1541, ANTT, Núcleo Antigo, nº 628, f. 183v.

212. Compensations qui ont été données aux *moradores* et frontaliers de Safi et Azemmour, Lisbonne, le 5 septembre 1542, ANTT, *Coleção de S. Lourenço*, vol. I, ff. 21-24, pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor*... cit. et « Documentos Inéditos... » cit., doc. XXXIV.

213. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*... cit., vol. II, tome II, partie II, livre II, chap. III, pp. 211-212.

Annexe

Signification des fonctions et postes mentionnés en italique au cours du texte :

Adail – Capitaine du camp. Dans la structure militaire, il était le premier officier, après le capitaine/gouverneur ; dans les campagnes hors de la ville, il commandait les troupes chaque fois que le capitaine/gouverneur ne participait pas aux incursions.

Alcaide-mor – Gardien et surveillant du château et de la ville. Il était aussi responsable pour les emprisonnements, punitions d'armes et de sang.

Alfaqueque – Chargé du rachat de captifs.

Almotacé – Officier de la ville chargé de contrôler les poids et les mesures, de taxer les prix des denrées alimentaires et de veiller sur l'approvisionnement, nettoyage et hygiène publique de la ville.

Almoxarife – Officier chargé des céréales apportées à la ville et des espaces de rangement des armes et de l'artillerie royales, responsable des paiements, y compris celui des soldes et des provisions aux *moradores*, aux frontaliers et aux officiers de la ville.

Contador – Responsable des comptes (revenus et dépenses), il supervisait tout l'appareil financier et économique de la ville. Il était la seconde figure de la ville, après le capitaine/gouverneur et son remplaçant intérimaire un cas de décès ou absence.

Feitor – Responsable du comptoir (*feitoria*). Selon charte royale de nomination, il était chargé de la réception des marchandises venues du Royaume, de la dîme sur les entrées et sorties de la douane et les produits qui, au nom du roi, étaient achetés et vendus sur terre, et les droits du poisson.

Ouvidor – Magistrat qui assistait le capitaine/gouverneur dans l'exercice du pouvoir judiciaire.

Judeus de Azamor e Mazagão: um diálogo permanente

Juifs d'Azemmour et de Mazagan : un dialogue permanent

José Alberto R. Silva Tavim, Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa (CH-ULisboa)

1. Expulsão dos judeus do reino de Portugal

Em Dezembro de 1496 o rei D. Manuel (1495-1521) decretaria a expulsão de todos os judeus que viviam em Portugal, quer dizer, dos judeus autóctones e daqueles que aqui se tinham acolhido depois da expulsão de Espanha decretada em Março de 1492. O motivo concreto teria sido a imposição espanhola, quando o rei português pretendia consorciar-se com a princesa Isabel, para desta forma poder ter acesso à Coroa de Espanha. Mas a decisão enraizava na aversão da nobreza e, sobretudo, dos comerciantes cristãos, que consideravam os judeus seus rivais. Os judeus, juntamente com os mouros, deviam abandonar o reino até Outubro de 1497. Sabemos também que D. Manuel ordenaria aos corregedores das comarcas para ocuparem as sinagogas e apreenderem os seus ornamentos. Os judeus começaram então a vender as suas propriedades, com o objectivo de partirem.

O rei não pretendia, contudo, que eles partissem. Preferia antes que eles persistissem no reino, como cristãos. Logo em 31 de Dezembro limitaria a sua saída em barcos capitaneados por homens da sua confiança, além de só puderem partir com licença régia. Na Páscoa de 1497 seriam então retirados os filhos menores aos pais, para serem educadas de forma cristã. Ainda nesta Páscoa foram baptizados, em sequência, os adolescentes e os jovens menores de 25 anos. Entre Junho e Setembro alguns partiram para diversos lugares, mas os que não puderam vender seus bens, ou não tiveram licença régia para sair, seriam baptizados na capital e pelo reino[1].

Segundo o cronista Andrés Bernaldez, os judeus que saíram pelo Puerto de Santa Maria e por Cádis foram os primeiros a chegar a Arzila (conquistada em 1471),

1. Maria José P. F. Tavares, *Os judeus em Portugal no século XV*, Lisboa, FCSH-UNL, vol. I, 1982, pp. 483-500; Maria José P. F. Tavares, *Judaísmo e Inquisição. Estudos*, Lisboa, Presença, 1987, pp. 29-37.

1. L'expulsion des Juifs du royaume de Portugal

En décembre 1496 le roi D. Manuel (1495-1521) décrétait l'expulsion de tous les Juifs qui vivaient au Portugal, autrement dit, les Juifs autochtones et ceux qui y avaient été accueillis après leur expulsion d'Espagne, promulguée en mars 1492. La vraie raison de ce fait aurait été une exigence espagnole lorsque le roi portugais prétendit s'unir à la princesse Isabel, pour pouvoir de la sorte accéder à la Couronne d'Espagne. Mais la décision prenait racine dans l'aversion de la noblesse et, surtout, des commerçants chrétiens envers les Juifs qu'ils considéraient comme des rivaux. Les Juifs, conjointement avec les Maures, devaient abandonner le royaume avant octobre 1497. Nous savons aussi que D. Manuel aurait ordonné aux corrégidors des districts d'occuper les synagogues et de s'emparer de leurs ornements. Les Juifs commencèrent alors à vendre leurs propriétés dans l'intention de partir.

Néanmoins, l'intention du roi n'était pas de les voir partir. Il préférait plutôt qu'ils demeurent dans le royaume, comme chrétiens. Dès lors, le 31 décembre, outre le fait qu'ils ne pouvaient partir sans une licence royale, il limita leur départ dans des bateaux commandés par des hommes de confiance. À Pâques 1497, les enfants mineurs furent alors enlevés à leurs parents, pour être instruits selon la tradition chrétienne. Toujours lors de cette Pâques et en conséquence de cela, les adolescents et les jeunes de moins de 25 ans furent baptisés. Entre juin et septembre, quelques-uns partirent vers divers endroits, mais ceux qui n'avaient pas pu vendre leurs biens ou obtenir une licence royale pour sortir du pays furent baptisés dans la capitale et à travers le royaume[1].

Selon le chroniqueur Andrés Bernáldez, les Juifs qui sortirent par le Puerto de Santa Maria et Cadix furent les premiers à atteindre Asilah (conquise en 1471),

1. Maria José P. F. Tavares, *Os judeus em Portugal no século XV*, Lisboa, FCSH-UNL, vol. I, 1982, pp. 483-500 ;Maria José P. F. Tavares, *Judaísmo e Inquisição. Estudos*, Lisbonne, Presença, 1987, pp. 29-37.

uma das mais setentrionais praças portuguesas em Marrocos[2]. Alguns judeus que entraram em Portugal com o objectivo de alcançar o Norte de África teriam também desembarcado em Arzila. Certa documentação de arquivo permite supor que, nesta praça, se verificou um antecedente da política verificada no reino em 1497, ou um seu prolongamento. O governador português D. Vasco Coutinho teria obrigado muitos dos judeus que alcançaram Arzila a tornarem-se cristãos através do baptismo em massa[3], referido com precisão pelo cronista Bernardo Rodrigues[4]. Uma questão mais complexa se levanta relativamente aos judeus que, segundo um documento da Torre do Tombo, em Lisboa, receberam ordem de D. Manuel, em 1499, para saírem de Arzila e vogarem em direcção a Fez[5]. Tratar-se-ia apenas dos judeus castelhanos que ali continuavam a viver, após o baptismo de muitos dos seus irmãos de fé? Na verdade constata-se que, até esta data, D. Manuel parecia prosseguir em Marrocos a mesma política verificada no reino: expulsava-se aqueles que persistiam abertamente na sua identidade judaica, para evitar um fenómeno de influência religiosa sobre os recém-convertidos.

2. Da conquista ao reconhecimento das judiarias em Marrocos: o caso de Azamor

Foram as subsequentes conquistas portuguesas em Marrocos que deram origem a uma «ressurreição» do quadro jurídico-legal das judiarias, extinto na metrópole. Na realidade, as praças de Arzila e de Santa Cruz do Cabo de Guer, esta última fundada em 1505, eram demasiado diminutas para que fosse aí reservado um espaço específico para os judeus. Em Ceuta e Tânger, conquistadas respectivamente nos anos remotos de 1415 e 1471, os judeus peninsulares expulsos em finais do século XV não tiveram qualquer garantia para permanecer mantendo a sua identidade, no mesmo contexto que levou D. Manuel a que fossem expulsos de Arzila. Em Mazagão (El Jadida), ocupada entre 1513-1514, a presença de judeus, mesmo de rendeiros oriundos de outras praças, não levou também à constituição de um bairro particular judaico: a dimi-

2. *Historia de los Reyes Católicos Dom Fernando y Doña Isabel*, selecção de Octavio de Medeiros, Madrid, Istmo, 1945, pp. 83-84.

3. Relação da governação do conde de Borba, capitão de Arzila, Arzila?, 1497-1499, *in* Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Corpo Cronológico* (*CC*), Parte III (P. III), maço I (m. I), documento 18 (doc. 18), fols. 5v e 7v.

4. Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, vol. I, 1915, p. 445.

5. Relação da governação do conde de Borba, capitão de Arzila, Arzila?, 1497-1499, *in* ANTT, *CC*, P. III, m. I, doc. 18, fol. 7-7v.

une des places portugaises les plus septentrionales au Maroc[2]. Certains Juifs arrivés au Portugal dans le but d'atteindre l'Afrique du Nord débarquèrent également à Asilah. Certains documents d'archives nous permettent de supposer que la politique pratiquée dans le royaume en 1497 trouva là une nouvelle extension. Le gouverneur portugais D. Vasco Coutinho aurait obligé de nombreux Juifs, qui avaient atteint Asilah, à devenir chrétiens à travers le baptême en masse[3], un fait rapporté avec précision par le chroniqueur Bernardo Rodrigues[4]. Une question plus complexe se pose à propos des Juifs qui, selon un document de la Torre do Tombo, à Lisbonne, reçurent l'ordre de D. Manuel, en 1499, de quitter Asilah et de partir vers Fès[5]. S'agirait-il seulement des Juifs castillans qui y vivaient encore après le baptême de plusieurs de leurs frères de foi ? Nous constatons, en effet, que, jusqu'à cette date, D. Manuel semblait poursuivre au Maroc la même politique que celle pratiquée dans le royaume : l'expulsion de ceux qui persistaient ouvertement dans leur identité juive, pour éviter un phénomène d'influence religieuse sur les nouveaux convertis.

2. De la conquête à la reconnaissance des *judiarias* au Maroc : le cas d'Azemmour

Les successives conquêtes portugaises au Maroc donnèrent lieu à une « résurrection » du cadre juridico-légal de la *judiaria* (quartier juif) qui s'était éteinte dans la métropole. En réalité, les places d'Asilah et de Santa Cruz du Cap de Gué, cette dernière ayant été fondée en 1505, étaient trop petites pour que l'on y réserve une place spécifique pour les Juifs. À Ceuta et Tanger, conquises respectivement dans les années lointaines de 1415 et 1471, les Juifs expulsés de la Péninsule à la fin du XVe siècle n'eurent aucune garantie d'y préserver leur identité, en butte au même contexte qui mena D. Manuel à leur expulsion d'Asilah. À Mazagan (El-Jadida), occupée entre 1513-1514, la présence de Juifs, voire des locataires originaires d'autres places, n'engendra pas non plus la constitution d'un quartier juif particulier : la faible densité de population juive qui y habitait est équivalente au rôle secondaire du bourg, soumis en particulier à la concurrence d'Azemmour, jusqu'à son abandon en 1541. On peut supposer que l'ordonnance royale du 30 août 1556, qui obligeait les

2. *Historia de los Reyes Católicos Dom Fernando y Doña Isabel*, sélection d'Octavio de Medeiros, Madrid, Istmo, 1945, pp. 83-84.

3. Rapport de la gouvernance du comte de Borba, capitaine d'Asilah, Asilah ?, 1497-1499, *in* Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Corpo Cronológico* (*CC*), Parte III (P. III), maço I (m. I), documento 18 (doc. 18), fols. 5v e 7v.

4. Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*, Lisbonne, Academia das Ciências de Lisboa, vol. I, 1915, p. 445.

5. Rapport de la gouvernance du comte de Borba, capitaine d'Asilah, Asilah ?, 1497-1499, *in* ANTT, *CC*, P. III, m. I, doc. 18, fol. 7-7v.

nuta população hebraica que aí viveu é equivalente ao papel secundário da vila, subordinada sobretudo à vizinha Azamor, até ao abandono desta em 1541. Presume-se que a notificação régia de 30 de Agosto de 1556, que obrigou os judeus a saírem das praças portuguesas, dentro de seis meses, também contemplou os judeus de Mazagão. Acabado o prazo e não tendo saído ainda todos os judeus das praças, o rei prorrogou a ordem por mais três meses, a partir da data em que foi emitida, ou seja, 21 de Maio de 1557[6]. Aliás, nesta como nas outras praças que os portugueses continuaram a ocupar – Ceuta e Tânger – após o abandono das outras em 1541, também não havia espaço para uma comunidade judaica na conjuntura religiosa que então se impunha para o reino e para o Império: em 23 de Maio de 1536 fora emitida a bula *Cum ad nihil magis* que instaurava o Tribunal do Santo Ofício em Portugal[7].

A conquista de Safim, em 1508, e de Azamor, em 1513, remetem para um outro contexto do reinado de D. Manuel, mais benéfico em relação à população conversa e, por inerência, fora da metrópole, também em relação aos judeus. D. Manuel prometera não inquirir sobre o comportamento religioso dos recém-convertidos em 20 de Maio de 1497, durante vinte anos. Como consequência, exacerbaram-se os ânimos da população cristã-velha contra os cristãos-novos, que explode no famoso massacre de Lisboa de 1506, repudiado pelo monarca, que castiga exemplarmente os promotores do evento e retira privilégios à capital[8]. Além disso, em 21 de Abril de 1512 comprometia-se a não indagar sobre o comportamento religioso dos conversos por mais dezasseis anos, ou seja, até 1533[9]. Antes dos primeiros passos para o estabelecimento da Inquisição em Portugal, no reinado de D. João III (1521-1557), havia pois um contexto religioso favorável que explica a autorização de judiarias nas povoações que possuíam as maiores malhas urbanas sob domínio português: Safim e Azamor.

Em ambos os casos há notícias que judeus oriundos da

6. Vide José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos durante o século XVI. Origens e actividades duma comunidade*, Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga, 1997, cap. 2.

7. Vide J. Lúcio de Azevedo, *História dos Cristãos Novos Portugueses*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1975, livro 2, cap. 1; Israel Salvator Révah, *Études Portugaises*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1973, cap. 8; Maria José P. Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição*... cit., cap. 3.

8. Vide Yosef Hayim Yerushalmi, *The Lisbon Massacre of 1506 and the Royal Image in the Shebet Yehudah*, Cincinnati, Hebrew Union College Annual Supplements, nº 1, 1976.

9. J. Lúcio de Azevedo, *História dos Cristãos Novos Portugueses*... cit., livro 2, cap. 1; Israel Salvator Révah, *Études Portugaises*... cit., cap. 8; Maria José P. Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição*... cit., pp. 42-54.

Juifs à quitter les places portugaises, en l'espace de six mois, comprenait également les Juifs de Mazagan. Une fois le délai terminé et estimant que tous les Juifs n'étaient pas encore partis, le roi prorogea de trois mois l'ordonnance royale, à partir de la date où elle avait été émise, soit le 21 mai 1557[6]. D'ailleurs, dans cette place comme dans les autres places que les Portugais ont continuées à occuper – Ceuta et Tanger – et après l'abandon des autres en 1541, il n'y avait plus de place pour une communauté juive dans la conjoncture religieuse qui s'imposait alors pour le royaume et l'Empire : le 23 mai 1536 fut publiée la bulle *Cum ad nihil magis* qui instaura l'inquisition au Portugal[7].

La conquête de Safi en 1508, et d'Azemmour en 1513, nous renvoient à un autre contexte du règne de D. Manuel, plus avantageux pour la population convertie et, par conséquent, en dehors de la métropole, également pour les Juifs. Le 20 mai 1497, D. Manuel promit de ne pas s'enquérir du comportement religieux des nouveaux convertis pendant vingt ans. En conséquence, les esprits de la population des vieux chrétiens s'exacerbèrent contre les nouveaux chrétiens, cette situation explosa lors du célèbre massacre de Lisbonne en 1506, répudié par le monarque, qui punira sévèrement les promoteurs de l'événement et retirera des privilèges à la capitale[8]. En outre, le 21 avril 1512, il s'engagea à ne pas s'enquérir du comportement religieux des *conversos* pendant seize années supplémentaires, soit jusqu'en 1533[9]. Avant les premiers pas vers l'établissement de l'inquisition au Portugal, sous le règne du roi D. João III (1521-1557), il existait en effet un contexte religieux favorable qui explique l'approbation de la création de *judiarias* dans les bourgs possédant les plus grandes mailles urbaines sous domination portugaise : Safi et Azemmour.

Il existe dans les deux cas des informations qui indiquent que des Juifs originaires de la péninsule Ibérique, dans le contexte des expulsions collectives, habitaient déjà ces bourgs, certains d'entre eux ayant joué, en l'occurrence, un rôle important dans l'aide à la conquête portugaise.

6. Voir José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos durante o século XVI. Origens e actividades duma comunidade*, Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga, 1997, chap. 2.

7. Voir J. Lúcio de Azevedo, *História dos Cristãos Novos Portugueses*, Lisbonne, Livraria Clássica Editora, 1975, livre 2, chap. 1; Israel Salvator Révah, *Études Portugaises*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1973, chap. 8; Maria José P. Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição*... cit., chap. 3.

8. Voir Yosef Hayim Yerushalmi, *The Lisbon Massacre of 1506 and the Royal Image in the Shebet Yehudah*, Cincinnati, Hebrew Union College Annual Supplements, nº 1, 1976.

9. J. Lúcio de Azevedo, *História dos Cristãos Novos Portugueses*... cit., livre 2, chap. 1; Israel Salvator Révah, *Études Portugaises*... cit., chap. 8; Maria José P. Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição*... cit., pp. 42-54.

Península Ibérica, no contexto das Expulsões Gerais, já habitavam estas povoações, desempenhando alguns um papel significativo no auxílio à conquista portuguesa.

No caso de Azamor foi Jacob Adibe, designado pelo cronista Damião de Góis como «Judeu de nação Portuguesa», quem avisou os portugueses, em 1513, que os seus habitantes haviam abandonado a povoação[10]. Dois judeus de Azamor – Isaac e Ismael Benzamerro – sabendo que as tribos vizinhas haviam cercado Safim, em 1510, teriam segundo Jerónimo de Mendonça disponibilizado duas fragatas de 200 judeus para socorrer os Portugueses, portanto quando a sua povoação ainda permanecia sob domínio islâmico[11].

D. Manuel começa por privilegiar os líderes, aqueles que revelaram préstimo e fidelidade aquando da conquista das praças. Em Azamor verificou-se uma recompensa imediata dos membros da família Adibe, pela sua informação sobre o despejo da praça: José Adibe, pai de Jacob Adibe, foi nomeado rabi-mor da comunidade local em carta régia de 23 de Julho de 1514[12] e, logo no dia seguinte, investido no cargo de corretor da feitoria portuguesa[13]. Pouco mais tarde, em 9 de Setembro de 1514, seu filho Yahya seria nomeado «língua» ou intérprete na cidade[14].

Depois de privilegiadas as personagens principais será a vez de outorgar direitos às comunidades que aquelas passaram a dirigir, através do modelo antigo de cartas dirigidas às comunas judaicas. A carta dirigida à comunidade de Azamor tem como paradigma o modelo inicial de Safim. No caso desta praça conhecem-se três cartas, uma de 1509 e duas de 1512. Pela carta de 4 de Maio de 1509, D. Manuel prometia aos presentes e futuros habitantes judeus que jamais os expulsaria da cidade contra a sua vontade, ou os obrigaria ao baptismo cristão. Aquando da saída poderiam levar todos os seus bens e ninguém os deveria molestar[15]. Quanto às cartas de 1512, a primeira,

10. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, Imprensa da Universidade, vol. 3, 1954, p. 188.

11. Jerónimo de Mendonça, *Jornada de África*, Lisboa, por Pedro Craesbeek, 1607, fol. 90.

12. Carta de nomeação de Jocefe Adibe, judeu morador em Azamor, rabi-mor dos judeus moradores nesta cidade, Lisboa, 23.6.1514, pub. por Maria Augusta Lima Cruz, «Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor», *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian,* vol. II, 1979, p. 137.

13. Carta de nomeação de Jocefe Adibe, judeu, morador em Azamor, para corretor da casa da feitoria da mesma cidade, Lisboa, 24.6.1514, pub. por Maria Augusta Lima Cruz, «Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor»... cit., p. 137.

14. Carta de confirmação do cargo de língua a Yahya Adibe, Évora, 8.9.1524, pub. por Francisco Marques de Sousa Viterbo, *in* «Ocurrências da Vida Judaica», *in Archivo Histórico Português*, Lisboa, 1904, vol. 2, pp. 13-14.

15. Cartas patentes de D. Manuel (Privilégio aos judeus de Safim), Évora, 4.5.1509, pub. *in Les Sources Inédites de l`Histoire du Maroc*

Dans le cas d'Azemmour ce fut Jacob Adibe, désigné par le chroniqueur Damião de Góis comme « Juif de nation portugaise », qui avertit les Portugais en 1513 que ses habitants avaient abandonné le bourg[10]. En 1510, deux Juifs d'Azemmour – Isaac et Ismaël Benzamerro – apprenant que les tribus avoisinantes avaient assiégé Safi, auraient fourni, d'après Jerónimo de Mendonça, deux frégates de 200 Juifs pour aider les Portugais, et ce, à un moment où sa population était encore sous domination islamique[11].

D. Manuel commença par attribuer des privilèges aux leaders, ceux qui firent preuve de dévouement et fidélité lors de la conquête des places. À Azemmour on procéda à une récompense immédiate des membres de la famille Adibe, pour leurs informations sur l'évacuation de la place : José Adibe, le père de Jacob Adibe, fut nommé grand-rabbin de la communauté locale par charte royale du 23 juillet 1514[12] et, le lendemain, il fut chargé du poste d'inspecteur de la factorerie portugaise[13]. Un peu plus tard, le 9 septembre 1514, son fils Yahya sera nommé « *língua* » ou interprète de la ville[14].

Après avoir conféré des privilèges aux principaux personnages, vint le moment d'accorder des droits aux communautés qu'ils dirigeaient à travers le vieux modèle de chartes octroyées aux communautés juives. La charte envoyée à la communauté d'Azemmour a comme paradigme le modèle initial de Safi. Dans le cas de cette place, il existe, à notre connaissance, trois chartes, une charte de 1509 et deux de 1512. Dans la charte datée du 4 mai 1509, D. Manuel promettait aux présents et futurs habitants juifs de ne jamais les expulser de la ville contre leur volonté, ni de les forcer au baptême chrétien. À leur sortie, ils pourraient emporter avec eux tous leurs biens sans qu'ils ne soient molestés[15]. Quant aux chartes de 1512,

10. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, Imprensa da Universidade, vol. 3, 1954, p. 188.

11. Jerónimo de Mendonça, *Jornada de África*, Lisbonne, par Pedro Craesbeek, 1607, fol. 90.

12. Lettre de nomination de Jocefe Adibe, juif habitant d'Azemmour, comme grand-rabbin des Juifs de cette ville, Lisbonne, 23.6.1514, pub. par Maria Augusta Lima Cruz, « Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor », *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian,* vol. II, 1979, p. 137.

13. Lettre de nomination de Jocefe Adibe, juif habitant d'Azemmour, comme d'inspecteur de la factorerie portugaise de cette ville, Lisbonne, 24.6.1514, pub. par Maria Augusta Lima Cruz, « Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor »... cit., p. 137.

14. Lettre de confirmation du poste d'interprète à Yahya Adibe, Évora, 8.9.1524, pub. par Francisco Marques de Sousa Viterbo, « Ocurrências da Vida Judaica », *in Archivo Histórico Português*, Lisbonne, 1904, vol. 2, pp. 13-14.

15. Charte de privilèges aux Juifs de Safi, Évora, 4.5.1509, pub. dans *Les Sources Inédites de l`Histoire du Maroc – première série : Dinastye Sa'adienne*, Archives et Bibliothèques du Portugal (*SIHM, Portugal*), dir. de Pierre de Cénival, David Lopes et Robert Ricard, Paris, Éditions Paul Geuthner, vol. 1, 1934, pp. 174-176.

datada de 2 de Janeiro, consagrou a presença dos judeus através do seu estatuto tributário, negociado no reino por Mail Benzamerro, em 1511, à revelia do poder de rabi Abraão, rabi-mor[16]. Esta carta privilegiou a comunidade com o pagamento de apenas um onça de 320 reais por casa, a começar em 1513, sendo dele isento as viúvas. Sabendo da existência de judeus pobres na praça, D. Manuel deu liberdade aos repartidores judeus para distribuir o quantitativo a pagar pelos membros da comunidade, desde que a soma total atingisse o cômputo pretendido. Deviam também pagar os direitos de entrada de mercadorias para Safim, e de saída, como os outros moradores[17]. O corolário desta política que reconhece o papel essencial da comunidade judaica foi a nova carta de privilégio emitida em 20 de Abril do mesmo ano. Segundo este documento, D. Manuel permitia a saída de todos os judeus que morassem em Safim, com sua família, quando assim o pretendessem. Por outro lado queria atrair também os judeus que tivessem «vontade» de virem à cidade, aumentando o núcleo populacional da judiaria[18].

A comunidade de Azamor, dirigida pelos Adibe, tem uma única carta de privilégio de 28 de Junho de 1514, exprimindo benefícios e obrigações de tributação semelhantes à carta para Safim, de 2 de Janeiro de 1512. Isenta contudo os membros da comunidade da dízima das mercadorias que fizessem sair da praça e nela entrar, por terra, podendo neste último caso vendê-las ali sem pagar impostos, o que mostra ser um incentivo ao comércio judaico com as populações marroquinas. A carta de Azamor mostra-se também, na sua singularidade, um documento mais perfeito que as cartas de Safim, como se fosse, na sua sequência, uma reunião daquelas missivas. De facto, tal como nas cartas de Safim de 4 de Maio de 1509 e de 20 de Abril de 1512, tratava-se também de um documento que tentava reter e até aumentar a população judaica, pois o privilégio era dado «aos judeus que ora vivem e

la première datée du 2 janvier, établit la présence des Juifs à travers leur statut fiscal, négocié dans le royaume par Mail Benzamerro en 1511, en dehors de l`autorité du grand-rabbin Abraão[16]. Cette charte privilégia la communauté avec le paiement d'une seule once de 320 réaux par maison à partir de 1513, les veuves étant exemptes de cet impôt. Connaissant l'existence de Juifs pauvres dans la place, D. Manuel accorda l'autonomie aux Juifs répartiteurs pour distribuer les montants devant être payés par les membres de la communauté, dès lors que la somme totale atteigne le montant souhaité. Ils devaient également payer les droits d'entrée et de sortie des marchandises destinées à Safi comme les autres résidents[17]. Le corollaire de cette politique, qui reconnaissait le rôle essentiel de la communauté juive, fut la nouvelle charte de privilège émise le 20 avril de cette même année. Selon ce document, D. Manuel autorisait la sortie de tous les Juifs qui vivaient à Safi, avec leur famille, dès lors qu'ils le souhaiteraient. D'autre part, il voulait aussi attirer les Juifs qui auraient « envie » de vivre dans la ville, augmentant ainsi le noyau de la population de la juiverie[18].

La communauté d'Azemmour, dirigée par les Adibe, n'eut qu'une seule charte de privilège, celle du 28 juin 1514, exprimant les avantages et les impositions de tribut semblables à la charte de Safi du 2 janvier 1512. Elle exemptait, néanmoins, les membres de la communauté de la dîme sur les marchandises qu'ils feraient sortir ou entrer dans la place par voir terres-tre, pouvant, dans ce dernier cas, les vendre à ce même endroit sans payer d'impôts, ce qui s'avère être une incitation aux échanges commerciaux des Juifs avec les populations marocaines. La charte d'Azemmour semble être aussi, dans sa singularité, un document plus parfait que celles de Safi, comme si elle était, à leur suite, une synthèse de ces missives. De fait, comme les chartes de Safi du 4 mai 1509 et du 20 avril 1512, il s'agissait également d'un document qui tentait de conserver et d'accroître la population juive, car le privilège était donné « aux Juifs vivant à présent en leurs domiciles et avec leurs biens dans notre ville d'Azemmour et qui dorénavant voudront y venir et y rester avec leurs maisons et leurs biens »[19].

– *première série : Dinastye Sa'adienne*, Archives et Bibliothèques du Portugal (*SIHM, Portugal*), dir. de Pierre de Cénival, David Lopes e Robert Ricard, Paris, Éditions Paul Geuthner, vol. 1, 1934, pp. 174-176.

16. Carta de rabi Abraão ao secretário de Estado António Carneiro, (Safim), 26.3. (de 1511), *in* ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 19.

17. Carta de privilégio para os judeus que viverem na cidade de Safim, Lisboa, 2.1.1512, pub. por José Alberto R. Silva Tavim, in *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., Apêndice 7, doc. 6.

18. Carta de privilégio para os judeus que viverem na cidade de Safim, Lisboa, 20.4.1512, pub. por José Alberto R. Silva Tavim, in *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., Apêndice 7, doc. 7.

16. Lettre du rabbi Abraão au secrétaire d'État António Carneiro, (Safi), 26.3.[1511], *in* ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, nº 19.

17. Charte de privilège pour les Juifs vivant dans la ville de Safi, Lisbonne, 2/1/1512, pub. par José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., Apêndice 7, doc. 6.

18. Charte de privilège pour les Juifs vivant dans la ville de Safi, Lisbonne, 20/4/1512, pub. par José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., Apêndice 7, doc. 7.

19. Charte de privilège du roi D. Manuel I aux Juifs habitants à Azemmour, Lisbonne, 28.6.1514, pub. par Maria Augusta Lima Cruz, « Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor »... cit., pp. 138-139.

estão com suas casas e fazendas em nossa cidade de Azamor e que ao diante a ela quiserem vir e estar com suas casas e fazendas»[19].

3. Uma Fénix renascida?

D. Manuel estabeleceu quatro cartas de privilégio para os judeus que viviam nas grandes urbes controladas pelos Portugueses em Marrocos – Safim e Azamor – quando já tinha sido decretada por Lei a extinção da Identidade Judaica em Portugal, incluindo pessoas, instituições sociais e instrumentos culturais. A peremptória determinação legislativa da extinção identitária significava, em termos práticos, a impossibilidade do discurso e da acção judaicos, na dimensão ontológica que lhe é atribuída por Hannah Arendt, quando considera que a vida sem discurso e sem acção está literalmente morta para o mundo, deixando de ser uma vida humana, visto que já não é vivida entre os homens[20].

Esta reflexão é fundamental para compreendermos o prolongamento de uma realidade institucional de carácter medieval numa parcela do país que era designado no título dos Reis de Portugal, desde a conquista de Arzila por D. Afonso V (1438-1481), em 1471, como «Reino do Argarve (...) de Além-Mar em África»[21], por contraponto ao «Reino do Algarve d`Aquém», ou seja, a actual província do Algarve português, conquistada aos senhores muçulmanos dos reinos das *taifas* só no século XIII. A aposição de um território de «além em África» seria utilizada sagazmente por D. Manuel I, conhecido pelas suas ambições imperais[22], com o intuito de desviar para aí uma realidade que a ideologia religiosa prevalecente na Península Ibérica após o nascimento da Espanha, e a arquitectura matrimonial do rei português tornaram inadmissível. Já vimos que nos primeiros tempos do decreto de Expulsão, D. Manuel agiu cautelosamente em relação aos judeus ibéricos refugiados em Arzila, quer dizer, aplicou aí a mesma política seguida na metrópole, de baptismo forçado e expulsão. Mas Safim e Azamor já foram conquistadas numa conjun-

19. Carta de privilégio de D. Manuel I dirigida a todos os judeus residentes em Azamor, Lisboa, 28.6.1514, pub. por Maria Augusta Lima Cruz, *in* «Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor»... cit., pp. 138-139.

20. Hannah Arendt, *A Condição Humana*, trad. do inglês por Roberto Rapozo, Lisboa, Relógio d`Água, 2001, p. 225.

21. Vide António Dias Farinha, «Norte de África», *in História da Expansão Portuguesa*, dir. de Francisco Bethencout e Kirti Chaudhuri, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, vol. 1, pp. 126-127.

22. Vide Luís Filipe F. R. Thomaz, «L`Idée Impériale Manueline», *in La Découverte, le Portugal et l`Europe*, ed. de Jean Aubin, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 35-103.

3. La renaissance d'un Phénix ?

Alors que l'extinction de l'identité juive au Portugal avait déjà été décrétée par la loi, y compris celle des personnes, des institutions sociales et des instruments culturels, D. Manuel établit quatre lettres de privilège pour les Juifs qui vivaient dans les grandes villes contrôlées par les Portugais au Maroc – Safi et Azemmour –. La péremptoire détermination législative de l'extinction identitaire signifiait, dans la pratique, l'impossibilité de parole et d'action juives, dans la dimension ontologique qui lui est donnée par Hannah Arendt lorsqu'elle considère que la vie sans parole et sans action est littéralement morte pour le monde, cessant d'être une vie humaine, car elle n'est plus vécue parmi les hommes[20].

Cette réflexion est fondamentale pour comprendre le prolongement d'une réalité institutionnelle de caractère médiéval dans une parcelle du pays qui était décrite dans la titulature des rois de Portugal, depuis la conquête d'Asilah par D. Afonso V (1438-1481), en 1471, comme « Reino do Argarve (...) de Além-Mar em África [« Royaume de l'Algarve (...) d'outre-mer en Afrique »[21]], par opposition à « Royaume de l'Algarve d'en deçà », à savoir l'actuelle province de l'Algarve portugais, qui ne fut conquise aux seigneurs musulmans des royaumes de *taifas* qu'au XIII^e^ siècle. L'inclusion d'un territoire d'« outre-mer en Afrique » serait utilisée à bon escient par D. Manuel I^er^, connu pour ses ambitions impériales[22]. Il avait ainsi l'intention de détourner, dans cette direction, une réalité que l'idéologie religieuse prépondérante dans la péninsule Ibérique, après la naissance de l'Espagne et l'architecture matrimoniale du roi portugais, rendit inadmissible. Nous constatons que dans les premiers jours d'existence du décret d'Expulsion, D. Manuel agit avec prudence envers les Juifs ibériques réfugiés à Asilah, ce qui revient à dire qu'il y appliquera la même politique de baptême forcé et d'expulsion que celle qui avait été suivie dans la métropole. Mais Safi et Azemmour furent conquises dans une conjoncture postérieure au massacre de 1506, dans laquelle le roi devint plus complaisant à l'égard d'une minorité qu'il souhaitait intégrer dans le royaume. Et d'autre part il s'agissait de nouvelles conquêtes urbaines.

Beaucoup de Juifs qui vivaient à Safi et Azemmour appartenaient aux groupes des personnes expulsées

20. Hannah Arendt, *A Condição Humana*, trad. de l'anglais par Roberto Rapozo, Lisbonne, Relógio d`Água, 2001, p. 225.

21. Voir António Dias Farinha, « Norte de África », *in História da Expansão Portuguesa*, dir. de Francisco Bethencout et Kirti Chaudhuri, Lisbonne, Círculo de Leitores, vol. 1, 1998, pp. 126-127.

22. Voir Luís Filipe F. R. Thomaz, « L`Idée Impériale Manueline », in *La Découverte, le Portugal et l`Europe*, éd. de Jean Aubin, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 35-103.

tura posterior ao massacre de 1506, em que o rei se tornou mais complacente em relação a uma minoria que pretendia integrar no reino. E por outro lado tratava-se de novas conquistas urbanas.

Muitos dos judeus que viviam em Safim e Azamor pertenciam aos agrupamentos dos expulsos de Portugal ou, pelo menos, da Península Ibérica. Os Adibe de Azamor devem ter uma origem especificamente portuguesa: documentação vária atesta a presença de elementos desta família em Portugal no século XV, também numa posição económica razoável. Aliás, só cerca de 1524 Moisés Adibe se reuniu aos outros membros da família em Azamor. Foi provavelmente uma das crianças retiradas aos pais em 1497, pois fora criado por uma ama, como cristão, na cidade algarvia de Tavira. Já vimos acima que o cronista Damião de Góis precisa que o arauto Jacob Adibe era um «judeu de nação português»[23]. Outros, como José Cordilha ou Gordilha, Samuel Boqueira, Abraão Carrilho, Abraão Cortidor e Abraão Homem apresentam também uma onomástica de origem peninsular[24].

Portanto, digamos que se assistiu a um reencontro dos judeus expulsos da Península Ibérica com os conquistadores portugueses do Norte de África. Poderíamos pensar que a herança da Expulsão pesaria bastante na atitude dos judeus ante os portugueses. Ou que os conquistadores portugueses continuariam a expulsá-los das suas novas possessões. Pelo contrário, o que se denota é uma «plasticidade» de atitudes aproveitando uma nova conjuntura e um contexto espacial e social diferente. D. Manuel, servindo-se desta última particularidade, prolongou no Norte de África a existência de judiarias que tinha extinto no reino, permitindo o discurso e incentivando a acção dos judeus de Safim e de Azamor, ou seja, reconhecendo a sua identidade sócio-religiosa nestas praças. Por outro lado, muitos judeus que aceitaram a liderança de famílias poderosas como os Adibe estavam prontos a colaborar com as novas autoridades, entrando desta forma nos antigos circuitos de contacto com a Península Ibérica de onde tinham vindo, ou seja, aproveitavam a oportunidade para se reintegrarem no Mundo Ibérico. As autoridades portuguesas, embora com grande relutância da Igreja, estavam prontas a acolher esta colaboração porque verificaram que o papel desempenhado pelos judeus era tão imprescindível para a sobrevivência das praças como o dos homens da feitoria ou do corpo de habitantes cristãos, entre os quais os militares. E aqui reside a grande inovação: o corpo funcional legislativo que permite a judiaria

23. Vide supra, nota 10.

24. Vide José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 218-224, 243.

du Portugal ou, pour le moins, de la péninsule Ibérique. Les Adibe d'Azemmour avaient sûrement une origine spécifiquement portugaise : plusieurs documents témoignent de la présence d'éléments de cette famille au Portugal au cours du XV[e] siècle, vivant aussi dans une situation économique aisée. D'ailleurs, ce n'est qu'aux alentours de 1524 que Moisés Adibe rejoignit les autres membres de la famille à Azemmour. Il a été probablement l'un des enfants enlevés à leurs parents en 1497, car il a été élevé par une nourrice, comme chrétien, dans la ville de Tavira en Algarve. Le chroniqueur Damião de Góis nous précise ci-dessus que le héraut Jacob Adibe était un « Juif de nation portugais »[23]. D'autres, comme José Cordilha ou Gordilha, Samuel Boqueira, Abraão Carrilho, Abraão Cortidor et Abraão Homem présentent également une onomastique d'origine péninsulaire[24].

Nous pouvons donc affirmer qu'il y eut une rencontre des Juifs expulsés de la péninsule Ibérique avec les conquérants portugais d'Afrique du Nord. On aurait pu penser que l'héritage de l'expulsion pèserait lourdement dans l'attitude des Juifs vis-à-vis des Portugais ou que les conquérants portugais continueraient à les chasser de leurs nouvelles possessions. Au contraire, on constate une « plasticité » des attitudes sous l'effet d'une nouvelle conjoncture et d'un contexte spatial et social différent. D. Manuel, utilisant cette dernière particularité, prolongea en Afrique du Nord l'existence de *judiarias* qu'il avait éliminées dans le royaume, autorisant la parole et encourageant les activités des Juifs de Safi et d'Azemmour, autrement dit, en reconnaissant leur identité socioreligieuse dans ces places. D'autre part, beaucoup de Juifs qui acceptèrent d'être dominés par des familles puissantes comme les Adibe étaient prêts à coopérer avec les nouvelles autorités, entrant ainsi dans les vieux circuits de contact avec la péninsule Ibérique d'où ils venaient, c'est-à-dire, profitant de l'occasion pour se réintégrer dans le Monde ibérique. Les autorités portugaises, en dépit de la forte opposition de l'Église, étaient prêtes à accueillir cette collaboration, car il leur apparut que le rôle des Juifs était aussi indispensable pour la survie des places que celui des hommes de la factorerie ou du corps d'habitants chrétiens, dont faisaient partie les militaires. Et c'est là la grande nouveauté : le corpus fonctionnel législatif qui permet l'existence du quartier juif se modèle sur la documentation médiévale traditionnelle, mais un contexte social radicalement différent se reflète immédiatement dans la structuration des chartes de privilège elles-mêmes. Donc, comme cela figure dans la charte d'Azemmour de

23. Voir supra, note 10.

24. Voir José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 218-224, 243.

molda-se na documentação tradicional medieval, mas o contexto social significativamente diferente repercute-se de imediato na estruturação das próprias cartas de privilégio. Por isso, tal como está patente na carta de Azamor de 1514, D. Manuel pretendia até que mais judeus fossem aliciados a viver nessas praças. Esta novidade patente no documento de matriz medieval revela também que o poder régio reconhecia que os judeus eram um grupo imprescindível para a «respiração» destes enclaves em território islâmico, o que ficou amplamente comprovado na espessa participação dos judeus nos negócios mais avultados entre Portugal e os reinos de Marrocos, e ao nível da negociação política ou espionagem. Por exemplo, em 1515, Yahya Adibe estabelece uma parceria com D. Pedro de Sousa, governador de Azamor, para a compra de bordates[25]; e em 1533 um dos Adibe está em Lisboa para um contrato de aquisição de lacre na Casa da Índia, cujo parceiro é o próprio rei D. João III[26]. Foram também os Adibe que «salvaram» a praça de Azamor quando o xarife Mawlay Muhammad Shaykh [Mulei Mohamede Xeque nas fontes portuguesas] a atacou em Março de 1530: o capitão, António Leite, não conseguira prevenir-se a tempo, e seriam os Adibe que o aconselhariam a enviar um judeu com uma missiva de tréguas junto daquele senhor, chegando eles mesmos a presentear lautamente o invasor, de tal forma que este levantou o arraial. Bregis foi mesmo morto por ordem do xarife depois de enviado por ordem de António Leite, com duas cartas de D. João III – uma em português e outra em árabe – a Mawlay Idris, senhor da Montanha [Mulei Drisa ou Driça nas fontes portuguesas][27].

Esta situação especial que lhes era garantida, reconhecia a sua situação de charneira entre o Mundo Cristão e o Mundo Islâmico, por onde passaram a deslocar-se mais livremente, embora no caso de estadia precária na metrópole portuguesa, por motivos de ordem negocial ou diplomática, estivessem sujeitos ao uso de um sinal identificativo, sobretudo para

25. Mandado de D. Pedro de Sousa, capitão de Azamor, para Álvaro do Cadaval, almoxarife, pagar a Yahya Adibe o que lhe é devido, Azamor, 6 de Abril de 1515, *in* ANTT, *CC*, P. II, m. 56, doc. 28.
O bordate era um tecido de algodão, normalmente listado, fabricado no norte de Portugal mas também importado de Inglaterra, de tal forma fundamental para a troca com os escravos negros que a Coroa instituiu em 1512 o monopólio da sua venda – vide José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 608-609.

26. Carta de D. João III ao conde da Castanheira, Évora, 13 de Setembro de 1542, *in Letters of John III, King of Portugal*, texto português editado com uma introdução por J. D. M. Ford, Cambridge, Harvard University Press, p. 141.

27. Vide José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 434-436.

1514, D. Manuel souhaitait précisément que d'autres Juifs soient attirés vers ces places.

Cette nouveauté qui apparaît dans le document de matrice médiéval révèle également que le pouvoir royal reconnaissait que les Juifs étaient un groupe indispensable à la « respiration » de ses enclaves en territoire musulman, ce qui fut amplement confirmé par l'abondante participation des Juifs aux affaires les plus importantes entre le Portugal et le Royaume du Maroc, et au niveau de la négociation politique ou d'espionnage. Par exemple, en 1515, Yahya Adibe établit un partenariat avec D. Pedro de Sousa, gouverneur d'Azemmour, pour l'achat de bordats[25] ; et en 1533, l'un des membres de la famille Adibe se rendit à Lisbonne pour un contrat d'acquisition de gommelaque à Casa da Índia, dont le partenaire était le roi D. João III lui-même.[26] Ce furent également les Adibe qui « sauvèrent » la place d'Azemmour quand elle fut attaquée par le Chérif Moulay Muhammad Shaykh en mars 1530 : le capitaine, António Leite, n'avait pas pu se protéger à temps, et ce seraient les Adibe qui l'auraient conseillé d'envoyer un Juif avec une missive de trêve auprès de ce seigneur, ils en seraient arrivés eux-mêmes à offrir somptueusement l'envahisseur de telle sorte que celui-ci leva le camp. Bregis a réellement été mort sur l'ordre du Chérif après avoir été envoyé sur l'ordre d'António Leite, porter deux lettres de D. João III – une en portugais et une autre en arabe – à Moulay Idris, Seigneur de la Montagne[27]. Cette situation particulière qui leur était garantie reconnaissait leur position charnière entre le monde chrétien et le monde islamique, grâce à laquelle ils commencèrent à se déplacer plus librement, même si, dans le cas de séjour précaire dans la métropole portugaise pour des raisons d'affaires ou diplomatiques, ils étaient soumis à l'utilisation d'un signal distinctif, surtout pour éviter tout contact avec les nouveaux chrétiens[28]. Quelles furent les répercussions internes de cette situation particulière dans le tissu social qui formait les « nouvelles » *judiarias* ?

25. Mandat de D. Pedro de Sousa, capitaine d'Azemmour, pour Álvaro do Cadaval, *almoxarife*, payer à Yahya Adibe ce qui lui est dû, Azemmour, 6/4/1515, *in* ANTT, *CC*, P. II, m. 56, doc. 28.
Le bordat était un tissu de coton, normalement à rayures, fabriqué dans le nord du Portugal, mais aussi importé d'Angleterre, et à tel point important pour l'échange avec les esclaves noirs que la Couronne finit par instituer en 1512 le monopole de sa vente – Voir José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 608-609.

26. Lettre du roi D. João III au comte de Castanheira, Évora, 13/09/1542, *in Letters of John III, King of Portugal*, texte portugais édité avec une introduction de J. D. M. Ford, Cambridge, Harvard University Press, p. 141.

27. Voir José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 434-436.

28. Duarte Nunes de Leão, *Leis Extravagantes e Reportório das Ordenações* (reproduction « en fac-similé » de l'éd. de 1569), Lisbonne, Fondation Calouste Gulbenkian, 1987, P. 4, tit. 5, loi 7 – « [Des Juifs et des Maures qui ne portent pas de signes distinctifs] » – fol. 122.

evitar contactos com os cristãos-novos[28]. Como se repercutiu esta situação especial, internamente, no tecido social que formava as «novas» judiarias?

4. A judiaria no Norte de África: o caso de Azamor. O espaço e os homens

Tal como no reino, «negociou-se» um espaço específico, apartado do espaço urbano habitado pela maioria da população cristã. Não temos notícias em relação a Safim, mas em Azamor o assunto do alojamento dos judeus foi tratado em 30 de Outubro de 1516, por iniciativa de Yahya Adibe. O capitão Simão Correia queria que todos os judeus se recolhessem em uma ou duas ruas, mas Yahya pretendia que D. Manuel entregasse aos judeus duas ou três ruas ao longo do muro da ribeira, que fossem direitas à fortaleza. A judiaria de Azamor parecia assim invocar o antigo dispositivo urbanístico de algumas judiarias medievais portuguesas, como a de Alfama, situada entre a Cerca Moura e a ribeira de Lisboa. Simão Correia concordou também em defender a judiaria com a artilharia da fortaleza. A judiaria incorporou igualmente a praça velha da antiga Azamor islâmica, embora D. João III indemnizasse alguns judeus por derrubar as suas casas ali situadas[29]. Os judeus poderiam recolher-se no castelo pela Porta da Vila, em caso de perigo[30]. Mas esta «primazia» também não era ocasional. Numa terra sujeita ao ataque constante dos vários poderes políticos de Marrocos – centrais e tribais – todos os elementos eram necessários, mesmo pertencendo a outra identidade religiosa. Por exemplo, em 20 de Maio de 1517, Simão Correia, referindo-se à guarnição de Azamor, calculava em 100 os judeus que nela serviam[31]. Podemos assim avançar que o incentivo à permanência dos judeus em Azamor corresponde também à necessidade de contar com a sua contribuição para a defesa da praça.

Outra diversificação de funções que corresponde a uma nova situação geográfica e social é a actividade da aposentadoria. No caso do Portugal medieval, a comuna judaica devia prestar-se a aposentar nas suas

28. Duarte Nunes de Leão, *Leis Extravagantes e Reportório das Ordenações* (reprodução «fac-simile» da ed. de 1569), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, P. 4, tit. 5, lei 7 – «Dos judeus e mouros que andão sem sinal» – fol. 122.

29. Vide José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 240-241.

30. Vide Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, Porto, FAUP Publicações, 2008, pp. 300 (planta da cidade antiga) e 306.

31. Carta de Simão Correia a D. Manuel, Azamor, 20.5.1517, in *SIHM, Portugal*, vol. 1, p. 186.

4. La *judiaria* en Afrique du Nord : le cas d'Azemmour. L'espace et les hommes

Comme dans le royaume, il fut « négocié » un espace spécifique, en dehors de la zone urbaine habitée par la majorité de la population chrétienne. Nous n'avons pas de documentation sur ce point concernant Safi, mais, à Azemmour, la question du logement des Juifs fut traitée le 30 octobre 1516 sur l'initiative de Yahya Adibe. Le capitaine Simão Correia voulait que tous les Juifs se concentrent dans une ou deux rues, mais Yahya voulait que D. Manuel leur rendît deux ou trois rues le long du quai de la rivière, et que celles-ci mènent tout droit à la forteresse. Le quartier juif d'Azemmour semblait ainsi invoquer l'ancien dispositif urbain de quelques-unes des *judiarias* médiévales portugaises comme celle d'Alfama, située entre l'Enceinte maure et la rivière de Lisbonne. Simão Correia accepta aussi de défendre la *judiaria* avec l'artillerie de la forteresse. Le quartier juif incorpora également la vieille place de l'ancienne Azemmour islamique, et D. João III indemnisât quelques Juifs de la destruction de leurs maisons qui y étaient implantées[29]. Les Juifs pouvaient s'abriter dans le château par la Porte du Bourg (*Porta da Vila*), en cas de danger[30]. Mais ce « privilège » n'était pas occasionnel. Dans une terre soumise à des attaques constantes des nombreux pouvoirs politiques du Maroc – centraux et tribaux –, tous les éléments étaient nécessaires, même ceux relevant d'une autre identité religieuse. Par exemple, le 20 mai 1517, Simão Correia, se référant à la garnison d'Azemmour, estimait à 100 les Juifs qui y servaient[31]. Nous pouvons donc avancer que l'encouragement à la permanence des Juifs à Azemmour correspond aussi à la nécessité de compter sur leur contribution à la défense de cette place.

Une autre distinction des fonctions qui correspond à une nouvelle situation géographique et sociale est l'activité d'accueil. Dans le cas du Portugal médiéval, la communauté juive devait offrir l'hébergement dans ses habitations aux membres de la Maison royale, aux membres de la noblesse et aux fonctionnaires royaux, ainsi qu'à leurs délégations et accompagnateurs[32]. À Azemmour cette activité était liée à la pratique diplomatique : les Juifs devaient héberger les alcades musulmans, leurs messagers et serviteurs et ceux des

29. Voir José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 240-241.

30. Voir Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, Porto, FAUP Publication, 2008, pp. 300 (plan la ville ancienne) et 306.

31. Lettre de Simão Correia au roi D. Manuel I, Azemmour, 20.5.1517, *in SIHM, Portugal*, vol. 1, p. 186.

32. Maria José P. F. Tavares, *Os judeus em Portugal no século XV*... cit., pp. 189-191.

residências os elementos da Casa Real, os membros da nobreza e os funcionários régios, assim como as suas comitivas e acompanhantes[32]. Em Azamor esta actividade está relacionada com a prática diplomática: os judeus deviam aposentar os alcaides muçulmanos, os emissários e os criados daqueles e dos sultões de Fez, assim como dos xarifes, sendo depois recompensados em numerário. Era uma actividade tão meritória e recompensadora que foram sobretudo as personalidades privilegiadas que a exerceram: Jacob Adibe, rabi-mor, seu irmão Moisés Adibe, e três feitores de Abraão Benzamerro – Jacob Daroque, Juda Budara e Samuel Palençano[33].

A judiaria funciona assim como o *mellah* de Fez (1438) e, mais tarde, de Marraquexe (1557): são os locais do Outro civilizacional, em que os judeus residentes deviam dar guarida aos cristãos, fora da maior parte dos espaços urbanos em que a população muçulmana demonstrava um comportamento visivelmente hostil[34]. É por isso que o humanista Nicolau Clenardo, aquando da sua visita a Fez em 1541, preferiu ali viver e não na aduana[35]. Presume-se que os «visitantes» muçulmanos «sentiam» a mesma segurança nas judiarias das praças portuguesas. E neste âmbito, sob o quadro dos antigos «deveres» da comuna judaica, uma nova vocação surge, como uma adaptação a um quadro social novo.

Mas a singularidade das judiarias de Safim e de Azamor revela outra realidade. Ao contrário do que se passava no reino, cada uma destas povoações era considerada uma peça territorial «per se», tendo direito, cada uma delas, a um rabi-mor com o mesmo significado social do rabi-mor medieval. Denota-se através da documentação que aqueles serviam de intermediários com o rei, assumindo papéis de monta a título individual e familiar, quer ao nível da prática informativa ou diplomática com as entidades políticas de Marrocos, quer na dinamização de negócios avultados entre Portugal e o Norte de África.

O caso de Azamor aponta para um caso de transmissão hereditária até ao abandono da praça em 1541:

sultans de Fès, ainsi que ceux des Chérifs, ils étaient ensuite dédommagés en numéraire. C'était une activité si méritoire et gratifiante qu'elle fut surtout exercée par les personnalités privilégiées : Jacob Adibe, grand-rabbin, son frère Moisés Adibe, et trois intendants d'Abraão Benzamerro – Jacob Daroque, Juda Budara et Samuel Palençano[33].

La *judiaria* fonctionnait ainsi à l'image du *mellah* de Fès (1438) et, plus tard, de Marrakech (1557) : ce sont les lieux de l'Autre civilisationnel, dans lequel les résidents juifs devaient abriter les chrétiens, en dehors de la plupart des espaces urbains où la population musulmane montrait un comportement visiblement hostile[34]. C'est pourquoi l'humaniste Nicolau Clenardo, au cours de sa visite à Fès en 1541, choisit de vivre à cet endroit plutôt que dans la douane[35]. On suppose que les « visiteurs » musulmans « sentaient » le même niveau de sécurité dans les *judiarias* des places portugaises. Et dans ce contexte, dans le cadre des vieux « devoirs » de la commune juive, une nouvelle vocation surgit comme une adaptation à un nouveau cadre social.

Mais la particularité des quartiers juifs de Safi et d'Azemmour révèle une autre réalité. Contrairement à ce qui se passait dans le royaume, chacun de ces bourgs était considéré comme une parcelle territoriale *per se* ayant chacune le droit à un grand rabbin avec la même signification sociale que celle du grand rabbin médiéval. On constate par la documentation qu'ils servirent d'intermédiaires avec le roi, assumant des rôles importants, individuels ou familiaux, tant dans les pratiques d'information ou diplomatiques avec les entités politiques du Maroc, que dans la dynamisation d'affaires commerciales importantes entre le Portugal et l'Afrique du Nord.

Le cas d'Azemmour semble être de transmission héréditaire jusqu'à l'abandon de la place en 1541 : la fonction de grand rabbin fut l'apanage de la famille Adibe, étant exercée successivement par José Adibe (1514-1520 ou 1522), son fils ainé Yhaya Adibe (1522-1534), puis après le décès de ce dernier par son frère Jacob Adibe (1534-1541)[36]. Il n'y eut qu'une brève interruption en 1520, quand José Cordilha fut, cette

32. Maria José P. Ferro, *Os judeus em Portugal no século XV*... cit., pp. 189-191.

33. vide José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 399-403 e 426-428.

34. Vide José Alberto R. Silva Tavim, «Subir a Fez em meados do século XVI: contribuição para o estudo de um *mellah*», *in Os Judeus Sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*, ed. de Carmen Ballesteros e Mery Ruah, Lisboa, Edições Colibri, pp. 87-117.

35. Carta de Nicolau Clenardo a Jacques Latomus, Fez, 9 de Abril de 1541; e carta de Nicolau Clenardo a Arnold Streyters, abade de Tangerioo, Fez, 12 de Abril de 1541, pub. por Alphonse Roersche, *Clénard peint par lui-même*, Bruxelas, Office de Publicité, 1942, p. 67; e por Manuel Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal. Clenardo e a Sociedade Portuguesa do seu Tempo*, Coimbra, Coimbra Editora, 1949, pp. 142-143.

33. Voir José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 399-403 et 426-428.

34. Voir José Alberto R. Silva Tavim, « Subir a Fez em meados do século XVI : contribuição para o estudo de um *mellah* », *in Os Judeus Sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*, éd. de Carmen Ballesteros et Mery Ruah, Lisbonne, Edições Colibri, pp. 87-117.

35. « Lettre de Nicolau Clenardo a Jacques Latomus », Fès, 9/4/1541; et « Lettre de Nicolau Clenardo a Arnold Streyters, abade de Tangerioo », Fès, 12/4/1541, pub. par Alphonse Roersche, *Clénard peint par lui-même*, Bruxelles, Office de Publicité, 1942, p. 67 ; et par Manuel Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal. Clenardo e a Sociedade Portuguesa do seu Tempo*, Coimbra, Coimbra Editora, 1949, pp. 142-143.

36. Voir José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., Apêndice 3, nº 3.

o arrabiado foi apanágio da família Adibe, sendo exercido sucessivamente por José Adibe (1514-1520 ou 1522), seu filho mais velho Yhaya Adibe (1522-1534) e, após a morte deste, por seu irmão Jacob Adibe (1534--1541)[36]. Teve apenas um breve intervalo em 1520, quando José Cordilha foi nesse ano nomeado rabi-mor pelo facto de, malquistado com o capitão D. Álvaro de Noronha, José Adibe ter sido lançado fora da praça[37]. A existência de uma dinastia de judeus cortesãos ocupando o arrabiado-mor de Azamor parece uma novidade no quadro português[38], mas revela igualmente esse grau maior de dependência extrema, com o Estado Português investindo a sua confiança numa família que desde muito cedo mostrou fortes indícios de fidelidade.

Estes microcosmos de dependência pessoal vão-se revelar na própria atribuição de cargos, e o caso de Azamor é o mais impressionante. No dia seguinte à sua nomeação como rabi-mor dos judeus de Azamor, D. Manuel designava José Adibe corretor da feitoria da cidade, devido à confiança que nele depositava[39]. E em 9 de Setembro de 1514, seu filho e futuro rabi--mor, Yahya Adibe, seria confirmado para o crucial cargo de intérprete da cidade[40]. O único poder alternativo, como vimos, foi o do malogrado José Gordilha ou Cordilha, que D. João III nomeou tabelião perante o rabi dos judeus de Azamor e das escrituras que se fizessem entre aqueles[41].

A par desta concentração de ofícios dignificantes e economicamente rentáveis entre pessoas da mesma «casa» assiste-se a uma outra novidade: a vitalidade e importância social do cargo de «Língua», «Turgimão» ou «intérprete», crucial nestes mundos de fronteiras. O lugar era colocado a concurso por meio da afixação de editais. Mas os candidatos que geralmente ocupavam esse cargo eram os judeus, devido ao facto de conhecerem ou entenderem outra «língua hispânica» e também o árabe, que utilizavam nos seus negócios e até para fins litúrgicos. Era também um cargo de

36. Vide José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., Apêndice 3, n.º 3.

37. Vide José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 218-224.

38. Vide Reuven Faingold, «Los judíos en las cortes reales portuguesas», *Sefarad*, n.º 45, fasc. 1, 1995, pp. 77-104.

39. Carta de nomeação de Jocefe Adibe, judeu, morador em Azamor, para corretor da casa da feitoria da mesma cidade, Lisboa, 24.6.1514, pub. por Maria Augusta Lima Cruz, *in* «Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor»... cit., p. 137.

40. Carta de confirmação do cargo de língua de Azamor a Yahya Adibe, Évora, 8.9.1524, pub. por Francisco Marques de Sousa Viterbo, *in Notícias de alguns arabistas e intérpretes de Línguas Africanas e Orientais*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1906, pp. 13-14.

41. Carta de mercê do cargo de tabelião do rabi dos judeus de Azamor a Jusepe Gordilha, Almeirim, 11.5.1523, *in* ANTT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 3, fol. 36v.

année-là, nommé grand rabbin par le fait que José Adibe, qui était en mauvais termes avec le capitaine D. Álvaro de Noronha, avait été expulsé de la place[37]. L'existence d'une dynastie de Juifs courtisans, occupant la fonction de grand rabbin d'Azemmour, semble une nouveauté dans le contexte portugais[38], mais elle révèle également un haut niveau de dépendance, l'État Portugais avait investi sa confiance dans une famille qui très tôt avait démontré des signes évidents de fidélité.

Ces microcosmes de dépendance personnelle vont se révéler jusque dans l'attribution de postes, et le cas d'Azemmour est encore plus frappant. Au lendemain de sa nomination au poste de grand rabbin des Juifs d'Azemmour, D. Manuel nommait José Adibe inspecteur de la factorerie de la ville, grâce à la confiance qu'il avait en lui[39]. Et le 9 septembre 1514, son fils et futur grand rabbin, Yahya Adibe, fut confirmé pour le rôle crucial d'interprète de la ville[40]. Le seul pouvoir alternatif, comme nous l'avons vu, fut celui du malencontreux José Gordilha ou Cordilha, que D. João III nomma notaire devant le rabbin des Juifs d'Azemmour et pour les actes notariés qui seraient réalisés entre eux[41].

De pair avec cette concentration de fonctions honorables et économiquement rentables entre des personnes de la même « maison » nous observons à une autre nouveauté : la vitalité et l'importance sociale du poste de « *língua* », « Turgimão » ou « Interprète », cruciale dans ces mondes de frontières. Le poste était mis au concours par l'affichage d'un avis public. Mais, en règle générale, les candidats qui occupaient ce poste étaient les Juifs, parce qu'ils connaissaient ou comprenaient une autre « langue hispanique » et aussi l'arabe, qu'ils utilisaient dans leurs affaires voire à des fins liturgiques. C'était également une position de prestige, car le titulaire de ce poste devait mériter la plus grande confiance du pouvoir royal. Le seul « língua » officiel à Azemmour fut Yahya Adibe, confirmé dans les années de 1520 et 1524, qui cumulera plus tard le poste avec celui de grand rabbin.

37. José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 218-224.

38. Voir Reuven Faingold, « Los judíos en las cortes reales portuguesas », *Sefarad*, nº 45, fasc. 1, 1995, pp. 77-104.

39. Lettre de nomination de Jocefe Adibe, juif habitant d'Azemmour, comme d'inspecteur de la factorerie portugaise de cette ville, Lisbonne, 24.6.1514, pub. par Maria Augusta Lima Cruz, « Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor »... cit., p. 137.

40. Lettre de confirmation du poste d'interprète à Yahya Adibe, Évora, 8.9. 1524, pub. par Francisco Marques de Sousa Viterbo, *Notícias de alguns arabistas e intérpretes de Línguas Africanas e Orientais*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1906, pp. 13-14.

41. Charte de nomination de Jusepe Gordilha comme notaire devant le rabbi des Juifs d'Azemmour, Almeirim, 11.5.1523, *in* ANTT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 3, fol. 36v.

prestígio pois o seu detentor devia merecer a maior confiança do poder régio. O único «língua» oficial de Azamor foi Yahya Adibe, confirmado nos anos de 1520 e 1524, sendo este cargo acumulado, posteriormente, com o de rabi-mor. O grande potentado Abraão Benzamerro foi nomeado, em 1527, «língua» de Mazagão, e de Safim e de Azamor, quando os cargos destas últimas urbes vagassem[42].

*

A identidade judaica foi mantida nas «bolsas de domínio português» no Norte de África, porque era reconhecida a sua importância primordial na manutenção daquelas: empréstimo e usura eram actividades tão imprescindíveis como a arrendamento da distribuição dos soldos à população, nas condições de deficiência económica em que aquela estava sujeita, quando constituída sobretudo por gente de guerra e funcionários régios. Mas também porque mesmo a mais alta autoridade de Portugal reconhecia os judeus como peritos no mundo negocial entre entidades político-religiosas distintas e muitas vezes em confronto, necessitando igualmente deles como diplomatas (sem definição oficial), intérpretes, informadores, intermediários comerciais e peritos no essencial resgate dos cativos, dado o estado de guerra latente. Tal como aconteceu na Península Ibérica, foi o «encerramento» conjuntural do diálogo entre as duas civilizações, aquando da ascensão da dinastia Sádida e do reforço da corrente da Contra-Refoma em Portugal, que pôs termo à «sobrevivência» dos judeus no prolongamento da antiga Sefarad. A expulsão das diferentes praças acompanhou de perto a decisão das autoridades portuguesas em abandonar Azamor, Safim, Arzila e Alcácer-Ceguer, em 1541 (Santa Cruz do Cabo de Guer foi conquistada nesse mesmo ano pelo xarife Mawlay Muhammad Shaykh)[43].

5. Azamor e Mazagão. Uma unidade vital, antes e depois do abandono português de Azamor (1541)

5.1 Antes do abandono

Azamor ficou conhecida também pela sua visível população conversa. Logo entre 1 e 9 de Janeiro de 1513, o capitão do campo D. João de Meneses infor-

42. Vide José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 374-381.

43. Vide Otília Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, s.l., Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996; e também Bernard Rosenberger, *Le Maroc au XVI^e siècle. Au seuil de la modernité*, s.l., Fondation des Trois Cultures, 2008, cap. 3.

Le grand potentat Abraão Benzamerro fut nommé, « língua » de Mazagan, puis de Safi et d'Azemmour en 1527, au moment où ces postes furent libérés[42].

*

L'identité juive fut maintenue dans les « poches de domination portugaise » en Afrique du Nord, car on reconnaissait son importance primordiale dans le maintien de celles-ci : les activités de prêt et d'usure étaient tout aussi essentielles que l'affermage de la distribution des soldes à une population en condition de carence économique constituée principalement de gens de guerre et de fonctionnaires royaux. Mais aussi parce que même la plus haute autorité du Portugal reconnaissait les Juifs comme des experts dans le monde des affaires parmi des entités politiques et religieuses distinctes et très souvent en conflit, ayant aussi besoin d'eux en tant que diplomates (sans avoir une définition officielle), interprètes, informateurs, intermédiaires de commerce et experts pour l'indispensable rachat des captifs, étant donné l'état de guerre latent. Tel que dans la péninsule Ibérique, ce fut la « fermeture » conjoncturelle du dialogue entre les deux civilisations, au moment de l'essor de la dynastie sadienne et du renforcement du courant de la Contre-réforme au Portugal, qui mit fin à la « survie » des Juifs dans le prolongement de l'ancienne séfarade. L'expulsion des Juifs des différentes places fut provoquée par la décision des autorités portugaises d'abandonner Azemmour, Safi, Asilah et El-Ksar es-Seghir, en 1541 (Santa Cruz du Cap de Gué ayant été conquise cette même année par le Chérif Moulay Muhammad Shaykh)[43].

5. Azemmour et Mazagan. Une unité vitale, avant et après l'abandon portugais d'Azemmour (1541)

5.1 Avant l'abandon

Azemmour fut aussi connue pour sa visible population convertie. Tout de suite entre le 1er et 9 janvier 1513, le capitaine de camp D. João de Meneses informa D. Manuel du fait que parmi les habitants seuls quatre nouveaux chrétiens et quelques serviteurs des nobles du roi voulaient y rester. Il ajouta également que Rui Barreto avait présenté au duc de Bragança une liste de plus de trois cents habitants »[44]. En écrivant le jour

42. Voir José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 374-381.

43. Voir Otília Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, s.l., Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996 ; et également Bernard Rosenberger, *Le Maroc au XVI^e siècle. Au seuil de la modernité*, s.l., Fondation des Trois Cultures, 2008, cap. 3.

44. Lettre de D. João de Meneses au roi, Azemmour, 1-9/12/1515, *in SIHM, Portugal*, vol. I, p. 462.

mou D. Manuel que, entre os moradores, havia somente quatro cristãos-novos e alguns criados dos fidalgos do rei que ali pretendiam ficar. Acrescentou ainda que Rui Barreto apresentara ao duque de Bragança um rol de mais trezentos moradores»[44]. O prior Gonçalo de Almeida, escrevendo no dia 3 do mesmo mês, alertou o rei que muitos desses moradores seriam cristãos-novos e que podiam contactar facilmente com os judeus da praça[45]. D. Manuel tentou seguir o conselho do prior mas Rui Barreto esquivou-se, dizendo que os cristãos-novos eram apenas dez e destes, seis eram essenciais como artífices. E de facto os cristãos-novos permaneceram em Azamor depois da conquista, exercendo ainda as ocupações de físico, mercador, boticário e rendeiro. Azamor surge inclusivamente como uma das praças com o maior número de cristãos-novos: conhecemos concretamente os casos de 20 cristãos-novos que, ao longo do século XVI, escolheram esta terra para sua residência, mas o seu quantitativo foi de certeza mais elevado. Já referimos que Azamor foi conquistada num contexto favorável para a população cristã-nova do reino, após o massacre de 1506. Além disso, como foi a última praça a ser conquistada, surgiu como uma espécie de último fôlego para alguns conversos que não se sentiriam à vontade no reino ou ainda, como foi comprovado, que tentariam sair para terras islâmicas em qualquer momento de opressão, onde poderiam assumir a identidade judaica. Muita gente do sul, mormente dos domínios do conquistador duque de Bragança, D. Jaime, participou na sua empresa para depois ficar a residir em Azamor, onde esperava ser menos molestada. E de facto, assim aconteceu. Todos os denunciados foram abrangidos pela actividade do Santo Ofício quando regressaram ao reino, antes do abandono da praça ou por imposição desta medida[46]. No primeiro caso insere-se o exemplo de Manuel Rodrigues e da sua família, que foram reconhecidos no Reino por antigos residentes cristãos-velhos de Azamor – ele em 10 de Janeiro de 1537[47] – sendo o primeiro cristão-novo denunciado ao recém-criado tribunal, e depois explicitamente com o resto da família, em 1543. Ora acontece que Manuel Rodrigues,

44. Carta de D. João de Meneses para El-Rei, Azamor, 1-9 de Dezembro de 1515, *in SIHM, Portugal*, vol. I, p. 462.

45. Carta do padre Gonçalo de Almeida, prior de Lagos, dirigida a D. Manuel I, Azamor, 3 de Dezembro de 1513, *in* Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, «Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor»... cit., pp. 129-130.

46. Vide José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 226-231.

47. Depoimento de Francisco Frazão, cavaleiro e juiz dos órfãos em Azamor, Évora, 10 de Janeiro de 1537, *in* ANTT, *Livro de Denúncias*, n.º 1, fol. 2. Resumido *in Inquisição em Portugal e no Brasil: subsídios para a sua História*, organização e selecção do texto por António Baião, Lisboa, Arquivo Histórico Português, 1920, p. 103.

3 du même mois, le prieur Gonçalo de Almeida alerta le roi qu'un bon nombre de ces habitants étaient de nouveaux chrétiens et qu'ils pouvaient facilement contacter les juifs de la place[45]. D. Manuel essaya de suivre le conseil du prieur, mais Rui Barreto s'esquiva, en disant qu'il n'y avait que dix nouveaux chrétiens et que six d'entre eux étaient essentiels en tant qu'artisans. Et de fait, les nouveaux chrétiens restèrent à Azemmour après la conquête, exerçant aussi les métiers de physicien, commerçant, pharmacien et locateur. Azemmour apparaît inclusivement comme l'une des places ayant le plus grand nombre de nouveaux chrétiens : nous connaissons concrètement les cas des 20 nouveaux chrétiens qui, au long du XVIe siècle, choisirent cette terre pour y résider, mais leur nombre a certainement été plus élevé. Comme déjà indiqué, Azemmour fut conquise dans un contexte favorable pour la population des nouveaux chrétiens du royaume, après le massacre de 1506. En outre, comme ce fut la dernière place conquise, elle apparut comme un dernier souffle pour certains *conversos* qui ne se sentaient pas à l'aise dans le royaume ou encore, comme cela a été démontré, qui essayaient de partir vers des terres islamiques dans les moments d'oppression, où ils pouvaient assumer l'identité juive. Beaucoup de gens du sud, principalement ceux des domaines du conquérant D. Jaime, duc de Bragança, participèrent à ce projet pour habiter ensuite à Azemmour, où ils espéraient être moins molestés. Et c'est effectivement ce qui arriva. Tous les accusés furent arrêtés par le Saint-Office lorsqu'ils retournèrent dans le royaume, avant l'abandon de la place[46].

L'exemple de Manuel Rodrigues et de sa famille fait partie de ce premier cas, ils furent reconnus dans le royaume par d'anciens résidents vieux chrétiens d'Azemmour – lui le 10 janvier 1537[47] – le premier nouveau chrétien à avoir été dénoncé au tribunal récemment constitué, et ensuite explicitement avec le reste de sa famille, en 1543. Or, Manuel Rodrigues, locateur à Azemmour, était marié à Filipa Rodrigues, la sœur et nouvelle chrétienne des frères Adibe et la fille de Joseph Adibe et de D. Cemaha. Nous savons que les deux filles du couple se sont mariées avec des membres d'une autre famille de nouveaux chrétiens – la famille Pinheiro. Selon Violante de Góis, qui vécut

45. Lettre du prieur de Lagos Gonçalo de Almeida au roi D. Manuel I, Azemmour, 3/12/1513, *in* Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, « Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor »... cit., pp. 129-130.

46. Voir José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 226-231.

47. Témoignage de Francisco Frazão, chevalier et juge des orphelins d'Azemmour, Évora, 10/01/1537, *in* ANTT, *Livro de Denúncias*, nº 1, fol. 2. Résumé en *Inquisição em Portugal e no Brasil: subsídios para a sua História*, organisation et sélection de texte par António Baião, Lisbonne, Arquivo Histórico Português, 1920, p. 103.

rendeiro em Azamor, era casado com Filipa Rodrigues, a irmã cristã-nova dos irmãos Adibe e filha de Joseph Adibe e de D. Cemaha. Sabemos que as duas filhas do casal contraíram matrimónio com membros de outra família cristã-nova – a família Pinheiro. Segundo Violante de Góis, que morou em Azamor entre 1534 e 1541, toda a família de Filipa e de Manuel Rodrigues, inclusivamente seus genros Fernão e Gabriel Pinheiro, participaram nas bodas, festas e Páscoa do Pão Ázimo (Pessah) e das Cabanas (Sukkot) que se faziam na casa de D. Cemaha[48]. Aquando da denúncia de Violante de Góis, de 1543, já Manuel Rodrigues e sua família se encontravam em Tavira. No entanto, entre Setembro e Outubro de 1536 ainda moravam em Azamor, como mostra o depoimento de Francisco Frazão, cavaleiro e juiz dos órfãos. Estando o denunciante em Mazagão, soube por gente de Azamor que Manuel Rodrigues, genro de Joseph Adibe, estava deitado de costas na cabana da sogra, a qual era judia[49]. Tal significa que entre 31 de Dezembro de 1540, data de uma certidão de Miguel Leite, escrivão de Mazagão, em que Manuel Rodrigues aparecia como rendeiro daquela povoação e de Azamor, juntamente com o cunhado Jacob Adibe[50], e Outubro de 1541, data do abandono da praça, aquele, sua esposa, filhas e cunhados refugiaram-se no reino. A evidência das suas práticas judaicas em Azamor levou facilmente às acusações referidas. Foram talvez as passagens de Jacob Adibe e de Fernão Pinheiro por Lisboa que avivaram, em 1543, a memória de Violante de Góis, agora também ali residente[51].

Mas o mais interessante, neste contexto, é o investimento destes elementos da família Adibe – um cristão-novo, e outro judeu – como rendeiros de Mazagão. Aliás, no ano do exercício do contrato, Jacob Adibe era rabi-mor dos judeus de Azamor[52]; e sabemos que outro membro da família Adibe – um tal Abraão – recebeu mesmo em 1520 uma remuneração como morador de Mazagão[53]. Sintomaticamente,

48. Depoimento de Violante de Góis, Lisboa, 10 de Janeiro de 1543, *in* ANTT, *Livro de Denúncias*, n.º 1, fol. 184. Resumido *Inquisição em Portugal e no Brasil*... cit., p. 132.

49. Vide supra, nota 47.

50. Certidão de Miguel Leite em que consta que o feitor e almoxarife de el-rei em Mazagão recebera 63.619 reais dos rendeiros das alfândegas de Azamor e de Mazagão. Entre esses rendeiros encontrava-se Jacob Adibe, Mazagão, 31 de Dezembro de 1540, *in* ANTT, *CC*, P. II, m. 234, doc. n.º 40, pub. por José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., Apêndice 7, doc. XXXIV.

51. Vide supra, nota 48.

52. Vide José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 250 e 487.

53. Mandado de Lançarote de Freitas, capitão da fortaleza de Mazagão, para Vicente Fernandes e José Gordelha, tratadores dos pagamentos da dita fortaleza, pagarem às pessoas contidas

à Azemmour entre 1534 et 1541, toute la famille de Filipa et de Manuel Rodrigues, y compris leurs beaux-fils Fernão et Gabriel Pinheiro, participa aux festins, aux fêtes et à la Pâques du pain azyme (Pessah) et des Cabanes (Sukkot) qui étaient organisés chez D. Cemaha[48]. Lorsqu'en 1543 Violante de Góis le dénonça, Manuel Rodrigues se trouvait déjà avec sa famille à Tavira. Toutefois, entre septembre et octobre 1536, ils vivaient encore à Azemmour, comme l'indique le témoignage de Francisco Frazão, chevalier et juge des orphelins. Étant donné que le dénonciateur était à Mazagan, il apprit par des gens d'Azemmour que Manuel Rodrigues, beau-fils de Joseph Adibe, était couché sur le dos dans la cabane de sa belle-mère, qui était juive[49]. Cela signifie qu'entre le 31 décembre 1540, date d'un certificat de Miguel Leite, greffier de Mazagan, dans lequel Manuel Rodrigues apparaissait comme locateur de cette ville et d'Azemmour, conjointement avec son beau-frère Jacob Adibe[50], et octobre 1541, date de l'abandon de la place, celui-ci, sa femme, ses filles et ses beaux-frères se réfugièrent dans le royaume. L'évidence de leurs pratiques juives à Azemmour a facilement conduit aux accusations mentionnées. Ce furent peut-être les passages de Jacob Adibe et de Fernão Pinheiro par Lisbonne en 1543 qui ravivèrent la mémoire de Violante de Góis, qui y résidait également à ce moment-là[51].

Mais le plus intéressant, dans ce contexte, est l'investissement de ces éléments de la famille Adibe – l'un nouveau chrétien et l'autre juif – en tant que locateurs de Mazagan. D'ailleurs, l'année de l'exercice du contrat, Jacob Adibe était grand rabbin des Juifs d'Azemmour[52] ; et nous savons qu'un autre membre de la famille Adibe – un dénommé Abraão – reçut en 1520 une rémunération en tant qu'habitant de Mazagan[53]. Dans une lettre adressée à D. João III, le 21 septembre 1536, Manuel de Sande, capitaine de Mazagan, mentionnait, de manière symptomatique, qu'il avait emprunté de l'argent aux Juifs d'Azemmour

48. Témoignage de Violante de Góis, Lisbonne, 10/01/1543, *in* ANTT, *Livro de Denúncias*, nº 1, fol. 184. Résumé en *Inquisição em Portugal e no Brasil*... cit., p. 132.

49. Voir supra, note 47.

50. Certificat de Miguel Leite attestant que l'intendant et *almoxarife* du roi à Mazagan avait reçu 63.619 réaux des rentiers des douanes d'Azemmour et de Mazagan, Mazagan, 31/2/1540, *in* ANTT, *CC*, P. II, m. 234, doc. nº 40, pub. par José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., Appendice 7, doc. XXXIV.

51. Voir supra, note 48.

52. Voir José Alberto R. Silva Tavim, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos*... cit., pp. 250 et 487.

53. Mandat de Lançarote de Freitas, capitaine de la forteresse de Mazagan, pour Vicente Fernandes et José Gordelha, responsables des paiements de ladite forteresse, afin de payer aux personnes figurant sur la liste les montants y indiqués, Mazagan, 27/06/1520, *in* ANTT, *CC*, P. 2, m. 90, doc. 54.

numa carta endereçada a D. João III, em 21 de Setembro de 1536, Manuel de Sande, capitão de Mazagão, referiu que pedira dinheiro emprestado aos judeus de Azamor para comprar a cal necessária à feitura das casas da cisterna[54].

A comunidade judaica só abandonou Azamor entre Março e Setembro de 1541, quando esta cidade deixava de existir como portuguesa. Tinha ordem para seguir em direcção a Larache, Arzila e Tânger ou Ceuta. Sabemos que, de facto, foi enviada a Tânger, em quatro navios[55]. E que foi breve esta passagem dos judeus de Azamor por Tânger, pois em Janeiro de 1542, por ordem de D. João III, todos foram expulsos desta urbe[56].

5.2 Depois do abandono

Depois do abandono da guarnição portuguesa, Azamor passou para os domínios dos xarifes Sádidas e foi repovoada com população muçulmana e judia. Desconhecemos se alguns dos antigos moradores judeus de Azamor aí regressaram ou se a comunidade seria composta apenas por judeus oriundos de outras paragens. Existem contudo nas fontes portuguesas notícias sobre a influência exercida por certas autoridades judaicas de Azamor na próxima Mazagão.

Em 1609, D. Manuel Mascarenhas, capitão de Mazagão, seria acusado de permitir que rabi David, de Azamor, viesse àquela praça «perverter» dois judeus que se haviam convertido ao Catolicismo, tirando-os à mão armada dos cárceres em que estavam presos[57]. Parece que a atitude complacente de D. Manuel Mascarenhas está relacionada com o resgate de cativos. De facto, também nesse ano este capitão seria

no rol as quantias nele contidas, Mazagão, 27 de Junho de 1520, *in* ANTT, *CC*, P. 2, m. 90, doc. 54.

54. Carta de Manuel de Sande a D. João III, Mazagão, 21 de Setembro de 1536, *in SIHM, Portugal*, vol. 3, p. 63.

55. Carta de D. João III a D. Fernando de Noronha, capitão de Azamor, ordenando-lhe que embarque todos os judeus da cidade para Larache, Arzila, Tânger ou Ceuta, mas de maneira que façam a viagem em boas condições, Lisboa, 2 de Setembro de 1541, pub. por Maria Augusta Lima Cruz, *in* «Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor»... cit., pp. 166-167.

56. Embora não tivéssemos encontrado o alvará de expulsão dos judeus de Tânger, o rei de Fez tece uma referência a essa ordem, numa conversa com o judeu Jacob Rute: «(...) e que disera el Rey se será este deitar os Judeus ffora d`Arzilla e de Tamgere pera os mandar despovoar dos Cristãos (...)»; carta de Bastião de Vargas a D. João III, Fez, 1 de Janeiro de 1542, pub. *in SIHM, Portugal*, t. 4, p. 26.

57. Acerca da capitania de D. Manuel Mascarenhas (1607-1610) e seus atritos com as autoridades eclesiásticas, devido à estada de judeus e muçulmanos em Mazagão vide António Dias Farinha, *História de Mazagão durante o Período Filipino*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970; e ainda Pedro de Azevedo, «A Inquisição em Mazagão em 1607 e 1609»,*Revista de História*, vol. 5, fasc. 18, pp. 182-185; fasc. 19, pp. 282-284; e fasc. 20, pp. 327-337.

pour acheter la chaux nécessaire à l'exécution des maisons de la citerne[54].

La communauté juive n'abandonna Azemmour qu'entre mars et septembre 1541, lorsque cette ville cessa d'exister en tant que ville portugaise. Elle avait l'ordre de suivre en direction de Larache, Asilah et Tanger ou Ceuta. Nous savons, de fait, qu'elle fut envoyée à Tanger, à bord de quatre navires[55]. Et que ce passage des Juifs d'Azemmour par Tanger fut bref, car en janvier 1542, sur l'ordre du roi João III, ils furent tous expulsés de cette ville[56].

5.2 Après l'abandon.

Après l'abandon de la garnison portugaise, Azemmour passa sous la domination des chérifs Saadiens et fut repeuplée par une population musulmane et juive. Nous ignorons si certains des anciens habitants juifs d'Azemmour y sont retournés ou si la communauté n'était composée que de Juifs originaires d'autres parages. Il existe néanmoins dans les sources portugaises des informations sur l'influence exercée par certaines autorités juives d'Azemmour dans la proche Mazagan.

En 1609, D. Manuel Mascarenhas, capitaine de Mazagan, serait accusé de permettre au rabbin David d'Azemmour de venir dans cette place « pervertir » deux Juifs qui s'étaient convertis au catholicisme, en les délivrant à main armée des prisons où ils étaient écroués[57]. Il semble que l'attitude complaisante de D. Manuel Mascarenhas soit liée au rachat de captifs. De fait, toujours cette même année, ledit capitaine serait accusé de vouloir séduire quelques Maures et Juifs qui venaient se faire chrétiens à Mazagan, depuis environ un an[58] : en fait la prétention de baptême chré-

54. Lettre de Manuel de Sande au roi, Mazagan, 21/09/1536, in *SIHM, Portugal*, vol. 3, p. 63.

55. Lettre de D. João III à D. Fernando de Noronha, capitaine d'Azemmour, lui ordonnant d'embarquer tous les Juifs de la ville à Larache, Asilah, Tanger ou Ceuta, mais de sorte qu'ils voyagent dans de bonnes conditions, Lisbonne, 2/9/1541, pub. par Maria Augusta Lima Cruz, « Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor »... cit., pp. 166-167.

56. Bien que nous n'ayons pas trouvé la charte royale de l'expulsion des Juifs de Tanger, le roi de Fès a fait une référence à la présente ordonnance, dans une conversation avec le Juif Jacob Rute : « e que disera el Rey se será este deitar os Judeus ffora d`Arzilla e de Tamgere pera os mandar despovoar dos Cristãos »; lettre de Bastião Vasgar au roi D. João III, Fès, 1/1/1542, pub. *in SIHM, Portugal*, t. 4, p. 26.

57. Concernant la capitainerie de D. Manuel Mascarenhas (1607-1610) et ses heurts avec les autorités ecclésiastiques, dus au séjour de juifs et de musulmans à Mazagan, voir António Dias Farinha, *História de Mazagão durante o Período Filipino*, Lisbonne, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970 ; et également Pedro de Azevedo, « A Inquisição em Mazagão em 1607 e 1609 », *Revista de História*, vol. 5, fasc. 18, pp. 182-185 ; fasc. 19, pp. 282-284 ; et fasc. 20, pp. 327-337.

58. ANTT, *Inquisição de Lisboa,* livre 223 (XVII[e] siècle – *Cadernos do Promotor*, nº 23), fols. 411-464.

acusado de pretender cativar alguns mouros e judeus que se vinham fazer cristãos a Mazagão, desde há cerca de um ano[58]: é que a pretensão de baptismo cristão destes mouros e judeus prejudicava o rentável negócio dos cativos em Mazagão.

Não sabemos sequer se os judeus «libertados» por rabi David provinham de Azamor. Mas para a segunda metade do século temos o caso similar, de Martinho Mascarenhas. Embora oriundo de Marraquexe, havia-se estabelecido em Azamor, com um seu cunhado, cujo porto arrendaram. Jacob – o nome judaico de Martinho Mascarenhas – era um servidor fiel do homónimo governador da praça[59] – e daí que adoptasse o seu nome quando se baptizou. Sabemos que lhe trazia avisos da «Berberia» sob o pretexto da actividade comercial. Quando as autoridades islâmicas cerraram o porto de Azamor, Jacob não conseguiu continuar os seus negócios e serviços. Por isso investiria no baptismo, realizado em Mazagão em 1669, pelo padre João Domingos, deixando no Norte de África a sua família[60].

Mas essa ligação dos judeus de Azamor à praça de Mazagão envolve também, de forma mais escusa, o universo dos conversos. Em 7 de Setembro de 1666, o jesuíta António de Melo escreveu um memorando contra Cristóvão de Melo, governador de Mazagão[61], por se intrometer na jurisdição eclesiástica. Entre as queixas apresentados surge uma longa referência ao episódio de rabi Samuel, natural de Azamor, «tido entre os Judeos desta Mauritania por Rabbino, e sabio, e o he toccante a inteligencia material e literal do testamento velho». O rabi havia viajado até Mazagão, por causa de um negócio que mantinha com Cristóvão de Melo. António de Melo, porém, soubera que rabi Samuel falara ao governador sobre o «embuste» de um «falso Messias que tinha aparecido nas partes do Levante», e logo se dirigiu ao judeu, para saber o que lhe havia dito. Para o jesuíta,

58. ANTT, *Inquisição de Lisboa,* livro 223 (Século XVII – *Cadernos do Promotor*, n.º 23), fols. 411-464.

59. Acerca do governo de D. Martinho Mascarenhas (1667-1671) vide Luís Maria do Couto de Albuquerque da Cunha, *Memórias para a História da Praça de Mazagão*, ed. de Levy Maria Jordão, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1864, p. 94; e Augusto Ferreira do Amaral, *História de Mazagão*, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 161-162.

60. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 8811, fol. 24-24v. Sobre estes episódios aqui narrados vide ainda José Alberto R. Silva Tavim, «Negociação de identidades – o jogo dos afectos. Judeus do Mediterrâneo em Portugal e seu Império (séculos XVI-XVII)», *in Minorias étnico-religiosas na Península Ibérica. Períodos medieval e moderno*, ed. de Maria Filomena Lopes de Barros e José Hinojosa Montalvo, Lisboa, Edições Colibri, 2008, pp. 354-356.

61. Sobre a capitania de Cristóvão de Melo (1661-1667), vide Luís Maria do Couto de Albuquerque da Cunha, *Memórias para a História da Praça de Mazagão*... cit., pp. 93-94; e Augusto Ferreira do Amaral, *História de Mazagão*... cit., pp. 160-161.

tien de ces Maures et de ces Juifs nuisait à la rentable affaire des captifs à Mazagan.

Nous ne savons pas si les Juifs « libérés » par le rabbin David venaient d'Azemmour. Mais pour la seconde moitié du siècle, nous avons un cas semblable, celui de Martinho Mascarenhas. Bien qu'originaire de Marrakech, il s'était établi avec son beau-frère à Azemmour, où ils louèrent le port. Jacob – le nom juif de Martinho Mascarenhas – était un serveur fidèle de son homonyme, le gouverneur de la place[59] – d'où le fait qu'il adopte son nom quand il se fit baptisé. Nous savons qu'il lui apportait des informations de la « Berberie » sous le prétexte de l'activité commerciale. Quand les autorités islamiques fermèrent le port d'Azemmour, Jacob ne put plus poursuivre ses affaires et ses services. C'est pourquoi il aurait investi dans le baptême réalisé par le prêtre João Domingos à Mazagan en 1669, laissant sa famille en Afrique du Nord[60].

Mais ce lien des Juifs d'Azemmour avec la place de Mazagan implique aussi, de façon plus justifiée, l'univers des *conversos*. Le 7 septembre 1666, le jésuite António de Melo écrivit un mémorandum contre Cristóvão de Melo, gouverneur de Mazagan[61], pour avoir interféré dans la juridiction ecclésiastique. Parmi les plaintes présentées, figure une longue référence à l'épisode de Rabbi Samuel, né à Azemmour, « Considéré parmi les Juifs de cette Mauritanie comme rabbin et savant, et il l'est quant à l'intelligence matérielle et littérale du vieux testament ». Le rabbin avait voyagé jusqu'à Mazagan à cause d'une affaire qu'il maintenait avec le gouverneur Cristóvão de Melo. Néanmoins, le jésuite António de Melo apprit que Rabbi Samuel avait parlé au gouverneur sur l'« escroquerie » d'un « faux Messie qui était apparu du côté du Levant », et il s'adressa aussitôt au Juif, pour savoir ce qu'il lui avait dit. Pour le jésuite le sujet était très grave : il exigea donc que Cristóvão de Melo obligeât le Juif, sous peine de mort, à ne le divulguer à personne d'autre. Ensuite, il transcrivit ce que Rabbi Samuel avait raconté. Ce dernier relata qu'à Jérusalem était né, il y avait de cela quarante ans, un petit garçon dont les parents

59. Concernant la gouvernance de D. Martinho Mascarenhas (1667-1671) voir Luís Maria do Couto de Albuquerque da Cunha, *Memórias para a História da Praça de Mazagão*, éd. de Levy Maria Jordão, Lisbonne, Academia Real das Sciencias, 1864, p. 94 ; et Augusto Ferreira do Amaral, *História de Mazagão*, Lisbonne, Alfa, 1989, pp. 161-162.

60. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 8811, fol. 24-24v. Sur ces épisodes ici rapportés, voir également José Alberto R. Silva Tavim, « Negociação de identidades – o jogo dos afectos. Judeus do Mediterrâneo em Portugal e seu Império (séculos XVI-XVII) », *in Minorias étnico-religiosas na Península Ibérica. Períodos medieval e moderno*, éd. de Maria Filomena Lopes de Barros et José Hinojosa Montalvo, Lisbonne, Edições Colibri, 2008, pp. 354-356.

61. Sur la capitainerie de Cristóvão de Melo (1661-1667), voir Luís Maria do Couto de Albuquerque da Cunha, *Memórias para a História da Praça de Mazagão*... cit., pp. 93-94 ; et Augusto Ferreira do Amaral, *História de Mazagão*... cit., pp. 160-161.

o assunto era muito grave pois exigiu que Cristóvão de Melo obrigasse o judeu, sob pena de morte, a não o divulgar a mais ninguém. A seguir transcreve o que foi contado por rabi Samuel. Disse este que em Jerusalém nascera há 40 anos um menino cujos pais pertenciam à Tribo de David, permanecendo sadio até à idade de 7 anos. Contudo, desde então e até aos 32 anos, ficara enfermo. Mas atingindo essa idade, juntaram-se muitos sábios e rabis na sua casa e, falando-se do Messias, disse o rabi de maior reputação que ali estava ele, ou seja, «que naquella casa estava o seu Messias». Os outros presentes disseram-lhe que o declarasse. Foi então que se abriu o tecto da casa e desceu do Céu um resplendor sobre o enfermiço, vendo-se pelos quatro cantos da casa resplendores semelhantes. O paxá de Jerusalém, no encalce do «arruído da novidade», pediu milagres para que se confirmasse ser aquele o Messias: que o «descuberto» desse vista a um cego e pés a um coxo que ali se encontravam. Acontecendo o pretendido, o paxá reconheceu-o como o Messias e avisou o «Gran Senhor de Constantinopla» do que se passava. E logo à vista de todos desceu um anjo do céu, com uma redoma, e o ungiu, e colocou na sua mão a vara de Moisés, a seu lado o alfange de Josué, e na cabeça a coroa de David. Informou também o rabi que Moisés e Elias lhe assistiam, que a sua fama se havia espalhado por toda a Palestina, e que mais de 80 profetas andavam pelas cidades daquelas regiões, pregando a sua vinda. Mais ainda, que o «Gran Turco» o esperava «com alvoroço», com o intuito de lhe sujeitar o seu Império, e que Chipre e as mais ilhas do Arquipélago, Damasco, Egipto, Arménia e muitas outras províncias do Levante o tinham reconhecido[62].

Logicamente que estamos mais uma vez a lidar com uma «construção fantástica» sobre traços de uma realidade que podemos reconhecer. Pelo texto nota-se que o rabi estava informado sobre a patologia psicológica de Sabbatai Zvi (1626-1676) o famoso Messias Místico de Esmirna, cujo movimento abalou as comunidades judaicas da Europa, Médio Oriente e Norte de África[63] – mas aqui transformada com o carácter de «incubação» e «descoberta messiânica»,

62. AN/TT, *Inquisição de Lisboa*, livro 243 (Século XVII – *Caderno do Promotor* n.º 46), fol. 59-59v.

63. Sobre Sabbatai Zvi e seu movimento vide o clássico de Gershom Scholem, *Sabbatai Tsevi. Le Messie Mystique, 1626-1676*, Paris, Verdier, 1983; e, entre outros, Jacob Barnai, «Some social aspects of the polemics between Sabbatians and their opponents», *in Jewish Messianism in the Early Modern World*, ed. de Matt Goldish e Richard Popkin, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 2001, pp. 77-90; Moshe Idel, *Messianic Mystics*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1998; Elisheva Carlebach, *The Pursuit of Heresy. Rabbi Moses Hagiz and the Sabbatian Controversies*, Nova Iorque, Columbia University, 1999; e, mais recentemente, Matt Goldish, *The Sabbatean Prophets*, Cambridge, Harvard University Press, 2004.

appartenaient à la Tribu de David, et qu'il était resté sain jusqu'à l'âge de 7 ans. Toutefois, depuis lors et jusqu'à l'âge de 32 ans, il resta malade. Mais en atteignant cet âge, plusieurs savants et rabbins s'étaient rassemblés chez lui et, tandis qu'ils parlaient du Messie, le rabbin de plus grande réputation dit « et le voilà ! », autrement dit, « que son Messie se trouvait dans cette maison ». Les autres qui étaient présents lui demandèrent qu'il le fasse apparaître. C'est alors que le plafond de la maison s'ouvrit et que descendit du Ciel une splendeur sur l'infirme, on pouvait voir dans les quatre coins de la maison des splendeurs semblables.

Le pacha de Jérusalem, qui suivait de près le « bruit de la nouvelle », demanda des miracles afin de confirmer qu'il s'agissait bien là du Messie : que celui qui avait été « découvert » rende la vue à un aveugle et les pieds à un boiteux qui se trouvaient là. S'étant réalisé ce qui avait été demandé, le pacha le reconnu comme étant le Messie et informa le « Grand Seigneur de Constantinople » de ce qui se passait. Et aussitôt, à la vue de tous, un ange descendit du ciel, avec une cloche, et l'oignit, puis lui mit dans sa main le bâton de Moïse, sur son côté l'épée de Josué et sur la tête la couronne de David. Le rabbin informa aussi que Moïse et Élie l'assistaient, que sa renommée s'était répandue dans toute la Palestine, et que plus de quatre-vingts prophètes voyageaient à travers les villes de ces régions, prêchant sa venue et que, de plus, le « Grand Turc » l'attendait « avec grand émoi » et qu'il avait l'intention de lui soumettre son Empire, et que Chypre et les autres îles de l'Archipel, Damas, l'Égypte, l'Arménie et beaucoup d'autres provinces du Levant l'avaient reconnu[62].

Nous sommes logiquement et une fois encore face à une « construction fantastique » sur les traces d'une réalité que nous pouvons reconnaître. Nous remarquons, d'après le texte, que le rabbin fut informé de la pathologie psychologique de Sabbataï Tsevi (1626-1676) – le fameux Messie mystique de Smyrne, dont le mouvement secoua les communautés juives d'Europe, du Moyen-Orient et d'Afrique du Nord[63] – mais transformé ici par le caractère d'« incubation » et de « découverte messianique », déjà « travaillé » sur

62. AN/TT, *Inquisição de Lisboa*, livre 243 (XVII[e] siècle – *Caderno do Promotor* nº 46), fol. 59-59v.

63. Sur Sabbataï Tsevi et son mouvement, voir le classique de Gershom Scholem, *Sabbatai Tsevi. Le Messie Mystique, 1626-1676*, Paris, Verdier, 1983 ; et, entre autres, Jacob Barnai, « Some social aspects of the polemics between Sabbatians and their opponents », *in Jewish Messianism in the Early Modern World*, ed. de Matt Goldish e Richard Popkin, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 2001, pp. 77-90 ; Moshe Idel, *Messianic Mystics*, New Haven et Londres, Yale University Press, 1998 ; Elisheva Carlebach, *The Pursuit of Heresy. Rabbi Moses Hagiz and the Sabbatian Controversies*, New York, Columbia University, 1999 ; et, plus récemment, Matt Goldish, *The Sabbatean Prophets*, Cambridge, Harvard University Press, 2004.

já «trabalhado» *in* loco pelo próprio profeta do Messias Místico: Nathan de Gaza (1643-1680)[64].

Os milagres atribuídos ao Messias no relato do rabi Samuel remetem para outras informações sobre o clima especial, ou seja, em que acontecimentos extraordinários alteravam a ordem natural, em torno daquele personagem. Num opúsculo que foi publicado em Londres, em 1665, uma carta enviada de Salé, em Agosto desse ano, mas com notícias provenientes do Suz, mais propriamente de Agadir, confirmava a marcha das Dez Tribos de Israel, estacionadas então por altura daquela cidade, e cujo chefe, que se encontrava à sua cabeça, realizava milagres, lia nos espíritos e sondava os corações de todos aqueles que se aproximavam[65].

O relato de rabi Samuel continua triunfante. Disse ao jesuíta que sem se saber de onde, se lhe juntaram inumeráveis multidões de soldados e cavalaria, e que sem força nem insolência se lhe sujeitavam todos ao seu domínio. Aqui termina a narrativa do rabi, atestada por cartas e avisos «autênticos» que prometeu trazer ao jesuíta, o que não foi cumprido. Mas António de Melo apressou-se a apurar outros indícios. Informou assim como os cristãos da «Berberia» o avisaram dos grandes e rigorosos jejuns que os judeus tinham feito, publicando ser essa a primeira disposição para se salvarem no conhecimento e obediência do «falso Messias»[66]. Curiosamente, tal relaciona-se com as notícias mais tardias transmitidas por Germain de Muette: em 1671 teria chegado de Amesterdão um navio que transportava para os judeus de Salé certas prédicas enviadas pelos judeus daquela cidade holandesa. Nelas estava expresso, entre outras novas, que o Messias que esperavam há tantos séculos nasceria na Holanda no início do ano seguinte. Então os judeus de Salé fizeram uma segunda festa dos Tabernáculos e, durante oito dias, não cessaram de se regozijar e de festejar[67]. Mas o relato de rabi Samuel também se

64. Gershom Scholem, *Sabbatai Tsevi*.... cit., cap. 2, II.

65. «The Last Letter to the London Merchants and Faithful Ministers concerning the further Proceedings of the Conversion and Restauration of the Jews» (Londres 1665), pub. por Gershom Scholem, *Sabbatai Tsevi*.... cit., pp. 339-340. Vide ainda Mercedes García-Arenal, «Attentes messianiques au Magreb et dans la péninsule Ibérique: du nouveau sur Sabbatai Zevi», *in Lucette Valensi à l`oeuvre: une histoire anthropologique de l`Islam méditerranéen* Paris, Éditions Bouchene, 2002, pp. 228-229; Mercedes García-Arenal, «`Un réconfort pour ceux qui sont dans l`attente`. Prophétie et millénarisme dans la péninsule Ibérique et au Maghreb (XVI$^{e}$-XVII$^{e}$ siècles)», *Revue de l`histoire des religions*, vol. 220, n.º 4, 2003, p. 475.

66. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, livro 273 (Século XVII – *Caderno do Promotor* n.º 46), fol. 59v. Sobre este assunto, em geral, vide o nosso artigo «Revisitando uma carta em português sobre Sabbatai Zvi», *Sefarad*, vol. 67, n.º 1, 2007, pp. 175-179.

67. Germain Mouette, *Relation de captivité dans les royaumes de Fez et de Maroc*, ed. de Xavier Girard, Paris, Mercure de France, 2002, pp. 47-48.

place par le prophète du Messie mystique, Nathan de Gaza (1643-1680)[64].

Les miracles attribués aux Messies dans le récit de Rabbi Samuel renvoient à d'autres informations sur ce climat particulier, c'est-à-dire, à des événements extraordinaires qui modifiaient l'ordre naturel autour de ce personnage. Dans un opuscule publié à Londres en 1665, une lettre envoyée de Salé en août de cette même année, mais avec des nouvelles provenant du Sous, plus précisément d'Agadir, confirmait la marche des Dix Tribus d'Israël, stationnées alors à hauteur de cette ville, et dont le chef, qui se trouvait à sa tête, réalisait des miracles, lisait dans les esprits et sondait les cœurs de tous ceux qui s'en approchaient[65].

Le récit de Rabbi Samuel continua triomphant. Il dit au jésuite que sans même savoir d'où elles provenaient, d'innombrables multitudes de soldats et la cavalerie se rallièrent à eux, sans force ni insolence, se soumettant tous à sa domination. Ici s'achève le récit du rabbin, attesté par des lettres et des avertissements « authentiques » qu'il promit d'apporter au jésuite, mais qu'il n'apporta cependant jamais. Mais António de Melo s'empressa d'établir d'autres indices. Il informa ainsi que les chrétiens de la « Berbérie » l'avaient informé des grands et rigoureux jeûnes que les Juifs avaient faits, annonçant qu'il s'agissait là de la première disposition pour leur salut, à travers la reconnaissance et l'obéissance au « faux Messie »[66]. Curieusement, cette question est en rapport avec les nouvelles les plus tardives transmises par Germain de Muette : en 1671, un navire serait arrivé en provenance d'Amsterdam, transportant certaines prédications pour les Juifs de Salé envoyées par les Juifs de cette ville hollandaise. Parmi d'autres nouvelles, celles-ci disaient que le Messie qu'ils attendaient depuis tant de siècles naitrait en Hollande au début de l'année suivante. Alors les Juifs de Salé firent une seconde fête des Tabernacles et, pendant huit jours, ils ne cessèrent de se réjouir et de fêter[67]. Mais le récit

64. Gershom Scholem, *Sabbatai Tsevi*... cit., cap. 2, II.

65. « The Last Letter to the London Merchants and Faithful Ministers concerning the further Proceedings of the Conversion and Restauration of the Jews » (Londres 1665), pub. par Gershom Scholem, *Sabbatai Tsevi*... cit., pp. 339-340. Voir également Mercedes García-Arenal, « Attentes messianiques au Maghreb et dans la péninsule Ibérique : du nouveau sur Sabbatai Zevi », *in Lucette Valensi à l`œuvre : une histoire anthropologique de l`Islam méditerranéen*, Paris, Éditions Bouchene, 2002, pp. 228-229 ; Mercedes García-Arenal, « `Un réconfort pour ceux qui sont dans l`attente`. Prophétie et millénarisme dans la péninsule Ibérique et au Maghreb (XVI$^{e}$-XVII$^{e}$ siècles) », *Revue de l`histoire des religions*, vol. 220, nº 4, 2003, p. 475.

66. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, livre 273 (XVIIe siècle – *Caderno do Promotor* nº 46), fol. 59v. Sur ce sujet en général, voir notre article « Revisitando uma carta em português sobre Sabbatai Zvi », *Sefarad*, vol. 67, nº 1, 2007, pp. 175-179.

67. Germain Mouette, *Relation de captivité dans les royaumes de Fez et de Maroc*, éd. de Xavier Girard, Paris, Mercure de France, 2002, pp. 47-48.

relaciona com o caso ocorrido em Mequinez, entre 1673 e 1675, da aparição de um *maggid* (anjo) ao jovem José ben Sur, revelando que o redentor verdadeiro era Sabbatai Zvi, e outros conhecimentos – episódio noticiado rapidamente em Fez, Tetuão, Alcácer-Quibir, Salé e outras localidades. Um judeu de Salé, que relatou este movimento, informou que os marranos que voltaram ao Judaísmo em Marrocos se dedicavam a um arrependimento profundo, e faziam vestuário de festa e preparativos para viajarem até Jerusalém[68].

Mais próximo do episódio narrado por Germain Mouette, e da revelação de Mequinez, ou seja, em 1674, o já referido Martinho Mascarenhas denunciou certas cristãs-novas de Mazagão: Joana Pereira e suas filhas Maria de Leão e Brites de Leão, que lhe perguntaram se Rabi Samuel Arroyo, de Azamor, havia dado algumas esmolas, pois ordenara jejum naquela cidade, que elas tinham acompanhado a partir de Mazagão. Tal aconteceu no tempo em que se dizia que vinha «o Messias pelas partes de Constantinopla, e por esse respeito o dito rabino havia recebido muitas cousas dos cristãos-novos...»[69]. Mas Martinho acusou também Brites de Leão, que o havia repudiado como marido, de ter mandado vir umas orações judaicas de Salé, redigidas em castelhano[70]. Seriam as prédicas vindas da Holanda, apontadas por Mouette? Certo é que Brites de Leão permaneceu algum tempo em Lisboa e depois fugiu para a Holanda com os seus parentes[71].

Mas este episódio revela, antes de mais, a influência notável que a comunidade judaica da Azamor islâmica continuava a exercer sobre a comunidade conversa da Mazagão portuguesa.

*

No século XVIII verificou-se um declínio da comunidade hebraica de Azamor, que deve estar relacionado com o povoamento judaico de Mazagão, após o abandono da praça pelos Portugueses, em 1769. Na realidade, sabemos que um contingente de Azamor se estabeleceu em El Jadida aquando do alargamento do seu porto depois de 1825. E que outro contingente se juntaria à Santa Congregação dos Magrebinos (Maarabim) de Jerusalém, cerca de 1834[72].

68. Vide Gérard Nahon, «Tetuán, Alcázar y Mequines frente al ´Mesías` José ben Sur: la opción entre *Turkya* y *Frankya* (1675)», *El Presente*, vol. 2, Dezembro de 2008, pp. 53-66.

69. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, liv. 248, fols. 136-140.

70. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, liv. 249, fols. 128-130.

71. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 8811, fols. 175vº-176.

72. Vide André Chouraqui, *Histoire des Juifs en Afrique du Nord*, Paris, Hachette, 1985, p. 473.

de Rabbi Samuel se rapporte également à l'événement qui se produisit à Meknès, entre 1673 et 1675, concernant l'apparition d'un *maggid* (ange) au jeune José ben Sur, révélant que le vrai rédempteur était Sabbataï Tsevi, ainsi que d'autres informations – cet épisode fut vite divulgué dans Fès, Tétouan, El-Ksar el-Kebir, Salé et dans d'autres localités. Un Juif de Salé, qui rapporta ce mouvement, informa que les marranes qui étaient revenus au judaïsme au Maroc exprimaient un profond repentir, et faisaient des vêtements de fête et des préparatifs pour voyager jusqu'à Jérusalem[68]. Plus proche de l'épisode raconté par Germain Mouette et de la révélation de Meknès, c'est-à-dire en 1674, ledit Martinho Mascarenhas, mentionné plus haut, dénonça certaines nouvelles chrétiennes de Mazagan : Joana Pereira et ses filles Maria de Leão et Brites de Leão, qui lui auraient demandé si Rabi Samuel Arroyo d'Azemmour avait donné quelques aumônes, car il avait ordonné un jeûne dans cette ville, qu'elles avaient suivi à Mazagan. Cela se produisit à l'époque où l'on prévoyait l'arrivée du « Messie du côté de Constantinople, et ledit rabbin avait alors reçu, à cet égard, beaucoup de choses de la part des nouveaux chrétiens »[69].

Mais Martinho accusa également Brites de Leão de l'avoir répudié en tant que mari et d'avoir fait venir de Salé des prières judaïques écrites en castillan[70]. Seraient-ce les prédications venues de Hollande, indiquées par Mouette ? Ce qui est certain, c'est que Brites de Leão est restée quelque temps à Lisbonne et qu'elle a ensuite fui vers les Pays-Bas avec des membres de sa famille[71].

Mais cet épisode révèle, avant tout, la remarquable influence que la communauté juive de l'Azemmour islamique continuait à exercer sur la communauté convertie de la Mazagan portugaise.

*

Au XVIII siècle on constata une baisse de la communauté juive d'Azemmour, qui doit probablement être liée au peuplement juif de Mazagan, après l'abandon de la place par les Portugais en 1769. En réalité, nous savons qu'un contingent d'Azemmour s'est établi à El-Jadida lors de l'élargissement de son port après 1825. Et qu'un autre contingent s'est joint à la Sainte Congrégation des Maghrébins (*Maarabim*) de Jérusalem, vers 1834[72].

68. Voir Gérard Nahon, « Tetuán, Alcázar y Mequines frente al ´Mesías` José ben Sur : la opción entre *Turkya* y *Frankya* (1675) », *El Presente*, vol. 2, décembre 2008, pp. 53-66.

69. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, liv. 248, fols. 136-140.

70. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, liv. 249, fols. 128-130.

71. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 8811, fols. 175v-176.

72. Voir André Chouraqui, *Histoire des Juifs en Afrique du Nord*, Paris, Hachette, 1985, p. 473.

Há informação que os judeus de Azamor se dedicavam à joalharia, ao trabalho do ferro forjado e à costura, e estavam envolvidos no tráfico local, mas frequentemente via El Jadida. Mesmo assim a comunidade de Azamor continua maior que a de El Jadida durante grande parte do século XIX, com uma população estimada entre 1000 e 500 indivíduos. No século XX o declínio é acentuado: em 1945 existiam apenas 398 judeus em Azamor contra os 3.591 de El-Jadida. Durante o protectorado francês, em 1912, a Alliance Israélite Universelle (fundada no ano anterior, apenas para elementos do sexo masculino[73]) tinha em Azamor 132 estudantes, mas o seu número caiu para 73 em 1952-1953 devido à elevada imigração. Em 1963-1964 o número de estudantes desceu para 26, encerrando a Alliance as suas portas em Azamor no ano escolar seguinte[74]. Portanto, podemos facilmente discernir que o rápido crescimento de El-Jadida, muito graças à importância do seu porto renovado, foi um dos factores da decadência da antiga comunidade judaica de Azamor, que acompanhou também certa subalternização da cidade, devido a condições geográficas agora menos privilegiadas. O *mellah* da urbe, que ocupa uma parte da antiga construção portuguesa (na zona da antiga *kasbah*, perto da Porta da Ribeira) está praticamente abandonado, assim como o cemitério judaico, na margem do rio Oum er-Rbia. Para além de El-Jadida, muitos partiram para Safim, Essaouira e Casablanca, para onde exportavam os famosos sáveis. Na beira do antigo *mellah*, onde ainda se nota numa parede a pintura de uma antiga *menorah*, o grande pólo de atracção em termos de universo judaico (mas também muçulmano) é o santuário do rabi Abraham Moul en-Niss ou Annes – o «Mestre do Milagre» – figura «encontrada» nos anos quarenta, quando a comunidade já se encontrava em declínio[75]. Um homem sonhou que o santo lhe havia aparecido e que lhe fez saber que estava inumado na gruta à beira do *mellah*, e a novidade espalhou-se de tal forma que este passou a ter a aura mítica de um milagreiro[76]. É a peregrinação ao santuário que atrai a maior parte dos judeus a uma terra que antes possuía uma importante comunidade judaica. Entre os protagonistas da *ziyara* ou peregrinação ao santuário de Abraham

73. Vide Aron Rodrigue, *De l`instruction à l`émancipation. Les enseignants de l`Alliance Israélite Universelle et les juifs d`Orient, 1860-1939*, Paris, Calmann-Lévy, 1989, p. 27.

74. Vide José Alberto Tavim, «Azemmour (Azammur, Azamor)», *in Encyclopaedia of Jews in the Islamic World*, ed. de Norman A. Stillman, Brill, 2010.

75. Este culto ainda não é mencionado por L. Voinot na sua obra *Pèlerinages Judéo-Musulmans du Maroc*, Paris, Éditions Larose, 1948.

76. Vide Ralph Toledano, *Voyages dans le Maroc Juif*, Paris, Éditions d`Art, 2004, pp. 115-117.

Certaines informations indiquent que les Juifs d'Azemmour se consacraient à la bijouterie, au travail du fer forgé et à la couture, et qu'ils étaient impliqués dans le trafic local, mais souvent via El-Jadida. Malgré cela, la communauté d'Azemmour continua d'être plus grande que celle d'El-Jadida pendant une grande partie du XIX[e] siècle, avec une population estimée entre 500 et 1000 personnes. Au XX[e] siècle, la baisse s'accentua : en 1945 il n'y avait que 398 Juifs à Azemmour contre les 3 591 d'El-Jadida. Pendant le protectorat français, en 1912, l'Alliance israélite universelle (fondée l'année précédente, uniquement pour des éléments de sexe masculin[73]) comptait 132 étudiants à Azemmour, mais son nombre tomba à 73 en 1952-1953 dû à la hausse de l'immigration. En 1963-1964 il n'en restait plus que 26. L'Alliance fermait ses portes à Azemmour l'année scolaire suivante[74]. Donc, nous pouvons facilement percevoir que la rapide croissance d'El-Jadida, surtout grâce à l'importance de son port rénové, fut l'un des facteurs de la décadence de l'ancienne communauté juive d'Azemmour, qui a aussi accompagné une certaine subalternisation de la ville, due à des conditions géographiques maintenant moins privilégiées. Le *mellah* de la ville, qui occupe une partie de l'ancienne construction portugaise (dans la zone de l'ancienne casbah, près de la *Porta da Ribeira*) est pratiquement abandonné, ainsi que le cimetière juifs, sur la rive du fleuve Oum er-Rbia. Outre El-Jadida, beaucoup ont choisi de s'installer à Safi, Essaouira et Casablanca, endroits vers lesquels ils exportaient les fameuses aloses.
Au bord de l'ancien mellah, où l'on remarque encore sur un mur la peinture d'une ancienne ménorah, le grand pôle d'attraction de l'univers juif (mais aussi musulman) est le sanctuaire de Rabbi Abraham Moul en-Niss ou Annes – le « Maître du Miracle » – figure « rencontrée » dans les années quarante, à une époque où la communauté était déjà sur le déclin[75]. Un homme rêva que le Saint lui était apparu et lui fit savoir qu'il était inhumé dans la grotte au bord du *mellah*, et la nouvelle se répandit de telle sorte que celui-ci commença à avoir l'aura mythique d'un faiseur de miracles[76]. C'est le pèlerinage au sanctuaire qui attire la plupart des Juifs vers une terre qui possédait autrefois une importante communauté juive. Parmi

73. Voir Aron Rodrigue, *de l`instruction à l`émancipation. Les enseignants de l`Alliance israélite universelle et les Juifs d`Orient, 1860-1939*, Paris, Calmann-Lévy, 1989, p. 27.

74. Voir José Alberto Tavim, « Azemmour (Azammur, Azamor) », *in Encyclopaedia of Jews in the Islamic World*, éd. de Norman A. Stillman, Brill, 2010.

75. Ce culte n'est pas encore mentionné par L. Voinot dans son œuvre *Pèlerinages Judéo-Musulmans du Maroc*, Paris, Éditions Larose, 1948.

76. Voir Ralph Toledano, *Voyages dans le Maroc Juif*, Paris, Éditions d`Art, 2004, pp. 115-117.

Moul en-Niss – cuja «presença» se faz sentir através de um fio de água, que por vezes escorre da sepultura, como sinal de aceitação de um pedido – encontram-se os judeus de Casablanca, mas sobretudo da vizinha El Jadida[77]: como se fosse uma metáfora para o presente da vitalidade dos laços entre comunidades que pareciam afastadas pela aparência identitária. Por isso escreve o autor anónimo do cântico hagiográfico «Saddiqim el-ʿazz» ou «Os Santos Bem-Amados»:

«Garde-toi, ô mon frère de ne pas voyager
La *hillulah*[78] n`est jamais à négliger
Acquitte-toi du vœu que tu as fait
E de ta *ziyara* tu reviendras satisfait
Le bien-aimé R. Abraham Moul Annes»[79].

les protagonistes de la *ziyara* ou pèlerinage au sanctuaire d'Abraham Moul en-Niss – dont la « présence » se fait sentir à travers un fil d'eau qui s'écoule parfois de la sépulture, comme un signe d'acceptation d'une demande – se trouvent les Juifs de Casablanca, mais surtout ceux de la voisine El-Jadida[77] : comme s'il s'agissait d'une métaphore pour le présent de la vitalité des liens entre les deux communautés. C'est pourquoi l'auteur anonyme du cantique hagiographique « Saddiqim el-ʿazz » ou « Les Saints bien-aimés » écrit:

« Garde-toi, ô mon frère de ne pas voyager
La *hillulah*[78] n`est jamais à négliger
Acquitte-toi du vœu que tu as fait
E de ta *ziyara* tu reviendras satisfait
Le bien-aimé R. Abraham Moul Annes »[79].

Santuário do rabi Abraham Moul en-Niss (foto Jorge Correia, 2008). / Sanctuaire du rabbi Abraham Moul en-Niss (cliché Jorge Correia, 2008).

77. Vide David Corcos, *Studies in the History of the Jews of Morocco*, Jerusalém, Rubin Mass, 1976, pp. 227-228; e Issachar Ben-Ami, *Culte des Saints et Pélerinages Judéo-Musulmans au Maroc*, Paris, Éditions Maisonneuve et Larose, Paris, 1990, pp. 26-27, 49, 68, 112 e 145-147.

78. Festa em que se comemora o aniversário da morte de um santo – vide Issachar Ben-Ami, *Culte des Saints et Pélerinages*... cit., pp. 63-68; e Haim Zafrani, *Deux mille ans de vie juive au Maroc*, Paris, Maisonneuve et Larose, 1998, pp. 116-117.

79. Pub. por Issachar Ben-Ami, *Culte des Saints et Pélerinages*... cit., p. 75.

77. Voir David Corcos, *Studies in the History of the Jews of Morocco*, Jérusalem, Rubin Mass, 1976, pp. 227-228 ; et Issachar Ben-Ami, *Culte des Saints et Pélerinages Judéo-Musulmans au Maroc*, Paris, Éditions Maisonneuve et Larose, Paris, 1990, pp. 26-27, 49, 68, 112 et 145-147.

78. Fête, dans laquelle est célébré l'anniversaire de la mort d'un saint – Voir Issachar Ben-Ami, *Culte des Saints*... cit., pp. 63-68 ; et Haim Zafrani, *Deux mille ans de vie juive au Maroc*, Paris, Maisonneuve et Larose, 1998, pp. 116-117.

79. Pub. par Issachar Ben-Ami, *Culte des Saints et Pélerinages*... cit., p. 75.

COLECÇÃO ARQUEOARTE

O CHAM – Centro de Humanidades desenvolve investigação relacionada com a presença portuguesa no mundo, numa perspectiva interdisciplinar e da história comparada, prestando particular atenção às regiões com as quais Portugal manteve contacto, no contexto de uma história global. Procura também estudar a preponderância do mar na história portuguesa, através do tratamento de cronologias distintas e suas incidências no entendimento do presente e na projecção do futuro.

A investigação desenvolvida privilegia, igualmente, o património material resultante destes processos históricos, abordado na perspectiva da história da arte e da arqueologia, que constituem grupos de pesquisa autónomos. Esta colecção dá expressão ao trabalho que é desenvolvido pelo CHAM nestes domínios, numa configuração que pretende dar espaço aos suportes de trabalho destas áreas do conhecimento histórico, nomeadamente o desenho e fotografia.

O movimento expansionista português para o Norte de África, surgido na continuidade da «Reconquista», marcou também o arranque da expansão ultramarina. Esta ambivalência, aliada à circunstância da região junto ao Estreito de Gibraltar se ter perfilado no discurso oficial como um espaço de eleição da Cruzada, despojado de interesses mercantis, contribuiu para imprimir uma carga mítica a esta vertente da expansão. Contudo, o movimento expansionista português no Sul Marrocos (no emirado hintata de Marraquexe e região onde emergiu o xerifado sádida) revestiu-se de singularidades que o demarcam da zona do Estreito de Gibraltar (no antigo reino oatácida de Fez), justificando e fundamentando o seu tratamento à parte.

O presente livro decorre do projecto «Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)», financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Assumiu-se uma perspectiva transdisciplinar, congregando uma equipa de historiadores, arqueólogos, arquitectos e especialistas de história da arte. Definiram-se como áreas prioritárias a pesquisa, inventário, estudo e divulgação do património subsistente daquele processo histórico nas suas diversas vertentes, incluindo fontes escritas, iconográficas e cartográficas, legado arquitectónico e arqueológico.

Le mouvement expansionniste portugais vers l'Afrique du Nord, dans le cadre de la continuité des conquêtes des royaumes chrétiens dans la péninsule Ibérique, a également marqué le début de l'expansion portugaise d'outre-mer. Cette ambivalence, au-delà du fait que la région le long du détroit de Gibraltar ait été présentée dans le discours officiel comme l'espace choisi pour la Croisade, dépouillé de ses intérêts commerciaux, a contribué à conférer une dimension mythique à cet aspect de l'expansion. Cependant, le mouvement expansionniste portugais au sud du Maroc (dans l'émirat hintata de Marrakech et dans la région où le shérif sadien est apparu) s'est revêtu de singularités qui le démarquent de la zone du détroit de Gibraltar (dans l'ancien royaume wattasside de Fès), justifiant une analyse indépendante.

Cet ouvrage est issu du projet « Le Portugal et le sud du Maroc : contacts et conflits (XV^e^-XVIII^e^ siècles) », financé par la Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Nous avons choisi une perspective transdisciplinaire, réunissant une équipe d'historiens, d'archéologues, d'architectes et de spécialistes de l'histoire de l'art. La recherche, l'inventaire, l'étude et la diffusion du patrimoine subsistant de ce processus historique ont été définis comme des domaines prioritaires, y compris les sources écrites, iconographiques et cartographiques et l'héritage architectural et archéologique.

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

NOVAFCSH Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa

Universidade do Minho

UAc Universidade dos Açores

E_ISBN 978-989-8492-82-1

9 789898 492821